00100.190089/2016-34

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 199 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2016 5
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 35
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 38
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2016 44
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2016 84
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de novembro de 2016 101
Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2016 (Em conjunto com a 38ª Reunião da CCJ). **(Vide Item 1.2)**.

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2016 141
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 168
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 180
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2016 186
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2016 208
Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2016 269

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE- CE

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 323
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2016 348
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2016 368
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2016 371

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2016 397
Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de setembro de 2016 423
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2016 456
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 494
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 545
Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2016 576
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2016 607
Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2016 630
Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2016 647
Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2016 676
Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2016 702
Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2016 731
Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2016 759
Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 787
Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 824
Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 828

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 844
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2016 860
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 877
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 880

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2016 910
1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016..... 933
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2016..... 940
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2016..... 967
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 980
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 983
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2016 990
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016..... 1007
1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2016..... 1017
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 1039
1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 1043
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2016 1049
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2016 1075
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2016..... 1105
1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2016..... 1116
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 1149
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 1171
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2016..... 1176
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2016 1198
1.10 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Ata da 12ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2016..... 1225
1.11 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 1229
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2016 1232

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia onze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, José Medeiros e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 45 de 2016 (Ofício 0421/2016-TCU), de 20 de agosto de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 006.421/2016-4, na sessão de 10/8/2016, acerca do relatório de acompanhamento realizado na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica; Ofício "S" nº 22 de 2016 (Ofício nº 11.370/SE-MF), de 27 de setembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de julho de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e Aviso nº 46 de 2016 (Aviso 94/2016-BCB), de 28 de setembro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidenta esclarece que a reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as consequências para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, da Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal", em atendimento ao Requerimento nº 22 de 2016 - CAE, de iniciativa da senadora Gleisi Hoffmann, tendo como expositores o professor de ciência política da Universidade Federal Fluminense – UFF, Jessé de Souza, e a professora de economia da Universidade de São Paulo - FEA-USP, Laura Carvalho. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Lindbergh Farias e José Medeiros. A presidenta concede, ainda, o uso da palavra à prefeita de Valparaíso de Goiás, Lucimar Nascimento; à presidenta da Associação Nacional de Pós-graduandos, Tamara Naiz; e à presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Camila Lanes. É lido e será apreciado posteriormente o seguinte requerimento: **Requerimento n° 26 de 2016**, de iniciativa da senadora Gleisi Hoffmann e outros(as) senhores(as) senadores(as), que "requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 241, de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal', com intuito de discutir suas consequências para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, com a presença dos seguintes convidados: o professor de economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo; o professor de economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Pedro Paulo Zaluth Bastos; o presidente do Insper, Marcos de Barros Lisboa; e o assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento da Comissão:

- Aviso do Tribunal de Contas da União nº 45, de 20 de agosto de 2016, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo de 2016-4, na sessão de 10 de agosto de 2016, acerca do relatório de acompanhamento realizado na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica;

– Ministério da Fazenda (Ofício nº 22, de 27 de setembro de 2016), encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios;

- Bando Central do Brasil (Aviso nº 46, de 28 de setembro de 2016), encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

Estamos em uma audiência pública de caráter interativo, cuja finalidade é discutir as consequências para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do País, da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal. Requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador José Aníbal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram aqui, à mesa.

Havíamos convidado, por iniciativa de requerimento meu e do Senador José Aníbal, a Profª Laura Carvalho, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), que aqui se encontra e cuja presença agradeço; o Prof. Jessé de Souza, do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF), que também aqui se encontra e cuja presença agradeço; Mansueto Facundo de Almeida Júnior, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que apenas ontem à noite nos informou da impossibilidade de estar nesta audiência pública, o que lamentamos profundamente. Seria muito importante que o Governo estivesse aqui para expor as suas ideias e a defesa da proposta de emenda à Constituição. Convidamos também Felipe Salto, economista e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que também nos informou, ontem à noite, que não poderia estar presente.

Avaliamos que não seria o caso de desmarcar a audiência pública, já que tanto a Profª Laura quanto o Prof. Jessé vinham de fora, com as passagens já providenciadas. A Comissão já havia convidado os Senadores, Senadoras e várias outras pessoas para participar.

Entendemos que esse é um tema importantíssimo para o País e que o Senado da República tem que garantir um debate mais aprofundado, para evitar o que aconteceu na Câmara dos Deputados, já que, infelizmente, ontem tivemos a aprovação da proposta de emenda à Constituição, praticamente sem debates. Resolvemos, portanto, manter esta audiência pública para colocar a posição tanto da Profª Laura quanto do Prof. Jessé.

Por um acordo entre ambos, passo a palavra à Profª Laura Carvalho, que vai fazer a primeira explanação, por um tempo de até 30 minutos.

A SRª LAURA CARVALHO – Bom dia a todos.

Agradeço o convite da Senadora Gleisi Hoffmann. Acho que esse tema, de fato, é de suma importância.

Tenho 20 minutos e vou tentar, primeiramente, fazer um diagnóstico do quadro fiscal, da situação fiscal hoje no Brasil. Vou mostrar alguns dados que acho que se contrapõem ao diagnóstico do senso comum, de que a nossa crise fiscal é fruto de uma gastança descontrolada. Essa seria, um pouco, a origem dessa regra, que procuraria frear essa gastança. Vou também fazer um diagnóstico um pouco da crise econômica brasileira, que seria fruto justamente dessa crise fiscal.

Vou tentar mostrar aqui que é o contrário, que a nossa crise fiscal é muito mais o sintoma da crise econômica brasileira do que a causa dessa crise. Portanto, a PEC 241 não só não soluciona os problemas que temos como pode prejudicar muito uma retomada, a estabilidade política. Enfim, vou tentar concluir nesse tom, ao final.

Primeiro, mostro alguns dados sobre o quadro fiscal brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O primeiro ponto que destaco é o seguinte: se olharmos os quatro governos, o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos do Presidente Lula e o primeiro mandato da Presidente Dilma, e separarmos o crescimento em termos reais, já descontada a inflação, dos vários tipos de despesa e da receita, a gente vê, por exemplo, que, ao contrário do que se costuma propagar, as despesas com os benefícios sociais, que incluem desde Previdência a Seguro-Desemprego e diversos benefícios, de fato cresceram, em termos reais, nos últimos anos, acima do PIB. Então, isso é um dos fatores. Agora, eles não cresceram mais, no primeiro mandato da Presidente Dilma, do que nos três mandatos anteriores que a antecederam. Então, não está aí a diferença desse período entre 2011 e 2014 e o que acontecia antes, enquanto a dívida ainda caía, bem como caía o próprio pagamento de juros, etc.

Também não está no gasto com pessoal, ou seja, no funcionalismo público, ou no descontrole do gasto com o funcionalismo público a fonte dos nossos problemas fiscais. Se olharmos ali na segunda parte do quadro, entre 2011 e 2014, ao longo do primeiro mandato da Presidente Dilma, as despesas com pessoal cresceram apenas 0,2% e ficaram praticamente congeladas, ao contrário dos governos que a antecederam, quando esses gastos cresceram 4%, 1,3%, 4,4%, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, onde está a maior diferença, se não é no gasto com pessoal, nessa ideia de um inchaço da máquina pública que teria de uma hora para outra provocado essa crise; se não é nos benefícios sociais? Por outro lado, se você olhar o investimento público, vê que, na verdade, o investimento até teve uma contração nesse período, em termos reais, no primeiro mandato da Presidente Dilma. Depende dos dados, da forma como se discrimina, mas, ao contrário do segundo governo Lula, onde houve um crescimento de 21,4% com o PAC nos investimentos públicos, esses investimentos ficaram basicamente congelados, em termos reais, desde o primeiro mandato da Presidente Dilma. E a gente sabe que, em 2015, esses investimentos caíram mais de 30%.

Ou seja, a diferença ali, se você olha para o total de despesas, que é o que estaria sujeito a essa regra da PEC, o total de despesas cresceu também 4,2%, em termos reais, menos no primeiro mandato da Dilma do que nos outros governos que a antecederam, e praticamente igual ao que cresceram as despesas no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique. Então, onde está a nossa crise? Qual é a nossa crise fiscal? Ela não é uma crise de crescimento maior das despesas, ela é uma crise de crescimento menor das receitas.

Se a gente olha ali a primeira linha dos dados que eu apresento, a gente vê que a receita total, por outro lado, cresceu 6,5% no segundo mandato de Fernando Henrique, inclusive com aumento da carga tributária, que não ocorreu nos três mandatos que se sucederam, e ela cresceu 4,8% no primeiro governo Lula, 3,6% no segundo governo Lula e apenas 2,2% no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Ou seja, essa é uma crise fiscal de receita, e não de despesa.

Sobre o quadro fiscal atual, ou seja, 2015 e 2016, esses dados, na verdade, foram produzidos pelo pessoal, pelo Rodrigo Orair e o Sérgio Gobetti, do Ipea, que estão, inclusive, utilizando os dados do Banco Central recém-divulgados, que têm pedaladas, despedaladas, etc. Todos esses pagamentos de passivos para bancos públicos estavam entrando em itens. Enfim, esses dados já estão tratados para essas coisas; não há nada falso aqui. Ou seja, a gente está falando de despesas efetivas; a gente não está falando nem de gastos para pagamento de banco público, nem o contrário.

E a gente vê que, em 2015, houve, sim, um ajuste; houve, sim, uma contração fiscal. E essa contração fiscal de despesas foi da ordem de 2,5% em termos reais. Ou seja, o que a PEC propõe que seja um congelamento ou, em alguma medida, após a estabilização da inflação, um congelamento de despesas reais.... Na verdade, houve uma contração brutal em 2015, e a gente viu as consequências dessa contração – eu vou tratar sobre isso depois.

A receita, por sua vez, cai mais, e isso faz com que o nosso déficit não, de forma alguma, diminua. E, neste ano, houve uma aprovação de um déficit maior ainda que afrouxa, e com isso há crescimento das despesas este ano. Mas, quanto à arrecadação, a previsão é de que ainda caia muito, dado que a economia nem começou a se recuperar.

Então, eu acho que aí entra o primeiro ponto, que é: temos uma crise de receita que é fruto do quê? Que é fruto de uma desaceleração e de uma crise econômica profunda e, ao mesmo tempo, fruto de políticas. Que políticas? Políticas de desonerações fiscais e outras políticas que impediram uma recuperação dessa arrecadação e que ainda impedem, pois ainda estão em vigor, e não estão englobadas na proposta da PEC 241.

Além disso, a gente viveu uma experiência recente. Já há quase um ano e meio, mais de um ano e meio, a gente iniciou um processo de ajuste fiscal que, como eu mostro aqui, é mais profundo do que aquele que a PEC propõe realizar. Ou seja, a gente teve um corte de 2,5% de despesas efetivas; a PEC propõe, na verdade, para os próximos anos, um aumento, ou um crescimento nas despesas reais, dado que a inflação – já vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

explicar – está caindo ainda, até ela convergir.

E esse crescimento menor de despesas não foi capaz de fazer aquilo que os defensores da PEC 241 estão dizendo que a PEC fará, ou seja, reduzir a taxa de juros, controlar a dívida pública, reduzir o déficit fiscal, provocar a retomada da confiança e provocar a retomada do crescimento econômico. Nada disso ocorreu com um ajuste fiscal muito mais brutal do que aquilo que a PEC se propõe a realizar.

Não quero entrar num tom muito técnico aqui. Agora, eu acho importante a gente olhar o que provoca o aumento da dívida, como é que se dá a composição daqueles elementos que estão provocando um aumento da dívida. Se você olhar para a dívida – aí é a linha mais escura, que é a dívida líquida, que é aquela dívida que já desconta os ativos do Governo, ou seja, se o Governo tem reservas internacionais, isso é um ativo do Governo; em teoria, ele poderia usar essas reservas internacionais para fazer pagamentos, ou seja, o critério para solvência, para a capacidade de o Governo se financiar, em geral, é a dívida líquida, dado que ativos do Governo têm que ser abatidos do conceito de dívida bruta.

Mas, já que, recentemente, por conta desse aumento da dívida bruta recente – e aí com várias explicações –, houve um deslocamento do debate para olhar apenas para a dívida bruta, então, vamos olhar para o que provocou esse aumento recente da dívida bruta – e a gente tem que olhar que ele é muito recente mesmo, entre 2014 e 2015.

E, aí, estou separando nesses componentes aqui: o vermelho são os juros, ou seja, o pagamento nominal de juros. Isso aí é a variação, a cada ano, dessa dívida bruta, em termos nominais, cada um dos componentes.

Vocês veem que as emissões líquidas – em azul –, que é de fato a nova dívida, é muito menor do que aquilo que representa o pagamento de juros sobre a dívida anterior. E, aí, eu quero, daqui a pouco, colocar por que a PEC em nada soluciona esse problema, o pagamento de juros.

Então, dentro desse pagamento de juros, decompondo aquela parte vermelha ali, eu acho que há uma coisa de que pouca gente fala, ou seja, o Brasil tem uma jabuticaba que é a seguinte: a gente tem, entre os títulos da dívida pública, títulos que são indexados à própria taxa Selic, ou seja, aquela taxa que o Banco Central determina é utilizada como indexador para boa parte da dívida pública brasileira, o que significa que o Banco Central, ao elevar os juros, imediatamente provoca um efeito direto, sem contar o efeito via outros mercados, mas um efeito direto de encarecer o pagamentos dos juros sobre boa parte da dívida.

Essa parte em laranja mais escuro é a Selic. Basicamente algo como 30% ainda dos pagamentos de juros vem desses títulos, ou seja, toda vez que o Banco Central decide não reduzir a taxa de juros, apesar de a inflação já estar caindo, provoca um custo direto que eleva o pagamento de juros. E, como vou argumentar, ele é mais importante que o custo que tem a ver, de fato, com um aumento de despesas, dado que o pagamento de juros representa uma parte muito maior do nosso déficit nominal.

Então, dado esse diagnóstico, eu queria, aos poucos, ir aos argumentos que estão sendo utilizados pelo Governo. E é uma pena que a gente não possa debater, porque eu realmente gostaria muito de ouvir as explicações detalhadas dos gráficos e dos números, que têm sido veiculados nas propagandas dos veículos publicitários pelo Governo, que buscam fundamentar a aprovação dessa PEC. Mas, enfim, eu acho que a gente pode ter alguma discussão de qualquer maneira e cobrar que essas informações sejam abertas e transparentes, porque, até agora, é um debate que tem estado travado, não só para a sociedade, que tem dificuldade de entendê-lo, mas mesmo para nós, dado que há revisões permanentes dessa PEC que a gente vai descobrindo aos poucos.

Mas quais são os problemas que a PEC argumenta que poderia resolver? E, aí, eu vou passar um a um dizendo por que eu acho que nenhum deles será resolvido com a medida. Depois, eu vou passar para outro eslaide dizendo quais são os riscos e prejuízos à sociedade que a PEC pode causar.

Então, primeiramente, a PEC estabiliza a dívida pública? Ela reduz déficits e estabiliza a dívida pública?

Eu acho que ficou claro, pelo diagnóstico que eu acabei de apresentar, que há inúmeros fatores por trás desse aumento recente da dívida pública que a PEC e o Governo não controlam.

Quais fatores o Governo não controla? O Governo não controla o PIB, apesar de poder afetá-lo se tivesse interessado em afetá-lo; o Governo não controla a arrecadação de impostos, e essa é uma parte que justamente está na origem da nossa crise fiscal, repito, que o Governo não controla diretamente ou, pelo menos, não consegue controlar e tampouco se propõe a controlar com essa PEC; o Governo não controla ou, pelo menos, o Ministério da Fazenda e o do Planejamento não controlam o pagamento de juros. Há, sim, o efeito da própria política monetária do Banco Central sobre esse pagamento de juros, como mostrei. E de nada depende ou, pelo menos, não deveria depender da PEC uma redução da taxa básica de juros em um contexto de convergência da inflação para a meta, que o próprio Banco Central aponta em suas atas.

Então, dessa maneira, a PEC em nada garante uma estabilização da dívida púbica. Vou além: a PEC, no curto prazo, é frouxa. Ou seja: do ponto de vista do corte de despesa, não há nada nessa PEC que faça com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o ajuste seja maior do que aquele realizado em 2015 e 2016. Não que eu defenda esse ajuste, acho que ele foi muito prejudicial para a recuperação da economia brasileira. Mas o fato é que os próprios economistas que defendem a PEC apontam que, como a regra é o total de despesa de cada Poder fica fixo por 20 anos.... Fixo em que sentido? Na verdade, reajusta-se a cada ano ou o valor nominal das despesas ou faz crescer as despesas exatamente no patamar em que cresceu a inflação ou que foi a inflação do ano anterior.

Estamos, nos próximos anos, em um período em que a inflação está caindo ao longo do tempo, tende a cair mais até que convirja para a meta. Isso significa que, nos próximos anos, a PEC, na realidade, autoriza um crescimento real dos gastos, ao contrário do que ocorreu em 2015. De modo que ela em nada tem a ver com o ajuste fiscal de curto prazo. O ajuste fiscal de curto prazo e urgente, que parecia ser a principal demanda de determinados analistas que hoje defendem a PEC e desde o ano passado, saiu de pauta, e agora a proposta é outra, não é de ajuste fiscal de curto prazo, certo?

A proposta é, ao contrário, de uma rigidez muito grande e uma redução muito forte do tamanho do Estado no longo prazo, o que tampouco garante estabilização da dívida porque nada diz sobre arrecadação, nada diz sobre juros, então, nada diz sobre crescimento. Então, a PEC não estabiliza a dívida, não é ajuste fiscal no curto prazo. E, no longo prazo – vou falar mais daqui a pouco – tem efeitos de, realmente, desmonte do infante Estado de bem-estar social brasileiro.

A PEC é necessária para controlar a inflação? Ela controla a inflação? Esse é outro argumento que a gente tem visto no debate. A inflação do ano passado, 2015, mais de 40%, segundo a própria ata do Banco Central, foi gerada por um reajuste de preços administrados. O que são preços administrados? São: combustíveis, energia elétrica e todos aqueles preços que foram represados durante algum tempo, e eles foram ajustados de uma vez. Aliás, essa é uma decisão que, de fato, prejudicou muito a recuperação da economia no ano passado. A Argentina está vivendo um processo parecido.

A gente fez um reajuste de uma vez só de todos esses preços, gerando uma inflação no meio de uma recessão. Mais de 40% da inflação do ano passado, segundo a ata do Banco Central, é fruto desse reajuste. Ou seja, nada tem a ver com dívida pública, com déficit fiscal. Aliás, muito pelo contrário. Houve uma contração fiscal no ano passado. A taxa de desemprego aumenta a cada mês. E o próprio Banco Central aponta, em suas atas, para um aumento da capacidade ociosa das indústrias, para uma taxa de desemprego crescente, para uma queda de salários reais.

Não há, nos fatores que hoje explicam a inflação brasileira, nada que dependa de uma contração ainda maior de gastos ou de uma taxa de desemprego ainda maior. Essa inflação já está convergindo, e o próprio Banco Central aponta isso, apesar de colocar muitas vezes em sua ata elementos um pouco difusos de que dependeria das reformas uma redução da taxa de juros. Mas aí eu acho que talvez seja mais um jogo político do que de fato um argumento baseado no próprio modelo técnico do Banco Central, de que o Banco Central se utiliza.

Ou seja: não controla a inflação, não é necessária uma medida como essa para controlar a inflação, até porque essa medida não é de ajuste fiscal de curto prazo. Nem num modelo teórico em que a inflação fosse explicada pelo déficit fiscal – que não é –, essa inflação estaria controlada por essa medida, porque não é uma medida de ajuste fiscal no curto prazo.

Essa PEC 241 é necessária para a queda de juros? Então, o Governo tem apresentado um gráfico em que é mostrado que o pagamento de juros com a PEC 241 se reduz em tanto. Eu gostaria muito de saber quais são os pressupostos utilizados nesse gráfico, porque não há nenhuma evidência empírica de efeito nem do patamar da dívida pública, que aliás a PEC não controla, sobre essa taxa de juros.

A taxa de juros, como eu mostrei logo antes, no Brasil, tem um efeito... A Taxa Básica de Juros do Banco Central tem um efeito direto sobre a dinâmica da dívida pública, porque a gente tem esses títulos chamados LFT, que são indexados à taxa Selic. E, para reduzir esse pagamento de juros, uma das pré-condições é de que o Banco Central comece a reduzir a taxa Selic ao invés de continuar aumentando a taxa Selic em termos reais a cada reunião, mesmo sem justificativas na sua própria ata para isso. É onde a Diretoria ou o Copom apontam que há uma convergência já em curso para a meta, dado o efeito que já passou dos reajustes de preços administrados, que explicaram a aceleração da inflação no ano passado.

A PEC 241 gera retomada da confiança e do crescimento econômico? Esse é outro discurso que vem aparecendo. Tem um dado que eu não trouxe aqui, mas é muito relevante, que está nos jornais de uma forma não muito clara, que surpreende e talvez ajude a explicar esse tipo de mito. A confiança da indústria vem aumentando muito, nesses últimos meses após o *impeachment* da Presidente Dilma. Aumentaram esses tais índices de confiança. Vão e perguntam ao empresário: "Você está confiante?" De uma hora para outra esses índices começaram a aumentar.

O último dado de produção industrial, por sua vez, mostra uma queda da própria produção, em 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

setores da indústria, que só é comparável a agosto, que só foi maior, na produção industrial, em agosto de 2012. Então, a gente teve a maior queda de produção industrial, enquanto a confiança da indústria aumentava nesses indicadores.

Há um completo descolamento entre o que se chama de confiança e o que, de fato, está acontecendo na economia real, o que eu acho que mostra um pouco o mito que se quer propagar de que, de uma hora para a outra, há o que o Paul Krugman, nos Estados Unidos, chama de fada da confiança, que fica olhando e fala: "Ah! Aprovou a PEC 241? Está se comportando direitinho! Vou começar a investir." Você olha para a realidade da indústria e não há nada que indique isso.

Acho que houve uma Comissão aqui anteriormente em que veio o Felipe Rezende mostrar os dados de endividamento das empresas. As empresas estão muito endividadas no Brasil; não conseguem realizar seus compromissos financeiros; a rentabilidade está caindo; há uma enorme dificuldade até para pagamento de dívida em dólar porque houve uma desvalorização do dólar no ano passado, que ainda prejudica; há um problema de capacidade ociosa crescente; estoques se acumulam; nenhum dado que você olha da indústria indica que há apenas um problema de confiança. Há um problema real e concreto. Empresários não vão querer aumentar ou ampliar a sua capacidade produtiva, investindo e comprando novas máquinas enquanto eles não estiverem utilizando e vendendo aquilo que eles poderiam vender, certo? Então, se essa mágica não aconteceu no ano passado com uma contração de despesas efetivas da ordem de 2,5%, por que ela aconteceria apenas com o indicativo de um ajuste fiscal que só seria implementado, de fato, em 2019, quando a PEC passasse a ser contracionista – coisa que não será, como já expliquei – nos próximos anos? Não há modelo teórico, não há arcabouço teórico nos modelos macroeconômicos mais convencionais, nem nos menos convencionais; não há nada que justifique essa perspectiva tão favorável que, infelizmente, está completamente fora do mapa no momento, enquanto não forem resolvidos problemas de crescimento ou se houver uma agenda de crescimento.

Força uma gestão mais eficiente. Então, há muita gente utilizando o seguinte argumento: coloque um teto nos gastos e isso fará com que a disputa fique mais acirrada entre cada item do Orçamento, e, por isso, isso vai forçar o Governo a fazer uma gestão eficiente.

Acho que não há evidência e acho que também podemos olhar para o ano passado. Esses conflitos estavam muito acirrados. Houve um corte de despesas reais. A gente teve experiências de ajustes fiscais muito mais brutais do que o que a PEC propõe, em vários momentos no passado, inclusive em 2011, aliás, quando houve – e pouca gente fala – o ajuste fiscal que aumentou o superávit primário em 1% do PIB. E nenhum desses momentos provocou esse salto na eficiência do Governo. Isso não quer dizer que a eficiência do Governo não tenha aumentado em diversos momentos. Acho que isso tem de ser uma política que tem de ser implementada e cobrada a todo o tempo pelos mecanismos de controle de fiscalização. Você não pode resolver que o Governo não tem a capacidade de implementar isso, que as pessoas não estão interessadas em implementar isso e, assim, colocar uma camisa de força, esperando que isso aconteça, porque não acontecerá – vou entrar nesse detalhe daqui a pouco. Mas nada nessa PEC garante que o caminho será pela eficiência; muito pelo contrário, as pressões são em outra direção.

Por fim, há experiência positiva em outros países? Eu vi também, numa apresentação do Governo, alguns mostrando que há gente que tem regra de gastos e havia lá alguns países. Você olha para um artigo que saiu em 2015 de economistas do FMI, é um *working paper* do FMI sobre regra de gastos, e você chega à seguinte conclusão: há 23 países que ainda têm regra de gastos.

Antes eram 31; vários já eliminaram. Essas regras, na maior parte das vezes, são atreladas ao PIB ou têm algo a ver com o crescimento do PIB; são regras para períodos curtos, com cláusulas de escape, ou seja, em momentos em que a economia não está crescendo, você pode sair da regra. Elas são usadas de forma complementar a outras regras, a outros indicadores. Em nenhum desses países a regra é para um crescimento dos gastos que seria zero no momento em que a inflação se estabilizar, ou seja, crescimento real de zero.

Há vários países que têm, por exemplo, uma regra para crescimento real de 3%, 4%, não de zero. Em nenhum desses países a regra é por 20 anos, não há nada parecido. Não existe nenhuma regra fiscal, aliás, que é de 20 anos. As regras, em geral, são para poucos anos, ou mesmo que a cada orçamento, a cada ano, se aprove qual é o teto, como a gente faz, aliás, para a meta de superávit primário. Há alguns anos, você diz: "Olha, a meta é 4,5%, é 3,5%". Você olha a situação e aprova, o Congresso vai lá e diz qual será. Isso é o que a maioria dos países que têm essa regra faz. Nenhum deles tem uma regra por 20 anos. Nenhum deles tem uma regra constitucional.

Esse artigo do FMI é muito interessante, porque ele mostra, inclusive, que em alguns países há regras, por exemplo, para o déficit como um todo, que são constitucionais, ainda que não tenham um número específico. Mas nenhum país tem uma regra de gastos na Constituição. Isso não existe em nenhum lugar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mundo. Então, ela é uma regra que é realmente uma jabuticaba em três elementos. Inclusive, os próprios jornais estrangeiros já estão reportando essa regra como algo inimaginável. Parece exagerada para qualquer pessoa que tenha alguma noção de regra fiscal pelo mundo. A Europa, por exemplo, tem uma regra, mas ela tem a ver como PIB, que depende do crescimento do PIB, etc. Tampouco é tão rigorosa; é alterada ano a ano.

A PEC 241 não só não resolve esses problemas como ela cria problemas. E já chego ao final da minha apresentação.

O primeiro problema que ela cria é o seguinte: ela elimina, basicamente, o poder da política econômica. Para que serve a política econômica? Para que serve o Congresso? Para que serve o Ministério da Fazenda e do Planejamento se, independentemente do crescimento econômico, você já está fixando o tamanho do Orçamento Público? Inclusive, há algumas cláusulas que determinam, como vou falar, que, se você exceder essas despesas além do teto, você já tem na própria PEC de onde será cortado. Vou mostrar; não é surpreendente que será cortado justamente de quem mais precisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LAURA CARVALHO – Então, enfim, é algo que – acho que o Jessé talvez vá falar mais – retira totalmente dos representantes eleitos o poder de desenhar e de resolver qual é o tamanho do orçamento e de aprovar esse orçamento anualmente, dependendo de quanto o País está crescendo. Basicamente, é uma PEC que é uma demanda daqueles que não confiam em nada nos representantes eleitos. Ela só poderia ser entendida como uma demanda dos que nada confiam nos representantes. É curioso que esses mesmos representantes votem uma medida dessa natureza.

O segundo ponto é: há uma compressão maior de determinados gastos que inevitavelmente vai acontecer com a PEC.

Então, é claro que essa disputa, que a gente está vendo desde o ano passado, é um exemplo, sim, de um conflito distributivo acirrado sobre o bolo do Orçamento, que está cada vez menor.

Nessa disputa, que gastos vão perder? Quem vai perder? Eu acho que, como sempre, os investimentos públicos perderão, porque são a variável de ajuste primeira. Aí a experiência internacional, com todo tipo de regra de gastos – nesse *paper* do FMI, isto é apresentado –, mostra justamente isto: que os investimentos públicos tendem a cair, principalmente em países emergentes, com implementação desse tipo de regra. Então, esqueçam esse motor do crescimento, que já vinha sendo um pouco abandonado e que, agora, então, a gente pode realmente esquecer. Aí podem dizer: "Não, mas vai haver as concessões." Falta combinar com os russos, porque não há muita gente querendo investir no Brasil neste momento, apesar das propagandas veiculadas. Propaganda, às vezes, não é suficiente para atrair, é preciso crescimento ou alguma perspectiva de crescimento e de retorno.

Há uma perspectiva, como eu já disse, de um prolongamento dessa crise econômica, porque os investimentos vão estar, mais uma vez, paralisados, vão ser os principais perdedores. Não há outro motor. A economia mundial ainda patina. Fala-se lá fora em estagnação secular, em crescimento baixo nesses países por muito tempo. Não há nada lá fora que vá resolver nossos problemas. Aqui dentro, há uma massa de desempregados que não quer ou não tem interesse em consumir. E há uma falta total de incentivos para o investidor privado produzir, pelos motivos que eu já falei. Há capacidade ociosa, etc. Então, sem os investimentos públicos como motor, essa retomada, de fato, não ocorrerá. A gente vai continuar vendo exatamente aquilo que a gente viu, com alguns bodes a menos na sala, porque é claro que, no ano passado, houve também uma crise política, um travamento da própria política econômica, da sua capacidade.

Há um artigo para o qual eu queria chamar muita atenção, que é o art. 104 da PEC 241. Inclusive, saíram reportagens ontem e hoje no G1, no *Estadão*. Saiu um texto do próprio Felipe Salto, que não veio aqui. Eu vou citá-lo daqui a pouco, porque ele não veio, mas o texto dele é público, e, então, eu posso citá-lo. É sobre uma das revisões que foram implementadas na PEC 241, que é o art. 104, alguns dos incisos, que têm a ver com as sanções em caso de não cumprimento. Se não cumprirem, se excederem o teto, o que acontece? Há sanções automáticas. Entre essas sanções, há uma que diz assim, basicamente: o Governo não pode tomar nenhuma medida que eleve despesas obrigatórias, caso seja excedido esse teto. Que despesas obrigatórias? Que medidas elevam as despesas obrigatórias em termos reais? Muitas das despesas obrigatórias são indexadas ao salário mínimo – Previdência, mas também outras despesas são indexadas ao salário mínimo. Então, essa cláusula atropela a lei de reajuste do salário mínimo em caso de não cumprimento. Imaginem o exemplo seguinte: no Judiciário, os magistrados conseguem seu reajuste, o que eleva o total de despesas e faz com que as despesas excedam o teto. O que acontece? Entra a cláusula, e impede-se o aumento real do salário mínimo. Esse tipo de dispositivo é quase que a prova cabal de que essa medida busca, de todas as maneiras, reverter um processo redistributivo, que já não era muito ambicioso, mas que ocorreu nos últimos anos, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pelo menos em meados dos anos 2000.

Então, o salário mínimo vira variável de ajuste nessa história. Em última instância, se as despesas crescem mais, o salário mínimo vira uma variável de ajuste. Ninguém está colocando isso.

Perpetua conflitos. Imagine o seguinte: a economia volta a crescer, por algum milagre, fica tudo bem, acontece aquilo que o Governo está prevendo, ou seja, volta esse crescimento – apesar de eu não o enxergar, torço por ele. Daqui a cinco anos, estamos crescendo a 3%, a arrecadação está bem, volta a subir, mas a gente vai continuar tendo na sociedade exatamente esse mesmo conflito distributivo a que a gente vem assistindo desde o ano passado, em que não são os mais vulneráveis que ganham. Não é o investimento público que ganha. A gente vai continuar acirrando esses conflitos de forma desnecessária, porque esses benefícios poderiam levar a ganhos para o conjunto da população, e a regra simplesmente impede isso, apesar de deixarem livres o pagamento de juros, porque o teto não se aplica a pagamento de juros. Então, para pagamento de juros não há nenhum problema, mas para as pessoas vai haver muitos.

Estimula manobras fiscais. Há uma nota do FMI, que saiu em 2012, que diz assim: quanto mais rígidas as regras fiscais – uma regra constitucional é o mais rígido que você poderia pensar, por 20 anos, crescimento zero da despesa –, mais manobras são feitas para tentar ocultar o déficit fiscal. Eu acho que depois de uma discussão do último ano inteiro sobre manobras fiscais, sobre transparência, etc., você implementar algo que vai justamente caminhar na direção de um aumento das manobras... porque não há dúvidas de que, como foi em todos os países – essa nota do FMI mostra vários exemplos –, quando você implementa regras muito rígidas, a contabilidade criativa corre solta. Então, prejudica, inclusive, a transparência.

Por fim, o desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro sem uma discussão com a sociedade pode levar a um caos ou a uma instabilidade política ainda maior do que aquela que a gente está vivendo. Como é que você implementa uma coisa, por 20 anos, que provocará, inevitavelmente, uma compressão de gastos em várias áreas, como saúde, como educação? E aí, *per capita*, não é? O Governo apresenta gastos com educação e proporção do PIB para dizer que o Brasil está bem, mas você tem que apresentar por aluno, *per capita*. A comparação correta não é em proporção do PIB. Ela é em proporção à população. O gasto que interessa por aluno. É claro que pode haver ganho de eficiência sem aumento de gasto, mas não é verdade o que está se propagando também, que com o aumento de gasto com educação não houve nenhum aumento. As notas do Ideb mostram que houve, sim, uma melhora na educação básica no País.

É um desmonte no seguinte sentido: a população vai continuar crescendo. Apesar de ela estar crescendo mais devagar, ela vai continuar crescendo ao longo dos próximos 20 anos, porque ao mesmo tempo em que você tem uma queda na natalidade, você tem um aumento da expectativa de vida. Essa população cresce. Os gastos ficam parados. Imaginem o momento já em que a inflação estabilizou, e esses gastos ficam parados em termos reais. Ou seja, o gasto *per capita* com educação no Brasil vai cair ao longo do tempo.

Os gastos em proporção do PIB do Brasil – e é a mesma coisa com a saúde –, segundo as simulações, se crescermos devagar, como crescemos entre 1980 e 1990, vão passar de 40% do PIB para 23% do PIB. O que é isso? É mais ou menos o que vigora em países como Burkina Faso, Guiné Equatorial, países que não têm condições ainda de prover um Estado de bem-estar social nem esse Estado deficiente que temos, oriundo do pacto de 1988. Então, realmente, se crescermos mais, a queda é maior ainda, iríamos para 19% do PIB, e *per capita* é algo que ainda é mais avassalador, ou seja, estaríamos caminhando, nos próximos 20 anos, para uma outra sociedade que não é aquela escolhida não só em 1988, mas também nas últimas eleições e nas próprias manifestações *pró-impeachment*.

Há um levantamento realizado por pesquisadores da USP nas manifestações *pró-impeachment* na Paulista, desde março do ano passado, que aponta que 92% das pessoas que estavam nessas manifestações são a favor de um sistema de saúde e de educação público, gratuito e universal. Ou seja, não há nada que seja de manifestação recente da sociedade brasileira que vá na direção de simplesmente desmontar esse sistema e, como eu falei, sem mostrar as outras coisas.

Eu quero só citar o Felipe Salto, que não veio. Saiu um texto do Felipe Salto com a Monica de Bolle, ontem, que se chama: "PEC do Teto 'não é uma Brastemp'". Como, às vezes, costumam tachar economistas: "Deve haver economistas que são irresponsáveis mesmo", eu certamente não tenho nenhum sadismo, não gosto de déficit fiscal, não gosto de inflação, não gosto de endividamento crescente, não gosto de baixo crescimento. Então, eu acho que isso não é o que causa divergência entre os economistas. De qualquer maneira, como as pessoas costumam atribuir isso, acho importante usar argumentos, inclusive, daqueles que são a favor ou foram a favor do ajuste fiscal do ano passado contra essa PEC.

Então, esses são dois economistas que apoiaram todo o ajuste fiscal, que deveria ser o mais rápido, etc. Aqui são algumas citações do texto deles que saiu ontem. Estão no blogue do Felipe Salto, que não pôde comparecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em nenhum lugar do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisões de tempos em tempos. [...]
>
> A PEC está desbalanceada. Tem efeito nulo no curto prazo [depois ele fala que ela é excessivamente rígida no longo prazo] [...].
>
> Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso [...].

A PEC impede, ela perpetua os conflitos que temos hoje, num momento de recessão, para momentos de expansão.

Essa lei do reajuste do salário mínimo – ele também notou a cláusula 104, que foi revisada: "Essa lei será atropelada por esse novo regramento." Então será uma variável de ajuste.

"A verdade é que não se faz política econômica no tapetão", eles concluem

Não adianta você querer fazer uma lei, baixar um decreto e supor que, a partir daí, está tudo resolvido, porque a política econômica, na verdade, continua dependendo da vontade, das prioridades de cada governo e de cada representante eleito, de modo que se pode tentar no tapetão resolver um problema, mas isso não se vai resolver se não houver a vontade de ser mais eficiente, mais transparente, mais estratégico e mais realista. Não se resolve com decreto.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, para Estados e Municípios, que tem muitas vantagens, ela mesma mostra que há alguns itens lá, como, por exemplo, não poder crescer despesa com pessoal, a partir de até certa proporção da Receita Corrente Líquida dos Estados e Municípios. Estados e Municípios não conhecem sua Receita Corrente Líquida. Toda hora há um problema, e essa regra não é respeitada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LAURA CARVALHO – Enfim, não se faz política econômica no tapetão. Não adianta você baixar na Constituição uma coisa e supor que isso vá resolver algum problema.

Olha, eu preciso encerrar, porque eu acho que já passei do tempo, mas queria dizer que há alternativas para resolver essa crise fiscal. Não é por falta de alternativas, há diversas. Então, há um documento que está em circulação que foi lançado ontem na Câmara – acho que há gente que tem por aí –, que se chama "Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil", em que há uma proposta de reforma tributária que não só eleva impostos, que reduz alguns impostos e eleva outros, que é progressiva e que resolveria o problema de curto prazo; coisa que a PEC não resolve. Há também nesse documento um diagnóstico mais detalhado do quadro fiscal atual dessa redução do crescimento das receitas como fonte da crise.

A gente, além disso, tem um problema que é o conjunto de desonerações fiscais concedidas sem contrapartidas muito amplas, custosas, que ainda estão em vigor. Por que a gente não está discutindo isso? Por que a gente está discutindo cortar a saúde, cortar a educação, cortar salário mínimo, impedir aumento real, e não discute desonerações, ou seja, reduções de impostos concedidas para grandes empresários, em diversos setores sem contrapartida, que são muito custosas e que não foram eliminadas nem com a tentativa do Ministro Joaquim Levy, no ano passado, de passar isso no Congresso? Ou seja, essa não é a primeira forma de se pensar nesse ajuste.

Precisa-se de uma agenda de crescimento econômico. Enquanto não se estiver falando em crescimento, renda e emprego, esqueçam qualquer tipo de estabilização da dívida pública. Investimentos públicos são essenciais nessa retomada. Então, isso tem que estar em qualquer agenda.

O Orçamento Público não é o orçamento de uma família, como se costuma colocar – não é! Os gastos que você faz afetam o quanto você ganha. Na família, não.

Os gastos, os investimentos de Governo têm um efeito não só de aumentar produtividade, melhorar custos para os empresários, como também de gerar emprego, renda. Isso, por sua vez, ajuda a dinamizar uma economia que não tem hoje nenhum motor – nenhum motor de crescimento! E isso é muito relevante.

As concessões não são o caminho. Se mostraram ineficazes. Vão dizer: "Ah, não, é porque era desconfiança política. Ah, não, é porque era mal desenhado."

Na hora em que você vai olhar o programa anunciado pelo Governo, é muito similar àquele que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

havia. Não há nenhum indicativo de que, com uma economia ainda caindo 3,3% este ano, segundo as últimas previsões, com uma produção industrial tendo caído no último mês em 20 setores, com a capacidade ociosa subindo, com o desemprego aumentando, que haja um interesse tão grande assim em investir no Brasil. Se o Governo não investir direto, isso muito provavelmente não vai sair do papel.

Essa aposta de que o setor privado é que vai fazer, de que você dá incentivo, que você subsidia a margem de lucro do cara, dá crédito.... Essa aposta foi feita nesses últimos cinco, seis anos. Essa aposta não funcionou para acelerar essa economia.

Por fim, a gente já tem instrumentos de fiscalização de controle de planejamento orçamentário, porque parece.... Eu vejo argumentos: "Olha, não, é preciso haver uma regra." A gente já tem meta fiscal, a gente tem um planejamento, tem que passar pelo Congresso, o Congresso tem que aprovar.

E isso, se não for cumprido, também tem que ter uma revisão, etc. A gente tem mecanismos que são normais, o que acontece em todo país do mundo. São mecanismos de fiscalização, de controle e de planejamento orçamentário. É assim que funciona em outros países.

Então, mesmo nesses poucos países que têm alguma regra de gasto, não é uma regra rígida, é uma regra curta, para poucos anos, cheia de cláusula de escape, que é, na verdade, parte desse planejamento orçamentário, que não é uma cláusula da Constituição.

Isso não existe! Isso não existe. Constituição não resolve uma coisa desse tipo. Independente do que está acontecendo, independente de quem é o governo, independente de qual é o crescimento, isso não gera nenhum benefício.

Então, por fim, acho que ninguém aqui discorda de eficiência dos gastos públicos, transparência de gastos públicos, realismo nos gastos públicos, estratégia nos gastos públicos. Não há divergência de que todos queremos isso. A questão é: essa PEC faz isso ou simplesmente vai fazer com que você coloque uma camisa de força e aqueles que têm mais condições, são mais organizados, têm poder econômico, político mais forte consigam ficar com a maior parte e os demais sejam a tal da variável de ajuste?

Então é isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria agradecer à Profª Laura. Muito boa a sua exposição.

Só para corroborar, você falou que em 2011 nós tivemos um corte acentuado no orçamento. Nós tivemos em 2011, 2012 e 2013. Em todos esses anos foi feito superávit primário e não tivemos déficit. Começamos a ter déficit a partir de 2014. Então, dizer que o Governo foi perdulário, não fez.... Muito pelo contrário, com certeza, esses ajustes que tivemos no orçamento tiveram impacto significativo na despesa e na demanda do Estado. E, com certeza, tiveram também impacto na crise que estamos vivendo.

Eu quero passar, então, ao Prof. Jessé de Souza.

O SR. JESSÉ DE SOUZA – Bom dia a todos. Antes de tudo, eu gostaria de agradecer o convite que me foi feito. E, numa espécie de divisão espontânea do trabalho com a Laura, eu gostaria de tocar aqui nos aspectos sociais e políticos desse tipo de ajuste fiscal que está acontecendo.

A gente nunca entende o mundo, a gente nunca entende as coisas que estão acontecendo se a gente não reconstrói o passado que faz com que o presente se apresente da forma como faz. No fundo, o que a gente está montando aqui, o que a gente está sofrendo aqui entre nós é uma mudança abrupta do capitalismo nos últimos anos. Que mudança é esta, rapidamente?

Nós tínhamos um capitalismo em que a matriz industrial era muito mais importante. Um capitalismo que foi dominante especialmente de 1945 a 1975. Era um capitalismo da social-democracia por quê? Porque era um capitalismo em que as classes capitalistas tinham lealdade nacional. Ou seja, se você é um industrial, você tem interesse que a classe trabalhadora possa comprar os seus produtos; você tem interesse que a sua sociedade se desenvolva a longo prazo.

A sua empresa vai se aproveitar disso etc. Esse tipo de capitalismo, que é o chamado acordo social democrata, vigorou em vários desses países.

Eu próprio tive uma experiência em 1980. Fui estudante na Alemanha e pude observar que não havia pobres nas ruas, não havia pobreza nas ruas. Eu, que era um leitor iniciante de Marx, pensei que aquilo era o paraíso comunista de Marx, o que mostra que existem formas de capitalismo que podem ser extremamente humanas, generosas etc. Todo mundo tinha educação da melhor qualidade da infância ao doutorado e tinha acesso à saúde com os melhores médicos. O médico do presidente da Mercedes-Benz era o médico que poderia me atender também. Isso era capitalismo. Essa é uma forma possível de se ter capitalismo.

A partir da década de 1970, início da década de 1980, começa a haver a percepção de uma taxa decrescente de lucro, principalmente pela força dos sindicatos, o que faz parte de um capitalismo que dá certo; ou seja, você não pode concentrar riqueza em 1%, como temos hoje. Isso foi visto, obviamente, e desenvolveram-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

se políticas para tentar aumentar a taxa de lucro. Aí você encontra as modificações na economia japonesa dos anos 80, cujo processo ficou conhecido como toyotismo, a invasão das indústrias automobilísticas em mercados europeus. Por quê? Porque você cortou o pessoal que supervisionava o chão de fábrica. Você ganhou os trabalhadores, você uniu os fins. Isso se observou principalmente entre os trabalhadores japoneses, mas, depois, isso aconteceu em todos os outros países – você vai contratar trabalhadores que não têm passado sindical e criar uma espécie de unidade entre os fins da empresa e os fins dos trabalhadores.

Mas a mudança mais importante foi a que aconteceu a partir de Reagan e Margaret Thatcher, a chamada desregulação do mercado financeiro. Desregulação, pessoal, é um eufemismo. Quando você diz que é uma área que você não vai regular, significa que você está abdicando do controle sobre ela. No fundo, você está legalizando a corrupção. Claro, se você não regula, se você não controla, você não sabe o que está acontecendo ali. E a crise de 2008 mostrou a todos nós que tipo de monstro estava sendo urdido nesse tipo de desregulação.

Essa desregulação é extremamente importante para os assuntos que tratamos aqui, porque a elite financeira não tem a lealdade nacional que a elite industrial tinha, por seus próprios interesses. Na persecução dos seus próprios interesses, os industriais tinham interesse em condições sociais do mercado nacional a longo prazo. A elite financeira não tem isso; ou seja, ela pode investir o seu lucro em outro mercado. É pouco caso para esses investidores que o Brasil entre numa crise de 20, 30, 50 anos, mais miséria ainda etc. Quer dizer, eles podem simplesmente mudar de país, fazer a rapina via juro, que é uma rapina nova, invisível para as pessoas ainda.

O debate político tem que torná-lo visível. As pessoas não sabem como elas são exploradas a partir dessa nova fase do capitalismo, e isso conta extremamente. Essa elite financeira fica numa posição de chantagear o Estado, esse é ponto mais importante, ou seja, se você não cumprir tais, tais e tais demandas, eu posso investir em outro lugar etc.

Nisso aí, nós temos uma transformação fundamental, estrutural da forma do Estado e da forma como a política é exercida. Passa-se de um Estado fiscal, que cobra imposto e, a partir disso, pode cumprir as suas funções sociais e políticas, para um Estado devedor.

O que é esse ajuste fiscal? É uma piada até você montar ajuste fiscal para cortar saúde e educação do povo quando a raiz da crise fiscal tem que ser procurada em outro lugar. O Estado deixa de poder cobrar imposto dos muito ricos, esse é o ponto. Quem arca, em 53%, com a carga fiscal do Estado brasileiro são as pessoas que ganham até três salários mínimos – e a Fiesp botava o pato, dizendo que ia pagar o pato. Quem paga o pato é o pobre entre nós.

A crise fiscal nasce quando? Se você não cobra. E não cobra também por quê? Porque existe uma compra da política, uma compra do Parlamento – em grande medida, obviamente não é ele inteiro – por parte desses interesses. Existe uma rearticulação da forma como a política passa a ser conduzida entre nós que implica desprestígio do Parlamento, que implica que os jornais e a imprensa passem a decidir as grandes questões políticas, e o Parlamento passe a ser uma instância de ratificação apenas – imprensa essa que é controlada pelo capital financeiro. Todas as questões econômicas são analisadas, em 90% dos casos, por analistas econômicos pagos direta ou indiretamente pelo mercado financeiro. Essa é a nossa esfera pública. Isso faz com que os temas já sejam discutidos pela imprensa e cheguem aqui para vocês ratificarem ou não. É retirada desta instância aqui a possibilidade de discussão, debate etc. Essa é uma forma de captura da função da política pelo capital financeiro. Se não compreendemos isso, não compreendemos todo o contexto e pressupostos do que estamos discutindo aqui hoje.

A nova forma de espoliação e drenagem de recursos instaurada pelo capital financeiro também é distinta da de antes, quer dizer, não é só a mais-valia. Você tem o quê? O mecanismo da dívida pública. Se você não cobra dos ricos, se não passam os ridículos 0,38% da CPMF, o que você tem que fazer? Você tem que pedir emprestado, porque esses ricos – e houve um processo de concentração de riquezas incrível – detêm toda a riqueza. E o Estado, para cumprir agora as suas funções, não podendo mais fazê-lo cobrando impostos, tem que pedir emprestado desses mesmos ricos, que deveriam ter pagado imposto. Esse é o ponto. A crise fiscal é isso, o não dito da crise fiscal é isso. A fraude, a mentira da crise fiscal, é negar e tornar invisível esse ponto.

Quando você passa a ter que pedir emprestado dos muito ricos para cumprir as funções básicas que o Estado tem que cumprir, você faz o quê? Não só o cara não paga imposto, mas ele empresta esse dinheiro aos juros mais altos do Planeta, ou seja, tudo que a Laura já nos explicou aqui de forma brilhante – Selic, mil formas etc.

Isso funciona como? Isso funciona como uma forma de que... A nova forma de dominação econômica, mancomunada com transformações estruturais da esfera pública e da própria captura do sistema político pelo mercado financeiro.... É o que está acontecendo aqui. Esses caras deixaram um mandato para vocês.... Houve gente que disse que isso aí ia ser bom para os muito pobres. A desfaçatez é incrível! A fraude, a mentira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ganha foros, porque, por exemplo, ela tem espaços onde domina, controla, monopoliza os instantes de fala, via imprensa etc. Esse é o ponto a que nós estamos chegando e em função do qual nós estamos examinando essa proposta aqui.

A nova forma de extração do excedente econômico é que muda. E ela vai mudar como? Não só no sentido empresário-trabalhador, que sempre existiu, mas ela vai ser agora montada a partir do mecanismo da dívida pública, ou seja, via imposto que o povo mais pobre paga e que vai para os bolsos dos mais ricos, que deveriam pagar imposto e não pagam. Esse é o ponto.

Nós estamos aqui tocando no fato de que um país de 200 milhões de pessoas, a quem este Estado deve servir.... Os senhores foram eleitos por elas, mas quem manda neste País são 10 mil ou 20 mil famílias estrangeiras e nacionais que controlam a forma como as questões são percebidas e que dizem o que o sistema político pode ou não decidir etc. Nós temos, no fundo, duas formas de soberania que estão em jogo aqui. Há uma que lida com os 200 milhões, que vão ser sufocados aqui se essa PEC passar. Em nome de quê? Em nome dessa outra soberania, que não é eleita, mas que comprou... Quer dizer, o dinheiro consegue comprar as outras elites, ou seja, o dinheiro domina o mundo, mas ele não domina de modo direto, ele precisa convencer essas pessoas de que, por exemplo, esse assalto aos bolsos delas é justo, é feito para combater a inflação, é feito por todas essas formas que foram aqui desmontadas bastante bem pela Laura.

Eu acho que nós estamos tocando em um instante histórico disso, o instante histórico em que essas duas soberanias, essas duas formas de Estado estão em jogo.

Esta aqui é uma reunião que só pode ser compreendida.... Tanto que a própria PEC não faz nenhum sentido, exatamente pelos mecanismos que ela própria tenta criar, como, mais uma vez, a Laura ajudou a mostrar... O que está em jogo aqui é captura da política brasileira, da sociedade brasileira, da reversão do pacto que foi instaurado em 1988 e também, eu acho, do nascente Estado social entre nós.

Houve o quê? Houve o fato de que você teve 40 milhões de pessoas que saíram da camada muito baixa, dos excluídos entre nós, e que passaram para a classe trabalhadora precária, ou seja, passaram a consumir, passaram a ter empregos formais etc. Essa é a única saída de um País como o nosso, onde 70% das pessoas não têm privilégio algum, de ter alguma forma de crescimento efetivo e ascensão. Não foi um investimento apenas no consumo, foi um investimento que envolveu acesso a capital cultural, a conhecimento. Ou seja, passou-se, por exemplo – só para dar um dado –, nas universidades, de 3 milhões para 8 milhões de estudantes. Isso é um processo maciço – era, porque está em risco agora – de qualificação dessa massa de pessoas que não tinham uso no mercado econômico. Por quê? Porque o mercado econômico só pode utilizar o trabalho de quem incorpora conhecimento. Quem não incorpora conhecimento tem de vender a sua força de trabalho como um cavalo vende, ou seja, como tração muscular. É o caso da cozinheira que fica sete horas no fogão: ela está sendo paga para aguentar fogo, calor no seu corpo, ficar em pé o tempo todo – ou esses serviços pesados e sujos que os excluídos fazem entre nós. Ou seja, ele não pode, inclusive, nem ser explorado de modo racional.

A racionalidade de uma economia tem a ver com você capacitar o seu povo a incorporar uma forma de conhecimento útil, e que ele possa desenvolver as suas qualidades. Um país que não faz isso é um país pobre, sem futuro, e eu acho que é exatamente o que está em jogo aqui. Estamos desfazendo as bases, que foram pequenas. Foi uma pequena revolução, não desmontou o dado escravocrata entre nós, ou seja, a naturalização da desigualdade, desprezo pelos pobres etc. A gente viu que isso continua vivo na nossa sociedade. É uma luta ainda para se continuar.

Mas o que essa PEC implica é: vamos separar o dinheiro para esse pessoal que nos comprou. É isso. Comprou a nós todos, comprou nosso sistema político, comprou a forma como a gente se percebe na esfera pública, comprou a nossa inteligência. E os 200 milhões de seres humanos que estão aqui são para onde vai.... No fundo, o serviço da dívida equivale a 42% do nosso orçamento. Educação e saúde juntos não chegam a 8%, mas a retração é em cima da saúde e da educação. É um País pouquíssimo inteligente, eu diria. Nós já temos uma situação extremamente precária nessas áreas. Precisaria de mais investimento, de aprofundamento – isso não é gasto, é investimento. Isso é uma forma de você.... Como aconteceu efetivamente, em grande medida, o aumento do mercado interno entre nós teve isso.

Quer dizer, o Brasil foi montado como um país para 20% na década de 70, e ele era um país de 20% até o ano 2000. Ele é um país pobre, sem perspectiva de crescimento etc. Todas as formas de construção de um futuro novo tinham a ver com o modo de pegar esses 70% que foram tratados como subgente – que se propiciasse a entrada dessas pessoas, seja ao mercado, mas também à informação, à cultura etc.

Esse processo vai ser abortado, obviamente. Esse é o jogo, esse é o intuito. E acho também... Não só em termos da sociedade como um todo, também não consigo entender a inteligência da classe política nisso, porque ela está abdicando das suas funções. O que é que vocês vão fazer depois da aplicação dessa medida? Vocês vão gerir o quê? O orçamento já está montado, já está dito para quem vai, para o bolso de quem vai etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sempre acho pouca inteligência pensar no curto prazo. Inteligência é você pensar no longo prazo. E, no longo prazo, as pessoas que vão sofrer com isso – é claro que elas vão – vão cobrar isso. Mais tarde as ações têm que ser justificadas. Não existem interesses apenas. Só uma pessoa pouco inteligente raciocina nestes termos: "Vamos montar a coisa, porque no curto prazo isso me resolve aqui, aqui e acolá." Mas isso vai ser exigido dos senhores depois. Quer dizer, essa PEC vai dividir águas: vai ser quem votou e quem não votou; 2018 não vai ser 2016, o efeito da Lava Jato etc. As ambiguidades da Lava Jato vão ficar muito explícitas daqui por diante. Em 2018, há um outro quadro, e os eleitores vão saber quem votou para eles e quem votou para os grandes bancos, esse é o ponto. Essa questão vai ficar cada vez mais clara entre nós.

Há pouco debate sobre isso, mas nas eleições americanas isso já foi um ponto... Tanto o Sanders quanto o Trump são reações aos perdedores do capitalismo financeiro, quer dizer, o capitalismo que tem, inclusive, comprado tempo, de algum modo, com o endividamento cada vez maior dos Estados. Mas é claro que ele não consegue se manter. Eles vão vender produtos para quem? Não têm dinheiro para comprar etc. Quer dizer, isso não tem futuro, esse jogo não é a longo prazo. Quer dizer, acho que o que se está jogando aqui é a nossa soberania como país e que tipo de sociedade a gente vai ter.

Era isso que eu queria dizer para os senhores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem! Agradeço ao Prof. Jessé a exposição.

Nós vamos abrir para o debate.

Queria também fazer uma saudação aos Deputados que estão aqui nos acompanhando: Deputado Enio Verri, Deputada Margarida Salomão e Deputada Angela. Sejam muito bem-vindos. Vão ter também condição de usar da palavra.

A gente tem feito um sistema aqui por ordem de chegada. Então, pergunto à Senadora Lídice da Mata se quer usar da palavra agora ou mais tarde.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Eu?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Você foi a primeira a chegar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente fui a primeira a chegar na reunião, antes, porque eu me inscrevi, fui a primeira a me inscrever.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, a primeira inscrita no painel. Exatamente, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

Eu realmente gostaria de saudar a iniciativa de V. Exª no sentido de trazer este debate ao Senado antes mesmo que ele efetivamente chegasse aqui, porque ele já chegou à sociedade brasileira e, infelizmente, lamentavelmente, com o espetáculo a que nós assistimos ontem: de uma aprovação, por 366 votos, de uma PEC dessa complexidade, que traz esse impacto sobre a vida nacional e com o quase nulo debate existente na Câmara dos Deputados a respeito desse assunto e, de maneira especial, após um fausto jantar, um comemorado jantar – quase à luz de velas –, um jantar fantástico, um banquete que foi noticiado nos jornais.

São duas as realidades que nós vivemos. Certamente, se fosse um governo de esquerda que tivesse feito esse movimento, estaria em todas as primeiras páginas dos jornais. Mas se tratou de um governo que chega ao poder através de um *impeachment* resultado de um golpe parlamentar que se estabelece trazendo à tona, na minha opinião, um período dos déspotas esclarecidos. Nós temos hoje um déspota esclarecido que comanda a vida nacional, que é o Ministro da Fazenda, o Sr. Meirelles, que foi escolhido para esse posto e, como déspota esclarecido, ele diz aos brasileiros o que é melhor para a Nação, servindo aos seus interesses próprios, sem legitimidade para o exercício desse poder.

Essa PEC, na minha opinião, rompe o pacto estabelecido pela Constituição de 1988, claramente. Ela encerra esse período de organização de um pacto no Brasil, um pacto econômico e um pacto de forças políticas. Do ponto de vista econômico, na Constituição, os liberais que foram derrotados na Constituição brasileira passaram esse tempo todo acusando a nós, Constituintes, de termos amarrado a economia brasileira a estigmas e a mitos que não poderiam estar numa Constituição porque não se podia fazer política econômica via Constituição. Essa era a grande crítica do pensamento liberal no Brasil à Constituição cidadã. O fato de ter estabelecido nas disposições transitórias o limite dos juros, aí sim, já não era nem mais.... Isso já era uma bestialidade total da esquerda – feito e produzido por alguém que não era da esquerda, que era um segmento nacionalista, moderado na política, do PMDB. Mas era assim tratado.

Hoje se faz uma intervenção de política econômica como essa dentro da Constituição brasileira, via emenda constitucional, e ela é aplaudida pelos economistas liberais deste País, o que mais claramente comprova que o liberalismo interessa aos liberais desde que não fira os seus interesses. Quando é para garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os seus interesses, pode-se usar do instrumento do estatismo – como já foi usado para salvar bancos e como é usado agora para se estabelecer uma PEC com essa natureza agressiva.

Quero finalizar dizendo, Senadora, que ela, mais ainda, fere a democracia brasileira, porque o déspota esclarecido estabelece que, a partir de agora, os próximos cinco Presidentes da República não poderão discutir um plano de economia para o Brasil, não poderão discutir e ofertar ao debate da sociedade brasileira uma saída que não seja esta decidida por ele unicamente, sozinho, por ele que se transformou num primeiro-ministro num país não parlamentarista, submetendo o governo de um Presidente fraco ao seu único pensamento.

Eu realmente acho que nós estamos diante de algo gravíssimo e, por isso, quero parabenizar todos que estão nos esclarecendo sobre essa questão aqui, a Drª Laura, o Prof. Jessé e tantos outros economistas e não economistas que têm se pronunciado sobre o assunto.

Acho que V. Exª, Senadora, acerta em cheio no sentido de dizer que a Comissão de Economia do Senado não pode aceitar o que aconteceu na Câmara dos Deputados, onde, sem debate, sem o estabelecimento de uma opinião contrária, se levou para o plenário essa medida – foi quase como foi o *impeachment* no início – numa atitude de euforia. É a euforia do *impeachment* que agora se repete, é a euforia do "estamos no poder para arrasar o que resta de relação da economia nacional". Primeiro foi com o pré-sal, com aquilo que nós vimos na votação do pré-sal, e, agora, pretendem amarrar a economia brasileira a um projeto que, na verdade, impede que nós possamos pensar no seu soerguimento de maneira soberana.

Eu gostaria que esses que ontem aprovaram essa PEC e os que pretendem aprová-la amanhã pudessem ouvir os jornais. O jornal da Globo de hoje de manhã, por exemplo, mostrava, em Goiânia, a situação de fracasso total da saúde pública, a falta de atendimento nos hospitais de Goiânia em decorrência da falta de recursos, recursos que não foram repassados porque foi definido pelo Governo Federal que deveria ser reduzido o gasto com saúde. Vamos projetar isso para os próximos 20 anos e ver o que acontecerá com a vida do povo brasileiro. Na minha opinião, não há pretexto que possa justificar o que está acontecendo no Brasil. E não venham me dizer que isso é herança maldita do PT, porque essa conversa já deu o que tinha que dar, essa conversa já deu o que tinha que dar. Não é possível que a criatividade brasileira, o pensamento da economia brasileira seja incapaz de apresentar saída para o Brasil que não seja esse malfadado ajuste fiscal que extingue a possibilidade do nosso povo de pensar em 20 anos por si.

Abaixo a PEC 241! Eu a considero uma traição aos interesses nacionais. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senadora Lídice!

Acho que, na realidade, a nossa função aqui é permitir que haja debates. Nós não vamos poder fazer uma votação açodada como foi na Câmara. E há uma questão muito interessante: uma proposta de emenda à Constituição, quando vem ao Senado, só passa por uma Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Independentemente do tema de que ela trate, se é econômico, se é social, ela só passa por lá.

Eu acho que nós deveríamos, como Comissão de Assuntos Econômicos, fazer um requerimento ao Senado para que essa PEC pudesse ser debatida aqui, para que viesse para a Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive para as comissões da área de educação e de saúde, porque ela mexe com toda a estrutura da política pública brasileira, não se trata apenas de ela ferir ou não uma cláusula constitucional.

Acho que essa é uma questão importante, e nós temos que garantir – o Senado tem que garantir – esse debate ao Brasil.

Eu queria também registrar a presença aqui da Prefeita Lucimar Nascimento, nossa Prefeita de Valparaíso de Goiás – muito obrigada pela presença aqui – e passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu, primeiro, Senadora, quero dizer que concordo: em quanto mais comissões debatermos melhor, e não apenas no caso dessa proposta, mas porque é uma PEC. Se em mais comissões debatermos, melhor será para o Brasil.

Eu quero fazer, mas acredito que vamos ficar num debate muito ideologizado. Para mim, um exemplo são aquelas três páginas da Fiesp. As propostas ali são fruto de uma defesa ideológica, mas a que veio aqui, das entidades, também acho que tem muito. Nós precisamos sair do debate ideologizado e analisar a realidade. E a realidade é que há um desajuste fiscal profundo. O que está acontecendo em Goiás, como a Senadora Lídice disse, está acontecendo em todos os outros Municípios e Estados. Eu creio que qualquer análise minimamente lúcida percebe que isso vai, como uma bola de neve, crescer e explodir em algum momento.

Dito isso, eu só tenho uma pergunta a fazer.

Gostei muito da exposição. Estou de acordo que o capitalismo hoje é isso. Mas ele é assim, e não tem como a gente propor agora uma revolução que elimine essa realidade no mundo inteiro.

Eu só tenho uma pergunta: o que vocês fariam no lugar? É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

bem, Senador Cristovam.

Eu vou passar a palavra, então, para a Profª Laura e, depois, para o Prof. Jessé para fazerem comentários a respeito da fala da Senadora Lídice e também para responder ao Senador Cristovam. Na sequência, a gente abre para outra rodada de perguntas.

Eu só queria aproveitar para agradecer ao pessoal que está mandando comentários e perguntas para o Alô Senado e colocar duas perguntas objetivas.

Uma foi mandada pelo Alonso Gomes de Sá, que quer saber se a PEC nº 241, que trata do novo regime fiscal, trará benefícios ou não para o Brasil.

E uma segunda, da Hayssa de Andrade Miranda da Silva, é: "Não entendi muito a respeito. O aumento desse teto de gasto implica consequência maléfica?" Eu acho que ela quis dizer a redução.

Há várias outras colaborações aqui manifestando preocupações, pedindo aos Senadores que não aprovem a PEC – o Fábio Henrique; a Eliana Campos; a Iraci; a Flávia; a Luciana; a Laina. Enfim, há várias pessoas aqui manifestando o seu descontentamento, como o Antonio Jorge, que, depois, na segunda rodada, eu passo a falar também.

Então, passo à Profª Laura. Depois, ao Prof. Jessé.

A SRª LAURA CARVALHO – Bom, primeiro quero agradecer pelos comentários e pela apresentação do Jessé, que acho que foi bem complementar pelo lado da política. É claro que os economistas, em geral, têm um pouco menos a dizer.

Eu queria responder à pergunta do Senador Cristovam.

Eu tentei colocar na apresentação, ainda que no final, que há alternativas. Eu acho que é muito importante isso, porque a gente costuma ficar criticando as coisas, não reconhecer erros. As pessoas não reconhecem, cada um está em um lado do debate falando coisas que não condizem com os dados, critica-se o que está sendo feito sem apresentar alternativas ou simplesmente apresentam-se as propostas como uma única alternativa, que é o que está sendo feito também pelo Governo com esta proposta da PEC 241.

O primeiro ponto. Retomo um pouquinho para apresentar as alternativas que fazem sentido. O diagnóstico é o de que esse desajuste fiscal profundo – do qual tratou o Senador Cristovam Buarque e sobre o qual eu mostrei os dados – é, sobretudo, fruto de uma queda de receitas ou de uma desaceleração ou de um crescimento menor das receitas e não de um aumento das despesas. Ainda que, como eu apresentei, as despesas sociais de fato tenham crescido, aí incluindo a Previdência, acima do PIB, não de hoje, mas a cada momento em que você olhar para essas despesas. Dado o envelhecimento populacional e uma série de outras questões, a gente vai sempre ver, a qualquer momento do tempo.... Se você pegar e fizer uma conta, você vai falar assim: "Olha, o nosso sistema previdenciário tem um problema, é insustentável etc." Isso em qualquer país do mundo, em qualquer ano. Se você pegar os dados de previdência e fizer as contas para frente vai dizer: "Olha, o sistema previdenciário é insustentável."

O pior momento para você fazer esse tipo de raciocínio e de conta é o momento de uma recessão profunda, quando as contribuições estão caindo, quando você não tem nem como medir o próprio déficit desse sistema previdenciário. É claro que não faz sentido você medir o déficit no meio da maior crise que a gente teve nas últimas décadas. Mas, de qualquer maneira, acho que essa é uma discussão válida, ainda que, inclusive – eu queria pedir um gráfico que eu não mostrei –, se relacione com a discussão da PEC. Mesmo aprovada uma reforma da Previdência, mesmo se for debatida com a sociedade, aprovada uma reforma que pelo menos elimine coisas como gente acumulando pensões... A gente sabe que o sistema previdenciário brasileiro tem uma série de questões...

É um gráfico que está lá para o final, em preto e branco.

Mesmo se isso for aprovado, a gente não tem um efeito que vá aparecer – do ponto de vista de resolver os problemas do desajuste fiscal – no curto prazo ou no médio prazo, porque existe direito adquirido e, no momento em que você faz uma reforma previdenciária, um monte de gente vai se aposentar correndo. Então, inicialmente, isso até aumenta as despesas previdenciárias.

Então, mesmo se aprovada uma reforma para a Previdência... A PEC, aliás, nada tem a ver com isso, ainda que ela esteja sendo usada para se dizer assim: "Olha, faz a PEC, depois você consegue forçar uma reforma previdenciária." Já vi economistas dizendo isso.

É para discutir reforma da Previdência? Vamos discutir reforma da Previdência. É para discutir ajuste fiscal de curto prazo, estratégias etc.? Vamos discutir isso. Por que você tem que colocar um teto que engessa tudo para depois fazer essa discussão? É um pouco atropelar o próprio processo de discussão democrática.

Acho importante colocar isso, porque este é um cenário que está neste documento aqui, que foi produzido e financiado pelo pessoal da Friedrich Ebert, uma fundação, *Austeridade e Retrocesso*.

Uma das figuras mostra que, mesmo se passar a reforma da Previdência, há um crescimento – é aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

parte preta do gráfico – dos benefícios previdenciários nos próximos tempos, o que, sob o novo regime fiscal da PEC 241, implicaria basicamente uma compressão de todo o outro conjunto das despesas de saúde e educação.

Imagine o seguinte. Você põe um teto, mas as despesas previdenciárias, mesmo reformadas, continuam crescendo por um bom tempo. Então, as outras terão que sair de algum lugar. Isso se o teto for respeitado por total global de despesa; se não for, ou seja, se exceder, entra aquela cláusula de que o salário mínimo e as despesas obrigatórias é que pagam o preço. Então, é realmente um processo que não garante o ajuste fiscal. Então, não resolve e também prejudica muito algumas despesas.

Sobre alternativas. Se a crise é de receita, precisamos fazer coisas que vão aumentar a receita, antes de qualquer outra questão. E o que a gente faz para aumentar a arrecadação? Isso quer dizer aumentar a carga tributária, cobrar impostos? Não. Temos, no Brasil, uma série de jabuticabas, tributação que não existe sobre dividendos que vêm de empresa para pessoa física.... Há dois ou três países do mundo que têm isso, de forma que quase que a gente tirou em 1995. Há reformas tributárias que você consegue fazer que reduzem imposto para quem, na verdade, está pagando relativamente mais – que são os mais pobres –, elevam impostos para quem tem condições de pagar mais e que hoje paga muito pouco e ainda sonega. Pode-se também fiscalizar essa sonegação. Existe todo um conjunto de medidas para aumentar a receita pelo lado da reforma tributária.

Há outro conjunto, que é retirar as desonerações fiscais que já estão sendo concedidas. Isso é uma das maiores causas de queda de arrecadação. Você não pode cortar saúde e educação e parar de crescer salário mínimo real sem antes discutir desonerações fiscais, concedidas sem contrapartida. Um dos principais erros desses últimos anos do governo da Presidente Dilma foi conceder as desonerações na esperança de que houvesse...

Aquilo que chamam nova matriz econômica, eu gosto de chamar de Agenda Fiesp, porque, na verdade, houve um conjunto de medidas ali que eram pressionadas e pedidas por setores que – hoje aprovam isso, daqui a pouco aprovam aquilo – ainda estão sendo beneficiados por um monte de coisas que custaram muito caro para o orçamento público e que têm que ser discutidas.

Outro ponto: o País precisa voltar a crescer. Enquanto não voltar a crescer, não resolveremos o problema da dívida pública. A gente está vendo o que está acontecendo em 2015, 2016.

Então, existem itens que têm que ser preservados nesse ajuste fiscal, como está sendo discutido na eleição americana. A plataforma da Hillary Clinton, o que é? Reforma tributária progressiva e investimento em infraestrutura – em infraestrutura física e social, o que inclui também educação. Agora estão caminhando, inclusive, na direção de uma parte maior subsidiada, gratuita, do sistema de educação e de saúde pública. Isso foi parte do debate eleitoral. Eles, que têm tudo privado, agora estão discutindo.... Há um monte de alunos endividados, um monte de problemas relacionados à falta de oferta de saúde pública. Então, o debate foi se encaminhando nesse sentido, graças, é claro, à participação do Bernie Sanders nesse processo. Na plataforma da Hillary Clinton foram incorporadas exatamente agendas como essa que estou propondo aqui. Não estou propondo nada que está fora do debate mundial.

A gente não está com um problema de colapso iminente, a gente está com uma crise fiscal profunda, mas uma crise com a dívida interna, em moeda nacional. Temos mais reservas internacionais do que dívida em dólar hoje em dia. Então, não estamos numa crise como a dos anos 90, em que pode acontecer uma crise cambial daquele tipo, uma fuga de capitais violenta etc. Isso não está na pauta, nem as agências de classificação de risco colocam esse risco iminente.

Ou seja, dá, sim, para fazer medidas de curto prazo, essas sim de ajuste, pelo lado da receita – fim das desonerações etc. – e, ao mesmo tempo, tentar dinamizar o mercado interno por meio de investimentos públicos e outros gastos que também têm o chamado efeito multiplicador – geram emprego, renda e, com isso, as pessoas consomem mais. Isso é o único motor que pode existir. Todos os países estão convencidos de que, sem política doméstica, sem aproveitar o mercado interno, nós continuamos... E não adianta a gente contar com a China, porque a China não vai voltar a resolver os nossos problemas. Então, há, sim, alternativas, e até aconselho esta específica que está neste documento aqui.

É isso. Acho que, com isso, eu respondo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou passar a palavra ao Prof. Jessé.

O SR. JESSÉ DE SOUZA – Esse é um ponto extremamente importante. Por quê? Porque todas essas questões... As questões econômicas entram no seguinte.

O capitalismo mudou, ele é de outro modo e, então, ele vem com uma razão técnica. Ou seja, ele se impõe como tal. E, no fundo, se nós formos pensar bem, todas essas questões não são econômicas, não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

técnicas, elas são questões políticas, há escolhas. Todas elas são escolhas – é claro que são escolhas que são tornadas invisíveis como escolhas, para parecerem que não são escolhas.

A Laura estava dizendo que a taxa Selic continua aumentando sem nenhuma necessidade disso. Quem é que ganha com a taxa Selic? Não existe nenhuma necessidade técnica para isso, essa é uma escolha política. Qual é a escolha política em jogo? Eu acho extremamente importante esclarecer isso – a TV está transmitindo, e o povo não sabe disso.

A grande drenagem de recursos é via imposto. As sociedades anteriores cobravam diretamente impostos, e esses impostos iam para as classes dirigentes. É exatamente o que está acontecendo agora, não é? Ou seja, os pobres pagam, a classe média paga etc., e esse imposto vai para alguns poucos ricos que não pagam nada. Este é o ponto: via imposto; o Estado, pela dívida pública, montou uma forma em que se eterniza uma dívida que ninguém sabe de quê e que é da maior parte da população para um punhado de gente. Isso é política, isso não é economia.

E outra coisa é que há uma extrema diferença em relação a como isso é tratado em vários países. Por exemplo, existe taxação de herança, taxação sobre a atividade produtiva em todos os lugares, coisas que são previstas na Constituição entre nós e que jamais foram reguladas.

Este é um país para as pessoas que têm dinheiro. Esse é o ponto, não é? Este é um país onde quem manda é que tem dinheiro, e o dinheiro compra tudo. Quer dizer, ele está tendencialmente comprando tudo em todos os lugares, mas existem resistências importantes em outros lugares. Aqui, a gente não tem resistência nenhuma. Não é isso? Quer dizer, comprou o golpe e está comprando agora novas formas de superexploração da população – foi, no fundo, a razão profunda do golpe.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou passar a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Só queria perguntar antes se a Senadora Lídice ou o Senador Cristovam querem fazer algum comentário – é de praxe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muitos, mas a gente vai ter que debater tanto isso que eu espero que tanto Laura como Jessé fiquem por aí à disposição da gente, nem que seja por *e-mails,* debatendo. Esse é um tema que, estou de acordo, tem que ser debatido e buscada uma solução.

Eu discordo da Laura quando diz que não está – ela não usou a palavra catastrófico – tão grave. Eu acho que é uma crise muito profunda e que grande parte dela vem do mundo que está aí. Mas nós vivemos nele e precisamos encontrar uma solução que seja fundamental.

Concordo que adotar o teto sem barrar a pressão para o aumento de gastos, que está até na Constituição, vai exigir desfazer esse teto daqui a alguns anos, com todo o problema de mexer na Constituição. Aliás, a Argentina fez isso quando fez a paridade um peso-um dólar na Constituição – e teve de desfazer. No entanto, não fazer algo mais forte, que obrigue nós próprios a mexermos no orçamento tirando dinheiro de um lugar para outro sem aumentar gasto, vai nos manter no vício de oferecer tudo para todos. Acabou. Aqui não há mais esquerda e direita. Entre esquerda e direita é que se discute "Eu vou botar é para Fiesp" ou "Vou botar é para a escola". Não, a gente diz: "Põe para Fiesp" – como a Dilma fez, você falou – "e põe para a escola". Sem debate, cai-se na irresponsabilidade.

Então, essa é uma proposta que busca trazer a responsabilidade, mas eu concordo que colocar na Constituição sem barrar isso aqui – inclusive a Previdência e outros gastos, como agora o Ministério Público quer para ele também – vai criar uma crise constitucional muito grave. A gente pode transformar uma crise financeira em uma crise constitucional, que hoje não há. Hoje a saída é pela inflação, e a inflação resolve. A inflação resolve, mas com um sofrimento muito grande sobretudo para os pobres, porque a inflação é um imposto sobretudo sobre os pobres – a gente esquece muitas vezes isso.

Lindbergh, eu queria pedir desculpa. Está ficando bom agora, mas eu vou ter que sair. Mas vou tentar voltar aqui porque isso pode continuar. E vamos fazer mais debates.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Cristovam conhece minhas posições, já estamos debatendo isso há muito tempo.

Senador Cristovam, saí por um instante para conversar com o Presidente Renan para tentar organizar o cronograma de votação, para fazer um acordo de procedimento para que a gente saiba a data da votação e, em cima disso, a gente construa uma pauta de debates aqui. Na Câmara, eu acho, faltou muito o debate. A discussão foi muito... Eu acho que aqui dá para fazer um debate de alto nível. Então, estamos tentando costurar esse acordo de procedimentos.

Mas eu queria começar minha fala citando uma preocupação, reiterada em vários artigos agora. Fala-se que nós estamos em uma etapa do capitalismo em que, cada vez mais, vai haver confronto com a democracia – foi o que o senhor falou, Prof. Jessé, sobre a lógica do capital financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aí eu vou para um debate da Europa, em especial da Grécia, onde houve aquele plebiscito sobre os planos de austeridade. O povo disse "não", mas de que valeu? Não valeu nada. Na verdade, nesses países da Europa, não existe nem política fiscal nem política monetária. É a troika: é o Banco Central Europeu, a União Europeia e o FMI que decidem tudo, influenciados pelo capital financeiro. Ou seja, afastaram o povo desse processo decisório. Eu chamo a atenção para isso porque o que está acontecendo aqui é a adoção justamente do mesmo caminho.

Eu pergunto: de que vale eleger um Presidente da República se você não pode fazer uma política fiscal anticíclica? Lembro o que disse o Primeiro-Ministro do Canadá, Trudeau: "Olha, eu vou fazer déficit por três anos, porque eu quero recuperar o crescimento econômico. Quando a economia estiver crescendo, eu vou fazer superávit." Isso foi aprovado pelo povo. Pode haver um presidente que seja eleito com um discurso como esse e não vale para nada, porque ele é um mero gerente.

A política monetária já está engessada. Eles têm proposta aqui de caminhar para um Banco Central independente, mas eles entregaram para um diretor do Itaú – é um sócio do Itaú que o está conduzindo.

Então, eu chamo atenção para este aspecto disso, que está sendo pouco discutido: o caráter profundamente antidemocrático. Não foi só o afastamento de uma Presidente sem crime de responsabilidade, é mais. Nós estamos querendo aqui... E me impressiona que o Congresso brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado, esteja votando uma coisa como essa. Isso significa o Parlamento abrir mão de decidir isso ano a ano, de acordo com suas prioridades. Então, este é o primeiro aspecto, que eu acho que está sendo pouco abordado: a questão da democracia.

O segundo, pessoal, é que nós estamos caminhando para uma loucura muito grande neste País com esse discurso fiscalista radical. Vejam bem, nós estamos indo para uma recessão acumulada em 8% do PIB. A grande discussão que tinha que haver no País agora era sobre como recuperarmos o crescimento econômico e protegermos o emprego. Esse debate não existe! Parece uma ditadura do pensamento único: é a questão fiscal, a questão fiscal e a questão fiscal. É uma loucura!

Eu digo o seguinte. Este Governo já fez cinco meses, e não há uma medida sequer de recuperação da economia. Eu aqui – os Senadores me conhecem, os Parlamentares que estão aqui também – fui um duro crítico do ajuste de 2015. Eu acho que aquilo foi um contrassenso terrível. Nós fizemos um ajuste de 2,3% do PIB. Aquilo ajudou a colocar a economia em recessão. Agora, eu não vejo o caminho. São cinco meses desse Governo Temer, e eles continuam falando em plano de austeridade de longo prazo.

E, aí, eu queria fazer uma pergunta aos senhores. Para a economia crescer... Consumo das famílias, gastos do governo, investimentos, setor externo. O consumo das famílias representa 63% do PIB. Está lá embaixo, está havendo queda do rendimento, aumento do desemprego, há endividamento.

A meu ver, esse conjunto de medidas agrava essa situação, porque, na reforma da Previdência, o que eles querem pegar é a vinculação do salário mínimo com benefícios previdenciários. Então, nós vamos agravar... É aquele dinheiro que está na mão dos mais pobres que vai para a economia. É como o Lula dizia: "Bote dinheiro na mão do pobre", porque era aquilo que estimulava a economia. Pois bem, nós vamos dar uma pancada a mais no consumo das famílias.

Gastos do Governo: nós temos um plano de austeridade de longo prazo. Na minha avaliação, nós vamos ficar patinando por muito tempo. Nós podemos sair 1%, crescer 1%, mas depois cai; nós vamos ficar estagnados com isso aqui.

Investimento, nós sabemos: primeiro, uma consequência clara – eu conversava ontem com o Senador Cristovam –, é que vão cortar recursos da educação e da saúde. Ele disse: "Não." Eu digo: "Tira de onde?" Porque temos grandes orçamentos, previdência, saúde e educação. "Corta no investimento." Eu digo: "No investimento?" É uma coisa... Não dá para acreditar no que estão falando.

E o investimento privado? As nossas empresas – nós sabemos – estão extremamente endividadas. Aí você vai para o setor externo: o que tinha melhorado, há pouco tempo, com o câmbio, piorou, porque o Banco Central está novamente utilizando o câmbio para segurar a inflação. Nós vimos – e a Prof. Laura falou inclusive – uma matéria, na quinta-feira, na *Folha de S.Paulo*, falando dessa questão da indústria, do tombo da indústria, mas que, de fato, houve essa recuperação da confiança – a fada da confiança. Houve uma recuperação da confiança, só que, no mundo real, a demanda está lá embaixo porque houve a queda. Não tem jeito!

E, aí, entro um pouco no debate sobre a questão da dívida líquida e da dívida bruta, Laura, porque há uma confusão muito grande nisso. É difícil você enfrentar um debate quando a pessoa diz o seguinte: o desequilíbrio fiscal gerou 12 milhões de desempregados. Na verdade, é o oposto. O desequilíbrio fiscal vem da desaceleração econômica. Nós não temos jeito de recuperar o crescimento econômico e melhorar a situação da dívida sem crescermos. O Lula pegou do Fernando Henrique Cardoso uma dívida líquida de 60% do PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Chegou a 34%. Houve uma queda violenta. Por quê? Porque a economia estava crescendo.

Entro aqui numa discussão em que há parte de ignorância e de mentira. Essa discussão sobre a dívida bruta.... Agora esqueceram a dívida líquida, o debate é todo em cima da dívida bruta, só que eles esqueceram que 25% dessa dívida foi para construir essas reservas de US$370 bilhões, o que é fundamental para dar segurança a nossa economia, e 9% BNDES. Está aí um fato em que eles não entram nesse debate.

Pois bem, para encerrar porque sei que já estou falando muito, há um ponto que as pessoas.... As falsificações desse debate. O Relator Perondi disse o seguinte: "Ah, nós vamos antecipar..." Havia uma regra da Emenda Constitucional 86. Houve um escalonamento dos recursos vinculados à receita corrente líquida. Hoje, em tese, era para estar em 13 ponto alguma coisa e, em 2020, chegava a 15% da receita corrente líquida. O Perondi anunciou: "Estamos trazendo de 2020 para cá, estamos colocando mais dinheiro na saúde". Isso é falso, é uma mentira. Hoje, no ano de 2016, já estamos gastando um pouco mais de 15% da receita corrente líquida com saúde. Isso já é um gasto. Então, estão se utilizando de falsificações.

O mais grave é em relação à saúde – eu falava também com o Senador Cristovam. Nós temos uma previsão, de 2016 para 2036, de crescimento populacional de 21 milhões de pessoas. Só que, de 21 milhões de pessoas, 20 milhões vão crescer na faixa dos idosos, que vão aumentar de 16 milhões para 36 milhões. Então imaginem o tamanho... Essa PEC não é a do congelamento, é da redução. Se você aumenta, na saúde.... Você tem 16 milhões de idosos e vai para 36 milhões de idosos.... Olha o tamanho da redução *per capita* que a gente vai ter...

Por fim, eu sou de outra tese e acho que o centro da estratégia tinha que ser a retomada do crescimento econômico e, para retomar o crescimento econômico, tem que aumentar investimento público, tem que aumentar gasto social. O Lula fez isso em 2008 e em 2010. O gasto social de 2009 para 2010 cresceu 10%. Aqui estamos indo no caminho contrário, mas vamos lá.

Aos que defendem que o grande problema do País, a grande discussão, é a questão fiscal, eu pergunto: se é essa mesmo – eu discordo –, não há um mínimo de equilíbrio? Com o que o andar de cima vai contribuir para sanar esse problema de desarranjo fiscal? Pergunto porque nós não vemos uma medida sequer para o andar de cima. Nenhuma!

Os juros estão livres. Esse sistema.... Estou convencido também, Prof. Jessé – estou aqui nesta CAE vai fazer seis anos, participei de inúmeros debates –, de que essa questão dos juros...

Tantos debates, e eu me convenci cada vez mais de que essa questão dos juros... Nós estamos com juros negativos no mundo inteiro. Agora, de novembro para cá, os juros reais subiram 2%. Não adianta esse Ilan pensar que está enganando alguém, deixando a taxa Selic parada em 14,5%, porque a expectativa futura de inflação está caindo e os juros estão aumentando. Vale dizer, num quadro recessivo como esse. É loucura! Isso aqui ninguém acredita no que está acontecendo no País! Num debate fora do País, não dá para acreditar no que está acontecendo. Nós estamos subindo juros numa recessão de 8%.

Pois bem. O debate de 2015 foi aquela loucura, subiram os juros, e a gente sabia que aumentar a taxa Selic não interfere em nada em preços administrados, não interfere também em alimentos. A inflação de demanda estava lá embaixo.

Na verdade, eu concordo com a tese do Prof. Jessé. Aqui, para mim, é uma grande aliança nacional, não é só do sistema financeiro. As maiores empresas do País estão o tempo todo jogando em títulos da dívida pública. Aqui tem uma jabuticaba que existe só no Brasil, que é você ter a vinculação da taxa Selic com título da dívida pública, que é uma loucura.

Mas eu finalizo, depois dessa minha longa fala, dizendo o seguinte: não há uma medida sequer para o andar de cima, seja alguma limitação a pagamento de juros – eu sei que é um tema polêmico –, nada sobre tributação progressiva.

A Prof. Laura Carvalho falou muito bem: houve uma reforma tributária extremamente regressiva em 1995, que diminuiu as faixas da tabela de imposto de renda. Hoje um funcionário público que recebe R$5.000 paga 27,5%. O empresário que recebe R$300 mil a título de distribuição de lucros e dividendos paga zero. Só dois países do mundo têm isenção de distribuição dos lucros e dividendos: Brasil e Estônia.

E saiu um estudo agora: os 70 mil mais ricos do País pagam apenas 6% de imposto de renda. Então, até para os que defendem ajuste fiscal, a minha pergunta aqui é a seguinte: vocês não tinham como construir uma lógica mais equilibrada? É só cortar benefício? É só cortar recursos da saúde pública e da educação pública?

Eu espero – finalizo, dizendo que eu espero – que o Senado Federal comece um debate, e a gente está começando um debate, o projeto não chegou aqui ainda, a PEC, porque vai ser votado em segundo turno no dia 24. Nós não temos ilusão de que a Câmara vire esse jogo, mas eu espero, sinceramente, que o Senado tenha um debate muito profundo sobre isso e que a gente consiga mobilizar a sociedade civil. E vale um recado aqui aos prefeitos e governadores também, porque a corda vai arrebentar em cima deles, porque serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

diminuídos recursos a serem transferidos na área de saúde, na área da educação. Então o desafio nosso é falar para a sociedade, para que a sociedade se mobilize. Se a sociedade se mobilizar, a gente pode ter um outro resultado aqui no Senado Federal. Esse é o grande desafio.

A reforma da Previdência é uma coisa mais clara. Quanto à PEC 241, a grande dificuldade nossa aqui é combater principalmente os argumentos falaciosos. É uma mentira descarada, e eles não estão se preocupando com a verdade no debate. Eu respeito muito posições diferentes, mas tem que haver um debate leal, você dê um argumento, ele dê outro. Quem pegou essas cartilhas deles sobre essa PEC 241, os argumentos são em cima de falácias, de mentiras, eles sabem que são mentiras.

Então, o grande objetivo, eu acho que o grande desafio nosso, é conseguir explicar para o conjunto da sociedade, de forma muito didática, a perversidade que é essa PEC 241, que é a PEC da destruição do Estado social brasileiro.

Muito obrigado. Desculpa pelo tempo, Presidente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Queria aproveitar que a gente está aqui com a Prefeita Lucimar – ela tinha pedido para fazer uso da palavra também – para dar a palavra ela, e depois eu passo à Prof. Laura e ao Prof. Jessé para que comentem.

A SRª LUCIMAR NASCIMENTO – Bom dia a todos.

Sinto-me privilegiada de estar participando de um debate como este. Agradeço aqui ao gabinete do Senador Lindbergh.

Também falo em nome da Amab (Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília). São 22 Municípios da chamada Ride, 19 Municípios de Goiás e 3 Municípios de Minas Gerais. Estou como Presidenta dessa associação e também vim a pedido do nosso companheiro Eduardo Tadeu, da ABM (Associação Brasileira dos Municípios), que pediu que participássemos.

Senadora Gleisi, quero cumprimentá-la, cumprimentando todos os presentes, Senadores, Senadoras, começando pela questão de gênero, uma mulher e um homem na Mesa debatendo um assunto tão importante. Isso para nós é fundamental.

Prof. Jessé, eu me formei em sociologia, na Universidade Federal de Goiás. Quando o senhor estava terminando o seu doutorado, eu estava abandonando o meu mestrado na UnB por conta da política.

Na minha faculdade de sociologia eu não gostava da economia. Para mim, eram um tédio as aulas de estatística e de economia. Foi um sofrimento. Mas as aulas de política, sociologia e antropologia me encantavam muito, e acabei abandonando realmente a academia, como meus colegas optaram pela academia e são grandes profissionais, grandes professores das melhores universidades hoje no Brasil, o Prof. Nildo Viana, a Profª Roseni Leitão, acreditando na política.

Estou como prefeita hoje de uma cidade aqui próxima a Brasília, Valparaíso de Goiás, uma cidade de quase 200 mil habitantes, que faz parte do G100, 100 Municípios com arrecadação pequena, população grande, crescimento muito rápido.

Hoje o nosso grande debate – o Senador Lindbergh foi Prefeito de Nova Iguaçu, me parece, a Senadora Lídice também que foi Prefeita de Salvador –, neste momento, é essa tristeza nossa dos prefeitos. Eu poderia ter sido candidata à reeleição, e optei por não ser. Os dados mostram que de 2000 para cá foram os anos em que houve menos candidatos prefeitos à reeleição. E o sentimento é aquele, não de desânimo, enfim, sou muito otimista sempre.

Mas eu estou terminando um mandato de muito sucesso lá. Eu queria que o Senador Cristovam estivesse aqui para ouvir. Eu trabalhei com o Senador Cristovam como professora do Distrito Federal. Sou professora de sociologia há 19 anos aqui no Distrito Federal, na rede pública, e coordenei alguns programas da educação na época do governo dele.

Sobre o nosso mandato de prefeita eu quero dividir um pouco aqui, porque é um momento em que nós estamos debatendo muito qual a saída para os atuais prefeitos, como vamos fechar as contas, como nós vamos sair dessa situação de caos que nós estamos vivendo. Eu acho que o trabalho nosso lá como prefeita é uma referência hoje na nossa região, no nosso Estado e no nosso País.

Eu consegui fazer com que a população do Distrito Federal, que está vivendo um caos na saúde pública, procurasse a minha cidade para ter atendimento na saúde.

Eu encontrei aqui morador da minha cidade, e aqui com certeza há muitos outros assessores, alguns que moram na região sabem do que estamos falando. Nós investimos muito na saúde, na educação. Eu recebi a cidade com 19 mil alunos na rede pública municipal, hoje nós temos 25 mil.

E fico imaginando, com essa PEC – que eu ainda não aprofundei por falta de tempo –, como vai ser o nosso futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu encerro dizendo que continuo com muito otimismo no nosso País. Fico imaginando um País tão rico, um País tão belo, com tanto potencial passar por uma crise dessas, por uma situação dessas.

Aí eu retorno às minhas aulas do ensino médio, da sociologia, da faculdade. Enfim, por que não fizemos a reforma agrária? Nós vivíamos essa situação toda também em função disso. Fomos o último país a libertar os escravos, que foi uma falsa libertação naquele momento, nunca fizemos reforma agrária, um País tão grande e com potencial agrário.

Sou, por opção, professora da educação pública, porque acredito na educação e faço isso constantemente, debato com meus alunos a importância da educação. Cadê agora o pré-sal, que foi embora? O que nós vamos fazer com a educação, que, por mais avanços que tenhamos tido nos últimos anos, ainda tem muitos problemas?

Então, eu deixo aqui esse relato, reforçando, mais uma vez o convite para o Senador Lindbergh – já o fiz pessoalmente – para a Senadora Gleisi, para que possamos fazer esses debates. Sei que a agenda dos senhores é uma loucura, mas aqui é tão pertinho de Valparaíso e com meia hora, pela manhã, podemos ir. No final do dia, são duas horas de viagem.

Então, deixo aqui o relato. Estou à disposição para continuar debatendo e contribuindo com a nossa experiência na prefeita que, tenho certeza, é uma experiência de muito sucesso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Prefeita.

Queria muito agradecer. Nós recebemos muita contribuição do Alô Senado, a maioria se posicionando, não necessariamente perguntando. Então, queria ler o nome das pessoas que fizeram contato conosco e que se posicionaram: Andréa Cristina Barbosa de Matos; Artífices Arte; Diego Ferreira, que manifesta preocupação sobre a Defensoria Pública, se vai conseguir ser implementada ou não; Pedro Filho da Silva; José Filho; Helen Costa; Ítalo Almeida, que falaram muito em saúde e educação, mas não falaram em cultura e transporte; Denival Cavalaro; Leocir Anjo; Marta Machado Alves; Lidat Ju; Jane Lopes; Janaína Fortunato da Silva; Tatiane Mendonça Ribeiro; Sulamita Mirco, que também acha que tem que discutir mais, enfim, várias outras pessoas aqui com quem depois nós vamos fazer contato.

Antes de passar para as considerações finais, tanto da Profª Laura Carvalho como do Profº Jessé, queria agradecer as entidades que estão aqui, representativas da sociedade civil, entidade de servidores que estão aqui, a nossa Presidente da Ubes, a Camila.

Estamos numa crise de confiança. Coloca-se que a principal questão de confiança é a relação dívida/PIB. Então, temos uma relação dívida/PIB muito grande, principalmente da dívida bruta, que passou de uma hora para outra a ser a referência em relação ao País. Gostaria de saber qual é a discussão, por exemplo, de um ponto ótimo de percentual de dívida PIB? Nós temos essa discussão internacionalmente. Quais são as referências que teríamos para isso? Por grupo de países desenvolvidos, não desenvolvidos, subdesenvolvidos, enfim, até para termos uma referência. Até onde nós vamos fazer ajuste fiscal para ter uma relação ótima de dívida?

Então, queria deixar essa pergunta e fazer só algumas colocações. Primeiro, eu já tinha falado isso com o Senador Cristovam, acho que é um erro avaliarmos que tivemos um descontrole de gastos. Em 2011, acho que a Profª Laura falou isso, nós tivemos um contingenciamento do Orçamento de R$50 bilhões. Ninguém achava que era possível isso e foi feito um contingenciamento de R$50 bilhões. Em 2012, foram mais R$50 bilhões; em 2013, R$30 bilhões. Em todos esses anos do governo do Presidente Lula, do governo da Presidente Dilma, com exceção de 2014 para frente, nós tivemos superávit primário, mostrando que fizemos política anticíclica. Ou seja, quando nós tínhamos uma receita alta, investíamos em programas sociais, investíamos em investimento, mas ao mesmo tempo nós fazíamos primário para manter relação dívida PIB estabilizada e diminuir. Isso fez com que a nossa dívida líquida caísse para 35% do Produto Interno Bruto.

Então, eu acho é importante ficar claro para mostrar que nunca houve descontrole de gastos públicos, senão fica parecendo que nós tivemos governos perdulários com alto descontrole de gasto público, o que não está demonstrado naquele quadro que você trouxe aqui para a gente sobre a variação do gasto, e que agora nós temos que cortar gastos para controlar.

O que nós temos, na realidade, é de atuar no âmbito das receitas. Acho que se a Presidenta Dilma errou em termos de desonerações – e há uma discussão sobre isso –, nós também temos que olhar um pouco os benefícios fiscais para trás de Dilma. Nós temos muitos benefícios fiscais, muitos incentivos fiscais. É importante deixar claro e alertar que essa Casa é muito sensível a conceder benefícios e incentivos fiscais.

Eu lembro que na pauta das desonerações, pelo menos a medida provisória que veio para cá, quando se iniciaram as desonerações dos setores produtivos com a Presidenta Dilma, esta Casa foi extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

generosa, porque aumentou muitos setores. Quando falamos de rever benefícios fiscais ou incentivos, é muito difícil encontrar, principalmente no Senado da República, uma disposição para fazê-lo.

Por que estou dizendo isso? Porque fatalmente não é aí que nós vamos conseguir fazer ajuste, até porque o *lobby aqui* é forte. Nós não vamos ter aqui *lobby* de aposentado de um salário mínimo, gente, porque o pessoal não consegue chegar em Brasília, não consegue vir para os gabinetes dos Senadores. Nós não vamos ter aqui *lobby* de trabalhadores braçais, como disse aqui o Prof. Jessé, eles não conseguem chegar. Mas nós vamos ter *lobby* aqui, sim, de setores financeiros que querem desoneração. Por exemplo, nós não mexemos em juros sobre capital próprio até hoje, depois de já ter desestabilizado o real, saído do real. Aquilo era para compensar a perda inflacionária do setor, que tinha ganho.

Então, me preocupa muito fazer uma discussão de ajuste fiscal dessa proporção, ou uma discussão de reforma previdenciária, quando a correlação de forças é imensamente contrária aos mais fracos e aos mais pobres. Imensamente contrária. Eu tenho certeza de que, se for para mexer na Previdência, também não vai ser para os setores mais abonados da Previdência, até porque nós vamos ter aqui todos eles que ganham mais, as carreiras de Estado, as nossas dignas polícias, Ministério Público, Judiciário, extremamente articulados dentro do Parlamento. Mas o pessoal que ganha aposentadoria em geral não está articulado.

Então, para onde que vai esse corte? Para onde está indo a carga tributária. Quer dizer, 53% de quem sustenta o tributo neste País ganha até três salários mínimos e em cima deles que nós vamos cortar. É isso que vai acontecer. Simples assim. É uma crueldade!

Outra coisa que acho é que teríamos que chamar a atenção para Estados e Municípios, prefeita, porque quando a União para de gastar alguém vai ter que gastar. Ou acham que o cidadão vai ver o posto de saúde fechar e ficar quieto? Principalmente nos pequenos Municípios, onde eles sabem onde mora o prefeito, onde mora o vereador. É muito mais fácil chegar. Como é que o governador vai dizer que vai fechar a escola, se há demanda, que não vai abrir creche, se há demanda? Alguém vai ter que pagar. Eu acho que se os governadores, se os prefeitos não tiverem consciência do que representa essa PEC efetivamente para as finanças locais, vai ser uma tragédia, porque de algum lugar vai te que sair, a pressão popular vai chegar, não é? Então, eu acho que isso é importante.

Eu queria falar, para finalizar, sobre a questão do efeito distributivo dos gastos sociais. Eu queria, Prof. Jessé, que o senhor pudesse falar um pouquinho mais sobre isso. O senhor falou de juros, enfim, mas em que isso impacta?

O Governo, quando deixa de gastar, necessariamente ele não gera renda. Diferente da relação com uma família que deixa de gastar e poupa, o Governo, quando gasta, expande e aí arrecada.

Acho que é importante deixar isso claro, para que não fique para a sociedade que estamos fazendo uma discussão aqui entre perdulários e não perdulários, pessoas que querem gastar e pessoas que não querem gastar. E dizer que temos alternativas, sim. Há a alternativa de mexer com a área tributária, o que não estamos fazendo mas precisamos fazer e vamos ter essa dificuldade de que falei aqui, e mexer com a conta financeira. Não é possível que mais de 40% do orçamento, que são serviços da dívida, passem ao largo dessa discussão. Não tem justificativa isso. Então, eu queria passar isso.

Eu vi que chegou o Senador José Medeiros. Se V. Exª quiser falar, acho que poderia, e depois já passo à Prof. Laura e ao Prof. Jessé para fazerem o encerramento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, senhores convidados, Senadores e todos que nos ouvem, primeiramente queria parabenizar pela discussão, que acho importante. Acho também que era importante haver mais pessoas aqui, até para fazerem o contraponto. Mas creio que temos que tratar desse assunto.

Eu creio que essa medida – e lógico que não quero que ninguém concorde comigo – Cabral já deveria ter trazido debaixo do braço quando chegou aqui. Temos a ilusão de que existe um moto-contínuo, e por mais que todas as teorias econômicas sejam plenamente colocadas, o que vemos é o seguinte: essa gama de serviços, lá na ponta, existe programa para tudo no Brasil. Aí você chega ao pronto-socorro e não tem o serviço. Existe o programa de remédio de alto custo, mas quando o cidadão procura não tem acesso.

Tudo aqui no Brasil é prioridade, mas infelizmente o que a gente vê é que esses mais pobres, dos quais o Partido dos Trabalhadores sempre foi em tese, aspas, "o defensor" e que serviu como biombo para catapultar o projeto de poder, esses mais pobres, a chibata comeu neles, tanto no governo do PT como em qualquer outro governo. Esses mais pobres sempre sofreram com os desarranjos econômicos.

A cadeia de cima, a elite tão criticada por todos, essa elite sempre se refestelou nos ganhos do Estado. A banca e o rentismo, como diz o Senador Requião, nunca ganharam tanto. O resto é retórica, porque o serviço não chega na ponta. O pobre é feito como biombo, só. Cada vez que essa dívida aumenta, e mais juros, e mais juros, eu defendo, sim, que essa dívida seja auditada. Mas eu já vinha falando isso há tempos, desde o governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da presidente Dilma, que os juros, cada vez que aumentavam um ponto percentual ou meio ponto percentual, davam dez aumentos, que criticavam tanto que não queriam dar ao funcionalismo.

Então, essa discussão toda muda de acordo com quem está com a chibata na mão. Mas a grande verdade é que precisamos, sim, ter controle de gastos. Eu era criança e ainda me lembro de uma palavra de um governador da Bolívia. Quando falava sobre a dívida externa brasileira, ele dizia o seguinte: olha, não temos tantos economistas, tantas teorias inteligentes como o Brasil, então, aqui a gente usa a economia da dona de casa: a gente só gasta o que arrecada.

Essa ilusão de falar que o Governo, quanto mais gasta, mais vai gerar receita, vai gerar a engrenagem da economia, na verdade gera a inflação e acaba subindo salários que ficam com poder de compra pela metade. Então, eu até entendo o ponto da retórica política, mas nós temos que mudar o veio dessa discussão.

Eu não entendo, com uma dívida que cresce mais e mais, que nós pensemos dentro de uma lógica de gastar o que não temos. Vamos gastar o que não temos e vamos continuar com uma educação em que, a cada índice que sai, a gente está lá atrás, na rabeira; a saúde é uma porcaria – perdoem-me o termo! –, e por aí vai. Os nossos serviços públicos, a segurança...

Ontem, na minha cidade, mataram o padre que era o Pe. Cícero lá do Mato Grosso; assaltaram, mataram. Quer dizer, é a violência. Estão as nossas fronteiras abertas, temos problemas de toda sorte. A grande verdade é que nós não temos prioridade nenhuma em todos os setores, porque escolhemos ter prioridade em tudo. Então, onde tudo é prioridade, nada é prioridade.

Eu espero, sim, que essa discussão avance. Eu até entendo que possa haver críticas pontuais, mas temos que discutir esse tema. Não podemos fugir do tema do nosso controle de gastos.

Eu não entendo um orçamento diferente, porque é bem uma conta exata. Embora alguns defendam que a economia é uma ciência quântica, não sei o quê, que façam discussões filosóficas, na verdade a economia é muito parecida com a matemática, é bem cartesiana, sim. Você só tira de onde há, e, quando não há, falta tudo. Aí não há para estrada, não há para nada.

Então, sou defensor de que discutamos, sim, e que possamos fazer uma medida. Acho que precisamos juntar oposição, situação e todo mundo, fazer um marco zero, para que possamos ter limites, sim.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador José Medeiros, mas queria, pelo menos, o seu apoio para que a gente pudesse fazer o debate no Senado da República.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah! Que ótimo, porque o Senador Cristovam também já falou isso. Acho que temos que fazer outras audiências e fazer mais discussão a respeito da PEC.

Há dois pedidos de fala aqui: da Tamara Naiz, que é da Associação Nacional de Pós-Graduandos, e da Camila, que é Presidente da Ubes. Concederíamos dois minutos para cada para cada uma, aí encerraríamos e passaríamos para a Mesa. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra para a Tamara.

A SRª TAMARA NAIZ – Boa tarde. Eu sou Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Nós estamos bastante preocupados com essa possibilidade de aprovação quase iminente da PEC 241, por diversos motivos. Sabemos que para a educação – áreas com que trabalhamos muito são educação, saúde e ciência – essa PEC pode ser desastrosa. Existem alguns dados já do Dieese que demonstram, em alguns gráficos que o Dieese publicou, que, se existisse a PEC 241, de 2006 até 2015, o Brasil teria deixado de investir mais de R$384 bilhões em educação e mais de R$290 bilhões em saúde. Isso é muito grave para um país que ainda precisa se desenvolver muito. Sabemos que o Brasil avançou, mas está quase tudo para se fazer ainda no nosso País.

Estamos preocupados porque hoje 90% da pesquisa praticada no Brasil está no âmbito da pós-graduação, e é uma área que depende do orçamento da educação e da ciência. Quer dizer, para a educação ela é catastrófica; significa a perda de possibilidade de futuro para a saúde; significa, inclusive, menos dignidade, piora dos indicadores em saúde, menos investimento em pesquisas na área de saúde, mais fila, mais desespero e menos dignidade para o nosso povo.

Agora, eu gostaria de perguntar para os especialistas qual o impacto em áreas que não são de natureza obrigatória, são de natureza discricionária, como o investimento em ciência, tecnologia e inovação, por exemplo, meio ambiente, infraestrutura, áreas estratégicas para o desenvolvimento do nosso País. Nós acreditamos que essa PEC pode ser ainda mais ofensiva para essas áreas em que as despesas são de natureza discricionária, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

não obrigatória, porque provavelmente esse orçamento dessas áreas vai ficar espremido entre o orçamento das áreas que são de natureza obrigatória. Então, qual o impacto que a gente pode ter no orçamento dessas áreas de investimentos não obrigatórios, como ciência, tecnologia e inovação, por exemplo?

A gente sabe que a ciência não para. Se a gente parar hoje de investir nas pesquisas, não há como retomar daqui a dois anos ou daqui a três anos, já estará absolutamente defasada. E a gente sabe que a ciência tem um grande potencial de contribuir para a dignidade do nosso povo, para a geração de riqueza, para a promoção de qualidade de vida.

Então, acredito que essa PEC é mais do que desastrosa. Eu não consigo nem pensar o que ela pode ser para a ciência brasileira. Gostaria que vocês comentassem sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Camila.

A SRª CAMILA LANES – Eu queria primeiro saudar a todos, na pessoa da Senadora Gleisi Hoffmann, também uma grande mulher do Paraná.

E gostaria de primeiro me apresentar: o meu nome é Camila, sou Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e só vim aqui mesmo para dar um informe que é muito importante para nós estudantes secundaristas: nós estamos hoje com mais de 180 ocupações em todo o Brasil, justamente contra e se opondo não só à medida provisória que vai deformar o ensino médio, mas também contra a PEC 241.

E aí eu gostaria só de fazer uma breve reflexão de todas as 180 – 150 são somente no Estado do Paraná –, e gostaria de fazer uma pergunta para a Mesa, para que ficasse um pouco mais bem elaborada. A gente tem feito essa grande ofensiva contra essas medidas provisórias, contra as recentes medidas que estão sendo colocadas no Governo, de uma forma muito irresponsável, inclusive, e coloco aqui que a medida provisória não foi debatida.

Gostaria que fosse rapidamente colocado na Mesa sobre como a PEC 241 e a medida provisória da reforma do ensino médio se envolvem muito, porque de um lado temos uma medida provisória que diz transformar a educação pública, e de outro lado temos uma PEC que vai congelar os investimentos na educação. Então, uma coisa e outra, elas não estão batendo, porque nós temos um universo de 50 milhões de estudantes secundaristas que necessitam de uma reforma muito aprofundada na educação pública. Então, para finalizar, coloco essa pergunta.

Eu só queria colocar mesmo que nós estudantes estamos mobilizados e esperamos que a PEC 241 não seja aprovada, assim como foi a medida provisória, sem debate, no calar da noite, sem sequer um mínimo de respeito, considerando-se todo o sucateamento que nós temos na educação pública hoje. Então, é isso.

Agradeço o espaço. Espero que a PEC seja debatida mais vezes, não só aqui no Senado, mas também na Câmara, apesar de ela ter sido aprovada ontem.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queria agradecer, Camila, e parabenizá-la, porque o movimento dos estudantes secundaristas realmente está sendo referência de resistência em relação a essa medida provisória de reforma do ensino médio. E eu fico bem orgulhosa, porque o Paraná está sendo um dos Estados – e não é à toa que é do Paraná a Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – em que há mobilização; e geralmente é tido como um Estado mais conservador, um Estado mais à direita. E eu acho que os estudantes lá estão mostrando vigor, questionamento. Então, eu queria parabenizá-la pelo trabalho.

Vou passar à Profª Laura e, em seguida, ao Prof. Jessé.

A SRª LAURA CARVALHO – São vários comentários. O primeiro: reagi aos comentários e perguntas do Senador Lindbergh. Concordo com toda a fala que ele fez e queria destacar uma parte. Esse debate, esse caráter antidemocrático que, inclusive, a Camila acabou de ressaltar tem muito a ver com como aconteceu aquela reforma. E quando você descobre, a internet está inteira em polvorosa, ninguém sabe direito para o que é. Acho que aconteceu isso com a PEC. Acho que havia um debate um pouquinho entre técnicos que, ontem à noite, bateu recordes nas diversas redes sociais e, inclusive, muito contrariamente às medidas em todos os âmbitos. Já vi mapas nas redes sociais ontem – não estou falando só de veículos atribuídos à esquerda; estou falando do conjunto da rede, que, ontem, foi muito contrário à PEC 241 no momento em que isso passou a ser minimamente debatido. Mas, em geral, está sendo tarde demais. Então, espero que, realmente, esse debate seja feito.

Algo que prejudica muito o debate e que tem levado a informações enganosas para a população é que não parece haver interesse do Governo em realizar esse debate de forma aberta, transparente e honesta. A ausência hoje dos outros convidados talvez tenha algo a ver com isso.

Eu diria que precisamos olhar os dados. Não podemos vir com esses discursos ideológicos do tipo: "É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma gastança. O único jeito de resolver é esse, e isso vai aumentar a eficiência." É uma proposta que já parte do princípio de uma exclusão do problema da receita. Quando é uma crise de falta de receita, você simplesmente colocar um teto de gastos? Olha a contradição disso: temos uma crise por falta de receita, de arrecadação de impostos. A PEC é dos gastos. Por quê? Porque, na verdade, você elimina e retira, com essa PEC, o debate que já vinha ocorrendo desde o ano passado sobre reforma tributária, sobre desonerações fiscais. No momento em que você passa essa PEC, você exclui, elimina esse debate sobre impostos. Você basicamente alivia do debate já, de imediato, alivia do conflito sobre esse bolo cada vez menor da crise profunda do orçamento público e simplesmente exclui a possibilidade de debater impostos, porque agora todo debate estará concentrado em quem vai ser o gasto mais comprimido pelos outros, pelos demais. Então, assim como você libera a discussão sobre juros, você também libera da discussão sobre impostos. Essa contradição é muito importante se debater, porque ela realmente parte de um diagnóstico muito equivocado da nossa crise fiscal.

Mesmo usando a analogia que não gosto de usar de orçamento doméstico – permita-me discordar – os estudos empíricos do mundo inteiro, para diversos países, feitos por economistas que estão medindo efeitos de cortes de gastos sobre crescimento econômico e sobre a própria dívida pública, inclusive o próprio FMI, são cada vez mais na direção de mostrar que é um grande mito essa ideia de que você corta e isso gera confiança, e, por sua vez, crescimento e controla a dívida. Não há nem no debate acadêmico hoje.

Não sobrou quase ninguém que defenda isso, embora, aqui no Brasil, ainda tenhamos uma defasagem. O debate lá fora já está num ponto, e aqui os economistas ainda estão num debate de sete, oito anos atrás. Acho que a experiência já avançou muito, a pesquisa nessa área já avançou muito, e está muito claro que não há esse efeito benéfico de uma contração de gastos no meio de uma recessão; muito pelo contrário, isso agrava um problema.

Além disso, há uma propaganda que também mostra um pouco o caráter autoritário dessas medidas. A Senadora Lídice comentou, mas também acho que a imprensa inteira comentou, e as redes sociais, etc. Não é só o jantar que custa caro para promover; foi também um veículo de propaganda que custa caro em todos os principais jornais do País, veiculado pelo Governo com informações muitas vezes erradas, equivocadas, com dados desatualizados, dando a impressão de que obras inacabadas eram fruto da crise, quando, na verdade, são resultado do ajuste fiscal. Enfim, informações que justamente buscam criar uma certa confusão na cabeça das pessoas que associam a eficiência...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, o Presidente não pode fazer um jantar mais?

A SRª LAURA CARVALHO – ... com aumento...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Presidente Dilma fez jantares, almoços, o diabo. Agora, não pode?

A SRª LAURA CARVALHO – Não é esse o caso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, só para assegurar a palavra. Depois, V. Exª pode falar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Eu falo o que eu quiser. Eu falo o que eu quiser. Sou um Senador da República eleito pelo Estado do Mato Grosso e falo o que eu quiser!

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Eu sou um Senador da República e não aceito desrespeito. Eu peço que tirem esse rapaz daqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, o objetivo aqui é fazer o debate. Eu vou pedir para quem está aqui acompanhando que se acalme.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Respeite este Senador porque sempre fizemos um debate de nível. Agora, eu tenho que expor meu contraponto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª tem todo o direito de expor seu contraponto. Eu só pediria para, após o encerramento, passar a palavra a V. Exª.

A SRª LAURA CARVALHO – Continuando, eu acho que o Senador também não assistiu à apresentação. Eu mostrei muitos dados aqui. Quem fez o comentário sobre o jantar, inclusive, não fui eu – eu estava respondendo à reação – e tampouco acho que esse seja o problema; pelo contrário, o que eu estava dizendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui é que não é essa a questão. A questão é: vamos olhar os dados e fazer um diagnóstico correto do nosso quadro fiscal e pensar nas soluções mais adequadas a esse diagnóstico. Acho que esse tem de ser o debate, inclusive o debate que abra, de fato, as contas, que abra esses dados, e que pensem nos problemas...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – ... ser ameaçado dentro do Senado Federal!

A SRª LAURA CARVALHO – ... que estamos enfrentando que são gravíssimos.

O segundo ponto que acho também ser importante, respondendo aos comentários do Senador Lindbergh e da Senadora Gleisi, é que temos uma contradição, em termos, no que está acontecendo com a política econômica. Houve uma política econômica que, como a Senadora apontou, foi inicialmente de ajuste fiscal, em 2011; depois, uma série de desonerações fiscais com políticas custosas, uma desaceleração também pela falta de investimentos públicos. Isso foi agravando um quadro fiscal. Chegamos a um momento de déficit em 2014. Foi implementada no País uma política que foi, na verdade, de uma contração da ordem de 2,5% de despesas efetivas reais no ano passado, mais de 30% de cortes de investimentos públicos, e isso não foi capaz de resgatar a confiança e nem o crescimento econômico; muito pelo contrário, estamos assistindo a uma queda da produção industrial em grande parte grande parte dos setores e estamos vendo um aumento da dívida pública.

Será que a experiência recente não vale de nada? Temos que fazer essa discussão como se isso tivesse acabado de começar? Acabamos de ter uma experiência e dados suficientes para olhar para essa experiência.

Finalmente, outro ponto é o seguinte: é verdade que essa PEC é uma PEC do ajuste fiscal? Eu queria bater de novo nessa tecla. Não! Essa é uma PEC que congela ou, quando a inflação parar de cair – porque ela ajusta as despesas globais pela inflação do ano anterior, ou seja, enquanto a inflação estiver convergindo para a meta que o Banco Central já sinaliza que ocorrerá, dado que o reajuste de preços administrados já perdeu seu efeito na inflação, que foi o que aconteceu no passado, sobretudo –, isso ainda permite aumento real dos gastos nos próximos tempos, o que até poderia ser positivo, pensando que precisamos sair dessa crise econômica. O problema é para onde vão, onde vai haver esse crescimento real de gastos. Certamente – já estamos vendo – não é para ciência e tecnologia, não é para cultura, não é para investimentos em infraestrutura, dos quais o País é tão carente. Está parecendo que, enfim, foram alguns reajustes concedidos a magistrados. São aqueles setores, como vínhamos comentando, que tem maior capacidade de pressão, que estão ganhando, e as desonerações fiscais, por sua vez, continuam vigorando.

Então, a PEC não muda isso. Ela é frouxa no curto prazo, como os próprios economistas que apoiam a medida e que apoiam o ajuste fiscal sinalizam, ela permite o aumento do déficit, ela não controla em nada, ela não tem nada a ver com arrecadação, então ela não resolve o problema, não está claro que ela vai estabilizar a dívida, muito pelo contrário. Ela, ao contrário, no longo prazo, quando a economia voltar a crescer, é excessivamente rígida, desmonta um sistema. Esses grupos de pressão, enquanto o nosso sistema político for assim, vão continuar tendo muito poder. Isso significa que, com um teto menor, você não vai resolver o tamanho do conflito.

O que conseguimos, em momentos anteriores no Brasil, é que, com um crescimento maior, esses interesses conseguiram ser enfrentados em algum grau – e não necessariamente enfrentados. Na verdade, foi meio esse ganha-ganha do qual se está falando aqui: conseguiu-se conceder, ao mesmo tempo, para aqueles que sempre ganham com esse conflito, mas também se conseguiu dar um pouquinho de salário mínimo, etc. É um pouquinho, mas foi muito relevante para muita gente, para a própria dinâmica do mercado.

Agora, você imagina a situação: começamos a crescer de novo, a arrecadação está subindo, você teria como distribuir renda, prover serviços um pouco melhores, mas você está numa situação em que não pode, porque está amparado no que é o bolo hoje. Então, você está condenado a ver esses conflitos aumentando ou tão acirrados quanto são hoje. E sabemos quem ganha quando os conflitos estão acirrados: não é o salário mínimo, não é o aposentado, cuja aposentadoria, muitas vezes, alimenta famílias inteiras. Muito se fala – e eu acho que é importante discutir reforma da Previdência, já falei aqui –, mas temos que pensar que parte da Previdência que temos que discutir.

Finalmente, eu acho que a crise é muito grave e precisamos caminhar, de alguma maneira, para a compreensão e para a análise mais detalhada e profunda dessa crise e perceber que ela é uma crise que tem muito a ver com falta de investimento público. Então, eu acho que os dados de investimento público, nessa crise, quando começamos a olhar, como mostrei aqui no início, mostram justamente: qual foi a grande mudança entre o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma? Foi o abandono, desde o início do primeiro governo Dilma, dos investimentos públicos como motor do crescimento; investimentos em infraestrutura, que aumentam a produtividade para o empresário, que regulamentam o custo. Temos um problema muito grave no País de carência de logística em infraestrutura; e concessões não vêm funcionando para suprir isso, e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

menos crédito, e muito menos reduzir imposto para grandes empresários. Essas coisas não funcionaram.

Temos que pensar em como, ao mesmo tempo, lidar com o desajuste fiscal. É aí que vêm os economistas, e as pessoas acham que o papel do economista é dizer o que a sociedade tem que fazer. Não é. O papel do economista é: a partir do que a sociedade decidiu que quer como serviço, se quer ciência e tecnologia, se quer educação pública gratuita, se quer saúde pública gratuita, como viabilizar isso? Essas são as contas. Como é que estimulamos o crescimento para isso seja possível? Como é que arrecadamos e elevamos impostos o suficiente para que isso seja possível? Sobre quem, para que a distribuição de renda seja a melhor possível? Essa é a tarefa do economista. Se o economista chega para você e diz: "Não há alternativas, essa é a verdade absoluta; se você é contra a PEC 241, você é contra o Brasil", que é o veículo que foi colocado como propaganda, paga, inclusive, por uma consultoria financeira, nos principais jornais do País nesta semana, você tem que desconfiar, porque há algum problema aí.

Não existe uma verdade científica. Existem, sim, prioridades e composições, como você compõe uma melhora. Nenhum economista é a favor de descontrole de conta pública, de dívida insustentável, de inflação fora de controle. É claro, a não que você ache que as pessoas são sádicas, que é uma questão de divergência de diagnóstico, de como é que levamos. Esse debate é que precisamos fazer: como sai da crise, como cresce? Não podemos estar pautados por um debate que...

Na verdade, essa crise se mostrou como uma grande oportunidade para se travar o jogo democrático com esse tipo de argumento falacioso de Manual de Economia I, que, muitas vezes, já o próprio aluno de faculdade, que chega lá à sala de aula para ver esse manual, mesmo ele, de cara, vê que não é exatamente assim.

Então, temos que sair e conseguir sofisticar um pouquinho esse debate na cabeça das pessoas.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Profª Laura.

Passo a palavra para o Prof. Jessé.

O SR. JESSÉ DE SOUZA – Obrigado.

Eu acho que o Senador Lindbergh nomeou o principal aspecto do que estamos discutindo aqui, que é o aspecto político.

A economia quase sempre se apresenta como necessidade, mas não é necessidade. Não existe necessidade. É sempre escolha. Escolha é política, ou seja, sempre a economia é política.

Eu acho que isso tem que ficar claro, antes de tudo, é para o homem da rua. Esse cara é que não consegue compreender isso e é esse cara que é enganado constantemente, por uma mídia, por uma política que vai repetir coisas que têm a ver com o disparate. Eu acabei de ver – eu estava olhando as coisas sobre o pessoal que estava discutindo a PEC –, e o chefe da assessoria do Ministro Henrique Meirelles diz que a PEC é para beneficiar o mais pobre.

Exatamente. Os argumentos não valem nada mais. Aí, se a pessoa é cínica ou não, se ela está mentindo com consciência ou não, não importa, não é a questão mais importante. O resultado dela está caminhando para um processo de lavagem cerebral, mentira, fraude, de uma distorção sistemática da realidade, que só é possível em ditaduras. E já temos aspectos de ditadura aqui, em que o principal aspecto é a ausência de pluralidade de opiniões na esfera pública. Só é possível passar uma PEC dessa num contexto desse, em que já se conseguiu o monopólio da informação etc, em que se constrói mentira como se fosse verdade.

Eu acho, Senador, que urge uma ação em que esse homem da rua entenda como ele é explorado sob essas formas, que não são só juros. Numa taxa tendencialmente negativa de juros, como é que vai se explicar que no Brasil...? O que é o homem da rua pensa? Ele pensa: "Se o País deve..." Ele pensa com esta cabeça mesmo: "Eu sou um cara decente, eu tenho que pagar minhas contas ao dono da bodega da esquina onde eu compro as coisas". E ele pensa o Estado assim: "O Estado também tem que ser decente e tem que honrar os seus compromissos". É exatamente nesse ponto que tem que se mostrar que, com a taxa de juros a 14%, que foi levada à metade pela Presidenta Dilma em 2012 – 2012 ou 2011, acho que em 2012 –, a 7%.... Então, é possível reduzir isso, é possível com um mínimo de vontade política etc. E foi a causa do golpe, no fundo, sabemos disso. Por que o sistema...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Nós viemos aqui discutir golpe...

O SR. JESSÉ DE SOUZA – Não, não, claro, mas eu só estou dizendo, porque faz parte do que está acontecendo aqui, faz parte, Senador. O senhor me perdoe, mas faz parte do que está acontecendo aqui. O golpe foi feito para que haja a PEC 241, para que haja as coisas que estão acontecendo agora. E as coisas se explicam pelos elos entre elas. Nenhum fato isolado se explica por si próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu acho que esse cara que paga a conta, porque é o dinheiro desses caras que ganham menos de três salários mínimos que, por mecanismos que elevam artificialmente os juros.... Esse é o ponto, Senadora. Isso é uma escolha política. Uma taxa Selic que aumenta, uma taxa de juros artificialmente montada lá em cima faz com que essa conta seja uma conta que faz a sociedade brasileira de otária. É isso. O cara da rua tem que ver que a decência do Estado não está em pagar qualquer coisa que é posta como sendo uma necessidade, mas que isso é um arranjo político gigantesco de transferência e drenagem de renda de todas as classes trabalhadoras e da classe média inclusive, que é a mais feita de tola nesse debate, para meia dúzia de pessoas, que artificialmente aumentam essa dívida por artifício político, preenchendo Banco Central etc com pessoas que têm a ver com a banca. Você põe a raposa no galinheiro. O homem da rua precisa aprender que ele está pagando isso. Ele precisa aprender que ele está pagando para que as grandes fortunas do Brasil possam aumentar ainda mais. É o ponto dessa PEC 241.

E isso tem a ver, depois, com o que a senhora muito bem nomeou, Senadora, que é o descalabro que vai acontecer com a saúde e com a educação entre nós, ou seja, um pequeno movimento que estava havendo.... Nós somos uma sociedade escravocrata, essa é a verdade, ou seja, nós simplesmente abandonamos os mais pobres, os mais frágeis à sua própria sorte, ao seu próprio azar, eu diria. Houve, por vontade política, um esforço de reconstruir isso através da saúde, como a senhora muito bem disse. É falta de inteligência, burrice, para que o homem da rua nos entenda, não tratar pessoas em que o Estado, a sociedade investiu trabalho, conhecimento etc. Se uma pessoa é formada, a sociedade inteira pagou por isso. E, quando você deixa essa pessoa morrer, ficar doente, é o Estado que vai pagar isso também. Com a educação, essa equação fica mais visível ainda, porque a educação dá entrada no mercado qualificado, a educação contribui para a produtividade das empresas nacionais. É a prova de que é o melhor investimento. Todas as grandes nações inteligentes do mundo, efetivamente, investiram em educação mais do que em qualquer outra coisa. Todas as grandes recuperações societárias do mundo tiveram a ver com investimento maciço em educação. É assim que se empodera um povo, é assim que se cria uma economia importante. E nós vamos jogar fora esse pequeno esforço que foi feito. Essa PEC implica, no fundo, regredir cinquenta anos em cinco meses. Esse é o ponto.

Também nós temos aí formas de imposto. Os mais ricos são os que não pagam imposto, e há essa invisibilização de processos econômicos que são, depois, apresentados como necessidade. Isso é a morte da política, como o senhor muito bem pôs, Senador, e a morte da democracia. Nós temos poucas armas hoje. E acho que uma dessas armas é esclarecer o homem da rua, que não entende, porque são formas complexas. O juro, inclusive, é muito mais invisível do que o lucro. Se não encontrarmos formas de deixar isso claro, essas pessoas não vão ter nenhuma reação possível contra isso. Elas vão simplesmente não entender o que está acontecendo. Eu acho que é uma tarefa política urgente. Por conta disso, eu acho que é uma ameaça, mais uma ameaça, a uma democracia já frágil, como esta que nós estamos presenciando agora.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Prof. Jessé.

Consulto se o Senador quer fazer uso da palavra. Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só por meia hora.

Agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann, sempre muito democrática, concedendo a palavra a todos.

Em primeiro lugar, eu fico pasmo de ouvir aqui as falas. Eu respeito muito a fala do professor e da professora, mas não posso me calar. Fraude, Professor? Nós acabamos de ter um Presidente cassada por fraude. Então, o senhor vem falar em golpe aqui? Nós temos uma democracia funcionando tão bem que estou aqui eu em um debate com vocês, fazendo o contraponto e vocês colocando as palavras. Isso é democracia. As nossas instituições estão funcionando. Agora, falar em mentira? Pelo amor de Deus, nós passamos... Eu vou falar a verdade, sem ofensas, professor, mas eu gostava tanto das mentiras do Lula. Todos os brasileiros sabíamos que ele estava mentindo, mas adorávamos. Sabe quem acabou com o PT, quem tirou o PT do poder? Foi a academia, porque vocês mentem tão deslavadamente e de uma forma sórdida. Vocês doutrinam, querem doutrinar as pessoas.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço a vaia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só peço que não tenha manifestação no plenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não estou ofendendo o professor, não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Da mesma forma que o professor falou que é mentira, eu estou falando o contraponto dentro do raciocínio. O professor falou em fraude. Vamos colocar pimenta neste debate, porque é importante que ele seja feito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se não, fica só um lado falando. Vocês querem o quê? Uma igreja, uma religião? A igrejinha lá? Vamos debater. Estavam agora mesmo reclamando de quê? De falta de debate! Vamos debater! Qual é o medo de debater? Sim, debate. O professor falou aqui em fraude, em mentira. Eu estou só fazendo o contraponto. Eu acho que é normal isso. Se não, me falem. Falem: "Medeiros, a gente não quer mais você aqui, porque você é inconveniente, e você tira as nossas teses". E eu vou lá para o plenário. Se vocês não querem me ouvir, tudo bem. Eu deixo aqui a religião tocar.

Mas o que eu estou falando é que nós tivemos 13 anos do governo do Partido dos Trabalhadores. E volto a dizer: acho que a academia prejudicou muito. Tomei um nojo desse discurso de dizer que está tudo errado e que só o Partido está com a razão, e que agora, em quatro meses, tudo desabou. Ora, cansou de vir medida provisória aqui. Essa Casa era chamada de Casa carimbadora da República, de puxadinho do Planalto, porque engolia tudo que o Planalto mandava. E agora, isso é normal. Todos os governos fizeram. Quem não se lembra dos decretos-leis? Os governos fizeram essas coisas. Almoço no Alvorada, almoço no Planalto é o que mais se faz. Eu me lembro do Millôr Fernandes criticando que o que mais se fazia aqui... Ele até desenhava em suas caricaturas uns políticos barrigudões, porque dizia que só comiam. É verdade. É nos jantares que muitas coisas se decidem em Brasília, é em jantares que se fazem. São retóricas fora do debate que acontecem em qualquer governo. Agora, eventualmente, nós estamos agora defendendo e colocando medidas.

Há poucos dias, o Ministro Joaquim Levy estava aqui defendendo ajuste. Nós estávamos do outro lado criticando. Acho normal isso. Mas a gente tem que fazer o contraponto. Todos nós concordamos em um ponto: nós estamos quebrados. Os Municípios não têm um centavo furado, os Estados estão de pires na mão. Isso já vinha acontecendo.

Juros. Dois dias depois da eleição, a Presidente Dilma teve que aumentar esses juros. Eu não sou economista, mas ela teve que aumentar. O Ministro Joaquim Levy chegou aqui ao Senado e disse: "olha, gente, vocês estão me procurando. Qual é a gravidade dessa crise? A gravidade dessa crise é como se você estivesse sendo atacado por uma onça lá no Pantanal. Se nós fizermos todas as lições de casa, com todos os ajustes" – e não era muito diferente disso que está se propondo agora – "vocês vão ter acendido uma fogueira e espantado a onça. A onça foi embora? Não. Se você bater a lanterna, vai ver os dois olhinhos da onça atrás dos arbustos. Quanto tempo vai demorar isso? Vai demorar em torno de quatro a cinco anos. Todos os países que entraram nessas derrocadas demoraram tempo a se recuperar."

Agora, cada um tem um jeito. O Ministro Meirelles, que até poucos dias era o Ministro defendido pelo Presidente Lula para assumir o Governo, e que eu acho que, se tivesse assumido, e se a Presidente tivesse trazido Lula antes, e tivesse deixado Michel na articulação, não tinha acontecido nada daquilo. Mas agora, tudo bem, nada presta. Agora, faz parte do debate político.

Mas eu tenho que fazer o contraponto. Me perdoem. E agradeço aqui a participação. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Medeiros, V. Exª é sempre bem-vindo no debate. Eu só acho que a gente tem que ter o debate em um nível técnico e qualificado. As questões políticas vão surgir, é óbvio. Esta é uma Casa política. Mas eu queria só esclarecer V. Exª o seguinte: nós convidamos, sim, para que o Governo estivesse presente. Esse requerimento, esta audiência, foi feita por mim e pelo Senador José Aníbal. Os convidados por parte do Senador José Aníbal eram o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Dr. Mansueto Almeida, e o Felipe Salto, que é economista. Ontem à noite nós fomos avisados de que eles não poderiam estar.

Mantivemos aqui a audiência, até porque tanto o Prof. Jessé quanto a Profª Laura já estavam em deslocamento para Brasília, e nós achamos que era importante fazer este debate, até em razão das discussões que tivemos na Câmara. Acho que temos que fazer outros debates. Por isso, achei muito importante V. Exª se manifestar no sentido de proporcionar uma discussão na Casa para votar, para que nós não repitamos o que aconteceu na Câmara. Acho que não faz bem para o País, não faz bem para nenhum setor. Temos correlação de força, posições contrárias, mas nós temos que esclarecer o que está sendo discutido e debatido, porque isso tem impacto na vida das pessoas, e não é por um curto período de tempo. É por um longo período de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senador Lindbergh, e aí nós vamos encerrar. Pediu a palavra? (*Pausa.*)

Não?

Então, eu queria agradecer muitíssimo. Eu sei que há entidades. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) está aqui, tinha me pedido a palavra, mas já estamos no adiantado da hora. Eu queria ter a compreensão de vocês para que na próxima audiência pública a gente possa se manifestar.

Eu queria agradecer muitíssimo a Profª Laura Carvalho, que está aqui, dizer que sou sua fã. Leio todas as suas colunas e gosto muito.

Agradeço também o Prof. Jessé, que também tem dado grandes contribuições, textos, artigos, muito boas para o debate.

Agradeço a todos os que estiveram presentes, as Senadoras e os Senadores que estiveram aqui, os Deputados e as Deputadas. Lamento que realmente nós tínhamos um número que não era o ideal, mas eu penso que nas próximas sessões possamos ampliar.

Um informe e a leitura de um requerimento que eu queria fazer.

A informação é que nós conversamos com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Paim, e nós vamos fazer um ciclo de debates da CAE e da CDH todas as segundas-feiras de manhã, em relação à PEC nº 241 e assuntos que são importantes: 241 e a educação, 241 e a saúde, 241 e Estados e Municípios, enfim. Vamos ver se podemos fazer já a partir da próxima segunda. Estamos organizando.

Há mais um requerimento, de minha autoria, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Lindbergh Farias e do Senador Paulo Rocha para que façamos no dia 25 de outubro, aqui na CAE, mais uma audiência pública para discutir a PEC nº 241, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e seus impactos na economia brasileira. Os convidados são o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, que é professor titular na Unicamp; o Prof. Pedro Paulo Zahluth Bastos, também da Unicamp; Dr. Marcos Lisboa, Presidente do Insper; e Dr. Waldery Rodrigues Júnior, assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda – foi uma iniciativa do Senador Cristovam.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, de 2016

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Com intuito de discutir suas consequências para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, sugere-se o convite dos seguintes nomes: Luiz Gonzaga Belluzzo – professor de economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Pedro Paulo Zaluth Bastos - professor de economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Marcos de Barros Lisboa – presidente do Insper; e Waldery Rodrigues Júnior – assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros(as) senhores(as) senadores(as),

Nós não temos quórum para aprovar o requerimento. Eu vou deixá-lo lido, na forma do Ato nº 1 do nosso Regimento Interno, para que na próxima reunião, que será uma reunião ordinária na próxima terça-feira, portanto, deliberativa, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, possa ser aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lasier Martins, Telmário Mota, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ivo Cassol, Kátia Abreu, José Medeiros, Hélio José, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Armando Monteiro, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 3** - Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015, não terminativo, de autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências para vedar pagamentos antecipados", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. O presidente designa o senador José Medeiros relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Kátia Abreu, José Medeiros e Armando Monteiro. O presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Em seguida, a reunião é suspensa às dez horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às dez horas e cinquenta e sete minutos. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1** - Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 2** - Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; **Item 4** - Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011; **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 491 de 2013; **Item 6** - Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015; **Item 7** - Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012; **Item 8** - Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 9** - Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; **Item 10** - Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015; I**tem 11** - Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2011; **Item 12** - Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2016; **Item 13** - Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2011; **Item 14** - Projeto de Lei do Senado nº 440 de 2013; e **Item 15** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26 de 2016. Em seguida, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 27ª, 28ª, 29ª e 30ª reuniões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores; bom dia a todos.

Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 27ª, 28ª, 29ª e 30ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2015
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Faço a designação do Senador José Medeiros como Relator *ad hoc.*

Com a palavra o Senador José Medeiros, Relator *ad hoc* do item 3.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, diante da extensão do voto, se V. Exª me permitir, faço uma breve análise e, logo em seguida, passo ao voto.

Nos termos dos arts. 22, XXVII, da Constituição Federal, a União detém competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Não há conflito do PLC em exame com disposições constitucionais vigentes e com o RISF. Assim sendo, atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade.

Retornando ao PLC em exame, vê-se que, das duas hipóteses que vêm sendo admitidas, embora de forma absolutamente excepcional, para a antecipação de pagamentos – a existência de previsão contratual e de garantias ou a efetivação da entrega dos bens, serviços e obras contratados – apenas uma, esta última, se vê contemplada.

Parece-nos excessiva a eliminação da primeira hipótese, principalmente considerando que tanto a Controladoria-Geral da União quanto o Tribunal de Contas da União a admitem.

Feitos esses reparos, impõe-se a necessidade da apresentação de emenda ao Projeto para alterar a redação da alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei de Licitações, que é objeto da proposição, para excetuar a hipótese de comprovação da correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, ou, de forma excepcional, se houver previsão editalícia e garantias efetivas, aceitas pela administração, da realização integral e satisfatória do objeto do contrato.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAE

Dê-se à alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º .....:

Art. 40. .....

.....

XIV – .....

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, vedado o pagamento antecipado, exceto se comprovada a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, ou, de forma excepcional, se houver previsão editalícia e garantias efetivas, aceitas pela administração, da realização integral e satisfatória do objeto do contrato.

Esse é o voto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu gostaria que o Senador Relator pudesse explicar um pouco mais essa modificação, o detalhe dessa modificação na prática.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Excelência, peguei o projeto como Relator *ad hoc.* O que o nosso Relator, Senador Ricardo Ferraço, colocou aqui foi que aceitou a aprovação do projeto. S. Exª vota pela aprovação do projeto e insere aqui uma emenda segundo a qual o prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, vedado o pagamento antecipado, exceto se comprovada a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, ou, de forma excepcional, se houver previsão editalícia e garantias efetivas, aceitas pela administração, da realização integral e satisfatória do objeto do contrato.

Essa foi a emenda que S. Exª colocou, e rejeitou a outra que havia sido proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Senador, agradeço sua atenção, mas vou pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Senador Armando concorda com esse pedido de vista para que possamos dar vista coletiva?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Está dada vista coletiva ao projeto.

Não havendo mais nenhum relator presente e não havendo quórum para votação imediata, vamos suspender a reunião por 15 minutos, para que possamos complementar o quórum no painel e votar as emendas.

Passaremos, quando completar o quórum, imediatamente para análise, discussão e aprovação das emendas.

A reunião está suspensa por 15 minutos. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, o pedido de vista nós sabemos que é regimental; porém, como não há quórum, eu creio que ele não poderia ser feito neste momento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O quórum para vista é só de seis Parlamentares e há dez no painel. A não ser que V. Exª peça a verificação, o que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concorda, não é?

Então, está aprovada a vista coletiva.

(*Suspensa às 10 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro reaberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nenhum relator presente, antes de encerrarmos a presente reunião, proponho novamente a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 27ª, 28ª, 29ª e 30ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, suspensa às 10 horas e 44 minutos, reaberta às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente no exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Lasier Martins, Telmário Mota, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Roberto Requião, Kátia Abreu, José Medeiros, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Armando Monteiro, Marcelo Crivella, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das emendas desta comissão ao PL nº 18/2016-CN - Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2017, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O presidente em exercício, senador Raimundo Lira, concede a palavra à coordenadora das emendas, senadora Kátia Abreu, a qual esclarece que foram apresentadas sessenta e cinco emendas pelos(as) senadores(as) Ivo Cassol, Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Raimundo Lira, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Kátia Abreu, Elmano Férrer e Vanessa Grazziotin. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Armando Monteiro, Hélio José, Ataídes Oliveira, Waldemir Moka, Roberto Requião e Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes emendas de apropriação ao PL nº 18/2015-CN: **Emenda nº 01** – Acréscimo – Orçamento Fiscal/Nacional – Ministério da Fazenda – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas – Valor R$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais); **Emenda nº 02** – Acréscimo – Orçamento Fiscal/Nacional – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior – Valor R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); **Emenda nº 03** – Inclusão – Orçamento Fiscal/Nacional – Rec. Sob Sup. Do Ministério da Fazenda – Auxílio Financeiro a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações – Valor R$ 1.950.000.000,00 (um bilhão e novecentos e cinquenta milhões de reais); e **Emenda nº 04** – Acréscimo – Orçamento Fiscal/Nacional – Presidência da República – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Valor R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Antes de encerrar os trabalhos, a presidência dispensa a leitura da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente no exercício da presidência e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: Emendas da CAE ao PLOA 2017.

Finalidade: Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 18/2016-CN – Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2017 (PLOA/2017), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 65 emendas a esta Comissão, sendo todas de apropriação.

Com a palavra a Relatora das emendas, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

A Comissão de Assuntos Econômicos delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017.

Sob a análise deste Plenário, encontram-se 65 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka e Wellington Fagundes.

Se somarmos todas as emendas de todos os Senadores, teremos o total de R$10,279 bilhões em indicações que contemplam programas orçamentários variados ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Infelizmente, Sr. Presidente, nós só podemos escolher 4 emendas para aprovar, levar à apreciação desta Comissão. Nós fizemos a opção, Sr. Presidente, de acordo com a vontade da maioria dos Senadores.

Apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas. Autoria das emendas de Ivo Cassol, Armando Monteiro, Fernando Coelho, Romero Jucá, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia e Kátia Abreu. Apoio financeiro – Fundação Getúlio Vargas: R$34 milhões, emenda de Armando Monteiro.

A segunda Emenda, Sr. Presidente, Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, de autoria do Senador Hélio José, Raimundo Lira, nosso Presidente, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Lúcia Vânia e também de minha autoria, Kátia Abreu, repito, para Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, no valor de R$100 milhões. É uma emenda, Sr. Presidente, que está embasada e que avaliamos de muita importância, pois ampara a MP 749, que prevê aos Estados exportadores uma restituição ou uma compensação por conta da perda de arrecadação com as exportações. Então, vários Estados seriam beneficiados. Como exemplo, o Tocantins teria o direito de R$34,815 milhões; o Estado da Paraíba, R$3,895 milhões; o Estado de Pernambuco, aproveitando os Senadores presentes, R$3,080 milhões; o Distrito Federal não é contemplado, pois não há perdas nas exportações. É um total de quase R$2 bilhões, que se refere ao auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o fomento das exportações. É uma emenda da Senadora Lúcia Vânia, no valor de R$1,95 bilhão, que julgo da maior importância para a compensação dos Estados, pois a perda nas exportações é grave.

E a última e quarta emenda, Sr. Presidente, na verdade, são duas emendas para o MDIC, no sentido da Promoção do Desenvolvimento Industrial, que proporcionará um apoio aos pequenos parques industriais dos Municípios.

Há uma emenda importante, que é a do Portal Único, um projeto do ex-Ministro e Senador Armando Monteiro. Para resumir a importância desse portal, registro que ele reduz em 40% a burocracia para exportar e importar no Brasil. Sabemos que foi iniciado sob a gestão de Armando Monteiro, mas não foi finalizado porque tudo isso é um processo em que estamos unindo mais de 34 órgãos em um mesmo local, sob um mesmo procedimento eletrônico, superando todas as dificuldades. Se esse projeto for interrompido, o Brasil terá um grande prejuízo, porque hoje estamos cotados pelo mundo todo, por todas as agências, como um país fechado para as exportações. E isso inclui não só a proteção a produtos, mas inclui também a burocracia e a dificuldade nas exportações e na importação. E o próprio MDIC nos telefonou, entrou em contato conosco, pedindo para que, das duas emendas, fosse priorizada a do Portal Único, pela importância para o País.

Então, estamos optando pela quarta emenda para o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, que é a manutenção, desenvolvimento e modernização de sistemas informatizados do comércio exterior, no valor de R$150 milhões. São duas emendas, duas autorias: Flexa Ribeiro e Hélio José. A do Senador Hélio José, R$35 milhões, e a do Senador Flexa Ribeiro, que acatamos, R$150 milhões, para que possamos terminar definitivamente a implantação do Portal Único do Comércio Exterior.

Essas são as minhas considerações e as quatro emendas, que finalizam quase R$2,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – As emendas selecionadas pela Senadora Kátia Abreu estão em discussão.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria me congratular com a nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu, que faz um relatório extremamente equilibrado, buscando, evidentemente, harmonizar e contemplar as diferentes demandas que foram encaminhadas à Senadora. Portanto, eu me congratulo com a Senadora pela qualidade do seu relatório e pelo equilíbrio com que se pautou na condução desse assunto.

Gostaria, no entanto, Sr. Presidente, de aqui fazer uma ressalva, ao tempo em que agradeço o apoio que a Senadora concede a esse importante projeto, que é a implantação do Portal Único do Comércio Exterior no Brasil, colocando o Brasil em linha com os países mais desenvolvidos, ou seja, simplificando os procedimentos de exportação e importação, desburocratizando, aperfeiçoando o processo – e já estamos no estágio da anexação eletrônica; não há mais papéis – e fazendo com que todos os órgãos anuentes possam convergir no processo para um procedimento único, simplificando-o, o que significa ganhos de produtividade.

Há um estudo da Organização Mundial do Comércio que estima que os ganhos que serão obtidos, em nível mundial, com a implantação do modelo de portais únicos de comércio exterior, ascendem a números

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

impressionantes. Portanto, eu considero que é um projeto extremamente meritório.

Gostaria, todavia, de fazer uma ressalva: eu não sou autor do projeto; o projeto já existia quando nós assumimos o Ministério, embora eu deva dizer que demos um impulso a ele na medida em que o colocamos, na realidade, num ponto em que eu diria irreversível. Portanto, para ser absolutamente honesto, eu quero agradecer a Senadora Kátia e dizer que não fui o autor do projeto, mas pude dar uma contribuição, ao meu tempo, para que essa iniciativa pudesse prosperar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Senador Armando Monteiro, além de competente, é também uma pessoa modesta.

Sem dúvida nenhuma, V. Exª desempenhou um grande trabalho à frente do Ministério do Desenvolvimento e, portanto, tem pleno conhecimento da importância que têm as exportações para o País.

Nenhum país, hoje, entra no grupo de países plenamente desenvolvidos sem que seja através da educação de qualidade e da exportação com alto valor agregado. Só existe este caminho. V. Exª o conhece muito bem e, sempre que fala sobre isso, indiscutivelmente, dá uma aula e um ensinamento a todos nós.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Raimundo Lira, pela qualidade da sua Presidência; cumprimentar a nossa Relatora, Senadora Kátia Abreu; e os demais Senadores aqui presentes, Senador Ataídes, Senador Armando Monteiro, em relação a quem faço minhas as palavras do Senador Raimundo Lira, todas elogiosas pelo seu ótimo trabalho à frente do Ministério de Indústria e Comércio.

Senadora Kátia Abreu, V. Exª demonstra, realmente, ser uma pessoa bastante conhecedora do nosso País e bastante sensata quando acata a emenda das micro e pequenas empresas, as maiores empregadoras deste País e que realmente têm condições de fazer o Brasil superar todas as crises. É de alta relevância essa emenda acatada por V. Exª. Essa ação visa a execução de atividades de apoio ao desenvolvimento dos projetos que permitem o aumento de lucratividade dos microempreendedores individuais, dos artesãos, das micro e pequenas empresas, a disponibilização de serviços pelo portal de serviços às empresas e artesãos, a qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais assessoramentos, orientação, formulação, coordenação da política nacional de desenvolvimento das micro e pequenas empresas, de pequeno porte, visando exatamente o fortalecimento e a expansão desse segmento.

Nobre Senador Raimundo Lira, V. Exª, que é um empreendedor, que é um empresário, sabe da importância do apoio à micro e à pequena empresa. Então, acho que é um passo importante que esta Comissão está dando. Esse relatório, contemplando essa emenda, vai dar condição para que a micro e a pequena empresa possam continuar o seu caminho para nos ajudar a superar a crise.

Com relação ao Ministério da Indústria e Comércio, eu me sinto contemplado com as palavras do nosso nobre Senador Armando Monteiro. Eu tinha recebido uma propositura inicial de R$35 milhões, e foi muito bom a nossa nobre Relatora ter aceitado um aumento para R$120 milhões. Veio depois dessa proposição com a qual o Ministério me procurou pedindo os 35. E eu acho que foi melhor ainda, 120 é melhor, 120, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cento e cinquenta é melhor ainda do que trinta e cinco.

Parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Hélio José, V. Exª viu a consideração que a Senadora Kátia Abreu teve com relação ao pleito de V. Exª: ela o aproveitou, mas deu um *upgrade* para mostrar a importância da escolha de V. Exª.

Com a palavra, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Raimundo Lira, quando V. Exª fez referência à Senadora Kátia Abreu, lá do meu querido Estado – ela sabe o quanto ela é querida também por mim –, também o Senador Monteiro, com quem nós já tivemos algumas boas divergências com relação ao Sistema S... Mas não há como não reconhecer a sabedoria do Senador Monteiro, a coerência de suas palavras, sempre bem colocadas. Quero, então, a princípio, me coadunar com S. Exª.

Agora, Sr. Presidente, evidentemente que essa emenda é de fundamental importância, e ela será amplamente discutida no foro competente, a Comissão Mista de Orçamento. Eu aqui só tenho um pequeno registro a fazer: para os nossos micro, pequenos e médios empreendedores – nós somos empresários –, todo dinheiro que vier para incentivar, para fomentar o seu crescimento e permitir que gerem emprego e renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

será de fundamental importância.

Só faço um registro: que o Sebrae pegue os bilhões que tem hoje aplicados no mercado financeiro e também os leve para essas micro e pequenas empresas.

Encerro, então, parabenizando a Senadora Kátia Abreu e também, pela fala, o Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ataídes, V. Exª, que sempre foi um grande conhecedor dos assuntos econômicos do nosso País, agora, naturalmente, está com uma visão muito mais ampla, depois dessa viagem à China, acompanhando o Presidente Temer. Portanto, as opiniões de V. Exª são sempre muito bem-vindas e muito importantes.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu estou recebendo o relatório neste momento, para ser preciso. Como não tenho condição de opinar com mais profundidade a respeito do relatório da eminente Senadora, eu quero crer que, pela experiência e pela competência de S. Exª, ela tem o meu voto de confiança.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Muito bom, Senador Waldemir. V. Exª é sempre um grande colaborador. Eu sou testemunha disso. Durante os trabalhos da Comissão Especial do Impeachment, V. Exª esteve praticamente em todas as reuniões trabalhando, colaborando e participando ativamente.

O Senador Jereissati tem alguma consideração a fazer a esse respeito? A presença de V. Exª é sempre bem-vinda. Igualmente, o Senador Roberto Requião, que é um grande conselheiro desta Casa. Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos se encontra hoje de parabéns com essas presenças ilustres.

Quero, antes de colocar em votação, concordar totalmente com as considerações feitas pelo Senador Armando Monteiro em relação ao trabalho eficiente e competente da Relatora, Senadora Kátia Abreu, que, com muito bom senso, direcionou as emendas para aqueles programas que ela achou que são mais importantes para o desenvolvimento do nosso País, já que a Senadora Kátia Abreu e o Senador Armando Monteiro são conhecedores plenos do funcionamento da economia brasileira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Crivella, é um prazer a presença de V. Exª aqui, nesta Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu reapresentei, como faço todo ano com alguns Senadores, uma emenda para o Dieese. Ela está sendo objeto?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Ela não foi aceita.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Não foi aceita não só essa do Dieese, mas também outras duas. A do Sebrae também não foi aceita. Por isso não foi apreciada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não foi aceita por?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Pela CMO. Tinha que fazer edital de contratação e aí não foi aceita na CMO.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O que é CMO?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Comissão Mista de Orçamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Ah, é? Foi vetada lá?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Foi.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Quer dizer que resolveram fechar o Dieese agora? Entendi.

Então, vamos transformar essa emenda do Dieese para o Instituto Millenium, não é? Aquele do Denis Rosenfield.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Senador Requião, é porque o Dieese, como o Sebrae, são entidades privadas, e a lei veda qualquer repasse de recursos, agora, para ONGs e entidades privadas. Nós gostaríamos, inclusive, de ter colocado para o Sebrae. A CMO, então, vetou, de acordo com a legislação. Eu também havia apresentado uma para o Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concluindo, porque a Senadora Kátia Abreu estava distraída quando eu falei que concordo totalmente com todas as considerações feitas pelo Senador Armando Monteiro em relação à eficiência, ao trabalho e ao direcionamento que V. Exª deu nas escolhas das emendas.

Parabéns, Senadora Kátia Abreu!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Só um esclarecimento aqui sobre o que a assessoria me informa, Senadora Kátia. Eles me informam que projetos em andamento ainda são passíveis de emenda, é o caso do Dieese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E já há outros casos que estão sendo mantidos, que os projetos estão em andamento. Eles seriam interrompidos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Se o Presidente me permite, eu vou ler o relatório da Comissão Mista de Orçamento. É um item, três linhas, o item 58.

1.4. Emendas de Comissão

[...] 58. A emenda de comissão não pode destinar recursos a entidades privadas, salvo se contemplar programação que, no projeto de lei, contenha modalidade de aplicação que permita transferências a seu favor.

No projeto de lei orçamentária não veio o Dieese incluído.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Requião, está satisfeito com as informações?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estou absolutamente insatisfeito. Estou vendo que o Dieese recebe emendas há décadas e esta Comissão Mista de Orçamento resolveu cortar agora. É uma novidade inusitada a meu entender.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, agora, olhando com mais detalhes, eu havia apresentado uma emenda, e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – acabei de receber aqui – me pediu para retirá-la, entendendo que a emenda que eles propõem é mais importante do que a que eu propus. Eu sou um homem conciliador, Sr. Presidente. Acho que o Ministério da Indústria e Comércio tem razão. Só queria registrar que faço isso, realmente, até porque recebi informações de que o Senador Armando Monteiro também o recomendou, assim como a Senadora Kátia Abreu, e são dois Senadores por quem eu tenho um profundo respeito. Então, nós retiramos a emenda para que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio pudesse ter sua emenda garantida.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Permita-me, Senador Waldemir, repetir o que falei agora há pouco: V. Exª é sempre um grande colaborador nas comissões. A atitude de V. Exª mostra exatamente isso.

Em votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Os Senadores e Senadoras...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É apenas uma intervenção pequena para parabenizar o Ministro Marcos Pereira, atual Ministro, que nos dá, através de sua emenda, essa que está sendo aprovada e mencionada aqui pelos Senadores, um caminho expedito para importarmos e exportarmos. Eu a estou lendo aqui. Agora, em vez de 17 *sites* e muita papelada, em um *site* só nós vamos facilitar os caminhos. Então, quero parabenizar o nosso Ministro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Antes de V. Exª se pronunciar a respeito desse assunto, o Senador Monteiro, que estava recebendo os louros por essa iniciativa, disse com muita modéstia que foi o Ministro anterior a ele quem tinha tido essa ideia. Ele apenas trabalhou e fez um esforço muito grande para que esse *site* fosse implantado, e é muito importante para as exportações brasileiras.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Só para uma explicação aos Senadores que agora usaram a palavra. Repetindo: eram duas emendas para o MDIC. A maioria dos Senadores havia optado pelo desenvolvimento industrial, que atendia os pequenos distritos industriais, como o Senador Waldemir Moka. Claro que a nossa opção seria pela maioria dos Senadores. Quando o MDIC ligou pedindo a substituição, eu então pedi ao Ministro que ligasse para os Senadores e que tivesse a concordância deles, e ele me garantiu que teria, que iria ligar para todos, que tinha uma boa relação, e que eu poderia fazer essa troca. Então, isso de fato aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Ministério ligou e pediu essa substituição porque a emenda do Portal Único é muito importante para todo o Brasil.

Muito obrigada, Ministro Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As Emendas nºs 2, 33, 46 e 52, renumeradas como Emendas nºs 1 a 4-CAE, estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Srªs e Srs. Senadores e de todos que estão aqui acompanhando os trabalhos desta Comissão.

Um bom-dia a todos.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, Ataídes de Oliveira, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que a reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a progressividade tributária: uma alternativa à PEC 241/2016, em atendimento ao Requerimento nº 13 de 2016, de iniciativa do senador Lindbergh Farias, tendo como expositores o professor associado do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges, Felipe Rezende; o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, André Calixtre; e o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Fernando Gaiger. Antes do início da audiência, usa da palavra o senador Ataídes de Oliveira para apresentar uma questão de ordem, que é indeferida pela presidência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento n° 27 de 2016**, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Fabíola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, autores do estudo 'Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil' (Nota Técnica Nº 28 Disoc/Ipea), como forma de contribuir nos debates sobre a PEC 241, que trata do novo regime fiscal, em tramitação no Legislativo Federal". **Requerimento n° 28 de 2016**, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos, com a presença do seguintes convidados: a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane; o professor titular da PUC-RS e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Ingo Wolfgang Sarlet; e o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Heleno Torres". **Requerimento n° 29 de 2016,** de iniciativa do senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública interativa sobre: "Progressividade tributária: uma alternativa à PEC 241/2016".

Requerimento de realização de audiência do Senador Lindbergh Farias.

Convidados: Prof. Felipe Rezende, professor associado do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges; Waldery Rodrigues Júnior, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; André Calixtre, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fernando Gaiger, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando, pelo número 0800-612211.

Os convidados já se encontram à Mesa.

Agradeço a presença do Prof. Felipe Rezende, do André Calixtre e Fernando Gaiger.

Quero lamentar aqui a ausência do Sr. Waldery Rodrigues Júnior, que, inclusive, foi indicação do Senador Cristovam, com quem falei agora, pela manhã. Fomos informados pelo Ministério da Fazenda de que o Ministério não enviaria novamente, como aconteceu na outra audiência pública, um representante para fazer o debate porque, segundo o Ministério, estão discutindo na Câmara dos Deputados a PEC 241, que segue hoje para aprovação.

Antes de passar a palavra aos Senadores e Senadoras, quero fazer uma introdução e dizer que vamos começar aqui com o Dr. Fernando Gaiger, para falar sobre...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...a progressividade da tributação.

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É pela ordem, Presidente, porque já apresentei, na semana passada, perante a Comissão, também dois requerimentos que tratam do mesmo assunto, realização de outras audiências públicas.

Sei que não temos quórum hoje para votação, mas seria importante que V. Exª, no início ou final da reunião, lesse o requerimento, porque já ficaria pronto para a pauta da próxima reunião. É apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Faremos isso ao final, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Antes da exposição de V. Exª, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Posso fazê-la agora ou faço depois da exposição que V. Exª disse que....Iria passar a palavra para o nosso convidado, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, me permita fazer a questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permito fazer a questão de ordem. Pode fazê-la.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, percebo que o objetivo desta audiência pública foge ao escopo do Requerimento nº 13, de maio de 2016. Portanto, com fulcro no art. 403, combinado com arts. 412, item IX, 89 e 109 do Regimento Interno do Senado Federal bem com o Ato Nº 1, de 2011, da CAE, desta douta Comissão, apresentamos a presente questão de ordem a fim de questionar a ação perpetrada pela Presidência desta Comissão de Assuntos Econômicos que, extrapolando suas atribuições regimentais, usurpou competência do Plenário da Comissão ao alterar *ex officio,* sem qualquer consulta prévia ou mesmo posterior aos membros desta Comissão, o tema da audiência pública que hoje se realizará, ou realiza, bem como os convidados a expor sobre o tema proposto.

Ocorre que, Srª Presidente, em 10 de maio de 2016, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Requerimento Nº 13, de 2016, para a realização de audiência pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, aspas, "com vistas à apresentação de dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

indiciadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovada no Requerimento nº 8, DE 2016, da CAE."

Para expor sobre o tema proposto, foram convidados o Sr. Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

Tratava-se, portanto, de audiência destinada a avaliar, aspas, "a política de equidade e progressividade do Sistema Tributário Nacional", política pública objeto de avaliação desta Comissão, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno.

Contudo, para surpresa de todos, ao publicar a pauta desta reunião, verificou-se que o tema da audiência pública foi completamente modificado pela Presidência e foram incluídos três expositores totalmente estranhos ao requerimento original.

Ora, Srª Presidente, as Comissões do Senado Federal são órgãos colegiados, nós sabemos disso. Ou seja, as suas decisões devem ser tomadas pela deliberação dos seus membros, conforme determinam os arts. 109 e 412, inciso IX, do Regimento, sendo vedada a deliberação e decisão sobre qualquer assunto por apenas um Parlamentar.

No presente caso, a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente desta douta Comissão, descumpriu a deliberação da Comissão e decidiu modificá-la por vontade própria e para atender aos seus interesses, em grave violação do Regimento e em total desrespeito aos seus pares.

E aqui eu digo, inclusive, que estamos, uma vez realizada esta audiência, cometendo uma anomalia regimental.

Pois bem; o princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas pelo Parlamento, inclusive no exercício de suas competências constitucionais (art. 58, §2º, item II), com a realização de audiências públicas.

Aliás, nas palavras do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, o necessário respeito ao postulado da colegialidade qualifica-se como pressuposto de validade e de legitimidade das deliberações parlamentares.

Ao transgredir o princípio da colegialidade, ordenando, de maneira abusiva sem a prévia e necessária deliberação dos membros que integram a CAE, a alteração do objetivo da audiência pública e a relação de convidados, essa Presidência afronta diretamente a Constituição e o Regimento Interno do Senado Federal, bem como todos os Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos.

Não se pode afirmar, por outro lado, que a Presidência exerceu as competências a ela deferidas pelo art. 89 do Regimento Interno. É certo que ao Presidente da Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão; porém, tal atribuição é entendida no sentido de pôr em ordem, arranjar, administrar, gerir, governar os trabalhos; jamais decidir isoladamente sobre as proposições que nela tramitam.

E aqui eu posso dizer, apesar de ser novo na Casa, que tive a experiência de ser o Presidente de uma CPI e hoje exerço a função de Vice-Presidente da CMA, à qual quase sempre, ou de vez em quando, melhor dizendo, eu a presido. E lá nós respeitamos literalmente esses artigos ora mencionados.

Pois bem, interpretar esse dispositivo de forma diferente acabaria por esvaziar completamente o sentido de se ter outros membros, pois, na sua função, passaria a ser meramente consultiva, não precisaria de membros. A Presidente passaria a ter poder de decidir de forma diversa da deliberada pelo Plenário do Colegiado, o que configuraria verdadeiro absurdo.

Ademais, devemos lembrar que a CAE possui o Ato nº 01/2011, que regulamenta a apreciação de requerimentos de audiência pública pela Comissão. Nesse sentido, determina que o requerimento seja lido em uma reunião e votado na reunião deliberativa seguinte.

Ora, após a apreciação do requerimento do aludido Requerimento nº 13, de 2016, não houve aprovação de qualquer outro requerimento que se destinasse a aditá-lo ou a modificá-lo. Para tratar sobre a PEC 241, de 2016, houve apenas a leitura do Requerimento nº 26. Aqui, a nossa Secretaria tem conhecimento. Houve tão somente a leitura do Requerimento nº 26, de 2016, na reunião do dia 11/10/2016, que ainda não foi deliberado, não foi ainda aprovado pelo Plenário desta Comissão, e sequer faz menção ao Requerimento nº 13.

Dessa forma, Srª Presidente, levantamos a presente questão de ordem, a fim de que esta audiência pública convocada para o dia de hoje seja realizada nos exatos termos do Requerimento nº 13, de 2016, não fora do escopo deste requerimento, aprovado por esta Comissão no dia 10/05/2016 – e inclusive, é bom que se diga, a PEC 241 ainda não havia sido protocolada nesta Casa –, devendo os expositores tratar apenas da política pública sob análise da CAE, e devendo ser dispensados aqueles que não foram convidados pela Comissão.

Portanto, Srª Presidente, essa é a nossa questão de ordem. E V. Exª sabe que eu tenho admiração e respeito pela competência que lhe é peculiar, mas a realização desta audiência no dia de hoje, da forma como está aqui a se tratar, nós estaríamos cometendo uma anomalia regimental e jurídica, posso dizer assim, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

estaríamos também abrindo um precedente para que este Senado Federal, hoje já sem credibilidade perante o povo brasileiro, perca a credibilidade ainda mais.

Aí, fica esse autoritarismo, ou seja, um Presidente pode decidir por conta própria o que esta Comissão faz ou deixa de fazer, ou seja, os seus membros perdem toda a sua validade.

Eu gostaria que V. Exª se ativesse com muito carinho a esta questão de ordem, porque foi uma questão de ordem colocada com muita responsabilidade, eu diria que até certo ponto apartidária. E se não for acatada, porque depende evidentemente da decisão de V. Exª, nós vamos ter que tomar outra decisão e levar para o Plenário, para a Presidência desta Casa.

Mas eu espero que V. Exª aceite a nossa questão de ordem.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A Mesa vai decidir sobre a questão de ordem.

Antes, eu passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para fazer a contradita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu nunca vi isso. Eu estou aqui na CAE há seis anos, fui Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos. Nós sempre procuramos ocupar os espaços que tínhamos com um debate público.

Nós estamos numa semana extremamente esvaziada no Senado. Eu quero parabenizar V. Exª por estar aqui organizando um debate que interessa a todo o País. Eu não entendo o que o Senador Ataídes quer com isso. Eu volto a dizer, Senador Ataídes, que eu até hoje, em seis anos, não vi isso acontecer aqui na CAE. É medo de debate? É medo de debate? É essa pergunta que eu quero fazer. Que desespero é esse? Sinceramente, com todo o respeito, essa questão de ordem é ridícula! Não tem outro nome para isso. Desculpa eu falar desse jeito, mas é que me irrita, também, sair do Rio de Janeiro e saber que haveria este debate aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e V. Exª apresenta uma questão de ordem para sustar o debate?

Quem apresentou esse requerimento fui eu. Talvez o senhor não saiba ou a sua assessoria não saiba, mas na PEC 241 nós estamos discutindo o problema fiscal que nós estamos enfrentando no País. Ontem, eu tive um debate extremamente qualificado com o Senador Cristovam Buarque e nós discutimos esse problema.

Na minha avaliação, a grande questão do País hoje é a retomada do crescimento econômico. Nós só vamos resolver o nosso problema fiscal com a retomada do crescimento econômico. Mas discutimos o seguinte: tudo bem. Já que se quer discutir a questão fiscal, nós temos vários caminhos. Nós temos como fazer cortes, contenção no gasto, nós temos como melhorar o nosso sistema tributário. É a mesma discussão.

Eu, quando apresentei esse requerimento, chamei Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, que são do Ipea e têm um estudo sobre progressividade tributária, em especial sobre isenção de taxação sobre lucros e dividendos. E eles não puderam vir.

Então, nós estamos discutindo aqui, Senador Ataídes, a mesma coisa. É claro que podemos ter posições diferentes. Eu falo – e acho que vai ser importante esta discussão de hoje – como nosso sistema tributário é injusto, principalmente a partir de 1995, quando houve uma reforma tributária regressiva, feita por Fernando Henrique Cardoso, que acabou com a tributação sobre lucros e dividendos. E hoje a verdade é a seguinte: o empresário que ganha R$200 mil paga zero de Imposto de Renda; um funcionário que ganha R$5 mil, aqui do Poder Legislativo, paga 27,5% de Imposto de Renda.

Se voltássemos com os 15% que eram cobrados no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, teríamos um acréscimo em torno de R$50 bilhões de arrecadação. Os R$50 bilhões poderiam até ser R$60 bilhões em valores atualizados, segundo alguns falam. Então, é a mesma discussão.

Sinceramente, Senadora Gleisi, quero parabenizar V. Exª por estar fazendo, em um momento em que o Senado não está se reunindo, um debate dos mais importantes, que é a discussão de alternativas à PEC 241, a progressividade do sistema tributário, no dia em que a Câmara dos Deputados vai votar esse tema.

Portanto, peço que V. Exª desconsidere a questão de ordem levantada pelo Senador Ataídes, porque temos que prosseguir com esse debate, em respeito aos convidados, em respeito às pessoas que vieram assistir aos Senadores, que saíram dos seus Estados para participar desta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A Presidência vai decidir sobre a solicitação de V. Exª, sobre a questão de ordem.

Pergunto, Senador Cristovam, V. Exª quer falar... é sobre esse assunto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É sobre esse assunto. Eu gostaria de falar que não entro no debate, Senador Ataídes, da anomalia regimental. Essa parte da legalidade ou não desta reunião – assinei e até indiquei pessoas, uma pessoa que não veio – é um debate em que não entro. Agora, acho que a anomalia política, a anomalia diante do momento seria não fazer esse debate. E é por uma razão muito simples: quero dizer aqui que sou favorável à responsabilidade fiscal, à responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

orçamentária. Sou favorável à verdade, e, há décadas, o Brasil mente na hora de fazer o orçamento.

Há dois grupos de Parlamentares – desculpem a força –: os que vão vestidos de fantasia e propõem o que é impossível dentro dos seus princípios; e outros que vão de máscaras, para roubar dinheiro de um setor e colocar no outro. A gente tem que tirar a máscara e a fantasia.

Muitos dizem Marx morreu. Há coisas do filósofo que não morreram, e uma delas é a frase: "A verdade é revolucionária." E acrescento: e a mentira acomoda.

A esquerda brasileira, da qual me sinto parte, se acomodou diante da inflação, se acomodou diante dos custos impossíveis de serem realizados. Cada vez que vejo panfletos aqui, dizendo que se vai perder isso, aquilo, digo: perde se você não lutar para tirar de outro lugar.

A Senadora Angela Portela foi Presidente de uma Comissão para identificar recursos para a educação, e eu fui o Relator. Ninguém deu a mínima para o relatório, em que eu mostrava que era possível aumentar muito o dinheiro para a educação. Mas eu dizia que todas as propostas seriam repudiadas inclusive pelos que defendem a educação. Temos que tirar esse negócio de dar subsídios à venda de automóveis, e nós, defensores da educação, queremos comprar carros baratos.

Eu dizia que os salários do teto, como o meu e os dos juízes por aí, têm que ser congelados para poderem aumentar salário de professores, mas, nós, que defendemos a educação, queremos aumentar dos professores e dos juízes, e dos Senadores, e dos Deputados, e de todos os marajás do Brasil. Nós não queremos briga. Aí, vão para a Comissão de Orçamento, vestidos de fantasia ou usando máscaras: máscaras para roubar dinheiro dos setores prioritários. Não digo para colocar no bolso, não falo se há propina ou não por trás. E também vão de fantasia, propondo o impossível.

Senador Ataídes, no meu tempo de professor na UnB, que foi até há muito pouco tempo, eu gostava de dizer que, se um dia fosse parlamentar, eu iria ser da Comissão de Orçamento e iria vestido de guerrilheiro, porque é ali que se faz a revolução na democracia. Na ditadura, é na *sierra;* na democracia, é na Comissão de Orçamento.

Eu descobri, entrei no primeiro, mas não quis mais saber, porque nem eu uso a fantasia de não respeitar os limites orçamentários, nem uso máscara para tirar dinheiro de setores que eu considero prioritários para setores secundários. Além disso, está na hora de a gente saber o que é que dá para o Estado fazer, o que é obrigação do Estado, e o que é que dá para o setor privado fazer.

Nós prometemos, ao longo de 70 décadas quase, fazer hidrelétrica, fazer estradas, fazer portos, fazer escolas, fazer saneamento e fazer hospitais. No fim, não fizemos nada que prestasse bem, mas o dinheiro foi mais para a infraestrutura do que para o social.

Está na hora de dizer, então, que isso aqui cabe ao setor privado, agora o salário do professor vai ser de R$15 mil por mês, em tantos anos, ainda porque não dá para ser já não. Seria demagogia propor isso para já.

Então, eu queria debater aqui, Senador Ataídes, o tema. Essa é uma PEC muito importante, que eu julgo fundamental e, por isso, eu quero debater. Talvez eu esteja errado também; pode ser que eu esteja errado e, por isso, quero ouvir opiniões. E lamento muito que o Governo não esteja comprando esse debate. O Governo está cometendo um erro que o PT fez durante um tempo e que o Fernando Henrique também fez: ganhar aqui no trator. Aprova tudo, mas perde a opinião pública.

Este é o momento de se ter aqui um representante do Governo dizendo o que pensa e, de outro lado, os Senadores também falando, como eu estou falando. Se a gente perder, perdeu, mas eu acho que o argumento de defender a verdade, defender a responsabilidade é muito importante.

O povo está cansado de governos que prometem gastar muito dinheiro; aí, dá 20% de aumento e tira 20% da inflação, mentindo... Nós mentimos para o povo ao longo de décadas! Não foi sempre não; foi, sobretudo, depois do desenvolvimentismo. Se houvesse uma lei que não permitisse gastar mais, seria capaz de não termos Brasília nessa suntuosidade; seria capaz de o milagre econômico não ter acontecido; seria capaz de o prédio Brasil ser menor, mas estaria em um terreno sólido. Hoje, basta ver a televisão para constatar que o nosso edifício Brasil está num pântano, está numa areia movediça, está frágil, por falta de responsabilidade.

Está na hora de haver um movimento pela responsabilidade neste País, mas não é só nas finanças não! Responsabilidade implica o que o Senador Lindbergh defendeu aqui: uma reforma fiscal.

Querem ver como é importante essa PEC? Durante todos os anos do Governo Lula não se trouxe para cá uma proposta de reforma tributária, Senador Lindbergh. O senhor, de vez em quando, falava, mas nunca mergulhou nisso. Agora, vai ter que mergulhar. Aliás, está tendo de mergulhar, porque, agora, com o teto, a gente tem o grande argumento de aumentar os impostos dos ricos, porque, se não aumentar os impostos dos ricos, não podendo usar o dinheiro falso da inflação, a gente vai ter que taxar os ricos, mas a gente fez o contrário: a gente isentou de impostos e mais impostos e mais impostos e propôs aumentar e aumentar gastos em educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Uma das importâncias da PEC nº 241 é o seu discurso pela reforma tributária, que eu quero apoiar e assinar embaixo, mas lembrando que não viria para cá se não houvesse essa proposta hoje em discussão.

Agora, ele trouxe. O Governo tem que vir dizer por que não faz a reforma tributária, que, aliás, eu acho que não resolve a crise atual. Isso é algo para mais tempo, mas tem que ser debatido.

Eu queria debater. E lamento. Se o Regimento não permitir, com a tal da anomalia regimental, eu vou lamentar muito. Eu quero debater esse assunto, Senadora. E conte comigo para encontrar um caminho, mas não vou me meter a dizer se é ou não regimentalmente permitido. A não ser que eu diga: se o Regimento não permitir, a gente faz informalmente. Eu já não falei na guerrilha do orçamento? Que façamos uma guerrilha aqui para debater.

Vou votar contrário à sua posição, Senadora, mas eu quero estar aqui debatendo esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Cristovam, o seu espírito democrático.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente. Eu só quero fazer um complemento. Só um complemento à minha questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas eu só pediria que fosse curto porque V. Exª usou bastante tempo, e os dois interlocutores agora usaram quase o mesmo tempo que V. Exª. Por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou ser bem breve.

O nosso querido Senador Cristovam Buarque sabe o carinho e o respeito que eu tenho por S. Exª.

Senador Cristovam, quando eu falei sobre uma anomalia jurídica e regimental – talvez V. Exª não tinha chegado a esta Comissão –, eu me referi ao seguinte: eu não estou pedindo a suspensão da realização desta audiência, Senador Cristovam. O Requerimento nº 13, que foi aprovado, requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no Requerimento nº 8, de 2016 da CAE. Desta forma, convida os Srs. Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

Pois bem, quando eu me refiro à anomalia, Senador Cristovam, é porque está fugindo o escopo do requerimento, e V. Exª conhece muito o Regimento desta Casa, muito mais do que eu, não tenho dúvida disso. Ou seja, doravante, um requerimento, uma audiência como está sendo realizada, eu posso amanhã, então, requerer uma audiência para ouvir aqui o Tiririca, e vou chamar o Bolsonaro, não é? Vai se abrir um precedente.

Eu gostaria de dizer a V. Exª, Senador Cristovam, que eu não sou contra a realização. Eu sou a favor, desde que cumpra o escopo do referendado requerimento, porque é assim que o Regimento Interno determina.

O Senador Lindbergh disse que eu estou fugindo do debate.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Lindbergh, um cidadão como eu...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, não é para contraditar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Srª Presidente, não dê a palavra. Nós estamos perdendo tempo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, vamos decidir isso aqui. Nós temos que começar a audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Um minuto para V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu não me referi ao Senador Lindbergh antes. Não me referi, e ele se referiu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu não estou... Eu estou querendo começar a audiência pública. Já houve bobagem demais aqui, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Um minuto para V. Exª terminar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Fugindo do debate. Um cidadão com a minha qualificação, 14 anos de contabilidade porta aberta, 6 anos professor de Direito Tributário, 32 anos administrando empresa, eu jamais fugirei de um debate econômico, até porque, se vocês tivessem editado a PEC 241 na época certa, vocês não estariam hoje fora do governo. Vocês editaram uma PEC 241...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vocês editaram não. Vocês editaram não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... para 166 milhões de brasileiros. E vocês simplesmente quebraram o Brasil. Eu não fujo do debate. Eu gosto do debate.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Presidente, vamos entrar no debate então.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele está terminando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós não estamos debatendo com o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu quero ver agora a decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – *O.k.*

Tenho certeza de que, com a sua formação, V. Exª poderá contribuir muito com o debate de hoje.

A Presidência passa a decidir.

> Art. 89 do Regimento Interno:
>
> Ao Presidente de comissão compete:
>
> I - ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;
>
> (...)
>
> Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para:
>
> I - instruir matéria sob sua apreciação;
>
> II - tratar de assunto de interesse público relevante.
>
> §1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.
>
> §2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.
>
> §3º No dia previamente designado, a comissão poderá realizar audiência pública com a presença de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros.

Não há nenhum artigo do Regimento Interno que determine que tem que haver requerimento de Senador para aprovar audiência pública. Nós convencionamos, ao longo do tempo, a apresentação dos requerimentos para audiência pública.

O Ato nº 1 determina o procedimento de tramitação, se o requerimento for apresentado, e não a imposição de apresentação do requerimento para realização da audiência pública. Na verdade, o requerimento sequer traz essa figura do requerimento de audiência pública. Contudo, os membros do Colegiado, como eu disse, podem propor a realização com algum fim ou convidados específicos. O meio encontrado tradicionalmente para isso foi a apresentação e aprovação de um requerimento.

O Presidente da Comissão é eleito pelos demais membros justamente para organizar os trabalhos, convocando as reuniões e definindo suas pautas, conforme previsto regimentalmente. Sendo assim, o Presidente poderia convocar reuniões para a realização de audiência pública ainda que não houvesse sido apreciado requerimento nesse sentido. Contudo, para permitir a participação do Colegiado na escolha dos temas e na indicação dos convidados, esta Presidência tem sempre adotado a prática de apresentar os requerimentos. No caso em questão, houve aprovação de requerimento pela Comissão. Esta Presidência manteve o tema do requerimento, que objetivava discutir tributação progressiva, atualizando-o diante de um dos assuntos de maior relevância para o País no momento.

Os vários comentários recebidos de cidadãos pela internet ou pelo Alô Senado demonstram a importância de se debater esse tema.

Quanto aos convidados, dois foram indicados pelos convidados originalmente apontados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

requerimento, para os substituir. Tanto o Sr. Sérgio Gobetti como o Sr. Rodrigo Orair estavam impossibilitados de estar hoje nesta audiência – um por estar de férias, outro por estar em viagem –, e Indicaram o Sr. Fernando Gaiger e também o Sr. André Calixtre.

Aproveitamos para incorporar nesta audiência uma sugestão do Senador Cristovam Buarque, que era do Sr. Waldery, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e também do Prof. Felipe, que já esteve conosco aqui, para discutir os impactos fiscais das medidas tanto tributárias, que é sobre o que ele irá falar, como em relação às despensas.

Então, nesse sentido, entendendo que está correto o procedimento e está correta a realização desta audiência pública, indefiro a questão de ordem apresentada por V. Exª e nós vamos seguir nos trabalhos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu vou recorrer da decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª pode apresentar o requerimento de recurso ao Plenário desta Casa ou na próxima reunião, já que nós não temos quórum para deliberar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Farei isso e também o farei junto à Presidência do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um direito de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso

E aqui eu quero só ler o art. 215.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, já está decidida a questão de ordem. Eu pediria a V. Exª que a gente pudesse continuar e V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas é peculiar a V. Exª agir dessa forma, assim.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É peculiar...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... e nós vamos recorrer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu não sou contra o debate...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª pode...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu não sou contra o debate da 241.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos começar, Presidente. Vamos iniciar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou prosseguir. Só quero fazer aqui uma introdução antes de passar aos nossos convidados sobre a importância, o porquê da realização desta audiência pública.

Após um mês do afastamento da Presidenta Dilma, em junho de 2016, o Governo de Michel Temer enviou o projeto que é a base do seu plano para o País. Com esse projeto, no nosso entender, nós vamos desmontar todo o ainda incipiente estado de bem-estar social construído a partir da Constituição de 1988.

A PEC 241 é muito além de uma reforma fiscal, ela impõe um desmonte do Estado brasileiro. O que significa isso? Que o gasto atual, que já é baixo em termos *per capita*, quando comparado a diversos países será ainda menor. Essa redução irá dificultar a manutenção dos diversos mecanismos distributivos que, desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, fomos construindo e que cresceu, de forma virtuosa, nos governos do Presidente Lula, que apresentou, sim, uma proposta de reforma tributária que tramitou por muito tempo na Câmara dos Deputados e, infelizmente, não teve condições de ser aprovada por questões políticas, e também do governo da Presidenta Dilma Rousseff, quando transformamos a distribuição de renda no melhor mecanismo de crescimento econômico.

A política fiscal é o principal mecanismo de distribuição de renda no Brasil. Arrecada-se de uns e, por meio dos gastos públicos, essa renda retorna para outros. A forma como se dá a arrecadação e o gasto determinam a capacidade de distribuição de renda em todos os países.

Um estudo da Cepal mostra que o índice de Gini da renda bruta, ou seja, a renda antes da atuação política fiscal, antes dos impostos, das transferências às famílias e das políticas sociais – exemplo educação e saúde – não é muito diferente entre os países da Europa e da América Latina, que é o que mostra esse gráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O quadradinho roxo mostra exatamente isso. Antes de se cobrar imposto e antes de fazer distribuição de renda através de políticas públicas, nós temos quase que equivalente ao índice Gini nos países europeus como no Brasil, em países da América Latina.

Quando utilizamos a política fiscal, seja na arrecadação, quando arrecadamos os tributos e voltamos com distribuição de renda – que são as bolinhas amarelas –, nós vemos que já há uma melhora no índice Gini, mas principalmente nos países desenvolvidos, onde a política tributária tem um efeito muito importante na distribuição de renda. E nós conseguimos aumentar no Brasil – principalmente no Brasil – e em outros países da América Latina quando fazemos gasto público, ou seja, investimos em educação, em saúde, naquilo que é essencial ao povo brasileiro.

Então, frete a um sistema progressivo de arrecadação, num estado de bem-estar social consolidado, a Europa passa a ter um dos melhores índices de Gini no mundo. Na América Latina, o Brasil foi o país que mais conseguiu reduzir desigualdade com a política fiscal, ou seja, com a política de gastos.

Só para terminar essa parte da introdução, queria que colocassem um outro quadro, que acho que é muito importante. A Mesa poderá se deter sobre ele, que é exatamente a regressividade da nossa política tributária. Ou seja, quem paga Imposto de Renda neste País? Quem paga Imposto de Renda neste País é quem ganha menos, é quem ganha salário. Quem tem renda, por exemplo, de até R$24,4 mil por ano só tem de isenção do Imposto de Renda 7,8%. Quem tem renda maior de R$1,3 milhão, que daria um rendimento médio de R$4,17 milhões, tem uma isenção e 63%. Isso porque nós não temos lucros e dividendos tributados neste País, ao contrário do que nós temos nos países da União Europeia, por isso que eles conseguem ter uma distribuição de renda mais qualificada.

Então, eu queria só deixar esses dados que considero importantes.

Esta audiência pública se refere a isso, ou seja, exatamente à regressividade do nosso sistema tributário. Contudo, eu não poderia deixar de fazer a discussão sobre a PEC nº 241, porque, hoje, é o instrumento que o Brasil tem de fazer uma distribuição de renda, ainda que muito pequena, mas de modo a melhorar um pouco as condições e a qualidade de vida do povo brasileiro.

Essa é a terceira audiência pública que a CAE realiza. Eu espero que a gente realize, pelo menos, mais duas ou três. Senador Cristovam, antes de nós debatermos a PEC nº 241, inclusive trazendo propostas alternativas, e não debatendo apenas contrariamente à PEC. Eu acho que o que nós fazemos hoje é colocar um pouco o que é alternativo a essa proposta do Governo de redução dos gastos.

Eu queria começar aqui concedendo a palavra, para a sua exposição, ao Dr. Fernando Gaiger.

O SR. FERNANDO GAIGER (*Fora do microfone*.) – Por quanto tempo, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Pode ser vinte minutos, como mais dez?

O SR. FERNANDO GAIGER – É que eu falo bastante. (*Risos.*)

Primeiramente, eu queria agradecer o convite, tanto da Comissão quanto dos colegas que me indicaram, o Sérgio Gobetti e o Rodrigo Orair.

A última vez que eu fui falar de progressividade foi no Insper, a convite do Marcos Lisboa e do Naércio, há uns 10 ou 12 meses; e eu vou repetir a mesma coisa que eu disse lá: cansei de falar disso! Eu estou há 18 anos falando disso e nada mudou! Estou de saco cheio – desculpem-me o termo. Eu acredito que não há espaço há muito tempo.

Nesses 18 anos, tudo que aconteceu foi regressivo – tudo! Todas as medidas fiscais, na sua grande parte, são regressivas. Desoneração da folha? Regressivo. Você tira tributo sobre a folha, que, na verdade, é sobre o trabalho, ou seja, é uma renda que os trabalhadores não recebem, e passa para a sociedade como um todo através do PIS/Cofins. Linha branca? Regressivo. É para quem consome. Se você for ver os dados, verá que o consumo de segunda mão cresceu muito entre os pobres. Estes não tiveram isenção. Nota Legal, Nota Paulista, essas coisas todas? Regressivo. Se você vai ao supermercado... Eu aprendi a regressividade dessas medidas dentro do supermercado quando a moça da frente foi passar no caixa e a pessoa perguntou: "CPF na nota?", e a moça disse: "Deus quisesse!" Aí eu descobri que era regressivo.

Então, todas as medidas são regressivas, têm sido regressivas, mesmo a reforma tributária do Lula, quando eu fui uma voz destoante, também não tinha essa preocupação, a despeito de que o destino é bastante progressivo. Possivelmente, se a gente tivesse um IVA, um ICMS no destino, a gente teria a progressividade, porque ainda tributamos a 17% o arroz na Paraíba e a 11%, 12% ou 7% o carro em São Paulo. Então, a gente ainda tem esse grave problema.

Então, eu sou meio desanimado com isso. E, como disse a Senadora sobre a tabela do Imposto de Renda, o Henfil já dizia isso nos anos 70...

Passa a próxima, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aqui está claro. É uma charge do Henfil de 1975, eu acredito, com dois personagens bem interessantes, ou seja, essa ideia de que rico não paga imposto de renda não precisa nem dos números da Receia, só precisa de um pouco mais de discernimento.

É verdade que os números da Receita, a divulgação, a publicização das informações de forma mais agregada e mais ampla dos números da Receita Federal abriu uma possibilidade de o tema voltar ao debate.

Mas, por exemplo – e desde que eu entrei no Ipea, em 1998, por obra e acaso fui parar nessa área e fui ficando –, em 1999... Um pouco de história é interessante. Em 1999, tributação sobre a cesta básica, proposta de desoneração do ICMS, a pedido do Confaz e do Presidente à época, o Fernando Henrique: nada caminhou. Fizemos estimativas de que, se desonerasse a folha, de que se isentasse a folha, quantos pobres iriam sair, quanto o Gini iria cair.

Em 2002, outro trabalho que a gente publicou com colegas – Salvador Vianna, o principal autor: incidência da carga direta e indireta sobre as pessoas. Houve muito auê: "Ah, como se paga tributo? Como se paga tributo?".

Fiz a tese de doutorado, apresentei a tese de doutorado. Para calcularmos a incidência tributária precisávamos da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Levantamos a injustiça tributária, ou seja, como é regressiva a nossa tributação. Mas, nessa oportunidade, já começamos a discutir um pouco dos gastos. Porque as Pesquisas de Orçamentos Familiares nos permitem também estimar os gastos, ter os gastos, as transferências, os gastos governamentais monetários, as transferências de Assistência e Previdência. Então, em 2002, pela primeira vez, incorporamos gasto à avaliação. E na minha última publicação, acho que de 2007, que se chama *Equidade Fiscal* – está no *site* do IPC, do International Policy Centre, em inglês somente –, incorporamos também as transferências públicas.

O próximo, por favor.

Na verdade, o dado da Pesquisa de Orçamentos Familiares... Porque o dado da Receita só vai trabalhar com as pessoas que estão declarando no Imposto de Renda; então, os pesquisadores hoje estão fazendo um esforço muito grande para juntar registros administrativos da Receita com PNAD, com Pesquisa de Orçamentos Familiares ou com o Censo, para tentar dar um melhor ajuste. Mas esse é o dado da Pesquisa de Orçamentos Familiares em cima do que as pessoas declaram pagar de tributos diretos, quais sejam: Imposto de Renda, IPTU, IPVA, ITR e todos os outros, as contribuições sobre a folha e a participação do empregado. Eu acho que são esses os tributos.

Os diretos estão nas colunas brancas. Ao lado direito está 2002/2003. Do lado esquerdo, 2008/2009. E na coluna preta está a indireta, que compõe ICMS, PIS/Cofins, IPI e Cide-combustíveis, que à época eu estimei também.

Se vocês observarem, não há nenhuma diferença na regressividade de um ano para outro. E os mesmos parâmetros, a mesma conclusão pode se tirar: ou seja, a regressividade da indireta não é compensada pela progressividade da direta.

Então, esse é o primeiro resultado.

Próximo, por favor.

Isso é para ter uma imagem melhor, vamos dizer assim, quanto cada um paga da sua renda, segundo os tributos. Podemos ver que os pobres pagam muito de ICMS e muito de PIS/Cofins, em relação aos ricos, e não são compensados pela parcela de IR. E há certas coisas que são até preocupantes, em alguma medida, como o fato de os pobres pagarem muitos diretos que não IR. IPVA e IPTU no Brasil são impostos neutros. É uma vergonha impostos sobre patrimônio e sobre veículos automotores serem neutros. Eles são neutros. Nós já tivemos e temos dificuldades legais para colocar progressividade em termos legais, legislar, normatizar sobre isso. O IPTU até hoje só pode ser progressivo em função de uso comercial, de estar vazio ou não, mas progressividade mesmo, alíquotas progressivas não permitem.

Ultimamente, fui atrás para ver o que o pessoal do Direito pensa sobre isso. É corrente, nos estudos de Direito no Brasil, uma ideia de neutralidade, de alíquota neutra, de alíquota nem progressiva nem regressiva. Nós temos cobrado o mesmo de todos. Então, esse é um problema. Eu antigamente dizia que deviam inventar o IPTU negativo. Na verdade, se a pessoa mora tão mal, a prefeitura deveria ir lá e pagar, já que não está dando o serviço, não é? Mas se não consegue nem o IR negativo, quanto mais o IPTU negativo.

Próxima.

Também, é a mesma coisa, mais bonitinho. No canto lá, você tem, no último décimo... Trata-se da POF 2008/2009, antes dos dados da Receita. Já mostrava que a maior faixa de renda, lógico, R$10.803, subdeclarações, valores de setembro de 2009, mas o último décimo é onde se paga menos carga tributária no Brasil. E direta e indireta, considerando ambas. Isso aí é a linha, é um ajuste daqueles pontos, que é a carga que cada centésimo paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

De fato, nós temos uma estrutura muito injusta. E por que esse tema vai e não volta?

Próxima, por favor.

Em alguma medida, pelos resultados que temos em termos de ganhos distributivos, ou seja, como a carga é estável desde 2005, na ordem de 33%, nós tivemos quedas expressivas do Gini. Isso aqui mostra muito onde cresceu a carga. A carga não cresceu nos últimos dez anos. A carga, de fato, cresceu entre 1995 e 2004, quando a desigualdade não se mexeu ou se mexeu muito pouco, ou seja, a carga não era progressiva no sentido de que não tinha efeito sobre a desigualdade, diferentemente do que a carga seguinte fez.

O que mais me impressiona é que dias sem tributo e Impostômetro foram criados em 2008 e 2011, quando a carga não subiu. Então é um discurso extemporâneo e, na verdade, não é uma paulada na carga, é uma paulada no gasto. Você diz que a carga é elevada para diminuir o gasto ou para entrar no embate do gasto, porque essa queda de Gini se deve em grande medida ao gasto.

Próximo.

O gasto social, quanto subiu, ou seja, a carga subiu, a despeito de o gasto não subir. Bom gerenciamento de política econômica gastar dinheiro que sobrava com alívio de juros em cima de gasto social, que foi isso que em grande medida a gente fez.

Próximo.

Para que a gente possa ver onde estão os efeitos distributivos da política fiscal, o importante é decompor a renda. Está em inglês, mas vai ser tranquilo.

O SR. FERNANDO GAIGER (*Fora do microfone*.) – Eu falo bem alto. A gente começa com a renda original, que é a renda estritamente de mercado, ou seja, o que as pessoas ganham no mercado e nas doações privadas.

É que tem que gravar, não é? Eu sei disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – As rendas privadas.

Quando a gente colocar a previdência social e a assistência, a gente vai para a renda inicial. Depois das diretas...

Depois, a renda disponível. Na verdade, das taxas...

A disponível é tirando os impostos diretos. Até aí, são rendas críveis, rendas existentes, ou seja, o que as pessoas ganham no mercado, o que as pessoas recebem de previdência e assistência e o que as pessoas pagam de diretos.

A partir dos passos seguintes, são só exercícios contábeis, porque eu tirar os impostos indiretos e considerar uma renda depois de tributos, *after tax income*, na verdade é uma virtualidade, porque se eu tirar os tributos indiretos, o que acontece é que a renda nominal não vai mudar. O que pode melhorar é a renda real, os preços caírem e a renda ser real. Então, é uma virtualidade.

E a seguinte, a renda final, que é quando o que eu somo o que eu estimo que sejam os serviços públicos de saúde e educação, também é uma coisa virtual. Na verdade, mesmo que eu imagine que o setor público vai passar a dar o dinheiro que as pessoas usam de saúde e educação, existe um ganho de escala muito grande em que esse *voucher* não pagaria o que o serviço, a despeito da discussão de qualidade, daria. Então também é uma virtualidade.

Mas é isso. A gente faz estágios de renda porque facilita visualizar.

Tendo em conta esses estágios de renda e utilizando as duas POFs, calculamos cada uma dessas rendas.

Próximo, por favor.

Aqui, como eu já disse, os indiretos, o que vai; e os diretos, o que vai. Os gastos governamentais, monetários, Previdência e Assistência, e a transferência em espécie, como se diz, saúde e educação pública. Quanto a saúde e educação, eu tenho que fazer estimativas, a partir do uso do serviço público, que as Pesquisas Domiciliares me dão. Os orçamentos do Ministério da Educação, estimativas do Inep, me permitem alocar esses gastos junto às famílias, e o resto tudo a POF me dá, salvo no caso dos indiretos, porque eu tenho que aplicar a legislação ao consumo das famílias.

Próximo, por favor.

Isso é o que aconteceu entre 2003 e 2008. As colunas são os valores da renda. Toda renda está em janeiro de 2009. A linha azul escura é o Gini de 2009 e a linha clara é o Gini de 2003. No mercado, houve esse ganho de distributivo. Ou seja, caiu a desigualdade, como todo mundo apontou, grandes melhorias no mercado de trabalho, e assim por diante. Se formos ver, essa distância se ampliou. Ou seja, a Previdência e a Assistência foram mais eficazes em termos distributivos. Por vários motivos. Primeiro, valorização do salário-mínimo. Há um impacto distributivo muito bom porque o Regime Geral da Previdência Social é distributivo, tem um coeficiente de concentração menor do que o Gini. Então, quando você vai ampliando a renda desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

setor, vai tendo impacto distributivo. Ainda mais que nós tivemos uma reforma do setor público que, em grande medida, diminuiu a participação do RPPS na renda geral. Então, a parcela regressiva da Previdência diminuiu de importância.

E podemos ver que essa distância não mudou. Ou seja, o sistema tributário não fez absolutamente nada em termos distributivos. Tudo que conseguiu ele toma de volta aqui. E aqui não. Ele já não toma de volta, não volta ao mesmo patamar, porque houve conquistas aqui. Mas aqui nada. A distribuição de recursos monetários era neutra em 2003, e passou a não ser. O nosso grande ganho distributivo em 2003, mas que se amplia em 2008 e 2009, é saúde e educação. Na verdade, se você observar, nós tivemos ganhos distributivos graças ao gasto social. E os números apontam isso claramente.

Próximo, por favor.

Aqui está claro isso, no sentido de como mudou a participação do primeiro quinto de renda nas rendas finais. Saiu de 1; com a Previdência, aumentou de 1,4 a participação do quinto mais pobre; depois, a renda disponível pós-tributação tira a participação deles, aumenta um pouquinho aqui com imposto direto, diminui, mas, graças a saúde e educação, eles ficam quatro vezes maior em termos de participação. O que não é nada. Os 25% têm que ter 4% da renda. É triste, mas é melhor do que 1% inicial, não é? É o que o mercado os dá. A grande mudança que houve entre 2008 e 2009 foi tanto o gasto monetário do Governo, via Previdência e Assistência, quanto o gasto em espécie nas principais rubricas, que derrubaram o Gini de forma expressiva.

Próximo, por favor.

Isso é só para ter uma ideia de como é a tributação. Como estou falando de progressividade, não posso falar muito de gasto. Falaram que não pode. Eu vou apresentar da tributação, mas aí fica claro como os pobres pagam sobre alguns tributos diretos, como IPTU e IPVA, e como a contribuição previdenciária também pesa sobre os mais pobres.

Na verdade, quando você vai aos mais ricos, a parte de imposto sobre o patrimônio, no décimo, se você olhar o cinza claro e o cinza escuro, que são automóveis e propriedade, ela é menor do que todos os outros décimos de renda. Nós temos IPVA e IPTU neutros, o que é uma coisa muito preocupante.

Um amigo meu, Sergei Soares, que foi Presidente do Ipea, coloca uma figura de imagem importante para a gente discutir o que é distributivo, o que não é. É a ideia de uma alavanca: "Dê-me uma alavanca e um ponto que moverei o mundo." Para você mover, a alavanca tem que ser grande e tem que ser boa.

Na verdade, o que temos são alavancas que não fogem muito do padrão internacional. A nossa tributação direta é uma alavanca que tem progressividade. O problema dela é que é desse tamanho, porque não chega em muita gente. Ao mesmo tempo, nós temos um regime geral que tem uma alavanca muito poderosa e muito progressiva, a despeito de ter uma parte regressiva que é o regime próprio. Mas há alavancas que poderiam ser boas e que são ruins, no nosso caso, como todos os impostos sobre patrimônio, como IPVA e IPTU. Isso esses dados mostram.

Próximo.

Na indireta, a gente pode ver que a única coisa que é indireta, pressiona menos os mais ricos, é porque eles não consomem tudo que gastam. Se você fizer tributação sobre despesa, ela é neutra, mas dado que os mais ricos têm sobras, poupam, então você tem esse padrão de tributação. E o que mais impressiona é o peso do PIS/Cofins, um tributo federal que há muito tempo discutimos formas de diminuir.

Quando a gente discute progressividade – e a gente agora está colocando na agenda, graças aos meus amigos Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, que entraram nessa história, muito bem, por sinal –, é juntar a questão da equidade à questão da eficiência.

Outra coisa também que a gente faz é tributar muito o capital no sentido de tributar a empresa. O Imposto de Renda na pessoa jurídica no Brasil é dois terços do Imposto de Renda, e o Imposto de Renda da pessoa física é um terço. Em todos os outros países é o inverso isso. Tem-se que buscar tributar a riqueza pessoal, não a empresa.

Evidentemente que planejamento tributário existe em todos os lugares do mundo. As pessoas vão tentar fugir das maiores alíquotas, mas a gente tem que começar a melhorar nossa tributação direta no sentido de pegar aqueles que têm mais capacidade, para justamente não só diminuir a tributação indireta, que recai sobre os mais pobres, mas diminuir os tributos sobre a empresa.

O IRPJ nosso é muito elevado, o PIS/Cofins é um tributo ainda não ajustado porque tem duas regras de funcionamento. Ao mesmo tempo, a gente abre mão de impostos com grande potencial arrecadador, que é risível no Brasil, como o imposto sobre heranças, imposto inter vivos – vou mostrar dados internacionais – e tributação sobre lucros e dividendos. Juntando, fazendo um tributo sobre herança mais progressivo, fazendo um tributo inter vivos mais progressivo, tributando lucros e dividendos e passando a não deixar que distorções tributárias sejam presentes na declaração do Imposto de Renda, porque uma pessoa hoje... Vou usar jornalista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que é bom. Um jornalista de bancada, rico, com bastante dinheiro, não é funcionário daquela empresa, o que é uma ironia. Ele é funcionário, sim. Ele, inclusive, divulga o que a empresa pensa, e se não fizer direitinho é mandado embora. Mas ele é uma CNPJ, possivelmente em simples, pagando muito menos. Se esse mesmo senhor pagasse Imposto de Renda como assalariado que é, seria muito maior – os números também aí vão estar para mostrar.

Então, temos um espaço muito grande para sermos progressivos e ao mesmo tempo melhorarmos as condições dos empreendedores.

Próximo, por favor.

Aqui eu não vou entrar porque é Previdência Social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – Já deu?

Seguinte.

Nesse eu não vou entrar.

Por favor, o próximo.

Isso é educação. Eu peguei educação e saúde. Olha como mudou o perfil. Isso são dados do gasto por aluno que eu transformo em dados para 2008, mas o primeiro décimo e o último décimo se apropriavam da mesma fatia do gasto em educação. E agora mudou bastante isso, em 2008, e continua mudando.

Próximo.

Saúde pública já era progressivo, em 2008, de dez para quatro. Mas a gente pode ver como hospitalização é progressivo, o quanto procedimentos ambulatoriais é progressivo. Remédio já não tanto. Os programas já são de caráter mais universal. Mas é importante a gente ter presente como se reflete a progressividade do gasto.

Próximo.

Isso aqui é para mostrar que sabe fazer conta, porque economista, atualmente, acha que só sabe fazer conta. Aqui é só para mostrar que eu também sei fazer conta. O que tem aqui é contribuição marginal, é a ideia de que um realzinho a mais, pequenininho, que eu faça em RGPS, em RPPS, em auxílios, em bolsa de estudo, em bolsas, em seguro desemprego, em BPC, em contribuições previdenciárias, em Imposto de Renda, se o sinal é positivo, ele aumenta a desigualdade, se o sinal é negativo, ele diminui a desigualdade.

E a gente verá o quê? Veremos saúde e educação, que são os dois maiores índices. Ou seja, um real, um aumento marginal que eu dou, cai o Gini nisso; um aumento marginal que eu dou cai em Gini isso. E a gente vai ver que o Imposto de Renda, que também poderia ter esse papel... Imposto de Renda, olha, quase não faz nada, porque ele não é... O ICMS e o PIS já são diferentes, são positivos. Mas mesmo do ICMS, que tem um peso importante porque é 9% da renda – educação e saúde também, da renda das pessoas –, o impacto não é tão concentrador.

Então, na verdade, se você... Falando da medida de limitar gastos, *o.k.*, o problema fiscal está dado. Há que se tomar alguma medida. Agora, a medida é altamente regressiva, porque você vai controlar justamente os gastos mais progressivos que você tem.

Na Previdência existem possibilidades de melhoria do perfil distributivo? Existe no RPPS. Mas pelo que eu vejo, a reforma da Previdência não vai pegar nem militares, nem Judiciário, nem Ministério Público. Aí, não adiantou nada. Os ganhos... Só professorinha, não é? As professorinhas, coitadas, vão dançar, mas o pessoal do Exército, as polícias militares dos Estados vão continuar com aquela beleza.

Então, onde a gente poderia ter ganhos de progressividade seria em uma reforma no regime próprio, que eu não sou contra. Eu, como funcionário público, sei que fui beneficiado bem ali, ainda mais do Ipea, ganhando o que a gente ganha. Então, ali tem um espaço, mas não o que está sendo feito. O que está sendo feito está tirando justamente os setores que maior volume de recursos e benefícios recebem para fora da reforma. Aí vai só colocar na nova regra o professorado, que também pressiona as contas dos Estados sim, mas acredito que a polícia pressione tanto quanto, e acho que ela estar de fora não adianta.

O espaço, o ajuste está sendo feito na parte progressiva do gasto, e na parte regressiva de forma muito marginal. E todo mundo sabe que o Regime Geral de Previdência Social é progressivo, principalmente quando separo o Regime Geral, quando não considero dentro da Previdência o regime próprio.

Agora, de fato, o potencial distributivo do Regime Geral da Previdência vai caindo, porque você vai aumentando o valor do salário mínimo, o coeficiente de concentração vai se aproximando do Coeficiente de Gini da sociedade. Então, não podemos continuar utilizando esse instrumento. Valorizar o salário mínimo, sim, mas acreditar que esse vai ser o nosso instrumento para mitigar o problema do gasto, não vai, ainda mais que virá reforma junto. Na verdade, ela pode. Não piorar o perfil regressivo, mas não ter os impactos que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, esse resultado é só para mostrar como a gente está atuando no lado mais progressivo da ação estatal e, nesse sentido, os impactos desse tipo de medida devem ser muito ruins em termos de equidade.

Próximo.

Isso aqui é só para ter uma ideia, porque as pessoas começaram a fazer contabilidade. Quanto se paga e quanto se recebe. Isso é uma coisa muito triste. Lá no início da minha apresentação há uma citação do Oliver Holmes, que é um juiz da Suprema Corte dos Estado Unidos do século passado. No início do século, numa causa contra a Kraft Foods ele negou, ele indeferiu e disse à empresa que impostos são o que se paga para se ter uma sociedade civilizada.

E a gente foi tirando essa característica do imposto na sociedade como um todo, inclusive nos países desenvolvidos. Essa ideia do Oliver Holmes é de que a gente paga imposto para ter uma sociedade com cidadania, com cidadãos, com um certo equilíbrio, coesão social e não essa ideia de que eu sou contribuinte, então eu pago e tenho que receber de volta. Essa é uma ideia que empobrece, diminui a solidariedade entre os que pagam. É uma loucura imaginar que você está pagando para receber alguma coisa, você não está, tributo não é por aí, tributo tem outra função e essa diminuição da importância do tributo é ruim. Mas, como todo mundo fala isso, que paga e recebe menos, resolvi fazer o saldo. Esse é o saldo. As colunas que estão vazadas são os tributos, as colunas cheias são os benefícios. Então, em 2003, até o sétimo décimo tinha saldo positivo, considerando os benefícios em espécie, o amarelinho e o azul. Se tirarmos os benefícios em espécie e só pensarmos a parte monetária, todo mundo tinha saldo negativo.

Próximo.

Quando a gente faz o saldo para o outro ano, não, já muda, o saldo positivo vai até o nono décimo, os saldos são neutros, em termos monetários, até o quarto, quinto décimo. Então, fica muito claro como a gente avançou em termos inclusive desse balanço, quanto eu pago/quanto eu recebo.

Seguinte.

Isso aqui é o mesmo, quanto eu pago/ quanto eu recebo, colocando em termos percentuais relativos. Vou seguir reto, porque é muito para explicar.

Isso aqui é para entrarmos no que os meus colegas, o Sérgio Gobetti e o Rodrigo Orair mais trabalham, que é a ideia do Imposto de Renda. Isso aqui é uma ideia de como eram as nossas faixas do Imposto de Renda, já tivemos perto de dez faixas, no início, já chegamos a ter nos anos 80 doze faixas. As alíquotas marginais superiores já chegaram a 60%, 45%. Se vocês forem ver, quase voltamos ao início do século, para o Pré-Guerra, quando o Imposto de Renda, de fato, ganhou peso.

Seguinte.

Isso aqui é aquilo que eu disse: imposto sobre a arrecadação de riqueza. O Brasil está lá: 0,09%, 0,24% da carga tributária. Aí, se você pegar os países da União Europeia, os países mais desenvolvidos, todos eles têm uma tributação sobre transmissão de riqueza bem superior: a Coreia, 0,30%, 1,24% do PIB; a Bélgica, 0,78%. Então, podem ver como a transmissão de riqueza é pouco tributada no Brasil. Isso é importante para Estados e Municípios.

Próximo.

Isso aqui é sobre a propriedade de imóvel, ou seja, o IPTU. Aí você pode ver que no Brasil é um dos mais baixos. Evidentemente estamos acompanhados de outros países como Turquia, como... Ah, outros países. O Chile também é um país bem condescendente com a tributação sobre patrimônio e riqueza, mas também tem uma posição de não muito destaque.

Próximo.

Isso aqui é o Imposto de Renda da pessoa física. Aqui é tudo em relação à renda média. E a gente pode ver aqui como a nossa máxima alíquota consolidada é uma das mais baixas do mundo todo. Como a última faixa e a primeira faixa são baixas. A última faixa nossa é 1,98 do salário médio; é muito pouco. Mas não adianta também. Veio uma proposta de mudança do Imposto de Renda, não sei de quem, mas, enfim, eu li há um tempo, que iria aumentar as alíquotas de Imposto de Renda da pessoa física. Isso só vai nos penalizar, a nós que estamos aqui na sala. Vamos pagar um pouco mais de tributo. O resto, tudo vai pejotizar, vai para pessoa jurídica, e você pode ter até efeitos ruins em termos arrecadatórios, quando você fizer isso.

Não tem jeito, isso já está acontecendo. Se você for entrar nas declarações de Imposto de Renda, os maiores pagadores são funcionários públicos, sobressaindo-se, evidentemente, as pessoas que têm a melhor sinecura do Brasil: os donos de cartório que estão lá no topo, com renda média de um milhão e pagamento de tributo da ordem de 5%. Mas se você for ver, depois são funcionários públicos do Senado, nós do ciclo de gestão; depois, tem um ou outro artista, um ou outro atleta que está. Possivelmente esses atletas são ligados ao esporte que tem direito de imagem, porque o contrato do salário dele tem que ser elevado para a rescisão não ser baixa. Então, esses caem no Imposto de Renda porque deve ter uma forma de segurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Se eu colocar tudo em direito de imagem ou tudo no CNPJ do atleta, eu não vou poder depois ter uma rescisão contratual razoável. Então, tem um ou outro que sai.

Próximo.

Desculpe, Senador.

Isso aqui é outro dado sobre a tributação sobre ganhos de capital. Dividendos zero. Alemanha: 26%; Estados Unidos: 23%; França: 19%; Reino Unido: 30%.

Sobre juros, também, o nosso é o mais baixo e perde para a França.

Ações também é o mais baixo. Ativos reais é o mais baixo também.

Isso aqui, fazendo um jabá, é um aluno meu do Mestrado, no Cedeplar, na UFMG, que fez um trabalho sobre tributação no Brasil. Chama-se Rodrigo... Depois, eu posso passar para vocês, para quem quiser. Tem coisas do Gobetti e coisas minhas.

Próximo.

Isso aqui é o que ele mostra, que acho até mais interessante do que aquela última tabela que o Gobetti e o Orair trazem, que é isso, olha: Geral, até 5 a até 160 salários mínimos, qual a alíquota? Primeiro, é uma alíquota baixa, da ordem de 6%, os 160. Agora, a diferença é entre recebedores de lucros e dividendos e não recebedores de lucros e dividendos. Então, entre os recebedores de lucros e dividendos, a alíquota é mais baixa ainda, menos de 5%, no caso. Então, esse é um exercício de como a gente tem espaço para tributação de lucros e dividendos.

Próximo.

Isso aqui é a tabela que a Senadora já nos apresentou.

Próximo.

Isso aqui é uma ideia de que se a gente fosse tributar lucros e dividendos a 15% é o Cenário I. O original é o que acontece hoje. Cenário I. Cenário II é se eu tributasse lucros e dividendos de forma progressiva. Então, se eu tributasse... Esse aqui é a mesma coisa, mas se eu tributasse lucros e dividendos de forma progressiva, eu teria uma queda, no Gini, de 2,67%. No atual eu só tenho uma queda de 1,69%. Ou seja, não tenho tantos ganhos distributivos para tributação de lucros e dividendos como pode parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E se voltassem os 15%?

O SR. FERNANDO GAIGER – Mas essa queda...

Os 15%, é menor, 2,23. Aqui é progressivo. Você vai falar: "É pouco o Gini", mas a gente já comemorou muito quedas de 0,07 no Gini, em torno de 7, mais ou menos a queda que o Bolsa deu, um pouquinho menos. O Bolsa é uma vez e meia maior do que essa queda. Não é? Isso é importante.

Próximo.

Aqui há as quedas. Com a progressividade do Gini é 1,35. Se compensado...

Porque a ideia nossa também é pensar em fazer outra coisa. Eu posso compensar, tive mais arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Física com lucros e dividendos e vou compensar no PIS. Vou diminuir o PIS. Tenho uma queda do Gini de 1,49. Não, não vou diminuir no PIS, vou dar em educação pública, já cai 2,47. São alguns exercícios que acho interessantes.

Próximo.

Isso aqui são os colegas, o Gobetti e o Orair fazendo a ideia de começar a desonerar PIS/Cofins a partir de cobrança de dividendos para Imposto de Renda. Não só os dividendos, mas o fim dos juros sobre capital próprio, que já foi. Mais duas coisas, redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica de 25% para 20% e redução gradual do PIS/Cofins. Eles mostram que, ao final, depois de seis anos, 0% de crescimento da carga e a gente conseguiria reduzir o Imposto de Renda de 25% para 20% e o PIS/Cofins teria só uma alíquota. A ideia de redução é aqui, redução PIS/Cofins, que têm uma mesma alíquota, tanto a cumulativa ou não, esse é um problema atualmente de ajuste. Mas essa é uma ideia de como a gente tem espaço.

Próximo.

Esse é um outro orientado meu do mestrado, do Ipea, funcionário da Receita, ele teve acesso, mas passou pela Comissão de Ética deles, que deixou, tudo o.k. Ou seja, são alguns dados do *Data Warehouse*. Mas ele enumerou duas políticas de melhoria da tributação para que a gente não tenha distorções, tratar de forma desigual iguais, que é o que acontece hoje. Se eu somar 2.2, 2.3, 2.5, 2.7 e 2.8, como vocês podem ver, um deles não está aí, daria R$93 bilhões. Qual a primeira? Isenção do Imposto de Renda sobre a parcela dos lucros distribuídos que não foram tributados pelas empresas no Lucro Presumido e do Simples. Há empresa também que, além de distribuir dividendos e lucros não teve tributada uma parcela de dividendos e lucros, porque foi sobre lucro presumido, foi sobre o Simples. Se houve um lucro acima do presumido, essa parcela também não foi tributada, assim como no Simples. Isso aqui dá R$18,28 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Se a gente for: inexistência de limite global, as empresas pegam, fazem empresas e várias unidades com Lucro Presumido. Se não se permitir isso, a empresa é uma só, não tem essa. Ou seja, limite global para que empresas de um mesmo grupo empresarial optem pelo Lucro Presumido. Isso já daria mais R$28 bilhões, o que é outra distorção.

Distorção entre alíquotas aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas na incidência do Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital. Isso nós fizemos já. Isso aqui pode esquecer que, graças a Deus, passou. R$3,8 bilhões.

Isenção do Imposto de Renda sobre o total dos lucros distribuídos às PF, tributados ou não, aquela parcela que estamos falando de tributação dos lucros de dividendos, R$68,20 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – Dedução de despesas com o pagamento de Juros de Capital Próprio pelas empresas a pessoas físicas domiciliadas no exterior. Também já conseguimos fazer R$$22 bilhões.

"Pejotização", que não está aqui, porque você tem que escolher uma outra. A "pejotização" também está presente em algumas coisas dessas. Mas a gente tem muito espaço para, com uma tributação direta maior... Aqui, o valor mais conservador dá 100 bilhões.

Evidente que não é simples. Mas esse trabalho também vale a pena examinar, está na página do Ipea. O orientado se chama Antonio Praga, e o nome é "Imposto de renda no Brasil", trata de distorções de pessoa física e pessoa jurídica. Entrem na página do Ipea, procurem o mestrado. É um trabalho bonito, tentando mostrar distorções e capacidade de arrecadar recursos com um imposto de renda mais progressivo.

Estou terminando.

Próximo.

E essa ideia de não tributar tão ricos, que é o *trickle-down*. E aí, eu adoro charges. Essa aqui é uma charge brasileira. Depois eu fui para as charges americanas. É a ideia do *trickle-down*, e a outra, a última, também é um pouquinho de *trickle-down*, para a gente parar de acreditar que não tributar rico vai fazer despencar na mesa e vai cair na boca dos pobres. O que acontece é o outro, quer ver? Próximo. Ou eles estão dando risada ou aquele primeiro copo sempre cresce de tamanho, ele é inesgotável. Ou o Reagan, ou o Bush, e todos os pais da matéria...

Enfim, eu comecei dizendo que não tenho muita expectativa. Não tenho, porque acho que foi muito tempo. E acho que a questão tributária é onde você tem mais reação. Quando eu terminei minha tese de doutorado e cheguei no Brasil, cheguei no Ipea e fui falar, à época, com o nosso Presidente, Presidente Ministro Mangabeira, ele virou para mim e falou: "Ah, não, o ganho é via gasto. Os ganhos na tributação são poucos, as reações são maiores, as dificuldades são maiores, as pessoas se defendem mais, o aparato normativo é mais complicado. No gasto, você tem mais liberdade." O Presidente Lula mostrou claramente que era isso, porque, quando ele foi com uma reforma não tão distributiva, os bloqueios foram tão grandes, por medo... "Quanto que eu vou perder se, em vez de estar lá escrito que eu tenho todos os tributos da contribuição previdenciária, eu vou ter 8 vírgula..." É 23,4 do IVA. O pessoal do movimento social, do movimento sanitarista, da saúde pública e não sei mais quem: "Ah, nós vamos perder!" E tentava-se mostrar que é menos cíclico esse tipo de coisa do que o outro, até defendia mais, porque também vai entrar Imposto de Renda.

Os Estados ficam com medo, porque, se eu fizer o ICMS de destino, será que São Paulo vai ser compensado, alguém vai ser compensado? Então, a reforma tributária é muito bloqueada mesmo quando a questão da equidade não entra em jogo. E, de fato, o gasto é a variável de ajuste, vide o que estamos fazendo, infelizmente, no momento atual. Não é congelar, porque como eu disse, é deixar a alavanca do mesmo... É congelar o tamanho da alavanca. O problema é que a pessoa diz: "Ah, mas está sendo reajustado pela inflação." A bola também. O mundo que eu quero levantar também.

Então, de fato, a política de contenção dos gastos sociais é uma política de diminuir a eficácia de uma alavanca altamente distributiva. E os custos sociais disso podem ser elevados, porque, na verdade, uma certa estabilidade que nós conquistamos não está só ligada às rendas do mercado ou ao acesso ao crédito e outras coisas, mas ao fato de esse setor público ter conseguido chegar mais aos mais pobres nestes últimos 15, 20 anos.

Obrigado. Falei 20 anos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, falou quase uma hora. (*Risos.*)

Mas foi muito boa a sua exposição.

Vou passar a palavra ao Dr. André Calixtre.

A priori, 20 minutos, mas a gente vai ser tolerante também.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE – Eu espero usar menos tempo, mesmo porque o Fernando apresentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

as principais questões, já ajudou muito o trabalho da Mesa, como sempre. O Fernando é um dos maiores especialistas que eu conheço nessa área de tributação.

Eu quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Senadora Gleisi; agradecer ao Senador Lindbergh e ao Senador Cristovam Buarque que estão presentes aqui. Eu queria muito, Senador Cristovam, dialogar um pouco com essa sua disposição de tentar entender as alternativas, porque é exatamente isso que estamos tentando aqui.

Eu quero entrar, na minha apresentação – depois eu peço para enviar –, na questão das grandes fortunas, porque acho que essa é uma fronteira de tributação que precisa ser explorada, e eu tenho dados novos com relação a isso na minha pesquisa.

Eu queria agradecer a presença de todos, cumprimentar todos os Senadores e as Senadoras. Cumprimentar o Mário Theodoro, colega Consultor aqui da Casa, do Senado, que foi meu primeiro chefe no Ipea, na diretoria internacional, quando eu entrei no órgão. E dizer que apesar de estar aqui como Técnico de Planejamento do Ipea, eu não represento institucionalmente o Ipea. O que eu vou dizer aqui é fruto das minhas pesquisas como técnico de planejamento e não como uma posição oficial, institucional, da instituição.

Eu quero aqui tratar mais detidamente da questão patrimonial. Felizmente, a apresentação do Fernando me ajudou muito na primeira parte da exposição que eu iria fazer, que é exatamente tentar explicar o que é o nosso modelo, o que é esse modelo de desenvolvimento que nós experimentamos nos últimos 13 anos, mas que tem na verdade as suas bases na Constituição de 1988.

É um modelo extremamente prodigioso no avanço da progressividade dos gastos, mas que teve falhas na progressividade tributária. Acho que a apresentação do Fernando deixa isso muito claro e a gente deve ter como linha mestra da interpretação do nosso processo recente.

O Senador Cristovam citou Marx na sua exposição inicial, ali. Eu continuo citando Marx, aqui. Todo processo de desconcentração, no capitalismo, é um processo de concentração junto. Quando você olha a redução da desigualdade numa sociedade capitalista, de mercado, você não tem que perguntar por que a desigualdade caiu, você tem que perguntar para onde foi a desigualdade, porque no capitalismo a desigualdade se desloca entre as esferas da sociabilidade. E é interessante ver esse processo, porque ele se dá tanto na distribuição dos fluxos, ou seja, das rendas geradas ao longo do ano, por exemplo, dos valores adicionados que são distribuídos na forma de PIB, e esse PIB é apropriado em salários e lucros, dividendos, aluguéis, todas as formas de apropriação da renda. E sobre isso há uma grande discussão: sobre tributação de renda, sobre desigualdade de renda.

Mas também tem outro lado da distribuição da desigualdade, que é a desigualdade dos estoques, que é a propriedade privada, a propriedade pública, os bens e direitos que são apropriados pela pessoa, não na forma líquida ou na forma de renda, mas na forma de propriedade.

Esse é um universo muito pouco explorado na economia política e só recentemente tem ganhado maior destaque, especialmente depois da publicação do livro de Thomas Piketty, na França, sobre desigualdade. Mas também, felizmente, ele tem feito uma contribuição internacional muito importante nesse avanço de compreender como se dá uma economia de estoques.

Quando você olha a economia de estoques, é um mundo completamente diferente das economias dos fluxos, das rendas. A desigualdade é muito maior, é muito mais concentrada e é muito pouco tributada. O Estado chega pouquíssimo naquilo que é a propriedade privada, ou na propriedade pública, mas principalmente na propriedade.

Eu gosto da seguinte frase: nós, nos últimos 13 anos, tivemos um modelo de desenvolvimento que democratizou a demanda. Nós ampliamos o mercado de trabalho, ampliamos as rendas por meio do salário mínimo, ampliando o acesso aos fluxos, mas nós não democratizamos a oferta no Brasil. Essa é uma questão que, primeiro, explica a democratização da demanda. Uma certa concentração da oferta foi o que permitiu a sustentabilidade de um modelo redistributivo sem rupturas, sem grandes rupturas, como é o modelo de crescimento do governo Lula e Dilma, por exemplo – que é um modelo que foi desenhado na Constituição de 1988 e foi aprimorado a partir de 2003, com a introdução de uma nova geração de políticas sociais e de um outro olhar sobre o mercado de trabalho –, mas esse modelo redistributivo dos fluxos tem um lado concentrador, que é na parte de estoques. Eu vou tentar mostrar aqui os dados do que aconteceu com a parte de estoques e por que esse é um horizonte, uma fronteira na questão da desigualdade no Brasil.

Rapidamente, esse quadro, olhando, pega... O Fernando colocou a pesquisa que ele faz na parte de desigualdade usando muito a POF (Pesquisa de Orçamento Familiar). Você pode olhar também a PNAD. Esse é um dado feito pelo Pedro Herculano, que é nosso colega lá do Ipea, foi apresentado num comunicado do Ipea, que é exatamente isso, mostra quais são – são duas tabelas que eu vou mostrar – os *drivers*, os motores da redução da desigualdade que nós tivemos nos últimos anos, mas que, na verdade, estão presentes desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

1992.

Mercado de trabalho. A conexão com o mercado de trabalho representou, nos últimos 20 anos, 71% do aumento da renda domiciliar *per capita* e metade da redução da desigualdade que nós tivemos nos últimos 20 anos.

Seguridade social, basicamente Previdência: 23% do aumento da renda *per capita* e 15% da redução de desigualdade. É o efeito distributivo, o impacto distributivo que tem a Previdência na sociedade brasileira.

E transferências de renda têm um impacto menor no crescimento da renda *per capita*, obviamente, porque são programas mais baratos, de uma relevância menor do ponto de vista estritamente econômico, mas têm alta relevância do ponto de vista da distribuição: 24% do impacto na redução do Gini. E as outras rendas são o resíduo.

Esse é o nosso modelo de desenvolvimento, é um modelo de desenvolvimento puxado pelas rendas do trabalho, puxado por uma grande transformação no mercado de trabalho, associada a um segundo motor, que é aquilo que o Gaiger coloca: progressividade do gasto social. Essa progressividade do gasto social...

Esse dado resume sob outra ótica. Agora, não olhando os orçamentos familiares, mas olhando as contas nacionais, é possível ver a mesma relação virtuosa do gasto social na sociedade brasileira. Ele tem uma relação virtuosa tanto na questão do crescimento do PIB quanto das rendas das famílias e da redução marginal do índice de Gini, da desigualdade.

Então, por exemplo, isso foi feito pela equipe da DISOC, que é a minha diretoria, Diretoria de Políticas Sociais, na época em que o Jorge Abrahão era Diretor, e foi publicado um comunicado também. É bem interessante você ver: você coloca os gastos em educação pública, saúde, Bolsa Família, transferências, seguridade, investimento em construção civil, exportação de *commodities* e juros da dívida pública.

Você pode olhar esses gastos e simular, na conta das famílias, como é que eles estão atuando no crescimento da renda e na redistribuição dela. O gasto ou toda parte do gasto social tem um Multiplicador Keynesiano acima de um, especialmente quando você olha as rendas das famílias. O que isso quer dizer? É aquilo que o Senador coloca como a "revogação de Keynes". Eu vou colocar aqui: o Multiplicador Keynesiano do gasto social é um dos maiores sustentáculos do crescimento econômico que nós tivemos nos últimos treze anos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Há alteração em períodos de recessão ou de crescimento mais acelerado?

O SR. ANDRÉ CALIXTRE – Ele altera. A gente tem acompanhado isso. Esses são dados de 2006. É uma simulação nas contas nacionais de 2006. Mas a alteração ainda não chegou para o período da crise porque as contas nacionais têm uma defasagem muito grande. O último dado das contas nacionais são, se não me engano, de 2010. Então, o multiplicador tem aumentado, mas porque é período de crescimento. Temo que a gente tenha de esperar um pouco para ver como ele se comporta no período de crise.

Agora, esse dado eu acho muito interessante. Você tem uma virtuosidade econômica do gasto social que impulsionava o crescimento da renda e também do Produto Interno Bruto e uma forte redução marginal do Índice de Gini. Então, os gastos sociais operavam nas duas frentes da distribuição do fluxo: na criação de mais renda e na redistribuição dela.

Quando você olha investimento em construção civil, ele tem um alto multiplicador keynesiano também, principalmente no PIB; exportação de *commodities* também. Mas ele tem o problema da neutralidade na desigualdade. Não afeta a desigualdade.

E o gasto com juros da dívida pública tem um Multiplicador Keynesiano no PIB regressivo. É menor do que um. E ele retira do valor agregado a cada real gasto com juro da dívida pública. Aumenta um pouco a renda das famílias, principalmente as famílias que recebem esse tipo de gasto. E ele tem um comportamento de aumentar a desigualdade. Ele aumenta marginalmente o Índice de Gini.

Então, a culminação desses dois elementos deu um processo de redistribuição de renda, de diminuição da desigualdade, de aumento do bem-estar social do ponto de vista dos fluxos.

Pareceu o mesmo gráfico do Fernando, do gasto social federal, que vai crescendo. Ele parte de 11%. Só o federal, em 96, atinge 17,3%. Em 2014, 18%. Não está aqui. Em 2015, ainda a coordenação de gasto social vai atualizar. E ainda não sabemos o que vai acontecer com 2016. E isso, combinado com o ciclo de redução das taxas de desemprego. Quando você pega todas as taxas de desemprego, há um processo de queda entre 2003 até o começo da crise do modelo, que é 2014, final de 2014.

A mola propulsora desse processo é o gasto social, um crescimento em termos federais e também federativos. E o salário mínimo começa a agir cada vez mais como uma espécie de farol sinalizador das rendas no mercado de trabalho.

Esta aqui é uma série histórica, desde 1940 até 2016, dos valores reais do salário mínimo. A gente vê o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

período de crescimento do salário mínimo na Nova República, vamos dizer assim: você tem um período forte de queda em termos reais do salário mínimo, que vem na verdade desde a crise da ditadura militar; essa crise do salário mínimo é revertida com a criação do Plano Real. É bem verdade que já há um crescimento e uma mudança na curva de inclinação de crescimento do salário mínimo real a partir do governo Lula, como uma política pública.

A valorização do salário mínimo passa a ser encarada como uma política pública necessária à recuperação das rendas no mercado de trabalho.

Agora, é interessante ver o seguinte. Esse cenário aqui é o cenário de congelamento real do salário mínimo, que é o período da ditadura militar. Há um período de forte queda do valor real do salário mínimo no começo do golpe. Com os efeitos do Paeg (Programa de Ação Econômica do Governo), principalmente depois das regras de ajuste salarial, há um congelamento real do salário mínimo, que, não obstante, é o período de maior crescimento da desigualdade que tivemos na história moderna do Brasil.

Então, normalmente, quando se combina congelamento de salário mínimo, em termos reais, ele é combinado com um aumento da desigualdade muito forte. Períodos em que há aumento do valor real do salário mínimo, como é o período, por exemplo, democrático do trabalhismo, o segundo Vargas em diante, e o período da Nova República, a partir do Plano Real, são períodos de crescimento do valor real do salário mínimo e de distribuição de renda do ponto de vista do trabalho.

Isso é uma relação autorreferenciada, porque, quando se olha desigualdade, necessariamente se olha as rendas, seja do ponto de vista do 1% mais rico... Isso é uma questão muito nova, o Pedro Herculano, que já citei, também acabou de defender uma tese mostrando a distribuição da renda dos muitos ricos, olhando uma perspectiva histórica, a partir de dados da Receita. É possível plotar esse gráfico com o comportamento do 1% tanto quanto quando se olha o comportamento do Índice de Gini a partir da década de 70, que são os dados disponíveis.

Mesmo assim, mesmo com esse processo aqui, com o crescimento do salário mínimo, a partir especialmente de 2010, 2012, começou a ventilar muito a ideia de que nós estávamos atingindo uma espécie de esgotamento do modelo redistributivo via salários. E faz sentido com os dados, porque, em 2009, nós recuperamos, em termos reais, o salário mínimo que era antes da crise da dívida de 1982, 1983. Mas, na trajetória atual, nós ainda não tínhamos recuperado o salário mínimo mais alto, que foi em 1963, que é o pico do valor real do salário mínimo.

Então, em termos de esgotamento do modelo, a gente ainda tinha, sim, uma parte de recuperação do valor do salário mínimo para fazer em termos históricos, ainda que deva ser bem dito que o mercado de trabalho na década de 60 é muito diferente do mercado de trabalho que há hoje. Inclusive, o peso do salário mínimo hoje é muito maior do que aqui nesse mercado de trabalho, pela questão da formalização, etc.

Esta aqui é uma discussão que embasa um pouco essa discussão que faço sobre salário mínimo como farol de rendas. Como você pode ver, a variação da renda domiciliar *per capita* e a variação do salário mínimo começam a se equalizar, a se acoplar a partir de 1997, 1998. O que eu quero dizer? O salário mínimo faz mais sentido para as rendas do trabalho, para as rendas domiciliares, quando você tem um processo de crescimento das rendas com estruturação do mercado de trabalho, o que é mais ou menos lógico. Quanto mais estruturado o mercado de trabalho, maior é o peso que o salário mínimo tem para referenciar as rendas dele.

Só que o salário mínimo também referencia o mercado de trabalho não estruturado. Ele não é só um farol do mercado formal, ele também é um farol do mercado informal. E aí está essa explicação, eles começam a variar juntos a partir de 1997, 1998, dando um peso maior para a distribuição da renda geral, quando há um aumento percentual no salário mínimo.

Isso aqui é o mesmo olhar da queda do Índice de Gini, só que olhando os decis da renda. Esta é a evolução, com índice 100 de 1990 até 2003, da renda real domiciliar *per capita* dividida por decil. O primeiro é o mais pobre e o décimo é o mais rico, e há o 1% mais rico.

Olhem que interessante. Eu firmei a linha vermelha, que é o sétimo decil. Isso aqui é a classe média tradicional, os últimos 30% da sociedade, os 30% mais ricos em diante. Esse é o comportamento da renda do sétimo decil. As linhas pretas são o comportamento do primeiro e do segundo decil da renda, são os mais pobres. Olhem a diferença entre o crescimento das rendas dos mais pobres e o crescimento das rendas médias. E aqui o crescimento dos muito ricos. Isso aqui explica por que a Avenida Paulista lotou com todo mundo vestindo camisa amarela da Seleção. A percepção da classe média do ponto de vista dos seus ganhos de renda praticamente se congela em termos reais nos últimos 13 anos. Houve um grande crescimento aqui com o Plano Real, mas, no processo de crescimento e redistribuição de 2013 em diante, há um desacoplamento entre as rendas médias, com um crescimento mais tendendo à neutralidade em termos reais, e as rendas mais baixas, que aumentam sensivelmente de tamanho. Isto daqui, quando faz o Índice de Gini, é olhar o Gini por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dentro na dinâmica de crescimento das rendas por decis.

A síntese do processo é uma combinação entre uma queda desse processo de redistribuição de fluxos... É uma combinação entre uma queda da desigualdade e o Índice de Gini e uma melhoria das condições do mercado de trabalho, dada pela queda da informalidade. O grau de informalidade cai dez pontos.

Será que nós esgotamos esse modelo? Todo esse processo de crescimento de salários, principalmente acima da produtividade, que é uma questão fundamental... Há um processo redistributivo do ponto de vista da renda. Em nenhum lugar do mundo, se faz processo redistributivo sem haver salários crescendo acima da produtividade por um período de tempo razoável. Ainda que tenha tributação progressiva, tem que ter um modelo tributário, mas... Enquanto nós tivemos 13 anos de crescimento de salários um pouquinho acima da produtividade, a Europa está há 10 anos em uma estagnação, que ele chama de quase secular, com crescimento da desigualdade, porque a produtividade está crescendo acima dos salários sistematicamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CALIXTRE – Eu tenho mais dez minutos, não é, Senadora?

O que nós temos aqui? Será que o modelo se esgotou? Pois bem. Agora, com o último dado disponível da relação salário sobre PIB, nós temos 43,6% de salário sobre PIB, enquanto a maioria dos países desenvolvidos está acima de 55%. Nós ainda teríamos mais dez pontos percentuais de crescimento salário sobre PIB para atingir um nível de assalariamento igual ou parecido ao dos países da média da OCDE, excluindo os países altamente assalariados, que, não obstante, são os países com maior desenvolvimento humano. Olhem aqui: a Finlândia, a Eslovênia, a Suécia, a Dinamarca são países altamente assalariados. Existe uma conexão clara entre distribuição de fluxos, desigualdade e bem-estar social.

Agora, a minha questão: o que aconteceu, então, com a questão patrimonial?

Nós tivemos um processo intenso de distribuição de fluxos nos últimos 13 anos. Mas qual é a fragilidade desse modelo? A fragilidade desse modelo é exatamente esta: quando você pega os grandes números da Receita Federal... Aí você pega aqui o perfil dos declarantes: até 5 salários mínimos; de 5 a 20 salários mínimos; mais que 20 salários mínimos...

Muito bem, vamos olhar os rendimentos tributáveis, que é exatamente essa questão da distribuição dos fluxos pela ótica do trabalho. Os com até 5 salários mínimos – "os mais pobres", entre aspas, porque aqui são só os declarantes –, que correspondem a um universo de 24 milhões de pessoas, eram 20% do total, e subiram para 21%, cresceram um pouquinho. Mas o crescimento maior foi aqui nas faixas médias, de 5 a 20 salários mínimos, em que cresceram os rendimentos tributáveis de 44% para 48,3% do total, enquanto, no caso dos mais ricos, os que tinham mais de 20 salários mínimos, caiu a sua participação, em grande medida também pela questão que o Orair e o Gobetti colocam, houve muita transferência de renda desses altos salários, de 20 salários mínimos para cima, da classe média tradicional para frente, a classe média realmente existente, que é 30% da população – a gente não tem uma classe média de 50%, como se acreditava –, mas ele perde a participação nesse processo.

E como se dá o patrimônio? E isso aqui é resultado da redução da desigualdade, da distribuição dos fluxos, mas a mesma coisa não acontece no patrimônio. O patrimônio dessas pessoas que possuem mais de 20 salários mínimos, que não passam de 8,5% do total dos declarantes, é 57% de todo o patrimônio declarado. E essa taxa tem se mantido constante pelo menos nos dados divulgados da Receita, de 2007 até 2014. No ano de 2013, até aumentou; estava em quase 58%, 59% essa proporção.

Então, quando você olha aqui a questão patrimonial, você vê pouca alteração na participação pelas faixas salariais. Os maiores grupos da Receita, os grupos de até 5 salários mínimos, que é a metade dos declarantes, mais 42%, que são os de 5 a 20 salários mínimos, eles não têm metade. Esses dois, que são muito mais da metade, não têm a metade do patrimônio do que 8% têm.

Então, essa proporção pouco se alterou ao longo do tempo. Essa é a fragilidade do nosso modelo, é um modelo que buscou pouco a redistribuição dos estoques da propriedade. E isso também é em termos regionais: baixa distribuição, redistribuição entre as regiões, do ponto de vista patrimonial.

O Norte continua sendo irrelevante do ponto de vista patrimonial nas declarações do Imposto de Renda, corresponde a menos de 2% das declarações; o Sul continua com a mesma faixa de dezoito e alguma coisa por cento das declarações patrimoniais; no Sudeste, houve diminuição, mas continua com a grande parcela da representação patrimonial no Brasil, pela ótica da Receita; o Nordeste, 8%; o Centro-Oeste é o único que cresceu um pouco nessa questão patrimonial, nos últimos anos.

Bom, essa é uma questão, uma agenda de pesquisa minha. Existe uma dificuldade muito grande na declaração da Receita de você estratificar o patrimônio, porque a estratificação que a Receita oferece é por salário, é por renda. Então, colocam as rendas das pessoas e depois vem a distribuição patrimonial a partir da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

renda. Isso ajuda muito a compreender os grandes números, mas há uma dificuldade muito grande de você, a partir disso, montar uma distribuição, uma desigualdade patrimonial e tentar entender como é que você poderia incidir com o Imposto sobre Grandes Fortunas, por exemplo, nesse tipo de ação.

É muito difícil você prever o Imposto sobre Grandes Fortunas sem você saber a distribuição de fato pela ótica do patrimônio e não pela ótica da renda.

Eu tenho tentado desenvolver uma metodologia alternativa. Existe uma base – é claro que essa base patrimonial existe: ela está na Receita, mas não é divulgada – patrimonial que é divulgada e que é relativamente boa se você fizer alguns tratamentos necessários, que é o cadastro eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral.

Nas eleições municipais – não nas eleições majoritárias, federais, para Presidente, porque é pouca gente –, são 490 mil candidatos distribuídos em todos os Municípios. Essa é uma base bastante interessante e todos eles declaram patrimônio. A declaração é individualizada e pode ser classificada por tipo. Agora, você tem que tomar alguns cuidados com essa base. Eu tenho aqui a de 2012 – eu estou esperando sair a última versão de 2016, que é depois que termina o prazo de prestação de contas, para fazer a de 2016 –, mas é muito complicado mexer nessa base, porque ela tem problemas de auditoria na parte patrimonial. Um exemplo recente, agora, foi a beneficiária do Bolsa Família que declarou R$75 milhões de contribuição a um candidato, mas descobriu-se que era um erro de digitação. Isso acontece muito nessa base, então você tem que auditar os valores muito altos e excluir aqueles que fizeram erro de digitação. Nos muito óbvios, você tem que fazer isso; nos outros, você tem de aceitar superdeclarações e subdeclarações. A questão é controlar isso para não distorcer muito a base.

Olhem que interessante: quando você pega a base de 2012, no valor declarado de R$55 bilhões, que foi declarado em 2012, você pode dividir patrimônio imobiliário, financeiro, direitos e bens móveis. O patrimônio imobiliário, como era esperado, é o grande peso das declarações patrimoniais dos candidatos a Prefeito, Vereador, Vice-Prefeito da eleição de 2012. Dos 483 mil, 70% do patrimônio deles está colocado na forma de imóveis; 13%, na forma financeira; e 15%, na forma de direitos e bens móveis.

Qual é o índice de Gini dessa distribuição? É difícil comparar com outros índices de Gini, mas ele dá um índice de 0,81, extremamente alto, quando você pega todas as declarações, inclusive aquelas que declararam não ter nada. Quando você pega somente os candidatos que declararam ter alguma coisa, esse índice de Gini é 0,7, 0,65 na questão imobiliária – ele é um pouco mais próximo do que é ou seria o índice de desigualdade de renda –, muito alto na desigualdade financeira, 0,84 – mais alto do que a média –, e mais baixo na parte de direitos e bens móveis.

Aqui está como eu classifiquei cada tipo de patrimônio. Depois vocês podem ver.

Aí, uma questão que eu deixo aqui para o debate: com essa distribuição, é possível você aplicar, você saber, a partir da declaração do cadastro eleitoral... Quando você tem aplicação do Imposto sobre Grandes Fortunas, você vê as faixas de valor de patrimônio. A grande dificuldade que se tinha até hoje é você ter uma distribuição por faixa de patrimônio. Então, aqui eu fiz uma simulação usando os parâmetros que a pesquisa do TSE dá sobre os candidatos que têm as seguintes declarações patrimoniais. Então, entre os candidatos que têm de R$1 milhão a R$2,5 milhões de patrimônio – eu peguei o dos milionários para frente.

Normalmente, se você pega todos os PLs, a maioria começa dos milionários, de R$2,5 milhões para a frente. Mas eu queria colocar também os milionários remediados, vamos dizer assim, e não pegar os muito, muito ricos para frente. De R$1 milhão a R$2,5 milhões, você tem 0,67% da distribuição do TSE. Isso vai caindo ao longo do patrimônio. Se você aplica essa distribuição à população de declarantes do Imposto de Renda, fazendo um exercício um pouco preliminar, você teria de balizar muito isso. É difícil dizer até que ponto a distribuição do cadastro eleitoral é igual à distribuição do imposto de renda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CALIXTRE – ... mas acredito que ele seja muito parecido. É possível estimar a partir das alíquotas do Imposto sobre Grandes Fortunas o quanto esse imposto arrecadaria ao longo do tempo, ao longo dos anos. E também tentando ver, mais estaticamente, quanto arrecadaria em 2014; qual seria o potencial de arrecadação de 2014 com a população de 2014?

Então, veja bem, numa simulação de Imposto sobre Grandes Fortunas neutro – não é bem neutro; há um pouquinho de progressividade, mas cujas alíquotas sejam muito baixas, voltadas para impactar pouco na variação patrimonial das pessoas –, esse imposto poderia arrecadar em torno de R$10 bilhões em 2014. Se você tivesse o Imposto sobre Grandes Fortunas para valer, voltado para a redistribuição patrimonial, com alíquotas que vão de 1% na primeira faixa de R$1 milhão a R$2,5 milhões a 15%, por exemplo, nos multimilionários, o que não é nenhum absurdo, esse Imposto sobre Grandes Fortunas poderia arrecadar algo em torno de R$49 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Essa é a contribuição que faço. Você pode fazer outras simulações, brincar com outras taxas, pode modular de outras formas. Não tentei olhar os PLs porque há muitos PLs, há muitas propostas, e cada uma vai de um jeito. Essa é uma ideia, mais ou menos, do potencial de arrecadação que temos no Imposto sobre Grandes Fortunas. É mais ou menos o que poderia arrecadar o imposto sobre dividendos, que é a proposta de Orair e Gobetti. Para algo em torno de 50 bilhões, você tem mais 50 bilhões que estão completamente... E isso aqui com um impacto social praticamente nulo. O impacto social é só positivo. Os multimilionários, na distribuição do TSE, são 0,006% da distribuição. É muito pouca gente que tem muito dinheiro, porque a desigualdade nesse horizonte, nesse universo da economia é inimaginavelmente mais alta do que a desigualdade que estamos acostumados a combater, que é a desigualdade das rendas, e precisamos olhar a questão patrimonial para melhorar a capacidade ou para reinventar mesmo o nosso modelo de desenvolvimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, André, pela exposição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me daria uns dois minutinhos apenas para fazer uma observação? Eu vou ter de sair agora porque já estou com gente me esperando. Infelizmente, o Senador que retardou o início da reunião não ficou para ouvir nenhum dos expositores, o que é lamentável.

Mas, se V. Exª permitir, Senadora, eu saio e talvez consiga voltar antes do próximo expositor. É apenas para cumprimentá-la e cumprimentar o Senador Lindbergh também, propositor desta audiência pública, o Senador Armando, e a mim também.

Só fica faltando eu me autocumprimentar! Lamento a saída deste Senador que estava aqui ao nosso lado direito, mas enfim, quero dizer que este debate é o bom debate, porque não é apenas levantar os malefícios que essa proposta de emenda à Constituição, de teto dos gastos sociais – porque não mexe em absolutamente nada nos gastos financeiros –, não é apenas apontar os malefícios, porque são muitos – obviamente, no curso do debate, nós o faremos –, mas apresentar alternativas. Eu acho que esta reunião é fundamental, porque eles usam o discurso falso de que ou o País entra em falência ou se aprova a PEC 241; ou a gente aprova a PEC 241 ou aposentados não vão mais receber aposentadorias daqui para a frente. Isso é falso. Se nós tivéssemos um sistema tributário justo, correto, poderíamos até dizer isso, mas nós temos um largo espectro para poder promover mudanças.

Eu quero me lembrar, Senadora Gleisi, das decisões da Presidente Dilma, porque nós ouvimos um absurdo aqui. O absurdo que nós ouvimos foi o seguinte: se a Presidente Dilma tivesse apresentado e aprovado o limite de gastos, ela talvez não tivesse saído da Presidência. Isso é muito revelador! Uma manifestação como essa é extremamente reveladora. Mostra, primeiro, que ela não saiu porque cometeu um crime; ela saiu por uma questão política, de projetos, de rumo que se quer dar para o País. Podem achar simplista ou não, mas é tudo muito simples mesmo. Ou é o rumo daquele que nós vamos corrigir o percurso da economia, enfrentando a crise e a recessão a partir dos interesses da maioria, do povo pobre, trabalhador; ou corrigir os rumos enfrentando a crise sob o ponto de vista dos interesses das elites, sobretudo as que atuam com os investimentos no mercado financeiro. Então, essa é a diferença.

A Presidente Dilma chegou a cogitar a recriação de um novo tributo, que era um tributo que já existia, que era a CPMF. Foi a oposição que acabou com a CPMF. Aliás, eles criaram na época do Fernando Henrique e depois acabaram na época do Lula. Para quê? Qual o objetivo? Destruir o governo do Presidente Lula, e acabaram destruindo o País.

Eu até me lembro de um conterrâneo da Senadora, hoje Ministro da Saúde, mas na época Relator-Geral do Orçamento. Ele dizia que a Presidente enviou para cá um orçamento fora da fantasia. Também aqui disseram que há anos o País vive na fantasia. Mas espere aí! Não é culpa de Presidente, não; há participação do Congresso. Ela enviou para cá, ano passado, um orçamento deficitário em mais de R$30 bilhões. O Congresso não aceitou. O Congresso rejeitou. Se o Congresso não aceitou o orçamento deficitário, o que aconteceu? Aconteceu que precisávamos buscar saídas. A saída que se apresentava era a criação da nova CPMF. O que o Relator disse? "Não, vamos acabar com o Bolsa Família." Essa é a diferença. "Vamos diminuir despesas, vamos cortar despesas", que é o que eles estão fazendo agora. Só que eles vão acabar com o Bolsa Família não com uma canetada; vai ser devagarinho, devagarinho. Vai tirando, tirando, e acabou. Cadê o Bolsa Família? Não tem mais. Cadê o Fies? Não tem mais. Cadê a gratuidade no ensino superior? Não tem mais. Aí dizem: "A saúde e a educação não sofrem, pode aumentar." Pode, mas vai ter que matar quantos santos? O santo da cultura, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

santo do turismo, o santo do investimento, de que o setor industrial do Brasil tanto reclama.

Eu acho que nós temos até meados de dezembro para travar esse diálogo. Por isso, eu apresentei mais requerimentos, Senadora.

Acho que esta Comissão tem que se transformar num palco de debates, debates que levantem os malefícios dessa proposta do Governo, mas também que, ao lado disso, apresentem soluções, que é o que estamos a debater aqui, ou seja, o que poderia ajudar. CPMF? Esse imposto talvez seja o melhor de todos. O Senador Armando sabe disso, é o melhor de todos. Por que? Porque tributa quem pode pagar, ajuda na fiscalização do sistema. E nós aqui estávamos propondo uma isenção para aquele que menos recebe, mas isso não vingou. E agora o que estão fazendo? Cortam a aposentadoria, cortam o aumento real do salário mínimo, cortam investimentos em educação. E depois, pronto, privatiza-se tudo. É esse o caminho que nós estamos trilhando.

Então, eu quero, Senadores, sugerir que façamos o seguinte: que daqui até o início do segundo turno a gente possa ter uma publicação, uma publicação desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre tudo que foi debatido, uma publicação com tudo e um resumo, inclusive, das propostas alternativas. Vamos dar isso não ao Senado Federal, mas dar ao Brasil e mostrar, sim, que é possível outro caminho, que nós não temos essa como a única fórmula de tirar o Brasil da crise. Pelo contrário, se estivessem interessados de fato em tirar o Brasil da crise, a queda na taxa de juros não teria sido de 0,25% somente. Eles diminuíram depois de quatro anos as taxas de juros, mas cresceu, dentro dessa nova realidade de recessão, a taxa de juro real. Então, hoje eu tive a oportunidade de escrever que essa foi uma queda cosmética. Isso vai trazer um prejuízo e retardar ainda mais a retomada do nosso desenvolvimento, porque não podemos imaginar, como diz o Lindbergh, resolver a crise sem a retomada do desenvolvimento.

Então, parabéns, Senadora Gleisi. Ficam aqui as minhas sugestões. Eu vou correr para ver se consigo pegar ainda o final dos debates.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queria agradecer a V. Exª Senadora Vanessa.

Só para que a gente cumpra o Regimento, V. Exª apresentou à Mesa dois requerimentos. Eu vou ler rapidamente os requerimentos, antes de passar a palavra ao Prof. Felipe. Isso porque se V. Exª não puder retornar, não ficará prejudicada a leitura.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2016

Nos termos do inciso I art. 93 do Regimento Interno, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241 em tramitação no Legislativo Federal. Para tanto, propomos sejam convidados a Drª Elida Graziane, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Ingo Wolfgang Sarlet, Professor titular da PUC Rio Grande do Sul, Cadeira de Direito do Estado e Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Prof. Heleno Torres, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Autoria: Lindbergh Farias

Segundo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 13 , DE 2016

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com a presença dos pesquisadores do Ipea Fabíola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, autores do estudo "Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil", como forma de contribuir nos debates desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre a PEC 241.

Autoria: Lindbergh Farias

Estão lidos os requerimentos de V. Exª e nós vamos deliberar a respeito na próxima reunião.

Passo a palavra ao Prof. Felipe.

O SR. FELIPE REZENDE – Muito obrigado.

Senadora Gleisi Hoffmann, Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, Senadores presentes, imprensa, convidados, é um prazer retornar à CAE, ao Senado Federal para mais uma discussão fundamental para a sociedade brasileira.

Quero aproveitar o momento também para lamentar profundamente a ausência de membros do Governo, em particular do Ministério da Fazenda, para promover este debate. Eu acho que a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

brasileira perde como um todo. Eu gostaria de registrar que, apesar do convite, há a não presença dos membros do Governo.

O que eu vou fazer na minha apresentação de hoje é tentar quebrar em dois pedaços fundamentais. Em termos de arrecadação federal, em se tratando de Governo Federal, é fundamental não só falar da parte tributária, ou seja, da arrecadação, do recolhimento de impostos e tributos, mas também da parte dos gastos federais, já que eles têm um impacto fundamental no recolhimento dos impostos e tributos em função de crescimento ou de períodos de recessão econômica. Então, vou abordar os dois pontos.

E quanto ao que foi falado aqui anteriormente pelos meus colegas de Mesa, tanto pelo Fernando quanto pelo André, em grande medida eu concordo com grande parte da agenda de reforma tributária do que foi discutido aqui. Quero deixar isso claro.

No contexto da discussão atual, você tem hoje a PEC 241 como uma alternativa de um regime fiscal visando basicamente estabilizar a dívida pública em relação ao PIB. Hoje ela está na casa de 70% do PIB. E na leitura do Governo, dos relatores dessa proposta, basicamente esse crescimento da dívida bruta foi em função de um suposto descontrole dos gastos primários, daí a necessidade de se controlarem os gastos, embora eles ignorem que 20% do PIB representa a política de aquisição de reservas pelo Banco Central. Ou seja, a aquisição de dólares no mercado. E esse tipo de aumento da dívida nada tem a ver com o aumento das despesas primárias. Isso tem de ficar bem claro. Vinte por cento do PIB foi em função da política de aquisição de ativos do Banco do Central, que hoje está em 70%. Se você desconta desse 70% do PIB os 20% do Banco Central, você tem 50% do PIB de dívida.

E outra parte dessa dívida significativa foi a política de transferência de títulos públicos do Tesouro Nacional para os bancos públicos, em particular o BNDES. Ou seja, hoje o dado mais atual é de cerca que 9% do PIB você tem para essas transferências. Ou seja, cerca de 30% do PIB representa uma dívida que nada tem a ver com a política fiscal então vigente, nada tem a ver com o suposto descontrole de contas públicas. Você desconta esses dois tipos de políticas, que podem ser discutidas no seu próprio mérito, mas cerca de 30% do PIB de dívida nada tem a ver com a política fiscal. É preciso ficar bem claro.

A PEC 241 vem como uma tentativa de controlar os gastos do Governo justamente porque, pelo argumento convencional, houve esse descontrole por parte do Governo nas despesas primárias, na política fiscal. E isso os dados não mostram. Isso tem de ficar bem claro.

Então, quando você tira esses dados, de 70%, o Brasil cai para praticamente 40% do PIB, um pouquinho mais na verdade, descontando algumas outras contas, e fica bem em linha de países que têm grau de investimento, países emergentes que têm grau de investimento. O Brasil fica nessa casa, apesar do crescimento das despesas obrigatórias ao longo da década. Ou seja, o suposto descontrole fiscal que o Governo tenta empurrar, na verdade, não aconteceu. Os números não mostram isso.

E para que vem a PEC? Na simulação do Governo – e isso é uma simulação de mercado também, é um gráfico feito pela equipe de um dos maiores bancos privados do País, o Bradesco –, você tem, de 2016 até 2026, a previsão de que a despesa total em relação ao PIB caia de cerca de 20%, que é o patamar atual, para cerca de 14% do PIB, em 2026. A PEC é uma regra dez mais dez. Ou seja, a partir do décimo ano, ela pode ser revista.

E eu peço que os senhores se lembrem deste número: os 14% do PIB que o Governo tenta impor daqui a dez anos porque eu vou usar esse número para fazer uma comparação internacional. Você tem a simulação da despesa por gasto e tem agora, daqueles 14% em 2026, o que na ausência de uma reforma da Previdência representa os gastos com Previdência, salários que é a barra cinza, a barra amarela são outras despesas obrigatórias – e entra saúde e educação – e como o Fernando falou anteriormente, grande parte dos ajustes por limitar esses gastos será feita na conta que mais beneficia o ajuste progressivo, ou seja, em saúde e educação. Essa é a que mais paga na ausência de uma reforma de previdência, ela cai cerca de 5,5% do PIB – patamares atuais – para cerca de 1,77% do PIB em 2026, ou seja, como o próprio Fernando mostrou em sua apresentação, se essa simulação realmente acontecer, se a PEC for implementada dessa forma, haverá um forte aumento da desigualdade.

Eu acho muito interessante quando vejo membros do Governo defenderem tanto nas campanhas publicitárias que essa PEC favorece os pobres, eu gostaria que eles publicamente fizessem isso nos locais em que isso irá acontecer porque essa PEC não beneficia os pobres, seja na análise técnica, como o Fernando deixou claro, ela afeta componentes do gasto que mais têm um impacto nas camadas de renda mais baixa. É o contrário do que o Governo fala e ele fala abertamente que essa PEC, na verdade, beneficia as populações com classe de renda mais baixa.

O que é interessante também, vou voltar a esse ponto e peço que os senhores se lembrem desse dado, porque vou retomar esses pontos posteriormente: você tem, em despesas discricionárias, uma queda brutal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

das despesas discricionárias, sai de cerca 2,3% do PIB – que é o patamar atual, que já não é um patamar elevado, eu vou falar porque nos eslaides seguintes –, ela cai para praticamente 0%, 0,3% do PIB em 2026. As despesas primárias serão fortemente afetadas, elas serão a variável de ajuste se a PEC for implementada dessa forma.

O que quero enfatizar hoje é que a economia não é uma ciência exata, as previsões falham, os modelos falham. Então, é fundamental tentar usar a experiência internacional, o que o mundo fez e o que deu certo para tentar inserir o Brasil nessa comparação. Fazendo essa análise comparativa, você tem agora os dados FMI do lado esquerdo mostrando os gastos do Governo geral como proporção do PIB para as economias avançadas, algumas economias avançadas selecionadas, desde a década de 50 até 2013.

Ou seja, no período Pós-Guerra as, economias avançadas saem de um gasto total de cerca de 17% do PIB, que é mais ou menos o patamar atual da economia brasileira que está em 20% do PIB, mas da década de 50 se sai de 17% do PIB para as economias avançadas e se chega a 45% do PIB em 2013. Ou seja, esse processo de crescimento dos gastos do Governo é um processo longo que dura pelo menos meio século, ele é gradual, você vai construindo instituições, você reforma o que não funcionou, você reforma o sistema tributário, como foi falado anteriormente nesta Mesa, você reforma programas que não mais precisam ser implementados, você tem outras necessidades públicas, de bens públicos, demandas sociais que precisam ser atendidas ao longo de décadas, ou seja, você vai reformando os gastos para que possa ter um ajuste do tipo de política que precisa ser implementada para a sociedade. E quando você olha para as economias emergentes – aquela linha azul do lado direito – você sai de 25% do PIB de gasto total do Governo, em 1996, para cerca de 30% do PIB, em 2013, isso para economias emergentes.

Lembrem que a PEC está tentando limitar os gastos do Governo para 14% ou 15% do PIB dependendo das premissas do modelo de simulação, no final de 2026. E aí, quando se olha agora para os países de renda baixa, que é a linha amarela, eles saem de um gasto total do PIB de cerca de 17%, 18%, no início de 1996, para cerca de 25% do PIB em 2012.

Ou seja, o que se tenta impor no Brasil não há paralelo no mundo! O Brasil, com a PEC 241, vai na contramão das políticas implementadas no mundo! E isso tem que ser discutido muito seriamente com a sociedade para que ela entenda as consequências dessa decisão. É uma emenda constitucional, e a mudança desse tipo de política requer uma base de sustentação que não necessariamente irá acontecer nos próximos dez anos. O Brasil se coloca num patamar de gastos, inclusive, inferior aos países de renda baixa.

E aí, quando se olha agora alguns outros países selecionados – eu vou mostrar muitos dados para que se possa comparar o Brasil em relação ao resto –, tem-se a França, que é linha azul, com gasto geral do governo acima de 50% do PIB. Esses são dados do FMI, são dados públicos e todos podem fazer *download* desse banco de dados. A França, com 50% de gastos do PIB! Itália, também 50% do PIB, por mais de duas décadas. Reino Unido batendo também 50% do PIB. Estados Unidos, cerca de 40% do PIB. Coreia passou de 20% do PIB, em 1995, para cerca de 30% do PIB.

E vamos olhar um retrato um pouco mais completo. Os países da OCDE, por exemplo, ou os países da União Europeia, o grupo dos 21, ou os Estados Unidos, que é a linha azul, quando se olha desde a década de 70 – e agora está se olhando os gastos sociais –, os gastos sociais passam da casa de 5%, 10% do PIB para cerca de 20%, 25% do PIB, de gasto social nos países avançados.

Ou seja, o desenvolvimento econômico requer políticas sociais, mesmo nas economias avançadas. E, com a PEC 241, elimina-se esse tipo de política econômica. Gostaria de repetir: o Brasil vai na contramão da experiência mundial, com a PEC 241! Mesmo com o crescimento econômico, há a necessidade de se aumentar os gastos sociais. E isso não é uma posição minha: esses são os dados históricos disponíveis, tanto para os países da União Europeia quanto para os países desenvolvidos. Se se olha para os Estados Unidos ou mesmo para a economia mexicana ou para a Coreia, países que recentemente entraram no grupo de países em desenvolvimento ou em processo de desenvolvimento, e para a maioria dos países da OCDE, os gastos sociais líquidos, descontando alguns impostos, são cerca de 20%, 25% do PIB – isso é posição de 2011.

Existem mais de 30 países listados nesse gráfico, e não vou listar um a um, pois a apresentação está disponível, e todos podem olhar esta apresentação e, enfim, tirar as suas próprias conclusões. Na maioria dos países da OCDE, os gastos sociais são cerca de 20%, 25% do PIB. Com a PEC, os gastos totais, no Brasil – no caso daquela simulação no formato atual –, passarão para cerca de 14%, 15% do PIB. É um experimento de política econômica nunca antes visto nas economias! É um experimento que o Brasil está fazendo e isso tem que ficar claro! Porque não existe paralelo no mundo o que o Brasil faz com esse tipo de proposta constitucional.

E aí se tem – é o mesmo dado – o gasto social do Governo Central. Ou seja, no processo de desenvolvimento, tem-se a Ásia Emergente no eixo esquerdo, e tem-se, ao longo da última década, de 2002 até 2013, que são as barras mais claras do lado esquerdo até as barras mais escuras do lado direito: Ásia Emergente, a América

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Latina Emergente. E o Brasil fica naquele processo de desenvolvimento bem atrás da Europa Emergente, dos Países Nórdicos, e mesmo da Zona do Euro em termos de gastos sociais.

Ou seja, o Brasil não é nenhuma jabuticaba, quando se fala dos crescimentos dos gastos sociais no Brasil como sendo uma coisa fora do padrão. Na verdade, o Brasil seguia um processo de desenvolvimento histórico pelo qual outras economias também passaram.

Esse gráfico, para mim, é um dos mais claros. Para tentar mostrar o que a PEC significa, eu vou voltar para aquele número da simulação. Em 2026, cerca de 14% do gasto do Governo, 15% de gasto do PIB será o gasto total.

Eu peguei a base de dados do FMI de outubro, que está disponível na rede. Com uma base de 191 países de gasto total em relação ao PIB – são 191 países nesse banco de dados –, é possível fazer uma simulação bem simples: eu só selecionei aqueles países que, em 2014, tiveram um gasto menor que 16% do PIB – foi o que eu fiz. Peguei a base de dados do FMI, fui até 2014 e selecionei aqueles países que tiveram um gasto menor ou igual a 16% do PIB. Por que menor ou igual a 16% do PIB? Porque é exatamente o que a PEC quer fazer ao final de 2026: que o Brasil tenha um gasto total de 14% do PIB. Então, o meu objetivo foi tentar comparar o Brasil, daqui a dez anos, com os países que têm um gasto parecido hoje. Gostaria de repetir: são 191 países.

Eu quero mostrar para os senhores a lista de países em que o Brasil ficará inserido, caso a PEC passe no formato atual. Os países que, hoje, têm um gasto menor ou igual a 16% do PIB – os dados do FMI são de 2014: Bangladesh, Congo, Guatemala – de nenhuma forma estou falando sobre esses países de maneira pejorativa; claro deixar isso bem claro –, Irã, Madagascar, Nigéria, Sudão e Turcomenistão. É nesse clube que o Brasil entra com a PEC 241. É uma base de 191 países. Sobram apenas 11, na base de dados do FMI, que têm um gasto menor ou igual a 16% do PIB.

Isso tem que ficar claro para a sociedade, porque o Brasil não só vai na contramão do mundo de países que passaram por um processo de desenvolvimento, como mostrei anteriormente – Europa avançada, países desenvolvidos que passaram pelo seu processo de crescimento econômico com aumento de gastos sociais muito forte e de gastos totais do Governo em relação ao PIB muito forte –, o Brasil não só sai desse clube de crescimento, com equidade social, com redução de desigualdade de renda e de riqueza, como também entra para um grupo de países em que não há garantia nenhuma de que todos os pressupostos garantidos na Constituição brasileira de 1988 serão atendidos.

Na verdade, a PEC 241 condena o País ao retrocesso. A PEC, nos moldes atuais, coloca o País no retrocesso e na contramão do que foi feito no mundo. Isso não é uma teoria, não é um modelo que eu fiz. É uma experiência internacional de gastos de países que passaram por processo de desenvolvimento. O Brasil entraria nesse grupo de 11 países. Talvez, daqui a 12 anos, o Brasil seja o 12º, mais um nesse gráfico.

E aí o Brasil perde, em questões macroeconômicas, outro componente fundamental. Há, agora, a taxa anual média de crescimento da participação do gasto social no PIB, por países, entre 2012 e 2013. Por exemplo, em períodos de crise, o que é outro agravante – a PEC não distingue períodos de crise e períodos de crescimento econômico –, como em 2008, 2009, quando ocorreu uma das maiores crises do capitalismo, desde a grande depressão de 1929, praticamente todos os países adotaram políticas para tentar oferecer um contrapeso para as quedas dos gastos privados – todos eles. E o Brasil não foi exceção.

Na verdade, o crescimento dos gastos, a resposta à crise brasileira, foi um dos menores quando comparado, por exemplo, à Europa Emergente, aos Países Nórdicos, à Zona do Euro, à Ásia Emergente. E o Brasil perde essa arma contracíclica com a PEC 241.

Eu quero entrar rapidamente na base legal, para regras fiscais. Esse é um dado do relatório do FMI. Não é meu dado, é um relatório público, está na minha apresentação.

Eu gostaria que os senhores olhassem para o lado esquerdo do gráfico, são as regras para gastos.

Países que adotaram regras para gastos, seja do lado esquerdo, os avançados ou os emergentes. Os emergentes são representados pela sigla EMDCs. Em nenhum desses países, seja o avançado ou o emergente, que adotaram regra de gastos, em nenhum deles adotou-se uma regra constitucional, uma emenda constitucional, em nenhum deles. Essa é uma base de dados do FMI, é um relatório do FMI.

Ou seja, falou-se muito em anomalia no início dessa reunião, anomalia é essa PEC 241, seja na base legal, seja no desenho da PEC 241 atual, indo na contramão da experiência mundial. Não há paralelo, adotar uma emenda constitucional para uma regra de gastos, seja em países emergentes ou avançados.

Nesse mesmo estudo do FMI mostra o seguinte, de que não há dúvida – e essa foi a minha posição, escrevi artigos sobre esse ponto – de que o Brasil precisa de um novo regime fiscal. Eu concordo que existem abusos no orçamento, que existem gastos ineficientes, que existem desperdícios no orçamento, mas isso em nada a PEC vai tratar, ela simplesmente limita os gastos.

A analogia que eu gosto de usar é a seguinte, o pai ou a mãe, que gosta de limitar a mesada para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

filho, acreditando que limitando a mesada, o filho, então, a partir daí, vai usar a sua mesada de forma mais eficiente. Aqueles que têm filhos sabem que não há nenhuma garantia de que isso vá acontecer, ou seja, os gastos estarão limitados, como os filhos irão gastar esses recursos, esse limite, em nada impede que ainda continue havendo abusos, enfim, desperdícios dentro do orçamento. Então, quero deixar isso bem claro. Aqueles especialistas em gestão pública e orçamento público sabem que a mera limitação de gastos em nada garante que você vai trazer ganho de eficiência para os gastos públicos, isso tem que ficar bem claro também. Esse nem é, inclusive, o melhor mecanismo para se trazer a maior eficiência e transparência na gestão do orçamento público.

E aí você tem, agora, para voltar para os dados do FMI, quando o país adota regras fiscais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE REZENDE – ... o que acontece é que os itens que são frequentemente excluídos da proposta de regras de gastos são os gastos que são sensíveis ao ciclo econômico. Ou seja, você tem períodos de recessão, de crescimento econômico e períodos de recessão particular, os gastos sobem automaticamente, gastos com seguro-desemprego, transferências para Estados e Municípios para lidar com as consequências da crise. Esses são mecanismos de estabilização macroeconômica que foram basicamente desenvolvidos no Pós-Guerra, são fundamentais para trazer a estabilidade das economias de mercado.

E, por isso, você exclui desse componente da regra fiscal o componente cíclico. Essa foi, inclusive, a posição do atual Presidente do Banco Central, o então economista-chefe do Itaú, que fez uma proposta de um novo ajuste fiscal com base em regras fiscais ajustadas pelo ciclo ou as chamadas regras fiscais estruturais, metas estruturais para o orçamento. E não há nenhuma dificuldade hoje, falou-se muito em alternativas à PEC 241, hoje, tanto nesta Casa, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, não levaria muito tempo para introduzir uma cláusula dentro da PEC 241 e dizer o seguinte: "Temos como inserir o mecanismo que iremos adotar, as metas estruturais para o orçamento". O Ministério da Fazenda já calcula esses dados para o Orçamento brasileiro. O Banco Central já utiliza esse tipo de técnica nas suas próprias avaliações, nas suas deliberações.

O FMI calcula, para a economia brasileira, as metas estruturais, o resultado estrutural para o gasto do Governo. Então, não há nenhuma dificuldade técnica de se implementar isso, ou seja, conseguiria implementar – e a proposta agora vem para o Senado – uma cláusula em que se consegue fazer isso. Essa cláusula, inclusive, foi defendida pelo atual presidente do Banco Central, economista-chefe do maior banco privado do País, que defendeu esse tipo de regime fiscal.

Outro componente que você exclui das regras fiscais é exatamente investimento público. É fundamental! Existem gastos e gastos dentro do Orçamento, não se pode comparar os desperdícios, aumentos improdutivos em áreas que não são prioritárias com áreas que são fundamentais para o desenvolvimento econômico, como, por exemplo, infraestrutura. Então, você exclui esse item do orçamento. E você tem, no banco de dados, os países que adotaram esses tipos de cláusulas.

Você tem, no mesmo estudo do fundo, dentre os países que adotaram regras de gasto, essa seta indicando: para cima, indica que o regime de gastos é pró-cíclico, ou seja, aumenta o crescimento, aumenta os gastos; ou contracíclico, ou seja, no período recessivo, aumentam-se os gastos.

Em praticamente todos os países, sejam emergentes ou avançados, em todos eles que adotaram regras fiscais, o gasto do governo tornou-se contracíclico, anticíclico, e isso é fundamental para a gestão macroeconômica. E, com a PEC 241, não há esse componente. Ou seja, é como venho falando, não sou contrário à ideia de um controle de um regime fiscal, mas, nos moldes atuais, o desenho da PEC 241 é extremamente falho, vai contrário a qualquer item se olharmos a experiência mundial ou mesmo a questão básica de gestão macroeconômica.

E agora, voltando para um dado também do próprio Itaú, você tem a arrecadação federal do lado esquerdo; no eixo horizontal, você tem o crescimento do PIB – crescimento em períodos recessivos; você tem que a política fiscal, a arrecadação, em particular, é extremamente sensível ao crescimento econômico.

A recessão brasileira começa em meados de 2014 com a queda do produto, renda e lucros, principalmente, salários também, e há uma forte queda da arrecadação federal, isso não é surpresa para ninguém. A arrecadação cai muito fortemente, isso é uma característica do Orçamento; em particular, o brasileiro é muito sensível ao ciclo econômico. Então, você tem esse componente.

E, do lado da despesa federal... Esses são os bancos de dados entre 2004 e 2014, ou seja, o comportamento dos gastos do Governo em relação ao ciclo econômico, períodos de crescimento ou períodos recessivos. E é bem interessante que o então economista-chefe do Banco Itaú aponta que essa característica do gasto federal é gravíssima, ou seja, o gasto federal é basicamente o mesmo, apesar da fase do ciclo econômico, e essa não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma característica desejável nos orçamentos públicos, principalmente no orçamento federal.

O que você tem que fazer para o orçamento federal, para as despesas federais é ter esses pontos de uma forma negativa, ou seja, ter, com o crescimento do PIB, uma queda dos gastos do Governo e, com uma queda do PIB, o aumento dos gastos do Governo. E isso não é o que acontece no regime fiscal atual e não será o modelo pela PEC 241. Continua da mesma forma. Esse mesmo modelo que o atual Presidente do Banco Central disse que é falho, a PEC continua insistindo nesse mesmo modelo, nesse mesmo tipo de gestão orçamentária, com uma péssima composição, não só com a composição, mas com péssimo comportamento dos gastos federais em relação ao ciclo econômico, e isso tem que ficar bem claro.

Aqui vemos que a arrecadação federal, de novo, muito sensível aos ciclos econômicos e também à posição do banco.

E aí um outro ponto que é uma anomalia muito grande para a PEC nº 241, é que você não tem uma cláusula de escape. Em todos os países que implementaram, sejam avançados ou emergentes, há esse componente, adota-se uma cláusula de escape. É fundamental. Você tem fases de incerteza, você pode ter períodos em que você tem doenças, enfim, eventos imprevistos, catástrofes, momentos em que você precisaria de uma cláusula de escape bem definida justamente para dar transparência ao orçamento e para a gestão pública. Para não recorrer a créditos extraordinários, enfim, a mecanismos que não são, embora possam ser legais, transparentes, uma governança bem definida, você evita isso com cláusulas de escape bem definidas.

E aí qual é o impacto da regra de gastos dos países emergentes? Como eu disse, eu gosto muito de trazer os dados para o debate para que a sociedade faça as suas escolhas. O que aconteceu com os países emergentes que adotaram a regra de gastos? Qual foi a posição que o FMI, a conclusão a que o próprio fundo chegou? Ele diz o seguinte, que as regras de gastos são associadas a uma queda significativa do investimento apenas em economias emergentes. Ou seja: entre os países que adotaram a regra de gastos, sejam países avançados ou emergentes, apenas nos países emergentes você observou uma queda do investimento público. Essa é uma conclusão do próprio Fundo Monetário Internacional. E aí você tem aqui um modelo deles, é o gráfico mostrando essa conclusão, essa afirmação, que mostra, do lado esquerdo, a forte queda do investimento, após a introdução de regra de gastos. Ou seja, não só como foi apresentado anteriormente, a PEC, no formato atual, acaba penalizando a área do gasto que tem um papel extremamente progressivo, como os técnicos do Ipea aqui deixaram muito claro, mas também ela tem um componente adicional que é penalizar os investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, com a adoção de regra de gastos.

E por que isso é importante? Olhem a experiência mundial, a barra amarela são os países emergentes, ao longo das décadas, desde a década de 70 até o período mais recente, 2009 a 2012. Os gastos emergentes com investimento público ficam acima de 5% do PIB na média. Lembrem daquela simulação do banco mostrando que as despesas discricionárias do orçamento brasileiro ficarão próximas da casa de 0% do PIB, na verdade 0,3% do PIB.

Os emergentes hoje gastam em média mais do que 5% do PIB em investimento público. O Brasil tira isso da agenda, tira esse componente do orçamento federal, o Brasil não mais irá investir. E há um outro dado que eu gosto de mencionar. Faço parte de um grupo de pesquisa liderado pela Universidade de Columbia, e a pesquisa é justamente tentar entender como que países do mundo financiaram infraestrutura. E há um dado interessante que diz o seguinte: para os países emergentes, cerca de 70% do investimento em infraestrutura foi feito através do orçamento público ou banco de desenvolvimento. Setenta por cento! Essa é uma característica do investimento em infraestrutura. Eu estou falando dos chamados *greenfield investments*, aqueles que você começa do zero e monta, mas há riscos operacionais, ambientais, regulatórios, enfim, antes de chegar na construção do empreendimento propriamente dito.

Isso ficará fora da agenda, ou seja, haverá investimento privado no Brasil? Haverá, sem dúvida. Os outros 30%, mas muito aquém do desenvolvimento da economia brasileira, e o Brasil novamente condena também por esse lado a economia a um retrocesso.

E por que isso é importante?

Há um dado agora do Fórum Econômico Mundial sobre competitividade. No eixo no eixo vertical, é mostrada a qualidade da infraestrutura para países nesse banco de dados. No eixo horizontal, é mostrado o PIB *per capita*. Não é muito difícil fazer a correlação entre a melhoria na qualidade da infraestrutura com o crescimento do PIB *per capita*. Ou seja, onde há uma infraestrutura melhor, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, você conecta mercados, diminui preços, há a escoação da produção, melhora a exportação. Enfim, há toda uma externalidade positiva, como eles gostam de dizer, que beneficia esse tipo de investimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE REZENDE – E há países que têm qualidade de infraestrutura, ela aumenta e há aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do PIB *per capita*.

E o Brasil, gostaria de enfatizar aos senhores, está bem no cantinho da tela, até coloquei um círculo vermelho. O Brasil ali próximo até da Venezuela. Esse é o patamar atual.

E, com a PEC 241, sai da agenda praticamente o investimento público em infraestrutura. E investimento em infraestrutura que estou falando aqui é o tipo de investimento que ou o investidor privado requer e demanda garantias do governo, que praticamente se torna investimento público, dadas as garantias exigidas, para justamente mitigar esses riscos do investimento, ou ele não vem. Essa é a experiência. Essa é parte do grupo de estudo. Ou seja, os riscos são tão grandes – você está falando de projetos que duram 30 anos – que, em sua fase inicial, há um fluxo de caixa extremamente negativo. Você tem riscos ambientais, regulatórios, riscos políticos, que o setor privado não assume geralmente. Ele assume riscos em diferentes fases do investimento em infraestrutura. Eu tenho isso mapeado no estudo que será apresentado numa reunião no ano que vem em Washington. O investidor privado entra em determinadas fases, quando grande parte do risco foi mitigado. E isso de novo sai da agenda brasileira.

E por que isso é importante? Porque o investimento brasileiro público, antes da PEC, já era baixo. E grande parte desse investimento foi feito basicamente pelas empresas estatais, basicamente Petrobras. Ele já era baixo. E, com a PEC, a situação fica num quadro muito preocupante. E por que isso é importante? Há um relatório de uma consultoria chamada Mckinsey que mapeou o estoque de infraestrutura no mundo. Ela tentou medir todos os ativos de infraestrutura, portos, hidrovias, ferrovias, enfim. O Japão está do lado direito, mas você tirando o Japão e o Brasil, a média mundial do estoque de infraestrutura é de cerca de 71% do PIB. Há nesse gráfico a África do Sul com mais de 80% do PIB de estoque de infraestrutura; Itália, China, Espanha com 75%; Alemanha com 71%; Estados Unidos com cerca de 64%; Reino Unido com 57%; o Brasil naquele cantinho ali, do lado esquerdo, com 16% do PIB. Esse é o estoque de infraestrutura no Brasil. Ou seja, há um déficit de infraestrutura enorme, e, com a PEC 241, o Brasil fica condenado ao retrocesso pelo menos para os próximos dez anos. Esse déficit de infraestrutura não será abordado na agenda econômica que o Governo atual tenta impor para o orçamento federal. E não é o tipo de investimento que o setor privado faz como um todo. Ele precisa de um parceiro, precisa do governo como parceiro.

E para falar agora da parte da questão tributária, há o recolhimento de impostos e gastos sociais – não vou me estender aqui, já foi muito falado

E, para a América Latina, você tem aqui os impostos indiretos como o Fernando falou. O problema é a renda, que é a barra azul, para a América Latina, que é aquela barra terceira da esquerda para a direita no gráfico do lado esquerdo, que é muito baixa. Um sistema extremamente desigual, regressivo, que taxa pouco a renda.

Então, vamos abrir esse banco de dados para expandir na análise que o Fernando fez, e ele fez uma análise basicamente focada no Brasil. Quero agora pegar o dado Brasil e comparar com o mundo, para que se coloque em perspectiva o que fazemos aqui no nosso País.

Para a base renda, o Brasil tributa menos que a maioria dos países da OCDA. Ele está lá na ponta o Brasil, aquele verdinho, cerca de 5%. É a carga tributária sobre a renda, lucro e ganho de capital. É um dos que menos tributa.

Ou seja, não há, com a PEC 241, nenhuma tentativa de regime fiscal, não é isso. O objetivo é apenas reduzir o tamanho do gasto do Governo em relação ao PIB, só. Porque, se houvesse uma tentativa séria de um novo regime fiscal, todos os componentes estariam na pauta de discussão. E não é isso hoje o que acontece.

O Brasil, por qualquer dado que você olhe, sempre está nos extremos, infelizmente, das notícias negativas.

Esse é um dado da Receita Federal publicado recentemente. O Brasil inclusive abaixo de Turquia na questão renda.

E quando se fala nesse ponto, fala-se que o Brasil vai na contramão do que o mundo experimentou. Não, isso não é verdade. A contramão é que o Brasil não taxa essa faixa, esse componente. Essa é a contramão. Como o Fernando falou, há 18 anos ele bate nessa tecla e nada mudou.

Enquanto isso, para a base de bens e serviços tributa mais. Só que para essa base de bens e serviços é extremamente regressiva. Isso ficou claro nas apresentações hoje pelos meus colegas de Mesa.

E o Brasil agora se torna um dos campeões. O Brasil é sempre o País dos extremos, infelizmente. E se o Governo quisesse realmente adotar uma reforma tributária ou um regime fiscal sério, esses componentes estariam dentro da proposta de emenda constitucional atual.

E você tem despesas com juros. Eu peguei a média de 1997 e 2014 para tentar tirar alguns regimes monetários, e o Brasil de novo é um dos campeões em pagamentos de juros. Não justifica, não tem nada aqui. Você pode comparar países com dívida maior que a brasileira e que pagam juros inferiores. Países com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma inflação maior que a brasileira pagam juros inferiores e a inflação está fora de controle. Você pode fazer qualquer tipo de combinação. Não há nenhuma justificativa teórica para esse tipo de comportamento.

E o Brasil continua com esse tipo de política de adotar juros elevados.

Então, eu quero finalizar, e esse é o último dado que gostaria de apresentar a todos os presentes.

É uma simulação feita agora pelo Bradesco que diz o seguinte: o pico de tudo o que a economia brasileira produziu aconteceu em 2014. E a partir daí, a contração se inicia. O Brasil passa por uma das piores crises da sua história.

O que se está discutindo hoje não é crescimento.

Nessa simulação, a linha pontilhada é o dado de mercado, é o Relatório Focus, que é a expectativa de mercado, que, diga-se de passagem, é sempre otimista. Essas previsões sempre são equivocadas. Se vocês quiserem se divertir um pouco, olhem os relatórios de bancos, enfim, de mercado no início do ano e comparem com o que aconteceu no final do ano. É impressionante como eles falham nas suas previsões.

Aqui temos que até 2021, pelo menos, até um pouco mais, o Brasil começa a retomar o que ele perdeu. Isso não é crescimento. Está retomando o terreno que foi perdido. O Brasil só começaria a retomar uma linha de tendência, a linha de 2014, a partir de 2023, 2025, 2026, mais de uma década. O Brasil está condenado, com os tipos de políticas que estão sendo discutidos hoje, a mais de uma década perdida, com o agravante de um forte crescimento da desigualdade de renda, porque o tipo de ajuste dos gastos que irão acontecer é naquelas contas que mais tenham o impacto progressivo, como saúde e educação.

Então, gostaria que isso tudo fosse analisado e gostaria de enfatizar, novamente, que lamento profundamente a ausência de membros do Governo, em particular do Ministério da Fazenda, para discutir esse tipo de informação.

Eu gostaria de terminar por aqui. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Agradeço ao Prof. Felipe.

Bom, primeiro queria só agradecer aqui a presença dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Goiás, que estão aqui, dos representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Nacional dos Transportes, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal e da Frente Brasil Popular. E também agradecer as inúmeras contribuições que tivemos de quem nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado. São muitas contribuições. Eu estava lendo um pouco aqui. Acredito que muitas delas foram, inclusive, respondidas durante a apresentação que vocês fizeram aqui na CAE. Em todo caso, nós as temos anotadas e vamos tentar entrar em contato com as pessoas que contribuíram.

Agora, eu queria abrir a palavra e passar para o Senador Lindbergh Farias, que é o autor do requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, eu queria cumprimentar a Presidente por esta audiência pública. Eu acho que as três participações aqui dos convidados foram excelentes.

Essa PEC é de uma irresponsabilidade social impressionante. Isso aqui é barbárie. Eu tenho dito: nós estamos enfrentando uma segunda ofensiva do neoliberalismo na América Latina, com todo o seu receituário de privatização, mudança da política externa, retirada de direitos. E eu disse: já houve a primeira ofensiva aqui na América Latina. E eles não ficaram muito tempo, porque o aumento da desigualdade foi tamanho que o povo se levanta. Eles estão cometendo o mesmo erro da primeira ofensiva neoliberal aqui na América Latina. É só olhar a situação da Argentina. Cada vez mais trabalhadores se levantam pelo aumento do desemprego. Há aumento da pobreza na Argentina. E aqui nós estamos discutindo essa barbaridade, essa loucura.

E, ao contrário do que falou o Senador do PSDB, esse debate está junto. Discutir tributação progressiva e PEC 241 têm tudo a ver. É a mesma discussão.

Eu queria começar falando sobre crescimento, que o Felipe abordou bastante. Eu estou também convencido. Nós vamos ficar aqui em um período de longa estagnação, porque é uma maluquice. Nós estamos com 8% de recessão em dois anos, quase 8%, e ninguém está discutindo como recuperar o crescimento econômico, como recuperar a economia. Esse debate está interditado. O debate do País é só a questão fiscal. O nome disso é loucura. Nós temos economistas liberais aqui no Brasil. Por isso, eu falava nessa direita latino-americana. Esses economistas liberais brasileiros são de uma radicalidade impressionante. Eles vão estourar o País. É interessante até ver no debate entre economistas que há alguns...

Há um economista que trabalha aqui no Senado, o Felipe Salto, que é ligado ao Senador José Serra, que tem uma visão diferente da minha e do que temos defendido aqui, mas até esses estão dizendo: puxa, é uma contração muito grande. Eles estão falando em superávit primário de 6 a 7% do PIB ao final de 20 anos, até eles estão dizendo isso. A Monica de Bolle também fez um artigo com o Felipe Salto, trazendo essas preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas vejam bem, há um erro aqui na origem: você colocar o problema que estamos enfrentando, a situação fiscal, como se fosse um problema de excesso de gastos é uma loucura! Não foi isso o que houve. Vamos lá, tivemos superávit primário em todo esse período até 2013, tivemos déficit em 2014. Qual foi o déficit? O primário, foi de 0,6; o nominal, foi de 6,7, ou seja, 6,1 foram de pagamento de juros e 0,6 de despesas primárias. Se você vai para 2015, tem algo em torno de 10,34% de déficit nominal, sendo o pagamento de juros 8,5%, menos de 2% do gasto primário. Aí, vamos olhar 2015. Alguém acha que, em 2015, gastamos muito neste País? Isso é uma loucura.

Em 2015, tivemos um ajuste, que, a meu ver, foi um dos graves erros cometidos, um ajuste draconiano, conduzido pelo Ministro Levy, de 2,3% do PIB. O problema não foi excesso de gasto, muito pelo contrário, ele fez um ajuste que derrubou a economia. O problema foi frustração de receitas e aumento do pagamento de juros, porque saímos de 4,5% do PIB, em 2012, 2013, para 8,9% do PIB. Então, o problema fiscal está aí.

Agora, achei muito interessante quando o André Calixtre trouxe aqui os multiplicadores, porque aqui, no Brasil, e até no Senado, esse debate é permeado por muita ignorância, porque as pessoas acham, falam : "Ah, não..." As pessoas não sabem o peso do gasto público no crescimento da economia. E esse dado multiplicador é interessante, ou seja, 1% do PIB a mais do gasto em educação, significa 1,8% a mais em crescimento econômico.

Então, na verdade, hoje, em uma recessão deste tamanho, em que as famílias não gastam, as empresas que estão endividadas também não gastam, só há um jeito de sairmos desta crise econômica agora: gastando. Vou falar uma palavra proibida aqui, gastando mais, fazendo mais investimento público, ampliando gasto social. Só desta forma, porque a situação fiscal só se resolve quando a economia está crescendo. O Lula pegou a dívida líquida em 60% do PIB, trouxe para 34% do PIB porque a economia estava crescendo.

Então, estamos construindo uma lógica, vamos ficar presos em um círculo vicioso, que é o seguinte: ajuste fiscal, a economia continua estagnada, frustração de receita, e vamos ficar presos nisto aqui.

Então, quero, primeiro, falar da loucura que é este debate. Temos de tentar criar uma frente nacional para colocar uma estratégia, apresentar uma estratégia de retomada do crescimento econômico no País. Essa, sim, deveria ser a grande preocupação nacional, mas o debate está interditado.

O Fernando Gaiger trouxe um mapa com o gasto social em relação ao PIB, que é um mapa que vai mostrando o seguinte: na verdade, todos sabemos que existem duas formas de combater a desigualdade: na hora da arrecadação e na hora do gasto.

E o que foi feito nesse último período no País foi diminuir a desigualdade com o aumento do gasto social, muito investimento, aumento o gasto social. Foi essa a transformação que houve, em especial nos anos do Lula.

O que eles estão querendo fazer aqui é, além de não mexer na questão tributária, que poderia também diminuir a desigualdade, estão querendo destruir e aumentar a desigualdade, destruindo justamente o gasto social. É isso que está por trás dessa PEC aqui, a destruição do Estado social brasileiro.

E aqui não adianta, eu vejo muito sofisma nesse debate. Eu vejo Senador dizendo o seguinte: "Ah, não, nós só estamos colocando um limite pela inflação. Aqui a gente vai ter ampla liberdade de dizer se vai cortar aqui ou cortar ali." Não é verdade. Quando a gente abre os números, vemos que temos a previdência, que é algo hoje em torno de 8% do PIB, que são R$500 bilhões; nós temos saúde, R$100 bilhões; e educação, R$100 bilhões. E temos poucas rubricas, Ministério da Cultura, Ministério de Ciência e Tecnologia. Infelizmente o orçamento é um orçamento muito pequeno. Então, você não mexe nos juros, no pagamento de juros, porque esse aí não pode mexer. Então você vai ter que cortar aqui.

O Felipe, eu queria até que ele explicasse, naquele gráfico que ele apresenta, da previdência, se a subida de 8% para 9% do PIB já é com simulações de uma possível reforma da previdência.

Mas o fato é que todos os economistas que têm vindo aqui, por questões demográficas, têm dito o seguinte: o gasto com a previdência, com reforma ou sem reforma, vai crescer, vai crescer. Então, previdência vai crescer. Você vai esmagar o quê? Você vai esmagar centralmente educação, saúde e vários outros programas de outros ministérios.

E aqui, quando a gente fala do gasto e do aumento do gasto primário do Governo, nesse último período de 2003 a 2014, está muito claro onde foi o aumento do gasto em relação ao PIB. Não foi pessoal. Não foi pessoal. Foi aqui, olhem: "Transferência de renda às famílias." Aumentou. Aumentou. Em 2003 era 1,4% e passou para 2,2%. Transferência de renda às famílias, nós estamos falando de benefício previdenciário, que passou de 0,6% para 1% do PIB. Abono e seguro-desemprego cresceram. Bolsa Família cresceu. Investimento cresceu pouco, de 0,9% para 1,1%. Então eles só têm um caminho, que é cortar isso aqui. Não adianta enganar.

E falo também mais – e desculpa, o tempo todo, Felipe – do impacto no crescimento econômico, porque a gente sabe, para recuperar o crescimento econômico aqui, o consumo das famílias representa quase 63%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do PIB. A gente sabe que, em investimento, estamos tendo uma queda do tamanho do mundo. Consumo do Governo, que corresponde a 20% do PIB, está destruído com essa política de austeridade. Agora, o consumo das famílias, que representa 63% do PIB, na minha avaliação, com a PEC nº 241 e com a reforma da previdência, vai ser impactado mesmo, porque quando você quer tirar a vinculação do salário mínimo de benefícios previdenciários, quando você mexer na regra do BPC (BPC é para idoso com mais de 65 anos, para pessoa com deficiência e quando tem renda familiar de um quarto do salário mínimo), então, quando você tira esse recurso – é aquilo que o Lula dizia popularmente, "colocar dinheiro na mão do pobre, porque ele vai para a economia" – vai haver um impacto muito grande aqui no consumo das famílias, com diminuição de recurso de saúde e educação também, porque saúde e educação públicas é salário indireto do trabalhador.

Então, vejo aqui que estamos caminhando em direção a uma loucura tão grande de destruição do Estado social, de aumento da desigualdade social gigantesco. Ou seja, não fizemos nada na área tributária.

Agora, naquilo que avançamos para diminuir a desigualdade pelo gasto social, eles estão querendo destruir. E aqui é onde entro no ponto: acho que temos que apresentar também aqui no Senado; fazer o debate; tentar esclarecer a população sobre o que é isso. Eu acho que foi muito importante o Felipe trazer esses dados internacionais de gasto aqui, dos gastos pelos países: gasto primário, gasto social, porque também é importante aquele mapa que mostra os países que gastam menos de 16% do PIB.

Agora, acho que a temos que apresentar, Senadora Gleisi – nós, da oposição – também propostas alternativas. Somos totalmente contra a PEC 241, mas apresentar debate sobre uma meta fiscal estrutural, ou seja, tirarmos os ciclos econômicos. Isso que está acontecendo aqui, nós estamos proibindo qualquer Presidente da República de fazer política anticíclica. Nós estamos vendo isso desde o *impeachment*. É uma maluquice completa. Nós estamos proibindo, criminalizando fazer política anticíclica.

Eu sempre cito o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, que foi eleito com o discurso: "Eu quero fazer déficit durante três anos, porque quero recuperar a economia" e o povo aprovou aquilo. O que é mais grave nesta PEC, que é antidemocrática, é que você pode eleger um Presidente da República, dizendo que quer ampliar recurso na educação, que quer ampliar recurso na saúde, que quer colocar o emprego como uma questão prioritária – para isso tem que ter política anticíclica – e o Presidente da República é eleito e não pode executar, porque tem uma PEC, tem uma maioria constitucional estabelecida. Então, é uma regra também extremamente antidemocrática.

Estão querendo fazer aqui no Brasil o que já fazem na União Europeia, porque o povo na Grécia foi para o plebiscito e disse "não" às políticas de austeridade. Eu pergunto aos senhores de que valeu? Não valeu nada, porque lá quem decide não é mais a soberania popular, quem decide são os tecnocratas da Troika. Não há nem política monetária nem política fiscal no país. Aqui eles estão querendo ir para o mesmo caminho. É o Banco Central independente e é uma política fiscal rígida como essa. Então, nós não vamos ter presidente, nós vamos ter um gerentezinho para tocar isso aqui. É isso o que eles querem, na verdade, transformar.

E encerro minha fala já longa, entrando no aspecto da tributação progressiva. Eu sou o autor aqui – a Senadora Gleisi também – de vários projetos sobre juros, sobre capital próprio, a Senadora Gleisi tem um. Eu tenho outro projeto de voltar os 15% da tributação sobre lucros e dividendos. Eu tenho outro sobre cobrar IPVA de helicópteros, de jatinhos, porque quem compra um carro, um carro mil, um carro popular é tributado, mas quem compra no País jatinho, iate não paga nada. Há uma série de projetos em relação a isso.

E eu queria aqui rapidamente dizer o seguinte: acho que, além da meta estrutural que devíamos apresentar aqui para o debate, nós temos que mostrar – já que o debate deles está concentrado na questão fiscal – as desigualdades do nosso sistema tributário.

Eu passei o final de semana estudando o texto do Sérgio Gobetti e do Rodrigo Orair, que foi publicado, um texto do Ipea: "Progressividade Tributária: agenda negligenciada". E é interessante ver a história aqui no País. Chegamos a ter alíquota aqui de tabela de Imposto de Renda de até 65%.

Em 1948, 50% era a maior alíquota. Jânio Quadros aumentou para 60% e João Goulart, pouco antes de ser deposto, aumentou para 65%. Os militares derrubaram para 50%, mas, mesmo assim, eram 12 faixas que tributavam capital, trabalho. E justamente no período da discussão da Constituição, com o governo Sarney, veio a redução para quatro faixas. E depois há uma coisa que pouca gente sabe que aconteceu. Houve uma reforma tributária escondida, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Escondida por quê? Porque não houve uma discussão sobre reforma tributária. Ela foi feita no final do ano, com medidas provisórias, mas uma reforma tributária extremamente regressiva. O que é que eles fizeram, Senadora Gleisi? Primeiro, a pessoa jurídica – e o Fernando Gaiger também falou isso – caiu de 25% para 15%. Por isso, hoje, há muita gente que é contratada e, em vez de receber um salário em que paga 27,5% há aquele fenômeno da pejotização: a pessoa jurídica paga apenas 15%.

Instituíram esses juros sobre capital próprio, o que é uma jabuticaba, que a Senadora Gleisi tentou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

quando foi Relatora de uma medida provisória da Dilma, aprovar aqui no Senado e não conseguiu. V. Exª podia até explicar por que é uma jabuticaba, pois é um instrumento tão complexo. Acabaram com a tributação sobre lucros e dividendos também, que era de 15%. Isso significaria, no Orçamento, hoje, algo em torno de R$50 bilhões a mais se voltasse. E diminuíram também a alíquota de Imposto de Renda: ela caiu de 35%, uma alíquota maior, para 27,5%.

O Piketty lançou o livro *O Capital no Século XXI* que foi um livro badalado em todos os cantos, e ele veio ao Brasil, porque aqui a Receita Federal não divulgava os dados da tabela do Imposto de Renda, Senadora Gleisi, não divulgava. E o Piketty reclamou aqui. Depois da reclamação do Piketty, eles disponibilizaram os dados, e os dados são de uma crueldade ... Por isso é que eu acho que voltar a taxar lucros e dividendos é a coisa mais importante, porque os dados mostram que, na verdade, a injustiça tributária está concentrada justamente na faixa dos milionários. Eu não estou falando em 10% da população. Eu não estou nem em 1% da população. Até aí o negócio vem bem. Eu estou falando no 0,05%, 0,05%! Não estou falando em 1%, não estou falando em 0,1%. Eu estou falando em 0,05%. Aí nós estamos falando de 71 mil pessoas que têm 8,5% da renda nacional e que pagam uma média de 6,1% de tributação na sua renda apenas! Pagam alguma coisa de ganhos de capital, 6,1! Quando um funcionário do Senado, se ganha R$10 mil, paga 27,5%. Por quê? Porque houve uma migração de muitos para distribuição de lucros e dividendos, que passa a ser um salário de forma acobertada com o nome de distribuição de lucros e dividendos. O empresário que ganha R$300 por mês paga zero.

Então, eu já estou falando muito, quase fazendo uma palestra aqui, mas o que acho é que tínhamos que fazer, Senadora Gleisi, nós, da oposição? É tentar fazer como a senhora fez hoje aqui. Este debate tem que estar junto. O que eles estão fazendo com a PEC 241 e com a reforma da previdência é que, mesmo na lógica de quem acha que deve haver um ajuste fiscal – e eu já disse aqui que não acho que esse seja o caminho; acho que para tirar o País da crise a gente tinha que aumentar gastos, gastos sociais, investimentos – eles estão fazendo uma coisa despudorada, é só em cima do pobre e do trabalhador porque, vamos lá, na lógica deles é necessário um ajuste fiscal?

Então, seria preciso ter compostura e apresentar uma proposta de ajuste fiscal que atingisse todos. Aí se faria um discurso: "os trabalhadores vão perder aqui, mas os empresários vão ter que contribuir, os bancos vão ter que contribuir". Nem isso eles fazem, é uma vergonha, falta de compostura porque Paulo Skaf não deixa mexer em imposto algum e, mais, em imposto que toca em ricos.

Aqui, na proposta do Gobetti, ele fala inclusive em diminuir pessoa jurídica para aumentar isso aqui, para aumentar, no caso, essa tributação na pessoa física na distribuição de lucros e dividendos.

Então, acho que temos que politizar, temos que puxar esses temas de uma forma geral porque a discussão, ao fundo de tudo isso aqui, é: quem paga a conta? E, infelizmente, estão jogando a conta para os miseráveis.

Esse Geddel Vieira Lima recebe R$50 mil; o Eliseu Padilha – saiu na Imprensa no final de semana – R$50 mil, recebem acima do seu teto. Agora, estão querendo penalizar o aposentado que ganha um salário mínimo. E o Geddel se aposentou com 51; o Padilha com 53; e o Temer com 55. Qual é a autoridade desse pessoal para falar em idade mínima de anos? Então, é uma PEC extremamente perversa.

Nós vamos ter aqui um mês e meio de discussão neste Senado, eu sugeriria, Senadora, que fizéssemos uma audiência pública na próxima terça dessa PEC, porque acho que só há um caminho: mostrar à sociedade os abusos, as arbitrariedades que há nessa PEC para que exista mobilização, para que consigamos frear isso aqui. Eu acredito muito. No Rio de Janeiro ontem, houve uma mobilização de mais de 20 mil pessoas, a maioria estudantes, estudantes secundaristas, estudantes universitários. Então, se isso começa a acontecer no País, acho que a gente passa a ter uma chance de reverter votos aqui no Senado Federal.

Muito obrigado e obrigado pela tolerância com o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh, V. Exª pode usar bastante tempo. Aliás, V. Exª foi quem apresentou o requerimento para realizar esta audiência e tem sido uma das pessoas que mais debate esse assunto aqui na Casa e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu vou passar para os nossos convidados por um período de cinco a seis minutos para fazer o encerramento e também comentar aqui o que o Senador levantou e que os outros Senadores levantaram.

Quero agradecer a presença aqui do Senador Lindbergh, do Senador Paulo Rocha, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Armando Monteiro, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Flexa Ribeiro, que também passou por aqui para participar um pouco desse debate.

Eu espero que, no dia 1º, possamos fazer uma audiência com a presença maior dos Senadores. Esta semana estamos praticamente com a Casa vazia em razão de não termos sessão deliberativa no Plenário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senado, mas acho muito importante, mesmo assim, ocupar o espaço da Comissão de Assuntos Econômicos para fazer essa discussão.

O que não podemos é votar uma medida como essa, como essa PEC sem uma discussão aprofundada desse assunto, que impacta muito na vida da população. E as pessoas não estão sabendo dimensionar isso.

Talvez a reforma da Previdência seja algo mais presente no dia a dia, as pessoas saibam a que se refere quando se fala em aumentar a idade mínima, reduzir salário, benefício. A PEC 241 parece meio abstrata, e as pessoas não conseguem sentir o que efetivamente ela vai fazer com as suas vidas. Talvez só quando ela for aprovada e colocada em prática é que se vai sentir. Acho que é importante fazermos essa discussão e esse alerta.

Antes de passar para os nossos convidados, eu queria só fazer um registro aqui da ata do Banco Central que fez a alteração da taxa básica de juros da Selic, que baixou 0,25% – aliás, a Senadora Vanessa falou aqui que foi uma mexida cosmética, e, de fato, foi, porque precisávamos ter baixado muito mais. Agora, o que é interessante nessa ata do Banco Central é o item 9 da ata, que diz o seguinte – e eu estou falando isso porque eu acho que os convidados aqui podem se referir – :

> No horizonte relevante para a condução da política monetária, o comportamento das projeções em relação ao Relatório de Inflação mais recente variou conforme o cenário. No cenário de referência, a projeção para 2017 recuou para aproximadamente 4,3% [a inflação], enquanto que a projeção para 2018 encontra-se em torno de 3,9% [não somos nós que estamos dizendo, é o Banco Central que está dizendo isso; ou seja, nós vamos ter uma inflação projetada para 2017 que é abaixo da meta 4,5%]. E, para 2018, também, 3,9%.
>
> No cenário de mercado, a projeção para 2017 manteve-se praticamente inalterada em torno de 4,9% [um pouquinho acima da meta] e a projeção para 2018 aumentou para aproximadamente 4,7%.

E o que é relevante do que eu estou falando em relação a isso? É porque nós já temos uma trajetória de descendência da inflação, mas, mesmo assim, o Banco Central coloca, no seu relatório, que o ritmo de aprovação e implementação dos ajustes necessários na economia é que contribuirão para uma dinâmica inflacionária compatível com a convergência da inflação para a meta. O Comitê avaliará a evolução da combinação desses fatores.

Ou seja, mesmo eles prevendo que vai cair a inflação, que nós vamos atingir a meta, eles viram para a sociedade e dizem: "O Congresso tem que aprovar as medidas porque senão nós não vamos baixar os juros." É basicamente isso. E nós perguntamos isto para o Presidente do Banco Central: "Quer dizer que o Banco Central está colocando como justificativa ou quase uma chantagem que ou o Congresso aprova essas medidas ou nós não mexemos com a taxa de juros? Mesmo caindo a inflação?" Quer dizer, essa é a conta que a sociedade vai pagar? Nós vamos manter uma alta taxa de juros, cortar as despesas e para quê? Ou para quem ganhar em cima disso?

Então, eu queria deixar esse registro. Eu acho que os nossos convidados também poderiam falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que o Presidente do Banco Central é sócio-diretor do Itaú e ele ganha com os juros.

Agora, eu queria, antes de sair, Senadora, pedir desculpas aos três convidados, pois eu estou com uma reunião com Parlamentares no gabinete. Eu vou estar assistindo às respostas, lá no gabinete, com os Deputados. E eu queria pedir à Senadora Gleisi, antes, que se ela pudesse ler um requerimento, ou pelo menos a parte inicial do requerimento, de convite da Presidente do BNDES, para ela explicar essa operação que eles estão tentando fazer, de antecipação de R$100 bilhões para o Governo Federal, uma operação ilegal. Então, se V. Exª pudesse ler resumidamente, eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Requerimento apresentado por V. Exª:

ITEM nº

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2016

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, em audiência nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016.[texto]

Autoria: Lindbergh Farias

Está lido o requerimento, e nós deliberamos na próxima reunião.

Com a palavra o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO GAIGER – Prometo não me alongar.

Acho que a conseguimos aqui dar dois recados, que são muito importantes: que, na verdade, os efeitos da PEC vão ser, de um lado, sobre os gastos sociais e que são de caráter progressivo; e, de outro, que eu acho que o Felipe frisou mais, é que vai vai ter efeito sobre investimento.

Ou seja, são dois resultados péssimos. Em um dos resultados, haverá uma queda de desigualdade; e, em outro, haverá uma diminuição muito grande do investimento. Então, vai haver um problema de crescimento e, ao mesmo tempo, de desigualdade. Essa é a primeira coisa.

E por que eu digo que o gasto é progressivo? Porque, mesmo quando se examina toda queda... Dizem que metade da queda, 45% da queda – ele levantou aqui 70% da queda do Gini – se devem ao mercado de trabalho. Os últimos estudos mostram que não é tanto assim: são 60%, e os outros 40% da queda de desigualdade são transferências, previdência, Bolsa Família. Mas, dessa parcela do mercado de trabalho, mais da metade é salário mínimo.

Então, em realidade, três quatros da queda de desigualdade foram ação pública. Segurar a valorização do salário mínimo... Estou falando um número meio cabalístico, mas há uma orientação da Celia Kerstenetzky, que escreveu, com Miguel Foguel, textos que estão decompondo o efeito do salário mínimo sobre o mercado de trabalho.

Na verdade, o setor público foi responsável por três quartos por cento dessa queda, seja via mercado de trabalho, seja via transferências. Então, não tem jeito. Quando se começa uma discussão de que esse recurso vai ser diminuído, os efeitos vão ser muito perniciosos.

Mas eu gostaria de frisar outra coisa. De vez em quando, eu fico preocupado com as propostas de reforma por duas coisas: uma delas é o novo tributo – nem vou dizer qual é, mas é um novo tributo. Eu acho que, se tributamos tão mal a tributação direta, um novo não vai adiantar nada. Então, eu tenho muito receio. Eu vi as estimativas do André, e acho bom colocar isso na roda, mas, para mim, imposto para grandes fortunas, de vez em quando, me parece diversionista, principalmente porque ele é muito mais discutível, inclusive com os efeitos que pode apresentar. Então, eu acho que é um problema, às vezes, entrar nessa. Nós temos muito mais espaço para crescer a progressiva.

A outra coisa é aumentar alíquotas do Imposto de Renda. Como eu disse, aumentar alíquotas do Imposto de Renda é aumentar a pejotização e a arrecadação sobre funcionários públicos federais, estatuais e um ou outro artista ou atleta. Existem outros espaços para crescimento da tributação direta que são muito mais importantes e podem ser compartilhados. Um deles é com os Estados. Há que melhorar os impostos de transferência entre vivos e os impostos de herança com os Municípios. Há que tributar mais e estabelecer alíquotas progressivas.

O ITR é uma vergonha nacional. O ITR é o único imposto que diminuiu em termos nominais. E aí é importante perceber que o agronegócio brasileiro é altamente beneficiado e participa muito pouco do esforço fiscal. Por quê? No caso da Previdência Social Rural, que vão dizer que é para os agricultores pequenos, eu duvido que qualquer segurado especial de hoje, ontem ou anteontem não foi um assalariado ou um trabalhador temporário no agronegócio. Foi! Então, a previdência privada é um subsídio não só para os agricultores familiares, mas também para o agronegócio como um todo, porque há subsídio cruzado – 2,7% da contribuição é muito recurso. Não se paga ITR. Então, alguma coisa o setor tem que dar.

Exporta-se muito, com baixíssimo valor agregado. Então, não é tudo isso o agronegócio. O agronegócio, ao mesmo tempo em que cresceu monstruosamente neste País, mandou embora do campo 5 milhões de famílias, 5 milhões de ocupados. A mão de obra ocupada na agricultura caiu de 18 milhões para 14 milhões, nos últimos sete anos. E isso é uma coisa que também vai se avizinhar agora, porque, se houver um retrocesso, para onde irão essas pessoas? Parte delas foi para a inatividade, parte delas foi para a escola, e parte delas veio para a cidade. Agora, se as condições se agravarem, a situação piorará muito.

Então, isso é uma outra coisa, tem um segmento que se arvora muito e participa muito pouco do esforço fiscal. Então, isso eu queria também frisar e deixar claro.

Como eu disse, tenho muito receio de que essas políticas se agudizem mais como, por exemplo, o BPC para 30 anos, o que eu acho temerário, terrível. A desvinculação do salário mínimo, já tentei mostrar que vai ter efeito pelos dois lados.

Sobre a história do Imposto de Renda, acho que é interessante dizer que, Senador, em 1996 tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma mudança tributária das mais terríveis, o PIS/Cofins foi para as nuvens para sustentar a conta de juros e, ao mesmo tempo, aliviamos, para sustentar também a conta de juros, em alguma medida, a não tributação de lucros e dividendos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – E o pior é que se diz muito, os analistas, que isso foi uma medida *avant la lettre*, a modernidade antes do tempo. Acho que aqui temos muito a crescer. Eu gostaria que pegássemos tributos diretos de hoje e começássemos a examinar as possibilidades de melhoria da progressividade.

Era esse o meu recado, muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Dr. Fernando.

Passo a palavra para o Dr. André.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE – Bom, rapidamente, eu e Fernando sempre debatemos sobre esta questão, já não é a primeira vez, mas continuo defendendo a importância do IGF, e só para colocar dentro do debate; Não seria a criação, seria a regulamentação, porque o IGF já está previsto na Constituição. Então, não é a criação de um novo imposto, na verdade, é a regulamentação, é uma vergonha que o Brasil não tenha regulamentado um imposto que versa especificamente sobre o mundo patrimonial, porque não é a questão...

Existe uma larga escala de impostos de progressividade que precisa ser melhorada. Concordo totalmente com o Fernando com relação a isso, mas tributamos e não atingimos o mundo da propriedade, e isso é fundamental não só pelo tamanho da arrecadação que isso pode trazer – definitivamente não é um grandessíssimo imposto –, mas é um imposto que pode ter um impacto muito importante do ponto de vista de receita, do ponto de vista da equidade, da democratização da oferta, que é um lado fundamental para se construir uma sociedade civilizada.

Qualquer sociedade civilizada fez processo de democratização da propriedade, não só democratização das rendas. E o imposto sobre grandes fortunas age fundamentalmente sobre isso, além, também, do imposto sobre a herança, a transferência *causa mortis*, que também precisa ter um arcabouço muito mais razoável do que há no Brasil, no qual praticamente, além de ser pulverizado entre os Estados, as tarifas são irrisórias. Essa é uma questão.

Outra questão, sobre a parte da PEC 241 – acabei não tratando muito disso na minha apresentação, mas eu queria colocar uma questão que pouca gente discute e que me incomoda muito –: a indexação. Para que você vai indexar uma parte só do orçamento? Porque a PEC não vai reduzir gasto, a PEC observa a redução do primário, do gasto primário dentro do orçamento. Ela não olha nada no nominal, e, como o Felipe bem colocou, dentro do primário está tudo, está o gasto social, estão os investimentos, estão todos os elementos, os componentes do orçamento. Agora, você indexar tudo aquilo ali em um único índice, o IPCA, traz problemas de distorções absurdas.

Vocês imaginem, só para colocar um exemplo porque não dá tempo para desenvolver, o que é você ter os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que ganham o teto da Constituição e o teto da Constituição ser ajustado pelo IPCA todo ano? Os servidores públicos como, por exemplo, na minha carreira do Ipea, que é uma carreira de altos salários, estamos há seis anos sem aumento próximo da inflação, com aumento abaixo do real, e isso não tem nenhum problema.

O impacto do IPCA em nosso modo de vida é muito menor do que o impacto do IPCA na pessoa que ganha até um salário mínimo, que precisa ter acesso ao SUS, que tem acesso aos serviços públicos.

O IPCA ou qualquer outro índice de preço que se escolha, se for uma escolha linear, a própria indexação de uma parte do gasto que envolve do servidor público de altos salários ao usuário do Sistema Público de Saúde... você dizer que todo esse bolo tem que crescer pelo mesmo índice é uma distorção imensa, é uma indexação imprópria de modos de vida e perfis de consumo completamente diferentes.

O teto da Constituição, um reajuste do IPCA é um ganho tremendo de renda. Enquanto que, para o pessoal que está nas rendas baixas, o aumento do IPCA tem um efeito de arrochar em termos... Pode até haver um congelamento real, mas, do ponto de vista da porcentagem do PIB, é uma perda.

Isto que eu queria colocar: além de a PEC de desautorizar a macroeconomia, como um todo, para os próximos 20 anos, desconfio muito dessa tendência à indexação do primário. Acho que ela tem uma tendência indexadora e acho que isso precisa ser mais bem explorada no debate.

Olhando a experiência histórica brasileira, é bem provável que seja isto: será mais uma indexação numa parte do primário e uso da inflação para perpetuar distorções – e isso já aconteceu – do que um novo regime fiscal.

E, por último, Senador, só queria aproveitar esse espaço para fazer uma sugestão de que a CAE se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

relacionasse mais com o Ipea nessa parte de produção de subsídios. Há muitas notas técnicas de excelentes qualidades, favoráveis, contra, há uma produção muito vasta dentro do órgão, e seria muito importante que a CAE pudesse ter um relacionamento mais institucional, direto com o órgão. Acho que ambos ganhariam muito.

Existe, dentro do Ipea, um grupo de vários pesquisadores montado, um projeto muito interessante de que faço parte, que chama Observatório de Direitos, que é só para acompanhar as mudanças propostas, os impactos. Então, seria muito interessante se a CAE pudesse buscar institucionalmente o Ipea para criar um canal de produção de subsídios.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Dr. André.

Com certeza, essa relação com o Ipea é muito importante, até porque o Ipea é um órgão que tem se posicionado sobre vários temas, independentemente de posição de Governo.

Lembro-me de que fui do governo, fui da Casa Civil da Presidenta Dilma e havia notas que eram críticas. Eu achava que aquilo era importante porque trazia o debate e nos ajudava também a corrigir políticas públicas, ações. Eu, recentemente, quero lamentar que uma servidora do Ipea tenha se afastado, porque tenha manifestado o seu posicionamento e tenha sido criticada.

Acho que essa autonomia de um órgão que pensa o Brasil, que faz o debate, é fundamental. E, com certeza, vou encaminhar a sua proposição para que possamos nos utilizar mais – inclusive para os Senadores que participam aqui da CAE – dos estudos que o Ipea faz.

Queria passar a palavra ao Prof. Felipe.

O SR. FELIPE REZENDE – André, sua proposição é pessoal, não é? A posição oficial do Ipea, porque, senão...

O SR. ANDRÉ CALIXTRE (*Fora do microfone*.) – Duvido que o Ipea institucionalmente seria contra...

O SR. FELIPE REZENDE – Claro, claro, a instituição é maior.

Quero voltar a alguns pontos. Só de trás para frente ao que André falou, e falei isso em outras apresentações. Estive na CAE aqui nesta Casa anteriormente, estive na Câmara dos Deputados também, fazendo outras apresentações e falei exatamente sobre esse componente de indexação, que é muito perigoso.

E me assustou inclusive a ausência do debate dos pais do Plano Real. Uma das virtudes do Plano Real foi quebrar essa espinha dorsal inflacionária, como é a brasileira, embora muito da indexação ainda continue. Apesar da introdução do plano, foi uma desindexação incompleta, mas fundamental com a introdução do plano.

E agora, com a PEC 241, você tem um mecanismo constitucional de indexação dos gastos federais, que é perigosíssimo, ou seja, o efeito que você vai ter, para a economia como um todo, a partir desse mecanismo, é gravíssimo. E isso não está sendo discutido. Eu bati muito nessa tecla, escrevi artigos sobre isso, e me assusta muito a ausência, enfim, aqueles que tanto brigaram pela desindexação da economia brasileira praticamente deixam passar esse ponto batido. Eu vejo isso como surpresa, só para registrar.

Com relação às outras perguntas, acho fundamental, acho que a proposta do Senador Lindbergh vai neste sentido. A criação de um documento como alternativa é fundamental, porque estamos numa fase em que, quanto mais tempo passa, quanto mais se debate esse ponto da PEC, mais se encontram falhas no seu desenho, dos dois lados. Ou seja: há economistas que reconhecem a necessidade de ajuste fiscal, como eu reconheço, e outros que têm uma visão diferente, reconhecem a falha de desenho.

A falha de desenho da PEC existe. No formato atual, ela não é o melhor mecanismo para controle de gastos, enfim, para promover eficiência, melhor gestão macroeconômica e nem para promover o crescimento econômico, ou seja, é uma narrativa que se vende, que não irá se consolidar ao longo dos anos, até porque grande parte do diagnóstico da PEC, como causa da crise – aí eu vou entrar nesse ponto agora e serei breve.

A PEC entra basicamente como um suposto descontrole das contas públicas, que, a partir de então, esse descontrole de contas públicas gera um aumento da dívida bruta e, com o aumento da dívida bruta você tem uma quebra da confiança dos empresários, dos agentes econômicos. Essa quebra da confiança gera, por sua vez, queda do investimento privado. Essa é a visão convencional para explicar a crise que começa em 2014. Ou seja, a partir desse diagnóstico, a crise que começa em 2014, aconteceu em função desse suposto descontrole das contas públicas, e aí você entra com a PEC 241. Você olha nos relatórios da PEC exatamente isso como a justificativa da proposta. E é uma justificativa, uma premissa fundamentalmente errada, como falei anteriormente. Grande parte dessa dívida, 30% do PIB, nada tem a ver com a política fiscal. Isso tem que ficar bem claro, nada tem a ver com a evolução das despesas obrigatórias. O que Governo está tentando vender como evolução da dívida bruta nada tem a ver com as despesas obrigatórias. Então esse é um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O segundo ponto é em relação às causas da crise. E aí entra um outro trabalho que fiz, não é muito o foco desta discussão hoje, mas serei breve. Ela é uma crise basicamente de balanço do setor privado. Você tem, dentro do setor privado, empresas de famílias que, em 2002, saem de uma dívida, de um estoque de dívida total de US$200 bilhões, para, em 2015, cerca de US$1,8 trilhões. É um aumento de mais de 600%. Seiscentos por cento de aumento da dívida privada. E isso passou batido no debate, porque grande parte dos analistas, economistas, no Brasil ficaram olhando para o crescimento da dívida bruta e ignoraram o crescimento da dívida privada. Por que isso é importante? Porque, se você tem um aumento da dívida do setor privado, você tem que honrar esses compromissos financeiros em algum momento, você tem que pagar essa dívida. É fundamental. E, se você olha para a sua dívida e ela cresceu 600% ao longo de mais de uma década, você tem que olhar sua capacidade de pagamento para essa dívida. E quando você olha para esses dados – e é um relatório que eu fiz junto ao Instituto Minds no Rio de Janeiro – vê que a capacidade de pagamento do setor privado caiu abruptamente já desde 2010, enfim, muito antes da chamada má gestão da política econômica, que foi muito usada pelos críticos. Muito antes você tem uma queda de rentabilidade.

Enfim, muito antes. Ou seja, você tem hoje uma combinação, para os empresários como um todo e famílias também, mas principalmente para os empresários, de aumento do endividamento e queda na rentabilidade. Ou seja, você tem uma posição hoje em que você não consegue nem honrar seus compromissos financeiros com o seu fluxo de caixa. Essa é a crise que se inicia em 2014.

Aí você tem uma falha de diagnóstico falando que essa crise foi em função de um suposto descontrole das contas públicas, e o Brasil agora está de mãos amarradas. Ou seja, esse é o imbróglio da política brasileira. Se você não entendeu a causa como consequência: os déficits públicos que aconteceram, os déficits primários aconteceram basicamente em 2014 – o Brasil vem ao longo de mais de uma década de superávit primário – e se agravou em 2015, com o ajuste fiscal que foi implementado. Eu falo muito isto: se a PEC, nos moldes atuais, com a proposta atual, fosse implementada em 2015, o Governo teria cumprido, porque houve uma queda real dos gastos do Governo central, mês a mês. Você tem os dados do Ministério da Fazenda mostrando a evolução desses componentes.

Então, para uma agenda positiva, enquanto você não resolver a situação do setor privado, a PEC é o único instrumento de política econômica do Governo, é o único jogo, a única carta na manga que eles têm para uma crise que não é uma crise basicamente fiscal, é uma crise financeira do setor privado. Por isso que ela inevitavelmente irá falhar na tentativa de gerar crescimento econômico, porque ela olha para o componente errado do balanço.

Enquanto isso não mudar a narrativa, ou seja, cedo ou tarde haverá um choque de realidade com esse reconhecimento, porque a taxa de falências, as empresas em recuperação judicial nesse ano já atingiram níveis recordes.

As empresas estão indo à falência a taxas nunca antes vistas. E até se houver um tipo de crescimento econômico, e é num cenário muito otimista, esse crescimento econômico não será acompanhado de geração de empregos, porque você tem uma quebra estrutural da economia brasileira. As empresas estão sumindo do mercado.

No tipo de agenda positiva que o Senador Lindbergh mencionou anteriormente, acho fundamental a geração desse documento para que se possa mapear, identificar esses componentes de crescimento de dívida como já foi feito.

Há outros documentos que forram apresentados aqui no Senado também no passado, por um grupo muito competente de economistas sobre austeridade e retrocesso, e que se possa identificar as causas da crise e políticas de curto prazo. Ou seja, no curto prazo, como se aliviam crises de balanço; como se alivia o setor privado a poder honrar os compromissos financeiros. Você tem políticas de curto, médio e longo prazos, você tem uma agenda positiva, você tira da PEC atual, como eu falei na minha apresentação, o componente do investimento público, que é fundamental para o Brasil.

Aí tem um dado interessante. O FMI soltou um relatório recentemente, porque inclusive na reunião do G20, em Xangai, o Secretário do Tesouro americano disse que não há, ao contrário de 2013, esse era o debate entre austeridade e crescimento, deixou muito claro durante a reunião do G20, na China, não há mais o debate, a dicotomia entre austeridade e crescimento. Esse tipo de narrativa já acabou.

Hoje, empregam-se políticas públicas, fiscal e monetária, a combinação dessas duas, para gerar o crescimento. Essa é a posição oficial do G20.

E o FMI diz que, quando o financiamento em infraestrutura por governos é feito através de emissão de dívida, a dívida pública com relação ao PIB cai. Grande surpresa. Por quê? É um gasto que promove eficiência, promove crescimento. O PIB cresce mais rápido que o numerador.

E, para uma economia como a brasileira, que tem um déficit histórico em infraestrutura, você consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

conectar mercados, diminuir custo de produção, enfim, você torna a economia mais competitiva.

E o próprio FMI está dizendo que, se governos utilizarem de instrumentos de dívida para financiar a infraestrutura... E, no Brasil, há uma agenda já mapeada, há um *pipeline* todo, cerca de R$300 bilhões de projetos que podem ser tirados do papel. Você acaba diminuindo não só a relação dívida pública-PIB, porque o PIB cresce mais rápido, mas você promove ganhos de competitividade.

Então, isso deverá estar na agenda. Foi perguntado anteriormente quais são as propostas alternativas. Ou seja, preservar o investimento público, adotar na regra atual o componente cíclico para o orçamento e ter uma agenda muito forte de investimento em infraestrutura pelo setor público com o setor privado, mas ele é basicamente setor público. Passa muito pela reforma tributária, como foi falado anteriormente, um sistema mais justo. O Brasil tem que entrar no padrão mundial sobre recolhimento de impostos de tributos tanto sobre a renda quanto sobre o patrimônio, como o André mencionou durante a apresentação. Basicamente, você tem uma lista extensa de componentes que podem entrar no debate, mas, enfim, há a ausência de membros do Governo, apesar do convite.

Eu gostaria de agradecer novamente à Senadora Gleisi Hoffmann pela iniciativa e pelo debate sobre um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Prof. Felipe. Já é a segunda vez que o professor participa de uma audiência pública da CAE, sempre trazendo dados muito interessantes. Não tenho dúvidas de que hoje os dados que o senhor trouxe aqui vão nos ajudar muito nesse debate, no esclarecimento junto aos Senadores.

Eu também quero lamentar, mais uma vez, a ausência de membros do Governo. Acho que o debate é importante, porque estamos, de novo – quero ressaltar isso –, tratando de um tema que vai mexer muito na vida do povo brasileiro. As pessoas não estão tendo consciência do que isso vai impactar. Acho que o Governo tinha que estar aqui para falar sobre esse assunto, inclusive para fazer a sua defesa, dizer por que está fazendo um ajuste só pela despesa, mexendo na área fiscal só pela despesa e não pela tributação.

A nossa posição aqui não é só fazer uma crítica à PEC 241 – é criticá-la, claro –, mas também apresentar alternativa. Eu acho que a questão da progressividade tributária é fundamental, é uma das alternativas mais concretas e mais importantes que nós temos em termos de política fiscal depois, claro, de discutir déficit estrutural e outras medidas.

Então, eu queria agradecer muito ao Dr. Fernando por ter vindo aqui, pela sua exposição, sua clareza e os dados; agradecer também ao Dr. André – nós vamos considerar a proposta do Ipea – e ao Prof. Felipe, que está passando uma temporada no Brasil. Acho que, a partir do ano que vem, o senhor já volta para os Estados Unidos. E queria agradecer muito a participação do pessoal de fora do Senado. Nós recebemos muitas contribuições: contribuições questionando a PEC, por que cortar a educação, por que cortar a saúde, contribuições dizendo que tem que aprovar imposto sobre grandes fortunas, mas também preocupados com aumentar a carga tributária, contribuições dizendo que tem que cortar as despesas com pessoal, com os políticos, com os cargos comissionados, contribuição falando sobre outras medidas a serem tomadas no âmbito da Administração Pública.

Então, eu queria agradecer.

Eu não tenho condições de lê-las, porque são muitas contribuições que estão aqui – contribuições de muitos aposentados, muito preocupados com o que vai acontecer com o sistema previdenciário, já dizendo que os benefícios previdenciários já estão defasados e o que vai acontecer se tivermos uma reforma que ainda vá tirar dos aposentados, principalmente os do Regime Geral de Previdência, esse equilíbrio mínimo que tem de renda com o aumento real do salário mínimo.

Então, eu quero agradecer a todos que ligaram para cá, mandaram a sua contribuição pelo Alô Senado. Vamos procurar encaminhar essas preocupações aos debatedores, e pedimos que continuem participando.

Como eu disse, esta é a terceira audiência pública que estamos fazendo no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. A PEC ainda não chegou aqui, no Senado, vai ser votada hoje, na Câmara, esperaria muito que não fosse votada hoje, em segundo turno, para que se desse mais oportunidade para os Deputados debaterem. Quero dizer que, se ela vier para o Senado na semana que vem, vamos estar preparados para fazer o debate. Já fizemos alguns, teremos mais um na próxima terça-feira, e avalio que não há pauta mais importante para a Comissão de Assuntos Econômicos que não seja debater essa PEC. Não adianta fazermos aqui reuniões ordinárias de deliberação de projetos de lei sem discutirmos, efetivamente, o que vai acontecer com as finanças públicas e com a política fiscal do Estado, até porque grande parte dos projetos de lei que se discutem nesta Comissão são projetos de lei ou que criam despesas, ou dão isenção tributária, basicamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Portanto, temos que, primeiro, entender o que o Governo está propondo, para, depois, podermos nos apropriar da pauta da CAE. Então, vamos ter mais uma audiência pública no dia 1º e ter outra audiência pública dia 8 em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, se a PEC já estiver tramitando aqui.

É importantíssimo debater. E quero dizer que é importante porque, na primeira audiência pública que tivemos, a participação externa foi muito pequena, as pessoas quase não ligaram, não se manifestaram, não participaram; também não tivemos, aqui, representantes de entidades, representantes da sociedade civil organizada. A partir da segunda, também hoje, é impressionante como aumentou o número de participação externa, como as pessoas estão preocupadas com isso, vendo o debate, assistindo à TV Senado e como tivemos lideranças aqui, também, na CAE, para acompanhar esse debate.

Então, quero agradecer a todas as lideranças que estiveram aqui presentes, as nossas entidades, Quero agradecer mais uma vez aos debatedores, aos Parlamentares que estiveram aqui. Vamos voltar na terça-feira com mais uma audiência pública sobre a PEC 241 e, possivelmente, sobre medidas que sejam alternativas a esse ajuste fiscal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia primeiro de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Waldemir Moka, Roberto Requião, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício 159/2016, de 19 de setembro de 2016, da Associação Empresarial de Joinville, encaminhando manifestação com pedido de apoio dos senhores senadores contra qualquer ação que vise o aumento da carga tributária; Correspondência, de 29 de setembro de 2016, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, encaminhando manifestação contrária à aprovação do PLC nº 54 de 2016 e da PEC nº 241 de 2016; E-mail, de 25 de outubro de 2016, do cidadão Ricardo Viana, encaminhando sugestão de simplificação tributária para apreciação dos senhores senadores. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Antes de dar início à apreciação dos itens constantes da pauta, usam da palavra os(as) senadores(as): Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Cidinho Santos, Humberto Costa e Paulo Rocha. Em seguida, a presidenta inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 15 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann e outros, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 241, de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal'. Com intuito de discutir suas consequências para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, sugere-se o convite dos seguintes nomes: Luiz Gonzaga Belluzzo, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Pedro Paulo Zaluth Bastos, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Marcos de Barros Lisboa, presidente do Insper; e Waldery Rodrigues Júnior, assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 26 de 2016-CAE. **Item 16 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 27 de 2016, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a presença dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, autores do estudo 'Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil' (Nota Técnica Nº 28 Disoc/Ipea), como forma de contribuir nos debates sobre a PEC 241, que trata do novo regime fiscal, em tramitação no Legislativo Federal". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 27 de 2016-CAE. **Item 17 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 28 de 2016, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos. Para tanto, propõe-se os seguintes convidados: Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Ingo Wolfgang Sarlet, professor titular da PUC-RS e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; e Heleno Torres, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 28 de 2016-CAE. **Item 18 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 29 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016". Colocado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

votação, a comissão aprova o Requerimento nº 29 de 2016-CAE. São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: **Item 19 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 30 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no próximo dia 8 de novembro, audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências'. Os convidados serão informados oportunamente às secretarias de ambas as comissões". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 30 de 2016-CAE. **Item 20 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 31 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Ciclo de Debates da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinado a debater 'As propostas de limitação aos gastos públicos', aprovado nos termos do RDH nº 137 de 2016". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 31 de 2016-CAE. **Item 21 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 32 de 2016, de autoria do senador Telmário Mota e outros, que "requer, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55 de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) - Pec do teto dos gastos públicos: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Roberto Lehrer, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPGE)". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 32 de 2016-CAE. **Item 22 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 33 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros, que "requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no RQE 8/2016 da CAE, com a participação de representantes da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); do Sindifisco Nacional; além dos senhores Evilasio Divino Fidélis e Dao Real Pereira dos Santos". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 33 de 2016-CAE. **Item 23 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 34 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros, que "requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no RQE 8/2016 da CAE, com a presença dos seguintes pesquisadores: Sérgio Wulff Gobetti; Amir Khair; e Pedro Delarue". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2016-CAE. **Item 24 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 35 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros, que "requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no RQE 8/2016 da CAE, com a participação dos seguintes convidados: o pesquisador do Ipea, Rodrigo Orair; a autora do livro 'A incidência final dos impostos indiretos no Brasil: efeitos da tributação de insumos', Rozane Siqueira; e a auditora fiscal da Receita Federal, Fátima Gondim Farias". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 35 de 2016-CAE. **Item 25 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 36 de 2016, de autoria do senador Humberto Costa, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal'. Com intuito de discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

as consequências da Emenda Constitucional para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, sugere-se que sejam convidados quatro debatedores, sendo, preferencialmente, dois favoráveis e dois contrários à PEC". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 36 de 2016-CAE. **Item 26 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 37 de 2016, de autoria do senador Paulo Rocha, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal'. Com intuito de discutir as consequências da Emenda Constitucional para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, sugere-se que sejam convidados os seguintes debatedores: Gabriel Murrica Galípolo - professor de Economia da PUC de São Paulo; Guilherme Santos Mello - professor do Instituto de Economia da Unicamp; Felipe Salto - economista e assessor do senador José Aníbal; e José Roberto Afonso - economista e pesquisador da FGV/IBRE". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 37 de 2016-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o seguinte requerimento: Requerimento n° 38/2016, de iniciativa dos senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa, que "requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, com a finalidade de prestar, aos integrantes desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016". São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1 -** Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; **Item 3 -** Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 4 -** Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011; **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 491 de 2013; **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015**; Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012; **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015; **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2016; **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2011; **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 440 de 2013; e **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 744 de 2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento:

– Ofício nº 159, de 19 de setembro, da Associação Empresarial de Joinville, encaminhando manifestações com pedido de apoio dos Srs. Senadores contra qualquer ação que vise ao aumento da carga tributária.

– Correspondência, de 29 de setembro de 2016, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, encaminhando manifestação contrária à aprovação do PLC nº 54 e da PEC nº 241.

– *E-mail*, de 25 de outubro de 2016, do cidadão Ricardo Viana, encaminhando sugestão de simplificação tributária para apreciação dos Srs. Senadores.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O primeiro projeto da pauta tem o seu relatório já lido e discutido. Ele está para ser votado, mas é terminativo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sei que temos uma pauta a tratar, mas hoje é um dia especial neste Senado Federal. Será lido, daqui a pouco, o relatório sobre a PEC 55, que é a PEC 241 da Câmara dos Deputados, que chegou aqui com o número de PEC 55.

Espero – sei que há vários requerimentos – que aprofundemos a discussão aqui no Senado Federal. Acho que aqui o processo tem que ser completamente diferente do processo da Câmara dos Deputados.

Lá não houve discussão, e eu vejo uma grande mobilização da sociedade. Ontem, nós tivemos aqui uma audiência pública, conduzida por V. Exª e pela Senadora Fátima Bezerra, com servidores públicos e com estudantes de escolas ocupadas. Acontece um fenômeno no País hoje: os estudantes mobilizados contra a reforma do ensino médio, mas também contra essa PEC nº 241.

Dessa forma, eu acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem que se preocupar, neste próximo período, em discutir muito essa PEC, porque essa PEC desmonta o Estado social brasileiro. As conquistas do último período, que diminuíram as desigualdades sociais, estão sendo profundamente ameaçadas por essa PEC.

Vale dizer que é uma PEC que fala em controle de gastos das despesas primárias – saúde, educação, Previdência Social –, mas não toca no que é mais importante: a despesa financeira. Quando a gente vai discutir o nosso déficit, vê que, em 2014, nós tivemos um déficit de 6,7% do PIB. Desses, 0,6% foram despesas primárias; 6,1% foram pagamento de juros. Em 2015, de um déficit de 10,34% do PIB, 8,5% foram pagamento de juros.

Então, há aqui uma grande confusão de parte dos que defendem essa PEC dizendo que "o problema foi a gastança do Governo". Ora, isso não se sustenta! Não houve gastança em 2015; muito pelo contrário. Em 2015, houve um ajuste fiscal de 2,3% do PIB!

Qual é o motivo do problema fiscal que nós estamos enfrentando hoje? Frustração de receitas, fruto da desaceleração econômica e da recessão que estamos enfrentando, e aumento de juros. Nós saltamos de menos de 5% do PIB, que era o que se pagava de juros até 2014, para 9% do PIB em janeiro deste ano de 2016. Então, isso é que desequilibrou as finanças públicas.

E a gente sabe: não há jeito de resolver a situação fiscal se nós não colocarmos o País para crescer. Eu sempre repito: o Presidente Lula assumiu com uma dívida líquida de 60% do PIB, e essa dívida caiu para 34% do PIB. Por quê? Porque houve crescimento econômico. E, aqui, estão desconsiderando que a dívida está crescendo porque há um denominador que é o PIB. E isso porque nós estamos em recessão.

E, aqui, eu ouço o discurso de muitos Senadores que defendem essa PEC dizendo: "Não; não se vai retirar recurso da educação nem da saúde. É o Congresso que decide".

Primeiramente, é claro que se vai retirar recurso da educação. Para os senhores terem uma ideia, nós estamos gastando hoje 23% da receita líquida com a educação. A Constituição – e isso foi uma vitória da Constituição cidadã do Dr. Ulysses Guimarães – diz que o piso é de 18%. Por que, então, eles querem tirar esse piso de 18%, como está lá na proposta, se não se vai reduzir recursos para a educação?

E eu queria aqui compartilhar com os Senadores e as Senadoras um pouco o que é a composição dos nossos gastos primários, porque, ao contrário de dizer que o Brasil gasta muito, os países da OCDE gastam algo em torno de 49% do seu PIB em gastos primários. Nós estamos gastando algo em torno de 20% – 19,8% em 2016. Mas, aqui no debate, muita gente diz: "Olha, a gente pode cortar de outra área. O recurso da educação pode ser preservado". Não pode ser preservado, e eu queria aqui dizer, muito rapidamente, porque sei que há outros oradores inscritos para também falar desse assunto: dos 19,8% de gastos primários, 8,1%, benefícios previdenciários. E aqui há um estudo do Bradesco – estudo do Bradesco – que aponta que, mesmo com a reforma da Previdência, a tendência é subirem de 8% para 9% do PIB os gastos previdenciários nos próximos dez anos.

Então, benefício previdenciário: 8,1%. Despesas obrigatórias: 3,3%. Do que eu estou falando nesses itens aqui? Abono e seguro-desemprego (1%); BPC, que são idosos e pessoas com deficiência, idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, que recebem uma renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo; Fundeb; Lei Kandir. Aqui são despesas obrigatórias. As despesas discricionárias correspondem a 4% do PIB, apenas 20% do total dos gastos primários. Aqui nessas despesas discricionárias, eu estou colocando o quê? PAC, investimentos, todos os gastos com ministérios – Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social. Então, aqui não há conta que feche. Vai ter que retirar muito recurso das despesas discricionárias. E quais são as grandes rubricas? São educação, saúde, assistência social e investimentos. O que nós estamos fazendo aqui é uma loucura completa. Nós estamos destruindo o que houve de combate à desigualdade social do Brasil nesse último período, nós estamos destruindo com essa PEC.

Há duas formas de combatermos a desigualdade: fazendo uma tributação mais progressiva – isso não houve no País – e gasto social. No gasto social, a gente conseguiu melhorar muito os números, os indicadores de Gini da desigualdade social do País. Ao fazerem essa PEC 55 aqui, eles estão destruindo esses avanços do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

último período e, sem sombra de dúvida alguma, vamos retroceder nos números da desigualdade social. E, como bem salienta a ex-Ministra Tereza Campello, podemos, inclusive, voltar para o Mapa da Fome. É um escândalo que estejam propondo isso!

E, Presidente, Senadora Gleisi, eu pergunto: qual a medida para o andar de cima, para os mais ricos, para os bancos, que ganham lucros extraordinários no País? Nenhuma medida. Porque se eles dizem que existe um problema fiscal, eles podiam propor alguma coisa. Tributação sobre lucros e dividendos. Por que não propõem nada em relação a juros? Eu volto a dizer: os gastos primários, comparados com juros, são muito pequenos. Nós estamos consumindo mais de R$500 bilhões por ano de pagamento de juros. Mas não: é uma PEC que penaliza os mais pobres, os trabalhadores, porque saúde pública, educação pública é salário indireto de trabalhador. Mexer na Previdência, no benefício de prestação continuada, com idoso, que é pobre, que recebe menos de um quarto de salário mínimo, é maldade.

Então, esse é o programa que eles estão apresentando aqui no dia de hoje. É um escândalo que o Senado Federal tenha que discutir uma PEC como essa! Nós estamos desmontando todo um legado que foi construído não só no governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Com essa PEC aqui, nós estamos rasgando a Constituição cidadã do Dr. Ulysses Guimarães.

Daqui a pouco nós vamos ter a reunião da CCJ. Eu espero que esta Comissão de Assuntos Econômicos, Senadora Gleisi, seja palco de um grande debate, porque eu acho que a sociedade começou a abrir os olhos. Nas redes sociais existe uma grande preocupação sobre o que vai acontecer com o Estado brasileiro a partir da aprovação dessa PEC.

Fiz esta intervenção inicial porque acho que hoje não é um dia comum. Daqui a pouco vai acontecer essa discussão lá na CCJ, e eu espero que em algum momento, inclusive aqui, hoje, nesta CAE, possamos ter este espaço para fazer esse debate político. Eu sei que vai haver votação de requerimentos, mas é um espaço importante para, depois, ficarmos aqui debatendo, discutindo, entre Senadores e Senadoras, para nos aprofundarmos no tema, porque eu sinto que o conhecimento sobre os efeitos dessa PEC ainda é muito superficial. Não há comparação, em nenhum país do mundo existe algo parecido.

Concluo a minha fala citando o caráter antidemocrático dessa PEC. Como é uma PEC para os próximos 20 anos, você vai impedir que um futuro Presidente da República faça política anticíclica, priorize o crescimento econômico, amplie recursos para a educação e para a saúde. E vejam, um Presidente pode ser eleito com um programa que seja referendado pela maioria da população em que ele diga "Eu vou, sim, aumentar investimentos em saúde", e o povo diga "É esse o caminho".

Até porque saúde, Senadora Gleisi... Nós temos 16 milhões de idosos no Brasil. Sabe quantos vamos ter daqui a 20 anos? Trinta e seis milhões de idosos! Isso significa não o congelamento dos recursos da saúde, mas uma redução *per capita* violentíssima dos recursos da saúde, assim como da educação, porque nós vamos ter 20 milhões de brasileiros a mais. É de uma fragilidade impressionante!

Cumprimento V. Exª, mas peço esse espaço, depois da votação dos requerimentos, para que comecemos a fazer um debate aqui entre os Senadores. Não se trata de uma audiência pública, mas a Comissão de Assuntos Econômicos tem este papel: além de votar requerimentos, de votar projetos, pautar a discussão dos Senadores e das Senadoras sobre temas relevantes no cenário nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh, por sua intervenção.

Concordo plenamente. Aliás, tínhamos feito um esforço para ter hoje uma audiência pública sobre essa PEC, mas não conseguimos ter o requerimento aprovado. E, se formos olhar a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, veremos que 70% dela aumenta despesas. Então, é uma contradição imensa nós seguirmos a pauta que nós temos – e mesmo que eu mude a pauta, a maioria dos projetos que tramita aqui aumenta despesas ou isenta de tributação, de recolhimento de impostos –, é uma contradição imensa, e nós estamos com uma das maiores alterações da história da nossa Constituição. Aliás, eu diria que é a maior, acho que nós nunca tivemos uma emenda à Constituição com o impacto que tem essa, a 55, que está tramitando aqui.

E a CCJ tem um calendário especial. Ou seja, a CCJ está lendo hoje, que não é dia de reunião da CCJ – tudo bem, amanhã é feriado –, o relatório do Senador Eunício e vai dar vista coletiva de uma semana. Nós vamos ter apenas uma audiência pública na CCJ. Eu tinha, inclusive, pedido que a PEC tramitasse aqui pela CAE – vou apresentar requerimento em plenário nesse sentido, acho importante isso. A Comissão de Assuntos Econômicos... Não há nada mais importante a ser discutido aqui do que essa PEC, porque ela mexe com a estrutura fiscal do Estado brasileiro. Então, acho muito pertinente o que V. Exª coloca e acho que tínhamos, sim, que apresentar o espaço para fazer um debate.

Concedo, pela ordem, a palavra à Senadora Vanessa e depois ao Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Presidente Gleisi.

Mais uma vez quero iniciar a minha rápida intervenção a respeito deste assunto, primeiro, dizendo que esta Comissão não tem fugido à sua obrigação, não tem fugido ao seu papel. É a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e como V. Exª diz, essa proposta de emenda à Constituição é uma medida fiscal. Apesar de ser uma proposta de emenda à Constituição, Senador Lindbergh, seria inimaginável até há pouco tempo uma medida fiscal através de emenda à Constituição e com duração de vinte anos! E eles ainda querem que o povo ache que isso é para resolver o problema da crise. Se fosse para resolver o problema da crise, seria uma medida contida no Orçamento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no máximo. Mas não na Constituição da República. Por vinte anos!

Então, veja, é impensável essa matéria ser aprovada no Senado Federal sem um profundo debate nesta e em todas as outras comissões.

Eu e a Senadora Lídice apresentamos requerimento para fazer uma audiência pública na Comissão de Educação. Estamos aguardando até agora. Porque cada comissão tem que debater o seu assunto específico. A Comissão de Ciência e Tecnologia tem que debater qual é o reflexo dessa PEC no âmbito da ciência e tecnologia, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia brasileira. A Comissão de Educação tem que debater os efeitos não apenas na educação, mas também na área do esporte.

Eu tenho visto entrevistas do Ministro da Educação e do Ministro da Saúde, que dizem o seguinte: "Não, o limite é global. Saúde e educação são prioridades. Portanto, nós até entendemos que os gastos com saúde e educação devem ser ampliados". Só que para ampliar os gastos com educação, Senadora Regina...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... outras áreas terão que sofrer. E isso é lamentável. Porque para a saúde e a educação receberem mais um pouquinho, eles terão que cortar em ciência e tecnologia. Para a educação ter um pouquinho mais de recursos, terão que cortar no Programa Minha Casa, Minha Vida. O programa de valorização dos salários, do salário mínimo em especial, no Brasil, vai por água abaixo.

Então, aprovar uma matéria nesses termos, sem um profundo debate no Congresso Nacional, é algo que merece uma denúncia. Eles podem dizer: "Não, mas nós estamos cumprindo o calendário". De fato, o calendário mínimo. Mas essa não é uma matéria que requer um calendário mínimo de debate, é uma matéria que requer um calendário muito maior de debate.

Senadora, apesar disso tudo, eu tenho visto o esforço que a Comissão tem feito para entrar no debate. Esta Comissão, sobretudo, e a Comissão de Direitos Humanos, Senadora Regina, o esforço que têm feito. Lamentavelmente, no último debate de que eu participei nesta Comissão, veio um Senador do partido tucano querer questionar a legalidade do debate. Olha a que ponto nós chegamos no Brasil: questionar legalidade de debate! Veja, nós estamos tentando, com todo o esforço e o apoio, ainda bem, da maioria desta Comissão, suprir essa grande lacuna.

Ontem, eu estive em Manaus, e por isso não estive aqui na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Eu já havia me comprometido com uma agenda de estudantes e professores da Universidade do Estado do Amazonas, onde iniciamos, ontem, um ciclo de debates. Então, enquanto o Brasil começa a debater, aqui eles não querem debate algum. Vejam só a contradição que nós estamos vivendo no País!

E foi um debate fenomenal. Eu quero dizer que um dos palestrantes que estava ao meu lado na mesa, um professor da Universidade Estadual, chamou muito a atenção dos alunos dizendo uma coisa muito simples: "Gente, vamos prestar atenção no conteúdo dessa proposta". E como hoje a gente vive um momento de tamanho atrito político no Brasil... – bom dia, Senadora Lídice – ... as pessoas pensam o seguinte: "Não; se a proposta está sendo defendida por ser do Governo, é boa; se está tendo oposição dos partidos de esquerda, então, a proposta é boa". Não é isso! Vamos olhar o conteúdo.

O conteúdo da proposta é danoso para o Brasil; o conteúdo é danoso para a educação; o conteúdo é danoso para a saúde; enfim, é danoso para esse processo de inclusão social em curso no Brasil. Então, nós não podemos, Senadora, de jeito nenhum, abrir mão do debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero fazer um apelo a V. Exª, Senador Cidinho – e aqui chega também o Senador Requião. É um apelo para que a gente possa, Senador Armando, conversar com o Presidente do Senado Federal para que ele se sensibilize para a necessidade de a matéria vir ser debatida formalmente e votada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, Senadora.

O último debate foi fenomenal. O último debate não se restringiu a críticas, Senador Requião, a essa PEC; buscou-se uma alternativa. E aqui nós tivemos técnicos e especialistas que mostraram quantos caminhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

existem, inclusive o caminho da reforma tributária, para nós resolvermos imediatamente e pontualmente, de forma mais urgente, o problema fiscal do Brasil, sem a necessidade dessa PEC.

A PEC limita gastos só na aplicação para o desenvolvimento nacional, mas não limita gastos financeiros, ou seja, a dívida rola solta! A dívida rola solta! Os juros rolam soltos!

Disseram agora que baixaram os juros, com um recuo de 0,25%. Ora, eles aumentaram os juros apesar do recuo de 0,25%, porque a inflação está em queda. Então, se os juros caem menos do que a inflação, os juros reais aumentam. É isso que está acontecendo.

Mas a PEC é para 20 anos, e o dia em que nós superarmos a crise? Nada mais poderá ser investido em saúde, nenhuma universidade nova, nenhuma vaga nova, nenhum professor novo! Não pode nada de novo, mesmo em momento...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mas, Senadora, se V. Exª me permite...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de ascenso econômico, porque nós estaremos limitados. E tudo por quê? Em nome de uma dívida.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A PEC é do congelamento, mas as propostas que tramitam no Senado, com o apoio do Governo, são propostas para eliminar, de forma brutal, os gastos.

Então, a impressão que a gente tem é que eles estão negociando a aprovação da PEC com uma série de liberalidades agora, e a coisa estoura depois do fim deste Governo.

É uma coisa simplesmente inacreditável!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a maior contradição, Senador Requião, é a medida provisória da educação, que reforma o ensino médio, porque ela prevê já um aumento da jornada de horas/aula, um aumento progressivo desde já, para chegarmos à educação em tempo integral. Mas como se essa PEC tira dinheiro? Como?

Então, eles vão fechar o Ministério do Esporte? Vão fechar o Ministério do Turismo? Não teremos mais nenhum investimento na infraestrutura, nas estradas brasileiras, nos aeroportos? Serão só investimentos privados? O que é isso?! Então, isso chega a ser um acinte contra a inteligência da população brasileira.

Senadora Gleisi, quero cumprimentar V. Exª e deixo aqui mais essa ideia. A Comissão, tenho certeza absoluta, já está preparando, Senador Requião, para nós, o mais rapidamente possível, distribuirmos para todos os Senadores as alternativas à PEC 241, não é, Senadora Gleisi? Alternativas, porque temos alternativas. Não vão querer colar na gente a pecha de que nós só somos contra, mas não apresentamos caminho alternativo nenhum. Temos caminhos alternativos, sim.

Tiraram a Presidenta Dilma por quê? Por causa disso, apesar de ela ter cedido, com todas as críticas do Senador Requião. E ela cedeu, e cedeu muito, mas jamais ela cederia a esse ponto, Senador Requião, jamais a esse ponto limite, a esse ponto absurdo de engessar, de fazer com que o Brasil regrida do ponto de vista de todos os avanços sociais conquistados até agora, Senadora Lídice.

De que adianta falar em falta de segurança? Eles estão tirando todo o dinheiro da segurança. De que adianta falar, fazer uma reunião dos três Poderes para tratar do tema de segurança? Eles estão arrancando o dinheiro da segurança. Mas esse era o mote maior, a gente sabe que talvez o objetivo tenha sido outro. Mas, publicamente, esse foi o mote, é com o que eu trabalho. Estão tirando recursos da segurança pública.

Há aqui uma PEC, aliás, do Senador Ferraço inclusive, que coloca a União como solidária na Constituição aos assuntos de segurança pública, porque hoje é tarefa dos Estados brasileiros. É uma proposta de emenda à Constituição colocando a União solidária. Mas por quê? Solidária a quê? No sofrimento, na tristeza, no lamento? Porque recursos para aplicar para isso não vai haver, estão tirando tudo. "Ah, falta eficiência."

Será que é só eficiência que falta? Não. O que falta é compromisso por parte deles em relação a nosso País e a nossa gente.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu que agradeço, Senadora Vanessa.

Pela ordem, estão inscritos Senador Humberto, Senador Paulo Rocha, Senador Cidinho e Senador Requião.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, só um questionamento sobre a pauta: o item 1 é um item que, ao contrário do que a senhora afirmou, não cria despesa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós só estamos esperando quórum porque ele é terminativo e, para votá-lo, nós precisamos de pelo menos 14 Senadores aqui, temos 13. Assim que der o número de Senadores, tenho compromisso com V. Exª de votar o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Então está bem. Para nós, de Mato Grosso e também parte do Maranhão, da área da Sudam, temos interesse nesse projeto. Eu aguardo, então. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós já tínhamos esse compromisso. Só estamos aguardando o quórum, Senador.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero informar que, neste momento, na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator da PEC 55 está iniciando a leitura do seu relatório.

Aqui, quero fazer uma breve manifestação no sentido de, em primeiro lugar, afirmar que essa proposição, ao invés de levar o Brasil à retomada do crescimento – o argumento tem sido este, ajustar as contas públicas para permitir a retomada da confiança e, com isso, os investimentos privados alavancarem o crescimento e o desenvolvimento do País –, no entanto, ao contrário desse discurso, essa proposta vai tão somente aprofundar a recessão econômica, ampliar o desequilíbrio fiscal no nosso País, ampliar as desigualdades existentes no Brasil e atar as mãos dos futuros governantes que adotem uma estratégia diferenciada dessa e que, não obstante, possam ter tido o apoio popular por intermédio das eleições.

Por isso V. Exª está correta e outros Senadores estão absolutamente corretos, no sentido de que essa PEC exigiria uma ampla discussão nacional sobre a justeza ou não da sua aprovação e implementação. Inclusive eu concordo plenamente com a iniciativa de V. Exª de propor um referendo popular para definirmos se essa PEC deve ou não ser implementada, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional.

E eu quero sustentar aqui algumas questões. A primeira delas é que eu não acredito nesse discurso de que nós vamos ter a retomada do crescimento e do desenvolvimento com essa proposta. Isso porque, qualquer que seja a avaliação que façamos, na história contemporânea do Brasil, em nenhum momento nós tivemos crescimento sustentado, em nenhum momento nós tivemos desenvolvimento no País sem uma participação plena e efetiva do setor público na sua condição de indutor do desenvolvimento – isso feito por intermédio de empresas estatais, do Orçamento da União, da Petrobras, por exemplo; em nenhum momento nós vimos que isso tivesse acontecido meramente por intermédio da iniciativa privada e dos seus investimentos. E é óbvio que, quando se propõe um congelamento de gastos durante 20 anos, quando se propõe que, independentemente do crescimento da receita, a correção de um ano para o outro no Orçamento da União será tão somente a inflação do ano prévio, sem dúvida o Estado estará atado para fazer os investimentos necessários que podem alavancar o crescimento. Afinal de contas, é óbvio que sempre que nós estamos discutindo a prioridade nos gastos públicos, a primeira área que sofre é exatamente a do investimento. Então, é uma falácia, é uma mentira vender a ideia de que nós vamos crescer com o gasto, com o investimento público comprometido.

Segundo, o crescimento também se dá pela via do gasto público. Nós que somos nordestinos, por exemplo – e aí não estou nem falando nem de Bolsa Família ou de outras formas de redistribuição de renda ou de transferência de renda –, as cidades nordestinas funcionam quando o benefício, aquela aposentadoria rural é paga. É quando a feira livre funciona, as casas comerciais vendem, e isso promove uma movimentação dos recursos, que termina gerando algum nível de desenvolvimento.

Então, o papel que as políticas sociais, que as políticas públicas têm também no processo de crescimento e desenvolvimento do País é muito forte. E aí, pelo grau de prioridade, num primeiro momento, são os investimentos que perdem, e, num Governo com um viés desses, com o viés das forças que o sustentam, certamente, as políticas sociais serão a segunda vítima desse Orçamento congelado, desse Orçamento limitado. Então, estamos vendo aí já dois fatores inibidores da retomada do crescimento econômico no nosso País, o que é, no discurso desses setores, o objetivo dessa PEC.

Afora isso, o cinismo se associa a esse discurso. Dizem o Presidente da República e a sua equipe econômica que as políticas sociais não precisam ser afetadas; afinal de contas o Governo, desde que mantenha o gasto total naquele patamar de correção pela inflação do ano anterior, internamente, poderá fazer arranjos que vão permitir que as políticas sociais de saúde e de educação sejam compensadas. Ora, nós não somos idiotas para acreditarmos numa coisa como essa. O que se vai instalar dentro do Governo e dentro do Congresso Nacional será um verdadeiro conflito pela distribuição dos recursos dentro do Orçamento da União.

Já que há um discurso também hipócrita de que, com isso, as corporações que hoje são extremamente beneficiadas dentro da execução orçamentária não poderão desfrutar das mesmas benesses etc., quero perguntar: quem tem mais força no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, são as pessoas que utilizam o SUS e que não têm capacidade de vocalização das suas demandas nem estrutura de organização política para fazer face a perdas nessa área ou serão as categorias que farão greve e que virão para o Congresso para pressionar os Parlamentares, que podem parar o processo de arrecadação na Receita Federal ou que podem parar o sistema de segurança, levando em conta a Polícia Federal? Então, é um processo de disputa desigual, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o que vai acontecer é que essas categorias vão continuar a manter os benefícios e o crescimento real dos seus salários. Não estou aqui questionando o mérito disso, mas afirmando que é absolutamente hipócrita dizer que nós vamos, dentro do Congresso Nacional ou dentro do Governo, conseguir que essas políticas sociais sejam colocadas como prioridade. E, ainda que isso acontecesse, é óbvio que, sem as vinculações que existem hoje – e eles estão acabando com essas vinculações –, nós teríamos necessariamente a perda de recursos nessas áreas.

É importante dizer que as vinculações existem não com o objetivo de engessar a execução orçamentária. Pelo contrário, a vinculação existe para que nós possamos cumprir o que a Constituição determina: universalizar políticas sociais, eliminar desigualdades históricas. Então, o que vamos ter é o congelamento dos gastos nessas áreas, com uma população que cresce, com uma população que envelhece e que demanda serviços de maior complexidade e de maior custo. Portanto, nós estamos condenando o Brasil a voltar eu não falo nem a um período pré-2002, mas a um período pré-1988. Por isso, essa PEC precisa ser objeto de uma ampla discussão e precisa ser rejeitada neste Congresso Nacional, sob pena de nós estarmos retirando a esperança do povo brasileiro, condenando o Brasil a não ter futuro. Essa é a grande questão que está colocada.

Além disso – só para concluir, Srª Presidenta –, primeiro, nós fazemos esse esforço todo para quê? Para continuarmos a pagar os elevados juros da nossa dívida? Para garantirmos que somos bons pagadores, tendo quase US$400 bilhões nas nossas reservas internacionais, o que, por si só, demonstra que temos condição de pagar e impedir qualquer crise que venha a se abater sobre o nosso País?

E mais ainda, por um Governo que só tem aumentado essa dívida. Que hipocrisia! Falar em ajuste, falar em equilíbrio fiscal, e a cada mês que passa o rombo é maior, a receita é menor. Nós nunca ouvimos falar em um ajuste que só se faz pelo lado dos gastos, não pelo lado da receita. Nem a receita, se vier a ser incrementada, esse incremento vai poder ser gasto para essas outras finalidades do Estado brasileiro.

Então, isso é lamentável, é vergonhoso e, sem dúvida, precisa ser objeto de um enfrentamento muito grande. Por isso nós devemos, onde for possível, ampliar o debate neste Congresso Nacional.

Obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Humberto.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Rocha, eu só queria informar que nós solicitamos à CCJ que pudéssemos acompanhar a leitura do relatório e fazer um debate hoje, ainda que houvesse pedido de vista coletiva, pela importância da PEC. Nós não fomos atendidos. O Governo diz que não vai, de maneira nenhuma, abrir hoje para que a CCJ faça qualquer debate sobre a PEC. Eu lamento muito isso. A CCJ está lendo um relatório sem a TV Senado, sem os meios de comunicação. Eu acho que poderíamos aproveitar o momento da leitura do relatório e fazer um início de debate.

Então, eu queria deixar registrado que eu lamento muito que eles não estejam aceitando o debate. Nós não estamos pedindo para retirar ou para não aprovar a PEC. Quer dizer, vamos pedir isso com certeza. Mas nem o debate o Governo está permitindo fazer. Então, isso é muito ruim para o País, para a nossa democracia e para o Senado da República, que, no meu entender, é desrespeitado.

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu queria dialogar inclusive com – já foi embora, todos saíram – o Senador Dalirio exatamente sobre a justificativa deste debate, além de todos os que já foram postos pelos nossos companheiros que anteciparam o debate. Eu queria dialogar sobre a justificativa deste debate porque este processo não trata apenas do Orçamento e dos cortes em relação ao Governo Federal. Ele tem uma repercussão direta na estrutura da Federação, nos governos estaduais e municipais.

Por isso se justifica mais ainda que aqui, no Senado Federal, já que nós somos os representantes da Federação, discuta-se mais profundamente essa questão, uma vez que até já ultrapassamos a polarização maior que existia recentemente, conjuntural, por causa das eleições municipais. Já ultrapassamos isso. Quem ganhou, ganhou, vai levar quem vai levar.

Agora, o Senado está mais tranquilo para poder aprofundar e discutir essa questão, porque mexe com o País e os seus federados. Por exemplo, no que se refere à questão da saúde, nos últimos períodos houve muito investimento na infraestrutura da saúde nos Municípios, já que a política do governo Lula, principalmente, foi através de políticas públicas que chegassem mais rápido ao cidadão, foi via Municípios. E, naturalmente, criou-se infraestrutura na área de saúde, mas o custeio passou para a máquina pública municipal. Naturalmente que um corte ou uma retenção nas despesas na saúde vai gerar mais consequências ainda. Já hoje, sem esses cortes, sem essa redução, os nossos prefeitos têm dificuldades imensas de tocar a máquina pública com esses problemas da retenção e dos cortes nos orçamentos setoriais da saúde, da educação. Naturalmente, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

requer responsabilidades maiores do Congresso Nacional e, principalmente, do Senado Federal, já que nós somos representantes diretos do processo federativo.

Portanto, é uma justificativa a mais para aprofundar a discussão, para poder processar um debate com todos os setores da sociedade – economistas, as frentes de prefeitos, as frentes dos governadores, enfim, o conjunto da sociedade –, para que possamos buscar saídas para os problemas que existem no nosso País e não fiquemos ainda nessa polarização acirrada de um governo que quer se implantar, ilegítimo, mas quer se implantar na marra, usando uma força política momentânea no Congresso Nacional para imprimir projetos que vão trazer graves prejuízos para o nosso País, para nossas regiões e para nossos Municípios.

Então, infelizmente, não há o contraditório do Governo aqui para podermos processar este debate. Esperamos que chegue mais um Senador para que possamos, na minha proposta, fazer a inversão de pauta e iniciar os trabalhos de aprovação, nesta Comissão, pelos requerimentos que estão aí para processar o debate em cada Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Paulo Rocha, a manifestação e passo, pela ordem, a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É o dilema da esfinge: decifra-me ou eu te devoro.

O que está atrás desta PEC 241? A CNBB, de forma singela, decifra o enigma: a PEC 241 paralisa os investimentos no Brasil – paralisa os investimentos, não só os investimentos sociais – e libera de forma absoluta o pagamento dos juros e da dívida pública. Os juros e a dívida pública estão na mão da banca. O Meirelles, ex-Presidente do Banco de Boston e Ministro da Fazenda, o Bradesco e o Itaú comandam o Banco Central e estabelecem o controle dos juros no Copom. Atrás disso, tentando fazer a necropsia dessa barbaridade, está o Estado mínimo. É a proposta do Estado mínimo. Lembro, por exemplo, que, recentemente, passando pelos Estados Unidos, o Vice-Presidente dos Estados Unidos dizia aos argentinos: "Por que vocês querem falar em industrialização se vocês têm essa fantástica produção de grãos?" Então, é o Estado mínimo e a transformação do Brasil no celeiro do mundo, um celeiro onde a população não tem o que comer. Lembro, todavia, que esse celeiro do mundo abre mão da pequena e média agricultura, que é a agricultura que produz mais de 70% daquilo que o povo come e que é a agricultura que absorve intensamente mão de obra.

Para tentar raciocinar sobre isso, sobre uma crise semelhante, que é a crise da dívida dos juros, a crise do liberalismo econômico, eu remonto aos Estados Unidos da época de Franklin Delano Roosevelt. Delano enfrentou a crise provocada pelo liberalismo econômico com o New Deal. Abro um parêntese: quando esteve no Brasil, em 1936, à véspera de ir embora, ele fez uma declaração importantíssima. Ele disse: "Com a tristeza de estar me retirando do País, eu quero deixar claro para o mundo que o novo pacto New Deal é uma obra do Presidente americano Franklin Delano Roosevelt em parceria com o Presidente Getúlio Vargas." Getúlio tinha feito coisas semelhantes ao que fizeram os Estados Unidos com o New Deal.

Mas o que era o New Deal? O New Deal se suportou, para enfrentar a crise provocada pelo liberalismo econômico, em ideias de Ford, de Taylor, de Hjalmar Horace Greeley Schacht, o alemão que resolveu o problema da inflação na Alemanha. Esse processo todo teve a influência de Keynes e foi por este sistematizado posteriormente. A colaboração de Ford foi importantíssima e pode ser trazida facilmente para o Brasil. Ford dizia o seguinte: "A automação avança nos Estados Unidos, a automação desemprega. Se o povo continuar sem poder aquisitivo, nós não teremos consumo." Essa ideia de Ford fez com que Roosevelt criasse no Estados Unidos o salário mínimo, garantindo o salário dos trabalhadores, ao tempo em que ele diminuía a carga horária. A mesma coisa fez Getúlio aqui com a CLT, com o salário mínimo, com a seguridade social. Então, todas essas propostas eram para resolver o problema da crise a que o liberalismo tinha levado.

No discurso de Franklin Roosevelt, há duas frases de força que contradizem essa proposta do Brasil celeiro do mundo através da agricultura extensiva, porque a agricultura extensiva, tal e qual a mecanização, a automação e a linha de montagem criada pelo Ford, desemprega também porque ela é totalmente mecanizada e nós estamos vendo aqui a desativação da pequena e média agricultura.

O Roosevelt tinha duas frases que impulsionavam essa retomada de confiança do americano no Estado e no País. Uma delas dizia o seguinte: se as cidades queimarem, o campo se levantará e reconstruirá as cidades; se os campos queimarem, as cidades morrerão de fome. Então, ele estava apostando na agricultura. Agora, como ele apostava? É evidente que ele apostava na agricultura extensiva também em certa medida. Nos Estados, transformaram-se os campos em milharais, os milhos foram subdivididos pela química americana em cerca de 900 subprodutos e até hoje o milho é a base da alimentação norte-americana, fundamentalmente com os matinais. Mas ele tinha uma outra frase: em cada panela, uma galinha; em cada propriedade, um poste de energia elétrica. A galinha era o estímulo à pecuária de pequeno e médio porte na pequena propriedade para garantir o sustento proteico da população norte-americana e o poste significava a modernização, o poste era a eletrificação, era um triturador de grãos, um sistema de ordenha mecânica movido a eletricidade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dava um impulso muito grande à existência e ao progresso dessas propriedades.

Por que ele apostava na agricultura pequena e média? Porque, ao contrário de uma retomada de desenvolvimento industrial, que leva, por exemplo, dois anos para uma fábrica ser projetada, quatro, cinco anos para essa fábrica projetada e construída vir a ocupar a mão de obra necessária para o seu funcionamento, a agricultura é extremamente rápida. Na agricultura você joga uma semente na terra, a fotossíntese se estabelece, em seis meses você está colhendo, transformando e produzindo. Então, a ideia é de que essa velocidade da retomada do crescimento econômico, desse círculo virtuoso a partir da agricultura e da sua velocidade, viabilizava o capital, que era imediatamente jogado no sistema econômico. Prateleiras cheias das lojas se esvaziavam e a indústria recuperava, de certa forma, sua capacidade ociosa pela volta do poder aquisitivo da população americana. Não foi essa ideia do Roosevelt que resolveu definitivamente o problema norte-americano. Ele foi resolvido definitivamente com a guerra, com grande esforço de guerra e a industrialização e depois o domínio absoluto do dólar a partir de Bretton Woods.

Mas um amigo nosso, um companheiro, um grande economista nacional, que é o Carlos Lessa, propõe soluções para a crise que o Brasil vive hoje e a solução não é essa do estado mínimo e do Brasil celeiro do mundo com a agricultura que desemprega e a agricultura extensiva, que levará o celeiro do mundo a ter um povo que não come. A proposta dele é estímulo inicial pela construção civil, a construção de casas, porque ela parte de insumos nacionais, você não importa rigorosamente nada para construir uma casa. O terreno é o terreno dos brasileiros e você utiliza tijolos, ferro, cimento, cal e mão de obra nacional e isso tudo se dá com uma extraordinária velocidade.

Agora, eu acrescentaria a essa solução de retomada de desenvolvimento as ideias do Hjalmar Schacht. O Schacht, na Alemanha, acabou com a inflação em uma semana. Ele simplesmente liquidou a lucratividade do capital financeiro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço um aparte a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...baixando os juros. E criou uma taxa interna de retorno...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...para investimentos em infraestrutura, em parceria com as grandes empresas.

Então, dinheiro existia na Alemanha como existe agora, e a inflação era brutal. E ele, fazendo com que esse dinheiro não tivesse mais rentabilidade no mercado financeiro, jogou os recursos alemães na construção da infraestrutura com grandes empresas. Em uma semana, a inflação desapareceu e a retomada do desenvolvimento se deu.

São algumas ideias que eu alinhavo, para mostrar que a famosa PEC 241 é a proposta do Estado mínimo e está sendo implantada numa negociação fisiológica, no Congresso Nacional.

Ao tempo em que propõe o Estado mínimo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Requião, um aparte, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Imediatamente.

Ao tempo em que ela propõe o Estado mínimo num momento posterior, está liberando recursos na fisiologia do Congresso e aumentando de forma extraordinária a despesa.

Com todo prazer, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para informar a V. Exª que nós temos quórum e poderíamos votar alguns assuntos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Vamos lá.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Inclusive, foi uma solicitação do Senador Paulo Rocha que fizéssemos inversão de pauta e começássemos a deliberar pelos requerimentos.

Nós temos o item 15 da pauta, que é um requerimento de minha autoria que já foi apresentado, foi lido na semana passada, que é uma audiência pública.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a PEC nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Com intuito de discutir suas consequências para as finanças públicas, bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para as políticas sociais do país, sugere-se o convite dos seguintes nomes: Luiz Gonzaga Belluzzo – professor de economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Pedro Paulo Zaluth Bastos - professor de economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Marcos de Barros Lisboa – presidente do Insper; e Waldery Rodrigues Júnior – assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

Observações:

1. O requerimento foi lido em 11/10/2016.

Vamos colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 16 da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 27, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a presença dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, autores do estudo "Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil" (Nota Técnica Nº 28 Disoc/Ipea), como forma de contribuir nos debates sobre a PEC 241, que trata do novo regime fiscal, em tramitação no Legislativo Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

1. O requerimento foi lido em 25/10/2016.

Vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 17 da pauta.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241, de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos. Para tanto, propõe-se os seguintes convidados: Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Ingo Wolfgang Sarlet, professor titular da PUC-RS e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Heleno Torres, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

1. O requerimento foi lido em 25/10/2016.

Vamos colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, §º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Srª Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

1. O requerimento foi lido em 25/10/2016.

Vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos alguns requerimentos extrapauta, aqui, que foram apresentados agora, que eu gostaria de ler para os Senadores e para as Senadoras, e também perguntar se podemos deliberar hoje, porque todos tratam de audiência pública em relação à PEC.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no próximo dia 8 de novembro audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências". Os convidados serão informados oportunamente às Secretarias de ambas as Comissões.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Só uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em conjunto ou não, porque existe a hipótese de a Comissão de Constituição e Justiça deliberar que não participa disso. Nós faríamos de qualquer maneira a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, nós estamos colocando em conjunto porque foi já uma informação de que haveria uma audiência pública na CCJ. Portanto, estamos pedindo para fazer em conjunto com a CAE.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, só para entender. Srª Presidente, só para entender. Essa audiência pública é em conjunto com essa que foi aprovada na CAE agora há pouco?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso, no dia 8.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – No dia 8? Não vai ser separadamente, não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, se a CCJ não fizer audiência, nós faremos aqui. O que eu tenho de informação da Casa, inclusive do Presidente Renan Calheiros, é de que haveria uma audiência pública dia 8, na CCJ, para dia 9 ser votada a PEC. Dia 8 é terça-feira. Como é uma data de reunião da CAE, estou propondo que a gente faça em conjunto para, portanto, podermos debater.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas, Presidente, tem-se que ver se esse acordo foi feito com a Presidência da CCJ, porque, se for em conjunto eu concordo. Se não for, não há acordo para votar o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu conversei com o Presidente da CCJ e recebi informação, agora, de que a CCJ vai votar um requerimento de mesmo teor para que nós possamos fazer em conjunto, CAE e CCJ. Acho que é importante.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mas, que fique claro que se a CCJ não fizer a audiência, a CAE vai fazer audiência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós aprovamos um outro requerimento antes já propondo uma audiência pública, e se a CCJ não fizer...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já aprovou mais de um requerimento propondo audiência pública exclusiva da CAE.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

Nós temos um outro requerimento, também desta Presidência.

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 31, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Ciclo de Debates da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinado a debater "As propostas de limitação aos gastos públicos ", aprovado nos termos do RDH nº 137, de 2016.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Para debater a PEC 55 e as questões temáticas: saúde, educação, previdência.

A CDH já está fazendo isso às segundas-feiras de manhã. Penso que é importante esta Comissão de Assuntos Econômicos acompanhar.

Submeto este requerimento à apreciação dos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS:

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp);

Roberto Lehrer, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e

Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE).

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidenta, só para fazer uma observação.

Eu assinei, a pedido, esse requerimento do Senador Telmário, que não se encontra presente, por ter interesse no debate. Mas gostaria que deixasse V. Exª e os outros Senadores e Senadoras um espaço aberto para que eu possa acrescentar pelo menos o nome de mais um debatedor ou debatedora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k., Senadora Lídice. Está registrado.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento da Senadora Lídice da Mata, subscrito pela Senadora Lídice da Mata, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos aqui o requerimento do Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Senador Humberto Costa.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no RQE 8/2016 da CAE. Desta forma, requer-se o convite para participação de representantes da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); do Sindifisco Nacional; além dos senhores Evilasio Divino Fidélis e Dao Real Pereira dos Santos.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Lindbergh, subscrito pelo Senador Humberto Costa.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no RQE 8/2016 da CAE. Desta forma, requer-se o convite para participação dos seguintes pesquisadores do tema: Sérgio Wulff Gobetti; Amir Khair; e Pedro Dalarue.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Senador...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, só a título de informação, quantos requerimentos ainda temos para votar extrapauta?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quatro requerimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É porque eu percebi que entraram com muitos requerimentos extrapauta e isso não é normal. Não é usual, não é normal que haja tanto requerimento extrapauta, na mesma hora em que a CCJ está discutindo uma matéria importante, lá, e eu fico com...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Essa reunião é oficial da CAE.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Se pudesse fazer em conjunto... Porque senão eu vou...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, deixe-me só informar, Senador. É que V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu também. Mas nós pedimos isso no início.

Deixe-me só explicar, Senador Raupp. V. Exª não estava aqui no início.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Se eu pedir verificação de quórum, não vai ter quórum, aqui, para votar nenhum requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós solicitamos à Comissão...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria fazer um acordo para que na hora em que terminassem de aprovar esse requerimento, fosse encerrada a reunião. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não tem problema, a gente pode fazer isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu tinha pedido, inclusive, para suspendermos a CAE, a fim de acompanharmos a leitura do relatório na CCJ, e poder fazer até um debate prévio. Mas o Governo não aceitou. O Senador, que é líder do Governo, disse que não concordava, que não ia abrir para fazer nenhuma discussão na CCJ. Por isso, nós permanecemos aqui e lemos os requerimentos.

Então, eu vou terminar de ler os requerimentos...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já houve o acordo de vista. Como não vai ser votado hoje, houve o acordo de vista e por isso não haverá discussão. E já houve também o acordo da audiência pública, inclusive em conjunto com a CAE.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Então, houve todo esse entendimento lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para a audiência pública, sim, com certeza.

Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Raupp, colega, é o seguinte: nós fizemos um debate, muito fortemente, sobre a importância e o papel que o Senado Federal tem nesse debate sobre essa questão, que se reflete no conjunto da sociedade brasileira, mas principalmente na estrutura federativa do Brasil.

Então, os Senadores têm que fazer valer a sua representação para aprofundar esse debate, sem problema na hora da aprovação.

O que estamos fazendo aqui? O próprio Presidente do Senado chamou as Lideranças, inclusive nós da oposição – para processar um plano de trabalho e discussão, e propôs duas audiências: uma a CCJ e outra no plenário, um debate geral.

O que estamos achando aqui da CAE? Que a CAE, uma Comissão importante, que trata exatamente das questões econômicas do País, tem que estar inserida nesse debate, nessa questão. Por isso, estamos propondo que todo esse debate seja feito em comum, em conjunto com a CCJ. Se a CCJ, por um acaso qualquer, não fizer, nós o faremos. É isso que estamos discutindo aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com exceção, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... do nosso requerimento, que foi aprovado, de que é uma audiência pública da CAE com a Comissão de Educação, já que a PEC atinge diretamente os investimentos em educação e saúde. Caberia também propor, quem sabe, uma audiência pública com a CAS.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. Então, está registrado, Senadora Lídice, vamos conversar com a Comissão de Educação para marcar a audiência.

Vou terminar os requerimentos, portanto, e, a pedido do Senador Raupp, podemos encerrar a reunião da CAE para que possamos acompanhar a CCJ.

Requerimento do Senador Lindbergh subscrito pelo Senador Humberto Costa.

ITEM
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº de 2016

Requer realização de audiência pública na CAE com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no Requerimento nº 8, de 2016. Desta forma, requer o convite para participação dos seguintes pesquisadores: Rodrigo Orair, do Ipea; Rozane Siqueira, autora do Livro A Incidência Final dos Impostos Indiretos no Brasil – Efeitos da Tributação de Insumos; Fátima Gondim Farias, Auditora Fiscal da Receita Federal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Humberto Costa.

ITEM
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, de 2016

Requer audiência pública com intuito de discutir as consequências da Proposta de Emenda à Constituição para as finanças públicas bem como para as políticas sociais no País. Sugerimos que sejam convidados quatro debatedores, sendo que, preferencialmente, dois falem a favor e dois falem contra a PEC. Os nomes dos debatedores serão indicados oportunamente, assim que a Comissão agendar a audiência.

Autoria: Senador **Humberto Costa.**

As Srªs e Srs. Senadores que foram favoráveis ao presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, esse requerimento é, mais ou menos, igual ao anterior, só que já indico os dois debatedores a favor e os dois contra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou ler, então, a indicação.

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº de 2016

Requer audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição que institui o Novo Regime Fiscal com intuito de discutir as consequências da emenda. Convido os seguintes debatedores: Gabriel Muricca Galípolo, professor de Economia da PUC de São Paulo; Guilherme Santos Melo, professor do Instituto de Economia da Unicamp; Felipe Salto, economista e assessor do Senador José Aníbal; José Roberto Afonso, economista e pesquisador da FGV/IBRE.

Autoria: Senador Paulo Rocha

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último requerimento que temos aqui é do Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Senador Humberto Costa.

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº de 2016

Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno *do Senado Federal a convocação do Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, com a finalidade de prestar aos integrantes desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao* Tesouro Nacional *noticiado na imprensa desde maio de 2016*

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não há acordo para a votação desse requerimento. Como extrapauta, não há acordo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem. Então, nós consideramos o requerimento lido, e ele entrará na apreciação da pauta da próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e onze minutos do dia três de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lasier Martins, Paulo Rocha, Roberto Requião e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as consequências da PEC nº 55 de 2016 para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, em atendimento ao Requerimento nº 36/2016, de iniciativa do senador Humberto Costa, tendo como expositores o presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya; e a professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Esther Dweck. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Vanessa Grazziotin, Roberto Requião e Paulo Rocha. A presidenta concede, ainda, o uso da palavra à coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli; à representante da ocupação da Universidade de Brasília, Verônica Veloso; ao representante da União Nacional dos Estudantes, Iago Campos; ao secretário do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, João Paulo Ribeiro; ao representante da Central Única dos Trabalhadores, Ismael José Cesar; à representante do Conselho Federal de Serviço Social, Sandra Teixeira; ao servidor da Universidade Federal da Paraíba e integrante do Comando Nacional de Greve da Fasubra, Romero Calmon; ao também representante da Fasubra, Gibran Jordão; e ao 2º secretário-geral da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados, Israel Borges. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Hoje nós vamos discutir as consequências da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 55, de 2016, para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do País.

O requerimento foi feito pelo Senador Humberto Costa, com apoiamento da Senadora Vanessa Grazziotin.

A reunião é destinada a instruir a discussão da PEC.

Como convidados, confirmados aqui, Dr. Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), a quem convido para fazer parte da Mesa, e Profª Esther Dweck, Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi Secretária de Orçamento Federal na gestão da Presidenta Dilma, que já está aqui conosco.

O Dr. Felipe Salto, economista e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, confirmou a presença; infelizmente, teve um problema de ordem familiar e não pôde vir.

Nós convidamos também o Ministério da Fazenda para estar aqui. Pela terceira vez consecutiva, o Governo não manda representante para uma audiência pública.

Esta é a quarta audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos está realizando para debater essa matéria porque julgamos ser a matéria mais importante em pauta que nós temos, hoje, no Senado da República e, com certeza, também para a Comissão de Economia.

Infelizmente, não estamos tendo a presença do Governo Federal para fazer o contraponto, para fazer a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quero aqui agradecer a presença dos Senadores Paulo Rocha, Roberto Requião, Vanessa Grazziotin, que se encontram nesta audiência, e de todas as entidades que aqui estão participando do ato: Fasubra, o pessoal da UnB. Passamos uma lista, inclusive, e quero que o pessoal a assine para, depois, relacionarmos aqui todas as entidades, sindicatos, enfim, instituições que estão participando desta audiência pública.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As cidadãs e os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, ligando para o número 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. Também facultaremos, após a fala dos Srs. Senadores, a palavra aos representantes das entidades que aqui se encontram, se houver interesse em manifestação.

Na sequência, os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas dos interpelados. Vamos iniciar, então, a nossa audiência pública com a exposição da Srª Esther Dueck, que é a nossa Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRª ESTHER DWECK – Bom dia a todos.

Na minha apresentação, para que vocês possam acompanhar aos poucos – espero conseguir fazer isso em 20 minutos – vou falar um pouquinho das atribuições da política fiscal, porque a PEC, na verdade, vai atingir, de forma direta, a nossa capacidade de fazer política fiscal nos próximos anos.

Os principais argumentos que o Governo tem utilizado para defender a PEC não são, como pretendo na sequência demonstrar, completamente corretos e, em alguns casos, não estão nem corretos. Alguns são meias verdades, e outros, são argumentos falaciosos.

As mudanças importantes que houve no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados, que pouca gente percebeu – acho importante as pessoas perceberem que houve algumas mudanças feitas pelo Relator –, alteraram o projeto, tornando-o ainda mais duro do que já era. Vou demonstrar que toda a PEC está baseada no diagnóstico errado da situação fiscal. E, quando se parte de um diagnóstico errado, e isso serve para qualquer situação, necessariamente se fará um tratamento errado.

Imagine uma situação de saúde de uma pessoa. Se o médico faz o diagnóstico errado e dá o remédio errado, o que vai acontecer com aquele paciente, ainda mais em situação grave, é que, na verdade, o paciente não vai se recuperar e poderá ficar cada vez mais doente. Isso é o que tende a acontecer com a utilização da PEC para resolver o problema fiscal.

Vou fazer uma discussão sobre a experiência internacional muito breve, porque tem sido utilizado muito o argumento de que foi uma experiência internacional exitosa, e há diferenças gritantes entre o que está sendo proposto no Brasil e o que houve em outros lugares do mundo.

O que tem sido mais discutido são os efeitos da PEC sobre algumas despesas importantes. E esses efeitos sobre as despesas promoverão dois efeitos importantíssimos na economia brasileira: o primeiro será o impacto sobre a capacidade de a política fiscal fazer distribuição de renda, no sentido de piorar a distribuição de renda no Brasil; o segundo será o impacto sobre o crescimento econômico, no sentido de piorar a capacidade de a política fiscal melhorar o crescimento econômico.

Então, eu acho que o ponto central aqui é justamente essa ideia de que a gente está partindo do diagnóstico errado sobre o que está acontecendo, dando um tratamento errado, o que, na verdade, vai tender a piorar a situação hoje, tanto do ponto de vista distributivo quanto do ponto de vista da possibilidade de recuperação da economia.

Quando a gente trata de política fiscal, é bom lembrar que ela tem múltiplos papéis e que ela, talvez, seja um dos instrumentos mais importantes de política econômica; e, se a gente esquece esses papéis da política fiscal e fica focado apenas em um deles, a gente acaba gerando consequências graves para a economia brasileira.

De fato, há uma preocupação com a solidez fiscal, mas a dúvida é sobre como se chega a uma solidez fiscal. Há várias maneiras de se chegar a uma solidez fiscal. Eu vou demonstrar que a gente está fazendo uma mudança, ou melhor, que a proposta está se ligando em apenas um dos aspectos que garantem solidez fiscal e se esquecendo de todos os outros, que, talvez, sejam muito mais importantes que as despesas públicas neste momento.

A política fiscal é um instrumento crucial para a distribuição de renda. Não existe distribuição de renda no mundo, nos atuais sistemas produtivos, que não seja via política fiscal. A distribuição de renda não se dá pelo sistema produtivo. A distribuição de renda se dá, justamente, pela capacidade que os Estados têm de arrecadar parte da renda que foi gerada na economia e redistribuir essa renda. Os países que têm uma baixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

desigualdade, uma boa distribuição de renda são países onde o Estado é forte. Por quê? Exatamente porque ele tem essa capacidade de arrecadar parte da renda que foi gerada naquela economia e redistribuí-la por meio dos gastos públicos. Então, se a gente se esquecer desse papel da política fiscal, a gente vai contribuir para uma piora na distribuição de renda.

E a política fiscal tem um papel central no crescimento econômico também, seja por via do próprio estímulo ao investimento público – e eu vou demonstrar aqui que o investimento privado depende do investimento público –, seja também por via de outras maneiras que o próprio Estado acaba atuando, tais como compras públicas, subsídios aos setores produtivos e até uma discussão sobre incentivos tributários.

E, no curto prazo, ela tem, sim, dois importantes papéis: quanto a esse papel no controle do nível de atividade, eu diria que 95% dos economistas concordam que, numa crise, só há um setor, que a gente chama de setor institucional, só há um agente na economia que é capaz de ajudar a economia a sair da crise: o setor público. Eu diria que 95% dos economistas concordam com isso. Numa recessão forte, numa situação de baixo crescimento, só o setor público consegue inverter essa curva. E pode, sim, auxiliar no controle da inflação quando essa inflação é uma inflação de demanda. Quando é uma inflação por choque de oferta, como a gente observou recentemente no Brasil, o papel do setor público no controle da inflação é muito baixo – é o que está acontecendo agora.

O Governo tem dito que a proposta aumenta a confiança dos investidores; que é condição fundamental para a retomada do crescimento; que fortalece o planejamento; que é uma experiência internacional exitosa; que reduz pagamento de juros; que, sem a PEC, volta a inflação; que o novo regime define só um piso para a saúde e para a educação, e não um teto, que se poderia gastar a mais; que, sem isso, a dívida pública vai explodir; que reduz a pressão sobre aumento da carga tributária – e, talvez, realmente, o principal argumento disso seja você não se preocupar em nada com a parte de arrecadação, focando todo o ajuste em cima das despesas.

Diz que vai permitir gerar superávit primário, o que também não é necessariamente verdadeiro se a gente não conseguir recuperar a economia, e mitiga o efeito cíclico das despesas – como vou demonstrar, também não é tão verdadeiro. Na verdade, essa PEC vai ter um componente bastante recessivo, e não um componente anticíclico, como eles gostariam que tivesse.

Então, a minha ideia é demonstrar que grande parte desses argumentos não são exatamente verdadeiros. Outro dia eu estava brincando: quem dera que uma lei pudesse resolver tudo isso. Seria muito fácil se uma lei pudesse resolver: a partir de agora eu vou aprovar uma lei e todos os problemas do Brasil estão resolvidos. Se existisse essa lei, provavelmente algum outro Presidente já a teria feito em outro momento. É muito difícil acreditar que uma lei vá resolver todos os problemas que estão sendo elencados, que a solução será a PEC. Na verdade, são argumentos que são meias verdades, porque não contam todo o resto, ou são realmente argumentos bastante falaciosos, que não ajudam muito no debate.

Em relação ao texto que foi aprovado na Câmara. Todo mundo sabe que a PEC está instituindo que as despesas primárias só podem crescer com base na inflação do ano anterior. Só que, na tramitação que foi feita na Câmara, eles fizeram alguns ajustes, e é importante que as pessoas os conheçam.

Antes cada Poder teria que ter as suas despesas corrigidas apenas pela inflação. O que foi feito na Câmara? Como houve, por parte dos demais Poderes, especialmente do Judiciário, uma reclamação muito grande em relação a essa regra, eles permitiram que, nos três primeiros anos, você pudesse aumentar as despesas desses Poderes, desde que o Executivo cortasse a sua parte.

O que acontece aqui? As despesas de todos os demais Poderes juntas não chegam nem a R$80 bilhões, e as despesas do Executivo são mais de R$1 trilhão. Então, por mínimo que seja, um corte feito no Executivo permite um aumento bastante considerável nos demais Poderes, e isso, de certa maneira, permitiria que os demais Poderes se sentissem um pouco mais confortáveis com essa proposta neste primeiro momento. Então, um pouco para tirar a pressão que está havendo, muito forte, do Poder Judiciário, contrário à PEC, permitiu-se isso.

E, para compensar, para não haver perda para o Executivo, outra coisa foi incluída: a permissão de que os restos a pagar de 2015, que basicamente são despesas muito ligadas a investimentos, possam ser pagos nos próximos anos sem contar para o limite. Atualmente ainda há a ser pago, desses restos a pagar de 2015, mais de R$65 bilhões, que provavelmente serão pagos nos próximos anos. Ou seja, se há R$65 bilhões fora do limite... Esses R$65 bilhões permitiram quase dobrar as despesas dos demais Poderes. Então, acabei criando uma margem boa para resolver uma demanda de onde viria uma pressão muito forte, que é justamente do Judiciário.

Depois, outra coisa importante. Antes o limite era para o pagamento. A partir do substitutivo, passou a ser para as autorizações orçamentárias como um todo. O que significa isso? Que, na prática, o que vai ser gasto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tende a ser muito inferior ao limite total. Por quê? Porque existe uma... Eu posso ter o orçamento completo, mas raramente se executa tudo o que está autorizado. Diversas coisas não podem ser feitas, diversas coisas acabam parando. E como você vai tem um orçamento total que está no limite da PEC, isso significa que o que vai efetivamente ser gasto, tanto do ponto de vista de empenho como de pagamento, tende a ser inferior ao teto.

Ou seja, ao travar as próprias autorizações orçamentárias, está-se criando, na verdade, um subteto, porque, em geral, você executa menos do que está autorizado. Então, isso acabou sendo uma coisa que cria efeitos ainda mais perversos da PEC.

Uma outra coisa importante é que, antes, a partir dos dez anos, poderia ser alterada quantas vezes se quisesse e por meio de projeto de lei ordinária, cujo quórum para a aprovação é muito menor. No substitutivo, está permitindo alterar apenas por projeto de lei complementar e uma única vez. Ou seja, você vai ter uma bala de prata para tentar mudar. E, dependendo da situação em que o País estiver, a pressão pode estar para um lado ou para outro e pode dificultar essa única alteração. Essa foi uma mudança bastante significativa. Foi uma mudança no próprio termo que autorizava, mudando de lei para lei complementar, o que torna o quórum para a aprovação maior, e um parágrafo único que diz que pode ser alterada apenas uma única vez.

Outra coisa: novas sanções foram incluídas em caso de descumprimento, das quais eu destaquei ali, em vermelho, o ganho real do salário mínimo. Se houver descumprimento da regra, serão proibidos aumentos reais de salário mínimo. Ou seja...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Drª Esther, V. Sª poderia explicar bem, mostrando o item da lei inclusive, o artigo sobre o salário mínimo?

A SRª ESTHER DWECK – Sim. Nas sanções, se eu não me engano, é o art. 104, atualmente, na PEC 55, que foi aprovada na Câmara. É o inciso VIII. E está escrito de uma forma bastante, digamos assim, não direta, o que acabou dificultando que as pessoas percebessem isso.

Deixe-me ver se acho aqui o meu texto da lei. Eu estava com ele aqui. Mas tenho quase certeza de que é o art. 104, inciso VIII, que diz o seguinte: que não pode ser adotada nenhuma medida que amplie despesas obrigatórias acima da inflação.

Quase 50% das despesas obrigatórias estão indexadas, de alguma maneira, ao salário mínimo. Portanto, se o salário mínimo crescer acima da inflação, eu estarei adotando uma medida que leva a um aumento das despesas obrigatórias acima da inflação. Fica claro que está se falando de salário mínimo porque esse inciso faz ressalva ao inciso IV do art. 7º da Constituição, que é justamente o salário mínimo, e diz que fica assegurada apenas a manutenção do poder aquisitivo, ou seja, apenas a correção pela inflação, e não a correção real do salário mínimo.

Então, isso acaba sendo uma coisa que entrou de forma bastante indireta, por meio do Substitutivo, e não veio no projeto original do Governo, mas que terá, sim, um impacto de proibir aumentos reais de salário mínimo, que, se for no período em que a lei ainda está vigente, que é no período de até 2019, não será feita a correção. Possivelmente, após 2019, não será permitida uma nova lei que garanta aumentos reais de salário mínimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – E na sanção.

A SRª ESTHER DWECK – É nas sanções. É quando há descumprimento do...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – É o art. 103.

A SRª ESTHER DWECK – Art. 103? Na versão em que está agora, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – É.

A SRª ESTHER DWECK – Então, é 103. É porque houve uma mudança de artigos.

Por que eu falei que partimos de um diagnóstico errado? É muito importante perceber que há um diagnóstico errado da situação fiscal. Quais são os dois principais indicadores de situação fiscal de um país, principalmente do Brasil, que nós mais utilizamos?

No caso do Brasil, sempre olhamos para o resultado primário, mas o principal indicador que todo mundo olha... E mesmo no Brasil, o resultado primário tinha um objetivo: o controle da dívida pública.

E, mais interessante no mundo, não é relevante o nível da dívida pública e, sim, a trajetória, se ela está crescendo muito rápido ou se ela está relativamente estável. Recentemente, no Brasil, a gente teve uma piora do resultado primário e um crescimento relativamente alto da dívida pública nos últimos anos.

O que gerou esses dois resultados? Foi mesmo o aumento das despesas? Foram as despesas públicas, que cresceram de forma descontrolada, que pioraram o resultado fiscal e aumentaram a dívida pública? Não. Na verdade, nos últimos anos, a gente teve uma queda do crescimento das despesas públicas. As duas coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que geraram efeitos piores no resultado primário e piores do ponto de vista da dívida são coisas que não estão sendo abarcadas pela PEC. No caso do resultado primário, foi uma queda da arrecadação – e eu vou demonstrar aqui em dados; no caso da dívida, foi o aumento dos juros pagos, principalmente em 2015, que inclusive já está recuando este ano o pagamento de juros, porque foi motivado por uma questão muito específica ligada aos *swaps* cambiais que tinham sido feitos, na minha opinião, até acertadamente, para controlar a desvalorização cambial em 2013. Isso foi um momento completamente pontual.

Outro fator que afeta os dois, tanto o resultado primário quanto a dívida, foi a piora no crescimento econômico, que piora a arrecadação. Do ponto de vista do indicador dívida sobre PIB, se o PIB não está aumentando ou está caindo em termos reais, que é o que aconteceu nos últimos anos, ele acaba aumentando esse indicador porque ele é a parte de baixo de uma divisão. Então, quando o PIB não cresce, a relação dívida/PIB aumenta. E no Brasil, em geral, a gente vê que a dívida/PIB aumenta em períodos de recessão porque justamente o PIB deixa de crescer – e a dívida tem uma taxa de crescimento que é dada pelo pagamento de juros – e esse indicador acaba aumentando.

A PEC não trata de nenhum destes três pontos: não trata de arrecadação, não trata de pagamento de juros e não trata da retomada do crescimento. Ao contrário, ela tende a piorar a retomada do crescimento, que é sobre o que eu quero falar um pouquinho. A única coisa que é alvo da PEC são as despesas primárias, que, no Brasil, são justamente o principal elemento de distribuição de renda que a gente teve nos últimos tempos

Aqui é só para mostrar um quadro. Se vocês olharem, a última coluna é receita líquida. Em 1997, ela era 14,2% do PIB; em 2002, ela tinha subido para 18% do PIB; em 2010, chegou a 20% do PIB; em 2015, ela caiu para 17,6% do PIB. Ou seja, houve uma perda de receita de 2,4% do PIB, e a gente teve um déficit, em 2015, de 2% do PIB, portanto, o valor do déficit foi inferior à queda da receita. O que significa que, mesmo controlando a despesa, eu não conseguiria fazer nunca um superávit primário porque a receita caiu demais.

Então, às vezes a gente fica controlando a despesa sem olhar o que está acontecendo com a receita. Essa queda da receita se deve a três fatores, digamos assim. Um foi importantíssimo. Na verdade, desde a crise houve uma queda da arrecadação porque o crescimento econômico diminuiu, houve desonerações e inclusive perdas de alguns setores importantes, como no caso da indústria, que é o setor que mais paga impostos no Brasil. Então, houve, sim, uma diminuição da carga tributária, se a gente olhar principalmente no nível federal.

E, na verdade, nesse gráfico o que a gente está olhando é um momento extremamente conjuntural. Se a gente olhar a linha azul, que era a receita, e a linha vermelha, que era a despesa, a linha azul vinha acima da despesa por quase todos os anos, só cruzou ali, em 2014, depois, em 2015, e agora, em 2016.

Então, a gente está vendo uma situação que é extremamente conjuntural de piora do crescimento econômico, queda da arrecadação e aumento da despesa em proporção do PIB porque o PIB caiu. Está-se utilizando essa situação, que é uma situação bastante conjuntural, para se fazer a proposta de uma mudança estruturante na economia brasileira. Está-se fazendo uma mudança na Constituição com base em um diagnóstico feito numa situação extremamente conjuntural. O que é mais importante, o fato de as linhas terem se cruzado só demonstra que a nossa economia tem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ESTHER DWECK – ... o que é chamado de estabilizador automático, que é, em momentos de crise, a receita cai e as despesas aumentam, isso acontece em qualquer país na crise. Isso é o que a gente chama de estabilizador automático na economia. O setor público age contrário ao que está acontecendo no mercado, para justamente evitar que a crise seja mais forte.

Então, a gente está vendo uma situação conjuntural de piora no resultado primário decorrente de queda da arrecadação e o aumento da dívida. Isso que eu queria mostrar aqui, o aumento da dívida. Ela vinha caindo até meados de 2014, a dívida bruta; a dívida líquida caiu até final de 2015, na verdade, só cresceu neste ano a dívida líquida. Isso foi basicamente pelo efeito de pagamento de juros. O pagamento de juros que vinha caindo durante os últimos anos, até meados de 2015, teve esse pico até o início deste ano, na verdade, até janeiro, foi o pico ali, em janeiro de 2016, e já começou a cair de novo. Por quê? Porque ali teve um efeito muito forte no efeito cambial. Aquilo ali não era um problema estrutural da economia, foi efeito conjuntural também, associado a como estava estruturada a nossa dívida naquele momento e um aumento do valor do dólar. Foi isso que gerou um aumento muito forte da dívida bruta e da dívida líquida. No final, na verdade, a líquida nem tem tanto a ver com o câmbio, porque no caso da líquida é o contrário.

Então, a gente está pegando um efeito conjuntural – de novo – para propor uma solução estrutural. Isso é bastante grave, por quê? Porque a gente viu, na verdade, nos últimos anos, uma situação em que a gente tentou fazer um ajuste fiscal cortando tanto as despesas públicas e houve uma queda bastante acelerada. Só que isso gerou uma queda da demanda privada, que, por sua vez, reduziu o crescimento do PIB, reduziu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a arrecadação e piorou o resultado primário. E se a gente continuar nesse ciclo de continuar cortando para chegar no resultado primário, a gente vai continuar preso nesse círculo vicioso, que é onde a gente está. A gente precisa fazer o inverso, começar o contrário. Por quê? Como eu falei no início, o único setor que tem capacidade de agir de forma contrária ao ciclo é o setor público, ele não precisa arrumar um emprego para poder ter dinheiro, ele não precisa vender seus produtos para ter dinheiro, que é o que acontece com as famílias e com as empresas. Por isso, ele é o único que pode agir de forma contrária. De novo, aqui eu diria que 95% dos economistas concordam comigo. A grande diferença sobre o papel do setor público na economia não é numa crise. Numa crise, quase todo mundo concorda. A grande diferença é no longo prazo, se de fato o setor público pode ou não ajudar no crescimento. Mas na crise, não há dúvida, 95% dos economistas vão concordar que você precisa do setor público fazendo o caminho inverso. E o que é mais grave é que a PEC não tem...

Ah, sim, outra coisa importante é que essa trajetória da dívida que a gente está vendo ali veio depois de sucessivas quedas. A gente teve, num período, na década de 90, quando a gente tinha baixo crescimento, sucessivos aumentos.

Depois, a dívida se estabilizou e foi caindo, e ela só aumentou no final. A gente está pegando esse final para dizer que temos um problema estrutural na economia brasileira, quando, na verdade, a gente está vendo um problema que é extremamente conjuntural, fruto de uma desaceleração econômica. E o que a gente precisa é intervir na desaceleração econômica, e não cortar mais despesas, que só vai manter a gente naquele círculo vicioso. A mesma coisa a dívida bruta, que vinha crescendo, foi caindo, estabilizou-se e teve um aumento recente muito ligado ao pagamento de juros, como eu falei.

Qual o grande problema da PEC em relação ao resto do mundo? Desde a crise se tem discutido muito as regras fiscais. Mesmo o Brasil precisava mudar sua regra fiscal. A gente tem uma regra de primário que é extremamente pró-cíclica, como a gente chama: quando a economia está bem, a receita aumenta e se gasta mais; quando a economia está mal, a receita cai e se é obrigado a cortar gastos. A gente precisava discutir nossa regra fiscal, só que o que a gente está fazendo aqui não é passando para uma regra fiscal que de fato vai resolver esse problema de atuar contrariamente ao que está acontecendo na economia, a gente está fazendo uma regra que estará sempre puxando a economia para baixo. Por quê? Porque a cada ano, se as despesas públicas só crescem com a inflação, significa que está crescendo abaixo do crescimento do PIB. Se o PIB voltar a crescer e estiver crescendo, em termos reais, de 2% a 3%, e as despesas públicas crescerem a zero, o Governo vai estar sempre puxando a economia para baixo, porque estará crescendo menos do que a economia. E o Governo representa quase 20% do PIB. Como uma coisa que representa quase 20% do PIB pode crescer abaixo do PIB? Estará o tempo todo puxando a economia para baixo.

Depois da crise se discutiram muito as regras fiscais. E o que foi discutido que se chegou a um consenso do que era preciso fazer? Precisava-se de regras que fossem mais de médio prazo, e não de curtíssimo prazo, como é o caso de uma regra de primário. Eu precisava reduzir esse efeito que acentua o ciclo: quando a economia está bem se gasta mais, quando a economia está mal há a obrigação de gastar menos. Era preciso discutir isso.

E uma coisa essencial que a PEC não tem nem um pouco é fornecer flexibilidade. Do que todo mundo chegou à conclusão, na crise, é que as regras fiscais precisavam ser flexíveis para se adaptarem às diferentes situações econômicas. A PEC não faz nenhuma ressalva sobre se a economia está crescendo ou não está crescendo. Zero. Não importa. Se a economia está bem, corta-se o gasto; se a economia está mal, corta-se o gasto do mesmo jeito. Não há nenhum diálogo da política fiscal com a situação econômica. Zero. Isso vai ter o caráter de só piorar cada vez mais.

Outro ponto, ali, é de que ela deve guiar o debate sobre política fiscal e jamais colocar a política fiscal no piloto automático. É o que a gente está fazendo com a PEC. Criou-se um piloto automático. Nos primeiros dez anos, não se mexe mais; no intervalo, só uma única vez, por lei complementar se pode mudar apenas o indicador de reajuste, nada mais pode ser mudado, nem as sanções, nem o que está dentro ou o que está fora. Nada mais pode ser mudado.

O FMI vem falando justamente dessa necessidade e flexibilidade de reduzir o caráter pró-cíclico para permitir que as economias consigam se adaptar aos diferentes momentos da situação econômica, coisa em que a PEC em nenhum momento toca.

Outra coisa grave: a gente está constitucionalizando uma regra fiscal. Pouquíssimos países alguma vez constitucionalizaram regra fiscal. O FMI tem um quadro, desde 1985 até 2014, de todas as regras fiscais. Em 2014, quando a gente olha, em média, para as diferentes regras de gasto, receita, resultado fiscal ou dívida, a receita é o que menos tem gente, só cinco países têm regra de receita. Mas se a gente olhar todos os outros, mais de 90% dos países jamais adotou uma regra constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

No caso da regra de gastos, em que temos dois países com regra constitucional, um é Singapura, que não é exatamente um país, é quase uma cidade, e a Geórgia, que é um país com características bastante peculiares. São os únicos países que adotaram uma regra constitucional de gastos, e, mesmo assim, não é uma regra igual à do Brasil, que não tem crescimento real.

Então, acho que a gente deveria discutir isso, porque essa PEC vai ter efeitos bastante fortes na economia brasileira. O objetivo dela é o de que, com a retomada do crescimento, faça-se esse tipo de ajuste. Os dados até 2019 são os dados propostos pelo próprio Governo seja no PLOA 2017, seja na LDO 2017, que tem projeção até 2019. A partir dali, no caso da receita, eu mantive a mesma elasticidade que o Governo está usando para a receita em relação ao crescimento do PIB, e esse vai ser o comportamento da despesa com base no que o Governo está falando. É mais ou menos o discurso que tem sido feito. A ideia é a de que se reduzam em torno de 0,5% do PIB ao ano as despesas primárias. O que significa reduzir em 0,5% ao ano as despesas primárias? Acho que essa é a coisa mais grave. Este gráfico aqui é um pouco complicado. Essa tabela é grande. Mas, hoje em dia, em 2016, há 19,8% do PIB de despesa federal. Ele está distribuído basicamente em transferências às famílias. Desses 19,8%, as transferências às famílias são em torno de 10% a 12%, ou seja, de mais ou menos 20%, 12% são transferências de renda às famílias. Há 4%, que são de pessoal. E, aqui no pessoal, a gente tem de lembrar que são ativos e inativos: 60% são ativos, 40% são inativos. Quando pego a composição, quase 50% são de militares e da educação.

Então, a gente fala assim... Muitas vezes, ouvi alguém falar assim: "Vamos cortar os salários, os altos salários." Os altos salários pesam pouquíssimo aqui. Uma parte grande, 50%, é de militares e do setor da educação. É essa a grande parte dos servidores públicos, que são quase 50%, que são essas duas carreiras. Se a gente soma saúde e Fazenda, que é basicamente a Receita, e Previdência, já dão quase 80%, ou seja, os agentes do INSS, os agentes da Receita e da saúde já dão quase 80% a 90% dos funcionários públicos.

Na verdade, não estamos falando da parte de que todo mundo fala. Até recentemente, ouvi o que o Delfim falou: "É só não aumentar os salários dos Senadores e dos Deputados." Não estou propondo isso. Mas é sem saber o tamanho. O valor de todo o Legislativo em termos de pessoal é de R$8 bilhões, incluindo todo, todo o Legislativo, incluindo todo mundo. As despesas com saúde e com educação somadas dão mais de R$200 bilhões. O peso disso, mesmo que se fechasse o Congresso – imagino...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ESTHER DWECK – ... que ninguém está pensando nisto neste momento, por enquanto –, seria insignificante.

Esse é o grande problema. Não é verdade que a gente estará com o teto e que vou poder fazer escolhas melhores. Vou ter de, todo ano, cortar despesas. A gente nunca reduziu as despesas em proporção do PIB. Em nenhum país do mundo, pretende-se fazer isso também, gente. Todas as regras de gastos que existem, em geral, ou congelam em proporção do PIB ou mantém um crescimento real das despesas.

A gente está propondo um corte sistemático das despesas em proporção do PIB, sendo que o que mais cresceu, nos últimos anos – é o que todo mundo fala –, foram justamente as despesas sociais. Um dos documentos do Governo fala: "As despesas com a educação aumentaram 300% acima da inflação." Ainda bem que foram as despesas com a educação que aumentaram 300% acima da inflação! Na verdade, a despesa com pessoal, em que todo mundo tem focado muito, dizendo que são as grandes corporações que estão querendo fazer uma manifestação, foi a única que caiu em proporção do PIB nos últimos anos.

Claro que há espaço para a gente fazer melhores escolhas, disso ninguém duvida. Várias escolhas têm que ser feitas, precisam ser refeitas. Mas não é verdade que são só essas escolhas que vão permitir que a gente gaste mais.

Vou só terminar aqui.

No caso de saúde e educação, em relação aos mínimos, antes, a gente estava com um percentual fixo da receita, e agora eles necessariamente vão cair. Em termos *per capita*, é a mesma coisa: antes, crescia em termos *per capita*, e agora vai cair.

E, para terminar, porque meu tempo já estourou bastante, eu queria só mostrar esse dado aqui, que foi o que falei antes sobre a capacidade de retomar o crescimento. Sem retomada de crescimento, a gente não vai resolver a situação fiscal. E cortando gastos não é a melhor forma de resolver o nosso crescimento econômico, por quê? Porque, entre outras coisas, como eu falei no início, é o setor público que é capaz de retomar o crescimento. Ali, num dos casos, que é onde vai haver mais impactos, justamente os investimentos, a linha preta é o investimento total na economia brasileira, e as barras, a soma de azul e vermelho, são o Governo Federal e a Petrobras. O que a gente observa é que é uma correlação quase direta: quando o setor público e a Petrobras, no caso, que é a maior empresa estatal – 90% dos investimentos das estatais são da Petrobras –, crescem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

seus investimentos, o investimento na economia brasileira cresce; quando eles reduzem, o investimento na economia brasileira reduz. Sem essa capacidade de investimento do setor público, dificilmente a gente vai recuperar o investimento e dificilmente a gente vai recuperar o crescimento.

Então, a gente vai ficar preso naquele círculo vicioso; se a gente não conseguir romper, se a gente mantiver como única estratégia para resolver o problema fiscal o corte de gastos, além de não retomar o crescimento, também não vai resolver o problema fiscal. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço à Profª Esther Dweck, Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Relembro que estamos fazendo uma audiência pública, acompanhados pela Rádio Senado, pela TV Senado, para discutir a PEC nº 55, antiga PEC 241, que tramitou na Câmara, que limita os gastos por 20 anos. Na realidade, limita e reduz os gastos públicos por 20 anos.

Passo a palavra, agora, ao Presidente do Conselho Federal de Economia, Dr. Júlio Miragaya, também por 20 minutos.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Bom dia a todos, aos Srs. Senadores. Meus agradecimentos à Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Vou apresentar, essencialmente... Na verdade, esse convite chegou só na terça-feira, e a gente teve pouco tempo para preparar melhor, então, estou apresentando aqui a nota, ou a síntese de duas notas que o Conselho Federal de Economia aprovou em suas recentes plenárias, enxertando algumas informações, alguns comentários.

Eu queria também destacar, inicialmente, que essas notas que são distribuídas agora, a primeira foi aprovada por ampla maioria, e a segunda, inclusive, que a gente intitulou "Para Além da PEC 241/2016", é o título da nota, foi aprovada por unanimidade, mesmo num conselho que é composto por economistas de diversas regiões do País e de distintas matizes, distintas escolas econômicas. Então, refletiu realmente um processo de discussão que a gente tem feito no Conselho.

Fizemos, na última plenária, um debate entre o Prof. João Sicsú, da UFRJ, contrário à PEC, e o Prof. Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, favorável à PEC. Na nossa próxima revista, que sai ao final deste mês, vamos ter artigos do Prof. Fábio dos Santos, da Unicamp, contrário à PEC, e do Mansueto Almeida, do Ministério da Fazenda, favorável à PEC. Então, é desta forma que achamos que essa discussão deve ser feita: abrindo o livre debate, e os argumentos sendo apresentados. Lamentamos até que aqueles que se posicionam favoravelmente à PEC, convidados por esta Comissão, não tenham aparecido nesta audiência pública.

Essa nota começa afirmando que o Brasil precisa retomar, o quanto antes, o crescimento econômico. Evidentemente, todos estão cientes das consequências sociais que a recessão econômica tem provocado nas pessoas, particularmente o elevado índice de desemprego. Mas esse crescimento não pode se dar a qualquer preço. Ele tem que preservar a inclusão social e avançar na distribuição social e espacial da renda. O Brasil ainda é um País muito desigual, tanto social quanto espacialmente.

A experiência de crescimento econômico com exclusão social e concentração social da renda já houve no Brasil. Aqueles um pouquinho mais experientes vão lembrar que, durante a ditadura militar, tivemos um crescimento próximo às taxas chinesas – próximo, não; similar às taxas chinesas – e isso se deu mantendo a exclusão social, concentrando enormemente a renda.

O que ocorre é que, a partir de 1988, com a Constituição brasileira, Constituição Federal, a sociedade brasileira fez uma opção de inserir um sistema de seguridade social, de educação pública, que naturalmente demanda vultosos recursos.

Muita gente vai lembrar que muita coisa não mudou no Brasil, costuma-se dizer: "Não, muita coisa do ponto de vista social aconteceu só a partir de 2003." Não é verdade; muita coisa aconteceu a partir da Constituição de 88.

Aquilo ali – muita coisa que vou apresentar aqui a Esther já se referiu – é a evolução da despesa primária desde 1988 até 2015. A gente observa que ela vem acontecendo, o aumento da despesa primária, para fazer frente exatamente àquilo que a Constituição estabeleceu, vem aumentando desde então: 10,2% em 1988, foi para 13,6% em 1994, no início do governo FHC, que significa um aumento em torno de 3,4%, finalzinho do governo Sarney, governo Collor e Itamar. Depois, até 2002, foi para 15,6% do PIB, um aumento de dois pontos percentuais, pegando todo o período de governo de Fernando Henrique Cardoso. De 2002 a 2010, aumentou para 16,9%, aumento de 1,3 ponto percentual, durante o governo Lula. De 2010 a 2013, antes, portanto, da crise, aumentou apenas 0,3 pontos percentuais nos três anos iniciais do governo Dilma. Em 2015, ela tem um aumento acentuado, mas, evidentemente, é aquilo a que a Esther já se referiu: foi em função de uma queda brutal da receita nesse período e, consequentemente, queda do PIB. Então, evidentemente, esse aumento é unicamente conjuntural. Não se trata de um aumento estrutural. O estrutural aconteceu, de fato, de 1988 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

2013.

As projeções indicam que, em 2036, nós estaríamos reduzindo para 11,5% a despesa primária, ou seja, estaríamos retroagindo basicamente ao patamar que tínhamos em 1988. Uma queda de oito pontos percentuais.

Lembro que, a partir de 1988, os gastos primários cresceram porque foi instituído o SUS, o seguro-desemprego, houve a multiplicação dos gastos com a aposentadoria rural... É importante lembrar que a aposentadoria rural era paga durante o regime militar, mas contemplava apenas um dos cônjuges e era de meio salário mínimo e, nesse período, o salário mínimo praticamente dobrou. E o que acontece é que os recursos destinados à aposentadoria rural não têm contrapartida pela contribuição, evidentemente, porque abarca basicamente trabalhadores que não têm renda, agricultores familiares, uma agricultura ainda de subsistência – infelizmente, mas ainda de subsistência –, ou seja, a arrecadação praticamente não existe. Ela deve, pois, ser vista como um programa social. E ainda: o aumento real do salário mínimo, o Programa Bolsa Família e diversos outros que vieram na sequência. É isso que vai explicar aquela variação da receita primária em relação ao PIB, de 10,2% para 17,2%, em 2013.

Eu vou ficar nesse ponto, porque esse é o aumento que justifica todas aquelas melhorias na condição de vida do povo brasileiro então instituídas. É esse sistema que, hoje, mesmo com forte queda do PIB e do nível de emprego, impede que tenhamos hordas de flagelados, saques a supermercados e quebra-quebra nas periferias das metrópoles, como ocorria no passado.

Quando a gente se refere à melhoria da condição de vida do povo, percebe que isso se reflete em uma brutal redução do êxodo rural em função do aumento da renda no campo, o que, por sua vez, reduziu a pressão sobre as metrópoles brasileiras, embora ela seja grande. Contudo, a taxa de crescimento de São Paulo, por exemplo, que, nos anos 60 e 70, chegava a 4,5%, hoje, está na média nacional, 1%. Então, o fluxo migratório diminuiu muito em função exatamente desses avanços nos programas sociais brasileiros.

Mas há, de fato, um desequilíbrio orçamentário, e o Governo Temer, a burguesia e a grande mídia fazem um verdadeiro terrorismo fiscal. É isso que acontece no Brasil hoje.

Vejam só esse quadro: as dívidas do Governo, das empresas e das famílias em relação ao PIB de alguns países selecionados.

No Brasil, a dívida bruta é de 74%; das empresas, 47% do PIB; das famílias, 26%. Em todos os casos, esse quadro é colocado como um quadro de colapso da economia brasileira, de caos estabelecido. Todavia, quando a gente observa a situação nos demais países, por exemplo, em alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, vemos que essa relação está bem acima em todos os itens: 102% a dívida pública; 72% das empresas; 78% do PIB das famílias. No Reino Unido, mais ainda...

Desculpem. Aquele último lá é de 87%, não 878%, tem um 8 a mais.

Na Zona do Euro, idem; no Japão, mais ainda.

Mesmo em países emergentes como o Brasil, na Índia, por exemplo, a dívida pública está em nível muito semelhante ao do Brasil; a dívida das empresas é muito semelhante; apenas a das famílias é menor. Na China, a dívida pública é um pouco menor; a das empresas é muito maior; e a das famílias, um pouco maior.

Então, na média, estamos próximos ao que se verifica nos países emergentes: um pouco mais em relação à dívida do Governo, mas menos em relação a dívidas das empresas e das famílias.

O que acontece no Brasil não é um problema de estoque da dívida. Colocar essa questão é um absurdo. Não há problema com o estoque da dívida, nosso problema é o fluxo da dívida, é o custeio dessa dívida, tanto para o Governo quanto para as empresas e para as famílias, em decorrência de uma taxa de juros muito elevada. O índice de correção do gasto público, da dívida pública, em termos reais, está em torno de 7% a 7,5%. Isso não tem similar no mundo inteiro. Para os títulos públicos norte-americanos, está em torno de 1% a 2%; na Europa, menos que isso; no Japão, menos ainda. Aqui a taxa real é três, quatro, cinco vezes maior do que nos demais países.

Não obstante os avanços das últimas décadas, o Brasil persiste como um dos países de maior desigualdade social, e o principal mecanismo da concentração da renda e da riqueza é nosso modelo tributário, altamente regressivo, economicamente irracional e socialmente injusto. Nós tributamos o consumo e a produção. Economicamente, isso é irracional. Os países, no mundo inteiro, tributam a renda e a riqueza e, aí, passa a ser socialmente justo. Nós adotamos um caminho inverso.

Não há como atender as crescentes demandas sociais sem mexermos em nosso modelo tributário, no qual 72% da arrecadação de tributos se dão sobre o consumo (56%) e sobre a renda do trabalho (16%), ficando a tributação sobre a renda do capital e a riqueza com apenas 28%. Vocês observam que, no restante dos países da OCDE, nos 34 países da OCDE, a situação é inversa. A tributação sobre a renda do capital representa 67% do total dos tributos arrecadados, restando apenas 33% sobre o consumo e renda do trabalho. Estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aí da média de países; não são países socialistas, estou falando dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da França, do Reino Unido. E nós adotamos exatamente uma estrutura inversa, que tributa relativamente mais dos pobres e da classe média, dos trabalhadores e da classe média, do que propriamente dos mais ricos.

A Receita Federal tem um estudo que mostra que pessoas que declararam o Imposto de Renda na faixa próxima a R$3 milhões, R$2,8 milhões, ao ano, de rendimento pagam 4,5% de tributos, porque mais de 80% de seus rendimentos são não tributáveis – vou apresentar um desses casos mais adiante. Em lugar desse debate, que seria a discussão que deveríamos estar fazendo, também a discussão pelo lado da Receita, adota-se o caminho mais fácil: vamos jogar o ônus nos ombros dos mais pobres. Dessa forma, o Governo traça um falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente gastança do setor público, responsabilizando despesas com saúde, educação, previdência e assistência social pelo aumento do déficit. Dessa forma, omite as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública, responsáveis por 80% do déficit nominal – no último ano, porque anteriormente era mais ainda, até porque tínhamos superávit primário –, as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita, que a Esther também já destacou, etc.

Para buscar o reequilíbrio das contas públicas, o Governo Temer propõe um conjunto de ações cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável, sendo a PEC nº 55 aqui no Senado (PEC nº 241 na Câmara) uma das principais. É importante destacar que está no forno... Não é só a PEC que está colocada. Inclusive, aqueles que defendem a PEC têm colocado a questão da reforma trabalhista e da reforma da Previdência de uma forma que, mais uma vez, joga todo o ônus da crise para as pessoas mais pobres.

O Governo às vezes faz comparações absolutamente indevidas no caso da Previdência. Diz que a Alemanha, a Suécia e o Reino Unido adotaram a idade média mínima de 65 anos, mas se esquece de dizer que, em muitos desses países, a expectativa de vida já é superior a 80 anos de idade, em muitos desses países. Falar de uma aposentadoria de 65 anos para o trabalhador rural, quando no Norte e no Nordeste a expectativa de vida do camponês é de 63 anos, é dizer que ele não vai ter direito ao benefício. Esse camponês do Norte e do Nordeste não vai chegar a se aposentar porque vai morrer antes.

É a mesma discussão do BPC. É um absurdo aumentar para 70 anos. As pessoas que estão no BPC são pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho. São ambulantes, são pessoas que não conseguem comprovar 15 anos de contribuição, muito menos 25, como vai estar colocado. São pessoas que estão na faixa de um quarto de salário-mínimo no rendimento familiar e que, na sua infância e juventude, não tiveram acesso a saneamento básico e a saúde. Evidentemente, essas pessoas não vão chegar a 70 anos de idade. É evidente que não chegam a essa idade. E o Governo, ao estabelecer essa idade mínima para ter acesso ao BPC, está simplesmente dizendo que não vai mais gastar dinheiro com BPC, apenas uma pequena parcela vai ter essa possibilidade. Talvez, para evitar que essa pequena parcela chegue lá, que aumente logo a idade mínima para 80 ou 90 anos: aí, pronto, resolve de uma vez por todas, porque é de uma hipocrisia absurda estabelecer essas mudanças e não reconhecer as diferenças enormes que existem no Brasil.

Recentemente, um estudo da *Folha de S.Paulo* mostrava – aliás, coincidentemente – que os dez Municípios que têm maior expectativa de vida no Brasil são dez Municípios catarinenses, que estão exatamente no patamar europeu, próximo a 80 anos, e mostrava a disparidade da situação no Maranhão, no Piauí e em Alagoas, onde a expectativa de vida média, urbana e rural, era de 65 anos. Então, por que não se discute a possibilidade de uma regionalização desse processo? O Brasil é um país muito desigual, está muito distante da homogeneidade que existe em alguns países que tem tomado como referência.

Continuo aqui com a nota do Conselho.

> O congelamento em valores reais das despesas sociais é inaceitável, visto que o atual volume de recursos para essas áreas já é insuficiente para ofertar à população serviços de melhor qualidade e que atendam de forma plena a demanda.
>
> Segundo o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde [eu estive em uma audiência pública com a presença desses secretários e com o Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul], estima-se que a medida, caso implementada, reduzirá em R$650 bilhões os recursos do setor nos próximos 20 anos, recursos esses já insuficientes para atender uma população que envelhece rapidamente, demandando investimentos crescentes. [O mesmo acontece com a educação e com todos os demais.].

Aqui, já é a situação no setor de ciência e tecnologia.

> O orçamento de ciência e tecnologia [agora fundiu com comunicação] já caiu 42% entre 2013 (R$7,9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

bilhões) e 2016 (R$4,61 bilhões). [Na verdade, isso já vem acontecendo.]

O Cofecon apoia a correção da geração de déficits persistentes e excessivos ocorrida no Brasil em período recente [É evidente, isso aconteceu e tem que ser corrigido; o País não pode viver em desequilíbrio fiscal permanente.], mas o chamado "Novo Regime Fiscal", proposto pela PEC 55/241 pode trazer consequências desfavoráveis, passíveis de serem evitadas, ainda que deva favorecer a retomada da atividade econômica num primeiro momento.

Esse é um ponto controverso, mas, no nosso debate, acreditamos, exatamente por aquela razão que está ali embaixo, que é possível, sim, uma retomada do crescimento. Não nos surpreenderia se o País voltasse a crescer de uma forma módica, mas daquela forma ali, aumentando a exclusão social e concentrando a renda. É possível que isso aconteça, mas não é o que desejamos.

Os gastos públicos primários da União, em termos globais, têm contribuído para diminuir as desigualdades, o que pode ser comprometido com o atual formato da PEC 55/241.

A ação do Estado em outras áreas tem gerado efeito inverso, concorrendo para acentuar essas desigualdades, como é o caso da política tributária, pela regressividade dos tributos, e da política monetária, pelos níveis de taxas básicas reais de juros.

E aqui se deve assinalar: desde há muito tempo, desde há muito tempo isso acontece. Governos anteriores também tiveram a possibilidade de incidir mais fortemente sobre a política tributária e a política monetária. Infelizmente, isso foi deixado de lado. Estamos colhendo consequências disso agora.

Por que precisamos pagar a taxa básica de juros mais alta do mundo, inclusive do que países com condições bem menos favoráveis, para controlar nossa inflação e rolar nossa dívida pública? [Por que razão?]

Em todo caso, temos instrumentos adicionais de controle do crédito, tais como alíquotas de recolhimentos compulsórios, limites de alavancagem das instituições financeiras e de parcelas de empréstimos, que poderiam viabilizar níveis menos elevados de taxas de juros.

O Governo não utilizou, e não utiliza, todo o manancial que tem para controlar a taxa de juros, e o País continua à mercê do rentismo. O Brasil, hoje, é o país dos rentistas. Em 2015/2016, nos dois anos, nós estaremos pagando R$50 bilhões de juros da dívida pública, quase R$1 trilhão.

Assim, ganham demais e pagam impostos de menos os que têm recursos para mantê-los em títulos públicos, com os níveis de taxa de juros recebidos, ou em ações e quotas de empresas, com seus dividendos recebidos isentos de imposto de renda. Esse é outra jabuticaba, como gostam de dizer.

Atualmente o imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos vigora em 35 dos 36 integrantes da OCDE [somente a Estônia não tem esse tributo], tendo deixado de ser cobrado no Brasil desde 1996. Seu retorno, mesmo com a reduzida alíquota de 15% com que vigorava, teria propiciado uma arrecadação de R$53 bilhões/ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – O Brasil e a Estônia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Pois é, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Não, e não significa que esse dinheiro está entrando, não é? Vocês sabem que, até quinta-feira, 77% não estavam ingressando no País.

Além de maior equidade, reduzir os gastos com o serviço da dívida e elevar a tributação dos mais ricos seria mais eficiente por prejudicar menos o crescimento econômico, na medida em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> preservaria mais a demanda agregada, pois esses contribuintes não precisam retrair seu consumo se ganharem menos juros ou pagarem mais impostos. [Aí está novamente a questão do modelo de desenvolvimento.]
>
> Limites apenas para despesas correntes e em termos de participação no PIB nominal seriam menos perniciosos, principalmente se essa participação puder ser alterada por cada novo governo.
>
> Ao contrário do argumentando na Exposição de Motivos que acompanha o texto da PEC 241 [...], limites em participação no PIB nominal não teriam caráter pró-cíclico, pois o governo não precisaria nem deveria gastar até o limite todos os anos.
>
> [Qual é a lógica aí?] A política fiscal deveria ser pautada por gastos abaixo dos limites nos períodos de expansão, que seriam acumulados para poder aumentar seus gastos no período de recessão. [Aí, sim, ela teria o caráter cíclico.]
>
> As despesas de capital sem esse tipo de limitação manteriam maior liberdade aos investimentos públicos, que são gastos essenciais para elevação do bem-estar e viabilização de uma série de investimentos privados.

É importante destacar aqui essa questão da correção não pelo índice de inflação, mas pelo PIB nominal, nesse debate que a gente fez lá com o Samuel Pessôa, de uma forma bastante honesta. Inclusive, ele afirmou que as despesas correntes aumentaram 6,5%, enquanto o PIB cresceu tanto, e a receita, 6%, nos últimos anos.

Mas o que acontece no PIB é que o deflator implícito do PIB, em 27 dos últimos 30 anos, corre à frente da inflação, e por uma questão muito simples. É uma questão técnica, mas a Pesquisa de Orçamentos Familiares só é realizada a cada cinco anos. Aí, nesse caso, o índice de inflação, que pega a estrutura de preços da POF, considera, por exemplo, que o *smartphone* não vai entrar nessa correção de preços na mesma proporção que tinha nos gastos das famílias. Por quê? Produziam-se muito menos *smartphones* há cinco anos. Isso faz com que, quando se faz a deflação do PIB, entrem todos esses novos produtos, e o deflator implícito seja 1,5% acima da inflação. Então, nesse caso, ele reconhece que a despesa corrente aumentou apenas 4,5% do PIB e não os 6,5% que o governo propala, se considerar o deflator implícito, que seria mais adequado. Ou seja, nesse caso, a despesa correu mais lentamente do que a receita nos últimos anos.

> Conclusão:
>
> 1. A PEC 55/241 foca apenas os gastos não financeiros, as despesas primárias: essencialmente gastos sociais, pessoal e custeio.
>
> 2. Exclui do esforço fiscal os gastos financeiros (juros da dívida pública). [Aquilo representa efetivamente o motivo de aumento da dívida pública, 80% do aumento decorrem dos gastos financeiros, mas não há menção a essa questão. Aliás, há menção: dizendo que ela vai incidir apenas sobre os gastos não financeiros.]
>
> 3. Não há medidas quanto às "bolsas empresário". [A Folha de S.Paulo se referiu recentemente a isso. Nem tudo ali é indevido, mas são R$224 bilhões repassados na forma de isenções, desonerações, crédito subsidiado – a gente passaria o dia aqui falando sobre isso.]
>
> 4. Não há nenhuma ação para enfrentar o déficit pelo lado da receita (tributação progressiva).
>
> [...]

Por que apenas enfrentar o déficit público tão somente pelo lado da despesa e pela despesa não financeira? Por que não considerar também o lado da receita, onde a gente tem uma possibilidade de, não aumentando a carga tributária, mas mudando o modelo tributário, fazer com que os mais ricos paguem efetivamente neste País, reduzindo a carga tributária sobre a classe média e, via impostos indiretos, sobre a classe trabalhadora. Isso, inclusive, concorreria extremamente para a retomada do crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Na verdade, o propósito é reduzir gastos retirando direitos – aqui é importante: quebrando os movimentos sindicais e sociais, não tenham dúvida disso, vai nessa linha – e garantir o naco no orçamento para a classe dominante, para a burguesia. É isso que está em questão, porque não se mexe em nada daquilo. Naco do orçamento... O orçamento não é um ente abstrato. O governo o arrecada para distribuir, e distribui para o topo da pirâmide, para a média da pirâmide e para a base da pirâmide.

Está tirando da base da pirâmide, está tirando da média da pirâmide – ensino superior pega a classe média; às vezes a classe média não tem essa percepção, mas pega sim –, mas o topo da pirâmide está sendo preservado nesse esforço fiscal que o Governo está propondo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço a exposição do Dr. Júlio Miragaya, que é o Presidente do Conselho Federal de Economia, lembrando que o Cofecon fez nota, por unanimidade, contrária à PEC 55, que limita os gastos públicos.

Queria também anunciar a presença aqui do Senador Lasier Martins, que acompanha esta audiência; também da Drª Maria Lucia Fattorelli, que é Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Passaremos a palavra agora aos Senadores. A Senadora Vanessa está inscrita, o Senador Requião também. Vou receber as demais inscrições e, na segunda rodada, vamos abrir também para as entidades e demais pessoas que estão aqui se manifestarem.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

Quero cumprimentar os convidados. O Dr. Miragaya foi um grande parceiro na Câmara dos Deputados, na Comissão da Amazônia, quando lá eu estava, no desenvolvimento do trabalho de um plano de desenvolvimento da Amazônia, que também se esvai caso essa medida seja aprovada, porque também as políticas de enfrentamento das desigualdades regionais perdem completamente o espaço caso essa PEC 241 seja aprovada.

Cumprimento a Drª Esther também, que tem dado uma grande contribuição com seus estudos, com a demonstração dos dados efetivos da estatística.

Senadora Gleisi, me permita, mais uma vez, lamentar aqui a ausência do Governo. Senador Lasier, é a quarta vez que o Governo deixa de comparecer a uma comissão para debater o assunto que hoje é o mais importante do País. E não é uma medida paliativa, uma medida que visa o enfrentamento de uma crise fiscal para este ou os dois, três próximos anos não, é uma mudança constitucional que, segundo a proposta, deverá vigorar por 20 anos. Então, o que estamos discutindo aqui não é uma mera limitação de gastos públicos não, não é uma mera medida fiscal. O que estamos discutindo aqui é um projeto de país, é um projeto de nação. E todos nós sabemos que, do ponto de vista da contextualização, nós e cada país podemos optar por diversos caminhos, entre eles, se o Estado será um Estado mínimo ou se será um Estado que tenha o compromisso e queira enfrentar as distorções sociais e regionais. Então, é um Governo que não obteve um único voto do povo brasileiro, que assumiu o poder da forma como o Brasil inteiro viu que assumiu, e a primeira coisa que faz é enviar ao Congresso Nacional medidas como essa PEC, essa proposta de emenda constitucional.

Eu também não me cansarei de dizer que quem explicou tudo isso, quem desnudou a realidade que estamos vivendo foi um colega nosso, que parece que agora vai assumir novamente a Liderança do Governo, desta vez no Congresso Nacional – a mídia noticia que ele deverá assumir.

Refiro-me ao Senador Romero Jucá, que disse – o Brasil inteiro ouviu – que é preciso termos um governo não eleito, para que esse governo adote as medidas impopulares, medidas que nenhum governo eleito pelo voto teria condições de fazer.

Olhem, se eu fosse falar de números agora, o que eu poderia dizer? Certamente, eu acrescentaria muitos outros números àqueles que os senhores e as senhoras já levantaram aqui, números, estes sim, que retratam a realidade. Não basta o discurso! Vamos deixar o discurso de lado, vamos discutir os números, vamos discutir o que é que essa PEC vai fazer no Brasil, aquilo em que essa PEC vai transformar a nossa Nação, qual o reflexo para aquele ou aquela que necessita do Fies para fazer a universidade, qual o futuro de programas como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e o Luz Para Todos. Ele diz: "Não! Vamos gastar só de acordo com a inflação. Aliás, saúde e educação podem ter até um gasto maior." Isso se dará contanto que se tire da ciência e da tecnologia, do Minha Casa, Minha Vida, da cultura, do turismo. É isso que eles estão dizendo que vão fazer conosco.

E, por outro lado, o que fazem com a outra metade dos gastos públicos? O Dr. Miragaya falou aí que 80% do déficit nominal são por conta da dívida pública, 80%! Mas vamos pegar o orçamento anual: mais de 45% são gastos, do dinheiro que o povo paga, num país que tem o sistema tributário mais injusto... Só quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

paga imposto neste País é o pobre, é aquele que nem Imposto de Renda desconta, porque não tem salário suficiente para descontar Imposto de Renda, mas que, quando vai a uma taberna para comprar um litro de leite, paga imposto. É esse que mais paga.

Então, no Brasil, não estamos mexendo nos gastos financeiros. Em juros, somos os campeões do mundo, temos os juros mais elevados do mundo. E fica por isso mesmo! O Copom, há duas semanas praticamente, disse que reduziu as taxas de juros em 0,25%. Isso significa um aumento real dos juros, porque a inflação cai mais rapidamente do que a taxa Selic.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA (*Fora do microfone*.) – Aumentou mesmo?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, aumentou! E corremos o risco de fechar o ano com um recorde: pagar um juro real no Brasil de mais de 7%. E o lucro dos bancos está lá em cima. Quero que alguém venha aqui e me traga o balanço de um banco que tenha tido prejuízo. O banco não tem o menor escrúpulo, porque, em qualquer vento fraquinho, não é vendaval, ele aumenta a taxa, inclusive a taxa do cheque especial, pegando o extrato bancário, essas taxas que são pequenas – de grão em grão, como diz o ditado popular, a galinha enche o papo. É isso!

Então, dizer que essa medida é justa, que essa medida é boa para o País, ainda usando um discurso fatalístico, um discurso mentiroso, um discurso enganoso? As palavras são fortes, mas elas cabem, porque não vivemos nesta situação em que ou é a PEC ou o Brasil entra em falência. Ainda dizem: "Os empregos vão embora. Ah, a crise já vinha... A Dilma já vinha cortando." De fato, a Dilma vinha cortando gastos públicos. Mas é engraçado que, até ontem, diziam que era gastança, que ela gastava muito e que, por isso, tinha de ser cassada. Até ontem, diziam isso. Na realidade, ela cortava. Mas, agora, eles não querem só que se corte não! Eles querem aproveitar este momento para aprovar essa medida estruturante.

Vamos pensar no que vai acontecer daqui a cinco anos, senhores, com o Brasil saindo desse ciclo negativo, desse ciclo de depressão, de desemprego, de queda da arrecadação, e voltando a viver um ciclo virtuoso. O que é que vai acontecer? Bacana, poderia melhorar Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; mais universidades, mais vagas, mais Ciência sem Fronteira, poderia isso tudo, mas não vai poder porque a Constituição proíbe. A Constituição proíbe. E quem não cumprir não pode dar nem a reposição do salário dos servidores, o que é uma medida inconstitucional, que fere uma cláusula pétrea de direito adquirido de que ninguém pode ter redução de salário, e vai ter redução de salário. E vai ter redução de salário não é para servidor público, é redução de salário para todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, porque mesmo aqueles que não ganham salário mínimo têm esse valor como base. Esse valor funciona como base. E será proibido, constitucionalmente, de aumentar esses gastos públicos.

Então, eu lamento. Eu acho que a ausência do Governo hoje grita. E nós precisamos mostrar isso à sociedade, porque quem não deve não teme. Se a PEC é tão boa como eles dizem que é, venham para a Mesa, venham enfrentar. Ou há algum erro, ou a Srª Esther Dweck está nos manipulando? Drª Esther, a senhora está nos manipulando, a senhora está nos enganando? O senhor também, Dr. Júlio Miragaya, o senhor veio aqui para manipular, trazer números falsos, errados? Não, esses números são os reais, e eles não querem enfrentar esses números.

Senadora Fátima, hoje, pela Constituição da República, e não foi uma conquista longa, apesar de Estados e Municípios já terem vínculos, gastos mínimos, obrigatórios em educação, hoje nós temos 18% da União; em dez anos, isso vai baixar para 10%. O que significa isso num Brasil em processo de desenvolvimento como o nosso? "Ah, o Japão faz." Mas é isso: qual é a diferença do Japão para o Brasil? Por que a PEC não diz o seguinte: então, gasto público só pode aumentar, para os programas sociais e tal, com inflação. Mas também não pode mais a população crescer? Não pode.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque, se nascem novas crianças, de novas escolas nós precisamos, novas vagas de escola. Mas não está escrito aqui que a mulher só vai poder ter um filho, como na China aconteceu durante bastante tempo. Aqui não está escrito. Aqui não está escrito que a população também não pode envelhecer, porque, se a população envelhecer, ela vai necessitar do Sistema Único de Saúde, e não vai haver dinheiro para o Sistema Único de Saúde.

Então, o que eles estão fazendo? Essa é a proposta mais draconiana que eu já vi na minha vida, e ela está escondida; ela está passando, passando, passando, com uma pressa, que é uma coisa escandalosa, sem nenhum debate! A Comissão de Constituição e Justiça não está nos permitindo debater; nós devíamos, Senadora, não estar aqui na sua Comissão, na Comissão que V. Exª preside, nós devíamos estar lá, porque esse projeto só vai passar por uma única comissão: de Constituição e Justiça. Proibiram o debate. Nós até tentamos dizer: o acordo foi da data, o acordo não foi ficar todo mundo de boca calada. "Não, mas é só um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

debate, só um." E não pode falar, e acabou a reunião. Aliás, não está nem aprovado o requerimento, porque o Presidente voltou aí à época da exceção: buft, acabou, e quem concorda, concorda, quem não concorda, vai ter que concordar porque não tem outro jeito, a não ser que se rebele – e é isto que nós esperamos: que o povo brasileiro se rebele.

Saídas, Senadores e senhores e senhoras que estão aqui, nós estamos dando, porque aqui não há nenhum irresponsável. Nós não queremos aumentar o percentual da nossa dívida, que é baixo em relação ao de outros países, não queremos ultrapassar outros países. As saídas foram apresentadas aí. O nosso sistema tributário, repito, é o mais injusto. O Dr. Júlio fala isto, os economistas brasileiros falam isto: é o pobre que paga. Por que não mexer radicalmente nisso? Estamos vivendo um momento difícil, vamos mexer. E aí vamos fazer, essa sim, campanha publicitária... "Ah, mas os prefeitos, os governadores, as bancadas não concordam." Não, vamos chamar um grande movimento nacional de apoio. Mas eles não querem isso, eles querem... É essa a conclusão... Concluo, Senadora Gleisi, porque meu tempo já acabou, dizendo que concordo em gênero, número e grau com a conclusão do Conselho de Economia. E não é uma corporação, não é uma corporação.

Olha, por que eles colocaram, lá na Câmara, a mudança dizendo que os outros Poderes... Quais são os outros Poderes além do Executivo? Judiciário e Legislativo. O Judiciário pode aumentar além do teto. Para quê? Será que é para calar o Judiciário? Será que é para deixar o Judiciário silencioso, para o Judiciário não analisar, do ponto de vista estrito da constitucionalidade, a matéria? Será que é para isso que abriram essa brecha para o Judiciário?

Vamos questionar, e o Parlamento... Acho que o Parlamento tem que abrir mão disso. Nós temos emendas, o Parlamento tem que abrir mão. Nós, sim, temos que congelar os nossos salários, não é congelar salário mínimo não. Nós é que precisamos congelar os nossos salários, não congelar o salário mínimo, é isso que temos de fazer. (*Palmas.*)

Vai resolver? Não vai, mas é uma sinalização. O que vai resolver é isto: uma reforma tributária, é mudar essa política macroeconômica, que é uma política recessiva, que vai piorar a situação, que aumenta os ganhos de alguns e diminui os ganhos de outros.

Então, quero cumprimentar os senhores e dizer para os que estão aqui nos ouvindo: vocês são os principais de todo este debate. O Senador Requião, o Senador Paulo, todos nós, a Senadora Gleisi, o Senador Lasier – não sei se o Senador Lasier é contra ou a favor ainda –, enfim, nós aqui somos contra, e o somos por convicção, mas nós somos minoria aqui. Então, para que tenhamos o número de que precisamos para dar a vitória ao Brasil e ao povo, precisamos de muita mobilização da nossa gente, da nossa sociedade.

Muito obrigada.

Parabéns, Senadora Gleisi. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem! Agradeço à Senadora Vanessa, que deu sua contribuição.

Queria aproveitar, antes de passar a palavra ao Senador Requião, para divulgar as entidades que estão presentes nesta audiência acompanhando o debate: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Sindical e Popular-Conlutas; Pública - Central do Servidor; Federação do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras – Fasubra Sindical; Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud); Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef); Sindicato das Agências Reguladoras; e Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Federais de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Juiz de Fora, Uberlândia, Alagoas, Paraíba, Santa Maria, Brasília e Pelotas. Também temos aqui a União Nacional dos Estudantes e a representação dos estudantes da UnB.

Se, por acaso, alguém não foi citado aqui, depois me mande o nome para que possamos divulgar.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora Gleisi Hoffmann, peço licença para ocupar a mesa porque preparei um trabalho crítico sobre a 241 e queria expô-lo de frente para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, será um prazer para nós, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O que ficou claro da exposição demolidora do nosso economista Júlio e da Profª Esther é que nós partimos de uma análise completamente equivocada da natureza e da origem da crise. O problema básico do Brasil é o imposto de renda regressivo, em que os ricos e os dividendos de capital não pagam imposto e o trabalho é gravado de uma forma extraordinária. Nós estamos vendo um conflito entre o capital produtivo, que é o capital investido numa fábrica, gerando empregos e produzindo bens, que se associa ao trabalho, contra o domínio absoluto do capital vadio, do capital financeiro, que toma conta do Governo brasileiro já há algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Inicialmente eu lembraria a vocês que, em 1980, a produção industrial do Brasil era superior à produção da Malásia, da Tailândia, da Coreia do Sul e da China juntas. Hoje, a nossa produção industrial, em função da financeirização da nossa economia, não chega a 10%, 12% do que produzem esses países. A coisa vem de longe e se exacerba aqui e agora. É o avanço dos interesses do capital financeiro contra o Estado social.

Eu poderia me estender sobre isso, mas quero trazer ao debate deste Plenário, Senadora Gleisi, a presença que foi evitada, eu quero trazer a este debate a presença do Governo.

Recebi no meu gabinete ontem um luxuoso trabalho de 26 páginas do Ministro Meirelles, em que ele explica como a PEC 241 (PEC 55, no Senado) vai resolver os problemas do Brasil. E eu, com a minha equipe de gabinete, ontem, desenvolvi alguns raciocínios sobre o que apresenta o Meirelles, que é o que eu apresentarei a vocês a partir de agora.

O Ministro Meirelles mandou ao Congresso uma peça de ficção: 26 páginas artisticamente encadernadas, com um longo anexo de perguntas e respostas, a fim de explicar a PEC do Fim do Mundo. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de bom senso pode se dispensar de ler o papelório e se concentrar exclusivamente na página 21, sob o título "Como o reequilíbrio das contas ajudará a retomada do crescimento econômico".

Vejamos, um a um, cada efeito que o Meirelles anuncia em relação à nova PEC. No total, são seis consequências. Na essência, trata-se do que o Governo espera da aprovação da medida. É claro que, se alguma delas não funcionar, mas outras funcionarem, teríamos um resultado razoável. A economia, todos sabemos, não é uma ciência exata. Entretanto, todos os resultados são a mais acabada falácia, produto exclusivo da imaginação do Meirelles.

Vejamos, então, uma a uma.

Primeiro efeito da PEC, segundo Meirelles: aumento da confiança. Nada mais falso. Não é o reequilíbrio das contas que ajudará a retomada do crescimento econômico, mas a existência de demanda efetiva na economia. Isso decorre do fato de os consumidores terem renda, emprego e disposição de comprar. O investidor produtivo tem em vista o mercado, não as intenções do Meirelles ou a sua demagogia neoliberal e mistificadora. Enfim, confiança empresarial é efeito do crescimento econômico, não a causa do crescimento econômico.

Segundo item do Meirelles: retomada do investimento privado como efeito da sua PEC. Outra ficção. Como eu, investidor, vou investir se a economia está em uma depressão de cerca de 8% acumulados em dois anos? A taxa de desemprego alcança quase 12%, e a renda está em queda. Vou investir em produção, mas quem vai comprar? Na verdade, a confiança que se está construindo é exclusivamente para os especuladores financeiros, que não dependem de demanda de produtos e serviços, mas da disposição do Governo de pagar juros escorchantes sobre a dívida pública, que, afinal, é o primeiro e último objetivo da PEC 55.

Terceiro efeito anunciado pelo Meirelles: crescimento econômico. A Profª Esther e o Júlio, aqui ao meu lado, já dinamitaram isso. Não há a mais remota possibilidade de crescimento econômico resultar de um regime fiscal de congelamento de gastos correntes e de investimento. Crescimento econômico, numa situação de depressão como a que estamos vivendo hoje, exige ampliação de gastos fiscais, sejam gastos correntes, sejam investimentos. Essa é a primeira lição de uma economia estimulada por métodos keynesianos. O efeito do crescimento do déficit fiscal é imediato, como reconhece o próprio documento do Meirelles, só que é mascarado por um raciocínio falacioso sobre o aumento da dívida, que, na verdade, cai em relação ao PIB.

Quarto efeito: emprego e renda. Outra absoluta falácia. Emprego e renda são resultantes de uma economia em crescimento e só aparecem na primeira fase de um processo de expansão quando frutos de uma política deliberada de gastos públicos deficitários – deficitários, sim, nunca congelamento de despesas.

Já o crescimento derivado da ampliação de gastos públicos deficitários contribui para a expansão do emprego e da renda, gerando um círculo virtuoso de crescimento da economia e reduzindo a relação dívida/PIB. Só o crescimento da economia e o aumento do PIB podem reduzir essa relação dívida/PIB. Não há outra maneira!

O quinto efeito do Meirelles: mais recursos disponíveis para investimento e consumo, diz ele, com o raio dessa PEC do Fim do Mundo. É inteiramente falso! Absolutamente falso! Na medida em que o setor púbico congela gastos orçamentários, é imediatamente reduzida a demanda de bens e serviços do próprio setor público sobre a economia privada, congelando as oportunidades de investimento e consumo reais – não financeiros, mas reais.

Se a economia está em depressão, como é o nosso caso, o setor privado, mesmo que tenha recursos disponíveis para investimento, como de fato tem, aplicados na dívida pública, não realiza investimentos reais porque não tem demanda. Conforme o mencionado, se não temos demanda, como é que aprofundamos a recessão que deprime ainda mais a demanda?

O sexto efeito do Meirelles, desta mágica que ele anuncia com um encarte de 26 páginas aos Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senadores – que não comparecem a esta nossa discussão, parecem não ter interesse em realmente saber o que se pretende. O sexto efeito: ele fala na queda de juros estrutural. E eu pergunto aqui ao economista e à professora: o que quer dizer queda de juros estrutural? É uma palavra ao vento! Isso não significa rigorosamente nada! Esta é mãe de todas as falácias!

A taxa básica de juros no Brasil, chamada Selic, nada deve às forças do mercado ou mesmo ao regime fiscal proposto pelo Meirelles; obedece exclusivamente às determinações do Copom, que, por sua vez, condiciona as decisões do Banco Central. Não existe nenhuma mágica nisso! É política de governo; é decisão do Copom e do Banco Central! E o Banco Central, em última instância, é ele que determina a taxa de juros e, na prática, ele obedece a determinações do mercado financeiro especulativo, comandado pelo Bando Itaú e pelo Bradesco, que são quem nomeia os membros do Banco Central. Está lá o Ilan Goldfajn, o ex-diretor do Bradesco; e o antigo presidente do Banco de Boston, o nosso Meirelles, no Ministério da Fazenda. Afirmar que a taxa de juros estrutural – aliás, ninguém sabe o que é isto: taxa de juros estrutural – vai cair por conta do regime fiscal proposto é uma tentativa sórdida de enganar a sociedade brasileira e preservar uma política monetária criminosa.

Conclusão: se as postulações de Meirelles são todas falsas, quais são, afinal, os objetivos ocultos contidos na PEC 55, na PEC do Fim do Mundo?

Em síntese, trata-se de dar o passo final na construção do Estado mínimo, conforme a pressão constante sobre a economia brasileira exercida pelos formuladores do famoso e já conhecido consenso de Washington. É o fim do Estado social! É a precarização do Estado, com a prevalência absoluta de um Banco Central controlado pelo mercado, pelos banqueiros e pelos rentistas! É a precarização do Parlamento, com a influência pesada do capital financiando candidaturas e partidos, que não obedecem mais a ideologia e programa alguns e se transformam em mandaletes simples de seus financiadores.

Por isso, talvez, eles não apareçam num debate como este. Não querem prestar contas à sociedade, não querem debater as razões pelas quais aprovam a PEC 241/55, porque simplesmente estão cumprindo o mandato que lhes foi outorgado pelo dinheiro que financiou as suas campanhas.

Se as postulações de Meirelles são todas falsas, quais são afinal os objetivos da PEC do Fim do Mundo? Em síntese, trata-se de dar o passo final para a construção do Estado mínimo, conforme a pressão exercida na economia brasileira pelos formuladores do Consenso de Washington. Para isso, é fundamental destruir o incipiente Estado de bem-estar social que construímos ao longo de décadas, a fim de garantir espaço para a especulação financeira. Isso se constata pela proposição de congelamento do valor real dos direitos sociais previstos na Constituição, com o silêncio absoluto, completo, em relação a medidas para gravar tributariamente o sistema financeiro. O sistema financeiro brasileiro não paga imposto. Quem paga imposto é o trabalho. O sistema financeiro brasileiro está isento de qualquer contribuição social, mas eles querem cortar previdência social, querem cortar aposentadoria, querem cortar educação e querem cortar salários.

Eu não diria aqui demagogicamente a vocês que não há correções a fazer nas medidas compensatórias do Brasil, que não são necessárias algumas correções às distorções da aposentadoria, mas são correções pontuais. A essência é o juro do pagamento de uma dívida que nunca foi auditada. (*Palmas.*)

Lembrando, Fattorelli, que, em 1980, o Federal Reserve americano, que é um banco privado americano, aumentou – porque nós tínhamos, no período militar, contratado empréstimos com juros flutuantes – 20% unilateralmente. Se esses 20% não tivessem sido aplicados, sem mesmo fazer auditoria da dívida, nós não deveríamos mais nada, a dívida pública não existiria.

Minha gente, eles se recusam a gravar financeiramente o sistema financeiro. Embutido está nessa PEC, igualmente, o propósito de reverter o processo de industrialização brasileira, a fim de nos tornar uma economia exclusivamente agroexportadora, com um mínimo de mão de obra e salários relativamente mais baixos em relação ao resto do mundo.

O Vice-Presidente norte-americano, na Argentina, outro dia, numa visita que fez a esse país vizinho, perguntava a empresários e líderes políticos da administração pública desse país: por que vocês querem a industrialização se vocês são o celeiro do mundo?

Minha gente, o celeiro do mundo, com agricultura de tecnologia avançada e mecanização, significa desemprego. Brasil, celeiro do mundo, e o povo passando fome? Não há absorção de mão de obra. Então, a intenção é nos transformar numa economia agroexportadora, com uma mão de obra mal remunerada em relação à mão de obra remunerada em outros países do mundo.

Isso se daria com uma fraca contribuição ao mercado interno, que, de outra parte, se considerará indispensável, tendo em vista a forte concentração de terras. E propõe, paralelamente, a venda de terras a fundos de pensão e a grandes investidores estrangeiros. Não há nenhuma preocupação. Pelo contrário, estão acabando com todos os projetos da pequena e média agricultura e da agricultura familiar rural, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

responsável por 70% daquilo que vem à nossa mesa, que é responsável pela diversidade e pela qualidade do alimento que alimenta o conjunto da população brasileira.

Então, minha gente, é uma nova divisão do trabalho. Nós somos o celeiro do mundo e, mais uma vez, somos o Brasil para os outros, e não o Brasil para os brasileiros. A manipulação financeira, ao final, há de coroar, no modelo Meirelles, a desestruturação da indústria como consequência de uma política cambial assassina da produção interna.

Falam em poupança, mas estão aumentando a gastança com emendas parlamentares, com aumento a corporações privilegiadas da estrutura pública, com favores, nomeações e indicações políticas em empresas públicas. Enfim, a gastança é para garantir, na implantação da PEC do Fim do Mundo, o Estado mínimo, com o Brasil sendo aviltado no concerto das nações e na divisão internacional do trabalho.

A política cambial assassina está avançando no Brasil. O real valorizado acaba com a possibilidade de exportação da indústria brasileira, que já vem sendo liquidada, a bem da verdade, há décadas.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA (*Fora do microfone*.) – Isso acaba com o nosso mercado interno, não é?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Isso acaba com o mercado interno também. Não há demanda, acaba o mercado interno.

Diante da obsessão com o tema, convém considerar que o valor absoluto da dívida pública não é relevante para a avaliação da saúde financeira de um país. Relevante é a relação dívida/Produto Interno Bruto, ou seja, a dívida como proporção do Produto Interno Bruto. A nossa dívida pública é uma das menores do mundo e não é mais em dólar, porque, quando os Estados Unidos baixaram a remuneração dos seus títulos para um valor negativo – hoje está em 0,5% ou, no máximo, em 0,3% –, ela se interiorizou. Então, não temos essa famosa dívida em dólar, o que faz da emissão de moeda, feita com cuidado e com responsabilidade, mais um instrumento importantíssimo no enfrentamento da crise.

Mais importante do que a própria relação dívida/Produto Interno Bruto é a taxa de juros que remunera a dívida pública, normalmente fixada pelo Banco Central. Uma taxa de juros baixa aplicada a uma dívida pública elevada, como é a dívida pública dos Estados Unidos ou a do Japão, por exemplo, como é a dívida japonesa e a americana, não traz qualquer complicação ao país. A dívida pública deles é fantástica, mas a taxa é baixa e, portanto, administrável. Entretanto, uma taxa de juros alta, aplicada ao alvedrio dos bancos e dos rentistas, ou uma taxa mesmo baixa implicam uma tremenda transferência de renda do setor público, quando a taxa é alta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...tirando dos pobres em geral e dando para especuladores financeiros credores da dívida pública.

Vejamos a situação brasileira e a americana.

Nos Estados Unidos, os títulos públicos são remunerados, no máximo – não é o caso agora, porque está 0,25 a 0,50 –, a 3%. No Brasil, a 12%, na média. Com isso, pagamos relativamente muito mais juros sobre a dívida pública que os americanos, embora a dívida deles seja da ordem de US$16 trilhões e a nossa de R$4 trilhões, uma diferença simplesmente fantástica.

O que nós concluímos das exposições feitas, da intervenção da Senadora Vanessa e dos nossos convidados é que é extremamente fácil demolir essa proposta ideológica de Estado mínimo. O neoliberalismo falido na Europa, uma espécie de zumbi de projeto econômico, pede asilo, e está conseguindo asilo no Brasil pela incapacidade de entendimento da economia global ou por uma tremenda má-fé por parte do Governo.

Eu, pessoalmente, nunca vi o Michel Temer, que é o presidente do meu Partido, falar em diminuir salário, em acabar com a industrialização, em entregar o petróleo e liquidar a Petrobras. Mas, provavelmente, a ambição e a vaidade de ser Presidente fez com que aceitasse o patrocínio, o financiamento e a assessoria de ideólogos que não têm nenhuma relação mais com o Brasil. Os rentistas e os banqueiros não são mais brasileiros, não o são pelo que ganham, não o são pela sua renda, não o são porque não pagam imposto, não o são pelo seu processo civilizatório. Doentes, procuram hospital norte-americano ou europeu, não têm mais contato algum com o País e, lamentavelmente, mandam no Brasil.

Agora, por que o Senado inteiro não está nesta audiência pública? Porque nós temos uma *blitzkrieg* da imprensa liberal, financiada pelos interesses do capital vadio e do mercado financeiro, vendendo a ideia de que a PEC 241/55 é benéfica para o Brasil. E aqui, dentro do Congresso, lamento dizer, ou não entendem e não querem entender nada de economia e de história ou estão absolutamente interessados – e só interessados – nisso, na sua própria reeleição, na nomeação de alguns cargos e em algumas emendas que podem levar ao seu Município.

A isso acrescento uma denúncia recente, que ainda não comprovei em profundidade: de que a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Federação das Indústrias de São Paulo montou um caixa fantástico para garantir não só o *impeachment*, mas a aprovação desta PEC do Fim do Mundo.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

Obrigado pela possibilidade que deu a mim, nesta reunião, de uma forma absolutamente antirregimental, de fazer, junto com os nossos expositores, a colocação das ideias que o meu gabinete viabilizou de ontem para hoje sobre a PEC.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foi muito importante, Senador Requião. Aliás, brilhante como sempre. Com um excelente conteúdo, com certeza, a sua exposição ajuda muito no debate e na compreensão de quem está acompanhando estas discussões.

É importante dizer que temos várias entidades aqui. Quero também anunciar a presença aqui do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, também do Conselho Federal de Assistência Social e do Dieese. Além disso, sei que nós estamos sendo assistidos por muitas pessoas via TV Senado e também ouvidos pela Rádio Senado.

Eu queria agradecer a contribuição que recebi aqui, via Alô Senado ou pelo nosso *site*, da Laede Ribeiro de Almeida, do Luciano Benedito David, do Luiz Oswaldo de Souza Arantes, do Leonardo Leite, do Jarllys Salgado Silva, do Alan Sucupira, da Neusa Silva, do Lucio Palheta, do Claudinei Fernandes da Silva, da Andrea Cristina Barbosa de Matos, do Cesar Michiles, do Antonio Edson Dias Junior, Admara Titonelli Ferreira Gouvea, José Francisco dos Santos, Lucas Ramos Silva, Aline Tays, Henrique Luiz, Cintia da Silva e Ricardo Vaz – todas contribuições que têm chegado. Há muitas propostas, como acabar com recursos do Fundo Partidário, acabar com o salário dos políticos – a propósito, a Senadora Vanessa já fez uma exposição aqui sobre isso; aliás, eu e ela temos um projeto de lei que reduz o salário dos Parlamentares, mas que até agora não foi posto em votação, está tramitando há mais de um ano aqui na Casa. Também há perguntas sobre o impacto na educação, na Previdência, na assistência, e algumas manifestações em defesa da PEC.

Queria agradecer todas as manifestações e o acompanhamento que estamos tendo. Isso mostra a importância dessa matéria e de debatermos e explicarmos, porque uma parte considerável da população ainda não sabe do que se trata. É um tema abstrato, uma PEC que coloca teto nas despesas. É diferente da discussão da reforma da Previdência, que as pessoas sabem que vai mexer com a idade mínima, com o salário, com o tempo de aposentadoria. Aqui é mais abstrato. Então, conforme nós vamos discutindo e falando, as pessoas vão entendendo do que se trata.

Então, agradeço muito a quem está nos assistindo e agradeço muito aos nossos expositores aqui e aos Senadores que estão participando.

Lamento, mais uma vez, que o Governo não tenha mandado representante. É a quarta audiência pública em que não vem ninguém do Governo, seja do Ministério da Fazenda, da Casa Civil ou do Ministério do Planejamento. Eu acho um equívoco isso, porque, se o Governo quer aprovar essa matéria, precisa vir aqui explicá-la. E se tem tanta certeza de que ela é justa e correta, não deveria fugir do debate, deveria vir aqui enfrentar esse debate. (*Palmas.*)

Eu só posso ter como conclusão da ausência do Governo o fato de ser uma matéria difícil de enfrentar – não é, Senador Requião? –, difícil de convencer.

Nós vamos continuar fazendo as audiências públicas, teremos mais audiências na CAE. Depois quero passar, para todos os que nos estão acompanhando, o nosso calendário, porque achamos de grande relevância esse debate. É a principal alteração da Constituição Federal desde que ela foi aprovada, em 1988. Nós nunca tivemos outra proposta de emenda à Constituição dessa envergadura. Ela mexe consideravelmente nos direitos cidadãos colocados na nossa Carta Magna.

Passo a palavra agora para o nosso Senador Paulo Rocha.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente Gleisi?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu só queria avisar que estou deixando aqui, sobre a mesa, uma cópia impressa da exposição que acabei de fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta Gleisi, colegas Senadores e Senadoras, eu acho que as intervenções dos nossos dois convidados já colocaram por terra todo o conteúdo que a PEC traz para o debate no Congresso Nacional; e a intervenção do Senador Requião expressa exatamente a posição de um conjunto de Senadores que têm resistido ao processo desse trator neoliberal que se instala no nosso País através do *impeachment,* colocando o Temer como Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da República. Na verdade, com todo respeito que ele deve ter como Presidente de um partido importante, o PMDB, que teve papel importante na história da democratização do nosso País, acho que o Sr. Temer foi colocado ali mais como uma marionete neste projeto que se implanta no nosso País.

Eu li uma notinha hoje, Presidenta, de que a CAE é o último reduto de resistência a este processo de debate no Senado Federal, que ainda estamos insistindo, etc., resistindo quanto a essa questão.

Eu queria exatamente dirigir minha intervenção para os nossos convidados que estão aqui na plateia, dos movimentos sociais, dos setores organizados da sociedade. Ficou claro aqui, nos debates que estamos colocando, que esta PEC não mexe com o processo da economia do nosso País, do ajuste fiscal, etc., ela mexe com os ganhos que ao longo dos últimos tempos, pós-ditadura militar, a própria sociedade organizada construiu, desde a mobilização para construir na Constituição brasileira avanços de uma visão de um Estado social, como esse processo de consolidação da democracia no nosso País. O que está em jogo aqui é de novo a derrocada, o desmonte do Estado social para implantar de novo o chamado Estado mínimo, através do projeto neoliberal. Já houve uma tentativa muito forte no período do Fernando Henrique Cardoso, mas com a derrocada deste projeto em outros países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países da Europa, eles voltam, como disse o Senador Requião, ao Brasil como...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Zumbis.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Zumbis. Mas V. Exª usou outro termo interessante... Demos guarida a eles ou...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Asilo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim, asilo a esse projeto.

E o que fazem em uma situação dessa? Minoritariamente na sociedade, minoritariamente nos setores organizados da sociedade, tentam imprimir um processo desse através de um Estado autoritário, com uma visão autoritária. E não medem esforços para fazê-lo, vide aquela cena que apareceu na ocupação dos jovens – na verdade, não são só jovens, há até crianças no meio –, resistindo à questão da mudança do ensino ou à questão dos cortes na educação, aquela cena de dois jovens algemados sendo presos, num processo de resistência que os estudantes fazem dentro de uma escola para poderem chamar a atenção da sociedade brasileira, mas chamar a atenção principalmente das autoridades, para que se discuta com a própria sociedade esses problemas, essas saídas para o nosso País.

Aquela é uma cena do retrocesso da democracia e do Estado de direito, do Estado social que conquistamos no nosso País. É assim que serão implementadas as políticas do Governo Temer, através de uma visão autoritária que usa a imprensa novamente. Se usaram a imprensa para golpear a democracia tentando pregar o caos no País, na economia, na democracia, agora a imprensa é usada para esconder os seus objetivos finais. Por isso a grande imprensa não cobre uma audiência como esta, exatamente para não transferir para a sociedade a verdade que está posta sobre o seu projeto político.

Então, depois, há fortemente um projeto de repressão em cima dos movimentos sociais, aqueles que estão organizados para reagir, com a criminalização daqueles que defendem outro projeto político, outro projeto de País. Por isso, esta é a situação que está em jogo: o Estado social sendo desmontado, conquistado pela população organizada, pelos setores organizados pela democracia, desde a implantação de uma nova Constituição.

Um conjunto de direitos que serão quebrados e avanços na própria economia que serão quebrados através dessa PEC nós conquistamos na Constituição de 1988, com grandes mobilizações, com grandes lutas sociais, para colocar na Constituição brasileira uma visão de Estado social, que agora está sendo quebrado apenas por uma maioria eventual construída com mil interesses colocados aqui no Congresso Nacional.

Para isso eu queria chamar a atenção do nosso movimento social, da chamada sociedade organizada. Aqui não é à toa que eles conseguem colocar umas notazinhas, porque aqui há uma resistência política, exatamente num conjunto de partidos e de Senadores que resistem a isso, não só para assegurar a democracia e as conquistas que esta democracia alcançou e avançou, um Estado de direito que se consolidou principalmente no governo Lula, com avanços importantes que chegaram para a população e agora estão sendo quebrados por esse processo, através de uma lei, como disse a nossa Drª Esther.

Se uma lei tivesse essa capacidade de consertar todos os problemas do País, com certeza, outros presidentes, outros governos já tinham feito. Então, ela tem realmente o objetivo de quebrar o avanço e a instalação, de uma vez por todas, de um Estado social e regredir para um Estado mínimo do projeto neoliberal no nosso País. Isso nós temos de compreender.

Chamo atenção, porque aqui nós somos minoritários nessa resistência. Por isso a ideia de trazer vocês aqui para participarem deste debate político, participarem desta audiência pública, porque isso não pode ser obra de um governo, não pode ser obra do Congresso Nacional, é obra para corrigir e resolver os problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do nosso País. Com tantas diferenças sociais ainda, com tantas diferenças de desenvolvimento, com tantas diferenças regionais, é fundamental que se traga para dentro do Congresso Nacional a chamada sociedade organizada. Por isso que nós defendemos aqui que se discuta em audiências, que haja mais audiências públicas, para poder chamar o conjunto de estudiosos da sociedade organizada, para buscar soluções para os problemas do nosso País.

Por isso, eu queria chamar a atenção para o número de Senadores que ainda temos aqui, para que o movimento social venha, de uma vez por todas, para dentro do Congresso, pressionar não só os partidos, mas também os Senadores, quanto ao caso que está na nossa mão agora, para votarmos. Vocês estão vendo que eles estão processando isso, querem votar quarta-feira na CCJ, e, no dia 13 de dezembro, terminar a votação aqui no Senado Federal, para que, ainda neste ano, o Temer promulgue a PEC, para poder valer já para o Orçamento de 2017. Inclusive, o Orçamento que está sendo discutido aqui, na visão deles, já está sendo discutido e implantado aqui, no debate, com a visão da aprovação desta PEC para o Orçamento de 2017.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, só para ler aqui e para vocês terem em mente, até para provocar a força e a mobilização dos movimentos sociais sobre os partidos. Neste *bunker* de resistência dirigido pela companheira Gleisi encontram-se a Bancada do PT, com dez Senadores; um companheiro da REDE, um Senador; uma companheira do PCdoB, uma Senadora; do PSB, dois; o nosso bravo companheiro Requião; e talvez um do PDT. Portanto, são 16 Senadores que estão aqui neste processo de resistência.

E é fundamental conhecermos esses números para que o nosso movimento social verifique quem está aqui. Vocês viram que o Governo não aparece, nem os representantes do Governo, Senadores de partidos aliados ao dele. Vocês viram que aqui estava um, mas, depois de ver a intervenção dos nossos dois convidados, saiu de fininho, para não enfrentar as verdades e os debates políticos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Paulo Rocha.

E acho que, mais do que ser um espaço de resistência, de oposição, que nem considero que seja isso a CAE, é a Comissão que discute a parte da economia brasileira, das finanças. Então, seria um ultraje não termos a iniciativa de chamar audiências públicas para fazer esse debate. Eu não tenho como colocar a pauta da CAE para ser votada, porque nós temos geralmente dois tipos de projetos que tramitam aqui: um tipo que é de aumento de despesa e o outro que é de isenção tributária. Os dois tipos de projetos majoritários que tramitam nesta Comissão colidem frontalmente com a proposta de emenda constitucional que nós estamos discutindo.

Então, não há justificativa fazer audiência deliberativa na CAE antes de discutirmos essa PEC. Não há justificativa. Aliás, o Senado não deveria mais discutir projeto algum. Esta é a principal matéria deste Senado e do País. Por isso que é importante fazermos as audiências públicas.

Eu lamento, de novo, que o Governo não venha; foi chamado para todas. Este aqui é um espaço democrático, e é institucional. Então, todo mundo tem direito de falar, de defender a PEC, colocar suas razões, como também de falar contra. Agora, é lamentável que o debate não se estabeleça.

Eu queria, antes de passar...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, antes de passar para eles, faltou eu fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nas nossas intervenções e reações, temos falado muito nos cortes das questões sociais – educação, saúde, etc. Por outro lado, o Governo tem um argumento, que eu acho que é forte e que cala no movimento social, de que acham que vão resolver o problema do desemprego no País.

Então, eu queria que vocês comentassem um pouco sobre essa questão do desemprego, porque acho que é fundamental dialogarmos também nesse processo. Realmente, é uma mazela que está sobre o movimento social, sobre os trabalhadores, a questão do desemprego. Mas, ao que me parece, essa PEC também não resolverá esse problema.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito boa lembrança, Senador Paulo Rocha.

Antes de passar a palavra à Profª Esther e ao Dr. Júlio para fazerem considerações sobre as falas dos Senadores, e depois nós vamos abrir para o Plenário, eu queria ler um pequeno texto que recebemos. Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

é um texto maior, eu peguei algumas partes dele. Mas eu queria ler porque acho de grande relevância o que esse texto fala. Ele diz o seguinte:

> A PEC do teto em si não provê instrumentos para que o Governo federal ou os governos locais possam ajustar seus orçamentos em caso de descumprimento do teto. Como se pode notar no gráfico a seguir [eles apresentam um gráfico], dado que previdência, salários, saúde e educação são [mais] rígidos, todo o ajuste do teto recairá sobre um conjunto determinado de despesas, que terá que passar de 7,9% do PIB para 2,3% do PIB. Ou, em termos nominais, nota-se que as chamadas "despesas discricionárias" passarão de R$136 bilhões [é esse gráfico aí] para R$26 bilhões em 10 anos [vão reduzir], uma queda significativa que parece impraticável aos olhos de hoje. Logo, será crucial fornecer condições para que os governos locais e o federal possam cumprir o teto sem que sejam forçados a um corte tão drástico dessas despesas, que envolvem investimentos, programas sociais e outros gastos discricionários.[...]
>
> A principal reforma para viabilizar o teto dos gastos é a da Previdência.[...]
>
> Caso, alternativamente, saúde e educação sigam as atuais vinculações constitucionais e sejam mantidas dentro do guarda-chuva da PEC [é o que o Governo está dizendo, que saúde e educação não sofrerão cortes], o teto simplesmente não será sustentável, mesmo que o gasto com discricionárias e outras obrigatórias caia a zero.[...]
>
> Portanto, o efeito positivo e disciplinador do teto dos gastos será plenamente percebido se vier acompanhado de reformas que sejam efetivas em assegurar flexibilidade orçamentária para sua execução.

Este texto aqui não é de nenhum economista que é contrário à PEC, muito pelo contrário, este texto aqui é do Bradesco, um banco que apoia a PEC e que, na realidade, diz exatamente o que estamos dizendo. Ou seja, se disser que não vai haver corte em saúde e educação, o Governo está mentindo, porque, se mantiver saúde e educação, mesmo que cheguem a zero as outras despesas discricionárias, e mesmo que cheguem a zero as outras despesas obrigatórias, não consegue manter a PEC. Essa PEC só é sustentável se houver a reforma da Previdência e houver outras desvinculações constitucionais.

Então, isso tem que ficar claro para a população, porque estão vendendo um remédio que não irá melhorar o paciente. Na realidade, irá matá-lo se for aprovada conforme está.

Eu queria passar para a Drª Esther por cinco minutos, para o Dr. Júlio Miragaya também por cinco minutos, e depois nós abriremos para quem está participando no plenário.

A SRª ESTHER DWECK – Senadora, eu havia pedido justamente para mostrar alguns últimos gráficos que eu não tive tempo de mostrar. Inclusive, eu fiz uma apresentação grande, que vai se tornar pública, e há coisas que eu sabia que não ia dar tempo de mostrar mesmo. Eu havia trazido justamente isso para mostrar que o gráfico que mostrei é idêntico ao do Bradesco. Ambos são isentos, são puramente aritmética. Eu vi muita gente falando: "Não, é uma questão aritmética". É só cortar alguns gastos e você consegue ampliar outros.

A Senadora Vanessa até disse que, para manter saúde e educação nos mínimos constitucionais, poderíamos cortar em outras áreas, como ciência e tecnologia, o que, por si só, já seria uma escolha errada. Na verdade, é exatamente o que a Senadora falou agora: mesmo cortando em outras áreas, não é possível manter os mínimos constitucionais atuais de saúde e educação, se for feito o teto da PEC da forma como está.

Na verdade, é isto: a queda necessária das despesas a ser feita anualmente... De novo, o fato de crescer só com a inflação não significa que não há queda. O Governo fala muito isto: "Não, a gente não está cortando em termos nominais, a gente está mantendo em termos reais". Isso não é verdadeiro. Em setores como saúde, por exemplo, a inflação é acima do IPCA, assim como o PIB tem uma inflação maior que o IPCA, que é a cesta de consumo das famílias. O PIB representa o que foi toda a renda gerada, que foi exatamente o que o Júlio falou aqui. No caso da saúde, a inflação é maior. Então, no caso da saúde, corrigir pelo IPCA significa queda real, queda em termos do PIB e, o mais grave de todos, queda por cidadão. E se pegarmos o envelhecimento, como a Senadora Vanessa falou, por quem utiliza o sistema de saúde, a queda ainda é mais drástica.

Então, é importante dizer que não é uma questão de escolha. Se o teto estivesse congelado em termos do PIB, poderíamos até discutir uma questão de escolha. Com a queda em percentual do PIB anual, não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

questão de escolha, são cortes sucessivos, é uma austeridade contratada pelos próximos 20 anos, que acaba...

Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Medicina eletrônica produzida fora do País, e os farão todos patenteados com sais básicos feitos fora do País. Isso não tem nenhuma relação com a inflação interna, o IPCA e o aumento do preço, que será ao alvedrio dos seus proprietários de patente.

A SRª ESTHER DWECK – Obrigada, Senador.

Eu acho que uma coisa importante é que, além de necessariamente impor, como já foi demonstrado aqui, um corte em todas as despesas sociais, inclusive saúde e educação, principalmente porque a única das medidas da PEC que justifica uma emenda constitucional é a retirada dos mínimos constitucionais, todos os outros incisos poderiam ser feitos ou por lei ou por ato administrativo do Governo, não precisava nem de lei para fazer. Então, todos os outros não demandariam uma emenda constitucional. A única das medidas que demanda medida constitucional é a desvinculação de saúde e educação. É a única que realmente está mexendo na Constituição. Você está constitucionalizando uma coisa que não era constitucional, que era o nosso regime fiscal, e que não é constitucional em quase nenhum país do mundo. Por quê? Porque justamente você precisa de uma flexibilidade nos momentos em que a economia muda. Se você não tem essa flexibilidade, você tornou sua política fiscal inútil do ponto de vista de intervenção na economia. Ao contrário, está contribuindo para uma queda do crescimento.

Senador, em relação ao desemprego, até aproveitando a fala do Senador Requião, eu pedi para mostrar aqui um gráfico, que é o último da minha apresentação.

O Governo tem comemorado muito essa subida da linha azul. A linha azul é o índice de expectativa industrial. Se eu conseguir botar o marcador ali... A linha azul – está vendo, na pontinha ali? – subiu. O Governo está comemorando muito isso, dizendo: "Está vendo? Foi só aprovar a PEC na Câmara que as expectativas melhoraram, e agora a economia vai".

Para você retomar o crescimento do emprego e a redução do desemprego, eu preciso que a economia cresça. Não existe milagre para o desemprego, ele depende de a economia crescer.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ESTHER DWECK – E o Governo tem acentuado muito aquela subida da linha azul como sendo a grande demonstração de que a economia vai voltar. Só que eu chamo atenção para a linha vermelha, que é o grau de utilização da capacidade instalada da indústria. O que significa isso? Ela está no nível mais baixo desde 2003, o que significa que as empresas não têm nenhum incentivo a voltar a investir. Se a gente olhar os estoques, também estão altos; elas também não têm incentivo a produzir.

É exatamente o que o Senador Requião falou. Eu nunca vi nenhum empresário decidir investir porque foi aprovada uma medida de ajuste fiscal. Não faz sentido. Ele gera um aumento de expectativa ali que é quase uma... Estão torcendo para dar certo. Mas, quando a gente olha os dados reais da economia, eles todos pioraram recentemente.

E o que é mais grave, este aqui é quanto a demanda interna e a demanda externa contribuem para o crescimento. Em 2015 e 2016, acumulado até o segundo trimestre, a demanda interna está caindo de forma vertiginosa. Se a gente não conseguir reverter aquilo, não vai ter como a economia se recuperar.

E dos três que contribuem ali, que são as famílias, as empresas e o Governo, o único que tem coragem de reverter aquilo é o Governo. Portanto, a única maneira de voltar a economia crescer, voltar a haver melhora no índice de emprego e desemprego, é se o Governo voltar a gastar para poder estimular a demanda interna, para voltar a subir.

Quando a demanda externa no Brasil está alta, em geral, o crescimento é baixo. A gente brinca que há uma depressão liderada pelas exportações no Brasil. As exportações só são relevantes, ou o setor externo, quando a economia cai e as importações caem junto. Elas jamais...

Desculpe, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mais do que isso, a instabilidade deriva do envolvimento de uma boa parte do Governo e do comando do próprio Congresso na Lava Jato.

A SRª ESTHER DWECK – Ah, sim, porque a gente continua também com um fator que foi importante em 2015, que é a instabilidade política, concordando com o Senador.

Portanto, eu acho que a gente deveria ir para as soluções alternativas à PEC, porque a PEC não vai solucionar o problema fiscal, ainda por cima. Ela vai fazer um desmonte do Estado de bem-estar social sem resolver o problema fiscal, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E qual é a intenção da PEC? É o Estado mínimo.

Na verdade, a pressão que origina essa PEC não tem, como tentei deixar claro na minha exposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito a ver com o Michel Temer. São os interesses geopolíticos de países desenvolvidos e os interesses do capital financeiro nacional e internacional querendo engessar para o próximo governo ou para qualquer próximo governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eles não estão levando em consideração a possibilidade de manutenção deste Governo que veio depois do *impeachment* da Dilma. Eles estão pensando em engessar o Brasil definitivamente.

Agora, você imagine se abrem a venda de terras brasileiras para interesses estrangeiros num momento de dificuldade. Eles compram a metade do País. E depois garantem isso como? Garantem isso com força armada. E não é a nossa.

A SRª ESTHER DWECK – Bom, depois dessa fala do Senador, eu deveria até parar. Mas eu só queria fazer uma última fala sobre as alternativas à PEC, porque eu acho que a gente faz críticas, mas existem alternativas. A PEC não é a única solução para o nosso problema fiscal. Inclusive, talvez, de todas as alternativas, ela seja a pior, com risco de não resolver a situação fiscal.

A gente precisa, sim, fazer uma discussão de regra fiscal, ir para uma regra que seja mais ajustada ao ciclo econômico, dar mais flexibilidade para o setor público poder atuar, justamente contrário ao que acontece com o setor privado. A gente precisa fazer uma discussão séria sobre juros no País, como foi falado tanto pelo Senador Requião quanto pelo Júlio.

Outra discussão central é sobre a tributação no Brasil. A gente tem um sistema extremamente regressivo, como já foi dito. E, o mais importante de todos, sobre medidas que retomem o crescimento. Sem a retomada do crescimento nem a situação fiscal melhora nem o desemprego melhora. E a PEC não vai resolver isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estamos transformando isto aqui num bate-papo a dois. Estamos tentando elaborar uma proposta alternativa à 241, suportada em algumas ideias do *New Deal*, ou seja, do Ford, do Taylor, do Keynes e do pai disso tudo, que é o Hjalmar Schacht, o alemão que consertou a economia alemã. A origem disso é uma ideia do Ford, que dizia para o Roosevelt que a automação na linha de montagem, as ideias do Taylor, da especialização e da escala na indústria como métodos científicos para mudar a indústria americana, iam causar uma superprodução que levaria a uma crise, porque não havia consumo. Então, o Ford propunha diminuição da carga horária e aumento do salário mínimo. O Roosevelt criou o salário mínimo norte-americano e diminuiu a carga horária. Então, é por aí.

Essa PEC está revogando todo o conhecimento histórico e econômico de solução de crises de países do mundo. Esse negócio é uma loucura e é absolutamente ideológico. Acho que a gente não deve se preocupar mais com os gráficos, porque vocês desmontaram, demoliram, os gráficos do Governo. É ideológico, é o Estado mínimo.

Agora, a volta do Brasil à condição de produtor de *commodities*. Você aplica o raciocínio do Ford. A agricultura de alta escala vai alimentar o mundo, é o celeiro do mundo, mas é uma agricultura que desemprega. Então, nós teremos o Brasil produzindo para o mundo com o povo sem ter o que comer. Qual é a consequência disso? Fico pensando na Colômbia. Você já ouviu falar nas maras, aqueles grupos de jovens que se organizam em quadrilhas de 40 a 50 mil pessoas? Que têm ritos iniciáticos que se suportam no assassinato de pessoas, roubos e assaltos? Nós vamos levar a uma desordem do tecido civil brasileiro inimaginável! A conclusão é que esse pessoal está doido, ideologicamente doido! Eu não proponho outra coisa que não seja uma medida de segurança, o internamento dessa gente e uma nova eleição, assim como uma discussão política, que eles não querem fazer com o conjunto do País.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Requião. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É importante o que o Requião fala para os nossos movimentos sociais. Eles estão tão loucos, não sei se é nesse sentido, ideologicamente, que querem, numa cajadada só, acabar com a CLT, tirar da Constituição brasileira os avanços que conquistamos em 1988 e eliminar os avanços sociais de inclusão social que os governos dos últimos tempos alcançaram.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Só para arrematar a conclusão do Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Requião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O mais terrível é que, de repente, a nossa nova Presidente ou Presidenta, não sei bem como é que a gente trata essas figuras depois da Dilma, propõe uma reunião para discutir a segurança interna do Brasil com o Exército. As Forças Armadas brasileiras cuidam das nossas fronteiras, não estão preparadas para a segurança interna. Então, o que fico imaginando é a precarização do Estado, que vai se transformar num gendarme para conter a revolta justa do povo. A precarização do Parlamento já existe, o Parlamento não quer discutir nada, está financiado pelo poder econômico e responde ao poder econômico, não responde a programas partidários nem a ideologias, e a ideologia é a ideologia neoliberal dos financiadores.

E a precarização definitiva do trabalho, acabar com a CLT e substituir pelo convencionado que se superpõe ao legislado. É o tripé da reação do capital contra o Estado social, mas não é só aqui, é no mundo inteiro. Eles estão moribundos na Europa, eles faliram, esse projeto faliu, esse projeto quebrou a Itália, quebrou a Espanha, quebrou Portugal, acabou com a Grécia. E esse projeto moribundo, na forma de zumbi, pede asilo aqui, com o esforço da mídia e o apoio desse pessoal que no Parlamento está subsidiado e financiado pelos interesses econômicos – financeiros, não são nem econômicos; interesses do capital vazio. A Bíblia chama isso de Mamon. E Mamon, na Bíblia, não é nem outro deus nem o diabo; Mamon é uma palavra que em hebraico quer dizer dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Requião, passo a palavra ao Dr. Júlio Miragaya.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Eu queria cumprimentar os Senadores que estiveram aqui presentes, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Roberto Requião, o Senador Paulo Rocha, que entenderam exatamente isso que a Presidente Gleisi colocou aqui: que esta é uma Casa para esse debate. Esse tipo de debate tinha que ter aqui a presença de todos aqueles Parlamentares que estão ali listados e que, infelizmente, só cinco aparecem assinalados.

Essa questão, Senador Paulo Rocha, do desemprego, a Esther já colocou e o Senador Requião também. Essa é uma peça de ficção, quando o Meirelles diz.... Aliás, entre tantas que a Esther aqui já desmistificou, de que só com essa PEC vai gerar emprego, só com essa PEC vai crescer, só com essa PEC a dívida vai ser controlada. São palavras aos ventos porque não significam nada. E é impressionante que isso venha do Ministro da Fazenda.

Esta discussão de forma açodada, na verdade, eu entendo a motivação do Governo. O prazo curto de pouco mais de um mês, um mês e meio, é porque se a discussão vai para a população, ela toma as ruas, a aprovação dessa PEC não passaria no Congresso. A pressão da população impediria que passasse. As pessoas não estão tendo a verdadeira dimensão do que representa esse conjunto de medidas, e, como foi dito aqui, não para na PEC, porque o desdobramento vem com a reforma da Previdência e vem com a reforma trabalhista, não tenham dúvida disso. Ela é o passo inicial.

Então, eu fico imaginando aqui, Senadora Gleisi, se não poderíamos, depois dos encaminhamentos, pensar, juntamente com todas as entidades aqui presentes e com outras que não estão presentes, em um instrumento a que recorríamos em outras épocas, que é a elaboração de uma cartilha. Que possamos disseminar essa cartilha, na forma de milhões de exemplares, nos sindicatos, nas escolas, nas associações de moradores, entidades empresariais, micro e pequenos produtores, que vão perder muito com essa PEC, na medida em que vai haver esse processo de exclusão. Não podemos nos esquecer nunca de que boa parte da recuperação da economia brasileira se deu a partir das pequenas e microempresas que se beneficiaram do processo de inclusão social. E o retrocesso social vai impactar esse segmento também.

Como bem disse o Senador Requião, quem está ganhando com isso é o setor financeiro. Esse não está preocupado com o aumento de produção, com desindustrialização, com nada disso. O que importa para eles são os ganhos financeiros, o restante não faz parte da preocupação desses segmentos.

Então, eu acho que a gente devia pensar seriamente nisso, na produção de material. Porque eu não tenho visto. Sinceramente, não tenho visto.

Estou vendo ali o Ismael, da CUT, e o João Paulo, da CTB. Eu acho que temos que trabalhar, articular, trabalhar e produzir milhões de cartilhas para que o povo, nos terminais rodoviários, no metrô, nas estações ferroviárias, possa tomar conhecimento de como a PEC 55 piora a sua vida. Não é difícil demonstrar isso de forma didática para essa turma.

Eu queria também lembrar aqui, Senadora, da possibilidade, numa próxima audiência, de convidar o economista Marcelo Medeiros, do Ipea, que tem feito excelentes intervenções sobre essa questão. Recentemente, ele deu uma entrevista ao *Valor Econômico*, em que diz exatamente que o ajuste envolve não só despesa, mas receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Ou seja, é essa dimensão da receita que está sendo absolutamente ignorada pelo Governo.

O Senador Requião também colocou com muita propriedade, assim como a Senadora Vanessa, que, na verdade, isso não é uma invenção deste Governo, isso vem de cima. Eu tenho visto "recomendações" – entre aspas – do Fundo Monetário Internacional, da OCDE, de que nós nem fazemos parte, mas eles tomam a liberdade de sugerir os caminhos para o País, e todos vão nessa linha. E o Governo segue fielmente as determinações dessas instituições.

É curioso, vários deles citam o México como exemplo a ser seguido, como se o que acontece do ponto de vista social no México fosse alguma coisa a ser copiada por qualquer país do mundo. O México é uma tragédia do ponto de vista social, é uma tragédia. Há um total desamparo aos idosos, um total desamparo às crianças, é um país hoje dominado por gangues. O Senador se referiu a gangues na Colômbia, o México vai na mesma linha. E, de forma cínica, essas instituições sugerem o México como exemplo a ser seguido pelo Brasil.

Há outro aspecto importante. Recentemente saiu uma pesquisa do jornal *Valor Econômico* feita com os 199 principais empresários do País. Dos mil maiores, 199 responderam a pesquisa, que perguntava qual era o problema central do Brasil. A pergunta era bem objetiva. Oitenta por cento responderam: PEC, reforma da Previdência e reforma trabalhista. Doze por cento ainda falaram de taxa de juros e quatro por cento de política cambial. Dezesseis por cento dos empresários da nossa elite ainda têm algum cérebro. Agora, tão somente um por cento respondeu que o problema central é educação, dois por cento, que o problema é corrupção, e um por cento, que é emprego.

Aquilo que efetivamente se perguntasse a qualquer pessoa do povo brasileiro, ela iria colocar exatamente no centro:...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – ... educação, emprego e combate à corrupção. O combate sério, e não esse falso combate que se faz. E, na verdade, a preocupação deles é exatamente o que o Governo está propondo: PEC, reforma trabalhista e reforma da Previdência. Oitenta por cento desprezam emprego, desprezam educação. É essa elite empresarial que nós temos.

Eu vi que os dois principais – peço desculpa, Senador, pois são do seu partido – defensores dentro do Governo da reforma da Previdência têm sido o Ministro Geddel Vieira Lima e o da Casa Civil, Eliseu Padilha.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Pois é. E eu me surpreendi ao ler uma matéria em que constava que o Geddel se aposentou com 51 anos e o Padilha, com 53. E eles querem fazer com que o trabalhador rural do Norte e do Nordeste do Brasil, que tem a expectativa de 63 anos, se aposente aos 65. É de uma...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Já que o senhor se referiu ao meu Partido, eu quero fazer a defesa dos dois. Essa aposentadoria de 57 e 53 era importantíssima, porque eles tinham deixado de servir para alguma coisa com essa idade. (*Risos.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Ainda bem que, felizmente, se aposentaram.

Para finalizar, eu insistiria nessa questão. Aqui a CAE tem um papel importantíssimo. Eu mais uma vez aqui destaco essa iniciativa de realização de outras audiências públicas, até porque as pessoas a quem interessaria fazer essa discussão não estão vindo aqui para discutir. Então, eu acho que tem de haver uma pressão efetivamente de base, e essa pressão tem de se dar a partir de uma mobilização.

A gente sabe que o tempo é curto, pouco mais de um mês para votação em segundo turno. O primeiro turno será ainda daqui a vinte e poucos dias. Mas eu acho que, se não houver essa mobilização, a gente vai ter, aqui no Senado, ouvidos de mercadores, pois não vai ecoar. E o que vai prevalecer vai ser o que o Senador Requião disse: eles vão obedecer às determinações que vêm de outras instâncias e não efetivamente do povo brasileiro. Por isso eu acho que está na hora de a gente se mobilizar e correr contra o tempo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Dr. Júlio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Diga, Senador Requião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu acho que não é só a mobilização contra a PEC 241/55. É apresentar uma alternativa. Você fala no plenário contra a PEC, alguém pergunta lá atrás: mas qual é a alternativa que vocês apresentam? E nós estamos tratando disso. Hoje, inclusive, o meu gabinete, o gabinete da Gleisi e o gabinete de uma série de Senadores estão discutindo uma possibilidade de apresentarmos um substitutivo geral do ponto de vista do interesse nacional para superar a crise. Eu queria convidar os dois palestrantes a nos assessorarem nessa empreitada.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Requião.

Aliás, eu quero dizer que, na audiência passada que nós tivemos aqui, nós tínhamos dois convidados – do Ipea, não foi o Marcelo Medeiros quem veio – para falar exatamente sobre tributação progressiva e a alternativa que a gente teria à PEC 241, que não só o corte de despesas.

Queria só fazer uma ressalva aqui. Grande parte dos Senadores não está hoje presente porque nós só conseguimos aprovar o requerimento de audiência pública na terça-feira. E, como ontem foi feriado e não haveria sessão deliberativa, os Senadores acabaram por não estar em Brasília. Então, eu tenho de falar isso, abrindo a verdade. O que a gente se ressente é da falta das lideranças do Governo, que deveriam estar aqui, porque sabiam disso e estão em Brasília, e também do representante do Governo, para poder expor as contrarrazões do que estamos criticando aqui.

Terça-feira, quando vamos ter uma audiência pública, às 10h, conjunta entre CCJ e CAE sobre esta matéria, espero que a gente tenha um número considerável de Senadores – e também na CDH. Nós estamos confirmando os nomes. Hoje, no final da tarde, nós vamos ter o nome dos expositores. Nessa, o Governo disse que vai mandar representantes. Eu espero realmente que mande.

Eu queria somente, antes de passar a palavra a quem está inscrito no plenário, dizer que, no *site* do Senado (www.senado.gov.br), existe uma consulta sobre a PEC 55: se as pessoas são favoráveis ou não. Lá se explica, um pouco, a PEC. E, vejam, não é o *site* da CAE, já quero dizer, é o *site* institucional do Senado. E não foi a CAE, não fomos nós que formulamos a questão que está lá. Portanto, é da instituição Senado Federal.

Nós já temos, como participantes, 18.307 que concordam com a PEC, e 290.685 que discordam da PEC. (*Palmas.*)

Então, eu acho que isso mostra – e tem que mostrar para os Senadores – que há um movimento contrário na sociedade. Isso tem que chegar aqui no Senado da República.

Então, quem tiver interesse em participar da enquete – não é uma enquete da CAE, não é uma enquete da oposição, é uma enquete institucional do Senado – é só entrar no www.senado.gov.br.

Nós já temos aqui inscritos para falar a Drª Maria Lucia Fattorelli, também uma representação dos estudantes da UnB, e o Iago Campos, da UNE.

Eu queria pedir para quem quer falar que levante a mão, pois vou pedir para a Camila, que é a secretária da Comissão, pegar o nome. Eu só queria pedir que pudesse ser um representante por entidade, senão nós vamos levar muito tempo. E que pudesse se ater a cinco minutos, porque daí, no encerramento, tanto a Profª Esther...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não seguindo o exemplo dos Senadores que abusaram do tempo. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por exemplo, o Senador Requião, que respeitou muito o Regimento Interno, hoje, nas suas colocações. Mas, daí, depois, a gente ainda tem que ouvir a Profª Esther e o Presidente do Conselho, Dr. Júlio.

Então, eu queria passar para a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, para, num prazo de cinco minutos, fazer a sua exposição.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Muito grata, Senadora Gleisi.

Fica aí o pedido para que a gente possa contribuir numa próxima audiência pública, pois temos muito a contribuir para esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Neste momento, eu queria, já que está sendo feita uma proposta alternativa com o Senador Requião, com a senhora e com os demais, que fosse levada em conta a proposta que saiu da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, que é uma PEC de controle dos gastos com a dívida. Esse é o gasto mais abusivo do País. Os gastos com a dívida pública consomem quase a metade do Orçamento federal todo ano e estão completamente fora dessa PEC. Aliás, a PEC congela os demais gastos – só os primários – e deixa de fora os gastos financeiros, que são os mais abusivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, que nessa proposta alternativa, Senador Requião e Senadora Gleisi, seja, por favor, considerada essa proposta que saiu da frente parlamentar. Não é nem uma proposta somente da nossa associação.

Adicionalmente, nossa associação protocolou, na última sexta-feira, junto à Presidência do Senado e junto a cinco comissões, uma denúncia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Nós recebemos.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Sim, porque a PEC fere vários dispositivos constitucionais. Ela, primeiro, burla o art.167, inciso III, da Constituição. Esse artigo diz o seguinte: que somente se pode emitir dívida pública para pagar despesas de capital, que são as despesas de investimentos ou de amortização da dívida pública. Atualmente, já está sendo feita uma burla a esse dispositivo, pagando-se juros, pagando-se despesas de *swap* cambial, pagando-se remuneração da sobra de caixa dos bancos nas operações compromissadas. Tudo isso está embolado na conta dos chamados juros da dívida de forma inconstitucional.

Na medida em que a PEC congela tudo, todas as despesas primárias, e diz que tudo que sobrar vai para a dívida, ela está burlando esse dispositivo constitucional que diz que somente podem ser destinados ao pagamento da dívida pública aquelas despesas de capital, e as despesas correntes são limitadas.

A PEC burla isso, e burla também o art. 3º, que trata dos objetivos fundamentais da República, como as brilhantes exposições da Drª Esther e Dr. Júlio mostraram. O desenvolvimento do País vai ficar inviabilizado. E este é um dos princípios fundamentais da República: a erradicação da miséria e da pobreza, que também está inviabilizado.

O Art 6º da Constituição, que trata de todos os direitos sociais, está inviabilizado, totalmente descumprido por essa PEC.

Aliás, eu quero ressaltar aqui nota que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) expediu em repúdio a essa PEC por conta dos danos aos direitos sociais.

Essa PEC modifica um dos princípios da Constituição Federal. A Constituição estabeleceu piso mínimo para saúde e educação e considerou essas duas pastas como dever do Estado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E o que a PEC faz? Em vez de falar em piso mínimo, transforma isso em teto. Então, veja bem, mudou-se um princípio constitucional aqui. O Constituinte disse: "O mínimo que se pode gastar com saúde e educação é isto...". A PEC agora transforma esse piso mínimo em limite, em teto. Isso é um absurdo.

Além disso, essa PEC ainda favorece esquema financeiro fraudulento. O §6º do art. 102 da PEC deixa fora do teto despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes, aí incluídas empresas estatais que estão sendo criadas nos últimos anos.

Olhe bem que contradição, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Nós estamos há 20 anos privatizando as nossas empresas estatais estratégicas e lucrativas. Privatizamos as hidrelétricas, as empresas de comunicação, todas as empresas estratégicas e lucrativas. Estamos criando empresas estatais que emitem debêntures, um esquema de financeirização muito semelhante ao que quebrou a Grécia. E a PEC, que congela todas as despesas primárias, destina recursos para esse tipo de empresa, que já está funcionando em Belo Horizonte. Lá nós temos a PBH Ativos S.A.; em São Paulo, a CPSEC. São ilegais. No Paraná, a PRSec; em Porto Alegre, a Investipoa e várias outras estão sendo criadas por aí, em um esquema fraudulento que cria dívida pública e transfere recursos públicos para o setor financeiro privado sem transparência alguma.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Então, olha quantas ilegalidades! Por isso, nessa denúncia, nós estamos reivindicando a sustação da tramitação da PEC 55 no Senado a fim de instituir, nos termos do art. 279, incisos I, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, em todas as comissões que guardem relação com o que está tratado na PEC, uma comissão de peritos para realizar diligência, para comprovar tudo isso que os economistas e todos os depoentes nessas comissões têm vindo denunciar aqui. É preciso criar comissão de perito para realizar diligências, apurar os efeitos reais da PEC em relação aos temas dessas comissões, averiguar os aspectos de ilegalidade apontados nessa denúncia.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Senadora, o Regimento do Senado permite isso, permite criar uma comissão de peritos para comprovar todos esses reais objetivos que estão por trás dessa PEC e, enquanto isso, sustar. Isso está no Regimento.

Então, se nós tivermos uma grande força aqui por parte dos Senadores para sustar o andamento dessa PEC, com o apoio dos movimentos sociais e para que, enquanto isso, seja construída essa alternativa que o Senador Requião colocou aqui. Lembramos que, nessa alternativa, temos que colocar a questão do privilégio da dívida, que é o gasto mais abusivo que existe no País. É um gasto totalmente inconstitucional, porque estão utilizando títulos da dívida pública para pagar juros. Isso fere o art. 67, inciso III, da Constituição. Estão usando títulos da dívida pública para pagar prejuízos de *swap* cambial,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... prejuízos com remuneração da sobra de caixa dos bancos e, por fim, prejuízos que o Banco Central acumula devido à sua política monetária suicida, contrária aos interesses do País, a serviço dos bancos nacionais e internacionais.

Muito grata. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço à Drª Fattorelli.

Com certeza, nós lhe faremos um convite para participar de uma audiência pública aqui.

Agora, a representante da ocupação da UnB, Verônica Veloso.

É a Verônica que vai falar pelos estudantes da UnB? (*Pausa.*)

Então, por favor, Verônica.

A SRª VERÔNICA VELOSO – Primeiramente, fora Temer!

Em segundo lugar, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores e expositores e todas as entidades aqui presentes. A gente está em uma situação ou conjuntura nacional que está difícil, e é muito bom que a gente possa se apoiar.

Eu acho que não é possível falarmos sobre a PEC sem falarmos nas ocupações que estão acontecendo. Eu acho que os expositores e todo mundo que falou até agora já conseguiu desmascarar todas as justificativas que o Governo dá para poder implementar a PEC. São justificativas completamente sem fundamento. Então, eu não vou me alongar muito nisso.

Nós vamos falar um pouco sobre o que está acontecendo na UnB e sobre a ocupação, porque eu acho que é muito interessante. A gente queria falar sobre como a ocupação iniciou. Ela iniciou com uma assembleia de 1,4 mil alunos. São muitas pessoas. É um movimento nacional. Várias universidades federais estão sendo ocupadas, várias escolas estão sendo ocupadas. Nós estamos nos preocupando em fazer o inventário de tudo que está dentro das ocupações para que a gente não utilize nem prejudique nenhum patrimônio público; pelo contrário, estamos tentando manter um ato sem violência, tentando manter o diálogo com outras entidades e também com a reitoria da universidade.

A gente gostaria de falar também que a UnB tem, como todo mundo sabe, um histórico de movimento estudantil e a gente está ressurgindo isso, a gente está ressignificando o movimento estudantil hoje. E a gente está fazendo isso porque, infelizmente, a situação do País não está de acordo com as necessidades da educação. A gente não pode prejudicar a educação ainda mais do que ela está sendo prejudicada.

Foi aprovado durante as assembleias gerais da ocupação que nós somos contra os retrocessos da educação, contra o retrocesso da PEC, contra a medida provisória e contra a Lei da Mordaça. Nós estamos nos posicionando contra tudo isso e gostaríamos de ter o apoio de todos vocês.

Nós estamos vindo aqui porque eu acho que a gente tem que manter esse diálogo mesmo com o Governo e com as outras entidades. E todas as entidades que ainda não estão se articulando com a ocupação, por favor, venham falar com a gente.

A gente também gostaria de lembrar a todos que infelizmente a mídia não está do nosso lado. Eles nos retratam como – perdoem-me o vocabulário – vagabundos e vândalos que estão invadindo as universidades, mas a gente gostaria de relembrar que não é isso que nós estamos fazendo, nós estamos ocupando tudo pacificamente e com a legitimidade das assembleias dos estudantes. Infelizmente, a gente não está tendo a mesma resposta de alguns movimentos das universidades, alguns movimentos civis, que estão agindo com muita hostilidade com a gente. Nós tivemos bombas sendo jogadas dentro de ocupações.

Então, a gente gostaria realmente do apoio de vocês e que vocês possam articular essa mensagem para quem vocês conhecem, articular essa mensagem de que a ocupação está correndo de uma forma pacífica e de que nós estamos abertos a qualquer tipo de apoio que vocês queiram nos dar.

No mais, eu acho que é isso, lembrando novamente que nós somos contra a PEC 55 e nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

continuar com as ocupações até que o Governo nos dê uma resposta positiva em relação a isso.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Verônica.

Eu quero informar aos alunos da UnB, ao pessoal que está aqui, que nós fizemos uma audiência pública na segunda-feira, na Comissão de Direitos Humanos, que eu e a Senadora Fátima coordenamos, exatamente para falar sobre educação e os impactos da PEC 241.

Havia representações de todos os setores da educação: trabalhadores em educação, professores, estudantes secundaristas e universitários. Foi uma audiência muito rica. E uma das questões que nós falamos foi exatamente do movimento que os estudantes estão fazendo, que é um movimento pacífico, um movimento ordeiro, um movimento que quer chamar a atenção para o desmonte da educação. E não podem ser tratados, como disse aqui a Verônica, como se fossem vagabundos, vândalos, porque não são.

A população de um país democrático tem direito de fazer contestação, tem direito de fazer reivindicação. E os estudantes, assim como os professores, sabem que, se aprovada essa PEC, com certeza, não haverá recursos nem para manter o que já existe em termos de educação hoje no País e que, nós sabemos, não atendem às necessidades de desenvolvimento do Brasil. Não haverá dinheiro para manter os *campi* universitários, para manter os institutos federais, para contratar e manter os salários dos professores.

Então, acho que o movimento que vocês fazem é um movimento que chama a atenção do Brasil. Quero aqui – claro que não faço isso em nome institucional da CAE porque não tenho como fazê-lo –, em meu nome, dizer que vocês podem contar com a nossa solidariedade e também com a dos Senadores que estiveram aqui hoje pela manhã. (*Palmas.*)

Queria passar a palavra agora para o Iago Campos, que é um representante da União Nacional dos Estudantes.

O SR. IAGO CAMPOS – Muito bom dia a todos e a todas!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Cadê o Iago? Levante a mão.

O SR. IAGO CAMPOS – Aqui.

Queria saudar a nossa Presidenta da Comissão, Senadora Gleisi, todos os Senadores, Parlamentares, movimentos sociais, cidadãos e cidadãs dispostos a lutar e a resistir contra esses retrocessos que estão impondo a nós.

Meu nome é Iago, sou estudante de história da UnB e da direção executiva da UNE. Estou aqui para passar o recado e a opinião da União Nacional dos Estudantes neste momento muito grave que vive a democracia e a política brasileira. Nós fizemos uma luta muito intensa contra o golpe que se instituiu neste País. Fizemos grandes mobilizações na universidade e sabemos que agora esse projeto pretende instituir um novo projeto de Nação para o nosso País, um projeto que é retrógrado, que é neoliberal, e sobretudo que beneficia o privado em detrimento do público. Nós sabemos que essa PEC vem nesse sentido.

A gente sabe – e aqui foram expostas com muita qualidade – quais são as falácias que essa PEC coloca, porque, afinal de contas, é nisso que se baseia o Governo brasileiro para tentar passar algo que é completamente absurdo: em falácias. A imprensa brasileira, as campanhas que defendem o ajuste e o teto de gastos no orçamento público brasileiro, se pautam em mentiras, em confusões econômicas, em confusões teóricas, para que as pessoas acreditem que existe uma finalidade, quando na verdade, se trata daquilo que eu falei mesmo: um projeto de Estado, ou seja, esvaziar o Estado brasileiro e entregar os serviços fundamentais para a iniciativa privada.

Nós, da universidade pública brasileira, temos muita consciência disso, e por isso nós estamos nos organizando, porque ao colocar um teto de gastos, primeiro, você impede que a demanda aumente, e nós estamos em uma demanda crescente nas universidades públicas brasileiras. Mais do que dobraram o número de vagas, de projetos, de professores, de tudo nos últimos cinco, sete anos. Então, dobrou-se, portanto, a necessidade de assistência e permanência estudantil. Com o teto de gastos, você impede o aumento desses investimentos. Logo, você vai estar jogando para fora da universidade pública um número muito grande de estudantes, fazendo com que a iniciativa privada abocanhe essas vagas e, com certeza, vai se apoiar em outras iniciativas de isenção que o Governo vai dar para essas universidades.

Portanto, isso é um ataque à universidade pública, e nós estamos resistindo a isso. Estamos resistindo de que maneira? Com mobilizações que têm acontecido em todos os cantos deste País, porque o Governo não nos escutou. A imprensa não parou para falar conosco. Qual foi a forma que nós tivemos, que os estudantes brasileiros tiveram, para chamar a atenção da sociedade? Parar as escolas e as universidades. Foi assim, foi dessa maneira que nós chamamos a atenção da sociedade para esse debate. Ou será que, se as escolas e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

universidades não estivessem ocupadas, a sociedade estaria nesse patamar de debate da PEC em que nós estamos agora?

Então, elevamos o debate na sociedade e elevamos porque não houve espaço para diálogo. Por isso precisamos radicalizar, radicalizar nas ocupações, que são pacíficas, que se propõem ao diálogo, que são abertas e que convocam a sociedade brasileira a debater a PEC 241 e a PEC 55, e não o que fazem a imprensa e outros grupos políticos contrários ao nosso movimento tentam fazer passar.

A nossa política é de diálogo, de debate, mas que precisa ser radicalizada porque em nenhum outro espaço da sociedade nos foi dada voz. E quando não nos é dada voz em espaços da sociedade, nós iremos fazer nos darem voz. É com esse sentido que as ocupações vêm, e vêm num momento muito rico de valorização da democracia e da participação social, porque nesses espaços as pessoas estão desenvolvendo valores de participação social e de democracia.

Tivemos na UNB, na segunda-feira, a maior assembleia das últimas décadas, foram mais de 1.400 estudantes reunidos para debaterem a PEC. E não parou por aí. Desde terça-feira, têm acontecido assembleias consecutivas nos cursos, paralisando todos os institutos. E isso não é só na UNB, é em mais de 150 universidades já ocupadas em todo o País. Este é um momento rico de participação social. E os estudantes têm consciência do que tem sido debatido, porque não vamos ficar só nas ocupações. Estamos vindo aqui ao Senado e viremos mais vezes para debater aqui e para fazer pressão também. E vamos dialogar com os Senadores nos Estados, levamos as nossas pautas aos prefeitos, para que possam dialogar com os Senadores porque eles também serão prejudicados por isso.

É este o nosso intuito: chamar a atenção, convocar para o debate, dialogar com os Senadores e, sobretudo, dizer que esse discurso que tem sido feito em defesa da PEC é um discurso falacioso. E nós iremos desmontá-lo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Iago.

Com a palavra, agora, João Paulo, da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Senadora, demais convidados, primeiramente: Fora Temer.

Bem, acho que o que foi dito para nós, e a capacitação, eu vou no que o Júlio falou. Acho que nós das centrais, os companheiros Israel e outros, já temos um calendário de luta. A Senadora Gleisi passou agora o calendário e disse que não vai mudar.

Provavelmente estaremos hoje em todos os Estados com as entidades presentes firmando um compromisso e pressionando Senadores que estão fazendo um desserviço à sociedade. Nesse desserviço à sociedade é dito para a gente o seguinte: o que vai ser feito para a sociedade daqui a 20 anos? O questionamento que estamos fazendo, inclusive digo por mim: onde estará o JP daqui a 20 anos? Não vai estar, talvez. Quantos de nós estaremos vivos daqui a 20 anos? O que faremos para as nossas famílias? O que faremos para a universidade? Como estará a nossa saúde? Esses são os questionamentos.

E, se não vai afetar a saúde, Senadora e demais convidados, se não vai afetar a educação, exigimos que tirem do texto essas duas frases. Não vou nem falar da assistência. É só isso, e segurança pública. Tirem das mãos, tirem do projeto e coloquem: exceto essas áreas de atuação. Pronto. Está resolvido. Nós não queremos mais nada. É essa exigência que vamos ter, em todos os Estados, em todas as cidades, cobrando dos Senadores.

A outra questão – nós passamos para a Senadora também, e a Esther e o Júlio colocaram – é com relação a Singapura e Geórgia. São os dois lugares onde há esse mecanismo na Constituição de limite dos gastos.

O Júlio apresentou lá e nós estamos apresentando justamente também junto com a Maria Lucia Fattorelli. Nós vamos trabalhar numa emenda o que for necessário, porque achamos que temos que fazer o debate imediatamente.

O que pega, não sei se o Júlio colocou também, é quanto cada um gasta. Pelo que nós pudemos apurar nos documentos que chegaram, o que mais compromete pagamento é 5% do PIB.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Da receita, é isso, 5%. O Brasil está em décimo, você acabou de apresentar 10%, quase 11%. Isso para nós é um absurdo. Então nós temos que limitar também. A entrega total dos nossos recursos, a entrega total dos nossos investimentos nós deveremos talvez estar apresentando como emenda e dizer para a sociedade o que é isso.

É muito triste a realidade nossa hoje na nossa sociedade, para os trabalhadores, até por causa da mídia que está fazendo inverdade, colocando várias mentiras, um desserviço para a sociedade.

Nós precisamos combater, e o papel das centrais sindicais e do movimento sindical é nós estarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

unidos e coesos numa ação propositiva de convencimento da sociedade, nas praças, nas igrejas, em geral na sociedade.

Agradeço aos debatedores e tomo a liberdade também, Senadora, para dizer que há um debate do Ipea, feito pela Fabíola, Supino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá Benevides, que fala sobre os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde para efetivação do direito da saúde no Brasil. É um documento muito bom, uma nota técnica do Ipea. Acho que os que trabalham nos hospitais universitários, como outros companheiros da base da Fasubra aqui dentro, e outras áreas, acho que é importante convidarmos, juntamente com as centrais sindicais, porque nenhum debate foi feito com as centrais sindicais no espaço da Câmara.

Espero que a senhora também consiga fazer esse papel, e os representantes dos movimentos sindicais sejam ouvidos para fazer nossos argumentos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, João Paulo.

Até para esclarecer que esse trabalho do Ipea é muito bom, e a gente tem que lamentar porque os servidores que foram responsáveis por esse trabalho foram perseguidos no Ipea. Isso nunca aconteceu, porque o Ipea é um órgão, embora ligado ao Governo, que sempre teve muita liberdade.

Eu me lembro quando estava no Governo da Presidenta Dilma que havia diversas notas que questionavam atitudes e políticas do Governo. E isso era bom para a democracia, para debatermos.

Então eu quero lamentar muito porque os dois servidores, tanto a Fabíola como os outros servidores, foram perseguidos no Ipea, acabaram saindo dos seus cargos porque fizeram uma nota contrária à Proposta de Emenda Constitucional nº 55.

Passo a palavra ao Ismael José, que representa aqui a Central Única dos Trabalhadores.

O SR. ISMAEL JOSÉ CESAR – Em primeiro lugar, quero saudar, em nome da CUT, a Senadora Gleisi Hoffmann, por essa iniciativa extremamente importante e dizer para a Esther e para o economista Júlio Miragaya que a CUT comunga com essa mesma análise, com essa mesma leitura sobre o que o Requião falou aqui, que é a PEC do fim do mundo, mas que para nós da CUT, Senadora, na realidade é uma verdadeira declaração de guerra ao conjunto da classe trabalhadora.

Nós sabemos que para a PEC existir a reforma trabalhista precisa ser feita, o negociado tem que prevalecer sobre o legislado, ou seja, a CLT, se faz também a reforma trabalhista daí.

A terceirização virá em larga escala, ou seja, vão retomar com toda força o PL 4.330, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. E, com certeza, esse projeto vem com toda força aqui, no Senado Federal. Prevê o congelamento – porque, na prática, vai ser exatamente isso – dos salários dos servidores nos próximos 20 anos, porque, pela leitura aqui, é exatamente isso. Então, um importante setor da classe trabalhadora, os servidores públicos, terão seus salários congelados.

Então, como foi feita uma declaração de guerra por este Governo golpista, porque, desde o início, nós, da Central Única dos Trabalhadores, falávamos que o *impeachment* não era o *impeachment* contra a Presidente Dilma, não era o *impeachment* contra um partido, não era um ataque contra um partido, mas contra o conjunto da classe trabalhadora, essa PEC vem exatamente corroborar com esse pensamento, com essa análise que nós, da Central Única dos Trabalhadores, fazíamos com relação ao que seria e ao que será este Governo Temer.

Portanto, não esperem de nós rendição. Declararam uma guerra contra a classe trabalhadora, mas a classe trabalhadora não irá se render a este Governo. Aliás, já está havendo luta e muita luta. A ocupação dos estudantes nas universidades e nas escolas no País inteiro é uma demonstração de luta que a classe trabalhadora está fazendo. Nós, da Central Única dos Trabalhadores, fizemos um esquenta no dia 22 de outubro e fomos respondidos de norte a sul deste País, porque a classe trabalhadora já está entendendo o que significa, de fato, este Governo golpista, que está aí para implementar medidas contra os interesses da classe trabalhadora. Por isso, dia 22 de outubro foi um esquenta importante porque nós achamos que é necessário construir uma grande greve geral.

Estamos apontando aqui o dia 11 de novembro como mais um dia nacional de luta da classe trabalhadora, um dia de greve geral nacional neste País, e já estamos tendo resposta da perspectiva real de construção dessa greve geral.

E, como é uma declaração de guerra que este Governo está fazendo, a Frente Brasil Popular está se organizando também, como a Central Única dos trabalhadores. Estamos realizando um seminário agora no início de dezembro. Temos certeza de que haverá muita luta, muita resistência da classe trabalhadora. Inclusive, achamos que é extremamente importante que este Senado, diferentemente da Câmara dos Deputados, possa dar um retorno. Achamos interessante, por exemplo, a posição apresentada aqui pelo Senador Requião da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

possibilidade de se construir um substitutivo global a esse projeto, dialogando com os movimentos sociais, dialogando com as centrais sindicais, na perspectiva de apresentar uma alternativa a esse projeto, que é um projeto do capital, do rentista, da escória real da sociedade. E querem agora, mais uma vez, colocar no andar de baixo para a classe trabalhadora pagar uma dívida que não é dela.

Portanto, não haverá rendição por parte da classe trabalhadora. A Central Única dos trabalhadores, juntamente com as outras centrais e com a Frente Brasil Popular, organizará muita luta, muita resistência para impedir que esse projeto, de fato, venha a cabo e seja efetivado como projeto do fim do mundo.

Portanto, conte com a CUT nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Ismael.

Com a palavra agora a Sandra Teixeira, do Conselho Federal de Serviço Social. Só levanta a mão, Sandra. Está lá atrás.

A SRª SANDRA TEIXEIRA – Boa tarde. Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar a Senadora Gleisi pela organização da audiência pública, cumprimentar aqui todas as lideranças de movimentos sociais, os sindicatos, especialmente o movimento estudantil, seja nas escolas, nas universidades, nos institutos federais, que, de forma ousada, criativa e propositiva, tem ocupado os espaços da educação no sentido de defender uma educação crítica, socialmente referenciada.

Entendo que esse é um movimento fundamental no sentido de adensar as lutas contra uma avalanche que se coloca contra os direitos da classe trabalhadora. Classe trabalhadora essa que é diversa; classe trabalhadora essa que é composta por mulheres, homens, indígenas, negros e negras, e que, diante dessa PEC, vê uma profunda ameaça de uma tragédia, de uma deterioração das suas condições de vida.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social sempre estiveram na luta e, especialmente neste momento histórico, continuam na luta, porque nós somos contrários a qualquer medida que venha no sentido de retroagir nos direitos sociais que arduamente foram conquistados nesta sociedade.

No dia 30 de novembro, nós vamos realizar o Dia Nacional de Mobilização dos Assistentes Sociais, dentro de uma campanha intitulada "Nada a temer: continuamos na luta!" contra a regressão dos direitos sociais".

Então, em todas as unidades federativas, os Conselhos Regionais de Serviço Social estão se organizando, junto com outros sujeitos políticos – movimento estudantil, sindicatos, lideranças de movimentos sociais –, para fazer uma análise de conjuntura e de adensar a luta nas ruas.

Nós gostaríamos de dizer, ainda, que, no último Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, que aconteceu agora em outubro, em Cuiabá, nós aprovamos uma moção de repúdio à Câmara dos Deputados, que se furtou ao debate sobre a PEC 241. Furtou-se ao debate porque, nitidamente, não quis dialogar com a sociedade sobre os privilégios que estão no Judiciário e no Legislativo; não quis discutir e dialogar com a sociedade sobre a imensidão de recursos públicos que são transferidos principalmente para a fração rentista da classe burguesa no Brasil; não quis dialogar com a sociedade, e democraticamente, sobre a característica da tributação aqui no Brasil, que tão bem a Mesa colocou.

Eu gostaria de parabenizar as falas da Esther e do Júlio, que brilhantemente vão desconstruindo o discurso superficial do Governo e mostram, nitidamente, qual é a proposta deste Governo: é o Estado mínimo para as políticas sociais e o Estado máximo para o capital.

Essa é a verdadeira intenção aí colocada, e isso provoca sérios retrocessos no campo das políticas sociais, porque vai transformar as políticas sociais em medidas paliativas para atender àquelas pessoas que estão em situação extrema de miserabilidade. Essa é uma medida que se contrapõe a um patrimônio histórico conquistado pela classe trabalhadora que envolve uma dimensão fundamental, que é a dimensão dos direitos sociais; direitos sociais pautados na lógica da universalidade, pautados na lógica da gratuidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SANDRA TEIXEIRA – Ainda que não seja uma medida exclusiva para superar as desigualdades sociais neste País, entendemos que as políticas sociais contribuem em grande medida para a manutenção das condições de vida da classe trabalhadora.

Então, a PEC 241, por se colocar mais uma vez como um instrumento da classe burguesa para retornar ao que historicamente foi a condição do fundo público no Brasil, de financiar exclusivamente o capital. Em razão disso nós compomos um movimento coletivo e nos colocamos contrários à PEC.

Gostaríamos de reforçar que concordamos com essa proposta de elaboração de uma cartilha didática para termos mais um instrumento para dialogar com a sociedade as pressões junto aos Senadores e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

movimento para adensar as lutas.

E só para finalizar mesmo, eu gostaria de deixar aqui registrado que nesta manhã nós tivemos, na entrada aqui do Senado, num determinado momento, assim que nós chegamos, uma certa dificuldade para entrar na Casa, o que nos causou profunda estranheza porque sequer nos deixaram chegar até a recepção para pedir para ligar no gabinete. Então havia lá um representante da Polícia Legislativa que dizia que a gente teria que esperar esvaziar o plenário para depois ter condição de entrada aqui na audiência pública.

Como nós temos uma audiência na próxima semana, eu gostaria de deixar aqui registrado, porque ainda que haja a iniciativa aqui na CAE de fazer o debate público, lá na entrada eles estão tentando obstruir.

E agradecemos mais uma vez a assessoria do gabinete, que nos ajudou aqui na entrada.

Obrigada e desculpa...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Imagina! Eu agradeço, Sandra.

E quero pedir desculpas. De fato, nós depois entramos em contato com a Segurança do Senado. Acho que não justifica, aqui é a Casa do povo, e nós vamos tomar as providências para que na audiência pública de terça-feira, que vai ser uma audiência grande, as pessoas possam entrar. Vamos ter que providenciar salas extras para acompanhamento, porque acho que vai ser um debate muito importante para o Senado e para o Brasil.

E eu queria, Sandra, antes de passar para o próximo orador, dizer que a área de assistência social com certeza será uma das que terá maior impacto com essa Proposta de Emenda Constitucional.

Nós conseguimos tirar a assistência social de favor. Ela é uma política pública hoje do Estado brasileiro, e infelizmente, com as medidas que nós estamos vendo que querem fazer, reduzindo a 5% a população mais pobre, nós vamos voltar a ter a política de assistência social, que deixará de ser política para ser de novo um favor de Estado e de políticos, o que é muito ruim para a população brasileira. Então, com certeza, a área de assistência social, que lutou muito e conseguiu se colocar como política pública, a partir da Constituição de 88, vai ter que brigar muito agora para que a gente não tenha esse retrocesso.

Eu quero passar a palavra para o Romero Calmon, que é servidor da Universidade Federal da Paraíba, integrante do CNG Fasubra.

Pois não, Romero.

O SR. ROMERO CALMON – Comando Nacional de Greve, muito bem lembrado.

Primeiro, eu quero cumprimentar a Mesa, os Senadores presentes e aqueles que estão acompanhando através da TV Senado, mas especialmente todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País que se deslocaram até aqui para fazer este tão importante debate sobre a PEC, que não chamarei de 55, mas sim PEC da maldade, maldade que pune os pobres; PEC da morte, porque mata os investimentos em saúde e PEC dos ricos, porque são os únicos que vão ser beneficiados com a implementação desta Emenda Constitucional.

O que pude perceber através da apresentação da Professora Esther, também do Presidente do Conselho Federal de Economia, o Doutor Júlio, primeiro, é que o Governo quer fazer uma mudança estrutural na Constituição, baseando-se apenas em uma conjuntura econômica momentânea. Assim falou a Profª Esther. Segundo, porque essa mudança será inflexível para os investimentos em saúde e educação por 20 anos.

Outro ponto que pude perceber na claríssima apresentação do Dr. Júlio é que o Governo passa a conta dessa conjuntura econômica momentânea para os pobres pagarem de forma dura pelos próximos vinte anos, deixando os ricos que detêm o capital neste País se fartarem em um banquete pago com o suor e o sangue dos trabalhadores.

Portanto, Senadores e Senadoras aqui presentes e aqueles que estão acompanhando pela TV Senado, se V. Exªs votarem favorável a essa PEC, vocês estarão dando um tiro no próprio pé, porque quando V. Exªs baterem à porta do Governo em busca de recursos para investir nos seus Estados, receberão um não. E como explicar para seus eleitores que os senhores são os responsáveis pelo caos social que será imposto ao povo?

Nós, trabalhadores em educação, deflagramos uma greve contra principalmente a PEC 241/55 aqui no Senado. Nós tentamos nos mobilizar e o STF, dentro de uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores, tenta retirar deles o direito de greve, tentando impedir as mobilizações de todos os trabalhadores e servidores públicos deste País.

O STF deveria, sim, pedir ou impor, através de ações que lá tramitam, que o Governo implemente para os servidores públicos a data-base, que a Convenção nº 151, da OIT, determina e não ir de encontro ao movimento de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

O Senador Requião disse que teríamos que apresentar uma alternativa para a PEC. Eu não preciso ser um economista, Dr. Júlio ou Drª Esther, para dizer que a alternativa é combater a corrupção; a alternativa é taxar os ricos, é diminuir o lucro do capital; a alternativa é combater a sonegação fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Portanto, eu agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada Romero.

Agora a palavra com Gibran Jordão, representando a Fasubra.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Boa tarde a todos os presentes; saudações da Fasubra a todos os integrantes da mesa; quero cumprimentar pela intervenção dos palestrantes; uma saudação à Senadora Gleisi Hoffmann e a todos os Parlamentares presentes; uma saudação especial a todos os integrantes do Comando Nacional de Greve que estão aqui presentes, eu acho que faz parte, pelo menos deste Plenários, 80% deste Plenário são os companheiros técnicos administrativos das universidades que estão em greve desde o dia 24 de outubro e têm na sua pauta de greves um elemento central, que é a luta contra a PEC 241, agora, PEC 55, como também o cumprimento do acordo de greve de 2015.

Essa greve tem como objetivo se articular com as ocupações dos estudantes, que crescem a cada dia, começou nas escolas, foram para os institutos federais e, agora, vêm se ampliando nas universidades federais. Esta semana, os estudantes da UnB fizeram uma assembleia com mais de mil estudantes, contou com a solidariedade da Fasubra e vai contar, queremos construir ações unitárias. Amanhã, temos uma reunião entre várias entidades da educação de trabalhadores e estudantes que, se tivermos sucessos, vamos construir uma série de ações comuns que têm como objetivo derrotar essa iniciativa que visa destruir direitos, em especial, destruir a educação pública brasileira.

Estamos aqui, também, dentro do Senado Federal, para denunciar, como fizemos na audiência pública de segunda-feira, a decisão do STF, que colabora com o Executivo, que colabora com a maioria do Congresso Nacional, neste momento histórico que vive o País, que restringe o direito de greve, no momento em que os trabalhadores precisam lutar contra os ataques que estão sendo proferidos contra os nossos direitos.

Então, a despeito da crise política que existe hoje, no País, estamos percebendo o que é estratégico para a elite brasileira, para as grandes multinacionais, para os banqueiros, para o Fundo Monetário Internacional, há uma grande unidade entre os três Poderes para aplicar um projeto de ajuste fiscal, que visa dar um fôlego ao capitalismo, que está em crise, e para isso todas as iniciativas são para retirar direitos, atacar conquistas históricas, saquear recursos naturais e recrudescer as liberdades democráticas. É isso o que estamos vendo no País. Há greve da Fasubra em mais de 40 universidades, hoje, no País, e por isso a Fasubra quer se articular com as Centrais Sindicais, por isso, vamos construir o dia 11, que é um dia nacional de lutas, o dia 25 de novembro, também, que é outro dia nacional de lutas. Estamos querendo dialogar também com a proposta que os companheiros da Une vêm fazendo de construir uma caravana Brasília, com todo setor da educação pública brasileira, seja ensino superior, seja ensino médio, para que possamos colocar aqui milhares de pessoas, para dizer que não vamos aceitar esse projeto que visa a uma recolonização do País, que acontece, quando não existem mais investimentos para a produção de conhecimento no País, quando não existem mais investimentos para a educação pública, para a saúde, quando coloca o País em uma situação de mero exportador de matérias-primas, e não de um País que possa produzir conhecimento nos marcos de construir uma inserção soberana nos marcos da ordem mundial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBRAN JORDÃO – E queria dizer, para finalizar, o meu tempo já está no final, que seria muito importante que, mais do que uma posição dos Parlamentares que estão preocupados com a PEC 241 de votarem, denunciarem, achamos muito importante esta iniciativa de construir audiências públicas, de colocar o debate, de convocar a sociedade para o debate, mas também se posicionar contra outros projetos que também são tão nefastos como a PEC 241, como o PLP 257, que também já está vindo aqui para o Senado; denunciar o processo de terceirização, que o STF vai votar semana que vem, no dia 9 de novembro.

Pode ser que essa decisão do STF, caso a terceirização se amplie também, não só para atividades-meio, mas para atividades-fim, isso significa também destruir direitos, rasgar a Constituição Federal e a CLT, direitos históricos dos trabalhadores.

E por fim seria muito importante uma declaração da Bancada dos Senadores progressistas, dos Senadores do PT, denunciando a decisão do STF, que restringe o direito de greve. Hoje todos nós estamos ameaçados, todo o funcionalismo público. E a greve da Fasubra também está ameaçada, e nós precisamos de solidariedade. E aqui viemos também para solicitar esse apoio.

Um grande abraço da Fasubra. Agradeço a atenção e espero que a gente saia dessa batalha vitorioso, derrotando a PEC 241, a PEC do fim do mundo. E mais do que isso, derrotando o Governo de Michel Temer, um Governo ilegítimo. E nós achamos que a consequência central de toda a mobilização hoje unificada significa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

botar para fora um Governo ilegítimo, que não merece a confiança dos trabalhadores. É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Gibran.

Até para informar, o Senador Lindbergh, que é Líder da Bancada de oposição, já se manifestou em Plenário, inclusive sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao direito de greve, à votação que houve. E em relação também ao projeto de terceirização, nós vamos nos manifestar.

É lamentável que o Supremo esteja legislando. Esse projeto está no Senado, está sendo debatido, discutido. Nós não vemos por que o Supremo Tribunal Federal se adiantar à discussão do Legislativo – já passou pela Câmara – e fazer essa decisão de forma açodada. Às vezes me dá a impressão de que as dificuldades que o Governo tem para fazer com que projetos tramitem aqui no Legislativo, que sejam projetos mais difíceis, recorre ao Judiciário para que o Judiciário possa se manifestar. Isso inverte completamente a ordem democrática, os Poderes da República, a institucionalidade. É lamentável que isso esteja acontecendo. (*Palmas.*)

Então, como último inscrito, passo a palavra aqui ao Israel Borges, da Fenajud.

O SR. ISRAEL SANTOS BORGES – Bom dia – já é boa tarde, não é, Senadora Gleisi Hoffmann? Cumprimentos ao Júlio Miragaya, à Profª Esther, pela brilhante explanação, e por tudo que foi dito aqui.

Não vou repetir aqui o que foi dito, mas a posição da nossa Federação, também da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a CSPB, é contra a PEC 241, unindo-nos ao movimento nacional contra a retirada de direitos e nessa grande mobilização que vai acontecer agora no próximo dia 11, mobilizando todas as categorias do Judiciário no País.

Também publicamente, aproveitando o ensejo, quero repudiar a atitude do Supremo Tribunal Federal pela criminalização do movimento de greve no serviço público. Ou seja, é uma perseguição ao dirigente sindical, e nós que somos do Judiciário sofremos na pele essa perseguição, quando nós temos vários dirigentes sendo perseguidos Brasil afora pelas administrações dos tribunais. Então, nós aqui de público aproveitamos o ensejo para também repudiar a atitude do Supremo de se antecipar ao Congresso Nacional na discussão do Projeto de Lei de greve.

E quero dizer que a PEC 241, pelos números que foram apontados aqui, nos leva para um cenário catastrófico do ponto de vista da inclusão social, do ponto de vista de incluir as minorias no processo que a Constituição garantiu em 1988 o acesso ou aqui o Governo Federal pudesse dar amparo a essas populações menos assistidas financeiramente.

E nós temos visto que isso não é só algo que ataca o servidor público. E temos debatido isso Brasil afora e dizendo isso à sociedade, através das entidades, que a PEC 55 agora no Senado não apenas atinge o serviço público. E, quando nós abrimos a campanha do Governo – aí me assustou porque não só na rede aberta de TV, mas também na rede fechada, por assinatura –, vemos o que se diz sobre o ajuste fiscal: temos R$70 bilhões de déficit, precisamos aprovar a PEC 241.

Ou seja, ele vai trabalhar com a cabeça das pessoas dizendo: olha, precisamos aprovar a PEC para fazer o ajuste das contas do Governo. E, na realidade, ele não fala que ele tem que cobrar, segundo a AGU, os 135 maiores empresários deste País, que devem quase R$300 bilhões em sonegação de imposto neste País. Eles também não falam que tem que fazer a auditoria cidadã da dívida porque nós, hoje, gastamos quase 50% do que se arrecada no País com pagamento de juros. Não querem discutir isso, não querem trazer para este debate aqui e construir uma alternativa para a crise, para solucionar a crise. Uma crise que foi criada justamente para aterrar, para soterrar a classe trabalhadora deste País, retirando direitos, ali arrancando à força os direitos dos trabalhadores.

Porque a PEC prepara para uma reforma Previdência em que a maioria que está aqui não vai se aposentar, como o Prof. Júlio colocou. A média do Norte e Nordeste é 63 anos de idade para se aposentar, como é que se está projetando aposentadoria para 70 anos? Ou quando esse povo vai se aposentar?

Então, nós estamos olhando para o servidor público, que tem, sim, uma regra de aposentadoria, tem uma idade mínima já estabelecida na última reforma da Previdência e que está querendo, mais uma vez, postergar aqueles que vão agora se aposentar nos próximos cinco anos. E, mais ainda, acaba com a questão da aposentadoria para homem e mulher, ou seja, vai igualar a aposentadoria. O homem vai trabalhar no serviço público por mais cinco anos e a mulher, mais dez anos. E, pasmem, estão tentando ainda, pensando em levar isso para dez e para quinze para os homens. Então, é um absurdo isso.

Por isso, o movimento sindical, no País, está unido cada vez contra esse conjunto de maldades. Porque não é só a PEC 241, como colocou aqui o companheiro da Fasubra e da CTB, mas também o PL 54, que é também...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ISRAEL SANTOS BORGES – ...a questão da retirada de direitos, que nós, como movimento sindical, jamais vamos nos calar e silenciar. Vamos buscar, chamar a sociedade para o debate.

E aqui fica também o nosso repúdio à Câmara dos Deputados porque nós tínhamos mais de treze audiências públicas programadas na Câmara dos Deputados e simplesmente foi cassado esse direito pelas comissões temáticas daquela Casa. Uma verdadeira vergonha! Um repúdio ao Presidente daquela Casa, Rodrigo Maia, e àquela corja que está lá hoje, infelizmente, a serviço do Planalto, que trocou o direito do trabalhador por um prato de comida e criou o auxílio-marmita. Nós colocamos isso na mídia. O auxílio-marmita para Deputado, trocando ali o direito do trabalhador por um prato de comida. Enquanto a população vende o almoço para comprar a janta, os Deputados lá se venderam por um jantar para vender o direito do trabalhador.

Então, fica aqui o nosso registro em nome da Fenajud, o nosso repúdio à ação desse Governo que está aí, que entrou pela janela porque não foi eleito. E nós entendemos que um Governo que não passou pela urna não pode fazer reforma.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Israel. Vou passar agora a palavra o Prof. Júlio...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu fiz um, queria fazer um registro porque eu cometi um equívoco em não mencionar a pessoa que pensou naquela proposta de emenda, que foi o Presidente João Domingos, Presidente da CSPB. Desde que nós estávamos articulando, dentro da Câmara, dentro do plenário, os discursos de quase todos os Deputados eram referentes à Grécia, referentes à questão do PIB, etc., e aí ele veio à elaboração. E eu queria deixar o registro para a senhora de que ele é uma das pessoas, um dos mentores. E a gente já está divulgando aqui, pedindo apoio, mas é da cabeça do nosso Presidente, que fez isso. E eu queria deixar este registro para que a gente não cometa um grande equívoco.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Está registrado, João Paulo.

Então, eu passo a palavra agora, por cinco minutos, ao Presidente do Conselho Federal de Economia, Dr. Júlio Miragaya, para fazer as considerações finais.

Eu queria, até porque tudo de importante já foi dito em relação a essa questão, desde a desmontagem dessa falsidade plantada pelo Governo, infelizmente com o apoio da grande mídia brasileira, que funciona como um imenso filtro para que as informações possam chegar ao conjunto da população. A gente vê coisas realmente escandalosas acontecendo na mídia, que não tem nada de transparente, não tem nada de imparcial; pelo contrário. Mas aqui cabe a gente fazer esse esforço.

O Conselho Federal, através de uma discussão aberta, eu repito aqui, feita no seu plenário, traz convidados e representa o pensamento favorável e contrário à PEC. É assim que deve ser feito o processo, de uma forma livre, posicionando-se sobre essa questão. Evidentemente que a gente sabe que tem que ser feito ajuste nas contas públicas, mas não esse ajuste que está sendo feito. É um ajuste que vai penalizar a população mais pobre, não tenho dúvida alguma disso; vai representar um retrocesso social muito grande.

Repito aquilo que o Senador falou: há coisas que a gente não está mais acostumado a ver nas imagens de televisão, como quebra-quebra em periferia, saque em supermercado, aquelas hordas de flagelados. Não vamos esquecer que vivemos agora um momento de uma crise econômica profunda, coincidindo com uma grande seca no Nordeste. E as hordas de flagelados a que a gente assistia até alguns anos atrás, elas não estão acontecendo, porque, por mais tímido que seja, constituiu-se neste País o que a gente chama de um colchão de proteção social. Mas isso está em questão, isso está em risco.

A gente pode voltar a ter situações de que a gente não deseja o retorno. Isso vai significar, com certeza, um sofrimento muito grande para a parcela menos favorecida da nossa população, que é aquela que precisa do Estado. O Estado brasileiro precisa atender essa parcela menos favorecida, aquela parcela que não tem colocação no mercado de trabalho ainda, muito embora tenha, ao longo dos últimos anos, melhorado a formalização. Mas aí os projetos de terceirização, tudo isso coloca em risco esse processo de formalização. E é esta parcela que está sendo abandonada pelo Estado. Não tenho dúvida nenhuma de que esses programas sociais vão sofrer um processo de desidratação e de desmobilização, e o que a gente vai ter é realmente um período de muita dificuldade para essa população.

E, na verdade, isso também vem no sentido, como o Senador Requião colocou, com muito propriedade, ideológico, para quebrar o movimento social, para quebrar o movimento sindical. O objetivo vai além exatamente do propósito financeiro de arrecadar recursos para poder atender a turma de cima da pirâmide

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

social.

O Conselho Federal de Economia quer agradecer o convite da Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente desta Comissão, colocar-se à disposição da Comissão, do Senado, nesse processo de discussão, de todas as entidades que estão aqui presentes e exortar todo o conjunto de organizações da sociedade civil brasileira a se mobilizarem.

O tempo é curto, repito. Eles fizeram isso no afogadilho para evitar exatamente que esse processo possa avançar numa discussão com a sociedade,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MIRAGAYA – ... mas a gente tem que trabalhar nesse tempo curto que está dado, mobilizando aqui, nas audiências públicas, mobilizando com as organizações. Há mobilizações previstas nas próximas semanas. Entendo que, se há alguma chance, a menor chance que seja de a gente barrar essa PEC, a gente tem que fazer todo o esforço possível. O final do ano está chegando e nenhum esforço deve ser dispensado para que a gente possa efetivamente conseguir barrar essa PEC, como foi bem dito, a PEC do fim do mundo.

Fica aqui o nosso agradecimento e o nosso engajamento nessa luta tão importante para a Nação brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Dr. Júlio.

Para as considerações finais, com a palavra a Profª Esther Dweck.

A SRª ESTHER DWECK – Obrigada, Senadora. Como todos, quero parabenizá-la pela audiência.

Como a Senadora disse em algum momento, essa talvez seja a maior mudança na Constituição desde que ela foi feita. A nossa Constituição foi feita, como em vários outros países, através de uma assembleia constituinte, que foi eleita para isso, que discutiu com a sociedade cada ponto que está lá. Tudo que está lá teve um motivo para estar lá. Se a gente tem que mudar, não pode mudar sem debate, sem que a sociedade entenda o que está sendo mudado.

Acho que a coisa mais grave da mudança, além de todos os efeitos de que a gente falou, é ser feita sem que a sociedade entenda por que está sendo feita, com base numa discussão extremamente conjuntural de um déficit primário, coisa que os demais países tiveram e saíram dela sem fazer uma grande mudança. Ao contrário, todos os que fizeram mudança na regra fiscal foi para flexibilizar e não para torná-la mais rígida, como a gente está fazendo. Então, a gente está indo na contramão do mundo, que flexibilizou suas políticas fiscais no momento de crise, em vez de torná-la mais rígida como a gente está fazendo.

Chamo a atenção do que, para mim, é a coisa mais importante dessa discussão: a política fiscal é, antes de tudo, um sistema de distribuição de renda, é um mecanismo de distribuição de renda que há em qualquer país que tenha um sistema produtivo como o nosso, que é mais de 99% dos países, digamos assim. A gente precisa da política fiscal para distribuir renda. Há uma cultura, no Brasil, que tenta se impor, que é a cultura contra o imposto, quando, na verdade, o nosso problema... Quem já viu a maneira como a carga tributária é anunciada na televisão? Eles falam "Olha só, o Governo arrecadou 33% de tudo o que foi produzido", como se aquele dinheiro saísse e não voltasse mais. Aquele dinheiro que é arrecadado volta, e é justamente a maneira como você arrecada e a maneira como você distribui de volta para a sociedade que vai determinar o grau de igualdade que a gente tem.

A gente tem, como o Presidente Júlio falou aqui, uma arrecadação extremamente regressiva, muito malfeita, muito baseada nos bens, que é justamente o que tributa a população mais pobre, e na produção, que acaba comprometendo a capacidade de produzir e de gerar renda no Brasil, e não tributa quem mais ganha. Então, a gente tem um problema extremamente regressivo, que piora a nossa distribuição de renda e tributação, e justamente onde a gente conseguia fazer o ganho. De toda a América Latina, o Brasil é o país com a maior distribuição de renda por meio da política fiscal e também foi o que mais conseguiu distribuir renda recentemente.

A PEC mata justamente a melhor parte da nossa capacidade distributiva, que são os gastos sociais. A gente tem gastos sociais que conseguem, sim, reduzir a nossa desigualdade de forma bastante importante.

O que mais assusta é que a gente demonstrou, nos últimos anos, que a distribuição de renda não é uma questão só de justiça social – o que já seria o suficiente para se fazer uma distribuição de renda –, ela também é um mecanismo de crescimento econômico. A gente conseguiu fomentar o nosso mercado interno, que é gigantesco. Países com população como a do Brasil têm a sua base de crescimento no mercado interno, e a distribuição de renda é um mecanismo para também estimular o crescimento econômico. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

gente tem uma questão de justiça social e de modelo de desenvolvimento econômico, como o Júlio falou na apresentação dele, muito bem-feita.

Na minha opinião, essa PEC vai atrapalhar a questão distributiva e também vai atrapalhar o crescimento econômico, porque, mesmo no governo militar, quando foi bastante regressivo o nosso crescimento econômico, havia uma indução do Estado para o crescimento muito forte. O governo militar fez algumas medidas importantes, na década de 60 e, principalmente, na de 70, de indução do crescimento – de forma extremamente regressiva, o que não é bom, mas o Estado induziu o crescimento. O que a gente está fazendo com a PEC é incapacitar o Estado de continuar induzindo o crescimento; e sentar e rezar para que o setor privado venha, o que em nenhuma economia do mundo acontece. O setor privado só vem quando há um crescimento já dado e ele se sente mais confortável para entrar. É isso que a gente precisa garantir nos próximos anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ESTHER DWECK – ... e só em um debate mais aberto, com todo mundo entendendo as consequências da PEC, é que eu acho que a gente vai conseguir minimamente sensibilizar as pessoas de que isso não é uma solução para o nosso problema fiscal, não vai resolver o problema fiscal, não vai resolver o crescimento, nem vai resolver o problema do desemprego; simplesmente vai desmontar a parte boa que a gente tinha na política fiscal, que era a nossa capacidade de distribuir renda por meio dos programas de assistência, da previdência e também da saúde pública e da educação pública. Sem esses mecanismos, a gente acaba destruindo.

E é importante entender que as mudanças que vão ser feitas, como a Senadora falou, sem uma reforma da Previdência, a PEC acabaria com os demais gastos. Então, a reforma da Previdência que vai ser feita é uma que tenha impacto nos próximos dez anos; não é uma discussão de longo prazo e demográfica. É uma discussão de curtíssimo prazo, com impacto nos próximos dez anos, ou seja, atingindo quem já contribuiu durante muito tempo para a Previdência.

Então, é essa discussão que precisa ser feita com a sociedade para que a gente não perca a nossa capacidade de distribuir renda no Brasil. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Profª Esther Dweck.

Lembro que a Profª Esther foi assessora de Economia do Ministério do Planejamento; foi também Secretária de Orçamento Federal, do Governo Federal; é professora de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e também faz assessoria à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Eu queria agradecer muito a sua participação. A sua apresentação foi muito didática e acho que muito importante para esclarecer os fatos para a população.

Eu queria agradecer muito ao Dr. Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia, que também aqui deu uma contribuição muito grande. Aliás, acho que é muito sintomático o Conselho Federal de Economia aprovar, por unanimidade, uma posição contrária à PEC 55, que limita os gastos. Nós estamos falando do conselho que representa os economistas do País. Obviamente, isso tem que ser considerado pelos Senadores, pelo Senado Federal, quando da votação dessa matéria.

Eu queria agradecer muito às entidades que estão aqui, entidades representativas, ao movimento social, ao pessoal da UnB, que acompanhou essa discussão; agradecer muito a quem nos acompanhou pela Rádio Senado, pela TV Senado, e que mandou contribuições aqui, críticas e sugestões. Acho que isso é muito importante.

Quero lamentar, novamente, a não presença do Governo nesta audiência pública. Nós não queremos fazer da Comissão de Assuntos Econômicos – e nem estamos fazendo – um espaço de oposição; muito pelo contrário, um dos objetivos principais desta Comissão é discutir temas que tenham impacto na economia brasileira. Portanto, esse é um tema que tem grande impacto na nossa economia porque mexe com a política fiscal do País. Devemos para o Senado da República e para a população a discussão de matérias relevantes.

Marcamos essas audiências públicas – esta é a quinta audiência que fizemos –, todas com convite ao Governo para vir se posicionar e sempre com convite a alguma outra pessoa que tivesse posicionamento favorável à PEC, para que pudéssemos ter equilíbrio no debate. O Governo optou por não estar presente, por simplesmente achar que não era relevante a discussão. E lamento isso porque realmente fica um vácuo e só mostra a posição do Governo de temer, no meu entender, uma discussão mais aberta.

Queria também, de novo aqui, prestar solidariedade aos técnicos do Ipea, principalmente à Fabíola e ao Rodrigo, que fizeram uma nota importantíssima em relação à qual tiveram consequências funcionais. Essa nota feita pela Fabíola e pelo Rodrigo faz referência a uma série de outras notas complementares sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o impacto da PEC 55 nas políticas públicas. E, infelizmente, até agora, o Ipea não soltou essas notas. Seria importantíssimo que o Ipea soltasse essas notas, a bem do debate aqui, no Senado da República.

Então, queria fazer um apelo ao Presidente do Ipea, que sempre foi uma instituição com grande liberdade de atuação, porque o papel do Ipea é exatamente trazer críticas, fazer a discussão, para que tivéssemos acesso a essas notas, cuja maioria, pelo que sabemos, já está pronta.

O SR. JÚLIO MIRAGAYA (*Fora do microfone*.) – Nem na ditadura essa censura acontecia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está aqui o Dr. Júlio me lembrando que nem na ditadura acontecia essa censura ao Ipea.

Então, agradeço a todos e reafirmo que semana que vem será uma semana muito importante porque vamos ter, no dia 8, terça-feira, às 10h, uma audiência pública conjunta da CAE e da CCJ para discutir os efeitos da PEC 55 na economia, na política fiscal e nas políticas públicas brasileiras. E, no dia 9, quarta-feira, às 10h, vamos votar a Proposta de Emenda à Constituição já na CCJ. Então, vai ser a votação, que é importante. A audiência acontecerá no plenário da CCJ, que é um plenário maior. Nós já vamos pedir também ao Presidente da Casa que possibilite a entrada de todos que queiram participar, que outros plenários sejam abertos para podermos colocar telão para o pessoal acompanhar. E dia 9 será a votação na CCJ. A partir daí, começa-se a contar prazo para a votação no plenário. Nós vamos ainda ter uma audiência pública grande no plenário da Casa, no dia 22. No dia 28, será a votação em primeiro turno da PEC e, no dia 13 de dezembro, em segundo turno. Nós vamos também fazer reuniões, outras audiências públicas no âmbito da CAE e da CDH sobre a PEC e os impactos dela em várias políticas.

Devemos divulgar esse calendário, possivelmente amanhã, para que o pessoal já possa acompanhar essas audiências públicas e saber quem serão os debatedores.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 34 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ataídes Oliveira, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Magno Malta, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Humberto Costa, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Sabatina. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 13, de 2016 – Não Terminativo. "Indicação do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 15 (quinze) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 15, de 2016 – Não Terminativo. "Indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 11 (onze) votos favoráveis, 3 (três) votos contrários e 3 (três) abstenções. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e quarenta minutos e reinicia às doze horas e quarenta e um minutos. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

"Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais." Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 141, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios." Autoria: Deputado Alberto Fraga. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta com duas Emendas de redação que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Ataídes Oliveira, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira destina-se à deliberação dos Ofícios "S" nºs 13 e 15, de 2016, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 32.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 13, de 2016

- Não terminativo -

Indicação do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira.

Autoria: Líderes Partidários.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Na 32ª Reunião Ordinária realizada em 24/08/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática nos termos regimentais.

Item 2.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 15, de 2016

- Não terminativo -

Indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Líderes Partidários.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Na 32ª Reunião Ordinária realizada em 24/08/2016, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800612211.

Convido os Senadores Garibaldi Alves e Ana Amélia para conduzirem os advogados Octavio Augusto da Silva Orzari e Henrique de Almeida Ávila ao recinto da reunião.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu queria até propor, mas estou vendo que não vou ser bem-sucedido, como humilde suplente, a inversão da pauta – suplente é suplente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não se trata de V. Exª ser suplente ou não, porque isso não o desqualifica. Antes, pelo contrário, além de um brilhante Senador, V. Exª nos dá a honra de ser suplente desta Comissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Eu sabia que V. Exª era bondoso, mas não tanto!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveito a deixa do nosso estimado e sempre muito bem-humorado Senador Garibaldi Alves para me antecipar à segunda parte da sessão deliberativa, depois da sabatina, porque sou Relatora do item 30. Como cheguei aqui junto com os Senadores Garibaldi, Valdir Raupp...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O Valdir Raupp está aqui desde cedo.

E como cheguei junto também com o Senador Anastasia, pedi ao Presidente para fazer uma inversão de pauta depois para que o item 30 seja o primeiro, o segundo ou o terceiro da apreciação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª será atendida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

E agora vamos cumprir sua determinação, não é, Senador Garibaldi? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Advogado Octavio Augusto da Silva Orzari para sua exposição pelo tempo de 20 minutos.

O SR. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os presentes, a todas as Senadoras e aos Senadores aqui presentes.

Saúdo especialmente o Senador Valdir Raupp, Relator da minha indicação. Cumprimento todos os servidores do Senado e cumprimento fraternalmente o candidato Henrique Ávila.

É uma honra participar deste processo, Presidente, com absoluto respeito e acatamento à Mesa Diretora do Senado, à Presidência do Senado e a todas as eminentes Senadoras e Senadores. O objetivo é a indicação ao Conselho Nacional de Justiça, na vaga da sociedade civil, conforme a previsão constitucional.

Como visto no meu currículo e relatado pelo Senador Valdir Raupp, eu sou advogado do Senado, tenho muito orgulho de pertencer ao quadro de servidores do Senado, especificamente à Advocacia do Senado Federal, que proporciona muitos desafios jurídicos e políticos aos seus servidores. A Advocacia tem o papel, tem a função, de defender a atividade legislativa no Supremo Tribunal Federal. Nós prestamos informações em nome do Congresso Nacional, defendendo aquilo que foi aprovado aqui na Casa e na Câmara dos Deputados, evidentemente. E também tem a função de defender os Senadores nos seus atos como legisladores.

Apenas como exemplo, eu atuei em algumas ações diretas de inconstitucionalidade, que também dizem respeito ao Judiciário, como a que tratou da aposentadoria compulsória dos juízes aos 75 anos; a vedação, na Lei Orçamentária Anual, de preenchimento de cargos no Judiciário; também sobre o instituto da colaboração premiada; e também sobre a interrupção dos serviços de aplicativos regulamentados pelo Marco Civil na Internet, apenas para citar alguns dos exemplos em que a Advocacia do Senado atua.

Preciso, como dever, contar brevemente sobre a minha vida profissional. Iniciei meu trabalho como voluntário na Câmara Municipal de São Paulo. Posteriormente, ainda como estagiário, trabalhei em escritório de advocacia, no Ministério Público Federal, na Procuradoria do Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Em seguida, fui aprovado no concurso de Delegado de Polícia Federal e fui convidado a trabalhar na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça como Coordenador de Análises Legislativas, onde participava de debates com o Congresso Nacional sobre temas do sistema brasileiro de justiça, especialmente projetos de lei e outros atos normativos em Processo Penal, em Direito Penal. Em 2008, fui aprovado no concurso de Advogado do Senado e recebi o honroso convite, em seguida, para assumir a chefia da Assessoria Parlamentar do Tribunal Superior Eleitoral. Nesse cargo eu tratava do relacionamento legislativo entre a Justiça Eleitoral e o Congresso Nacional, acompanhei diversas Comissões da Casa, entre elas, em 2011, a Comissão Especial de Reforma Política, e também pude conhecer o Poder Judiciário por dentro, as questões orçamentárias, cada detalhe do Orçamento para a realização das eleições, para a criação de cargos na Justiça Eleitoral, que tem uma capilaridade em todo o Território nacional. É com muita satisfação que apresento este cenário que, em tese, me habilitaria a tentar contribuir no Conselho Nacional de Justiça, também tendo uma visão interna e externa do Poder Judiciário.

Apenas para mencionar rapidamente, Sr. Presidente, por dever como candidato, eu preciso apresentar a minha vida acadêmica. Sou graduado e Mestre em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo. Em 2016 defendi a dissertação intitulada *Inelegibilidade como consequência do delito*. Tive oportunidade de fazer pós-graduação em Política Criminal, na Universidade de Salamanca, e em Ciência Política, na Universidade de Brasília, onde sou professor voluntário de Direito Penal e Processo Penal.

Acredito, Sr. Presidente, eminentes Senadoras, eminentes Senadores, que essas credenciais me possibilitam tentar colaborar, no Conselho Nacional de Justiça, para a realização de um Judiciário mais democrático, mas próximo à sociedade e que preste, de maneira cada vez mais eficiente, os seus serviços. Eu vejo o CNJ, portanto, como um instrumento de realização da democracia. Desde a Emenda nº 45, de 2004, o CNJ muito contribuiu, e contribui, para a evolução do Poder Judiciário, com a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

Como todos sabemos, o CNJ tem a função de promover o acesso à Justiça, a função de desburocratizar o Judiciário, auxiliar na solução de conflitos, inclusive com o uso de métodos alternativos de solução de litígios, incentivo à mediação e à conciliação. A função da Corregedoria é sempre lembrada, ganha muito destaque no CNJ, e, é claro, além de investigar e eventualmente aplicar as punições, a Corregedoria tem a função de orientar os juízes, de disseminar boas práticas, de fazer inspeções onde se localizem problemas, se identifiquem eventuais problemas, e com isso dissemina boas práticas, fazendo um intercâmbio profícuo entre os tribunais. O CNJ tem um papel fundamental ainda no planejamento orçamentário do Poder Judiciário e a racionalização do uso dos recursos do Poder Judiciário, que é uma discussão de fundamental importância nos dias atuais. O CNJ ainda fixa metas para a busca de celeridade nos processos mais antigos e de interesse social, como, por exemplo, mostram os esforços para os julgamentos de ações coletivas que impactam coletivamente na vida dos cidadãos, metas que buscam avançar no julgamento de ações de improbidade administrativa, crimes contra a Administração Pública.

Um dos motivos fundamentais de criação do CNJ foi o combate à morosidade judicial e à sensação da população brasileira – sensação concreta – de que há uma lentidão, uma eventual lentidão nos processos judiciais. Portanto, o CNJ busca fazer diagnósticos, busca analisar a produtividade de cada juiz e de cada órgão judicial, na busca da modernização e da eficiência do Poder Judiciário, por exemplo, com a implantação do processo judicial eletrônico.

O Congresso Nacional faz a sua parte nesse tema de enfrentamento da morosidade quando aprova o novo Código de Processo Civil, que busca o estímulo à conciliação, que busca racionalizar os julgamentos nos tribunais com filtros que punem a litigância protelatória. O Congresso Nacional ainda faz a sua parte quando aprova uma lei de mediação, por exemplo, que possibilita a autocomposição no âmbito da Administração Pública, que possibilita a autocomposição entre os particulares.

E ainda o CNJ tem uma relevante função em políticas públicas criminais. O CNJ, por exemplo, atuou e atua com destaque na implantação das audiências de custódia, que começaram no Estado de São Paulo. Hoje há notícia recente de que o Tribunal de Justiça faz esforços em conjunto com o CNJ, em todo o interior do Estado, para promover a cooperação entre os TJ e o CNJ, no sentido de implementá-las pelo Brasil inteiro. Eu sou particularmente favorável às audiências de custódia porque atacam o problema da porta de entrada no sistema carcerário, ou seja, o CNJ vai à raiz do problema, tendo em vista que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O CNJ realiza ainda jornadas da Lei Maria da Penha, que acaba de completar dez anos, inclusive com solenidade no Senado, e com o estímulo, por exemplo, à implantação de varas específicas para o tratamento, e proteção das vítimas inclusive, de violência doméstica e familiar.

Dentre as políticas carcerárias e políticas judiciárias criminais, há destaque para o mutirão carcerário, que ficou conhecido por reanalisar mais de 400 mil processos de execução e, consequentemente, analisar se há pontualidade na concessão de benefícios. O programa Cidadania nos Presídios se preocupa com a estrutura, com a salubridade; o programa Começar de Novo, do CNJ, também, e aí ataca a porta de saída do sistema, no sentido de buscar uma ressocialização, treinamento, capacitação profissional, inclusive com colaboração de empresas privadas.

As políticas judiciárias criminais fazem parte da minha formação, e eu me comprometo, Srª Senadora, Srs. Senadores, a dialogar com o Senado Federal no sentido da implementação dessas políticas, inclusive as audiências de custódia estão na ordem do dia no Senado Federal.

O CNJ ainda presta, como já foi mencionado, um relevante serviço público quando elabora os relatórios Justiça em Números, que analisam a produtividade judicial, o que possibilita uma agenda e uma formulação de políticas públicas judiciárias no Brasil, e avalia a alocação de recursos orçamentários. Em 2016, se propõe a detectar o tempo médio dos processos em cada área da Justiça.

Como sabemos, 78% dos processos judiciais estão na Justiça Estadual e, desses 78%, 43% são execuções fiscais, o que demonstra uma grande litigância dos poderes públicos estaduais e municipais sobre a temática tributária, o que exige também um pensamento legislativo sobre racionalização da legislação tributária.

Há um dado positivo de que – e isso também é resultado da atuação do CNJ – em 2014 ingressaram no Judiciário um pouco mais de 28 milhões de processos. E, no mesmo ano, foi finalizado um número um pouco menor que 28 milhões. Ou seja, se busca devolver à sociedade, se busca prestar a jurisdição de forma a que se ataque a questão da celeridade processual. Então, o CNJ propicia à sociedade luz sobre o Judiciário e possibilita que a mesma sociedade cobre eficiência do Judiciário.

Muito se tem feito, ainda é necessário que se avance.

Eu, particularmente, entendo que devam ser incentivados, sim, mecanismos extrajudiciais de composição de litígios. Devem ser dadas as respectivas atenções aos juizados especiais, aos centros judiciários de conciliação, que foram previstos no novo Código de Processo Civil e que são resultantes da Resolução 125 do Conselho sobre Política Nacional de Conciliação.

Entendo também que são necessários o incentivo a órgãos reguladores e empresas públicas para que façam conciliações extrajudiciais, de modo a desafogar o Judiciário – as próprias fazendas públicas devem fazer conciliações; há mutirões nesse sentido –, e investimento constante na capacitação dos servidores e na alocação dos servidores junto à atividade judicante e na capacitação e incentivo dos próprios juízes.

Defendo também a implantação do processo judicial eletrônico de modo uniforme em todo o País, de modo que os sistemas de informática conversem entre si, e o CNJ tem evoluído nesse sentido de conseguir fazer com que os tribunais adiram cada vez mais ao sistema.

A Ouvidoria do CNJ também deve ser valorizada, aproximando a sociedade do Conselho e, consequentemente, do Judiciário.

Defendo também o incremento das políticas judiciárias criminais de modo a atacar o problema da superpopulação carcerária e, consequentemente, o problema da violência.

Eu acho que o CNJ, Sr. Presidente, atua diretamente na melhoria do serviço público judicial, dos serviços públicos notariais e de registro, e deve, sim, haver um envolvimento e uma contribuição do Poder Legislativo, mais precisamente do Senado da República.

Finalizando, Sr. Presidente, como servidor público que sou, de carreira do Senado Federal, com atuação acadêmica na área de Sistema Brasileiro de Justiça, eu desejo sim, e muito, tentar contribuir com o CNJ temporariamente, durante o mandato, e posteriormente voltar a servir o Senado Federal.

Portanto, seria apenas um servidor público exercendo temporariamente uma outra função pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Se tiver a honra de a minha indicação ser aprovada, me comprometo, Srªs e Srs. Senadores, a trabalhar em sintonia com o Senado Federal e com a nova gestão do Conselho Nacional de Justiça e com os demais Conselheiros.

Por ora, Sr. Presidente, era isso que me cabia dizer. Permaneço à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passemos agora à fase de arguição.

Para a inquirição dos candidatos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passemos, agora, à fase de arguição do candidato que acabou de fazer a sua exposição. Para tanto, cada interpelante terá o tempo de dez minutos, assegurando-se igual tempo ao interpelado para responder as questões que lhe forem formuladas, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos.

Concedo a palavra ao Relator do Ofício "S" nº 15, de 2016, Senador Valdir Raupp, por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores indicados, eu gostaria de fazer apenas duas perguntas, dois questionamentos ao Dr. Octavio Augusto Orzari. Depois farei ao Dr. Henrique.

O índice de confiança na Justiça do Brasil, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, dá conta de que 32% dos brasileiros confiam no Poder Judiciário, muito embora 90% dos entrevistados tenham afirmado que buscariam o Poder Judiciário para solucionar um conflito de consumo. Como V. Sª avalia essa pesquisa e de que maneira o CNJ pode contribuir para melhorar a confiança da sociedade no Poder Judiciário?

Segundo: em 2011, o Senador Antonio Carlos Valadares apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, que determina o prazo de 24 horas para a apresentação do preso à autoridade policial, após a prisão em flagrante. Em 2015, com o mesmo objetivo, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 213.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ocorre que, até o presente momento,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao auditório. Há um orador na tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ocorre que, até o presente momento, o projeto não foi aprovado pelo Senado Federal. Há uma corrente que entende que, embora a intenção da norma seja boa, ela não tem como ser plenamente implantada, pois não há servidores em número suficiente para a sua devida aplicação. Qual o posicionamento de V. Sª sobre esse assunto? Acredita ser realmente viável a implantação dessa norma?

São esses os questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Octavio Augusto Orzari para formular a sua resposta.

O SR. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI – Agradeço as perguntas do eminente Senador Valdir Raupp, perguntas que ilustram, veiculam preocupações das quais eu também compartilho.

O CNJ pode e deve, e tem feito isso, buscar aumentar a confiança do cidadão no Poder Judiciário, na medida em que busca possibilitar que o acesso à Justiça seja ampliado e seja efetivamente realizado. Isso tem a ver com uma programação e um relacionamento com os tribunais no sentido da implementação de varas especializadas e de novos fóruns que servir, inclusive com os Centros Judiciários de Conciliação, para que a população possa levar a sua demanda ao Poder Judiciário. O eventual congestionamento do Poder Judiciário não decorre necessariamente do excesso de questões que são levadas pela população. O ordenamento jurídico tutela e oferece uma gama de direitos que devem ser efetivados pelo Poder Judiciário. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

quando o Poder Judiciário se preocupa com a eficiência da prestação jurisdicional, faz inspeções *in loco* para verificar os problemas e as demandas de cada fórum, de cada tribunal do País... O CNJ, de certa maneira, está aproximando o Judiciário da população e, consequentemente, aumentando a confiança nesse Poder.

Também como exemplo, o CNJ aprovou o *Código de Ética da Magistratura*, que tem um caráter orientador, que tem um caráter de guia no sentido de aproximar o Judiciário da população na medida em que reafirma a necessidade de imparcialidade do juiz, a necessidade de independência do juiz, a necessidade de prudência ao tomar as decisões, a necessidade de tratar a prestação jurisdicional como a prestação de um serviço público.

V. Exª ainda tocou na questão das audiências de custódia. De fato, esse tema está na ordem do dia do Senado Federal. Iniciam-se informalmente as audiências, começam na cidade de São Paulo, e recentemente houve a notícia, por exemplo, de ampliação das salas no maior tribunal, no maior fórum da América Latina, que é o Fórum Criminal da Barra Funda, há obras para expandir as salas em que podem ser realizadas as audiências de custódia, separadamente de outros presos, para a verificação da manutenção da prisão em flagrante, da conversão dessa prisão em flagrante em preventiva ou na liberdade provisória mediante fiança ou não.

Eu acredito que em toda atividade prevista normativamente, geral e abstratamente, existe uma dificuldade de implementação, mas, pelos benefícios e por ser até mesmo uma diretriz internacional, prevista na Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, no Pacto de San Jose da Costa Rica, as audiências de custódia merecem todo o cuidado e a busca efetiva de uma implementação. Se o preso será apresentado em 24 horas, ou em 72 horas, ou em 48, é uma questão legislativa e tem que ser estudado cada detalhe da pluralidade regional brasileira, até mesmo a possibilidade de que se façam audiências de custódia por videoconferência. Mas eu vejo como uma medida salutar, uma medida importantíssima, até mesmo porque, dos quase 700 mil presos no Brasil e mais de 350 mil mandatos de prisão em aberto no País, 40% das prisões são preventivas. Portanto, há que se verificar no caso concreto a efetiva necessidade da conversão do flagrante em preventivo e, consequentemente, há que se avaliar e há que se implementar, sim, apesar dos desafios concretos, as audiências de custódia.

Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª quer exercer seu direito de tréplica? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, previamente inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Sr. Presidente Senador José Maranhão e os caros sabatinados, Dr. Octavio Augusto Orzari e Dr. Henrique de Almeida Ávila, ambos candidatos ao posto importante de membro do Conselho Nacional de Justiça.

Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, o Dr. Octavio Augusto tinha quatro anos de idade, três ou quatro anos de idade, nasceu em 1982, e o Estatuto da Magistratura continua sendo regulado pela Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979. Que papel terá o CNJ a desempenhar, no seu entendimento, para que as atualizações necessárias do Estatuto da Magistratura, em face da Constituição de 1988, sejam implementadas nos termos do art. 93 da Constituição Federal? Esta é uma pergunta.

A outra questão: fala-se muito da reforma da Previdência Social, que deverá, e poderá, também, tratar de alterações na aposentadoria dos magistrados futuramente. Qual será então, no seu entendimento, o papel que o CNJ terá em relação a essa questão, que tem interesse corporativo, ou seja, a aposentadoria dos membros do Judiciário?

E uma última pergunta ao senhor, que pretendo também repetir ao Dr. Henrique: o senhor tem 34 anos e vai julgar, como membro do CNJ, ministros e juízes de muito mais experiência na magistratura e no exercício da magistratura, pessoas com muito mais idade do que V. Exª. Essa questão de alguma maneira pode, na sua visão, interferir na capacidade de V. Exª, por mais qualificado que seja, e o seu currículo é muito rico, de julgar um magistrado que tenha o exercício da magistratura ao longo de 30 anos ou mais?

Além dessas questões, gostaria de saber como o senhor vê a questão relacionada ao que foi decidido na chamada PEC da Bengala, que ampliou a aposentadoria dos magistrados para 75 anos?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Octavio Augusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI – Muito obrigado, eminente Senadora Ana Amélia. Mais uma vez, são relevantes as questões, que também me intrigam, que também me desafiam. V. Exª toca em pontos importantíssimos para a sociedade brasileira.

Sem dúvida nenhuma, eu concordo com V. Exª no sentido de que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a Lei Complementar nº 35, de 1979, merece atualização. Há anteprojetos em discussão. E acredito que uma alteração da Lei Orgânica é uma oportunidade de o Congresso Nacional, com a valorização da atividade legislativa, atualizar o Estatuto da Magistratura, que vem de outra época brasileira, de um regime anterior à Constituição de 1988, e que deve, sim, ser atualizado.

Sem dúvida nenhuma, a Lei Orgânica da Magistratura esbarra em temas como a reforma da Previdência. Na minha visão, o magistrado é um servidor público, é um agente político, é um servidor público como outro qualquer, com a nobre função de aplicar o direito. E, como servidor público, como servidor da sociedade, ele deve ser tratado. Portanto, uma eventual reforma da Previdência deve privilegiar a visão da sociedade nesse tema. Então, se há comprovação de problemas atuariais na Previdência, o magistrado deve ser inserido nesse debate e deve ser considerado um servidor público como outro qualquer, no sentido de tempo de contribuição e no sentido de benefícios de aposentadoria. Portanto, o debate em prol da sociedade deve prevalecer, e a atividade legislativa tem essa finalidade. A posição da sociedade, os primeiros interesses públicos devem prevalecer sobre interesses corporativos.

Com relação à minha idade, é uma pergunta relevante. Eu concordo com V. Exª em tocar nesse tema. Anteriormente, a emenda constitucional exigia um mínimo de 35 anos para indicação ao Conselho. Como houve alteração constitucional no sentido de não mais se exigirem os 35 anos, eu simplesmente submeti o meu currículo para avaliação de V. Exªs e acredito que, com absoluta independência e imparcialidade, possa responder aos desafios que possam ser apresentados no Conselho.

Com relação à aposentadoria aos 75 anos, é como eu disse a V. Exª: houve uma reforma no sentido de atingir todos os servidores públicos com a possibilidade de aposentadoria aos 75 anos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exceto diplomatas.

O SR. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI – Exceto diplomatas.

E o Congresso Nacional aprovou uma lei no sentido de que os magistrados se aposentassem compulsoriamente aos 75 anos. Uma vez aprovada essa lei, que está sob discussão no Supremo Tribunal Federal... Eu acho que a atividade legislativa e a lei aprovada pelos representantes da sociedade brasileira devem ser respeitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto a Senadora Ana Amélia se...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou satisfeita. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em seguida, com a palavra, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, Sr. Presidente, eminente Senador José Maranhão. Cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, os eminentes advogados aqui presentes, Dr. Octavio e Dr. Henrique.

Como foi dividido em dois – pensei que faria as perguntas em conjunto –, me dirijo primeiramente ao Dr. Octavio Augusto, cumprimentando-o.

Dr. Octavio, por sua explicação e por seu pronunciamento, percebe-se o seu conteúdo robusto. Seu preparo e intelecto ficaram demonstrados à saciedade pelo desempenho que V. Sª teve aqui na sua exposição e já, agora, nas respostas aos meus pares que fizeram indagações.

Eu queria apresentar aqui duas provocações, se me permite. A primeira delas...

Antes eu faço, rapidamente, a título de introdução, o reconhecimento de que o advento do CNJ indubitavelmente melhorou a prestação jurisdicional e o sistema judiciário brasileiro como um todo. Eu acho que esse reconhecimento deve ser feito e permanentemente reiterado. Todavia, com todo o respeito àqueles que pensam de modo diverso, eu acho que o CNJ está lacunoso num aspecto muito importante e que vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

recebendo uma atenção muito grande da sociedade brasileira, que é a questão da remuneração dos membros do Poder Judiciário. Inclusive estamos aqui hoje discutindo no Congresso esse tema. O Senador Caiado, que está aqui ao meu lado, por exemplo, é um dos grandes arautos da discussão desse assunto.

A sociedade brasileira atravessa hoje uma gravíssima crise econômica, uma crise financeira do Estado brasileiro nos seus três níveis de poder, e um dos temas muito discutidos é exatamente a questão da remuneração do Judiciário e do Ministério Público em razão da relação no todo da situação nacional, sob o ponto de vista do nosso erário. Desse modo, como o CNJ acabou tendo uma posição, a meu juízo, de um certo recuo, com base em interpretações do próprio Supremo de que a matéria não deveria ir adiante, eu queria indagar a V. Sª qual seria a sua opinião sobre esse assunto. Pergunto porque, num primeiro momento, o CNJ acabou, me parece, salvo engano, também aprovando determinados benefícios, pagamentos de adicionais ou gratificações que, a meu juízo, volto a dizer, pessoal, acabaram distorcendo um pouco a composição remuneratória do membro do Poder Judiciário e do Ministério Público, tirando um pouco da transparência necessária e causando, até mesmo, indagações da sociedade, de diversos cidadãos. Então, este é o primeiro ponto: como o CNJ pode ou deveria, pelo menos em tese, atuar de maneira firme, de maneira clara, na questão da remuneração do Poder Judiciário?

E a segunda, talvez mais provocativa do que a primeira, é resultado da minha experiência no governo do meu Estado de Minas Gerais, e que V. Sª, na sua alocução, abordou, que é a questão da execução penal, o sistema penitenciário, porque uma das funções do CNJ é exatamente fazer esse acompanhamento, e também o faz com muito denodo.

Durante esses últimos anos, eu tenho refletido e percebido a dificuldade que é, meu eminente Presidente e também Governador do seu Estado da Paraíba por mais de uma vez, o Poder Executivo ser responsável pela execução penal, que está sob o controle do Poder Judiciário e do Ministério Público. O resultado é um conflito permanente.

Hoje, em Minas Gerais, segundo notícia que tive, nós temos dezenas de penitenciárias interditadas. Isso acontece em meu Estado e em diversos outros Estados da Federação. Não seria a hora de se indagar – repito que é revolucionário, mas talvez necessário – sobre passar a administração penitenciária ao Poder Judiciário? Porque aí vai ter a responsabilidade de administrar o problema ele mesmo e perceber as dificuldades que é o dia a dia da questão penitenciária. Eu tenho pensado muito nisso e acredito que esse tema deverá ser discutido no Congresso Nacional, e é um tema também de responsabilidade do CNJ.

Então, são as duas colocações que submeto à opinião do eminente Dr. Octavio Augusto, ao qual reitero meus cumprimentos por sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Octavio Augusto.

O SR. OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI – Eminente Senador Antonio Anastasia, agradeço-lhe muito as provocações, muito pertinentes e de interesse social.

Com relação à remuneração, eu acho que o magistrado tem que ser bem remunerado, nos limites do possível. Então, isso tudo deve entrar no cálculo social, no cálculo orçamentário, e a proposta orçamentária do Poder Judiciário, que tem autonomia para isso, deve ser considerada pelo Congresso Nacional. Então, o que eu defendo é que gastos públicos sejam realizados com a aprovação do Congresso Nacional e, consequentemente, da sociedade brasileira. O lócus de geração de despesas é o Congresso Nacional.

Com relação à concessão de benefícios, há previsões administrativas – e o CNJ integra o Poder Judiciário, e o Poder Judiciário tem autonomia para isso –, mas essas previsões de concessões de benefícios não podem extrapolar a Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional. Quem tem a legitimidade para falar sobre Orçamento é o Congresso Nacional. Portanto, não pode haver uma regulamentação que extrapole a lei, muito menos regulamentações relativas a gastos. Portanto, tudo é cingido ao previsto normativamente.

Com relação à administração penitenciária, a Lei de Execução Penal, aprovada em 1984, prevê que os recintos prisionais e outros estabelecimentos para ressocialização e para cumprimento de pena sejam administrados pelo Poder Executivo. A questão que V. Exª coloca é complexa e também perpassa por um debate sobre o Orçamento e sobre o que a sociedade quer. A sociedade hoje toma mais consciência de que o problema carcerário é um problema existente, é um problema concreto, no sentido de que gera violência, no sentido de que não ressocializa. Os fins teóricos da execução penal estão um pouco desvirtuados, e a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sociedade cobra das autoridades públicas uma maior reflexão sobre como tratar o tema da execução penal. Há que se avaliar com todo cuidado e verificar o panorama constitucional e orçamentário para saber se a locação orçamentária de um Poder para o outro resolveria o problema.

O fato é que há uma deficiência de vagas. O fato é que há problemas concretos nas varas de execução penal, no sentido de concessão de benefícios, no sentido de atendimento dessa população carcerária, que deve ser tratada com a dignidade que tem um ser humano, como alguém sancionado, com uma pena aplicada, mas que retorna à sociedade posteriormente. Isso há de se avaliar, para que isso não retorne na forma de violência, mas na forma de efetiva ressocialização.

Então, quando o CNJ, por exemplo, propõe sistemas eletrônicos para o controle de todos os cálculos inerentes à execução penal, quando o CNJ se preocupa com o contato entre o juiz da execução penal e a administração penitenciária, quando o CNJ também se preocupa com cursos profissionalizantes, inclusive com parceria de empresas privadas, o CNJ atua no sentido da melhoria da resposta da execução penal, da resposta que a execução penal tem de dar à sociedade.

São essas as reflexões com que eu tentaria contribuir com as provocações muito pertinentes e relevantes de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto o Senador Anastasia se quer exercitar o direito de réplica.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu consultaria V. Exª se seria possível, enquanto está tramitando a sabatina, a votação ser aberta, porque alguns Senadores têm outros compromissos. Eles já poderiam votar, para que não perdêssemos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A colocação de V. Exª seria pertinente se houvesse apenas um sabatinado, mas são dois sabatinados. Se nós decidimos antecipadamente sobre a indicação de um, nós estamos excluindo o outro.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Advogado Henrique de Almeida Ávila para fazer sua exposição pelo tempo de 20 minutos.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Bom dia. Bom dia a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente; as eminentes Senadoras e Senadores; as lideranças que me deram a honra de me indicar, a quem cumprimento na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, que me deu a distinção de relatar este meu processo de indicação ao Conselho Nacional de Justiça; o Dr. Octavio Orzari, que me honra com a participação comigo neste procedimento.

Sr. Presidente, eminentes Senadores, permitam-me fazer uma muito breve digressão sobre a minha história de vida, apenas para que V. Exªs tenham a dimensão da honra que é para mim falar aqui hoje para V. Exªs e ser ouvido por V. Exªs nesta manhã.

Eu nasci no interior do Estado do Rio de Janeiro. Meu avô, ainda na década de 40, mudou-se para Volta Redonda, minha cidade natal, para, juntamente com outras centenas de trabalhadores, fundar a Companhia Siderúrgica Nacional. Lá fiz o primeiro e o segundo grau e fui para o Rio de Janeiro cursar a graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que, provavelmente, só consegui concluir em razão da bolsa de estudos que me foi concedida por aquela universidade. Depois de um período de estudos e de advocacia no Rio de Janeiro, aceitei o desafio e fui para São Paulo, onde me dediquei ao mestrado e ao doutorado e onde resido hoje com minha família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É muito honroso, portanto, eminentes Senadores, estar aqui falando para V. Exªs. Fico realmente muito satisfeito que uma pessoa como eu tenha chegado até este ponto e possa contar com a atenção de V. Exªs. O meu muito obrigado!

Sr. Presidente, desde a época da faculdade, eu sempre me mostrei um curioso. Eu fui monitor de Processo Civil na graduação. Logo quando concluí a universidade, a faculdade, já passei a dar aulas de Direito e nunca mais parei. Hoje, dou aula para a graduação e para a pós-graduação e palestras por todo o Brasil, sobretudo, em especial, sobre o Novo Código de Processo Civil, que é de iniciativa de V. Exªs no Senado Federal, que foi aprovado por V. Exªs no Congresso Nacional e que está em vigor desde março deste ano.

A advocacia, Sr. Presidente, também me deu o privilégio de andar pelo Brasil. Tive a oportunidade de ter uma atuação em âmbito nacional. Dessa maneira, posso e tenho o prazer de afirmar que advoguei em causas em quase todos os Estados da Federação, em causas sensíveis, em causas delicadas normalmente. Dessa forma, conheço o Poder Judiciário de maneira ampla, de maneira geral, nas suas qualidades, nas suas mazelas, que, como sabemos, existem. Eu me dedico também a assuntos ligados diretamente ao Poder Judiciário. Sou, como disse, mestre e faço doutorado em Processo Civil, matéria que leciono também. Vem daí a minha intenção de poder emprestar, Sr. Presidente, eminentes Senadoras e eminentes Senadores, um pouco dessa minha experiência ao Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, a Constituição foi muito feliz em criar, pela Emenda Constitucional nº 45, o Conselho Nacional de Justiça e em reservar duas vagas à sociedade civil, a representantes eleitos pelo Congresso Nacional, vagas a serem preenchidas por V. Exªs, eminentes Senadores da República.

É muito importante esse órgão de controle externo do Poder Judiciário ser acompanhado de perto por V. Exªs, representantes do povo, representantes da sociedade.

Eu peço licença, inclusive, neste momento, Sr. Presidente, para firmar aqui o compromisso de, na hipótese de V. Exªs me darem a honra de me indicar ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, frequentar o Senado Federal trazendo relatórios das atividades do Conselho, porque, de novo, é muito importante o acompanhamento por V. Exªs – Senador Otto Alencar, cumprimento V. Exª – do trabalho do Conselho Nacional de Justiça.

Vejam V. Exªs que todo esse trabalho recente de modernização do Conselho Nacional de Justiça e do Poder Judiciário vem do Congresso Nacional, nasce do Congresso Nacional. Para ficar em dois exemplos: o Código de Processo Civil, recém-aprovado; e o Código de Processo Penal, em curso no Congresso Nacional, aguardando aprovação da Câmara. Cito mais dois: o Código Comercial, também em trâmite no Congresso Nacional; e a Lei de Arbitragem. Ou seja, todas as iniciativas salutares ao Poder Judiciário vêm do Congresso Nacional. E não é nenhuma coincidência: o próprio Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, como sabemos, aprovada por V. Exªs.

Eu costumo dizer, Sr. Presidente, que o Conselho Nacional de Justiça não é somente um conselho do Poder Judiciário. Ele é um conselho do sistema de Justiça, ele contempla a Advocacia, ele contempla a Defensoria Pública, ele contempla o Ministério Público e ele contempla todos aqueles que participam da operação do sistema de Justiça, de maneira que a criação de um controle externo pela Emenda Constitucional nº 45, que tem outros pontos muito positivos... Sabem V. Exªs da súmula vinculante, que colaborou com o Supremo Tribunal Federal num momento de absoluta necessidade; assim como a repercussão geral no recurso extraordinário; assim como o direito à duração razoável do processo, levado à garantia fundamental também pela Emenda Constitucional nº 45; e o CNJ, que embora novo, tem pouco mais de dez anos – a sessão de instalação do Conselho Nacional de Justiça foi em 14 de junho de 2005, ou seja, temos pouco mais de dez anos –, Senadora Ana Amélia, já tem uma atuação que vem num sentido crescente, mas já muito profícuo.

Sabemos todos que o Conselho Nacional de Justiça tem duas funções precípuas. O mais conhecido é controle da atuação, o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, o poder de fiscalização, de correição, o poder disciplinar do Conselho Nacional de Justiça. Mas não é só esse. Ele também tem a função constitucional de controlar a atuação administrativa do Poder Judiciário, que é um papel relevantíssimo em um planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Vejam V. Exªs que estamos falando de um poder que consome, anualmente, R$68 bilhões, o que representa 1,3% do PIB nacional, um poder judiciário que é separado por várias ilhas de poder. Temos tribunais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

em todos os Estados da Federação: temos cinco Tribunais Regionais Federais, temos outros tantos Tribunais do Trabalho, Tribunais da Justiça Militar, Tribunais Eleitorais. É muito relevante, então, essa atuação de um órgão como o CNJ para adequar e trabalhar conjuntamente com esses tribunais para multiplicar os benefícios, reproduzir bons exemplos e, naturalmente, controlar aquilo que for negativo.

Nós estamos diante de um dos poderes judiciários mais morosos do mundo. Entretanto, o Brasil tem, eminente Senador Otto Alencar, os juízes mais produtivos do mundo. O Brasil tem um quadro de 17 mil juízes, e cada um desses 17 mil juízes produz, em média, 1.616 sentenças por ano, contra uma média de 959 sentenças dos juízes italianos, 689 dos espanhóis e 397 dos portugueses. Ou seja – repito, é estatístico –, nós temos os juízes mais produtivos do mundo. Entretanto, o problema da morosidade é evidente, como foi mencionado pelo eminente Senador Valdir Raupp mais cedo. A gestão, portanto, é relevantíssima. A gestão é indispensável.

Nesse trabalho de gestão, Sr. Presidente, o Poder Judiciário, nesses pouco mais de dez anos de atuação, criou o sistema de audiências de custódias, como se falou aqui; criou um cenário de estatísticas muito importantes, que não havia no Poder Judiciário brasileiro. E é impossível fazer qualquer tipo de ciência, Senador Anastasia, sem uma estatística fiel. O Conselho Nacional de Justiça criou o Mapa Anual de Precatórios, a partir do qual ele exige, cobra com muito rigor das presidências dos tribunais o pagamento e o cumprimento dos procedimentos nos precatórios; criou o Cadastro Nacional de Adoção; um Sistema Nacional de Videoconferência, aproveitando a tecnologia em benefício do Poder Judiciário; um sistema de audiências de custódia na mesma linha; a Justiça Restaurativa, preocupada não só, Senador Cidinho, com a prisão, mas também com a restauração social daquele cidadão encarcerado; um sistema de cotas para negros no Poder Judiciário. Vejam que o CNJ exigiu do Poder Judiciário que previsse cotas para negros da mesma forma como já acontecia em outras esferas da Administração Pública.

Vejam, são dados – reconheço – arbitrariamente eleitos por mim como relevantes, mas poderíamos ficar aqui e passar a manhã citando tantos outros. Mas o fundamental é que, doravante, o CNJ ainda terá, na minha visão, uma função ainda mais relevante.

O novo Código de Processo Civil foi editado e aprovado por V. Exªs tendo como corolário principal o problema vivido pelo Poder Judiciário do assoberbamento de processos. E ele criou, na minha modesta opinião, dois sistemas muito relevantes: o sistema que estimula a conciliação e a mediação nos processos, muito mais do que fazia o Código de Processo Civil de 1973, com muito mais vigor, muito mais tecnicidade, com muito mais seriedade do que fazia o Código de Processo Civil de 1973, e também um sistema de observância de precedentes judiciais, para que os juízes das diversas varas do País, e mesmo os próprios tribunais, passem a observar a jurisprudência, passem a observar – Senador Ataídes, cumprimento V. Exª – os precedentes judiciais, para que a lei infraconstitucional e constitucional, a norma constitucional e a norma infraconstitucional tenham uma única interpretação, que é para pautar o cidadão com uma única forma de conduta. Sabemos nós que, se um juiz decide uma coisa e outro juiz decide outra, não há uniformização, não há segurança jurídica. Isso só estimula o litígio. E o novo Código de Processo Civil cita por várias vezes o Conselho Nacional de Justiça: no aspecto da mediação, no aspecto do leilão, no aspecto dos precedentes. O novo Código de Processo Civil foi muito feliz em relatar, em identificar, em normatizar esses capítulos referentes a essas matérias e em vários pontos coloca: "conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça, conforme banco de dados a ser criado pelo Conselho Nacional de Justiça."

Vejam V. Exªs que o Conselho Nacional de Justiça, a partir de agora, está no cerne da solução do maior problema do Poder Judiciário, talvez, que é a morosidade.

Eminentes Senadoras, eminentes Senadores, Sr. Presidente, com esta breve exposição, eu me coloco à disposição de V. Exªs para responder eventuais indagações, sempre nos limites da minha modesta capacidade.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O Relator deste processo é o Senador Ricardo Ferraço, que em reunião anterior já apresentou seu relatório.

Em função de o Senador Ricardo Ferraço não se encontrar presente, mas tendo apresentado o seu relatório, eu concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, previamente inscrito.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, permita-me. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senadora Ana Amélia chegou primeiro e sempre tem a preferência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu quero aprender com o senhor, Senador Anastasia. Não há problema.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A gentileza da Senadora Ana Amélia é extraordinária.

Eminente Presidente Senador José Maranhão, Dr. Octavio Augusto, Dr. Henrique.

Dr. Henrique, da mesma forma que me dirigi ao Dr. Octavio Augusto, cumprimentando-o pela exposição, faço o mesmo a V. Sª pela exposição realizada, pela segurança, pela sapiência apresentada, pela experiência também aqui demonstrada na sua exposição.

As minhas indagações são exatamente as mesmas que fiz ao Dr. Octavio Augusto – na verdade, provocações. A primeira refere-se ao papel do CNJ na questão remuneratória do Poder Judiciário, cada vez mais uma preocupação da nossa sociedade. Evidentemente todos nós consideramos que é fundamental que o magistrado tenha uma remuneração digna e à altura da qualificação e da responsabilidade da sua função, mas dentro também da realidade não só orçamentária, mas da realidade nacional como um todo. Por outro lado, a outra indagação se refere à questão da execução penal ou, melhor dizendo, da administração penitenciária em si, que se tornou um dos maiores tormentos do Poder Executivo, quer federal, quer dos Estados-membros, Estados federados.

O que acharia V. Sª da provocação que fiz ao Dr. Octavio Augusto e que reitero a V. Sª no sentido de que estudássemos, ou pelo menos discutíssemos, a eventual possibilidade de que essa administração penitenciária, hoje de exclusiva responsabilidade, na função administrativa, do Poder Executivo, passasse para a esfera do Poder Judiciário? Já que ele tem a responsabilidade pela execução, terá também a responsabilidade pela administração penitenciária. São as duas indagações que coloco e que são temas afetos à competência institucional do CNJ.

Concluo, mais uma vez, também reiterando a relevância que tem, como V. Sª colocou em sua exposição, o CNJ dentro do sistema jurídico brasileiro nos dias de hoje.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Henrique de Almeida Ávila.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Eminente Senador Anastasia, no que concerne à primeira colocação de V. Exª, eu acredito que o Poder Judiciário tem um papel muito relevante na democracia, como todos acreditamos, sem dúvida. E creio que ele deva ser sempre estimulado, que ele deva ser sempre observado de perto, porque é no Poder Judiciário que desembocam os principais problemas do nosso País, sobretudo em épocas de crise. Desembocam lá por uma razão muito simples: é da função do Poder Judiciário exercer esse poder de substituir a vontade de partes litigantes, de partes em conflito pela vontade do Estado. Então, é dele a última palavra.

De maneira que o Poder Judiciário tem de ser estimulado, seus magistrados também têm de ter, como V. Exª mencionou, uma remuneração digna. Não se pode, todavia, ignorar que é preciso que haja também a participação do Poder Judiciário no princípio da solidariedade com todos, sobretudo em momentos em que é necessária a observância de parâmetros por parte da Administração Pública e, mais do que isso, por parte deste Congresso Nacional, que é a quem cabe, sabemos todos, a palavra sobre essa questão, além dos estudos sobre essas questões e das discussões saudáveis sobre essas questões. De maneira que penso que é preciso ponderação nesse tema, que é muito delicado.

No que toca ao sistema penal, na observação muito relevante feita por V. Exª de que o Poder Judiciário leva, por assim dizer, o processo e, na hora de executar a pena, isso vai para as costas do Poder Executivo. Eu quero lembrar que hoje nós temos mais de 600 mil presos no Brasil. O problema carcerário no Brasil é dramático e influencia, sabemos nós, em várias outras discussões, influencia em discussões em tese, como a diminuição da maioridade penal. Quer dizer, o sistema carcerário, a precariedade em geral do sistema carcerário nacional influencia em discussões relevantes para o País, relevantes para a República, e influencia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

naturalmente, de maneira negativa.

Senador Anastasia, eu não havia pensado nessa instigante proposta de V. Exª. Quero dizer que achei bastante interessante, *grosso modo*, transferir essa atribuição de execução da pena para a administração do Poder Judiciário, se bem entendi, porque há realmente esse conflito. Instituem-se audiências de custódia, mas o Poder Executivo precisa ter estrutura para realizá-las na execução da pena, por exemplo. Parece-me que realmente é muito instigante, mesmo porque, segundo a norma geral, ninguém melhor para administrar um problema do que aquele que absorve o ônus dele.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia para formular a sua indagação, se o Senador não quiser exercer o direito de réplica.

Então, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, caro Presidente, Senador José Maranhão.

Dr. Henrique de Almeida Ávila, V.Sª disse que o sistema judiciário brasileiro é eficiente, se comparado, certamente, a outros sistemas judiciais, pelo menos da nossa região, da América Latina. Existe uma contradição entre a eficiência que V. Exª menciona e a percepção que a sociedade tem de ser um Judiciário moroso demais. Essa avaliação da sociedade, na sua visão... E aí há sempre uma transferência de responsabilidade. O juiz diz: "Não. Isso nós temos porque o processo, o sistema recursal, faz com que o recurso se delongue, etc.". Então, aí a culpa é nossa, porque quem aprova o Código somos nós.

Então, eu queria saber do senhor se, na sua visão, essa distorção perceptiva da sociedade – já que o senhor diz que ele é eficiente; se ele é eficiente, como é que a sociedade percebe diferente? – decorre dessa questão recursal, do sistema recursal, dos processos em si, decorre da deficiência de pessoal ou de deficiência tecnológica, porque, quando se fala em audiências por teleconferências, em que não é preciso que o preso esteja na frente do magistrado – e há uma resistência a esse negócio –, a tecnologia poderia ajudar muito, e em vários setores, principalmente nos juizados de pequenas causas ou de outras áreas que poderiam ser resolvidas com maior celeridade. Então, essa é a primeira questão.

Outra questão. V. Exª citou o Código de Processo Civil, recentemente aprovado, creio que no ano passado. Um constitucionalista, um analista da Constituição brasileira, o Prof. Lenio Streck, do Rio Grande do Sul, meu conterrâneo, apontou várias distorções e vários problemas no Código que foi aprovado. Eu queria saber se o senhor – já que V. Exª citou o Código – identifica, em alguma área do Código de Processo aprovado, alguma distorção que possa ampliar essa questão de perceber um Judiciário mais demorado ainda, dentro do que nós inovamos.

E a última: por fim, volto à questão da idade. O senhor tem a mesma idade ou um ano a menos do que o Dr. Octavio no exercício e vai julgar os magistrados com 50, 60, 70 anos, no cumprimento do seu dever, da sua função constitucional. Então, eu pergunto se essa questão da idade... E também, no caso da aposentadoria dos magistrados aos 75 anos, se não se estabelece limite para ingresso na magistratura ou no próprio CNJ, mas especialmente na magistratura. Então, 75 anos é o limite para a saída da atividade, e não há limite para o ingresso na atividade. Então, pergunto se não há também uma certa contradição nisso e se deveria haver uma limitação, embora defenda, sim, que os jovens, como o senhor e o Dr. Octavio, com um currículo bastante expressivo na atividade da ciência jurídica e com muita especialização, estejam, digamos, com amplas competência e capacidade para o exercício dessa função no CNJ.

Então, são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Henrique de Almeida Ávila.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Eminente Senadora Ana Amélia, permita-se só esclarecer melhor um ponto: eu dizia, na minha exposição, não que estamos diante de um Poder Judiciário eficiente, mas que estamos diante de juízes dos mais produtivos do mundo e, ainda assim, temos um Poder Judiciário dentre os mais morosos, com a maior taxa de congestionamento do mundo. Eu disse isso para mostrar a importância da gestão administrativa exercida também pelo Conselho Nacional de Justiça nessa questão.

E eu emendo. Creio que a resposta fica muito adequada se for feita conjuntamente com a segunda indagação de V. Exª sobre o novo Código de Processo Civil, porque o novo Código de Processo Civil visa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

exatamente contornar essa discrepância.

Veja V. Exª que o novo Código de Processo Civil, atento às questões da diversidade de entendimentos dentro do Poder Judiciário, previu inúmeros institutos relevantes para que haja a uniformização e a observância da jurisprudência.

Eu costumo citar um exemplo. Poderia ser qualquer outro, mas numa briga de condomínio, por exemplo, se um condômino vai a um advogado se consultar e perguntar se pode ajuizar uma ação contra o seu condomínio, se o advogado tem na mão entendimentos diferentes do juiz da primeira e da segunda vara cível da sua cidade, ele vai estimular o seu cliente a ajuizar a ação, ainda que o Superior Tribunal de Justiça ou que o Supremo Tribunal Federal já tenha uniformizado essa questão, porque, independentemente disso, os juízes da primeira e da segunda vara cível agem, decidem de maneira diferente uns dos outros, ou seja, é uma loteria judicial e é um estímulo ao ajuizamento das ações. Isso não aconteceria se o juiz da segunda ou da primeira, que pensa contrariamente ao entendimento, por exemplo, do Superior Tribunal de Justiça, ainda que expressasse o seu entendimento, cedesse ao precedente ou à jurisprudência que foi formada no tribunal superior, que é o que quer a Constituição. A Constituição quer que o Superior Tribunal de Justiça uniformize a legislação infraconstitucional e que o Supremo Tribunal Federal uniformize a interpretação das normas constitucionais. Então, veja que há um problema de gestão.

Havia, no meu entender, um problema legislativo que o Código de Processo Civil, se vai consertar só a experiência saberá dizer, tenta, com muita felicidade, solucionar. Naturalmente, uma lei complexa, eminente Senadora Ana Amélia, como o Código de Processo Civil – são mais de mil artigos e inúmeros parágrafos e incisos – contém dispositivos, por assim dizer, criticáveis, mas me parece que no todo – como estamos num problema global – é o que importa.

O Código de Processo Civil foi muito feliz, principalmente nesses dois pontos aos quais me referi, nesse estímulo à observância da jurisprudência, porque se o juiz – permitam-me voltar um pouco – não cumprir a decisão do Superior Tribunal de Justiça caberá reclamação ao Tribunal de Justiça ou, em outra fase, até ao Superior Tribunal de Justiça, e também no que diz respeito à conciliação e à mediação, agora feita de maneira séria, no início do processo, seguindo princípios relevantíssimos, como, por exemplo, para citar apenas um deles, o princípio da confidencialidade.

Na vigência do Código de Processo Civil de 1973, as partes, para fazer um acordo, eram chamadas a uma audiência, muitas vezes dirigida pelo próprio juiz. E naturalmente – é um aspecto psicológico, é do ser humano isso – ele não queria fazer proposta de acordo porque acreditava que tinha razão. E se ele fizesse uma proposta de acordo, o juiz poderia ter a impressão de que ele mesmo acreditava que estaria errado. Veja o desestímulo que é isso para a conciliação, na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Ainda que equivocadamente o juiz tivesse essa... Mas os equívocos lhe autenticam a humanidade. Então, isso era muito comum. Hoje, um dos princípios é a confidencialidade; ele é feito no início do processo. Ou seja, a legislação, eminente Senadora Ana Amélia, procura melhorar isso.

Com relação à jovialidade, eu também submeti o meu currículo atento à Emenda Constitucional nº 61, de 2009, que tirou esse requisito da idade mínima de 35 anos. Quero dizer que a circunstância de me colocar a julgar juízes, independente da sua idade, não me afetará em absolutamente nada. A tarefa de julgar não é uma tarefa simples, mas não é simples para ninguém. Ela é uma tarefa complicada. É preciso que seja feita com bastante maturidade; é preciso que seja feita com bastante equilíbrio – sabemos nós –, e é o que tentarei fazer, na medida sempre das minhas modestas capacidades.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Excelência, eu queria pedir a aquiescência sua e dos caros colegas, no sentido de abrir o procedimento de votação. Acho que há poucos inscritos ainda e já temos os esclarecimentos necessários ao Plenário para iniciarmos o procedimento de votação dos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência atende o requerimento de V. Exª até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

porque já existe o precedente de várias outras sabatinas, em que demos curso a este processo. De maneira que vou abrir o painel, pela ordem das sabatinas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, sobre este assunto, por gentileza. É só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – No conhecimento que V. Exª daria aos membros do Colegiado, já que se trata de dois candidatos à mesma vaga ou a vaga é uma só, pelo que entendo, no caso da CCJ, nós poderemos aprovar ambos, já que a decisão será do Plenário – é só esta a dúvida que eu queria tirar –, ou se a CCJ terá de eventualmente escolher um dos dois. Parece-me que nós poderíamos aprovar ambos e a decisão seria do Plenário. É só para a orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu também entendo que a aprovação de um não exclui o outro. Nós temos dois candidatos, que estão se apresentando aqui. Evidentemente, dependendo da votação, nós não podemos excluir, até porque o resultado numérico da votação não vai ser um fator de exclusão.

Nós temos a prerrogativa de aprovar um e outro. Ambos podem ser aprovados ou ambos poderiam até – em uma hipótese que não é ocorrente, mas poderiam –, em tese, ser rejeitados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu estava fazendo as perguntas e entraram duas questões de ordem. Portanto, gostaria de concluir a minha participação nesta sabatina, porque o Dr. Henrique fez uma avaliação sobre a questão da interpretação do Poder Judiciário em matérias distintas.

E imagino que vários dos colegas tenham, como eu, experimentado também, eu diria, uma difícil situação em relação à questão da lei eleitoral. É claro que houve uma alteração muito grande e, em cada Município, havia uma interpretação diferente sobre o que fazer: se podia ou não fazer carreata; se podia ou não andar com o ônibus ou com o megafone.

Isso dá uma insegurança, do ponto de vista da legislação eleitoral, na prática daquilo que foi adotado, e que foi excelente, pois foi uma campanha mais curta, com a proibição da doação de empresas, de pessoas jurídicas na campanha eleitoral. Isso foi muito bom.

Agora, a interpretação de cada juiz, em cidades uma do lado da outra, era completamente diferente em relação ao que havia sido feito na legislação eleitoral.

Nos outros Estados, imagino que tenha acontecido, mas no Rio Grande do Sul, o que podia ser feito em uma cidade não podia ser na outra, sobre a mesma matéria.

Então, eu queria falar também sobre isso, porque, de algum modo, cria insegurança naquilo que tem de ter segurança, que é o pleito, que é a democracia, a manifestação correta do cidadão e o direito do voto.

Essa é apenas uma observação e uma solicitação no sentido de que quem for escolhido pelo Plenário do Senado leve também essa ponderação da Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado.

Acho que a observação de V. Exª é muito pertinente, mas remete a outra questão: o Legislativo tem sido ora omisso – omisso completamente –, ora deixa sempre um vazio na legislação. Esse seria um conselho para nós próprios, na próxima reforma eleitoral, e entendo que isso está na cabeça de todo Congressista. Nós não podemos são evoluir em matéria de democracia com a lei eleitoral que temos aí, viciosa, viciosa formal ou substancialmente.

Todos os dias pensamos aqui na questão dos nossos partidos políticos, sobre a profusão na criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

partidos políticos, com intenções que nem sempre são as mais louváveis para uma democracia mais honesta, mais pura. etc.

A propósito disso, eu me permito aqui citar até um exemplo: quando assumimos os atuais mandatos, existia um verdadeiro furor no sentido de que era preciso extinguir o sistema da reeleição.

Eu pensei que isso realmente correspondesse não só a um clamor dentro do próprio Congresso Nacional, dentro do próprio Senado, mas um desejo ardente e objetivo de corrigir uma falha. Eis que a primeira lei que chegou na atual legislatura, neste terço dos Senadores, foi regulamentando a reeleição.

Ora, se não queríamos a reeleição, como é que iríamos criar uma lei para regulamentar a reeleição que não queríamos? Contradição tremenda! Penso que os partidos políticos precisam se debruçar sobre essa questão, para se ter realmente uma reforma eleitoral que possa corrigir os vícios decorrentes do sistema que temos aí.

Isso é apenas um desabafo, uma observação. Evidentemente, estou plenamente convencido, depois de todos os insucessos que já tivemos aí, ao longo de muitos anos, que todas essas questões vão aflorar e ser objeto das nossas reflexões e até das nossas decisões.

Prosseguindo, com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, previamente inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, quero cumprimentar também os dois candidatos, tanto o Dr. Octavio Augusto quanto o Dr. Henrique Almeida.

Concordando com o Dr. Henrique Almeida, considero a tarefa de julgar muito difícil. V. Sªs vão encontrar isso no próprio Evangelho, quando os fariseus perguntaram a Jesus: "Devo pagar os impostos ao Imperador?", e Jesus respondeu: "Dai a César o que é de César. E daí a Deus o que é de Deus, porque o reinado de Deus não é deste mundo".

Por aí se vê como é difícil julgar, de acordo com essa passagem evangélica, mas a minha pergunta não diz respeito a isso. E se já foi objeto de outra pergunta de outro Senador, V. Sª poderá até ponderar que já a respondeu.

O que considero um grande desafio, hoje, para o Poder Judiciário é se ver diante da exiguidade, da falta de quadros, da falta de juízes – sejamos bem claros –, com a necessária racionalização dos gastos do Judiciário.

Para complementar, qual é a proposta de V. Sª?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Henrique de Almeida Ávila para responder à pergunta formulada pelo Senador Garibaldi Alves.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Eminente Senador Garibaldi, muito obrigado pela indagação. Eu o congratulo pela feliz e adequada metáfora.

Quero dizer, eminente Senador, que a questão da gestão do Poder Judiciário parece mais relevante hoje exatamente do que o puro e simples aumento dos quadros do Poder Judiciário.

O Ministro João Otávio de Noronha, hoje Corregedor Nacional de Justiça no Conselho Nacional de Justiça, esteve nesta Comissão há cerca de três meses e relatou também, muito pela sua experiência na escola da magistratura, que há Municípios no Brasil com varas federais para cuidar de 20 ou 30 causas. Quer dizer, uma vara federal, que tem um gasto de aproximadamente R$900 mil, para cuidar de 20 ou 30 causas! Essas varas federais, portanto, seriam desnecessárias.

Ao mesmo tempo, há varas previdenciárias, por exemplo, onde o juiz tem consigo, para julgar, 20 mil processos. O próprio Ministro João Otávio de Noronha relatou que no seu gabinete há de 9 a 10 mil processos. Ou seja, a questão parece muito mais de gestão, como bem mencionado por V. Exª, do que a simples contratação de quadro. Ela parece muito mais de racionalização do que de aquisição de pessoal. É preciso que o Poder Judiciário, com a grata colaboração do Conselho Nacional de Justiça, permaneça em frente, seguindo o rumo de adequar o Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito à morosidade da jurisdição, que é, sem dúvida alguma, o que mais assola, impressiona e incomoda a sociedade brasileira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Perguntei isso, Sr. Presidente, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem direito a réplica.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Porque, em alguns Estado, verifica-se que o Poder Judiciário tem recursos, diria até, exuberantes, e o Poder Executivo não tem recursos nem para pagar o seu pessoal. Então, fica aquela discrepância entre o que detém o Poder Judiciário, em termos de recursos financeiros, e o que o Poder Executivo detém. E não há, ou há, em determinados Estados – as Constituições permitem –, essa devolução por ocasião do final do exercício financeiro, o que seria razoável, mas o Poder Judiciário – Mateus: "Primeiro os teus." – luta para que os recursos permaneçam em seu poder, para que ele possa aplicar dentro das necessidades do Poder Judiciário. Aí é uma escolha de Sofia, fica difícil. Foi por isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Parece que não está presente.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nossos sabatinados, Dr. Henrique, Dr. Octavio, gostaria de ter chegado aqui há mais tempo para ouvi-los, assistir ao esclarecimento de cada um dos senhores, mas, lamentavelmente, não foi possível.

Nós sabemos que o momento em nosso País é de muita responsabilidade, muita responsabilidade acima de qualquer coisa, principalmente do Poder Judiciário. Eu continuo achando que sou um chegante na política, estou há três anos efetivamente na política. Mas, antes de chegar aqui, eu tinha o conceito de que impunidade mais falta de transparência era igual a corrupção no Brasil. Repito: antes de chegar a esta Casa, eu acreditava que impunidade mais falta de transparência era igual a corrupção no nosso País. Hoje tenho a mais absoluta certeza disso. Essa impunidade é por morosidade da Justiça – eu venho também do Direito Tributário – e por outros fatores.

Um exemplo: no Estado do Tocantins, em 2010, nós tivemos a Operação Maet. De onze desembargadores, cinco foram afastados por vendas de sentenças. E isso é pelo Brasil afora.

Mas hoje estamos vivendo uma nova realidade em nosso País. A Operação Lava Jato, como já é sabido por todos, estabeleceu um novo marco no País, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo e, também, no Poder Executivo. E não há como sair desse novo marco, para o bem de todo o povo brasileiro, e principalmente do nosso País.

O Ministério Público Federal tem feito um trabalho extraordinário, assim como a Polícia Federal e o Poder Judiciário. Eu percebo, Sr. Presidente, nossos sabatinados, que o antecessor do Presidente Lewandowski, o Presidente Joaquim Barbosa, diante da CNJ tinha um perfil, um perfil não de justiceiro, mas de punição. Houve muitas punições, eu não tenho aqui números. O Presidente que acabara de sair teve um outro perfil, um perfil mais de gestor do Poder Judiciário, isso é fato. E agora nós temos uma nova Presidente, a Presidente Carmen Lúcia, a Ministra Presidente Carmen Lúcia, tão querida por todo povo brasileiro, especialmente por mim. Eu não tenho dúvida do trabalho que ela fará diante desse Conselho Nacional de Justiça.

Aqui já foi até falado sobre a idade dos senhores. São jovens. São jovens para julgar magistrados com 40, 50, 60 anos de magistratura, mas a idade não quer dizer tudo. Pode, às vezes, faltar um pouco de experiência, de convivência. Eu tenho filhos com 31 e 35 anos. São empresários, estão preparados para o mundo.

Eu vejo que os senhores, tanto o Dr. Octavio como o Dr. Henrique, estão preparados, sim. São belos currículos. E é claro que ali é uma corte, um plenário, em que também se aprende bastante.

Mas eu tenho duas perguntinhas a fazer, Sr. Presidente. Gostaria de fazer e ouvir tanto o Dr. Octavio, que é da nossa competente consultoria, como também o Dr. Henrique.

A primeira é a seguinte: temos visto, com alguma frequência, discussões relevantes acerca de uma suposta atuação expansiva do Poder Judiciário, que acabaria em invasão das competências constitucionais dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

outros Poderes. V. Sªs acreditam que o CNJ, por sua composição plural, pode facilitar o diálogo institucional entre o Judiciário e os demais Poderes, especialmente o Legislativo? De que forma?

A segunda: os membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios gozam de todas as prerrogativas da magistratura, mas não estão submetidos a um órgão nacional de controle nem de fiscalização, como estão os magistrados do Poder Judiciário. Pergunto: V. Sªs acreditam que seria útil incorporar às funções do CNJ, por meio de uma reforma na Constituição, o poder de fiscalização desses tribunais?

Eu quero dizer que eu e o Senador Eduardo Amorim – que votou e acabou de sair – temos uma PEC em que propomos a criação de um conselho nacional dos tribunais de contas, mas, evidentemente, isso vai onerar as contas públicas, e nós estamos em um momento de cortar despesas. Não dá mais para aumentar despesa, o momento agora é de adequar as receitas às despesas do nosso País.

Então, são essas duas perguntas que eu gostaria que V. Sªs nos respondessem, por favor.

Muito obrigado, Presidente, querido Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Quero esclarecer a V. Exª que o Dr. Octavio Augusto já completou as indagações; agora são dirigidas só ao Dr. Henrique. Então, nós vamos dirigir ao Dr. Henrique a indagação do Senador Ataídes para que ele dê a resposta.

Com a palavra o Dr. Henrique de Almeida.

O SR. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA – Eminente Senador Ataídes, eu acredito que o Conselho Nacional de Justiça também tem essa importante competência de estabelecer um diálogo entre o Poder Judiciário, de maneira mais ampla, e os outros Poderes. Sem dúvida, não é saudável para a democracia, não é saudável para o princípio dos freios e contrapesos que um Poder invada a competência de outro. Isso, naturalmente, acontece, e é preciso que, sempre que isso ocorrer, haja uma discussão, um debate e, quando possível, que haja uma intervenção de órgãos, sobretudo administrativos, como é o Conselho Nacional de Justiça.

A sugestão de V. Exª parece-me muito adequada, muito pertinente. Creio que o Conselho Nacional de Justiça, se não faz, deveria fazer, porque está dentro de suas atribuições institucionais, sem nenhuma dúvida.

No que diz respeito à incorporação, na competência do Conselho, o controle dos Tribunais de Contas dos Estados, da União, enfim, dos Municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, creio que a proposta em curso no Congresso Nacional, mencionada por V. Exª, melhor se adequa com a natureza daquelas Cortes de Contas, porque são Cortes de Contas que tratam, além de matéria distinta, de uma administração também distinta. São cortes vinculadas não ao Poder Judiciário, mas são mais ligadas ao Poder Legislativo. De maneira que me parece que essa divisão de competência é relevante nesse aspecto.

Naturalmente, V. Exª mencionou a questão do momento, das receitas e despesas do Estado brasileiro, dos Estados Federados. Realmente, o momento é difícil, talvez não seja o melhor para estabelecer mais um órgão, ainda que relevantíssimo, como vem defendendo, por exemplo, o Ministro Bruno Dantas, que foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Consultor Legislativo desta Casa e hoje é Ministro do Tribunal de Contas da União, defendendo exatamente, na linha de V. Exª, essa PEC. Creio que talvez o momento deva ser realmente melhor pensado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito com as informações e as respostas do Dr. Henrique.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra aos presentes.

Não havendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou recebendo aqui um apelo de um brilhante e querido colega, o Senador Agripino, que tem interesse em participar da votação. Dessa maneira, eu queria fazer um intervalo e dar mais cinco minutos, já que o Senador Agripino está se deslocando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Acabou de chegar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia sugerir que adiantássemos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não precisa mais de cinco minutos; basta um minuto. (*Pausa.*)

(Procede-se à votação.)

Colhidos os votos de todos os Senadores presentes, vamos proclamar o resultado. (*Pausa.*)

Conforme está exibido no painel, o resultado foi o seguinte: Henrique Ávila, SIM, 16; Octavio Orzari, SIM, 11.

Consequentemente, ambos estão aprovados pela sabatina a que esta Comissão acabou de proceder.

A matéria vai ao Plenário.

Vou suspender a reunião por dois minutos a fim de liberar os sabatinados, que, naturalmente, vão sair daqui felizes porque foram aprovados, sendo que compete a escolha, já que há uma só vaga, ao Plenário do Senado.

Estão liberados.

(*Suspensa às 12 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está reaberta a presente reunião.

Vamos dar prosseguimento à pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

- Em 13/09/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira até agora não se manifestou.

Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para discutir, com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

É só para cumprimentar a Senadora Vanessa pela iniciativa e o relatório do Senador Garibaldi, porque me parece um avanço. Na realidade, nós sabemos que, no passado, muitas vezes a Administração realizava o concurso e acabava não nomeando os concursados, que faziam o seu planejamento de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Felizmente, a jurisprudência avançou, e quando o concurso é feito já há a determinação de que, no limite das vagas, haja o provimento. E essa iniciativa da Senadora Vanessa ainda aperfeiçoa, já que se por motivos econômicos e financeiros, o que pode acontecer, houver uma suspensão das nomeações, também se suspende o período.

É justo. Parece-me justo. Ouvi algumas ponderações contrárias aqui, mas acho que por um critério de justiça, porque no caso do concurso é um planejamento de vida que a pessoa faz. O indivíduo faz um concurso e é aprovado, então, naquele lapso há a interrupção correspondente. E se o Poder Público não pode nomear, aquele período fica suspenso, mas também não prejudica. Portanto, atende aos dois lados, é o que me parece.

Por isso, quero louvar a ambos, porque é uma boa iniciativa, e manifestar a minha posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aguardo o meu agora. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 30.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais.

Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, acabamos de ouvir aqui as sabatinas de dois candidatos ao Conselho Nacional de Justiça, em que foi muito tratada a questão do texto que nós fazemos e aprovamos. E, às vezes, uma vírgula no lugar errado dá uma interpretação equivocada daquilo que pretendemos. Então, o que faz o Deputado Aguinaldo Ribeiro é exatamente deixar uniforme a questão de uma palavra apenas em questão de disposições gerais em legislação específica dos juizados especais.

Vou direto à análise, para simplificar, e, no mérito, não há o que discutir exatamente naquilo que devemos fazer o aperfeiçoamento.

O PLC é conveniente e oportuno.

Agora, vem a questão exatamente do que ele está propondo.

O art. 2° da Lei nº 9.099, de 1995, constante do capítulo das "disposições gerais", estabelece que o processo nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – abre aspas – "orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação" – fecha aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por sua vez, o art. 62 do mesmo diploma legal, constante do capítulo das "disposições gerais" dos Juizados Especiais Criminais, dispõe que – abre aspas – "o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade" – fecha aspas.

Como o art. 2° é aplicável tanto aos Juizados Especiais Cíveis quanto aos Juizados Especiais Criminais, entendemos que, atualmente, a "simplicidade" – e esta é a palavra – já é considerada um princípio orientador dos Juizados Especiais Criminais, não obstante a omissão de sua citação expressa no art. 62.

Entretanto, entendemos que, no intuito de se evitar qualquer interpretação errônea acerca dos princípios aplicáveis no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, seria interessante, sim, a alteração do art. 62 para a inclusão da palavra "simplicidade" no rol expresso dos princípios norteadores do referido órgão.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer da Senadora Ana Amélia.

Aos Srs. Senadores que desejam se manifestar está facultada a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, passa-se ao processo de votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, que passa a constituir parte do projeto.

A matéria vai ao plenário.

Há um pedido para inclusão extrapauta pelo Relator.

ITEM 33

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 141, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Deputado Alberto Fraga

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta com duas Emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na realidade, V. Exª me designou, para minha satisfação, como Relator *ad hoc.* E lerei o relatório do Senador Acir Gurgacz, com o qual concordo integralmente.

Vem à deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, com fundamento no art. 356 do Regimento Interno do Senado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 141, primeiro signatário o Deputado Alberto Fraga, que acrescenta §3º ao art. 42 da Constituição Federal.

O art. 1º propõe o acréscimo de §3º ao art. 42, com a redação:

"Art. 42.....

.....

§3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no inciso XVI do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

art. 37."

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o dispositivo pretende estender aos militares a permissão constitucional de acumulação ou, melhor dizendo, da exceção da acumulação para cargos de professores e profissionais de saúde, porque hoje é permitida aos servidores civis a acumulação de mais um cargo de profissional de saúde ou de professor e é vedada aos militares.

A proposta de emenda do Deputado Alberto Fraga, já aprovada na Câmara, pretende suprimir essa distinção, terminar, digamos assim, com essa vedação aos militares, dando-lhes o mesmo tratamento dos servidores civis.

O relatório, portanto, apresenta essa possibilidade, determinando aqui que, sob o ponto de vista formal, não há nenhum óbice e, da mesma forma, no seu mérito, que a proposta é positiva na medida em que encerra essa discriminação contra os militares e, igualmente, sob o ponto de vista econômico, é até benfazejo para a Administração, já que a limitação do teto poderá permitir que haja uma diminuição dos valores já que há o exercício de dois cargos com o teto constitucional.

Desse modo, o relatório conclui pela aprovação, mas sugere, para aperfeiçoamento da redação, duas emendas: a primeira, que acrescenta o §3º, alterando a ementa do dispositivo; e a segunda, que, na questão da redação, coloca o §3º, com o seguinte texto: "Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no inciso XVI do art. 37", com prevalência da atividade militar, deixando claro que, como se trata de uma atividade específica militar, no caso do concurso das duas, a atividade militar terá sempre prevalência.

Desse modo, é o relatório elaborado pelo Senador Acir Gurgacz, que incorporo e submeto à apreciação dos nossos pares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório, mas o Senador Ataídes Oliveira pede a palavra, pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, essa PEC 141, de 2015, eu gostaria de sugerir a V. Exª, pela falta de quórum aqui neste momento, que nós pudéssemos adiar para a próxima reunião a discussão e a aprovação. É o que eu gostaria de sugerir a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós temos quórum no painel, de 23.

Então, sugiro a V. Exª, se for do seu interesse, pedir...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... vista do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, Sr. Presidente, vamos adiar, porque, se pedir, por exemplo, uma verificação de quórum, não temos aqui quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. Estou sugerindo V. Exª pedir vista; não verificação de quórum.

Assim, eu estaria...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostaria de pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estaria conspirando contra o interesse de todos, que é continuar votando as matérias que estão na pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostaria até de concordar com V. Exª, mas eu preferiria sugerir que jogássemos essa discussão e essa aprovação para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Olha, eu vou insistir no mesmo ponto: o interesse de todos aqui presentes é que prossigamos votando as matérias. V. Exª tem a prerrogativa de pedir vista. Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

V. Exª não pede vista, que não causará esse prejuízo ao restante da pauta? É uma prerrogativa de V. Exª, e o resultado prático é o mesmo. V. Exª não quer votar a matéria? Pede vista.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Presidente, evidentemente, o Regimento nos dá esse direito realmente de fazer... Agora,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas eu não estou negando o direito que V. Exª tem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu percebo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estou apenas sugerindo uma solução mais prática, mas, se V. Exª insiste...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas como V. Exª sabe, Presidente Maranhão, a admiração que tenho por V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado. É recíproca. Estamos em empate.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu acho que eu fui até um pouco além do que deveria, apesar de estar aqui estribado pelo Regimento. Mas eu vou concordar plenamente com V. Exª, pela admiração que eu tenho e que é enorme.

Então, eu concordo com V. Exª e peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista do projeto, a pedido do Senador Ataídes.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 40 minutos, reiniciada às 12 horas e 41 minutos e encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e três minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Eunício Oliveira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 141, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios." Autoria: Deputado Alberto Fraga. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, adiada a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 31.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proferir o relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para deliberação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 475, de 2012, que torna obrigatório o envio, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de relatório semestral de atividades ao Congresso Nacional, por intermédio da Presidência da República.

Análise.

O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê, dentre outras competências, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opine "sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário".

Conforme a Justificação do PLS nº 475, de 2012, tendo em vista o arcabouço jurídico aplicado às agências reguladoras, e visando garantir que o Poder Legislativo exerça a sua prerrogativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, é necessário alterar a Lei nº 9.427, de 1996, para obrigar que a Aneel envie ao Congresso Nacional, por intermédio da Presidência da República, relatório semestral de prestação de contas. A exigência foi inspirada na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que estabeleceu dever similar para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): enviar relatório anual para o Congresso Nacional.

O PLS nº 475, de 2012, não apresenta óbice quanto à constitucionalidade. Destaco que a matéria tratada está inserida na competência legislativa da União e não está entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme se nota da leitura dos arts. 61 e 84 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). De fato, a proposição contribui para que o Congresso Nacional exerça o seu papel, previsto no art. 49, inciso X, da CRFB, de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos aqueles da administração indireta.

O PLS nº 475, de 2012, não é injurídico, pois promove inovação no ordenamento jurídico; é geral e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

abstrato; apresenta compatibilidade entre os fins pretendidos e o meio utilizado; e é aderente aos princípios gerais do Direito pátrio. Também não há reparo a fazer em se tratando do atendimento ao RISF e da adequação à técnica legislativa.

Ainda, por fim, é importante mencionar que o fortalecimento da função fiscalizadora do Congresso Nacional beneficiará a sociedade brasileira por meio dos seus representantes eleitos e será mais uma voz junto ao órgão público tão importante como é a Aneel.

Com o objetivo de aperfeiçoar a proposição, sugiro que o relatório, em vez de semestral, seja anual, a exemplo do que é exigido da Anac. Aproveito para propor adequação de técnica legislativa ao art. 3º da Lei nº 9.427, de 1996.

Voto, Sr. Presidente:

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012 na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CCJ (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação anual de contas ao Congresso Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXII:

> "Art. 3º .....
>
> .....
>
> XIX - .....;
>
> XX - .....;
>
> XXI - .....; e
>
> XXII - elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério de Minas e Energia e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.
>
> É a nova redação que se dá.
>
> Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era o que tinha a relatar favoravelmente, Sr. Presidente.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram,

(*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª me distinguiu com a relatoria do item 2, que é um projeto de lei da Câmara, proposto pela Deputada Keiko Ota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Esse projeto tem como objetivo dar um novo tratamento, mais rigoroso, aos chamados crimes de trânsito.

Já apresentei meu relatório, mas tenho conhecimento de que dois eminentes Senadores que compõem esta Comissão têm interesse em apresentar emendas: o Senador Anastasia e o Senador Caiado. Ambos os Senadores pretendem carregar nas tintas, tornar mais rigorosa ainda a punição do que aquela prevista no projeto original, o que conta, quero dizer a V. Exª, com a minha simpatia e sei que com a sua também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

Então, peço a V. Exª que retire de pauta essa matéria hoje, uma vez que o Senador Anastasia não está em Brasília, para que possamos votar na próxima semana, já incorporando as sugestões dos nossos dois colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Adiada a votação do projeto por solicitação do Relator.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Em 13/09/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Humberto Costa, nos termos regimentais.)

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 141, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta §3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Deputado Alberto Fraga.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Em 05/10/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Ataídes Oliveira nos termos regimentais.

S. Exª até o momento não se manifestou.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, essa proposta de emenda à Constituição visa estender aos membros das Forças Armadas e também aos policiais militares e bombeiros militares a faculdade de, além do exercício da sua profissão, também praticar a medicina, no caso dos médicos, e de atuarem como professores, de darem aulas.

No caso da prática da medicina, já existe, inclusive, uma jurisprudência. A partir de uma emenda constitucional que nós aprovamos no Congresso há coisa de dois anos, permitindo aos militares das Forças Armadas a prática da medicina, a jurisprudência já tem estendido essa faculdade aos policiais militares e aos bombeiros militares.

Muito bem; essa proposta de emenda à Constituição, que tem como seu primeiro subscritor, na Câmara, o ilustre Deputado Fraga, vai além: além da prática da medicina, o magistério. Aí, eu acho que nós estamos começando a ultrapassar aquilo que seria tolerável do ponto de vista da necessidade, que eu imagino ser imperiosa, de uma dedicação dos policiais militares e dos membros das Forças Armadas à sua atividade precípua, cuja nobreza não é preciso que nós enfatizemos, sobretudo nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Imagine o senhor que um policial militar diga: "Amanhã eu não posso tirar serviço porque eu vou dar aula". Já se cria, com isso, um conflito entre a atividade do policial militar, que é a sua atividade primordial, precípua, com uma outra atividade que vai lhe propiciar um rendimento maior. Isso pode gerar um conflito dentro da corporação entre aqueles que comandam e aqueles que devem obedecer.

Assim, eu, com todo o respeito à iniciativa do Deputado Fraga e ao parecer favorável do Senador Anastasia, quero dizer a V. Exª que voto contra. Eu entendo que as polícias militares são o principal pilar da segurança pública em nosso País e não creio que se possa avançar muito em mudanças das condições do exercício profissional dos policiais militares, especialmente aqui, no Congresso Nacional, uma vez que eu penso que cabe precipuamente aos Governadores dos Estados, às Assembleias Legislativas avaliarem essa situação.

Eu não me arriscaria a promover uma mudança desse vulto neste momento, aqui no Senado. Por isso, Sr. Presidente, com todo o respeito às opiniões em contrário, já antecipo o meu voto que é contrário à matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, vamos colocá-lo em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à propostas e às Emendas de Redação nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu tenho um relatório, e eu queria que se fizesse uma alteração na pauta. É o item 31. Embora seja terminativo, se for possível, posso fazer a leitura hoje e, quando houver quórum, faremos a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra a V. Exª para fazer a leitura do seu parecer, eu registro o voto em contrário à matéria anterior do Senador Armando Monteiro.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014

- Terminativo -

Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;*

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, para proferir o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, submete-se à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 194, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, que institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública (PNCBMSP).

Na forma do art. 2º do referido PLS, a PNCBMSP define critérios técnicos voltados para a universalização e melhoria da oferta dos serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros Militares, por meio de diretrizes, objetivos e responsabilidades nas esferas federal, estadual e municipal.

As diretrizes da PNCBMSP são estabelecidas no art. 3º. Destacam-se, nesse sentido, a promoção da integração dos entes federativos, a universalização dos serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros Militares, o estabelecimento de critérios de emprego sazonal de bens e recursos humanos, a priorização das ações de prevenção e educação, a modernização dos Corpos de Bombeiros Militares, a criação de grupos de pronta resposta a emergências e a normatização da segurança contra incêndio e pânico.

Também entre as diretrizes, estão: modernizar os Corpos de Bombeiros Militares, com foco na indústria nacional e nas inovações tecnológicas; fomentar a evolução científica e tecnológica dos materiais, equipamentos e veículos de bombeiros militares, de acordo com os padrões internacionais de segurança;

identificar parâmetros para a definição de efetivo, instalações, estruturas, materiais e equipamentos necessários para desenvolver os serviços de bombeiros militares; promover intercâmbio técnico-científico no âmbito nacional e internacional nos assuntos de interesse dos Corpos de Bombeiros Militares, fomentar a inclusão social por intermédio de programas e projetos de cidadania dos Corpos de Bombeiros Militares; integrar os diversos atores da sociedade visando ao desenvolvimento da conscientização da responsabilidade social; fortalecer as ações do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares (Ligabom); incentivar o estudo, a pesquisa e a elaboração de doutrinas relativas à prevenção e atuação em desastres no Brasil; e promover a gestão estratégica formal nos Corpos de Bombeiros Militares.

O art. 4º, por sua vez, assinala que o objetivo geral da PNCBMSP é "promover a preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio", por meio de ações como prevenção e extinção de incêndios, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e Defesa Civil.

O art. 5º define os objetivos específicos da PNCBMSP, com ênfase na criação de políticas públicas de valorização dos bombeiros militares, equiparação e reaparelhamento dos Corpos de Bombeiros Militares com viaturas, materiais, equipamentos e todos os meios necessários para o cumprimento de suas funções constitucionais, acompanhando as inovações tecnológicas, expansão dos serviços dos Corpos de Bombeiros Militares nos Municípios. E ainda: enfatizar os aspectos preventivos nas ações dos bombeiros militares, promover a integração dos Corpos de Bombeiros Militares com os órgãos públicos, entes privados e demais atores da sociedade; implementar políticas públicas na área de segurança contra incêndio e pânico; contribuir para a redução de acidentes de trânsito; disseminar os conhecimentos das atividades dos bombeiros militares com foco na segurança contra incêndio e pânico; desenvolver a cultura de prevenção; promover programas sociais de interesse público; regulamentar, fiscalizar e credenciar as pessoas jurídicas de direito privado que atuam na formação dos profissionais congêneres; implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da indústria nacional de veículos, materiais e equipamentos utilizados pelos Corpos de Bombeiros Militares; certificar produtos e serviços, preferencialmente por meio do Instituto Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares; criar e certificar uma doutrina operacional para o emprego de cães nas ações dos bombeiros militares, bem como sua certificação; e promover a regulamentação e difusão dos serviços de pesquisa de incêndio urbano e florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

No que concerne às competências dos entes federados, o art. 6º prevê que compete à União, entre outras, promover a articulação com os Estados e alocar recursos orçamentários e financeiros para a implementação da PNCBMSP, alocar recursos orçamentários e financeiros para a implementação da PNCBMSP, considerando a composição tripartite, e definir e apoiar as diretrizes de capacitação e educação permanente em consonância com as realidades regionais.

Já o art. 7º dispõe sobre as competências dos Estados e do Distrito Federal, como fomentar a captação de recursos orçamentários e financeiros para a realização da política nacional e implementar, no âmbito de suas competências, as diretrizes da Política Nacional dos Corpos de bombeiros Militares na Segurança Pública, em consonância com as realidades regionais.

O art. 8º trata da competência dos Municípios, que é implementar as diretrizes da PNCBMSP em seu âmbito, consoante a realidade local.

Na justificação, o autor defende que "os Corpos de Bombeiros Militares necessitam de uma base legal para exercer a coerção necessária à imposição de medidas que permitam o oferecimento de um serviço público de segurança, em consonância com suas atribuições, compatível com o estabelecido na Constituição, pois desta forma será possível a integração dos comandos do art. 144, no que se refere à preservação da vida e do patrimônio, num verdadeiro círculo virtuoso de segurança pública".

Observa, ainda, que "a instituição da política nacional é uma estratégia de articulação multidisciplinar na qual se confere visibilidade aos fatores que interferem na segurança pública, tais como saúde, meio ambiente, educação, defesa civil, transportes, assistência social, esportes, segurança de grandes eventos etc." e que "o projeto se coaduna com os esforços da federação brasileira, na medida em que tem também por escopo o fomento da inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável no âmbito dos serviços de bombeiros militares na segurança pública, com o incremento da oferta eficiente dos serviços públicos".

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde obteve parecer favorável, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, e, para decisão terminativa, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise do projeto, Srs. Senadores, Srªs Senadoras e Sr. Presidente.

Na forma o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Nesse sentido, assinalamos que a proposição atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas. Também não foram identificados vícios de constitucionalidade na matéria, uma vez que é competência privativa da União estabelecer normas gerais sobre a organização e mobilização dos corpos de bombeiros militares, nos termos do art. 22, inciso XXI, da Constituição Federal. Tampouco há que se falar em iniciativa legislativa privativa nesta matéria, pois não há a criação de órgãos ou cargos públicos, tampouco a modificação de competências administrativa de órgãos específicos. É, portanto, constitucional, regimental e legal a proposição ora em relatoria.

Observamos a relevância do estabelecimento de políticas públicas a instituição tão importante como os Corpos de Bombeiros Militares. Fundamental que haja uma perspectiva nacional para o trato das matérias relacionadas.

Ademais, o Brasil carece de mais bombeiros militares. Nesse sentido, assinalamos o que dispõe a justificação do PLS sobre a presença dos bombeiros nos Municípios brasileiros:

> Para um País de dimensões continentais como o Brasil, com mais de 5.000 Municípios, (...) os serviços dos Corpos de Bombeiros Militares apresentaram índices de expansão expressivos desde 1988, e hoje existem unidades de bombeiros militares instaladas fisicamente em 706 cidades. Esta rede física atende aproximadamente 60% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> população brasileira, que vive nos Municípios onde se produz cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Além do atendimento direto nas ações de socorro, há uma atividade preventiva que é feita, inclusive, em Municípios limítrofes aos que contêm unidades instaladas.

E observa o autor do PLS que, "segundo a revista Pesquisa Perfil das Instituições da Segurança Pública, ano base 2011, o número de atendimentos no País foi de 2.350.990". Essa mesma pesquisa assinala que, em 2012, o efetivo total dos Corpos de Bombeiros Militares no Brasil era de aproximadamente 70 mil bombeiros militares para atender uma população de 191.802.110 habitantes, isto é, um bombeiro militar para cada 2.779 habitantes. Uma vez que alguns organismos internacionais consideram como parâmetro recomendado a relação de um bombeiro para cada 1.000 habitantes – então, estamos aí com perda de 1.779 habitantes, atendendo a mais que a média internacional – vemos a necessidade de políticas públicas que possibilitem o aumento desse contingente.

Portanto, Sr. Presidente, lido o relatório, feita a análise, eu vou para o voto:

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 194, de 2014.

Aí, Sr. Presidente, o relatório, a análise e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sendo matéria terminativa, está registrada a leitura do relatório, entrando em discussão em sessão que deverá se realizar, com toda a certeza, nos próximos dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Alvaro Dias tem preferência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sou mais velho.

Presidente, apenas para registrar e dar publicidade ao entendimento que fizemos ontem, V. Exª e eu, no sentido de que possa ser designado um relator *ad hoc* para a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, que trata do foro privilegiado, já que o Relator, Senador Roberto Rocha, licenciou-se por quatro meses, e esta matéria é oportuna, é uma exigência da sociedade brasileira neste momento. E creio que é o espaço adequado para o debate, o aprimoramento de uma proposta que tenha por objetivo extinguir o foro privilegiado.

Então, mais uma vez, dou publicidade ao entendimento que fizemos ontem, à solicitação que fiz ontem a V. Exª, no sentido de designar um relator *ad hoc* para darmos prosseguimento à tramitação da proposta, já que o Senador Roberto Rocha apresentou já o seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A informação da Secretaria é que o Senador Rocha efetivamente apresentou o relatório. Mas, como V. Exª já frisou, ele está de licença e V. Exª é o autor. Se V. Exª não fosse o autor, com a sua permissão, eu o indicaria como relator.

Vamos, então, designar outro relator. Eu aqui sugiro, em atenção a V. Exª, para que a matéria tenha uma tramitação adequada, o nome do Senador Aloysio Nunes, que é um renomado jurista e poderá...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas é coisa de animalzinho, de bichinho, ou não? Se for isso, estou por fora. (*Risos.*)

Eu estava conversando com o Deputado sobre uma matéria que está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa e acabei não me inteirando do tema. Mas eu vou estudar a matéria. Fico muito honrado pela designação de V. Exª. É uma matéria delicada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Fica V. Exª designado com o direito de recusa, se assim entender.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu vou conversar com o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Alvaro Dias, que foi quem suscitou o tema. Depois, comunicaremos a V. Exª. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado. Pois não.

Eu consulto o Senador Aloysio Nunes se ainda deseja usar da palavra sobre a matéria. Pediu a palavra simultaneamente o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente, sobre o ordenamento dos nossos trabalhos.

Eu sou Relator de um projeto de lei da Câmara, que é o Projeto de Lei nº 19, de 2016, que trata da regulamentação da sustentação oral nas turmas recursais dos juizados especiais.

Eu já apresentei o meu relatório, que está na secretaria da Comissão. Eu pediria a V. Exª, se não for possível relatar extrapauta, que pudesse incluir na Ordem do Dia da próxima reunião.

Há uma divergência jurisprudencial. Em algumas turmas recursais se admite a sustentação oral; em outras, não. Então, estou propondo uma regra geral para esse tema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª ofereceu mais duas opções. Então, como se trata de uma matéria que V. Exª reconhece mesmo da maior relevância, vamos incluir na pauta da próxima reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se for possível, extrapauta também, a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Hoje, nós estamos premidos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... pela Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, nós fazemos na próxima.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E já começou a Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Declaro encerrada a presente reunião e abro em cinco minutos para a apresentação das emendas ao Orçamento Geral da União.

(*Iniciada às 11 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Às onze horas e quarenta e seis minutos, do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Cidinho Santos, Dário Berger, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira, Hélio José, Ivo Cassol, José Agripino, José Pimentel, Lasier Martins, Ronaldo Caiado, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka, e as Senhoras Senadoras Angela Portela, Fátima Bezerra, Rose de Freitas e Simone Tebet, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aécio Neves, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Edison Lobão, Eduardo Braga, Humberto Costa, Jader Barbalho, Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço e Roberto Rocha e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 018/2016, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". O Senador José Agripino apresenta o Relatório sobre as 190 (cento e noventa) Emendas sugeridas ao referido Projeto, da quais 189 (cento e oitenta e nove) propostas de Emendas de Apropriação e 1 (uma) proposta de Emenda de Texto. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2017: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: **EMENDA 01-CCJ) Órgão:** 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania; **Unidade Orçamentária:** 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania – Administração Direta; **Programa:** 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; **Ação:** 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R$ 140.000.000,00; **Justificativa:** Apoio técnico e financeiro às iniciativas visando o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres e o fortalecimento dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Assessoria técnica e financeira a Estados e Municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência e adequação dos serviços não especializados. Realização de eventos para discussão da temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral. Divulgação dos serviços e realização de campanhas. Desenvolvimento de material educativo e de matriz pedagógica para qualificação dos profissionais e elaboração de diretrizes para o funcionamento adequado dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tais iniciativas visam aperfeiçoar os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência. Apesar de ser um crime e grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 77% das mulheres em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente, conforme revelaram os dados dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. O enfrentamento à violência contra as mulheres requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/ machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam sua autonomia econômica; e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. A Política Nacional de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência promove o atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capitalização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e o monitoramento dos dados da violência, ampliando e fortalecendo os serviços e a capacitação dos/as operadores públicos e de direito sobre a Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, além da mobilização e ações educativas e campanhas para a redução de violência contra as mulheres no Brasil. A Rede de Atendimento é integrada por serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda, além do reforço a rede de serviços públicos do governo federal, estados, Distrito Federal, municípios, tribunais de justiça, ministérios e defensorias públicas por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Inclui o Ligue 180 e, disque-denúncia, as unidades móveis de atendimento, os Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, a Casa Da Mulher Brasileira e a humanização da coleta de vestígios de crimes sexuais, conforme descritos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

abaixo. Muito se avançou na construção da Rede e entre os serviços que estão sendo ofertados às mulheres ligue 180, Unidades móveis, Coleta de vestígios. O Programa Mulher: Viver Sem Violência. Comporta cinco estratégias de ação, que são Casa da Mulher Brasileira; Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca; Organização e Humanização do Atendimento às vítimas de violência sexual; Campanhas Continuadas de Conscientização; **EMENDA 02-CCJ) Órgão:** 34000 - Ministério Público da União; **Unidade Orçamentária:** 34101 - Ministério Público Federal; **Programa:** 0581 - Defesa da Ordem Jurídica; **Ação:** 3752 - Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R$ 150.000.000,00; **Justificativa:** "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar. Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juízes Federais: são 939 Varas da Justiça Federal, das quais 198 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1864 cargos de Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos. Além dessas, estão autorizados a ser instalados 41 Juizados Especiais Federais. Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 221 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 783 Procuradores da República (média de 2,3 juízes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios.; **EMENDA 03-CCJ) Órgão:** 29000 - Defensoria Pública da União; **Unidade Orçamentária:** 29101 - Defensoria Pública da União; **Programa:** 2129 - Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União; **Ação:** 2725 - Prestação de assistência jurídica ao cidadão; **Tipo de Emenda:** Inclusão; Valor: R$ 200.000.000,00; **Justificativa:** A DPU ainda não possui orçamento condizente com as atividades que precisa realizar para prestar assistência jurídica integral e gratuita em todo território nacional. A presente emenda visa a amenizar a situação do órgão, permitindo que cumpra suas atribuições com uma margem de segurança, viabilizando, ainda, ações itinerantes do programa "Eu Tenho Direito" em localidades onde a DPU ainda não está instalada, o que exige o deslocamento de colaboradores, servidores, defensores e equipamentos de informática, bem como aluguel de instalação adequada a essa prestação de serviço pontual. Com a presente emenda a DPU poderá, também, contratar serviços terceirizados para auxiliar o funcionamento do órgão, que ainda não possui carreira de apoio própria. São colaboradores, estagiários e bolsistas, entre outros, que tornam verdadeiros pontos de apoio a instituição. Há ainda a necessidade urgente de mudança de algumas unidades sedes, que ou se encontram em estado bastante precário ou já não suportam mais o volume de atendimento diário. Como quase 100% dos prédios onde a DPU está localizada são alugados, e grande parte do seu orçamento de custeio fica comprometida com aluguéis, justifica-se o aporte orçamentário que se pretende com a presente emenda. **EMENDA 04-CCJ) Órgão:** 63000 - Advocacia-Geral da União; **Unidade Orçamentária:** 63101 - Advocacia-Geral da União; **Programa:** 2130 - Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União; **Ação:** 2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R$ 80.000.000,00; Justificativa: A Advocacia-Geral da União representa, judicial e extrajudicialmente, a União, o que inclui os três Poderes e o Ministério Público da União, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo, nos termos do art. 131 da Constituição Federal. Nesse contexto, promove-se, atualmente, a gestão de 13,7 mil pessoas, sendo 4.108 nas carreiras de Advogados da União, Procuradores Federais e Assistentes Jurídicos, incluindo, os Consultores Jurídicos junto aos Ministérios; 4.656 servidores administrativos. Citem-se, ainda, 2.571 estagiários e 2.406 empregados de empresas terceirizadas. A Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal englobam cerca de 227 Unidades, em todas os 26 estados e no DF, em 128 cidades, ocupando cerca de 183 instalações imobiliárias. Historicamente, o caráter das despesas da Instituição apresenta-se de natureza meramente administrativa, ou seja, adstrito a despesas de custeio, tidas como essenciais à manutenção e funcionamento do órgão. O uso racional do orçamento e a ampliação de programas de sustentabilidade marcam a gestão de recursos humanos, financeiros e materiais da Advocacia-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

União. Na busca da eficiência na economicidade, sua Secretaria-Geral de Administração desenvolve e aprimora boas práticas de gestão, reconhecidas no âmbito do Governo Federal. Apesar do grande esforço de gestão empreendido, observa-se que, ano a ano, a carência de disponibilidade orçamentária e financeira, confrontada com o aumento da estrutura organizacional da Instituição e, ainda, como o natural aumento de preços, e índices inflacionários, tornou extremamente agravada a situação orçamentária, com acúmulo/aumento das chamadas Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, de linha crescente. Mesmo diante de todo o esforço da Instituição na busca da eficiência, otimização e economicidade (revisão de todos os contratos e negociação com os fornecedores e prestadores de serviços, e dos avanços francos e destacados das ferramentas de gestão), impõem-se notórias, e cada vez maiores, as dificuldades em manter a máquina administrativa em funcionamento, face a um orçamento que vem sendo disponibilizado (ou não disponibilizado) à AGU, nos últimos 4 anos, expondo o órgão à sobrevivência com recursos abaixo do mínimo existencial. IMPORTANTE: Realizando um comparativo entre a estrutura e o orçamento da AGU, da PGFN (órgão estruturalmente destacado, no Ministério da Fazenda, que compõe a própria AGU) e do MPF, podemos identificar que, apesar de ter uma estrutura organizacional maior, a AGU tem, proporcionalmente, um orçamento menor que os demais órgãos de mesma relevância, ano após ano. Uma diferença importante a ser considerada quando avaliamos a evolução do orçamento da AGU: é possível observar nitidamente que o Limite de Movimentação e Empenho (LME), que restringe a totalidade dos créditos da LOA, concedido pelo então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao longo dos anos, tem sido sempre menor do que os valores publicados nas respectivas LOA's, prejudicando sobremaneira o cumprimento dos compromissos firmados pela AGU, com objetivo de garantir o seu funcionamento (pode-se dizer, atualmente, sobrevivência). Após análise desses dados, quando verificamos a diferença entre o recurso solicitado e o recurso liberado para movimentação e empenho, nos deparamos com o não atendimento de R$ 365.267.280,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil e duzentos e oitenta reais) nos últimos três anos. Tal situação, de natureza cumulativa, prejudica de forma muito grave, não só o funcionamento da AGU e da PGF, mas também a evolução, crescimento e fortalecimento da Instituição, além de inviabilizar que projetos que criam a identidade visual da Instituição ou que atendam o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Como já descrito acima a Advocacia-Geral da União encontra-se instalada em 183 prédios em todo o território nacional, atuando de forma profícua na representação judicial e extrajudicial da União, suas Autarquias e Fundações Públicas Federais. Com o intuito de aperfeiçoar ainda mais essa atividade a Instituição necessidade padronizar sua identidade visual, afim de que todos os representados, bem como a sociedade possam tomar ciência da localização do Órgão em cada um dos municípios onde a AGU se faz presente. Nesse sentido a AGU necessita elaborar um projeto nacional que valide sua identidade institucional, contemplando, realização de licitações para contratação de serviços e fornecimento de materiais que possibilidade a adequação das fachadas das suas 183 instalações. As 183 instalações da AGU, abrigam 227 Unidades e 34 Escritórios Avançados, essas Unidades e Escritórios necessitam de adequações voltadas para acessibilidade, para que membros, servidores, autoridades representadas e a sociedade em geral possam ter acesso as suas dependências sem restrição alguma, para isso, há a necessidade de construção de rampas de acesso, instalação de piso tátil, corrimões, placas e botões braille e em alguns casos até a instalação de elevadores, o Órgão também necessita de ao menos 01 especialista na linguagem de libras em pelo menos cada uma de suas 183 Instalações. Essas ações garantem o cumprimento da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que trata da inclusão da Pessoa com Deficiência. Diante de todo o exposto, ressaltamos que A AGU necessita de ampliação através de emenda no valor R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), para padronização de sua identidade visual e para atendimento ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Total das emendas de apropriação: R$ 570.000.000,00**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e cinquenta e oito minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Encerrado o prazo de suspensão da sessão para decisão sobre as emendas à Comissão de Orçamento, está reaberta a reunião.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dando cumprimento à tarefa que me foi entregue e para a qual fui designado, de relatar as emendas da Comissão de Constituição e Justiça ao Orçamento da União, eu apresento o parecer que passo a ler.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e conforme Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017).

De acordo com o art. 43 da Resolução nº 12006-CN, com redação dada pela Resolução nº 3/2015, as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais (caráter institucional), poderão apresentar emendas aos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais. Nos termos do art. 44, §1º, da referida norma, poderão ser apresentadas por Comissão até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Quanto às emendas ao texto do projeto, não há limites quantitativos estabelecidos, mas o caráter institucional deve ser observado.

No prazo fixado para recebimento, foram apresentadas a esta Comissão 190 sugestões de emendas, relacionadas no anexo deste parecer. Do conjunto, 189 são propostas de emendas de apropriação e uma é proposta de emenda ao texto.

É o relatório.

II - Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas apresentadas, haja vista que esta Comissão está sujeita, regimentalmente, ao limite de até oito emendas ao PLOA, sendo até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento.

Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas à CCJ detenham inegável mérito – são todas elas muito boas –, fomos forçados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social, procurando atender o maior número de Senadores que apresentaram propostas, observadas, ademais, as normas incidentes no contexto, em particular as que dizem respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/ 2006, do Congresso Nacional.

A tabela seguinte apresenta as frequências com que os órgãos apareceram nas sugestões feitas à Comissão: Ministério da Justiça, 123 sugestões; Ministério Público da União, 19; Defensoria Pública da União, 14; Justiça Federal, 12; Conselho Nacional de Justiça, 5; Justiça do Trabalho, 5; Ministério da Defesa 4; Superior Tribunal de Justiça, 3; Ministério do Meio Ambiente, 2; Tribunal de Contas da União, 1; Justiça Eleitoral, 1, num total de 189 sugestões ou frequências.

Considerando os quantitativos apresentados na Tabela 1, resolvemos propor à Comissão que acolha uma emenda de apropriação no âmbito do Ministério da Justiça, uma no âmbito do Ministério Público da União e outra no âmbito da Defensoria Pública da União.

A primeira emenda, decorrente das Sugestões nºs 10, 11, 12, 13 e 14, acrescenta R$140 milhões à Ação 210-B (atendimento às mulheres em situação de violência), no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania.

A apresentação da emenda deve ser feita à CMO, nos termos da Sugestão nº 10.

A segunda emenda, decorrente das Sugestões nºs 150, 151, 152, 153, 154, 155, acrescenta R$150 milhões à Ação 1-E30 (implantação de procuradoria junto às varas federais), no âmbito do Ministério Público da União, e deve ser apresentada à CMO, nos termos da Sugestão nº 160

A terceira emenda, decorrente das Sugestões nºs 175, 176, 177,. 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184, acrescenta R$200 milhões à ação 2725 (prestação de assistência Jurídica ao cidadão), no âmbito da Defensoria Pública da União, e deve ser apresentada à CMO, nos termos da Sugestão nº 183, com apenas uma pequena correção, pois se trata de emenda de acréscimo e não de inclusão de nova programação.

Por fim, proponho a esta Comissão que apresente também emenda desta relatoria no valor de R$80 milhões, destinada à ação 6374 (representação judicial e extrajudicial da União e suas autarquias e fundações federais), no âmbito da Advocacia-Geral da União, para o desempenho do seu mister constitucional, previsto no art. 131 da Constituição Federal, qual seja, a representação judicial e extrajudicial da União, que comporta a defesa dos três Poderes da República, além de garantir a defesa de políticas públicas essenciais para a sociedade, é importante o reforço orçamentário que proponho.

É uma emenda que toma a iniciativa de submeter à Comissão de apoio ao magro orçamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Advocacia-Geral da União, que tem redobradas atividades, principalmente neste momento, e que precisa do aporte que esta Comissão lhe pode destinar.

A Tabela 2 – emendas às despesas, apropriação – resume as emendas que ora propomos a esta Comissão acolher: 1 - R$140 milhões, para atendimento às mulheres em situação de violência; 2 - R$150 milhões, para implantação de procuradorias junto às varas federais;

3 - R$200 milhões, para prestação de assistência jurídica ao cidadão, no âmbito da Defensoria Pública da União; 4 - R$80 milhões, para representação judicial e extrajudicial da União e suas autarquias e fundações federais, no âmbito da Advocacia Geral da União.

Em relação à sugestão de emenda de texto apresentado (nº 190), em que pese o seu caráter meritório, entendemos que não aborda a temática relacionada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, não deve ser acolhida.

Voto

Em face do exposto, o nosso voto é para que esta CCJ acolha as sugestões de emendas ao PLOA 2017 de números 10, 11, 12, 13, 14, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184 e também acolha a emenda proposta por esta relatoria, deliberando pela apresentação à CMO das quatro emendas de apropriação constantes da Tabela 2. Outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

É o nosso parecer e o nosso voto, Sr. Presidente, que quero submeter à apreciação e à aprovação dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, parabenizar o Senador José Agripino pela forma como acolheu os vários pleitos. As demandas são maiores do que a quantidade de emendas que podemos acolher, e utilizou um critério muito justo: aquelas que tinham mais emendas são as que estão sendo acolhidas.

Tivemos, historicamente, aqui, uma demanda envolvendo Varas da Justiça Federal, fruto da expansão. Agora, ele está priorizando as procuradorias junto a essas varas. Está correto. No ano passado, ou seja, nos últimos três anos, esta Comissão acolheu emenda para a instalação das varas federais, avançou bastante.

Eu tive o cuidado, nobre Relator José Agripino, antes de vir para cá, de observar que o que aportamos para o Orçamento de 2016 ainda não foi utilizado. De duas, uma: ou a instalação das varas já avançou bastante e já não há uma pressão forte como havia ali por volta de 2011, 2012, em que o organismo junto ao Superior Tribunal de Justiça sempre nos procurava. Desta vez, não tivemos essa pressão.

Por isso, V. Exª, ao priorizar as procuradorias, tem plena concordância.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É o complemento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É o complemento.

E no que diz respeito às defensorias, está vindo para a área de custeio, que é a grande demanda, mas logo, logo, precisaremos também nos debruçar sobre a instalação das defensorias junto às Varas Federais, particularmente no interior do Brasil e do nosso Nordeste.

Portanto, nesse 17, como V. Exª está propondo R$200 milhões para assistência, vamos concordar, e, no próximo ano, faríamos um debate sobre a instalação também das unidades da defensoria no interior do Brasil, com olhar mais forte para a nossa Região Nordeste, por motivos óbvios.

Por isso, Sr. Presidente, tenho acordo pleno com o parecer do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira se manifestar...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, só uma observação de agradecimento ao Senador Pimentel, que fez observações pontuais e muito bem focadas. Ele, que acompanha com acuidade a sequência de alocação de recursos desta Comissão, fez, com muita propriedade, observações com relação ao pretérito e ao presente. Ele foi preciso em sua observação sobre o que foi concedido à instalação da Justiça Federal nas suas juntas e, agora, ao apoio que é dado ao Ministério Público para complementar a atuação daquilo que já está atuando, parte pela colaboração ou pelo interesse desta Comissão em alocar recursos orçamentários, para que elas possam desempenhar seu papel a bem da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continuando, não havendo mais quem queira se manifestar, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aprovado.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente Senador José Maranhão.

Eu gostaria tão somente de me justificar porque eu não estava no momento da votação, na sessão anterior a esta sessão ordinária, em razão de uma audiência externa a que tive de comparecer, mas queria agradecer a V. Exª a aprovação, nesta Comissão, do meu relatório da PEC relativa aos militares, que vai ser submetida agora ao Plenário, e, no caso do projeto de trânsito, de muito interesse, das emendas que estou elaborando

Então, agradeço a V. Exª essa oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu esclareço ao Senador Antonio Anastasia que a opinião e o voto de S. Exª já estavam consignados em seu relatório.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 37 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Angela Portela, Ivo Cassol, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Marta Suplicy, Simone Tebet, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, José Agripino, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta, a pedido do Presidente, que está a caminho, a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de item único, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016.

Item único:

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2016

- Não terminativo -

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1.

Observações: *Em 31/10/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Concedo a palavra ao Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente antes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero fazer um apelo a V. Exª como Presidente interino da CCJ, como Presidente eventual da CCJ, ou interino. O Senador Eunício vai fazer a leitura do relatório.

Essa PEC é muito polêmica, e faço um apelo aqui aos Senadores que defendem este Governo para que, depois de lido o relatório, abríssemos uma rodada de intervenções. Começamos o debate, já inauguraríamos aqui... Sei que vai haver pedido de vista coletiva, mas quero fazer um apelo aos Senadores da base governista para que começássemos hoje um debate entre Senadores. Há muitas dúvidas. Então, é este o apelo que faço aos Senadores da base governista: que pudéssemos começar hoje, independentemente da vista coletiva, um diálogo sobre a PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a reunião de hoje se destina à apresentação do relatório do Senador Eunício Oliveira, um relatório que ainda não é conhecido de nenhum de nós. De modo que penso que o mais correto é pedirmos vista para que possamos nos inteirar do relatório, com toda a profundidade que o assunto merece, para depois fazermos uma discussão.

Há até um pedido – já acertei aqui com o Líder da Minoria – de realizarmos uma audiência pública aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. Faz parte até de um amplo acordo, presidido pelo Presidente Renan, com a participação do Presidente desta Comissão, relativo a um calendário de eventos que, de hoje até o dia 13 de dezembro, nós teremos pela frente para a tramitação da PEC.

De modo que eu penso que o mais prudente, para que possamos nos inteirar realmente de tudo, de todas as minúcias, das linhas e das entrelinhas, seria haver um pedido de vista para que todos nós possamos, depois, voltar à discussão do assunto com maior profundidade.

E até aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar que já deve ter chegado ao conhecimento do senhor o requerimento de realização dessa audiência pública que seria realizada na véspera da votação da matéria aqui na Comissão. Pelo calendário acertado, a PEC seria votada na Comissão de Constituição e Justiça no dia 9 e, antes disso, realizaríamos essa audiência pública com dois indicados pela oposição e dois pela situação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Antes de prosseguir, eu queria, acolhendo sugestão unânime do nosso Plenário, convidar o Relator, Senador Eunício Oliveira, a fazer a gentileza de sentar aqui à mesa, ao lado da Presidência.

Eminente Senador Lindbergh, nós vamos dar início à leitura do relatório. A proposta apresentada por V. Exª será debatida no momento oportuno, já sob a presidência do nosso Presidente efetivo, que está a caminho.

A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra.

Está concedida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, obrigada.

Estamos aqui discutindo a tramitação da PEC no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, por hora nós estamos tão somente abrindo para a leitura do relatório, que é a primeira etapa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E há uma proposta do Senador Lindbergh.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, exatamente.

Eu acho que é muito importante, aliás, esse calendário foi aprovado numa reunião de Líderes, aprovado unanimemente, apesar de nós termos o entendimento de que poderíamos ter um prazo melhor, um prazo maior para o debate, tamanha a repercussão que a matéria trará para o País não nos próximos dois ou três anos, mas, segundo ela, 20 anos, não é, Presidente? Nós não podemos trabalhar com a expectativa de amanhã já derrubar uma emenda constitucional que este Congresso aprovou, senão isso vira brincadeira.

Mas, Presidente, eu tenho sobre a mesa um requerimento relativo à matéria, que solicita audiência pública e apresenta a relação de algumas pessoas que, consideramos, deveriam ser convidadas. Quando eu cheguei à reunião dos Líderes, o debate já estava se encerrando e foi discutido que aqui teríamos uma única audiência pública. Lá, ninguém polemizou. Agora, eu acho que a decisão mais importante não é se teríamos uma, duas ou três audiências públicas. A decisão mais importante diz respeito ao dia da votação, o dia 9. Não estou aqui sugerindo a mudança do calendário, vamos respeitar o que foi aprovado na Comissão – eu registro a minha posição contrária, mas respeito. O que eu gostaria de solicitar é que, se fosse possível, fizéssemos, efetivamente, mais de um debate, porque existem vários convidados – eu mesma estou apresentando três convidados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Só?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Três convidados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É pouco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, é pouco, claro, mas eu imagino que, se eu estou apresentando três, V. Exª deverá apresentar no mínimo o dobro, porque é muito mais competente do que eu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, deve apresentar, no mínimo, o dobro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso só reforça a minha intervenção.

Presidente, o que sugiro a V. Exª, com o apoio dos colegas, é quanto a esse prazo, a esse calendário. Eu, por exemplo, me disponho a vir na quinta-feira e a vir na sexta-feira para debater. E, no âmbito da Comissão, veja: é a única comissão pela qual a matéria passará, e essa matéria tem reflexos não só na área jurídica, mas, principalmente, na área de educação, na área de ciência e tecnologia, saúde, enfim, tudo.

Então, a sugestão que eu faço é que a gente pudesse programar vários debates, todos os que fossem possíveis, nesse período até o dia 9, levando em consideração, obviamente, os feriados e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem. Fica registrado.

Eu vou dar a palavra ao Senador Aécio enquanto nós continuamos esse debate.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, sem querer antecipar algo que ocorrerá no momento adequado, ou seja, a discussão sobre essa importante matéria, para permitir que, imediatamente, o Senador Eunício possa iniciar a leitura do seu relatório, eu quero apenas fazer aqui uma ponderação à ilustre Senadora Vanessa, dizendo a ela que, sobretudo em temas polêmicos, é muito importante que se mantenha aquilo que foi acertado de forma consensual.

No momento em que eu tive a oportunidade de participar dessa reunião, foi acertado o calendário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tramitação dessa PEC, quando foi aventada também a possibilidade de mais de uma audiência pública ou até de um número maior de palestrantes. O que se buscou ao final – e foi o entendimento daqueles que lá estavam – é que deveriam ser dois nomes indicados pela oposição e dois nomes indicados por aqueles que defendem a PEC, com o objetivo de permitir que os Srs. Senadores possam fazer o debate efetivo, que vai levar à aprovação ou, eventualmente, à rejeição da proposta.

Então, o sentido de termos aqui um número talvez menor de debatedores não parlamentares é de que os parlamentares possam ocupar esse tempo no debate que vai levar ou não à aprovação da matéria.

Portanto, eu acho que manter aquilo que foi acertado é o caminho mais seguro para que, com amplo espaço para que o debate ocorra, essa matéria possa ser decidida ainda este ano, provavelmente no próximo dia 13 de dezembro, em segundo turno, no plenário do Senado Federal, o que, acredito, espera a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Senador Aloysio Nunes, Líder do Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu apenas queria lembrar, claro que não aos membros desta Comissão, que conhecem o assunto, mas a quem está nos assistindo, que já estão acontecendo debates aqui no Senado a respeito desse tema. Aqui, na sala ao lado, na Comissão de Assuntos Econômicos, já foram realizadas duas ou três audiências públicas.

Mais ainda: antes de a proposta de emenda à Constituição ser votada pelo Plenário, onde ela deverá ser aprovada com um quórum qualificadíssimo, ela fica na Ordem do Dia, para discussão, durante cinco sessões, antes do primeiro turno, e por mais cinco sessões, antes do segundo turno. Então, são dez sessões de debates no plenário.

Mais ainda: neste calendário, combinado com a oposição, nós também acertamos a realização de uma audiência pública, digamos – não sei que nome isso tem no Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Comissão Geral.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim; de uma Comissão Geral, em que, perante o Plenário do Senado reunido, perante os Senadores reunidos em plenário, haverá também as exposições de convidados de fora, técnicos e especialistas, expondo os seus pontos de vista favoráveis ou contrários à proposta de emenda.

De modo que haverá uma pletora de debates. Não será por falta de debates que não iremos deliberar sobre algo que é muito importante para o País e que está, já agora, iniciando a sua tramitação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De toda forma, o primeiro passo é a leitura do relatório. Então, por isso mesmo, eu concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Eunício Oliveira, para que a faça.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não! Desculpe-me, Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só queria, antes de V. Exª passar a palavra, uma informação: qual será o critério para definir...

Antes, eu lamento que não tenha conseguido o apoio da maioria. Vamos deixar claro aqui que não querem o debate, porque só pode ser isso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, nem da minoria, não é? Nem da maioria, nem da minoria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; da minoria nós temos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A senhora foi uma voz isolada nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; da minoria nós temos, sim, todo o apoio. Então, eu lamento.

Mas eu queria saber de V. Exª qual será o critério para escolhermos as pessoas que virão aqui debater. A diferença é a seguinte: em audiência pública ouvimos gente de fora. Então, é isto que queremos: ouvir, o máximo possível, gente de fora, e não com uma única opinião, mas com as duas opiniões. É isso, mas nem isso querem. Então, qual será o critério? Eu tenho um requerimento, que apresenta três sugestões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Vanessa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Vanessa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um minuto, Senador Lindbergh.

Senadora Vanessa, veja bem: pelo que foi relatado há pouco, houve um acordo muito claro entre os Lideres. O Senador Lindbergh está confirmando, e o acordo é que seja metade de um, metade de outro. Isso foi acordado aqui – aqui, não; lá – e vai ser cumprido evidentemente.

Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero só esclarecer, Senadora Vanessa, que, na verdade, o que foi acordado agora, e há um requerimento para ser votado em comum acordo, é que vamos ter uma audiência pública no próximo dia 8, em que nós indicaremos dois nomes – já temos o Pedro Paulo Zahluth Bastos e a Profª Laura Carvalho – e o Governo vai indicar dois nomes. Mas aqui vamos fazer uma reunião nossa, podemos discutir, podemos alterar os nomes bem como a parte do Governo também poderá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Lindbergh,

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, vai ser no próximo dia 8. Fizemos um requerimento, de comum acordo, para ser votado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem.

Vou passar a palavra agora ao Senador Eunício Oliveira, Relator.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, Relator, para a leitura do seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem a esta Comissão, vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados), de autoria do Poder Executivo, cujo principal objetivo é instituir o Novo Regime Fiscal.

A PEC nº 241, de 2016, foi enviada à Câmara dos Deputados em 15 de junho último. Em sua versão original, continha três artigos, sendo que o primeiro acrescentava cinco artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), os arts. 101 a 105. Em 25 de outubro, aquela Casa aprovou a Proposta em 2º turno, nos termos do Substitutivo que descrevemos em seguida. O Substitutivo, como na proposta original, contém três artigos, mas, em vez de cinco, insere nove artigos no ADCT, além de alterar a redação e o conteúdo daqueles que manteve.

A essência do Novo Regime Fiscal é impor um limite aos gastos primários da União.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço atenção, por gentileza, à leitura do relatório do eminente Relator, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – O agregado desses gastos corresponderá àqueles efetivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ocorridos em 2016, corrigidos pela inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Observe-se que a PEC limita o agregado dos gastos primários, o que implica que as despesas associadas a alguma rubrica específica poderá subir acima da inflação, desde que outra despesa cresça em ritmo mais lento. A Proposta retira alguns gastos desse limite, principalmente os decorrentes de algumas transferências constitucionais da União para Estados e Municípios.

Também exige que os gastos com educação e saúde cresçam, no mínimo, ao mesmo ritmo da inflação. O teto para os gastos vigorará durante 20 anos, mas, a partir do décimo ano, poderá ser alterado por iniciativa do Presidente da República, por meio de lei complementar.

Feitas essas considerações, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores que nos assistem, descrevemos a seguir os dispositivos da PEC com maior detalhamento.

A art. 1º insere os arts. 101 a 109 no ADCT. O art. 101 descreve o objetivo da emenda, que é a instituição do Novo Regime Fiscal, que vigorará durante os próximos 20 anos.

O art. 102 contém a essência do Novo Regime Fiscal.

Inicialmente, diz que os limites deverão ser observados individualmente para os seguintes Poderes e órgãos: I – o Poder Executivo; II – o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal, a Justiça Militar da União, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Distrito Federal e Territórios; III – o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União; IV – o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público; e V – a Defensoria Pública da União.

A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária, bem como as despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual, terá de respeitar os limites individualizados. Tampouco será permitida a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária.

Para 2017, o limite de gastos corresponderá à despesa primária de 2016, incluindo os restos a pagar pagos e qualquer operação que afete o resultado primário, corrigida em 7,2%. Para os demais anos, o limite corresponderá ao limite do ano imediatamente anterior, corrigido pela inflação medida pelo IPCA (ou de outro índice que vier a substituí-lo) acumulada em 12 meses, encerrada em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Assim, por exemplo, o limite de gastos para 2018 corresponderá ao limite de despesas primárias estabelecido para 2017, corrigido pela inflação medida pelo IPCA observada entre julho de 2016 e junho de 2017.

Observe-se que, por meio dessa sistemática, a base de cálculo será 2016. Isso significa que, se, em determinado ano, os gastos ficarem abaixo do limite, essa poupança não precisará ser repetida no ano seguinte.

Simetricamente, se os gastos extrapolarem o teto em determinado ano, os gastos excedentes não serão incorporados ao teto do ano seguinte.

A PEC, contudo, excepciona as seguintes despesas do cômputo dos limites:

i) As seguintes transferências constitucionais:

a. Participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros minerais (§ 1º do art. 20 da Constituição Federal - CF);

b. Decorrentes de repartição de receitas tributárias, conforme previsto nos arts. 157, 158, incisos I e II, e 159 da CF;

c. Cotas estaduais e municipais da contribuição social do salário-educação (art. 212, § 6º, da CF);

d. Fundo Constitucional do Distrito Federal (inciso XIV do caput do art. 21 da CF);

e. Complementações do Fundeb...

Eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Está difícil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos presentes que guardem o devido silêncio para que o Relator apresente o seu documento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Vou voltar aqui um pouquinho, Presidente.

c. Cotas estaduais e municipais da contribuição social do salário-educação (art. 212, § 6º, da CF);

d. Fundo Constitucional do Distrito Federal (inciso XIV do caput do art. 21 da CF);

e. Complementações do Fundeb (incisos V e VII do caput do art. 60 do ADCT);

f. Repartição do IOF-Ouro (art. 153, § 5º, da CF);

g. Transferência de impostos estaduais e municipais arrecadados pelo Simples Nacional (art. 146, parágrafo único, da CF);

ii) Créditos extraordinários decorrentes de despesas imprevisíveis e urgentes, como de guerras, comoção interna ou calamidade pública (§ 3º do art. 167 da CF);

iii) Despesas com realização de eleições pela Justiça Eleitoral; e

iv) Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

A PEC também flexibiliza os limites por meio de compensação de gastos entre Poderes ou entre órgãos autônomos de um mesmo Poder. Assim, durante os três primeiros exercícios de sua vigência, o Poder Executivo poderá compensar, com redução de até 0,25% de seu limite de gastos, despesas excedentes de outros Poderes ou órgãos.

Similarmente, dentro de um Poder, seus órgãos poderão compensar os gastos, desde que cumpram o teto para o conjunto das despesas e que essa compensação esteja prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, por exemplo, se as despesas da Justiça do Trabalho excederem o teto estabelecido para aquele órgão do Poder Judiciário, esse excesso poderá ser compensado com menores gastos, digamos, de outro tribunal, como, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, desde que haja previsão na LDO.

Adicionalmente, o pagamento de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 poderá ser excluído da verificação do cumprimento dos limites de gasto se forem pagos com excessos de resultado primário em relação à meta fixada na LDO. Isso significa que eventual excesso de arrecadação ou redução de despesas em relação ao previsto na LDO poderão ser utilizados para quitar restos a pagar inscritos até 2015.

O artigo 103 do ADCT proposto pela PEC prevê a possibilidade de alteração dos limites a partir do décimo ano de sua vigência. A alteração será de iniciativa do Presidente da República, terá de ser feita por meio de lei complementar e poderá ser proposta uma única vez por mandato.

O artigo 104 trata das consequências em caso de descumprimento dos limites de despesas. As sanções poderão ser individualizadas, restritas ao órgão que gastou em excesso, ao Poder do órgão que gastou em excesso, ou atingir toda a União. Conforme estatui o *caput* do artigo, as punições aplicar-se-ão até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites.

As punições se manifestam, em primeiro lugar, na forma de controle de gastos de pessoal. Dessa forma, será proibida a concessão de qualquer aumento de remuneração, tanto para o funcionalismo quanto para membros de Poder ou de órgão. Excetuam-se os aumentos decorrentes de sentença transitada em julgado ou determinados por leis que se encontravam em vigor antes da promulgação da Emenda Constitucional.

Como se sabe, ao longo de 2016, houve a concessão de reajuste para diversas carreiras, na maioria das vezes escalonados até 2018 ou 2019. Esses reajustes entrarão no cômputo dos limites de gastos do respectivo órgão ou Poder. Entretanto, mesmo que o limite seja extrapolado, o pagamento desses reajustes salariais continuará permitido.

A vedação de reajuste salarial se estende também a qualquer forma indireta de concessão de benefícios para o funcionalismo ou membro de Poder, como reestruturação de carreiras e criação ou majoração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

benefícios, como auxílio alimentação ou moradia. Também ficam proibidos contratação de pessoal e realização de concurso público, exceto para reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem despesas e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios.

O art. 104 do ADCT também veda, em caso de as despesas ultrapassarem o teto, criação de despesa obrigatória ou reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, exceto reajustes do salário mínimo que garantam a manutenção de seu poder de compra, conforme previsto no inciso IV do *caput* do art. 7º da Constituição.

Observe-se que as vedações referentes a reajustes de benefícios, em qualquer de suas formas (vencimentos, auxílios, etc.), bem como alterações na estrutura de carreira, atingem todo o Poder; basta que as despesas de um de seus órgãos tenham ultrapassado o teto. O disposto vale para os Poderes Legislativo, Judiciário e o conjunto formado pelo Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público. Já a concessão de reajuste geral para o funcionalismo público, previsto no inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição, fica vedada caso qualquer um dos Poderes ou órgão ultrapasse os limites individualizados.

Também ficam proibidas, em caso de descumprimento do limite de gastos, a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como qualquer forma de refinanciamento de dívidas que impliquem despesas com subsídios ou subvenções, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Observe-se que a regra permite aumento dos valores financiados ou subsidiados, desde que decorra da expansão natural de um programa. Por exemplo, se já existe um programa de financiamento de casas que atinge determinado público-alvo, os valores do programa podem se expandir à medida que esse público-alvo se expande. O que a emenda à Constituição irá vedar é a criação de um novo programa ou a ampliação dos critérios de elegibilidade para participação.

Por fim, o §4º do art. 104 do ADCT veda a aprovação de proposições legislativas que levem a aumento de despesas. Isso significa que, enquanto vigentes as vedações previstas no artigo, será proibida a tramitação de proposições legislativas que levem a aumento de despesas ou a renúncias de receitas.

O art. 105 do ADCT dispõe sobre as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Para 2017, os gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde corresponderão àqueles especificados no art. 198 da Constituição. A consequência do disposto nesse art. 105 do ADCT, em conjunto com o art. 2º da PEC, que revoga o art. 2º da Emenda Constitucional (EC) nº 86, de 17 de março de 2015, será a elevação dos gastos mínimos com saúde, que só atingiria esse percentual em 2019. Os gastos mínimos com saúde passam, Senador Aécio, de 13,7% da Receita Corrente Líquida para 15%, já a partir de 2017. Repito: esse percentual da Receita Corrente Líquida, que hoje é 13,3%, passaria em 2017 para 13,7%. Essa PEC já aumenta o percentual para 15% da Receita Corrente Líquida, que equivale, mais ou menos, ao incremento na saúde pública brasileira de cerca de R$10 bilhões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que já gasta 15% hoje.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – V. Exª sabe que não. Mas não vou entrar no debate agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Eu tenho certeza de que sim.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Se V. Exª me permite, quero ler o relatório. Eu estou apenas lendo aqui o relatório. O debate não será feito neste momento.

E V. Exª sabe que não.

Já de 2018 em diante, o piso de gastos – isso é piso – com saúde corresponderá ao piso do ano anterior, corrigido pelo IPCA, da mesma forma como será corrigido o total de gastos primários.

Em relação à educação, para 2017, o piso de gastos corresponderá ao atualmente praticado, conforme o disposto no *caput* do art. 212 da Constituição, ou seja, 18% da receita de impostos, líquida de transferências. A partir de 2018, haverá um acréscimo, porque o piso passará a ser corrigido pela inflação, nos moldes das demais despesas. Isso se dará não a partir de agora, mas a partir de 2018. Então, se nós quisermos fazer com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que a economia cresça, se ela crescer, obviamente, esse piso será diferente de 18%, que são gastos nos dias de hoje.

O art. 106 do ADCT trata das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. Atualmente, nos termos dos §§9º e 11 do art. 166 da Constituição, essas emendas constituem 1,2% da Receita Corrente Líquida e são de execução obrigatória. Com a PEC, esse percentual se mantém em 2017, mas, a partir de 2018, passa a ser corrigido pelo valor do ano anterior, corrigido pela inflação.

O art. 107 do ADCT estabelece que o disposto no Novo Regime Fiscal não constitui obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o Erário, bem como não revogam, dispensam ou suspendem outros normativos a respeito de metas fiscais ou limites máximos de despesas. Isso implica que as restrições constantes, por exemplo, da Lei de Responsabilidade Fiscal, permanecerão válidas.

De acordo com o art. 108 do ADCT, toda proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita será acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro.

Por fim, o art. 109 do ADCT estatui que a tramitação de qualquer proposição legislativa que acarrete aumento de despesas ou renúncia de receitas, exceto medidas provisórias, poderá ser suspensa por até 20 dias para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal. Para tanto, deverá haver requerimento assinado por um quinto dos membros da Casa.

O art. 2º da PEC 55, de 2016, estabelece que a emenda constitucional passará a vigorar na data de sua promulgação por este Congresso Nacional.

Por fim, o art. 3º da PEC 55, de 2016, revoga o art. 2º da EC 86, de 2015. Essa emenda estabeleceu que os gastos com serviços públicos de saúde teriam um piso de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL). Entretanto, para que não onerasse o Tesouro imediatamente, o referido art. 2º previa uma regra de transição, de forma que, no primeiro ano subsequente ao da promulgação da EC, o piso seria de 13,2% e aumentaria gradativamente até atingir 15%, como eu já disse anteriormente, em 2019. Nessa transição, o percentual de 2017 seria de 13,7% da RCL.

Nesta Comissão houve a apresentação da Emenda nº 1 – CCJ, que objetiva determinar a entrada em vigor da emenda constitucional resultante da PEC 55, de 2016, após a sua aprovação em referendo autorizado pelo Congresso Nacional, o qual será convocado e processado na forma prevista pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Com isso, a produção de efeitos da emenda constitucional ocorreria na data da publicação do resultado do referendo pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Resumidamente, tanto a PEC original quanto seu Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados argumentavam que o Novo Regime Fiscal seria necessário por causa da forte crise fiscal pela qual o País passa. Desde 2014, o resultado primário da União tem sido negativo e, para 2016, projeta-se déficit de R$170 bilhões. A consequência desse desequilíbrio é o forte crescimento do endividamento. A razão dívida bruta/PIB saltou de 51,7%, em 2013, para 67,5%, em abril de 2016. Claramente, se não houver forte correção das contas do Governo, a dívida pública entrará em uma trajetória não sustentável, cujo resultado final é uma forte aceleração da inflação ou moratória, com fortes consequências sobre o crescimento e a economia.

Essa incerteza se reflete na elevada taxa de juros e no comportamento dos indivíduos, que se tornam menos dispostos a investir, provocando desemprego e todas as mazelas a ele associadas. Com o Novo Regime Fiscal, a dívida pública retornaria a uma trajetória sustentável, reduzindo a pressão sobre a taxa de juros e aumentando o grau de confiança sobre a solvência do Governo. Isso estimulará a economia por diversos canais, alavancando a capacidade de a economia voltar a gerar emprego e renda.

O Novo Regime Fiscal seria mais do que um instrumento necessário para colocar as contas públicas em ordem e nos tirar dessa crise, a maior em décadas. É também uma forma de repensar o gasto público no Brasil. O comportamento da política fiscal que se costuma observar é altamente pró-cíclico. Quando a arrecadação sobe, aumentam-se as despesas e, quando há uma crise e a arrecadação cai, a falta de liquidez e dificuldades de endividamento fazem com que os gastos públicos também caiam. Com o Novo Regime Fiscal, mantendo-se as despesas primárias constantes em valores reais, elas caem como proporção do PIB em períodos de expansão, e aumentam quando o PIB se contrai.

Finalmente, o Novo Regime Fiscal seria também um instrumento para aprimorar as instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

democráticas do País. Atualmente, as decisões de gasto são tomadas descentralizadamente. A lei orçamentária acomoda as demandas dos diversos grupos de pressão e, posteriormente, o Poder Executivo decide quais gastos serão contingenciados. No Novo Regime Fiscal, os Parlamentares, como legítimos representantes do povo brasileiro, irão discutir quais gastos são prioritários e, portanto, deverão ser efetivamente executados.

Análise.

Nos termos do art. 101, combinado com o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre propostas de emenda à Constituição. Faremos inicialmente análise da constitucionalidade da PEC nº 55, de 2016, para, em seguida, analisar o mérito.

Análise da Constitucionalidade da PEC nº 55, de 2016.

De início, é necessário destacar que inexistem dúvidas de que emendas à Constituição também estão sujeitas ao controle de constitucionalidade, realizado tanto pelo STF, enquanto guardião da Carta de 1988, quanto por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para tanto, contudo, é fundamental que se identifique uma infração aos limites ao poder constituinte reformador estabelecidos pelo § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

No caso em análise, relativo à PEC nº 55, de 2016, não se identifica qualquer violação a tais limites.

Como relatado acima, a PEC nº 55, de 2016, traz uma série de medidas voltadas a, conjuntamente, alterar a estrutura dos gastos realizados pelo setor público, instituindo o chamado Novo Regime Fiscal. Não há na proposta nenhuma previsão que afete, ainda que de forma indireta, a estrutura federativa do Estado brasileiro ou o direito de voto dos cidadãos. Não se cogita, portanto, a violação aos incisos I e II do art. 60, § 4º, da Constituição Federal.

Quanto aos incisos III (separação de poderes) e IV (direitos e garantias individuais), o exame deve ser um pouco mais detido, já que: i) a proposta pode alterar a dinâmica de interação entre os poderes da União, principalmente no que toca à alocação e à execução de recursos orçamentários, o que pode levar a questionamento acerca da violação ao princípio da separação de poderes; e ii) a proposta busca alterar o atual sistema de vinculação de receitas orçamentárias para gastos em áreas sociais sensíveis, como educação e saúde públicas, o que pode gerar o questionamento de violação ao princípio do não-retrocesso.

Mesmo sobre tais aspectos, contudo, não se observa uma violação aos limites materiais à reforma constitucional estabelecidos no § 4º do art. 60.

Sobre a questão do princípio do não-retrocesso, vale notar que o STF já observou, em mais de uma ocasião, que a instituição das chamadas cláusulas pétreas pelo Constituinte de 1988 não significa a impossibilidade de realização de qualquer alteração nos objetos alcançados por essas cláusulas, mas sim a definição de uma esfera mínima de proteção, que preserve os seus elementos essenciais. Nesse sentido, são conhecidas as observações feitas pelo Ministro Sepúlveda Pertence no julgamento da ADI 2.024, na qual afirmou que:

> [...] as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, §4º, da Lei Fundamental enumera, *não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege*. (ADI 2.024, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 3/5/2007, Plenário, DJ de 22/6/2007, grifo nosso)

Em julgamento também conhecido, o Ministro Octavio Gallotti observou que o princípio do não retrocesso não pode significar a cristalização de expectativas de direito:

> A propósito das questões mais genéricas, suscitadas na inicial, penso que não devem merecer acolhida pelo menos nesta sede de juízo provisório, a saber: [...] quanto *à proibição do chamado retrocesso social, dada a delicadeza da tese, que implicaria, na prática, a constitucionalização, e até a petrificação, das condições de expectativa de aquisição dos benefícios previdenciários, impedindo a sua revisão por lei ordinária, elaborada nos limites da Constituição*." (ADI 1.664-MC, voto do Rel. Min.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Octavio Gallotti, julgamento em 13/11/1997, Plenário, DJ de 19/12/1997, grifo nosso)

Nesse contexto jurisprudencial, e levando-se em conta o estabelecimento de um piso para os gastos com saúde e educação pela PEC em exame, não vislumbramos qualquer ofensa ao princípio do não retrocesso e, tampouco, ao disposto no inciso IV do §4º do art. 60 da Constituição Federal.

A análise de uma possível violação ao princípio da separação de poderes pela PEC nº 55, de 2016, leva-nos a conclusão semelhante.

Sobre o tema, já observou o Ministro Cezar Peluso, em lapidar voto proferido na ADI 3.367, que questionava a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que a independência dos Poderes não deve ser interpretada em termos absolutos, mas sim como mecanismo de cooperação institucional:

> [...] o constituinte desenhou a estrutura institucional dos Poderes de modo a garantir-lhes a independência no exercício das funções típicas, mediante previsão de alto grau de autonomia orgânica, administrativa e financeira. Mas tempera-o com a prescrição doutras atribuições, muitas das quais de controle recíproco, e cujo conjunto forma, com as regras primárias, *verdadeiro sistema de integração e cooperação, preordenado a assegurar equilíbrio dinâmico entre os órgãos*, em benefício do escopo último, que é a garantia da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Esta Presidência pede ao Plenário, outra vez, para guardar o necessário silêncio a fim de que o Relator possa proferir o seu voto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Obrigado, Presidente.

> Esse quadro normativo constitui expressão natural do princípio na arquitetura política dos freios e contrapesos. À Constituição repugna-lhe toda exegese que reduza a independência dos Poderes a termos absolutos, os quais, aliás de todo estranhos aos teóricos de sua fórmula, seriam contraditórios com a ideia que a concebeu como instrumento político-liberal. (ADI 3.367, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento nº 134-2005, Plenário, DJ de 22-9-2006, grifo nosso.)

Tal entendimento fundamentou, por exemplo, a decisão do STF que considerou constitucional a criação do Conselho Nacional de Justiça. Na ocasião, compreendeu-se que – embora alterassem em certa medida a relação entre os Poderes na forma originalmente prevista no texto da Constituição de 1988 – as modificações trazidas pela referida emenda não afetavam os elementos centrais do objeto de proteção da clausula pétrea:

> Ação direta. Emenda Constitucional nº 45/2004. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Instituição e disciplina. Natureza meramente administrativa. Órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura. Constitucionalidade reconhecida. Separação e independência dos Poderes. História, significado e alcance concreto do princípio. Ofensa a cláusula constitucional imutável (cláusula pétrea). Inexistência. Subsistência do núcleo político do princípio, mediante preservação da função jurisdicional, típica do Judiciário, e das condições materiais do seu exercício imparcial e independente. (ADI 3.367, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento nº 134-2005, Plenário, DJ de 22-9-2006, grifos nossos.)

Nesse contexto, não identificamos argumentos sólidos que permitam inferir uma ofensa ao inciso III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Note-se, ainda, que o STF já vem sendo provocado para se manifestar acerca da constitucionalidade da PEC nº 241, de 2016. Em mandado de segurança ajuizado por parlamentares da oposição, o Ministro Luiz Roberto Barroso negou, em 10 de outubro último, o pedido liminar para suspender a tramitação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

proposição, ressaltando a inexistência de evidências de violação a alguma cláusula pétrea, bem como a relevância da responsabilidade fiscal nos sistemas democráticos:

> 3. Por significarem severa restrição ao poder das maiorias de governarem, cláusulas pétreas devem ser interpretadas de maneira estrita e parcimoniosa. Não há, na hipótese aqui apreciada, evidência suficiente de vulneração aos mandamentos constitucionais da separação de Poderes, do voto direto, secreto, universal e periódico e dos direitos e garantias individuais.
>
> 4. A responsabilidade fiscal é fundamental nas economias saudáveis, e não tem ideologia. Desrespeitá-la significa predeterminar o futuro com déficits, inflação, juros altos, desemprego e todas as consequências negativas que dessas disfunções advêm. A democracia, a separação dos Poderes e a proteção dos direitos fundamentais decorrem de escolhas orçamentárias transparentes e adequadamente justificadas, e não da realização de gastos superiores às possibilidades do Erário, que comprometem o futuro e cujos ônus recaem sobre as novas gerações.
>
> (MS 34448 MC / DF, Rel. Min. Roberto Barroso, data da decisão: 10/10/2016, grifos nossos)

A PEC nº 55 de 2016 não ofende, portanto, quaisquer princípios ou regras constitucionais, muito menos as chamadas cláusulas pétreas. Ao contrário, conforme demonstraremos no exame de mérito, ao buscar recuperar os alicerces fiscais necessários para sanear as contas públicas e recuperar a economia nacional e a geração de emprego, a proposta em análise se volta à realização de vários objetivos da República, previstos no art.3º da Constituição Federal: garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e promover o bem de todos é o dever.

Adicionalmente, nunca é demais lembrar que a responsabilidade fiscal, se não é um princípio explicitado em determinado dispositivo, é um valor que permeia o texto constitucional. O Capítulo II, que trata das finanças públicas, contém várias normas que orientam o legislador e o gestor público no sentido da responsabilidade com os recursos públicos. Ao determinar que a lei orçamentária compreenderá o orçamento fiscal de investimentos e da seguridade social (art.165, §5º), busca-se reforçar a transparência e a lógica de um orçamento abrangente que confrontem todas as fontes de receitas e despesas em um único documento. Vai mesmo no sentido a norma que estabelece que o demonstrativo do impacto das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia deva acompanhar o projeto de lei orçamentária. A própria previsão de uma lei de gestão financeira patrimonial indica a preocupação do Constituinte com o equilíbrio das contas públicas (art.165, §9º, II). Leis e propostas que visam a reforçar essa preocupação, portanto, vão no sentido da vontade do Constituinte.

Especificamente no tocante à fixação do teto de gastos, observa-se que, tanto em sua redação original, quanto por força de alterações posteriores, a Constituição Federal já adotou, em menor escala, esse caminho. O *caput* do art. 169 prevê que lei complementar estabelecerá limites às despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa norma foi inserida pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Apesar de interferirem diretamente na gestão de pessoal dos entes federativos, não houve declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, que não reconheceu violação a nenhuma das cláusulas pétreas.

Também, por força de emenda à Constituição, foram estabelecidos rigorosos tetos de gastos para as Câmaras de Vereadores dos Municípios, em percentual da arrecadação tributária e das transferências constitucionais (art. 29-A). Mais uma vez, não se enxergou, na imposição de tais limites, violação ao princípio da separação dos Poderes ou à autonomia orçamentária do Poder Legislativo.

A crise brasileira é profunda, suas causas são complexas e não há dúvidas de que é necessária a atuação estatal para debelá-la. Ademais, como demonstraremos a seguir, a contenção dos gastos públicos é condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

necessária para a retomada do crescimento e a mitigação dos efeitos deletérios que a crise tem gerado. Mais do que isso, a fixação de um teto de gastos é a medida mais equilibrada e menos arriscada para tal fim. Trata-se, portanto, de uma medida que satisfaz o princípio da proporcionalidade em suas três dimensões: necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito. Também nessa perspectiva, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Destacamos, por fim, que, na análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto ao tema do controle de constitucionalidade de emendas constitucionais, é evidente a existência de um cuidado extremo em somente declarar sua invalidade quando se observa clara e objetiva tendência a abolir alguma das cláusulas pétreas, em seu núcleo essencial.

Esse, claramente, não é o caso da PEC nº 55, de 2016, cujo conteúdo mostra-se essencial para transformar o Orçamento Público em um instrumento transparente e efetivo de exercício da democracia.

Análise do Mérito da PEC nº 55, de 2016.

O Novo Regime Fiscal irá revolucionar dramaticamente a forma como o Brasil tratará as contas públicas durante os próximos 20 anos. Terá sido a primeira vez em nossa história – embora não seja novidade em outros países como Estados Unidos, Suécia, Finlândia e Holanda – que o equilíbrio das contas públicas se dará por meio de controle dos gastos. Até então, o principal instrumento com que contamos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), prevê somente a necessidade de equilíbrio no resultado primário. Esse equilíbrio, contudo, pode ser atingido ainda que as despesas aumentem fortemente, desde que as receitas se elevem concomitantemente. Pode ser, assim, um equilíbrio precário, tendo em vista que as receitas estão, em larga medida, fora do controle das autoridades fiscais.

Basicamente, desde a Constituição de 1988, os gastos públicos cresceram continuamente. Conforme aponta a justificação da PEC, entre 1997 e 2015, as despesas primárias cresceram 5,7% por ano em termos reais, muito acima do crescimento do PIB, que não atingiu 3% ao ano. Em boa parte desse período, o equilíbrio fiscal se deu via aumento das receitas. Com isso, a Receita Líquida da União, que correspondia a 14,0% do PIB em 1997, em 2015 representou 17,7%. E a carga tributária total, incluindo Estados e Municípios, atingiu 33,1% do PIB em 2014 (dado mais recente disponível da série do Fundo Monetário Internacional, FMI), valor muito acima da média dos países emergentes, 28,0% do PIB nos últimos cinco anos, e mais próximo da média dos países desenvolvidos (36,7%).

Enquanto pudemos financiar o aumento de despesas – muitas das quais justas, não tenho a menor dúvida – via aumento de tributos, as contas públicas mantiveram-se relativamente equilibradas e, em verdade, durante a primeira década deste século, apresentaram até uma trajetória benigna, com tendência de queda da dívida como proporção do PIB.

Desde 2008, entretanto, o equilíbrio fiscal começou a se deteriorar. Com a grave crise financeira internacional, o Brasil, como, de resto, a grande maioria dos países, adotou uma política fiscal anticíclica, que pressionou os gastos públicos. Ainda assim, em 2009, a União conseguiu produzir um resultado primário de 1,3% do PIB.

O que ocorreu a partir de 2011, contudo, foi uma mudança na orientação da política fiscal, denominada "Nova Matriz Econômica". Um dos pilares dessa nova orientação era justamente a crença de que, com o Estado gastando mais, haveria maior geração de renda, via pagamento de salários, transferências e aquisição de fornecedores. Essa renda faria a economia girar, aumentando a demanda. Com isso, os empresários se sentiriam estimulados a investir mais, colocando a economia em um círculo virtuoso de mais gastos públicos, mais investimento, maior crescimento.

Com efeito, entre 2011 e 2015, os gastos primários da União aumentaram de 16,7% para 19,6% do PIB. Mas o PIB não respondeu conforme esperado. Por que não deu certo? Foram vários motivos, mas, sinteticamente, o aumento de gastos impediu que a taxa de juros caísse de forma sustentável (houve, sim, uma redução da taxa Selic no período, mas uma redução artificial que logo começou a pressionar os preços e obrigar o Banco Central a reverter sua política), o que atraiu bastante capital externo em um ambiente de liquidez internacional favorável e preços favoráveis para *commodities*. Assim, todo o aumento de demanda se converteu em aumento de importações, com pouco impacto sobre a produção doméstica brasileira.

Em 2013, quando estava óbvio que o *boom* das *commodities* estava chegando ao fim, e que teríamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tempos piores pela frente, optou-se por continuar gastando, e o equilíbrio precário, obtido via aumento de receitas, deixou de ser perseguido. O resultado foram crescentes déficits primários e aumento da dívida pública.

Em 2015, chegou-se até a ensaiar uma mudança na orientação da política econômica, com a aprovação de uma minirreforma da Previdência e com a alteração dos critérios de elegibilidade para o seguro-desemprego e o abono salarial. Mas, efetivamente, a grande proposta para equilibrar as contas públicas era a recriação da chamada CPMF, como se o País suportasse novos aumentos de carga tributária. Seria como resolver o problema de quem está endividado no cheque especial aumentando o limite do cheque especial. Evidentemente, era uma solução de curto prazo. Com o tempo, os gastos públicos iriam aumentar e, novamente, os desequilíbrios entre arrecadação e gastos se manifestariam.

Entramos, então, em um círculo vicioso. No período em que as contas públicas estavam equilibradas, com o aumento das receitas mais do que compensando o aumento de gastos, a carga tributária elevada reduzia a capacidade de crescimento da economia. Menor capacidade de crescimento da economia, por sua vez, indicava menor capacidade de arrecadação e, na ausência de reformas, aumento dos desequilíbrios fiscais. Ao mesmo tempo, o excesso de gastos públicos pressionava a demanda que, por sua vez, forçava o Banco Central a elevar as taxas de juros novamente. Juros mais altos retroalimentavam a dívida pública, bem como aumentavam a percepção de risco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Nesse ambiente, o investimento se retrai. De fato, as contas nacionais mostram que o investimento caiu continuamente entre o quarto trimestre de 2013 e o segundo trimestre deste ano. Com o investimento em queda, não é de se surpreender que a economia pare de crescer e entre em recessão. Foi o que ocorreu a partir de 2014.

É importante observar o ano de 2014 para visualizar o estado de estagnação a que chegamos. Entre 2011 e 2013, o desempenho de nossa economia já foi medíocre, com crescimento médio de 2,9%. Em 2014, o desemprego atingiu o menor patamar da série histórica, o grau de utilização da capacidade instalada estava elevado e havia ameaça de racionamento de energia e água. Encontrávamo-nos, portanto, em um ambiente que os economistas classificavam como de pleno emprego. Mesmo com a economia a pleno vapor, utilizando-se de toda a mão de obra, capital e recursos produtivos disponíveis, nosso crescimento foi zero. Ou seja, estávamos estagnados.

Para sair da estagnação, é necessário reverter esse círculo vicioso e, para tanto, é fundamental ajustar as contas públicas, não somente garantindo o equilíbrio entre receita e despesa, mas, também, garantindo que a despesa caia em relação ao PIB. Dessa forma, será possível gerar superávits primários suficientes para fazer com que a dívida pública retorne a uma trajetória sustentável, sem precisar elevar nossa carga tributária, excessivamente elevada para nosso nível de renda e, certamente, um dos principais fatores explicativos para a estagnação a que chegamos.

O Novo Regime Fiscal propõe justamente uma redução gradual da despesa governamental em relação ao PIB. Em vez de proceder a ajustes traumáticos, como o que foi necessário na Grécia, por exemplo, o Novo Regime Fiscal permitirá a manutenção dos gastos públicos em termos reais. Contudo, à medida que o PIB crescer, a parcela correspondente à participação do Governo deverá diminuir. Isso beneficiará o crescimento por meio de dois canais principais.

O primeiro, via aumento da poupança pública. A taxa de poupança do Brasil é das mais baixas do mundo, em torno de apenas 15%. Para se ter uma base de comparação, em 2015, a taxa na América Latina foi de 18,9% e, nos países emergentes da Ásia, 42,8%, não por acaso a região que cresce mais rapidamente no mundo hoje. Aumentar a poupança pública implica aumentar fundos disponíveis para financiar o investimento e, com isso, o crescimento da nossa economia.

O segundo canal, e talvez o mais importante, é via controle do endividamento público. Ao propiciar menor crescimento da dívida pública, com a perspectiva de que ela retorne a uma trajetória sustentável, o Novo Regime Fiscal permitirá reduzir a taxa de juros e ancorar as expectativas dos agentes econômicos. Isso induzirá o aumento do investimento, com repercussões positivas sobre a taxa de crescimento da economia. Maior crescimento implica maior arrecadação e, mantidas as despesas constantes, maior superávit primário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Resultados primários elevados, por sua vez, permitem abater maior porção da dívida, reduzindo-se a percepção de risco e permitindo-se novas quedas na taxa de juros. Cria-se, assim, um círculo virtuoso, capaz de colocar nossa economia novamente na rota do crescimento.

Não nos iludamos, contudo. O caminho não será fácil. Infelizmente, as contas públicas estão em situação calamitosa, pois combinou dívida elevada e crescente, bem como geração de déficits primários.

Projeções com cenários realistas mostram que, mesmo com o Novo Regime Fiscal, a dívida pública continuará crescendo até 2020, quando começará –se Deus quiser – a cair. Somente no final da década de 2020 a relação dívida/PIB deverá retornar a patamares em torno de 65%, próximo ao observado no final de 2015, e, apenas em meados da década seguinte, a relação dívida/PIB poderá se situar em torno de 50%, nível observado em 2010.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o controle das despesas é essencial, e o gradualismo imposto pelo Novo Regime Fiscal – que não propõe corte de despesas, apenas impede o seu aumento ao longo do tempo – é a forma mais suave possível de se fazer a transição de um elevado nível de endividamento para um nível mais compatível com nosso grau de desenvolvimento. Não existe outra forma de ajuste fiscal mais suave do que aquela proposta por esta PEC e que seja capaz de fazer com que a dívida pública convirja para uma trajetória sustentável ao longo do tempo. Diante das projeções, torna-se evidente não só a necessidade de conter o avanço dos gastos governamentais, como de contê-los por prazo suficientemente longo, como o prazo mínimo de dez anos proposto por esta PEC.

Além de seu objetivo primordial – controlar a elevação das despesas públicas –, a proposta tem quatro características que consideramos bastante desejáveis.

A primeira é a possibilidade de o Poder Executivo poder gastar abaixo de seu limite durante os três primeiros anos de vigência, e essa poupança ser compensada por gastos acima do teto em outros Poderes e órgãos. Conforme expusemos no Relatório, essa previsão é importante para permitir que os demais Poderes e órgãos possam acomodar compromissos financeiros já assumidos, como o reajuste escalonado de seus funcionários. Similarmente, a possibilidade de, dentro de um Poder, seus órgãos compensarem os gastos também traz uma flexibilidade desejável, sem comprometer o objetivo maior, que é o controle do gasto público agregado.

A segunda é trazer maior responsabilidade para o Congresso Nacional, aumentando a importância do Parlamento sobre a questão dos gastos. Atualmente, o orçamento é uma peça de ficção, onde praticamente todas as demandas são acomodadas. Na prática, isso confere ao Poder Executivo a discricionariedade de efetivamente decidir onde gastar, via contingenciamento de despesas. Com o Novo Regime Fiscal, o limite de gastos estará predeterminado, de forma que a alocação de gastos ocorrerá, primordialmente, na discussão do processo orçamentário. O contingenciamento ocorreria em situações excepcionais, de frustração de receitas. Nesse sentido, o Novo Regime Fiscal é um instrumento de fortalecimento da democracia brasileira.

Finalmente, a PEC garante que os gastos com educação e saúde serão preservados e até ampliados. Trata-se de gastos essenciais para o futuro do País e para o bem-estar corrente da população.

Em relação à saúde, o Novo Regime Fiscal elevará o piso, em 2017, de 13,7% – hoje temos 13,3% e em 2017 iríamos para 13,7%da Receita Corrente Líquida –, para já de imediato aplicarmos não mais os 13,7%, como estaria escalonado, mas 15%, a partir da promulgação dessa PEC, ou a partir do dia 1º de janeiro de 2017.

Considerando os valores atuais, da ordem de R$ 700 bilhões acumulados em doze meses, esse aumento de percentual implicará elevação do piso de gastos com a saúde pública brasileira em cerca de R$ 9 bilhões a R$10 bilhões, já em 2017, de acréscimo na saúde pública brasileira. A partir daí, esse piso estará garantido em termos reais como piso e não como teto.

Também em relação à educação – outra preocupação –, haverá garantia da manutenção do piso. Para 2017, o piso será aquele previsto no art. 212 da Constituição Federal: 18% da arrecadação de impostos líquida de transferências. A partir daí, tal como ocorrerá com o piso para gastos com saúde, os valores serão corrigidos pela inflação, garantindo seus valores reais. Ademais, os gastos federais com complementação do Fundeb, voltados para a educação básica, não entrarão no cômputo do teto. Portanto, o Fundeb está fora desse teto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por fim, em relação aos direitos sociais, o Novo Regime Fiscal vai muito além de preservar os direitos à educação e os direitos à saúde. Também permitirá a retomada do crescimento, e, com isso, irá preservar os atuais postos de trabalho e reinserir os cerca de 12 milhões de brasileiros desempregados no mercado. Não devemos nos esquecer de que o emprego talvez seja o mais importante dos direitos sociais.

Nunca é demais enfatizar: sem reformas, a tendência do Brasil é a estagnação ou crescimento mínimo. Nesse cenário, não haverá recursos para financiar programas sociais, a inflação tenderá a aumentar, prejudicando sempre os mais pobres– não há imposto mais perverso para os mais pobres do que a chamada inflação – e a geração de empregos será substancialmente menor. Por esse motivo, não temos dúvidas em afirmar que o Novo Regime Fiscal melhorará o bem-estar da população.

Por fim, manifesto-me, Sr. Presidente, pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. De um lado, o ajuste das contas públicas não pode atrasar mais nem ser mais atrasado, sob o risco de ampliação da grave crise econômica atual. De outro, a aprovação da matéria na Câmara dos Deputados, a Casa do Povo, significa que a maior parte da população brasileira já é favorável a essa matéria. Assim, o Senado Federal não deve adiar o início da produção dos efeitos do Novo Regime Fiscal.

Voto, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 e, no mérito, por sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Era o que tinha a relatar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, também peço a palavra pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem... Eu estava...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que, mesmo que houvesse vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estava lendo aqui matéria do expediente e não vi quem realmente pediu, em primeiro lugar, a palavra pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria, Presidente, fazer um apelo a V. Exª. Apesar do pedido de vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço que o Plenário resolva quem realmente foi o primeiro a pedir a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Requeiro vista, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu acredito que tenha sido eu. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Requeiro vista, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acredito que tenha sido eu também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não precisa, Presidente, porque eles vão solicitar vista. É para isso que se pediu a palavra. E o Senador Lindbergh quer propor um debate, mesmo com a solicitação de vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mesmo depois do pedido de vista coletiva.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu já estava com o microfone levantado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Vanessa, eu felicito V. Exª, porque, na sua bola de cristal, V. Exª descobriu que todos vão pedir vista.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; eu ouvi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o Senador Ricardo Ferraço pede vista do parecer do Senador Eunício Oliveira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como esse tema é muito importante, eu pediria a V. Exª que, depois da vista coletiva, garantisse as inscrições para começarmos o debate. Queremos debater muito a PEC nº 241. Eu tenho visto, por parte de Senadores da base governista, a ideia de não debater a matéria de forma aprofundada, inclusive nós fizemos duas audiências públicas na CAE, que não contou com a presença do Governo – uma contou com a presença do Governo. Nós chamamos o Ministério da Fazenda, mas o Ministério da Fazenda não veio.

Então, depois da leitura de um relatório tão importante como esse, nada mais justo do que garantirmos, na CCJ, a inscrição dos Senadores e das Senadoras para começar, no dia de hoje, o debate sobre o relatório apresentado pelo Senador Eunício Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós não estamos, Sr. Presidente, fugindo do debate. Eu estava nessa última audiência da CAE, que estava a debater a PEC 241, e, inclusive, o requerimento para essa audiência tinha outro escopo que não o de debater a 241. Ou seja, a CAE, lamentavelmente, está sendo utilizada para debater erradamente esse tema. Eu, inclusive, levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... dizendo que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra, Sr. Presidente. Permita-me. Estou concluindo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... como Presidenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da CAE, eu protesto contra o que o Senador está falando.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O Requerimento nº...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª está fazendo uma acusação à Comissão de Assuntos Econômicos que eu não posso aceitar, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Garanta-me, Sr. Presidente.

O Requerimento nº 13, de 2016, de autoria, se não me falha a memória, do Senador Lindbergh, tinha outro teor, era para debater o problema tributário. No entanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, deixe-me falar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu solicito a palavra após o Senador, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, o requerimento dessa última audiência realizada na CAE, de nº 13, de autoria, se não me falha a memória, do Senador Lindbergh, era para tratar de assunto tributário. No entanto, os convidados vieram para falar sobre a PEC 241. Eu levantei uma questão de ordem. Lamentavelmente, não foi acatada a minha questão de ordem. De modo que eu vou apresentar recurso ao Plenário do Senado Federal.

Portanto, nós não estamos correndo do debate. Nós não vamos nos afastar do debate.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu quero parabenizar esse relatório belíssimo do Senador Eunício Oliveira. Quem tinha alguma dúvida com relação ao teor dessa PEC, que eu digo, Senador Eunício, será um novo marco na gestão pública do nosso País... De 2008 a 2015, as despesas do governo do PT cresceram 51% a mais do que a receita.

Agora, nós pedimos vista, Sr. Presidente, e eu diria que, após o direito de vista concedido por V. Exª, evidentemente, não há o que se discutir. Vamos discutir, então, nas próximas reuniões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Art. 14, Sr. Presidente. Eu fui citado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Pela ordem para a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois eu quero o art. 14...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu pedi pela ordem também, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... porque fui citado pelo Senador Ataídes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, eu agradeço muito a concessão da palavra. E, para ficar claro aqui, é importante dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado tem se pautado por uma conduta extremamente republicana. Todos os Senadores têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

direito à palavra, ao debate, à apresentação de requerimento, a propostas, inclusive às relatorias de matéria.

Gostaria, aqui, de deixar claro que a audiência pública que tivemos na terça-feira passada foi uma audiência pública sobre a progressividade da tributação e a PEC 241, e a tributação progressiva como alternativa. Tivemos três debatedores: dois técnicos do Ipea, que falaram exclusivamente sobre tributação e progressividade...

Gostaria, inclusive, que V. Exª, como Presidente da CCJ, requisitasse as notas taquigráficas para apresentar a esta Comissão e deixar esclarecido o assunto, de uma vez por todas, para os membros desta Comissão quanto à acusação que o Senador está fazendo. Gostaria muito disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O requerimento tratava de tributação progressiva. Dois técnicos do Ipea foram lá e falaram. E tivemos um professor, Felipe Rezende, que esteve na CAE para falar sobre essa alternativa em relação à PEC 241.

Se estamos propondo uma reforma fiscal, é importante que essa reforma fiscal se dê nas duas pontas: na despesa e na receita. Qual é o problema de discutir a questão da receita? Por que temos que sempre, ao falar sobre uma intervenção fiscal ou no orçamento da União, cortar despesas? E cortar despesas principalmente que respondem por levar programas para a população mais pobre deste País? Porque é isso que está acontecendo.

Nós temos uma proposta de emenda à Constituição que julgo que é a mais importante, desde que votamos a Constituição da República, em 1988. Nenhuma outra emenda tem o impacto que essa emenda tem.

Nós estamos fazendo aqui uma emenda para retirar da vinculação da Constituição os direitos da saúde e da educação, que foram as maiores conquistas da educação cidadã, que, aliás, permitiu que nós universalizássemos o ensino fundamental e melhorássemos, nos últimos anos, o ensino superior.

Então, é lamentável que, nesta Casa, haja Senadores da Base do Governo que sejam contra o debate – contra o debate! Eu quero lamentar aqui, como Senadora que compõe esta CCJ, mas também como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que o Governo não tenha mandado representante nas duas últimas audiências públicas.

Por que o Governo não vai lá explicar? Por que esse açodamento? Por que essa pressa? Por que nós estamos fazendo leitura do relatório de uma PEC fora de uma reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, impedindo assim as pessoas de ouvirem o relatório? Porque V. Exª sabe que, quando a CCJ faz uma reunião extraordinária, ela não tem preferência dos órgãos de comunicação do Senado. Isso quer dizer o quê? Que a população não ouviu o Senador Eunício lendo o seu relatório. Então, eu gostaria de saber como a população vai achar, como o Senador que me antecedeu, que está tudo certo, que está ótimo, que está corretíssimo? Não está.

Eu queria saber por que o Governo tem impedido o debate. Nós queremos debater. Fizemos três audiências públicas na CAE, de alto nível, com pessoas extremamente qualificadas. Vou repetir: nas duas últimas audiências, nós não tivemos a presença do Governo. Ontem fizemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, a CAE participou, e era uma audiência pública temática sobre a educação. Novamente nós não tivemos participação do Governo. O MEC não foi debater. Por quê? Têm medo de debater? Têm medo de dizer que vão cortar, sim, as verbas para a educação e a saúde? Porque é isso que está acontecendo.

Aliás, eu queria dar um dado, porque o Senado colocou no seu *site*, recentemente, uma consulta para as pessoas opinarem sobre a PEC, e as pessoas estão ouvindo os debates que nós estamos fazendo aqui no Senado e também estão acessando o *site* para pegar informações. Só para os senhores terem uma ideia, nós temos, aprovando a PEC ou concordando com ela, 15 mil pessoas que se manifestaram; contrárias a ela, 270 mil pessoas. Quanto mais tempo nós tivermos para discussão, mais esclarecimento vai haver.

Então, eu só posso achar que o Governo está fazendo isso de maneira açodada, porque, se fizer o debate, vai perder. Porque é um absurdo o que vocês estão fazendo com a Nação brasileira! É um absurdo o retrocesso com a Constituição Federal! É um absurdo fazer em cima da despesa e dos mais pobres!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E eu lamento, Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria chamar a atenção da Senadora Gleisi Hoffmann...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu lamento que V. Exª não tenha aprovado a emenda do referendo, porque seria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que V. Exª está falando pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O referendo, aliás, é depois de uma votação do Congresso Nacional. O parecer que V. Exª deu acaba com o referendo no art. 14 da Constituição Federal.

Se a Câmara votou e não é necessário rever...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pediu a palavra pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu sinto muito, Sr. Presidente, que nós não estejamos proporcionando o debate à sociedade brasileira sobre os efeitos perversos desta matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Como Relator, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Art. 14. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de conceder a palavra aos Senadores pela ordem, eu quero decidir os dois pedidos de vista, o do Senador Ataídes e o do Senador Ferraço. É um requerimento irrecusável. Portanto, o assunto sai da pauta hoje porque a Mesa defere o pedido de vista que foi concedido.

Está concedido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Audiência pública!

Requerimento de audiência pública! Não, Presidente!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O requerimento!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O requerimento de audiência pública conjunta!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O que é isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Presidente? Nós fizemos um acordo com o Governo e com V. Exª! Não pode terminar assim, Presidente! O que é isso?! Há um requerimento... Pelo menos a única audiência pública em que possamos opinar...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, mas ele não podia ter encerrado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu entendo que já foi aprovado por consenso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência já encerrou a reunião.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, fizemos um acordo de audiência pública!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acordo com V. Exª!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não há audiência pública, porque...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores estão rompendo um acordo conosco! Os senhores estão rompendo um acordo que foi feito em toda a Casa! Os senhores estão rompendo um acordo!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O requerimento de audiência pública!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Que absurdo!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não está aprovado o requerimento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não está aprovado, e precisa aprovar. Esse foi o acordo construído com todo mundo. Tem que abrir para votar o requerimento!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

(*Interrupção do som.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que absurdo! O Senado vai fazer pior que a Câmara?! Vai fazer pior que a Câmara?! Enfiar goela abaixo?!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com relação ao requerimento...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço a V. Exª...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço a V. Exª...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª quer falar, está encerrada a reunião.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. A Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem que reabrir a reunião. E eu peço educadamente a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência, de ofício, defere o requerimento em função do acordo de Lideranças.

(*Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 7 ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (38ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (36ª REUNIÃO), EM 08 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dois minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e José Pimentel, reúnem-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Ivo Cassol, Ana Amélia, Edison Lobão, Simone Tebet, Valdir Raupp, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Hélio José, José Agripino, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Magno Malta, Armando Monteiro, Paulo Rocha, Regina Sousa, Roberto Muniz, Omar Aziz, José Medeiros, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Marcelo Crivella, Raimundo Lira, Kátia Abreu e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento PEC 55/2016, de autoria de Presidente da República. Finalidade: Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências". Participantes: Sr. Samuel Pessoa, Professor assistente da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (EPGE/FGV) e Chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV); Sr. Pedro Paulo Zaluth Bastos, Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Sr. Guilherme Santos Mello, Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e Pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON - UNICAMP). Sr. Marcos José Mendes, Chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda (representante de: Ministro Henrique Meirelles). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não está dando para ouvir, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas nossos companheiros e companheiras, no processo, vão se acomodando, e, daqui a pouco, estará tudo em bom ritmo. Esta é uma audiência pública conjunta, da CAE com a CCJ. A nossa Presidente da CAE já está presente, nossa Senadora Gleisi Hoffmann; o nosso Presidente José Maranhão está a caminho. Portanto, vamos iniciando aqui o processo, e, quando o nosso Presidente da CCJ chegar, ele assumirá a Presidência.

Declaro aberta a 7ª Reunião Conjunta das Comissões permanentes, sendo a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 38ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esta é uma audiência pública interativa.

Objetivo: debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Requerimento de realização de audiência pública nº 30, de 2016, da nossa Senadora, Presidente da CAE, Gleisi Hoffmann. Esta reunião é destinada a instruir a seguinte matéria: PEC nº 55, de 2016, que, na Câmara dos Deputados, era a PEC nº 241, da Presidente da República.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.
Os convidados já se encontram na Casa. Convido-os para a Mesa.
Os nossos convidados são: o Sr. Samuel Pessôa, que convido para vir à Mesa juntamente com o Sr. Pedro Paulo Zahluth Bastos. (*Pausa.*)
Convido também o Sr. Guilherme Santos Mello e o Sr. Marcos José Mendes.
São estes os quatro convidados.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senadora, deixe-me apenas concluir essa parte formal.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por 15 minutos, o que eu acho que é um bom tempo – não é isso?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Melhor seriam 20 minutos, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exª prefere 20 minutos para os expositores?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim; 20 minutos.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está bem.
O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª poderia consultá-los sobre o tempo, se 15 ou 20 minutos?
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Até 20 minutos...
O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se forem 20 minutos para cada um dos quatro convidados, serão 80 minutos. Daqui a pouco não haverá mais ninguém se concentrando nisso.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos administrando aqui. Até 20 minutos...
O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, menos proselitismo e mais foco. Em 15 minutos é possível perfeitamente que alguém exponha o seu posicionamento.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e Srs. Senadores inscritos.
Eu tive uma conversa com o Líder do Governo e com o Líder da Oposição a respeito. A nossa tradição aqui é a de abrir as inscrições, as pessoas levantam a mão, nós anotamos e seguiremos essa ordem.
A CAE tem um procedimento diferente, que é pela ordem de presença registrada, mas a tradição, na CCJ, é essa de abrirmos... Já fizemos reuniões aqui de dois dias...
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro! Já chego lá. Nós ficamos até dois dias aqui. Houve uma reunião muito tensa, que eu presidi, que começou às 9h e acabou às 23h; e as coisas, ao término, se deram todas sem atrito, sem dificuldades. Vamos, assim, ter a mesma condução hoje.
Eu tenho certeza de que o Senador José Maranhão, nosso companheiro Presidente, bem como a Senadora Gleisi, nossa companheira, irão ajudar.
Portanto, aqui, já veio à Mesa, enquanto eu abria os trabalhos...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, se V. Exª me permite, é exatamente sobre as inscrições, que, imagino, é o que V. Exª falará a partir de agora.
Na Comissão de Assuntos Econômicos, nós temos como praxe adotar o método de presença, de ordem de chegada. Eu fui à Mesa, já por precaução, e me inscrevi em uma lista. Então, pergunto como será. Seria importante deixarmos clara essa definição.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exªs vão pedindo e eu vou inscrevendo, conforme a nossa tradição aqui.
O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.
Eu invoco o testemunho dos funcionários aqui para dizer que eu fui o primeiro a registrar presença no painel. Não sabia de livro nenhum.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós estamos começando ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só estou dizendo que em relação a esse critério, se for adotado, por mim, não faço nenhuma objeção. Só quero registrar que, aqui, neste plenário, invoco o testemunho dos funcionários, eu...
O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas um segundo, para contribuir.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em homenagem ao nosso Senador que sempre é o primeiro a chegar para a sessão do Senado, na CAE, na CCJ e na CI... O Moka é sempre o primeiro a registrar e, normalmente, eu sou o segundo. Por acordo, vou colocar o Senador Moka como o primeiro inscrito da lista e, aí...
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Você tem certeza de que a ordem da lista é essa?
O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Presidente, me permita aqui.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É porque está em aberto aqui...
O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Presidente, nós estamos indo pelo pior dos caminhos. Existem duas alternativas colocadas aqui por V. Exª: ou segue-se a praxe da CAE, pela ordem de chegada, ou V. Exª diz "estão abertas as inscrições" e os Senadores se manifestam e V. Exª os inscreve. O pior dos métodos é não adotar nem um nem outro. Alguns Senadores vão a V. Exª e se inscrevem; outros estão aqui aguardando que V. Exª defina qual o critério, para que não se forme uma fila de Senadores atrás de V. Exª. Acho que V. Exª tem, daí, uma visão clara e, a partir do momento em que os Senadores pedirem inscrição, V. Exª zeraria essa lista e faria essa inscrição ou, então, seguiria a praxe da CAE, mas não adote essa de que quem vai atrás de V. Exª se inscreve em primeiro lugar.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É verdade, aqui há duas listas: uma em branco e uma em que, quando eu iniciei os trabalhos, começaram a se inscrever. O pessoal aqui deixou em aberto a primeira, mas foi feito nesse processo quando eu me sentei à mesa, sem que a gente tivesse feito...
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Qualquer que seja o método, eu solicito a minha inscrição.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro! Claro! Portanto...
O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu também, independentemente do critério que V. Exª for adotar, quero solicitar minha inscrição.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exª será sempre o primeiro, em qualquer uma delas.
Senadora Gleisi.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só queria propor, para que não fiquemos açodados aqui pelas inscrições, que possamos utilizar o método que utilizamos na CAE, pegar a lista de inscrição da CAE, e, se for preciso, fazer a intermediação de oposição e situação, não há problema nisso. Dessa forma, acho que não haveria açodamento. Agora, se forem abertas as inscrições, todo mundo vai levantar a mão ao mesmo tempo. Qual vai ser o critério para escolher o primeiro, o segundo ou o terceiro? Eu acho que o Senador Moka tem razão: quem chega aqui primeiro tem preferência para falar. Vamos fazer a relação e mediamos; se alguém quiser trocar de lugar, não há problema nenhum. Pode ser?
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O.k.
O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De acordo, Presidente. Vamos começar.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos acompanhar a tradição da CAE desta vez porque os trabalhos estão atrasados em uma hora.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, ainda me permita: deixando clara não só a alternância, mas que possa haver cessão, um Senador trocar com o outro, sem problema algum. Então, claro, ordem de chegada.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É a lista, o procedimento que a CAE sempre utilizou, que é o registro de presença.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Certo, ordem de chegada.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Seria bom, então, que fosse...
(*Intervenção fora do microfone.*)
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, impresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós também acordamos que são quatro expositores.

Vamos iniciar nossos trabalhos.

Com a palavra, o Sr. Samuel Pessôa, também por acordo, Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas. V. Sª dispõe de até 20 minutos.

Com a palavra, o Sr. Samuel Pessôa.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Bom dia, Presidente. Muito obrigado pelo convite. É uma enorme honra, uma enorme satisfação poder participar de debate sobre tema tão importante para o futuro do nosso País.

Eu preparei uma apresentação. Por favor, poderia...

O que eu pensei em fazer aqui?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Eu vou tratar do tema da PEC pela natureza da recessão econômica que o País está atravessando. O meu objetivo é apresentar para os senhores e para as senhoras qual é a interpretação que eu faço da desaceleração e da recessão brasileira e, a partir daí, argumentar sobre a importância dessa PEC como um primeiro de inúmeros passos que nós teremos que dar nos próximos anos para reconstruir a responsabilidade fiscal e a estabilidade fiscal de nossa sociedade.

Pode passar, por favor.

Dá para mudar? Mais um, por favor.

Eu acho que essa tabela sumariza o tema mais importante que sustenta, no meu entender, a importância da PEC. Na primeira e na segunda linhas, nós temos as taxas de crescimento da receita, a total e a recorrente – a recorrente é aquela receita que não tem os extraordinários, tipo Refis –, em dois períodos. O primeiro período vai de 1998 a 2010, e o segundo período vai de 2011 a 2014. Nas duas primeiras linhas temos a receita; na terceira linha, a despesa total; na quarta linha, a taxa de crescimento do PIB. O que sai dessa tabela é que, no primeiro período, nós tivemos um comportamento absolutamente extraordinário da receita. A receita recorrente cresceu 6,3%; a total, 6,8%, real, deflacionada pelo IPCA; e o PIB cresceu 3,2%.

Ora, o normal é receita crescer à mesma velocidade do PIB. Ocorreu na nossa história recente um episódio que, no meu entender, não irá se repetir, que é a receita crescer sistematicamente a uma velocidade que é o dobro da velocidade do crescimento da economia.

No segundo período, de 2011 a 2014, a receita passou a ter um comportamento normal. O que é um comportamento normal? A receita passou a crescer à mesma velocidade do PIB. Até um pouquinho mais. Tivemos receita recorrente real crescendo a 2,8%, e a receita total a 2,4%, num período em que a economia cresceu a 2,2%.

Na linda de baixo, nós temos o comportamento da despesa real. E o que a gente vê é que há, nos dois subperíodos que eu mencionei, uma enorme persistência da despesa real. Nós temos despesa real o tempo todo crescendo a uma velocidade que é o dobro da velocidade do PIB. Quando o PIB passou a crescer mais lentamente, a despesa continuou no mesmo ritmo. Ou seja, o que existe hoje de anormal no comportamento das finanças públicas brasileiras não é o comportamento da receita, que tem acompanhado muito em linha o crescimento da economia, como se espera. O que é anormal é um crescimento extraordinário da receita. Esse crescimento extraordinário da receita, durante muitos anos, não gerou muitos problemas porque, por motivos não recorrentes, que não voltarão, nós tivemos uma receita extraordinária compensando uma despesa que cresce sempre o dobro do PIB.

Então, a nossa patologia é termos uma necessidade de que a despesa sistematicamente cresça a uma velocidade que é o dobro da velocidade do crescimento da economia. E evidentemente isso não é um equilíbrio.

Isso só foi um equilíbrio durante uns anos porque, por motivos que não se repetirão, nós tivemos da receita um comportamento extraordinário lá atrás. Hoje o comportamento da receita é normal

A recessão brasileira divide-se em duas etapas: uma etapa no primeiro mandato da Presidente Dilma, uma longa desaceleração da economia. A economia, na virada de Lula para Dilma crescia a 3,5%; no último ano da Presidente Dilma cresceu praticamente zero. Essa longa desaceleração de 3,5% para zero tem uma característica que eu gostaria de mencionar.

Primeira característica: a desaceleração da produção sempre foi muito mais rápida do que a desaceleração da demanda, soma de consumo com investimento.

Segunda característica: todo esse período, os juros reais foram elevados.

Terceira característica: em todo esse período, a inflação foi muito elevada. Em todo esse período, os aumentos dos salários foram acima da produtividade. Em todo esse período, a taxa de desemprego caiu continuamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ao longo de todo esse período, o déficit externo aumentou. Ao longo de todo esse período o déficit público aumentou.

Todas essas seis características que eu elenquei aqui sinalizam que a nossa desaceleração no primeiro mandato da Presidente Dilma é um fenômeno de produtividade, não foi um fenômeno de queda de demanda. A demanda não caiu, nós tivemos demanda em excesso. E é exatamente porque demanda em excesso ao longo de todo o primeiro mandato da Presidente Dilma que os juros reais foram muito pressionados e a inflação pressionada. O que aconteceu é que, por uma série de motivos a que nós podemos voltar aqui, houve uma enorme queda da taxa de crescimento da produtividade brasileira.

Esse é o primeiro período da nossa crise. Se nós olharmos essa tabela, a gente vê que essa é uma crise especificamente brasileira. Na primeira linha, nós temos a taxa de crescimento da economia, nós temos a taxa de crescimento da América Latina, excluindo o Brasil. Na terceira linha, nós temos a taxa de crescimento do Brasil.

No primeiro período, 1985/1994, o mundo crescia a 3,3%; a América Latina, exceto Brasil crescia a 3%, o Brasil crescia a 2,8%, 0,2% abaixo do mundo.

No segundo período, que coincide com o período FHC, o mundo crescia a 3,5%; a América Latina, exceto Brasil, crescia a 2,1%; o Brasil crescia a 2,4%, 0,3% acima da América Latina.

Em 2003/2010, o mundo crescia a 4,2%, a América Latina, exceto Brasil, crescia a 4,1%, o Brasil crescia a 4%, 0,1% a menos da América Latina.

No primeiro mandato da Presidenta Dilma, o mundo crescia a 3,6%; a América Latina, a 3,5%; o Brasil a 2,2%.

Essa desaceleração nossa é uma peculiaridade nossa, responsabilidade única e exclusiva nossa. Além disso, depois da desaceleração, nós entramos numa profunda recessão. Essa recessão, que começou no segundo trimestre de 2014, tem a característica de que o investimento despencou. Note lá, a partir do primeiro trimestre de 2014, as taxas de crescimento do investimento real, segundo as contas nacionais, são calculadas trimestre, contra o mesmo trimestre do ano anterior, elas despencam a partir do primeiro trimestre de 2014.

E para entender o aprofundamento da crise brasileira, a gente tem que entender por que o investimento despencou.

Não só isso, mas esta é a pior crise dos últimos 120 anos brasileiros. E quando eu falo a pior crise dos últimos 120 anos, eu não estou usando nenhuma figura de linguagem.

Neste gráfico, cada barrinha é a taxa de crescimento do PIB *per capita* acumulado em quatro anos, terminando o período de quatro anos na data marcada no eixo da horizontal.

O que a gente vê é que houve quatro episódios muito dramáticos. O primeiro é a Primeira Guerra Mundial, é o fim da Pax Britannica, o fim do longo século XIX, do Hobsbawn, em que tivemos um quadriênio em que crescemos -7,6% o PIB *per capita*.

Na década de 30, não há nada. Na Segunda Guerra, não há nada. Há a crise da dívida externa, uma queda forte no quadriênio 1980, 1981, 1982 e 1983 de -9,6% do PIB *per capita*.

No Plano Collor, há um período muito ruim, não tão profundo, mas muito ruim. E, agora, segundo as previsões do Instituto Brasileiro de Economia, instituição à qual eu me filio, no quadriênio terminado em 2017, a economia brasileira vai perder PIB *per capita* de 9,7%. Vai ser a maior perda de PIB *per capita* dos últimos 120 anos. E, se nós avançarmos alguns poucos anos, vamos ver que essa crise não só é a mais profunda, mas também é a mais extensa. Nós estamos falando de um fenômeno mais do que secular. Provavelmente, se nós tivéssemos bons dados do comportamento da economia brasileira no Império, para chegar a um período tão ruim quanto este, nós teríamos de retroagir até o período da Regência.

Por que motivo o investimento despencou? O investimento despencou por dois motivos. O primeiro motivo é que diversos programas de investimentos desenhados no bojo da Nova Matriz Econômica tinham como premissa que a capacidade financeira do Estado brasileiro no sentido amplo – Tesouro Nacional, empresas estatais e bancos públicos – era ilimitada. É uma premissa muito parecida com a premissa que houve no II PND do governo Geisel, que era a premissa de que a capacidade de captação de dívida externa era ilimitada. Da mesma forma que o II PND... E o governo militar terminou a sua capacidade de formular políticas quando essa premissa se fez errado, quando a gente descobriu que a capacidade de financiamento e de captação de dívida externa nos anos 70 era limitada. A Nova Matriz Econômica terminou quando a gente descobriu que a capacidade financeira do Estado brasileiro – Tesouro, estatais e bancos públicos – era limitada.

Dou exemplos. A empresa Petrobras, em sete anos, multiplicou sua dívida por quatro ou cinco vezes. Hoje, a relação dívida/geração de caixa é algum número entre quatro e cinco, e, há oito anos, era um. E a produção de petróleo aumentou um quarto. Uma empresa que multiplica sua dívida por quatro ou por cinco e em que a produção de petróleo aumenta um quarto, uma hora, tem de parar de investir, simplesmente porque ela não consegue mais captar recursos para continuar investindo, porque os investimentos deram errado. A indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

naval quebrou porque não é possível que eternamente o BNDES financie compra de navio pelo triplo ou pelo dobro do preço internacional. Então, a limitação da capacidade do BNDES em manter esse projeto quebrou a indústria naval toda, como ela já tinha quebrado nos anos 50 e como ela já tinha quebrado nos anos 70 no bojo do II PND. A mesma coisa ocorreu com o programa Minha Casa, Minha Vida, um programa muito importante com problemas de desenho, mas que também tinha como pressuposto a capacidade financeira ilimitada do Estado brasileiro.

A mesma coisa se deu, não ligada a Estado, mas ligada a políticas públicas que induziram o sobreinvestimento no setor automobilístico: com cinco milhões de unidades/ano de produção para o mercado interno, que mal começa a absorver 2,5 milhões de unidades, o investimento na indústria despencou, porque a gente tem uma capacidade ociosa imensa, e a nossa economia, a nossa indústria automobilística não tem competitividade para exportar nem para o Peru. O Peru prefere importar da Ásia.

Então, o primeiro motivo que explica aquele despencamento, aquela queda abrupta do investimento, é o esgotamento de uma série de programas da Nova Matriz Econômica que tinham como pressuposto a capacidade ilimitada de financiamento do Estado brasileiro, que é uma hipótese incorreta.

O segundo motivo é que nós descobrimos, por volta de 2014, que o Tesouro brasileiro tinha um problema de solvência muito dramático; tinha uma dívida que crescia como bola de neve, e não tínhamos capacidade, na política, de resolver esse problema fiscal e construir uma forma civilizada de financiamento do Tesouro.

Essa percepção começou lentamente. A primeira vez em que o mercado financeiro percebeu isso foi em outubro de 2013, quando foi divulgado o resultado do Tesouro Nacional relativo a setembro de 2013. Ali as pessoas perceberam que a situação fiscal estava muito grave e começaram a fazer conta de trajetória de dívida pública. O setor real começou a absorver essa informação, e o que ocorre é que uma sociedade que tem um Tesouro Nacional cuja dívida pública cresce tal qual bola de neve e que não consegue, na política, resolver esse problema gera uma enorme incerteza. Você não consegue enxergar o futuro, porque uma dívida crescendo como bola de neve significa que algum ajustamento ocorrerá à frente. Ninguém sabe a forma como será feita esse ajustamento – se por aumento de despesa, se por redução de gastos ou por inflação –, e, ao não saber a forma pela qual esse desequilíbrio será endereçado, encaminhado, cria-se uma incerteza, e o investimento despenca por conta desse motivo, ou seja, reconhecer que somos de uma sociedade, que estamos no meio de um conflito distributivo e que não estamos conseguindo gerir esse conflito distributivo de forma civilizada. Já vou voltar a esse tema.

Uma tese que é muito defendida é de que o aprofundamento da crise seria culpa da política fiscal mais contracionista do Ministro Levy em 2015. Então, em 2015, nos números vermelhos, vemos na segunda coluna o número 7,3%, que é a Selic real, é a Selic deflacionada pela expectativa de inflação segundo o Focus. A Selic real foi 7,3%. Na terceira coluna, temos a medida de impulso fiscal produzida pela Secretaria da Fazenda, com o Ministro Nelson Barbosa. Vemos que, em 2015, houve uma contração fiscal de 1,1%, e o PIB caiu 3,8%.

Ora, se a tese do austericídio fizesse algum sentido – eu remeto os senhores para 2003 –, em 2003, o juro real foi 15%, e não os 7,3% de 2015. E o impulso fiscal foi -1,4%, e não o -1,1% de 2015. Não obstante, o PIB cresceu 1,1%. A tese do austericídio fiscal não sobrevive a uma análise dos dados; pior ainda, se os senhores olharem a linha referente a 2014, vão perceber que o impulso fiscal em 2014 não só foi positivo, mas foi o dobro do impulso contracionista de 2015. E sabemos que o impulso fiscal demora aproximadamente um ano e meio para agir sobre a economia, o que significa que o resultado líquido da política fiscal, 14 e 15 sobre 15 foi expansionista porque tínhamos um impulso fiscal de 2,2% de 14, que atuou sobre 15 no seu pico, e uma contração fiscal de 1,1% em 15, que atuou no seu pico no ano seguinte. Ou seja, não há nenhuma evidência de austericídio. Essa tese não sobrevive a 15 segundos de reflexão.

A crise brasileira segue do reconhecimento pelos agentes econômicos que têm um problema sério de solvência: dívida que cresce tal qual bola de neve impossibilita o cálculo empresarial e, portanto, produz forte queda do investimento. Se nada for feito, a inflação retornará e voltaremos aos anos 80 e 90. Vale lembrar que a inflação na Argentina roda na casa de 35% a 40%, e eles estão tendo a maior dificuldade de trazer essa inflação para baixo – maior dificuldade.

Qual é o nosso problema, gente? O nosso problema é que estamos com uma economia política disfuncional. Cada grupo de pressão consegue colocar na legislação o seu privilégio, o seu gasto; cada grupo de pressão, analisando sob sua ótica, está cheio das suas razões, e entendo as razões de cada grupo de pressão. O problema é que o agregado disso está nos colocando próximo ao abismo inflacionário e ao retorno dos anos 80 e dos anos 90.

O que faz a PEC? Ela inverte a lógica e é uma muleta para disciplinar o nosso conflito distributivo. A PEC disciplina o conflito distributivo, no sentido de que até agudiza o conflito distributivo porque explicita a restrição, e, ao explicitar a restrição, vai fazer com que o Congresso Nacional trabalhe muito melhor. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Comissão de Orçamento vai passar a ter uma importância que nunca teve.
Uma pergunta muito relevante: por que não começamos o ajuste fiscal com uma nova rodada de aumento de carga tributária? Vejo dois motivos: primeiro, como mostrei na minha primeira tabela, o que é estranho, o que é anormal na política fiscal brasileira, nos últimos 20 anos, é uma taxa de crescimento do gasto público, que é sistematicamente o dobro da taxa de crescimento do PIB, e isso é claramente uma situação instável. Então, temos que resolver o problema. Se fizermos mais uma rodada de aumento de carga tributária, se a taxa de crescimento do gasto continuar a ser o dobro da taxa de crescimento do PIB, daqui a dois anos, estaremos na mesma situação em que estamos hoje, com os mesmos problemas. Dado o fato de que começar pela receita não encaminha o problema de fundo, isso tem um impacto muito menor sobre as expectativas.
O segundo motivo é que estamos com problemas seriíssimo inflacionário. Estamos na maior crise dos últimos 120 anos, as maiores taxas de desemprego da nossa história, e, mesmo assim, a inflação cai muito lentamente. Essa queda da inflação muito lenta é fruto dos erros de política monetária que foram cometidos lá atrás e que geraram uma "inercialização" dessa inflação em um nível muito alto, e estamos pagando um custo altíssimo para trazer essa inflação para a meta. Se começarmos a ter agora novas rodadas de aumento de carga tributária, antes que a inflação se estabilize na meta e as expectativas inflacionárias se estabilizem na meta, vamos dar choques negativos de oferta sobre a inflação e vamos prejudicar muito o trabalho do Banco Central para trazer essa inflação para a meta.
(*Soa a campainha.*)
O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Uma questão importante: o custo da dívida pública é muito alto? O custo da dívida pública é extremamente alto! Os juros reais no Brasil são elevadíssimos. Por que os juros reais no Brasil são elevadíssimos? Porque a taxa de poupança é muito baixa e ela não se eleva em seguida a episódios de elevação do crescimento. No entanto, o custo de rolagem da dívida pública é muito menor do que as pessoas imaginam.
Uma conta simples: pegue uma dívida de R$4,9 trilhões, juros nominais de 15%. Juros pagos: 15% sobre R$4,9 trilhões, o que dá R$735 bilhões. Se a inflação for de 10%, mais ou menos a inflação do ano passado, R$490 bilhões dos R$735 bilhões da rolagem é só correção monetária. Então, na verdade, os juros reais pagos não são R$735 bilhões, são R$245 bilhões. Só que temos que lembrar que há o Imposto de Renda de 15% sobre a inflação. Não estou falando de Imposto de Renda de 15% sobre o juro real. Estou falando de Imposto de Renda de 15% sobre a inflação. Os juros reais pagos líquidos de Imposto de Renda sobre a inflação são de R$171 bilhões nessa conta segundo a qual inicialmente parto de um juro de R$735 bilhões.
Então, rolagem de dívida pública é cara? É cara porque os juros reais são muito altos no Brasil. Os juros reais são muito altos no Brasil porque a taxa de poupança é muito baixa, mas os juros pagos são muito menores do que os números que as pessoas alardeiam por aí.
Para terminar, como considerações finais, eu gostaria de ficar totalmente aberto, o tempo que for necessário, para tirar quantas dúvidas forem trazidas e responder a quantas forem as perguntas que as Srªs e os Srs. Senadores me fizerem.
Gostaria, entretanto, de fazer quatro observações: primeira, é necessário lembrar que o primeiro resultado da Constituição de 1988 foi a hiperinflação brasileira. A hiperinflação brasileira é posterior à promulgação da Constituição de 1988. Segunda observação: a melhora social no nosso País só começou quando estabilizamos a economia em seguida ao Plano Real. Terceira observação: a PEC visa recuperar a capacidade fiscal do Estado brasileiro para que nós não percamos o que nós conseguimos construir até aqui. Quarta observação: muitas das pessoas que, hoje, são contra a PEC são as mesmas pessoas que foram contrárias à Lei de Responsabilidade Fiscal e foram contrárias ao Plano Real.
Muito obrigado pela atenção dos senhores.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.
Seria possível disponibilizar em via impressa a apresentação?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Disponibilizar... Não entendi.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A apresentação que acabou de ser feita poderia ser impressa e distribuída a todos nós?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim; sem dúvida alguma.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não sei se imediatamente, mas, tão logo seja possível, nós a disponibilizaremos.
Há uma questão aqui sobre a qual eu gostaria de consultar o Plenário: se devemos facultar a palavra aos interpelantes logo após a exposição do interpelado ou se depois, ao final.
(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos ouvir a todos, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, dando prosseguimento, concedo a palavra ao Sr. Pedro Paulo Zahluth Bastos.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Eu agradeço muito o convite. Estou muito honrado em estar aqui. Acho muito importante que haja um debate público e aberto sobre a PEC.

Eu também fiz uma apresentação que contém alguns dados que eu não vou poder apresentar aqui, pelo menos não nessa primeira parte, mas que vão ficar como um anexo e serão distribuídos posteriormente. São alguns dados que, inclusive, se contrapõem aos dados que o Prof. Samuel Pessôa apresentou.

Na minha apresentação, o ponto central é o seguinte...

Eu gostaria que passasse, por favor.

O ponto central é o seguinte: a PEC é contraproducente, ou seja, ela não vai entregar o que está prometendo; segundo, ela é injusta; terceiro, ela é antidemocrática. E eu vou explicar o porquê de cada um desses pontos. Esse é o primeiro ponto que eu quero levantar.

Segundo, a base da minha apresentação e os dados nela contidos estão nessa revista que os Srs. Senadores receberam – *Austeridade e Retrocesso* – que foi escrita por um conjunto de economistas, mais de cem economistas, e que pode ser avaliada e, inclusive, baixada digitalmente.

Primeiro ponto: alega-se que a PEC produzirá uma paralisia do gasto real do Governo no nível de 2016 ou, para saúde e educação, no nível de 2017. O gasto público apenas acompanhará a inflação medida pelo IPCA, mesmo que a inflação da saúde, dos serviços pessoais, dos salários de carreiras e planos de progressão aumente.

Isso quer dizer o seguinte: que o mesmo montante de recursos paralisado em 2016, corrigido apenas pelo IPCA, não vai comprar o mesmo volume real de recursos e serviços, e pagará menos salários ao longo do tempo. Por quê? Porque sistematicamente a inflação do IPCA fica abaixo da inflação de serviços, do deflator implícito do PIB, da inflação da saúde e da inflação da educação. No mínimo, no mínimo, a PEC deveria utilizar o deflator implícito do PIB.

Olhem, aqui estão os dados, vocês podem avaliar depois: sempre o deflator implícito do PIB corre acima do IPCA. A mesma coisa vale para os serviços nos quais se materializa o gasto público. Então, a verdade é a seguinte: mesmo que se mantenha o nível de gastos pelo IPCA, o nível real vai cair, porque o gasto real vai ser corrigido, na verdade, por um índice que é muito maior do que o IPCA ao longo do tempo.

Portanto, a oferta real de serviços vai ser menor do que aquela que é paralisada em 2016, ainda mais pelo seguinte motivo: o gasto com a Previdência Social, mesmo que a reforma da Previdência apresentada pela situação seja aprovada, vai aumentar mais do que a inflação, porque as mudanças nas aposentadorias terão efeito de médio prazo. Em função dessas coisas – inflação de serviços, deflator implícito do PIB e gasto previdenciário –, os serviços e transferências outros terão, necessariamente, que diminuir em termos reais.

E não é pouco, é muita coisa! Isso vai implicar, necessariamente, eliminar as vinculações constitucionais para saúde e educação. Sabe-se, inclusive, a regra real de reajuste do salário mínimo, que indexa todas as transferências sociais – isso está, inclusive, na exposição de motivos da PEC.

Olhem, o Cecon, da Unicamp, fez essa análise, que, na verdade, depois foi repetida pelo Bradesco, mostrando mais ou menos a mesma coisa: a despesa primária sobre o PIB – se o PIB crescer, a partir de 2021, a uma taxa de 2,5% – vai cair de 20% para 12% do PIB em 2036. Isso é menos do que a despesa primária sobre o PIB dos países africanos. Então, a proposta de país que a PEC oferece é um Estado que é do tamanho do Estado dos países africanos de mais baixa renda. Isso significa o seguinte: se você aumentar ali os gastos com Previdência e mantiver os gastos em educação e saúde, nada mais nada menos que todos os outros gastos do Governo vão ter que caber, em 2036, em menos do que 1% do PIB. Isso é absolutamente inviável. A mesma coisa é apresentada aqui pela projeção do Bradesco, só que eles fazem com uma taxa de crescimento do PIB de 3%.

Então, será que é possível, ao contrário de fazer o Congresso trabalhar – foi esse o comentário feito pelo outro expositor – em cima de uma restrição que é inviável... Na verdade, o Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado, vai entrar num processo de conflito permanente para fazer o encolhimento absolutamente irreal, que nunca aconteceu em nenhum lugar do mundo, de todas as despesas, fora Previdência, saúde e educação, para que elas, de 8% do PIB, caibam, daqui a 10 anos, conforme projeção do Bradesco, em 1,77% do PIB, as obrigatórias, e, em 0,2%, as discricionárias. Está certo?

Segundo, não é verdade que os gastos em educação serão mantidos. Aqui, é uma tabela feita pela Esther Dweck, e mostra muito claramente que o investimento em educação pela receita líquida de impostos deve cair, também com a projeção de 2,5% para 13,7% em 2028, e o investimento em saúde sobre a Receita Corrente Líquida vai cair para 11% em 2028. Então, também não é verdade que você estaria preservando, em relação aos índices, o gasto em educação, muito menos *per capita*. Você terá, na verdade, uma redução muito forte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

gasto *per capita* real, por aluno, ao longo do período contratado, e também investimento em saúde, por aluno, com a PEC.

Além disso, dos efeitos distributivos e produtores de conflito, a PEC é contracionista, muito contracionista. Por quê? Porque o aumento da arrecadação fiscal, quando ocorrer, se eventualmente a economia se recuperar, vai produzir automaticamente uma redução do déficit primário ou aumento do superávit primário. E isso pode ter o mesmo efeito de 2015. O mesmo efeito de 2015. Evidentemente, mais ainda porque vai conter gastos que tenham enorme efeito multiplicador, como eu vou mostrar aqui.

O multiplicador do investimento público e do gasto social, quer dizer, o impulso que R$1 de gasto público tem sobre a renda nacional, é muito maior para o investimento e o gasto social do que os juros nominais da dívida pública. Porque o a PEC, na verdade, está propondo é o seguinte: todo aumento futuro de arrecadação vai ser destinado para o pagamento de juros da dívida pública. Está certo?

Além disso, ela é muito pró-cíclica. Porque se eventualmente a economia desacelerar, por motivos cíclicos, como os que ocorreram entre 2011 e 2014, ajudada pelo incentivo fiscal de 2011 – temos os dados aí, depois eu mostro –, o Governo não vai ter condições de realizar uma política anticíclica. Então, vai ser forçado a realizar uma política passiva, como a que foi realizada em 2015, que vai aprofundar a desaceleração dos gastos privados e reduzir ainda mais a arrecadação tributária. Se o Governo correr atrás e eventualmente ainda cortar mais os gastos, isso volta a reduzir as receitas privadas, que cortam de novo e produzem uma espiral negativa, um círculo vicioso entre contração do gasto público e contração do gasto privado, que é o que nós vemos nos últimos dois anos.

Além disso, como será necessário realizar uma contração muito grande do gasto real, os conflitos políticos a respeito de onde os cortes vão acontecer devem provocar não apenas uma instabilidade política grande, acredito, mas eventualmente instabilidade no mercado financeiro, o que vai agravar os impactos contracionistas da PEC.

Aqui há os dados do Ipea sobre os multiplicadores do gasto social e outros gastos. É muito claro que o gasto social tem um multiplicador acima de 1,7. Vários estudos mostram isso no Brasil. Alguns com mais impacto, outros com menos impacto do que ocorre em outros países, mas os juros da dívida pública têm um multiplicador de 0,7. Então, na verdade, você vai estar esterilizando recursos da sociedade para destinar para os juros da dívida pública, o que implica, necessariamente, o impacto contracionista que posteriormente, se o PIB desacelerar em relação a sua trajetória de crescimento, implicará também uma queda prospectiva da arrecadação tributária, repondo o conflito. Está certo?

Salários baixos também. De acordo com a última POF, até R$2.500, tudo que se paga em salários se transforma em lucro antes do fim do mês. Então, não dá para dizer que isso produz uma contração da poupança, que prejudicará o crescimento futuro, prejudicando a realização do investimento, não é verdade?

O investimento público, por exemplo, claramente estimula, produz o que os economistas chamam de *crouwding in*; ele estimula o investimento privado, ele não produz uma redução da poupança, que reduziria o investimento privado. Então, gasto social e investimento público são estimuladores do gasto privado e, portanto, geradores futuramente de arrecadação tributária.

Na verdade, nós temos duas visões sobre a dívida pública no Brasil. Há economistas que acham o seguinte: é preciso realizar uma política anticíclica no momento em que a economia desacelera. Isso implica necessariamente um aumento da dívida pública, ainda que esse aumento seja temporário. Por quê? Na medida em que o Governo gasta, a arrecadação do setor privado aumenta e o setor privado, depois de um determinado tempo, vai reverter a sua situação de desaceleração do gasto, principalmente numa situação como a atual, quando ele precisa poupar para pagar dívida.

Então, o gasto público é, a gente sabe, receita privada. Se o Governo reduz o gasto, a receita privada cai e fica mais difícil pagar impostos. E aí, eventualmente, as empresas vão cortar ainda mais os gastos, o que vai produzir uma queda futura da arrecadação. Os economistas sabem isso desde a década de 30. Vários economistas neoclássicos e neoliberais passaram a afirmar o contrário: que, no momento de desaceleração cíclica, teoricamente produzida por uma perda de confiança que ninguém pode provar, o Governo deve cortar o gasto porque isso vai produzir uma recuperação do gasto privado. Isso não é verdade. O FMI analisou todos os casos e já fez a mea-culpa. Vários economistas que propuseram o corte de gastos em 2015 alegaram explicitamente que a queda do gasto público ia produzir um aumento do gasto privado. Mas, meu Deus do céu! Isso não ocorreu e eu ainda não vi uma autocrítica por parte desses economistas. Na verdade, o que ocorreu é o efeito keynesiano: a queda do gasto público reduz a receita privada, que produz uma nova queda do gasto privado. E, vejam, isso quem diz hoje, fazendo a mea-culpa, é o próprio FMI.

Por outro lado, não há também uma tendência de longo prazo de aumento do gasto social e aumento da carga tributária vinculada à realização de investimento público e gasto social e redução do crescimento. Pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contrário, a carga tributária, em todos os países do mundo, aumentou principalmente no pós-guerra, estagnou na década de 80 e o período de grande crescimento foi exatamente o período do pós-guerra.

O FMI também já fez também a mea-culpa mostrando que o aumento da desigualdade, que por conta da austeridade reduz o crescimento. E o maior historiador vivo provavelmente, que é o Peter Lindert, fez um estudo da relação entre crescimento do Estado e do gasto social desde o século XVIII, até hoje, até 2004.

Ele mostrou o seguinte: o aumento do gasto social e das políticas redistributivas não teve nenhum custo em termos de crescimento do PIB, mas, pelo contrário, acelerou o crescimento do PIB. Esse estudo é considerado um dos maiores estudos de História Econômica feitos até hoje.

Então, na verdade, é esse um dos motivos por que a economia brasileira cresceu na década passada, exatamente no impacto da redução da concentração de renda, numa situação em que o multiplicador da renda dos pobres é muito grande. Isso, ao invés de reduz as poupanças, produz um aumento do investimento, que reduz, de fato, talvez, as poupanças financeiras. Mas isso aumenta o investimento real e aumenta o fluxo de poupança anual na contabilidade nacional.

Outra coisa que, às vezes, é confundida pelos economistas é a contabilidade do saldo comercial, que não se relaciona diretamente com isso. Depois, a gente pode explicar por quê.

O segundo ponto principal é que a PEC é muito injusta do ponto de vista social. Ela vai, certamente, impedir a recomposição do salário mínimo, porque o aumento dele é responsável pelo aumento das transferências sociais, como a gente sabe. Ela vai reduzir fortemente o gasto social, o embrião de *welfare state*, que nós temos. E, no fundo, ela vai abrir espaço para a mercantilização da saúde e da educação, reduzindo o salário indireto daqueles que precisam de serviços públicos para terem acesso à saúde e à educação.

Posso dizer, então, que, de certo modo, a PEC, tal como está, pune os inocentes, os dependentes do gasto social e da Previdência, e nada faz – não vou medir palavras – com os criminosos, com os sonegadores fiscais e com privilegiados pela estrutura tributária regressiva. Não dá para dizer que a gente tem de, necessariamente, punir os inocentes, para, eventualmente, depois, ir atrás dos criminosos, como se coloca às vezes por aí.

Vamos lembrar o seguinte: vários estudos mostram que a sonegação fiscal no Brasil gira em torno de R$500 bilhões/ano, cinco vezes o déficit de 2015, de pedaladas e "despedaladas", inclusive. A dívida ativa da União é de R$1,5 trilhão, sendo que R$252 bilhões já estão prontos para serem recolhidos.

Ainda por cima, há vários problemas – há vários dados que, depois, vocês podem consultar – na estrutura tributária brasileira. Por exemplo, essa tabela indica o grau de isenção dos rendimentos em função de múltiplos do salário mínimo. Em verde, estão os rendimentos isentos. Mostra-se um total absurdo, o fato de que, à medida que aumentam os múltiplos de salário mínimo, os rendimentos isentos também aumentam. E o Imposto de Renda devido em relação à renda total aumenta para a classe média e, depois, cai muito para os ricos. A base de cálculo sobre a renda real, evidentemente, taxa muito mais os pobres do que os ricos.

Então, não existe motivo nenhum para punirmos os inocentes e continuarmos poupando os criminosos e os privilegiados.

Há vários dados também a respeito de quem ganha com isenção fiscal no Brasil, com desonerações tributárias, com a estrutura tributária regressiva. Eu só queria apontar uma questão aqui.

Segundo o Ipea, os trabalhadores com renda mensal de até 2 salários mínimos contribuem 54% da renda para o pagamento de impostos. É impressionante, porque a maioria dos impostos brasileiros é indireta. E os com renda superior a 30 salários mínimos contribuem com apenas 29%. Isso é o que temos que mudar.

Não podemos mudar só a estrutura de gasto, sobretudo, aquele que vai punir os necessitados, e poupar inteiramente criminosos e privilegiados. Há vários dados aí, inclusive comparativos internacionais, mostrando que o Brasil é um ponto absolutamente fora da curva.

Por exemplo, se a reforma tributária proposta pelo Fernando Henrique Cardoso em 1989, com imposto sobre grandes fortunas, fosse aplicada, nos termos dele, com uma alíquota de 1%, em torno de 2% a 5% da população, em cima de rendas acima de 1 milhão, haveria R$100 bilhões por ano, o total do déficit do ano passado. Não precisaria nem ser isso – o Guilherme até vai apresentar outras estimativas depois. E assim vai.

Eu só queria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – ... concluir fazendo a leitura da justificativa da PEC. Por que ela não pode ser discutida com calma pela sociedade? Por que ela está sendo realizada em um processo acelerado? Não é pela urgência fiscal, porque os cortes só vão ocorrer, no fundo, depois da queda da inflação, dada a maneira como a PEC está construída. É porque, claramente – eu tenho como provar, eu vou ler –, se quer forçar reformas constitucionais, o termo usado, "na marra", com argumentos técnicos fajutos e pressão do mercado. Eles querem induzir escolhas com uma camisa de força que é antidemocrática e produtora de conflitos, não produtora de consensos democráticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O que eu vou ler aqui não é grampo da Lava Jato, isso aqui é uma entrevista do Roberto Brant, o responsável pelo documento "Uma ponte para o futuro", que inspira a PEC 55. Olhem o que ele diz:

> O ajuste fiscal para valer precisa de horizonte de longo prazo. O desequilíbrio fiscal brasileiro está contratado nas leis, na Constituição, que precisam ser alteradas.
> [...]
> Esse documento não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição.
> [...]
> O conjunto da sociedade não tem obrigação de compreender essas questões herméticas de orçamento, Previdência, de relações Banco Central e Tesouro Nacional. Não tem noção do que seja a trajetória da dívida. E as pessoas querem mais. Elas não querem menos.
> [...]
> Lula vai chorar em praça pública. Precisa desvincular benefício social do salário mínimo. Vai ser um Deus nos acuda. Agora, o sistema político brasileiro está preparado para fazer as mudanças? [Ou seja, o Congresso Nacional está preparado?]
> [...]
> Não. Nem sei se a sociedade está. Mas o Brasil chegou ao ponto tal que não há outro remédio do que dizer a verdade [para quem?].
> [...]
> Se não, as pessoas vão achar que, votado o *impeachment*, podem voltar para casa e começar a gastar por conta. Elas precisam saber que o Estado está arruinado.
> [...]
> Vai ser preciso ser rápido no Congresso. Dar um tranco. E veja bem: um governo breve, de 2 anos e meio, que não vai aspirar um futuro longo a não ser o reconhecimento da história.
> [...]
> Se não tiver uma energia sobrenatural, uma força para dialogar e convencer o Congresso, não sei se vamos muito longe. Vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra.

Eu queria contrapor basicamente com este discurso aqui, final da Constituição Federal, o último discurso realizado no processo constitucional em 1988 – Ulysses Guimarães, para concluir:

> A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa [...]
> O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final [...]
> A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros [...] atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, a Constituição guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio [...]
> Tem substância popular e cristã o título que a consagra: "a Constituição cidadã".

Então, a PEC é, nada mais nada menos, do que o início do fim da Constituição cidadã, sem uma discussão séria com a sociedade brasileira para distribuir custos e benefícios com justiça, e com pouca discussão popular. Então, ouçamos Ulysses Guimarães. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Meu voto é do Dr. Pedro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O interessante é a manifestação contra a fala.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

entendendo o que está acontecendo aqui.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quando todos ficamos calados, alguns se pronunciam em contrário.
(*Soa a campainha.*)
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Conclua, Senadora Vanessa.
(*Soa a campainha.*)
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Desculpem, mas eu assinei. Não só assinei como defendo a Constituição, coisa que vocês estão rasgando!
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Vanessa, a senhora está tumultuando o ambiente.
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Vanessa, contenha-se.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Mesa pede aos presentes...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cercear a fala dos nossos convidados?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mantenham o silêncio, senão, vou ter que suspender a reunião.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Respeito, pelo amor de Deus!
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ei, Fátima, respeite.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos respeitar aqui o direito dos nossos convidados de expor suas ideias.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o terceiro depoente, Marcos Mendes. Vamos ouvi-lo com atenção e silêncio.
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia.
Tenho uma apresentação, em que vou mostrar os sete mitos em torno da PEC.
A PEC tem sido muito debatida, e estão sendo criadas algumas teses...
O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Marcos, dê licença.
Presidente, pede silêncio para ouvirmos.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está pedindo agora. Antes, não pedia silêncio. Engraçado isso.
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Faça silêncio aí.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, exatamente!
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está suspensa a reunião por cinco minutos...
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Respeite, Senadora Vanessa!
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para restabelecer o silêncio.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele não pode falar assim com a Senadora Vanessa! É preciso se restabelecer, Sr. Presidente, a condição de se falar no plenário.
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Vanessa, por favor!
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É preciso se restabelecer essa condição. Não podem o Senador Aníbal e os outros Senadores se pronunciarem dessa forma contra a Senadora Vanessa! Só ela pode ser contestada?!
(*Interrupção do som.*)

(*Suspensa às 12 horas, a reunião é reaberta às 12 horas e 01 minuto.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria...
(*Soa a campainha.*)
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estão reabertos os trabalhos.
Com a palavra o terceiro depoente, o Sr. Marcos Mendes.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma pergunta: por que a TV Senado não está transmitindo esta reunião?
(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ah, voltou agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A reunião foi suspensa, de modo que se suspende a transmissão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro! É um debate público! Há muita gente acompanhando isso aqui!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é de interesse da sociedade sim!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço ao pessoal da eletrônica que restabeleça o microfone do depoente. (*Pausa.*)

Agora sim.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Posso falar por este aqui?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim; está funcionando.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Muito bom dia!

Podemos começar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A PEC é um assunto realmente muito quente. A discussão que tem sido feita em torno dela tem trazido alguns mitos, e eu vou procurar analisar sete mitos que têm sido divulgados em torno da PEC, esclarecendo os reais objetivos e a importância dessa medida.

Para começar, antes de passar pelos sete mitos, nós temos três pontos fundamentais: em primeiro lugar, existem vários modelos de desenvolvimento econômico. Existe desenvolvimento econômico induzido pelo Estado, desenvolvimento econômico induzido pelo aumento da educação, pela expansão do mercado interno... Enfim, os países encontram os seus caminhos para fazer o desenvolvimento econômico. O que não existe na história econômica recente é um país que conseguiu se desenvolver com uma dívida pública crescendo assustadoramente, com um desequilíbrio estrutural nas suas contas. Então, ajuste fiscal é o passo número um. Ter estabilidade fiscal é a condição que nós temos para sair da situação em que nós nos encontramos. Ou nós encontramos uma forma de estabilizar a dívida pública, de estabilizar as contas públicas, ou nós não vamos sair do cenário deprimente em que nós nos encontramos, vamos, no máximo, ficar arrastando um crescimento de 1% ao ano.

O segundo ponto fundamental dessa PEC é que ela reconstrói o realismo orçamentário. Todos nós, aqui, já ouvimos falar que o orçamento brasileiro é uma peça de ficção. Por que se diz isso? Porque o que se precisa no orçamento, atualmente, é um equilíbrio entre receitas e despesas. Então, quando você quer colocar mais despesa no orçamento, o que você faz? Você superestima a receita. E, sistematicamente, nós temos superestimado as receitas, ao longo dos últimos anos, e colocado mais e mais despesas. Se, na hora de executar o orçamento, aquela receita que a gente previu não acontece, o que é que tem de ser feito? Um contingenciamento bilionário de despesas. E quem decide o contingenciamento é o Poder Executivo. Isso reduz absurdamente a transparência do nosso processo orçamentário. As pessoas param de acreditar nele, e os grupos de pressão mais organizados são os que conseguem fazer as suas despesas serem executadas.

Com a PEC o que vai acontecer? O limite de despesa dado pela PEC terá que ser obedecido pelo Orçamento. Então, não vai adiantar mais superestimar a receita, para colocar mais despesa, porque a despesa está dada. Isso significa que o que for colocado no Orçamento poderá ser efetivamente executado, e nós não vamos ter mais esse festival de obras que param pelo meio do caminho, programas interrompidos e graves problemas de qualidade de gestão.

O Parlamento vai ser empoderado, porque o que este Parlamento decidir vai ser efetivamente executado. E o que que isso tem de repercussão sobre a qualidade e o desenho das políticas públicas? As grandes prioridades sociais, como saúde e educação, vão ganhar protagonismo e importância, vão ganhar força. Por quê? Por que eu quero ver quem vai ter coragem de dizer que vai tirar dinheiro da educação para construir estádio de futebol, quem vai tirar dinheiro da saúde para dar subsídio para empresa que não precisa? Porque, com um orçamento realista, para você botar dinheiro numa coisa, vai ter que dizer claramente de onde tirar. E isso empodera as grandes prioridades nacionais, o que não acontece hoje em dia.

E o terceiro ponto, muito relevante, que tem que ficar claro desde o início é que essa PEC é o início do ajuste. Ela não para de pé, ela não se concretiza, se nós não fizermos uma reforma da Previdência e uma melhoria muito forte da gestão da qualidade dos gastos públicos. Esses são três pontos fundamentais.

Vamos passar, então, para cada um dos mitos. O primeiro mito é o de que a saúde vai perder. E a grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

realidade é que a saúde vai ser beneficiada.
Eu distribuí às senhoras e aos senhores um texto um pouco mais longo sobre a saúde em que eu detalho mais a argumentação por que eu vou passar mais rapidamente.
O que está acontecendo com a saúde? A saúde é a grande perdedora.
Como eu aponto aqui? É possível apontar?
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Sim.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Não, não. Há outro texto, Senador; há outro texto que vai ser distribuído.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Não, não, esta é a apresentação. Há um texto escrito sobre a saúde.
Mas vamos lá! No gráfico da direita, a gente vê que as despesas primárias totais, nos últimos anos, de 2004 a 2015, subiram 102%. E a saúde subiu só 65%. A saúde é perdedora no atual modelo de gestão fiscal orçamentária.
Por quê? O gráfico da esquerda explica. Porque a Previdência está crescendo mais e mais, e ocupando espaço, e já consome quase 50% do gasto. A Previdência vai espremer os outros gastos, inclusive com a saúde. Se nós não mudarmos o modelo de gestão fiscal e abrimos espaço, a saúde não tem chance.
Outro fato fundamental, é bom a gente olhar o que acontece com os nossos vizinhos, como o que acontece quando acaba o dinheiro. A Venezuela tinha um modelo padrão, incensado internacionalmente, em atenção à saúde. Quando a economia da Venezuela foi para o vinagre, desintegrou-se totalmente. Hoje, a Venezuela tem os piores indicadores de mortalidade infantil e mortalidade materna.
O gráfico de cima mostra o que aconteceu com a Argentina. Quando acabou o dinheiro – a Argentina corresponde àquela linha preta –, quando acabou o dinheiro na Argentina e a crise fiscal se estabeleceu, o gasto em saúde desabou.
E é muito bom comparar com o Chile, que é um país que tem tradição de estabilidade fiscal e de respeito à restrição orçamentária. O Chile tem sido capaz de manter o seu gasto numa trajetória crescente.
Bom, e o que o realismo orçamentário vai fazer a favor da saúde? Hoje, nós temos um gasto mínimo de saúde decretado pela Constituição, que, em 2014, era de 92 bilhões. Muito bem, o Governo empenhou 92 bilhões, mas, na hora de pagar, só tinha 85 para pagar, e deixou restos a pagar de sete. Em 2015, a mesma coisa, deixou restos a pagar de seis.
E vem, desde pelo menos 2011, acumulando restos a pagar. Então, não adianta dizer que há gasto mínimo na saúde e, na hora em que falta o dinheiro, não tem com o que pagar.
Com a PEC, como eu falei, vamos ter realismo orçamentário, e a despesa empenhada vai ser muito próxima da despesa paga. E vai ser possível efetivamente cumprir o mínimo da saúde.
Há que se lembrar sempre que não temos um limite máximo para a saúde; o limite é mínimo. Portanto, é uma proteção. E a PEC antecipa uma progressão do cálculo dos recursos mínimos da saúde. Pela regra atual, ela chegaria a 15% da Receita Corrente Líquida em 2020. Isso foi antecipado para 2017, de modo que já dá uma injeção para o setor da saúde de R$10 bilhões, que serão carregados ao longo de todo o processo do novo regime fiscal. Portanto, de cara, a saúde já tem uma recuperação da sua verba mínima.
Se o gasto da saúde continuar atrelado à receita, ela vai continuar vulnerável ao que nós estamos vivendo agora, períodos de forte queda da receita. Se nós estivéssemos com a regra da PEC, de corrigir o mínimo da saúde pela inflação, desde 2014 o mínimo estaria sendo reajustado por taxas maiores do que a da receita. Por exemplo, em 2015, a receita cresceu 6,9%, e a inflação, quase 11%. Portanto, esse modelo atual não protege a saúde em períodos de recessão.
Por fim, há a questão realismo orçamentário, que eu já citei, em que os gastos sociais vão ganhar protagonismo e força no debate orçamentário.
O segundo mito, muito parecido com o primeiro, é de que a educação vai ser prejudicada. Qual é a realidade? Boa parte da educação está fora da PEC? Não é sequer incluída no limite da PEC. E há motivos para acreditar que a educação vai ser beneficiada. Mais de 70% da despesa pública com a educação não está sujeita ao limite da PEC. Por que isso? Porque a maior parte do gasto com educação é feita por Estados e Municípios, e o limite da PEC é para o gasto do Governo Federal.
Além disso, estão fora dos limites da PEC alguns gastos federais, como a fundamental complementação da União ao Fundeb. Essa é uma complementação que a União faz para os Estados e Municípios mais pobres para manter o gasto mínimo por aluno. Assim como o Fies e o Prouni também estão fora.
Agora o mais importante para a educação no que diz respeito à PEC é que o financiamento da educação por Estados e Municípios depende fundamentalmente da recuperação da economia. Cada Senador e cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senadora aqui sabem a quantas anda a arrecadação dos seus Estados e dos seus Municípios. Desabou com a crise econômica. Nós precisamos recuperar a economia, porque, recuperando a economia, o Fundeb local vai ter mais receita para pagar as despesas com saúde e educação.

Mais uma vez o realismo orçamentário se impõe e protege o gasto social.

E também não é difícil a gente perceber que a crise econômica é devastadora para a educação, em especial para os jovens pobres que estão no ensino médio e que são levados a abandonar o estudo para substituir a renda do pai ou da mãe que ficou desempregado. Essa perda com evasão escolar não se recupera nem no médio nem no longo prazo. Nós precisamos recuperar a economia, estabilizar as nossas contas públicas para que esse tipo de problema deixe de acontecer.

O terceiro mito: a PEC vai tirar dinheiro dos pobres para pagar a dívida pública. Qual é a verdade? Qual é a realidade? A PEC vai beneficiar os mais pobres, e a despesa com os juros da dívida pública vai cair. Aliás, os juros já estão caindo.

Quando a gente fala que controlar gasto público vai tirar programas dos mais pobres, a gente está pressupondo que o Estado brasileiro tem uma grande capacidade de chegar nos mais pobres, de atender os mais pobres. Mas isso não é a realidade.

O gasto federal tem um baixo impacto de distribuição de renda e, se conseguirmos focalizar e melhorar as políticas públicas, vamos melhorar o atendimento dos mais pobres.

Há alguns dados da literatura que são muito interessantes. O que são as fontes de renda provenientes do setor público? Pagamento de salário, benefício social, benefício previdenciário, Bolsa Família. Todas essas rendas que as pessoas recebem a partir do setor público são responsáveis por 30% da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini, quer dizer, os pagamentos do Governo concentram renda, portanto controlar a expansão do gasto público não é atingir o mais pobre. Ao controlar a expansão do gasto público, estamos controlando um fator que gera concentração de renda.

Segundo, um exemplo disso: os aumentos de remuneração dos servidores públicos concedidos entre 2003 e 2009 concentraram renda a ponto de eliminar todo o efeito distributivo da expansão do Bolsa Família nesse mesmo período. O que demos em termos de redistribuição com o Bolsa Família tiramos aumentando salários no topo das carreiras públicas.

O outro dado muito interessante é a baixa capacidade do Estado brasileiro de reduzir o índice de Gini. Se pegarmos a distribuição de renda antes e depois da intervenção do Estado brasileiro, a distribuição de renda, pelo índice de Gini, melhora em quatro ponto sete percentuais apenas. Nos países da OCDE, ela cai catorze pontos e, nos países do Euro, ela cai quase vinte pontos.

Portanto, os nossos programas públicos, em sua maioria, têm baixa capacidade de distribuir renda e de chegar aos mais pobres. Precisamos racionalizar o gasto público. Estado inchado não significa Estado a favor dos mais pobres.

Este é um dado muito interessante com relação ao pagamento de aposentadorias. Em 2014, 77% dos aposentados que não acumulavam pensão situavam-se nos cinco últimos decis, nos cinco mais altos decis de renda domiciliar *per capita*, ou seja, os mais pobres não são os maiores privilegiados pelo pagamento de aposentadoria pública.

Outro aspecto muito importante para concluirmos que a PEC vai ser favorável aos mais pobres é termos a consciência de que ela é o caminho para recuperar a economia, para reduzir o desemprego e reduzir a inflação. O desemprego pesa muito mais sobre os mais pobres. A pessoa mais pobre não tem uma poupança acumulada para financiar a sua perda de renda durante o desemprego, ela não tem patrimônio para vender, ela não tem gordura no seu orçamento doméstico para se ajustar enquanto está sem emprego, ela não tem acesso a crédito bancário, ela tem pouco acesso a crédito familiar, portanto é muito mais dura a realidade do desemprego para os mais pobres. Estamos com mais de 12 milhões de desempregados, a maioria na base da pirâmide social.

Também é muito claro que os pobres são os maiores prejudicados pela inflação, inflação essa que vai explodir se não mudarmos o nosso regime fiscal. Como disse aqui o Prof. Samuel, vamos para uma situação parecida com a da Argentina, ficar com inflação lá para 30, 40%. Todo mundo viu, com o Plano Real, o grande ganho de renda quando houve a súbita estabilização de preços, e as pessoas mais pobres tiveram forte melhoria na sua qualidade de vida.

Bom, eu já falei que os pobres não vão perder. Este mito fala: tirar dinheiro de pobres e pagar mais juros. Na verdade, os juros pagos pelo Governo vão cair com a aprovação da PEC. Na verdade, as taxas de juros já estão caindo. Aí, precisamos entender por que os juros são altos no Brasil. O Samuel já falou um pouco aqui sobre isso.

O Governo, quando tem um déficit, vai, todo mês, ao mercado pedir dinheiro emprestado. Quanto mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ele pressiona esse mercado, pedindo mais e mais crédito, o preço desse crédito sobe, o preço do crédito é justamente a taxa juros.

Outro motivo pelo qual a taxa de juros sobre a dívida pública cresce é que o Governo, mais e mais endividado, vai se tornando um devedor de risco, a qualificação de risco dele pelas agências de avaliação vai caindo, e naturalmente quem vai emprestar para o Governo, que não é o grande especulador – sou eu, que tenho meu dinheiro no fundo de pensão, é a dona de casa que tem o dinheiro em uma aplicação financeira, somos nós, aqueles que compram Tesouro Direto, são essas pessoas que aplicam em títulos públicos –, vai querer uma rentabilidade maior para emprestar ao Governo, por isso o juro também sobe.

Vamos ver o que está acontecendo.

Esse gráfico à esquerda mostra a taxa de juros sobre os títulos de longo prazo do Tesouro Nacional. O Tesouro vai a mercado, faz um leilão, vende seus títulos. O que aconteceu com a taxa de juros ao longo de 2015, quando havia clara percepção no mercado de que a política fiscal estava à deriva, não havia um plano de estabilização fiscal, não havia um plano para controlar a dívida pública e não havia consenso político em torno disso? Ao longo de 2015, a taxa de juros subiu. A partir do momento em que houve uma mudança de política econômica e houve a perspectiva de que há uma política de estabilização fiscal, as taxas de juros de longo prazo começaram a cair. Despencaram de 7,38 para 5,79 e 5,68 nos dois tipos de títulos.

O gráfico ao lado mostra um quadro similar: a taxa de risco dos títulos brasileiros. No período de 2015, houve uma disparada desse risco pelo temor de descontrole fiscal e, a partir do momento em que se estabilizou uma possibilidade de reencontramento da política fiscal, de reestabilização fiscal, essa taxa de risco caiu abruptamente.

Vamos passar para o quarto mito, aquele que diz que não é preciso fazer ajuste: o Brasil está vivendo só uma crise passageira, decorrente da crise internacional, e, quando o mundo voltar a crescer, voltaremos a crescer junto com o resto do mundo e fica tudo muito bem. A realidade não é essa; a realidade é que nós estamos vivendo a maior crise desde o início do século XX. Essa crise é culpa de erro de política econômica nos últimos anos, e, sem o programa de ajuste fiscal, o nosso destino é a insolvência, o baixo crescimento e a inflação. É a mediocridade e a crise permanente.

Como nós vemos isso? O Samuel já mostrou um pouco esses números; eu vou passar rapidamente.

O quadrinho ali ao lado mostra a queda do PIB nas piores crises desde o início do século XX. Nem na crise de 1929, o PIB caiu tanto quanto caiu agora; caiu 5,3%. Agora, em dois anos, nós tivemos uma queda de 7% do PIB. A crise, portanto é grave, é muito grave. E que tal essa ideia de que essa crise é grave para todo mundo? Basta olhar a taxa de crescimento dos outros países no mundo que vamos ver que o Brasil só ganha da Venezuela, que é um país que está em uma situação que todo mundo sabe qual é. Todos os outros países estão se saindo muito melhor que o Brasil. Isso revela que nós temos um problema interno e que nós precisamos ajustar a nossa economia internamente.

O mito nº 5: o prazo da PEC, de 20 anos, é muito longo e vai estrangular as políticas públicas. Qual é a realidade? O prazo permite um ajuste gradual, e não haverá estrangulamento. Eu gostaria aqui, inclusive, de comentar a projeção que foi apresentada de estrangulamento, que faz uma projeção para 20 anos, e, na verdade, o prazo da PEC não é de 20 anos; é de dez anos mais dez. No décimo ano, o método de correção da despesa pode ser alterado a cada mandato presidencial, portanto a regra de correção da despesa vai durar por dez anos. No décimo ano e a partir de cada mandato presidencial, ela será repactuada. Isso significa o quê? Que lá no décimo ano, se nós estivermos com a economia ajustada, equilibrada, a taxa de crescimento da despesa poderá ser outra e poderá crescer mais rapidamente. Ou, então, o gestor pode escolher reduzir a carga tributária ou aumentar a transferência para Estados e Municípios, nós vamos estar em outra situação.

Por que dez anos mais dez anos? Nós estamos saindo de um déficit primário de 2,7 do PIB. Para estabilizarmos a dívida pública, precisamos chegar a um superávit de alguma coisa como 2,5 ou 3 do PIB. Então, nós temos um caminho de pelo menos cinco pontos do PIB de ajuste das contas públicas para não irmos para o vinagre, para termos alguma chance de sermos uma economia civilizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – ... e voltarmos a crescer.

Por isso, precisamos de um período de dez anos, pois, com meio ponto do PIB de ajuste gradual, anual, nós conseguiríamos chegar, fazer essa travessia. Não é um ajuste excessivo e é suficiente para manter o controle da dívida pública.

Sem o gradualismo da PEC, iríamos precisar de medidas extremas. Seríamos hoje o que está sendo o Rio de Janeiro. Se não quiserem fazer nada, não faremos nada, esperaremos mais um pouco e adotaremos o modelo Rio de Janeiro. É uma opção, podemos discutir, está certo?

Com relação ao estrangulamento da despesa, as nossas projeções mostram que a adoção da PEC vai nos levar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a uma despesa, em 2026, no final do período de dez anos, na faixa de 16% do PIB. O que é isso? É exatamente o que nós tínhamos lá por 2005/2006. Em 2005/2006, ninguém vivia em estado africano. Então, as projeções mostram que é plenamente factível o ajuste, e não é um ajuste excessivo.

O mito nº 6. O mito nº 6 diz o seguinte, para sair da crise é preciso que o Governo gaste mais ao invés de gastar menos, que é para estimular o crescimento econômico com políticas anticíclicas.

Qual é a realidade que estamos vivendo? A situação fiscal é muito grave e não há espaço para política anticíclica. Fazer política anticíclica hoje, aumentar gastos, é jogar querosene, gasolina, na fogueira. É querer aprofundar a crise fiscal.

Para aqueles que dizem que basta fazer o PIB crescer e que, com o PIB crescendo, a relação dívida/PIB vai se estabilizar, as nossas contas mostram o seguinte: sem ajuste fiscal nenhum, vamos precisar que o PIB cresça 8% ao ano, de hoje até 2025, para a dívida pública se estabilizar. Eu acredito que não seja factível.

Volto a repetir: esse é o ponto inicial, nós precisamos evitar a insolvência das contas públicas. Não há, na história econômica, caso de país que tenha conseguido crescer e se tornar um país desenvolvido com uma dívida pública em trajetória explosiva e sem consistência nas suas contas fiscais. É urgente reverter a deterioração fiscal.

O gráfico da esquerda mostra o desabamento do nosso déficit primário e o correspondente dele está no lado direito, que foi a decolagem da dívida pública de forma assustadoramente veloz e é essa dívida pública que nós precisamos conter.

Há gente que fala: "Não, ainda tem espaço para fazer política anticíclica. Vejam, as economias avançadas têm dívida de mais de 100% do PIB. A do Brasil é só de sessenta e poucos por centos do PIB, pelo critério do FMI."

Eu gostaria de lembrar o seguinte: as economias avançadas têm uma riqueza privada muito maior do que a economia brasileira e, portanto, podem financiar esse nível de dívida. As economias avançadas têm um nível de taxa de juros muito mais baixo e, portanto, a dívida deles tem uma trajetória muito menos nociva. As economias avançadas têm moedas conversíveis e, portanto, mais facilidade em ter investidores estrangeiros comprando a dívida pública deles.

A nossa realidade é a dos mercados emergentes. Os mercados emergentes têm uma dívida média de 44%, e nós somos o País emergente com a maior dívida do mundo e com dificuldades para financiar essa dívida.

Para terminar, o último mito: o ajuste fiscal tem que ser feito pela tributação dos ricos e pela auditoria da dívida pública, e não pelo controle de despesas.

Qual é a realidade? De fato, nós precisamos reformar o sistema tributário. Nosso sistema tributário é ineficiente e tem vários fatores de injustiça, mas isso não vai reequilibrar as contas públicas.

A auditoria da dívida pública é uma atividade que já é feita regularmente. Não existe esta fantasia de "vamos parar o Brasil para auditar a dívida pública". Então, os órgãos de controle, como o Congresso Nacional, devem permanentemente auditar as contas públicas.

O nosso problema é a despesa. Esta é a trajetória da despesa: se eu for fazer ajuste pelo lado da receita e estiver desequilibrado com a despesa mais alta, eu aumento o tributo, senão, no ano que vem, a despesa vai continuar, e eu vou ter que aumentar de novo. Nós vamos para uma corrida que vai chegar a 100% do PIB de gasto público e de tributação. É isso que nós queremos? Isso é inviável. Nós temos que atacar a fonte do problema e restringir a nossa propensão a expandir o gasto público.

Além disso, se nós não mudarmos o regime fiscal... No nosso regime fiscal atual, várias despesas são vinculadas à receita. Se nós formos para o ajuste fiscal pelo lado da receita, esse vai ser um ajuste ineficiente, porque, ao se aumentar a receita, obrigatoriamente é preciso gastar mais por conta das vinculações que existem à receita.

A reforma tributária é necessária, mas não resolve o problema fiscal. Se nós fizermos uma reforma tributária de boa qualidade, provavelmente ela vai derrubar a arrecadação. Por quê? Porque, nos últimos anos, a nossa prioridade foi aumentar a arrecadação. Então, foram feitas diversas distorções no sistema tributário para que ele arrecadasse mais, e essas distorções causaram injustiça fiscal e ineficiência fiscal. Se nós removermos isso e voltarmos para um sistema fiscal mais padrão, um sistema tributário mais padrão, provavelmente a nossa receita vai ser menor.

Bom, eu gostaria de encerrar aqui, reforçando que a PEC 55 é o primeiro passo de uma caminhada de ajuste fiscal que não tem alternativas. Se nós queremos voltar a crescer, se queremos ser um País civilizado e transitar para um País de renda alta, nós precisamos enfrentar o problema básico do desequilíbrio fiscal e da dívida em trajetória explosiva. Sem isso, não há qualquer modelo de crescimento que se sustente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o quarto e último palestrante, Sr. Guilherme Santos Mello, Professor de Economia da Unicamp.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Boa tarde a todos e a todas.
Eu queria agradecer, obviamente, o convite da CCJ e da CAE para estar aqui discutindo esse tema tão importante com vários colegas já conhecidos de outros debates.
Por sorte, não só a sorte de eu ter ficado por último, mas também a sorte de eu ter escolhido o tema da minha apresentação, dialogando com o final da fala do Marcos, que coloca que não há alternativas à PEC e que, caso o Senado, o Congresso Nacional não aprove a PEC, não haverá saída para o País, digamos assim, a não ser a hiperinflação ou um aumento descontrolado da carga tributária, eu quero mostrar aqui que, na realidade, há alternativas.
Vou dialogar menos do que eu gostaria.
Acho que, ao longo do tempo, as falas do Samuel e do Pedro foram mais, digamos assim, analíticas do processo todo, de como chegamos até aqui etc. Vou tentar apresentar o que considero que seria uma discussão frutífera para pensarmos uma reforma do regime fiscal que seria importante para o Brasil.
A apresentação está estruturada da seguinte forma: começo com o diagnóstico do atual regime fiscal brasileiro; apresento alguns princípios para o novo regime fiscal e como eles devem ser operacionalizados; avalio a PEC à luz desses princípios; traço um rapidíssimo diagnóstico da situação fiscal – infelizmente não vou poder detalhar muito sobre isso –, e aí já parto para o que considero uma proposta alternativa para novo regime fiscal e comparo, ao final, os resultados dessa proposta alternativa com algumas previsões, com os resultados da proposta atual, que é a PEC 55.
Vou começar com diagnóstico do atual regime fiscal brasileiro.
O atual regime fiscal brasileiro tem muitos problemas: é um regime "curto-prazista", ou seja, as metas são todas anuais. Se varia muito economia no curto prazo, ele tem que reagir de maneira pró-cíclica, então, ele é inadequado do ponto de vista cíclico. Quer dizer, quando a economia cresce muito, há muito espaço para aumentar o gasto; quando a economia cai muito, há que se cortar muita despesa, que é o que nós observamos nos últimos dois anos. Ele é muito pró-cíclico, porque tem uma meta fixa, e, na economia, um ano antes, não se sabe exatamente o que vai acontecer com a arrecadação no ano seguinte, não se tem controle sobre a arrecadação. Então, você vai tendo que ajustar pró-ciclicamente: quando cresce muito, você gasta muito e quando cresce pouco ou cai, você corta muito. Isso aprofunda a recessão.
Ele não dá apoio, suporte ao investimento. Isso é visível pelo baixo nível de investimento público e pelo fato de ser "curto-prazista" – o investimento é necessariamente algo de longo prazo –, e isso dificulta a execução no planejamento. Muitas vezes, a gente tem que abandonar as metas do PPA em detrimento das necessidades de curto prazo. Então, não se consegue planejar o País no longo prazo.
O nosso regime fiscal atual mistura muito efeitos da política monetária sobre a política fiscal, efeitos da política cambial sobre a política fiscal. Fica tudo misturado nas contas públicas. Não temos clareza sobre por que aumentou o déficit, por que aumentou a dívida. Isso é uma coisa que é melhor... Claro que é possível fazer uma análise, mas o regime fiscal não ajuda nesse sentido, e acho que o regime fiscal deveria ajudar.
Outro diagnóstico do atual regime fiscal é o sistema tributário brasileiro que, como já foi dito aqui, é injusto, é complexo, é ineficiente, gera distorções e precisa ser corrigido. Isso é fundamental! A nossa jabuticaba, digamos assim, está muito mais nos juros e no sistema tributário do que em outras coisas. O sistema tributário brasileiro é realmente um ponto fora da curva na comparação internacional, e isso precisa ser corrigido.
E a conclusão a que chego, portanto, é que um novo regime fiscal deve emergir para garantir capacidade financeira ao Estado brasileiro de viabilizar o crescimento de longo prazo, apoiar, sustentar o crescimento a longo prazo e distribuir renda e riqueza.
E quais são os princípios em que se deve basear esse novo regime fiscal brasileiro? Acho que aqui teremos poucas discordâncias, apesar das nossas diferenças políticas. Tem que ser um regime que garanta a transparência das contas públicas, ou seja, que você consiga analiticamente separar os impactos, os efeitos da política fiscal, parafiscal, cambial, monetária nos indicadores fiscais.
Temos que ter clareza sobre isso. Ele tem que garantir saúde financeira para o Estado. Ninguém aqui está defendendo gastar tresloucadamente, aumentar a dívida sem controle, nada disso. Ao contrário, quem defende um Estado forte tem que defender que ele tenha saúde fiscal. Para quê? Para prover bens públicos de qualidade, com eficiência, cumprindo adequadamente sua função alocativa e prezando pela equidade social.
Outro princípio: ele tem que garantir capacidade de atuação anticíclica do Estado. Gente, eu não estou inventando nada. Isso está nos princípios de qualquer curso de economia do setor público para graduação. São os princípios do Estado. O que Estado deve garantir? Ele tem que ter o princípio da distribuição, distributivo, alocativo e o princípio da estabilização, estabilizador. O que mais? Ele precisa garantir recurso para o investimento público, ou seja, ele precisa priorizar os investimentos públicos, porque são eles que promovem a melhoria da eficiência e o crescimento no longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O nosso regime fiscal atual não contempla esses princípios. Ele não é anticíclico. Ele é pouco transparente. Ele não beneficia o investimento público. Portanto, precisa ser reformado.

Como você operacionaliza essa reforma? Três questões centrais, três mudanças institucionais centrais. Precisamos discutir uma reforma do sistema tributário. Essa é uma mudança operacional, institucional e fundamental para que o Estado consiga cumprir a sua missão. O Marcos mostrou a pouca capacidade do Estado de melhorar a distribuição com gasto, mas aquele resultado lá da melhora do Gini implica o quê? O nosso gasto distribui muito. O problema é que a nossa receita concentra muito. Então, o Estado concentra com arrecadação o que distribui com gasto. Se você quer melhorar a capacidade distributiva do Estado, reforme o sistema tributário. E acho que há concordância nisso entre todos nós aqui, independente da linha política. Aperfeiçoar as regras fiscais brasileiras, aumentando a transparência, a eficiência dos controles e a previsibilidade e coadunar as regras fiscais com os instrumentos de planejamento. Ou a gente vai continuar no "curto-prazismo", vai abandonar de vez o PPA? Então, a gente tem que ter condições de montar algo articulado.

Eu passo para uma rapidíssima análise da PEC. A PEC, desse ponto de vista, institui um novo regime fiscal? Do meu ponto de vista, não, porque ela altera só um aspecto do regime fiscal vigente, que é o ritmo de crescimento de parte dos gastos primários. Todos os outros aspectos ela não muda em nada. Então, acho que chamar isso de novo regime fiscal é muito ambicioso. No final, vou falar o que acho que significa a PEC, mas, na minha opinião, não significa um novo regime fiscal. E não estou falando que ela não trata de um tema relevante no longo prazo, que é o ritmo de crescimento da despesa pública. Só estou colocando o seguinte: do ponto de vista do curto prazo, não foi o crescimento descontrolado dos gastos públicos que nos trouxe para a situação fiscal atual. Se você olhar os fatores determinantes do crescimento da dívida pública, vai ver que primário é muito pouquinho ali. A maioria... Aí a gente pode discutir as vinculações entre o primário, o monetário, etc., mas essa é... O que estou querendo ressaltar é o seguinte: esse é um tema estrutural de longo prazo. Não é um tema de curto prazo. E, ao não modificar a estrutura tributária, não discutir os gastos financeiros, porque a PEC não fala nada sobre juros, gasto financeiro. Ela não fala nada sobre gasto tributário, não fala nada sobre desonerações; ela só fala de gasto primário – gasto tributário são as desonerações.

Não modifica o caráter pró-cíclico do regime fiscal atual e atuar contra o planejamento e ampliação dos investimentos – isso quem diz é o FMI. O FMI fala que país em desenvolvimento que adota esse tipo de regra tem queda no investimento público. Está lá no estudo do FMI.

A PEC não pode ser tratada como uma proposta de novo regime fiscal. Depois, podemos discutir o que ela é, mas me parece que ela não é uma proposta de novo regime fiscal.

Uma rapidíssima avaliação do quadro fiscal brasileiro atual. Temos que reconhecer que a atual situação das contas públicas, em particular a trajetória do endividamento, precisa ser enfrentada. Esse não é um tema em que estamos falando: "não, pode endividar, cresce a dívida o quanto quiser". Não! Precisamos enfrentar essa questão, revertendo a trajetória e retomando a capacidade de investimento do Estado.

E como podemos fazer isso? Há duas questões, tem que separar as coisas.

Uma coisa é conjuntural. Do ponto de vista conjuntural, o maior desafio é a retomada do crescimento econômico. Também acho que todos nós concordamos com isso. E das receitas públicas, permitindo que equilíbrio fiscal seja coerente com aumento do emprego e da renda.

Para isso, investimento público é fundamental. Você precisa, para o País crescer, de alguma fonte de demanda autônoma. Não vai ser uma demanda externa. Senão, vai ser o investimento do empresário. Porque eu nunca vi empresário investir porque o governo fez reforma. Ele investe em reforma da Previdência ou reforma fiscal. Ele investe porque tem demanda. Ele investe porque tem alguém querendo comprar o produto dele.

Então, quem tem capacidade de fazer política de demanda autônoma é o Estado. Investimento público é importante.

Agora, temos que reconhecer que, do ponto de vista estrutural, temos desafios. Reformular o regime fiscal é um deles. Olhar o crescimento da despesa em relação ao PIB é um deles, com certeza. Não estou falando que a PEC não trata de nenhuma questão importante. Ela trata, mas, a meu ver, de maneira inadequada.

Vou passar para as propostas para um novo regime fiscal. Eu separei em três eixos:

Transparência e racionalidade para o regime fiscal. Recomposição das receitas e mudanças tributárias. Controle e racionalização das despesas melhorando sua composição.

Começando por transparência, que acho que é onde todos temos acordos.

A primeira coisa é que me parece adequado você calcular o superávit primário ajustado ao ciclo econômico, para não ficar essa característica pró-cíclica do resultado primário que, quando cresce muito, o resultado primário se amplia muito, e, quando cresce pouco, ele fica negativo, sem considerar os impactos do crescimento da economia no resultado primário. E é óbvio que ele tem impacto.

Existem várias formas de calcular isso. Essa é uma das propostas. Se quisermos, podemos manter, além de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

regra de gasto, uma regra de superávit primário. Há país que não adota, só adota regra de gasto, mas podemos querer manter uma regra de superávit primário também. Que seja um sistema um pouco mais flexível, por quê? Porque o Estado decide o quanto gasta, ele não decide o quanto arrecada. Isso vai depender da variação da economia. Depende de uma série de fatores.

Então, se inspire no regime de metas de inflação. Nos inspiremos no regime de metas de inflação nesse ponto. Vamos dar alguma flexibilidade, criar bandas para o resultado primário. E vamos fazer a retirada dos investimentos públicos em infraestrutura do cálculo do resultado primário, por um motivo muito simples: isso é a prática internacional corriqueira. Por quê? Porque o investimento público possui um elevado multiplicador, como o Pedro Paulo mostrou, e gera receita futura, além de melhorar a eficiência da economia.

Ao se restringir esse tipo de gasto, está-se condenando a economia a baixas taxas de crescimento e está-se condenando, na verdade, a que os investimentos sejam sempre engolidos, como são no regime fiscal atual, pelo aumento dos gastos correntes. Então, vamos priorizar o investimento público.

Outra coisa: explicitar os impactos das desonerações tributárias no orçamento da seguridade social. Muita gente fala do déficit da seguridade social etc. É verdade, só que não se fala que boa parte desse déficit é decorrente de desonerações. Eram receitas que eram para vir para a seguridade social e não vêm. São decorrentes de desvinculações. Eu não estou falando para acabar com todas as desonerações, mas vamos explicitar, vamos deixar claro o que era para ser a receita da seguridade social e que deixou de ser. Vamos deixar claro também quais são os impactos disso para os Estados e os Municípios. É importante do ponto de vista da transparência, para não fazermos um diálogo de surdos, para fazermos um diálogo embasado.

Outra coisa. Esta é uma proposta que está rolando por aí: substituir as operações compromissadas, que distorcem os indicadores de dívidas, pelos depósitos remunerados. A maioria dos países desenvolvidos já faz isso há muito tempo. Por quê? Porque boa parte da dívida pública brasileira, na verdade, não tem nada a ver com a questão fiscal, é operação do Banco Central para enxugar liquidez do mercado financeiro. Isso distorce o indicador de dívida pública – isso distorce muito, não é pouco. Então, achamos que há uma dívida de um tamanho, e, na verdade, do ponto de vista fiscal, a dívida é menor. Se você substitui isso, você deixa claro qual é o impacto fiscal dos juros, fica claro nos depósitos à vista, sem distorcer o indicador de dívida, garantindo mais transparência para os dados fiscais. Essas mudanças contribuem para a transparência e para a racionalidade.

Do ponto de vista das receitas públicas, há algumas propostas, muitas delas estão no documento "Austeridade e retrocesso", que estão também em um debate público. Nós vamos ter que enfrentar em algum momento. Se quisermos fazer um novo regime fiscal, não adianta só olhar para a despesa primária, tem que olhar para tudo, transparência, racionalidade, receita. Por exemplo, o Brasil é um dos dois países, um dos pouquíssimos países do mundo que não tributa lucro e dividendo. Não é à toa que estamos cheio de empresários. Por quê? Por que somos muito empreendedores? Não, é porque vale a pena abrir uma PJ e receber por lá, porque a distribuição de lucros e dividendos é isenta. O governo Fernando Henrique retirou isso em 1995. Será que não é hora de rever isso aí? Só a Estônia que retira isso. Todos os outros países da OCDE mantêm esse tipo de taxação. Por quê? Porque se criam distorções. Não vale a pena ser trabalhador CLT, vale a pena ser PJ.

Outra coisa: imposto sobre grandes fortunas. O Pedro já falou, não vou me alongar. Há a proposta do Senador Fernando Henrique, que respeito muito. Tenho grande consideração por essa proposta. Eu acho que ela é importante, mas essa proposta foi mudada. Há várias outras propostas, substitutivos diferentes sobre a regulamentação de um imposto que está na Constituição. Essas novas propostas têm uma capacidade menor de arrecadação, mas são importantes. Há exemplos muito bem-sucedidos no mundo de impostos de grandes fortunas, no Uruguai, na França. Por que não vamos copiar esses exemplos?

Grandes heranças. No Brasil, nós temos uma das taxas mais baixas de impostos sobre heranças, criando, na verdade, uma forma não meritocrática, porque o sujeito herda uma riqueza enorme, não paga taxa sobre isso e não precisa trabalhar, pois ele é rico por causa de herança.

Recriação das taxas adicionais do IRPF.

O Brasil é um dos países que têm a taxa máxima mais baixa do mundo, criando aquele cenário que o Pedro mostrou, que é de regressividade do imposto de renda nas altas rendas. E rever algumas regras de abatimento na base de cálculo do IRPF. Por exemplo, no Brasil, você pode abater ilimitadamente despesa com saúde. Vamos criar um limite para isso? Porque, senão, o sujeito tem um plano de saúde com avião, helicóptero, e abate tudo no imposto de renda.

"Ah, mas isso vai aumentar a carga tributária". Pois então vamos reformar o sistema tributário, vamos compensar esse aumento com redução dos impostos em cascata sobre produção e consumo e com melhoria para o imposto de renda, isentando pessoas mais pobres. Vamos fazer uma troca. Essa troca tem que ser gradual, não pode ser imediata, porque estamos acostumado a cobrar um tipo de imposto e a desacostumado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a cobrar outro. Mas gradualmente fazemos essa troca e melhoramos, ao final do período, o sistema tributário brasileiro.

Além de revisar as isenções tributárias, como já tenho dito aqui; combater a sonegação fiscal, que é outro tema; e agilizar os mecanismos de cobrança da dívida ativa. Todos os temas que o Pedro tocou em sua apresentação e que não vou me alongar sobre isso.

E do ponto de vista das despesas, você não vai propor nada? Não, vamos propor. Temos que discutir reforma da previdência? Vamos discutir a reforma da previdência. Esse é um tema importante, porque realmente o País está envelhecendo, vamos ter que tratar disso. Esse é um tema de longo prazo, não vai resolver o nosso problema atual, mas é um tema de longo prazo estrutural para o Brasil. Vamos tratar dele? Vamos, mas vamos levar em consideração que, em primeiro lugar, não é só olhar para o acesso aos benefícios, mas também os mecanismos de controle e fiscalização dos benefícios.

Segunda questão, vamos levar em consideração que o Brasil não é a Dinamarca. "Ah, mas, na França, a idade é 67". O Brasil não é a França. O Brasil tem o Rio Grande do Sul, São Paulo, que são Estados ricos e desenvolvidos, mas tem Estados extremamente pobres. Há pessoas que começam a trabalhar com 14, 15 anos de idade. Você vai criar uma regra que é uma regra que serve para a Dinamarca não vai servir para nós.

Então, vamos discutir democraticamente uma reforma da previdência que leve em consideração as particularidades brasileiras e leve em consideração que temos um orçamento na seguridade social que está sendo muito abatido pelas desonerações. Vamos ver a real situação fiscal da previdência.

E as despesas primárias precisam de alguma regra? Não necessariamente. Mas podemos criar regras? Podemos, só que a regra da PEC é muito restritiva. A proposta que estou colocando aqui está em linha com as experiências internacionais. Bom, a PEC constitucionaliza a política fiscal, que não acontece em quase país nenhum do mundo, ela dura 20 anos, renováveis, dez mais dez, coisa que em nenhum país do mundo existe. E ela atrela à inflação, coisa que quase nenhum país do mundo adota. Por quê? Quando se atrela à inflação, como já mostrou o Pedro, você diminui o tamanho do Estado na economia ao longo do tempo.

Então, vamos criar uma regra que limite o crescimento da despesa vinculado ao PIB. "Ah, mas isso não vai ser pró-cíclico? Quando cresce demais, cresce demais a despesa, e cai?" O.k., então, vamos criar as cláusulas escapes. Quando cresce mais de 2,5% a 3%, a despesa só cresce 3%. Quando cresce menos de 1%, a despesa só cresce 1%. Você cria um mecanismo mais anticíclico. É uma proposta. Não estou falando que é a única, mas é uma proposta possível, certo?

E o que você vai retirar desse limite? Quando você está em recessão, você tira o investimento limite, porque o investimento vai ser a peça fundamental para você voltar a crescer.

Aqui há também considerações sobre: temos que reduzir a taxa de juros e o custo de manutenção das reservas e do controle da taxa de câmbio.

Mas como eu já estou estourando o meu tempo, quero passar para a parte final, que é a parte dos cenários. Certo? Vocês vão falar: "Guilherme, essa proposta para em pé? Ou seja, ela estabiliza a dívida? Ela resolve o nosso problema fiscal?" Vamos ver os cenários? Os pressupostos são os mesmos para a PEC 55 e para a proposta alternativa, certo?

Os dados iniciais foram tirados da proposta, de 2007, do Ministério do Planejamento, da PLOA; taxa de inflação 4,5%; taxa de crescimento real do PIB 3% ao ano, que, na verdade, é a média da taxa de crescimento do PIB de 2002 a 2015. Eu tirei a média, dá 2,9%, 3%. Vamos supor que a gente consiga crescer 3% ao ano; elasticidade PIB da receita pública de 1,2 para as duas propostas. Isso está dentro da literatura internacional, em particular, porque estamos num momento de recessão e juros implícitos da dívida bruta começando em 11% – o da dívida líquida é muito mais alto –, e se reduzindo até 7%, o que também não é nenhum absurdo uma taxa de juros real de 2,5%.

Quais são as diferenças do cenário? Isso é o que é igual. O que é diferente? Na PEC o crescimento da despesa é zero. Na alternativa o crescimento da despesa tem um teto hipotético, pode ser três, pode ser 2,5. Eu coloquei 2,5 e simulei, a de 3 não dá muita diferença, coloquei a de 3 e dá mais ou menos igual.

E do lado das receitas? A PEC não fala nada das receitas. Na minha proposta, há um aumento de R$83 bilhões decorrentes do fim de desoneração, fim de isenção, negociação de dívida ativa e algumas medidas tributárias.

E esse efeito de aumento da receita vai aumentar a carga tributária? No momento Inicial, sim, e depois vai se diluir ao longo do tempo. E, ao final, a gente vai ver que a carga tributária vai ser basicamente a mesma, só que com uma composição tributária melhor na proposta alternativa. E aqui estão as previsões: do ponto de vista do resultado primário, a PEC é essa bege. Ela é muito explosiva. Isso só vai até 2026, porque eu considerei o argumento de que, em 2026, pode mudar a proposta. Então, fui só até 2026.

Você sai de -2% do PIB para 3% do PIB, mais de 3% do PIB. É uma coisa muito explosiva. Vamos suavizar esse movimento, e, vejam que a gente recupera o primário ao mesmo tempo. A proposta alternativa volta para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

campo positivo ao mesmo tempo que a PEC, ao mesmo tempo, por causa das medidas tributárias.
Agora, e a dívida bruta? Pois é. A dívida bruta, no cenário da PEC, estabiliza e começa a cair um pouco antes. Todas as questões aqui podem ser ajustadas, podemos ajustar uma previsão um pouco diferente da outra, etc. Mas ela chega, mais ou menos a 86% do PIB, em 2022, e começa a cair. A proposta alternativa chega mais ou menos ao mesmo patamar só que dois anos depois e começa a cair.
Só que olha a diferença central, as despesas primárias, na PEC, saem de 19,5% do PIB para algo em torno de 15%, você tem uma redução enorme do Estado brasileiro para níveis de países subdesenvolvidos literalmente. Na outra, você tem uma estabilidade do tamanho do Estado brasileiro, o que dá espaço para atender às necessidades de investimento e de benefícios sociais.
E por fim: "Ah, mas, para isso, você vai ter que aumentar muito a receita pública". É verdade que a receita sobe no momento inicial – aqui adotei o critério da anualidade, só subiu em 2018. Sobe no momento inicial, mas depois você vai compensando isso com a retirada dos impostos em cascata, com isenções de imposto de renda para mais pobre, etc e, ao final de um período mais longo, você basicamente iguala as duas receitas.
Então, sumarizando, quais são as vantagens da PEC?
Você recupera mais rapidamente o resultado primário, mas numa trajetória muito inclinada, muito explosiva. E você tem uma reversão mais veloz da dívida bruta, que reverte em 2022. Mas quais são as desvantagens? Primeiro, essa proposta, mantida até 2026 – que é a proposta dos vinte anos – vai chegar num primário de 6% do PIB. Isso não existe no mundo. Nem de 3% existe no mundo. Imagine 6%! Seria uma coisa completamente fora.
Redução drástica do tamanho do Estado e, portanto, dos serviços públicos, porque a previdência, como o Pedro mostrou, mesmo com a reforma, vai subir. Você não altera, na PEC, a estrutura tributária nem o regime fiscal. Ele continua pró-cíclico, a estrutura tributária continua ruim e você pressiona os investimentos públicos, por que de onde você acha que vão vir os cortes? É claro que vai ser em cima dos investimentos. Já está sendo e continuará sendo nos próximos anos.
Quais são as desvantagens da proposta alternativa? Ela retoma um pouco mais lentamente o primário, é verdade, mas isso não impacta, não quer dizer que a dívida pública sai de controle. Ao contrário, ela reverte a sua tendência de crescimento em 2024, com um patamar similar ao da PEC.
E quais são as vantagens? Você cria um ajuste mais suave e sustentado do primário e da dívida, você mantém o tamanho do Estado, não pressionando os serviços públicos e dando preferência ao investimento pelas cláusulas de escape, você melhora a estrutura tributária ao final do período e, aí sim, efetivamente reforma o regime fiscal garantindo o seu papel anticíclico.
As conclusões, portanto, são de que o regime fiscal brasileiro é inadequado, na minha opinião. O atual, é inadequado para as nossas necessidades, só que a PEC não constitui uma reforma do regime fiscal, ela é uma proposta de redução do Estado e dos bens públicos na economia. Ela não enfrenta temas centrais como as receitas primárias, os gastos financeiros, os gastos tributários, a estrutura da Receita, a pró-ciclicidade, a transparência. Ela não enfrenta nada disso.
Então, é plenamente viável a adoção de propostas alternativas à PEC. Essa é uma. Existem outras, que ataquem as questões centrais, tanto estruturais quanto conjunturais, com resultados similares da trajetória do endividamento, mas resultados muito melhores do ponto de vista da composição do gasto, da estrutura do Estado, da estrutura tributária. E as alternativas são menos custosas do ponto de vista social, político e preservam o investimento.
A pergunta que deixo para os senhores é: se há alternativas melhores, por que não considerá-las? Por que não debatê-las? Por que vamos ter que, no afã de aprovar por motivos, razões políticas, razões de conjuntura política, aprovar algo que vai nos engessar por vinte anos? Por quê?
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Encerrados os depoimentos, passamos agora à fase das interpelações.
Nós estamos seguindo, vamos seguir, a lista de oradores pela chegada dos Senadores ao plenário.
O Senador que primeiro se apresentou aqui, eu não estava presente na sessão, mas é a informação do Presidente que me substituiu, o José Pimentel, foi o Senador Moka, e ele permuta com o Senador Ferraço.
Então, com a palavra o Senador Ferraço.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, consulto a V. Exª qual o tempo que nós teremos?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Três minutos.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, vamos ampliar para cinco, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Três minutos é um tempo muito exíguo.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós chegamos quase ao dobro do tempo.
Vamos ver se vamos segurar a reunião.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, essa é a atividade mais importante hoje no Senado Federal.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não estou dizendo que é "desimportante". Eu estou...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Temos uma única audiência pública...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...argumentando com um fator que é inexorável: o tempo.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ficamos até a hora necessária, Presidente. Estamos à disposição desse, que é o principal tema de debate no Senado Federal.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas nem todo mundo tem a resistência e persistência de V. Exª.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas saem e voltam.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos obedecer ao tempo.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Sr. Presidente, eu quero me associar à Senadora Vanessa também...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Muito bem, V. Exª também se associa...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...fazer um apelo para que pelo menos cinco minutos, Sr. Presidente. Por favor.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero só convidar V. Exªs para um raciocínio matemático aqui.
Nós temos aqui, não está contado, mas temos 37 oradores inscritos. Isso vezes três, são 101 minutos.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, permite-me um esclarecimento, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Isso significa...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permite-me só um esclarecimento.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...uma hora e quarenta minutos...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, olha, a relevância do tema justifica...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Fátima.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um esclarecimento.
Na realidade, a relação que temos aqui não é necessariamente de pessoas inscritas para falar, é a relação de presença que temos na audiência.
Então, eu gostaria, Presidente, de reforçar a solicitação da Senadora Fátima e da Senadora Vanessa, no sentido de que déssemos cinco minutos para os Senadores, porque nem todos vão falar, e obviamente alguns podem até desistir ou trocar, mas acho também de grande relevância esse debate, e essa é a única audiência pública que estamos tendo aqui da CCJ com a CAE, em que temos a presença de representantes do Governo e de quem está fazendo contraponto, crítica à proposta.
Eu queria fazer esse apelo a V. Exª.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Por considerar essa relevância do debate, é que quero preservar a todos oportunidade de falar e gostaria que mantivéssemos o tempo previamente estabelecido de três minutos para cada orador, mas eu submeto a...
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, apelo pelos cinco minutos. É impossível se fazer uma intervenção sobre a PEC 241 em três minutos.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Então, eu quero consultar o Plenário se nós devemos manter os três minutos ou podemos partir para os cinco minutos.
Os Srs. Senadores que aprovam a proposta de cinco minutos queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada a proposta, com o voto contrário dos Senadores Tasso Jereissati, Randolfe Rodrigues e José Medeiros.
Então, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, por cinco minutos.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A outra consulta que faço a V. Exª, apenas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

conhecer o procedimento, é se a cada questionamento, reflexão, nós seríamos respondidos ou se V. Exª vai fazer de três em três, de cinco em cinco. Como V. Exª pretende encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Seguida a mesma regra, igual tempo para a réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. O que consulto a V. Exª é se, a cada intervenção, estaremos obtendo, por parte dos nossos convidados, a resposta com réplica, com tréplica. Qual é o procedimento que V. Exª vai orientar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho que, evidentemente, que se a interpelação não cabe em três minutos, a resposta também não caberá. Então...

Então, são cinco minutos também para o interpelado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem, para propor encaminhamento. Senadora Lídice da Mata. Uma proposta de encaminhamento que espero seja aprovada também pelo Senador Ricardo Ferraço.

Queria propor, Sr. Presidente, que não tivéssemos o método tradicional de tréplica e réplica. Que tivéssemos a fala de cinco Senadores e, a cada cinco Senadores, a Mesa responde por um tempo mais flexível, entre oito minutos, dez, para responder a todos os cinco, porque, senão, vai se estender muito. Acho que essa é uma prática de debate democrático que permite que todos falem e que sejam respondidos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se o Plenário não tem nenhuma objeção, a Mesa acata a sugestão da Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, por óbvio, o tempo é muito curto e vou direto ao ponto, com algumas poucas observações.

A primeira delas é que, a meu juízo, essa proposta de emenda constitucional não deveria se chamar PEC do teto do gasto público, ela deveria ser chamada de proposta de emenda constitucional da moralização do gasto público.

Os políticos e os gestores públicos não podem continuar tendo o livre arbítrio de fazerem, com o dinheiro da população, aquilo que bem entendem, como se o setor público fosse casa de mãe Joana, até porque os gestores públicos e os políticos não fazem com seus próprios recursos aquilo que fazem com os recursos públicos. Portanto, essa PEC é, a meu juízo, de moralização da despesa pública.

E não é a primeira tentativa que se faz na história brasileira de impor a disciplina como regra, como princípio básico, cristão, ético e moral, no exercício da atividade pública, até porque não somos donos do setor público, somos representantes da sociedade e, em nome dela, precisamos agir.

Todas as vezes que o Governo se mete a fazer PIB, o que o Governo faz é déficit e, mais do que isso, é roubalheira. É a isso que assistimos num passado recente do nosso País, porque essa crise, a mais complexa crise do Estado brasileiro, a crise mais complexa desde o Brasil Império, não é uma crise importada, essa crise é uma crise fabricada aqui, é uma crise *made in Brazil*, que foi feita com requinte de perversidade. E, por óbvio, produziu uma recessão sem precedentes, um desemprego sem igual; a inflação, que achávamos que já era um desafio dominado, volta à cena brasileira.

O País se endividou como nunca no tempo recente, e não foi para ampliar o seu investimento; foi para manutenção do custeio do Estado que, há 15 anos, custava 10% do Produto Interno Bruto e hoje custa 20% do Produto Interno Bruto, sem considerar Estados e Municípios, porque, considerando Estados e Municípios, custa, para o contribuinte brasileiro, aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto para manutenção do Estado brasileiro.

Então, para esse banquete o povo não está sendo convidado, tampouco o empreendedor e o trabalhador brasileiro, que geram as riquezas para que o Estado possa fazer uma gestão decente, adequada e competente, muito menos uma gestão voltada para as minorias organizadas que se apropriaram do Estado brasileiro, como se ele as pertencesse.

Faço essas breves observações para direcionar as seguintes questões aos nossos convidados: ao Dr. Marcos Mendes, nós temos a observação de que, durante o governo da Presidente afastada Dilma, pelos crimes que cometeu contra o povo brasileiro, ela ampliou a concessão de benefícios fiscais para o setor privado brasileiro. Não houve governo algum em tempo algum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... que tenha operado uma transferência de dinheiro público do setor privado, como fez o governo agastado. Durante o governo Dilma, as desonerações chegaram a 6,2% do Produto Interno Bruto, ou seja R$420 bilhões foram drenados da arrecadação pública para o setor privado. Por certo, essa transferência de recurso público para o setor privado não produziu os resultados. Eu pergunto: como o Governo pretende tratar, para além desses esforços que precisam ser feitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para conter a ganância do setor público, essas desonerações que custam muito ao povo brasileiro porque foram desonerações anticíclicas, que não produziram resultado, mas que continuam representando esse tipo de transferência.

Ao Prof. Samuel, eu gostaria de perguntar sobre a experiência internacional de regimes fiscais comprometidos com a disciplina do gasto público, com a qualidade do gasto público dentro da nossa realidade.

E, a juízo dos senhores, por que o governo afastado e os seus aliados, ao longo dos 13 anos, não fez aquilo que os seus defensores falam. Por que não tributou as grandes fortunas? Por que não fez a reforma tributária? Por que não operou mais transparência e eficiência no sistema tributário brasileiro, que é um absurdo, porque tributa mais quem tem menos. Por que, após 13 anos governando o País, não transformou em prática o seu discurso?

Eu gostaria de merecer de V. Sªs uma avaliação porque não chegamos aqui por gravidade. Sejamos sinceros. Essa proposta de moralização do gasto público não é causa, é consequência, é efeito; não é pecado, é penitência para os pecados e crimes que foram praticados não contra o governo, mas contra o povo brasileiro. Se, em 2015, nós pagamos mais de R$500 bilhões de juros, eu acho uma graça muito grande quando falam assim: "Ah! O governo pagou R$500 bilhões de juros!" Que governo pagou, que nada! Quem pagou foi o povo brasileiro! Porque, quando o empreendedor brasileiro passa por dificuldades, ou ele reinventa o seu negócio, ou ele reduz as suas despesas, ou ele quebra! E os governos não! Os governos resolveram as suas deformações ampliando a carga tributária.

Portanto, se o caminho não é rever as contas públicas, incorporar equilíbrio nas contas públicas, qual é o outro caminho?

É refinanciar as nossas dívidas nesses patamares estratosféricos? É aumentar a carga tributária?

São essas as questões que dirijo ao Dr. Marcos Mendes e ao Prof. Samuel Pessoa, agradecendo a condescendência de V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou permutando com o Senador Roberto Requião, Presidente Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Roberto Requião, em permuta com o Senador Lindbergh Farias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Depois da intervenção fundamentalista do meu amigo Ferraço, eu só posso dizer: aleluia!

Mas essa PEC não tem nada de moralista. Ela é quantitativa, ela é absolutamente imoral, porque ela corta tudo, menos os juros dos rentistas e dos credores da dívida. A imoralidade é absoluta!

Mas eu quero tratar, enquanto o tempo me permitir, de alguns mitos que apanhei neste debate e também em algumas declarações públicas do Meirelles, que é o autor, o patrocinador desse processo todo.

Primeiro mito: aumento da confiança do mercado, com esse raio de PEC 241. Nada mais falso, nada mais mentiroso. Não é o reequilíbrio das contas que ajudará na retomada do crescimento, mas a existência de demanda efetiva na economia, o fato de os consumidores terem renda, emprego e disposição para comprar. O investidor produtivo tem em vista o mercado; não as intenções do Meirelles nem a poesia mitológica proposta pela PEC – demagogia neoliberal absoluta!

Outro mito mais absurdo ainda, a PEC gerará confiança empresarial, tendo, como efeito, o crescimento econômico, retomada do investimento privado. Esse mito, além de tudo, é ridículo, Srs. Expositores, uma ficção absoluta. Como eu investidor vou investir se a economia está numa depressão de cerca de 8% acumulados em dois anos, a taxa de desemprego alcança quase 12% e a renda está em queda? Vou investir em produção para quem comprar?

Na verdade, a confiança que está se construindo é exclusivamente para especulação, para *mamom*, companheiro Ferraço. E não se pode servir a Deus e a *mamom*, diz a Bíblia. E *mamom* não é o diabo nem outro Deus; é uma palavra que, em hebraico, quer dizer dinheiro; é a escravização pelo dinheiro, pelo capital vadio da ciranda financeira.

Os especuladores se satisfarão com a PEC, porque eles não dependem de demandas de produtos e serviços, mas apenas da disposição estabelecida pela PEC de pagar os juros escorchantes sobre a dívida pública, que afinal é o objetivo fundamental dessa emenda constitucional: pagar juros, garantir os lucros dos investidores e da rolagem. Sobre o crescimento econômico, ao que os expositores se referiram, não há mais remota possibilidade de algum crescimento econômico resultado de um regime fiscal de congelamento de gasto corrente.

Crescimento econômico, numa situação de depressão, como a que estamos, exige ampliação de gastos públicos, Marcos Mendes, ampliação de gastos fiscais, sejam gastos correntes, sejam investimentos. Essa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma lição que aprendemos com o New Deal, com o esforço do Roosevelt, com as ideias do Keynes, com as propostas do Ford, que dizia que, naquela época, a própria automação iria forçar uma superprodução, levando a uma crise por falta de consumo, o que fez o Roosevelt criar o salário mínimo e diminuir a carga horária. Estamos numa linha absolutamente contrária às medidas do New Deal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... que se inspiraram também nas ideias iniciais do Schacht.

O efeito do déficit fiscal é imediato, como reconhece o próprio documento do Meirelles, só que, com um raciocínio falacioso, ele fala no aumento da dívida.

Do emprego e renda ouvi o meu amigo Marcos Mendes falar. Absoluta falácia! Emprego e renda são resultantes de uma economia em crescimento e só aparecem numa primeira fase de um processo de expansão quando fruto duma política deliberada de gastos públicos deficitários. Nunca congelamento de despesas fiscais.

Outro mito levantado: mais recursos disponíveis para investimento e consumo. Eu fiquei perplexo com essa declaração. Isso é inteiramente falso, absolutamente falacioso. Na medida em que o setor público congela gastos orçamentários, imediatamente é reduzida a demanda de bens e serviços do próprio setor público sobre a economia privada, congelando oportunidades de investimentos e consumos reais, não financeiros. O ganho financeiro fica preservado pelo raio da emenda, com absoluta segurança.

Sexto efeito, sexto mito: queda de juros estrutural. Li isto no texto do Meirelles: juro estrutural, Srs. economistas, que raio de conceito é esse? O que quer dizer juro estrutural? Essa é a mãe de todos os mitos. A taxa básica de juros, a Selic, nada deve às forças do mercado ou mesmo ao regime fiscal proposto pela PEC; obedece exclusivamente às determinações do Copom, que, por sua vez, condiciona as decisões do Banco Central. O Banco Central, em última instância, determina a taxa de juros e, na prática, obedece a determinações do mercado financeiro especulativo. Itaú e Bradesco mandam hoje no Banco Central. Está lá o Ilan Goldfajn, há mais um diretor do Bradesco e o nosso Meirelles, sempre preocupado com os lucros, depois de ter passado uma vida vendendo cartão de crédito e seguro bancário. Afirmar que a taxa de juros estrutural – e eu insisto: ninguém sabe o que é isso – vai cair por causa do regime fiscal proposto é enganar a sociedade brasileira.

A minha conclusão é que não existe nada de fundamentalista e moralista, como, com veemência, colocou o meu amigo Senador Ferraço, e que esta proposta não passa de uma proposta rigorosamente ideológica. Não tem nada a ver com economia. Não tem nenhuma sensibilidade com o povo trabalhador, nunca subiu numa favela. Essa proposta nunca passou fome. É uma proposta ideológica para montar o Estado neoliberal. Essa proposta vem se acumulando ao longo da financeirização da economia brasileira em décadas.

Em 1980, a Coreia do Sul, a Tailândia, a Malásia e a China produziam menos que o Brasil. Hoje nós não produzimos entre 2% e 15% do que eles produzem, porque a financeirização levou à desestruturação da economia produtiva. Então, essa falácia tinha que ser bloqueada no Congresso Nacional. A consequência dela vai ser transformar o Brasil numa Colômbia, com as "maras" de 40 mil a 50 mil jovens desesperados, sem nenhuma proteção, montando quadrilhas e ritos iniciáticos, ou numa sociedade como a elogiada sociedade mexicana, com assassinatos e degradação absoluta do tecido social.

Eu tenho impressão de que essa proposta, Senador Jereissati, não foi feita sequer por uma mão; foi feita pelo próprio capeta. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Agora, eu confesso a vocês que estou entusiasmado com essa igreja que o Ferraço fundou hoje aqui, na reunião. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para essa igreja, seguramente Senador Requião não será convidado, será barrado na porta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

Não está presente.

Pedro Chaves não está presente.

Omar Aziz também não está presente.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Eu falo depois. Não, não abro mão não. Só estou mudando aqui a ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Ana Amélia.

Não está presente.

Senador José Aníbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, convidados, eu gostei muito do que eu vi aqui hoje. O Samuel Pessoa e o Marcos Mendes procuraram e alcançaram um propósito crucial: deixar claras as motivações, as razões que levam à PEC do teto – que o meu companheiro Ferraço chama de moralização das contas públicas, não é isso, Ferraço? De outro lado, os que se opõem a isso e se opõem de uma forma que, aí sim, atende bem à conceituação ou à ideia do Senador Requião.

Ele saiu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Saiu.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pura ideologia – pura ideologia! Considerações que não aterrissam na realidade.

O Pedro Paulo se referiu, inclusive, ao Peter Linder. Peter Linder não estudou a pilhagem do Estado, e o que aconteceu no Brasil foi uma pilhagem do Estado brasileiro. Aqui, isso foi muito bem caracterizado pelo Samuel. As empresas, o Tesouro, os bancos, e eu acrescentaria: os fundos de pensão. Para quem está nos ouvindo, o fundo de pensão dos Correios já decidiu, desde maio deste ano, por uma contribuição adicional para os 115 mil participantes de 17% ao mês durante 23 anos para compensar a pilhagem que foi feita no fundo. Os outros também, como os do Banco do Brasil e da Caixa, vão ter que fazer algo semelhante.

A grande verdade é que não se pode querer dar um ar de conceituação ao fato, que, definitivamente, nós temos visto ser reiterado todo tempo aqui, no Congresso Nacional, e nos espaços públicos, de que o governo que foi afastado levou o Brasil a uma crise profunda, a um desastre generalizado, a 12 milhões de desempregados, que nem foram mencionados aqui por aqueles que falaram contrariamente à PEC. São 12 milhões – chegam a 22 milhões, porque alguns já cansaram de procurar emprego, outros já desistiram de procurar emprego... Enfim, o País vive uma crise profunda que se agrava, apesar de tudo que já foi feito pelo Congresso nesse curto período, como ter votado DRU e a Câmara já ter votado a PEC, que agora está aqui, no Senado. E eu tenho toda a confiança de que ela vai ser votada. De fato, não têm nenhum compromisso com esclarecer, com propor algo alternativo, a não ser voltar àquilo que vitimou o País, a tal da nova política econômica. Não saem disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – As fabulações sobre o que vai acontecer na saúde e na educação foram claramente desmentidas tanto pelo Mauro como pelo Samuel, ali, com números. Quando se falou – acho que o Mauro falou – que, daqui a dez anos, a cada período de governo, a PEC poderá ser revista, houve risada aqui do público do quanto pior melhor.

Na realidade, é isto mesmo: o Brasil precisa, para sair da situação em que o País se encontra, dessa medida urgente que está aí formulada na PEC. O que é a PEC, para as pessoas entenderem definitivamente isso? É travar o crescimento irresponsável, até criminoso, do gasto público, que provoca essa situação de desemprego e de fragilização dos mais pobres no Brasil; é o contrário do que aquele governo dizia querer fazer. E as perspectivas, Senador Maranhão, continuam negativas, embora muita coisa já tenha acontecido para reverter isso no médio prazo. Por quê? Porque foi profundo, não sobreviveu nada, o tomateiro inteiro foi pisado.

E aqui vi, inclusive, defesa da Constituição cidadã, sequer assinaram a Constituição cidadã! Sequer assinaram! Aqui tenho até um texto do Dutra, não vou ler porque o Dutra morreu, mas é um texto dele contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal, prevendo a mesma coisa que está se prevendo aqui hoje. E a Lei de Responsabilidade Fiscal ajudou a dar rumo ao Brasil. A transgressão à lei é que os levou, entre outras coisas, a essa situação em que nós estamos.

Então, o que eu vejo é que nós estamos aqui, de um lado, tentando esclarecer, posicionar, com números, com estatísticas, com séries históricas, a situação que temos hoje e o quanto esta emenda constitucional é a pedra de toque, é o início de um procedimento de saída da situação em que estamos hoje. E que vai levar, sim, a necessidade de outras votações.

Eu vivi isso no plano real. Nós tínhamos que fazer as reformas, não fizemos todas, mas conseguimos fazer a quebra dos monopólios, foi fundamental para o País, iniciar a reforma administrativa, iniciar uma reforma previdenciária.

Eu me lembro do Reinhold Stephanes correndo, mostrando para todo mundo: "Olha o que vai acontecer." Está aí, já aconteceu.

E, sobretudo, eu achei muito relevante quem mencionou a situação do Rio, quando disse: "Olha, podemos chegar a uma situação de Grécia, o Rio já chegou na Grécia."

O Governador do Rio, Pezão, eu estava trabalhando com uma ideia que me preocupava muito, que as receitas do Rio de Janeiro, ano que vem, vão cobrir oito meses de salários. Ele disse nos jornais hoje que serão só sete, Senador Tasso. Tem que pagar 15 meses, pelo menos. Doze, mais férias, mais décimo terceiro, o Rio de Janeiro tem menos da metade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Rio Grande do Sul parece que está em uma situação semelhante. O Rio Grande do Norte também. Outros Estados estão ali cheios de preocupações. As receitas públicas continuam declinantes. A capacidade de investimento está zerada e continuar com a nova política econômica... Deveria ser nova economia política. De fato, é uma variante de uma nova economia política que nos levou a um desastre absoluto e setor por setor. Nós estamos, inclusive, no setor elétrico, tentando fazer a recomposição, na Petrobras. Quer dizer, já existem vários processos em curso, mas o dano foi terrível. A herança não foi maldita, foi desastrosa, e nós temos essa responsabilidade de assumir que o Brasil vai ter que encarar as suas desigualdades, encarar profundamente essa ação corporativa que se apropria do Estado, que foi muito estimulado e continua sendo estimulado aqui dentro pelos perdedores, pela turma do quanto pior, melhor. Continuam tentando fazer política sobre a aparência de beneficiar setores do Estado.

Agora mesmo, a Defensoria Pública, praticamente dobraram o salário, o Presidente vetou. Está certo o Presidente, não tem como. Aumentar gastos hoje no Brasil só se for para criar emprego, que é o que nós estamos tentando fazer.

O Governo acaba de anunciar que vai retomar as mil e poucas obras, que algum nível de emprego vão criar. Estão descontando na casa dos 40, 45 mil. É um início, mas há muito coisa mais a fazer.

Nós temos, definitivamente, que flexibilizar a legislação trabalhista. O Governo francês aprovou, no dia 9 de agosto deste ano, que o negociado prevalece sobre o legislado, além da possibilidade ampla de negociações sobre jornada, desde que ela seja regulamentada, compensada, etc. Enfim, é preciso desamarrar o Brasil. O Brasil está amarrado para favorecer corporações; o Brasil está amarrado para criar essa situação de 12 milhões de desempregados, e nós vamos desamarrar.

Essa PEC do teto, essa PEC da responsabilidade fiscal é ponto de partida, é a pedra de toque para desamarmos o Brasil, a fim de que ele volte a crescer, volte a ter investimento, volte a ter credibilidade, que hoje está baixíssima.

Há uma percepção de que as coisas estão mudando, mas a ação de mudança do ponto de vista do investimento ainda é muito escassa. Mas, quando nós terminarmos de aprovar a PEC aqui, certamente ela se tornará mais efetiva.

Eu queria parabenizar os dois palestrantes, que, de forma muito objetiva, mostraram as condições que levaram à necessidade dessa emenda à Constituição e esclareceram, de forma muito pertinente, as consequências dessa emenda à Constituição, as consequências positivas para que o Brasil volte a ter credibilidade e emprego.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só para me programar, Presidente. Depois do Senador Lindbergh, serei eu? Depois do Senador Lindbergh?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Senador Lindbergh Farias era o terceiro – ele teria permutado com V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, permutou com o Senador Requião. Mas não há problema. Eu só queria saber se, depois dele, falarei eu, Presidente. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Bem, a sua permuta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu não permutei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ah, não permutou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não. Ele permutou, até onde entendi, com o Senador Requião. Eu só queria saber se eu poderia falar depois ele.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, pode.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, pela ordem. Eu queria fazer a minha inscrição. Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu gostaria de informar ao Senador Roberto Muniz que V. Exª já está inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Posso começar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, é inacreditável que o argumento central para essa PEC seja o argumento da gastança.

Eu peço só...

Nós estamos falando de um ajuste fiscal de 2,3% do PIB, em 2015. O escândalo é que a grande discussão do País, hoje, tinha que ser sobre como retomarmos o crescimento econômico, a geração de empregos. O centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da discussão no País é isto: como retomarmos o crescimento econômico.
O caminho que nós estamos definindo, que é um plano de austeridade de longo prazo, vai colocar o Brasil patinando. O Brasil não vai conseguir retomar o caminho do crescimento. E aqui eu falo sobre 2015. Em 2015, volto a dizer, o ajuste foi de 2,3% do PIB. Eu vi vários artigos de Samuel Pessoa e de Marcos Mendes defendendo o ajuste do Levy naquele momento também. O que aconteceu com aquele ajuste de 2,3% do PIB? Nós aprofundamos a recessão. E o problema foi frustração de receitas, um círculo vicioso: recessão, frustração de receitas e aumento da dívida.
O que aconteceu ao final de 2015? A dívida aumentou. O resultado nominal, no final, foi de 10,38% do PIB. Aqui novamente ninguém está falando de juros. Oito e meio por cento de pagamento de juros.
Em 2014, no meio do ano de 2014, nós estávamos comprometendo 4,5% do PIB com pagamento de juros. Então, qual foi o problema fiscal em 2015? Nós crescemos de 4,5% para 8,5% de pagamento de juros, com uma brutal frustração de receitas.
Aqui eu volto a falar do governo do Presidente Lula. O Lula pegou a dívida de Fernando Henrique Cardoso em 60% do PIB. Dívida líquida. Caiu para 36% do PIB. Por quê? Porque houve crescimento econômico.
Então, eu estou sentindo uma pobreza neste debate aqui com relação à discussão sobre crescimento econômico, porque eu quero entrar nas nossas despesas primárias. Nós estamos falando o seguinte: redução de 19,8% do PIB de despesa primárias para 14,8% do PIB, em 10 anos. Cinco pontos do PIB.
Há um estudo do FMI feito com 191 países eu demonstra que apenas 11 países gastam menos de 16% de despesas primárias. Onze países. Olhem o clube de que vamos fazer parte, se esta PEC for aprovada: Bangladesh, Guatemala, Nigéria, Madagascar, Sudão, Turcomenistão. É isso aqui. Apenas 11 países do mundo investem menos de 16% do PIB.
E é importante a pergunta que eu faço. Eu queria que os senhores entrassem nos gastos primários concretos, porque todo mundo fala aqui em abstrato. Vamos ver qual é a gastança a que o Senador Ricardo Ferraço se refere aqui. Sabem qual é a gastança? Foi ter aumentado o recurso em educação em 140% acima da inflação nos governos Lula e Dilma. (*Palmas.*)
Essa é que é a gastança. Sabem qual é a gastança? Ter aumentado o benefício de prestação continuada, sim. Isso aqui aumentou 0,8% do PIB.
Os senhores estão propondo cortar benefícios de prestação continuada, que são pagos para o idoso e para pessoa com deficiência, que recebem uma renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo. Os 19,8% de gastos primários estão aqui definidos da seguinte forma: 8,1%, benefícios previdenciários – há vários estudos que mostram que, pelo efeito demográfico, isso aqui não vai cair; a tendência é aumentar para algo em torno de 9% do PIB –; 4,2%, pessoal e encargos sociais.
Aqui é importante dizer, Senador Ferraço, que, de 1997 a 2006, houve, em despesa com pessoal, uma redução de menos 0,3% do PIB. Não foi aqui a gastança. Mas vamos lá. Despesas obrigatórias: 3,3% do PIB. Volto a dizer: o que é isso? BPC, abono, seguro-desemprego. Despesas discricionárias: 4% do PIB. O que houve de aumento aqui de despesa discricionária? Investimento, PAC, que, inclusive, voltou a cair novamente.
Eu, inclusive, chamo a atenção do Senador Armando Monteiro, porque o investimento vai ser o primeiro prejudicado, vai ser o primeiro a ser cortado.
Eu citei aqui os 19,8% de gastos primários. Para cair para 14,8, não tem jeito. É uma ginástica perversa a que os senhores estão levando o País. Vamos ter que cortar, violentamente, recursos de saúde e de educação. Vai acabar o aumento de salário mínimo. Para servidor público, só tem um jeito: reajuste zero. Os senhores estão querendo fazer o que existia no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram oito anos de reajuste zero para servidores públicos e maldades na Previdência: vinculação de salário mínimo com benefício previdenciário, BPC. É por aí que os senhores vão. Mesmo se a lógica dos senhores estivesse certa, é preciso um grande ajuste fiscal no País.
Eu pergunto: não há nenhuma conta a ser paga pelo andar de cima, pelos mais ricos? É um ajuste só em cima dos mais pobres. Nesse sentido, na lógica dos senhores, falta equilíbrio nisso aqui. Falta equilíbrio! Eu queria que os senhores falassem sobre isso, se não há nenhuma medida, neste momento, que taxasse os mais ricos, o andar de cima.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora eu vou facultar a palavra aos convidados nesta audiência pública.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não; porque, se acumular demais, não dá.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foram quatro.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ficou certo que seriam cinco oradores. Os cinco já falaram.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; foram quatro, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já falaram cinco.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não. Quatro, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Falta V. Exª.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, é justo que V. Exª fale, porque V. Exª está muito preparada.
Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, V. Exª é, como sempre, muito gentil.
Eu quero iniciar aqui a minha fala, rapidamente, porque nosso tempo é muito curto, lamentando, mais uma vez, a falta de debate. Este é o único debate no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Teríamos que discutir a matéria aqui, pelo menos, com profundidade, sobre a constitucionalidade da medida, mas não temos esse espaço. Não temos sequer o espaço para debater uma matéria controversa, que, segundo mais um estudo de consultores do Senado Federal, é inconstitucional por uma série de razões.
Segundo, alguém aqui disse que a PEC deveria ter outro nome. Eu também não acho esse nome muito apropriado, a PEC do teto do gasto. Essa é a PEC da retirada do direito dos trabalhadores e da população brasileira. Essa é a PEC do retrocesso. Essa é a PEC do Estado mínimo, Presidente.
Então, veja: é exatamente um colega meu que critica algumas das falas aqui, algumas das posições, considerando-as ideológicas, quem faz o debate, a intervenção mais ideológica de todas, absolutamente de todas. Por quê? Em toda a sua tese, o que nós ouvimos do Dr. Samuel e do Dr. Marcos foi a defesa do Estado mínimo.
Vejam, aqui dizem que o Brasil vive a pior crise – olhem o absurdo –, a pior crise econômica dos 120 últimos anos.
Meu Deus, vamos olhar os números. Nós temos aqui muitas tabelas que todos os senhores têm. Mostram o nível de endividamento que o governo central na época de Fernando Henrique deixou o País com o nível de endividamento agora; a inflação da época com a inflação de agora. Mostra, principalmente, desemprego – Senadora Kátia me socorra –, mas mostra principalmente quanto eram as reservas cambiais naquele período e quanto são as reservas agora.
Vamos ignorar isso tudo? Não. E dizer o seguinte, que não há outra saída. Talvez por isso o Senador Requião tenha dito que aqui estão criando uma nova concorrente para a Universal, é uma outra seita, porque é o discurso fatalista. Ou é esse caminho ou é a falência do País, ou é o desemprego para o povo. Não é verdade.
Então, o Dr. Guilherme aqui colocou uma proposta clara e evidente – aliás, esta sim adotada por alguns países –, que limita o crescimento, não impede o crescimento. Porque essa PEC não é uma PEC que congela. Num primeiro momento, ela congela. Num segundo e imediato momento, ela reduz a aplicação de recursos para o povo.
E não querem debater por essa razão. Porque não adianta botar tabela bonita porque aqui só repetem os mesmos mantras, porque tem que ser, porque tem que ser, mas não explicam porque tem que ser.
Porque nenhuma palavra, nenhum artigo, nenhum parágrafo sobre os gastos financeiros na PEC. Por que nenhuma? Porque só em relação àquilo que serve ao povo brasileiro. Por que só isso? Agora uma régua rasa contra quem? Contra a nossa gente, contra os mais pobres.
Aí os senhores dizem o seguinte: "Não, precisamos dessa medida para diminuir a inflação e o mercado ficar estabilizado." Tudo bem. Então quando diminuir a inflação e o mercado ficar estabilizado, qual vai ser a regra? A mesma. Ou seja, para onde vai o dinheiro? Não é para a saúde, não é para a educação, não é para ciência e tecnologia, é para pagar serviços da dívida pública. São para os gastos financeiros. É para aí que vão os recursos.
E dizem mais. O Congresso vai ter poder como nunca teve antes. E eu quero é ver quem vai votar contra a saúde e a educação. Vai ser um poder fratricida que vai dizer: vamos tirar do menos pobre para dar para o mais pobre. É isso que vai fazer. Vai tirar da ciência e tecnologia, vai tirar da infraestrutura, Senadora Kátia, vai tirar da agricultura e, portanto, da produção de alimentos, se quiser manter o mínimo de atendimento.
E ainda ouço de alguns economistas o seguinte: "Não, não vai cair não. Nós vamos voltar o investimento público, senhoras e senhores, a 2005" – foi isso que eu ouvi. Vamos voltar a 2005, como se o resto das questões do País estivessem também congeladas, como se a população brasileira não crescesse.
A população brasileira, em 2005, era de 187 milhões; em 2016, 209 milhões; 22 milhões de pessoas a mais, e a tendência é crescer, crescer, crescer. Para esses, nasçam pobres e morram pobres. O Estado não ampara.
Então, tudo que estamos vendo aqui, e eles mesmos respondem dizendo que não vão tirar dinheiro, mas a fala mostra como vão tirar dinheiro. Essa é uma resposta. Nos investimentos públicos, no social, na infraestrutura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

vai voltar a ser o que foi em 2006. Os financeiros não; para esses não há nenhum limite.
Segundo, os senhores dizem o seguinte: que o problema, e aí explica o porquê dessa ser a PEC do Estado mínimo, é a base para o Estado neoliberal, dizendo o seguinte, está aqui o Dr. Pessoa falou no final, nas suas considerações finais, é necessário lembrar que o primeiro resultado da Constituição de 1988 foi a hiperinflação brasileira. Não foi o resultado da Constituição brasileira, não foi. Isso aí escrevem. E eles sabem disso. O que foi resultado da hiperinflação foi desarranjo do sistema fiscal brasileiro e não dos direitos dos trabalhadores.
Agora isso mostra claramente o que eles querem atingir, o que eles querem acabar: o Estado que protege o mais pobre, é o Estado que faz a distribuição. E dizem muito o seguinte: a inflação é que corrói o salário. O que corrói o salário muito mais até que a inflação é esse sistema tributário, injusto, que a maior parte da população imagina que não paga um centavo de imposto porque não recebe o suficiente para pagar imposto de renda. Não é verdade isso. A população brasileira é a que mais paga, o pobre, imposto de renda. Imposto sobre café, 20%. Quem paga? Não é quem produz o café, é quem compra o café, é o povo pobre. Por isso que mostra que a contribuição dos mais pobres, dos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos para arrecadação da União é de 54%. Enquanto que, os mais ricos, é de 29%. É essa a sangria contra o povo. É aí que nós temos que mexer, e não tirar da educação, não tirar dinheiro da saúde. Para pagar o quê? Para pagar e manter essa estrutura como foi dita pelo Dr. Guilherme. Essa estrutura tributária muito mais do que arcaica, mais injusta que o Brasil tem.
Então, é isso que tem que ser mexido, não dessa forma. E o pior, isso tudo está acontecendo, veja Senador José Maranhão, um Presidente que sentou-se na cadeira ontem, sem ter recebido um voto da população brasileira, propor uma medida tão estruturante ...
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Recebeu sim.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ....o cuco de novo, ele está com saudade da Comissão do Impeachment, de atrapalhar os outros. Não recebeu um voto, está sentado na cadeira, e está propondo uma medida para 20 anos.
Veja, propostas há. Então, pergunto dos senhores, das alternativas. Cometem a proposta do Dr. Guilherme, que, aliás, é que a maior parte do mundo, daqueles poucos países que aplicam limites colocam, não como a nossa, muito menos na Constituição, muito menos ainda por 20 anos. Mas isso tudo tem que ser com muita pressa, porque se for mais lentamente, dando tempo à população brasileira de se conscientizar a quem serve isso, essa proposta não passará.
Aqui ninguém é contrário a medidas de ajuste fiscal. Aqui ninguém é a favor da gastança. Ao que nós somos contrários é tirar do pobre, é tirar do trabalhador. O que somos a favor é que, neste momento de crise profunda, temos que tirar de quem mais tem. Eu concordo com o que todos dizem. A crise, Senador Maranhão, nos apresenta uma porta para a saída e para a evolução, mas temos que escolher qual a porta. Infelizmente esse Governo que aí está escolheu a sua porta. É a porta contra o Brasil, é a porta contra os trabalhadores brasileiros, e a favor daqueles que já são muito ricos e que têm muito neste País.
Então, eu queria, para concluir, Senador Maranhão, que os dois senhores comentassem a respeito da proposta aqui apresentada para saída da crise e falassem também sobre a experiência internacional. Falam, falam, falam, mas só falam de Holanda! Só falam disso, não falam de um país como o nosso nem do que se faz na maioria dos países. E que os senhores pudessem falar sobre esse discurso fatalista, se, de fato, é verdade ou não e se vai tirar dinheiro ou não do povo.
É isso.
Obrigada.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Tendo completado os cinco interpelantes, vamos ouvir agora as explicações formuladas pelo Sr. Samuel Pessôa.
O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado pelas questões.
Eu vou organizar a minha resposta em três temas que, ao que me parece, nortearam as diversas falas. O primeiro tema da Senadora Vanessa, agora, foi o tema dos juros dos bancos, do capital financeiro, do mercado financeiro, ou ainda, por que a PEC e as estratégias de ajuste fiscal não se iniciam ou também não tocam nesse tema.
O Senador Roberto Requião, sempre com muita eloquência, tratou da questão da carência de demanda agregada e da importância da política fiscal ativa para gerar o crescimento.
E o Senador Lindbergh Farias também tocou no tema do crescimento e lamentou que a questão do crescimento não estivesse no centro da nossa discussão hoje. Pelo que eu entendi, a argumentação do Senador é de que a saída da crise tem que ter, como tema principal, o tema do crescimento.
Então vou tratar dessas três questões na minha resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A questão dos juros da dívida interna. Por que juros e gasto primário têm tratamentos distintos? Isso é verdade, sim. Juros e gasto primário, na PEC e na vida, têm tratamentos distintos, e isso por uma natureza, gente: o gasto primário é aquele gasto que a sociedade decide por meio de deliberações do Congresso Nacional. Quando a sociedade decide por este ou aquele gasto primário, ela decide porque ela desejar decidir por um argumento de natureza em geral normativa e sem nenhum problema.

A questão é que os juros são decididos pelo mercado. O Governo não consegue decidir quanto ele vai gastar de juros. Ou seja, se eu quiser reduzir o gasto de juros... Eu tenho duas formas para reduzir o gasto de juros: uma é a forma que a PEC propõe, que é reduzir a trajetória de crescimento do gasto primário, para aumentar o *superávit* primário, para, com isso, fazer com que o gasto dos juros caia. E nós estávamos nessa trajetória ao longo do período até 2008/2009; depois, nós sairmos dessa trajetória. A outra forma de reduzir o gasto com juros é propor um calote da dívida interna. O problema é que essa saída nós já tentamos inúmeras vezes, nos anos 80 e 90. Naquele período de hiperinflação, nós demos diversos calotes, que geraram resultados muito ruins. A experiência brasileira é que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Interna também. A gente, com planos de estabilização, com aquelas tablitas, com o Plano Collor etc., sempre dava um "totozinho" na dívida. A nossa experiência é a de que o resultado foi muito ruim.

Agora, evidentemente, os Senadores são soberanos. Se os Senadores e Deputados acharem que a melhor saída é um calote na dívida externa pode se dar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqui ninguém propôs calote.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Respeitem! Deixem ele falar!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos garantir a palavra ao nosso convidado, Sr. Presidente.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – O que eu estou dizendo é uma questão que, no meu entender, é lógica: tentar reduzir juros na marra é idêntico, é igual a calote da dívida externa. É isso que estou dizendo. Eu não conheço nenhuma outra forma de reduzir o pagamento de juros que não seja produzir superávits primários elevados por seguidos anos ou um calote da dívida externa. Não conheço outra.

Na verdade, há uma terceira forma, que é a que se tentou no primeiro mandato da Presidente Dilma: eu forço o Banco Central a baixar os juros. Ao forçá-lo a baixar os juros, evidentemente, o custo de rolagem da dívida pública cai, e, ao fazer isso, a inflação volta. Nós tivemos um retorno da inflação, apesar do controle dos preços administrados durante muitos anos no primeiro mandato da Presidente Dilma.

Então, há três formas: ou eu dou calote – e aí há uma questão jurídica que precisa ser avaliada; ou eu aceito inflação, porque lembremos que, no período da hiperinflação brasileira, o Tesouro rodava sua dívida pública pagando zero, pagando muito baixo. Quando a inflação é muito alta, o custo de rolagem da dívida pública, os juros reais são bem baixinhos. Ou, ainda, fazemos superávit primário. Há três jeitos: superávits primários, aceitar a inflação, ou calote. O que o Governo Temer está propondo é a primeira.

Eu só quero lembrar que, as outras duas, nós tentamos ao longo de décadas e décadas, e sempre deu errado. O Governo Temer propõe essa saída...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – O Governo escolheu o primeiro? O senhor falou primeiro sobre o calote.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Não, desculpe. O primeiro é superávits primários. Era o caminho em que nós estávamos, Senadora, até 2008-2009, e, naquele período, houve um desvio de rota.

Então, essa é a minha primeira resposta à questão dos juros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – A questão do crescimento e a questão da carência de demanda agregada mencionadas pelo Senador Roberto Requião. Aí há uma questão teórica, talvez, que me separa do Prof. Pedro Paulo. Eu vejo que as economias podem operar em dois regimes muito diferentes. Por exemplo: vamos pegar a economia americana e a brasileira hoje; ou a economia japonesa e a economia brasileira. Existe uma diferença dramática entre essas duas economias. A economia japonesa vive uma situação que o Keynes previu, lá na Teoria Geral, que se chamava carência de demanda agregada. Por uma série de motivos – e podemos voltar ao tema aqui –, existe menos demanda do que capacidade de produção da economia. Isso gera juros nominais nulos, uma tendência permanente à deflação e uma tendência de aumento de desemprego, que, estranhamente, não ocorreu no Japão. O desemprego não aumentou no Japão. Mas, quando você está num regime de armadilha de liquidez e de carência crônica de demanda agregada, temos juros nominais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nulos e deflação. Nesse mundo, pode ocorrer austericídio; nesse mundo, uma política fiscal ativa pode gerar crescimento e, assim, sucessivamente.

O Brasil vive uma situação totalmente oposta. O Brasil tem carência de oferta, não tem carência de demanda. Nós vivemos permanentemente com juros reais muito elevados, e, não obstante os juros reais muito elevados, a inflação é sempre muito pressionada.

Na minha primeira fala, eu elenquei seis ou sete características que demonstram que a desaceleração brasileira, no período Dilma, foi produzida por uma queda de produtividade, por um problema de oferta. Não teve nada a ver com demanda. A nossa desaceleração não teve nada a ver com demanda. De fato, depois que nós tivemos, agora, o aprofundamento da crise com a queda do investimento, apareceu uma carência de demanda agregada, abriu-se um hiato de produto, e esse hiato de produto vai ser fechado naturalmente.

Por quê? Porque o hiato de produto está fazendo com que a inflação convirja para a meta. Conforme a inflação vai convergindo para a meta, a gente tem uma taxa de juros de 14%, que a gente vai baixar muito, e essa queda da taxa de juros vai produzir elevação da demanda, que vai produzir a aceleração do crescimento econômico.

Então, a diferença é que os países que vivem em situação crônica de carência de demanda efetiva não têm um instrumento monetário para fazer a economia retomar o seu crescimento, que é exatamente o oposto da nossa situação. Nós temos juros muito elevados, a inflação ainda está alta, a inflação de víveres ainda está acima de 8%, mas tudo sugere que para 2018 ela vai estar na meta, e, por conta disso, o Banco Central vai acelerar, em algum momento, no trimestre do ano que vem, o ritmo de redução dos seus juros. E isso fará com que o crescimento volte de forma saudável, sem inflação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Pedro Paulo Bastos.

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – Muito obrigado pela oportunidade.

Se fosse possível, eu gostaria de mostrar alguns dados aqui que vão ilustrar um pouco o que eu falei e também os argumentos que outros colocaram aqui na Mesa.

O primeiro ponto que eu queria levantar é em torno de determinadas, digamos, inverdades que foram colocados aqui, ao longo do debate.

Primeiro, não é verdade que a PEC nº 55 vai constranger a discricionariedade do Executivo apenas – foi um argumento que se levantou aqui. Por quê? Porque o gasto discricionário, no total do gasto público no Brasil, é muito pequeno. A maior parte do gasto é obrigatório; algo em torno de 90% do gasto. O que a PEC vai fazer, na verdade, é exatamente forçar uma mudança nas vinculações constitucionais que exatamente limitam a discricionariedade e autonomia do Executivo. É o primeiro ponto.

Segundo, não é verdade que, sempre que o Governo se mete a melhorar o PIB, ele faz errado – não é verdade! Vejam: se a gente for pegar a economia brasileira, tanto no período da década de 90, quanto no período do Governo Dilma, dos dois mandatos do Governo Dilma, sempre que o Governo Fernando Henrique elevou taxa de juros para controlar a especulação cambial e cortou o gasto público, a economia embicou. Quando fez o contrário, a economia se recuperou.

No Governo Lula, vamos lembrar que nós tivemos uma crise internacional enorme, em 2008, e a economia brasileira se recuperou muito fortemente por conta de uma política anticíclica realizada em 2008-2009. Em 2011, no primeiro ano do mandato do Governo Dilma, a Presidenta realizou um corte semelhante àquele que foi proposto em 2015, um corte de 1% do PIB, com elevação da taxa de juros e política monetária com controle quantitativo macroprudencial. E isso – eu tenho os dados aqui – derrubou, já em meados de 2011, o crescimento do PIB de semestre a semestre. Está claro?

Depois, quando foi realizada a chamada nova matriz econômica, que foi iniciada, de fato, ao final de 2011, ocorreu uma recuperação do PIB de semestre em semestre. Não quer dizer isso que queremos voltar à nova matriz econômica. Nós – eu, Guilherme, Pedro Rossi – escrevemos vários artigos, conjuntos inclusive, ao longo do Governo Dilma, dizendo que era preciso concentrar a ampliação do gasto em investimento público e não em desonerações e subsídios, porque, no momento de desaceleração cíclica, isso pode aumentar a margem de lucro dos empresários, mas não lhes determina que ampliem a realização dos investimentos.

No final de 2014, a economia estava em desaceleração cíclica evidente por problemas de demanda sim, porque a economia capitalista sempre opera de modo cíclico. Um bum normalmente se verifica quando as empresas investem bastante, produzem capacidade ociosa e, ao mesmo tempo, os consumidores gastam inclusive mais do que as suas rendas correntes, porque eles contratam dívidas. Isso é claro. Nos dados que constam da minha apresentação, isto se mostra claramente: existia capacidade ociosa nas empresas brasileiras, então não existia uma restrição de oferta. A capacidade ociosa não estava sendo ocupada, mesmo antes de 2015. Então, não há por que as empresas investirem. Não há uma restrição de oferta; há uma restrição de demanda.

Não entendo como alguém pode dizer, por exemplo, que a queda das exportações e do preço das *commodities,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

determinada pelo cenário internacional, e a mudança das exportações líquidas no Brasil tenham um impacto sobre as receitas fiscais e não tenham impacto sobre o crescimento. Isso não tem lógica! Se há impacto sobre as receitas fiscais é porque houve impacto sobre as receitas privadas, porque a receita fiscal, tributária, depende da receita privada. Então, não há nenhuma lógica dizer que a economia mundial não afetou também a economia brasileira.

Sobre a questão da taxa de juros estrutural, como foi colocada, a taxa de juros natural, o BIS (*Bank for International Settlements*) fez várias avaliações este ano e mostrou: não existe taxa natural de juros nem produto potencial natural, com várias séries econométricas históricas e *cross-section*, comparando diferentes países, e mostrando, por A mais B, que isso é um mito.

Agora, existe um cientista político que ganhou o prêmio de melhor pesquisa de ciência política em 2013, chamado Christopher Adolph, que escreveu um livro chamado *Bancos, Burocratas e Política do Banco Central: o Mito da Neutralidade*. Também com muito trabalho econométrico e comparativo, ele mostra o seguinte: nos bancos centrais onde há mais portas giratórias entre o banco central e os bancos comerciais, a taxa de juros é maior. Naqueles em que não há portas giratórias, a taxa de juros é menor. E, nos dois casos, não se produz nenhum impacto sobre a inflação. Porta giratória é quando o agente do banco central vem do banco comercial, depois sai do banco central e, passada a quarentena, volta ao banco comercial eventualmente como acionista do banco comercial inclusive. Mostra que isso não tem nenhum impacto sobre os juros.

Finalmente, sobre 2015, vamos combinar o seguinte: não dá para dizer que os juros aumentaram porque o mercado achava que não havia nenhum plano de corte de despesas. Como assim? Exatamente os economistas que defendiam a política de corte de gastos no meio de uma desaceleração cíclica tiveram seu principal símbolo conduzindo a política fiscal brasileira: o Joaquim Levy. E, como o Senador Lindbergh já mostrou aqui, houve um tremendo corte de despesa – sim, senhor – em 2015. No Governo Temer, aí se diz que a taxa de juros caiu. Verdade, a taxa de juros caiu; mas houve um relaxamento das despesas. Então, não há lógica; não podem ser as duas coisas ao mesmo tempo.

E nós dizíamos... Aqueles que alegam que o austericídio teve um impacto sobre a recessão, que transformou uma desaceleração em uma recessão, diziam que, exatamente por um conjunto de questões, como, por exemplo, a desaceleração cíclica, a Lava Jato, a seca no Brasil, o cenário internacional, a queda do preço das *commodities,* não era o momento de realizar uma política pró-cíclica, como o Levy estava propondo. Isso que está no livro *Austeridade para Quem?*, que foi distribuído aí. Só que essa política foi realizada, e é inegável que ela produziu impactos, sim, sobre a desaceleração cíclica; ela tem impacto também sobre o gasto privado.

Então, me parece que, na verdade, propõe-se agora redobrar a aposta na política de austeridade num momento recessivo, considerando que eventualmente isso vai provocar um aumento de confiança, que vai reduzir os juros – quando os juros são determinados, com muita discricionariedade, pelo ocupante do Banco Central –, e isso vai melhorar a confiança privada, que vai voltar a gastar mesmo sem demanda. O.k?

O problema: o FMI já fez o mea-culpa. O FMI propôs para todos os países... E eu acho que economistas neoclássicos brasileiros não leem as publicações internacionais, particularmente nem do FMI, porque o FMI fez um mea-culpa e disse: "Isso não dá certo em nenhuma experiência; está errado". O Alesina, que continua sendo citado, está desmoralizado. Inclusive, os estudos que buscaram fundamentar a contração fiscal expansionista tinham malandragens econométricas. Isso já foi demonstrado. Então, não dá para continuar citando Alesina. Meu Deus do céu, é muita desatualização!

E, finalmente, eu concordo plenamente: foi esse o significado da leitura da entrevista do Roberto Brant, defendida aqui. Não estou querendo ser Deputado, não vou disputar nenhuma eleição, como alguns Senadores brincaram, com muito bom humor, mas foi exatamente para mostrar o seguinte: não tem por que ter pressa! Não tem por que ter pressa, porque há muitas alternativas. Nós trabalhamos juntos aqui em muitas dessas propostas. O Guilherme tem grande mérito de sintetizar um debate grande que fazemos entre os economistas keynesianos no Brasil. Há alternativas, há outras questões que podem ser discutidas. A PEC tem problemas. Nós precisamos de tempo. E eu concordo plenamente com a Senadora quando alegou que a pressa existe, porque a população brasileira, o povo brasileiro não pode saber que há alternativas mais justas e que não repetem o desastre de 2015 e 2016.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Marcos Mendes.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Obrigado, Presidente.

Acho que não está funcionando aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está, chegou.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Voltou.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Vou fazer os comentários gerais, e a primeira coisa que quero falar aqui é o seguinte: não dá para pegar um *paper* de alguém que trabalha para o FMI e dizer que o FMI falou isso ou que o FMI falou aquilo. O FMI tem lá os seus *working papers*, em que cada economista expressa suas opiniões. A opinião do FMI oficial é feita pelo seu Diretor, no caso a Diretora-Gerente, que é a Christine Lagarde, que já expressou total apoio à proposta de ajuste fiscal do Governo brasileiro. Então não dá para dizer que o FMI já falou isso, o FMI falou aquilo.

No mesmo sentido, a Senadora Vanessa Grazziotin afirmou aqui que um estudo da Consultoria Legislativa disse que a PEC é inconstitucional. Eu sou Consultor Legislativo de carreira e sei que os estudos são de responsabilidade individual de quem os faz. Assim como um consultor apresentou argumentos pela inconstitucionalidade, outros consultores publicaram ontem um argumento pela constitucionalidade. Isso é opinião individual, rica, que vai para o debate. Não podemos mistificar, chegar aqui e dizer que é a opinião do Senado ou é a opinião do FMI ou é a opinião de quem quer que seja.

Com relação a esse debate de déficit, de dívida, e de juros, vejo uma coisa aqui que não consigo entender. Quem defende que precisa aumentar o déficit é quem não quer pagar juro, é quem diz que tem que parar de pagar juro. Então, isso é inconsistente. Se você faz déficit, você tem que se endividar para pagar o seu déficit, você aumenta a sua dívida e tem que pagar um juro em cima dela. Então, se você quer fazer déficit para estimular a economia, e não quer pagar juro, você quer fazer, infelizmente, o que o Samuel falou aqui: quer encontrar alguma fórmula de dar calote na dívida. Há uma inconsistência nisso aí.

Foi dito aqui também que a dívida pública cresceu não por fatores do gasto primário. De fato, porque muito da contabilidade criativa que foi feita nos últimos anos transformou gasto primário em gasto financeiro. Por exemplo, um gasto que deveria ser computado no Orçamento, que foi a transferência de recurso de 10% do PIB para o BNDES, para o BNDES dar crédito subsidiado para os campeões nacionais, não transitou no Orçamento como gasto primário. Por via da contabilidade criativa, ele impactou direto a dívida, aumentou a dívida em 10% do PIB.

As considerações...

Foram feitas algumas projeções – precisamos olhar os parâmetros das projeções –, mas me chamou a atenção uma projeção que foi feita aqui, no caso da não aprovação da PEC, de se aprovar um programa alternativo, que pressupõe 3% de crescimento do PIB ao longo de todo o período.

Volto à minha fala inicial aqui. Existem vários modelos de crescimento econômico que podem recorrer a vários mecanismos diferentes – investimento privado, investimento público –, mas não existe crescimento econômico em que você tem um quadro de instabilidade fiscal e de dívida pública fora de controle. Então, pressupor que você vai fazer um modelo que não vai estabilizar a dívida pública e que diz que o País vai crescer 3% é, no mínimo, questionável. E o modelo alternativo me parece que dá um choque tributário de mais de 2% do PIB na partida. Eu gostaria de ver o Congresso Nacional discutir e aprovar uma proposta que dá um choque tributário de 2% do PIB já na partida. Eu queria ver a viabilidade política disso.

Foi dito aqui que a PEC vai chegar a gerar superávit primário absurdo de 6% do PIB. Não vai. Como eu falei na minha exposição, a PEC tem um período de 10 anos com limitação do gasto pela inflação e, depois disso, essa forma de correção do gasto pode ser rediscutida. Se, chegando lá, estivermos com o nível adequado e resultado primário, isso pode ser repensado. Não tem o menor cabimento projetar para 20 anos uma regra que é para 10 anos.

Com relação às colocações do Senador Requião, de que é uma falácia que os juros vão cair...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – ... de que a confiança vai aumentar. Não é que os juros vão cair e a confiança vai aumentar, os juros já estão caindo, como mostrei aqui, e a confiança já está aumentando. Isso vai ser suficiente para recompor o crescimento econômico brasileiro? Sinceramente, não sei, porque o estrago que foi feito nos últimos anos foi muito grande. Está certo?

Houve o congelamento de preços administrados, que desequilibrou completamente o balanço das principais empresas estatais; houve as desonerações citadas pelo Senador Ferraço no momento inadequado, que derrubaram a arrecadação e estimularam distorções no sistema fiscal; enfim, houve uma série de medidas como, por exemplo, a mudança do marco regulatório do petróleo, que travou o investimento num dos principais setores da economia brasileira quando o petróleo estava US$120,00 o barril, parou o investimento, e, agora, o petróleo desabou e nós temos um modelo pouco funcional que precisa ser alterado porque não tem condições de parar em pé.

Então, precisamos fazer o ajuste fiscal como condição inicial, mas, infelizmente, precisamos reconstruir muito na economia brasileira, muito do que foi desmontado por uma política econômica equivocada.

Com relação à taxa Selic, ouvi dizer aqui que basta o Governo querer que ele baixa a taxa Selic e o problema dos juros no Brasil está resolvido. Se isso fosse verdade, já estaria resolvido, porque foi isso que o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Central fez entre 2011 e 2013. E o resultado disso: mais inflação e menos crescimento, mais desconfiança sobre a sustentabilidade da política econômica, mais desconfiança sobre o que seria do futuro da economia brasileira sem um controle adequado da inflação.

Volto ao ponto. Houve aqui muita acusação de que a PEC é para prejudicar os pobres. Não caiam nessa ilusão! O Estado brasileiro, o formato de gastos públicos do Estado brasileiro não é, nem de perto, pró-pobre. O impacto do gasto do setor público brasileiro na redução da pobreza e da desigualdade deixa muito a desejar. As reformas que nós precisamos fazer, nós precisamos focalizar as políticas públicas, nós precisamos melhorar a atenção aos mais pobres, conseguir chegar nos mais pobres. O nosso Sistema Previdenciário concentra a renda, nossa folha de pagamento do setor público concentra renda absurdamente, o nosso sistema de subsídios às empresas concentra a renda substancialmente, e tudo isso precisa ser revisto, mas, para que comece a ser revisto, nós precisamos ter o ponto inicial, que é uma coisa muito simples chamada restrição orçamentária.

Outro dia, publiquei um artigo dizendo que essa PEC vai fazer a revolução do dois mais dois é igual a quatro. Nós vamos saber exatamente quais são os recursos públicos que temos para gastar. Hoje, nós temos o "me engana que eu gosto", em que o dois mais dois é igual a seis, a oito, a quanto cada um quer. E, para financiar isso tudo, ou com inflação, ou com contingenciamento de gastos, ou com corte de investimento no meio do caminho. Está certo?

Foi dito aqui: "Onde vai cortar?" O Senador Lindbergh fez uma lista de que tantos por cento é benefício de prestação continuada, tantos por cento é Previdência... Vai ter que reduzir na Previdência, sim. A Previdência é insustentável. E é possível fazer uma reforma da Previdência tornando-a mais progressiva em termos de gasto público.

Programas sociais são importantes? São; mas foram muito mal geridos nos últimos anos. Existe no Governo um comitê de monitoramento e avaliação de políticas públicas que descobriu, por exemplo, que consegue reduzir em R$1,5 bilhão a despesa com o seguro-defeso porque o cadastro de pescadores foi absurdamente inchado. O cadastro do benefício de prestação continuada não tem revisão há oito anos e vai passar, pela primeira vez, por uma peneira. Não é para tirar benefício de quem precisa, mas para tirar do cadastro quem não precisa e está se aproveitando inadequadamente da política.

A revisão do auxílio-doença que começou a ser feita agora está com uma taxa de 80% de revogação de auxílio-doença indevido apenas por uma perícia adicional. Só essa melhoria na qualidade das políticas públicas básicas e a maior focalização para que elas sejam feitas para os mais pobres vai gerar, nos próximos anos, economia entre R$12 bilhões e R$15 bilhões.

Há muita racionalização a ser feita no serviço público. Há muito que se pensar na nossa política de remuneração e de contratação no serviço público.

Pobre de um país como o nosso em que todo jovem quer ser funcionário público. Isso não vai dar em lugar nenhum e é o que está acontecendo nos últimos anos. Nós precisamos reativar a nossa economia e precisamos fazer a nossa juventude acreditar que pode sobreviver e progredir no setor privado.

É importante haver servidores públicos, sim, mas é alguma coisa muito estranha quando todo mundo neste País quer ser servidor público. Eu tenho orgulho de ser servidor público, sou servidor público há mais de 20 anos, mas alguma coisa estranha está acontecendo. O Estado brasileiro precisa ganhar muita eficiência, e, repito, não sairemos do lugar se não dermos o primeiro passo, que é a estabilização fiscal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em prosseguimento, com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente, o Guilherme não falou ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ah, não falou ainda? Então com a palavra o Sr. Guilherme Mello.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – A primeira coisa que me chama a atenção é que penso no cidadão que está nos assistindo, ou estava até agora, pela TV Senado ou pelo *site* do Senado. É muito confusa a discussão, porque você tem quatro economistas na Mesa. Não tenho a menor dúvida de que nenhum de nós tem intenções malévolas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Sª não tenha esta preocupação porque, no momento, a TV Senado está transmitindo a sessão plenária.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Está transmitindo a sessão plenária. (*Risos.*)

Eu não reputo, obviamente, a nenhum dos meus colegas nenhum objetivo maligno. Essa disputa política, digamos assim, acerca dos rumos do País é uma disputa muito tradicional das Casas parlamentares etc. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nós temos que tentar, ao máximo, evitar que ela contamine as nossas reflexões. Por quê? Porque é evidente que... O Senador José Aníbal não está aqui, mas ele colocou uma questão: "Porque os seus posicionamentos são ideológicos. Os nossos são técnicos, os seus são ideológicos". E aí a mesma coisa eu poderia falar: não, o seu é ideológico, o meu é técnico, porque eu mostrei dados. "Eu também mostrei dados". Todo mundo mostrou dados. Pois é; os dados não falam por si mesmos; eles precisam ser interpretados.

Aí, quando você vai interpretar o dado, entra a sua forma de ver o mundo, como você acha que deveria funcionar a economia, como você acha... E a cada um vai interpretar... Então, essa discussão em que alguém falou: "O pessoal do quanto pior melhor é esse povo aí..." Pois é; o governo anterior falava a mesma coisa: "O pessoal do quanto pior melhor é esse povo aí..." Só que, agora, o pessoal do quanto pior melhor era o governo anterior e, agora, é a oposição.

Quer dizer, obviamente que isso varia muito da sua forma de enxergar a economia, de compreender as relações econômicas. Por exemplo, aqui foi dito sobre a relação entre poupança e taxa de juros. Essa é uma leitura... É claro que, para quem não é economista, é uma discussão chatíssima – nível de poupança e taxa de juros. Essa é uma discussão antiga dos economistas, a gente pode remeter isso ao Keynes, à teoria dos fundos emprestáveis. Na minha opinião, Keynes já desmontou isso aí, mas há gente que acha que não desmontou. Há gente que acha que aumentar o déficit vai gerar inflação. Eu acho que isso é uma visão monetarista da economia, muito simplista. Por exemplo, os Estados Unidos aumentaram em US$5 trilhões a base monetária e não deu inflação. "Ah, mas Estados Unidos são Estados Unidos, a gente é diferente."

Não; quer dizer, na verdade essas discussões de fundo têm a ver com a forma diferente que cada economista e cada político enxerga. Há político que defende Estado mínimo, porque acredita que Estado mínimo é o melhor para a sociedade, é a solução para todos os problemas. E há gente que defende Estado máximo, socialismo etc., não porque é maldoso, mas, sim, porque acredita nisso. A única coisa que aprendi – aí, compartilho do Senador Ricardo Ferraço – é a fé cristã. Também sou cristão, tenho formação cristã, estudei em colégio católico, em universidade católica, só que eu aprendi, no meu cristianismo, que não só de fé vive o homem. Nesse ponto de vista, tenho dúvidas sobre a capacidade de um aumento da confiança...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Citou errado.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Eu não citei, é uma forma que eu... É minha interpretação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Pois é, eu acho que nem só de pão, nem só de fé.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Sim, eu disse: "Minha interpretação." Eu aprendi. Não estou citando a Bíblia, não sou pastor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, vamos garantir, Presidente, a palavra do expositor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Não, não. O que estou querendo dizer é o seguinte: eu acho que a questão da confiança é um fator importante na economia? É evidente que é.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Só ele resolve? Não, certamente não. Estamos vendo isso agora. Houve uma recuperação rápida da confiança, o crescimento não veio. Era para o segundo trimestre, ficou para o terceiro trimestre, agora não é nem mais para o quarto trimestre, é para o primeiro trimestre do ano que vem, porque é muito difícil crescer com a capacidade ociosa que a gente tem, com o nível de desemprego que a gente tem sem fonte de demanda. Então, por mais confiante que você esteja... E havia um fenômeno do descolamento que a gente chama de índice de expectativa e o índice de situação atual. Agora, ele já começou a cair de novo. Porque você cria um estado de confiança que não se confirma na realidade e, com isso, você reverte esse estado de confiança.

O que estou colocando é o seguinte: é evidente que melhorar a confiança na economia é um fator fundamental, mas ele não é suficiente. Então, o apelo que estou fazendo aqui não é de falar sua proposta ideológica ou a minha proposta ideológica, até porque todos nós temos a nossa ideologia. Todos nós! Quem não tem? Ideologia não no sentido marxista negativo, mas no sentido da sua forma de ver o mundo.

O que eu estou tentando colocar é que, mesmo dentro do arsenal teórico que orienta a visão mais tradicional, a visão que alguns chamam de mais neoliberal, mesmo dentro desse arsenal teórico, existem alternativas muito melhores do que a PEC. "Ah, mas não foi o FMI que disse; foi um consultor do FMI." Tudo bem, não foi um, foram vários. Mas, mesmo que não tenha sido o FMI como instituição, foi o economista-chefe do FMI, o Blanchard, um dos grandes economistas. Só porque não foi a instituição, a gente não vai considerar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

argumento? Será que o argumento não tem validade só porque foi proferido por alguém que não compartilha da minha visão de mundo? Mesmo quando o argumento compartilha de todos os meus preceitos – o preceito da eficiência, o preceito da racionalidade etc. –, só porque ele foi feito por alguém que é mais simpático a outro partido, eu não vou considerar?

Então, eu queria fazer, na verdade, um chamamento a todos nós, até aos meus colegas que eu sei que estão envolvidos no debate, para fazermos esse debate um pouco fora da esfera da disputa político-partidária, olhando para questões reais. Será que essa PEC é realmente a única e melhor solução para ao Brasil?

E dialogo, finalmente, com a questão da Senadora Vanessa. Existe um discurso fatalista: a nossa outra opção é a insolvência do Estado. Eu nunca vi insolvência do Estado na própria moeda. Eu não quero discutir essa questão, porque isso é um outro tema econômico chato, mas eu nunca vi isso. Mas tudo bem; é a insolvência do Estado, é aumentar descontroladamente a carga tributária. Será que é? Ou será que esse é um discurso que está contaminado pela disputa política? Eu acho – minha opinião – que é um discurso que está contaminado pela disputa política.

Por fim, a última coisa que quero falar é debater um pouco com a questão do cenário. O Marcos dialogou um pouco com o cenário que eu construí aqui, e eu acho importante nós dialogarmos com os cenários que estão colocados; um dialogar com o outro.

O Marcos colocou que ele não vê crescimento econômico em um modelo que não estabiliza a dívida pública. Pois a minha tentativa foi exatamente mostrar que o cenário alternativo estabiliza a dívida pública. Portanto, esse problema não se coloca. Se eu estivesse aqui apresentando um modelo em que a dívida pública é explosiva, ele poderia usar o argumento de que "o seu modelo não estabiliza dívida pública, e eu não acredito em cenários que não estabilizam", mas o nosso modelo aqui estabiliza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria pedir licença ao doutor para avisar a V. Sª que o seu tempo já se encerrou.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Desculpe. Posso só fechar e encerrar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Dê mais 10 minutos para ele.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aqui nós somos democratas...

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – A última coisa que eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... diferentemente do que alguns possam pensar. Cada um tem o seu pensamento aqui.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Eu acredito. O Senado é o espaço da democracia. O Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós temos é que discutir essa questão – essa é a proposta do Senado – objetivamente. Quanto à ideologia, ninguém vai se livrar da sua formação ideológica.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – É claro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas é preciso ter objetividade.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – É evidente.

Quanto ao crescimento econômico de 3%, é o crescimento médio da economia brasileira nos últimos 15 anos. Será que é tão impossível assim a gente alcançar um crescimento médio de 3% nos próximos dez anos?

Aí alguém vai falar: com a PEC, sim; sem a PEC, sim. Eu acho que não é impossível a gente alcançar esse crescimento.

Por fim, o último tema é o da melhoria da eficiência, o de que o nosso Estado tem de ser mais eficiente. Pois é, toda a minha proposta está baseada nessa discussão. Toda a proposta alternativa estava baseada na discussão da melhoria, na progressividade da tributação, na eficiência do gasto público, na melhoria da composição do gasto público, na transparência das contas públicas. Por que essa proposta não pode ser considerada? Ela atende todos os critérios, ela é melhor do que a PEC em vários critérios, mas ela não pode ser considerada porque não há viabilidade política para promover um aumento na carga tributária para os mais ricos, diga-se de passagem, porque todas as medidas tributárias são para os mais ricos e são passageiras. O aumento da carga tributária depois converge de novo para o seu patamar normal. Mas aí eu me pergunto: se não há maioria, se não há ambiente político para aprovar um compartilhamento do ônus da crise com os mais ricos... (*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – ...por que há maioria para aprovar medidas que tiram investimentos, que diminuem o ritmo dos investimentos em saúde, em educação e cultura, em ciência e tecnologia? Por que há maioria para aprovar uma reforma da Previdência que dificulta para alguns o acesso ao benefício, mas não há maioria para aprovar um imposto sobre grandes fortunas?

Então, eu acho que ambiente político existe; se ele não existisse, nós deveríamos criá-lo, porque as medidas que são propostas dialogam completamente com todos os preceitos que são compartilhados por todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

economistas.
É isso. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.
O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, eu queria parabenizar pela fala os nossos convidados, citando Pedro Paulo, Guilherme Mello, Marcos Mendes e o Prof. Samuel Pessôa.
Acho que o debate foi muito rico, ficou muito claro que nós temos caminhos alternativos para chegar ao mesmo lugar, que é a recuperação da economia brasileira, que é a volta da geração de emprego, que é voltarmos a confiar no futuro. Mas é evidente que nós vamos ter de fazer uma opção. O debate é rico, o debate traz ideias, mas é evidente que o Congresso Nacional vai ter de deliberar. E é evidente, pelas minhas manifestações já na tribuna do Senado, que eu tenho colocado o meu apoio para que essa PEC mereça aprovação.
Durante esse debate da PEC, eu também, assim como o Prof. Guilherme e Pedro Paulo colocaram, coloquei aqui a necessidade de a gente mexer nesse sistema tributário brasileiro, que acho muito regressivo, como foi dito aqui. E apresentei uma proposta que está em discussão aqui na Comissão de Constituição e Justiça e na CAE, que é a taxação sobre herança e doação, para que a gente possa dar um pouco mais de justiça fiscal.
O Ministério da Fazenda me informa que a PEC vai ter um resultado tão fantástico, que não vai ser necessário o aumento da carga fiscal. Espero que isso seja verdade.
Mas quero também trazer algo para a reflexão das Srªs e Srs. Senadores. Pedi à minha assessoria para ver quantas emendas constitucionais foram aprovadas de 1988 até aqui. É impressionante o número: 93. Então, acho que a gente não deve se apegar ao fato de que o instrumento da limitação do gasto público é uma PEC, porque, com a maioria política para se aprovar a emenda à Constituição, ela já se provou viável aqui quase três a quatro vezes ao ano.
Acho que nós estamos numa emergência econômica em que todos concordam: podemos dourar a pílula um pouco mais ou um pouco menos, mas nós estamos enfrentando uma das maiores recessões econômicas da história do Brasil. E talvez a PEC seja necessária para haver mesmo compromisso de que precisamos ter maior racionalidade, como foi colocado aqui, no gasto público. Deve haver limite à despesa pública para esse período de recuperação que a economia e a sociedade brasileira reclamam. Eu não tenho dúvida alguma de que o papel do Governo Michel Temer é preparar o Brasil para o grande debate de 2018.
As eleições gerais de 2018 é que vão confrontar esses caminhos, qual caminho a sociedade brasileira vai eleger. E é evidente que, se a PEC não tiver produzido até lá os efeitos que a gente espera de redução do pagamento do serviço da dívida, de amortização do serviço da dívida, de limitação a esse crescimento exponencial da dívida pública, as vozes que aqui foram colocadas irão merecer a atenção e a audiência da sociedade brasileira. Mas eu acho que é urgente...
(*Soa a campainha.*)
O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...a situação da economia brasileira e que a gente precisa, sim, de medidas duras, amargas, como é a votação da PEC 241. Mas não entro nesta de que nada poderá ser alterado durante dez anos; acho que poderá, sim, a começar pela mexida no sistema tributário nacional. Vou continuar defendendo aqui a necessidade de votarmos, sim, a nossa taxação sobre herança e doação. Precisamos colocar isso na ordem do dia do Senado Federal.
Também aqui foi dito que se está fazendo uma série de medidas de racionalidade, e eu queria propor ao Marcos Mendes mais uma: neste País, não se cumpre o limite do teto salarial. Não se cumpre no Poder Judiciário, no Ministério Público, no Governo Federal, nos Governos estaduais, nos diversos tribunais de Justiça do País afora. Como é que a gente vai aprovar um limite para o gasto público se a gente não faz valer o limite do pagamento do teto salarial nas três esferas de poder?
Então, se for necessária uma PEC, o Governo deveria mandar mais uma PEC, para limitar o pagamento do teto salarial no serviço público brasileiro, em todas as esferas.
A gente abre o jornal *O Globo*, abre a *Folha de S.Paulo,* e, todo dia, vem um exemplo: secretárias que ganham R$100 mil reais, juízes que ganham R$90 mil, promotores públicos que ganham mais de R$40 mil, servidores do Poder Legislativo... E nós não vamos fazer nada? Nós vamos achar que isso não é conosco? Eu acho que, neste momento de emergência, em que o Brasil está exigindo medidas duras em todos os setores, em todas as áreas, nós não podemos só escolher algumas. É preciso completar o serviço.
Então, eu gostaria de dizer que gostei do debate. Procurei ficar aqui o tempo todo. Não pude ouvir as palavras de Guilherme, porque tive de fazer um atendimento no meu gabinete, mas acho que as informações foram importantes, para que nós estejamos prontos para votar e para deliberar.
Eu vou votar a favor da PEC 241, mas acho que ela, sozinha, não resolve o problema. Acho que nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dar uma ajustada no lado fiscal. É preciso que nós façamos alguma coisa pelo lado fiscal. E acho que as coisas não são excludentes: dá para fazer uma e outra.

Para encerrar, eu queria deixar uma pergunta para Samuel e para Marcos Mendes. Vamos supor que nós comecemos a produzir superávit. Vamos supor que a economia brasileira volte realmente a produzir superávit, volte a crescer, volte a gerar emprego. Não deveria haver alguma fórmula que permitisse que parte desse superávit pudesse ser alocada para investimento público? Essa é a pergunta que eu gostaria de deixar para os nossos debatedores.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Senador Fernando! Faça uma emenda, que eu a apoio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar os nossos convidados: o Sr. Marcos José Mendes, o Sr. Samuel Pessôa, o Sr. Pedro e o Sr. Guilherme.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que vou fazer aqui a nossa reflexão com foco, principalmente, na área de educação. A PEC 55 tem o escopo de congelar os gastos nas áreas sociais e de, portanto, reduzir drasticamente os recursos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos, anulando também, por igual período, a vinculação constitucional para áreas como saúde, como educação, vinculação que garante os pisos mínimos de investimentos nessas áreas e que, no caso da educação, envolve exatamente a questão dos 18%.

Pois bem, estudos foram realizados e mostram que, se essa regra Temer/Meirelles de congelar o dinheiro para a área social tivesse sido aplicada no campo da educação de 2006 até 2015, teriam sido subtraídos da educação mais de R$325 bilhões.

E, seguramente, se isso tivesse acontecido, nós não teríamos feito os investimentos que fizemos, nesse último período, do ponto de vista de expansão e fortalecimento da educação brasileira, com programas fundamentais como o Fundeb, com programas de expansão de acesso ao ensino superior. Passamos de 3,5 milhões de vagas, em 2003, para mais de 8 milhões, em 2015.

Na expansão da educação profissional tecnológica, houve uma verdadeira revolução: saímos de 144 escolas para quase 600 escolas, ou seja, levamos educação de boa qualidade para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, bem como uma série de outros programas que foram desenvolvidos na área de educação, tanto é que nós saímos de 3,2%, que era o investimento, *versus* PIB, em 2003, para 6,2% de investimento *versus* PIB, em 2015, nos governos Lula e Dilma. O governo da Presidenta Dilma, por exemplo, já estava investindo acima do limite mínimo, que é de 18%. Nós investimos 23%. Ou seja, isso justifica, repito, essa expansão extraordinária, fundamental, decisiva. Frente ao passivo que o Estado brasileiro tem no que diz respeito ao direito à educação do povo brasileiro, essa expansão se fazia por demais necessária e só foi realizada exatamente porque houve mais dinheiro. Ninguém faz milagre nem mágica, teve de haver mais orçamento.

Eu dialogo agora aqui com os senhores. Condizente com a realidade do País, que é a de enfrentar o déficit de escolarização que o Brasil tem ainda – por mais que tivéssemos avançado nesses últimos 12 ou 13 anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...há um déficit enorme ainda –, foi que nós demos outro passo importante, fruto de um grande debate, que foi o novo Plano Nacional de Educação. Em quatro anos de debate com gestores, com a área econômica, com a sociedade, com a comunidade educacional, com os movimentos sociais, com Estados, com Municípios, finalmente essa carta, que é o novo Plano Nacional de Educação, foi referendada pelo Congresso Nacional.

O novo Plano Nacional de Educação coloca a necessidade de construirmos mais um ciclo, para expandir a oferta da educação desde o ensino superior, a educação profissional e tecnológica, o ensino médio, a creche, a educação em tempo integral e a agenda de valorização dos professores, dos profissionais em educação. Para se ter uma ideia da grandiosidade dessa agenda, por exemplo, no campo da creche, nós temos de garantir, nos próximos dez anos, acesso a 3,8 milhões de crianças à creche no Brasil. Nós temos de garantir o acesso a 1,6 milhão de jovens ao ensino médio. Nós temos de sair dos atuais 17%, que é a taxa de acesso dos jovens em idade escolarizável ao ensino superior, para 33%. No campo da educação profissional e tecnológica, idem. No campo da agenda de valorização...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir, Senadora Gleisi.

No campo da agenda de valorização do magistério, nós temos de insistir em dar ao magistério brasileiro, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

profissionais da educação, um patamar de dignidade e valorização salarial, valorização profissional, não só com salário justo, mas com condições dignas de trabalho, passando pela política de formação.

Então, o que eu deixo aqui como reflexão é o seguinte: como garantir as metas do Plano Nacional de Educação com uma regra como essa, que vai congelar os gastos nas áreas sociais, que vai reduzi-los drasticamente? Os estudos mostram que, com a regra Temer-Meirelles – a chamada PEC da desigualdade, da injustiça, tanto é que ela está sendo chamada de PEC do fim do mundo –, o mínimo constitucional de 18% vai cair simplesmente para 14% nos próximos dez anos. Ou seja, nós vamos ter cada vez menos recursos, menos dinheiro e menos orçamento. Isso é crime. Como pensar num projeto de nação com geração de emprego, com distribuição de renda inclusiva, com justiça social sem ser pelo caminho de investir fortemente na educação?

Concluo, Senadora Gleisi, dizendo que, apesar de a PEC ter deixado de fora o salário educação, o Fundeb, o Prouni e obviamente as transferências dos Estados e dos Municípios, a PEC não tratou de outro item fundamental, que deveria ter incluído, que é exatamente a participação do Governo Federal na expansão e no fortalecimento do ensino superior, na educação profissional e tecnológica e no papel que o Governo Federal tem, que é o de fazer um regime de colaboração financeira e técnica junto aos Estados e Municípios para assegurar o direito do povo brasileiro de avançar na educação da creche até a graduação e a pós-graduação com qualidade.

Por isso, faço minhas as palavras da CNBB. Essa PEC é injusta, é seletiva, porque ela prejudica, repito, um dos pilares mais estratégicos, mais decisivos para um projeto de desenvolvimento de nação com inclusão social, que é a educação. Ao mesmo tempo, ela é seletiva, porque, como aqui já foi dito, ela escolheu exatamente os pobres e os trabalhadores para pagarem essa conta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadores, primeiro, eu queria parabenizar aqui os economistas Samuel Pessôa, Marcos Mendes, Guilherme Mello e Pedro Paulo Bastos.

Eu queria, inicialmente, dizer que, quando um médico erra na cirurgia e o paciente morre, o pessoal entra no Cremeb, entra no Conselho Federal. Eu sou engenheiro. Se a casa cai, o pessoal entra no Crea querendo cassar meu registro. Acho que tínhamos de fazer isso também com os economistas, porque os economistas trabalham com uma coisa que é muito importante, que é a percepção. Então, tudo é percepção. Ninguém fica responsável por nada.

A gente está debatendo aqui o futuro do Brasil, simplesmente. Há duas escolas aqui colocadas. Amanhã, se der certo, quem estava contrário faz um artigo, faz uma reformulação para o futuro e continua na disputa ideológica, política ou mesmo técnica. E, se der errado, eles somem de cena e só reaparecem lá na frente, quando o novo ciclo aparece. "Eles ouviram o que eu disse, que, há 20 anos, era para fazer isso?" É claro que a economia vai mudando e que a gente vai ter de aperfeiçoar esse processo.

Estou trazendo isso porque, como a gente está em uma situação bélica neste País, em que as pessoas não olham os fatos nem as propostas, e, sim, as origens, de onde vêm, a gente perdeu completamente a ideia de ter um país. A gente fez de um país uma padaria. Então, na verdade, na prateleira, ou você é mortadela ou você é coxinha. Essa é a realidade. A gente não consegue aperfeiçoar o debate, porque a gente fica muito preso no que a gente propõe. E aí fica muito difícil, porque um país que, nos últimos três anos... Somado com o que está posto para o déficit fiscal colocado para 2017, nós vamos ter R$450 bilhões de déficit. Essa é a nossa realidade. E aí há uma dívida pública que está aumentando. Aí vem uma proposta: "Vamos cortar? Vamos controlar os gastos? Vamos melhorar os gastos públicos?" "Ah, não pode. Sabe por quê? Porque isso é coisa de coxinha."

Agora, a gente parece que esqueceu que muitas conquistas que tiveram durante os últimos anos são fruto de uma rede de proteção social que este País nunca teve. Se lá no Nordeste a gente não está vendo saques, Senador José Maranhão, como já vivemos, saques em supermercados, saques nos caminhões e nas estradas, é porque essa rede de proteção está protegendo o mais pobre! "Agora, isso não pode ficar, porque isso foi feito pelo mortadela."

Então, a PEC não traz isso claro para a sociedade para dizer: "Benefícios como Previdência, que a gente precisa revisitar; seguro-desemprego; Benefício de Prestação Continuada; Bolsa Família; aposentadoria rural; programas de apoio à agricultura familiar fazem parte de uma rede social." Precisa fazer o quê? Precisa manter? Precisa. Agora, precisa aperfeiçoar? É claro que precisa! Precisa auditar permanentemente? É mais do que urgente, é mais do que urgente! Quem não tem direito não pode ter acesso!

E aí, quando a gente pega alguém metendo a mão na cumbuca de onde não deveria tirar, a manchete é: "Quatrocentas mil famílias têm os seus direitos suspensos."

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Esquecem de dizer que há mais de 12 milhões comendo desse direito! E aí a gente fica olhando o quê? A manchete ou a realidade do Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, quem tem um olhar de equilíbrio dessas duas questões pergunta aos senhores: será que não há nada que aquela proposta, a PEC, possa melhorar? Será que a PEC não tem nada que não tenha sido feito nos últimos anos? Será que a gente realmente fez um gasto descontrolado em diversos setores? Será que a gente não consegue encontrar esse meio-termo?

É por isso que eu queria deixar algumas perguntas aos senhores.

O que vamos fazer com o superávit? O Fernando fez a pergunta que eu queria fazer. Por que a gente não deixa claro o que vai fazer se a gente conseguir arrecadar mais do que aquilo que estará contido nas despesas? Por que a gente não pode dizer à sociedade brasileira que uma parte vai para isso, que outra parte vai para aquilo, que uma parte vai para o investimento e que outra vai para manter o crescimento dos gastos sociais? Por que a gente não deixa isso muito claro?

Parece que há um jogo de interesse em dizer ao mercado que são 20 anos. A oposição quer dizer também que são 20 anos, para dizer que não vai haver direito social, e todo mundo sabe que são dez anos. Por que não se dá aos governantes que vêm por aí o mesmo direito que se está dando depois dos dez anos? Por que os próximos governantes não podem ter na PEC o mesmo direito que foi colocado para depois do décimo ano? Não é verdade que é só no décimo ano que vamos mexer. A PEC é clara: todos os governantes, após o décimo ano, poderão mexer nos números, mudar o conceito da PEC. Não será preciso uma nova PEC, pelo que eu entendi.

Há outra questão: será que a gente só pode fazer essas projeções sobre a parte da despesa orçamentária? Por que a gente não faz realmente o enfrentamento da dívida pública? O que a gente vai projetar para o futuro? Nós temos uma cultura inflacionária. Isso me preocupa um pouco, Marcos. Eu não sou economista; sou engenheiro. Existe uma cultura inflacionária. O Brasil ainda tem essa cultura inflacionária. Quando a gente limita e coloca a inflação como esse gatilho, esse gatilho pode retornar à sociedade como uma realidade para os preços, para a busca do salário. Aí o Dr. Guilherme traz a proposta de trabalhar bandas, dando oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ...para que o governante tenha essa maleabilidade para poder trabalhar principalmente nesses próximos dez anos. Eu acho que isso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria lembrar que V. Exª já excedeu em muito o seu tempo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Em muito? (*Risos.*)

Perdoe-me!

Então, para finalizar, eu só queria deixar...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Todos excederam.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria falar sobre a questão da retirada dos investimentos do cálculo do resultado primário, principalmente para a infraestrutura voltada para habitação e saneamento.

Dr. Guilherme, grande parte das propostas do senhor é sobre recomposição das receitas públicas, mas o que o senhor acha da qualidade dos gastos públicos no Brasil? Pode melhorar? O que o senhor acha da qualidade dos serviços públicos? Nós precisamos rever o Orçamento. Nós gastamos R$7 bilhões anualmente com a Justiça Eleitoral e R$20 bilhões com a Justiça Trabalhista. Certo?

Nós temos aqui – e aí eu queria finalizar com o Dr. Pedro – algumas questões que o senhor colocou referentes aos investimentos. Eu queria saber como esses investimentos podem ser feitos se a gente tem muitas despesas obrigatórias através de alguns direitos que não acompanham a realidade? Se você pegar o ano 2009, o abono e o seguro-desemprego foram de R$27 bilhões. Para 2015, ele cresceu para R$47 milhões. Ou seja, a gente estava com abono e seguro-desemprego crescendo, com a taxa de desemprego caindo. E o que o Governo fez? "Ah, não! Não pode mexer, porque é direito." Então, a gente precisa ter uma nova saída para o País. A gente conseguiu construir uma coisa inédita: estávamos com o desemprego em queda e com a quantidade de seguro-desemprego crescente e não fazíamos esse enfrentamento, esse debate.

Então, eu queria perguntar, finalizando, o que vocês veem de benefícios na proposta um do outro. A provocação final é: o que tem de benefício no que o Dr. Guilherme trouxe? E o que de benefício tem a proposta do Dr. Marcos Mendes?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero registrar a importância deste debate para o Senado Federal e para a sociedade brasileira e quero lamentar que tantos Srs. Senadores se tenham ausentado deste debate. Nós estamos reivindicando que ele ocorra porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

compreendemos que essa não é uma decisão que pode ser tomada, como disse aqui no início o Senador Ferraço, pelos governantes e gestores, pelos políticos e gestores. Eu entendi aqui, quando o Senador Ferraço disse que é preciso conter os políticos e gestores, que, então, é preciso que os políticos e gestores debatam as consequências de suas posições e não o façam em nome de uma procuração que não têm.

Por que eu quero dizer isso? Aqui, na pesquisa do e-Cidadania, feita pelo Senado, que é uma forma de pesquisar diversos projetos que chegam à Casa, a PEC 55 recebeu 20.455 posicionamentos a favor e 320.511 posicionamentos contrários, em 340.966 pessoas que se posicionaram. Então, esta é uma discussão central desse processo.

Por que é PEC e não são projetos de lei para serem debatidos no Senado? É uma PEC, porque vem de uma vez só, instituindo uma política, sem dúvida nenhuma, voltada para ser uma política restritiva e que não se coloca para o debate da população.

Infelizmente, o meu querido amigo Senador Fernando Bezerra disse aqui há pouco algo em que não acredito. Eu acredito em boa parte do que ele disse, mas, quando ele diz que essa PEC vai definir o debate de 2018, isso não é verdade isso. Essa PEC está definindo o futuro do Brasil para 20 anos. O próximo Presidente da República não poderá interferir no caminho decisivo da economia brasileira, porque essa PEC está lhe cassando a possibilidade de fazer isso. Ela está decidindo que só haverá mudanças daqui a dez anos. O próximo mandato será de quatro anos, já com dois vividos da PEC. Portanto, o próximo Presidente da República não interferirá no debate de quais os caminhos que nós vamos poder seguir.

O povo brasileiro e os próximos candidatos estão cansados de decidir entre propostas diferentes daquela que está sendo colocada. Tudo que for feito daqui por diante, se parecer que melhorou um pouquinho a situação política, vão dizer que foi por causa da PEC.

Quero voltar a uma questão que o Dr. Samuel colocou com muita sinceridade. Respeito muito o posicionamento dele; aliás, respeito o dos quatro que estão à mesa. Quero, em defesa dos economistas, até dizer que os pobres dos economistas não podem ser cobrados por algo que não tenha uma precisão tão clara como o que a Medicina produz ou mesmo a construção de uma casa produz. Todos os cálculos feitos pelos senhores são respeitáveis, mas não dão conta de toda a realidade complexa social que uma experiência humana numa economia ou numa sociedade é desafiada a ter.

Não fosse isso, nós não teríamos a realidade, Sr. Presidente, em tantos anos vividos na humanidade, em que a União Europeia e toda a Europa vivem um profundo debate sobre os seus caminhos na economia. Nós não teríamos os Estados Unidos vivendo agora...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, peço a V. Exª um tempo para finalizar o meu pensamento.

Os Estados Unidos estão vivendo agora aquilo que se chamou o mais violento e crucial debate sobre os seus caminhos. O povo brasileiro não vai ter o direito de fazer isso nos próximos 20 anos, porque ele estará limitado à decisão que será tomada agora.

O Dr. Samuel disse algo muito importante, ele disse que, após a Constituição de 1988, houve uma hiperinflação no Brasil. Ora, ele, como muitos, acredita que uma das razões centrais das dificuldades que vivemos na economia brasileira se origina na Constituição de 1988, a chamada Constituição cidadã. Ali, após a ditadura militar, o povo brasileiro esboçou, através do Congresso Nacional, um pacto social para ser capaz de apresentar à nossa população um projeto de bem-estar social pequeno, tímido, mas que a elite brasileira não tem e não teve até então a capacidade de incorporar; nem a economia brasileira, com suas amarras, foi capaz de dar conta dele. Por isso, é preciso superar esta Constituição, é preciso fazer muitas mudanças. Eu fui Constituinte. Logo após a promulgação da Constituição, um ano depois, já havia diversos setores condenando-a, justamente porque ela tenta estabelecer certas garantias sociais para parcela significativa da população.

Não tenho dúvida de que essa PEC vem na direção de romper o pacto instituído pela Constituição de 1988. E o PMDB, que foi um dos grandes avalistas dessa Constituição – V. Exª, que preside esta Comissão, é desse Partido –, infelizmente, será o instrumento para o rompimento desse pacto. Isso se dará através de um governo do PMDB. O PMDB rompe sua história de ser o interlocutor do centro democrático para promover o pacto social no Brasil para aderir a um projeto que não é seu do ponto de vista econômico, que nasce dentro do PSDB, e para impor à população do Brasil, sem um processo democrático de debate, essas regras, que, através da Constituição, são regras da economia. V. Exªs, V. Sªs, seja lá o que estiverem propondo, estão colocando-as como regras impostas ao povo brasileiro.

A democracia no Brasil está sendo comprometida com essa PEC, sim – está sendo comprometida. E não estou discutindo se Temer teve voto ou não. Certamente, nem Temer, nem Dilma tiveram voto propondo essas questões que os senhores estão propondo à sociedade brasileira. E essa é a questão central deste momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

porque todo o País, frente a uma crise econômica grave como a que nós estamos enfrentando... E eu posso até admitir que V. Exª tenha razão, que seja a maior crise econômica enfrentada. Por que o povo não pode debater o caminho que quer seguir? Por que os sábios são chamados a resolver a questão sem a participação e o debate democrático com a sociedade?

É isso que está acontecendo. Eu, sinceramente – perdoe-me o Dr. Paulo, o Marcos, com toda a sua experiência como Assessor Legislativo do Senado Federal ou mesmo com a sua participação no Poder Executivo –, desconheço, na história política brasileira, muito mais na circunstância do debate sobre a ciência política, qual governo forte e autoritário não teve a agregação total do Poder Legislativo. É essa a característica central. Quando o poder é bastante autoritário e forte, ele agrega imediatamente as maiorias dentro do Parlamento. Por isso, eu não acredito que será o Parlamento que vai estar valorizado a partir daquilo que vocês determinaram agora para definir sobre o Orçamento que vem. O Parlamento vai definir sobre parcos recursos, as esmolas que vão ter de negociar dentro do Parlamento para manter os programas sociais.

Eu quero fazer algumas perguntas. Primeiro, faço uma pergunta ao Dr. Marcos.

V. Sª falou mais de uma vez em foco, em focalizar, falou da necessidade da PEC para uma focalização. Que focalização é essa? Ela diz respeito a parcelas da população que podem ser incluídas ou não?

Ao Dr. Guilherme e ao Dr. Pedro, pergunto: qual o impacto da PEC sobre a capacidade de recuperação do crescimento econômico? Qual o impacto da PEC sobre a capacidade de distribuição de renda? Com essa PEC, vai se resolver a questão fiscal do País? Parece que essa questão, até em certa medida, foi abordada por Roberto e por Fernando, quando falaram por último.

Ou seja, a PEC não resolve todas essas questões, e nenhum dos senhores disse isso. No entanto, os representantes do Governo afirmam que a PEC é que é o instrumento essencial para começar toda a resolução da crise nacional, porque ela se sustenta em uma questão objetiva: ela substitui a decisão do povo pela decisão, hoje, deste Congresso Nacional, que se compôs para viabilizar o *impeachment* da Presidente e para estabelecer esse pacto por cima, feito na sociedade brasileira. Por isto é que precisa começar por ela: porque ela impõe uma regra de 20 anos.

O Dr. Marco teve logo a preocupação de dizer que não são 20 anos, que são dez anos. Disse que são 20 anos, mas que, com dez anos, nós faremos a revisão. Então, por que não cortam os 20 anos, deixando somente os dez anos? Não cortam os 20 anos e deixam os dez anos porque é necessário impor essa ideia de cima para baixo, segurar numa camisa de força a economia nacional dentro dos ditames definidos hoje nesse mercado.

Por último, quero dizer uma coisa. Todos criticam os gastos feitos pelo Governo, pelos últimos governos, com os salários de funcionários. Todos foram votados por este Parlamento e aprovados, em geral, por unanimidade. Portanto, quando se apontam os crimes cometidos pelo Governo, o próprio Parlamento deveria se incluir nessa situação. Aliás, a Fiesp não saía deste Parlamento a pedir renúncia fiscal. Foi a primeira a passar para o lado oposto da cerca para dizer: "Condene-se um governo que está com gastança". É a gastança que eles estão pondo no bolso, que não serviu para implementar o desenvolvimento econômico do País ou garantir empregos, mas que serviu para aumentar os lucros da Fiesp em plena crise de industrialização do País, na desindustrialização que este País vive. Essa Fiesp é a representação do empresariado fabril no Brasil, absolutamente obsoleto, que só pensa nos seus próprios interesses.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exª por estarmos realizando esta audiência pública de forma conjunta, com a CCJ e com a CAE. Vou falar aqui da mesa mesmo, vou usar do meu direito à palavra como Senadora, não como Presidente da CAE.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª é copresidente desta reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, mas agora não estou falando como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, mas como Senadora. Obrigada.

Eu queria também agradecer aos convidados que estão aqui. Todos, de forma muito competente e capaz, expuseram seus pontos de vista. Como a economia não é uma ciência exata, logo, os pontos de vista estão de acordo com o posicionamento de cada um. Eu acho que isso é importante para o debate. Eu só sinto que não tenhamos conseguido fazer outras reuniões como esta. A gente fez algumas na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, infelizmente, sem o contraponto. Acho que isso faltou. É importante para quem está nos ouvindo e assistindo escutar a versão de ambos os lados, saber por que se está propondo isso, como o Governo está enxergando essa medida como uma medida concreta para melhorar o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico.

Antes de entrar nas questões relativas ao impacto, eu queria fazer alguns alertas. Eu começo fazendo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

alerta sobre aquilo que a Senadora Lídice falou, sobre a soberania do voto popular. Ou seja, nós elegemos Presidentes da República a cada quatro anos neste País. Esses Presidentes da República são eleitos através de um programa que é submetido à avaliação popular. Depois da Constituição de 1988, nós não tivemos nenhum Presidente da República eleito que tivesse um plano de austeridade colocado nas urnas. Nem o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o PSDB, foi eleito com um plano de austeridade. Fez mediações, colocou programas e projetos sociais que eram importantes. Pode ser que não tenha sido a quantidade que Lula e a Presidente Dilma colocou, mas ele colocou programas.

Então, eu não acredito que essa proposta que os senhores estão apresentando, se submetida ao crivo popular, passasse, até porque ela precisa ser complementada com uma reforma da Previdência, como vocês falam. E, dificilmente, esta Casa aqui terá coragem – desculpem, vou ser bem sincera – de fazer uma reforma da Previdência, aumentando a idade, diminuindo benefícios, restringindo salário de aposentados. A gente conhece um pouco como as coisas acontecem. Talvez, se a Casa o fizer, não o fará para quem nós deveríamos fazer, que são os servidores públicos mais bem-remunerados do Estado brasileiro. Vai fazê-lo para aqueles que não conseguem chegar com o seu *lobby* até o Congresso Nacional. Quem ganha salário mínimo não vem fazer *lobby* com Senador. Agora, quem está no Judiciário, quem está na Fazenda, quem está no Ministério Público faz *lobby* aqui e dificilmente vai ter um direito seu, uma prerrogativa sua desestabilizada.

Então, acho que isso tem de ficar claro. Nós estamos propondo, vocês estão propondo uma medida dura para 20 anos, ou seja, para 20 exercícios fiscais. Nós vamos ter, em 20 anos, cinco Presidentes da República eleitos. Quer dizer, se ele já vai entrar lá sem poder ter mobilidade alguma sobre a peça orçamentária, que é o que dá sentido ao seu discurso e ao seu convencimento junto à população, o que ele vai fazer? Eu gostaria de saber. Talvez, fosse mais fácil a gente fazer um concurso público para Presidente da República. Pode ser até de cinco anos. Faz-se um concurso público para quem melhor vai aplicar o receituário aqui colocado, ainda que os senhores digam: "Não, mas em dez anos nós vamos rever." Dez anos são dois mandatos e meio de Presidente da República.

Então, eu acho que a dimensão continental do nosso País, as diferenças regionais, as diferenças em termos de renda, isso tudo precisa ser considerado, e não pode ser na letra fria da lei, porque, se fosse assim, nós não precisaríamos da política. É fato que a técnica qualifica a política, mas a política dá sentido à técnica. Então, não é possível que a gente não tenha essa sensibilidade.

Além disso, há outros problemas, como a divisão dos Poderes, a questão da razoabilidade da proposta, o retrocesso social. Nós conquistamos em 1988 avanços importantes na Constituição em que nós estamos retrocedendo. A própria Constituição Federal previu que não podia haver retrocesso em termos de conquistas sociais. Então, nós temos de pensar sobre isso.

Em relação ao mérito, eu queria só colocar algumas questões que eu acho importantes, porque todo o foco da proposta de emenda constitucional é sobre o estouro da dívida pública. Ou seja, nós estamos com uma dívida estourada, e nós precisamos fazer com que essa dívida venha para determinado patamar. Isso vai trazer de novo a confiança do mercado, como se nós tivéssemos a fada da confiança, como se a confiança por si só bastasse para resolver os nossos problemas. A gente sabe que isso não basta. Havia um ditado que minha avó dizia: "Minha filha, amor é muito bom, mas, se não houver comida na panela, não adianta." Então, é isso. Quer dizer, nós podemos ter confiança, mas, se não houver praticamente gente querendo investir, produzir, consumir, a confiança vai ter determinado prazo. Enfim, a dívida pública está no centro disso.

Nós pegamos uns dados do Banco Central que eu acho que são muito importantes para nós sabermos a trajetória da nossa dívida pública, porque não é o estoque da dívida pública em si que tem de ser analisado, mas a trajetória dela em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro, em relação ao crescimento.

Na década de 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós tínhamos uma dívida bruta – eu vou começar pela bruta, porque agora ela virou referência – de 76% do PIB. Nós fechamos o ano de 2015 com uma dívida bruta de 72%. Mas, naquela época, na década de 90, nós não tínhamos as reservas que nós temos, tampouco nós tínhamos dinheiro nos bancos públicos, especificamente no BNDES, porque da dívida pública você tem de tirar o seu ativo. Então, se hoje nós temos 72%, que é menor do que aquele comprometimento que nós tínhamos na década de 90, nós ainda temos de tirar os nossos ativos, ou seja, a reserva que hoje nós temos, que é muito grande, e também os recursos que nós temos disponíveis ao BNDES, que são ativos. Portanto, a nossa dívida bruta é bem menor do que isso. Por isso, a gente sempre utilizou a dívida líquida como referência, e a dívida líquida tem uma trajetória decrescente. Em 2003, ela estava em 50,6% do PIB; em 2008, 41,5%; em 2013, 33,6%. Ou seja, se nós pegarmos um histórico da dívida, ela tem um crescimento decrescente, se é que se pode dizer assim. Então, nós não temos uma dívida pública explosiva, nós não temos uma dívida pública descontrolada. O fato de nós termos tido um crescimento da dívida pública em 2014 e em 2015 é conjuntural, por uma crise que nós tivemos, com responsabilidades nossas, internas, mas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

responsabilidades externas. O preço das *commodities* caiu, nós diminuímos a exportação. Quer dizer, a receita caiu, o PIB caiu. Obviamente, se eu não consigo pagar as minhas despesas com as receitas, porque caíram, eu aumento essa dívida.

E há um dado importante que o senhor colocou, Dr. Samuel, na sua apresentação: a despesa mantém-se, na realidade, estável, entre 5,7% e 6%. A receita varia. Agora, a variação da receita que o senhor colocou lá até 2010, pegando junto a década de 80, tem muito a ver com o aumento da carga tributária com as contribuições. Nós tivemos, até depois, na década de 90, vários tributos sendo colocados para aumentar a arrecadação. Nós saímos de uma carga tributária de 26% ou 27% do PIB e fomos para uma carga tributária de mais de 30%. Por isso, a receita cresceu ali. Não era um fato do crescimento da economia. Mas a despesa manteve-se no seu crescimento, que foi o crescimento ditado pela Constituição de 1988.

É importante dizer que o senhor traz um dado de 2015, que é de -0,8% a receita. Ou seja, nós não tivemos um crescimento da despesa, nós tivemos uma queda da despesa de -0,9%. Então, dizer que, em 2015, a gente teve um gasto grande não é verdade. Nós saímos de um gasto em 2014 de 6% de aumento da despesa para -0,9%. Olha a retração que nós fizemos! Foi essa retração que deu origem, inclusive, a uma crise maior que nós estamos vivendo hoje, que nós estamos vivendo em 2016.

Então, os senhores estão propondo um ajuste estrutural das contas públicas para resolver um problema conjuntural. É esta a situação: um problema de 2, 3 ou 4 anos que nós vamos ter. E isso vai acabar com os direitos mais elementares das pessoas. Não adianta dizer que não vão cair saúde e educação. Não somos nós que estamos dizendo. Há um estudo do Bradesco que eu acho que os senhores receberam – e o Bradesco apoia a PEC 55 –, que diz o seguinte: nós podemos deixar em zero o investimento, nós podemos deixar em zero as outras despesas correntes, podemos deixar em zero as outras obrigatórias, que não se conseguirá, com essa PEC, manter os gastos em saúde e educação. Não se conseguirá. Quer dizer, a população cresce, a demanda cresce. Como nós vamos reduzir? É contraproducente, não há como!

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, a bem da população, nós tínhamos de ter algo que o Prof. Guilherme sugeriu: vamos fazer, sim, um teto de gastos, com um teto de crescimento, sem ser um teto de "não cresce mais nada, congela", e vamos mexer na outra ponta da política fiscal.

Por que a gente não mexe em juro sobre capital próprio, que foi criado para repor a inflação na época do Plano Real para o setor empresarial, que perdeu o com o *overnight*, que perdeu com os investimentos? Por que a gente não trabalha com lucros e dividendos? Em 1996, nós deixamos de aplicar uma alíquota de 15% em lucros e dividendos, mas nós aplicamos nos assalariados 27,5%.

Quer dizer, eu não entendo isso. Por que a gente não trabalha com as isenções tributárias, com as desonerações e com os benefícios? São imensas as desonerações que nós temos. Nós não temos coragem de trabalhar. Sabe por que a gente não trabalha? Porque, cada vez que vem um projeto para esta Casa de uma proposta assim, há um *lobby* descomunal. É impressionante! Ninguém consegue votar. Aí, para você tirar direito do povão, dá, porque aí o *lobby* não é tão grande, não chega tanto perto dos Senadores. As pessoas não conseguem vir para Brasília. No máximo, chegam aqui os nossos sindicatos, as nossas associações, mas o povo mesmo não chega. Então, a gente vai pela via mais fácil, vamos fazer um retrocesso.

Nós vamos ter fome de novo neste País, fome. Eu acho que não tem coisa mais vergonhosa para um País que ter gente passando fome. Isso nós não podemos voltar. E nós vamos voltar se a gente passar uma proposta como essa.

Então, eu queria fazer um apelo para que vocês pudessem mediar. Hoje nós vamos apresentar uma proposta alternativa à PEC para trazer o equilíbrio e também para melhorar a gestão fiscal. Eu acho que a gente tem condições de fazer isso de outra forma, sem colocar em cima do povo pobre. Desculpem-me, mas, na hora em que a gente reduzir o aumento do salário mínimo, não é esta Mesa aqui que vai pagar a conta, não é o senhor, nem o Dr. Marcos, que é consultor do Senado e ganha bem, como eu, Senadora, que ganho bem, como os professores aqui. Nós ganhamos bem.

Então, sabe o que me parece? Que a gente fica sentado em uma sala com ar-condicionado ganhando bem, olhando os dados e dizendo como que os outros têm de se ferrar. Não dá para ser assim. Não dá para dizer para a população que eles não vão mais ter salário mínimo corrigido pelo valor real, porque eles ganham um salário ou dois salários, quando muito, para comprar arroz, feijão, o remédio que precisa. E nós ficamos aqui ditando essas regras.

Então, acho que o mínimo de sensibilidade nós temos de ter. Nós não podemos voltar atrás naquilo que nós conquistamos com tanta luta, com tanta vontade de melhorar este País. Desculpem-me, mas essa é a principal emenda constitucional que nós temos depois da Constituição promulgada. Ela mexe no coração dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sociais que foram conquistados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os nossos convidados, os nossos economistas de vários segmentos, de várias linhas ideológicas diferenciadas.

E eu já quero começar dizendo, Sr. Presidente, que não conheço bem Friedman nem Keynes. Não sei, do ponto de vista técnico e econômico, os pontos principais ou com profundidade o que cada um pensa. Eu só sei raciocinar como cidadã, como política que representa um dos Estados mais pobres do Brasil, que é o Tocantins, que tem uma renda *per capita* baixíssima. E é desse povo que eu sei falar. É do povo do campo também que eu sei falar, daqueles que produzem.

Sou uma mulher que acredita no mercado, que acredita na livre iniciativa, que acredita no direito de propriedade. Muita gente acha que direito de propriedade é para rico, para grandes fazendas, mas, na verdade, quando falamos de direito de propriedade, nós queremos defender aquele fusquinha ou uma motocicleta velhinha de alguém, porque aquilo é dele, ele ganhou com o suor do seu rosto, não interessa se pouco ou muito.

Então, essas são as premissas em que eu sempre baseei o meu trabalho. Cheguei até aqui como empresária rural que começou aos tropeços, aos trancos e barrancos, aprendendo com a necessidade. E é a vida que nos ensina.

Como mãe, como avó, que sou hoje, tenho muito orgulho de tudo isso e acho que nós estamos num momento decisivo da vida nacional, da política nacional, muito mais do que da economia, porque, neste momento, Sr. Presidente José Maranhão, que foi Governador do seu Estado e que é um homem experiente – gostei muito da sua fala naquele dia da reunião do PMDB, dos Senadores –, nós estamos aqui tratando da inferiorização do Congresso Nacional, em primeiro lugar. E isso me entristece muito. Nós fomos eleitos exclusivamente para representar o povo de uma forma: fazendo leis, subindo à tribuna e fazendo as nossas denúncias. Mas, a partir desta PEC, nós estamos reduzindo, diminuindo enormemente o nosso trabalho e a nossa função.

Sem nenhuma brincadeira pejorativa, eu acho que nós deveríamos, a partir de hoje, reduzir até os nossos salários, porque nós vamos ter muito pouca coisa a fazer aqui. Nós estamos entregando para o Executivo o congelamento da lei mais importante que é elaborada e aprovada nesta Casa, que é a lei orçamentária. Ou nós vamos fazer um balanço aqui de quantas leis, durante um mandato, a Kátia Abreu, a Gleisi Hoffmann ou o senhor conseguiram aprovar aqui, que não seja a lei orçamentária? É quase um milagre aprovar aqui uma lei durante um mandato. E nós estamos entregando para o Dr. Henrique Meirelles... Digo isso com todo o respeito, pela carreira que ele construiu. Mas hoje ele é o todo-poderoso que exigiu 20 anos: "Eu não quero saber, ou eu peço as contas!" Imagino que isto é o que está no bastidor: "Ou é o que eu quero, ou eu peço as contas". E tem o apoio total e pleno do PSDB.

É uma opção. Agora, nós temos de questionar isso, o meu Partido, o PMDB. Nós não podemos ir a reboque de um capricho de 20 anos. E, quando eu digo, Senador José Maranhão, que é um capricho... Sou caprichosa para estudar e para aprender. Venho da roça, mas sou esforçada para aprender, sou humilde para aprender. Passei três dias em São Paulo, na semana retrasada, conversando com os economistas melhores deste País, conservadores, economistas da MCM, como Cláudio Adilson, que é meu professor preferencial. Não venha me dizer que ele é keynesiano!

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É um dos mais radicais, e ele não conseguiu me explicar o porquê dos 20 anos. Sentei na frente dele e falei: "O senhor tem três horas para me dizer por que 20 anos. Eu quero acreditar. Se o senhor me disser, eu acredito no senhor e vou defender a tese." Ele não conseguiu definir isso para mim e não tentou me convencer de que 20 anos eram necessários.

Então, nós estamos abrindo mão de uma prerrogativa nossa só pode ser por um capricho de um todo-poderoso que se acha o mago da economia nacional. Olha, Sr. Presidente, ele deve ser bom mesmo, e eu acho que ele é bom. Mas há outros bons iguais a ele. Ele não precisa nos obrigar, goela abaixo, a aguentar os 20 anos. Isso é um desaforo! Isso é um desaforo para o Congresso Nacional, não é para a oposição, não é para o Governo. É um desaforo para o Presidente da República, que está virando refém dessa história. Ele não acredita nos 20 anos, porque ele foi a uma entrevista na televisão e disse que, em quatro ou cinco anos, isso deveria ser revisado. Está gravada a entrevista dele. Então, o que há por trás desses 20 anos?

Sr. Presidente, nós vamos agora nos limitar a participar das reuniões destas Comissões, sem aprovar projeto de lei nenhum, porque não se aprova finalmente. E a nossa principal função... O dinheiro que o senhor quer levar para a Paraíba, que eu quero levar para Tocantins, que ela quer levar para o Paraná não está em nossas mãos mais. Se essa PEC é aprovada, nós estamos delegando uma prerrogativa dada pelo povo brasileiro a nós, Senadores da República, porque a Câmara já entregou, sem nem discutir, nem tentar reduzir para dez anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sem tentar abrir uma justificativa.

Mas vamos adiante, Sr. Presidente. Os economistas em quem confio, em São Paulo – nenhum deles é da esquerda –, fizeram-me alguns questionamentos que eu gostaria de trazer aqui para cada um dos quatro.

De fato, quando muitos colegas Senadores aqui, com muita justiça e com indignação, dizem que a PEC vai tirar dos mais pobres, é porque, na verdade, quando nós congelamos os gastos, nós estamos falando de saúde e de educação. Quem é que usa saúde e educação de graça neste País? É Senador da República? É economista consultor do Senado? É economista de banco? Ah, gente, pela nossa saúde nós não pagamos nada, ela é de graça! É do pobre que nós estamos tirando. Isso não é conversa de esquerda, isso não é prerrogativa da esquerda. Eu não sou da esquerda, mas eu sou humana, sou gente e conheço o povo do Tocantins. Estou falando de pobre de cadeira, porque lá a maioria do povo é pobre.

Então, eu quero saber o seguinte, é a primeira pergunta feita a vocês. As despesas tributárias do País correspondem a R$271 bilhões por ano. O que são despesas tributárias? Digo isto para aqueles que nos ouvem e, talvez, não estejam atentos ao debate. É desoneração, abrir mão de receita, todo tipo de incentivo fiscal. São R$271 bilhões por ano. Do governo Lula para o de Dilma, isso aumentou um ponto percentual. Não é 1%, não! É dinheiro toda a vida! É um ponto percentual. É um escândalo de desoneração que foi dada pelo *lobby*, como disse aqui a Senadora Lídice da Mata. O *lobby* pesado dá conta de subir a rampa do Palácio do Planalto há mais de 40 anos. Não é de governo de Dilma, de Lula e de Fernando Henrique, não! Há anos e anos, sobe e conhece a trilheira da rampa do Planalto e a nossa aqui e leva tudo, todos os setores.

Agora, Sr. Presidente, as desonerações, um ponto percentual que foi aumentado... Por que ninguém está falando em reduzir esse um ponto percentual para ajudar na conta? Por alto, são R$60 bilhões por ano. O déficit da Previdência é de R$180 bilhões. Por quê? Porque é mais difícil mexer com empresário, porque o *lobby* vem pesado. Então, é mais fácil, de fato, Sr. Presidente, mexer nos silenciosos. Não há nenhuma demagogia aqui, não! Nós estamos mexendo nos silenciosos, que não sobem nenhuma das duas rampas. E cabe a nós dizer "não" para isso ou dizer "sim" para um congelamento de teto mais reduzido, mas é preciso rachar essa conta, Sr. Presidente. Vamos desonerar!

A desoneração da folha de pagamento foi dada com a maior das boas intenções para aumentar o emprego. Prove-me um de vocês que a desoneração de R$20 bilhões a R$30 bilhões aumentou o emprego no País. É muito simples: o empresário é desonesto? Não, ele é sabido. Ele é sabido ou não é empresário. Por quê? Ele vai fazer a seguinte conta na cabeça dele: "Eu não sei até que dia esse povo doido vai dar isso aí. Vou empregar gente, e, depois, acaba essa desoneração, e eu estou com o queijo na mão sem a faca." E tem de demitir esse povo todo, e ele não vai ter recurso para isso.

Então, você sabe o que ele fez com esses R$20 bilhões ou R$30 bilhões, Sr. Presidente? Ele, que é sabido e inteligente – eu faria a mesma coisa –, colocou dinheiro do lucro no bolso. É óbvio!

Então, essa é uma das despesas tributárias que nós cedemos aos empresários do Brasil em uma hora difícil e que agora eles têm de nos devolver, Sr. Presidente. Eles têm de nos devolver um ponto percentual, que são R$60 bilhões, porque quem está lá fora vai ficar mais consolado.

E essa jabuticaba preta, que só existe no Brasil, que é o crédito, o lucro presumido? Isso é uma aberração, Sr. Presidente. O lucro presumido é caso de prisão, de cadeia, de polícia. Trata-se de cobrar 32% de alíquota, de 25% sobre 32% do lucro, quando todos nós sabemos que todo mundo leva 90% de lucro. Permito que a diferença seja de dividendos. E pago o que de imposto? Zero. É só rico que dá nisso. Isso dá no mínimo de R$8 bilhões a R$10 bilhões. Mas vá mexer nesse vespeiro! São profissionais liberais que não gastam um centavo, que não têm despesa nenhuma. É só inteligência!

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Isso é prestação de serviço, gente. No mínimo, tinha de pagar 20% do patronal, porque não existem 32% de lucro presumido nessa área onde ele é beneficiado.

Vá conversar com o Rachid, da Receita, sobre o que ele acha disso. Ele também acha uma aberração. Não existe em lugar nenhum do mundo o crédito presumido. Agora, pergunte sobre o *lobby* aqui dentro.

Vamos propor isso. Eu topo, sou a relatora se precisar, porque eu acho que agora é hora de todo mundo dividir a conta. Eu voto, Sr. Presidente, eu sou responsável. Fiquei viúva com 25 anos de idade e sei o que é somar dinheiro para não perder, para não passar fome, para não perder o que tem. Ó luta! É como fazem todas as donas de casa e pais de família deste Brasil. Sabem fazer contabilidade bem feita. E ninguém pode gastar mais do que tem. Acho que isso está certo.

Agora, dizer, como disse o Dr. Marcos, que nunca se viu uma gastança absurda como se viu no governo da Presidente Dilma? Eu não estou aqui paga para defender a Presidente Dilma. Ela já sofreu o *impeachment* dela, gente. Agora, injustiça aqui na minha frente eu não vou deixar, porque o senhor está cansado de saber que podia ser Dilma, Josefa, Joana ou Maria, que as despesas da Previdência iriam ser exorbitadas como foram e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

como serão se não houver a reforma.

Essa PEC do teto sem a reforma da Previdência e nada é uma coisa só, Sr. Presidente. Na verdade, ela está tirando a prerrogativa nossa, retirando o nosso poder. Estamos dando de graça o poder para Henrique Meirelles e para o Executivo a troco de absolutamente nada, porque, se a reforma da Previdência não vier, de nada isso vai adiantar, a não ser a nossa desmoralização pública de Senadores. O povo pode apontar o dedo para nós, assim como a imprensa, os colunistas inteligentes todos que há por aí: "Vocês não dão conta, vocês não têm competência. O Presidente está passando um pito em vocês, porque vocês não dão conta de gastar menos do que arrecadam." Nós estamos atestando isso de forma humilhante. Isso é muito feio para nós. É muito feio para o Partido, nós não deveríamos aceitar.

Agora, temos de trabalhar, sim, pelo ajuste fiscal. Sou parceira. Mas fazer isso só pendendo para um lado, não, Sr. Presidente. Eu sei o que isso vai custar para nós. Eu sei o que vai custar na educação e, muito mais do que na educação, na saúde, gente. O povo está morrendo nas portas. No meu Estado de Tocantins, é decretado estado de calamidade pública. Os anestesistas não recebem há quase um ano, os médicos não recebem plantão há seis meses. Não há uma caixa de remédio, não há UTI neonatal. E nós vamos congelar gastos de saúde em detrimento de gastos tributários, de desonerações de empresas que poderiam abrir mão agora?

Eu sou contra o imposto, eu acho o imposto triste. Excesso de carga tributária é péssimo para o pequeno, para o médio, para o grande. É horrível! Mas nós estamos falando de um momento de crise. Essa conta não pode fechar apenas para um lado. Isso nós não podemos permitir que aconteça.

Também quero dizer ao Sr. Marcos que nós deveríamos lembrar ainda, assim como o senhor fez aqui hoje, que muitos Senadores, vários, do PSDB, aprovaram todas as medidas que Dilma mandou para poder conter gastos. E agora estão aqui discursando, de bonitos, como se fossem o povo mais responsável do País.

Vamos nos lembrar aqui, agora, do fator previdenciário. O fator previdenciário, sobre o qual a Presidente teve de recuar e de fazer uma renegociação de 85/90, custou o aumento do valor da Previdência, o aumento de benefícios, em detrimento do fator previdenciário. Aumentou em 50% o custo e o rombo da Previdência. Esses que estavam aqui, agora mesmo, dizendo que a Presidente Dilma é irresponsável, assim como ele disse. Não usou a palavra irresponsável porque não está doido, mas foi mais ou menos isso, que ela...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Que ela nunca gastou tanto.

Agora, eu queria lembrar também que o seguro-defeso, que o senhor citou aqui, quem assinou fui eu, como Ministra. Quem derrubou o seguro-defeso foi Dilma; e eu que assinei o decreto. Não foi esse Governo agora não, não foi o PSDB. Nós suspendemos o defeso, exatamente. Paguei esse preço alto, mas não sou covarde. Não sou Senadora só para agradar, sou Senadora responsável pelo País. Assinei. Quando a Presidente me perguntou e levou a questão à Casa Civil, não titubeei e assinei o decreto. Apanhei muito nas redes sociais, mas faria tudo de novo.

E aí, o que aconteceu com o seguro-defeso? Esses que estão aqui gritando por moralidade, contra a gastança, devolveram e derrubaram o seguro-defeso que eu fiz, que a Presidente Dilma fez. E ninguém se lembra disso!

Agora, ainda quero lembrar que todas as medidas que ela mandou para o Congresso para desvincular do salário mínimo ela perdeu aqui. Quero ver com que cara vão vir agora pedir a reforma da Previdência e a desvinculação do salário mínimo. Eu não voto! Eu não voto. Já vou antecipar o meu voto. Eu não tiro salário mínimo de aposentado pobre e de deficiente pobre. É demais para a minha cabeça, eu não dou conta.

Agora, falar que se aumentou a gastança com o pobre aposentado... Vocês estão ficando doidos! Quem deu essa prerrogativa aos aposentados pobres foi a Constituição de 1988. A Presidente Dilma teve a competência de criar os CRAS e de criar todos os polos do INSS com o Ministro Garibaldi, do nosso Partido, do PMDB, que teve competência para fazê-lo. Espalharam-se pelo Brasil todo os postos do INSS, e o povo aprendeu a buscar seus direitos. Isso é gastança? Rasguem a Constituição! Foi Dilma que inventou isso? Não. Ela deu alcance ao direito. O direito já existia desde 1988. Isso não é aumentar gastança. Quem assiste lá de fora pensa que essa mulher, Dilma Rousseff, pegou o dinheiro, rasgou, pôs fogo, ateou álcool e queimou. O que é isso, gente? Vamos ser honestos. Isso, esse rombo, Brasil, aconteceria com qualquer um de nós porque a Previdência Social, hoje, está engolindo o Tesouro brasileiro. A Presidente Dilma não alterou a certidão de nascimento para o povo ficar velho não! O povo vai fazendo aniversário e está ficando mais velho do que no ano passado e, portanto, está se aposentando mais. Agora, ela está rasgando dinheiro? Ela rasgou dinheiro e deu dinheiro às pessoas? Quem deu direito às pessoas foi a Constituição de 1988. E ela deu acesso ao seu direito, a essas pessoas.

Agora a Petrobras está melhorando, em seis meses. Que milagre foi esse? Digam-me vocês quatro. Que milagre foi esse de seis meses, que agora a Petrobras está começando a crescer? É porque o Bendine, que é o ex-Presidente da Petrobras, fez um trabalho de primeira. Tirou a catrevage que estava lá dentro e começou a levar a Petrobras com seriedade. O que está lá agora também é bom, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E a Caixa Econômica, que era banco público, algazarra, gastação de dinheiro, usando a Caixa Econômica, é o segundo banco do País agora, foi eleito. É o segundo banco do País. Em cinco meses, a Caixa Econômica se transformou no segundo banco do País? Em cinco meses?

E nós participamos deste Governo, Sr. Presidente, nós, do PMDB, ajudamos nesses números positivos. Isso não foi feito sozinho. Nós ajudamos. Nós fomos ou coniventes ou parceiros, pode escolher o nome que quiser. Eu sou parceira. Eu me sinto parceira.

Agora, finalizando, eu gostaria que vocês pudessem me dizer o seguinte. Com relação à PEC dos 20 anos, o meu professor querido Cláudio Adilson – até devia ter ligado para ele para ele poder nos assistir agora, que ele ia ficar orgulhoso, e eu esqueci – fez algumas simulações, Sr. Presidente. É um cara seríssimo!

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Seríssimo! É economista dos grandes bancos do País, como esses aí. A previsão é a seguinte: se as reformas – se e somente se, que eu não posso desmoralizar meu professor –, se as reformas forem feitas, em 2021 nós já temos superávit, e, em 2024, a dívida, a relação de dívida/PIB de 60% já estará equilibrada. Isso dá oito anos, Sr. Presidente. E por que Henrique Meirelles quer 20? Mande-o vir aqui dizer para nós. Eu ia perguntar para ele na reunião do PMDB, já desmarcou três vezes. Vou perguntar com educação, não vou brigar com ele. Agora, eu quero que ele me diga.

Então, se nós estamos atrás de superávit e se nós estamos atrás de uma relação dívida/PIB com o máximo de 60%, qual é o problema? Por que precisamos de alcançar esses 20? E a relação está aqui, Sr. Presidente. De todo mundo que tem 271 bilhões, que nós podemos tirar um ponto percentual, dá R$60 bilhões tirando as desonerações, fora o lucro presumido, que é uma jabuticaba brasileira.

Então, essas as minhas considerações no que diz respeito a exatamente isso: por que 20 anos? Se nós fizermos as reformas, e eu sou parceira nas reformas, quero ser parceira, quero ser relatora se precisar, mas não venha com um trem sem lógica não! Política e a vida só servem com lógica. Sem lógica, estou fora.

Então, expliquem-me por que 20 anos. Expliquem-me, se pela simulação com as reformas nós alcançamos isso em oito, se vocês concordam que a relação dívida/PIB se equilibra com oito, e menos ainda, com menos tempo, nós teremos o superávit, se vocês concordam ou não com o meu querido professor. Imaginem se eu ia pedir que concordassem comigo, que sou só Senadora e não sou economista.

E, lembrando, como já disseram vários aqui, os cinco maiores países, os mais ricos do mundo, que fizeram a PEC do teto... Não é PEC. Pelo amor de Deus! Ninguém fez PEC, só nós. Todos fizeram acordo político, porque esta Casa é política, é a Casa do acordo político. Nós estamos abrindo mão disso.

Então, eu gostaria que vocês pudessem, se quiserem, claro, óbvio, comentar essas pouquíssimas palavras que eu disse aqui agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu agradeço as palavras e o trabalho da Senadora Kátia Abreu, que conseguiu resumir toda essa análise do Governo, da economia nacional em apenas 17 minutos.

(*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa é a vantagem de quem fica por último.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É, perfeitamente.

Com a palavra o Sr. Guilherme Mello.

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Eu pedi para falar antes porque meu voo sai em breve. Então, peço desculpas.

Primeiro, obviamente, agradeço, mais uma vez, a presença de todos e todas e faço um elogio aqui à qualidade do debate, que acho que foi muito bom, não só na mesa, mas principalmente nas intervenções. E quero fazer uma homenagem aqui às Senadoras da República: todas as intervenções, sempre importantes. A mulher, que tem pouca participação na política brasileira... mas aqui, as Senadoras muito ativas, participativas, e muito qualificadas as intervenções. Então, queria fazer essa homenagem, que acho importante.

Rapidamente, quero colocar algumas questões. O Senador Fernando Bezerra disse que ele acha que, dado o número grande de PECs que já foram aprovadas na história democrática recente brasileira, seria razoavelmente fácil você mudar essa PEC no futuro. Eu não tenho essa visão política tão clara quanto vocês que estão aqui dentro, mas eu acredito que a dificuldade de alterar essa PEC, caso a gente acredite, ou o Brasil perceba que ela não é o melhor negócio, digamos assim, para nós, a melhor estratégia são as pressões do *lobby* mais forte que existe hoje, não só no Brasil, no mundo, que é do mercado financeiro.

E a pergunta é: por que 20 anos? Por que havia um *lobby* no mercado financeiro. É a exigência dos bancos. Então, sei que isso pode parecer uma coisa ideológica, mas, na minha opinião, é a única explicação plausível. Ah, mas não são 20 anos, são 10, e depois muda e a cada mandato pode mudar. Mas, você não precisaria fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

isso, nem por PEC, e se são 10, não precisaria fazer 20, coloca lá 10, em 10, e acabou. E aí depois a gente vê o que faz. A gente faz um acordo político, não precisaria ser PEC, poderia ser acordo político, como é feito na maioria dos países, poderia ser até por lei. Algumas coisas constitucionais a gente teria que mudar, mas não uma PEC.

Agora, eu acho, então, que, uma vez aprovada, voltar atrás, a gente achar "olha, realmente, estava errado, vamos voltar atrás" vai ser muito difícil. Imagino a capa das principais revistas e jornais do Brasil se a gente quiser voltar atrás disso: "O governo é irresponsável, quer se liberar para gastar", aquele ataque. E o governo vai fazer o quê? Vai recuar, é óbvio, vai recuar.

Bom, essa é a minha interpretação.

O Senador Roberto Muniz perguntou se é possível encontrar um meio-termo. Eu acredito que é possível encontrar um meio-termo, e esse é o trabalho da política, é conseguir encontrar os acordos possíveis.

A proposta que eu fiz já incorpora um elemento muito importante da PEC. O que é a PEC? É uma regra de gasto. O Brasil hoje tem regras de gastos na LRF, mas não uma regra que limita o gasto do Governo Federal. Fiz uma proposta, que pode ser discutida, que também é uma regra de gasto, só que é uma regra de gasto diferente da PEC que, na minha opinião, garante mais flexibilidade, é mais anticíclica, garante o financiamento do Estado de bem-estar social e garante a prioridade para o investimento público.

Então, é um diálogo com a PEC, porque a PEC já é uma proposta de regra de gasto. Eu não acho que propor regras de gasto, principalmente no momento atual da economia brasileira, seja necessariamente ruim. Nós podemos discutir uma regra de gasto. É possível uma regra com cláusulas de escape, que priorize investimento público, que siga os exemplos bem-sucedidos internacionais, que sejam ajustáveis pelo ciclo político, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – E ela discute – tenta discutir – a qualidade do gasto público, porque a qualidade tem a ver com a eficiência, claro, corrupção, etc., tem a ver com todas essas questões, mas tem a ver com a composição. E a proposta que eu tentei trazer é uma tentativa de priorizar os gastos com maior multiplicador, maior impacto social, maior impacto de geração de emprego e, portanto, melhorar a qualidade do gasto. Eu sempre brinco assim: eu sou um defensor do Estado. Eu acho que o Estado tem um papel muito importante no desenvolvimento econômico no mundo inteiro, e não só no Brasil, no mundo inteiro. Não conheço caso de desenvolvimento econômico em que o Estado não tenha tido um papel central. O problema é que o nosso Estado é muito ineficiente. O nosso Estado tem muito... Vamos melhorar a qualidade do nosso Estado? É óbvio. É óbvio. E como isso pode aparecer do lado fiscal? Com uma melhoria da qualidade do gasto e da composição do gasto, certo?

Assim, vamos olhar onde estão os gastos regressivos. Qual o gasto mais regressivo? São os juros ou o quê? Vamos tentar reduzi-los. Outro gasto regressivo: uma desoneração é regressiva? Então vamos tentar diminuí-la. E qual é o gasto progressivo? Saúde pública? Ótimo. Então vamos tentar reforçá-lo.

Eu acho que nesse ponto a PEC falha, porque a PEC pressiona os gastos mais progressivos, os gastos que distribuem mais renda e os gastos que promovem mais o crescimento, e libera os gastos mais regressivos.

Última duas questões. A Senadora Lídice colocou a questão de quais os impactos da PEC sobre a questão fiscal, o crescimento e a distribuição de renda. Bem, aí vai depender muito da interpretação de cada um sobre como funciona a economia. Eu acredito que a PEC, ao pressionar, reduzir o tamanho do Estado e reduzir, na minha visão, o investimento público e o investimento social, contribui para limitar a capacidade de crescimento da economia brasileira, e não aumentá-la.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Essa ideia de que nós vamos melhorar o gasto público, ele vai ser menor em relação ao PIB, mas vai ser melhor na sua composição, repito, estudo de pesquisadores do FMI mostra exatamente isto: os países em desenvolvimento que adotaram regras de gasto, a grande maioria não melhorou, diminuiu o investimento público...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME SANTOS MELLO – Todos. Diminui investimento público, e não melhora a composição.

"Ah, mas a gente vai fazer diferente." Vamos ver. Eu não acredito nisso, até porque o teto é um teto que vai descendo sobre as nossas cabeças, é 19% do PIB, vai virar 18%, vai virar 14%, até... Em 2016 vai estar 14%. Só que o piso está subindo. E qual é o piso? É a Previdência. São os gastos previdenciários. Hoje é 8,5%, amanhã vai ser 9,5% – mesmo com reforma da Previdência –, depois vai ser 10%. Ou seja, quem está no meio, que é educação, saúde, cultura e segurança pública, estes estão em maus lençóis, porque é um teto que desce e um piso que sobe. Não sei como vai ser resolvido isso do ponto de vista político.

E a última questão que eu queria colocar é sobre o que a Senadora Gleisi colocou, ou seja, que a PEC é a mais grave emenda constitucional, com o qual vou concordar. Não tenho estudos sobre todas as 93 emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

constitucionais aprovadas, mas, das que eu me lembro, ela realmente é muito grave. Por quê?
Porque, ao limitar o gasto público e reduzir o tamanho do Estado ao longo do tempo, ela vai na contramão da Constituição, que é de ampliação dos serviços públicos e ampliação da cobertura social. Na minha opinião, ela vai na contramão da Constituição. Portanto, ela é gravíssima, porque é uma emenda à Constituição que limita o projeto de país inscrito na Constituição, e isso é muito grave.
Desse ponto de vista, eu queria colocar uma última questão que é a ideia de "austericídio". O Samuel colocou aqui: "Ah esse negócio de 'austericídio' é uma balela, não resiste a cinco minutos de análise." Não vou, obviamente, discutir o que está escrito em centenas de páginas aqui. O Pedro Paulo tem todas as condições de... Mas o que a gente está colocando aqui é o seguinte. Quando a gente está falando, por exemplo, em 2015, que houve "austericídio", a gente não está falando só que houve contração fiscal; está falando que houve contração fiscal, aumento de juros, desvalorização cambial e aumento dos preços administrados, que elevaram enormemente a inflação. A desvalorização cambial mais o aumento dos preços administrados levaram a inflação lá para cima.
Aí você vai falar assim: "É, agora já estão caindo os juros." Mas é evidente, está caindo a inflação. Por quê? Porque o câmbio voltou a valorizar e o efeito dos preços administrados caiu. Então, não é que estão caindo os juros porque o Governo é muito bonito e o mercado olha para ele e fala: "Gosto do Temer, não vou exigir tanto dele, vou cobrar menos juros." Não. É porque a inflação está caindo e, portanto... Mas está caindo por evidentes motivos, está passando aquele choque inicial.
O "austericídio", então, não é só fiscal. O "austericídio" foi o choque dado na economia em 2015, em uma economia que já estava entrando em recessão. Se você dá um choque desses, joga a economia em depressão. E aí o que você faz? Cria uma regra de 20 anos para que essa realidade se prolongue até não sei quando.
Eu peço desculpas porque vou ter que sair para pegar o meu voo. Agradeço mais uma vez e estou aberto para o debate sempre que for convidado. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Marcos Mendes.
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Muito obrigado, Senador. A essa altura, já está todo mundo bastante cansado. Vou tentar responder com a maior brevidade possível.
Foi citado aqui que o economista-chefe do FMI tem um artigo que fala que austeridade fiscal não funciona. Depois eu vou passar o meu *e-mail* para os outros debatedores. Eu queria ver esse *paper* porque provavelmente ele se refere aos países desenvolvidos, que, como o Samuel falou, estão vivendo uma realidade completamente diferente da nossa. São países com uma capacidade produtiva muito maior, com muito maior produtividade, com taxa de juros muito baixa e em processo de desinflação, ao contrário de nós, porque precisamos melhorar a nossa produtividade, a nossa capacidade produtiva. Temos um processo inflacionário muito forte e juros muito altos. Então, não acredito – posso estar errado – que o Blanchard tenha feito esse tipo de avaliação com relação à economia brasileira.
Foi dito aqui que Estado que emite a própria moeda não fica insolvente. Então, quem fala isso está apostando que temos a última saída, que é a hiperinflação. Infelizmente, acho que isso não é uma saída, é o fundo do poço.
Pena que o Dr. Guilherme está saindo. Eu gostaria de dizer que gosto muito da proposta dele de progressividade tributária, atendendo ao que o Senador Muniz pergunta: não tem sobreposição de ideias? Gosto muito. Acho que precisamos melhorar muito a progressividade tributária no Brasil.
Querem um exemplo de um absurdo? As isenções e os descontos no Imposto de Renda. Por quê? Porque quem paga Imposto de Renda no Brasil são os 10% mais ricos da população brasileira, e existe uma lista de isenções de Imposto de Renda para n situações: doentes da doença tal, profissionais de tal área; e essa lista só aumenta. Eu me lembro de que, como Consultor do Senado, eu estava sentado aí atrás, e houve um projeto para dar mais uma dessas isenções cujo relatório era contrário, o parecer era contrário. Mas a Bancada do PT se levantou contra e disse: "Temos que dar essa isenção." E o projeto foi aprovado; mais uma isenção no âmbito do Imposto de Renda que é altamente concentradora de renda foi aprovada. Então, esse debate da progressividade tributária já está atrasado. Agora, ele é muito duro, e temos que ver quem vai defender na hora de efetivamente tirar os benefícios tributários.
O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – E sobre as bandas? A possibilidade de juntar as bandas?
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Bandas de quê? De resultado primário? De...?
A questão aqui é que precisamos ter uma regra clara. Estamos saindo de um período de cinco anos de profunda contabilidade criativa em que foi feito todo tipo de ginástica para esconder despesa, para esconder déficit, para transformar despesa primária em superávit primário. Então, nós temos que ter uma regra clara, simples, fácil de ser seguida e fácil de ser observada por todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por exemplo, poderíamos propor que, quando a relação...
(*Soa a campainha.*)
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – ... dívida/PIB chegasse a um determinado nível e começasse a cair, se mudasse a regra. Aí, poderia começar a haver o seguinte: se o Banco Central, por exemplo, resolve fazer algum tipo de política que muda a relação dívida/PIB, como, por exemplo, vender reservas internacionais ou mudar compulsório, já viria "ah, está mudando para mudar o limite da dívida". Então, qualquer regra dessa torna o cumprimento e o acompanhamento da regra mais complexo. O que estamos propondo é uma regra simples, fácil de acompanhar e que não esteja sujeita à manipulação e à contabilidade criativa, que fez muito mal ao País, nos últimos anos, em relação à confiança na política pública.
A Senadora Fátima Bezerra falou aqui muito de educação. Eu enfatizei na minha apresentação que mais de 70% – para ser preciso, 77% – da despesa de educação está fora da PEC. Então, informações que ela deu aqui como as de que vai prejudicar a expansão do ensino médio, vai prejudicar a expansão das creches não cabem. O que vai prejudicar a expansão no ensino médio e a expansão das creches é a crise econômica, que está tirando receita de Estados e Municípios porque são esses que pagam por isso. Então, isso não cabe como crítica à PEC. Eu já tive esse debate com a Senadora Fátima Bezerra, na outra vez em que eu estive aqui falando sobre a PEC...
(*Soa a campainha.*)
... e ela falou: "Vocês não sabem que foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que diz que se tem de gastar 10% do PIB em educação?" Esse plano foi aprovado porque as pessoas não acreditam no realismo orçamentário. Ao votarem isso, não acreditavam que iriam efetivamente colocar 10% do PIB na educação, porque, se houvesse essa convicção, e o projeto é de aplicação opcional, o pessoal da saúde jamais teria aceitado aprovar esse tipo de projeto.
Com relação à Senadora Lídice da Mata, que falou que existe uma pesquisa do e-Cidadania em que a grande maioria votou contra a PEC. Nós temos que ver que há pesquisas e pesquisas, pesquisas de consulta. Tem que ver qual é a metodologia dessa pesquisa. Eu tenho aqui...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço permissão ao orador para interrompê-lo, a fim de registrar a presença de S. Exª o Governador da Bahia, acompanhado de um secretário muito simpático, que foi nosso companheiro na Comissão de Orçamento na legislatura anterior e que fez um trabalho exemplar.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só peço ao Dr. Marcos para não desconstruir o e-Cidadania, pelo amor de Deus. Não o desqualifique, porque tem sido...
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Não vou desqualificar. O que estou dizendo é que existem metodologias de pesquisas que têm que ser avaliadas. Eu acabo de receber uma pesquisa divulgada hoje da CNT/Sensus, uma empresa de pesquisa respeitada, que aponta 64% de apoio à aprovação da PEC.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Desculpe-me, eu vou interrompê-lo só para dizer que essa pesquisa, além de tudo, não foi submetida a propaganda do Governo, porque o Governo fez propaganda e campanha para ganhar a sua aprovação. (*Palmas.*)
Nós não. O e-Senado tem acompanhado.
O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Existe um debate amplo sobre a PEC nas redes sociais, na sociedade. Esse é o assunto mais falado hoje em dia.
Com relação ao argumento muito dito aqui a respeito de ser democrático ou não apresentar uma PEC para controlar os gastos públicos. Bom, eu não sou advogado, não sou jurista, não posso ter uma opinião técnica sobre isso, mas vou me valer aqui da opinião do Ministro Barroso, quando ele se pronunciou rejeitando uma ação que foi impetrada no Supremo para suspender a tramitação da PEC. A ação diz o seguinte:

> O Congresso Nacional, funcionando como poder constituinte reformador, é a instância própria para os debates públicos acerca das escolhas políticas a serem feitas pelo Estado e pela sociedade brasileira, e que envolvam mudanças do texto constitucional. Salvo hipóteses extremas, não deve o Judiciário coibir a discussão de qualquer matéria de interesse nacional.

Continua ele:

> Não há, na hipótese aqui apreciada [a PEC], evidência suficiente de vulneração aos mandamentos constitucionais da separação de Poderes, do voto direto, secreto, universal e periódico e dos direitos e garantias individuais.
> A responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis, e não tem ideologia. Desrespeitá-la significa predeterminar o futuro com déficits, inflação, juros altos, desemprego e todas as consequências negativas que dessas disfunções advêm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES –

> A democracia, a separação de Poderes e a proteção dos direitos fundamentais decorrem de escolhas orçamentárias transparentes e adequadamente justificadas, e não da realização de gastos superiores às possibilidades do Erário, que comprometem o futuro e cujos ônus recaem sobre as novas gerações.

Esse é um grande ponto que precisa ser destacado aqui. Tem-se dito muito que estão tirando dos pobres. Eu já mostrei na minha apresentação que não se está tirando dos pobres. Se nós não continuarmos com o Novo Regime Fiscal nós estamos tirando das gerações futuras. Os nossos filhos e os nossos netos é que vão pagar a conta de uma dívida crescente, instável e impagável.

A Senadora Lídice da Mata, que já se retirou, me perguntou qual é o foco, o que é focalização do gasto. É a focalização nos mais pobres, é desenhar as políticas para que elas cheguem aos mais pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – ... políticas que tenham uma característica como, por exemplo, a do Bolsa Família, que é uma boa política, que consegue chegar aos mais pobres. Há outras que não conseguem chegar, e nós precisamos melhorar a eficácia do gasto público.

A Senadora Kátia Abreu... Antes disso, alguém, eu acho que a Senadora Gleisi, citou um estudo do Bradesco. Segundo esse estudo do Bradesco, a despesa seria toda comprimida. O estudo do Bradesco, que eu li e analisei, primeiro, apoia plenamente a aprovação da PEC e, segundo, mostra esse cenário em caso de não se fazer reforma da Previdência e não se fazer reforma nenhuma, que obviamente é um cenário em que todos nós sabemos que não vai haver eficácia no controle dos gastos.

A Senadora Gleisi também afirmou que o salário mínimo não vai ser corrigido pelo valor real e isso seria um desrespeito à Constituição. A Constituição brasileira diz que o salário mínimo tem que ser corrigido, tem que ter o seu valor real mantido, e a PEC não altera esse dispositivo.

A Senadora Kátia Abreu perguntou por que o prazo de 20 anos. Ela diz aqui que, pelas contas que foram feitas para ela, a estabilização da dívida dar-se-ia em, no máximo, oito anos. Não é essa a conta que nós temos. Como eu coloquei aqui, na minha exposição, nós prevemos um ajuste de 0,5 ponto percentual do PIB por ano, o que vai exigir, pelo menos, os primeiros 10 anos para termos um superávit primário minimamente razoável.

Por que 20 anos? Porque nós precisamos fazer reformas graduais para reformatar o setor público, para que ele efetivamente atenda à maioria da população brasileira, e não apenas um, ou dois, ou três grupos de interesse. Portanto, nós precisamos de um longo prazo. Essas reformas não são fáceis de fazer.

A Senadora Kátia Abreu mostrou uma lista de gastos tributários que, segundo ela, devem ser revogados para que a receita aumente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Eu acho um excelente debate discutirmos os gastos tributários. O Ministério da Fazenda está avaliando todas as categorias de gastos tributários, está avaliando a reoneração, as medidas de desoneração da folha que foram feitas e as desonerações tributárias, está avaliando ponto a ponto... Agora eu gostaria de lembrar que, daquela lista que ela mostrou, o primeiro colocado da lista é a Zona Franca de Manaus, que este Congresso aqui renovou, se não me engano, por 50 anos, com grande apoio, determinação e batalha política da Senadora Vanessa Grazziotin, que estava nos acompanhando aqui até há pouco.

Para concluir, a questão da qualidade do gasto. Só vai existir qualidade do gasto quando houver uma clara restrição a gastar. Quando não houver uma clara restrição e o gestor puder sempre pedir mais verba, ninguém vai se esforçar para controlar gasto público. Aconteceu assim nos Estados brasileiros. A gestão dos Estados brasileiros era calamitosa nos anos 70, 80 e até meados de 90. Em meados de 90, a dívida deles foi renegociada em troca de um programa de ajuste fiscal, e quem não cumprisse o programa de ajuste fiscal teria o seu refinanciamento de dívida cancelado. Isso forçou uma busca por gestão pública de melhor qualidade, e os Estados evoluíram muito na qualidade da sua gestão e na qualidade das suas políticas públicas.

Infelizmente, isso, nos últimos anos, foi perdido, porque houve um relaxamento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, e os Estados voltaram, portanto, por exemplo, a contratar e conceder reajustes salariais acima da sua capacidade. É por isso que, por exemplo, o Rio de Janeiro e outros Estados estão na situação que estão. Então, a restrição do gasto ajuda também na melhoria da qualidade. Eu já tenho um exemplo: o Ministério da Saúde, neste ano, com apenas algumas renegociações de contratos e mudanças em procedimentos operacionais, economizou R$1 bilhão, apenas com mudanças gerenciais. E o que força a isso é uma restrição efetiva.

Foi dito aqui que a PEC é falha, que a PEC não contempla isso, não contempla aquilo. A PEC não é um programa fiscal completo. Como eu falei desde a minha primeira fala, a PEC é o primeiro passo de um programa fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que vai precisar de muitos anos para ser implementado, porque ele requer muitas reformulações na forma como é planejado e executado o gasto público no Brasil.

O gasto na educação aumentou muito nos últimos anos? Aumentou muito. Apesar disso, o nível de qualidade do ensino médio continua parado, está no mesmo lugar. Então, nós temos que ver o que está acontecendo. Há algo errado. Se está gastando mais, e o nível, a qualidade, a nota dos alunos não está subindo, então nós temos que analisar isso pelo ângulo da qualidade e da eficácia.

Muito obrigado. Creio que esta é a minha última participação, então agradeço a atenção de todos e a paciência até agora, até esta hora. Acho este debate muito importante e creio que foi possível esclarecer os principais motivos que tornam essa PEC muito importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Samuel Pessôa.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Muito obrigado, Presidente.

Vou tentar, rapidamente, sumarizar as minhas principais respostas. Acho que Marcos respondeu um monte de coisas; impossível responder melhor do que ele.

Eu queria tocar três pontos. Primeiro ponto, a questão de por que é por uma PEC – esse foi um tema que voltou várias vezes. Segundo ponto, um questionamento que me parece o mais importante, que a Senadora Gleisi fez, que é se a questão é estrutural ou conjuntural. Debater esse tema eu acho que é importante. E terceiro ponto, comparar um pouco, a Senadora também trouxe diversos números do período FHC: será que a situação não é tão grave assim? O que havia de diferente? Vou concentrar meus comentários nesses três pontos.

Primeiro. A sociedade brasileira em 1988 tomou uma decisão: ela fez uma Constituição imensa, gigantesca, muito detalhada. Essa foi uma decisão que nós tomamos. Então, tem que ser por PEC, porque a Constituição assim requer. Quase tudo neste País nós temos que fazer por PEC. Essa foi uma decisão que nós tomamos lá. Se nós não tivéssemos uma Constituição tão detalhada, não precisaríamos de tanta PEC, não teríamos feito 90 PECs.

Evidentemente, o Congresso Constituinte teve sabedoria e, quando percebeu esse ponto, desceu o sarrafo da PEC. Para PEC, em qualquer país do mundo, são dois terços – como é aqui o *impeachment* –, e nós temos um critério mais frouxo para PEC, que é o de três quintos (60%, e não 66%). Evidentemente, o Congresso Constituinte, também com a sua sabedoria, percebendo que desceu um pouco o sarrafo para a PEC, pegou algumas questões que achava muito importantes e colocou-as como não passíveis de serem alteradas por meio de PECs, que são as cláusulas pétreas, no art. 60.

Parece-me que esse é o ordenamento nosso. Então, a PEC está absolutamente consistente com a forma como a sociedade brasileira escolheu fazer a sua governança. Portanto, faz-se uma PEC hoje, são várias por ano, e, no ano que vem, para mudar faz-se PEC também. É assim que é.

Evidentemente, isso tem implicações dramáticas. Por que tem implicações dramáticas? Eu espero que o grupo político que esteve há pouco no Palácio do Planalto tenha aprendido isso. A nossa democracia é uma democracia que os cientistas políticos classificam de democracia consensual.

Grosso modo, nós podemos dividir a democracia em dois tipos extremos: você tem as democracias consensuais e você tem as democracias majoritárias, tipo Inglaterra. Na Inglaterra há uma democracia majoritária, onde há uma construção de regras para que pequenas maiorias se transformem em grandes maiorias no Congresso Nacional. Visa à governabilidade e a fazer uma espécie de, entre aspas, "ditadura da maioria".

A democracia consensual é o oposto disso. Trata-se de criar uma série de regras, para que você tenha instituições com poder de veto, que faça com que qualquer alteração, no ordenamento jurídico e institucional, tenha que passar por várias instâncias e tudo tenha que ser feito de maneira muito consensual. Essa é a opção que nós temos. E a característica, em particular, de nós termos uma Constituição muito detalhada faz parte... É um dos elementos. Não é o único. Nós temos divisão de Poderes, voto proporcional, lista aberta e vários elementos que caracterizam essa propriedade de o nosso sistema político ser uma democracia extremamente consensualista, mas uma democracia extremamente consensualista significa que a pessoa que está sentada na cadeira do Palácio do Planalto tem que ser capaz de construir maiorias e gerir, com eficiência, maiorias parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Significa saber construir coalizões que tenham pequena heterogeneidade ideológica, saber compartilhar poder – para não precisar usar demais o "varejão" –, e assim sucessivamente. Então, essa é a característica da nossa sociedade, do nosso sistema político, é uma escolha da sociedade, e a PEC é por causa disso. Se no ano que vem tiver que mudar, vai ser mais uma PEC, muda-se a PEC.

Vamos para a segunda questão: é estrutural ou é conjuntural? A minha avaliação é que é estrutural, e eu acho isso – que é estrutural – desde 1905. Desde 2005. Desculpem-me. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)

Faz um tempão, não é? É porque essa é a pior crise. Eu falei quadriênios. Essa é a pior crise do PIB *per capita.* Essa é pior queda de PIB *per capita*. Na verdade, como são quadriênios...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Com menos efeito colateral, eu diria. A maior crise de PIB, com menos efeito colateral.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Sim. Não há a menor dúvida, Senadora. Tem menos efeito colateral, porque nós construímos um Estado de bem-estar social, e ele está mantendo. Eu estou perfeitamente ciente dessa característica.

Mas em 2005 havia uma chance. Nessa época, eu era assessor do Senador Tasso Jereissati. O então Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, em associação com o Ministro da Fazenda Antonio Palocci, tentou fazer um ajustamento estrutural. Tasso Jereissati apoiou, toda a Assessoria do Tasso estava junto com aquele programa. O ex-Ministro Delfim também teve apoio. Houve uma coalizão e parecia que nós iríamos fazer um ajustamento estrutural lá em 2005. Era uma chance que nós tínhamos. E, infelizmente, Mercadante e Dilma Rousseff bombardearam essa possibilidade e nos colocaram nessa situação de hoje, porque, se nós tivéssemos feito o ajuste do Paulo Bernardo e do Antonio Palocci, muito mais suave, lá atrás, nós estaríamos numa situação muito melhor. Só para dizer que, muitas vezes, as divergências não são nem partidárias; são mais de visão de mundo, de como funciona a economia. Naquela oportunidade, o Ministro Paulo Bernardo e o Ministro Antonio Palocci tinham uma leitura do funcionamento da economia, das restrições e da necessidade do Brasil muito parecida com a minha. E penso que diferente dos meus colegas Pedro Paulo e Guilherme. Imagino. Então, nós perdemos essa oportunidade.

Por que não deu problema rápido? Não deu problema rápido – como eu expliquei na minha fala –, porque a receita teve um comportamento extraordinário, cresceu a uma velocidade que é o dobro do crescimento do PIB durante 12 anos, 13 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – E esse comportamento extraordinário no comecinho, de 1998 para 1999, foi aumento de carga tributária legal, novos impostos. Mas, a partir de 1999, foi associado a outros fenômenos, muito provavelmente ao longo processo de formalização da força de trabalho, que, num primeiro momento, gera um impacto imenso sobre a carga tributária, sobre a receita, e depois, lá na frente, gera impacto sobre o gasto. Portanto, a questão estrutural está colocada desde lá atrás. Uma trajetória insustentável do gasto público nós temos lá atrás. Essa trajetória foi apagada. Eu costumo dizer que um comportamento extraordinário da receita entorpeceu todos nós. Parecia que não havia problema. E esse foi um dos motivos por que o ajuste fiscal estrutural do Paulo Bernardo foi torpedeado. E, aí, uma hora a receita passou a ter um comportamento normal; a partir de 2010, a receita passou a ter o comportamento normal, e o comportamento normal da receita é que produziu esse buraco.

Eu acho que a situação é gravíssima. Eu acho que dez anos talvez nem sejam suficientes, por isso que é dez mais dez. E deixem-me terminar: eu acho que nós estamos à beira do abismo inflacionário sim. Eu não estou aqui chantageando ninguém, nem dizendo... Acho que é uma escolha. Nós vivemos 50 anos sob inflação acelerada – entre 1945 e 1995, nós tivemos inflação muito alta. Nós podemos escolher voltar para a inflação; é uma maneira de pagar a dívida pública.

Com relação à comparação entre período FHC e período PT, eu faço duas observações. Primeiro, sempre me incomodou esse tipo de comparação, Senadora, e eu vou dizer exatamente por que me incomodou. Eu acho que o Brasil melhora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Pegar uma estatística de uma data, pegar uma estatística de uma data anterior, fazer a média das duas datas e comparar, eu acho injusto, porque há uma melhora natural do País. Ora, antes de FHC, havia hiperinflação e uma miséria altíssima. Então, se for para comparar governos, eu acho que o justo é ver o País que o governo pegou e o País que ele legou e fazer esse tipo de diagnóstico.

Fazendo esse tipo de diagnóstico, para mim fica muito claro que estávamos melhorando muito até 2008, 2009. Inclusive, no primeiro mandato do governo Lula, houve uma cooperação enorme com a oposição, e muitas medidas importantes foram mandadas. E o País melhorava significativamente, inclusive a dívida pública caía, as taxas de juros caíam, e os indicadores de pobreza e desigualdade melhoraram. A partir de 2010, 2011, a gente perdeu um certo caminho, uma certa qualidade da política econômica. No primeiro mandato do governo Lula, ela era de muito alto nível, mas começou a se deteriorar paulatinamente. Esta é uma questão muito interessante: tentar entender por que a qualidade da política econômica de um grupo político que chegou ao Planalto e começou fazendo tudo certo começou a desandar. Essa é uma questão para a ciência política investigar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Os dados de dívida dependem de olharmos a quantidade de dívida. Eu entendo que a senhora trouxe números aqui de dívida como proporção do PIB. Eu prefiro olhar o custo da dívida, quanto o Tesouro paga para rolá-la. Se nós olharmos o custo da dívida, no período FHC era menos. E por que era menos? Porque a taxa implícita de juros... Como a gente calcula a taxa implícita de juros? A gente pega tudo que o Governo paga de juros, divide pela quantidade de dívida, e essa razão dá o juro médio que o Governo paga na dívida. A taxa implícita de juros naquela época era muito menor, por isso o custo de rolagem era muito menor.

Evidentemente, o custo de rolagem era muito menor, a taxa de juros implícita era menor porque você tinha títulos vinculados ao câmbio, o que é um problema, porque os títulos vinculados ao câmbio trazem uma fragilidade nas contas públicas. E você teve que resolver isso. Isso foi resolvido no primeiro mandato no governo Lula. Nós eliminamos os títulos atrelados ao câmbio. Agora, aquele número referente a dezembro de 2002 da dívida pública, eu acho um número pouco informativo, porque houve um pico no câmbio naquele período. E houve o pico no câmbio naquele período porque havia uma razoável suspeição do mercado quanto à qualidade da política econômica do governo Lula que viria, e esse pico de câmbio artificialmente subiu a dívida. Então, se a gente pegar os dados de dívida bruta do governo FHC num período com câmbio normal, são números muito menores do que os números que nós temos hoje. Então, não me parece que dá para a gente achar que a dívida não é grave.

É muito comum as pessoas falarem: o Japão tem uma dívida de 240% do PIB! Mas o Japão paga zero por aquela dívida. E por que o Japão paga zero por aquela dívida? O Japão paga zero porque tem uma taxa de poupança que é três pontos percentuais do PIB acima da taxa de investimento, apesar de a taxa de investimento do Japão – que é um país pronto, construído, cheio de trem-bala e de coisas – ser maior do que a nossa. Eles investem mais do que nós, mas eles poupam mais do que três pontos percentuais do PIB do que nós, e isso faz com que os juros lá sejam praticamente zero. E, evidentemente, com juros praticamente zero, o Governo pode ter uma dívida muito menor.

Mas esse dado que circula por aí, de 240% do PIB de juros, não é o dado correto, porque o banco central japonês está fazendo um monte de política de comprar ativos. E, se nós medirmos a dívida pública japonesa segundo a nossa metodologia, que retira da dívida pública os títulos livres do Tesouro na carteira do Banco Central, a dívida japonesa é bem menor, é uns 140% do PIB, apesar de ainda ser uma dívida alta. E ele pode ter essa dívida alta porque os juros lá são nulos. E os juros lá são nulos porque é um povo que poupa muito, apesar de já estar envelhecido e ter uma taxa de investimento relativamente elevada.

Obrigado, gente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, Presidente, eu precisava fazer duas colocações.

Eu só falei e fiz comparação com o governo do Fernando Henrique, e concordo com o senhor que nós estamos melhorando, porque o senhor falou da maior crise econômica dos últimos 120 anos. Parecia que nós estávamos numa cena de guerra, terra arrasada, e eu queria mostrar que os efeitos colaterais dessa crise são muito inferiores ao que nós tivemos de outras crises em que poderia até ter havido uma queda menor do PIB. Ou seja, nós conseguimos construir um colchão de proteção social para que a nossa população não sentisse isso. Então, ela não pode ser a pior.

E só para esclarecer, eu não estava acompanhando o debate quando o Paulo Bernardo sugeriu, junto com o Palocci, medidas restritivas. Não sei o contexto, a conjuntura daquilo, mas, em relação a esse, eu sou terminantemente contra. Eu acho que nós vamos piorar a situação.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria, antes de dar a palavra ao próximo orador, para aliviar um pouco as tensões, lembrar aqui uma frase de Delfim Netto sobre dívida pública. Ele costumava dizer, no regime autoritário – naturalmente, ele talvez tenha até se esquecido disso, mas eu não –, que dívida pública não se paga, se administra.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA (*Fora do microfone*.) – Se rola.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se rola. Bem, infelizmente, hoje essa regra não está em vigor. Com a palavra, o Sr. Pedro Paulo Bastos. Tem um nome aqui: Zaluth. Como eu não sei se a pronúncia certa é essa, eu pulei o nome. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Eu faço isso também.

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – Está bem. Obrigado, Senador. Bom, eu vou tentar responder aqui as perguntas que foram feitas pelos Senadores todos, embora não estejam aqui.

Primeiro, o Senador Fernando Bezerra perguntou a respeito daquilo que pode ser feito no que tange à qualidade de gastos, não é? Eu diria o seguinte, sendo muito claro. Primeiro, é preciso apontar que o custo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

custeio da máquina e o gasto de pessoal da Administração Federal caíram durante todo o período do governo Lula até o governo Dilma.

Inclusive, o Samuel Pessôa, a despeito dos embates ideológicos, escreveu artigos dizendo isso, não é, Samuel? Várias vezes. E é uma coisa tem que ser valorizada e é verdade. É verdade o que ele dizia. Agora, o problema não é o mesmo, não aconteceu a mesma coisa particularmente para Estados e, sobretudo, nos últimos quatro anos.

Então, eu acho que tem que ser feita uma avaliação de por que o custeio da máquina e do gasto de pessoal nos Estados aumentou. Agora, a PEC ataca diretamente o problema do Governo Federal. Ela não está fazendo nada com a evolução do gasto de Estados e Municípios, embora já tenha havido uma sinalização da Secretária do Tesouro de que há a ideia de, daqui a dois anos, depois de passar esse tempo aí de renegociação da dívida, que a regra da PEC também sirva para Estados e Municípios, ou pelo menos para Estados.

Além disso, é fundamental cortar subsídios. É algo que a gente propunha já lá de 2012, 2013. Nós criticamos a expansão exagerada dos subsídios, os gastos tributários, inclusive aqueles que já existiam antes do crescimento dos subsídios aí no governo Dilma.

O que o governo Dilma I fez? O governo Dilma I usou o espaço fiscal dado pela regra de superávit e pela evolução da arrecadação basicamente para expandir subsídios e desonerações. Isso é muito claro nos dados. Nesse sentido, é diferente da política fiscal que foi executada pelo governo Lula depois de 2005, depois exatamente daquele debate entre, digamos, as duas alas do governo Lula. Naquele momento, o que se ampliou muito no final do primeiro governo Lula e ao longo de todo o segundo governo Lula foram os investimentos públicos. Basicamente, o espaço fiscal foi utilizado para investimento público e o fato de que as receitas aumentaram não é independente desse tipo de escolha do uso do espaço fiscal, porque o investimento público tem um multiplicador fiscal muito grande.

Em 2011, aí sim, ocorreu uma reversão, porque o investimento público caiu 12%, o investimento das estatais em 2011 caiu 9%. Depois, o investimento público, até 2014, praticamente não se recuperou.

Recuperou no finalzinho, basicamente, do período, mas, no período todo, o crescimento é quase zero. Não quer dizer que ele caiu, mas ficou estagnado naquele patamar, e o espaço fiscal, aí sim, foi utilizado para expansão dos subsídios.

É por isso que eu acho que tem que se fazer uma definição mais fina de como o gasto público tem que se expandir para atender necessidades sociais e sempre buscar expandir o multiplicador fiscal. Concordo inteiramente com o que colocou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – ... a Senadora Kátia Abreu, que, no momento de desaceleração, o empresário pode até melhorar a sua margem de lucro, mas ele não vai investir. Então, o multiplicador fiscal desse tipo de gasto tributário, digamos assim, é muito menor do que a expansão na veia da economia, provocada pelo aumento do investimento público que depois vai rebater no próprio aumento da arrecadação.

O aumento da arrecadação, de que falou o Samuel, não ocorreu do nada. Claro que também as exportações de *commodities* ajudaram muito, inclusive para explicar por que, em 2003, o ajuste fiscal que foi realizado, que foi de 0,35 do PIB, muito menor do que o de 2011 e o de 2015, não provocou uma recessão tão forte. As exportações brasileiras para os países desenvolvidos praticamente triplicaram entre 2001 e 2003, e depois, a partir de 2003, houve um crescimento muito forte das exportações para a China e para a América do Sul.

Não é sempre... Exatamente, não dá para imaginar que, em 2015, havia o mesmo cenário e a mesma condição de realizar a mesma mágica de 2003. Em outras condições, a contração é muito mais contracionista do que em condições em que eventualmente as exportações estejam aumentando por causa da economia mundial. Não é porque o investimento privado aumenta que a economia sai da crise, é porque as exportações aumentam.

Agora, além disso, eu concordo plenamente com o Senador Fernando Bezerra: seria fundamental discutir o atendimento do teto salarial, por quê? O meu colega Marcos Mendes já disse aqui que a PEC vai forçar a realização de reformas de longo prazo, e por isso que ela tem que ser de 20 anos, e só haverá uma melhoria da qualidade do gasto quando houver essa restrição para gastar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – Agora, não é isso que a gente viu neste ano. Não é isso que a gente viu neste ano. Na verdade, neste ano, ocorreu um corte do gasto em educação, um corte do gasto em saúde, um corte do gasto em habitação e ocorreu uma ampliação daquilo que a gente pode chamar de keynesianismo fisiológico: um aumento do gasto exatamente para categorias, inclusive do funcionalismo público, que têm muita força e para grupos sociais que têm capacidade de pressão; por exemplo, renúncia de receita relacionada a concessões de ativos públicos. Isso aumentou evidentemente porque alguém fez *lobby* para que isso aumentasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Não sei por que a gente tem que imaginar que, definida a PEC por este governo, algo diferente acontecerá daqui para frente. O mais provável, na verdade, é que, como a própria PEC alega e como "Uma Ponte para o Futuro" definia, você vai ter que atacar as vinculações constitucionais. Ora, mas as vinculações constitucionais existem exatamente porque, como colocou a Senadora Gleisi Hoffmann aqui, aqueles que dependem de gasto social, que está vinculado na Constituição, não têm capacidade de realizar *lobby.*

Então, exatamente por isso os gastos são vinculados. Essa é a justificativa da vinculação de gastos, veja, desde a Constituição de 1934. Era esse o argumento colocado pelos Constitucionais de 1934. Está certo?

Então, essa PEC é muito importante porque é uma emenda que muda a natureza da própria Constituição. E não diria apenas, digamos, como alguém já disse, que é uma "desconstituinte", sem muita discussão, na verdade. Mas ela muda também determinados princípios da Constituição de 1934, muda, vai mudar, propõe lá no documento "Uma Ponte para o Futuro", a CLT. A gente sabe muito bem que isso está colocado ali, que é preciso que o contratado, o negociado valha mais do que aquilo que é definido legalmente, e isso está no "Uma Ponte para o Futuro" também.

Então, na verdade, o conjunto de reformas está atacando uma herança constitucional de 1934, de 1937 e de 1988. Não quero nem falar da Constituinte da ditadura militar, evidentemente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – Avançando aqui.

Os benefícios da proposta, o Senador Roberto Muniz perguntou isso, da PEC. Bom, ela está levando à discussão, digamos assim, mas a discussão é muito curta. A meu ver, o único benefício que essa PEC tem é introduzir a discussão, mas ela é muito ruim, muito negativa, a PEC 55. Como eu já disse, ela é contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico, ela diminui o multiplicador fiscal crescentemente ao longo do tempo. Certo? Segundo, ela é injusta.

Vamos lembrar o que colocou aqui o Senador Fernando Bezerra. O Senador Fernando Bezerra disse que não tem que parar por aí, a gente tem que mexer não apenas com gasto, sobretudo com esse gasto vinculado, para quem precisa de vinculação porque não tem capacidade de *lobby*, mas também tem que atacar a estrutura tributária regressiva brasileira. Mas o Senador disse também logo depois, nas palavras dele: "Eu conversei com a Fazenda e eles falaram que o resultado da PEC será tão positivo que não será necessário aumentar os impostos e a carga tributária." Está certo?

Então, vamos combinar que, se o que o Senador Fernando Bezerra falou é verdade, a proposta do Ministério da Fazenda, a PEC envolve concentrar, sim, todos os ônus naqueles que dependem de gasto público, de gasto social e de investimento público, e, como falei antes, poupar os criminosos, porque não houve nenhuma alteração na estrutura de fiscalização, e poupar os privilegiados. A gente vai ficar observando muito isso, se a PEC for aprovada, porque a gente vai cobrar muito isso, depois, de quem disse que seria o contrário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – E ela é antidemocrática, volto a repetir, porque, vamos dizer o seguinte: muitos dos que foram favoráveis ao *impeachment* da Presidente Dilma escreveram artigos, fizeram discursos dizendo que ela tinha cometido estelionato eleitoral. Não vou entrar no mérito disso. Agora, muitos que falaram exatamente isso não comentam também que o Temer é da mesma chapa e nem chegou perto... Uma coisa é realizar um ajuste fiscal considerado temporário.

Acabou não sendo por causa do contexto da economia. Uma coisa completamente diferente é mudar completamente a Constituição. Isso não foi discutido por ninguém, nesses termos, nas eleições de 2014. O Presidente Temer tem que falar claramente isso. É verdade, está nos autos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – Gravou-se, numa reunião, com investidores em Nova York, e ele sugeriu que a Presidenta Dilma recebesse "Uma Ponte para o Futuro". Não aceitou "Uma Ponte para o Futuro" e, a partir daí, foram desencadeados, digamos, os movimentos que levaram ao *impeachment* da Presidente. Você me desculpe, então. Isso não é democrático. E não é democrático também, como colocou aqui a Senadora Kátia Abreu, porque o ponto fundamental da democracia é buscar os consensos e buscar o equilíbrio, e a PEC já parte de um enorme desequilíbrio e vai produzir necessariamente mais conflito e instabilidade política, exatamente por quê? É aquele gráfico que eu mostrei: o teto vai diminuir, ao longo do tempo, em relação ao PIB, e o piso, por causa da contratação dos gastos previdenciários, vai aumentar. Então, você vai espremer gastos obrigatórios e discricionários em até, eventualmente, vamos falar, então, só daqui a 10 anos. Vamos falar em 10 anos, não vamos falar em 20 anos. É difícil explicar por que a PEC é de 20 anos, continuo achando difícil. Mas, só em 20 anos, a gente está falando de um corte, nas projeções do Bradesco e nas nossas, de mais da metade da participação do PIB de tudo que não seja gasto de Previdência, saúde e educação. Está claro? E saúde e educação vão cair também, tanto do ponto de vista real, por causa da inflação vinculada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

gasto público, quanto principalmente *per capita*, porque a população brasileira, em 20 anos, vai aumentar em 21 milhões.

Para concluir mesmo, é por isso que eu considero que... Vamos lembrar aqui. Vou ler para não dizerem que eu estou inventando. "Uma Ponte para o Futuro" diz que a solução fiscal "será muito dura para o conjunto da população", mas propõe evitar aumento de impostos e fazer desonerações de exportações e investimentos.

Bem, então, dura para todo mundo? Não sei se vai ser. Acabar com as vinculações constitucionais, como nos casos de saúde e educação. Então, vamos discutir tudo junto, vamos discutir também o lado da receita.

Então, parece-me que ela é antidemocrática, porque, numa emenda constitucional que está tendo muito pouco tempo de ser discutida e avaliada pelo povo brasileiro, propõe-se uma visão de Estado de longo prazo... (*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS – ... para resolver, sim, um problema de desaceleração cíclica, que foi aprofundado pela política equivocada realizada pelo Sr. Joaquim Levy, em 2015; infelizmente pelo Sr. Nelson Barbosa, também em 2015; e por este Governo agora, em 2016.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de encerrar, eu quero agradecer a presença de todos, especialmente do Dr. Samuel Pessôa; do Dr. Pedro Paulo Zaluth Bastos, que acabou de falar; de Guilherme Santos Mello; e finalmente de Marcos Mendes.

O objetivo fundamental desta audiência pública eu tenho certeza de que foi atingido, porque o objetivo desta reunião era trazer as luzes de outros técnicos, de outros pensadores, de outros economistas que não apenas os membros da Comissão e do Senado Federal, já que a essa reunião qualquer Senador poderia comparecer, como ocorreu, embora em pequena escala. Acho que isso faz parte do debate democrático. Eu ouvi muitas coisas com as quais eu, pessoalmente, concordo e outras com as quais eu não concordo, mas tenho impressão de que, mesmo no discurso daqueles que divergem do meu pensamento, eu encontrei sugestões aplicáveis à votação.

É bom lembrar que essa votação não se encerra aqui nesta audiência pública. Aliás, esta audiência pública é informativa, mas não é deliberativa, no sentido parlamentar da palavra. Por isso, eu quero aqui também louvar o esforço que a Senadora Gleisi Hoffmann fez para que esta reunião se realizasse hoje. Inclusive, quando ela me trouxe a ideia de fazer a reunião conjunta, eu reagi um pouco, porque foi algo que fugiu à nossa prática, aos nossos padrões regimentais, mas agora sou obrigado a reconhecer que foi útil inclusive a realização conjunta, porque trouxe um público maior e, sobretudo, debatedores tanto da nossa Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça, como da Comissão de Economia, uma Comissão que tem muito a ver com a matéria desta PEC.

Eu não concordo com a ideia que foi exposta agora pelo último debatedor a falar, o Dr. Pedro Paulo, porque um instrumento de projeto, a Constituição, é neutro, não pode ser chamado de autoritário ou democrático. Ele é um projeto de lei, e admitir que o fato de ele ser, por hipótese, autoritário, que ele vai render, que ele vai avassalar a maioria dos Parlamentares não me parece uma coisa também razoável.

Eu fui Senador em outra legislatura e, à época do fato de que vou falar, que foi a queda da CPMF no Senado da República, ninguém dizia que a CPMF ia cair. Todo mundo apostava no contrário. Por isso, achei pessimistas, por exemplo, as opiniões da minha querida Senadora Kátia Abreu, que admiro muito pela combatividade, pela coragem cívica de assumir posições com as quais nem sempre eu concordo, mas tenho de respeitar a sua coragem cívica. Naquela época, ninguém acreditava que a CPMF ia cair, e caiu fragorosamente.

Eu lembro que, inclusive, o Orçamento Geral da União, na Comissão que eu presidia, que era a Comissão de Orçamento, já estava aprovado. E, no dia seguinte, foi um deus nos acuda, todo mundo surpreso com o resultado e sem uma orientação segura.

O Ministro da Fazenda era o Ministro Mantega e me telefonou logo, pedindo a devolução do Orçamento. Eu disse: "Não, não vou devolver o Orçamento." Compete à Comissão de Orçamento, ao Congresso Nacional, decidir sobre o novo Orçamento, que perdia, nada mais, nada menos, do que R$40 bilhões da CPMF.

E nós conseguimos aprovar o Orçamento, por sinal em tempo recorde, todo mundo achava impossível, porque ninguém queria abrir mão das receitas, todos queriam abrir mão da despesa, mas, da receita ninguém queria abrir mão. E nós conseguimos, com critérios imparciais, equilibrados, fazer o novo Orçamento, mesmo sem contar com aquela receita de R$4 bilhões.

Então, o que acho? Ouvi algumas opiniões aqui, naturalmente todas tecnicamente muito abalizadas, mas politicamente algumas opiniões aqui, tanto dos Parlamentares, como das pessoas que se pronunciaram aqui, achei pessimistas. O processo não está encerrado, ele mal começou. Naturalmente deverá ainda ser discutido. Aí sim, nesta Comissão, na reunião de amanhã, pode sair daqui aprovado ou não aprovado. Mas ninguém vai garantir que uma ou outra decisão vá impor uma decisão igual do Plenário do Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

De maneira que, em resumo, quero dizer que esta reunião atingiu seus objetivos e, mais uma vez, quero louvar o trabalho, a iniciativa desta Senadora guerreira, que não abre mão. Nestes três últimos dias estivemos sempre discutindo muito sobre essa reunião pelo telefone e chegamos a um consenso vitorioso, que foi a realização desta reunião.

Então, quero agradecer aos Senadores. É pena que, a essa altura, alguns já tenham se cansado e o plenário esteja meio esvaziado, mas fica registrado o meu reconhecimento ao esforço que tanto a Comissão de Constituição e Justiça, que eu tenho a honra de presidir, como a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Gleisi Hoffmann, fizeram. Foi o máximo que lhes era possível de ser exigido, no intuito de contribuir para que nós tenhamos uma solução boa para o País, boa para a democracia.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 39 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Roberto Requião, Dário Berger, Hélio José, Raimundo Lira, José Agripino, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Magno Malta, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Deca, Pastor Valadares e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Roberto Rocha e Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2016 – Não terminativo, que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1 a 59. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1 a 59. Em 31/10/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 5 e 6, de autoria da Senadora Angela Portela. Em 1/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria da Senadora Angela Portela. Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 8 a 14, de autoria do Senador José Pimentel. Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 15 e 16, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Em 03/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 17, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Em 03/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 18 a 21, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 07/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 22 a 33, de autoria do Senador Paulo Paim. Em 08/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 34, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; 35, de autoria do Senador Hélio José; 36 a 39, de autoria da Senadora Angela Portela; 40 e 41, de autoria do Senador Lindbergh Farias; 42, de autoria do Senador Paulo Paim; 43 e 44, de autoria do Senador Dário Berger; 45 a 48, de autoria do Senador João Capiberibe; 49 a 52, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Em 09/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 53 a 57, de autoria do Senador Humberto Costa; 58, de autoria do Senador Lindbergh Farias; 59, de autoria do Senador Paulo Paim e os Votos em Separado dos Senadores Roberto Requião e Randolfe Rodrigues, contrários à Proposta. Durante a discussão, o Senador Humberto Costa apresenta o destaque de bancada para a votação em separado da Emenda n° 1, restando prejudicado o requerimento de destaque da Senadora Gleisi Hoffmann para a mesma Emenda. A Presidência indefere o Requerimento de destaque para votação em separado da emenda n° 58 (art. 314, II do RISF). ITEM EXTRAPAUTA 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013 que: "Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. A Presidência suspende a presente reunião às doze horas e sete minutos e reabre às doze horas e vinte e oito minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.
A presente reunião destina-se à deliberação de item único, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016.
Item único.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2016
- Não terminativo -
Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1 a 59.
Observações:
- Em 30/10/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann;
- Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (dependendo de relatório);
- Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 5 e 6, de autoria da Senadora Angela Portela (dependendo de relatório);
- Em 1/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria da Senadora Angela Portela (dependendo de relatório);
- Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 8 a 14, de autoria do Senador José Pimentel (dependendo de relatório);
- Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 15 e 16, de autoria do Senador Lindbergh Farias (dependendo de relatório);
- Em 03/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 17, de autoria do Senador Lindbergh Farias (dependendo de relatório);
- Em 03/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 18 a 21, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (dependendo de relatório);
- Na 37ª Reunião Extraordinária realizada em 1/11/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira, nos termos regimentais.
Em 7/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 22 a 23, de autoria do Senador Paulo Paim (dependendo de relatório).
Em 8/11/2016, foram apresentadas as Emendas nº 34, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; nº 35, de autoria do Senador Hélio José; nº 36 a nº 39, de autoria da Senadora Angela Portela; nº 40 e nº 41, de autoria do Senador Lindbergh Farias;
nº 42, de autoria do Senador Paulo Paim; nº 43 e nº 44, de autoria do Senador Dário Berger; nº 45 a nº 48, de autoria do Senador João Capiberibe; e nº 49 a nº 52, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, dependendo de relatório também.
Em 09/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 53 a nº 57, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 58, do Senador Lindbergh Farias; nº 59, de autoria do Senador Paulo Paim, dependendo de relatório.
Em 09/11/2016, foi recebido voto em separado do Senador Roberto Requião, contrário à proposta.
Na 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 01/11/2016, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.
Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para proferir o seu relatório sobre as emendas.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 1º de novembro, foi feita nesta Comissão a leitura do parecer da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 (PEC 241, na Câmara dos Deputados), que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências". O parecer concluiu pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 1, de autoria da nobre Senadora Gleisi Hoffmann. E foi solicitada vista coletiva, durante a qual os nobres Senadores puderam avaliar a matéria.
Em 8 de novembro, foi realizada audiência pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, que contou com a participação de quatro especialistas no tema: os Srs. Samuel Pessôa e Marcos Mendes, que se posicionaram a favor da PEC, e os Srs. Pedro Paulo Zaluth Bastos e Guilherme Santos Mello, com posicionamento contrário à PEC. Nesse período, a Casa pôde, portanto, debater em profundidade a referida proposta, bem como tentar aprimorá-la. Com esse objetivo em mente e dentro do melhor espírito democrático, nove Senadoras e Senadores ofereceram 51 emendas, pelo menos até agora.
A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou as Emendas nºs 2 a 4, 18 a 21 e 34. A Senadora Angela Portela apresentou as Emendas nºs 5 a 7 e 36 a 39. As Emendas nºs 8 a 14 foram de autoria do nobre Senador José Pimentel.
Já o Senador Lindbergh Farias foi o autor das Emendas nºs 15 a 17, 40, 41 e 58. São de autoria do Senador Paulo Paim as Emendas nºs 22 a 33 e 42. O Senador Hélio José apresentou a Emenda nº 35. E o Senador Dário Berger apresentou as Emendas nºs 43 e 44. O Senador João Capiberibe apresentou quatro emendas, as de nºs 45 a 48. A Senadora Fátima Bezerra foi autora das Emendas nºs 49 a 52. Por fim, são de autoria do Senador Humberto Costa as Emendas nºs 53 a 57.
Essas emendas, Srªs e Srs. Senadores, propõem diversas alterações para o texto da PEC nº 55, de 2016, que envolvem, entre outros temas, despesas que ficariam de fora dos limites de gastos, tempo de vigência do Novo Regime Fiscal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

vedações previstas caso os gastos venham a extrapolar o limite imposto ou destinação de eventuais superávits primários. Analisaremos a seguir todas essas emendas.

Análise.

Passo a analisar agora as 51 emendas apresentadas desde a leitura do parecer, em 1º de novembro, conforme prevê o §5º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal. Em vez de analisá-las por ordem de apresentação, iremos agrupá-las por afinidade temática. Isso implica que fatiaremos a análise daquelas emendas que dispõem sobre mais de um tema.

Emenda propondo realização de referendo.

A Emenda nº 3, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que propõe realização de referendo para ratificar os termos da emenda constitucional, tem o mesmo conteúdo da Emenda nº 1, da Senadora Gleisi Hoffmann, já analisada no parecer apresentado em 1º de novembro. Mantenho aqui o mesmo posicionamento que havia colocado na ocasião: o ajuste das contas públicas não pode ser mais atrasado, sob o risco de ampliação da grave crise econômica por que passamos. Além disso, a votação na Câmara dos Deputados mostra que os representantes do povo brasileiro apoiaram, na sua grande maioria, a matéria lá aprovada. Assim, o Senado Federal não deve adiar o início da produção dos efeitos do Novo Regime Fiscal.

Emendas propondo criar ou modificar a lista de despesas que não seriam computadas na apuração do limite de gastos.

As Emendas nºs 2, 19 e 34, da Senadora Vanessa Grazziotin; 7 e 37 a 39, da Senadora Angela Portela; 10 e 13, do Senador José Pimentel; 26, 27, 30 e 33, do Senador Paulo Paim; 35, do Senador Hélio José; 40, do Senador Lindbergh Farias; 43, do Senador Dário Berger; 46 e 48, do Senador João Capiberibe; 50, da Senadora Fátima Bezerra, e 54, 56 e 57, do Senador Humberto Costa, propõem excepcionar algumas despesas dos limites de gastos.

São áreas como segurança, ciência e tecnologia, previdência, assistência social, despesas de capital em geral, expansão da Defensoria Pública da União e gastos decorrentes do reajuste do funcionalismo público aprovados recentemente. Também há propostas para não computar despesas com educação e saúde no limite de despesas. Contudo, aprofundaremos mais adiante o debate sobre essas duas áreas, que consideramos fundamentais.

Quanto às demais áreas que se busca excepcionar, reconhecemos sua importância, mas excluí-las do cômputo das despesas primárias para fins de estabelecer os limites de gastos implica desvirtuar os objetivos da PEC 55, de 2016, retirando-lhe toda a sua efetividade.

O texto da PEC já exclui aquelas despesas relacionadas a transferências constitucionais. Destacam-se, aqui, as transferências para os fundos de participação de Estados e Municípios – FPE e FPM –, bem como para os fundos de desenvolvimento regional, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO), preservando, assim, esses importantes instrumentos para manter a harmonia federativa e combater as desigualdades regionais. Tampouco estarão submetidas a limites as despesas de transferências no âmbito do Fundeb, essenciais para o desenvolvimento da educação básica no Brasil.

A essência da PEC, e com a qual concordamos, é que, preservadas algumas despesas, como as citadas no parágrafo anterior, caberá ao Congresso Nacional discutir as suas prioridades. Reitero que a PEC não proíbe aumento de gastos em nenhuma área, apenas requer que, no agregado, esses gastos estejam submetidos a um limite. Se for entendido que é necessário expandir as despesas em segurança, por exemplo, em ciência e tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – ... em assistência social ou em qualquer outra área, o Congresso será soberano para fazê-lo. A única restrição, que entendemos ser absolutamente necessária e inarredável, é a restrição orçamentária: não podemos, nem devemos, em meu entender, gastar mais do que nossa capacidade de arrecadação.

Gostaríamos também de comentar sobre algumas particularidades das Emendas nºs 7, 10, 33, 34, 35 e 46. A Emenda nº 7 propõe que os gastos com financiamento estudantil não integrem as despesas que estão sujeitas aos limites de gastos. Ocorre que os gastos com programas como o Fundo de Financiamento Estudantil...

Repetindo: não integrem as despesas que estão sujeitas aos limites de gasto. Ocorre que os gastos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Essa Presidência pede aos presentes, inclusive aos próprios Parlamentares, que guardem o silêncio necessário, a fim de que possamos ouvir o relatório do Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente, obrigado. Eu repito aqui.

As emendas propõem que os gastos com financiamento estudantil não integrem as despesas que estão sujeitas aos limites de gasto. Ocorre que os gastos com programas como o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (Fies), que se destina a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, são classificados como gastos financeiros. Por não serem gastos primários, não são afetados pela PEC. Portanto, a educação – não canso de repetir aqui para os senhores e para as senhoras – juntamente com a saúde são duas áreas que merecem tratamento especial pela PEC nº 55, de modo a preservar os investimentos mais essenciais na vida de todos os brasileiros.

A PEC já estabelece, no inciso IV do §6º do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que despesas com capitalização de empresas estatais não dependentes devem ser excluídas do limite de gastos. As Emendas nºs 10 e 33 mantêm essa exclusão, mas restringem as empresas estatais dependentes àquelas que exploram as atividades econômicas em sentido estrito (Emenda nº 10) ou que exercem atividade econômica possível de ser exercida pelo Estado (Emenda nº 33), que, de acordo com o art. 173 da Constituição Federal, tratam-se de atividades econômicas necessárias aos imperativos da segurança nacional ou que atendem de forma relevante ao interesse coletivo. Em ambas as emendas, o objetivo é desestimular a criação de empresas gestoras de ativo que tenham por objetivo ceder direitos creditórios, securitizar recebíveis ou organizar privatizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O primeiro problema que vemos com essas emendas é a clara delimitação do escopo. Tanto "atividade econômica em sentido estrito", como "atender de forma relevante o interesse coletivo" permitem várias interpretações, o que gera desnecessária insegurança jurídica.

Em segundo lugar, não cumpre à PEC estabelecer esse tipo de restrição. A eventual constituição de empresa destinada, por exemplo, a ceder onerosamente os direitos creditórios da dívida ativa é algo que deve ser discutido oportunamente, quando os prós e os contras de eventual proposta sejam mais bem conhecidos. Não estamos aqui advogando a obrigação de se constituir tais empresas, mas apenas não consideramos razoável proibir taxativamente.

Além disso, eventual criação e capitalização de tais empresas dependeria de aprovação de lei específica por este Congresso Nacional, que poderá analisar, caso a caso, a sua conveniência ou não.

O terceiro problema que detectamos, especificamente no caso da Emenda nº 33, refere-se às diversas vedações impostas à criação de estatais não dependentes que não satisfaçam os critérios do art. 173 da Constituição Federal. Por exemplo, empresas gestoras de ativos ficariam proibidas de receber recursos públicos. Além de não concordarmos com o mérito da proposta, pelos motivos expostos no parágrafo anterior, entendemos que esse conteúdo extrapola o escopo da PEC 55, de 2016, devendo ser discutido quando se pretender, por exemplo, alterar o recém-aprovado marco regulatório das empresas estatais, consubstanciado na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Pelos mesmos motivos, não acatamos a Emenda nº 46, que tem o mesmo objetivo da Emenda nº 33.

As Emendas nº 34 e nº 54 propõem quatro cláusulas de escape para a aplicação do Novo Regime Fiscal. Duas delas – calamidade pública e estado de defesa ou de sítio – já são contempladas pela atual redação da PEC e, no nosso entendimento, de forma superior ao proposto pelas referidas emendas – pela atual redação da PEC e no nosso entendimento. Isso porque o §6º do art. 102 do ADCT excepciona os gastos decorrentes de créditos extraordinários, guerra ou comoção nacional, previstos no art. 167 da Constituição Federal. É mais correto excluir dos limites somente os gastos feitos exclusivamente para mitigar os impactos daqueles eventos, como a PEC propõe. Não faz sentido abolir todos os limites de gastos porque houve enchente em um local e foi necessário socorrer as vítimas.

Tampouco consideramos meritório permitir cláusulas de escape em função de mau desempenho do PIB ou desemprego elevado, as duas outras condições previstas na Emenda nº 34. As cláusulas de escape propostas implicariam, na atual conjuntura, que a aprovação da PEC não traria qualquer impacto imediato sobre as contas públicas, tendo em vista o comportamento recente do PIB, em queda, e os cerca de 12 milhões de brasileiros que estão desempregados. Com isso, o Novo Regime Fiscal já nasceria com sua credibilidade abalada, criando obstáculos desnecessários para o atingimento de um de seus mais importantes objetivos, que é resgatar a confiança nas contas públicas.

A Emenda nº 35 propõe excluir dos limites de gastos os valores referentes a reajustes concedidos para o funcionalismo público recente, mas que produzirão efeitos financeiros deferidos ao longo dos próximos anos. Ocorre que a PEC já trata desse problema: os §§7º e 8º do art. 102 da ADCT permitem que o Poder Executivo compense, em até 0,25% de seu limite de gastos, eventuais despesas em excesso executadas por outros Poderes ou órgãos ao longo dos três primeiros anos de vigência do Novo Regime Fiscal. Essa flexibilidade foi incorporada ao texto da PEC justamente para acomodar o impacto financeiro daqueles reajustes salariais, já dados e previstos ao longo dos outros anos. Além do mais, não faz sentido excluir as despesas com atividades da Administração Tributária Federal, inclusive pessoal e encargos, dos limites do Novo Regime Fiscal, sob pena de reduzir sua efetividade.

Emenda propondo que o superávit primário não seja utilizado para pagamento de juros da dívida pública.

A Emenda nº 4, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, propõe que, caso venha a ser registrado algum superávit primário, os recursos não possam ser utilizados para pagamento de juros, mas alocados em investimentos em infraestrutura ou em ciência e tecnologia.

Assim como com as emendas discutidas anteriormente, entendemos que a aprovação da Emenda nº 4 esvaziaria a PEC.

O objetivo do Novo Regime Fiscal é justamente gerar resultados primários para pagarmos os serviços da dívida e, com isso, reequilibrarmos as finanças governamentais, completamente desequilibradas. Segundo a justificação da emenda, é inconcebível utilizar os resultados primários para pagar juros. Ora, se é concebível se endividar, também se deve ser concebível pagar as suas contas e os seus juros. Afinal, este é o corolário daquele. E, para pagar os juros da dívida, é necessário obter resultados primários positivos.

Lembremos ainda, mais uma vez, que a PEC não faz qualquer limite a despesas individuais. Se os investimentos em infraestrutura e em ciência e tecnologia forem entendidos como prioritários sobre outras matérias, esses poderão receber maior atenção na elaboração do Orçamento Geral da União.

Emendas propondo que os gastos com juros e demais encargos da dívida pública sejam submetidos a limites.

As Emendas nºs 5 e 6, da Senadora Angela Portela, 9, do Senador José Pimentel, 17, do Senador Lindbergh Farias, 18 e 19, da Senadora Vanessa Grazziotin, 22 a 25, 28, 31 e 32, do Senador Paulo Paim, propõem que as despesas com pagamentos de juros e demais encargos também estejam submetidas a algum tipo de limite. Pode ser como proporção do PIB, como função dos gastos ocorridos no passado ou simplesmente um teto para a taxa de juros nominais.

Essas emendas buscam atender a uma das principais críticas feitas à PEC 55, de 2016, qual seja, de que o Novo Regime Fiscal se preocupa apenas com os gastos primários, quando a principal causa do desequilíbrio das contas públicas é o pagamento de juros. Entretanto, não vemos procedência nessa crítica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Reconhecemos que juros e dívida elevados se retroalimentam. Disso não resulta, contudo, que a solução para o problema seja controlar a taxa de juros. Cortar a taxa de juros, sem haver fundamentos econômicos que o justifiquem, somente faz aumentar a inflação e o temor de uma moratória, com danos muito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

severos para a nossa economia. Em grande parte, a profunda crise econômica pela qual passamos é justamente consequência de uma combinação de políticas fiscal e monetária frouxas. Juros altos são, antes de tudo, consequência, e não causa de uma dívida elevada e percebida como dificilmente pagável. A geração de superávits primários é, portanto, a forma, no meu entendimento, correta de se quebrar esse círculo vicioso. Aumentar juros... sobre a taxa de juros apenas para aumentar a incerteza dos agentes econômicos sobre a real sustentabilidade da dívida e sobre a evolução da inflação. É igualmente temerário permitir que se aumentem despesas primárias à custa da redução das despesas com juros, como propõem as Emendas nº 22 e nº 32.

As Emendas nºs 22 e 23, além de propor limite para gastos com pagamento de juros e demais encargos da dívida pública, também estabelecem normas para o tratamento das despesas financeiras no Orçamento e impõem outras restrições, como limitação da taxa de juros em 6% ao ano e proibição do anatocismo (capitalização de juros compostos). São propostas que consideramos, no mérito, inadequadas e que, de qualquer forma, fogem do escopo da PEC ora em análise.

Emendas que propõem alterar o prazo de vigência do Novo Regime Fiscal.

As Emendas de nº 8, do Senador José Pimentel; 19, da Senadora Vanessa Grazziotin; 42, do Senador Paulo Paim; 44, do Senador Dário Berger; 45, do Senador João Capiberibe; e 55, do Senador Humberto Costa, têm em comum o objetivo de alterar o prazo de vigência do Novo Regime Fiscal ou flexibilizar a prerrogativa dada ao Presidente da República de alterar a metodologia de fixação dos limites. Para muitos críticos da PEC nº 55, de 2016, o prazo de 20 anos nos parece ser excessivamente longo. Não é assim que entendemos.

Em primeiro lugar, porque, conforme esclarecemos no parecer apresentado dia 1º de novembro junto a esta Comissão, a situação da dívida pública é crítica. Mesmo impedindo aumento real dos gastos, a dívida pública continuará crescendo nos próximos cinco anos, quando deverá atingir patamares em torno de 90% do PIB, somente caindo a partir daí. Apenas no final da próxima década, devemos voltar a ter uma relação dívida/PIB da ordem de 50%, similar ao que tínhamos no início desta década.

Em segundo lugar, a PEC opta por um ajuste fiscal suave, sem corte de despesas. Para a combinação de dívida pública elevada e ajuste fiscal suave, 20 anos é um prazo bastante razoável.

Em terceiro lugar, a PEC garante flexibilidade ao permitir, depois de dez anos, alterar os critérios de fixação dos limites. Assim, se tudo correr bem ou se tivermos a sorte de passarmos a um novo superciclo de *commodities*, como ocorreu na década passada, o Presidente da República, por meio de projeto de lei complementar, poderá propor a modificação dos limites de gastos. Mas, diante da grave situação em que nos encontramos, prazos inferiores a dez anos são insuficientes para que a dívida pública retorne a uma trajetória sustentável.

Somos contrários até mesmo a flexibilizações condicionais, como a proposta pela Emenda nº 44. A emenda permite aumento de gastos caso a relação dívida bruta do Governo geral/PIB se situe abaixo do nível observado no final de 2013, em torno de 51%. Nossa discordância em relação a essa proposta decorre do fato de que uma queda de tamanha magnitude na relação dívida/PIB, caso se concretize, terá sido uma consequência de fatores externos excepcionalmente favoráveis, com os quais não deveríamos contar de forma recorrente. Seria um risco flexibilizar o Novo Regime Fiscal em determinado ano para, no ano seguinte, ter de impor novo limite aos gastos.

Além disso, o sucesso do Novo Regime Fiscal depende, de forma significativa, da certeza de que será mantido por tempo suficiente. A possibilidade de supressão do regime poderá prejudicar substancialmente a sua efetividade.

Emendas propondo que não seja alterado o piso para despesas com saúde e educação.

As emendas nºs 10 e 13, do Senador José Pimentel; 19, da Senadora Vanessa Grazziotin; 39, da Senadora Angela Portela; 43, do Senador Dário Berger; nº 48, do Senador João Capiberibe; 50 e 51, da Senadora Fátima Bezerra; e 55 e 57, do Senador Humberto Costa, propõem não sejam alterados os pisos para os gastos com educação ou saúde, nos termos dos arts. 212 e 198 da Constituição, respectivamente.

Desde 1999, atuo aqui no Congresso Nacional, inicialmente como Deputado Federal e, desde 2011, como Senador da República, com a honra de representar o meu querido Ceará. Com minha larga experiência política e sensibilidade às demandas da população, jamais eu compactuaria com uma proposta que causasse qualquer prejuízo à educação e à saúde pública, pois entendo que essas são áreas prioritárias essenciais para o desenvolvimento do nosso País e bem-estar da nossa população.

Nesse sentido, conforme discutido exaustivamente no parecer lido em 1º de novembro, a PEC mantém a atual regra para o piso da educação, prevista no art. 212 da Constituição Federal, até 2017.

A partir daí, o valor passa a ser corrigido pela inflação, de forma a preservar os gastos reais. Ou seja, a PEC nº 55, de 2016, ao contrário de interpretações equivocadas ou propositadas, que alardeiam que nós vamos retirar recursos da educação e da saúde, o que não é verdade, não retirará um centavo da educação. Pelo contrário: ao valor que hoje é dado à saúde pública brasileira, de 13,4% das receitas correntes líquidas, será incorporado mais... O valor percentual de 13,4%, que é o de hoje, passando para 15% a partir do dia 1º de janeiro.

Portanto, o incremento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Hoje já é 15, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não, senhor, é 13,4.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Hoje é 15, Senador. Está mal informado, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Eu não vou discutir com o senhor. O senhor sabe que não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou mostrar que é 15.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – O senhor sabe que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É 13,4, e nós estamos passando, a partir do dia primeiro, para 15%.
O senhor sabe que nós aprovamos uma PEC aqui...
Eu não vou debater com V. Exª porque eu estou lendo o relatório.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Mas é que hoje o gasto já é 15.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Só para restabelecer a verdade.
Presidente, me permita a palavra, que eu estou relatando a matéria.
Então eu só queria dizer, com todo o respeito a V. Exª,
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra assegurada.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Com todo o respeito a V. Exª, que a verdade tem que ser dita aqui. Nós estamos hoje... Nós aprovamos uma PEC aqui no Congresso Nacional, para que até 2019 esse percentual crescesse até 15% – em 2019.
Nós estamos estabelecendo nesta PEC que o percentual passa a ser de 15% a partir de 1º de janeiro de 2017 e que só contará para qualquer valor a mais depois do ano de 2017.
Portanto, não há redução da receita corrente líquida no que se trata da saúde pública brasileira.
Há um incremento, sim, a partir do dia 1º de janeiro, de R$10 bilhões.
Já em relação à educação, hoje a transferência é feita de 18% dos impostos arrecadados no Brasil, menos as transferências para os Estados e Municípios.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Governo já investe 23%.
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Garanta a palavra do Relator!
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.
Por favor, garanta ao nosso Relator o direito de ele ler o relatório sem ser interrompido, Sr. Presidente.
Isso que está acontecendo aqui não pode continuar, Sr. Presidente.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente, obrigado.
Eu só quero...
Eu acho que é legítimo o debate, mas eu acho que o momento não é apropriado. Só isso.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Eunício, e eu respeito.
Apenas coloquei que o Governo já investe 23% e a PEC anula exatamente a vinculação constitucional, pelos próximos 20 anos.
(*Soa a campainha.*)
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Senadora Fátima, eu não vou fazer debate agora. Eu estou fazendo o meu relatório, precisava que V. Exª compreendesse isso, para dizer o seguinte...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço aos Parlamentares que respeitem o direito que o Relator tem de proferir o seu relatório.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, eu só quero que a verdade seja dita aqui para todos os Parlamentares e para o Brasil.
Nós, esta PEC não reduz...
Eu quero que alguém me apresente um centavo de redução em relação aos últimos 12 meses de gasto para a frente. Pelo contrário, não há redução, não há corte de gastos. O que não há, Senadora Gleisi, e é preciso que a verdade seja dita aqui, sabe o que que não há? É gastar mais ou então procurar criar impostos, como a CPMF, que foi proposto a este Congresso Nacional, e nós não aceitamos.
Então, o que eu quero deixar bem claro aqui – permita-me o Presidente, conceda-me a palavra – é que não há redução de gastos e esses valores, mesmo que tenham um incremento para 15% com acréscimo de R$10 bilhões anuais, esses valores não são valores-teto; são valores-piso. Se amanhã o Presidente da República ou este Congresso Nacional entender que deve tirar dinheiro de gastos daqui, do Poder Legislativo, e transferir esses recursos do Poder Legislativo para a saúde pública, não está impedido, porque é piso.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não é possível isso.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – É piso, e não teto. É piso, e não teto.
Sr. Presidente, se eu não puder ler o meu relatório, fica difícil.
É piso, e não teto. Eu estou explicando o porquê de o parecer ser contrário à emenda. E cabe a mim, como Relator designado por V. Exª, dar parecer contrário ou favorável e fazer os meus argumentos. Eu não estou fazendo debate. Estou fazendo aqui a leitura do meu convencimento em resposta às emendas, e é direito também do Parlamentar apresentá-las. Cabe ao Relator dar parecer favorável ou parecer contrário.
Por isso, Sr. Presidente, eu quero deixar claro ao Brasil: nós não estamos retirando um centavo da saúde; nós não estamos retirando um centavo da educação; de nenhum dos fundos constitucionais. Não estamos retirando um centavo do Fundeb. Nem um centavo! É balela, é invenção, é politizar algo que não temos como politizar, porque a verdade está aqui.
Então, além disso, as transferências da União, no âmbito do Fundeb, de que eu falava agora, bem como o financiamento do Fies, não são afetadas por essa PEC. O Fies e o Fundeb não serão afetados por esta PEC – repito. Lembremos que o Fundeb consiste em transferência de recursos para o financiamento da educação básica em Estados e Municípios. E o Fies, como todos nós sabemos, é um fundo que prevê financiamento das mensalidades cobradas por instituições privadas de ensino superior, que não terão um único centavo de corte.
Em relação à saúde, a PEC, como já disse, aumenta o piso de gastos já em 2017. Pela regra atual da PEC que nós aprovamos aqui, no Congresso Nacional, e promulgamos aqui, neste Congresso Nacional, pela regra atual, o piso para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

próximo ano corresponderia a 13,7% da receita corrente líquida. Com a aprovação da PEC 55, de 2016, esse percentual sobe para 15%. Isso representa nada menos, como já disse aqui, do que R$10 bilhões de recursos adicionais para a saúde, já agora em 2017, valores esses que serão preservados nos termos reais a partir daí. Assim como no caso da educação, é improcedente a crítica de que o Novo Regime Fiscal retira recursos dessa importante área.

Não se pode também negligenciar dois importantes aspectos. O primeiro é que a PEC, ciente da importância da educação e da saúde, impõe piso, e não teto, mas não um teto para essas áreas. Durante a discussão do Orçamento, as prioridades serão avaliadas, e nada, nada impedirá que saúde e educação recebam recursos em volume superior aos pisos definidos em lei. Os Srs. e as Srªs Senadoras contarão com o apoio deste Relator, para que, no Orçamento, havendo espaço, nós possamos fazer essa importante adequação.

Em segundo lugar, a aprovação da PEC 55, de 2016, permitirá à economia brasileira, se Deus quiser, retornar ao crescimento. Maior crescimento implica maior arrecadação, tanto para a União como para os Estados e Municípios. Com mais recursos disponíveis, esses governos subnacionais poderão gastar mais com educação, em especial a educação básica, que é majoritariamente de sua responsabilidade, e, obviamente, com saúde pública. A propósito, com a retomada da economia e a recuperação das receitas tributárias, o volume repassado por meio do FPE e do FPM se eleva, melhorando as finanças estaduais.

Vale esclarecer, por fim, que o conteúdo da Emenda nº 51 já está abarcado pela PEC 55, de 2016, pois o art. 101 do ADCT é claro ao informar que o Novo Regime Fiscal atinge apenas os orçamentos da União, não atingindo orçamentos de Estados e Municípios.

Emenda propondo que, mesmo em caso de descumprimento de limites, seja possível conceder reajustamento para o funcionalismo público.

A Emenda nº 11, de autoria do Senador José Pimentel, propõe que, mesmo em caso de extrapolação de gastos, será possível conceder reajuste geral para o funcionalismo público, previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Discordamos dessa proposta, porque entendemos que os gastos com o funcionalismo são parte significativa dos gastos públicos totais. Se houver desequilíbrio, conceder reajuste geral aos servidores irá agravá-lo ainda mais, tornando mais difícil o retorno das contas públicas à normalidade e, com isso, a possibilidade de aumentar gastos em áreas essenciais, como saúde, educação, ciência e tecnologia e outras.

Além do mais, é bom que se diga: eu já li, Sr. Presidente, várias matérias publicadas, informando que os reajustes já concedidos e escalonados para 2016 e 2017 e alguns até 2018 serão cortados por essa PEC; não é verdade. Esses reajustamentos já concedidos e escalonados serão preservados, mesmo com a aprovação dessa PEC, o que espero acontecer o mais rápido possível, de acordo com o calendário feito com os Líderes deste Senado Federal.

Emendas propondo...

As Emendas nºs 12, do Senador José Pimentel, 16, do Senador Lindbergh Farias, e 20, da Senadora Vanessa Grazziotin, têm por objetivo permitir que, mesmo em caso de extrapolação dos gastos, o reajuste do salário mínimo possa ser mais elevado do que a inflação. Observe-se que a PEC em exame garante a manutenção de seu valor real. A justificativa para essas emendas é que a atual redação da PEC proíbe uma política de aumento de valorização do salário mínimo, tão importante para melhorar a distribuição de renda e as condições do mercado de trabalho.

A argumentação não procede. Em primeiro lugar, não é possível ignorar os efeitos de reajustes reais do salário mínimo sobre as contas públicas, tendo em vista seu impacto sobre a remuneração de servidores e benefícios pagos aos aposentados, pensionistas e beneficiários dos programas de assistência social.

Em segundo lugar, será impossível recuperar o salário mínimo sem recuperar a economia. Houve, nos últimos dez anos, forte crescimento de seu valor real: 54%, ante um crescimento do PIB de 35%. Boa parte desse crescimento pode ser creditada à política de valorização do salário mínimo, que consistia em reajustá-lo pela inflação do ano anterior, somada ao crescimento real do PIB de dois anos antes. Enquanto a economia crescia e o desemprego caía, essa política ajudou a melhorar a distribuição de renda, ainda que a competitividade de alguns setores, como o da indústria de transformação, tenha sido fortemente abalada.

Mas o cenário agora é totalmente distinto. Nossa prioridade deve ser garantir o emprego e a reinserção dos mais de 12 milhões de brasileiros desempregados. Temos que fazer com que possam voltar ao mercado de trabalho. Forçar reajustes salariais sem o correspondente crescimento da produtividade deverá resultar em mais desemprego ou informalização das relações de trabalho. Nada impede, contudo, que, à medida que o mercado de trabalho se recupere e a produtividade avance, o rendimento do trabalhador aumente. É o que desejamos.

Em terceiro lugar, a PEC não impede políticas perenes de valorização do salário mínimo. Apenas veda aumentos reais em períodos quando os gastos excederem o teto estabelecido. É bastante razoável que, nesses períodos, não sejam colocadas novas fontes de pressão sobre os já abalados gastos públicos.

Emenda propondo tributação de lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas e outras alterações no Sistema Tributário Nacional.

A Emenda nº 14, do Senador José Pimentel, propõe tributar lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas. A Emenda nº 53, do Senador Humberto Costa, propõe que o produto da arrecadação desse tributo seja gasto com saúde e educação. A justificativa é que a tributação do Imposto de Renda no Brasil é extremamente iníqua. Como evidência, as pessoas mais ricas, com ganhos anuais em torno de R$4 milhões, são pouco tributadas porque parte substancial de suas rendas tem como origem lucros e dividendos distribuídos, que são rendimentos isentos para fins de Imposto de Renda.

Nossa objeção a essa emenda não decorre de discordar do mérito, e sim, de alterar a legislação sobre o Imposto de Renda. O mérito, é interessante, mas, neste momento, alterar a legislação sobre Imposto de Renda, durante esta PEC, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nos cabe. O problema é que este não é o foro adequado, neste momento, para essa discussão. A PEC trata de gastos, e não de receitas.

Concordamos que, no Brasil, a tributação do Imposto de Renda tem aspectos regressivos. Porém, também temos plena consciência de que a carga tributária no Brasil é excessivamente elevada para nosso grau de desenvolvimento e qualidade dos serviços públicos oferecidos. Uma reforma ampla, que preserve ou – preferencialmente – reduza a carga tributária, mas altere as bases de incidência, certamente será bem-vinda e deve integrar a agenda legislativa desta Casa, do Congresso Nacional. Trata-se, contudo, de um debate profundo e polêmico, que envolve não apenas redistribuir as alíquotas entre pobres e ricos, mas também repensar o papel da tributação direta e indireta e todos os seus impactos sobre as relações federativas. Não é, portanto, produtivo inserir esse debate nesta PEC.

Mas é importante fazer esse debate em um futuro próximo.

A Emenda nº 58, do Senador Lindbergh Farias, propõe alterações no Sistema Tributário Nacional, de modo a estabelecer mais claramente a progressividade como princípio tributário, vedando qualquer forma de tributação regressiva. Além disso, propõe incluir novo artigo, 162-A, estabelecendo princípio para as finanças públicas.

Todas essas alterações seriam feitas em substituição às alterações propostas pela PEC 55 no ADCT. Assim, pelas razões já invocadas e também por propor, na prática, a rejeição da PEC nº 55, não a acolhemos.

Emendas propondo alterar o critério de definição do limite de gastos.

As Emendas nºs 15, do Senador Lindbergh Farias, e 19, da Senadora Vanessa Grazziotin, propõem alterar o critério de fixação do limite de despesas, que passaria a ser com base na inflação acrescida do crescimento real do PIB. Com isso, a relação gastos/PIB iria se manter constante ao longo do tempo.

Ocorre que um dos principais objetivos do Novo Regime Fiscal é justamente reduzir a relação gastos primários da União/PIB, que aumentou fortemente nos últimos anos, de 16,7% para 19,6% entre 2011 e 2015. A comparação internacional de gastos da União é difícil de ser feita porque as responsabilidades de governos centrais e subnacionais variam fortemente entre países. Mas, se considerarmos os gastos agregados, fica evidente que o Brasil gasta demais para nosso nível de renda: na média 2010-2015, nosso setor público consumiu 38,7% do PIB, ante 30,2% nas economias emergentes. Ao longo da década passada, o equilíbrio das contas públicas se deu via aumento de receitas, obviamente, muitas vezes, por aumento de impostos.

Mas é inviável que uma economia com o grau de desenvolvimento do Brasil continue gastando o percentual do PIB que gasta, pois isso requer carga tributária igualmente elevada. O equilíbrio das contas públicas terá de passar, necessariamente, pela redução da proporção de gastos governamentais em relação ao PIB, o que seria inviável caso as Emendas nºs 15 e 19 fossem aqui acatadas.

Emendas propondo suavização das vedações caso as despesas extrapolem o teto.

As Emendas nºs 21, da Senadora Vanessa Grazziotin, e 49, da Senadora Fátima Bezerra, propõem suavizar as vedações impostas em caso de descumprimento dos limites de gastos.

De acordo com essas emendas, as vedações ficariam limitadas a: criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, exceto os reajustes do salário mínimo e aposentadorias e pensões dos servidores públicos e do regime geral; e concessão ou ampliação de incentivos e benefícios tributários em caso de descumprimento do limite do Poder Executivo.

Entendemos que essas punições seriam muito tímidas e pouco efetivas para fazer com que eventuais excessos de despesas possam ser reenquadrados nos limites estabelecidos. É importante enfatizar que as vedações previstas no art. 104 do ADCT não são meras punições, mas, sim, instrumentos para se garantir que, uma vez extrapolado o teto de gastos, consiga-se retornar o mais rapidamente possível ao equilíbrio. Posto de outra forma, seu principal objetivo é impedir que fontes de pressão de gastos continuem a prejudicar as contas públicas brasileiras.

Consideramos também injusto manter algumas vedações e permitir, por exemplo, concessão de reajustes para membros de Poder, bem como criação ou reajuste de benefícios, como auxílio-moradia ou até auxílio-paletó.

A Emenda nº 19 é ainda mais incisiva no que diz respeito a suavizar as punições previstas no art. 104 do ADCT. A emenda propõe suprimir todo o dispositivo. Se já consideramos inadequado reduzir o rol de vedações em caso de descumprimento dos limites, é ainda mais inapropriado suprimir todas elas.

Emendas propondo retirar a possibilidade de o Poder Executivo compensar gastos excedentes dos demais Poderes e órgãos.

Também somos contrários às Emendas nº 29, do Senador Paulo Paim, e 47, do Senador João Capiberibe. Essas emendas suprimem os §§7º e 8º do art. 102 do ADCT, que permitem que o Poder Executivo compense, em até 0,25% de seu limite de gastos, eventuais excessos de despesas dos demais Poderes e órgãos durante os três primeiros anos de vigência do Novo Regime Fiscal. Não concordamos com a supressão desses dispositivos, pois entendemos que essa flexibilização é meritória.

Em primeiro lugar, a PEC não obriga o Poder Executivo a gastar abaixo do limite para compensar excesso de gastos de outros Poderes ou órgãos, apenas autoriza a compensação. Em segundo lugar, porque os demais Poderes e órgãos assumiram compromissos financeiros ao longo desses últimos meses, decorrentes do reajuste de seus servidores, propostas que contaram com amplo acolhimento nesta Casa e com o nosso apoio e cujos efeitos financeiros se materializarão ao longo dos próximos anos. É justo, portanto, haver alguma flexibilização para acomodar os compromissos já assumidos com esses funcionários. Em terceiro lugar, porque se os demais Poderes, em função desses compromissos já assumidos, tiverem de extrapolar seus gastos, o melhor a ser feito será o Poder Executivo gastar abaixo de seu limite, de forma a conter o gasto agregado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Emendas propondo repartição das receitas da União com Estados e Municípios.
As Emendas nºs 36, da Senadora Angela Portela, 41, do Senador Lindbergh Farias, e 52, da Senadora Fátima Bezerra, propõem repartir eventuais superávits primários da União com Estados e Municípios, destinando 10% desse superávit para o FPE, e outros 10% para o FPM. Posicionamo-nos contrários a esta emenda por entender se tratar de discussão sobre o Pacto Federativo, que está fora, obviamente, do escopo desta PEC e desta discussão. Foi justamente para não adentrar nas questões federativas que a PEC estabeleceu que o Novo Regime Fiscal não deve impactar as transferências para os governos subnacionais – Governos estaduais e municipais –, previstas na Constituição.
Ainda há a Emenda nº 59, de autoria do Senador Paulo Paim, que propõe dar autonomia administrativa, operacional e financeira a cada um dos Poderes e órgãos autônomos da União.
Não acatamos essa emenda porque a Constituição já dispõe sobre a autonomia dos Poderes e órgãos e não consideramos pertinente dispor sobre esse tema nesta PEC, que trata de controle de gastos públicos.
Voto.
Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição das Emendas nºs 2 a 59.
Sr. Presidente, agradecendo o silêncio dos Srs. e Srªs Senadoras e dos que nos assistem neste momento, aqui, presencialmente, é esse o voto que tinha a fazer sobre as emendas apresentadas até agora nesta reunião, Sr. Presidente.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para a leitura do voto em separado.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.
Pela ordem, Presidente. Randolfe Rodrigues, aqui.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não, V. Exª tem a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.
Presidente, sei que a pauta de hoje é única e exclusivamente o debate da PEC 55, já tinha sido anteriormente definida. Peço a aquiescência de V. Exª e dos pares para, se assim for possível, ao final da discussão – somente ao final da discussão –, checar a possibilidade de fazermos a leitura do meu parecer à PEC nº 10, de 2013, em que é primeiro signatário o Senador Alvaro Dias. Somente para fazer a leitura porque, após a leitura, obviamente, fica concedida a vista para todos os Senadores e se abre o prazo para emendas ou novas emendas a essa proposta de emenda à Constituição.
É um requerimento de solicitação que faço a V. Exª e aos pares.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência concederá o espaço necessário para que V. Exª faça a leitura, e unicamente a leitura, do seu voto em separado...
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Do parecer da PEC 10, na verdade.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aliás, o relatório da PEC 10.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.
Agradeço a V. Exª
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem. Aqui.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.
Eu já protocolei, perante a Mesa da Comissão, um voto em separado de minha autoria. Eu gostaria, Sr. Presidente, conversando aqui com o Senador Requião, lendo o seu voto em separado, de solicitar a retirada do meu voto em separado e comunicar que estou assinando o voto em separado que será lido agora pelo Senador Requião.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Não há dúvida de que V. Exª tem o direito de retirar a sua proposta de voto em separado e apresentar sua adesão ao voto em separado do Senador Requião, que tem tanta credibilidade para V. Exª e para todos nós. V. Exª nem ouviu ainda a leitura, mas já aderiu ao voto em separado.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu já o li.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, antes de mais nada, um esclarecimento. Este voto em separado é um voto coletivo. Ele foi produto do trabalho de um grupo de Senadores que tem se constituído a oposição à PEC 241 no Senado da República, com a participação dos principais economistas nacionalistas, desenvolvimentistas e progressistas do País.
Presidente, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a proposição em exame, nos termos do art. 356... (*Soa a campainha.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu rogo aos presentes manterem o necessário silêncio. Ora, mal o Senador Requião anunciou que iria fazer a leitura do seu voto em separado, estabeleceu-se uma algazarra tremenda. Evidentemente, nós não podemos abrir mão do direito de exigir que as pessoas que estejam presentes a este recinto guardem o necessário silêncio, até por respeito aos oradores eventualmente falando, e, no caso específico, o Senador Requião, que merece todo o respeito, até porque o assunto que ele vai tratar é da maior importância para a matéria que estamos votando.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Que não se comporte o Plenário como um bando de indisciplinadas baitacas. Estamos tratando do futuro do País nesta reunião.
Presidente, no último dia 1º de novembro, a matéria PEC 241 veio à discussão, tendo sido concedida vista coletiva, nos termos regimentais.
Como dissentimos do relatório apresentado, pelas razões que passaremos a discorrer, optamos por apresentar o seguinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

voto em separado, nos termos facultados pela Carta Regimental (art. 132, §6º, I).
Como a PEC nº 55, de 2016, já é do conhecimento de todos, julgamos que essas parcas considerações iniciais encerram o relatório desse voto e passamos à análise.
Passando a analisar a matéria, deveremos desde logo consignar que o nosso entendimento é o de que a iniciativa em questão não deve e não pode ser acolhida por esta Comissão, nos termos em que aqui chegou.
Isso porque, em primeiro lugar, há diversas inconstitucionalidades na proposta e, em segundo lugar, no que diz respeito ao mérito, não é possível acolher a proposição, sob pena de graves prejuízos para o País e para a população brasileira.
Em nosso entendimento, assim como no entendimento do consultor da Casa Sr. Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior, que elaborou bem fundamentado estudo sobre o assunto ("As inconstitucionalidades do 'Novo Regime Fiscal' instituído pela PEC 55, de 2016 – PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados"), a PEC em comento viola de forma cristalina cláusulas pétreas da nossa Carta Magna.
Expomos, à continuação...
Presidente, eu peço a Mesa que restabeleça o respeito e o silêncio. Senão, eu peço que se interrompa a reunião, se esvazie o plenário e se continue com a presença dos Senadores. Nós não estamos aqui brincando de discutir a PEC 241 e brincando com o País.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu incorporo à minha observação a observação que V. Exª acabou de fazer. Ninguém é obrigado a permanecer neste recinto. Subtende-se que as pessoas aqui presentes estejam interessadas em ouvir todos os atos praticados aqui, inclusive o voto em separado que V. Exª está proferindo aqui, que representa a opinião de uma parte ponderável, significativa dos integrantes desta Comissão e de setores da intelectualidade brasileira, especialmente economistas.
Então, não se justifica. Se alguém tem alguma coisa mais importante do que participar pelo menos com o respeito, com o silêncio necessário, pode se retirar. Ou, então, nós vamos ser obrigados a suspender a realização desta reunião por tempo indeterminado. Já é a terceira observação que eu faço, inclusive com o endosso do próprio orador na tribuna.
V. Exª pode continuar o seu trabalho.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Voltamos ao relatório.
Expomos, à continuação, estas flagrantes violações da ordem constitucional brasileira:
a) Violação do princípio constitucional do voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II).
No sistema presidencialista, a elaboração da peça orçamentária anual, assim como do plano de longo prazo (plano plurianual) e seu encaminhamento ao Poder Legislativo para discussão e aprovação são atribuições das mais nobres do Chefe do Poder Executivo. O art. 84, inciso II, da Constituição Federal, dispõe ser competência privativa do Presidente da República exercer a direção superior da Administração Federal, com o auxílio dos Ministros de Estado.
É na peça orçamentária que se materializam as concepções de organização e funcionamento do Governo; é onde se externam o papel do Estado e os mecanismos de articulação com a sociedade.
É nesse instrumento que as políticas públicas, programas e projetos de governo ganham forma. A Constituição de 1988 trata deste tema nos arts. 165 a 169, estabelecendo no *caput* do art. 165 a reserva de iniciativa que cabe ao Poder Executivo em matéria orçamentária. Essa competência consta também do inciso XXIII do art. 84 da Constituição Federal.
Eliminar, como pretende a PEC 55 a possibilidade... É a minha assessoria aqui, Presidente. Peço ao Samuel que se retire do plenário se for para continuar interrompendo o relatório, na companhia do nosso Deputado fundamentalista Ferraço.
A Constituição de 1988 trata desse tema dos arts. 165 a 169, estabelecendo no *caput* do art 165 a reserva de iniciativa que cabe ao Poder Executivo em matéria orçamentária. Essa competência consta também do inciso XXIII do art. 84 da Constituição Federal.
Eliminar, como pretende a PEC nº 55, de 2016, a possibilidade de o Chefe do Poder Executivo – legitimamente eleito pelo povo, por intermédio do voto direto, secreto, universal e periódico, que é o que vai ocorrer na próxima eleição, a partir de 2018 – definir o limite de despesas de seu Governo significa retirar-lhe uma de suas principais prerrogativas de orientação, direção e gestão. Significa atar-lhe as mãos e impedi-lo de fixar suas diretrizes e definir suas estratégias. É o *impeachment* do próximo Presidente da República que estamos tratando nesta PEC 241. Em última análise, significa impedi-lo de exercer, em sua plenitude, o mandato que lhe foi conferido, ou será conferido, em eleição direta, pela soberania popular, prevista no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal.
A PEC 241 está cassando o mandato do próximo Presidente da República.
Significa, sobretudo, extirpar da soberania popular, fonte legítima do poder nas democracias, o controle sobre a política fiscal e sobre os rumos da economia do País.
Reiteramos que, aprovada a PEC, essa circunstância limitadora da atuação do Chefe do Poder Executivo federal vigorará por 20 exercícios financeiros, que correspondem a 20 anos, que, por sua vez, correspondem a cinco mandatos presidenciais e a cinco legislaturas do Congresso Nacional. É uma cassação de soberania popular que se desdobra por cinco mandatos presidenciais.
Seguindo esse raciocínio, temos que as prerrogativas de debater e decidir os desígnios do Governo e de participar ativamente da alocação de recursos orçamentários reconquistadas pelo Congresso Nacional na Constituição de 1988 deixam de existir, na prática, com a aprovação da PEC nº 55, de 2016, eis que um dos núcleos essenciais do debate, a fixação do limite das despesas primárias de todos os Poderes da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União já se encontra preestabelecido por 20 anos.
Assim nas próximas cinco legislaturas, a partir de 2017 e até 2036, os representantes da população na Câmara dos Deputados e os representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado Federal, eleitos democraticamente pelo povo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

saberão, caso a presente propositura seja aprovada, que exercerão um mandato fracionado, amputado, em que lhes é interditado o direito e o dever de debater o teto de gastos lineares e tecnocraticamente fixados pela PEC nº 55, de 2016. É, sem sombra de dúvida, a cassação liminar dos Parlamentos futuros.

Observe-se, a esse respeito, que a análise internacional sobre a implantação de tetos de despesas primárias não registra experiência semelhante à brasileira. Segundo estudo do Fundo Monetário Internacional, apenas cinco países no mundo adotam algum teto fixo de gastos governamentais. Contudo, essas experiências internacionais são muito, mas muito mesmo, diferentes da tentativa brasileira na PEC 241.

A diferença maior tange justamente à questão política e democrática. É a supressão do processo democrático no Brasil. Nesses outros países, o teto é estabelecido por compromisso político do gabinete eleito ou ainda por amplo acordo de coalizão, que envolve também partidos de oposição. Não há tetos legais e, muito menos, constitucionais. O estudo do FMI mostra, aliás, que, quanto mais amplos os acordos políticos, maior a probabilidade de o teto ser respeitado. Essa questão política e democrática se reflete no prazo. No caso desses outros países, assim como de outros que não adotam o congelamento das despesas primárias, os prazos do teto ou de outras medidas de controle de gastos coincidem com a duração do gabinete ou dos governos eleitos, normalmente quatro anos – no caso presente, apenas dois anos, quando teremos uma eleição direta para a Presidência da República e a renovação dos Parlamentos. Após esse prazo politicamente delimitado, renova-se, ou não, o acordo relativo ao controle de gastos. Dessa forma, o eventual teto de gastos não viola, nesses países, o voto do cidadão e o princípio da soberania popular, ao contrário do que propõe, de forma autoritária e inadmissível, a PEC 241/55.

Entendemos, pelo exposto, estar caracterizada a violação do voto direto, secreto, universal e periódico, cláusula pétrea do nosso ordenamento constitucional, consoante o estipulado pelo inciso II, §4º, do art. 60 da Constituição Federal. Portanto, absolutamente inconstitucional.

Tratamos agora da violação ao princípio constitucional da vedação ao retrocesso social (art. 60, §4º, inciso IV, c/c o art. 5º, §2º e art. 6º da Constituição Federal).

A PEC 55 também trata das aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, direitos sociais fundamentais previstos na parte permanente da Constituição Federal, respectivamente, no inciso I do §2º do art. 198 e no *caput* do art. 212.

O art. 105 desmembra em dois momentos as aplicações mínimas em saúde e em educação no âmbito do NRF. No primeiro momento, no exercício de 2017, consoante o estabelecido no inciso I do art. 105, preservam-se as regras constitucionais permanentes atualmente em vigor. Afirma-se, nesse dispositivo, que as aplicações mínimas em saúde e educação equivalerão, no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I, §2º, do art. 198 e do *caput* do art. 212 da Constituição.

E o que estabelecem os mencionados dispositivos na parte permanente da Constituição Federal? As aplicações mínimas em saúde no âmbito da União correspondem, consoante o estabelecido no inciso I do §2º do art. 198 da Constituição Federal, a um percentual da receita corrente líquida no respectivo exercício financeiro. Logo, pelo texto permanente da Constituição, a União é obrigada a aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

No que tange à educação, a regra geral prevista na parte permanente da Constituição Federal, mais precisamente no *caput* do 212, é a seguinte: a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A aplicação de recursos mínimos anuais na manutenção e desenvolvimento do ensino preserva a lógica da vinculação à arrecadação dos entes federados, devendo a União aplicar não menos de 18% de sua receita resultante de impostos. Essas regras são preservadas pela PEC apenas para o exercício de 2017 e são simplesmente liquidadas na continuidade da sua aplicação. Portanto, absolutamente inconstitucional a PEC 241/55.

O segundo argumento, quanto à aplicação dos recursos mínimos em saúde e educação, é previsto no inciso II do art. 105 e se destina aos 19 exercícios posteriores, de 2018 a 2036, abrangidos pela PEC.

Estabelece o inciso II do art. 105 que, nos exercícios posteriores, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e educação equivalerão aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, ou seja, 2017, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 102 desse ADCT, qual seja, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo para o período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária.

Eu pediria ao Senador Romero Jucá que fizesse a gentileza de não dificultar a leitura do meu relatório com a sua tonitruante e incisa voz na minha retaguarda. Agradeço, antecipadamente, a gentileza do atendimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Estou querendo moderar a leitura do Senador Roberto Requião porque está um cheiro de queimado muito grande. Estou preocupado que seja ele. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu acho que queimada está esta PEC em relação à posição da sociedade brasileira e ao futuro do País. (*Palmas.*)

Assim, a partir de 2018, ao invés de ser uma função da receita corrente líquida, 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, no caso da saúde, e de uma função, da arrecadação com impostos, 18%, no caso da União, na educação os recursos mínimos aplicados nessas duas áreas estratégicas da atuação do Estado brasileiro, que buscam assegurar acesso universal a dois dos mais importantes direitos sociais fundamentais, passam a ser uma mera atualização monetária. Correção pela variação da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA, dos recursos alocados em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sendo assim, o ano de 2017 passa a ser, num delírio ficcional constitucional, arbitrado artificialmente, a base ideal de recursos mínimos em saúde e educação, sobre a qual incidem as revisões inflacionárias para os próximos dezenove meses. Ora, os dados demonstram que os gastos em saúde e educação, em 2016, foram submetidos a profundos cortes. Além disso, as pesquisas internacionais indicam claramente que os gastos sociais *per capita* no Brasil, apesar de avanços recentes, ainda estão em níveis muito distantes dos praticados nos países com maior IDH e níveis de desenvolvimento social avançados. Ainda assim, a PEC nº 55 preserva, num primeiro momento, em 2017, os mecanismos de fixação de recursos mínimos para esses dois setores com base na arrecadação, a base sobre a qual incidirão será bastante reduzida. A partir de 2018, então, a utilização do mecanismo previsto para a correção do limite de despesas para os próximos dezenove exercícios terá o condão de apenas atualizar monetariamente os valores obtidos em 2017. Trata-se, na realidade, de congelamento, sim, dos gastos em educação e saúde de 2018 até 2036, com o agravante de saber que os recursos atualmente alocados, mesmo os recursos atualmente alocados, são incapazes de atender à demanda de universalização atendimento na área de saúde e de educação.

Congelar despesas em saúde, com base nos recursos efetivamente pagos em 2016, que já foram submetidos a forte contração em face dos ajustes fiscais feitos, pelo Joaquim Levy, nos últimos dois anos, levará, inexoravelmente, a uma diminuição da cobertura dos serviços públicos de saúde.

Segundo diversos pesquisadores da área, a PEC 55 impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde no Brasil. Congelar o gasto em valores de 2016, por vinte anos, parte do pressuposto equivocado de que os recursos públicos para a saúde já estão em níveis adequados para a garantia do acesso aos bens e serviços de saúde, e que a melhoria dos serviços se resolveria a partir de ganhos de eficiência na aplicação dos recursos existentes – um equívoco absoluto.

Ademais, o congelamento não garantirá sequer o mesmo grau de acesso e qualidade dos bens e serviços à população brasileira ao longo desse período, uma vez que a população aumentará e envelhecerá de forma acelerada. Com efeito, segundo as projeções demográficas do IBGE, a população do Brasil aumentará, Presidente, cerca de 20 milhões, ao longo do período de vigência da PEC, sendo que quase todo esse aumento estará concentrado na faixa etária dos idosos – na nossa faixa, Presidente Maranhão.

Como o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo, a inexorável redução do gasto *per capita* com saúde e dos gastos com políticas sociais de uma forma geral acarretada pela PEC afetará os grupos sociais mais vulneráveis, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e para a não efetivação do direito à saúde e de outros direitos sociais no País.

No campo da educação, o raciocínio é o mesmo. Longe estamos ainda de atender ao dever constitucional atribuído ao Estado e à família, contida no *caput* do art. 205 da Constituição Federal, de promover a educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Acha-se, também, distante de ser cumprida a promessa de universalização do ensino contida no inciso II do art. 208, no §4º do art. 211, no §3º do art. 212, e no inciso II do art. 214, todos da Constituição Federal.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD-IBGE), cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos ainda estão fora da escola. Ademais, ao redor de 600 mil crianças ainda não têm acesso a creches e pré-escolas e apenas 42% das escolas de ensino básico oferecem ensino em turno integral. No que tange à qualidade da educação básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) precisaria aumentar dos atuais 5,5% para 6% no ensino fundamental e de 3,7% para 5,2% no ensino médio, para que pudéssemos assegurar qualidade mínima do ensino da rede pública.

A PEC 55 está acabando com o futuro da educação das crianças do Brasil!

Ora, os valores alocados em 2016 que terão base para incidência dos mecanismos de reajuste propostos na PEC são totalmente insuficientes para que possamos suprir essas e outras lacunas.

Assim, Sr. Presidente, prezado Relator oficial da PEC 241, o congelamento real a partir de 2017 significará verdadeiro retrocesso no atendimento às demandas crescentes endereçadas à educação básica. Paralelamente ao esforço de assegurar escola na idade adequada para todas as crianças, há de se registrar que, em períodos recessivos, muitos pais retiram seus filhos das escolas particulares e os matriculam em escolas públicas. A tendência do sistema público nos próximos anos é acolher cada vez um número maior de adolescentes.

É uma ilusão se pensar que os gastos com saúde e educação poderão ser ampliados em termos reais, apesar do teto constitucional, como argumenta o Relator da PEC 241/55. Para que tal ocorresse, seria necessário cortar profundamente em termos reais o orçamento de outras áreas, como a previdência, a assistência social, defesa – a defesa do Brasil seria reduzida a zero –, ciência e tecnologia, desenvolvimento regional etc. Ora, isso seria impossível, principalmente no caso da previdência, que abarca a parte maior do gasto social. Mesmo que se fizesse uma profunda reforma das regras previdenciárias com efeitos de curto prazo, é preciso considerar que o envelhecimento acelerado de nossa população e com o fato de que as aposentadorias constituem-se direitos adquiridos, será impossível reduzir em termos reais os gastos nessa área. Ao contrário, eles tendem inexoravelmente a crescer. O mesmo ocorre no que tange aos benefícios da Prestação Continuada de Assistência Social.

Restaria, talvez, como último recurso, repetir o conselho do Ministro das Finanças do Japão, Taro Aso, que, em 2013, recomendou aos velhinhos de seu país que morressem mais rápido, para que se evitassem os excessivos gastos com saúde e aposentadorias. É isso que pretende o raio da Emenda n° 241, a antecipação da morte dos idosos. O conselho foi prontamente recusado por seus beneficiários. Certamente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço licença ao Senador Requião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O setor técnico de manutenção está pedindo para suspender a reunião aqui. Nós já temos outro plenário, o Plenário 2, porque pode resultar em fogo, cujas proporções ninguém sabe.

Então, eu vou suspender a reunião e pedir a todos os presentes que nos desloquemos para o Plenário 2.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, fogo mesmo a PEC nº 241 põe no País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está suspensa a reunião por dez minutos, enquanto nos acomodamos no Plenário 2, no Anexo 2.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Senador Requião tocou fogo na reunião.

(*Suspensa às 12 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 29 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está reaberta a presente Reunião e, com a palavra, o Senador Requião, para prosseguir na leitura do seu voto em separado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, está é uma reunião memorável da Comissão de Constituição e Justiça, presidida por V. Exª. Na história do Senado da República, é a primeira comissão peripatética, uma comissão que anda pelos corredores do Senado e ocupa, em ordem sucessiva, as salas de reunião. Mas a que eu atribuo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª prossiga no seu brilhante voto em separado...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A que eu atribuo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que todos nós queremos ouvir, e vamos ouvi-lo com atenção.

Por isso eu quero, mais uma vez, renovar os apelos que já tínhamos feito na sala anterior, para que todos se mantenham em silêncio, até porque essa norma é uma norma elementar na realização de qualquer reunião civilizada como esta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Como o relatório é longo, eu peço ao pessoal do som que me dê um certo ganho, para não forçar demais a voz..

Presidente, a ameaça de incêndio teve uma origem clara. É como ocorre com o diabo diante da cruz: ele pega fogo e queima com uma fumaça abundante. Eu, de certa forma, acredito que, em nome de brasileiros conscientes e preocupados com o futuro do País, estou fazendo uma espécie de exorcismo da PEC 241. (*Palmas.*)

E o cheiro de fumaça foi da PEC em chamas. Espero, agora, que chamas incendeiem a consciência do Senado e evitem a sua aprovação porque, caso ela seja aprovada, as chamas vão incendiar o povo brasileiro, que não se contentará com essa sua redução a uma situação bastante inferior a que conseguiu socialmente nas últimas décadas.

Eu, na reunião anterior, terminava de abordar a proposta para os velhos. Dizia que nós não aceitaríamos o conselho que fez o Ministro de Finanças do Japão, Taro Aso, aos japoneses mais idosos, para resolver o problema da previdência. Ele aconselhou aos japoneses que morressem antes. Certamente, os idosos brasileiros também recusarão essa proposta.

Mas vamos à continuidade.

A PEC 55, ao propor como piso de aplicação de recursos na educação, para os próximos 20 anos, as aplicações mínimas corrigidas apenas pela inflação, desrespeita expressamente a determinação constitucional, contida na parte permanente da Constituição. Trata-se de situação contraditória plantada em nosso ordenamento pela PEC nº 55 e que gerará conflitos, judicialização e, acima de tudo, insegurança jurídica.

Importante, nesse contexto, tratar do princípio da vedação ao retrocesso social. Ainda no século XX, o constitucionalismo mundial se deparou com a afirmação dos direitos sociais de segunda geração que visam a exigir do Estado comportamento ativo na realização da justiça social. É o direito de participar do bem-estar social. Esses direitos fundamentais, alcançaram os textos das constituições, em diversas partes do mundo, e caracterizam-se como outorga ao indivíduo do direito a prestações sociais e estatais, como assistência social, saúde, educação, trabalho e outras.

Em nosso ordenamento constitucional, por serem direitos fundamentais, se encontram protegidos contra qualquer iniciativa legislativa e administrativa que vise a tolher a sua abrangência e a violar o seu núcleo essencial, à luz do que estabelece o art. 60, §4º, inciso IV, com concorrência do art. 5º, §2º e art. 6º, todos, Presidente, da Constituição Federal.

Em obediência aos princípios fundamentais que emergem do título primeiro da Lei Maior, faz-se mister interpretar a garantia dos direitos sociais como cláusula pétrea e matéria que requer, ao mesmo passo, o entendimento adequado dos direitos e garantias individuais do art. 60.

Tanto a lei ordinária como a emenda à Constituição que afetarem, abolirem ou suprimirem a essência protetora dos direitos sociais jacente na índole, no espírito e na natureza do nosso ordenamento maior, padecem irremissivelmente da eiva de inconstitucionalidade de redução de recursos alocados à saúde.

A perspectiva de redução de recursos alocados à saúde e à educação, por intermédio da PEC que tratamos, mitiga a essência protetora dos direitos sociais, considerados direitos fundamentais de segunda geração. Além de impedir a ampliação de beneficiários, a restrição imposta pelo congelamento por vinte anos das despesas com saúde e educação imporá redução na cobertura hoje realizada e no gasto social *per capita*.

Não se trata, pois, de proibir um retrocesso social captado em termos ideológicos ou formulado em termos gerais ou de garantir um abstrato *status quo* social, mas de proteger direitos fundamentais sociais, sobretudo o seu núcleo essencial.

Constatamos, assim, ao analisar a PEC nº 55, de 2016, que suas medidas vão no sentido da aniquilação dos direitos sociais, promovida pelo congelamento de despesas primárias pelos próximos vinte anos, o que reforça a compreensão de que estamos diante de flagrante violação ao Texto Constitucional, que consiste na mitigação de direitos fundamentais, direitos esses considerados inatingíveis pelo inciso IV do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

A vedação ao retrocesso social, nesses casos, é absoluta e destina-se a salvaguardar o mínimo existencial já conferido aos brasileiros mais necessitados. Ou vamos recomendar aos mais necessitados o que o Ministro do Japão recomendou aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mais pobres, que morram, que desapareçam do Território Nacional, para a alegria dos nefelibatas que engendraram essa desastrada PEC 241/55?

Quanto aos demais direitos fundamentais afetados pelo congelamento de despesas primárias promovido pela PEC 55, de 2016, que não se enquadrem na classificação anterior, em acréscimo ao que já foi afirmado neste voto, entendemos que o retrocesso social também há de ser vedado, pois inexiste razão idônea quanto à necessidade e adequação que justifique a promoção do referido congelamento de despesas por 20 anos em uma conjuntura recessiva, marcada por forte pressão por aumento de demanda de serviços públicos, e partindo de uma base (despesas primárias efetivamente realizadas em 2016) de todo defasada. O mero reajuste pela inflação não é suficiente para suprir a despesa gerada pelo simples aumento da população que, em situações de crise, demanda por mais serviços públicos.

Em seguida, analiso, a violação do princípio constitucional da separação de poderes (art. 2º com concorrência do art. 60, § 4º, III).

Há, na PEC nº 55, de 2016, clara afronta ao princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal (veja-se o art. 2º).

Com efeito, o chamado Novo Regime Fiscal estrangula a independência e a autonomia financeira do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, e a autonomia financeira do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, na medida em que impõe na prática o congelamento de despesas primárias por 20 exercícios financeiros.

Dessa forma, qualquer perspectiva de ampliação da atuação desses Poderes e órgãos fica inviabilizada pelos próximos 20 anos. Parte-se de uma premissa inconsistente, qual seja: de que o montante das despesas apurado em 2016 é minimamente adequado para projetar a atuação do Poder nos próximos 20 anos. Isso é de uma inconsistência absoluta.

Cumpre aqui revelar que a supressão da possibilidade de rediscutir, no universo de vinte anos, os limites de suas despesas primárias retira da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de todos os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União o elemento central para o efetivo exercício de sua autonomia na elaboração do orçamento.

Atinge-se, assim, o núcleo essencial do princípio da separação de Poderes, que é considerada cláusula imodificável de nosso ordenamento constitucional, por força do que estabelece o art. 60, § 4º, inciso III da Constituição Federal, razão pela qual as regras previstas nos incisos II a V, §§ 1º e 2º do art. 102, que o art. 1.º da PEC pretende acrescentar ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, são absoluta e irrecorrivelmente inconstitucionais.

A propósito, cabe recordar que a Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República apresentou, em 7 de outubro de 2016, a Nota Técnica nº 82, aprovada pelo Procurador da República e Secretário de Relações Institucionais da entidade, Peterson de Paula Pereira, que conclui pela inconstitucionalidade da proposição.

De acordo com essa nota, a autonomia administrativa e financeira assegurada ao Poder Judiciário e a autonomia funcional e administrativa assegurada ao Ministério Público e às Defensorias Públicas são elementos indispensáveis para que estas instituições exerçam as suas funções constitucionais com independência e sempre voltadas para a proteção dos direitos fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, fundamentos básicos da República.

Por outro lado, o art. 103, que se pretende acrescer ao ADCT, estabelece que o Presidente da República somente a partir do décimo exercício da vigência do novo regime fiscal poderá propor projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do §1º do art. 102.

Ora, trata-se de limitação absolutamente desarrazoada da prerrogativa que possui este e os próximos cinco presidentes da República de alterar projetos de lei do Congresso Nacional, e, dessa forma, deflagrar o processo legislativo no momento em que entenderem oportuno. É uma *capitis diminutio* máxima da Presidência da República em favor do mercado financeiro e do capital vadio e improdutivo das especulações e da rolagem da dívida controlada pelo Copom, pelo Banco Central na mão dos rentistas e dos banqueiros.

Estamos abrindo mão da estrutura republicana, da soberania brasileira, em favor do mercado e dos seus detentores.

É o *caput* do art. 61 da Constituição Federal que veicula essa regra geral concernente à iniciativa das leis complementares e ordinárias no âmbito federal. Não é possível que essa prerrogativa seja manietada, nem mesmo por proposta de emenda à Constituição, eis que viola a cláusula pétrea de separação dos Poderes, contidas no inciso III do §4º do art. 60 da Constituição Federal.

Por seu turno, o parágrafo único do art. 103 engendra violação não menos grave à Constituição Federal. Esse dispositivo estabelece que será admitida apenas uma proposta de alteração do método de correção dos limites por mandato presidencial a partir do décimo exercício de vigência do NRF.

Assim, além de fixar uma teratológica carência constitucional decenal para exercício de prerrogativa ínsita à independência dos Poderes de dar início ao processo legislativo, o parágrafo único do art. 103 da PEC arbitra a quantidade de vezes em que uma determinada proposta de alteração via projeto de lei complementar pode ser encaminhada pelo Presidente da República. Perceba-se que esse dispositivo admite outra interpretação tão desarrazoada quando a veiculada no parágrafo anterior. *Capitis diminutio* para o Poder da República e liberdade absoluta para o raio do mercado e para os detentores das verbas que rolam a dívida pública sem limites de juros.

Por tal interpretação, a restrição prevista no parágrafo único do art. 103 aplicar-se-ia ao Congresso Nacional, que poderia aprovar apenas uma proposta de alteração por mandato presidencial. *Capitis diminutio* para o Congresso Nacional, que passa a se subordinar definitivamente aos interesses do capital. Dito de outra forma, o Poder Legislativo Federal estaria proibido de promover mais do que uma alteração na "regra de ouro" por mandato presidencial ou legislatura.

Nessa senda, o §4º do art. 104 estabelece que as vedações previstas nesse artigo (aos Poderes que descumprirem os limites individualizados) se aplicam também às proposições legislativas. Confessamos que tivemos dificuldade em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

compreender o que se pretende com esse dispositivo. Pretende-se proibir a apresentação de proposições legislativas que violem ou tendam a supostamente alterar os limites fixados? Será essa a interpretação pretendida por essa bizarrice da PEC 55?

As proposições legislativas (emendas à Constituição, decretos legislativos e resoluções) não produzem qualquer efeito na vida real até que sejam aprovadas, promulgadas, publicadas e, assim, transformadas em norma jurídica pelo Poder Legislativo. Essa regra vale também para os projetos de lei complementares, ordinárias e delegadas e de projetos de lei de conversão oriundos de medidas provisórias que somente ingressam no ordenamento jurídico após a sanção do Presidente da República.

Aqui cumpre recordar que não há qualquer inovação no ordenamento jurídico até que esse item descrito em detalhes no art. 66 da Constituição tenha sido percorrido até o fim, inclusive com a apreciação de eventuais vetos pelo Congresso Nacional.

De outra parte, é prerrogativa inafastável de qualquer Parlamentar apresentar proposições sobre quaisquer assuntos. Trata-se, então, de cassar também a prerrogativa dos Parlamentares atuais e dos próximos Parlamentares eleitos. O mercado passa a dominar. Já não bastasse a dominação com financiamento de campanhas e de partidos políticos, passa a dominar por força desse raio desta PEC 241/55, a opinião e as prerrogativas parlamentares no Brasil.

Trata-se de direito subjetivo de cada Parlamentar, que integra as Casas do Congresso Nacional, à luz do que estabelecem os arts. 48, 49, 50, 51, 52, 60 e 61 da Constituição Federal. Caberá às Casas do Congresso Nacional, ao longo do processo legislativo e, eventualmente ao Presidente da República, apresentar vetos por inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, e fazer os reparos necessários a torná-las compatíveis com a Constituição Federal e com o ordenamento jurídico pátrio.

Sabemos, Presidente, que não raras são as circunstâncias em que, mesmo aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, as normas venham a ser consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, é flagrantemente inconstitucional dispositivo que vise a impedir a apresentação de proposição legislativa, seja ela qual for, por Parlamentar, em face do que estabelecem os arts. 51, inciso IV, e 52, inciso XIII. Trata-se de grave agressão à autonomia das Casas do Congresso Nacional que possuem a competência de dispor sobre sua organização e funcionamento e intolerável violação ao princípio da separação dos Poderes.

É uma proposta de suicídio coletivo do Parlamento, aprovar a PEC 55. É alguma coisa semelhante ao que fez o Jim Jones no Equador, ao convidar os seus seguidores a beber o vinho envenenado, às vésperas do que ele supunha ser o fim do mundo.

Devemos destacar aqui que o único momento em que a Constituição Federal vedou a própria deliberação sobre matéria inconstitucional foi no caso das PECs violadoras de cláusula pétrea, permitindo fulminar a iniciativa já no seu nascedouro (art. 60, § 4º). Todavia, para que o controle seja exercido, ele pressupõe que a PEC seja apresentada, diferentemente do que preconizado pelo § 4º do art. 104, em que se pretende impedir até a apresentação da proposição, inclusive de proposta de emenda à Constituição, ou seja, não existe mais Parlamento, o Senado vota a PEC 55 e pode dar férias coletivas até o fim do mandato, dispensando a eleição que restabeleça um Parlamento renovado.

Por fim, o art. 109, que se pretende inserir prevê que a tramitação de proposição elencada no *caput* do art. 59 da Constituição Federal (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções), ressalvada a referida no seu inciso V (medidas provisórias), quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até 20 (vinte) dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

Esse é outro dispositivo estapafúrdio da PEC nº 55, de 2016. Pretende-se impor às Casas do Congresso Nacional regras genéricas sobre o processo legislativo de todas as proposições, excetuadas as medidas provisórias, em evidente violação à prerrogativa de auto-organização e funcionamento que detêm a Câmara dos Deputados (art. 51, IV, da Constituição Federal) e o Senado Federal (art. 52, XIII, da Constituição Federal).

Estamos nos liquidando, desaparecendo, oferecendo em holocausto a democracia brasileira e a República; em holocausto ao raio do mercado dominador – que, aliás, sofreu uma derrota brutal ontem nos Estados Unidos.

O que a proposição almeja aqui é a despropositada medida de suspensão da tramitação de dada matéria quando se vislumbre aumento de despesa ou renúncia de receita. O art. 109 constitui-se, pois, em intolerável e inconstitucional intromissão no funcionamento do Congresso Nacional, eis que viola a cláusula pétrea prevista no inciso III do §4º do art. 60 da Constituição Federal, que tutela a separação dos Poderes.

Além disso, no que concerne ao inciso I do *caput* do art. 102, que fixa limites ao Poder Executivo federal seguindo essa mesma lógica – utilização das despesas primárias de 2016 como base real das despesas a serem realizadas nos próximos vinte exercícios, sobre a qual somente incidirá a atualização inflacionária –, o cenário, Presidente, é muito, mas muito mais alarmante.

Cabe ao Poder Executivo, no âmbito do sistema presidencialista de governo que vige no País, formular e implementar as políticas públicas que tornarão efetivo o acesso da população a bens e serviços públicos previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Do mesmo modo cabe também ao Poder Executivo elaborar os planos, programas, projetos e ações que transformarão os projetos de políticas públicas em intervenções efetivas. E, na realidade, o que se faz quando se congela as despesas primárias para os próximos vinte anos no âmbito do Poder Executivo, com base nas despesas efetivamente realizadas em 2016, num cenário recessivo, de retração de investimentos, em que foram constatados os maiores contingenciamentos na execução orçamentária dos últimos vinte anos, é estender, por um período de tempo absolutamente desarrazoado, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

restrições e insuficiências hoje verificadas na implementação das políticas públicas.
Trato agora, Sr. Presidente e meu amigo Senador Eunício, Relator da 241, da violação do princípio constitucional da razoabilidade (art. 5º, LIV).
Prosseguindo na análise da admissibilidade da PEC 55, de 2016, postos os elementos essenciais que a caracterizam – fixação de limites de despesas primárias de Poderes e órgãos da União para os próximos 20 anos com base na despesa primária de 2016, corrigida anualmente pela inflação do ano anterior –, adentraremos a verificação de sua consistência em vista do princípio da razoabilidade, dimensão substantiva do princípio do devido processo legal previsto no art. 5º, inciso LIV, da CF.
Para verificarmos a razoabilidade de uma proposição legislativa devemos verificar se a PEC 55, Senador Presidente, Senador Eunício, é a medida adequada para obter o resultado pretendido. Caso não seja, ela deve ser considerada, com base no art. 5º, inconstitucional.
Há também que se aferir se a medida restritiva proposta é indispensável para a conservação do direito em causa e se não pode ser substituída por outra menos gravosa, se não cabia ao Senado, diante da crise, da absoluta necessidade de um reajuste, um debate mais profundo, mais bem informado do que esta loucura subitamente jogada de supetão para o Congresso Nacional.
Há também que se aferir se a medida restritiva proposta é indispensável para a conservação do direito em causa e se não pode ser substituída por outra menos gravosa.
Por fim, cabe verificar se a PEC 55 impõe uma sobrecarga aos atingidos (falamos aqui, Senador Presidente, Senador Eunício, de cidadãos, Poderes e órgãos), o que não se compadece com a ideia de justa medida. Trata-se, em outras palavras, de verificar se a PEC impõe ônus demasiados aos por ela atingidos.
Violado o princípio, a PEC deverá ser considerada inconstitucional, por absurda, por repressiva, por ser única e exclusivamente destinada à criação do Estado mínimo e a fazer com que os mais pobres, os trabalhadores, paguem o preço, como disse V. Exª, de uma festa para a qual o povo não foi convidado.
Violado o princípio, a PEC deverá ser considerada inconstitucional.
Ora, conforme já demonstrado muitas vezes, inclusive em audiência pública realizada nesta Casa com dados históricos referentes às despesas realizadas a partir do segundo mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a crise fiscal brasileira não é uma crise de crescimento estrutural maior de despesas, mas, sim, de crescimento menor conjuntural de receitas, ocasionado por uma série de fatores, inclusive os relacionados com a crise mundial.
Não vou afirmar aqui que não há também fatores internos de má condução da política econômica. Não houve, no entanto, a "gastança" referida em matérias midiáticas superficiais e distorcidas, orquestradas pela imprensa a serviço do mercado e contra um projeto nacional e soberano. Ao contrário, as estatísticas econômicas oficiais demonstram que, até 2014, os governos fizeram superávits primários alentados, isto é, gastaram menos do que arrecadaram. Os déficits posteriores só surgiram pelo colapso das receitas e pelo aumento explosivo das taxas de juros.
Mas a PEC não se refere à ganância dos juros, à ambição desmedida e responsabilidade temerária do mercado no controle do Banco Central, do Copom e do Ministério da Fazenda. Nunca houve descontrole das despesas primárias, fator que a PEC em comento pretende congelar por 20 anos, de forma inútil e contraproducente.
O reequilíbrio das contas públicas poderia ser obtido de forma mais eficiente e com sacrifício bem menor da população com medidas contracíclicas que estimulem o crescimento econômico e a arrecadação fiscal e limitem as despesas financeiras excessivas da União – as despesas financeiras excessivas da União. As despesas financeiras excessivas da União são a causa fundamental do desequilíbrio, e não vou dizer que não precisamos acertar outros gastos, corrigir desmandos na previdência, na educação e na administração da saúde. Não nos parece razoável impor esse enorme sacrifício à população mais necessitada do Brasil enquanto o País convive com as taxas de juros reais mais elevadas do mundo, que beneficiam bancos e rentistas abonados: 14% real, 6,8% na taxa Selic de referência. A segunda mais alta é a da Rússia, de 2,8%. Aí está a raiz do problema. Mas isso não é abordado pela PEC 241/55, porque, aparentemente, ela foi feita por economistas estipendiados pelo mercado, pela banca e pelos rentistas.
Também não nos parece razoável que o custo do equilíbrio fiscal recaia exclusivamente – equilíbrio fiscal necessário –, ou quase que exclusivamente, nos segmentos sociais mais necessitados, que dependem do nosso incipiente Estado de bem-estar e dos serviços públicos gratuitos. Seria necessário que os cidadãos mais ricos contribuíssem também com a busca desse reequilíbrio mediante uma reforma tributária progressiva, o cancelamento de desonerações exageradas e a instituição de impostos e taxas a setores que hoje praticamente não contribuem para a arrecadação, como os que sobrevivem de rendimento de capital, por exemplo. Só o Brasil e a Estônia não tributam dividendos de capital; por que isso? Por que não se aborda uma aberração fiscal como essa?
Ademais, a PEC em pauta também não é necessária para combater a inflação, eis que, de acordo com o Banco Central – o Banco Central que está nas mãos dos rentistas e do mercado –, mais de 40% da inflação do ano passado foi causada pelo reajuste brusco de preços administrados que estavam represados: combustíveis, energia elétrica, etc. Considere-se adicionalmente que a PEC em análise é contraproducente para o fim proposto, isto é, a busca do equilíbrio fiscal.
A aposta do atual Governo com esta PEC é a de que, com o congelamento das despesas primárias por 20 anos, os investidores estrangeiros e nacionais ganharão a confiança necessária para voltar a injetar dinheiro na economia brasileira, gerando, dessa forma, um novo ciclo de investimentos.
O que foi que aconteceu ontem nos Estados Unidos? A ideia da globalização desaparece com a vitória do Trump, e se muda completamente a orientação da política norte-americana, que comanda a política global.
Esse é o pressuposto, aliás, de qualquer ajuste fiscal. O encolhimento da demanda governamental seria mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

compensado pelo investimento privado – o sonho dos capitais do mundo –, estimulado por uma confiança renovada e pelas exportações, que absorveriam a produção que não mais seria vendida no mercado interno, porque o mercado interno desaparece com a PEC 55.

Mas isso é um mito. Paul Krugman, Nobel de Economia, chama esse mito de "fada da confiança" (*confidence fairy*). É a fada do Meirelles, é a fada do Temer, é a fada dessa meninada toda que vive estipendiada e raciocina conforme o interesse dos bancos. A confiança dos empresários nunca é restaurada só porque o governo corta seus gastos.

Essa confiança só ocorre, para os empresários imersos na economia real, quando o consumo aumenta, a demanda é incrementada e o crescimento começa a se firmar. O corte de gastos primários, somado ao aumento das taxas de juros, só estimula os investidores especulativos, que faturam no mercado financeiro e não geram empregos. Sequer geram receitas, pois pagam muito pouco imposto. Sua contribuição líquida para a sociedade é fortemente negativa: recebem muito, pela via do pagamento de juros, e praticamente, Srs. Senadores, não dão nada em troca. E eles redigiram a PEC 55.

Assim, na maior parte das vezes, observa-se o contrário do que dizem os defensores dos ajustes. A redução das despesas do Estado não é compensada pelo aumento dos investimentos e do consumo privados e acaba gerando uma grande diminuição das receitas fiscais, que agrava os déficits, as dívidas e deprime ainda mais a atividade econômica. Cria-se, por conseguinte, um ciclo recessivo vicioso: o corte dos gastos diminui a atividade econômica, o que, por sua vez, reduz as receitas, o que, por seu turno, força nova diminuição dos gastos, e assim por diante. É o círculo vicioso do desastre nacional.

Esse efeito recessivo dos ajustes fiscais torna-se intenso, no contexto de uma taxa de juros muito alta, como a existente historicamente no Brasil.

Observe-se que tal questão dos juros está vinculada ao principal problema que hoje se verifica em toda e economia mundial. Conforme a Cepal (Horizontes 2030-A Igualdade no Centro do Desenvolvimento Sustentável), a falta de demanda agregada na economia mundial "coexiste com um excesso de liquidez" – sobra dinheiro, Srs. Senadores –, e o sistema financeiro segue uma trajetória autoalimentada de multiplicação de seus ativos, sem investimento. Assim, aumenta a magnitude dos ativos financeiros, em particular dos derivativos financeiros, em relação ao Produto Interno Bruto mundial, o que provoca uma desconexão perigosa entre a economia real e o sistema financeiro – por isso o Trump ganhou a eleição da Hillary. A Cepal adverte que "o potencial disruptivo de uma riqueza financeira que aumenta velozmente e excede com folga os volumes de produção e comércio é sumamente alto".

Salientamos que a presente PEC e suas medidas correlatas tendem a ampliar a desconexão entre a economia real e o sistema financeiro no Brasil, pois elas farão encolher a economia real e injetarão cada vez mais dinheiro público no sistema financeiro via pagamento de juros, que permanecerão liberados na mão dos rentistas que nomeiam o Banco Central.

Essa tendência é incompatível com a recuperação do crescimento e com o equilíbrio fiscal de longo prazo.

Para entender essa incompatibilidade, Srs. Senadores, é necessário se entender a lógica do gasto público e a lógica da fixação de juros no Brasil.

No período de 2003 a 2013, o superávit primário foi de 3% do PIB, mas as despesas com o pagamento de juros da dívida pública eram muito elevadas, representavam, em média, 6% do PIB. Assim, o nosso déficit orçamentário médio foi de 3% do PIB. Explicando, fazíamos uma economia de 3% do PIB nos gastos correntes e investimentos do governo, mas tal economia não era suficiente para pagar a conta de juros de 6% do PIB. Se fosse suficiente, teríamos um orçamento com déficit zero.

Essa básica aritmética ignorada pela PEC 55 indica que o déficit orçamentário médio, no período, foi de 3% do PIB; e 3% de superávit primário, menos 6% de despesa de juros, o que é igual a 3% do PIB de déficit orçamentário. Esse não é um déficit preocupante, é um déficit que permitia o Brasil entrar para a Comunidade Europeia. E, como sabemos, a Comunidade Europeia é excessivamente rigorosa no estabelecimento de suas regras fiscais.

Temos, contudo, um problema fiscal que devemos enfrentar: o pagamento de juros não cabe dentro da economia que fazemos com as despesas primárias e, portanto, não cabem no Orçamento. Este, Senador Eunício, é o problema crônico: são os pagamentos com juros que fazem o nosso Orçamento ser deficitário. Entretanto, apesar das exageradas despesas com pagamento de juros da dívida pública, não tivemos problemas fiscais que podem ser considerados graves no período até então analisado, de 2003 a 2013.

O pagamento de juros da dívida pública é feito aos credores do Estado, que são banqueiros e rentistas. A quase totalidade dos credores é composta de milionários e bilionários. É a elite financeira que se faz representada pela PEC 55, formada, inclusive, por empresários do setor produtivo. São os ricos do Brasil. Somente no ano de 2015, eles receberam mais de 500 bilhões dos cofres públicos. Receberam muito mais que o dobro dos orçamentos da saúde e educação somados. Os gastos públicos do Governo Federal em saúde e educação somam cerca de 200 bilhões. Eles receberam 500 bilhões. Logo, precisamos equacionar o problema do excessivo montante do pagamento de juros. Se formos capazes de equacionar esse problema, teremos mais recursos para investir socialmente, beneficiando a maioria.

Não será fácil, porém, equacionar esse problema. Plantaram uma jabuticaba para regular a rentabilidade dos títulos da dívida pública exclusivamente de acordo com os interesses de rentistas e banqueiros. Somente no Brasil, os títulos da dívida pública possuem juros pós-fixados e indexados à taxa de juros básica da economia. Títulos da dívida pública deveriam ter juros pré-fixados. Jamais deveríamos ter títulos públicos com juros pós-fixados, muito menos indexados à taxa de juros básica da economia.

Essa taxa de juros é utilizada como instrumento de política monetária pelo Banco Central para controlar a liquidez dos bancos, isto é, a oferta de crédito bancário. E, em consequência, as variações da taxa de juros básica, controladas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Banco Central, regulam a liquidez (a quantidade de dinheiro) de toda a economia.

O problema é que, ao indexar os títulos da dívida pública a um instrumento que é utilizado para fins monetários, temos que decisões do Banco Central afetam as contas públicas. E afetam exatamente a parte do Orçamento que é transferida a banqueiros e rentistas como pagamento de juros da dívida pública que possuem. Em outras palavras, a rentabilidade dos títulos da dívida não é determinada pelo Tesouro (ou pelo Ministério da Fazenda), que decide os gastos primários. Parte significativa das despesas orçamentárias é controlada pelo Banco Central.

A arquitetura estabelecida no Brasil coloca banqueiros e rentistas com um interesse específico e óbvio. Têm interesse em que a taxa básica de juros, chamada de taxa de juros Selic, seja bastante elevada para que aumente a sua parcela dentro do Orçamento federal. Sempre dizem desejar uma maior taxa de juros Selic porque isto controlaria a inflação, mas certamente almejam, na verdade, parcelas maiores do Orçamento público. Esse o principal motivo que faz com que o sistema financeiro coloque seus representantes na diretoria ou na presidência do Banco Central. Os exemplos são fartos na nossa história, na história brasileira.

Esse é também o principal motivo por que temos elevadas taxas de juros no Brasil. Não se trata, Senadores, de uma inevitabilidade econômica, como argumentam alguns. Trata-se, no fundo, de uma opção política. Uma opção política vinculada, através da PEC 55, a uma visão de Estado mínimo.

Observe-se que o enxugamento da liquidez pelos juros estratosféricos não afeta a inflação causada, por exemplo, por preços administrados ou pelos alimentos, que resulta de choques climáticos. E esse é o caso da inflação que sofremos nos últimos anos. Ademais, falta nexo com a realidade a ideia que temos de ter juros Selic mais elevados para conter a liquidez e o crédito bancário em contexto recessivo. É inaceitável a combinação de recessão com juros Selic estratosféricos. Só há um motivo para que os juros Selic estejam no patamar em que estão: aumentar a parcela do Orçamento público destinada a banqueiros e rentistas.

Ora, a PEC em comento cristaliza essa lógica absurda, colocando indevidamente a culpa nos gastos sociais e liberando os gastos públicos com juros irracionais e extorsivos, os principais causadores dos desequilíbrios fiscais no Brasil e os principais freios ao crescimento e ao desenvolvimento.

Por conseguinte, a PEC nº 55 não é a alternativa, nem justa, nem adequada, para fazer frente à crise fiscal.

Assim, pelo fato de se constatar que as medidas restritivas previstas na PEC não são necessárias e podem ser substituídas, com êxito, por outras medidas menos gravosas, há que se considerar que ela viola, também, o subprincípio da necessidade ou da exigibilidade, e deve ser considerada pelo Senado da República inconstitucional.

Por fim, a PEC não protege os mais pobres, diversamente do que sustentam os economistas do Governo e da banca, ao contrário, sacrifica-os, eis que a PEC não somente comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como boa parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo, impedindo sua valorização real – mesmo se a economia estiver crescendo.

Como todos sabemos, o sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de privilegiados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos. Se nem quando a economia cresce há algum alívio nessa disputa (pois o bolo continua igual), é difícil imaginar que os mais vulneráveis fiquem com a fatia maior.

Desse modo, pelo fato de impor ônus demasiados aos por ela atingidos, especialmente os cidadãos mais pobres que dependem dos serviços públicos de saúde, educação, previdência – no sucateamento – e assistência social, pelo fato de congelar despesas que resultarão no sucateamento de políticas públicas redistributivas, a PEC 55 é inconstitucional, por violar o princípio da proporcionalidade.

Portanto, avaliada sob os ângulos que aferem a razoabilidade/proporcionalidade de medidas legislativas restritivas de direitos, podemos afirmar que a PEC 55 é inconstitucional.

Por outro lado, é também sabido que o Brasil vem experimentando uma redução sensível da pobreza monetária e da desigualdade de renda, com sensível melhoria do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência por parte da população mais vulnerável. É inegável e temos tido uma evolução nesse sentido.

Nos últimos dez anos, foi adotada estratégia deliberada de ampliar a cobertura e a efetividade das políticas públicas, de forma a prover um modelo de desenvolvimento inclusivo. Mas o País ainda convive com níveis inaceitáveis de desigualdade social, os quais exigem uma agenda governamental que priorize seu enfrentamento, visando uma sociedade mais justa e civilizada.

De outra parte, a violação do princípio da razoabilidade pela PEC 55 também é caracterizada no prazo de vigência proposto – 20 exercícios financeiros, de 2017 a 2036 – combinado com a abrangência de suas regras.

A doutrina constitucional reserva às disposições constitucionais transitórias o papel de veicular regras específicas que vigerão por prazos limitados.

Ocorrido o termo final do prazo estipulado, a situação jurídica volta a ser regrada pelas normas gerais, e não pelas disposições transitórias, normas gerais que constam da parte permanente da Constituição Federal. Esta é a lógica da doutrina constitucional. Se as regras transitórias têm amplíssima abrangência e dilatado prazo de vigência, como está sendo proposto, teremos a introdução, em nosso ordenamento constitucional, de regras permanentes travestidas de temporárias.

Com efeito, basta rápida olhada em nossa história constitucional republicana para constatar que, à exceção da primeira Constituição, de 1891, e da atual Constituição Federal, de 1988, todas as demais Constituições, elas próprias, tiveram vigência inferior aos 20 anos propostos pelas regras transitórias contidas na PEC. Não tivemos uma Constituição com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

vigência maior do que as regras transitórias inventadas pela PEC 55!
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Requião...
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Isso é importante.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Requião, se me permite – desculpe-me por atrapalhar a leitura do seu relatório –, quero dizer que V. Exª está fazendo a leitura de um relatório brilhante, com muita substância, e nós estamos com a Comissão absolutamente vazia. Eu gostaria de pedir ao Presidente da Comissão que verificasse o quórum, por favor.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com o meu apoiamento, Sr. Presidente.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, parece que há um desinteresse brutal por parte do Congresso em discutir qualquer coisa. A fisiologia domina as decisões do Plenário?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há Senador na Comissão.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero informar à Senadora Gleisi Hoffmann que o painel está registrando a presença de 27 Senadores.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por isso, eu estou pedindo a verificação.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por isso, está sendo solicitada a verificação.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas V. Exª vai pedir a verificação na hora da votação, é claro.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não. Posso pedi-la a qualquer momento, o Regimento me faculta.
O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu não conheço esse dispositivo do Regimento que V. Exª está citando.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de pedir isso. É um voto em separado. Isso é preparatório para votação.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, V. Exª, no seu requerimento, acoste os demais apoiadores de seu requerimento.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quais são os apoiadores, por favor?
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dou meu apoiamento, Presidente.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tem o apoiamento do Senador Lindbergh também.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E o apoiamento do Senador Randolfe.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O apoio aqui é quase unânime, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann, não só pelo interesse da matéria que está sendo abordada com muita competência, diga-se de passagem – a gente pode até divergir do Senador Requião, mas, evidentemente, ele está fazendo uma análise em profundidade –, V. Exª aguardaria para apresentar seu pedido de verificação de quórum na hora da votação.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós estamos lendo um relatório em separado da mais alta relevância. Como os Senadores vão votar se eles não estão presentes? Eu gostaria muito que os Senadores... Essa é a principal matéria...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas V. Exª está falando...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...que nós estamos discutindo no Congresso Nacional!
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem de falar no presente. A votação não está ocorrendo agora.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está sendo lido o relatório que vai dar base para a votação, o voto em separado.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no §3º do art. 93, que é a audiência pública.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Audiência pública pode ser realizada com pouquíssimos Senadores, mas não esta matéria.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao Senador Requião que prossiga a sua leitura.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, mas não se trata de audiência pública.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, temos de respeitar a decisão da Mesa, mas que fique claro o absoluto desinteresse do Senado Federal pela discussão do futuro do País. Parece que as coisas são feitas fora da discussão, fora do entendimento, e fica aquela velha e permanente denúncia da fisiologia, das nomeações, das emendas mandando no Congresso, mas a PEC está acabando com o próprio Congresso Nacional, tirando todas as suas prerrogativas. É uma espécie de suicídio do Congresso Nacional. Mas eu prossigo.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permita-me, Senador Requião... Desculpe-me, Presidente. Peço a palavra pela ordem, só para dar uma informação. Nós estamos tendo um problema na entrada do Senado Federal com estudantes que vieram para acompanhar a discussão da MP do ensino médio e da PEC 241. Inclusive, soube de estudante indo para o hospital. Eu estou aqui com duas representantes dos estudantes, que eles elegeram e que estão acompanhando...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu aconselho à Senadora Gleisi Hoffmann, vigilante e democrata...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria só de registrar, Sr. Presidente, que já falei com o 1º Secretário.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...que dirija a sua reclamação à Casa, ao Presidente da Casa.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria, Sr. Presidente...
(*Intervenção fora do microfone.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar isso, porque não é possível que haja o cerceamento da entrada de pessoas no Congresso Nacional. Nós temos, inclusive, um auditório que está vazio e que poderia receber os estudantes, para acompanhar a discussão. Nós estamos com duas estudantes que os representam aqui, a Mariana da Silva e a Beatriz Stéphanie, mas os demais estudantes não puderam entrar. Eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª, para me ajudar, junto ao Presidente Renan Calheiros, a fim de liberar o auditório, para que eles possam acompanhar o debate que nós vamos fazer aqui nesta Comissão.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E eu dirijo um apelo a V. Exª para que não interrompa mais o Senador Requião, porque todos estamos interessados em ouvir o seu voto em separado.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pouquíssimos estão interessados. Não há Senadores aqui.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu penso que V. Exª precisava estar interessada também, já que o seu Partido está apoiando esse voto em separado.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Vamos em frente, Presidente.
É importante que desenvolvamos esse raciocínio também no que se refere, especificamente, ao horizonte temporal das normas permanentes da Constituição de 1988 que regem o processo orçamentário. Essas normas constam da Seção II (Dos Orçamentos), do Capítulo II (Das Finanças Públicas), do Título VI (Da Tributação e Orçamento).
Presidente, eu gostaria que a Assessoria, que quer conversar em voz alta, conversasse no corredor. Nós estamos reclamando da ausência dos Parlamentares, dos Senadores, mas é insuportável a falta de respeito com o Plenário por parte das assessorias.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu diria a V. Exª que, neste plano em que estou, eu tenho uma visão panorâmica do plenário. Eu diria que essa falta de respeito não pode ser atribuída às assessorias, mas a outras pessoas, que são convidados e que deveriam se portar com o devido respeito.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Todos, não é?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estou vendo ali no fundo, inclusive, um rapaz que se levantou – aliás, ele não precisava se levantar, porque ele é muito alto – e que fez um aparte não sei se a mim ou se à Senadora Gleisi Hoffmann. Então, eu quero advertir aqueles que não querem guardar o devido respeito de que, se continuarem com esse comportamento, vou evacuar as galerias.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sem dúvida, Presidente. É a medida a ser tomada.
Então, vamos lá!
Nelas consta precisamente delineado sistema lógico, interconectado, que promove as relações necessárias entre as diretrizes, metas e prioridades da Administração Federal, contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (art.165, II, e §2º, da Constituição Federal), que é anual e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro subsequente.
A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das estatais e o orçamento da seguridade (art. 165, §5º, da Constituição Federal). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)devem ser compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), que tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais e de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, I, e §4º da Constituição Federal) e tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente. São quatro anos, apanhando o primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
É fundamental que atentemos para o prazo de vigência dos instrumentos de planejamento e orçamento previstos na parte permanente da Constituição Federal: a LDO e a LOA são anuais, enquanto o PPA, que é o instrumento de planejamento de longo prazo previsto na parte permanente da Constituição Federal, tem a validade de quatro anos. Todos esses instrumentos de planejamento e orçamento são de iniciativa do Poder Executivo, por força do que determina o *caput* do art. 165.
Assegura-se a continuidade das políticas, dos programas e dos projetos com a previsão de que o último ano de vigência de um PPA elaborado num determinado governo coincida com o primeiro ano do outro governo. Impede-se, assim, a solução de continuidade de importantes ações governamentais. Trata-se, pois, de um sistema lógico, articulado e estruturado. E mais, o horizonte temporário máximo de vigência de seu instrumento de planejamento de longo prazo é de quatro anos. Avulta, pois, o total descalabro de se pretender inserir regras "transitórias" que disciplinam a elaboração orçamentária por 20 anos! Não nos esqueçamos ainda de que o Texto Constitucional previu, em seu art. 163, a disciplina, por lei complementar, das finanças públicas. O Texto Constitucional foi integrado nessa parte pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que confere tratamento mais do que suficiente ao tema, inclusive com a previsão de sanções aos gestores que a descumprirem.
Portanto, na verdade, as regras previstas na PEC 55, de 2016, que impõem um drástico congelamento das despesas primárias de todos os Poderes da União, além do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, com impactos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

generalizados em todos os serviços públicos e em todas as práticas públicas, são, na verdade, normas permanentes e paralelas ao regramento atual.

É pacífico para a doutrina e jurisprudência constitucional que as normas transitórias representem exceções à regra geral contida na parte permanente da Constituição. Tem de haver uma relação estreita entre a parte transitória e a parte permanente dos Textos Constitucionais. Aquela existirá para disciplinar relações jurídicas, enquanto determinadas circunstâncias factuais e jurídicas não se implementarem. Assim que se implementarem essas circunstâncias – e o prazo aí há de ser razoável, compatível com a natureza transitória da norma –, passarão a ser regidas pelas regras permanentes da Constituição.

Estamos desmontando a Constituição brasileira.

A caracterização desses dispositivos que conformam o "Novo Regime Fiscal" como normas transitórias constitui mais uma violação ao ordenamento jurídico constitucional prático, uma clara inconstitucionalidade que consiste na violação ao princípio do devido processo legal aplicado ao processo legislativo e ao princípio da razoabilidade, direitos fundamentais albergados no inciso LIV do art. 5º da Constituição Federal, cláusula pétrea de nossa Constituição pelo que determina o inciso IV do §4º de seu art. 60, visto que a abrangência e a perspectiva temporal de vigência das regras do NRF em nada são compatíveis com o perfil de normas temporárias e transitórias.

Apreciando ainda a questão da violação ao princípio da razoabilidade, temos que o §3º do art. 104, que o art. 1º da PEC pretende acrescer ao ADCT, assevera que, no caso de descumprimento de qualquer dos limites individualizados de que trata o *caput* do art. 102 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição. Trata-se de disposição que viola o princípio da razoabilidade, dimensão substantiva do devido processo legal, previsto no inciso LIV do art. 5º da Constituição Federal, com *status* de direito fundamental, e que rompe a lógica orgânica da própria proposta de emenda à Constituição.

O "Novo Regime Fiscal" funda-se, essencialmente, no congelamento das despesas com valores de 2016, admitindo-se, a partir de 2017, que essas despesas sejam corrigidas pelo valor da inflação apurado no exercício anterior por intermédio da adoção do IPCA/IBGE. Esse é o limite de despesas primárias de todos os Poderes e órgãos elencados no art. 102 do ADCT proposto pela PEC 55, de 2016. Ora, o que a revisão geral da remuneração prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal estabelece é a mera recomposição do poder de compra da remuneração dos servidores, corroído pela espiral inflacionária, consoante entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal. Como impor a sanção de vedar a recomposição com base na inflação se esse é um dos principais vetores do NRF?

Interessante constatar que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), confere tratamento distinto e, a nosso sentir, adequado e constitucional ao tema. Ao tratar das despesas obrigatórias, seu art. 17 dispõe de forma detalhada sobre os requisitos a serem adimplidos em caso de criação ou aumento de despesa obrigatória. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos é obrigatória em face do que dispõe o inciso X do art. 37, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e tem o único objetivo de preservar o poder de compra dessas remunerações.

Constatamos outra violação ao princípio da razoabilidade ao analisarmos o art. 107, que prevê que as disposições introduzidas pelo NRF não constituirão obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o Erário (inciso I). Trata-se de inusitado, desarrazoado e inconstitucional mecanismo de defesa criado pela PEC, que, em síntese, sustenta que, se do regime instituído por essa PEC, em caso de sua aprovação pelo Congresso Nacional, restarem direitos e benefícios a quem quer que seja oponíveis ao Erário, esses direitos não poderão ser exercidos. Ela anula direitos. Por via do quê? De uma PEC transitória, que é definitiva por um prazo maior que todas as outras Constituições anteriores? Isso, Sr. Presidente, é uma loucura absoluta.

Cuida-se da reinstituição da irresponsabilidade absoluta do Estado sobre seus atos que decorram de normas aprovadas em sede de emenda constitucional, em grave afronta ao regime da responsabilidade objetiva instituído pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal, que obriga o Estado a indenizar os danos causados por seus agentes, independentemente da apuração da existência de dolo ou culpa. Pior do que não ressarcir os danos causados aos particulares, a PEC visa a eximir o Estado de assegurar direitos criados por normas constitucionais por ele aprovadas.

Vamos agora à violação do princípio constitucional da individualização da pena.

O art. 104, proposto pelo art. 1º da PEC, estabelece que, no caso de descumprimento de limite de despesas individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno da despesa aos respectivos limites, ao Poder que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, diversas vedações como a de concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares (inciso I); criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder e de servidores e empregados públicos e militares (inciso VI); criação de despesa obrigatória (inciso VII), entre outras.

Outrossim, o §1º do art. 104 estabelece que as vedações previstas nos incisos I, III e VI do *caput*, quando descumprido qualquer dos limites individualizados dos órgãos arrolados nos incisos II (diversos tribunais e ramos da Justiça Federal), III (Casas do Congresso Nacional e TCU) e IV (Ministério Público da União e CNMP) do *caput* do art. 102 da ADCT, aplicam-se ao conjunto dos órgãos referidos em cada inciso. Assim, por exemplo, se o TCU descumprir os limites a ele estabelecidos, os servidores da Câmara dos Deputados não poderão ter a sua carreira estruturada.

Na mesma linha, se o STF extrapolar seu teto de despesas individualizado, o servidor da Justiça Federal de primeira instância de Roraima não poderá ter majorado nenhum auxílio recebido com base em disposições legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Tais restrições configuram, a toda evidência, transbordamento inconstitucional e desarrazoado de sanção que atingiria determinado Poder ou órgão. Esse mecanismo viola o princípio da individualização da pena, em analogia ao disposto no art. 5º da Constituição Federal.

Nesse sentido, registre-se existir jurisprudência no STF (ver Agravo Regimental na Ação Cível Originária nº 2.099, *Diário de Justiça* de 22 de fevereiro de 2016) que inadmite a transcendência da pena no caso de punições fixadas com base no descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não resta dúvida, portanto, de que a PEC em análise está eivada de inconstitucionalidades flagrantes.

Quanto ao mérito da matéria, devemos assinalar, em primeiro lugar, que o Governo Temer apresentou a PEC 55 como solução miraculosa para diversos problemas presentes atualmente na economia brasileira. É a caixa de Pandora, é o milagre do Brasil, feito por dois ou três nefelibatas de extrema direita sem conhecimento da economia real, que nunca subiram numa favela, participaram de um sindicato ou tiveram dificuldade econômica na vida: os marajás da economia brasileira, os rentistas e os banqueiros.

Em especial, a PEC tem sido apresentada como resposta à piora no resultado fiscal e ao aumento do endividamento público, e que ainda seria uma condição necessária e suficiente para a recuperação econômica. Dizem alguns, inclusive, que a PEC traria mais benefícios aos mais pobres e aos que mais precisam do Estado. Conforme já argumentamos neste voto, nenhuma dessas ridículas afirmações se sustenta.

Na realidade, a PEC em comento, além de inconstitucional, está baseada em diagnóstico econômico errado e, consequentemente, não irá resolver nem o problema fiscal, nem a recuperação do crescimento econômico e muito menos reduzir o desemprego.

Desde 2015, a economia entrou em espiral negativa, num círculo vicioso, em que cortes de gastos sucessivos têm levado à piora do resultado primário, não à melhora, como se gostaria ou como se pretendia. Isso se dá porque, diante da forte desaceleração econômica, todos os cortes de gastos, em especial dos investimentos públicos, têm gerado novas reduções de crescimento e, consequentemente, da arrecadação, piorando cada vez mais o resultado fiscal.

Ao concentrar todo o ajuste nas despesas primárias federais, a PEC não aborda os dois principais fatores explicativos dessa situação fiscal, a saber: a queda da arrecadação federal e o aumento do pagamento de juros. E, sendo assim, não permitirá quebrar o círculo vicioso que se instalou na economia brasileira, que seria a única forma de permitir uma recuperação econômica mais acelerada.

Além disso, a PEC contém uma proposta de mudança estrutural da economia brasileira que diz respeito a uma redução sistemática do Estado, baseada também em um diagnóstico errado de uma situação que é conjuntural, e não estrutural, como gostam de afirmar.

Dos 89 países analisados pelo FMI em 2014, apenas 29 tinham alguma regra fiscal de gasto. Desses 29 países, apenas dois tinham constitucionalizado essa regra: Singapura e Geórgia. E, mesmo assim, nesses países, não eram regras de congelamento real dos gastos. No caso dos demais países que adotaram alguma regra fiscal, de dívida ou de resultado fiscal, nem 5% dos países tinham alguma regra constitucional. Como vimos neste voto, dos cinco países que adotam um teto efetivo de gastos, nenhum o constitucionalizou. Nesses outros países, o teto é estabelecido politicamente e tem a duração dos governos democraticamente eleitos. Não acabam com o poder e a possibilidade de atuação da soberania popular através da eleição direta do Presidente da República e da eleição dos Parlamentares.

O grande problema de se constitucionalizar um instrumento tão poderoso quanto o limite do gasto público e, assim, colocá-lo num piloto automático é abrir mão, pelos próximos 20 anos, de qualquer intervenção do Estado na esfera econômica.

Saliente-se que, desde a crise de 2009, os países têm discutido uma revisão das regras fiscais. Nas décadas de 90 e de 2000, regras fiscais rígidas foram adotadas em diversos países, mas, desde 2009, percebeu-se a necessidade de se ter maior flexibilidade na condução das políticas fiscal e monetária.

As chamadas regras fiscais de segunda geração têm como base alguns princípios fundamentais: reduzir a prociclicalidade, para permitir que o Governo atue na direção contrária a de famílias e empresas, em especial em momentos de recessão; aumentar a flexibilidade ao prever cláusulas de escape para situações atípicas, em especial de baixo crescimento e alto desemprego; ter capacidade de mudar política fiscal de acordo com as conjunturas e jamais deixá-la engessada por longos períodos; e assegurar mecanismos de transparência que permitam a sociedade conhecer a situação fiscal e evitar tentativas de burlar regras.

Ora, a proposta apresentada na PEC 55 vai na contramão das melhores regras fiscais existentes até hoje na economia do planeta Terra. Com a aprovação da PEC 55, será constitucionalizada uma regra contracionista, uma vez que os gastos do Governo Federal crescerão sempre abaixo do Produto Interno Bruto, sem qualquer cláusula de escape, ou seja, sem qualquer possibilidade de mudança na condução da política, seja qual for a situação econômica nacional e mundial e seja qual for o governo eleito. É a proposta da supressão do Estado, a bobagem absoluta do Estado mínimo e do liberalismo econômico, que morre na Europa e que, na forma de um zumbi, pede auxílio e recebe asilo na PEC 241/55.

Não importando se o crescimento do PIB esteja fraco, se o desempenho esteja alto e se a renda das famílias e os lucros das empresas estejam em declínio, o Governo Federal não poderá, de forma alguma, contribuir para que a economia saia dessa situação nos próximos 20 anos. Isso porque, mesmo após os primeiros dez anos, o único ajuste possível será no fator de correção dos gastos primários federais, sem poder excluir qualquer gasto ou mesmo prever novas regras. Além desta limitação, durante a tramitação da PEC na Câmara, as regras para a possibilidade de alteração após dez anos foram apertadas, de forma que só será possível alterar uma única vez o teto, e por projeto de lei complementar, não mais por lei ordinária. Ademais, foi mantida a condição de que o único ajuste possível será sobre o índice de correção do limite de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

gastos.

Assim, pelos próximos 20 anos, teremos uma regra fixa, cristalizada na Constituição, de modo que, independentemente do governo eleito, independentemente da situação econômica, independentemente do desejo soberano do povo brasileiro, a política fiscal estará já definida, a critério e em benefício do mercado, do capital vadio, do famoso Mamom da Bíblia. E não se pode, Presidente Maranhão, servir a dois senhores, a Deus e a Mamom, ao povo e ao capital. Repito aqui, mais uma vez, que Mamom não é nem outro Deus nem é o diabo. Mamom, em hebraico, significa o dinheiro. É o domínio absoluto do dinheiro que a PEC 241 estabelece sobre a vontade popular no Brasil.

Ora, a flexibilidade e a capacidade de se adaptar às diferentes conjunturas são vitais para a condução exitosa de qualquer política econômica, seja ela procíclica ou anticíclica. Contudo, a PEC, ao criar uma draconiana rigidez fiscal que será mantida ou deverá ser mantida por 20 anos, independentemente do que venha a ocorrer na economia internacional ou nacional, introduz uma insustentável irracionalidade na gestão econômica do Brasil. De fato, é completamente irracional gerir despesas, independentemente do comportamento das receitas e do PIB. Segundo alguns cálculos, poderemos chegar ao final do período de vigência da PEC fazendo inacreditáveis superávits primários de 7% do PIB, sem poder investir em serviços públicos essenciais para o bem-estar da população e sem poder estimular o investimento necessário ao desenvolvimento do País. No mundo inteiro, jamais alguém fez uma loucura dessas.

Ela atropela e liquida todas as experiências da nova política alemã sob o comando de Hjalmar Schacht, ela liquida o New Deal de Roosevelt, elimina as ideias de Taylor, de Ford, que levaram ao salário mínimo e à redução da carga horária. Ela é de um nefelibatismo rigorosamente irresponsável.

E ninguém o faz por uma razão que é óbvia, ou que deveria ser óbvia: as previsões econômicas são muito falhas. Ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com a economia brasileira ou mundial daqui a três ou cinco anos, ou dois anos, que é quando encerra esse período do Temer, quanto mais daqui a 20 anos.

Lembrem-se de que, às vésperas do colapso de 2008, as agências de risco ligadas ao grande capital vadio do mundo classificavam os papéis do Lehman Brothers como Triplo A. Meses depois, o banco faliu. Ninguém, ou quase ninguém, conseguiu prever a crise mundial, que já dura oito anos. Os cenários econômicos futuros são sempre incertos. Daí a necessidade absoluta da flexibilidade das regras e da política. A PEC 55 é a negação obtusa dessa realidade básica da ciência econômica moderna.

Entretanto, se somarmos essa alteração na política fiscal à atual forma de condução da política monetária, que, desde 1999, pelo menos, passou a ser guiada por um único objetivo, a estabilidade dos preços, estaremos abrindo mão de realizar políticas econômicas de qualquer natureza, em especial aquelas para recuperar o crescimento econômico e promover o bem-estar da população.

Em conclusão, consideramos que a PEC 55 tende a abolir cláusulas pétreas previstas nos incisos II, III e IV do §4º do art. 60 da Constituição Federal, que se referem, respectivamente, ao voto direto, secreto, universal e periódico, à separação dos Poderes e aos direitos e garantias individuais, razão pela qual não pode ser aprovada nos termos em que chegou a esta Casa.

Sob o prisma do mérito da propositura, julgamos que a matéria também não deva prosperar tal como formulada. Além de ser desnecessária e até contraproducente para o fim pretendido, qual seja o equilíbrio fiscal, a PEC desintegrará o nosso incipiente Estado de bem-estar social; reduzirá sobremaneira a abrangência e a qualidade dos serviços públicos essenciais, inclusive saúde e educação; diminuirá o gasto social *per capita; e*ngessará a capacidade de investimento do Estado por 20 anos; retirará do controle democrático e popular a política fiscal e orçamentária; e incidirá seletivamente sobre os setores mais pobres da população.

Presidente, vou ao voto.

Em face do exposto, eu e todos os Senadores signatários deste voto em separado, na boa parceria de economistas patriotas, nacionalistas e progressistas que entendem os exemplos da recuperação da economia do mundo em muitos países nas últimas décadas, votamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016.

Muito obrigado pela tolerância e pelo tempo.

Fica aqui o meu lamento pela absoluta desatenção do Senado no aprofundamento da discussão de uma PEC que pode, em médio e curto prazo, levar-nos a uma situação como a da Colômbia, com as barras de jovens revoltados com a descaracterização e a predação do tecido social, como no México, e a uma provável insurreição do povo, que não vai aceitar a sua redução à condição de miserável conduzido pelos interesses do capital financeiro.

Nós estamos promovendo, muito provavelmente, uma guerra civil no Brasil ao irresponsavelmente aprovarmos essa barbaridade.

É o voto, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para fazer a leitura de seu voto em separado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, tenho o prazer de completar com meu voto em separado e também de subscrever o que já foi dito anteriormente pelo Senador Roberto Requião.

Passo diretamente ao voto.

A ocorrência de déficits orçamentários prolongados e persistentes só podem ser suportados por países que possuem fontes de financiamento com custos baixos. Hoje, países como Estados Unidos e Japão praticam juros negativos, e mesmo os países líderes europeus, que enfrentam período de crise econômica, praticam juros mais baixos, ligeiramente positivos. Não é o caso do Brasil, que ainda convive com taxas de juros elevadas, tornando a dívida pública uma das mais caras do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mundo. Não tivemos a capacidade nem a vontade política necessária para equacionar nossa dívida mobiliária durante o longo período do equilíbrio orçamentário, o que poderia ter favorecido a manutenção de baixas taxas de juros de forma estruturada.

Quando o ciclo econômico se inverteu e quando o governo passou a praticar uma política fiscal menos rígida, concedendo benefícios setoriais de caráter tributário e creditício e ampliando políticas públicas, a pressão sobre a dívida pública ficou evidente. A Presidente Dilma iniciou seu primeiro mandato com uma dívida bruta de cerca de R$2 trilhões, que representava 55% do Produto Interno Bruto. Chegou, ao final do primeiro ano do segundo mandato, com uma dívida alcançada valor próximo ao dobro, R$3,93 trilhões, o que representa um acréscimo de 11% em relação ao Produto Interno Bruto.

Não se trata de dívida proporcionalmente tão elevada, mas baixas taxas de poupança na economia, alta concentração de renda e dependência em relação ao mercado financeiro impulsionaram taxas de juros elevadas, como já foi dito, hoje as mais altas taxas de juros do Planeta.

Nessas condições, o financiamento de déficits orçamentários torna-se perverso e deve ser evitado para que os recursos públicos não sejam drenados pelo mercado financeiro. Isso porque nada melhor para o rentista que o devedor que não consegue pagar sua dívida e que tem de voltar todo mês para pedir mais dinheiro.

No entanto, a proposta apresentada pela PEC 55, de 2016, cujo texto se debate nesta Comissão de Constituição e Justiça, toca no problema real, o défice público, de modo enviesado e draconiano, como passaremos a expor.

O primeiro aspecto que destacamos aqui, Sr. Presidente, e que já foi também ressaltado pelo Senador Requião é o congelamento da democracia.

Nas democracias maduras, o controle dos gastos públicos é feito através da lei orçamentária, sem necessidade de regras adicionais. Desnecessário dizer que não há precedente de constitucionalização de rigor fiscal em nenhum texto constitucional do planeta. É um embate democrático, com base no convencimento da sociedade sobre as diferentes visões políticas, sociais e econômicas que estabelece o montante a ser arrecadado e gasto e as formas de alocação de recursos públicos.

No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal já estabelece limites que reforçam as leis orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual –, em que a meta fiscal é determinada pelo Poder Legislativo através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao longo dos últimos cinco anos, o calendário eleitoral interferiu largamente nas decisões de política econômica, o que resultou em desorganização das finanças públicas, em pressão inflacionária e em queda do investimento privado. Quando isso acontece, o sufrágio universal é uma arma poderosa de escolha e de correção de rumos, apesar das graves deficiências do nosso sistema político e da incipiência das ferramentas da democracia direta.

Portanto, o processo democrático deveria ser suficiente para que as decisões sobre a alocação de recursos públicos resultassem em maior bem-estar e em redução das desigualdades sociais sem comprometer o equilíbrio fiscal, sem as consequências econômicas adversas que possam gerar. Ao contrário disso, a PEC 55, de 2016, congela o processo democrático e reduz as opções de escolha da sociedade. Parte do princípio de que a sociedade é imatura para tomar as melhores decisões sobre os rumos que o País deve seguir por temer, aparentemente, que os discursos populistas possam prevalecer sobre o que consideram a única alternativa a ser seguida.

Nesse aspecto, é inapropriada a via proposta, por emenda à Constituição, para definição de política fiscal, orçamentária, econômica em geral. Todos esses elementos fazem parte de programas de governo, de plataformas que a sociedade escolhe livremente ao eleger seus governantes para cumprirem seus mandatos.

Dentre os países do mundo que adotam medidas legais de restrição de endividamento e de crescimento de gastos, nenhum deles alterou a sua Constituição para impor restrições tão draconianas, por prazo de 20 anos, como está sendo proposto pela presente proposta de emenda constitucional. Até a possibilidade de revisão após dez anos é excessiva e interfere diretamente na democracia representativa ao superar em muito o período de mandato do atual Presidente da República.

Diga-se aqui de passagem, Presidente, que o único paralelo que se tem no mundo de adoção de medidas draconianas de rigor fiscal ocorreu na Dinamarca, e não foi por prazo superior a dois anos, e nunca, em hipótese alguma, não há paralelo na história humana constitucionalizar regras orçamentárias de rigor fiscal.

O segundo aspecto é o impacto dos limites globais sobre o resultado primário.

A presente proposta de emenda constitucional poderia apresentar um aspecto positivo ao propor regras que atenuassem o efeito recessivo, uma vez que preserva o valor real de despesas orçamentárias mesmo quando há redução de receita decorrente da queda da atividade econômica. No entanto, o Governo colocou uma meta fiscal para 2016 extremamente alta, de R$170 bilhões, criando um colchão de gastos que joga todo o esforço de ajuste para o próximo governo. Ou seja, o próximo governo fica condenado a executar um programa que não é o programa que o próprio governo pode ter submetido ao sufrágio popular.

Desse modo, a aplicação das regras propostas levará à eliminação do déficit fiscal apenas em 2019, na melhor das hipóteses, ou seja, com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 3,5% em 2018. Em condições mais conservadoras, de crescimento de 2% ao ano, o equilíbrio das finanças públicas, com essa taxa de crescimento, só será alcançado em 2023.

Por outro lado, uma vez atingido o equilíbrio, o crescimento econômico resultará em superávits crescentes, o que pode frear o potencial de crescimento e de geração de renda e de emprego. Afirmo aqui que não poderá frear; freará o potencial de crescimento e de geração de renda e emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Estimando-se um crescimento médio de 2,5% ao ano nesse período, as despesas da União passariam dos atuais 20% do PIB para 15,62% em dez anos e para 12,21% do PIB em 2036, se esta regra não for alterada, comprometendo seriamente o atendimento das necessidades de investimento nas áreas sociais, principalmente comprometendo um dos princípios da República Federativa do Brasil, constante no art. 1º, que é a redução das desigualdades.

Nos últimos dez anos, em nenhum ano os gastos primários ficaram abaixo de 16%, chegando a 16,2% em 2008. A partir de 2011, esse percentual saltou de 16,8% para 19,6% em 2015, com saltos acentuados em 2014 (0,9% do PIB) e em 2015 (1,4% do PIB).

A PEC não apenas repõe os gastos primários a níveis anteriores ao processo de descontrole orçamentário. Vai além. O que está sendo decidido neste momento é uma mudança estrutural do setor público, que produzirá consequências que não estão sendo colocadas em debate. A redução das despesas da União poderá significar o progressivo afastamento do Estado de sua função distributiva, através de investimentos em políticas sociais, ou da sua capacidade de promover investimentos em infraestrutura pública, como saneamento, mobilidade e moradia, entre outros, caso o excesso de arrecadação seja direcionado à amortização da dívida pública ou se reverta em redução da carga fiscal.

É, Sr. Presidente, o completo assassinato da teoria de Keynes, da possibilidade, inclusive, por 21 anos, de que alguma teoria dessa natureza, de que alguma formulação de natureza ou inspiração keynesiana possa ser consagrada pelo povo brasileiro através do voto popular. Ou seja, fica o País, o seu povo condenado a um modelo apenas de política econômica, porque ela foi elevada à condição da sua Constituição. É o estabelecimento completo, Sr. Presidente, da ditadura de uma visão macroeconômica que tem fracassado no mundo. E quem diz que essa visão macroeconômica fracassou no mundo não sou eu, não é o Senador Requião, não são os opositores a essa PEC, mas é o Fundo Monetário Internacional, em artigo divulgado recentemente pelo seu secretário executivo, pelos seus principais dirigentes. Quem diz que essa teoria que nós estamos colocando no patamar da nossa Constituição fracassou no mundo é o Fundo Monetário Internacional, através da sua mais conceituada consultoria, a Independent Evaluation Office, que, em um estudo, recomenda que o que foi aplicado na Grécia, na Irlanda e em Portugal não seja aplicado no restante do Planeta.

Veja, Sr. Presidente: estamos aplicando no Brasil uma receita mais draconiana do que aquela que teve objeto, que teve lugar na Irlanda e em Portugal e que levou a Grécia à total bancarrota. Estamos aplicando e trazendo à Constituição um receituário fracassado no mundo e determinando que esse receituário, mesmo que fracasse no Brasil, seja aplicado por 20 anos, condenando várias gerações futuras.

A PEC também abriria espaço fiscal para a redistribuição tributária entre os entes federados, o que implicaria substancial alteração do Pacto Federativo. São questões estruturais, que podem até ser vistas como desejáveis para alguns, como a redução da dívida, da carga fiscal, ou a redistribuição tributária, mas é preciso deixar claro que vão além do simples controle de gastos, exigem o aprofundamento da discussão com a sociedade e têm repercussão sobre a capacidade do Estado em dar respostas às demandas sociais em áreas prioritárias, o que não está acontecendo.

O aspecto mais grave da proposta de emenda à Constituição, Sr. Presidente, é o congelamento dos recursos para a saúde e para a educação. A PEC não preserva os recursos hoje vinculados constitucionalmente à saúde e à educação. Os gastos nesses setores essenciais ao País e à população em geral estarão submetidos ao limite global de gastos e disputarão recursos com todas as demais necessidades de investimentos da União. Os pisos de gastos hoje estabelecidos, de 15% da receita corrente líquida para a saúde e de 18% da receita de impostos para a educação, serão substituídos, a partir de 2018, pelo valor gasto em 2017, corrigido pelo IPCA.

A proposta sinaliza que não há mais necessidade de priorizar esses setores, apesar da precariedade dos serviços de saúde oferecidos à sociedade brasileira, crise presente em todos os Estados da Federação, e da evidente deficiência de nosso sistema educacional, que não se mostra apto a oferecer uma educação de qualidade, formadora de cidadãos comprometidos com a vida social solidária, motivados e preparados para os desafios de uma sociedade que demanda, cada vez mais, informação e conhecimento.

Sr. Presidente, aqui abro um parêntese para destacar o seguinte: ao contrário do que foi dito ontem pelo Presidente Temer, se há alguém hoje que sabe muito bem o que é uma proposta de emenda à Constituição e as consequências de uma proposta de emenda à Constituição para o futuro e para a educação brasileira, esses são os milhares, as centenas de milhares de estudantes secundaristas pelo País que ocupam escolas públicas em perfeita mobilização, porque conhecem o sentido dessa proposta de emenda à Constituição e conhecem o que ela representará, no hoje e no amanhã, para as gerações deles e para as gerações que virão.

A esses estudantes secundaristas a nossa aqui profunda homenagem. A ocupação deles é um grito de resistência em defesa do futuro. (*Palmas.*)

As melhorias necessárias nessas áreas demandarão novos investimentos a exemplo da medida provisória recém-editada pelo Governo que reestrutura o ensino médio. A MP prevê que, nos próximos dez anos, 50% das matrículas em 50% dos estabelecimentos de ensino médio deverão oferecer jornada escolar de sete horas diárias e implantação universal em 20 anos. São exatamente os prazos de vigência do Novo Regime Fiscal.

Veja, Sr. Presidente e Senador Lindbergh, que, segundo declaração de um Secretário de Estado de Educação de um Governo de um Estado que apoia essa PEC, que é o Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o Estado teria de construir 19 unidades escolares anualmente, nos próximos 20 anos. Digo isso só para dar o exemplo do seu Estado do Rio de Janeiro. Com a ausência desse investimento, com o congelamento do investimento, isso ficaria impossível.

Situação similar encontramos na saúde, em que os recursos alocados no setor pela União, pelos Estados e pelos Municípios são evidentemente insuficientes para responder pela demanda da população. Aqui, Sr. Presidente, trago o estudo do Conselho Nacional de Saúde que mostra concretamente que a participação da União no investimento na saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pública tem reduzido. Em 1991, era de 73% a participação da União, de 15% a dos Estados e de 12% a dos Municípios. Em 2001, caiu para 56%; em 2010, para 45%; em 2014, para 43%. E a participação de Estados e de Municípios no financiamento da saúde, ao longo desse tempo, só tem aumentado. Essa proposta de emenda à Constituição agravará uma situação que já é crítica em relação ao financiamento da saúde pública brasileira.

O substitutivo aprovado pela comissão especial atenuou o impacto restritivo dos limites estabelecidos no texto original ao antecipar para 2017 o piso de gastos da União de 15% das receitas líquidas, que só seria alcançado em 2020. No entanto, enfrentamos uma conjuntura de baixa arrecadação, o que implica que o montante das receitas líquidas está deprimido. A partir de 2018, esse piso passará a ser corrigido pela inflação e deixará de incorporar a esperada recuperação da capacidade de arrecadação.

Sempre há a possibilidade e a necessidade de aperfeiçoamentos administrativos e institucionais que deem maior eficiência à estrutura de prestação desses serviços, mas é necessário que se apresentem minimamente as políticas voltadas a esse objetivo. Há riscos evidentes nessa estratégia de estabelecer o limite na alocação de recursos para forçar a aprovação de reformas que julgam necessárias para o equilíbrio fiscal.

A Previdência é outro caso exemplar. Hoje as despesas com a Previdência Social representam em torno de 45% das despesas primárias da União e deverão continuar crescendo. Seria necessário um corte brutal dos direitos previdenciários para impedir esse crescimento, num momento em que a inflação e o desemprego já castigam as camadas mais vulneráveis da população. É um problema de extrema complexidade, cuja avaliação pelo Congresso deveria anteceder qualquer outra decisão.

Nessa conjuntura, dificilmente haveria possibilidade de alocação de recursos nas áreas de educação e de saúde acima do piso estabelecido, pois a redução dos gastos nas outras áreas não o permitirá. As demais áreas sofrerão dupla pressão, pois haverá redução percentual em relação às despesas primárias da União, e estas serão menores em relação ao PIB. Os recursos destinados à educação e à saúde continuarão a representar cerca de 16% das despesas primárias da União, mas será significativamente reduzida sua participação no PIB.

Isso, Sr. Presidente, é contraposto a uma situação: o crescimento demográfico, no próximo período, tenderá a ser de 0,8% a 1% ao ano, e haverá uma drástica mudança do perfil demográfico de nosso País, com aumento proporcional da população idosa. É justamente essa população idosa e são justamente esses serviços de saúde, em decorrência da inversão sobre o investimento em saúde e o crescimento demográfico, que ficarão comprometidos.

Outra despesa que poderá crescer é o serviço da dívida pública. Segundo estimativas do FMI, a dívida pública bruta deverá crescer até 92% do PIB, em 2021, mesmo considerando o maior controle dos gastos públicos.

Mesmo que haja uma progressiva redução das taxas básicas de juros – promessa nunca cumprida, inclusive por governos que colocaram esse objetivo como prioritário –, as despesas com o serviço da dívida deverão ainda crescer, mesmo que não pressionem as demais despesas, pois não interferem no resultado primário.

A proposta de emenda à Constituição deixa claro que o Governo não apresenta um modelo de desenvolvimento. O Governo claramente apresenta uma visão exclusivamente fiscal, e não sabemos em nome de que projeto de País estamos fazendo esse esforço. Aliás, sabemos: estamos renunciando à construção de um projeto de País. Nenhum ajuste terá legitimidade se não estiver vinculado a um horizonte realista e promissor que aponte para mudanças no modelo de desenvolvimento e para a redução de desigualdades, agora em bases robustas.

Nenhum ajuste conquistará o apoio do conjunto da sociedade se não proteger os segmentos sociais de menor renda e representar a etapa preparatória de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, em que o aumento na renda de famílias mais pobres seja acompanhado por investimentos capazes de oferecer bens e serviços públicos e coletivos, sem os quais não se pode falar em desenvolvimento.

O Governo não apresenta um projeto ao País capaz de dar respostas, mesmo que tímidas, a questões cruciais como segurança com respeito aos direitos humanos, saneamento, mobilidade, acesso às melhores oportunidades de vida, soberania e segurança alimentar e nutricional, proteção e uso sustentável dos recursos naturais e o aperfeiçoamento das instituições democráticas para garantir direitos de cidadania aos segmentos mais vulneráveis da população.

O principal desafio econômico do Brasil de hoje não é apenas a volta do crescimento. É que se desenhe um rumo para este crescimento. Em outro momento da história, nós vimos o bolo crescer e ficar concentrado nas mãos de poucos. Mais uma vez, o que se desenha para o futuro, mesmo em um cenário de crescimento, tende a ser mais do mesmo: o aumento, a ampliação da exclusão social existente no País.

O primeiro ponto que compreendemos como fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento é o reconhecimento da gravidade do momento. A situação das finanças públicas exige uma avaliação aprofundada dos gastos públicos, impondo maior seletividade na alocação de recursos e maior eficiência, segundo critérios transparentes e pactuados com a sociedade.

É em decorrência disso que, mesmo que essa PEC venha a ser aprovada pelo Parlamento brasileiro, mesmo que a maioria dos Senadores – no meu entender, equivocadamente – aprove essa proposta de emenda à Constituição, nós entendemos que, para passar a valer, ela deveria ser objeto de um referendo público. Algo que vai alterar tão profundamente a vida de cidadãs e cidadãos brasileiros por 20 anos, que vai reduzir os investimentos em áreas sociais, não pode ser resultado de uma decisão, única e exclusivamente, de 513 Deputados e de 81 Senadores.

É em decorrência disso, Sr. Presidente, que a oposição nesta Casa apresentará uma proposta de referendo, caso essa proposta de emenda à Constituição seja aprovada, para que o povo brasileiro decida se quer esse regime de rigor fiscal ou se quer a continuação dos investimentos constitucionais em educação, em saúde e nas demais áreas sociais.

Priorizar a proteção dos segmentos sociais mais vulneráveis é objetivo fundamental da República. A metade mais pobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da população brasileira detém apenas 10% do Produto Interno Bruto. No entanto, as políticas públicas, seja na educação, na saúde, no saneamento e em outras áreas, têm enorme dificuldade de chegar efetivamente a esses segmentos, principalmente à camada dos 20% mais pobres.

Com o aumento da inflação e do desemprego, essa parcela da população tende a aumentar em número de famílias e em necessidade de atendimento. Por isso, precisam ter prioridade, o que significa políticas públicas desenhadas para alcançar os segmentos mais vulneráveis com maior eficiência.

Nos próximos dez anos, os gastos primários federais estarão limitados pelo valor gasto em 2016 reajustado pelo IPCA, independentemente da conjuntura econômica e da capacidade de recuperação fiscal da União, se essa PEC for aprovada. Em uma situação de retomada de crescimento e de recuperação do equilíbrio fiscal, não há motivos para não incorporar o aumento do PIB e, portanto, os ganhos da arrecadação às políticas sociais ao menos parcialmente. Ou seja, a PEC é de um rigor extremado. Mesmo que o País volte a crescer economicamente, o que significa, se essa PEC for aprovada, é que o resultado do crescimento da riqueza não será distribuído às camadas mais pobres do povo brasileiro.

Uma proposta viável seria a apresentação, por projeto de lei, de um estabelecimento de um teto de gasto que se referenciasse no crescimento do PIB sempre que houvesse superávit orçamentário no exercício anterior. Mas nem essa proposta alternativa está sendo cogitada. Nem essa proposta alternativa está sendo cogitada. O que se propõe é um rigor fiscal absoluto, total. Ou seja, mesmo que o País cresça, não haverá distribuição de renda.

As desigualdades sociais não podem ser combatidas apenas do lado dos gastos. Nosso sistema tributário já é regressivo e injusto, e nós somos um País que não tributa a propriedade, que tributa principalmente os serviços. Não há no nosso País, desde a Constituição, o imposto sobre grandes fortunas. A situação fiscal impede a redução da carga tributária, mas essa já é elevada, e impede também que o déficit fiscal seja reduzido com o aumento ou a criação de impostos. No entanto, a maior tributação da renda e do patrimônio dos segmentos de maior renda permitiria a redução dos impostos indiretos, que penalizam os mais pobres. As demais reformas, como previdenciária e trabalhista, não podem prosseguir sem que se resguardem esses mesmos princípios de proteção aos segmentos mais vulneráveis.

Antes de proferir o voto, Sr. Presidente, eu queria aqui destacar que, como já foi dito e consagrado em parecer, em nota técnica encaminhada a este Congresso Nacional pela Procuradoria-Geral da República, a PEC também fere o princípio constitucional presente no art. 1º, que é o princípio da separação dos Poderes, quando interfere diretamente no planejamento orçamentário do Poder Judiciário e no planejamento orçamentário dos demais Poderes da União.

A PEC, além de ferir claramente a separação dos Poderes, condena, em definitivo, milhões de brasileiros a não terem o direito elementar à cidadania.

É por isso, Sr. Presidente, que a oposição nesta Casa fará de tudo pela rejeição dessa proposta de emenda à Constituição. Não é que ela seja somente draconiana; ela é antipovo atual e antipovo futuro, contra as gerações que virão, pelo seu caráter de congelamento de qualquer tipo de investimento nas áreas sociais.

É pelo que ela representa e pelas consequências, a renúncia a um projeto de nação, a um projeto de Estado estruturado, em função do seu povo, que nós opinamos, desta forma, pela rejeição dessa proposta de emenda à Constituição.

E aqui anuncio: a oposição apresentará proposta de referendo se for derrotada no voto em relação à PEC. E iremos, se necessário for, até o Supremo Tribunal Federal para pedir a inconstitucionalidade dessa proposta de emenda à Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, que tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Presidente, quero iniciar esta minha breve fala de somente dez minutos colocando aqui o resultado ainda parcial da consulta que o Senado Federal está fazendo via internet, através do e-Cidadania. O Senado Federal está perguntando aos brasileiros e às brasileiras se concordam, se são a favor ou contra essa PEC 55. Até o momento, até o dia de ontem – este relatório é de ontem –, Sr. Presidente, em torno de 341 mil pessoas se manifestaram através dessa consulta. Desses – prestem atenção, Srs. Senadores, Srªs Senadoras –, 20 mil somente se manifestam a favor, enquanto 321 mil pessoas se manifestam contrárias a essa PEC. Ou seja, 94% da população estão contrários a essa PEC, Sr. Presidente.

Eu tenho certeza absoluta... Podem dizer: ah, mas é uma consulta de internet. Não, vamos à rua, vamos colocar os elementos às pessoas e vamos ver que a maioria da população brasileira é contra, por uma razão simples: porque essa é uma das propostas mais injustas que eu já vi tramitar no Congresso Nacional. Primeiro, não pode ser considerado como um Novo Regime Fiscal. É muito mais do que isso. Se fosse apenas o estabelecimento de um Novo Regime Fiscal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fariam aqui no Brasil, Senador Requião, o que fazem no mundo inteiro, em alguns países, como relata o FMI: ajustes de curto período não estabelecidos na Constituição. Aqui no Brasil, não. O Brasil quer ser mais realista do que o rei.

Agora, vejam bem: estamos voltando a ser uma colônia americana. E a colônia agora é dirigida por quem? Donald Trump, aquele que está prometendo fechar ainda mais as fronteiras do mundo, aquele que está prometendo aniquilar de uma vez por todas com os direitos sociais.

É isto que define a PEC: uma nova concepção de Estado. E que nova concepção é essa? É a do Estado mínimo, que é o Estado base do projeto neoliberal, projeto estabelecido por Milton Friedman, por Hayek, um projeto que eles aplicavam enquanto estavam no governo. Privatizaram muitas empresas públicas, dizendo que a privatização era necessária para diminuir a dívida. E o que aconteceu depois de tantas privatizações do sistema energético, de telecomunicações? O que aconteceu? A dívida pública diminuiu? Não. A dívida pública aumentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O que significa esse Estado mínimo? É a retirada do Estado brasileiro não só da interferência na economia, mas também da interferência na área social. E nós sabemos o quanto o Estado é importante em qualquer nação do mundo. E é muito mais importante em nações como o nosso Brasil, que vive marcado por diferenças sociais, que vive marcado por diferenças regionais.

Senador José Maranhão, V. Exª é do Nordeste brasileiro. Eu venho do Norte. São as regiões mais pobres e necessitadas do nosso País. Essa PEC atinge principalmente as nossas regiões, aquela gente que precisa do Sistema Único de Saúde, aquela gente que precisa do sistema público de educação. Pela primeira vez na vida, uma doméstica, um operário, um sapateiro estão vendo seu sonho se transformar em realidade, estão vendo seu filho podendo entrar numa universidade, estão se vendo com a possibilidade de terem uma casa própria através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas essa PEC acaba com isso. Essa PEC estabelece o Estado mínimo. É o fim do bem-estar social.

Sr. Presidente, fico pasma aqui quando vejo o relatório do meu também querido amigo Relator Eunício Oliveira, como a própria justificativa apresentada na PEC por esse Governo do Presidente ilegítimo Michel Temer, dizendo que não vão cair as verbas da educação. Isso não é verdade! Isso é mentira! Vão cair as verbas da educação, sim! Eu uso as palavras dele. Dizem que não vai diminuir o valor do salário mínimo, que o salário mínimo vai continuar podendo ser reajustado. Mentira! E eles são obrigados a reconhecer isso na própria escrita da sua própria lavra.

Vamos ver o relatório apresentado pelo Relator hoje, relatório das emendas. O que diz à p.14? Que a PEC não impede políticas perenes de valorização do salário mínimo, apenas veda aumentos reais em períodos em que os gastos excederem o teto estabelecido. E qual é o teto estabelecido? A inflação. Ora, está acabando com a possibilidade... Isso está escrito aqui. Não fui eu que escrevi. Eu estou lendo o que está à p.14.

Mas vamos aqui também ver o que, à p.15, eles escrevem?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Interpretou errado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ontem, disseram que não eram 20 anos, mas que eram dez anos mais dez anos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – São dez mais dez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não eram 20 anos, mas eram dez anos mais dez anos. Tudo bem.

À p.15 do relatório, o que disse? O que assinou o Relator? Que um dos principais objetivos do Novo Regime Fiscal é justamente o de reduzir a relação entre gastos primários da União e o PIB, que aumentou fortemente nos últimos anos, de 16,7% para 19,6%. E o que são, para quem está em casa nos ouvindo ou ainda vai nos ouvir através da TV Senado, os gastos primários? Gastos primários são gastos com a infraestrutura do País, com portos, com aeroportos, com estradas. São gastos que têm a ver com a possibilidade de o País se desenvolver. Gastos primários são gastos com ciência e tecnologia, com educação, com saúde, com cultura, com turismo. Isso é gasto primário. O nosso Orçamento está quebrado quase meio a meio: metade é de gastos primários, metade é de gastos financeiros. E o que eles fazem? Não cortam nem um centavo.

O que nós ouvimos ontem aqui do economista que os senhores que estão a favor da PEC e que o Sr. Michel Temer mandaram para cá, para falar um monte de bobagens, um monte de besteiras? Imagina uma pessoa dizer que não vão diminuir os recursos públicos, mas que vamos voltar ao mesmo patamar de 2006! Ora, estão congelando os gastos, mas não congelam o crescimento populacional, não congelam a necessidade de inclusão social, porque são muitos os jovens que ainda têm de estar incluídos nas políticas de saúde, de educação, de formação científica e tecnológica.

O que eles dizem aqui em relação aos juros, senhoras e senhores? O que foi dito ontem pelo economista Samuel Pessôa, repito, enviado para cá pelo Michel Temer? Ele disse da questão dos juros, disse que a gente reclama que há um tratamento diferenciado entre juros e gasto primário. Ele concorda, disse que, de fato, há uma diferenciação – repito, de fato, há uma diferenciação –, mas que os gastos primários, de natureza primária, são aqueles gastos que a sociedade decide por meio de decisões do Congresso Nacional e que os gastos com juros são decididos pelo mercado. É pelo mercado, vejam bem! É por isso que a taxa de juros de Brasil é estratosférica, é a maior do mundo, porque eles deixam. É isto: o Copom foi tomado de assalto por dirigentes, por banqueiros.

Então, essa PEC é a PEC do fim do mundo, sim. Essa é a PEC que vai acabar com o ciclo virtuoso de inclusão social no Brasil. Quando a gente falava que ouvia da boca deles que estão incomodados com tanto pobre andando nos aeroportos, Senador Requião, muitas vezes achavam que a gente exagerava. Não, isso não é exagero! Eles se incomodam com o fato de a população brasileira ter a possibilidade de andar nos aeroportos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Utilizam esse discurso fatalista, esse discurso que nada diz. Apenas parece um papagaio, repetindo a mesma coisa: "Ou é a PEC, ou é a falência; ou é a PEC ou é a falência." Isso não é verdade, nós temos alternativas.

Eles dizem que vai melhorar a situação do povo, que vai baixar a inflação. Nós queremos baixar a inflação, mas nós queremos também, Senador Maranhão, baixar o tributo que o povo paga, porque só quem paga tributo neste País é o pobre, é o assalariado. O empresário, aquele que ganha de qualquer empresa mais de R$100 mil ou R$200 mil por mês, esse não recebe como salário; esse é obrigado a abrir uma empresa e a receber como empresário para fugir do pagamento de juros.

O povo pobre vive na favela e quer comprar medicamentos, e o medicamento custa R$100. Na realidade, custou R$66, porque 34% são impostos no medicamento; no leite em pó, são 28%.

Estou concluindo, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Lamento informar a V. Exª que seu tempo já se esgotou.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou concluindo. Só vou concluir.
Então, vejam que temos alternativas, sim. A alternativa é fazer uma reforma tributária que não tribute a produção, o consumo e o trabalho, mas que tribute a riqueza, a renda: paga mais quem mais tem.
Então, faço um apelo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que estão agindo com muita pressa porque não querem debater essa questão.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Conclua, Senadora.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos pensar um pouco e vamos votar a favor do Brasil, a favor do povo, contra a PEC 55.
Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, estudantes presentes a esta reunião da Comissão, eu queria dizer que, na verdade, essa proposta representa a materialização da quebra do pacto social que foi produzido pela Constituinte de 1988. Com essa proposta, daremos passos atrás não somente em relação às conquistas importantes dos governos de Lula e de Dilma, mas até mesmo em relação às conquistas da Constituição de 1988.
Começo exatamente por dizer que essa é uma proposta inconstitucional, porque, entre outras violações à Constituição brasileira, a principal delas é a violação ao direito do voto direto da população, porque, por essa proposta, durante 20 anos, teremos o congelamento dos gastos públicos no Brasil. A correção só se fará mediante o acréscimo da inflação do ano anterior, e isso, de fato, agride a soberania popular.
Imagine que qualquer que seja o Presidente da República escolhido para governar o Brasil terá de se deparar com a situação de um impedimento constitucional para que ele possa fazer sua política econômica. É uma camisa de força. Constitucionalizaram a política neoliberal no Brasil. Isso já ficou muito claro quando nós estávamos discutindo o processo do *impeachment*, quando, sob o pretexto de que a Presidenta teria feito decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Parlamento, tentaram vender a ideia de que, de agora por diante, ou se faz aquilo que a teoria do pensamento único neoliberal propõe, ou então não há outra possibilidade de alguém governar.
Existe, de fato, em alguns países a possibilidade de se ter uma política de contenção de gastos, mas isso se faz mediante um pacto político, um compromisso político, que muitas vezes envolve governo e oposição, mas nunca pela constitucionalização de uma política econômica.
Vejo uma série de problemas com essa proposição. Eu quero me ater aqui a várias coisas que foram ditas pelo nobre Relator. Primeiro, ele reconhece claramente que vai se estabelecer no Brasil um verdadeiro conflito distributivo no que diz respeito à aplicação dos recursos do Orçamento, porque o Governo diz que você pode remanejar os recursos internamente desde que não ultrapasse aquele teto de gastos que foi estabelecido. Então, agora nós estabelecemos um cobertor: quando cobrirem a cabeça da saúde, vão deixar os pés da educação de fora. Aliás seria até bom se fosse dessa forma. Vão descobrir os pés da educação para beneficiar o agronegócio ou para beneficiar corporações que têm poder de barganha dentro do Congresso Nacional. Quem vale mais para o Congresso Nacional? É uma corporação em greve como a Polícia Federal ou como os auditores da Receita ou outros segmentos, ou é a população que não tem a capacidade de vocalizar o seu interesse pela melhoria da qualidade do atendimento na área da saúde ou na área da educação?
Como eu já disse também, isso vai aprofundar as desigualdades dentro das próprias políticas.
Na área da saúde, por exemplo, com esse orçamento curto, o gestor vai ter que decidir se ele vai colocar recursos para o atendimento básico ou para atender aquelas políticas de alta complexidade que representam recursos elevadíssimos e que são capturadas pela classe média e até pelos ricos no Brasil – é quando o SUS serve para essas pessoas. Então, nós vamos ter um aprofundamento das desigualdades dentro das próprias políticas.
Outra questão importante é que todas as emendas que foram apresentadas por nós para elevar a receita foram desconsideradas pelo Relator. Ele disse claramente que o ajuste é no gasto. Ora, qualquer pessoa, quando faz um ajuste nas suas contas pessoais, uma família, discute duas possibilidades: aumentar a sua receita, a sua renda – é alguém que vai trabalhar, que anteriormente não trabalhava –, e, depois, vai discutir o corte das despesas essenciais.
Na verdade, o discurso é que nós temos uma carga tributária elevada no Brasil e, como tal, não se aumenta imposto, e vamos tentar obter esse ajuste pelo lado do gasto. Isso é uma terrível maldade. Por isso essa PEC é chamada PEC da Maldade, porque no Brasil nem nós temos uma carga tributária elevada, se a compararmos com uma série de outros países, e é uma carga tributária absolutamente injusta, porque quem paga mais é o assalariado, quem paga mais é o pobre, por intermédio dos tributos indiretos, enquanto que os ricos, sequer pagam dividendos dos lucros que recebem com aplicações. Então, é o caminho absolutamente mais simples para se chegar até lá.
Ontem a Senadora Kátia Abreu disse claramente: bastaria um pequeno percentual das desonerações dos incentivos fiscais ser suspenso para que nós tivéssemos, já aí, uma contribuição significativa para o chamado ajuste fiscal.
A outra questão relevante, Sr. Presidente – e é outra falácia –, é dizer que essa PEC é para fazer o Brasil crescer. Isso é um erro! Alguém me aponte em que período da história econômica do Brasil houve crescimento sustentável sem a participação do investimento público e do gasto público. Em nenhum momento isso ocorreu. Ficar dizendo que vai retornar a confiança do investidor privado... Não vai! Só se investe se houver uma participação efetiva do Poder Público, do Governo, e isso não está previsto. Até mesmo se o PIB crescer, até mesmo se a receita crescer, o gestor vai estar com as mãos atadas para não gastar recursos, que são fundamentais para gerarem empregos, gerarem renda e melhorarem a condição de vida da nossa população, produzindo uma situação de crescimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por último, Sr. Presidente, duas questões mais.

A primeira diz respeito ao que foi dito também pelo Relator, sofisma terrível. Disse ele: "Nem se preocupem que não vai haver perda de recursos para a saúde. A partir do ano que vem, 15% da receita líquida vai para a saúde". Já é este ano, já é este ano, porque a receita caiu e a proporção, que deveria ser outra, hoje já é de 15% da receita líquida dedicada à saúde. Agora, eu quero saber se o Presidente Temer vai ter o poder de decretar que não nasce mais ninguém no Brasil, que ninguém envelhece mais no Brasil, que não vai ser mais necessário haver mais políticas de segurança pública, de assistência social, de educação e de saúde. Então, está claro: as necessidades da população brasileira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... nessas áreas, serão esmagadas por esse pacote que está posto aí, por essa proposta de emenda à Constituição. Portanto, nós temos que denunciar isso ao Brasil. Nós temos que lutar para impedir que o Congresso Nacional aprove essa proposta.

Eu sei que há aqui muitos Senadores que estão defendendo essa ideia, iludidos com essa hipótese de que isso vá conduzir a um equilíbrio fiscal e, posteriormente, ao crescimento do País. Não! É preciso que leiam, que se informem, que analisem, inclusive a opinião de economistas que têm um perfil muito parecido com as ideias do Ministro da Fazenda e deste Governo que está aí.

Nós estamos condenando o Brasil a ser um país sem futuro. Nós estamos condenando as futuras gerações a não terem a perspectiva de ver um Brasil melhor do que este que nós estamos vendo hoje. Por isso, nós votaremos contra essa proposta e pretendemos, junto com o movimento estudantil, com o movimento sindical e com os lutadores de todo o Brasil denunciar e impedir que essa proposta venha a se efetivar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadores, quero cumprimentar também os movimentos sociais que nos acompanham e, particularmente, Sr. Presidente, as estudantes Mariana da Silva e Beatriz Stefani e o estudante Davi Pereira Fernandes, que são do meu Estado do Paraná e vêm aqui em comitiva para participar da discussão da MP 746, da reforma do ensino médio, e também da discussão da PEC 55, ex-PEC 241, que restringe recursos para a educação.

Eu queria começar com uma pergunta que não quer calar ao nosso Relator Eunício Oliveira: se nós não vamos ter os recursos da saúde e da educação diminuídos, mexidos, reduzidos, por que fazer essa alteração constitucional? Só me convencerá de que nada vai ser tocado em recurso de saúde e educação se essas áreas forem excetuadas dessa PEC. Caso contrário, esses recursos serão, sim, diminuídos para pagar serviço da dívida.

Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para falar um pouquinho da dívida, porque a principal justificativa dessa proposta de emenda à Constituição é que a nossa dívida pública sofreu uma explosão, principalmente agora, no mandato da Presidenta Dilma. Não é isso que mostram os dados do Banco Central, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Ou seja, nós vamos fazer um ajuste estrutural de 20 anos para tentar recompor uma situação em relação à dívida de dois, três ou quatro anos, absolutamente conjuntural.

Nós tínhamos uma dívida bruta, no governo do PSDB, que é quem está patrocinando essa proposta de emenda à Constituição, equivalente a 76% do Produto Interno Bruto. O governo do PT terminou com a dívida bruta em 73,2% do Produto Interno Bruto. Mas há uma diferença, uma diferença muito grande: a dívida bruta, no governo do PT, tem, junto com ela, as reservas internacionais, os depósitos do BNDES e inclui aqui também as dívidas dos governos estaduais e municipais.

Ou seja, não dá para falar do endividamento bruto nos governos do PT sem levar em consideração os ativos, ou seja, as reservas internacionais que não existiam na época de Fernando Henrique Cardoso, porque devíamos para o Fundo Monetário Internacional e vivíamos de pires na mão, e também os depósitos junto ao BNDES. E não me recordo que houvesse, naquela época, no governo do PSDB, qualquer programa do BNDES para ajudar a produção brasileira, muito pelo contrário, não tínhamos crédito para as nossas indústrias. Então, não dá para dizer que há uma explosão da dívida se, naquela época, a dívida bruta...

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – V. Exª permite uma ligeira interrupção?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...era maior.

Pois não, Senador Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Quero vir em socorro de V. Exª – ainda que não seja necessário, porque os fatos falam por si mesmos – para dizer que, de fato, quando o Presidente Lula assumiu o governo, as reservas eram mínimas, embora o Presidente Fernando Henrique tenha tomado as providências de saneamento da economia para frente e obtido empréstimo do Fundo Monetário de US$40 bilhões para reequilibrar as contas públicas brasileiras. Não usou o dinheiro inteiro. Lula também não utilizou esses recursos: pagou o que o Brasil devia ao Fundo Monetário e ainda emprestou US$15 bilhões ao Fundo Monetário. Deixou o governo, e a Presidente Dilma manteve, com quase US$400 bilhões. Essa é uma atitude governamental rara no mundo. O Brasil passou a ter uma das maiores reservas do mundo. Louve-se, portanto, a lembrança de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lobão.

É importante V. Exª fazer essa colocação porque a gente desmistifica o que está sendo colocado para justificar essa PEC. Ou seja, nós não temos um endividamento explosivo no País, muito pelo contrário, já tivemos. Olha a nossa dívida líquida total, que é o certo para medir, inclusive, o comprometimento do País, porque, como eu disse, na dívida bruta, tem que tirar as reservas internacionais – vou explicar qual é o valor, por que elas impactam na dívida interna – e também os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

depósitos do BNDES.
A dívida líquida, em 2003, equivalia a 50,6% do Produto Interno Bruto; em 2008, caiu para 41,5 e, em 2015, para 35% do Produto Interno Bruto. Tivemos um crescimento da nossa dívida, nos últimos dois anos, 14 e 15, de 2,9%, ou seja, a dívida brasileira é uma dívida decrescente. Como falar em explosão da dívida e como querer cortar gasto primário para fazer frente a um problema conjuntural que tivemos? A média dos países do G20, da sua dívida pública, é de 52,3% dos produtos internos brutos. Então, como vamos dizer que temos uma dívida pública estourada? Não temos.
O PT não aumentou a dívida pública. Durante os governos do PT, tivemos reduções substanciais da dívida pública brasileira, substanciais. Aliás, o crescimento da dívida se deu exatamente no governo do PSDB. O crescimento da dívida de 95 a 2002, Senador Lobão, foi de 752%. A dívida pública cresceu 752% de 1995 a 2002. No governo do Lula, a dívida pública cresceu 79%, no governo da Dilma, 31% – 31%, mesmo com o estouro de 14 e 15! –, menos do que cresceu a inflação. O IPCA, no período, foi de 40%. Então, como dizer que nós temos um estouro da dívida pública e que isso justifica essa PEC que vai tirar tantos direitos do povo brasileiro?
Claro que nós temos problema, sim, com a dívida agora, em 14, em 15, e vamos ter em 16 um aumento, como eu disse, que chega a 2,9%. Mas, corremos o risco de moratória? Que risco de moratória? Primeiro que a nossa dívida não é externa, é interna. Segundo, que ela está decrescendo. Ela, portanto, é controlável.
E nós tivemos agora o problema da dívida por quê? Por causa da violenta recessão. E não uma violenta recessão só no Brasil, uma violenta recessão no mundo. Nós tivemos queda dos preços das *commodities*, que são o sustentáculo da nossa balança comercial. As nossas exportações caíram de 241 bilhões, em 2013, para 190 bilhões, em 2015: 21% nós tivemos de recuo das nossas exportações. É óbvio que isso tem impacto. Agora, isso não é estrutural. A partir do momento que se recompõe o cenário econômico internacional, e está acontecendo isso, e comece a se recompor o nacional, nós vamos conseguir fazer frente a isso. Então, é uma barbaridade o que nós estamos fazendo, cortando despesas primárias para fazer frente a um problema conjuntural da dívida.
E por que a dívida interna também cresce? Não é só por causa da crise, é para manter as reservas, Senador Lobão. V. Exª sabe que nós temos que comprar dólares para ter nossas reservas. Quando compramos dólar, colocamos dinheiro no mercado. O Banco Central, para não deixar ter efeito inflacionário, emite títulos para buscar esse dinheiro que está no mercado. Só que o Banco Central paga por esses títulos a taxa Selic escandalosa, de 14%, 14,5%, enquanto é remunerado, nas reservas e nos dólares que aplica nos bancos internacionais, com a taxa de juro internacional, que está entre 1%, 1,5%. Essa diferença entre o juro brasileiro e o juro externo que nós recebemos por nossas reservas é que dá o impacto e o crescimento na dívida, juntando isso com a recessão. Então, como colocar isso como culpa das despesas primárias? Não há despesa primária com reflexo na dívida.
Gente, nós vamos aplicar o remédio errado, nós vamos tirar recurso da educação, da saúde, quando, na realidade, o nosso problema é juro, quando, na realidade, o nosso problema foi câmbio. E, em relação a isso, não há nenhuma medida na proposta apresentada pelo Governo.
Queria dizer aos senhores que a despesa da União com pessoal, por exemplo, é 4,2% do PIB, em média, desde 2003. Não subiu. O nosso custeio caiu. As despesas que subiram foram as sociais, que ajudaram a tirar este País da fome, da miséria, que deram emprego ao Brasil. E nós vamos atacar exatamente essas propostas agora? Nós vamos querer ter pobres e miseráveis de novo no Brasil, o que é vergonhoso para qualquer país do mundo? Não é possível que a gente não abra o olho para o que estão fazendo aqui! É um erro na área econômica!
Nós estamos discutindo um remédio estrutural para uma situação conjuntural. Nós vamos cortar aqui despesas de assistência, previdência, saúde e educação para pagar juros da dívida, quando nós teríamos que ter uma política de redução de juros.
(*Soa a campainha.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria pedir ao Presidente apenas mais dois minutos porque eu dei aparte ao Senador Lobão. Em dois minutos eu termino meu pronunciamento.
Quero, Presidente, reforçar a proposta que nós apresentamos ontem como alternativa a essa PEC da Maldade. Nós temos alternativa sim.
Primeiro, nós temos que ter a progressividade nos nossos impostos. Não é possível que este País abra mão de imposto de renda sobre lucros e dividendos. Nós não cobramos imposto de renda de lucros e dividendos desde 1996, mas cobramos imposto de renda dos assalariados deste País.
Não é possível que a gente não tenha, como princípio das finanças públicas, a promoção do crescimento econômico, a geração de emprego, a estabilidade fiscal, a eficiência tributária, a igualdade de oportunidades, a redução das desigualdades sociais. Por isso nós estamos propondo o duplo mandato do Banco Central. O Banco Central tem que cuidar de inflação, mas também tem que cuidar de emprego, também tem que cuidar de desenvolvimento. Nós não temos a referência da economia americana? Então pelo menos vamos pegar o que tem de bom lá, que é o duplo mandato do Banco Central, é o duplo mandato do FED.
Nós temos que ter...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero advertir V. Exª que o tempo que V. Exª pediu de prorrogação já decorreu.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tem 1 minuto e 40 segundos ainda no relógio.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Lamentavelmente.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, ali ele colocou no relógio, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Presidente, já estou terminando.
Nós temos que ter respeito pelo voto popular, ou seja...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É o mesmo relógio pelo qual estou me orientando.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... a política fiscal não poderá ter duração superior ao plano plurianual, nós não podemos ter irredutibilidade do gasto social *per capita*, nós temos que ter a política cambial como uma política de governo e não apenas de tecnocratas do Banco Central. Por isso, nós estamos propondo a criação do Conselho Cambial Nacional e estamos propondo o seguinte: qualquer alteração nessas cláusulas da Constituição tem que ser feitas com referendo.
(*Soa a campainha.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Congresso pode votar, mas há que ter referendo popular.
O povo, que paga a conta deste País, tem que dizer onde quer aplicar o seu dinheiro, e não nós, que estamos aqui nesta sala com ar-condicionado, junto com técnicos do Governo, dizendo como vamos tirar direitos do povo brasileiro. Hoje, quem fala em reduzir benefícios sociais e em reduzir previdência e assistência é quem ganha altos salários, porque foram eles que vieram aqui defender essa PEC durante as nossas audiências públicas.
Portanto, Sr. Presidente, se nós aprovarmos esta medida, nós vamos aprovar uma medida contra a população mais pobre deste País para pagar o sistema financeiro, a banca internacional e os juros escorchantes que este País cobra. (*Palmas.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, por cessão do Senador Requião.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Já falou demais.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, eu não digo que tenha falado demais, mas falou abundantemente.
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Foi o nosso Fidel Castro.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade, o que nós estamos fazendo com essa PEC 55 é desmontando o Estado social que foi construído a partir da Constituição cidadã de 1988. Nosso Estado social foi construído muito tardiamente. Nos países da Europa, o Estado do bem-estar social foi construído logo depois do pós-guerra.
E aqui é falsa qualquer justificativa de que não vá haver cortes em saúde e educação. Se fosse assim, o desafio que eu faço ao Relator, Senador Eunício Oliveira, é: por que ele está tirando da Constituição o piso de 18% do orçamento para ser investido em educação? Hoje nós investimos 23%. Não haveria necessidade, nem os 15% em relação à saúde.
Sr. Presidente, quanto aos gastos primários: a média dos países da OCDE é mais de 40% do PIB em gastos primários; aqui nós estamos com 19,8%. E eles estão propondo fazer caírem cinco pontos percentuais em dez anos, eles querem fazer cair de 19,8% para 14,8%.
Pois bem, vamos aqui ver quais são os gastos primários, os mais importantes: na previdência, dos 19,8%, é 8,1%; pessoal, 4,2%; despesas obrigatórias – seguro desemprego, abono, Benefício de Prestação Continuada –, 3,3%; e despesas discricionárias, entre as quais estão as verbas dos ministérios, educação e saúde, 4%.
Senadora Lídice, vai ter que haver um *mix* de maldades aqui, não só cortar muitos recursos para a saúde e para a educação. Eles vão ter que mexer no BPC, o reajuste para o funcionalismo público vai ter que ser zero. Eu quero lembrar como era na época do Fernando Henrique Cardoso, pois as pessoas esquecem: foram 8 anos de reajuste zero. Para baixar 5 pontos do PIB em 10 anos, é preciso baixar um pacote de maldades. Vão ter que mexer na previdência, desvinculando o salário-mínimo do benefício previdenciário.
Agora, Sr. Presidente, nada com os juros. Sabe qual foi o déficit do ano passado? Foi de 10,38%, sendo 8,5% de juros. Isso, eles não querem limitar. Em 2014 houve um déficit nominal de 6,05%, sendo 0,6% despesa primária, e o resto, de juros.
A Senadora Gleisi aqui falou muito bem sobre a dívida. Nós tivemos superávit primário em todos os anos até 2013. Na verdade, o Lula pegou a dívida líquida em 60% do PIB e, em 2013, ela chegou a 30% do PIB. Ela aumentou em 2014, 2015 e 2016. Por quê? Porque nós tivemos desaceleração econômica. É um erro dizer que a dívida tenha aumentado por gastança.
O ano de 2015 foi um ano de fortíssimo ajuste fiscal, de 2,3% do PIB. Então, o problema não foi aumento de gasto. Na verdade, o que houve foi frustração de receita, Senador Lobão. Anteriormente, a frustração de receita foi de 180 bilhões. E também houve o seguinte: em 2014, nós estávamos consumindo 4,5% do PIB para o pagamento de juros. Sabem para quanto subiu? Para quase 9%. Então, o problema fiscal decorre de frustração de receitas e do aumento de juros.
O que é que nós tínhamos que estar discutindo no País neste momento? Como recuperarmos o crescimento econômico. E aqui há uma questão que é desprezada nos debates: o gasto público tem um efeito no crescimento econômico. Existem vários multiplicadores. O gasto em saúde, por exemplo: 1% a mais do PIB em saúde significa 1,8% em crescimento econômico. Se você corta 1% de saúde, você aprofunda a recessão – é o que estamos vivendo desde 2015.
Eu fui um crítico aqui do ajuste do Levy, foi errado o que foi feito em 2015. Por quê? Nós fizemos um ajuste fiscal grande, a economia entra em recessão, há frustração de receita, e a dívida sobe. E é justamente isto que eles estão propondo para os próximos 20 anos: um plano de austeridade de longo prazo, que não tem chance alguma de dar certo.
Agora, eu queria aqui dialogar com os Srs. Senadores. Se eles dizem que o problema é fiscal... Eu acho que a grande questão do País hoje... Nós estamos tendo uma desestruturação fiscal conjuntural, por causa da desaceleração econômica. Para mim, o centro da estratégia teria que ser um plano de recuperação do crescimento econômico. Mas eu quero dialogar com as pessoas que falam na questão fiscal como o maior problema do País.
Eu pergunto: por que não fizeram uma proposta equilibrada? O que há para os mais ricos? O que há para os banqueiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nada! O ajuste é todo em cima do povo mais pobre.

Aí vêm Michel Temer, que se aposentou com 55 anos; Eliseu Padilha, que se aposentou com 53; Geddel Vieira Lima, que se aposentou com 51. Geddel e Padilha, inclusive, recebem salário de R$50 mil, acima do teto. Pois bem, esse pessoal quer agora aumentar a idade para 65 anos, quer mexer com os aposentados que ganham um salário mínimo, quer mexer com o Benefício de Prestação Continuada, porque isso para eles é um escândalo. E quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, Presidente, é o idoso de mais de 65 anos e a pessoa com deficiência que tenham renda familiar inferior a um quarto do salário-mínimo. Então, é um ajuste violentíssimo em cima dos mais pobres. Cadê a medida para os mais ricos? Só o Brasil e a Estônia, dois países no mundo, não cobram tributos sobre lucros e dividendos. Esse imposto existia no Brasil, mas acabou na reforma regressiva que foi feita por Fernando Henrique Cardoso. De forma, Senador Maranhão, que, hoje, um funcionário público que trabalha aqui no Senado paga 27,5% de Imposto de Renda. E sabe quanto paga um grande milionário que receba R$300 mil a título de distribuição de lucros e dividendos? Não paga nada! Paga 0%!

É por isso que, liderados pelo Requião e pela Senadora Gleisi Hoffmann, nós, Senadores da oposição, apresentamos um substitutivo com várias emendas à Constituição, que tocam em três pontos centrais, que para nós é fundamental serem encarados de frente.

O primeiro é que só há uma saída para o País recuperar o crescimento econômico: fazer política fiscal anticíclica, aumentar investimento público, aumentar gasto social, porque, em momento de recessão econômica, como o que estamos enfrentando, as famílias não investem mais porque estão endividadas, as empresas não investem. Se não houver investimento por parte do Estado, este País não recupera sua capacidade de crescer.

O segundo ponto é justamente sobre progressividade tributária, e apresentamos um projeto em separado que fala sobre cobrança de lucros e dividendos.

O terceiro ponto é sobre o Banco Central. Não dá e não é coerente nós falarmos em controlar as despesas primárias, mas não falarmos de despesas com juros. Eu aqui já citei os números. A maior parte do nosso déficit... Novamente 2015: do déficit de 10,38%, 8,5% foram pagamento de juros. E aqui o Banco Central brasileiro tem apenas um compromisso: o compromisso com o controle da inflação, o controle e a defesa da estabilidade monetária. Nós estamos querendo, através de um projeto que apresentamos, colocá-lo como o FED, o banco central norte-americano, que tem o compromisso de combater a inflação, mas também tem compromisso com o crescimento econômico e com a geração de empregos.

É por isso que finalizo fazendo aqui um apelo às Srªs e Srs. Senadores. Eu peço responsabilidade neste momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós conseguimos, Sr. Presidente, fazer cair muito a desigualdade social neste último período. E nós conseguimos isso porque aumentamos os gastos sociais de 13% do PIB para 17% do PIB.

O que eles querem é cortar justamente isso. Qual foi a gastança que nós fizemos? Eu anotei aqui em cima dos itens do orçamento, Sr. Presidente. Sabem qual foi a gastança que nós fizemos nos governos de Lula e Dilma? Foi aumentar o investimento em educação 218% acima da inflação. Com isso eles querem acabar. Aumentamos os investimentos em saúde 80% acima da inflação; 588% acima da inflação, a assistência social, porque tivemos programas estruturados, como o Bolsa Família e o BPC. É nisso que eles querem mexer.

Eu encerro a minha fala chamando atenção para um texto produzido por Tereza Campello, ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo da Presidenta Dilma. Ela falava da preocupação de o Brasil voltar a ocupar destaque no mapa da fome. Foi uma conquista histórica do País: nós erradicamos a pobreza extrema no nosso País. E agora, com essas medidas, com o ataque a transferências sociais e ao regime de previdência social e com a retirada de recursos da educação e da saúde, nós podemos retroceder muito.

Eu concluo aqui fazendo um pedido aos Senadores e às Senadoras. Nós vamos ter votação hoje na CCJ. No dia 29, nós vamos ter o primeiro turno. No dia 13, a votação do segundo turno. Que os senhores olhem para as universidades brasileiras, para as escolas que estão ocupadas por uma juventude que sabe bem o que quer. Ela quer defender educação pública, porque sabe que a educação pública brasileira e a saúde pública também vão ser duramente atingidas por essa PEC da Maldade do Governo deste Presidente ilegítimo Michel Temer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui, inicialmente, colocar que eu apresentei cerca de quatro emendas à PEC 55. As emendas dizem respeito a não prejudicar os servidores públicos e o futuro da educação, da saúde e da assistência. As emendas propõem exatamente que não sejam incluídas nos limites dos gastos as despesas relativas à saúde, à educação e à assistência social e que seja preservada a aplicação dos percentuais mínimos garantidos pela Constituição para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, percentual que hoje é de 18% da receita líquida de impostos.

É bom lembrar que o governo da Presidenta Dilma investiu bem acima desse patamar, nós já chegamos a 23%. Aliás, isso é o que explica a expansão e o fortalecimento que nós tivemos da educação brasileira nestes últimos 12, 13 anos dos governos Lula e Dilma, com a expansão das matrículas no ensino superior e na educação profissional e tecnológica.

No caso da saúde, Sr. Presidente, as emendas que nós apresentamos propõem tirar a saúde da PEC, uma vez que, se essa proposta for aprovada, vai agravar ainda mais o problema da saúde, inclusive o problema do subfinanciamento. Ou seja, se a PEC for aprovada aqui, ocorrerá o que a gente tem dito: serão inviabilizados programas fundamentais, como o Mais Médicos, UPAs, Samu, Farmácia Popular, Saúde da Família, Programa Nacional de Imunização, entre outras ações e serviços fundamentais para atender a saúde da população brasileira de forma integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Na assistência social, com a PEC 55, idem. Também, se for aprovada, se for implementada, ela vai implicar diretamente o fim de qualquer possibilidade de ampliação e continuidade dos serviços socioassistenciais. E aí é previsível, sim, de repente, pensar no fechamento de CRAS, que são os Centros de Referência de Assistência Social, e de CREAS, que são os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e unidades de acolhimento para crianças, adolescentes, adultos e idosos, entre outros.

Já na educação, Sr. Presidente, a PEC 55 inviabilizará por completo o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. Por exemplo, para a gente atingir algumas das metas do Plano Nacional de Educação, será necessária a criação de 13,4 milhões de matrículas nas creches, 700 mil na pré-escola, 500 mil no ensino fundamental, 1,6 milhão no ensino médio e cerca de dois milhões no ensino superior público. Ou seja, o Brasil precisa expandir o número de matrículas. É bom lembrar que o próprio Plano Nacional de Educação, condizente com a Constituição Federal, exige uma maior participação financeira da União na oferta educacional, tanto para a construção, como para a manutenção de equipamentos educacionais por meio, inclusive, da política custo/aluno/qualidade.

Sr. Presidente, ontem, inclusive, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) divulgou um relatório de monitoramento das metas do PNE. O PNE foi sancionado em 2014 e vai até 2024, com vigência de dez anos. Pois bem, o que foi que o monitoramento ontem, feito pelo Inep, que é um órgão do Estado brasileiro, Senador Lindbergh, divulgou? Divulgou que, para que nós possamos cumprir as metas do novo Plano Nacional de Educação, são necessários investimentos da ordem de 225 bilhões. Vou repetir: são necessários investimentos na ordem de 225 bilhões, daqui até 2024, para que a gente possa realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação. E aí fica a resposta: como vamos realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação frente a uma proposta de emenda à Constituição que congela, que reduz, que limita os gastos nas áreas sociais a partir de agora pelo período de 20 anos, na medida em que os gastos sociais não podem de maneira alguma ultrapassar o limite da inflação?

E aí, nesse aspecto, quero aqui colocar aos que defendem a PEC 55, inclusive o Sr. Relator, que não adianta fazer todo um esforço para aqui dizer que a PEC não prejudica saúde, não prejudica educação. Prejudica sim, prejudica sim. Quero aqui que expliquem qual é a mágica que eles vão fazer para deixar intacto o novo Plano Nacional de Educação, intacto na medida em que, até 2024, a gente possa assegurar creches para mais 13,8 milhões de crianças, para que a gente possa sair dos atuais 17%, que é a taxa de matrículas hoje dos jovens no acesso ao ensino superior, para 33%.

Que eles expliquem como é que nós vamos triplicar as vagas no ensino profissional tecnológico, chegando a 33%, exatamente em 2024! Que eles expliquem, por exemplo, como ampliar a educação em tempo integral! Que eles expliquem, por exemplo, à luz da PEC 55, que congela os gastos nas áreas sociais, como é que nós vamos avançar, cumprindo as Metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, para equiparar o salário médio do professor ao salário médio das demais categorias com formação equivalente! Porque é inaceitável, num país como o Brasil, o professor com nível superior ganhar em média 45% a menos do que o mesmo profissional que passou pela mesma faculdade, pela mesma universidade e que tem formação equivalente!

Para corrigir essas distorções, essas injustiças, foi que nós criamos o Fundeb, foi que nós criamos a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial do magistério. E, sobretudo, para corrigir essas injustiças, essa infâmia, foi que nós aprovamos o Plano Nacional de Educação – diga-se de passagem, longamente debatido, ao contrário da reforma autoritária do ensino médio que querem enfiar goela abaixo, via uma medida provisória. O Plano Nacional de Educação foi fruto de um longo debate, por mais de quatro anos, e envolveu toda a sociedade, os gestores, os estudantes, toda a comunidade educacional – tanto é que o Plano Nacional de Educação foi referendado à unanimidade pelo Congresso Nacional e sancionado sem vetos pela Presidenta Dilma.

Então, eu quero colocar, Sr. Presidente, que não adianta aqui dizer que educação e saúde não serão áreas prejudicadas. Serão sim! Por quê? Porque, ao limitar os gastos nas áreas sociais ao patamar inflacionário, o que é que vai haver? Vai haver uma redução drástica de recursos para essas áreas. E ainda com um agravante: é que, ao mesmo tempo em que a PEC 55 congela por 20 anos os gastos nas áreas sociais, ela anula por igual período a vinculação constitucional para essas áreas – no caso da educação, um piso mínimo de 18%; e é mínimo, tanto é que, repito, o governo da Presidenta Dilma chegou ao patamar de 23%, e por isso é que se justifica a expansão extraordinária e estratégica para o desenvolvimento da Nação que nós fizemos na educação.

Então, é essa agenda que está ameaçada neste exato momento! Se é verdade o que o Relator diz, que educação não vai ser prejudicada, que saúde não vai ser prejudicada, então por que acabar com a vinculação constitucional para essas áreas? Por quê? Se é verdade que, repito, educação e saúde não serão prejudicadas, então eu pergunto, Senador José Maranhão: por que então acabar com a vinculação constitucional? Aliás, é a única coisa que explica o Governo que aí está, um governo sem voto, um governo fruto de um golpe parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é a única coisa que explica este Governo ter mandado a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição para tratar da questão de reorganização da economia, de controle de gasto. É a única coisa que explica.

Por quê? Porque ele tem que rasgar a Constituição, tem que mudar a Constituição. Isso porque as demais medidas que o Governo alega para controle de gastos, para melhoria de gastos, todas essas outras medidas podem ser feitas via projetos de lei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora Fátima, o que explica é a falência do Estado brasileiro que os governos do PT promoveram. É isso o que explica.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a sua visão, Senador. Falar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

falência do Estado brasileiro é se lembrar do tempo em que o seu Partido governou o País.
(*Manifestação da plateia.*)
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O tempo em que o seu Partido governou o País: explosão...
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, por favor, eu estou...
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, Presidente, por favor. Sr. Presidente, pela ordem.
(*Interrupção do som.*)
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... reiterar-se a lembrança à galeria de que não é permitida a manifestação. Todos são bem-vindos aqui, mas a manifestação, aqui neste plenário e na galeria, é regida pelo Regimento Interno. E aqui quem fala é Senador, que teve voto para falar.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria só um tempinho para concluir, porque eu concedi aqui o...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... encampo inteiramente as palavras de V. Exª, porque realmente o que V. Exª está reclamando aqui é regimental. Os convidados, ou as galerias, se podemos chamar assim, não têm o direito de fazer manifestações.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu queria só...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Isso aqui não é permitido.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... concluir a minha fala, até porque cedi aqui um pequeno aparte ao Senador Aloysio.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não, V. Exª pode continuar e concluir.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu dizia, com todo respeito, que falar em falência é falar do período anterior ao governo do PT, quando o PSDB governou, com explosão da dívida pública, com explosão do desemprego e, além do mais, com o maior sucateamento já imprimido à educação brasileira, principalmente nas universidades.
Então, eu quero concluir, Sr. Presidente, só deixando uma reflexão. Se é verdade que educação e saúde não serão prejudicadas, então fica aqui a nossa conclamação: por que não tirar educação e saúde do projeto? Por que não tirar?
Enfim, Sr. Presidente, parece-nos que está muito claro que, infelizmente, essa proposta de emenda à Constituição vai afetar duramente áreas essenciais para o povo brasileiro, como educação, como saúde, como assistência social.
Aliás, é pensando assim que várias entidades, tendo à frente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, publicaram uma nota. A CNBB coloca claramente que não se pode – em nome de reorganizar a economia, de buscar melhoria e eficiência do controle no gasto público – fazer uma proposta como essa, injusta e seletiva. E seletiva por quê? Porque eles estão exatamente elegendo os mais pobres, que são os que mais precisam das políticas nas áreas sociais fundamentais, como educação, saúde etc., e os trabalhadores para pagarem a conta. Enquanto isso, o andar de cima continua aí livre, leve e solto; para o andar de cima o céu é o limite, na medida em que a proposta de emenda à Constituição não estabelece nenhum condicionamento, nenhum limite no que diz respeito à questão de pagamentos da dívida, desses juros astronômicos.
Mais uma vez, fica a seguinte reflexão: só sobra para os pobres, o chicote só vem em cima do lombo dos mais pobres, dos trabalhadores; para o andar de cima, nada? Nada de fazer o debate aqui sobre o sistema tributário...
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, já se passaram cinco minutos.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... como taxação das grandes fortunas, como taxação dos lucros das grandes empresas, como taxação das grandes heranças etc...
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Também quero falar, Presidente.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero concluir...
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Conclua, Senadora Fátima.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Também quero falar.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, por favor. Eu não sei por que há Senador aqui que fica tão agoniado quando eu falo. Certamente é...
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Porque ela passa do...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque, sem falsa modéstia, as verdades devem incomodar.
(*Intervenções fora do microfone.*)
(*Interrupção do som.*)
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero concluir dizendo aqui o seguinte: por todas essas razões, por considerar que essa PEC não é o remédio adequado, de maneira nenhuma, frente à situação que o País enfrenta, até porque o diagnóstico dela está errado, por considerar que ela é uma proposta de emenda à Constituição...
(*Interrupção do som.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª já ultrapassou o seu tempo – vários tempos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou vendo que há 14 oradores inscritos.
(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, trinta segundos por favor.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pronto.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso, Sr. Presidente, por considerar que é uma PEC que vai promover injustiça e desigualdade, é que nós somos frontalmente contrários à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, apresentada pelo Governo ilegítimo, e votamos a favor do substitutivo aqui apresentado pelo Senador Requião. Por nenhum direito a menos, em defesa da educação, em defesa das políticas sociais, é que nós dizemos "não" à PEC 55.
Obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, já são três dias aqui, no Senado, debatendo a questão do novo regime fiscal.
Sem dúvida alguma, é uma matéria polêmica, mas, diante da situação que o Brasil atravessa atualmente, o Governo tem que adotar medidas corajosas, que demonstrem as suas boas intenções em relação ao equilíbrio fiscal e ao recado que deve dar àqueles que, com medo de investir, não aparecem mais no Brasil. É preciso criar um ambiente de credibilidade e de confiança para que o Brasil retome a trilha do desenvolvimento e possa dar um exemplo marcante de que só gasta aquilo que tem.
É como uma família: a família que não se contém nos seus gastos diários termina atrasando a prestação do apartamento; termina não pagando em dia a mensalidade dos seus filhos; na hora em que precisarem de um tratamento mais especializado num hospital, não têm poupança para cobrir essas despesas que aparecem repentinamente na vida do cidadão. Assim é a Nação, assim é o País, que vinha gastando muito mais do que tinha – nos últimos anos, 6% acima da inflação. Não podia o Brasil dar conta desse recado.
Então, essa despesa pública, Sr. Presidente, está provado, o Brasil não suporta. O atual regime fiscal de leniência, de condescendência com a gastança, na base do improviso, dos interesses políticos e partidários, tem de acabar. Não é apenas a lei de responsabilidade política que vigia os passos dos gestores. É também o seu nível de consciência, de responsabilidade para com os negócios da Nação que vai proporcionar a toda uma sociedade o direito de viver em paz e de obter conquistas com o seu trabalho, garantir o emprego, garantir a previdência, garantir a saúde.
Enfim, de onde provém, de onde se origina a arrecadação? A arrecadação vem dos impostos atualmente existentes, que são cobrados da nossa sociedade, mas a arrecadação só aumenta, Sr. Presidente, se o PIB aumentar, ou seja, se houver crescimento do País. E eu pergunto: existe algum caso no mundo em que o PIB não crescendo ou, ao contrário, diminuindo faça com que a arrecadação aumente? Não existe milagre. Só se houver um estúpido aumento de impostos, o que a sociedade não aceita e nem mais aguenta.
Então, lá na frente, Sr. Presidente, com a significativa melhora da situação fiscal, sem dúvida, nós poderemos aumentar as despesas acima da inflação, poderemos acabar com essa regra de que elas só podem ser corrigidas pela inflação do ano anterior e dizer: "Olhem, nós podemos gastar acima da inflação 2%, 3%" – dependendo da conjuntura daqui a 10 anos. Sabemos: como se trata de uma PEC – e, no Brasil, uma PEC não é imutável, uma emenda constitucional não é imutável, ela só tem limitações –, daqui a algum tempo – está dizendo aqui são vinte anos, mas em dez anos pode-se alterar –, quem sabe, um governo, achando que o Brasil está melhor, possa até, querendo, impor uma mudança naquilo que estamos aprovando.
Em relação à saúde, à educação e às conquistas sociais, que é o que mais me preocupa, não existe nenhum dispositivo que possa conter aquilo que é obrigação do Estado brasileiro e que está na nossa Constituição. Os Estados e Municípios não serão atingidos. Eles já gastam 70%: os Municípios brasileiros já gastam, no somatório das despesas nacionais, 70%, e eles não são atingidos em relação à saúde nem à educação. Em relação à União, há uma obrigatoriedade constitucional que não pode ser subtraída. Está na Constituição: 18% dos gastos da União serão para a educação. Aqui, na PEC, já estão previstos, a partir do próximo, 15% para a saúde no que se refere à União. Agora, os Estados vão continuar gastando 12% de suas receitas líquidas; e os Municípios, 15% de suas receitas líquidas em saúde.
Então, a PEC somente se aplica, volto a repetir, aos gastos do Governo Federal, e não há nenhuma menção ou limitação às despesas de Estados e Municípios com educação, por exemplo. E vale notar que o somatório dos gastos dos Estados e Municípios com educação é mais de três vezes o realizado pela União, quer dizer, os entes subnacionais, Estados e Municípios, gastam, Sr. Presidente, três vezes mais do que a União, e eles não serão atingidos.
Conforme dados do balanço do setor público consolidados, divulgados pelo Tesouro, os gastos com a função educação em 2015 totalizaram R$315 bilhões aproximadamente, 5,3% do PIB. Desse total, a parcela do Governo Federal aplicada na mesma função totalizou R$90 bilhões. Então, vejam: Estados e Municípios gastam com educação R$315 bilhões; e a União, R$90 bilhões. Quer dizer, esse comparativo mostra que 30% do que se gasta no País é representado pela União; e 70%, pelos Estados e Municípios. De modo que não há nenhuma preocupação quanto a isso.
A PEC excepciona do seu limite as complementações – há lá as regras – do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)...
(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... cuja despesa é da ordem de R$12 bilhões por ano, e o salário-educação, que representa uma verba vinculada ao setor.

Também não estão sujeitas ao limite as despesas com o Fies, atualmente no patamar de R$20 bilhões, que constituem despesas financeiras, e também os relativos ao Prouni, que tratam das renúncias tributárias.

Agora eu pergunto: por que tanta preocupação? Vamos colocar o Brasil nos eixos, vamos acabar com a gastança, vamos obter o equilíbrio fiscal. Aí, a vida vai melhorar para todos. O desemprego de 12 milhões de brasileiros é uma vergonha para nossa Nação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sou eu, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Ricardo Ferraço – os mais velhos primeiro!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª permutou com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, peço desculpa ao Senador Magno Malta; quem está na vez é o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu acho que nós precisamos fazer um reparo em relação às inverdades, porque aqui foram ditas coisas que são mais falsas que nota de R$3,00. A mais ostensiva delas é que essa matéria é inconstitucional.

Ora, Sr. Presidente, essa matéria já foi levada ao Supremo Tribunal Federal em Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 34.448, assinado pela Deputada Jandira Feghali, aliada da Senadora Vanessa Grazziotin e de um conjunto de Parlamentares que trabalharam ostensivamente para que o Brasil estivesse mergulhado na mais profunda e complexa crise política, econômica e moral a que este País já assistiu.

Qual foi a manifestação de S. Exª, o Ministro Roberto Barroso, sobre a manifestação de que essa proposta seria inconstitucional?

> Por significarem severa restrição ao poder das maiorias de governarem, cláusulas pétreas devem ser interpretadas de maneira estrita e parcimoniosa. Não há, na hipótese aqui apreciada, evidência suficiente de vulneração aos mandamentos constitucionais da separação de Poderes, do voto direto, secreto, universal e periódico e dos direitos e garantias individuais.

Vai além S. Exª, o Ministro Barroso: "A responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis, e não tem ideologia."

O Ministro Barroso, em manifestação aprofundada, consagra, Sr. Presidente:

> Como escrevi recentemente em texto doutrinário, o debate sobre o tamanho do Estado e sobre o limite de gastos públicos é inadiável. O Estado no Brasil ficou grande demais e a sociedade já não consegue sustentá-lo. Trata-se de uma estrutura cara, inchada e que presta serviços deficientes. Em 2015, aproximadamente 4% do PIB foi gasto com folha de pagamentos do funcionalismo público. Some-se a este valor as necessidades de custeio [...] e quase nada sobra para investimento. Como os servidores, como regra geral, têm estabilidade, não há como reduzir quadros. Não bastasse, a folha de pagamentos tem um aumento vegetativo decorrente de adicionais de tempo de serviço, promoções e reposições de aposentados. No momento atual [...].

Isso não sou eu que estou falando, foi o Ministro Barroso que julgou a inconsistência do pedido de inconstitucionalidade. E aí eu vou pedir perdão ao Senador Requião: entre os seus fundamentos jurídicos e os do Ministro Barroso, eu vou ficar com os fundamentos do Ministro Barroso. Considero que eles são mais consistentes, a meu juízo, sem ofensa nenhuma ao meu colega Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Está sem juízo, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas vai adiante o Ministro Barroso:

> Não bastasse, a folha de pagamentos tem um aumento vegetativo decorrente de adicionais de tempo de serviço, promoções e reposição de aposentados. No momento atual, diversos Estados da Federação já estão atrasando salários. Nessa matéria, há uma bomba-relógio armada.
>
> As dificuldades do momento poderão ter o condão de transformar o Orçamento Público em uma instância mais importante e mais transparente da democracia brasileira.
>
> [Conclui o Ministro Barroso, esse, sim, homem do Direito.] E porque em uma democracia nenhum tema é tabu, o próprio custo do Poder Judiciário – que inclui, além de juízes e tribunais, também as funções essenciais à Justiça – está sujeito a debate e reflexão. Estudo do Conselho Nacional de Justiça revelou que, em 2008, o orçamento destinado ao Judiciário correspondeu a 1,46% do PIB, enquanto, no mesmo período, a média obtida da comparação entre 38 países da Europa foi de 0,18% do PIB. Também esses números devem estar sujeitos à discussão [constante e permanente] e à justificação adequada.
>
> [E conclui.] Diante do exposto [dos fundamentos que querem consagrar ou concluir que essa proposta é inconstitucional] [...], indefiro o pedido de liminar.

Sr. Presidente, o tempo não é capaz – muito menos se as palavras são escritas –, o tempo não é capaz de apagar, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tempo revela as contradições, Sr. Presidente, e as escolhas equivocadas que mergulharam o nosso País nesta dramática crise.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, Sr. Presidente, de 2005, revela um debate entre o Ministro Palocci, o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e a então gerentona, Chefe da Casa Civil, Presidente afastada Dilma Rousseff. E qual foi o tom desse debate, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores?

> Mas a Ministra Dilma Rousseff não teve o mesmo cuidado ao atirar sem piedade na proposta de um plano de ajuste fiscal de longo prazo que vinha sendo elaborado pela equipe econômica. [...] Embora coordenado pelo então Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo [...].

E não está aqui a Senadora Gleisi Hoffmann. Seria bom que ela estivesse, porque, quando Paulo Bernardo foi Ministro do Planejamento, lá em 2005, apresentou um plano que tem assinatura do Ministro Palocci, que já havia afirmado, em discussão em uma assembleia do PT, que o ideal seria que tivéssemos um superávit fiscal de 4,25 pelos próximos dez anos, Sr. Presidente. Isso foi o PT que propôs em 2005, e não propôs incorretamente; propôs corretamente, porque, se isso tivesse sido feito naquele tempo, nós não estaríamos mergulhados nesta conjuntura que hoje estamos atravessando; nós não teríamos 12 milhões de desempregados, não teríamos 5 milhões de brasileiros subempregados, não teríamos mais 6 milhões de brasileiros que não vão sequer ao mercado de trabalho, porque não encontram oportunidade de trabalho. Da força de trabalho do nosso País, de 103 milhões, mais de 20 milhões não conseguem oportunidade para levar dignidade para suas famílias.

Esse foi o contexto dessa proposta e desse debate feito em 2005, quando o Ministro Paulo Bernardo quis implantar um plano de ajuste fiscal, porque, já naquela época, se percebiam as deformações do setor público brasileiro, invadindo sem piedade as riquezas que são produzidas pelo trabalhador e pelo empreendedor brasileiro.

Muito bem, Sr. Presidente. Há 15 anos, o setor público representava 10% do Produto Interno Bruto; hoje, representa 20% do Produto Interno Bruto. E aí não estamos considerando o peso do setor público dos Estados e Municípios. Se considerarmos, esse peso sobe de 20% para 36%. E se consideramos os juros, porque nunca se pagaram tantos juros neste País, nunca se transferiram tantos juros para o setor financeiro em nosso País como foi feito no governo do PT, da ex-Presidente Dilma... Em 2015, este País e os trabalhadores brasileiros pagaram mais de R$500 bilhões de juros.

Agora, tenha paciência! Ouvir o que estamos ouvindo aqui de todos e tantas, com caras de paisagens e mona lisas, como se não tivessem responsabilidade com essa tragédia construída com requinte de sofisticação contra o povo brasileiro? Isso não é possível, Sr, Presidente. E nós precisamos, portanto, fazer um reparo das verdades que precisam ser ditas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É claro que esse projeto não é causa, ele é consequência, como eu disse ontem. É claro que ele não é o pecado, o pecado são os crimes que foram cometidos contra o povo brasileiro nos últimos anos. Esse projeto é a penitência ou, como diz o Senador Magno Malta, é o boldo que está sangrando no coração e no fígado dos brasileiros, que foram traídos pelo governo que mergulhou o nosso País na crise mais complexa. Muito mais que fazer luta política, o responsável e o adequado seriam que eles tivessem a capacidade de admitir os seus pecados e de parar de fazer luta política, pensando, pelo menos uma vez na vida, no interesse do povo brasileiro.

Da minha manifestação, por convicção, Sr. Presidente, acho que nós precisamos ir adiante. Nós precisamos colocar um fim na gastança pública, porque político e gestor público não têm o direito de fazer com o dinheiro público aquilo que bem entendem, porque o setor público no Brasil – falei ontem e vou reafirmar agora, Senador Requião – não é casa da mãe joana. Esses mesmos políticos e gestores não tratam de maneira temerária os seus recursos, como querem tratar os recursos públicos. É disso que se trata. É por isso que nós estamos aqui neste esforço extraordinário para reconstruirmos este País que foi legado aos escombros ao povo brasileiro.

É a minha manifestação, agradecendo a condescendência de V. Exª e os aplausos do Senador Roberto Requião, que enxerga na minha manifestação as verdades que precisam ser ditas e ouvidas, queira ele ou não.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Aplausos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Aplausos pelo desempenho, não pelo conteúdo, que foi pobre.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, nenhum número, só um discurso vazio. Quero ver em números! Quero ver, em números, comparar a crise de agora com a crise de Fernando Henrique. Números!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não adianta ficar nervosa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não estou nervosa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não adianta ficar nervosa porque são os dados da vida real.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nervoso está o senhor, Senador. Eu estou muito calma, muito tranquila. Nervosos estão o senhor e seus aliados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª já teve oportunidade de falar e, por sinal, excedeu o seu tempo, e esta Presidência, compreensivelmente, admitiu. Agora vamos respeitar o próximo orador inscrito, que é o Senador Magno Malta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu agradeci muito a V. Exª, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu respeito tudo o que foi dito aqui contrariamente à PEC, como devoto o meu respeito a tudo o que foi dito a favor da PEC. Uns têm mais conteúdo; outros não. Uns são doutores, passaram por uma universidade, têm boas assessorias, que pesquisam bem e trazem muitos números. Eles precisam ser respeitados, porque têm boa assessoria. Outros já não têm o mesmo volume de conhecimento, mas são Senadores da mesma forma, vieram para cá pela via do voto, não foram CC5 de Dilma e muito menos de Temer.

Eu faço o meu discurso como quero fazer e escuto o dos outros como eles o fizeram. Com isso, eu faço o meu registro do desrespeito ao Senador Ricardo Ferraço, que é do meu Estado e que tem todo o direito – como qualquer outro cidadão que vive as mazelas impostas por esse governo perdulário, que foi colocado para fora e enxotado pelo processo eleitoral pela porta do fundo, pelas desgraças que provocou neste País –, em nome dos capixabas do Brasil, de falar do seu sentimento e dos números que lhe convierem para defender as suas convicções.

Sr. Presidente, eu respeito até quem é contra a PEC. Respeito porque eles nunca chegaram ao poder. Só respeito porque eles nunca governaram e estão fazendo um discurso para chegar ao poder. Eles estão vivendo no país de Alice, no fantástico mundo de Bob.

Sr. Presidente, eu não fiz perguntas ontem na audiência pública, porque, quando entrei na audiência pública...

Se a Senadora Vanessa me deixar falar, eu falo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu peço desculpas, mas todos aqui são testemunhas de que fui procurada por uma servidora que pediu para eu assinar a lista de presença para instalar comissão de medida provisória.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou em uma comissão. Como posso assinar presença na outra comissão, Sr. Presidente? Então, eu lamento. Não é culpa minha. Eu peço desculpas a V. Exª, mas não é culpa minha. Eu fui procurada por uma servidora da Casa para assinar presença em uma comissão de medida provisória, Senador Aloysio. Como eu posso assinar presença em uma comissão em que não estou? Eu estou nesta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com um agravante, Presidente: nós já tivemos cancelamento de sessão ordinária de medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu entendo que V. Exª possa ser procurada por qualquer pessoa. Só não entendo V. Exª interromper o orador que está na tribuna.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não o interrompi. Eu não sou mal-educada. Conversei com ela e expliquei por que eu não ia assinar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, eu só usei o mesmo método de Requião. Requião é mal-educado? Eu usei o mesmo método que ele usou pela manhã. Ele é mal-educado?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu já lhe pedi desculpas. Não fui eu que provoquei isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O senhor, por favor, reponha meu tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – E eu já lhe pedi desculpas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E eu já aceitei suas desculpas. Aceito e lhe desculpo, em nome de Jesus. Fique calada agora. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ficar calada não, Senador, aí não dá. Tenha paciência! Nós estamos tratando dentro do limite da educação, da boa convivência. Ficar calada? Não! Nem meu pai nunca mandou que eu ficasse calada, porque me tratou e me criou com educação. Eu não acredito que seu pai tenha mandado o senhor se calar algumas vezes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu falei agora, depois a senhora fala. É só agora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª será compensado pelo tempo perdido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eles disseram que essa PEC é puramente ideológica. Este País foi governado 13 anos por um grupo de ideológicos, e os economistas que aqui vieram são ideológicos. Isso é política. Aquilo que você pensa e que você defende você não pode negar que é ideologia. Ideologia é sua crença, está embutida nos ideais, no seu foco, e o foco ideológico do PT...

Parece que eles nunca governaram o País e que eles estão fora do poder há 20 anos! Eles estão propondo, no discurso deles, a saída para o grande e grave problema do Brasil. Ora, eles tiveram 13 anos para taxar as grandes fortunas, 13 anos! Por que não o fizeram? Não fizeram isso porque se tornaram amigos das grandes fortunas. As grandes fortunas hoje estão em Curitiba e estão presas: Odebrecht – o *tsunami*, que Deus nos acuda! Eu só sei de uma coisa sobre a Odebrecht: meu nome não está lá, disso eu sei. Que Deus nos acuda! Lá está OAS, Queiroz Galvão! Em vez de taxar, eles ficaram amigos. Eles têm a solução para a saída desse caos financeiro que nos desmoralizou mundo agora? Têm a saída? Como, se botaram R$15 bilhões no BNDES e começaram a perdoar dívida de autoritários e ditadores da África, levando o dinheiro do BNDES para que 30% disso voltassem via obra para esses partidos ideológicos? Não é fala minha, não é invenção minha, não estou viajando na maionese! Existem instituições sólidas, instituições investigando e que chegaram aos números. E chegaram tanto...

O Palocci, que foi tão citado aqui – o cortejado e respeitado Ministro da Fazenda, Ministro da Casa Civil –, está preso em Curitiba e, só num banco em Miami, tem 1,2 bilhão – um médico sanitarista! Mas eles têm solução para sair desse buraco, e eles estão propondo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu tenho dito por aí: onde nós chegamos nesses 13 anos, nesse processo de desmoralização? É verdade que, no começo do Governo Lula, pôde-se fazer a chamada inclusão social, mas não nos esqueçamos de que um é o que semeia e o outro é o que ceifa. Não se pode esconder que o Governo Fernando Henrique Cardoso deu os fundamentos da economia brasileira e, quando Lula assumiu, a economia tinha fundamento, já havia respeito internacional, para que pudéssemos solidificar por aquele momento e, naquele momento, acontecerem as inclusões sociais.

Eles se comportam, Sr. Presidente, como assaltante de banco, que, quando faz o assalto, pega o refém lá dentro e põe o refém na frente dele para poder se livrar do seu crime diante da polícia. Agora eles continuam tentando colocar à frente deles os pobres. Eles estão preocupados com os pobres. Não têm que se preocupar com os pobres, porque o Brasil não tem pobre: o Brasil tem 13 milhões da elite desempregados, o Brasil tem 500 ricos sendo desempregados por hora. Essa elite, esses ricos que eles defendem tanto deram uma ordem a eles, ordem unida, no dia das eleições: mandou que eles saíssem pela porta dos fundos. E cada um que faz discurso diz: "Olhe, o povo não vai aceitar isso!" Ei, ei, ei! Qual povo? Qual povo? Esse povo que enxotou vocês no processo eleitoral? De qual povo vocês estão falando? Ou nós somos todos ETs, moramos em Marte, não sabemos onde estamos?

Nós estamos mergulhados em um caos, em uma desgraça imposta por esses ideológicos, com sua ideologia do novo, da matemática e da contabilidade criativa e da nova matriz econômica do País. A nova matriz econômica não foi criada pelo Levy não. Foi criada pelo Mantega e seu assessor, que depois virou Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento. Esse é o gênio da nova matriz econômica, que nos colocou nesse fosso, nesse buraco.

O Brasil é um cidadão enfermo, quase que entrando com todos os órgãos em estado de falência, vivendo um pós-operatório difícil, a figura de quando você abusa do seu fígado bebendo, comendo torresmo, saindo por aí, pastel de rodoviária dormido. Aliás, o PT para mim parece coxinha de rodoviária: perigoso. O fígado incha, dá dor de cabeça. Se o cara não tomar boldo... Mãe falava: "Faz logo um chá de boldo para esse menino; dá um chá de boldo." E o boldo amarga, aí vomita, põe o podre para fora e cura o fígado.

Mas este paisinho nosso é um fígado inchado, doente. E esses ideológicos, que têm solução e saída para tudo, tomaram uma sova, uma coça desses pobres que eles tanto defendem, para os quais eles têm a saída e a solução. E eles estão revoltados agora, eles estão revoltados. Os governantes capazes – da nova matriz econômica – estão revoltados agora, porque Donald Trump ganhou nos Estados Unidos. Estão revoltados. O mundo parou.

Nesta madrugada, os artistas se manifestaram nas redes sociais: "A América está de luto". Eu falei: "Ué, esses artistas são iguais aos nossos daqui." Será que lá também tem Lei Rouanet? Acho que tem, não tem? Tudo revoltado! Os abortistas estão arrancando os cabelos. Aqueles que lutam pela legalização da maconha estão arrancando os cabelos. É! Aqueles... Aliás, aqui vai meu respeito, porque cada qual faz da sua vida o que quer; a regra da boa convivência é o respeito. Aqueles que adoram o casamento guei estão revoltados com ele. Ora, o Trump tem três coisas que me fazem lembrar de Lula: eu ouvi na televisão que o Trump não bebe, não fuma e mora em um triplex – o outro tem um triplex, bebe e fuma.

Essa PEC é um chá de boldo, amargo, mas necessária é.

Encerro a minha fala dizendo que outra PEC é necessária. Que se juntem os três Poderes, Judiciário, Legislativo e Executivo, pois vou levar por escrito a minha proposta a eles: uma PEC que reduza pela metade o salário de Judiciário, de Legislativo e de Executivo, num teto de R$15 mil, por 20 anos também, para que nós participemos do sacrifício coletivamente – coletivamente! E, se não fizermos esse sacrifício, desse buraco nós não sairemos.

Vivam os números, vivam as teorias, vivam as ideologias! Que sejam respeitados aqueles que sabem citar muitos números, mas que se respeite também àqueles que não conhecem os números, mas conhecem os desempregados; àqueles que sabem ler placas de aluga-se, vende-se, vende-se, aluga-se, não tem vaga, desemprego, demitindo, demitindo, demitindo, demitindo, demitindo, não tem vaga, aluga-se, aluga-se, aluga-se, aluga-se, demitindo, demitindo, demitindo, não tem vaga, construção parada... Isso não é número? Mamãe, me acode! Morde aqui para ver se sai leite. Besta eu não sou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero começar registrando que todos nós, ao longo... (*Pausa.*)

Vou esperar a conferência, Sr. Presidente, depois eu inicio. Obrigado.

Sr. Presidente, todos nós aprendemos que se deve constitucionalizar todas as matérias que tratam dos setores mais frágeis de uma sociedade. É por isso que o Constituinte de 1988 vinculou recursos para os fundos constitucionais das nossas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque são as regiões mais pobres de um país continental. Foi por isso que o Constituinte de 1988 vinculou recursos para os fundos estaduais e municipais, o FPE e o FPM, com tratamento diferenciado para os Municípios mais pobres e para os Estados mais pobres, porque eles precisam mais. E foi nessa visão que o Capítulo da Seguridade Social foi construído para a saúde, para a educação e para a previdência social e assistência social. Esses são os grandes fundamentos da Constituição de 1988, em razão dos quais todos aqueles que veneram Ulysses Guimarães a consideram como a Constituição cidadã.

O que está fazendo esta emenda constitucional é desconstitucionalizar parte dessas matérias que o Constituinte de 1988 aprovou para proteger os tecidos mais pobres do Estado nacional. Aqui nós estamos desconstitucionalizando, estamos suspendendo por 20 anos o art. 212, que obriga o investimento mínimo de 18% dos impostos federais em educação. Se nós examinarmos a matéria, veremos que as Disposições Transitórias suspendem os efeitos desse artigo. Essa emenda constitucional também suspende os efeitos do art. 198, que vincula 15% da receita corrente líquida à saúde brasileira.

Por isso, quero parabenizar o Senador Roberto Requião pela qualidade do seu voto em separado, pela forma como aborda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o assunto. O Supremo Tribunal Federal, em liminar de mandado de segurança, concedeu auxílio-moradia para si próprio, sem haver lei para isso. Isso nos permite compreender o porquê de parte do caos que nós vivemos hoje. E registro que está há dois anos com essa liminar que concede auxílio-moradia a quem tem casa na cidade em que trabalha sem levar ao Pleno do Supremo Tribunal Federal. Esse é o mesmo Supremo que deu essa liminar. Estou comparando porque aqui é um gasto desnecessário, porque quem tem moradia não pode ter auxílio-moradia. Por isso, temos de tratar dessas matérias com toda seriedade e sem qualquer posição fundamentalista, como alguns aqui querem fazer.

Quero adiantar que o Plano Nacional de Educação foi uma das coisas mais bem construídas nos últimos 20 anos. Tivemos o primeiro Plano Nacional de Educação, que previa o investimento de 7%.

Por conta das dificuldades, ele foi vetado no final dos anos 90. Estamos agora em plena vigência do segundo Plano Nacional de Educação, que determina que até 2023 nós deveríamos investir 10% do Produto Interno Bruto na educação brasileira. Este Plano não se viabiliza com esta PEC, porque ela está congelando os valores em 7,1% dos gastos gerais em educação no Brasil, que são os números de 2016. Portanto, o piso nacional dos professores, que tem regra diferenciada e mais vantajosa do que a inflação, não poderá ser cumprido e nós queremos que ele tenha essa mesma remuneração.

Lá no meu Estado do Ceará e no Estado do Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão, sabem que até 2007 o pagamento do salário na maioria dos Municípios aos professores era de meio salário mínimo, hoje, é de R$2.150, fruto de uma política que tem clareza de que um país só sai de qualquer crise e só se desenvolve se investir em educação. Esta PEC impede os investimentos reais que nós estávamos fazendo em educação.

Nós também temos clareza de que um país que tem a quinta população do Planeta e que precisa diminuir as desigualdades entre os maiores salários e os menores salários só consegue isso se der ganho real ao salário mínimo.

É por isso que nós resolvemos aprovar no Parlamento uma regra com o voto de todos nós de que este salário mínimo tinha inflação e mais o crescimento da riqueza nacional. Este processo de 2003 a 2014 permitiu um crescimento real de 78%. Em 2003, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo, de 2003 a 2014, nós geramos 20,8 milhões de empregos a mais, emprego de verdade, com carteira assinada, emprego para toda a sociedade brasileira, e chegamos ao pleno emprego porque ele era abaixo de 5%. Agora, é verdade, sim, que com a pauta bomba de 2015, de 2016, inviabilizamos a economia brasileira por conta de um impasse político, por conta de uma visão de um segmento da sociedade que entendia que não se deveria investir 10% do Produto Interno Bruto na educação brasileira. Um segmento da sociedade que entendia e entende que não se deve oferecer SUS e saúde pública para todos, os mesmos que combateram o Mais Médicos aqui, neste plenário, quando nós discutíamos a aprovação do Mais Médicos no Brasil, com o pagamento por parte da União, porque os Municípios e os Estados não tinham como pagar o Mais Médicos, esses votaram contra, mas são esses que estão hoje apoiando e aprovando esta Proposta de Emenda à Constituição nº 55.

Viemos a este debate para discutir a importância das escolas técnicas federais, e nós construímos 580 escolas técnicas na gestão do Partido dos Trabalhadores. Mas essas pessoas são as mesmas que nos anos 90 editaram um decreto proibindo a União de criar e instalar escolas técnicas federais. Esse decreto foi revogado.

Se nós pararmos hoje para analisar, quem trouxe a taxa de juros Selic para 7,25%, em 2012 – na época, os mesmos diziam que essa taxa Selic precisava voltar a crescer, com forte apoio de setor da imprensa –, são os que hoje estão aprovando esta PEC sem tratar um milímetro da taxa de juros.

Sou daqueles que entendem que o capital precisa de remuneração, mas uma remuneração compatível com a realidade de uma nação e do mundo. No mundo, a segunda maior taxa real de juros é a da Rússia, de 2,8%. Aqui, lamentavelmente, não há uma vírgula sobre a taxa de juros nem sobre o lucro desse setor, que é o que efetivamente impacta a economia primária. Na nossa economia, nós fizemos, de 2003 a 2013, um superávit primário, em média, de 3%, e entendemos que nesta matéria é preciso haver superávit primário em qualquer economia e na nossa, mas é preciso também ter clareza de que a saída da crise não passa somente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... pela parte de redução de custos, passa também pelos investimentos e pelo poder de compra. Todos nós sabemos que nem o empresário bota o seu dinheiro se ele não tiver certeza de que naquela economia ele vai vender os seus produtos. E quando você reduz salários, corta investimentos, inviabiliza o Estado, não há, por parte do espírito animal – como Delfim Netto sempre chamou –, empresário que venha investir. Por isso que entendemos que é preciso uma outra construção. Estamos apresentando esta contribuição. Ela é perfeita? De forma alguma. O que nós queremos dizer é que pelos mesmos erros que nós cometemos ao enfrentar a crise, em 1998, que levou o Brasil a quebrar três vezes, indo ao Fundo Monetário Internacional, é que precisamos refletir mais sobre esse tema.

Sou daqueles que aprenderam que a crise tem n saídas, desde que esse povo seja capaz de construir consensos mínimos. Não é dessa forma que se constroem consensos mínimos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Concedo a palavra, atendendo à ordem dos inscritos, a S. Exª a Senadora Lídice da Mata.

A palavra é de V. Exª pelo tempo regimental.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou começar tratado do tema de saúde e educação. E quero tratá-lo rigorosamente nos números, porque os números não têm ideologia, ideologia tenho eu, tem o Presidente que está dirigindo a Mesa, têm os outros Senadores que estão chegando aqui, têm os economistas que estavam ontem e que foram muito sinceros, os quatro, em reconhecer que cada um deles defende um ponto de vista a partir da sua formação, ideia e ideologia.

Então, é preciso tirar e mesmo não querer intimidar as pessoas ao falar, acusando-as de posicionamento ideológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu tenho o meu e não modifico. Já vi muita gente mudando o seu posicionamento ao longo dos meus 32 anos de vida pública, mas cada qual tem o direito de fazer o que quer com a sua vida e com a sua ideia.

Eu quero apenas chamar a atenção de dois pontos de vista, um que diz que não se faz nenhuma mudança e nenhuma perda na saúde e na educação. Primeiro, é estranho esse raciocínio, porque são justamente as duas mudanças constitucionais que são feitas nessa PEC. Nenhum outro aspecto da PEC precisa de medida constitucional; somente o cálculo da mudança constitucional da saúde e educação. É por isso que é uma PEC. E se trata justamente da mudança na saúde.

A mudança na saúde, de acordo com os dados propostos para 2017, o mínimo da saúde, pela proposta vinda da Câmara dos Deputados, do Perondi, depende da evolução da receita, porque estamos tratando das Receitas Correntes Líquidas. Portanto, a previsão estimada de receita, que é bastante valorizada no projeto, é sair de uma receita, em 2016, de R$684 milhões e fração para, no orçamento de 2017, R$758 milhões e fração. Sendo assim, mantendo os mesmos 15% da Receita Corrente Líquida em 2017, os gastos com as ações de serviços públicos de saúde já alcançam 113%, R$3 milhões acima do que está previsto para 2016.

A continuidade dos gastos...o Governo mandou, agora na Lei Orçamentária, já incluindo as emendas impositivas de Deputados e Senadores, como valor das ações de serviço público de saúde, R$110,2 bilhões. Esse valor é relativamente superior aos R$108 bilhões que teríamos caso a Receita Corrente Líquida crescesse apenas 6%, inferior ao que seria caso a Receita Corrente Líquida crescesse 10,8%, como está suposto no PLOA de 2017. No entanto, esse valor já é idêntico ao da evolução dos gastos efetivos de 2016, acrescidos da inflação de 2016. Os gastos de 2016 são R$102,8 bilhões, com o acréscimo inflacionário de 7,2%, dá R$110 bilhões em 2016.

Portanto, se fizermos apenas o cálculo, vocês podem acompanhar e ver que, pelo cenário do Governo, em 2017, o gasto seria de R$113,7 bilhões, o que dá 15%; em 2018, cai para 14,6%; em 2019, 14,2%; em 2020, 13,8%, chegando, em 2028, que é quando acaba a validade da PEC, a 11% dos gastos em saúde. Portanto, não é verdade dizer que não vamos ter redução dos gastos em saúde.

Vamos para a educação, que é calculada nos 18% da receita líquida de impostos, Em dez anos, de 18%, passará para 13,7% da receita líquida dos impostos. Retirando 2016 e 2017, que estão preservados pelo Presidente Temer, que é o prazo em que ele está no Governo, a partir daí, o cenário da PEC indica R$52 bilhões, o que corresponde a 17,6%, enquanto no atual limite constitucional ficaria em R$53,4 bilhões. Em 2019, a previsão de R$54,4 bilhões, 17,2%, contra R$56,9 bilhões. E assim vamos até 2028, quando a previsão da PEC 241 será de gasto com educação de R$80,8 bilhões, o que significará 3,7%, contra os R$106,4 bilhões, que é o que está previsto hoje. Portanto, há, sim, redução no gasto com educação e com saúde.

Não faço juízo de valor de quem defende isso. Digo apenas que precisa ser sincero e não fazer uma coisa dizendo que não está fazendo. A PEC é recessiva e corta gastos em saúde e educação ao longo do tempo, mas pode ser um caminho para quem quer defender esse caminho e abrir as portas para que o capital, inclusive estrangeiro, possa crescer o setor privado de educação no País e de saúde também. Esse é o caminho que alguns defendem e têm o direito de defender. Não é o caminho que eu defendo! O caminho que eu defendo é a manutenção da Constituição de 1988.

E ontem ficou muito claro, quando o representante do Ministério do Planejamento, o Dr. Samuel, disse aqui que a Constituição de 1988...

Sr. Presidente, peço que V. Exª garanta a minha palavra. Sei que o Senador Romero Jucá é mais importante do que todos nós, e eu o admiro muito, Líder do Governo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... mas, quando ele chega, fazendo zoada, impede os outros de falarem e serem ouvidos.

Mesmo que eu não tenha a importância do Senador Romero Jucá, às vezes, quem está na televisão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra assegurada. Peço silêncio para ouvirmos atentamente a oradora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... pode me ouvir, porque lá no interior da Bahia o povo diz que, quando um burro fala, o outro baixa a orelha. É assim.

Muita gente acha que tudo o que os outros falam é chato, que só serve o que ele próprio está falando, porque sua intolerância de pensamento é incapaz de respeitar o pensamento alheio. Por isso, ouço a todos com muita calma; cada um de nós tem um fundamento naquilo em que acredita. Eu acredito que a Constituição de 1988 foi o pacto social que garantiu ao Brasil a possibilidade de formação de um Estado de bem-estar social, com a participação destacada do partido de V. Exªs, o PMDB. E esse pacto está sendo rompido no Governo de Temer.

Inicia esse rompimento – e eles foram claros em dizer que era apenas o início – com essa PEC.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que é um remédio mais que amargo, que é um remédio incorreto para tratar a situação da crise econômica que enfrentamos, é um remédio que trará recessão, é um remédio que não vai gerar novas receitas, é um remédio que vai diminuir o gasto em saúde e educação, é um remédio que vai exigir imediatamente a reforma da Previdência para cortar, para aumentar a idade das mulheres, que hoje se aposentam aos 60 anos, para 65 anos; que vai usar e buscar a contribuição para a Previdência naqueles que hoje recebem o salário mínimo.

Está em todos os jornais. É uma reforma que vai vir também para garantir a reforma trabalhista, para garantir o negociado sobre aquilo que é a lei, o legislado, porque esse é o pensamento de alguns que estão aqui, E têm o direito de pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

isso, só não têm o direito de mentir para o povo, de dizer que estão fazendo uma coisa que não estão fazendo, não têm o direito de dizer que estão garantindo os gastos em educação e saúde, porque isso é mentira, já que os números desmentem o que estão dizendo.

Assumam o seu posicionamento, assumam com honestidade, assumam com sinceridade, porque ninguém haverá de condená-los. Haverá, sim, de, no futuro, cobrar-lhes a conta daquilo que o povo brasileiro, como direito, perdeu. Mas, vir aqui afirmar uma coisa que os números contrariam, aí não dá! A ideologia de cada um eu respeito. Respeito os que me chamam de madame, como me disseram ontem, porque, como eu disse, madame é respeito, e de respeito eu gosto. Minha mãe já dizia isto: respeito é algo que não se deve transigir.

Agora, vir aqui para, em nome dos números que estão sendo apresentados, dizer que não há mudança, não é verdade. Se não houvesse mudança, não precisaria de PEC.

O que está sendo debatido não é se a PEC é ou não daquela ideologia; o que estamos debatendo é se o caminho é aquele que pode tirar o Pais da crise ou se apenas vai aprofundá-la. E vamos respeitar, portanto, aqueles que admitem que é possível sair da crise sem necessariamente cortar os gastos da saúde, cortar os gastos da educação, levar o povo brasileiro a perder os direitos que a Constituição de 1988 lhe reservou.

Peço ao PMDB que não jogue a sua história no lixo, assumindo o coração e as proposta de um partido que não é o seu e que está lhe impondo, à frente da Presidência da República, um receituário que é do PSDB para que o PMDB possa cumprir. Em 2018 não será o PMDB o herdeiro dos benefícios eventuais – se houver, porque não haverá – desse processo.

Portanto, aos peemedebistas históricos ainda apelo para que tenham consideração à sua história, à história do seu partido, que trouxe para o Brasil, que fez a Constituição brasileira, a Constituição de Ulysses Guimarães, de Renato Archer, de tantos brasileiros que, no PMDB, acreditavam em um pacto social que pudesse fazer com que crescesse a economia e que pudéssemos ter um empresariado nacional vigoroso.

Vem aí também a venda dos terrenos do Brasil, porque isso está inserido no pacote que está sendo discutido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar ser rápida e otimista.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela audiência pública de ontem, que foi uma audiência pública muito importante, porque nos deu a oportunidade de assistir ao contraditório. É muito importante que a gente valorize as opiniões, mesmo que sejam divergentes das nossas. E é importante dizer, neste momento, que o nosso Relator, Senador Eunício de Oliveira, merece os nossos aplausos, os nossos cumprimentos pelo seu trabalho.

Mas eu gostaria de dizer, diferentemente do que foi colocado aqui, que essa PEC não é um pecado; ela é uma penitência. E, para que ela seja uma penitência, não podemos deixar de lado o que está acontecendo agora no País. Todos os que me antecederam e que defendem a expansão do gasto público como forma de resolver o problema que estamos vivendo não levam em conta a situação atual, partem sempre do período de bonança, quando havia o bum das *commodities*, quando o País crescia e estava tudo muito bem. Não partem eles, todavia, do princípio de que estamos convivendo hoje com 12 milhões de desempregados, que nós estamos convivendo com a retração da economia, uma retração nunca vista na história do País, e que nós estamos vivendo uma situação totalmente diferente da que nós vivemos há 10 anos.

Portanto, essa PEC, como eu disse aqui, é uma alternativa, e uma alternativa muito importante, Sr. Presidente, porque vai nos dar a oportunidade de rever os métodos com os quais nós lidamos com o Orçamento da União; ela vai dar racionalidade ao Orçamento.

Muitos que defendem aqui a tese de que haverá uma retração na saúde e na educação se esquecem de ver que nós estamos convivendo – e pude ver isso nas eleições municipais – com Municípios, pequenos Municípios, às vezes de três mil habitantes, com uma creche situada a 10km da sua sede, sem que haja demanda para aquela creche, uma creche no valor de R$2 milhões. Se nós pegarmos o FGTS, que é um recurso do trabalhador, subsidiado, e vermos a situação do saneamento básico no País, nós vamos entender que essa PEC é uma necessidade para mudar a cultura pela qual nós enfrentamos a questão do Orçamento público.

Portanto, eu quero aqui manifestar a minha aprovação à PEC...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... e dizer que, com ela, eu tenho muita esperança de que o País vai buscar a austeridade fiscal...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço, mais uma vez, silêncio aos presentes, para podermos ouvir a oradora que está na tribuna.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com essa PEC, nós vamos rever a nossa cultura em relação aos gastos públicos, nós vamos buscar racionalizar o emprego do dinheiro público e vamos, sem dúvida, fazer com que este País diminua as desigualdades com as quais estamos convivendo.

Eu não tenho nenhum receio, embora tenha sido Secretária Nacional de Assistência Social, de que essa PEC venha a prejudicar o social. Pelo contrário; ela vem para garantir as conquistas que nós obtivemos ao longo do tempo.

Portanto, o meu voto é favorável, e quero dizer da minha alegria em ver que, pela primeira vez, esta Casa enfrenta uma situação que precisava ter sido enfrentada bem lá no passado, ou seja, essa racionalização dos orçamentos.

Eu diria que essa PEC não é a PEC da maldade; é a PEC da moralização no emprego dos recursos públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, eminente Relator, Srªs e Srs. Senadores, diziam-me que o *impeachment* iria resolver a crise. Eu duvidava que nós pudéssemos resolver a crise aprofundando, acirrando a disputa política. O *impeachment* aconteceu e a crise nos parece se aprofundar.

Agora, eu não vejo alguns Congressistas falarem, com absoluta segurança e certeza, que a aprovação da PEC nº 55 seja a solução para a crise econômica do nosso País. No entanto, eu fiquei analisando também a PEC, porque preciso tomar uma decisão e precisava, então, levantar os dados. Não vou falar de números aqui, até porque, desde ontem, nós estamos praticamente intoxicados com tantos números. Mas, ontem, eu li uma declaração que me deixou, no mínimo, preocupado com o andamento e com o trânsito que essa PEC está tendo, com tamanha facilidade, dentro do Congresso, tanto na Câmara, que já a aprovou em duas votações, como aqui no Senado, haja vista a rapidez com que nós a estamos fazendo tramitar nesta Casa.

A declaração é do Ministro Henrique Meirelles. O Ministro da Fazenda, que também foi Presidente do Banco Central no Governo Lula, deu uma declaração dizendo que, talvez – friso: talvez! –, a economia cresça 1% em 2017. Ora, se o Ministro da Fazenda, que tem todos os dados em suas mãos, coloca dúvida e sabe que essa PEC tem tudo para ser aprovada aqui, isso significa que também essa PEC não será a solução desejada para resolver a crise econômica. Se o Ministro dá uma declaração colocando em dúvida a retomada do crescimento econômico, vem-me à cabeça que ele está raciocinando como alguns aqui no Parlamento.

Para retomar o crescimento da economia, parecem-me fundamentais os investimentos, e os investimentos têm de ser públicos ou privados. A PEC acena para um setor da economia, para o mercado financeiro; esquece de construir políticas para a indústria, para o crescimento da indústria, esta sim capaz de gerar atividade econômica produtiva. E, para o setor produtivo, não há de parte da PEC nenhum aceno com políticas de incentivo, o que me deixa mais preocupado ainda.

Aqui no Congresso, ao que tudo indica, o Senado vai aprovar essa PEC, mas o Ministro Henrique Meirelles nos acena com a impossibilidade de resolver a crise. Qual é, pois, o protagonismo do Congresso? Essa é a minha grande preocupação.

Porque nós temos outras saídas. A PEC só trata dos gastos. Por que não trata das receitas? E, no campo das receitas, nós temos possibilidades imensas: nós temos a sonegação fiscal, que está em R$500 bilhões. Repito: a sonegação fiscal de 2015 foi da ordem de R$500 bilhões! E também temos a dívida pública, que é de mais de R$2 trilhões.

Ou seja, o Governo poderia modernizar a sua estrutura, agilizar a cobrança e impedir a sonegação. Não se precisaria de mais nada para cobrir o déficit público. Bastavam estas duas ações: coibir a sonegação fiscal e cobrar efetivamente a dívida de mais de R$2 trilhões com o Tesouro Nacional.

Então, esse é um aspecto.

Eu sou totalmente favorável ao equilíbrio fiscal; apoiei, em todos os momentos, todas as iniciativas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. No meu Estado, eu equilibrei as contas públicas, colocando-as no azul em dois anos. Fizemos o equilíbrio, mas o fizemos sem sacrificar os setores mais vulneráveis. Nós tivemos de fazer um esforço conjunto, não só para promover o equilíbrio fiscal, mas para recuperar a capacidade de investimento. Isso, sim, gera crescimento.

No meu período de governo, o crescimento do meu Estado era o dobro do crescimento da economia nacional, porque nós tínhamos capacidade de investir, e essa capacidade de investir gerava atividade econômica. É isso que me coloca em dúvida sobre a PEC nº 55. Ela não vai trazer os resultados que a sociedade brasileira espera. O que nós queremos é recuperar a economia, voltar a crescer, voltar a empregar as pessoas.

E, aqui, eu quero deixar bem claro que não tive qualquer relação com o Governo do PT/PMDB, como não tenho com o Governo atual. Fui independente no Governo passado como sou independente neste Governo. Portanto, eu posso falar com absoluta isenção. Fui contra o *impeachment* por razões de respeito à democracia, por não aceitar essas mudanças repentinas, pois elas não resolvem a crise, como não estão resolvendo.

As propostas que vêm do Executivo – e isso é uma coisa grave para o Parlamento – não podemos alterar em uma vírgula. Isso não é um regime democrático. Se nós não pudermos alterar as propostas que vêm do Executivo, isso se chama imposição, e nós estamos aceitando fazer o que é mandado pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço aos presentes que guardem o silêncio necessário, pois há um orador na tribuna.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Presidente.

É inaceitável que o Congresso se comporte dessa maneira, apoiando e aplaudindo tudo aquilo que vem do Executivo.

Eu tenho certeza de que, se nós pudéssemos discutir, se houvesse abertura para isso, nós faríamos uma proposta para mudar a economia, para melhorar o desempenho da economia brasileira, com certeza muito mais eficiente que uma PEC como essa, especialmente quando o próprio Ministro da Fazenda já coloca em dúvida o crescimento da economia em 2017.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acompanho a proposta do Senador Requião, o relatório do Senador Requião, porque entendo que, ali sim, poderíamos ampliar as possibilidades de retomada do crescimento da economia e resolver a crise brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores para discutir a matéria, passa-se à votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

São dois os destaques que estão sobre a mesa. Como será o encaminhamento disso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Informo que há sobre a mesa requerimento, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, de destaque para votação em separado da Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Presidente, há dois destaques de Líder de bancada, e gostaríamos de ter preferência. Esse é um destaque como os outros. São dois destaques sobre a mesa. Um destaque é igual a esse que apresentei, mas é do Líder da nossa Bancada, e o outro destaque é do substitutivo.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço apenas a V. Exª que tenha paciência. Eu comecei a anunciar, e V. Exª fez uma reclamação. Vou anunciar todos que estão aqui.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, pois não, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há ainda dois requerimentos de bancada de destaque para as Emendas nºs 1 e 58, de iniciativa do Senador Humberto Costa, Líder da Bancada do PT.
Nos termos do art. 314, inciso II, do Regimento Interno, indefiro o requerimento de destaque para a Emenda nº 58.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é a Emenda nº 58, por favor?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É para a Emenda nº 58.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é? Qual é? Não lembro. Não estou com a Emenda nº 58.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª quer que nós...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria que o senhor me informasse qual é o conteúdo da emenda.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... façamos a leitura da emenda.
A Emenda nº 58 está na tela do seu computador.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É de autoria do Senador Lindbergh Farias. É uma emenda que altera a Constituição Federal.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um substitutivo.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É uma emenda substitutiva...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ótimo!
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para estabelecer regras e princípios com o objetivo de retomar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais e para dar outras providências.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tudo bem!
Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª pudesse ler o dispositivo regimental no qual se baseou para indeferir o destaque.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, pedimos para justificar as razões do indeferimento, Sr. Presidente, se for possível.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é o dispositivo?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É o art. 314, já citado, inciso II: "Não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente".
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós não estamos invertendo o sentido da proposição. Nós estamos dando uma alternativa. É uma emenda substitutiva.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É que já se trata de um substitutivo.
O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É matéria vencida. O senhor já a indeferiu. É matéria vencida.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que nós pudéssemos fazer a discussão da emenda. Ela não faz alteração. Ela é uma substituição ao que está aí, é uma alternativa.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A discussão já foi encerrada, Senadora.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não! A discussão do destaque, não! Estamos pedindo...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós vamos passar agora à votação.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Sr. Presidente. O art. 312 do Regimento Interno diz que o "destaque de partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer, pode ser concedido, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, para: [...] II – votação em separado; [...]". O destaque foi apresentado pelo Líder do PT na forma do inciso II do art. 312. Eu gostaria, por favor, que V. Exª colocasse esse destaque em discussão.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, Sr. Presidente. Ele está sendo apresentado como um destaque de bancada.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em função da apresentação do requerimento...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... de bancada de destaque para a Emenda nº 1, fica prejudicado o requerimento de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa emenda, Sr. Presidente...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, essa emenda...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queremos discutir, Sr. Presidente, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

favor!
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o relatório favorável...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É inaceitável, Sr. Presidente!
(*Soa a campainha.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É regimental! Tenho direito...
(*Interrupção do som.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É regimental, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço à Senadora Gleisi Hoffmann que respeite o Regimento.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço a palavra pela ordem.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso, Sr. Presidente, a Comissão também deve respeitar.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª, quando pede a palavra, engrena-a logo com um discurso que só traz confusão, porque são vários falando ao mesmo tempo.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Sr. Presidente, é uma questão de ordem.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já a ouvi.
Pela ordem, tem a palavra a Senadora...
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, esse requerimento foi apresentado por mim na condição de Líder.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também quero me inscrever aqui, Sr. Presidente.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, agradeço a V. Exª por me conceder a palavra pela ordem, de acordo com o nosso Regimento.
Eu sou do PCdoB. Meu Partido, Sr. Presidente, não tem poder regimental para apresentar qualquer destaque de votação em separado por não termos uma bancada suficiente para tal. Entretanto, o destaque apresentado a que a Senadora Gleisi se refere foi um destaque apresentado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. Estou com o Regimento Interno em mão, e ele diz o seguinte: que é regimental a apresentação de destaques por partidos políticos, por bancadas. Inclusive, determina o número: de 3 a 8 Senadores têm direito a um destaque; de 9 a 14 Senadores têm direito a dois destaques. Então, nós temos de apreciar o destaque. Poderemos perder, mas esse é um direito. Então, ele tem de ser votado.
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, quero contraditar.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Romero Jucá pela ordem.
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, para contraditar, quero registrar o seguinte: o PT, o Bloco de oposição tem direito regimentalmente a dois destaques de bancada. Esses destaques não dependem de votação de requerimento. Só que esses dois destaques têm de estar consentâneos com o Regimento da Casa. Um dos destaques inverte a ordem da proposta. Portanto, o Regimento é claro: você não pode fazer nenhum tipo de modificação específica que inverta o sentido da proposição. Isso é claro, está no Regimento.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E qual é o artigo do Regimento?
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, em tese, só para ajudar a oposição, eles podem retirar esse destaque, que é antirregimental, e substituí-lo por outro destaque. Não estamos aqui querendo evitar que a oposição vote destaque, não.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Estamos querendo evitar que a oposição vote errado. Então, eu queria, em auxílio a V. Exª, registrar isso.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só dizer ao Senador Romero Jucá...
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que já estamos em processo de votação.
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Exatamente.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Primeiro, Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Romero Jucá, quero dizer que a sua ajuda é desnecessária, porque nós sabemos o que estamos fazendo aqui.
Quem deve julgar se isso representa uma inversão ou não da temática inicial deve ser o Plenário, se assim houver esse questionamento. Ora, como é que uma proposta é apresentada como emenda, é julgada pelo Relator como sendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

emenda, recebe o parecer do Relator e não pode ser objeto de apreciação desta Casa, não pode ser objeto de destaque por bancada?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, é um ou outro. Ou é o parecer do Relator, ou é a emenda substitutiva. Não há jeito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, quero insistir em que não concordamos com esse encaminhamento que V. Exª está dando, porque não entendemos que se trate de tema que se contraponha ou que seja oposto ao que está apresentado na proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Mesa, ou melhor, esta Presidência decide manter a decisão já tomada anteriormente e submete a matéria à votação, ressalvada a Emenda nº 1, que está em destaque.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço para fazer o encaminhamento de votação, Sr. Presidente, de acordo com o Regimento. Peço o encaminhamento. Está aqui no Regimento Interno, no art. 308, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olhe, aqui, Senador Benedito de Lira. Acho que ele foi colocado aqui de propósito. (*Risos.*)

De acordo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Já estamos em processo de votação, Sr. Presidente. Estamos em votação. Já foi anunciada a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o relatório...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Temos de fazer o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... favorável à aprovação do projeto...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E o encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... e contrário às emendas ressalvadas do destaque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer como se encontram.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço verificação de votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Peço verificação, Sr. Presidente. Peço verificação, apoiando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Pedem verificação, porque têm maioria. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos preparar o painel.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas vocês vão ter de botar a impressão digital aí. (*Pausa.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, francamente! Sr. Presidente, estou querendo citar aqui o art. 312.

Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Informo aos Senadores que já podem manifestar o seu voto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, com base no art. 308, nós queremos o direito de...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... encaminhar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, o art. 308...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... com essa postura...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há mais encaminhamento porque a votação já foi feita, já está sendo feita.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto o Senador Humberto Costa se pretende fazer o encaminhamento enquanto se processa a votação. (*Pausa.*)

Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, manifestar aqui meu protesto em relação à postura que a Bancada do Governo está assumindo aqui, neste momento, nesta Comissão, num tema de tal relevância, atropelando o debate político, tentando impedir que a discussão se faça e que a população brasileira possa, cada vez mais, se esclarecer em relação a essa questão.

Eu peço silêncio, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu peço silêncio. Quero pedir a V. Exª que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos presentes que mantenham o necessário silêncio porque há um orador na tribuna.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, como eu disse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

primeiramente, eu quero externar aqui a minha insatisfação, a minha indignação, a minha inconformidade com a postura da Bancada do Governo aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça. Não participaram do debate, foram pouquíssimos os que se inscreveram para defender essa proposição e, ao final, da forma mais autoritária possível, passando por cima do próprio Regimento Interno, buscam aprovar essa matéria.

Eu me pergunto por que isso. Só há uma razão que possa explicar, exatamente a comprovação daquilo que nós temos dito o tempo inteiro: que essa proposição é, na verdade, muito bem qualificada como a PEC da maldade, uma proposta que não vai devolver ao Brasil o crescimento econômico.

Sr. Presidente, eu quero saber se eu vou poder concluir a minha fala, ou se os assessores, Senadores, todos aqui...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Senador não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, há Senador também aí falando, ensinando o outro a votar, nunca vi isso.

Mas eu dizia, então, que esse comportamento se justifica porque, na verdade, é a defesa do injustificável. Essa proposta, diferentemente do que tem sido dito, que vai criar as condições para a retomada da confiança na economia do Brasil e, com isso, a retomada do crescimento, passa muito longe disso aí.

Nós vamos assistir é a um processo de agravamento, de aprofundamento da recessão neste País porque não há no Brasil hipótese de nós termos crescimento econômico sustentado sem investimento público, sem gastos sociais e sem uma política clara para que o País veja o seu caminho para o desenvolvimento e o crescimento.

Em segundo lugar, denunciamos aqui que essa proposição vai, sim, produzir no Brasil um processo de redução de gastos com as áreas sociais, particularmente saúde e educação. E não adianta esse argumento sofismático de que "não, estão garantidos 15% da Receita Corrente Líquida a partir do ano que vem", quando nós sabemos, por exemplo, que na saúde isso já está acontecendo hoje, exatamente por conta da queda das receitas. E o que vai acontecer a partir do ano que vem para a frente será exatamente um congelamento dos gastos com saúde, quando as necessidades crescentes dessa área e da área de educação não serão atendidas.

Portanto, é esse o quadro que nós estamos vivendo no Brasil hoje. Um governo sem legitimidade, um governo sem as condições de respaldo social para aprovar uma proposta como essa e que vai impor ao Brasil uma das maiores recessões, um processo de agravamento da condição econômica do Brasil e, acima de tudo, um aprofundamento das desigualdades com a redução dos gastos sociais.

Lamento a falta de seriedade com que a Base do Governo está discutindo e votando essa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Aloysio, o Líder do Governo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não aceito, nem nenhum de nós, da Base do Governo, as lições que o Senador Humberto Costa pretende nos dar. Não aceito porque a Base do Governo participou ativamente dessa audiência pública, a começar pelo parecer sintético, porém lúcido, claro e irrespondível do Senador Eunício Oliveira, que balizou esse debate.

Depois, porque nós estamos participando de um processo de discussão que foi acordado minuciosamente com a oposição. Nós estamos atravessando etapas de um processo legislativo cujo ritmo foi marcado por um entendimento do qual participou o Líder da Minoria, Senador Lindbergh, eu participei, outros Líderes de bancada participaram, sob a Presidência do Senador Renan e com a participação ativa de V. Exª, o Presidente da Comissão.

Em terceiro lugar, nesta Comissão, na reunião de hoje, Senadores da Base do Governo se pronunciaram de uma maneira muito, muito competente e clara: a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Magno Malta, o Senador Valadares, que, numa frase muito simples, de três segundos, demoliu toda uma argumentação jurídica do Senador Requião.

Participamos, sim, e votamos convictos de que a aprovação da PEC do teto do gasto é uma necessidade absoluta, é uma condição indispensável para que nós possamos sair da crise que a incompetência e a irresponsabilidade dos governos do PT causaram ao nosso País.

A PEC do gasto é, sim, o início de um processo de recuperação das finanças públicas, condição indispensável para que o Brasil volte a crescer, a gerar empregos e a absorver essa quantidade imensa de desempregados que as consequências dessa nova política, dessa chamada matriz econômica acabou por deixar.

Os Senadores da base do governo anterior não têm também, tampouco, autoridade moral – política, melhor dizendo – para nos dar lições sobre gestão da economia. Meu Deus do céu! A maior crise econômica em 120 anos do País!

Vêm agora falar em redução de assistência, do gasto social? Eles que provocaram 12 milhões de desemprego no nosso País, que destruíram a indústria brasileira, que liquidaram com a Petrobras, vêm agora querer nos dar lições de responsabilidade e de apego à igualdade social? Não.

Nós não aceitamos essa lição, nem a lição regimental, nem a lição de comportamento parlamentar, tampouco a lição de fundo, sobre as questões de fundo com que os Senadores da oposição pretendem sustentar teses insustentáveis.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, como Líder da Minoria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª deu pela ordem para o Líder do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Governo. Estou aqui, Sr. Presidente. Lindbergh Farias.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero só fazer...
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero só fazer um complemento à fala do nosso Líder Aloysio Nunes.
O Senador da oposição disse que nós não tratamos essa matéria com seriedade. Eu não consigo entender tamanha maldade da oposição. Eles quebraram o Brasil – quebraram o Brasil – e agora não querem deixar consertar os estragos que eles fizeram! Eu não quero entrar em detalhes no cenário econômico. Eu tenho dito sempre: perda de poupança, taxa de juros de 14,25%, desemprego que não é de 12 milhões, é de 20 milhões, a nossa credibilidade nas três agências, que agora nós estamos recuperando. Eu acabei de chegar agora do Planalto, o Cartão Reforma que foi lançado.
Portanto, Sr. Presidente, eu não consigo entender o tamanho da maldade da oposição!
(*Soa a campainha.*)
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos, então, abrir o painel, Sr. Presidente?
Muito obrigado.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, a palavra aqui como Líder da Minoria. Estou aqui.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero protestar aqui quanto a uma decisão de V. Exª. Nós tínhamos direito a dois destaques. Não havia necessidade de tratorarem dessa forma. Dois destaques. Era uma proposta alternativa, em que nós entramos na discussão da questão fiscal. Então, primeiro quero protestar e dizer que nós vamos recorrer ao Plenário do Senado.
Segundo, é preciso ficar claro, Senador Aloysio: nós estamos aqui rasgando a Constituição cidadã do Dr. Ulysses Guimarães. Lá estava escrito: 18% do Orçamento da União para a educação. Se os senhores dizem que não vai haver diminuição de recursos da educação e da saúde, eu pergunto: por que tirar isso da Constituição? Por que tirar os 18%? Por que tirar os 15% da receita corrente líquida de saúde? Os senhores não estão dizendo que não vai cortar? Os senhores sabem que é falso. Nós estamos gastando 19,8% do PIB em gastos primários.
Sabem quanto é nos países da OCDE? Mais de 40%. Na justificativa do Governo, dizem que, em 10 anos, vamos cair 5% do PIB em gastos primários. Vai cair de 19,8% para 14,8%. Só se faz isso com um conjunto de maldades, retirando recursos da educação, retirando recursos da saúde, mexendo no Benefício de Prestação Continuada, que atende idosos e pessoas com deficiência, acabando com a vinculação do salário mínimo ao benefício previdenciário.
Agora, é interessante a gente escutar isso de um Presidente da República, Michel Temer, que se aposentou com 55 anos, do Ministro Padilha, que se aposentou com 53, e do Ministro Geddel, que se aposentou com 51. Os dois ministros ganham R$50 mil, acima do teto. Agora querem dizer que a culpa pelo problema fiscal brasileiro é do aposentado, que ganha um salário mínimo, Sr. Presidente.
Mais grave. Mesmo que a tese deles estivesse correta, é necessário um grande ajuste fiscal. Eu pergunto aos senhores: cadê a contribuição dos mais ricos? Cadê a contribuição do andar de cima?
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vocês tiveram 13 anos...
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cadê a contribuição dos banqueiros?
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... para fazer isso.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cadê a contribuição dos banqueiros? É um ajuste...
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É um ajuste feito em cima dos mais pobres, de corte em recursos para a educação, de corte em recursos para a saúde.
E os juros? Porque aos senhores, quando falam de juros, eu quero lembrar: governo Fernando Henrique Cardoso, 43% de juros ao mês! Hoje eles querem cortar despesas primárias, mas não falam nada dos juros! O déficit do ano passado, sabem de quanto foi? Foi de 10,38%. Desses 10,38%, 8,5% foram juros, foi menos de dois déficits primários.
Então, essa proposta não se sustenta, Sr. Presidente, e eu faço um apelo a V. Exª. Com o respeito que tenho a V. Exª, digo que hoje V. Exª conduziu mal ao impedir um direito nosso, porque nós temos direito, como Partido dos Trabalhadores, de apresentar dois destaques. Nós não concordamos com a decisão de V. Exª. Vamos discutir no plenário do Senado e vamos recorrer ao Plenário do Senado Federal, porque os senhores não precisavam atropelar neste debate aqui.
Nós estamos participando de audiência pública. Eu lamento o Relator, Senador Eunício Oliveira, não ter estado presente à audiência pública que aconteceu no dia de ontem e nem a boa parte deste debate que aconteceu aqui. E disse ao senhor, Senador Eunício, porque hoje o senhor falou na apresentação do relatório como se nós estivéssemos aumentando os recursos da saúde para 15% da Receita Corrente Líquida, nós já estamos executando 15%, este ano, de Receita Corrente Líquida...
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não é verdade, não é verdade.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu mostro! Eu mostro com números!
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – A Emenda Constitucional nº 85 não diz isso. V. Exª está mentindo.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mentindo?
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não é verdade! Não é verdade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se eu estou mentindo, eu vou dar aqui o número...
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não é verdade!
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou dar o número da Receita Corrente Líquida...
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – A 85 está sendo revogada.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e do orçamento no dia de hoje.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não é verdade!
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro que é verdade!
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não é verdade! A 85, V. Exª aprovou em 2015, no seu governo.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se V. Exª tivesse participado dos debates da audiência pública, V. Exª teria visto isso.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Se V. Exª não quisesse tumultuar o processo e falar a verdade, seria diferente.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª sabe, nós estamos...
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para concluir...
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não aceito isso. Tenho muito respeito por V. Exª, mas não aceito isso.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta presidência tem o maior respeito pelo direito de manifestação de todos os colegas Senadores, mas essa é uma discussão que já está superada, porque não foi a Presidência, mas o Plenário da Comissão que decidiu encerrar a discussão.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só quero concluir, Sr. Presidente. Eu só quero concluir, um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, V. Exª – não estou querendo lhe ensinar o Regimento – ainda tem uma instância: recorra ao Plenário.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já anunciei que vou recorrer...
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está encerrada a discussão.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para concluir...
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vou anunciar...
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... já que todos votaram...
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... o encerramento da votação.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – E o encaminhamento, Sr. Presidente?
(*Tumulto no recinto.*)
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, há encaminhamento.
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está aí o resultado da votação.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Resultado: aprovado o parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição e contrário às emendas, ressalvado o destaque.
Em votação a Emenda nº 1, destacada, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, para defender...
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para encaminhar...
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, para encaminhar.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Encaminhar...
(*Tumulto no recinto.*)
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O autor da emenda e o Relator...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª quer fazer encaminhamento, eu lhe concedo a palavra por 5 minutos.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode encaminhar...
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É o autor da emenda e o Relator...
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A autora é a Senadora Gleisi Hoffmann.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Requião.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É uma questão de esclarecimento, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu considero que a sua condução, apesar da crítica do meu amigo Senador Lindbergh Farias, tem sido democrática, mas eu observei que o Senador Aloysio fez uma crítica dura ao antigo governo, e o governo foi do PMDB e do PSDB. Eu responderia com a mesma firmeza, mas eu fui contra a política econômica desde o primeiro dia em que cheguei ao Senado. Eu gostaria que a Mesa franqueasse a oportunidade aos ministros do governo do PT, da Dilma. Por exemplo, Romero Jucá, Eduardo Braga, Eunício Oliveira... (*Palmas.*)

... para justificarem e defenderem a política do partido. (*Palmas.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Senador Requião...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Senador Requião, eu não fui ministro da Dilma, eu não fui ministro da Presidente Dilma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi do Lula!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Corrija o que o senhor está dizendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi do Lula! Ele falou Lula e Dilma.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Lula não é Dilma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele falou Lula e Dilma.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não, senhora!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Foi ministro do PT.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – A verdade desapareceu daqui hoje. O que houve?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos debater isso no plenário...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O Senador Eunício já se recusou, embora fosse da Base do Governo. Que se manifeste agora S. Exª, o plenipotenciário Romero Jucá, ou Eduardo Braga. Não pode ficar sem resposta essa acusação do PSDB ao meu Partido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, conclua a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos debater no plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O seu partido, mais uma vez, ajudou a salvar o Brasil, o caos que o PT provocou...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para encaminhar a votação do seu destaque.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Eu pediria a V. Exª que garantisse a minha palavra e pedisse silêncio ao Plenário. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

A emenda que nós apresentamos é uma emenda com base no art. 14 da Constituição Federal, que prevê a realização de referendo de proposta votada por esta Casa. Portanto, é uma proposta com base...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, eu só pediria que V. Exª pedisse silêncio.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Pronto. Mas há muito barulho ainda na sala, Sr. Presidente. O pessoal, nas laterais, fala demais, entendeu? Dá palpite. Por favor, peça silêncio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A palavra está com V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

É que eu estou tentando aqui que as pessoas façam silêncio.

Sr. Presidente, essa emenda foi apresentada com base no art. 14...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Essa emenda foi apresentada com base no art. 14 da Constituição Federal, que prevê o mecanismo do referendo. O referendo é exatamente para, quando uma proposta é aprovada por esta Casa, o povo poder se manifestar. A PEC 55 é a maior modificação que nós temos na Constituição de 1988, desde que ela foi promulgada. Ela mexe diretamente nos direitos constitucionais à educação e também à saúde, direitos que não podem, até por cláusula da própria Constituição, sofrer retrocessos.

É uma emenda inconstitucional, por cinco questões que nós já colocamos aqui, tanto no voto em separado do Senador Requião como nas falas que precederam a votação do relatório do Senador Eunício.

O Senador Eunício disse que não é cabível o referendo. Eu gostaria, depois, que o Senador Eunício falasse por que não é cabível o referendo, já que é previsto na Constituição. Se ele acha que não pode haver referendo, então é preciso mudar o art. 14 da Constituição.

O povo tem que se manifestar sobre quem vai pagar a conta desse ajuste fiscal. E me desculpe aqui o PSDB, mas não é correto dizer que nós nunca propusemos fazer modificações no sistema tributário brasileiro. Nós propusemos diversas vezes. O Presidente Lula mandou uma proposta de reforma tributária que ficou na Câmara dos Deputados porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

bancada de oposição, do PSDB e de parte do PMDB, não quis encaminhá-la. Nós tivemos aqui a proposta para rever juros sobre capital próprio, que vocês não deixaram avançar, inclusive uma proposta mais harmônica do que a que eu apresentei. Por quê? Porque houve *lobby* dos bancos, porque houve *lobby* do sistema financeiro. É assim que funciona esta Casa: pobre não faz *lobby* aqui não, aqui não vem o aposentado que ganha um salário-mínimo, aqui não vêm aqueles que precisam de saúde do SUS, aqui vem o pessoal da Febraban, que vem falar com os Senadores, aqui vem o pessoal da Fiesp, do pato amarelo. É esse pessoal que vem aqui...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu não permitirei manifestação da plateia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É esse pessoal que vem aqui para não deixar que haja alteração no sistema tributário. É assim que funciona.

Não é possível que nós, nesta sala, com ar refrigerado, ganhando os salários que nós ganhamos aqui, vamos votar contra os direitos do povo! Isto é uma indecência! É uma indecência os técnicos darem parecer!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É mentira!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É verdade! É verdade! V. Exª ganha um salário bom, como eu ganho, como ganham os técnicos desta Casa que dão parecer favorável a esta PEC, como ganha o Michel Temer, como ganham os ministros! É essa gente que vai votar contra quem está utilizando o SUS, quem utiliza o ensino público! Vocês vão votar aqui para diminuir o salário-mínimo, para comprimir. Como vocês se sentem fazendo uma coisa dessas?

Por que não votaram a proposta que eu e a Senadora Vanessa apresentamos no ano passado para a redução do salário dos Senadores para ajudar a melhorar a situação das contas públicas? Aí não têm coragem para votar, mas, para quando é para tirar do salário-mínimo, têm, porque pobre não entra nesta Casa para fazer *lobby.*

Quero lamentar, Sr. Presidente, lamentar, Srs. Senadores...

(*Interrupção do som.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – ... que a gente esteja aqui fazendo exatamente isto: retirando direitos que o Constituinte...

Eu estou sem som, Presidente.

(*Interrupção do som.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora, V. Exª pediu a palavra para fazer o encaminhamento do destaque...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E estou encaminhando! Eu estou encaminhando!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está fazendo um discurso paralelo, que não tem nada a ver com o destaque.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou encaminhando. Eu ouvi o discurso do Senador Aloysio...

(*Interrupção do som.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Num encaminhamento tenho que falar o quê?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Com a palavra o Senador Ferraço.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não! Não!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – O que é isso, Presidente?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Faltava um minuto!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Falta um minuto, mas o senhor cortou o meu som!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Não pode cortar assim não, poque discorda...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exªs fazem tanta questão por um minuto e meio, eu lhes concedo dois minutos.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é um direito nosso fazer o encaminhamento e, no meu encaminhamento, é um direito eu fazer minhas ponderações políticas, assim como ouvi as ponderações políticas dos Senadores que me antecederam. Aqui é um debate sobre a política, é sobre política que nós estamos definindo, política constitucional. E nós estamos fazendo uma mudança sem precedentes na nossa Constituição e não queremos ouvir o povo!

Qual é o medo de submeter essa proposta a um referendo? Vocês têm medo do povo? Têm medo de enfrentar o debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

popular? É por isso que estão fazendo isso de forma rápida? É por isso que aprovaram na Câmara do jeito que aprovaram? Aliás, V. Exªs podem pegar a enquete que o Senado está fazendo. Não é uma enquete do PT, não é uma enquete da CAE, não é uma enquete da oposição, mas da instituição Senado da República: mais de 95% de quem se manifestou nessa enquete é contrário a essa PEC.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os senhores estão com medo de submetê-la à população? Eu gostaria que tivessem essa coragem, já que têm a serenidade de falar que não há alteração em saúde e em educação. Submetam ao povo, expliquem ao povo que não vai haver alteração em saúde e em educação. Expliquem ao povo que vocês vão tirar direitos para pagar juros. Expliquem ao povo que vocês não cortam os próprios salários, mas vão cortar dos assalariados, daqueles que ganham salário-mínimo pela Previdência. Tenham coragem e decência de colocar essa proposta nas urnas.

Se colocar nas urnas, não passa. O povo brasileiro não aceita pagar essa conta que os senhores querem que ele pague.

O referendo é um direito previsto na Constituição. E peço, Senador Eunício, que reveja o seu parecer e que possamos, realmente, submeter ao povo essa decisão que, com certeza, se passar por aqui, só vai retirar direitos da população mais pobre deste País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para contraditar, Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para encaminhar, tem a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um e um, Sr. Presidente. Houve um encaminhamento a favor, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Estou com a palavra, Presidente?

Estou com a palavra, Presidente, como Relator? (*Pausa.*)

Bom, primeiro, eu queria deixar bem claro que esta matéria já foi debatida e discutida quando da apresentação do relatório original, quando eu dei parecer contrário porque a economia do País e a forma como este País foi herdado neste momento não comporta mais esperar um plebiscito proposto legitimamente em uma emenda pela Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – ... pela Senadora...

Romero...

Eu posso dar o parecer, Presidente?

O País não aguenta mais esperar, com 12 milhões de brasileiros nas ruas, desempregados. Não podemos mais esperar que a economia reaja sem que aconteça absolutamente nada por parte do Congresso Nacional.

Esta matéria já foi analisada no relatório original. A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou uma emenda similar. Hoje pela manhã, eu relatei as emendas e dei parecer novamente contrário porque a intenção do plebiscito não é ouvir a população. Nós somos os representantes dos Estados, mas a Câmara dos Deputados, por sua grande maioria, que é representante do povo brasileiro, já se manifestou favoravelmente a esta matéria. O Brasil não aguenta esperar, os 12 milhões de brasileiros que estão nas ruas, desempregados, não aguentam mais esperar.

Portanto, Senadora Gleisi, com todo o respeito que mantenho por V. Exª, ouvindo atentamente até o entusiasmo dos gritos de V. Exª, eu dou parecer contrário, porque o Brasil não tem condições de esperar o tal plebiscito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gritei porque estava sem som aqui, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, vamos votar. Há tumulto lá fora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, portanto, o voto, o encaminhamento é contrário. Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do Relator votam "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós votamos "sim", a oposição, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Governo, "não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A oposição vota "sim"; o Governo vota "não".

Em votação a Emenda nº 1 destacada, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não cabe verificação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque não temos uma hora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Resultado final: aprovado o parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição e contrário às Emendas nºs 1 a 59.

A matéria vai ao Plenário.

Eu ainda peço aos Senadores que permaneçam algum tempo porque nós temos um item extrapauta...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço à Polícia do Senado que evacue a galeria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que beleza! Senador vaiando as pessoas!
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item extrapauta.

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013
- Não terminativo -
Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.
Autoria: Senador Alvaro Dias e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1.
Observações:
Em 09/11/2016, foi apresentada a Emenda n º 5 (dependendo de Relatório)
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Peço vista.
(*Tumulto no recinto.*)
(*Soa a campainha.*)
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vai votar?
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ele quer ler o relatório.
Eu peço aos Srs. Senadores que permaneçam no recinto porque o Senador Randolfe Rodrigues vai fazer a leitura da matéria.
Observações: em 08/07/2013 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; em 09/0702013 foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias; em 26/10/2016 foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 4, de autoria do Senador Alvaro Dias, e em 09/11/2016 foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, dependendo de relatório.
Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o relatório.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2013, que exclui a previsão constitucional de foro por prerrogativa de função nos tribunais superiores e na Justiça Federal, para julgamento de crime comum praticado por autoridade. Essa modificação opera-se nos artigos 102, I; 105, I, e 108, I, da Constituição da República.
A proposta cumpre os pré-requisitos de juridicidade e constitucionalidade.
Apresento, no decorrer da análise, Sr. Presidente, dados da Associação dos Magistrados Brasileiros, que dão conta de que hoje, no Brasil, existem pelo menos 32 mil autoridades com a chamada prerrogativa de foro, ou, como é conhecido, foro privilegiado.
Aqui, neste relatório, também destaco, Presidente, a inexistência desse instituto em países como Portugal, França, Alemanha e Estados Unidos.
Destaco ainda que, no caso de Portugal, o instituto só existe para o Premiê, para o Presidente da República e para o Presidente da Assembleia Nacional.
Quero aqui destacar e agradecer, Sr. Presidente, a iniciativa desta matéria do Senador Alvaro Dias, do Partido Verde, do Paraná, que possibilitou que, finalmente, no Congresso Nacional, nós pudéssemos avançar sobre esta matéria. Também agradeço a V. Exª a designação deste Senador para a relatoria.
Passo direto ao voto, Sr. Presidente.
Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, nos seus propósitos originais. Recebo, outrossim, as Emendas de nº 2, 3 e 4-CCJ, todas de autoria do Senador Alvaro Dias, e rejeito a de nº 1-CCJ, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Incorporo o texto original e as referidas emendas na forma do Substitutivo que segue este texto, que apresento com propósitos estritamente de ordem de técnica legislativa.
Dessa forma, Sr. Presidente, voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias, com as presentes emendas, que extingue o instituto do foro de prerrogativa de função do ordenamento constitucional brasileiro.
É o parecer, é o relatório.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está concedida vista coletiva do parecer que acaba de ser lido pelo Senador Randolfe Rodrigues, que aí está, ao lado do Senador Alvaro Dias, um dos exaltados defensores e autor da Proposta de Emenda à Constituição.
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.
(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 42 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Gladson Cameli, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 59 e RCE 70, ambos de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater "Os Avanços e os Desafios da Educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)". **Participantes: Célio da Cunha, Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB; Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada Federal; Antônio José Barbosa, Professor da Universidade de Brasília – UnB e João Antônio Cabral de Monlevade, Professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 59 e 70, de 2016, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater os avanços e os desafios da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da educação.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

A Deputada Dorinha também chegou. (*Pausa.*)

Inicialmente, eu quero agradecer muito aos nossos convidados, a Deputada Dorinha, o Prof. Célio da Cunha, o Prof. Antônio José Barbosa e o Prof. João Antônio Cabral de Monlevade – esses dois últimos, além de professores, são Consultores do Senado –, por terem aceitado estar presentes a esta reunião.

Em dezembro, fará 20 anos que o Brasil tem uma Lei de Diretrizes e Bases da educação. Essa lei tem a assinatura, como grande coordenador, do Darcy Ribeiro.

Portanto, nós precisamos, em primeiro lugar, comemorar esses 20 anos. Ao mesmo tempo, como tudo na área social, sobretudo, nós precisamos entender o que ficou faltando, o que pode ter estado errado, o que não acompanhou a tremenda evolução que aconteceu nos equipamentos pedagógicos, nas ideias de pedagogia ao longo destes anos, pois o mundo é outro completamente diferente, para saber o que podemos fazer para ter uma base, uma regulamentação, um sistema que possa levar a educação brasileira pelos próximos 20 anos. Embora, talvez, as grandes transformações, as maiores de todas, tenham ocorrido nesses 20 anos passados, é possível que ainda haja grandes revoluções tecnológicas – eu digo mudança de paradigma, realmente, como foi sair da máquina de escrever para o computador – ainda nos próximos anos.

Por isso, eu fico satisfeito em ter a presença deles aqui e eu vou passar a palavra, na ordem que eu citei aqui, à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, nossa amiga e grande batalhadora da educação, identificada como uma Deputada da educação. Eu vou passar a palavra a ela para que ela possa fazer a sua fala dentro da linha do que foi combinado, em troca de *e-mails* e justificações, do que queremos saber: o que é que podemos ver de algumas brechas que possa haver na LDB, o que é que ela não tinha brechas na época, mas não está adaptada à realidade de hoje e o que podemos fazer para uma evolução nas regras que conduzem a educação. É claro que qualquer um está livre para falar sobre qualquer outro assunto, inclusive os assuntos mais conjunturais que possam ter reflexão no que queremos, que é o longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de iniciar agradecendo o convite feito pela Comissão de Educação do Senado, em nome do Senador Cristovam Buarque, pessoa por quem eu tenho grande admiração pela sua luta política, pelo seu envolvimento diretamente com a educação.

Eu gostaria também de saudar os colegas da Mesa, pessoas que conheço há muito tempo – nem convém dizer de quando –, pelo respeito e atenção.

Eu confesso que fiquei surpresa com a provocação do debate. Na educação, nós estamos no meio de um turbilhão de eventos legais, de provocações para debates em relação à educação, com uma grande preocupação em relação ao próprio cumprimento do Plano Nacional de Educação recém-aprovado, e, de repente, passando – digo até pela Câmara – praticamente em branco os 20 anos da LDB. Com sua estrutura e seu desenho, ela tem organizado a educação brasileira, principalmente – eu que fui Secretária de Estado de Educação sei o quanto – para os Estados mais frágeis, principalmente do ponto de vista de estrutura legislativa, até porque, como uma lei orgânica, ela define as organizações, as leis estaduais, leis do sistema e, obviamente, toda a parte de organização.

Eu me lembrei que, algum tempo atrás, trabalhei em relação ao desenho de criação da própria LDB, ao histórico da criação da LDB, ao projeto que ficou por muito tempo em debate na Câmara. E, de repente, o projeto que vai para votação é o projeto do então grande educador Darcy Ribeiro, até com algumas incoerências, em virtude de que o debate estava se dando em torno de outro projeto.

Uma das perguntas, Senador Cristovam, que a Comissão provocou foi como seria sem a LDB. Ela é necessária? Nós podemos ter problemas no sistema educacional causados pela LDB? Para mim, ficou claro, primeiro, que ela era necessária, sim. Nós já vínhamos de um histórico de leis orgânicas, leis que tinham sido organizadas para tentar estruturar o sistema – a Lei nº 4.024, a Lei nº 5.692 – e, se não fosse uma nova lei, nós continuaríamos – entre aspas – "remendando", mudando partes da Lei nº 5.692.

Eu acho que hoje, na Câmara, nós estamos em debate para votação de uma lei do Sistema Nacional de Educação. Ela praticamente já estava pronta para ser votada há um ano, mas retomamos o debate em relação a essa estruturação do Sistema Nacional, porque a própria LDB fala do sistema municipal, do sistema estadual e do sistema federal de educação, mas uma das tarefas que o Plano Nacional nos deu foi organizar o Sistema Nacional de Educação, regimes de colaboração, modelos de organização e, logicamente, tentar garantir uma estrutura orgânica de funcionamento da educação no seu sentido de papeis e atribuições. Confesso que hoje a Câmara está nesse debate, rediscutindo todo esse tema. Avançou pouco em relação ao chamado regime de colaboração. Ainda temos muito presentes a superposição de papeis e atribuições entre Estados e Municípios.

Na verdade, vou tentar fazer um exercício, mas eu quero muito mais ouvir os meus colegas que estão aqui à mesa. Eu só retomo o que já é mais do que conhecido, mas, para quem estiver nos acompanhando, a LDB define princípios, atribuições, atuações dos entes federados em níveis e modalidades. Ela procura organizar a educação. Chamo a atenção para que a parte de financiamento não é tratada na própria LDB. São outros instrumentos legais. Também do ponto de vista da organização curricular, os próprios conselhos estaduais, municipais e o Conselho Nacional poderiam ter avançado mais. A sua ausência, inclusive, a lacuna de ação, permitiu que no Congresso – não no Senado – nós chegássemos a ter 900 projetos de criação de disciplinas diferentes. Ainda hoje, devem tramitar, entre Câmara e Senado, em torno de 600 projetos. Faltaria hora, no dia do aluno, se todos os projetos de criação de disciplinas tivessem prosseguido. Então, a LDB é muito mais um conceito, cujas mudanças têm que ser orientadas para servir os alunos da educação básica, estimulando continuamente a promoção de políticas públicas efetivas, e não apenas de cunho declaratório.

A LDB ainda, em muitos aspectos, é apenas declaratória. Chamo a atenção para a questão da formação inicial e continuada. Na minha visão, a LDB foi bastante superficial e até negligente no que se refere a essa questão da formação.

Em parte, o Conselho Nacional de Educação e seus congêneres poderiam ter trabalhado um pouco mais nessa flexibilidade curricular. Se nós olharmos o histórico dos Estados e Municípios, eu creio que é bem recente o trabalho dos Estados em organizar os seus currículos estaduais. Eu, quando Secretária, acho que em 2006... Tocantins foi o segundo ou terceiro a fazer. Nós fizemos as nossas propostas curriculares para o campo, área indígena, fundamental, médio e EJA – hoje mais Estados já têm –, mas lembro que inclusive o espaço que cada escola e sistema poderia ter de disciplinas e atividades diferenciadas é muito pouco aproveitado.

Relembro que hoje nós estamos discutindo a base nacional comum, na produção da terceira versão, que vem a partir de uma consulta envolvendo professores, entidades. Às vezes eu ainda escuto pessoas dizendo: "A gente não está participando". O desenho, desde o início, que foi trabalhado pelo Ministro Janine, foi um desenho aberto. É natural sempre haver entidades, correntes, grupos que ainda não se sintam representados, mas o documento está em aberto ainda, até porque a versão ainda tem que ser finalizada para ser enviada ao Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nacional de Educação. Nós tivemos uma cerimônia formal, mas o documento não foi entregue ao Conselho. Ele está ainda nessa última consulta pública.

Na verdade, eu cito uma série de legislações. A partir de 1997, ou seja, logo no ano seguinte, nós passamos a ter mudanças muito pontuais, neste caso aqui, na abordagem do ensino religioso, que foi logo depois uma mudança de oferta obrigatória no horário escolar; a questão de respeito à diversidade sem nenhum tipo de culto ou proselitismo. Quem esteve no sistema sabe que nós tivemos um momento em que o Estado não ia pagar, então tivemos que fazer parceria com as igrejas. Isso também tem um impacto no próprio desenho do ensino religioso.

Outra estabelece, em 2001, logo em seguida, mudanças em relação à obrigatoriedade de notificação ao Conselho Tutelar, ao juiz, ao Ministério Público, em relação às faltas. Vem tudo naquela perspectiva da manutenção da presença, da frequência. O próprio programa Bolsa Família está entre os programas que como condicionalidade estabelece a presença na escola, na perspectiva da educação enquanto um direito fundamental. Não adianta dizer "eu não tenho dinheiro para abrir escola". Eu tenho obrigação de ter. Nem o aluno pode abrir. Então, é um direito subjetivo e fundamental, considerado dentro do nosso espaço no Brasil.

Depois, logo em seguida, a questão de hoje tão polêmica, a educação física. Ela foi colocada em 2001 como um componente curricular obrigatório. Depois, nós tivemos também a inserção do tema "história e cultura afro-brasileira e africana" como obrigatória. Mais tarde, nós vamos inserir também a presença dos povos indígenas, também com a mesma necessidade de tratamento, ainda com muita lacuna em relação a essa questão na formação dos professores, na produção dos materiais que pudessem ser disponibilizados para as escolas estaduais e municipais.

Depois, em 2003, houve uma briga, fruto de uma grande disputa que existia entre Estados e Municípios. Essa disputa ainda existe, sobre a dificuldade do transporte escolar. O público do campo, em muitos lugares, era praticamente ignorado, e deveria chegar à escola de qualquer forma. Muitas vezes, os Estados eram negligentes. Ficava sempre a cargo dos Municípios. Nós tivemos uma alteração dizendo: cada sistema tem que transportar os seus alunos. Não existe impedimento de parcerias, acordos, convênios. Em muitos Estados, isso é feito; em muitos, ainda é um espaço de problemas e disputas entre Estados e Municípios, porque o transporte escolar é uma realidade talvez pouco conhecida, mas é um dos maiores desafios para garantir que as crianças e jovens cheguem à escola de maneira decente. Em muitos lugares, eram usadas ainda as camionetes abertas, transportes inadequados, com situações de mortes de alunos. Enfim, ninguém queria pagar a conta. Ainda é um problema dentro desse chamado pacto federativo entre Estados e Municípios. Eu tenho ainda no meu Estado, hoje, casos em que, por brigas locais, um ônibus do Estado e um ônibus do Município vão a um mesmo assentamento, a uma mesma região, para buscar cada um os seus alunos, por questões locais de combinação de valor, de preço, ou até briga política, como se os alunos tivessem carimbo de rede estadual e rede municipal. Essa questão do transporte é um tema que nós estamos tentando enfrentar agora na questão da organização das atribuições do Sistema Nacional e das atribuições de Estados e Municípios. A parte que a União passa é irrisória. Ela tem uma pequena contribuição, mas efetivamente o custo é sustentado por Municípios. Há uma participação dos Estados, mas grande parte dos custos é dos Municípios.

Em 2005 houve uma alteração importante, ao se colocar o ensino fundamental começando aos 6 anos de idade, ampliando o ensino fundamental para os chamados nove anos.

Chamo também atenção para a questão das funções do magistério sendo reconhecidas, como direção, coordenação e assessoramento pedagógico. Tinha grande impacto na hora das aposentadorias. Ainda tem, em muitos lugares ainda, mas houve o reconhecimento, como funções de magistério, de direção, coordenação e assessoramento pedagógico.

Mais tarde, sociologia e filosofia como disciplinas obrigatórias. Na verdade, a Medida Provisória nº 746, volta... Do ponto de vista de mudanças na LDB, talvez seja uma das mais consistentes, embora o ensino médio, em termos de níveis e modalidades, foi o que mais sofreu ao longo desses 20 anos de LDB, pequenas alterações e pequenas mudanças. Chamo a atenção para que a entrada de sociologia e filosofia como obrigatórias em todas as sérias foi desde 2008. A medida provisória traz uma inovação ao colocar como obrigatória a língua portuguesa e a língua inglesa como língua estrangeira. A língua portuguesa e matemática já se apresentavam como obrigatórias no próprio ensino médio.

Em 2008, há um novo desenho, em que se retoma a ideia da educação profissional, técnica, de nível médio. Nós tivemos um período em que os sistemas estaduais não podiam nem oferecer essa formação profissional no desenho que existia anteriormente.

Embora eu não vá discutir a 746, estou fazendo algumas abordagens, porque ela traz mudanças que, como medida provisória, já estão à disposição e em vigor nos sistemas de ensino.

A comissão deve ser instalada hoje, mas há algumas incoerências que precisam dialogar com o que já existia, com o que foi instituído, porque há, inclusive, incoerências e inconsistências do ponto de vista legal em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

à própria organização proposta pela 746.

Do ponto de vista de organização curricular também, ao tratar do financiamento do ensino integral como modelo, nós temos a preocupação com a questão do ensino médio noturno, muito presente em muitos Municípios. Nos pequenos Municípios, normalmente as escolas funcionam com o fundamental e o médio de dia e com o médio à noite. Ainda existem alguns casos em que há só uma ou duas escolas. Então, os itinerários de formação e a flexibilidade precisam enxergar isso. E nós não podemos ignorar o ensino médio no noturno. Até por falta de prédio, em algumas regiões, é muito forte ainda essa oferta do ensino médio noturno, que não pode ser um ensino de segunda mão. Eu vou dar toda a prioridade para o diurno, para o ensino integral; e como vamos tratar essa questão?

Outra preocupação é com o itinerário formativo da formação técnica e como vamos organizar com o que não foi revogado em relação à Lei nº 11.741, de 2008, que também trata do mesmo tema.

Ainda chamando a atenção em relação a 2009, há uma alteração que trata da questão dos professores habilitados em nível médio, formados em magistério, o professor, o pedagogo – nós chegamos até, inclusive, ao normal superior, como uma alternativa de formação –, e que reconhece todos os trabalhadores da educação com diploma de curso técnico ou superior na área pedagógica ou afim e as licenciaturas. E uma figura muito polêmica que vai ser discutida, fruto de várias emendas na 746, que são os profissionais de notório saber. As exposições que vêm sendo abordadas dizem que não é o professor, não é a substituição do professor, mas são algumas áreas específicas de formação técnica. Porém, a 746 vem com muitas lacunas e é preciso fica claro quem é esse profissional de notório saber e que tipo de critério vai ser utilizado.

Chamo a atenção, porque, no meu Estado, nós tivemos um problema em que, para economizar o piso salarial nacional do professor, o Município criou a figura do monitor em lei, dando, inclusive, abertura para que houvesse concurso público, com todas as atribuições de professor – planejamento, sala de aula, toda a parte de organização –, mas com a figura do monitor. Assim ele não precisaria pagar o piso, para atuar com as crianças de zero a três e de quatro e cinco, com a alegação de que é uma atividade para ajudar o professor, mas, em muitos casos, olhando os cargos, fica claro que ele será um professor. Então, há preocupação em relação a essa questão do notório saber, critérios e formas de avaliação e acompanhamento. Não adianta ele ter um conhecimento prático se não tem uma formação que o permita atuar. Então, tudo isso ainda vai ser regulamentado.

De maneira geral, há também, na Lei nº 12.061, de 2009, a obrigatoriedade e gratuidade progressiva do ensino médio para a universalização do ensino médio gratuito. Logicamente, o plano nacional também traz metas em relação ao ensino médio, com prazos, com responsabilidade dessa cobertura.

No conjunto da LDB, eu faço uma leitura da questão da formação docente pouco incentivada como política pública. Há uma grande distância entre a formação do professor e as demandas. É comum ouvirmos isso das secretarias municipais e estaduais em relação a esse perfil de formação.

Em relação à possibilidade de o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) ter, como critério para os cursos de licenciatura, uma nota maior, tramita, no Congresso, o Enameb – eu tive oportunidade de, na Comissão de Educação, tratar do tema –, que seria um exame nacional de educação básica não obrigatório, mas que o professor pudesse fazer isso com regularidade para ter ideia do seu desempenho. Não haveria critério nem de desempenho nem de carreira, mas de saber como está a sua formação, em que áreas a instituição formadora precisa melhorar a formação daqueles professores, daqueles profissionais da educação. Para o conjunto da instituição, ela vai receber o reflexo de seus alunos no conjunto. O aluno, o interessado, o professor, todos vão saber em que áreas eles precisam aprimorar a sua formação, mas é uma proposta que ainda creio que está na Câmara. O tema formação docente é um conteúdo meramente declaratório na forma como está abordado na LDB.

A questão orçamentária, relativamente, é sempre tratada em lei ordinária. Hoje há uma PEC, na Câmara, para tratar do financiamento em relação à discussão do Fundeb e ao novo desenho de financiamento. Logicamente, depois do plano nacional aprovado, eu não vejo como tratar do CAQ (Custo Aluno-Qualidade) dentro da lógica dessa PEC, que tem como foco a discussão do Fundeb, os modelos de financiamento e todo o desafio que nós estamos vivendo hoje em relação à questão da PEC 241.

Outra temática que eu entendi como frágil é a questão da formação. Há poucas alterações. Somente em 2009, houve as primeiras mudanças em relação à formação docente.

Preocupo-me ainda, nessa questão da 746, com a questão do financiamento. Muitos estudos têm mostrado uma preocupação com o subfinanciamento em relação ao tempo integral. O edital recém-lançado pelo próprio Ministério da Educação coloca quatro anos de duração. E, para uma demanda, para um sistema de ensino se organizar para um atendimento de tempo integral, ele não pode contar com o financiamento temporário de quatro anos, uma vez que ele organiza, estrutura o seu sistema, gera demandas e provavelmente vai ter que realizar concursos específicos em termos de formação, de acordo com os trajetos formativos que escolher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Só finalizando, restaram, então, obrigatórios português, matemática e inglês, o que não quer dizer que as outras disciplinas vão desaparecer. Elas podem aparecer necessariamente nos diferentes trajetos de cada modelo de escola que pode ser adotado. Mas obrigatórios restaram português, matemática e inglês, com grande mobilização em relação à língua estrangeira, porque, em algumas regiões, há presença do espanhol e de outras culturas, dependendo do ponto de vista da localização geográfica e da cultura.

Os sistemas de ensino ficam mais livres para reorganizar esses componentes curriculares. Também há um receio de que essa reorganização possa acabar acontecendo com o que o sistema e a escola têm disponível e não necessariamente com o que a região e a cidade demandam.

Mas se eu tenho profissionais já contratados e, entre aspas, "sobrando" em determinada área, existe uma preocupação do formato final.

Eu gostaria de agradecer e só falar, nessa reflexão, sobre a questão das perguntas que foram provocadas em relação a efeitos da LDB e prováveis danos. Eu enxergo que um processo de construção da legislação... Eu tive a oportunidade de, desde 2010, estar na Câmara Federal, e aqui eu convivo com pessoas que estão nesse mesmo debate. O processo de construção das leis é extremamente dinâmico, apresenta a correlação de forças que existem pela conjuntura do momento e dessa construção, pelo desenho. Então, eu entendo que a LDB foi o possível, naquele desenho de modelo político, com todas a idas e vindas. Chamo a atenção ao projeto que foi efetivado, o projeto do Darcy Ribeiro, que, na verdade, não era o que vinha do debate há muito tempo. Então, é como eu disse: ao longo do tempo, pequenas mudanças ou mudanças até de iniciativa parlamentar foram construindo alterações na LDB.

Eu acho que há discussão e avaliação da própria legislação, mas entendo que hoje o próprio plano nacional definiu regras muito maduras para todos os níveis e modalidades, tem estratégias e responsabilidades. Eu, em termos de leitura, Senador, acho que o nosso maior desafio é que o Plano Nacional de Educação, com toda a legislação que já temos disponível e em andamento, consiga não ser um instrumento de ficção científica, como eu ouvi de um ministro falando do antigo Plano Nacional de Educação: "É um plano de ficção científica e está numa gaveta."

Por mais que todos nós tenhamos pontos a criticar no plano nacional, eu entendo que ele é a referência que foi pactuada com o País e que tem que ser cumprido e ser desenvolvido com as aprimorações, com as possibilidades de avanço.

Eu estou à disposição. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Deputada Professora Dorinha.

Eu passo agora, para seguir a ordem, para o Prof. Célio.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero também agradecer o convite, Senador Cristovam, e cumprimentá-lo por esta iniciativa de pensar e repensar a LDB no seu 20º aniversário, também numa homenagem ao ex-Senador Darcy Ribeiro, e pela alegria de estar aqui, nesta Mesa, com a presença da Deputada Dorinha – acho que é uma das Parlamentares mais lúcidas da educação brasileira –; com o nosso colega antigo João Monlevade, de grandes lutas na educação brasileira; e com Antônio Barbosa, aqui do meu lado, que foi Secretário-Executivo de uma das boas gestões da educação brasileira, que foi a gestão Murilo Hingel.

Pensei muito na proposta do Senador Cristovam, de repensar a LDB, mas considerando o futuro. Então, foi pensando no futuro que eu fiz alguns apontamentos mais como pressupostos do que deveria ser uma nova Lei de Diretrizes e Bases para o Brasil.

Nesses apontamentos, consultei algumas obras de reflexão sobre a nossa sociedade, sobre o mundo de hoje, dei mais uma olhada naquele livro que está aí, um *best-seller* daquele italiano, Domenico de Masi, que o Senador conhece bem. E o título do livro dele vem muito a propósito desta audiência, que é *O Futuro Chegou.* É *O Futuro Chegou* que deve presidir uma nova LDB.

Nesse "Futuro Chegou", nós não podemos deixar de lado algumas coisas que vêm ocorrendo e que caracterizam este tempo nosso, tempo de uma crescente mobilidade internacional. Estamos vendo um grande contingente de pessoas do Oriente e da África procurando a Europa. São pessoas com desejos de mudança, com esperanças. Esse fenômeno também está chegando ao Brasil.

Não podemos deixar de lado uma famosa frase daquele filósofo grego Heráclito, quando ele disse que é nas mudanças que as coisas encontram repouso. Certamente isso não poderia ser dito no mundo de hoje, mas sobretudo uma colocação daquele sociólogo americano Wright Mills vem bem a propósito.

Nós estamos vivendo a mais avançada e temível das modernidades. Entre as suas características, um fantástico crescimento da sociedade civil organizada e das manifestações, a universalização, a globalização da resistência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a globalização da indignação, o apogeu das disparidades, o declínio do valor trabalho. É um mundo em que não existem certezas tranquilizadoras. É um mundo de uma geração de crianças e jovens que nós poderíamos mesmo falar de uma geração cibernética, novos valores e maneiras de pensar.

É por isso que nós precisamos de uma legislação que possa simultaneamente dar conta de uma nova visão humanista de desenvolvimento e também um contraponto disso, que é uma exacerbação dos mercados e do valor mercadológico da vida.

E aí nós temos assim alguns desafios realmente impressionantes.

A Deputada Professora Dorinha colocou muito bem a questão do professor. Aí eu fui consultar um texto daquele grande pensador docente da Universidade de Montreal, o Tardif, que diz o seguinte: esse professor de que nós precisamos hoje é um professor de vários saberes, é um professor que precisa de um saber disciplinar, de um saber curricular, saberes das suas experiências, da ação pedagógica, da cultura profissional, da cultura geral da própria tradição pedagógica. Como formar e valorizar esse professor constitui – isso também está na fala da Professora Dorinha – um dos grandes desafios de uma nova LDB.

Caminhando nessa direção, aproveito um antigo conselho daquele grande pensador da educação brasileira, o Fernando de Azevedo, que dizia que nós precisamos pensar a educação pelo menos em quatro planos: um plano local, um plano nacional, um plano regional civilizatório e um plano universal. Por isso não podemos perder de vista também esse contexto regional e nacional que estamos vivendo. Então surgem perguntas do seguinte tipo: como incluir com equidade milhões de crianças, jovens e adultos que estão na linha da pobreza ou até abaixo da linha da pobreza? Como garantir o cumprimento da obrigatoriedade de quatro a dezessete anos? E se fala muito hoje em escola integral, de desenvolvimento integral. Então surge a pergunta: é possível à escola garantir a formação integral de crianças e jovens? É uma pergunta até mais filosófica, não é? O que entendemos por formação integral?

Há o grande desafio da educação infantil. E me valho de uma antiga frase de um ex-Ministro da Educação, um grande intelectual, o Eduardo Portella, que dizia que o futuro da universidade se lança na pré-escola. O futuro do País, nós poderíamos acrescentar.

Outra pergunta: como ampliar a capacidade dos Estados e Municípios para gerir políticas públicas de educação, sobretudo dos Municípios? E aqui eu me valho de uma colocação daquele cientista político Fernando Abrucio, que disse que a Constituição de 88, numa penada só, deu autonomia para mais de 5.500 Municípios. O desafio agora é como capacitar esses Municípios para gerir políticas. Aí vem a pergunta: podemos deixar por conta desses prefeitos, boa parte deles prefeitos relapsos, a educação das crianças brasileiras?

Esse é um desafio que surge, porque a tendência é catorze anos de educação ocorrerem no nível municipal.

Outra questão: como gerar resultados de aprendizagem relevantes, equitativos e eficientes?

A questão do financiamento, que a Deputada Professora Dorinha já levantou... Terá o Poder Público condições de financiar as crescentes demandas da educação? Ainda numa entrevista recente, o Senador Cristovam disse que tem. Esse é um desafio do Parlamento.

Uma educação de qualidade custa mais dinheiro. Uma educação por tempo integral custa mais dinheiro, e numa época em que o Brasil está num período recessivo. Isso merece uma reflexão: o capítulo do financiamento. E nesse capítulo do financiamento, uma antiga ideia precisa voltar para a mesa, de valorizar uma discriminação positiva, até de o Estado dispensar uma atenção maior àquelas zonas de pobreza ou até de maior ignorância do País. Houve até um período na educação brasileira em que o Ministério da Educação, por pouco tempo, decidiu colocar a cota federal do salário-educação investida só nas regiões Norte e Nordeste. Há até uma história. Essa questão do financiamento é vital.

A questão da universalização da educação técnica, essas são as grandes colocações da Unesco. A educação profissional precisa ser cada vez mais generalizada.

Como garantir as habilidades necessárias para o desenvolvimento sustentável? E aqui surge uma questão fundamental sobre a qual nós precisamos nos debruçar, Senador. É uma questão séria. O sistema educacional brasileiro, do jeito que está organizado e montado, não tem condição de incluir todas as crianças e adolescentes na escola. O mundo mudou, as cabeças mudaram, as condições de vida alteraram-se. Não há condições.

Aproveito uma sugestão de um documento que também consultei, essa recente declaração da Unesco, feita na Coreia do Sul, de Incheon, na qual a Unesco recomenda uma revisão, uma maior abertura dos sistemas nacionais de educação para torná-los mais inclusivos. Então, um sistema educacional mais inclusivo para liberar o poder da educação, porque se não oferecermos escolas para todas as crianças e jovens nós não poderemos liberar a criatividade dessas pessoas. Um sistema precisa abrir novas portas e janelas para pegar todas as pessoas, mesmo oferecendo escolas, em algumas situações urbanas, até de madrugada, porque também o horário de trabalho mudou.

Então, essa é uma questão-chave de uma nova concepção de LDB, uma nova concepção de um Sistema Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de Educação. Ele não dá mais conta.

Só para dar um exemplo disso, veja a quantidade de jovens e adultos, são mais de 20 ou 30 milhões, atrás de EJA, e essa política de jovens e adultos que reprova, os alunos evadem. É uma das políticas que não tem dado certo no Brasil. E aí são milhões.

Nesse sistema educacional e em um regime federativo nós precisamos, também – acho que está embutido um pouco na fala da Deputada –, liberar os Estados, as unidades federadas, para inovações. Acho que não há problema em ter um sistema educacional em um Estado que seja diferente em outro. Há uma parte em que há unidade nacional, mas uma parte precisa ser liberada para que eles possam caminhar também. Essa questão, por exemplo, da reforma do ensino médio já poderia ter sido iniciada até em muitas unidades federadas. Então, nós precisamos admitir essas diferenças.

Tenho aqui uma sugestão. Acho que para o gabinete, Senador Cristovam, e também para Comissão de Educação, seria muito bom se fosse possível contratarmos uma consultoria para produzir um documento comparativo de sistemas de educação – pegando alguns países – e da legislação educacional de vários países. Isso não aparece em nossas discussões. Como está organizada a legislação em países como Austrália ou Nova Zelândia, que são países mais recentes e fizeram grandes inovações, ou até em um dos países mais tradicionais? Fazer um pouco de educação comparada no plano da legislação educacional. Acho que falta um pouco de a gente... Não para copiar, mas é sempre bom ver o que o vizinho exemplar faz, seguindo aquele antigo conselho daquele filósofo espanhol Ortega y Gasset, nessa linha. É preciso dar a um sistema educacional flexibilidade e versatilidade, com diversos caminhos e possibilidades para torná-lo mais inclusivo.

Em termos de futuro, surge uma questão também que nós temos que incorporar, uma educação intercultural. Certamente o ensino de línguas deve merecer, acho, uma atenção especial.

Uma nova LDB tem que ter um capítulo sobre qualidade e avaliação, até definindo ou conceituando o que é qualidade da educação.

Precisa ter um capítulo sobre a cooperação federativa, não só no plano executivo, mas incluindo os três Poderes. Há uma questão que nós não podemos deixar de tratar hoje, porque o direito à educação vem sendo objeto de uma vigilância cada vez maior do Ministério Público.

Então, hoje nós temos um novo ator na educação brasileira, que são os operadores de justiça.

Vários conflitos têm surgido nessa esfera e isso precisa ser pensado num regime de cooperação entre os três Poderes. Tentaram um avanço daquilo que até hoje não foi regulamentado e está no art. 23 da nossa Constituição.

É fundamental incluir um capítulo sobre competências adquiridas. A LDB já abriu um espaço para isso, mas os conselhos estaduais ou municipais ainda têm um certo temor, mas temos que valorizar hoje... Hoje a obtenção de conhecimentos não é mais apenas a escola; então, nós temos que prever que os conhecimentos podem ser obtidos em sistemas formais, em sistemas não formais e em sistemas informais. Nós precisamos valorizar esses conhecimentos, fazer uma espécie de uma certificação nacional desses conhecimentos, não só no campo profissional, mas também até no campo das habilidades gerais.

Hoje, com as pessoas neste mundo globalizado, com todas essas fantásticas novas tecnologias, nós não podemos perder essa chance de incluir um capítulo nessa direção.

O magistério – acho que já foi falado pela Professora Dorinha – é um capítulo fundamental. Aquela velha afirmação de que o professor faz a diferença, faz diferença; e nós não podemos deixar a educação brasileira sem um plano de longo prazo.

Na época em que o Cristovam foi ministro, ele começou até a elaborar um plano decenal de valorização docente para cada ano, para a gente ir marcando tentos, na elevação do salário, na formação, na melhoria da qualidade. Não dá para ocorrer do dia para a noite, mas eu acho que dá para planejar.

E, nesse sentido, uma nova LDB precisaria ter em mente, nos seus pressupostos, aquilo que uma vez foi dito, se não me falha a memória, no Equador, em um seminário sobre a educação. Acho que foi um reitor do Equador, se não me falha a memória, que pronunciou uma frase que eu nunca me esqueci: "Nós precisamos de uma urgência de longo prazo". Então, nós temos que planejar a educação e executar.

Nós temos que definir, nessa LDB, os padrões mínimos de funcionamento de uma escola. Cristovam sempre diz, até peguei esse exemplo, que se a gente pegar todos os bancos do Brasil, no Brasil eles têm um padrão mínimo, por que a escola também não pode ter um padrão mínimo de funcionamento, seus equipamentos, sua infraestrutura didático-pedagógica? E avançar. Não é para conseguir da noite para o dia, mas ter a meta de padrão mínimo que se deve atingir.

Um capítulo sobre a educação à distância. Não se pode mais ignorar essas novas tecnologias, essa geração, agora, de crianças e jovens, essas novas maneiras de pensar. Isso tem que ser profundamente pensado e repensado numa nova lei.

E sobre a educação superior? Eu sei que o que vou dizer aqui é polêmico, mas não sei se não seria o caso de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

lei para a Educação Básica e outra para a Educação Superior. Mas é uma questão que pode ser repensada. Eu sei que é polêmico, mas especificamente em relação à educação superior, em relação às universidades federais, há uma questão que vem se arrastando no Brasil desde os anos 60, final dos anos 60, quando foi aprovada a Lei nº 5.540. E, na época, os militares perderam a grande chance, porque a Lei nº 5.540, de 1968, abriu a possibilidade de as universidades federais se transformarem em autarquias especiais, e isso nunca foi regulamentado. Veio a Constituição de 1988 e uniformizou tudo. As universidades não podem ser tratadas somente como outra instituição. Elas têm uma característica especial.

Então, hoje nós temos uma grande competência nas universidades federais, nas universidades públicas. Nós não estamos conseguindo transformar essa grande competência, até para o desenvolvimento do País, para alavancar o desenvolvimento do País, gerar mais patentes, gerar mais *royalties,* aproximar mais a universidade da empresa, da indústria nacional, dos setores produtivos.

Nós precisamos de universidade com autonomia, da mesma forma também que precisamos ampliar, mesmo na Educação Básica, a autonomia da escola. É outra questão que uma nova LDB não pode deixar de lado.

E, por último, encerrando esses apontamentos, essas colocações, a Educação Nacional, isso poderia ser previsto numa legislação, embora esteja embutido em vários instrumentos, mas poderia ficar mais claro... Até repetindo uma antiga ideia, a de 1827, quando surgiu aquela lei de 15 de outubro que, lamentavelmente, não foi para frente, eu acho que o Congresso Nacional deveria, pelo menos de dois em dois anos, ter um relatório da situação da Educação Nacional e, discutido publicamente esse relatório, fazer um monitoramento da educação nacional.

E por que eu estou dizendo isso? Porque uma verdade precisa ser dita, com todos os defeitos que possam ter as nossas críticas ao Parlamento, mas o Parlamento brasileiro, nos últimos anos, aprovou documentos importantes para a educação brasileira. Aprovou a LDB, aprovou a Emenda nº 53, aprovou a Emenda nº 59, aprovou dois planos nacionais de educação, aprovou uma série de modificações na LDB, que a Professora Dorinha mostrou. Eu acredito que de uma maneira ou de outra o Parlamento até tem cumprido o seu papel. O que tem falhado no Brasil é o Executivo, é a execução dessas leis e desses planos.

Então, o Congresso Nacional, periodicamente, avaliando, monitorando e colocando a público os avanços e pendências da educação brasileira daria uma grande contribuição. E uma nova LDB deveria ter esta dimensão: de representar e de constituir um ponto central para alavancar a educação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Prof. Célio.

Eu passo a palavra para o Prof. Antônio José Barbosa.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA – Bom dia a todos. Por natural, eu gostaria que as minhas primeiras palavras fossem de sincero agradecimento à Comissão de Educação do Senado, na pessoa do Senador Cristovam Buarque, pela amabilidade do convite para que eu estivesse participando desta reunião.

Eu me sinto um pouco constrangido aqui na mesa, porque eu sou o único não especialista em educação e eu vejo à minha direita o João Monlevade, que tentou, durante muito tempo, me explicar os mecanismos de financiamento da educação e, apesar do brilhantismo do professor, eu tive muita dificuldade de compreender.

A Professora Dorinha, com quem mantive contatos já há algum tempo, ela, no âmbito do Consed, do Conselho Nacional de Secretários de Educação, e eu, como Secretário-Executivo do MEC. E aqui, o Célio da Cunha – eu vou fazer uma confissão muito breve e espero que ele não me leve a mal, até porque isso pode denunciar a nossa longevidade – foi o meu primeiro chefe em Brasília, no final dos anos 70, quando eu fiz o concurso para técnico em assuntos educacionais e lá fiquei por dez anos. Então, eu trago de Célio não apenas o respeito profissional, mas o carinho fraterno de quem aprendeu muito com ele.

Eu disse que não sou especialista em educação, aliás, eu não sou especialista em nada, mas eu preciso advertir aos senhores e às senhoras a respeito da minha própria trajetória. O fato de que o que eu mais me orgulho profissionalmente reside na condição de professor há 43 anos. São 43 anos em sala de aula e tive a ventura de atuar em todos os níveis: do Ensino Fundamental, passando pelo Ensino Médio, e chegando à Educação Superior, em que me encontro hoje, na Universidade de Brasília. Mais ainda, eu tive uma ventura, uma felicidade – que não é dada a todos – de, ao longo desse período, praticamente todo, ter conseguido conciliar as minhas funções docentes em sala de aula com a de profissional técnico da área da educação, inclusive assumindo funções de responsabilidade na gestão do sistema.

Isso, de certa forma, me deu uma certa capacidade de compreender um pouco melhor – por dentro inclusive – os mecanismos de funcionamento do nosso sistema educacional. Mas, acima de tudo, eu sou um professor de história. Há 43 anos eu dou aula de história. E o que eu vou falar aqui muito brevemente – é claro – vai estar profundamente contingenciado por esse meu ofício, por essa minha formação.

Aliás, o Célio lembrou aqui de Ortega y Gasset, eu lembro de uma frase dele profundamente marcante: "Eu sou eu e as minhas circunstâncias". Que, de certa maneira, é uma repetição de Marques, segundo quem a história é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

feita por nós, mas não necessariamente como queremos.

Então, essa circunstância maior da minha trajetória profissional, que é ser professor de história, vai estar referenciando todos os pontos de vista que vou externar aqui.

O primeiro deles diz respeito ao segundo aspecto, que, aparentemente, é teórico, mas que tem um profundo significado prático.

Como historiador, eu aprendi que a nossa função é tentar compreender, jamais julgar, a trajetória dos seres humanos aqui, na Terra, através do tempo. Então, o tempo, nas suas mais diversas dimensões, é, na verdade, o grande parâmetro a partir do qual nós procuramos entender a trajetória das sociedades e da própria Humanidade.

Aprendi, ainda, que esse tempo histórico pode ser dividido em três grandes momentos: o tempo curto, que a gente pode traduzir como da conjuntura, aquele que representa o fato que acontece em determinado momento, o tempo médio, que é aquele que vai levar algum tempo para ser decantado, e, por fim, o tempo longo, que é exatamente o tempo da longa duração.

Não é fácil compreender isso, não. E quando a gente começa a entender essa dimensão temporal, a gente percebe que a vida da Humanidade, portanto a vida de todos nós, está marcada por essa longevidade temporal, em que as mudanças acontecem, como diria o Heráclito, citado pelo Célio.

As mudanças acontecem, mas de uma forma quase imperceptível. Mas há determinados momentos em que essas mudanças se aceleram, não apenas em termos de rapidez, mas também em termos de profundidade. Quando isso acontece, a gente costuma dizer que está vivendo tempos de revolução, que são transformações radicais, que não ficam e não se contentam com a epiderme, com a coloração de uma parede, mas com a sua estrutura, a estrutura que a mantém.

Eu diria que, no caso do Brasil – e vou chegar à educação já, já –, nós vivemos uma experiência que chama a atenção inclusive de especialistas internacionais: o fato de que nós transitamos de uma sociedade profundamente arcaica, de uma realidade histórica profundamente tradicional e por detrás desse arcaísmo e dessa tradição profundamente excludente para uma outra realidade num espaço de tempo muito curto.

Eu vou dizer, talvez correndo o risco de certo exagero – mas isto é natural neste momento –, que, a partir de 1930, sobretudo em face das circunstâncias geradas pela Segunda Guerra Mundial, o Brasil entrou na modernidade. Ele vai se transformando de forma atabalhoada, numa correria impressionante, numa celeridade fora do comum, mas vai se transformando.

Eu vou dar um dado que não sei se todos aqui conhecem ou se já foram levados a atentar para ele que me parece muito significativo e emblemático dessas mudanças rápidas e radicais que nós conhecemos.

Num espaço de apenas 20 anos – e você há de convir comigo que, na dimensão temporal da história, 20 anos é um átimo de segundo –, entre 1950 e 1970, 39 milhões de brasileiros migram do campo para a cidade. Para você entender a dimensão desse número, não se esqueça de que, em 1970, quando ganhamos o tricampeonato no México, nós éramos 90 milhões de brasileiros.

Pois bem. Nesse conjunto de 90 milhões, 39 milhões eram homens e mulheres acompanhados de 10, 15, 20 filhos que saíam do campo em direção a uma vida nova dentro da cidade. Essa transformação não parou mais. Pelo Censo de 1950, cerca de 70% da população brasileira vivia no campo.

Cinquenta anos depois, o que também é muito pouco, o Censo de 2000 nos mostra uma proporção extraordinária: 82% da população brasileira vivendo nas cidades.

Eu começo esta minha exposição com estes dados para que a gente possa levar e mente, ter em consideração, em primeiro lugar, o grau de transformação e a rapidez com que essa mudança ocorre no nosso País, e é claro que isso vai afetar a educação.

É bastante comum, quando falamos com pessoas de mais idade, um certo suspiro ao dizerem que "a educação no meu tempo era muito boa". Eu até posso concordar. Ela devia ser muito boa mesmo, mas atendia uma parcela muito pequena da população brasileira, porque a grande maioria estava excluída.

A partir do instante em que esses 39 milhões de brasileiros vêm para a cidade, as demandas que eles vão apresentar são muito sérias, porque vão envolver moradia, emprego, mobilidade, saúde, segurança e, sobretudo, educação.

No fundo, no fundo... Não existe nenhum dado empírico, não existe nenhum estudo científico sobre isso, mas eu posso intuir que, quando esses milhões de brasileiros estão vindo para a cidade, no fundo, no fundo, o que pais e mães estão desejando é que seus filhos tenham uma vida melhor do que a que eles tiveram, e eles compreendem que a primeira possibilidade, o primeiro caminho a ser trilhado para que essas condições de vida dos filhos sejam infinitamente melhores do que a dos pais é o da educação. E aí começa uma pressão sobre o sistema educacional público no Brasil, que perdeu a grande chance de dar essa resposta.

Quando eu me lembro, por exemplo, dos 21 anos do Regime Militar, eu percebo que, em face das condições orçamentárias existentes, o Regime Militar, independentemente do governo, fez uma opção: ou eu construo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

escolas, ou eu pago condignamente os professores. Está certo, Prof. João Monlevade? E a opção escolhida a gente já sabe qual foi: fisicamente, as escolas foram se multiplicando e a degradação do magistério foi ficando cada vez mais evidente.

Bem, mas e a LDB?

Eu começo fazendo uma confissão correndo o risco de até não ser compreendido: eu não gosto de uma tradição cultural latina, da qual somos tributários, que recebemos desde o século XVI, segundo a qual a lei pode tudo. É como se a lei tivesse a capacidade supra-humana de moldar a vida das pessoas e da própria sociedade e, no limite do raciocínio, partir do pressuposto de que nós cidadãos não somos capazes de gerir nossa própria existência, de fazer nossas escolhas, de assumir nossas atitudes. Então, essa tradição, que é, basicamente, latina – não é apenas latina, mas é, basicamente, latina –, parte do pressuposto de que, sem lei, não há vida. Então, tem que haver lei para tudo, de preferência leis bastante extensas. E, na medida em que elas se tornam bastante complexas, elas vão se tornando cada vez mais difíceis de serem aplicadas. Não é que eu pense que o Brasil não precise de uma LDB. Não! Eu acho que precisamos de uma lei geral da educação. Até estou propenso a acreditar que uma lei geral para a educação básica seria uma excelente oportunidade de conferirmos a ela, em termos reais, em termos concretos, a importância que apenas retoricamente ela costuma receber ao longo da passagem do tempo.

Então, que fique bem claro: eu não sou contra a existência de uma LDB, mas tenho muito medo de que uma LDB... Nós tivermos experiência nos dois casos que a história contemporânea do Brasil apresentou. A primeira delas foi o projeto iniciado no final dos anos 40 e que só conseguiu se tornar lei no governo João Goulart, no início dos anos 60, e a experiência mais recente que por dever de ofício eu acompanhei. Em 1988, na euforia da promulgação da Constituição cidadã, o então Deputado Octávio Elísio, de Minas Gerais, apresentou um pioneiro projeto de LDB. Eu vou repetir: outubro de 1988. Essa LDB, profundamente diferente daquilo que havia marcado o início da sua tramitação, só conseguiu virar lei em 2006.

Nos dois casos, eu aprendi e eu aprendi...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 1996.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA – 96, perdão.

E nos dois casos, eu aprendi, não pelo saber da teoria, mas pela vivência, pela prática, pela práxis, que quando se trata de formular uma grande lei para educação, aquela tramitação se transforma num palco iluminado para que os interesses, os mais diversos, no mais das vezes conflitantes, possam se apresentar. A longa duração da tramitação da primeira LDB, apesar de vários aspectos terem sido apresentados ao longo dela, no fundo, no fundo, crispava-se por uma questão profundamente ideológica: é saber se o ensino deveria ser laico ou se ele permitiria uma presença muito forte do componente religioso.

Eu até entendo o contexto histórico. Era o momento em que a igreja católica não apenas tinha uma hegemonia religiosa, mas uma vigorosa posição ou participação política, e é exatamente por esse choque entre defensores da laicidade do sistema educacional e da religiosidade presente nele que essa LDB demorou tanto. No caso mais recente, isso eu vi porque quando eu fui nomeado Assessor Especial do Ministro Murílio Hingel ele foi claríssimo:

> Você vai ter uma função, você vai se transferir de armas e bagagens para a Câmara dos Deputados e vai ser o representante do Executivo em todas as discussões nas Comissões que estão tratando do projeto de LDB.

Então, eu vivi, eu experimentei essa tramitação e confesso que só no final, quando finalmente o projeto conseguiu ser arrancado da Câmara e vir para cá, eu compreendi porque ele tinha demorado tanto. A gente se enganara pensando que aspectos pontuais, aqui ou ali, pontos defendidos por representantes de corporações que atuam na área da educação é que estivessem travando o projeto. No final eu entendi. E entendi quando ouvi, com todas as letras, a explicitação de um ponto de vista feito pelo então volumoso Deputado Roberto Jefferson, que representava os interesses da iniciativa privada no sistema educacional. Ali eu entendi o que tinha travado todo aquele processo. No fundo, no fundo, era a questão do financiamento. Mais do que isso: era a questão de como o dinheiro público poderia ou deveria ser utilizado na educação, se seria exclusivo para as escolas da rede pública ou se poderia também ser entregue a outro tipo de instituição. Uma longa discussão gerou conceitos como escolas comunitárias, escolas convencionais, escolas privadas propriamente ditas.

Eu estou tentando não repetir a belíssima exposição da Deputada Professora Dorinha, que na verdade historiou a LDB, mas estou querendo apenas dizer o seguinte: se partirmos, como um dia vai acontecer, para uma nova lei geral da educação brasileira, que estejamos preparados para que esse tipo de interesse se faça muito presente, vivamente presente. E, aí, a gente chega num outro ponto. Vocês podem não concordar comigo, mas a Nação brasileira, a sociedade brasileira... E isso foi gerado desde o século XVI, atravessou toda a colônia, rompeu todo o século XIX em que vivemos sob um regime monárquico, e atravessou toda a história da república. Nós somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma sociedade profundamente corporativa e isso nos impede de enxergar o todo.

Eu não estou dizendo que as corporações não devam existir, mas o que estou pedindo é um pouco de compreensão para o fato de que, por mais legítimos que sejam os interesses pontuais, acima deles deve estar sempre presente o interesse coletivo, que vai representar a própria sociedade nacional. Então, esse é um grande perigo, perigo esse que se materializou na Constituição de 88. Eu confesso, a melhor de todas que tivemos, mas, no entanto, eivada de problemas que dificultam inclusive a própria governabilidade e, em larga medida, esses problemas derivam do forte jogo de pressão dos diversos setores que se fizeram ouvir. É democracia? É, mas eu penso que deveria haver um determinado ponto que não poderia ser ultrapassado, sob pena de prejudicar o todo.

Eu não vou esquecer nunca que na Constituição, a lei maior do País, foi colocado um dispositivo dizendo que o Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro, deveria fazer parte do sistema federal. Ou seja, eu até concordo, eu quero que o Pedro II, até a consumação dos séculos, continue sendo federal, mas eu pergunto: isso é matéria constitucional ou nós estamos, de certa maneira, depravando o próprio conceito de lei maior? É esse o meu medo em relação à feitura de uma lei tão importante que, embora seja ordinária, uma lei comum, tem uma importância capital, que é a LDB.

Eu tenho talvez um último comentário a fazer. Eu confesso a vocês que o federalismo brasileiro é de uma perversidade inigualável. A única Constituição verdadeiramente federalista ou federativa que nós tivemos foi a primeira da República, 1891. O federalismo estava estampado até no nome oficial que deram ao País: Estados Unidos do Brasil. Ou seja, o Brasil deveria ser entendido como uma Federação, em que as unidades que o compunham, que seriam os Estados, as antigas províncias, teriam um raio de atuação bastante amplificado. A partir daí, tivemos uma sucessão de constituições que, na verdade, refletiam os trancos e soluços que marcam a nossa história republicana. Veio 1934; 1937 de triste memória, é a polaca que nos instituiu uma ditadura escancarada; 46 que abre as portas de uma redemocratização no País; a de 67 já em pleno regime militar; e a emenda de 69, que na verdade é uma verdadeira constituição, porque ela incorpora integralmente um instrumento de exceção maior que nós conhecemos, que foi o Ato Institucional nº 5. E por fim tivemos a Constituição de 1988.

Ao estudar a história do Brasil contemporâneo, que é a minha paixão, eu tive o cuidado de estabelecer uma espécie de gráfico, uma espécie de paralelo de como o federalismo aparecia em cada uma dessas constituições. E o resultado era aquele que eu já previa, que eu já intuía e que confirmei. A cada constituição, depois de 1891, aumentava-se, ampliava-se o raio de ação do Executivo central, isto é, da União, do Governo Federal. E com um detalhe: mantém-se retoricamente a Federação. Exceto no Estado Novo, obviamente, porque ali era um Estado verdadeiramente unitário, mantém-se a ideia, o conceito, o princípio de Federação, mas na prática isso é manietado, na prática isso é decepado.

Eu falei há poucos minutos da perversidade intrínseca deste nosso federalismo. Eu lhe dou um exemplo: quando se trata de dinheiro, isto é, quando se trata daquilo que se arrecada, o grande bolo pertence à União, que vai estabelecer os seus critérios, que podem até ser justíssimos, não estou entrando no mérito, mas que vai estabelecer os seus critérios para distribuí-los. Em compensação, o federalismo funciona a pleno vapor na saúde e na educação. Na saúde e na educação, a responsabilidade precípua é transferida para os Estados e Municípios. A questão que se coloca é a seguinte:...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA – É, para a educação de base, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA – Porque está diretamente ligado ao jogo de pressão na própria Constituinte.

Muito bem, a questão que se coloca é esta: não está na hora de numa nova LDB, ou em qualquer outro instrumento legal, nós avançarmos na definição clara, precisa do que vem a ser esse fantasmagórico regime de colaboração? Que em termos retóricos é muito bonito: "União, Estados e Municípios devem atuar em regime de colaboração." Mas e em termos práticos? Onde é que está, para a educação básica, como o Senador lembrou muito bem, para a educação básica, onde é que está a responsabilidade da União? E quando eu falo de responsabilidade, eu quero uma União que não pense o Brasil abstratamente, mas que pense o Brasil de pés no chão, com as salas de aula que o País tem.

Quando eu era Secretário-Executivo do MEC, eu levei um susto, um susto. Eu já confessei no início que não entendo nada de financiamento, mas eu levei um susto quando descobri que cerca de 80% dos recursos do Tesouro que compunham o orçamento do Ministério da Educação eram para a educação superior. Restavam então cerca de 20% dos recursos do Tesouro para todo o ensino fundamental, para todo o ensino médio. Eu não acho isso apenas errado, não; eu acho isso imoral. E de certa maneira retrata muito bem esse caráter excludente da nossa história, desde a colônia até os dias de hoje.

Bem, eu tenho a impressão de que o que eu gostaria de dizer, em breves palavras, era exatamente isso. Mas há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

último aspecto que eu quero salientar. Eu acho que todos nós estamos de acordo, sejamos ou não especialistas em educação, que jamais será possível uma escola funcionar bem se ela não tiver uma boa direção e se ela não tiver bons professores. Quer dizer, professores preparados de forma conveniente.

E aí eu falo de preparação inicial, eu falo de preparação continuada. E que sejam também avaliados, como eles avaliam todos os dias os seus próprios alunos. Eu acho que essa é a questão crucial.

E nesse ponto, perdão, sem querer ofender ninguém, eu deploro os descaminhos que em grande parte as nossas faculdades de educação teimaram em trilhar. Se nós observarmos como se dá a formação dos professores nos cursos de licenciatura e nas faculdades de educação, a situação é trágica, sobretudo nas maiores universidades, porque nas maiores universidades, as licenciaturas praticamente abandonaram a sua preocupação em formar professor. Na verdade, os cursos de graduação, inclusive os de licenciatura, acabaram se transformando em cursos monográficos, em que os professores doutores vão trabalhar com a sua área de interesse, para formar inclusive futuros pesquisadores. Então a responsabilidade em tese foi transferida para a faculdade de educação. E com as exceções honrosas de praxe, o que as faculdades de educação insistem em continuar fazendo é uma ênfase – para mim absurdamente exagerada – nos aspectos teóricos da educação, abandonando por completo a realidade, tanto do professor, quanto do próprio aluno. Eu acho – eu devo estar fazendo uma caricatura, e vocês me perdoem –, mas eu acho que o Brasil deve ser o País com a maior proporção *per capita* de teóricos de educação do Planeta. Teóricos, teóricos. E vamos patinando, patinando, patinando.

Agora, se você me perguntar se eu acredito que vai haver mudança, é claro que sim, até porque a sociedade está se levantando. Eu acho que o que começou em junho de 2013 dá um recado. As coisas ainda estão difusas? Estão. As coisas ainda estão muito na superfície? Estão. Mas elas começam a acontecer. E vai chegar à educação.

Eu termino dizendo para vocês que como historiador, eu posso até não alimentar expectativas; mas jamais vou perder a esperança, porque no dia em que eu perder a esperança, eu desisto da minha profissão. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Prof. Antônio.

Eu passo a palavra agora a outro Antônio, o Monlevade, que como todos conhecemos, é também João Antônio Cabral.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Um bom dia a todos nós. Como é de praxe, mas neste momento é mais ainda de coração, uma gratidão muito profunda à Comissão de Educação, especialmente ao Senador Cristovam, porque eu fui doze anos consultor legislativo, ao lado do Antônio Barbosa, e nunca tive a oportunidade de participar de uma audiência pública. Depois que eu saí do Senado, o Senador já me viu uma vez numa audiência sobre o financiamento da educação, de boa lembrança.

Também gostaria de fazer um pequeno registro: que esta Mesa para mim é uma Mesa de muita familiaridade. Não no sentido de família, mas no sentido de proximidade. Graças ao Célio da Cunha, eu era um professor escondido, de práticas agrícolas, a 300km de Cuiabá, e ele manda um fusquinha azul da UFMT me procurar para eu assumir uma disciplina no curso de Pedagogia, sem a qual – não é, Sérgio? – os alunos não podiam se formar. E que disciplina era essa? Era a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, em 1972, para a aplicação da Lei nº 5.692. O Célio e outro colega acharam que a minha experiência em Arenápolis, que está na minha tese, na minha dissertação de Mestrado, e depois vou presenteá-la aos quatro companheiros da mesa, eram o meu credencial.

Eu brinco comigo mesmo que embora eu desconfie muito desse notório saber como critério de profissionalidade, não de licença de lecionar, absolutamente, mas de profissionalidade, acabou que o meu escondido saber, Sérgio, transformou-me de professor de práticas agrícolas do Ensino Fundamental em professor da universidade.

Com o Antônio Barbosa eu privei de toda a sabedoria, simpatia e competência na Consultoria. Éramos do mesmo corredor na Consultoria. Acabei de lembrar à Dorinha que conheço a mãe dela, militante também da educação em Goiânia. Sei da preocupação que a Dorinha tem com a educação, que provou nos anos em que foi secretária em Tocantins.

Quero começar, Dorinha, como uma homenagem a você, contando uma rápida historinha da minha vida quando criança. Eu era aluno de um colégio famoso de Campinas chamado Colégio estadual Culto à Ciência, onde se formaram Santos Dumont e Campos Sales, para vocês verem como as escolas públicas daquele tempo tinham um alto grau de elitismo e seletividade. Tinha passado no exame de admissão e estava um dia numa aula de religião. Surpreendentemente, fui expulso de sala, a professora não aguentou as minhas perguntas e me expulsou da sala de aula. Eu procurei me esconder entre a porta e o corredor, com medo que passasse algum inspetor de disciplina, mas não teve jeito. Antes do sinal do recreio, passou o Sr. Orlando Carpino, que perguntou: o que você está fazendo aí, Joãozinho? Eu falei: não sei, só sei que fui expulso pela professora. Aí ele me disse, Dorinha: então, tenho de levar você para o Telêmaco. Telêmaco era o Diretor da escola, Telêmaco Paioli Melges, Colégio estadual Culto à Ciência. Subimos dois lances de escada. Entrei naquela sala enorme, cheia de mesas e sofás, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de pé, recebi a sentença. – Carpino, busca a caderneta dele, porque são três dias de suspensão. Menino, você só pode voltar aqui com a assinatura do seu pai e da sua mãe. Aí lá vai o Orlando Carpino para o portão da escola – por coincidência até hoje é mais ou menos assim –, que estava trancado com correntes e cadeados. Com muita paciência, ele abriu o portão, virou-se para mim e disse: Joãozinho, daqui a três dias eu te recebo de braços abertos.

Quando olhei para ele, eu me surpreendi, pois ele estava com duas lágrimas saindo de seus olhos. Eu sempre conto esse fato, nas minhas palestras pelo interior do Brasil – e esta semana estou indo para Itaperuna, para Diamantina, em Minas Gerais, para Montanha, no Espírito Santo, e para outros lugares deste País –, para fazer a seguinte pergunta: nesse episódio, Senador Cristovam, quem foi o meu melhor educador? A professora, o gestor, o Diretor, Antônio Barbosa, ou o Sr. Orlando Carpino, o escondido e invisível funcionário escolar? Normalmente, todo mundo diz que quem me educou mais foi o Carpino, porque ele, realmente, foi ao fundo do meu coração. Aquelas lágrimas não são só uma questão de pena, porque ele estava com dó de mim, era a impotência dele de, diante do sistema, advogar que eu não merecia aquela suspensão. Isso eu fiquei sabendo depois. Hoje, fico muito feliz, Dorinha, porque nós, na LDB, conseguimos fazer uma mudança muito importante no art. 61, sobre os profissionais da educação, e peço muita atenção a isso. O projeto original do Jorge Hage que chegou a esta Casa previa as três categorias: professores, pedagogos, que antigamente se chamavam de especialistas em educação, e funcionários de escola. Diga-se de passagem, que a palavra "funcionário" não pode ser usada porque os professores também são funcionários públicos. De qualquer maneira, estão na enumeração das categorias. Por uma emenda do Senador Roberto Freire à época, foi retirada a terceira categoria aqui no Senado. Assim foi sancionada a lei, em dezembro de 1996, e, em 2009, graças a uma funcionária de escola que se tornou Senadora, o Senhor deve se lembrar, Fátima Cleide, tivemos um projeto de lei que foi unanimemente aprovado. Hoje, os dois milhões de funcionários de escola, desde que formados pedagogicamente, como tem o nosso projeto para funcionário, que a Professora Dorinha implantou e deu todo apoio em Tocantins, eles são considerados também profissionais da educação. Embora, Antônio Barbosa, eu concorde com você sobre a importância fundamental do professor, para que uma escola eduque bem, para a democracia, é importante que os educadores sejam reconhecidos todos como tal, formados em pé de igualdade, porque, enquanto houver descendentes de escravos, e a maioria dos funcionários é de negros, descendentes de indígenas, que foram espezinhados, que foram, inclusive, objeto da primeira aula no Brasil, no dia 22 de abril de 1500, quando foram seduzidos pelo machado, pelo facão, pelo anzol, e passaram a se integrar na Era dos Metais, eles que estavam ainda na Era da Pedra Polida...

Não é? Mas olha só, Antônio Barbosa, eles realmente ficaram seduzidos. Lá está a carta de Caminha muito clara. Com um pequeno detalhe: levavam quatro, cinco dias para derrubar uma árvore, e tudo bem, e, agora, com machado de aço, 15, 20 minutos. A diferença é que, depois de quatro dias de derrubada a árvore com um machado de pedra, a árvore era deles: era uma canoa, era o esteio de uma oca. E, com o português, a árvore teve que ser entregue, o pau-brasil que dá nome ao nosso País, teve que ser entregue, Célio.

Então, a primeira aula foi muito terrível. Os indígenas perceberam que não era bom estar na companhia dos portugueses e passaram, sistematicamente, a fugir do litoral, e, de 3 milhões, foram reduzidos a 300 mil, graças a essa conquista, essa colonização, que a atual maioria, entre aspas, "branca", pelo menos, na academia, interpreta de uma forma muito afável, mas foi uma verdadeira invasão, uma verdadeira espoliação. Muito pior ainda foi a aula com os negros. Sem LDB, naquele tempo, como se transmitiu a cultura para os negros? Através da prisão, dos grilhões que os acorrentavam desde a viagem da África. Portanto, a palmatória teve um precedente muito mais grave, que foi a corrente.

Bom, feitas essas considerações, eu gostaria de dizer o seguinte: cheguei aqui, hoje, um pouco assustado, porque, depois de 55 anos de motorista, atropelei um cidadão e estou com a imagem ainda muito forte na minha imaginação, ali no entroncamento da Avenida Hélio Prates, no antigo Tatico: eu vinha normalmente 50km/h, sinal verde, daqui a pouco, vejo aquele senhor estourando no meu vidro, e, imediatamente, parei, etc. Aí, percebi uma coisa triste: as ruas do Distrito Federal são feitas para carros, não havia faixa de pedestre, não havia semáforo para pedestre, é praticamente impossível. E o rapaz do Detran me falou depois que chegou: "Nesta esquina aqui, as ocorrências são diárias de atropelamento." E temos uma lei que manda gastar 10% dos recursos do Detran com educação para o trânsito, mas não é cumprida. Então, começo por aí.

A LDB, já foi muito comentado aqui, é fruto de um momento de conflitos na nossa sociedade. O projeto que veio da Câmara conflitava com o substitutivo do Darcy Ribeiro. Em vários momentos, isso ficou bastante claro, e o texto final, como diz o nosso colega Jamil Cury – que recomendo, inclusive, Senador Cristovam, que, algum dia, seja chamado para um depoimento sobre a LDB, porque o considero o maior conhecedor da legislação educacional brasileira –, a LDB é um texto biunívoco, não está resolvida, é necessariamente modificável, não se equilibra porque há coisas dela que conflituam com ela mesma em várias questões, inclusive com normas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

constitucionais.

Vou dar só um exemplo, a questão do piso salarial, não sei se a Dorinha se lembra, que está no art. 67 da LDB como uma prerrogativa dos sistemas de ensino. Não é piso salarial nacional, conforme está na Constituição, no art. 206. Então, a LDB precisa ser corrigida urgentemente sob esse aspecto, senão a PEC 241, daqui a pouco, vai acabar com o piso salarial porque cada Estado, cada Município não vai ter mais o recurso de impostos vinculados de acordo com 25%, etc., pelo art. 105. Assim, como esse dispositivo, existem outros. Por exemplo, tivemos uma emenda maravilhosa que nos colocou no primeiro mundo em relação ao ensino obrigatório. Hoje, o ensino obrigatório, ao contrário de 30 anos atrás, é dos quatro aos 17 anos. Costumo dizer que é até os 18, porque quem está no terceiro ano com 17, só vai se formar no ensino médio com 18.

Então, muito bem, só que a LDB não assimilou isso ainda, inclusive, outro dispositivo constitucional, de que é a questão da não oferta do ensino obrigatório ou a oferta irregular é responsabilidade civil da autoridade. Ora, no próprio texto, referiu-se a ensino fundamental, agora não, agora temos desde pré-escola até o ensino médio. Então, estamos convivendo, por exemplo, com esse escândalo de 1,5 milhão de jovens de 15 a 18 anos fora da escola e, graças a Deus, fora do trabalho, porque há gente que também está achando que o pessoal de 15 a 18 anos deveria estar trabalhando. Nunca fui contra o trabalho, inclusive, minha dissertação é sobre isso, sobre o trabalho produtivo no ensino de primeiro grau, mas é uma coisa, no mínimo, estranha, as pessoas estarem colocando como negativo que os jovens, ou melhor, os adolescentes não estejam trabalhando.

Outra questão que já foi falada pelos meus antecessores aqui é sobre o Plano Nacional de Educação. O art. 214 da Constituição, que foi escrito, se não me engano, a partir – Antônio Barbosa, tenta lembrar – de um esforço do Florestan Fernandes, que é sobre o Plano Nacional de Educação, foi acrescido daquele inciso sobre o percentual do PIB, e o Plano Nacional de Educação colocou 10%. Então, pergunto para vocês? Estamos, no momento, gastando mais ou menos entre 5% e 5,5% do PIB em educação. Com a PEC 241 que limita os gastos e só pode ter aumento com o índice inflacionário, o que vai acontecer? Não vamos poder sair desse patamar, a não ser que continue a haver queda do PIB, porque, se o PIB for caindo, é claro que o percentual vai aumentando, mas de uma forma tenebrosa – não é verdade? –, no mínimo.

Outra questão muito séria é que a Professora Dorinha fez uma colocação, que eu me permito não corrigir, mas aperfeiçoar. Ela dizia assim: "A LDB não trata muito do financiamento." Trata, sim. Desde o art. 68 até o art. 73, é sobre o financiamento. E o art. 68 tem uma memória muito interessante. Na versão do Darcy Ribeiro, Senador Cristovam, os *royalties* do petróleo estavam lá. Era o último item. O imposto tal, e aí vinha contribuição social do salário-educação e *royalty* do petróleo, só que o pessoal do Rio de Janeiro ficou meio assustado, porque aquilo ia ter que ser dividido, e tirou aqui no Senado. O art. 69 teve um processo de avanço maravilhoso, porque o art. 69 da LDB regulamenta o art. 212. O que diz o art. 212? Ele diz que a União vai gastar pelo menos 18% das suas receitas liquidas, e os Estados, Municípios e Distrito Federal, 25%. O que diz a LDB? Ela repete esse *caput*, dizendo mais para frente no próprio *caput*: "...ou o que determinarem as constituições estaduais e as leis orgânicas municipais."

E aqui quero fazer uma referência muito interessante aos meus conterrâneos de São Paulo. Se não fosse isso, a Unicamp, a USP e a Unesp não poderiam existir, porque elas elevam o percentual de São Paulo até 30%. A UEG, em Goiás, não poderia existir, porque a Constituição Estadual de Goiás também eleva a 30% o mínimo.

E há mais uma – e isso não é cumprido. O §5º do art. 69 diz que os valores referentes a esses percentuais têm que ser repassados de dez em dez dias – emenda José Serra em cima de uma emenda Suplicy, no plenário do Senado – para o órgão responsável pela educação. No Ministério da Educação, quando era Ministro, o senhor recebia de dez em dez dias o dinheiro da educação? Não. Aqui se recebe todo mês o dinheiro do Senado, o duodécimo, mas o dinheiro da educação, que devia ir para o órgão responsável... E há um parecer do Conselho dizendo que os órgãos responsáveis da educação não é só o Ministério da Educação, mas também o Conselho Nacional de Educação. Não é só a Secretaria Estadual, mas é também o Conselho. Então, há um artigo da LDB que não é cumprido, e, infelizmente, nós não temos dado atenção a ele. Não temos. Que eu conheça – e conheço razoavelmente este País –, no Município de Goiânia, sob a rédea da Profª Valderez – está lembrada dela? –, ela conseguiu fazer cumprir esse dispositivo, fazendo o fundo municipal de educação de Goiânia, que recebe de dez em dez dias. Recolheu o IPTU? Vai para lá. Recolheu o ISS? Vai para lá. Veio dinheiro do Fundeb? Vai para lá de dez em dez dias. E ela me dizia assim: "João, mudou completamente o jeito de a gente trabalhar, porque, antes, eu estava de pires na mão atrás do Secretário de Fazenda, de finança."

Como o MEC sempre esteve de pires na mão atrás de Malan, atrás de Mantega, etc. e tal. E ela falou assim: "A partir daí, eu tive autonomia para fazer os atos necessários para melhorar o atendimento municipal de educação em Goiânia." E não só isso, Senador. Ela passou a ter a responsabilidade de arrecadar mais, porque uma coisa é você, simplesmente, saber que tem 25%, e outra coisa é saber que, se arrecadar mais IPTU, os 25% vão ser mais automaticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, até gostaria de lembrar ao Senador – nós dois já nos sentamos várias vezes juntos para planejarmos a educação neste País e no Distrito Federal – que, aqui no Distrito Federal, temos 2,8 milhões habitantes. Belo Horizonte tem 2,4 milhões. O IPTU de Belo Horizonte é 3 bi. O IPTU do Distrito Federal não chega a 700 milhões. Por quê? Por causa dos interesses imobiliários que existem, etc. etc., inclusive de um antigo Senador que está preso em uma região privilegiada da Papuda.

Então, vejam bem: eu, João Monlevade, moro em Ceilândia, tenho uma casa que vale R$250 mil e devia pagar 1% de IPTU – 1% de R$250 mil seria R$2.500. Sabe quanto eu pago? R$210, porque aqui nós crescemos, Barbosa, em uma sociedade que ainda está pensando como D. João VI: PR; ponha-se na rua; Príncipe Regente. Então, aqui há um tal de fundo constitucional do DF que compensa a falta de arrecadação. Aqui é 0,3 por lei. E os Deputados não mudam isso de jeito nenhum. Por quê? Porque eles não querem desagradar seus eleitores. E por que não querem desagradar os eleitores? Porque podem ser reeleitos indefinidamente. Acho uma coisa completamente não republicana a Câmara, o Senado, etc. virarem um lugar de profissionais de mandato. A gente tinha que servir uma vez e deixar para outro. E justamente não viciar.

Bem, eu não medi o meu tempo aqui. Só gostaria de saber mais ou menos como estou. Devo estar em 15, 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Já está com 23.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Opa, me desculpe. Então, vou aqui fazer a minha conclusão.

Primeiro, um informe. É claro que eu tinha preparado muito mais coisas para dizer, pontualmente, sobre questões da LDB. A gente não tem tempo. Então, se alguém estiver interessado, depois a gente fornece o *e-mail* ou vocês fornecem para a gente. E passo para o Senador Cristovam, para o seu gabinete, se possível, porque vou construir um texto.

A segunda questão, que faço questão de colocar aqui: Célio, Antônio Barbosa, Cristovam e Dorinha, nós temos uma educação no Brasil ou temos dois projetos educativos?

Hoje, na hora do meu acidente, quando atropelei o Manoel Nascimento Pereira, eu estava levando minha filhinha para o Leonardo da Vinci, uma escola particular de Taguatinga, onde pago R$2 mil por mês.

Por que que eu escolhi uma escola particular se eu tive os meus outros dois filhos e os matriculei lá, em Sobradinho, na escola pública? Porque minha esposa está encantada que existe esse negócio das escolas de sucesso aqui, em Brasília, Galois, esse negócio todo que vocês sabem, e que são um tipo de educação de classe média alta, classe média, porque também há a escola particular bem popular, e, depois, há a escola pública para o povão, e os interesses são conflitantes, terrivelmente conflitantes, porque, para a escola particular competir com a escola gratuita, Antônio Barbosa, é uma coisa muito complicada.

Se eu posso educar meu filho gratuitamente e eu gasto R$2 mil, é um negócio complicado. Precisa acontecer o quê? Precisa a escola pública ser ruim, precisa ser ruim.

Olha o caso da língua estrangeira. Diga-se de passagem, eu acho um absurdo substituir o art. 26, que dava para a escola o poder de decisão da língua estrangeira – eu aprendi Francês e Inglês no Culto à Ciência –, agora não, agora é Inglês. Não tem mais BRICS, Índia e China aqui, não. Aqui, agora, temos que estar na cartilha ou do Trump ou da Hillary. Isso é um absurdo, no meu entendimento. Assim como é um absurdo terminar a oferta da Educação Física para o interesse das academias. Gente, é claro, se a Educação Física fica só para as crianças de fundamental, e justamente na idade do desenvolvimento etc. e tal, aí, há academia privada.

Então, fica muito claro, assim como ficou claro na LDB, da primeira, Antônio Barbosa, a que você se referiu, do conflito dos interesses particulares e públicos, quando se tratou de forçar a formação dos professores, Célio, para o nível superior, acabando o normal, de nível médio, que era pública, era uma política pública de formação de professor e, daqui a pouco, entregamos, agora saiu o resultado lá, em São Paulo, 91% dos professores de São Paulo foram professores formados ou titulados em escolas particulares, só para vocês terem uma ideia. E a LDB é clarinha lá: todos os cursos de formação de professor têm que ter 300 horas de prática de ensino.

Célio do céu, no tempo do normal, de nível médio, isso, sem haver LDB, era cumprido, porque o estágio, as meninas tinham tempo para fazer estágio. Estavam com 15, 16, 17 anos. Hoje, vão fazer Pedagogia, não têm tempo para estagiar.

Então, o que é que está acontecendo, Dorinha? Está acontecendo que termina, uma pessoa, a Pedagogia, sem nunca ter alfabetizado uma criança. Vocês acreditam numa coisa dessas? Alguém de nós iria para uma cirurgia com um médico que nunca tivesse estagiado numa sala de cirurgia? De jeito nenhum. E os professores estão... E o pior é que passa no concurso, porque o concurso também foi privatizado. O concurso público de provas e títulos é feito por empresas privadas que dizem, com a maior cara de pau: "Não, nós não podemos colocar para prova prática". Há até um projeto agora sobre isso. Parabéns aí, vamos ver se a gente aprova. O professor de Inglês não tem prova oral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, nós temos 50% dos professores de Inglês no Brasil que não sabem falar e, aí, é claro que o dono da Wizard é uma das maiores fortunas do Brasil. Não é à toa que ele está surfando sobre a falta de qualidade da pública.
Então, termino, dizendo numa palavra só: quando o Senador, eu era, naquele tempo, Consultor Legislativo e tive que dar um parecer sobre um projeto do Senador, e o projeto era assim, que todo político tinha que colocar o filho na escola pública. Está lembrado, Senador?
Muito bem. E, não sei se o senhor se lembra do parecer que eu fiz, o parecer que eu fiz é que concordava plenamente, mas queria saber por que que havia lá uma coisa dizendo "este projeto, esta lei entra em vigor em 2014", e ele foi feito uns seis, sete anos antes de 2014, e nunca recebi a resposta, porque, para mim, embora alguns colegas da Consultoria tivessem dito que ele era inconstitucional, ele era realmente revelador dessa grande questão. Existem dois projetos educativos e é muito bonito o político dizer que está defendendo a escola pública, mas ele mesmo não quer a escola pública para seus descendentes, não é?
Então, eu dou os parabéns, porque você realmente iluminou a minha reflexão e eu não tenho dúvida nenhuma de que, se nós, neste momento crucial do nosso País, em que a gente tem embates seriíssimos, tanto na PEC 241, que diminui sensivelmente os recursos da educação e da saúde, não só do Federal, o regime Federal está, lá, escrito na ementa, mas o art. 105 é muito claro, o *caput* do pega tudo. Então, vai baixar os recursos ou, pelo menos, não vai deixar aumentar para poder cumprir as metas do PNE.
Então, a minha grande pergunta que eu deixo a todos vocês e, principalmente, à Mesa é esta: que tipo de sociedade a gente quer, porque, se a gente tem uma educação com dois projetos, a gente vai perpetuar as diferenças sociais e as diferenças de classe que tanto abalam a nossa cidadania e a nossa República.
Muito obrigado. (*Palmas.*)
O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu agradeço aos quatro. Eu não falei no começo, vou fazer um pequeno comentário aqui, que eu preparei, sobre o assunto.
Eu tenho a impressão, vale a pena lembrar, de que nós temos 28 anos da vinculação constitucional de recursos para a educação. Faz 28 anos.
O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Tem mais, desde 1934 – 1934.
O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desde 1934. Então, não é só 1988, porque houve foi um aumento.
Então, desde 1934, nós temos. Ou seja, em breve, comemoraremos um século.
Então, vamos falar com franqueza, isso não basta, e é lamentável que se transformou na grande bandeira, como foram os 10% do PIB, porque nós desviamos o debate da educação para o debate do dinheiro para a educação. O meio virou o fim.
Mas não é só isso. Temos 20 anos da LDB. Melhorou? Claro que melhorou. Hoje, nós, entre aspas, "só temos três milhões fora da escola", crianças. Crianças pequenas.
Nós, entre aspas, "já temos 50% no ensino médio".
Já temos o Ideb, isso é bom, mas 3,7% é a nota 25 anos depois. E é a nota dos 50% que estão dentro: se a gente colocasse os 100% de meninos e meninas na idade de ensino médio, esses 3,7% iriam cair para 2%, porque os que estão fora têm nota quase zero.
Eu podia citar muitos exemplos, mas basta sugerir que abramos os olhos para saber que não dá para comemorar muito, como resultado. E temos quase 15 anos de PNE – quase 15 anos! –, e tudo isso que está aí não nos deixa com orgulho.
Onde é que nós estamos errando para poder encontrar um caminho? Que pode ser o de começar a mexer artigos. Eu até acho interessante que não tenhamos entrado nesse detalhe, não. Para mim, a primeira mudança é pegar já desse jeito e conseguir juntar aqui, além da LDB, o que foi feito depois de incorporação. E eu acho que a primeira coisa é: como vemos essa intenção de legislar a educação? O primeiro é dizer: este aqui é o marco legal – eu nem chamaria de lei – que define a estrutura do alicerce da construção do futuro do Brasil. A gente precisa trazer a palavra "futuro" para dentro.
O Célio falou desse professor, no Equador, que disse que é preciso urgência do longo prazo: eu acho que, em vez de urgência do longo prazo, a gente tem orgia do presente. Nós pensamos no presente, nas coisas de hoje, nos arranjos para hoje. Então, em vez de uma LDB, a gente precisa de um marco legal da estrutura do alicerce da construção do futuro do Brasil. E dizer: esse futuro está construído pelo sistema da educação nacional voltada para o futuro. Essa ambição é que, a meu ver, tem faltado em todas essas nossas discussões, ao longo da história. Não temos a ambição que defina o que é a escola ideal. Como ter essa escola ideal e fazê-la igual para todos? É isso, Monlevade, que está faltando. Por isso que o público é de um jeito e o particular é de outro, e entres os particulares existem boas e existem péssimas. Aliás, a média das particulares eu ainda acho que é melhor do que a média da... Desculpe-me: a média das públicas eu acho que é melhor do que a média das particulares, porque a desigualdade é bem maior entre as particulares. Então, definido isso, queremos o marco legal que sirva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de alicerce ou que defina a estrutura do alicerce da construção do sistema nacional de educação para o futuro. É isso o que a gente deve começar a pensar.

E aí eu vou sugerir, na linha do Célio, que colocou diversos pontos, que coincidem, mas matricialmente – o meu vai mais pelo objetivo, e o dele vai pelo meio. Eu acho que a gente deve ter, vou dizer 10, mas, na verdade, são 11 itens, porque eu coloco um zero antes do primeiro capítulo desse marco legal da estrutura do alicerce da construção do sistema de educação.

O primeiro é o aluno, é óbvio. A gente não tem que começar pela escola nem pelo professor, tem que começar pelo capítulo primeiro: se é para construir o futuro, como é que a gente vai tratar as crianças? Tem que estar nesse marco legal como é que vai ser desde o nascimento das crianças do Brasil, porque a educação começa aí. Então, o futuro entra no capítulo O aluno, a criança como o alicerce fundamental do futuro.

O segundo, é óbvio que é o professor. Mas aí a gente tem que fazer uma revolução, e não podem ser esses pequenos arranjos. Tem que ser uma revolução na formação do professor, o que implica uma revolução na valorização do professor. Não pode ser essa ideia de aumentar 10%, 20%, 30%. Tem que ser: como fazer com que o professor seja o personagem melhor remunerado do País. É isso que é o desafio. Tem que definir como é que se faz isso. Agora, para isso, ele tem que ser muito bem preparado, com dedicação exclusiva àquela atividade e avaliado. E sem estabilidade plena, mas com estabilidade funcional do ponto de vista dos dirigentes: prefeito, governador, Presidente não podem demitir, mas, numa avaliação, se ele não está trabalhando correto, ele tem que ser substituído – como são os técnicos de futebol, os jogadores de futebol, os médicos a que nós vamos no setor privado. Então, o professor. Mas o professor a gente tem que pensar com ambição, tanto do ponto de vista da valorização, como do ponto de vista das exigências. E isso não entra muito facilmente nos discursos, porque nos acostumamos – e está cheio aqui na Constituição – a ter direitos, e não deveres. Nossa Constituição é avessa a deveres, e é pródiga em direitos. Essa é uma das causas da crise atual.

O terceiro é o ambiente onde vai estar essa educação. Qual é o ambiente que funciona? E aí o ambiente não é só a escola, mas é muito o prédio da escola, a qualidade da edificação, a beleza, o conforto. Mas não é só: é também saber se a televisão está ou não parte desse alicerce do futuro. A LDB, que eu me lembre, não fala como deve ser o sistema de televisões no País, o sistema de rádio no Pais. Não pode haver uma lei de diretrizes da educação, se se quiser chamar assim, que não diga como é que o sistema de telecomunicações vai se envolver na educação. É a gestão de cada escola, sim – o Antônio tocou a ideia de gestão em um momento. É preciso saber como vai ser a gestão.

O terceiro, também, são as ferramentas. Tem que haver um capítulo das ferramentas. E aí você falou em ensino a distância, mas voltado para o ensino superior. Com as ferramentas de hoje, vai se precisar de professor, mas as ferramentas não podem ser mais as mesmas. Talvez tenha que constar nesse documento que define o marco legal do futuro que, na escola brasileira, o quadro negro não deve existir, ou deve existir como complemento em alguns lugares. Mudaram-se as ferramentas e tem que se dizer as ferramentas.

O quarto é o tempo, onde entra não só o tempo de aula – que é horário integral, e não é considerado escola se for só quatro horas –, mas também o tempo depois da escola. De como ele vai ser usado para a educação, através das mídias. Como é que é o tempo de uma criança que vai ser a construtora do futuro?

O quinto, o conteúdo. E aí entram as discussões do que é obrigatório, do que não é obrigatório, embora isto deva entrar no capítulo primeiro, o da criança: o direito de ela escolher a escola, não necessariamente se vai ou não à escola. Mas é direito. E a gente tem que ouvir as crianças. Quem devia fazer a LDB eram as crianças.

Como é que vai ser o conteúdo que a gente vai ensinar? Como é que a gente trata idiomas? Por que só inglês? Por que não chinês? Por que obrigatório? Por que não obrigatório? O que é obrigatório ou não?

O sexto é o comportamento. É a ideia de liberdade e de adaptabilidade. Ontem eu vi em Cuiabá uma escola, que vão fazer agora, em que na sala de aula não há mais cadeirinha, não. O menino arruma como quer aquilo, junto com o professor. É feito para você arrumar. Tem aula que vai ser em volta de uma mesa, não vai ser mais sentado. Então, é o comportamento na sala de aula. Como ter liberdade que funcione?

O sétimo é: quais são os propósitos disso? Qual é o resultado? O que a gente quer depois de 20 anos? Eu acho que a gente querer estar próximo da Coreia para todos, para a média, e todos iguaizinhos, escola igual. Igual não é o prédio, não é o conteúdo, mas é a qualidade, a qualidade igual. Não tem isso. Não entra na ambição do Brasil que o filho do pobre vai estudar na mesma escola do filho do rico. Não entra na cabeça. Eu gosto de citar uma entrevista do jogador Raí em que perguntaram a ele o que mais o impressionou quando ele jogou na França. Ele disse: "Meus filhos iam à mesma escola dos filhos da minha empregada." Ele disse isso com satisfação, com orgulho. Depois que eu li, eu descobri o telefone dele e liguei para saber: será que escreveram certo? Ele disse: "É isso mesmo." Eu fiquei muito feliz de que era assim. Por que lá é assim – capitalista – e a gente não pode fazer assim? Não é uma questão de esperar o socialismo para fazer isso. É o contrário. O socialismo só virá se a gente fizer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O oitavo é a política – a política mesmo – do País. Como é que a gente vai fazer para que isso vire um projeto nacional, para que não seja uma coisa do Darcy Ribeiro, mas de todos os brasileiros? Quando isso acontecer, a gente nem vai precisar de vinculação, porque nenhum Deputado ou Senador vai ser louco de tirar dinheiro da educação, de não colocar tudo o que for preciso. Antônio falou em 2013, nas manifestações. Eu não sou otimista de que agora eles vão fazer, mas na hora em que a gente fizer manifestações de um milhão para ter mais recursos para a educação, não vai precisar de vinculação. Aí dizem: "E até lá?" Eu não vou dizer que sou contra a vinculação, mas até lá a gente vai continuar acomodado na vinculação, até porque a gente gasta mais do que a vinculação. Já está em 22,5%. Essa foi uma grande coisa do governo Lula. Chegaram a 22,5% – Lula e Dilma – os gastos com educação no PIB, da União, sem contar Fies e outras coisas. Então, nós já passamos isso. Além disso, a vinculação criou uma deformação. Os prefeitos se orgulham de gastar muito em educação, e não de fazer muito pela educação. Eu já fui a lugares em que a escola é um desastre, mas o prefeito diz que gasta 30%. Está na hora de a gente procurar ter mais eficiência com menos dinheiro e mais resultados; medir pelo resultado, e não por quanto se gasta.

Finalmente, também sobre isso, não adianta gastar mais com dinheiro inflacionado. Uma das características da orgia de que eu falei, do presente, é a inflação. A gente oferece tudo a todos, gasta dinheiro para tudo, mas o dinheiro é falso. Quando a gente aumenta o salário de um professor de 100 para 120 em uma inflação de 20, enganou o professor. O sindicato comemora porque conseguiu 20%.

Por isso, os sindicatos precisam de inflação para serem prestigiados, pois, a cada seis meses, eles conseguem um aumento, mas com dinheiro falso, porque ele não vale o que está escrito.

A política tem que fazer com que a educação seja uma questão nacional. E eu realmente acho que vai demorar ainda, mas vai chegar. A realidade vai levar, mas é possível que agora não seja. Se botarem o povo para escolher entre fazer uma estrada ou fazer uma escola, ele prefere a estrada; um campo de futebol para ter Copa do Mundo... Se tivesse havido um plebiscito para a Copa, ela teria sido aprovada pela população, com esses 2 bilhões que se gastaram aqui, em vez de nas escolas. Então, é a política que vai levar a isso.

O nono é o financiamento, que vamos precisar ter. São recursos... Aliás, são recursos. Já errei, pois financiamento não é a primeira palavra; a primeira palavra é recurso. Financiamento é para viabilizar o recurso professor, para viabilizar o recurso bom prédio, para viabilizar o recurso computador, mas já começamos pelo financiamento, não pelo recurso. O financiamento é o meio para ter os recursos. E quais são os recursos? E se eu conseguir recursos sem precisar de financiamento? E é possível em alguns momentos, em algumas escolas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O voluntarismo. Olhem aí.

É possível, sim. Recurso é mais que financiamento, mas a gente não discute recurso, a gente discute financiamento. E o último, até para ficar no tempo que os outros seguiram, embora eu não tenha cortado palavra em nenhum momento, é o símbolo. Qual é o símbolo para essa escola? Não dá para ser o lápis, lápis ficou superado. Computador? Em breve... Ele já está superado, já é o telefone que a gente usa, mas, em breve, o telefone será superado. Para mim, o símbolo dessa escola seria a bola, no sentido de que é igual para todos e no sentido de que permitiu algo que o Brasil conseguiu apenas para essas coisas, especialmente futebol: valorizar o talento. Ninguém chega à Seleção Brasileira de Futebol por ter dinheiro, só chega à Seleção Brasileira de Futebol se tiver talento. Por quê? Porque a bola é igual para todos. Então, o filho do rico e o filho do pobre começam jogando bola, mas o processo vai selecionando pelo talento. Agora, na medicina, não é assim; na medicina, a seleção é pelo dinheiro para comprar uma boa escola, para financiar a escola. O objetivo tem que ser a boa escola, com a mesma qualidade para todos.

Eu temo que este seja o maior desafio: convencer a opinião pública brasileira de que educação é o alicerce do futuro. Ainda continuam achando que é a indústria, que é o agronegócio, que é o emprego, como se o emprego não precisasse de educação, que é o salário, como se o salário não estivesse intimamente ligado ao grau de educação do trabalhador. O Brasil ainda não vê a educação como vetor do progresso. A nossa bandeira ainda não escreveu: educação é progresso; a nossa bandeira é: ordem e progresso. Não está na nossa cabeça o *slogan*, o lema: educação é progresso. E não se pode desperdiçar um único cérebro neste País, porque esse é o verdadeiro poço de energia do futuro, não é o poço de petróleo.

Aliás eu aproveito, Monlevade, para fazer mais um parêntese a essas discussões atuais que eu não queria desviar. O *royalty* do petróleo servirá se a gente tirar o petróleo de lá de baixo. Se ele fica lá embaixo, não vira *royalty*. E hoje a Petrobras não tem como tirar. Não tem recursos.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Não, mas está...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, mas não vai tirar todo.

Ontem eu li numa revista que a Alemanha determinou, por lei, que em 2050 eles não vão ter mais nenhum carro movido a petróleo. E o preço do petróleo vai desabar, vai ficar obsoleto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Sim, mas vai ter outro...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso é outra coisa, mas o *royalty* do petróleo não vai existir mais, porque vai ficar obsoleto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com essa mudança não vai? Claro que vai.

Isso não mudou. A única coisa que muda é o seguinte...

Depois a gente discute. Eu nem queria discutir isso, foi uma falha minha. Desviou a minha concepção.

Pode ser que eu esteja enganado, inclusive eu vou olhar isso, mas que eu vi. A proposta que sai aqui do Senado diz que no dia em que a Petrobras disser que não tem 30% para investir naquele poço, pode-se fazer uma licitação para escolher outra empresa. Não muda mais nada fora isso.

Essa outra empresa, se em vez da Petrobras for, suponha, a Eletrobras, ou a Vale do Rio Doce, ou uma chinesa, os *royalties* iriam. Eu posso estar enganado, mas vou olhar.

Voltando então. Vamos esquecer isso, até porque esse *royalty* não vai adiantar muito. Foi mais uma mentira.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Meio por cento do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só meio, e criou-se tudo isso. Como também os 10% do PIB foram uma brincadeira. Porque o PIB não existe num lugar para ir buscar o dinheiro do PIB.

Você só pode buscar o lucro da empresa, os salários dos trabalhadores ou o cofre do Governo. Só nesses lugares é que há dinheiro. O PIB é uma abstração. Não há uma gaveta que a gente abre e diga: vamos pegar 10% do PIB. Não há.

Agora há uma gaveta em que você tira X por cento dos empresários, com imposto, ou renda, ou lucro, salário e Tesouro. Ou do Governo, tira de estrada e põe em escola. Do PIB não há. E se colocou PIB ali para não incomodar os empresários, as pessoas que pagam imposto e nem o Tesouro. Foi por isso, não foi por outra razão. Para não incomodar ninguém. Se tivessem colocado 120% do PIB, não haveria nenhuma reclamação política. Ia haver reclamação epistemológica, aritmética, porque iam dizer que não é possível 120%. Mas ninguém ia se preocupar com o seu dinheiro. Porque ninguém ia sentir: "Poxa, 120% do PIB vai para a educação! E todo o meu dinheiro vai?" Ninguém ia pensar isso.

Algum de vocês já pensou que os 10% do PIB sai do dinheiro de vocês?

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Eu já.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Você pensou? Pois são raros. Algum empresário pensou isso? Todos aprovaram o PNE. Não houve uma reclamação da Fiesp sobre os 10% do PIB, nenhuma. A Fiesp não reclamou. Agora imaginem dizer que fosse do Imposto de Renda. Imaginem que fosse do lucro das empresas. Imaginem que fosse imposto sobre as grandes fortunas. Ninguém ia aceitar dinheiro das grandes fortunas para a educação. Mas, do PIB, que é uma abstração que nós economistas inventamos? É uma metáfora, não é um lugar de dinheiro.

Pois bem. Eu acho que o símbolo disso eu diria que é a bola nesse sentido.

Não tem futuro o país em que a educação seja de qualidade para poucos, ou até para muitos, mas que não seja de qualidade para todos.

Por isso a educação pública é o caminho. Mas até isso merece um conceito. Público não é sinônimo de estatal. É possível haver uma escola que tenha um dono e que seja pública. Se a pessoa não tem que pagar, alguém paga por ela. Ou até um empresário que queira fazer. Aliás o Bradesco tem quantas escolas? A última vez que vi eram 58, e são gratuitas. Aquelas escolas do Bradesco têm dono, mas são públicas.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Três vezes o custo aluno.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Três vezes o custo aluno. Então, eles estão pagando. É pública. E eu vejo a fila de gente querendo entrar lá. Aquelas escolas do Bradesco são públicas.

E se outros empresários quiserem colocar? E se o Governo fizer parcerias público-privadas para que uma entidade privada tenha uma escola de qualidade e que o Governo pague a mensalidade.

Aliás, o Prouni não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, mas não deixa de ser. Financia-se com dinheiro público faculdades.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Mas é o próprio aluno que vai pagar depois.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Prouni, não. O Fies.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Prouni é uma entidade privada em que o aluno se beneficia estudando de graça, com dinheiro do Estado. Eu acho que nesse caso essa entidade está sendo pública.

Pois bem, esses são os conceitos. E, a meu ver, vamos precisar de uma revolução conceitual para substituir, se for o caso, uma legislação por um marco legal muito mais amplo, mas com um propósito bem definido, para o Brasil ser campeão mundial da educação, como os melhores do mundo. E a educação do mais pobre ser igual à do mais rico.

Em algum momento a gente tem que ter coragem de dizer: neste País ninguém vai gastar mais dinheiro com a educação do filho do que outro. Aí é que eu quero ver quem é progressista e quem não é.

A gente já vai ter uma lei, felizmente, já devia ter há muito tempo, que nenhum rico pode gastar seu dinheiro na sua campanha política. Vai-se aprovar isso, eu espero. Porque tem candidato aí que gastou a fortuna dele.

Então, se a gente vai dizer que um candidato não pode gastar mais dinheiro na campanha dele do que o outro, como a gente permite que um pai gaste mais dinheiro na educação de seu filho do que outro? A educação tem que ser da mesma qualidade. E, para ser da mesma qualidade, tem que ser mais ou menos gastando o mesmo. Essa revolução é que não houve na LDB nem podia haver, mas a gente vai ter que chegar a ela.

Esse encontro, e eu vou pedir que cada um faça alguma fala aqui ainda para concluir, tem por objetivo ver a LDB em si, o que a gente pode mudar, porque é o mais prático para influir. Mas eu acho que também é mais do que ver a LDB em si, é ver o sonho que a gente tem para o futuro da educação brasileira com os pés na realidade do que a gente pode fazer hoje.

Nós nos acostumamos a não ter sonhos para o futuro e ignorar a realidade, aceitando coisas que não são possíveis, na realidade. E quem vai resolver os limites é a definição do tempo. Em vez de tentar isso em cinco anos, tentar em cinquenta, ou em trinta, ou em vinte. Isso é que vai casar a realidade com o sonho, a definição do tempo, que a LDB nunca definiu também o tempo e que o PNE definiu, mas muito em função de intenções, sem dizer como fazer.

Eu vou concluir passando a palavra na ordem inversa, Monlevade.

Eu gostaria de fazer na ordem inversa para que a gente possa concluir com a fala bem curta, já que cada um teve a liberdade de falar o tempo que quis.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Eu gostaria de aproveitar, então, mais esta oportunidade para duas colocações. Primeiro, concordo plenamente com o Senador que o expediente, o dispositivo do percentual do PIB para educação, por si só, não tem eficiência nenhuma. Mas ele tem uma eficiência tanto simbólica como no desenrolar desse tempo de longa duração, se eu posso pegar a colocação do Antônio Barbosa.

Uma coisa, Senador, é nós realmente termos um percentual de aplicação de impostos onde todo jogo, todo conflito está na arrecadação. Eu não posso deixar de colocar aqui uma coisa que talvez 99,9% dos educadores, Célio, não conheçam.

O Imposto Territorial Rural (ITR), imposto patrimonial, portanto de gente que tem recursos, arrecadava R$2 bilhões no tempo do Fernando Henrique, logo depois de Itamar Franco, saudoso Presidente. Hoje, no ano 2015, arrecadou um bilhão, arrecadou metade do valor nominal e 1/6 do valor real.

Dividindo R$1 bilhão, Senador, por 600 milhões de hectares – que é uma divisão generosa, porque o Brasil tem 850 milhões de hectares. Mas, tirando terra indígena, parque nacional, lagoa, etc., nós temos 600 milhões de hectares que podem ser a taxados –, vocês conseguem fazer essa conta de cabeça rapidinho? R$ 1 bilhão dividido por 600 milhões de hectares. Sabem quanto está sendo pago de ITR por hectare/ano? R$1,66.

Senadora, é incrível que o Presidente da Fiesp, que mais parece, às vezes, o Presidente do Brasil, diz que nós pagamos a maior tributária do mundo, que não pode aumentar imposto.

Como a gente pode subsistir com uma arrecadação de R$1,66. Podem fazer a conta. Um bilhão dividido por 600 milhões. E se quiserem simplificar, ponham um milhão dividido por 600 mil, assim o número cabe na maquininha. Dá R$1,66 por hectare/ ano.

A mesma coisa é a questão do Imposto de Renda. O nosso ídolo, o jogador Neymar que está na cabeça e no coração, e com a bola, o seu símbolo tão interessante, no pé, ganha €1 milhão por mês, e repatria o dinheiro dele para o Brasil por uma empresa. Sabe quanto que ele paga de Imposto de Renda Senador? Paga 13,3%, enquanto o senhor e eu pagamos 27,5%, que é muito pouco. Seria muito melhor nós pagarmos o que a ditadura militar cobrava, que era 35%, 45%. Roberto Campos e Delfim cobraram numa boa. A classe média chiou – estão lá os artigos no Estadão, "Traição à classe média" –, quando eu houve essa cobrança, mas seria muito mais, mas seria muito mais fácil do que inventar um imposto sobre grandes fortunas, que é muito complicado mesmo.

É algo que taxa pessoas e fica conhecido como grande alvo dos ladrões, etc. É muito melhor colocar logo 35% ou 45%, que aumentaríamos os recursos e aí, sim, iria incidir no percentual do PIB.

Mas a minha última colocação, então, como eu dizia, é em relação à própria fala do Senador. Concordo plenamente, Senador, quando V. Exª coloca a educação como projeto de futuro. Era aquilo que eu aprendi com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o Jamil Cury lá no Conselho Nacional de Educação.

Ele dizia: "João, educação, mais do que projeto de comunicação, de socialização, de desenvolvimento humano [que são também, a escola de qualidade é tudo isso] é um projeto, é um sonho de famílias, é o sonho da sociedade, é um sonho de cidade." Que cidade de Tocantins não quer ter um *campus* do Instituto Federal do Tocantins?

Eu acabei de ir a Arinos, no interior de Minas Gerais. A cidade mudou completamente depois do *campus* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais presente na cidade.

Estive em Tabira, em Pernambuco, lá no Pajeú, Cristovam. Em Tabira estava diminuindo a população ano a ano. Com a UAB, a Universidade Aberta do Brasil, que está suspensa praticamente por falta de recursos, formaram-se catorze cursos superiores, em uma cidade de 18 mil habitantes. Precisam ver que coisa linda toda semana um encontro presencial de 400 a 500 jovens. A cidade rejuvenesceu e está aumentando novamente sua população, dando outro ânimo.

É aquele dado impressionante que o Antônio Barbosa colocou – e eu sempre o cito também, Barbosa –, no sentido de que o ano de 1964 foi quando houve o emparelhamento: 50% rural e 50% urbano. É realmente uma coisa complicadíssima.

Hoje, no Brasil, posso dizer que estamos pagando um preço terrível por não termos ocupado economicamente o nosso País. Eu viajei, de carro, de Fortaleza até Brasília. Foram 2.400 quilômetros, e o que eu mais vi foi arame farpado cercando terras, essas mesmas terras que estão pagando R$1,66 de ITR, mas não têm produção, não têm uso econômico. E o futuro das pessoas não está ligado ao desenvolvimento daquela terra, mas a todo mundo está correndo para cidades para pegar as migalhas o capitalismo.

Então, mais uma vez, agradeço e, conforme disse, eu vou transformar essas minhas considerações em um texto mais robusto e o passarei ao mandato do Senador Cristovam, a quem agradeço novamente esta oportunidade.

Esperemos que a tramitação tanto da medida provisória como da PEC 241 não venham frustrar os sonhos de ambos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permitam-me dizer só uma coisa.

Eu fui fazer campanha, na segunda-feira, em Cuiabá. Estava caminhando pela Avenida Treze de Junho e parei para defender um candidato – não vou usar a TV Senado para falar, mas não é difícil saber qual – e um dos argumentos foi educação.

Uma pessoa me disse: "Educação, todos têm que defendê-la. Todos têm que botar os 25%."

Nós nos acomodamos nisso. Não estou aqui defendendo erradicar, acabar com a vinculação, até porque seria um gesto muito temerário de minha parte, mas nós nos acomodamos com a ideia de que há uma obrigatoriedade e de que esse dinheiro irá e será bem gasto. Há gente que, para gastar os 25%, faz uma estrada na frente da escola e consegue, com isso, justificar. Eu tenho a impressão de que a gente precisa dar um choque na população para que ela diga: "Eu vou brigar para ter mais recursos."

Aquela ideia de 2013 pela educação não vem, não, porque está protegida direitinho, está cheia de regras que fazem com que vamos gastar em educação. Para que se mobilizar? É nesse sentido que a gente tem que pensar um pouco. E, sem falar na ideia da inflação, não podemos definir que vai mais dinheiro se o dinheiro é falso, porque o dinheiro não tem o valor que está escrito ali na hora de comprar de coisas.

Desculpe ter falado.

Eu passo a palavra para o Célio.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Eu acho que, com bastante brevidade, há duas coisas muito rápidas. Acho, Senador, que uma nova LDB tem que ter cheiro do Brasil, dos diversos brasis. É uma questão que nós não tocamos. Precisamos tocar com profundidade maior a questão das desigualdades e dos diferentes brasis. O que leva naturalmente, acho, àquilo que o Antônio Barbosa colocou: a um repensar do sistema federativo. Então, esses diversos brasis, acho que a LDB tem que ir ao encontro deles.

A segunda colocação em que nós temos que ter uma consciência é que a educação por si só não opera milagre. Se milagres existirem, eles partem de um projeto global de país. E, dentro desse projeto global de país, nós temos que ver qual é o lugar da educação. Eu acho que o Senador Cristovam, em sua própria trajetória, viveu isso. Nenhuma política de educação avança, por exemplo, se ela não tiver um pé no Palácio do Planalto, se ela não tiver um gesto concreto do Presidente da República dizendo: "Vou apoiar isso."

Falta ao Brasil esse projeto global de nação brasileira, esse projeto global que vem sendo escrito e construído, já há muitas décadas, por aqueles que nós poderemos chamar de os descobridores, os grandes intérpretes do Brasil. Quem são esses grandes intérpretes do Brasil? É um Caio Prado, é um Nelson Werneck Sodré, é um Euclides da Cunha, é um Graciliano Ramos, é um Celso Furtado, é um Paulo Freire, é um Darcy Ribeiro.

Eles são os grandes inventores deste Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, nesse projeto de Brasil, acho que falta à Nação assumir um projeto de longo prazo. E, dentro desse projeto, o lugar da educação, como grande ferramenta para alavancar esse grande projeto de país, vem sendo historicamente construído em âmbito nacional. Só falta realmente isso se transformar nesse grande projeto de Brasil, num projeto moderno, sem dúvida, mas com essas raízes do Brasil. Então, será certamente a partir dessas raízes do Brasil que aquele sonho do Senador Cristovam e de todos nós vai poder se realizar com maior desenvoltura ou com maior facilidade. Com o assentamento nas raízes, a partir dessas raízes, é que nós vamos alçar voos mais altos e alçar voos para o futuro.

Nós não podemos deixar de considerar que o Brasil – isso é fundamental – é o maior país africano fora da África. O Brasil é um país – Darcy Ribeiro falava muito isso – que está se fazendo, é um país mestiço. Na medida em que essa LDB conseguir liberar essa criatividade nacional, aí sim, a ideia de escola para todos... E, quando eu me referi a que o sistema educacional brasileiro precisa se abrir, que ele não está preparado para uma inclusão completa, é porque, nesse século XXI, Senador, nós não podemos perder nem que sejam 20 minutos por semana e temos que abrir uma janela que possa oferecer algum tipo de educação para todos.

Essa educação extremamente formal do Brasil hoje vem impedindo isso. O mundo mudou, as cabeças mudaram e nós temos que ter hoje, acho, uma nova concepção de um sistema nacional de educação e de um sistema verdadeiramente inclusivo, com vários caminhos, com várias janelas e com uma grande versatilidade, de forma a aproveitar e de forma até a transformar o País. Isso, de certa forma, já existe naquela grande ideia da Unesco de cidades educadoras. Eu acho que isso é um negócio absolutamente necessário nos dias de hoje.

Para encerrar, é um projeto que, acho, vai ao encontro das ideias do Darcy Ribeiro no seu livro *O povo brasileiro.* Eu acho que essa é a matriz antropológica, é a matriz filosófica de um novo projeto de LDB, assentado nas raízes dos diferentes brasis, e a partir daí vamos alçar voos. É o respeito a essas raízes o que legitima um projeto de educação, um projeto de país.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Prof. Antônio.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA – Efetivamente sintético.

Em primeiro lugar, eu não acredito que a lei, por melhor que seja, tenha o dom de moldar por completo a realidade, que é multifacetada, a vida das sociedades.

Em segundo lugar, eu acho que o Brasil não pode fugir do debate da repactuação do nosso federalismo, exatamente para que seja definido com clareza e nitidez o papel da União em determinados setores, como é o caso da educação.

E, finalmente, terceiro ponto: se tivermos que ter uma nova LDB, que acompanhe inclusive as transformações vividas pelo País nos últimos 20 anos, que ela seja a mais sintética possível e que seja calcada na realidade efetiva do Brasil e da escola brasileira.

A todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Bom dia. Quero agradecer.

Na verdade, eu penso que este debate... Eu particularmente acho que nós temos um conjunto de leis já bastante consolidadas, suficientes. Reforço o Plano Nacional de Educação, inclusive com os mandos legais que o plano tem para elaborar algumas legislações específicas que estão definidas no plano.

Eu não consigo entender e, assim, separar uma das colocações que o Senador Cristovam faz com grande veemência da ideia de federalização da educação. Eu entendo que, na verdade, é esta a busca: do combate à desigualdade e da educação como prioridade. E eu hoje não vejo perspectiva de isso acontecer; não vejo perspectiva, porque não consigo enxergar isso sem pensar em recurso e financiamento.

E eu não consigo separar isto: vemos os resultados estampados nos jornais dizendo que "os institutos federais de educação são os que tem melhor resultado", quando eu consigo olhar que, enquanto um instituto federal tem um custo médio de R$15 mil por aluno/ano, chegando até, em alguns casos, valores muito maiores – não é, João? –, do aluno de ensino médio regular, cujo custo é três mil, três mil e poucos reais.

É muito comum ouvirmos as pessoas dizerem que a educação já tem recurso suficiente. Quando olhamos os países da OCDE, o quanto o Brasil investe por aluno? Quando olhamos montante do PIB – e não concordo que seja alguma coisa fictícia, ele é simbólico –, a diferença é muito grande. Enquanto o Brasil gasta em torno de dois mil e poucos reais por aluno, a maioria dos países da OCDE gastam mais de R$9 mil. Posso estar errada em termos de números, mas é mais ou menos essa proporção.

A minha preocupação, quando disse que quero esclarecer – e eu votei, inclusive, com relação à emenda do Senador José Serra, da exploração do petróleo –, é que hoje efetivamente a Petrobras não tem dinheiro. Ela não consegue explorar. Vou votar, inclusive, o destaque; aguardo a votação do destaque do Deputado Jordy, que tenta preservar os poços com maior volume de barris para exploração, mas a lei não obriga a repassar para outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

empresa; diz que pode. E o percentual está assegurado. Mas o que eu quis dizer em termos da questão da PEC 241?

Segundo todos estudos que eu já vi da Consultoria da Câmara e de outros estudiosos em relação a financiamento, a vinculação dos 18% e dos 25% não existirá mais. Nós vamos ter um retrato do Orçamento executado em 2017; passa a ser ele o retrato do financiamento de educação. A partir desse retrato tirado no final de 2017, nós vamos jogar a correção, o IPCA. Então, se o dinheiro dos *royalties* ou se o dinheiro do salário-educação, que não está resguardado – só está resguarda a parte de Estados e Municípios –, sobrar do retrato mais o IPCA, aquele dinheiro vai para o caixa geral da União. Não tem garantia de que ele vai para a educação, porque a minha referência, até onde estou entendendo, passa a ser o retrato do executado em 2017. É o retrato; eu não tenho mais 18, não tenho 15, não tenho... Pode pôr 30? Pode pôr. Não vejo essa história.

Eu vejo a história de alguns países – e tive a oportunidade de conhecer a Finlândia, Senador – onde não há vinculação constitucional, mas nenhum gestor lá consegue, tem a coragem de propor uma redução ou o fim de uma vinculação. Eles não têm... Ano a ano, é sempre crescente o investimento.

No discurso do Brasil, ainda existe muito de que a educação tem dinheiro demais; 25% é muito dinheiro. Só que, quando dividimos por cabeça, é muito pouco o que nós investimos. Para nós termos uma educação federal, federalizada no sentido de ter padrões, eu preciso de mais recursos, eu preciso de mais financiamento, porque o que nós pagamos para os professores – nós temos professores níveis A, B, C, D e aqueles que nem poderiam ser chamados de professores –, eles não têm salário atrativo, não tem carreira atrativa, não tem formação boa.

Há alunos que estudam em escola com piscina, e refeitório, e laboratórios; e alunos que estudam – no meu Estado, há pouco tempo, saiu uma reportagem – num lugar, num boteco, com uma mesa de sinuca, um bar, e crianças estudando ali. Eu os chamo hoje para irmos visitar as aldeias indígenas: é vergonhoso o que está acontecendo nas aldeias em relação ao espaço de escola. Mas não é preciso ir à aldeia, não; há escolas, no Brasil, que não poderiam ser chamadas de escola.

Quando falo do padrão de qualidade, de financiamento, eu estou dizendo que é lugar que não poderia ser chamado de escola e é chamado de escola. Quando eu quero que o resultado desse lugar, que não poderia ser nem chamado de escola, seja igual de um instituto federal com toda estrutura, eu estou sendo maldosa com um País com uma grande desigualdade. Por isso – eu penso – a minha resistência em relação à questão do financiamento da educação.

Concordo com tudo que o senhor coloca sobre a questão de cobrança, de padrão de qualidade, de resultado. Tudo isso é um exercício que nós precisamos fazer. A escola tem que ser uma escola boa. Eu não posso usar um cheque em branco falso para um aluno, para ele chegar ao fim do ensino fundamental ou ensino médio, e o conhecimento com que ele chegou ao final do fundamental corresponde a ele estar fazendo segundo ou terceiro ano. Chega ao final do ensino médio, tem um conhecimento, uma aprendizagem correspondente ao 6º, 7º ano. Eu entendo que isso é um crime que nós fazemos, mas entendo que todo esse processo de construção de base, de formação, passa por financiamento. Eu acho que um documento ou uma legislação só como carta de intenção... Nós precisamos fazer um esforço para investir melhor, cobrando resultados. Mas eu entendo que ainda precisamos investir mais, sim. E não sou eu que estou dizendo; são os números por aluno.

E, nessa desigualdade de um País em que, no meu Estado do Tocantins, o dinheiro que chega é do FPE e a ajuda do FNDE, via Ministério da Educação, eventualmente uma ou outra parceria, e em alguns Estados, como em São Paulo, onde o salário-educação é o maior, não faz diferença para eles para o investimento, porque há todo um conjunto de recursos muito maior do que do meu Estado do Tocantins, que já é privilegiado, segundo o João, como o último Estado criado, mas que tem realidades ainda muito adversas.

Então, a minha preocupação como pessoa que só lidou com a educação a vida inteira é o risco de muitas das legislações que ainda estão no papel e que para saírem do papel demandam compromissos, investimentos, continuidade, seriedade com políticas públicas. Agora vai entrar um grupo de prefeitos e prefeitas novas, que têm que ter responsabilidade com o que já foi feito. Eles não estão chegando para começarem na terra arrasada. Nós temos que ter uma política no Brasil de continuidade, de responsabilização e, acima de tudo, o desafio de garantir que a educação pública brasileira esteja... E eu concordo com a ideia de não estatal, desde que o meu acordo com o não estatal... Isso porque as escolas do sistema do Bradesco, do Sesc, são escolas maravilhosas, mas o custo é diferente. Então, de novo eu não posso comparar alguém que investe R$15 mil, R$16 mil, R$20 mil, por aluno, com alguém que tem R$3 mil, quando tem R$3 mil, R$3,8 mil para investir por aluno. Eu acho que a escolha pode ser colocada um dia à disposição dos pais, a escolha de modelos de escolas, desde que se tenha garantidas as mesmas condições de trabalho, de funcionamento para cobrar resultados.

Mas eu agradeço muito esta oportunidade, Senador. Acho que esse é um debate que com certeza ainda temos muito a tentar construir, uma vez que o nosso objetivo é o mesmo – educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sem dúvida é o objetivo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

algumas conclusões, por exemplo, gasta-se pouco em educação. Quando formulei a ideia da federalização, pelos meus cálculos, precisaríamos de R$10 mil de custo, por aluno, para termos uma boa escola. Hoje, depois de sete anos, R$15 mil, que, por coincidência, é o número que você trouxe e que é gasto no Instituto, R$15 mil, que permite pagar R$15 mil ao professor, se as turmas forem de 30 alunos por sala. Com menos que isso, a gente não vai atrair os melhores jovens, a não ser alguns que são tão vocacionados que irão como missionários. A gente tem que atrair aqueles que hoje querem ser médicos engenheiros, o que parece um sonho absurdo. Mas é assim em todos os países decentes. As pessoas não escolhem ser professores porque não passaram em outras carreiras. Não há isso. Eles escolhem ser professores porque é a carreira que eles querem seguir e o salário é compensador.

Então, gasta-se mal o que se gasta, isto é verdade, gasta-se mal! Daria para estarmos melhor com o que se gasta. Mas não vamos chegar ao que a gente quer se não gastarmos muito mais, R$15 mil, entre R$10 mil e R$15 mil, isso é verdade. Eu não sei como os prefeitos vão conseguir isso.

Dentro da ideia, por exemplo, do Célio, eu acho que não vamos conseguir deixando nas mãos... Você falou em colaboração. Eu quero é transferir a responsabilidade para a União, mas mantendo a diversidade.

O SR. CÉLIO DA CUNHA (*Fora do microfone*.) – Cooperação e responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E responsabilidade. Agora, com conteúdo definido localmente. Ou seja, federaliza-se a carreira do professor, os gastos, a qualidade com a descentralização gerencial e liberdade pedagógica, dentro da sala de aula e no conteúdo das disciplinas.

O SR. CÉLIO DA CUNHA (*Fora do microfone*.) – A ideia da certificação pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A certificação é um primeiro passo. Quando a gente fizer mesmo a revolução, nem isso vai precisar, pois todos vão ser realmente da mais alta qualidade.

Quanto ao teto e aos financiamentos, estou de acordo com o risco, mas a proposta, como vi – eu não votei, porque não chegou aqui ainda –, é de que o teto é para todos os gastos, mas nada impede de aumentar os gastos de educação, desde que reduza de outro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas aí é que é preciso, é aí que a gente vai ver quem defende a educação. Porque, quando diz aumenta salário de professor e dos juízes e dos Senadores, todo mundo está a favor.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – Mas e o a mais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, aí é outra discussão, vou chegar lá.

Agora, para aumentar salário de professor, vai ter que diminuir de Senador ou de juiz, ou para fazer uma escola talvez tenha que deixar uma estrada para o setor privado se virar e fazer. Eles não usam aquilo para os caminhões deles?

Vamos ter que transferir coisas que não são necessariamente estatais para o setor privado, para gastar menos com porto, estrada e gastar mais em educação. E saneamento? Há quantos anos a gente engana, dizendo que vai fazer porto, estrada, uma capital nova no Planalto Central? E saneamento? Saneamento não chegou.

E aí, minha querida Dorinha – vou chamar assim –, quero vincular os gastos em educação na cabeça do povo, como na Finlândia; na cabeça do povo, o povo tem que sentir que tem gastar é 50%, se for preciso, em educação. De quanto precisa? Aí a gente discute de onde tirar, mas reconheço que não vai ser fácil convencer disso. E, enquanto não convencer, a gente continua nos protegendo para não fazer essa luta?

Recebi a UNE um dia desses. Eu quero que vocês me apoiem agora não é para botar mais dinheiro em educação, isso é fácil! Quero que vocês me apoiem para dizer de onde vou propor tirar dinheiro. Eles não querem. Por que tirar de algum lugar? Veja bem: no Brasil, ninguém entende essa ideia de que tem que tirar de algum lugar. Não entendem; eles não entenderam.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE (*Fora do microfone*.) – É como o falei do ITR.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Do ITR.

Ah, sim, claro! Tem que tirar! Tem que tirar! As grandes fortunas, mesmo que não vá ser muito, como se fala, mas tem que tirar. Tem que discutir quanto vai do Estado para o setor privado. Quem está disposto a botar o dedo nisso e dizer: "Esse dinheiro vai para a educação pública."

A gente comparou com o instituto federal, mas o Governo gasta mais com subsídio do Imposto de Renda para a escola privada por aluno do que com o filho do pobre. É agora que vamos ver quem é que defende a educação, porque terá que escolher. Não dará para defender a educação e tudo, tudo, tudo mais.

Costa Rica tem uma excelente escola – não vou propor isso –, mas eles fecharam as forças armadas lá, 60 anos atrás. "Não, não queremos Exército, Marinha, Aeronáutica, o dinheiro vai para a educação." O Brasil, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tamanho que a gente tem, não pode sair daí.

E, aliás, conto para vocês: fiz, durante muito tempo aqui, há algum tempo, um exercício com meninos do ensino médio em que eu ia e colocava para que eles fizessem o orçamento. Eu colocava aqui a coluna com os gastos; aqui, as rubricas, e aqui uma coluna em branco. Disse: gastem o que quiserem, só não podem mudar o total.

Lá em Sobradinho – eu aponto, porque tenho aqui um amigo de Sobradinho –, numa escola, de repente vi um dinheirão para educação. Fui ver, conversando com eles, eles tinham zerado Forças Armadas. Aí eu disse: "Mas e a Amazônia, vocês vão entregar aos gringos? A gente precisa de Forças Armadas para defender. E o litoral brasileiro, vocês vão deixar sem Marinha?"

Aí, eles reciclaram, reanalisaram e diminuíram o que colocaram em educação. Aí, tiraram de outro lugar.

Esse exercício que eu fiz com crianças aqui, a Comissão de Orçamento faz pouco. Antes de eu ser Senador, eu dizia que, na democracia, a revolução se faz na Comissão de Orçamento. Mas ninguém pensa assim. Eu até brincava e dizia, nos meus cursos de Economia da UnB: "Se um dia eu for Parlamentar, eu vou ser da Comissão de Orçamento e vou vestido de guerrilheiro! É aí que a gente vai fazer a guerrilha."

Eu só quis ser da Comissão de Orçamento uma vez. Nunca mais eu quis, primeiro pelo ridículo das discussões. Eu até entrei agora, porque a Senadora Rose insiste que eu esteja lá. E, segundo, porque está tudo ali arrumado. De vez em quando, chega alguém e diz: "Assine aqui uma emenda." Você não sabe o que é e, de repente, vai descobrir que foi uma estrada cuja licitação quem ganhou foi um conhecido dele. Preferi ficar fora esse tempo todo.

Agora, não. Se sair a ideia do teto, a gente vai ter que brigar para ter mais dinheiro, e isso pode ser positivo, apesar de arriscado. Felizmente, está até protegida a educação nos primeiros anos, mas pode-se aumentar a educação, desde que se tire de algum lugar. E, de fato, no Brasil, hoje não há muito lugar de onde se tirar. Sabem por quê? Porque não fizemos essa lei 50 anos atrás. Aí, fomos nos acostumando a vincular tudo, a botar tudo, a fazer tudo. Agora, não tem. É aumentar salários de todos nós, fazer essa mordomia que temos aqui dentro.

Aliás, alguém tem de pensar nisso do teto. Como a gente vai congelar, pelo menos, os salários no teto, por alguns anos? Nem inflação. Nem inflação. Quem ganha mais do que tanto, no setor, fica congelado, sem nem ao menos inflação. Porque a gente briga muito por mais salário para professor, mas não basta aumentar o salário do professor. É preciso diminuir a diferença entre o professor e os outros. Se você sobe o de professor e sobe os outros, os jovens continuam sem querer o magistério. É preciso diminuir a diferença. Diminuir a diferença significa diminuir o dos outros. Como a Constituição proíbe diminuir, a gente pode até usar uma pequena inflação, congelando os que estão lá em cima, porque, aumentando-se os salários mais baixos, vai diminuindo a diferença.

A gente vai começar a fazer política no dia em que descobrir que o Orçamento não dá para tudo. É aí que a gente vai começar a fazer política. Não se faz política no Brasil, porque o Orçamento dá para tudo, graças ao truque maravilhoso inventado de que só tem quatro, mas a gente gasta dois numa coisa e três em outra. Como a gente fez a mágica de só ter quatro e gastar cinco? É a inflação. A gente gasta cinco, mas só valem quatro. A gente tira um pela inflação, inflação de 20%. É assim que a gente tem levado o Brasil: na orgia do presente em vez da urgência do futuro, como você falou.

Bem, eu quero lembrar que nós vamos ter mais uma reunião como esta, com outras pessoas, para discutir a LDB. E, por pedido do Presidente da Comissão, convoco para o dia 1º de novembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de diversas proposições.

Nada mais havendo a tratar, agradeço muito a presença de vocês. Isso aqui vai se transformar num livro, num texto. E declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 43 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e nove minutos do dia hum de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Lasier Martins, Gladson Cameli, Regina Sousa, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, João Alberto Souza, Otto Alencar, Ricardo Ferraço, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Garibaldi Alves Filho, Deca e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Wilder Morais, Simone Tebet, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque (RQM 477/2016). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. ," **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 213, de 2015** que: "Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista." **Autoria:** Deputado Luiz Carlos Busato. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2016** que: "Denomina Ferrovia Doutor José Pacheco Dantas o trecho ferroviário da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, entre as cidades de Natal e Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Deputado Felipe Maia. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2016** que: "Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial." **Autoria:** Deputado Capitão Augusto. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015** que: "Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado João Pizzolatti. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015** que: "Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016** que: "Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA). " **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Para tanto sugiro que sejam convidados: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal. " **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 65 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para apresentar o projeto Aliança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Brasileira pela Educação. Para tanto sugiro que sejam convidados: Professor Evandro Neiva – Fundação Pitágoras; Rodrigo Galindo – Presidente da Kroton Educacional; Professor Mozart Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Sena; Professora Alzira Ribeiro de Amorim de Leite – Diretora da Escola Municipal Prof. Visitação (Rio de Janeiro-RJ); Professor Orlando André Almeida Graça – Diretor da Escola Estadual Afonso Pena (Belo Horizonte-MG); e Prof. Cláudio de Moura Castro – Especialista em Educação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 71 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Trata-se de proposição em tramitação na Câmara dos Deputados, já aprovada em primeiro turno, que em breve deverá tramitar nesta Casa. Com o intuito de debater os efeitos da PEC 241 nas políticas educacionais executadas pelo Poder Público, bem como as políticas sociais de maneira geral, sugerimos o convite aos nomes abaixo elencados. 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Representante do Fórum Nacional de Educação; 3. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 4. Representante da União Nacional dos Estudantes; 5. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 6. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 7. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 8. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 9. Representante do Movimento Todos pela Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Retirado pela autora, Senadora Fátima Bezerra. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 72 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal. Para compor a mesa de debates, propomos sejam convidados os magníficos reitores: da Universidade Federal do Amazonas, Sra. Márcia Perales Mendes Silva; Universidade Federal da Bahia, Sr. João Carlos Salles Pires da Silva; da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Sr. Jaime Arturo Ramírez e; da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr Roberto Leher. " **Autoria:** Senadora Lídice da Mata e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 73 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para debater sobre o tema "Tecnologia a serviço da educação", com os seguintes convidados: Marcos Formiga – Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília; Marival Chaves – Representante do Projeto Edux; Rita de Cássia Leal Fonseca – Consultora de orçamento do Senado Federal; Orlando de Sá Cavalcante Neto – Consultor de orçamento do Senado Federal." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA) e 2- Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 75 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a presença dos seguintes convidados: Ademir Almagro – Professor da Rede Municipal de Novo Horizonte; João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; Joaquim de Arruda Falcão Neto – Diretor da Faculdade de Direito Fundação Getúlio Vargas; e Marcelo Lucio Ottoni de Castro – Consultor Legislativo do Senado Federal. " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 76 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para identificação de propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a presença dos seguintes convidados: Bernadete Angelina Gatti – Vice-Presidente da Fundação Carlos Chagas; João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; João Roberto Moreira Alves – Presidente do Instituto de Pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Avançadas em Educação; e Simon Schwartzman – Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 77 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 69/2016, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; 2. Prof. Dr. Leandro Karnal, UNICAMP; 3. Miguel Nagib, Coordenador do Escola sem Partido; 4. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; 5. Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE; 6. Fórum Nacional de Educação - FNE; 7. Prof. Dr. Fernando de Araújo Penna, UFF; 8. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 9. Priscila Cruz, Presidente-Executiva do Movimento Todos pela Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 78 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID para a política nacional de educação. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Forpibid; 2. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes; 3. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Conif; 4. Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - Abruem; 5. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - Abruc; 6. Conselho Nacional de Educação - CNE; 7. Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed; 8. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que : "Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016, que "eleva o Rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial"." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 81 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar o dia internacional da Pessoa com Deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos. Sejam todos bem-vindos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, é o seguinte: eu tenho um almoço no Planalto hoje, daqui a 15 minutos. Será que poderia inverter a pauta, itens 23 e 24?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Deixe-me só terminar aqui.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Correspondência do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná, a qual manifesta considerações acerca de mercantilização da educação.

Ofício nº 62, de 2016, do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Rio de Janeiro, o qual manifesta considerações sobre alegada formação de monopólio no setor educacional e nocivas implicações para o mercado, para a classe trabalhadora, para a qualidade da educação e para os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Correspondência da Escola Municipal Luiz Barbosa, localizada em Águas de Lindoia, São Paulo, a qual divulga trabalho relativo ao incentivo à participação de jovens em ações de cunho social.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 ao 32.

Vamos inverter aqui a pauta.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Para tanto sugiro que sejam convidados: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para a leitura do requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, me parece que o projeto do Senador Pedro Chaves, o 64, de 2016, é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não. É apenas um requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É requerimento? Então, vamos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Requerimento da Comissão de Educação nº 64, de 2016, de autoria do Senador Pedro Chaves.

Requer, nos termos regimentais, a aprovação do requerimento de audiência pública para debater sobre o tema "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Para tanto sugere que sejam convidados Helio Carnassale, Igreja Adventista do Sétimo Dia; representante indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior — ABMES; representante do Conselho Nacional de Educação CNE, a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 65, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para apresentar o projeto Aliança Brasileira pela Educação. Para tanto sugiro que sejam convidados: Professor Evandro Neiva – Fundação Pitágoras; Rodrigo Galindo – Presidente da Kroton Educacional; Professor Mozart Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Sena; Professora Alzira Ribeiro de Amorim de Leite – Diretora da Escola Municipal Prof. Visitação (Rio de Janeiro-RJ); Professor Orlando André Almeida Graça – Diretor da Escola Estadual Afonso Pena (Belo Horizonte-MG); e Prof. Cláudio de Moura Castro – Especialista em Educação.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para a leitura do requerimento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para apresentar o projeto Aliança Brasileira pela Educação, e para tanto sugeriu que sejam convidados o Prof. Evandro Neiva, da Fundação Pitágoras; Rodrigo Galindo, Presidente da Kroton Educacional; Prof. Mozart Ramos, Diretor do Instituto Ayrton Senna; Profª Alzira Ribeiro de Amorim Leite, Diretora da Escola Municipal Prof. Visitação (Rio de Janeiro); Prof. Orlando André Almeida Graça, Diretor da Escola Estadual Afonso Pena (Belo Horizonte); e Prof. Cláudio de Moura Castro, Especialista em Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço a V. Exª a inversão da pauta do item 17, que é o PLC da Câmara nº 24, de 2016, que versa sobre a Vaquejada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já está na ordem.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2016

- Não terminativo -

Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.

Autoria: Deputado Capitão Augusto

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Em 18/10/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu apresentei um voto em separado, com todo o respeito, e pedindo vênia ao eminente Relator, Senador Otto Alencar.

Como o voto é um pouco extenso, eu não vou lê-lo, peço que ele fique à disposição, como já está, evidentemente. Mas gostaria tão somente de pedir um mínimo de paciência para algumas ponderações bem rápidas que farei.

Primeiro, eminente Senadora e Senadores aqui presentes, é que o que se discute neste momento neste projeto de lei não é a autorização ou a proibição das práticas objeto. Na realidade é tão somente a elevação de ambas as manifestações à condição de patrimônio imaterial.

Então nós não estamos discutindo aqui proibição, vedação, ou qualquer tipo de criminalização dessas práticas. Ao contrário, o que se discute é se devemos ou não elevar à condição de patrimônio imaterial as práticas mencionadas no projeto de lei.

Esse conhecimento é importante porque parece que há um certo equívoco ao se dizer que estaríamos aqui proibindo ou desproibindo ou vedando.

Então, em razão exatamente disso, o meu voto sinaliza que na realidade, há um decreto do ano 2000, que é o Decreto nº 3.551, que rege as etapas e os passos necessários e adequados, para se declarar qualquer atividade, ou assunto, ou objeto, tema do patrimônio imaterial da Nação. Aliás, esse decreto antecipou, em alguns anos, a aprovação pelo Brasil da Convenção Internacional da Unesco, que prevê quais são exatamente essas etapas e esses passos necessários para que uma determinada atividade seja elevada a essa condição. Portanto, sob o ponto de vista formal, não me parece, *data venia*, a meu juízo, o caminho mais adequado um projeto de lei que não atenda aos requisitos que o próprio IPHAN estabelece de procedimentos, etapas, oitivas e audiências necessárias para essa declaração. Então, esse é um primeiro ponto que aqui coloco.

Na realidade, o projeto veio – e é claro que louvo a sua iniciativa e aqueles que o defendem sempre com muito respeito e denodo – em razão do julgamento que aconteceu no Supremo Tribunal Federal. Lá, sim, se discute a criminalização ou a vedação da prática, que não é nosso objeto aqui. Ali, discutimos a questão da crueldade, dos pareceres técnicos, opiniões de especialistas, mas que não é o foro que estamos tendo aqui, neste momento. Todos esses temas, estou dissertando no voto em separado, para mostrar, na verdade, sob o ponto de vista formal, a meu juízo, uma inadequação dessa forma. Porque se pretende, eminente Senador Otto, mais uma vez, com todo respeito, e conhecendo bem e respeitando a sua posição e daqueles que comungam a mesma – e que são muitos, sei disso – é que esse projeto para o fim que se colima não terá o seu desiderato, não adiantará para, vamos dizer assim, barrar a interpretação do Supremo Tribunal Federal. Então, sob o ponto de vista formal, não acredito. Portanto, que possamos ultrapassar as questões relativas que o IPHAN coloca, que é exatamente o Decreto nº 3.551 e da Convenção Internacional da Unesco.

Portanto, o meu voto em separado é contrário. E eu, além disso, claro que acresço o que já falei na reunião anterior, por questões de convicção pessoal, acredito que essas práticas evoluem, e, de fato, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

existem vários pareceres de ordem técnica, inclusive, de veterinários, especialistas e do Ministério Público, quanto à questão relativa à crueldade dos animais. A minha posição, o meu voto, mais uma vez com respeito às manifestações contrárias, em especial, do eminente Relator, por quem tenho grande admiração e estima, é no sentido contrário à aprovação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Antonio Anastasia.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para as considerações finais.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, quanto ao projeto de lei da Câmara do Capitão Augusto, o Senador Anastasia entende dessa forma e, na verdade, naquilo que aconteceu no Supremo Tribunal Federal, procede a avaliação de S. Exª. No entanto, apreciamos esse projeto que veio da Câmara, em respeito à iniciativa do Deputado Federal Capitão Augusto, achando por bem dar o parecer favorável. No que tange a ser uma tradição cultural do Nordeste, isso é inegável, vem do século XVIII, lá atrás, quando não havia o profissionalismo que há hoje na prática da vaquejada.

Mas nossa preocupação, depois de ter lido o projeto, foi de tomar a decisão, também, de apresentar, como já apresentamos, uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição alterando o art. 225, inciso VII, da Constituição Federal, que fala de maus-tratos aos animais.

Nós alteramos isso, já encaminhamos à Comissão de Constituição e Justiça, e me parece até que o Relator será o Senador José Maranhão, que é paraibano, nordestino como eu, e sabe do valor da vaquejada para o vaqueiro, do valor do emprego das pessoas que militam na vaquejada, que hoje é uma atividade muito profissional. De alguma forma, aqueles que não a conhecem acham que há mais maus-tratos do que, por exemplo, na prática do turfe, no Hipódromo da Gávea, na Cidade Jardim, um puro-sangue inglês correndo 2.200m apanhando do partidor à chegada. No hipismo, no polo, há essa prática.

Por exemplo, falando em maltratar animal, eu acredito que há menos maus-tratos em derrubar um boi com uma cauda artificial do que em castrar um vira-lata sem anestesia. Na Bahia, por exemplo, esses casos estão indo para a escola de veterinária para correção desses maus-tratos, que fazem, inclusive, os ativistas que são contra a vaquejada.

Então, apresentei a proposta de emenda à Constituição – e o Senador Raimundo Lira, da Paraíba, também apresentou outro projeto regulamentando a vaquejada – com todos os cuidados necessários aos animais. O animal tem que ser adulto, tem que estar em ótima condição física para prática da vaquejada; só corre duas vezes; a cauda é artificial; a camada de areia é de 40cm; não se usa a taca nos animais como se usa no hipismo, como se usa nas corridas de longa distância dos puro-sangue ingleses. Enfim, há uma série de preocupações hoje para que o animal não sofra maus-tratos. Se fosse falar em maus-tratos em animais, teriam que parar várias práticas no Brasil com os animais.

Portanto, entendo que esse projeto vem atender aquilo que é cultura e tradição no Nordeste e no Brasil hoje, porque a vaquejada está no Estado de V. Exª, no Rio de Janeiro, com o Jonatas Dantas, lá em Xerém, a vaquejada está em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Centro-Oeste e também está na Bahia. Em todos os lugares do Brasil a vaquejada está presente.

Respeito muito a opinião do Senador Antonio Anastasia. A posição dele não é unanimidade. Há posições contra e a favor. Acredito que na geração de emprego, no momento que o Brasil vive, com mais de 12 milhões de desempregados, nós vamos ter que proibir uma prática que vai desempregar quase 1 milhão de pessoas. Então, esse é um argumento muito forte nesse momento.

E o que eu acho pior ainda é que tomam uma decisão sem consultar, sem dar condição nenhuma de aqueles que defendem a vaquejada serem ouvidos. O Supremo Tribunal Federal não teve o menor respeito pelos vaqueiros, pela vaquejada, quando sequer fez uma audiência pública para ouvir aqueles que estão envolvidos nisso. Aqui também no Senado Federal não foi feita essa audiência pública. E se faz audiência pública no Supremo para absolutamente tudo.

Então, espero que se dê, pelo menos, o direito de defesa àqueles que defendem a vaquejada. E se for para estender maus-tratos a animais, teremos que fazer outras leis para proibir até que o boi vá para o frigorífico, para tomar uma porrada no cachaço, cair duro, ser sangrado, ou então, choque na cabeça para não fazer o filé, a picanha dos grandes restaurantes do Brasil.

Neste momento em que estou falando com V. Exª, uns cinco, dez minutos, pelas fazendas do Brasil, o vaqueiro já derrubou mais ou menos cinco mil bois em dez minutos, para chegarem ao curral, pois o boi chega na porta do curral, empina e vai embora para a mata. Se o vaqueiro não pegar pela corda e derrubar, ele vai embora e não vai ao frigorífico.

Então, nestes cinco minutos que estou falando, cinco mil bois já foram derrubados. A vaquejada como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

prática esportiva é extensão do que acontece nas fazendas do Brasil. É a extensão de derrubar o boi, quando ele foge, pela calda, não pelo chifre. Então, é um esporte que veio da extensão do que acontece nas fazendas de Minas Gerais, do Centro-Oeste, do Nordeste.

Defendo isso com muita ênfase porque conheço de perto essa situação.

Portanto, peço a V. Exª que coloque a matéria em votação para que possamos apreciar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto se outro Senador gostaria de discutir a matéria.

Senador Ciro Nogueira, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Rapidamente, Presidente, apenas para fazer minhas as palavras do Senador Otto..

Senador Otto, acho que, por mais que existam vaquejadas na quase totalidade do País, nós nordestinos sabemos o valor da vaquejada, o que representa para a nossa cultura, nossa história e, principalmente, para as pessoas que dependem da vaquejada.

Eu pensei que nunca chegaria o dia, e até fico triste com isso, de divergir do meu querido Senador Anastasia, uma das mentes mais brilhantes, mais respeitadas nesta Casa. Infelizmente esse dia chegou, porque, para nós nordestinos a vaquejada faz parte da nossa história, da nossa cultura. Se isso vier mesmo a acontecer no País... E, Senador Otto, foi uma decisão apertada apenas por um voto.

Então, é uma situação que tenho certeza de que, se o Supremo fizer outro julgamento, vai reexaminar essa situação.

Faço um apelo a esta Casa para que não prive o meu Nordeste, principalmente, de uma situação que é tão importante para a nossa cultura e para a nossa história.

Então, vamos votar favoravelmente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, com a palavra, por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, esta matéria realmente requer um amplo debate. Eu tinha até uma proposta de um requerimento para que pudéssemos fazer uma audiência pública a respeito do tema, mas isso se estivéssemos debatendo aqui a regulamentação da vaquejada no Brasil.

O que estamos discutindo, se não me engano, é um projeto que transforma a vaquejada em bem imaterial, em patrimônio imaterial. E aí, enquanto tal, eu não creio que possa haver uma discussão que negue essa proposta.

A ideia de o Supremo Tribunal proibir não transforma isto em uma impossibilidade de termos uma visão do quanto a cultura brasileira acumulou, principalmente nos sertões do País, a vaquejada como um elemento de extrema importância cultural.

A vaquejada, além de sua importância cultural, claro que tem uma importância econômica e imensa. Uma cadeia produtiva enorme que se dá em torno do evento vaquejada em si, que vai desde o vestuário, enfim, todos os componentes de uma grande cadeia produtiva. Mas ainda assim eu não estou discutindo o elemento econômico ou o elemento apenas dos costumes. Não é possível também dizer-se que o fato de haver uma cultura, que essa cultura não possa ser modificada.

Para V. Exª entender, recentemente, um grande pai de santo discutia, por exemplo, o sacrifício dos animais e buscava encontrar outro caminho para que o sacrifício, na religião do Candomblé, fosse realizado, como na religião cristã já foi realizado. Afinal de contas, em priscas eras um carneiro era oferecido ao sacrifício para justamente representar o sacrifício Cristão. Jesus Cristo dá o seu corpo em sacrifício, e hoje nós temos apenas simbolicamente uma hóstia nas igrejas representando esse momento.

Ora, a cultura evolui, ela se modifica. No entanto, nós não estamos discutindo a questão da proibição da vaquejada no Brasil. O que está aqui se debatendo é a possibilidade de a vaquejada ser transformada num patrimônio, a vaquejada como elemento de referência da cultura dos Sertões, da cultura do vaqueiro no nosso País.

E é nesse contexto que eu voto favoravelmente a este projeto, me dando o direito de debater todas as outras proposições que aqui estão colocadas, como a regulamentação da vaquejada ou outros projetos que venham nesse sentido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Passo a palavra agora ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente Romário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senador, esse é um tema relevante para nós do Nordeste.

Principalmente, eu queria aqui divergir do voto do Senador Antonio Anastasia, com muito respeito, porque sei da forma competente e dedicada que ele se coloca aos trabalhos aqui nesta Casa. Mas eu vejo Senador Anastasia que há um pano de fundo nessa discussão que é o desprezo que a população urbana tem sobre as práticas culturais da população rural. A falta de percepção da importância do interior no nosso País é muito grande. Essa aqui é só a ponta do *iceberg,* quando a gente começa a colocar obstáculos para que um simples projeto como esse – que poderia passar despercebido por esta Casa, como muitos já passaram. É patrimônio material do nosso Brasil, por exemplo, o modo artesanal de se fazer queijo de Minas Gerais. Quantos queijos são produzidos sem o SIF, sem o SIE, sem a fiscalização? E esta Casa não teve que barrar o projeto do queijo artesanal de Minas Gerais porque há algumas pessoas que estão burlando a boa prática de produzir o bom alimento.

Agora, a questão da vaquejada torna-se algo importantíssimo para esta Casa e não há, nem no próprio voto, um questionamento sobre o que é uma manifestação cultural relevante para o nosso Nordeste. Então, a gente percebe que, na verdade, há um desprezo sobre o que é a cultura nordestina e, principalmente, sobre o que é a cultura do interior do nosso País. A gente precisa ressaltar que um povo que não tem memória perde a essência da existência da palavra Nação. A Nação é feita pela nossa memória.

Não quer dizer que não haja vontade dos que praticam a vaquejada de fazer um aperfeiçoamento do processo, e assim tem sido feito em todo o Nordeste. Todo o Nordeste tem aperfeiçoado a vaquejada através de atividades, atitudes e leis que fazem com que a boa prática estabeleça uma proteção a um animal. Assim tem sido em todos os Estados brasileiros e tem sido assim no dia a dia das vaquejadas.

O que percebemos? É que estamos discutindo, Senador, a questão do conceito de bem-estar animal. O conceito do bem-estar animal tão propalado e tão discutido nós precisávamos discutir tecnicamente. Nós precisávamos avançar, através de pesquisas, de estudos, o que é realmente a prática do bem-estar animal. Será que colocar um animal *pet* dentro de uma gaiola de 50cm^2 é cuidar do bem-estar animal? Será que colocar animais em apartamentos com áreas em que ele não consegue tocar o chão, a terra, é bem-estar animal também?

Então, se houvesse estudos, se estivéssemos discutindo conceitos tecnicamente estabelecidos, se tivéssemos pesquisas, se tivéssemos aprofundado estudos sobre a qualidade da vida do animal, eu tenho a convicção, Senador Romário, de que poucos estariam aqui de um lado ou do outro. O norte técnico estaria nos levando a um resultado, mas o que está havendo aqui é uma percepção.

Esse projeto – acho que o senhor foi muito feliz, Senador Anastasia – não é um obstáculo à questão de fazer ou não fazer a vaquejada, mas quando você nega a possibilidade de uma manifestação cultural chegar a esta Casa e se colocar como relevante para a sociedade e, nesse caso, para uma sociedade regionalizada, uma região do Estado, a gente só pode se sentir desprezado. Esse é o sentimento que as pessoas levam.

Depois de tantos e tantos anos no País se discutindo o aperfeiçoamento da vaquejada, o Supremo toma uma decisão, Senadores, onde há claramente uma dúvida. Foi manifestadamente uma decisão em dúvida, a Presidente foi o voto de Minerva. E nós, desta Casa, vamos mais uma vez dar as costas não para o Nordeste só. Isso aqui vai ter um rebatimento para o interior de todos os Estados. Isso vai chegar à corrida de cavalos lá no Rio Grande do Sul, isso vai chegar às manifestações culturais do interior de São Paulo. E provocado pelo quê? Por um grupamento de pessoas que entendem que o seu interesse e o seu olhar sobre a vida urbana tem que ser maior e se coloca como melhor do que um olhar sobre as práticas do campo.

Nós precisamos respeitar o campo brasileiro. É de lá que vem a comida, é de lá que nós sustentamos o PIB do nosso País – 25% do PIB vem da agropecuária. E a gente começa a querer colocar esse setor na berlinda. Se há um setor neste País que funciona é o campo brasileiro. A agricultura familiar, a agropecuária, é de lá que nós temos 25% dos empregos do nosso País. E a gente começa com um simples projeto desses.

Posso ler aqui, Senador, diversas manifestações: o modo artesanal de fazer queijo, o toque dos sinos, o jongo, a roda de capoeira, tudo isso é manifestação cultural. A missa do vaqueiro é uma manifestação cultural e material do povo brasileiro. Se acabar a vaquejada, se a gente decretar que derrubar um boi é um crime neste País, nós estamos decretando a morte do vaqueiro brasileiro. É isso que nós estamos discutindo.

Claro que esse não é o assunto em tela, mas é o rebatimento que esse processo inicia e que a gente começa a entender essa falta de carinho, de sentimento e o desprezo muito claro pela cultura do interior.

Nós não estamos aqui dizendo que vamos fazer de qualquer maneira. Não é isso que o povo da vaquejada quer, não é isso que o povo do rodeio quer. O que nós não queremos é ser tratados com discriminação. É isso que eles não querem.

Olhem, eu não sou como o Senador Otto, que é um corredor de vaquejada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Já foi. Foi muito pouco, mas já foi.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E aqui estou fazendo para ele esteira, porque na verdade o projeto é dele. (*Palmas.*)

Eu só estou fazendo aqui a esteira com o Senador Otto.

Porque isso cria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode dar um aparte aqui?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar. Vou dar um aparte, mas vou só finalizar.

Senador Romário, diferente de outros esportes em outros países, como a tourada, em que a luta era entre o toureiro *versus* o touro, do ser humano *versus* o seu animal, na verdade esse esporte nasce de uma necessidade e do carinho que o vaqueiro tem pelo animal, para que ele não ficasse apartado.

O que nós estamos colocando é a destreza do vaqueiro, a capacidade de o vaqueiro trazer para a boiada o seu boi, o animal, para que ele não sofra com um abate por meio de uma arma de fogo. Ele derruba e traz o animal com muito carinho. E é por isso que a gente também se sensibiliza neste momento, para dizer que é muito importante que a vaquejada e todas as outras manifestações culturais tenham esse *status* de patrimônio imaterial do Brasil.

Só um aparte aqui ao Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Romário, ele vai me dar um aparte, só para eu concluir aqui... (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Gostaria de dizer que é proibida a manifestação da plateia, mas hoje está liberado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Anastasia, na última reunião, Senador Romário, invocou Ruy Barbosa, o maior jurista do Brasil, de todo o país. Castro Alves e Ruy Barbosa, me vêm agora. Um pensamento de Ruy Barbosa, mandado agora por um amigo meu, diz o seguinte: a pátria não é de ninguém, é de todos, e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra e à associação. A pátria não é um sistema, não é uma seita, não é um monopólio de quem quer que seja, nem uma forma de Governo. É o céu, é o solo, é o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

E a vaquejada pede liberdade no Brasil para que seja mantida a tradição do vaqueiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senadora Marta Suplicy com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Depois dessas manifestações não somente veementes, mas que vêm do fundo do coração dos nossos colegas Senadores, acho que a discussão sai do rumo, porque não é uma manifestação contra o Nordeste, não é uma manifestação especificamente contra a vaquejada.

Nós temos aqui dois pontos para discutir. O primeiro diz respeito ao que é um bem imaterial num país, como ele é pensado, como se chega a um bem imaterial. É algo muito trabalhoso. Eu fui Ministra da Cultura, acompanhei, por exemplo, o bem imaterial chegar à capoeira. Não é simples. Depois, isso nunca foi feito como projeto de lei, o que considero absolutamente correto, porque, se você faz uma lei, essa lei vai ser modificada com enorme dificuldade, se algum dia o for. Quando é feito um tombamento, tanto material quanto imaterial, ele é revisto a cada dez anos para saber se isso procede, se aquele monumento ainda deve ser preservado, se aquele bem imaterial ainda faz algum sentido.

Então, a primeira coisa que gostaria de colocar é que não faz nenhum sentido estarmos aqui discutindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o que estamos discutindo, porque não nos compete, é um desvio de algo que não está estabelecido na Constituição, que não possa ocorrer. Então, não ouvi o parecer do Anastasia. Ele não colocou nesse sentido, de ser inconstitucional, mas não sei se na Constituição está tão claro. É equivocado colocar aqui pelos motivos que falei.

De outra parte, não creio que devamos, na linha do tempo, posicionarmo-nos como alguma coisa errada ou certa, de acordo com o que existe naquele momento. Neste momento, tudo o que os colegas colocaram procede. É uma tradição, milhares de pessoas dependem dela. São festas importantes, é um símbolo muito forte para o nordestino. Tudo isso procede. Então, se formos pensar como num quadro restrito aos dias de hoje, nós não teríamos também de estar discutindo isso, porque procede o argumento.

Mas a sociedade vive uma evolução. Se formos pensar no que havia séculos atrás, os gladiadores no Coliseu morriam, o que era normal e aplaudido; se formos pensar no que ocorre mais recentemente, em escravos nas fazendas do Brasil todo, especialmente no Nordeste e muito também no meu Estado de São Paulo, eles estavam lá e eram açoitados, o que era normal também. Mas as coisas mudam. E, agora, esse olhar para o mundo animal, esse olhar para os seres vivos que não somos nós, os seres humanos bípedes, mudou completamente. Remete-se a este fato: "Ah, mas vai afetar não sei o quê." Talvez, vá afetar, não sabemos como isso caminha. Hoje, nós estamos discutindo algo e, daqui a 30 anos, talvez menos, nós vamos olhar para esta discussão e achá-la patética. Ela faz sentido agora, mas não fará sentido mais para frente. Por isso, sou contra um projeto de lei. Acho que não faz parte da história ser projeto de lei.

Nem vou entrar agora na discussão porque não conheço bem a vaquejada. Tentei entender como ela se dá. Nunca vi uma vaquejada. Fui tentar entender como ela se dá e fui ler algumas coisas sobre o que ela causa para o animal. Fiquei muito impressionada com o que causa para o animal. Aí dizem: "Mas, agora, põem uma proteção de poliamida, põem várias coisas." Mas o procedimento... Também não sei se é o caso de ficar lendo aqui, mas as coisas que ela causa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas não adianta, quando você vê a vaquejada, mesmo que você não se assuste com o procedimento e ache interessante a manifestação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senhor, por favor...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...você não sabe o que causa no animal. O que li sobre o que causa no animal me provoca dor como pessoa. Entende?

Olhem:

> Ao perseguirem o bovino, os peões acabam por segurá-lo fortemente [...]. Como a porção caudal da coluna vertebral representa a continuação dos outros segmentos da coluna vertebral, particularmente na região sacral, afecções que ocorrem primeiramente nas vértebras caudais podem repercutir mais para frente, comprometendo, inclusive, a medula espinhal, que se acha contida dentro do canal vertebral.
>
> Esses processos patológicos são muito dolorosos, dada a conexão da medula espinhal com as raízes dos nervos espinhais, por onde trafegam, inclusive, os estímulos nociceptivos [causadores de dor].

Diz mais: "A estrutura dos equinos e bovinos é passível de lesões na ocorrência de qualquer procedimento."

Não consegui entender até agora o quanto essas novas regularizações e aparelhamentos protegem o animal. Não tenho essa informação. Não sou veterinária. Agora, obtive uma informação do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que tem um posicionamento contrário às vaquejadas, que foi apresentado no dia 25/10: "O Conselho Federal de Medicina Veterinária, após longa discussão, deliberou pela posição contrária à prática de vaquejada, em função de sua intrínseca relação com maus-tratos aos animais."

Eu diria que sobre esse ponto não tenho clareza, porque não sou do ramo da Veterinária, mas tenho clareza sobre a outra parte: a de que não deve ser projeto de lei.

Por isso, vou votar contrariamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Eu passo a palavra, de novo, ao Senador Antonio Anastasia e, logo depois, ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pedi novamente a palavra tendo em vista observações que ouvi de meus nobres pares e eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

poderia quedar-me silente.

O Senador Roberto Muniz, com a inteligência que lhe é característica, fez uma apresentação aqui, com todo respeito, Senador, tirando muito o foco do objeto que nós estamos discutindo.

Aqui, não se discute uma questão entre cidade *versus* campo, não se discute a atividade do agronegócio. Nós estamos discutindo um projeto de lei que trata especificamente, como lembrou a Senadora Marta, da transformação ao *status* de patrimônio imaterial de uma atividade que é tradicional, inclusive meu voto em separado diz isso.

Na realidade, a tentativa de desmistificar o projeto resulta, insisto, na decisão do Supremo Tribunal Federal, que, lá, sim, criminalizou o procedimento, tendo em vista o conflito entre dois valores constitucionais, que são a questão da manifestação cultural, que existe e, volto a dizer, eu respeito, e outro valor que é a proteção dos animais, que são valores constitucionais que se colocam e que entram em conflito.

O eminente Senador Otto alega que está apresentando uma PEC. A PEC, se vier a ser aprovada, e provavelmente o será, não terá o condão de retirar do Supremo a capacidade de interpretar que a crueldade continuaria existindo, em tese, se assim entenderem os Ministros. Será uma vitória de Pirro, portanto.

Então, eu quero deixar claro que o que nós estamos discutindo aqui são, tão somente, as questões formais desse projeto. Eu não estou com visão míope em relação às atividades ruralistas. Ao contrário, temos todos um imenso respeito pelo que a atividade agropecuária nos faz e pela atividade rural como um todo, mas o que discutimos aqui é um valor novo, que, cada vez mais, está presente nas sociedades civilizadas, que é exatamente evitar maus-tratos aos animais, inclusive através de aspectos técnicos, que é uma questão ideológica de muitos e a que eu me filio. É, portanto, da mesma forma, respeitável, e eu respeito a posição daqueles que acham que não há a crueldade e, portanto, defendem a sua prática, daqueles que entendem que existe a crueldade e, portanto, desejam que ela seja contornada.

Então, é exatamente esse o debate. O projeto, na realidade, está tomando essa dimensão não em razão do seu valor em si, mas, sim, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que ele não terá o menor condão de alterar. Com a eventual PEC, aí, sim, com audiências públicas, com técnicos, com veterinários, com professores, com vaqueiros, com profissionais, com a área econômica, todos discutindo, é que nós vamos, aí, sim, perceber qual é o seu valor, porque as coisas evoluem.

Alguns anos atrás, era comum matar passarinho. Essa era uma prática que era considerada, lamentavelmente, uma prática corriqueira. Hoje, felizmente, é crime também. E lembra a Senadora, jacaré também. Ou seja, há uma evolução natural. Até que ponto nós vamos chegar? Não sei, mas eu acho que nós devemos sempre respeitar as posições, e não há aqui nenhum conflito campo contra a cidade, porque a vaquejada, acabou de me dizer aqui o Senador Otto, que, na frente da casa dele, na Praia do Forte, portanto, em zona urbana, é realizada também.

Então, eu quero deixar isso claro, para nós desmistificarmos e fazermos uma cortina de fumaça do tema que se refere a dois valores que se conflitam e é próprio de uma sociedade plural como a nossa e, por isso mesmo, o Congresso debate, faz as audiências, vota por sua maioria, e, se o conflito persiste, nada mais natural que o Poder Judiciário dirimir esse conflito, que, aliás, é a sua função.

Com respeito a todos, portanto, eu queria fazer esse acréscimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senador Garibaldi Alves, por favor.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pode ser que eu tenha trazido aqui, ou vou trazer, uma manifestação romântica da minha sensibilidade, porque desde criança – e olha que a criança ficou para trás há muito tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ... apesar da discordância cordial do Senador Anastasia.

Mas, na verdade, eu queria chamar atenção para o cuidado que sempre houve por parte dos vaqueiros com relação àqueles que realmente dependem desses cuidados, que são os animais, o gado.

O próprio Senador Anastasia citou aqui o nosso maior folclorista, um homem culto, respeitado internacionalmente, que foi o escritor Luís da Câmara Cascudo. E ele dizia que a vaquejada passou de ser a festa mais tradicional do ciclo de gado nordestino para uma exibição esportiva nas cidades, independente dos processos normais da pecuária contemporânea.

O Senador Anastasia defende a tese de que a evolução da sociedade não pode permitir práticas como a da vaquejada. Eu não queria, na verdade, incorrer em um equívoco, mas eu tenho convicção de que não incorrer ao dizer aos Senadores que a vaquejada é, sobretudo hoje – e eu sei que não se está discutindo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui –, uma questão de sobrevivência econômica para grande parte daqueles que habitam ainda na zona rural. Isso porque há, de fato – e nós vamos deixar de reconhecer –, um despovoamento da zona rural. E uma prática como a da vaquejada ainda mantém essa atividade rural, apesar de se saber que ela também, claro, invadiu as nossas cidades.

Mas é preciso ter a consciência de que nós aqui, se não acolhermos esse projeto e esse relatório do Senador Otto Alencar, vamos colocar em risco a sobrevivência econômica de parte da população nordestina que ainda habita o campo. Não se desconhece aqui, e o Senador Anastasia sabe, que parte do Estado de Minas Gerais, a chamada zona do Semiárido, convive com dificuldades muito grandes em face da estiagem. Nós estamos com cinco anos de seca. Nós estamos sem alternativas econômicas.

Haverão de dizer: mas a vaquejada não vai ter nunca essa importância econômica de se constituir numa alternativa para uma região como o Nordeste. Mas ela, além de preservar uma tradição cultural da região, vai se constituir em uma alternativa para aqueles que vivem na Região Nordeste.

Então, eu faria um apelo aos Senadores para dizer que, além da manifestação cultural, possam alcançar o que existe hoje no Nordeste brasileiro. Nós não podemos, de maneira nenhuma, cercear a possibilidade de a vaquejada continuar como uma expressão da atividade econômica do Nordeste. Se nós estamos preocupados com o desemprego no Brasil, nós não podemos deixar de nos preocupar com o emprego que hoje a vaquejada traz para essa região.

Eu sei que eu estou fugindo do debate, porque aqui se propõe, perante a Comissão de Educação, presidida pelo Senador Romário, que se eleve o rodeio e a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Sei que estou fugindo do debate, mas não estou fugindo de um apelo pela preservação de uma das atividades econômicas da nossa região que proporciona um grande número de empregos, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (*Palmas.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra a V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu só queria que V. Exª me permitisse...

Eu tenho o maior respeito pela atividade cultural, por todos os atores e atrizes do Brasil, mas uma delas foi de uma infelicidade muito grande. Acho que foi a atriz Alexia Dechamps, que eu não conheço direito. Ela falou que pagava bolsa família para o pessoal da vaquejada. Vaqueiro depende do trabalho dele, não depende de Bolsa Família. Se não me engano, ela é do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem um milhão de famílias no Bolsa Família. Um milhão! E São Paulo tem 1,6 milhão de famílias no Bolsa Família. Não é só no Nordeste que se dá bolsa família. Ele é dado de norte a sul, de leste a oeste. Ela foi muito infeliz quando agrediu todos os vaqueiros e o pessoal da vaquejada e todo o povo nordestino num momento lá na Câmara dos Deputados.

Isso é importante para mostrar o preconceito que existe contra o povo do Nordeste e o povo da zona rural, como falou aqui o Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Romário, Srªs e Srs. Senadores.

Para mim, Sr. Presidente, é uma tarefa extremamente difícil e complexa divergir do meu querido, estimado amigo e homem público de primeira qualidade que é o Senador Anastasia. Meu e nosso professor, por quem nós temos uma profunda admiração. E sabe, o Senador Anastasia, que eu falo com o sentimento da verdade, da honestidade e da franqueza dessa admiração por este excepcional homem público da vida política brasileira. Eu falo isso com muita sinceridade. Daí a minha dificuldade em divergir do meu querido e estimado amigo Senador Anastasia.

Mas eu não posso me afastar da minha convicção e da minha crença de que nós estamos diante de uma das mais complexas e antigas tradições do povo brasileiro. Para mim, Sr. Presidente, que estou ali na fronteira entre o Nordeste e o Sudeste, porque o Estado do Espírito Santo, Estado que eu tenho a honra de representar aqui, no meu Estado, é um mosaico de Nordeste com Sudeste.

E nós temos ali uma região muito grande que faz fronteira com Minas, faz fronteira com o Nordeste, terra do meu querido Senador Otto Alencar e do meu querido Senador Roberto Muniz. Tanto que, do ponto de vista inclusive da geografia e da condição climática, nós estamos enfrentando os mesmos problemas do semiárido do Nordeste brasileiro. Já estamos indo para o quarto ano...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – ... Contra a mulher, Senador Ferraço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu peço perdão à minha querida amiga Lídice da Mata, por quem eu rendo também as minhas homenagens por essa amizade querida que tenho aqui no Senado.

Nós somos parte de uma mesma região, portanto. E eu há muitos anos acompanho essa tradição na nossa região e não posso deixar de trazer a minha voz e o meu apoio ao relatório do Senador Otto Alencar, que reforça, que consolida o papel dessa tradição, transformando essa atividade artística-cultural à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.

Eu estarei votando com o Senador Otto Alencar, por convicção. Penso que essa é uma atividade que está presente na cultura da nossa gente e do nosso povo. Penso que essa é uma atividade que, do ponto de vista econômico e social, como disse aqui o Senador Garibaldi Alves, tem uma importância muito grande.

Em um momento de extrema complexidade para a vida brasileira, nós estaremos ferindo de morte uma atividade que é geradora de emprego, de renda e de oportunidade para muitos e muitos brasileiros, não apenas do Nordeste inteiro, também do Espírito Santo. E, portanto, eu quero trazer minha manifestação aqui de apoio ao relatório do Senador Otto Alencar.

Por certo, essa polêmica não se encerra aqui. Ela continuará presente nas nossas agendas, mas eu quero desde já me posicionar favorável a essa condição que estamos dando, que vai reforçar ainda mais o nosso respeito por uma das mais antigas e centenárias tradições em nosso Estado.

Portanto, eu quero manifestar o meu voto de apoio ao parecer do Senador Otto Alencar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra, agora, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é 1h05 da tarde. V. Exª, como Presidente da Comissão, sabe que não é normal um quórum como este estar ocorrendo numa reunião da Comissão de Educação numa terça-feira, véspera de feriado, 1h da tarde. A razão é uma só: a adesão dos que estão presentes à preservação de uma manifestação que faz parte da tradição do Brasil, não é do Nordeste só, que é a vaquejada.

A manifestação que a Esplanada dos Ministérios assistiu semana passada, trazendo milhares de vaqueiros, milhares, com suas estruturas e presença, muitas delas rudes, é uma demonstração clara de que a decisão do Supremo Tribunal Federal precisa, no mínimo, ser observada ou mais bem observada. Daí a minha preocupação. A decisão foi por seis a cinco, foi por um voto, o voto de desempate.

O projeto que estamos apreciando vai oferecer um contraponto ao Supremo Tribunal Federal no seu raciocínio, é a garantia de que a vaquejada é uma manifestação da cultura nacional e patrimônio cultural imaterial. Ou seja, os juízes do Supremo Tribunal Federal vão ter de levar em consideração o que vai acontecer aqui. Não se está votando numa terça-feira, véspera de feriado, à 1h da tarde, uma coisa que não é o sentimento nacional. É o sentimento nacional. Não é do Nordeste só, é de toda parte em que a vaquejada existe.

O que é preciso, sim, e aqui já foi dito, é se corrigir o que está errado, o que já vem sendo feito há muito tempo. O colchão de areia de rio já é de 50cm, os veterinários já fazem plantão, o metal não tem mais contato nem com o cavalo nem com o boi, o rabo artificial já existe. Todos os cuidados estão sendo tomados para que a vaquejada não seja interpretada ou considerada maus-tratos à vida animal; seja considerada, sim, parte das tradições, um entretenimento, um esporte e um grande empregador de pessoas modestas, que merecem uma luz ao sol, um direito à oportunidade do trabalho honesto, que está ameaçado.

Nós estamos aqui agora garantindo, com o argumento da aprovação desse projeto, um argumento que poderá ser forte num julgamento ou no Supremo, numa revisão que nós venhamos a pedir, ou no projeto que está em tramitação, do Senador Eunício Oliveira, que precisará ser aprovado para garantir justiça a quem só quer a oportunidade de manter uma tradição cultural e manter emprego decente neste País, a começar pela Região mais pobre do País, que é a nossa Região Nordeste.

Eu voto entusiasticamente com o projeto relatado pelo Senador Otto Alencar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra, agora, à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, serei breve, até porque acho que a expectativa aqui é que a gente vote logo a matéria.

Eu quero mais uma vez aqui só reafirmar o que tenho dito: acho correto o projeto de lei do Senador Otto – e, portanto, voto favorável –, ao propor que o rodeio, que a vaquejada possa ser elevada à condição de manifestação cultural nacional.

Acho correto, Senador Otto, porque é inegável o enraizamento popular que têm essas manifestações – o rodeio e a vaquejada –, a tradição cultural que têm essas manifestações. Portanto, entendo que reúne os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

requisitos necessários para ser levado a essa condição de manifestação cultural nacional.

Segundo, quero mais uma vez colocar, Senador Romário, que nós não estamos aqui discutindo o tema da regulamentação. Eu acho que o tema da regulamentação é outra discussão, uma discussão em que tenho o ponto de vista que deve ser algo feito com muita profundidade, com muita seriedade, porque, de fato, de um lado, sim, nós não podemos desconhecer a dimensão do ponto de vista econômico, a cadeia produtiva, enfim, o quanto isso mobiliza a atividade econômica também, gerando postos de trabalho. Mas, por outro lado – e os próprios defensores da vaquejada sabem disso –, há um tema cada vez mais em discussão, que é a defesa dos animais, a proteção dos animais. Tanto é que nós temos sido procurados tanto pelos que defendem a vaquejada quanto pelos que defendem, Senadora Lídice, a questão da proteção dos animais. E nosso papel evidentemente é estar aberta ao diálogo, é ouvir.

Então, eu voto aqui, Senador Otto, no seu projeto, à medida que, repito, para mim está claro que propõe elevar a vaquejada à condição de manifestação cultural nacional. Entendo que os requisitos para essa condição se justificam, e na hora da discussão da regulamentação, como tem dito a Senadora Lídice, será um debate que nós temos, repito, que fazer com muita profundidade mesmo.

Então, é isso. Quero aqui declarar o meu voto favorável ao relatório do Senador Otto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto. (*Palmas.*)

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Registro os votos vencidos dos Senadores Antônio Anastasia e Marta Suplicy.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado, de acordo com o art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, que a matéria possa tramitar em regime de urgência.

Peço a V. Exª que coloque o meu requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, gostaria de também pedir preferência – são projetos não terminativos – para os itens 31, 32, e também para o item 13, PL que trata do Dia Nacional do Arquiteto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Item 13.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Concordando com a solicitação da Senadora Fátima Bezerra, também solicito a V. Exª que, logo após a votação desses requerimentos, pudesse botar para a votação, na Ordem do Dia, o item 26, que é um requerimento nosso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 213, de 2015

- Não terminativo -

Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

Autoria: Deputado Luiz Carlos Busato

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria constou da pauta da Reunião de 18/10/2016.*

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para proferir o relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Sr. Presidente, eu quero aqui só destacar – eu acho que é uma matéria extremamente meritória – que nós possamos instituir a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

O projeto de lei atende a todos os requisitos, do ponto de vista da juridicidade e do mérito. É muito importante essa iniciativa, inclusive é uma iniciativa que homenageia o arquiteto e o urbanista Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares, na sua data natalícia, Senador Romário, dia 15 de dezembro, porque era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

exatamente o dia de aniversário de Oscar Niemeyer, que dispensa comentários pelo talento urbanista, de arquiteto, que encantou não foi só o Brasil, mas que encantou exatamente o mundo.

Queremos aqui também colocar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que tem como missão orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina da classe em todo o Território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.

É isso, é homenagear duas categorias, repito, que dispensam comentários, mais do que nunca, no mundo contemporâneo, pelo papel importante que eles têm a desempenhar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) –

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2016

- Não terminativo -

Denomina Ferrovia Doutor José Pacheco Dantas o trecho ferroviário da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, entre as cidades de Natal e Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Deputado Felipe Maia

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria constou da pauta da Reunião de 18/10/2016.*

Concedo a palavra a Senadora Fátima Bezerra para proferir o relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, iniciativa meritória do Deputado Felipe. Demos parecer favorável. É homenagem, dá o nome à ferrovia de Doutor José Pacheco Dantas, exatamente no trecho ferroviário da CBTU, entre as cidades de Natal e Ceará-Mirim. É justificável pela figura do Dr. José Pacheco Dantas, que colaborou em vários jornais da Capital federal, nos quais escrevia artigos, cobrando atenção da União para o Estado do Rio Grande do Norte, além de divulgar as belezas do Nordeste, região que era vista apenas pelo ângulo da fome.

Enfim, o Dr. José Pacheco, repito, é um norte-rio-grandense respeitado por todos e justifica-se dar o nome dele à ferrovia entre Natal e Ceará-Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 25.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só retirada, Sr. Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Retirado o requerimento.

(Matéria não lida e retirada:

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 71, de 2016

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Trata-se de proposição em tramitação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

na Câmara dos Deputados, já aprovada em primeiro turno, que em breve deverá tramitar nesta Casa. Com o intuito de debater os efeitos da PEC 241 nas políticas educacionais executadas pelo Poder Público, bem como as políticas sociais de maneira geral, sugerimos o convite aos nomes abaixo elencados. 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Representante do Fórum Nacional de Educação; 3. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 4. Representante da União Nacional dos Estudantes; 5. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 6. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 7. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 8. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 9. Representante do Movimento Todos pela Educação.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 26.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 72, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal. Para compor a mesa de debates, propomos sejam convidados os magníficos reitores: da Universidade Federal do Amazonas, Sra. Márcia Perales Mendes Silva; Universidade Federal da Bahia, Sr. João Carlos Salles Pires da Silva; da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Sr. Jaime Arturo Ramírez e; da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr Roberto Leher.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Senadora Lídice da Mata. Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, já foi aprovada na CAE, por um requerimento do Senador Telmário, uma sessão conjunta entre a CAE e a Comissão de Educação. No entanto, já existia, aqui na Comissão de Educação, por iniciativa minha, proposta de um requerimento para que nós pudéssemos ter uma audiência pública aqui, nesta Comissão, em que pudéssemos discutir os efeitos da PEC 241, que agora é 55, de 2016, no Senado Federal, sobre a educação brasileira. E é com essa intenção que proponho esta audiência pública com os convidados: os Magníficos Reitores da Universidade Federal do Amazonas, Srª Márcia Perales; da Universidade Federal da Bahia, Sr. João Carlos; da Universidade Federal de Minas Gerais, Sr. Jaime Arturo; e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Roberto Leher.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, eu gostaria de subscrever o requerimento de V. Exª e parabenizá-la. Ainda ontem, fizemos uma bela audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre a PEC 241, agora PEC 55, e os seus impactos exatamente na educação. Entendo que é muito pertinente que esta Comissão de Educação aqui abra as suas portas quantas vezes forem necessárias.

Isso é obrigação, é papel desta Comissão. Isso não é um tema qualquer, é uma das propostas de mudança à Constituição de maior relevância, relevância inclusive naquilo que nos preocupa, que são os seus impactos frente às principais conquistas que nós tivemos na Constituição, como, por exemplo, a vinculação constitucional. Educação *versus* a PEC 55 merece um exame muito detalhado. Por isso, eu acho muito importante esta Comissão aqui abrir as suas portas.

Eu quero subscrever e gostaria também, em comum acordo com a senhora, que pudéssemos ampliar a lista desses convidados, trazendo aqui a Andifes, o Conif, o Fórum Nacional de Educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o movimento Todos pela Educação, exatamente para contribuir com o debate, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senadora.

O próximo requerimento é do Senador Cristovam Buarque, e eu o subscrevo, passando à sua leitura.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 73, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para debater sobre o tema "Tecnologia a serviço da educação", com os seguintes convidados: Marcos Formiga – Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília; Marival Chaves –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

representante do Projeto Edux; Rita de Cássia Leal Fonseca – Consultora de Orçamento do Senado Federal; Orlando de Sá Cavalcante Neto – Consultor de Orçamento do Senado Federal.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento é do Senador Cristovam Buarque, e eu o subscrevo, passando à sua leitura.

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 75, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a presença dos seguintes convidados: Ademir Almagro – Professor da Rede Municipal de Novo Horizonte; João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; Joaquim de Arruda Falcão Neto – Diretor da Faculdade de Direito Fundação Getúlio Vargas; e Marcelo Lucio Ottoni de Castro – Consultor Legislativo do Senado Federal.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento é do Senador Cristovam Buarque, e eu o subscrevo, passando à sua leitura.

ITEM 30

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 76, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para identificação de propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a presença dos seguintes convidados: Bernardete Angelina Gatti – Vice-Presidente da Fundação Carlos Chagas; João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; João Roberto Moreira Alves – Presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação; e Simon Schwartzman – Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 77, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 69/2016 sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Drª Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; 2. Prof. Dr. Leandro Karnal, Unicamp; 3. Miguel Nagib, Coordenador do Escola sem Partido; 4. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes; 5. Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE; 6. Fórum Nacional de Educação (FNE); 7. Prof. Dr. Fernando de Araújo Penna, UFF; 8. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 9. Priscila Cruz, Presidente Executiva do movimento Todos pela Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, para leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, o requerimento diz respeito à inclusão dos nomes para realização da audiência pública sobre a Escola sem Partido, que já foi aprovada. Já temos, inclusive, data acertada com a Comissão, que é a do dia 16. O requerimento requer que sejam incluídos os seguintes convidados: Drª Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Prof. Dr. Leandro Karnal, da Unicamp; Miguel Nagib, Coordenador do Escola sem Partido; Ubes; UNE; Prof. Fernando de Araújo Penna, da UFF; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Fórum Nacional de Educação (FNE); e Priscila Cruz, Presidente Executiva do movimento Todos pela Educação.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 32

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 78, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para a política nacional de educação. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid); 2. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); 3. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); 4. Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); 5. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc); 6. Conselho Nacional de Educação (CNE); 7. Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); 8. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, para leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, aqui também, atendendo à solicitação de professores, estudantes e diversas outras entidades, nós estamos propondo a realização de uma audiência pública para debater o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), programa extremamente importante, seriamente ameaçado pelo Governo atual, quando diminuiu os recursos, etc. Esse não é um programa qualquer. É um programa que diz respeito à formação de milhares de professores, um programa que se revelou muito exitoso.

Quanto aos convidados, também aqui nós já os propomos. São os seguintes: Forpibid (Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência); Andifes; Conif; Abruem; Abruc; CNE; Consed; e Undime.

Então é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só um minuto, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só para finalizar aqui: consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão, extrapauta, do requerimento de minha iniciativa. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

ITEM 34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 81, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco, para o dia 8 de novembro...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, só para reforçar a divulgação: dia 9, agora – portanto, quarta-feira –, nós vamos realizar na Comissão de Educação o debate sobre a Medida Provisória nº 746 *versus* o Plano Nacional de Educação. Os convidados já confirmaram e é muito importante – mais ainda porque nós temos uma comissão especial que está se debruçando sobre esse tema. Lamentamos profundamente que um tema dessa envergadura seja apresentado via medida provisória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pelo caráter restritivo e impositivo que ela tem. Por isso a importância e a necessidade de a Comissão de Educação, que é a comissão temática da Casa, abrir as suas portas para que a gente possa aprofundar cada vez mais o debate.

Então, Senador Romário, quero agradecer, porque dia 9, conforme foi acertado, quarta-feira, nós estaremos realizando o debate sobre Medida Provisória nº 746 *versus* o PNE.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Convoco para o dia 8 de novembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 44 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Lasier Martins, Wilder Morais, Gladson Cameli, Roberto Muniz, Telmário Mota, Ana Amélia, Rose de Freitas, Dário Berger, Hélio José, José Agripino, Pinto Itamaraty, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Simone Tebet, João Alberto Souza, Otto Alencar, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Romário, Roberto Rocha e Cidinho Santos. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque (RQM 477/2016). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. ," **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016 que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015** que: "Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado João Pizzolatti. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015** que: "Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016** que: "Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA) e 2- Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 79 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Roberto Lehrer, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 80 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 72/2016, para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, sejam incluídos os representantes das seguintes entidades entre os convidados: 1. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES 2. União Nacional de Estudantes - UNE 3. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES 4. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF 5. Campanha Nacional pelo Direito à Educação 6. Movimento Todos pela Educação 7. Fórum Nacional de Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
(*Texto com revisão*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.
Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.
Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:
– Carta da CNI, que convida os membros desta Comissão para participarem da IX Olimpíada do Conhecimento, que será realizada de 9 a 13 de dezembro, no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília;
– Correspondência da Associação Brasileira de Educação a Distância, com o manifesto e considerações referentes às diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior via modalidade a distância;
– Ofício nº 2, de 2016, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e do Instituto Ruy Barbosa, o qual encaminha cópia de ofício enviado ao Ministro da Educação relativo à alegada falta de regulamentação e implementação do padrão mínimo de qualidade na educação;
– Ofício da Associação Brasileira de Antropologia, que apresenta moção em defesa da democracia e do Estado democrático de direito.
Os expedientes encontram-se à disposição, na Secretaria desta Comissão, aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.
Comunico ainda que o Conselho Nacional de Educação estará reunido hoje, às 15 horas, para o seminário de lançamento do relatório do I Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, biênio 2014/2016. Esta Comissão participará do evento com a presença de um representante.
Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 20. (*Pausa.*)
Não havendo quórum... (*Pausa.*)
O item 1 é o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, não terminativo.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, pela ordem.
A minha questão de ordem, Srª Presidente, vai em dois sentidos. Primeiro, nós estamos realizando um importante debate na CCJ, iniciando no Senado o debate a respeito da PEC 241, no Senado PEC 55. A presença dos senhores que assinaram o livro, ou que marcaram presença aqui hoje, se deu para que eventualmente tivéssemos uma pauta menos polêmica e que pudesse ser deliberada. A pauta que nós estamos para deliberar aqui é uma pauta extremamente polêmica.
Quanto ao primeiro item, inclusive, eu gostaria de pedir vista do projeto, porque considero que foi trabalhado há um ano, com aprovação e negociação intensa na Comissão de Justiça desta Casa, na CCJ, e o atual projeto retira tudo aquilo que foi negociado e discutido durante um ano na CCJ. Por isso mesmo eu faço um pedido de vista desse projeto.
Eu pediria a V. Exª, para ser coerente com a pauta que temos a deliberar – alguns importantes projetos terminativos –, que suspendesse esta reunião. Eu própria não continuarei na reunião, porque nós estamos discutindo lá tudo o que diz respeito ao financiamento da educação nos próximos vinte anos.
A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu peço a compreensão do Senador Lasier e dos demais. A Senadora Lídice mencionou aqui, com muita clareza, a presente audiência pública, e nós, a grande maioria dos integrantes desta Comissão, também somos integrantes da CCJ – essa é a razão pela qual alguns não estão aqui. Para nós é uma audiência extremamente importante, porque está em jogo o presente e o futuro da educação brasileira.
Portanto, eu peço a compreensão de todos e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 45 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, **sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Ângela Portela,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Roberto Muniz e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque (RQM 477/2016). Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 57/2016, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, e RCE 68/2016, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater as melhorias necessárias no Ensino Médio e sua integralização, para atendimento dos indicadores da Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação. **Participantes: Marta Vanelli, Membro Titular do Fórum Nacional da Educação - FNE; Lirani Maria Franco, Secretária-Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Dante Henrique de Moura, Representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; Frederico Amancio, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC. Aléssio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ângela Portela
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas!

Quero, inicialmente, agradecer a presença de cada um e de cada uma de vocês. Quero, imediatamente, chamar para a mesa os nossos convidados.

Primeiro, quero dizer que, havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 57 e 68, de minha autoria e de outros Senadores, para a realização de audiência pública destinada a debater as melhorias necessárias para o ensino médio e sua integralização, para o atendimento dos indicadores das Metas nºs 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação.

Dando início à audiência pública, solicito à Secretaria da Comissão que acompanhe os convidados até à mesa.

Chamo, portanto, o Sr. Frederico Amancio, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); a Srª Marta Vanelli, representante do Fórum Nacional de Educação; o Prof. Dante Henrique de Moura, representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; o Sr. Rossieli, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

A Srª Camila Lanes, Presidente da Ubes, não veio a esta audiência e será aqui representada pelo Iago. É isso?

Convido ainda a Srª Lirani Maria Franco, Secretária Executiva da CNTE.

Chamei todos. Há ainda a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Todos pela Educação.

Podem se sentar aqui os nossos convidados.

Queremos registrar aqui a presença dos estudantes do Paraná. É isso?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu aí a presença de vocês!

Queremos registrar a presença da Profª Mônica. Onde está a Mônica?

Obrigada, Mônica, pela sua presença. Em seu nome, quero saudar os demais professores e professoras aqui presentes.

Rossieli, a Mônica é coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Ela está aqui junto com o Prof. Dante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Dante, por favor, fique aí!
Vamos fazer o seguinte: os estudantes podem vir para cá, por favor. Por favor, venham para cá.
Quero registrar aqui a presença do Prof. Aléssio, Secretária de Educação do Estado da Paraíba.
Obrigada pela presença.
Rapidamente, quero só dizer que o dia aqui hoje está muito intenso. Vocês estão aí acompanhando. Neste exato momento, está sendo realizada na CCJ uma reunião em que está sendo apresentado o relatório do Senador Eunício Oliveira, um relatório que é a favor da PEC 55, enviado a esta Casa pelo Governo Federal, proposta da qual discordamos profundamente pelos impactos que tem nas áreas sociais, inclusive no campo da educação. O fato é que eu estava lá até o presente momento. Peço, inclusive, desculpas a vocês pelo atraso do início da reunião.
Há também uma série de outras pautas muito importantes que estão em debate neste exato momento. Mesmo aqui na Comissão de Educação, há vários integrantes que, assim como eu, são integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. Inclusive, pediram-me que eu fizesse este relato para dizer que essa é a razão pela qual a maioria não está aqui neste exato momento, até porque, repito, o debate da PEC 55, para nós, é fundamental, é essencial, porque tem a ver com o presente e com o futuro da educação brasileira.
Mas, enfim, sem maiores delongas, quero agradecer a presença dos nossos convidados e convidadas.
O objetivo da presente reunião é debatermos a realidade hoje do ensino médio, levando em consideração a Medida Provisória nº 746, editada no dia 22 de setembro pelo Governo Federal. Fazemos este debate à luz do Plano Nacional de Educação, uma agenda extremamente debatida por toda a sociedade, ao longo de quatro anos, que terminou num grande consenso, tanto é que o Plano Nacional de Educação foi aprovado, por unanimidade, pelo Congresso Nacional e, posteriormente, sancionado, sem vetos, pela Presidenta Dilma. É um plano que trata da educação básica, da educação como um todo, inclusive, é claro, do ensino médio, que é uma das etapas mais importantes da educação básica, porque envolve o presente e o futuro de milhares de jovens pelo Brasil afora.
Então, vejam, o que nós queremos nesta audiência de hoje é que os nossos convidados possam relacionar a proposta de reformulação do ensino médio à luz do Plano Nacional da Educação, na medida em que o Plano Nacional da Educação traz nas Metas 3, 4 e 7, se não estou enganada...
(*Intervenções fora do microfone.*)
A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente as Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional da Educação tratam da questão do ensino médio desde o estabelecimento da expansão, ou seja, que o Estado brasileiro é obrigado a garantir, no mínimo, 85% de taxa de matrícula, de taxa líquida de matrícula, no acesso ao ensino médio, bem como trata da questão da educação em tempo integral e de outros dispositivos.
É bom lembrar que a essas três metas, as Metas 3, 6 e 7, associa-se uma série de estratégias, que são o caminho, o itinerário que os Estados, em regime de colaboração com o Governo Federal, devem trilhar, para que possamos ter o ensino médio que todos nós desejamos, um ensino médio atrativo, um ensino médio em que possamos superar os problemas de evasão e de repetência, um ensino médio à luz do que o próprio PNE coloca, um ensino médio que não separe a questão da formação geral e da formação humanística da questão da preparação para o trabalho, ou seja, um ensino médio que integre um currículo, repito, que possa dar conta dos desafios que estão hoje colocados.
Segundo, é importante a presença do MEC aqui no debate. Eu já tenho colocado, em diversas ocasiões – portanto, não é novidade para o MEC – a nossa posição no que diz respeito à MP 746. A crítica que temos feito é exatamente por essa matéria ter vindo via MP. Nós achamos que não é o expediente mais adequado. Por quê? Porque este não é um programa como o Brasil Carinhoso e como o Prouni, por mais importantes que sejam, ou como outros, por mais importantes que sejam. Não, o tema aqui em debate é uma reforma. É uma reforma, sim, na medida em que vamos mexer com o currículo, ao fazer a reformulação que deve ser feita. Esse currículo precisa ser reformulado, e mudanças precisam ser feitas na base curricular, tanto é que o PNE apontou claramente nessa direção. Mas exatamente por isso, por estarmos mexendo no coração da educação.... Por que estamos mexendo no coração e na mente da educação? Porque, ao mexermos no currículo, vamos mexer nos valores, vamos mexer com atitudes, vamos mexer com conceitos que vão influenciar, que vão impactar a formação das gerações presentes e futuras. Por isso, esse é um tema que requer muita responsabilidade, que requer muita profundidade e, portanto, o tempo necessário, e não o tempo que uma medida provisória estabelece, de apenas quatro meses, sem contar o caráter impositivo dela, porque ela já começa exatamente com força de lei.
Depois, só para concluir, não acho razoável, de maneira nenhuma, que aqueles que defendem a medida provisória tragam aqui o argumento de que já faz dez anos que esse assunto está em debate no Congresso Nacional, o assunto da MP. Isso não é verdade. Por mais que fosse verdade, as boas reformas na educação, como mostra a história, carecem de tempo mesmo, carecem de tempo, precisam de tempo, até porque, na educação, mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que em qualquer outra área, nós temos de diminuir os dissensos para construir exatamente os consensos.
Mas, com relação ao tema em si, do ensino médio, não é verdade que já faz dez anos que está aqui esse debate. Por quê? Porque o Projeto de Lei nº 6.840, que trata precisamente da reformulação do ensino médio, é datado de 2013. Alguém poderia dizer: "Mas por que vocês não concluíram a aprovação desse projeto?" É verdade, poderia ter sido concluído. Sabe por que não o foi? Porque, naquele período, os Secretários de Educação do Brasil, dos Municípios, dos Estados, as entidades representativas dos professores, dos estudantes, as entidades da Academia, enfim, toda a comunidade educacional estava envolvida com o debate do Plano Nacional de Educação durante quatro anos. Corretamente, estávamos envolvidos com o debate do Plano Nacional de Educação, pelo caráter global e estratégico que tem a agenda do Plano Nacional de Educação. E ela foi prioridade naquele momento. Nós concluímos em 2014. Veio 2015, e todo esse tumulto do ponto de vista da realidade política, institucional e econômica do País acabou interferindo na questão da agenda aqui dentro. O Brasil praticamente parou em 2015 – é bom lembrar isso – com as pautas bombas do então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um dos capitães daquele processo todo.
Estou fazendo essas considerações só para dizer o seguinte... E até faço isso com a responsabilidade que tenho, aproveitando a presença do Secretário Rossieli, a quem agradeço a presença. Quero dizer o seguinte: acho que está em tempo ainda de o Governo refletir. Que o Governo possa ter um gesto importante de retirar a medida provisória e de trazer o tema via projeto de lei para ser debatido nesta Casa. Ainda ontem, abordei esse assunto no Conselho Nacional de Educação.
Acho que não ajuda em nada, muito ao contrário, complica cada vez mais, por exemplo, a autoridade máxima do País, o Presidente da República, dizer o que disse ontem com relação à mobilização dos estudantes. "Os estudantes estão se mobilizando por quê?", dizia ele. Disse ele ontem que os estudantes não sabem nem o que é uma PEC. Pelo amor de Deus, isso é incompatível com a autoridade de um Presidente da República! É uma atitude de ridicularização, é uma atitude de ofensa, vamos dizer assim. É até provocativa. Os estudantes sabem muito bem o que é uma proposta de emenda à Constituição. Mais ainda, eles sabem muito bem qual é a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, o que essa proposta significa ao congelar os gastos pelos próximos 20 anos, ao acabar, por igual período, com a vinculação constitucional e ao afetar duramente a agenda que é do interesse de todos nós, que é a agenda do novo Plano Nacional de Educação.
Então, faço esse registro, porque os estudantes merecem todo o respeito pelas lições de luta que estão dando ao Brasil neste exato momento. Os estudantes não precisam de provocação. Muito ao contrário, precisam, neste momento, de respeito e de diálogo, para que possamos preservar o direito à educação do povo brasileiro. (*Palmas.*)
Eu vou deixá-los aqui à vontade.
O Prof. Rossieli está com problema de horário. Se você quiser...
O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu e o Fred estamos com o problema do horário de voo.
A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos começar com o Rossieli, o Secretário de Educação Básica do MEC.
Pensei em conceder 15 minutos para cada convidado. Marcamos 10 minutos, com tolerância de mais cinco minutos. O.k.?
O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Bom dia a todos!
Quero cumprimentar, primeiramente, a Senadora Fátima Bezerra e agradecer pela iniciativa, pela autoria desta audiência pública.
Desde já, eu me coloco à disposição, para continuarmos este debate, Senadora. Talvez, hoje, a gente não consiga fazê-lo, justamente porque é um dia tumultuado. Imagino que a sua própria agenda interna do Senado vá lhe levar também para os outros debates importantes desta Casa. Mas estamos à disposição para continuar o debate, para participar de outras audiências, talvez até com agendas mais específicas, porque este debate aborda muito temas.
Quero cumprimentar todos os representantes aqui na Mesa: a Lirani, o Dante, a Marta e o Frederico, o Fred.
Quero cumprimentar o Secretário Aléssio, que também está na plateia, e todos os estudantes e professores que estão compondo esta audiência, como a Profª Mônica, que é do movimento. Cumprimento todos que estão participando desta audiência.
Eu vou tentar ser supersintético. Falar deste assunto em 15 minutos é difícil para qualquer orador, independentemente do que pensa, seja a favor ou contra. Em 15 minutos, a gente acaba tendo de selecionar alguns pontos para falar.
A finalidade desta audiência pública é debater, então, a reforma do ensino médio à luz do Plano Nacional, nas Metas 3, 6 e 7. Eu gostaria de começar falando um pouco sobre isso.
Eu discordo um pouco da Senadora. Quando a gente fala que o debate sobre a reforma do ensino médio vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sendo feito há muito tempo, não é somente o debate de uma lei, até porque existem outros projetos que foram tramitando ao longo desses anos. Na verdade, nós temos inúmeros projetos em tramitação no Congresso Nacional. Há mais de 450 processos na Casa que versam hoje sobre ensino médio, com criação de conteúdos, disciplinas, componentes curriculares, enfim, reforma. Temos o PL 6.840, que é uma referência, porque foi criada uma comissão especial no âmbito da Câmara dos Deputados. Temos outros projetos de reforma no ensino médio, inclusive o do Deputado Izalci. Então, nós temos um processo de debate que vai muito além deste Congresso, isso é importante. A própria construção do Plano Nacional de Educação, muito bem salientado pela Senadora, é um processo que teve um amplo debate não só dentro desta Casa, mas especialmente com a sociedade. Esse debate levou em torno de 7 ou 8 anos, somando-se o tempo do Congresso com o tempo da realização das conferências municipais e estaduais e da conferência nacional, com a definição da construção.

Quando a gente olha para a reforma do ensino médio, ela justamente.... Aqui eu posso falar do PL 6.840, das discussões todas que foram feitas, das audiências públicas que foram feitas. Todas elas sempre buscaram tirar do Plano Nacional de Educação os pontos principais e relevantes. Da mesma forma, a juventude, há muito tempo, tem se manifestado. E aqui a gente está discutindo o ensino médio.

Cumpre salientar que essa é uma alteração importante da educação brasileira, mas não é a única. O Brasil precisa ainda melhorar e resolver a alfabetização, precisa pensar no período do 6º ano ao 9º ano, porque ainda é um desafio para o Brasil a qualidade dessas etapas. Mas o ensino médio tem uma característica muito peculiar, e o debate tem sido cada vez mais verticalizado.

Então, esse debate do ensino médio vem muito forte no próprio Plano Nacional. A gente fala aqui da interligação. Por exemplo, a Meta 3 fala do ensino médio. É justamente dentro dela que a gente vai falar do ensino médio mais fortemente. Quando a gente vai para dentro das estratégias, a meta – até vou tomar a liberdade de ler aqui a Meta – fala em "universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%". Dentro dessa meta, temos algumas estratégias. Na verdade, nós temos 12 estratégias estabelecidas. A primeira delas, a 3.1, é justamente a estratégia que define o seguinte – ela é superlonga, eu vou ler um trecho dela aqui:

> Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição [...].

Ela conclui e chega a falar, inclusive, da formação.

Então, um dos aspectos importantes que nós temos aqui é a questão da flexibilidade. Muitos especialistas falam que a LDB hoje permite que os sistemas de ensino.... Quando a gente fala "sistemas de ensino", são as redes, a rede estadual, por exemplo, junto com o conselho estadual de cada Estado. Ela permite, em grande parte, alguma flexibilização, ou seja, criar itinerários formativos diferenciados, permitindo aos alunos, à comunidade e à sociedade organizar a escola. Mas ela não induz isso. Tanto não induz, que essa permissividade vem desde 1996, com a criação da LDB. Mas nós não temos modelos, por exemplo, em escala – absolutamente nenhum! – que tragam uma flexibilização. Este é um dos pontos da alteração da reforma do ensino médio: que a legislação não só permita a flexibilização, mas também induza a flexibilização. Esse é um dos pontos.

Quando a gente pensa ainda no âmbito do PNE, que tem a ver com a reforma do ensino médio – e isso é muito importante –, vem o debate da Base Nacional Comum. Ela tem andado de forma.... Esse debate da Base Nacional Comum é muito mais longo ainda. Ele remonta à Constituição de 1988, vem para a LDB em 1996, vem para o PNE e vem para outros documentos, sempre falando da importância da Base Nacional Comum. A Base Nacional Comum, resumindo, tentando ser o mais sintético possível, vai dizer quais são os objetivos de aprendizagem e os direitos de aprendizagem, em toda a extensão da educação básica, que nós devemos atender.

A reforma do ensino médio, quando a gente olha para essa definição da Base Nacional Comum, justamente busca trazer a própria Base. Em sua definição, ela fala quais são os objetivos de aprendizagem e direitos de aprendizagem que devem ser definidos. São estes mesmos que devem.... É esse instrumento, então, que deve definir o que será ensinado, no final das contas, na escola.

É lógico que a construção curricular é do sistema de ensino de cada Estado, observando as peculiaridades e o contexto local. Então, a construção daquilo que será diferente de Estado para Estado, de Município para Município, não se faz na lei, tampouco na própria Base. A Base vai dar o indicativo para isso, mas essa discussão vai se dar efetivamente no sistema de ensino, e não na legislação federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, o casamento de outro instrumento previsto no Plano Nacional da Base Nacional é fundamental. A reforma joga, por exemplo, a definição de quais são os objetivos de aprendizagem, de quais são os direitos de aprendizagem que devem ser dados essencialmente para a formação da educação básica. E aí a reforma vem trazer uma definição.

Se a gente concorda com o que está escrito no Plano Nacional, que tem de haver flexibilidade.... Para você fazer flexibilidade, você tem de fazer opções, não há jeito, é uma questão de tempo. Dentro da escola, aqueles que estão estudando precisam ter tempo para escolher esse itinerário formativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Já passaram dez minutos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Gente, eu falei só de um assunto ainda. Mas vou tentar... A Senadora disse aqui que vai flexibilizar.

Também há o adiantado do meu tempo e o do Secretário Fred. Então, vou ser o mais sintético possível, Senadora. Então, você tem a Base Nacional como referência. Quando a gente fala, por exemplo, da ampliação da jornada dentro do PL, nós temos duas coisas separadas. Uma é a criação de um programa. Assim como existe o Programa Mais Educação, o Ensino Médio Inovador, o Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa, temos um programa de ampliação da rede de educação em tempo integral do ensino médio. Hoje, quando a gente olha a distribuição dos números, o número de escolas em tempo integral no ensino médio é muito menor. Alguns Estados têm mais; outros, menos. E a ideia, então, é continuar incentivando, da mesma forma como o Ensino Médio Inovador já faz há muitos anos.

A ampliação da jornada para tempo integral, por exemplo, foi criada pelo Governo Federal como uma política de incentivo, no Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que foi lançado em 2012, se não me engano. O Ministério da Educação agora lançou uma nova versão, inclusive com opção para os Estados aderirem ou não. Da mesma forma, há uma política muito clara de ampliação da jornada também para o ensino fundamental, que é o Mais Educação, que também foi lançado pelo Ministério da Educação agora, Senadora. Então, todos os programas de ampliação da jornada estão colocados para a adesão de Municípios e de Estados.

Por que esse ponto é importante? Porque, na reforma, na parte da LDB, há apenas um artigo que fala do aumento da jornada, que é o art. 24, parágrafo único, que causou muito desentendimento. Ele simplesmente faz remissão ao que está estabelecido no Plano Nacional de Educação. Por exemplo, o que fala da reforma do ensino médio em si, sobre aumento da jornada, até o momento, não sei se vai ser alterado ou não aqui no Congresso, mas se trata exclusivamente de dizer o que determina um dos pontos aqui, que é a Meta 6, a de educação integral. A educação integral, estabelecida na Meta 6, fala de 50% das escolas e de 25% das matrículas em 2024 em educação integral.

Quando você olha as estratégias, todas falam de aumento da jornada. O que o PL está dizendo é o seguinte: vamos observar, especialmente para o ensino médio, é lógico, o cumprimento dessa meta estabelecida no Plano Nacional. Ela faz uma remissão muito clara de que a meta de educação integral será sempre estabelecida pelo Plano Nacional, por exemplo. Esse é um dos pontos importantes a serem esclarecidos.

Vou abordar aqui alguns pontos de que me lembro.

Em relação à Meta 7, esta fala justamente sobre diminuirmos a evasão, o abandono, aumentando a qualidade, a permanência dos alunos. Uma das coisas mais marcantes que temos no ensino médio brasileiro é que nós, primeiro, não garantimos o acesso a todos e não garantimos atratividade para a juventude permanecer na escola. Alguns números são preocupantes, não são de agora, é uma série histórica muito longa. Por exemplo, nós temos uma entrada, no 1º ano do ensino médio, de 3,5 milhões de alunos, e a saída do ensino médio é de 1,9 milhão. São várias as possibilidades para se perder essa continuidade. A Meta 7 fala desse fluxo contínuo. O fluxo perfeito, o ideal, é que o jovem entre na idade correta, com a taxa líquida, ou seja, com 15 anos, no ensino médio, no 1º ano, e que conclua aos 17 anos. É lógico que alguns vão concluir com 18 anos, dependendo da data do nascimento. Esse ponto, logicamente, está ligado ao desenho, à arquitetura possível do ensino médio, que é a atratividade, que é um dos pontos mais fortes. Esse ponto...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rossieli, permita-me, como você está com o tempo limitado em função de outros compromissos, só colocar aqui uma pergunta que acho importantíssima para o debate de todos nós.

Veja bem, a MP basicamente trata de dois temas. Primeiro, trata da questão da educação em tempo integral através de um programa de fomento que vocês estão apresentando. Não é isso?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A outra questão é o ensino médio, a reformulação do ensino médio, a reformulação curricular etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A questão é que, além de haver discordância com relação a alguns aspectos da MP do ponto de vista do seu conteúdo, a grande discordância foi o uso da MP, porque consideramos que não proporciona o tempo suficiente para amadurecermos mais essa discussão e, mais do que amadurecer, para construir mais consensos e menos dissensos.

Feito isso, eu só colocaria para você o seguinte. Considerando, como você mesmo coloca aqui, que a Base Nacional Curricular Comum ainda está em fase de definição, considerando que essa Base Curricular Comum se constitui um eixo programático central da proposta de reformulação do ensino médio e, repito, como esse processo não foi concluído ainda, como a conclusão desse processo está prevista para 2017, provavelmente para o segundo semestre – inclusive, essa é meta do PNE –, considerando isso, deixo uma reflexão para você: por que esse açodamento da medida provisória?

Você está entendo o que quero colocar? Em paralelo com a própria discussão e com a definição da Base Nacional Comum Curricular, porque nós não vamos poder... Veja bem, a medida provisória vai tratar da reformulação curricular do ensino médio, reformulação esta que é necessária, o que todos nós reconhecemos. Precisamos aprofundar o debate do ponto de vista do conteúdo que deve ter essa Base Nacional Comum Curricular ou das mudanças desse currículo, que merecem também uma grande discussão. Há um grande debate, e o MEC diz: "Não, nós não tiramos a obrigatoriedade de disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia." Você mesmo acabou de ler que, no Plano Nacional de Educação, ao falar das diretrizes curriculares, inclusive referendadas pelo Conselho Nacional de Educação, essas diretrizes curriculares, mais uma vez, ressalvam a importância dessas matérias enquanto se pensar um currículo integrado etc. e tal. Tudo bem, mas o MEC coloca: "Não, nós não tiramos a obrigatoriedade, porque isso caberá aos Estados." Não é isso?

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – À Base Nacional Comum e aos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso se dará através da Base Nacional Comum Curricular e dos Estados.

Mas aí volta a divergência. Por quê? Porque, considerando que essas matérias tem um eixo estratégico fundamental, nós achamos que elas deveriam continuar no comando da legislação maior, que é exatamente a LDB.

Concluo, Rossieli, indagando exatamente isso. Se a Base Nacional Comum Curricular está em processo de definição ainda e se ela é um eixo programático central para o debate da necessária reformulação do ensino médio, daí vem minha reflexão: por que colocar o carro na frente dos bois, por que não termos mais tempo para que possamos, repito, criar o consenso necessário em torno da proposta de reformulação curricular do ensino médio, literalmente sintonizado com o PNE?

Você entendeu a minha pergunta? É sobre isso que eu gostaria que o senhor pudesse refletir.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Acho que esse é um ponto muito importante de todo o debate que foi feito na construção da própria Base Nacional Comum. Durante todo o tempo, quando chegamos ao debate da Base Nacional Comum para o ensino médio, lembrando que o PNE fala da questão da flexibilidade, já traz essa definição da flexibilidade, de se ter flexibilidade, começou a se misturar o debate um pouco. É aquele debate: "O ovo ou a galinha, quem veio, primeiro?" Há um pouco disso essa discussão. A base deve vir primeiro, ou a arquitetura do ensino médio deve vir primeiro? Qual das duas?

Quando pensamos na primeira versão da Base Nacional Comum, que foi apresentada em 2014, no final do ano de 2014, se não me engano, vemos que ela teve um grande ponto importante – aliás, foi o ano de 2015 –, Senadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – ...que foi, primeiro, colocar o debate da Base Nacional Comum efetivamente na rua, mas com muitas coisas a corrigir. As próprias instituições é que participaram de todos os debates. Uma das coisas que percebemos quando fomos olhar para o ensino médio é que a primeira versão da base definiu todos os objetivos de aprendizagem num tamanho gigantesco, o que não permitiria qualquer possibilidade de flexibilização. Ali começou, então, a haver este debate, exatamente este debate, com esta pergunta: o que tem de vir primeiro, a Base Nacional Comum ou a arquitetura do ensino médio?

Eu costumo dar um exemplo, Senadora, sobre isso. A arquitetura do ensino médio vai definir o tamanho. Por exemplo, o ensino médio brasileiro hoje é composto de 2,4 mil horas, 800 horas por ano, 200 dias letivos, o que, em média, pode-se organizar, que é a forma principal de todos os Estados, em quatro horas diárias. Então, se coloco todos os conteúdos obrigatórios para o ensino médio durante todos os anos, de que forma faço a flexibilização dentro da carga horária disponível, que é essa? Essa é a mínima e continua sendo a mínima. Isso não foi alterado agora. Essa definição engessava muito mais o ensino médio.

Na construção da segunda versão, nós discutimos muito isso com o Ministério da Educação à época, o Ministro Aloizio Mercadante, e com o Prof. Manuel Palácios. Antes da apresentação da segunda versão, houve avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

significativos nesse sentido. Quando se tratou, por exemplo, da necessidade de flexibilidade, entendeu-se isso e questionaram: se coloco todas as obrigatoriedades, como dou tempo para se escolherem outras possibilidades? Aí, a Base Nacional Comum fez uma primeira mudança: para o ensino médio, já na segunda versão, ela não é mais organizada por ano e por disciplina, ela é organizada por unidades, para que cada sistema de ensino possa trabalhar as unidades de forma diferente.

Essa já foi uma alteração da segunda versão da base, que é uma discussão importante, ou seja, a própria base já começou a se preocupar com infraestrutura. Só que esse debate justamente chegou a um ponto em que se entendeu que temos de ter uma definição da infraestrutura, da arquitetura do ensino médio. A ideia é que nós não vamos comprar os móveis e definir todos os móveis antes de definir o imóvel que vamos morar. Se o nosso imóvel não é grande o suficiente, não adianta sonharmos em ter uma cama extra *king size* num quarto em que não cabe essa cama extra *king size*. Ele é muito claro. Ele tem 2,4 mil horas durante os três anos. Então, para se ter uma flexibilidade de escolha, que vai ser definida nos sistemas de ensino com a comunidade e tudo mais, temos de deixar um espaço reservado para isso. A forma de se fazer isso é dentro do Estado. Dentro de cada Estado, deve-se fazer essa construção.

Este é um dos pontos: a Base Nacional é citada no projeto, Senadora, justamente para dizer, primeiro, que a base vai cuidar do essencial, vai dizer os objetivos, os direitos e tudo mais. Ela tem de cuidar do essencial, ela vai dizer como os componentes curriculares devem ser ou deixar de ser. E essa é uma definição não só de agora, mas de sempre. A partir disso, então, se a base diz o que é essencial, a lei diz o seguinte: esse essencial tem de ser feito dentro desse período.

O itinerário formativo é aprofundamento. Pode ser técnico? Pode. Não deverá ser para a grande maioria, por exemplo. Deverá ser acadêmico. A gente precisa avançar no ensino técnico. É importante que a oferta seja maior. Existe uma série de programas nesse sentido, mas somos o único País que tem esse modelo de ensino médio. Os países, em geral, têm um modelo de flexibilidade, com itinerários acadêmicos e/ou técnicos formativos.

Então, a lei definir, primeiro, a infraestrutura é importante até para ditar um modelo final da própria Base Nacional Comum. Esse foi um grande debate, Senadora, e é o debate que também está posto. Acho que esse é um dos pontos mais relevantes de se debater que a senhora trouxe.

E, para que a gente possa ter um documento em que se consiga fazer a implementação dentro dos próximos anos – na educação, a roda-gigante é muito grande, demora para dar uma volta, um ciclo completo –, a gente precisa de tempo, porque ali a gente vai ter uma série de outras preocupações, como a formação de professores, a formação e a construção para os currículos. A Base Nacional Comum não é currículo. O que vai definir a forma de execução dentro de cada Estado é o currículo, não é a Base Nacional Comum. Isso vai ser construído por cada sistema de ensino, independentemente, inclusive, do ensino médio. Na hora em que houver a base, quem tem currículo vai ter de rever. Quem não tem currículo vai ter de construir a partir da Base Nacional Comum como referência, porque a base é isto, é referência para a construção curricular.

E lá dentro, então, há aqueles componentes que dizem que acabaram, Senadora. Então, a gente pode dizer que não existem outros componentes que nunca foram citados na lei. A LDB, originalmente, nunca trouxe isso. Isso foi injetado posteriormente dentro da LDB, porque o conceito justamente se dá na organização das áreas. Mas, de qualquer forma...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas elas foram aprovadas por lei e fazem parte da LDB.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA – Sim, mas eu preciso concluir aqui. Mas, por exemplo, não há lá a criação do componente curricular de Física, de Química. Então, é a mesma organização, vai haver Química, assim como vai haver Educação Física, Sociologia, Filosofia. A base vem dizendo isso. A versão um, a versão dois e a versão três – há uma continuidade nessa construção – estão indo na mesma lógica de construção. Então, você não tem como apagar isso, é ali que vem a definição. Nós entendemos que o melhor ambiente para a definição de componentes curriculares ou para definições dessa natureza é o âmbito do Conselho Nacional de Educação. Esse é um dos grandes pontos da mudança.

Mas, enfim, eu agradeço a oportunidade. Desculpa por eu me alongar bastante aqui, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Imagine! Queremos agradecer a sua participação aqui, Rossieli, que é o Secretário de Educação Básica do MEC. É importante a sua presença aqui, para que possamos aprofundar o nosso debate.

Vamos passar a palavra imediatamente a Frederico Amancio, que é Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

O SR. FREDERICO AMANCIO – Bom dia a todas e a todos!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e aproveitar para agradecer o convite para participar de mais esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nas últimas semanas, a gente tem participado de audiências públicas não só aqui no Congresso Nacional. Eu tive a oportunidade de estar presente na Comissão Mista por duas vezes e lá ainda vou estar mais uma vez, Senadora. Também a gente tem realizado audiências, inclusive, no meu Estado. Têm sido realizadas audiências também na Assembleia Legislativa para tratar da discussão sobre o tema do ensino médio.

Aqui vai meu cumprimento a todos os Parlamentares aqui presentes.

Quero cumprimentar o Secretário Rossieli, do Ministério da Educação, e os professores aqui presentes. Vários professores estão à mesa, o Prof. Dante, a Profª Lirani, a Profª Marta.

Recentemente, participei, inclusive, de uma audiência pública com a Profª Marta. Ela ficou sentada ao meu lado, do mesmo jeito. Parece que está havendo um *flashback* aqui. Só que, da outra vez, ela estava representando a CNTE. Eu disse que a CNTE hoje está duas vezes na mesa, mas tudo bem, está valendo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hoje, é o fórum, não é, Fred?

O SR. FREDERICO AMANCIO – Enfim, quero cumprimentar os demais Parlamentares, o Secretário Aléssio, da Paraíba.

Nós temos hoje uma presença forte de nordestinos, ouviu, Senadora? Como sou nordestino, bem como o Secretário Aléssio e a senhora, há uma presença forte aqui de nordestinos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Somos do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Paraíba.

O SR. FREDERICO AMANCIO – Isso. Somos vizinhos.

Enfim, quero cumprimentar os demais professores aqui presentes. Há também professores aqui presentes.

Quero cumprimentar os estudantes aqui presentes, que vieram de diversos Estados. Sei que há muitos do Paraná, mas acho que também há estudantes de outros Estados.

Para nós, também é uma alegria falar aqui em nome do Conselho de Secretários de Educação, que assumi recentemente, considerando que o nosso Presidente anterior, Secretário Eduardo Deschamps, do Estado de Santa Catarina, agora é Presidente do Conselho Nacional da Educação. Então, eu estava como Vice-Presidente e assumi como Presidente.

Falando um pouco, já que o tempo é curto, queremos trazer as principais ideias-força, os principais tópicos que envolvem essa discussão sobre o ensino médio no Brasil como um todo. Nosso grande objetivo como Conselho de Secretários de Educação é discutir a importância de avançarmos na melhoria do nosso ensino médio no Brasil.

Acho que a Senadora Fátima Bezerra foi muito feliz. Talvez, o tópico principal seja que as decisões que foram tomadas sobre mudanças do ensino médio não foram tomadas nem vão ser tomadas por essa medida provisória nem pelos projetos de lei que estão tramitando hoje, seja o PL 6.840 ou outros projetos de lei. Elas foram tomadas pelo grande documento de consenso que existe no País na área de educação, que foi o Plano Nacional de Educação. Ele redundou de ampla discussão com a sociedade. Todas as linhas principais que constam desse texto, independentemente da discussão, se a gente concorda com o tópico tal da medida provisória ou com outro tópico, vêm do Plano Nacional de Educação.

A própria Senadora já citou as metas do Plano Nacional de Educação que tratam sobre reforma do ensino médio. Esse é um ponto importante. Esse tem sido o debate que o Conselho de Secretários de Educação tem levado para todo o País. A gente está, inclusive, trabalhando para aprofundar o debate em todos os Estados com os professores e com os estudantes, para que a gente possa avançar nesta discussão sobre a importância da mudança no ensino médio.

Como foi destacado, não é uma discussão recente. É uma discussão que, no Brasil, independentemente de projetos de lei específicos, que são muitos, além do PL 6.840, que tramita na Câmara.... Já se discute no Brasil isso há mais de dez anos. Não é uma discussão exclusiva do Brasil, é uma discussão que ocorreu no mundo todo sobre avançar no ensino médio. Essa grande discussão é associada ao fato de torná-lo especialmente mais atrativo para os estudantes. Todos os países do mundo fizeram essa discussão. A diferença, Senadora, é que o Brasil ficou para trás. Até em países muito tradicionais, como China, Coreia, Japão, já há um currículo flexibilizado, com disciplinas eletivas no ensino médio. Até na China, onde estive recentemente, já existe isso. É uma discussão, novamente, que está presente no Plano Nacional de Educação. A própria Senadora citou a Meta 3.

Então, esses são aspectos importantes que a gente deve debater e deve continuar debatendo nesse processo, que é o ponto central da discussão.

Então, dito isso, tendo falado da importância de que essa decisão de reformar o ensino médio nós não estamos tomando agora, nós já tomamos a decisão de reformar o ensino médio com o Plano Nacional de Educação, eu queria apenas dar alguns destaques, considerando esse tempo.

Primeiro, falo sobre o que está acontecendo no ensino médio no Brasil nos últimos anos, sobre o que justifica a gente discutir a reforma do ensino médio. Primeiro, todos os nossos indicadores indicam que o País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

independentemente de Estados especificamente, tem avançado muito pouco no que diz respeito a desempenho do ensino médio. O Ideb do ensino médio está estagnado desde 2011. Não existem avanços expressivos também nos resultados do Enem, que envolve os estudantes do ensino médio. Hoje, os desempenhos em Língua Portuguesa e em Matemática no ensino médio são inferiores aos verificados em 1997, com o destaque de que isso é preocupante. Às vezes, coloca-se que o problema está nas escolas públicas, o que não é verdade. Mesmo o desempenho das escolas privadas também tem diminuído bastante. No meu Estado, por exemplo, hoje, enquanto as escolas públicas têm melhorado o desempenho, nas escolas particulares o desempenho está caindo. Isso também é muito preocupante. Então, não é um problema exclusivo de escolas públicas. As escolas particulares no Brasil também passam por essa dificuldade.

Por fim, há uma quantidade muito grande de estudantes fora de sala de aula ainda. Esse também é um ponto preocupante. Muitos deles – talvez, este seja um ponto importantíssimo; a discussão, que não é uma discussão do Brasil, mas do mundo, é a de tornar a escola mais atrativa para os estudantes –, a maior parte dos estudantes – todas as pesquisas mostram isso –, quando se pergunta sobre ensino médio, diz: "Nossa escola é chata." Então, a gente precisa começar a repensar o nosso ensino médio. Aliás, não é de agora, essa discussão já existe há muitos anos. A gente precisa agora é avançar. Acho que esse é um ponto muito importante.

Outro ponto importante diz respeito a outro eixo, que tem a ver com a discussão sobre a educação profissional, que também é uma determinação do Plano Nacional de Educação. A Senadora Fátima Bezerra foi muito feliz em colocar que a grande discussão não se dá apenas sobre um texto isolado. A discussão é sobre o que está previsto no Plano Nacional de Educação, que estabelece que deve haver 50% dos estudantes com educação profissional. Na maior parte dos países do mundo, nos países mais desenvolvidos, 40%, 50%, 60% dos estudantes têm a oportunidade de ter acesso à educação profissional. O que acontece hoje no Brasil, Senadora? Só 18% vão para o ensino superior, e só 8% cursam educação profissional. Quais são as oportunidades para os demais estudantes? Então, essa é uma preocupação muito importante, tanto que o Plano Nacional de Educação.... Vou acrescentar mais uma meta à sua lista, Senadora, que é a Meta 11, que estabelece que 50% dos estudantes, nos próximos dez anos, devem ter acesso à educação profissional. Então, esse também é um tema importante que permeia essa discussão sobre ensino médio, pelo menos para garantir essa possibilidade.

Por fim, quero dizer que o Brasil é o único País do mundo em que os estudantes são obrigados a cursar 13 disciplinas em todos os anos e apenas em um período parcial – este é outro ponto de preocupação. A gente fala de tempo integral, mas, no Brasil, na realidade, nós temos uma educação de tempo parcial. Praticamente todos os países do mundo, desde o mais desenvolvido até os vizinhos nossos da América Latina, já garantem pelo menos sete horas. A educação em tempo integral, novamente, não é uma criação de MP, é uma determinação do Plano Nacional da Educação, que estabelece que, também nos próximos dez anos, 50% das escolas devem oferecer educação em tempo integral, novamente fazendo a correlação com o Plano Nacional.

Então, a gente precisa efetivamente dar passos no sentido de avançar no nosso modelo de ensino médio no Brasil, considerando todos os debates, aqueles que já se acumularam ao longo dos anos dentro do Congresso Nacional, nas universidades, no âmbito de discussão das Conferências Nacionais da Educação, do Plano Nacional de Educação, nas discussões recentes sobre Base Nacional Comum Curricular. Enfim, esses aspectos são muito importantes.

Então, há quatro grandes temas – o resto são detalhes, e a gente pode discutir ajustes, Senadora: flexibilização, que é uma imposição, uma determinação da Meta 3; educação integral com expansão progressiva para o tempo integral, que é imposição da Meta 6; maior articulação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO AMANCIO – ...com a educação profissional e ampliação da educação profissional, que é imposição da Meta 11; e o aspecto principal, um dos aspectos mais importantes para que possa haver resultados melhores para os nossos estudantes no Brasil, que é tornar o ensino médio mais atrativo para os estudantes. As taxas de abandono escolar no Brasil são muito altas. Às vezes, o estudante até entra no ensino médio, mas, muitas vezes, ele abandona o ensino médio. Então, essa uma preocupação muito grande nossa, pois, no dia a dia, estamos convivendo com os estudantes nas escolas.

Então, o foco é dado no estudante, no seu protagonismo, no seu projeto de vida. Ou seja, do mesmo jeito que a gente acredita, Senadora – a sua fala foi muito boa –, que o estudante tem, sim, condições de ter voz, de ter opinião, ele também tem condições, sim, de ser protagonista do seu próprio destino, de fazer escolhas, de fazer opções durante o ensino médio. Por que não? Acho que esse é um aspecto importante que a gente deve discutir no âmbito da reforma do ensino médio.

Outro ponto importante é o fortalecimento dos sistemas de ensino, porque o que está estabelecido no texto é que os currículos agora passam a considerar... A decisão final não vem nem de MP nem de lei, ela só traz as diretrizes. As grandes discussões vêm a ocorrer no âmbito dos Estados. Então, o currículo do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Norte vai ser estabelecido, a partir de agora, pelas discussões, além do que está estabelecido na base, porque Base Comum Curricular é também o eixo principal dessa discussão, inclusive considerando as peculiaridades do Estado do Rio Grande do Norte e, consequentemente, também do Estado do Paraná e assim por diante. Então, essas discussões sobre o ensino médio que vão ocorrer na sequência nos Estados são muito importantes porque vão permitir que haja, sim, currículos diferenciados entre os Estados.

Então, nenhuma escola é obrigada a mudar o currículo imediatamente, porque, mesmo se aprovada e transformada em projeto de lei, vai ter de ser discutida a Base Nacional Comum Curricular e vão ter de ser aprovados os currículos nos Conselhos Estaduais de Educação. Todos os currículos são aprovados hoje nos Conselhos Estaduais de Educação, que é a sequência desse debate.

E sempre o centro da discussão está na Base Nacional Comum Curricular. Hoje, foi bem estabelecido o que tem de vir primeiro. O que vem primeiro, na realidade, no processo de implantação não de estrutura, não de arquitetura – esta discussão é sobre arquitetura –, mas de conteúdo, é a discussão que está na Base Nacional, tanto que o próprio texto diz: ela só vai ser implantada após a base. Se não houver a base, não há novo ensino médio. Então, isso está bem claro no texto.

Então, é superimportante o que já começou a ocorrer em vários Estados, a realização de seminários e de consultas, para discutir as contribuições não só para a discussão que está ocorrendo em Brasília, mas para o que vai ocorrer depois da implantação, depois das discussões, com a aprovação e transformação em projeto de lei, seja agora, seja em breve. Se ela for rejeitada, voltamos à discussão do Projeto de Lei nº 6.840, como a Senadora falou. Mas, de um jeito ou de outro, isso ocorrerá após a aprovação desse formato.

É importante destacar que os eixos centrais dessa discussão, Senadora.... Digo isto porque acompanhei isso de perto nos últimos anos. Essa discussão que nós estamos fazendo hoje é a mesma, para não correlacionar com questões partidárias e de governos, é exatamente a mesma que a gente já vinha discutindo com os Ministros anteriores, com o Ministro Aloizio Mercadante, com o Ministro Renato Janine, com Ministro Cid Gomes. Existia um grande alinhamento nesse conteúdo. Então, a senhora está certa. Existia uma grande polêmica na discussão sobre medida provisória ou projeto de lei, mas, quanto ao conteúdo, quanto às linhas mestras, independentemente do detalhe, já existia um alinhamento, desde o ano passado, entre Congresso Nacional, Ministério da Educação e conselhos e secretarias da educação, já que basicamente as escolas de ensino médio são escolas das redes estaduais.

Então, a BNCC, a Base Nacional Comum, passa a ser o documento fundamental, reconhecido agora em lei. Além do que já existe no Plano Nacional, há também esse texto.

Na expansão em tempo integral não vou me deter por muito tempo, até porque quero cumprir o meu tempo. Mas sempre lembro que não é mais uma discussão se deve ou não deve haver isso. De mérito, o que acho que serve como exemplo é que, na minha opinião, vou repetir, o que nós temos para os nossos estudantes do ensino médio do Brasil é uma educação de tempo parcial. Os estudantes, em todos os países do mundo, têm a possibilidade de ter um currículo mais amplo, mais diversificado, com disciplinas eletivas, e têm mais possibilidade de estar mais tempo dentro de sala de aula.

Além do próprio mérito em si, há outro aspecto. Adianto que é claro que os resultados são muito mais positivos. A gente pode destacar Pernambuco. Eu acho que são um exemplo disso os resultados de Pernambuco, que já foram os piores do Brasil no ensino médio. Pernambuco, nos resultados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO AMANCIO – ...recentes do Ideb, chegou ao primeiro lugar no Brasil. Já foi o vigésimo primeiro e hoje é o primeiro lugar do Brasil.

Além disso, há outro aspecto importante: esta audiência coloca no centro da discussão, além da própria MP, o próprio Plano Nacional de Educação, e a ampliação de escolas em tempo integral é hoje uma imposição do Plano Nacional de Educação. Então, temos de dar passos para que isso venha a ocorrer e temos de dar mais oportunidades aos nossos estudantes, do mesmo jeito que todos os estudantes do mundo têm. Então, novamente digo que os nossos estudantes é que têm muito menos do que tudo o que está acontecendo no mundo no ensino médio. Nós ficamos para trás e precisamos agora avançar.

Enfim, esses são aspectos importantes.

O texto estabelece novamente... Seja em medida provisória ou, numa discussão, Senadora, em projeto de lei, é superimportante que, entre a aprovação da Base Nacional – essa foi uma defesa importante nossa, do Conced – e a implementação dessas mudanças, haja um tempo. Então, o texto hoje estabelece que é o segundo ano após a aprovação da base, o que ainda está em discussão, ou, se a base for aprovada no início, ainda no primeiro semestre, 180 dias. Então, ainda vão ter de ocorrer nos Estados as discussões, para depois seguirmos para a implementação. Portanto, não é obrigatório que ele seja implantado imediatamente. A definição da Base Nacional é que determinará quando o processo inicia nos Estados, porque, depois, os currículos passam a ser de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Estado e dependem, é claro, das discussões que vão ocorrer nas redes estaduais. Todos os Estados – adianto isto, porque temos conversado com os secretários – estão programando para o próximo ano, independentemente de toda a discussão que está ocorrendo em Brasília, discussões nos Estados envolvendo professores e estudantes, aí, sim, para discutir como vai ser exatamente o currículo de cada Estado.

Então, na nossa opinião, esse passo é um passo importante, mas, na realidade, é uma discussão – para que isso ocorra efetivamente e chegue às nossas escolas – que está começando e que deve envolver gestores, educadores, estudantes, pais, para que possamos, efetivamente, alcançar o resultado da melhoria da qualidade do ensino médio do Brasil, que ainda deixa muito a desejar, para que possamos alcançar especialmente – acreditem que este é o nosso grande objetivo; é pelo menos o que posso atestar no que diz respeito às discussões do Conselho Nacional de Educação – os estudantes, para que isso possa efetivamente beneficiar os estudantes.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer ao Prof. Fred, que é o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e que agora é o novo Presidente do Consed.

Agradeço, Fred, a sua presença importante. Que a gente conte com sua presença, representando aqui o Consed, não só neste debate de hoje, como em todos os debates que a gente venha a realizar!

O SR. FREDERICO AMANCIO (*Fora do microfone*.) – Eu tenho mais duas audiências públicas aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois bem, peço a você que fique aqui mais junto de Marta agora. Vocês estão... (*Risos*.)

O SR. FREDERICO AMANCIO (*Fora do microfone*.) – Senadora, vou precisar me ausentar, porque o meu voo é agora. Estou até um pouco atrasado. Vou correndo para o aeroporto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos, imediatamente, passar a palavra para o Prof. Dante, que é do meu Estado, que é professor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que aqui vai falar em nome do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Seja bem-vindo, Professor!

Muito obrigada.

O SR. DANTE HENRIQUE DE MOURA – Boa tarde! Boa tarde a todos e a todas!

Colegas da Mesa, queridos estudantes – registro a importante presença dos estudantes – e aqueles que nos assistem também pela internet, quero, inicialmente, agradecer o convite da Comissão de Educação e deixar clara a importância de, neste momento da sociedade brasileira, promovermos esta audiência pública para debater as melhorias necessárias ao ensino médio e à sua integralização, para atendimento dos indicadores das Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação.

Eu gostaria, inicialmente, de ressaltar, embora a Senadora inicialmente já tenha colocado, o rico processo que resultou na aprovação do novo Plano Nacional de Educação, começando nas Conferências Intermunicipais de Educação, passando pela Conferências Estaduais de Educação e, depois, pela Conferência Nacional da Educação de 2014. Esse processo todo mobilizou toda a comunidade educacional do País e foi um processo construído coletivamente, com seus problemas, com suas dificuldades, inclusive materializadas no conteúdo do Plano Nacional de Educação, que efetivamente precisa ser aperfeiçoado. Entretanto, não podemos perder de vista a importância do processo pedagógico e democrático que representou essa construção coletiva do Plano Nacional de Educação.

Em meio a tudo isso, nós somos pegos de surpresa por uma medida provisória sobre a qual eu gostaria de discordar dos meus antecessores, pois ela não vem no sentido de materializar o Plano Nacional de Educação, mas no sentido de decretar o fim do Plano Nacional de Educação e do seu conteúdo, inclusive porque não podemos pensar na medida provisória isoladamente da PEC, que era a de nº 241 e que agora é a de nº 255. Desculpe-me, agora, é a de nº 55. A combinação delas, da PEC 55 com a MP 746, na prática, se elas forem materializadas, representam o final, representam a decretação do fim, da revogação do Plano Nacional de Educação 2014/2024.

Eu gostaria de dizer isso porque nós, na Academia, temos a mania, que acho muito salutar, cada um dentro do seu *métier*, de analisar as questões para além das aparências e das intencionalidades que são declaradas. Nós temos, por dever de ofício, de analisar as questões para além das aparências, para a sua essência, e, para além das intencionalidades declaradas, para as intencionalidades não declaradas. Então, é por essa lógica que vamos orientar nossa reflexão em torno da necessidade de melhoria do ensino médio, com foco nas Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação.

No atual contexto, não podemos falar de nada relacionado com o PNE, especialmente no que tange ao ensino médio, sem discutir as implicações da PEC, que era a de nº 241 e que agora é a de nº 55 – não vou mais repetir, mas só quero que isso fique bem claro nesta parte inicial –, e da MP 746 sobre o próprio PNE e a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

brasileira em geral.

Ontem, com várias repercussões hoje na mídia nacional, o Chefe do Executivo sobe o tom...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prof. Dante, permita-me...

Segure o tempo do Prof. Dante, por favor.

Eu quero só fazer um comunicado. Quero dar conhecimento aos que estão na presente audiência, bem como aos que estão acompanhando a audiência que os estudantes e membros da comunidade educacional vieram ao Senado para participar das discussões promovidas hoje, que têm absolutamente tudo a ver com o presente e com o futuro da educação no País. O debate em curso aqui envolve a Medida Provisória nº 746 *versus* o Plano Nacional de Educação. E há também um debate na CCJ sobre a PEC 241, hoje PEC 55. Pois bem, os estudantes saíram de seus Estados, como também os professores – todo mundo fez o maior sacrifício –, e simplesmente estão sendo impedidos de entrar naquele que se diz... (*Palmas.*)

Estão sendo impedidos de entrar no espaço que se autoproclama como Casa do Povo, como, inclusive, Casa dos Estados, que é o Senado.

Neste momento, Marta, estou sendo informada de que eles estão fazendo uma manifestação na portaria do Senado. Eles estão fazendo uma manifestação na portaria, pedindo que alguns Senadores possam ir até lá, para que apelem à sensibilidade da Diretoria do Senado, para que ela abra as portas do Senado para o povo entrar – no caso de hoje, os estudantes, os nossos professores e os demais servidores.

Fica aqui o nosso registro. Peço à assessoria que possa contatar os outros Senadores, para que possam ir até a portaria e acionar a Diretoria do Senado e o Presidente da Casa.

Vejam, quero aqui, mais uma vez, colocar: é inaceitável, é inaceitável isso! É algo extremamente condenável proibir a entrada dos estudantes e dos professores nesta Casa neste exato momento, em que estamos aqui debatendo um tema tão relevante, tão importante para a vida da juventude, para a educação deste País, que é a reforma autoritária do ensino médio *versus* a PEC 55. Então, medidas truculentas como essa nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar. Espero que isso seja resolvido o quanto antes e que os estudantes possam adentrar o Congresso Nacional, pois, afinal de contas, esta aqui é a Casa deles também.

Prof. Dante, passo agora a palavra a V. Sª.

O SR. DANTE HENRIQUE DE MOURA – É interessante que chega esse comunicado no momento em que eu estava começando a relatar que o Chefe do Executivo, de ontem para hoje, sobe o tom – isto é como a mídia está tratando – e diz que as ocupações são a substituição da ação intelectual pela força física. Ora, o que é a imposição de uma medida provisória sem nenhum diálogo com os estudantes, com os professores e com a sociedade em geral? (*Palmas.*)

É uma medida provisória que tem a finalidade de pôr por terra o Plano Nacional de Educação, discutido ao longo de, no mínimo, quatro anos, repito, partindo das Conferências Intermunicipais de Educação, das Conferências Estaduais de Educação e da Conferência Nacional da Educação e, posteriormente, da lei que resultou no Plano Nacional da Educação. Então, qual a possibilidade de os estudantes serem ouvidos sem as ocupações?

Isso ilustra muito bem o momento que a Senadora acabou de denunciar aqui.

A PEC 55, se materializada, não afeta apenas as Metas 3 e 7 do Plano Nacional de Educação, mas o plano como um todo, especialmente a Meta 20. Aliás, a Meta 20, que é a dos 10% do PIB para a educação, é essencial para viabilizar as outras 19 metas. Então, se a Meta 20 é prejudicada pela PEC 55, automaticamente, diretamente, as demais 19 metas estão também afetadas.

Na verdade, a PEC 55 é uma verdadeira declaração de moratória do contrato social que estava sendo construído na sociedade brasileira. Mesmo com avanços limitados, esses avanços foram muito importantes nos últimos 13 anos, 14 anos. E a PEC 55 vem no sentido de declarar o fim dessa construção que estava em processo.

Para se ter uma ideia, estudos tanto da CNTE como do Dieese dão conta do que ocorreria – façamos aqui um exercício – se, ao invés de a PEC 55 se transformar em emenda constitucional e se materializar daqui para a frente, ela tivesse entrado em vigor em 2002. Se isso tivesse ocorrido, segundo estudo do Dieese amplamente divulgado, no período de 2002 a 2015, ou seja, durante 13 anos, os impactos dela para a saúde teriam sido da ordem... falo em termos de redução do que foi aplicado na saúde brasileira: teriam sido aplicados menos R$296 bilhões. E, na educação, essa redução teria sido de R$377 bilhões.

Então, como atender à Meta 20 e, em decorrência, às demais 19 metas do Plano Nacional da Educação, que implica necessariamente a ampliação de investimentos na educação, com uma redução de recursos dessa magnitude? Como atender às metas de valorização dos profissionais da educação? Como formar mais especialistas, mais mestres e mais doutores e como equiparar o salário dos profissionais da educação ao salário dos demais profissionais de nível superior reduzindo os investimentos na área educacional? Como garantir a progressiva atualização do piso salarial nacional dos profissionais da educação reduzindo os recursos na área da educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Especificamente sobre as metas em questão, vou ler o que diz a Meta 3: "Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%." A nossa taxa líquida de matrícula no ensino médio brasileiro hoje é da ordem de 55%. Então, para chegar, em 2024, com esses 85%, como é possível fazer isso, reduzindo...
(*Soa a campainha.*)

O SR. DANTE HENRIQUE DE MOURA – ...os recursos?

A Meta 6 trata da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. A questão do ensino em tempo integral é muito complexa, inclusive na própria concepção. Vamos colocar os adolescentes na escola o dia todo para fazer o quê? Essa é uma questão que precisa ser respondida. Vamos colocar os estudantes na escola durante sete horas no mínimo, mas para fazer o quê? Se for para o enriquecimento curricular, na perspectiva de ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, às letras, às artes, à cultura, ao esporte e ao lazer, é o que se espera, mas isso vai demandar mais recursos. Entretanto, a PEC 55, proposta central do atual Governo, se aprovada, não vai permitir a ampliação desses recursos.

Então, como ampliar o número de escolas, o quadro de professores com adequada formação e remuneração e carreiras dignas, além de dotar as escolas das condições necessárias para que essa ampliação da jornada ocorra na perspectiva aqui delineada, ou seja, de uma educação de qualidade socialmente referenciada e para todos? Com a aprovação da PEC, desde logo, isso não será possível.

Qual a alternativa, então? Ora, ampliar a jornada em uma escola menor, sem condições de funcionamento, retomando-se a máxima neoliberal de fazer mais com menos e, portanto, radicalizando a escola pública como lugar de educação pobre para o pobre, escola como sinônimo de depósito de seres humanos, para que, simplesmente, eles não estejam nas ruas, já que essa escola não pode ter condições de atender aos estudantes em tempo integral com a redução dos recursos previstos, sem ampliação do número de professores efetivos, sem a melhoria das condições físicas das escolas. Isso é o que está em jogo, mas seus patrocinadores não querem assumir isso explicitamente, pois não rende votos dizer às claras à população que se quer radicalizar a diferença entre a escola dos ricos e a escola dos pobres, dizer especialmente aos setores mais empobrecidos deste País que o que se quer é reconfigurar o Estado brasileiro, na direção de que ele seja cada vez menor para a garantia dos direitos sociais e cada vez maior para atender os interesses insaciáveis do grande capital nacional e internacional. Isso não é defensável perante a opinião pública. Por isso, isso tem de ser feito sem que a população se dê conta de que é isso que se quer.

A Meta 7 vai na mesma linha, e eu não vou me repetir. Como fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem congelando por 20 anos os investimentos em educação?

Passamos, agora, rapidamente, ao conteúdo da Medida Provisória nº 746. Temos dois problemas: o problema de forma, a que eu já me referi – não vou me repetir –, e o problema de conteúdo.

Vamos ao problema de conteúdo. Primeiro, é preciso reconhecer que efetivamente é necessário fazer algumas mudanças, algumas reformas no ensino médio. Coloco aqui os motivos verdadeiros para as mudanças no ensino médio. Os motivos verdadeiros são: melhoria física das escolas, dos prédios, dos laboratórios, das bibliotecas, dos espaços para as atividades esportivas, artísticas e culturais; carreira e remuneração dignas para docentes e trabalhadores da educação em geral; regime de dedicação exclusiva, que existe, por exemplo, para quem, como eu, trabalha numa instituição que também atua no ensino médio e tem o direito do regime de dedicação exclusiva e, por isso, um acréscimo na remuneração de 55% para poder se dedicar a uma única só escola, com a qualidade que isso requer; incentivo à formação inicial e continuada do trabalhadores em consonância com a carreira; efetiva democratização da gestão das escolas; esforço para garantir a permanência com a aprendizagem; professores para atuar – pasmem, olhem só que coisa importante; é tão óbvio, tão elementar – em todas as disciplinas ao mesmo tempo e professores que sejam professores efetivos, que não sejam estagiários, contratados de maneira precária, e que tenham uma formação adequada para trabalhar naquela disciplina em que ele trabalha. Esses são os motivos verdadeiros que a sociedade clama.

Há os motivos alegados para reformar o ensino médio, aqui repetidos várias vezes pelos meus antecessores. Há o discurso da flexibilização, para torná-lo mais atrativo. Esse discurso não tem base na realidade concreta. Na verdade, ele está no campo da falácia. Colocar na boca dos estudantes, ou querer colocar – os estudantes não engoliram isso –, que eles reivindicam menos disciplinas, vários itinerários formativos sem uma base...
(*Soa a campainha.*)

O SR. DANTE HENRIQUE DE MOURA – ...científica para isso é querer apelar para o senso comum e para a técnica do convencimento com o apoio midiático para tentar convencer a população de que é isso que os estudantes estão reivindicando. O movimento Ocupa São Paulo e o movimento de ocupação hoje em todo o Brasil, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

representado pelos estudantes do Paraná, reivindicam não isso, reivindicam o que eu coloquei anteriormente: as melhorias das condições materiais concretas de funcionamento da escola.

Vou avançar.

Querem reduzir os conteúdos de educação geral, ampla, ao módico de um ano e meio para estudantes da escola pública. Esses conteúdos que englobam as ciências, as letras e as artes, que são e continuarão sendo o parâmetro de acesso ao ensino superior, serão reduzidos para os estudantes da escola pública para um ano e meio. A escola privada não vai respeitar essa redução. Sabemos disso. Na história, há exemplos claros disso. A reforma dos anos 70, que tornaria obrigatoriamente profissionalizante o 2º Grau, as escolas privadas não a respeitaram, continuando a pautar a sua ação pelos conteúdos exigidos para o acesso ao ensino superior. E a escola pública estadual foi obrigada a fazer isso, deteriorando a qualidade do ensino das escolas públicas.

Então, a intenção não declarada é a de radicalizar a diferença entre o que acontece de formação na escola pública e o que acontece de formação na escola privada, empobrecendo o conteúdo da escola pública e radicalizando, então, essa diferença.

Outro discurso da flexibilidade é igualmente falacioso. Vejam bem: mesmo considerando a concepção restrita ao reduzir para um ano e meio aqueles conteúdos da formação geral e trazendo o ano e meio seguinte como sendo em cinco ênfases, isso implicaria mais recursos. Evidentemente, se todas as escolas públicas estaduais deste País fossem oferecer ao estudante essa flexibilidade de cinco itinerários, esse ensino médio seria mais caro, mesmo tendo uma concepção não adequada, uma concepção empobrecida. Na verdade, essas cinco ênfases, onde está o discurso da flexibilidade, não existirão, porque a PEC 55 não permitirá que elas existam. Nós temos no País hoje uma grande deficiência de professores na área, por exemplo, de Ciências da Natureza. O que as escolas serão obrigadas a fazer, porque terão de fazer as ênfases e não terão professores de Ciências da Natureza? Eles não vão oferecer essa ênfase, porque não há os professores. Aliás, os sistemas de ensino não estão obrigados a oferecer as cinco ênfases, muito menos as escolas. Em muitos Municípios no Brasil, há só uma escola de ensino médio. Imaginem, senhores, se essa escola de ensino médio opta por determinada ênfase, em função da sua disponibilidade de professores. E os estudantes desse Município que quiserem as outras quatro ênfases? Onde está a tal flexibilidade anunciada? Não há nenhuma intencionalidade em materializar essa flexibilidade.

Para concluir, na verdade, os motivos reais da reforma anunciada os que a propõe não podem, entre aspas, "assumir". Esta é a diferença entre eles e quem faz a crítica: nós assumimos a crítica e atuamos de forma coerente com ela, lutando para que aquilo que estamos defendendo se materialize, e eles, por não poderem assumir isso perante a sociedade, escamoteiam a realidade.

E eu fecho aqui com uma reflexão teórica, que a gente precisa trazer para esse campo, que é a seguinte: na verdade, a verdadeira intencionalidade dessa reconfiguração, na perspectiva neoliberal, é baratear o custo da formação da força de trabalho das classes populares, partindo da lógica de que o mundo do trabalho, que é baseado na lógica capitalista e na divisão técnica do trabalho, demanda por trabalhadores aptos a desenvolver atividades intelectuais complexas e trabalhadores voltados para as atividades semiqualificadas, e a quantidade de trabalhadores intelectuais exigida por esse mundo do trabalho, principalmente num país periférico como o nosso, é muito menor do que a quantidade de trabalhadores que esse mundo do trabalho exige para as atividades semiqualificadas.

Então, a lógica que orienta tudo isso é a seguinte: para que investir numa formação para o trabalho intelectual e complexo para os sujeitos das classes trabalhadoras populares se o mundo do trabalho não comporta isso? Para esses, para os mais pobres, é suficiente uma formação para o trabalho semiqualificado e para o trabalho simples. É isso que está em jogo e é isso que quem está promovendo a reforma – entre aspas – "não pode assumir" perante a sociedade brasileira.

Mas nós temos a obrigação de denunciar. Os estudantes, trabalhadores em educação e sociedade em geral temos a obrigação, o dever e o direito de denunciar, de reivindicar e de apelar ao Congresso Nacional, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, porque não há remendo para esta medida provisória; só há um caminho, que é rejeitar o seu conteúdo e trazer a discussão para o âmbito de projeto de lei, para o âmbito de uma discussão. E, mesmo assim, a nossa correlação de forças é extremamente difícil neste momento, mas, pelo menos, esta dignidade precisa haver: retirar a medida provisória e rediscuti-la por meio de projeto de lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos, rapidamente, aqui, cumprimentar o Prof. Dante, que mais uma vez faz uma consistente apresentação, exposição de motivos de por que o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio é contrário à medida provisória, tanto como método, como também quanto ao conteúdo. Ao mesmo tempo, ele aqui termina conclamando que o debate sobre o ensino médio seja feito, sim, e é necessário que seja feito, mas não via expediente da medida provisória, mas via expediente do projeto de lei, para que tenhamos o tempo necessário no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aprofundar e tomar as decisões acerca de uma das etapas, como a gente costuma colocar, da educação básica mais importantes, porque diz respeito à vida de milhões de jovens, pelo quanto, inclusive, de transição tem entre ensino médio, ensino fundamental e o acesso à universidade, etc. e tal. Enfim, é um tema que exige, volto a dizer, um debate com muita profundidade e serenidade, e, para tanto, o tempo é fundamental, e não uma medida precipitada como essa que o Governo vem adotando.

Prof. Dante, mais uma vez, parabéns. Permita-me dizer que eu fico muito orgulhosa, o senhor é lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte, do nosso querido Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Assim como a Profª Mônica e os demais professores e professoras, vocês vêm dando uma contribuição inestimável ao País neste exato momento, que é trazer a reflexão, com tanta consistência, com tanta fundamentação pedagógica, sociológica, acerca do tema. Vocês estão cumprindo muito bem o papel de vocês, de professores, na reflexão e no debate acerca desse importante tema.

Vamos dar continuidade agora. Vamos ouvir a Profª Lirani, que vai falar em nome da CNTE, e a Profª Marta, que vai falar em nome do Fórum Nacional da Educação.

Vou só pedir dez minutinhos a vocês. Vou suspender por dez minutinhos para ir até a portaria, onde os estudantes estão impedidos de entrar. É um absurdo isso. (*Palmas.*)

Vou dizer como outros: só em tempos de golpe parlamentar é que se podem explicar – viu, Profª Marta? – situações absurdas como esta, uma ação completamente truculenta e cerceadora do debate, essa iniciativa do Senado hoje aqui – é vergonhoso isso – de, de repente, não permitir a entrada aqui dos estudantes. (*Palmas.*)

Então, vou suspender por dez minutos, vou até lá – viu, Marta, Lirani, nossos convidados? – e volto já.

Por favor, volto em minutos.

(Suspensa às 13 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 59 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos reabrindo os trabalhos da nossa Comissão, em face do incidente que houve, enfim, que é lamentável: os estudantes convidados foram impedidos de entrar. É aquilo que a gente já colocou, isso é uma atitude cerceadora do debate. Mas, enfim, tinha suspendido a presente audiência, fui lá conversar com a direção da Polícia Legislativa do Senado e com o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, que acaba de autorizar que os estudantes possam adentrar aqui, o Congresso Nacional, e acompanhar o debate, os 40 estudantes. A gente havia feito um apelo.

Então, como neste exato momento também está acontecendo um debate fundamental a respeito da educação na CCJ, que é a PEC 555, aliás, PEC 55 – não sei por que... É porque era PEC 241, aí a gente pegou o ritmo. Enfim, era 241 e, agora, 55. Então, como a PEC 55 também está sendo discutida na CCJ, inclusive, até já mencionei que eu também sou integrante da CCJ, estou inscrita lá para falar, enfim, a agenda legislativa hoje, aqui no Congresso Nacional, está voltada principalmente para a pauta da educação, daí, mais uma vez, gostaríamos de dizer que é totalmente incongruente, inaceitável os estudantes serem impedidos de entrar aqui – pelo amor de Deus! –, até porque, inclusive, eles foram convidados por nós.

Sem maiores delongas, nossa audiência está retomada. Vamos agora tentar concluí-la, Profª Marta, Profª Lirani, Prof. Dante, Prof. Aléssio.

Quero convidar o Presidente da Undime – por favor, Aléssio Costa Lima – para que venha fazer parte da Mesa.

Então, vamos concluir agora a nossa Mesa, até porque às 14h30 temos a Comissão Especial do Ensino Médio, vamos para lá, e também ainda temos a conclusão dos trabalhos na CCJ.

Sem maiores delongas, Profª Lirani, depois a Profª Marta e o Aléssio. Vou pedir a vocês que falem dez minutos cada um, para que a gente possa concluir, em face do calendário de agora à tarde.

A SRª LIRANI MARIA FRANCO – Boa tarde a todos e todas que nos acompanham, a quem está nos assistindo.

Quero agradecer o convite e esta iniciativa da Senadora Fátima Bezerra, que muito tem contribuído com as nossas lutas em defesa das pautas, e pautas importantes, sempre se preocupando com as pessoas que precisam do atendimento para uma educação de qualidade e de políticas sociais e públicas de qualidade.

Então, parabéns pela iniciativa, Senadora Fátima.

Cumprimento também os demais membros da Mesa, o Dante, a Marta e agora o Aléssio.

Quero fazer a minha fala. Com o que já ouvi, com os fatos acontecidos, já mudei um pouco e quero trazer o debate para o que ouvi dos dois palestrantes, de início, do MEC e do Consed, destacando alguns pontos, porque me senti muito contemplada na avaliação e na reflexão que o Dante trouxe sobre a MP. Então, não teria muito mais a contribuir em relação à MP. Mas quero fazer o contraponto da MP com as falas que ouvi aqui do MEC e do Consed.

Primeiro, quero lembrar, embora estejam aqui os nossos estudantes, que venho do Paraná, estou representando a CNTE, mas sou da base da APP-Sindicato do Paraná, que tem muito orgulho de ter aqui hoje a representação de muitos estudantes nossos, que agora deixaram esse local, mas estão conosco no Senado. Esses estudantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

chegaram a ocupar em torno de 900 escolas no Paraná.

Acredito que o Senhor Presidente, a partir de uma fala que fez ontem, que já foi lembrada aqui na Mesa, deveria vir aqui ouvir esses nossos estudantes, porque os nossos estudantes que hoje estão aqui e aqueles que estavam sendo impedidos de entrar debatem, sim, a PEC, eles debatem a MP, eles sabem o que é a Lei da Mordaça, eles sabem que essa medida provisória da reforma do ensino médio vai mexer com a vida deles, eles sabem das dificuldades e do que precisamos mudar no ensino médio, eles têm essa leitura e essa compreensão. O Senhor Presidente golpista deveria ter ouvido a nossa estudante Ana Júlia, que foi à Assembleia Legislativa do Paraná e deu uma aula, iniciou sua fala lá dizendo: de quem é a escola? A quem pertence a escola? E ouvir esses estudantes que hoje estão aqui, que estão ocupando para poder dialogar com a sociedade, porque só fala da dor quem sente. Enquanto você não esperneia, você não grita para demonstrar a dor que sente, ninguém vai olhar para você, ou entender, ou falar sobre isso. Então, os estudantes estão dando uma lição também de democracia, porque eles têm feito o debate.

Aqui alguns elementos que levantei dos apontamentos. Ouvimos, na fala do Consed, que as escolas particulares também passam por aquelas dificuldades, aquilo ele apresentou aqui. Então, a primeira pergunta que eles têm que nos responder é: a iniciativa privada, as escolas particulares, vão passar por essas mudanças? Vão ter que cumprir a MP como está sendo colocada? Vão ampliar sua carga horária? Ou não? Ou esta medida é, de acordo com o que o Dante bem colocou aqui, para o empobrecimento do ensino das classes, dos filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras que hoje representam 85% dos estudantes do ensino médio que estão na escola pública?

Não nos enganemos: ela é uma medida provisória pensada para atacar, afrontar o ensino médio dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras, para forjar uma educação, na perspectiva da educação, de mão de obra barata para o mercado. Não há um debate sério sobre a profissionalização, não há um debate sério sobre o currículo, sobre aquilo de que precisamos para atender esses meninos e meninas.

Outra coisa que destaquei aqui, que achei importante, é que se fala em flexibilização. Nós temos lei, e algumas foram lembradas aqui; nós temos o PNE; temos as diretrizes nacionais curriculares para o ensino médio, que recentemente foram homologadas, em 2012; tivemos a Conae, como o Prof. Dante aqui já lembrou, que envolveu mais de 3,6 milhões de pessoas no processo de debate. E este Governo se dá o direito, porque está no governo, de baixar uma medida provisória sem dialogar com quem vem fazendo esse debate, com quem está no chão da escola pública, como nós, da CNTE, como os institutos, como as universidades, com a Profª Mônica, que tem representado aqui este debate com os nossos estudantes.

Então, quanto à medida provisória, somos terminantemente contra, pela sua forma e seu conteúdo. Nós nos colocamos pela retirada dessa medida ou pela rejeição dessa MP, porque ela não atende aquilo que está no Plano Nacional de Educação.

Algumas coisas que ele levantou na sua defesa. Quando se fala que o Plano Nacional de Educação prevê em uma das suas metas a criação de um sistema nacional de educação, um sistema que não temos ainda construído neste País, que poderia trabalhar a educação com todo o processo de corresponsabilidade, de cooperação junto aos Estados e Municípios, mas dentro de um sistema, agora, eles propõem uma medida provisória que faz, aí sim, a flexibilização que eles querem. Aí dão total liberdade aos Estados para construírem seu sistema, ou seja, nós levamos décadas para colocar uma lei que prevê a criação de um sistema nacional de educação, temos debatido como seria esse sistema, mas, com uma canetada e uma MP, eles colocam toda uma flexibilização, deixam a cargo dos Estados criar seu próprio sistema para o ensino médio e desvinculam todo o outro debate que temos sobre a educação básica como um todo.

Nós defendemos, sim, a escola integral, de tempo integral, mas uma escola de tempo integral com aquilo que ela precisa ter. O Dante já lembrou as condições.

Aí, eu deixaria uma pergunta: quando eles aqui falam de outros países, que outros países têm a flexibilização, e é atrativa para os estudantes do ensino médio, e importam esse modelo via medida provisória para nós, eles vão importar as condições das escolas, as condições para os nossos laboratórios, as condições para termos a arte, para termos a cultura, para termos o esporte? Eles vão trazer também as condições de valorização profissional de trabalho, dos docentes, professores e funcionários dessas escolas, como aqui lembrou o Dante?

Precisamos hoje efetivamente dar condições para que essas escolas funcionem adequadamente, condições de infraestrutura. A infraestrutura ou a estrutura que eles colocam nessa MP não é a infraestrutura de que precisamos para a escola. Os nossos estudantes conhecem as nossas escolas, e nós precisamos e temos o direito de oferecer a essas escolas as condições para que o trabalho lá seja desenvolvido.

Então, hoje não é a MP que vai dar respostas às questões e aos problemas que nós temos no ensino médio, os quais precisamos debater e para os quais precisamos buscar as alternativas. As alternativas de solução já estão propostas no plano nacional. Basta que se cumpram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O que é a atratividade?
(*Soa a campainha.*)
A SRª LIRANI MARIA FRANCO – Dizer que o nosso estudante não gosta das aulas de matemática – para concluir – e que precisam ser mais atrativas.... Eu sou professora de matemática. Estive, durante 30 anos, em sala de aula e sei que os estudantes gostam, sim, quando têm condição de estudar e de compreender. Agora, obviamente, com salas com 40, com 50, e com a ausência condições de se fazerem aulas diferenciadas e contextualizadas, isso dificulta a presença do nosso aluno dentro dessa escola.
Mas a medida provisória não ataca essas condições; ela não prevê as condições de melhorias estruturais para as escolas; ela não prevê a condição de formação continuada para os nossos educadores e educadoras, para mudar essa realidade que nós temos hoje. Por isso, ela é uma falácia. Ela busca trazer de volta uma política que nós vínhamos avançando em sua contrariedade; ela retoma a década de 90, quando Fernando Henrique, por decreto, fecha todas as escolas de ensino profissionalizante – por decreto! –, mas não coloca nada no lugar, simplesmente fecha. Essa medida provisória, o que ela vai fazer é isto: acabar com o nosso ensino médio, e não vai colocar nada no lugar, não vai discutir aquilo de que os nossos alunos precisam para se formar como cidadãos e cidadãs, com consciência crítica, com formulação própria, com opinião. Eles têm direito à vida com qualidade, e a educação é parte integrante dessa vida com qualidade.
Por isso, toda a nossa contrariedade a essa MP. Nós nos somamos, nesse debate, a todos os movimentos que temos e continuamos à disposição, a CNTE, para fazer o confronto com essa medida provisória, até que a gente consiga restabelecer a ordem do debate, o que já vimos fazendo há alguns anos e no qual temos condições de avançar, sim. Vamos pôr o PNE em prática e acompanhar o cumprimento das suas metas e suas estratégias.
Obrigada. (*Palmas.*)
A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Profª Lirani, que aqui falou em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que tem estado muito atenta a esse debate. Eu a cumprimento, Lirani, pela importante reflexão que acaba de fazer, inclusive com a autoridade que você tem de professora, com a experiência que tem e a legitimidade, como liderança sindical. É muito importante aqui a sua reflexão para o nosso debate.
Vamos passar agora, imediatamente, a palavra para a Profª Marta Vanelli, que aqui vai falar em nome do Fórum Nacional de Educação.
Quero ressaltar que faço parte do fórum, representando, inclusive, o colegiado da Comissão de Educação. E tenho insistido que o Fórum Nacional de Educação tem que estar presente, Profª Marta, em todas as instâncias de debate acerca dos rumos da educação. Nós temos estado aqui sempre atentas a esse tema, convidando o fórum para se fazer presente, pelo papel, inclusive, institucional que tem.
Com a palavra a Profª Marta Vanelli.
A SRª MARTA VANELLI – Boa tarde a todas e todos!
É um prazer grande estar aqui com o Dante, com a Lirani, com a Senadora e, agora, com o Aléssio.
Digo que o Fórum Nacional de Educação é um órgão do Estado brasileiro, criado e implantado após a aprovação do Plano Nacional de Educação. São mais de 40 entidades educacionais da educação básica, da educação profissional, do ensino superior, sindicais, movimentos sociais, estudantis, parlamentares, gestores. Tanto é que o próprio Secretário de Educação Básica do MEC faz parte do Fórum Nacional de Educação; o Aléssio, da Undime, também é do Fórum Nacional de Educação; portanto, é um espaço plural de articulação e de debate da educação brasileira.
Eu sou professora da rede pública estadual de Santa Catarina. Sou também da CNTE, represento a CNTE no Fórum Nacional de Educação. Por isso, nesta audiência, o fórum me deu o prazer de fazer a representação neste debate.
Antes de entrar no conteúdo – viu, Senadora Fátima? –, só gostaria de registrar que, infelizmente, o Ministério da Educação está negando a estrutura para o Fórum Nacional de Educação fazer o debate sobre a educação em todo o País. Nós já tivemos várias passagens aéreas negadas pelo Ministério da Educação, para membros do Fórum Nacional de Educação viajarem para fazer o debate. Inclusive, negaram-me a passagem para eu vir de Florianópolis para esta audiência pública. Por isso que, quando o representante do Consed diz que há duas pessoas da CNTE, porque eu também sou da CNTE, é porque a CNTE pagou duas passagens aéreas para a gente poder estar presente nesta audiência pública; existe a minha passagem e a passagem da Lirani. E a gente tenta, na medida do possível, suprir um pouco as despesas, porque o Fórum Nacional de Educação é coordenado pelo nosso diretor também, um professor da rede pública de Pernambuco. Mas, neste momento de grandes debates sobre a educação brasileira, o MEC, infelizmente, toma uma medida de negar as condições mínimas para membros do fórum viajarem para fazer o debate sobre educação.
A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Profª Marta –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

suspenda o tempo da Profª Marta –, apenas quero me associar ao que você acaba de mencionar. Sou integrante do Fórum Nacional de Educação. Portanto, quero aqui dizer que é inaceitável esse tratamento que o MEC está dando ao Fórum Nacional de Educação. Inaceitável, inclusive, por uma razão objetiva: o Fórum Nacional de Educação é uma instituição do Estado brasileiro, foi uma conquista que nós obtivemos com a Lei 13.005, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação. Segundo, o Fórum Nacional de Educação tem prerrogativas essenciais para zelar pela educação do nosso País, por exemplo, coordenar as Conferências Nacionais de Educação e também monitorar o cumprimento das metas do novo Plano Nacional de Educação. Então, fica aqui o nosso protesto.

Que o MEC pare com isso, porque o Fórum Nacional de Educação não está pedindo nenhum favor quando solicita passagens ou condições de trabalho. Não é nenhum favor; é um direito que ele tem assegurado por lei, porque o fórum não é uma instituição de governo A, B nem C, é uma instituição do Estado brasileiro.

Então, fica aqui o nosso protesto. Espero que o MEC mude essa atitude e trate o Fórum Nacional de Educação com o devido respeito que ele requer, inclusive do ponto de vista legal.

A SRª MARTA VANELLI – Também registro, Senadora, que nós, na última reunião do fórum, nos dias 19 e 20 de setembro, tivemos reunião com 50 membros do Fórum Nacional de Educação dentro do Ministério da Educação e, nessa reunião, formulamos uma posição política, naquele momento, em relação à PEC 241. O Fórum Nacional de Educação em nota pública se posicionou contrário à PEC 241, agora 55 aqui. E essa nota ainda não está, até hoje, no *site* do Fórum Nacional de Educação, não foi publicizada ainda, assim como todo o debate que foi levantado, quando já havia rumores da mudança do ensino médio. Também fizemos uma nota pública não somente com relação ao método adotado para fazer a mudança do ensino médio, como também quanto a seu conteúdo. E essa nota pública do Fórum Nacional de Educação em relação à Medida Provisória 746 também não está, até hoje, no *site* do Ministério da Educação.

Infelizmente, é um órgão do Estado brasileiro o Fórum Nacional de Educação, que coordenou todo o debate da Conae de 2010, que resultou no Plano Nacional de Educação, e hoje está com problemas no seu funcionamento. Inclusive, nós já definimos a data da próxima Conferência Nacional de Educação para 2018. E estamos com dificuldades, em relação ao Ministério da Educação, para o fórum se reunir e começar a discutir as condições necessárias da organização dessa Conferência Nacional de Educação. Infelizmente, estamos chegando a esse nível de atuação do Ministério da Educação.

Sobre o assunto em tela, nós temos clareza absoluta de que a MP 746 é a materialização da PEC 55 na educação básica. Nós não temos nenhuma dúvida sobre isso, porque a PEC 55 vai congelar recursos, depois de 6 milhões de pessoas terem participado da primeira conferência que definiu proposta para o Plano Nacional de Educação, depois de três anos e meio de tramitação, no Congresso Nacional, do Plano Nacional de Educação – e foram necessários três anos e meio para convencer o Governo brasileiro de que era preciso duplicar os recursos para educação.

Se não tivéssemos os 10% do PIB, não iriam ser viabilizadas as 19 metas estabelecidas dentro do Plano. Tínhamos clareza disso. Por isso, seriam três anos e meio para esse convencimento, tendo sido aprovados pelo Parlamento brasileiro, com a Presidenta sancionando, os 10% do PIB.

Agora, vem a PEC 241, PEC 55, exatamente para congelar os investimentos. Congelar significa que nenhuma meta do Plano Nacional de Educação será cumprida – nem a meta 10, nem a meta 11, que é do ensino técnico ou tecnológico, muito menos a meta 12, se não me engano, que é do ensino superior. Lá está dito que vai dobrar as matrículas do ensino superior das quase 40% públicas e que, no ensino técnico, vai triplicar 50% do público. Portanto, com o congelamento do investimento, não vai haver esse aumento da matrícula.

E, na educação básica, nós entendemos que, como vai ter pouco dinheiro, vamos aplicar a Medida Provisória nº 746. Não precisa nem aqui fazer mais a crítica do porquê de uma medida provisória. Quem quisesse fazer o debate teria feito com outro instrumento legal nesta Casa, poderia apenas ter resgatado o PL 6.840, não precisava nem mandar um novo projeto de lei a esta Casa. Era simplesmente dizer: vamos retomar o debate do Projeto de Lei nº 6.840. Eu também não tenho nenhuma dúvida de que, em todo o processo de debate de conferências de educação ou do Plano Nacional de Educação nesta Casa, se essa proposta da MP tivesse aparecido, ela seria rejeitada, porque não tem cabimento.

E começamos a entender alguns elementos. Aqui, aquilo que Rossieli falou e Frederico falou na defesa desta medida provisória não está escrito na medida provisória. Eu não sei onde eles buscam os argumentos daquilo que não está escrito. O que está escrito na medida provisória é que vai ter a carga horária ampliada gradativamente e que vão abrir para ser ensino técnico profissional, todo ensino técnico profissional. E mais: há uma amarra que diz que a Base Nacional Comum para os três anos de ensino médio será de, no máximo, 1.200 horas. Então, aquilo que está no Conselho Nacional de Educação, definidos itinerários formativos para o ensino médio, vai ter 1.200 horas. Então, ele vai aumentar o ensino médio hoje de 2.400 horas, que é de formação geral.... Hoje, o ensino médio brasileiro é de formação geral. Existem, sim, várias possibilidades de o estudante frequentar o ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

médio geral e, de forma concomitante ou integrada, o ensino médio técnico profissional. Há essa possibilidade, mas agora eles vão transformar todo o nosso ensino médio em ensino médio de formação técnica profissional. Só que o Estado brasileiro não tem nenhuma responsabilidade com esse curso técnico profissional. Por isso, ele está abrindo.... Com esta medida provisória, ele está privatizando o ensino médio brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA VANELLI – É isso que está colocado nesta medida provisória. Ele vai entregar para o mercado brasileiro toda a parte técnica profissional. Se o Estado, qualquer Estado, quiser fazer convênio com alguma instituição que ofereça, tudo bem. Se não, ele pode dar, inclusive, um *voucher*, a exemplo do Chile. Dá-se um *voucher* para o pai, para o estudante, dizendo: "Agora, você vai comprar."

Por isso, o Secretário de Educação de Santa Catarina, que é o Presidente do Conselho Nacional de Educação, já avisou no sindicato em Santa Catarina o seguinte: "Eu não vou implantar em 2017, eu vou implantar em 2018. Eu vou oferecer a Base Nacional Comum em três semestres. Eu vou oferecer o primeiro semestre, o segundo semestre e o terceiro semestre. E vou dar um certificado de conclusão por semestre. O estudante vai pegar esse certificado de conclusão e vai procurar no mercado o curso técnico profissional que queira fazer." Portanto, está colocado para o mercado.

Não é por menos que também o Governo brasileiro já está com uma comissão interna em vários ministérios discutindo como ele vai colocar a educação pública brasileira dentro da OMC (Organização Mundial do Comércio). Até hoje, a educação brasileira não está dentro da Organização Mundial do Comércio. Agora, com essa medida provisória e com a PEC 55, possivelmente, é óbvio, como não vai cumprir o Plano Nacional de Educação na ampliação das matrículas no setor público, porque não vai ter dinheiro, no ensino médio, vai haver esse caráter de privatizar.

Em relação à meta 3, que é da universalização, a Emenda Constitucional nº 59 – não é, Senadora? – já garantia a universalização de 4 a 17 anos, a partir deste ano de 2016, o que não foi cumprido até hoje.

A escola em tempo integral. Não basta ter uma escola em tempo integral. É preciso ter um currículo integral, é preciso ter professores em tempo integral, e é preciso ter estrutura física na escola. Não tem como garantir a meta 7, que é da qualidade da educação, se mexermos só... A qualidade da educação é um tripé. Esta medida provisória fala em uma perna desse tripé, só fala do currículo; não fala qual a estrutura física que a escola vai ter, porque, também para fazer ensino técnico profissional, tem que ter laboratório na escola.... Por que não implementa uma das estratégias da meta 3, que era ampliar o ensino médio integrado ao profissional? Eu acho que nós temos uma experiência belíssima em todo o País do ensino médio integrado ao ensino profissional. Além das 2.400 horas de formação geral, há mais as horas de um curso técnico profissional. Por que, em muitos dos Estados, isso não teve sucesso? Porque não teve investimento nos laboratórios, porque você não faz qualidade no ensino técnico sem laboratório. Aqui, a medida provisória não garante o investimento na infraestrutura necessária para ter qualidade no ensino médio brasileiro.

Por isso, coloca a responsabilidade para o pai, para a mãe, para o próprio estudante financiar o seu próprio ensino médio. Por isso, nós não podemos concordar. Por isso, nós estamos apoiando as ocupações, em todo o País, dos estudantes da educação básica, dos institutos federais e das universidades públicas... (*Palmas.*)

É hoje a resistência mais revolucionária do século XXI, porque o nosso adolescente, o nosso jovem não está ocupando sozinho. Ele está lá em acordo com o seu pai, com apoio.

É por isso que o Governo brasileiro, em vez de criticar a ocupação hoje, deveria abrir um diálogo com todo esse movimento de resistência e retirar essa medida provisória do Parlamento brasileiro. Retire e vamos começar a debater como, de fato, nós vamos melhorar o ensino médio brasileiro, especialmente para esses jovens da classe trabalhadora, para 86% dos nossos jovens que hoje estudam na escola pública brasileira. Por isso, o ato mais sensato hoje seria a retirada dessa medida provisória e o estabelecimento de um amplo debate de como, de fato, nós vamos melhorar a educação básica, o ensino médio do nosso País, público e gratuito para toda a educação brasileira.

Obrigada, Senadora, por essa oportunidade de falar. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Profª Marta, que falou aqui com muita consistência, com muita paixão, até porque Marta se apaixona mesmo quando fala sobre educação. O Fórum Nacional de Educação foi muito bem representado aqui por você, Marta, deixando a posição do Fórum muito clara frente ao tema aqui abordado e a todo esse desafio que está posto.

Nós agora vamos concluir a nossa Mesa com o Prof. Aléssio, que vem a ser o Presidente da Undime, que é uma instituição também muito importante, pois é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, uma entidade também que está aí na luta conosco há bastante tempo, em defesa da escola pública, em defesa da educação pública. O Prof. Aléssio é o seu Presidente. Obrigada por, mais uma vez, ter atendido ao nosso convite. Com a palavra o Prof. Aléssio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Depois, pediremos a compreensão, porque nós vamos abrir para dois estudantes, em função de que.... Nós tínhamos que ir já para outro debate, inclusive, junto com vocês.

A SRª MARTA VANELLI (*Fora do microfone*.) – Um só.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um só? Perfeito, porque nós temos mais dois debates.

Prof. Aléssio, com a palavra.

O SR. ALÉSSIO COSTA LIMA – Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite da Senadora Fátima Bezerra à Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), que representa os gestores da educação nos 5.568 Municípios brasileiros e dizer da importância da discussão do tema.

Muito embora os Municípios sejam responsáveis diretamente pela oferta da educação infantil e, de forma compartilhada com o Estado, pelo oferecimento do ensino fundamental, na discussão sobre o ensino médio, mesmo não sendo responsabilidade direta dos Municípios, entendemos que a educação básica tem que ser vista como um todo. Ela não pode ser nem vista nem tratada de uma forma desarticulada. Este debate, com a discussão do ensino médio, tem que estar, de fato, articulado com todas as demais etapas da educação básica, educação infantil e ensino fundamental, até porque muitos dos problemas que hoje afetam diretamente o ensino médio também são problemas que têm seu início e acontecem também no ensino fundamental, sobretudo no ensino fundamental II, em que acontece a transição, a passagem do aluno do ensino fundamental para o ensino médio. Então, este debate tem que ser visto de uma forma integral.

Atendendo ao que foi pedido, uma reflexão sobre o cumprimento dessas três metas do Plano Nacional de Educação, a meta 3, que é essa questão da universalização da população de 15 a 17 anos e aumentar a taxa de escolarização líquida do ensino médio, eu peguei os dados, inclusive, de ontem, que foi apresentado pelo Inep no Conselho Nacional de Educação, fazendo um balanço dos dois anos do PNE. Ele traz para nós que, hoje, separando a população dos mais ricos e os mais pobres, dos 15 aos 17 anos, entre os mais ricos, quase 92% estão, de fato, no ensino médio e, entre os mais pobres, nós só temos 79% desses alunos de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio. Então, já mostra um pouco do que a Fátima coloca, a preocupação de levar, de fato, o ensino médio sobretudo para quem mais precisa.

Aí está o percentual dos alunos de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio. Então, ao todo, dentro da faixa etária na idade correta, apenas 65% dos alunos de fato estão no ensino médio. Então, nós temos um total de quase 3,498 milhões de jovens que tinham 15 anos no nosso País, em 2014, e não frequentavam o ensino médio; e boa parte deles também não estava no mercado de trabalho. Isso já mostra essa questão do problema da atratividade da escola que nós estamos ofertando para o nosso jovem brasileiro, que é um problema bem crônico.

Em relação à meta 6 do PNE, que é aquela questão da ampliação das escolas em tempo integral no nosso País, de elevarmos para pelo menos 50% as escolas públicas que atendam a um contingente de pelo menos 20% dos alunos da educação básica, nós temos hoje um percentual muito pequeno de matrículas em tempo integral no Brasil. Apenas 18% dos alunos, desde a educação infantil ao ensino médio, estão estudando em alguma escola de tempo integral – um percentual ainda bem pequeno, considerando que, no mundo afora, de fato, esse modelo de tempo integral é o que mais responde, com melhores indicadores, à questão da crise da educação no mundo inteiro.

Se a gente desagrega por redes, a gente percebe que quem mais oferta educação em tempo integral no nosso País, de fato, são os Municípios, através da educação infantil: 28% das matrículas em tempo integral são da educação infantil, seguidos dos anos iniciais, dos quais boa parte também está na rede municipal. Ou seja, a gente percebe que os Municípios brasileiros, em que pese toda a dificuldade e toda a crise econômica, são de fato quem está ofertando mais educação em tempo integral em nosso País. O menor percentual de oferta da educação em tempo integral, de fato, se concentra no ensino médio: apenas 6,4% das matrículas do ensino médio são, hoje, em tempo integral. Então, fica o enorme desafio para os sistemas estaduais, as secretarias estaduais de educação, ampliarem o percentual de alunos em tempo integral.

A meta 7 é a meta que reflete um pouco a questão da discussão sobre qualidade. Traz a questão dos indicadores do Ideb. A gente percebe que, nos anos iniciais, o Ideb consegue mudar de 5,2 para 6. Essa matrícula de anos iniciais é uma responsabilidade dos Municípios. A gente mostra que os Municípios estão conseguindo cumprir o seu dever, a sua tarefa, de ofertar e de melhorar os indicadores de aprendizagem. Mas quando a gente chega ao ensino fundamental, nos anos finais, a evolução é muito pouca; e no ensino médio é muito pequena. Quase não existe evolução de qualidade no ensino médio. Aí estão os indicadores do Ideb, que mostram que nas três últimas avaliações – 2011, 2013 e 2015 – o ensino médio brasileiro estacionou. Foi 3,7 a média do Ideb nesses três anos, o que mostra que precisa, de fato, de uma intervenção.

Então, nessa questão da reforma do ensino médio, quanto ao mérito, a gente entende que não há discussão: de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fato, existe um consenso sobre a necessidade de se fazer uma reforma que venha a resgatar o crescimento e a qualidade do ensino.

Talvez a grande polêmica esteja se dando em relação à forma, por medida provisória, como foi colocado pelas minhas antecessoras, e ao próprio conteúdo de algumas questões que são preocupantes, que são trazidas no bojo dessa reforma.

Aí mostra-se que apenas quatro unidades da Federação conseguiram, de fato, melhorar seus indicadores de qualidade do ensino médio. É uma queda vertiginosa, que mostra que o problema é crônico. A gente até entende a preocupação do Governo ao editar a medida provisória, para dar celeridade à discussão, mas talvez esse não tenha sido o melhor caminho, porque uma discussão desse porte não pode acontecer no prazo de uma medida provisória, que já nasce com prazo para conclusão. Com isso, a gente acaba cerceando um debate mais amplo com a sociedade brasileira, sobretudo com os atores mais diretamente envolvidos – os professores do ensino médio e também os alunos que estão nele ou que vão ingressar no ensino médio. De fato, talvez a opção de fazer essa discussão retomando o projeto de lei que já se encontra nesta Casa e tentando dar celeridade a essa tramitação fosse um caminho que conseguisse envolver todos os atores. Então, talvez essa questão do mérito da reforma por medida provisória é que tenha causado muita polêmica e muita rejeição, sobretudo junto aos alunos e professores desse nível de ensino. A gente entende também que, se essa opção tivesse sido feita por retomada da discussão no projeto de lei, ela conseguiria realmente levar a uma discussão mais ampliada sobre a temática.

A Medida Provisória nº 746 tem como um de seus pilares a questão da organização curricular, mas no nosso entendimento o grande problema do ensino médio não é só essa questão da organização da estrutura curricular, ou como está organizado o ensino médio. O nosso principal problema, a meu ver, como foi colocado pela Lirani, lá do Paraná, é que ela não traz para a discussão um dos maiores problemas, que é a questão da carência dos professores habilitados. Eu não tenho como ter um ensino médio de qualidade sem ter um profissional devidamente qualificado e habilitado. Hoje nós temos um universo de quase 40% de professores que lecionam sem ter a devida habilitação na sua área.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALÉSSIO COSTA LIMA – Esse era um problema que deveria estar sendo enfrentado na discussão, e a gente encontrar alguns mecanismos para a saída.

Há outras questões que estão na reforma proposta por medida provisória, como a questão da flexibilização e da diversificação. Nós entendemos que tudo isso já está previsto na LDB, que a LDB já permite que os Estados e os sistemas de ensino possam criar modelos alternativos e que não necessariamente eu preciso ter uma medida provisória, porque a lei já permite, já faculta isso. As próprias diretrizes do Conselho Nacional também já caminham permitindo esse tipo de coisa.

Aí trago um pouco do que propõe essa medida provisória, essa questão de ter itinerários formativos diferentes, da diversificação, mas eu entendo que talvez tenha faltado maior clareza em explicar como seriam esses itinerários formativos, como seriam esses modelos que estavam sendo propostos. Pelo fato de não ter havido uma discussão prévia com os alunos e com os professores desse nível de ensino é que se gerou essa polêmica.

Um outro ponto que a gente também sugere, a Undime, que a gente sugeriu diretamente para lá, no conselho, próprio desse debate com o Ministério da Educação também, é essa questão das 1.200 horas do ensino médio parcial como teto máximo. A nossa sugestão.... Tudo bem que existem itinerários formativos, existe a flexibilização e a diversificação, mas que não engesse como teto máximo em 1.200 horas. A nossa sugestão é que isso fosse colocado como mínimo. Eu estaria dando uma sinalização para os sistemas de ensino estaduais de que eles deveriam, ao organizar seu currículo, ter uma base comum, que não poderia ser menor do que 1.200 horas, mas eu daria liberdade, com isso, para que os sistemas de ensino estaduais pudessem ampliar onde eles quisessem, sobretudo aqueles sistemas que estão ampliando para tempo integral, porque ele vai ter um contingente muito maior de carga horária, e ele pode contemplar mais tempo em relação à base comum, caso deseje. Então, fica a sugestão de que, em vez de 1.200 horas máximas, sejam 1.200 horas mínimas.

Para nós, Municípios, a medida causa preocupação. É mais uma prioridade e, quando tudo é prioridade, nada é prioridade. Como fica a questão da educação infantil? Nós temos quase 600 mil crianças fora da pré-escola, sem prédio para atender. A gente tem a questão da creche, quase 3 milhões de crianças fora de creche, para serem atendidas. Então, nos preocupa mais essa prioridade do investimento no ensino médio integral. Como é que fica? De onde virão esses recursos? Vão ser diminuídos os programas que hoje são voltados para a educação infantil? É uma preocupação que nós, da Undime, trazemos.

Também essa parte da medida que altera o dispositivo do Fundeb nos preocupa, porque foram criadas mais duas categorias de alunos. Ao serem criadas mais duas categorias, é mais gente para dividir o bolo, e são mais recursos que sairão dos Municípios e irão para as secretarias de educação do Estado. Então, são duas preocupações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que a gente traz para discussão, porque, quando eu crio duas categorias de novos alunos – formação técnica e profissional e segunda opção de formação de ensino médio para o aluno que tem a opção de voltar e fazer uma outra opção –, eu estou aumentando o número de pessoas com quem eu tenho que ratear o bolo do Fundef. O dinheiro é um só, então não adianta correr. Se eu estou criando coisa nova, eu vou tirar de outros lugares; e esses outros lugares são a educação infantil e o ensino fundamental.

No mais, estão aí os números para mostrar o tamanho da demanda que a gente tem, a dívida social ainda nesses anos iniciais. Como eu coloquei, nós temos uma população atendida de 3 milhões, mas nós temos um contingente de 2 milhões de crianças de zero a 3 anos que estão sem creche, e temos quase 600 mil crianças que estão sem escola. É só um dado para a gente trazer para discussão, para não discutir só o ensino médio de forma desassociada dos outros desafios que nós temos hoje no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito obrigada, Aléssio, Presidente da Undime.

Enquanto a Senadora Fátima Bezerra está ali na Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos aqui ajudando nesta audiência, que foi requerida pela Senadora Fátima, por mim, pela Senadora Lídice, pelo Senador Randolfe, pelo Senador Telmário. Estamos todos muito preocupados com essa MP do ensino médio.

Eu quero parabenizar os jovens que vieram do Paraná, que estão aqui, nesta audiência, lutando, ocupando as escolas e lutando, fazendo valer seus direitos por uma escola pública de qualidade, por uma educação infantil de qualidade, um ensino médio que.... Parece-me que é unanimidade, todos sabem da importância de se fazer mudanças no ensino médio, mas não da forma como está sendo proposta por este Governo, na forma de medida provisória. Aqui nós estamos debatendo algumas metas do PNE, à luz dessa MP. Acho que é o momento oportuno para se discutir, porque há uma divergência de interesses com as metas estabelecidas no PNE, um documento elaborado e discutido amplamente durante três anos aqui, neste Congresso Nacional, pela sociedade civil organizada, pelas entidades dedicadas ao conhecimento e à análise da educação no nosso País, e que foram completamente ignoradas nessa medida provisória.

Além das questões colocadas aqui pelo Aléssio, em relação à educação infantil – porque a gente sabe que não haverá mais recursos para dar continuidade ao Proinfância, que é aquele programa que existia e dava subsídios, recursos para os Municípios, para que eles pudessem ampliar a sua rede de creches.... Eu, no meu Estado de Roraima, acompanho isso com muito cuidado, com muita atenção. Com o Programa Brasil Carinhoso, que foi criado pelo governo passado, o governo da Presidenta Dilma – eu tive a honra de ser a Relatora revisora da medida provisória do Brasil Carinhoso –, o Governo Federal pôde dar melhores condições para que os Municípios ampliassem a sua rede de creches. E a gente vê que isso está sendo absolutamente ignorado nessa medida provisória.

Outro ponto que nos preocupa são aqueles quase 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos que precisam trabalhar ou que não estudam ainda. O que está previsto para eles? A escola de tempo integral? Ninguém é contra a escola de tempo integral. Nenhum de nós é contra a ampliação da carga horária do ensino médio. Ocorre que nós não podemos nos esquecer de que esse percentual de alunos precisa de uma escola que atenda às suas especificidades. A escola de tempo integral vai atender apenas 3%; hoje, são atendidos 6%. Só vai atender 3%. E aí, nós vamos criar ilhas de excelência? Escolas de qualidade em tempo integral para quem tem poder aquisitivo melhor? E os estudantes mais pobres vão ficar naquela escola precária, com dificuldades? É muito preocupante. Por isso que é muito valoroso que vocês, como estudantes, estejam aqui no Senado Federal debatendo essa reforma do ensino médio em nosso País.

Eu não quero me estender muito. Quero passar a palavra, porque é preciso que a gente escute, nesta audiência, também os nossos jovens.

Vou passar primeiro para o Daniel, da Fasubra, e, em seguida, para o Henrique, que é um estudante lá do Paraná. Daniel com a palavra.

O SR. DANIEL BERBARE – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar a Mesa pelo excelente debate, e também a Senadora Fátima Bezerra, que não está presente agora, pela postura democrática: ela abriu até um espaço a mais aqui no plenário, para que a gente pudesse participar desta audiência pública.

A gente está aqui falando em nome da base da Asufpel, o Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas. A gente participa de um movimento maior, o movimento da Fasubra, que está numa greve nacional contra a PEC 55. A gente está em greve lá em Pelotas desde o dia 17 de outubro, porque a gente entende que essa PEC 55 representa um plano de austeridade jamais visto no mundo, porque congela os gastos públicos por 20 anos, o que levará a cortes drásticos na educação, na saúde e nas políticas sociais.

Nós também entendemos que cada pessoa merece ter a chance de realizar seu plano racional de vida, ter direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a igualdade de oportunidades para todos, e também que todos têm o direito de desenvolver plenamente as suas potencialidades. Precisamos, então, barrar essa PEC 55, que acaba com a possibilidade de futuro para os nossos jovens, que acaba com a possibilidade de aposentadoria para os nossos trabalhadores e de saúde para a nossa população. Lutamos por uma educação para todos, por um País democrático e inclusivo. Em suma, lutamos por uma vida digna para todos os brasileiros. Por isso, dizemos "não" à PEC da exclusão e da subserviência.

Quanto à questão da reforma do ensino médio via MP, nós entendemos que uma reforma do ensino médio via MP é antidemocrática por excelência, porque ela tem apenas 60 dias, e esse debate é um debate muito acelerado, podendo ser prorrogado por apenas mais 60 dias. Como um exemplo prático, a LDB levou oito anos para ser elaborada; até na ditadura militar, quando se reformou o ensino médio, levou-se oito meses. Agora, esse Governo golpista quer fazer isso em apenas 60 dias.

Sobre a reforma do ensino médio, a gente não é contra uma reforma educacional do ensino médio, mas a gente quer uma reforma que vise à emancipação humana, e não a um ensino médio de caráter tecnicista e apenas para as elites.

Entendemos também que é um absurdo a exclusão das disciplinas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias. Ademais, um dos problemas da reforma do ensino médio é que ela estabelece que o ensino médio tem de ter um tempo integral; segundo uma Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, a Mariza Abreu, esse tempo integral custaria R$1,5 bilhão só nos dois primeiros anos. Assim, o sistema educacional estadual, no caso, terá de investir no ensino integral, mas não há uma garantia de verba para que se possa fazer isso. E havendo como pauta uma MP que estabelece um teto de gastos públicos, fica muito mais complicado a gente ter verba para tal feito.

Ademais, entendemos também que a MP estabelece a língua inglesa como única permitida, e entendemos isso como um neocolonialismo, dado que em algumas regiões do Brasil é muito mais interessante ter a língua espanhola – por exemplo, nós, na fronteira – do que a língua inglesa. Então, ela não deve ser a única. A gente tem de estar aberto às múltiplas possibilidades de acesso à cultura através da língua.

Concordamos que o ensino médio deva ser reformado, mas de modo algum deve-se excluir seu caráter emancipatório, que é essencial para o exercício da cidadania. Ao retirar as disciplinas de Filosofia e Sociologia, exclui-se essa possibilidade, pois são as disciplinas que, por excelência, estabelecem o nosso contato com o pensamento crítico.

Entendemos também que a reforma do ensino médio via MP é unilateral, pois não permite um amplo debate com os educadores e com a sociedade como um todo.

A LDB nos diz que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade, de solidariedade humana, e tem por finalidade o desenvolvimento pleno do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Parece que essa MP que vem agora só presta atenção nessa preparação para o trabalho e esquece que um dos papeis fundamentais da educação é o exercício da cidadania.

Por fim, a resolução das diretrizes curriculares nacionais estabelece os princípios da identidade, da diversidade, da autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização. Ao mesmo tempo, quando a gente retira as disciplinas que trabalham isso de forma efetiva no ensino médio, a gente exclui essa possibilidade.

Eu gostaria também de saudar a Senadora Angela Portela e agradecer a oportunidade de a gente ter essa fala aqui.

Deixo uma pergunta: de que modo essa MP vai promover – conforme a fala dos nossos debatedores que falaram primeiro, pelo MEC – a efetivação do PNE, dado que ela é contra o PNE em vários aspectos?

Eu gostaria também de convidar todos aqui para participarem da consulta pública. Há pouco tempo eu olhei, antes da minha fala – havia 3.771 votos a favor dessa MP e 70.575 votos contra. Então, todo mundo tem de entrar lá e votar contra essa MP, para a gente colocar um pouco mais de pressão nos nossos Senadores e Deputados, para que votem contra essa medida provisória.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Obrigada, Daniel. Parabéns.

Passo agora a palavra para o Henrique Lobachinki, estudante do Paraná.

Com a palavra.

O SR. HENRIQUE LOBACHINKI – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas.

Nós fomos, acredito, muito bem contemplados pelas falas que foram colocadas aqui. Eu queria agradecer este espaço que é colocado para a juventude.

A gente vive uma política que, muitas vezes, nós nos deparamos com isso, é para poucos. E quando a gente vê essa juventude dentro das escolas, ocupando, fazendo um debate político, mostrando-se contrária àquilo que o Bertolt Brecht dizia sobre o analfabeto político, mostrando uma inserção na política emocionante, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

vê essa juventude debatendo PEC, debatendo MP, questionando o Governo, tendo um pensamento crítico, é emocionante.

Este espaço que é colocado para nós.... Eu, como estudante do Estado do Paraná, sinto-me lisonjeado por poder fazer essa fala, sintetizando tudo o que foi colocado aqui. Nós colocamos... Mais uma vez dizemos que é necessária uma reformulação do ensino médio, no entanto, qual reformulação? Debater propriamente o que é o ensino integral. Nós entendemos que a situação da educação brasileira não é boa; infelizmente, não é uma situação boa. E nós entendemos que não temos a mínima estrutura, muitas vezes, para abranger todos os campos, e o contexto social que nós vivenciamos em nossas escolas não é propício para que essa MP seja colocada – é isso, de fato, o que tem de ser dialogado. Tem de ser colocado aqui um debate simples e direto, dialogando com a base, dialogando com o meio estudantil, com pais e educadores. É dessa reformulação no ensino médio que nós necessitamos, e é esta reformulação no ensino médio que nós queremos: conversar com quem está, realmente, no chão da escola – pais, como eu disse aqui, estudantes, educadores, a comunidade como um todo.

Nesse processo brilhante que a gente vê, do movimento estudantil, com todo o seu protagonismo, é colocado para nós que somos doutrinados, que somos manipuláveis, que direções são colocadas para que nós tomemos a posição que tomamos. No entanto, eu rebato essa fala com a seguinte frase: o fato é que vivemos um período com um governo progressista que, sim, possibilitou uma melhora na educação brasileira; isso é um fato. Argumentos e dados são colocados. Não temos culpa se todo movimento estudantil hoje levanta a bandeira do "Fora, Temer!". É algo autônomo no movimento. É colocada nas escolas a bandeira onde está escrito: "Fora, Temer!". Isso não é manipulação, não é doutrinação. Pelo contrário: isso mostra o pensamento e o senso crítico dentro das escolas, o que estão tentando retirar de nós.

Claramente essa MP coloca para nós... E o princípio dela é claro, muito objetivo: criar uma geração que vai servir de mão de obra barata, mal qualificada, facilmente explorável. O que vemos neste Governo, o que está colocado, é problematizar a educação. Vimos que, de repente, o jovem periférico, negro está começando a criar voz, está começando a estudar. Daí os questionamentos ao Governo são colocados. Isso não é bom para alguns. Então, é necessário tomar alguma medida.

Colocamos, então, uma medida provisória a cargo de melhorar a educação, mas melhorar para quem? Colocamos uma PEC correndo juntamente com essa MP e não mensuramos o resultado final. Colocam como se: "Não, eu sou um Parlamentar, eu vou colocar isso, e o povo vai passar despercebido". É necessário entendermos esse contexto e mostrar que esse debate sobre a PEC, esse debate sobre a MP é colocado todos os dias dentro das salas de aula, dentro das escolas ocupadas e não ocupadas.

Entendemos que essa luta não é só contra uma PEC, contra uma MP. Podemos hoje retirar essa MP, com a força popular, com a junção dos estudantes, mas amanhã virão outras. A nossa luta é como um todo, é pela educação. A nossa luta é porque, sim, hoje estou lutando para o futuro, assim como antepassados meus lutaram para que hoje eu vivesse num sistema democrático, lutaram para que eu tivesse uma escola pública de qualidade.

Nós do movimento estudantil não vamos admitir, de nenhuma maneira, por nossos professores, que arduamente, a duras penas, conquistam a sua faculdade, passam nos seus vestibulares, têm toda uma cadeia programada para dar aulas, passam por conteúdos pedagógicos, que, de repente, uma MP me diga que eu posso ter um professor com notório saber. Isso é um insulto ao estudante.

Vemos que o nosso Ministro da Educação, muitas vezes, quando questionado, diz que não entende de educação. E por que é Ministro? E as pessoas que ele chega a consultar para fazer essa reformulação?

Então, fica a nossa maior luta do movimento estudantil: por uma educação de qualidade, mas por uma reforma política. E que, nessa reforma política, os jovens estejam inseridos. Eu creio que um debate da juventude é necessário.

Foi colocada pela mídia inteira a ocasião do jovem que, infelizmente, veio a falecer em Curitiba, mas não é colocada a questão da violência que existe dentro das escolas todos os dias, não é colocada a questão das drogas dentro das escolas todos os dias. Essas pessoas que apontam para criticar não olham a escola como um todo, não a vivenciam, então simplesmente criticam um fato isolado.

Eu estou há sete anos dentro de uma escola – estou terminando o ensino médio – e eu sei o que é realidade numa escola pública. A partir do momento em que eu ocupei uma escola, eu vi a bagagem que esses alunos, que esses estudantes vão levar dali. Ouvimos um estudante dizer: "Nossa, eu não sabia o quão árduo era o trabalho de um funcionário que tem que chegar às 6h da manhã e pegar uma vassoura para varrer uma sala de aula!" Costumamos dizer que o conhecimento adquirido dentro de uma ocupação, muitas vezes, é um conhecimento que não seria adquirido dentro de uma sala de aula durante anos, que é o conhecimento prático.

Entendemos e repetimos mais uma vez: é necessária uma reformulação no ensino médio, sim. Temos uma defasagem muito grande. Sabemos disso. Temos professores que estão a ponto de exaustão, sim. Entendemos que o ensino médio, em décadas passadas, é praticamente o mesmo hoje, o que mudou foram os estudantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

essa era tecnológica, de interação. Hoje em dia, o estudante tem internet, tem *smartphone*, tem *tablet*, enfim. Então, entendemos que é necessária, só que uma reformulação de verdade: professores e estudiosos estudam uma vida inteira essa questão e simplesmente são deixados de lado neste momento. É por isso que voltar um olhar para a educação eu acho necessário, é por isso que é muito importante fazer esse debate todos os dias dentro das nossas casas, dentro de todo meio.

Entendemos que a educação é colocada, muitas vezes, como um princípio essencial na formação do cidadão, na formação do ser humano, e é realmente. É por isso que temos que entender, a partir disso, sendo essencial para que haja uma progressão na sociedade, que, em questões propriamente técnicas, há profissionais qualificados e que é necessário dialogar com toda a base, é necessário formular esse conteúdo e entender o contexto social.

Há uma fala brilhante. Eu estava num encontro de estudantes, nós do Sul e o pessoal do Nordeste, e ele falou assim, excepcionalmente: "Enquanto nós aqui do Sul lutamos para que as nossas escolas sejam reformadas, que o nosso ensino seja de qualidade, lá no Nordeste eles lutam para que as suas escolas sejam construídas, para que as escolas de taipa sejam derrubadas e escolas dignas sejam colocadas no meio estudantil." Então, o nosso debate vai muito para além disso. Sabemos que a situação é caótica, sabemos que a situação não vai ser fácil de contornar, mas, com certeza, essa MP, essa PEC colocada aqui não é o caminho e nunca vamos atingir aquilo que pretendemos alcançar.

Agradeço, mais uma vez, pelo espaço.

Saúdo todo o movimento estudantil.

Quero aqui também fazer um repúdio à breve cena que tivemos ali de repressão contra os nossos estudantes. Eu entendo que este espaço é um espaço público e democrático, que as audiências que aqui são realizadas são públicas, mas jovens, saindo de suas cidades, passando 20, 24, 30 horas viajando, são impossibilitados de entrar. Quando simplesmente se manifestam, são recepcionados com agressões, são recepcionados..

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE LOBACHINKI – ... brutalmente pela polícia. Esse não é o caminho. Viemos aqui para fazer um diálogo. Eu acho que a forma realmente é preocupante. Vemos, mais uma vez, que, sim, infelizmente, já caminhamos para – ou estamos nele – um Estado de exceção.

Então, que se olhe o protagonismo, que se saiba que não somos doutrinados de maneira alguma, porque, se fôssemos, com certeza, iríamos tendenciar para várias áreas, iríamos ser objetivos em lutas, não com essa abrangência, com esse debate tão elaborado que está sendo feito dentro das escolas.

É por isso que, neste espaço aqui, convido às escolas que ainda estão ocupadas, estão abertas à visitação, a sociedade. Vivenciem este momento, vejam. E não é só porque estão ocupadas, mas vamos para além disso: vão conversar com professores, com educadores. Enquanto houver aula, vão vivenciar. Vocês que são pais e estudantes vão à público e vejam a realidade. Lutem junto conosco. Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos.

Então, creio que, sim, a mudança é possível, mas só vai ser possível quando unificarmos toda essa luta e entendermos que o que está sendo colocado e o que está tramitando não pode simplesmente ser colocado embaixo de panos e simplesmente fingir que não está acontecendo, porque está acontecendo sim.

Acredito que o Brasil tem, sim, um caminho de uma mudança para trilhar que seja possível, mas, com certeza, não vai vir de uma maneira fácil, terá que ser conquistado a duras penas.

Acho que era isso.

Obrigado pelo espaço a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Parabéns, Henrique, pela luta de todos vocês.

Também queremos repudiar o tratamento desrespeitoso com vocês aqui na entrada do Senado Federal. Isso é inadmissível.

Bem, estamos caminhando para o final da audiência pública.

Eu quero agradecer a todos os participantes desta audiência: ao Frederico, que é o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); ao Aléssio, que é da Undime; à Marta, que é membro titular do Fórum Nacional da Educação; à Lirani, que é do CNTE; ao Dante, que é representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; ao Rossieli, que é Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, que já se ausentou da reunião; ao Daniel, da Fasubra; ao Henrique e, em nome do Henrique, agradecer e parabenizar todos vocês. Sigam em frente, com força, com determinação, exercendo a cidadania na sua plenitude.

Para encerrar, convoco para o dia 16 de novembro, quarta-feira, às 11 horas, reunião extraordinária em forma de audiência pública, destinada a debater o Programa Escola sem Partido, outro abacaxi, outra bomba, em atendimento ao Requerimento nº 6.977, de 2016, de autoria da Senadora Fátima Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 48 minutos, suspensa às 13 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 59 minutos e encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Angela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Gleisi Hoffmann, Dário Berger, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Hélio José, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ricardo Franco, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 43, de 2015. Não terminativo. "Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal." Autoria: Deputado Marcos Rogério. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Franco. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 145, de 2016. Não terminativo. "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. ITEM 9 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO nº 30, de 2015. Não terminativo. "Institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências." Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10. PROJETO DE LEI DO SENADO nº 118, de 2011. Não terminativo. "Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO nº 234, de 2012. Não terminativo. Dispõe sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

preenchimento de quotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Autoria: Senador Benedito Lira. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 118 de 2011 e nº 234 de 2012. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 272, de 2014. Não terminativo. "Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão." Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 514, de 2015. Não terminativo. "Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 625, de 2015. Não terminativo. "Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Sen. Telmário Mota (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 704, de 2015. Não terminativo. "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 33, de 2016. Não terminativo. "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a garantia de acesso e permanência da criança no estabelecimento de ensino frequentado por sua mãe, por seu pai ou por seu responsável." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Telmário Mota (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 191, de 2016. Não terminativo. "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar as regras para contratação de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Douglas Cintra. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Paulo Paim. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO nº 216, de 2016. Não terminativo. "Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 18 - SUGESTÃO nº 8, de 2016. Não terminativo. "Apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, conforme Projeto e Justificativa em anexo." Autoria: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016. "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016. "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar das prováveis demissões dos empregados da Companhia Energética do Estado de Roraima – CERR, em razão da publicação do decreto do Ministério de Minas e Energia indeferindo o pedido de prorrogação da concessão da empresa." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "A política nas escolas"." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2016 - Não Terminativo - que: "Requer, em aditamento ao RDH 106 de 2016, a inclusão do seguinte convidado: Ronaldo Amorim, Diretor do SINDMETRÔ. " Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A cobrança de elevadas contribuições de funcionários e aposentados do Banesprev"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A ratificação da convenção interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120 de 2016. "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A redução dos investimentos públicos nas áreas da Saúde e Educação"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121 de 2016. "Requer, com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 105/2016, que Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "Serviço Público – Mitos, verdades, desafios e soluções", seja realizada no dia 13 de setembro de 2016 ou em data posterior." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122 de 2016. "Requer, nos termos Regimentais, "a aprovação de Moção de Apoio a José Valdir Misnerovicz"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Prejudicado em virtude da aprovação do RDH 124, de 2016. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123 de 2016. "Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "Discriminação Racial no Esporte"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124 de 2016. "Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a aprovação de Voto de Solidariedade a José Valdir Misnerovicz." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senador Paulo Paim Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental e assinaturas para a abertura da reunião, vamos iniciar os trabalhos.

Declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Propomos a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 73ª e 76ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convidamos a Senadora Regina Sousa a nos ajudar na condução dos trabalhos.

Como sou o relator de três projetos, a pedido dos autores, naturalmente – eu tenho muito requerimento, mas quando faço relatório é a pedido dos autores –, eu sou o relator do item 14, de autoria do Senador Romário. Fiz aqui o meu parecer.

V. Exª assumiria a Presidência e eu faço uma leitura rápida.

Eu reafirmo mais uma vez que nós votaremos aqueles projetos que forem de acordo, como também os requerimentos, conforme combinado com todos aqueles que assinaram a presença. Ainda faremos, conforme ajustado, os terminativos no momento adequado.

A Presidência está com a Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Relator, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 704, de 2015, ora em análise, do Senador Romário.

O projeto não apresenta óbice formal ou substantivo do ponto de vista da Carta Magna. Formalmente, a União é competente para legislar sobre pessoas com deficiência e sobre ensino (Constituição, art. 24, incisos XIV e IX), e o projeto formula normas gerais, conforme deve ser o exercício dessa competência pela União (Constituição, art. 24, §1º). Do ponto de vista material, já foram vencidas, pela jurisprudência dos tribunais superiores, as dúvidas sobre se a política de cotas configuraria estabelecimento de distinções entre os brasileiros, afrontando o inciso III do art. 19 da Carta Magna. Como é sabido – e relatava eu –, a jurisprudência inclinou-se pela constitucionalidade material da ideia de cotas.

Não temos dúvida quanto ao mérito do projeto. A ideia das cotas é a de tratar desigualmente a desiguais, para que se igualem. A legiferação, nesse caso, faz política com objetivos estratégicos, tendo como meta a criação de uma sociedade rica e plural, não apesar das diferenças (por exemplo, entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência), mas por causa delas. Estender o direito à educação técnica e superior àqueles que lutam contra adversidades a que não deram causa é moralmente correto e politicamente ambicioso.

Lembremos ainda que o PLS nº 704, de 2015, não é intenção normativa isolada. Ao contrário, sua plena eficácia deve ser observada na concertação que há entre ele e a legislação dos últimos 25 anos sobre a vida social das pessoas com deficiência, culminando com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, com as emendas abaixo:

"Art. 3º O art. 6º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 6º Os Ministérios da Educação e da Justiça e Cidadania serão responsáveis pelo acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).' (NR)"
Outra emenda:
Substitua-se, no *caput* dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado n° 704, de 2015, a expressão "renomeando-se o atual parágrafo único para §1º" por "designando-se o atual parágrafo único como §1º".
Esse é o relatório, Srª Presidenta.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.
Em discussão o relatório. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os Senadores e as Senadoras que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.
O projeto segue para a Comissão de Educação, em decisão terminativa.
Passamos agora ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2016, não terminativo.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2016
- Não terminativo -
Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados.
Autoria: Senadora Regina Sousa
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em primeiro lugar, cumprimento a Senadora Regina Sousa pela brilhante iniciativa em relação às vagas para as mulheres.
Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 216, de 2016, de autoria da Senadora Regina Sousa, que ora preside esta reunião, que busca promover a participação das mulheres no mercado de trabalho. Para tanto, acrescenta o art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O novo artigo determina, em seu *caput*, que "As empresas com mais de dez empregados deverão observar a proporção mínima de 30% (trinta por cento) de mulheres em suas atividades-fim."
Por seu turno, o §1º estabelece termo ("até que o percentual estabelecido no *caput* seja atingido") ao longo do qual as contratações para atividades-fim das empresas deverão ser, no mínimo, de 50% de mulheres.
Em seguida, o §2º determina que regulamento do Ministério do Trabalho venha a dispor sobre "as hipóteses em que o cumprimento dos percentuais previstos no *caput* e no §1º deste artigo poderão ser dispensados", seja por inexistência de candidatas interessadas na função, seja pela insuficiência de oferta de mulheres habilitadas para práticas laborais específicas.
Vamos à análise.
O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seu inciso IV, ser atribuição da CDH o exame de proposições respeitantes aos direitos da mulher. Deste modo, é regimental o seu exame do PLS nº 216, de 2016.
No que respeita à ordem jurídica pátria, em geral, e aos direitos da mulher, em particular, não se observa contradição ou redundância porventura implicadas pela proposição. Ao invés disso, o que se vê é um esforço legislativo valioso e bem elaborado, que se integra ao espírito modernizante, isto é, promotor de igualdade, mostrado pela legislação e pela sociedade desde a vigência da Constituição Federal de 1988.
Com isso, antecipamos nossa análise do mérito da proposição, que nos parece significativo. Dada a proporção de homens e mulheres aptos ao trabalho na sociedade brasileira contemporânea, a desproporção em suas participações na ocupação dos postos de trabalhos não se pode compreender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

senão como o resultado da atividade subterrânea do preconceito.

A proposição aborda o problema com decisão, mas, também, com sabedoria e prudência. Assim é que, após determinar, no *caput* e §1º do artigo a ser incluído na CLT, a obrigação de contratação de percentual mínimo de mulheres para as empresas com mais de dez empregados, seu §2º, de modo refletido, atribui ao Ministério do Trabalho a obrigação de regulamentar as hipóteses em que, "em face da inexistência de mulheres interessadas na função ou da indisponibilidade de candidatas suficientes ao cumprimento da norma, habilitadas ao exercício das atividades-fim", a obrigação de cumprimento das proporções fixadas no *caput* do artigo proposto pode ser dispensada.

Este último parágrafo, em particular, nos traz a certeza de que o PLS nº 216, de 2016, é proposição atenta às inevitáveis variações e conjunturas da atividade econômica – de modo a combinar a ascendência modernizante da norma sobre as relações econômicas com a atenção necessária à lógica própria da economia nacional.

A prudente disposição a que nos referimos gera, contudo, a única, e menor, necessidade de reparo que observamos neste PLS devida a um pequeno lapso de concordância nominal. Apresentaremos emenda de redação, somente de redação.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2016, com a seguinte emenda de redação:

O que diz a emenda de redação?

O Ministério do Trabalho regulamentará as hipóteses em que o cumprimento dos percentuais previstos no *caput* e no §1º deste artigo poderá ser dispensado, em face da inexistência de mulheres interessadas na função ou da indisponibilidade de candidatas suficientes ao cumprimento da norma, habilitadas ao exercício das atividades-fim desenvolvidas pela empresa.

É o parecer, Srª Presidenta Regina Sousa, do seu belo projeto, apenas ajustando uma emenda de redação, ou seja, não altera uma vírgula quanto ao mérito.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão o relatório.

Vou situar a Senadora Fátima sobre o que está sendo discutido.

É um projeto da minha autoria, Senadora, que estabelece a cota de mulheres na atividade-fim, altera a CLT, claro, das empresas. E, aí, explicar já o que me motivou a fazer esse projeto. Primeiro, toda a nossa discussão de gênero da desigualdade que existe no nosso País e inspirada em muitos países que já têm essa lei. A Alemanha avançou mais, a Alemanha é na direção das empresas, obrigatoriamente, estabeleceu a cota, parece-me, 20%, se não me engano, na direção das empresas privadas. É porque sabemos que no setor público é concurso, então, as mulheres se candidatam e até se saem muito bem porque temos as estatísticas de que elas estudam mais, inclusive, têm mais escolaridade, mas, nos serviços das empresas privadas, eles fazem uma seleção do jeito que querem, sabemos dos componentes que consideram: a mulher tem TPM, a mulher engravida, tem filho, então, boa parte das empresas não querem contratar mulheres para os seus quadros, até contratam na cozinha. Se você vai na cozinha, na lanchonete das empresas, você encontra muitas mulheres, mas nos serviços periféricos, mas na atividade-fim, você encontra poucas, e esses componentes influenciam, claro.

Então, se estabelecemos isso, acho que as empresas vão também começar a ajudar nessa questão da discussão de gênero, tivemos o cuidado de dizer: não, é daqui para a frente. "Ah! Vai demitir gente!" Não há demissão, ninguém vai mexer no que está, é daqui para a frente, ela vai se adaptando, e, aí, na regulamentação, pode haver prazos, se adaptando, vai oferecer vagas agora em condição de igualdade, até que ela chegue naquilo que queremos, que é paridade.

Então, tivemos todos esses cuidados e estamos discutindo esse projeto.

Em discussão.

Continua em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só, não mais como Relator, cumprimentar V. Exª. V. Exª está com toda razão, veja que há um projeto aqui, no Senado, que quer garantir à mulher somente o mesmo direito que o homem na mesma função, mesma atividade, mesma produtividade, mesma função o mesmo salário, e não deixam aprovar.

O projeto não é meu, é do Marçal Filho, aprovou na Câmara, veio para cá, aqui, foi terminativo, nós relatamos e, simplesmente, houve um recurso no plenário e jogaram lá para a Comissão de Infraestrutura, parece-me. O que tem a ver uma coisa com a outra, depois, parece que vai para a Reforma Agrária, coisa assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É para ver, por isso que a senhora tem toda razão para tentarmos combater essa política machista e discriminatória, infelizmente, do grande capital contra as mulheres.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senador. Quero, tão somente, Senador Paim, parabenizar a Senadora Regina pela iniciativa. A Senadora que vem cada vez mais fazendo do seu mandato um instrumento...

(*Interrupção do som.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e proposição a favor da cidadania das mulheres. O mandato da Senadora Regina tem sido um mandato muito atuante nessa esfera, o que é extremamente louvável.

Hoje mesmo – rapidamente, Senador Paim –, participei do programa da Rádio Senado, falando do tema da violência contra as mulheres. Nosso Estado, Rio Grande do Norte, infelizmente, perfila hoje como um dos Estados em que a violência contra as mulheres mais têm aumentado.

Nesse último fim de semana, nada mais, nada menos do que 11 óbitos de mulheres, inclusive, todas essas mortes com o perfil do chamado feminicídio, a maioria dos agressores, maridos, ex-maridos. Onze mortes nesse fim de semana, perfazendo um total, já no Rio Grande do Norte, de 65 mulheres assassinadas. E quando a gente vai olhar, infelizmente, de um lado, há a Lei Maria da Penha, que, sem dúvida nenhuma, foi um avanço importante, foi, as estatísticas mostram isso, porque é bom a gente lembrar que fruto da Lei Maria da Penha, 300 mil mulheres já foram salvas, mais de 90 mil agressores foram parar na cadeia, mais de 10% de mortes evitadas pelo Brasil afora, fruto da Lei Maria da Penha. Isso foi atestado, Senador Paim, através de pesquisas.

Mas o que temos ainda no Brasil? Temos ainda, no Brasil, a ausência de uma rede de proteção voltada para a questão das mulheres, e um dos maiores problemas é a falta de integração. Já se tem pouca estrutura voltada para proteger, para defender os interesses das mulheres, e mesmo essas poucas estruturas, Senadora Regina, Senador Paim, padecem de um mal terrível, que é a falta de integração. Lá, no meu Estado, por exemplo, o pessoal reclama muito da falta de integração entre a Secretaria de Mulheres e a Secretaria de Segurança Pública. As delegacias, pouquíssimas, e, além de poucas, não funcionam no período noturno, nos fins de semana, que é exatamente os períodos quando mais aflora o problema da violência.

A velha questão nossa – velha que eu digo, porque a gente tem insistido muito nisso –, de levar este debate para dentro das escolas, no que diz respeito a desconstruir a cultura machista, mas enfim, quero só colocar que tudo isso, essa avaliação que fazemos não é para desanimar, muito pelo contrário, não é, Senador Paim? É para continuarmos lutando pelo cumprimento efetivo da Lei Maria da Penha, porque quanto mais esta avançar, Senadora Regina, significa que avançaremos, no que diz respeito à integração dos Poderes Públicos como um todo, voltados para a rede de proteção e de defesa da mulher. E seu projeto vem nessa linha de empoderamento das mulheres, de defesa da cidadania das mulheres.

Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Tem hora que a gente olha assim e acha que não avançou nada na nossa luta, porque acontecem coisas, e não posso deixar de falar disso aqui, hoje. Ontem, no Congresso Nacional, vimos acontecer algo assim, principalmente da parte do Presidente, que é uma pessoa que tem sido até muito ponderada, o Senador Renan, mas, ontem, não sei o que houve, foi de uma grosseria com a Senadora, com a Deputada da Bahia...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Moema?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Moema, e, depois, porque a Vanessa reclamou, ele foi de uma grosseria com a Vanessa. Dizer para uma Deputada, não sei quantos Deputados homens falaram o que quiseram, e ele não disse nada, quando a Moema falou, ele disse: sua fala não acrescentou nada ao processo. Isso foi de uma indelicadeza sem tamanho, partindo do Presidente de uma Mesa, porque ele nem tem esse direito de comentar a fala de ninguém, cada um vai à tribuna e diz o que quer.

Mas, ontem, ficou marcada essa questão no Congresso Nacional, e vai ficar uma mancha na ação do Presidente Renan, que digo tem sido uma pessoa até muito acessível e sensível a essa questão. Temos aprovado algumas coisas por causa da sensibilidade dele, mas é como se diz: o machismo introjetado. Às vezes, a pessoa solta porque está na cabeça, está na cultura, introjetou isso. Então, temos só que lamentar o que aconteceu ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas obrigada pela aprovação do projeto, sei que vou enfrentar muitos obstáculos ainda. Aqui foi fácil, eu, com o Senador Paim como Relator, agora, sabemos que o empresariado vem para cima dessa lei depois, quando tomarem conhecimento. Então, sei que não será uma batalha fácil, mas acho que vale a pena comprar essa briga.
Obrigada.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, vai colocar em votação, não é?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É ela que está presidindo.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É, vou colocar em votação.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o projeto.
Os Senadores e Senadoras que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CDH.
O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, eu gostaria, Senadora Regina que está presidindo, de solicitar, se possível, uma inversão de pauta, uma vez que há um projeto de lei do qual sou Relatora.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir, contribuindo, Presidenta, só temos este aqui, que é rápido, e, em seguida, vamos para o seu. Deste, vou sintetizar o relatório.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou colocar em discussão a Sugestão nº 8, de 2016, não terminativo

ITEM 18
SUGESTÃO Nº 8, de 2016
- Não terminativo -
Apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, conforme Projeto e Justificativa em anexo.
Autoria: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para leitura do seu relatório.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Federação Nacional de Enfermeiros, via uma SUG... Esta Comissão recebe projeto das entidades, porque é Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislação Participativa.
Chegou aqui a SUG nº 8, decorrente do encaminhamento, pela Federação Nacional dos Enfermeiros, que dispõe sobre a aposentadoria especial para os profissionais enfermeiros.
Vou direto à análise.
Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes às sugestões legislativas. No caso, esta pela entidade dos enfermeiros e enfermeiras.
Esclarecemos que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de autoria da Comissão, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.
Na justificação, a autora da SUG nº 8, de 2016, a Federação Nacional dos Enfermeiros, informa que a atividade de enfermagem é essencial à saúde da população brasileira e que desenvolve inúmeros programas implementados pelo Ministério da Saúde, gerenciando, assistindo e realizando procedimentos relativos à prevenção, promoção, manutenção e reabilitação na saúde.
Alega, ainda, que o Poder Judiciário vem reconhecendo a atividade profissional dos Enfermeiros como de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

natureza especial, autorizando a concessão da aposentadoria especial aos 25 anos, independentemente da apresentação de laudo pericial. Cita como precedente, a jurisprudência do STJ, mais especificamente o acórdão no Recurso Especial nº 1.514.460-PR, de Relatoria do Ministro Humberto Martins, que reconhece como inerente à atividade dos profissionais de enfermagem a exposição a riscos biológicos e a nocividade do trabalho desenvolvido.

Pretende-se assim, pela via legislativa, dar extensão normativa à interpretação que já é adotada em Tribunais Superiores pátrios, assegurando-se, assim, a aposentadoria especial a estes profissionais, em face da patente e evidente exposição a riscos decorrentes da natureza especial da atividade profissional por eles desempenhada, em prol da saúde da população.

Não nos compete neste juízo preliminar de admissibilidade legislativa o exame ou considerações acerca do mérito desta SUG, que somente poderá ser objeto de deliberação quando de sua tramitação perante as comissões permanentes desta Casa.

Por isso tudo, com pequenos ajustes, o nosso voto, diante do exposto, Srª Presidenta, é pela aprovação da Sugestão nº 8, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório do Senador Paim sobre aposentadoria especial para profissionais da enfermagem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, só vou fazer um comentário rápido aqui, Senador. Diante do que vem aí de previdência, este projeto não vai ter muito futuro, mas vamos ver o que está proposto para a Previdência Social, se mantivermos o que há já...

Não havendo quem queira discutir...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, quero também me associar a V. Exª. De fato vai ser preciso muita luta.

Quero parabenizar o Senador Paim, porque a iniciativa é extremamente meritória, os profissionais da enfermagem compõem uma categoria que exerce um papel muito importante no contexto da saúde pública.

Para esse projeto de lei, V. Exª tem razão, nós vamos ter que nos organizar, a categoria vai ter que se mobilizar bem, porque os tempos que estão colocados são tempos de retirada de direitos da forma mais agressiva, ofensiva que nós pudemos ver nesses últimos tempos.

Enfim, governos biônicos, interinos explicam iniciativas como essa. Por isso, esta Comissão de Direitos Humanos é, foi e sempre será, Senador Paim, uma trincheira na luta em defesa da cidadania, inclusive a cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras, como no caso aqui da enfermagem.

Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu aproveitaria enquanto V. Exª está na Presidência para que eu pudesse, em rápidos minutos, aprovar alguns requerimentos. Em seguida, poderemos, então, nem que seja *ad hoc*, encaminharmos a leitura de outros projetos.

Eu aproveitaria a sua presença na Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater "A política nas escolas".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Com a palavra o Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa audiência foi sugerida pela União Nacional dos Estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão. Há todo esse debate agora de quererem que não se discuta mais política nas escolas. Política para mim é tudo, previdência é política, CLT é política, reforma trabalhista, reforma política é política. Se não pode discutir mais nada, *impeachment* é política. Ora, se o sujeito não pode discutir... O País deles está atravessando um momento grave como este e triste que é um ataque vital ao processo democrático.

Então, essa juventude não pode discutir o *impeachment*. Os próprios estudantes se socorrem da Comissão de Direitos Humanos para que a gente faça um debate nacional, porque essa proposta de não haver mais debate político nas escolas está partindo de projetos apresentados, inclusive nos Estados e outros aqui. Por isso, a iniciativa para mim correta dos próprios estudantes, aqui no caso da UNE.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, quero subscrever.

É muito bom que além da Comissão de Educação, a Comissão de Direitos Humanos abra suas portas para fazer esse debate no momento em que a educação e a escola pública sofrem uma grande ameaça diante do desmonte em curso, resultado do governo biônico, do governo interino, portanto, de um Ministro biônico que aí está, diante, por exemplo, de iniciativas como a chamada escola sem partido, que quer negar aquilo que é essência da educação, que é a pluralidade de ideias, que é negar aquilo que é essência da escola, que é promover o debate das ideias, independente de credo, de cor, de raça, de orientação sexual, de ideologia partidária, etc., etc.

Aliás, essa Escola sem Partido é um absurdo, não tem amparo legal nenhum à medida que ela começa de cara violando a LDB, que é a nossa Carta Magna da educação, violando a própria Constituição naquilo que a Constituição tem, que a LDB consignou, que é a liberdade de cátedra, a liberdade de expressão.

Então, a audiência que V. Exª propõe é muito oportuna porque vem na direção, Senadora Regina, de se contrapor a movimentos como esse, que é um desserviço para educação, como esse movimento de Escola sem Partido.

Aproveito aqui também, Senador Paim, para pedir que possa ser consignado aqui nos Anais da Comissão e Cultura da nossa Casa a pesquisa que a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior divulgou na semana passada. Pesquisa intitulada Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Brasileiras na sua quarta edição. Repito, a pesquisa é de responsabilidade da Andifes.

O resultado da pesquisa, Senador Paim, Senadora Regina, é extraordinário, porque a partir de dados colhidos entre 130 mil alunos de 62 universidades federais, chegamos ao surpreendente resultado de que 66,19% dos alunos dessas instituições vêm de famílias com renda média de até um salário mínimo e meio. Se considerarmos, Senadora Regina, apenas as universidades do Norte e Nordeste, esse percentual passa de 66% para 76,66%.

Para se ter uma ideia do avanço que houve no acesso ao ensino superior dos estudantes das classes populares nos governos Lula e Dilma, portanto nos governos do PT, eu quero aqui trazer o seguinte dado para comparação.

No governo Fernando Henrique, essas mesmas pessoas oriundas dessas famílias que tinham renda até um salário e meio, o percentual dos estudantes dessas famílias com acesso à universidade era de apenas 42,6%. Em doze anos do governo Lula e Dilma, passamos de 42% para 66,19% e, no Nordeste, para 76%.

Senador Paim, outro dado extraordinário, de que o Senhor vai gostar muito, é o dado que diz respeito à presença de negros e negras nas universidades, triplicou, à medida que hoje já temos 47% dos negros e negras tendo acesso à universidade pública no País, um percentual inclusive muito próximo da comunidade negra, na população brasileira, que é um torno de 53%.

Isso aqui, Senador Paim, é o reflexo de governos que deram valor à educação, de governos, como os governos do PT, Lula e Dilma, que trataram a educação como prioridade, pelo quanto que a educação é fundamental para um projeto de nação inclusivo, com geração de emprego e com justiça social.

Foram políticas, como o Reuni, que trouxe novas universidades, trouxe mais de uma centena de *campi* por este País afora, políticas como a Política de Cotas, que permitiu a gente ter esse retrato – e vou concluir – da universidade brasileira hoje. Qual o retrato da universidade brasileira hoje? É um retrato com a presença do povo, do negro, da negra, é uma universidade com a presença dos estudantes das escolas públicas, dos estudantes oriundos exatamente do quê? Das classes populares.

Então, faço essas considerações, Senador Paim, porque julgo que numa comissão, como a Comissão de Direitos Humanos, é importante ficar consignado nos Anais da nossa Comissão, o resultado da 4ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

edição da pesquisa Andifes, que traça o perfil sociocultural dos estudantes universitários do nosso País. E para que essa pesquisa sirva, cada vez mais, de alerta, Senadora Regina, para que a gente continue lutando ante o desmonte que está em curso, através do governo interino.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ter certeza, Senadora, que o *impeachment* é disso aí, não é da Dilma, é impedir isso que está acontecendo, a revolução que está acontecendo. Imagina a classe D e E na universidade?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso era impensável há algum tempo e as elites não aceitam, porque, de alguma forma, esse pessoal vai invadir os espaços da elite brasileira em algum momento. Então, é por isso que está acontecendo o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 116.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A cobrança de elevadas contribuições de funcionários e aposentados do Banesprev".

Autoria: Senador Paulo Paim

Autor o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, de forma muito rápida, esse é um pedido do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e de São Paulo também. O que eles querem é discutir esse absurdo de cobranças abusivas sobre os funcionários e aposentados. Tínhamos marcado essa audiência pública já para essa segunda-feira, mas trocamos, naturalmente, devido às datas ajustadas para o *impeachment.* Foi isso, na verdade, aprovando um requerimento por mudança de data.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A ratificação da convenção interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Autor: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, esse requerimento vai na mesma linha porque ele também já tinha sido aprovado com data fixa para essa semana do *impeachment*. E entenderam, os próprios proponentes, que deveríamos mudar a data.

Então, estamos aprovando esse debate da Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial para o mês provavelmente de outubro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aprovado o requerimento.

ITEM 27
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A redução dos investimentos públicos nas áreas da Saúde e Educação".
Autoria: Senador Paulo Paim
Autor: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rapidamente, Srª Presidenta.
Estamos denunciando, há muito tempo, não só nós, inúmeros setores, que está havendo, sim, uma redução dos investimentos na área da saúde e educação, tanto em Municípios como nos Estados e na União.
E é devido a isso que queremos fazer esse debate aqui, para que não fique nenhuma dúvida, convidando todos aqueles que estão participando ativamente do debate dessa questão, seja Governo, sejam as entidades, alunos, professores, até porque a iniciativa foi exatamente dos professores, e também do setor ligado à saúde.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.

ITEM 28
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 105/2016, que Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "Serviço Público – Mitos, verdades, desafios e soluções", seja realizada no dia 13 de setembro de 2016 ou em data posterior.
Autoria: Senador Paulo Paim

Autor: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa iniciativa é da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, CSPB, que solicitou esse debate, que será relevante, e explico por que, e teremos aqui inclusive convidados de outros países para debatermos esse verdadeiro ataque que estão fazendo aos servidores públicos, quer seja no Brasil e também fora daqui.
Está aí uma série de projetos que visam congelar o salário dos servidores públicos e diminuir a força da responsabilidade social do Estado, onde os servidores públicos são fundamentais.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Terminaram os seus?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Você pode encaminhar esse também para nós, porque depois nós temos itens extrapauta.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 117, de 2016.

ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RDH 106 de 2016, a inclusão do seguinte convidado: Ronaldo Amorim, Diretor do SINDMETRÔ.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Autoria do Senador Hélio José, subscrito pela Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para encaminhar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, o Senador Hélio José está na Comissão de Relações Exteriores e pediu, portanto, que a gente subscrevesse, Senador Paim, o presente requerimento onde ele faz essa sugestão, para que possa acolher a presença de mais um convidado na audiência pública, que venha a ser o Sr. Ronaldo Amorim, diretor do SindMetrô.

Senadora Regina, e aproveito também aqui, rapidamente, Senador Paim, para só dizer a V. Exª que as providências já estão sendo adotadas para que, no dia 12 de setembro, o Rio Grande do Norte tenha a honra de receber, mais uma vez, V. Exª representando, na condição de Presidente, a Comissão de Direitos Humanos daqui do Senado Federal.

Se a Senadora Regina também puder ir, para nós será motivo de muita alegria também. O Movimento Sindical, enfim, de forma suprapartidária, diversos segmentos lá da sociedade norte-rio-grandense estão se mobilizando para que venhamos a ter, a exemplo da outra vez quando V. Exª esteve lá, mais um bom debate, mais uma boa discussão, tendo como eixo central, a defesa da democracia, porque é disso que se trata a jornada que V. Exª, mais uma vez, está liderando em todo País. Porque, tratar da defesa de democracia é tratar de uma reforma da previdência que vem para tirar direitos, de uma reforma trabalhista que vem para tirar direitos, é tratar, por exemplo, da PEC 241, que diz respeito a direitos fundamentais do povo brasileiro.

Então, só para dizer a V. Exª que as providências já estão em curso, a CUT, as demais centrais sindicais, as diversas entidades, enfim, estamos convidando a todos e a todas, um debate plural, um debate aberto lá para que a gente possa, cada vez mais, fortalecer essa mobilização social e política em defesa da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Se me permitir, Presidenta, dizendo que V. Exª representaria, e muito bem, esta Comissão, presidindo lá essa audiência pública, de caráter nacional. Dividimos o País em regiões, depois daquela Cruzada, em todos os Estados, e, no seu Estado, a responsabilidade pela competência, pela liderança, estaria muito bem depositada sobre as suas mãos e ao seu potencial de dirigir a reunião.

Mas, atendendo ao pedido de V. Exª, que me pediu que gostaria muito que eu estivesse ao seu lado lá, eu confirmei e estarei lá com V. Exª, sim, nesse grande evento.

Parabéns a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou ver também se dá para ir. É uma segunda-feira, não é?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Segunda-feira. Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, há dois extrapauta e, se V. Exª permitir e puder presidir... É de nossa autoria, por isso que eu preciso do seu auxílio.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta?

Em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, Requerimento nº 123, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 30
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, de 2016
- Não terminativo -
Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "Discriminação Racial no Esporte".
Autoria: Senador Paulo Paim

A audiência foi uma sugestão do Observatório da Discriminação Racial no Futebol com o objetivo de apresentar o relatório anual da discriminação racial no futebol com a presença de atletas, advogados, amigos do SEPPIR e do Ministério do Esporte. Autor, Senador Paulo Paim a quem passo a palavra.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, a leitura já fica muito clara. A leitura que V. Exª faz já esclarece. É uma iniciativa da SEPPIR, do Ministério do Esporte e desse Observatório da Discriminação Racial.
Claro que aqui não é uma questão pontual de um Estado, de outro Estado ou de um clube ou outro. Eles fizeram um belo dossiê sobre a discriminação que existe no esporte, desde os clubes de base, digamos, até aqueles clubes que são *top* no Brasil. E eles querem apresentar esse relatório aqui e debater, com isso nós avançarmos, cada vez mais, nas políticas de combate a todo o tipo de discriminação. Esse é o objetivo da audiência.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)
Quero dizer que esse é um tema pertinente que a gente precisa estar debatendo bastante, porque o racismo está muito explícito neste País, no esporte, então... Veja a torcida, não é?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A partir dos torcedores, a gente vê as expressões de racismo.
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os Senadoras e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Devolvo a Presidência.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda não. Há mais um importantíssimo, inclusive, solicitei a V. Exª da importância de estar aqui por causa desse requerimento.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 124.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse, eu acho que é o mais importante de todos.
A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 31
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124, de 2016
- Não terminativo -
"Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a aprovação de Voto de Solidariedade a José Valdir Misnerovicz".
Autoria: Senador Paulo Paim

Solicita que o Presidente do Senado, após a leitura deste requerimento, encaminhe cópia do voto ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao Governador do Estado de Goiás, ao Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, à Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, ao Presidente da OAB-GO, ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e ao Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
Autoria Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A melhor forma de eu encaminhar é ler essa nossa posição de solidariedade ao José Valdir Misnerovicz, que é gaúcho.
Esse eu diria que é o primeiro preso político no Brasil, devido à lei aprovada por este Congresso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

infelizmente. Na época, nós dizíamos que essa lei uma vez aprovada levará à criminalização dos movimentos sociais. Dito e feito.

Passo a ler essa moção de solidariedade aqui da nossa Comissão:

José Valdir Misnerovicz. Trata-se de um gaúcho, de Alpestre, Rio Grande do Sul, é militante histórico, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele foi preso em 31 de maio, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, quando ministrava aula para jovens estudantes de cooperativismo agrícola. Foi transferido para a cidade de Aparecida de Goiânia.

O Sr. José Valdir é geógrafo e foi preso por ter participado da mediação – ele me contou toda a mediação, porque eu o estive visitando no presídio de Goiás – por ter participado da mediação do conflito possessório, em fevereiro de 2016, ao lado dos acampados do detentor do imóvel e de autoridades públicas, dentre os quais policiais.

Trata-se da criminalização da atividade de mediação de conflitos. Vejam aonde chegamos!

Diferente do que diz o pedido de prisão preventiva, não se trata de grupo criminoso, mas de movimento social. Trata-se, efetivamente, de trabalhadores que buscam melhores condições de vida, dignidade e trabalho.

Quando estive lá e tive a satisfação depois de conversar, inclusive com CNBB, OAB, representantes do campo do Direito, mais de 30 advogados tratam do caso dele, porque acham um absurdo.

Enfim, conforme consta na decisão, a lei que embasou a prisão dele foi uma lei de 2013, que contou com a redação da Lei nº 13.260, conhecida como a Lei Antiterrorismo, editada em maio de 2016.

Para o advogado de defesa de José Valdir, Dr. Allan Hahnemann Ferreira, a Justiça não tem indício nenhum para que o cliente continue preso. Ele afirma que o camponês, que tem mestrado, é acusado de ocupar terras onde ele nunca esteve presente.

"O Valdir responde por ocupar terras e por liderar uma organização criminosa [segundo aqueles que o atacam]. Primeiro, ele nunca esteve em nenhuma destas ocupações, o papel dele é uma referência na conciliação nos conflitos agrários."

Quando há o conflito, como ele é um cara muito preparado, uma liderança muito preparada, ele vai para tentar buscar o acordo e o entendimento.

"Ele evitou dezenas de conflitos nos últimos anos. Não há a mínima possibilidade jurídica em enquadrar [esse líder do] MST em uma organização criminosa. É amplamente sabido que o MST se organiza para efetivar a reforma agrária e nunca para cometer crimes", afirma o próprio advogado.

A argumentação do seu cárcere é baseada na lei que criminaliza os movimentos sociais, lei que votamos contra, nós votamos contra, nós e não só eu. Não temos dúvida alguma de que José Valdir é um preso político, um absurdo, uma injustiça.

Na semana passada, após audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que tratou das ditas reformas da Previdência trabalhista, nós, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estivemos no complexo prisional de Aparecida de Goiânia, isso já no sábado. A atividade foi na sexta, fiz questão de ficar no sábado para visitar o José Valdir.

Lá conversamos longamente com o companheiro Valdir – permita-me que eu assim o chame. Ao final da nossa conversa, entregamos a ele uma cópia da chamada carta aos militantes, de nossa autoria, que fiz num momento difícil que atravessamos e disse a ele que nos momentos de isolamento, de depressão... Porque um homem jovem, um homem que é uma liderança, um homem que fez faculdade, fez mestrado, perdendo a liberdade perdeu o maior bem que ele tem. Está lá preso, em cárcere, durante já quase seis meses.

Entreguei a carta e senti a emoção dele na leitura da carta, pedi que ele lesse a carta. A carta que entreguei a ele eu leio aqui também chamada carta ao militante, de nossa autoria. Eu disse:

O mar formado pelas bandeiras dos militantes é muito mais do que um símbolo do povo brasileiro: é um conceito de mudança. Esse mar fica agitado quanto maiores forem os ventos. No entanto, jamais se submete aos açoites das tempestades. Tampouco as calmarias o deixam inerte; ele segue agindo em silencioso movimento [mas sempre em frente].

Os militantes sabem que correm o risco dos naufrágios, correm o risco de ser levados pelas ondas, mas, no fim das contas, isso não importa, pois há uma missão a ser cumprida: alcançar as areias da praia.

Aqueles que militam dedicam-se de corpo e alma aos serviços de uma [boa] luta [...] [a das grandes causas]. Quanto mais e mais o povo pede ajuda, lá [...] [está você, Valdir, lá está o militante], martelando, forjando o aço, lapidando a pedra da sabedoria e ajustando seus ângulos; voz rouca e bandeiras aos céus. Não importam os descaminhos, eles sempre darão um jeito de escalar as montanhas e concretizar os sonhos da plena liberdade humana [liberdade, José Valdir, que você está pedindo], da justiça social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e do trabalho digno

E tudo isso, [sim, é tudo isso] ser um verdadeiro militante, [e com vocês, militantes] eu aprendi, com muito orgulho, com todos vocês. Aprendi também, que é a partir dos anseios das portas das fábricas, dos gritos dos discriminados e excluídos, dos que passam fome, do som das ruas, avenidas e praças das cidades, do aroma que emerge dos campos [da terra] e das florestas trazido pela nossa gente, que se constrói uma nação.

Dias magníficos tenho vivido ao lado de vocês; alguns tristes, mas muitos de alegria. Choramos e cantamos juntos com uma cumplicidade eterna.

Aprendi a ser construtor de um Brasil com direitos e oportunidades iguais para todos, e que também respeita as diferenças. Aprendi que lugar de criança é na escola, que filho de pedreiro [ou agricultor, Valdir, você provou] também pode ser doutor. Aprendi que negros índios, mulheres, idosos também têm direito de dizer em alto e bom tom: nós somos brasileiros.

Os partidos devem ser ferramentas para defender os ideais de um povo. [Mas] os partidos não podem perder a sua essência… As causas [sim, as causas como a sua, Valdir] estão acima de siglas e de nomes. Precisamos analisar criteriosamente os erros cometidos para que eles nunca mais se repitam. Eles aconteceram por que saímos do caminho que vocês militantes nos ensinaram. Vocês são os [...] líderes, vocês são nossos heróis. O leme está em suas mãos.

Somos irmãos; somos companheiros. Vamos seguir ao lado da nossa gente, das suas dores e do seu direito sagrado de continuar sonhando [um mundo melhor para todos]. Vamos fazer tudo outra vez, como jovens caminhantes e estradeiros que somos, ouvindo e abraçando com a absoluta certeza de que o verbo esperançar, tão bem nos legado por Paulo Freire, ainda continua sendo a única fonte inesgotável de vida… das nossas vidas… do nosso país. A luta está [...] [recomeçando]. [...]

Vida longa a militantes como você, Valdir e suas bandeiras! Vida longa a todos os trabalhadores do campo e da cidade. Vida longa a esta Pátria chamada Brasil. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada.

Essa foi a carta que eu entreguei a ele em uma homenagem à história e à caminhada dele, que é o eixo dessa moção de solidariedade, que nós estamos remetendo, então, se assim a Comissão aprovar, a todas as autoridades, pedindo – e é esse o final – a liberdade imediata do jovem líder José Valdir Misnerovicz.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu ia batendo palma. Achava que estava em uma plenária sindical. (*Risos.*)

Então, Senador, quando aprovaram aquela lei e, infelizmente, ela veio da Presidência da República e eles se aproveitaram disso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... para dizer que a gente estava votando contra a Presidente. Aí um Senador me questionou e eu disse: não, essa lei tem nome, endereço e CPF e se chama MST, que é o movimento que é mais corajoso que a gente tem, de transgredir algumas coisas que são injustas. Então, tinha endereço para eles e está aí a primeira vítima a gente já tem. Que era uma lei, porque era a justificativa das Olimpíadas, inventaram até uns terroristas nas Olimpíadas e a gente sabe quem era o terrorista que estava nas Olimpíadas. Então, já era esperado que na primeira oportunidade eles iriam enquadrar um militante para intimidar os outros, como estão querendo aí. Ontem estava aquela discussão toda no Congresso também sobre a questão de interrupção de vias, de rodovias... De forma que as pessoas têm de se manifestar.

Então, caminhoneiros que estavam de braços dados com este Governo, com esse pessoal do golpe o tempo todo, vão sofrer essas consequências também, que a arma dos caminhoneiros é parar em estradas, e eles que foram muito aplaudidos ano passado, vão sofrer a consequência dessa lei também. Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só uma frase antes da votação final, o que José Valdir pediu, foi só o seguinte: "Senador, só peça que julgue o meu processo, só isso. Só peço isso, julguem!" Como não há nada, eles não vão achar, então, como não há nada, eles não querem julgar, estão sentados em cima do processo dele e ele está preso.

Então, o apelo que a gente faz aqui ao vivo pela TV Senado, aos Srs. Magistrados, enfim, à comarca, onde está o processo dele, o único pedido que nós estamos fazendo, em nome dos direitos humanos – não estamos pedindo interferência nenhuma –, só que julguem o processo dele. Está pronto para ser julgado. Não é falta de advogado, não é falta de nada. A OAB, a CNBB, inclusive, o próprio bispo de Goiás, já foi lá e pediu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Estamos aqui, do Congresso Nacional, do Senado da República, às vésperas de uma votação, para mim, é um outro crime que estão fazendo, não é? Porque você pegar uma pessoa inocente – sabendo que ela é inocente – e votar pela cassação, é quase que uma pena de morte política. É isso que eu não consigo entender e nem... Entender, eu entendo o que está por trás, não é? Aceitar dos dois casos, dos dois casos...

Então, eu só peço, julguem o caso do José Valdir. Julguem! Eu tenho certeza de que ele será absolvido por unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e Senadores que concordam com a moção permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora Regina Sousa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, eu queria, pela ordem, pedir a V. Exª se poderíamos votar o item 22, que trata de um requerimento de nossa autoria, pedindo uma audiência pública para a gente ouvir o Ministério das Minas e Energias, o Estado de Roraima, os sindicatos. Isso envolve uma quantidade de servidores que provavelmente vão ficar desempregados, são mais de 700. E eu queria que V. Exª nos ajudasse nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Vamos lá, então.

Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar das prováveis demissões dos empregados da Companhia Energética do Estado de Roraima – CERR, em razão da publicação do decreto do Ministério de Minas e Energia indeferindo o pedido de prorrogação da concessão da empresa.

Autoria: Senador Telmário Mota

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, Sr. Presidente, na verdade, o Ministério das Minas e Energias cortou a concessão da CERR, que é a Companhia Energética de Roraima, para fornecer e distribuir energia em 15 Municípios do Estado de Roraima.

Isso pegou de surpresa a companhia e, principalmente, os servidores, que estão com uma base de 25 anos, 30 anos, a maioria trabalha até de carteira assinada e esses servidores, ao encerrarem o serviço da CERR, ficariam, naturalmente, desempregados, num Estado onde as pessoas vivem do contracheque, onde já não têm emprego.

Então, com a pressão política que fizemos nós conseguimos uma prorrogação dessa concessão ainda por 50 dias. Agora nós temos condições de trazer, tanto o representante do Ministério das Minas e Energia, quanto um representante do governo de Estado e os representantes dos trabalhadores, no sentido de buscarmos aqui um entendimento para que esses pais de famílias não fiquem desempregados, no olho da rua, depois de um grande trabalho prestado, sem terem a menor culpa de tudo que está acontecendo com a CERR. Ela realmente é fruto de uma avalanche de corrupção que houve no Estado, inclusive tiraram dinheiro emprestado na Caixa Econômica para sanear todas as suas dívidas a título de federalizar e, consequentemente, esse quadro de servidores ser aproveitado no âmbito da federalização. Infelizmente, isso não aconteceu. Esse dinheiro sumiu, a empresa continuou em situação difícil e, na verdade, ela ainda tem condições, com o quadro que tem e com interesse dos servidores, de operar e continuar prestando o serviço que ela presta.

No entanto, o que existe hoje é o movimento de privatização dessas concessionárias. Eles estão tirando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

as empresas regionais, colocando as que estão federalizadas e depois vão privatizar tudo isso. É mais uma grande entrega do patrimônio brasileiro, de muitos Estados, do próprio Brasil, da Federação, à iniciativa privada de forma que realmente não se justifica.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, fazer um apelo aqui a V. Exª, aos Senadores, para aprovarmos o requerimento, que é da maior importância para aqueles servidores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Meus cumprimentos por mais essa iniciativa, demonstrando enorme preocupação com o seu Estado, com o nosso povo, com a nossa gente, com os trabalhadores.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda dois projetos, não terminativos. Se a Senadora ou Senador quiserem fazer a leitura *ad hoc*, eu agradeceria muito.

Ficamos só para uma reunião numa outra oportunidade a ser marcada para os terminativos.

Convido a Senadora Regina, nesse primeiro projeto, que é da sua colega Vanessa Grazziotin, relatoria Rose de Freitas.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 514, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo à Senadora Regina Sousa para que faça o relatório *ad hoc*.

Em seguida, o Senador Telmário Mota, se pudesse já tomar conhecimento de um projeto outro, de autoria do Senador Valdir Raupp, o Senador Eduardo Amorim é o Relator.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado PLS nº 514, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 514, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, tem por finalidade garantir o livre exercício do direito à amamentação em locais públicos ou privados abertos ao público ou de uso coletivo. A proposição esclarece que o uso de equipamentos ou instalações de apoio à amamentação é facultado à lactante, que não pode ser obrigada ou constrangida a utilizá-los. Por fim, tipifica criminalmente o ato de segregar, proibir ou reprimir a lactante, sujeitando o infrator ao pagamento de 50 a 100 dias multa, sem prejuízo de indenização civil por danos morais pelo autor e pelo proprietário do estabelecimento onde ocorra a violação.

A autora justifica sua iniciativa com fundamento na importância da amamentação para a saúde e o bem-estar de mães e seus bebês, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Tendo em vista que ainda há episódios de constrangimento, proibição ou segregação de mães que amamentam em espaços públicos, alguns Municípios têm aprovado leis que qualificam essas atitudes como infrações administrativas. Falta, contudo, lei federal que disponha sobre o direito das mulheres e das crianças à amamentação, garantindo sua presença e sua liberdade no espaço público, sem serem obrigadas a usar salas e equipamentos que as segreguem, como cabines de banheiro ou salas de amamentação, salvo se decidirem fazê-lo por sua livre e espontânea vontade.

A matéria foi distribuída para análise por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu vou, como é muito grande o relatório, ler as partes mais importantes.
É necessário prevenir a ocorrência desses problemas. Isso depende de campanhas educativas e da divulgação do direito à amamentação. Mas também é necessário que o exercício desse direito seja amparado por sanções às violações.
Reconhecendo o mérito da proposição, há três pormenores que podemos aprimorar mediante emendas.
O primeiro é apresentar a amamentação como um direito a ser respeitado, mais do que permitido, e não apenas em estabelecimentos, mas em quaisquer locais, para não excluir da proteção legal as vias e praças, por exemplo.
O segundo é ajustar a redação do §2º do art. 1º, para incluir a palavra "respeito" no condicionamento de abordagens que tenham por finalidade informar à lactante sobre espaços reservados para amamentação, bem como mencionar, além de abordagens, informações.
O terceiro é um ajuste redacional no *caput* e no §2º do art. 2º, para tirar o foco do indivíduo agente, na tipificação do crime de constrangimento à amamentação, que poderia obscurecer a responsabilidade de pessoas jurídicas e responsáveis objetivos por esse crime, para ampliar o rol das condutas proibidas e para eliminar a restrição da responsabilidade solidária por danos morais ao "proprietário do estabelecimento", que poderia servir como pretexto para mitigar os deveres de outras pessoas subjetiva ou objetivamente responsáveis, como organizadores de eventos e administradores.
Voto.
Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação com as seguintes emendas:
EMENDA Nº – CDH
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 1º É garantido o direito de lactantes e lactentes à amamentação em locais públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
§1º A amamentação deve ser assegurada, independentemente da existência de locais, equipamentos ou instalações reservados para esse fim, cabendo unicamente à lactante a decisão de utilizá-los.
§2º Toda prestação de informação ou abordagem para dar ciência à lactante da existência dos recursos mencionados no §1º deste artigo deve ser feita com discrição e respeito, sem criar constrangimento para induzir ao uso desses recursos."
A segunda emenda.
EMENDA Nº – CDH
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 2º Constitui crime qualquer ato que segregue, discrimine, proíba, reprima ou constranja lactantes ou lactentes, no exercício dos direitos previstos nesta Lei, sujeitando-se os infratores à pena de 50 a 100 dias-multa.
§1º Para o cálculo da multa prevista no *caput*, observar-se-á o procedimento aplicável na legislação penal em vigor.
§2º O infrator e o responsável pelo estabelecimento, logradouro, ou edificação devem indenizar as vítimas por danos morais resultantes dessas violações, independentemente da multa prevista neste artigo."
É o relatório.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, para discutir.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... eu estava vendo aqui que o PLS tem por finalidade garantir o livre exercício do direito à amamentação em locais públicos ou privados abertos ao público ou de uso coletivo. É impressionante como o homem vai criando certas dificuldades. É uma coisa que não precisava de uma lei. É uma coisa tão natural! Quem não tem mãe? Quem não merece o respeito de atender à necessidade de uma criança, que não prevê a hora em que precisa ou não ser amamentada? Então, é incrível que o homem crie essas dificuldades. É preciso que a gente discipline isso para que a sociedade tenha um direito que seria até natural. Tem coisa mais bonita do que ver uma mãe amamentando uma criança, dando vida, passando toda a sua imunidade, a sua genética àquela criança? E, de repente, há pessoas que querem proibir. E me parece uma demagogia muito grande. A sociedade, às vezes, infelizmente, tem isso – Cazuza já dizia isto: que a sociedade tinha uma hipocrisia, uma demagogia. Então, sem nenhuma dúvida, é uma lei que vem padronizar aquilo que seria natural, extremamente necessário. É até incrível entenderem o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quero parabenizar a Senadora Regina por estar sendo a Relatora *ad hoc* desta matéria, que é de autoria da Senadora Vanessa. Caiu bem, porque a Senadora Regina é uma pessoa que tem um espírito humanitário extremo, maravilhoso, uma pessoa que a gente nota ser uma pessoa simples, humilde, como eu, que vim do berço da humildade. Mas também temos o nosso objetivo, o nosso foco, o nosso caminho, a nossa luta e as nossas atitudes.

Eu vi a Senadora ser até, um dia, maltratada por um falso humorista de mau gosto. Eu nunca nem tive a graça, a infelicidade de perder meu tempo assistindo a ele. Quando eu vi um vídeo em que ele se dirigia à Senadora Regina, me tirou mais ainda a vontade.

Então, Senadora Regina, Deus quis que V. Exª fosse a Relatora, aqui na CDH, dessa matéria tão importante e tão natural na vida da humanidade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou fazer só um comentário, Senador, já que fui Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse projeto é muito importante para nós, para as mulheres. Nós temos uma série de projetos aqui que têm a ver com as mulheres. A gente sempre junta todos, faz andar, para, quando chegar o 8 de março, nessa semana de março, irem a plenário, porque é uma forma de também conquistarmos algumas coisas que deveriam ser naturais, como o Senador Telmário disse, deveria ser natural, não ser constrangedor. Qual é o constrangimento que causa uma mãe amamentando seu filho? Está na cabeça das pessoas. Homens e mulheres têm essa história, está na cabeça deles.

Por exemplo, eu vi uma propaganda bem interessante, uma campanha. Era de uma menina de *short* e *top* e um homem de *short* e sem camisa. A propaganda dizia assim: "Cuidado, você pode ser estuprada!" Quer dizer, é como se ela estivesse provocando um estupro porque ela está vestida de *short* e *top*, agora, o homem está sem camisa. E, não, ele não está correndo risco nenhuma. É para sentir como o machismo está impregnado na nossa sociedade.

Então, a gente precisa estar aprovando esses projetos para poder garantir uma coisa que deveria ser natural, não era nem preciso haver lei para isso, mas, infelizmente, este nosso País precisa.

Fico feliz de ter relatado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente, infelizmente. Eu me lembro de uma das poucas imagens de que nunca vou me esquecer. Eu fui daqueles que mamou até não sei quando. E sabem que eu tenho essa imagem de Gethal, Caxias do Sul? As mães vinham, eu era um desses que lá chamam guacho, porque mamam até não sei quantos anos, e eu mamando ali, na portaria da empresa, com todo mundo ali, sem problema nenhum. E a sociedade, com o tempo, parece que vai piorando em relação a essa discriminação, como foi muito bem relatado por ambos aqui. Claro que só me fez bem, por isso eu sou gordinho assim até hoje. (*Risos.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E é uma coisa muito urbana também, introjetada nas pessoas mais urbanas, porque, na zona rural...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais comum.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... minha mãe mora na zona rural, minha família toda, as pessoas andam com o menino pendurado no peito, fazem as coisas, e ninguém diz nada. Mas, na zona urbana, há essa coisa do preconceito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, pela proposta de autoria, à Senadora Vanessa; à Senadora Rose de Freitas, pelo relatório; à Senadora Regina Sousa, Relatora *ad hoc,* pela defesa que fez aqui, e ao Senador Telmário Mota.

Em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, que aqui a Senadora defendeu com a competência de sempre.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2–CDH.

O projeto segue agora para análise da CCJ.

O Senador Telmário Mota, item 13, vai relatar *ad hoc*.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, de 2015
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

O Senador Telmário Mota substituirá o Senador Eduardo Amorim.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, esse PLS, em seu art. 1º, altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, acrescendo-lhe a necessidade de compra de veículo automotor próprio como causa que enseje a movimentação da conta do FGTS vinculada ao trabalhador. O art. 2º do PLS, por sua vez, dispõe que a vigência da lei dar-se-á na data de sua publicação.
O autor da proposição anota que já são quase vinte as hipóteses que habilitam o saque do FGTS – uma das quais, aprovada em 2015, autoriza o saque pelo trabalhador com deficiência que necessite adquirir órtese ou prótese. E, ressalva, o uso de veículo faz-se especialmente importante às pessoas com deficiência que, no Brasil, têm de confrontar-se com cidades cruéis. O veículo, portanto, é uma forma de proporcionar autonomia.
A matéria foi distribuída a esta CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, que, na sequência, a examinará em decisão terminativa.
Portanto, Sr. Presidente, está dentro da legalidade, dentro de todos os requisitos do Regimento Interno do Senado Federal, enfim, e nós vamos direto ao voto.
Essa é uma proposição importante porque a pessoa pode usar o FGTS. V. Exª esteve aqui, andando de cadeira de rodas, por conta da sua enfermidade na coluna, e pôde sentir na própria pele a necessidade, o quanto é importante ter um transporte.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem lembrado.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu quero aqui ir direto ao voto.
Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2015, na forma da seguinte emenda:
EMENDA Nº - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2015
(SUBSTITUTIVO)
Inclui inciso XIX no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador com mobilidade reduzida no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando necessária a aquisição de veículo automotor próprio.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 20. .....
.....
XIX – quando o trabalhador com mobilidade reduzida necessitar adquirir veículo automotor próprio para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
....." (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão.
Relator *ad hoc*, Senador Telmário Mota.
Portanto, Sr. Presidente, acho que é um projeto extremamente oportuno, necessário e que vai oportunizar a essas pessoas que precisam de veículos automotores que possam lançar mão do FGTS, desvinculá-lo para ajudar na aquisição desses veículos.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da Emenda substitutiva que apresentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o Senador Telmário Mota.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, aqui lida e aprovada.
O projeto segue para análise da CAS, com decisão terminativa.
Passamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2015
- Não terminativo -
Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
Autoria: Deputado Marcos Rogério
Relatoria: Senador Ricardo Franco
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e CCJ.

Relatora *ad hoc*, Senadora Regina Sousa.
Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para apresentar o relatório.
Como esses projetos todos não são polêmicos, se os relatores puderem resumir.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 43, de 2015, do Deputado Marcos Rogério, que altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.
O projeto prevê o recolhimento do preso menor de 21 anos em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal, nos moldes do que já ocorre, nos termos da atual redação do mencionado dispositivo legal, com a mulher e o maior de sessenta anos.
Na justificação, o autor registra que a intenção é proteger os menores de 21 anos, que, por sua juventude e imaturidade, são mais suscetíveis de serem recrutados por organizações criminosas.
Não foram apresentadas emendas.
Quanto à análise jurídica, não há nenhum reparo.
E, no mérito, ele considera que o projeto é conveniente e oportuno.
Então, o voto é favorável com uma emenda.
EMENDA Nº -CDH
Acrescente-se ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, alterado pelo Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2015, o seguinte §3º:
"Art. 82. .....
.....
§3º Ao completar vinte e um anos de idade, o preso será transferido para estabelecimento penal ordinário." (NR)
É o voto pela aprovação.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com emenda que apresenta, que é defendida pela Senadora Regina Sousa.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.
O projeto será encaminhado para análise da CCJ.
Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, de 2015
- Não terminativo -
Institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Aqui já ajustado apresentariam os dois Senadores. A Senadora Rose de Freitas é a Relatora. E a Senadora Regina Sousa é a Relatora *ad hoc*.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como já foi dito, o Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, do Senador Fernando Collor, institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências. O objetivo é agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente.
Eu acho que dispensa qualquer comentário. A D. Zilda Arns todo mundo...
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que morreu no Haiti, numa missão humanitária.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Morreu no Haiti, numa missão comunitária. Menciono o papel que ela teve na Pastoral da Criança,...
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... quanto à questão de desnutrição. Ela ensinou as mães a cuidarem da alimentação das crianças de forma simples, com materiais simples. Eu cito, por exemplo, o mesocarpo do babaçu, que é abundante no meu Estado e salva muitas vidas, a massa do babaçu, que não é da amêndoa; é na entrecasca. E é um alimento muito nutritivo, próximo ao leite materno e que salvou muitas vidas. E ela ensinou isso pelo Brasil inteiro.
Então, o voto é pela aprovação.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Palmas.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos ao voto.
Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão. O projeto será encaminhado à da Comissão Diretora.
Item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2016
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a garantia de acesso e permanência da criança no estabelecimento de ensino frequentado por sua mãe, por seu pai ou por seu responsável.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relator *ad hoc* Senador Telmário Mota, a quem passo a palavra.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, nesse projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que era relatado pelo Senador Flexa Ribeiro e agora por mim, ora *ad hoc*, na justificação, a autora do projeto defende a necessidade de promover o direito à educação daqueles que têm filhos pequenos, uma vez que, não raro, essas pessoas enfrentam o dilema de ter que escolher entre prover os filhos pequenos de cuidados necessários ao seu pleno desenvolvimento ou se dedicar aos estudos, com prejuízos óbvios para a segunda alternativa.
No entender da Senadora Vanessa Grazziotin, a falta de vagas nas creches, por exemplo, aliada à impossibilidade de deixar um filho sob os cuidados de outra pessoa, praticamente elimina as chances de os pais frequentarem a sala de aula. Com o tempo, a tendência será o abandono do curso. Para a autora, a ausência de equipamentos destinados ao atendimento às crianças pequenas é um fator que, na prática, nega o direito dos pais – e principalmente da mãe – à educação.
O projeto foi inicialmente distribuído a esta CDH e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte será terminativa
E aí, Sr. Presidente, indo à análise, registra-se que esse PLS nº 33, de 2016, não padece de vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Portanto, Sr. Presidente, optou-se, no voto, pela aprovação do PLS, do Senado, nº 33, de 2016.
Aqui, eu queria até acrescentar, Sr. Presidente, imagine, às vezes, os pais não tiveram oportunidades de estudar por falta de tempo, por um caso novo ou questão de sobrevivência mesmo. E têm dois, três filhos que vão para a escola, e, chegando lá, às vezes, a escola proíbe de a pessoa levar uma criança. E ela não tem com quem deixar e realmente acaba abandonando. E fica sem estudar, sem se oportunizar. Eu até faço um apelo: é mais, eu acho, uma falta das próprias prefeituras. Eu acho que as prefeituras deveriam ter, nos bairros, as escolas, as creches noturnas, porque elas, aí, sim, dariam toda essa oportunidade. Inclusive, no nosso Estado, sem fazer aqui nenhuma propaganda, uma das nossas propostas para o Município de Boa Vista é nesse sentido – e eu não sou candidato – de que haja essas creches noturnas por essa demanda. É uma grande demanda.
A Senadora Vanessa foi extremamente feliz nesse projeto. É um projeto muito próximo daquilo que seria extremamente natural; nem precisaria... Mas, às vezes, os gestores públicos são movidos pela força popular, pela demanda, por uma lei, ou pelo grito da rua, ou coisa nessa ordem. E acho que, de pronto, um bom gestor municipal deveria estar sempre preocupado nesse sentido de proporcionar aos seus munícipes – aqueles que estudam num período noturno, homem ou mulher, e que precisam, têm crianças pequenas e que essas crianças precisam, não podem ficar em casa, e eles não podem abandoná-las –, poderia realmente proporcionar um espaço nas escolas para que essas crianças tivessem...
Eu até quero fazer isso, e eu vou colocar, aproveitando esse projeto da Senadora Vanessa... Nós teremos que... Acho que seria importante, como nós termos que designar uma parte das emendas para a educação, fazer nesse sentido, criar nas escolas alguma sala específica que possa ali permitir a permanência dessas crianças até que seus pais possam concluir seus estudos. É um projeto maravilhoso, um projeto bom. Eu acho que tem uma demanda em toda parte do Brasil. Eu acho que todos que estão nos ouvindo neste momento sabem que essa demanda é pertinente, ela existe e com certeza é um projeto que vai ao encontro do anseio e desejo do povo.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Palmas.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto. O projeto segue agora para a análise da CE em decisão terminativa.
Esse projeto já foi lido, e eu vou aqui apenas discorrer sobre ele, para ver se a Senadora tem alguma consideração a fazer.
Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016
- Não terminativo -
Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.
Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAE.
- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Marta Suplicy. Em seguida foi concedida vista à Senadora Regina Sousa.

Logo após foi concedida vista à Senadora Regina Sousa. Pergunto à Senadora Regina Sousa se há alguma consideração ou mantemos o parecer do Relator.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O pedido de vista foi motivado para tentar um contato com o autor, mas não foi possível, a gente não conseguiu. Então, mantenho o relatório.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.
Coloco em votação o relatório, que é pela rejeição do projeto.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pela rejeição do projeto. O projeto segue para a análise da CAE em decisão terminativa.

Há um projeto, Senadora, com que eu fiquei muito preocupado, até seria colocado aqui, mas é um projeto que modifica as regras para a contratação de pessoas com deficiência. Eu acho que é um sistema que deu certo e aqui diminui.

Eu acharia positivo, pelo menos eu estou pensando assim aqui, que ou eu deveria pedir vista, ou V. Exª. Por que isso? Não é vista coletiva, o projeto vai ou para as suas mãos ou para as minhas. A gente faz uma análise criteriosa e já traz um parecer contrário ou favorável, mas o projeto fica... Para mim é indiferente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ser para o senhor, porque eu estou com alguns problemas pessoais. Mas acho que é importante isso, porque é aquela história da retirada de direito, eles querem diminuir direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu vou pedir para V. Exª fazer a leitura do relatório, só sintetizar, e eu peço vista, porque amanhã ou depois eu não estarei aqui, e o projeto de repente...

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2016
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar as regras para contratação de pessoas com deficiência.
Autoria: Senador Douglas Cintra
Relatoria: Senador Valdir Raupp

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2016, do Senador Douglas Cintra, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar as regras para contratação de pessoas com deficiência.

O objetivo é modificar as regras para contratação de pessoas com deficiência no sentido de adequar a porção de contratações obrigatórias à magnitude do risco implicado pelas atividades-fim das empresas.

Para tanto, o art. 1º da proposição acrescenta três parágrafos ao mencionado art. 93. No novo §5º, estabelece que o "grau de risco da atividade econômica" deverá ser considerado para redução no número de cargos referidos no *caput* (que determina a relação entre o número total de funcionários da empresa e o quanto destes devem ser pessoas com deficiência).

Vou direto para o final, Senador, como o senhor já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, como vou pedir vista.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Os aspectos que ele propõe rever, que é o art. 1º, fala no acréscimo do §3º do art. 93 da Lei nº 8.213. Está fazendo uma correção.

A redação do novo §5º deveria contar com a ordem direta sintática, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em seu art. 11, inciso I, alínea "c".

A redação do novo §6º também receberá bem, a nosso ver, reparos de redação, de modo a tornar mais claro seu conteúdo e a evitar redundâncias.

São mais de redação as modificações que ele faz, mas o importante é que ele quer. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2016, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

'Art. 93.....

.....

§5º Para redução no número de cargos referidos no *caput,* deverá ser considerado o grau de risco da atividade econômica de cada cargo, conforme o Quadro I da NR 4 da Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 8 de junho de 1978, com suas posteriores atualizações, conforme os seguintes critérios:

I – 50% (cinquenta por cento) de redução para atividades com grau de risco 4;

II – 40% (quarenta por cento) de redução para atividades com grau de risco 3;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

III – 20% (vinte por cento) de redução para atividades com grau de risco 2.
§6º Não viola o disposto nesta Lei a empresa que ofertar as vagas de que trata este artigo aos beneficiários reabilitados ou às pessoas com deficiência habilitadas e que, tendo usado, inequivocamente, todos os meios disponíveis para preencher tais vagas, não conseguir preenchê-las. (NR)""

EMENDA Nº -CDH (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2016, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:
'Art. 93.....
.....
§5º Para redução no número de cargos referidos no *caput*, deverá ser considerado o grau de risco da atividade econômica de cada cargo, conforme o Quadro I da NR 4 da Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 8 de junho de 1978, com suas posteriores atualizações, conforme os seguintes critérios:
I – 50% (cinquenta por cento) de redução para atividades com grau de risco 4;
II – 40% (quarenta por cento) de redução para atividades com grau de risco 3;
III – 20% (vinte por cento) de redução para atividades com grau de risco 2.
§ 6º Não viola o disposto nesta Lei a empresa que ofertar as vagas de que trata este artigo aos beneficiários reabilitados ou às pessoas com deficiência habilitadas e que, tendo usado, inequivocamente, todos os meios disponíveis para preencher tais vagas, não conseguir preenchê-las. (NR)'"
Está bem confuso aqui, inclusive a redação. É melhor que a gente discuta mais esse projeto.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com todo o respeito e carinho que eu tenho ao autor e ao Relator original – que, no caso, aqui é o Senador Valdir Raupp, e o autor é o Senador Douglas Cintra, ambos os dois, grandes Senadores da Casa –, eu vou pedir vista, para poder olhar detalhadamente, porque foi uma conquista que está na lei, está no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e, numa leitura preliminar, dá a mim a impressão de que está um pouco vaga.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito parecido com a história do trabalho escravo: mudar, para piorar.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. E o percentual assegurado vai ser diminuído para 50%, 40%, e 20%.
Mas nenhuma crítica no momento. Eu peço vista para analisar com profundidade o projeto. O.k.
Assim, terminamos a nossa reunião desta Comissão no dia de hoje.
Agradeço a presença de todos, principalmente, com muito carinho, a da Senadora Regina Sousa, que ficou aqui do início ao fim, colaborando com os relatórios; e a do Senador Telmário Mota também e a da Senadora Fátima Bezerra.
Está encerrada a nossa reunião deliberativa do dia de hoje.
Na segunda-feira, teremos audiência pública com certeza.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah! O aviso que tinha era de que, na segunda-feira, não teremos a nossa audiência pública, sempre na segunda-feira pela manhã, isso já faz quase dois anos, e nos outros mandatos também. A gente sempre tem audiência pública na segunda pela manhã. Nessa segunda, não teremos devido à fala da Presidenta afastada no debate do *impeachment*, que se dará na segunda-feira, às 9h da manhã.
E nós estaremos lá para fazer perguntas e colocar a nossa posição, que todos sabem que é contra esse ataque à democracia e o afastamento de uma Presidenta eleita legitimamente por 54 milhões de votos de brasileiros e brasileiras.
Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 78ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia oito de setembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Hélio José e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 106 de 2016-CDH, de autoria do Senador Hélio José e outros, para debater sobre: "Os Problemas do Metrô/DF". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Quintino Sousa, Representante do Sindmetrô/DF; Luzimar Pereira, 1º Secretário da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras – AMAAC; Sophia Luduvice, Representante do Diretório Central dos Estudantes da UnB; Luiz Gustavo de Andrade, Diretor de Administração da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal; Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas, representante do Blog Ambiente e Transporte e Ex-Coordenador do Metrô/DF; Rafael Calixto de Souza, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do UniCeub; Vidal Guerra, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo do Distrito Federal – Autrac. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no Plenário: Winston Rodrigues Lima, Representante da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras – AMAAC e Representante da Associação dos Usuários do Metrô-DF; Wilmar Larcerda, 1º suplente do Senador Cristovam Buarque; Edinei Medeiros Gomes. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Realização de nova Audiência Pública para debater sobre o mesmo tema. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 78ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 106, de 2016-CDH, de minha autoria, para debater sobre os problemas do Metrô do Distrito Federal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Repito: todos que queiram participar – inclusive, vocês que estão na plenária – e fazer perguntas podem fazê-lo através do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone do Alô Senado de número 0800-612211. Então, todos que estão no plenário e que quiserem participar, fazendo perguntas, podem fazê-lo, bem como quem nos está ouvindo em todo o Brasil pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Vamos dar início aos trabalhos.

Hoje, estamos vindo da ressaca do feriado de ontem, Dia da Pátria. Então, as coisas começaram de forma menos acelerada nesta Casa.

Vamos lá!

Eu gostaria de compor a Mesa, convidando o Sr. Luiz Gustavo de Andrade, Diretor de Administração da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, neste evento representando o Presidente do Metrô, Marcelo Dourado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Luiz Gustavo de Andrade, por favor! Tudo bem, Luiz? Já lhe entreguei o meu cartão. Seja bem-vindo!

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria convidar o representante dos trabalhadores do Metrô, Quintino Sousa, representando o SindMetrô-DF.

Fique do meu lado aqui, rapaz! Trabalhador e patrão estão do mesmo lado! Tudo bom, Quintino? Seja muito bem-vindo! Deixe-me dar meu cartão para você. Como está a turma lá? Está tudo bem?

O SR. QUINTINO SOUSA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria convidar o Sr. Carlos Penna Brescianini, mestre em Ciências Públicas, representante do blogue Ambiente e Transporte, ex-Coordenador do Metrô-DF, para compor a Mesa. Acho que ele estava dando entrevista ali.

Pode pôr a dele aqui. Está ótimo.

Eu gostaria de convidar a Srª Sophia Luduvice, representante do Diretório Central de Estudantes da UnB. Não é uma senhora, é uma jovem.

Por favor, Sophia! Tudo bem? Eu me formei na UnB também, Sophia. Seja bem-vinda! Fiz Engenharia Elétrica lá de 1978 a 1982. Você nem pensava em vir a este mundo. Você nasceu em que ano?

A SRª SOPHIA LUDUVICE – Em 1996.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Está vendo? É um bebê. Seja muito bem-vinda!

A SRª SOPHIA LUDUVICE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de convidar o Sr. Rafael Calixto de Souza, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do UniCeub, de Brasília.

O nosso querido Ceub é cada vez mais referência nos cursos de Direito, não é, Luciano? Você faz Direito também?

O SR. RAFAEL CALIXTO DE SOUZA – Faço Administração.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Seja bem-vindo! Muito prazer, Luciano!

O SR. RAFAEL CALIXTO DE SOUZA – Obrigado. Sou o Rafael.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Desculpe-me! Rafael Calixto de Souza, seja muito bem-vindo!

Um abraço a todo mundo do Ceub!

Eu gostaria de convidar Vidal Guerra, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo do Distrito Federal (Autrac), para sentar aqui conosco.

Onde está o Rafael? O Rafael não chegou ainda? É o Vidal, desculpa. Onde está o Vidal?

Eu gostaria de convidar o Sr. Vidal Guerra, Presidente da Autrac (Associação de Usuários de Transporte Coletivo do Distrito Federal).

Ô Vidal, tudo bem? Pelo nome, nem liguei a pessoa à figura! Seja bem-vindo!

O SR. VIDAL GUERRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Meu querido Carlos Penna Brescianini é de descendência italiana. Seja bem-vindo, Carlos Penna, mestre em Ciências Públicas, representante do blogue Ambiente e Transporte, ex-Coordenador do Metrô-DF!

Vidal, tudo bem? Como vai você?

O SR. VIDAL GUERRA – Tudo bem, Senador. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Seja bem-vindo! Você já tem o meu cartão, não é? Seja muito bem-vindo!

O SR. VIDAL GUERRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de convidar a Srª Luzimar Pereira, 1ª Secretária da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (AMAAC).

É o Sr. Luzimar. Desculpa! É que tanto homens quanto mulheres usam o nome Luzimar.

Luzimar, seja bem-vindo! É um prazer...

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Desculpa a confusão. Conheço mais pessoas de nome Luzimar do sexo feminino do que do sexo masculino. É um nome que serve para as duas situações, não é? Parabéns! Águas Claras é uma... Gosto muito da sua região. Acho que é uma região que precisa muito de evolução e de apoio.

Pessoal, a mesa está um pouco apertada, porque preferi acomodar todos à mesa. Por isso, permito que avancem duas bancadas aqui, para até ficarem mais bem posicionados. Vamos deixar vaga só a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

primeira bancada para Parlamentares, para outras pessoas que venham aqui ou para os outros dois convidados que ainda vão chegar aqui. Então, vocês podem ocupar até a penúltima bancada.

Vamos lá!

O que nos leva a esta importante audiência pública? Preparei algumas palavras importantes.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados para esta audiência pública, ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado, em atendimento ao Requerimento nº 106, de 2016-CDH, está sendo realizada esta audiência pública para debatermos as questões que afetam o Metrô do Distrito Federal.

Estão presentes aqui dirigentes do Poder Executivo do GDF, da Secretaria de Mobilidade, dirigentes da Companhia do Metropolitano do DF e autoridades da Defensoria Pública do Distrito Federal. Também estão aqui representantes dos usuários de transportes coletivos do DF e ex-dirigentes do Metrô.

Lamentavelmente, o pessoal da Defensoria e o da Procuradoria não veio. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nem o pessoal da Defensoria nem o da Procuradoria vieram, lamentavelmente. Vou mandar a minha carta lamentando a ausência deles.

Representantes dos moradores de Águas Claras, da Asa Sul e da Asa Norte, do Diretório Central dos Estudantes da UniCeub, do Diretório Central do Estudantes da UnB, e, é claro, como não poderia deixar de ser, um representante do SindMetrô/DF(Sindicato dos Metroviários do DF), sejam bem-vindos.

Viva os trabalhadores, não é? Afinal, nós estamos na CDH, não é isso, gente? Sejam todos bem-vindos. Agradecemos a contribuição que nos darão ao longo desta discussão, a qual tem o único propósito de definir a melhor maneira pela qual os serviços do Metrô responderão às demandas por transporte de qualidade em nossa metrópole. E não apenas quanto à qualidade, mas, é claro, quanto à quantidade. Por isso é que você tem muito o que falar aqui hoje – ouviu, Luiz Gustavo?

A razão pela qual eu solicitei a realização desta audiência foi o recebimento de uma série de denúncias a respeito da situação precária em que se encontra esse serviço essencial à população do Distrito Federal.

Ainda que limitado à conexão entre Plano Piloto, Asa Sul, Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, os bons e maus serviços do Metrô causam impacto direto na vida de dezenas, de centenas de milhares de pessoas todos os dias. É muita gente que anda no Metrô: precisamente, quantas pessoas por dia?

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Entre 160 a 200 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Entre 160 a 200 mil usuários/dia. Então se imagina o impacto que é esta discussão.

E não me refiro apenas aos ainda poucos se comparados aos mais de 2 milhões de brasilienses potenciais usuários que andam de metrô, refiro-me, também, a todos os benefícios que o serviço sobre trilhos traz a uma cidade como a nossa: o potencial que tem para reduzir o volume de automóveis nas ruas; a economia de combustíveis; o não uso de combustíveis fósseis; o melhor aproveitamento das energias renováveis.

As denúncias que temos recebido – ouviu, Luiz? – dizem respeito à interrupção frequente dos serviços, ao não atendimento em condições ótimas nos horários mais demandados, e, é claro, às condições com que os empregados do Metrô prestam serviços.

Temos recebido notícias, diariamente, de que uma ou outra composição de carros do Metrô apresentou defeitos, ou de que outras não podem ser colocadas em funcionamento por falta de peças. Outras informações dão conta de que as obras de algumas das estações foram paralisadas. Esta parte é particularmente mais grave, pois algumas dessas estações estão praticamente prontas – prontas! –, recebendo poeira, fechadas, e a população precisando andar no metrô, precisando desengarrafar Águas Claras – é um caos ir para Águas Claras no final do dia ou sair de Águas Claras pela manhã. Temos paradas do Metrô prontas, empoeirando e não abrem para a população poder melhor usar o Metrô. Então, essas são as denúncias que chegam aqui. Nós precisamos apurar essas questões.

Eu vou ao Ministério Público e à Procuradoria para poder checar essas questões aqui, porque é inadmissível para a nossa população que parada do Metrô esteja pronta, ficando obsoleta, e não se abre por conta de *lobby* ou não de empresas de ônibus que não querem deixar que as paradas do Metrô sejam abertas para aumentar o número de gente ou o fluxo de usuários do Metrô durante o dia. Então, nós precisamos verificar isso, Luiz. Eu quero formulada aqui – eu vou formular por escrito – uma consulta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ao Presidente do Metrô e ao Sr. Diretor Administrativo, pois eu quero informação sobre as paradas do Metrô que estão prontas e que não estão sendo usadas, ou sobre o que é que está faltando. E, aqui, eu falo como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, ou seja, que é responsável, tanto por Deputados como Senadores para discutir a questão de infraestrutura nesta Casa.

Eu sou o Presidente dessa Frente Parlamentar Mista e, portanto, preciso de informações, porque nossos estudantes, nossos jovens, nossos trabalhadores, nossa população, nossas donas de casa não podem ter paradas de Metrô prontas e não sendo usadas.

E dizem ainda as denúncias que chegam a esta Casa que já querem relicitar. Não foi nem usado e dizem que já está obsoleto, que não pode ser utilizado, não sei por que motivo. Se até ontem podia, por que agora não pode? Então, precisamos de muitas explicações sobre essas questões. Isso é uma parte...

Como você não vai ser o primeiro a falar, se quiser já pode ligar para o Diretor de Operações para ter algumas respostas sobre isso. Isso é importante para nós.

Temos recebido notícias diariamente de que uma ou outra composição de carros do Metrô apresentou defeitos ou que outras não podem ser colocadas em funcionamento por falta de peças. Outras informações dão conta – é aquilo que falei – de que as obras de algumas estações foram paralisadas. Essa parte é particularmente grave, pois algumas dessas estações estão praticamente prontas, mas não foram concluídas por alguns detalhes e, por isso, deixam de prestar o serviço que deveriam.

Chegamos a saber que algumas dessas estações seriam demolidas – pasme população brasileira e de Brasília! – por se revelarem obsoletas. Quer dizer, não foram nem inauguradas, num Metrô muito novo como o de Brasília, e dizem que as estações estariam obsoletas e teriam que ser demolidas. Quer dizer, é um absurdo, especialmente para mim, que sou engenheiro e da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Não dá para admitir uma possibilidade dessa. Disse-se também que até seriam utilizadas para o sistema BRT.

Não se sabe ao certo o que procede e o que não procede. Por isso é que não podemos também aqui... Estou aqui cobrando com ênfase, mas estou querendo saber a resposta, porque pode se tratar simplesmente de informações não verídicas. Então, nós precisamos saber da fonte oficial as razões que os dirigentes têm a apresentar para justificar essas paralisações. Esta audiência pública é principalmente para conhecer essas razões. Por isso é que pedi para o nosso Diretor Administrativo aqui ligar para o Diretor de Operações para ver se ele consegue dizer algumas razões. O Presidente do Metrô foi convidado para estar aqui, mas, lamentavelmente, não pôde vir. Mas, se ele mandou o Luiz, é porque o Luiz está preparado para discorrer sobre todos os assuntos.

A verdade, segundo nos informam as fontes confiáveis, é que faltam mais de 800 servidores para o correto funcionamento do Metrô – isso quem vai me dizer é você, que é representante dos usuários e dos trabalhadores. Eu sei que houve uma greve longa. Acho que a greve já está superada agora, não é? Precisamos ver como é que anda isso.

Não podia deixar de ter chegado a nós a gravidade desta denúncia de que há mais de 3 anos não há convocação de novos trabalhadores. Na minha Igreja, por exemplo, há um que é piloto de metrô, ele participa do grupo de orações de que participo, o Ágape, que é o Ivan. Ele é uma pessoa que trabalha muito. Sei que há uma sobrecarga muito grande para os pilotos do Metrô, ainda que haja pessoas aprovadas em concursos – parece que há pessoas aprovadas que não foram chamadas; acho que você vai discorrer sobre isso daqui a pouco – aptas a darem a sua contribuição profissional para a melhoria dos transportes públicos de nossa cidade.

Em função de todas as precariedades, não tem restado aos trabalhadores senão o instrumento mais poderoso e eficaz de que dispõem para se defenderem de abusos, de supressão de direitos e da não oferta das condições mínimas de trabalho, que é a greve. Você vai dizer para nós como é que foi isso aí e justificar para a população inclusive, está bem? A greve durou um longo período sem que, da parte do GDF, e da direção do Metrô-DF particularmente, houvesse uma resposta que possibilitasse aos trabalhadores uma avaliação mais séria e ponderada. Então, diga para nós depois como é que está essa questão da greve aí, está bem? Como é que foi o fim da greve?

Nosso interesse com esta audiência pública é o de levantar todas as possíveis questões, encontrar os entraves e receber sugestões de melhorias, as quais serão encaminhadas às autoridades competentes. Por isto é que eu priorizei trazer a UnB, trazer o Ceub, trazer os usuários de lá da associação de Águas Claras, que é bastante impactada, e os usuários dos transportes: para vermos que melhorias é possível fazer para recomendar à nossa diretoria do Metrô e ao Governo do Distrito Federal. Daqui sairá um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

relatório que o Luiz vai poder levar para que seja discutido no Conselho de Administração da empresa para ver o que é possível adotar, não é Luiz?

Releio rapidamente o parágrafo.

Nosso interesse com esta audiência pública é o de levantar todas as possíveis questões, encontrar os entraves e receber sugestões de melhorias, as quais serão encaminhadas às autoridades competentes, tanto as do DF como as da União, pois tudo o que ocorre em Brasília acaba por afetar a dimensão nacional por sermos a sede dos Poderes. Os trabalhos estão abertos e um clima de justiça, equidade e cooperação reina entre nós.

Passo a palavra ao nosso querido primeiro debatedor, que eu gostaria que fosse exatamente o Presidente do Sindicato, para poder dizer para nós como é que andou, como é que fechou a greve, como é que ficou, como é que estão as perspectivas dos trabalhadores, como é que estão todas as questões. Em seguida, vou passar para o representante da associação de Águas Claras. Quero ouvir o ponto de vista do usuário da cidade mais afetada, que é Águas Claras, inclusive sobre essa denúncia de parada de metrô – parada, não parada, como é que anda? Depois vou passar para um dos representantes dos estudantes – pode ser para a Sophia ou para o Luiz. Os últimos serão Autrac, Penna e o Luiz.

Pois não, Penna.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Estou dando uma sugestão ao Luiz Gustavo. Para que tenhamos agilidade, já que há várias questões...

O senhor já colocou na sua fala algumas questões, como concurso, estações que não estão abertas, quantidade de passageiros e falhas. O Luiz, que está representando a companhia, poderia já responder essas questões e, aí, quando eu falar e os outros falarem, já falamos debatendo com ele, num clima de civilidade, com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pode ser. Eu vou só ouvir o sindicato, colocar toda a problemática do ponto de vista do sindicato. Vou ouvir um representante dos usuários, como falei aqui, e depois já passo para você, que terá mais elementos para dar as respostas, conforme o Penna sugeriu. Eu não tenho problema nenhum com isso. Nós estamos aqui é para colaborar, não estamos aqui para inventar a roda, a roda já foi inventada muitos anos atrás. Nós precisamos é sair da situação em que nos encontramos e melhorar a situação para todo mundo.

Vamos ouvir o nosso Quintino Sousa, representante do SindMetrô, que tem de 10 a 12 minutos para falar.

O SR. QUINTINO DOS SANTOS SOUSA – Antes de tudo, eu gostaria de agradecer ao Senador Hélio José pela oportunidade dada ao Sindicato de participar desta Mesa e dizer que uma característica dos metroviários é ter orgulho da empresa em que trabalham. Eles veem a grande importância do Metrô no cenário de transporte.

Na verdade, o Metrô deveria ser muito mais amplo no Distrito Federal. Hoje em dia, se o Distrito Federal sofre tanto com a questão do transporte, é porque falta transporte sobre trilhos e, aí, a gente vê licitação em cima de licitação de ônibus, o que acaba meio que evitando a ampliação desse Metrô, por questão de *lobby* político.

A categoria vem de um movimento de greve que durou 74 dias.

O movimento se calçava em três pontos, e o ponto principal da categoria, por incrível que pareça, não era a questão do reajuste. O reajuste era um dos pontos, mas não o principal. O ponto principal dos metroviários, nesse movimento tão longo, são as condições de trabalho. E dentro de "condições de trabalho", o grande problema hoje é a falta de empregados. A falta de empregados é um problema que afeta os metroviários, mas vem afetando principalmente a população. Hoje, pode-se dizer que falta metade do quadro, porque temos 994 empregados e uma falta acima de 800. Quem é prejudicado com isso? É prejudicado o empregado que está dentro de uma estação, trabalhando por dois, três, quatro, ficando absolutamente saturado, e é prejudicada a população, que anda em um sistema metroviário hoje em dia completamente sem segurança.

Às vezes, isso não fica tão visível porque, afinal, "se o Metrô está rodando, se eu estou conseguindo chegar ao meu destino está tudo certo". Mas não é assim.

Quando você tem uma estação sem um empregado que possa prestar primeiros socorros, sem um empregado que possa dar uma informação, sem um empregado que possa oferecer um mínimo de segurança à população, você corre um risco enorme.

Graças a Deus, não aconteceu um incidente maior no sistema metroviário do Distrito Federal. E, muitas vezes, isso aconteceu porque os poucos empregados que temos se desdobram em atuações, arriscando a sua própria vida, a sua segurança, a sua saúde, para que se possa prestar o melhor serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

à população mesmo dentro de um cenário absolutamente caótico.

O que os metroviários querem é a convocação dos aprovados no concurso. Esta é a única solução. São 800 empregados que faltam no sistema que temos hoje. Se abrir mais uma estação, mais empregados serão necessários; se for ampliado o sistema, mais pessoas serão necessárias.

E a grande defesa da questão dos concursados é que eles não vêm para enriquecer alguém com contrato de terceirização que é ineficiente; eles vêm como empregados absolutamente técnicos e especializados para trabalhar dentro do sistema metroviário do Distrito Federal.

É exatamente o que a gente busca. A convocação dos aprovados, que recebem todo o treinamento, é para você oferecer um melhor serviço de transporte sobre trilhos no Distrito Federal, porque são pessoas técnicas e comprometidas com o usuário.

Todo mundo tem essa compreensão de que os metroviários só existem porque existem os usuários de metrô. Eu já tive a oportunidade de conversar com o Luzimar e nós falamos isso, um depende do outro. E juntos conseguimos fazer esta cidade andar.

Para nós é muito importante estar transportando 200 mil pessoas por dia e, no futuro, queremos transportar muito mais, com qualidade e com segurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já que o Quintino não precisou utilizar todo o tempo, eu vou formular algumas perguntas que me chegaram... (*Pausa.*)

Qual é o problema que está havendo com o som?

Alô? Está o.k.? Algumas perguntas que me chegaram, antes falando o seguinte: nós havíamos convidado o Sr. Marcelo Dourado, Diretor-Presidente do Metrô, que aqui não compareceu; o Sr. Marcos Dantas, Secretário de Mobilidade do DF, que também não compareceu – não mandou representante a Secretaria de Mobilidade? –; o Sr. Leonardo Bessa, Procurador-Geral de Justiça do DF, vou conversar com ele; a Srª Paola Aires Corrêa Lima, Procuradora-Geral do DF; o Sr. Kleber Vinicius, Defensor Público da União; Sr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público-Geral do DF. Não entendi por que as defensorias não vieram, qual foi a resposta que obteve a Secretaria para essa não vinda dessas pessoas aqui, porque não entrei em contato com nenhum? A Secretaria entrou em contato com todo mundo? Há ofício? Há alguma motivação para a não vinda dessas pessoas? Eu gostaria de dar uma olhada nos ofícios para a não vinda dessas pessoas. O representante do Conselho de Moradores da Asa Sul/Plano Piloto foi contactado? O representante do Conselho de Moradores da Asa Norte/Plano Piloto foi contactado? Foram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou dar uma olhada sobre isso, por enquanto vou fazer só as perguntas aqui para aproveitar:

"Tem sido noticiado nos meios de comunicação locais que a falta de funcionários nas bilheterias da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô, tem provocado a necessidade de liberação das catracas para evitar o fechamento de estações. Que providências têm sido tomadas para que esses episódios – que causam perdas de receita – não venham a se repetir?" "Considerando que o Governo do Distrito Federal está impedido de contratar funcionários para compor o quadro da Companhia – devido aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal –, por que razão não é instituído o sistema de bilhetagem automática?" Sobre essa pergunta, quero ouvir da Diretoria da empresa a respeito dessa situação. "Que providências têm sido tomadas para prover o Metrô-DF de serviços de manutenção adequada às necessidades do sistema?" "A Companhia disporia de dados comparativos dos custos operacionais do Metrô-DF com outros sistemas de metrô no Brasil, especialmente custos de manutenção e de pessoal?" "Que providências têm sido tomadas para tornar o sistema do Metrô-DF mais eficiente?" "Há alguns estudos em andamento para criar terminais de integração, aumentar as linhas coletoras e diminuir as linhas de ônibus concorrentes?" "Há algum estudo em andamento para a ampliação do sistema do Metrô-DF? Havendo tal estudo, em que fase se encontra? E qual a unidade do Governo do Distrito Federal é responsável por dar andamento às providências necessárias?" "Existe estudo sobre os impactos para o Erário do Distrito Federal de uma eventual concessão de prestação de serviços de metrô aos moldes do que acontece no Estado do Rio de Janeiro?" "Como os senhores avaliam a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que determinou a nomeação dos aprovados em concurso público para o Metrô-DF, em face das restrições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal?" Isso aqui seria até para você responder. Então: "Como os senhores avaliam a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que determinou a nomeação dos aprovados em concurso público para o Metrô-DF, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

face das restrições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal? Estariam as autoridades responsáveis incidindo em alguns crimes, na hipótese de descumprimento da sentença?"

Gostaria que vocês tirassem cópia, xerox, para mim dessas perguntas, para passar aqui principalmente para o Luiz Gustavo e para o SindMetrô. Enquanto isso, vou ouvir aqui um representante de lá da Associação – da AMAAC –, que é o nosso querido Luzimar. Por favor, com a palavra o Luzimar. Dez minutos, Luzimar. (*Pausa.*)

Não está funcionando?

Devido ao defeito técnico, vou reiniciar os dez minutos, ouviu, Luzimar?

O SR. LUZIMAR PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Está bem.

Alô! Alô!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Troque de lugar com o Vidal.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Luzimar, o senhor está com a palavra por dez minutos.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Bom dia, Senador! Bom dia, Quintino! Bom dia, representante do Metrô e demais componentes da Mesa! Bom dia, Vidal Guerra, que é representante da Autrac!

Senador, aqui estou representando a Associação dos Moradores e Amigos de Águas Claras, porque também dela faço parte. Estamos aqui presentes da Associação de Moradores de Águas Claras eu e o Diretor Winston, que está aqui na frente.

O Quintino já me conhece de outra oportunidade.

Sou Presidente também – eu até estava dando esta notícia para o Vidal – da Associação de Usuários do Metrô do Distrito Federal, que é específica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah que bom!

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Então, a gente vai somar forças aqui com o Vidal, porque há essa interação.

O SR. VIDAL GUERRA (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Eu, como morador de Águas Claras, naturalmente, sou usuário do Metrô, no qual todos os dias venho para o trabalho. É um transporte muito importante, que facilita para nós. Eu costumo dizer de dois aspectos principais para mim, que moro em Águas Claras: o primeiro é a questão da economia, pois, em vez de vir para o Plano de carro, venho de Metrô; o segundo é o estresse, porque sair de Águas Claras de carro gera estresse realmente. Então, se eu tenho o Metrô, isso me favorece consideravelmente.

Para nós, como Associação de Moradores de Águas Claras, temos ali três estações que servem a população de 170 mil habitantes aproximadamente: Concessionárias, Águas Claras e Arniqueiras.

Então, Senador, eu gostaria aqui de mesclar, pois vamos falar como usuários do Metrô e também como Associação de Águas Claras.

Nós, como usuários do Metrô – chama-se Usometrô a entidade, que é a Associação de Usuários do Metrô –, temos muitos pontos a discutir. Já estivemos lá conversando com o Presidente Marcelo Dourado. Já conversamos com o Quintino na época da greve. Os principais pontos que nós, como usuários do Metrô, começamos a questionar são três. Elegemos prioritariamente lá três pontos. O primeiro – o senhor já tocou em um deles – é a conclusão dessas estações que estão paralisadas. Não entendemos por que já estão há muito tempo paradas essas estações. Elas não estão em funcionamento. O Quintino falou brevemente e nos deu ideia de um dos motivos: falta pessoal, realmente. Mas, se essas estações estiverem em funcionamento, isso vai favorecer a população. Esse é um ponto importante a ser observado.

Há outro ponto, Senador e demais. Nós reivindicamos – é um dos pontos que já levamos para o Presidente Marcelo Dourado – que seja instalado o ar-condicionado no metrô. Essa é uma solicitação, pois essa é uma necessidade para nós que somos usuários e que passamos calor dentro do metrô.

Nós reivindicamos, também, Senador, que o metrô, aos domingos, funcione até o mesmo horário que funciona nos demais dias – até às 23h30. Eu sei, Quintino, que isso passa pela necessidade de trabalhadores – a gente entende perfeitamente –, mas, como usuários, a gente até já cita este fator – já falamos para o Quintino; já falamos para o próprio Marcelo Dourado; já tivemos várias reuniões com ele, como Presidente do Metrô –: que a administração do Metrô passa, até o governador passa, o usuário não; usuário é o mantenedor definitivo, porque todos nós, moradores do Distrito Federal, bancamos uma parte do Metrô como população, porque pagamos impostos, é uma empresa pública. E nós que somos usuários diretamente bancamos mais uma vez, porque pagamos a passagem ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então a gente quer que, num planejamento em longo prazo, as estações do Metrô tenham um funcionamento, no domingo também, até às 23h30, porque favorece. É um dia em que a população...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Hoje vai até que horas, por favor?

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Nos domingos, só vai até às 19h.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Então, eu não posso, por exemplo, sair de Águas Claras para ir pegar um cinema no ParkShopping, no domingo, em que o filme começa às 18h, porque eu não tenho como voltar de metrô, porque, após as 19h, já encerrou. Então, esse é apenas um ponto que a gente coloca da necessidade do funcionamento do Metrô também aos domingos, até às 23h30.

O outro ponto que eu já levantei é o ar condicionado. Já estivemos conversando com o Marcelo Dourado; ele apresentou os seus pontos de vista, mas, a cada ano que passa Brasília fica mais quente – não sei por que –, a gente precisa do ar condicionado do metrô. Além do que, como eu estava citando, sobre planejamento de longo prazo, Senador, eu tive experiência de visitar outros países, no caso Lisboa, Paris, a gente vai do aeroporto para o centro da cidade de metrô. Então eu acho que a expansão – é claro que isso demanda recursos, não temos dúvida nenhuma disso, mas queremos trabalhar para que a administração do Metrô sane essas necessidades mais prementes, inclusive a questão da contratação dos que foram aprovados... Nós como usuários – vocês que são representantes dos aprovados – somos, sim, solidários a vocês; entendemos que vocês devam ser contratados, porque isso é uma melhoria de serviço para nós usuários. Então, nós somos solidários sim. Já falei isso para o Quintino.

O que a gente entende é que tem que haver um planejamento em longo prazo; ver como é que está a questão da alocação de recursos dentro do Metrô; por que que não se contrata... Fala-se muito na limitação da LRF. Certo, mas até agora eu como usuário do Metrô não tive essa resposta com propriedade; não foi me apresentado nenhum gráfico, nenhum demonstrativo, mostrando que isso realmente é verídico. Então, eu não tenho; eu tenho a palavra da administração, e a gente está buscando essa informação com mais propriedade.

Então, para nós como usuários de Águas Claras, Senador, quando o Metrô tem problema, causa-nos muito impacto. Eu, como morador de Águas Claras, tenho que pegar o carro, pegar a EPTG ou a EPNB – a EPNB é um sacrifício maior ainda, mas a EPTG também sacrifica.

Como usuário, são esses pontos que eu levantei. Como Associação de Usuários do Metrô, entendemos, como já foi dito aqui pelo Quintino, que o reflexo do bom funcionamento do Metrô se dá não apenas para nós que somos usuários, mas também, por exemplo, para alguém que mora em Sobradinho, pois, se houver um carro a menos de alguém que saiu de Águas Claras para o Plano Piloto, para essa pessoa haverá um favorecimento. Então, essa é uma cadeia.

Nós queremos que o Metrô tenha planejamento de longo prazo e aporte com seriedade e que o Metrô funcione com qualidade para nós usuários.

Depois, quando for aberta a palavra, eu queria, se fosse permitido, que o nosso Diretor Winston pudesse também falar, porque ele participa disso. Temos reuniões mensais, em toda penúltima quinta-feira de cada mês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Qual o nome dele?

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Winston Lima.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Winston, você ainda tem tempo. Se você quiser falar, a fala é dele, e ele está lhe dando uma parte da fala. Quer falar? Pode falar.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Winston, se você puder colaborar conosco nesta fala como morador de Águas Claras e como membro da Diretoria da Usometrô, fique à vontade.

Obrigado.

O SR. WINSTON LIMA – Eu queria agradecer a oportunidade de expressar aqui algumas palavras.

Fico feliz com o fato de o Poder Público, o Legislativo tomar esta frente, já que o Executivo, pelo menos o do GDF, demonstrou muito pouca preocupação em resolver o problema grave que foi a última greve. Foi a maior greve que já ocorreu no DF no Metrô, com 70 dias ou mais. É um absurdo, não é?

Foi muito confortável... Desculpe-me o representante do Sindicato. Nós somos solidários aos trabalhadores, mas é muito confortável para o Sindicato fazer a greve. Boa parte ali não trabalha em boa parte do tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WINSTON LIMA – É um tempo menor. Então, há um certo conforto para os trabalhadores que teriam de levar em tempo integral o metrô para a população. Isso é muito confortável para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Governador Rollemberg, porque os custos do Metrô ficaram muito menores. A receita ficou alocada por um tempo mais produtivo dentro do Metrô. Então, houve uma arrecadação muito boa. É muito confortável para a própria empresa do Metrô, porque ela estava no vermelho e, a princípio, pelas últimas informações que obtive, ficou no azul. Então, para o Poder Público e para todo mundo isso estava muito bom, foi muito boa essa greve. Agora, o usuário, coitado, ralou muito, ralou muito durante 70 dias. As pessoas ficaram fracas, nem tinham mais vontade de protestar, de reclamar, porque este já era um fato consumado: "Não há Metrô." Um investimento fabuloso de recursos e de infraestrutura estava ali ocioso, só dando atenção àquele período que interessa a todo mundo, mas não ao período que o usuário deseja. Ele deseja que ele funcione o tempo todo que é previsto.

Então, fico muito feliz com esta iniciativa do Senado, que pode trazer aqui as pessoas que, realmente, têm interesse nesse assunto, para que a gente possa debater e procurar realmente olhar para o lado do usuário, não só para o do Poder Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Como eu falei, vou ouvir agora um representante dos estudantes.

Vamos depois ouvir a primeira fala do nosso representante do Metrô.

Então, dos estudantes, quem quer falar primeiro? Sophia? As mulheres sempre têm preferência.

Por favor, a Sophia, representante do DCE da UnB, dispõe de dez minutos.

A SRª SOPHIA LUDUVICE – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu queria agradecer o convite para participar desta audiência, principalmente por quererem ouvir a voz dos estudantes.

A Universidade de Brasília é composta por quase 50 mil estudantes agora. A gente acredita que esses estudantes têm a oportunidade única de participar de uma das melhores universidades do País.

É importante que esses estudantes tenham um incentivo para que terminem sua formação. Com todo esse investimento que está sendo feito, que eles possam ir para a universidade, que possam estudar e ter um bom rendimento.

A gente acredita que a qualidade do transporte público é bastante fundamental para isso, pois a forma como o aluno chega na universidade e vai para casa está muito relacionada com o rendimento acadêmico e com a sua própria saúde mental. Afinal, esse estudante vai gastar quase três horas para chegar em casa, e depois não vai ter condição mental de conseguir estudar e de se dedicar aos estudos.

Essa é a grande importância de espaços como este, um momento de pensarmos em qual é o papel desta Casa, qual é o papel dos nossos Parlamentares e do próprio Governo, de prestar serviços à comunidade, e serviços de qualidade.

A universidade forma boa parte dos nossos futuros pensadores, dos nossos pesquisadores e líderes. É de lá que surgem as maiores mudanças sociais. Então, é importante que a UnB não seja uma bolha na sociedade, mas que seja parte, e que esteja mudando. E é importante que a gente tenha este espaço para trazer a voz dos estudantes e para mostrar quais são as insatisfações e quais são as necessidades.

O Metrô foi criado para prestar um serviço para os habitantes do Distrito Federal. Se isso não está acontecendo da melhor forma, há algo errado. Um serviço de qualidade não é um favor, mas, sim, uma obrigação. O Governo não está fazendo um favor para os habitantes, está exercendo o seu papel, e deve exercê-lo da melhor forma. Afinal, os nossos Parlamentares e o Governo são eleitos não apenas para trabalhar por quem concorda com ele, mas por todos os cidadãos. O Metrô deveria facilitar a vida dos habitantes, e não causar desgaste ou estresse, quando você vai utilizar o serviço e não tem um serviço de qualidade.

O transporte público de Brasília deveria ser referência. Afinal, Brasília é uma cidade muito nova, uma cidade muito recente, tudo que está sendo construído aqui é bastante novo e deveria ser referência para o País inteiro, como a forma de transporte. Esta é uma cidade que foi pensada, foi construída da melhor forma para as pessoas que vivem aqui. Todos os serviços aqui oferecidos deveriam pensar nisso. Mas, na verdade, o que a gente acaba vendo é uma série de ineficiências e de descuidos com o próprio serviço que está sendo oferecido.

A gente percebe que o prestador de serviço, no caso da empresa do Metrô, não está interessado em escutar os usuários do Metrô. É necessário que seja oferecido um serviço que atenda a demanda das pessoas. Então, tem que escutar não só a voz das associações de moradores, mas também a voz das pessoas que querem melhorar o serviço que está sendo oferecido atualmente.

Por isso a gente levantou alguns dos problemas que mais atingem os estudantes, que interferem realmente no rendimento deles. E os alunos que utilizam o transporte público, a maior parte deles faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uso do Passe Livre Estudantil. A gente inclusive teve ajuda da Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando houve um problema com o DFTrans. Isso está diretamente relacionado com o Metrô, porque, além de o estudante ter o Passe Livre Estudantil, ele tem que ter um passe livre em que vai poder ter um serviço de qualidade.

O sistema rodoviário está extremamente inchado. A gente percebe isso principalmente ao passar pela Universidade de Brasília. Há filas quilométricas para pegar o 110, que é o ônibus que leva da Universidade de Brasília até a Rodoviária.

A presença de um metrô que atingisse todos os *campi* da universidade seria extremamente benéfica, iria desinchar, por toda essa utilização, e o estudante não teria, ainda, de pegar um ônibus extremamente cheio, em que ele será empurrado, em que ele não se sentirá seguro. Por isso é importante que todos os estudos que tenham sido feitos para a ampliação do Metrô, para fazê-lo chegar à Asa Norte e às demais cidades-satélite, sobre o porquê da não realização desse projeto sejam divulgados para a sociedade. A comunidade tem de ter acesso a esses projetos e, se forem realmente inviáveis, que isso seja demonstrado. As pessoas têm o direito de saber como o seu dinheiro está sendo utilizado. Transparência é muito importante nesse processo.

A gente precisa que o serviço seja oferecido de maneira eficiente. Se está havendo filas gigantescas para que eles possam chegar, isso acaba tanto sobrecarregando os funcionários do Metrô quanto desgastando os usuários que dele fazem uso. Isso acontece desde na catraca – pouquíssimas catracas aceitam o sistema do DFTrans, que é o de que o estudante faz uso. Também, quando passam, são pouquíssimos os trens de Metrô, o que, além de abarcar poucas pessoas, causa muito inchaço em horário de pico. Aí vem também o problema da ventilação. Como foi citado, se se tem um metrô extremamente cheio, as pessoas vão acabar passando muito calor lá dentro e isso pode provocar que elas passem mal, que não se sintam bem ao utilizar esse serviço.

Além disso, a gente tem de pensar que se passaram mais de dez anos desde a construção do Metrô e a gente não vê tantas melhorias. A gente vê estações que continuam sem serem inauguradas, muitas cidades-satélite não abarcadas e uma boa parte do Plano Piloto ainda sem linhas de metrô.

O DF é formado por várias cidades. É importante que todo serviço seja oferecido da mesma forma, porque a gente tem que pensar que, quando se está oferecendo um serviço para parte da sociedade, se está privilegiando essa parte. Ao mesmo tempo, estão oferecendo um serviço que não é de tanta qualidade.

Em relação a mudanças menores, que não exijam obras, podem estar o cuidado com o próprio espaço do Metrô e também em relação a horário.

Como você citou também, em relação aos próprios estudantes, a gente acabou de inaugurar mais uma sala de estudos 24h na UnB. A gente acredita que a jornada não se encerra ao final do dia, porque têm de entregar diversos trabalhos, têm diversas provas. Seria importante que o estudante tivesse acesso a esse transporte no período da madrugada também, porque a gente tem de dar possibilidade ao estudante de estudar, tem de dar possibilidade de que seja oferecido a ele um transporte seguro para que ele possa retornar para casa depois. E a falta de serviços de transporte que atendam no período da madrugada acaba reduzindo a quantidade de estudantes que vão querer fazer uso dessas salas. A vida universitária não se restringe à sala de aula, mas abarca projetos de extensão, também abarca empresas juniores, também abarca a própria vida noturna do estudante. E isso está extremamente relacionado com a questão dos trabalhadores, de não haver funcionários suficientes, porque como promover uma ampliação de linhas e de trens se não vai haver funcionários suficientes ou se vão acabar sobrecarregando os funcionários que já existem? Assim, vão continuar sem proporcionar um serviço de qualidade.

Nesse contexto, é muito importante que a gente tenha esse diálogo com a comunidade, com os usuários e faça uso dos nossos Parlamentares exatamente para que pressionem esses órgãos para que eles ofereçam um serviço de qualidade, a fim de mostrar que isso não é um favor para a sociedade, mas sim um dever, que eles deveriam repensar todo o sistema, para garantir que Brasília seja uma cidade referência em relação ao sistema metroviário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Sophia. Obrigado a você.

Eu queria justificar. O Senador Cristovam Buarque falou que é solidário a esta audiência pública e que está conosco nessa discussão, ele que foi um Governador de Estado que sabe da importância do Metrô, trabalhou muito para a realização do Metrô. Ele tem todas as preocupações que colocamos aqui no início com relação à questão de paradas de metrô incompletas, alguns falando que querem demolir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para fazer não sei o quê, e essa falta de apoio às ampliações. Já havia, desde aquela época, a discussão da ampliação.

Eu, sinceramente, não concebo Águas Lindas, que está aqui colada conosco, Santo Antônio do Descoberto, Águas Claras, que está ali, com estação fechada. Estou falando da ampliação do metrô até Águas Lindas. Eu, na Sudeco, trabalho bastante para que o trem de alta velocidade Luziânia-Valparaíso chegue a Brasília, para poder fazer integração com o Metrô, como você fala, nessa região.

Creio que é inconcebível termos um aeroporto internacional que não tem uma ligação com o Metrô de forma mais adequada. No mundo inteiro há essas interligações.

Esse tanto de paradas na Asa Norte fechadas, ou o caminho da Asa Norte que não chega até o final da Asa Norte; a dificuldade de interligação por trilhos a Asa Norte a Planaltina DF e talvez até a Planaltina de Goiás, que está do lado.

Então, Brasília precisa se integrar melhor no transporte. Muitas razões tem você em colocar isso. Eu quis registrar a questão do Cristovam e me lembrei dessa questão.

Para fazer justiça, o Marcelo Dourado realmente me fez um ofício colocando que o Luiz Gustavo de Andrade iria representar o Metrô e que ele não poderia vir. Então, Luiz Gustavo, que está com todo o abacaxi, vai falar daqui a pouquinho, para responder pela companhia do Metrô, delegada pelo seu presidente aqui.

O nosso querido Ricardo Batista Sousa, nosso Defensor Público do Distrito Federal, não justificou a ausência. Não sei qual a motivação, o que aconteceu. Vou conversar com o Ricardo.

O Leonardo Bessa, nosso Procurador de Justiça, justificou, deixando claro que ele estava com uma questão prévia já devidamente marcada e não pôde vir. Podia ter conversado com ele que ele mandaria um representante, com certeza, mas eu pensei que as coisas tinham ido bem aqui na Comissão e que estava confirmado.

Quanto ao Kleber Vinicius Bezerra, que é da Defensoria Pública da União, acho que faltou comunicação. Ele deve ter recebido a carta e acho que não chegou até ele ou não chegou até o Marcelo, que é o nosso Defensor Público da União. Ele, com certeza, não deixaria de participar.

Paola Aires, que é nossa Procuradora-Geral do Distrito Federal, não mandou justificativa, o motivo da ausência. Vou ligar e conversar com ela.

O Marcos Dantas, que é o Secretário de Mobilidade Urbana, um ex-servidor desta Casa, foi recebido lá no gabinete dele. Não sei nem se ele chegou a tomar conhecimento, pelo que estou vendo aqui. Falaram que iam conversar com ele, não sei se conversaram, e não temos resposta aqui das motivações da não vinda do Marcos Dantas ou de um representante da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Para fazer justiça aos representantes do Conselho de Moradores da Asa Sul e da Asa Norte, eles não foram contactados, pelo menos não tenho aqui registro de contato nenhum a eles. Então, não podemos penalizá-los por não terem vindo, já que não foram convidados oficialmente – tenho aqui todos os convites oficiais feitos. Então, faço justiça aos representantes desses conselhos. O nome deles estava relacionado, mas eles não receberam correspondência.

Vamos passar para o próximo. Vai ter dez minutos iniciais e mais depois das outras provocações.

Vou passar para você por dez minutos, depois para o Penna por dez minutos, para o Rafael por dez minutos e vou fechar os dez minutos com o Vidal. Então vou retornar para você e os que já falaram até agora voltarão a falar, está bom, Gustavo?

Gustavo, dez minutos.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Primeiro, transmito os cumprimentos do meu presidente, que, com certeza, estaria vibrando aqui, porque acredita nos trilhos desde quando foi da Sudeco. Foi um dos precursores nos estudos para colocação de trem e vibra com o assunto. Portanto, seria, sim, um prazer para ele comparecer a esta Casa.

Segundo, Senador, se o senhor me permite agregar à sua primeira colocação, não há empregados e empregadores. Ambos somos empregados do público de Brasília, tanto o sindicato como a direção do Metrô.

Sobre algumas colocações, eu preciso de maior esclarecimento. Disse agora o colega, que teve dez anos de Metrô, que a Estação Estrada Parque, em Águas Claras, foi entregue em 2008.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Pior ainda, em 2002. A gestão desta diretoria foi a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de 2015. Sem dúvida nenhuma, o estado de conservação daquela estação é péssimo – e péssimo não é estar pronto, péssimo é estar péssimo. Ela precisa de investimento.

Não existe nenhuma estação pronta que não esteja operando.

Com certeza, posso garantir: a atual diretoria do Metrô não aceita *lobby* de nenhum outro meio de transporte. O senhor havia feito esse questionamento. Não aceita *lobby*. A solução desta cidade passa sobre os trilhos. Para o senhor ver, enquanto o Metrô, em um trem, carrega 1,6 mil pessoas, 1,4 pessoas, quantos ônibus são necessários para carregar a mesma quantidade?

Eu vou só aguardar o senhor. (*Pausa.*)

Trave o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pode falar.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Então, essas são as colocações iniciais com relação a pontos específicos que o senhor citou.

Um outro ponto que se fala muito são contratos terceirizados. Nós não temos nenhum contrato terceirizado cujo objeto esteja na contramão do que os funcionários do Metrô fazem e do que os concursados vão ingressar para fazer.

Hoje um contrato que se tem é o de vigilância armada, função que os funcionários do Metrô não podem fazer. Porque às vezes a gente vê veiculado que há contratos terceirizados, e por que terceirizar e não chamar os concursados? Nós vamos dizer por que não chamar os concursados. Agora, não há contrato terceirizado que vá de encontro ao que os nossos funcionários podem executar.

Outro ponto: por que não chamar os concursados? E aí, se o senhor, como membro desta Casa legisladora, me permite, a legislação que nos proíbe foi feita através do Executivo e do Legislativo, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o senhor, mais do que ninguém, e as autoridades judiciais sabem que lei é feita para ser cumprida. Caso o Legislativo encontre algum mecanismo, com o Judiciário, para que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja flexibilizada, é claro que isso vai encaminhar diversas possibilidades. Nós não contratamos os concursados em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é um outro ponto, e não há que se falar, tirando os aspectos políticos, não há que se falar nesse assunto sem passar pela LRF.

Houve uma outra abordagem, que é: o TRT deu uma sentença para que o Metrô contrate. A Procuradoria do GDF, em conversa com o Metrô, deixou muito claro, e os juristas abordam esse assunto no mesmo caminho, que não há como não se recorrer dessa sentença, uma vez que seria aceitar o mandamento de que se descumprisse a lei. E é claro que o Metrô não pode fazer isso. E falo em nome da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) nesse sentido. Então, o senhor, como legislador, sabe disto: o que nos proíbe é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vamos lá aos problemas. O Metrô, a empresa – o metrô somos todos nós, existe uma empresa –, é claro que precisa, sim, dos concursados, e precisa de imediato, Senador. Ele não precisa para daqui a dois meses não, precisa de imediato. Tão logo mecanismos na lei ou na Justiça nos propicie contratar, nós vamos contratar.

Quando se fala em cancela aberta, a cancela fica aberta porque não há pessoal suficiente para que se tenha preocupação com o usuário e para que se venda o bilhete. Entre vender o bilhete e se preocupar com o usuário, mesmo que em condições abaixo do que o Metrô deseja, as cancelas ficam abertas, e o Metrô perde receita. E aí as pessoas dizem: na iniciativa privada, isso jamais aconteceria. Por quê? Porque eu não iria deixar de realizar uma receita podendo ter uma despesa inferior através da contratação.

Os números do metrô... O senhor falou sobre os órgãos controladores. Esta Diretoria tem sido o mais transparente possível. Quando entrou ali, ela pegou situações indesejáveis para a empresa e para os funcionários. Existe todo um passo a passo para se responder às demandas que a empresa tinha. Esta atual gestão conseguiu economizar R$55 milhões por ano com o contrato de manutenção. Essa empresa conseguiu auditar, diagnosticar e caminhar no sentido de resolver todo o problema que acontecia na área de bilhetagem, inclusive processando as contratadas. Então, além de constatar isso, além de trocar os fornecedores através de licitação pública transparente, o que gerou economia para a empresa, nós procuramos punir aqueles que não vinham cumprindo o que contratualmente era para ser cumprido.

Esta gestão tem sido proativa no sentido de colocar as estações que hoje encontram-se "semiprontas", de realizar os estudos, de realizar o orçamento de quanto vão sair os serviços para que as estações passem a operar. Essa situação, Senador e senhores, já vem de muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – As estações se encontram há muito tempo semiprontas. E semipronta não é pronta. Estão semiprontas porque não se priorizou no passado o que deveria ter sido priorizado.

Agradeço muito, nesta primeira fase, ao senhor, por abrir este espaço para o metrô. Aqui vamos fazer uma reunião, espero eu, propositiva.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Isso.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Moro nesta cidade desde 1960 e acho que nós, mais do que ninguém, enxergamos aquilo de que a cidade precisa. Os estudantes da UnB, do Ceub e de outras universidades necessitam, sim, do metrô. A cidade necessita do metrô, necessita de trilho, precisa tirar veículo da rua, precisa tirar ônibus da rua. O trem, apesar da capacidade de transporte, é muito pouco poluente, e o senhor sabe disso.

É muito importante até – o nosso Presidente ficaria muito satisfeito em estar aqui – que os Parlamentares se sensibilizem. Esse meio de transporte tem de ser priorizado. Quanto aos recursos destinados à mobilidade, temos de ver com muito carinho o sistema trem e o sistema metrô.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.! Quero só dar um toque para você. Por que preferi fazer assim? Como está só você aqui, eu dividi o tempo. Agora você vai receber a provocação de mais três. Eu o fiz para facilitar até suas colocações. Por isso, eu não lhe dei um tempo maior, só dez minutos, como o dos outros.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Se o senhor me permite, quero dizer que não vou receber provocação, mas que, provavelmente, vou receber colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É isso. As provocações são feitas no sentido de colaborar mesmo.

Vamos lá! Agora, ouviremos o nosso querido Carlos Penna.

Depois, será um Senador. Está aqui o Wilmar, que é o 1º Suplente do Senador Cristovam.

Se quiser falar, a palavra estará à sua disposição, Wilmar.

Vamos só ouvir essas três pessoas e mais uma manifestação do metrô.

Depois, vai estar aberta a palavra sem problema nenhum para os Parlamentares aqui.

Então, por favor, o Carlos Penna tem dez minutos para fazer a primeira intervenção.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, convidados e convidadas, bom dia a todos!

Eu pediria a gentileza de diminuir as luzes aqui, dentro da sala, para podermos utilizar a tela. Eu trouxe algumas informações que eu gostaria de colocar.

Eu vou pedir para o Cleriston, que está aqui operando o computador, para que ele ponha, por gentileza, o primeiro arquivo no ar: cinco eixos de destino e origem.

Pessoal, o que está aparecendo aí na tela para vocês, com um pouquinho de dificuldade, porque as letras ficam pequenas, é o seguinte: nós temos...

Se vocês me conseguirem um microfone sem fio, fica até bom, porque aí eu vou ali perto e adianto para poder apontar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Tudo bem! Então, falo sem microfone sem fio.

Então, é o seguinte: lá em cima, no canto superior direito, vocês vão ver 20%. Está o.k.? Conseguem ver 20%? Não. São 10%. É que a distância prejudica. Aproximadamente 10% do tráfego de pessoas que se deslocam de cima para baixo e de baixo para cima diariamente vêm desta região: Planaltina, Sobradinho, condomínios, Lago Norte, Colorado, Varjão e parte do Paranoá. Perfeito? Está claro isso? Ótimo!

Reparem agora do lado esquerdo, que vocês vão ver 53% onde o cursor está marcando. Essa é a região que a gente chama de Triângulo das Bermudas, que, na verdade, expandiu. Não é mais um triângulo, são várias. Aqui, entra Ceilândia; Águas Lindas, que é vizinha à Ceilândia, mas que já está em Goiás; Samambaia; Taguatinga; Águas Claras; Guará; Cruzeiro; Octogonal; Sudoeste; Plano Piloto, Asa Sul. Perfeito? Cinquenta e três por cento do trânsito, do tráfego de pessoas por dia estão no percurso dessa região para o Plano ou do Plano para essa região. Beleza? Então, vocês já estão vendo que essa é a região que a gente, de cara, vê que é uma das mais importantes. Perfeito?

Abaixo dela, existe outra de 10%, que é a região que sairia, por exemplo, pelo Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo. Perfeito? Dez por cento das pessoas, 10% do tráfego diário no Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Federal vêm daquela região para o Plano e do Plano para aquela região. O.k.?

Há 12% que fazem o percurso na região Gama e Santa Maria e que vão depois em direção a Valparaíso, à Cidade Ocidental, a Luziânia. E temos aqui 5%, que é a região da Ponte JK para o outro lado, em direção ao Jardim Botânico, que vai para os condomínios do Lago Sul, para o Jardim Botânico, para São Sebastião e para parte do Paranoá, que é acessível por aquela região.

Isso é mais ou menos o que há hoje de gente que sai, vai e volta diariamente, de manhã, de tarde, de noite, para estudar, para trabalhar, para ir a médico, para procurar emprego, para fazer o que for necessário e que se utiliza do sistema de transporte. Perfeito?

Então, vocês devem imaginar que alguém, quando planeja transporte, tem de levar em consideração isso.

Quanto aos números, estamos trabalhando, aproximadamente, com quase 1,2 milhão de pessoas se deslocando por dia. Entenderam? Há 1,2 milhão de pessoas no mínimo. Às vezes, há até 1,8 milhão de pessoas, em casos excepcionalíssimos. Mas, em geral, 1,2 milhão de pessoas se deslocam por dia, dividindo-se mais ou menos nessas proporções. Isso é dado oficial do Governo do Distrito Federal. Isso varia em função de um ano ou outro. Mas é isso.

Eu pediria agora que entrasse no arquivo lá embaixo. É o quinto arquivo a partir de baixo: "Projeto Original, três linhas, Metrô DF." Isso! Tem como ampliar um pouquinho? Se conseguisse ampliar um pouquinho, seria bom.

Então, vocês vão ver que, quando o metrô foi originalmente planejado, na década de 80, ainda não se estava contemplando muito a região da Saída Norte, que vai para Sobradinho e para Planaltina, e também não se estava contemplando muito a região de São Sebastião e do Jardim Botânico, porque eram regiões que englobariam 15% a 18% do tráfego de pessoas.

Vocês vão ver o seguinte: em azul está a linha do metrô atual. Vocês vão ver que existe um pontilhado na linha azul, em Samambaia.

Se puder, desça o cursor, para mostrar onde está Samambaia, que está à esquerda. Vá passando o cursor em direção à tela, suba um pouquinho. Achou. Isso é Samambaia. Essa parte pontilhada é a expansão, indo até Samambaia Norte.

Se puder, agora, vá à Asa Norte, por gentileza. Há uma linha pontilhada, e vocês vão ver que existe um projeto de expansão do metrô até a Asa Norte.

Em seguida, há a linha vermelha, que é a chamada intersatélite, que viria a Santa Maria e ao Gama e que se cruzaria com a linha azul do metrô provavelmente na região onde hoje há a Estação Shopping. Depois, ela seguiria, então, pela região de Taguatinga Sul, seguiria para Taguatinga Centro, iria por debaixo da Av. Hélio Prates, em Taguatinga, até chegar, no final, à Ceilândia.

E, finalmente, há a linha verde, que é essa linhazinha que segue por aí, que iria da região, aí sim, onde ela encontra o Balão do Periquito, iria até a Estação Rodoviária, que fica ao lado da Estação Shopping, e iria até a Rodoferroviária. De lá, desceria uma linha até o final do Eixo Monumental, chegando próximo ao Palácio do Planalto. Perfeito?

Esse era o projeto que havia. E por que se chegou a esse projeto? Porque se verificou, desde meados dos anos 80, que a quantidade de automóveis e o crescimento do Distrito Federal impediriam soluções rodoviárias. Você poderia alargar, duplicar, triplicar, quadruplicar a quantidade de pistas, colocar ônibus de dois andares, colocar ônibus biarticulados e triarticulados, que você não conseguiria dar vazão à quantidade de pessoas que utilizam o transporte.

Neste País, incentivou-se de tal maneira a utilização do transporte rodoviário: "Compre este automóvel! Compre este automóvel! Compre este automóvel! Quem anda de transporte é pobre! Quem tem automóvel é bem realizado." O que acontece? Houve um incentivo tão grande à compra do automóvel, que hoje há mais automóvel sendo fabricado do que brasileiros nascendo. Não cabe. Então, em 2000, havia 35 milhões de automóveis; em 2016, há perto de 75 milhões de automóveis circulando no Brasil. Isso não cabe dentro das cidades. Vocês veem isso todo dia. Em qualquer gargalo, em qualquer congestionamento, vocês veem que não cabe a quantidade de automóveis.

Aí eu mostraria o seguinte... Eu pediria para o Cleriston, por favor, ver o arquivo em que está escrito "mapa linha 1 e VLT 1". Está bem no meio: "mapa, linha 1 e VLT 1, JPEG." Isso! Essa é a linha do metrô que, como vocês veem, vai até o final da Ceilândia, até o final de Samambaia e até o final da Asa Norte.

Para quem não sabe, o túnel do metrô hoje já chega à Asa Norte, à altura do Hospital Regional da Asa Norte. A gente o usa – digo "a gente" por que, há dez anos, trabalho no metrô – para estacionar quatro trens, para vocês imaginarem. Quem entra na Estação Central, quando ela abre de manhã, vê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que já há um trem que sai direto para a Ceilândia. Em seguida, vem outro mais outro mais outro e mais outro. Quatro trens ficavam estacionados para gerar fluxo de seguida.

Ou seja, pelos nossos cálculos, segundo a *Railroad Gazette*, que é uma referência internacional em transporte metroferroviário, eles estimam que, para a gente poder terminar aquela estação ali, o preço aproximado é de US$60 milhões por quilômetro. Sabendo que o túnel já chegou até ali, você precisa dar prosseguimento ao túnel para continuar existindo o estacionamento. Grosso modo, com US$60 milhões... Vamos multiplicar por três? Dão US$180 milhões. Com perto de R$200 milhões, o metrô já estaria funcionando...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – De quanto tempo você precisa para concluir as apresentações?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Seis minutos estão concedidos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado.

Aí nós já teríamos condições de poder transportar gente no Distrito Federal.

O que quero mostrar com isso? O que quero mostrar é o seguinte: havia estudos já planejados no Distrito Federal para o Distrito Federal funcionar em cima do metrô. De repente, houve uma febre de se suspenderem todas as expansões. Todos os investimentos do metrô foram suspensos. Pouco ficou. Os valores subiram excepcionalmente. Eu me lembro que isso se deu na época do Governo Arruda. Os valores bateram no teto. Desde 2008, não se coloca um único trilho, não se abre uma única estação, não se recebe um único trem no metrô. Acho que o último trem foi recebido em 2008, naquele contrato do Arruda de 12 trens. Corrija-me se isso se deu em 2008 ou em 2009. É nessa faixa.

O que quero dizer é o seguinte: dinheiro gasto com obra rodoviária é dinheiro perdido do metrô.

Por favor, vá ao arquivo "PAC Mobilidade PDF", por gentileza. Aliás, desculpe-me! Não é o do PAC, não. Desculpe-me, desculpe-me! Está escrito "Apresentação Expresso DER/DF". É esse.

Aí a coisa começou a dar para trás. Nós tínhamos a linha 2 do metrô, que ia para o Gama e para Santa Maria. Substituíram a linha 2 para um projeto de BRT (Bus Rapid Transit), um nome inglês para uma coisa que não existe na Inglaterra. Não existe essa excrescência de corredor de ônibus na Inglaterra. A Inglaterra usa trem, usa bonde. Há ônibus, realmente. Mas substituir metrô por ônibus? Jamais eles fariam uma loucura dessas.

Passe adiante, por favor.

O segundo parágrafo que está no meio, à direita, vai dizer o seguinte: o valor da obra.

Não, não, pode voltar. É esse aí. Se conseguisse ampliar, isso seria muito importante. É esse aí. Podia conseguir ampliar. É o segundo parágrafo à direita, esse bem no meio, à direita. Ele vai dizer o seguinte... Corrija-me quem puder. Agora, joga um pouquinho. Isso, isso, isso.

Olha só: após ajustes determinados pelo Tribunal de Contas do DF, o contrato foi reduzido em R$54 milhões e passou a R$533 milhões em 21 de agosto de 2011. Perfeito? O.k.!

Agora vamos para o seguinte arquivo: "Placa BRT com valor em 18 de setembro de 2012." Está escrito: "Placa BRT, 18 de setembro de 2012." É o de cima.

Vocês conseguem ver o valor colocado à direita, no cantinho? Conseguem ver o valor? São R$785 milhões. A obra estava começando e já tinha sofrido o primeiro aditivo contratual: R$785 milhões.

Vamos para o arquivo de baixo, por favor.

Olha o que eles fizeram. Cadê o valor? Apagaram. Perfeito?

Então, o que acontece é o seguinte: é estimado que esse BRT já custou mais de R$1,1 bilhão. Eu não tenho mais condições para fazer acompanhamento de preços porque sumiram com as prestações de preço na internet. Agora, com R$1,1 bilhão, nós teríamos feito a linha do metrô até o Gama e Santa Maria, ponto. E você acabaria com os problemas de congestionamento em toda aquela região.

Eu pediria agora que me fizessem uma gentileza. Vá para aquela apresentação do YouTube, linha 4, do Metrô – DF. Esse foi o último estudo que consegui fazer ainda no metrô e dei uma atualizada para poder colocar aqui.

Pode dar o *play*, por favor.

Então, estou pegando a Saída Norte, já prevendo uma estação de metrô nesse modelo, que é uma estação aérea que seria construída no final da Asa Norte, sem necessidade do trevo rodoviário, sem gastar dinheiro com automóvel.

Pare, pausa! Aperta a pausa. Volta só um pouquinho.

Senador, se V. Exª me permitisse, eu passaria uns dois minutos, para explicar isso, porque é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O senhor tem mais três minutos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito obrigado.

Vocês estão vendo o canto inferior direito? A parte de baixo é o metrô subterrâneo. A parte de cima são os ônibus elétricos ou VLTs que ficariam ao nível da rua. A parte de cima é o monotrilho. Ou seja, na mesma estação, cabem as três coisas, permitida a integração. Com um único bilhete, você faria várias viagens em um sistema integrado.

Pode dar o *play*, por favor.

Então, o que acontece? Como já ocuparam as duas áreas que seriam os antigos terminais da Asa Norte, o próximo terminal ficaria no final do Eixo mesmo, sem problema. De lá ele seguiria.

Pausa.

A primeira estação seria a Estação Lago Norte. Logo se atravessa a Ponte do Bragueto. Já haveria a Estação Lago Norte, que atenderia justamente aquele início do Lago Norte.

Pode dar o *play*.

Seria a Estação Lago Norte.

A segunda estação seria a Estação do Torto, que já atende o Torto e toda a região, já chegando ao Varjão. Aqui ao lado, está o Varjão. Já começa aqui ao lado o Varjão.

Pode seguir.

Em seguida... Aliás, o Varjão é essa. Perdão, pessoal.

Olhem o tamanho do Varjão! Essa é a pontinha do Varjão, onde se está chegando. Ali em cima há condomínio. Vocês podem ver como é fácil tecnicamente falando.

Solte.

Em seguida, do Varjão você vai seguindo e chega a Taquari. Olhem o Taquari aí. Já haveria a Estação Taquari. É tranquilo, gente, tranquilo. É uma estação aérea, sem problema de grandes obras que afetassem... Depois, vem a Estação Colorado. Em seguida, já haveria a Estação Império dos Nobres. Olhem o tamanho do Império dos Nobres, fora os condomínios do outro lado. Depois, há a Estação Bela Vista, no Condomínio Bela Vista. Olhem o tamanho, para vocês terem noção do que estou falando.

Em seguida, vêm as três estações de Sobradinho. Há o Terminal Sobradinho; a Estação Sobradinho, mais em cima. Aí vocês estão vendo de novo a Estação Estádio, porque fica em frente a Sobradinho. Na verdade, são quatro estações. Há a Estação Sobradinho Norte.

De lá, você seguiria da Estação Sobradinho Norte para a Estação Nova Colina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Da Estação Nova Colina, vai para a Estação Embrapa. Ali o trevo está na entrada da Embrapa. Da Estação Embrapa, você segue finalmente para a Estação Mestre D'Armas, Mestre D'Armas Sul. Olhem o tamanho de Mestre D'Armas, para vocês terem noção do que estou falando. De Mestre D'Armas, vai para a Mestre D'Armas Norte e para a Estação Águas Emendadas.

Gente, estou falando de dezenas, quase centenas de milhares de pessoas.

Finalmente, há a Estação Terminal Planaltina.

Peço para mostrar, por exemplo, agora, a imagem Túnel Taguatinga Centro. Isso, para mim, é um dos maiores absurdos que tenho visto, isso é o que se vai gastar em mais obra rodoviária. Agora, ao lado do túnel do metrô que passa em Taguatinga Centro, que foi construído para as pessoas deixarem os automóveis e os ônibus, quer se fazer um túnel rodoviário. De novo: ao lado do túnel do metrô, ao lado dele, paralelamente a ele, quer se fazer um túnel rodoviário para mais um sistema de BRT. Gente, um ônibus leva 150 passageiros. O trem padrão metrô leva 1,4 mil passageiros. Alguém ficou burro? Alguém perdeu a noção da matemática? É aula básica da 5ª série: qual é o número maior 1.400 ou 140? Está entendendo? Quer dizer, a gente vai jogar fora o transporte do metrô para construir mais BRT.

Aí se entra na questão que fica atazanando o Luiz Gustavo: Lei da Responsabilidade Fiscal. O GDF já está com pouco dinheiro e gasta R$1,1 bilhão para poder fazer um BRT que leva nada a lugar nenhum, porque esse BRT de Samambaia a Santa Maria é subaproveitado, porque o funcionamento dele não fez com que as pessoas deixassem necessariamente de andar de automóvel.

Aí você chega, e, agora, começa uma nova obra rodoviária, fazendo esse trevo norte na saída da Asa Norte, que é outro BRT na prática. E ainda quer fazer mais um túnel rodoviário. De quanto? De R$800 milhões, de R$1 bilhão? Nunca mais se vai botar uma estação para funcionar, não se vai chamar mais nenhum concursado, porque não vai haver dinheiro dentro do GDF para poder pagar isso. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

houver um gasto sem lógica nesse nível, em que você não otimiza o que entra, você não consegue fazer a coisa certa. Qual é o grande problema que a gente tem? Se a questão é dinheiro, nós temos de otimizar o dinheiro.

Aproveitando o que disse o Luiz Gustavo, a Estação Estrada Parque, de Águas Claras, foi terminada em 2012 e estava dentro das normas brasileiras de acessibilidade que havia, que seria a NBR da época. É o que o Crea e todos os órgãos de Engenharia exigem. Só que, com a mudança da legislação – inclusive, o metrô DF, brilhantemente, na época, foi um dos representantes junto ao Ministério da Justiça na elaboração das novas normas de acessibilidade –, a gente trouxe à discussão a questão da acessibilidade ao cadeirante e ao cego, o uso de cão-guia. O metrô de São Paulo não permitia cão-guia. Brasília foi o primeiro metrô no Brasil que previu o cão-guia. Então, tínhamos condição de ser exemplo, de ter o melhor sistema de transporte. Brasília não é uma cidade grande em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro, mas poderia fazer um sistema fantástico, que seria exemplo e que seria replicado no resto do Brasil.

E o que acontece? A Estação Estrada Parque ficou pronta em 2002, só que não havia nenhum prédio, não havia morador em volta. Aí foi feita uma solução: congelar, deixar em naftalina. A partir de 2008, com a construção das faculdades em volta – Processus, UniCeub –, com os grandes condomínios que foram construídos lá, a estação deveria ter sido aberta. Se à estação não é dada manutenção, é claro que ela vai apodrecer. Se ela está desatualizada, não há nada que impeça a sua adaptação. Ela, inclusive, foi construída em pré-moldados, porque era uma das tecnologias da época. Eu escutei até uma representante do metrô dizendo: "O teto está 10cm abaixo." Isso é simples: o teto é de vigas pré-moldadas; você vem com a grua, levanta, põe mais quantas colunas quiser, faz o contorno com a entrada de ar, põe outro teto, que está dentro do tamanho. Acabou. Não há previsão para extintor? Põe-se o extintor. Não há previsão para hidrante? Põe-se o hidrante. Não há elevador? Faz-se por fora o elevador. Gente, solução há! Solução há.

Se vocês passarem no setor comercial, vão ver os prédios do Banco do Brasil, do Banco de Brasília (BRB), da Caixa, que foram feitos sob uma legislação que não previa escada de incêndio. E vocês vão ver que esses prédios têm as escadas de incêndio do lado de fora. Por que foram construídas para fora? Para poderem adaptar-se à legislação. Então, tudo tem solução. Só não tem solução a morte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Penna!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Finalizando...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Desculpe.

Finalizando, uma das coisas mais importantes que há para poder resolver o problema de transporte no Distrito Federal e no Brasil chama-se integração metrô-ônibus. A integração só vai poder ser feita, só será feita se todo o sistema de transporte do Distrito Federal for centralizado no caixa eletrônico do metrô. O metrô tem um sistema de bilhetagem automática, que pode estar antigo, que pode ser o que for, mas que foi planejado e entregue, na época da construção, para ser o centro da integração de todos os transportes do Distrito Federal, através de um cartão de integração – eu tenho o meu, de 2001, quando a gente inaugurou, que até hoje guardo –, um cartão chipado. Poderíamos entrar em ônibus e em metrô com o bilhete integrado.

Eu pergunto: em um País onde a gente sabe que se sonega e que se lava dinheiro, por que o sistema de transporte, quando se pega um ônibus no Brasil, não emite uma nota fiscal? A quem interessa a não prestação de contas e a não fiscalização do que uma empresa de ônibus permite?

Infelizmente, o Dr. Kleber Vinicius, da Defensoria Pública, não está aqui. Ele estava fazendo justamente um trabalho de pedir informações ao GDF sobre como é feito o acompanhamento da quantidade de passageiros que são transportados se o GDF admite que não tem como fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Penna...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero informar a todos que esta reunião, pela ausência importante de alguns convidados, vai ser prorrogada. Nós vamos acertar isso aqui na Secretaria. Não vou fazer outra reunião. Será a mesma reunião, que será prorrogada. Vamos combinar outra data. Vou falar pessoalmente com o Bessa, vou falar pessoalmente com a Procuradoria, para que eles estejam presentes aqui conosco para debatermos esse assunto. Então, estou determinando que esta reunião será prorrogada – ela não será extinta hoje –, porque vamos continuar este debate por causa da importância deste debate para o Distrito Federal.

Além disso, eu gostaria de acertar com o Luiz Gustavo para ele acertar com o Marcelo uma visita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da Bancada do Distrito Federal – vou convidar todos os Deputados Federais e Senadores da República –, para que nós possamos conhecer essas estações que estão paradas e as motivações para isso, o porquê de elas estarem paradas e como fazer para colocá-las em utilização.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Desde já, o convite está feito. É só o senhor definir a área, que o Presidente vai estar lá à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, vou acertar com a bancada. No ano passado, fui o coordenador da bancada, mas, neste ano, um Deputado é o coordenador. No ano que vem, seremos novamente nós do Senado, e aí vamos definir isso, para que possamos fazer essa visita.

Invertendo, vamos ouvir aqui o representante dos estudantes. Da outra vez, ouvi a comunidade e, depois, os estudantes. Agora, vou ouvir os estudantes e, depois, a comunidade, na pessoa do Vidal.

Vamos ouvir aqui o representante dos estudantes, o nosso querido Presidente do Diretório Central dos Estudantes do UniCeub, Rafael Calixto de Souza, por dez minutos.

O SR. RAFAEL CALIXTO DE SOUZA – Obrigado.

Bom dia a todos! Bom dia às senhoras e aos senhores!

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar nesta Comissão a convite do Senador Hélio José e de cumprimentar todas as autoridades da Mesa.

Hoje, represento todos os alunos do UniCeub, uma instituição que conta com 22 mil alunos distribuídos em três *campi*, um *campus* na Asa Norte e dois *campi* em Taguatinga. Há o *Campus* 1 e o *Campus* 2 de Taguatinga.

Não podemos deixar de ressaltar a importância do metrô tanto para os alunos quanto para os funcionários do UniCeub.

Hoje, na Asa Norte, não há linha de metrô, como foi falado aqui, como foi mostrado nas imagens. Em Águas Claras e em Taguatinga, há linhas de metrô. A linha de metrô que é mais usada pelos alunos é a Estação Concessionárias.

Eu estava discutindo mais cedo com a Sophia e com o Carlos a questão da abertura da Estação Estrada Parque. Já foram recolhidos abaixo-assinados, e estamos querendo protocolá-los junto à Procuradoria, para que seja aberta essa estação, que vai facilitar muito mais a vida dos alunos e dos funcionários da instituição, assim como a vida de todos os que moram nas redondezas de Águas Claras e de Taguatinga.

Hoje, consideramos vital a expansão, porque, através dela, poderemos abranger e beneficiar milhares de pessoas e tentar resolver um dos maiores problemas, que é o transporte público. Também não poderíamos deixar de solicitar uma maior segurança tanto dentro das estações como no perímetro ao seu redor, uma vez que as reclamações de assalto vêm se tornando uma constante, inclusive fazendo com que a população use como medida protetiva cartazes avisando-nos do perigo, conforme mostrado ontem em reportagem do DFTV.

O Carlos falou aqui anteriormente sobre a questão da integração entre metrô e ônibus, que acho que é um ponto-chave que deve ser discutido.

Em outros países – eu trouxe até o exemplo de Londres, que está ali –, existe a integração realmente dos transportes públicos. Mas aqui ela não é feita por má vontade realmente, por conta das empresas de ônibus, que hoje recebem tudo em dinheiro e não querem ter de prestar contas para a população desse dinheiro. Desviam esse dinheiro para não ter de pagar impostos. É recebido realmente tudo em dinheiro. Então, essa integração só não é feita por má vontade realmente dos empresários. É fácil fazê-la.

Há uma frase que li uma vez que acho muito interessante: "País desenvolvido não é aquele em que o pobre anda de carro, mas aquele em que o rico usa transporte público." Então, acho que é muito importante o Governo e os Parlamentares que representam o Distrito Federal focarem essa questão do transporte público, para que realmente haja essa integração. Isso é possível, não é uma coisa muito difícil. Que se expandam realmente as linhas do metrô para a Asa Norte e para as cidades onde não existem essas linhas! É um absurdo não haver metrô na Asa Norte. Ele está na Asa Sul, que está ao lado. Pode-se expandir.

A gente estava conversando que há estações que já estão empoeiradas, como o Senador Hélio José falou. Basta fazer alguns ajustes, como a colocação de elevador. Da questão de deficiência a gente tinha falado. Realmente, é um descaso isso. Quem anda de metrô na Asa Sul, vê que a estação da quadra 106 está praticamente pronta, mas está parada há muito tempo, bem como as das quadras 104 e 110.

Então, é preciso fazer a expansão. Peço isso em nome de todos os alunos do Ceub, da instituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e dos funcionários.

Novamente agradeço o convite que foi feito.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Rafael. Muito bom, Rafael! Vamos acompanhar isso juntos, quando formos fazer essas visitas. Da bancada, pelo menos eu vou estar ali. Se os outros não forem... Todos serão convidados. Esta Mesa aqui toda está convidada também para conhecermos essas estações. É só você acertar com o Marcelo para ele entrar em contato com meu gabinete, que vamos acertar essa questão.

Agora, vou passar a palavra para o Vidal Guerra, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo do Distrito Federal (Autrac), por dez minutos.

O SR. VIDAL GUERRA – Bom dia a todos!

Em nome dos componentes da Mesa e em nome de todo este público aqui presente, desejo parabenizar o Senador Hélio José por esta iniciativa que considero de fundamental importância. A questão do transporte público está sendo levada muito a sério através desse ilustre Senador da República Federativa do Brasil. Parabéns, Senador!

Falo do metrô em Londres. Em 1863, foi inaugurado o metrô. Foi construído o metrô em Londres para servir à população.

Entendo que gente tem de ser tratada como gente, e esse tratamento começa pelo transporte público. Estou aqui lançando uma cartilha sobre direitos e deveres dos usuários de transporte coletivo. Estamos lançando essa cartilha.

Agora, se o transporte público de Brasília hoje é da forma que ele existe, imaginem em 1994 como era esse transporte! Tínhamos aqui a TCB, que atendia quase todas as cidades do Distrito Federal. Havia muitos passageiros e poucos ônibus. Naquela época, o motor ficava atrás. Presenciei um fato que me levou a criar essa instituição. No momento em que um motorista... Os ônibus eram superlotados, igual sardinha em lata. Vários passageiros ficavam sentados sobre o motor. Uma senhora gestante estava com um garoto de mais ou menos três anos, que estava sentado em cima do motor.

O motorista deu uma freada brusca, e aquela criança caiu. Quer dizer, é o instinto maternal. Toda mãe, quando vê sua cria em perigo, o que ela faz? Ela vai defender a sua cria, e foi isso que aquela senhora fez. Então, o motorista parou o ônibus com o intuito de agredir aquela senhora. Eu entrei naquela discussão e, a partir daquele momento, pensei o seguinte: "O motorista tem o seu sindicato, os próprios empresários também têm o seu sindicato, que é o Sindicato Patronal. E como é que fica o passageiro nesta história?" Criei a Autrac para oferecer ao povo de Brasília um instrumento de seus direitos. A Autrac é exatamente isso.

Então, conforme iniciei minha conversa, em Londres, o metrô começou em 1863. Isso se deu na Argentina em 1913 e, em São Paulo, em 1974. Apenas sete capitais brasileiras são servidas por esse meio de transporte. Isso significa o descaso com que o Poder Público vem tratando esse segmento, que considero um segmento da maior importância para qualquer sociedade, porque o transporte público, na sua maioria, transporta trabalhadores. Não é justo o trabalhador pegar o metrô, tendo já saído cansado de seu trabalho... Depois de um dia exaustivo, depois de uma luta incansável, ele já sai do trabalho supercansado e pega o metrô superlotado. É cotovelada de um lado, outro pisa o pé, é aquela loucura toda. Se é ônibus, também não é diferente. Isso se deve ao descaso do Poder Público a esse segmento.

Por isso, estou aqui parabenizando o Senador Hélio José, porque, pela primeira vez na história de Brasília, nós estamos vendo acontecer um evento tão importante como este. É um evento para dar um alento àqueles que utilizam esse tipo de transporte.

O conhecimento está inserido dentro dos direitos humanos. A informação está inserida dentro dos direitos humanos. Por isso, estou lançando esta cartilha. Um exemplar deste já se encontra nas mãos do Senador Hélio José. Outro exemplar se encontra nas mãos do Deputado Ronaldo Fonseca. Inserida nesta cartilha está outra proposta, que é a proposta do Vale Social, um vale destinado ao trabalhador desempregado e ao jovem que busca o seu primeiro emprego.

Eu li uma matéria no jornal de que uma rede de comunicação do Brasil enviou um jornalista para percorrer a Europa e ver como viviam os desempregados na Europa. Aquele jornalista teve a oportunidade de entrevistar uma brasileira que estava desempregada na Alemanha. Ele perguntou àquela brasileira: "O que você faz para viver desempregada aqui na Alemanha?" Ela disse: "Nós aqui não temos nenhum problema, porque recebemos uma ajuda do governo de US$1 mil." Era o que ela recebia naquela época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, a diferença é muito grande. Eu disse que gente tem de ser tratada como gente. A Alemanha vê as pessoas como pessoas, não as vê como um ser relevado a primeiro, quarto ou quinto plano ou como classe A, classe B, classe C. Todos têm o direito a viver com dignidade e a ser tratado com respeito.

Quero agradecer ao Senador por ter convidado a Autrac para participar deste debate.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Vidal.

Tive o prazer de participar da votação nesta Casa da PEC que constitucionalizou o transporte como direito do cidadão e dever do Estado. Isso foi feito no ano passado, pegando as quatro principais políticas públicas: educação, saúde, segurança e transporte. Isso foi colocado na Constituição como um dever do Estado e como um direito do cidadão. Nós não podemos deixar de dar esse apoio a essa importante política, que é o direito de ir e vir, que é o direito de as pessoas terem transporte.

Wilmar, por favor, o senhor está com a palavra.

Vou dizer como vamos fazer depois, só para vocês se organizarem aqui. Vou passar a palavra a cada um por até cinco minutos, para as conclusões dos trabalhos, para responder a mais alguma pergunta.

Vou começar por você, que foi quem fez a fala. Ouviu, Quintino Sousa? É só para você poder se organizar.

Wilmar Lacerda está com a palavra, suplente do nosso Senador Cristovam. Aqui, nesta Casa, quem é suplente é também Senador.

Por favor, Wilmar!

O SR. WILMAR LACERDA – Bom dia a todos!

Aqui parabenizo o Senador Hélio José por trazer este debate ao Senado Federal.

Eu queria cumprimentar os membros da Mesa, especialmente o Quintino, representando o sindicato.

Eu não pude presenciar sua fala, mas imagino o que você deve ter falado aqui.

Também cumprimento os estudantes e meu companheiro Vidal.

Eu queria parabenizar pela sua apresentação o Carlos Penna. Acho que desenhou aqui exatamente a problemática que a gente vive no Distrito Federal.

O Distrito Federal hoje, talvez, seja a quinta região metropolitana do País. A gente está falando de cerca de quatro milhões de habitantes em toda a região, se a gente somar o Distrito Federal mais a região metropolitana e o Entorno do Distrito Federal.

Nós estamos falando de uma cidade que foi planejada para ter 500 mil habitantes. Hoje, Brasília tem quase 2,8 milhões de habitantes. Então, é uma cidade que cresceu. É uma cidade que foi planejada, infelizmente, assim: os ricos ficam no Plano Piloto; os pobres, distantes do Plano Piloto. Quanto mais distante daqui, mais pobre é.

Então, o pobre que precisa do transporte é exatamente o que não o tem. Infelizmente, apesar de o metrô contemplar uma região em que moram cerca de 53% da população do Distrito Federal, se você for ver o conjunto da população que está nas regiões do Entorno e que está nas outras cidades que não são abarcadas pelo metrô, você vai ver que a maior parte da nossa cidade não tem um transporte com metrô, que reputo ser o melhor transporte da cidade, que tem a melhor qualidade do transporte público.

É verdade que cada governo tem sua contribuição, o do Arruda, o do Roriz, o do Agnelo. Agora, esperamos que o Governo Rodrigo Rollemberg tenha uma contribuição nesse processo. Infelizmente, passados quase dois anos de seu governo, de tudo aquilo que ele falou da campanha, nada, absolutamente nada foi feito. Absolutamente nada foi feito.

Quero reputar o que considero mais importante: se 53% moram na região articulada pelo metrô, por que não dar as condições para que pelo menos o metrô funcione a contento?

Eu lembro que, como secretário de Estado, no final de 2011, nós estávamos acima da LRF, no primeiro ano do governo Agnelo. Resolvemos o problema da receita e da despesa, fizemos 44 concursos públicos, nomeamos 36 mil servidores públicos, dobramos o salário dos metroviários e fizemos um concurso para os metroviários. Dobramos o salário! O motorista de ônibus ganha uma mixaria. Vocês não sabem, mas o motorista ganhava R$1,6 mil, e o cobrador, R$850. Para elevar o salário do cobrador para R$1 mil e o do motorista para R$1,9 foi uma dureza com os empresários do sistema de transporte, com os donos das empresas dos ônibus. Quase quiseram me matar por conta dessa questão do reajuste dos trabalhadores. Vejam bem: o motorista ganha R$1,6 mil, e o cobrador, R$800. O salário dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

metroviários era um pouco maior que isso, mas o nosso governo dobrou o salário dos metroviários, fez concurso público e deixou tudo pronto para contratar.

Então, existe governo que arruma solução para os problemas, e existe governo que vê os problemas e não consegue encontrar uma solução.

Aposentam mais ou menos dez mil servidores públicos a cada quatro anos. Hoje, vão aposentar cerca de 12 mil, 13 mil, talvez, na gestão do Governador Rodrigo Rollemberg. Mas, se o governo não consegue repor um servidor público, é claro que o serviço público vai se deteriorando em todas as áreas, na educação, na saúde, na segurança pública, em todas as áreas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILMAR LACERDA – Se o metrô já tinha na nossa época uma dificuldade extraordinária na área de vigilância, na área administrativa, na área de apoio e na área de operação, imaginem o que acontece dois anos depois!

Portanto, acredito que estamos aqui diante de um dos maiores problemas do Distrito Federal. É um dos maiores problemas. É claro que há soluções diversas, opiniões diversas e posições diversas, mas de uma coisa temos certeza: durante o governo do qual participei, nós não aumentamos o valor da passagem e trocamos toda a frota de ônibus, com 100% de ônibus novos. Eu moro na cidade de Planaltina, em que, por dia, quebravam sete, oito, nove, dez ônibus; a população ficava no meio da estrada para ir e para vir. Então, de fato, se há uma frota de ônibus nova, se há o VLT, se há o metrô, se evoluiu, por que a qualidade do transporte público está piorando no Distrito Federal? Ela piora a cada ano. Acredito que é uma questão de gestão do sistema, é uma questão de visão do sistema e de crescimento das cidades. E a gente não consegue dar uma resposta.

Eu queria aqui lamentar profundamente que os trabalhadores do metrô tenham ficado 70 dias em greve. Trabalhador não faz greve por que quer, não, nem faz greve para ficar acomodado. Trabalhador faz greve por que as condições de trabalho e de salários têm de ser repostas. Está em greve por conta disso. Eu não conheço um trabalhador que goste de fazer greve. Fui secretário de administração, labutei com todas as greves durante o governo Agnelo, mas procurava uma solução para o problema. Talvez, por isso, pela coragem que a gente teve, tenho cinco ou oito processos do Ministério Público. Quem está na gestão tem de decidir, quem está na gestão tem de tomar iniciativa, quem está na gestão tem de decidir e tomar providências. Se ficar esperando o parecer do Ministério Público, se ficar esperando o parecer do Judiciário, se ficar esperando um ambiente propício para governar, não vai encontrar isso nunca, nunca! Portanto, quero aqui dizer isso e lamentar profundamente. Acompanhei a greve dos metroviários, acompanhei a greve dos rodoviários, acompanhei a greve da saúde.

Nós contratamos, em média – vejam só! –, nove mil servidores públicos por ano concursados. Essa foi a média. Foram 36 mil nomeados. Lamento profundamente que este governo não esteja nomeando absolutamente ninguém não só no transporte, mas também na saúde, na educação, na segurança pública, em nenhuma área. Portanto, é claro que, se passarem os quatro anos nesse tom, nós vamos ter serviços piorados em todas as áreas, fundamentalmente na saúde, na segurança, na educação e no transporte.

Então, Senador Hélio, eu queria parabenizar sua iniciativa. Acho que, como Senador do Distrito Federal, o senhor cumpre um papel importante, trazendo esses temas para o debate aqui. Que ele seja aberto! E que se traga a comunidade, a sociedade, para fazer esse tipo de debate!

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILMAR LACERDA – Expresso meu apoio aos rodoviários, aos metroviários, ao Quintino, ao sindicato e também aos concursados, que lutam, porque já fizeram esse concurso em 2014 e esperam a nomeação até hoje. A empresa, como disse aqui o nosso diretor administrativo, necessita de pessoal. Eu sei que você sabe da necessidade que há de servidores em todas as áreas.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Hélio.

Espero que o Presidente do Metrô e o próprio Governador... Em uma reunião como esta, para se discutir transporte público coletivo, quem tem de estar presente é o Governador ou o Secretário de Mobilidade. Não é que o Diretor de Administração não possa estar presente, porque quem conhece os termos mais técnicos e mais profundos é, de fato, quem coloca a mão na massa, mas, em um debate como este, Senador, acredito que as principais pessoas do Estado têm de estar à frente. Infelizmente, o Governo acabou com a Secretaria da Administração. Não existe mais possibilidade de fazer negociação coletiva com categoria nenhuma, porque não há interlocução com o servidor público, e isso, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

leva ao caos que vivemos hoje no Distrito Federal, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. É lamentável dizer que concordo 100% com o que coloca o Wilmar. É lamentável!

Eu apoiei o Governo Rollemberg e acho que ele tem de ousar na capacidade de investimento e de contratação de pessoas. Não há como uma empresa com essa importância continuar cada vez mais desfalcada de servidores. Nós precisamos, a partir do momento da constitucionalização da política de transportes, também discutir formas de financiamento e de investimento que propiciem que a Linha Vermelha, a Linha Verde e as ampliações da Linha Azul sejam feitas.

Este debate é importante. Por isso, convidamos exatamente o Presidente do Metrô e o Secretário de Mobilidade Urbana. O Luiz está representando muito bem o Presidente do Metrô, que, por carta, explicou por que não pôde vir, mas a Secretaria de Mobilidade Urbana não está presente. Eu acho que nós temos de dar prosseguimento ao assunto. Por isso, prorroguei esta audiência pública. Vamos reforçar o convite aos que aqui não estiveram, para que possamos dar continuidade ao debate.

Tenho feito várias audiências públicas sobre saúde. Deve haver outra daqui a alguns dias. Vou fazer uma sobre educação também. Nós não vamos compactuar com o não pagamento do que foi pactuado. Parece que há uma tentativa de não pagar o que foi pactuado. Então, nós vamos convocar uma audiência pública para debatermos a educação. Vamos aguardar só eles acalmarem um pouquinho. Temos de separar o joio do trigo.

Aqui, de público, faço meu protesto ao protesto que fizeram contra o Senador Cristovam, em relação à sua liberdade de voto, à sua liberdade de manifestação política. Na semana passada, houve uma audiência pública, e as pessoas foram profundamente descorteses com o Senador Cristovam – eu estava viajando, eu estava no Chile –, por causa da posição política que ele teve a coragem de adotar. Todo mundo tem liberdade. Nós moramos em um País democrático, constitucionalizado, onde as pessoas têm direito a ter suas manifestações e suas posições. Podemos concordar ou discordar. Podemos não concordar, não há problema algum, mas não podemos agredir, fazer com que as pessoas que trabalham em prol de todos se sintam constrangidas, como aconteceu aqui com o Senador Cristovam na semana passada, o que eu lamento.

Eu quero retornar, então, a palavra para o Quintino, representante do Sindicato dos Metroviários, por cinco minutos.

Fique à vontade.

O SR. QUINTINO SOUSA – V. Exª vai querer que eu dê uma passada também nas questões que foram colocadas?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fique à vontade, Quintino. Você tem cinco minutos.

O SR. QUINTINO SOUSA – O.k.!

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar sobre a greve. Fica sempre a ideia de que greve significa férias para o trabalhador, mas não o é. É incômodo, é muito incômodo. É ruim você entrar numa greve, e é muito mais complicado você sair dela, principalmente diante de um governo omisso. A situação, se esteve confortável para alguém, foi só para o Governo do Distrito Federal. A situação não esteve, de forma alguma, confortável para a população – e a gente entende isso – e não esteve, de forma nenhuma, confortável para os trabalhadores, porque a gente quer trabalhar e quer prestar o melhor serviço possível à população do Distrito Federal. Nesse ponto, a gente quer ver o usuário do metrô sorrindo e feliz por ter um transporte de qualidade.

Sobre a questão de que o Dr. Gustavo falou, do contrato de vigilância armada, existem controvérsias. Não é necessária a quantidade de vigilante armado que existe hoje no Metrô. O único resultado que você tira desse quantitativo de vigilância armada foi o roubo de diversas armas nos postos de trabalho, o assalto a caixas eletrônicos dentro das estações com vigilante armado e o assassinato de um vigilante em Ceilândia Norte. Então, isso não foi benéfico, de forma alguma. Houve um aumento significativo na alteração do contrato de vigilância para comportar vigilantes armados. Este é até um convite que eu faço: que se observe a lei federal que rege a segurança metroviária, que precisa ser específica e que precisa ter quadro próprio concursado, e o edital de licitação da vigilância. Uma é cópia da outra. Na verdade, quando há essa situação dentro da LRF, já que é para a gente falar de LRF, tem de se considerar esse terceirizado dentro da despesa com pessoal. Você não considera isso. Então, na verdade, é preciso contratar os profissionais de segurança do metrô, sem ficar tentando inflar o quadro de vigilantes.

Sobre a LRF, muito se fala: "Ah, é obrigado a recorrer!" Sim, você é obrigado a recorrer para preservar a economicidade do Estado. Agora, quando eu penso que é mais caro eu ficar protelando esse processo de convocação, prejudicando a população, que o melhor e o mais barato é não recorrer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

não se tem de recorrer, tem de se convocar os aprovados. Agora, a questão que eu observo é muito mais política, não é uma questão de olhar realmente para as necessidades dos trabalhadores e, acima de tudo, para a necessidade da população do Distrito Federal e dos usuários do metrô.

Eu acredito que vou precisar de um pouco mais de tempo para falar sobre as questões que foram levantadas aqui.

Eu gostaria de fazer algumas observações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Vou lhe dar mais um minuto.

O SR. QUINTINO DOS SANTOS SOUSA – Está o.k..

Em relação à questão de se colocar atendimento automático de bilhetagem, isso já deveria ter sido feito há muito tempo, mas é importante ressaltar que o atendimento automático não é um substituto perfeito do bilheteiro. Eu tenho a máquina de autoatendimento e eu tenho o bilheteiro do lado, do mesmo jeito que um banco. Não vou ter um banco em que eu tenha só as máquinas de autoatendimento. Por quê? Porque há gente que não tem familiaridade com o autoatendimento e não vai ter. E há a necessidade de a pessoa dar esse atendimento.

Em relação à questão de providências para a integração, na verdade, os empresários não têm interesse na integração. A partir do momento em que há a integração na cidade de Brasília, em todo o Distrito Federal, não há necessidade de vinte linhas de ônibus trazendo da cidade para o Plano. Eu simplesmente carrego esse pessoal para o transporte de massa, que é o metrô, e o metrô leva. Isso descongestiona as vias e dá mais velocidade ao transporte do cidadão. Quem não quer isso? Os empresários. Eles lucram mais com as linhas de ônibus que levam das cidades até o Plano.

Sobre a questão do sistema de metrô do Distrito Federal, de repente, ser concedido, como é o do Rio, e o do Rio para mim é um exemplo horrível quando se trata de sistema de metrô. Hoje em dia, a concessão é um sistema maquiado para parecer que é eficiente, mas que, no fim das contas, é completamente pago pelo Estado. Ou seja, é apenas uma forma de colocar mais dinheiro no bolso do empresário, e o sistema é menos eficiente. Por quê? Eu, como empresário, estou pouco me lixando para o usuário do sistema. Eu quero saber é de ter mais e mais lucro. O transporte como direito social tem que ser público e operado por empregados públicos, que vão prestar o melhor serviço possível à população do Distrito Federal.

Temos que discutir aqui não concessão, mas ampliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. QUINTINO SOUSA – ... e atendimento desse sistema à população do Distrito Federal.

É muito importante o que o Carlos Penna colocou. Na verdade, hoje em dia, o sistema metroviário dentro do Distrito Federal é cercado, não existe interesse na sua ampliação para que algumas pessoas lucrem com isso. Vemos uma CPI sobre transporte que questiona a licitação de ônibus que não vai para frente e não chega a solução nenhuma. Ao mesmo tempo em que os empresários recebem subsídios enormes do Governo do Distrito Federal sem que tenham que prestar nenhuma conta dos valores recebidos.

Então, em uma cidade tão moderna, projetada, nós estamos na contramão. E isso não pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k. Muito obrigado, Quintino.

Passo a palavra ao nosso querido Luzimar Pereira, 1º Secretário da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras, cidade bastante impactada pela questão do metrô.

Por favor, Luzimar.

Em seguida, nós vamos passar para a nossa querida Sophia Luduvice.

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Obrigado, Senador.

Bom, só tenho a dizer aqui, em nome da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras, que é uma satisfação muito grande, Senador, participar deste encontro. E também, na condição de Presidente da Associação dos Usuários do Metrô, que este tema nos é muito caro.

Foi dito aqui por um dos palestrantes, e até mostrado, o projeto de expansão que existe para o metrô. É isso que nós usuários do metrô queremos. E, lógico, queremos também que os Parlamentares que nesta Casa representam o Distrito Federal possam assumir compromisso com esse tipo de projeto. Não é um projeto barato, como os números demonstram, mas é um projeto possível, e vai trazer benefícios para toda a população do Distrito Federal. E nós em Águas Claras ficaremos muito satisfeitos com a melhoria do metrô.

Sabemos hoje que existe o sistema de carrossel – aí é uma parte técnica – em que há o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

determinado entre um trem e outro para pegar o pessoal na estação. Mas sabemos que se aplicarmos tecnologias que já existem e investimento vai diminuir inclusive, Senador, o tempo de espera dos usuários nas estações. Isso vai ser importante para nós.

Já está aqui, de pronto, aceito por parte da Amaac o convite, a visita a essas estações, porque é um dos temas que a gente, tanto na Amaac quanto na Associação dos Usuários do metrô defendemos, é que essas estações que estão em vias de serem entreguem realmente sejam entregues para a população usar. Nós moradores de Águas Claras temos ali o exemplo que foi citado, a Estação Estrada Parque. Realmente vai favorecer muito, temos condomínios com grande quantidade de população. Eu mesmo moro próximo desse local da Estação Estrada Parque. Há condomínio ali, como o Acqua Village com uma população imensa de moradores que vai ser favorecida por essa entrega. Então, está aceito, quando for a comissão de Parlamentares visitar nós gostaríamos de ser contatados e estar presentes acompanhando.

Só reiterando que o Metrô, como já foi dito aqui, se for de fato implantado conforme aquele projeto, vai favorecer muito.

Foi dito aqui pelo nosso colega estudante do UniCeub que país rico não é país em que todas as pessoas que têm dinheiro têm um carro, mas em que pessoas que têm dinheiro usam metrô. Realmente, o estudante do UniCeub falou bem e temos esse mesmo sentimento. Não há necessidade de a gente estar com o veículo na rua, há um monte de coisas em que interferem: no meio ambiente, interferem no próprio trânsito, que causa esse tráfego intenso. O metrô é um sistema muito bom.

Temos que parabenizar os trabalhadores do Metrô. Só para ilustrar, com bastante ênfase, para vir para cá, de Águas Claras, peguei o metrô, vim à estação e de lá até aqui. Uso o exemplo, como na própria Suécia – li um livro que demonstra com clareza, Senador – e acho que isso tem que acontecer em Brasília –, os parlamentares pegam metrô e vão trabalhar de metrô. Acho que isso tem que acontecer no País, porque o metrô une todos os níveis de população. Eu acho que não há nenhum problema, nenhum demérito se o Parlamentar vier a esta Casa usando o metrô. Acho que esse é um sonho que devemos ter, porque a população é igual – a fala do nosso amigo Vidal aqui foi importante –, deve-se tratar o ser humano como ser humano. E o metrô socializa, iguala os trabalhadores.

Então, eu vim a esta reunião de metrô e reclamei do ar-condicionado. Continuo reiterando essa necessidade, porque a gente passa calor no metrô.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUZIMAR PEREIRA – Que haja esse investimento e esse cuidado dos Parlamentares com isso, havendo uma interação dos Parlamentares com o Governo de Brasília para fazer aplicar para longo prazo recursos para ampliação e melhoria na qualidade do sistema de transporte do Metrô.

Então, nós de Águas Claras agradecemos.

Quero aqui, em nome do presidente da nossa Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras, Roman Cuattrin, que nos indicou aqui como representantes, e também em nome – não fomos convidados, a Associação dos Usuários, mas quero dizer que a Associação de Usuários do Metrô gostaria de estar participando desses debates também, junto com nosso amigo Vidal, que é Presidente da Associação de Usuários do Sistema de Transporte Coletivo, que abrange todos.

Muito obrigado.

Que tenham um bom debate. Gostamos muito. Queremos que esta sessão tenha continuidade além de hoje, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Vamos continuar. Acho que podemos desdobrar para dialogarmos com a ANTT, com o Ministério do Transporte, com o DNIT e com o DER, de Brasília. Vamos ver algumas questões básicas sobre o transporte do DF, que ainda estão para ser resolvidas, que é o anel viário, o trem de média velocidade de Luziânia para cá, o Expresso Pequi para Goiânia e a ampliação do metrô.

Então, temos muito a dialogar sobre esse assunto. Estou aberto no meu mandato para começar uma bateria de discussão sobre esse assunto. Especificamente sobre esse, vai haver ainda mais uma reunião. E poderia a Associação dos Usuários do Metrô representar todo o setor comunitário. E aí vocês terão que se reunir na próxima, para definir uma pessoa que colocarei da mesa, e também com o pessoal do Conselho da Asa Sul e Asa Norte, que não esteve aqui, mas vou entrar em contato. A partir dessa reunião, fazer um documento dos usuários para que possam estar aqui.

A Sofia e o Rafael vão falar, cada um, cinco minutos aqui. Mas precisamos ver com o pessoal do Unieuro e de outras universidades, que são altamente impactadas, para que um deles possa representar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui na próxima reunião todo o segmento estudantil, que é um grande usuário. Vou retomar com o Ministério Público, com a Defensoria, com a Procuradoria, com o Metrô, com o setor de mobilidade urbana, com um representante dos estudantes, um representante do setor comunitário e um representante do sindicato.

O Ronaldo não veio e de repente ele vai representar o sindicato no geral.

Quero um representante dos estudantes, um do setor comunitário. Reúnam com a Asa Sul, Asa Norte e definam que estará nessa próxima retomada, com uma fala comunitária, uma fala estudantil, uma fala dos trabalhadores, da companhia, que é o Metrô, uma fala da Secretária da Mobilidade Urbana, que é do Governo. O cientista político vai continuar na mesa. E também uma fala do Ministério Público e da Defensoria, passo para fechar as questões.

Então, dando sequência, passo a palavra a Sophia Luduvice, Presidente do DCE, da UNB.

A SRª SOPHIA LUDUVICE – Obrigada. Acho que, do muito do que foi trazido aqui, paramos para pensar num dos maiores problemas de desperdício de dinheiro público é a questão do retrabalho. Elaborar uma obra, realizá-la e não colocá-la para uso, é exatamente o retrabalho, é fazer com que o dinheiro público seja gasto e não tenha investimento.

Tratamos muito na UNB é a questão da evasão dos alunos. Um aluno da UNB custa cerca de R$3 mil por mês. Um aluno de medicina custa muito mais. E quando você não dá o suporte para que esse aluno permaneça na UNB, para que ele lá chegue à universidade e de lá saia, esse dinheiro é desperdiçado, porque ele não vai se formar, ele não vai ter adquirido o diploma, que é o objetivo da universidade gratuita.

Por mais que a gente esteja vivendo um período de cortes, um período de crise, em que é difícil conseguir que o Governo faça ampliações, não podemos utilizar a crise apenas como uma desculpa. Esses tipos de projetos tanto de integração quanto de ampliação têm de ser liberados para a comunidade, para que a comunidade possa atuar nisso e tentar ajudar nesse tipo de resolução.

Tivemos um caso parecido na UnB porque o estacionamento do *Campus* do Gama era inexistente. Tínhamos muitos alagamentos e assaltos porque não havia cercamento da área. Entramos em contato com o DER, e os estudantes do Gama se mobilizaram para isso. E, como o DER não tinha dinheiro para elaborar essa obra, fomos até a Câmara Legislativa do Distrito Federal e conseguimos que os Parlamentares fornecessem o dinheiro para que se desse início a essa obra. Foi isso o que aconteceu agora. Essa obra acabou de se iniciar com todo o sistema de drenagem do Gama, que vai ajudar não só o *Campus* da UnB, mas também a comunidade do Gama em relação ao problema de alagamento.

Então, a participação ativa da sociedade pode acabar trazendo soluções e maneiras de tentar executar obras para que, em princípio, parece que não vai haver dinheiro ou verba sua execução.

É isto que eu peço ao Luiz Gustavo, representante do Metrô: que isso seja divulgado à comunidade. A comunidade tem de ter acesso a esses projetos e tem de saber o porquê das coisas que não estão acontecendo. É muito importante que ela seja ativa e que vocês deem essa oportunidade. Isso pode, muitas vezes, evitar que diversas coisas aconteçam e que tenhamos de chegar a uma greve. A gente se reuniu com o Presidente do Metrô para tratar sobre a greve, que estava prejudicando muitos estudantes que não estavam conseguindo chegar lá. Felizmente, dois dias depois de nos reunirmos, a greve já foi encerrada, após a assembleia, que deu o fim. Mas é importante que possamos ajudar vocês porque é com essas parcerias que conseguiremos desenvolver a sociedade de Brasília.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Sofia.

Dando continuidade, vamos passar a palavra ao representante do Metrô. Em seguida, vou passar aos outros três. Cinco minutos para você, que, depois, terá outros cinco minutos para fechar.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Senador, eu lhe disse que eu ia receber colaboração e acho que o senhor constatou que recebi muitas.

Quero até parabenizar o Carlos aqui porque ele trabalhou por dez anos no Metrô e acredito que ele tenha trazido uma série de informações que foram úteis para que embasássemos o raciocínio. Não tenho como avaliar a parte técnica porque não sou da área.

Não tenho procuração do Governador Rodrigo Rollemberg e nem sei se a manifestação dele seria esta – lamentavelmente o Senador Vilmar Lacerda se retirou. O que acontece? Estamos conversando aqui, e, desde 2008, não se põe um trilho nesta cidade. Os investimentos maciços foram feitos em BRT ou em transporte com malha asfáltica.

Então, é muito cômodo chegar para uma plateia de trabalhadores que estão com uma expectativa de entrar hoje no serviço público, mais especificamente no Metrô, e se dizer que é lamentável que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

não se contrate. Eles fizeram concurso num governo que não foi o atual e poderiam, sim, ter sido contratados logo depois que fizeram o concurso. Então, se não foram contratados, motivo havia, a necessidade do Metrô não vem de hoje, ela já vem de lá de trás, razão pela qual foi feito concurso.

O senhor me permite, mas é um tipo de discurso conveniente, mas é aquela coisa de fala o que eu faço, mas não faça o que eu digo. Dizer hoje que se tinha que contratar é muito fácil. A opção de se fazer isso e responder a oito ou dez processos é de cada um. Eu, por exemplo, não quero responder nem meio, porque estou mexendo com dinheiro público. É prerrogativa minha ser processado por meu dinheiro particular. Dinheiro público não é para brincar, não é minha prerrogativa dizer se vou responder processo. O servidor público, o gestor público não está aqui para mostrar coragem, não está aqui para dizer que ele peita e faz tudo, não está aqui para agradar A, B ou C com dinheiro público. Eu agrado com o meu dinheiro. Então, isso é muito importante que fique marcado.

A atual gestão do Metrô tem sido responsável, tem sido prudente, tem respeitado a lei e teve 17 reuniões com o sindicato, esgotamos várias formas. O sindicato, eu sempre disse, não é para dizer que diretor é bonitinho, sindicato é para ser combativo, para buscar os direitos com bom senso. E o processo foi parar na Justiça, porque a Justiça é o fórum dos civilizados, é lá que se debate, desde que não se tenha chegado a um acordo. Se entrarmos num debate subjetivo do que é ou não possível se fazer juridicamente, isso é quase que um caminho que não chega a lugar nenhum, digo que é um caminho estéril. Há demandas que são feitas aqui por estudantes, pelo público em geral.. Estivemos juntos, logo quando vocês estavam fundando a associação, vocês estiveram comigo, parece que havia duas senhoras junto. São superimportantes essas contribuições, agora, que não tratemos isso de forma demagógica. Aqui é um fórum sério para se tratar isso. Eu convido o senhor para ir lá ver os projetos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Os projetos estão sendo feitos, muitos aguardando recurso. Então, isso é gestão responsável, prudente e proativa, porque tudo que se falou aqui está sendo feito lá. Está o ideal? Claro que não. Outra coisa, o Metrô está aberto para sugestão, mas coisa séria, sem argumentos demagógicos. As informações estão lá, os sindicatos têm acesso às informações na hora em que quiserem, porque os que estão trabalhando lá são colegas de carreira e pelo menos eu nunca soube que algum diretor proibiu que alguma informação saísse de lá.

Então, agradeço muito, coloco o Metrô à disposição. Estamos lá para ouvir todos que queiram contribuir do ponto de vista técnico, do ponto de vista de usuário. Agora, de forma séria, não vou responder processo, acredito que nenhum gestor hoje no Metrô quer responder processo. Queremos fazer o que a lei permite. E aí, se a lei permite ou não, às vezes há algumas interpretações. O Quintino tem interpretações sérias, que são interpretações dele, que são interpretações do jurídico do sindicato e a procuradoria jurídica do Metrô tem uma outra interpretação. E aonde se chegará a um acordo? No fórum dos civilizados, que é na Justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Correto.

Dando sequência, o Sr. Carlos Penna, nosso representante, mestre em ciência política, ex-coordenador do Metrô DF.

Só especificando para vocês aqui, para organização: na próxima retomada desta audiência pública, que vai ficar suspensa, não vai ficar encerrada, vai ter o representante do Metrô, o Gustavo ou o presidente da Semob (Secretaria de Mobilidade Urbana), representando o Governo do Distrito Federal; o cientista político, que é o Penna; um representante da Defensoria Pública; um representante do Ministério Público; um representante comunitário – eu quero que se reúnam a Amaac, a Autrac, o Conselho da Asa Norte, o Conselho da Asa Sul e mais quem porventura vocês tiverem, para preparar a apresentação em nome de toda a comunidade; um representante dos estudantes. Estou aqui com as duas maiores universidades de Brasília, que, com certeza, vão dialogar com os outros DCEs. Vejam uma representação, quem é a pessoa que vocês querem que se coloque aqui. A posição de vocês estará sendo colocada; um representante do SindMetrô. O diretor jurídico era para vir hoje e não pôde e veio aqui o nosso diretor financeiro, que representou muito bem, por sinal, o SindMetrô, sem nenhum tipo de problema. Vocês reúnam a diretoria, definam quem trará as posições.

Teremos uma mesa composta por 8 membros. Pretendemos dar um fim a esta primeira rodada, a esta audiência pública a respeito da questão.

Vamos passar para o nosso Carlos Penna, cientista político.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu vou pedir que apaguem as luzes para eu poder retomar aquela parte da apresentação. Eu pediria que voltasse de novo para aquela imagem do projeto original das três linhas metrô, porque eu acho que vai ficar bem esclarecedor. Apaguem as luzes, por gentileza, porque facilita para a televisão quando for pegar a imagem, senão a imagem fica praticamente estourada.

Vocês estão vendo então que, quando isso foi feito, na década de 80, ainda não havia sido feito todo o estudo para seguir até Sobradinho e Planaltina e também ainda não tinha pegado a parte depois da Ponte JK, porque a Ponte JK, vocês sabem, foi inaugurada depois do ano 2000. Beleza.

Estão vendo essa imagem das três linhas do metrô? Elas se cruzam e pegam praticamente todo o Distrito Federal.

Por gentileza, Clériston, pegue o seguinte arquivo: os três corredores de ônibus.

Percebam que se gastou dinheiro. Isso não foi coisa de um só governo não. Quero só dizer que isso vem em governos sucessivos e eles têm dado continuidade, suspendido as obras do metrô. Vejam que eles pegam as linhas de corredores de ônibus exatamente em cima das linhas do metrô, perceberam?

Clériston, volta à imagem das três linhas, para fazer um jogo visual.

É praticamente a mesma coisa, vocês vão ver que é praticamente o mesmo desenho. Um pouquinho diferente, mas vocês vão ver que o eixo principal é a mesma coisa, perfeito?

Vamos voltar para a linha do ônibus.

Gastou-se dinheiro fazendo-se todo o projeto para as linhas do metrô, e aí se gastam não sei quantos milhões para fazer um novo projeto para uma coisa superada pelo metrô, que é o corredor de ônibus. Torno a dizer: BRT é um nome inglês para algo que não existe na Inglaterra, vamos deixar isso bem claro.

Vamos agora para o que propomos. O metrô não vou precisar mostrar para vocês. Eu pediria para mostrar para vocês agora dois pequenos vídeos de dez, vinte segundos.

Tramway. O.k. Amplie, por gentileza. Isso.

Antes de começar a tocar, isso aí é o ônibus elétrico típico, que circula hoje, padrão europeu. Ele é piso baixo, não é esse com chassi de caminhão dos ônibus de Brasília.

Com a licitação, poderia se pedir ônibus de piso baixo. Nós entramos com recurso no Ministério Público, pedimos à Secretaria de Transporte, fizemos tudo. E não: quiseram que os ônibus do Distrito Federal mantenham o padrão de ônibus com chassi de caminhão, em que se têm aqueles três degraus de quase um metro de altura, que é ótimo para um cadeirante, para uma velhinha, para uma mãe com carrinho de bebê, para um idoso, para uma criança subir.

Dê o *play*, por favor. Olhem só.

(*Procede-se à execução do vídeo.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Esse é o ônibus elétrico que a gente propunha, para fazer a integração com o metrô. Esse é o VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, que é o bonde. Circula na rua.

Vocês estão vendo o enorme barulho que ele faz? Todos os dois são movidos a energia elétrica. Simples, eficientes, interligados com o metrô, tudo utilizando um único tipo de bilhete.

De novo, agora, outro modelo.

Isso não é nada de excepcional, gente. Eu não estou falando de nada fora do mundo. Em qualquer lugar civilizado se utiliza isso.

De novo, o ônibus elétrico.

Aí alguém vira para mim e diz: Carlos Penna, nós estamos com problema na geração de energia elétrica no Brasil. Para isso, fizemos um projeto acoplado, Senador: o de que utilizaríamos energia eólica e energia fotovoltaica e outras formas de captação e geração de energia através de microgeração, que seria jogada na rede. Isso não causaria nenhum problema. Pelo contrário, haveria sobra, inclusive, de eletricidade, para podermos operar o sistema.

Olhem, o barulho é do ônibus com motor a explosão. O ônibus elétrico não fez barulho.

Vou pegar mais um aqui.

PAC Mobilidade, por gentileza.

O Ministério Público acionando o Governo do Distrito Federal. Essa foi a resposta do Governo do Distrito Federal.

Estou procurando imagens.

Olhem. Parou. De novo, olhem só.

Trocaram a Linha 2 do metrô pelo BRT. Um bilhão e cem milhões? Provavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E o que é o meu medo? Com essas obras, o Trevo Norte, a partir de lá de cima, a partir de lá de cima, da saída da Asa Norte, vai se fazer outro BRT para a subida de Sobradinho e Planaltina. O que mais? Outro bilhão? Preocupa-me muito isso.

Essas coisas que estou falando não são inventadas, são documentos de Governo, respostas de governos – do Governo do Distrito Federal ao Governo Federal, do Governo Federal ao Governo do Distrito Federal.

Vocês estão vendo esse perfil, que é colocado Via Épia? Vocês estão vendo que os ônibus ficam no meio, não é?

Então, todo mundo já deve ter visto que, se você quiser pegar um ônibus BRT, tem de subir uma passarela, para poder descer outra passarela, para poder entrar no ônibus. E, quando chegar, vai ter de subir uma passarela e descer a passarela para poder descer do ônibus e descer na rua.

Gente, no Brasil, o trânsito não vai pela direita e volta pela esquerda? Então, como se faz um ônibus com porta à esquerda?

No Brasil, a gente não tem mão brasileira, que é quase padrão ocidental, com exceção do Japão e Inglaterra? você não vai pela direita e volta pela esquerda?

Então, a porta do ônibus fica na direita. Aí eles fazem um sistema de transporte, BRT, hein? Chique, nome em inglês. Mas a porta fica do lado esquerdo. "Ah, é para o ônibus poder correr". E onde e qual política de trânsito, de país civilizado você incentiva o tráfego de veículos em alta velocidade em área urbana? Onde? Qual país do mundo diz: é para correr dentro da cidade? Nenhum, gente, nenhum, porque quem corre é metrô, que está debaixo da terra. Ponto. É isso.

Olha só, o pedestre sai de um lado para outro, não tem nem a passarela. Você vê que no desenho ali há a silhueta do passageiro, via Epia, tem ali a estação, mas não diz como o cara chegou. Nesse modelo, o cara teve que atravessar por conta e risco dele todas as ruas e avenidas para poder chegar ali. Esse é o sistema que estão querendo fazer em Brasília. Esse é o sistema BRT, o *must*, o grande símbolo do desenvolvimento brasileiro em transporte.

Vamos descer.

Novamente esse absurdo.

O modelo da estação que eles fazem. O branco é estação. E eles dizem que haverá faixa de pedestre. Gente, você vai botar faixa de pedestre em estrada? A EPTG é estrada, EPIG é estrada. Tudo é estrada. A que vai ao Gama e a Santa Maria é uma BR – 020, ou 040, se não me engano.

Então, você vai botar faixa de pedestre na estrada? Nem a estrada anda e nem os passageiros passam. É simples.

Vamos descer.

Aí o modelo fantástico deles. Olha a passarela. Eu cheguei em 2012, chamei repórteres do DF-TV, do *Jornal de Brasília,* do *Correio*, do *Correio Braziliense*, de vários canais, e fiz um teste. Peguei uma cadeira de rodas e mandei as pessoas experimentarem, subirem de cadeira de rodas a plataforma, essa passarela. Vocês sabem quantas pessoas conseguiram subir? Nenhuma. Mentira, teve uma, um ciclista. Um ciclista mesmo, atleta, que chegou, subiu, foi forçando. Quando ele chegou lá em cima, e era época da seca, ele estava completamente molhado de suor e disse: "Gente, isso não existe, não tem lógica, esse sistema não pode funcionar. Eu estou acostumado a pedalar. Isso aqui não pode".

Pois é, é o que fizeram. Todo o sistema BRT é assim.

Agora, você vai pegar o metrô...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...você tem escada rolante, tem passarela. Se você não conseguir usar, agentes de estação ajudam. Há todo um sistema preparado para receber passageiro.

Vamos descer.

Isso no papel é lindo. Essas fotos, essas imagens.

Isso é o eixo que eles querem fazer, vindo da Ceilândia, Taguatinga até o Plano Piloto. Exatamente em cima da linha do metrô. Quando eles foram começar isso, eu me lembro que disse: "Quanto vai custar essa obra? "Ah, R$300 milhões". Eu disse: "Com isso eu compro 60 trens, contrato mais dois mil funcionários, diminuo pelo menos 100 mil veículos por dia e reduzo pelo menos 15 acidentes diários".

Torno a explicar uma coisa: cada automóvel na rua, cada pedestre usando a rua, tendo de atravessar a rua, é um risco maior de atropelamento e acidente. A maior causa de atendimento na emergência de todos os hospitais da rede pública do Distrito Federal e do Brasil chama-se acidente de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, se a gente reduz a quantidade de automóveis nas ruas, nós reduzimos o acidente de trânsito e diminuímos um dos maiores causadores de pressão dentro do sistema de saúde do Distrito Federal, que já está mais do que esgotado.

Além do mais, se essas pessoas morrem e forem os principais provedores das suas famílias, essas pessoas levam as famílias à bancarrota. Se elas ficam aleijadas – desculpem usar o termo – as famílias têm que se virar para poder garantir o sustento dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Conclua, Penna.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Concluindo.

Eu quero chegar ao seguinte: aí já é o Sandu. Olha, isso é Taguatinga Norte. Vocês se lembram quando inverteram, mudaram as mãos em Taguatinga, que ela deixou de ser mão dupla e, agora, passou a mão simples, ou seja, uma vai e outra vem. Não é questão de fluidez, não. É tudo já preparando para o sistema de BRT que eles querem implantar. Está aí. É por isso, não foi fluidez, é tudo parte do sistema do BRT, que vai desembocar tudo isso lá dentro do famoso túnel, em Taguatinga Centro. De novo, um túnel...

Aí o túnel, Taguatinga Centro, eles mostrando. Eu quero mostrar o perfil. Isso que é a coisa mais linda do mundo! Na sua direita está o túnel do metrô, que eles não põem o trem para poder não mostrar que tem o trem e os passageiros. Ao lado, eles querem construir um túnel rodoviário. Não é lindo? Falta dinheiro para o GDF? Lógico que vai faltar, gente. Você precisa gastar bem o dinheiro. Está faltando dinheiro e você gasta dinheiro nisso, é claro que não vai dar certo. Claro que vai faltar dinheiro no Distrito Federal. Óbvio!

E o meu medo é justamente fazerem isso e transformarem a obra do trevo norte em mais uma extensão de BRT, que é o que parece. Está claro, está claro que eles vão fazer isso. O meu medo é que a gente chegue ao final do Governo com milhares de quilômetros de congestionamento, com o GDF mais endividado ainda com obras rodoviárias, sem solução para o transporte urbano, sem poder contratar concursados, sem a companhia do metrô poder se expandir, com o DER arrecadando milhões em multas.

Aliás, aliás, o DER ou Detran ou ambos, no ano passado arrecadaram – corrijam–me, por favor, a informação – mais de R$50 milhões, R$60 milhões em multas. Esse dinheiro é não orçamentário, não tem carimbo. Por que esse dinheiro não pode ser utilizado para o metrô?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ok. Fica para a continuidade dos trabalhos.

Vamos ouvir, agora, o nosso querido representante do Ceub, o Rafael Calixto de Souza, Presidente do DCE do UniCeub.

O SR. RAFAEL CALIXTO DE SOUZA – Eu queria deixar algumas perguntas aqui para o Diretor, o Luiz. Por que ainda não foi feita a integração entre metrô e ônibus? Vocês têm alguma previsão, algum projeto para fazer essa integração?

Sobre a questão da falta de segurança – foi veiculado ontem no DFTV também – qual providência que será tomada. O Quintino falou também dos vigilantes que foram mortos no metrô. Já foi tomada alguma atitude? Se não, qual será tomada?

Há alguma previsão de abertura das estações que já estão semiprontas, que estão paradas, e de expansão das linhas?

Quero também ressaltar o que o Luzimar falou, porque as autoridades do nosso País – Senadores, Deputados – não têm que ter vergonha de andar em transporte público. Na Inglaterra, o primeiro-ministro é frequentemente visto andando no metrô do país. Então, com a melhoria disso, as autoridades não têm que ter vergonha de usar.

É isso. Eu queria que fossem respondidas essas perguntas para que possamos levar para os nossos alunos e para a instituição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nas minhas férias, nos 15 dias de recesso, eu estive em Edimburgo, Londres e Paris. O metrô antigo de Paris interliga a cidade. Todos os cantos a que você vai estão interligados. Edimburgo, uma cidade centenária da Escócia, tem um sistema de transporte sobre trilho, interno, passando no meio de todo mundo, porque não mata ninguém nem faz barulho, está certo? Em Londres, eu até lembro que fiquei hospedado em um hotel chamado Clayton, em Cricklewood, um bairro de Londres, onde há uma interligação maravilhosa. Você consegue acesso para onde for em Londres – ou sobre trilho ou sobre trem de média velocidade ou sobre o próprio *underground*, que é o metrô de alta velocidade. Então, quer dizer, há solução. O problema é que precisa haver coragem de fazer a solução adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Também há a questão do peso. Enquanto em Londres o metrô é caro – o metrô de Londres é bom, eficiente, mas é muito caro –, o metrô em Paris é superbarato. Todo mundo anda de metrô.

Então, temos que chegar a um meio termo para as coisas acontecerem de forma adequada, de forma interligada, sem inventar moda. Como é que se faz um meio de transporte cuja porta está do lado inverso à situação de o pessoal entrar? Não há sentido. Tem que se discutir isso.

Vamos passar para o nosso querido Vidal, para depois encerrarmos com a fala, novamente, do nosso Luiz Gustavo.

O SR. VIDAL GUERRA – No que diz respeito à questão do transporte público de Brasília, incluindo o metrô, eu acho que ouvimos aqui tudo ou quase tudo que precisávamos ouvir: explanações da maior grandeza para o nosso conhecimento e também para termos uma definição melhor no que diz respeito à questão do transporte público de Brasília.

Eu já discuti com algumas pessoas essa questão, e a conclusão a que chegamos foi a seguinte: o transporte público de Brasília não foi feito pensando nas pessoas. Pelo contrário, ele foi feito pensando nos empresários. Um empresário de setor de Brasília – vamos citar um – comprou uma empresa aérea; outro comprou uma outra empresa aérea. Não vou citar os nomes porque, com certeza, os senhores e as senhoras sabem de quem estou falando. Aí o passageiro foi relegado a um terceiro plano. Por isso, o sofrimento.

Eu fico preocupado com os estudantes da UnB. Por que não existe um transporte descente da UnB para a rodoviária do Plano Piloto? Os estudantes têm que ficar ali um tempo considerável esperando um ônibus, quando deveriam esperar dez a quinze minutos, entendeu? Um ônibus da UnB para aqui.

O transporte público não deve ser pensado em lucros, porque a empresa tem a concessão, mas o gestor é o Estado. Então esse gestor tem que desencadear uma fiscalização sistemática para saber se as empresas estão cumprindo o horário, porque nós temos esse problema. O passageiro fica até uma hora esperando o ônibus. É terrível essa situação.

E por que tudo isso? Porque o transporte não foi feito pensando nas pessoas, foi feito pensando nos lucros. Por isso a demora numa parada, porque o ônibus precisa sair do terminal cheio e aí vai pegando outros passageiros durante o percurso, e é só sofrimento para esses passageiros.

A tarifa é caríssima, não é? Por exemplo, a questão do metrô. Esta tarifa de R$4,00 do metrô, eu acho um absurdo. É uma tarifa muito cara.

Ficamos em Brasília nove anos sem aumento de tarifa, e isso, eu quero agradecer muito a participação dos estudantes da UnB e de outras faculdades de Brasília, porque no dia 1º de janeiro de 2006, quando eu fiz uma matéria com o jornal Coletivo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VIDAL GUERRA – ... o Governo já tinha aumentado a tarifa e anunciou um outro aumento. Aí eu fui para aquele jornal, denunciei, e os estudantes vieram em peso. Nós ficamos nove anos sem aumento de tarifa aqui em Brasília.

Só para resumir, Senador, eu lamento que em São Paulo o Governo aumentou em trinta centavos a tarifa, e todo mundo foi para a rua, e foi aquela confusão que vocês puderam assistir pela televisão. Aqui em Brasília, o governo aumentou um real. Eu fiz várias faixas, convoquei o público pelas redes sociais, e na rodoviária apareceu meia dúzia de gatos pingados. Aí eu disse assim: "Nossa, em São Paulo, trinta centavos; aqui, um real, e ninguém veio." É como se a gente estivesse naquela situação da Alice no País das Maravilhas. Foi essa a comparação que eu fiz.

Gente, muito obrigado. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Vidal.

Antes de passar para o nosso Luiz Gustavo, que vai ser o último a falar hoje aqui, e depois para eu suspender os trabalhos, eu queria encarregar o Sr. Luzimar para, em nome do setor comunitário, da Autrac, convidar o Conselho Comunitário da Asa Norte, o Conselho Comunitário da Asa Sul e outras representações populares, para poder tirar o documento e fazer a apresentação, conforme vocês vão indicar quem vai trazer do setor comunitário, certo?

Eu queria convidar a nossa querida Sophia Luduvice e o nosso querido Rafael para chamar a comunidade estudantil, sob a coordenação do Rafael, porque – nenhum demérito à Sophia – há muito mais universitários nas universidades particulares do que na nossa querida universidade pública, onde eu tive o prazer de me formar, onde as minhas três filhas estão formando. Uma já formou para Direito, a outra faz Engenharia Florestal e a outra faz Letras (francês), deixou o curso de Direito, não quis, e o meu filho deve entrar em breve. A UnB é âncora e fundamental nesse debate que o Rafael deve coordenar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com os DCEs, para trazerem junto um documento e também definir quem vai falar em nome dos estudantes da próxima mesa, a continuidade desta aqui.

E por que eu estou pedindo um documento, uma transparência, alguma coisa do ponto de vista dos estudantes? Porque queremos fazer um livro, um relato sobre a questão do transporte em Brasília, sobre a conclusão dos trabalhos que estamos suspendendo hoje.

Por isso eu quero ver o ponto de vista dos usuários, da comunidade, o ponto de vista dos usuários estudantis, que é a grande massa que usa o transporte metroviário; o ponto de vista do sindicato, que eu espero que eles tragam. O ponto de vista do cientista político vai ser trazido. E vou conversar com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com as duas áreas públicas, a Semob e o Metrô, para ver se trazemos também o ponto de vista coletivo, para juntarmos tudo num relato da conclusão dessa questão.

Não sei se vamos publicar a revista pela Comissão, ou se pelo meu gabinete, ou se por outra instituição, mas nós vamos dar um jeito de publicar o diagnóstico sobre essa questão política do uso do metrô no Distrito Federal.

Antes de passar a palavra ao Gustavo, fica aqui, como dever de casa, vocês definirem quem fala e trazerem o documento. Estudantes a mesma coisa. Coordenação Luzimar e coordenação Rafael, só para ter a quem cobrar. Vocês têm o dever de chamar todos e de discutir. Pelo sindicato, o Quintino está aqui, vai reunir a diretoria, vai ver o ponto de vista lá, inclusive do próprio diretor jurídico de vocês que era para vir e não pôde vir. Pelo metrô, não preciso falar, já está aqui, o Marcelão. O cientista político vai colocar a posição dele. E da Semob, do Ministério Público e do Judiciário, eu vou conversar com eles.

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Luiz Gustavo de Andrade.

Depois vamos suspender os trabalhos desta reunião.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Quero, em meu nome, Senador, agradecer, em nome da diretoria e acredite de todos os funcionários do Metrô, por colocar em pauta...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Desculpa, Luiz.

Quero dar um minuto a qualquer um dos representantes dos concursados para fazer a pergunta que quiser que ele vai responder.

Quem quer falar em nome dos concursados?

Fale o nome, se identifique, e depois você terá um minuto.

O SR. EDNEI MEDEIROS GOMES – Meu nome é Ednei Medeiros Gomes.

Gostaria de agradecer a oportunidade ao Senador, a nossa Comissão toda, inclusive por ter estendido a reunião.

Da próxima vez, nós nos comprometemos a trazer mais pessoas para assistir ao debate.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Luiz Gustavo, você tem cinco minutos.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Primeiro, agradecer ao senhor. Senador; agradecer a todos os presentes; agradecer, em meu nome, em nome da diretoria, do nosso presidente, dos funcionários do Metrô, pelo Metrô estar sendo colocado em pauta e como mecanismo, como modal imprescindível à mobilidade urbana. Eu acho que as colocações do Carlos já embasaram isso de forma inequívoca.

Quero responder ao Rafael alguns tópicos. O primeiro é o da segurança nas portas. Sempre que acontece qualquer problema, entra a equipe técnica do Metrô, que dispõe de técnicos muito experientes e capacitados, inclusive de carreira, na sua quase totalidade. O atual diretor da nossa área de operações e manutenção é um servidor de carreira, engenheiro. Então, sempre que se detecta um problema, as providências são tomadas imediatamente. É claro que o problema pode ser consequência de uma série de variáveis. Eles detectam qual foi e tomam as providências. Isso não é um problema que ocorre sempre, mas mesmo que ocorresse uma vez por ano, teria que ser combatido e tomadas as providências.

Com relação à segurança nas estações, nós temos o nosso pessoal da segurança, que é o nosso pessoal desarmado, que tem se esforçado muito em cumprir a tarefa de manter um ambiente seguro dentro das estações. Esses fatos ocorreram. Estatisticamente eles são pequenos, mas uma vida, mesmo que seja estatisticamente pequena, é muito importante e a gente não pode tratar com estatística quando se envolve uma vida perdida. O que a gente fez, na medida do possível, foi a vigilância armada, que está ali mais para o patrimônio, é mais para a área patrimonial da empresa, para que não depredem as estações. O turno é de 24 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Estamos, sim, esperando a hora certa para que o nosso usuário tenha um reforço na segurança, através da contratação dos concursados.

Outro aspecto são as estações. É claro que às vezes a gente diz: são só 30 milhões, são só 10 milhões, são só 40 milhões. Não vou entrar no momento na discussão de quanto custa para se abrir uma estação que já foi iniciada ou não. Para dar prazo, eu estaria sendo demagógico, porque os recursos hoje são escassos. Dependemos muito, nesse aspecto, de recurso do Governo Federal – acabou de ser empossado um governo novo – e seria leviano da minha parte ou demagógico dizer que em três, em seis ou em oito meses as estações vão estar prontas.

A partir do momento que os recursos forem disponibilizados, como o Metrô já tomou as providências em nível de engenharia, arquitetura, etc, em 18 a 24 meses as estações estarão disponibilizadas ao público. Essa da Estrada Parque – o Carlos tem uma visão, com a experiência de dez anos –, se for colocada para operar, talvez o prazo seja menor. Mas existe uma movimentação do Metrô no sentido de fazer uma PMI para construir lá um *shopping* ou alguma coisa que, além de beneficiar a sociedade, o público, iria trazer uma receita extratarifária para o Metrô.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Um minutinho, Senador.

Hoje há uma preocupação do Metrô em ampliar a receita extratarifária do tipo colocar painéis nas estações, adesivar o trem. Isso tudo é receita tarifária. Está se agregando uma receita a que não se dava a importância devida. Eu não digo nem que não se dava a importância devida, talvez os mecanismos para que fossem implementados não eram prestigiados como deveriam ser.

Perfeito? Eu espero ter respondido tudo.

Eu os convido a visitar o metrô, a conhecer o que está sendo feito lá. No nosso *site*, inclusive, estão disponibilizadas todas as licitações que o Metrô tem feito no sentido de modernizar a infraestrutura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Exatamente, a partir do momento em que o recurso esteja disponibilizado.

Peço a todos que estão aqui que se mobilizem. Constatado que o metrô é um modal muito importante para todos os centros urbanos, eu peço a todos que se mobilizem no sentido de que se tragam mais recursos para o metrô. Nós vamos agradecer e muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A hora é agora, porque, no mês que vem, nós vamos fazer todas as emendas de bancada.

O SR. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE – Senador, já sei que vou contar com o seu apoio e com o dos demais Parlamentares para que as emendas sejam dirigidas ao Metrô, uma vez que saímos daqui, quase por unanimidade, com a certeza de que o modal metrô é extremamente importante para a qualidade de vida salutar e o deslocamento da população de forma ágil e segura.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. Obrigado a todos.

Eu tentei conversar com o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, mas acho que ele deve estar em voo ou em algum deslocamento e não pode atender. Fui informado por meu universitário, meu amigo, meu companheiro, nosso apoiador aqui, sobre a dificuldade de suspender e que nós teríamos que encerrar. Eu só quero deixar claro que suspensa ou encerrada – vou encerrar a atividade de hoje – nós vamos aprovar, se tivermos que aprovar, outra audiência pública com a presença, volto a repetir, do Metrô, da Semob, do cientista político, da Defensoria Pública, do Ministério Público, da comunidade, dos estudantes – a situação que vocês vão fazer – e do SindMetrô, para dar continuidade a essa discussão.

Obedecendo à orientação dos nossos que estão aqui para fazer a coisa funcionar conforme regras, damos por encerrado o debate desta reunião de hoje, informando que, dando continuidade ao que estamos fazendo aqui, vamos fazer uma nova reunião, uma nova rodada, provavelmente no próximo mês, dos trabalhos. Nós aqui damos um *stop* provisório neste momento, com tempo suficiente para que vocês organizem a apresentação de cada setor, para que vocês debatam no setor de vocês.

Aguardo e vamos ver a disponibilidade de data. Você já podia ver para mim, meu querido auxiliar. Peço ao meu amigo Cristiano, meu amigo, meu parceiro, para ver a disponibilidade de data da retomada da discussão. Quer dizer, vou ter que aprovar outro requerimento. Não há problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nenhum. Veja a disponibilidade de data para nos passar. Se você tivesse agora, seria interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não há problema. Então, a minha tese é que mais ou menos um mês é tempo suficiente para vocês se organizarem, fazerem o debate, fazerem tudo o que têm de fazer. Depois desse tempo, a gente vai retomar a discussão – viu, Luiz Gustavo? A minha tese é mais ou menos um mês para fazer uma próxima audiência pública para concluir o que fizemos aqui. Acho que é tempo suficiente – não é, Rafael? – para vocês fazerem debates entre os estudantes, junto à comunidade, no Metrô, com o Governo e acertar todas as questões, o cientista político laborar, e a gente poder trabalhar. Está certo, pessoal?

Então, fica encerrada esta audiência pública de hoje – por orientação do nosso querido universitário aqui. A discussão será retomada numa próxima audiência pública daqui a mais ou menos um mês.

Agradeço a todos os presentes.

Gostaria de convidar a Mesa para batermos uma foto oficial, fazer uma mensagem para o Distrito Federal – queria até que o fotógrafo oficial já viesse para cá para se posicionar. E também gostaria de convidar todo o plenário para, depois que for batida a foto oficial da Mesa, se postar aqui junto para a mensagem final que vamos fazer – o plenário é nosso convidado.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 79ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e a Senadora Regina Sousa. Registra-se a presença do Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos, com foco na permissão aos entes da federação de utilizar estatais não dependentes para emitir debêntures, sob a justificativa de ceder direitos de créditos tributários e não tributários". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; José Marcio Rielli, Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP; Carmen Bressane, Coordenadora do Núcleo da Audioria Cidadã da Dívida de São Paulo; Ayrton Fausto, Professor e Membro da Coordenação da Comissão Brasileira Justiça e Paz - Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Diego Cherulli, Advogado. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas e entidades presentes no Plenário. Às dez horas e dois minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às dez horas e cinco minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Roberto Kupski, Presidente do Fonacate - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado e José Romualdo Lopes de Sousa, Movimento Social do Piauí. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Requerer a retirada da urgência ao PLS 204/2016, a fim de possibilitar o aprofundamento do debate e o conhecimento da verdadeira essência das operações de venda de debêntures por estatais não dependentes, que inclui deságio e juros elevados, além dos custos de consultoria, administração, custos financeiros e remuneração de administradores; 2) fazer os devidos encaminhamentos para a rejeição do PLS 204/2016; 3) impedir garantia estatal disfarçada por meio de debêntures subordinadas, o que está viabilizando repasse de recursos públicos a essas empresas; 4) requerer Audiência Pública no Plenário do Senado Federal com presença de representantes da Grécia e do Equador, bem como representantes do Governo para debater o tema; 5) convidar governadores e prefeitos de unidades da Federação nas quais já existiam estatais não dependentes com a finalidade de informar se houve algum ganho para o estado ou município; 6) oficiar os órgãos de controle acerca das denúncias feitas nesta Audiência Pública, com encaminhamento de ata e notas taquigráficas; 7) apoiar a Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular; 8) buscar o cumprimento do art. 26 do ADCT e realizar auditoria da dívida pública; 9) apresentar Emendas à PEC 241/2016 no sentido de impedir a reserva de recursos para aumento de capital de "empresas estatais não dependentes". Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 79ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 2/2016 desta Comissão, de minha autoria, para debater "a crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos direitos humanos", com foco na permissão aos entes da Federação de utilizar estatais não dependentes para emitir debêntures sob a justificativa de ceder direito de créditos tributários e não tributários.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos, de imediato, para a composição da Mesa, depois, faço uma rápida introdução só para atualizar todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, já que a nossa audiência é ao vivo para todo o País, e também pela Rádio Senado e pela Agência Senado.

Convidamos, de imediato, essa que tem sido uma lutadora, está muito, muito preocupada com a situação do Brasil e foi quem nos provocou para esta audiência de hoje.

Convidamos, com muito orgulho, a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli. (*Palmas.*)

Muito bem, Maria Lucia, grande líder.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Nosso herói.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos juntos, mainha.

Convido o Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Finafresp), Sr. José Márcio Rielli.

Seja bem-vindo, Rielli. (*Palmas.*)

Convidamos a Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida de São Paulo, Sr. Carmen Bressane.

Seja bem-vinda, Carmen. (*Palmas.*)

Convidamos Professor e Membro da Coordenação da Comissão Brasileira Justiça e Paz, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sr. Ayrton Fausto.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E, por fim, convidamos o Advogado que nos tem ajudado muito aqui na própria Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, Dr. Diego Cherulli.

Dr. Diego. (*Palmas.*)

Repito a todos: a nossa audiência, pela TV Senado, é ao vivo para todo o País. Quem quiser participar com perguntas ou mesmo questionamentos, ou expressar um ponto de vista, é só fazer contato, já anunciei aqui e já foi colocado na tela, pelo Alô Senado e pela Agência Senado.

Repito, principalmente Portal e-Cidadania – *link:* www.senado.leg.br/ecidadania –, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vou fazer, Maria Lucia Fattorelli, uma rápida introdução, construída pela assessoria da Casa. Eles sempre fazem isso para nos situar. Depois, você aprofunda o tema com toda competência que eu sei que tem.

O País ainda trilha passos necessários, mas muitas vezes perigosos, rumo à retomada do desenvolvimento nacional. Como se não bastasse o longo e traumático processo de deposição de uma Presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos, deparamo-nos agora com novas e potenciais ameaças à estabilidade democrática – democracia essa que já foi atacada – e econômica do Brasil.

Hoje, temos mais uma audiência pública para esmiuçar prováveis embaraços às finanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

públicas nacionais. Trata-se da polêmica gerada pelo conteúdo do Projeto de Lei nº 204, de 2016, que está no plenário; está na pauta de votação. Passou somente por uma comissão e não foi votado ainda. Foi para a comissão, não foi votado e mandaram para o plenário. O projeto é de autoria do Senador José Serra, que tem como objetivo autorizar e regulamentar operações de cessão de direitos creditórios inscritos ou não em dívida ativa pelas três esferas de Governo. O PL propõe alteração na Lei nº 4.320, de 1964, de modo que as operações de cessão de direitos creditórios, que hoje já são efetuados por alguns Estados e Municípios, ganhem repercussão nacional. Contudo, é um projeto polêmico.

Não vou ler tudo o que está escrito aqui. A própria Maria Lucia Fattorelli, que já conversou comigo, mais do que ninguém, poderá detalhar e mostrar as nossas preocupações.

As preocupações são grandes, pessoal. Vou aqui, permitam-me, comentar rapidamente, depois do que aconteceu, infelizmente, aqui no nosso País. Foi um ataque, eu diria, quase que de morte à democracia. Não é a morte, porque o povo está na rua resistindo, mas foi um ataque violento depor uma Presidenta sem nenhum crime de responsabilidade. Isso ficou claro para todos que estavam aqui no Senado, inclusive para os que votaram, tanto que votaram por um lado e absolveram pelo outro. Quando reconheceram que não tem crime, absolveram a Presidenta, mas a tiraram do cargo assim mesmo, uma maioria eventual. Então, essa situação preocupa muito.

Estou recebendo agora, inclusive... Esse pessoal que financiou, queiramos ou não, o golpe, essa traição... Esse é o meu ponto de vista. Cada um tem o seu ponto de vista. Eu expresso o meu. Afinal, temos ainda, entre aspas, uma "democracia". Esse pessoal que financiou esse movimento que terminou com o afastamento da Presidenta, eles estão agora se dando o direito de fazerem, eles, pesquisa de quem são os bons e os ruins Senadores. E os bons são aqueles que deram o golpe. Eles colocam do primeiro ao último lugar, e os ruins são aqueles que defendem a democracia e que defendem os direitos dos trabalhadores.

Inclusive, o editorial de um grande jornal nacional me coloca como o inimigo nº 1. Segundo eles, estou com o editorial aí, porque eu só defendo trabalhador, aposentado, pensionista e defendo a CLT. Se eles me consideram inimigo nº 1, porque defendo os servidores, porque defendo os trabalhadores, porque defendo a Auditoria Cidadã da Dívida, se defendo e não aceito o pré-sal, não quero mesmo o negociado sobre o legislado, não quero essa reforma da Previdência.

Eu, com muito orgulho, digo, sim: sou inimigo número um das reformas desse Governo oportunista, que está pagando àqueles que patrocinaram o golpe. (*Palmas.*)

Pronto, já fiz aqui o meu desabafo e a minha verdade. E falo o que penso mesmo.

Vamos seguir, então.

De imediato, passo a palavra para a nossa querida e estudiosa guerreira, que está dedicando grande parte da sua vida a este debate, na amplitude da Auditoria Cidadã da Dívida.

Esse projeto, também, de uma forma ou de outra, vai no mesmo sentido.

Então, está com a palavra a Srª Maria Luísa Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Não precisa corrigir de Luísa para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lucia.

Não há problema. Eu a chamo muito de Maria Lúcia.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Senador, a minha mãe se chamava... Ela se chama. Ela já foi para o outro plano, mas se chama Maria Luísa Fattorelli. Então, toda vez em que o senhor me chama de Maria Luísa Fattorelli, eu me lembro e falo: minha mãe é o meu anjo e está aqui do meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não é a primeira vez, hein.

Gostei. Gostei dessa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É uma homenagem para a sua mãe, lá em cima.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – É uma homenagem. Não é um erro, é uma homenagem para a minha mãe.

Muito grata.

Bem, gente, bom dia a todas e todos, que, numa segunda-feira, cedinho, já lotam o plenário, aqui, da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, que está permitindo um mínimo debate sobre esse PLS 204, que não passou por nenhuma comissão. Ele não foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, não foi apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos: caiu de paraquedas no plenário.

Então, Senador, antes de começar a exposição, muito grata por permitir este debate. Por quê? Nós não estamos falando de uma coisa simplesmente técnica, estamos falando de um ataque brutal às finanças do País e aos direitos humanos.

Então, nada mais apropriado do que uma abordagem aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito grata, em nome de todo o coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida, Senador.

Então, vamos lá. Vou falar do PLS 204, de 2016, e da legalização de esquema de geração de dívida pública sem contrapartida.

Eu queria começar essa abordagem, falando do que nós vimos na Grécia. No ano passado, tive a honra de ser convidada para integrar a Comissão de Auditoria da Dívida a convite do parlamento helênico. E o que vimos lá na Grécia? Um esquema financeiro conformado pela criação de uma empresa, sociedade anônima, sediada em Luxemburgo, que é um paraíso fiscal conhecido.

Essa empresa é uma sociedade de propósito específico, quer dizer, é uma modalidade de pessoa jurídica regida pelo direito privado. Ela é uma empresa pública – os sócios são 17 países europeus –, mas é regida pelo direito privado.

Ela emite instrumentos financeiros com garantia dos países europeus e foi criada por imposição do FMI.

No primeiro ano, os países já disponibilizaram garantias bilionárias: €440 bilhões. No segundo ano, essa garantia já saltou para €780 bilhões.

A empresa EFSF, lá na Europa, não é uma instituição financeira, mas emite papéis financeiros. Esse é o modelo de empresa.

Para quem quiser saber mais, eu deixo ali o *link.* Essas telas estarão disponíveis na página Auditoria Cidadã e acredito que na página do Senado também.

Bom, quais as consequências dessa modalidade de negócio para a Europa e especialmente para a Grécia? Uma queda brutal do PIB em cinco anos – o PIB grego encolheu mais de 40%; uma queda brutal no orçamento também em mais de 40%; desemprego recorde: 70% dos jovens gregos desempregados; migração; fechamento de serviços públicos; redução de salários, aposentadorias e pensões, justificada pela redução do orçamento – aqui no Brasil, Senador, o que está acontecendo? Há orçamento com déficit. O que é isso? É redução de orçamento –; contrarreformas da Previdência e tributária; privatizações em massa; degradação social – famílias vivendo do lixo em plena Europa; e suicídios – há até um programa do Ministério da Saúde na Grécia para prevenir suicídios, tamanho o volume de suicídios naquele país vinculados à crise econômica. Então, esse esquema tem provocado isso na Grécia.

E, no Brasil, qual é o formato do esquema que está sendo implantado, desse esquema sofisticado? Criação de uma empresa sociedade anônima estatal não dependente. É muito importante guardar esta caracterização: é uma empresa pública de economia mista estatal não dependente, regida pelo direito privado. É muito importante guardar isso. É uma sociedade de propósito específico. Quem são os sócios dessa empresa? Estados e Municípios, em sua imensa maioria. Emite instrumentos financeiros, que, aqui no Brasil, são chamados debêntures, que possuem a garantia pública, possuem a garantia dos entes federados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Esse esquema entrou no Brasil por meio de consultoria com especialização do FMI. A garantia prestada pelos entes públicos vira dívida pública. Isto já é de pronto: dívida pública. Essas empresas estatais não dependentes não são consideradas instituições financeiras, mas emitem papéis financeiros.

Vocês estão vendo que são as mesmas características do esquema que detonou com a economia grega? É o mesmo desenho, com pequenas *nuances*.

Bom, como funciona o esquema? Preparamos esse diagrama para mostrar quem são os atores envolvidos no esquema. Aqui, então, está a estatal não dependente, que é uma pessoa jurídica regida pelo direito privado, é economia mista, mas regida pelo direito privado; o outro ator é o ente federado, Estado ou Município, e o investidor.

Então, como é que funciona o esquema? A estatal não dependente emite debêntures, papéis. Então, ela vende essa debênture sênior, que é um papel novo desvinculado de qualquer coisa, que paga uma correção monetária e mais juros. No caso da PBH Ativos S/A, essa remuneração chega a 23% ao ano, porque é IPCA mais 11% calculado de forma cumulativa. Então, esse é o negócio dessa empresa estatal não dependente: emitir debênture sênior, um papel novo que é vendido para investidores privilegiados. Nenhum de nós vai conseguir comprar uma debênture dessas.

No caso da PBH Ativos, o próprio Banco BTG Pactual, que implantou essa operação, comprou todas as debêntures com desconto, que, segundo denúncias, chegou a 50% ou até mais do valor da debênture. Então, é um escândalo.

Bom, vamos lá no diagrama novamente, a estatal então vende essa debênture para o investidor, o investidor que compra a debênture, com elevado deságio de 50% ou mais, paga parceladamente para a estatal não dependente, não paga de uma vez, ele paga em quatro vezes ou até mais, parcelas anuais, então, paga em quatro anos. O que significa isso? No caso da PBH Ativos, se dividir ali em quatro vezes o valor de face com desconto que ele paga, dá um valor de 12,5% ao ano, se for em quatro vezes. O que ele recebe de juros é 23%. Deu para entender? O que o investidor paga, que seria 12,5% do valor de face ao ano, é menor, é quase a metade do que ele recebe de juros. Esse é o esquema dessas estatais não dependentes.

E qual é a confusão que está sendo gerada? Agora, vamos ver a parte de cima desse diagrama. A empresa emite um outro tipo de debênture, que é chamada de debênture subordinada. Essa debênture subordinada não é vendida, ela é simplesmente entregue pela estatal não dependente para Estados ou Municípios. E ela é simplesmente o documento de garantia pública que o Estado ou Município está dando para essa estatal não dependente. Essa debênture subordinada, então, serve para documentar a garantia pública, corrigida monetariamente para essas empresas.

Então, é importante entender do que trata o PLS 204, porque tenho conversado com alguns Senadores, que dizem: "O PLS não fala nada dessa empresa." Não, não fala. Do que o PLS fala? Ele fala simplesmente dessa "cessão", entre aspas, de créditos de dívida ativa e outros créditos. É só essa operação aqui. Mas ele não fala como vai ser operacionalizada essa cessão de créditos, que, na verdade, não sai do lugar, está bem?

Aqui, esse diagrama, que falei, que acabei de demonstrar, está comprovado nessa tela da Secretaria de Fazenda de São Paulo, que mostra exatamente a Secretaria de Fazenda de São Paulo, a CPSEC, que é a estatal não dependente de São Paulo e investidores. E ela mostra essas duas operações: as debêntures seniores, que vão para os investidores, que pagam para a CPSEC, e a outra operação, que é a "cessão", entre aspas, desses direitos creditórios e a entrega dessas debêntures subordinadas aqui, está bem? Então, esse documento oficial é simplesmente para mostrar que o diagrama que construímos está comprovado na prática pelo que já está acontecendo.

Em Belo Horizonte, é outro exemplo. Como o esquema está funcionado em Belo Horizonte? Emissão de debêntures também com garantia real, aqui, a garantia real, pagando juros exorbitantes, equivalentes ao IPCA mais 11%. E aqui está a o BTG Pactual como coordenador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

líder da operação, e ele mesmo comprou a totalidade das debêntures.

A que o PLS visa? Está aqui na justificativa. Ele visa dar segurança jurídica às operações que já estão sendo efetuadas hoje. Então, ele visa legalizar essas operações que hoje são consideradas ilegais, conforme manifestação já inclusive do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas.

Essa é outra tela oficial de São Paulo que mostra que a CPSEC, Companhia Paulista é uma sociedade por ações controlada pelo Estado, empresa não dependente, e, dessa forma, é regida pelo direito privado. E essa tela comprova também que, devido à existência de debêntures subordinadas, aquelas que são entregues pela empresa ao Estado, as operações são classificadas como com retenção de riscos e benefícios. O que significa esse jargão? Que o Estado está garantindo tudo. Ele está prestando total garantia a essa empresa.

Então, o que é essa estatal não dependente? É uma empresa que está sendo criada para emitir debêntures. Qual é a característica desse tipo de empresa? Ela pode contratar pessoal e diretores livremente, não tem que fazer concurso, não tem que ficar sujeita ao teto de remuneração, ela pode comprar livremente e contratar livremente sem licitação, os seus bens podem ser vendidos sem restrições.

Existe uma propaganda de que ela irá gerir ativos dos entes públicos, o que já faz parte das atividades do Poder Executivo.

E está havendo uma ilusão muito grande de que essas empresas estariam vendendo ou cedendo créditos de dívida ativa e outros créditos. Na prática, tais créditos continuam sendo cobrados pelos órgãos públicos competentes e servem apenas de parâmetro para o tamanho da garantia pública que está sendo concedida.

Se não fosse assim, Senador, os procuradores de Fazenda, todos os profissionais dos Estados e Municípios, que fazem a cobrança desses créditos, estariam perdendo as suas atribuições e não estão. Eles continuam cobrando e correndo todo o risco de conseguir cobrar ou não, receber ou não esses créditos. Está certo?

Esse volume de crédito serve apenas para dizer que esse é o tamanho da garantia que está sendo concedida a essa empresa.

Olha bem, não existe a propagandeada cessão, entrega de créditos tributários. Não existe essa entrega! Semana passada, a *Exame* soltou uma notícia de que o atual Ministro da Fazenda, Sr. Meirelles, estaria conversando com o TCU sobre essa securitização de dívida ativa. E o que ele disse? Está lá, entre aspas, na matéria:

> "Estamos propondo [...] é que se adotem características muito claras, de que não há nenhuma obrigação da União em relação aos créditos que serão cedidos, deixando [...] claro que não há uma dívida da União em relação à venda [...] [das] securitizações e que isso não venha a ser considerado como conceito de operação de crédito."

Está entre aspas, essa é a fala do Meireles.

O TCU já condenou expressamente esse tipo de negócio. No TC 016585, iniciado em 2009, em recente relatório o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas condenaram esse negócio. Em seguida, a Carmen vai abordar isso.

Se não existe a propagandeada cessão ou entrega de dívida ativa, o que é que existe? Existe simplesmente a comercialização de papéis financeiros, debêntures, que possuem a garantia dos entes federados. O PLS estende inclusive para a União e já está acontecendo isso em Estados e Municípios

É isso aí que está oculto no PLS. A dívida ativa é meramente o parâmetro para indicar o tamanho da garantia concedida.

Essa confusão de que estaria havendo cessão ou entrega ou venda de dívida ativa incobrável está servindo apenas para justificar o deságio, o desconto de até 60% na venda desses papéis a investidores privilegiados. A dívida ativa não é vendida, não sai do lugar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

continua sendo cobrada pelos órgãos públicos competentes.

Qual é então o *modus operandi* do esquema? A empresa não dependente – só para ficar claro, eu já falei isso – emite dois tipos de debêntures: as debêntures sênior, que possuem garantia real, garantia do ente estatal, e são vendidas a investidores privilegiados, com elevado deságio, que pode chegar a 60% ou até mais; e as subordinadas, que são entregues para o Estado ou Município, simplesmente para documentar a garantia concedida a esses entes, a essas estatais não dependentes, pelos entes federados.

Eu fiz aí um outro diagrama que mostra, para ilustrar essas informações, porque são muitos detalhes. Veja bem, quais as condições de venda dessas debêntures sênior pela estatal não dependente? Esse primeiro retângulo representa o valor de face da debênture sênior, o.k.? Dessa debênture que é vendida aos investidores. Imaginem, esse aí é o valor de face. O desconto de 50% ou até mais some com uma parte do valor, e somente 50% são pagos pelo investidor privilegiado que compra essa debênture para a empresa estatal não dependente. Então, vejam bem, a debênture é vendida por um valor x. No caso da PBH Ativos, R$100 mil cada debênture. Mas ela é vendida com deságio. Se forem 50%, já caiu para 50 mil. E esse valor de face, diminuído em função do deságio, é pago em parcelas anuais.

Então, olhem esse outro diagrama. Em parcelas anuais, então daria 12,5% apenas em cada ano, que o investidor vai pagar para a estatal não dependente. No caso da PBH Ativos, os juros são de 23%. Então olha o dano. E considerando que essa operação tem garantia estatal, pessoal, 100% vai virar dívida pública, obrigação pública, 100%. E mais: a obrigação de continuar pagando os juros. Olha só que escândalo!

Os Estados e Municípios não estão tendo benefício algum. Os recursos auferidos pela estatal não dependente, com a venda dessas debêntures sênior, são rapidamente consumidos com o desconto, com o pagamento de juros exorbitantes, com consultorias, com remuneração de administradores, e a estatal não dependente tem garantia pública. Então os Estados e Municípios serão chamados a honrar esses pagamentos. Isso tudo vai virar dívida pública.

E, nesse momento, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241 insere no texto constitucional garantia de recursos públicos para essas estatais não dependentes. Então, gente, é um escândalo muito grande. De todos cortes de recursos para saúde, educação, Previdência, assistência, segurança, que estão na PEC 241, o recurso está sendo revertido para esse negócio.

Agora, como esse esquema entrou no Brasil? Entrou por meio dessas empresas de consultoria privada que têm especialização do FMI. Olha aqui, Senador, consultores responsáveis – está pequenininho aqui, mas dá para ler: Edson Ronaldo Nascimento, consultor responsável. Quando começamos a denunciar isso, esse *site* foi excluído do ar. Mas vocês podem buscar, porque há registro na internet. Como esse esquema está se alastrando? Olha só que interessante. Esse mesmo Sr. Edson Ronaldo Nascimento é consultor responsável dessa empresa de consultoria ABBA. Ele é Presidente da PBH Ativos S/A, da empresa estatal não dependente. Ele foi Secretário de Fazenda de Goiás, onde esse esquema está sendo implementado, foi Secretário de Fazenda de Tocantins, onde esse esquema está sendo implementado, e é consultor assistente do FMI. Pessoal, como pode: a mesma pessoa vende a consultoria, preside empresa estatal não dependente criada conforme a sua consultoria e ocupa cargos nos Estados onde sua consultoria está implantando empresas estatais nesse esquema? Como pode uma coisa dessa? Olha o conflito de interesses. Olha aqui a assinatura dele em documentos que colhemos. Isso tudo está na internet.

Faço aqui um apelo aos órgãos de controle do nosso País. O que os Ministérios Públicos estaduais, municipais, Federal, o que os Tribunais de Contas de Estados e o Tribunal de Contas da União, o que as assembleias legislativas, câmaras municipais e o Congresso Nacional estão fazendo diante desse escândalo que está acontecendo no nosso País? As informações estão todas na internet. Se nós, entidades da sociedade civil, estamos tendo acesso a esse escândalo, o que todos esses órgãos de controle estão fazendo? Nós, entidades da sociedade civil, estamos aqui cobrando atitude dos órgãos de controle do nosso País. Isso é um escândalo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mais evidências disponíveis na internet: Renato Villela, sócio da CPSEC. Ele tem uma ação – uma ação. Creio que o Dr. José Marcio vai abordar isso com mais propriedade. Ele tem uma ação da CPSEC de São Paulo. Ele é diretor de uma tal de CPP, outra empresa paulista que também é sócia da CPSEC. E quem é ele? Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Deixou de ser.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Deixou de ser semana passada, mas, enquanto toda essa operação da CPSEC está acontecendo, olha ali o quadro de acionistas. Está vendo? A CPP tem mil ações na CPSEC. E o Renato Villela tem uma ação.

O que é que os nossos órgãos de controle têm a dizer sobre isso? Olhem só a incoerência: nós estamos vivendo uma conjuntura de aceleração de privatizações, e o Presidente atual, Sr. Temer, acabou de ir à China entregar mais um pacote de empresas à privatização, empresas estatais estratégicas e lucrativas, dizendo que não é possível mais o Estado manter estatais. Ah, é? E por que nós estamos criando estatais não dependentes em diversos Estados e Municípios para emitir debêntures? Para isso, temos direito assegurado na Constituição pela PEC 241? O que é isso?

Então, estamos entregando as estatais estratégicas e lucrativas há duas décadas e estamos criando estatais esquemas financeiros para emitir debêntures? Isso é atividade de Estado? Qual é a necessidade desse tipo de negócio para o Estado? Qual é o benefício desse tipo de negócio para a sociedade? Isso é o apoderamento, gente, isso é a invasão do Estado por empresas que têm pessoas físicas em seu quadro societário tomando conta do Estado, usurpando de recursos públicos que deveriam atender aos direitos humanos e sociais do nosso País.

Conclusão: chegamos a um ponto em que todos os Estados estão em crise financeira. Mas por que é que eles estão em crise? Porque é uma dívida ilegal, ilegítima. Foi renegociada no final da década de 90, incluindo passivos de bancos em seu estoque, sem qualquer transparência, sem qualquer legitimidade. Em cima disso, foram aplicados juros e atualização monetária exorbitantes, um abuso da União em relação a Estados e Municípios. Então, os Estados chegaram a uma crise. Essa crise está justificando, virou um cenário muito propício para projetos que impõem contrarreformas da Previdências, contrarreforma trabalhista, desmonte dos direitos sociais e projetos abusivos, como o 257, como a PEC 241, como as PECs que aprovaram o aumento da Desvinculação de Receitas da União e criaram a desvinculação de receitas dos Estados e Municípios. Tudo isso está justificado pela crise da dívida. Tudo isso, gente, além desse cenário propício para esses projetos, abriu espaço para esse esquema sofisticado de criação de estatais não dependentes, espúrias, que emitem papéis, debêntures, gerando nova dívida pública sem contrapartida alguma.

O Estado não recebe nada e assume uma dívida de 100% do valor dessas debêntures seniores e mais os juros abusivos que elas pagam.

Isso compromete gerações futuras em escala exponencial. É disso que trata o PLS 204, Senador. Por isso, é muito apropriado que a Comissão de Direitos Humanos discuta isso.

E, para completar esse escândalo, a PEC 241 congela por 20 anos, no Texto Constitucional, todos os gastos sociais e reserva recursos para essas estatais não dependentes espúrias, empresas criadas para operar esse esquema que o PLS 204 quer legalizar.

Então, temos algumas propostas de ação que queríamos que a Comissão de Direitos Humanos encaminhasse e que os Senadores aqui presentes e todos que estão nos assistindo nos ajudassem a rejeitar esse PLS 204, de 2014, em primeiro lugar. (*Palmas.*)

Retirar a urgência desse PLS. Está em plenário. Se não for possível rejeitá-lo de pronto, que seja retirada a urgência. Já colhemos assinaturas, Senador. Já temos as assinaturas para que esse requerimento de retirada de urgência seja apreciado pelo Plenário. Que seja retirada a urgência a fim de possibilitar o aprofundamento do debate e o conhecimento da verdadeira essência das operações de venda de debêntures por estatais não dependentes, com deságio brutal e juros estratosféricos, além de custos de consultoria, de administração, custos financeiros e remuneração de administradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Os Senadores não sabem disso. Conversei com vários Senadores. Estão iludidos, iludidos, enganados, achando que existe venda de dívida ativa incobrável. O que não existe. Por quê? Porque não houve nenhum debate. Então, é preciso retirar a urgência, aprofundar o debate para que os Senadores saibam o que estão votando.

É preciso impedir garantia estatal disfarçada por meio de debêntures subordinadas, porque, Senador, naquela operação em que a estatal não dependente entrega debênture subordinada para o ente federado, Estado ou Município, sabe qual a razão dessa debênture subordinada? Porque, se esse ente federado fosse fazer um contrato dizendo: "Mediante este contrato, o Estado tal dá plena e completa garantia à empresa estatal não dependente, e assume toda a responsabilidade, todo o ônus pelas debêntures que ela emite." Se algum gestor público fizesse esse contrato, que seria o contrato que de fato retrata a garantia que está sendo dada, isso representaria um escândalo, isso colocaria esse gestor público na cadeia, porque isso fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e aplica-se o Código Penal.

Então, para não fazer esse contrato, que realmente retrataria a assunção da garantia total pelo ente público em relação a essas operações, o que está acontecendo? A estatal não dependente entrega uma debênture subordinada para o ente estatal; e, pelo fato de o ente estatal estar de posse dessa garantia subordinada, dessa debênture subordinada, ele dá garantia total.

Agora, eu pergunto: quantas pessoas entendem esse jargão de mercado? Muito poucas, concordo com o senhor. Então, é uma maneira de desmascarar... Nós temos que desmascarar esse disfarce, porque está a concessão de garantia disfarçada de entrega de debêntures subordinadas.

Nós queremos reivindicar, Senador, a realização de outra audiência pública, mas uma audiência pública mista, que envolva Câmara e Senado, uma audiência pública geral, em que todos os Deputados e Senadores sejam convocados, com a presença de representantes da Grécia, que foram convidas para esta audiência. A ex-Presidente do Parlamento Grego, Zoe Konstantopoulou foi convidada, ela queria vir, mas o convite – o senhor sabe – saiu semana passada. Ela não teve como organizar a vinda, mas ela está disponível para vir a partir do dia 27 deste mês. Da mesma forma, a Deputada do Parlamento Europeu Sofia Sakorafa também está disponível a partir dessa data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Palmas às duas, que estão dispostas a vir da Grécia para cá para ajudar a desmontar esse pacote de maldades que está no PLS 204. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Isso. Então, essa audiência geral colocará o conjunto de Parlamentares para debater esse esquema.

Reivindicamos, ainda, convocar governadores e prefeitos. Convocar, não é convidar, não, porque convidando eles não vêm, como não vieram as autoridades convidadas pelo senhor. É um desrespeito muito grande: as autoridades convidadas para esta audiência não vieram, então elas têm que ser convocadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Convocar governadores e prefeitos de entes federados, onde estatal não dependente já existe, para que eles informem o que essas estatais estão gerando para os seus respectivos Estados e Municípios. Eles têm que vir aqui declarar o que essas estatais não dependentes têm feito.

Nós temos que preparar denúncias aos órgãos de controle. Nós convocamos os Senadores aqui presentes a participarem da Frente Parlamentar Mista, recém-criada, para realizar auditoria da dívida pública com participação popular. Nós temos que cumprir o art. 26 do ADCT – até hoje não cumprido – e realizar auditoria da dívida pública.

E, por fim, nós temos que impedir que a PEC 241 reserve recursos para aumento de capital de empresas estatais não dependentes. Isso é uma infâmia inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Com isso, agradeço a atenção de todos e todas.

Agradeço principalmente a convocação desta audiência pública pelo Senador Paulo Paim, por meio da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Sou muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, que, de forma didática, passou aqui para todo o País informações precisas do que significa a proposta embutida nesse PLS. Ao mesmo tempo, deixa propostas concretas que já estão acatadas. Eu vou encaminhar ao Presidente do Senado... (*Palmas.*)

... todas as propostas que você nos trouxe neste momento.

Vou passar a palavra agora, diante de algumas perguntas que vieram por parte daqueles que estão nos assistindo, para José Marcio Rielli, que é Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo. E vou pedir a nossa querida Regina Sousa, sempre presente, e a ela uma salva de palmas... (*Palmas.*)

Eu tenho que ir aqui ao lado, na Comissão, só para assinar alguns papeis. Eu vou ali assinar, enquanto isso pediria que você pudesse presidir. Em três minutos estou de volta, o.k.? (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele já havia anunciado o José Marcio Rielli, Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Bom dia, Senadora. Bom dia meus colegas de bancada. Bom dia aos presentes numa segunda-feira tão maravilhosa, já com o plenário cheio. Muito obrigado pela presença e pelo prestígio que estão me dando. Esta alma verde-amarela da Maria Lucia, da confusão feita. A Maria Lúcia é uma alma verde-amarela que se compromete e compromete a família e seus afazeres pessoais em prol da luta da Auditoria Cidadã, luta esta que todos os brasileiros deveriam estar cerrando fileiras para verificar o que acontece no nosso País, o que aconteceu e demonstrar a razão pela qual nós estamos tão ruins, tão endividados e, pior, se este PLS 204 passar vai se tornar ainda pior.

Coube-me falar aqui a respeito da CPSEC, a Companhia Paulista de Securitização. A CPSEC foi fundada em 2009, como vocês podem ver ali, no entanto, o Diretor-Presidente, o Alfredo Aranha, aqui não pode estar presente devido a compromissos pessoais assumidos.

Nós entramos com uma ação popular contra a CPSEC, inquirindo todas essas operações que ela vem fazendo, que ela vem disponibilizando no mercado e, mais apropriadamente, as debêntures. A nossa ação tem fundamento nessa legislação. Não vou perder muito tempo em explicar cada uma delas, mas é importante que se saiba a razão pela qual a CPSEC está ferindo a legislação pátria aqui.

Ela foi criada em outubro de 2009. O Senador José Serra, então Governador na época, acabou não utilizando esse mecanismo de emissão de debêntures. Ele deixou para o exercício seguinte, para o Governador seguinte, o que foi já na gestão de Geraldo Alckmin.

Aí ela foi criada pela Lei Estadual nº 13.723, em 2009.

O que fala a lei estadual? Fala assim: "com base no Convênio ICMS 104". Alguém sabe o que é o Convênio ICMS? Aqui alguns sabem. Já vi aqui que há alguns colegas.

Mas o convênio é uma reunião no Confaz, o Conselho fazendário, que reúne todos os Secretários de Fazenda que vão discutir benefícios fiscais entre si, acordos entre Estados, porque no caso do ICMS, ainda que ele seja um imposto estadual, conforme nossa Constituição, a repercussão federal é muito grande. Transferem-se créditos de Estado para Estado, quando ocorrem a saída e a entrada de mercadorias de um Estado para outro. E ele regula exatamente essas questões. Por quê? Se dou muita... Se dou muita...

Obrigado, Senador. Obrigado, Senadora. Estou ao lado do inimigo número um, agora, com muita honra. (*Palmas.*)

Com muita honra, Senador. Com muita honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, os convênios de ICM regulam essas questões. E onde vou encontrar o embasamento do convênio ICMS? Na Lei Complementar nº 24, de 1975.

O que fala expressamente essa Lei Complementar? Fala que não posso dar benefício fiscal, isenção, benefício financeiro, enfim, qualquer benefício que implique a circulação de mercadorias, que é de onde vem o ICMS, a qualquer um, sem consultar os meus pares federais, sem ter o aval dos demais Estados.

Isso é só para o ICMS. O que faz o Convênio 104, pergunto. Ele fala sobre a possibilidade de se emitirem títulos, de fazer a cessão dos direitos creditórios, que não tem nada a ver com o ICMS. Não tem nada a ver com o ICMS.

Fala-se: "Não, a dívida ativa, que teve origem no ICMS..." Quer dizer, há uma elucubração jurídica muito grande, para se tentar entender a razão pela qual foi feito isso aí.

Depois, também, com fundamento em outro convênio, o ICMS 51, aí sim, que possibilita os parcelamentos da dívida de cada um dos Estados que solicitaram ao Conselho fazendário.

Então, a Lei Complementar nº 24, de 1975, não dá embasamento para o Convênio 104, que foi o que gerou a lei de criação da CPSEC.

Nós, na nossa arguição, na nossa ação popular, arguimos também o fato de ela estar emitindo papéis, sem estar devidamente adaptada, adequada à Lei nº 4.595, que rege as instituições financeiras, os entes bancários do Brasil.

Então, ela emite um título público, um título remuneratório, e isso não está na lei bancária. Foi criada de uma forma canhestra, enfim, para poder emitir títulos públicos. A Constituição do Estado também proíbe esse tipo de operação.

Aí a resolução do Senado também acaba falando sobre isso.

Como eu lhe disse, não vou perder muito tempo porque senão vai se tornar enfadonho explicar cada um desses itens aqui.

Depois, ela não está perfeitamente adequada à Lei de Propósito Específico, como a Maria Lucia acabou nos informando na sua palestra.

O mais importante, nesse embasamento da nossa ação popular, foi o parecer do Tribunal de Contas da União. Esse parecer põe abaixo toda e qualquer possibilidade de se considerar a transferência, a cessão de créditos de dívida ativa a outra empresa. Como a Maria Lucia disse, nós estaríamos tirando, usurpando funções da Procuradoria-Geral do Estado, que é a responsável pela execução da dívida.

Quando é lavrado um auto de infração ou quando é constituído um crédito tributário e não é pago, ele sai do âmbito da Fazenda e vai para a Procuradoria-Geral do Estado, que vai executar essa dívida. Então, essa operação não foi observada pela CPSEC.

Nós não temos considerações maiores para relevar isso. Por quê? Há uma dívida que pertence ao Estado. Nós não podemos abrir mão dessa dívida que alguém constituiu por uma operação legalmente levantada e questionada pelo devido processo legal no Estado brasileiro. Nós não podemos transferir esse direito do Estado para uma empresa particular. Ainda que a maioria de suas ações pertença ao Estado, ela é não dependente. Então, não há essa possibilidade jurídica.

Portanto, a cessão de direitos creditórios, como é colocada, é um factoide, é uma situação que não existe de fato, mesmo porque, se fosse possível, isso já teria sido feito há muito mais tempo. Nosso Código Tributário Nacional é de 1966. Os gênios que criaram o Código Tributário Nacional previram situações bastante sensíveis para que o Estado não perca, de forma nenhuma, o seu direito ao imposto – nesse caso, o ICMS, o ITCMD e o ITBI, mas principalmente o ICMS, que é o Imposto de Circulação sobre Mercadorias.

Foi realizada pela CPSEC, em 2012, na gestão de Geraldo Alckmin, cujo Secretário da Fazenda era Andrea Calabi, a primeira operação: uma operação de R$600 milhões. Em 2014, já na gestão de Renato Villela – vocês viram que a Maria Lucia projetou uma lâmina ressaltando que ele é um dos sócios da CPSEC, mas, agora, provavelmente, deve sair –, foi feita uma operação de 800 milhões e outra, em 2015, de 740 milhões. Com que lastro foi feito isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Foi feito um acordo: "Olha, eu sou devedor do Estado de São Paulo. Fiz uma operação, não consegui pagar e sou devedor do Estado de São Paulo – quando digo 'operação', refiro-me à operação de circulação de mercadorias. Devia recolher ao Estado de São Paulo uma quantia, mas eu não tinha dinheiro, ou soneguei, ou fiz qualquer coisa que não está lá."

Foi constituído um lançamento tributário naquele valor e não foi pago. O.k.? A Procuradoria vai executar. Só que como aqueles convênios permitiram que o Estado de São Paulo pudesse fazer um parcelamento, um PEP, um PPI, foi caminhando dessa forma.

Ou seja, em cima desses programas de parcelamento, o Estado de São Paulo pegou esses acordos e transferiu para a CPSEC, mas transferiu entre aspas porque não poderia ser feito dessa forma. Contudo, temos que observar duas coisas nesse tipo de operação. Primeiro, não há de fato a cessão de créditos tributários, porque não poderia ser, não pode ser, é proibido fazer pelo Código Tributário Nacional e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já que estaríamos abrindo mão de uma receita.

Quando foram feitos esses parcelamentos, a CPSEC veio lá e adquiriu, com capital de 300 milhões, seis bilhões de créditos tributários. Como é que pode? Como é que pode? Foi simples assim.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Deságio de 95?

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Não sei se chegou a esse deságio, Maria Lucia, mas, de qualquer forma, essas foram as operações, tanto que eu vou mostrar para frente qual é o passivo da empresa, quanto ela deve hoje no mercado por conta dessas debêntures.

Então, essas operações foram realizadas. Mas eu pergunto: de alguma forma a que custo, qual foi o custo dessas operações?

Numa palestra do Presidente da CPSEC, o atual Presidente Jorge Avila, lá em Ribeirão Preto, justamente tentando vender a consultoria ou, sendo menos enfático, dando uma ilustração da consultoria que estava sendo fechada com o Município de Ribeirão Preto, em São Paulo, ele acabou relacionando esse tipo de despesas que podem ocorrer ou que ocorreriam na contratação dessa operação, como advogados, auditorias recebíveis, *rating*, agência de *rating*. Isso é uma coisa muito interessante.

Qual é o risco dessa operação? Vamos lá. O Estado de São Paulo está por trás das operações. E a agência, no primeiro lançamento, fez o AA como uma operação, digamos assim, muito boa, não totalmente sem risco. Nas outras duas operações BB, porque aí eles conseguiram entender o que estava acontecendo de fato. Não foi uma grande elucubração tentar saber que até um certo ponto aquela operação era ilegal. Então, eles atribuíram um *rating* menor por conta exatamente do risco que pode incorrer a CPSEC, desculpe, a operação e não a CPSEC em si, mas a operação da CPSEC.

Uma outra lâmina que foi exposta pelo Dr. Avila foi essa em que há direitos creditórios... Isso aqui é apenas uma das partes bastante simplificadas em que a CPSEC se encontra aqui, aí vem com garantias, o Estado de São Paulo transfere e depois recebe aqui dois bilhões e não sei quanto. Os investidores encaminham cento e tantos milhões.

Quer dizer, pode-se ver que é uma operação que agora ainda se torna mais complicada.

Aqui, um maior detalhamento: temos a Deloitte, que é uma empresa de auditoria; a KPMG, que é uma empresa de auditoria; a CVM, que acaba liberando essa operação por conta apenas e unicamente da emissão de debêntures propriamente dita; o agente fiduciário, que é um banco ou uma instituição financeira que está ligada ao mercado; o Banco do Brasil, as entradas e saídas; aqui, a Price, que é uma auditoria; Standard & Poor's, que faz avaliação de risco. Podem ver que isso é uma estrutura gigantesca, que, para ser montada, gasta uma dinheirama muito grande, uma dinheirama que não conseguimos avaliar neste momento.

Nessa outra lâmina, foi colocada a estrutura de amortização dos bancos. Aqui, os devedores que estão aqui, vocês podem ver bem pequenininhos, bem miudinhos aqui, que estão devendo para...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – ...o Estado, para os bancos, e os bancos vão encaminhar aos bancos centralizadores e fazer essas operações. Parece complicado, e é. Esta é a ideia: é complicar, é para um ser comum não entender.

Trabalhei em banco durante muitos anos, antes de entrar na Secretaria da Fazenda, Em janeiro, agora, completei 50 anos de trabalho, comecei com 13 anos, tenho 63 anos, vou fazer 64 agora, em dezembro, e, como o Senador Paim, fui pé no chão também, comecei lavando banheiro, e orgulho-me muito disso, isso enriqueceu muito a minha dignidade, o meu caráter. Não consigo entender – cresci, trabalhei em banco – não conslgo entender, confesso a vocês, integralmente os mecanismos que estão por trás disso. Confesso integralmente, não consegui entender. Trabalhei em banco estrangeiro, trabalhei no Chase Manhattan, morei nos Estados Unidos uma época, fazendo algum tipo de operação, e não consigo entender o que ocorre atrás dessas operações integralmente, porque cada uma delas varia de local para local, o.k.? Então, qual o custo dessas operações? É altíssimo. A Maria Lúcia acabou citando 50%, talvez possa ser até mais em razão do deságio.

Aqui, também, eu queria passar muito por cima, já falamos, mas eu queria me ater um pouquinho mais no passivo dessa empresa. O passivo dessa empresa, da CPSEC, o passivo circulante é aquilo que vou pagar, que a empresa deve e vai liquidar ou, pelo menos, está previsto que vai liquidar nos próximos 360 dias, de acordo com o seu ano fiscal, que é 1º de janeiro até 31 de dezembro. O não circulante é aquilo que vem depois disso daí. Vejam o que está lá: R$5 bilhões. Vejam o patrimônio líquido da empresa; esses são dados que estão publicados, está no balanço da empresa, publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, R$276 milhões contra um passivo de R$5 bilhões. Como alguém pode adquirir por cessão de direitos creditórios um valor desse, se não fosse o financiamento?

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI (*Fora do microfone*.) – Por isso a PEC garante.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Por isso, a PEC exatamente está querendo fazer com que essa mágica se torne realidade. Isso é mágica, esse é o dom de iludir, do PLS 204, e fazer com que nós tenhamos que engolir esse sapo.

Aliás, um sapo, em uma esquina, de uma boca bem grande, para que entendamos o que está acontecendo com as finanças dos Estados.

Eu não vou repetir o que a Maria Lúcia falou, mas gostaria de enfatizar que estamos fazendo com que uma dívida ativa de um Estado, um direito de um Estado, não importa se vai ser pago ou não vai, a dívida está constituída. A Procuradoria Geral do Estado está lá para cobrar, vai estar lá para cobrar, tanto que, no seu parecer de Relator, o que fala o Senador Baeur? Fala o seguinte: nós só precisamos instrumentalizar os demais entes para que possam vir atrás do crédito tributário. Meu Deus do céu, se nós temos que instrumentalizar, por que já não fazemos isso?

Eu encaminhei ao Tribunal de Contas do Estado, na pessoa do Dr. Antonio Roque Citadini, exatamente todos esses questionamentos, e o Dr. Roque garantiu-me que estaria apurando, que vai iniciar as suas apurações a partir deste momento. Reuni-me com os assessores, entramos, também, com a ação pública para tentar entender esses mecanismos.

E fechando com chave de ouro, eu gostaria de dizer, Senador, inimigo nº 1, que, em sua palestra, o Dr. Ávila, Senador, lá em Ribeirão Preto, falou o seguinte: "O contrato de aquisição de debêntures, nós só o exibiremos ou por determinação da CVM ou por mandado judicial". Mas não tenho a menor dúvida, vamos ingressar com uma ação pedindo para que ele seja exibido.

A questão da CPSEC é algo complicadíssimo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – ... e, terminando, fazendo com que a dívida do Estado de São Paulo torne-se ainda duplicada, quadruplicada, seja lá qual for a taxa de juros que vai ser inserida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu peço a todos, peço aos Senadores, peço aos presentes, que façam uma pressão muito grande nos demais Senadores e que levem um pouco daquilo que pude transmitir aqui, até um pouco complicado por conta da legislação que incide. Eles poderão entender que essa não é uma operação para brasileiros, isso não é operação para que nós possamos honrar o nosso País.

Eu tenho uma neta de nove anos e não quero que ela sofra, Senador, aquilo que vamos deixar como legado: dívida, só isso, dívida!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Marcio Rielli, Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo.

V. Exª, como sempre, foi muito feliz. E quando diz "eles complicam" é para ninguém entender mesmo. E aí vão as malandragens do assalto ao Erário, mas as suas recomendações estão aqui. E, nós, juntos, com aquelas encaminhadas pela Maria Lúcia, daremos um passo à frente. Meus cumprimentos.

Eu quero registrar a presença, primeiro, do nosso querido Senador Lindbergh Farias, que está aqui conosco já. (*Palmas.*)

E, também, registrar a presença da Fenajud – Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados. (*Palmas.*)

Está com um bloco aqui.

Os Senadores usam a palavra no momento em que entenderem mais adequado, como é de praxe nesta Comissão.

Agora, vamos passar a palavra para a Carmen Bressane, Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida de São Paulo. Já esteve conosco em outra oportunidade e foi brilhante, como será aqui hoje. A palavra está com a senhora. Tenho dado 10 minutos com mais 5, mas, se necessário, sabe que 20 é o limite.

A SRª CARMEN BRESSANE – Obrigada. Bom dia a todos presentes, Senadora, Senador, aos companheiros de mesa, à minha querida companheira Maria Lúcia, de muitos anos. Um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim, que abriu a única oportunidade que tivemos até o presente momento de discutir esse esquema do PLS 204, de 2016. Essa abertura de conversa sobre esse esquema acontecer aqui na Comissão de Direitos Humanos é muito significativa, porque aplicações de mercado, que as pessoas lucrem com aplicações, com ações, enfim, não têm problema nenhum. As pessoas podem aplicar, ganhar bastante dinheiro. Ninguém é contra isso.

O problema não é o que isso pode lucrar para quem está fazendo esse processo. O problema é a dívida social que isso vai gerar, ferindo absolutamente os direitos humanos e sociais do País como até hoje ainda não aconteceu, e que afundou a Grécia. Temos aqui uma proposta de fazermos uma próxima audiência pública mista e trazermos, inclusive, representantes do parlamento grego dando o seu depoimento de como um esquema desse afundou o país. Acho que todo mundo acompanhou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa proposta seria no plenário do Senado.

A SRª CARMEN BRESSANE – Isso. Como isso afundou já um país, e o Brasil seguindo esse esquema. Então, é muito importante que a primeira conversa seja exatamente aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Esse PLS 204 não passou por nenhuma comissão no Senado. Não houve nenhuma discussão sobre o assunto. E foi tratado em regime de urgência. Por que em regime de urgência? Qual a razão de isso ser tão urgente? Eu explico para vocês por que é tão urgente. É urgente porque o esquema já foi instalado, já está lá. A PBH Ativos existe desde 2009. Aliás, a CPSEC em São Paulo existe desde 2009. A PBH Ativos já está lá há um tempão. Há a SP Securitização do Município de São Paulo. Há outros em Recife e aqui em Brasília. Estão todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

instalados de forma absolutamente ilegal, ao arrepio da Constituição, de diversas leis e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estão aí. E esse regime de urgência serve para tentar corrigir, botar panos quentes e tentar legalizar isso aí, que já está funcionando. Já está funcionando há tempos, há anos.

E não só corrigir essa ilegalidade jurídica, não só isso, mas fazer a coisa começa a funcionar a pleno vapor, porque não estão a pleno vapor. Estão devagarinho. Estão começando devagarinho. Já houve várias estocadas do Tribunal de Contas da União, estão ajustando aqui e ali. Com esse PLS, a coisa deslancha. E aí nós vamos ter uma catástrofe sem tamanho.

Nós tivemos um relatório de plenário já apresentado pelo Senador Paulo Bauer, que já foi lido em plenário, e, felizmente, conseguimos que não fosse votado. Tivemos a atual audiência pública convocada pelo Senador Paulo Paim. E esse PLS visa então a legalizar esse esquema todo, imoral e ilegal, dessas estatais que estão operando hoje ao total arrepio das leis vigentes no País.

O art. 1º do PLS 204 modifica a Lei 4.320, de 1964, no art. 39. Então, como é que ele bota esse artigo? Ele põe:

> Art. 39-A. É permitido aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado e fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Então, esse é o objetivo desse PLS 204.

Vamos verificar e mostrar a vocês que ceder créditos tributários não existe. Isso está no texto da lei, mas é uma mentira. Nós vamos ver em seguida por que isso é uma mentira. Essa pessoa jurídica de direito privado que está aqui, a gente vai ver que é um laranja. Laranja. É praticamente uma empresa de fachada, para fazer negócio ilegal.

O PLS 204 autoriza a cessão de direitos creditórios inscritos ou não em dívida ativa. Então, vamos ver: se é cessão de direito, se você cede um direito para alguém, se você tem o direito e cede, aquela pessoa cessionária, aquela que pegou o direito tem direito de fazer alguma coisa com esse crédito cedido, não é?

Vamos ver aqui o que a empresa não dependente faria com esse crédito cedido se houvesse uma cessão de crédito. Diz o PLS 204: eu cedo o crédito, mas essa cessão não modifica a natureza do crédito. O que mais? Não altera as condições de pagamento do crédito, fica tudo do jeito que já estava estabelecido e não transfere a cobrança judicial ou extrajudicial, que permanece com os órgãos competentes. Ou seja, quem continua cobrando crédito é o próprio ente federado.

Bom, se não modifica a natureza do crédito, se não altera as condições do pagamento dos créditos, se não transfere a cobrança dos créditos para essa empresa, o que é que está sendo cedido?

Responda-me quem for capaz, porque eu não consegui achar nada que esteja sendo cedido a não ser o seguinte: esta empresa não dependente está aí para emitir debêntures que uma empresa estatal exclusiva (apenas o Estado com 100% do capital do Estado) não poderia fazer. Então, cria-se uma empresa de fachada, como no caso da CPSEC, aqui brilhantemente mostrado pelo Rielli. O Estado de São Paulo tem 99,997% das ações, e três ações entregues para um outro secretário, todos ligados a outras estatais. Então, esta empresa de fachada, para não dizer que é totalmente estatal, para dizer que é de economia mista, emite debêntures para gerar dívida porque, desde 1997, Estados e Municípios são proibidos de emitir títulos de dívida pública. Eles não podem. Então cria-se essa fachada, e nenhum crédito está sendo cedido, não há crédito cedido, nenhum.

Estamos apenas garantindo, através daquelas debêntures seniores, como mostrou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Maria Lúcia, as operações dessa empresa estatal não dependente, essa economia mista não dependente. E isso gera dívida pública, sem nenhuma contrapartida, nada, para a sociedade brasileira.

Qual o montante dessa garantia? O montante é todo aquele pacote de créditos de entes federados, que são divididos em três categorias: a sênior, que são aqueles créditos de menor risco; o mezanino, que são de risco médio; e aquelas subordinadas, que são de alto risco, que são de mais difícil recebimento.

Então, esse bolo é um parâmetro para que aconteçam as operações. O volume de dívida, o volume de créditos a receber, que tem Estado e Município, não é cedido, serve de parâmetro de até quanto a empresa não dependente pode emitir debêntures no mercado. Isso aí é o parâmetro da garantia que se dá, porque todo esse crédito do Estado e Município continua com ele. Ele continua cobrando com seus órgãos de cobrança. Não é transferido isso. A forma de pagamento continua a mesma. O contribuinte continua pagando. A empresa estatal não dependente apenas emite as debêntures. E com as debêntures seniores que ela faz com o Estado, ela garante essas operações nesse montante.

Dizem que as cessões – essas "cessões", entre aspas, porque não há cessão de crédito – não se enquadram nas definições dos art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós colocamos aqui para vocês um trecho do relatório do Tribunal de Contas. O que diz ao analisar a operação? Vamos ler aqui:

> Trata-se, portanto, de desenho que apresenta em sua essência a mesma estrutura adotada pelos entes que optaram por criar uma empresa pública emissora de debêntures lastreadas em créditos tributários, por meio da qual o ente federado obtém do mercado uma antecipação de receitas que serão auferidas somente no futuro e que, quando o forem, serão destinadas ao pagamento dos credores, numa nítida e clara, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito, conforme o conceito amplo adotado no artigo 29, III, da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal].

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Drª Carmen – eu estou sem voz –, na verdade, é o mesmo Dr. Júlio Marcelo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, que diz que é uma operação de crédito. Essa Base Parlamentar afastou a Dilma por causa dessa posição do Ministério Público, do Tribunal de Contas. E, agora, não vale nada; o argumento de operação de crédito agora não vale. Só queria fazer essa... Porque não faz um mês que nós tivemos aqui a votação do afastamento definitivo da Presidenta Dilma.

A SRª CARMEN BRESSANE – É verdade. Quer dizer, a afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal é até muito maior aqui. Essa aqui é uma super afronta; e já está acontecendo alastrada, multiplicada. Tanto é que esse PLS, que estão querendo colocar de urgência, é para sanar essas ilegalidades todas que estão aí; é para sanar isso que está aí estabelecido há anos, descumprindo normas, e normas, e normas, e a Lei de Responsabilidade Fiscal também.

Olha aqui: outro trecho importante para nós lermos do Tribunal de Contas sobre o assunto:

> Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF – que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, e regras para antecipação de receitas.
>
> [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> Esse mecanismo compromete as gestões futuras e prejudica a sustentabilidade fiscal do Município – as receitas de parceladas em Dívida Ativa ou espontaneamente entrariam também no futuro (em outras gestões).

É uma situação esdrúxula. Eventuais receitas auferidas pelo ente público só poderão ser usadas para pagamento de dívida pública, veja só:

> As cessões de direitos creditórios [...] devem ser consideradas "Receitas de Capital" provenientes de operação de venda definitiva de patrimônio público, subordinando-se ao art. 44 da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal].

Aí a vamos para a Lei de Responsabilidade, e ela diz o seguinte:

> Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos Regimes de Previdência Social geral e própria dos servidores públicos.

Ora, se não for para despesa corrente – eles colocam assim para ninguém entender – vai para onde? Para a dívida pública. Então, é um mecanismo que só serve para alimentar a dívida.

O PLS nº 204 é uma "cessão de crédito", pois a gente viu que não cede absolutamente nada, é um cenário para encobrir o negócio da emissão de debêntures com régia remuneração, como falou a Maria Lúcia, com IPCA mais 11%. Isso, um mês sobre o outro mês, chega a mais de 27,5% ao ano. É um absurdo a remuneração disso! A emissão de debêntures por estatal não dependente, com garantia do ente público, configura operação de crédito. Esquema de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado nacional e internacional. A Constituição proíbe Estados e Municípios de emitirem títulos da dívida pública desde 1997. Isso é um subterfúgio para burlar essa norma constitucional de proibição de Estados e Municípios emitirem títulos da dívida pública.

O que está oculto no PLS nº 204? Estados e Municípios não terão benefício nenhum e, ao contrário, vão se afundar mais ainda em dívida. Já não têm dinheiro hoje, se criarem mais dívida, Estados e Municípios não vão conseguir atender nada do básico, do mínimo, para os cidadãos.

As debêntures seniores serão consumidas pelo deságio, juros exorbitantes, consultorias e custos financeiros, enfim, remunerações de administradores. A gente tem ali debêntures emitidas com 100% de valor de face. Aí vende com deságio de 50%, metade, incide juros de 23%, paga a consultoria, custos financeiros, remuneração, administrador. Sobra quanto? O que sobra nisso, se sobrar? O valor é consumido em poucos meses. Isso acaba e vai virar uma coisa negativa. É um péssimo negócio para os entes federados, que ficam com a responsabilidade de honrar a dívida pública, para a sociedade, pois todos os direitos sociais são sacrificados, na medida em que o pagamento da dívida pública tem prioridade sobre os investimentos em saúde, educação, segurança, assistência etc.

E para os trabalhadores? Devido às obrigações financeiras com a dívida pública, diversos projetos cortam direitos trabalhistas e desmontam a Previdência Social. Quem é que ganha? É ótimo para quem investe. Quem investe? Está aberto para quem? Quando essas debêntures são lançadas, elas são lançadas com restrições, está na lei. Não é aberto, em mercado aberto. Nenhum de nós poderá comprar, como foi no caso da PBH Ativos, que foi comprada toda por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

quem estava administrando o negócio, o Banco Pactual. Ele comprou tudo, lógico.

Eu também quero comprar tudo, mas eu não posso comprar, você não pode comprar. Quem comprou foi ele mesmo. A PBH Ativos lançou, e o Pactual comprou tudo, é claro, com um deságio de 50%, com tudo o mais, pagando em quatro anos aqueles outros 50%. Os juros que ele ganha são maiores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN BRESSANE – ...do que o valor que ele paga. É lógico, quem ganha são esses investidores restritos. É um escândalo!

Já estou acabando.

Isto é muito importante, Senadores e presentes A coisa está entrelaçada. Se, por um lado, vem essa proposta do PLS nº 204, a PEC nº 241, que congela por 20 anos os gastos sociais – entenda-se como saúde, educação, previdência, saneamento, tudo – reserva, ela não inclui nos gastos primários, despesas com aumento de capital dessas empresas estatais não dependentes, enquanto fica congelado para os gastos sociais, através da PEC nº 241. Olha como está lincada uma coisa à outra. A PEC nº 241 reserva verba para as despesas com aumento de capital, despesas de empresas estatais não dependentes, até porque já está previsto que ela vai começar a dar prejuízo, e tem-se de reservar dinheiro para ela. Então, é o fim da picada isso. Onde é que o País vai parar? Vai parar onde parou a Grécia. É por isso que a gente quer trazer o pessoal da Grécia, para mostrar isso, que vamos parar onde ela parou ou pior.

Conclusão: a crise da dívida dos Estados está agravada, é uma crise que é fruto de ilegalidades e vai se agravar ainda mais com esses novos esquemas.

Vou aqui repetir a mesma tela que a Maria Lúcia colocou – nós combinamos, não é, Maria Lúcia, mais ou menos a tela – e vou repetir essas telas para fixarmos bem essas propostas:

– Rejeitar o PLS nº 204. Se não pudermos rejeitar, pelo menos retirar essa urgência do PLS nº 204. Já conseguimos assinaturas suficientes para entrar com esse pedido de rejeição da urgência, para que possamos aprofundar os debates.

– Impedir a garantia estatal disfarçada por meio de debêntures subordinados.

– Realizar uma nova audiência pública, mista, geral, com a presença de representantes da Grécia, que já confirmaram conosco que virão a uma nova audiência marcada, se conseguirmos com algum tempo. Já confirmaram a ex-presidente do Parlamento grego. Ela disse que virá para dar o seu depoimento do que esse processo causou naquele país.

– Convocar governadores e prefeitos dos entes onde a estatal não dependente já existe – são muitos lugares onde ela já existe – para informar se houve algum ganho.

A CPSEC em São Paulo existe desde 2009. Venha aqui o governador então dizer que ganho houve lá. Se isso é bom, que venha aqui o governador dizer – desde 2009 até agora – que ganho houve? SPSEC – securitização no Município de Município de São Paulo – venha, venha dizer. Agora parece que estão meio paradas as emissões, mas já houve em anos anteriores. Em 2011, quando ela foi criada, e emitiu títulos naquela época. Venha dizer aqui o que é que deu de benefício à PBH Ativos. Venha dizer que vantagem trouxe. Porque, se é tão bom, venha dizer que vantagem trouxe.

Precisamos, também, estar muito atentos à Frente Parlamentear Mista que foi colocada para fazer essa auditoria da dívida pública. Porque, enquanto não fizermos da dívida pública, esses esquemas vão continuar pululando em tudo quanto é lado. Temos que fazer cumprir o art. 26 das disposições transitórias da Constituição, realizar auditoria da dívida pública e impedir que a PEC nº 241, que congela investimentos no social, reserve, por outro lado, recursos para esse esquema, que não traz benefício nenhum à sociedade.

Então essas são as nossas propostas que fazemos aqui neste dia. Obrigada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Coordenadora do Núcleo de Auditoria Cidadã da Dívida de São Paulo, Drª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Carmen Bressane.

Quero fazer um registo rápido. Primeiro, o nosso querido Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão, PT/ Minas Gerais, seja bem-vindo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui nesta comissão V. Exª fala no momento que entender mais adequado, como também os Senadores. E, ainda, Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; Rudinei Marques, Presidente da Unacom; Filipe Leão, Unacon; Ogib, Presidente da Pública Central; Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, na pessoa da Presidenta Rita Josina; João Pimenta, representa aqui a Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Moacir Lopes, Fenasps; Roberto Kupski, Febrafite; Paulo, Presidente da Asfoc; Maria Cristina Araújo, Presidente da Corecon/DF; e Victor Hohl, Corecon/DF.

Passamos, agora, a palavra – e naturalmente cumprimentando a Drª Carmen que, além de uma exposição brilhante, didática, simples, para que todos possam entender, reforçou todas as propostas de encaminhamentos – à Drª Maria Lúcia, que chamo sempre de Maria Luíza. Então estou afirmando aqui: Maria Lúcia! Para eu mesmo não trocar o teu nome.

Bom, ao final pegamos todos os encaminhamentos e botamos em apreciação aqui no Plenário e encaminharemos, por meio do Presidente do Senado naturalmente, por exemplo, à Comissão Geral, que seria uma audiência pública no plenário do Senado, com a participação de convidados, inclusive, da Grécia, como foi muito bem enfatizado aqui.

O Dr. Ayrton Fausto é Professor e membro da Coordenação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

V. Sª tem o tempo, conforme o combinado, de 10 minutos mais 5 minutos, até 20 minutos se for preciso.

O SR. AYRTON FAUSTO – Em primeiro lugar, queria felicitar o Senador Paim pela realização desta audiência, cumprimentar todos os presentes e dizer que as exposições anteriores vão fazer com que esse tempo que me foi cedido seja excessivo.

Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, assim como para a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, o tema que estamos discutindo é prioridade desde a época da aprovação da Constituição cidadã de 1988, continua sendo e é cada vez mais, exatamente pelo que foi enfatizado aqui, ou seja, o fato de este debate, esta convocatória serem feitos pela Comissão de Direitos Humanos é absolutamente pertinente. Isso porque as obrigações em relação ao pagamento da dívida pública têm sido arguidas como argumento fundamental para as restrições da aplicação de recursos em benefício dos excluídos, em benefício dos pobres, das políticas sociais.

Nossa colaboração com a querida Maria Lúcia, com a Auditoria Cidadã é antiga. Tanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como a Comissão Brasileira de Justiça e Paz integram o grupo associado à Frente Parlamentar Mista aqui mencionada. Seguiremos adiante nisso. Temos um trabalho constante em conjunto com a Auditoria Cidadã para aprofundar esse entendimento que foi colocado aqui de que se trata de um assunto muito complicado mesmo e intencionalmente complicado.

Estamos profundamente comprometidos com a ideia de não só entender, mas também explicar e didatizar, para que o tema e a luta sejam assumidos pelos movimentos sociais e pelos principais interessados nessa superação.

Dito isso, manifestamos o nosso absoluto acordo com as propostas que foram aqui feitas. Acrescentaríamos só uma pequena coisa na mesma linha do que foi colocado: que a próxima audiência proposta – se não for possível na próxima, em alguma posterior – contasse com um convite ao Equador e com sua presença. O Equador é um exemplo absolutamente concreto de como essa definição levou a uma ação pública em conjunto com os movimentos sociais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

consequente e vitoriosa. Todos sabemos que uma redução tão substancial, como a que foi conseguida no caso do Equador, revela a grande e primeira intuição que vai ficando cada vez mais clara: boa parte dessa dívida é ilegítima, baseada no engano e no crime.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professor e Membro da Coordenação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dr. Ayrton Fausto, que implementou, completou a proposta de, além da Grécia, incluirmos o Equador. Ademais, reforçou o que foi dito por aqueles que o antecederam.

Por fim, antes de passarmos a palavra aos Senadores e ao nosso Deputado Adelmo Carneiro Leão – estão conosco, repito, a Senadora Regina Sousa e o Senador Lindbergh Farias –, o último da lista é o advogado Diego Cherulli, que tem nos ajudado muito na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência e aqui fala representando a OAB-Brasília.

O SR. DIEGO CHERULLI – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos os presentes.

Inicialmente, queria agradecer muito ao senhor por ter convocado esta audiência pública – eu e a Fattorelli ficamos aqui, na semana passada inteira, lutando por isso. Tivemos a notícia de que o senhor nem viria a Brasília neste mês, mas aí eu falei: "Não. O Senador tem que vir, porque ele – agora recebeu um novo apelido – é o inimigo número um de quem quer destruir a nossa Previdência, de quem quer destruir o nosso sistema de seguridade social." E eu disse ainda: "Sou amigo do inimigo número um e estou contigo em tudo aquilo de que precisarmos." Não vamos permitir que esses bancos, que essas pessoas que já têm muito dinheiro fiquem com o dinheiro de quem precisa. Isso é absurdo! Isso é imoral!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você é um pouco culpado. Como me colocaram como Coordenador da Frente da Previdência e também na coordenação dos trabalhadores, virei alvo de todos eles.

O SR. DIEGO CHERULLI – Virou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Batem, batem, batem. Lá no Sul, então, é uma festa só.

O SR. DIEGO CHERULLI – É uma festa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu digo: "Muito obrigado. Se eu não estivesse aí, eu ficaria triste. Podem me colocar como culpado número um, se quiserem."

O SR. DIEGO CHERULLI – Sim. E somos tão culpados – eu, Maria Lucia Fattorelli, Denise Gentil e outros – que somos chamados de loucos. Por quê? Porque trazemos uma matéria...

Porque trazemos uma matéria extremamente complexa, que ninguém entende e que o Estado muitas vezes, o corpo jurídico do Estado, também não faz questão de entender. Um exemplo disso é a ADPF nº 415. Entramos pela frente parlamentar, e a assessoria jurídica do Senado, da Câmara, da Presidência da República pela AGU, e o Ministério Público pediram a improcedência da ação, porque seria um prévio controle de constitucionalidade. Não estou pedindo Adin, estou pedindo para que se avalie e estude porque ninguém sabe o que está acontecendo, ainda mais na questão da DRU. Quanto há do suposto déficit da Previdência e da Seguridade Social?

E é uma questão interessante, Senador. Inclusive, queria só registrar a presença aqui também do Sr. Edson Haubert, do Mosap, que vem nessa luta conosco também. (*Palmas.*)

Mas é uma luta engraçada, Senador, chega a ser cômica, se não fosse trágica: essas empresas não dependentes são estatais, como se diz, regidas pelo direito privado, ou seja, você tem um dinheiro público, você tem a benesse pública, mas você tem uma gerência privada; e, da mesma forma, por ter uma gerência privada, ela não tem o livre acesso à informação, por conta do sigilo bancário. Então, o que é isso? Que dinheiro é esse? De onde vem esse dinheiro? Para onde vai? Que debênture é essa? Quem está comprando? Quem está vendendo? Ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sabe!

Tivemos meras denúncias, como a Fattorelli mesmo falou. Qual foi o deságio? Não sabemos com certeza. Qual o lucro? Não sei. O que sabemos é o seguinte: se pagam 12,5% de juros ao ano sobre as parcelas do que foi pego pelo Estado e recebe 23%. Esse é o melhor negócio do mundo. Mas eu não posso comprar, como também ficou muito bem esclarecido aqui.

E aí fica a dúvida: qual é o risco desse negócio jurídico? E, em todo negócio jurídico, em toda empresa, sabemos que existe o risco do negócio, que a situação de qualquer empresa que vende ou que presta qualquer serviço está exposta a responder por um dano moral, um dano material. E qual o risco que essa empresa corre pelo juro e pelo lucro que ela tem?

E é uma luta, Senador – quero deixar bem claro isso aqui, e até para os Senadores presentes – difícil por ser apartidária e não ser fácil ser apartidária. Nós vemos que no DF existe uma empresa dessa que foi criada, que ninguém sabe, acho que chama DF Ativos, ainda estou investigando para ver o que é isso. O DF é governado pelo PSB, Rodrigo Rollemberg; em São Paulo, há essa outra empresa, São Paulo governado Alckmin, CPSEC, é PSDB; em Minas Gerais é o PT. Então, o que está acontecendo? A luta não é de um lado, a briga por esse poder é de todos os lados. E é por isso que não conseguimos passar essa mensagem para a frente.

E a briga pela previdência, por outro lado, que é a minha, que é a do João Pimenta, que está aqui representando a Cobap, a Federação dos Aposentados de Brasília, e a do Senador Paulo Paim, que vive por isso, muitas vezes, é resguardar os direitos sociais independentemente de partido, independentemente do lucro das empresas. Nós não estamos aqui para garantir lucro de ninguém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIEGO CHERULLI – O PSB.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Podia até ser PT. A gente faz muitas críticas aqui, Senador Paulo Paim, mas lá em Minas, Belo Horizonte, não é o PT, é o PSB.

O SR. DIEGO CHERULLI – Eu falo o Governo de Minas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Governo de Minas estadual não tem nada a ver com a PBH.

O SR. DIEGO CHERULLI – Com a PBH não tem. É do Município?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIEGO CHERULLI – Mas é só um exemplo de que está tudo envolvido.

Há uma coisa também cômica, eu até pedi para colocarem no painel a nossa ADPF, porque quero mostrar para o pessoal: essa PEC 241, de 2016, impõe limite a gastos públicos, gastos com previdência, com saúde e com educação, mas não impede o gasto com investimento nessas empresas estatais independentes, criando dívida. Qual é o sistema dessa situação? Quero deixar claro agora ao lado da garantia da previdência social? Esse sistema de geração de dívida pública que foi denunciado por todos que me antecederam cria essa dívida, cria esse montante de dívida e, do outro lado, temos dispositivos legais que garantem o pagamento dessa dívida. O melhor exemplo é a DRU, a Desvinculação das Receitas da União, cujo objetivo claro, claro, na exposição de motivos é o pagamento dos juros da dívida pública. A Fatorelli me corrigiu, quando eu estava fazendo a ADPF – ela auxiliou muito – e falou: não é o pagamento da dívida pública, mas dos juros da dívida pública.

Então, a DRU que atacamos pela ADPF 415, de 2016, que até hoje está lá com o Ministro Celso de Mello, que ainda não nos recebeu no Supremo Tribunal Federal, trata justamente deste questionamento: o que é a dívida pública de tão importante que tem que se tirar dinheiro do caixa da seguridade social? O que é essa DRU? O que é essa dívida pública? Por que ela é mais importante do que o direito à saúde, à assistência, à previdência?

E essa, senhores, é a nossa ADPF, que está no Supremo, que vem sendo extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

combatida. Por conhecer e estar no meio, já sei que fui chamado de louco, eu e meu colega Guilherme Portanova, que me ajudou a fazer, os malucos da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, que não sabem o que estão falando, porque, segundo o novo Governo, antes, o Governo da Presidente Dilma, dizia que o déficit da previdência era de R$85 bilhões, por um único motivo: eles só consideravam no cálculo de receitas da previdência as receitas da folha. Simples assim, as outras tantas receitas, a CSLL, o PIS/Confins, as receitas sobre os prognósticos de concurso e de loterias não são consideradas como receitas. Ainda estou tentando entender por que, porque a Constituição diz que é. E esse resto, que é um bolo grande, é misturado no caixa do Tesouro, e usado para tantas outras finalidades.

Já o novo Governo, que fez a defesa nessa ação, diz que o déficit não é de 85 bi, Senador, mas de 216 bi. Por que? Porque, segundo o novo Governo e assessoria deles, dentre as despesas da seguridade social, estão as despesas, por exemplo, com os aposentados do regime próprio, servidores públicos. Mas a Constituição não diz isso. E, além disso, também, excluem como receita as renúncias e desonerações fiscais. Mas, se a lei diz que, ao dar uma renúncia, uma desoneração, deve ter uma contrapartida para cobrir o caixa, por que desconsiderar isso? É uma brincadeira. O que está acontecendo? Então, de 85 bi, que falam que está errado, passou, dizem eles, para 216, da seguridade. Da seguridade, Senador. E pouco se discute isso.

E o Supremo, agora, está com essa matéria, e pedimos: explica-me, primeiro, como é que se calculam as receitas e as despesas da seguridade social; segundo, que raios são essa DRU e essa dívida pública que faz com que a previdência tenha que ser reformada para gerar economia para pagamento da dívida pública? Temos que economizar em cima de direitos sociais?

De cláusulas pétreas constitucionais? Quando há fundamentação, e isso é inconteste, direito à previdência, à saúde e assistência são cláusulas pétreas. "Ah, mas não estamos extinguindo". Mas estão reduzindo. O que se pretende fazer é uma privatização de tudo, como se bem fala, existem movimentos sociais, como aquele dos meninos do MBL, que são crianças que hoje apoiam a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, sem nunca terem trabalhado, sem saberem o que é. E, hoje, muito falam isto: "Ah, tem que reformar a Previdência." Por quê? Porque tem déficit. Explique: onde está este déficit? De onde você tirou esse déficit?

Para finalizar, Senador, porque o senhor sabe que eu falo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Mas fala bem, fala bem.

O SR. DIEGO CHERULLI – Obrigado.

Nessa ADPF, nós pedimos...

Tem aquele "trenzinho" de passar? O senhor me empresta? Está ao seu lado, esse pretinho. Do seu lado esquerdo. Isso.

Deixa ver se eu passo aqui para no final a gente...

São mais de 19 entidades que ingressaram nessa ADPF, nós traçamos todo o fundamento do porquê que calculamos e consideramos que a seguridade social tem um superávit, isso não com base nos cálculos do Diego, mas com base no cálculo da Anfip, que reúne vários procuradores, com base do cálculo da Denise Gentil e de várias outras entidades que participaram da elaboração dessa peça e, ao final, nós pedimos... Fizemos alguns pedidos, inclusive em liminar, dada a importância dessa ação, que é justamente...

Importante também falar deste gráfico, Senador: 42% é para pagar juros de dívida pública do Orçamento Geral da União; 22,69% para pagar previdência social. É muito? O.k, mas qual a lógica disso aqui? De onde vêm esses juros da dívida pública? E não sabemos porque ela não é auditada. E, por essa ação, nós buscamos auditoria por meio de uma autorização do Supremo Tribunal Federal, mas, como disse, os nossos pedidos...

Olha aí, a medida cautelar. Não há outro meio eficaz, hoje, de conversa que não seja essa ação, Senador, ...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. DIEGO CHERULLI – ... para a gente discutir essa matéria. Não há outro meio eficaz, isso é uma ADPF, é uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com base no estado das coisas inconstitucionais. É o próprio Estado, Nação, com "e" maiúsculo, tomando atos que são inconstitucionais a longo prazo, que seria a bancarrota da seguridade social.

Então, como não há outro meio eficaz, pedimos a aprovação e pedimos a suspensão imediata do art. 76 da ADCT, que é o que trata da DRU – essas PECs, inclusive a PEC 31, de 2016, pede a sua prorrogação por mais 20 anos, aumentando de 20 para 30% – e pedimos a suspensão de todas as reformas previdenciárias baseadas na premissa equivocada do déficit da previdência porque, inicialmente, precisamos saber o que é esse déficit, de onde ele vem e como ele surgiu.

Pedimos também a suspensão da tramitação da PEC 87, de 2015, que está na Câmara, que foi convertida em 31 aqui no Senado. A PEC 143, de 2015, que versa sobre a prorrogação da DRU e sua majoração para 30%.

A realização de audiências públicas e designação de peritos, não aqui no Senado, mas dentro do Supremo Tribunal Federal, com peritos nacionais e internacionais para avaliar essa questão e definir como se calcula a receita e como se calcula a despesa da seguridade social e, em consequência, o que é essa DRU, porque está sendo economizado para pagar a DRU, e a DRU é para pagar a dívida pública.

Então a questão da dívida pública está completamente correlacionada com a questão da reforma previdenciária atual, que visa economia para pagamento de juros. E não é um pouquinho de juros, são 42% do orçamento da União, certo?

E por final, Senador, eu queria deixar a todos, essa petição está no *site* do Supremo Tribunal Federal, eletrônica, para que todos possam ver e ler com bastante atenção.

Eu queria pedir para os representantes de entidades presentes que também enviem e-mails ao gabinete do Ministro Celso de Mello, informando a importância dessa ação, e que ele nos receba, inclusive para deferir essa liminar, porque senão essas reformas vão passar, e a ação vai perder o objeto.

Senador, muito obrigado por tudo. Maria Fatorelli, parabéns pelo trabalho. E vamos seguir nessa luta. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Diego Cherulli. Pode saber que nós vamos continuar firmes contra as reformas do Temer, principalmente a trabalhista e a previdenciária, e contra esse PLS.

Agora passamos a palavra aos nossos Senadores. Então, Senadora Regina Sousa, sem prejuízo de a Mesa depois tecer as suas considerações finais.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Falando na frente do Lindbergh, eu vou falar pouquinho, porque sei que este aqui é um assunto que é a cara dele. Eu acho este assunto a tua cara. Então acho que você vai ter que se debruçar sobre ele, porque eu vinha para cá, vinha para esta audiência dizendo assim: "Meu Deus, pela primeira vez estou indo a uma audiência em que eu não sei muito o que dizer." Eu confesso, não estava entendendo esse negócio. Comecei a entender um pouco. Fiquei feliz quando ele disse também que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza toda a Mesa aqui disse que é um assunto complicado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele disse também que foi bancário, eu também fui bancária, mas não conseguia entender direito. Vocês trouxeram, clarearam.

Então imagino também que os movimentos sociais dos quais eu vim também estão precisando dessas aulas. Há que promover essa discussão, porque não se defende nada, a favor ou contra, se não se entender. Então é preciso que a gente abra essa discussão, amplie essa discussão para os movimentos também.

Mas assim, uma coisa que está para compreender é que é um grande esquema, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

há alguém ganhando, que não são só essas empresas. Essas empresas são laranjas que estão ganhando para alguém. Então isso fica muito claro. Precisamos ver quem está por trás de tudo isso.

Acho que a audiência pública maior, como uma coisa do Senado pelo menos, se não for do Congresso, mas pelo menos do Senado, precisa, até para trazer gente para contrapor, porque aqui a gente viu só contra, então vamos trazer gente para contrapor também, se tiverem coragem. Não vieram hoje, mas quem sabe não vêm numa audiência convocada pelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma comissão geral, pode ser que eles venham.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Numa comissão geral, não é?

Então acho que muita coisa aqui já foi, porque depois que se instalou o Governo Temer, as coisas aqui não passam mais nas comissões, não; é tudo regime de urgência. Quem sabe até nós votamos algum requerimento de urgência, para que aquela coisa fique como está, que a gente...

Então a DRU, por exemplo, já foi. A desvinculação já passou aqui, a 257. Então estão consolidando muito depressa essa destruição do Estado brasileiro como um todo.

Então é preciso realmente mais parceiros, porque aqui agora nós somos uma Bancada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles estão com tanta pressa, me permita, Senadora, porque eu não acreditava que numa quinta-feira, depois de um feriado na quarta, em que isso aqui nunca trabalhou, nunca. Estou aqui há trinta anos e nunca vi, nem Câmara, nem Senado trabalhar numa quinta-feira com feriado na quarta. E eles botaram quórum e votaram as MPs que eles queriam.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então é isso, quer dizer, estão atropelando mesmo. Então, se a gente não correr, vai todo mundo ficar debaixo do trator.

Então, é só isso. Estou aqui para colaborar com o que for preciso. Agora, vou pegar todo esse material, ler com calma e entender para poder sustentar debate lá na minha base também. Acho que é o que a gente tem que fazer. Não há outro caminho. E contar com vocês é muito bom porque a gente percebe que vocês têm muita segurança no que estão dizendo, no que estão falando. Isso é importante demais. Conclamar aqui meus companheiros de movimento social que comecem a fazer o debate nas suas bases, levando sempre o debate às plenárias, às assembleias, porque é assim que a gente vai aglutinar força para enfrentar, porque, agora, para nós resta enfrentar com coragem e determinação. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. É como dizem: um pé na rua e um pé no Parlamento.

Vou deixar um pouquinho mais de tempo para o Lindbergh recuperar a voz.

Vamos passar a palavra, então, para o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que pediu para fazer uma intervenção. Por favor.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu quero cumprimentar todos e todas da Mesa, a Maria Lucia Fattorelli, que é verdadeiramente uma cidadã brasileira, comprometida com o Estado democrático de direito de justiça. (*Palmas.*)

Cumprimentar a Carmen, o Ayrton, o José Marcio e o Diego. Dizer que lá em Minas nós constituímos uma Frente Parlamentar pela Renegociação da Dívida. Entendemos que é absolutamente necessária. Inclusive, dois economistas mineiros fizeram um livro mostrando a necessidade de fazer a renegociação da dívida. Inaceitável ou inaceitáveis, porque são plurais, os juros caros que se cobram sobre essas dívidas dos Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, em quase todos os Estados. Não são todos, mas São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul têm dívidas imensas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Impagáveis.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Lá em Minas, quando se fez o acordo da primeira renegociação da dívida ou a primeira negociação, já no final dos anos 90, o que foi negociado na época era em torno de R$15 bilhões. Já pagamos, certamente, mais de 40 e devemos mais de R$70 bilhões. Isso também aconteceu em outros Estados brasileiros.

Renegociar a dívida ou negociar essa dívida, nós não podemos admitir que isso seja feito às custas do sacrifício do povo brasileiro e dos direitos dos trabalhadores, da redução do Estado brasileiro. É isso que nós estamos vendo na PEC 241. Essa PEC é uma afronta ao Estado soberano do Brasil. É o Estado democrático e os direitos dos trabalhadores que, lamentavelmente... E esse lamento é muito grande, porque ela está sendo legitimada na Casa do povo brasileiro: na Câmara e no Congresso Nacional. Isso é uma afronta ao eleitor, que nos escolheu aqui para defender o Brasil e os interesses do povo trabalhador. É lamentável vermos isso.

Eu sei que é muito complexo mesmo fazer a auditoria da dívida, mas o problema que impede a auditoria não é a complexidade da sua análise. É a submissão dos principais responsáveis em relação a essa dívida. É o acovardamento das mais importantes lideranças deste Brasil em relação à auditoria. A auditoria da dívida é uma imposição constitucional. Está escrito na Constituição. Já está passando do tempo de que ela tem que ser feita. Auditoria da dívida ameaça quem? Primeiro, a auditoria não é negociação, não é não pagamento. É um princípio fundamental para nós garantirmos o Estado democrático de direito e de justiça, previsto constitucionalmente, no art. 37, parece-me, da Constituição Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Não; mas eu não estou falando do ADCT.

Esse artigo dispõe sobre o princípio das boas práticas da Administração Pública, das nossas responsabilidades como administradores públicos. Um deles é o princípio da transparência, da publicidade. Nós estamos pagando algo que nós não sabemos. É secreto, é sigiloso, é proibido, é ameaçador nós revelarmos, porque, nessa revelação – o Ayrton já colocou aqui – há muita ação criminosa, tem atos, há pagamentos que nós não devemos. E nós estamos aqui cabisbaixos, muita gente temerosa. E eu lamento que, inclusive, gente da esquerda, Paulo Paim, Senador. Muita gente acovardada.

Fazer auditoria é como diz Fernando Pessoa, é fazer a travessia do mar salgado:

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(...) (*Palmas.*)

A alma do Brasil está sendo pequena.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Não é minha. É do Fernando Pessoa. Mas é muito importante essa citação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas só um apaixonado pela poesia para sabê-la de cor.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – É porque essa tem uma dimensão histórica da construção de uma nação.

Construir o Brasil significa fazer essa travessia. Fazer a auditoria da dívida do Brasil não é do tamanho do Equador, embora o Equador seja um exemplo extraordinário. O sistema rentista internacional, o sistema de dívida não vai ficar calado e silente e bonzinho. É travessia onde vamos enfrentar grandes dificuldades. Os rentistas não querem saber que nós saibamos que essa dívida não é do povo brasileiro; é de muita gente que sonegou e que colocou na nossa conta.

Quando foram feitas as negociações das dívidas dos Estados. V. Exª sabe – e nós de Minas sabemos também – que muita coisa que foi colocada lá foi para acobertar empréstimos dos bancos estaduais feitos nas relações intestinais, íntimas entre Governadores, entre dirigentes e seus apaniguados, seus protegidos.

Os bancos de Estado foram, muitas vezes, utilizados para sustentar relações de interesses pessoais acima do interesse público. A auditoria da dívida vai revelar isso e vai revelar muitas outras coisas: dívidas que já foram pagas e foram incluídas depois no sistema novamente ou que já estavam vencidas, já estavam caducas e foram colocadas novamente no processo.

Isso significa, portanto, colocar a nu essa realidade, que não há autoridade do sistema de dívida para cobrar do povo brasileiro, seja lá do Rio Grande do Sul, de Minas ou de qualquer lugar, o que é cobrado de nós. E o que estão cobrando de nós está faltando para a saúde, para a educação, para o saneamento básico, para a construção do nosso País.

Então, eu estou aqui nesta Comissão presidida por V. Exª com muita honra. Quando eu vi as presenças e os nomes da Maria Lúcia, da Carmen, dos companheiros da luta pela auditoria da dívida, entendi de reafirmar que todos nós, que queremos o Brasil soberano, que queremos o Brasil democrático, nós não podemos nos acomodar, nós não podemos silenciar, nós não podemos nos omitir. É nosso dever defender o Brasil, e, para defendê-lo, a auditoria da dívida do Estado brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Para exemplificar com o caso do Rio Grande do Sul, lembro que tínhamos uma dívida de nove bilhões, pagamos 21 e ainda devemos 55. É muito semelhante a Minas. É impagável. Não vai pagar nunca.

Senador Lindbergh Farias, dentro do limite da sua voz, a palavra é sua.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, na verdade, eu quis vir pela manhã, porque quero me aprofundar neste tema, que pode ser debatido no dia de hoje no plenário.

Estou com muita dificuldade de falar, mas, como não escutei o pronunciamento da Maria Lúcia Fattorelli, com quem já havia conversado pessoalmente, pergunto a ela se poderia fazer novamente, ao final, uma explicação bem didática. Isso porque a gente está trabalhando com alguns sensos comuns, por exemplo, a situação financeira dos Municípios é difícil e você fazer a securitização por exemplo dar um certo fôlego. Então, há aqui no Senado, a Casa da Federação, muitos Senadores preocupados com a situação dos seis Estados.

Então, para rebater isso, eu queria que a senhora explicasse aqui como fazer.

Para mim, está muito claro que haverá um deságio gigantesco, há outros custos, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pagamento de juros. Mas, pelo que entendi das falas dos senhores, não entra nada para Estado e Município. Eu pensei que entrava pouco. Eu não entendi isso. Não consigo entender, porque a lógica é que entrasse um dinheiro. Ou seja, mesmo assim, vale dizer que a gente está comprando... Mesmo se entrasse, do valor total, 30%, claro que isso terá uma consequência no futuro gigantesca, porque a gente está falando de uma dívida parcelada que vai afetar o caixa dos Estados mais a frente. A gente já está vivendo uma crise fiscal. Estamos comprando outra crise fiscal lá na frente.

De qualquer forma, seria equivocado, mas, na minha concepção, tem que entrar alguma coisa. Qual o interesse do Estado ou Município? A lógica da securitização teria que haver algum dinheiro em mão nesse momento para superar os problemas financeiros que existem.

Eu queria também, Drª Maria Lúcia, que se fizesse um paralelo com a situação da crise de 2008, nos Estados Unidos, com os derivativos que foram sendo lançados, lastreados em cima da habitação, moradia, de imóveis. Derivativos em cima de derivativos. Quando você viu ali, não havia base alguma. E aquela bolha estourou.

Existe alguma regulamentação mais firme disso? Pode ser que algum prefeito ou governador faça operações frágeis, com títulos podres nesse caso? Ou será que é só o filé mignon que estão querendo entregar? Porque, pelo que percebi, o texto, fala em já parcelados, porque, se for para entregar o que já está parcelado, o que está parcelado é praticamente garantido que vai entrar. É completamente diferente, porque o argumento que lançam aqui é: "Ah, estamos querendo securitizar aquela parte é mais difícil de cobrar, que a gente não vai conseguir colocar para o caixa da prefeitura ou para o caixa do Estado".

Então, queria também que a senhora explicasse, porque se forem os títulos parcelados, eu acho que esse é o filé mignon, esse é o que está garantido. Para que um deságio desse tamanho? Não creio que o mercado compraria títulos se não houvesse uma segurança tão grande.

E, sobre a empresa estatal não dependente, no texto da PEC, eles fazem referência a isso? Estou falando, porque, daqui, nós vamos sair para uma reunião, inclusive da Liderança da oposição, do meu Partido, e vamos discutir mais aprofundadamente esse tema. Então esse é um ponto importante. Eles fazem essa referência? Porque uma coisa é você pegar a dívida ativa e você vender diretamente na Bolsa e colocar dinheiro... Vai lá, faz um deságio e coloca pra cá. Pelo jeito, esse não tem sido o modelo adotado em São Paulo, em Belo Horizonte.

Será que há uma lógica de antecipação de dinheiro? Porque a legislação diz o seguinte: sobre qualquer antecipação de receita, você tem que fazer no mandato – no mandato do prefeito ou do governador. Será que é o caso de trabalharmos, na hipótese desse projeto ser aprovado, uma emenda nesse sentido em relação ao mandato em que o governador ou o prefeito ou o Presidente da República exercem suas atividades?

Ou seja, Maria Lúcia, são muitas questões. Acho que estou vindo aqui hoje um pouco como para uma reunião de trabalho, para tentar entender os pontos principais, para tentar explicar para os outros Senadores – eu já vou ter a dificuldade da voz hoje à tarde –, para levantarmos dúvidas, pelo menos, em vários Senadores que não conhecem o assunto. Porque, hoje, nós vamos chegar ao plenário em uma situação em que as pessoas não conhecem esse assunto. Esse não é um assunto fácil; os Senadores não o conhecem.

O maior absurdo nisso, a primeira batalha nossa tem que ser para que essa PEC vá para as Comissões, para haver debate, porque ninguém conhece. Este é o primeiro ponto: jogaram direto no plenário. Há uma correria aí do Meirelles e deste Governo Temer em aprovar isso. Estão dizendo que, com isso, vão entrar R$60 bilhões no caixa da União; outros dizem R$70, R$50. Ninguém sabe ao certo, mas há uma correria desse Governo para aprovar isso rapidamente, sem discussão, sem aprofundamento e, depois, logo em seguida, aprovar na Câmara dos Deputados.

Então, eu queria, Maria Lúcia, que você pudesse resumir para mim o caso, porque eu não consegui chegar a tempo da sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. De certa forma, dá sua contribuição já, sintetizando sua análise e deixando as perguntas na mesa.

Nós vamos encaminhar da seguinte forma os trabalhos daqui para frente: eu tenho aqui duas perguntas também, para a Maria Lucia, uma delas é na linha exatamente que o Senador seguiu. A primeira é do participante Gabriel Danton Leite, do Rio Grande do Norte: "Coordenadora Maria Lucia Fattorelli, gostaria que a senhora explicasse didaticamente o que significa o processo de secularização..."

Exatamente o que você fez. Vai ver que o pessoal lá no interior estava em sintonia com você, o que mostra que a pergunta procede, e ele não havia visto essa pergunta que veio.

E a outra pergunta é: "Como é possível que um tema que já teve a manifestação contrária do TCU e do Ministério Público de Contas seja contemplado nesse PLS 204 e nem passe pela CCJ do Senado? Pode pular assim uma comissão tão importante como a CCJ?

Ficam essas duas, que vou deixar na sua mão, e, depois, da sua fala, temos uma pessoa no plenário que pediu para falar, ou melhor, pediu um espaço de cinco minutos. Assim mesmo, ainda vou dar um tempo para as considerações finais de cada um dos membros da mesa, a fim de vermos se conseguirmos terminar até 12h30 por aí, pois antes de 12h30 provavelmente não terminamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Quem é o senhor que pediu a palavra, por favor? (*Pausa.*)

José Romualdo Lopes de Sousa, do Movimento da Resistência Camponesa Urbana do Piauí. Ele pediu cinco minutos para fazer uma fala para nós.

Eu vou fazer o seguinte: vou dar cinco minutos para ele. Vou dar aqui para o Roberto que também pediu cinco minutos, depois volta para a mesa, pessoal, porque até as considerações finais de todos e ainda a explicação que ela vai dar agora didaticamente a gente vai quase às 13 horas.

O. k?

Então, vamos lá, José Romualdo Lopes de Sousa, por favor sente ali numa cadeira dessas...

Pode ser a outra aqui no meio.

O SR. JOSÉ ROMUALDO LOPES DE SOUSA – (José Romualdo Lopes de Sousa) – Somos piauienses. Agradeço a gentileza da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi tudo combinado. Já vi tudo. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ROMUALDO LOPES DE SOUSA – (José Romualdo Lopes de Sousa) – Estou vendo ela agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Piauí para o Piauí.

O SR. JOSÉ ROMUALDO LOPES DE SOUSA – (José Romualdo Lopes de Sousa) – Estou vendo ela agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá.

O SR. JOSÉ ROMUALDO LOPES DE SOUSA – (José Romualdo Lopes de Sousa) – Eu gostaria de dar um bom dia a todos e a todas presentes nesta audiência pública sobre o PLS nº 204. Também gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da companheira Fattorelli e do Senador Paulo Paim, mui digno Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

É duro, companheira Senadora do Estado do Piauí, porque nós piauienses somos de um dos Estados mais sofridos e pobres da Federação. Queremos falar sobre o PLS nº 204,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

porque se faz necessário e é pertinente, pois a grande maioria do nosso povo não entende o porquê de tão perversa intenção de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado. E perversa por quê? Porque sabemos também da intenção deste mesmo Governo, via PEC nº 241, de congelar gastos e investimentos sociais por até 20 anos. Assim, como nós trabalhadores da agricultura familiar do Piauí, que nem um pedacinho de terra nós temos para produzir o nosso próprio alimento, podemos aceitar tal malvadeza?

Senhoras e senhores, aqui temos uma comissão de quatro trabalhadores que em nome da posse pacífica da terra que não cumpre função social estamos aqui somando nesta discussão sobre o PLS nº 204. Mas também gostaríamos de deixar uma mensagem, pois estamos no Estado do Piauí sobre pressão sistemática de um Estado paralelo, de um Estado bandido que persegue armado esses trabalhadores, provocando todo tipo de terrorismo aos nossos companheiros trabalhadores da agricultura familiar.

O que nós queremos é que a Constituição Federal seja ouvida no capítulo da reforma agrária. Nestes termos, nós gostaríamos de, ao final, deixar este documento com o Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado e também com o Presidente do Senado.

Nesses termos, só gostaríamos de agradecer enormemente a nossa participação e dizer que aqui é o contrário do que temos ouvido lá no Estado do Piauí.

Aqui, neste momento, sinto-me na Casa do povo. Sinto-me aqui dentro por ser povo. Agradeço imensamente essa oportunidade de estar aqui, falando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. José Romualdo Lopes de Sousa, Movimento da Resistência Camponesa e Urbana do Piauí.

Concedo a palavra ao Roberto, representante da Febrafite.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Bom dia a todos. Senador Paulo Paim, excepcional a iniciativa da audiência. Queria cumprimentar V. Exª e a todos que compõem a mesa de debate, o Senador Lindbergh Farias, a Senadora Regina e o Deputado Adelmo.

A Febrafite tem trabalhado já há anos, desde 2010, nessa questão da dívida dos Estados, e, efetivamente, esta não está sendo resolvida. O Senador deu os dados do Rio Grande do Sul e do Brasil. Os Estados financiaram 98 bi, pagaram 270 e ainda devem 440. Não é possível que essa sangria de finanças dos Estados prossiga.

Então, o importante Projeto nº 257 está trazendo alívio financeiro, Senador Lindbergh Farias. Ele não vai resolver a questão da dívida dos Estados. Enquanto continuarem cobrando esses juros escorchantes aos Entes Federados, mesmo os Estados que quase já quitaram a dívida, já pagaram tanto, deixaram de prestar tantos serviços à sociedade, que é uma injustiça muito grande.

Temos de seguir na linha de um projeto que o próprio Senador Paulo Paim protocolou neste Senado, o de nº 561, que prevê a cobrança sem juros, somente com correção monetária. Isso, sobre a dívida dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Relator é o Senador Lindbergh.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Exatamente. O Senador está aqui ao meu lado. Ele é o Relator.

Temos o João Pedro Casarotto, auditor do Rio Grande do Sul, que fez este trabalho desde 2010, que também se debruçou sobre a securitização, que está simplesmente transferindo patrimônio público para terceiros. Isso é quase uma promiscuidade quando coloca quem se propõe ser o dirigente, sócio, dessas empresas, com deságio, com ganho financeiro enorme!

Senador Lindbergh, diz lá no projeto "as dívidas parceladas", que têm uma garantia muito grande de ingressar. Vamos abrir mão desse recurso. Não é realmente possível seguir isso. Estamos estourando em prejuízo da sociedade com esse PL nº 204, a PEC nº 241 e o PL nº 257, quando prevê a não solução da dívida e também o desmonte do serviço público.

Efetivamente, há um movimento muito grande. Esta audiência, Senador, é tão importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que fatalmente vai gerar essa audiência geral, para que se dê um grito. Não é possível colocar culpa no serviço público dessa forma.

Não se faz segurança, saúde e educação, sem servidores qualificados e valorizados. Isso é o que estamos vendo acontecer com esses projetos com regime de urgência.

Um exemplo dessa securitização: em Porto Alegre, houve a aprovação no final do ano passado. Em 30 dias, a Câmara de Vereadores, sem passar por nenhuma comissão, aprovou a InvestePoa, a empresa que agora tem de ser respaldada por este PL nº 204.

Isso é um horror! Não podemos continuar dessa forma. Por isso, quero cumprimentar mais uma vez a iniciativa deste trabalho aqui.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O Sr. Roberto falou pela Febrafite.

Só quero registrar a presença da economista Mônica Beraldo Fabrício da Silva, do Conselho Federal de Economia; e também a presença do auditor Luiz Bomtempo – Sindifisco Nacional; Rogério Ferrarez, Presidente da Aprasc (Associação de Praças de Santa Catarina); bombeiros e policiais militares.

Volto a palavra agora para a nossa querida doutora, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli. Ela responderá as perguntas e já faz as suas considerações finais.

Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só queria, Senador Paulo Paim, pedir desculpas – eu escutei a fala dos outros palestrantes – porque eu vou assistir a Drª Maria Lucia Fattorelli, mas nós temos uma reunião de Bancada agora, meio-dia, e eu vou ter que sair depois da Maria Lúcia.

Peço desculpas aos senhores.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Mais uma vez, muito grata pela presença de todos e todas. O plenário da CDH continua cheio, cada vez mais cheio, graças a Deus, de cidadãos e cidadãs, e também de Senadores e Senadoras – é muito importante! – e do Deputado Adelmo Leão.

Rapidamente, Senadora Regina, de fato nosso desafio é popularizar, em respeito, principalmente, a quem vai pagar essa conta, a quem já está pagando essa conta da dívida, e nem sabe que está pagando, vivendo em um dos países mais ricos do Planeta, e mais injusto. Mas a fala do José Romualdo me anima. Ele vem aqui como trabalhador rural. Vocês viram a propriedade dos comentários que ele fez sobre o que está sendo discutido aqui e sobre a PEC nº 241? Então, José Romualdo, a sua fala nos enche de ânimo e mostra, prova, que é possível, e que a gente está conseguindo passar a informação.

Então, agora, eu vou passar rapidamente para as questões que o Senador Lindbergh coloca. Queria começar, Lindbergh... Se esse projeto fosse apresentado claramente, se disséssemos: "olha, justamente agora, quando as empresas estatais restantes, empresas estatais estratégicas e lucrativas restantes, estão sendo oferecidas na China à privatização, justamente quando estamos privatizando tudo, acabou de ser aprovada aqui, quinta-feira, mais uma PEC, mais uma MP, para acelerar mais ainda as privatizações". Então, é o Estado mínimo, não pode ter estatal. Justamente quando isso está acontecendo, nós vamos fundais estatais não dependentes, para quê? Para emitir debêntures, para emitir papeis financeiros. Mas será que esses papeis financeiros são interessantes? Eles são vendidos com desconto brutal, que pode chegar a 60%, conforme notícia publicada em relação a Tocantins, que eu até mostrei aqui para o Senador. Pode chegar a 60% de desconto. Então, quem compra está pagando só 40%, ou 50%, no máximo. Esse papel paga juros, remuneração, de mais de 20% sobre o valor de face do papel.

Então, na prática, esse juro chega a mais de 40%! Se isso tudo estivesse sendo dito claramente... Mais ainda: o valor de venda desses papeis não vem para o Estado. O valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de venda desses papeis, eventualmente pago, entra para a empresa, e essa empresa é uma empresa de economia mista muito especial.

Se o pessoal dali puder me ajudar e colocar na tela da minha apresentação a tela nº 18... Olhem ali a tela nº 18.

Se nós estivéssemos apresentando desse jeito... Quem são os sócios dessa empresa?

Mostre primeiro a 19. Depois a gente volta na 18. A seguinte.

Olhem aí. No caso de São Paulo, a cópia, a foto do documento oficial da CPSEC. É economia mista de que tipo? O Estado tem a imensa maioria e nós temos aí o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Renato Villela, tem uma ação da CPSEC. Ela só não é o próprio Estado porque tem uma ação do Secretário de Fazenda, uma ação de mais duas pessoas, e mil ações de uma outra empresa, da qual o Renato participa. É sócio dela também. Olhe o conflito de interesses nisso aí!

Então, isso aí é o próprio Estado? Na verdade, isso aí é uma empresa de economia mista que é o próprio Estado, é uma empresa estatal. E aí, Senador, quando o senhor pergunta: "o projeto menciona as estatais não dependentes?" Claramente não, porque esse projeto está todo cifrado. O que ele menciona? Ele diz que é permitido aos entes da Federação ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributados, objetos de parcelamento administrativo ou judicial, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado. A maioria dos Senadores com quem eu conversei está acreditando que a dívida ativa está sendo vendida a empresa privada. Até no *Jornal do Senado* saiu a notícia de que está sendo vendida a empresas privadas, por causa disso aqui: "pessoa jurídica de direito privado". Quem são essas pessoas jurídicas de direito privado? São essas estatais não dependentes, porque essa é uma figura jurídica regida pelo direito privado.

Por que a gente faz esse *link*? Porque lá na exposição de motivos do PLS está dito para que é esse PLS. Está dito lá com todas as letras: esse projeto tem por objetivo regulamentar operações de cessão de direitos, inscritos ou não em dívida ativa, para que as operações de cessão de créditos, que hoje já são efetuadas por alguns Estados e Municípios, ganhem maior segurança jurídica. Então, o *link* está confessado lá na exposição de motivos. O objetivo desse projeto é regularizar o que já existe. E o que já existe? Isso aí. Isso aí!

Veja na tela anterior, por favor. Olhe aí como o esquema está se alastrando. Esse senhor Edson Nascimento é ao mesmo tempo o consultor responsável da empresa Aba, que saiu pelo País vendendo consultoria para implementar esse esquema. Ele foi Presidente da PBH Ativos S/A, que é a empresa não dependente de Belo Horizonte. Ele foi Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, onde esse esquema está sendo implementado, esperando só o PLS nº 204 ser aprovado para vir à tona. Acabou de deixar de ser Secretário de Fazenda de Tocantins, onde esse esquema está sendo implementado. Já foi anunciado publicamente que as debêntures vão ser vendidas com 60% de deságio. O conflito de interesses é brutal. Como é que pode a mesma pessoa vender consultoria, presidir estatal não dependente, ocupar o maior cargo, Secretário de Fazenda dos Estados?

Nós estamos diante de um grande esquema! Convoquei aqui e convoco de novo! O que os nossos órgãos de controle, Tribunal de Contas, controladorias, Senado, Câmara, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais estão fazendo diante disso? Isso tudo nós pegamos na internet – nós, sociedade civil! O que é que os órgãos de Estado podem fazer e verificar? Então, as empresas não dependentes estão, sim, mencionadas no projeto dessa forma. O projeto fala em cessão para empresas de direito privado. Na exposição de motivos, ele menciona que quer regularizar o que já existe, e o que já existe é isso aí. Mas se procurar atualmente essas consultorias, não vão achar, porque já foi tudo tirado do ar.

Em relação ao benefício, nós vimos alguns balanços – porque não tem a devida transparência – da CPSEC e da PBH Ativos. Por incrível que pareça, o que nós vimos lá na da CPSEC foi isso aqui. Nesse diagrama aqui, em que a gente detalha como funciona esse esquema, o que nós vimos lá é um aporte de recursos do ente federado para a CPSEC, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

essa garantia pública que o ente federado dá tem direito de atualização monetária.

Então, o que nós vimos no balanço da CPSEC como receita foi atualização monetária dessa garantia. Nós não vimos o ingresso desse dinheiro aqui – da compra da debênture –, porque também só há um balanço disponível na internet. E o próprio Dr. Marcio Rielli disse aqui que a CPSEC disse... (*Pausa.*)

Eu tomei nota aqui. Só mostraria...

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Só exibiria os contratos de compra por arguição da CVM ou por mandado judicial. Isso o próprio Dr. Avila, que é o atual Presidente da CPSEC, informou numa exposição para tentar vender essa consultoria, enfim, participar, em Ribeirão Preto. Faz uns vinte dias mais ou menos.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Então, por que ele só mostraria se intimado? Pelo seguinte, Senadores e todo público aqui presente. Para documentar essa garantia aqui, se fosse feito um contrato claro, honesto, que diria que, por esse contrato, o Estado de São Paulo está dando, concedendo, assumindo garantia total em relação a todas as debêntures emitidas pela CPSEC... Se fosse feito um contrato desse, o que aconteceria? Esse gestor público ia preso no dia seguinte. Isso é flagrantemente ilegal. Então, como é que a coisa é feita? Não existe esse contrato. O que existe é o seguinte: a CPSEC emite outro tipo de debênture chamada de debênture subordinada, que não pode ser colocada à venda e que fica em poder do ente federado, em poder do Estado ou do Município; ela serve para documentar garantia. Se houver um contrato explícito, o cara vai preso. Então, o que eles fazem? Fazem uma debênture subordinada, que serve de documento da garantia.

E aí quantas pessoas vão compreender isso? Agora, isso está explícito aqui, no documento oficial. O PLS não quer regularizar o que já existe? O que já existe? Olhem aqui a apresentação oficial da Secretaria da Fazenda de São Paulo referente à CPSEC: "A CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado (empresa não dependente)..." Há alguma dúvida em relação a isso? Está claro, é documento oficial. Olhem que claro: "Devido à existência de debêntures subordinadas em poder do Estado" – que são entregues pela empresa para o Estado –" as operações são classificadas como 'com retenção de riscos e benefícios'". Isso aqui é a forma de dizer que o Estado está dando garantia total e que essa garantia está formalizada nas debêntures subordinadas. Por quê? Se ele documentar em um contrato honesto, ele está na cadeia. Essa é a urgência desse projeto; essa é a urgência, porque o esquema já está implantado.

É ilegal, é imoral, é indecente!

E essa urgência de obter uma autorização legal do Senado, uma lei complementar à Constituição, que vai dizer que Estados podem fazer esses tipos de cessão...

E olhem bem, há a outra pegadinha: o que está escrito aqui bem no art. 1º, que modifica o 39-A? "É permitido aos entes da Federação, mediante autorização Legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos". Não é o crédito que está sendo cedido.

Leiam o Art. 39-A, que está sendo modificado. "É permitido aos entes da Federação, mediante [...] ceder direitos creditórios originados de créditos, tributários ou não [...] inscritos ou não em dívida ativa [...]"

Vejam bem: os direitos mesmos, os créditos mesmos, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, não são cedidos, continuam sendo cobrados pelos órgãos de controle. Aliás, isso está aqui no inciso III do §1º. Na verdade, no inciso II, desculpem: não pode modificar a natureza do crédito, não pode alterar as condições nem transferir a prerrogativa de cobrança, que permanece com os órgãos que detêm a competência.

Se não fosse isso, Senadores e Senadoras, esta Casa estaria lotada de Procuradores da Fazenda Nacional, de Procuradores das Procuradorias de Fazenda Estaduais, de secretarias de fazenda e finanças, que têm prerrogativa de cobrar.

Por que eles não estão aqui? Porque eles não estão perdendo suas atribuições, eles continuam cobrando. Então, se o crédito não está sendo cedido, se a dívida ativa não está sendo vendida, o que, de fato, está sendo cedido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O projeto menciona: "direitos creditórios originados". O que são esses "direitos creditórios originados" desses créditos? O que são? Meramente, uma garantia. O que está sendo cedido é simplesmente garantia com fluxo de caixa, é só isso! Então, isso está aqui, naquele desenho que a gente fez, melhor explicadinho, com os fluxos.

A única coisa que o ente federado está dando para o Município é uma garantia pública, em valor equivalente a créditos. O crédito a receber, esteja ou não inscrito em dívida ativa, é meramente o parâmetro, é meramente para indicar o tamanho da garantia que está sendo dada pelo ente federado ao Estado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E essa garantia não é documentada em contrato; ela é documentada na debênture subordinada, para dificultar a compreensão.

Quantas pessoas vão entender isso?

A gente só matou essa charada porque é um esquema muito semelhante ao que a gente viu na Grécia. A gente já tinha estudado, já tinha visto isso, então, ficou mais evidente para nós. Depois que nós tivemos acesso a esse documento oficial da Secretaria de Fazenda de São Paulo, pronto. Está aí. O objetivo do PLS não é regularizar o que já existe? O que já existe está aí documentado, o que já existe é isto. A empresa não dependente ali no meio emite dois tipos de debêntures: a sênior, sendo vendida com desconto brutal para investidores que pagam parceladamente, de tal forma que o que ele recebe parcelado é menor, é inferior ao juro anual que ele recebe; e o direito creditório, meramente a garantia.

Então, para responder o que Estados e Municípios estão ganhando com isso: nada. É um escândalo! É um escândalo! Eles não estão ganhando nada. Os balanços a que tivemos acesso comprovaram isso. Por isso, uma de nossas propostas é que o Senado convoque governadores onde isso já está sendo implementado. Já que o objetivo do PL – está ali com todas as letras – é dar segurança jurídica onde o esquema já existe, onde já existe tem de vir aqui dizer. Eles é que têm de vir aqui dizer. São Paulo, venha aqui dizer o que está acontecendo. Prefeito de Belo Horizonte, venha aqui dizer o que essa empresa está provocando nas finanças. Pelo balanço disponível na internet, é um dano financeiro brutal. Não há benefício.

A urgência, então, é para livrar isso aí. A questão dos derivativos que falta responder. Quando você perguntou o que tem a ver isso com a... Aqui tem o aspecto da legalidade, que o Meirelles está indo falar com o TCU, a *Exame* publicou. O TCU já se manifestou expressamente contrário a esse tipo de negócio. Nesse panfleto que a Auditoria Cidadã preparou e distribuiu amplamente, está distribuindo – quem desejar, está na página da Auditoria Cidadã –, há trechos. Esses trechos do Tribunal de Contas estão aqui. Então, há aspectos de legalidade...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Tribunal de Contas ou o Ministério Público do Tribunal de Contas?

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – O relatório é do Tribunal de Contas, que transcreve uma parte do Ministério Público de Contas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não foi aprovado ainda.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Ainda não foi aprovado, mas está em andamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sei que há uma lacuna.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Então, todo mundo está iludido sobre haver uma venda.

A propaganda é a seguinte: há uma dívida ativa incobrável. Incobrável por quê? Dos créditos inscritos em dívida ativa, quantos são referentes a empresas que já quebraram há anos e não existem mais? Quantos créditos são devidos por empresas-fantasma, que não são encontradas em lugar nenhum? Quantos créditos cujo titular já morreu ou já desapareceu e seus herdeiros não têm nenhum bem? Isso tudo é incobrável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A propaganda que está sendo feita é a seguinte: nesse negócio, o Estado venderia esses créditos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... para um particular com desconto de 40%, 50%.

Gente, espera aí! Esse crédito não está sendo vendido. Ele continua sendo cobrado pelos entes públicos. O que está sendo vendido, o que está sendo entregue pelo ente público é garantia para essa empresa vender papel novo, debênture sênior, papel novo. E sabe para que está servindo essa propaganda enganosa? Para que esse papel novo, que tem garantia estatal, seja vendido com desconto de 50% ou mais para investidores privilegiados. E ainda paga juros de mais de 20% sobre o valor de face, o que representa juros de mais de 40%, tudo com garantia estatal.

E mais: a Constituição, se a PEC 241 for aprovada, durante 20 anos os gastos sociais vão ficar congelados. E nós vamos destinar recursos públicos para alimentar esse esquema. Gente, é um crime de lesa-pátria! Nós estamos diante de um crime de lesa-pátria. Uma arquitetura financeira, uma engenharia financeira maquiavélica, maquiavélica, mas eu percebo os olhos se abrindo, e as pessoas estão entendendo.

Então, nós temos chance de enfrentar isso, e precisamos enfrentar.

Então, Lindbergh, o fôlego é o seguinte: o crédito tributário que está sendo arrecadado é o crédito tributário que seria arrecadado de qualquer forma, porque é o crédito tributário parcelado, com confissão de dívida,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... com garantia real, que seria arrecadado de qualquer forma, e que está sendo arrecadado não por nenhuma empresa privada, como muita gente está entendendo errado. Está sendo arrecadado pelos órgãos competentes, que continuam cobrando esse crédito tributário. Esse é o fôlego. Porque o que está por trás dessa empresa é um esquema, é um esquema de transferir recurso público para o setor financeiro privado nacional, internacional e para esses investidores privilegiados.

Então, vou finalizar.

Esse esquema mostra que o investidor ainda paga parcelado. O que ele paga parcelado é menor do que o que ele recebe por ano de juros. É um escândalo. E ele ainda paga...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Vou terminar.

O Dr. José Marcio mostrou aqui a lista de gastos que a CPSEC paga, com custos financeiros, consultorias, remuneração de administradores, auditorias, pagamento de juros exorbitante, deságio etc. Olha, não tem ganho nenhum, não tem ganho nenhum.

Eu vou direto, aqui, agora...

Este aqui é o escândalo. Estão privatizando tudo e criando estatal não dependente para emitir debênture.

Já que o senhor vai para a reunião, vou passar para as nossas propostas, para que o senhor possa apresentá-las na reunião de Liderança.

Nós precisamos rejeitar esse PLS. Se não for possível rejeitar de pronto, que se retire a urgência, para possibilitar o debate.

E aí, Senador Paim, respondendo a uma das perguntas que vierem pela internet, o internauta perguntou: como é possível pular a Comissão de Constituição e Justiça? Como é possível, se já existe manifestação contrária do Tribunal de Contas, transcrevendo o Ministério Público de Contas? Como é possível pular a Comissão de Constituição e Justiça? Não é possível isso. Isso tem que ser debatido. Como é possível pular a Comissão de Assuntos Econômicos num projeto que nós estamos aqui denunciando, que é um rombo às contas públicas, e que os balanços dessas empresas disponíveis na internet provam que até agora – pelo menos o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

elas mostraram na internet – só houve dano financeiro? Como não tem debate na CAE? Não pode pular.

Então, se não for possível rejeitar, que se retire a urgência e abra o debate. E, para abrir o debate, que realize audiência pública, numa comissão geral da Câmara e do Senado, trazendo aqui, se for a partir do dia 27 de setembro, agora, a Drª Zoe Konstantopoulou, que foi Presidente do Parlamento helênico, do Parlamento grego, e está disponível para vir, sem qualquer ônus para nós. Ela virá de bom grado, para testemunhar aqui o que esse esquema provocou na Grécia e que nós tivemos a honra de revelar no trabalho de auditoria de que participamos lá. Também virá a Sofia Sakorafa, Deputada do Parlamento Europeu. Então, nós temos que fazer uma audiência pública, numa comissão geral, trazendo essas senhoras dignas, que lutam para reverter esse esquema.

Temos que convocar governadores e prefeitos dos entes onde essas estatais não dependentes já estão funcionando, porque já que o PLS quer regularizar, dar segurança jurídica para o que já existe, onde já existe tem que falar do que é que se trata. Porque, dos Senadores e Senadoras com quem eu conversei, a maioria está enganada, está achando que está sendo vendida uma dívida podre para um investidor louco, que ainda paga 40%, 50% por ela. Entendeu? Então, nós temos que convocar esses governadores e prefeitos aqui para conversar seriamente que operação é essa, o que está por trás desse PLS 204 e que a PEC 241 quer congelar tudo por vinte anos, para garantir recurso para esse esquema.

Preparar denúncias aos órgãos de controle. Eu convoco aqui o Dr. Diego Cherulli, o Dr. Marcio e a Drª Carmem, que são todos advogados, e todos os advogados presentes aqui e fora daqui que nos ouvem. Vamos preparar denúncias a todos os órgãos de controle deste País.

Se nós, cidadãos e cidadãs, apenas com dados disponíveis pela internet, conseguimos mostrar tudo isso, o que os órgãos de controle serão capazes de mostrar, com os instrumentos de fiscalização e com a autoridade que possuem?

E mais: o nosso trabalho cidadão está disponível para esses órgãos, gratuitamente, porque fazemos questão de registrar aqui que no nosso trabalho é totalmente voluntário, é cidadão, é um trabalho doado ao País e ao povo do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – É importante dizer isso porque, recentemente, um Deputado do Ceará nos ligou: "Maria Lucia, esse esquema que vocês estão denunciando tem uma empresa aqui oferecendo. Só para apresentar essa consultoria estão pedindo R$23 milhões" – R$23 milhões!

Então, nós estamos lidando com esse esquema que vende consultoria. O mesmo dono da consultoria preside empresa estatal, ocupa secretaria de Estado, vai pulando de um Estado para outro e implantando o sistema, alastrando, e depois submete o Senado – que é o que está acontecendo – a aprovar, em regime de urgência, sem saber, sem discutir. Por quê? Porque tem que livrar os caras da cadeia, é disso que se trata. Fizeram operação ilegal e agora estão apertados. E se isso não for aprovado com urgência, se começar a investigar, se aprofundar, virá tudo à tona, e muita gente grande está enrolada.

Então, o Senado vai ficar de joelhos e submetido? Aprovar em regime de urgência um esquema desses? Eu tenho certeza de que os Senadores presentes aqui lutarão para que isso não aconteça. Lutarão para que isso não aconteça, porque seria uma vergonha nacional.

Nós convocamos mais uma vez todos para participarem da Frente Parlamentar com participação cidadã que acabou de ser criada, porque precisamos realizar a auditoria dessa dívida. A auditoria vai mostrar o que nós chamamos de sistema da dívida,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... utilização do endividamento público às avessas, como esse esquema. Tudo, o valor integral dessas debêntures vai virar dívida pública, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contrapartida alguma. Isso é o que nós chamamos de sistema da dívida. E nós temos que impedir que a PEC 241 reserve recursos para aumento de capital dessas empresas estatais não dependentes. É uma infâmia congelar por vinte anos todos os gastos sociais e reservar recursos para esse esquema.

Então, as propostas foram essas. Pedimos que o senhor as defenda nessa reunião. E não podemos, como disse muito bem o Deputado Adelmo, acovardar todo o Parlamento brasileiro para aprovar esse esquema, ao invés de realizar a auditoria da dívida pública.

A questão do Equador, Adelmo, concordo, o Brasil não é do tamanho do Equador. O Equador demonstrou grandeza em termos de princípios ao enfrentar esse esquema. Embora seja um país de economia pequena, teve a grandeza de colocar os direitos sociais em primeiro lugar e enfrentar o sistema da dívida.

Se a PEC 241 for aprovada como está, vai ser impossível fazermos isso, porque os gastos sociais estarão congelados por vinte anos. Olha só que absurdo! E o Brasil não é qualquer país. Nós somos o país mais rico do mundo. Nós temos o melhor quartzo, nós temos o nióbio, nós temos petróleo, nós temos água, clima favorável, nós temos um povo maravilhoso, nós temos tudo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E não podemos nos submeter a esse esquema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Nós temos que reconhecer e denunciar isso. Esse esquema tem que cair na boca do povo. Por isso nós estaremos hoje à tarde participando de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a PEC 241, denunciando esse esquema. E à noite...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – À noite é "Fora Cunha".

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – À noite haverá manifestação aqui, na Esplanada. Mais de 6 mil pessoas já chegaram. E nós vamos divulgar esse esquema, porque é disso que se trata o rombo que está sendo feito no País. Rifa das nossas estatais estratégicas lucrativas e criação de empresas estatais para fazer essa papelada aí.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lucia Fattorelli, que já respondeu às perguntas, fez as considerações finais e deixou claro a todos.

Agora, para as considerações finais, eu pergunto à Mesa se alguém quer fazer algum comentário.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Senador, rapidamente, para não atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – José Marcio, por favor.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Obrigado, Senador.

Para não atrapalhar o esquema, quero informar duas coisas importantes da CPSEC de São Paulo.

Primeiro, quando nós ingressamos com a ação popular em face da CPSEC, denunciando esse esquema e tentando judicialmente arguir algumas questões, foi emitida uma nota de esclarecimento pela Secretaria da Fazenda em que consta a transferência de pouco mais de R$2 bilhões para os cofres do Estado de São Paulo. Pesquisando essas questões... E nem vou entrar no mérito se entraram ou deixaram de entrar esses R$2 bilhões e em que prazo está ingressando nos cofres do Estado. Não foram todos à vista, mas parcelados, como a Maria Lucia disse, em quatro anos, o que daria mais ou menos R$500 milhões por ano.

Muito bem, colocado isso, nós vamos lá no balanço da CPSEC. Qual é o saldo de debêntures

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

restantes? É de R$6 bilhões. Se foram pagos R$2 bilhões, onde estão os R$4 bilhões restantes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Dívida pública. Muito bem, Deputado Adelmo. Exatamente isso. Continua. Saiu do ativo – porque é um direito do Estado dar ativo de um balanço – e foi para o passivo do Estado. Ou seja, há uma mágica contábil nessa história toda.

Eu gostaria que alguém que criou esse esquema viesse explicar isso. Porque eu, como economista, não sei; como advogado, não sei; como auditor do Estado de São Paulo durante trinta anos em que fiz auditoria, não encontro. Alguém talvez pudesse explicar, de fato, o que está acontecendo.

Só para completar, encerrando definitivamente, Senador: todas as alegações que estão colocando aqui, em público, de que o mercado precisa de sinalizações, das boas intenções, não sei o quê. O mercado, senhores, queridos que estão aqui, é composto por 12 bancos, nacionais e internacionais – 12 bancos internacionais! São os grandes *dealers*, eles que negociam as taxas de juros do mercado; eles que determinam a taxa de juros no mercado. São 12! Não se iludam, pois o mercado não é tudo isso. Está restrito a 12 bancos, que estabelecem o que está acontecendo aqui no Brasil. E o Brasil paga – dados esses publicados em janeiro – os maiores juros do mundo; juros reais – 6,80% de juros reais –, enquanto o segundo lugar, Rússia e China, pagam 2,78%.

Será que nós temos de demonstrar que nós temos riqueza? Que nós somos competentes etc., etc., etc.?

Essa é minha colocação, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Marcio Rielli, Diretor Jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo.

Passamos, de imediato, à Drª Carmem Bressane, Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da cidade de São Paulo.

A SRª CARMEN BRESSANE – Eu também vou me permitir só fazer uma citação aqui, já que estamos podendo fazer citações.

Dante Alighieri, quando tratou do inferno, escreve que bem na porta do inferno estava escrito: "*Lasciate ogni speranza voi che entrate.*" (Deixeis vós que entrais toda a esperança". É uma coisa muito forte isso! Aquele que vai entrar, para nunca mais sair, tem que deixar do lado de fora qualquer esperança.

Eu vejo que, com esse pacote desses ajustes, esse PLS 204, essa PEC 241, o 257, se isso realmente vingar, nós estamos aqui diante de uma linha em que: *lasciate ogni speranza, o voi che affondate!* (*Palmas.*)

Vamos estar juntos, atentos e pressionando para que isso não aconteça, como disse Maria Lucia, neste nosso rico País!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Carmem Bressane, Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida – São Paulo.

Professor e Membro da Coordenação da Comissão Brasileira Justiça e Paz, Ayrton, que abriu mão.

Agradeçam a ele. (*Palmas.*)

Diego, alguma consideração?

Está contigo então.

O SR. DIEGO CHERULLI – Só um apelo, Senador, não é uma consideração: a dívida pública está tirando o direito da sociedade – assistência, saúde e previdência. Não vamos permitir que essa luta se dissocie; a luta é contínua e conjunta. Fattorelli, vamos à luta! Não vamos permitir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que a nossa Previdência seja reformada com base nessas premissas equivocadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, e eu pego um gancho aí: a Previdência e o direito dos trabalhadores também. Por toda a exposição que ouvi aí, é uma batalha que vamos ter de travar.

Bom, agora vou ler os encaminhamentos, pessoal, bem rápido, que foram propostos aqui pela Mesa:

1) Requerer retirada da urgência do PLS nº 204/2016, a fim de possibilitar o aprofundamento do debate e o conhecimento da verdadeira essência das operações de venda de debêntures por estatais não dependentes, que incluem deságio e juros elevados, além dos custos de consultoria, administração, custos financeiros e remuneração de administradores;

2) Fazer os devidos encaminhamentos para a rejeição do PLS nº 204/2016;

3) Impedir garantia estatal disfarçada por meio de debêntures subordinadas, o que está viabilizando repasse de recursos públicos a essas empresas;

4) Requerer audiência pública no plenário do Senado Federal, com a presença de representantes da Grécia e do Equador – eu incluí aqui convidar os que pensam diferentemente, inclusive do Governo...

Podem bater palmas, inclusive. (*Palmas.*)

Quando falei na segunda parte, pararam de bater palmas, não é? Foi só falar em governo... Mas é importante, pessoal, que eles venham aqui, os que pensam diferente e estão defendendo esta proposta.

5) Convidar governadores e prefeitos de unidades...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Fattorelli está enfatizando aqui: convocar governadores e prefeitos de unidades da Federação, nas quais já existiam estatais não dependentes, com a finalidade de informar se houve algum ganho para o Estado ou Município, com essas operações;

6) Oficiar aos órgãos do controle acerca das denúncias feitas nesta audiência pública, com encaminhamento de ata e notas taquigráficas;

7) Apoiar a Frente Parlamentar Mista pela auditoria da dívida pública, com participação popular;

8) Buscar o cumprimento do art. 26 da ADCT e realizar auditoria da dívida pública;

9) Apresentar emendas à PEC nº 241/2016, no sentido de impedir a reserva de recursos para o aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Se todos concordam, manifestem-se, porque esses serão os encaminhamentos. (*Palmas.*)

Encaminhamentos feitos. Deputados e Senadores.

Assim, nós encerramos a nossa audiência pública, mas, antes, quero só registrar a presença do Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT-MG.

Então uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

A audiência pública atingiu os seus objetivos.

Eu farei aqui todos os encaminhamentos aprovado aqui pela manifestação de todos.

Convido a todos, inclusive o pessoal da Fenajufe, que estão com as camisetas, para tirar uma foto coletiva aqui na frente.

Audiência encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 80ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos direitos humanos" - com foco na Terceirização no Setor Aeroviário. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Marilane Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; Nilton Oliveira Mota Santos, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística – CNTTL; Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador Geral do Trabalho representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Waldemiro Livingston de Souza (Peixe), Representante da Associação de Prestadores de Serviço do Senado Federal; Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Diretor-Geral Adjunto de Gestão do Senado Federal; Wanderley Rabelo da Silva, Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal; Selma Balbino, Diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Aeroviários; Rodrigo Maciel, Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores na Aviação Civil – FENTAC; Osvaldo Rodrigues, representante do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre; José Pedro dos Reis, Procurador do Trabalho da 10ª Região. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Graça Costa, Secretária das Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Magda Biavaschi, Desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, doutora e pós-doutora em Economia Aplicada, IE-Unicamp/SP, pesquisadora do CESIT/IE/Unicamp, professora colaboradora/Pós-graduação do IE e IFCH/Unicamp. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ofício à Presidente do STF e ao Relator do ARE nº 713211 (reautuado como RE nº 958.252), Ministro Luiz Fux, solicitando audiência pública para debater a terceirização, e para subsidiar o julgamento do Recurso, cuja repercussão geral já foi reconhecida; 2) lutar para que seja incluído no relatório do projeto de lei que trata da terceirização a proibição de terceirizar os serviços nos aeroportos, bem como a previsão de responsabilidade solidária das empresas tomadoras do serviço. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 80ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública a ser realizada, nos termos do Requerimento nº 2, de 2016, desta Comissão, de minha autoria, é para debater a crise política, econômica, social e ética no Brasil, à luz dos direitos humanos, com foco na terceirização, e aqui, no caso, especialmente os aeroviários.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

Como a nossa audiência pública é transmitida pelos canais de comunicação aqui do Senado e também pela Agência Senado e pela Rádio Senado, naturalmente intercalando com as outras Comissões, eu quero, já na abertura, fazer uma pequena introdução sobre o tema para aqueles que estão nos assistindo pelos canais da TV aqui do Senado e mesmo pela Rádio Senado.

Então, antes de dar início à reunião, primeiro cumprimento todos e destaco a iniciativa dos aeroviários nesse tema. É um tema que me é muito caro. Eu sou Relator do PL 30, que trata da terceirização. Infelizmente, há um projeto já no plenário que também, por via paralela, vai entrar na terceirização. Eu entrei com o requerimento para que ele fosse anexado ao PL 30, para debatermos esse tema em um único corpo de lei, mas está uma dificuldade enorme ainda. O Plenário não decidiu se vai votar ou vai aceitar o requerimento que eu apresentei para que o projeto venha para a minha mão, via o PL 30, que eu já estou relatando.

Nós sabemos que o Governo atual – e todo o mundo sabe a minha posição em relação ao Governo atual, mas é o Governo atual – defende abertamente a terceirização da atividade fim, o que é lamentável. Então, teremos aí, eu diria, meses muito, muito difíceis de debates sobre temas como esse: terceirização, negociado sobre legislado, regulamentar o trabalho escravo, a NR-12; tudo voltou para a pauta via o Governo atual.

Eu sei que as centrais vão ter um encontro amanhã com o Governo atual – deve ser com os Ministros – e vão entrar nesses temas: terceirização, negociado sobre o legislado, trabalho escravo, NR-12, enfim, essas ditas reformas e a própria reforma da Previdência. E esse tema de hoje também nós entendemos que está dentro desse conjunto de ações negativas contra a população, porque, infelizmente, o Governo atual parece que quer voltar ao passado.

Eu já escrevi alguns artigos; o último que eu escrevi diz "a volta ao passado", porque é a volta ao passado, é voltar à época em que a gente não tinha direito à CLT, não tinham direito os trabalhadores, enfim, onde era praticamente a lei do mais forte, do empregado e empregador – nem quero usar o termo aqui –, o trabalho escravo, ou revogar a Lei Áurea. Mas, o que eles estão propondo, ao invés de modernidade... E tiveram alguns jornais, editorial acertado e pago por alguém, onde eles dizem: o Paim é contra a modernidade da previdência e da CLT.

Pelo contrário, a CLT e a previdência, perto do que eles querem, que são modernas. Eles querem a volta ao passado; eu não quero a volta ao passado, eu quero avançar além do que está na lei. E eles querem revogar tudo que está na lei. Então, eles que estão atrasados e querem voltar para um regime praticamente de escravidão.

O tema de hoje, que vocês propuseram, está dentro deste corpo de ações. Não precisa eu ler aqui; vocês todos sabem que é a terceirização, inclusive – e muitos estão aqui presentes. Depois, na hora da fala eles podem falar. Fomos aos 27 Estados debatendo terceirização, negociados os lados, democracia, que não tem como, agora. Daqui a pouco vão nos proibir de discutir democracia, porque parece que nas escolas não se pode mais discutir política. Não é que não possam, eles querem travar para que nas escolas não se discuta política.

Fico feliz porque ontem, aqui mesmo nesta sala, veio uma delegação do Rio Grande do Sul, de um colégio importante lá no Estado, digo forte, bem estruturado, bem organizado, de 25 alunos; e vieram aqui discutir política e queriam que eu falasse sobre a importância do debate político na nossa juventude. Que nem eles disseram: querer amordaçar a nossa juventude é não querer que ela discuta política. E tudo isso aqui o que é? Política, é terceirização, trabalho escravo, enfim, NR-12, reforma política eleitoral partidária, que discutia... com eles também, em cima da PEC que apresentei, a PEC 15, que quer fazer uma reforma política eleitoral partidária, em cima de uma assembleia revisora exclusiva, onde um grupo de homens e mulheres seriam eleitos para fazer a reforma política. Porque esse Congresso que está aqui, com todo respeito – e aqui falo entre aspas – "no meu entendimento não tem condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fazer uma reforma política".

E, deixa que eu faço um comentário rápido, vou dar a palavra e, em seguida, vamos montar a Mesa. É só ver o que aconteceu na votação da Dilma, e olha o que vou dizer a vocês o que aconteceu ontem. E por que ontem? Claro que para mim tinha quer ser à unanimidade, todo mundo sabe a minha posição. Mas, aqueles que estavam do lado do Cunha, até jantaram junto com ele, foram lá e votaram contra ele. É trairagem para todo lado. Acho que na vida a gente tem que ter posição, ou estou aqui, ou estou ali. Então, é uma trairagem. Eu vi gente beijando ele, vi pela televisão, beijando, abraçando, daí a noite lá, pela minha mãe, pelo meu pai, eu voto pela cassação.

Não sei se vocês estão me entendendo, é trairagem pra todo lado, pessoas que não têm posição, não conseguem olhar para o horizonte e dizer: estou coerente com a minha história, com a minha vida.

Mas, infelizmente é isso. Por isso que sou favorável a uma assembleia exclusiva.

Bom, por fim, só dizer que esse tema de hoje é fundamental e, por isso, fiz uma pequena introdução. Ah, isso que queria dizer ainda. É tão importante o tema de hoje. Vou voltar ao nosso tema. Já vamos montar a Mesa.

Para vocês terem uma ideia, aqui dentro do Senado, as terceirizadas ainda não pagam o pessoal. Aqui no Senado, não estou falando nem na Câmara. Não pagam.

Estou aí com uma incomodação, como é o nome da empresa? Qualitec. A tal da Qualitec vem enrolando o Senado e todo mundo e não paga o pessoal. Eles trocam de nome, montam outra empresa e ganham a concorrência. E, às vezes, até mantêm os mesmos empregados na outra empresa que eles montaram. Mas, dizem: não, daquela lá você foi demitido, agora você está nesta.

É uma lambança, uma esculhambação nunca vista. Se no Senado eles fazem isso, as terceirizadas, calculem o que eles fazem na rua? Parece que fazem nos ministérios, fazem na Câmara, fazem nas assembleias, fazem nas câmaras de vereadores, calculem na área privada, que eles pegam a peãozada, por exemplo, numa empreiteira, com tudo terceirizado, simplesmente fecha, vai embora, abre outra ali na esquina. E, às vezes, se deixarem, eles contratam os mesmos, só que não pagam o pessoal. A que ponto nós chegamos?

Só espero que o Senado não entre também agora querendo legalizar uma situação dos trabalhadores, isso sim é mais que traíra, porque assalta o bolso direto dos mais pobres.

Enfim, esse é o tema que vai fazer com que a gente estabeleça aqui o debate. E ainda fica aqui o recado para a tal de Qualitec: vamos esperar hoje ainda, senão vai ser todo dia na tribuna e vamos descobrir o nome da outra empresa que vocês vão montar, porque vocês devem montar outra logo, porque são todos picaretas mesmo, é gato mesmo. É isso mesmo que vocês estão ouvindo: é picareta, é gato; vamos descobrir o nome da empresa e vamos denunciar também. É brincadeira. Não querem pagar a rescisão, não quer pagar salário, não quer pagar nada. E é o pessoal que ganha mil reais, setecentos reais, um salário mínimo, um salário mínimo e meio. É mais ou menos isso, não é? Na base de um salário mínimo e meio, um salário mínimo, e não querem pagar. É uma vergonha. Onde nós estamos?

Isso sim, aqueles que acham que estou contra a modernidade entre aspas, que é acabar com a CLT, encaminhar a NR-12, que pode cortar braço, cortar perna, que não interessa mais, viu? Aqueles que querem acabar com a NR-12 é isso, não tem que ter proteção em máquina nenhuma. Isso sim é um atraso, isso é voltar ao tempo da escravidão.

E fico feliz de você estar dizendo e plantando uma notícia nos Estados, que eu sou o número um, inimigo daqueles que querem avançar. Avançar coisa nenhuma. Fico muito feliz de ser, então, o número um, inimigo daqueles que querem voltar ao trabalho escravo. E vamos fazer o bom combate aqui.

Mas, vamos lá.

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), que tem viajado também com a gente... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

... por este País, debatendo esses temas que vamos debater hoje.

Marilane Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT),... (*Palmas.*)

... que além de viajar, tem ajudado a organizar... Aquele de São Paulo foi brilhante, o último, embora tenhamos ido a diversos Estados.

Nilton Oliveira Mota Santos, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL),... (*Palmas.*)

... que também tem participado dos debates há muito tempo.

Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador Geral do Trabalho, representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT),... (*Palmas.*)

...que tem posição muito firme e clara quanto a esse tema.

Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), gaúcho do Rio Grande, dos Pampas. (*Palmas.*)

Disse que falaram para ele: "Quando o Paim fala deste *impeachment*, vocês vão entrar no brete!" Daí, ele teve que explicar o que é o tal "brete", se é ofensa ou elogio. Brete é quando eles encaminham o gado para o matadouro. Eles vão, e chega a um ponto em que eles se matam lá na frente, acabam morrendo.

Eles estavam explicando o que é o tal "brete". É isso mesmo. Eles estão entrando em um "brete" com este *impeachment.*

Quero dizer, Colussi, que já encaminhei o requerimento de homenagem pelos 40 anos da Anamatra. Nesse momento em que eles tanto atacam a Justiça do Trabalho, que está no plano deles também, nós estamos fazendo uma sessão de homenagem, por iniciativa de vocês, mas com o apoio desta Comissão e de diversos Senadores, para a Anamatra.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois, nós teremos uma segunda Mesa. Vamos para a primeira Mesa, então.

Começamos com o Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que tem feito um trabalho de resistência heroica, inclusive libertando trabalhadores escravos com aquele comando de companheiras e de companheiros lutadores pela libertação daqueles que estão sob regime de escravidão neste País ainda. Já foram libertos mais de 50 mil.

O SR. CARLOS SILVA – Obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentar meus colegas de Mesa, agradecendo a gentileza da colega Marilane, que cedeu a vez. Ela seria a primeira expositora, e como eu terei uma audiência logo mais com o Ministro do Trabalho, ela gentilmente me cedeu a vez, para que eu pudesse falar primeiro.

Em nome da colega, cumprimento todos da Mesa. Quero cumprimentar todos os presentes, em nome da nossa Vice-Presidente Rosa, que está aqui também, companheira de luta de longa data.

Quero dizer a todos, Senador, que o Sinait e os auditores fiscais do trabalho conhecem a realidade de sofrimento dos trabalhadores terceirizados, que são alvo dessa forma nefasta de precarizar e de retirar direitos que a terceirização no Brasil... Os auditores fiscais do trabalho conhecem essa realidade de perto, porque estão dentro dos ambientes de trabalho exatamente buscando coibir e afastar esse cenário de desrespeito ao ser humano na condição de trabalhador, na condição do trabalho que enfrentamos no ambiente da terceirização.

Para nós é uma conclusão muito direta: a terceirização no Brasil – no mundo, mas, neste momento, falando do Brasil – mata; a terceirização escraviza. Não há dúvida. Esta é uma constatação não só do ponto de vista de quem está fazendo a verificação dessas condições de trabalho e dessas consequências nos ambientes de trabalho no Brasil, mas é uma constatação também da sociedade brasileira, que, mesmo sem fazer uso de informações tão diretas e colhidas na fonte, como é o caso, os auditores fiscais do trabalho conhecem essa consequência danosa à nossa sociedade, à nossa população de trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Hoje, aqui nesta Mesa, discute-se com o foco dirigido ao setor aéreo, ao setor aeroviário, que traz na perspectiva da garantia da soberania nacional, da segurança nacional, na perspectiva estratégica do País como nação, que administra bem os seus limites territoriais, traz, portanto, tendo esse panorama, preocupações adicionais.

Por que traz preocupações adicionais? Porque todos os problemas de terceirização, colegas e companheiros de luta aqui presentes, estão lá no setor aeroviário, e, em razão dessa perspectiva estratégica, que significa uma zona de aeroporto, assim como é uma zona portuária, assim como é qualquer zona de fronteira, a segurança do transporte aéreo, a segurança de passageiros, a segurança dos usuários desses ambientes fica comprometida. Não é um achismo. Isso é outra constatação. Está, sim, comprometida a segurança nesses espaços, por razões muito óbvias.

A primeira delas, eu diria, é com relação à atenção de formação e qualificação das pessoas dedicadas às atividades realizadas nos aeroportos. É uma outra constatação a realidade de desatenção na adequada formação dos trabalhadores terceirizados. Ninguém tem dúvida aqui de que um trabalhador terceirizado não recebe o mesmo investimento em capacitação que um trabalhador de uma empresa contratante. É uma coisa escancarada. Na verdade, essa é uma das formas de redução do custo desse serviço que é ali prestado.

Nesse aspecto, dirigindo a atenção para a área de aeroportos, isso significa algo muito mais grave. Por quê? Porque nós estamos falando do trabalhador responsável pela manutenção de aeronaves, nós estamos falando de trabalhadores responsáveis pela verificação da segurança que se faz dentro dos aeroportos. Essa é uma preocupação que nós vemos em países de Primeiro Mundo, com atentados terroristas, com tráfico de drogas. Isso é feito por trabalhadores terceirizados que não têm o mesmo grau de investimento na qualificação, para que aquele serviço tenha a segurança compatível com a exigência de segurança nos ambientes de aeroportos.

O serviço de abastecimento de aeronaves é outro serviço que traz, para esse espaço, um grau de risco elevadíssimo. Nos últimos meses, os auditores fiscais do trabalho, realizando operações de fiscalização em alguns aeroportos, incluindo o Aeroporto de Brasília, interditaram todo o serviço de abastecimento do Aeroporto JK, em Brasília, no centro nervoso do País, onde, em tese, tudo se faz ou se deveria fazer com a atenção do Estado, de forma mais contundente. Aqui, o serviço de abastecimento foi interditado. E não foi interditado à toa, Senador. Foi interditado, porque a estrutura existente lá – não só a infraestrutura, mas a do pessoal dedicado a garantir a segurança dessas operações – não estava adequada. Isso está na mão de empresas terceirizadas. Isso está ali, à vista de todas as autoridades que são responsáveis por garantir a segurança dessas operações. Mas estava tudo lá inadequado com relação à segurança elétrica das instalações; com relação aos vasos de pressão, que são verdadeiras bombas nesses ambientes; com relação ao armazenamento de combustível inflamável, com milhões e milhões de litros de combustíveis. Isso tudo está ali acontecendo de forma inadequada. Recentemente, nos últimos dois meses, os auditores interditaram esse serviço em Brasília, em Pampulha, em Caxias do Sul, em Porto Alegre – uma parte foi interditada –, em Maceió, em Goiás – em Goiânia, também foi interditado.

Senador, isso ocorreu – aí vem outra avaliação, e eu aproveito para entrar na questão da reforma trabalhista, da reforma previdenciária – porque nós temos, hoje, o menor quadro de auditores fiscais do trabalho dos últimos 20 anos. Tenham certeza...

Eu conversava, aqui, há pouco, com um colega do sindicato dos trabalhadores aeroviários sobre a dificuldade de ser atendido um pedido de fiscalização. Eu faço questão aqui de registrar que, para nós, é uma grande angústia não conseguir atender, mas é também, para nós, uma constatação triste de uma ação deliberada do Governo de não equipar sua fiscalização competente para esse fim, para que ela atenda a esse pedido. (*Palmas.*)

Não é de hoje, Senador Paim, colegas da Mesa, que o Sinait denuncia a ação deliberada dos governos de manter precarizada a estrutura de fiscalização do trabalho. Ora, essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fiscalização que vai exigir respeito à legislação trabalhista. Se ela não está conseguindo chegar a todos os lugares...

Existe um problema grave. Existe um problema tão grave que levou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho a denunciar o Governo brasileiro por descumprir a Convenção nº 81 da OIT. A Convenção nº 81 da OIT é a que organiza a inspeção do trabalho no mundo, e o Brasil é signatário – ratificou essa convenção, mas a descumpre descaradamente.

Há 12 prédios do Ministério do Trabalho interditados, porque, se alguém lá estiver, pode cair um teto sobre a cabeça de uma pessoa, pode haver um incêndio, pessoas podem sofrer acidentes, como alguns servidores têm sofrido. Isso significa algo muito mais além do que o fato concreto de cair o teto. Isso significa que o Governo brasileiro não pretende reforçar, ou, até então, não deixou claro que quer reforçar a fiscalização que pune o mau empregador, a fiscalização que resgata o trabalhador do trabalho escravo. Nós sabemos que a terceirização tem uma relação estreita, íntima com o trabalho escravo; a terceirização tem uma relação estreita, íntima com a prática de assédio moral; ela tem uma relação estreita com jornada exaustiva. Isso tudo nós verificamos nesses ambientes de trabalho no setor aeroviário, e, como eu disse, com a perspectiva de a segurança nacional amplificar essas consequências. Esse é um quadro nefasto, mas é o quadro da terceirização. Não é um quadro; é o quadro. Isso é terceirização.

É por isso que, em todas as oportunidades, os auditores fiscais do trabalho têm reiterado a sua posição contrária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ... ao projeto da terceirização na perspectiva do texto do PLC 30, porque ele não resolve nada disso. Essa conversa de que estão aí para regulamentar a vida daqueles 12 milhões de trabalhadores é conversa fiada, das mais fiadas que podemos pensar. Na verdade, o que se quer com essa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me. Se quiserem, eu estou com o relatório pronto, construído, inclusive, com essas entidades que estão aqui. Se eles quiserem regulamentar, vamos regulamentar.

O SR. CARLOS SILVA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas numa visão de regulamentar...

O SR. CARLOS SILVA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de proibir, de forma muito dura, a terceirização na atividade-fim.

Você está correto: eles não querem regulamentar nada. O que eles querem é escancarar, para que não tenha limite a terceirização.

O SR. CARLOS SILVA – Isso, Senador. E esse escancaramento vai muito mais além. A terceirização é uma das bolas sobre a mesa que estão querendo jogar e empurrar goela abaixo.

Mas vem junto a reforma trabalhista, com outra balela, ao dizer que nada vai ser perdido, que os direitos não vão ser retirados.

Vão, sim, ser retirados. Que história é essa de dizer que o negociado sobre o legislado não vai retirar direito? Óbvio que vai retirar direito! Está claro! Se a intenção fosse avanço, se a intenção fosse caminhar para frente preservando as conquistas sociais dos trabalhadores, não estaria dessa forma colocada a discussão. A discussão estaria privilegiando quem? Quem mais tem a falar sobre o que é necessário avançar? O trabalhador. E não é essa a discussão que estamos vendo acontecer, não é dessa forma.

Recentemente, nós vimos aí algumas falas que estão se chocando: "Não, na verdade, a gente não vai ampliar a jornada". Aí fala, volta atrás: "Não, a jornada semanal vai ser respeitada". Na verdade, o que a gente está vendo são falas que se perdem, porque mentira é assim, mentira tem perna curta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, é o que está claro. Está claro para todos nós que lutamos, exatamente e genuinamente, de forma honesta, para avançar. Tenho certeza de que essa é a perspectiva aqui e a razão da presença de todos que estão aqui, e é a razão pela qual nós estamos aqui. Estaremos em todos os outros espaços para falar sobre o que os auditores fiscais do trabalho conhecem desse mundo da terceirização, que é um mundo negro, um mundo escuro, um mundo onde nós temos trabalhadores e seres humanos sendo coisificados.

Por isso, Senador, nós reiteramos aqui a nossa posição contrária ao PLC nº 30, nós reiteramos aqui o nosso apoio e toda a nossa atenção ao setor aeroviário, colocando o Sinait à disposição do Sindicato e da representação dos trabalhadores, para que possamos fazer um diálogo mais próximo.

Quero parabenizar aqui a Profª Marilane pela pesquisa. Tenho certeza de que teve uma equipe grande envolvida, mas sem dúvida alguma será mais uma grande colaboração para o nosso trabalho, que é um trabalho, de fato, de todos. Ninguém consegue sozinho fazer o que a gente precisa, porque o ser humano é assim, o ser humano é um ser social, ele compartilha as angústias e os avanços de forma coletiva. E é isso que a gente está aqui fazendo: resistindo coletivamente, como sabemos fazer.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa aqui é para descontrair, mas ele vai entender: eu posso usar submundo quase do crime, porque é crime trabalho escravo; eu tiraria o negro e o escuro. (*Risos.*)

Ele é meu parceiro nessas lutas, ele sabe muito bem e já concordou. Eu vou mudar ali, é o submundo do crime mesmo. Onde estão brancos, negros, enfim, todos aqueles que cometeram crime; para nós, não importa. Apenas fiz uma descontração, porque do lado de lá daquela tela, pessoal, estão brancos e negros assistindo. "O Paim não vai dizer nada". Esse é um papo permanente que a gente leva. E eu tenho liberdade com o Carlos Silva, porque a maioria dos que eles libertam do trabalho deles são negros; são negros e brancos, mas a maioria são negros.

Então, uma salva de palmas para ele. Esse é dos nossos, com certeza absoluta! (*Palmas.*)

Marilane Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

A SRª MARILANE TEIXEIRA – Bom dia a todas, bom dia a todos. Mais uma vez, a gente nunca se cansa de cumprimentar e agradecer ao Senador Paim por esta oportunidade, é um batalhador desse tema, assim como de todos os temas do trabalho, é o nosso grande aliado no Senado.

Não conseguimos nem imaginar o que seria dos trabalhadores se não fosse o Senador, incansavelmente, dando espaço, debatendo, enfrentando os interesses do grande capital, os interesses dos setores produtivos e empresariais, sempre na defesa dos trabalhadores, e que muito nos honra, principalmente porque somos gaúchos. Então, a gente fica ainda mais lisonjeado com isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARILANE TEIXEIRA – Exatamente.

Então, mais uma vez lhe cumprimentar e agradecer por este espaço, cumprimentar a Mesa, em particular o Nilton.

O Nilton foi uma pessoa que se dedicou muito a esse estudo, faz mais ou menos um ano, quando a gente conversou pela primeira vez, na audiência, na Bahia. Eu estava na mesa ajudando a coordenar, e o Nilton lá incansável, querendo saber que horas ele iria falar. Mas ele não desistia. Eu falei: você está inscrito. Aí ele ia lá e voltava: "Estou inscrito mesmo?" Aproveitamos, no mesmo dia, e já conversamos.

Agradecer toda a direção dos aeroviários, homens e mulheres que estão aqui presentes, que compõem a Mesa, que vão compor a segunda Mesa. Cumprimentar os demais, a ANPT, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Anamatra, o Carlos Silva, nosso grande parceiro nessa luta contra a terceirização e os demais. E dizer, Senador, que esse trabalho se insere num conjunto de iniciativas e de contribuições para fortalecer a nossa luta, os nossos argumentos em relação a quanto a terceirização precariza, desconstrói direitos e, fundamentalmente, retira das pessoas, retira de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, a sua própria autoestima. Porque são vistos como trabalhadores de segunda, são invisibilizados, não são reconhecidos socialmente; e não só numa dimensão do mundo do trabalho, mas numa dimensão, inclusive, da sua vida pessoal, dos seus projetos de vida, da sua relação com a comunidade. Então, há muitos impactos que essa forma de contratação abre.

Eu vou começar rapidamente, porque nós não temos também muito tempo. Eu vou trabalhar com os elementos mais importantes – pode passar – que estão presentes na pesquisa. E, depois, os dirigentes e as dirigentes do setor vão poder ilustrar com situações e exemplificando de forma muito mais primorosa do que eu, que não sou uma especialista no tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é modéstia dela, pessoal, ela sabe, e sabe mesmo.

A SRª MARILANE TEIXEIRA – E depois, Senador, no final, nós vamos passar um volume do estudo.

Bom, ele tem essa estrutura. Eu vou me concentrar basicamente nas características do mercado de trabalho e na análise qualitativa das pesquisas. Nós fizemos uma pesquisa de campo, uma pesquisa qualitativa e uma pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa envolveu vários aeroportos e foram quase 500 trabalhadores terceirizados entrevistados. E a pesquisa qualitativa se concentrou basicamente em Guarulhos, Brasília e Fortaleza.

Na discussão sobre as características do mercado de trabalho – pode passar – nós trabalhamos com os dados do Ministério do Trabalho, são os dados da RAIS identificada. Nós abrimos os dados a partir das informações que nos foram fornecidas pela própria federação, quais são as prestadoras de serviço. E com base nisso nós abrimos os dados das prestadoras de serviço.

Então, o estudo foi proposto pela Fentac, que é a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, entidade filiada à CUT. Depois, na sequência, os dirigentes podem falar mais da Fentac.

Atualmente o setor, pegando os dados gerais, emprega em torno de 70 mil trabalhadores, homens e mulheres, mais ou menos 30% da força de trabalho é constituída por mulheres.

O setor teve um incremento bastante significativo nesses últimos anos. Um crescimento de 89%. Quase dobrou de 2006 a 2014 – dados mais gerais.

Pode passar.

Em seis ocupações estão concentrados 76% dos empregos no setor, que são os profissionais de engenharia, técnicos de nível médio em serviços de transporte, trabalhadores em funções transversais, trabalhadores do serviço e trabalhadores de atendimento ao público e serviços de manutenção. Sendo que a ocupação de técnicos de nível médio cresceu 375% de 2006 a 2014.

As demais ocupações ali descritas cresceram em torno... Elas praticamente dobraram nesses últimos anos.

Pode passar.

Esse é um dado geral ainda. Ainda não estou analisando tomador e prestador de serviço. É um dado geral de evolução de emprego no setor o primeiro quadro. O segundo é a distribuição da jornada de trabalho. A gente percebe que há, embora o setor conte com uma regulamentação específica, com uma jornada diferenciada de 6 horas diárias, você tem um contingente relativamente grande em torno de 30%, que trabalha de 41 a 44 horas.

E é curioso que quando – numa comparação muito simples – você analisa aquelas principais ocupações que estão no gráfico abaixo com a remuneração e a jornada de trabalho, para as mesmas ocupações, com jornadas diferenciadas, então aqui já se verifica que a jornada maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

é da prestadora de serviço, os salários são menores. Ou seja, sem abrir os dados da prestadora de serviço, da tomadora e comparando, só olhando os dados gerais da Rais, você tem a mesma ocupação, jornada diferenciada e salário diferenciado. Só que o salário diferenciado é inferior para as jornadas maiores, o que já identifica a presença de prestadoras de serviço. Na última coluna inclusive são os percentuais que corresponde ao salário daquele que tem uma jornada entre 41 e 44 em relação a 31 a 40.

Então, em média, os salários chegam a 46%. Ou seja, em seis ocupações, com jornada de 41 a 44 horas, o salário médio chega a 47% das mesmas ocupações com jornadas de 31 a 40.

Pode passar.

Agora vamos entrar na amostra, no perfil da amostra. O perfil da amostra envolveu 393 prestadoras de serviços, checadas uma a uma a partir do CNPJ, que foram fornecidos pela federação, distribuídos nacionalmente, e todas as empresas tomadoras de serviço que, no caso do setor, são muito concentradas em poucas empresas.

Essa amostra envolveu 34 mil trabalhadores, sendo 40% de mulheres. Ela está concentrada nesses Estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná. E os trabalhadores contratados pelas prestadoras de serviço correspondem a 43% do total da amostra. Ou seja, dos 34 mil trabalhadores analisados na amostra, que envolve prestadoras e tomadoras, 43% correspondem a prestadoras de serviço.

Pode passar.

Nós selecionamos 14 ocupações. Por que 14 ocupações? Porque nessas 14 ocupações estão concentrados 83% do emprego na tomadora e 87% do emprego na prestadora de serviço.

São profissionais da pilotagem aeronáutica, técnico em transporte aeroviário, caixas e bilheteiros, vigilantes, motoristas de veículos de pequeno e médio porte, trabalhadores de carga e descarga de mercadoria, mecânico, trabalhadores do serviço de manutenção. Então são 14 ocupações e aqui o total de trabalhadores.

Pode passar.

Quando se analisam os dados em remuneração média para todas as ocupações, a remuneração média da prestadora, que é a segunda coluna, é inferior em todos os casos à tomadora. Na comparação entre os efetivos e os terceiros, para ambos os sexos, o salário dos terceiros está em torno de 21%. Digamos que o salário do efetivo é 100, o salário do prestador de serviço corresponde a 20. Ele varia de 20,6% a 80,2% da remuneração média dos efetivos. Analisando e comparando exatamente as mesmas ocupações.

Entre os trabalhadores, por exemplo, de carga e descarga de mercadoria, atividade típica do setor aéreo, o salário dos terceiros corresponde a 64% de um salário de um efetivo. Ou seja, dois terços do salário do efetivo.

O mesmo ocorre em serviços diretos aos passageiros, cuja diferença oscila de 68 a 80%.

Aqui no quadrinho abaixo eu ilustrei um exemplo do Rio Grande do Sul, homenagem ao nosso Estado, Senador, mostrando uma comparação inclusive da GOL com a Sul Esportes, que é uma empresa grande prestadora de serviços. Nós assinamos um termo de confidencialidade junto ao Ministério do Trabalho que nos impede de identificar as empresas prestadoras de serviço, por isso os dados aparecem sempre de forma agregada.

E olhando três ocupações, técnico em segurança do trabalho, escriturário e trabalhador do serviço de manutenção, a diferença salarial varia de 51 até 65%, sempre menor para o trabalhador terceiro em relação ao trabalhador efetivo.

Seguindo, a jornada de trabalho...

Pode passar.

Jornada de trabalho. Você também tem alguns casos em que a jornada é semanal para, por exemplo, operador de telemarketing, mecânico de manutenção... São superiores para os terceiros em até oito horas semanais.

E os trabalhadores contratados pelas prestadoras de serviços trabalham, em média, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

correspondente a 58% do tempo médio do trabalhador efetivo. Ou seja, se o efetivo trabalha cinco anos, o terceiro trabalha dois anos e meio.

Pode passar, por gentileza.

Eu estou apressando porque há várias pessoas para falar, então eu não quero ocupar todo o tempo com isso.

A pesquisa quantitativa, vamos ver, 485 trabalhadores de sete aeroportos, e a pesquisa qualitativa, 28 entrevistas semidiretivas em três aeroportos: Brasília, Guarulhos e Fortaleza.

Pode passar.

Principais resultados da pesquisa quantitativa. Elas mostram que o trabalhador prestador de serviço tem mais ou menos em torno de dois a três anos, mais de 50% do trabalho na prestadora de serviço. Majoritariamente está concentrado nos agentes de rampa e bagagem.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE TEIXEIRA – E ele, antes de atuar como prestador de serviço, mais de 50% nunca tinham trabalhado como prestadores de serviços. Ou seja, é a sua primeira experiência como prestador de serviço.

Pode passar.

Caso pudesse escolher, você preferiria trabalhar... Praticamente 75% disseram que preferiam trabalhar diretamente na companhia.

Sente que, por ser terceirizado, existe tratamento diferenciado? 64% dizem que sim.

Se o trabalho é pouco valorizado? 76% dizem que sim.

Se sente discriminado? 53% dizem que sim.

Se os direitos são diferenciados? 75% dizem que sim.

Alternativas com as quais concorda. Mais de 30% dizem que recebem salário inferior ao efetivo, mais de 70% dizem que não têm acesso aos mesmos benefícios, mais de 37% dizem que a jornada de trabalho é maior do que a dos efetivos, mais de 50% dizem que o ritmo de trabalho é exaustivo e mais de 67% dizem que a pressão é maior entre os terceiros.

E eu queria finalizar só comentando, rapidamente. No estudo estão descritas de forma literal as falas destes trabalhadores e destas trabalhadoras. Eu só vou destacar algumas que nos chamam bastante a atenção.

Por exemplo: "Os esquemas contratuais são um desrespeito. O meu, agora, no caso, é de um ano. De ano em ano renova. Eu não tenho segurança nenhuma se vai ser renovado. Inclusive perdas de direitos como as férias, o trabalhador fica trocando de empresa e não tira férias".

Esse é um depoimento de um trabalhador daqui de Brasília, do aeroporto de Brasília.

Um outro depoimento: "Eu vou datar aqui. De 94 a 95 é que a aviação começou a ter uma decadência com as mudanças de governo, de empresários que entraram na aviação só visando ao lucro. Em 95 comecei a sentir essa diferença, essa mudança.

Quando a empresa terceirizada entrou no mercado, ela chegou uma maravilha e foi piorando com o tempo. Os nossos direitos foram piorando, os adicionais foram sendo tirados, descaso com as horas extras. Enfim, quando eu trabalhei na companhia aérea eu recebia direitinho. A gente passou de um patamar bom para um lá embaixo. Hoje sinto que somos escravizados".

Um entrevistado aqui de Brasília.

Um outro depoimento interesse, também daqui de Brasília: "Normalmente a gente deveria ficar em uma só função, no *check-in*. Eu só deveria despachar – que é o que acontece com os funcionários das orgânicas, que são os efetivos –, mas com a gente não é assim. A gente tem que falar uma segunda língua fluente, somos qualificados, assim como eles...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE TEIXEIRA – ... mas não somos tratados da mesma maneira. A gente deveria ter uma legislação igual para todos, a minha grande vontade era entrar em uma empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aérea, diretamente, porque a diferença é grande, mas tudo é camuflado, as pessoas nem sabem que somos terceirizados aqui. Você pode ver que aparentemente não existe diferença, aqui é mais fachada."

E, por último, mostrar uma fala de duas trabalhadoras.

Pode passar. Aqui. Volta. Desculpe, acho que a frente. Isso, aqui.

De duas trabalhadoras do aeroporto de Fortaleza. A conversa entre as duas, na hora da entrevista.

A despachante da companhia aérea: "Você ganha quanto?" Perguntando para a outra. "Nós fazemos a mesma função, eu ganho R$2.200,00." A terceirizada: "Eu ganho R$1.054,00 bruto. Aí tem os descontos, o plano de saúde que é R$240,00, eu ganho R$780 líquido."

Aí a despachante da companhia aérea: "Eu ganho R$2.200,00 líquido." "Você ganha R$2.200,00 como despachante?" A outra: "É." "Eu não sabia disso, não sabia que era tanta diferença". Aí a despachante da companhia aérea: "E o plano de saúde eu não pago também, é pago pela companhia aérea. A companhia aérea paga tudo." É uma diferença de mais de 50% de salário e eu não sabia [nada disso]. Nossa."

E, lá em Fortaleza, apareceram muitas situações de extremo estresse, adoecimentos, que estão relatados no relatório e uma das trabalhadoras, o que tem muito a ver com essa discussão, Senador, em relação a essa intensificação e às mudanças de contrato, contrato ininterrupto, contrato parcial, que começam a aparecer e aparecem também na fala dos trabalhadores. Ela relata que possui uma jornada de 6 horas, só que ela cumpre 3 horas nas primeiras 3 horas da manhã e 3 horas à noite.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE TEIXEIRA – Ou seja, a hora dela é toda fragmentada e ela tem que ficar o dia inteiro disponível para a empresa prestadora de serviço.

Bom, com isso eu encerro a minha apresentação e agradeço pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho.

Parabéns pelo trabalho, esse trabalho eu vou usar no meu relatório, se assim você permitir, porque eles têm a mania de dizer que os trabalhadores terceirizados ganham mais do que aquele que está na empresa matriz. Com a maior cara de pau!

Eu ouvi os representantes, do grande empresariado nacional, dizendo isso. E, aqui, chega a ser em média 60 a 70%, eu diria, no conjunto das vantagens.

Então, eu recebo com muito carinho e atenção, o que o seu trabalho demonstra, e vou usar no meu relatório, permita-me.

Para vocês verem que a Casa lotou. Sabem por que lotou?

Além, naturalmente, de vocês todos aqui, olhem lá atrás. O pessoal que é terceirizado, por favor, terceirizado do Senado primeiro, do Senado, do Senado. (*Palmas.*)

Sabe por que é que eles estão aqui? Porque estão sem receber a sua indenização básica. Eu já pedi inclusive para o representante do sindicato, que eu vou dar a voz para ele falar aqui no momento adequado, no encerramento dos trabalhos, para ele contar o que está acontecendo. Esse pessoal veio aqui de forma ordeira, pacífica, mas só para mostrar que eles estão pedindo socorro, não é isso? O que vocês estão pedindo é socorro. Eles ganham na maioria o quê? Em torno de mil e poucos reais, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mil e poucos reais. A empresa fecha as portas, vai embora e não paga o pessoal. E vejam, eles estão aqui desesperados. E não é a primeira vez, não é?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já é a terceira vez que eles passam por esse constrangimento.

Então mais uma vez eu estou me dirigindo aqui, e eu sei que a direção da Casa está assistindo neste momento. É inaceitável o que está acontecendo. Se aqui dentro do Senado, as terceirizadas fazem isso, isso é uma prova do relatório. Lá na rua é muito pior do que aqui inclusive. Se aqui foi três, lá acho que são quatro ou cinco.

Mas é inadmissível. Na Casa que faz as leis, os terceirizados não recebem os seus vencimentos. A que ponto nós chegamos? Eles têm que usar um momento como este, em que o debate é a terceirização no setor aeroviário, para terem a oportunidade...

Claro que uns, eu recebi duas, três, quatro vezes. Interagimos – não é, Agostinho? – com a direção da Casa. É uma enrolação enorme por parte da empresa, que nunca define, pago amanhã, pago depois de amanhã. E quanto tempo faz que estão esperando sem salário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde que a empresa fechou. Quanto tempo faz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vejam, desde junho. Desde junho eles dizendo que vão pagar amanhã, vão pagar amanhã, vão pagar amanhã, e não pagam.

Isso mostra que também a empresa matriz deveria ficar com o dinheiro guardado, não pagar a empresa que contratou, e dizendo: "Enquanto você não pagar os trabalhadores, eu não te pago." Dá certo número de dias, cinco dias, não pagou, pega o dinheiro e paga os trabalhadores. Não é isso que tem que fazer, pessoal?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É esse o caminho. Essa tal de Qualitec, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa tal de Qualitécnica, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, mais uma vez eu estou aqui cobrando ao vivo, e o Brasil todo está assistindo, porque nós estamos pela internet, pelo Brasil todo, e dizendo: por isso que eu brigo tanto contra a terceirização. Aí quando fazem alguns editoriais – é legítimo editorial, pode fazer à vontade, que eu me sinto elogiado –, quando eles dizem que a gente é o inimigo número um da terceirização e daqueles que querem só mudar a CLT. Eles querem acabar com a CLT e querem deixar os trabalhadores nessa situação, e nós vamos combater isso sempre.

Quando chegar o representante do sindicato, nós vamos dar a palavra para ele, para que ele exponha aqui o que está acontecendo, inclusive dentro do Congresso Nacional.

E repito para quem está assistindo lá fora: se dentro do Congresso, eles agem assim, os terceirizados, as empresas que terceirizam, calculem como é lá numa obra, como é lá num aeroporto, como é numa metalúrgica, como é no comércio, como é nos bancários. Os "caras" simplesmente fecham a tal de terceirizada, mudam de nome e contratam outros.

E aqueles que são empregados ficam numa situação como essa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É claro que tem. Por isso, nós estamos cobrando aqui do Senado ao vivo. Mas o exemplo que quero dar aqui não é só o Senado. Se no Congresso Nacional, na Casa que faz as leis, é assim, é uma novela para pagar, lá fora não pagam e mandam procurar o direito na Justiça.

E há outro movimento para acabar com a Justiça do Trabalho ainda, porque eles sabem que o Trabalho vai ter que agir, acaba agindo. Claro, é moroso, porque há processos demais. São bilhões de processos, porque eles não pagam os trabalhadores, e isso vira milhões de processos em todo o Brasil. Daí a morosidade.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Quem acaba pagando é o Estado de novo.

Então, essa é a situação em que nos encontramos.

Eu vou pedir uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Vou esperar. Se vocês quiserem, fiquem até o fim. Vou ficar fazendo contato. Peço que o Agostinho faça contato, por favor, com a direção daqui do Senado, a Diretoria da Casa, que cuida dessa situação no estágio a que chegou, para ver o que a gente pode dizer para esses trabalhadores. O.k.?

Vamos retomar aqui, então, os nossos trabalhos.

Nilton Oliveira Mota Santos, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL).

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer, primeiramente, ao nosso Senador Paulo Paim por nos receber aqui, colocar em pauta esse estudo aqui, trazer esta audiência a público para a gente denunciar essa situação do setor aéreo, que é uma crise. A gente já vive essa situação há muito tempo. E agradecer também aos nossos companheiros aqui dos sindicatos, Sindicato Nacional dos Aeroviários, Fentac, por dar oportunidade de conseguirmos fazer esse trabalho. E quero agradecer muito aos trabalhadores, aos terceirizados da aviação, que estão aqui presentes, que trabalharam ontem no turno da tarde e hoje também e saíram direto para cá. Eu queria uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

Podem levantar para o pessoal ver. Só os terceirizados que puderam vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podem levantar, podem levantar! Fiquem de pé um minuto. Todos os que estão de camiseta? Isso. Agora sim. Valeu! (*Palmas.*)

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Eu só queria fazer um relato aqui, Paim, para quem está aqui ver, de que há terceirizado e trabalhador efetivado em empresa aérea que têm a mesma função, fazem a mesma coisa. Porém, a diferença é que um é terceirizado e outro trabalha em uma empresa aérea, que também está aqui com a gente.

Eu poderia falar aqui várias horas sobre o problema que nos afeta, que é a questão das empresas terceirizadas, as auxiliares em transporte aéreo ou como queiram chamar, porque esse é um nome bonito que se colocou, que vêm explorando, cada vez mais, esses trabalhadores, precarizando. Chega a ser análogo à escravidão o trabalho que acontece nesses aeroportos, porque a gente faz denúncias no Ministério Público, toma as ações, mas, enfim, não adianta nada. Parece que é uma conduta de uma barreira de uma questão sólida dessas empresas, porque a gente não consegue chegar. Até as empresas auxiliares de transporte aéreo estão sob a responsabilidade das empresas aéreas.

Quando se chega à Anac, pedindo-se para trabalhar, para colocar essa empresa com a finalidade de trabalhar no pátio, ela está lá com a responsabilidade, ou seja, a empresa aérea é responsável por ela mesma ali naquele setor.

Aí, vemos que a maioria dessas empresas, dessas defesas, se formos pesquisar a fundo, vai estar nas mãos desses Deputados Estaduais, desses Deputados Federais, que são os donos das mesmas, que apostam e querem que realmente se faça esse tipo de trabalho, para que eles ganhem. Eles querem colocar muito mais empresas aí. Fomos pesquisar umas empresas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

existem por aí, que somem do mapa, deixando todo mundo a ver navios.

No setor aéreo, isso é muito importante, porque todo mundo, quer sim, quer não, voa, mas ninguém percebe que, lá atrás, abaixo do avião, há uma pessoa, trabalhando por 14 ou 15 horas. Ele é responsável pela sua segurança! Não é somente o comandante da aeronave, pois ele só é responsável pela aeronave quando ela está lá em cima.

Quando a aeronave está lá embaixo, sendo carregada, com a certeza do carregamento correto – se eu estiver falando alguma besteira aqui, os colegas presentes, que fazem o carregamento, podem desmentir-me –, se essa aeronave não passar pelo carregamento correto, ela vira na primeira manobra que o comandante fizer.

Esses trabalhadores que estão lá trabalham por 14 ou 15 horas. Quando se chega aos aeroportos pequenos, como o de Fortaleza, onde a Dr.ª Marilane pôde ver com os próprios olhos, quando falei: "Olhe, muito cuidado, porque, lá, os trabalhadores vão ter medo de falar. Os trabalhadores vão sentir-se coagidos." Foi necessário fazer a pesquisa na casa de trabalhador, porque, se o trabalhador falar lá, ele é demitido.

Muitos estão aqui com medo. Por isso, quando o senhor pediu para que eles se levantassem, alguns não quiseram levantar-se, porque sabem que podem ser demitidos, pois, se a pessoa se sindicaliza, ela é mandada embora na mesma hora.

Por que nós temos um problema? Porque inventaram aí... Desde 2004, se eu estiver enganado, essas empresas não falavam nada. Elas cumpriam algumas coisas, outras não, e íamos brigando, como o fazemos nas categorias. Mas, de 2004 para lá, surgiu uma Fenascon – uma federação de jardins, parques, asseios e etc. –, dizendo que esses trabalhadores não são aeroviários e diz ainda que o Decreto nº 1.232 não serve para esses trabalhadores.

Eles são trabalhadores afins de qualquer outra coisa, mas a pessoa faz o mesmo serviço que a TAM Linhas Aéreas tem rampa própria. A TAM Linhas Aéreas tem trabalhadores orgânicos fazendo esse tipo de serviço, que a GOL não faz, que a Azul não faz, que a Avianca não faz. Quando se chega a aeroportos menores, os trabalhadores são chicoteados para trabalhar.

Pegamos sobrecarga de trabalho aí. Se não me engano, contratam meia dúzia de trabalhadores, porque essa é a realidade que vivemos no dia a dia. Uma empresa, que deveria ter 150 trabalhadores, trabalha com 30, com 40, e o restante dos trabalhadores são todos regime *part-time*, com este regime falsificado, pois não funciona nem dessa forma, porque o cara trabalha por hora... Se coloca o cara para trabalhar quatro horas, agora no período da manhã, três horas, na parte da tarde, e três horas à noite.

Depois, o cara volta, trabalha esses horários todos, eles não colocam como hora extra, não efetivam a pessoa. Ela trabalha por cinco anos nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante que... Me permita, porque é a história aí do chamado trabalho de 12 horas. Por que eles dizem que é de 12 horas? A pessoa trabalha três horas, vai para a casa e fica esperando ser chamado. É mais ou menos isso, não é?

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O McDonald's também adota isso. Já tivemos uma audiência aqui. Isso é trabalho por hora! Isso é trabalho escravo! A pessoa fica, na verdade, à disposição deles por quase 24 horas por dia. Quando há um excesso de trabalho, na visão deles, eles telefonam, mandam chamar o trabalhador, que vem e trabalha. A pessoa trabalha por duas ou três horas, é paga e mandada embora de novo. Isso é trabalho escravo! Meus parabéns aí pela denúncia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São essas tais de 12 horas que eles querem aplicar aqui. (*Palmas.*)

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Fica uma situação em que esse trabalhador fica com sonho, um sonho permanente na cabeça dele de três, quatro, cinco, seis anos, como a gente já pegou, pegamos direto, de ser efetivado na empresa. O sonho dele é ser efetivado pela empresa. É essa a argumentação que as empresas utilizam para ter o cara ali direto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

trabalhando. Aí o cara está lá, o contratado, com EPI, ruim, mas às vezes tem uma bota para calçar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E quando vai tirar férias, só tira 10, 15 dias.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Positivo. Esse é o próprio trabalhador dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não tem data prevendo.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem nada de combinar com a família. É quando eles querem, não é?

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Fazem as horas que tiverem de fazer, não recebem essas horas. Eles colocam lá "compensatória". Como é que é a "compensatória"? Você trabalhou agora, fez as horas extras, você está aqui no local de trabalho, o cara fala assim "senta ali um pouquinho e tira aquelas horas extras que você tem lá"; "quatro horas que você tem, fique sentado esperando ali"; "depois das quatro horas que você tirou de descanso, no local de trabalho, sentado, você volta a trabalhar, e acabaram-se as horas que você tinha na casa".

Então, essa é a situação que a gente vive.

Na verdade, não é uma turbulência, não. Isso aí é uma bomba-relógio. Eu acho que os Deputados, esses Deputados que estão aí, até mesmo as pessoas que apoiam e ajudam essas empresas, uma Fenascon da vida, que é uma federação, colocam um peso total em cima para não cumprir a regulamentação, para não sentar com os sindicatos para fazer nada, e a gente fica com esse impasse dessa terceirização.

Quanto às empresas, eu pergunto o seguinte: cadê a fiscalização da Polícia Federal? Por quê? Os caras descontam imposto sindical, descontam todas as questões sindicais para a federação, para essa federação, e eles fazem o que com o dinheiro desses trabalhadores? Não cumprem regulamentação profissional alguma, ficam nesse ponto de impasse, e a gente fica com esses trabalhadores lá. Quando a gente cobra das empresas aéreas sobre as contratantes, não tem responsabilidade alguma. "Resolva lá com a empresa."

Então, a gente fica nesse ponto de insegurança, de exploração, de precarização dessa mão de obra. E o que vem muito mais em conta: que esse trabalhador que está lá vai trabalhar de tênis, de camisa, com uma calça dele, tratores que já passaram por cima de pessoas trabalhando nesse ponto. Alguém sabe aqui o que é uma anticolisão de uma aeronave? O cara não tem treinamento algum. O treinamento que as empresas aéreas dão para os trabalhadores dela efetivados é um, é um treinamento em que o cara passa 15 dias num treinamento para entrar numa empresa aérea para trabalhar. Agora, o cara que é terceirizado, não. O cara chega lá, fez uma palestra de um dia, quando faz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Quando não faz, o cara vai trabalhar lá, e acabou. O cara está lá, à mercê de uma aeronave passar por cima, de um trator passar por cima dele. Denúncias que a gente vê dia a dia com esses olhos, que a empresa que nem uma RM Service, que pegou o Nordeste inteiro, que trabalha para a Gol, o cara trabalha num frio. E a empresa não dá o capote para o cara e nem aceita que o cara vá com capote dele de casa. O cara tem aquela camisinha fina lá, morrendo no frio, e acabou. E quando o cara reclama, o cara é exposto a ser mandado embora. E a gente viu aí o que a Drª Marilane percebeu em vários lugares dos Estados em que a gente andou e fez a pesquisa: o trabalhador não fala, o trabalhador tem medo, vive coagido 24 horas porque, senão, ele é demitido. E, para as empresas aéreas, está bom.

Agora, a gente descobriu que, para as empresas, agora o lance é chegar mais à terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Qual é o objetivo que a gente tem nesta audiência pública? É dizer o seguinte, Senador Paulo Paim, que esse sindicado, essa federação aqui não vai demorar uma semana, os nossos jurídicos aí, nós queremos desterceirizar tudo.

Vai entrar com ações mediante esse dossiê aqui de pedir desterceirização na Justiça do Trabalho, de todas as atividades, doa a quem doer. O sonho de qualquer trabalhador terceirizado é trabalhar numa empresa mesmo orgânica, é trabalhar para a TAM diretamente, porque o serviço da TAM é transportar passageiros e cargas. Como é que a atividade-fim da empresa é essa? E ela contrata trabalhador terceirizado para levar bagagem do cliente, para levar um deficiente físico, para pegar bagagem na balança para colocar na esteira. Contratam outra empresa para conduzir o material de carga dela própria. Ou seja, no balcão da TAM é assim: você está do meu lado, fazendo a mesma atividade, só que você está com outro uniforme e eu com o uniforme da empresa. Eu ganho todos os benefícios, inclusive passagem, e você não ganha. Olha a discriminação do lado. Como esse trabalhador se sente no dia a dia do seu trabalho? Ele tem plano de saúde, porque a TAM bota o plano de saúde lá, mas para o terceirizado não tem. A TAM paga o salário no quinto dia útil, já a outra empresa não paga. E quando você pesquisa para saber quem são os donos dessas empresas, é um Deputado, é um laranja de um Deputado, é um filho... É um cara desse que está aí.

Então, você pega num ponto desse aí e você briga com quem? Porque na maioria das vezes até a gente vai fazer uma denúncia como na Bahia, que tem comissão lá em que a gente entra com ação no Tribunal, mas há uma Turma em que a desembargadora é mulher do advogado que advoga para a empresa terceirizada.

E toda vez que chega um processo nosso nessa Turma, dão um parecer diferenciado. Nunca o processo sobe. A gente tem até medo: "Em que turma caiu? Caiu na Turma de fulano." Acabou, ali morreu o processo.

Então a gente tem um problema grave em relação a isso e a gente fica como?

Por isso o intuito de fazer o estudo para mostrar esse impacto.

E aí diz assim: qual a segurança que temos de voar de avião com as empresas terceirizadas sem responsabilidade alguma? Porque, quando um avião desse cair por culpa de uma empresa terceirizada que presta um mau serviço, que explora os trabalhadores, que faz uma péssima precarização da mão de obra. Não diga que nós, sindicatos, não denunciamos, que nós não lutamos para colocar os trabalhadores que sejam dignos lá. E as empresas aéreas ainda vão dizer que a culpa é da empresa terceirizada e pronto. E acabou responsabilidade.

Mas eles não querem fazer isso, porque a força do capital e trabalho é o que manda. Agora, se nós ficarmos aqui fazendo um discurso só, não partir para a prática, não chamar pela responsabilidade das autoridades envolvidas e cuidar para que se tome responsabilidade... Porque eu quero ver aqui se alguém ou qualquer outro Deputado quer que seu filho seja trabalhador de empresa terceirizada e não trabalhador orgânico. (*Palmas.*)

Então, quero ver qual ele escolhe. Isso que eu quero ver.

Então, é muito fácil a gente sentir como esses trabalhadores aí que, desde junho, estão sem dinheiro, e que não foge da realidade das empresas aéreas não, porque o que nós lutamos dia a dia, a empresa que vai embora, some, não paga trabalhador, que o nosso jurídico tem que correr para fazer ação rescisória, para pedir que o juiz bloqueie lá x por cento da fatura para pagar esses trabalhadores. E a gente vive dia a dia isso. Trabalhador que tem dez anos trabalhando que nunca tirou férias na sua vida, porque a empresa some, vai embora, no tempo em que ele ia tirar férias, outra empresa já chega, Infraero, empresas que administram aeroportos é desse jeito. E pior que é canal de inspeção, porque é de suma importância, porque a segurança começa do canal de inspeção e no *check-in*, do *check-in* para o canal de inspeção.

E os trabalhadores são trocados, na verdade, desculpem-me o termo, são monte de prostitutas porque usam, na hora em que o cara não serve mais, que está com duas, três, quatro, cinco hérnias de disco, a empresa terceirizada manda o cara embora, sem responsabilidade alguma das empresas aéreas, porque, se fosse um trabalhador de empresa aérea, ele teria os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

seus direitos garantidos. Mas, não; a empresa terceirizada, quando o cara mostra o laudo lá de uma hérnia de disco, ou duas, espera o cara retornar e manda o cara embora, não é isso, meus companheiros? E acabou. (*Palmas.*)

Então, nós vivemos essa efetiva insegurança. Então, quero chamar aqui a responsabilidade, sim.

Como eu estava conversando com companheiro aqui dos auditores fiscais, nós fizemos várias denúncias, várias ações no Ministério Público, mas infelizmente uma ou outra conseguiu que um auditor fiscal fizesse, mesmo com o auditor fiscal indo lá, mesmo saindo um parecer positivo de que era danoso, mas não se ouve nada; ficou por isso mesmo. E continua, e continua, e continua, e continua.

O que nós vamos fazer? Fazer ação só para o Judiciário? Nós vivemos uma crise no Judiciário. Infelizmente há o posicionamento da maioria das turmas, o posicionamento correto; e depois um ou outro parecer diferenciado – eu não sei –, adotando ou defendendo os interesses de quem eu não sei, mas precisamos resolver esse problema.

A minha fala... Eu poderia estar aqui horas e horas falando de sérios outros problemas que aconteceram e que acontecem no setor aéreo, principalmente com esses trabalhadores auxiliares de transporte aéreo – que estamos batendo na tecla.

Na Bahia, recentemente, havia uma empresa em que os trabalhadores trabalhavam 15 horas, 16 horas. O cara entrava na sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não por dia?

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Por dia. O cara entrava na sexta-feira e saia no domingo do aeroporto. Onde que ele dormia? Nas pranchas. Onde comia? Não comia uma alimentação adequada. E nós fizemos luta, luta, luta, brigando ali, fazendo quatro dias de greve no aeroporto para conseguir que esses trabalhadores fossem respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, a Senadora Fátima já está com a gente. Eu estava esperando que ele terminasse de falar para registrar a presença dela.

Ela é uma lutadora, está organizando um grande evento sobre terceirização, negociado e democracia no Estado dela, está me pressionando muito para ir junto. Mas ela é uma lutadora. Eu faço esse aparte, porque ela simboliza essa luta de todos nós aqui. (*Palmas.*)

Ele tem mais um minuto. Se quiser fazer uma saudação, você faz uma saudação quando ele terminar. Em seguida, eu sei que você tem outro compromisso.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Só pra concluir.

Então, sobre esses trabalhadores lá, na Bahia, nós fizemos quatro dias de greve em uma empresa para conseguir que reduzissem a carga horária.

Sabe qual é o único problema que essas empresas não cumprem? É a carga horário de trabalho desses trabalhadores. A carga horária, que eles gostam de colocar esses trabalhadores para trabalhar, é de 14, 15 horas. Então, quando eu trabalhava assim, nós fizemos muita greve para isso; houve trabalhadores demitidos. Sabe qual foi a situação que a empresa fez para sair dessa greve, Senador?

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, pode concluir.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – A empresa fez o seguinte: fechou o contrato com as empresas aéreas. Chamou as empresas e "vamos quebrar o contrato", porque essa empresa prestava serviço para a TAM, para a GOL, para a Azul, para todas as empresas aéreas, uma empresa só para todas. Esse trabalhador é contratado por essa empresa, mas presta serviço para todas, ou seja, ele atende todos os aviões que pousarem ali. Então andam economizando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

bastante, porque, em vez de ter um trabalhador para cada empresa, você reduzia a um trabalhador para prestar serviço para cinco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, naturalmente, a metodologia de cada empresa aérea ele não conhece.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Não conhece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vai para lá.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Mas vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E dane-se a segurança de voo.

O SR. NILTON OLIVEIRA MOTA SANTOS – Aí o que acontece? A empresa aérea: "Não, nós vamos barrar o sindicato. Nós vamos conseguir driblar isso aí. Vamos fazer um acordo? Uma empresa chega, a outra empresa assume os equipamentos da sua empresa, nós vamos demitir todos os trabalhadores que estão fazendo greve e vamos contratar outros."

Assim fizeram. A empresa fechou, abriu uma nova seleção, nós tentamos colocar os trabalhadores que estavam trabalhando lá, mas eles colocaram uma prova, na verdade, de concurso federal para esses trabalhadores, que tinham só o nível de segundo grau, fazerem. E deixaram todos esses trabalhadores, mais de 170 trabalhadores demitidos, de fora. Colocaram todos os outros trabalhadores que não tinham nada a ver, que começaram sem conhecimento nenhum, e gente que tinha dez anos de conhecimento em aeroportos ficou fora do trabalho.

Então, isso é uma manobra. E eu adentrei só nessa situação porque na segunda Mesa ainda temos o Maciel, que vai falar representando a Fentac, mas cada um já dividiu a sua tarefa para manter bastante informação. E a Selma Balbino, companheira que vai falar sobre a questão das empresas, de como se passou a história dessas empresas.

Portanto, Senador, mais uma vez quero agradecer a esta Casa, quero agradecer ao senhor, à Drª Marilane pela pesquisa, aos trabalhadores por estarem aqui presentes e a todos vocês que estão aqui, à Anamatra, ao senhor que está aqui do meu lado, representando o Ministério do Trabalho, enfim, a todos. Também quero dizer que a única solução para esses trabalhadores é a destercerização desse setor urgentemente. E vamos ser incansáveis para conseguirmos fazer isso, porque durante todos esses anos, durante todo esse tempo as empresas vêm explorando esses trabalhadores. Temos que botar um fim na escravidão no Brasil. Ou fazemos isso imediatamente ou entregamos, jogamos o pano mesmo, e vamos todos ser escravos.

É isso aí. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Nilton Oliveira Mota Santos, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística.

A bandeira que ele deixa aqui é nossa. De fato, não podemos permitir que deixe de ser considerada atividade-fim no setor de transporte aéreo, porque é a atividade-fim do início ao fim, ou seja, desde o momento em que chega no aeroporto até o momento que você desce do avião e entra no táxi você está na atividade-fim. Portanto, que a gente caminhe na linha de assegurar que seja considerada atividade-fim. Nós vamos trabalhar também nesse sentido no nosso relatório.

Mas é com satisfação que concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meu querido Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo, quero saudar os nossos convidados da Mesa, a Marilane, pois é muito importante a sua presença aqui pela pesquisa apresentada e pelo quanto esta pesquisa fundamenta, Senador Paulo Paim, o debate, a discussão do relatório a ser produzido. Igualmente também cumprimento o Dr. Luiz Antonio, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, outra entidade que tem um papel muito importante na luta em defesa da cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Cumprimentar Nilton – que ainda escutei falar –, o Secretário da Confederação Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dos Trabalhadores em Transportes e Logística. Cumprimentar também o Dr. Ricardo. E acaba de chegar aqui o nosso Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. E saudar aqui os trabalhadores e trabalhadoras.

De forma breve, dizer do trabalho importante que o Senador Paim tem desenvolvido no Congresso Nacional, pelo quanto ele lidera aqui, pelo quanto nos convoca a estarmos vigilantes, permanentemente, na luta em defesa da agenda dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo brasileiro.

Essa agenda que o Senador Paulo Paim, repito, lidera, convocando a todos nós, fala do respeito aos direitos que vai dos aposentados aos trabalhadores e trabalhadoras na ativa. Mais do que nunca, iniciativas como essa, audiências como essa, seminários que têm sido realizados pela Comissão de Direitos Humanos, em parceria com outras Comissões, nesse momento, não são só importantes, são extremamente necessárias, são, diria, imperativas, diante do momento pelo qual o País está passando, momento dramático.

Temos um mandato presidencial, legitimado pelas urnas, cassado, cuja titular, vocês acompanharam, ficou fartamente comprovado que não cometeu crime de responsabilidade, mas o fato é que o golpe do Estado foi consumado. Foi consumado e, dentro desse golpe, eis aí uma agenda em curso que vem na direção de atacar os direitos e as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

O debate dos terceirizados é um debate que tem tudo a ver com este momento que a gente está vivendo. Tudo a ver, por quê? Porque é preciso que possamos construir um movimento muito forte, com muita unidade, com muita união, com muita determinação, para não deixar rasgar a Constituição, para não deixar que avance aqui no Congresso Nacional um agenda legislativa que venha na direção de precarizar as condições de trabalho e que venha na direção de confiscar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, porque é disso que se trata a proposta de reforma trabalhista que o Governo ilegítimo já está discutindo e que disse que vai enviar ao Congresso Nacional. Uma reforma trabalhista, imaginem, que começa em querer admitir e adotar uma norma em que o negociado vai prevalecer sobre o legislado.

Os especialistas no Direito do Trabalho sabem perfeitamente o que isso significa.

Num País onde temos ainda um déficit de organização sindical, num País onde a gente tem ainda camadas e mais camadas de trabalhadores, por esse País afora, desprotegidos, do ponto de vista de instituições para zelar e lutar pelos seus direitos, essa proposta, como o Senador Paulo Paim bem tem alertado, pode resultar na esteira de, daqui a pouco, estarem querendo rediscutir o FGTS, querendo rediscutir o décimo terceiro, querendo rediscutir 1/3 de férias; ou seja, caminhando para a gente voltar a quê? Certamente, aos tempos de escravidão.

Na questão da terceirização, meu querido Nilton, imagine se prospera a ideia deles, a tese deles, o modelo deles de terceirização, que virá na direção de flexibilizar, de liberar geral as regras no que diz respeito ao trabalho terceirizado do Brasil. Isso significará, sem dúvida nenhuma, repito, fazer com que essa situação dos terceirizados se torne mais dramática ainda. Digo mais, porque ela já é. Ela já é.

As pesquisas mostram que os terceirizados trabalham mais e ganham menos. As pesquisas mostram que, por exemplo, eles são as maiores vítimas inclusive no item acidentes de trabalho. E por aí vai.

Então, nós, Brasil, pelo amor de Deus, não pode de maneira nenhuma, nem são necessárias leis que, em vez de afirmar e proteger os direitos dos trabalhadores, venham na direção exatamente de negá-los e venham na direção do retrocesso.

Por isso, saúdo a presença da categoria, deixando aqui sobretudo a mensagem de esperança, de luta e de união, porque é com muita luta e com muita unidade que nós vamos enfrentar e derrotar essa agenda regressiva de retirada de direitos do Governo ilegítimo que está aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra, que reforça a luta de todos nós, demonstrando que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

inadmissível o que eles querem fazer.

Olha, se houvesse aqui mais uma TV, eu ia pedir para filmar essa moçada toda aqui no fundo. Só filmar o rosto, para verem – e há um monte lá fora, ainda, pessoal –, para verem a tristeza no rosto deles. A tristeza no rosto deles.

Vejam bem: eles querem só receber o que eles têm de direito. Estão aí. Repito para quem ligou a tevê agora: são funcionários do Senado e estão sem receber salário desde junho. Isso é desonesto. Isso é coisa de quadrilha, e aqui dentro do Senado! Estou tentando falar com o diretor e não consegui até agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, o diretor está vindo. Que bom! Que bom! (*Palmas.*)

Que bom que o diretor está vindo. Que bom que o diretor está vindo. O diretor está vindo para cá.

Então, vamos continuar nossa audiência, o diretor vai chegar aqui, e vamos conversar, pessoal, porque está ficando... Daqui a pouco, eu até diria... Eu não sei mais o que fazer, a não ser pegar e entrar todo mundo na sala do Presidente da Casa daqui a pouco. É brincadeira! Desde junho sem receber. Vamos agora, pessoal...

A questão que eu quero mostrar, pessoal, é que não é só aqui dentro do Senado. Calculem numa empreiteira, num polo petroquímico, por exemplo. O que acontece lá? Lá não há um Senador para cobrar do diretor da Casa. Lá não há. É isso que me deixa indignado. Podem saber vocês que estão aqui no fundo, estão aqui na sala com a gente: vocês estão ajudando, na verdade, milhões de trabalhadores, que estão se sentindo lá representados por vocês.

Nós temos que resolver a questão dessa terceirização. E o Nilton aqui foi muito feliz: não tem que haver terceirização, não. Cada vez me convenço mais disso. Nós temos que garantir o direito a todo trabalhador de trabalhar na empresa matriz, e tomara que o Senado faça isso com rapidez.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começar o exemplo aqui, por dentro. O Senado tinha que dar o exemplo: começar a contratar os trabalhadores de CLT.

Ninguém está pedindo estabilidade, concurso, nem coisa nenhuma: só a carteira assinada e pagar os direitos que estão na CLT, que eles estão atacando hoje em dia.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vamos continuar aqui. Depois passo para todos os companheiros.

Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador-Geral do Trabalho e representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Eu só não abri para o plenário agora, pessoal, para deixar as Mesas concluírem, mas depois o plenário vai falar também.

O SR. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, já o parabenizando pela iniciativa de convocar esta audiência pública.

Quero cumprimentar, também, todos os integrantes da Mesa. Quero cumprimentar os meus colegas do MPT, José Pedro; Presidente da ANPT, Ângelo Fabiano. Quero cumprimentar a Senadora Fátima, a Profª Biavaschi, que nos honra com a presença.

Vou falar um pouco do que já foi colocado aqui, tentando abstrair esta questão da terceirização no contexto da reforma trabalhista.

Muito se fala em direitos humanos. É um discurso sempre presente e até excessivo. Discute-se o tema dos direitos humanos, muitas vezes, até em cinco estrelas, e se afasta um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pouco daquele significado central da dignidade da pessoa humana, que é se colocar no lugar do outro, sofrer junto com aquele que está sendo explorado, excluído. (*Palmas.*)

Ouvir o seu grito de dor e compreender as suas necessidades, as suas dificuldades e reagir a isso.

Então, quando falamos em direitos humanos, nós temos que principalmente agir contra situações de exploração e de exclusão.

E o mesmo se passa a respeito de reforma trabalhista. Existe um discurso de reforma trabalhista, e a impressão que dá é que os oradores não conhecem o mundo do trabalho. (*Palmas.*)

Quando se propõe uma jornada de 12 horas para elevar o nível de emprego, fico assustado, porque parece quem propõe isso não conhece nada de mercado de trabalho.

Pelo contrário, tem-se que reduzir o número de horas trabalho, para aumentar o nível de empregabilidade. (*Palmas.*)

Existe também um discurso falacioso de que a Justiça do Trabalho é protetiva. As empresas usam a Justiça do Trabalho para ganhar, porque violam direitos de 100, de 200, e apenas dez, quinze vão entrar com reclamação trabalhista daquilo que não está prescrito.

Então, o ordenamento jurídico brasileiro favorece quando a lógica das ações individuais prevalece – eu tenho dito isso.

Então, o ordenamento jurídico brasileiro favorece quando a lógica das ações individuais prevalece – eu tenho dito isso. O Judiciário e a comunidade jurídica ainda não incorporaram a lógica da ação coletiva. Aí, sim, assusta um pouco, porque há dano moral coletivo. Então, é também uma falácia. E aí vem a terceirização nesse contexto. A terceirização desconstitucionaliza a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Ela desconstitucionaliza a isonomia. Ela desconstitucionaliza a organização sindical. Ela desconstitucionaliza a proteção ao meio ambiente de trabalho, só para dar alguns exemplos. E a proposta de legalização, da liberação da terceirização vai legalizar a temporariedade e a precariedade, vai legalizar a discriminação no trabalho, vai legalizar a desorganização sindical e a degradação do meio ambiente de trabalho.

Senador Paim, não sei se se recorda: no último encontro que nós tivemos, eu sugeri que o Supremo Tribunal Federal fizesse uma audiência pública em relação ao processo que se encontra lá para ser julgado sobre a liberação da terceirização envolvendo a empresa Cenibra. Nós trabalhamos muito junto à Procuradoria Geral da República, um trabalho incansável da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e do MPT. O parecer foi contrário ao acolhimento do recurso, houve pedidos sucessivos de realização de audiência pública. E o Ministro Luiz Fux, que é o Relator, acabou, na última semana, de liberar o processo para a pauta sem realizar a audiência pública.

Eu já tive a oportunidade de falar: a terceirização, para o Supremo Tribunal Federal, é menos importante do que a importação de pneus usados para o País, é menos importante do que as biografias não autorizadas para aquele Tribunal. Então, não houve a participação dos atores da sociedade, dos trabalhadores na discussão do tema no Supremo Tribunal, que está prestes a liberar a terceirização. Agora mesmo, na quarta-feira, nós temos uma pauta trabalhista. Entre os temas: responsabilidade da Administração Pública, responsabilidade subsidiária, a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores daqui. O Supremo Tribunal Federal vem numa tendência de transferir para o trabalhador o ônus da prova de que a Administração não fiscalizou o contrato. Ou seja, vai acabar com a responsabilidade na Administração Pública, deixando desamparados vários trabalhadores. E o Supremo conhece bem essa realidade, porque o Tribunal já foi à Procuradoria Regional da 10ª Região dizer: "Olha, essa empresa não paga aos trabalhadores. Como é que a gente pode fazer para resolver esse problema?" Então, eles conhecem a realidade da terceirização, mas a pressão é muito grande. O momento que nós vivemos é de uma força excessiva contra tudo aquilo que foi construído em termos de direitos sociais durante muito tempo, então, é preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu espero que, a partir desta audiência pública e de todas as outras que foram realizadas sobre o tema, haja uma reflexão maior sobre o que a terceirização e essas propostas trabalhistas vão provocar para o trabalhador brasileiro. Não tem sido fácil para os atores que atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores assegurar trabalho digno e decente para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. A situação é muito ameaçadora.

Eu tive a oportunidade de escrever um artigo terça-feira no *Valor Econômico* e coloquei a seguinte questão: num momento de crise, flexibilizar e eliminar direitos trabalhistas só alimenta o capitalismo predatório, que é o momento em que os grandes engolem os pequenos. O que se propõe para o Direito brasileiro é liberar completamente para que as empresas venham a depredar e colocar o trabalhador como uma mercadoria, uma mercadoria barata evidentemente, para que haja mais exploração e menos responsabilidade pelos prejuízos provocados. É a essa situação que nós vamos chegar se não houver um freio a essas propostas de reformas que estão sendo anunciadas no Congresso Nacional pelo Poder Executivo e, lamentavelmente, pelo Poder que deveria servir de contrapeso a esse movimento majoritário, que é justamente o Supremo Tribunal Federal, que deveria, neste momento, representar a minoria, não numericamente, evidentemente, mas a minoria que não detém o poder para defender os seus interesses.

Não vamos jogar a dignidade das trabalhadoras e dos trabalhadores no lixo. Vamos resistir!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar o Sr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira, que é Subprocurador-Geral do Trabalho, representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

A exposição dele, para mim, foi – permitam-me a expressão – brilhante, porque ele mostra, pessoal, para aqueles teimosos, ou de má-fé, ou avarentos, que só querem lucro pelo lucro, que, tirando direitos e aumentando a carga horária, só se gera mais desemprego. Mais desemprego!

O legal seria turno de seis horas para todo o mundo, e não turno de doze horas. Isso é matemática. Qualquer aluno de jardim de infância entende isso. Se o homem pode produzir doze horas... Primeiro, ele não produz com a mesma qualidade, porque o cansaço vai causar acidente. Nós podemos ter, então, se o turno é de seis, dois homens. Já aumentamos em 50% o número de empregados em tese. Mas não, eles acham que não, que têm que aumentar a carga horária, tem que passar para doze, e dizem que é para gerar emprego. Não cabem duas pessoas no mesmo espaço. Isso é a lei da física, não é mesmo? É uma lei natural da vida. Não cabem duas pessoas no mesmo espaço. Desculpem a expressão: ou é burrice, ou é má-fé. Ou é burrice, ou é má-fé. Eu tomo a liberdade de dizer isso. Como eu acho que não é burrice, eu acho que é má-fé mesmo, aumenta o desemprego. E, com o aumento do desemprego, aumenta também a violência.

Eu olho de novo para esta moçada que está aqui. Eles não têm dinheiro sequer para alimentação. Se a empresa, quando fecha, vai embora, eles não têm! Será que nós não vamos fazer nada?!

Vamos lá! Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Eu só queria, permitam-me, registrar que já está à Mesa o Waldemiro Livingston de Souza, conhecido como Peixe, que é representante da Associação de Prestadores de Serviços aqui do Senado Federal.

Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

E não pensem que porque ele está ali quietinho... Ele está no meu pé dia e noite. E é bom! Tem de fazer isso mesmo. Tem de vir para cima dos Senadores.

Ontem, o Senador Requião também fez uma fala boa em Plenário, e você falou com ele. Nós estamos aqui na mesma trincheira. Vá lá, meu amigo.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Bom dia a todos! Bom dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ao Senador Paim, nosso Presidente da Mesa. Bom dia aos colegas debatedores! Bom dia, Senadora Fátima Bezerra! É uma honra também a presença de V. Exª. Sabemos dos inúmeros compromissos dos Parlamentares, e ficamos muito felizes também com a sua participação na nossa audiência pública. Permita, Senador Paim, falar "a nossa audiência pública", porque ela é, de fato, de todos aqueles que se preocupam com os direitos sociais, com os direitos dos trabalhadores. E a Anamatra tem esse compromisso estatutário, inclusive, de defesa dos direitos sociais, de defesa dos direitos dos trabalhadores.

O tema da audiência é muito interessante, Senador Paim: a crise política, econômica, social e ética do Brasil à luz dos direitos humanos, com foco na terceirização do setor aeroviário. De fato, temos de abordar de forma mais ampla esse tema. E aqui, pelos depoimentos colhidos nesta mesa, pela pesquisa do Cesit, pelo depoimento do Sinait, pelo depoimento do Nilton, pela fala do ilustre Procurador do Trabalho e pela presença de todos os senhores e dos terceirizados, que estão sem receber os seus salários, os seus direitos básicos, nós podemos afirmar e concluir que a Anamatra tem razão...1

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dá uma seguradinha.

Eu quero dizer, pessoal, para a moçada que fiz o pedido e acho bonito isso. Eles poderiam se esconder, camuflar: "Ah! Aquilo lá é rolo do Paim com os terceirizados; eu não vou lá." Mas estão aqui os dois diretores, que falarão para vocês. Tenho certeza de que, a partir daqui, vamos resolver a questão dos terceirizados. (*Palmas.*)

Então, aguardem aí. Quero cumprimentar os dois. Podem me dar o primeiro nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Vanderley Rabelo e Dr. Gustavo Ponce.

Vamos pedir que providenciem duas cadeiras para eles para ficarem à Mesa conosco. Terminando os oradores, sei que eles vão nos dar um tempo e falarão para vocês.

Volto a palavra à Anamatra.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Muito bem.

Eu estava justamente fazendo referência a esse aspecto dos depoimentos aqui prestados e da presença de todos, notadamente daqueles que não estão recebendo o seu salário, porque resta comprovada a convicção da Anamatra de ser frontalmente contrária à terceirização. Essa é a nossa função, a nossa finalidade.

Paim – permita-me tratá-lo assim –, eu gostaria de, embora não precise, fazer um desagravo a sua pessoa por esses editoriais desses grandes jornais que estão a serviço do grande capital, dizendo que você é o algoz da modernidade, que você é um atraso, porque é contra as reformas. Não, você não é contra. Você é a favor da Constituição, é a favor da CLT, a favor dos direitos dos trabalhadores, a favor dos trabalhadores.

O Presidente Germano está chamando essa reforma de reforma medieval, porque estamos voltando lá atrás. (*Palmas.*)

Estamos voltando ao século XIX, quando não havia jornada ou havia jornadas absurdas, quando havia escravidão. Não é isso. O Brasil precisa avançar, precisa melhorar ainda mais. Há um déficit no País muito grande, e a Constituição de 1988 vem para isto, para que todos possam ter uma vida digna, para garantir a dignidade a todos os brasileiros, e é por isso que essa luta precisa ser permanente.

A crise está instalada. A crise social está aqui presente, sendo testemunhada por todos nós. A crise política está aí. Em que pese a mudança de Governo ou de Presidente, a proposta aprovada nas urnas é uma, e ela não pode ser esquecida ou abandonada. O Presidente Michel Temer tem de cumprir aquele programa que ele assumiu com a Presidente Dilma quando da eleição, e esse programa é de proteção, é de valorização das pessoas, dos trabalhadores. Esse caminho precisa ser seguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quanto à terceirização, em geral, e a terceirização no setor aeroviário, eu concordo muito com o depoimento do Nilton e com os depoimentos que nós ouvimos na pesquisa, porque esse depoimento, Senador Paim, senhoras e senhores, é um depoimento das pessoas que nos levam, que trazem a Justiça do Trabalho. E a questão da saúde é talvez o aspecto mais importante que há; a saúde do trabalhador, os riscos do meio ambiente do trabalho, conforme apontado pelos auditores fiscais.

Recentemente, tivemos, em julho, a morte de um trabalhador, deixando uma esposa grávida, porque o pneu rodado do avião passou por cima. É isso que nós queremos? É isso que nós buscamos? O trabalhador terceirizado, quando adoece, simplesmente desaparece. Ninguém viu, ninguém percebeu. Isso é desumano, porque, no dia seguinte ou imediatamente, é colocada outra pessoa no seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ou, quando volta, é demitido.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Se é que ele volta, não é, Senador Paim? Quando ele volta, é demitido; às vezes, não tem nem condição de voltar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou, se pegar um atestado, quando volta do atestado, é demitido. É ou não é?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso. Ele volta do atestado demitido.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Sem dúvida.

Bom, e o setor aeroviário, de fundamental importância, e o seu crescimento, muito bem demonstrado na perícia de trinta e poucos mil trabalhadores para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – ... sessenta e nove mil e alguma coisa, demonstram a necessidade de um controle, de um treinamento e de uma preparação muito efetivos.

Eu cumprimento os trabalhadores do setor aeroviário, o Sindicato Nacional dos Aeroviários, por estarem trabalhando, pregando a "desterceirização". Precisamos acabar com isso! Que o trabalhador seja contratado diretamente pela empresa, para que ele possa efetivamente fazer parte, sentir-se integrante da empresa.

A discriminação entre o trabalhador da empresa tomadora e o da empresa terceirizada – então, entre os trabalhadores orgânicos e os trabalhadores terceirizados – é, de fato, abismal, para dizer o mínimo. Há diferença de salários, há diferença de tratamento, há o assédio praticado a esses trabalhadores, e isso não podemos permitir. A Justiça do Trabalho, na sua grande maioria, pelo menos, tem sido sensível a esse apelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Se a terceirização existe, se ela ainda está aí, temos que ter mecanismos para garantir os direitos dos trabalhadores. Por isso, a nossa luta, da Anamatra, das centrais sindicais, dos trabalhadores. Aliás, Senador Paim, estamos percebendo, nessa mudança de governo, que os trabalhadores estão mais firmes, mais fortes, mais unidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse Governo conseguiu isto: uniu todas as centrais, todas as confederações e todas as associações contra as reformas deles.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – E fico extremamente satisfeito, porque, neste momento, na Anamatra, está a Rede-Observatório Sul-Sul, reunindo as centrais sindicais, reunindo a Anamatra, para discutir formas de lutas comuns, maneiras como vamos enfrentar esse desmonte que se avizinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, isso é, de fato, extremamente importante. Temos que ter essa garantia. É importante que os diretores do Senado estejam aqui para tratarmos de como vamos resolver o pagamento dos trabalhadores aqui presentes, que estão sem receber os seus salários. (*Palmas.*)

Isto é que é interessante: o Poder Público não quer ter responsabilidade, quer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que eles estão aqui, é por isso que eles estão aqui. É isso que ele está dizendo.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Agradeço a lembrança.

É isso. Então, eles querem simplesmente não ter responsabilidade nenhuma, mas precisam responder integralmente pelo pagamento dos salários, pelo pagamento das férias, pelo pagamento das verbas rescisórias, se for o caso, e também pelo pagamento das indenizações quando surge a doença, quando acontece o acidente de trabalho. Então, o tomador, se quer terceirizar, que terceirize, mas que assuma a sua responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Solidária.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Solidária. Por isso, a expectativa da Anamatra, o trabalho da Anamatra, o empenho da Anamatra com o Senador Paim, com os Senadores desta Casa que defendem os trabalhadores, com os Deputados que defendem o cumprimento da Constituição, essa luta para ter uma proposta contra a terceirização ou uma proposta que contemple a integralidade dos direitos. O trabalhador aeroviário que presta serviços auxiliares tem que ter a mesma representação sindical, tem que ter direito ao mesmo salário e aos demais direitos. Essa é a luta que deve ser de todos, esse trabalho que nós precisamos fazer dessa forma. E assim tem sido o entendimento de boa parte da jurisprudência, assegurando os mesmos direitos do sindicato dos aeroviários a todos os trabalhadores, inclusive aos trabalhadores terceirizados.

Senador Paim, encaminhando-me ao final da minha fala e da fala da Anamatra, nós queremos voltar a dizer do significado dessas audiências públicas, porque elas saem desta sala, saem do Plenário do Senado para atingir a todo o Brasil, a toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam só que eu fortaleça, pessoal. Eu quero cumprimentar o sistema de comunicação do Senado. Eles abrem para todas as comissões. Neste momento, nós estamos falando para todo o Brasil. É claro que, quando há outras comissões, tu vais para canais alternativos; quando termina, cai naquela do momento. Por exemplo, segunda pela manhã, falamos para todo o Brasil; e neste momento, nós estamos também falando para todo o Brasil. Então, meus cumprimentos à verdade – somente à verdade – que o sistema de comunicação do Senado permite. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Enfim, concluindo, essa rede, todo esse trabalho, é fundamental para fazer valer os nossos direitos, fazer valer os direitos que nos são assegurados pela Constituição Federal. O fundamento da Constituição garante a todo cidadão brasileiro, a todos nós, a dignidade humana. Esse é nosso objetivo, essa deve ser a nossa luta. Há dificuldades, há problemas a serem superados. Há, mas com força, com luta, nós vamos superar tudo isso e atingir o objetivo de valorizar cada vez mais todos aqueles que trazem o enriquecimento do País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Eu queria aqui, primeiro, agradecer muito aos companheiros dirigentes que propuseram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

esta audiência e, na figura do Nilton Mota Santos, que fez aqui uma bela fala, queria dizer que nós estamos, na verdade, tratando de dois temas, mas que é um tema só, a terceirização, que coincidiu com essa situação aqui, dentro do próprio Senado, mostrando a importância dessa agenda.

Então, neste momento, temos aqui dois diretores da Casa, que vão falar sobre a situação específica, e temos aqui também – porque convidei, e ele veio rapidamente – o Waldemiro, que representa a Associação de Prestadores de Serviço do Senado Federal.

Para que sejamos bem objetivos, a questão é resolver, porque o debate da terceirização vai continuar. E nós vamos pegar, no final, a tua proposta – tu sabes qual é e sabes que vamos acatá-la, trabalhar nesse sentido para que o relatório a contemple.

Eu perguntaria – permitam-me – diretamente ao Waldemiro: você quer falar primeiro ou prefere que os diretores falem primeiro?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) (*Fora do microfone.*) – Posso falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar? Acho que é até bom para os diretores.

Ele fala, coloca o ponto de vista, e os senhores, daí, dão o encaminhamento concreto.

Então, primeiro, deixe-me dizer, meu amigo Peixe – porque assim é o seu nome de sindicalista –, que fiquei muito feliz de os dois diretores estarem aqui. Porque eles poderiam, simplesmente, ter fechado as portas e dito: "O Paim que se vire lá. Já que ele comprou a briga, que se vire!" Não; eles vieram aqui para ajudar a resolver. Então, quero que tu encaminhes de forma propositiva, em uma linha de solução. É isso que queremos. E eu sei que tu tens competência para isso.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Certo.

Em primeiro lugar, bom dia a todos.

É o seguinte, Senador: o senhor sabe que, graças a Deus, Deus tem me colocado em um lugar de destaque, no meio dos Senadores. Nós temos a preocupação de orar por cada Senador, por cada autoridade que foi constituída. Nós temos essa preocupação.

Em relação à questão que trago ao senhor – sempre tenho, nos corredores, procurado o senhor, qualquer Senador, seja o Presidente, seja em qualquer instituição –, há coisas que acontecem no Senado e que, às vezes, as pessoas não sabem. Vou dar só pequenos exemplos: a Patrimonial saiu daqui, deu calote nos vigilantes; a Fiança saiu daqui, deu calote no pessoal da limpeza; a Steel, lá na Gráfica, deu calote – para o senhor ver! –; a Zarcone, dos ascensoristas, calote também; a Qualitécnica, calote; a Adserv, calote.

E, nessas questões – para o senhor ver o tanto de empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para quem está vendo pela TV Senado, todas são empresas terceirizadas. Olhem bem!

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Todas são empresas terceirizadas. E outra coisa: a gente sempre tem cobrado da administração; a associação tem procurado caminhar lado a lado com elas. Nós procuramos, todos os anos, nos reunir com elas e dizer: a questão é essa, está acontecendo isso; presidente, não está indo bem.

Aí, o que acontece? A Fortaleza entrou aí agora, tiraram o transporte da rodoviária sem sequer olhar o horário; querem que o pessoal vá a pé. Isso está acontecendo dentro do Senado. Então, são as falhas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tiraram o transporte da moçada?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Tiraram. É lógico! Não dão transporte para eles.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – E outra coisa que acontece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui: eles estão aí, e nós somos testemunhas – eu tenho procurado o Senador e falado – de que, além de tudo, são todos ameaçados. Não podem vir para reunião, não podem ir atrás do direito deles.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Direito deles! São direitos deles. Aí, falam: "Não vai, não vai. Deixe que o Peixe vá lá e se arrebente." Mas eu digo que a gente não vai se arrebentar, porque nós estamos aqui para lutar por vocês. Não importa, porque a luta é incansável.

E isso dentro de uma instituição que tem que ser exemplo. Tem que ser exemplo! A associação entrou com a documentação da conta vinculada, e até hoje nós não tivemos resposta disso, por quê? Não beneficia a eles; é para beneficiar os trabalhadores.

Então, essa discriminação... Aqui eu já tive uma luta; sabe o que foi feito aqui, Senador? As grávidas foram todas demitidas. Eu lutei e falei: isso eu não aceito. Nessa transição, o direito à continuidade não houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para eu entender bem: as terceirizadas demitiram as mulheres grávidas?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Demitiram! Está relatado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acontece normalmente isso?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Acontece normalmente. Quando chega...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que inferno, meu Deus do céu! Isso é um inferno!

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Não pode engravidar. Aqui está desse jeito. Então, quando chegam, Senador, como nossos amigos aqui falaram, já há outra pessoa no lugar delas. Aí, fica aquela questão difícil. E o direito à continuidade? Quando eles falaram assim: "Eu não sei qual o critério que foi usado, mas nós vamos investigar esse critério que foi usado", é porque muitos estavam aí. Na questão dos aposentados, que eram titulares do contrato, o Senado passou por cima de tudo. Passou por cima de tudo e violou a lei, porque, aí, eles não têm o direito à continuidade. Não têm o direito à continuidade. Isso eu queria entender, porque é assim na Casa da lei.

Aí, ficam assim: "Ah, mas vá procurar o Senador." E o Senador Paulo Paim vai comprar essa briga? Isso é direito nosso, gente! Nós não estamos aqui pedindo favor. É luta. E, se isso é luta, nós vamos até o final.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Eu, como presidente deles, vou denunciar, sei falar e vou procurar fazer isso, para o senhor ver as questões. Certo, Presidente?

Então, são essas questões aí. Vamos ver o que eles vão colocar para nós.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Peixe, que trouxe...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, eu vou ter que botar no meu relatório da terceirização que não se podem demitir as grávidas, é isso? É lei! É lei, mas vejam o absurdo! Eu estou levando até meio que no espírito aqui do momento. Eu fui Constituinte! Licença-maternidade, licença-paternidade... Eu não sabia, sinceramente. Estou sabendo hoje. É mais um motivo para o debate que vamos ter no plenário, no meu relatório, dizer que as terceirizadas... Não respeitam nem a criança que vai nascer. A que ponto nós chegamos, pessoal! A que ponto nós chegamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas eu queria, neste momento, pessoal... Eu fui sindicalista por muito tempo e confesso que olho muito o processo da negociação acima da lei. A lei tem que ser cumprida. Então, a questão das grávidas não se discute; é lei. Nós queremos saber da negociação para a construção do entendimento.

Nós estamos, agora, em um conflito. Essa moçada toda que está aqui – é só olhar a expressão deles. São corajosos! Corajosos, porque eu pedi que a TV filmasse, e nenhum se escondeu. E eles sabem que poderão ser reprimidos por causa disso. Mas, assim mesmo, eles estão representando aqui, no meu entendimento, milhões e milhões de trabalhadores terceirizados, que estão sofrendo lá na rua. Eu digo: se, dentro do Senado, infelizmente, acontece isso, calculo o que acontece com aqueles terceirizados que estão nas palafitas, como eu diria, nas obras, dentro das empresas.

Então, eu queria, diretores, que neste momento... Eu sei que a discussão da terceirização nós teremos que fazer, compete a nós legisladores, não é dos senhores. Nós sabemos que cabe ao Senado – e, se vocês puderem responder de forma bem objetiva – a responsabilidade solidária. Nós sabemos disso. A súmula do TST assim garante. O que eu quero agora, para continuar, inclusive, a audiência original, é que os senhores me digam como fica a situação dessa moçada toda que está aqui – e o corredor, aqui fora, está cheio – em matéria do direito que eles têm a receber. Era isso que eu queria ouvir dos senhores.

O SR. GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO (*Fora do microfone*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês podem trocar de lugar, se for o caso.

O SR. GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim.

Eu também fui sindicalista um bom tempo antes de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom.

O SR. GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO – ... ser servidor do Senado Federal, quando era servidor do Legislativo do DF. Conheço a situação.

Sem dúvida, a terceirização é algo que precisa ser melhor discutido. É muito comum colocar-se para a Administração Pública a terceirização como se fosse uma modernidade, uma forma de melhorar a Administração, e nós sabemos que, na verdade, os contratos de administração trazem muitos problemas para os empregados – vocês sabem, todos sabemos os problemas que trazem –, mas também para a Administração Pública. É muito difícil administrar contratos de terceirização, porque nem sempre – vou dizer "nem sempre" aqui como um benefício de dúvida – as empresas agem cumprindo as suas responsabilidades, arcando com os seus deveres.

Nós, do outro lado, como gestores públicos, tentamos ao máximo garantir os direitos desses trabalhadores, aperfeiçoando-nos nisso. Os contratos no Senado têm tido uma gestão cada vez mais atenta, mais próxima, em vários momentos. Agora, inclusive, com a Qualitécnica, o Senado assumiu e fez o pagamento direto da folha de pagamento no encerramento do contrato. Mas nós sabemos que, quase sempre, nessa transição, a empresa que sai não arca com as suas responsabilidades. Para isso, o Senado faz o provimento de valores, retém as garantias, busca atuar no limite também daquilo que a lei nos permite e que o Tribunal de Contas nos autoriza. Porque nós somos gestores públicos; não gerimos os nossos valores, nem os de uma empresa que seja nossa. Então, qualquer despesa, por qualquer pagamento feito nós temos que responder ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, e aí temos que ficar no limite daquilo que a lei também nos autoriza a arcar, dos valores.

Nesse caso, o que temos buscado? Temos buscado sempre, nos contratos, colocar mais garantias, acompanhar mais de perto e melhorar essa relação com as empresas e com os trabalhadores para que se evitem os prejuízos. Então, o Senado tem sido muito ágil em,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

quando percebe que a empresa não está arcando com as suas obrigações, assumir a folha e fazer o pagamento.

Nesse caso da rescisão, ainda há a necessidade de saber quais são os valores envolvidos – é preciso haver a homologação do sindicato para ter esses valores – e de verificar até que ponto o Senado tem condições de assumir, até que ponto vai a responsabilidade do Senado. Porque, ao longo da execução do contrato, o provimento para a futura rescisão foi feito e repassado à empresa, conforme o contrato e conforme o Tribunal de Contas orienta.

Então, nós sabemos que o trabalhador acaba sendo a vítima, porque ele cumpriu a sua parte, exerceu o trabalho, mas também temos um limite de atuação. É uma situação difícil, que nós tentamos evitar, melhorando a execução dos contratos, mas não estamos imunes a lidar com esses problemas com as empresas.

A notícia de que houve demissão de servidoras grávidas é algo que não chegou à gestão da Casa e que nós não admitiríamos em nenhuma hipótese. É evidente que, como servidores públicos e como pessoas comprometidas com os direitos dos trabalhadores, das mulheres e das crianças, em especial, o Senado não compactuaria, de forma alguma, com lesão de direitos a trabalhadores que têm a estabilidade no emprego por força constitucional, por força legal, o que, inclusive, tem sido ampliado – o próprio Senado hoje já aplica a licença-maternidade de 180 dias. Enfim, não há nenhuma compactuação com esse tipo de ofensa aos direitos desses trabalhadores. Nós nos esforçamos ao máximo para garantir esses direitos, com essas limitações.

O Wanderley, que é o colega que cuida dos contratos mais diretamente, vai passar alguns dados mais precisos dessa situação, a que nós não nos furtamos. Já estivemos várias vezes com os trabalhadores, com o sindicato, tentando encontrar saídas, construir e passar o maior número de informações possível para garantir os direitos de todos, sejam aqueles que permanecem na mudança do contrato, sejam aqueles que foram demitidos e têm direito às verbas rescisórias.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Bom dia, Senador. Bom dia a todos!

Nós fizemos algumas reuniões, tivemos na Diretoria-Geral a presença de alguns que aqui estão e deixamos claro que o Senado foi muito preocupado com o cumprimento rigoroso desse contrato. Ao longo de todo o tempo, nós fizemos o acompanhamento, estivemos muito próximos da empresa e a multamos em todas as situações em que ela descumpriu qualquer parte do contrato.

Estamos, agora, tentando localizar representantes da empresa. Já estivemos diversas vezes...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, deixem-no concluir, e nós vamos para o encaminhamento. Nós temos que sair daqui com uma solução.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Vejam só: informalmente, sabemos onde eles estão, mas, formalmente, quando nós os procuramos, eles se negam a receber o Senado. Fizemos o encaminhamento de documentações, fomos até o sindicato, tentamos esse contato e buscamos, obviamente, encaminhar a documentação para a empresa para que ela se manifestasse. Até agora, ela não o fez.

Sabemos que essa responsabilidade pelas verbas rescisórias é da empresa. O Senado, como eu disse, foi muito cioso em todos os momentos e controlou, em tempo real, todos os pagamentos que a empresa foi fazendo. No momento em que ela não cumpriu esse compromisso, o Senado assumiu essa responsabilidade para o pagamento do salário.

Como foi dito pelo Gustavo, com relação às verbas rescisórias, o Senado já fez esse repasse. Quem deveria fazer o provisionamento teria que ser a empresa, senão, o Senado faria esse repasse em duplicidade. Obviamente, teríamos que responder sobre isso para os órgãos de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

No momento, ainda não desistimos, obviamente, de fazer gestão junto à empresa para que ela cumpra esse compromisso, mas ainda não conseguimos. A empresa continua se negando a fazer contato com o Senado.

E, repetindo o que o Gustavo colocou, com relação a esses descumprimentos por parte do Senado, eu desconheço todos eles, todas as alegações que foram feitas. Nós podemos sentar, conversar e mostrar que, em nenhuma dessas situações, a situação é verdadeira.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, só um pouquinho!

Fale, Waldemiro.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Senador, em dezembro, eu estava em Minas Gerais, de férias, e tive de me deslocar para Brasília, porque a empresa não cumpriu com o décimo-terceiro deles. E eu alertei: a Qualitécnica não vai terminar bem.

Outra coisa: no dia 4 de agosto, já estava essa confusão. O Senado liberou o dinheiro da Qualitécnica, que não pagou os funcionários. Por que não reteve esse dinheiro? (*Palmas.*)

Por que não reteve esse dinheiro? É isso que nós queremos entender. Porque, se já havia o problema desde dezembro... No dia 4 foi feito o pagamento. Pagaram a empresa, e não pagaram os funcionários. Tanto é que nós tivemos que correr atrás de Senadores para forçar o Senado a pagá-los. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, pessoal. Nós vamos, em seguida, para os encaminhamentos. Vamos para os encaminhamentos em seguida.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – A empresa já sinalizava, de alguma forma, dificuldades. Mas todo serviço prestado tem que ser pago.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais alto.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – A partir do momento em que a empresa cumpriu com as suas obrigações, o Senado, em contrapartida, deve fazer o pagamento. É claro que, quando ela deixou de fazer o pagamento para os funcionários, o Senado fez a retenção e fez o pagamento de julho diretamente.

Ou seja, o que mais uma vez você afirma, para nós é uma novidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só fazer uma pergunta.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero ajudar. Só um pouquinho, pessoal, para ajudá-lo. Para ajudá-lo, pessoal. Para ajudá-lo. Pessoal, não adianta gritar, porque grito não leva a nada. Nós temos que achar um encaminhamento para resolver o problema de vocês. Então, vamos encaminhar.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador, o pagamento de julho, que a empresa não cumpriu, o Senado fez a retenção e, por sua vez, fez o pagamento direto aos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, então, para ajudar nesse encaminhamento: com todo o respeito, Diretor, se a empresa já não pagou julho, você acha que se passasse para eles o correspondente às verbas rescisórias, eles iriam pagar? Se estavam agindo de má-fé, é claro que não iriam, Diretor!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Claro que não iriam, Diretor. Diretor, com todo o respeito que você merece, claro que não iriam!

Ontem o Senador Requião já fez esse questionamento em plenário e o Senador Renan disse que iria resolver a questão. Palavra do Presidente Renan ontem no plenário: "Vou falar com os diretores, para resolver essa questão."

Com todo o respeito que sabe que eu tenho por V. Sª, se eu fosse diretor – por Deus do céu! Pelo que tenho de mais sagrado na vida! –, se a empresa é safada, é vagabunda, é sem vergonha, eu vou passar as verbas rescisórias ainda?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não dá! Não dá, Diretor! Não dá!

Uma empresa safada dessas, com todo o respeito que eu tenho a V. Sª, mas não pode agir de boa-fé com quem age de má-fé.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eles já não estavam pagando, iam dar o calote, estavam indo embora...

O SR. GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO – Não estavam pagando não, Senador!

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você me disse aqui que passou para ele o correspondente...

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – As verbas rescisórias... Senador, o pagamento, o repasse das verbas rescisórias é feito mês a mês, desde o primeiro mês de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas começou o erro aí.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Não, Senador. É assim que funciona, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já começa o erro aí. Como é que vocês, com a responsabilidade solidária que têm de ter, vão adiantando a verba rescisória? O que é que o gato faz? Recebe as verbas, ainda mais mês a mês, e vaza.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas isso é o mínimo de má-fé e boa-fé.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, Diretor – eu quero encaminhar, não só receber palmas; nós não vamos fazer aqui um debate permanente –, eu quero dizer o seguinte: a responsabilidade é nossa! Eu sou Senador e também zelo pelo Senado. Nós sabemos que o salário de toda essa moçada, que está aí, não dá o salário de nós três. Não dá o salário de nós três! (*Palmas.*)

Não dá o salário de nós três! De nós três! (*Palmas.*)

Vocês sabem disso! Vocês sabem disso! E não é para receber palmas, pessoal.

Eu até faço um apelo a vocês: não batam palmas, não batam palmas para ninguém.

Diretor, de coração e de alma, ouça o que vou dizer – por favor, não batam palmas. Como é que a gente pode – qualquer um de nós, Senadores – ir para casa, abraçar nossos filhos, tomar café com eles, almoçar com eles, sabendo que essa moçada – que dá o sangue pelo trabalho, limpando aqui tudo, até o banheiro que nós usamos eles é que limpam – está tendo sua indenização negada? Não batam palmas, por favor! Não dá, diretor!

Eu vou fazer um apelo: sentem lá com a diretoria. Eu me proponho a falar com o Senador Renan, junto com um grupo de Senadores. Isso não existe! E nós estamos falando para o Brasil todo! O Brasil tem que saber! Se no Senado agem assim, meu Deus do céu, como não agem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com os terceirizados nas ruas, nas fábricas, nas obras, nas construções? Como não agem com o nosso povo? (*Palmas.*)

Não batam palmas! Não é para receber palmas.

Aqui no Senado eu ouço isso. Pessoal, não tem sentido, não tem lógica. Isso é um inferno, o que eu estou vendo aqui é jogar os trabalhadores no inferno.

Eu fui sindicalista muito tempo. Nunca uma empresa na minha base fez o que o Senado está fazendo. Nunca! Quando a empresa não pagava, a empresa parava. Eu ia para lá, parava a fábrica... "Não, Paim, nós vamos pagar os terceirizados". Acabou e pronto.

O que é que nós vamos ter que fazer? Vamos ter que fazer greve no Senado? Vamos ter que parar o Senado para cumprir a responsabilidade solidária? Ou não existe a responsabilidade solidária? Claro que existe! Tanto que eles querem tirar da lei, mas não vão tirar! A responsabilidade solidária vai estar lá sim.

Por isso, diretor, eu vou fazer um apelo a V. Sª. Eu ia viajar, mas não vou viajar mais, vou ficar aqui. Não vou viajar, porque hoje termina. Vou ficar aqui hoje, amanhã, quinta e sexta se necessário. Digo a vocês: nós vamos ter que pagar essa moçada. Nós vamos ter que pagar essa moçada. Não pode ser assim, diretor.

E quando vocês vieram para cá, eu entendi que vocês iam apontar um caminho para a solução. Agora, só dizer que a empresa desapareceu... Isso não dá! Isso não dá!

O Senado tem que assumir essa responsabilidade. Eu espero que vocês, saindo daqui agora, conversem com a diretoria. Nós vamos ter que achar uma solução. Olhe para esse povo aí, diretor. É justo isso? É honesto isso? Não é justo e não é honesto.

Nós estamos submetendo os funcionários – são funcionários do Congresso sim! – do Congresso a uma máfia, sob o nosso olhar, com a nossa concordância. Não! Não podemos concordar, diretor.

Por isso, faço um apelo a V. Sª. Vou parar o debate aqui, o negócio é encaminhar. Eu vou fazer um apelo: nós vamos continuar aqui para ver qual é o caminho que V. Sª entende que vai ser a solução.

Essa moçada tem que receber a sua indenização.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o debate aqui.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Só a título de esclarecimento, Senador: a Diretoria-Geral compartilha do mesmo sentimento e preocupação com todos os servidores.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, pessoal! Vamos para o encaminhamento.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Eu conheço pessoalmente muitos dos que estão aqui, inclusive são amigos meus. Ou seja, essa preocupação também é minha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua e a minha são a mesma. Qual é o encaminhamento?

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Exato.

Então, só para deixar claro: nós temos a mesma preocupação, o mesmo empenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto a isso, eu não tenho dúvida.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – E estamos todos os dias fazendo todo o esforço para que essa situação seja resolvida.

Quando eu disse que nós temos limites legais a serem cumpridos... É que primeiro nós temos que esgotar todas as possibilidades de cobrança diretamente com a empresa. Veja, nós não podemos assumir de pronto esse pagamento sem que primeiro a empresa se negue de todas as formas e, principalmente, formalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, esse esclarecimento precisa ser feito. O esforço é incondicional. A preocupação não é deste momento. Não foi a partir da sinalização da dificuldade da empresa que a nossa preocupação surgiu. Ela surgiu no momento da assinatura do contrato. As multas são severas e aplicadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diretor, como nós estamos com problema de horário, qual é o encaminhamento? Eu não quero palmas, não quero nada. Qual é o encaminhamento que nós vamos dar agora?

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não adiantam mais argumentos dos dois lados.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – O encaminhamento, Senador, é, primeiro, como disse, esgotar a possibilidade de cobrança com a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas isso nós já esgotamos, pelo seu próprio relato.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Não. Veja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando você me diz que vai atrás da empresa, e a empresa desaparece e não quer atender... O que é que a gente faz em uma hora dessas?

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não sou advogado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Condução coercitiva.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Existem alternativas jurídicas que têm que ser tomadas. Não a última da ponta, nós temos que seguir uma sequência.

Tentamos o contato, repetimos essa tentativa, e não desistimos ainda. Usaremos o que a lei nos permite. Ainda não esgotamos as possibilidades. A partir desse momento é que nós vamos ter que tomar uma providência diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu entendi.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Excelência, em nome do Ministério Público, quero fazer um...

O Ministério Público do Trabalho se coloca à disposição para fazer a mediação e buscar os meios coercitivos judiciais cabíveis para que essa empresa venha a cumprir sua obrigação com os trabalhadores. Depois, eu gostaria de falar com o Sr. Waldemiro, para que a gente dê o encaminhamento do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Nós não podemos antecipar fases. O Senado não pode assumir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., pessoal. Só uma pequena frase... Pessoal, não batam palmas! Diretor – eu vou levantar, porque sou gordinho, a maioria ali é magra –, a fome, a barriga não espera. Eles não podem ficar esperando! Não batam palmas. Eles não podem ficar esperando, diretor! Eu estou olhando a cara deles. Tem gente, eu acho, cujos filhos em casa estão passando fome.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Mas, Senador, nós não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso não...

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – ... estamos esperando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão esperando sim, diretor. Desculpe, mas estão esperando. Os prazos venceram todos. Se o ladrão, o corrupto que ficou com o dinheiro deles simplesmente desaparece, vocês têm que tomar uma medida, não podem fazer isso.

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador, as informações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero saber o seguinte, diretor. A moçada está aqui. O que é que a gente vai fazer?

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Senador, as informações do sindicato ainda não nos foram repassadas. Sequer nós temos os valores em reais a serem recebidos. Como nós poderemos antecipar o valor se nós não temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O sindicato está aqui? Você tem já os dados?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, fale aqui.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – A questão é muito simples e é muito fácil. Todos eles já estão com a rescisão com ressalva, e os valores estão lá. É só pegar e pagar!

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Veja só...

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA (PEIXE) – Estão todos lá. Já são 50 dias!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, não falta número nem dado. Diretor...

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Mesmo o sindicato sabe que formalidades precisam ser cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, diretor.

Então, vamos encerrar aqui, pessoal, da seguinte forma. Eu vou ficar com a sua última fala, Peixe – você respondeu muito bem. Eles têm todos os dados, números. Eu espero que o senhor os receba. Eles vão entregar os dados e os números para você providenciar o pagamento. O.k., pessoal? Vocês entregam para ele o documento? (*Palmas.*)

Então, vamos encerrar. Vocês entregarão todos os documentos para ele providenciar o pagamento. E o Peixe e o próprio Ministério Público do Trabalho ajudarão nesse sentido.

O SR. GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO – Perfeito, Senador. A gente recebe o sindicato, os empregados e o Ministério Público do Trabalho para que possamos, juntos, compreendendo os limites da nossa atuação legal, buscar todos os meios para resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, então a gente pede... Eles podem ir agora lá para o local? Para mim tem que ser logo, porque, se protelar, eu sei como é que fica isso. Para onde eles podem ir?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! Todo mundo para lá para entregar o contracheque na mão de vocês. Agora. Agora, pessoal! É só boa vontade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., pessoal. Já acertamos com os diretores. Vocês vão junto com Peixe. Vão todos ser recebidos. Podem marcar uma sala, um local.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WANDERLEY RABELO DA SILVA – Não temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu arrumo a sala. A sala, eu arrumo. A sala pode ser esta aqui, hoje, à tarde. Vamos marcar um horário: a partir das 2 horas da tarde, todo mundo aqui com a direção do Senado, com o sindicato e vocês para acertar o ajuste para vocês receberem, o.k.?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu!

Obrigado, diretores. Estão liberados os diretores.

Às 2 horas aqui. Eu estarei aqui junto.

Vamos continuar nossa audiência.

Até lá eu vou falar também com o Presidente Renan.

Passo a palavra neste momento...

A Graça da CUT pediu a palavra.

Estão liberados, diretores.

Obrigado.

Pessoal, uma salva de palmas para os diretores que vieram aqui. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 2 horas todo mundo de volta aqui.

Pessoal, vão almoçar, dentro do possível, e às 2 horas todo mundo de volta aqui.

A Graça e, depois, a Magda. (*Pausa.*)

Às 2 horas voltamos aqui, pessoal. Todo mundo aqui. Eu vou estar aqui também.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Graça, por favor.

Zanetti, por favor, pode se sentar.

Uma salva de palmas para o ex-Deputado Federal Zanetti. (*Palmas.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Graça vai fazer uma saudação. Em seguida, ela tem que ir para outra reunião. Aí nós vamos chamar a segunda Mesa.

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada, Senador Paim.

Bom dia, companheiros e companheiras.

Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Graça, para ganharmos tempo, eu vou liberar a moçada que está à mesa e vou chamar a segunda Mesa. Depois a gente faz uma saudação antes de a segunda Mesa falar. É bem rápido.

Selma Balbino, Diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Rodrigo Maciel, Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores na Aviação Civil - Fentac.

Osvaldo Rodrigues, do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre.

José Pedro dos Reis, Procurador do Trabalho da 10ª Região - Ministério Público do Trabalho.

Luiz Carlos Silva Barbosa, Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Montada a segunda Mesa, fala...

Montada a segunda mesa, pessoal.

Todos estão sentados?

Vamos iniciar. (*Pausa.*)

Por favor, Graça com a palavra, pessoal.

Vamos ganhar tempo para que a nossa audiência dos aeroviários volte para o foco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

principal.

Eu, à tarde, continuarei o bom combate aqui dentro.

A SRª GRAÇA COSTA – Senador Paim, acho que não poderia ser mais simbólico, mais sintomático, o que aconteceu aqui quando a gente vai falar de terceirização no nosso País, neste Brasil tão grande, tão imenso, tão rico e que estava num caminho que mostrava que a gente poderia atingir um trabalho decente, que nós poderíamos ter, em todas as categorias, um processo de negociação coletiva de alto nível, de conquistas, após a Constituição de 88, com todas as conquistas que nós tivemos.

Muitos processos foram feitos, muitas lutas neste último período, e agora nós estamos tendo que discutir esse tipo de assunto. Com toda a legislação que há no País, nós ainda temos trabalho escravo, ainda temos esse tipo de trabalho que está sendo visto aqui, que foi exemplificado. Aí não só a questão dos aeroviários, que está dito que, quando começou o processo de terceirização, os trabalhadores perderam o poder aquisitivo que tinham, porque há rebaixamento de salários, perseguição aos diretores sindicais. Há uma série de questões colocadas, desafios sindicais, é verdade, mas o mais humilhante e o mais preocupante é isso que acontece aqui.

O que aconteceu hoje aqui é simbólico. Nós estamos no Senado Federal, nós estamos na Casa que faz a legislação brasileira, nós estamos na Casa onde as coisas deveriam acontecer de forma a dar exemplo. Se há alguma empresa lá fora que comete esse tipo de erro... Esta Casa existe para resolver, para ajudar a resolver. Mas dentro do próprio Senado, dentro da própria Câmara, isso também acontece no Executivo. A precarização tem sido generalizada em todos os locais onde a terceirização existe. Nesse sentido, é muito importante este debate estar sendo feito.

O que aconteceu aqui amanhã vai ser discutido no STF. Está na pauta de amanhã se o Governo tem que ter responsabilidade solidária ou não com os trabalhadores das prestadoras de serviço. É muito preocupante. É muito preocupante, porque no STF há vários ministros que pensam desta forma: que o Poder Público não pode se responsabilizar. E nós estamos vendo a situação das pessoas. Aí, quando dizem que o trabalhador é transparente... O terceirizado fica transparente na hora dos direitos, ninguém o enxerga, mas, no local de trabalho, todo mundo o enxerga. Ele é tratado diferentemente, a farda é diferente, o salário é diferente, o tratamento é diferente, tudo é diferente. A gente enxerga de longe quem é terceirizado quando a gente chega num local de trabalho. É humilhante.

Então, temos que continuar fazendo este debate, mas continuar com a perspectiva de que, com a grande mobilização que a gente pode fazer, que nós já fizemos para esse assunto, a CUT e as outras centrais sindicais – aqui, no Parlamento, muitos estão conosco... Nós temos que continuar fazendo, porque o Brasil vai virar um campo precarizado. Se liberarem a terceirização, se for aprovada aqui da forma como os empresários querem, da forma como muitos Deputados aí já fizeram, nós vamos ter não só o mercado de trabalho, as relações de trabalho, mas o desenvolvimento do País totalmente prejudicado nesse contexto.

Então, nós estamos, Senador, tendo que sair. Nós vamos ter uma reunião agora com o Patrus sobre a 241, que é um assunto extremamente sério, bem mais sério que a terceirização, porque vai brecar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – ... o orçamento público por 20 anos. É o desenvolvimento que vai parar.

Então, muita coisa ruim está por vir. Estamos, hoje, com uma marcha dos servidores públicos federais, estaduais e municipais contra o 257, contra o 241, contra a retirada de direitos. O dia 22 será um dia de paralisação nacional. Nós queremos fazer um esquenta, queremos chegar à greve geral neste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A Graça, que é da Executiva da CUT em nível nacional, faz uma rápida consideração.

Drª Magda, a senhora quer participar da Mesa?

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Fora do microfone*.) – Não, obrigada. É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Drª Magda tem cruzado o Brasil com a gente na luta contra a terceirização e contra o negociado sobre o legislado.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Bom dia a todas e a todos.

É bem rápido. Eu quero, primeiro, cumprimentar a iniciativa da CDH e do Senador Paim, a iniciativa de fazer esta audiência pública, de fazer este debate fundamental. E a gente presenciou aqui, inclusive, a possibilidade de soluções que foram construídas, o que acho muito importante.

Mas o que eu queria fazer agora é um apelo no sentido da nossa organização e da nossa unidade, porque já está pautado, já houve devolução para a Mesa, para a Presidência do Supremo Tribunal Federal, pelo Ministro Fux, de um recurso extraordinário que vai ser julgado em sede de repercussão geral. O que é isso? O que for decidido naquele mérito será obrigatório para todos os juízes em todos os graus de jurisdição. E o que eles vão discutir nesse processo, o que estão discutindo? A possibilidade de o Tribunal Superior do Trabalho colocar limites – abre aspas, fecha aspas – ao livre direito de contratar como quer que seja. Portanto, é o fim da 331.

Isso é muito grave, e é por isso que eu quero fazer esta denúncia, que já foi feita na Mesa. E nós precisamos de mobilização junto ao Supremo Tribunal Federal – requerer também ao Ministro Fux – para que se realize uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal.

Ele já disse que não fará audiência pública porque já devolveu o processo para a discussão do mérito. Inclusive, há vários pedidos nesse processo – estou falando agora do processo da Cenibra –, há vários pedidos de ingresso de *amicus curiae,* que foram indeferidos por ele. Houve recursos contra isso, esses recursos ainda não foram apreciados, e o processo já foi devolvido para ser pautado.

Se essa decisão de mérito for no sentido de acolher o que está sendo proposto pela recorrente, que é a Cenibra, nós vamos inviabilizar toda e qualquer possibilidade de o Tribunal Superior do Trabalho colocar limites ou freios ao livre direito de contratar, que não é livre segundo a Constituição Federal de 1988. O que nós estamos discutindo, se for... O que nós estaremos evidenciando ou vivenciando, se for julgado esse recurso como nós estamos imaginando que será, por maioria de votos, nós estaremos, sim, retrocedendo à Idade Média num país que não teve Renascimento. Então, é muito pior.

É muito grave o que está acontecendo. Então, eu acho que o Fórum... Eu sou uma das integrantes do Fórum, que tem trabalhado muito com o Senador Paim. O Fórum já tirou uma decisão em uma comissão no sentido de conversar com o Ministro Fux para que ele faça as audiências públicas no Supremo, mas nós precisamos da força dos Senadores, dos trabalhadores e de todas as outras instituições – porque direito é luta – para que possamos engrossar essas fileiras no sentido de demandar a existência desse debate lá no Supremo, porque o Supremo vai julgar sem ter feito esse debate com a sociedade.

Era esta a denúncia e este o apelo que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Pela fala da Drª Magda, eu já peço de imediato à Secretaria desta Comissão que a gente reforce o pedido de uma audiência pública para discutir a terceirização. Encaminharemos esse pedido à Presidenta do Tribunal e também ao Ministro Relator. Encaminharemos hoje, porque está para acontecer, de hoje para manhã. Se puder, eu ajudo na redação relatando os fatos, inclusive, que estão acontecendo dentro do próprio Senado. Calculem se eles tomarem uma decisão para todo o Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O.k.?

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltamos ao assunto original, que tem a ver, claro, com tudo o que aconteceu aqui, passando a palavra para a Diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Aeroviários, a líder Selma Balbino.

A SRª SELMA BALBINO – Bom dia a todos.

Tudo o que aconteceu aqui não foi surpresa para mim. Nós, na aviação, vivemos isso todos os dias, e com uma empresa pública, a Infraero. Há menos de um mês nós tivemos exatamente... Quando o Peixe falou, eu falei: "Epa, o que é isso? Quanta semelhança!"

A Infraero, que é uma empresa pública, que é do nosso ramo, que é responsável, nos aeroportos, pelos raios-X, pelos agentes de proteção à aviação civil... Porque segurança começa em terra, e começa através desses companheiros do raio-X. É ele que vê se há droga, se há coisas dentro da mala que podem prejudicar o voo, se há algum objeto que, dependendo da pressurização, pode trazer um avião ao chão. Então, esses profissionais são extremamente importantes. Na aviação há uma cadeia. Todos estão interligados na questão da segurança de voo, que é, para nós, do sindicato, coisa importantíssima. Independentemente da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, se há uma coisa que os sindicatos da aviação do campo da CUT fazem é intransigentemente lutar para que a segurança de voo permaneça na alta qualidade. A semelhança entre o caso do Senado e o da Infraero é absurda.

Quando o Peixe foi falando o nome das empresas que sumiram aqui, me vieram à cabeça todas as empresas prestadoras de serviço para a Infraero que sumiram e que deixaram os trabalhadores, como todos os que estavam aqui, na mão. E o sindicato sempre... O nosso jurídico teve que trabalhar redobrado para segurar faturas para pagar o mínimo – às vezes, é só o salário do mês e os benefícios. Na verdade, nas homologações, a gente fica que nem uns loucos: os advogados do sindicato correndo atrás, tentando segurar bens patrimoniais dos donos das empresas, que, muitas vezes, são laranjas de outros, inclusive de personagens públicos, como já dito aqui pelo companheiro Nilton – e eu não vou fulanizar porque a gente tem que focar no problema, usar argumentos, todos os possíveis, para acabar com a terceirização na aviação.

Eu fiz um documento, que está circulando por aí – o nosso sindicato e a nossa Federação fizeram –, que mostra que 50% das empresas sumiram, a grande maioria na Infraero, sem pagar os seus trabalhadores. E, olha, acredito que, aqui no Senado e em outras repartições públicas onde há terceirização, aconteça a mesma coisa. Aquela empresa que sumiu, que deixou os trabalhadores a ver aviões... Quando entra outra, de maneira sorrateira, a Infraero já tem a sua equipe que chega para alguém e diz: "Olha, se vocês entrarem contra a Infraero como solidários, vocês não vão poder ser contratados por essa nova empresa." Gente, é vergonhoso o quanto nossos companheiros terceirizados sofrem na aviação.

A Drª Marilane fala ali do resultado da pesquisa que mostra que há trabalhadores há dez anos trocando de empresa. É esse o caso especificamente da Infraero, porque há ameaças veladas. Se ele entra com a ação individual e a Infraero é notificada, ele já é visto... Há uma combinação com o dono da empresa para: "Oh, aquele cara é encrenqueiro, bota ele fora". É isso que nós vivemos. São péssimos exemplos para as empresas privadas.

E na aviação, que é tecnologia de ponta, onde todos os nossos trabalhadores... O mais humilde trabalhador, aquele que carrega um avião, passa com a bagagem dos passageiros, tem que ter formação, tem que frequentar curso para saber em que compartimento da aeronave pode colocar determinados pesos, senão há um desequilíbrio – se colocar pesos mal distribuídos, pode jogar um avião no chão.

E nós temos inúmeros exemplos na aviação. Há uma empresa – e não vou fulanizar –, a terceira empresa que trabalha hoje para a Gol e para a Azul e presta serviços ainda para a TAP... Por causa da falta de trabalhadores – por querer economizar em cima da mão de obra, precarizar –, dois aviões dessa empresa foram carregados ao mesmo tempo, sendo que com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

configurações diferenciadas. E aí entra a segurança de voo, e é para isto que a gente quer que o Senado, Senador, fique atento: o perigo que os passageiros correm quando as empresas aéreas terceirizam e não fiscalizam, corre-se o risco de o avião cair sim.

Eu vou contar só um fato, algo que é muito importante ser relembrado aqui: essa empresa terceirizada para a TAP, empresa portuguesa que voa para todo o Brasil... Eles foram carregar as aeronaves com configurações diferentes, e cada avião tem que ter, no mínimo, cinco trabalhadores para poder fazer todo o trabalho. Aconteceu que os cinco carregaram duas aeronaves – seriam dez –, carregaram cinco ao mesmo tempo. O que que aconteceu? Na configuração, houve compartimento que foi carregado indevidamente.

O comandante levantou voo, foi embora, e, quando estava perto de pousar em Lisboa, quase que o avião caiu. Se não fosse a perícia... Depois, quando o avião desceu, que foram fiscalizar para ver o que o que tinha acontecido, viram que o compartimento de carga tinha sido carregado equivocadamente. Na verdade, aquele compartimento era de outra aeronave com configuração diferenciada. Aí, a empresa, para dar satisfação à TAP do que aconteceu, demitiu todos os trabalhadores por justa causa. Aí o sindicato teve que entrar em ação para provar que aqueles trabalhadores foram induzidos a erro por excesso de jornada e por estarem fazendo o trabalho de dois ao mesmo tempo. Nós revertemos a justa causa, mas não revertemos a demissão. Por quê? Porque a empresa precisava dar uma satisfação: "Não, o erro foi do trabalhador, não foi meu". Em vez de botar dez, botou cinco. Essa é uma pequena demonstração do que acontece no dia a dia.

No mês passado, eu enviei uma correspondência para o Procurador-Chefe do Ministério Público Federal denunciando a Infraero para que eles tomem uma providência. Como é uma empresa pública, só o Ministério Público Federal pode, em nosso entendimento, atuar mais severamente para investigar o que está acontecendo.

Acontece outra coisa muito grave, semelhante ao que está acontecendo aqui: a empresa não está cumprindo o contrato, não está pagando os direitos aos trabalhadores, o sindicato denuncia, vai em cima da Infraero, vai em cima da empresa, e a empresa diz "Olha, eu repactuei, estou com cinco anos de repactuação atrasada." Daí, o sindicato: "Nós não temos nada com isso. O trabalhador não pode pagar por isso. Você tem que repactuar, você assinou um acordo, e queremos que pague os trabalhadores." "Mas eu não posso pagar porque eu tenho R$5 milhões"... A última empresa que sumiu, a AeroExpress, também mudou de nome, mas donos são os mesmos.

Eu fui a uma reunião – por acaso, fui eu. "Tenho R$5 milhões para repactuar, eu não recebi desde 2011. O que é que eu faço? Estou usando..." O risco é do empresário, o risco não é do trabalhador. Portanto, eu não quero saber o que o dono da empresa... Que venda os seus bens e pague os trabalhadores. Não demorou 30 dias e a empresa fechou. Aí, o jurídico – o nosso advogado está aqui, o nosso assessor jurídico –, que está desesperado – toda a equipe dele viajando o Brasil inteiro porque o sindicato é nacional –, busca judicialmente o bloqueio de fatura para pagar os trabalhadores.

Diga-se de passagem: não é pagar rescisão, é para pagar... Porque o dinheiro que a gente consegue bloquear não dá para pagar a rescisão, dá para pagar o salário, o vale-refeição, o vale-transporte – o trabalhador tirou do bolso e foi trabalhar e ficou sem receber.

A omissão da Infraero é uma coisa absurda. É muito parecido com o que nós vemos aqui: querem dificultar, dizer que tem isso, que há aqueles obstáculos. Na verdade, a gente sabe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita um minutinho só para dizer que é um absurdo: sabendo que os caras são gatos, tu pagas a rescisão do contrato adiantado para o cara! Onde é que nós estamos? Existe isso?

A SRª SELMA BALBINO – E nós, além de termos que fazer a nossa luta diária, temos que nos contrapor muitas vezes e exercer o papel que é da Infraero.

Olhem só, a empresa não está fazendo isto: "Segura a fatura, não paga. Olha, nós vamos entrar com o bloqueio." Muitos superintendentes da Infraero têm bom diálogo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sindicato, e a gente consegue tirar da Infraero quanto é a fatura da empresa, pedir o bloqueio mesmo antes de chegar a liminar, tudo isso para proteger esses trabalhadores. Mas a Infraero, que é o nosso exemplo público de empresa, Senador... Há um monte de Infraeros dentro da Infraero. Então, você consegue, em dois aeroportos, segurar a fatura; em outros dez, você não consegue porque o superintendente tem entendimento diferente, não paga o trabalhador. Existe cláusula de responsabilidade da empresa, que é multada por não cumprir. Eles preferem multar e ficar com o dinheiro a disponibilizar o dinheiro para pagar o trabalhador que foi lesado pela empresa. É muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só um comentário. Eu estou muito indignado mesmo e, por isso, vou fazer um comentário aproveitando a sua fala.

Eu não estou acusando ninguém, mas, para mim, há alguma maracutaia no meio disto: mesmo sabendo que os caras não vão pagar o trabalhador, tu adiantas o dinheiro para a outra parte. Ninguém é bobo, ninguém chega onde esses... Pego alguns fatos que a senhora relatou e o que eu ouvi hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém faz isso. É como você contratar alguém para fazer uma casa para você ou para o seu filho e pagar adiantado. Nunca! Nunca vai ter a casa.

A SRª SELMA BALBINO – E aí, vindo para as empresas aéreas privadas, há uma grande questão, uma questão que está colocada. As empresas aéreas simplesmente desistiram de vir a esta Casa tentar conscientizar o Legislativo de que o setor aéreo compete com alguma desvantagem em relação às empresas internacionais aqui. Por quê? A aviação, que representa, dizem eles, uma média de 30% a 32% do custo das empresas, não tem subsídio do Governo aqui no Brasil, mas lá fora tem. E em vez de eles virem para dentro do Executivo e do Legislativo tentar mostrar que a competitividade com as internacionais é desigual, que os acordos bilaterais feitos com as empresas aéreas de países lá de fora significam desvantagens para as empresas aéreas... Eles têm subsídio e vendem a passagem relativamente mais barata aqui para ganhar o mercado e destruir as empresas nacionais, mas nem assim se conseguiu sensibilizar o Executivo, o Legislativo etc.

E onde é que eles procuram fazer o corte de custos? Em cima dos trabalhadores. E têm feito. A terceirização – eu escrevi no documento que está na mão dos senhores – representa 21 anos de turbulência permanente. É mesmo, são 21 anos de turbulência permanente que os nossos trabalhadores enfrentam.

Vou tocar em outro assunto que é extremamente delicado para nós, algo que tem sido alvo de uma luta desigual. Além da precarização de EPIs, o excesso de jornada tem trazido doenças profissionais para os nossos trabalhadores terceirizados, tem deixado uma parcela significativa de trabalhadores completamente incapacitados. Nós temos hoje na aviação uma epidemia de hérnia de disco. Gente, é um absurdo! Você pega aqueles trabalhadores que trabalham na carga e descarga de aeronaves... Eles dependem também de as concessionárias ou a Infraero terem os seus equipamentos funcionando em dia, corretamente, mas isso não acontece. Então, a gente tem um segundo o inimigo, que são as operadoras de aeroportos – hoje concessionárias em alguns aeroportos, e a própria Infraero.

Quando vocês embarcarem, passem a observar mesmo os não terceirizados. Os aeroviários que trabalham no *check-in...* Muitas vezes, é preciso estar presente um profissional chamado balanceiro, que é quem cuida da sua bagagem para que o agente de *check-in* lhe dê toda atenção, lhe dê o seu cartão de embarque. Além disso, as empresas aéreas estão fazendo o seguinte: estão tirando esse profissional balanceiro e botando o agente de *check-in* para fazer absolutamente tudo – à exceção das internacionais em que tudo é terceirizado; aquela mocinha e o rapaz bonitinho, todo arrumado, da TAP, que vocês vêm lá são terceirizados, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

são da TAP. Na American, não é American; na United, não é United. Esse pessoal está sendo duplamente sacrificado porque as empresas terceirizam e botam o trabalhador de *check-in* terceirizado para fazer a dupla função.

É muito comum a gente encontrar trabalhador trabalhando com tala porque faz esforço repetitivo, o que já é um problema, porque os 15 minutos que a convenção coletiva manda não são cumpridos. Há companheiras que têm infecção urinária repetidamente porque não conseguem ir ao banheiro nos 15 minutos que em tese têm para cada hora trabalhada – na terceirizada isso piora. Então, doenças profissionais que já existiam em proporções controladas hoje estão completamente descontroladas. É uma verdadeira exploração, absurda! E as empresas, quando somem e deixam os trabalhadores a verem aviões... O sindicato consegue bloquear a fatura, mas esse trabalhador sai perdendo porque ele não recebe 100% da indenização dele. Além disso, ele fica traumatizado, porque sai de uma empresa, entra em outra e acontece a mesma coisa.

Houve um ano em que nós tivemos, na Infraero do Galeão e de Brasília se eu não me engano, três empresas entrando e saindo para fazer a mesma coisa, prestando o serviço para a Infraero. Aí, esse trabalhador e aqueles que ficaram doentes lá atrás não são absorvidos. Nada de diferente, só muda o endereço, só muda o nome da empresa, só muda o CNPJ, as coisas continuam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SELMA BALBINO – Quero terminar dizendo que não sei o que acontece nos outros setores, mas acredito que aconteça o mesmo. Na aviação, nós tivemos a terceirização com algumas novidades, novidades que nós, sindicalistas, não esperávamos: organização do patronato para criar federações e sindicatos paralelos com pessoas indicadas por ele, geralmente chefias. Chegou-se ao cúmulo, em São Paulo, quando se criou o sindicato patronal de terceira, de o presidente do sindicato patronal de terceira... Logo em seguida surge um sindicato – porque eles não reconhecem os terceiros como aeroviários –, cria-se um sindicato, e aí a surpresa: o presidente do sindicato do trabalhador era filho do presidente do sindicato patronal! Gente, que absurdo! Nós vivenciamos isso no dia a dia da aviação, uma aviação que é setor de ponta.

É diferente de você bater com um trator num carro e ir para lanternagem resolver. Um avião, além de ser muito caro, precisa ficar no chão pelo menos uns 15 dias. Aí os empresários... Eu os chamo de burros, mas, ao mesmo tempo, digo que não, porque eles perdem numa ponta e ganham na outra e equilibram as coisas. A verdadeira terceirização na aviação veio para tirar direito dos trabalhadores e fazer economia para o capital empresarial da aviação. Isso aconteceu porque não tiveram capacidade de discutir no campo institucional com o governo para conseguir o que as outras empresas internacionais nos seus países têm, que é subsídio para algumas coisas que a aviação precisaria ter.

Olhem, vou dizer para os senhores... Esses sindicatos, sindicatos que estão aqui presentes, em alguns momentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SELMA BALBINO – ...foram capazes de sentar com as empresas e dizer: "Nós vamos ser aliados conjunturais para que vocês consigam esse subsídio e parem de tirar do trabalhador." Nem isso adiantou! É lamentável.

Nós precisamos – para terminar – acabar com a terceirização na aviação, porque ela compromete efetivamente a segurança de voo nas empresas aéreas nacionais e internacionais aqui no nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Muito bem, essa foi Selma Balbino, Diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Aeroviários, que deixou muito clara aqui a forma truculenta como acontece a terceirização no sistema aéreo.

Vou explicar a campainha, pessoal. A campainha toca após 10 minutos e dá mais cinco. Depois dos cinco, ela toca de um em um minuto, é automático. Em nenhum momento quis obstruir a tua bela fala. Como eu ainda te interrompi duas vezes, ficaste no tempo. Parabéns pela fala.

Rodrigo Maciel, Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil (Fentac).

O SR. RODRIGO MACIEL – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa e o Senador.

Vou tentar, com a minha fala, completar um pouquinho só a mais, porque há muita coisa a ser dita ainda.

A gente passaria bastante tempo aqui para tentar clarear para toda sociedade brasileira o motivo da contrariedade à terceirização nesse setor. Bom, amigos, vou fazer uma fala bem objetiva.

Esta semana... Não posso deixar de registrar a denúncia que fiz numa sessão pública promovida pela Anac. Aliás, desde o dia 30 agosto, houve duas sessões aqui em Brasília, cada dia com alguns temas para serem discutidos dentro da Agência Nacional. Estamos falando aqui de vários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rodrigo, deixe-me interrompê-lo, é só um minuto.

Está aqui conosco a Senadora Regina Sousa, uma lutadora sempre presente. Eu queria uma grande salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Ela fala no momento que entender mais adequado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já que V. Exª interrompeu o Rodrigo, aproveito para dizer que sempre priorizo a CDH, mas hoje tive que ir para a Comissão de Orçamento e para a Comissão de Assuntos Econômicos. Havia votações importantes, relatórios que eu tinha que apresentar. Por isso, não estou desde o começo, mas fiz um esforço para chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª, com certeza, me representou em todos esses espaços muito bem. Obrigado, Senadora.

Rodrigo.

O SR. RODRIGO MACIEL – Obrigado.

Eu queria iniciar a minha fala tratando da Agência Nacional de Aviação Civil, desses encontros. Por quê? Nós, do setor aéreo, com as falas que me antecederam, deixamos bem clara a complexidade dessa atividade, a complexidade desses trabalhadores. Não cabe, na aviação, o subemprego. Visto isso, vocês podem observar a necessidade de termos regulamentos específicos para o funcionamento da aviação civil.

Esses dias eu estava em uma dessas audiências que ocorreram para a criação da agenda regulatória da aviação civil, agenda 2017/2018. Eu pedi na minha fala para fazer o registro, uma denúncia pública, de que não adianta a Anac querer criar agenda regulatória ou fazer qualquer outro tipo de debate sobre o regulamento atual se ela é ineficiente para fazer a fiscalização das regras da aviação civil.

Eu trago isso aqui por quê? Todas as vezes que nós, trabalhadores, tentamos discutir... Os regulamentos existentes estão relacionados à nossa segurança e à segurança da sociedade, dos usuários de transporte aéreo, e não dá para se falar em regulação sem falar em trabalhador. Quando a gente coloca esse tema em discussão com a Anac – parece um ctrl c/ctrl v, um copia e cola –, ela sempre se posiciona dizendo que não discute questões trabalhistas.

Eu não sou ignorante, e acredito que nenhum companheiro meu seja ignorante, no que diz respeito ao fórum adequado para discutir questões trabalhistas. Só que a gente quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

discutir o regulamento da Anac, que está atingindo a segurança do trabalhador, a segurança de todo o processo, de toda a cadeia da aviação civil, de todos esses processos. A gente tem tido dificuldade para fazer isso. Eu fiz essa denúncia recentemente. Inclusive, não gostaram de eu ter feito essa interferência, entenderam que ali não era o lugar. Se não fizermos uma discussão sobre o cumprimento de normas e regulação do setor dentro de uma sessão pública, onde faremos isso? Fiz essa pergunta aos presentes lá.

Digo isso para os senhores porque acredito que terceirização... Os discursos das pessoas que apoiam a terceirização... Eles estão querendo é criar o subemprego. Ficou relatado que é a amostra mais viva do subemprego. Não vai gerar emprego. Terceirização vai gerar o subemprego...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai gerar desemprego e criar o subemprego.

O SR. RODRIGO MACIEL – E aqueles que ainda tiverem emprego estarão dentro do subemprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

O SR. RODRIGO MACIEL – Inclusive, Senador, eu queria deixar aqui um convite. Eu sou cientista do trabalho, formado pela primeira turma do Dieese. A minha defesa de tese se tornou um livro, já está na gráfica, vai ser lançado, falta somente a confirmação de data, mas, provavelmente, no final de outubro ou novembro. Faço questão da presença de V. Exª. O livro que escrevi, baseado nessa tese, se chama *Quem Serão os Aeroviários?*. É uma provocação que eu faço ao debate, chamo para o debate, pela invisibilidade dessa categoria aeroviária para toda a sociedade. Muitos de nós usuários não sabemos a importância, o papel desses trabalhadores dentro do processo.

Algumas pessoas nos confundem às vezes com os aeronautas, que são os trabalhadores de voo, e nós não somos. Para que um voo seja feito, o aeronauta não existiria se não existisse o aeroviário. Há uma sequência de atividades necessárias para que um voo decole. O comandante do voo faz o voo, não prepara o voo.

A Selma foi muito feliz em falar aqui sobre peso e balanceamento. A minha formação técnica dentro da aviação sempre foi de fazer a parte de meteorologia, análise meteorológica e navegação aérea, e eu diria para vocês que trabalhador sem treinamento... Porque a terceirização em outros países, que eu já pesquisei, é uma especialização e uma qualificação da mão de obra. Quando se precisa de uma determinada qualidade, você acrescenta o profissional. Aqui o regime é outro. É o regime de redução de custo e precarização.

Então, eu falo isso com propriedade, porque no setor em que eu trabalho, a aviação, se eu colocar um zero a mais na hora de inserir a quantidade de peso distribuído nos porões das aeronaves, se forem 100 quilos e eu colocar um zero a mais, é uma tonelada. Aquele avião cai. Então, a fadiga, a exploração, o despreparo, a falta de treinamento, a condição mínima de jornada diária, tudo isso leva a perder toda a concentração e colocar não só a vida daquele trabalhador em comprometimento, mas o erro no planejamento pode colocar a vida de 184 a 220 pessoas em risco.

Então, eu acho que a terceirização não cabe no regime econômico que vivemos aqui no País. O Brasil não tem cultura adequada para tratar com um tipo de regime desse. Ainda mais em ramos e setores que têm essa complexidade.

Eu queria deixar registrado aqui que, diante disso, em nome de todos os trabalhadores aeroviários deste País, pela Federação, pelos sindicatos de que faço parte, que nós não permitiremos, Senador, retrocesso no mundo do trabalho. Haverá muita luta. Nós vamos resistir contra qualquer interferência dos empresários no mercado de trabalho. Vamos permanecer, como sempre permanecemos, com a bandeira para garantir nossos direitos sociais e econômicos. Sem essa condição, entendemos que não haverá desenvolvimento para o nosso País.

Para encerrar a minha fala ao Senado, a esta Casa, eu apelo no sentido de que intervenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para garantir o desenvolvimento da Nação. O trabalho é o que forma uma sociedade, o trabalho é transformador. Sem trabalho nada existe. Então, não cabe trabalho precário e subemprego em um país com esta dimensão e com a condição que temos de executar a nossa força de trabalho.

Então, eu queria deixar registrado isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rodrigo Maciel, Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil. Espero que o lançamento seja em novembro, porque setembro e outubro estão uma loucura.

O SR. RODRIGO MACIEL – Inclusive, Senador, foi justamente por causa deste período. Era para sair no final de setembro, mas sabemos como está a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estarei lá com você.

Osvaldo Rodrigues, do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, gaúcho dos quatro costados dos Pampas, parceiro de muitas e muitas lutas. É um orgulho estar aqui ao teu lado. Lembramos aqui do Aerus, por exemplo, uma batalha que deu certo, graças a Deus.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Muitas noites dormidas no Salão Verde, muitas caminhadas na Granja, na porta da Varig também, em campanhas em nossa cidade.

Mas vamos ao nosso tema, vamos deixar o nosso gauchismo de lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o Aerus foi nacional, foi um bom combate.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Foi, e até hoje as pessoas são gratas, muito gratas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que eu faço parte de um grupo do Aerus. Nós dois fizemos parte. Não vamos esquecer nunca aquela... Passamos aqui com eles noites e noites.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Sim, sim. Ficou uma turma muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostava quando eles cantavam, no meio da noite, Amigos para Sempre.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Foi cansativo, mas nos divertimos muito também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bom.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Tem que se divertir, porque senão não dá para sustentar aquele período. E a peleia com a Segurança da Casa também foi grande.

Nós estivemos conversando, no Rio Grande do Sul, sobre o que vem acontecendo na aviação – fomos levar algumas informações – e sobre a possibilidade de criarmos uma frente parlamentar em defesa da aviação segura.

Ainda durante o período em que passamos pela Federação, discutimos isso, e encaminharemos para o Senador.

Eu já estive até pensando, Nilton – conversei também com o Nilton a esse respeito –, em como encaminhar esse negócio. Eu acho que temos que ir mais além. Temos um setor, o setor aéreo no Brasil, em que, lamentavelmente, Senador – só um parêntese aqui –, as pessoas não têm a capacidade de dimensionar o que este País está perdendo e o que temos jogado fora em vários sentidos.

Eu vou citar o exemplo da aviação, porque a aviação movimenta mais ou menos os recursos que movimentam a indústria automobilística. Não tenho essa informação mais próxima agora, mas, há algum tempo, era mais ou menos isso que fomentava. A geração de empregos, a qualidade dos serviços prestados na aviação no Brasil, há muito tempo temos trabalhadores na aviação do mundo inteiro, como técnicos, comissários, pilotos e mecânicos de manutenção, dos Estados Unidos, do Oriente Médio e de várias partes do mundo. Hoje, estão querendo acabar com o setor no Brasil. Querem abrir os céus do Brasil para empresas internacionais, ou voo de cabotagem ou para as empresas voarem aqui, ou o capital 100% para investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nas empresas nacionais. Isso falando de céus abertos e de capital de empresas internacionais.

Quando vamos para o aeroporto, começamos a entrar na questão da qualidade do serviço de manutenção e na segurança de voo, o que nos deixa extremamente preocupados. Durante muito tempo, evitamos falar no aeroporto sobre segurança de voo, mas agora veio o último ataque das empresas, que querem tirar o mecânico de manutenção de aeronave de pista, aquele faz o *checklist* junto com o piloto, que é o mecânico especializado, que demora cinco anos para se formar e fazer a manutenção preventiva da aeronave antes de o avião decolar. Quando o voo chega do Rio de Janeiro aqui, o piloto tem o histórico dessa aeronave. São 60 itens para serem checados antes de o avião decolar.

E como as empresas trabalham com um quadro enxuto, com poucos trabalhadores, muitas vezes isso tem de ser feito correndo, porque esse mecânico tem de sair daqui para checar outro avião que atrasou ali. E eles ainda querem tirar, querem colocar um profissional menos qualificado, com menos conhecimento, para dar uma volta na aeronave, ver se está pintado ou com o pneu cheio. Então, quando se chegou ao limite de eles quererem tirar o mecânico de manutenção de aeronaves, nós até usamos como mote deste ano da nossa campanha salarial a aviação segura, a insegurança de voo, porque começa na segurança do passageiro, quando ele chega ao aeroporto. Aliás, ele já tem segurança quando chega em torno do aeroporto, por causa de assalto, por questões do dia a dia da cidade.

Mas o agente de proteção da aviação civil, que a maioria dos passageiros que utilizam os aeroportos acha que são funcionários da Infraero ou da Polícia Federal, ganham R$1,3 mil, R$1,4 mil, R$1,5 mil por mês. Eles são terceirizados. As empresas somem do mercado, desaparecem e deixam um rastro trabalhista, como já foi dito aqui. Só que é uma máfia, tem de ser dito aqui, porque dez empresas passam, pressionam os trabalhadores para que eles possam ser recontratados, dizem: "Fica quietinho, senão não entra aqui, só na próxima empresa". Além de não tirar férias, porque eles trocam, como foi dito aqui.

O interessante é que as outras dez empresas que passaram têm a mesma gerente, em Porto Alegre. Não sei se nos outros Estados, teria de perguntar para os companheiros. É a mesma gerente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me um detalhe: a maioria não paga Previdência, não é? Eles fazem micro, pequena... Um meio para não pagar Previdência.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Exatamente.

Então, essas pessoas estão trabalhando sem salários e cuidando da segurança dos voos, como a Selma falava aqui, vendo se não entra arma na bagagem de mão, se não entra algum líquido que, com pressurização, pode causar uma explosão na aeronave.

E aí nós passamos para a pista, eu quero chegar ao mecânico. Com relação às empresas terceirizadas que fazem o transporte de bagagem – foi dito aqui, não adianta eu falar de novo –, é extremamente importante esse serviço de distribuição do peso nos porões da aeronave. Que tipo de treinamento as empresas dão para esses trabalhadores? Dão conhecimento geral de aviação, para saber como funciona a aeronave, o que pode causar um dano aqui, outro ali?

Quando eu entrei na aviação, na parte burocrática, dentro das oficinas, mas na parte burocrática, nós tivemos conhecimentos gerais de aviação. É claro, eu estava dentro de uma empresa aérea. Depois eu fiz outros cursos dentro da empresa, mas tive conhecimentos gerais de aviação para saber como era o avião, porque o avião voava, etc.. Hoje, que tipo de formação nós temos? Segundo o Instituto de Radiologia do Rio Grande do Sul, o treinamento para um Apac, Selminha, tem de ser de 800 horas O treinamento deles é de 80 horas, feito pelas empresas, e eles são cobrados, inclusive. Eles montam um banco para fazer a rotatividade, para tê-los na mão. As próprias empresas dão o curso. Quer dizer, o Instituto de Radiologia diz que tem de ser 800 horas para preparar o indivíduo para fazer aquelas tarefas, mas as empresas treinam esses trabalhadores, cobram e dão 80 horas.

Estamos falando aqui da precarização do setor, com a terceirização, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

porque o acidente aéreo não se dá por um motivo só. Então, a partir do momento em que estamos cuidando de ter a qualificação das pessoas que estão trabalhando, não terceirizadas, no embarque, na hora em que se chega ao aeroporto, já estamos evitando a possibilidade de um acidente com o avião. Se estamos cuidando para que, realmente, seja prestado um serviço qualificado na hora em que alguém está carregando a bagagem para a aeronave, não trabalhando por 14, 15 horas, ou 3 horas, com um intervalo, depois mais 3 horas e mais 3 horas, quando estamos brigando para manter o mecânico de manutenção de aeronaves, que as empresas querem tirar, quando falamos – um pouco fora do nosso setor – dos aeronautas, que já retiraram o comissário de bordo, porque o agente de segurança não é apenas uma pessoa para servir água ou lanche, é um agente de segurança no momento de um acidente menos grave, digamos, em que tem de evacuar rapidamente a aeronave, essas pessoas são treinadas para isso, elas têm treinamento de sobrevivência na selva, se for necessário, se houver um pouso forçado na selva. São pessoas preparadas. As empresas já conseguiram tirar um desses comissários. Daqui a pouco eles vão tirar mais. Agora querem tirar o mecânico de manutenção de pista, que faz *checklist* com o piloto. Daqui a pouco, nem eu que trabalho na aviação desde 1976 vou querer andar de avião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o piloto vai fazer o *checklist*?

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Só o piloto. Eles vão sobrecarregar o piloto, que já tem fadiga. Eles querem dar mais essa tarefa aos pilotos, descer da aeronave...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSVALDO RODRIGUES – É, excesso de jornada, sobrecarga. É extremamente estressante, é muita coisa. Os próprios pilotos estão defendendo a permanência dos mecânicos, mas eles estão tirando. Já tiraram o comissário e querem tirar o mecânico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSVALDO RODRIGUES – E nós temos um problema sério, citado pelo companheiro Maciel, que é a nossa Agência Nacional de Aviação Civil.

Qual seria a real função da Agência Nacional de Aviação Civil? Foi citado pelo companheiro da Anamatra que perdemos um colega em um acidente. Foi atropelado por uma aeronave, uma fatalidade, porque o avião estava bem devagar. Mas a Anac não fiscaliza as pistas dos aeroportos. Havia trabalhadores sem colete com as tiras luminosas. Havia um trator agrícola fazendo esse serviço, e a Iata diz que tem de ser um equipamento específico para fazer a manobra da aeronave nas pistas. Eles estavam fazendo uma manobra com tempestade, com chuva, com raios. Casualmente, ontem, felizmente não aconteceu nada, caiu um raio num hangar em Porto Alegre. O avião estava fora da pista. O raio atingiu quatro pessoas. Felizmente, não foi mais grave, mas, falando em raio... Um fiscal do Ministério do Trabalho foi lá e autuou, notificou a TAM e a Infraero. Não pode ter mais atividades com raios abaixo de 3 mil metros, não pode usar o trator, não pode... Quer dizer, isso era para a Anac fazer. A Anac nunca visitou um hangar de manutenção no Rio Grande do Sul para ver se o mecânico que está fazendo a revisão da aeronave está, realmente, credenciado para isso.

O SR. RODRIGO MACIEL – Ela fala que é questão trabalhista.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – É, ela fala que é questão trabalhista.

Aliás, com relação à terceirização, eu fui fazer uma denúncia para a Anac e descobri que o pessoal da Anac é terceirizado. Quer dizer, você vai fazer uma denúncia sobre o aeroporto, sobre a aviação, e as pessoas não sabem nada sobre isso. É ridículo! Eu fiz uma denúncia da Anac para a própria Anac. Perguntei por que eles não atuavam.

Inclusive, na paralisação de duas horas que os APACs fizeram em Porto Alegre, Selminha, colocaram pessoas que não tinham capacidade de fazer esse trabalho, como policiais federais e funcionários das empresas. Sabe quando vão começar a prestar atenção a isso? Dizem que avião é um transporte seguro, e é mesmo, se for levado ao pé da letra o transporte aéreo, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

seriedade que tem que ser levado com relação ao serviço. É um transporte seguro. Morre mais gente andando de bicicleta do que de avião, dentro da normalidade. Agora, quando é que vão prestar atenção? Talvez quando começar a ocorrer acidente, a morrer um familiar de alguém, que esteja transitando. Determinam as leis, alteram as regras, inclusive internacionais, para favorecer os *lobbies* que acontecem aqui em Brasília. Quando morrer alguém tão importante, pode ser que comecem a prestar atenção, porque, enquanto houver pessoas sobrecarregadas, terceirizadas, sendo exploradas, ninguém vai prestar atenção. Agora, quando começar a apertar na vida, na saúde de quem realmente toma as decisões, pode ser que se tome alguma decisão decente, porque estão jogando no lixo um setor extremamente importante para a economia brasileira.

Há muito tempo nós trazemos recursos para o Brasil fazendo revisões em aeronaves internacionais no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Um setor que está sendo dilapido com a terceirização, com a precarização, extremamente importante, foi dito aqui pelo Carlos Silva, se não me engano, para a economia nacional, para o desenvolvimento regional do Brasil. O nosso País tem dimensões continentais. Nós estamos entregando os aeroportos agora. Nós tínhamos um setor que se sustentava: o de aeroportos. Agora, doze aeroportos filé mignon, que sustentavam os outros todos, em torno de sessenta e poucos aeroportos, vão ser terceirizados. Agora vai ter de sair dinheiro público para tocar os outros cinquenta e poucos. Seis já foram privatizados, até agora. Os que ficarem para depois, quarenta e oito, cinquenta,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSVALDO RODRIGUES – ... vai ter de sair dinheiro dos cofres públicos para pagar. E mesmo com a privatização dos aeroportos, Selminha, a Infraero está desembolsando dinheiro, o que não fazia antes. Com a terceirização, com o percentual de ações que a Infraero ficou dos aeroportos, não tem... Quer dizer, nós estamos dilapidando um setor extremamente importante, que traz divisas para o Brasil, que gera muito emprego na cadeia do turismo também, empregos indiretos na aviação, e as pessoas têm de ter consciência de uma coisa – só para encerrar –, que a aviação não transporta só sapatos, transporta vidas.

Aqui fica um alerta para a sociedade brasileira, a partir desta Comissão coordenada pelo Senador Paim: estamos prevendo um futuro muito difícil para a aviação no Brasil porque estão dilapidando e precarizando a cada dia. E se nós, que fizemos parte das entidades organizadas, dos sindicatos, das federações, das confederações, se nós, que trabalhamos na aviação, não estivéssemos sempre vigilantes em relação à segurança de voo, ela estaria numa situação muito pior hoje, muito pior, mas, felizmente, temos responsabilidade, e a qualidade do serviço da aviação no Brasil sempre foi reconhecida mundialmente.

Só para encerrar, finalmente, para os companheiros que estão trabalhando também, 89% dos turistas internacionais que estiveram na Copa do Mundo aprovaram o setor aéreo no Brasil, porque o que se mais se falava antes da Copa é que seria um caos, e tudo funcionou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Então, todos nós que somos da aviação, estamos de parabéns.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Osvaldo Rodrigues, do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, que deu um relato com muito brilho.

José Pedro dos Reis, Procurador do Trabalho da 10ª Região, Ministério Público do Trabalho.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Exmo Senador Paulo Paim, cujo outro nome é coerência e luta, Senadora, senhoras e senhores presentes aqui, aeroviários, o Ministério Público do Trabalho sempre está presente nas audiências públicas promovidas pelo Senador Paulo Paim porque nós temos o mesmo objetivo, a mesma diretriz, que é a defesa do Estado democrático de direito e dos direitos indisponíveis dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nós estamos vivendo um momento muito difícil, vários projetos de reformas trabalhistas, que denomino mais de projetos de destruição de direitos, porque em reformas não se faz destruição nenhuma, demolição nenhuma. Na verdade, os tijolos do Estado democrático de direito, que foram colocados com o suor e o sangue dos trabalhadores, estão prestes a serem jogados ao chão. Essas reformas, entre elas a da terceirização sem limites e do negociado sobre o legislado, certamente aumentarão a concentração de renda na mão de poucos, a desigualdade social e a exclusão. Em razão disso, a própria ONU e o FMI têm declarado que a destruição de direitos sociais não faz um país crescer de forma alguma, mas, sim, aumenta a desigualdade. Eu penso que nós não podemos deixar que a nossa Bandeira mude o lema de Ordem e Progresso para Desordem e Retrocesso, que é o que está acontecendo no momento.

Pelo projeto atualmente em trâmite aqui no Senado, o Projeto nº 30, de 2015, pretende-se afastar todos os direitos dos trabalhadores. De fato, além de precarizante terceirização da atividade-fim das empresas, o que de *per si* já seria um golpe nos trabalhadores, por submetê-los a empresas subcontratadas, manifestamente elas mesmas precárias, sem lastro econômico, e por isso precarizantes, pretende-se legalizar o que atualmente são consideradas situações de fraude nas relações de trabalho.

Ultimamente muito se tem falado em reforma trabalhista sem se esclarecer realmente o que se pretende. Comenta-se de atualizar a CLT, liberar a terceirização e estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado. Imaginemos uma empresa grande, uma montadora de veículos, Senador, que hoje teria 3 mil trabalhadores, por exemplo, e colocasse ali 30 empresas terceirizadas, uma para cada parte da sua atividade. Hoje ela teria a obrigação de contratar 150 portadores de deficiência. As empresas, individualmente, tendo menos de 100 trabalhadores, não terão obrigação de contratar ninguém; ou seja, uma conquista da cota social para as pessoas com deficiência deixaria de existir com a terceirização, além de mais essa fragmentação de trabalhadores em várias e diversas empresas dentro da empresa tomadora, fará com que os sindicatos se enfraqueçam porque cada uma delas terá um sindicato representativo. E ela não terá condições de negociar com a empresa tomadora de serviço porque é uma empresa pequena que poderá ser substituída a qualquer momento e aqueles trabalhadores serem demitidos.

Então, o negociado com ela, sobre o legislado, será o quê? Que força o sindicato vai ter para negociar? São sindicatos fragmentados. Hoje, nós temos grandes sindicatos que defendem o direito dos trabalhadores, entre eles o Sindicato Nacional dos Aeroviários, que buscam realmente o interesse do trabalhador, mas temos muitos outros sindicatos, infelizmente, que é uma vergonha até serem chamados de sindicatos.

A liberação geral da terceirização. Na prática, a empresa poderá não ter empregado nenhum, contratando todos por meio de uma empresa de fachada, intermediária dos trabalhadores, uma atravessadora qualquer. Esse ponto é importante para o projeto das elites, pois, por lei, o trabalhador segue o sindicato da empresa que assina sua carteira e não aquela para a qual efetivamente trabalha. Uma sacada genial para poderem negociar com sindicato que não tem relação nenhum com a empresa e impedir o fortalecimento da categoria, de acordo com o ilustre Procurador do Trabalho Rodrigo Carelli.

Toda essa realidade não é diferente no setor aeroviário. As terceirizações, sem nenhum critério nesse setor tão relevante, colocam em alto risco todas as pessoas envolvidas: passageiros, trabalhadores, os servidores públicos ali presentes entre outros.

Grande parte provocada, como o Sr. Osvaldo disse, pela falta de treinamento dos terceirizados, pela falta de um meio ambiente de trabalho seguro e pelo abandono desses trabalhadores pelas empresas, tanto as tomadoras quanto as prestadoras de serviço.

Lembro-me de algo semelhante nas operações de trabalho rural, quando nós identificamos trabalho escravo, em que há subcontratação dos chamados empreiteiros ou gatos, em que se chega para o fazendeiro e diz: "Encontramos trabalhadores escravos na sua fazenda". "Não são meus não, é dele, é do empreiteiro, é do gato! Eu não contratei ninguém. Os meus estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui. Os meus dois vaqueiros aqui estão com equipamentos, segurança, tudo, têm casa. O problema é dele, eu contratei para fazer a cerca, para arrancar a raiz do chão, para desmatar. Esses trabalhadores não são meus." Essa visão é a mesma das empresas do setor aéreo e de qualquer outra empresa.

Eu estava atuando da região do Rio de Janeiro, em Cabo Frio e Macaé, e lá, todos os dias, as empresas terceirizadas estão demitindo trabalhadores em razão da crise. E nós temos que bloquear, pedir bloqueio, o Ministério Público do Trabalho pedir bloqueio de valores da Petrobras. A Petrobras já pagou e tem que pagar de novo. O Estado, o povo está pagando de novo a conta. E simplesmente nesses contratos, Excelência, de terceirizações nos serviços públicos, os contratos lícitos que eu estou dizendo, como estavam sendo discutidos hoje aqui, duas medidas seriam suficientes num projeto de lei, que eu até sugiro ao senhor, para inibir um pouco isso. É que nos contratos conste também os sócios da empresa, porque as empresas somem e não se sabe nem quem é dono. Os trabalhadores ficam procurando, os advogados ficam procurando quem é dono dessa empresa. Que eles também assumam a responsabilidade. E, segundo ponto, esse pagamento das verbas rescisórias são em todos os contratos, Senador Paulo Paim. Desde o primeiro mês já se começa a pagar verba rescisória. Se o contrato é de dois anos, divido em vinte parcelas e vou pagando mês a mês. Chega no último mês, a empresa foge com aquele dinheiro.

Então, é simplesmente o seguinte: que as verbas rescisórias só sejam pagas na rescisão depois que a empresa mostrou que pagou os trabalhadores.

E, nos últimos três meses do contrato, retém todo o valor, senão o povo vai continuar a pagar duas vezes a mesma conta, como acontece nos tribunais. Atuei em vários tribunais no Brasil todo, em todos eles nós temos a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, e normalmente, a empresa sumiu, quem paga é a União, o Estado e o Município.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como o senhor falou, paga duas vezes.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Paga duas vezes, o Estado está pagando duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que o Senado vai ter que fazer.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Então hoje, por exemplo, por que eu pedi a intermediação pelo Ministério Público? Porque os diretores do Senado, embora de boa-fé, já liberaram o valor, não há mais orçamento para isso.

A mesma coisa os trabalhadores querem. Então, o Ministério Público tem instrumentos legais para obrigar a empresa, para bloquear bens imediatamente da empresa e buscar o direito dos trabalhadores, como nós temos feito em vários outros momentos, com outras empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudá-lo, já recebi o documento aqui, no dia 4 de agosto já estava essa parafernália feita, e o Senado ainda liberou R$1.249.488,00.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – É inconcebível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Absurdo.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Um gestor... Se fosse uma empresa privada, eu tenho certeza de que o dono empresa não faria isso. Então, a Administração Pública tem feito isso e tem pagado pelo erro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Esse é o problema.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Com relação à atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa dos aeroviários, em 2007, uma portaria do Procurador-Geral do Trabalho criou uma força-tarefa para atuar no setor, e nós tivemos resultados bastante positivos. Os próprios aeroviários aqui presentes poderão confirmar. E recentemente o Sr. Luiz Carlos Pereira, que eu não sei se está presente, Diretor e Coordenador Regional do Sindicato Nacional dos Aeroviários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nos encaminhou uma denúncia na qual denunciava a terceirização ilícita e pedia providências. Inclusive ele pedia uma mediação.

Eu entendo, e os colegas entenderam à época, que não é caso de mediação, mas sim de inquérito civil para apurar irregularidade, porque há uma ilicitude, porque as empresas vão lá na mediação, se comprometem, e o compromisso não tem o valor realmente de peso. Então, até para prestar contas aqui ao Sindicato Nacional dos Aeroviários, foram instaurados vários inquéritos civis. Com relação à TAM, por exemplo, nós temos o de número 435, de 2012. Quando o sindicato denunciou, nós já estávamos em andamento, então foi incorporado esse 435, de 2012.

Para as outras empresas, a Varig Linhas Aéreas, por exemplo, hoje a Gol, foi instaurado o Inquérito Civil nº 2.227, de 2015. Para a Azul Linhas Aéreas, o 2.228, de 2015. Para a Ocean Air e a Avianca dois inquéritos civis, o 2.229 e o 2.226, ambos de 2015. Eles estão em andamento, estão sendo investigados. É importante os sindicatos sempre acompanharem. Eu estou dando os números aqui, posso lhes passar. E se o Ministério Público do Trabalho estiver muito lento, provoquem, porque o Ministério Público do Trabalho está aqui para trabalhar para o povo, para a população e para o trabalhador. Nós temos muitas atividades e, infelizmente, às vezes há um abandono, mas não por nossa conta, pelos parcos recursos e poucos Procuradores do Trabalho e Auditores Fiscais do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho tem a missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do Estado democrático de direito e dos direitos individuais indisponíveis. Nós não abrimos mão. Nós vamos combater, dentro da Constituição, dentro dos princípios legais de Direito, da defesa dos Direitos Humanos, todo processo que possa precarizar a relação de trabalho. E esse processo da terceirização, nós temos bastante experiência para dizer que vai destruir o Direito do Trabalho no Brasil se for liberado do jeito que está.

Portanto, nós do Ministério Público do Trabalho somos contra o PL 30/2015, que está tramitando nesta Casa, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

Eu agradeço a todos e coloco o Ministério Público do Trabalho à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Cumprimento o Sr. José Pedro dos Reis, Procurador do Trabalho da 10ª Região, do Ministério Público do Trabalho.

Pessoal, nós estamos com um problema agora de horário, porque às 14 horas se inicia o Plenário, e ainda, no mesmo horário, nós vamos lançar, no Auditório Petrônio Portela, estão chegando lá centenas de pessoas, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Eu tentarei agora, pessoal, ver se chegamos a um acordo rápido aqui, pois as contribuições todas foram dadas, sobre os encaminhamentos.

Eu tomei nota, pelo menos aqui, do que entendo ser fundamental: o pedido de audiência pública para o Ministro relator, Luiz Fux, e para a Presidenta do Tribunal Superior; colocar no relatório – pelo menos foi a sugestão, sei que não é fácil, mas vamos tentar colocar no relatório fruto desta audiência – que vocês entendem que não pode terceirizar o sistema no solo inclusive dos aeroportos; a não terceirização...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, a não terceirização, mas se eu consigo colocar na lei a não terceirização, eles que vão ter que não terceirizar. A responsabilidade solidária para aqueles que são terceirizados. O dinheiro que eles dizem que depositam todo mês, que depositem numa conta da empresa matriz todo mês. Quando demitir, indeniza. Pronto! A própria empresa matriz que indenize esses 12 milhões de terceirizados que existem hoje. Eu acho um absurdo essa ideia de eles entregarem – é aquela história da raposa cuidar do galinheiro – para a raposa que vai cuidar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do galinheiro. No caso, você entrega o dinheiro para a pessoa, quando for demitir, indenizar. Não vai indenizar.

Então, eu quero tentar completar o raciocínio, depois vemos a parte jurídica. O dinheiro da indenização seria depositado na conta da empresa matriz todo mês. Demitiu, paga. Acabou. Não tem como errar.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Excelência, só uma observação importante. Caso esse nefasto projeto de terceirização passe, que todos os terceirizados tenham os mesmos direitos salariais, os mesmos direitos aos benefícios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso já está.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – No mesmo nível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório já contempla isso. A Anamatra ajudou, os juízes todos ajudaram. O nosso relatório já contempla isso tudo e a responsabilidade solidária.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Excelente. E só para completar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até quando vieram aqui os empresários, só para ajudar, eu fiz essa pergunta para eles. Eu vou fazer o seguinte relatório: todos os direitos de quem está na empresa matriz, todos são assegurados para os terceirizados. Não aceitaram.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só faço um artigo no relatório. Só isso.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS – Excelência, só para completar, já que o senhor falou da raposa no galinheiro, eu digo que nós estamos colocando a galinha no raposeiro, que é o trabalhador entrando no covil do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica mais claro ainda.

Pessoal, esses são os encaminhamentos, o.k.?

Podemos encerrar ou alguém tem alguma proposta de encaminhamento? Argumentos nós já levantamos todos.

Então, muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública, a não ser que a Senadora queira fazer alguma consideração.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a Senadora Regina Sousa.

Muito obrigado a todos. A audiência pública atingiu o seu objetivo. Teremos outras duas às 14 horas, uma no Auditório Petrônio Portela e outra aqui com os terceirizados, além do Plenário, também às 14 horas.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 81ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 121 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Serviço Público – Mitos, verdades, desafios e soluções" e lançar a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Deputado Federal Weliton Prado; Deputada Federal Ângela Albino; João Domingos; Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Vilson Antônio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Paulo Lino, Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Rosângela Rassy, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Marcos Kersting, Presidente da Fenasempe; Moacyr Roberto Tesch Auersvaud, Secretário Geral da NCST; Edson Índio, Representante da Intersindical; Deputado Federal Roberto Alves de Lucena; João Paulo Ribeiro, Representante da CTB; Lineu Mazano, Presidente da FESSP-ESP; Israel Borges, Representante da FENAJUD. O Senhor Presidente concede a palavra à Suellen Bessoni Paz, Presidente do Sinditamaraty e à Fátima Helena de Souza Tavares, da CSPB. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 81ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 121, de 2016, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater: Serviço Público – Mitos, Verdades, Desafios e Soluções", e lançar a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

De imediato, vamos formar a nossa Mesa e iniciar os trabalhos.

Convidamos o Deputado Federal Weliton Prado, que já está aqui conosco. (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que foi quem nos provocou positivamente para este evento, Presidente João Domingos. (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Presidente Vilson Antônio Romero. A Anfip é de grande tradição, sempre colaborando, subsidiando nossos trabalhos aqui no Senado, principalmente contra a reforma da Previdência. (*Palmas.*)

Convido o Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Daro Marcos Piffer, outro líder que sempre está na linha de frente, nas batalhas que travamos em defesa de todos os servidores. (*Palmas.*)

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que já esteve numa audiência comigo, hoje pela manhã, lá na CDH, debatendo a terceirização. (*Palmas.*)

Convido Marcos Kersting, Presidente da FENASEMPE. É gaúcho de Quatro Costados, lá do Rio Grande, companheiro de todas as horas, nas peleias, defendendo a nossa gente. (*Palmas.*)

E com muito orgulho, convido também esse guerreiro do povo brasileiro, Moacyr Roberto Tesch Auersvaud, Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Moacyr, deixe que eu diga nesse momento. Pessoal, o Moacyr...

Eu não pedi para ele, mas vou contar. Ele passou, há pouco tempo atrás, um momento muito difícil. Eu fui ao hospital visitá-lo. Confesso, Moacyr, que saí de lá assustado. Achei que iria perder um dos principais guerreiros do povo brasileiro. Mas ele é como guerreiro, não se entregou e está aqui conosco outra vez! Esse é o Moacyr. Alegria, Moacyr. (*Palmas.*)

Pessoal, como esta é uma audiência oficial e é transmitida pela internet e por canais alternativos para todo o Brasil, eu sempre faço uma introdução, construída pela assessoria, falando da importância desse momento, para situar aqueles que a nós estão assistindo, e depois irão assistir à noite, novamente.

Senhores e senhoras, é mais do que oportuno o relançamento dessa Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. No delicado momento em que vivemos, a recriação dessa frente parlamentar de que eu tive a alegria de fazer parte, há décadas atrás, tornou-se necessária, urgente, absolutamente fundamental.

Atravessamos um período em que todo dia os direitos dos trabalhadores brasileiros sofrem golpes anunciados pela própria imprensa, e com MPs que já estão aqui dentro do Congresso, como aquela que quer tirar... Verdadeiramente, eu diria que não é nem tirar, mas cassar os aposentados por invalidez. E há outra que diz que depois de 120 dias não vale mais o auxílio-doença. Você é mandado para o local de trabalho, não importando se está ou não em condição. É a máquina que decide, não é o especialista que decide.

Senhores e senhoras, conquistas que julgávamos consolidadas, desde a época de Getúlio, de Brizola, de João Goulart, casualmente todos gaúchos – e porque não dizer algo da época de Juscelino, para lembrar também –, são hoje contestadas, alardeadas como se fossem privilégios.

Não é privilégio coisa nenhuma ter uma CLT. Não é privilégio coisa nenhuma ter a garantia do servidor público no local de trabalho. Não é privilégio coisa nenhuma ter direito à aposentadoria.

Enfim, senhoras e senhores, nossos direitos foram fruto de muita luta e muito trabalho. Como alguém já disse, muito sangue e lágrimas derrubamos. E agora, eles querem voltar ao passado e dizem que é em nome da modernidade.

Há jornais que fazem editoriais. Tiveram uns dois ou três desses, João Domingos, que colocaram no editorial que o Paim é inimigo da modernidade, porque ele quer manter a CLT, é contra a terceirização, não aceita o trabalho escravo, não aceita a NR-12 e não admite que tirem os direitos dos servidores públicos. Se isso é ser rebelde contra aquilo que eles querem, eu sou rebelde mesmo! E sou contra todas as reformas que eles estão propondo. (*Palmas.*)

Estamos falando aqui de questões básicas, pontos absolutamente pacíficos. Nem a ditadura mexeu nesses pontos.

Problemas absolutamente ultrapassados são trazidos de volta à mesa de discussão, sempre com o objetivo de retirar direitos dos trabalhadores da área pública e da área privada, sejam eles do campo ou da cidade, sejam trabalhadores do serviço público, sejam trabalhadores de outros setores.

Travamos no presente uma luta ferrenha em várias frentes. Lutamos contra o absurdo projeto que querem fazer sobre a terceirização, um dos maiores retrocessos que tenho visto na minha vida como sindicalista e ora como Senador. Eu sou Relator, para o azar deles, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

PL 30. Podem saber que meu relatório vai ser muito claro e muito firme. Nós não aceitamos terceirização na atividade-fim nem na área privada nem na área pública. (*Palmas.*)

Para o azar deles, sou Relator do projeto referente ao trabalho escravo. Eles querem simplesmente regularizar, regulamentar, fazer com que seja legal o trabalho escravo. Enganam-se! O meu relatório vai na linha, como eles sabem, de dizer: trabalho escravo a gente não regulamenta; trabalho escravo a gente proíbe! Esse será o relatório. (*Palmas.*)

Surpreendeu-me muito ver recentemente eles falarem em carga horária de 12 horas. Já falaram em 80 horas semanais, como se isso fosse gerar emprego. Ora, quem entende o mínimo de matemática sabe que, se eu trabalhar por 12 horas, haverá um homem trabalhando por 12 horas, mas que, se eu aplicar o que o movimento sindical defende, que é o turno de seis horas para todos, haverá dois homens ou duas mulheres para completar as 12 horas. Aí, sim, gero 50% a mais de emprego, porque, onde houver 10, vou precisar de 20; onde houver cem, vou precisar de 200. Digo não às 12 horas, não às 80 horas e sim ao turno de seis horas para todos! Essa é a bandeira que vamos levantar, para ela se contrapor a deles. (*Palmas.*)

Deixe-me só complementar uma questão. Eles falam muito em desemprego. Eles dizem que é bom trabalhar até os 65 anos, até os 70 anos. Ora, se eu trabalhar até os 70 anos... Em muitas regiões do País, como vocês sabem, a média de idade é de 65 anos, oxalá de 70 anos. Aonde vão os 2,5 milhões de jovens que aparecem todo ano para entrar no mercado de trabalho? O princípio básico é o seguinte: o idoso se aposenta, e o jovem entra no mercado de trabalho.

Eles estão na contramão da história. Já há números e estudos que mostram que retirar direitos do trabalhador não gera emprego, que retardar a aposentadoria não gera emprego, que aumentar carga horária não gera emprego e ainda aumenta o número de acidentes no trabalho, pelo estresse, pela estafa, pelo cansaço. Infelizmente, eles estão redondamente errados. Se fosse o contrário, eu diria aqui. Eles estão na contramão! O que gera emprego é diminuir taxa de juros, é fazer uma reforma tributária em que os grandes paguem – hoje, quem mais paga são os pequenos –, é tributar as grandes fortunas ou as grandes heranças, é cobrar os grandes devedores, como dizem muito bem a Anfip e todos os auditores.

Eles devem para nós, para a União, algo em torno de R$1,5 trilhão. Daria para arrecadar, se se fizesse uma coisa séria, combatendo a sonegação, a fraude, o desvio, algo em torno de R$400 bilhões a mais por ano. Podem ser R$300 bilhões ou R$400 bilhões, não importa! Pela reforma deles, eles dizem que vão arrecadar R$65 bilhões.

Por tudo isso, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público é mais uma frente de defesa dos direitos de todo o povo brasileiro. No caso, o servidor público não está livre do ataque das forças retrógradas, que vêm buscando cercear os direitos da nossa gente da área privada e pública. Nesses próximos meses de propostas que prejudicam o povo brasileiro, faremos um debate com a frente. Faremos um debate em Brasília com a frente, traremos ao palco, seja aqui, seja nos Estados, por exemplo, a PEC 241, de 2016, que busca extinguir concursos e congelar os gastos públicos pelos próximos 20 anos, ameaçando o futuro de toda a nossa gente. Não aceitaremos que congelem os investimentos no social. João Domingos, a minha preocupação é a de que peguem, inclusive, os vencimentos dos servidores por 20 anos.

A valorização do servidor público sempre foi uma das nossas bandeiras, pois é fator fundamental para o crescimento do País, para o sucesso das mais diversas políticas públicas e para o bom atendimento do público, que é o povo brasileiro, que vocês atendem muito bem.

É uma grande satisfação, nesta reunião especial da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que presido, abrir espaço para a discussão em torno de mais uma frente, a do servidor público. Os principais problemas, as principais propostas e soluções, os principais perigos que o servidor público enfrenta no presente nós vamos debater. É com imensa alegria que presenciamos o surgimento neste momento dessa frente em defesa do servidor, dessa Frente Parlamentar Mista.

Ao lado da Deputada Alice Portugal, todos vocês membros desse grande movimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

podem ter a certeza, haja sol, haja chuva, haja vento minuano, que é coisa do Rio Grande, ou haja neve, de Silveira, região onde nasceram meus pais no interior do meu Estado, de que nós estaremos entrincheirados nessa frente em defesa dos servidores.

Antes de dar início aos trabalhos desta reunião, agradeço a todos a oportuna iniciativa que tomaram aqui todos os senhores. Fui provocado pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e pelas demais entidades. As associações e os organismos sindicais, todos se mobilizaram para a criação dessa Frente Parlamentar Mista. Podem estar certos de que o servidor público brasileiro terá nessa frente um número oxalá sem fim – quero centenas, quero milhares – de homens e de mulheres guardiões atentos na busca da defesa dos seus direitos, conscientes que somos da importância devida que sabemos dar ao serviço público e também ao futuro do nosso País.

Viva o Brasil! Pátria somos todos!

Um abraço! (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, passar a palavra à nossa Mesa.

É claro que, simbolicamente, a partir deste momento, estamos lançando essa grande e importante Frente Parlamentar.

É bom lembrar que a Frente Parlamentar Mista dos Servidores vem se somar à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, de que todos nós fizemos parte, e à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores do Campo e da Cidade. É claro que ali pega-se mais a área privada, o urbano, o rural, o assalariado. Estas se somam à do servidor público. E também há a importantíssima Frente Parlamentar pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, liderada pela Fattorelli. Todas as frentes – na verdade, já são mais de 60 frentes – somam-se com um único objetivo: defender o povo brasileiro das ditas reformas. Quando ouço falar em reforma, já sei que é retrocesso. Já vivo dizendo não às reformas, não às reformas, porque sei que elas só retiram os direitos dos trabalhadores.

Pergunto à Mesa: quem abre?

O SR. WELITON PRADO (PMB - MG. *Fora do microfone.*) – Um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já que abri a reunião como Senador, ele disse que, agora, fala um Deputado.

Então, fala o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB - MG) – Vou ser breve. O Paim aqui já falou tudo. Acho que é importante ouvir vocês.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade e, em nome de toda a Mesa, cumprimentar o Paim e dizer da admiração de todos aqui. Sabemos do compromisso, da luta, da história e de toda a trajetória do Paim em defesa dos trabalhadores e dos servidores públicos, em defesa da previdência. Nós da Câmara dos Deputados queremos nos somar a isso. Naquilo que estiver ao nosso alcance, podem ter a certeza de que vamos estar mobilizados. O momento é realmente muito difícil. Sempre falo: sem luta, não há vitória. Então, os trabalhadores, realmente, têm de se mobilizar, têm se organizar. Temos de fazer o enfrentamento.

Vários projetos foram colocados pelo Paim, como a PEC 241, como o PL 257, que, recentemente, passou na Câmara dos Deputados. Acho que não é justo, não é certo, não é correto o Governo jogar nas costas dos servidores todos os problemas, os erros, as omissões, a falta de planejamento. Todas as mazelas do nosso País são jogadas nas costas dos servidores públicos. Os servidores públicos não são responsáveis. Ao contrário, o servidor público tem a função de servir ao público. Não podemos aceitar de maneira nenhuma que joguem os problemas do País nas costas dos servidores. (*Palmas.*)

O Paim já colocou isso. Outros já colocaram isso aqui também. Por que não se faz a auditora da dívida pública? Por que não se taxam as grandes fortunas? Por que não se taxam, de forma firme, os bancos? Há várias outras formas de aumentar a arrecadação, combatendo a sonegação, dando liberdade para a administração tributária fazer o seu trabalho. Sem a administração tributária, não há impostos para a previdência, para a saúde, para a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Enfim, que, realmente, haja a fiscalização, para que possamos aumentar a nossa arrecadação, cobrando daqueles grandes sonegadores que não pagam aquilo que deveriam pagar, taxando as grandes fortunas e os bancos com a Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Então, há vários outros mecanismos. O que a gente não pode admitir é que se joguem todos os problemas nas costas dos servidores.

Eu queria deixar o nosso abraço. Podem contar 100% com nosso apoio. Inclusive, o Paim sabe disso muito bem, tanto que ele já foi perseguido.

Eu já estou no meu sexto mandato e coloquei sempre, desde a primeira vez em que saí como candidato: não voto contra o servidor público. (*Palmas.*)

Inclusive, quando saí de Deputado Estadual para Deputado Federal, registrei isto em cartório: não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto pelo aumento de impostos que prejudique as pessoas mais pobres. Por conta disso, já fui muito perseguido. E vou continuar nessa mesma linha, independentemente do governo e do partido que estiverem no poder. O nosso compromisso com o servidor está mantido. Vamos continuar realmente muito firmes. É muito importante a mobilização e a união de todos, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, do Sindicato, das entidades, dos trabalhadores, para que possamos fazer esse enfrentamento.

Eu queria parabenizá-los. O relançamento da frente é fundamental neste momento histórico que nosso País vive. Parabéns!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria convidar para a Mesa – já pedi para que ele aqui sentasse – o líder da Intersindical. Sempre o chamo de Índio.

Pode me chamar de Negão, se quiser, que não fico bravo. Ouviu, Índio? (*Risos.*)

Quero dar uma salva de palmas para o Índio, lutador que sempre está com a gente em todas as trincheiras! (*Palmas.*)

Vou chamar para a Mesa agora, como já tínhamos acertado aqui, a Deputada Angela Albino, do PCdoB.

Seja bem-vinda à Mesa! (*Palmas.*)

A senhora representa muito bem aqui a Alice Portugal, que também é do PCdoB, que é da frente, mas que teve de viajar.

Neste momento, já que falou um Deputado, vai falar um dirigente.

Depois, fala a Deputada.

Fala agora o nosso João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Boa tarde, companheiras e companheiros!

Senador Paim, o senhor sabe que tenho uma espécie de mantra. É que, toda vez em que eu estiver falando para mais de uma pessoa, começarei dizendo: "O Senador Paim é muito mais do que um Senador." Não é que Senador seja pouca coisa, um Senador é uma das maiores autoridades da República. Mas ele ultrapassa essa dimensão de Senador. O Senador Paim não é apenas um grande dirigente de um grande partido, um grande membro de um grande partido, porque ele ultrapassa essa dimensão dos partidos. O Senador Paim não é apenas líder de certa corrente do movimento sindical, porque ele também ultrapassa isso. O Senador Paim é uma verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Deputado, Srª Deputada, autoridades da Mesa, obrigado por compartilharem conosco este momento.

Senador, não tenho a menor dúvida de que hoje é um dia histórico para o movimento social brasileiro, em particular para o movimento sindical brasileiro. Hoje, estamos inaugurando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

novo momento na luta do povo, liderada pelos trabalhadores e conectada com os movimentos sociais.

Hoje, Senador Paim, realizamos algo extremamente emblemático: pela primeira vez, todos os segmentos do movimento sindical, todas as centrais sindicais, todas as correntes de convicção ideológica e filosófica etc., todos nós nos reunimos e concluímos uma jornada extremamente importante.

Isso, sim, vai mudar os rumos da luta social brasileira. Estavam reunidas, Senador Paim, até agora, numa marcha, mais de 15 mil pessoas, representando, como eu disse, o setor público, através do seu movimento sindical; o setor privado, através do seu movimento sindical; e os movimentos sociais. Isso é muito emblemático. Pela primeira vez – é algo que nós do movimento sindical não tínhamos conseguido –, a maldade e a covardia das propostas do Governo que tramitam nesta Casa uniram-nos a todos. (*Palmas.*)

Ali, Paim, construímos a unanimidade do movimento contra praticamente todas as pautas que tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional, particularmente o PL 257, que atinge os servidores públicos. Quando a Presidente Dilma enviou para a Câmara dos Deputados o PL 257, pensei na hora: fizeram uma pegadinha com a Presidente, ela não viu isso. Mas não! Ocorre que os governos, ultimamente, são sequestrados pelo setor financeiro. Não importa quem esteja naquela Casa do Palácio do Planalto, só se segue não a agenda econômica, mas a agenda do setor financeiro.

Está tramitando nesta Casa... Digo que o PL 257 é o pior projeto... Milito nesta Casa do Congresso Nacional como dirigente desde 1988, por ocasião da Constituinte. O PL 257 era o pior projeto da história deste País não apenas para o servidor público, mas também para o Estado brasileiro, para a sociedade brasileira, para o usuário do serviço público brasileiro. Mas, para a nossa surpresa, vem a PEC 241, que é pior ainda que o PL 257. Aí, sim, isso unificou o movimento sindical brasileiro. A par disso, há a reforma da previdência, que se anuncia, que deverá ser mandada para esta Casa em breve – este foi um compromisso do Presidente – e que faz terra arrasada da previdência pública neste País.

Foi anunciado pelo Ministro do Trabalho recentemente que está encaminhando para o Congresso Nacional uma reforma trabalhista. Essa reforma trabalhista eles a chamam de reforma. E têm a coragem de dizer que ela se resume em apenas um ponto, que é a prevalência do que é negociado sobre a legislação, algo que se tenta fazer desde o governo Fernando Henrique, mas que nós não deixamos passar. Se passar essa reforma do negociado sobre o legislado, Senador Paim, podemos rasgar todo o resto da legislação laboral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Não vai existir mais CLT, não vai existir mais lei nenhuma, porque o que se negocia valerá mais do que a lei.

Então, toda essa pauta legislativa que está presente e que virá aqui provocou a união do movimento sindical. Pela primeira vez, fizemos realmente uma ação unitária. Mas essa ação unitária, essa caminhada, os protestos que foram feitos ontem à noite, naquela caminhada maravilhosa, a Caminhada das Luzes, não poderiam terminar de forma melhor, com o fato concreto, com o resultado concreto do relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Essa frente será uma ferramenta suficiente, será um instrumento de luta nossa, inclusive, para equivaler um pouco à intervenção mesmo do Executivo sobre o Legislativo.

Frente parlamentar – eu gostaria apenas de lembrar exatamente o que é uma frente parlamentar; até copiei a denominação técnica – é "uma associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo federal destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinados temas de interesse da sociedade". Em frente parlamentar temos uma longa história, desde a Constituinte de 1988, quando se formaram blocos defendendo interesses sociais, de um lado, e interesses econômico-financeiros, de outro lado. Ali já havia um certo arremedo de frente. Havia a frente que defendia o mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

social e a frente que defendia que constassem da Constituição os interesses econômicos e financeiros. Naquela época, um Deputado constituinte já estava do nosso lado, o Deputado Paim.

Em seguida, organizamos de forma mais adequada a primeira frente parlamentar na Câmara Federal que foi contra a reforma administrativa do governo Fernando Henrique, e lá, mais uma vez, estava nos liderando o Deputado Federal Paulo Paim, que, à época, era Deputado Federal. Nós relançamos de maneira formal e regimental essa frente quando, em 2003, o PL 001, encaminhado pelo Presidente Lula, fazia, pela primeira vez, terra arrasada da Administração Pública, do Estado, da prestação de serviço. O PL 001, para resumir bem, propunha mais ou menos o que propôs hoje o PL 257, que é a limitação dos gastos do Estado com o corte de benefícios dos servidores públicos. Naquela época, ela foi presidida pelo então Deputado Rodrigo Rollemberg.

Hoje, então, quando uma pauta do fim do mundo está tramitando ou em via de tramitar neste Congresso, nada mais apropriado, nada mais urgente, nada mais necessário do que o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. (*Palmas.*)

A Confederação dos Servidores Públicos sempre incentivou e apoiou essas iniciativas, porque nós achamos que as frentes parlamentares temáticas, como são a da previdência e tantas outras que o Senador Paim já mencionou aqui, têm o grande valor de superar, muitas vezes, a falta de convicção e de coesão partidária, porque, muitas vezes, as filiações partidárias se dão muito mais pelas conveniências eleitorais do que pelos projetos dos partidos, pelas pautas dos partidos.

Então, a frente parlamentar tem esta qualidade de reunirmos Parlamentares de todos os partidos. E, desta vez, há uma vantagem: ela é mista. Ela é coordenada, no Senado, pelo Senador Paulo Paim, mais uma vez – quero registrar que é a quarta vez em que fazemos frente parlamentar e em que somos liderados pelo Senador Paulo Paim aqui no Senado –, e, na Câmara, pela Deputada Alice Portugal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela não está aqui presente porque teve de viajar.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Ela me ligou pessoalmente ontem à noite, dizendo que não podia estar aqui. Ela é candidata à prefeita de Salvador com o nosso apoio, inclusive. Aqui há muitos baianos que sei que a estão apoiando. Olhem lá! Estou falando e vendo a galera da Bahia ali.

Então, são dois Parlamentares que, na coordenação, vão trabalhar junto com os 258 Parlamentares que já assinaram essa Frente. E nós temos certeza – agora para finalizar – de que mesmo num momento de turbulência, mesmo com o horizonte tão sombrio que enxergamos para essas pautas que virão para o Congresso, a Frente nos dá otimismo. Nós temos certeza de que, através dessa Frente, liderados pelo Senador Paim e pela Deputada Alice Portugal, nós vamos, sim, derrotar não apenas esses projetos, mas, de quebra, se necessário, vamos derrotar o próprio Governo que se mostra ilegítimo porque não cumpre o programa para o qual foi eleito junto com a Presidente Dilma. (*Palmas.*)

Ontem, caiu o Cunha. Amanhã ou depois, cairão outros. Então, não basta – agora realmente finalizando – nós derrotarmos essas pautas, não basta nós derrubarmos Parlamentares, não basta derrubarmos um governo, por exemplo. Nós temos, Senador Paim, é que mudar o modelo de organização da sociedade. Tudo que o movimento social prega é o mundo ideal, de justiça social, de justa distribuição de renda, mas, hoje, eu tenho a convicção de que o movimento sindical prega um mundo ideal num ambiente impossível. Nós temos é que derrotar o modelo capitalista selvagem. Enquanto existir o modelo capitalista selvagem, não adianta colocar ali o Lula, a Dilma, o Papa Francisco, porque esses outros modelos são sequestrados pelo sistema financeiro, apoiado pela grande mídia.

Fica aqui, então, o apelo, Senador Paim: que essa Frente, com o combate dessa pauta, além de vencer essa pauta, vai também iniciar a grande jornada pela construção do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

social de direito, que só será levado a cabo no dia em que nós elegermos um Presidente da República com a convicção de mudar o modelo de organização da sociedade brasileira. E eu sempre digo que esse dia vai chegar quando o Paim for Presidente da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora você me deixou encabulado.

Pessoal, eu queria de imediato convidar a Deputada Federal Angela Albino, que já está aqui na mesa conosco. Antes, porém – eu já falei com o Domingos e com o Moacyr –, quero convidar todos os que estão na mesa e no plenário para a primeira missão da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, que é uma audiência, amanhã pela manhã, às 9 horas, na sala da Comissão de Direitos Humanos, para a qual estou convidando as quatro frentes e todas as centrais, a fim de darmos os primeiros passos para mostrar a este Governo... Você disse bem e eu vou repetir aqui: o trem anda. Ontem, foi o Cunha. Já foi tarde. E se eles continuarem assim, primeiro, nós não aceitaremos as reformas. Se insistirem, que outros caiam. Mas os trabalhadores estarão sempre de pé. (*Palmas.*)

Amanhã pela manhã, às 9 horas, teremos a primeira reunião ampla daquilo que eu chamo de Frente Ampla Brasil para combater essas reformas.

Por favor, Deputada Federal Angela Albino.

Nós estamos dando o tempo de dez minutos para cada orador, porque me foi perguntado e eu estou anunciando.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Obrigada, Senador Paim. Em seu nome cumprimento todas as pessoas presentes na mesa e neste plenário.

Eu queria fazer uma saudação muito fraterna a todas as pessoas que hoje tiraram o dia em defesa do serviço público. Em última análise, a razão maior de existir um governo somos nós, servidores públicos, servidoras públicas, que realizamos as políticas públicas.

Digo nós porque sou servidora da Justiça do Trabalho desde 1988. Lá me constituí como dirigente sindical, Senador Paim. Lembro-me de que, em 2003, quando nós lutamos contra a reforma da Previdência, era deste fórum, era deste espaço que nós nos socorríamos para dizer não àquela reforma da Previdência que nós já antevíamos que vinha para atacar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

E menciono isso, senhoras e senhores, porque nós do movimento sindical precisamos estar atentos – e me parece que no recente período ficamos desatentos a isto – para o fato de que há os que sempre lutam pela classe trabalhadora, em especial dos servidores públicos, e há aqueles que, para derrotar governos, circunstancialmente apoiam os servidores públicos. Eu vi com muito lamento parte da nossa categoria de servidor público apoiando medidas aqui que eram para desestabilizar um governo que foi construído para dar um passo adiante para a classe trabalhadora. Menciono isso porque muitos – tudo bem, JP? – dos que foram ovacionados por apoiarem pautas contrárias ao governo, e só por isso nos apoiavam, nós os servidores públicos, hoje são os mesmos que fugiram de cassar Eduardo Cunha ontem, que ontem não estavam no plenário e que ontem se esconderam por aí. Diziam que eram força a favor dos trabalhadores, mas na hora das grandes questões estão longe.

Digo isso porque nós não podemos, como sindicalistas, como integrantes da classe de servidores públicos, nos permitir ser massa de manobra por quem deseja a nossa derrota política. Porque se é verdade que nós fazemos lutas pontuais pelas nossas categorias, em defesa do salário e das condições de trabalho, também precisa ser verdade para nós não perdermos a perspectiva que é um mundo maior do que isto. E é este mundo que nós precisamos também transformar. Não é possível para nós, como vimos recentemente, que o Governo aprove uma pauta – que incluiu inclusive a minha categoria – que amplifique as condições de carreira de carreiras que já são as mais qualificadas financeiramente dentro do serviço público e deixe à míngua os demais. Porque antes de propor a 241, Senador Paim, o Governo teve o cuidado de aumentar o salário das categorias que já têm os maiores salários do serviço público, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os quais, inclusive, do próprio Judiciário.

Portanto, nós precisamos ter sempre a clareza de que há uma luta maior que está em jogo e que nós não podemos perder a perspectiva da sociedade como um todo. Hoje, construiu-se a ideia de que serviço público é vilão. E, pelo que temos visto em plenário, isso vai se aprofundar. Vão apostar ainda mais nisso. E é preciso ainda mais que nós intensifiquemos a organização dos trabalhadores do serviço público, com ampla unidade, com condição de dialogar para além das nossas diferenças, que, muitas vezes, englobam pensamentos sobre o mundo e envolvem as nossas próprias decisões partidárias. Nós precisamos encontrar um ponto de unidade que, tenho a convicção, é de construir o melhor cenário possível para a classe trabalhadora, em especial, volto a dizer aqui, dos servidores públicos.

E não é por acaso que um governo que contraria completamente o programa para o qual foi eleito ataca justamente os servidores públicos. Não é por acaso.

É exatamente porque havia a concepção de que era necessário tornar o Estado brasileiro mais eficaz na condução de políticas públicas: E agora, primeiro, colocam as carreiras que podem incomodar juridicamente em outro patamar salarial, deixam todo mundo tranquilo, quietinho, e as outras categorias congelam por vinte anos. É isso que está em jogo agora.

A correlação de forças no Congresso Nacional é a seguinte, Senador Paim: o Senado é, historicamente, uma Casa mais conservadora. Está tão ruim o perfil da Câmara Federal que o Senado passou a ser a Casa de resguardo dos nossos direitos, onde temos um pouquinho mais de espaço de diálogo. Embora pareça alvissareiro que nós tenhamos finalmente cassado Eduardo Cunha, mas também vemos que grande parte da Câmara não tem compromisso com nada. Muitos que votaram ontem por Eduardo Cunha foram os mesmos que o elegeram Presidente da Câmara e que se beneficiaram da forma como ele faz política. Nós precisamos enfrentar isso também nas nossas organizações sindicais.

E cumprimento aqui a Apraz, a atuação da Apraz, que no meu Estado, Santa Catarina, sempre politiza muito o debate das suas categorias. Nós precisamos recuperar também, no movimento sindical, essa dimensão, que é a dimensão de politizar os grandes debates, para que nós saibamos que, na hora do vamos ver, podemos contar com aqueles com que sempre pudemos contar. Há uma turma que flutua ao sabor dos governos, e há uma turma, como foi simbolicamente mencionado pelo Senador Paim, que está sempre ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras.

E tenho certeza de que agora, com as lutas que virão, nós vamos precisar ter mais unidade ainda e ampliar o máximo possível, mas saber quem são os nossos aliados de verdade.

Por isso, cumprimento, Senador Paim, todos e todas, cumprimento o relançamento desta Frente, e tenho a convicção de que, assim como foi em 2003, quando eu estava aqui como sindicalista, esta Frente vai ser também o nosso porto seguro de enfrentamento nesse espaço que vai sempre refletir o que nós conseguimos construir nas urnas. Se ontem se cassou Eduardo Cunha é porque havia um sentimento nas ruas, no nosso País, de que era preciso cassar Eduardo Cunha. Precisamos fazer isso também com o serviço público e com a defesa dos servidores e servidoras. E cumprimento todos e todas que vieram de vários lugares do País para estarem aqui hoje, para que, de fato, esta Frente represente o conjunto dos servidores públicos do nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Deputada Federal Angela Albino, que fez uma fala muito precisa e muito clara e lembrou que ontem a Câmara fez o que tinha que fazer. Agora, nós vamos tratar de cassar todas as emendas que eles quiserem aprovar que venham contra os trabalhadores da área pública e da área privada. Por isso que a fila anda. Ontem foi ele, agora serão as ditas reformas.

Passamos a palavra neste momento ao Vilson Antônio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Também estamos juntos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mínimo há 30, 40 anos. (*Palmas.*)

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Exmo Senador Paulo Paim, meu caro amigo e companheiro João, é a CSPB muito firme aqui, cumprimento também a Deputada e todos os demais Parlamentares que participam deste evento, companheiros de luta, confederações, centrais, federações, sindicalistas em geral e representantes de associações de todos os gêneros, que vêm aqui congregar e trazer a preocupação com o serviço público brasileiro e, acima de tudo, com o papel desempenhado por cada servidor na construção da Nação brasileira.

E nós todos sabemos e temos vivido, nessas três décadas da redemocratização, que todos os governos se iniciam com a ameaça de medidas e reformas nas áreas trabalhista, fiscal, tributária e previdenciária. Em nenhum momento essas medidas e reformas melhoram a vida do contribuinte, do trabalhador do campo ou da cidade, do servidor público, do aposentado do INSS. Todas elas são restritivas, redutoras e, acima de tudo, penalizam a sociedade como um todo.

Neste momento muito delicado da Nação brasileira é fundamental que os servidores públicos, que constroem, juntamente com o trabalhador da iniciativa privada, a sociedade e o Estado brasileiro, estejam unidos, defendendo a qualidade do serviço público, defendendo a condição de trabalho do trabalhador do serviço público e, acima de tudo, unindo todo esse conjunto de entidades e de segmentos sociais em torno daquilo que é básico, que é a cidadania, a condição plena de termos cada dia mais a possibilidade de um horizonte melhor não apenas para o trabalhador do campo e da cidade, da iniciativa privada e do serviço público, mas para todos os milhões de habitantes neste Brasil.

Como Frente Parlamentar Mista, nós temos que ter a preocupação de que não é só este ou aquele projeto, não é só o do teto e o dos gastos públicos, não é só o da renegociação das dívidas, não é só o da reforma previdenciária que ameaça o trabalhador, em especial o servidor público. Há uma série de projetos – eu fiz um levantamento com a nossa assessoria –, alguns na Câmara, é bom atentarem: o Projeto de Lei nº 401, que busca fixar as atividades essenciais em caso de greve; o Projeto de Lei nº 248, de 1998, que está lá na Câmara, pronto para deliberação em plenário, e trata da perda do cargo público por insuficiência de desempenho; o Projeto de Lei nº 3.831, que trata das normas gerais de negociação coletiva na Administração Pública. E aqui no Senado, além de tudo, temos que trabalhar, incentivar, fazer força para efetivamente regulamentarmos o direito de greve do servidor; temos que estabelecer definitivamente um meio de negociação coletiva no âmbito da Administração Pública direta; também temos que estabelecer como vamos fazer a contagem do tempo excedente do servidor público como complemento da PEC 147; e temos que definir as atividades essenciais umbilicalmente ligadas ao direito de greve.

Então, há uma enormidade de pautas, E nós da Frente, como eu há pouco falava com o João Domingos, temos que nos articular para trabalhar conjuntamente em defesa do interesse do servidor público. Vivemos momentos de muita tensão na sociedade, e, efetivamente, quando há necessidade de esticarmos a corda, de combatermos o assédio moral, o ataque do governante ao servidor público, que ainda não está devidamente protegido. Por isso, estamos aqui congregando nessa frente.

A Anfip, que há 66 anos defende a Previdência, a seguridade social, a justiça fiscal, também defende o servidor público como um todo e a qualidade do serviço público. Por isso nos irmanamos com o Senador Paim, com os organizadores da Frente em Defesa do Serviço Público e, acima de tudo, com todas as centrais, todos os movimentos sociais, porque cada vez mais a qualidade do serviço público decorre muito da qualidade das condições de trabalho do servidor e da sua garantia de continuar prestando, como cidadão, um serviço aos demais cidadãos do Brasil.

Por isso, senhores, bem-vindos à Frente. E vamos atuar muito decisivamente para consolidá-la, para de fato ter prominência não só nas Casas do Congresso, mas também na sociedade, mostrando muito claramente que servidor não é encargo, não é merecedor dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ameaça constante. Servidor público é que ajuda a construir a Nação brasileira.

Muito obrigado e vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Vilson Antônio Romero, Presidente da Anfip, entidade que está sempre caminhando com a gente na defesa do nosso povo e da nossa gente.

Paulo Lino, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

O SR. PAULO LINO – Boa tarde a todos.

Eu queria inicialmente dar os parabéns agradecer ao Senador Paulo Paim e à Deputada Alice Portugal, representando todos os Parlamentares desta Casa que apoiam os servidores públicos, o serviço público em geral, pelo relançamento desta Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Eu acho que nunca, ou pelo menos nos últimos 30 anos, nós estivemos tão necessitados da ajuda, tão necessitados do apoio das nossas Casas parlamentares, porque o serviço público sofre neste momento um dos maiores ataques por parte do Governo, e temos, sim, que nos defender.

Queria parabenizar todos os servidores públicos que estão aqui em Brasília desde ontem dando uma demonstração muito grande de união. Não havia e não há em todas as manifestações que fizemos – ontem e hoje e que terminará amanhã com uma nova reunião na tenda, onde todos nós estamos reunidos – diferenças de categorias, diferenças de orientações partidárias, de orientações políticas, porque estamos todos unidos naquilo que nos une, naquilo que nos congrega, que é a defesa do serviço público.

Defender o servidor público, defender o serviço público hoje é defender a sociedade brasileira, porque quando nos atacam, quando atacam o serviço público, quando atacam o servidor público, estão atacando a sociedade brasileira, que é quem recebe aquilo que nós produzimos. O que nós produzimos são benefícios para a sociedade. Ao diminuir o Estado, ao atacar o servidor público, o serviço público, é a sociedade que sofrerá, a sociedade é que será penalizada por aquilo que nos atingir.

Não resta dúvida de que todos os projetos que poderiam ser colocados naquilo que pode afetar o serviço público estão aí. Fora aqueles que já estão no Senado e na Câmara Federal, somos cercados de notícias que nos mostram que o que está por vir ainda é muito pior do que o que já está aqui. Então, nós temos é que nos manter unidos, temos é que contar com esses Parlamentares valorosos que sempre nos defenderam, que continuam nos defendendo e que temos a certeza de que continuarão nos defendendo neste momento perigoso para todos nós servidores públicos.

É preciso manter a unidade. É preciso ficarmos juntos naquilo que nos congrega e é preciso, mais do que tudo, que todos nós que estivemos aqui, esses 15 mil servidores que caminharam hoje por Brasília, ao voltar aos seus Estados, levem a semente de que essa união é necessária, levem a certeza para os nossos colegas em cada Estado de que o ataque é perigoso, que o ataque por parte do Governo é forte e que nós temos que nos defender. A nossa defesa é a união, a nossa defesa é permanecer junto daqueles que estão do nosso lado.

Então, é muito importante que hoje tenhamos essa certeza de que somente juntos podemos nos defender dos ataques pavorosos que vêm do Governo. Temos a obrigação de, ao voltarmos para as nossas casas, ao voltarmos para nossos Estados, nos transformarmos em multiplicadores dessa necessidade, multiplicadores dessa união, e trazermos mais 15 mil, mais 100 mil, um milhão de servidores públicos que existem por este País.

Servidores públicos estaduais, municipais, federais, dos três Poderes, temos que estar definitivamente unidos nesta luta que é em defesa, sim, de nós como servidores, do serviço público, das instituições em que trabalhamos, mas é uma defesa muito maior da sociedade brasileira.

Parabéns, parlamenteares. Parabéns, servidores públicos. E vamos juntos continuar defendendo aquilo que temos de mais valoroso para nós, que é o nosso serviço, a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo Lino, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), sempre junto nesse caminho do bem, como eu sempre digo, fazendo o bem sem olhar a quem.

Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Lembro a todos que a audiência, amanhã, lá na Comissão dos Direitos Humanos, é o que eu chamo a Frente Ampla Brasil. Não é nada partidário. Todas as frentes estarão lá amanhã numa grande reunião, para discutirmos como combater as reformas.

Por favor, Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVAUD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras aqui. Também gostaria de cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim, nossa trincheira, e em vosso nome cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes.

Senador Paulo Paim, lamentavelmente nós nos unimos no amor ou na dor. Não existe outra forma de o ser humano se reunir. O amor pelo jeito não nos uniu dessa vez.

Lamentavelmente foi a dor, foi a perda ou a ameaça da perda, a rasteira e a vontade de nos massacrar, nós trabalhadores.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de voltar lá em 2001, quando trouxe o negociado sobre o legislado para esta Casa e, talvez – que os anjos digam amém –, novamente o legislado em cima do negociado traga o senhor, talvez, para a Presidência da República. (*Palmas.*)

Foi nessa oportunidade, Senador, que V. Exª, numa sessão do Congresso Nacional, destacou algumas folhas da Constituição e encaminhou à Mesa, para as pessoas que não tinham feito a leitura da Constituição. E, gentilmente, V. Exª encaminhou o livro que continha a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encaminhei pela via aérea. Um cara lá me chamou de tudo aqui e mais um pouco, e daí eu encaminhei pela via aérea. Só que errei e pegou no outro. É isso que ele está contando aqui.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVAUD – Eu não queria dizer que o senhor jogou a Constituição neles, mas fez o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encaminhei pela via aérea!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVAUD – Talvez seja outra atitude similar a essa que nós estamos precisando para mexer com o nosso Congresso Nacional.

Senador, na época Collor, que todos devem lembrar, os servidores públicos foram o bode expiatório do Collor. Todos os servidores públicos do Brasil não prestavam, eram marajás, não faziam nada. E assim ele se elegeu. Passou. Não teve sucesso na vida política e, mais uma vez, nós demonstramos que os servidores públicos têm o seu valor, têm sua razão, e nós necessitamos de vocês.

Eu tenho dito, Senador, que o povo brasileiro é o que mais necessita do servidor público. Nós necessitamos da segurança pública, da educação, do transporte, da saúde, e assim vai em frente. Porque o rico, o grande empresário, a segurança, ele contrata particular; a educação, os filhos estão nos bons colégios particulares; o transporte, ele anda com o seu bom carro; a saúde, ele tem bons planos; e assim vai. Então ele não necessita do servidor público. Ele utiliza o servidor público para melhorar mais ainda a sua condição de vida.

Portanto, Senador, essa granada que estão jogando no meio de nós, temos que saber e ser espertos para desativá-la. Nós temos que ter o nosso resgate da democracia para voltar a fazer as nossas discussões em valorização do servidor público. Nós não podemos aceitar, de forma alguma, nenhuma retirada de direitos. (*Palmas.*)

Nenhum direito que conseguimos foi de mãos beijadas. Todos eles foram com muita luta e para todos eles tivemos motivo, um porquê de consegui-los. Nada foi de graça, nada foi de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cala-boca, conforme a nossa Ministra ontem falou.

A valorização do servidor público, Senador, faz parte da história do povo brasileiro. Se não fortalecermos o servidor público, a Nação é fraca; se nós não fortalecermos o trabalhador servidor público, a República é manca. Nós não temos outra forma, porque nós, o povo brasileiro de forma geral, necessitamos do servidor público.

Nós não podemos deixar as coisas acontecerem. Nós não podemos abençoar nem dizer nada a favor do PL 257, da PEC 241, da reforma contra a Previdência, coisas contra as quais V. Exª tem corrido o Brasil afora e V. Exª tem sido a nossa trincheira contra a terceirização e contra a quebra da Previdência.

Em outras oportunidades, no governo anterior, Senador, quando foi mexida a flexibilização e a bonificação das empresas em cima da Previdência, V. Exª e muitos dirigentes sindicais cobravam: é mais um golpe perante a Previdência e é mais uma maneira de enfraquecer a Previdência, para que ela, cada vez, vá se enfraquecendo mais, até abrir a sua própria falência.

Neste Governo, mais do que nunca, o que eles acabaram fazendo foi pegar o dinheiro da Previdência e colocar no Tesouro, como se esse dinheiro não fosse do trabalhador, como se esse dinheiro não fosse do servidor público, como se esse dinheiro não fosse do povo brasileiro.

Nós não podemos de forma alguma aceitar esse tipo de situação. Nós não podemos aceitar de forma nenhuma as ações antissindicais. Todo governo – todo, indistintamente – quando assume o poder, o primeiro alvo é contra o movimento sindical, é contra os trabalhadores e é contra o servidor público. (*Palmas.*)

Não existe, não lembro na minha vida, no meu período como sindicalista, de já não ter visto essa história. Assim aconteceu com Fernando Henrique; assim aconteceu com Collor; assim aconteceu com nosso amigo Lula; assim aconteceu agora, dessa forma.

E não foram os militares que acabaram com o movimento sindical, como também não vai ser o Temer. O movimento sindical é muito mais forte que qualquer ato antissindical. Porque juntos nós somos fortes; porque juntos nós temos uma barreira forte que nos coloca em defesa do trabalhador. Nós temos que ter a consciência do dia a dia, porque se esmorecermos, se nós formos enfraquecendo, se o movimento sindical for se dividindo por A, por B, por C, é a jogada política que o Governo quer. Quanto mais nós brigarmos por nós, quanto mais nós nos fatiarmos, mais fracos ficamos.

Portanto, eu gostaria de conclamar todos os nossos companheiros e companheiras aqui presentes, agradecer a V. Exª, Paulo Paim, e dizer que realmente passei por um imbróglio meio complicado, mas estou de volta. Mais uma vez, quero confirmar a minha disposição, Senador, e o meu respeito por V. Exª e dizer que somos soldado da sua luta, da luta do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Moacyr! (*Palmas.*)

Esse foi o Moacyr Roberto Tesch, como disse e repito, guerreiro do povo brasileiro.

Aproveito que fez esse belo pronunciamento para registrar a presença do Deputado Federal Roberto de Lucena, do PV de São Paulo. É outro que está sempre com a gente na luta pelo bem da nossa gente. (*Palmas.*)

Deputado, sente-se aqui à nossa mesa e use da palavra no momento que entender mais adequado.

Passo a palavra neste momento para a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), a líder Rosângela Rassy. (*Palmas.*)

A SRª ROSÂNGELA RASSY – Boa tarde a todos.

Saúdo a Mesa na figura do grande líder Senador Paulo Paim e também, em nome dos Deputados, eu saúdo a Deputada Angela Albino, que aqui se encontra, e o Deputado Roberto de Lucena.

Para nós, que já acompanhamos há algum tempo as lutas dos trabalhadores servidores públicos dentro das Casas do Legislativo, reputamos como de grande importância este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

momento: o renascimento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos, uma frente parlamentar mista constituída e representada por Senadores e Deputados.

É muito importante para as lideranças sindicais de servidores públicos saberem quem é quem dentro das Casas do Legislativo. É importante que saibamos com quem podemos contar, a quem podemos nos dirigir, com quem podemos ampliar um diálogo para que esses representantes do povo e para que esses representantes de servidores passem a conhecer mais amiúde as necessidades de cada uma das categorias de servidores públicos.

Ainda há pouco, a Deputada Angela citou a questão do reajuste salarial, que é um problema, é uma dificuldade que os servidores públicos estão enfrentando neste momento. Então, é a sensibilidade dos Parlamentares, é o conhecer das necessidades e das características de cada uma das carreiras que vai fazer que o Parlamentar abrace a luta em defesa dessas carreiras. Reajuste salarial para nós, lideranças de servidores públicos, representa fortalecimento das carreiras de servidores públicos. Sem o fortalecimento, sem o reconhecimento do valor dessas carreiras, as carreiras vão se diluindo, vão perdendo sua importância dentro do cenário brasileiro.

Quem aqui, como servidor público ou trabalhador celetista, não conhece ou reconhece a importância da Auditoria Fiscal do Trabalho, que nós representamos nesta Mesa?

Hoje, senhores, somos muito poucos servidores representando a Auditoria Fiscal do Trabalho. Eu represento também o Estado do Pará, onde hoje nós temos apenas 57 auditores fiscais do trabalho na linha de frente para cobrir toda aquela imensidão que é o Estado do Pará. Essa mesma realidade se repete no Sul, no Sudeste, no Nordeste e no Centro-Oeste. Então, um dos pontos que certamente esta Frente Parlamentar Mista precisa abraçar, e irá abraçar, é a defesa de concurso público para servidores públicos. (*Palmas.*)

Quantas carreiras não realizam concursos públicos há mais de dez anos?

Nós recebemos no nosso sindicato, o Sinait, há alguns anos, uma carta de um auditor fiscal do trabalho, colega nosso lotado em um Município do Rio Grande do Sul, o grande Estado do nosso Senador. Esse colega relatava que, naquele dia, ele, literalmente, havia passado o cadeado e a chave nas portas do prédio que representava o Ministério do Trabalho naquele Município e que ele relutou em se aposentar, porque os poucos funcionários administrativos já haviam se aposentado. Ele relutou. Como auditor, ele tirava a carteira, deferia o pedido do seguro-desemprego, atendia denúncia sobre não pagamento de salário, sobre não concessão de férias, ele sozinho. Mas chegou o momento em que ele não aguentou. Ele dizia que era com lágrimas nos olhos que ele escrevia ao sindicato da categoria comunicando isso e que nós levássemos ao conhecimento do Ministério do Trabalho.

E aí pergunta-se: será que o Governo, o Ministério do Trabalho, não sabe dessa realidade? Sabe. Sabe, mas ao longo dos anos nenhum dos governos que tivemos resolveu esse problema.

Esse é um dos problemas do Ministério do Trabalho e, certamente, representa também um problema grande de outras carreiras aqui representadas.

Essa frente parlamentar, por certo – e até porque seu grande líder, o Senador Paim, já abraça essas causas –, irá defender com muita garra também a questão da reforma trabalhista. Todos acompanhamos os noticiários da semana passada, quando foi divulgado que a reforma trabalhista, que já vem sendo anunciada, estava chegando através de uma flexibilização da jornada de trabalho. Ou seja, se não nos unirmos, se os nossos representantes políticos, aqueles que foram eleitos pelos servidores e pelos trabalhadores do nosso País, não abraçarem essas causas, a reforma trabalhista vai passar.

Quanto à questão da terceirização: o Senador Paim vem lutando há anos, e bravamente, e vem conseguindo estancá-la, mas a proposta de que seja permitida a terceirização nas atividades-fim é escandalosa. Vocês imaginam um colégio sem professor? A atividade-fim do colégio é dar aula. Como podemos pensar e admitir a terceirização de professores? Mas hoje a fiscalização já encontra em muitos estabelecimentos, pequenos estabelecimentos, um empregado de carteira assinada e dez estagiários, e estagiários que, quando a gente vê a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fundo, descobre que não têm o requisito principal, que é ser estudante. Essa é a triste realidade sobre a qual essa frente parlamentar terá de se debruçar.

A questão do trabalho escravo passa também pelo número reduzido de auditores fiscais do trabalho. As estatísticas dizem que têm diminuído os números relativos ao trabalho escravo no Brasil. Não têm não! Não têm não! O que tem diminuído é o número de fiscalizações, é o número de auditores fiscais para fiscalizar. (*Palmas.*)

Essa é a realidade. Nós já tivemos nove equipes, os chamados grupos móveis de fiscalização, que se deslocam pelo País todo fiscalizando denúncia de trabalho escravo. Hoje estamos reduzidos a duas equipes, senhores. Então, isso é acabar com a inspeção do trabalho no Brasil, isso é desrespeitar o servidor público. Isso é não cumprir a Convenção nº 81, da OIT, que o Brasil assinou comprometendo-se a manter um corpo com um número de auditores suficiente para proteger o trabalhador brasileiro.

A NR-12, citada aqui pelo Senador. Grupos de maus empregadores – existem os ótimos e bons empregadores, mas existem os péssimos empregadores, que querem manter em funcionamento máquinas totalmente em desuso, que mutilam, que matam trabalhadores – querem acabar com ela, com a Norma Regulamentadora nº 12.

(*Interrupção do som.*)

A SRª ROSÂNGELA RASSY – É o documento com base no qual os auditores fiscais do trabalho podem exigir a proteção do trabalhador.

Então, vejam só: apenas na área trabalhista, eu citei aqui vários pontos em que a Frente Parlamentar terá, certamente, muitas tarefas, muito o que abraçar e por que lutar.

Saúdo os Srs. Deputados, saúdo o Senador Paim e todos os demais Parlamentares que integram essa frente. Que outros Parlamentares mais jovens, mais recentes, despertem para essa necessidade de abraçar a causa dos servidores públicos. Servidor público valorizado é a garantia da proteção da sociedade brasileira, que está tão necessitada disso.

Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rosângela Rassy, que falou pelo Sinait.

Em todo lançamento de frente, a gente passa um pequeno vídeo de três a cinco minutos. Eu peço que passem o vídeo. Na sequência, fala o Marcos Kersting. Vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Vamos em frente com toda a mobilização, que começou ontem.

Chamamos para usar da palavra o Presidente da Fenasempe, o líder Marcos Kersting.

O SR. MARCOS KERSTING – Boa tarde, companheiros e companheiras.

Vou, primeiro, dedicar um minuto a fazer agradecimentos, algo fundamental, antes de falar sobre o nosso importante tema.

É impossível não discorrer sobre o histórico da marcante forma como conheci o glorioso companheiro Paim. Sempre tento chamar a memória dele, porque ele deve ter milhares de momentos. Como não tenho tantos – espero tê-los –, para mim é muito marcante. Conheci o Paim no fervoroso Sindipetro, lá no Rio Grande do Sul. O nosso companheiro comum Dari Beck Filho estava junto; também um companheiro que ficou muito conhecido e depois virou Ministro, Miguel Rossetto; também o companheiro Jacaré; também o bancário Juberlei etc. São companheiros que fizeram parte da nossa corrida. Isso foi muito importante para mim, foi uma escola muito marcante. Foi fundamental ter conhecido o Paim lá, e o Sindipetro deu todo o apoio inicial. Então, não tenho o que falar da trajetória do Paim, que até conheço de outras militâncias também, graças a Deus.

Há um segundo agradecimento que tenho o dever de fazer. Além do brilhantismo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do comprometimento do Paim, há um reconhecimento público de grandeza, do sentido de brilhantismo, um reconhecimento de momento que, às vezes, só a experiência nos dá. Refiro-me à jogada de mestre do nosso Presidente João neste momento, quando parece que todo mundo começa a bater cabeça, quando as coisas não se encaixam, quando parece que estão faltando dentes nas engrenagens. Confesso que nós, mais jovens, olhamos para a base e dissemos "Que merda!" – com todo respeito; desculpem, esqueci que está sendo gravado. Mas, companheiro, é complicado. Daí, chega o João, com aquela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até os artistas falam seguidamente essa palavra.

O SR. MARCOS KERSTING – É. Bem, enfim, passado isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No fim da peça de teatro, eles dizem: "Que merda!"

O SR. MARCOS KERSTING – João, faço um reconhecimento público da sua genialidade política: essa foi uma jogada de mestre, porque não há como qualquer matiz ideológico, ou simplesmente vaidade ou qualquer suspiro, ser usado para dizer "Não vou participar." E aquele Parlamentar que quer passar óleo no corpo e sair pela porta dos fundos, agora, vai levar um abraço de urso da gente, vai ter que entrar na peleia. Então, meu reconhecimento público.

Ainda algo quanto a esse reconhecimento do João. O que ele vem fazendo não poderia acontecer se também não houvesse uma retaguarda que segurasse a peteca, como dizemos no Rio Grande do Sul. No baile, para tocar a música, alguém tem que estar lá com o instrumento na mão. Aí, vai o reconhecimento ao Borges, que está aqui. Eu acompanhei também, de certa forma, alguns apertos financeiros que as entidades passaram para segurar a luta, o que também não é fácil. E são atores que, às vezes, não aparecem. Então, quero também aqui, de público, fazer esse reconhecimento.

Estava antes aqui o nosso pessoal do jurídico, mas já saiu também: o Osmir, com quem andei discutindo muita coisa, assim como com o Rodney, que também queria ter parabenizado.

Por último, para entrar na fala – desculpem por eu estar me alongando –, o pessoal que está organizando essas nossas frentes. Há bastante tempo que eu vivo até brigando – e também não brigando, mas elogiando –, faz parte a cobrança, com a Patrícia, o Valmir e a Grace – acho que vi lá o Valmir e a Grace.

Eu queria também agradecer ao teu gabinete.

Peço uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

Bem, companheiras e companheiros, na nossa avaliação, a Frente entra no momento ideal: ela entra como cimento para a nossa casa, porque o vento que bate é forte, e a casa não pode ser de madeira, ela tem que estar pronta para a guerra. Não tenho muito a acrescentar às sábias falas em que se mencionou o que temos que combater, mas eu quero aproveitar a Frente e a incrível energia do Paim, da Portugal, e de companheiros de luta que com certeza virão... Lembro-me, um tempo atrás, de conversar com o Gilberto Carvalho, que está chateado com muitas coisas, mas não largou a bandeira. Nós temos coisas a botar nessa frente.

Há, por exemplo, algo que tem a ver com o serviço público. Este Governo insiste tanto em tocar no serviço público e tentar nos eleger, como bem falou o companheiro Moacyr lembrando o tempo do Collor, como marajás. Há uma parte do setor público que nós devemos tocar, essa tem que sofrer reforma. Cito, por exemplo, esse Carf, onde bilhões passam, de onde bilhões fogem, e ninguém presta conta de nada.

E ali está uma turma de amigos. Corrija-me se estiver errado, Senador, mas nós podemos entrar ali para discutir o Orçamento, o que é que acontece. Ali, sim, há receita. Ali nós podemos discutir. Um ponto.

E mais do que isso, senhores: além dessa turma de resistência a esses projetos, eu quero aproveitar, Senador Paim, para também fazer propostas, eu acho que posso contribuir muito. Há pouco tempo lançamos também uma parceria fantástica com o João, a PEC da Data-Base. Aproveito aqui para elogiar o texto final do Gustavo, nosso parceiro do Musme, de Tocantins,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que junta mais de 40 entidades que estão combatendo lá, fazendo greve etc. (*Palmas.*)

Acabamos de lançar a PEC da Data-Base, Paim, a PEC 260, de 2016, que regulamenta a revisão geral anual e estabelece uma coisa em relação à qual muitas vezes ouvi alguns comentários teus: obriga-se o administrador público a ter a dignidade de discutir, a ter que enviar projeto. Muitas vezes o camarada assume um cargo público e se esquiva, e fica aquela coisa de todo mundo ter que entrar em greve, uma coisa meio nefasta.

Avançando.

Há outro ponto. Quero aproveitar a Comissão, e já queria até encaminhar um papel... Talvez seja o primeiro papel após o relançamento da nossa frente. É o seguinte. A nossa entidade conseguiu, por meio de um mandado de injunção no STF, deliberado pelo Ministro Teori, o que seria a aposentadoria especial para os portadores de deficiência. O intervalo de tempo para a entrada em vigor da lei que começou a regulamentar os portadores de deficiência... Nesse intervalo de tempo, o servidor público, principalmente o mais necessitado ou portador, ficou ao relento. Não estou vendo nenhum servidor portador de deficiências ou necessidades especiais aqui, mas, para os senhores terem uma ideia, eles representam 4% do setor público, o que é muita gente. Esses nossos colegas, que passam por muitas dificuldades, foram abandonados pelo Estado nessa questão. Sei até que companheiros do gabinete – o Aldair e outros que estão lá contigo e são meus amigos – estão lutando por isso. Então, a gente conseguiu esse mandado de injunção, Paim, para regulamentar essa lei. Está em vigor, e a frente pode fazer disso, pelo mandado... Eu acho uma extensão disso, uma discussão sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Boa ideia.

O SR. MARCOS KERSTING – Trata-se de uma bandeira que começa a ter uma pauta também positiva. Eu não sei se os companheiros estão entendendo qual é a ideia, o que eu estou propondo. Ter uma frente de resistência é fundamental e necessário, meu Presidente, mas também é preciso apresentar proposições para aglutinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bela proposta. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS KERSTING – Obrigado.

Então, para encerrar, respeitando as demais falas, eu quero parabenizar essa iniciativa, uma iniciativa de todos, e dizer que essa caminhada reflete outra caminhada que está na sociedade civil, meu Senador. Eu estava em Porto Alegre, no grato momento do chopp sagrado, e, de repente, surge o movimento espontâneo de algumas pessoas do bar. Sim, as primeiras estavam felizes por estarem tomando um chopp e começaram "Fora, Temer, fora já daqui!" Nesse momento... Era um movimento Fora, Temer, mas, de repente, eram 15, eram 30, eram 50, 100 pessoas ao meu lado em três minutos. Só que, daí, a fala não era só uma revolta dirigida a uma pessoa, mas contra um projeto, Senador, e isso me dá esperança. Aí entra a tua fala, meu Presidente: nós temos chance. Então, companheiros, vamos à luta!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Presidente da Fenasempe, Marcos Kersting – eu estava olhando para cá, mas estava era querendo pronunciar o teu sobrenome! Você tem toda razão – só uma frase para ir na mesma linha, frase que eu gosto de dizer –, os que pensam pequeno atacam homens, e os que pensam grande defendem causas. Então, não é só a figura do Temer – você falou bem –, é o projeto que ele defende, que é contra o projeto do povo brasileiro. Então, a nossa causa é o projeto do povo brasileiro. Por isso, fora, Temer! Parabéns! Parabéns! (*Palmas.*)

Passo a palavra, com satisfação enorme, a esse jovem líder Edson Índio, que fala em nome da Intersindical e tem viajado o Brasil com a gente – digo porque é fato e é real. Ele faz colocações muito firmes, duras para alguns, mas verdadeiras para todos. (*Palmas.*)

O SR. EDSON ÍNDIO – Obrigado.

Minha voz está falhando aqui... O Temer tira até a nossa voz, mas não vai tirar a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

disposição de luta na defesa do serviço público. (*Palmas.*)

Inicialmente, quero agradecer e saudar o Senador Paim pela iniciativa. Agradeço também ao companheiro João Domingos a iniciativa também. Quero saudar toda a Mesa, as trabalhadoras e os trabalhadores, as diversas entidades aqui presentes –temos aqui a representação de milhões de trabalhadores, não apenas do serviço público.

Quero dizer que, da parte da Intersindical, nós estamos buscando, em conjunto com as centrais sindicais e com os movimentos e as organizações democráticas progressistas deste País, construir uma grande aliança para a defesa do serviço público, a defesa dos direitos dos trabalhadores e da própria Constituição de 88, que este Governo está tratando de tentar desmontar.

Quero também saudar a iniciativa de recompor a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Nós acreditamos que essa é uma iniciativa importante e que pode ajudar a soldar essa grande aliança social dos amplos setores na defesa do serviço público, tão atacado por este Governo.

Na nossa opinião, o governo de plantão deu um golpe para implantar uma agenda que visa turbinar as fortunas de um punhado de bilionários, o chamado 1%, que abocanha quase toda a riqueza produzida no Brasil e no mundo, sem nenhum compromisso com as consequências disso para milhões de pessoas. Eles estão dispostos a implantar uma agenda que é terra arrasada, como se disse aqui no vídeo, que desmonta o serviço público, que desmonta as garantias sociais e que desmonta os princípios constitucionais, apenas para garantir a fortuna de um punhado de bilionários, independentemente das consequências sociais gravíssimas que isso vai trazer para o povo brasileiro e para o nosso País.

Essa é uma questão fundamental que, na nossa opinião, é preciso esclarecer. Primeiro, é preciso ficar claro que o povo brasileiro, os servidores públicos, as centrais sindicais, os Parlamentares progressistas e combativos do Congresso Nacional, a própria classe trabalhadora e a juventude não vamos permitir o desmonte do papel social do Estado, das conquistas sociais e trabalhistas da Constituição de 88. Isso tem que ficar muito claro.

Quem está na defesa dos direitos e da própria Constituição neste momento são os movimentos sociais, e aqui há uma maioria parlamentar circunstancial que atenta contra a Constituição do nosso País e precisa sofrer as consequências por esse atentado. Uma das coisas que precisam ficar claras, e nós temos feito esse debate, e as diversas organizações do movimento sindical também o têm feito, é que, nas eleições municipais deste ano nós não vamos admitir candidato a prefeito e a vereador nos Municípios que falam que vão melhorar a educação pública, que falam que vão melhorar os serviços públicos, mas, aqui no Congresso Nacional, está aprovando, votando e defendendo a PEC 241, o PLP 257. Isso é um absurdo e tem que ser denunciado. (*Palmas.*)

Nós temos orientado os trabalhadores a não votarem em candidatos ou em grupos políticos que apoiam esses projetos. É preciso que o povo brasileiro atente para isso. E é preciso que esses Parlamentares que se colocam em apoio a esses projetos saibam que as ruas... Eles vão para o poste, e as ruas vão cobrar nas urnas essa traição ao serviço público. Isso precisa ficar muito claro, e nós precisamos denunciar aqueles que apoiam isso no Congresso Nacional e lá nas nossas cidades ficam jogando areia em nossos olhos dizendo "Ah, como eu gosto do povo! Como eu apoio a educação pública". É preciso que se pague muito caro por isso.

Nós precisamos deixar claro que o Brasil precisa mudar a agenda política do País. Nós não podemos ficar discutindo uma série de medidas que desmontam o serviço público, que desmontam as garantias sociais, que desmontam os direitos trabalhistas. Nós queremos discutir é a taxação das grandes fortunas. Nós queremos discutir é a taxação das heranças imensas. Nós queremos discutir é a redução da taxa de juros, porque já chega de desviar bilhões e bilhões da execução do Orçamento para engordar os lucros dos bancos. Eu sou bancário, a minha categoria está em greve, e nós deixamos isto muito claro durante a nossa greve: não é possível um país como o Brasil sustentar o sistema financeiro com a pujança que o sistema financeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e o setor bancário têm. É preciso que isto fique claro: esses recursos vêm do povo brasileiro.

Nós precisamos deixar claro que dinheiro público é para as políticas públicas, dinheiro público é para melhorar o serviço público, dinheiro público é para melhorar as condições dos servidores públicos sim, melhorar as condições de trabalho, melhorar os salários dos servidores públicos, porque nós sabemos que, para se ter serviço público qualidade, é preciso ter um servidor respeitado, com garantias, com um salário decente, o que não vem acontecendo.

Nós precisamos dizer que é preciso inverter as prioridades neste País. Nós somos um país de 204 milhões onde a riqueza produzida pela população e pela classe trabalhadora é abocanhada por uma minoria que não tem o menor compromisso com o nosso povo. Então, é muito importante que os servidores públicos façam essa discussão. Nós estamos buscando construir, como foi dito aqui, uma grande aliança com todos os setores do movimento social, do movimento sindical e do movimento popular para parar o Brasil no próximo mês, nos próximos dias, para dizer que nós não vamos aceitar a PEC 241, que nós não vamos aceitar o Projeto 257, nós não vamos aceitar a entrega do pré-sal, nós não vamos aceitar essas medidas que acabam com os direitos dos trabalhadores.

É preciso dizer também que, infelizmente, o povo brasileiro não tem sofrido apenas com os ataques que vêm da Presidência da República e da maioria do Congresso. No ano passado, nós tivemos aqui uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o STF, que julgou constitucional a utilização das organizações sociais nas áreas de saúde, de educação, de ciência e tecnologia, de pesquisa e do desporto. É o esvaziamento do serviço público! Para o STF, não é preciso mais haver concurso público, basta a Administração contratar organizações sociais que vão substituir os servidores. Isso é um absurdo! E esse Poder Judiciário de classe também tem que ser denunciado pela população. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa! (*Palmas.*)

Essa é a terceirização perversa que eles querem fazer.

E também é preciso deixar muito claro que aqui, felizmente, nós temos o Senador Paim, que é o Relator do PLC 30. Mas nós precisamos deixar claro: se eles aprovarem esse projeto que esvazia o serviço público através da terceirização... Mas, mais do que isso, esse projeto transforma todo mundo em prestador de serviços, acabando com a contratação, acabando com o concurso público ou com a carteira de trabalho no setor privado. Nós queremos trabalho de qualidade, nós queremos emprego de qualidade, emprego decente no serviço público e no setor privado. Para isso, é preciso derrotar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDSON ÍNDIO – ... o projeto do Governo Temer e da maioria do Congresso.

Portanto, tem que ficar claro: o povo brasileiro não vai aceitar o desmonte do serviço público. Nós queremos o SUS 100% público, nós queremos dizer que chega de transformar a educação em mercadoria, chega de transformar o serviço público em espaço para as grandes empresas se enriquecerem. Nós queremos dinheiro público para as políticas públicas. Nós trabalhamos, pagamos impostos, sustentamos este País, mas nós queremos um serviço público de qualidade, e isso só vai acontecer com a mobilização do povo, com a mobilização dos servidores, com o apoio dos Parlamentares progressistas, de esquerda, com o apoio da maioria da população, que quer um serviço público de qualidade e respeito aos nossos direitos.

Portanto, viva o serviço público! Parabéns pela Frente em Defesa do Serviço Público! Vamos defender as conquistas históricas do nosso País, a soberania nacional, o pré-sal, os servidores públicos e tudo aquilo que a gente conquistou com sangue, suor e luta de gerações e gerações. Esse é o recado da Intersindical.

E queremos deixar claro: nós estamos aqui, juntamente com todos os servidores e os setores populares deste País, para defender os direitos, para defender as conquistas e para defender o serviço público de qualidade, que é uma necessidade para a classe trabalhadora e para a população brasileira.

Um grande abraço, boa tarde. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Edson Índio, representante da Intersindical.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Federal Roberto Alves de Lucena. Em seguida, S. Exª se deslocará para a Câmara dos Deputados porque lá estão votando.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV - SP) – Estamos em votação.

Senador Paulo Paim, em sua pessoa e em nome do Presidente João Domingos, tomo a liberdade de cumprimentar toda esta Mesa e todas as lideranças que aqui estão presentes, nesta oportunidade singular, e que representam os servidores públicos do nosso País no lançamento dessa importante Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Já assinei a minha adesão à frente e vim me apresentar como seu soldado para receber seu comando e dizer que, lá na Câmara dos Deputados, estaremos ao lado da Alice, porta-voz legítima da frente, mobilizando a frente na Câmara, e seguindo sua orientação no Congresso Nacional.

Meus amigos, o ambiente de hostilidade e de depreciação, de desrespeito para como serviço público que temos neste momento no nosso País equivale aos ambientes mais perversos e mais críticos que já tivemos em toda a história da República. O serviço público é um dos alvos deste processo, processo de desgaste e desmonte, mas é justo dizer que esse processo não começou hoje, não começou na semana passada, não começou no mês passado. Esse processo de desgaste, de desvalorização, de desrespeito, de esvaziamento do serviço público vem se dando ao longo dos anos.

Tivemos na Presidência da República um sociólogo, tivemos um operário, temos, neste momento, um jurista, e, na verdade, em todas essas fases – em todas essas fases! –, tivemos componentes que atentaram contra o serviço público. Isso não foi prioridade de um governo, isso não é uma especialidade ou uma exclusividade de uma ideologia, de um partido político ou de um governo.

A luta do servidor público é uma luta constante, e aqui, no Congresso Nacional – estou no Congresso Nacional há seis anos –, é uma luta diária. Devo dizer aos senhores que nós só não estamos em uma condição muito pior e irreversível em função da luta que os senhores têm empreendido, em função da luta das lideranças – e aqui menciono o Presidente João Domingos, em cujo nome saúdo outras lideranças que diariamente e a cada semana fazem esse enfrentamento de gabinete em gabinete, nos corredores e nos bastidores do Congresso Nacional –, lideranças como a do Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Paim não tem posicionamento circunstancial, ele não é um Parlamentar de safra. O posicionamento de hoje do Senador Paulo Paim é o mesmo posicionamento que identifico nos seus discursos, nas suas posturas e nas suas defesas desde que eu o acompanho na vida pública. E é por isso que eu tenho tranquilidade de segui-lo, de me inspirar nele e de acompanhá-lo no momento em que ele lidera, neste ambiente que aqui mencionei, um ambiente tão atrevido e tão agressivo, um ambiente que é tão nocivo e que procura o desmonte do serviço público, neste momento, mais do que em qualquer outro tempo, a instituição dessa frente, o que é absolutamente necessário. (*Palmas*.)

Então, preciso fazer justiça, lembrando que a nossa luta, a luta do servidor público, é diária e passou por todos os modelos e todas as propostas de governo dos últimos anos. Falo com autoridade de quem não é de Paulo nem de Apolo, com autoridade de quem é do Brasil, de quem é do serviço público, de quem está defendendo a classe trabalhadora e está ao lado do Brasil.

Temos temas seriíssimos, importantíssimos, que estão neste momento tramitando. O objetivo que me parece estar implícito em alguns movimentos é exatamente aquilo que já foi aqui colocado: não há discurso novo, há o objetivo da privatização, da terceirização, que precariza o serviço público, que esvazia a função. A visão da sociedade, o que tem sido passado e vendido para a sociedade é que o servidor público ganha muito e trabalha pouco. Na verdade, no caso da grande maioria daqueles que servem o País com seu trabalho no serviço público, é o contrário: ganham pouco e trabalham muito. São eles que carregam nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ombros o peso dessa máquina, das engrenagens da máquina do serviço público, que ainda faz o Brasil funcionar.

Então, vim aqui objetivamente – preciso, como disse o Senador Paim, me retirar –, Senador Paulo Paim, primeiro, cumprimentar V. Exª pela iniciativa, me colocar à disposição, dizer que, na Câmara dos Deputados, o nosso gabinete e mandato serão um preposto do seu gabinete e mandato na luta, juntamente com as nossas lideranças, em defesa do serviço público. Digo também aos senhores que podem contar conosco, que há, sem dúvida, um grupo de Parlamentares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados que está pronto a fazer a resistência, que está pronto a levantar a voz, a levantar o estandarte e se posicionar ao lado do povo, ao lado do servidor público e ao lado da justiça e da verdade. (*Palmas.*)

Finalizo cumprimentando-os pelo lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Muito sucesso, que Deus nos abençoe, e viva o servidor público do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Meus cumprimentos ao Deputado Federal Roberto Alves de Lucena, que se colocou totalmente à disposição e está entrincheirado conosco e com outros líderes na defesa do servidor público.

Passamos a palavra agora ao João Paulo Ribeiro, JP, que fala pela CTB.

Deixe-me, João Paulo, antes, registrar a presença do Sinditamaraty, na figura da sua Presidente Suellen Bessoni Paz. Seja bem-vinda, Suellen. (*Palmas.*)

Registro a presença também do Edson, do Mosap. (*Palmas.*)

João Paulo com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Saúdo as duas autoridades, Paim, que você citou e, em nome da Suellen, as nossas queridas combatentes guerreiras, em especial as companheiras aqui, as lideranças sindicais da nossa Central; minha companheira de luta, a companheira Santa, da CTB, lideranças de mulheres, minhas companheiras que estão na luta; minha baluarte, Cristina, da Força Sindical, que está ali quietinha – vou mexer com ela – e lideranças. Acho que temos que nos espelhar nesta Casa, Paim – e mais uma vez saúdo V. Exª –, porque ela foi testemunha de uma batalha campal que me surpreendeu.

Eu queria que alguma pessoa tivesse o sentimento de que... Eu queria conhecer um homem que tivesse a fibra da Presidente Dilma, que foi deposta, tirada do poder por motivos escusos: ficou 14 horas diante de seus algozes suportando tudo com altivez e bravura, respondeu todas as perguntas e saiu de cabeça erguida. Essa fibra, acho, só as mulheres têm; os homens não têm resistência para isso. (*Palmas.*)

Falo isso e agradeço, porque vocês, mulheres, trazem no ventre a vida, e é a vida que vai trazer novamente a esperança e a democracia ao nosso País.

A democracia nos foi tirada, gente! Fomos caluniados, difamados, nossa democracia está *sub judice.* Então, acho que uma frente parlamentar que chega hoje, nesse patamar, vai, Paim, nos dizer... Nós colocamos – alguns dizem que foi mais, outros dizem que foi um pouco menos – dez mil pessoas ali na Esplanada, servidores públicos. Foi um primeiro chamado.

Este Senado Federal, se fosse um espaço democrático, não obstante sua batalha cotidiana... Infelizmente, todo mundo olha e já fala: "Ninguém entra, ninguém pode fazer". Fui assaltado, levaram o crachá... Eu pensei que ninguém ia me barrar, mas me assaltaram e levaram meu crachá. Ou seja, fiquei lá no sol 45 minutos, porque aqui não se entra, esta aqui não é a casa do povo, não é lugar de batalhas. Precisamos transformar isto aqui. (*Palmas.*)

É isso que nós temos de fazer!

Se aqui nós colocamos alguns valorosos companheiros, é porque eles tiveram a persistência e a paciência de vir. Então, eu agradeço muito a paciência de vocês por me ouvirem aqui, enaltecendo a criação, pelo Senador aqui e pela Deputada Alice Portugal... Aliás, infelizmente, eu vou ajudá-la a sair do Parlamento, mas vai sair para uma outra batalha que nós vamos ganhar, derrotando aquele golpista do DEM, o ACM Neto: a Alice vai virar Prefeita da cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de Salvador. (*Palmas.*)

É isso! Nós vamos rodar porque nós temos que fazer o diálogo, o debate, nem que percamos a batalha, mas não podemos fugir da batalha. Se você foge da batalha, você é um covarde. Nós não vamos fugir e nós não podemos fugir.

E digo o seguinte, gente: nós aqui, como trabalhadores do serviço público, precisamos ampliar, Paim. E V. Exª, Senador Paim, como parlamentar, é um grande idealizador disso.

Eu acho que algumas pessoas... Nós estamos na hora de parar com as vaidades. Infelizmente, no movimento sindical, há ainda muita vaidade. "Eu não propus, eu não vou". "Eu não estou, eu não quero aparecer". "Eu não vou falar, então eu não quero ir".

E vou brincar com os companheiros aqui. Esses companheiros todos, em toda batalha, em toda questão, aqui... São eles aqui; são os companheiros de Santa Catarina. Em todas as coisas, não há uma vez que não venha um ônibus, que não venha um... (*Palmas.*)

Estou dizendo isso porque são companheiros que não estão, assim, com muito afinco em centrais sindicais que estão aqui falando; mas são companheiros que participam da luta por participar. São outros companheiros, que não têm filiação – você entende? –, que participam pelo gosto, pela vontade e pela disposição de luta.

Vejo vários companheiros que estão presentes aqui, associações nacionais, algumas federações nacionais, que estão quietos apenas. Eles vieram se cadastrar, vieram mostrar a sua disposição de luta e estão se somando, e a gente não pode se esquecer deles, desses companheiros e companheiras que estão aqui nesta hora.

Nesta hora, nós temos que somar e chamar as outras pessoas. Nesta hora, nós temos que dizer que nós não temos problemas e não vamos pedir atestado ideológico de ninguém, porque ficar pedindo atestado ideológico de pessoas e de militantes dos servidores públicos é atraso, é retrocesso. Servidor público é servidor público! Se ele não pensa igual a mim, no mínimo nós temos que fechar a unidade de ação em alguns pontos. Acabou! Não vamos começar a criar celeumas entre nós! Vamos conseguir nos unir em torno das batalhas!

Querem alguns exemplos? No Senado, nós temos, agora, a 30, que o Paim está segurando – e já estão querendo até processá-lo –, chegou a 54... E quero saudar também a Senadora Fátima Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a Senadora Regina Sousa.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Ah, minha negona está aí?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Regina Sousa, nordestina, do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Já assinaram a frente.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Negona com muito orgulho. E nós vamos jogar cafezinho na cabeça daquele canalha que fez brincadeira idiota...

Mas, voltando: nós temos o PLC 30, chegou a 54, e eu acho que esses Senadores aqui vão estar ao nosso lado.

Agora, Paim, estão falando nos bastidores da volta da 327, que é a questão do direito de greve dos servidores públicos, e, infelizmente, o Senador Fernando Bezerra protocolou uma emenda na 559, que regulamenta, Paim, a terceirização.

Onde está com a cabeça aquele Fernando? O que o Senador está pensando?

Então, tem que falar.

O Fernando é lá do Amapá, não é isso?

Os servidores públicos do Amapá têm que ir para cima dele, acampar na frente da casa dele e dizer: "Ó, palhaço, que negócio é esse?" Aonde você vai? Dialogue com a gente!" (*Palmas.*)

Gente, tem que ser direto e objetivo. Contra quem propõe defender o que vai em sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contrário aos interesses dos servidores públicos, nós estaremos na batalha cotidiana, lá no Estado dele. Essa é a unidade que nós estamos trazendo para construir e para nós derrotarmos esses projetos nefastos.

A 241, nós vamos tirar de lá. Esses Deputados vão ser perseguidos, não com agressão, mas no convencimento. Vai ser uma batalha de convencimento, sem pedir atestado ideológico, valorizando todo mundo, todas as centrais sindicais, as regulamentadas e as não regulamentadas, porque agora nós precisamos de todos juntos, unidos em torno da ação para derrotar todos os projetos maléficos que estão tramitando nessas Casas, que deveriam ser do povo, mas não são.

Finalizo agradecendo a oportunidade, em nome do nosso Presidente Adílson Araújo, e colocando que a Loas... Nós não temos nenhum valor, nenhuma carreira será reajustada. Antes de ser votado, nós já estamos penalizados, amargando dias difíceis.

Agora, os golpistas não passarão. Nós estaremos nas ruas, na batalha em defesa dos servidores públicos intransigentemente, na defesa da unidade da classe trabalhadora.

Vamos à luta todos!

Obrigado, gente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ribeiro, da CTB!

Só temos dois da Mesa. Em seguida, falam as duas Senadoras.

Temos o Lineu, Presidente da FESSP-ESP, e o Israel. Depois, como disse, falam a Fátima e a Regina.

O SR. LINEU MAZANO – Quero cumprimentar o Senador Paim pelo compromisso. Assim que a CSPB demandou ao Senador a necessidade do relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, juntamente com a Deputada Alice Portugal, juntos, eles assumiram esse compromisso e deram esse aval – não é, João Domingos? – para que nós pudéssemos estar hoje aqui.

Mas eu queria dizer, Senador, que eu fiquei até um pouco acanhado, porque só eu estou de boné, com a farda de luta aqui na Mesa, mas para dizer o seguinte: é um momento muito importante para nós, porque nós estamos numa luta desde ontem – e essa foi a farda da luta. (*Palmas.*)

É contra o PEC 241; contra a PLP 257!

A Frente Parlamentar também está sendo lançada num dia em que nós conseguimos avançar na unidade de ação, chamando todas as centrais sindicais, todas as entidades representativas dos servidores públicos para que nós pudéssemos nos organizar para mostrar que a unidade dos trabalhadores do serviço público, somada com a unidade de todas as categorias de trabalhadores deste País, é capaz de mudar os rumos deste País, os rumos que estão colocados pelos projetos que estão na Casa, os rumos traçados por aqueles que têm o compromisso da maioria das parlamentares da Câmara e do Senado quando atuaram há anos – e vêm atuando – no sentido de tomar medidas, aprovar e encaminhar somente as pautas que são comandadas pelas confederações patronais.

Nós precisamos avançar! Por isso, o relançamento da frente parlamentar é algo muito extraordinário – não é, Sebastião? E é por isso que nós estamos aqui; é por isso que nós estamos juntos.

Mas, Senador, nós conseguimos, com muita luta, em 2010, ratificar a Convenção nº 151, convenção esta que não foi regulamentada. Nós precisamos conversar. E aqui eu faço uma reivindicação, tanto como Presidente da Federação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo como Diretor da Federação do DERs do Brasil, mas também junto com o nosso Presidente e toda a nossa diretoria, e todas as nossas federações da CSPB, pois, como 282 Deputados já assinaram que estão na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, nós temos o projeto da negociação coletiva, que foi aprovado no Senado e que precisa ser aprovado na Câmara, e, aí, Senador Paim, o senhor, como um grande mestre, uma pessoa cujos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

caminhos Deus tem iluminado, dando-lhe condições, inclusive, de sabedoria para avançar, poderia chamar uma conversa com esses Deputados para que possamos aprovar, ainda este ano, a negociação coletiva no serviço público, que, se não me engano, na Câmara, é o Projeto nº 3.832.

Então, para nós, isso é muito importante. Mas nós precisamos de muito mais. Nós, inclusive, das bases, das federações, precisamos olhar nos Estados, porque o Deputado vem aqui, assina uma ficha de que participa da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, mas será que realmente ele vai votar, vai se posicionar conforme o encaminhamento que é o interesse geral, não apenas o interesse corporativo dos servidores públicos, mas o interesse da Nação; o interesse de um serviço público que atenda a sociedade, que tenha políticas sociais, que tenha a capacidade de fiscalizar o trabalho, como foi colocado aqui pela companheira do Sindicato dos Fiscais do Trabalho?

Nós precisamos de um Estado forte, que tenha saúde de qualidade, educação de qualidade. Precisamos valorizar, inclusive, os nossos servidores do Ministério das Relações Exteriores, que estão em greve. E o Senador já assumiu o compromisso de que a Presidente do Sindicato, que está presente, também vai poder falar.

Onde se viu?! Nós já temos mais de 150 embaixadas brasileiras em greve. São mais de 150 países onde já se sabe que os servidores públicos, em todas as regiões deste mundo afora, estão em greve porque há um governo que não respeita o servidor público, porque há um Congresso Nacional onde poucos parlamentares respeitam o servidor público, que não consideram que o serviço público é algo essencial para a sociedade, para aqueles que têm os menores salários, que precisam de educação, de saúde.

Então, Senador, parabéns à condução, ao seu compromisso. Nós precisamos ter muitos e muitos embates, muitas e muitas audiências públicas por esse Brasil afora, para agregar e para nominar quais são os Parlamentares e os Senadores que realmente defendem os servidores públicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lineu Mazano, Presidente da FESSP.

Por fim, em nome da Mesa, Israel Borges, representante da FENAJUD, como último da Mesa. Falarão as duas Senadoras e, depois, houve duas inscrições do plenário que também usarão da palavra.

O SR. ISRAEL BORGES – Boa tarde aos companheiros e companheiras.

Quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, a Senadora Fátima Bezerra e o nosso Presidente João Domingos. Em nome dele, cumprimento todos os...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra e Senadora Regina Souza.

O SR. ISRAEL BORGES – Regina Souza.

Então, Senadores aqui presentes prestigiando esse grande evento da criação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público.

Parabenizo também os companheiros da FENAJUD. Estamos aqui com todas as regiões do País representadas: Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Todos os companheiros aqui representados, nessa grande mobilização em nível nacional, capitaneada pela CSPB.

Sentimo-nos orgulhosos por poder participar dessa grande mobilização em nível de Brasil, para mostrar que o servidor público não vai ser de forma algum bode expiatório para a crise, porque a culpa da má gestão dos governantes não é do servidor público, é dos Governadores dos Estados, de quem governa este País e daqueles que contribuíram para que essa crise acontecesse.

Nós precisamos alertar a sociedade brasileira e o estamos fazendo numa série de debates que a FENAJUD está promovendo País afora, Presidente João Domingos, para que a sociedade saiba o porquê da crise, para que saiba também que há caminhos para solucionar a crise. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nós temos apontado isso onde estamos realizando debates, para que a sociedade saiba que é preciso fazer auditoria cidadã da dívida; é preciso cobrar dos sonegadores de impostos deste País, que devem, de 2015 para cá, mais de R$300 bilhões. São aquelas mesmas pessoas que financiam esse Governo que está aí, o Governo que quer fazer com que o trabalhador pague a conta. Mas nós vamos dizer, numa só voz, que não vamos pagar essa conta!

Eu quero aqui deixar uma palavra para os companheiros, que está registrada pelo sábio Salomão, em Provérbios 24:10: "Se te mostrares fraco no dia da angústia, é que a tua força é pequena." A nossa força é grande porque unidos somos mais fortes. Vamos juntos, firmes na luta, porque a vitória é nossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Israel Borges, representante da FENAJUD. Meus cumprimentos.

Quero registrar a presença do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical).

Quero, neste momento, passar a palavra para a nobre Senadora Fátima Bezerra. Em seguida, a Senadora Regina Souza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, meus companheiros e companheiras, eu quero dar a minha boa tarde. Quero saudar os companheiros na Mesa; saudar a importância dessa plenária, pelo grau de unidade que ela tem frente aos desafios que já estão colocados na agenda do dia, desafios esses na medida em que estamos vivendo um momento dramático, com o golpe de Estado em curso, com o golpe consumado.

E, junto com o golpe, há a agenda do golpe, a chamada agenda golpista de retirada de direitos, de retirada de conquistas. E, para fazer frente a essa agenda brutal de retirada de direitos, repito, é fundamental que trilhemos o caminho que estamos trilhando aqui, o caminho da unidade. O Governo ilegítimo do Senhor Michel Temer já conseguiu reunir aqui todos nós, todas as centrais, independentemente até das diferenças ideológicas ou programáticas que nós temos. Neste momento, a classe trabalhadora brasileira está dando uma lição, Senadora Regina, de sabedoria e, mais do que isso, está dando uma lição de responsabilidade. (*Palmas.*)

E dá também uma lição de compromisso com a defesa dos direitos legítimos dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil.

O Governo ilegítimo do Senhor Michel Temer, no primeiro dia em que ele o assumiu, enviou ao Congresso Nacional a medida provisória que cria o PPI. O que é o PPI? É o Programa de Parcerias de Investimentos. Na verdade, esse programa é nada mais nada menos uma edição do antigo programa do governo Fernando Henrique Cardoso, o tal do PND (Programa Nacional de Desestatização), programa que trouxe muitos prejuízos ao povo brasileiro quando se vendeu a Vale do Rio Doce, quando se privatizou a Eletrobras, enfim quando parte importante do patrimônio foi vendida a preço de banana.

Pois bem, o Governo ilegítimo do Senhor Michel Temer, repito, com sede de retomar a agenda neoliberal, a agenda dos anos 90, apresenta essa MP, que, infelizmente, inclusive, já foi até aprovada. A ela se soma a PEC 241, que é a PEC que congela os gastos nas áreas sociais, com graves prejuízos especialmente para a saúde e para a educação. A ela se soma a reforma trabalhista, a reforma da Previdência. Eu diria a vocês que essas medidas constituem, portanto, o núcleo programático do consórcio golpista, que se resume na seguinte frase: "Estado mínimo *versus* austeridade máxima." Isso tudo eles querem fazer à custa do sacrifício e do suor dos trabalhadores, das trabalhadoras, do povo brasileiro. Eles querem implementar essa agenda do Estado mínimo *versus* austeridade máxima, atacando a soberania nacional e vendendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

patrimônio nacional. É por isso que contra essa agenda estamos nós aqui. É por isso que contra essa agenda estamos vendo as manifestações crescentes em todo o País.

Vocês viram que o Grito dos Excluídos, neste ano de 2016, tomou outra dimensão. Mais e mais trabalhadores estão vindo às ruas, mais e mais jovens, mulheres e homens estão vindo às ruas no Grito dos Excluídos, porque estão compreendendo o que está em jogo.

O que está em jogo neste momento é a democracia. Sem democracia, nós não vamos manter as nossas conquistas e direitos e muito menos fazê-los avançar. Sem democracia, o que nós teremos pela frente é o retrocesso, é a barbárie, a injustiça.

Então, Senador Paim, eu quero aqui, junto com a Senadora Regina, que vai falar, em nome da Bancada do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, mais uma vez reafirmar o nosso compromisso sagrado de estar ao lado de vocês, o nosso compromisso de aqui, no âmbito do Congresso Nacional, articular com os demais Parlamentares essa frente de caráter suprapartidário para que, em sintonia com as ruas, possamos fazer frente à agenda de retirada de direitos que está em curso neste exato momento.

Eu quero concluir dizendo aos meus companheiros e às minhas companheiras que, assim como vocês, eu sei do meu lugar, sei de onde vim e sei de onde eu nunca saí, de maneira nenhuma. Eu sou professora oriunda do movimento sindical, tive a alegria de presidir um dos maiores sindicatos do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que foi o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Portanto, nossa vida, ao longo de todo esse período, tem estado sempre presente na luta em defesa dos direitos e das conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por isso que aqui, no âmbito do Congresso, junto com o nosso Senador Paim, que é o nosso timoneiro, nós não mediremos esforços para, repito, em sintonia com os movimentos sociais e com os movimentos populares, em sintonia com as ruas, fortalecer esse movimento de resistência democrática.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Senador Paim, de que a resistência à agenda golpista vai crescer cada vez mais. Quanto mais o Governo avançar nessa agenda de retirada de direitos, mais a massa dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil vai ocupar as ruas de norte a sul para fazer com que o grito ecoe dentro deste Congresso, que, infelizmente, em sua grande maioria, é um Congresso de perfil conservador, é um Congresso de perfil elitista, é um Congresso que tem dado muitas vezes as costas para a luta dos trabalhadores, inclusive para a democracia, haja vista a consumação do golpe recentemente, inclusive pelo Senado.

Então, meus companheiros e companheiras, muita luta! O Governo Michel Temer, por sua falta de legitimidade, por ser um governo sem voto, não vai ter nunca, da parte do povo brasileiro, dos trabalhadores e da nossa parte, Parlamentares comprometidos com a defesa da democracia, sossego nem trégua. Muito pelo contrário, ele terá é muita luta pela frente.

Nenhum direito a menos! Em defesa da democracia e fora, Temer! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Essa foi a Senadora Fátima Bezerra.

Parabéns, Senadora Fátima Bezerra.

Em seguida, a Senadora Regina Sousa, querida Senadora, também sempre presente nesta Frente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todas e a todos, companheiros e companheiras.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim.

A pauta é negativa, mas uma coisa é positiva: ver tanta gente junta. Lembro-me dos meus tempos de sindicalista, nos anos 70 e 80. Dizíamos muito: companheiros, vamos esquecer as nossas diferenças, vamos nos unir pelas nossas semelhanças. Então, as semelhanças estão nos trazendo de volta para a luta unificada. Isso é bom. Não é bom o que está acontecendo, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

claro que não, a agenda retrocessos que está aí. Dia desses, eu dizia ao Paim que as audiências públicas que acontecem na CDH me levam de volta ao passado. As bandeiras que acreditamos que tínhamos conquistado, que já tínhamos vencido, estamos lutando por elas de novo.

Hoje, a audiência pública foi com os aeroviários e sobre a terceirização. E como a coisa é parecida com os anos 80 nos bancos. Eu sou bancária, do Banco do Brasil. Sou professora também, mas a militância maior foi no sindicato dos bancários, em que eu fui presidente em meu Estado. E nós lutávamos porque, aos poucos, os bancos iam colocando pessoas e empresas dentro dos bancos para tirar o nosso trabalho. Sobre o que nós fazíamos diziam: "Não, vocês não vão mais fazer isso". E ia diminuindo. Nós éramos uma categoria imensa, e foi reduzindo, reduzindo a quase nada.

Então, é muito triste saber que, em vez de avançarmos, estamos voltando ao passado. A bandeira dos anos 80 era contra a terceirização, assim como a jornada de trabalho. É só procurar os cartazes dos anos 80, está lá: redução da jornada de trabalho. Agora vem a ampliação da jornada de trabalho. Dizem que não vai ser de 12 horas todos os dias, mas tem que fechar a semana em 48 horas. Com a fila de desempregados que está aí, o patrão vai dizer: "Não vem todo dia? Tem gente ali querendo o seu lugar!". É ou não é?

Então, quer dizer, é uma falácia. Parece que estão nos chamando de idiotas nessa história toda. A questão da jornada era bandeira dos anos 80. A questão da idade da aposentadoria também era bandeira nossa nos anos 80, para conseguir fixar uma idade razoável para a aposentadoria.

Então, é um retrocesso sem tamanho, uma pauta que só prejudica os trabalhadores. Aliás, toda pauta que vem deste Governo é contra os mais pobres. É impressionante. Os ricos estão rindo à toa com eles, mas eu duvido que haja um trabalhador que diga: "Eu estou contente, eu estou feliz com a pauta que está aí". E ainda não temos o projeto todo, completo. Quando chegar, vamos ver. Inclusive, eu li hoje que o trabalhador rural vai contribuir para a Previdência. É uma novidade, e eu acho que os trabalhadores rurais ainda nem sabem. Mas está lá dito já que vai ter uma contribuição também para a Previdência Social.

Então, meus companheiros, eu não vim para cá antes porque temos que participar de não sei quantas comissões, temos que estar lá para apresentar relatório. Eu estava na Comissão de Orçamento. Mas estou aqui para contribuir. Minha origem também é sindical. Desde os anos 70 que eu sou militante sindical. O meu gabinete está à disposição para aquilo que for possível, se quiserem fazer parte da Frente. E peço que vocês estejam presentes, perto de nós, pois não adianta nos mandarem as coisas e ficarem de longe. Aliás, já existe o tabu de as pessoas não entrarem no Senado. Quando estão votando pautas de seus interesses, não podem entrar. Isso é um absurdo! É uma coisa que vocês têm que encampar, vocês têm que quebrar esse tabu e entrar.

Para que galeria se as pessoas não podem entrar? Então, tem que forçar a barra para vocês estarem presentes nas votações, para ver se inibem alguma coisa daqueles Senadores que estão votando contra.

Como dizia o velho e bom Raul Seixas, "é de batalhas que se vive a vida". Então, prontos para a batalha todos nós com vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Pessoal, estão comunicando a nós que a Ordem do Dia foi iniciada. Estão votando duas autoridades e depois haverá a votação de três projetos.

Eu tinha me comprometido – não sei se ela está aqui – com a Suellen Bessoni Paz, do Sinditamaraty. Eles estão num movimento, se não engano, em 150 países; de greve, em 120. Ela falaria em nome do plenário. Daí encerramos para que possamos acompanhar a Ordem do Dia.

Quero registrar a presença do Sindjus-MG (Sindicato dos Servidores da Justiça da Minas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Gerais). (*Palmas.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu gostaria de agradecer a participação em nome de todos.

Bom, eu sou do Sinditamaraty, represento todas as carreiras do Ministério das Relações Exteriores. Dentre vários assuntos que esta Frente vai enfrentar, eu ainda sugeriria que precisamos avançar firmemente na questão da regulamentação da greve do servidor público. Hoje estamos entrando na nossa quarta semana de greve e já começamos a sofrer uma série de atos antissinidicais, como publicação do nome dos grevistas. Já começaram efetivamente a cortar o ponto dos servidores grevistas. Então, para o mês que vem estamos com ameaça real de corte salarial, sem sequer sermos chamados para qualquer tipo de negociação, nem em relação à pauta que foi apresentada de deflagração da pauta, nem a qualquer outra pauta. É uma negociação extensa que vem se arrastando há mais de um ano e meio. É muito complicado para nós manter essa posição de luta pelos nossos direitos sem estarmos efetivamente resguardados juridicamente.

Então, fica a minha sugestão para a Frente. Talvez fosse necessário levar um pouco adiante a questão da regulamentação da greve do servidor público. Hoje os servidores estamos em greve no Brasil. Temos mais de cem postos no exterior em greve também, em diversos países.

Eu gostaria de dizer que me senti muito representada pela fala da Deputada porque a nossa situação é justamente a situação que ela levantou. Nós somos um dos poucos senão o único órgão que não fechou acordo salarial com o Ministério do Planejamento, porque nós acreditamos que aquilo que vinha sendo oferecido não nos atendia. O Ministério do Planejamento se mostrou absolutamente inflexível em sequer ouvir e entender as nossas demandas.

Num cenário em que se apresenta a PEC 241, o PL 257, eu vou dizer que a gente já vive internamente no órgão o PL 257 porque a própria pasta tem colocado as carreiras do Ministério numa situação absolutamente degradante, numa situação em que os servidores se sentem absolutamente desprestigiados.

Hoje, no Itamaraty, especialmente duas carreiras do órgão recebem os menores subsídios das carreiras típicas de Estado. Então, há um descolamento reverso. Enquanto outras carreiras que já recebiam as maiores remunerações no serviço público conseguiram fazer acordos diferenciados, em percentuais diferenciados, a nós, que recebemos os menores subsídios das carreiras típicas de Estado, foi oferecido um acordo comum que não nos atende e que só faz abrir a boca do jacaré. Chegará um ponto, um momento em que não vamos conseguir fazer a convergência para estarmos colados, juntos aos nossos colegas das outras carreiras típicas de Estado.

Agradeço. Vejo esta frente como algo muito positivo para nós servidores públicos, porque temos inúmeras dificuldades. Estão querendo jogar sobre nós o ônus da crise financeira do País, sendo que nós ajudamos a construir o que há de melhor neste País. O que eles precisam entender é que os servidores precisam ser respeitados não só como servidores, mas também como pessoas. Temos famílias e prestamos um serviço público. Pretendemos prestar um serviço público de qualidade, e, para isso, é necessária a valorização do servidor. Não há como um servidor público prestar um serviço de qualidade se ele se sente desvalorizado, se ele se sente desprestigiado e, o que é muito pior, se ele se sente ameaçado. (*Palmas.*)

Então, agradeço a iniciativa. Contem conosco para o que for preciso, porque nós esperamos contar com vocês também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Suellen!

Parabéns pela mobilização! Há greve em 120 países e mobilização em 150 países.

Começou a Ordem do Dia. Havíamos assumido o compromisso de que, na hora em que se iniciasse a Ordem do Dia, nós terminaríamos a reunião aqui. Eu queria terminá-la,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

convidando todos que puderem a comparecerem, amanhã de manhã, às 9h, na Sala 2, na Comissão de Direitos Humanos, a uma audiência pública em que vamos poder falar para todo o País. Nós vamos lançar a união de todas as frentes: a Frente em Defesa do Serviço Público, que foi lançada hoje e que é uma frente mista; a Frente em Defesa dos Trabalhadores; a Frente em Defesa da Previdência; e a Frente da Auditoria da Dívida Pública, que também já foi lançada e que é fundamental para todos nós. (*Palmas.*)

Também estará lá a Frente em Defesa dos Trabalhadores Rurais, que estão sendo atacados covardemente por essa reforma.

Passaram-me agora – eu ia terminar, mas eu o faço com alegria; só espero que eu acerte todas – a relação das entidades presentes.

Você pode ajudar aqui.

Foi ela que a escreveu. Se tiver alguma dúvida, a Fátima ajuda.

São elas: CSPB, Nova Central Sindical de Trabalhadores, CTB, UGT, Femespar, FESSP-ESP, FESSPUMG, Fenaspen, Fenajud, FenaPrevi, FenaPRF, FESSP/MT, Fesep-RJ, Sinpojud.

A letra não está ajudando muito. Mas a letra é dela. Ela nos está ajudando aqui.

Você pode falar diretamente, que já ganhamos tempo.

A SRª FÁTIMA HELENA DE SOUSA TAVARES – Está certo. Paramos no Sinpojud.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª FÁTIMA HELENA DE SOUSA TAVARES – Sinjur-Natal, Sinditamaraty, Anfip, Sindjustiça-Ceará, Serjusmig, Sindijus-MS... (*Palmas.*)

... Sindsepem-val – eu penso que é Valparaíso, eu não sei, é Val –, Confetam, Aner, FNESP, Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Sintaj, SindSaúde, MSP, Segurança Pública, Sindilar, Sindilesp, Sindireta, PCMS, Atens, Sindicato Nacional, Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, CUT, Anffa, Confetam, Sindspar-MS, Sindireceita, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí, Sindspen-SE, Sindspen-DF, CSB, Sindipontalina, Agepen-MS, Sinal, Sinait, CSPM, Pública, Sinter-SC, FSPB, Sintema, Sindsemp-TO, Anasps, Aprasc, Sinsep, Sindicanedo, Sindiuruaçu, Sindicaldas, MAPA, Anffa, SindItapuí, Afpesp, Sinsep, JSR, Sinasempu, Sindivacs-DF,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai ficar bom. Estou gostando.

A SRª FÁTIMA HELENA DE SOUSA TAVARES – ... Mosap, Sindifisco, Sindipora, Sintaj, Assoceora, Sindijus-PR, Aprasc, Sindfazenda, Contrato, Fenasps, APP, ADB, Sindifort, Intersindical, Sindispar, Sindtrab, Sintelpol e MAPA. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

E o Índio deu mais um reforço aqui. Sinai-RN, Sindsaúde-SC, Sindforte e Aprasc.

Alguém não foi citado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Está registrado. Fale bem alto quem não foi citado, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Força Sindical. Muito bem. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um por vez, pessoal. Esse moço aqui, de camisa vermelha listada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sindipiracanjuba.

O que está atrás dele, de pé?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feito.

A senhora lá atrás.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Aqui agora.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Quem mais? Lá atrás.

Alguém mais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, parabéns. Uma salva de palmas a todas as entidades representadas. Um grande evento.

Pessoal, o Moacyr pediu um minutinho, pois tem um aviso importante a dar.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVAUD – Senador, eu gostaria, mais uma vez – me desculpem os companheiros – de encaminhar um grande abraço ao nosso Presidente, José Calixto Ramos, que encaminhou V. Exª, e o compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente da Nova Central.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVAUD – ... E o compromisso da Nova Central de renovar o nosso compromisso com todos vocês.

A outra questão é muito particular, Senador. Nós temos que valorizar muito. É só uma grande confederação do tamanho da CSPB que tem a condição de reunir todas as centrais, todos esses sindicatos que aqui estão presentes, sob a liderança do nosso companheiro José Domingos. É muito importante, num momento como este, em que o movimento tenta se esfacelar, o Governo tenta desmontar a gente, uma grande confederação dos servidores públicos congregar todo mundo numa marcha de mais 15 mil pessoas, uma marcha ordeira, organizada e com resultado que aqui nós estamos tendo.

Meus parabéns! Eu gostaria de uma salva de palmas ao Senador Paulo Paim e uma salva de palmas a nossa CSPB e ao nosso companheiro João Domingos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas à unidade de todos os trabalhadores, do campo e da cidade, da área pública e da área privada. É essa unidade que vai mudar a história. Parabéns a todos. (*Palmas.*)

Convido todos para amanhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos, o lançamento da Frente Ampla Brasil, que une todas as frentes mistas com a sociedade civil na defesa dos nossos direitos.

Uma salva de palmas a todos.

Está encerrada a nossa audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 8 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 82ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia quatorze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação" - com a participação da Frente Ampla Brasil. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Flávio da Silva, Representante da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina ASPRAC; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Edson Guilherme Haubert, Representante do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - INSTITUTO MOSAP; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Vilson Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Deputado Federal Roberto de Lucena; Wagner José de Souza, 1º Secretário de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Antônio Augusto de Queiroz – "Toninho", Representante do Diap. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 82ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e de outros, sobre o mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminações, principalmente mediante a crise que aí está, com as iniciativas apresentadas de o negociado estar acima do legislado, a reforma da Previdência, trabalho escravo, terceirização, inclusive da atividade-fim, o congelamento por vinte anos do investimento no campo social, os projetos que atingem os servidores públicos e também os aposentados e pensionistas, tanto da área pública como também da área privada.

A intenção deste evento hoje é debater esses temas, dando oportunidade para as entidades poderem se posicionar. E o que nós percebemos? O que nós percebemos é que aqui no Congresso já existem dezenas de frentes: frente dos trabalhadores rurais, frente dos aposentados, frente dos idosos, frente em defesa da Previdência, frente em defesa dos trabalhadores, lançamos ontem a Frente em Defesa dos Servidores Públicos.

Convido o João Domingos já para se puder sentar aqui na mesa já com a gente. E, como existem inúmeras frentes já articuladas, nós, a partir deste momento, vamos dar o início. Primeiro, para nos prepararmos para o momento difícil que nós estamos atravessando.

Por isso, esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com perguntas ou questionamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800 61 2211.

Nós estamos conectados pela internet para todo o Brasil e pelo sistema, naturalmente, de comunicação aqui do Senado. Todos podem participar. Se não quiserem via portal, que o façam, repito, através do número 0800 61 2211.

Nós tivemos ontem aqui um debate sobre terceirização. Estava aqui o representante também da Frente contra a Terceirização da Atividade-fim. E percebemos que a situação dos trabalhadores terceirizados, tanto aqui dentro do Congresso como lá na rua, é uma vergonha nacional. As pessoas simplesmente fecham as portas, não pagam indenização, inclusive aqui no Senado. Estávamos aqui ontem com cerca de trezentos trabalhadores que até o momento, ainda não está resolvido, não receberam. Eles têm que receber porque tem que haver a responsabilidade solidária. Se a empresa terceirizada não paga, a empresa matriz é obrigada a pagar. E, no caso, é aqui o Senado.

Tivemos reunião pela manhã, pela tarde. Falei com o Presidente Renan Calheiros também. Queria convidar já o Edson, do Mosap, para passar aqui na mesa também. O Edson, do Mosap, representa os aposentados da área pública, que ele já viesse para a mesa. E nós vamos começar o debate. Outros convidados vão chegando porque, quando é frente, sempre uma turma vem, outra sai, e cumprindo as atividades.

A nossa intenção é começar a fazer uma articulação para resistir às investidas desse Governo, que vai na linha de precarizar o direito de todos os trabalhadores, da área pública e da área privada, a partir daquilo que nós chamamos Frente Ampla Brasil. Repito, isso aqui não é organização, não é partido, não é nada. É unir todas as frentes que já estão criadas em uma pauta comum organizada junto com as centrais. Por isso, as centrais estão aqui, as confederações, os outros virão depois das 10 horas também, mas todos com o mesmo objetivo de nos articularmos para esse enfrentamento que teremos de anos muito, muito difíceis.

Eu queria, primeiro, registrar que estamos aqui na mesa o Edson, do Mosap, representando aqui – e eu sei que isso ele fará com muita competência – todas as entidades de aposentados e pensionistas que fazem parte dessa batalha de todos nós. Edson pode ter certeza de aqui, eu já falei, você poderá falar pelo Mosap e também pela Cobap. Pelo contato que eu fiz com eles, diz que você estaria aqui. Eles tentariam chegar em tempo também.

Está aqui o João Domingos Gomes dos Santos, que é presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, mas ele aqui hoje fala pela frente que lançamos ontem, a Frente Nacional em Defesa dos Servidores Públicos, a frente mista. Está aqui o Moacyr Roberto Tesch, que vai falar pela Central. Ele é secretário da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e Contrato, que fala naturalmente nessa visão que as centrais estão tendo e preocupados com o ataque que está acontecendo aos direitos dos trabalhadores.

Pessoal, a situação é gravíssima. Estou fazendo reuniões de manhã, de tarde, de noite, ontem fui dormir quase 2 horas da manhã, dialogando, conversando com os líderes de todos os segmentos da área dos trabalhadores, do campo e da cidade, no sentido de que a gente se articule cada vez mais para fazer o bom combate, eu digo, para que não consigam mexer nos direitos dos trabalhadores.

Eu sei que vocês vão falar aqui, e é bom que cada um fale, vamos ter outras mesas, sobre o negociado, sobre o legislado. Enfim, sobre tudo aquilo, Moacyr, que nós falamos ontem.

Está aqui também o Flávio da Silva, representante da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), que também está muito preocupado com essa situação toda. Ele vai ter oportunidade aqui também de expressar o seu ponto de vista.

Eu quero, em segundo lugar, dizer que será mais de uma mesa. Nós vamos iniciar com esta Mesa e eu queria que, neste momento, antes de iniciar os trabalhos e passar a palavra para os nossos convidados, fazer um resumo o que que seria, no nosso entendimento, a Frente Ampla Brasil, que, repito, somente une as entidades. Vou tentar resumir, para que as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que não estão conseguindo ler.

O que que seria a Frente Ampla Brasil? É a união de frentes mistas parlamentares, suprapartidárias, intersindicais associações e movimentos sociais em defesa – claro, sempre defenderemos a democracia – da democracia e do povo brasileiro, a atuação multiarticulada com os movimentos sociais, com todos os setores que sejam discriminados, como brancos, negros, índios, ciganos, mulheres, LGBTs, jovens, idosos, assalariados do campo e da cidade, aposentados e pensionistas, imigrantes, religiosos, pobres, sem-teto, sem-terra.

Ou seja, vocês vão ver que o conceito de Frente Ampla Brasil não tem que ter estatuto, não tem nada, não é nada definido. É uma entidade aberta. O senhor que está assistindo em casa pode dizer que o senhor faz parte da Frente Ampla Brasil em defesa, principalmente, dos direitos dos trabalhadores. Esse movimento articula-se com todos os setores, classe média, intelectuais, artistas, empreendedores que tenham responsabilidade social. A visão que temos é que individualmente não iremos a lugar nenhum. Se nos articularmos na Frente Ampla Brasil, poderemos, juntos, mudar o curso da história.

São fundamentais a renovação e a formação de mais líderes. Nós todos estamos aqui, mas, na situação em que está hoje o País, nós sabemos que, se vacilarmos, seremos também uma geração amordaçada. Veja que hoje estão proibindo até o debate de política nas escolas. É como se dentro de uma universidade não pudéssemos discutir o *impeachment*. Sejam a favor ou contra, mas deixem a nossa moçada se formar, discutir, elaborar.

Enfim, quem compõe essa Frente? Eu repito: aqueles que defendem os trabalhadores do campo e da cidade, dos setores públicos e privados, mulheres e homens que lutam pela democracia, previdência social, que está sendo atacada dia e noite, acabaram até com o Ministério da Previdência.

E agora não vou precisar repetir aqui que querem que a idade mínima para a aposentadoria seja 65 até 70 anos. A CLT, eles atacam pela via do negociado acima do legislado. Nós sabemos muito bem que negociado acima do legislado significa atacar décimo terceiro, férias, rescisão de contrato, como estamos vendo aqui, dentro do Senado. Demitiram um pessoal, mais de 300, e não querem pagar nem a indenização. Isso que é o negociado sobre o legislado.

O que que a empresa vai fazer agora? Chega para essa moçada que ganha mil e poucos reais e vai dizer o seguinte: "Olha, tu aceitas aqui tua rescisão por 500, 600, 800, pela metade, ou tu vais ficar na Justiça a vida toda?" Daí, a pessoa vai assinar e vai valer aquilo, abrindo mão de seus direitos básicos. É cruel! Eu diria que é truculento e é desonesto fazer o que estão fazendo, e querem fazer e querem legalizar.

Enfim, pessoas com deficiência, jovens, idosos, aposentados e pensionistas, claro que defenderemos sempre. E aqui estão abertas, sempre, as portas, para o meio ambiente, para reforma agrária, educação, ensino técnico, emprego, distribuição de renda, contra o trabalho escravo, contra a violência contra as mulheres e contra aqueles que discriminam as pessoas.

Fechando, pessoal, Frente Ampla Brasil – e todos aqui serão bem-vindos– reúne todas as frentes, todos os sindicatos; repetimos, é aglutinar forças para o enfrentamento que faremos.

Eu, depois, se o Dieese quiser usar a palavra, está aberto. O meu amigo lá, que é um dos Coordenadores da Frente Democrática, Carlos, também poderá falar. Nós faremos mais que uma Mesa.

A intenção é nós unificarmos, para os que estão chegando agora, abertamente, todas as frentes, tudo o que for possível, em cima de uma luta permanente para o enfrentamento com o Governo que está aí. É enfrentamento mesmo, porque, se deixarmos e não fizermos nada, eles vão atropelar todos os direitos dos trabalhadores.

Hoje mesmo, eu terei uma reunião mais tarde com as Centrais, mas vamos discutir especificamente terceirização, o Dieese também está nessa reunião, e eu quero, nesse momento, abrir, já, o debate.

Terminou a exposição?

Então, vamos dar os cumprimentos à iniciativa, pessoal, que é uma iniciativa coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Não pensem que a iniciativa é minha. (*Palmas.*)

As pessoas me procuram: Paim, existem mais de 20 frentes em defesa dos trabalhadores e da democracia.

Vamos, dentro do possível, fazer com que a gente possa fazer uma composição e fazer até grandes eventos nos Estados, em cima, principalmente, dos direitos dos trabalhadores, da liberdade, da democracia, contra preconceitos, enfim, em defesa da nossa gente".

Vamos começar aqui, já, na primeira Mesa, passando, de imediato, a palavra ao Moacyr Tesch, falando em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que faz agora a sua fala.

A partir de hoje, vamos aglutinar forças em todo o País. Eu já fui aos 27 Estados, pessoal. Agora, dividi o Estado em 15 regiões. Estou indo, de novo, às 15 regiões, com esses companheiros que estão aqui representados e outros que vão chegando durante a manhã.

O objetivo é esse, e o Moacyr começa a falar sobre o tema.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador Paim, primeiramente, eu gostaria de cumprimentá-lo e parabenizá-lo, mais uma vez, pela iniciativa.

Nós temos repetitivamente falado, e não canso de falar, que V. Exª tem sido a nossa trincheira, a trincheira do movimento sindical, a trincheira do povo brasileiro, a trincheira das questões sociais dentro desta Casa. E nos orgulha muito estar participando destas ações. Enfim, é nosso dever e obrigação, como dirigente sindical.

Ninguém nos obriga a ser dirigente sindical, ninguém nos coloca uma faca no pescoço para ser, como também para ser Parlamentar, mas, desde que aceite essa missão, tem que fazer e fazer bem feito. E V. Exª tem se dignificado no meio político, em nosso meio, no movimento sindical, nos movimentos sociais, pelas as suas ações, pelo seu trabalho e pelo respeito à população brasileira.

Eu gostaria, na Mesa, aqui, de cumprimentar também o companheiro João Domingos – hoje, eu acertei o nome – e, na pessoa dele, os demais companheiros aqui da Mesa, e repetir também, mais uma vez, porque possivelmente s pessoas que estão nos assistindo no dia de hoje não tiveram oportunidade de ir, ontem, no lançamento da Frente Parlamentar; parabenizar o companheiro João Domingos, da CSPB, pelo brilhante trabalho que foi feito ontem e pela sua liderança na diretoria da CSPB, que reuniu mais de 15 mil trabalhadores, servidores públicos, ontem, numa marcha, ordeira, muito bonita, com todas as centrais, com todas as forças políticas, todas as correntes, que defendia a questão do servidor público.

E, na oportunidade, a gente dizia que o servidor público para nós é fundamental. É o servidor público que sustenta os pilares da democracia, da acessibilidade do povo brasileiro. O povo brasileiro, de modo geral, é que precisa e necessita e usa a segurança pública, a educação, o transporte, a saúde e assim por diante. O grande empresário, que é mais aquinhoado, o que tem um poder econômico um pouco melhor, já contrata o seu plano de saúde, os seus filhos estudam em um colégio particular, a saúde é por um convênio, possivelmente já tem algumas pessoas para fazer a sua própria segurança, e assim por diante.

Então, eu gostaria de parabenizar a CSPB pelo trabalho e V. Exª, mais uma vez, Senador, que foi à frente e que lançou, esteve relançando a nossa Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Senador, eu não posso alterar muito o meu pronunciamento de ontem, porque as questões que foram tratadas e as ações que estamos sofrendo no dia a dia são similares e são repetitivas.

A questão do negociado sobre o legislado, conforme V. Exª mesmo colocou, é um atraso na vida do movimento trabalhista e V. Exª só está aqui, no Senado, por causa do negociado sobre o legislado, que, na oportunidade, lá, em 2001, se não me engano, na época do Fernando Henrique, no PL nº 5.483, em que ele tentava alterar o art. 618, foi aí que eu conheci o Senador.

Nós não tínhamos acesso ao Congresso Nacional e ele, Deputado, e nós, com um carro de som, lá fora, porque só poderia entrar aqui, no Congresso, quem apoiava a flexibilização. Quem não apoiava, não conseguia entrar aqui, no Congresso, e o Senador era o nosso porta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

voz do que acontecia dentro da Câmara e, de tempos em tempos, ele ia lá fora, lá, perto daquela guarita, no Anexo III, ali, e repassava as informações.

Numa das oportunidades em que alteraram o art. 618 na Câmara, o Senador foi muito forte na sua decisão e disse que ele viria aqui, para o Senado, para alterar essa posição da Câmara. E eu gosto muito de relembrar a transmissão aérea que ele fez de algumas folhas da Constituição à Mesa da Direção da Câmara, para as pessoas que não tinham a noção da leitura, não tinham o conhecimento da leitura necessário para fazer o que dizia o art. 618, e rasgar a CLT, rasgar a Constituição, e ele fez, como se diz, essa obra de arte, que ficou marcada nas nossas mentes. Possivelmente, Senador, voltando ao legislado sobre o negociado, quem nos dera que, de repente, essa mesma linha não seja a maneira de nós levarmos V. Exª à Presidência da República.

Lamentavelmente, o movimento sindical e a sociedade como um todo se unem pelo amor ou pela dor. Lamentavelmente, nós estamos nos reunindo pela dor. Estão rasgando nossos direitos, estão tirando, como se diz, a luta nossa de anos e anos, questões previdenciárias, a questão da legislação, situações que nós, no passado, os nossos pais, nossos avós trabalharam tanto para conseguir.

Nós não podemos, de forma nenhuma, alterar a posição hoje que nós temos na questão da Previdência Social, porque já nos tiraram muito. Recentemente, para tentar aliviar o caixa da Previdência, depois de muita negociação, foi aceita a Fórmula 85/95, mas, mesmo naquela época, e o Senador foi uma das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me permita, Moacyr, só para ajudar a terminar esse raciocínio, então, eles querem fazer uma reforma da Previdência agora, alegando que não tem idade mínima. Tem idade mínima. A idade mínima é 55 e 60, que são usadas na composição com a Fórmula 85/95. Eles querem jogar as pessoas para 65, 70 anos e, pela Fórmula 85/95 – só para dar uma contribuição –, mulher vai se aposentar com 55 anos e o homem, com 60 – 55 de idade e 30 de contribuição. O homem, 60 de idade e 35 de contribuição.

Com isso, quem começa a trabalhar mais cedo, que é o filho dos trabalhadores, vai ser compensado, e quem começa a trabalhar depois de fazer todos os estudos, o que é legítimo, e vai fazer, inclusive, estágio no exterior e começar a trabalhar depois dos 30, vai se aposentar com 65. Tudo bem, mas é uma opção dele, porque ele assim quis. Agora, nós não. Nós temos uma fórmula que é perfeita, que conjuga idade com tempo de contribuição.

Então, não venham com essa de que não tem idade mínima. Tem idade mínima, sim, a idade mínima é 55 e 60; 30 de contribuição mulher, 35, o homem. Quem quiser trabalhar depois dos 40 e quiser contribuir os 35, bom. Aí, esse vai se aposentar com 75, mas é a opção dele, ele nunca trabalhou. Agora, os filhos da nossa gente começam com 16 ou 18 anos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu desconto do teu tempo, aí, a minha intromissão, mas eu achei importante esse detalhe.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não, não.

Excelência, eu estou solicitando agora a minha aposentadoria. Eu estou com 60 anos e tenho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem.

Quem já completou, peça, hein?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Estou com 60 anos e estou com 42 anos de serviço. Então, existe, sim. Eu sempre acreditei que nós poderíamos quebrar o fator previdenciário. Nós não conseguimos quebrar de vez, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já ajudou, já avançou.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas já ajudou, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E V. Exª tem sido nossa trincheira, conforme tenho dito, na questão da terceirização. Foi rodado o Brasil inteiro e não houve um Estado sequer que teve o apoio da terceirização, e praticamente todos os Senadores, independentemente de partidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De todos os Estados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – De todos os Estados por onde se andou. De uma forma ou de outra, houve o apoio contra a terceirização.

Senador, esses dias atrás, eu tive a oportunidade de viajar para fora – eu fui ao Chile –, discutindo a questão dos jogos no Brasil, e eu levei um susto quando cheguei ao aeroporto: as pessoas que recebiam o turista de fora eram todas terceirizadas. Eu acho que deveriam ser os agentes federais pessoas habilitadas, com conhecimento, pois, afinal de contas, está entrando no nosso País sabe Deus quem! Pode ser um terrorista! Nós somos um país de paz, mas pode, tranquilamente, em função da paz com que nós estamos recebendo... Acho que nós teríamos que ter, no mínimo, um pouco mais de fiscalização na entrada. Eram pessoas que não tinham conhecimento, pois conversei com elas: "Não, nós recebemos o conhecimento aqui para carimbar passaporte." Eu acho que a Polícia Federal tem que proteger as nossas fronteiras muito mais do que essa questão.

Nós também temos os nossos grandes problemas, Senador, que o senhor colocou muito bem, com as práticas antissindicais, que não são só do empresário contra os trabalhadores, mas são ações do Ministério do Trabalho, ações do dia a dia, que vão nos oprimindo. Essas práticas antissindicais incluem a questão do negociado sobre o legislado, porque, nesta crise do momento em que nós estamos, com dificuldade de emprego – são 12 milhões de pessoas desempregadas – colocar uma rescisão de contrato, como V. Exª assinalou, sujeita a pessoa a esse tipo de coisa. E aí não há como mais a gente voltar atrás.

Senador, meu tempo já se foi, mas eu gostaria mais uma vez de agradecer, em nome da Nova Central, em nome do nosso Presidente José Calixto Ramos, que estava no trânsito e possivelmente em alguns instantes estará chegando e, posteriormente, se tiver oportunidade, ele falará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está contigo para concluir. Depois é o João Domingos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – E queria lembrar finalmente, Sr. Presidente, que nós estamos numa época de eleição. Se hoje nós estamos mendigando dentro do Congresso Nacional, os responsáveis por isso somos nós. Somos nós que colocamos os Parlamentares aqui dentro. Os prefeitos têm ampla interferência aqui dentro, os vereadores têm ampla interferência aqui dentro, porque é através dos prefeitos e dos vereadores que se forma a rede política dentro dos seus Estados, dentro dos seus Municípios.

Então, nós dirigentes sindicais, o movimento sindical como um todo, nós temos o dever e a obrigação de alterar esse quadro. Caso contrário, nós estaremos, mais uma vez aqui pedindo – desculpem-me a expressão – de penico na mão, nem de chapéu não é, o apoio de quem está aqui. E em nossa confederação, em nossa central, nós temos uma campanha da valorização do voto. Antes de votar, consulte a sua entidade sindical, porque o voto é uma procuração assinada em branco: se você deu essa procuração, meu amigo, um abraço! Às vezes, nem para um pai, nem para um filho, a gente dá uma procuração em branco, Senador. No entanto, para os políticos, para os governadores, para os prefeitos etc., nós passamos uma procuração em branco. E, aí, eles fazem o que estão fazendo: estão tirando os nossos direitos, mexendo na Previdência, na legislação trabalhista e fazendo os desmandos que, hoje, lamentavelmente, estão acontecendo.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, que falou pela Nova Central.

Passo, de imediato, a palavra para João Domingos Gomes dos Santos, que é Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, mas fala aqui pela frente mista nacional, lançada ontem, em defesa dos servidores públicos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todas companheiras e a todos companheiros.

Quero, inicialmente, cumprimentá-lo, Senador, por mais essa brilhante iniciativa. Todos sabem que eu faço questão de repetir, sempre, que o Senador Paim é, muito mais, uma instituição de defesa dos trabalhadores, da sociedade, da democracia. E mais uma vez se comprova isso. Nessa condição, o senhor tem transformado esta Comissão do Senado num verdadeiro *bunker* de defesa dos trabalhadores, principalmente, e de toda a sociedade, haja vista que esta Casa, através desta Comissão, transformou-se no que não era esperado. Normalmente, nós sempre tivemos mais esperança na Câmara – porque é a Casa do Povo, e o Senado representa os Estados –, mas esta Comissão inverteu essa lógica. O melhor exemplo foi o projeto de terceirização, em que fomos atropelados na Câmara e aqui, sob a liderança do Senador Paulo Paim, criamos o conjunto do movimento social e sindical brasileiro, criamos um sistema de audiências nos Estados que, até hoje, um ano e tanto depois, aquele projeto não logrou êxito.

E, aí, mais uma vez, o senhor demonstra esse dinamismo, essa capacidade de dar resposta cada vez que a situação do povo, que a situação do cidadão, que a situação do Estado se agrava. Essa iniciativa do senhor, particularmente, enche-me de tanta esperança, esperança em soluções estratégicas. E por quê? As frentes parlamentares, com todo valor que elas têm por serem temáticas, por serem pluripartidárias etc., quando elas agem separadamente, é como se cada problema fosse isolado um do outro. Mas há uma conjuntura, há um projeto de governo, há um projeto internacional que interfere na vida dos países como um todo, inclusive do nosso Brasil, e que precisa ser combatido no todo, precisa ser entendido no todo. Portanto, essa iniciativa dá resposta a mais essa questão.

E quero agradecer por me distinguir com a oportunidade de falar pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público – e eu me sinto à vontade para tratar desse assunto. Nós, a Confederação dos Servidores Públicos, temos uma longa história e uma longa experiência em tratar com essa frente de defesa dos servidores públicos, em defesa do serviço público. Tudo isso começou, exatamente, por época da Constituinte de 1988, quando o setor empresarial, o setor patronal agia através de grupos de Parlamentares Constituintes, pluripartidários – acima de partidos –, para colocar na Constituição os interesses daqueles grupos econômicos, daqueles grupos financeiros, daqueles grupos financeiros, o que não é ilegítimo, pois a Constituinte é uma disputa de poder, e cada setor tem que se organizar.

Então, observando isso – naquela época nós não tínhamos uma organização sindical e nos reuníamos em entidades associativas –, percebendo isso, também fomos buscar, àquela época liderados pelo Deputado Geraldo Campos – Deputado Constituinte aqui do Distrito Federal e que era o sub-relator da Comissão de Trabalho e Administração Pública – e, sobretudo, com o grande apoio, com a articulação e com a liderança do, hoje, Senador Paulo Paim, que, àquela época, era Deputado Constituinte, através da formação desse grupo, fazer o contraponto ao grupo do mundo patronal. E nós percebemos que nós podemos, nós temos, sim, como aglutinar forças interpartidárias em função de causas que nós defendemos.

Em seguida, logo após a redemocratização do País, já no governo Collor, quando ele propôs aquele projeto de "emendão" – o "emendão do Collor", que nós até o apelidamos com "Remendão é retrocesso" –, ali, mais uma vez, nós articulamos grupos de Parlamentares. Não havia formalmente no Regimento do Congresso Nacional essa figura da frente parlamentar, mas, mais uma vez, aglutinamo-nos com grupos de Deputados interpartidários, e derrubamos o "emendão do Collor". Inclusive, de quebra, derrubamos o próprio Collor, o Brasil derrubou o próprio Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

No governo Fernando Henrique, logo que ele propôs a reforma administrativa e, em seguida, a reforma previdenciária, foi mais uma experiência. Ali formamos a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público – novamente, o então Deputado Paulo Paim nos liderando, nos conduzindo e aglutinando forças, ele que tem um amplo, talvez o mais amplo leque de relacionamento, ele que está acima de partidos e é reconhecido e respeitado até pelos seus adversários. Então, ali, nós percebemos, mais uma vez, a força, o poder que tinha essa Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, dos servidores públicos. Lembrem-se que, quanto à reforma administrativa, sobretudo, o que restou aprovado, era, de longe, melhor do que o projeto original apresentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Em seguida, o governo Lula, logo no início, em 2003 – acho que foi o primeiro projeto de lei do Executivo no governo Lula –, enviou para a Câmara dos Deputados o chamado PL 001/2003, que era um projeto que tratava de redução dos gastos do Estado etc. Eu, sempre digo, para facilitar o entendimento, pois muita gente não teve oportunidade de viver aquela época, de combater aquele combate, que era, mais ou menos, o que propõe hoje o PLP 257, este apresentado pela Presidente Dilma Rousseff e que hoje foi assumido com voracidade impressionante pelo Governo do Michel Temer.

Vocês vejam bem que eu falei aqui de um histórico diferente: da Constituinte, do governo Collor, do governo Fernando Henrique Cardoso, do governo Lula, do governo Dilma e, agora, do Governo Temer. São governos em que, se vocês analisarem do ponto de vista da convicção ideológica, da distinção dos programas partidários, seria impossível apresentarem programas semelhantes. Mas não é. Este modelo de Estado que nós temos é um modelo em que predominam as forças econômicas – sobretudo do setor financeiro – que, praticamente, sequestra os governos e não permite que os governos, por mais democráticos, por mais populares, de caráter socialista não avancem, porque estão amarrados a esses interesses.

Tendo essa convicção, agora que o País atravessa um dos momentos mais tristes da sua história...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, só um...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, só para ajudar aqui, está havendo um problema. Não há problema nenhum em tirar fotografia aqui, à vontade. Eu vejo já alguns movimentos. Nós estamos preservando, inclusive, a história dos cartazes, mas democraticamente todos circulam na sala à vontade, sob a orientação desta Presidência. Que fique bem claro isso. E esta Comissão de Direitos Humanos... (*Palmas.*)

Eu sei que a segurança tem que cumprir sua parte e vai cumpri-la, mas, pessoal, se na Comissão de Direitos Humanos não tivermos a liberdade de nos expressar e de circular, a coisa fica feia mesmo. Entendo que vocês estão fazendo o seu papel, mas todos aqui dentro vão circular com a maior tranquilidade. Vocês cumpram o papel de vocês, e nós cumprimos o nosso. Vocês circulam, fazem o papel de vocês e nós cumprimos o nosso, conforme já combinamos diversas vezes. Inclusive, ontem, só para dizer, João Domingos, eu havia combinado com eles que ninguém iria ultrapassar para o lado de cá. Quando a primeira turma pediu, eu disse: olha, eu combinei que não vão ultrapassar. E todos eles tranquilamente falaram: "Tudo bem, Senador. Vamos dar a volta e entrar pelas portarias que os senhores liberaram."

Entre nós não há problema, pessoal. Esse aqui é um debate democrático e na linha de avançar simplesmente e defender os direitos dos trabalhadores. O.k., pessoal? Só para que não se crie nenhum tipo de constrangimento.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado e parabéns por essa intervenção, Senador.

Eu dizia, então, da oportunidade que seria o relançamento dessa frente, que àquela época foi institucionalmente instalada e presidida pelo então Deputado Rodrigo Rollemberg, hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Governador do Distrito Federal, e mais uma vez liderada e articulada pelo então Deputado Paulo Paim.

E aí veio a questão da oportunidade do relançamento. Por que o relançamento dessa frente? Porque, veja bem, como demonstrei aqui, em todos os momentos mais agudos, em todos os momentos em que nós nos sentimos perdidos e desprotegidos, às vezes sem perspectiva de vitória em nossas demandas, organizávamos essa frente e teríamos, a partir dela, a solução de muitos problemas ou, se não a solução, ao menos a diminuição dos prejuízos que aquelas causas propunham.

Nós estamos num momento exatamente extremamente propício para o relançamento da frente, porque nós estamos com a pauta no Congresso Nacional que é uma pauta de fim de mundo para o serviço público, para a sociedade, para o usuário do serviço público. Está tramitando um conjunto de medidas propostas pelo Executivo e outras que estão anunciadas para breve, como a reforma da Previdência, como a reforma trabalhista, que literalmente é a agenda do Estado mínimo.

E, nesse aspecto, Senador, eu gostaria de destacar qual o principal aspecto de ilegitimidade deste Governo, porque ele foi eleito com uma pauta diferente. Ele está cometendo estelionato eleitoral, na medida em que foi eleito com um programa e agora, no meio do mandato, vem com o programa Uma Ponte para o Futuro, que em nada corresponde ao programa que o povo elegeu. Ele votou na Dilma e no Temer com aquele programa, não é com esse que está sendo executado. Nesse ponto, é, sim, um estelionato eleitoral.

Então, nós resolvemos relançar num momento muito difícil. Está tramitando nesta Casa o PL 257, hoje nº 54 aqui, no Senado, que, como eu sempre digo, é o pior projeto legislativo que já vi na minha vida – e olha que eu estou aqui desde 1988, lutando como dirigente aqui, dentro do Congresso Nacional – porque ele simplesmente faz terra arrasada do serviço público.

O servidor público é a perda imediata, porque congela salário. Mas o grande o grande perdedor com aquele projeto de lei é o Estado, que perde a sua função de prestador de serviço público. Através dos projetos de privatização, de terceirização o Estado vai diminuindo e as privatizações e as terceirizações aumentando. O Estado passa a ser um demandador de serviço público para a iniciativa privada. A prestação do serviço público vira um negócio, vira objeto de ganância do mundo empresarial.

Então, lançamos nessa perspectiva. Mas para lançar essa frente, resolvemos dar uma dimensão maior e fazer o que estava faltando, o que sempre faltou no movimento sindical brasileiro, não apenas do serviço público, mas de todo movimento sindical, que era a unidade de ação. Então, nós propusemos algo muito ousado: realizar o primeiro ato realmente unitário do movimento sindical dos servidores públicos. Essa era a proposta inicial. E colocamos exatamente na data prevista para o relançamento da frente para dar a dimensão da importância dessa frente Parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ...Essa frente parlamentar será a ferramenta de luta das propostas que esse movimento unitário está produzido. Todas as nossas propostas passam pelo Parlamento. Aí a necessidade, a importância e a relevância do relançamento dessa frente nesse momento.

Produzimos nos dias 12 e 13, segunda-feira e terça-feira agora, algo inédito, espetacular, emocionante, que nos enche de esperança e, até certo ponto, de certeza de que finalmente encontramos o caminho para barrar essa ganância, essa volúpia do Governo em propor projetos que destroem o Estado brasileiro, que destroem a Administração Pública brasileira, que destroem os trabalhadores do serviço público brasileiro. Essa ferramenta é a unidade de ação.

Nós nos reunimos aqui, fizemos uma marcha espetacular na segunda-feira à noite, a Marcha das Luzes – e muitos de vocês aqui participaram e que era o prenúncio do grande ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do dia 13. Nós reunimos aqui em Brasília mais de 15 mil pessoas num ato, que, de tão grande, quando estava o ato no Congresso, a ponta da marcha, por assim dizer, ainda estava lá na concentração, perto da rodoviária.

Estou dizendo esses detalhes aqui, porque a Rede Globo publicou que éramos 1.500 mil pessoas. Mil e quinhentas pessoas só a Fasubra tinha. A Fasubra tinha exatamente 1.500.

Então, isso demonstra muito a credibilidade que devemos dar a certos noticiários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quantas pessoas nós tínhamos nessa...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Tínhamos mais de 15 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem pessoal. E isso é em todo o País. (*Palmas.*)

Quem viu a marcha de São Paulo, quem viu a marcha de Florianópolis, quem viu a marcha do Rio Grande do Sul, na capital Porto Alegre, quem viu aqui em Brasília, quem viu os 15 mil ontem sabe que está havendo uma grande mobilização nacional na linha de tudo aquilo que estamos falando aqui hoje.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Perfeito. Vou procurar encaminhar para a finalização.

Então, essa marcha, essa movimentação era para dar substância ao relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Veja bem que é em defesa do serviço público. Não tem como defender apenas corporativamente as questões dos servidores públicos se você não defende o fortalecimento do Estado, se você não defende o Estado como prestador de serviço público, porque nós precisamos acima de tudo ganhar a opinião pública. A opinião pública, o cidadão, o usuário dos serviços públicos precisa entender que essas propostas...

Por exemplo, eu falei que o PLP 257 foi o pior projeto que eu já vi na minha vida. Mas agora há um pior ainda que é a PEC 241, que transforma toda aquela maldade – congelava em 2 anos etc. – e estende para 20 anos. E isso está na Constituição, não mais no projeto de lei.

Tudo isso nos leva a concluir: essa frente é indispensável, essa frente é a única forma que temos de combate. O principal valor que nós temos de defender é a unidade dos trabalhadores, e com essa marcha, além da unidade do movimento sindical do serviço público, agregou-se a ela o movimento sindical do setor privado, e, o mais importante, agregaram-se a ela os movimentos sociais.

Isso quer dizer o estrato da sociedade organizada, ao menos no mundo do trabalho e, por isso, esse tamanho e valor.

E agora, Senador, encaminhando para a conclusão, eu digo, então, como essa frente pela qual eu falo aqui agora, a Frente a Mista em Defesa do Serviço Público enxerga esse momento de hoje, o lançamento da frente ampla.

Eu acho, Senador, que o senhor foi de uma felicidade ímpar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ...que é exatamente dar uma visão ampla de todos os problemas que temos hoje. É entender que as frentes temáticas que existem aqui: da Previdência, da defesa do serviço público, enfim, todas aquelas que foram elencadas, todas elas fazem parte de um projeto de governo.

E agora, ao unificar a ação de todas essas frentes, temos a oportunidade de combater o problema no seu todo, e não isoladamente: a defesa do Estado, a defesa Previdência. Enfim, das várias frentes parlamentares.

Esse, para mim, é o grande valor deste momento de hoje, o lançamento da frente ampla, que é unificar os trabalhos das frentes parlamentares, tendo uma visão estratégica. Essa visão estratégica que essa frente ampla vai proporcionar é fundamental principalmente para uma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Hoje, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só para ajudar.

Como é importante esse momento. Agora mesmo veio uma ligação, pedindo para que alguém falasse, em nome desse movimento, em um debate sobre Previdência.

Eu, de mediato, já indiquei – e ele já está ali dando retorno – o Presente da Anfip, para que ele fale para mostrar a farsa do dito déficit da Previdência. Então, o Romero vai falar em nome de nós todos. Quando a gente diz frente ampla, pessoal, pelo amor de Deus, é para unir todas as vezes que estão dentro do Congresso Nacional. Essas frentes cuja pauta é comum, o ataque é a todos os direitos dos trabalhadores.

Nós temos também aqui o Vladimir, que é o especialista. Ontem, eu o vi se colocando à disposição também para falar sobre o tema nessa linha do que está aqui no painel.

Então, o Romero, de pronto, aceitou o enfrentamento em debate para falar sobre a Previdência. Uma salva de palmas para o Romero...

Eu atrapalhei a sua fala, mas desconto agora. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vai ser aqui no Senado, um grande debate.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Com isso, Senador, eu queria propor que essa frente ampla que se instala hoje sob a liderança de V. Exª tivesse um projeto estratégico.

O que que mais falta hoje? Um projeto de Brasil elaborado e conduzido pelo mundo social, pelo mundo no trabalho, ou pelo menos que esse mundo social, esse mundo do trabalho participem da elaboração do projeto de Brasil.

Portanto, Senador, eu quero concluir dizendo que atividade sindical, para nós, dessa geração mais antiga, que já está na luta há tanto tempo, tem sido um momento depressivo, um momento em que estamos, desde a Constituinte de 1988...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O João Domingos é o cara que eu mais interrompo porque eu tenho liberdades para falar com ele.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tanta gente querendo entrar, vindo para cá. Vou fazer um apelo à Segurança. Há filas aí fora. A responsabilidade é toda nossa. Então, eu peço, se puderem, arrumar mais uma sala...

Estão providenciando? As pessoas virão aqui, participarão desse lançamento e, depois, tranquilamente voltarão para as suas atividades. Todo mundo tem as suas atividades nas suas entidades. Eu só peço que providenciem mais uma sala.

Que bom, João Domingos, que está chegando gente para todo lado, querendo participar deste momento importante, quando nós estamos unindo as principais frentes organizadas no Congresso para uma pauta comum.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Então, eu queria propor, Senador, que essa frente ampla, que procura, através das várias frentes parlamentares, pensar os problemas que nós vivemos no seu todo, compreendê-lo a partir de suas origens e muitas vezes são questões impostas de fora para dentro, que construamos a partir de agora um projeto de Brasil, que sonhemos um pouco mais.

Por que eu disse que a nossa atividade tem sido depressiva? Porque desde 1988, tem sido um acumular de perdas. Nós só estamos lutando para garantir direito conquistado lá em 1988, sem avanço algum. E por que, Senador? Porque o nosso modelo de Estado não permite. Nós que pregamos o mundo ideal, que pregamos a justiça social, que pregamos a justa distribuição de renda, pregamos o mundo ideal num ambiente impossível que é um modelo de governo ultraliberal. Não é mais neoliberal. É como jogar semente no deserto. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

é o ambiente apropriado para você jogar uma semente o deserto árido.

Então, Senador, eu gostaria de encerrar propondo que essa frente ampla tenha também um projeto de Brasil, um projeto defendido, elaborado pelo mundo social; liderado por esses vários Parlamentares que compõem essas frentes inicialmente, pelo movimento sindical, pelo movimento popular etc., para uma coisa: que o nosso País volte a ser um país social e democrático de direito.

Não basta ser um Estado de direito – muitas ditaduras têm Estado de direito, à maneira delas. Não basta ser um Estado democrático de direito; precisa ser um Estado social de direito, em contraponto ao Estado liberal de direito, que é o que estamos vivendo. Precisamos viver um modelo de Estado onde as pessoas sejam o objetivo final da ação do Estado. Hoje, toda estrutura do Estado funciona para os negócios. Hoje, não é exagero nenhum dizer que uma mercadoria, que um negócio, que uma empresa vale mais do que um ser humano.

É isto o que nós esperamos a partir da Frente Mista em Defesa do Setor Público: a participação dessa frente ampla. Nós vamos trabalhar com o senhor o Brasil inteiro mais uma vez, mas com esse objetivo estratégico de construir um projeto de Brasil, um projeto de Estado social de direito.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Domingos Gomes dos Santos.

Eu estou enfatizando muito, pessoal: a Frente Ampla Brasil é a reunião de todos os movimentos sociais articulados numa pauta comum, sem prejuízo do debate específico de cada setor. É uma forma de avançarmos para barrar a investida do Governo atual junto com os outros setores todos organizados da sociedade.

Tanto é que eu vou passar a palavra agora para o representante Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, que vieram aqui para conversar conosco e que estavam participando de todas as mobilizações.

É isso Flávio? Flávio da Silva com a palavra.

O SR. FLÁVIO DA SILVA – Positivo, Senador.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o senhor e toda a Mesa; o público, o nosso povo trabalhador, que está aí agarrado com a gente.

Eu penso que estarmos aqui neste momento é até uma quebra de paradigma, porque, pela primeira vez, acho, podemos ver civis e militares sentados juntos e buscando os mesmos objetivos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO DA SILVA – O nosso caminho, Senador, é um caminho mais difícil, um caminho de luta. Como militares, somos cidadãos pela metade. Nós não podemos ter um sindicato, não podemos estar filiados a um partido político.

Se formos seguir ao pé da letra os regulamentos militares, pelo simples fato de estarmos aqui sentados já poderíamos ser presos. Ou seja, temos que vencer todas essas barreiras para depois ombrear com os demais companheiros de luta, buscando em conjunto a construção da consciência coletiva do nosso povo.

São 15 mil filiados em Santa Catarina. Proporcionalmente somos a maior entidade representante dos militares no Brasil, porque não há uma outra associação representativa que tenha tantos, ou melhor, um percentual tão alto tão alto de filiados. Para o senhor ter ideia, nós temos 10 mil policiais e 2 mil bombeiros e 15 filiados. E por quê? É a consequência desse trabalho e construção coletiva que a gente tem feito ao longo dos 15 anos de vida na Aprasc.

Antes de mais nada, eu quero fazer um agradecimento ao João Domingos pelas palavras de ontem, que, inclusive, foram replicadas em Santa Catarina. É importante que o nosso povo saiba e veja esse reconhecimento desse trabalho que buscamos fazer aqui em Brasília. Não é um trabalho partidário, nós não somos filiados a nenhuma central até porque não somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

um sindicato, somos uma associação por conta daquela situação que eu já coloquei: ser um cidadão pela metade.

Isso é complicado, Senador. Inclusive, a gente sonha ainda que um dia aquela PEC 51 continue tramitando e seja aprovada para que haja essa desvinculação das Forças Armadas e que sejamos uma polícia mais técnica e mais humana. O militarismo não é feito por um homem que faz a segurança, é feito por um homem que defende o Brasil.

Não é a nossa realidade. Temos que trabalhar com mais humanidade, porque é dessa forma que conseguimos nos inserir no contexto da sociedade e fazer com que ela entenda que policial é parceiro, não é inimigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me aproveitar então para dizer que a segurança já informa que a sala 7 está liberada. É para liberar lá na portaria os companheiros que estão entrando para que usem a sala 7. No fundo, eu tenho uma relação boa aqui com a segurança e com o pessoal, que eles fazem um papel semelhante ao de vocês. Eles têm que construir aqui o equilíbrio. Claro que, de vez em quando, há alguns desencontros, mas eu tenho muito respeito por eles e já estão me informando que a sala 7 já está liberada para os outros poderem entrar. (*Palmas.*)

Continua, Flávio.

O SR. FLÁVIO DA SILVA – Bom, dentro da nossa participação nas quatro frentes, vimos que todas têm importância ímpar nesse contexto atual, nessa conjectura do Brasil. É importantíssimo citar a frente, da Maria Lúcia, pela auditoria da dívida, haja vista que no entendimento da Aprasc os problemas, ou melhor, a raiz de toda a matéria, todo o malefício que tem acontecido contra o povo trabalhador advém de uma dívida que não sabe quanto é, para quem é, por que devemos.

Então, juntando as quatro frentes, com certeza essa matéria vai ser mais bem exposta e debatida, e isso vai forçar com que haja, sim, um repensar dos Parlamentares pela aprovação dessas matérias sem saber o porquê estão provando. Eu acho que para pagar uma conta, primeiro temos que saber quanto é, receber um carnê dizendo o que deve e pelo que deve. E só estamos pagando a conta e não estamos recebendo esse carnê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que eu quero reforçar que faz parte dessa frente ampla, que reúne todas as frentes – chegou aqui agora a Graça –, a auditoria da dívida pública. É fundamental a Auditoria Cidadã da Dívida. Por isso o que você coloca está correto. Vamos ver o que devemos, então. Vamos aprofundar também a questão da dívida pública.

Eu só quero informar aos companheiros que estão chegando que, na próxima Mesa, já está o Calixto, a Graça, o Toninho, que chegou também já, do Diap, está o representante do Dieese, da Frente dos Trabalhadores, da UGT, todos entrarão já na segunda Mesa para expressar seu ponto de vista sobre a importância dessa unidade.

O movimento sindical já fez e nós queremos ampliar agora com os movimentos sociais. E está falando, neste momento, o representante da Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina (Asprac).

O SR. FLÁVIO DA SILVA – Bom, vou concluir a fala. Sobre a matéria, o senhor já falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas serão convidados outras vezes, pode ter certeza, inclusive lá no Estado nós vamos.

O SR. FLÁVIO DA SILVA – E, assim, Senador, no nosso entendimento é uma palavra só que está fazendo toda a diferença no contexto atual: soberania. Nosso povo tem que entender o que é soberania.

É isso que vai fazer com que a gente seja valorizado como cidadão, como brasileiro. O povo tem que saber o quanto vale exatamente a força de trabalho. Isso vale para o legislador, vale para o Executivo, para o Judiciário, vale para todos. E o que acontece neste momento? Estamos jogando a nossa soberania no lixo, estão escondendo nossa bandeira, para continuar alimentando uma meia dúzia de banqueiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Metade daquilo que se arrecada simplesmente evapora. Só com o que se arrecada para pagar juros por ano, cerca de quase R$1 trilhão, daria para fazer cerca de 30 milhões de casas populares. E nós ficamos olhando na televisão favela pegando fogo, os barracões de papelão. Por quê? Por que não temos uma política séria para buscar de fato quais são as verdadeiras necessidades deste nosso povo?

É por isso que a Aprasc está aqui, como eu digo para vocês e repito novamente, quebrando paradigmas. São militares e civis em conjunto, lutando pela mesma causa, e vamos continuar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Pessoal, como são muitos convidados e todos estão chegando, eu pediria que os que já falaram nesta Mesa retornem para o plenário e nós vamos convidando aqueles que não falaram. Então, os que falaram desta Mesa, que são três, retornam para o plenário.

E eu chamo, já, por ordem de chegada, o Calixto, a Graça e as outras centrais que já estão aqui. UGT, por favor, já venha para a Mesa. Vamos mudando e já vão falando, para ganharmos tempo, pois teremos outra reunião depois desta. E vamos falando e trocando.

Sejam todos bem-vindos, pessoal.

Primeiro, eu queria agradecer a todos que foram convidados e estão aqui neste momento importante, para unificar a luta de todos os trabalhadores em relação ao Governo que está aí.

De imediato, passo a palavra para o João Paulo Ribeiro, que fala em nome da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Registro a presença também conosco de Fernando, Presidente da Federação Nacional dos Agentes Penitenciários – é importante a presença, meu amigo, porque eu sou Relator do projeto que quer privatizar todos os presídios; Wagner José de Souza, da UGT; Lineu Mazano, Secretário-Geral da CSPB.

Por favor, João Paulo Ribeiro.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos os presentes.

Antes de fazer minha contribuição, como há vários companheiros e companheiras que vão falar, acho que minha intervenção aqui, em nome da CTB, vai ser muito rápida e objetiva. Nós estamos disponibilizando a nossa Central e todos os nossos militantes a fazerem a divulgação e a participação em todos os eventos que vierem a ser construídos pela Frente Ampla.

Achamos fundamental e necessária, neste momento, esta unidade, porque do outro lado há a Agenda Brasil, há os vários eventos que são fechados aos trabalhadores e à sociedade em comum no Congresso Nacional e na Câmara. Lá eles fazem seus acordos, lá eles conseguem construir suas unidades para a destruição, para tirar direitos. Está na hora de também construirmos – uma bela iniciativa do Senador Paim mais uma vez – esta frente ampla, para que consigamos fazer essas ações políticas no cotidiano.

Em cada momento, a gente fica feliz em algum ponto e ao mesmo tempo triste. Depois de colocar todos esses companheiros que vieram dos Estados, de ônibus, avião, barco, etc., para mostrar a indignação dos trabalhadores do serviço público o que está acontecendo no nosso Congresso Nacional, parece que não conseguem destruir. Eu ontem falei com o Flávio assim: nós vamos lá e eu acho que eu vou pedir, fora a atenção e o respeito que tenho aos companheiros da Aprasc, para fazer a contagem – Flávio e os demais –, tentar vocês ajudar os companheiros a fazer as contagens. Nós colocamos mais de 10 mil, e no noticiário sai mil e quinhentos.

Eu acho que nós temos que começar a fazer como os colegas. Eles têm de aprender a contar, e a contar para o nosso lado. É uma brincadeira, mas é importante começar a dialogar mais. E eu acho que a defesa da segurança pública, a defesa dos companheiros também passa por essa unidade. É por isso que eu, em todas as oportunidades, nós trabalhamos unidos.

Lembro aqui que em 2001, na greve da Polícia Militar na Bahia, nós fizemos nossas assembleias dentro do quartel. São momentos importantes que nós temos e momentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

importantes em que nós estamos unindo forças. Os companheiros chegaram até, na ocasião, fazer parte da Central Única dos Trabalhadores, e nós nos sentimos muito felizes naquela época, quando nós estávamos atuando nessa central importante.

Mas penso que aqui nesta Casa, Paim, democracia passa pela participação. O substitutivo da PEC 36, ontem, aqui, mostra que talvez a liberdade pode estar muito mais cerceada, mostra que a gente não pode ter liberdade de se organizar em partidos políticos e é condicionado a ter números, parlamentares, número de pessoas. Parece que 3% é muito pequeno, muito baixo, mas as regras hoje não são democráticas para quem atua no movimento partidário; 3% é muita gente da população. E já havia um acordo agora de 1.5% para as próximas eleições.

Achamos que se querem fazer segregação, se querem fazer o cerceamento da liberdade de organização em partidos políticos, de defender as suas ideologias, é válido de quem pensa, mas para nós é a falta de democracia. Porque as pessoas da direita fazem partidos para fazer trocas, eles se juntam com facilidade. Aqui dentro está um especialista, o Toninho, que depois eu quero até que ele aborde isso. A direita consegue fazer partido e se organizar. Eles se juntam. Se eu estiver mentindo vocês me corrijam, mas na última tentativa – e era certo que ia ser atropelada a democracia – simplesmente se juntaram todos os partidos pequenininhos, que já fazem o trabalho deles, no mesmo partido.

Então, eles se juntam com facilidade. A dificuldade de se juntar é a esquerda. Algumas vaidades, como eu estava dizendo antes. (*Palmas.*)

É por isso que no dia de ontem eu disse: nós temos que deixar as vaidades de lado. As pequenas coisas não podem, neste momento, impedir de fazermos uma ação conjunta.

Esse é o apelo que nós da Central estamos pedindo. Porque não dá para ficar fazendo, Paim, uma frente como essa e achar que determinada coisa é mais importante, como "eu não fui chamado primeiro e não vou". Essas particularidades nós temos que interromper. Eu não pude falar? O.k., na próxima eu falo, na próxima eu abro o caminho, embora aqui na CDH nunca ninguém tenha deixado de falar. Mas venham para cá pelo menos, participem, vejam o que está acontecendo. Hoje milhões de brasileiros estão acompanhando o nosso debate aqui dentro.

Aquele pessoal que está assistindo fora daqui e os nossos militantes é que têm que ser baluartes nas ações propositivas. (*Palmas.*)

Essas pessoas que têm que avançar. É essa população que nós precisamos capacitar. Nós temos que voltar a refazer algumas coisas. Nós dizíamos aqui, nós estávamos conversando, que nós temos que começar a construir agora o nosso trabalho na associação de amigos de bairro, é lá que nós temos que fazer. Eu participei dessas ações de base. Nós temos que voltar, Paim. Alguma coisa foi perdida e alguma coisa saiu errado, que nós não conseguimos convencer a população.

Há pessoas hoje que se capacitam por uma Rede Globo, por uma Record da vida e acha que está certo. Quando você começa a debater, pensa: mas porque não sai isso na televisão? Porque nós não temos televisão. O povo pobre, o sindicalismo aqui, nós não temos meio de comunicação, nós não temos como comunicar.

E faço um desafio que nós fizemos há muito tempo. Eu acho, Paim, que a essa frente ampla, deveríamos talvez juntar também as ações políticas na mesma imprensa, por exemplo. Se nós juntarmos todas as centrais sindicais aqui dentro presentes, todas as confederações, nós podemos fazer uma ampla rede de comunicação para o enfrentamento de todas essas mazelas. (*Palmas.*)

Nós temos de começar a nos preparar. Nós vamos perder muito mais se algumas pessoas continuarem achando que são melhores que os outros. Não está no momento de achar que um é melhor que o outro. Não dá para cercear. Agora, não dá para ficar tendo vaidade neste momento.

Eu queria fazer uma fala aqui rapidinha em elogio à Rosimeire ontem do Sinat, que estava falando que não adianta hoje defender CLT, ou defender qualquer legislação trabalhista se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ministério do Trabalho está sendo sucateado, está sendo destruído. Não há funcionário, não há fiscais. Ontem a companheira Rosimeire estava falando sobre essa política de destruição. Nós não temos mais o Tribunal do Trabalho. Tudo está sendo sucateado, está sendo destruído: a fiscalização, os tribunais, tudo que se defende para o trabalhador está sendo destruído.

Temos que começar a denunciar vigorosamente todos os dias e resgatar o que nós temos, sempre estar aqui denunciando. Nós temos que ser correspondentes diretos, nós temos que começar a denunciar. Não há mais fiscais, o trabalho escravo existe. Não posso provar, mas aqui, dizem nos bastidores, que até muitos Senadores, que alguns latifundiários têm trabalho escravo em suas fazendas.

Temos de começar a fazer o seguinte: todo Deputado e todo Senador não pode ter trabalho escravo, se tiver, tem que ser preso, tem que ser denunciado e perder mandato por isso. É isso que tem que dizer, bem direto. Agora, tem alguém que tem coragem de fazer isso, a não ser o nosso baluarte? Não há, companheiros e companheiras.

Eu quero parar por aqui e pedir licença para vocês, porque neste mesmo momento também está havendo uma reunião lá no acampamento, para nós detalharmos o que nós vamos fazer, as próximas ações, e eu preciso ir para lá. E pedi para uns companheiros da CTB irem lá, mas, como eu sou dos dirigentes que está atuando mais à frente, penso que depois de fecharmos com chave de ouro com a presença e a militância aqui, acho ser importante também a minha presença. Eu já tinha avisado o Senador, mas fico feliz, e, em nome do nosso Presidente Adilson Araújo, disponibilizamos nossa Central para toda e qualquer ação dessa frente ampla a partir de agora, hoje e sempre, até retomarmos a democracia em nosso País.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ribeiro, representante da CTB.

Vou passar a palavra, de imediato, para o Edson Guilherme Haubert, que aqui vai falar não só pelo Mosap, mas também pela Cobap, que me ligou aqui no celular autorizando. O Edson fala em nome dos aposentados e pensionistas de todo o País, da área pública e da área privada, ou seja, fala em nome da Frente Parlamentar Mista dos Aposentados, Pensionistas e Idosos.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, agradeço o convite para estar aqui na Mesa, feito pelo Senador Paulo Paim. E não preciso me alongar em explicar quem é Paulo Paim, porque o Brasil já sabe quem ele é, o que ele foi, o que ele está sendo e o que será daqui para a frente. Então, eu quero, em nome dele, saudar toda a Mesa e os palestrantes que aqui já estiveram, saudar os que aqui agora vieram e estão compondo a Mesa, e saudar sobretudo a plateia que está aqui, todos vocês que são, na verdade, a razão desse movimento estar aqui, dentro da Comissão de Direitos Humanos.

E nada mais interessante, nada mais pertinente do que tratarmos das questões que nos dizem respeito, a todos nós, brasileiros, servidores públicos, trabalhadores do Regime Geral, aposentados e pensionistas, porque esta é a Comissão, realmente, onde nós temos voz e podemos falar e dizer o que sentimos, o que estamos pensando e o que estamos necessitando também em razão de todas as circunstâncias políticas, governamentais, nas quais nós estamos, de uma certa forma, todos inseridos.

E eu quero, em primeiro lugar, também agradecer e dizer da honra que eu tenho de poder falar para todos os aposentados e pensionistas do Brasil e, em particular, para todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral do INSS. Não existe mais Ministério da Previdência, mas existem todos os seus agentes, que estão ainda trabalhando, pensando e buscando cumprir com o seu dever de cidadão em prol de todos os brasileiros que, de uma forma ou de outra, estão vinculados à Previdência Social do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E estão resistindo, inclusive ocupando uma série de ministérios, de espaços correspondentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ao antigo Ministério da Previdência. Por isso as palmas muito merecidas.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – E eu não quero me alongar com os temas que aqui já foram tratados, mas eu queria dizer da importância desse movimento, que está se revigorando aqui, a partir do Senado Federal e da Câmara Federal também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também!

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – ... por todo este nosso Brasil. É absolutamente necessário que todos possamos entender que nós ainda existimos, que vamos existir e que estamos nos redescobrindo para as nossas responsabilidades como cidadãos brasileiros que somos. É lógico que para isso nós temos que defender as nossas causas, nós temos que defender as nossas questões, para que a sociedade brasileira tenha em nós todos aquilo que é devido à sociedade brasileira: justiça, trabalho, serviço público de qualidade.

Essa Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público brasileiro é muito importante, é tão importante quanto qualquer tipo de reforma política que se venha a fazer aqui, no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais importante, se me permite!

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Porque não adianta nós querermos realmente uma reforma política se for uma reforma política pensada somente em um episódio de eleições, em algumas regras, modificando aqui ou acolá alguma circunstância. Não basta! Nós precisamos ter uma reforma política de verdade, para que a sociedade brasileira tenha voz, possa participar, possa dizer o que está sentindo, possa dizer ao País e ao mundo que está desempregada hoje, ou não terá comida amanhã, ou não terá escola depois de amanhã, ou não tem saúde nem plano de saúde para ninguém. É disso que nós temos que nos conscientizar. E a nossa união muito poderá fazer em relação a essa circunstância ou a essa perspectiva.

Eu queria, neste momento, dizer que nós, aposentados... Ontem alguém, um aposentado me perguntava: "Mas tudo isso que vocês estão falando aqui não diz respeito a nós, porque nós já temos a nossa aposentadoria, nós sabemos que temos o nosso salário no final do mês, nós sabemos que as reformas não nos atingirão." Eu disse, fui até meio indelicado com ele: parece que você e eu estamos mortos, nós não estamos mais aqui, porque a realidade é outra. O aposentado e o pensionista brasileiro, seja público ou do Regime Geral, está inserido em toda e qualquer reforma que venha para cá. Isso é indiscutível.

A PEC 241, que congela despesas por 20 anos, não vai atingir o servidor público aposentado e pensionista? Se atinge o ativo, ela nos atinge a todos. Não vai atrapalhar e atingir o trabalhador brasileiro do Regime Geral? Claro que vai! Já está, aliás, atingindo, já todos fomos atingidos. Essa é a grande verdade.

Daí a necessidade, a pertinência desse revigoramento dos movimentos sociais, através de todas as nossas entidades, sejam centrais, confederações, federações, associações, sindicatos, todos. Temos historicamente, agora, um compromisso muito sério com nós mesmos e com a sociedade brasileira, porque depende única e exclusivamente de nós fazer que esse movimento realmente possa atingir os seus objetivos. Para isso, certamente teremos que esquecer certas circunstâncias, certas situações até políticas, porque nós precisamos nos unir, representar realmente uma força e dizer à sociedade brasileira que nós, servidores públicos aposentados e pensionistas, nós, trabalhadores do Regime Geral, ativos, aposentados e pensionistas, existimos e estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Estamos aqui com perspectivas de idade mais longa e, por isso mesmo, sendo responsabilizados, até por Ministros de Estado, por toda a dificuldade financeira que o País está passando. Está aqui hoje, no *Jornal do Senado*, o Ministro do Planejamento dizendo que os aposentados, a Previdência, aliás, é responsável pela maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dos gastos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Ora, ele está se esquecendo do aspecto social da seguridade social. Ele não está lembrando que a seguridade social é um capítulo que foi inserido na Constituição de 1988, com mecanismos definidos, com orçamentos definidos e que nunca foram cumpridos. E agora vem a DRU ainda; em vez de 20, são 30 anos. E vêm outras situações. E nós somos os responsáveis, nós, que dependemos da Previdência.

Eu queria saudar, na pessoa do Calixto, que é um jovem de noventa e poucos anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não sei se tanto, mas é jovem – é jovem!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – É jovem!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, se já está com noventa e poucos, eu não sei também.

A SRª GRAÇA COSTA (*Fora do microfone.*) – Juventude acumulada!

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Eu acho que ele tem mais de noventa e o vigor é para cento e poucos anos. A significância da existência dele como dirigente, assim como de outros também, é sintomática para nós todos, é um chamamento para nós todos, que não devemos nunca desistir da luta.

Essas frentes todas eu acho que têm este paradigma fundamental para nós todos: se nós quisermos, nós poderemos, e nós vamos fazer. Os aposentados e pensionistas vão resistir, como estamos resistindo desde o governo FHC, que tentou por oito vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – ...estabelecer a contribuição previdenciária de nós servidores públicos aposentados e pensionistas, e não conseguiu. Depois, o governo de 2003 conseguiu, e até hoje nós não conseguimos derrubar essa ignomínia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos trabalhar para derrubar.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Mas nós vamos insistir e vamos vencer, porque nós somos fortes, nós somos corajosos e nós sabemos onde e para que estamos aqui e onde queremos chegar.

Eu agradeço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Edson Guilherme Haubert, que falou em nome da Frente Nacional Mista, com as entidades dos aposentados de todo o Brasil. Ele é Presidente do Instituto Mosap.

Passamos a palavra agora, já que ele citou, para José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisar dizer. Está entre 70 e 90, pronto. Todos nós fomos contemplados, inclusive eu.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim e dispensar referências até para ele não engordar mais, porque quanto mais o elogiamos, mais o engordamos, e me parece que ele não está querendo engordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preciso emagrecer de qualquer jeito.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Então, eu vou dispensar as referências ao Senador Paim.

Eu queria cumprimentar a minha companheira e os companheiros todos que compõem esta Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Queria dizer a vocês, na plenitude dos meus noventa e tantos anos, que eu discuto esse problema há, no mínimo, 50 anos. Discutimos lá atrás, há discussões permanentes hoje e vamos continuar discutindo mais tarde, principalmente quando se fala no aspecto da Previdência Social.

A minha tarefa aqui, Presidente Paim, ficou muito facilitada, tendo em vista que dois diretores nossos, o Moacyr e o João Domingos, já se manifestaram. Então, eu teria apenas que ratificar exatamente o que eles já disseram, exatamente porque a nossa convivência me impõe que nós tenhamos essa confiabilidade.

Eu queria dizer também que... Aliás, nem cumprimentei meu pessoal. O meu pessoal está ali; não está aqui, não; está ali desse lado. Cumprimento todas vocês e todos vocês. (*Palmas.*)

Na verdade, a frente ampla, a meu juízo, retoma aquela necessidade de um trabalho conjunto, independentemente do credo religioso, do partido político, da ideologia, independentemente de tudo isso, porque o processo que está tramitando envolve interesse de todos os trabalhadores de modo geral, quer seja servidor público, trabalhador de empresa privada, trabalhador rural, e assim sucessivamente. (*Palmas.*)

Acho, se me permitem, que nós precisamos, na verdade, fazer uma autocrítica para evitar que o Calixto, por exemplo, entenda que é melhor do que qualquer um de vocês ou de qualquer uma de vocês. Isso não pode acontecer em hipótese alguma. Somos iguais. Cada um tem um compromisso e uma tarefa a cumprir, dentro das possibilidades de cada um, evidentemente. Hoje sou presidente de uma central, mas amanhã eu posso não ser e ainda ter a mesma obrigação que tenho como presidente dessa central, que é a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e o respeito à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calixto, me permita.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Queria convidar o Deputado Federal Roberto de Lucena para a mesa. Ele faz parte de todas essas frentes. É gente nossa, como a gente fala. (*Palmas.*)

Ele está aqui e vai poder falar em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Então, eu sou igual a vocês.

Essa autocrítica é muito importante, a nosso juízo, para a gente acabar com aquela discussão permanente de que, se é da CUT, não se junta com a Nova Central; se é da UGT, não se junta com a CUT, e assim sucessivamente. Acho que, nesta oportunidade, e assim é que vejo a Frente Ampla, esse procedimento não pode prevalecer. Daí a necessidade da autocrítica que estou convidando todos a fazerem.

Muito bem. O João Domingos me despertou de um sonho. A gente sonha muito, principalmente quando a idade vai avançando. Eu completo 88 anos no dia 14 de outubro. (*Palmas.*)

Não cheguei aos 90 anos ainda. Mas, vejam bem, a gente sonha muito, todos nós sonhamos. E o meu sonho era sempre ter a oportunidade de ainda ver um projeto para o Brasil, e não para o governo A, B, C ou D; um governo para o Brasil. (*Palmas.*)

Eu sempre sonhei com isso e o João me despertou.

O que vemos ao longo do tempo, eu, que nunca frequentei uma faculdade, só a faculdade da vida mesmo, e é lamentável, é que, com o número infinito de técnicos, de estudiosos, de doutores, não há a mínima possibilidade de juntar essas inteligências todas e fazer um projeto dessa ordem, um projeto que seja duradouro. E não há possibilidade porque, se é da faculdade tal, não coaduna com o que pensa a outra faculdade. Isso não pode acontecer. Ora, se todos querem o bem da Nação brasileira, por que não se juntam e desprezam essa questão de faculdade tal, universidade tal? Cada uma tem um entendimento diferente. Assim o Brasil fica com cada governo tentando fazer um projeto, quando tantas inteligências poderiam ajudar a fazer isso. Como estou falando, isso é praticamente um sonho. Mas, vamos continuar insistindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nesse sonho.

O que importa é que hoje juntam-se todas as entidades sindicais, através das suas centrais, dos seus sindicatos, das suas federações, das suas confederações, para trabalhar numa mesma frente, porque a água está subindo para o pescoço e, se não soubermos nadar, pode subir para a cabeça e nós terminarmos nos afogando.

Nós, dirigentes sindicais, dirigentes das associações, não temos o direito de deixar que os interesses maiores da sociedade brasileira,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... dos trabalhadores e da Nação morram afogados nesse processo que está nos rodeando diuturnamente.

Vou lembrar aqui só uma questão que está sendo discutida no Congresso Nacional. Há cerca de 70 projetos tramitando no Congresso Nacional, todos eles numa tentativa de desmontar o sistema sindical brasileiro para enfraquecê-lo e aí fazerem a reforma trabalhista e tantas outras reformas que acharem convenientes. Uma delas, que lembro ainda porque já vem do passado e foi levantada agora novamente, trata do art. 618 da CLT,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... que fala exatamente dessa questão que foi iniciada ainda pelo Ministro Francisco Dornelles quando foi Ministro do Trabalho. Ele levantou essa questão do acordado e o legislado. Ora, vejam bem, numa situação como a de hoje, quando estamos com aproximadamente 12 milhões de trabalhadores desempregados e outros perdendo o emprego a cada dia, é evidente que fica muito fácil até desprezar o que a lei me permite e fazer um acordo com meu patrão, o Toninho, para receber um pouco menos do que aquilo que está estabelecido.

Então, nessa fase de enfraquecimento da classe trabalhadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... e das suas organizações, é que vem ao Congresso Nacional uma gama de projetos, inclusive um – só para se ter uma ideia – sobre o contrato de trabalho por tempo intermitente, em que o empresário vai contratar pela hora que ele necessitar. Se eu necessito fazer um trabalho que vai durar dez horas, eu o contrato, você faz o meu serviço, eu pago e descarto. E tantos outros projetos vamos ter que enfrentar nessa fase difícil que estamos atravessando.

Então, minha gente, essa Frente Ampla tem essa grande finalidade de juntar as ideias, não de separá-las, não importa se eu sou do partido A, B, C ou D,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... não importa se a minha religião é A, B, C, D ou F; importa que nós temos a obrigação de zelar pelos interesses da classe trabalhadora, da sociedade e da própria Nação.

É dentro desse princípio ou desse entendimento que estamos aqui, conforme já disseram, naturalmente, os meus companheiros João Domingos e Moacyr, para apoiar intransigentemente, de todas as formas, essa Frente oportunamente criada através do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Calixto Ramos, que, com muita experiência e sabedoria, fortalece a ideia da Frente Ampla Brasil, unindo todos os segmentos.

Pode ter certeza que o faremos, esse é o objetivo, ouvindo a comunidade negra, ouvindo a comunidade índia, pela liberdade religiosa de cada um, ouvindo os mais variados segmentos religiosos, ouvindo a comunidade LGBT, a luta das mulheres, dos homens.

Eu cumprimento o Calixto, que conseguiu sintetizar. Se tirarmos de lado – como disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito bem ele – as vaidades pessoais, porque às vezes não são nem políticas, partidárias e ideológicas, às vezes, caímos na vaidade pessoal, em nome das grandes causas do povo brasileiro, com certeza, essa Frente Ampla Brasil vai se tornar um grande fórum de debates, onde todos serão bem-vindos, onde não se tem presidente, não se tem coisa nenhuma. A Frente Ampla Brasil é do povo brasileiro, é do povo brasileiro. É esse o objetivo. Por isso, como expliquei aqui na abertura, está aberta inclusive para novos segmentos se somarem e irem construindo ao natural.

Alguém me disse que a melhor forma de fazer a grande mudança é se organizar desorganizadamente. Essa frase eu guardei: se organizar desorganizadamente, ou seja, buscando a organização dos trabalhadores, mas com total liberdade para que eles se organizem, colaborando apenas com o fórum de debates.

Qual é a importância disso hoje, pessoal? Talvez muitos não tenham dito, mas estamos falando aqui para todo o Brasil. Milhões e milhões de pessoas estão nos assistindo, ao vivo, neste momento, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pela Internet. Hoje o Brasil está sabendo que foi lançada a Frente Ampla Brasil, que não tem nome de ninguém, por isso que é Frente Ampla Brasil, é do Brasil. É assim que ela vai se organizar, embora pareça que é desorganizada, mas não é, porque o povo brasileiro sabe o que quer.

Passamos a palavra neste momento, em nome da Frente Mista em Defesa da Previdência Pública, que, no fundo, é também da Seguridade Social, podemos dizer, ao Vilson Romero, Presidente da Anfip (Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil). Permita que eu diga que já publicaram inúmeros livros e manifestos desmontando a farsa do déficit da Previdência.

O SR. VILSON ROMERO – Bom dia, Senador, bom dia, nobre Deputado Roberto de Lucena, senhores dirigentes de centrais, de sindicatos, de federações.

Muito nos honra participar desta Mesa, principalmente pelo fato de sermos uma entidade singular, uma associação, mas temos no nosso DNA, há quase 70 anos, a defesa da justiça social, da justiça fiscal, em especial porque a Anfip, que hoje representa auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, há 66 anos, foi constituída pelos fiscais dos antigos institutos, dos IAPs, dos institutos dos industriários, dos bancários, dos marítimos, dos comerciários, inúmeros, que, no Rio de Janeiro, se reuniram e constituíram essa entidade, que, ao longo dos últimos quase 70 anos, tem sido a trincheira de defesa da Previdência Social, do aposentado e, obviamente, da sua categoria como um todo.

Desde a Constituição de 1988, que criou o nosso Estado de bem-estar social, o nosso *welfare state* tupiniquim, permitiu-se e criou-se um novo sistema de proteção social brasileira, que hoje se pretende esfacelar pela continuidade da DRU – esse famigerado instrumento que permite tungar hoje 30% do conjunto das contribuições sociais. Para fazer o quê? Para gerar recursos para bancar a nossa paquidérmica dívida pública.

Então, nós estamos aqui hoje nos congregando. Muito nos honra essa parceria com a CDH, essa participação inclusive com todas as centrais, porque percebemos muito claramente que a nossa aeronave Brasil está num voo turbulento. O piloto foi trocado em pleno voo, mas a turbulência continua e talvez aumente.

Quando nós vemos uma nação tumultuada, com descontrole nas contas públicas, com inflação elevada, com taxa de juros nas nuvens, com desemprego traumatizante para todos os setores da sociedade, com a economia em queda livre e, acima de tudo, com essa carga tributária elevadíssima, isso nos preocupa, porque não se vê o túnel, quanto mais a luz do túnel.

É óbvio que o *animus* do cidadão, dos contribuintes, dos empregados, dos trabalhadores aposentados, em especial dos desempregados, é muito preocupante, porque eles não estão vislumbrando a perspectiva de algo melhorar em suas vidas. E nós estamos vendo, ao contrário, que cada vez mais sinalizam com medidas restritivas, medidas que vêm penalizar, porque estão colocando a conta do ajuste fiscal, do desgoverno sucessivo, do descontrole nas contas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

no colo do trabalhador, no colo do aposentado, seja trabalhador do campo e da cidade, seja trabalhador da iniciativa privada ou do serviço público. E obviamente isso vem com o quê? Com o que sempre vem nesse governo: reforma fiscal, tributária, trabalhista, previdenciária. E você sabe muito bem que nunca alguma delas veio em benefício do contribuinte, do trabalhador, do aposentado, do servidor público. Todas foram sempre restritivas.

Novamente nós temos esse cenário que muito nos preocupa. Por isso, é extremamente importante que nos unamos. Acho que novamente, a exemplo do que aconteceu no PLP 257 – nos últimos tempos, não tinha visto algo tão uníssono, unindo todas as centrais –, nós estamos em outro momento em que temos que deixar de lado as nossas convicções partidárias, políticas partidárias, vinculações com esse ou com aquele governo, com o governo que saiu ou que virá, e, acima de tudo, assumir a camiseta do povo, da sociedade e do trabalhador, com todas as centrais de mãos dadas, deixando de lado as idiossincrasias, trabalhando para construirmos ou levarmos adiante o que já construímos numa condição melhor. De novo, evitando que essa reforma fiscal que estão pretendendo comprometa definitivamente a possibilidade de pagamento de benefícios a aposentados, a pensionistas, que cada vez mais comprima o benefício que possa justamente ter o trabalhador num futuro próximo, mas, acima de tudo, de uma reforma da Previdência.

A Anfip, desde logo, se coloca à disposição de todos os movimentos sociais que queiram promover debate, que queiram socializar o contraponto daquilo que a mídia está massificando, da necessidade de colocar por terra, fazer terra arrasada da estrutura que é o amortecedor social do Brasil, que é o maior sistema de redistribuição de renda do mundo ocidental; querem fazer terra arrasada.

Nós temos que lutar contra isso. E a Anfip está levando o contraponto a todos os movimentos. Amanhã estaremos em Salvador, no encontro da CTB. Estamos auxiliando e representando a Nova Central no grupo técnico no Palácio do Planalto. Estamos promovendo também uma reunião de estudiosos para fazer propostas de inclusão social a partir do sistema previdenciário, e vamos levar depois para o debate, para a legitimação com todas as centrais. Mas isso também faremos com a estrutura tributária. A Anfip quer contribuir para esse debate, mas também quer atuar muito decisivamente para isso.

Então, estamos juntos. Nós nos agregamos não só em nome da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, mas do conjunto da sociedade, contribuindo com nosso grupo técnico, mas, acima de tudo, com a nossa luta, junto com essa frente ampla, junto com as centrais, junto com os trabalhadores.

Saúdo aqui o Senador Paim e esta Comissão, que tem sido a grande trincheira em defesa das minorias, em defesa da sociedade, em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade, da iniciativa privada e do serviço público.

Por isso, não usando todo o tempo, até por termos muitas personalidades para fazerem uso da palavra, agradeço por esta oportunidade e coloco a casa Anfip à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos pela fala ao Presidente da Anfip, o Vilson Romero, que ontem também, no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores Públicos, fez uma exposição na linha de que a nossa Previdência não é deficitária e está aqui colocando a entidade à disposição.

Passo a palavra neste momento à Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores.

Em seguida à Graça, o Deputado Federal Roberto de Lucena.

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia a todos. A gente sempre brinca que tem que ter a transmissão de energia para poder começar a conversar. Um bom-dia sempre é um cumprimento bacana.

Acho que a iniciativa, Paim, é excelente. O momento exige que nós, trabalhadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

trabalhadoras, Parlamentares, militantes de esquerda, entidades, todos que defendem o Brasil e que têm a preocupação, neste momento, com o destino do nosso País, realmente precisamos nos juntar. Nessa diversidade, claro, temos divergências e convergências, mas o momento exige uma unidade nossa para que a gente consiga barrar ou pelo menos diminuir essa pressão, essa avalanche que vem contra nós neste momento.

Com muita clareza, cada um no seu partido, na sua central, cada um fazendo suas defesas de categorias, etc., mas este é o momento de unir a classe. É a classe trabalhadora que está no alvo direto de tudo que vai acontecer e que está acontecendo no Brasil. Portanto, essa iniciativa de juntar... Porque uma Frente Parlamentar é um instrumento da Casa, do Parlamento, um instrumento oficial. Então, uma frente pode fazer a discussão daquele assunto a que se propõe, mas pode fazer seminários, pode atuar nos projetos que estão tramitando na Casa, tanto no Senado como na Câmara, pode fazer audiência pública, pode viajar o País todo, pode replicar a frente nos Estados, nas Câmaras Municipais. Os Parlamentares dos Estados e dos Municípios podem aderir às frentes, então, é um instrumento poderoso. Mas às vezes está muito pulverizado, porque tem frente para defender a Previdência, frente para defender isso e aquilo outro. Tudo bem, cada um tem que ter um olhar específico naquilo a que se propõe, mas essa unidade agora é o que nós precisamos neste momento. (*Palmas.*)

Portanto, é louvável essa iniciativa e tinha que vir mesmo de uma figura como Paulo Paim, que é histórico nessas iniciativas de discutir a democracia e discutir as grandes causas. Como ele sempre fala para a gente: "Eu sou um defensor de causas e não de uma questão específica". Eu diria, Paim, companheiros e companheiras, que o momento nosso não é uma questão assim: há tantos projetos maléficos para a classe trabalhadora que vão atacar essa categoria ou aquela.

Não é isso que está em jogo agora. Está em jogo um retrocesso civilizatório em nosso País. O que estamos assistindo neste pouco tempo deste Governo, que deu um golpe – a essência do negócio é atingir a democracia, porque houve uma eleição e agora houve a retirada da Presidenta pelo Parlamento brasileiro, por alguns votos. Então, já é gravíssimo colocar a nossa democracia em risco –, mas temos também um ataque direcionado que vai eliminar a proteção social, aquilo que nós conquistamos. Quando se fez a reforma dos ministérios já se desmontou muito da proteção social. O fato de desmantelar o Ministério da Previdência, as questões que foram colocadas no Ministério da Educação, as retiradas, enfim, já é para nós um sinal de que muita coisa que nós tínhamos de proteção social já está eliminado. Não é que vai acontecer, já aconteceu.

O que nós precisamos agora é reagir. Mas temos também um componente muito forte que é essa cultura do ódio e da disputa, da briga de rua, que vamos ter no nosso País, que é de exclusão das mulheres, das políticas que conquistamos nesse último período, dos companheiros e companheiras LGBT, que estão sendo assassinados todos os dias, dos negros e das negras, dos deficientes. Então, é um sentimento que não tínhamos no Brasil. Nós tínhamos uma convivência muito pacífica e estávamos construindo um avanço significativo.

Agora tem a questão das relações de trabalho, que é o ponto principal do ataque neste momento. O avanço vai ser muito grande sobre os nossos direitos. Nós podemos citar a 241, que é uma PEC que vai modificar um artigo das disposições transitórias da Constituição Federal. "É um artigo das disposições transitórias, não vai mexer no corpo da lei, não está mexendo." Não é verdade. Ela vai destruir toda a Constituição, tudo que nós conquistamos até agora. "Ah, mas, como o povo vai entender isso que estamos dizendo?" É só dizer: "A PEC 241 é ruim?" Não, a PEC 241 vai demolir, porque ela vai fazer um congelamento de 20 anos do orçamento público, podendo ser revisado daqui a dez anos. Qualquer pessoa – não precisa ser economista, não é, Toninho – vai entender que nós vamos destruir a educação, a proteção social, a saúde, todas as políticas que nós conquistamos até agora. E não foi de graça. Foi com muita luta. São 30 anos ou mais. Como o Calixto diz aqui: "Estou nessa luta há pelo menos 50"; eu estou nessa há pelo menos uns 30. Bem mais nova, mas comecei cedo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É incrível o que está acontecendo. Nós precisamos reagir agora; não dá para esperar, porque eles estão vindo... Não é de metrô...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De forma truculenta.

A SRª GRAÇA COSTA – Estão vindo na velocidade da luz, e nós estamos esperando o trem da fumaça ainda. Estão entendendo? Não dá para a gente esperar, porque a 257 e a PEC 241 vão mudar o Estado brasileiro, pessoal. Não é um projeto simples, mudar uma coisinha, não. É reorganizar o capitalismo no Brasil, de forma a mudar as relações, tirar de nós, trabalhadores e trabalhadoras, para o empresariado brasileiro, o sistema financeiro brasileiro ter mais e mais a partir de agora. Vão privatizar tudo. E há as medidas provisórias, que às vezes traz um assunto e desmonta uma política, desmonta várias coisas. O Toninho do Diap pode nos dizer mais sobre isso. E nós temos inimigos fortes.

Ontem o Teori tomou uma decisão sobre o negociado e legislado. É uma decisão dele, não do Pleno do STF, mas uma decisão que ratifica que, na negociação coletiva de um grupo de trabalhadores rurais, foi retirado da convenção o pagamento das horas ou do tempo do trabalho da casa até o local de trabalho. Então, reduziu direito. O TST derrubou essa medida, mas ontem o Teori a confirmou: o negociado sobre o legislado para retirar direitos. É isso que está colocado neste momento, que vai acontecer com a gente. Como o Calixto falou, nós estamos num processo de crise, nós temos desemprego em alta escala, nós temos fragilidades sindicais de organização, porque temos inclusive, no Brasil, em média, 18% de filiação sindical. A gente vê essa movimentação toda, mas a maioria absoluta dos trabalhadores está fora dos sindicatos. Como vai ficar a nossa situação, na hora de fazer uma negociação direta com o patrão, se for aprovado o negociado sobre o legislado? É muito sério o que está em curso.

Para finalizar, quero dizer que nós concordamos com o que o companheiro da CTB disse aqui sobre os nossos meios de comunicação. Nós temos uma avaliação interna na CUT de que só os nossos panfletos, os nossos programas de rádio, dos sindicatos, das entidades filiadas à CUT, tudo isso é maior do que a produção da *Veja*, é maior do que a produção das maiores revistas do Brasil. Só a CUT. Imagine se juntarmos todas as centrais sindicais! Só que nós não nos unimos, não conseguimos fazer um instrumento só. Nós precisamos pensar agora, neste momento de frente ampla, nessa unidade das rádios comunitárias para chegar ao que está acontecendo com a gente.

Por fim, quero dizer o seguinte: nós temos que aliar a ação aqui no Parlamento com ação de mobilização de organização nossa. O que nós fizemos ontem, uma marcha dos servidores públicos, havia outros trabalhadores também, mas foi um sucesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – ... municipais, estaduais e federais se juntaram aqui.

Nós temos o dia 22, para quando já está sendo construída a paralisação nacional. A CUT e as outras centrais também já estão se envolvendo, mas nós queremos chegar à greve geral, parar o Brasil para parar as reformas, porque, senão, nós vamos perder tudo o que nós conquistamos até agora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Graça Costa! E terminou dizendo: "Se for preciso, paramos o Brasil, mas temos que parar as reformas".

Deputado Federal Roberto de Lucena. Em seguida, o Wagner a UGT.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV - SP) – Obrigado, Presidente Paim.

Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo e, em seu nome e em nome do Presidente Calixto, eu peço permissão para cumprimentar os demais membros da mesa. Quero saudar os meus companheiros, as minhas amigas e amigos, cumprimentando ainda o Presidente João Domingos, o Moacyr, o Lineu, dizendo que é uma enorme satisfação, mais uma vez, estar ao seu lado, Presidente Senador Paulo Paim, em uma iniciativa muito oportuna, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

iniciativa muito adequada, apropriada para o momento que nós estamos vivendo, quando se estabelece, a partir do Senado Federal, mas com uma abrangência para também a Câmara dos Deputados, uma abrangência para o Congresso, a Frente Ampla Brasil, que tem como grande objetivo, a grande razão de ser, a promoção do diálogo.

E eu venho aplaudir a sua iniciativa porque este é o momento em que o Brasil precisa conversar. Nós precisamos conversar. Nós temos um ambiente profundamente perturbado, conturbado, com uma agenda que preocupa enormemente as representações dos trabalhadores e as forças vivas da sociedade, as organizações sociais, porque é uma agenda que tem sido construída, que tem sido elaborada sem esse componente do diálogo. Ela não tem sido construída a partir da exaustão da discussão com os vários setores da sociedade.

O que nós vemos hoje, no Brasil, e o que nos preocupa – é preciso dizer e é justo dizer – não aconteceu por um ato. O que nós temos diante de nós, num cenário de insegurança, num cenário de preocupação para os trabalhadores de todo o Brasil, é o resultado de um processo desencadeado ao longo dos anos. Eu vejo com esperança a reação de diversos setores dos movimentos sociais, e aí capitaneado pelas centrais sindicais, neste momento, mobilizado, indo para as ruas, como disse a Maria das Graças.

Agora, se nós tivéssemos visto esse movimento acontecendo, por exemplo, há seis anos, há sete anos, possivelmente nós não teríamos chegado onde chegamos hoje. Nós chegamos ao patamar de 12 milhões de trabalhadores formais desempregados neste País.

Nós estamos vivendo uma pressão que está jogando para a informalidade os trabalhadores brasileiros, que era uma conquista que foi construída e que foi alcançada com o esforço, com o trabalho de anos.

Nós chegamos a uma inflação de dois dígitos. Nós tivemos alguns dos fundamentos econômicos do nosso País abalados, comprometidos e, naquele momento, houve um silêncio do movimento sindical, das organizações sindicais, das organizações sociais. Os trabalhadores deveriam estar nas ruas há muito tempo, há três, quatro anos, para evitar que nós tivéssemos chegado ao ponto a que chegamos.

Eu preciso, Senador Paulo Paim, procurar, ao máximo do meu limite, ser justo. Não adianta nós atribuirmos, neste momento, todo o descalabro, e o cenário, e o apocalipse iminente à ascensão do Presidente Temer ao poder. O que nós temos é um processo desencadeado de anos, que foi fortalecido e potencializado com o nosso próprio silêncio.

Agora, antes tarde do que nunca. Mas a resistência pela resistência não nos leva a lugar nenhum. A resistência precisa vir acompanhada da motivação justa, do objetivo mais puro. E essa resistência precisa vir acompanhada da motivação justa, do objetivo mais puro. Essa resistência precisa vir acompanhada da disposição do diálogo, que é o objetivo dessa Frente Ampla Brasil, de nós fazermos a resistência, mas procurarmos o diálogo.

Nosso objetivo é que a Agenda Brasil, aquela que é de interesse do povo brasileiro, da sociedade brasileira, aquela que é de interesse daqueles que representam setores mais vulneráveis da nossa sociedade, que essa agenda seja colocada em ação. Nós precisamos efetivamente sair de 2014, entrar em 2016, encarar os desafios que nós temos pela frente – e são muitos. E as propostas das reformas que estão chegando para nós aqui no Congresso Nacional são, como eu disse, preocupantes por esse componente. Elas são unilaterais. Elas trazem como um dos seus componentes, um dos seus integrantes essa dificuldade do diálogo já com o Parlamento, quanto mais com a sociedade.

Então, essas propostas chegarão ao Congresso e não encontrarão no Congresso – os senhores podem ter certeza – um ambiente passivo. Nós temos aqui, neste momento, a força da liderança, por exemplo, do Senador Paulo Paim. Eu disse ontem, numa oportunidade, num evento, que o Senador Paulo Paim não é um oportunista, ele não é um líder que aparece para fotografia e que chega neste momento aparecendo do nada, surgindo do nada. O Senador Paulo Paim vem do lastro de uma carreira de comprometimento com as causas que nós defendemos e ele tem credenciais para ser ouvido para ser ouvido aqui no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, junto com o Senador Paulo Paim, nós temos um elenco de Senadores e Deputados que estão atentos, que estarão na frente da resistência, que farão dos seus mandatos uma trincheiro de resistência a essas propostas, na sua grande maioria propostas que pretendem dilapidar os direitos dos trabalhadores, que pretendem esvaziar as conquistas que foram alcançadas e construídas ao longo dos anos.

Estamos atentos à questão da terceirização como está sendo trabalhada e proposta, à privatização, à precarização do serviço público, à precarização dos contratos de trabalho. Estamos atentos, Maria das Graças – e foi muito oportuna a sua observação em relação à decisão do Ministro Teori –, em relação àquilo que está sendo, neste momento inclusive, defendido pelo Palácio do Planalto, que é o negociado sobre o legislado, bem assim em relação a outros temas que são temas importantes, temas sérios. E nós precisamos, Moacyr, encarar essa Agenda Brasil com muita seriedade, com muita responsabilidade, entendendo que a transição que nós estamos fazendo, que não é uma transição de partido, que não é uma transição ideológica, é uma transição de modelo, uma transição de uma condição e de um ambiente que nós estamos para outro ambiente. Essa transição será longa, será pesada, terá custos. O que nós não podemos admitir, Lineu, é que esse custo, a conta maior, mais uma vez, como sempre foi, seja exatamente colocada nos braços e no colo de quem pode menos, que é o trabalhador, que é a classe trabalhadora, que é o servidor público.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV - SP) – Eu finalizo esta minha saudação, estas minhas considerações, dizendo que a Agenda Brasil, defendida pela Frente Ampla Brasil, é a agenda da tolerância, é a agenda do diálogo, e é por essa agenda que nós faremos as pontes para construir as saídas de que nós precisamos. Essa agenda do ódio, essa agenda da intolerância de que falou a Maria das Graças, essa agenda é o jogo em que nós não podemos entrar, é a energia que não pode nos atrair.

Agora, o Senador Paulo Paim pode contar comigo, pode contar com o nosso mandato, com o nosso gabinete a serviço dessa Frente Ampla Brasil, sob a sua liderança, sob o seu comando. Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa!

Eu finalizo cumprimentando a todas as senhoras e os senhores pela iniciativa e pelo apoio à iniciativa do Senador Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Roberto de Lucena, que demonstra a importância da Frente Ampla Brasil, principalmente a partir do Parlamento, para apontar caminhos em cima de uma proposta que, como muitos aqui já colocaram, não dê guarida a qualquer proposta que venha a tirar direitos dos trabalhadores, sempre numa linha de diálogo, de discussão, de firmeza, de argumentos, mas sempre defendendo os direitos dos trabalhadores da área pública, da área privada, do campo e da cidade.

Wagner José de Souza, que falará pela UGT, ele que é Secretário de Relações Internacionais.

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA – Quero agradecer a oportunidade que nós temos sempre de ter esse canal aberto, principalmente agora, que nós estamos no lançamento da Frente Ampla Brasil e estamos falando para o Brasil.

Três assuntos que eu vou levar rapidinho: primeiro, eu quero cumprimentar, em nome da União Geral dos Trabalhadores, a toda a população brasileira, principalmente os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos.

Eu quero aqui, em separado, parabenizar o grande líder dos servidores públicos, que é o João Domingos. (*Palmas.*)

Ontem, como nós pudemos ver, esse homem conseguiu unificar todas as centrais sindicais e colocar na Esplanada dos Ministérios todos os servidores, com todas as bandeiras possíveis e imagináveis. Eu quero dar para eles um grande parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Para você, João Domingos, *hashtag* #JoãoDomingos! (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu me faço acompanhar aqui também do Secretário nosso da UGT, o Secretário de Relações Institucionais, Miguel Salaberry, que é de onde é originário o nosso querido Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul.

Vou falar do segundo assunto, que é o Rio Grande do Sul. Na segunda-feira, fui convidado pela Associação Rio-Grandense dos Previdenciários, juntamente com a Federação dos Municipários, de servidores públicos, através do companheiro Marino. Lá falei da PEC 241, dizendo que ela vai acabar, realmente, com a Previdência e que ela reduz ao Estado mínimo. Em um dos momentos, eu falei o seguinte. Nós vemos sempre que, toda vez que um governo entra, seja quem for, não interessa quem é, ele diz: "Temos de fazer alguma coisa." E a primeira coisa é mexer com os servidores. Sempre é assim: "Vamos mexer com o servidor." Quando ele toma posse, ele mexe com o servidor. Eu disse também que nós deveríamos fazer o seguinte: se vai mexer com a Previdência, que são os grandes olhos agora, porque é o único local que tem dinheiro para que se possa pagar aquilo que foi feito muitos anos atrás... Se vocês verificarem, as despesas que houve dos governos são de móveis. Esses móveis que eles tiveram muitos anos atrás, hoje, são juros sobre juros. Selic é o que está escrito lá na PEC 241. E nós somos contra a PEC 241. Está aqui: a UGT é contra a PEC 241 e também é contra a reforma da Previdência. (*Palmas.*)

Se vocês verificarem, quando se faz a reforma da Previdência, nunca falam em reformar a Previdência também dos Deputados e Senadores. Quando eu falei lá, o pessoal de Bagé e o pessoal de Santa Maria, no final, falaram assim: "Se você pedir para o Senador Paulo Paim, é capaz de ele fazer uma emenda dessas e tirar isso. Ele é capaz de fazer, porque ele é um homem capaz. Ele não tem medo daquele Senado". E eu vejo agora: ele não tem medo do Senado. (*Palmas.*)

Ele não tem medo do Senado para fazer a Frente Ampla Brasil. Ele não tem medo do Senado. Está com a razão o Deputado Roberto de Lucena quando diz que ele não veio aqui à toa, só para hoje usarem o momento para dizer que ele está fazendo alguma coisa. Há muitos anos, ele vem trabalhando e abrindo para os trabalhadores esta porta, para que nós possamos falar e dizer aqui "não" aos ataques aos trabalhadores em geral.

Eu vejo, com bons olhos, essas reformas todas. Sabem para quê? Para que nós as possamos colocar dentro daquele grande lixo que existe lá na porta. Quando eu aqui entrei, um dos nossos seguranças, que é servidor público, viu-me com um pacote deste aqui e disse: "Vou colocá-lo no descarte." Todas as reformas têm de ser colocadas naquele descarte que está na porta. Eu falei: "Você pode fazer um grande favor para mim? Antes de você colocar no descarte, eu vou colocar assim: 'De Wagner para o gabinete do Senador Paulo Paim'." Ele falou assim: "Mas quem virá buscar?" Eu falei: "Vou colocar no nome da Srª Patrícia." Eu me lembrei da Patrícia no momento. Ele falou: "Então, pede para ela vir buscar até as 7h da noite." Então, aquele descarte que está lá é onde nós vamos colocar todas as reformas, sejam quais forem! (*Palmas.*)

Ataque contra o servidor público e contra o trabalhador da iniciativa privada jamais, no Brasil, poderá haver!

Estão na rua 12 milhões. E qual é o pai hoje aposentando que não está acolhendo aquele que foi para a rua? O pai que ganha salário mínimo hoje sustenta seus filhos, seus netos, seus bisnetos. Infelizmente, aqueles que pensaram em fazer a reforma não tiveram o seu filho batendo à porta, com seus netos, dizendo assim: "Pai, não tenho mais onde morar. Você abre a porta para mim?" Na minha casa, aconteceu isso. Meu filho veio de Rondônia, junto com sua esposa, com um gato e com um cachorro, e disse assim: "Eu posso vir morar na sua casa?" Hoje, eu estou aqui lutando por ele e por 12 milhões de trabalhadores que estão na rua. Eu estou aqui, porque sou servidor público, não sou dirigente. Estou dirigente sindical, mas sou servidor público e tenho honra por isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Wagner José de Souza, que falou pela UGT, deixando muito claro por que o movimento sindical brasileiro é contra as ditas reformas.

Com satisfação, vou passar a palavra a Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, representante do Diap, que, recentemente, nos apresentou um belo trabalho, mostrando que em torno de 60 projetos que estão no Parlamento trazem prejuízo para os trabalhadores.

O Toninho está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - TONINHO – Bom dia a todos!

Inicialmente, eu queria cumprimentar meus colegas de Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, dizer da satisfação de participar deste lançamento da Frente Ampla Brasil e falar da sua oportunidade e conveniência.

Houve, no Brasil, uma mudança de governo, mas, mais que uma mudança de governo, uma mudança de paradigma. Hoje, diferentemente de um passado recente, não existe mais um governo de coalização em que se misturam esquerda e direita, em que se misturam socialistas e liberais. Hoje, os campos estão apartados: a esquerda está na oposição, limitada a cem Parlamentares; e as demais forças de centro, de centro-direita, de perfil liberal e fiscalista estão na Base de sustentação do Governo. Então, é um Governo coeso do ponto de vista ideológico, afinado com a agenda do Consenso de Washington, que está refletida na agenda Ponte para o Futuro, que, essencialmente, tem por objetivo rever ou redirecionar o papel do Estado em relação à prestação de serviços, em relação ao aspecto regulatório.

O Estado brasileiro, como qualquer Estado do mundo, dispõe de três monopólios. Tem o monopólio de impor condutas e punir o seu descumprimento, que é o chamado poder coercitivo, a prerrogativa de fazer uso da força para fazer valer suas decisões. O Estado tem também o poder de legislar, de fazer leis obrigatórias para todos, e o poder de tributar. Esses poderes serão redirecionados. Até recentemente, eles tinham uma direção. Com a mudança de governo e com a mudança de pauta, eles serão redirecionados. Se há esse redirecionamento, alguém vai ter de ganhar, e alguém vai ter de perder com esse redirecionamento. O que se vê é que esse redirecionamento tem por objetivo, na minha avaliação, fazer com que o Estado volte às suas funções clássicas de garantir a propriedade, de garantir contratos privados, de garantir a moeda e de fazer valer o seu poder coercitivo em relação a essas garantias, afastando-se daquelas obrigações, que são do Estado, de impor o equilíbrio entre pessoas, entre regiões, entre categorias, entre segmentos.

Portanto, vai se jogar no "salve-se quem puder", retirando uma série de marcos regulatórios que dão garantias àqueles mais desprotegidos da sociedade. Então, para quem tinha a garantia da lei como âncora para ter o mínimo de equilíbrio, essa garantia não vai ser dada. Por exemplo, há a questão do hipossuficiente na relação entre patrão e empregado. O patrão é a parte mais forte social, econômica e politicamente nessa relação. Por isso, nós temos direito à organização sindical, o direito é de caráter irrenunciável, e os acordos valem para toda a categoria etc. Isso está em questão. Há a questão da proteção às empresas nacionais e às empresas estatais, que adotam o chamado conteúdo nacional, que tem o objetivo de fazer com que pelo menos 50% de bens, serviços e equipamentos sejam adquiridos no Brasil, o que está em debate. A propriedade da terra no Brasil, o pré-sal etc., tudo isso está em discussão.

Se há um Governo que está coeso com a pauta de mercado, com o chamado Consenso de Washington e com o apoio internacional a essa pauta, os movimentos sociais e as forças vivas deste País que respondem pelo trabalho têm de estar unidos. Portanto, a criação da Frente é uma ideia extremamente interessante, porque você pode dizer que a unidade política é possível, mas não é necessária; que a unidade orgânica é possível, mas não é necessária; mas que a unidade de ação é fundamental. E é maioria quem estiver unido.

Então, nós temos claramente um bloco de Governo coeso. Antes, nós tínhamos força de centro-direita dentro do Governo e tínhamos força de centro-esquerda. Essas forças disputavam, e havia vetores e vetos em relação a determinadas iniciativas. Como o Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

preponderantemente, era a favor de trabalhadores, as ações contrárias aos trabalhadores ou saíam do Executivo já lipoaspiradas, com uma redução grande daquilo que era pretensão do mercado, ou aqui, no Congresso, com a Base, conseguíamos reduzir isso.

As únicas duas medidas objetivas do setor privado, dos trabalhadores do setor privado, que se transformaram em lei foram as MPs 664 e 665, mesmo assim com mudanças significativas aqui no Congresso. Elas poderiam ter sido rejeitadas, não fosse o fato de que o Vice-Presidente da época avocasse para si a responsabilidade de aprová-las e de fazer com que aquelas perversidades se transformassem em norma jurídica.

O novo Governo não tem dificuldades com agenda impopular. Michel Temer relatou a reforma da Previdência de Fernando Henrique. Portanto, se não há idade mínima hoje, não é por que ele não quis, mas por que ela foi rejeitada no Congresso naquela oportunidade. Moreira Franco, que é seu Ministro mais importante, foi o relator da reforma administrativa em relação aos servidores públicos.

Então, há um Governo com clareza de objetivos, com foco, com iniciativas claras, que vai enfrentar uma série de agendas. Por isso, devemos ter, em primeiro lugar, unidade de ação, devemos transformar essas minorias dispersas que nós temos em maioria, porque é a maioria que tem de estar unida, e também ter a clareza de que a correlação de forças mudou, e mudou para pior, porque o Governo, Poder Executivo, parcela expressiva do Parlamento e a mídia têm 100% de afinidade com essa agenda. Se mudou para pior, não basta os movimentos sociais, os trabalhadores e os sindicatos serem contra. Não basta reivindicar. É preciso fazer tudo isso e buscar alternativas para enfrentar esse debate. Por exemplo: o Senador Paulo Paim é o Relator do projeto da terceirização. Se não houver razoabilidade, se vocês não derem a ele a franquia para negociar algo e quiserem manter do jeito que é hoje, a chance de que ele seja destituído da relatoria é enorme. E, em nome de um suposto ideal, pode-se não ter o possível ou o bom naquele momento.

Então, devemos ter clareza desse processo e fazer com que essas frentes, nas mais variadas dimensões que a Frente Ampla aglutina, tenham o papel de mobilizar e conscientizar, de educar para a cidadania e de aglutinar forças em torno desse projeto. E temos de fazer isso do modo mais didático possível. É possível explicar. A Graça mencionou a PEC 241. A PEC 241 promove o congelamento do Orçamento público, em termos reais, durante 20 anos. Aparentemente é neutra essa proposta, porque estaria repondo a inflação. Mas vamos ver se é mesmo neutra? Em primeiro lugar, ela retira da sociedade, do Governo e do Parlamento o poder de decidir o tamanho do Orçamento – então, para que governo? –, mesmo havendo crescimento da receita ou crescimento econômico. Esse é o primeiro absurdo. Segundo, ela agudiza o conflito distributivo. Vem uma investida para retirar dos pobres e dar para os ricos, e isso vai se esgarçar. Apenas para dar um exemplo, se essa PEC fosse aplicada rubrica por rubrica do Orçamento, a Previdência pública brasileira nos próximos 20 anos não poderia aposentar mais absolutamente ninguém, porque já está comprometido esse valor integral. Hoje já existe uma regra que diz: é o gasto do ano anterior mais a inflação. O benefício tem de ser atualizado. Então, não tinha de haver nenhum. Se essa regra estivesse em vigor desde 2003, considerando o melhor cenário, que era o de correção plena com o IPC de alguns benefícios como o salário mínimo, o salário mínimo hoje seria de R$509. No melhor cenário, ele seria de R$509, portanto 30% a menos do que é hoje. Ele não teria sofrido aumento real, porque a PEC proíbe. Os gastos com educação e com saúde seriam menos da metade do que são hoje. Então, isso tem objetivamente implicações nesse processo.

Se há uma crise, se ela existe de fato e requer o sacrifício de todos os brasileiros, vamos fazer de forma equitativa, vamos distribuir esse sacrifício proporcionalmente à capacidade contributiva. Não é isso que está sendo feito. O que está sendo feito é escolher o assalariado, o mais pobre, o necessitado como variável de ajuste.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - TONINHO – A proposta de reforma da Previdência estabelece a idade mínima de 65 anos, com um cálculo perverso que começa com 50%. Quer dizer, a idade é de 65 anos. Você tem de ter uma carência de 25 anos – atualmente é de 15 anos – de contribuição. E o cálculo é feito da seguinte forma: 50% pelos 65 anos de idade mais 1% por cada ano de contribuição. Então, se o sujeito tem 25 anos de contribuição, ele vai ter 75%; se tiver 30 anos de contribuição, vai ter 80%; se tiver 40 anos de contribuição, 90%; se tiver 50 anos de contribuição, ele vai ter 100%. Isso significa dizer que o sujeito só teria aposentaria integral antes de morrer se ele começasse a trabalhar aos 16 anos, não tivesse interrupção e, aos 66 anos, se aposentasse. Esse desenho de reforma que estabelece como idade mínima – não é a máxima, é a mínima – 65 anos, num Estado como o Pará, que tem uma idade média de 64 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - TONINHO – ...significa que pelo menos a metade da sua população não terá acesso em vida a esse benefício.

Então, é um projeto extremamente perverso. É preciso esclarecer a opinião pública a respeito dele. É pena que não tenhamos tempo para detalhar.

De qualquer maneira, o fundamental é o seguinte: os movimentos têm de ter uma estratégia defensiva, reativa, mas também alternativa. Têm de considerar a correlação de forças. Então, vamos ter muito cuidado em relação aos posicionamentos. Temos de medir cada situação, para verificar o que é menos pior naquele instante, naquela conjuntura. Ainda há tempo de termos controle sobre, por exemplo, o projeto de terceirização, sob a relatoria do Paim. Mas, se ele apresentar um projeto, por imposição das entidades, que seja rejeitado ou que não tenha nenhuma mudança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - TONINHO – ...em relação ao que está aí, a chance de prosperar é muito pequena, e, provavelmente, ele será destituído, e prevalecerá o texto mais abrangente.

Então, era só esse o recado que eu queria dar. Chamo a atenção como técnico para esses aspectos.

Eu queria então, mais uma vez, cumprimentar o Senador pela iniciativa, cumprimentar todos vocês e desejar um final de reunião exitoso para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Toninho, do Diap, que deu uma bela contribuição.

Pessoal, nós temos um problema de horário, e eu explico por quê. Primeiro, nós teríamos votação no plenário. Segundo, alguns dirigentes das centrais vão ter um encontro agora, ao meio-dia, se eu não me engano, com o Ministro do Trabalho, para discutir tudo o que estamos discutindo agora. Foi bom que eles estivessem aqui, porque levaram subsídios de tudo aquilo que foi dito. Terceiro, eu mesmo tenho uma reunião com assessores, técnicos e dirigentes das centrais, para discutir, nessa linha em que o Toninho falou, o projeto de terceirização, de que eu sou Relator; o projeto sobre o trabalho escravo, de que sou Relator; e o projeto de privatização dos presídios, de que também sou Relator.

Então, dou algumas informações importantes aqui.

Primeiro, lembram-me de que mais de 20 Ministros do TST assinaram um documento contra a precarização, contra o negociado sobre o legislado e contra a terceirização. Repito: há um documento de 20 Ministros do TST contra a terceirização sem limite.

Registro a presença de Maria do Rosário Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais do Ensino Superior (Atens – Sindicato Nacional); e do SerjusMig (Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Registro a presença, como havíamos falado no início, do Wladimir, que está à minha esquerda, assessor e técnico que sempre está na linha da defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada.

Registro a presença da Luciana Lindenmeyer, Diretora Secretária da Asfoc, com a delegação aqui presente.

Dando esses informes, pessoal, nós temos ainda aqui... O Carlos pediu um minutinho para dar um informe. Está aqui o Carlos ainda? Já saiu? Ele já o distribuiu. Era um informe sobre a democracia, sobre as "Diretas Já", uma campanha que também está acontecendo em todo o País.

O Clemente, do Dieese, devido ao tempo, abriu mão de falar. É o Clemente Ganz Lúcio. Fica registrado.

O Carlos Etzel também se sentiu contemplado.

Pergunto se o Marco Antônio Lemos Fabre, Secretário-Geral da Fenajud, também abre mão de falar. Abre mão? (*Pausa.*)

Então, pessoal, eu queria encerrar neste momento, devido aos fatos que nos chamam. Alguns Líderes têm de ir ao Ministério, eu tenho de ir ao plenário.

A Frente Ampla Brasil foi lançada hoje e visa somente a isto, pessoal: unir todos os segmentos do movimento social, popular e sindical e os Parlamentares comprometidos com a nossa gente. É claro que ela vai trabalhar numa coordenação em que todos terão espaço. E vamos fazer o debate em todo o País.

Agradeço a todas as centrais.

Quem não pôde vir aqui me mandou comunicação pelo WhatsApp, cumprimentando-nos. Estamos juntos. Todas as federações e confederações, os representantes dos imigrantes, do movimento dos índios, das entidades religiosas, do movimento LGBT, todos dizem que agora se ampliou esse movimento. A Frente Ampla Brasil tem tudo para ser um instrumento fundamental de unidade em nome das grandes causas do povo brasileiro.

Uma salva de palmas a todos nós! (*Palmas.*)

E que a Frente Ampla Brasil cumpra a sua obrigação!

Obrigado, pessoal.

Se a moçada quiser tirar uma foto para ficar para registro histórico, é só passar aqui na frente, pessoal. Podemos fazer duas filas aqui.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 83ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 119 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A ratificação da convenção interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Pedro Paulo Pinto da Rosa, Historiador; Francisco Carlos Quintino da Silva, Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR; Wilson Roberto Prudente, Procurador do Ministério Público do Trabalho e autor do livro Justiça Global; Clever Alves Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça; Ernesto Luiz Pereira Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Jucelia Vargas Vieira de Jesus, Representante da Internacional de Serviços Públicos – ISP; Cátia Aparecida Laurindo, Diretora da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Mônica Custódio, Secretária-Nacional de Igualdade Racial da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Maria Júlia Reis Nogueira, Secretária-Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Lino Almeida, Assessor Técnico/Sindical da Força Sindical de São Paulo/SP; Júlio Condaque, Representante da CSP-Conlutas. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: aprovar moção de apoio à ratificação das Convenções A-68 e A-69 da OEA. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 83ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 119, de 2016, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para debater o tema: "A ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Convidamos, de imediato, para compor a Mesa, o Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), Sr. Francisco Carlos Quintino da Silva. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Convidamos Wilson Roberto Prudente, Procurador do Ministério Público do Trabalho e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

autor do livro *Justiça Global*. (*Palmas.*)

Convidamos Clever Alves Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Convidamos Jucelia Vargas Vieira de Jesus, representante da Internacional de Serviços Públicos (ISP). (*Palmas.*)

Convidamos, por fim, para compor esta Mesa, o Sr. Pedro Paulo Pinto da Rosa, historiador. (*Palmas.*)

Teremos, se necessário for, uma segunda Mesa, que seria mais ligada ao movimento sindical.

Vamos iniciar.

Devido, claro, à questão do segundo turno do processo eleitoral, muitos líderes do movimento sindical estão envolvidos legitimamente com os seus partidos. Por isso, muitos não puderam estar presentes, mas justificaram, não é, Tiago? O Tiago trabalhou comigo no MEC. Está aí agora, um militante novo, mas antigo, no movimento sindical e social. Vai participar do debate conosco.

Não vou fazer nenhuma introdução porque entendo que os nossos convidados poderão, de imediato, situar aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação da Casa.

Mas vamos a esta primeira parte.

É importante esta audiência pública, que vai tratar de inúmeros assuntos como a Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Esclareço, inicialmente, que este evento foi sugerido a nós pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, aqui representado.

Em junho de 2013, a Organização dos Estados Americano (OEA) aprovou em Antigua, Guatemala, a Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

Muito bem, por sugestão dos organizadores, nós começaríamos com o Sr. Pedro Paulo Pinto da Rosa, que é historiador e tem um pequeno documentário.

Se o Dr. Pedro Paulo Pinto da Rosa concordar, iniciamos com você. Você faz uma pequena introdução de dois a três minutos, em seguida vamos para o vídeo e depois você complementa.

São dez minutos para cada um, viu, pessoal?

Vamos lá.

O SR. PEDRO PAULO PINTO DA ROSA – Muito obrigado.

Bom dia a todas e a todos.

Mais uma vez eu quero agradecer a V. Exª por esta manhã aqui em Brasília, mais uma vez, debatendo uma temática tão importante, uma temática que faz parte da atuação de todos aqui presentes, principalmente do senhor.

Para mim é uma satisfação enorme estar aqui pela segunda vez dialogando sobre direitos humanos. Eu estava conversando com a Regina, da Inspir, quando ela estava aí, falando sobre a A69, que o Lord é um documentário produzido pela Carvalho Filmes, direção minha. A Carvalho Filmes comprou essa ideia, e sou muito grato à pessoa do Harrison Carvalho, da Clara Leal, enfim, da Jasmine dos Anjos... É um documentário que relata um pouco sobre essa dificuldade de uma pessoa viver a sua identidade de gênero, de a pessoa conseguir realmente viver em diversidade e viver em sociedade com as suas diversidades.

Então, quero agradecer também à Mariana Paiva, à Marilda Vale, ao Marcos e a toda a equipe da produtora Carvalho Filmes, como eu falei.

O nosso documentário Lord buscou tratar do ser humano sem esterótipos forçados e colocados sobre a personagem Luandha Perón.

Então, nós queríamos conhecer o Pastor Marcos Lord, que tem Jesus Cristo como o seu único e suficiente salvador, e ele fala que ele é cristão, não tem jeito, ele quer continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sendo cristão. E a pergunta em que o filme se baseou foi: como uma pessoa que busca a sua religiosidade através da linguagem cristã pode continuar sendo cristão e homossexual?

Essa é a problemática de uma história brasileira, mas que também se reflete na história universal. O Marcos é filho da Baixada Fluminense, da comunidade do Gramacho, em Duque de Caxias, lá no Rio de Janeiro. É negro e, enfim, atravessou diversas dificuldades na sua história de vida. Teve uma infância complicada. Vamos falar um pouquinho da história de vida dele. O filme é um exercício de micro-história, na verdade, de contar uma história comum, mas que, na verdade, reflete uma realidade que precisa ser combatida, que envolve intolerância, racismo e homofobia muito fortes.

Então, eu acho que podemos assistir ao filme para que possamos, depois, dialogar. Resumindo, o filme fala de uma pessoa que teve que vencer muitos desafios para alcançar uma estabilidade e respeitabilidade identitárias.

É isso.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

(*Continua a exibição de vídeo.*)

(*Continua a exibição de vídeo.*)

(*Continua a exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Já contamos com a presença da Senadora Regina Sousa.

Esse foi um pequeno documentário sobre preconceitos, apresentado pelo historiador Pedro Paulo Pinto da Rosa.

Como o vídeo durou cerca de quinze minutos, eu vou dar a você mais cinco minutos para que possa fazer algum comentário. Depois nós passaremos aos outros convidados.

Antes, porém, eu queria dar um destaque especial para a querida Senadora Regina Sousa, que está aqui sempre presente, em todos os debates, mostrando seu compromisso com os direitos humanos. Uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Vamos deixar agora que o Pedro Paulo termine o seu comentário sobre o documentário.

O SR. PEDRO PAULO PINTO DA ROSA – Na realidade, quero novamente agradecer a V. Exª, a todos os membros da Mesa e às pessoas da plateia e ratificar que a Convenção A69 trata dessa discriminação a nacionalidade, idade, sexo, orientação sexual, identidade, expressão de gênero. O filme tentou, a partir de uma história muito particular, debater um pouco isso diante dessa onda tão conservadora e agressiva que temos vivido no País.

Então, mais uma vez, muito obrigado. Estamos juntos e fortes contra essa onda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Pedro Paulo Pinto da Rosa ilustrou o nosso debate com um documentário realista sobre os preconceitos.

A partir de agora, vamos aos outros convidados.

De imediato, passo a palavra ao Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), Sr. Francisco Carlos Quintino da Silva. São dez minutos para cada um.

O SR. FRANCISCO CARLOS QUINTINO DA SILVA – Muito bom dia a todos e a todas. Muito bom dia, Senador Paulo Paim.

Agradeço pelo atendimento da solicitação do Inspir. V. Exª se lembra que nós entregamos ofício em suas mãos na audiência pública que o Senador conduziu no começo de agosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contra toda a questão da Previdência em São Paulo. Rapidamente o Senador atendeu o nosso pedido, até por conta de que nós temos demandas bastante importantes, sobretudo dentro do movimento sindical brasileiro.

Aqui estão representados milhões de trabalhadores através da CUT, da Força Sindical, da CSB, da Nova Central e também de centrais internacionais, como é o caso da AFL-CIO, que é uma central sindical americana da qual faz parte o Inspir, assim como por meio da CSA e da CSI. Então, Senador, é muito importante neste momento este debate em torno da ratificação das Convenções A68 e A69, que trazem, no conjunto dessas discussões em torno delas, as preocupações em relação ao preconceito e à discriminação não só da sociedade, mas sobretudo no mercado de trabalho. Isso é muito importante neste momento, porque vivemos uma situação especial quando se trata, sobretudo, de Brasil, deste momento econômico e político extremamente sério, grave, sobre o qual cabem reflexões importantes. E também destaco as questões internacionais, pois se fala aí dos refugiados, das pessoas que acabam procurando outros caminhos, outros destinos para tentar uma sobrevivência minimamente digna. E não poderia ser de outra forma senão através do gabinete do Senador Paulo Paim pedir esse apoio no sentido de levar à frente as nossas demandas, sobretudo quando se instala um novo governo, um governo que nos traz bastantes preocupações em relação a uma série de propostas que apontam para retrocessos significativos.

Antes de entrar em detalhes do que é essa questão relativa às Convenções A68 e A69, penso que passar um vídeo que nós trouxemos ilustraria, daria bem o sentido daquilo que nós estamos trazendo aqui para o Senador e para a Senadora e para os nossos companheiros, que também estão nessa luta neste momento especial que vivemos.

É possível passar o vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá.

Neste momento nós vamos passar um vídeo construído pelo Inspir, conforme sugestão do Sr. Francisco Carlos Quintino da Silva, que é quem propôs, via entidade, esta audiência pública para discutir os preconceitos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Terminou o documentário.

De imediato, o tempo volta para o Dr. Francisco Quintino da Silva para comentar e, naturalmente, dar o seu ponto de vista sobre esse tema que nós temos hoje aqui.

Minha querida Senadora Regina Sousa, o tema me é muito agradável. Nós estamos discutindo aqui todo tipo de preconceito, seja contra o branco, contra o negro, contra o índio, contra o cigano, seja em relação à religião de cada um ou à orientação sexual. O primeiro vídeo apontou caminhos e esse vídeo tratou de todo tipo de preconceito. E no Brasil, num momento tão complexo como este, queiramos ou não, de uma onda conservadora que avança, nós temos é que ter isto mesmo: coragem de discutir e debater a nossa caminhada no combate a todo tipo de preconceito.

A palavra volta para o senhor.

O SR. FRANCISCO CARLOS QUINTINO DA SILVA – Senador, os desafios, quando tudo é favorável, já são enormes. Agora, desafios quando as situações não são tão favoráveis demandam uma disposição muito forte, muito aguerrida, no sentido de fazermos os enfrentamentos para aqueles que, muitas vezes, não têm as oportunidades que nós gostaríamos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido é que nós viemos aqui, como Inspir, como centrais sindicais, pedir ao Senador – e agora com a presença da Senadora – que incorpore conosco essa disposição, para que consigamos, neste momento bastante delicado, não apenas mostrar aos nossos representados, que são milhões de trabalhadores e trabalhadoras não só do Brasil, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

interamericanos e interamericanas, que apesar das dificuldades do momento ainda há pessoas, líderes dispostos a tocar esse barco, a fazer os enfrentamentos.

Como o Senador disse há pouco, em função da participação dos nossos companheiros e companheiras nas atividades eleitorais nesse final de semana, o plenário não tem tanta gente assim, mas do ponto de vista da representatividade, há milhões de trabalhadores aqui nesta sala. (*Palmas.*)

Quero dizer também que aqueles que creem, que esperam uma humanidade mais fraterna e mais igualitária precisam de fato nos ajudar a ratificar essas convenções, que são os instrumentos legais que nos dão subsídio para que possamos avançar e fazer a nossa parte como cidadãos e cidadãs internacionais.

Essa é a contribuição neste primeiro momento. Estamos abertos, sempre, para fazer o que é preciso fazer em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Inspir pela iniciativa do vídeo.

Eu tenho falado muito, Senadora Regina Sousa – e parece que estávamos todos nós prevendo este momento de tanta turbulência –, de uma frase que eu intitulo Frente Ampla pelo Brasil. É suprapartidária, é intersindical, combate todo tipo de preconceito. E todos aqueles com programas como esse aqui se encaixam. Eu já pedi aqui a ele oportunidade e vamos botar lá no Inspir, porque o conjunto de ações que você aqui mostrou vai nessa linha.

Em um momento tão difícil como este, em que os partidos estão desgastadíssimos... E não pensem que é só um ou outro, eu diria que são todos, não escapa um. Viajei por todo o Rio Grande, por todo País. As pessoas estão dizendo que vão votar nas pessoas, não estão votando mais em partido nenhum. Então, numa hora como esta, temos que ter uma proposta global no mínimo, eu diria, nacional ou mesmo universal, que vá na linha de mostrar o direito das pessoas. E foi isso que esse vídeo mostrou – o primeiro já abriu o debate –, para que todos tenham o seu espaço e como é que vamos dando a volta para que uma onda mais conservadora ainda não assole o Brasil. Daqui a pouco, a que ponto vamos chegar aqui se essa onda conservadora continuar avançando.

Por isso esta audiência pública veio num momento adequado. Meus cumprimentos àqueles que tiveram a iniciativa. Foi principalmente a Inspir que provocou.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Wilson Roberto Prudente, Procurador do Ministério Público do Trabalho, autor do livro *Justiça Global*. Ele vai me dar o livro porque eu disse que eu sou muito pão-duro! (*Risos.*)

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Com muita honra, Senador.

Eu quero cumprimentar o Inspir, cumprimentar o senhor, a Senadora Regina e demais autoridades aqui presentes – o tempo é curto eu não posso nominar todos –, as representações, a CUT, inclusive.

Sobre a realização desta audiência, o livro *Justiça Global,* que vou lhe transferir, é o primeiro – até onde eu pesquisei, não existe outro – que trata dessa Convenção do início ao final. Ele trata, na verdade, do julgamento que o Supremo Tribunal Federal fez sobre as cotas raciais na UnB e organiza um regime internacional de combate ao racismo do qual a Convenção contra o Racismo, no âmbito da OEA, integra esse regime internacional contra o racismo.

Veja, na verdade, este contexto em que nós vivemos é um contexto do pós-Segunda Guera Mundial, onde a ideologia racista entra em crise. Na verdade, ela perde prestígio com os acontecimentos nos campos de concentração, nos campos de extermínio do nazismo, e surge uma nova ordem internacional. A própria construção da Organização das Nações Unidas decorre da necessidade de uma nova ordem internacional por quê? Porque todo o aporte de direitos humanos, desde João Sem-Terra, passando pelas declarações americanas, pela declaração francesa dos direitos humanos, tudo isso se mostrou frágil para garantir aqueles direitos básicos assegurados pela comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu vou usar uma expressão que, na verdade, foi usada pela agora Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, e à ocasião, Procuradora do Estado de Minas Gerais: "Se não é possível evitar que grupos organizados cheguem ao poder, nós precisamos evitar que, chegando ao poder, esses grupos destruam outros grupos da comunidade." Assim, sintetizando essa parte dos fornos crematórios de Auschwitz, surgiu a fumaça de um novo Direito Constitucional. Essa nova ordem constitucional internacional já surge repensando essa nova relação, esse novo conteúdo de relações raciais.

Então, nós temos o ápice dessas declarações com a Declaração de Durban, da qual eu tive a honra, como integrante do Ministério Público do meu País, ter sido um integrante da delegação brasileira lá em Durban, e que considera a escravidão um crime contra a humanidade.

Mais recentemente, o Conselho Federal da OAB instituiu uma comissão da verdade sobre a escravidão negra no Brasil. Eu tive a honra de ter sido relator, bem como fui e sou o relator ainda da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, instituída no âmbito da OAB/RJ, cujo relatório, de minha autoria, consolidando o trabalho de toda a Comissão, com a assistência da Drª Gisele, que estava aqui até há pouco, a Caarj (Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro) transformou num livro. Pela primeira vez no Brasil, falaram os oprimidos acerca do que foi escravidão. Nosso trabalho ainda não está concluso, porque na primeira fase desse livro nós tratamos da escravidão, um relato sobre a escravidão, e a segunda fase, que está por vir, Senador, vai ser a fase em que vamos estudar os métodos de reparação.

Agora, vejam que esse contexto vem sendo levado adiante com os tratados internacionais de direitos humanos referentes a relações raciais, com a Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, que foi incorporada, de uma forma ou de outra, pelos demais tratados internacionais que sobrevieram e pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Não obstante isso tudo, o documento internacional de combate ao racismo mais moderno que existe no presente é essa Convenção da OEA contra a discriminação racial, a xenofobia e formas conexas de intolerância, porque ela adota conceitos como o de discriminação múltipla, adota uma postura de que nós já não podemos mais conviver com essa forma de segregação dos seres humanos. Mais recentemente, eu citaria o exemplo dos Estados Unidos, em que, mesmo estando um casal negro na Casa Branca, nós sabemos que a questão da discriminação racial tensionou e vem tensionando esta última fase do governo Obama.

Então, é fundamental. É fundamental para o avanço dos direitos humanos no nosso continente que o Governo brasileiro ratifique essa Convenção. No momento, ela foi subscrita. Por quê? Porque não admite mais essa forma de desigualdade.

Nós estamos também no Decênio Afrodescendente, instituído por uma resolução das Nações Unidas.

Vejam: a questão das relações raciais e a questão da opressão e perseguição aos afrodescendentes, seja no território das Américas, seja na própria África ou em outros espaços, como a Europa, recebeu tanta importância das Nações Unidas, que as Nações Unidas instituíram, por resolução, um decênio. Só que esse decênio vai ser concluído após os 20 anos da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, lá em Durban.

Eu já estou encerrando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vá em frente, tem tempo ainda. Além dos dez minutos, você terá mais cinco depois.

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Obrigado. Então, é parte dessa nossa campanha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, mais cinco.

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Obrigado.

Então, é parte dessa nossa campanha que a Organização das Nações Unidas promova uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

conferência de Estados contra o racismo, 20 anos após aquela. E é claro que nós, da sociedade civil... Eu sou Estado como membro do Ministério Público da União, mas, no nível deste evento, eu sou sociedade civil porque atuo através da nossa gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil, mas como intelectual eu não sou... Só para explicar, para situar. Portanto, nós vamos trabalhar na direção, primeiro, de que o Brasil ratifique essa Convenção, e, para isso, é importante que se organize uma conferência interamericana contra o racismo, Senador. Isso é muito importante.

Agora, eu gostaria de convidar o senhor e, posteriormente as demais autoridades: a USP está realizando – e eu faço parte disso, no meu pós-doutorado na Escola de Comunicações e Artes – um seminário, no dia 21 de março, sobre o relatório da comissão contra o racismo instituída no âmbito da OAB. Esse relatório está pronto. Nesse seminário, nós vamos abordar também a ratificação, pelo Brasil, dessa Convenção da OEA da qual nós estamos a tratar hoje e da Conferência Mundial contra o Racismo. Nós já convidamos o Inspir para nos ajudar, também a Caarj e a OAB do Rio e várias instituições. Várias entidades, autoridades e intelectuais vão trazer esse debate, que será nos dias 20 e 21 de março. É claro que nós ainda estamos em início de construção, e eu já gostaria, desde logo, de deixar público esse convite ao senhor para estarmos presentes, construindo mais essa fase da ratificação dessa Convenção, que vai significar o início de uma América Latina irmanada entre os seus filhos afrodescendentes, indígenas e descendentes de europeus.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Eu quero passar isto às mãos do senhor e gostaria que fossem feitos os registros fotográficos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos receber. Os registros estão sendo feitos pela Casa.

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Aqui o livro *Justiça Global*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *Justiça Global*, e qual é o outro?

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – O relatório da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, recebo com muito carinho. Os livros ficarão aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Quando eu for ao evento em São Paulo...

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Na USP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... na USP, você pode dar um exemplar para mim.

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso me comprometer que eu vou, mas você vai se comprometer comigo em outra questão: março é o mês do meu aniversário, dá para cantar o parabéns para mim lá?

O SR. WILSON ROBERTO PRUDENTE – Com muita honra!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu estou indo! Vamos nos encontrar tá.

Uma salva de palmas ao nosso convidado, pelo bom humor do nosso amigão, preparadíssimo, que deu uma bela contribuição aqui. (*Palmas.*)

Procurador do Ministério Público do Trabalho, autor do livro *Justiça Global*, Wilson Roberto Prudente.

Obrigado, Wilson.

Agora, vamos ao Clever Alves Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça.

O SR. CLEVER ALVES MACHADO – Bom dia a todos. Eu gostaria de começar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cumprimentando o Senador Paulo Paim, a Senadora Regina Sousa e os demais membros da Mesa. Gostaria de parabenizar o Inspir, por meio do seu Presidente, Francisco, por essa iniciativa de provocar essa audiência, devido à relevância desse tema, que é a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância, aprovada durante a realização da 43ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Brasil teve importante participação porque, em 2005, quando se começou a elaborar o anteprojeto da convenção, nosso País, por quatro vezes, presidiu o grupo de trabalho desse anteprojeto. Foi apresentada uma convenção única, que visava abarcar todas as formas de discriminação. A gente tem percebido que, nos últimos anos, o Brasil tem avançado gradualmente rumo à promoção da igualdade racial. Um dos avanços que podemos citar aqui é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, cuja autoria é do Senador Paulo Paim. Outro é a aprovação da Lei de Cotas, tanto nas universidades como também nos concursos públicos.

Essa Convenção vem exatamente refletir o amadurecimento da discussão em torno dos dispositivos previstos para proteção contra o racismo, a discriminação e a intolerância e apresenta-se também como uma proposta avançada, abrangente e inovadora, que haverá de contribuir para a efetiva promoção e proteção do direito à igualdade e o respeito à diversidade existente em nosso continente americano. Além de ratificar os parâmetros de proteção internacionais, torna-os ainda mais sofisticados e até mesmo inclui formas contemporâneas de racismo.

Outra inovação dessa convenção que destacamos é a possibilidade de os Estados que não tiverem aceitado a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em matéria contenciosa fazerem isso especificamente para tratar da interpretação ou aplicação das convenções sobre o racismo, discriminação e intolerância.

O documento também vai suprir uma lacuna existente no âmbito regional, visto que, até o momento, não existia qualquer norma vinculante específica sobre o tema de discriminação racial no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Então, a ratificação dessa Convenção é uma questão de coerência para o Brasil, principal indutor da criação dessa legislação internacional.

E a SEPPIR não pode se furtar da discussão, tanto é que ela não só participou da elaboração do documento como tem a convicção de que a sua aprovação será um instrumento a mais na consolidação de um Brasil com menos racismo, discriminação racial e mais democrático.

Nesse sentido, a Convenção vem sofisticar os parâmetros de promoção internacionalmente consagrados, além de ter incluído formas contemporâneas de racismo e de ter preenchido esse vazio regional referente à inexistência, até o momento, de documento vinculante específico a respeito da temática da discriminação racial na seara da Organização dos Estados Americanos, bem como avança, ao tratar também das diversas formas contemporâneas de discriminação e intolerância no que diz respeito à questão de gênero, que nós precisamos avançar mais ainda no Brasil.

Nesse sentido, a SEPPIR vem reafirmar o seu compromisso de levar adiante a aprovação, a ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

É o que temos a dizer aqui. E agradeço, Senador, pela oportunidade de estarmos aqui reassumindo essas discussões, que são de grande importância para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Esse é um instrumento a mais que vamos ter para garantir a promoção da igualdade racial. Como foi citado aqui, a discriminação racial não é apenas em relação à população afrodescendente, mas também temos que garantir a proteção para povos indígenas, judeus, árabes, palestinos, e em relação à intolerância religiosa que tem cerceado e condenado, como, por exemplo, com invasão de terreiros. Então, precisamos exatamente que esse instrumento seja ratificado. E a SEPPIR vai ombrear, junto com as militâncias e com o Congresso, para que essa Convenção seja ratificada, de fato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Muito bem. Esse foi o Clever Alves Machado, que falou pela SEPPIR, ele que é Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça. Ele colocou sua posição clara e definida também a favor da posição que foi aqui colocada por aqueles que o antecederam.

Agora vamos à Jucelia Vargas Vieira de Jesus, representante da Internacional de Serviços Públicos (ISP).

A SRª JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – Bom dia a todos e a todas; bom dia, minha companheira Maria Júlia Nogueira, que aqui representa a nossa Central Única dos Trabalhadores; muito bom dia, Senador. Muito obrigada por esta oportunidade. Quero agradecer a V. Exª, que tem colocado o seu mandato a serviço de um outro mundo possível, um mundo em que nós acreditamos ainda, apesar de todas as adversidades.

Nós realizamos, no Estado de Santa Catarina, uma marcha, a que chamamos: "Existimos e Resistimos!". E acho que, neste momento, essas duas palavras têm sido mais atuais do que nunca. Nós temos levado isso para o Brasil inteiro e para fora dele.

A ISP (Internacional de Serviços Públicos) é uma instituição que está presente em mais de 150 países, uma instituição que tem mais de 100 anos e que tem atuado na luta por igualdade de oportunidades em relação a mulheres, a LGBTs e à questão racial. Há uns 12 anos criamos, então, o Comitê de Combate ao Racismo e à Xenofobia, onde eu represento o Brasil, represento as nossas entidades do serviço público.

A ISP, com o seu comitê, vem, então, acompanhando todo esse debate e tem se dedicado muito a essa questão das duas convenções. Como já mencionou o companheiro, o Brasil tem sido, para os nossos irmãos e irmãs no mundo, especialmente nas Américas, um exemplo muito forte, tem contribuído para as organizações dos outros países, com a nossa organização, com a nossa história de luta e de mobilização. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e, ao mesmo tempo, é um país que tem avançado muito no combate à questão do racismo, à questão da discriminação, à questão do movimento sindical como um todo, na luta da classe trabalhadora. Então, esse exemplo de organização popular, de organização sindical, de organização do povo negro tem sido referência no mundo.

E não foi diferente nessa Convenção. Nós estávamos à frente da Secretaria, desde 2013, contribuindo muito para que essa Convenção saísse do papel e fosse ratificada pelas Américas, para que pudessem tê-la como um instrumento importante na construção de legislação e de ações que a efetivem, banindo do nosso Brasil e da nossa América o racismo e a discriminação.

Mas a Internacional de Serviços Públicos entende que não se faz inclusão sem investimento. O Brasil foi e tem sido para o mundo exemplo de investimento em transformação social, e acho que a Secretaria atual tem um papel fundamental, pois, em algum momento, pessoas dentro da SEPPIR foram importantíssimas para avançar na questão dessa Convenção. Todos sabemos que a Convenção ainda não saiu do jeito que nós queríamos, porque a nossa intervenção foi de forma mais incisiva, mas ela traz questões importantes, realmente confirmando que há racismo. E traz, nas suas considerações, palavras importantíssimas do reconhecimento, do convencimento, da consciência e, principalmente, de que as pessoas estão se sentindo alarmadas com a questão da violência, do ódio contra o diferente. E é isso que a Convenção traz de muito importante, porque mostra para os países que são necessárias ações e políticas públicas verdadeiramente para que isso seja desconstruído, para que realmente o povo negro tenha espaço. E nós, nessa adversidade...

Existe uma canção indígena, uma dança indígena que nos mostra a flor de lótus como sendo algo que surge a partir do que há de pior em um lago. O que emerge são aquelas flores maravilhosas, a partir de algo muito ruim.

Então, eu penso que as nossas organizações devem se mobilizar, assim como fez a ISP, que, através do seu comitê, se reuniu no mês de abril e definiu algumas ações. Uma delas – eu até gostaria de colocar na tela porque está em espanhol o relatório da reunião, já que as línguas oficiais da ISP são o inglês e o espanhol –, a principal desse comitê da ISP é em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

à questão racial e à questão do combate ao racismo e à xenofobia, questões específicas dessas convenções. É preciso que as nossas organizações adotem uma ação bem efetiva, através de cartas, de mobilização, de visitas aos nossos Parlamentares, para que a convenção seja realmente ratificada.

E não é possível que em nosso País, o Brasil, seja ratificada uma convenção tão importante e que investimentos em saúde, educação e assistência social sejam reduzidos. Não há como. A população negra, quando há desemprego em qualquer país, é a primeira a ficar desempregada, os negros e as negras, assim como as mulheres. Em relação à violência, no Brasil, temos percebido o grande grau de violência contra os nossos jovens negros, que têm morrido pela atuação da própria segurança pública. Portanto, é impossível nós querermos ratificar a Convenção e vivermos um momento em que o País diminui recursos para essas áreas fundamentais.

Esta audiência, Senador e Senadora que aqui está, é de fundamental importância. Como já mencionou o meu companheiro Francisco, aqui presente e que preside a nossa importante entidade, que é a Inspir, aqui estão entidades que representam milhões e milhões de pessoas no nosso Brasil. E nessas convenções nós temos uma oportunidade real, porque há a necessidade de que os países apresentem o que estão fazendo, que ações estão sendo feitas na questão da política de assistência social, na educação, na questão do mercado de trabalho, para realmente coibir, proibir ou sanar de vez a questão do racismo e da xenofobia em todas as áreas em que há intolerância contra todo o nosso povo.

Então, a Internacional de Serviços Públicos vem atuando fortemente nesse sentido. E nós estamos presentes nesta audiência para também nos colocar à disposição como organização internacional, para que, de alguma forma, não sei, desta audiência pública saia um relatório ou um questionamento ao Governo que aí está, diretamente à Secretaria. Que políticas estão sendo realizadas neste momento? Que envolvimento tem a Secretaria para que essa convenção seja ratificada? Que políticas estão sendo realizadas?

Eu acho que nós precisamos que isso saia desta audiência, viu, Senador? E também, de alguma forma, uma carta compromisso para que possamos transmitir, como entidades, uma proposição desta audiência, a todos os Parlamentares do Senado e do Congresso. Queremos saber qual o comprometimento deles em relação a essa Convenção, em relação a nossas pautas.

O nosso grande companheiro Wilson também já mencionou aqui que estamos na Década Internacional. E não foi em vão que a ONU trouxe essa Década Internacional Afrodescendente.

Nós não precisamos somente ter datas comemorativas; nós precisamos ter datas que nos levem a pensar num outro mundo possível. E a ISP também adotou isto: nós precisamos fazer intervenções em relação à ONU, em relação à OEA, neste momento dedicado a este público, nesta década. E essa década não vem para continuarmos, daqui a 10 anos, com o mesmo número de violência...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – ... ocupando os espaços na questão das pesquisas, nos piores índices, nos piores locais de trabalhos, nos piores salários, nos piores índices de violência. Essa década vem exatamente para transformar, para trabalhar com visibilidade em rede com as diversas organizações; ratificar essas convenções, e criar comitês Brasil afora para que a gente possa estar, realmente, colocando em cada canto do nosso Brasil o nosso povo negro, o nosso povo indígena.

É possível construir um outro mundo de igualdade e oportunidades, mas é preciso que os governos entendam que não é possível permitir concentração de renda, não é possível continuar com um Brasil onde as riquezas continuem passando de pai para filho, sem olhar todo um cenário, toda uma construção social, em que homens e mulheres podem estar tendo oportunidades iguais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Muito obrigada pela oportunidade, e a Internacional de Serviços Públicos se coloca à disposição de todos e de todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jucelia Vargas Vieira de Jesus, representante da Internacional de Serviços Públicos (ISP), que deixou aqui uma sugestão que nós vamos encaminhar, com base na sua fala.

Neste momento, eu convido os que estão nesta Mesa que retornem ao plenário, com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E vamos para a segunda Mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe o material conosco aqui – pode e deve – que eu me encarrego de distribuir. *Show* de bola!

Vamos para a segunda Mesa, dizendo que a nossa querida Senadora Regina Sousa usa a palavra no momento em que entender mais adequado.

Ernesto Luiz Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). (*Palmas.*)

Cátia Aparecida Laurindo, Diretora da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

Mônica Custódio, Secretária-Nacional da Igualdade Racial da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. (*Palmas.*)

Maria Júlia Reis Nogueira, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Cleonice Caetano Souza, representante da União Geral dos Trabalhadores.

Sejam todos bem-vindos à Mesa.

Pessoal, vamos iniciar a segunda Mesa. Eu queria cumprimentar, inclusive, as centrais. Apesar de termos segundo turno nos Estados, todas as centrais convidadas mandaram representantes. De forma tal que fica uma demonstração clara aqui, minha querida Senadora Regina Sousa, de que nós temos vigilantes, como dizia o nosso inesquecível Adão Preto: um pé na rua e um no Parlamento. Na primeira Mesa, naturalmente, todos os convidados se fizeram presentes.

Todos convidados já estão à mesa?

O SR. JÚLIO CONDAQUE – Tem a CSB-Conlutas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, venha cá. CSB-Conlutas aí, sempre presente. Inclusive nos eventos que fizemos em todos os Estados, Conlutas, como também todas as centrais, tem tido um papel fundamental. (*Palmas.*)

O SR. LINO ALMEIDA – Tem a Força Sindical também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas venha cá Força Sindical. Muito bem. (*Palmas.*)

Então, pessoal, organize aí.

Eu passo a palavra, de imediato – e o pessoal organize a segunda Mesa com as outras duas centrais que já chegaram, que é a Força Sindical e a Conlutas –, a Ernesto Luiz Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. ERNESTO LUIZ PEREIRA – Bom, eu queria saudar todos e todas, o Senador Paulo Paim e o Inspir, por mais essa iniciativa de chamar esta audiência pública para debater a ratificação dessas duas importantes convenções. Vou pegar mais pela linha em que o Wilson Prudente colocou aqui.

No pós-Segunda Guerra, a luta antirracial cresceu, e cresceu justamente em nível de ratificação e criação das convenções que a ONU patrocinou. A luta antirracial cresceu no Brasil também e, nos últimos 20 anos, ela teve um ápice na criação da legislação antirracista, o que foi chave para destampar o que hoje nós estamos vivendo, que é um grande movimento de denúncias de pessoas que sofrem a prática do racismo. Isso tem aumentado. Aqui, em Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

especialmente, o número de denúncias – de intolerância – quanto a racismo é muito grande, ou seja, a legislação e as convenções permitem que você, não só no campo da punição, mas no campo da geração de consciência, utilize a Lei Caó e a lei do Senador Paulo Paim de injúria racial, o que vai permitindo que você não avance tanto na punição, que é uma coisa que ainda é um problema na nossa sociedade, é geral, mas você avança na consciência e permite que as pessoas assumam uma postura. Permite, principalmente, aos negros e às negras que sintam a autoestima mais elevada e que vão enfrentando isso, porque, no campo da punição, o nível é muito ruim. E a punição em si só não resolve.

Então, a ratificação dessas duas convenções, eu creio, veio em um momento importante do nosso País, em que nós estamos vivendo de retrocesso, eu diria, com relação, principalmente, à política de igualdade racial. Ainda não houve um retrocesso, é isso que eu estou querendo dizer. Quero dizer que isso está instalado na sociedade, principalmente na elite, que não tolera essas coisas e começa a gerar um movimento contrário a isso. Não é à toa que o tal Movimento Brasil Livre elegeu nove vereadores, quer dizer, começa a se inserir na vida geral da sociedade.

Eu acho que é um grande momento para gente estipular essa campanha. Vocês contem com todo o apoio da CSB – e eu acho que o Senador Paulo Paim vai cuidar muito bem disso –, contem com o nosso apoio. Estaremos juntos nessa luta para ratificar essas duas convenções.

Eu vou precisar me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique à vontade, meus cumprimentos, Ernesto Luiz Pereira.... (*Palmas.*)

... representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) se posicionando também totalmente favorável ao tema em debate, que é o motivo desta reunião, em relação às convenções.

Agora, vamos, de imediato, a Cátia Aparecida Laurindo, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

A SRª CÁTIA APARECIDA LAURINDO – Bom dia a todas e a todos. É com imenso prazer que eu estou aqui representando a Nova Central.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Inspir pela iniciativa; o nosso Senador Paim, sempre na luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, principalmente negros e negras. Com certeza, o Presidente Calixto está nessa luta, dando apoio total à ratificação das Convenções 68 e 69, e nunca ele iria ficar fora.

O nosso trabalho, na parte da igualdade racial, é pequeno, porque a Nova Central é pequenininha, tem 10 anos, é novinha, e a gente está engatinhando. Mas, graças a Deus, eu estou participando de quase tudo nessa parte e aprendendo muito, porque são várias histórias, são várias denúncias, são vários caminhos que a gente que fica na base não desconhece, mas, quando a gente sai e começa a acompanhar esses trabalhos, essas lutas, do Inspir, da SEPPIR, de várias entidades que eu conheci hoje que também não conhecia, do nosso Senador, da nossa Senadora, para gente é uma honra estar junto com vocês.

Em nome do Presidente Calixto, agradeço a oportunidade, e podem contar com a gente, sim.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Cátia Aparecido Laurindo, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que fortaleceu a luta de todos nós em relação às convenções.

Mônica Custódio, Secretária-Nacional de Igualdade Racial da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

A SRª MÔNICA CUSTÓDIO – Bom dia, Senador; bom dia, Plenário; Senadora. Quero parabenizar o Inspir pela iniciativa – o Inspir tem tido um papel respeitável desde 1992, quando eu pude conhecê-lo. Conheci o Inspir através de companheiros respeitáveis também, como Aldanir, que não pode mais estar aqui, do Rio de Janeiro; Coutinho, da Bahia; Jerônimo, da Bahia. Nós tínhamos o doido, Felipe, do Sintaema, e tantos outros companheiros. A Sandrinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

acompanhava a gente.

A CTB é uma central coirmã que teve a oportunidade de nascer já com a Secretaria de Igualdade Racial entendendo a questão racial como um instrumento de fundamental importância na luta de classes, entendendo a luta antirracismo no contexto histórico e político do nosso País, o que temos de levar em conta em todas as formas de organização, em todos os métodos com que se implementa e se discute conjuntura. Nós temos um vício bem interessante de falar de conjuntura do ponto de vista político e econômico, mas não do ponto de vista social e histórico, que é onde as coisas acontecem. Nesse sentido, temos feito lutas bastante grandes, de muitos anos, entendendo as Convenções nºs 100 e 111 como convenções importantes para nós na luta, na relação do capital/trabalho.

Agora, nessa questão da OEA, ressalto o papel que o Brasil desenvolveu no último período, o papel do Governo brasileiro no desenvolvimento de políticas que pudessem criar relação de respeito, criar relação política, criar perspectivas de desenvolvimento e, dentro das perspectivas de desenvolvimento, buscar a política de inclusão e buscar, na política de inclusão, a possibilidade de igualdade de oportunidade.

Então, temos uma grande perda com o resultado político que tivemos no último período. Este ano de 2016 fica marcado para nós trabalhadores como um momento muito difícil, muito ruim, que nós denominamos e entendemos como um golpe contra os trabalhadores, como um golpe contra o Estado. Nesse golpe, incide toda uma questão que para nós é histórica, porque, para nós, isso significa revés. Para nós, isso significa o rompimento de toda uma política inclusiva, de uma política com perspectiva de crescimento e de reconhecimento da população negra, que tanto fez e que tanto faz pelo nosso País. A relação que criamos do ponto de vista histórico não é só uma relação econômica, é uma relação política, é uma relação social, e, ainda hoje, pagamos com a vida, infelizmente. O racismo no nosso País tem crescido de forma absoluta. Não se respeitam mais nem hierarquias, nem classes sociais, muito menos as relações institucionais e políticas.

Denunciávamos, na década de 90, que não existia o que era chamado de mito da democracia racial. Sempre dissemos que não existia democracia racial no nosso País, e hoje ela se coloca de forma muito objetiva. Hoje, os partidos entendem que a questão racial, a questão da mulher, a questão da luta contra a homofobia e todas as suas formas correlatas não são uma política subjetiva, mas uma questão objetiva na vida das pessoas que precisa ser enfrentada. Hoje, a nossa grande luta, por mais que o Governo Federal, em que nós acreditávamos, levasse para frente aquela que, durante anos, foi nossa plataforma, que conseguimos implementar – conseguimos obter vitórias, conseguimos avançar –, encontra-se do ponto de vista social, objetivamente, num retrocesso. Ela tem uma materialidade no racismo institucional.

Hoje, por mais que tenhamos feito uma campanha nacional, por mais que tenhamos crescido politicamente em todas as nossas ações do ponto de vista dos trabalhadores, do ponto de vista dos movimentos sociais, do ponto de vista partidário, existe uma máquina que é mortífera, pois a máquina nos Estados é uma máquina de moer gente, é uma máquina que tem, cada dia mais, levado a nossa juventude a ser ceifada. Precisamos inverter essa lógica.

Essa ratificação das Convenções nºs A-68 e A-69 nos dá a grande possibilidade de fazermos a discussão do ponto de vista maior, numa escala maior. Por incrível que pareça, hoje, a luta antirracismo se coloca em pauta da ponta da América do Norte à América do Sul. Ela se encontra em pauta. O racismo, hoje, é uma questão objetiva, e precisamos lutar entendendo essa questão, de fato, como direitos humanos, porque é a vida que se tem colocado.

Não estou me lembrando do nome, mas está rodando ainda um vídeo de uma menina linda colocando a perspectiva dela, posicionando-se em relação a essa questão. Ela teve a oportunidade de falar. Que bom! Enquanto ela tem a oportunidade de falar, nas nossas comunidades a oportunidade das crianças é a de morrer.

Então, de verdade, precisamos nos posicionar.

É muito bacana, Senador, poder encontrá-lo em todas as frentes de batalha. O senhor é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

amigo dos movimentos sociais, é parte dos movimentos sociais, é construtor dos movimentos sociais, é um Senador pelo qual temos um carinho muito grande. Eu gostava muito da sua dobradinha com o Inácio, com o movimento sindical. Adquiríamos muito espaço com vocês dois. Você continua essa história.

Então, a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) agradece a oportunidade ao senhor como Senador, como parceiro dos movimentos sociais num todo, em especial como parceiro de nós trabalhadores; agradece a oportunidade ao Inspir, que é um instrumento respeitável dos movimentos sociais e do movimento sindical, acima de tudo; e faz uma referência aqui muito respeitável à Central Única dos Trabalhadores, que é a central que inicia a questão da luta antirracismo no mercado de trabalho.

Então, Júlia, a gente agradece aqui a oportunidade. Tudo de bom! Vamos para o seminário junto com o Prudente. E vamos continuar esta luta no caminho que ela nos leva.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mônica Custódio, Secretária Nacional da Igualdade Racial da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que lembra aqui a figura de Inácio Arruda, parceiro nosso de fato como Deputado Federal e, depois, como Senador. Infelizmente, ele não voltou aqui nesta Legislatura, mas continua militando, sempre à frente dos movimentos, defendendo as grandes causas.

Passamos a palavra agora para Maria Júlia Reis Nogueira, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A SRª MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA – Bom dia, pessoal!

Quero saudar nosso ilustre Senador Paulo Paim, que coloca o seu mandato, como Jucelia já havia dito anteriormente, a serviço das causas sociais neste País. Infelizmente, são poucos os Parlamentares que fazem isso. Então, a gente gostaria de destacar isso e de saudar a iniciativa.

A nossa companheira Graça Costa tem tido também uma permanente atuação no interior do Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela viajou por 27 Estados comigo.

A SRª MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA – ...e nas audiências públicas nas várias unidades da Federação. Inclusive, sou do Maranhão. Houve audiência pública no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estivemos lá.

A SRª MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA – A Graça está neste combate contra a precarização do trabalho. A Central Única dos Trabalhadores se coloca à disposição, desde o primeiro momento, para fazer essa luta e para não permitir nenhum retrocesso para a classe trabalhadora.

Mas vamos ao que interessa.

Eu queria saudar o Wilson, nosso parceiro. Sempre que o chamamos, ele se dispõe a estar conosco, dividindo seus conhecimentos. Saúdo a ISP, representada aqui pela Jucelia; o Inspir, que teve a iniciativa, através do seu Presidente Quintino, de realização desta audiência pública; e a Senadora Regina, que veio nos prestigiar.

Isso demonstra que se trata de uma questão de grande importância. Nós estamos falando de mais da metade da população do Brasil. Quando se trata da população negra, há dois Parlamentares. A Mônica fala do mito da democracia racial, e a gente vê o tanto que é, de fato, um mito, porque a gente vende a imagem de que, no Brasil, não há racismo, mas, quando a gente precisa falar da questão do povo negro, que é mais da metade da população, nem os Parlamentares se dispõem a vir aqui para contribuir, para construir com a gente este debate e pensar que ações a gente pode desenvolver para combater efetivamente o racismo.

Não me vou deter na escravidão, que deixa essa herança maldita, que faz com que o racismo ainda permeie a nossa sociedade. O Prudente até tem mais autoridade do que eu como Relator da Comissão da Verdade da OAB do Rio de Janeiro e já pautou isso aqui. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

queria começar a falar sobre o que ocorreu a partir de 2003, porque há um histórico também nesta organização, nesta luta, para chegar a essas duas convenções que a OEA aprovou, recomendando que os Estados-membros possam ratificá-las.

Em 2003, no Brasil, aconteceu um fato muito importante. Em 2003, na cidade de Salvador, na Bahia, houve a comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Nesse Ano Internacional dos Afrodescendentes, nós conseguimos realizar o encontro da sociedade civil, com mais de 350 participantes. Vários chefes de Estados participaram dessa comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes.

Nesse encontro de Salvador, foi aprovada, Senador, a Carta de Salvador, em que várias recomendações foram aprovadas, para que os Estados pudessem desenvolvê-las e aplicá-las em seus países.

De lá para cá, no Brasil, aliás, até antes disso começamos a viver um novo cenário, no Brasil, a partir de 2003, no combate ao racismo. É em 2003 que se cria a SEPPIR, no Brasil, que terá um papel fundamental no combate ao racismo e na implementação de políticas públicas que visam a diminuir a desigualdade racial.

É também em 2003 que é sancionada pelo Presidente Lula a Lei nº 10.639. Na minha avaliação – e eu sempre coloco isso internamente, na CUT – a Lei nº 10.639, efetivamente aplicada na grade curricular das escolas, é um passo decisivo no combate ao racismo, porque teremos, nas escolas públicas e particulares deste País, o ensino da história, da cultura da África e dos afrodescendentes. E isso vai fazer com que as nossas crianças e os nossos adolescentes comecem a entender que a cor da pele não é razão para se discriminar ninguém.

É também a partir de 2003 que vamos iniciar um debate tão rechaçado inicialmente na sociedade brasileira sobre a aplicação de cotas nas universidades públicas e também nos concursos públicos. Na abertura da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Presidenta Dilma Rousseff assinou um projeto de lei que foi encaminhado e posteriormente aprovado no Congresso Nacional, que institui reserva de 20% de cotas no serviço público federal para negros e negras.

Então, nós começamos numa outra história, na perspectiva de uma outra construção para a população negra no Brasil. Aí a ONU, em 2014, instituiu a Década Internacional de Afrodescendentes. É a primeira vez, na história da ONU, que se dedica uma década para se debaterem as questões relativas a uma população, que é a população negra. E isso não acontece por acaso, isso acontece porque o racismo recrudesce no mundo inteiro. A xenofobia também. É o que a Jucelia falava, sobre o crescimento da intolerância e do ódio, que infelizmente a gente viveu bastante nos últimos tempos, no Brasil.

Quanto à CUT, desde o início, primeiro, em relação à década já fizemos várias ações. Inclusive temos, Senador, um vídeo sobre a Década Internacional de Afrodescendentes. Fizemos várias manifestações. Estivemos em Genebra, com a então Embaixadora Regina Dunlop. Ela é uma das pessoas que dá depoimento no nosso vídeo. E achamos que o racismo só será combatido quando todas e todos estiverem juntos nessa luta.

Eu costumo dizer que o racismo não pode e nem deve ser responsabilidade dos negros e das negras deste País. O racismo é uma luta de brancos, negros, índios. No dia em que tivermos uma sociedade de iguais, todas e todos juntos assumirão essa luta. Então, estamos trabalhando efetivamente na questão da década.

Quando a Jucelia veio da Guatemala, quando foram aprovada as duas convenções, A-68 e A-69, ela nos procurou na CUT e fomos conversar. Aí, já iniciamos um movimento de encaminhar para o Itamaraty uma correspondência do nosso Presidente Vagner Freitas colocando a responsabilidade, em se aprovada esta convenção, de que fosse encaminhada para o Congresso Nacional e pudesse ser ratificada pelo Brasil. Isso nós fizemos com o Itamaraty; fizemos, na época, com o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e tivemos resposta. Encaminhamos para a Casa Civil e para a Presidência da República. Pelo que me parece, até hoje as duas convenções ainda não foram mandadas para as duas Casas Legislativas. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

temo, inclusive, que neste momento político vivido no Brasil hoje, dificilmente, Senador, serão encaminhadas.

A pressão que devemos fazer é para que o Governo brasileiro encaminhe para as duas Casas Legislativas as duas convenções, que precisam ser aprovadas, porque...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA – ...só depois de aprovadas no Congresso Nacional é que poderão ser sancionadas pelo Governo brasileiro.

A nossa responsabilidade e tarefa, enquanto representantes de centrais sindicais aqui presentes, é fazer esse debate com a classe trabalhadora do País no sentido de pressionar para que o Governo brasileiro encaminhe, porque é responsabilidade do Governo encaminhar para o Legislativo. Depois de encaminhadas para o Legislativo, nós precisamos fazer toda pressão necessária para que elas sejam aprovadas. Uma luta de cada vez. E depois de aprovadas no Congresso, vamos fazer a pressão para que sejam sancionadas pelo Governo brasileiro.

Efetivamente, as duas convenções são duas ferramentas fundamentais para combater o racismo, a intolerância e a discriminação no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Júlia Reis Nogueira,...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reforçou, como a Mesa anterior e todos que falaram, a necessidade de aprovação, com rapidez, das Convenções A-68 e A-69.

Senadora Regina Sousa com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu peço desculpa por interromper sem ouvir os outros. É que tem a Comissão de Educação, da qual sou Relatora de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Tem o projeto dos ciganos, lá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É. Também tem lá o seu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que eu sou o autor do Estatuto do Cigano. Eu terei que ir para lá votar, tão logo a gente termine aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu também tenho de ir lá. O meu está aqui numa ordem mais próxima...

Mas eu queria fazer uma intervenção antes de sair. Sem dúvida é importante ratificar as convenções, porque irão respaldar, amparar a nossa luta, que está cada dia mais difícil. Mas entendo que a questão é da educação, não tem jeito. Racismo é sentimento, está dentro, internalizado. E só sai se for pela educação. A criança, desde cedo, precisa saber que não é diferente pela cor da pele.

Ela tem que ser educada para não querer hostilizar o seu amiguinho do lado, por causa da cor da pele. Então, ela deve ser educada para isso. Agora, como fazer isso no momento em que estamos vivendo, se tudo será proibido discutir na escola? A Escola Sem Partido está aí para não se discutir nada. É proibido falar em gênero, em LGBT, em direitos humanos; é proibido falar em tudo. Quer dizer que estamos num momento que parece...

A gente tem a impressão de que o racismo aumentou, no Brasil. Mas é que ele se expôs mais. Com esse fomento de certos setores ao ódio, as pessoas perderam a vergonha ou o medo de expressar seu racismo. Então, há muitos casos explícitos de racismo que as pessoas praticam, porque perderam o medo de serem punidas ou algo assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu fico preocupada porque a gente não vê uma reação coletiva do nosso magistério. Há expressões, pessoas, estudiosos, mas precisa ter uma reação a isso, senão as escolas vão virar aquilo que Paulo Freire chamava de educação bancária: joga só conhecimento aí... E olhe lá. Que conhecimento? Porque também história é para ser varrida. Está aí o projeto do novo currículo do Ensino Médio. Quem disse que vai estudar história da África? Quem disse que vai estudar filosofia? Quer dizer, vão criar seres não pensantes. Nós vamos ter aí uma geração que não pensa, daqui a algum tempo, se isso for aprovado. E parece que vai, porque a reação não está esboçada, é muito fraca e pequena. E eles têm uma maioria para aprovar o que quiserem.

Nós reclamamos da extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que envolvia igualdade. Fazíamos questão de dizer Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, para abranger todo mundo. Era um Ministério pequenininho! Acho até que ele foi lá para o Ministério da Justiça do mesmo tamanho, só não tem o titular. Mas por que na hora de diminuir a máquina só se pensa nessa área dos direitos humanos? Por que não se veem outras áreas que estão aí inchadas ou se sobrepondo? Mas não, extingue-se justamente um ministério onde essas minorias se enxergavam.

Dizem: Ah, mas está no Ministério da Justiça. Ninguém chama Ministério da Justiça e de direitos humanos, todo mundo só diz Ministério da Justiça. Eu nem sabia que igualdade racial estava lá no Ministério da Justiça. É bom saber. O representante estava aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ainda está? Bom saber que tem, mas ninguém diz Ministério da Justiça e direitos humanos, só diz Ministério da Justiça. E quando se fala em Ministério da Justiça, do que a gente se lembra? Polícia Federal, Lava Jato. É só disso que a gente se lembra quando fala Ministério da Justiça. Ninguém pensa que igualdade racial está lá, ou juventude. Nem sei mesmo se está. Não sei onde estão juventude e mulheres... Mulheres, há uma secretaria. Mas estão se acabando os espaços. Conferências, podem esquecer. Nós não vamos mais ter conferência, um espaço onde as pessoas se sentiam sujeitos elaborando suas políticas. Mas tem gente que acha que é besteira a conferência, que é passeio, não precisa de conferência, porque quem está no Ministério sabe tudo, vai elaborar e vai fazer. E nós somos acostumados a pensar nossas coisas, nossos problemas e tentar resolvê-los. É isso que este Governo que está aí não entende.

Então, esse novo currículo do ensino médio precisa ser combatido urgentemente, porque vai aniquilar mais ainda. O filho de pobre só tem que ter o ensino médio. Com esse currículo, qual pobre vai entrar na universidade? Vai fazer o ensino médio, um cursinho profissionalizante e está bom demais. Vão colocar na cabeça dos meninos e das meninas que é disso que eles precisam; não precisam ir para a universidade.

Então, é uma luta. Sobre as cotas, eu li um dia desses que haverá uma comissão que vai dizer se eu sou negra ou não, porque vai classificar o pardo negro e o pardo branco. Se eu chegar lá, vão me classificar como pardo branco. Eu sou negra. Eu vou ter que levar minha mãe lá, para mostrar que é uma negona de raiz, para que me classifiquem, na hora do concurso, como negra? Essas loucuras, essas baboseiras todas estão correndo aí, nas discussões. A gente precisa estar muito atento a isso.

Para finalizar, eu queria lembrar. A gente se acostumou muito com algumas sutilezas. Por exemplo, ninguém se importava com o meu cabelo, mas quando eu virei Senadora, veio uma pessoa, assessor de um Parlamentar – branco, claro! –, para me dar um cartão dizendo que aquela pessoa daria um jeito no meu cabelo, porque como Senadora eu não poderia ter esse cabelo aqui. Então, essas coisas são sutilezas. Eu não sei se ele fez por maldade. Está internalizado nele que Senadora deve ter o cabelo alisado, arrumado. Está internalizado, ele cresceu assim.

Então, são sutilezas como "é negro de alma branca". E a gente vai deixando passar. Negro não é gente. Parece gente. Por isso, quando meninos, meninas, adultos ou não, chamam um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

negro ou uma negra de macaco ou macaca, tem uma carga muito forte ali. Está dizendo que não é gente! Não se trata de um xingamento qualquer, banal, não. Está dizendo que não é gente! Aí a criança se retrai, para não ser chamada de novo, fica no canto, ou se rebela e vira o que eles vão chamar de marginal, delinquente, essas coisas. Então, há muita coisa para trabalhar, os espaços estão encurtando e a gente deixando.

Por conta de dizer negro de alma branca, ou negro quando não suja na entrada suja na saída... Aliás, a palavra não é que suja, mas a gente diz suja. Aí tem um poeta no meu Estado que fez uma letra que vou dizer para vocês aqui, que é muito interessante, virou música, inclusive. Ele diz:

Negro de alma preta sim

Negro de alma preta sou

Negro assumido

Negro atrevido

Sem patrão e sem senhor!

Eu não sujei na entrada

Eu não sujei na saída

Mas só pra aborrecer

Só pra ver feder

Vou sujar na saída

Eu quero ver

Quando feder

Quem vai limpar.

Então, é uma música muito bonita de um piauiense que ganhou um festival universitário lá, um cantor negro que fez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Então, vamos agora ao Lino Almeida, que vai falar pela Força Sindical.

O SR. LINO ALMEIDA – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, obrigado pela oportunidade.

Cumprimento aqui o nosso companheiro Quintino, que além de Presidente do Inspir, também é dirigente da Força Sindical do Estado de São Paulo. Então, Quintino, quero cumprimentá-lo aqui, em nome do Danilo, pela sua iniciativa.

Senador e demais membros da Mesa, nós estamos aqui malhando em ferro frio, como diz a história. Essa é uma discussão que vem se prolongando há sei lá quantos anos, cento e tantos anos, desde que libertaram os escravos. E a gente está aí tentando construir uma série de políticas para os negros.

Fazer uma audiência pública como esta aqui é bastante interessante, porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

audiência pública onde não há divergência. Normalmente, quando se tem uma audiência pública, é para que as pessoas possam discutir, aprimorar uma proposta ou divergir sobre a proposta, convergir sobre a proposta.

Esta, não. Entendi que é uma audiência pública em que estamos convergindo em relação a mais uma luta para que o negro, o preto possa ter alguma melhoria na qualidade da sua vida, na qualidade do seu emprego, na qualidade do seu dia a dia.

Para as centrais, resta fazer pressão, fazer política, utilizar o Inspir no conjunto das centrais para que se possa montar documento, fazer a pressão como uma instituição que representa a maioria das centrais dentro de um conjunto. Vou levar isto para a direção da Força Sindical para que a Central também possa construir documentos, possa pegar os nossos parceiros que estão no dia a dia dentro da Câmara dos Deputados e possam fazer pressão, levar também esse assunto.

Então, essas coisas são discutidas como se pouquíssimas pessoas soubessem. Não, mas pouquíssimas pessoas sabem disso. Serei sincero com vocês, vim para cá sem saber que existiam duas convenções, A-68 e A-69. Quando chegou o assunto lá, fui pesquisar, fui saber do que se tratava. Realmente, não é algo que está lá no nosso cotidiano, não. Tenho que ser bem sincero, apesar de a Força Sindical, sempre, em todos seus congressos, construir proposta nesse sentido.

Estamos participando no Estado de São Paulo de um fórum do trabalho decente, em que se construiu uma proposta específica para a questão de raça. Fico até intrigado de isso não estar lá dentro, deveria estar dentro do contexto do Estado de São Paulo. Está participando a universidade, estão participando os trabalhadores, empresários e tendo uma convenção como essa que é mais um avanço numa discussão que, com certeza, vai ter que ir muito longe.

Então, Senador, diante de tudo que já foi colocado aqui, acho que como Força Sindical – aqui o Quintino, temos mais uma dirigente da Força Sindical, a Yara – só posso dizer o seguinte: vamos também assumir essa luta, vamos buscar os meios dentro da Central e nas discussões que convergem para as centrais sindicais, para que possamos conseguir aprovação dessa convenção, a ratificação da convenção.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lino Almeida, que falou pela Força Sindical.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Paim, interrompendo de novo, esqueci-me de dizer duas coisas importantes. Acho importante botarmos no conteúdo desta audiência para ficar nos *Anais*.

Fizemos aqui uma audiência pública sobre a questão de intolerância religiosa – o pessoal nem gosta desta palavra intolerância –, discriminação das religiões de matriz africana. Foi estarrecedor, porque pudemos constatar que não há discriminação com o evangélico e com o católico. Há negros católicos, há negros evangélicos, mas não há discriminação. O problema é com a matriz. Tivemos um momento na audiência em que tivemos que dar uma parada para respirar porque estava todo mundo com lágrimas nos olhos, estava todo mundo chorando. Não sei se você que estava presidindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estive com você. O Senador Cristovam participou também.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sei que estava todo mundo chorando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui eu, você e o Cristovam.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... com as histórias que a gente ouviu aqui. Sequer se imagina que aquilo aconteça. Essa foi muito marcante.

A outra foi das mulheres negras na marcha. Era de autoria minha o requerimento. Fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui a audiência pública que quase não acabava. Estava começando o plenário e as meninas não queriam ir embora.

Eram duas horas da tarde: "Gente, tenho que acabar, porque não pode funcionar comissão quando o Plenário começa." Porque foi tão rica a discussão, trouxemos gente de vários Estados.

Tivemos uma lá na Comissão da Mulher sobre a questão da morte neonatal. Aí, resolvi pedir audiência sobre o pacto para ver dez anos do Pacto de Combate à Mortalidade Neonatal, infantil. Trouxemos o pessoal do Ministério da Saúde e tudo. Ficamos felizes quando vimos os números que caíram pela metade de morte das mulheres no parto. Mas, quando se fez o recorte de raça, as mulheres negras estão morrendo cada vez mais no parto. Aí, foi-se ver nas causas: é a discriminação na maternidade, é a falta do exame, é o tratamento na hora do parto.

Para sentir como essa questão do racismo é forte, o chamado racismo institucional é muito forte neste País.

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Júlio Condaque, representante da CSP-Conlutas.

O SR. JÚLIO CONDAQUE – É um prazer. Saúdo o Ex^mo^ Senador Paim, que está sempre nas lutas com a gente, construiu também com a gente num movimento negro, mesmo sendo sindicalista, metalúrgico.

Saúdo também o Plenário, até as companheiras que estão assistindo. Percebi que elas são trabalhadoras daqui, do Senado. É muito importante falar para vocês, que, em sua maioria, é uma categoria negra o pessoal aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terceirizados.

O SR. JÚLIO CONDAQUE – Terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que nem o Senado paga. Calcule lá na rua. Elas estão aqui por causa disso, esperando para falar comigo.

O SR. JÚLIO CONDAQUE – Como também vários companheiros ilustres aqui, que militaram comigo no movimento operário, no movimento dos trabalhadores, como a Mônica. Já construímos várias organizações no Brasil que tiveram a temática da questão racial. Aonde vamos, construímos esse espaço, porque achamos que a questão racial é estratégica no Brasil, justamente por causa da diáspora africana. Vieram oito milhões de negros africanos para cá. O Brasil hoje chega a ser a segunda ou terceira nação, depois da Índia, de descendentes afro-brasileiros.

Então, é muito importante que um movimento operário, que as centrais se apropriem da elaboração do Movimento Negro, inclusive. Na nossa Central, a CSP-Conlutas, sou de uma entidade nacional, que é o Quilombo Raça e Classe. Eu vim do MNU, depois saímos de lá e construímos essa entidade filiada à CSP-Conlutas. Sou coordenador nacional pela executiva da CSP-Conlutas, mas representando essa entidade negra na executiva.

Os fóruns internacionais da executiva são abertos, a base participa. Hoje, mesmo tendo dez anos – temos um selo de ouro de dez anos –, conseguimos atrair um setor grande de quilombolas, que é o Moquibom, do Maranhão.

São 300 comunidades, companheiros quilombolas que estão no Norte e no Nordeste do País, em especial, como trabalhadores e agricultores, familiares também de Sergipe, na Bahia, no interior da Bahia, que chega até Pernambuco. Entre eles, há quilombolas também, todo um processo na cidade de movimentos sociais também. Nossa organização, o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, é filiada à CSP-Conlutas. Sou dirigente há mais de 30 anos no Movimento Negro.

Essa questão da convenção, para a gente, é fundamental. Por quê? A gente esperava que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o Governo brasileiro assinasse essa convenção na Cúpula dos Povos, que foi em 2012, no Rio de Janeiro, em detrimento de um ataque que a gente vem tendo, toda comunidade negra brasileira, a várias medidas provisórias, leis que estão no Congresso para atacar conquistas do Movimento Negro. Por exemplo, a 3.432, uma PEC do Colatto, que derruba a 4.887, que dá a certificação dos territórios de população quilombola e indígena no Brasil. Mas a gente do Movimento Sindical usa bastante a OIT 111, 103, 112, justamente para conter o avanço do que a Mônica colocou, que é o mito da democracia racial dentro do movimento até mesmo sindical. Porque em muitas convenções e acordos coletivos não colocamos nas cláusulas sociais os avanços para a população negra em várias questões. Nós cobramos dos nossos dirigentes, de todo movimento sindical que coloque avanços que são negados hoje pelos patrões, pelos empresários.

Em especial, hoje se demite por assédio moral direcionado com um cunho racial. A gente sabe que, por exemplo, no setor da saúde, há crimes de racismo por parte de patrões de hospitais particulares que querem tirar as enfermeiras negras, por exemplo. Isso acontece já no nosso cotidiano. Fui ver um caso em Minas em que uma enfermeira foi chamada de suja por um paciente, ela era uma copeira que levou a comida para o paciente. Dois dias depois, ela foi mandada embora, foi demitida.

Casos no movimento sindical voltaram, retornaram com cunho direcionado à homofobia, à questão do machismo e, em especial, por exemplo, ao trabalho escravo no Brasil. Temos ainda 50 mil trabalhadores escravos, trabalhadores infantis, inclusive. Mulheres também eram escravas, como também as terceirizadas, que não pagam os trabalhadores que, em sua maioria, são trabalhadores negros e negras.

Por exemplo, a gente enfrenta o Comperj, lá no Rio de Janeiro, a gente ocupou o Ministério do Trabalho e, mesmo assim, há três anos essas empresas, que hoje estão na Lava Jato, estão dando o calote nos trabalhadores do Comperj que, em sua maioria, são negros.

Então, o mito da democracia racial e o racismo estruturantes vêm aumentando em nossa sociedade.

O Prof. Cano diz que em 2020 pode chegar a 224 mil mortes diretas pelo Estado de jovens de 17 a 24 anos, mortes na periferia, e muitas vezes alvejados por uma bala estatal, uma bala de um policial do Estado brasileiro. Então, é um crime de Estado.

Por exemplo, o crime da Cláudia, que foi arrastada dentro de um camburão, é um crime de lesa-humanidade, é um crime que tem que ser julgado por uma corte internacional, porque ela foi arrastada, morta. Eles iam sumir com os corpos, como sumiram com o Amarildo, na Rocinha, pois se não há corpos, não há crime. São crimes de lesa-humanidade, em que deve ser julgado o Estado brasileiro, e que envolvem um aditivo centralmente racista, homofóbico, como várias mortes de homossexuais na Baixada Fluminense – Nova Iguaçu é recordista disso.

Então, vidas importam. Nos Estados Unidos se levantam, em Baltimore, vários processos da juventude, mata-se, pelos policiais lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CONDAQUE – Vidas Importam é a campanha que eles estão fazendo lá. E, aqui, todos os dias, de duas em duas horas, morre um negro, um jovem, em uma favela e é naturalizado esse processo. Eu acho que a corte, a OEA, deve abrir uma sessão para nós, sindicalistas, em âmbito internacional para falar, para levar dossiês de mortes, tanto no campo como na cidade, com um aditivo sumarizado sobre o racismo no Brasil.

A companheira da CUT falou em vários avanços pela educação, da Lei nº 10.739, mas, infelizmente, por exemplo, ela não é posta na prática nas escolas, o que poderia ser uma reação contra a Escola Sem Partido, por exemplo. Você poderia trazer uma pedagogia, uma diversidade étnico-racial para dentro da pedagogia, para dentro da democracia dentro da escola e esta lei Escola Sem Partido, que está em vários Estados, por uma bancada fundamentalista, por uma bancada até mesmo ruralista, dentro do Congresso, impede a autonomia do próprio professor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da própria comunidade também, que controla, através do diálogo, o seu filho na escola.

Então, há vários ataques e achamos que há um retrocesso das políticas de ações afirmativas. E nós, da CSP-Conlutas, do Quilombo Raça e Classe, achamos que o movimento negro tem que retomar a pauta que a estamos retomando na OAB, na Comissão da Verdade, da escravidão, que é a reparação. A reparação é uma política de guerra, de crime de guerra. E, para o racismo moderno, é necessário ter políticas de Estado, não políticas compensatórias ou assistencialistas, mas políticas estruturais, que mudem a estrutura de diversos campos sociais, políticos no Brasil. Então, a questão racial, a questão do racismo é uma questão de poder.

Hoje a Secretaria da Igualdade Racial foi reduzida e está na Pasta de Justiça. Então, a questão racial é uma questão de justiça para esse Governo que está aí. Nós não reivindicamos esse Governo e achamos que está na hora de o Movimento Negro se unificar para construir uma pauta em que possamos reinaugurar as marchas a Brasília, marchas de massa, nas quais possamos negociar como protagonistas, e não fazer uma comissão onde se dão benesses assistenciais.

Para nós, isso não vai acabar com o racismo. Para acabar com o racismo vai ter que acabar com o capitalismo também. Não dá para acabar só com o racismo porque ele foi engendrado dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo aqui. A escravidão foi feita em trezentos anos e o produto, que é o acúmulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CONDAQUE – ... de lucros, o Estado brasileiro, as famílias latifundiárias nunca socializaram isso com o nosso povo, que não teve salário, não teve aposentadoria, não teve nada.

Então, para se corrigir isso, precisa-se ter de novo o debate sobre o retorno de um conceito que era reparar, afirmar e compensar. Não eram só ações afirmativas. Era reparar, que é uma política estratégica de Estado, afirmar com políticas mediadas, cotas e tudo mais, e compensar o atraso que foi a escravidão no Brasil.

O Estado brasileiro não assinar essas convenções é fazer com que fiquem vulneráveis 90 milhões, quase 100 milhões de negros e negras no Brasil. Inclusive, desses 90 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CONDAQUE – ... 50 milhões são mulheres negras que estão em um patamar de aumento do feminicídio. O IBGE diz que houve aumento. Se, para a mulher, a violência abaixou 24%, para a mulher negra aumentou 56%.

Então, é muito importante essa audiência. Já houve outras audiências aqui. E vai se fazer necessário o Quilombo Raça e Classe, a CSP-Conlutas e as centrais se unificarem para construir aqui uma pauta, inclusive para greve geral neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Esse foi o Júlio Condaque, representante da Conlutas.

Registramos a presença da Yara Pereira, diretora da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O Senador Telmário Mota, que está no Estado, mas assistindo à nossa audiência, mandou, primeiro, os cumprimentos a todos os convidados e a esta Comissão, mas também aproveitou para cumprimentar a Miss Brasil 2016, Raíssa Santana, negra, paranaense.

Uma salva de palmas para a Raíssa! (*Palmas.*)

Depois, ele lembrou, também, que a CPI do Assassinato de Jovens identificou que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil.

Valeu, Telmário!

Bom, a audiência pública atingiu seus objetivos. Nós sairemos daqui com um documento formulado em matéria de moção pedido a aprovação, o encaminhamento e a aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

imediata, pelo Congresso, tanto da Convenção A-68 como da A-69.

Eu tenho que ir agora para a Comissão de Educação porque eu sou o autor do Estatuto do Cigano, que vai ser votado lá agora. Depois, naturalmente, terminará com a votação final nesta Comissão.

Por que eu entrei com esse Estatuto? Sensibilizou-me muito os ciganos me dizerem que parece que eles são invisíveis. Ninguém percebe que existe o povo cigano. Depois, com o longo debate que tivemos, eles apresentaram uma proposta, que está sendo discutida nas comissões, mas a votação final vai ser nesta Comissão, onde teremos a oportunidade de fazer uma audiência pública em que todos coloquem a importância do Estatuto do Cigano, de sua visibilidade, enfim, de se dar cidadania plena ao povo cigano.

Pelo número de pessoas que estão lá no fundo, vou dar, com toda razão, a atenção devida aos terceirizados daqui da Casa. E aproveito, já que estamos ao vivo, para dizer que é lamentável. Eu sou Relator desse projeto da terceirização, com o apoio de todas as centrais – todas! –, viajei o Brasil todo, e o que se constata que, se nem dentro do Senado os terceirizados recebem o que lhes é devido, calculem o que acontece numa empreiteira, na rua, num banco, numa loja, numa metalúrgica. A empresa fecha as portas, o comércio fecha as portas e vai embora. E é o caso deles que estão aqui. A empresa simplesmente saiu daqui e não pagou a indenização deles. Até hoje, quando eu saí daqui, tive uma reunião com a direção da Casa, e ficou acertado que eles dariam o encaminhamento devido – devido para mim é pagar –, voltei e fiquei sabendo que não pagaram. Até hoje não receberam a indenização deles. Então, vamos ter que também trabalhar aqui.

É por isso que sou radicalmente contra terceirização da atividade-fim. No meu relatório – podem ter certeza – não há de passar terceirização da atividade-fim. Pelo contrário, construirei instrumentos que não permitam...

Quando eu fui viajar, devido às eleições, estavam aqui em torno de 300 pessoas, que eles aqui, agora, estão representando, com esta preocupação: nem o Senado cumpre a responsabilidade solidária. Calculem que se nem o Congresso, que faz as leis, não cumpre, lá fora como é que vai ser?

Então, termino a audiência pública e cumprimento todos que aqui estiveram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, vamos avançar para a aprovação da A-68 e da A-69, para que essas convenções não fiquem só na intenção.

Cumprimento todos aqueles que tiveram a iniciativa.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui, pessoal.

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 9 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia cinco de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Dário Berger, Valdir Raupp, Simone Tebet, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Romário, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Telmário Mota, Benedito de Lira, Hélio José, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2008. Não terminativo. "Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias análogas."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 201. Não terminativo. "Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2012. Não terminativo. "Dispõe sobre o preenchimento de quotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991". Autoria: Sem. Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 118 de 2011 e nº 234 de 2012. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 118 de 2011 e nº 234 de 2012. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013. Não terminativo. "Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal." Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. ITEM 11 - SUGESTÃO Nº 7, de 2015. Não terminativo. "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento e estabelece o piso Nacional mínimo para operador de telemarketing/teleatendimento." Autoria: SINTRATEL. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Sugestão nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2015. Não terminativo. "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo). ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A transformação do IOF em CIDE para financiar o desenvolvimento sustentável"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128 de 2016 que: "Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas do Metrô/DF"." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129 de 2016 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro (SEB), cujos servidores decretaram greve por tempo indeterminado, desde 22 de agosto de 2016, sem que tenham sido recebidos pelo ministro das Relações Exteriores, o qual determinou o corte do ponto do funcionalismo antes de qualquer decisão judicial que tenha considerado ilegal o movimento." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130 de 2016 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "Vinte e Oito anos da Constituição da República: os direitos fundamentais em jogo"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "O combate à violência contra - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Simpatizantes - LGBTTS"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "As propostas de reforma da Previdência"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133 de 2016 - que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A violência no Brasil "." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134 de 2016 - "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "As propostas para reforma trabalhista "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135 de 2016 que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para "tratar sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário PDA-MATOPIBA, instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447 de 06 maio de 2015"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136 de 2016 que: "Requer, nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para instruir o PLS nº 229, de 2016 de autoria do Senador Telmário Mota, que trata sobre a "consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romário, Sérgio Petecão e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 84º Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 77ª e 83ª Reuniões desta Comissão. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovadas.
Vamos, de imediato, à pauta do dia.

ITEM 9
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011
- Não terminativo -
Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.
Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012
- Não terminativo -
Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
Autoria: Senador Benedito de Lira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Relatoria: Senador Romário
Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 118 de 2011 e nº 234 de 2012
Observações:
Tramitação: CDH e terminativa na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.
O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tudo bem, Presidente? Bom dia. Mais uma vez, é uma honra revê-lo.
Eu vou fazer um resumo aqui, Presidente. Os PLS nº 118, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, e nº 234, de 2012, do Senador Benedito de Lira, buscam regular, ainda que com meios e em direções significativamente diferentes, a mesma matéria, a saber, a obrigação, estabelecida pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, de que empresas contratem beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas.
A determinação da lei tem suscitado conflitos e controvérsias. De um lado, entidades patronais queixam-se da impossibilidade do cumprimento da obrigação na medida em que não existe suficiente oferta da mão de obra cuja contratação a lei obriga; de outro, entidades de defesa dos direitos das pessoas com deficiência insistem que a posição das empresas deriva de preconceito injustificável, não sendo verdadeira a carência que alegam os empresários.
Assim, o PLS nº 234, de 2012, vai na direção de considerar a atitude do empresário que descumpre a obrigação de que vimos falando como sendo uma falta imperdoável, derivada de conduta injusta e, portanto, passível de punição.
Por sua vez, o PLS nº 118, de 2011, adota outra estratégia: autoriza o cumprimento da obrigação imposta pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, por pessoas com deficiência na condição de aprendizes. Diversas foram as críticas que a proposição recebeu em razão do modo como aborda as relações entre a aprendizagem, a deficiência, e a atividade econômica.
Foi criticado o possível uso instrumental da relação de aprendizagem para desvencilhamento, por parte das empresas, de suas obrigações legais.
Para que a apreciação da matéria tenha caráter abrangente e dela resulte boa legislação, é útil observarmos que o Parlamento já rediscute o mencionado art. 93 há pelo menos dez anos. Além das proposições já arquivadas, tramitam ainda hoje três outros projetos com intuito semelhante. Tal movimentação demonstra que a coordenação da ação das partes em jogo, que deve ser feita pela lei, ainda não atingiu o ponto ideal com a legislação de que atualmente dispomos. Se é imprescindível que se mantenha o sentido geral de reconhecimento, por parte da sociedade, das pessoas com deficiência, também é decisivo que os setores produtivos, já marcados pela incerteza econômica, não sejam prejudicados pela imposição de obrigações de difícil cumprimento.
É fato que há grandes esforços de instituições estatais e privadas para qualificar a mão de obra de pessoas com deficiência, mas, ainda assim, eles não se mostram suficientes, dadas as características complexas e regionalizadas das exigências do mercado de trabalho. Como então qualificar mão de obra em escala suficiente, com destinação local, e, ao mesmo tempo, fazer avançar o valor de igualdade contido na Lei de Cotas?
Podemos observar que nenhuma das proposições que ora analisamos é expressão do entendimento entre as forças envolvidas, sendo, antes, cada uma delas, um gesto de confronto com a parte adversária. O resultado não poderia ser senão o do bloqueio sistemático e recíproco de uma força pela outra e a estagnação da matéria.
Em reunião promovida por meu gabinete, em junho passado, com representantes de diversos grupos de interesse envolvidos, todos puderam expor suas posições, no mais das vezes críticas aos projetos em análise. Nessa reunião, estiveram presentes representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), dos Centros de Referência para Pessoas com Deficiência (CRPD)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapae). Ainda estiveram presentes assessores de outros parlamentares, incluindo assessores dos autores do projeto, além de representantes da Câmara dos Deputados e consultores legislativos.

Apesar de a pesquisa web demonstrar um número maior de pessoas que desejam a aprovação do PLS, o grupo diretamente envolvido na discussão chegou ao consenso de que ambos os projetos não poderiam ser aprovados. Em contrapartida, comprometeram-se em trazer novas soluções à temática, de modo a evitar que a abordagem limitada e unilateral desagrade, por definição, às diversas partes envolvidas.

É por tais razões que não vemos em nenhuma das duas proposições senão a virtude negativa de tentar anular a posição contrária. Acreditamos na possibilidade de que o debate revelará às partes seus interesses comuns, de modo a tornar a lei não um dano a seus interesses, mas um instrumento de promoção dos mesmos.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, bem como pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2012.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário. Cumprimentos pelo seu parecer.

Eu tenho o mesmo entendimento que V. Exª. Embora a boa intenção dos autores, eles iriam fragilizar a política de cotas das pessoas com deficiência, da qual V. Exª, inclusive, foi o Relator aqui no Senado. Consta lá no Estatuto.

V. Exª, ao mesmo tempo que rejeita, deixa aberto o debate para cada vez mais construirmos uma alternativa que permita efetivamente que as pessoas com deficiência preencham a política de cota, para que não haja outras formas que venham a desvirtuar a intenção original de nós todos que trabalhamos no Estatuto.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero já, de pronto, deixar bem clara a minha posição, que acompanha o seu relatório.

Vamos à discussão da matéria.

Se alguém mais quer discutir... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório pela rejeição dos Projetos de Lei nº 118, de 2011, e nº 234, de 2012.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos o item 13, aproveitando a presença aqui do autor e também do Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Petecão.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Relator *ad hoc* é o Senador Sérgio Petecão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Petecão para fazer a apresentação do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, parabenizo o autor da proposta, o Senador Romário, mais uma vez, se destacando nesta Comissão.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 219, de 2015, de autoria do nobre Senador Romário, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.

Vou diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015, e de sua Emenda nº 1-T, na forma do seguinte substitutivo:

> Emenda nº - CDH (Substitutivo)
>
> Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015
>
> Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao autor, Senador Romário, porque é uma área, de fato, sensível. Ele, mais uma vez, mostra toda a sua preocupação aqui, na Casa, com diversas áreas de atuação, mas, principalmente – me permita que eu diga –, com a área das pessoas com deficiência; e ainda vinculando aí todo o seu trabalho na área de esporte.

É inegável que V. Exª é especialista também nessa área, não só por ser jogador. Já cansamos de chamar o senhor de Senador; quero chamá-lo de um Senador especialista também na área de esporte, na área da pessoa com deficiência e em outras áreas.

Eu vou acompanhar o relatório do Senador *ad hoc*, que está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E eu quero dar um testemunho aqui, Sr. Presidente. Tínhamos aqui um time de futebol do Senado e da Câmara, e rodamos vários Estados do nosso País. E é impressionante como as pessoas hoje respeitam o Romário não só como um jogador de futebol, um ídolo nosso, um ídolo brasileiro, mas pelas causas que ele defende e pelo mandato que ele tem feito aqui no Senado. É impressionante! Eu estou falando que do meu Estado ao Rio Grande do Sul, onde estivemos hoje, ele faz questão – faz questão! – de dedicar o seu mandato a essas causas que entendemos que são as causas mais sensíveis e que precisam desse apoio em nosso País.

Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar o Senador Romário pelo belíssimo trabalho que ele desempenha hoje, aqui na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu já tive a satisfação de participar como Relator de inúmeros projetos, como agora V. Exª, do Senador Romário, e de outros dele como Relator de projetos de minha autoria, mas só não tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a oportunidade de jogar ao lado dele. Vocês vão me dar essa oportunidade. O próximo jogo que houver, quero colocar no meu currículo. (*Risos.*)
Então, vamos ao voto agora.
Mas é sério mesmo. No dia em que houver um... Eu joguei lá no juvenil do Flamengo e do Juventude. Sou apaixonado pelo futebol. Quando houver um jogo, me convoquem.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Qual era a sua posição?
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Centro médio, que faz meio de campo. Não é?
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Centro médio?
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Centro médio. (*Risos.*)
Sou do tempo do centro médio. (*Risos.*)
O que eu vou fazer? Eu era centro médio mesmo.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu pensei que o senhor era do centro médico. (*Risos.*)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes fosse, mas era centro médio mesmo.
É isso mesmo. Não é, Romário? Aquele que joga ali pelo meio-campo e tal, junto com o meio esquerda.
(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)
Muito bem.
Então, não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), que também apresento.
O projeto segue agora para análise da CCJ em decisão terminativa.
Em votação o projeto, então, para repetir aqui, aconselhado pela nossa assessoria.
Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Agora vamos ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013
- Não terminativo -
Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto
Observações:
Tramitação: CCJ, CDH, CDR, CMA e terminativo na CRA.
- Em 30/10/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Emenda nº 1-CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senadora Regina Sousa, por favor, Relatora *ad hoc*, a pedido do Senador Humberto Costa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou direto ao relatório; o senhor já leu a ementa.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado Federal nº 209, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que "altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal".

Conforme se extrai da justificação, o PLS nº 209, de 2013, busca inserir três alterações no art. 3º da Lei nº 7.802, de 1989. Primeiro, determinar que o pedido do registrante seja direcionado somente para um único órgão, conforme seu §7º. Segundo, fixar o prazo máximo da análise para o registro em 180 dias, podendo ser estendido uma única vez por igual período, mais 15 dias para o registro em si, nos termos dos §§8º e 9º, respectivamente. E, terceiro, qualificar como crime de responsabilidade o não cumprimento do prazo máximo de registro, como dispõe o §10.

O projeto fora originalmente distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

Na CCJ, a proposição foi aprovada com a Emenda nº 1-CCJ, que suprime o §10 do art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na redação dada pelo PLS nº 209 de 2013.

Antes da apreciação da CRA, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 229, 230 e 231, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, a proposição fora encaminhada a esta CDH, donde seguirá para as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), antes da análise terminativa pela CRA.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

Compete a esta CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, respectivamente, sobre garantia e promoção dos direitos humanos e proteção à família – temas afeitos ao PLS nº 209, de 2013. De fato, a temática do registro de agrotóxicos incide sobre o direito fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da Constituição Federal), bem como sobre os direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal).

É preciso, por um lado, atribuir mérito à proposição legislativa. Isso porque o PLS nº 209, de 2013, se insurge contra a excessiva demora no processo de registro de agrotóxicos no Brasil, o que, de fato, depõe contra os interesses da sociedade, mais ainda em um País exportador de *commodities*.

No entanto, se atacássemos o problema como propõe o projeto – direcionando a análise e o registro a apenas um único órgão, fixando o prazo em 180 dias e qualificando como crime de responsabilidade o não cumprimento do prazo máximo de registro –, atingiríamos epidermicamente os efeitos, sem, contudo, combatermos, em profundidade, suas reais causas.

Devemos nos lembrar de que a análise do processo de registro de agrotóxicos em três fases – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – não ocorre sem razão.

O que se tem em mira, antes de tudo, são a segurança e a sanidade da população, o que exige meticulosa análise sobre os efeitos tóxicos do novo produto à saúde humana e ao meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ambiente. Ademais, examina-se a efetividade do produto no controle das pragas a que se propõe combater.

Nenhum órgão do aparelho estatal é capaz de analisar, com suficiente rigor e profundidade, a questão sob esses três enfoques simultaneamente. O motivo da análise, isto é, da segmentação da abordagem, é precisamente a profundidade que cada tema encerra, sobretudo em nossos tempos de avançados conhecimentos científicos. Foi-se a época em que um único olhar conseguia apreciar, de maneira conjunta e completa, a universalidade de aspectos e de consequências de um mesmo fator. Hoje, essa perspectiva beiraria à irresponsabilidade, sobretudo quando se têm como efeitos óbvios interações com a saúde humana e com o meio ambiente.

Outro elemento necessário é entendermos as verdadeiras causas da demora do procedimento de registro de agrotóxicos. Esbarramos aqui na conhecida limitação numérica dos técnicos envolvidos nas análises desses produtos e no crescente aumento do número de processos. A resultante dessa equação não poderia ser outra que o atraso na liberação de novos produtos. Em nenhum momento, o PLS nº 209, de 2013, enfrenta essa questão, mas apenas impõe, diante desse quadro, prazos inexequíveis de cumprimento e a responsabilização dos agentes públicos que não os atenderem, qualificando a conduta como ato de improbidade administrativa.

Podemos antever os efeitos de tal medida: o crescimento exponencial de procedimentos administrativos disciplinares e de ações no Poder Judiciário, em processos que se arrastarão por anos e que, se exitosos sob esse prisma, apenas resultarão na penalização do lado mais frágil – o servidor público que labora em condições precárias, vendo-se forçado a emitir pareceres de enorme responsabilidade técnica e social, sem o prazo e as condições necessárias para tal.

O olhar mais profundo e consequente da questão impõe considerar que, em nenhuma circunstância, o fator tempo se sobreponha à qualidade dos trabalhos de avaliação técnica de produtos que podem interferir, de maneira irreversível, na vida e na saúde da população e na sanidade do meio ambiente.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2013.

Lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, ou melhor, rejeitado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH pela rejeição do projeto.

Rejeitado, o projeto segue agora para análise da CDR, CMA e posteriormente CRA, em decisão terminativa.

Como sou relator desse próximo item, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de *telemarketing*, eu peço ao Senador Petecão que presida os trabalhos, até porque ele já tem uma posição sobre o tema, a qual eu naturalmente acatarei.

Eu só peço que ele presida este momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sugestão nº 7, de 2015, não terminativo.

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 7, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento e estabelece o piso Nacional mínimo para operador de telemarketing/teleatendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Autoria: SINTRATEL
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da Sugestão nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Petecão, Senadora Regina, esta é uma proposta que veio da entidade Sintratel, e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing e teleatendimento, e estabelece o piso nacional mínimo para operador de telemarketing.
Este relatório, Senador Petecão, é fruto de uma audiência pública que realizamos aqui. Foram duas audiências públicas e eles, no final, entenderam que deveriam apresentar esta proposta a esta Comissão, que relatei, e que vai nessa linha que V. Exª leu, e eu também já li. Garante os adicionais, por exemplo, de penosidade, de 20% a 40%; garante o piso da categoria; regulamenta a carga horária; regulamenta a profissão.
Como eu sei que V. Exª vai pedir vista – naturalmente, vamos depois conversar, para ver se construímos um entendimento sobre o tema –, eu, de pronto, com essa síntese, dou como lido o relatório que aqui apresentei, sabendo que este projeto ainda vai, depois, para as comissões. Mas é mais do que legítima a sua posição no sentido de pedir vista para que, de repente, o projeto já saia desta Comissão com um entendimento mais amplo para a votação nas comissões para as quais ele vai seguir. Assim, dou por lido o relatório, acatando a proposta de regulamentação da profissão, nos moldes que o Sintratel e, naturalmente, com o corpo técnico aqui do Senado, nós elaboramos e que V. Exª leu, e eu também li. E V. Exª vai pedir vista, então é mais do que normal que a gente proceda dessa forma.
Sou pela aprovação do projeto.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Paulo Paim, nosso ilustre Presidente, sei da sua preocupação.
Ouvindo atentamente os funcionários lá do meu Estado, que são 2,5 mil, a preocupação é que nós possamos discutir esse projeto porque, segundo as pessoas que entraram em contato, se for aprovado da forma como está, em vez de estarmos ampliando o número de vagas, o número de servidores... Eles querem discutir a situação de hora extra, o projeto engessa esse debate. É interessante que a gente possa se aprofundar na discussão. Acho que você tem toda razão.
Eu sei que o seu interesse é no sentido de melhorar as condições dos servidores, mas a minha preocupação é que, no afã de ajudar, nós possamos prejudicar os servidores. Segundo eles, se algumas decisões que estão aqui neste projeto forem tomadas, nós poderemos perder diretamente 300 mil vagas. Principalmente, as regiões mais afetadas seriam a Norte, onde está o meu Estado do Acre, e a Nordeste. Então, eu acho que merece que nos aprofundemos nesse debate.
Já agradeço de antemão pela sua sensibilidade em entender a importância de nós fazermos esse debate. Então, eu queria, Senador, pedir vista do projeto.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria estender para vista coletiva, Presidente, porque eu também gostaria de dar uma estudada. No meu Estado nós temos muito essa categoria; estão se instalando cada vez mais telecentros, e eu queria também poder ver. Vista coletiva, então.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Muito bem. Então, diante do pedido da nobre Senadora, nós vamos atender o pedido de vista coletiva.
Já passo a presidência dos trabalhos ao nobre Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu solicitaria ainda ao Senador Sérgio Petecão...
Primeiro, é bom esse entendimento. A Senadora Regina também conhece com profundidade, ela até participou, aqui, da audiência pública, e nós podemos – como se chama? –, não mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a quatro mãos, mas a seis mãos, chegar a um grande entendimento.
Como há alguns requerimentos também de minha autoria... São quantos meus, são dois?
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só seis. Eu pensei que fossem três.
Vamos lá, então. Pode começar.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos ao item 17.

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A transformação do IOF em CIDE para financiar o desenvolvimento sustentável".
Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a síntese que V. Exª apresentou já fala da importância da transformação do IOF em Cide para financiar aquilo que todos nós sonhamos: o desenvolvimento sustentável, ou seja, em parceria com toda a nossa preocupação com o ecossistema e o meio ambiente. Esse é o objetivo. Será um debate que faremos na Comissão.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Requerimento nº 130, de 2016.

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, de 2016
- Não terminativo -
Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "Vinte e Oito anos da Constituição da República: os direitos fundamentais em jogo".
Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu fui Deputado Federal constituinte, colaborei dentro dos limites naturalmente de um Deputado Federal constituinte na elaboração da Constituição. Eu repito, mais uma vez, para aqueles que até hoje não entenderam, que nós assinamos a Constituição. Votamos contra, claro, em inúmeros artigos, mas assinamos, sim, a Constituição Cidadã, liderada na época por Ulysses Guimarães.
E como, neste momento, eu percebo que alguns dos direitos fundamentais que estão lá estão em xeque, eu acho fundamental que a gente faça esse debate sobre os direitos fundamentais que estão na Carta Magna e, por isso, a audiência pública.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Em votação o requerimento.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esses quatro são extrapauta. Eu solicito a V. Exª se puder colocá-los como extrapauta, em seguida eu faço a defesa.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Consulto os senhores, Srªs Senadoras e Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.
Em votação.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Vamos ao requerimento extrapauta.
Requerimento nº 131, de 2016.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "O combate à violência contra - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Simpatizantes - LGBTTS".
Autoria: Senador Paulo Paim
Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é alarmante o número de homens e mulheres que, pela sua orientação sexual, são assassinados neste País. E a pedido deste setor da sociedade e dos Direitos Humanos, nós pretendemos fazer esse debate aqui na Comissão sobre a violência contra aqueles que têm a sua orientação sexual, que se resume na leitura que V. Exª fez quando disse Do combate à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais – LGBTTS.
Esse é o relatório, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação, o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Requerimento nº 132, de 2016.

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater "As propostas de reforma da Previdência".
Autoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, porque vamos debater no momento. Está sendo anunciada pelo Governo uma série de alterações na nossa Previdência, desde a aposentadoria por idade, por tempo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contribuição, à mudança do Ministério da Previdência, que foi para o Ministério da Fazenda. Enfim, é o momento adequado chamar o Governo, chamar as entidades para debater esse tema numa data ajustada aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 133, de 2016.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A violência no Brasil ".

Autoria: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido, Sr. Presidente.

Só uma frase, enfim. Há uma série de dados, aqui na justificativa, que correspondem a 10% de homicídios pelo globo. Globo, o Planeta, colocando o Brasil como o maior número absoluto de homicídios. Quem fez o estudo? Por exemplo, Helder Ferreira, coordenador de Estudos e Políticas de Estado e Instituições, do Ipea, o Brasil tem o número alto, altíssimo de homicídios, há muitos anos. E é esse o debate que nós queremos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O último.

Agora é o último, é o Requerimento nº 134, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Requerimento nº 134, de 2016.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "As propostas para a reforma trabalhista ".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De forma muito rápida, Sr. Presidente. Está sendo anunciado que teremos inúmeras reformas no campo do trabalho, as ditas reformas trabalhistas.

Somente o Diap levantou 65 projetos que, de forma pontual, alteram a nossa CLT e o direito dos trabalhadores e, além disso, nós temos muita preocupação com o chamado trabalho/hora, em que o trabalhador receberia pelas horas trabalhadas de ponto; outro é o negociado sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o legislado; outro, a terceirização.
Enfim, são 65 projetos. Eu apenas destaquei três. Por isso, o objetivo é debater as propostas da reforma trabalhista.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em votação, o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente Petecão.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tenho dois requerimentos que gostaria que fossem incluídos extrapauta.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora.
Vamos ver a proposta de requerimento extrapauta da Senadora Regina Sousa.
Consulto os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.
Em votação.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados os requerimentos da Senadora Regina Sousa.
Vamos ao primeiro requerimento.

ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135, de 2016
- Não terminativo -
Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para "tratar sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário PDA-MATOPIBA, instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 06 maio de 2015".
Autoria: Senadora Regina Sousa

Com a presença dos seguintes convidados:
Senador e Ministro Blairo Maggi; Dr. Felício de Araújo Pontes Júnior, Procurador da República, Ministério Público Federal; Wagner Katamy Ribeiro da Silva Krahô, liderança indígena do povo krahô-kanela; Gercília Krahô, liderança indígena do povo krahô; Isolete Wichinieski, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Saulo Barros da Costa, Professor da Universidade Federal do Maranhão; Deputado Francisco Limma, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural do Piauí.
Autoria: Senadora Regina Sousa.
Concedo a palavra, para justificar o seu pedido de audiência pública.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todo mundo acompanha e deve ter acompanhado que quando ainda era Ministra, Kátia Abreu lançou esse projeto chamado Matopiba, que é a sigla dos quatro Estados que ainda têm uma reserva de Cerrado muito grande, para desenvolver Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.
E a gente tem viajado muito pela região do Cerrado, e recebido demanda até de outros Estados para se discutir esse projeto sim, porque, na medida em que ele é um projeto de desenvolvimento, a gente tem que ver as implicações negativas que ele possa ter, para evitar. Não é ser contra o projeto, mas para evitar, porque nós temos muitas nascentes nessas áreas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nós temos muitos assentamentos, nós temos quilombolas, temos comunidades indígenas. Então, a gente precisa debater melhor, antes que ele avance sobre os santuários. Por isso a gente precisa fazer esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento apresentado pela Senadora Regina Sousa.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento, também da Senadora Regina Sousa.

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para instruir o PLS nº 229, de 2016 de autoria do Senador Telmário Mota, que trata sobre a "consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas".

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Senadora Regina Sousa com a palavra, para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da mesma forma, são projetos de desenvolvimento que, inclusive, vão fazer o bem para a questão da energia, principalmente lá. Creio que o Senador Telmário se inspirou muito lá na terra dele, que tem problema sério de energia. Mas, como envolve comunidades indígenas, é preciso debater para que eles compreendam o que é isso também, a energia solar. É louvável já especificar o tipo de energia, solar e eólica, porque são energias renováveis; mas é importante também se fazer o debate para instruir esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com isso, nós aprovamos todos os requerimentos, os projetos não terminativos, e encerramos, então, a não ser que tenha alguma...

Senador Sérgio Petecão, por favor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Paim, o item 20 tem um requerimento aqui. É o item 20? Não. É o item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro (SEB), cujos servidores decretaram greve por tempo indeterminado, desde 22 de agosto de 2016, sem que tenham sido recebidos pelo ministro das Relações Exteriores, o qual determinou o corte do ponto do funcionalismo antes de qualquer decisão judicial que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

considerado ilegal o movimento.

Autoria: Senador Humberto Costa

Era só para comunicar a V. Exª que, na verdade, esse requerimento já perdeu o sentido, porque essa greve já terminou dia 03/10, e, segundo aqui a informação do Governo, deverá ser realizado em breve um encontro tripartite entre o Sinditamaraty, Ministério do Planejamento e Ministério das Relações Exteriores, para tratar da decisão sobre a reposição dos dias parados. Então, é apenas para ponderar, e perdeu o sentido esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! V. Exª alerta à Mesa que já houve o encaminhamento devido a essa questão e, por isso, não há motivo nenhum para votarmos esse requerimento. E esperamos que haja um conserto geral entre as partes envolvidas.

Com isso, encerramos a nossa reunião do dia de hoje, da Comissão de Direitos Humanos, deliberativa, e só voltaremos nos próximos dias 18 e 19, em que teremos o esforço concentrado. Consequentemente, naquela quarta, teremos uma reunião deliberativa.

Amanhã teremos uma audiência pública pela manhã, por parte da Senadora Regina Sousa.

Qual é o tema amanhã mesmo, Senadora? Pode usar a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Empoderamento de meninos e meninas.

Era da Vanessa, se não me engano, e eu assinei porque a Vanessa não estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dá para dizer o que é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o empoderamento de meninos e meninas, porque nós, quando discutimos a questão de gênero, falamos muito só "a mulher", aí pressupõe os adultos, mas temos também que cuidar das meninas adolescentes, que têm os mesmos problemas, já começam a vivenciar os mesmos problemas, e precisamos discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Informo a todos que vamos receber aqui uma delegação, às 15h, que vai tratar, na minha ótica, naturalmente, da questão dos direitos humanos no Irã.

Quanto a essa audiência pública de amanhã, é da iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e falará sobre o empoderamento de meninas e meninos.

Está encerrada a reunião de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 6 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 85ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia seis de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e do Senador Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2016-CDH de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater sobre: "O empoderamento de meninas". Em parceria com o projeto Pauta Feminina, da Procuradoria da Mulher. A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Anette Trompeter, Diretora da Plan Internacional; Danielle Araújo, Coordenadora de Pesquisa do Instituto Promundo; Joana Chagas, Gerente de Programas da ONU Mulheres no Brasil; Gabriela Mora, Oficial do programa cidadania dos Adolescentes da Unicef. A Senhora Presidente eventual concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Prof. Josilene Aires, da Universidade Federal da Paraíba; Ana Carla, da organização Engajamundo; Clara Cunha, da organização Engajamundo; Claudia Vidigal, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes; Viviana Santiago, Gerente Técnica de gênero Plan Internacional; Cecilia Maria, estudante do Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia; Laís Rodrigues, estudante do Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia; Benedito dos Santos, Diretor Executivo do Instituto Indica; Rose, da Subsecretaria de Políticas para Mulheres, da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. A Senhora Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos, já vamos começar, ainda falta um convidado, que já está a caminho. Vamos começando para ganhar tempo, porque já são 9h43.

Declaro aberta a 85ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal .

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 114, de 2016, CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater o empoderamento de meninas, em parceria com o Projeto Pauta Feminina da Procuradoria da Mulher.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com cometários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número: 0800612211.

Na verdade, esta audiência foi um requerimento da Procuradoria da Mulher, da pauta feminina do programa da Procuradoria da Mulher aqui no Senado – a Senadora Vanessa é a procuradora e pede desculpas porque acha que não vai chegar a tempo, pois está em outra atividade, não sei se há alguém aqui da assessoria da Vanessa –, e eu subscrevi porque ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

era da Comissão. Então, para poder votar na Comissão, eu subscrevi. Não que eu não tenha nada a ver com o tema, eu trabalho com esse tema da mulher há muito tempo também, na minha militância política e sindical.

Eu só vou ler um trecho que eu peguei, que diz:

> É através do empoderamento pessoal que diversas mulheres estão vencendo barreiras impostas pelos padrões sociais, por meio de um maior conhecimento sobre as causas femininas, amor próprio e coletividade. Contudo, muitas traçam um caminho árduo até chegar a esse ponto, sofrendo desde a infância diversos tipos de assédios e inferiorizações. Uma boa maneira de evitar esse processo é através do empoderamento infantil, mostrando para as meninas desde muito pequenas que elas não precisam se adequar a nenhum padrão de beleza, sendo feliz com seu corpo e com a pessoa que ela é.

Mariana Miranda escreveu o artigo "Infância e Gênero".

Então, esta questão foi muito debatida, a questão da criança, na aprovação da lei da primeira infância. O Senador Medeiros deve vir, porque ele foi o relator. Ele está convidado e já disse que está a caminho.

Mas vamos começar, porque os convidados chegaram

Convido para a Mesa Anette Trompeter, Diretora da Plan Internacional; Danielle Araújo, Coordenadora de pesquisa do Instituto Promundo; Joana Chagas, gerente de programas da ONU Mulheres no Brasil – grande parceira nossa a ONU Mulheres.

E temos o Senador José Medeiros, que é Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância. Há muitas frentes parlamentares aqui. Se todas elas funcionassem, seria maravilhoso. Nós criamos as frentes e não damos conta, porque aqui tudo funciona ao mesmo tempo. Tem hora que temos de estar em três comissões ao mesmo tempo. Então, não temos ainda esse poder.

Mas a regra aqui é a seguinte: aquele relógio marca o tempo; tem uma campainha aqui que assusta, mas eu peço sempre para baixarem o volume. É assustador o toque da campainha, para dizer que falta um minuto. Mas eu sempre, quando estou presidindo, sou generosa e dou mais um tempo, cinco minutos a mais geralmente.

Então, começamos sempre com dez minutos, mas a pessoa não precisa se preocupar em correr, porque eu sempre estendo o tempo de fala, até porque hoje é uma Mesa menor. Às vezes, fazemos Mesas aqui com oito pessoas. Aí, é preciso...

Então, temos uma Mesa menor e vamos poder falar mais à vontade.

Vamos começar com a Anette. Pode ser?

A SRª ANETTE TROMPETER – Bom dia, Senadora; bom dia a todos e todas aqui presentes. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública tão simbólica e importante para o futuro das meninas no Brasil.

Há exatamente um ano, o mundo tinha seus olhos voltados a Nova York, onde os governos definiriam os objetivos que pautariam os esforços para a construção de um mundo sustentável. As nações foram corajosas e entenderam que, para superar as graves questões que afetam o mundo, pedem dos tomadores de decisões respostas ambiciosas e audazes. Não se pode esperar. É necessário somar esforços de todos os setores – governos, sociedade civil e setor privado –, para que os 17 objetivos e as 169 metas sejam alcançados no menor tempo possível.

O processo de definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável foi um exercício de participação autêntica, com consultas diversas ao redor do mundo, inclusive com crianças e adolescentes, e é um fato histórico de maior relevância, pois galgamos mais um degrau na construção de uma sociedade mais equitativa, justa e inclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Superaram-se divergências, modos diferentes de entender as situações que afetam o mundo, mas prevaleceu a certeza de que é necessária uma agenda comum, que estimulará a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o Planeta e concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis.

Nesse sentido, o fato de que os países tenham definido um objetivo específico sobre a igualdade de gênero – o Objetivo nº 5 – é uma mostra clara de que não se quer deixar ninguém de fora. É reconhecer que, embora homens e mulheres, meninas e meninos tenham os mesmos direitos, na prática não ascendem a eles da mesma maneira. Meninas e mulheres estão em desvantagem.

Como organização que promove os direitos humanos de crianças e adolescentes, celebramos esse avanço, porque estamos seguros de que só assim será possível tocar nas causas estruturais das desigualdades de gênero. A Plan International não medirá esforços para colaborar significativamente no cumprimento dos objetivos e suas metas, por meio dos seus programas e projetos ao redor do mundo, mas se empenhará também para influenciar os governos a não medir esforços para cumprir com o compromisso de alcançar a sustentabilidade, priorizando os grupos mais vulneráveis.

Trazer à luz essas questões que interferem no modo de vida e no futuro das meninas é dar a elas a oportunidade de transcender os limites que impedem o seu desenvolvimento. As meninas e mulheres precisam ser notadas, e para isso é preciso tornar visíveis as questões que afetam negativamente suas vidas.

No mundo, há 110 milhões de crianças que não vão à escola. Desses, dois terços são meninas. É importante ressaltar que houve um avanço significativo no ingresso de meninas nas escolas, mas restam muitos desafios relacionados à qualidade e à permanência do tempo delas na escola.

A metade das meninas que vivem nos países em desenvolvimento estará casada antes de completar 20 anos. O matrimônio forçado é uma realidade muitas vezes viabilizada pela aceitação cultural. Por trás dessas uniões, há outras questões que afetam as meninas, como o abuso e a exploração sexual, a servidão, o abandono escolar e a perda de autonomia.

O Brasil está em quarto lugar no *ranking* mundial em termos absolutos de uniões precoces. Uma em cada três mulheres sobreviveu a algum tipo de violência baseada em gênero. Violência essa, sofrida, na maioria das vezes, por alguém muito próximo, inclusive da mesma família.

Segundo dados da Unicef, as meninas entre 13 e 18 anos são as mais vulneráveis a serem exploradas sexualmente. No Brasil, recentemente fomos impactados por vários casos de estupros coletivos contra jovens meninas. Um deles, de repercussão internacional. Esses fatos revelam a existência de uma cultura do estupro, em que o corpo da mulher é visto como propriedade dos homens.

A repercussão de fatos como esse tem mobilizado a sociedade civil. Neste mês, lançaremos no Brasil uma campanha intitulada "Por uma educação sem machismo". A ideia é subsidiar famílias, professores e cuidadores com informações que permitam que eduquem meninos e meninas para a igualdade, o respeito e a cooperação. Somente quando tocamos na raiz das questões culturais que estão na base de comportamentos violentos e abusivos poderemos diminuir a violência baseada em gênero na idade adulta.

Outro aspecto que afeta a vida das meninas é a gravidez precoce. No Brasil, 19% dos nascidos vivos são filhos de uma menina entre 14 e 19 anos, e em alguns Municípios de atuação da Plan, no Nordeste do País, essas taxas sobem para 33%.

A gravidez na adolescência traz consequências para a vida das meninas. É uma das principais causas de abandono escolar e as adolescentes estão mais vulneráveis a morrer no parto. Em um recente estudo feito no Brasil se comprovou que a mortalidade de crianças filhas de mães adolescentes é 20% maior do que das mulheres adultas e jovens.

A educação em sexualidade com uma abordagem baseada em direitos é a principal ferramenta para prevenir gravidez na adolescência. Nossa experiência tem comprovado isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nosso Programa Adolescente Saudável, com uma metodologia baseada na multiplicação por pares, obteve resultados incríveis. Vimos adolescentes com conhecimento sobre seus corpos, sua sexualidade, seus direitos sexuais, autocuidado e autoestima, capazes de tomar melhores decisões sobre suas vidas e influenciar positivamente seus pares, garantindo enorme efetividade na prevenção de gravidez na adolescência, prevenção de violências, de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Outra situação que permanece na quase totalidade dos países em desenvolvimento é o trabalho infantil. Ainda que essa situação afete também os meninos, no caso das meninas, há especificidades que as deixam em lugares de alta vulnerabilidade. São usadas especialmente para o serviço doméstico, remunerado ou não. Essas meninas estão expostas a todo tipo de riscos: acidentes, jornadas extenuantes, abuso sexual, abandono escolar, para citar algumas consequências.

Num recente estudo realizado no Brasil pelo Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e pela Plan International Brasil se constatou que ainda temos mais de 200 mil meninas brasileiras trabalhando. A grande maioria são negras, estudam menos que outras meninas e perdem sua infância, gastando o seu tempo em atividades que não são adequadas para a sua etapa de vida.

Todas essas situações vivenciadas na infância são a base para que a desigualdade de gênero permaneça na vida das mulheres. As mulheres são vítimas de violência nas suas casas. A aprovação da Lei Maria da Penha, que estabelece duras penas para crimes relacionados à violência de gênero, é uma prova de como o avanço legislativo é útil no combate a esse crime. Hoje as mulheres contam com serviços especializados e uma lei forte que as protege. As mulheres entraram no mercado de trabalho e hoje representam uma grande força econômica, mas continuam ganhando menos que os homens na mesma função e acumulam uma dupla jornada ao assumir quase sempre sozinhas o cuidado da casa e dos filhos.

A participação das mulheres na vida política continua sendo desigual. No Brasil, as mulheres ocupam menos de 10% dos cargos públicos e política continua sendo um lugar para homens. Poderíamos seguir elencando situações que evidenciam como essas desigualdades e vulnerabilidades começam na infância e perduram na idade adulta. Outras categorias de análise poderiam ser mencionadas para compreender a complexidade da questão – origem étnica, diferenças regionais, migração, situações de emergência, secas e etc.

Olhando para essa realidade, a afirmação que consta na apresentação do Documento *Transformando nosso Mundo: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* nos dá esperança de que as questões que afetam a realização dos direitos das meninas e mulheres terão um lugar central na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas dará uma contribuição essencial para o progresso de todos os objetivos e metas. Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam a serem negados seus plenos direitos humanos e oportunidades.

Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos, em termos de empregos, lideranças e tomadas de decisões em todos os níveis.

Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas devem ser eliminadas, inclusive por meio do engajamento de homens e meninos.

A integração sistemática da perspectiva de gênero da implementação da agenda é crucial.

A Plan International é uma organização global com quase 80 anos de existência, presente em 70 países, que executa projetos e incide junto aos governos para que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados.

Fizemos uma escolha de, em 2010, focar os nossos esforços especialmente na situação das meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANETTE TROMPETER – E recentemente definimos o nosso novo propósito. Nós lutamos por um mundo mais justo que promova o direito das crianças e igualdade para as meninas, mas não queremos estar sós, queremos criar um movimento que envolva outros. Para isso, queremos empoderar crianças jovens e comunidades, para fazer mudanças vitais e necessárias que acabem com as raízes da discriminação contra meninas, exclusão e vulnerabilidade, conduzir mudanças nas práticas e políticas locais, nacionais e globais através do nosso alcance, experiência e conhecimento das realidades que as crianças enfrentam.

No Brasil, podemos apresentar excelentes resultados de nossa atuação, com enfoque na promoção de igualdade de gênero. Desenvolvemos projeto nas áreas de empoderamento econômico de jovens e mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, proteção contra as violências, especialmente abuso e exploração sexual, protagonismo das meninas e desenvolvimento integral da primeira infância. Além disso, estamos incidindo junto aos governos para que as demandas das meninas sejam ouvidas em todas as esferas do poder. Consideramos fundamental que se realize um trabalho intenso de comunicação para que essas mensagens possam chegar a um maior número de pessoas.

Queremos também garantir que os objetivos de desenvolvimento sustentável possam ser monitorados com qualidade e confiabilidade.

Sabemos da importância da definição dos indicadores como um elemento chave para medir os avanços e também da importância da busca por dados confiáveis. A falta de dados confiáveis deixa as meninas invisíveis. Temos que torná-las visíveis. No âmbito global, anualmente, e em parceria com outras organizações, faremos um informe de alcance global sobre o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável para meninas e mulheres durante os próximos 15 anos.

No Brasil, nós nos unimos a várias organizações para monitorar o cumprimento do Objetivo nº 5. A rede para os direitos das meninas e igualdade de gênero ficará atenta aos avanços no cumprimento do Objetivo nº 5 e suas metas. Para a Plan international, um mundo bom para as meninas é um mundo bom para todas as pessoas.

Por isso, nós nos empenhamos para que as meninas possam aprender, decidir, liderar e prosperar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Anette, Diretora da Plan Internacional.

Nós já estamos aqui com a Gabriela Moura, oficial do Programa de Cidadania dos Adolescentes do Unicef. Seja bem-vinda. Falta agora só um candidato.

Vou passar imediatamente para Danielle Araújo, coordenadora de pesquisa do Instituto Promundo.

Quero lembrar que nós estamos ao vivo pela TV Senado.

A SRª DANIELLE ARAÚJO – Muito bom dia a todos e a todas presentes hoje.

Antes de mais nada, quero parabenizar a iniciativa da Comissão de, neste momento, neste contexto em que vivemos, pautar essa agenda de discussão sobre o empoderamento de meninas, no momento em que temos ouvido gênero quase como um palavrão. Então, acho de uma coragem incrível, e queria parabenizar todos os envolvidos na organização do dia de hoje, parabenizar a Mesa diversa, mulheres poderosas, fortes e parceiras na luta.

Eu sou Danielle Araújo, sou cientista política, pesquisadora do Instituto Promundo, que é uma organização não governamental que existe há mais de 20 anos no Brasil, com uma atuação nacional e internacional, com foco na busca pela promoção da equidade de gênero. E, para isso, a Promundo procura envolver os homens nessa discussão, na transformação de masculinidades para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

Dentro desse contexto, pensando no papel dos homens no empoderamento de meninas e mulheres, entre 2013 e 2015, o Promundo desenvolveu, com financiamento da Fundação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ford, em parceria com a Plan International e a Universidade Federal do Pará, uma pesquisa sobre casamento na infância e adolescência no Brasil. Primeiro, que é um tema pouco explorado ainda no Brasil. Então, essa pesquisa é inédita, é a primeira pesquisa no Brasil sobre o tema de casamento na infância e adolescência.

Pode passar.

Bom, para começar, alguns números sobre a situação do casamento no mundo e na América Latina.

O Brasil, como já foi citado aqui, ocupa, em números absolutos, o quarto lugar no mundo, mas, em porcentagem, é o décimo sétimo no mundo em número de casamentos de meninas casadas com até 15 anos. Ou seja, é uma lanterna: décimo sétimo lugar no mundo em número de casamentos de meninas com menos de 15 anos. Na América Latina, somos o terceiro, tanto em números absolutos quanto percentualmente falando. Só perdemos para a Nicarágua e República Dominicana.

Pode passar.

Alguns dados aqui sobre mercado de trabalho.

O desemprego afeta mais as mulheres, a feminização do desemprego. Se observarmos, o Brasil tem 15% da taxa de desemprego entre meninas jovens. Mulheres na força de trabalho, com educação, com ensino superior completo, nós também ocupamos um lugar bastante difícil.

Pode passar.

Acesso à escola, também como já foi referido aqui, 15% das meninas com idade escolar dos anos iniciais estão fora da escola no Brasil. Acho que é o pior na América Latina. Meninas em idade escolar nos anos finais do ensino fundamental, melhoramos um pouco, mas os dados também são um pouco preocupantes.

Então, sobre a pesquisa.

A partir desse cenário internacional e nacional, a pesquisa buscou entender que dinâmicas são essas de casamento, o que leva ao casamento, o que leva uma menina com idade inferior a 15 anos a se casar, o que leva homens mais velhos, na média entre 24 e 60 anos, a se casarem com essas meninas.

Então, nós queríamos entender as motivações para tentar entender como podemos solucionar esse problema, que é um problema nacional, é um problema brasileiro, apesar de não reconhecermos, seja nas agendas das organizações não -governamentais, seja na pauta de agenda do Governo, do Poder Executivo. Então, a pesquisa buscou dar visibilidade para essa questão porque, quando se fala de casamento na infância e adolescência, isso geralmente remota a lugares na Índia ou a alguns lugares na África, ou, enfim, a tribos indígenas do Norte do Brasil. E quando olhamos para esses números, vemos que há alguma coisa que se choca, em termos de informação, de estigmas.

A pesquisa foi feita, segundo o IBGE, em lugares com maior número de incidência de meninas casadas com menos de 15 anos: Pará e Maranhão.

E, aqui, quanto à escolha dos Estados, eu acho que cabe fazer só um adendo, para fugirmos também do estigma e do estereótipo. Apesar desses dois Estados terem o maior número de incidência, também entendemos que é um fenômeno nacional, ou seja, acontece em áreas rurais e em áreas urbanas. Inclusive, nos dois Estados, as áreas pesquisadas foram áreas da periferia das capitais, não foram zonas rurais. Então, são alguns estigmas que temos em torno também dessa prática.

Pode passar.

Foram ouvidas cerca de 500 pessoas: aproximadamente 250 meninas com idade entre 12 e 18 anos e 250 homens com idade entre 24 e 60 anos. Fizemos entrevistas individuais e entrevistas quantitativas.

Pode passar.

Acho que pode passar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aí, os resultados.

Dados do IBGE também apontavam para isso, e a pesquisa confirmou que a maioria dos casamentos no Brasil são informais, ou seja, isso dificulta a visibilidade da questão, porque, a partir do momento em que não é registrado esse casamento, ele acaba caindo na invisibilidade por essa não formalização. Então, a maioria dos casamentos são informais; são consensuais, mas são informais.

A maioria desses casamentos acontecem ou por conta de uma gravidez muitas vezes não planejada ou em decorrência da iniciação sexual dessa menina. O que nós observamos é que há um controle. O casamento nessas situações é visto, primeiro, como o controle da sexualidade dessas meninas. A partir do momento em que ela inicia sua vida sexual, a família, a vizinhança, os líderes religiosos entendem que ela deve se casar. Ou seja, é a primeira violação. O direito sexual dessa menina é violado já nesse momento. A vida sexual dela está limitada, cerceada ou controlada por outros, por terceiros. Então, o casamento é visto como uma forma de limpar a honra dessa menina que agora já não é mais virgem. Então, a perda da virgindade, a gravidez e o controle da sexualidade. E os homens estão implicados nessa situação, que é um outro motivador. O casamento é visto para essas meninas, nesses contextos, como a possibilidade de autonomia, de independência dos pais. São contextos em que vimos que há uma rede de proteção vulnerável. Todas as meninas entrevistadas são de classe pobre.

Também é importante dizer que entendemos que esse é um fenômeno que perpassa classe. Entretanto, tem uma incidência maior entre classes mais pobres, justamente porque o fator econômico incide de maneira determinante sobre esse problema do casamento na infância e na adolescência. Porém, a pobreza não explica tudo. Nesse ponto, chamamos a atenção para as normas sociais de gênero que pautam essas relações entre homens e mulheres e que estão também implicadas na questão do problema do casamento na infância e adolescência no Brasil. Por quê? Onde essas normas entram? E tentamos entender, a partir das vozes das meninas, das vozes das famílias, da rede de proteção.

Primeiro, como já disse, há o controle da vida sexual dela. O tempo todo, a opinião e a autonomia dessa menina são, de alguma maneira, subestimadas. Ela é vista, naquele contexto, como uma menina para casar, para ser do lar. Então, nada mais óbvio do que ela sair de casa para se casar. A possibilidade de conseguir um emprego, a possibilidade de uma formação superior, como vimos naquele outro quadro – o número de mulheres com educação superior no Brasil e que estão empregadas no setor formal – é baixa. Assim, o casamento é visto como possibilidade de sair dessa situação.

Várias meninas relataram – dentre as 250 ouvidas – situações de violência em casa, às vezes violência sexual, mas principalmente violência física, e as próprias condições de extrema pobreza. Portanto, o casamento é visto como possibilidade de mudança dessa situação.

Para os homens, quais são as motivações para se casarem com meninas mais jovens?

A primeira resposta no *ranking* de respostas que esses homens nos deram foi que meninas jovens são mais bonitas, corpos jovens são mais atraentes.

Só um adendo: a média de casamentos, tanto nos dados do IBGE como na nossa pesquisa, no Brasil é de meninas, em média, com 15 anos. E seus parceiros têm 9 anos a mais que elas. E quando o primeiro filho nasce, elas têm 15 e, geralmente, o parceiro tem quase 25.

Outra motivação para que os homens se casem com meninas mais jovens é que isso faz com que tenham maior controle sobre as meninas, ou seja, sobre a relação. Ouvimos inúmeros casos, por exemplo, de as meninas não conseguirem negociar o uso de camisinha com esse parceiro, porque, sendo ele o principal provedor, sendo ele o homem que traz o alimento, o homem que dá a moradia, o homem que a coloca dentro de uma casa – ouvimos muito essa expressão –, ela não se sente com o direito de reivindicar o uso de contraceptivo ou de camisinha.

Por outro lado, esse homem também acha que, por ser provedor, por ter dado a essa menina condições melhores do que ela tinha anteriormente, o controle, inclusive das relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sexuais, pertence a ele. Então, a última palavra quem tem é ele.

Outra coisa, já indo para as consequências desse casamento: os impactos educacionais na vida dessa menina. A maioria das meninas haviam abandonado a escola. Algumas antes, por ter engravidado, mas a grande maioria abandonou depois de ter se casado com homens mais velhos, e por inúmeras questões: ela agora tem que assumir o papel de dona de casa, tem que cuidar dos filhos e da casa, e não sobra tempo para ir à escola. Mas uma coisa chamou a atenção: muitos homens aconselhavam, alguns chegavam mesmo a dizer que não queriam mais que as meninas fossem para a escola.

Outro impacto é o cerceamento da rede de relações sociais que a menina tinha antes do casamento. O homem também cerceia essa rede que ela tinha antes. Nós ouvimos muito isto: "Ela é uma mulher agora; ela tem que assumir outra postura".

Não há mais essa coisa de ficar em rodinhas de amigas. Então, essa menina se vê muito sozinha, porque, na maioria das vezes também, ela sai da casa dos pais e vai morar na casa dos pais desse homem.

Por fim, um outro impacto ruim para a vida dessas meninas, nesse tipo de relação, de casamento com homens mais velhos, homens adultos – meninas menores de 15 anos com homens adultos – é com relação à violência física mesmo. Nenhuma relatou violência física, mas algumas relataram, por exemplo, o cerceamento, o controle das amizades, o controle da relação, da fala com outras pessoas, o controle da ida à escola; ou seja, a violação do direito à educação. Então, são diversos impactos negativos para a vida dessa menina.

Pode passar.

E a pergunta que estávamos nos fazendo o tempo todo. Ouvíamos que as meninas escolhem esse casamento, que são as meninas que estão escolhendo. E a nossa pergunta é: diante de que contexto ela realmente está escolhendo? De que agência estamos falando? É possível falar que essa menina, dentro desse contexto, de fato escolheu se casar?

E aí foi curioso, porque, tanto os homens ouvidos como as meninas ouvidas, todos falavam que achavam que as meninas e mulheres tinham que pensar em casamento a partir dos 18 anos; ou seja, isso é contraditório, tendo em vista a situação. Para nós, o que aponta é que as meninas não desejam esse casamento. As meninas não veem esse casamento como a primeira coisa, a coisa mais maravilhosa em suas vidas. O casamento acontece por esses inúmeros fatores que eu pontuei, e elas se veem nessas circunstâncias. Então, o casamento, de fato, não nos pareceu uma escolha. Pelo menos não foi isso que a pesquisa apontou.

Finalizando, primeiro, quero pontuar que, apesar da pesquisa, e estamos falando o tempo todo de homens adultos, em nenhum momento, a postura e a política do Promundo... O Promundo acredita que, se os homens fazem parte do problema, eles também devem fazer parte da solução. Então, é fundamental trabalhar, envolver os homens na sensibilização desse tema. O empoderamento de meninas não interessa só às meninas e às mulheres, assim como a questão racial não interessa só aos negros.

A igualdade, seja entre homens e mulheres, seja entre brancos e negros, etc., interessa a todos nós que queremos uma sociedade mais justa. Então, nessa perspectiva, envolver os homens é fundamental, sensibilizando-os para a importância de entender em que etapa da vida essa menina está, pois ela ainda não é uma mulher e ainda tem muitas coisas para vivenciar. Então, em relação a transformações de normas sociais de gênero, entendemos que os homens têm um papel fundamental nesse problema.

Quanto ao aspecto estrutural, de políticas, o que vimos é que essas meninas vivem contextos em que, na educação ofertada, quando é ofertada, a qualidade é bem duvidosa. Ás vezes, o acesso à escola também é difícil, o que acaba impactando no acesso às escolas, fazendo com que elas desistam da escola antes mesmo do casamento.

Em relação à rede de proteção, entrevistamos vários atores da rede de proteção desses dois Estados, e o que vimos é que não há um reconhecimento por parte da rede de proteção de que isso seja um problema. A naturalização do casamento dessas meninas antes dos 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

anos de idade é algo totalmente tido como normal pela rede de proteção nesses lugares, o que é bem problemático.

Uma outra questão: a importância do trabalho de gênero e direitos sexuais e reprodutivos nas escolas, enfim, nos espaços coletivos. Vimos que isso é fundamental, tem que estar junto na resolução do problema, senão as coisas não avançam. As meninas precisam saber se proteger, elas precisam saber como viver a sexualidade de modo saudável. Não é deixando de falar sobre isso que as meninas vão deixar de viver a sexualidade. Às vezes, o que acontece? Elas vivem de uma maneira que pode trazer riscos. Por exemplo, a menina pode contrair uma doença sexualmente transmissível ou uma gravidez não desejada, não planejada. Então, na verdade, nós temos que conversar, sim, para que essas meninas possam ganhar, enfim, autonomia, empoderamento sobre essas questões.

E, por fim, eu acho que ficou muito forte nessa pesquisa a importância de aliar os poderes, em vários níveis, aliar o Executivo com o trabalho da sociedade civil, de fato, para que o problema do casamento na infância e adolescência no Brasil seja visto como um problema que é também nosso, um problema brasileiro. Não é um problema da Índia, não é um problema de algumas regiões da África, é um problema nosso, que acontece aqui.

Dados do IBGE de 2010 mostram que há quase cem mil adolescentes casados no Brasil. Somos o décimo sétimo no mundo e o terceiro na América Latina. Então, a agenda pública realmente precisa incluir esse tema.

O Promundo, sim, está disposto a contribuir, podem contar conosco.

Agradeço o espaço.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Danielle. É uma pesquisa muito interessante, vai ficar para os *Anais* da Comissão.

Agora vamos ouvir Joana Chagas, gerente de programas da ONU Mulheres no Brasil.

A SRª JOANA CHAGAS – Obrigada, Senadora. Cumprimento V. Exª e minhas companheiras de Mesa – Anette, Danielle e minha colega Gabriela –, Parlamentares, especialmente Senadoras e Deputadas presentes, todas e todos.

É com satisfação que a ONU Mulheres Brasil se soma a este debate sobre o empoderamento de meninas. A ONU Mulheres é a agência das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, e estamos no Brasil desde 1992, primeiro como Unifem, que era a agência que nos precedeu, e desde 2011 como ONU Mulheres.

Anette, eu acho que precisamos trabalhar juntas. Eu espero não ser redundante, pois muito do que você falou faz parte do que é o trabalho da ONU Mulheres no Brasil.

Danielle, já somos parceiras em algumas iniciativas, já tínhamos conhecimento dos resultados dessa pesquisa, que nos trouxe essa informação pela primeira vez. Então, parabenizo o Promundo por ter trazido essa pesquisa inovadora importante.

Eu queria falar sobre um projeto inovador que nós temos com meninas, que é realizado no Rio de Janeiro. Um dos eixos da ONU Mulheres é justamente buscar o que é inovador, o que existe no mundo que pode ser trazido para os países para promover a igualdade de gêneros. E nós vimos que usar o esporte como ferramenta para falar sobre direitos e igualdade de gênero aumenta a autoestima das meninas e contribui para o seu empoderamento.

Esta audiência pública ocorre exatamente um ano após o lançamento do nosso Programa Uma Vitória Leva à Outra, que foi criado com a ONU Mulheres, em parceria com o Comitê Olímpico Internacional, financiado pela Loteria Sueca e desenvolvido com o apoio do Comitê Olímpico Brasileiro e de uma ONG no Rio de Janeiro, chamada Bola para a Frente. A metodologia do programa já foi aplicada em 30 países e obteve a participação de mais de 217 mil meninas e mulheres jovens em todo o mundo.

Das meninas que participaram das atividades, 89% disseram que se veem como líderes, em comparação às 46% que afirmavam isso mesmo antes do programa. Ao final do programa, 93% delas sabiam onde denunciar a violência e 99% estavam confiantes de que iriam conseguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

um emprego. No Brasil, nesse período de um ano, o Projeto Uma Vitória Leva à Outra já conta com a participação de cerca de 500 meninas e adolescentes. Elas são moradoras de comunidades mais pobres da cidade do Rio de Janeiro e têm entre 10 e 18 anos.

Boa parte delas são meninas e adolescentes negras que vivenciam diariamente a realidade da violência racial e sexista. Duas vezes por semana, elas participam de atividades esportivas, às vezes só entre meninas, às vezes entre meninas e meninos, pois também buscamos envolver os meninos na solução dos nossos problemas. E depois há também oficinas com foco no empoderamento das meninas, na igualdade de gênero, raça, direitos humanos e enfrentamento à violência.

O Programa Uma Vitória Leva à Outra oferece a oportunidade de meninas e adolescentes que vivem em contextos socialmente vulneráveis de acessarem uma das 16 vilas olímpicas participantes para praticar esportes e participar dessas oficinas. Até 2017, o programa espera alcançar 2,5 mil meninas e adolescentes, além de 300 mães adolescentes que não frequentam escolas no Rio de Janeiro.

Atualmente, o ONU Mulheres está em tratativas com o Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para realizar o projeto no Estado, incluindo comunidades indígenas e quilombolas. A iniciativa, que segue aqui no Brasil, poderá ser desenvolvida em outros países da América Latina e também em outros Estados do Brasil.

O esporte é uma ferramenta poderosa para o empoderamento de meninas e de mulheres jovens. A puberdade e adolescência são momentos críticos, especialmente na vida das mulheres, porque, nessa fase, os estereótipos de gênero e a linha que divide o que é considerado adequado às meninas e aos meninos começam a ficar muito mais evidentes.

Enquanto as meninas são submetidas a um controle e a uma vigilância muito mais severas sobre o seu corpo e sexualidade, há também uma objetificação muito maior desse corpo pelo olhar dos homens e dos meninos e pelas diversas representações midiáticas. Para os meninos, esse é um momento de conquista de poder, enquanto para as meninas esses espaços começam a ser cada vez mais limitados, tanto que, na puberdade, a autoestima de uma menina tende a cair duas vezes mais do que a de meninos e 50% das meninas abandonam a prática esportiva, porcentagem seis vezes maior do que a dos meninos. Isso sem contar todos os benefícios relativos à saúde física, intelectual e emocional que o esporte traz.

O esporte ajuda a prevenir uma série de doenças mentais, como a ansiedade, a depressão e distúrbios alimentares. O esporte traz ainda uma sensação de empoderamento e a noção de que as meninas são donas do próprio corpo e da própria vida, e isso inspira atitudes diferentes na vida.

Nas oficinas, elas têm a possibilidade de questionar mais profundamente as noções de preconceitos em torno da feminilidade e da masculinidade e, assim, essas meninas são capazes de desafiar as normas de gênero e contribuir para a eliminação e a prevenção da discriminação e da violência.

O papel fundamental do esporte para a igualdade de gênero já era destacado pela Plataforma de Ação de Pequim, de 1995. Esse é um compromisso internacional do Brasil, e o mandato da ONU Mulheres é apoiar para que seja cumprido. O documento reconhece o esporte como extremamente eficaz para a promoção da saúde das mulheres e como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de uma educação não discriminatória.

No mundo, a população de jovens soma quase 2 bilhões de pessoas e a metade, 900 milhões de pessoas, são meninas, adolescentes e mulheres jovens. Ao entrar na adolescência, as meninas enfrentam novos desafios, tais como: menos autonomia sobre seus corpos, menos incentivo e espaço para desenvolver habilidades específicas. Elas são alvo de pressão para atender às tradições e têm a responsabilidade quase exclusiva de evitar a gravidez precoce, ao passo que os meninos desfrutam de novos privilégios reservados para os homens, incluindo a autonomia, a mobilidade e o poder.

Na perspectiva de presente e de futuro, a ONU está promovendo a agenda 2030, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Anette já falou, compromisso assumido pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, que reforça novamente a importância do esporte, como esse é essencial para atingirmos os objetos de desenvolvimento sustentável, para além da igualdade de gênero que se concretiza no Objetivo nº 5, mas que também está transversalizada em todos os objetivos.

No mundo, a ONU Mulheres está desenvolvendo a iniciativa por um Planeta 50-50, em 2030, um passo decisivo para a igualdade, em que debates como este, nesta audiência pública, facilitam o estabelecimento de novas alianças e o reforço das parcerias existentes para com os direitos das mulheres e meninas. Temos 14 anos para fechar as lacunas de gênero que separam mulheres de homens, meninas de meninos, em termos de acesso às condições de vida, com inclusão, igualdade, respeito, cidadania e plena garantia de seus direitos.

Construir um Planeta 50-50 implica esforços e compromissos concretos para com os direitos humanos das mulheres, considerando as suas identidades plurais e o investimento contínuo na autonomia das mulheres e das meninas na gestão de suas próprias vidas, significa enfrentar o sexismo, racismo, etnocentrismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de opressão, por meio de políticas públicas e projetos sociais inclusivos e emancipatórios.

O projeto Uma Vitória Leva à Outra é um programa que traz as meninas e as adolescentes para a centralidade, investindo em práticas criativas, inovadoras e colaborativas, por meio da articulação comunitária.

Por fim, eu gostaria de registrar o lançamento da plataforma Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade, é trazer o Planeta 50-50 para as cidades. Lançamos, há duas semanas, junto com o Tribunal Superior Eleitoral, o Grupo de Pesquisa em Democracia e Desigualdades, da Universidade de Brasília, e a Agência Patrícia Galvão, para incentivar o compromisso público de candidatas e candidatos às prefeituras e Câmaras Municipais com igualdade de gênero. Por meio do site www.cidade5050.org.br, esse compromisso pode ser firmado em 12 propósitos no âmbito da gestão municipal. E sabemos que a política esportiva, assim como a política educacional, nas cidades é fundamental para a população,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOANA CHAGAS – ... oportunizando modos de vida mais saudáveis, a ocupação do espaço de convivência e a redução da violência.

Naqueles Municípios com segundo turno, consideramos que este é o momento para que candidatos e candidatas também possam se inspirar no programa Uma Vitória Leva à Outra para oferecer uma política esportiva de gênero nos Municípios.

Prefeitas e prefeitos, vereadoras e vereadores eleitos no primeiro turno das eleições municipais podem também incluir, dentre os compromissos com os direitos das mulheres e meninas, o empoderamento de meninas e adolescentes como uma forma de desenvolver políticas inclusivas e de garantir a igualdade de gênero e de raça nos Municípios. Afinal, construir um Planeta 50-50 começa por uma cidade 50-50.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Joana.

Vamos para a nossa próxima convidada, Gabriela Mora, que é oficial do Programa Cidadania dos Adolescentes, do Unicef.

A SRª GABRIELA MORA – Bom dia, Senadora; bom dia a todas. Cumprimento aqui minhas colegas de Mesa. É um prazer estar aqui e, principalmente, acompanhada por algumas meninas estudantes do Centro de Ensino Médio 9, da Ceilândia.

O Unicef tem um programa específico, chamado Cidadania dos Adolescentes. É lá que trabalho. Queremos pensar essa fase da vida, a adolescência, como uma fase muito específica, que tem demandas específicas.

Todos os ciclos da vida são importantes, mas é nessa fase que o sujeito está construindo a sua identidade, conquistando a sua autonomia, e tem uma enorme capacidade de interação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aumenta, assim, o seu leque de relacionamentos fora do círculo familiar, fora da escola. Começam a surgir outras referências na vida da pessoa. Então, é para pensar como é ser adolescente em um país em que há ainda muito preconceito em relação a essa fase da vida, que acaba tentando acelerar essa fase da vida, vendo essa fase sempre como muito problemática. É para tentar reverter essa visão e trazer uma visão mais positiva dessa fase que falamos do direito de ser adolescente.

Ser adolescente menina tem ainda as suas especificidades no Brasil. Minhas colegas já falaram das estatísticas, que mostram como ainda é desafiador se desenvolver. Nessa fase de desenvolvimento, as meninas ainda enfrentam muitas questões na escola, na família, os abusos e as violências. Ser menina no Brasil ainda traz muitos desafios.

O Brasil foi um dos 184 países que assumiram o compromisso, na Plataforma de Ação de Pequim, em 1995, de superar essas desigualdades. Nessa época, uma das inovações foi a de se pensar a questão de gênero e a de se pensar a questão das desigualdades não só sob o ponto de vista do direito, mas também sob o ponto de vista do bem-estar físico, mental, emocional e do desenvolvimento das capacidades das mulheres.

Hoje estamos com o ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável) nº 5, que fala do empoderamento de mulheres e de meninas. É muito interessante nomear as meninas para nos lembrarmos sempre.

Vou tentar reduzir a minha, fala, reduzir o meu tempo e, talvez, até quebrar um pouquinho o protocolo, Senadora – peço licença –, para tentar compartilhar o meu tempo com a voz das meninas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Você pode usar o seu tempo normalmente porque, quando presido audiências, eu costumo abrir a palavra. Então, depois, elas vão poder falar.

A SRª GABRIELA MORA – Ótimo!

Porque acho que um dos papei do Unicef nesse processo tem sido o de trabalhar muito em parceria com a sociedade civil e com os gestores públicos e Parlamentares, fazendo essa ponte para escutar a voz dos adolescentes e das adolescentes, trazer essas demandas, entender, gerar conhecimento sobre esses temas.

Temos procurado trazer as meninas para lugares de fala, espaços em que essas vozes possam ser ouvidas com a atenção devida, para que as políticas públicas contemplem essas demandas.

Então, gostaria de lembrar que, quando falamos de adolescência no Brasil, o Brasil é um país muito diverso, então, é muito diferente falar da vida de uma menina na periferia de um grande centro, da vida de uma menina indígena, de uma menina negra, ou vivendo com HIV, Aids, ou vivendo na Amazônia, numa comunidade ribeirinha. Então, são diversas perspectivas de como é ser menina. E é preciso lembrar dessa diversidade ao falar e pensar na universalização de políticas públicas. São recortes muito específicos. Meninas lésbicas, meninas trans, meninas LGBT, que precisam ser lembradas e têm as suas especificidades.

No ano passado, o Unicef teve a felicidade de reunir 70 meninas em um seminário de empoderamento de meninas, aqui em Brasília, algumas de outros países e de todas as regiões brasileiras. Então, gostaria de compartilhar um pouquinho do que foi levantado nesse seminário, como demandas e reivindicações. Até estivemos aqui, em outra audiência pública, também com as meninas. E, como parte das demandas das meninas, aparece a necessidade de dialogar com gestores, de facilitar espaços de diálogo entre as meninas e entre as instâncias de governo. Espaços em que, desde cedo, elas possam pensar sobre o seu pape., sobre o que é ser mulher, de repensar esse papel e de ter aliados, ver quem são os adultos de referência na vida dessas meninas, na escola, na família, na comunidade, para que possam apoiar esse processo de desenvolvimento nas mais diversas áreas, na saúde, na educação, na cultura, no esporte.

Outra demanda foi mobilizar meninas e meninos sobre empoderamento. As meninas não querem ter uma rede só de meninas. Elas acham fundamental haver espaços próprios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para discutirem alguns temas mais delicados, como a questão da violência sexual. É preciso ter um espaço onde elas se sintam seguras para discutir esses temas. Mas o empoderamento de meninas é uma agenda que deve fazer parte tanto da vida de meninas como de meninos, de mulheres e de homens.

Outra demanda foi uma ouvidoria, espaços em que elas possam falar, falar sobre o que acontece, falar sobre essas violações, em que possam ser escutadas e que encaminhar essas questões.

Outra demanda foi fortalecer as instâncias, como departamentos, secretarias e delegacias já existentes, que foram conquistas muito importantes para as mulheres. Que essas instâncias escutem, olhem para as meninas com menos de 18 anos. Às vezes, existe uma lacuna, porque, quando falamos de políticas de infância e adolescência, são políticas universais, que nem sempre lembram do recorte de gênero. Por outro lado, as instâncias que trabalham com direitos da mulher, às vezes, têm a tendência de trabalhar com um público mais velho, com o público adulto. E as meninas ficam, então, nesse vácuo de políticas. Quem é responsável pela política das meninas, afinal de contas?

Outra demanda foi pensar na maneira como as meninas e as mulheres são expostas na mídia, como isso interfere nos padrões de beleza e na autoestima das meninas. Quais são as instâncias possíveis para se questionar isso, para se regulamentar, para se regular o que aparece na mídia, qual a imagem da mulher que aparece na mídia.

A outra demanda, muito forte, foi reprimir, eliminar qualquer tipo de assédio também na escola, em casa, no trabalho, na rua. Trazer também para o diálogo sobre empoderamento de meninas as mães, os pais e os professores. Elas veem muito a escola como um espaço de muita oportunidade para fazer esse diálogo acontecer. É na escola que as meninas estão no dia a dia, é na escola que elas têm contato com os professores e é a escola que tem diálogo com seus pais.

Vou finalizar a minha fala anunciando alguns produtos que pretendemos realizar, até o final deste ano, em parceria com o Indica, que está aqui presente, na figura do Sr. Benedito Rodrigues. Temos trabalhado na geração de conhecimento e pretendemos lançar, até o final do ano, três publicações que contribuam para isso, geração de conhecimento sobre meninas. Uma delas é um caderno de artigos sobre o que é ser menina na contemporaneidade, lembrando das mais diversas esferas, inclusive a internet. Hoje, a internet faz parte do dia a dia das adolescentes e é na internet que elas estão construindo a sua identidade também, relacionando-se com as pessoas, e existem outros desafios ligados ao *bullying*, ao *cyber bullying*, e ao que chamamos em inglês de *sexing*, a exposição de imagens íntimas, que afeta muito mais as meninas.

Se por um lado existe a questão da liberdade de expressão, da liberdade sexual, por outro lado existe todo um tema de vazamento de imagem, em que as meninas perdem o controle às vezes e que tem muito impacto na vida tanto *on-line* quanto *off-line*, que hoje já não há mais fronteiras.

Então, essa coleção de artigos vai contar com um dos capítulos escrito por meninas. Aqui nós temos a Cecília e a Laís, que são duas das meninas que estão produzindo esse capítulo também, junto com a Ana Flávia, que é nossa parceira, que também está contribuindo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GABRIELA MORA – Outra publicação é sobre gravidez na adolescência. Temos que entender melhor esse tema, pensar nos papéis, nos impactos. E a terceira publicação é um caderno de boas práticas sobre o empoderamento de meninas para nos inspirarmos no que já existe.

Então, queria agradecer muito a oportunidade e agradecer a Senadora pela fala aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

PI) – O nosso Parlamentar convidado não chegou. Quanto ele chegar abriremos oportunidade para a fala de S. Exª.

Lembro que o Senador Paulo Paim é o Presidente desta Comissão de Direitos Humanos. S. Exª costuma estar sempre presente nos debates, mas hoje ele teve uma tarefa mais árdua, inclusive porque trabalha muito a questão da terceirização, e os terceirizados desta Casa estão com um problema sério em decorrência da mudança da empresa.

Temos aí a prova concreta da terceirização, do que dizemos da terceirização: a empresa que entrou não assume a responsabilidade dos direitos – e não é dela mesmo –, mas a empresa que saiu também não assume. Então, ele está reunido com o pessoal para ver se encaminha, porque o Senado tem que dar um jeito, afinal de contas foi dentro do Senado que eles prestaram serviço. Então, está lá reunido com o pessoal, tentando solucionar, e por isso não está aqui.

Vamos fazer um pequeno debate. Eu queria que a Secretaria colhesse os nomes das meninas e mais umas quatro ou cinco. Dá para fazermos seis intervenções para depois retornarmos para a Mesa. Podem colher os nomes das pessoas, incluindo os das meninas, que já vieram com esse propósito. Enquanto isso, vou fazendo uma reflexão aqui.

Primeiro, quero dizer que, desde que comecei a debater esses temas, me incomoda muito debater só com mulheres. Sempre que eu chegava a uma sala cheia de mulheres, eu perguntava: "Cadê os maridos? Cadê os namorados? Cadê os irmãos?". Como é que eles vão se apropriar dessa discussão? Como é que se vai discutir gravidez na adolescência só com a menina, se o namoradinho dela não está? Como é que ele vai compreender que ela não deve engravidar? É algo com que temos que romper, mas existe essa tendência. Coisa de mulher, não é? Discutir gênero é coisa de mulher. Essa é uma barreira que temos que vencer.

Em segundo lugar, eu queria até citar aquela menina paquistanesa, a Malala, que se agigantou depois que sofreu violência do Talibã. Tornou-se símbolo do empoderamento das meninas. Na sua primeira aparição depois da violência que sofreu, ela disse: "Vamos pegar nossos livros e canetas. Eles são as nossas armas mais poderosas. Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. A educação é a única solução".

Aí, nós nos deparamos com um problema sério. Nós concordamos com que a solução passa pela educação, mas nós estamos vivendo tempos de muito retrocesso. Há um fundamentalismo imperando neste País, impedindo discussões. Falar de gênero na escola é proibido porque associam gênero a sexo, a relação sexual. Pensam que vão conversar coisas que não se deve com os meninos e com as meninas.

E sabemos que também não temos um professorado que despertou muito para esse tema. Temos um grupo militante, mas que, se for comparado com o universo dos professores e professoras, é muito pequeno o grupo militante que trabalha essas questões. Esse grupo está enfrentando muita dificuldade nas escolas para debater temas como esse. As escolas agora, depois dessa reforma do ensino médio, vão ensinar a não pensar. Vão sair seres não pensantes das escolas.

Quando você secundariza disciplinas como História, Sociologia e Filosofia, que tipo de gente vai colocar no mercado de trabalho, por exemplo? Pessoas submissas. Então, é muito sério isso. Como vamos vencer isso, romper isso?

Eu acho que precisamos voltar ao tempo de Paulo Freire, com a educação popular, que ele chamava, que é a educação não formal. Vamos ter que ter grupos, entidades que vão fazer esse trabalho, como alguns já fazem, mas vamos ter que ser muito mais para poder fazer valer isso que discutimos, pois, quando chegamos lá fora, deparamo-nos com os obstáculos. Se o Brasil continuar no caminho em que está indo, esse será um caminho quase sem volta. Os que estão engajados nessa luta terão que ter a coragem de passar por cima disso, porque não é tão simples assim.

Eu sempre digo que me sinto voltando ao meu passado, porque sou militante dos anos 60. Não parece, mas 1968 já era a minha praia. Então, eu sempre digo que sou da geração que amava os Beatles e os Rolling Stones.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Voltando ao passado, as minhas lutas agora voltaram a ser as mesmas lutas. As minhas bandeiras, as bandeiras pelas quais eu lutava lá nos anos 70 voltaram, são as mesmas bandeiras. E pensávamos que tínhamos progredido, não é?

Então, queria que vocês, quando fossem falar de novo, refletissem um pouco isso, principalmente sobre o ambiente da escola, porque assusta muito essa questão dessas reformas todas feitas em gabinetes, sem discussão nenhuma, e que vão passar na próxima semana. No próximo mês de novembro vão estar na pauta e vão passar, como passou a outra do pré-sal. Ninguém compreende. As pessoas não compreenderam o que aconteceu ontem neste País. Nós abrimos mão da soberania, porque entregamos uma riqueza que nós temos há pelo menos 50 anos descoberta, entregamos de bandeja para as multinacionais. Vão explorar uma coisa que já está descoberta, vão vender e não vão deixar *royalties* não, porque são concessões. Elas vão pagar um valorzinho lá, no leilão, que elas vão arrematar, e pronto, o petróleo é delas. Não vai ter *royalties* para a educação. Como é que vai cumprir o PNE, 10% para a educação, agora? Mas me parece que nem as pessoas da área sentiram ainda o que foi que aconteceu neste País ontem, aqui, na Câmara Federal.

Mas essa é a reflexão que eu queria que vocês voltassem a fazer.

Vamos ouvir agora a Prof. Josilene Aires, da Universidade Federal da Paraíba.

Cinco minutos, Professora.

A SRª JOSILENE AIRES – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande para nós, estarmos aqui, vindo lá da Paraíba, um Estado pequeno e tipicamente menos representado em todas as esferas do País.

Eu sou professora da área de Ciência da Computação, também pesquisadora. Esta é a minha colega, Professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho, da área da Educação. Nós atuamos em um projeto chamado "Promoção da inclusão social e empoderamento das meninas através da capacitação em ciências da computação". Esse projeto é uma parceria que surgiu em 2013, com um edital do CNPQ, em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres, para a inclusão das mulheres na ciência e tecnologia, porque as mulheres tipicamente ocupam espaços restritos às áreas onde elas foram acostumadas socialmente a se dedicar: à maternidade, ao cuidado. Então elas ocupam profissões tipicamente ligadas às mulheres.

Na Paraíba, nós temos os cursos de ciências da computação, na UFPB, e no bacharelado em ciências da computação só 13% são mulheres, 87% são homens. É totalmente dominado por homens. Na engenharia da computação há um pouquinho mais, elas são 17%. Em matemática computacional, 20%. Então as nossas meninas, as nossas alunas têm muito pouco espaço para qualquer coisa que se fale lá.

Esse projeto começou a trabalhar com escolas públicas desde 2013 e tem recebido apenas o apoio local da Secretaria Estadual de Educação. Nós vamos das escolas, promovemos oficinas de capacitação em computação e mostramos às meninas que elas podem entrar nesse mercado de trabalho, que elas são capazes.

A primeira barreira é que as meninas acham que não sabem mexer com tecnologia, não se sentem à vontade com computadores. Quando nós fazemos as oficinas e colocamos os computadores, se houver três meninas e três meninos e só três computadores, normalmente os meninos pegam os computadores primeiro e as meninas ficam tímidas porque elas não estão se sentindo à vontade naquele ambiente.

Então o nosso principal objetivo é fortalecer o empoderamento dessas meninas, para que elas se sintam capazes, porque elas são tão inteligentes e capazes, estudam mais anos que os homens, tiram notas melhores que os homens. Na escola elas são muito bem-sucedidas, quando chegam ao mercado de trabalho, elas ocupam posições em que elas não ascendem na carreira e ocupam também pouco espaço nessas profissões.

Então, temos tentado trabalhar com isso, e gostaríamos de compartilhar nosso desejo de realizar novas parcerias e conseguir expandir esse projeto para mais escolas. Começamos apenas com uma escola, que foi incentivada pelo CNPq. Tinha que ser uma escola ProEMI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ensino Médio Inovador, e só havia quatro na cidade de João Pessoa.

Encontramos meninas que nem sequer tinham vontade de ir para a universidade, não tinham um sonho. Perguntávamos: "O que você quer ser e fazer depois que você sair da universidade?" Várias sofreram violência – durante os cursos, nós trabalhamos com as meninas do primeiro e segundo ano do ensino médio –, normalmente elas sofrem violência, a família mora em um bairro pobre, há tiroteios, mudam-se para o interior, desistem dos cursos, engravidam. Então, toda temática de que vocês estavam falando envolve os sonhos e o projeto de vida dessas meninas.

Além disso, quando querem ingressar em uma universidade, normalmente elas vão para as carreiras em que a maioria é sempre feminina e não ingressam na tecnologia, que é a área onde as meninas são menos representadas. Então, nosso investimento é empoderar as meninas, fazendo com que elas se sintam capazes tanto de ingressar na universidade, que é um sonho muito maior, assim como de atuar em áreas tipicamente masculinas.

Além disso...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOSILENE AIRES – ...aconteceu um efeito colateral muito importante e interessante com as meninas da própria UFPB, as meninas bolsistas, através dos projetos de extensão do MEC, o ProExt, que nós conduzimos agora – temos dez alunas e alunos. Começamos a colocar meninos para que eles nos representem também nessa temática, vistam a camisa, digamos assim, e elas se sentem muito envolvidas e apoiadas pelo nosso projeto.

Vocês falaram sobre *cyberbullying*, sobre a agressão que as meninas têm sentido cada vez mais. Há um mês, recebi uma menina que veio me dizer que, por causa do nosso grupo chamado Meninas na Computação, está sofrendo *cyberbullying*. Ela participa de um projeto em que são dez bolsistas. É um programa de educação tutorial na computação. Ela é a única menina e começou a receber dos próprios colegas xingamentos no Facebook, palavras de baixo calão, coisas que começaram a denegrir a imagem dela.

Então, o projeto se estendeu. Além de trabalhar com as escolas de ensino médio, estamos trabalhando com as próprias meninas de ciências da computação dos cursos do nosso centro de informática, e nós estamos sentindo que isso tem mudado a vida das meninas. Nós estamos produzindo documentários com elas. Várias ações que vocês falaram aqui foram inspiradoras. Temos documentos em vídeo, página no Facebook, porque hoje temos que usar a mídia social, e páginas de relacionamentos, páginas fixas, *e-mail* do projeto, canais de comunicação. Estamos cada vez mais investindo para que essas meninas, não só na Paraíba, ou na cidade de João Pessoa, sintam que podem, se quiserem, dominar o mundo, ingressar e serem não só como Mark Zuckerberg, que é do Facebook, mas que elas possam ser a menina que está lá no lugar em que um dia ela sonhou ocupar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Professora.

Eu queria aproveitar também para botar mais um dado para vocês, se quiserem, comentar. Ainda não há estatística da eleição deste ano, mas no meu Estado, por exemplo, de 224 Municípios, só 20 há prefeitas. E olhe lá. Existe também a questão da qualidade. Vou dar um exemplo de dois Municípios que visitei – porque quando chego no meu Estado eu ganho o mundo visitando e convido sempre para minhas palestras os prefeitos, os vereadores, as prefeitas –, visitei uma cidade que a prefeita era sobrinha do ex-prefeito. Ele era o prefeito. A menina era uma garota ainda sem nenhuma experiência e tudo ele mandava ela fazer: "Fulana venha tirar uma foto com a Senadora; fulana entregue um documento à Senadora." Sabe?

Na semana passada, fui ao comício do meu Partido – felizmente nós ganhamos –, mas a prefeita de lá é estudante de Medicina na capital. Imagina estudar Medicina a 500 km de distância! O marido é que governa. O marido fica na prefeitura e governa. A menina está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

estudando e nem no fim de semana vai lá, porque o estudante de Medicina tem que se desdobrar. Então, ainda tem isto: é mulher, prefeita, mas, na verdade, quem governa é o marido. Então, isso acontece neste País. É um desastre o que a gente vive. É só para situar.

Então, vamos ouvir a Ana Carla, da Engajamundo.

Só para dizer que o relógio de vocês é aquele. Cinco minutos.

A SRª CLARA CUNHA – Certo. Bem, meu nome é Clara. A Ana Carla vai falar depois.

Estamos aqui representando o Engajamundo.

Agradecer pelo convite da Plan Internacional. A Ana Carla vai falar sobre o Engajamundo e eu vou falar primeiro sobre duas outras iniciativas de que a gente participa aqui no DF. Está sendo organizado um documento pelo Ministério Público junto com outros coletivos feministas das universidades públicas e privadas daqui. A proposta do documento é cobrar das universidades um posicionamento com relação ao assédio nas universidades. Então, foi procurado um coletivo da UnB, que se chama Coletivo Afetadas, e eles procuraram outros coletivos e a gente está reunindo. O documento tem seis frentes: assédio sexual nos trotes; assédio sexual nas festas estudantis; cursos predominantemente masculinos e discriminações misóginas em salas de aula; assédios sexuais praticados por professores; falta de segurança e estupro dentro dos *campi;* e mecanismos institucionais de prevenção e enfrentamento aos assédios de violência sexual.

A gente tem feito rodas de conversas para receber as denúncias das meninas, das jovens, das mulheres, sobre assédio, e nessas rodas têm vindo muitos assédios sofridos no ensino médio, muitos assédios por parte de professores. Se na universidade a gente não tem uma ouvidoria, quiçá no ensino médio, como a Gabriela Mora falou. A gente precisaria de uma ouvidoria para receber essas denúncias. A gente não tem na faculdade, não tem no ensino médio, talvez a gente possa fazer um diálogo para propor algo semelhante para o ensino médio.

Quem quiser pode procurar o nosso contato, eu sou do Coletivo Lua, lá do CEUB.

Nós também somos promotoras legais populares, aqui no Distrito Federal. Para quem não conhece, é um projeto de extensão da UnB, aqui no DF, mas faz parte da União de Mulheres em São Paulo e em outras cidades. Ele não é projeto de extensão, é um grupo independente. Há também no Rio de Janeiro, Curitiba, enfim.

A nossa ideia é conscientizar as mulheres sobre os seus direitos e fazer o empoderamento feminino. Nosso curso é só de mulheres, de mulheres para mulheres. Já houve grupo de pesquisa, onde também havia homens, mas atualmente, por falta de apoio, de patrocínio, de gente, o nosso projeto... Também gostaríamos de expandir esse projeto. Hoje é só na Ceilândia, mas houve um tempo em que também tinha em Sobradinho, mas também, por falta de apoio, essas coisas do projeto também não...

Fomos convidadas, como promotoras legais populares, para participar de um projeto na UnB sobre o empoderamento das imigrantes, porque na UnB eles têm um projeto de aulas de português para refugiadas. Elas queriam colaborar, porque as mulheres acabam deixando de ir para a aula de português porque têm que cuidar dos filhos, têm que cuidar da casa, todas essas coisas. Mas estamos procurando pessoas para somar, a fim de que possamos tocar todos esses projetos.

Nesse sentido, queria compartilhar um pouco, porque eu acho que tem tudo a ver, e trazer o pessoal do ensino médio cada vez mais cedo para essas discussões. Lá nas PLPs a gente tem algumas meninas de ensino médio e vemos o quanto elas acrescentam ao trazerem as suas visões e o quanto é importante começar esse tipo de debate mais cedo.

É isso. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Ana Clara.

E tem a Clara também, da mesma entidade. Clara, você fala depois, porque vou passar para a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Cláudia Vidigal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quero dizer que esta audiência... até acho que a Secretária...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, Clara Cunha, também do Engajamundo.

A SRª ANA CARLA – Bom dia a todos e a todas. Sou a Carla e quem acabou de falar foi a Clara.

Vou falar um pouquinho sobre o Engajamundo para vocês. Nós somos uma ONG de jovens para jovens. Tudo começou em 2012, na Rio+20, quando um grupo de jovens universitárias foi participar da Rio+20 e percebeu que tudo o que estava sendo debatido ali era a portas fechadas e os jovens não tinham voz ali dentro. Aliás, até tinham, mas estavam sendo representados por países desenvolvidos. E aí surgiu a ideia da criação do Engajamundo.

A gente se preocupa muito com a atuação dos jovens nesses espaços políticos públicos. Então, está sendo muito importante ter esta participação aqui.

O Engaja trabalha com gênero, mudanças climáticas, biodiversidade e habitação. Em relação a gênero, temos um projeto que se chama Moças no Clima, que nada mais é do que um estudo sobre como as mulheres são afetadas pelas mudanças climáticas. Nós tentamos repassar isso para os jovens através de formação, mobilização e ativismo. Nós fazemos formação em escolas e é quando repassamos todos os nossos conhecimentos sobre o sistema ONU, sobre os processos de negociação e sobre todos os acontecimentos para jovens.

Então, basicamente é isso. Nós estamos abertos a parcerias. O núcleo de Brasília é novo ainda, temos um ano de articulação. Também temos um projeto que se chama Cidade dos Sonhos. Nesse projeto, foram feitas várias consultorias públicas em várias cidades do Brasil para catalizar as demandas da população, a fim de ver o que seria uma cidade dos sonhos para cada pessoa. Catalizamos essas demandas e fizemos pressão nos governantes para mudar nossa realidade. É basicamente isso.

Acreditamos que nos engajando politicamente podemos ser parte da solução. Obviamente que não vamos acabar com todos os problemas, mas podemos fazer o nosso dever de casa. E esse é o nosso papel como sociedade civil global atuante.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esta audiência foi uma das mais concorridas no sentido de convidar as pessoas. Havia muita gente querendo ser convidada, sugeridas. E aí a gente não pode fazer uma Mesa muito grande. Então, eu acho que foi até uma falha.

A Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, desculpe, deveria fazer parte da Mesa, até porque é o poder constituído que também está ouvindo tudo isso. E certamente vai ajudar a propor alguma coisa lá no seu trabalho.

Então, Cláudia Vidigal, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRª CLÁUDIA VIDIGAL – Bom dia a todos e a todas!

Muito obrigada, Senadora.

Eu me sinto convidadíssima aqui para o evento. Estamos aqui na roda, fazendo uma roda de diálogos. E me sinto parte, começo a entrar nesse time que pauta a questão do empoderamento de meninas como uma questão importante na pauta do Governo.

Na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, esse tema aparece apenas como um tema emergente em alguns eslaides, em que falam: "Olha, esse é um tema que a gente não está olhando tanto, nem está cuidando." Então, eu vim hoje, aqui, justamente para poder escutar quem mais sabe do tema e quem traz informações, primeiramente provocada pela Plan, que divulgou, através da Daniela, o Por Ser Menina, e a pesquisa realmente me provocou demais.

A minha atuação como militante dos direitos da criança e do adolescente começou com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

adolescentes grávidas, com meninas recém-mães, tentando também encontrar caminhos para que elas pudessem se reencontrar na sociedade, nos serviços de acolhimento de São Paulo. Então, esse é um tema que a mim é caro. E venho aqui afirmar o nosso compromisso.

Tive algumas ideias. E, como as ideias tomam um pouquinho mais de força quando elas são colocadas em palavras, eu queria compartilhar com todo mundo aqui, para ver se a gente transforma essas ideias em ações.

A primeira que a gente tem: há diversos espaços já instituídos dentro do Governo em que a gente precisa pautar esse tema. Ele precisa aparecer mais e ganhar mais importância, e o Conanda é um deles. O Conanda tem muitos recursos e precisa priorizar essa pauta também, alinhado com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Penso que é bastante importante. Provavelmente já estou entrando no Conanda este mês. Vou trazer essa pauta, e acho que poderíamos agendar uma apresentação. É importante que todos os conselheiros do Brasil em defesa dos direitos das crianças defendam também essa questão.

O segundo espaço que me pareceu bastante importante é a Conaeti (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil). Nós estamos no Conaeti, a Secretaria está participando. E penso que podemos trazer as informações do trabalho infantil das meninas. São informações muito interessantes. E me ajudaria muito receber as pesquisas e os dados, para que a gente pudesse defender essa pauta também nesse espaço.

Haverá também um encontro, se não me engano na semana que vem ou não próxima, sobre a erradicação do trabalho infantil. E acho que poderíamos cavar uma pauta para que apresentássemos a pesquisa. É um evento, já está todo organizado. Acho que realmente a gente tem que participar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpe interrompê-la. É só para lembrar. Quem quiser ver, há uma exposição aqui no Senado, lá no Salão Negro, sobre o trabalho infantil.

A SRª CLÁUDIA VIDIGAL – Ah! Excelente!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi aberta anteontem, aqui, e está muito interessante de ver.

A SRª CLÁUDIA VIDIGAL – Ótimo!

Esse evento também acho que é uma oportunidade, porque me preocupa um pouco falarmos nós, entre nós, para nós. Precisamos entrar em outros espaços em que essa pauta não está colocada. Então, com o que eu me comprometo, além desses dois espaços iniciais, é pautar dentro da nossa Secretaria como uma agenda que a gente possa pensar em outras estratégias de articulação.

E ficou aqui uma ideia. Participo da Rede Nacional Primeira Infância há muitos anos, e vi os resultados que essa rede teve. E, olho todas vocês aqui reunidas e a potência desta Mesa, a potência desta plenária, das meninas. Parabéns, meninas, muito bacana o trabalho de vocês! É muito legal ver quem está chegando com força e criando novas estratégias para compor.

Pensei no Ministério do Esporte. É incrível o esporte. Eu tenho uma história também com o esporte e o empoderamento de meninas. Se eu tiver tempo, conto em 30 segundos aqui para vocês. Realmente é muito bacana; é uma ferramenta fantástica para o empoderamento.

Então, há uns caminhos. Mas, voltando à rede, penso que poderíamos criar uma rede nacional, começar um grupo de trabalho, para instituir uma rede nacional de empoderamento de meninas. E começar a nos articular de forma sistemática para pensar em pautas, projetos.

Tive outras ideias: o lançamento das três publicações da Unicef – não é, Gabriela? Que a gente pudesse fazer algo conjuntamente, convidando o Governo para estar num lançamento. Poderíamos fazer na própria Secretaria, a portas abertas. Temos um auditório ali.

Enfim, as ideias são muitas e eu as coloquei aqui. Eu peço a ajuda de vocês.

A agenda também é muito atribulada. Então, peço apoio para a gente ajudar, avançar nessas ideias, para que elas se tornem projetos e ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

No que diz respeito ao empoderamento de meninas, eu vou pedir licença para contar uma historinha rapidamente, de meninas pelo esporte. Eu tenho um grupo de amigas que participa de corridas de aventura pelo mundo. Começaram a participar em corridas pequenininhas num primeiro momento, e montaram uma equipe só de mulheres. O nome da equipe era Atena. Essa equipe acabou vencendo diversas provas de todos os homens. Obviamente os homens são fisicamente mais fortes, mas, na corrida de aventura em que se exigiam estratégia, companheirismo, trabalho em equipe, força física também, as meninas ganhavam, ganhavam de todos. Chegavam ao pódio de corridas mundiais, de circuitos mundiais, em terceiro lugar, em quarto lugar, em primeiro lugar.

Então, realmente entendo que essa é uma estratégia em que a gente deve investir e pensar em formas de provocar também o Ministério do Esporte, para que esteja junto conosco.

Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade, pelo maravilhoso evento, a oportunidade de estarmos aqui juntos, realmente colocando esse tema na pauta e fazendo-o sair desta sala para muitas outras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Secretaria funciona onde?

A SRª CLÁUDIA VIDIGAL – A Secretaria hoje faz parte do Ministério da Justiça e Cidadania. Estamos junto com a Secretaria de Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k.

Registro a presença da Rose, Subsecretária de Políticas para as Mulheres do GDF.

Está aqui ainda a Rose? (*Pausa.*)

Está ali.

O GDF faz um trabalho fantástico de mulheres. Já passei participei de eventos com a Secretária e a Primeira-Dama, Márcia. E ela não gosta de ser chamada de Primeira-Dama. Está certa. Esse negócio de "primeiro-damismo" também é uma forma de transformar a mulher num ser subalterno. Mas ela faz um trabalho lá de colaboração também muito interessante em relação à questão de gênero.

Então, a Rose é Subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Distrito Federal.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eu vim representando a Subsecretária.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Obrigada pela presença.

Vamos ouvir Viviana Santiago, Gerente Técnica de Gênero da Plan Internacional.

A SRª VIVIANA SANTIAGO – Bom dia a todas e a todos.

Eu gosto de me apresentar. Eu sou Viviana Santiago. Eu me coloco no mundo desde o meu lugar de negra, de mulher, de nordestina, de professora, de mãe, e de mãe solteira, e mãe solteira de um menino preto.

E por que que é importante? Porque, nesta sociedade em que a gente vive, esse é o lugar de quem sobrevive e de quem resiste. E esse não é um lugar que é meu; é um lugar de todas as meninas e de todas as mulheres do Brasil. Nós nos encontramos.

Então, estar aqui hoje, pensando a vida das meninas, é trazer para hoje uma questão que a gente só costuma pensar quando já somos mulheres adultas. Nós pensamos reiteradamente na violência contra a mulher, mas desde muito pequenas que temos nossos corpos expostos, desde muito pequenas que temos os nossos sonhos dilaceradas. Não podemos sonhar.

Eu conheci uma menina em Aracaju e, aos oito anos de idade, eu perguntei qual era o sonho dela. Ela me disse que sonhava em ser professora, mas que sabia que ia trabalhar em casa de família.

Essa não é a realidade de uma menina só. É uma sociedade machista, patriarcal, racista, classista, que vai determinando qual o lugar que tu vais ocupar na sociedade. Então, precisamos pensar as meninas hoje, agora e pensar as meninas com as meninas, trazer as suas vozes neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

momento.

A gente tem uma invisibilidade do tema, como Gabriela colocou. Na agenda da infância, são crianças; na agenda de gênero, fala-se de mulheres. E, aí, a menina tem um não lugar que impacta: aquilo que não é nomeado não existe e segue invisível.

Pensar as meninas, a condição das meninas ajuda a gente a trazer para o lado da existência e trazer sua potência. Não pensar apenas de uma perspectiva da precariedade, mas pensar as meninas hoje, pensar sua participação e ter a escuta para ouvir com seriedade, acreditando naquilo que vem delas.

Nós tínhamos trabalhado na Plan em projetos de empoderamento de meninas em escolas de liderança de meninas, para que elas possam ampliar seu repertório, para que, quando a gente perguntar a uma menina o que ela quer ser, ela saiba que ela pode escolher. E eu concordo quando Danielle diz que, em um mundo de não haver escolhas, o casamento não é uma escolha. Qual é o repertório que essa pessoa tinha de lugares que ela poderia ocupar?

Então, pensando nisso, a gente vem trabalhando fortemente, como Plan International, no mundo sobre o Dia da Menina. Será 11 de outubro. Está perto. Nós temos trabalhado aqui, no Brasil, o Dia da Menina. Nós já temos o Dia da Menina em São Luís do Maranhão, em Codó e, desde o ano passado, temos o Dia da Menina em Teresina, no Piauí. Este será o primeiro ano em que nós vamos comemorar com muita força. E é comemorar, celebrar a existência das meninas, mas, ao mesmo tempo, pautar o que as meninas querem.

Este ano nós vamos ter menina prefeita, menina secretária da mulher, menina governadora, vamos ter menina na Secretaria dos Esportes. Por quê? Porque elas precisam estar nesses lugares, primeiro, para saber que esses lugares existem; e, em um segundo momento, para levar para esses lugares a pauta das meninas.

Talvez fosse muito interessante que todas as pessoas que estão aqui presentes pudessem pensar. Nós precisamos de um Dia da Menina no Brasil. Nós ainda não sabemos. Nós ainda temos uma sociedade que fecha os olhos para as especificidades das meninas e que culpa as meninas das violências que sofrem. Não nos esqueçamos de tudo o que aconteceu quando nós tivemos o estupro coletivo no Rio, quando passamos uma semana invadindo a vida daquela menina para achar uma maneira de culpá-la pela violência que sofreu.

Nós temos um País que ainda não ama suas meninas, mas precisa amar. E ter um Dia da Menina possibilita que a gente fale sobre isso e que traga para o visível o que está invisível hoje. É um dia para todas as meninas do Brasil. É um dia em que estamos convocadas – todas já fomos meninas –, e sabemos que essa violência já começou um tempo atrás.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu estava cochichando com ela. É porque há estas coisas no Senado: na semana que vem, não vamos trabalhar. Há um feriado no meio. Então, já disseram que não vai haver sessão, porque eu ia colocar uma menina na minha cadeira, no Senado, para sentar-se no meu lugar. Mas a gente faz isso depois. Quando voltar a funcionar, faço questão.

A SRª ANETTE TROMPETER – A gente pode fazer isso em outra ocasião. Não precisa ser no Dia da Menina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – De preferência se for negra. De cabelo pixaim, melhor, porque já sofri muito aqui por causa disso também.

A SRª ANETTE TROMPETER – Pode ter certeza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estou com dois processos na Justiça contra pessoas que me discriminaram aqui.

Foi a Viviana. Agora, a Cecilia Maria, estudante do Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia.

A SRª CECILIA MARIA – Bom dia.

Apesar de a maioria das estatísticas, a meu ver, serem, por vezes, negativas – pela questão do casamento, pela questão da gravidez na adolescência, que, por muitas vezes, a gravidez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pode ser provocada por uma falta de informação até dentro da educação –, todas as estatísticas, por vezes, trazem um ponto negativo.

Mas é gratificante para nós ver essas estatísticas, porque esse é um incentivo para mostrar que a gente tem que ser empoderada, para mostrar qual é o nosso lugar na sociedade, para mostrar que não é só por sermos mulheres que não devemos nos impor.

É importante trazer isso para as meninas, principalmente pelo projeto 50-50, pelo qual me interessei bastante. Deve-se começar isso pelas meninas mesmo, mostrar que elas podem escolher o que elas querem ser quando crescer, mostrar que elas têm que se impor.

Algo que eu achei também bastante interessante: eu gosto muito dos projetos que envolvem apenas meninas, mas também seria muito mais interessante meninos e meninas.

Por exemplo, na questão do estupro, eu vejo bastante que eles ensinam as mulheres como se vestir. Eles não ensinam os homens como devem se portar diante da mulher. Eu acho isso bem complicado, porque nós temos que tomar cuidado com o que vestir, mas, e os meninos? Eles não têm que tomar cuidado com o próximo?

Outra coisa que eu também acho, e que a Viviana ressaltou, diz respeito ao estupro coletivo do Rio de Janeiro. Eu tenho ex-amigos – agora não são mais; de pessoas assim não gosto – que, quando a gente colocou um não à cultura do estupro, falaram: "Para que isso? Isso vai salvar a menina? Ela estava vestida daquele jeito porque ela quis. A culpa foi dela. Ela não foi uma vítima. Ela provocou." Eu acho isso bem complicado, porque nós devemos sempre mostrar que nunca a culpa é da vítima, independentemente da forma que ela estava vestida, independentemente de onde ela estava andando. Nunca a culpa é da vítima.

Achei bastantes legais os projetos de vocês. É muito gratificante para nós estar aqui, poder ver que não estamos sozinhas. A gente tem que ser empoderada mesmo, mostrar que a gente é demais.

Eu queria muito dizer que é bom ser menina, apesar de todos esses aspectos negativos. É bom mostrar que a gente é capaz de fazer tudo aquilo que a gente quer, poder mostrar que a gente é capaz de ir muito além do que as pessoas podem ver.

É isso aí! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parabéns, menina. Bonita a sua fala, Cecilia.

E agora vamos ouvir a Laís, que também é estudante do Centro de Ensino Médio de Ceilândia. Laís Rodrigues.

A SRª LAÍS RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o que é ser menina.

Eu sou uma menina de 17 anos e, apesar do pouco tempo que eu tenho vivido, eu já vivi muitos casos de violência contra mulheres, violências contra... Até por ser uma menina negra. E eu queria dizer que nós meninas não temos espaço de liberdade nem de expressão. Nem em casa. Nós, em casa, muitas vezes... Muitas meninas são oprimidas pelos pais e elas não têm sua opinião dada como válida. Em casa também nós não somos incentivadas a ter voz. Nós não podemos nos impor. Na rua, nós não temos liberdade. Nós não podemos sair do jeito que queremos. Nós não podemos andar sozinhas. Nós não podemos vestir o que queremos, usar o que queremos, sair do jeito que queremos. Nós temos medo, porque podemos, a qualquer momento, ser assediadas, ser espancadas, ser estupradas. E isso é uma coisa que afeta muito as meninas, em questão de ter medo de sair.

Eu já vi muitos projetos – aplicativos até – de meninas que se reúnem para poder sair do metrô e andar juntas até a faculdade ou até a escola, para não sofrerem violência, assédio. Também há a violência, e nós não estamos a salvo, na internet. Na internet, nossos direitos são violados, nossa imagem é violada. Muitas vezes, postam coisas que denigrem a imagem feminina, denigrem a imagem da mulher. Às vezes são vazadas fotos de meninas que, muitas vezes, por esse vazamento de informação privada, entram em estado de depressão e podem até cometer suicídio, como já ocorreram casos de meninas que cometeram suicídio por ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

informações pessoais vazadas.

Essa questão preocupa muito, porque são vidas sendo tiradas por medo, pela violência que está sendo ocasionada. E, desde que somos pequenas, nós não somos incentivadas a ter voz nem somos incentivadas a pensar "o que você vai querer ser quando crescer?" Isso é uma pergunta que cabe aos meninos. As meninas são incentivadas, tanto diretamente quanto indiretamente, a serem usadas no trabalho doméstico. Desde que somos pequenas, nós ganhamos panelinhas, nós ganhamos fogões, nós ganhamos bonecas, para ressaltar o nosso papel como doméstica, como mãe, como estando dentro de casa. Nós não ganhamos nada que nos influencie a pensar aventuras. Não. Isso é parte dos meninos. Nós ganhamos bonecas, para cuidar delas, para elas serem nossas filhas e nós termos responsabilidades quanto a elas. Nós ganhamos fogões, porque nós temos que aprender a cozinhar.

Então, a menina tem muito essa parte de ter a voz calada. Nós não podemos ter uma voz. A nossa voz não é válida. E muitas vezes há muita gente que fala que a nossa voz não é ouvida por não haver uma figura masculina. Então, nós somos meninas e nós queremos ser ouvidas, sim. Nós queremos a desassociação da imagem do homem em relação à imagem da mulher, porque nós não precisamos disso. Nós somos independentes e nós podemos falar por nós mesmas.

É só isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Laís.

As duas meninas são demais. Precisam ser ouvidas. Essa voz tem que se estender para mais lugares.

E vamos ouvir Benedito dos Santos, Diretor Executivo do Instituto Indica.

O SR. BENEDITO DOS SANTOS – Bom dia a todos, todas.

É com muito prazer que eu participo deste debate.

Eu gostaria de, num primeiro momento, dizer que eu fui o coordenador técnico-científico da pesquisa Por Ser Menina, que está sendo discutida. Eu tive muito prazer de trabalhar com a Plan Brasil nessa pesquisa. A Gabriela também estava na origem.

Quero dizer que essas três publicações que lançaremos até o final do ano resultam de uma parceria do Unicef, do Indica e da Plan Brasil, que inclusive deu origem à própria pesquisa que nós estamos refletindo.

Quero dizer também que eu acho que nós precisamos discutir mais o "empoderar pra quê?" E na linha do que a Senadora estava falando, da qualidade e equidade, nós precisamos discutir mais que equidade de gênero nós queremos. "Empoderar pra quê?" porque eu acho que nós temos que olhar a sociedade de uma forma complexa e sistêmica, e não colocar um lado de vítima e outro de algoz. Nós temos que ir para além dessa dualidade. Quer dizer, machismo é uma ideologia. Ele não depende do sexo da pessoa. Há mulheres machistas, há homens machistas.

Eu queria dizer para você, como antropólogo, professor e homem que vive também articulando novas masculinidades: nós sofremos muita discriminação das mulheres. Eu, cada vez que eu tenho que me articular para levar minhas filhas, como pai cuidador, ao ambulatório médico, ao parquinho, a tudo, todo mundo dá uma olhadinha e pergunta: "A mãe não pôde vir?" Eu falo: "Não, eu sou um pai cuidador." "Está ajudando a mãe?" "Não, eu estou ajudando a mim mesmo. Eu estou ajudando a cuidar das minhas filhas." Então, quer dizer, nós nos articulamos muito.

Preocupa-me o que aconteceu, por exemplo, com a questão do movimento negro americano, pois há alguns estudos que são tristes, de que grande parte dos negros que se empoderaram saíram do gueto e foram viver nos bairros da elite. Então, eu pergunto: qual é a qualidade do poder que nós queremos? Empoderar as meninas para ter...

Eu, por exemplo, sou contrário ao poder masculino. Por que eu quero que as meninas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tenham o mesmo poder masculino? Eu não quero. Eu quero um poder diferente. Eu quero que as meninas tenham um poder diferente, eu quero que os homens tenham um poder diferente.

Então, eu acho que nós precisamos qualificar o "Empoderar pra quê?". A equidade de gêneros é o quê, afinal de contas?

Nós apoiamos, por outro lado, um bando de meninos que querem ser masculinos de outro modo, e eles não conseguem, porque também são empurrados para o gueto homoafetivo de muitas coisas.

Então, eu acho que o nosso debate precisa ser mais complexo, como diria o Edgar Morin. Precisa ser mais sistêmico, porque a ideologia de gênero vai de um lado e de outro.

E nós homens gostamos de dizer também que nós não estamos sendo empurrados pelas mulheres para discutir a nova masculinidade, não. Nós homens queremos também discutir a nova masculinidade. Nós queremos ser homens de uma forma diferente. De novo: cada vez que eu me articulo como cuidador, eu tenho que virar "pãe". Eu não sou "pãe". Eu sou pai. E não sou "pãe" porque estou cuidando de uma filha. Então, eu acho que nós precisamos discutir essa questão de uma forma mais complexa e discutir "pra que poder?"

Quer dizer, as meninas jogarem futebol é ótimo, mas qual é o poder que elas vão ter depois? Se for para virar o poder dos milhões que vale a Marta, que vale tudo, ou o poder da competição, não. Acho que a gente tem de discutir qualidade de poder. Hoje me interessa muito mais a qualidade do poder que se tem do que só dizer que as mulheres têm de ter os poderes iguais, porque eu detesto o poder masculino de dominação que a gente tem. Eu acho que ele é troglodita e primitivo, para dizer a verdade. Eu acho que todas as representações de masculino, de virilidade... A gente não tem condições de representar a masculinidade de uma forma viril, do homem que chega, que estupra, que mata, que exige e que tem essa sexualidade à flor da pele. Qual a possibilidade que a gente tem de se representar?

A cultura é perversa para os dois lados. Ela é perversa para o homem. Os homens são os que mais morrem de trânsito e de ignorância, de briga, de tudo. Quer dizer, os homens são os que mais morrem; eles morrem disso. Então, acho que a gente precisa colocar, sim, a discussão do machismo; ela existe,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO DOS SANTOS – ... mas ela não existe em todas as camadas, e ela precisa ser ressignificada e recolocada, porque senão daqui a pouco a gente está querendo que as mulheres assumam o poder e virem... E o poder que existe de governo, hoje, é um poder macho, é um poder machista. Eu quero, sim, que existam presidentes mulheres, mas quero que existam presidentes diferentes, que não usem o poder masculino para governar.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Benedito dos Santos.

A gente retorna à nossa Mesa. São 11h26. Vamos ver se vocês conseguem fazer em cinco minutos. A gente tem de ir para o plenário também, e quinta-feira começa às 11h. Se já apareceu algum Senador lá, já deve estar se formando a sessão, e a gente não pode funcionar quando há plenário.

Então, vamos lá. Retornando à Mesa, começando ao contrário, agora.

Vamos começar com a Gabriela.

A SRª GABRIELA MOURA – Eu vou só agradecer, mesmo, a possibilidade de estar aqui e de ter a presença das meninas.

Acho que a ideia é a gente ampliar esses espaços de fala, principalmente em lugares que são representativos do poder, têm a simbologia do poder e de quem toma decisões. Então, a gente pensar na voz das meninas contribuindo para esse diálogo, para a tomada de decisões, para o desenvolvimento de outras meninas e meninos neste País é muito importante.

Então, eu queria agradecer a presença das meninas, principalmente, e a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

diálogo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Gabriela.

Agora, a Joana, da ONU Mulheres.

A SRª JOANA CHAGAS – Obrigada, Senadora.

Quero só comentar algumas das falas, antes de agradecer.

Profª Josilene, nós tentamos fazer um projeto como este no Estado da Bahia e não conseguimos decolar. Seria muito legal conhecer mais profundamente o que vocês fizeram na Paraíba e talvez promover uma cooperação entre os Estados, também. Existe uma Secretaria de Ciência e Tecnologia no Estado da Bahia que está superaberta a trabalhar com os temas de gênero e com as meninas.

Clara... A Clara ainda está aí? Deu uma saidinha. Então, você dá um recado para a Clara, por favor.

A gente fez uma campanha junto com a Universidade de Brasília sobre trotes não sexistas e não racistas. Então, seria muito legal se ela quisesse conhecer mais e viesse falar comigo, para a gente poder impulsionar isso. Depois da trágica morte, do assassinato da Louise no início deste ano, a UnB tem trabalhado com a ONU Mulheres para criar estruturas dentro da universidade, como uma ouvidoria e caminhos claros para punir responsáveis por crimes.

Ana Carla, eu também queria conhecer um pouco mais do seu projeto. É um espaço nosso, a gente conhece iniciativas em que jovens têm participado dos processos internacionais para a defesa dos direitos humanos, então seria muito legal conhecer o que vocês estão fazendo e, enfim, talvez colocá-las em contato também.

Cecília e Laís, foi muito emocionante a fala de vocês. Também temos um projeto no âmbito de uma campanha que, na verdade, é interagencial; a ONU Mulheres impulsiona, mas é uma campanha da ONU que se chama O Valente não é Violento, e fala sobre masculinidades não violentas, fala sobre machismo e fala também sobre estereótipos de gênero em geral. É um currículo voltado para meninas e meninos do ensino médio. Aproveitando que a Rose, da Subsecretaria de Mulheres do GDF, está aqui, talvez a gente pudesse facilitar a aplicação desse currículo em algumas escolas daqui, do DF. Com vocês lá dentro, com essa voz, acho que não há como não seguir adiante.

Benedito, acho super interessante a sua fala. Eu acho que você já colaborou com a gente em alguns momentos na construção da campanha O Valente não é Violento, não é? O Marcos Nascimento trabalhou mais com a gente, mas lembro-me de a gente ter conversado sobre isso. Acho que isso está nesse nosso currículo. A gente tem de falar sobre masculinidades não violentas e vê como processos paralelos que andam juntos. Por um lado, esse lugar de poder é de direito das meninas, também; é o poder que está, e, se elas querem ocupá-lo agora, é o aqui e agora. Por outro lado, a gente tem que elas, nesses espaços de poder, podem reinventá-lo, e reinventar a forma de usar esse espaço e de exercer o poder na tomada de suas decisões. Então, é muito bom.

É isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

Estamos também à disposição das parcerias.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Joana.

Vamos ouvir a Danielle Araújo, Coordenadora de Pesquisa do Instituto Promundo.

A SRª DANIELLE ARAÚJO – Primeiro, quero parabenizar esse público ouvinte não passivo, maravilhoso. Eu acho que saio bastante entusiasmada, porque é um cenário bastante desafiador, mas, quando a gente escuta essas experiências, essas vozes de resistência, a gente sai renovada para voltar à nossa luta diária. Então, quero só parabenizar as meninas por essa luta diária, cada um no seu cantinho contribuindo para esse processo de transformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Duas coisas: a Senadora falou sobre a situação dentro da escola. Também escutamos vozes de resistência na escola. Atualmente, estamos com um projeto no Rio de Janeiro em escolas municipais que nos receberam para discutir a temática de gênero, pensando na questão da prevenção de violência baseada em gênero. Então, sim, há uma luz no fim do túnel, temos vozes aí que resistem, mesmo diante de tantos desafios.

Sobre a questão trazida, muito bem colocada, eu acho que justamente o debate já está complexo. Eu acho que aqui não há dúvidas. Todas as companheiras colocaram a importância do envolvimento dos homens. Eu acho que, há uns 20 anos, não falaríamos, seriam mulheres para mulheres e só, era um espaço exclusivo de mulheres, discutir gênero só interessava a nós. Então, eu acho que o debate já avançou bastante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª DANIELLE ARAÚJO – Exato.

Então, nessa construção de masculinidades não violentas também temos vozes de resistência masculinas nesse sentido. Na verdade, o que queremos é quebrar esses muros, essas divisões entre homens e mulheres, todos, em busca dessa igualdade; sim, qualificar esse debate, que igualdade é essa, esse poder, também reiterando as palavras da companheira da ONU Mulheres de que esses espaços de poder já estão constituídos. Então precisamos ir avançando nesses espaços, ocupando esses espaços também e, a partir dessa presença, ir incomodando, questionando, pensando em novas formas de exercício desse poder. O poder não é ruim, o que é ruim é quando esse poder gera desigualdade, gera hierarquia, gera opressão. Então, eu acho que, nesse sentido, estamos caminhando para um projeto igualitário feliz.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Danielle.

Agora, vamos para a Anette. Eu sei que ela escreveu muito e, como nem todo mundo usou o tempo, vou ser generosa com o tempo para você um pouco mais, porque você escreveu bastante.

Com a palavra a Anette, Diretora da Plan Internacional.

A SRª ANETTE TROMPETER – Obrigada, Senadora.

Vou tentar ser breve.

Primeiro, eu queria fazer pequenos comentários em relação à fala das minhas companheiras de mesa aqui.

Temos parcerias diversas com a Promundo, com o Unicef, ainda não com a ONU Mulheres – aceito o seu convite para que façamos parceria.

Eu tenho uma sugestão para começarmos com o projeto do esporte – desculpe-me, eu esqueci o nome do projeto, estava anotado, uma vitória depois da outra –, para lançar nas nossas comunidades no Maranhão e no Piauí. São comunidades em que trabalhamos a longo prazo. Eu acho que existe a viabilidade de fazermos uma parceria nesse sentido.

Sobre a fala da Danielle, parceiro, que lida muito bem com as questões de masculinidades, eu queria só complementar: houve dois pontos da sua fala em que você falou que o Brasil, quando estávamos colocando a questão de onde estávamos com o matrimônio infantil, acha que esse é um problema da África, acha que esse é um problema da Índia. Tivemos um exemplo recente que também mostrou isso. Nós, há dois anos, trouxemos aqui para o Brasil o documentário "India's Daughter", "Filha da Índia", sobre o estupro coletivo na Índia seguido pela morte da menina. Trouxemos o documentário para trazer a questão da discussão da violência sexual e fizemos vários debates em vários Estados do Brasil. Sempre o que aparecia nos debates é: "Mas não é a realidade do Brasil o que aconteceu na Índia." Como não é a realidade do Brasil? Existem diversos casos de estupro coletivo.

No Piauí, houve um caso, naquela época mesmo, em que a menina morreu depois. Desse do Rio de Janeiro falamos muito, porque bateu nas mídias internacionais, bateu na internet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

também. Eu acho que é um assunto importante que temos que ter. Então, somos a Índia também em muitas questões.

Outra questão da sua fala é que o casamento não é o objetivo das meninas, não deveria ser. Na outra pesquisa que fizemos, na Por Ser Menina, um dado que apareceu era quando tínhamos uma pergunta: "O que você quer?" As meninas elencavam diversos pontos que elas queriam. O primeiro foi se formar. O casamento apareceu como um dos últimos pontos que foram mencionados. Antes disso, aparecia lazer, aparecia vida social, aparecia a questão do estudo, da formação. Então as nossas meninas querem algo diferente do casamento. É só para fortalecer o que você estava colocando.

Senadora, na sua fala, fiquei pensando: como é que podemos avançar principalmente na questão dessa leitura do retrocesso nas questões de educação? Eu acho que surgiram aqui algumas ideias que podem ser colocadas como roendo pelas bordas. Nada impede que possamos buscar uma legislação para algumas outras questões que não tenham a ver com a reforma do ensino médio. Uma sugestão que, para mim, ficou clara é a questão do treinamento de professores e cuidadores. Será que não conseguimos roer pelas bordas e instituir um treinamento obrigatório em questão de igualdade de gênero?

A outra questão foi a sugestão acho que da Ana Clara sobre ouvidoria. Não. Quem fez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANETTE TROMPETER – Foi a Carla.

De que colocássemos realmente a ouvidoria dentro das escolas. Por que não, dentro do ensino médio, instituir como obrigatória uma ouvidoria sobre questões de assédio e violência sexual?

Depois, tentando seguir pela ordem, Profª Josilene, a menina pode ser o que ela quiser, foi a própria resposta da pesquisa que tivemos no Por Ser Menina, e eu espero que a questão da Ciência da Computação e da tecnologia possa ser um pouco o movimento que eu vi acontecer com a Engenharia. Quando eu estudava, a Escola Politécnica, que era ao lado da minha faculdade, era uma faculdade de meninos, de homens. Daí, quando havia uma mulher na faculdade de Engenharia, ela era considerada uma mulher macho, uma mulher feia, e hoje a Engenharia já está populada por mulheres. Então, gostaria de que, talvez, no futuro, pudéssemos ver do mesmo jeito ciências da computação.

Gostei muito das sugestões da Ana Carla e gostaria de parabenizar as duas meninas aqui que falaram. Falas poderosas, lindas falas de vocês, inspiradoras.

Bené, nosso parceiro também na realização de tantos estudos e na publicação desses estudos, concordo com você que não devemos ter vítimas e algozes, que temos que buscar uma solução diferente às novas masculinidades. Há trabalhos que podemos fazer em conjunto, temos metodologias conjuntas. Acho que deveríamos ir por aí.

A grande questão do empoderamento é que quem está no poder não cede o poder por si só. Então, você precisa trabalhar o outro lado para que ele possa conquistar o poder. Que poder? Para mim, é um poder de liderança, é um poder de escolha, é um poder de autoestima, de poder olhar para frente e sentir realmente que você pode ser o que quiser.

Então, eram esses os comentários que eu tinha a fazer. E gostaria muitíssimo de agradecer a oportunidade que nós tivemos nesta Comissão hoje.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Anette.

Eu quero dizer que esta Comissão de Direitos Humanos é a caixa de ressonância dos problemas vividos lá fora, é o espaço de dar visibilidade ao invisível. Então, aqui, a gente pode tudo. Pelo menos enquanto estivermos aqui à frente, o Paim e eu, permanentemente, nesta Comissão.

Veja que há Senadores por aí, mas ninguém veio aqui. E são membros. Se você olhar os membros da Comissão, são 13. Mas aqui, normalmente, não só hoje, estamos eu e o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Paim aqui nesta trincheira. Mas é bom, a gente até gosta, porque ela é nossa, e a gente discute tudo. A gente aproveita tudo que se discute para tentar elaborar projetos.

Aceitamos sugestões de discussão. As pessoas nos mandam sugestões de discussão, que viram audiência pública. Ainda ontem, nós tivemos audiência pública sobre a violência contra a mulher no esporte. Temos também uma Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Então, toda semana, quase todo dia há audiência pública, porque são muitos pedidos. Ontem, nós aprovamos um monte de pedidos aqui também. São muitos temas que discutimos.

Por exemplo, por requerimento meu, fizemos uma audiência sobre a população de rua. Trouxemos também os meninos, pessoas que moram na rua. Foram depoimentos fantásticos. E como eu aprendi com um menino de São Paulo que mora na rua! E coisas simples assim: "Ah, a população de rua de São Paulo não quer ir para o abrigo. Tem abrigo, e eles não vão". Aí, um deles falou: "A gente não vai porque a gente não pode levar o cachorrinho da gente. Se a gente for, quando voltar para a rua, o cachorrinho não está mais lá, ele se perde". Aí, logo eu liguei para o Suplicy, que era Secretário de Direitos Humanos, e disse isso. É uma coisa simples, eles começaram a fazer as casinhas dos cachorros lá nos abrigos. Uma coisa bonita! Ele mandou a foto para mim.

São coisas simples que a gente pode resolver, solucionar. Um deles, mesmo, é um projeto de lei que está na Câmara, pelo qual estou lutando para ser aprovado, o projeto de lei sobre os direitos da população de rua – inclusive o direito de morar na rua, se ele quer. Não é porque mora nas ruas que não pode ter os direitos de cidadão assegurados.

Então, eu tenho a dizer para vocês que eu aprendi muito hoje aqui, principalmente com as quatro meninas que falaram – eu fiquei encantada –, porque o resultado disso aqui tudo pode ser uma rede, não é gente? Essas audiências têm isso também. Às vezes, a gente quer mostrar coisas acontecendo para ver se vira uma rede que se comunique. Que tal criar um grupo já de Whatsapp da questão do empoderamento das meninas? Aí já vão fazer trocas. A Viviana mora lá na minha cidade, e eu não a conhecia.

Eu quero ter o seu contato para colocá-la em contato com o meu escritório lá, para ver se podemos fazer alguma coisa juntas.

Na próxima semana, eu estarei lá. Se você estiver lá... Depois eu vou sair daqui levando o seu telefone para a gente conversar, para apresentar-lhe a minha coordenadora de escritório lá. A gente tem um gabinete pequeno lá também para conduzir as coisas.

Então, é muito gratificante este tipo de audiência.

Alguém falou uma frase: "Valente não é violento". Eu dizia sempre, quando estávamos discutindo a primeira infância: cuidado com o que você canta para o seu filhinho, para ninar o seu filho, porque isso pode influenciá-lo. Depende da música que você canta, da historinha que você conta, do vídeo que você coloca para ele no celular ou no *tablet.* Porque os meninos de hoje, com dois anos... Lá em casa, há um com dois anos que já faz tudo sozinho, já acha as coisas que ele quer. Então, tem que ter esses cuidados, porque vai formando a pessoa que vai ser.

E aí é aquela história, a gente houve dizer que valente é o agressivo, o valentão. Inclusive, há o aumentativo. E a gente precisa dizer que valente não é isso, é o corajoso, a pessoa que tem coragem para expressar as suas ideias. Essas meninas são valentes porque estão aí se expressando.

E aí, meninas, quero encerrar com vocês, as quatro. Eu me lembro de quando comecei a minha carreira de professora, nos anos 70. Logo eu fui para o sindicato. E não era nem sindicato ainda, era Associação dos Professores. A gente não podia ir para as escolas para falar, quando a gente fazia movimento, e a gente pulava o muro, literalmente. Eu era baixinha, então dois homens pulavam primeiro, dois companheiros; depois, os outros dois colocavam as mãos e eu colocava um pé numa mão, outro pé na outra, e pulava o muro para conversar com os professores. Porque era proibido, o portão era fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Agora é mais simples, melhorou um pouco. Para vocês, agora, é simbólico, não é mais literalmente: arrombem as portas das escolas. É simbólico isto: abrir na marra, se for preciso, mas abrir. Não desistam! Vocês que estão lá na Ceilândia podem sacudir a escola de vocês e as outras escolas. Não guardem para vocês todo esse acumulado que têm, que é imenso. Passem para outros, comecem na família, com as amigas, e vão empoderando. Daqui a pouco, somos muitas meninas por aí cuidando do empoderamento das outras meninas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

E vamos discutir outras vezes, trazendo outros grupos, para podermos criar essa rede de discussão.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 86ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp e Vicentinho Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir o PLC nº 23, de 2016, "que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Guaraci Lima, Fonoaudiólogo - especialista em Audiologia Clínica; Luciano Fernandes de Oliveira, Porta Voz de Deficientes Auditivos Unilaterais; Krishnamurti Sarmento Junior, Médico Otologista, Mestre em Otorrinolaringologista, Pós-Graduado em Otologia pela Universidade de Zurich – Suíça, Chefe do Serviço de Otorrinolaringologia do Centro Médico da PMDF e Membro da Diretoria da AORL-DF; Francisco Job Neto, Médico Pediatra - Mestre em Saúde Pública e Consultor (2012/2015) do Departamento de Políticas Estratégicas do Ministério da Saúde; Kayo Miranda Leite, Advogado - Mestre em Direito e Políticas Públicas; Filipe Trigueiro Xavier Correia, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Heleno Correa Rodrigues Filho, Pesquisador Voluntário da Universidade de Brasília – UnB; Liliane Bernardes, Coordenadora da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos da Pessoa com Deficiência – Ministério da Justiça e Cidadania; Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti, Representante do CONADE e do Ministério do Trabalho. O Senhor presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: William Tomas, Intérprete de Libras; e Lúcia Maria de Sousa Borges, Professora. O Senhor Presidente faz encaminhamento no sentido de realizar reunião de trabalho na próxima quinta-feira, dia treze do mês de outubro, para discutir sugestões a fim de construir entendimento sobre o PLC nº 23, de 2016. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 86ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 102, de 2016, de nossa autoria e de outros, para instruir o PLC 23, de 2016, que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós já estamos aqui com os nossos convidados. Nós vamos já convidá-los para a Mesa. Depois eu faço uma introdução para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pela internet e pela Agência Senado e também nos ouvindo pela Rádio Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nós teremos duas Mesas. Na primeira Mesa, já convoco, para que venha até o meu lado, Guaraci Lima, fonoaudiólogo, especialista em audiologia clínica; Luciano Fernandes de Oliveira, porta-voz de deficientes auditivos; Krishnamurti Sarmento Junior, médico otologista, mestre em otorrinolaringologia, pós-graduado em otologia pela Universidade de Zurique, Suíça, Chefe de Serviço de Otorrinolaringologia do Centro Médico da PM-DF e membro da diretoria da ORL-DF; convido também Francisco Job Neto, médico pediatra, mestre em saúde pública e consultor do Departamento de Políticas Estratégicas do Ministério da Saúde.

Informo qual será a segunda Mesa, que virá num segundo momento: Filipe Trigueiro Xavier Correia, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Heleno Rodrigues Corrêa Filho, pesquisador voluntário da Universidade de Brasília (UnB) e Kayo Miranda Leite, advogado, mestre em Direito e Políticas Públicas.

Eu vou fazer uma introdução, como é de praxe nesta Comissão, para que todos que estão, de uma forma ou de outra, participando à distância, pela internet, pela TV, por rádio ou pela Agência, saibam o eixo do debate que teremos aqui hoje. Lembro que esta audiência se inicia neste horário, em torno de 9h05, e pretendemos terminá-la em torno de 11h, porque das 11h até 1h teremos audiência da Justiça do Trabalho no plenário do Senado.

Esta audiência pública vai discutir as reivindicações dos surdos unilaterais. Uma das principais questões que envolvem esse tema está ligada ao mundo do trabalho. Essas pessoas não podem, por exemplo, prestar um concurso para carreiras que exijam aptidão plena, como é o caso da militar, pois, segundo essas carreiras, elas possuem dificuldades para o exercício de determinadas atividades. Também não podem concorrer nas vagas destinadas a pessoas com deficiência, pois a legislação não as considera deficientes. Assim, somente por intermédio de liminares essas pessoas têm conseguido assumir os cargos públicos para os quais foram aprovadas e impedidas de tomar posse. Essa é a realidade que se pretende mudar.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é esse vetor de transformação. Em vigor desde julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência representa em âmbito nacional essa transformação, que, no campo internacional, é representada pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto, Lei nº 13.146, de 2015, assim define, em seu art. 2º:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
>
> .....

Dessa forma, é possível dizer que, a princípio, nenhuma limitação física poderá ser excluída da classificação de deficiência, pois essa não é mais simplesmente uma definição médico-corporal, mas também engloba a falta de acessibilidade. Quando essa soma de fatores resultar em dificuldade de participação das pessoas na vida social, no mundo do trabalho, nos estudos, no lazer e em outras áreas, entende-se como deficiência.

Os avanços trazidos por esse dispositivo, entretanto, necessitam de regulamentação por parte do Executivo. De um lado, no Estatuto está a adequação classificatória para harmonizar a legislação brasileira aos novos moldes internacionais, o que poderá dar conta de muitas situações que não eram previstas em lei; de outro lado, existe a demanda real da pessoa com limitações corporais que não era considerada pessoa com deficiência pelos critérios puramente médicos. Por fim, esta audiência pública tem a intenção de aproximar o objetivo da regulamentação da lei com a demanda real de pessoas que aguardam os direitos já aplicáveis ao segmento de outra pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Que tenhamos um bom debate. Que daqui possam sair contribuições para o relatório do PLC 23, de 2016. Que, dessa forma, o direito de todos seja efetivado com a brevidade que merece. Assim, desejo a todos uma boa audiência.

Vamos, de imediato, com essa introdução, passar a palavra ao nosso primeiro convidado. Como é de praxe nesta Comissão, são dez minutos para cada convidado.

Guaraci Lima, fonoaudiólogo, especialista em audiologia clínica, está com a palavra.

O SR. GUARACI LIMA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite.

Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos.

É muito importante tudo o que está acontecendo neste momento, para que essas pessoas que, muitas vezes, estão sendo excluídas, precisando entrar com recursos, possam ser reconhecidas de forma geral.

Primeiramente, vamos falar sobre o que é uma deficiência auditiva. É um nome dado para indicar que a pessoa tem uma diminuição na capacidade de ouvir alguns sons ou ouve alguns sons, mas a partir de alguns decibéis.

Segundo a ASHA (American Speech-Language-Hearing Association), que é a Associação Americana de Linguagem e Audição, todo indivíduo que começa a escutar a partir de 25 decibéis pode ser considerado com perda auditiva.

Os eslaides.... Pode ir mudando?

Temos três tipos de perda auditiva: a condutiva, que é causada por um impedimento de que o som chegue até o ouvido interno; a neurossensorial, que é uma perda dentro do ouvido interno que dificulta bastante não só a audição, mas também a capacidade de compreensão; e a mista, que, como o nome já diz, tem esses dois tipos de dificuldade. Ela pode ser de grau leve, moderado, severo e profundo.

Na deficiência auditiva unilateral, como o nome já diz, a pessoa tem uma audição normal em um dos ouvidos e uma perda auditiva no outro ouvido. E essa perda pode ser leve, moderada, severa ou profunda.

A perda auditiva unilateral pode ser acometida por dois motivos: pode ser congênita – a pessoa pode nascer com essa perda, gerada por cometimento de um vírus durante a gestação, isso os médicos vão poder explicar melhor – ou adquirida, causada por perdas súbitas, algum trauma. Então, ela pode ter essa lesão unilateral.

Aqui neste gráfico vocês podem ver o que podemos escutar, conforme o limite da nossa audição. Uma pessoa que tem uma audição normal, acima de 25 decibéis, escutará as gotas, o barulho dos ventos, os pássaros. Mas, a partir do momento em que vamos perdemos a audição, mesmo uma perda leve, já teremos algumas dificuldades: não ouvir o barulhinho do relógio, as fricativas já são mais difíceis. E, na perda moderada, que é a partir de 40 decibéis, já temos mais dificuldades, que atrapalham bastante a vida da pessoa: a dificuldade de fala; para falar ao telefone já é um pouco mais difícil; ouvir uma música...

Na legislação brasileira, uma pessoa é considerada deficiente a partir de 41 decibéis, justamente uma perda moderada. No Brasil, uma pessoa só é considerada deficiente se ela tem essa perda bilateral. Em meus 11 anos de experiência, tenho certeza de que é necessário, hoje, alargar esse conceito, porque a deficiência auditiva unilateral leva a pessoa a limitações tanto quanto a bilateral.

A deficiência auditiva e o mercado de trabalho. A perda auditiva bilateral ou unilateral representa um obstáculo para a plena inserção no mercado de trabalho. Por quê? Hoje, a pessoa que tem uma perda auditiva unilateral, muitas vezes, acaba omitindo essa perda, porque sabe que existe um preconceito. É dada preferência a pessoas que não têm nenhum tipo de perda auditiva.

O SUS assegura aparelhos auditivos. Há implantes cocleares e até próteses ósseas para que essas pessoas não tenham a sua produtividade prejudicada, mas, na perda unilateral, dependendo do grau, não é possível utilizar essas próteses. Hoje já existem próteses mais modernas, como o Sistema Cros, que passa o som de uma orelha para a outra. Dependendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do grau – e isso deve ser acompanhado pelo otorrino e pelo fonoaudiólogo –, será indicado qual o melhor tipo de adaptação para esse caso.

Segundo a ONU, o que seria uma pessoa com deficiência? Aquela que tem impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A perda unilateral se encaixa plenamente no que a ONU recomenda: é uma perda sensorial e tem um impedimento de longo prazo, porque normalmente essa perda auditiva não tem cura. Ela se encaixa totalmente no que é definido pelas Nações Unidas.

Associado à perda de audição unilateral, normalmente essa pessoa sofre de zumbido, perda de equilíbrio, dificuldade de compreensão, lateralização, depressão, insegurança, porque a pessoa que tem perda unilateral fica insegura de frequentar lugares ruidosos em que haja duas ou três pessoas conversando. É comum as pessoas voltarem o órgão que não tem lesão para poder entender melhor, mas, num ambiente de ruído em que haja três ou quatro pessoas falando, não há como direcionar esse órgão, porque a fonte sonora sairá de vários lugares.

Sobre essa questão mesmo de zumbido, normalmente essas pessoas que têm essa lesão são acompanhadas desse zumbido, o que deixa a pessoa extremamente irritada, depressiva. Eu tenho vários pacientes que passam por isso. Existem algumas coisas que podem vir a atenuar, mas infelizmente a cura por completo é algo mais difícil, muitas vezes, impossível.

Agora falando sobre cotas e deficiência auditiva. As pessoas com perda auditiva unilateral não são consideradas pessoas com deficiência quando tentam entrar por cotas em concursos públicos, mas costumam ser vetadas após exames admissionais no setor privado. Hoje elas vivem, então, num limbo social: não são consideradas pessoas com deficiência, mas também a elas são negados direitos para que possam entrar nesses concursos, entrar nas vagas. Hoje as empresas, a partir de cem funcionários, são obrigadas a contratar uma pessoa com deficiência, mas elas não estão enquadradas nisso. Quando vão tentar um emprego, se elas falam ou é descoberto que elas têm uma perda unilateral através de exames admissionais, essas pessoas, muitas vezes, não conseguem essa vaga ou simplesmente são afastadas pouco tempo depois.

Então, eu acho que hoje este Plenário aqui é uma questão de justiça, pelas dificuldades enfrentadas no dia a dia. Que a pessoa com perda auditiva unilateral seja reconhecida como uma pessoa com deficiência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUARACI LIMA – Só para concluir, não só como fonoaudiólogo mas principalmente como cidadão, eu espero que essas pessoas não sejam mais invisíveis.

Então, eu gostaria de agradecer. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Guaraci Lima, fonoaudiólogo, especialista em audiologia clínica.

São dez minutos, mas, claro, podem ver que dei para ele mais três minutos, se necessário, para concluir o seu pensamento. Isso é para todos os convidados.

Agora passamos a palavra para o porta-voz das pessoas com deficiência auditiva unilateral, o Sr. Luciano Fernandes de Oliveira, pelo mesmo tempo, dez minutos, com uma tolerância, se necessário, para concluir.

O SR. LUCIANO FERNANDES DE OLIVEIRA – Primeiramente, quero agradecer ao ilustre Senador Paulo Paim. Muito obrigado por nos dar a oportunidade desta audiência pública.

Quero agradecer a todos os presentes que vieram nos apoiar aqui hoje e a todos aqueles que nos apoiam a distância, mas ainda assim esperançosos.

O meu agradecimento especial aos profissionais que compõem a Mesa e às pessoas que, de uma forma ou de outra, nos ajudaram nessa caminhada. Sem vocês nós não estaríamos hoje aqui, no Senado Federal, rumo à aprovação desse projeto.

O meu nome é Luciano Fernandes. Estou aqui hoje como porta-voz dos surdos unilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Hoje é um dia muito feliz. Depois de anos sem esperanças e jogados ao limbo social e empregatício, nós deficientes auditivos unilaterais finalmente estamos aqui.

Foram anos sendo esquecidos. Um período difícil e sem esperança, quando víamos crescer, de forma exponencial, a nossa insegurança jurídica e empregatícia. Ficamos jogados à margem da sociedade, muitas vezes, tentando esconder a nossa deficiência, fingindo, de forma maestral, entender o que as pessoas estavam falando conosco. Afinal, o decreto de 2004 excluiu a especificação da nossa condição.

Então, agora somos normais e totalmente aptos, correto? Não, não é correto. Todo esse disfarce de representar uma normalidade caía com o passar do tempo. Mas onde principalmente? Na entrevista de emprego. E quando a nossa deficiência era, de certa forma, esquecida de ser mencionada, esse disfarce caía no exame admissional.

Foi nessa hora que nós realmente sentimos, naquele momento, que o empregador não vê sentido em contratar uma pessoa sem uma das audições, que vai ter dificuldade na comunicação, que não vai poder ficar exposto em ambiente ruidoso – e olha que ambiente considerado ruidoso é muito menos do que muita gente imagina –, e todas as outras situações que esse funcionário poderia gerar. Para que o empregador iria contratar esse futuro problema? Fora o temor de que, caso seja comprovado que ele perdeu parte suficiente da audição do outro ouvido que ainda escuta, ainda terá que ser aposentado por invalidez ou a empresa responsabilizada. Para que o empregador colocaria essa corda no pescoço? A solução é simples: contrata outro. Isso acontece milhares de vezes todos os dias.

Foi nesse momento que ficou aquela grande pergunta: se eu, um surdo unilateral ou deficiente auditivo unilateral, não sou apto, mas também não sou considerado deficiente, o que eu sou? O que nós somos? Essa pergunta é simples de se responder: nós somos deficientes, mas hoje somos deficientes invisíveis, deficientes excluídos. Graças à modificação do decreto de 2004, que está completando mais de 12 anos, ficamos jogados em um limbo social e empregatício. Vimos as entidades que, em teoria, deveriam nos apoiar e nos defender saírem do polo de defesa e se posicionarem como polo de acusação, fazendo, assim, o caso avançar em velocidade alarmante e ser aprovado bem rapidamente. Fomos traídos por aqueles que se diziam ser a favor da inclusão. E essas entidades se encontram aqui hoje representadas, tentando até o último suspiro nos manter no limbo social e empregatício.

Desta vez, não. Desta vez, nós vamos prosperar. O PL 23, de 2016, veio devagar, caminhou com passos lentos, mas seguros e firmes, pois aqueles que pedem um pleito justo sabem que a justiça às vezes tarda, mas não falha. Conseguimos uma aprovação de 100% na Câmara dos Deputados, uma aprovação unânime, pois todos os Deputados, independente de partidos ou desavenças, reconheceram a injustiça que estamos sofrendo até os dias de hoje e que isso precisa mudar.

Hoje, estamos aqui nesta Casa, no Senado Federal, algo muito aguardado por pessoas que não vão se esquecer daqueles que lutaram por nós. Estamos aqui pedindo e defendendo a aprovação do PL 23, de 2016, que tem como objetivo reincluir o deficiente auditivo unilateral como pessoa com deficiência.

Vejamos por que esse pleito deve ser aprovado. A Convenção da ONU, que foi ratificada atualmente pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão), o que diz?

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade [ponto importante] em igualdade de condições com as demais pessoas.
>
> .....
> .....

Veja que não se está comparando com os demais deficientes, mas, sim, em igualdade com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

as demais pessoas não deficientes, como, por exemplo, podemos observar os cegos e os cegos monoculares. Os dois são considerados deficientes, independentemente da sua funcionalidade ou capacidade sensorial.

Só para fazer uma pequena explanação, algumas pessoas nos disseram que o novo PCD nos incluiria já como deficientes. Depois de fazer uma análise e conversar com os setores responsáveis, nós vimos que, no novo PCD, de 2015:

> Art. 121. Os direitos, os prazos e as obrigações previstos nesta Lei não excluem os já estabelecidos em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional, e devem ser aplicados em conformidade com as demais normas internas e acordos internacionais vinculantes sobre a matéria.
>
> [O principal:]
>
> Parágrafo único. Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.
>
> .....

Ou seja, podemos, sim, pedir que esse projeto seja aprovado, para que os nossos direitos como deficientes sejam garantidos, independentemente de interpretações. Se continuarmos a depender de interpretações das demais organizações, continuaremos a viver nesse limbo jurídico e nessa insegurança social.

Mais de 62% das vagas para deficientes no setor privado ficam vazias. Isso mostra que não faltam vagas; falta apenas oportunidade. Por mais que isso não deva ser relevante neste debate, visto a Convenção da ONU, ratificada pela própria LBI, existem ainda outros países que também ratificaram a Convenção Geral da ONU que incluem o surdo unilateral ou o deficiente auditivo unilateral como pessoa com deficiência. A gente pode citar alguns, como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e outros.

Mas isso não se limita apenas a outros países. Diversos Estados do Brasil já consideram o deficiente auditivo unilateral como PCD. Como alguns exemplos, nós podemos citar Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e o próprio Distrito Federal. E ainda existem outros, fora todos os outros Estados e Municípios que estão com projetos de lei semelhantes para serem aprovados. Ou seja, precisamos da segurança de que teremos os nossos direitos garantidos, independentemente do Estado em que estivermos.

Vale aqui ressaltar que, mesmo com esse atual decreto modificado, os deficientes auditivos unilaterais têm sua condição reconhecida, ignorando essa exclusão absurda que lhe exclui toda e qualquer lógica à dignidade. Até mesmo o TST tem interpretado de forma harmônica os dispositivos do Decreto nº 3.298, de 1999, em conjunto com as disposições legais e constitucionais pertinentes e com o disposto na Convenção internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e reconhecido o direito do candidato com perda auditiva unilateral a concorrer em concursos públicos às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem entendimento firmado em jurisprudência em considerar o deficiente auditivo unilateral como deficiente para os devidos fins, assim como um número expressivo de médicos, advogados, peritos, juízes e desembargadores que entendem que a modificação desse decreto é contrária à lógica e à dignidade. O deficiente auditivo unilateral é, sim, uma pessoa com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência diz:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

em igualdade de condições com as demais pessoas.

.....

Só estou relembrando. Nós temos impedimento físico, sofremos uma barreira que é sensorial, temos obstrução em diversos empregos e áreas de trabalho e ainda sofremos preconceito no mercado de trabalho. Nós somos deficientes, apenas estamos invisíveis e esquecidos. Não mais, isso acaba. Nós somos 6,7 milhões de brasileiros surdos unilaterais, somos pais, mães, médicos, ex-militares, pastores, enfermeiras, advogados, engenheiros e tantos outros milhões de pessoas que não alcançaram nível superior e que se encontram nesse limbo social, profissional e jurídico.

Nós não nos esqueceremos daqueles que lutaram por nós. Nós somos deficientes e pedimos justiça a esta Casa.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Luciano Fernandes de Oliveira, porta-voz de deficientes auditivos unilaterais, que nos procurou aqui, inúmeras vezes, para que pudéssemos dar um parecer ao projeto, subsidiado pela sociedade. Foi numa conversa com ele que surgiu, e claro de outro grupo que estava junto, a ideia desta audiência pública.

Passamos a palavra agora para Krishnamurti Sarmento Junior, médico otologista, especialista nessa área.

O SR. KRISHNAMURTI SARMENTO JUNIOR – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Presidente foi emocionante.

Eu sou médico otologista, especializado em otologia, que é a parte da otorrinolaringologia que estuda as afecções dos ouvidos, das orelhas. Eu queria esclarecer que não tenho nenhum interesse pessoal nessa discussão, meu interesse é estritamente profissional. Eu fui contactado pelo Luciano e meu objetivo aqui é trazer informações científicas, médicas, que possam ajudar os Srs. Senadores, os senhores presentes a formar juízo a respeito do tema da surdez unilateral.

A surdez unilateral é aquela surdez em que a pessoa tem uma perda auditiva severa ou profunda em uma das orelhas e tem a audição preservada na outra orelha. As causas são inúmeras. Mais da metade desses surdos unilaterais são surdos de nascença: são causas genéticas, são malformações congênitas ou causas perinatais, uso de drogas durante o período neonatal, quando a criança ainda é um bebê pequeno, o uso de medicações ototóxicas. Outra parcela dos surdos unilaterais desenvolveram a surdez unilateral já na vida adulta: seja por um trauma craniano, seja por uma infecção – por exemplo, uma meningite, que é uma causa muito comum de surdez unilateral –, seja pelas otites crônicas, pelas infecções crônicas dos ouvidos. Mas boa parte desses surdos são surdos unilaterais de nascença – mais de 50%. A surdez unilateral responde por um terço dos casos de perda auditiva profunda.

Qual é a discussão, então, aqui? Quem não tem conhecimento sobre o assunto vai pensar: "Ora, a surdez unilateral causa um impacto na vida da pessoa, no dia a dia da pessoa, no trabalho, nas suas atividades diárias, a ponto de considerarmos, nessa pessoa, uma surdez com deficiência?" Na verdade, é isso que está se discutindo. Nós queremos chegar a uma conclusão se convém denominar o surdo unilateral como uma pessoa com deficiência, e essa denominação vai surgir da limitação, das dificuldades diárias que essa pessoa enfrenta, por conta dessa condição. Então, é isso que nós vamos tentar esclarecer aqui.

A noção de que a pessoa tem uma orelha funcionante e que isso é o bastante é uma noção bastante comum. Nós mesmos otorrinolaringologistas, até o final do século passado, cansamos... Eu cansei de orientar pacientes diagnosticados com perda unilateral, pais de crianças diagnosticadas com perda unilateral: "Não se preocupe, seu filho vai ter um desenvolvimento normal. Essa perda unilateral não vai causar uma dificuldade para ele na escola, não vai causar uma dificuldade para ele no desenvolvimento da fala, não vai ter um impacto maior. Não se preocupe com isso. Vai dar tudo certo para o seu filho."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Na verdade, existe já um corpo de evidências científicas bastante robusto que indica que a criança com surdez unilateral tem deficiências em várias áreas do seu desenvolvimento e que isso leva a dificuldades, a problemas, no dia a dia delas e na sua vida adulta também. E é isso o que eu queria trazer aqui para vocês. Os estudos, principalmente de 2010 para cá, têm se tornado cada vez mais incisivos no fato de que a criança com surdez unilateral tem resultados significativamente piores do que as crianças com audição normal, seja...

Pode passar, por favor, mais uns três eslaides. Aí.

Seja na localização do som, seja no reconhecimento da fala, seja no seu desempenho acadêmico, seja nas competências de linguagem e fala, seja no seu desenvolvimento comportamental, seja na interação social, seja nas funções cognitivas. Em todas essas áreas, já existem estudos que comprovam que a criança com surdez unilateral apresenta desempenho pior do que as crianças normais – sem deficiência auditiva – nesse aspecto.

Vamos ver o desempenho acadêmico.

Próximo, por favor.

Estatisticamente, crianças com surdez unilateral têm dez vezes mais chances de repetir de ano do que crianças sem perda auditiva. Esse é um estudo publicado pela *Pediatrics*, em 2013, de um grupo da Universidade de Washington que estuda crianças com perda auditiva unilateral. Essas crianças foram identificadas pelos seus professores como imaturas ou hiperativas. A surdez unilateral não foi identificada como a causa do mau desempenho acadêmico dessas crianças. Outros estudos mostram um desempenho escolar 20 a 40% pior do que as crianças sem perda auditiva. Estudos com adolescentes com surdez unilateral apresentam os mesmos resultados.

Aqui, algumas referências bibliográficas. São estudos recentes, publicados em revistas de alto impacto médico, na *Pediatrics*, na *Laryngoscope*, que é uma das principais revistas de otorrinolaringologia do mundo, na *Hearing*. São estudos conceituados e já existe uma evidência bastante robusta nesse sentido.

Próximo.

Distúrbios comportamentais: 70% das crianças com surdez unilateral se sentem envergonhadas da sua condição, metade delas se sente inferior em relação a crianças com audição normal, num estudo com mais de 160 crianças com audição unilateral, entre oito e doze anos. Os resultados são 40% piores nos questionários de qualidade de vida pediátricos. São questionários aplicados nessas crianças para tentar identificar basicamente se elas são felizes, se elas se consideram crianças felizes. Então, os resultados são bastante robustos no sentido de mostrar.

Essa criança com perda auditiva unilateral vai se tornar um adulto com perda auditiva unilateral, e os seus resultados vêm sendo comprometidos pela falta de reconhecimento da sociedade de que esse é um problema real. Então, podemos dizer, com certeza, que os médicos, em primeiro lugar, vêm falhando com essa população dos surdos unilaterais, por desconhecerem esses resultados, até porque a ciência tem trazido essas informações de forma mais robusta nos últimos anos; os educadores vêm falhando com essas crianças com surdez unilateral, por não identificarem que o problema é esse e por não oferecerem a elas melhores condições de ensino; os pais vêm falhando. Enfim, temos uma dívida com os portadores, com as pessoas com deficiência, com surdez unilateral.

O adulto não fica atrás. A quantidade de estudos a respeito de adultos com surdez unilateral é bem menor, mas o adulto sofre, mesmo aquele que não é um surdo desde a infância, não é um surdo unilateral desde a infância sofre com a dificuldade de localização sonora. E essa não é uma dificuldade que deve ser subestimada. Todos vocês aqui devem ter acompanhado, alguma vez, um debate na TV Senado ou um debate esportivo, num canal de esporte. Quando todos começam a falar ao mesmo tempo, como a TV tem um só canal de saída, ninguém entende nada, mas quem está presente no recinto tem uma capacidade muito maior de compreender o que cada um está falando, porque é capaz de dirigir sua atenção a uma fonte sonora ou outra. Quem está em casa e recebe a informação por um único canal não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tem essa capacidade. O surdo unilateral passa a vida através de um único canal da televisão, quer dizer, toda vez em que ele estiver num ambiente em que você tem mais de uma pessoa falando ao mesmo tempo, ele vai ter a mesma dificuldade de compreender que nós temos quando várias pessoas falam ao mesmo tempo e estamos vendo televisão. É muito difícil para o surdo unilateral direcionar a atenção para uma fonte sonora, sem falar no fato de ele ser incapaz de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KRISHNAMURTI SARMENTO JUNIOR – ... localizar a fonte sonora, quer dizer, no trânsito, ele não sabe de onde está vindo a buzina; numa reunião, ele não sabe de onde está vindo a pessoa que está chamando.

A minha experiência pessoal com surdos unilaterais é vê-los no meu consultório médico deprimidos, chateados, envergonhados, porque tentam esconder a sua condição e, muitas vezes, são tachados, no trabalho, de desatentos, de relapsos. Por quê? Porque a pessoa que está vendo não percebe que aquilo é uma dificuldade auditiva.

A primeira instituição que tem que reconhecer essa dificuldade é o Estado. Se o Estado não reconhece essa deficiência, é muito difícil convencermos o empregador a reconhecer essa deficiência e, com isso, adaptar o ambiente de trabalho do surdo unilateral para que ele possa se desenvolver na sua plenitude.

Eu só queria trazer essas informações técnicas que já existem a respeito do assunto. Para finalizar, não se trata aqui de comparar deficiências. Nós não temos nenhuma dúvida de que o surdo bilateral, de que o deficiente auditivo com perda aditiva profunda, severa, bilateral tem dificuldades muito maiores, até pela barreira da língua. Nós vemos que o surdo unilateral é um surdo oralizado. O Luciano deixou isso claro com a brilhante exposição oral que ele fez. Ele não tem dificuldade, ele domina a língua falada, mas isso não significa que ele não tenha dificuldades importantes no seu dia a dia, no seu trabalho, na sua casa, e que isso não se caracterize como uma deficiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Krishnamurti Sarmento Junior, médico otologista, especialista nessa área.

Francisco Job Neto, médico pediatra, mestre em Saúde Pública e consultor.

O SR. FRANCISCO JOB NETO – Bom dia a todos.

Quando me convidaram para participar, conversei com o Luciano um pouco surpreso e falei: "Mas os surdos unilaterais não são considerados deficientes!" Porque eu, como médico pediatra, considero que uma criança surda unilateral tem uma deficiência.

Eu não vou repetir o que meu colega comentou anteriormente sobre as dificuldades sociais que essas crianças têm, os tiques. Se ele fala comigo aqui, eu faço assim e, para uma criança de nove anos, de dez anos, de onze anos, isso pode causar *bullying* na escola, dificuldades sociais. Para o adulto, ele pode acabar sendo uma pessoa considerada agressiva, distante, desligada ou sabe-se lá.... Não vou repetir o que já foi dito, porque para mim parecia muito óbvio do ponto de vista médico.

Do ponto de vista de definições, igualmente é uma deficiência para as classificações internacionais da Organização Mundial de Saúde. É uma deficiência tanto para a classificação internacional de doenças quanto para a classificação internacional de funcionalidades. Então, do ponto de vista técnico, eu também acho que não existe necessidade de nós ficarmos cavando isso.

Eu vou entrar um pouquinho no que o Dr. Luciano falou e o Dr. Kayo vai falar, mas, nos direitos fundamentais, não cabem interpretações restritivas. Então, não há como dizer que o surdo unilateral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, pessoal, Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB. Ele é fundamental em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os temas que envolvem as pessoas com deficiência e tem ficado do nosso lado com muita convicção. (*Palmas.*)

O SR. FRANCISCO JOB NETO – Continuando, não cabem definições restritivas para os direitos fundamentais. Mas vou passar, desses assuntos que já foram brilhantemente explicados e que ainda serão mais bem detalhados, para a questão de saúde pública, que é o efeito que a restrição de direitos causa na comunidade, no coletivo, para todo mundo, porque, quando tiramos direitos de algumas pessoas, isso acaba produzindo problemas para toda a coletividade.

Eu suponho que aqui existam pessoas que nasceram ou que vivem no Estado do Rio de Janeiro. Alguém aqui? Quem? Existem algumas pessoas. Na cidade do Rio de Janeiro, há 30 mil pessoas privadas de liberdade só no Complexo de Bangu. E essas pessoas não têm acesso ao SUS (Sistema Único de Saúde) do País, que, na definição, é universal. Essas 30 mil pessoas estão vivendo no exterior. Dentro dos muros de Bangu, o SUS não existe. Isso faz com que 30% delas tenham tuberculose ativa.

Semanalmente, 30 mil presos recebem trinta 30 mil visitantes, que circulam em toda a cidade de ônibus e de metrô, que conversam com as pessoas, que trabalham no comércio, nas casas, por todos os lados. O Rio de Janeiro tem a maior taxa de tuberculose ativa na comunidade, no País. Então, 1,5% de todas as pessoas que se veem circulando pela rua, na cidade maravilhosa, nos ônibus, nos metrôs, na Assembleia Legislativa, têm tuberculose ativa.

Existe um impacto para toda a população quando um grupo da população perde direitos fundamentais. Eu posso garantir que, da mesma maneira que outros deficientes, outras pessoas com deficiência, o surdo unilateral também tem uma maior taxa de problemas emocionais, tem uma renda mais baixa, tem um maior índice de alcoolismo, de suicídios, de depressão. Eu posso garantir isso, porque é verdade que para todas as outras pessoas com deficiência há taxas mais altas de depressão, há taxas mais altas de suicídio, há taxas mais altas de alcoolismo e uso de drogas, de casamentos falidos, de agressividade, de problemas com a polícia.

Voltando, acho que não podemos fazer uma restrição de direitos interpretando uma redação infeliz de uma determinada norma legal para um coletivo que é bastante substancial e que é reconhecido como pessoa com deficiência por absolutamente todas as outras classificações técnicas. Nós temos somente uma norma legal, que tem uma redação infeliz, que exclui, mas, mesmo assim, quando vai para a Justiça – e, em 12 anos, nós tivemos a oportunidade de que isso fosse para a Justiça milhares de vezes –, os tribunais superiores têm decidido da maneira como a Constituição manda, que o direito fundamental, a norma não pode ser interpretada de maneira restritiva.

A minha primeira frase é: como assim? A pessoa que tem uma deficiência sensorial unilateral é considerada uma pessoa sem deficiência? Como assim? É verdade isso mesmo? Bem, eu sei que não é verdade no mundo real, mas no mundo da norma ela precisa deixar de ser verdade. Nós precisamos modificar a norma de maneira que ela seja inclusiva, que é o objetivo da Constituição cidadã, já que a inclusão social vai fazer bem para todo o coletivo, vai fazer bem para toda a comunidade. Não existem motivos moralmente aceitáveis para excluir o surdo unilateral da classificação de pessoas com deficiência.

Eu estou terminando um pouco antes e vou dar mais tempo para o meu colega. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Francisco Job Neto, médico pediatra, mestre em Saúde Pública e consultor.

Agora vamos ao advogado Kayo Miranda Leite, mestre em Direito e Políticas Públicas.

O SR. KAYO MIRANDA LEITE – Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimento o Senador Valdir Raupp e os demais colegas da Mesa, os demais presentes. Luciano, agradeço o convite.

Ao ser convidado pelo Luciano para compor esta Mesa, veio-me uma inquietação no sentido de que eu estaria certamente diante de pessoas interessadas e engajadas com o tema para promover a inserção social de quem realmente precisa. O meu trabalho em torno desta matéria se dá no âmbito litigioso, com demandas judiciais, sobretudo mandados de segurança, mas também consultivo, uma vez que integro, como Secretário-Geral, a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de Fiscalização de Concurso Público da OAB, Seccional do Distrito Federal.

E vejo, nesta manhã, Senador Paulo Paim, uma oportunidade de gala para que tentemos contribuir em reafirmar a vontade do Parlamento. Acredito que as normas vigentes, falo em especial do Decreto nº 3.298, foram mal compreendidas em um primeiro momento, porque os tribunais, apesar de a jurisprudência ter se tornado vacilante, reconheceram os surdos unilaterais como portadores de necessidades especiais. Há jurisprudência, nesse sentido, desde 2006, sedimentando-se nesse sentido. Eu poderia citar vários julgados, mas fugiria e não acho não é o propósito.

No âmbito jurídico e à luz da Constituição de 1988, o Parlamento, esta Casa teve uma preocupação de sentinela com a previsão de direitos fundamentais, depois de um período de exceção. Tanto no projeto informal de José Afonso da Silva como na própria Comissão Afonso Arinos existia essa preocupação. O Ministro Luís Roberto Barroso tem uma frase de que eu gosto muito. Ele diz que só não reconhece a luz quem não viveu à sombra, reconhecendo o mérito e o avanço que a Constituição de 1988 entregou ao jurisdicionado, ao cidadão, para a proteção de direitos fundamentais.

E, agora, mais de 25 anos depois da nossa Constituição, nós temos a necessidade de nos advertir a respeito de uma inserção que se reclama junto aos tribunais, e há instrumentos jurídicos para isso. Pela via do mandado de segurança, por exemplo, o que o Constituinte deferiu foi: está aqui um remédio heroico para que você possa reclamar junto ao Judiciário, caso algum desses direitos fundamentais não sejam reconhecidos em seu favor. Isso aportou ao Superior Tribunal de Justiça, ao Supremo Tribunal Federal, e tivemos decisões favoráveis nesse sentido.

Ora, quanto à redação do Decreto nº 3.298, de 1999, qual era o propósito do legislador ao estabelecer aquela norma, quando em um primeiro momento reconhece que qualquer redução de capacidade, inclusive cognitiva, há de se reconhecer como um portador de necessidade especial, mas logo depois fala que a perda tem que ser bilateral? Que interpretação devemos entregar a uma norma que traz essa estrutura? Ora, é compreensão rasa, na ciência jurídica, de que uma norma de direito fundamental não pode admitir uma interpretação restritiva.

O Dr. Sarmento Junior, na sua exposição – eu estava bem atento –, apresentou, num dos eslaides, o comprometimento acadêmico que o portador de necessidade especial da deficiência auditiva unilateral tem. Eu sou professor universitário em duas instituições em Brasília – falo não por vaidade, mas por amor ao ofício – e tive um aluno com uma deficiência auditiva unilateral. Isso exigiu dos seus pares e do docente que lhes fala uma sensibilidade para inserir aquele aluno no propósito de aprendizado e de formação que buscava.

Socialmente já há esse engajamento. Algumas empresas, à margem da lei, já o reconhecem, porque o Estado não pode admiti-lo. Estamos buscando, em verdade, a formalização e, entendo, a reafirmação de uma vontade já manifestada e que se conciliaria com os propósitos constitucionais e com os valores destacados no constitucionalismo contemporâneo. Entendimento diverso significaria ir na contramão, com absoluta segurança, daquilo que se proclama aqui, no Supremo Tribunal Federal.

E seria saudável que o Parlamento mantivesse um diálogo que se conjuminasse, que se adequasse a esses propósitos, para que depois não tenhamos que enfrentar outros mandados de segurança, talvez mandados de injunção, reivindicando que a norma não está completa, que há uma ausência de normatização para determinado segmento. Foi assim que o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão nasceram. Claro, fruto da experiência do Direito alemão, são frutos de uma preocupação evidente e colocada para socorrer quem precisa de determinados direitos.

Por essas razões, Senador Paulo Paim, tentando colocar a leitura jurídica que se destaca em torno da compreensão desse tema, o posicionamento que os tribunais já assumiram, o propósito constitucional que se coloca e que nos adverte, é que eu espero que esta Casa consiga dar consecução aos seus trabalhos, agregando e inserindo os surdos unilaterais como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

portadores de necessidade especial para todos os efeitos legais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Agradeço ao advogado e mestre em Direito e Políticas Públicas Kayo Miranda Leite.

Convido os senhores a retornarem à primeira fila. Nós vamos para a segunda Mesa.

De imediato, Filipe Trigueiro Xavier Correia, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Heleno Correa Rodrigues Filho, Pesquisador Voluntário da Universidade de Brasília (UnB); e Liliane Bernardes, Coordenadora da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos da Pessoa com Deficiência, representando aqui o Ministério da Justiça e Cidadania. Sejam todos bem-vindos

De imediato, passamos a palavra para Filipe Trigueiro Xavier Correia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Ele está pedindo para trabalhar com o telão.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Posso usar a palavra antes dele?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Você é que vai fazer a... O.k.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – É exatamente sobre isso que vou falar.

No seminário de aniversário de um ano da LBI, eu estive presente. Meu nome é Lúcia, sou professora de surdos. Nós conversamos depois do seminário e foi por essa provocação que, acredito, estejamos aqui hoje.

Eu preciso registrar uma falha grande de quem organizou a audiência, porque não foi providenciado intérprete, condição fundamental, indispensável para a participação do surdo. Independente da presença do surdo na mesa ou no plenário, deveriam estar aqui intérpretes contratados. O intérprete William foi chamado de urgência porque o Filipe, representante do Conade, Conselheiro do Conade, estava aqui sem acessibilidade. Ele veio de urgência, isso não pode acontecer. Eu vim como convidada da Federação.

É só isso. A condição aqui de acessibilidade não foi plena, ao contrário, ela foi negada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só adiantar.

Queiramos ou não, o Senado não tem. É uma realidade, é uma briga nossa aqui dentro. Não é culpa da Comissão.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Mas nenhuma instituição tem, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, deixe-me concluir.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – É que eu não concluí, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que estamos com problema de horário e há orador na tribuna. Você vai usar o tempo dele. Ele não vai falar então.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você fala e ele não fala.

Eu tenho que explicar os fatos reais.

O Senado não tem. Se o Senado não tem, infelizmente a Comissão não pode ser culpada. O Senado não tem e não contrata. É decisão do Presidente da Casa. Ou derrubamos o Presidente ou muda a posição. Como nós sabemos que não vamos derrubar o Presidente, vamos cair na real. Canso de ver aqui as pessoas dizendo: "Quero protestar!" Digo: "Protestem à vontade."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas, se não fosse esta Comissão, esta audiência não estaria acontecendo. Nós fizemos aqui o maior esforço do mundo. Sabe quantas audiência públicas eu faço por ano? Cento e setenta. Sabem o que é a média da Casa? Cinquenta. Estou aqui presente, com o maior esforço do mundo, em plena segunda-feira. Poderia estar no meu Estado, fazendo a campanha...

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Então o senhor também está usando a fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho, minha amiga. Você provocou. Eu sempre ouvi. Nós temos que ouvir os dois lados.

Então, essa responsabilidade não é da Comissão. E os funcionários estão ali. Eles organizaram. Eles não têm força para contratar e eu também não tenho. Isto tem que ficar claro: toda vez que houver uma audiência pública, as entidades que provocam a audiência pública é que estão trazendo as pessoas que fazem esse papel fundamental. Eu já falei com o Presidente da Casa, já falei com a Diretoria, já fizemos moção de apoio, já falamos na tribuna do Senado. É um fato real que não resolvemos ainda. Nós temos que desenvolver audiência pública.

Qual é a minha intenção? Eu sou o Relator desse projeto. A minha intenção é ouvir as pessoas. Aqui vocês estão falando para o Brasil, porque estamos ao vivo para todo o Brasil, de acordo com as limitações, mas o meu parecer depende desta audiência pública. Eu preciso ouvir os convidados.

Depois de ouvir os convidados, eu vou dar o meu parecer. E, naturalmente, vocês querem que o parecer seja positivo. Sabendo que nesta segunda-feira – e olhe o tempo que estamos levando agora –, a partir das 11 horas, há uma sessão do Plenário e que nós temos que ir para lá, é fundamental para mim ouvir todos os convidados.

E fica a sua sugestão. Enquanto o Senado não contratar as entidades, num momento como este, tão importante para a decisão em relação a esse projeto, vocês nos ajudariam trazendo alguém que...

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Eu respeito o senhor e o seu trabalho. Eu o conheço e acompanho há muitos anos.

Eu só queria deixar um registro, porque, se não houvesse um intérprete de urgência... Eles não foram informados, então não tinham conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas isso aqui faz dez anos quase. Desde que o Presidente assumiu, nós temos essa briga. Eu estou aqui há quase 16 anos.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Mas o senhor entende que eu não poderia deixar passar em branco?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendo o seu protesto, é legítimo. Fica, mais uma vez, registrado nos Anais da Casa. Só que estou sendo realista para explicar o que existe.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Sim, eu também estou sendo realista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mediante o que existe, as entidades devem, dentro do possível, trazer alguém que possa ajudar nessa manifestação.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Pois é. V. Exª entende que ainda precisamos lutar muito por isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza. Por isso estamos aqui. E esta lei não foi aprovada ainda.

A SRª LÚCIA MARIA DE SOUSA BORGES – Por isso eu usei a fala.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Meu amigo, com a palavra.

O SR. FILIPE TRIGUEIRO XAVIER CORREIA – Bom dia a todos desta Comissão.

Eu ouvi os relatos aqui, hoje. Inclusive, especialistas médicos falaram sobre a questão da deficiência unilateral e também bilateral. É diferente, porque os surdos que são bilaterais, em geral, usam línguas de sinais, vivem experiências totalmente visuais. Então, como fazer essa comparação com os surdos que vivem outra realidade? São necessidades diferentes.

Mas, enfim, eu tenho um eslaide e vou trabalhar usando o eslaide.

Eu vou ler o contexto histórico:

> Nota Técnica nº 12/2007/CORDE/Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.
>
> Ref.: Resultado das Reuniões Técnicas sobre Caracterização/Classificação das Deficiências.
>
> "As especificidades da perda auditiva unilateral não caracterizam uma deficiência ou uma incapacidade no desempenho dos indivíduos em suas atividades cotidianas e na sua interação social. Diferentemente da perda auditiva bilateral superior a 41 dB nas frequências de 500, 1000, 2000 e 3000 Hz, que ocasionam uma deficiência, pois causam um grande impacto nas condições de vida, atividades e participação do indivíduo na sociedade."
>
> "Para avaliar a capacidade de uma pessoa para o exercício de atividades, a OMS recomenda o uso de qualificadores de capacidade e desempenho. O qualificador de desempenho descreve o que o indivíduo faz no seu ambiente habitual e o de capacidade descreve a habilidade de um indivíduo de executar uma tarefa ou não. Ambos qualificadores possibilitam codificar a capacidade da pessoa, considerando se a pessoa que possui uma patologia precisa de assistência ou não. Da mesma forma, se ela pode desempenhar ações com ou sem auxílio e qual é a intensidade e esse tipo de auxílio.
>
> Neste sentido, apesar de pessoas com perda auditiva unilateral possuírem claramente uma patologia, não se pode afirmar que tenha uma deficiência se as variadas formas de compensação pessoal, social e ambiental lhes permitem desempenho e manifestação de suas capacidades sem a ajuda de dispositivos de auxílio ou assistência pessoal.

Há que se considerar ainda que o mesmo grupo de especialistas considera que a caracterização de deficiências conforme dispostas no Decreto nº 3.298/99, nos arts. 3º e 4º, cuja redação foi alterada pelo art. 70 do Decreto nº 5.296, de 2004, não se mostra suficiente para valorar o nível da perda funcional do indivíduo.

Dessa forma, a proposta na qual o Governo vem se empenhando é o modelo de valorização utilizado pelo governo espanhol. Esse modelo consiste em combinar fatores biológicos e funcionais aos fatores sociais e de entorno. Por isso não consideramos adequado definir em uma lei ordinária a definição e a caracterização que hoje estão dispostas em decreto, que terá seu modelo modificado em curto espaço de tempo.

Dessa maneira, o grupo conclui que a perda auditiva unilateral não acarreta incapacidade ou restrição funcional que impeça a participação social do indivíduo.

As características da deficiência de cada indivíduo precisam acompanhar uma nova adaptação. Então, com referência às barreiras, qual seria a barreira real para o surdo unilateral e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para o surdo bilateral? É importante que os profissionais também avaliem isso quando fizerem a definição de deficiente.

Súmula do STJ nº 552: "O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos."(Corte Especial, aprovado em 4/11/2015)

De verdade, a Justiça tem muita dificuldade de avaliar se há barreira ou não. Por exemplo, o surdo unilateral tem uma perda leve. Mesmo que seja uma perda mais severa, essa perda é em um único lado. A Justiça também tem dificuldade de resolver, fazendo esse tipo de avaliação.

Pode passar para o próximo, por favor.

A convenção internacional também traz outro olhar baseado na avaliação.

O senhor pode mudar o eslaide por favor?

Vou ler um novo conceito de deficiência.

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a deficiência é um termo em evolução e é compreendida atualmente como o resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com outras pessoas. Isso significa que a deficiência deve ser vista de forma ampla, como produto tanto de características pessoais quanto das condições ambientais.

Eslaide seguinte.

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O art. 1º permite o entendimento do modelo social da deficiência adotado: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas."

O que significa isso? A interpretação da convenção não está focada em um modelo clínico, mas em um modelo social, no qual são avaliados os fatores.

Vou ler só o título: "Quem são as pessoas com deficiência: novo conceito trazido pela convenção da ONU."

Seguinte.

A LBI também traz esse desenho sobre a avaliação da pessoa com deficiência:

> Art. 2º. (...)
>
> §1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
>
> I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
>
> II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
>
> III - a limitação no desempenho de atividades; e
>
> IV - a restrição de participação.
>
> §2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

O modelo biopsicossocial utiliza a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Próximo.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde de OMS.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para ser usada de forma transversal em diferentes áreas como saúde, educação, economia, trabalho e desenvolvimento de políticas. Enquanto a CID-10 está focada na doença, a CIF se volta para como o indivíduo exerce suas funcionalidades na interação entre a pessoa e o ambiente social ao redor.

A Lei estabeleceu que a avaliação da pessoa com deficiência deverá conter os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, mas também os fatores socioambientais, psicológicos e sociais.

A CIF tenta trazer esse parâmetro e fazer essa avaliação psicossocial. Já existe um modelo de avaliação que foi criado em um GT. Esse GT fez uma pesquisa, aprofundou-se, fez todo um estudo para que se desenvolvesse um modelo inicial. De 2010 a 2012 já existe esse modelo que foi pesquisado e há várias instituições envolvidas, como o Ines e outros eventos que participaram da criação com seminários.

O senhor é da UnB?

Pode passar para o próximo, por favor.

Esse seria um modelo de avaliação dos impedimentos da pessoa, no caso, também comunicacionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FILIPE TRIGUEIRO XAVIER CORREIA – Quais seriam as barreiras das pessoas. Isso entraria tanto no unilateral quanto no bilateral para ser avaliado.

Próximo eslaide.

Temos muitas brechas na lei. Essas falhas geram duplos entendimentos e, no caso, a perda do bilateral ou do unilateral. Isso, eu posso ler como referência nessa falha.

Projeto de Lei da Câmara nº 23/2016:

> Art. 1º Fica estabelecido que deficiência auditiva é a limitação de longo prazo da audição, unilateral ou bilateral, parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembrar que ele tem mais um minuto.

O SR. FILIPE TRIGUEIRO XAVIER CORREIA – Eu preciso de mais tempo para expor. Minha situação é diferente. Eu não escuto igual às outras pessoas. Então, peço mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou lhe dar, então, mais cinco minutos.

Mais cinco.

O SR. FILIPE TRIGUEIRO XAVIER CORREIA – Está o.k. Mais cinco minutos.

> Art. 1º Fica estabelecido que deficiência auditiva é a limitação de longo prazo da audição, unilateral ou bilateral, parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras impostas pelo meio, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

O termo "parcial" inserido na definição de unilateral pode levar a outro entendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

equivocado. Considerando uma pessoa com perda de 41 decibéis em um ouvido e sem perda no outro ouvido, nesse caso, uma pessoa que pode escutar e se comunicar perfeitamente, não possuindo impedimento de longo prazo de natureza sensorial, isso não obstrui a sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Próximo, por favor.

Possíveis consequências:

Aumento de exclusão de outras pessoas com deficiência, inclusive das com deficiência auditiva unilateral, que vivem com zumbidos constantes;

Aumento de rombo fiscal, com acesso de pessoas não necessitadas dos benefícios de INSS, agravando a crise econômica do País.

As medidas e ações afirmativas devem ser conferidas às pessoas realmente necessitadas, sob pena de gerar uma maior exclusão social.

O reconhecimento aos que possuem perda auditiva unilateral, que não sofrem com barreiras ou não possuem zumbido, dos mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência, com a consequente extensão de ações afirmativas no campo de trabalho e emprego, surtirá efeito contrário, excluindo ainda mais aqueles trabalhadores com deficiência.

Isso é o que eu trago.

Já existe a comprovação de que não há essa barreira tão elevada da pessoa com deficiência unilateral, no caso da audição. Então é preciso pensar em uma proposta. Essas pessoas têm perda, isso é real, mas não as incluir no quadro de pessoas com deficiência vai gerar uma perda real e significativa, se comparadas com as outras pessoas?

Vou tentar resumir.

O projeto de lei pode revogar a LBI, caso seja aprovado do jeito que está. Se focar apenas esse modelo médico e esquecer o psicossocial, pode haver uma perda significativa. Então, deve-se fazer essa avaliação e entender a questão das brechas na jurisdição.

3. Inconstitucionalidade do PLC.

O PLC, ofendendo o conceito de deficiência da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é suficiente para tornar-se inconstitucional.

Como vimos, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a CIF podem enquadrar as pessoas com perda de auditiva unilateral nos mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência. No caso de haver impedimentos sensoriais de longo prazo, em interação com uma ou mais barreiras, isso pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, em conformidade com o art. 2º da LBI. Por exemplo, aquelas com zumbidos decorrentes de perda de audição, o que acarreta dificuldade de concentração e de aprendizagem na sociedade, podem ser facilmente avaliadas pela CIF.

A LBI foi aprovada, é uma lei que existe. Não podemos retroceder. Temos que continuar. Não podemos retroceder ao modelo clínico.

Dificuldade no trabalho.

A maior dificuldade de pessoas com perda de audição unilateral é ser inserido no mercado de trabalho, uma vez que empresas têm receio de admitir essas pessoas por medo de sofrer processos judiciais no caso de piora de audição delas. Dessa forma, ficam reprovando os exames admissionais delas. Com a CIF, já se considera pessoa com deficiência no caso de passar da avaliação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FILIPE TRIGUEIRO XAVIER CORREIA – Proposta de outra solução.

Contudo, no caso de não passar de avaliação da CIF?

Dessa forma, outra solução pode ser proposta: a criação de espécie de termo de compromisso a ser firmado entre empregado com perda de audição unilateral e empregador. Esse termo tem finalidade de compromisso e não de processar empregadores em razão de piora da audição deles, limitando-se a essa perda auditiva, isto é, pode-se processar no caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de adquirir outra deficiência distinta. Tem o objetivo de assegurar o emprego às pessoas com perda auditiva unilateral, devolvendo segurança jurídica.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Filipe Trigueiro Xavier Correia, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conade.

O seu argumento procedeu, e eu entendi. Você teria que usar, devido à tradução, no mínimo, o dobro do tempo. Então, meus cumprimentos pela forma tranquila e objetiva como fez a sua exposição.

Vocês veem que o tema é complexo, porque as posições são divergentes. É claro que eu quero construir um entendimento, quero dar um parecer que atenda a todos. Por isso a minha preocupação e a importância desta audiência.

Pesquisador Voluntário da Universidade de Brasília, UnB, Sr. Heleno Correa Rodrigues Filho, também 10 minutos.

O SR. HELENO CORREA RODRIGUES FILHO – Vou tentar falar pausadamente, para facilitar a tradução do intérprete para o nosso companheiro de mesa.

Na pessoa do Filipe, eu cumprimento os que aqui estão, a Drª Fernanda e a Drª Liliane.

Não vou apresentar telas de computador, porque o que eu tinha para apresentar já foi apresentado aqui, tanto na exposição do Filipe quanto, acredito, dos outros que me antecederam.

Considero que a minha presença aqui se deve ao fato de eu ter participado, com a equipe da Universidade de Brasília, de um trabalho de validação epidemiológica do Índice Brasileiro de Funcionalidade, IFBrA, sendo que a letra "A" significa adaptado para a concessão de aposentadorias pelo INSS. Esse índice adaptado decorre de um trabalho que, certamente, a Drª Liliane e a Drª Fernanda vão comentar.

É importante que seja reconhecido que tanto o Parlamento brasileiro quanto o Poder Executivo já tomaram iniciativas nesta última década, particularmente a partir de 2006, no sentido de reconhecer a nova conceituação sobre pessoas com deficiência que vem no bojo de uma resolução da Organização das Nações Unidas de que o Governo brasileiro é signatário.

O Parlamento brasileiro aprovou em votações o que se transformou num decreto legislativo que se tornou a Emenda Constitucional nº 47. Portanto, os direitos das pessoas com deficiência são elementos da Constituição brasileira de 1988, que, neste momento, nos parece um marco referencial importante de defesa da cidadania, porque reflete o que o País tem de melhor garantia de direitos das pessoas e para a sociedade, particularmente na Seguridade Social, que é um conceito considerado hoje em risco na sociedade brasileira, em que se identifica um embate político por restrição de direitos e, principalmente, pela retirada de direitos dos mais vulneráveis. Os trabalhadores, os pobres e as pessoas com deficiência não poderiam estar excluídos dessa possibilidade de ser atingidos na restrição de direitos.

A Mesa que abriu esta reunião trouxe clara a mensagem de que não se podem interpretar de maneira restritiva os direitos assinalados em lei e nós devemos tomar... Creio que é uma missão espinhosa do Senador Paulo Paim relatar um projeto como este, porque tanto é justo se preocupar com a defesa das pessoas com surdez unilateral como também é justo não colocá-las em conflito com os direitos já reconhecidos em lei e na Constituição, na medida em que a emenda constitucional brasileira e a própria Constituição devem ser fortalecidas e defendidas, particularmente nesta Casa do Legislativo.

A minha participação aqui se deve a essa adaptação feita para fins de aposentadoria no INSS, uma forma de somar a pontuação para qualificar gravidade. A lei determinava – ainda determina – que as pessoas sejam aposentadas com tempo de contribuição menor à medida que sejam consideradas graves. O relatório final dessa validação foi apresentado no dia 21 de junho passado. Convidamos o Senador Paulo Paim e outros Senadores que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os promotores da Lei Brasileira de Inclusão. Sabemos que eles não puderam comparecer por falta de agenda, porque coincidia com as datas de votação, aqui no Senado, do *impeachment* da Presidente Dilma. Entendemos que a convulsão política, na qual ainda encontramos o País, justifica que todos os participantes tiveram que se envolver em outras lutas parlamentares e não puderam comparecer à discussão técnica sobre essa validação.

Para não ir muito além do tempo de que dispomos aqui, é importante dizer: primeiro, preservar a Constituição, a lei e a equidade de direitos. A palavra equidade tem o sentido do Sistema Único de Saúde, o SUS. Equidade significa tratar os desiguais segundo as suas diferenças. Não significa tratar a todos da mesma forma.

Essa questão da surdez unilateral, evidentemente, pelos parâmetros médicos e científicos explicados aqui na Primeira Mesa da manhã, qualifica as pessoas com surdez unilateral como pessoas com deficiência. Esse reconhecimento tem que ser tácito. Não é possível excluir pessoas com base numa interpretação de que a lei ou decretos anteriores tivessem qualificado como pessoas surdas apenas aquelas que têm surdez bilateral. Eu acho que a Primeira Mesa foi bastante clara com relação a isso.

Por outro lado, não podemos, em função de uma qualificação clínica e nosológica, que são padrões médicos, impor uma deformação da Lei Brasileira de Inclusão e da Constituição. A posição a ser tomada pelo legislador diante dessas duas questões que são aparentemente conflitantes é uma decisão legislativa difícil, mas certamente eu confio que a Comissão do Senado e o Relator, Senador Paulo Paim, encontrarão maneiras de não perpetuar a discriminação contra as pessoas surdas unilaterais e, ao mesmo tempo, não destruir o avanço que já foi obtido pela validação dos critérios de gravidade do Índice de Funcionalidade Brasileiro, cujo *site* foi mostrado ali pelo Filipe, que me antecedeu com sua exposição. Esse trabalho legislativo é um trabalho que deve, realmente, levar em consideração que manter caráter discriminatório de exame médico, clínico, apenas para a concessão de um reconhecimento destrói o caráter biopsicossocial do instrumento Índice de Funcionalidade Brasileiro e atenta contra o caráter de avaliação multiprofissional, biopsicológico e social proposto pela emenda constitucional já incorporada na Constituição brasileira.

Então, reconhecendo como avanço a Constituição, com sua Emenda 47, a Lei Brasileira de Inclusão e o conhecimento gerado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade do Rio de Janeiro, que criou o Índice de Funcionalidade Brasileiro, e a adaptação feita, validada para fins de aposentadoria, que vão na mesma linha, o apelo que estou trazendo aqui, em nome de quem estou representando – foi convidada a vir aqui a Profª Anahi Guedes de Mello, antropóloga da Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, que nos pediu que fizéssemos aqui esta representação porque ela não poderia vir –, é que seja feita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO CORREA RODRIGUES FILHO – ... uma compatibilização desses critérios para não cairmos, por exemplo, numa discriminação que poderia ocorrer com pessoas com deficiência mental.

Tenho um minuto? Tenho, não é? Dois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Três.

O SR. HELENO CORREA RODRIGUES FILHO – Três.

Vou dar um exemplo. As pessoas com deficiência intelectual e mental não são reconhecidas como tais pela sociedade. Os critérios puramente médicos de avaliação podem, inclusive, levar a equívocos, porque a pessoa tem aparência saudável, não tem lesões visíveis, não tem alterações de comportamento e pode se candidatar a um emprego e ser recusada porque é considerada inapta para o trabalho, sem nenhum reconhecimento de sua condição de pessoa deficiente.

Portanto, não é apenas na questão das pessoas com surdez unilateral que ocorrem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

injustiças. Estamos praticando injustiça fundamentalmente na seleção para o trabalho dos mais aptos e ignorando as condições que a lei coloca sobre a necessidade de reservar para as pessoas com deficiência de todas as naturezas o direito ao trabalho.

Então, assim como estão sendo discriminadas as pessoas surdas unilaterais, estão sendo discriminadas as pessoas cegas, as pessoas com deficiência mental e intelectual. Vou só dar um exemplo: no Censo de 2010, a quantidade maior de pessoas com deficiências é de pessoas com deficiência visual. Na aposentadoria pelo INSS, que é o fim dessa carreira, depois que a pessoa contribuiu por 25, por 30 anos trabalhando, mesmo sendo pessoa com deficiência, a proporção que nós encontramos de deficiência maior nas pessoas que conseguem se aposentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO CORREA RODRIGUES FILHO – ... é de deficiências motoras, o que nos indica que ocorreu, entre o Censo, o emprego e a aposentadoria, um processo de triagem social que prejudicou os deficientes visuais e os surdos de todas as categorias, inclusive os surdos unilaterais.

Então, há necessidade de nós preservarmos – e o apelo que eu trago aqui para finalizar é este – o critério de avaliação de mais de um profissional, não centrando apenas no profissional médico. Falo aqui como médico – porque sou médico – e reconheço que a avaliação clínica para a qual os médicos são capacitados não compreende, de modo global, as avaliações de outras naturezas, como as psicossociais. E as barreiras sociais que os assistentes sociais, os terapeutas, os fisioterapeutas e os psicólogos podem avaliar são, em geral, de caráter diferente e mais amplas que as avaliações médicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO CORREA RODRIGUES FILHO – Portanto, o apelo com que finalizo é este: que se utilize, sempre que possível, o Índice de Funcionalidade Brasileiro, adaptado ou não, e que se preserve o caráter legal de avaliação biopsicossocial e multiprofissional para não se praticarem maiores injustiças, ferindo a lei e mutilando a Constituição.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Heleno, pesquisador voluntário da Universidade de Brasília, médico e, pelo que entendi, professor também. Dr. Heleno Correa Rodrigues Filho.

Agora, Liliane Bernardes, coordenadora da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ministério da Justiça e Cidadania.

A SRª LILIANE BERNARDES – Muito obrigada.

Cumprimento a Mesa. Agradeço ao Senador Paulo Paim e a esta Comissão pelo convite e agradeço a explanação dos componentes da Mesa anterior. Acho que podemos trabalhar em conjunto, em sintonia, para chegarmos a um denominador comum, que pode auxiliar o Senador Paulo Paim no seu parecer, porque este é o objetivo desta Comissão.

Vou falar um pouco da Avaliação Unificada da Deficiência, que é uma proposta que vem desde 2007 justamente por conta dessas questões que têm sido percebidas como de injustiça, de avaliações de deficiência em que ora a pessoa é considerada deficiente para determinado fim e, em outro momento, não é considerada pessoa com deficiência. A ideia surgiu ainda em 2007 – vamos ver um pouquinho mais para a frente. Vou pular vários eslaides dessa apresentação, porque muita coisa já foi dita, para ganharmos tempo.

Pode passar, por favor.

Eu estruturei essa apresentação para falar um pouquinho de conceito e modelo de deficiência e do acesso a políticas públicas; falar dessa Avaliação Unificada da Deficiência; do Comitê de Avaliação da Deficiência, que já está sendo instalado; e dos desafios em relação a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Pode passar, por favor.

Aqui são os conceitos de pessoa com deficiência. Isso já foi abordado praticamente em todas as falas, então não vou repetir. Só assinalo que há uma diferença entre o texto da convenção e o texto do estatuto: o estatuto considera a interação com uma ou mais barreiras, enquanto a convenção fala de diversas barreiras.

Pode passar, por favor.

Há vários modelos e abordagens da deficiência: temos o Modelo Médico, que é da década de 1960, de que o Nagi é o principal autor, foi quem definiu esse modelo; temos o Modelo Social, que é de uma organização britânica formada por teóricos marxistas no final da década de 1970; temos o Modelo Biopsicossocial, que foi uma construção da OMS, que deu origem à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF); temos outros teóricos que falam da Universalização da Deficiência; e temos também a Abordagem da Capacidade, que é uma abordagem mais recente, que é do Amartya Sen.

Pode passar, por favor.

Então, temos o Modelo Médico, em que a deficiência é um atributo físico, sensorial, intelectual ou mental, e as consequências desse impedimento físico estão circunscritas ao corpo.

No Modelo Social, a deficiência é uma interação entre esse impedimento que há no corpo e as diversas barreiras na sociedade.

E temos o Modelo Biopsicossocial, que é uma tentativa de fazer a integração entre esses dois modelos: parte de uma condição de saúde e leva em conta os fatores contextuais que vão gerar a deficiência.

Pode passar, por favor.

A Universalização da Deficiência é uma proposta que estabelece que a deficiência não está confinada a um número fixo da população, porque entende que todos nós estamos sujeitos a ter deficiência, e provavelmente teremos, à medida em que envelhecermos.

E temos a Abordagem da Capacidade, que considera uma série de funcionamentos e capacidades e também as variações entre as pessoas para se definirem questões relacionadas à distribuição de bens sociais. Amartya Sen é seu principal defensor.

Pode passar, por favor.

Decorrentes desses modelos nós temos várias definições de deficiência. Eu não vou entrar em todas; vou ater-me à definição que estamos discutindo aqui, que é essa definição legal e administrativa, baseada em normas, que vai regular esse enquadramento do indivíduo como pessoa com deficiência ou não e que vai definir se ela tem acesso ou não a direitos ou benefícios.

Pode passar.

Vamos falar um pouco de políticas públicas e de pessoas com deficiência. Por que a deficiência é parte da agenda pública? Justamente por conta da situação de desvantagem que as pessoas com deficiência enfrentam: vulnerabilidade, exclusão, marginalidade, pobreza. Então, o que afeta as políticas públicas para pessoas com deficiência? Uma das principais questões são esses modelos de deficiência que vimos aqui anteriormente. Eles vão nortear a construção das políticas públicas, vão definir quem são essas pessoas, quem são as pessoas com deficiência.

Há também os grupos de interesse e o *public choice*, que são as escolhas públicas. Os grupos de interesse vão pressionar para que seus interesses sejam atendidos, e isso vai impactar também a formulação de políticas públicas.

Temos também a questão da focalização e da universalização, que é definir se políticas públicas serão focalizadas para determinado público, se haverá recortes de quem vai ter acesso a essas políticas, ou se vai universalizar-se que todas as pessoas terão acesso à política estabelecida. Isso gera problemas em relação à alocação de recursos – o que vamos ver um pouquinho.

E há o conceito de justiça. O que é considerado justo? Quem está em situação de injustiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e precisa ter o Estado para resolver essa situação de injustiça?

Pode passar, por favor.

Aqui temos o exemplo de algumas das políticas públicas federais para as pessoas com deficiência: a meia-entrada, o BPC, a aposentadoria, o auxílio-inclusão – que está em fase de regulamentação –, o passe livre interestadual. Todas essas políticas são destinadas às pessoas com deficiência.

E como as pessoas com deficiência são reconhecidas pelo Estado para acessar essas políticas, serviços e benefícios?

Pode passar, por favor.

Quem é reconhecido pelo Estado como pessoa com deficiência? E esse dilema da focalização ou universalização das políticas? Essas são questões que nós trazemos para discutir, que devem nortear também a discussão aqui.

As especificidades da deficiência – o leve, o moderado e o grave – devem ter peso na concessão desses benefícios? Há outras variáveis, como renda, que devem ser consideradas? Todas essas questões têm de ser trazidas à baila para que nós possamos construir políticas públicas inclusivas.

Falemos um pouco de alocação de recursos. Os recursos são escassos; a demanda por esses recursos sempre vai ultrapassar a oferta. Então, há que existir um mecanismo de restrição, porque o Estado não dá conta de atender a todas essas necessidades, e criam-se políticas de racionamento, que buscam dar maior eficiência e justiça a essa distribuição de recursos. Aí nós enfrentamos um dilema: como alocar esse recurso – sem considerar as diferenças entre as pessoas ou considerando e abrindo a porta para um número ilimitado de questões?

Pode passar, por favor.

Abordarei um pouco o histórico dessa Avaliação Unificada da Deficiência.

Isso começou em 2007, por um decreto sem número do então Presidente Lula, que designou a Secretaria de Direitos Humanos para formar um grupo de trabalho para a elaboração. Na época, havia um modelo único de deficiência.

Em 2013, foi publicado o Índice de Funcionalidade Brasileiro, construído pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, vinculado à UFRJ; foi editada a Lei Complementar nº 142, da aposentadoria; e a Previdência começou a usar esse instrumento de funcionalidade para avaliar as pessoas que pleiteavam o direito à aposentadoria.

Em 2015, tivemos a sanção da LBI, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Agora, em 2016, o IF-BrA, que é de aposentadoria – que o Prof. Heleno já mencionou –, está em processo de validação, já houve uma primeira validação; e foi estabelecido, então, um comitê interministerial do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência.

Em 2018, essa nova avaliação vai entrar em vigor.

Pode passar, por favor.

Já foi falado aqui que a CIF é o instrumento que vai orientar essa nova avaliação da deficiência, baseado na convenção. É importante dizer que a LBI traz bem claro que a avaliação da deficiência deve ser biopsicossocial. Ela não está, então, restrita, como o Prof. Heleno já disse e outras pessoas aqui também, ao laudo médico, ao diagnóstico médico; vai levar em conta os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo – isso, realmente, está vinculado ao diagnóstico médico –, mas também os fatores socioambientais, psicológicos, pessoais, a limitação no desempenho das atividades e a restrição da participação. E cabe ao Poder Executivo criar esses instrumentos para avaliação.

Pode passar.

Aqui eu trouxe o exemplo da hanseníase – para sair um pouco do foco da surdez –, de como é essa avaliação por meio da CIF. Há a estrutura e a função do corpo. No caso da hanseníase, podem-se desenvolver deformidades nas mãos; essas deformidades vão levar a limitações nas habilidades manuais; e isso pode levar à perda do emprego e a uma incapacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de contribuir com a renda familiar. Tudo isso tem de ser avaliado à luz dos fatores ambientais e pessoais. Então, a pessoa com hanseníase tem um estigma social, pode ter um nível menor de educação e também uma situação socioeconômica diferente, pior do que a de outras pessoas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LILIANE BERNARDES – Isso comparado também entre deficiências. Houve falas aqui que diziam que não há que se falar em comparação entre deficiências. Eu acho que há que se falar, sim, porque as pessoas enfrentam obstáculos diferentes, e que há se falar na mesma deficiência. Pessoas cegas podem ter barreiras diferentes de acordo com a forma como vivem. Então, eu acho que há que se falar de comparação, sim, para que, como já foi dito aqui também, garantir a inserção social de quem precisa – foi uma fala, se não me engano, do Dr. Kayo. Então, precisamos garantir que a inserção social seja para quem precisa, e não para qualquer um indiscriminadamente.

Pode passar.

Comitê da Avaliação Unificada – vou passar rapidamente, porque o meu tempo já está se esgotando. Foi um decreto de agora, de abril de 2016. Esse Comitê do Cadastro-Inclusão e da Avaliação Unificada da Deficiência tem como competência criar instrumentos para a avaliação da deficiência; trabalhar também para subsidiar a validação técnico-científica desses instrumentos, com base...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LILIANE BERNARDES – ... no IF-Br; promover a multiprofissionalidade e a interdisciplinaridade na avaliação biopsicossocial; e articular a implantação dessa avaliação da deficiência na Administração Pública Federal.

Pode passar.

Aqui, temos outras competências, que eu vou passar, porque o tempo já se esgotou.

Há também uma interface muito grande com o Cadastro-Inclusão, porque essa avaliação da deficiência vai demandar um volume muito grande de informações.

Pode passar, por favor.

São integrantes do Comitê: a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual eu faço parte, que hoje está no Ministério da Justiça e Cidadania, que é o órgão coordenador; os Ministérios da Fazenda, dos Transportes, da Educação, da Cultura, do Trabalho e Previdência Social, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão – enfim, todos esses que estão aí –; e também o IBGE, o INSS e o Conade participam desse Comitê.

Pode passar, por favor.

Temos como desafios para essa nova avaliação: o prazo de vigência da lei, que é...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LILIANE BERNARDES – ... em janeiro de 2018; construir a intersetorialidade nas políticas sociais; a interdisciplinaridade; a territorialidade... Enfim, são várias questões aí que são desafiadoras.

O que eu quero deixar como mensagem final é que eu acredito que, com esse novo modelo de avaliação da pessoa com deficiência, vamos conseguir resolver essas questões que surgem como demanda de justiça social. São pessoas que entendem que são pessoas com deficiência, mas não são reconhecidas, e que, por meio dessa nova avaliação, tendo em vista as barreiras que são enfrentadas e todo o contexto, vão ter seus direitos reconhecidos também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Liliane Bernardes, coordenadora da Coordenação de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Justiça.

De imediato, a representante do Conade e do Ministério do Trabalho, Drª Fernanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Maria Pessoa Di Cavalcanti.

A SRª FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer o convite do Senador Paim.

Eu, além de membro do Conade pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sou auditora fiscal do trabalho e sou responsável pelo projeto de fiscalização, em nível nacional, que garante a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho – a fiscalização da lei de cotas, basicamente.

Muita coisa foi dita aqui, e agora eu queria falar um pouco sobre a evolução legislativa que tivemos e um pouco do que é o mercado de trabalho.

Eu acho que o Brasil evoluiu muito nos últimos anos. Inclusive, parte dessa evolução se deve ao trabalho do Senador Paim aqui, que, ainda no começo, fez o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Depois, veio a Convenção da ONU, o Estatuto foi se renovando, e ele participou dessa discussão o tempo inteiro.

Eu, em princípio, sou contra, depois de termos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a LBI, que vai corrigir, na minha opinião, todas as injustiças anteriores concedidas por decreto e por legislação – a questão da classificação da pessoa com deficiência por meio administrativo, e não por meio de avaliação dela mesma, inclusive na parte dos impedimentos, porque a deficiência não é mais uma questão somente médica, é uma questão social também. Eu acho que a LBI veio para solucionar esse grande problema, tanto que eu sempre digo para o pessoal: o que precisamos é fazer com que esse instrumento realmente venha trazer justiça social.

Com relação ao fato de a política da pessoa com deficiência não ser restritiva, há políticas que não são restritivas, como a do acesso à saúde, que é universal, pública e gratuita, e a política de educação também. Todavia, a política de cotas para pessoas com deficiência é uma política restritiva. Ela existe para ajudar exatamente no caso das deficiências que necessitam de um diferencial para entrar no mercado de trabalho.

Infelizmente, quando tínhamos o Decreto nº 3.298 sem as modificações do nº 5.296, a maioria das empresas que tinha problema de ruído cumpriu suas cotas com os próprios surdos que elas fabricavam, porque era a surdez leve. Aí, veio uma alteração exatamente porque a lei não estava servindo para atingir quem realmente necessitava, porque a pessoa com surdez leve não tinha a dificuldade que a pessoa com surdez total tinha, assim como a que o cego total tem. Então, eu acho que a LBI vai evoluir mais ainda nessa questão, porque nós vamos avaliar individualmente cada pessoa; a pessoa que quiser ter acesso à política e que precisar dela. Eu tenho um amigo com deficiência que nunca usou das cotas para concurso público, porque ele achava que não precisava desse tipo de coisa. Então, nós também temos que respeitar esse lado da pessoa com deficiência.

Quando se faz uma análise do mercado de trabalho, vamos ver o que o professor Heleno falou: a maioria é deficiência física. Eu não sei quantos por cento, porque eu não estava preparada para vir para esta audiência, mas, como o Filipe pediu para eu vir acompanhando, eu vim; se não, eu teria trazido esses números todos. E não são as deficiências físicas importantes; são as deficiências físicas leves. Como nós hoje tratamos a pessoa com deficiência administrativamente, nós usamos como parâmetro o Decreto nº 3.048, se não me engano, da Previdência, para delimitar as deficiências físicas – é o decreto do acidente de trabalho, da limitação da aposentadoria por invalidez.

Em segundo lugar, vem a surdez. Em terceiro lugar, a deficiência visual.

Qual é o maior obstáculo da pessoa com deficiência para entrar no mercado de trabalho? É exatamente o preconceito do patrão e a despesa que essa pessoa pode causar para ele. Quando ele olha para a pessoa com deficiência, ele pensa em quanto vai gastar para adaptar o seu ambiente. Então, o que o patrão quer? Ele quer uma pessoa com deficiência física que ande, uma pessoa com surdez que escute e um cego que enxergue. Esse é o melhor mundo para ele. Então, se ele puder contratar uma pessoa com deficiência unilateral em vez de bilateral, ele vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

preferir mil vezes o unilateral, porque o unilateral ouve.

Eu não estou entrando aqui na polêmica. Eu acho que a pessoa com deficiência unilateral é pessoa com deficiência. Eu acho que a melhor avaliação vai ser o índice brasileiro de avaliação e a questão da validação da avaliação da pessoa com deficiência, que vai ser uma avaliação única para todas as políticas públicas, com os recortes necessários que cada política tiver.

Se usarmos a lei de cotas como uma política não restritiva, jamais, enquanto houver pessoas com pouca deficiência ou com deficiência mais leve, a pessoa com uma deficiência mais pesada vai ser preterida no mercado de trabalho. Por que as empresas, hoje em dia, estão, de certa forma, fazendo muito mais pressão para a questão de abrir esse conceito da pessoa com deficiência? Porque as deficiências mais leves estão todas empregadas, e agora eles têm que investir nas deficiências mais pesadas. E investir nas deficiências mais pesadas significa mais custo de adaptação da empresa, ou seja, da acessibilidade; mais custo de qualificação de seus próprios funcionários para lidarem com a deficiência dentro do ambiente de trabalho, porque a pessoa com deficiência, quando entra no ambiente de trabalho, se os outros colegas não estiverem preparados para recebê-la, vai ser tão excluída como fora do mercado de trabalho; e mais custo para adaptação de todos os instrumentos.

Infelizmente a empresa olha... Não é infelizmente, não; faz parte do mundo, da economia. Eles olham quanto lucro a pessoa vai dar ou quanta despesa ela vai dar. Atualmente são poucas as empresas que já veem a pessoa com deficiência como um trabalhador como qualquer outro, mas ainda precisamos dessa lei de cotas. Segundo os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), 93% das pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho só o estão por conta de lei de cotas, seja por conta das empresas com cem ou mais empregados, que são obrigados a contratar e que fiscalizamos; seja no serviço público, que abre concurso público; seja nas empresas da administração indireta, que também fiscalizamos.

Uma coisa que acho fundamental – eu não vou falar muito, não – é que as pessoas com deficiência têm que ser tratadas diferentemente. Já digo de novo que não estou entrando no debate se a pessoa com deficiência unilateral não é pessoa com deficiência. Não estou entrando nesse debate. Eu só acho que não é o momento de novamente trazermos a avaliação da pessoa com deficiência por forma administrativa e legislativa. O Brasil evoluiu muito para tratar a pessoa com deficiência como um conceito em evolução, como está na ONU. Então, hoje você pode ser uma pessoa com deficiência; e você pode evoluir e não ser mais. Quando se restringe esse conceito a uma lei, eu acho que isso não faz parte da evolução que o Brasil fez, não faz parte do que o movimento da sociedade fez para crescer na avaliação da pessoa com deficiência.

Eu acho que o melhor seria essa lei não ir adiante, Senador Paulo Paim. Na minha opinião, nós já temos legislação suficiente para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Nós precisamos é colocá-las em prática. E o modelo da avaliação da pessoa com deficiência vai entrar em vigor em 2018.

Não é por nada, não; é por uma questão simplesmente da evolução que houve no conceito, na Constituição brasileira, da avaliação da pessoa com deficiência, de não ser mais uma avaliação simplesmente médica, e, sim, biopsicossocial. A deficiência é um conceito em evolução, e nós já temos instrumentos suficientes para garantir os direitos dessas pessoas. Por enquanto, não, mas há quanto tempo estão sem esses direitos? Isso para não criar mais injustiça.

A partir do momento em que a gente... Eu tenho a avaliação de que, quando sair o instrumento, para a pessoa ter acesso à política pública da inclusão da lei de cotas, ela vai ter que fazer avaliação. E só vai entrar se pela avaliação ela for considerada pessoa com deficiência.

Era isso que eu queria acrescentar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FERNANDA MARIA PESSOA DI CAVALCANTI – Não queria ser contra nem a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu vou ser bem direto. Eu não vou abrir a palavra para o plenário. E vou explicar por quê. Eu havia avisado a vocês que sou obrigado, às 11h – são 11h05 –, a abrir a audiência pública sobre a Justiça do Trabalho no Plenário do Senado.

Percebi com toda a clareza – sou o Relator da matéria –: Primeira Mesa, totalmente a favor; Segunda Mesa, vamos dizer, não é a favor.

Não vou entrar em detalhes das análises que cada um colocou, com todo o cuidado e com muito respeito a cada posição.

Eu, pessoal, tenho a tendência, como Relator, de querer construir uma alternativa, construir um entendimento. O que eu vou propor de forma objetiva? Eu não vou viajar nesse feriado. Se vocês puderem, nós teremos uma reunião de trabalho na quinta-feira. O que é uma reunião de trabalho? Nós nos sentamos aqui, sem televisão, sem nada, apenas nós mesmos, para trocar ideias e ver o que podemos ou não construir. Se vocês fizerem isso, para mim será muito bom.

Eu não sou de segurar projeto na minha mão, enrolando, enrolando, enrolando. Uma decisão nós teremos que tomar.

Então, se vocês puderem, aqueles que compuseram essa Mesa e, é claro, os assessores.... Por exemplo, eu nunca deixo de falar que eu fui autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas os Relatores foram fundamentais: Flávio Arns, Celso Russomanno, Mara Gabrilli e Romário. Inclusive, se os assessores deles quiserem estar presentes, será muito bom para nós trocarmos ideias sobre o que poderemos fazer.

Encerro a reunião neste momento.

A Secretária-Geral da Mesa está aqui.

Se vocês puderem, quinta-feira de manhã, mandar representantes – naturalmente, se puderem estar presentes, melhor; eu estarei presente –, nesta mesma sala, às 9h da manhã, nós nos reunimos e tentamos construir. Vamos fazer o bom diálogo – para não dizer o bom debate – para construir o entendimento, o.k.? Quinta-feira, às 9h da manhã, aqui.

Muito obrigado a todos.

Uma salva de palmas a todos, mas com mais carinho para a professora.

Professora, você fez o que tinha que fazer mesmo. Tinha que cobrar. Eu só respondi, mas você tem toda a razão. É uma vergonha o Senado não ter ainda profissionais e ter que chamar na última hora.

Uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 87ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Saúde, Cidadania e Direitos Humanos". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Justa Helena Braga Franco, Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública – ASFOC-SN (entregou o Prêmio Sérgio Arouca de Saúde e Cidadania ao Senador Paim e à Maria Lúcia Fattorelli); Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Paulo Henrique Scrivano Garrido, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - ASFOC-SN (entregou a Medalha Careli ao Deputado Jean Wyllys e à Norma Maria); Deputado Federal Jean Wyllys; Norma Maria Souza, Coordenadora do Projeto Marias; Valcler Rangel, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz. O Senhor Presidente solicita a reprodução dos vídeos contidos nos links. O Senhor Presidente concede a palavra para os convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e doze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 87ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 107, de 2016, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "Saúde, Cidadania e Direitos Humanos". No primeiro momento, teremos um espaço de homenagem, que explicaremos na sequência. A audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Convidamos, de imediato, para fazer parte da Mesa, Justa Helena Braga Franco, Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN).

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Paulo Henrique Scrivano Garrido, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN).

Seja bem-vindo, Paulo. (*Palmas.*)

Deputado Federal Jean Wyllys.

Não sei se chegou, ele estava vindo do Rio, mas ficam aqui as nossas palmas. Se ele chegar, vai direto à Mesa. (*Palmas.*)

Batemos palmas na hora certa. Fique já na Mesa.

Norma Maria Souza, Coordenadora do Projeto Marias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está chegando. (*Palmas.*)

Valcler Rangel, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz. (*Palmas.*)

Está chegando também.

Neste momento, como havíamos combinado, teremos a abertura dos nossos debates com a entrega dos prêmios de iniciativa da Asfoc, Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública.

Prêmio Sérgio Arouca de Saúde e Cidadania, premiação de iniciativa voltada para defesa da saúde e cidadania no Brasil.

Premiados: Senador Paulo Paim e Maria Lúcia Fatorelli.

Em seguida, na sequência, Medalha Careli de Direitos Humanos.

Premiados: nosso querido e sempre lembrado, não só aqui, mas em todos os lugares, aquele que mais recebe prêmios, e isso é bonito, pela atuação brilhante na linha de direitos humanos, Jean Wyllys, e Norma Maria Souza.

De imediato, convidamos a Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN), Justa Helena Braga Franco, que vai fazer o ritual da entrega desses prêmios.

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, Deputado Federal Jean Wyllys, Maria Lucia Fattorelli, nossa companheira velha de guerra, meu companheiro aqui do sindicato; bom dia a todos os senhores e senhoras aqui presentes, pessoas que receberão a comenda, a Medalha Careli.

É um prazer enorme estar aqui hoje, outorgando esse prêmio para as pessoas que se dedicaram e para as pessoas que estão na defesa dos direitos, da cidadania do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A Medalha Sérgio Arouca foi criada em 2004. Antes, tínhamos a Medalha Careli, criada para lembrar um colega que foi assassinado pela Polícia no Rio de Janeiro. Dez anos depois, foi criado o Prêmio Sérgio Arouca de Cidadania e Direitos Humanos. Esse prêmio tem por finalidade homenagear as pessoas que se dedicam a resguardar a cidadania do povo brasileiro, aqueles que se envolvem direta ou indiretamente para resguardar o direito das pessoas aqui, no nosso Pais, direitos que estão sendo aviltados, direitos que, com essa PEC 241, se ela passar na Câmara e Senado – e já contamos com a colaboração dos companheiros da Mesa para que façam o trabalho de impedir que essa PEC caminhe –, serão retirados, ainda mais, principalmente da população mais carente, da população que precisa de saúde, de educação.

Somos uma instituição de saúde. Neste ano, já tivemos um forte contingenciamento dos recursos para a saúde. Só podemos contar com dez meses para pagar nossas dívidas na Fiocruz, e, com esse contingenciamento previsto até o ano 2026, a saúde será muito mais aviltada. Quem projetou essa PEC não fez a conta de que, em 2036, teremos mais 20 milhões de pessoas a demandar saúde, educação, infraestrutura. Como é que vamos dar conta de atender essas pessoas, se hoje, com 20 milhões a menos, já temos um déficit? A saúde não é aquilo que está na nossa Constituição Federal de 1988, a Constituição de Sérgio Arouca – e por isso temos o Prêmio Sérgio Arouca –, que foi um Constituinte e um ferrenho defensor da saúde no nosso País. Ele liderou a VIII Conferência Nacional de Saúde, que foi um marco para a saúde brasileira.

Sérgio Arouca foi cremado, mas, se tivesse sido sepultado, com certeza, estaria muito angustiado debaixo da terra. Ele deixou um legado na Fiocruz, deixou a esperança de que podemos mudar esse estado de coisas. Existem pessoas atrás de nós que merecem o nosso trabalho na defesa dos seus interesses.

A Constituição Federal diz que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, em seu art. 196. E isso que é tão caro para nós logicamente ficará comprometido.

Sérgio Arouca teve um papel muito importante. Nós o chamamos de um guru – até hoje é um marco na Fiocruz e um marco também, acredito, aqui na Câmara dos Deputados, onde atuou por dois mandatos – da saúde, porque se envolveu e sempre brigou muito. Por isso, a gente dá o nome de Sérgio Arouca a essa homenagem que a gente está fazendo aqui ao Senador Paim e à Maria Lúcia Fattorelli. A esta por ser incansável na discussão da auditoria da dívida pública e ao Senador Paulo Paim também pela sua importante participação na defesa da pessoa idosa e das pessoas com dificuldades especiais. Então, nada melhor do que essas pessoas para representarem o que a gente entende que o Prêmio Sérgio Arouca deve homenagear.

Assim, é com muito orgulho, Senador, que a gente quer homenagear o senhor. O senhor já tem muitos títulos, mas vai poder juntar mais um à galeria da sua vida parlamentar. É uma honra para nós outorgar-lhe esse título, bem como à Maria Lúcia Fattorelli, essa amiga tão querida, essa guerreira, uma mulher guerreira, que não desiste nunca.

Então, é importante que a gente tenha como marco essas pessoas nas nossas homenagens.

Assim, à Maria Lúcia Fattorelli e ao Senador Paim a gente vai entregar o Prêmio Sérgio Arouca de Direitos Humanos.

Eu acho que é o Clodoaldo... Não é Clodoaldo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – Para a Maria Lúcia Fattorelli. (*Palmas.*)

O Clodoaldo é o nosso coordenador aqui da Fiocruz Brasília.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – E, agora, o nosso Vice-Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – O nosso Vice-Presidente fará a entrega do Prêmio Sérgio Arouca de Direitos Humanos ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – O Paulinho roubou a minha cadeira. (*Risos.*)

Só mais uma coisa que eu quero lembrar: o nosso atual Ministro, o Sr. Ricardo Barros, disse que o SUS não cabe no Estado brasileiro. Então, se já não cabe neste momento, com a 241, não vai caber nunca. A gente precisa lutar para que o SUS seja garantia da saúde para o povo brasileiro. Então, convidamos todos aqui presentes para nos juntarmos nessa luta para tentarmos barrar a 241.

Agora, vou passar para o Vice-Presidente do Sindicato, Paulo Garrido.

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – Obrigado, Justa.

É uma honra estar aqui na Comissão de Direitos Humanos. Queria agradecer em especial ao Senador Paulo Paim, porque desde que a Asfoc se transformou em sindicato nacional, em sindicato combativo, tem tido uma atuação de bastante protagonismo, presença e cobrança aqui no Legislativo. Ao Senador Paulo Paim me honra muito entregar este prêmio Sérgio Arouca de Saúde e Cidadania, porque é um defensor dos trabalhadores do nosso País, com bastante coerência, militância, muito trabalho e está aí na luta por uma sociedade mais justa. Então, mais uma vez, em nome dos trabalhadores da Fiocruz, um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim.

Queria também cumprimentar a Mesa: Deputado Jean Wyllys; Maria Lúcia Fattorelli; Vice-Presidente da Fiocruz, Valcler Rangel; Justa Helena; Norma, do Projeto Marias; e todos aqui presentes, os que estão acompanhando *on-line*, virtualmente, e também os representantes do movimento sindical, dos movimentos sociais. Vemos aqui a presença dos companheiros da Fasubra, CSP-Conlutas, CUT, Fenasps; o nosso companheiro Varela, acompanhando a reunião, que tem ajudado muito a Asfoc no nosso trabalho aqui, no Congresso Nacional. Então, agradeço a presença de vocês.

É sempre um momento que me emociona muito falar um pouco – e sempre saio do protocolo, do que está colocado –, neste momento de emoção, sobre a Medalha Careli de Direitos Humanos. Eu convivi com Careli, servidor da Fiocruz, trabalhador, servidor público, um cara da comunidade e um militante abnegado. Nas campanhas da Asfoc, Careli era o primeiro a chegar. E aqui, hoje, a gente tem a presença da irmã de Jorge Careli, Selma Careli. (*Palmas.*)

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – Eu vim domingo para Brasília e recebi Selma Careli aqui, ontem, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para situar o público e a TV Senado também, se ela puder se levantar...

Pronto. Ali. (*Palmas.*)

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – O nosso sindicato atua na Fiocruz. Temos um modelo de gestão democrática e participativa.

Os trabalhadores da Fiocruz reagiram imediatamente ao assassinato de Jorge Careli, ao desaparecimento de Jorge Careli. Houve uma incursão na comunidade, o cara era morador dessa comunidade, era horário de almoço, uma incursão da Polícia Civil. Numa abordagem, o cara, em horário de almoço, foi levado. E a Asfoc, os trabalhadores da Fiocruz, numa ação conjunta com a direção, com a presença da Fiocruz, com a Fiocruz, nós levantamos ali uma luta, uma campanha pelos direitos humanos da família de Jorge Careli, da mãe de Jorge Careli, do pai, pela memória de Jorge Careli, porque, com o avançar, com a evolução dos fatos, ficou claro que houve um assassinato brutal, e os direitos desse trabalhador, dessa família foram desrespeitados. Trouxe muita dor. O sindicato, mais à frente, conseguiu recuperar parte dos direitos do trabalhador, da família, em relação à certidão de óbito, porque sequer havia essa possibilidade, algumas questões de causas trabalhistas, de pensão, mas lógico que a dor é grande e isso não se recupera.

Mas nós nacionalizamos um prêmio, que é a Medalha Careli de Direitos Humanos, para, além da memória de Jorge Careli, também fortalecer a luta da Fiocruz, dos trabalhadores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Fiocruz em defesa dos direitos humanos na sua plenitude.

Nessa trajetória da Medalha Careli, nós já homenageamos muitas entidades e pessoas que se destacam na luta pelos direitos humanos na sua plenitude. Direitos humanos é tudo.

A Justa falou aqui na PEC 241. A PEC 241 é a PEC do fim do mundo, é a PEC que desrespeita esses direitos humanos, que vai trazer transtornos à população. Ela destrói saúde pública, ela destrói educação pública, ela destrói cidadania. Nós temos uma atuação e precisamos ampliar essa luta. Estamos aqui, à mesa, vários defensores que se destacam nessa luta, que acompanhamos, com que trabalhamos junto.

Mas eu estava falando que ontem eu recebi – e a Luciana lembrou que há uma outra parte do evento – a Selma Careli, querendo saber como seria... É a primeira vez que a gente faz um prêmio por iniciativa da Asfoc de Brasília, e está aqui presente o Sr. Clodoaldo – a gente agradece essa sugestão –, um prêmio no Congresso Nacional. Ela queria saber um pouco... Porque a gente faz, na Fiocruz, os eventos, há lá uma parte cultural, música clássica, e nosso Diretor sociocultural, Profeta, aqui presente, é quem organiza isso, sempre com muita emoção. E ela trazia um recado da mãe de Jorge Careli, D. Maria Careli, que não pôde estar presente, pedindo para estender na mesa a camisa que o sindicato fez, com 11 anos do desaparecimento de Jorge Careli, para nossa campanha "Onde está Careli?", porque o corpo sumiu.

Está aqui a camisa, em homenagem e respeito a D. Maria Careli, mãe de Jorge Careli. Eu vou abrir a camisa aqui. "Onde está Careli?" (*Palmas.*)

Falei sobre a militância e a incursão policial que extermina direitos e assassina brutalmente trabalhadores. Isso nos mobilizou e, na Fiocruz, onde essa medalha tem muito reconhecimento por parte da comunidade, defendemos a atual diretoria da Asfoc. Estamos sempre colocando em evidência a luta pelos direitos humanos, é nossa bandeira de luta.

Para fazer um paralelo: a comunidade de Manguinhos continua sofrendo muito com os ataques aos direitos daquela população. Então, nesse sentido, nós temos aqui hoje pessoas que se destacam na luta pelos direitos humanos na sua plenitude. Temos aqui o Deputado Federal Jean Wyllys, que a Asfoc elegeu como um dos homenageados por esse prêmio especial em 2016; decidimos prestar essa homenagem, entregar o prêmio ao Deputado Federal Jean Wyllys.

Não vou falar de sua trajetória porque há um tempo colocado aqui que é limitado, mas quero dizer que o Deputado tem uma luta abnegada em defesa dos direitos humanos. Temos acompanhado vários projetos que o Deputado tem elaborado em defesa da saúde pública, em defesa da Fiocruz – Fiocruz é vida, Fiocruz é saúde –, e o Deputado é um companheiro também na luta por essas causas.

Eu queria chamar a Diretora Secretária-Geral, a Luciana Lindenmeyer, para prestar a homenagem e entregar o prêmio muito merecido ao Deputado Federal Jean Wyllys. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – Outra ação/causa que nos desperta muita paixão e emoção: o Projeto Marias, criado para alertar as autoridades sobre a necessidade de cumprimento das leis que são aprovadas aqui no Congresso. O caminho entre a aprovação e a implementação das leis é muito grande. Muitas necessidades das pessoas com deficiências ou necessidades especiais não são atendidas por puro descaso daqueles que têm a obrigação de cumprir as leis.

Do Projeto Marias, Norma, também uma guerreira, lutadora. Lá na comunidade de Manguinhos, a gente tem tido muita ação em conjunto – Fiocruz, Sindicato, comunidade. A Norma representa, simboliza muito isso. Terá um tempo para falar sobre o projeto, do que lhe toca, do que dói na alma, daquilo por que age, luta, do que constrói em defesa dos direitos humanos na sua plenitude. Então, queria chamar a Norma e, obviamente, nosso Diretor sociocultural, Profeta, para entregar o prêmio, e o Alcimar para fazer a entrega das flores à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Norma. (*Palmas.*)

É um momento também muito especial, tentando aqui não quebrar o protocolo, mas já quebrando...

Peço aplausos. (*Palmas.*)

É um momento muito especial.

Queria convidar Selma Careli para uma homenagem que será prestada pelo sindicato, na verdade, uma homenagem da Asfoc, mas também da Presidência da Fiocruz. E convido o Vice-Presidente Valcler Rangel, que, em seguida, terá a fala, já garantindo – já conversamos com o Senador – que todos os homenageados terão direito à fala.

Mais uma vez, renovo o fato de que a Asfoc segue aqui hoje e todos os dias com outros debates sobre a aposentadoria do servidor público, sobre direitos dos trabalhadores. Nos dias 24 e 25, lá na Câmara dos Deputados, o Rodrigo Maia quer votar a PEC em segundo turno. Contamos, mais uma vez, com as ações, com o apoio tanto do Senador Paulo Paim quanto do Jean Wyllys para não abrirmos mão e podermos seguir lutando para derrubar a PEC 241.

Não vamos dar sossego, o movimento geral se reúne amanhã, e vamos construir uma agenda forte, reunindo o setor público, o privado, movimentos sociais para derrotar o que está em curso, que é o desmonte das políticas públicas, a destruição da saúde e da educação pública. Convido Selma Careli...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – ... e Valcler Rangel para fazer a homenagem. (*Pausa.*)

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Bom dia a todos e todas. Primeiramente, é um prazer estar aqui, no Senado Federal. Quero cumprimentá-los.

Vou fazer uma fala muito rápida, apesar de ter trazido uma apresentação. Na verdade, quando nós vimos aqui no Senado, é sempre bom deixar um registro do que falamos. Muitas vezes as pessoas estão nos observando pela TV Senado, e as palavras ficam, às vezes, soltas no ar.

Quero cumprimentar a Norma – Norma está aí? Oi, Norma, tudo bem? Quero dar um bom-dia. Cheguei um pouco atrasado, não pude cumprimentar a todos: Deputado Jean Wyllys, querida Maria Lucia, Senador Paulo Paim, Justa, Paulinho e todos os demais aqui. Em especial, cumprimento o Clodoaldo e todos os servidores aqui, de Brasília, que possibilitaram essa nossa vinda para estarmos conversando sobre direitos humanos, que é tema já secular. Vou falar muito rapidamente, para valorizar um pouco essa nossa vinda aqui.

Quero destacar também, além das presenças dos que já citei, a do meu amigo, posso dizer assim, Jaime Nadal, representante do Fundo de População das Nações Unidas – está lá atrás –, que veio prestigiar o nosso evento aqui. É um parceiro nosso. (*Palmas.*)

O Fundo de População tem trabalhado fortemente junto às Nações Unidas, e Jaime Nadal, aqui, no Brasil, com a questão das mulheres, dos jovens, da juventude. Nós estamos com uma perspectiva grande de trabalhar fortemente com a questão da juventude na Fiocruz, trazendo-a como um novo tema a ser explorado pela Fundação Oswaldo Cruz junto ao Fundo de População. E a gente tem trabalhado muito em relação à questão dos efeitos sobre os direitos sexuais e reprodutivos, tendo em conta a Síndrome do Zika Congênita. E isso tem nos mostrado um caminho muito interessante para olharmos essa questão.

Então, eu vou tentar aqui, em cinco minutos, fazer um percurso muito rápido, mas, para mim, essa questão de direitos humanos e saúde tem uma importância fundamental.

Pode ir passando, por favor.

Primeiramente, eu queria, muito rapidamente, de fato, fazer um histórico, porque acho que a luta da Norma, do Jean Wyllys, do Paulo Paim e de todos é, como eu disse, uma luta secular. Então, quando a gente vai visitar alguma questão em relação à Declaração dos Direitos Humanos, encontra essa Declaração de direitos do povo da Virgínia, de 1776, que já falava um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pouco do que é isso.

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que homens e mulheres fizeram essa luta ao longo dos séculos e concretizaram isso, de alguma forma, na Declaração dos Direitos Humanos, que passou também pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – e, aí, já os nossos problemas do tempo: o homem como um sujeito central. Eu diria que a gente precisaria já saber que isso é feito na história, quer dizer, os sujeitos são feitos na história. E, quando fala do homem, deveria estar falando da mulher, deveria estar falando de todos. E isso, na Revolução Francesa, se concretiza dessa forma, desse modo. Isso é feito pela sociedade de uma maneira geral.

Pode passar adiante, por favor.

Isso desemboca na Declaração Universal dos Direitos Humanos do pós-guerra, em 1948, onde está consignado que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Eu acho que isso, gente, deve reinar.

Eu estou querendo destacar isso porque eu conheci o Careli quando era estudante da Escola Nacional de Saúde Pública. E o Careli era um sujeito assim: ele nos recebia com um sorriso no rosto sempre. Ou seja, esse espírito de fraternidade eu acho que se materializa no Careli. A imagem que eu tenho dele é sempre essa. Eu, ainda estudante, obviamente bem mais novo do que agora, fazendo a minha pós-graduação, lembro-me disso; não me lembro de outra coisa.

Eu acho que essa percepção é fundamental, qual seja a de sabermos que o amor, a fraternidade, a capacidade de gerar novos sujeitos, a capacidade de fazer com que a gente respeite as diferenças e consiga conquistar mais dignidade para as pessoas é o nosso objetivo. E ter direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, com alimentação e vestuário, habitação, cuidados médicos, serviços sociais indispensáveis, direito a segurança, faz parte de um dever do Estado.

Vamos adiante, por favor.

Isso também se materializa no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. Por que eu coloco isso também? Porque o Brasil só adota esse Pacto de 1966 em 1992. Nossas lutas, no Brasil, muitas vezes, chegam com atraso, mas chegam. E isso faz com que o Brasil decrete a adoção desse Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esse Pacto fala sobre a saúde, sobre os Estados-partes garantirem o direito a toda pessoa a um nível de vida adequada para sua família, para si, ou seja, as suas condições de vida.

Vamos adiante, por favor.

Do mesmo modo, também, esse Pacto coloca a questão da saúde física e mental já como uma questão central. E vejam, isso em 1992, posterior a nossa Constituição.

Não vou cansar os senhores e senhoras com essa apresentação. Depois vocês podem olhar um pouco para essa construção do que é essa luta materializada em documentos, que é uma luta da humanidade, é uma luta da sociedade humana de forma geral. Isso vai se materializando aos poucos em cada país que vai adotando essas premissas.

No Brasil, já desemboca na Constituição Cidadã, em 1988. Por incrível que pareça, temos que ficar repetindo isso aqui. Desculpem-me os Deputados e Senadores que podem estar nos ouvindo agora, mas, infelizmente, temos que ficar, toda hora, lembrando o art. 196, toda hora temos que lembrar. É quase desagradável ter que ficar lembrando isto: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

No art. 198, colocam isso numa rede regionalizada e dizem que isso vai ser feito por um sistema único de saúde que será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, repito isto toda vez que temos de falar de direitos: não adianta dizermos que há direito humano sem materializá-lo concretamente no financiamento, no modo de organizar, no modo como agimos no cotidiano. Na Fiocruz prezamos muito isso. Eu tenho certeza de que esta Casa aqui também preza muito isso, não tenho dúvidas. A garantia da Constituição está colocada aqui, nesta Casa.

Vamos adiante, por favor.

No entanto, desde 1990, observamos a queda do financiamento federal. Não é de agora o desmonte desse direito assegurado – e festejamos muito, semana passada, o Dr. Ulysses Guimarães –, mas efetivamente, nesses anos todos, o que vimos? Não houve 30% do orçamento na seguridade social, não houve contribuição previdenciária, houve desvinculação das receitas da União no Orçamento, houve CPMF desviada e depois retirada, ainda numa gestão anterior.

Qual é o impacto desta PEC 241 sobre essas perdas todas? Nós não temos dúvida – eu coloco dúvidas ali porque, obviamente, temos que ficar perguntando isso até a última votação aqui, no Senado –, mas nós já avaliamos que o impacto é muito sério, o impacto é direto, porque essa PEC vem impactar sobre todas essas perdas que tivemos nesses anos todos. Ou seja, as políticas de perdas não estão colocadas desde a semana passada, elas estão colocadas há muito tempo. Essa luta é permanente entre a área dita econômica e a área dita social, quando a Constituição junta essas duas coisas. A Constituição não separa essas duas coisas. O direito humano é assegurado por políticas sociais e econômicas. Não existe uma coisa contra outra.

Essa sequência de coisas mostra que qualquer déficit público que possa estar sendo alegado para fazer isso não foi causado nem pela saúde nem pela educação. Pelo contrário: a saúde e a educação contribuíram para a redução do déficit público. O que vem contribuindo para o déficit público é outra coisa: a dívida pública de maneira desordenada e provocadora de juros.

Não sou economista, é como leigo que digo isso, mas vários economistas... Hoje de manhã vi no jornal... Desculpem, mas é que fico impressionado com o que vejo na televisão: um discurso único. Colocam economistas para falar e dizem que esses economistas que defendem essa ideia é que são os respeitáveis, os economistas do tal do mercado. Os economistas do mercado é que são os respeitáveis; os economistas que não são do mercado não são respeitáveis. Então, nós estamos com os economistas que não são do mercado, e sabemos que a saúde tem grande interesse do mercado.

Então, o resultado foi a queda de participação do SUS na receita bruta desde 1995: de 9,6%, passou para 7,1% em 2012. Ou seja, nós tivemos queda da participação da saúde na receita corrente bruta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – ...e isso é um absurdo.

Vou já terminar.

Ali, a fonte. Eu coloco a fonte. Foi um seminário do Cebes que fez toda essa discussão com economistas, com o pessoal da ABrES (Associação Brasileira de Economia da Saúde), com todo mundo que tem olhado para as finanças públicas de um modo mais sério. Então, é preciso que nós observemos isso, porque não dá para botar na saúde e na educação a responsabilidade sobre qualquer tipo de desequilíbrio e também não dá para dizer que saúde, educação e orçamento público são iguais ao orçamento doméstico, como estão dizendo para tentar simplificar o raciocínio para provar que a PEC é necessária.

Vamos adiante por favor.

Apesar disso, nós tivemos avanços: inclusão de quase metade da população brasileira no sistema público de saúde, atenção básica universal com grande expansão e com qualidade, atenção integral na saúde mental, serviços de média e alta complexidade, controle da AIDS – melhor programa do mundo –, SAMU, transplantes – maior programa do mundo –, participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

social em conselhos e conferências – dezenas de conferências foram realizadas; aliás, milhares, se incluirmos as conferências municipais e estaduais.

Vamos adiante.

Nós vimos nesse tempo todo... Vou ser bem mais rápido agora, porque o recado que eu queria deixar aqui era esse que acabei de dar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conclua. Está indo muito bem.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Nós temos tentado fazer uma política baseada em evidências científicas, esse é o papel da Fiocruz.

Por que coloco o *The Lancet* aí? Porque as pessoas ficam sempre falando em tropicalização, dizendo que nós somos brasileiros da esquerda, ou sei lá o quê, que ficamos falando. Nós fazemos publicações internacionais que comprovam que o SUS, efetivamente, é um sistema que dá resultado, apesar de todas essas crises de financiamento, e que, para fazer mais, é preciso mais financiamento. Então, na revista *The Lancet*, em 2011 ainda, se diz, em última análise, que o desafio nosso é político, exigindo engajamento contínuo da sociedade brasileira como um todo, para assegurar o direito à saúde para todos os brasileiros. Então, Norma, Jean, Maria Lucia, Paulo Paim, esse é o nosso desafio, o desafio é político. O desafio é político, e nós temos resultado para mostrar.

Vamos adiante.

A evolução de adoecimento e morte, eu diria, não é muito... É só para vocês entenderem. Aquelas manchas naquele gráfico ali mostram, aquela primeira grande mancha, as doenças infecciosas parasitárias, que vêm decaindo. No entanto, o câncer, a doença cardiovascular e a violência, que abateu Careli, vêm num crescente.

A gente pode dizer que, no mundo inteiro, isso gera custos para a saúde. Já é calculado que, nos próximos anos, a gente tem custos acrescidos, pelo menos, previstos, de 37% com saúde em função da mudança desse perfil. Então, não adianta a gente projetar para 2030 um perfil restritivo. Nós precisamos projetar um perfil que dê garantia a essas pessoas que vão envelhecer, às crianças que estão sobrevivendo mais – vamos adiante por favor –, porque a evolução dessas taxas brutas de mortalidade e natalidade vão fazer com que a gente, lá em 2030, tenha esse cruzamento de natalidade com mortalidade, e isso muda o perfil e muda as necessidades.

Vamos adiante.

A gente verifica que os perfis de mortalidade infantil, por exemplo, foram reduzidos. E eu chamo a atenção de todos para a queda da mortalidade infantil na Região Nordeste entre 1990 e 2007. É importante observarmos isso. Vejam só: de 1930 a 1970, houve uma redução de 1% ao ano. Nos anos 70, a redução foi de 3,2%. Após 1980, quando a mortalidade infantil começa a ficar mais difícil de ser reduzida, porque quanto mais você reduz, mais difícil fica reduzir, as taxas foram de 4,5% a 5,5%. Isso é SUS. Desculpem se alguns encaram isso como xingamento, mas é SUS.

Vamos adiante, por favor.

E aqui vocês podem ver mais uma representação gráfica dessa queda de mortalidade. Por quê? Porque esse estudo foi feito baseado em 20 anos. E nós temos falado muito esse negócio de 20 anos para a frente. Será que nós vamos continuar nessa mesma trajetória nos próximos 20 anos? Essa é a pergunta que a gente faz: por que – desculpem-me, Senador e Deputado – o Senado e a Câmara querem fazer uma regra que, no mundo inteiro, não existe, fazer com que haja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – ... uma paralisia de investimento no setor público durante 20 anos?

Vamos adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Para quê? Para não haver impacto na hanseníase, como a gente teve nestes últimos 20 anos?

Vamos adiante.

Para não haver impacto na esquistossomose, para que a gente está próximo de encontrar, inclusive, uma vacina, depois destes 20 anos de impacto?

Vamos adiante, por favor.

Para não ter acesso à água tratada, para o que, no Plano de Saneamento Básico, era previsto a gente ter pelo menos R$500 bilhões? É o que está sendo dito aí que a gente vai perder e é o que era para haver na área de saneamento. Porque hoje, se são 82% atendidos com abastecimento de água, são mais de 35 milhões sem acesso a esse serviço público, a esse serviço básico.

Vamos adiante, por favor.

Diabetes, a mesma coisa: nós temos impacto de redução. No entanto, ainda em 2002, a diabetes era responsável por 17% do total de mortes, por conta da epidemia de obesidade. Isso gera custos também para o nosso sistema de saúde.

Vamos adiante, por favor.

E aqui, o saneamento, volto ao saneamento. A mesma questão: para universalização, esse custo aqui do saneamento, R$303 bilhões.

Então, é preciso que a gente olhe adiante para saber como a gente faz valer aquele direito humano de que falávamos anteriormente.

Portanto, qual é a mensagem principal daquela revista que citei? Há necessidade de manutenção dos processos de transferência de renda, de melhorias sociais e ambientais para melhorar a saúde, para continuar nessa queda que a gente viu aqui das doenças infecciosas e parasitárias, para cuidar melhor das pessoas.

Há necessidade de manter o acesso universal e gratuito, e outras políticas equitativas devem ser apoiadas e reforçadas.

O controle de vetores, do qual a gente tem falado tanto, deve ser integrado às políticas de habitação, o que, aliás, hoje, é uma questão mundial. Em Quito, está-se discutindo a questão do direito à cidade como um direito humano fundamental. O direito ao saneamento é um direito humano fundamental. E a necessidade de realizações da pesquisa científica se transformarem em benefícios para toda a sociedade. Esse é o nosso papel na Fiocruz.

Vamos adiante, por favor.

Para terminar, eu queria – a gente já lembrou Careli e outras pessoas aqui – lembrar Gilson Carvalho, que nos deixou há pouco tempo. Peguei um eslaide de uma apresentação dele, de quem eu gostava muito, era um amigo, um companheiro. Ele lembrou Sérgio Arouca, que lembrou Darcy Ribeiro. Como Sérgio Arouca diria: "A reforma sanitária brasileira – SUS – é um processo civilizatório." É disso que nós estamos tratando aqui; é disso que Norma trata quando organiza esse Projeto Marias; é disso que Jean trata na hora que trabalha seus projetos de garantia do respeito à dignidade humana e às diferenças na Câmara; Paulo Paim, do mesmo modo, trabalhando a negritude, como o negro tem que valorizar essa sua atuação nas questões da Previdência Social, que também está em risco agora. Gilson Carvalho diria: "Conquistando o direito humano à saúde somos todos protagonistas privilegiados do processo civilizatório."

É essa mensagem que quero deixar aqui, por favor.

Agradeço muito essa possibilidade de ter participado aqui com vocês.

Espero que essa mensagem possa, de algum modo, sensibilizar essas duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado, para que a gente possa, no mínimo, ter mais tempo, a sociedade brasileira, para discutir essa PEC. Que nos deem mais tempo, não tentem fazer isso a toque de caixa, como se fosse a única solução que pode resolver todos os problemas brasileiros, o que, desculpem, não é uma verdade, não me parece ser uma verdade. Se for, deem mais tempo para discutir. Talvez me convençam do contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Muito obrigado.

Espero que a luta continue! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Valcler Rangel, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.

Meus cumprimentos, Valcler. Você abriu aqui hoje o que eu chamo – que nós faremos aqui nesta Comissão a partir de hoje – de ciclo de debates sobre as reformas, iniciando principalmente pela 241, mas vamos debater também a reforma da Previdência, vamos debater a reforma trabalhista e a dívida cidadã. Já fizemos algumas reuniões e vamos continuar fazendo aqui durante esse período até que o Senado, se depender de mim, naturalmente, vote contra a 241, que é a que está chegando em primeiro lugar, mas sabemos que, na sequência, virão as outras.

Nessa abertura do ciclo de debates sobre esses temas, nós vamos passar a palavra agora a Norma Maria Souza, Coordenadora do Projeto Marias, lembrando que são dez minutos para cada convidado.

A SRª NORMA MARIA SOUZA – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Norma. Coordeno um trabalho chamado Projeto Marias, com o título: "Como posso ajudar meu filho especial". Sou da comunidade de Manguinhos, onde moro há 50 anos.

Em primeiro lugar, quero agradecer por estar aqui nesta Casa. Para mim, é uma honra participar desta audiência pública, junto com o Deputado Federal Jean Wyllys – desculpem, mas não conheço todo mundo –, Maria Lucia; o Paim, que conheço; a Justa, de Manguinhos; o Paulinho; o Valcler, o Alcimar, minhas amigas da Coordenação da Asfoc, e as Marias, que são as guerreiras e levam esse projeto junto comigo. Está aqui presente neste momento a Eliana... (*Palmas.*)

... o Lucas e o Peterson. Ainda há mais quatro mulheres que provavelmente estão perdidas, porque aqui é muito grande. Tivemos um pouco de dificuldade – já que estamos falando de acessibilidade – porque estávamos com o Peterson e não conseguimos entrar pela entrada principal. A mãe dele acabou ficando lá para esperar as outras meninas, e eu vim por aqui, que é mais fácil. Elas devem ter se perdido porque tiveram que vir por outro lugar já que a cadeira do Peterson não pôde subir porque não há rampa de acesso. Enfim, já que estamos falando de acessibilidade, eu não poderia deixar de comentar.

Não preparei eslaides porque levo muito tempo em cada eslaide. Geralmente, em um eslaide de cinco, levo uma hora e meia falando. É tanta coisa para comentar, e preferi só ler uma carta que preparei. Dessa carta o Peterson vai entregar uma cópia para o Deputado Jean Wyllys.

O Peterson é um menino que tem paralisia cerebral. Ela não a teve por anóxia perinatal – estou fazendo menção à anóxia porque tenho um de 18 anos que sofreu a paralisia por anóxia – mas porque nasceu de seis meses, 24 semanas, mais ou menos, e sabemos que o cérebro não está maduro o suficiente quando a criança nasce antes do tempo, o que pode gerar sequelas. Então, o Peterson teve essa sequela porque nasceu antes do mês determinado.

O Lucas tem Síndrome de Down, é superativo – não é, Lucas? –, é o fotógrafo do Marias; de vez em quando, vai querer tirar umas fotos, vocês podem deixar porque as fotos saem ótimas. E temos a Eliana, uma guerreira, que vem junto comigo há muito tempo. Temos, também, a Andréa, que não está presente, está perdida pelos corredores, e é a mãe do Peterson, já vem conosco há 13 anos. Temos a Mayara, Secretária do nosso projeto e que também está perdida; e a Jane Pereira. Acho que são só essas que vieram.

Vou contar um pouco da história do Marias para que vocês que não conhecem o projeto entenderem um pouco do que se trata.

Tenho três filhos: o Caio, que tem 27 anos; a Valery, que tem 19; e o Kevin Johnson, que tem 18 anos. O Kevin é, portanto, o meu terceiro filho. Quando o Kevin nasceu – sempre sigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os padrões, faço pré-natal, faço as coisas certinhas, fiz dos três filhos, tudo como manda o figurino – eu tinha feito o pré-natal, todas as ultrassonografias. Quando cheguei ao hospital, a médica me olhou e disse: "Por que você tem filho de cesárea?" Eu respondi: "Bem, eu não tenho outros filhos de parto normal; apesar de querer que os partos sejam naturais, há pessoas que não podem tê-los."

E ela disse: "Pois é, mas negro, índio e nordestino têm que ter filho naturalmente." E eu falei: "Mas o meu obstetra, do SUS, que vem fazendo o meu pré-natal até hoje, disse que eu não posso ter um filho por parto natural, porque eu não tenho passagem". E ela deixou passar até a hora máxima, quando eu já não aguentava mais, quando eu estava perdendo todas as forças, quase desmaiando, para então dizer: "Prepara essa mãe aqui para ir para a sala de cirurgia." E, aí, eu já fiquei com medo e pensei: "Meu Deus, ela vai me matar." Eu já estava com medo dela. E, quando chegamos à sala de cirurgia, ela já abriu a minha barriga, mas ela abriu pouco. Como já havia passado a hora, o neném não estava mais mexendo. E, como eu disse, na hora em que ela abriu a minha barriga, ela abriu menos do que deveria ser para uma cesária. Resultado: o menino não passou. Ela puxou com tanta força que quebrou o fêmur da criança numa cesariana! E eu, ali, sem poder fazer nada.

Então, ela me disse: "Eu quebrei a perna do seu filho." Aí eu peguei e disse: "O que eu posso fazer?" O mínimo que eu poderia, se eu não tivesse feito parto cesariano... Sou contra a violência, mas, no mínimo, deveria quebrar a dela também – não é? Porque, nessas horas, a gente perde a linha mesmo. Não devemos, mas, infelizmente, é de mãe para mãe. Numa hora dessas, a gente não sabe o que fazer.

E, aí, ela colocou para dentro novamente o menino, o meu filho Kevin; e, então, além da perna quebrada, por ela colocá-lo para dentro novamente para abrir mais um pouco para poder retirá-lo sem quebrar-lhe o pescoço talvez, ele teve uma anóxia perinatal. Por quê? A pessoa, quando morre, tem quatro minutos para voltar sem sequelas. Ele ficou mais de quatro minutos. Com mais de quatro minutos, você fica com sequelas leves, moderadas ou severas. E o Kevin, que é o meu filho, hoje com 18 anos, tem paralisia severa por anóxia perinatal.

A gente ainda vê isso nos dias hoje. Depois que ele nasceu, a minha amiga, então com 15 anos teve, no mesmo hospital, o da Praça XV do Rio de Janeiro, que, graças a Deus, foi fechado, teve o seu primeiro filho, que também nasceu com paralisia cerebral pelas mãos da mesma médica. A diferença é que eu levei o caso à Justiça. No caso dela, os laudos, os documentos foram todos destruídos na hora, e essa mãe não conseguiu levar o seu caso à Justiça. Ainda mais: como ela era menor de idade na época, a família sem orientação, não conseguiu dar andamento ao processo. Apesar de o meu ter ido parar na Justiça, ainda está, até hoje, há 18 anos, tramitando. Então, não houve diferença alguma.

Aí nasceu o Projeto Marias. E por quê? Eu moro em Manguinhos e tenho a mesma dor de algumas mães que têm diferenças para entender de leis. A gente mora em uma comunidade extremamente violenta. Quando nós estamos aqui discutindo saúde, educação, lá as pessoas têm baixa escolaridade. As pessoas de baixa escolaridade têm um pouco menos capacidade, por assim dizer, de absorver melhor as informações. Se não houver uma pessoa ali que bata naquela tecla, dizendo: "Olha, a PEC 241" – de que estamos falando muito agora – "está prejudicando nisso, nisso e nisso..." E, assim, falar mais uma vez e mais uma vez, ela vai entender. Já é diferente para uma pessoa que tem uma formação, que já estudou várias vezes aquelas leis, que já sabe para que servem e onde recorrer para a aplicação daquela lei.

Então, o Projeto Marias nasceu pela dor do Kevin e pela dor das outras mães. A gente se uniu e conseguiu formar uma comissão de mães de filhos com qualquer tipo de deficiência. Antes era apenas a paralisia cerebral; mas, aí, me apareceu o Lucas, como me apareceram outras crianças com outros transtornos, apareceu o autista, apareceram várias outras pessoas que precisavam daquela atenção que não era somente a atenção por ser portador de necessidade especial, por ter paralisia cerebral propriamente dita.

Antes também era só para crianças. De repente, eu vi o Kevin crescendo. Eu falei: bom,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

se eu não quero excluir o meu, que já não é mais criança, agora é um adolescente, eu vou estender para pessoas com deficiência. E aí o Marias, hoje, não é mais de crianças nem de adolescentes, é de pessoas com deficiência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NORMA MARIA SOUZA – No Marias a gente tem rodas de conversa, futebol, que chamamos futebol de sete, mas não é exatamente futebol de sete porque há outras crianças que não têm transtorno. Pela inclusão, pela socialização, acolhemos também outras crianças que não têm aparentemente nenhuma complicação neurológica, por quê? Porque as escolas, por exemplo, não conseguem ver a patologia ou a não patologia, ou simplesmente por não acompanhar o determinado imposto pelo currículo, a matéria imposta, essa criança acaba sendo segregada mesmo sem ter complicações neurológicas. Acolhemos essas crianças para poder dar esse olhar diferenciado e também acompanhar a educação, mesmo que a criança não tenha comprometimento cerebral. E aí o Marias se deu.

Antes do vídeo que eu preparei – não vou me estender muito –, eu gostaria de ler uma carta que eu construí. A princípio, foi uma moção que eu havia passado – vim como delegada de mulheres na última conferência nacional – falando somente do art. 11 Capítulo III do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas depois, quando eu fiz essa carta, coloquei mais umas cinco leis. Se eu fosse colocar todas, ia dar um livro de mais de mil páginas! É muita lei que temos que não são cumpridas. Eu separei algumas aqui.

Pedi ajuda também para esta carta às meninas da Asfoc, às meninas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, do Rio de Janeiro também. Eles me falaram de algumas leis: "Norma, fala sobre essa lei também, que é legal." Falaram da Lei Brasileira de Inclusão também, que já vem há mais de 15 anos nessa luta com a pessoa com deficiência. Então, nós construímos esta carta, que vou ler. Depois vou passar um filme de mais ou menos oito minutos. É um videozinho que eu preparei com um colega adolescente de 19 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo, só para situar a Mesa: são dez minutos para cada um, você já está em 15 minutos. Como você está abrindo aqui o debate, vai ter um tempo especial. Você vai ler a carta e passar o vídeo em seguida.

A SRª NORMA MARIA SOUZA – Está bom. Eu vou ler a carta. Como eu falei, se eu fosse no eslaide, eu ia falar muito. Diz assim a carta:

> Nós mães de pessoas com deficiências e necessidades especiais do Projeto Marias, que tem o título "como posso ajudar meu filho especial", vêm por meio desta moção encaminhar ao Congresso Nacional e repudiar o Estado e Município do Rio de Janeiro e o Governo Federal pelo não cumprimento das leis em sua totalidade, representada nos artigos contidos na Lei Brasileira de Inclusão e principalmente no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
>
> Essa falta de respeito é histórica, porém a Lei Brasileira de Inclusão vem, há mais de 15 anos, na luta no sentido da garantia de direitos para as minorias em todos os aspectos. Vale lembrar que essas leis garantem às pessoas com deficiência e com necessidades especiais o direito à educação, à assistência social, à acessibilidade, seguridade social, cultura, esporte, entre outros direitos constituídos.
>
> Acreditamos que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Portanto, essas leis devem ser cumpridas na sua totalidade e não parcialmente por esses órgãos. Entendemos ainda que o não cumprimento total dessas leis tem deixado as pessoas com deficiências e seus familiares à mercê da própria sorte. As referidas leis, supracitadas, garantem às pessoas com deficiência a dignidade da garantia de direitos, da saúde e de sobrevivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O que queremos é respeito pelas nossas limitações. Ao contrário do que muitos pensam, não queremos brigar, mas muitas vezes é necessário gritar para garantir os nossos direitos, pois essa é a maneira de expressar a nossa indignação diante da falta de respeito à garantia de direitos das pessoas com deficiência. Nós, mães especiais, não precisaríamos lutar por direitos se as autoridades competentes e a sociedade civil olhassem nossos filhos como pessoas humanas e não como não pessoas. Nós só queremos que as leis que já existem sejam cumpridas em todos os aspectos que envolvem a pessoa humana, embora reconheçamos que as políticas públicas que já existem precisem ser atualizadas e reajustadas para as nossas necessidades.

Dentre as leis já garantidas pela nossa Constituição, reforço e faço referência à representada pelo art. 11 do Capítulo III, do Direito à Saúde, contida no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei obriga os órgãos governamentais de todas as esferas à compra de insumos, do tipo prótese, meios auxiliares de locomoção, medicamentos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

A Lei nº 7.873 diz que é crime discriminar, mas somos privados todos os instantes de nossos direitos, pois a deficiência não pode só ser vista como parte da Medicina. A deficiência, indiscutivelmente, é uma questão social, pois muitas pessoas vivem em situação sub-humana, e o salário do BPC – é uma das leis – não dá para custear os gastos com uma pessoa com deficiência. E ainda há mais: se os pais trabalham para complementar a renda e se há mais de uma pessoa deficiente na família, esse benefício não é concedido.

Não se cumpre também a lei que diz que diz que as empresas têm de 2% a 5% das vagas para os deficientes. No entanto, as empresas só contratam deficientes que podem produzir, quando a lei diz que, se o deficiente não puder, por si só, realizar suas tarefas, as empresas têm que contratar um preceptor para ajudá-lo no local de trabalho.

Inclusão escolar. As escolas não estão preparadas para incluir as pessoas com deficiência. As salas são lotadas, os professores despreparados, faltam bidocentes, salas de recursos, etc. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, as pessoas com deficiência têm direito a esses suportes na educação especial pública ou privada. Porém, pela falta de fiscalização desses órgãos, esses suportes não são oferecidos, pois só matricular nossos filhos especiais em uma escola não é inclusão. Inclusão é quando o profissional está preparado para fazer com que as pessoas com deficiência participem das atividades junto com a turma. E se isso não acontece, as mesmas estão segregadas.

A acessibilidade referida pela Lei nº 5.296 precisa ser respeitada de todas as formas, principalmente logo ao construir o edifício ou equipamento público ou privado. As instalações acessíveis já têm que vir na planta do projeto. No entanto, constroem sem acessibilidade, e logo após, para fugir das multas, quebram e adaptam, desperdiçando dinheiro público.

Nesse sentido, nós, mães da comunidade de Manguinhos, com o apoio da Asfoc, atuante, que aqui se faz presente, seguiremos resistindo na luta pela garantia de direitos das pessoas com deficiências, já constituídos por lei, por uma inclusão que verdadeiramente nos represente na defesa da vida e de um SUS cem por cento público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

A SRª NORMA MARIA SOUZA –

> ... universal, gratuito e de qualidade para todos os brasileiros, principalmente para as pessoas com qualquer tipo de deficiências ou necessidades especiais, por serem as minorias mais vulneráveis.

É isso. (*Palmas.*)

Eu estou passando esta moção para que os demais presentes nesta sala, se quiserem, possam assiná-la. Eu vou entregar uma para o Jean Wyllys. O Peterson virá entregar agora.

Eu poderia aproveitar este momento para eles entregarem ?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode.

A SRª NORMA MARIA SOUZA – E o Lucas vai entregar para o Senador Paim.

A do Peterson está aqui. A mãe dele não está. Ainda não conseguiram achar. É muito grande aqui. (*Palmas.*)

O Peterson fala. Quer falar alguma coisa, Peterson?

O SR. PETERSON DOS SANTOS FREIRE – Muito obrigado à Asfoc, ao Paulinho, ao Alcimar, ao Presidente da Fiocruz, ao Deputado Federal Jean Wyllys e ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

A SRª NORMA MARIA SOUZA – Posso entregar logo para o Senador? Ou o Peterson já entregou? Cadê a do Lucas? (*Pausa.*) (*Palmas.*)

A SRª NORMA MARIA SOUZA – O vídeo é rápido, bem rápido. Pode passar o vídeo, então.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Continua a exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos à Norma Maria Souza, Coordenadora do Projeto Marias. Pode saber, Norma, que fico muito orgulhoso de ver seu trabalho. Nós todos ficamos. Eu, por obra do destino e da vida, tive a satisfação de ter sido o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas porque eles assim entenderam. Para se ter uma ideia, o coordenador do meu gabinete é totalmente cego e foi ele que teve a ideia, não fui eu. É o Santos Fagundes, do Rio Grande do Sul. Ele me apresentou essa ideia há mais de 15 anos. Apresentamos quando eu era Deputado, foi uma briga enorme para avançar. Reapresentei como Senador, e, ao final, conseguimos aprovar, mas foram mais de duas mil reuniões, mais de 20 mil pessoas foram ouvidas em todo o Brasil. Fico muito feliz porque sua linha de atuação, pelo que percebi, é no sentido de que se aplique a a lei. Não adianta só fazer a lei, a LBI no caso – são a mesma coisa o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, que estão em um único instrumento. E a sua luta, a luta dessa militância é no sentido de que se cumpra a lei, pelo menos isso. E, claro, a lei pode ser sempre aperfeiçoada.

Quero aqui pedir mais uma salva de palmas... (*Palmas.*)

... tomara outras entidades percebem que não é só fazer a lei, é fazer com que a lei seja cumprida.

Com enorme satisfação, passo a palavra ao Deputado Federal Jean Wyllys.

Jean, ao passar a palavra para você, faço-o com muito orgulho. Todos nós acompanhamos o seu trabalho, é um trabalho nacional de combate aos preconceitos e de respeito à orientação sexual de cada um. Mas não é só isso: você trabalha, de forma dinâmica, em todas as áreas, e, por isso, quero abrir também com uma salva de palmas para você. (*Palmas.*)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Bom dia a todas e todos. Agradeço aos meus companheiros de Mesa: Norma, Maria Lucia Fattorelli, Justa, Paulo e Valcler. Agradeço a presença das Marias.

Em uma audiência pública, Deputados e Senadores devem falar menos e ouvir mais.

Então, a minha função aqui é muito mais a de ouvir as demandas da sociedade civil organizada. Assim, interessaram-me mais as falas do Valcler, do Paulo Henrique e a fala da Norma, assim como vai me interessar muito a fala da Maria Lúcia Fatorelli.

Então, falar menos, ouvir mais e buscar soluções legislativas, no campo da legislação, e soluções políticas, no campo das políticas públicas. Essa deveria ser a nossa função.

Fico muito feliz com a honraria de receber a Medalha Careli de Direitos Humanos – feliz de verdade mesmo. Sinto-me lisonjeado, mas eu acho que é dever de todo representante eleito defender os direitos humanos. Ninguém deveria receber honrarias por defender os direitos humanos na condição de Deputado Federal, de Senador, de Deputado Estadual ou mesmo de Vereador. Essa deveria ser a função de qualquer representante eleito, porque os direitos humanos, apesar de todo o estigma que há hoje em torno dos direitos humanos – e, certamente, muito de vocês já ouviram a frase, se é que já não a repetiram, que diz que "direitos humanos são direitos de bandidos" –, apesar desse estigma em torno dos direitos humanos, os direitos humanos são os direitos de todos e de todas nós. Este é o pacto universal que está na Declaração dos Direitos Humanos: toda pessoa humana é portadora de um conjunto de direitos inatos a ela, que são constituintes da sua dignidade humana. Toda pessoa humana!

Então, os direitos humanos são os direitos sociais, são os direitos políticos, são os direitos econômicos, são os direitos culturais, são os direitos ambientais, são os direitos sexuais e reprodutivos. Então, são os direitos de todos e todas. E nós não entendemos como é ou em que momento da história os direitos humanos foram estigmatizados dessa maneira, a ponto de os defensores dos direitos humanos deste País serem tratados com escárnio ou serem difamados, como eu mesmo sou difamado diariamente nas redes sociais, por defender direitos humanos. A gente tem que entender como foi que isso aconteceu.

Então, por esse motivo, embora eu me sinta lisonjeado, eu acho que deveria ser obrigação de todo Deputado Federal, de todo Senador, de todo Deputado Estadual defender os direitos humanos; e os seus eleitores deveriam estranhar aquele Deputado, aquele Senador, aquele Deputado Estadual, aquele Vereador que venha a público criticar os direitos humanos. Deveriam achar estranhíssimo e sequer votar nessas pessoas.

Então, a minha atuação parlamentar é nesse sentido, é no sentido da afirmação e da promoção dos direitos humanos, porque não basta que os direitos humanos estejam proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; não basta que os direitos humanos estejam proclamados em uma série de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário já; não basta que esses tratados digam que toda pessoa tem direito à saúde, direito à educação, direito à moradia, direito à mobilidade urbana, direito à segurança pública, direito a lazer; não basta que a Declaração faça isso. É preciso que isso se efetive concretamente nas vidas das pessoas. E a gente vê, pelo relato da Norma e das Marias, que isso não está concretizado. A gente vê, com o próprio desaparecimento de Careli, que isso não está concretizado. A gente vê, nas centenas de milhares de negros pobres mortos nas periferias deste País, que isso não está concretizado. A gente vê, na discriminação diária aos homossexuais – e, sim, os homossexuais também são humanos –, que isso não está concretizado. A gente vê, na discriminação diária às mulheres, nessa desigualdade de oportunidades no que diz respeito a gênero neste País, onde as mulheres têm menos oportunidades que os homens, que isso não está concretizado.

Então, a nossa busca é concretizar isso, seja através de projetos de lei, seja através de políticas públicas. Projetos de lei são importantes. Quando as leis são aprovadas, a sociedade civil tem a chance de cobrar que elas sejam efetivadas, como fez Norma agora há pouco.

O que é que ela disse, em resumo? "Nós não queremos nada de novo. Queremos apenas que as leis já aprovadas sejam cumpridas." Porque não basta aprovar a lei, tem que se batalhar para que elas sejam efetivadas, para que sejam cumpridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nós apresentamos projetos de leis aqui, e eu tenho alguns projetos de lei no sentido de garantir o direito às pessoas com deficiência, sobretudo o projeto que garante, no âmbito do SUS, o tratamento às pessoas com doenças raras, e também o benefício – é um projeto que eu tenho – para os cuidadores de pessoas com doenças raras. As doenças raras quase sempre são incapacitantes e geram discriminação, certo?

Mas também eu tenho outros projetos. Há um projeto que enfrenta a violência obstétrica. A Norma foi vítima de violência obstétrica. O filho dela tem uma deficiência em razão disso. O racismo é parte da violência obstétrica. O racismo está envolvido na violência obstétrica. Eu tenho um projeto, portanto, que garante o parto humanizado. Ao mesmo tempo, um projeto de lei que garante a interrupção segura da gravidez indesejada, no âmbito do sistema de saúde. Porque, sim, uma mulher que não deseja levar adiante uma gravidez deveria ter direito a interromper essa gravidez no âmbito do sistema de saúde, com segurança, para não praticar aborto clandestino e, portanto, colocar em risco a sua própria saúde.

Além dos projetos de lei que apresentei e estão em tramitação, vamos discutir a aplicação dos recursos da União, o Orçamento, o dinheiro que vem dos nossos impostos, que todos neste País pagamos – a Maria Lucia Fattorelli vai falar sobre isso com muito mais propriedade porque é economista. Chamamos a nossa tributação de regressiva porque ela incide muito mais sobre o consumo do que sobre a renda. Então, todo mundo paga imposto neste País, até a pessoa mais miserável, aquela pessoa que vive de esmolas paga imposto neste País. Então, na hora de discutir a aplicação dos nossos recursos, que vamos discutir as leis orçamentárias, que é a LOA (Lei Orçamentária Anual), o PPA (Plano Plurianual), nós temos as emendas individuais. Cada Deputado pode fazer emendas ao Orçamento, dizer para onde destinar determinados recursos.

Boa parte das minhas emendas, até por uma questão impositiva, destinamos para a saúde. Destinei emendas para a Fiocruz; para o Instituto Fernando Filgueiras, que é um instituto de saúde reprodutiva; para o instituto de Puericultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que atende sobretudo crianças com deficiências. O instituto tem lá um núcleo de reabilitação para crianças com deficiências e com paralisias.

Só para deixar claro para vocês que eu busco trabalhar a efetivação dos direitos humanos não só no discurso, na política – que a gente diz no discurso –, mas também na prática, porque é fundamental que haja recursos para que as políticas sejam implementadas. Por isso a PEC 241 é tão pavorosa.

Eu já quero responder a Valcler que não faça esse apelo a mim e ao Senador Paulo Paim, porque nós estamos justamente na linha dos que querem impedir que esta PEC 241 seja aprovada. Não é toda a Casa que quer que a PEC seja aprovada. No caso da Câmara, foram os 366 Deputados que, coincidentemente, votaram pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Então esta PEC 241 corresponde à vontade do Governo ilegítimo, do governo golpista de Michel Temer, de paralisar os recursos da saúde e da educação... (*Palmas.*)

... e da ciência e da tecnologia, para beneficiar o sistema financeiro, para beneficiar os mais ricos, para beneficiar as pessoas que vivem da renda, os rentistas. Então é isso. Não se trata de vontade ou de não vontade. Trata-se de uma nova hegemonia política que nasceu do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Então, nós impedimos – quando digo "nós", não me refiro ao Presidente Paim ou a mim – uma Presidenta honesta, eleita democraticamente, para colocar no seu lugar um Vice-Presidente traidor, que traiu a Presidenta da República, de um Partido que traiu o Partido que era o principal partido da coligação, o PT. Então, o PMDB traiu o PT junto com o PSDB.

Essa nova hegemonia política não tem interesse em garantir direitos sociais, em garantir os direitos dos mais pobres e, por isso, apresentou essa proposta de emenda à Constituição, a PEC 241, que vai congelar por 20 anos os recursos públicos para a saúde e para a educação, o que é um escândalo. Eles tratam os investimentos em saúde e em educação como gastos, mas nós os compreendemos como investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Um país não se desenvolve, um país não distribui renda se os investimentos públicos nessas três áreas forem congelados – investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia –, justamente as três áreas que estão reunidas na Fiocruz, que é uma instituição que trabalha no campo da saúde, da educação, da ciência e da tecnologia.

E é claro que eles estão fazendo isso porque, lamentavelmente, boa parte da nossa população está alheia ao que está acontecendo no País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Lamentavelmente, as últimas eleições municipais – em alguns lugares ainda há segundo turno – foram concluídas na maioria do País, e o resultado foi favorável às pessoas que querem o congelamento dos investimentos públicos em saúde e educação. Lamentavelmente, quem triunfou nessas últimas eleições foram os inimigos dos direitos dos mais pobres e, lamentavelmente, os mais pobres votaram nessas pessoas, porque os mais pobres são suscetíveis a discursos demagógicos, os mais pobres são suscetíveis à enganação e à mentira, que agora circulam com muito mais facilidade pelas redes sociais e pela internet. Todo mundo tem um celular, todo mundo agora está em grupo de WhatsApp, todo mundo acredita na mentira e na difamação que ali circula. Então, temos uma tarefa fundamental – nós, Parlamentares, e a sociedade civil –, como por exemplo, as Marias e a Auditoria Cidadã, que é fazer chegar à grande maioria das pessoas, sobretudo aos mais pobres, as informações verdadeiras. Precisamos levar-lhes as informações verdadeiras para que possam distinguir entre o joio e o trigo, entre quem está verdadeiramente do lado deles e quem está fingindo estar do lado deles.

Falar mal dos homossexuais neste País hoje dá voto; mentir sobre a agenda dos homossexuais dá voto hoje neste País; dizer que os homossexuais querem obrigar, nas escolas, crianças a serem homossexuais dá voto. E as pessoas acreditam nessas mentiras – muitas pessoas, inclusive, me detestam por conta dessas mentiras. As pessoas acreditam em mentiras que reforçam os seus preconceitos e, lamentavelmente, elas se colocam ao lado de seus algozes, que foi o que aconteceu nas últimas eleições e é o que está acontecendo com a PEC 241.

Eu quero dizer para vocês que as chances de a PEC 241 não ser aprovada na Câmara em segundo turno são muito pequenas. Foram 366 Deputados e Deputadas que votaram a favor dessa PEC famigerada que vai afetar drasticamente os direitos das pessoas deste País, sobretudo dos mais pobres e dos trabalhadores – 366 Deputados! Eles são maioria e, por mais que façamos obstrução e os enfrentemos, estamos em menor número.

Então, fica aí a lição para a sociedade civil: a nossa tarefa neste País será uma tarefa árdua doravante. Estamos vivendo tempos difíceis, tempos sombrios de uma nova espécie de ditadura, não daquela ditadura militar que vivemos por 20 anos, mas uma nova ditadura, que envolve agora o Judiciário, os meios de comunicação e essa nova hegemonia política.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma alegria para nós aqui ouvir sempre o Deputado Federal Jean Wyllys falando com calma, com tranquilidade, com transparência, e transmitindo a todo o País a mensagem de que é preciso, de fato, mobilizar, mobilizar e mobilizar, se quisermos barrar a investida apresentada por este Governo, que é um retrocesso que chega a lembrar o tempo da Lei Áurea. Para lembrar como era a escravidão, e depois veio a Lei Áurea. Querem suprimir praticamente todos os nossos direitos.

Agora vamos ouvir a Maria Lucia Fattorelli, coordenadora geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Não é a primeira vez em que ela é convidada a falar nesta Comissão. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer profundamente, agradecer de coração esta homenagem maravilhosa que recebo da Asfoc, atuante, dos meus queridos amigos e amigas, do Paulo Garrido, da Justa, da Luciana... Não vou nominar um por um, mas de todos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui hoje prestando esta homenagem. Ficamos emocionados – não é, Paim?...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Porque nessa luta, como o Jean acabou de falar, recebemos muito mais críticas, desgastes e desqualificações, apesar de lutarmos tanto para fazer um trabalho voluntário e colocar o nosso saber à disposição da sociedade. Então, agradeço. Em memória do Jorge Careli e do Sergio Arouca, nós prometemos não desistir. A única coisa que não podemos fazer é deixar de lutar, em qualquer circunstância. Nós temos que continuar lutando e acreditando que vamos conseguir, porque estamos do lado dos direitos humanos, do lado da verdade. Então, não temos o que temer. Nós temos que continuar. Pode até demorar um pouquinho, mas temos que ter certeza de que iremos vencer. Certo?

Então, vamos começar.

Eu quero usar o tempo que tenho aqui, Senador Paulo Paim, agradecendo profundamente o convite para esta audiência pública e a honra de estar aqui nesta mesa com pessoas tão brilhantes e tão queridas. Eu quero aproveitar para fazer uma denúncia em relação à PEC 241 e à subtração de recursos para a saúde e para todos os direitos fundamentais.

Eu mesma passo ou vocês passam para mim? Você passa?

Para começar, nós não deveríamos estar enfrentando congelamento algum de recursos. Nós deveríamos estar participando de um debate para decidir qual a melhor forma de empregar as nossas riquezas. Porque recursos não faltam no Brasil, mas são muito mal utilizados e muito mal distribuídos.

Nosso País é marcado pela abundância. Nós temos a maior reserva de nióbio do Planeta. A maioria dos brasileiros e das brasileiras nem sabe o que é isso. É o mineral mais estratégico que existe. Nenhuma aeronave, nenhum equipamento de ponta, nenhuma usina nuclear, foguete, satélite espacial, nada disso funciona sem nióbio. O Canadá tem apenas 2% do nióbio do mundo e garante saúde e educação de qualidade e de graça para toda a sua população. O Brasil tem 98% do nióbio do mundo. O nosso nióbio é contrabandeado, e ninguém fala nisso. Se olhássemos apenas para o nióbio, já teríamos outra economia no Brasil, outro orçamento. Mas esse é um não tema.

O Brasil não tem só nióbio, não. Nós temos petróleo, a terceira maior reserva de petróleo; a maior reserva de água potável; a maior reserva de área agriculturável; riquezas minerais; terras-raras; riquezas biológicas; extensão territorial; falamos o mesmo idioma, isso é um grande patrimônio; clima favorável; temos todas as fontes energéticas em abundância; imenso potencial industrial, comercial; riqueza humana e cultural acima de tudo.

Temos também riquezas financeiras. Temos US$375 bilhões em reserva internacional. Tivemos uma sobra de US$480 bilhões ano passado, quando comparamos honestamente as receitas e as despesas de 2015. Temos R$1 trilhão esterilizado no Banco Central nas operações de mercado abertas. O que é isso? O País está quebrando? Estamos precisando congelar gastos? Isso é um escândalo.

Essas crises fazem parte de um cenário. E vejam as palavras que estou usando: enquanto nossa realidade é de riqueza, de extrema abundância, o cenário armado é de escassez. Não tem dinheiro para nada. E enfrentamos crises em todas as áreas, crise financeira, crise social, crise política, crise ambiental, crise ética. Qual o remédio para essas crises armadas? Ajuste fiscal. Corta na saúde, corta na educação, corta na ciência e tecnologia, sacrifica os direitos humanos para quê? Para que sobrem mais recursos ainda para a chamada dívida pública, que nunca foi auditada.

Então, isso tudo, todo esse esquema é revelado quando mostramos o Orçamento federal da União. Todo ano quase metade do Orçamento federal da União é destinado para pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública. Ano passado, 2015, a saúde ficou com 4,14%; a educação, com 3,91%; a ciência e tecnologia, Jean, com 0,27%.

É por isso que nós temos todas as matérias-primas – o Brasil é o mais rico do mundo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

matérias-primas –, e não desenvolvemos tecnologia, porque o nosso Orçamento é subtraído anualmente de quase metade dos recursos.

Pode passar.

Neste momento, está aqui posta a PEC 241. Ela não solucionará essa crise, que provoca todo esse cenário de escassez. O Governo e setores da grande mídia estão instalando um verdadeiro clima de terrorismo, fazendo uma lavagem cerebral na população, dizendo que, se essa PEC 241 não for aprovada, o Brasil quebra, o gigante Brasil quebra, usando ainda o óbvio discurso de que é necessário controlar gastos. Quem é contra controlar gastos? É óbvio que todo mundo quer controlar gastos. Agora, as questões que não enfrentam são: o que está "quebrando", entre aspas, o Brasil? O Brasil não quebra!

O que estão fazendo para criar esse cenário de escassez? O que está sustentando esse cenário de escassez? O que, de fato, está precisando ser controlado no Brasil? Qual é o gasto que, de fato, está precisando ser controlado neste Pais? O que está por trás da PEC 241? Por que não são enfrentadas as amarras que impedem o País da abundância, que é o nosso Brasil, garantir vida digna para todas as pessoas? Por que não enfrentamos, de fato, o sistema da dívida? Por que não enfrentamos o modelo tributário injusto, regressivo, às avessas, que penaliza muito mais os mais pobres e deixa livres as distribuições de lucros, as remessas de lucros para exterior, que deduz juros sobre capital próprio, o que é um escândalo, não tributa as grandes fortunas e tributa pouquíssimo as heranças? Por que não enfrentamos isso? Por que não enfrentamos os verdadeiros problemas, a política monetária, suicida...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... levada adiante pelo Banco Central? Vamos publicar hoje, inclusive para contribuir com o debate das entidades, que acontece amanhã, um artigo intitulado Você Está Sendo Roubado pela PEC 241.

Você está sendo roubado! (*Palmas.*)

Pessoalmente, cada brasileiro e cada brasileira estão sendo roubados. E o País também. Você está deixando de viver no País que o Brasil deve ser e no País que você merece ter. E essa PEC 241 aprofunda e tem a infâmia de querer colocar no Texto Constitucional essa amarra infame.

Quais as causas da crise? Uma alegação de déficit e uma elevada dívida pública. Mas, afinal, que déficit é esse?

Todos vocês receberam esse folheto, preparado pela Auditoria Cidadã.

Aqueles não o receberam levantem a mão que a nossa colaboradora o levará até vocês. Fiquem com a mão elevada que ela o leva.

Quando comparamos honestamente todas as receitas federais auferidas em 2015 com todas as despesas efetivamente pagas em 2015, o que nós encontramos? Nós não encontramos déficit algum! Sobraram R$480 bilhões em 2015! Olhem aí os dados oficiais da Controladoria-Geral da União, do sistema Siafi, publicados aqui pelo Senado Federal.

Esse gráfico mostra ainda que não existe o falacioso déficit da Previdência, pois os recursos da Seguridade Social são mais do que suficientes para cobrir os investimentos em previdência, assistência e saúde, tanto é que sobram recursos, que aprovaram a Desvinculação das Receitas da União, agora aumentada para 30%. Isso para desviar recursos da Seguridade Social, sacrificando a saúde, a Previdência e a assistência, para transferir mais dinheiro ainda para a dívida pública.

Pode passar, por favor.

O que está quebrando o Brasil? O que está quebrando o Brasil são as elevadíssimas taxas de juros, que não possuem justificativa técnica nem jurídica, nem econômica, nem política, configurando uma transferência infame de recursos para o setor financeiro privado. O que está quebrando o Brasil é a ilegal prática do anatocismo, juros sobre juros. Ilegal! É a inconstitucional contabilização de juros como se fossem amortização, burlando o art. 167,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

inciso III, da Constituição, para favorecer o pagamento de juros. É proibido emitir dívida pública para pagar despesa corrente! Juros são despesas correntes! Nós denunciamos isso desde 2010.

Um dos objetivos dessa PEC nº 241, Deputados e Senadores, é "legalizar" essa destinação de qualquer quantidade de recursos para a dívida pública, inclusive para juros, o que a própria Constituição proíbe.

O que está quebrando o Brasil são as escandalosas operações de *swap* cambial, uma farra feita pelo Banco Central para garantir a variação cambial para investidores. Não existe risco para os grandes investidores que especulam com outras moedas aqui no Brasil. O Banco Central garante essa variação. Nós estimamos um prejuízo de mais de R$200 bilhões, nos últimos dois anos, para bancar essa farra do *swap* cambial, muito mais do que o orçamento anual da saúde, muito mais do que o orçamento anual da educação.

Estão sangrando do Orçamento federal para manter a farra dos banqueiros com as operações de *swap* cambial, com a farra feita pelo Banco Central para remunerar as sobras de caixa dos bancos. Vocês sabiam disso? Toda sobra de caixa dos bancos é diariamente remunerada pelo Banco Central. Para isso não faltam recursos porque cortam na saúde, cortam na educação e em todas as áreas sociais, para destinar, em 2015, cerca de R$200 bilhões para remunerar sobra de caixa dos bancos. E se faltam recursos para isso, emite-se mais dívida e se paga. O gasto que teria que estar sendo controlado neste País é o gasto com a dívida.

Por isso a primeira reunião da Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida, realizada na semana passada, aprovou que passemos a colher assinaturas para uma nova PEC: a PEC para o controle de gastos com a dívida pública. Essa, sim, é uma PEC que o povo deve apoiar, contrariamente a essa PEC 241, que quer amarrar o Brasil por 20 anos.

O que está quebrando o Brasil é esse sistema da dívida, que utiliza o endividamento público às avessas. Ao invés de o endividamento público significar aporte de recursos do Orçamento, ele está funcionando como um esquema de contínua transferência de recursos públicos para investidores, banqueiros nacionais e internacionais, gerando dívida sem contrapartida.

Pode passar.

Esse benefício para o sistema financeiro está aí nos dados do próprio Banco Central. O lucro dos bancos nunca foi tão escandaloso aqui no Brasil. E olhem que em 2015 toda a economia real encolheu: nós tivemos queda na indústria; estamos passando por preocupante processo de desindustrialização; tivemos queda no comércio, desemprego recorde; faltaram recursos para direitos humanos; o PIB do País encolheu e o lucro dos bancos aumentou mais de 20%.

Pode passar.

E teria aumentado mais de 300%! Olhem bem: no ano em que toda a economia do País caiu, o lucro dos bancos teria aumentado mais de 300%. Mas eles fizeram uma dedução e deixaram de pagar mais imposto de renda por causa disso?

Para fazer face a devedores duvidosos de sua carteira, veja bem, fizeram uma reserva de R$183,7 bilhões. Olhem! Isso aí é lucro de bancos. É evidente que está havendo um esquema de transferência de recursos públicos para o setor bancário neste País, e esse esquema é o sistema da dívida que está promovendo essa transferência.

E quem está pagando essa conta? Nós amargamos desemprego recorde. Nós temos 166 milhões de pessoas em idade de trabalhar no Brasil e apenas 90 milhões estão empregadas; 64 milhões estão fora da força de trabalho e 12 milhões estão desempregadas, principalmente as pessoas com deficiência, que são as mais excluídas desse quadro.

E, desses que ainda conseguem trabalho, 23,4% vivem com menos de um salário mínimo. Isso é um escândalo! Como falar em direitos humanos se nem a emprego a população brasileira está tendo acesso? Essa crise montada por esse cenário de escassez absurdo, num dos países mais ricos do Planeta, serve de cenário para o surgimento desse pacote de medidas: a PEC 241, o PLP 257 – que já está aqui no Senado sob o nº 54 –, a DRU, a contrarreforma da Previdência, a contrarreforma trabalhista e tantos outros ataques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas vamos focar nessa PEC 241. O objetivo expresso na exposição de motivos dessa PEC é garantir confiança para os investidores – claro, não é? Todas aquelas ilegalidades da dívida vão ficar protegidas, porque agora vai estar no texto constitucional a prioridade de recursos para a dívida pública – às custas de 20 anos de congelamento de todas as rubricas orçamentárias, gente! Não são só os direitos sociais que estão sendo congelados, não. Toda a estrutura de Estado, até a defesa nacional, até mesmo a segurança pública e a segurança nacional estão sendo congeladas. A saúde, a previdência, a assistência, tudo está congelado, mas também a estrutura de Estado está congelada. A única coisa que está fora do congelamento é a dívida pública. O congelamento é para isto: é para acabar com o Brasil, para amarrar tudo para que sobrem recursos para essa dívida pública.

E mais: há um escândalo escondido na PEC 241, um esquema fraudulento que utiliza as tais empresas estatais não dependentes, que estão sendo criadas por todo o País. Olhem que infâmia: estamos privatizando as estatais estratégicas e lucrativas e criando novas estatais independentes, que emitem debêntures, um papel novo vendido com desconto de 60%, juros de mais de 20% e garantia estatal. Isso é um esquema que está gerando mais dívida ainda, sem contrapartida alguma para o País. Por isso, vocês estão recebendo um folheto, que também está na nossa página, denunciando esse esquema fraudulento, ilegal, que rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador.

E vários projetos de lei em andamento aqui no Senado e na Câmara – o 181, o 3.337, o 204 – estão visando a legalizar esse esquema. Esse esquema utiliza essas empresas estatais não dependentes, que são pessoas jurídicas de direito privado, para emitir esses papeis financeiros de forma totalmente obscura. Somente o investidor privilegiado compra esses papeis com esse desconto brutal, juros extorsivos e garantia estatal.

Pode passar.

O Estado vai dar toda garantia para essas empresas, a exemplo da PBH Ativos S.A., criada em Belo Horizonte.

Vou citar só um dado, gente. Olha que escândalo! A Câmara de Vereadores de Belo Horizonte aprovou a criação dessa empresa com capital de R$100 mil. Passado algum tempo, quando ela começou a emitir esses papéis, cada um desses papéis já era emitido no valor de todo o capital pelo qual essa empresa foi autorizada a funcionar.

Olha que fraude! A Câmara aprovou a criação de uma empresa, por lei municipal, com capital de R$100 mil. Eu até tirei a foto ali do *site* da PBH Ativos, em que está anunciado que ela vai vender 2,3 mil debêntures com valor unitário de R$100 mil, que é o valor do capital com o qual ela foi autorizada a funcionar. É evidente que vai faltar recurso para cobrir isso, não vai? E a PEC 241, que congela tudo, que amarra o Brasil, está garantindo recurso para isso aí, gente! Está garantindo recurso para esse esquema fraudulento. Nós temos que levantar este País, porque é uma infâmia muito grande. Primeiro, colocar na Constituição Federal um alto ajuste fiscal dessa monta.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Nenhum país do mundo jamais fez uma coisa dessas, ainda mais por vinte anos, colocando no Texto Constitucional. Podem rasgar e jogar fora todas as teorias econômicas que utilizam o Orçamento para resolver crises, para fazer políticas chamadas anticíclicas. Joguem tudo isso fora para sempre, porque, por vinte anos, vai estar na Constituição Federal o ajuste fiscal.

Pode passar.

Olha só o que é que esse esquema faz. Vocês estão vendo ali aquele diagrama? Uma debênture é emitida no valor de R$100 mil. Ela é vendida com desconto de 50% ou até mais. O investidor só vai pagar a metade. E ainda pode parcelar em quatro vezes. De tal maneira que o que ele paga por ano vai ser 12,5% do valor ou até menos. Mas ele recebe de juros 23%. Então, ele não desembolsa nada, porque o valor que ele desembolsaria é inferior ao valor dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

juros que recebe. Olha o dano, no final de sete anos! Veja bem, por quatro anos, a Prefeitura de Belo Horizonte ainda recebe um pedacinho. Nos outros três anos, já não recebe nada. Só paga os juros. E, no final, ainda paga 100% do papel para o investidor.

Gente, é um escândalo! E isso está passando desapercebido por causa de uma propaganda falsa de que o que estaria sendo vendido seria aquela dívida ativa incobrável, aqueles débitos de décadas, de empresas que quebraram e que nunca saldaram seus débitos, que vêm sendo corrigidos infinitamente naquela dívida ativa que o Estado tem direito de receber.

Mentira! A dívida ativa não sai do lugar. O que está sendo cedido pelo ente público não é a dívida ativa, é apenas uma garantia do tamanho da dívida ativa. Olha só que cavalo de Troia. Por isso nós temos que denunciar esse esquema que gera dívida pública, que aprofunda a financeirização no País, que impede completamente o atendimento aos direitos humanos, porque a prioridade para a dívida pública vai estar no texto constitucional.

Os recursos auferidos por essa empresa estatal não dependente vão desaparecer, porque ela já é vendida com deságio, com desconto; paga juros exorbitantes. Essa empresa ainda gasta com consultorias e cursos financeiros, remuneração de administradores; e por se tratar de estatal não dependente, o Estado será chamado a honrar as garantias dadas. De onde virão os recursos para isso? A PEC 241 garante recursos para empresas estatais não dependentes. É isso que está por trás dessa PEC.

Como esse esquema entrou no Brasil? Por meio de empresas de consultoria como essa ABBA, que quando começamos a denunciar, ela tirou o *site* do ar, Senador. O seu economista responsável, Edson Ronaldo Nascimento, quem é?

Pode passar.

Ele é consultor da ABBA; é Presidente da PBH Ativos, a empresa que eu dei como exemplo, de Belo Horizonte. Ele já foi Superintendente de Fazenda do Estado de Goiás; já foi Secretário de Fazenda do Estado de Tocantins; já teve cargo aqui no Distrito Federal, no Tesouro Nacional, de tal maneira que o esquema se alastra. Como pode a mesma pessoa vender consultoria, ser presidente de uma empresa que usa consultoria e ocupar vários cargos de autoridade que podem determinar essa política pública? Isso é um escândalo, gente! E querem colocar no texto constitucional recursos para pagar, para cobrir essa fraude, esse conflito de interesses brutal, ilegal, enquanto os direitos humanos são sacrificados e o nosso rico, imensamente, abundantemente rico Brasil é amarrado nesse cenário de escassez.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Eu já falei isso. Só queria perguntar se emitir debênture é atividade de Estado? O que justifica essas empresas?

Convoco todos a assinarem essa petição que nós abrimos no Avaaz para votar "não" à PEC 241, ao PLS 204, ao PLP 181 e ao PL 3.337.

Estamos muito longe do País que merecemos ter. Estamos sendo impedidos de viver no País que merecemos e que de fato temos. O Brasil, nona economia mundial, tem a pior distribuição de renda do mundo, amarga a vergonhosa 75ª posição no *ranking* dos direitos humanos, medido pela ONU, no Índice de Desenvolvimento Humano. Somos o penúltimo no *ranking* da educação; o último – lanterninha – no crescimento econômico, este ano. Isso é um absurdo inaceitável.

Pode passar.

Por isso que nós lutamos por uma auditoria da dívida pública. Que dívida é essa, criada por esses mecanismos fraudulentos? Uma auditoria irá demonstrar isso, como uma CPI da Dívida na Câmara dos Deputados já demonstrou, como várias comissões do Congresso Nacional, inclusive aqui do Senado Federal, com Severo Gomes e vários que já passaram por aqui, por esta Casa, denunciaram há décadas, e nada acontece.

Pode passar.

A PEC 241 impede que façamos aqui no Brasil o que o Equador fez. Olhem esse gráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Antes da auditoria feita pelo Equador, em 2007/2008, da qual eu tive a honra de participar, os recursos destinados aos direitos sociais representavam uma pequena parte dos direitos destinados à dívida pública. Após a auditoria, esse quadro se inverteu. Em 2008, pela primeira vez, quando encerrou a auditoria da dívida, o Presidente Rafael Correa destinou todos os recursos que iriam para juros daquela dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta para investimentos sociais em saúde e educação. No ano seguinte, quando ele anula 70% da dívida com a concordância dos detentores dos títulos, que se amedrontaram diante do relatório da auditoria e aceitaram, olhem o que aconteceu: os investimentos sociais passaram a ser mais do que o triplo do valor gasto com essa dívida.

A PEC 241 impede que façamos isso aqui no Brasil, porque vai estar congelado na Constituição o investimento social. Mas façamos qualquer coisa, passando a explorar e comercializar corretamente a riqueza do nióbio, por exemplo. Todo recurso que entrar só vai poder ir para a dívida se essa PEC 241 for aprovada. Não vamos poder mudar nada no País.

Então, encerro colocando que temos que ter estratégias de ação para enfrentar esse esquema. É um esquema muito forte do setor financeiro, que quer amarrar o nosso País. Nós temos de conhecer essa realidade, gerar uma mobilização social consciente. O nosso povo tem de saber disso.

Por isso temos de botar para deslanchar essa proposta da Frente Parlamentar por uma PEC que limite os gastos com a dívida, reivindicar a auditoria da dívida, sair do cenário de escassez e viver no cenário de abundância a que temos direito, viver a realidade de abundância a que temos direito, exigir o voto "não" à PEC 241.

Olhem essa cena: a apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras catam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é inaceitável. Essa PEC 241 vai aumentar isso aí, vai aprofundar isso aí, porque vai impedir a destinação de recursos para resgatar essas pessoas. Hoje já acontece isso. Se vier um congelamento, como vai ficar? É uma infâmia.

Vamos repudiar essa PEC 241.

Agradeço por essa oportunidade e conto com todas e com todos para aumentar essa mobilização nacional contra essa PEC, exigindo que Deputados e Senadores repudiem e votem "não"; tenham vergonha dessa PEC 241!

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos a Maria Lucia Fattorelli pelo seu brilhante pronunciamento, como sempre deixando clara a todos a importância desse debate da auditoria cidadã.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da dívida fraudulenta e da autoria cidadã da dívida.

Eu queria aproveitar esse momento, bem rapidamente, para agradecer muito à Asfoc por ter concedido a Medalha Carelli e o Prêmio Sergio Arouca, nesse momento, a membros da Mesa. O Paulinho, quando nos comunicou, num primeiro momento, dessa possibilidade, perguntou-nos o que gostaríamos que fosse dito. Aqui foi dito por todos, pessoal. Há um ataque muito grande a todos os direitos dos trabalhadores, por tudo que esta Mesa falou e eu não vou repetir.

Queria dizer, Paulinho, que é verdade, Jean Wyllys, que eles tentam, de uma forma ou de outra, desconstituir inclusive aqueles que falam em defesa da nossa gente, do nosso povo, combatendo o preconceito e todos os direitos sociais. Os ataques que vieram a você – e não só a você, mas também a outros – pela grande mídia são alarmantes.

Eu queria cumprimentar a Asfoc por esse gesto. Já que não temos a grande mídia, pelos menos reunimos num momento como esse e fazemos uma justa homenagem a homens e mulheres que têm compromisso com nossas causas.

Jean Wyllys, eu entendi bem a sua fala. Nós temos que cumprir a nossa obrigação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

defender as grandes causas e ponto. Agora, se o movimento social e sindical não souber criar momentos como esse – aqui nós estamos falando para todo o Brasil, durante toda manhã, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado –, passa apenas a versão deles, inclusive sobre a PEC 241. Então, esse momento é importante.

Vejam agora, Paulinho e Helena, que eles estão fazendo estatística dos melhores Senadores e Deputados. E na audiência deles, você que sempre está, não está. Nessa pesquisa que eles fazem me surpreenderam os nomes que estão ali.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – É uma manifestação de homofobia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Parabéns pelo ajuste. (*Palmas.*)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – É isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Surpreendem-me os nomes que estão ali, dos melhores Senadores, melhores Deputados e melhores Governadores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais ou menos isso que eu não digo aqui.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Ah, mas eu digo!

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – É importante dizer. Quando mais bandido, entra na lista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso que ela...

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Então, nesse sentido é uma honra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um orgulho a gente não estar lá.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – ...não estar. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, este é um momento importante, gratificante. O Paulinho e a Helena vão fazer algumas considerações no encerramento. É tanta a agressão que vou dar só um exemplo.

Quando falo – como falei aqui –, de forma natural, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eles lançam na mídia e nas redes sociais que o papel aceita tudo, que o Paim disse que é autor dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, e foi Relator do Estatuto da Juventude, dando como exemplo.

E pior é que eu sou mesmo. Eu digo: entre nos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional, meu amigo. Estou lá há trinta e poucos anos, tinha que ter feito alguma coisa, não é? (*Palmas.*)

Tinha que ter feito alguma coisa!

E eles acham que, na verdade, indiretamente, estou usando este momento para dizer, de novo, para eles como se deu a construção da política do salário mínimo, de inflação mais PIB, como foi a construção da Lei dos Autistas. Está tudo nos Anais da Casa bem como está nos Anais como foi a legalização das próprias centrais sindicais, trabalho que nós todos fizemos, e eles dizem: o papel aceita tudo. Isso não é verdade, pessoal. São mais de mil projetos apresentados, mais de mil! Quase umas centenas são leis, em torno de 70 aprovadas aqui, e, acerca de outros 30, os Governos Lula e Dilma aproveitaram de projetos que estavam andando aqui dentro. Mas por que, Jean? Porque tu não estás aqui há 32 anos. Entrei na Constituinte, estou desde a Constituinte aqui dentro. Proporcionalmente, pode até se ter mais anos de Casa, mas são fatos reais.

Essas homenagens que recebemos, nós as recebemos com muito orgulho, muito orgulho e enorme satisfação. Tenho um espaço no meu escritório lá no Rio Grande do Sul em que coloco tudo o que recebo, e permito que a molecada das escolas passe por lá e olhem, percebam cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

momento, como começou tal movimento, tal e tal movimento.

Quero dizer para vocês, pessoal, que sei da dificuldade que vamos ter na PEC 241. Sei da dificuldade e sei da dificuldade que vocês terão na versão do segundo turno dessa proposta, mas sempre vale a pena lutar, pessoal. Sempre vale a pena lutar! Devagar, a consciência do nosso povo há de avançar, e eles vão perceber o que é essa PEC 241 e todas as outras reformas: previdência, trabalhista, a questão da dívida, que você colocou aqui com muita clareza.

Lembro-me de que, quando aprovaram aquele maldito projeto da terceirização... Nem a Câmara e Senado Federal cumprem a lei, é bom que se diga Se Câmara dos Deputados e Senado Federal não pagam aos terceirizados o que têm que pagar, calculem lá na rua Comissão como é. Estamos com uma moçada da Qualitécnica, 480 pessoas, em que a empresa foi embora do Senado Federal e não pagou a indenização. E estamos brigando para ver se vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é. Como é feito um contrato que diz o seguinte: "A indenização será paga, mês a mês, para a empresa"? Se ela recebe, mês a mês, a indenização do trabalhador, correspondente a ele, ela fecha, vai embora e não paga ninguém, como essa empresa fez. Estamos travando um combate duro aqui, espero que encontremos uma solução.

A terceirização, eles achavam que já a tinham aprovado com a maior tranquilidade. Veio para cá, nesta Comissão fizemos a primeira audiência, a certamos um evento no Petrônio Portela e viajamos para todos os Estados. Fomos aos 27 Estados. Consegui pegar a Relatoria, pela pressão popular, e até hoje está na minha mão. Vou dar o relatório, sim, mas é contra a terceirização, não aceitando que terceirizem... (*Palmas.*)

...a atividade fim.

Falo isso rapidamente porque, sobre a PEC 241, vamos ter que provocar o debate aqui, e vamos provocar. Hoje foi o início, nesta Comissão, do debate aqui dentro.

Hoje à tarde, nós teremos mais dois debates, em que vai entrar a PEC nº 241. Está aí, inclusive, a proponente, que é a Fenasps. E teremos duas audiências hoje à tarde: uma, sempre envolvendo a 241, e a outra, que vai tratar também dos aposentados, o que vai envolver, de novo, a 241. Amanhã teremos, de novo, outra audiência, tratando da 241 e a saúde. E teremos, na quarta-feira, outro debate aqui, quando teremos a sessão deliberativa.

Se nós conseguirmos, pessoal, levar esse debate da 241, também quando ela tramitar aqui no Senado para todos os Estados, mostrando o que é a 241, mostrando o que é a reforma da Previdência, mostrando o que é a reforma trabalhista, eu acho que nós temos condições... Eu não digo que isso vá, definitivamente, fazer com que ela não seja aprovada também aqui, mas, como alguém já me disse, quando eu entro no jogo, eu entro para ganhar. Posso até perder, mas vou pelear para ganhar, para ganhar, para ganhar, para ganhar; e quem ganha não somos nós aqui que estamos à mesa, mas vocês do plenário, quem está nos assistindo neste momento. E ganhar significa dizer não, não e não à 241, com a sua derrubada de forma permanente! (*Palmas.*)

Eu vou pedir aqui, rapidamente, antes mesmo de você falar, Paulinho, que sejam exibidos dois vídeos muito pequenos, que não foram feitos por nós não, mas que sintetizam de forma desenhada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós pegamos lá no YouTube.

Assim, vou pedir para ser exibido aqui o videozinho a respeito da 241. E, daqui, ele vai também para todo o Brasil.

Aumente o volume aí, pessoal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, pessoal.

Há outro vídeo bem curtinho, que é da Previdência.

Pode passar o da Previdência e daí o Paulinho faz as considerações.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradecemos muito àqueles que patrocinaram e liberaram para que pudéssemos utilizar esses vídeos. São diversos. O conteúdo é muito direto e objetivo. Vai sair outro agora, pelo que me informaram, sobre a questão dos servidores públicos. A Anfip está produzindo outro. E há também um terceiro ou quarto, que vai sair, sobre direitos dos trabalhadores, o que significa a reforma dos direitos dos trabalhadores.

No encerramento, nós vamos exibir um vídeo, de cinco, seis minutos, da Maria Lucia Fattorelli, sobre essa questão também. Essa foi uma surpresa que nós vamos deixar para o encerramento.

Mas o Paulo Henrique quer fazer apenas uma consideração, assim como a Helena, e nós vamos para o vídeo final. Eles que provocaram este momento aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – Senador Presidente da Comissão, o Valcler solicitou dez segundos para fazer uma consideração final. Então, vou conceder muito rapidamente para ele.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – São dez segundos mesmo. Na minha fala, não ressaltei a importância de a Asfoc estar promovendo este evento aqui hoje. E eu queria colocar a Presidência da Fiocruz junto da Asfoc nesse tipo de atividade, que acho que valoriza muito os trabalhadores da Fiocruz no sentido de trabalhar pelas suas causas e tornar os direitos humanos como sua causa também.

Então, quero deixar aqui todo o abraço de Paulo Gadelha, de toda a Presidência da Fiocruz, e posso dizer até em nome de todos os diretores das unidades da Fundação Oswaldo Cruz, parabenizando a Asfoc, parabenizando o nosso sindicato nacional e, obviamente, todos os premiados aqui hoje, todos os homenageados aqui hoje, em nome da presidência da Fiocruz.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO HENRIQUE SCRIVANO GARRIDO – Mais uma vez, quero agradecer em nome da diretoria da Asfoc. Temos aqui presente a diretoria, com o Profeta, Alcimar, Robertinho, Mychele. E faço um reconhecimento especial à Luciana Lindenmeyer, porque acreditou e ajudou a construir esta agenda. Portanto, queria parabenizar a Luciana Lindenmeyer e, ao mesmo tempo, a equipe da Comissão de Direitos Humanos, a equipe do gabinete do Senador Paulo Paim, em especial o Cleriston e o Augustino, pelo apoio que nos deram na construção desta agenda. (*Palmas.*)

Também, como sindicalista do movimento sindical, a gente reivindica. Então, já vai aqui uma reivindicação para o Deputado Federal Jean Wyllys: que ajude a Asfoc a construir, para 2017, uma sessão especial lá na Câmara dos Deputados. Já estou aqui sugerindo que seja em conjunto com as comissões de Seguridade Social e de Direitos Humanos, para a gente também, em 2017, realizar o Prêmio Sérgio Arouca e a Medalha Carelli de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados.

Já foram colocados alguns temas aqui, inclusive pela Norma, como a acessibilidade, em que a Asfoc também atua. E os trabalhadores da Fiocruz certamente estão acompanhando esta agenda, esta transmissão, estão atentos. Nós temos lá um conjunto de trabalhadores com grande densidade política e com muita participação. Também queria agradecer os trabalhadores da Fiocruz por esse apoio à agenda construída pelo sindicato.

Nesse sentido, ressalto que temos aqui a presença da Asfoc Brasília, que foi protagonista também na realização deste evento, desta agenda; da Asfoc Minas Gerais – a Asfoc Brasília com o Clodoaldo; Minas Gerais, com o Ezequias, aqui presente –; e da Asfoc Manaus, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Fabrício. Agradeço também a participação.

A nossa área de comunicação está acompanhando também. A gente vai reproduzir isso em nossos espaços, *site,* Face e jornais, enviando *releases* para a imprensa. Vamos, cada vez mais, trabalhar nesse sentido.

Agradeço aos companheiros que atenderam também o convite do sindicato, do movimento sindical, dos movimentos sociais.

A nossa tarefa é árdua. Então, vamos continuar nossa força-tarefa, a nossa mobilização permanente aqui no Congresso Nacional. E convoco todos a permanecerem junto com a Asfoc – estou vendo a Fenasps, já citei a Fasubra, as centrais sindicais CTB, CUT, CSP-Conlutas, Intersindical, o Fórum dos Servidores Públicos Federais – no sentido de uma mobilização permanente.

Nos dias 24 e 25 de outubro é importantíssimo estarmos lá, na Câmara dos Deputados Federais, lutando contra a PEC 241. Então, estaremos juntos, certamente, nessa agenda que a Asfoc vem colocando como prioridade.

Para concluir, nós estamos aí na construção de uma agenda de unidade, uma unidade que reúne setor público e setor privado.

Então, podem contar com a Asfoc sempre atuante. A Asfoc atuante em defesa dos direitos dos trabalhadores e da população; a Asfoc atuante a todo instante.

Muito obrigado. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulinho.

Justa Helena, por favor.

A SRª JUSTA HELENA BRAGA FRANCO – Eu serei bem rápida, porque o Paulinho já fez os agradecimentos.

Eu quero citar também o apoio do Apoena, aqui em Brasília. Quero agradecer aos companheiros que estão presentes aqui, quero agradecer ao Senador; à Maria Lucia Fattorelli; ao Deputado Jean Wyllys; à querida Maria – eu acho que o seu nome já não vai ser mais Norma, vai ser sempre Maria –; ao nosso Vice-Presidente, que representa aqui o Presidente da Fiocruz – é importante dizer que a Fiocruz lidera, tem uma expressão grande em nosso País e vem também, apoiando o sindicato nesse embate em relação à PEC 241, porque claramente vai afetar a saúde de toda a população brasileira –, então, ao meu companheiro, o meu vice aqui, que é sempre muito atuante. Eu acho que não é à toa que a Asfoc é atuante.

Eu quero apenas dizer que, em resposta às acusações que fazem aos sindicatos, também, para além das lutas corporativas, sabemos brigar pelos direitos sociais, pelos direitos humanos, por uma sociedade mais justa para toda a população.

E eu quero encerrar dizendo que tudo vale a pena se a alma não é pequena. Então, para todas essas pessoas de alma enorme eu quero deixar a minha gratidão, o meu muito obrigada pela acolhida aqui.

Muito obrigada mais uma vez. A Asfoc está de portas abertas para todos que queiram juntos caminhar para construirmos um Brasil melhor.

Boa tarde para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Justa Helena Braga Franco. Parabéns.

Eu vou pedir agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, nós temos um problema de horário, e o Jean Wyllys vai ter que sair em seguida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, não. Tudo bem. Eu achei que todos iriam usar a palavra novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Qual é o nome? Pode citar. Claro que pode.

A SRª NORMA MARIA SOUZA – Eu só queria anunciar os nomes delas porque viemos todas juntas. Eu não sou a única Maria. Somos várias Marias. E está aqui representando o Projeto Marias a Maiara, a Jane Pereira, a Andreia e a Eliana. Podem levantar um pouquinho. (*Palmas.*)

Nós somos as Marias.

E o Lucas e o Peterson também estão representando todas as crianças do Projeto Marias de Manguinhos.

Obrigada.

Quero agradecer também esta medalha, que para nós representa muito na luta das pessoas com deficiência não só de Manguinhos, mas de todas, por todas as lutas, de todos os Estados.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Jean, você quer fazer alguma consideração?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Jean entende a nossa preocupação com o horário, porque vamos ter que abrir a sessão às 14 horas, e às 14h30 abriremos outra reunião aqui. Às 14 horas eu abro lá. E vamos ter um coquetel ainda, não é?

Vamos passar agora, nos últimos seis minutos, um vídeo produzido pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, nós vamos agora encerrar a nossa audiência pública do dia de hoje.

As pessoas disseram: "Ah, mas você não lembrou...". Se eu for lembrar de tudo, eu vou falar até às 14 horas aqui: do Estatuto do Idoso, da PEC Paralela, da fórmula alternativa ao fator, que aprovamos, que foi a de 85/95, que permite, atualmente – e que não venha a tal reforma da Previdência –, que a mulher se aposente com salário integral com 30 anos de contribuição e o homem com 35. Para atingir essa fórmula, deve-se somar a idade ao tempo de contribuição. Dá 85 para a mulher e 95 para o homem. Repito: basta que a mulher tenha 55 anos de idade e o homem 60 para se aposentar com salário integral. Pela regra deles, só depois de 65 anos, e toda vez em que a expectativa de vida aumentar, haverá mais um bônus ou um ônus a pagar.

Quero dizer também que em relação à desaposentadoria, como me perguntaram, o projeto está aqui tramitando. Já aprovei na Câmara, está aqui no Senado agora, e o Supremo deve decidir até o final do ano.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Um abraço a todos.

Vamos para a foto coletiva agora, aqui na frente.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 88ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 75 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Aposentadoria do Servidor Público Federal e sobre problemas de servidores intoxicados da Ex-SUCAM/FUNASA". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ana Luísa dal Lago, Diretora da Secretaria de Aposentados da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Paula Ávila Poli, Representante da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Moacir Lopes, Diretor da Secretaria de Administração e Finanças da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Crispim Vanderlei; Francisco de Assis dos Santos, Representante da FASUBRA Sindical; Lauro Diniz; João Maia; Maria Noemi de Jesus; Lídia de Jesus; Maria Helena da Silva; Ana Lúcia Ribeiro; Cordélia Gonçalves; Deise Lucia Nascimento; e Eva Lins. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 88ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 75, de 2016, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para discutir a aposentadoria do servidor público federal e questões de servidores intoxicados da ex-Sucam/Funasa.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos, de imediato, à composição da Mesa.

Diretora da Secretaria de Aposentados da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Srª Ana Luísa Dal Lago. Ela se encontra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ela que tem me pressionado 24 horas por dia. Se eu não faço a audiência, estou ferrado. Ainda bem que saiu, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, seja bem-vinda!

Vamos ter duas audiências, por orientação dela. Encerramos uma às 17h, mais ou menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... entre 16h30 e 17h, e vamos para a segunda audiência.

Convidamos Paula Ávila Poli, representante da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps). (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, doutora!

Chamamos Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps). (*Palmas.*)

Chamamos Moacir Lopes, Diretor da Secretaria de Administração e Finanças da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

O Moacir está vindo.

É essa burocracia da Casa.

Sérgio Ronaldo da Silva. (*Pausa.*)

Não chegou ainda?

Roberto de Lucena?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está chegando o Roberto de Lucena.

Chamamos, então, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, que já esteve conosco de manhã. (*Palmas.*)

Ela disse: "Só mulheres." Eu disse que não tem problema nenhum. Claro, claro que é um elogio! (*Palmas.*)

Só para dar uma introdução para quem está assistindo à audiência pública pelos canais alternativos e pela internet, eu farei aqui uma breve fala.

Esta audiência pública tratará sobre aposentados do serviço público federal e contaminados da Funasa, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. Será debatida a situação dos trabalhadores no serviço público federal, em especial, dos da área da Saúde, Funasa e Anvisa, Trabalho e Previdência Social. Esses trabalhadores, de 1998 até então, têm tido uma diferença salarial expressiva em relação aos servidores da ativa, ressaltando maior desnível dos servidores da Saúde, Funasa e Trabalho, os quais possuem hoje a menor tabela salarial do Executivo Federal. Em 1998, no Governo FHC, foram retirados os direitos de anuênios, licença-prêmio, entre outros. Posteriormente, com a Emenda nº 20, novos direitos foram retirados e assim sucessivamente, com as Emendas nºs 41, 47 e agora, mais recentemente, com a implantação do Funpresp.

Por último, com a promulgação das Leis nºs 13.324 e 13.326, de 2016, há ainda mais aprofundamento entre os trabalhadores ativos e os aposentados – e entre os aposentados e aposentadas –, considerando que os que se aposentaram antes de 2008 foram excluídos da incorporação das gratificações nos contracheques.

É isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está certo. Achei que não estava.

Vamos, de imediato, então, dar dez minutos para cada convidado. Começamos com a nossa líder, à minha esquerda, Ana Luísa Dal Lago, que é Diretora da Secretaria de Seguridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Social da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Boa tarde, Senador; boa tarde, companheiros da Mesa, nem vou usar dez minutos para já passar para a Drª Paula.

Agradeço a todos que estão aqui hoje. Como o Senador falou, temos lutado para conseguir esta audiência, para poder trazer para dentro do Senado. A gente convidou outros Senadores e outros Deputados a participarem desta audiência que achamos que é de suma importância para mostrar os desníveis que existem entre servidores públicos do Executivo, entre ativos e aposentados e, ainda mais agora, com a nova lei do reajuste salarial dos acordos de greve de 2015, isso ficou mais expressamente "abismado", o abismo se torna muito maior.

Esta audiência tem o intuito de debatermos aqui um pouco, propormos encaminhamentos a partir daqui, discutirmos a questão também do que vai influenciar a PEC 241 na nossa vida, no geral – ela também vai congelar nossos salários, portanto também é importante que façamos aqui o debate – e podermos, então, daqui fazer encaminhamentos para a nossa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ana Luísa Dal Lago, foi direto ao assunto.

Seguindo a orientação dela, agora passo a palavra à Drª Paula...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cleuza ou Paula? Resolvam. Para mim tanto faz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Drª Paula, a senhora foi deixada para segundo plano, viu? (*Risos.*)

Eu entendi, fiz uma brincadeira com ela e entendeu, como foi antes com a Fattorelli, que foi chamada em último lugar, porque estava ali, inclusive, fazendo um trabalho ainda.

Então, passamos a palavra para a Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Boa tarde a todos e a todas; à Mesa.

Agradeço a atenção do Senador Paulo Paim com as questões dos servidores públicos, especialmente dos aposentados e das aposentadas.

O nosso País caminha para um grande contingente da terceira idade e o senhor cumpre bem esse papel da proteção dos direitos não só dos aposentados e das aposentadas, mas também dos idosos.

Como bem lembrou a Ana, nós estamos passando por um momento que eu não sei se é ímpar ou complexo, mas sei que é um momento de grande vigilância para a classe trabalhadora, para não perder mais do que vem perdendo no último período.

O momento se agrava com a PEC 241 e com o PLC 257, que já teve uma primeira votação, mas os nossos trabalhadores aposentados precisam se conscientizar nesse momento e participar dessa luta, que não é só do sindicato, da federação, do Senador, é de toda a sociedade brasileira. Com base nisso, essa audiência pública tem que não só encaminhar mais uma vez, não é, Senador? Porque todo ano a federação, uma entidade que sempre protegeu os direitos dos trabalhadores e dos aposentados, vem ao senhor pedir socorro, para garantir os nossos direitos.

O que a PEC traça para os trabalhadores aposentados é mais um arrocho, é que os trabalhadores ativos aposentados brasileiros paguem essa conta. Eu acho que não é justo. Então, o nosso Enapen, além de traçar uma bandeira de lutas dos aposentados, não só os que estão aqui, mas os que estão nos seus referidos Estados – a gente tem aqui representação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

todos os Estados da Federação –, juntamente com os Parlamentares que queiram abraçar a luta dos trabalhadores, quer colocar o povo na rua e dizer não para todos os projetos e toda essa gama de maldades que vêm aí com esse Governo, que, para mim, na minha concepção, é ilegítimo, porque o povo não votou nesse Governo. Mas a gente tem que enfrentar. A nossa trajetória é o enfrentamento; e, com certeza, sairemos vitoriosos, mais uma vez, dos desafios que estão postos. A gente vem aqui mais uma vez brigar, reivindicar e ratificar a paridade entre os trabalhadores ativos e os aposentados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Cleuza Maria Faustino do Nascimento. Parabéns pela fala, que lembrou, na mesma linha da Diretora Ana Luísa Dal Lago, as maldades da PEC 241, que provavelmente virá para o Senado, votando-se o segundo turno na Câmara.

Nós tivemos uma audiência muito boa, hoje pela manhã, da qual a Maria Lucia Fattorelli participou, quando foi lembrada a importância da mobilização, em todos os Estados, sobre o Congresso Nacional, chamando para o debate, no próprio Estado, Deputados e Senadores.

Lembrei da proposta da terceirização. Nós fizemos isso em todos os Estados e seguramos. Eu consegui, inclusive baseado na pressão de fora para dentro, pegar a relatoria. Está na minha mão, eles pensavam em votar no mesmo mês, mas faz um ano que estou com ela na mão, trabalhando para só votar pela rejeição.

Mas quero, neste momento, chamar... A Drª Paula vai ficar para trás de novo. Ela vai nos xingar...

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO (*Fora do microfone.*) – Ela vai fazer a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Drª Paula vai ficar para trás de novo, mas não fui culpado, hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Saiu-se bem dessa, Maria Lucia. (*Risos.*)

A Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Drª Maria Lucia Fattorelli, que fez uma bela exposição hoje, pela manhã, disse que prefere falar antes. Fez todo um meio de campo aqui na mesa, dizendo que a Drª Paula é mais importante e fecha o evento. Vai lá, Maria Lucia.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Boa tarde, caro Senador Paulo Paim.

A gente tem que cantar aquela música para ele: Se Todos Fossem Iguais a Você, não temos, gente?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Porque é um Senador engajado, militante e coerente. Então, publicamente, Senador Paulo Paim, quero registrar os parabéns por sua atuação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostei muito desta frase: se todos fossem iguais a nós, a nós todos aqui. Se todos fossem iguais a nós. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Não estava prevista a minha participação nesta importante audiência pública, mas eu não poderia recusar o convite carinhoso das nossas amigas da Fenasps e de toda direção da Fenasps, que têm colaborado imensamente com a Auditoria Cidadã.

A contribuição que eu queria deixar para este debate, além de apresentar a nossa solidariedade a essas questões específicas da categoria para vocês, como uma categoria importante para o serviço público e pessoal muito engajado e de luta, é que este momento é de arregaçar as mangas e lutar contra essa PEC 241. Todos esses direitos que vocês já vêm perdendo, mais outros direitos... Esses dificilmente serão recuperados nessa conjuntura de PEC 241 e outros ainda estão fortemente ameaçados. Creio que todo mundo já sabe, mas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

minha contribuição aqui – não é, Ana, que você me pediu neste debate? – não vou repassar as telas que passei de manhã, gente, estão à disposição, vamos colocar na nossa página, vamos enviar à Fenasps, depois vocês podem ver todas as telas. Em respeito ao tempo e em respeito a tudo que a Drª Paula preparou especificamente para apresentar para vocês, vou apenas colocar alguns alertas com relação a essa PEC 241. Porque o Governo está fazendo, junto com a grande mídia, um verdadeiro terrorismo de que se essa PEC não for aprovada o Brasil quebra. Isso não é verdade, gente. O que está quebrando o Brasil é a política monetária suicida praticada pelo Banco Central. Todo ano, centenas de bilhões de reais – centenas de bilhões! – estão sangrando o orçamento público para pagar juros de forma inconstitucional.

Lá no art. 167, inciso III, da Constituição está dito que é proibido... O limite para emitir dívida pública são as despesas de capital. O que quer dizer isso? É proibido emitir dívida pública para pagar despesas correntes tais como salário, senão bastaria o Governo emitir dívida para dar reajuste para todo mundo, para colocar em dia os direitos que vêm sendo subtraídos. Por que ele não pode fazer isso? Porque o art. 167, inciso III, da Constituição proíbe a emissão de dívida para pagar despesas correntes tais como salários, juros e outras despesas de manutenção.

O que nós vimos na Auditoria Cidadã e estamos denunciando desde 2010? Está sendo feita uma manobra e grande parte dos juros são contabilizados como se fossem amortizações, para burlar o art. 167 e para privilegiar o sistema financeiro. Sabem o que a PEC 241 vai fazer? Vai legalizar isso. Vai transformar, vai criar um teto para todos os investimentos sociais. Todos os gastos sociais vão ficar sob um teto, de tal maneira que para melhorar um pouquinho a Saúde vai ter que tirar de alguma outra rubrica. Para manter a Defesa Nacional, terá que tirar de outra rubrica. Para manter o Judiciário, terá que tirar outra rubrica. Irá transformar o Brasil numa disputa de recursos. E quem vocês acham que vai perder essa briga? Vocês têm alguma dúvida? Eu não tenho a menor dúvida: os trabalhadores ativos e aposentados. É um desmonte do Estado brasileiro, gente. E é algo totalmente desnecessário, porque o Brasil...

Coloque só a primeira tela ali, por favor.

O Brasil é um País imensamente rico. A nossa realidade é de abundância em todos os sentidos. E nós não temos apenas as riquezas naturais, como o nióbio, que é o mineral mais estratégico do mundo. E muitos brasileiros nem sabem que nós temos 98% do nióbio do Planeta. O Canadá, com apenas 2%, garante saúde e educação de graça e de qualidade para todo mundo. Nós temos 98%!

Se olhassem apenas para esse mineral e o explorassem corretamente, claro que sem danos ambientais, o quadro econômico do País seria modificado. Se olhássemos para o modelo tributário injusto e regressivo, em que bilhões e bilhões de recursos deixam de chegar ao orçamento público por causa das benesses no sistema tributário para o andar de cima... Então, se olhássemos para as nossas riquezas, para o modelo tributário, e corrigíssemos a política monetária, essa, sim, que está enterrando o País, não precisaria dessa PEC 241.

A PEC 241 faz o contrário, congela os investimentos que podem gerar o nosso desenvolvimento socioeconômico e empurra o País para um congelamento que vai durar 20 anos!

Em nenhum país do Planeta se aplicou um alto congelamento de 20 anos. Nenhum país colocou na própria Constituição. Alguns fizeram isso como uma imposição, por exemplo, até lá na Europa, até *la Troika*, mas nenhum colocou na Constituição. Foi aprovada uma lei temporária, alguma coisa assim.

O Brasil inova e coloca no texto da Constituição congelamento que vai durar 20 anos. Para quê? Para que os recursos sobrem para alimentar o sistema da dívida púbica. Até CPIs e outras Comissões daqui do Congresso Nacional já provaram ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes nessa dívida. Uma dívida que paga os juros mais abusivos do mundo, uma dívida cheia de mecanismos ilegais, como a remuneração da sobra de caixa dos bancos. Vocês sabiam que um trilhão da nossa dívida são títulos emitidos para entregar para os bancos para justificar remuneração da sobra de caixa deles? Vocês sabiam disso? Vocês estão pagando, todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

estamos pagando. É um absurdo!

O que está por trás dessa PEC? Congelar tudo que pode fazer o Brasil dar certo e caminhar no sentido de se tornar um país mais justo, até chegarmos a viver na realidade de abundância a que temos direito. Tudo isso está congelado, tudo isso está abortado pela PEC. O que ela privilegia? Recursos para essa dívida que nunca foi auditada, sobre a qual recaem esses indícios de ilegalidade que acabei de dizer e recursos, gente, para um esquema novo, um esquema fraudulento de que nós distribuímos os folhetos para vocês.

Quem ainda não recebeu, pode levantar a mão, nossa colaboradora vai levar. Pode levar para distribuir.

Vejam bem esse esquema. Estão sendo criadas empresas estatais em Estados e Municípios.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Essas empresas emitem papeis financeiros, debêntures vendidos com desconto e juros estratosféricos. Essas obrigações, gente, vão virar mais dívida pública ainda, é um esquema que vai agravar o quadro. A PEC 241, ao mesmo tempo em que congela todos os investimentos sociais, destina recursos para esse esquema.

Com essa denúncia, finalizo minha participação. Terei que sair agora, porque nós vamos visitar os gabinetes dos 366 Deputados Federais que votaram a favor dessa PEC. Nós vamos perguntar em cada um dos gabinetes: "O senhor sabe o que está por trás dessa PEC?" E vamos deixar lá o nosso folheto. Amanhã nós vamos continuar com essa atividade. Quem quiser participar com a Auditoria Cidadã está convidado, convocado, é só fazer contato conosco, pode ser através da Lídia, que está no nosso grupo de WhatsApp. Então, pode ser através da Lídia o contato de todos vocês da Fenasps que quiserem participar.

Agradeço o privilégio de participar. Boa sorte, não só nesta audiência pública como na luta que a Fenasps vem travando em defesa dos direitos de todos os seus associados. Sou testemunha disso.

Deixo aqui um forte abraço e peço a vocês que acompanhem também a nossa página Auditoria Cidadã da Dívida na Web e no Facebook. Inclusive, no Facebook, desde que começamos a criticar essa PEC e colocar os nossos argumentos fundamentados, estamos sofrendo um ataque, Senador. Nós estamos sofrendo um ataque de críticas. Então, quem puder entrar na nossa página e ajudar a rebater essas críticas totalmente infundadas... São somente para desgastar o nosso movimento cidadão, que vem buscando divulgar os dados oficiais, para esclarecer a sociedade, a opinião pública, e ajudar a mobilização por um País justo e melhor.

Muito grata.

Um forte abraço a cada um e a cada uma aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos a Maria Lucia Fattorelli pelo belíssimo trabalho que vem fazendo em todo o Brasil na Coordenação Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está liberada. Já é a segunda audiência hoje. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora, neste momento, para a Drª Paula Ávila Poli, representante da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Boa tarde a todos e a todas.

Já estivemos juntos ontem, naquele belíssimo encontro no Enapen. Tive o prazer de falar a todos e volto aqui para continuar na defesa dos servidores públicos federais, que têm, ano a ano, direitos suprimidos. Esse pessoal que está aqui tem sofrido na pele o que esses direitos subtraídos representam na vida de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Fui chamada aqui e com todo prazer aceitei esta oportunidade para falarmos e fazermos uma evolução dos direitos dos aposentados dos servidores públicos federais, que quando chegam no momento da sua aposentadoria, não raras vezes encontram surpresas muito desagradáveis. No momento em que poderiam gozar de um pouco mais de tranquilidade, em verdade, são chamados a se preocupar com orçamento familiar.

Então, nesse sentido, trarei aqui, hoje, questões para relembrarmos, porque para lutarmos por um futuro um pouco melhor não podemos esquecer o passado. Vou relembrar um pouco como se davam as regras de aposentadoria dos servidores, a partir da Constituição de 1988. Então, vou tratar das principais regras a partir da Constituição e das reformas feitas em 1998, em 2003 e em 2005. E chegaremos às Leis 13.324 e 13.326, cujos impactos serão sofridos agora também pelos aposentados, que é o reflexo do acordo da greve do ano passado.

Pode passar.

Quando a Constituição de 1988 entrou em vigor, a original redação do art. 40 da Constituição Federal, que tratava dos requisitos para aposentadoria dos servidores públicos federais, não previa uma idade mínima para aposentadoria, a aposentadoria integral aos 35 anos de contribuição e 30 anos para mulheres, proporcional aos 30 para os homens e 25 para as mulheres; por idade, aos 60 e 55 para as mulheres; e a compulsória aos 70 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres.

O cálculo da aposentadoria ou pensão era feito com base na última remuneração percebida em atividade. Nós sabemos que isso faz boa parte da diferença. E existia a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Ou seja, toda aquela benesse que viesse a ser criada para os servidores em atividade era estendida para o aposentado e para o pensionista.

Essa realidade veio a se modificar um pouco já na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, para aqueles servidores com ingresso anterior a 16 de dezembro de 1998 e implementação após essa data para aposentadoria. Nesse caso, a aposentadoria por tempo de contribuição permaneceu sendo de 35 anos para o homem e de 30 anos para as mulheres, mas passou a existir a idade mínima de 53 anos para aposentadoria para os homens e de 48 anos para as mulheres. Passou a existir um pedágio de 20% do tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para aposentadoria integral e de 40% para aposentadoria proporcional. Eram exigidos cinco anos no cargo em que se daria aposentadoria e dez anos de serviço público. O cálculo da aposentadoria ou pensão continuava então sendo neste momento com base na última remuneração quando em atividade, mantida, no caso desta emenda constitucional, a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Veio, então, a malfadada Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que no seu art. 2º retirou o direito de paridade, aqui a grande perda dos servidores públicos federais com essa emenda constitucional. As regras, então, passaram a valer para quem ingressou no serviço público federal antes de 16 de dezembro de 1998 e cumpriu os requisitos para aposentadoria posteriormente a 31 de dezembro de 2003. Nesse momento, o que era exigido para aposentadoria e o que é exigido para se aposentar por essa regra, porque ela está vigente? Aposentadoria por tempo de contribuição, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres; a idade mínima continua sendo 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres; o pedágio de 20% do tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para aposentadoria integral e 40% para aposentadoria proporcional. Continua a exigência de cinco anos no cargo e dez anos de serviço público e o cálculo da aposentadoria pela média das 80% maiores contribuições a partir de julho de 1994. Então, aqui a gente não tem mais uma remuneração que refletia o último mês do servidor em atividade. Ele passa a ter o cálculo pela média das 80% maiores contribuições a partir de julho de 1994 e não existe mais a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Essa mesma emenda constitucional prevê um redutor de 5% a cada ano antecipado de 60 para homens e 55 para mulher, sem paridade, como eu falei, e o reajuste anual nas mesmas regras do Regime Geral da Previdência Social, INPC em janeiro, quando existe. Pensão igual à remuneração ou provento até o teto do Regime Geral da Previdência Social, acrescido de 70%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do que exceder.

Essa, sem dúvida, é, na atualidade, a pior regra para se aposentar para um servidor público federal, porque a perda da paridade é a perda de um direito fundamental para o servidor. Porque a paridade garante os incrementos salariais que venham a ser criados ao longo dos anos. E mais, o que muitos servidores não sabem é que, ao avaliar os valores apenas quando eles vão se aposentar, essa emenda pode parecer muito atrativa como escolha de fundamento de aposentadoria, mas, ao longo dos anos, certamente, ele vai ter um prejuízo que nós não temos nem como prever, porque, além de estar sem paridade, o reajuste concedido nem sempre é suficiente para remunerar a inflação. Então, hoje, sem dúvida nenhuma, o pior requisito, o pior fundamento para se aposentar é, com certeza, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Passamos agora ao art. 3º da Emenda Constitucional nº 41. Ela preserva o direito adquirido de quem já havia implementado as condições de se aposentar em 31/12/2003; as regras vigentes, na data em que implementou as condições; e os conceitos de integralidade e paridade seguirão a regra previdenciária vigente à época do cumprimento das condições. Então, se esse sujeito tinha completado as condições para se aposentar antes da entrada em vigor dessa emenda constitucional, ele conseguiu aproveitar a regra anterior a essa emenda, e aí, nesse caso, preservando a paridade.

Da mesma forma, ainda na Emenda Constitucional nº 41, no seu art. 6º, temos que, para se aposentar, o homem precisa de 35 anos de contribuição, e as mulheres, 30 anos. A idade mínima passa a ser 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Continuamos com o tempo de cinco anos no cargo anterior ao momento da aposentadoria, vinte anos no serviço público e dez anos na carreira. O cálculo da aposentadoria ou pensão passa a ser com base na última remuneração. E se mantém a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. A pensão é igual à remuneração ou ao provento até o teto, acrescida de 70% do que exceder.

E aí nós temos uma opção pela aposentadoria a cargo do Regime Geral da Previdência Social, INSS, que migra do regime próprio...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PAULA ÁVILA POLI – ... para o regime geral, levando todo o tempo de contribuição.

Passo ao art. 3º da Emenda Constitucional nº 45, porque o meu tempo está acabando. Hoje, sem dúvida nenhuma, a melhor forma de se aposentar é por esse fundamental legal, porque ela garante a integralidade dos proventos, que é calculada de acordo com a última remuneração percebida em atividade, excetuada desse conceito de integralidade – não se surpreendam – a Gratificação de Desempenho. Ela preserva a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Sem dúvida nenhuma, hoje, a melhor forma de se aposentar é pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

Eu vou passar agora, Ana, a falar dos possíveis reflexos previdenciários dos acordos de greve de 2015, que foi o tema que nós conversamos ontem.

Vocês podem passar um pouquinho para a frente? Possíveis reflexos previdenciários decorrentes do acordo de greve. Mais para frente, lá embaixo. Isso.

Foram sancionadas duas leis para sacramentar aquilo que foi acordado do movimento de greve do ano passado, a Lei nº 13.324, de 2016, e a Lei nº 13.326, de 2016. E para contemplar um avanço, sim, na negociação, foram conseguidos alguns direitos para os servidores públicos federais no que tange à questão da Gratificação de Desempenho, que hoje representa boa parte das remunerações que são percebidas – às vezes, mais do que o dobro da própria remuneração.

Ficou definido nesse acordo que foi chancelado por essas duas leis que àqueles servidores públicos federais que lograram suas aposentadorias ou que vierem a se aposentar com fundamento nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, e art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, será possibilitada uma nova sistemática de incorporação das Gratificações de Desempenho. Para tanto, esse servidor que está para se aposentar terá que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

no momento da aposentadoria, optar por essa nova sistemática mediante a assinatura de um requerimento. E quem está aposentado vai poder vir a optar por essa sistemática, desde que o fundamento de aposentadoria seja um daqueles que estão ali traçados, até 31 de outubro de 2018.

Então, o que acontece a partir dessas duas leis novas que passam a tratar da incorporação da Gratificação de Desempenho? O servidor deixa de levar, em regra, os 50 pontos para a aposentadoria. Ele passa a ter direito a apurar a média dos pontos que ele recebeu nos últimos cinco anos e incorpora isso ao seu contracheque no momento da sua aposentadoria.

Para quem está se aposentando agora e para quem está aposentado e vier a fazer esta opção, a lei diz que incorpora 50 pontos em 2015, 67% da média em janeiro de 2017, 84% da média de pontos apurada em janeiro de 2018 e 100% da média em janeiro de 2019. O que isso significa dizer? Que o servidor que tem obtido a média de 100 pontos, ou seja, ele sempre foi avaliado no seu patamar máximo, quando lograr a sua aposentadoria com fundamento em um daqueles dispositivos legais, ele vai levar o mesmo valor que recebia quando estava em atividade e isso vai passar a ser a integralidade da gratificação. Se ele obteve uma média de 80 pontos, ele vai levar 80 pontos e isso já representa 30 pontos a mais do que ele tinha possibilidade de levar antes de essa lei ser chancelada.

Apesar desse grande avanço, qual é o problema que nós verificamos? Mesmo aqueles aposentados que lograram aposentadoria com direito à paridade ficaram de fora dessa nova possibilidade. A eles não será ofertada a possibilidade de optar pela nova sistemática de incorporação. Ou seja, ele tem paridade, mas não tem a possibilidade de optar por uma nova sistemática de incorporação da Gratificação de Desempenho, essa possibilidade que é dada não apenas, a partir de agora, aos ativos, como também aos aposentados, com fundamento naqueles dispositivos legais.

A nosso ver, isso fere princípios constitucionais, fere a própria paridade, porque não é possível falar em paridade de servidores aposentados com o mesmo direito, mas sem as mesmas possibilidades, certo? E nós entendemos que, se não conseguirmos essa luta política, não nos restará outra via senão a judicial, porque não é possível admitir, dentro desse cenário em que o servidor é atacado todos os dias, que ele tenha mais esse problema a enfrentar, problema de desigualdade entre pessoas na mesma situação, que estão aposentadas com direito de paridade garantido, mas que não terão o mesmo acesso às condições de implementação, de incorporação da Gratificação de Desempenho nos seus contracheques, parcela essa que faz toda a diferença para quem tem diariamente seus direitos atacados.

Bom, eu acredito que isso seja o principal reflexo dessa situação que surge com essas duas leis. E eu encerro a minha fala, ficando aberta a qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Paula Ávila Poli, que falou pelo jurídico da Fenasps. Parabéns pela palestra. Deu bastante destaque para a paridade, e está correto. É uma questão fundamental para nós outros, todos.

Eu vou passar a palavra agora para o Diretor da Secretaria de Administração e Finanças da Federação Nacional, da Fenasps. É o Sr. Moacir Lopes. Por favor, Moacir Lopes, com a palavra.

O SR. MOACIR LOPES – Primeiro, agradeço aqui a oportunidade ao Senador Paulo Paim, que é um grande defensor dos aposentados, um dos que mais defende aqui os trabalhadores da Seguridade Social e o responsável pela Frente em Defesa da Previdência Social. Sempre falamos isto em todo o País: que nós temos aqui muito a agradecer por seu trabalho. E também aqui agradeço à Drª Paula, à companheira Ana, à companheira Cleuza, aos companheiros presentes.

Hoje a questão da aposentadoria, no Brasil, do setor público virou quase um caso de polícia. Primeiro, porque nós temos um remanescente lá, na reforma do Estado feita pelo governo FHC em 1999, quando se aprovou a emenda constitucional, colocando que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

haveria mais obrigatoriedade do Estado de conceder aumento para o ativo igual ao do aposentado. Nós perdemos por um voto. Na época, salvo engano, estava lá, começando no Congresso ainda. Perdemos por um voto nesta Casa, aqui. Depois, também, nós começamos, continuamos a briga. O Governo implementou a gratificação lá, em 2001. Em 2003, começou, então, o calvário. Entrou o governo democrático popular e nós começamos a negociar, para que se estabelecesse para todo mundo uma igualdade de tratamento, ativo e aposentado.

Nós tivemos vários embates, Senador, no Supremo Tribunal. Ganhamos vários embates para não ter cobrança de seguridade de aposentado após cumprir o seu prazo. Nós ganhamos várias sentenças lá, no Supremo, para que o aposentado tivesse o direito à paridade, e até hoje a paridade não vem como deveria.

O senhor deve lembrar que, pela lei que estabeleceu a gratificação, em um primeiro momento, o aposentado tinha 10 pontos; depois, em um segundo momento, passou a 30 pontos, e no terceiro momento, 2009, chegou a 50 pontos, e parou lá. Após quase uma década, estamos caminhando para buscar essa igualdade.

Há aqui, hoje, no Supremo Tribunal Federal, pelo menos, uma centena de ações. Todos os sindicatos do País, todos, têm ações no Supremo para julgar essa discussão sobre a paridade. Primeiro, o Supremo Tribunal, em 2007, reconheceu que até 2010 ou 2011, quando regulamentou a questão do seguro social, GDASS, PST, Seguridade Social, poderia pagar 80 pontos. Depois, começou a discutir o mérito em si de quem se aposentou, se pagou sobre tudo seu benefício, contribuição previdenciária, levaria 80 ou 100 pontos, e, finalmente, na última greve, o Governo chegou a avançar um pouco mais, o Senador Paulo Paim mediou várias negociações aqui, no Senado, no Congresso, junto com o Lindbergh e com o Senador Paulo Rocha, na greve, para que avançasse um pouco mais e buscasse, então, incorporar gratificações. Só que, aí, houve a posição do Governo de que limitaria a 2004 para a frente, quando criou a gratificação, em 2004. E estamos buscando essa paridade com uma meta, primeiro, de justiça social, uma meta de igualdade de tratamento e outra meta como uma questão de direito dos trabalhadores: pagaram sobre isso, cumpriram seu dever, cumpriram todo o seu tempo aqui, na Casa, portanto, deverá levar isso para o seu benefício. Isso a gente vai buscar de uma forma ou de outra.

Qual a importância do Senado Federal nesse debate? O Senado Federal é a Casa em que aquilo que a Câmara não consegue trabalhar de forma mais ágil se consegue, uma discussão de justiça. O Senado tem um papel para tratar essa questão aqui.

Por que não foi feita emenda aqui, no Senado Federal, à Lei 13.324? Porque, ao sair a questão do *impeachment* da Dilma da Câmara para cá, todas as emendas que o Senado poderia fazer iria impedir o projeto de ser aprovado e sancionado naquele momento. Aí, o Senador Paulo Paim pode nos dizer melhor todos os projetos que não foram aprovados aqui, na Casa, no Senado, e estão na fila de espera: o projeto da carreira do pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, desculpa, do fiscal do trabalho, o projeto dos médicos peritos. E estão aqui por quê? Porque, como houve, após aquele momento da votação, aquela discussão da crise econômica e aquele debate que não havia dinheiro, todos os projetos ficaram na fila de espera.

Todo mundo lembra que a Rede Globo, com as suas afiliadas, todas elas, fez um ataque frontal e brutal ao Senado e à Câmara quando aprovou esse projeto que concedia aquele aumento, vamos dizer assim, quase irrisório de 5.5, 5.65 em duas vezes para os servidores e a questão da reestruturação da carreira, porque há um pacto entre os setores da burguesia, os setores do capital de que os trabalhadores do setor público federal têm que ter uma redução de salário, hoje, para poder fazer jus à situação dele. A nossa cota para o ajuste fiscal seria redução de salário. E esse acordo feito com a burguesia, com a grande mídia pressupõe fazer um ataque sem tréguas a qualquer ação que venha mediar ou minorar essas perdas dos trabalhadores.

Essa discussão dos aposentados é fundamental fazer neste momento, porque todo mundo aqui, hoje pela manhã, que participou – na Câmara, estávamos com uma tarefa externa, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma audiência, e também estivemos lá na TV Senado –, pôde ouvir a brilhante exposição do Senador e da Fattorelli sobre a 241. O que significa a 241 para os trabalhadores? Congelar por 20 anos o salário.

Todo mundo acompanha o projeto em questão, que ainda não está aqui materializado como um projeto para discussão, da reforma da previdência social, que propõe aumentar a idade de homens e mulheres para 65 anos e, a partir desse critério, também propõe, na 257 e na 241, aumentar a contribuição previdenciária para o ativo e também para aposentado.

O Estado brasileiro hoje extorque seus trabalhadores, extorque a classe trabalhadora, retira direitos desses trabalhadores para fazer caixa para o pagamento de uma dívida pública que nós afirmarmos, podemos provar que não existe. Tanto é assim que a ACD, representada pela Fattorelli, que estava aqui presente, foi autora e coautora de uma auditoria da dívida pública que até hoje não foi feita, embora isso esteja na Constituinte. Então, todo esse ataque aos aposentados faz parte do mesmo projeto. Na discussão feita com o Governo aqui e também no Congresso, chegou-se a dizer que nenhum Estado nacional, não só no Brasil como também na Europa, suporta pagar salário igual para aposentado e ativo. Esta é a concepção do Estado neoliberal: os aposentados tornam-se um fardo para a União e esse fardo tem que ser tirado de que maneira? Tem que ser tirado esse direito à paridade, direito a reajustes iguais entre ativos e aposentados.

Então, o papel da Federação, Senador, junto com V. Exª, com todas as entidades presentes, tem sido o de buscar de forma incessante, implacável e inexorável essa paridade. E a gente nunca abriu mão desse papel, porque o Estado, infelizmente, a partir do momento em que estabeleceu a gratificação produtivista, tirou dos trabalhadores aposentados a possibilidade de terem esse direito nos seus salários. A partir dali, o Estado começou a fazer políticas salariais com reajustes só para os ativos ou a conceder gratificações que não beneficiam os aposentados.

Em 2012, houve um fato curioso: uma greve, com muito mais força, nas áreas da saúde e seguridade social, após 85 dias, garantiu 15% de aumento em três parcelas. O que fez o Governo? Estabeleceu que todo reajuste fosse consignado na gratificação. Com isso, o aposentado foi extorquido naquele momento em 7,5% nesse valor de 15%. Olhem que naquele momento esses 15% representavam muito mais do que os 10% de hoje. Mas isso ainda estava muito aquém do que havíamos pedido na época.

Então, essa briga nossa aqui pela paridade é uma briga que vem com grande força desde a Constituinte. Na Constituinte, a principal briga que nós tivemos aqui – na época eu ainda era estudante e era militante na seguridade social – nesta Casa, o Senado Federal, e também na Câmara, no Congresso Nacional, era garantir um regime jurídico único em que todos os trabalhadores estivessem incluídos. Era garantir aquilo. Em 1990, ninguém queria se aposentar, porque, quando se aposentava, passava fome, pois não conseguia pagar sequer as contas mínimas da família. O regime jurídico veio. Enquadramos os trabalhadores. Em 1999, o governo tucano, o governo FHC, com maioria nesta Casa, conseguiu mudar a Constituição. De lá para cá, a nossa luta tem sido árdua, implacável, no sentido de buscar essa isonomia.

Para finalizar a minha intervenção, quero dizer para os trabalhadores que nós acreditamos que vamos conseguir mudar essa postura do Supremo Tribunal Federal. Vamos conseguir mudar essa postura do Senado e da Câmara, porque nós conseguimos mudar este País após 30 anos de regime militar. Nós conseguimos mudar este País após todo um ataque ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACIR LOPES – ... em que foram vendidas conquistas históricas dos trabalhadores, em que foram vendidas todas as estatais. E nós vamos conseguir enfrentar o Governo atual, que está com essa política de desmontar o Estado. Nós não temos nenhuma dúvida sobre isso. Agora, nós temos que fazer a nossa parte. A nossa parte envolve os trabalhadores que estão aqui aposentados, os ativos, os trabalhadores que estão em casa, os filhos, os netos, os familiares, porque se não fizermos uma grande frente e não formos para as ruas deste País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dizer o que nós queremos, eles já venceram, porque para eles não importa o nosso desejo, não importa o nosso direito, não importa a nossa necessidade e não importa aquilo que é justo para nós. Para eles, aqui, importa cumprir uma tarefa: que é vender o Estado. E nós não nos renderemos.

Então, parabéns a todos aqui. A federação vai estar, como sempre esteve, na busca da paridade. Com certeza, faremos justiça social, justiça para todos os trabalhadores aposentados do seguro e da seguridade social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Moacir Lopes, Diretor da Fenasps.

Neste momento, nós vamos passar um vídeo sobre a dita reforma da Previdência, desmontando aquilo que nós chamamos de "A farsa do déficit da Previdência". Esse vídeo foi construído pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência.

(Procede-se à exibição de vídeo)

(*Continua a execução de vídeo*)

(*Continua a exibição de vídeo*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá, pessoal. Nós combinamos aqui, na Mesa, que vamos abrir, para interagir com o Plenário, a oportunidade a dez convidados nossos de usarem a palavra.

Aos dez primeiros inscritos foi dada a largada. Quem pega a inscrição?

No final, pessoal, vamos passar um videozinho da 241 para mostrar as maldades que estão embutidas nela. É só chegar às dez inscrições.

Quantas temos? (*Pausa.*)

Há mais três ainda. Alguém mais quer? Lá atrás, o vascaíno lá. Como é o nome dele? E a última senhora, de cabelo branco, chapéu branco, o.k.?

Quem é o primeiro? (*Pausa.*)

Crispim.

Cinco minutos para cada um.

Peço o máximo de silêncio. Quando a Mesa falou, todos ouviram. É importante também que a Mesa e o Plenário ouçam as dez pessoas que usarão da palavra neste momento.

Pessoal, estão pedindo para falar o nome e a entidade.

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – Tudo bem, querido.

Meu nome é Crispim Lemos Wanderley, sou do Fórum de Qualidade de Vida e Saúde do Rio de Janeiro, e estou trabalhando com a Secretaria de Aposentados do Sindsprev/RJ.

Gostaria de colocar, no primeiro momento, que fizemos toda uma discussão no Enapen, que foi o Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Fenasps, e, na análise da conjuntura, foi apresentado para nós um quadro internacional muito complexo. Isso afeta diretamente os trabalhadores e trabalhadoras do mundo, mas, como fizemos uma discussão no Rio de Janeiro, na conversa que tivemos entre os aposentados em relação a toda situação que estava acontecendo no mundo, ficou claro para nós que os trabalhadores ativos sofrerão muito, mas muito mais sofrerão as crianças e o povo que vive no mundo, terceira e quarta idade.

Por que falamos isso? Porque quando estivemos, no ano passado, com o senhor, Senador, fizemos uma pergunta: como ficaria a nossa situação em relação à qualidade de vida? E nós apresentamos uma série de questionamentos para a sua assessoria, colocando o seguinte: se tudo isso que está em curso vier a acontecer, estamos perdidos. Primeiro, não teremos assistência à previdência. Dentro da Previdência, estamos sendo excluídos, conforme foi colocado por todos que já fizeram palestra para nós.

Além disso, perdemos também o direito à qualidade de vida no coletivo, que é o desgaste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do SUS. Não estamos falando nem nos planos de saúde ainda; estamos só falando da relação do SUS. Se sofrermos um agravo ou um acidente na rua, nós procuraremos uma UPA, um posto de saúde, seja onde for, mas não teremos o atendimento necessário, porque não há postos com qualidade e em quantidade para nos servir.

Passando disso para o nosso principal ponto, nós temos uma assistência previdenciária precária. A assistência à terceira idade ou ao aposentado tem sido cada vez pior. O que ocorre conosco? Nós temos um plano de saúde autogestionário. Esse plano de saúde também tem sido debilitado a cada ano.

Em relação a tudo a que eu tenho assistido aqui, só existe uma alternativa para os trabalhadores aposentados: fazer junto com os ativos a unificação da luta. Eu acho que já está passando o tempo, porque as centrais já deveriam estar na rua, fazendo uma greve geral contra a PEC da maldade, que é a 241. Mas, quando a gente analisa a PEC da maldade – a 241 –, a gente observa que há um monte de penduricalho em torno, conforme foi colocado, da questão da dívida externa.

E vamos vendo o seguinte: onde nós vamos parar? Somente a Rainha da Inglaterra pode resolver isso, porque é ela que manda no mundo. Ela poderia dizer: "Não. Eu quero assistir os velhinhos, eu quero assistir os idosos."

Terminando a minha fala, registro uma coisa que me deixa muito sentido com isso tudo: lutamos muito para obter a abertura democrática, mas muitos de nós pereceram nesse caminho. E, ao chegarmos, hoje, em 2016, século XXI, vamos ter que regredir, conforme o senhor colocou em sua fala na atividade anterior? Vamos voltar todos para a senzala, independentemente de etnias, porque a classe dominante internacional assim quer?

Então, fechando a minha fala, quero agradecer a todos os que estão aqui, companheiros e companheiras que lutaram durante esses anos todos e não desistiram de lutar. Agradeço, Senador, a V. Exª, porque o senhor também foi incansável e tem sido incansável.

Volto ao meu Estado, dizendo aos companheiros e às companheiras de todos os segmentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – ... que trabalham que devemos continuar a nossa luta. Desistir nunca, porque é isso que nós devemos fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Crispim, pela sua fala direta, objetiva. Em cinco minutos, resumiu essa realidade. O final me emocionou mais. Não foi quando você me elogiou, mas quando você disse: "Desistir jamais!" (*Palmas.*)

Chiquinho.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS – Boa tarde, Senador. Boa tarde, nossos aposentados e "aposentandos" que estão aqui. Estou me aposentando... Espero me aposentar.

Queria começar a minha fala dizendo: "Fora, Temer!"

Em segundo lugar, quero saudar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que tem sido um guerreiro em abrir esta Casa, porque esta Casa é a Casa do povo, mas a gente tem a maior dificuldade de entrar na Casa do povo. E, agora, teremos mais dificuldade ainda, porque há um montão aqui dentro, lamentavelmente, que foi eleito com o voto do povo e está virando as costas para o povo.

A gente viu muito movimento gritando "Fora, Dilma", "Fora, todos", lamentavelmente no campo da esquerda, e hoje a gente está sofrendo duramente os ataques do que foi o golpe instituído contra os trabalhadores, e está sendo a partir dessa PEC 241.

E eu venho aqui representando a direção da Fasubra, também sou dirigente, sou Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, viemos trazer aqui uma saudação também dos nossos aposentados, que, toda terça-feira, estão se reunindo também, buscando estarem ativos na luta, brigando realmente pelo direito dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

trabalhadores.

Então, eu queria saudar, mais uma vez, essa iniciativa do Paulo Paim e mostrar nossa indignação, nossa insatisfação com essa PEC 241, que vem novamente atacar o direito do trabalhador e que deixa os ricos aqui ganharem mais, como mostrou aqui a Fattorelli, mostrou na sua apresentação muito espaço para cobrar imposto de quem não paga imposto. Mas querem tirar do aposentado, querem tirar do trabalhador, e nós já estamos nos mobilizando, a Fasubra está se mobilizando, fazendo consulta às suas bases, para a gente deflagrar uma greve em defesa da educação pública desse País, defender que a gente é totalmente contra... (*Palmas.*)

... essa PEC 241, que vai atacar a universidade, vai deixar o filho do trabalhador de entrar na universidade. Então, nós não vamos permitir. Nós vamos lutar até o último minuto contra essa PEC 241. E esperamos contar com todos esses guerreiros aposentados, que estão sempre ativos na luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Chiquinho.

Vamos ver se a gente consegue fazer que nem a gente fez com a terceirização: debates em todos os Estados em cima da 241.

O Lauro, por favor.

O SR. LAURO DINIZ – Foram libertados os escravos, foram libertadas as nossas companheiras de trabalho que foram empregadas domésticas, e hoje essa 241 está voltando a escravidão.

E não é só a 241. Existem 73 decretos para serem aprovados, todos contra o povo. Isso não é admissível. E só falam em reforma para atingir o trabalhador, o povo. Por que é que não fazem a reforma tributária? Não é questão de dinheiro? Por que é que não fazem a reforma política, para a gente mudar isso aqui? E são mentirosos, e quem mente, tem aquele ditado, quem mente rouba. E quem rouba, vai para onde? Para a cadeia. Entendeu? Quem rouba vai para a cadeia! (*Palmas.*)

Então, nessa minha fala, meu povo, eu não quero só nós, aposentados e servidores ou alguém. Queremos os 215 milhões de pessoas do Brasil, que vá atingir os 215, então o povo tem que ir para a rua. Como a gente ia. Na época da ditadura, a gente enfrentava as baionetas! Hoje, nós estamos enfrentando... E eram menos perigosas, porque hoje nós estamos enfrentando a ditadura política e a ditadura jurídica, que vêm, silenciosamente, nos liquidando.

Então, na minha fala, no final da minha fala, eu conclamo toda a população do Brasil a ir para a rua e botar esses que estão contra o povo brasileiro.

E "Fora, Temer", já! (*Palmas.*)

"Fora Temer!" "Fora Temer", já, e eleições diretas, e eleito o nosso Presidente Paulo Paim que sempre nos defendeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lauro.

Foi a palavra do Lauro que mostrou toda a indignação e falou da importância de uma reforma política e exclusiva, que a gente convocasse uma assembleia revisional exclusiva, para que a reforma política não fosse feita por esse Congresso, porque, se for feita por este Congresso, eles vão legislar em causa própria.

Parabéns pela fala!

Passo a palavra agora para o João.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos chegar junto, vamos chegar junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por favor, João.

O SR. JOÃO MAIA – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador e todos da Mesa. Todos eu já conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguns têm que viajar. Então, uma salva de palmas para os que vão viajar. (*Palmas.*)

Inclusive aqueles que estão na sala 6, aqui ao lado.

O SR. JOÃO MAIA – Eu sou o João Maia, sou do Sinsprev, de São Paulo, acompanho a Fenasps desde quando nasceu, há mais de 30 anos, e estou numa luta desde as greves do ABC, porque frequento essa esquerda brasileira, e a gente veio até aqui.

Quero dizer ao Senador que o acompanho desde o segundo Fórum Mundial do Rio Grande do Sul, em que estive presente, e sempre na luta.

Eu queria fazer duas perguntas, uma para a doutora, que é uma curiosidade minha. Eu sei que essas coisas estão acontecendo em cima de emendas constitucionais e eu quero perguntar, juridicamente, também para o Senador, se depois, em outros governos futuros – a minha dúvida é essa –, se uma emenda constitucional pode ser derrubada futuramente por outras emendas, outra emenda constitucional. É uma dúvida que eu tenho, depois que se sacramenta uma ideia.

A segunda é sobre a paridade que foi apresentada em 2002. Eu estou fora da paridade desse último acordão aí, essa última emenda e tal. Daí, eu queria saber o seguinte da doutora: juridicamente, o que resta para a gente entrar com um processo judicial? Então, quero saber se há possibilidade de conseguir ganhar, se existe, e em quanto tempo a doutora acha que isso pode acontecer. Eu sei que a gente tem vários processos judiciais, estaduais e dos servidores públicos federais, que vêm de muitos anos, coisas de 20, 25 anos, e até hoje a gente não conseguiu, ganha-se, e não se consegue...

Então, é por aí que eu... Para encerrar, eu não vou... É o seguinte: a gente tem que ir para a rua sim. Sempre achei isso. A rua é o maior... Para reflexão aqui do Senado, do Congresso Nacional, é a rua que movimenta aqui, certo? E a gente tem que ir para a rua com milhares de trabalhadores, milhões de trabalhadores, 100 mil já estiveram aqui muitos anos atrás. Precisa ter mais 100 mil aqui ou mais, 200 mil, e fazer isso aqui pegar fogo – fogo de ideias, para convencer.

E eu acho que é por aí. E vamos tentar ver se a gente consegue isso aí, derrubar essa emenda aí, o que eu acho difícil pelo que eu vejo, que eu acompanho. Mas vamos, pelo menos, vamos estar na luta. E conclamo a todo mundo que venha para a rua, todas as centrais, o sindicato, brigar por isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João. Parabéns. Você tem razão. Não está morto quem peleia, né? Não vamos nos entregar de jeito nenhum, vamos fazer o bom combate e vamos insistir até o último momento. E que prevaleça a justiça, a verdade e as grandes causas, como é essa aqui de vocês.

Eu conversei aqui com a Drª Paula, ela vai responder a sua pergunta. E eu falarei mais sobre a emenda constitucional aqui no Parlamento.

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Boa tarde. Respondendo a sua pergunta, em relação à questão do acordo de greve e aqueles aposentados que restaram excluídos, né? Primeira coisa que o aposentado tem que ter em mente é se a regra de aposentadoria pela qual ele alcançou o seu benefício lhe dá direito à paridade.

Como eu fiz aqui a exposição no começo, a Emenda nº 20, de 1998, garante paridade. A redação original do art. 40 da Constituição garantia paridade. O art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 garante paridade, mas está dentro do acordo. Então, não precisaria de uma ação judicial para ser atingido diretamente pelo que foi definido na Lei nº 13.324 e na Lei nº 13.326.

O senhor me disse que o senhor se aposentou em 2002, que tem paridade e, portanto, não está dentro do acordo de greve porque o acordo só beneficia quem veio a se aposentar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

partir de 2004. No seu caso, não há alternativa. Se a sua aposentadoria lhe garantiu paridade, mas o senhor não é aposentado com fundamento nem no art. 3º, VI e VI-A, da Emenda Constitucional nº 41 e também não foi contemplado pela Emenda Constitucional nº 47, a única forma de o senhor tentar optar pela nova sistemática é ingressando com uma ação judicial.

Quando? Em que momento isso vai acontecer? Nós ainda estamos estudando a tese, que aventaremos, certamente a partir do ano que vem, e no momento em que os efeitos financeiros dessas leis passarem a ser implementados para aqueles que fizerem jus.

Se eu acredito na tese? Sim, eu acredito na tese porque vocês todos participaram das ações que há não tanto tempo foram feitas, quando a gratificação de desempenho foi criada e impôs uma desigualdade entre ativos e aposentados enquanto não havia uma avaliação de desempenho e nos sagramos vencedores nessa discussão justamente porque ela desrespeitava o princípio da paridade. Eu acredito que hoje, havendo uma discriminação entre aposentados, em que ambos possuem direito à paridade, mas não têm direito de optar pela mesma forma de incorporação da gratificação de desempenho, eu acredito que a gente possa, sim, obter uma vitória no Poder Judiciário nesse sentido.

Agora, não posso garantir uma vitória, infelizmente.

O senhor nos questiona sobre o tempo, sobre... Infelizmente, o tempo varia muito de Estado para Estado e de região para região, porque cada região tem a sua peculiaridade na tramitação dos processos, mas a gente não pode negar que o Judiciário tem o seu tempo de tramitação. Muitas vezes, o tempo que a parte precisa não é o tempo de resposta do Judiciário. Então, não tenho como dizer para o senhor quanto tempo isso demoraria, especialmente porque a gente está falando disso a partir do início de levantarmos essas ações no ano que vem. Então, a gente não tem como precisar quanto tempo vai demorar em cada Estado. A gente sabe que esse processo precisa chegar até o seu final com uma sentença judicial transitada em julgado. Desse modo, a opção de discutir certamente existirá. Avaliar os proveitos econômicos que essa discussão vai trazer vai ser uma avaliação que cada servidor vai ter de fazer. Aí a espera é uma certeza que a gente tem para o amadurecimento do trâmite processual. Acho que, com isso, respondo à sua pergunta.

O Senador Paim vai fazer a gentileza de lhe responder as questões vinculadas à emenda constitucional. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Doutora. (*Palmas.*)

A Ana Luísa informou-me – e tenho de informar a vocês – de que...

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO (*Fora do microfone.*) – Posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar. É melhor você mesma falar direto.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Então, pessoal, vocês viram que eu entrei e saí. A Cleuza saiu também. Foi porque a gente teve uma informação, agora há pouco, de que algumas GEAPs estaduais foram lacradas. Então, a gente está tentando ver o que está acontecendo, porque nossa próxima audiência pública é sobre a GEAP, até para a gente poder ter uma ideia. Estou ligando para o meu Estado. Até peço a vocês que liguem para o Estado de vocês, para a GEAP, para ver se alguém está atendendo o telefone. Lá no Rio Grande do Sul, não estão atendendo. No Ceará, a gente sabe que foi lacrada. Não se sabe se foi só no Ceará ou em outros lugares, mas a gente não está conseguindo falar com a GEAP dos Estados.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Ah, gente! Nos esqueçamos de tudo o que a gente falou aqui. O pessoal falou que estavam lacradas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem que o alarme foi falso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Exatamente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu.

Pessoal, respondendo rapidamente ao seu João. Primeiro, João, vou dar a minha opinião. Toda vez que vocês ouvirem falar em reforma aqui no Parlamento, nenhuma delas, de que eu me lembre, foi para melhorar para o trabalhador. Todas vêm na linha de retirar direitos. Por isso, temos de fazer o enfrentamento, o debate, a mobilização, a pressão – como o senhor falou - de forma permanente. E reforma já diz. É reformar, no caso aqui, principalmente, a Constituição.

Ou seja, uma emenda nova acaba derrubando aquela que tínhamos no passado. Eu fui Constituinte, de 1987 para 1988. Foram dois anos em que nós escrevemos a nova Constituição. De lá para cá, já foram aprovadas acho que mais de 20 emendas, todas elas para retirar direitos, infelizmente!

Não houve uma, que eu lembre, que tenha sido para ampliar direitos, mas, infelizmente, pode. Claro que existe o princípio das cláusulas pétreas, mas aí é outra discussão. Eles não têm mexido nas cláusulas pétreas, mas essas, que são direitos sociais, eles têm mudado, tanto que eles querem trabalhar agora com a idade mínima. Por isso, uma PEC que eles vão trabalhar para mudar definitivamente a questão da idade mínima, porque não estava na Constituição.

Noemi, por favor.

A SRª MARIA NOEMI DE JESUS – Boa tarde, Senador.

Quero cumprimentar a Mesa, com nossos representantes da Fenasps; parabenizar a presença de todos aqui, nossos companheiros de luta, discriminados, sofridos – mas estamos aqui.

Cumprimento os companheiros que não são da nossa categoria que estão aqui e vieram trazer também a sua pauta de reivindicações; temos que estar juntos, companheiros, porque somos brasileiros. E esse Brasil tem estado contrário aos interesses da população. Um deles, que eu queria... Eu não estou aqui em meu nome, mas em nome de um brasileiro, ou de todos os brasileiros.

Eu queria dizer que existe uma insanidade de tentar parar o País por 20 anos, um país onde as favelas aumentam – e a maior parte da população morre nas favelas –, onde o salário mínimo é de R$800 – não dá nem para comprar o leite, a carne já está fora do cardápio do brasileiro mais pobre; um país em que a saúde está sucateada. Não há absolutamente nada. As pessoas vivem juntamente com ratos e baratas, com uma moléstia a cada momento, e pedem para o País parar por 20 anos. Vão parar com o quê? Eu acho que precisavam parar de roubar. Não há como! E tentam jogar que o servidor público é culpado de tudo. Nós, servidores públicos, somos vítimas; a população é vítima, porque, pelo que sei, há 30 anos, quando a gente fundou a associação, o núcleo... E o Senador conhece a nossa história sindical, que foi aos trancos e barrancos, usando um banheiro, tomando banho frio, dormindo no colchonete.

A gente está aqui e hoje a gente pode, de repente, não ter um atendimento médico. Foi tirada a nossa GEAP e nós não podemos pagar; não temos salário, porque tiraram o nosso dissídio. O dissídio coletivo que nós tínhamos era regido por lei, e não temos. Então, atacam o povo e atacam o funcionário público como se a gente fosse culpado pelo sucateamento público da saúde. Nós não temos culpa pelo sucateamento, as pessoas nas macas, a falta de remédio.

Eles deveriam tomar vergonha – vergonha de falar, porque isso é parar o País por 20 anos! Um País que está sucateado e está em eutanásia, está morrendo! Vamos superar primeiro a moral, vamos levantar a fome, vamos tirar as pessoas de debaixo do viaduto, vamos valorizar o servidor público para que ele tenha vontade de trabalhar – e que ele possa ter os seus direitos. Nós cuidamos de um doente, mas, hoje, nós temos milhares que não têm o direito, porque vão ao serviço público e não são atendidos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª MARIA NOEMI DE JESUS – E nós também não temos o direito de ser atendidos, porque pagamos GEAP e não tem GEAP.

Eu acho uma falácia tudo que está acontecendo no sentido do Brasil. É uma vergonha. E aí tem aumento para político. Então, vamos passar a régua, vamos parar! Não ao aumento para o político, porque, agora, há dois meses, teve aumento para os políticos, teve aumento para vários deles, o que todo mundo sabe, e nós não temos. Eu queria aqui dizer que nós, como trabalhadores... Olhem os nossos cabelos brancos. Precisamos continuar a sobreviver.

Se querem acabar conosco, imaginem com quem vem, porque o que eles estão dando é uma palavra de morte. Acham que não precisamos comer, alimentar. Reforma da aposentadoria... Nós aqui – a maior parte – não vamos poder entrar na questão da aposentadoria, porque paridade...

(*Interrupção do som.*)

A SRª MARIA NOEMI DE JESUS – ... a paridade.

A gente trabalha 30, 35 anos e não tem direito? Então, que história? Que Brasil é este? Isso é uma enganação.

Se querem nos destruir, imaginem aqueles futuros que estão chegando, os nossos filhos, os nossos netos.

Abaixo essa conversa! É uma insanidade! Queremos aqui defender um salário mínimo decente para as pessoas pobres. Queremos defender o respeito a nós, que trabalhamos 30 anos ou mais. Queremos defender a moralidade deste País! Na cadeia, todos os corruptos sejam eles quem forem. E viva o Brasil! Um Brasil de igualdade, de respeito, que acabe com a fome, que acabe com a vergonha e o sucateamento, que melhore a saúde pública, que valorize o professor, que tenha creche e que tire as pessoas do buraco... (*Palmas.*)

... do meio do rato, da barata!

Vamos contra a reforma, contra todo esse desmando, essa falácia, esse desmonte da Previdência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA NOEMI DE JESUS – Amigos, companheiros... Paim, parabéns, porque você sempre esteve conosco! E nós temos que chamar todo o povo. Povo brasileiro, estamos na rua, vem conosco, porque este País é nosso! E nós estamos do lado do povo. E todos aqui são brasileiros e têm que ser respeitados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Noemi, que falou aquilo que o povo está falando na rua mesmo. Na rua, é isso que você falou mesmo. Estou cumprimentando você. Somente com grande mobilização é que vamos mudar este Congresso e este Governo que está do outro lado da rua e que está encaminhando todas essas propostas para cá, inclusive a PEC 241, que arrebenta de vez com os investimentos no campo social. Você tem toda a razão. Nesses 20 anos, a população vai aumentar, mas o investimento tem que ser o mesmo. Vamos ter que ter mais infraestrutura, com uma população maior, mas o investimento tem que ser o mesmo. As pessoas vão ficar doentes, com um número maior de pessoas, mas o investimento tem que ser o mesmo. Não tem como. Saúde, educação, infraestrutura, segurança. É congelar a miséria e fazer com que o povo fique mais miserável ainda, porque a população aumenta, e o dinheiro é o mesmo. Não precisa ser nenhum especialista em matemática, não precisa ser nenhum economista para ter o cálculo fácil, que você fez muito bem aí. A indignação que você mostrou é a que eu ouço na rua, mas o povo não é bobo, ele sabe separar quem está do lado do povo e quem está contra o povo.

Quem está contra o povo está a favor da PEC 241. E nós somos também contra a PEC 241, com certeza absoluta.

Parabéns pela sua fala. (*Palmas.*)

Passamos a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PAULA ÁVILA POLI (*Fora do microfone*.) – Peço só um minutinho para complementar a minha fala, porque a Srª Noemi falou alguma coisa que deixei de falar. É rapidinho, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Drª Paula quer complementar a informação que ela já passou.

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Eu vou aproveitar a fala da Srª Noemi, porque, quando eu estava fazendo aquele retrospecto das regras de aposentadoria de vocês, eu deixei de falar como está a situação atualmente.

Nós temos as regras permanentes hoje do art. 40 da Constituição, que falam da aposentadoria do servidor público. Para os ingressantes entre 2004 e 2013, que foi o que a D. Noemi falou, que estão sem paridade, esse pessoal, de fato... Hoje, as regras do art. 40, as regras permanentes, para quem entrou entre 2004 e 2013, não garantem mais a paridade e o reajuste anual nas mesmas regras do RGPS em janeiro. O tempo de contribuição é basicamente o mesmo, a idade é a mesma coisa, o tempo no cargo e no serviço público é igual à regra anterior, mas, fundamentalmente, para quem entrou depois de 2004 até 2013, sem a paridade e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

A situação piora um pouco mais para quem entrou a partir de 5 de fevereiro de 2013, porque permanecem todas as regras anteriores, mas vem o teto a limitar, então, o que a pessoa recebe de aposentadoria. E esse teto hoje seria igual ao do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), hoje em R$5.189, e uma possibilidade de complementação pelo Funpresp. Então, a D. Noemi lembrou bem, eu não havia colocado na minha fala a situação desses servidores que ingressaram após 2004 até 2013, que estão vinculados ao regime próprio, porém com essa limitação e sem paridade. E esses, então, que entraram após fevereiro de 2013 estão vinculados ao teto do RGPS.

O pessoal que entrou entre 2004 e 2013 está um pouco menos pior. E como a gente estava conversando, a situação só piora.

Eu só queria fazer essa complementação, porque eu não havia falado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Paula. (*Palmas.*)

Agora, a Srª Lídia.

A SRª LÍDIA DE JESUS – Boa tarde, Senador Paim. Nunca é lugar-comum dizer que o senhor é um guerreiro nesta Casa. Em nome da direção da Fenasps, a gente agradece muito o empenho de V. Exª para que fosse realizada esta audiência pública. Não só o empenho de V. Exª, mas o da assessoria, que cuidou com todo o carinho e apressou as coisas para que esta audiência pública fosse realizada.

Quero saudar meus colegas do Brasil inteiro que estão aqui desde sexta-feira, sábado, domingo, realizando um debate para discutir rumos e perspectivas nessa conjuntura tão adversa, como têm dito, em todos os debates, todos os lutadores e lutadoras pelas causas do povo.

Como bem diz a Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, é um sistema perverso, que favorece os rentistas nacionais e internacionais. Para eles, vale tudo. Não estão nem aí para a devastação da natureza. Vide como aconteceu o desastre lá no Rio Doce. Vide a pobreza da Nação. Vide as reformas, que sempre têm sido para retirar direitos.

Pela retrospectiva feita pela Assessoria Jurídica da Federação, deu para a gente visualizar bastante como têm sido as reformas, sejam reformas administrativas, porque está lincado, seja a reforma da Previdência. Todas as reformas da Previdência foram para retirar nossos direitos. De 1998 para cá, a gente não teve paz. É retirada de direitos, retirada de direitos. A gente não aguenta mais tanta sangria. O povo brasileiro não aguenta mais tanta sangria. E a reforma no sistema de educação, sempre para atrair a escola sem partido, sempre para tirar a garantia de os filhos dos mais pobres terem direito à educação ampla – nós vivemos num país laico – e irrestrita para todos, com direito à sabedoria ampla para a Nação. A maioria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

governos, de décadas para cá, tem sido para aniquilar direitos dos trabalhadores. Mas nós não nos cansamos, como bem disse o Senador, frente a isso, aqueles e aquelas que estão sempre fazendo a luta, mesmo nos momentos de retrocesso, como está sendo este, o momento mais delicado da conjuntura.

Em 1988, nós conseguimos, através da luta, através dos guerreiros, Senadores e Deputados como o senhor, fazer uma Constituição por meio da qual conseguimos escrever direitos importantes para o cidadão brasileiro, mas, ao longo desse período, todos os governos não têm tido nenhum pudor em retirar direitos. Este agora, que, como bem disseram os companheiros e camaradas que me antecederam, não foi eleito pelo voto dos brasileiros, cuja primeira canetada foi desmontar a Previdência Pública brasileira. O INSS hoje passa pelo momento mais delicado, seja através da 726, a que fizemos várias emendas, mas foi passado o rolo compressor, porque, aqui nesta Casa, Câmara e Senado como um todo, infelizmente, os eleitos são o setor mais reacionário, que, quando há eleição, ri, abraça o cidadão brasileiro, mas, quando chega aqui, esquece que foi eleito para defender os direitos desses cidadãos. Por isso que a gente não se cansa de parabenizá-lo. Não que isso não seja um dever seu, do senhor – seu como uma forma camarada de dizer –, de V. Sª, mas esquecem que a eleição, o Parlamento é para defender os direitos daqueles que querem um Brasil melhor, daqueles que querem um Brasil justo, daqueles que querem um Brasil em que todos tenham direito à cidadania.

Então, esta audiência pública é muito importante. Com certeza, vamos sair daqui fortalecidos, Deputado, para, juntos, darmos um basta àqueles e àquelas que querem destruir e entregar o Brasil à sanha capitalista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós temos que estar sempre mobilizados, em estado de alerta, para perder menos, porque, se a gente jogar a toalha, daí, sim, eles passam o rolo compressor direto em cima de nós. Vamos resistir e tentar conter as ditas mudanças que o Governo tem apresentado, porque todas elas tiram direitos, todas. Não tem uma que amplie direitos. São cerca de 70 propostas apresentadas até o momento aqui, no Congresso Nacional.

Passamos a palavra para a Helena.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – Boa tarde. Cumprimentando o Senador e todos os presentes, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade de estar ao vivo pela TV Senado para chamar a atenção da população que está lá fora.

Esta é uma Casa onde a gente tem a oportunidade de dialogar lá fora, falar para a população que ouve os meios de comunicação, que, infelizmente, tem o controle de manipulação do povo brasileiro.

Para nós é muito importante estar dialogando com a população e pedindo para prestar atenção, principalmente os aposentados do Regime Geral de Previdência, que já estão aposentados, mas que vão correr os mesmos riscos por que vão passar os próximos aposentados do País, devido a uma mentira enorme que é veiculada todos os dias incessantemente. E agora o próprio Presidente que não foi eleito está preparando uma campanha de publicidade para poder convencer todos vocês que estão aí do outro lado de que é necessário aprovar essas reformas cruéis que estão sento costuradas, há muito tempo, neste golpe que foi dado no País.

É importante, principalmente aqueles que estiveram no congresso nacional da Cobap que realizamos lá em Alagoas, onde o Senador teve a oportunidade de estar presente e convocá-los para ir para a luta, para ir para o movimento, resgatando a história de luta dessa parte da sociedade que são os aposentados, que nós, servidores públicos, que atendemos no dia a dia na Previdência Social – que já não existe mais como patrimônio de vocês –, é importante que todos os brasileiros, todos, indiferente da condição de aposentado ou não, ouçam todas as falas dos movimentos organizados, dos seus sindicatos, das suas associações, todos os setores organizados, para não ficarem ouvindo as propagandas compradas pelos meios de comunicação mais sórdidos deste País, como é o caso da Rede Globo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nós queremos dialogar, sim, nos nossos sindicatos, com todos os trabalhadores para irem para à rua. Não existe um outro caminho neste País para a gente dar um basta nessa violência que traz um desmonte dos serviços públicos, um desmonte, uma retirada imensa de direitos dos trabalhadores, mostrando coisas quando de fato deveria estar sendo mostrado o contrário.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – É mostrando onde que está o dinheiro do povo, onde estão os erros de administrações, que não começaram agora, que são antigos. Nós temos uma história que demonstra onde ocorreram todos os desmontes de serviços públicos neste País, com o único objetivo que é a privatização da saúde, da Previdência Social, passar o rodo na educação brasileira, da forma que a gente está vendo nestes projetos que estão sendo apresentados por este Governo.

É, importante, sim, que todos nós, do outro lado da tela, todos prestemos bastante atenção, nas próximas semanas, nesta campanha sórdida que está sendo criada...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – ... para repetir e repetir cada vez mais que a Previdência Social vai falir, que existe uma bomba na Previdência Social, como foi dito lá no passado – né, Senador? – e que a gente contrapôs o discurso e não deixou que acontecesse a privatização da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – E agora nós estamos vendo o que está acontecendo.

É importante que todos vão para a rua. Vamos todos juntos somar cada vez mais para poder enfrentar o monstro.

Esse povo que está aqui sentado, os nossos colegas da Previdência, aproveito também para dizer que nós não somos responsáveis pelas mazelas dos serviços públicos lá fora, nós não somos responsáveis pelo sucateamento do serviço público, mas todas essas mazelas recaem nas nossas costas.

Então, é necessário que a população comece a acordar, comece a prestar mais atenção, principalmente para onde vai o seu voto, porque é com o voto que a gente muda as coisas neste País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Helena.

Parabéns à Helena, que mostra que a luta faz a lei, e, se não lutarmos, eles atropelam a gente.

Ana, por favor.

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – Boa tarde.

(*Interrupção do som.*)

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – ... o pessoal até falou que o senhor ficou com medo de comer a maniçoba lá na véspera do Círio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São dois momentos.

Eu já estive lá, num grande evento, na assembleia, participando do debate sobre reforma da Previdência, democracia, trabalho escravo, legislado acima do negociado e reforma da CLT.

Eu fui aos 27 Estados, não deixei nenhum para lá, e fui lá, e fui comer, sim, esse belo prato lá. Peixe foi a especialidade que me deram lá.

É que estão fazendo agora um segundo roteiro: vou ter que ir de novo aos 27 Estados, eu já fui a dez, no segundo roteiro, mas está marcado, se não me engano, para a primeira semana de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – De novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que o pessoal de lá entendeu que ia estar muito...

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – Aglomerado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... muito agitada, muito lotada a cidade com a festa, uma festa legítima, daí marcaram para 2 de dezembro. Em 2 de dezembro estarei de novo no Pará.

Olha, Pará, eu quero aquele mesmo peixe lá.

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – O filhote.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SRª ANA LUCIA RIBEIRO – Então, a minha preocupação, Senador, é que eu vejo muito a inércia do povo, porque a mídia fascista aí está. Por exemplo, no meu Estado, que é um Estado monstruoso – só lá nós temos um Município, Altamira, que é maior que a cidade de Fortaleza –, as pessoas só têm acesso a essa imprensa que aí está.

E isso também nos preocupa muito, porque nós sempre lutamos, não ainda pelo Estado de bem-estar social, mas pelas necessidades básicas de sobrevivência, que são salário, moradia, saúde, educação.

Então, isso hoje me mostra que a retirada de direitos são perdas históricas que nós tivemos e estamos tendo ainda.

Se esse projeto passar aí – já está definido que irá passar, porque nós somos minorias na Câmara, no Senado. Estamos vendo tudo que aconteceu nesse Congresso que aí está. É um Congresso que não está legislando em prol daqueles que o elegeram, mas, sim, em prol de benefícios próprios, de quem o financiou. É o caso do Ministro da Saúde, que defende os planos privados em detrimento do SUS.

A minha preocupação é essa, porque a imprensa funciona formando opiniões, como a Helena falou sobre essa grande campanha que vai ser lançada, quer dizer, na época, antigamente, íamos e conseguíamos no corpo a corpo. Esse corpo a corpo, hoje, é mais difícil. A minha preocupação é que hoje se estão fazendo as mudanças por decreto. Para se formar a Constituição, foram debates imensos, e hoje as mudanças vêm por decreto, por medida provisória. É um desrespeito à população.

Vimos, na eleição do dia 4, o grande número de abstenções. Isso revela que o povo está preocupado. O nosso voto não está sendo respeitado. Por que votar, então? Isso tudo nos leva a uma grande angústia. Por exemplo, para nós, que sempre lutamos – todos aqui – por direitos nossos, tudo que tivemos sempre foram lutas históricas, e esses direitos estão sendo retirados, perdidos no período da vida em que mais necessitamos, que é agora, na aposentadoria. Então, a minha preocupação é essa.

Eu pergunto ao Senador: como mudar isso no Congresso, com esse Congresso que aí está, com essa Câmara vergonhosa como vimos aí. Em Belém, fomos à rua para ver que o povo brasileiro se revelou, conheceu a Câmara que elegeu. Vergonhosamente, foi um escândalo o que aconteceu na eleição do dia 16, sobre o *impeachment*. Então, a minha preocupação é essa.

Acredito que a luta é importante, mas hoje estamos vivenciando uma conjuntura diferenciada. Nós temos que arrumar uma outra maneira de ir atrás dessa população, jovem principalmente, que não viveu, porque essa população que está aí, que saiu da universidade, que conseguiu seus empregos pegou um período muito favorável. Esses que virão atrás vão sentir isso, porque o momento agora é difícil.

Agradeço esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ana, pela reflexão.

Ana, respondendo à sua pergunta do que fazer, eu não escondo a minha idade. Eu tenho 66 aninhos. Sinto-me um guri ainda. Estou disposto a pelear, a pelear até o último ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da minha vida, porque as causas dão energia para a nossa vida. Se jogarmos a toalha, nós morremos.

Então, eu prefiro ficar com a energia que você passou, que esse povo nos passa, que as ruas nos passam. Quando eu vou a 27 Estados, não é só para pegar o avião – porque não é fácil: é avião para cá, é avião para lá, é desce do aeroporto, quase durmo no aeroporto. Quando eu chego a cada Estado, a energia que o povo passa, que vocês estão me passando aqui, como já foi dito e eu vou repetir, mostra que sempre vale a pena quando a causa não é pequena, como esta aqui que eu estou vendo. (*Palmas.*)

Isso anima a gente! Por isso, pode esperar, que eu vou estar no Pará. Nós temos que estar firmes, mobilizando, denunciando.

Eu fui Constituinte, e nós éramos a minoria da minoria. Nós não tínhamos cem votos naquela Constituinte, e saiu uma Constituição avançada, porque a gente tinha a pressão popular lá fora e aqui dentro. Voto mesmo, a gente não tinha mais do que cem. Isso foi fundamental para aprovar o SUS, para aprovar o capítulo da ordem social, que tem tudo a ver com este momento que nós estamos debatendo agora. Por isso, se nós conseguirmos... As eleições diretas foram conquistadas também, com milhões de pessoas nas ruas.

Eu sei que é difícil. Em um primeiro momento, a mídia está fazendo uma lavagem cerebral. Está fazendo, vocês sabem que está fazendo. Eu, quando ligo aquela televisão, todo dia, fico ouvindo e faço assim, para mim mesmo, porque eu estou vendo pela televisão. E eles estão falando para milhões de pessoas. Nós estamos falando agora aqui, pela TV Senado – pode ter certeza –, no mínimo para alguns milhões de pessoas também. Essa lavagem cerebral tem limite. Ela tem limite. Já foi assim em outros tempos. Na época da Constituinte, eles também tentaram, mas a partir do momento em que o movimento social e popular que aqui vocês representam foi para a rua e começou a estampar aquele cartaz, "os traidores do povo" – quem votasse contra alguns artigos –, os *outdoors*, cartazes, por todo o Brasil, eles começaram a recuar. Muitos pediram para mim. Eu já tinha sido Presidente da Central Única do Rio Grande do Sul – "única" porque só tinha uma central, e eu a presidia. Estavam ali todos os segmentos do movimento sindical. Depois, tinha sido Secretário-Geral e Vice da CUT Nacional, e eles chegavam e perguntavam: "Paim, esse cartaz de traidor do povo, dá para tirar lá da minha cidade?" Eu dizia: "Claro que dá, é só começar a votar do lado do povo." E os cartazes, o pessoal tirava mesmo. Então, não digo que a gente tem que usar a mesma tática. Nós temos que ter criatividade.

Eu estou no Parlamento há 32 anos. Entrei na Constituinte e nunca saí. Eu aprendi o seguinte aqui: o que Deputados e Senadores respeitam é voto, quem tem voto. E quem tem voto neste País são os trabalhadores e trabalhadoras, porque nós somos maioria. Se pegar os trabalhadores da área pública e da área privada, seja do campo ou da cidade, e os seus familiares, nós somos 90% da população, e nós temos esse voto. Só que nós temos que deixar claro para eles que nós faremos a valorização do nosso voto.

Há uma frase que não é minha. Vou dizer o nome dele aqui: ex-Governador Alceu Collares, do Rio Grande do Sul. Ele tem quase uma poesia, que ele declama, dizendo: "Tua arma é teu voto. Tua arma é teu voto. Tua arma é teu voto." Estou imitando o Collares aqui. Ele deve estar vendo lá. Está aposentado, mas é um guerreiro lutador. Ele diz muito isso. Ele termina a poesia dizendo – quem conhece o Collares – "tua arma é teu voto". Nós temos que valorizar cada vez mais o nosso voto, fazer com que eles percebam que quem votar nessa 241, por exemplo, não terá o nosso voto. Não terá o nosso voto. Não terá o nosso voto. (*Palmas.*)

Nós saberemos valorizar o nosso voto. Por isso, temos que estar mobilizados em todo o País.

Por favor, Srª Cordelia; a palavra é sua. (*Pausa.*)

Por favor, pessoal, vamos lá. Nós temos uma segunda Mesa, ainda, e temos mais dois inscritos depois da Cordelia: Deise e Eva. Daí vamos para a segunda Mesa.

A SRª CORDELIA GONÇALVES – Boa tarde, nobre Deputado Federal! Estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui Deputado, com muito orgulho, por muitos anos.

A SRª CORDELIA GONÇALVES – Nobre Deputado Federal...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CORDELIA GONÇALVES – ... em 1997, quando aqui estivemos... (*Palmas.*)

... o mesmo sindicato, com outras propostas, pedido, o único Deputado que deu valor ao trabalhador brasileiro, hoje nosso Senador, estou lhe agradecendo. Em 1997, quando o senhor, nobre Deputado na ocasião, ajoelhou-se no palco – eu participei juntamente – com o pai-nosso, o pai-nosso para que fôssemos ouvidos!

Deus lhe abençoe, nobre Senador Paulo Paim, por dar atenção a todos, independentemente de razão social. Aqui temos várias – são enfermeiras, assistentes sociais –, várias entidades aqui presentes, fazendo pedido, hoje, ao nobre Senador. Como esse pai-nosso com que o senhor, de joelhos, nos ajudou, deu resultado, peço a Deus que lhe dê saúde para nos atender mais neste, porque a coisa é muito séria, e já foi antecipada pelos demais.

Muito obrigada. Deus lhe pague por me ouvir! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria cumprimentar a Cordelia, que me fez viajar no tempo.

Eu me lembro, Cordelia, daquele momento. Eu era Deputado, de fato, e me ajoelhei ao lado do microfone e declamei esse pai-nosso, baseado numa poesia que eu mesmo escrevi. Eu mesmo escrevi. E se você permitir – eu não tenho aqui, mas está em livro –, no encerramento de todos os trabalhos, ao final, celebrando essa chama da vitória que todos nós queremos – que não se retirem nossos direitos –, eu vou ler o pai-nosso aqui, que foi uma obra daquela época. (*Palmas.*)

Deise.

A SRª DEISE LÚCIA DO NASCIMENTO – Gente, parabéns à Mesa.

Eu penso que o que garante a unidade é isso.

Paim, a D. Cordelia já está com 90 ponto 1. Está aqui firme e forte conosco. (*Palmas.*)

Viemos para cá de ônibus. Vamos voltar amanhã cedo.

Eu penso que aqui, nesta sala, algumas pessoas que não puderam vir, porque as condições físicas já não estão ajudando tanto, são as pessoas que são as fundadoras dos nossos sindicatos, são as fundadoras das nossas associações e sempre acreditaram na luta. Por isso, elas estão aqui até hoje; na luta, sempre. Aposentado, sim; mas inativo, nunca! (*Palmas.*)

Está aqui o pessoal na luta.

Eu penso que isso que a D. Cordelia expressou é uma coisa que eu me inscrevi para falar também, porque qual é o problema? Quando tudo está bem, todo mundo fala conosco; quando as coisas estão ruins, é ruim até conseguirmos entrar nesta Casa.

É muito legal termos um ponto onde conseguimos colocar as nossas ideias, colocar os nossos pensamentos e saber que nem tudo está perdido, porque ainda podemos contar – mesmo que não contemos com os quinhentos e poucos, trezentos e poucos, sei lá quantas pessoas compõem o Senado e o Congresso – com alguém que vai estar comungando com as nossas ideias, porque o que vem para nós como classe trabalhadora, seja aposentado, seja trabalhador, necessita de um enfrentamento muito grande, necessita que vamos à rua e necessita também que venhamos a esta Casa mais uma vez – porque já viemos na greve, voltamos de novo, incansavelmente –, até conseguirmos aquilo que mais queremos na nossa vida: queremos que a nossa família seja feliz, que os nossos filhos, netos e bisnetos tenham condições de vida e vivam em plenitude. Que termine essa mendicância que certos Deputados e certos Senadores fazem com os trabalhadores, que é a dependência em que ficamos.

Queria dizer, para finalizar, que nós, trabalhadores do INSS, estamos enfrentando, primeiro, uma revisão de benefícios que está acontecendo agora muito prejudicial aos trabalhadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

porque vamos ter dois problemas: primeiro, o nosso como trabalhador, porque aumentou o serviço; segundo, o dos segurados que vão lá, porque vamos ter que dizer "não" a eles – essa é mais uma turminha. No mês que vem, vamos começar a atender o defeso também, que é mais outra turma de trabalhadores que vão estar na nossa frente. É por isso que brigamos por concurso público.

Para finalizar mesmo, eu quero falar sobre a saúde. O caos é total, seja trabalhador federal, estadual ou municipal. Para o terceirizado, é pior ainda, porque ele nem tem a chance de contar com salário como contamos. Algumas empresas terceirizadas, quando entram em falência, os trabalhadores ficam sem receber e não têm a quem pedir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui dentro do Congresso. Estão todos na rua.

A SRª DEISE LÚCIA DO NASCIMENTO – Então, é uma luta constante nossa. O senhor vê que a nossa luta não é uma luta simples.

Agradecemos.

Achei que o pessoal da Mesa explicitou muito bem as nossas situações e nós aqui continuamos firmes e fortes em defesa dos nossos direitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deise, meus cumprimentos.

Agora, desta Mesa, a última inscrita é a Srª Eva.

A SRª EVA LINS – Boa tarde! Boa tarde, Senador Paulo Paim. É mais para agradecer. Sou Eva, do Rio de Janeiro. Quero agradecer a Fenasps... (*Fora do microfone.*)

Vou começar tudo de novo.

Boa tarde a todos!

Quero agradecer a Fenasps, por este momento aqui, e agradecer ao Senador Paulo Paim, por ser incansável na ajuda para a gente.

Eu confesso que fiquei um pouco deprimida quando vi que a 241 foi votada em primeira instância. Aquilo, para mim, ficou como se não tivesse mais saída. Eu fico preocupada com a geração que está vindo. Como vão ficar os meus filhos, como vão ficar os meus netos, com tudo isso que está se apresentando para a gente? Então, chegando aqui, vendo como vocês estão nesse trabalho, como estão fazendo tudo em favor da gente, principalmente Paulo Paim, ainda me dá esperança. Como disse a Ana, eu também tenho essa preocupação: como trazer o povo para a rua? Todo mundo diz: "Vamos para a rua, vamos fazer greve geral." Mas como trazer esse povo para a rua? Essa também é a minha preocupação. Mas, como disse o Sr. Senador, eu acho que a esperança é a última que morre. Como a gente conseguiu construir a Constituição de 1988, como a gente depois de uma ditadura militar conseguiu as diretas, as eleições, a gente também pode conseguir reverter tudo isso que está aí.

Então, eu só tenho a agradecer, principalmente por nos dar voz. Gostaria que estivessem muitos aposentados aqui, que pudéssemos trazer todo mundo para cá, e que um dia levemos todo mundo para a rua, aqui para Brasília e para os Estados, mostrarmos a nossa indignação, porque nós nos aposentamos, nós somos terceira idade, mas nós ainda estamos vivos e podemos lutar muito ainda.

Muito obrigada, Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós combinamos aqui, em uma homenagem à Cordelia.... É claro que ela me fez viajar no tempo. Eu escrevi um livro chamado *Cumplicidade: Política em Poesia.* Ali eu escrevi sobre quilombolas, escrevi sobre os índios, escrevi sobre os servidores públicos, escrevi sobre os estudantes, escrevi sobre as mulheres. Depois eu vou distribuir. Eu vou trazer. Eu tenho esse livro comigo. Mas esta aqui foi uma poesia que eu escrevi e declamei naquele momento, em outubro de 1997. Vou lê-la para vocês, porque ela é curtinha, em uma homenagem para a senhora, que eu vou lembrar sempre como a mulher de chapéu branco, e que me fez uma homenagem, fazendo-me viajar no tempo. Eu só peço a vocês... Como a letra é pequeninha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e eu já estou com 66, como eu já disse, eu vou ter que ler devagar. Se ficarem em silêncio, a gente ganha tempo.

Prece pelo Salário Mínimo

Perdoai, Senhor,

aqueles que não entendem a luta pelo salário mínimo,

pela justa distribuição de renda para todo o povo brasileiro.

Perdoai, Senhor,

a elite deste País que obriga o seu povo a viver com míseros 70 dólares [na época].

Perdoai, Senhor,

os que desconhecem, por ignorância ou por avareza,

que o salário mínimo no Brasil é um dos piores do mundo.

Eles não sabem que cerca de 50 milhões de brasileiros,

aposentados, pensionistas e assalariados dependem do salário mínimo.

Eles não sabem que o baixo salário mínimo leva os nossos idosos, os deficientes

físicos, os desempregados e assalariados à situação de marginalidade, [...]

[Perdoai, Senhor, porque eles discriminam tanto.]

Perdoai os que não sabem que a forma de combater a fome,

a miséria e a violência é aumentar o salário mínimo.

Perdoai, também, Mestre, aqueles que não amam as nossas crianças e jovens [e idosos],

Pois, em sua arrogância,

não percebem que o aumento do salário mínimo

levará à mesa da nossa gente o pão de cada dia.

Perdoai aqueles que não amam, só odeiam e não conhecem a felicidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pois estes não a querem para o nosso povo.

Perdoai os que gastam um salário mínimo em apenas alguns minutos,

mas não admitem que o povo receba um salário mínimo digno

depois de um mês inteiro de trabalho.

Perdoai os preconceituosos, os que discriminam os brasileiros pela classe social,

Estes, mais do que ninguém, são contra um salário mínimo justo.

Por fim, perdoai, Senhor,

os mentirosos [sim, os mentirosos] que vencem eleições defendendo o aumento do salário mínimo,

mas no Congresso votam sempre contra [...].

Oh, Santo Pai, sabeis que o salário mínimo pago ao nosso povo deve ser um

instrumento de generosidade coletiva e solidária.

Ajudai-nos, portanto, Senhor, a sensibilizar os nossos governantes e empresários a

caminhar para que um dia este País pague o salário mínimo constitucional.

Viva o Salário Mínimo Real Unificado, como reza a Constituinte Federal.

Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Uma homenagem à senhora.

Um obrigado a todos.

Esta salva de palmas, de pé, é homenagem à senhora do chapéu branco. (*Palmas.*)

Levarei a sua imagem comigo!

Agora, para encerrar esta Mesa, Ana Luísa Dal Lago.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Senador, o senhor verificou aqui que trouxemos a angústia que está no coração de cada aposentado, dos servidores da base da Fenasps, principalmente servidores da Saúde, Trabalho, Previdência, INSS e Anvisa. Em especial Saúde e Trabalho, que têm as menores tabelas salariais do Executivo Federal. Vieram aqui trazer a angústia com que esses trabalhadores vivem em relação ao salário que recebem.

Mas também viemos aqui trazer para o senhor a nossa força de luta para, junto com o senhor, fazermos a defesa da Previdência Social, do salário-mínimo digno para todos os trabalhadores. Viemos aqui trazer força para o senhor na sua luta. Estaremos juntos em todos os momentos.

Eu queria dizer aqui que não vamos permitir que os trabalhadores do Brasil paguem o pato colocado para nós com este Governo que aí está. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Não vamos permitir que os trabalhadores novamente paguem. Convocamos todos os trabalhadores para irem para a rua, convocamos os trabalhadores para a greve geral, para mostrarmos a este Governo que não vamos pagar para os empresários, para o grande capital, com o nosso salário e a nossa vida, não vamos permitir novamente pagar pela dívida pública que está aí, e vamos exigir, sim, a auditoria da dívida, para que os trabalhadores do Brasil possam ter salários dignos.

Então, trabalhadores, vamos à greve geral! Não vamos permitir que este Governo retire a pouca dignidade e os poucos direitos que ainda temos.

Greve geral, trabalhadores do Brasil! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Ana Luísa Dal Lago. Com a sua fala, fechamos esta primeira audiência pública.

Está encerrada a audiência pública, e vamos abrir já a segunda, conforme combinado.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 89ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e dois minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco nos planos de saúde. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Luciana Rodriguez de Carvalho, Diretora de Controle de Qualidade da GEAP Fundação de Seguridade Social; Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Ana Luísa Dal Lago, Diretora da Secretaria de Aposentados da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Adilson Moraes da Costa, Atuário, representante da Diretoria Executiva da GEAP Autogestão em Saúde; Paula Ávila Poli, Representante da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Shirlei Coelho; Moacir Lopes; Edna Teodora Ferreira; Maria Celina de Oliveira; Nelson Novaes Rodrigues; Crispim Lemos Vanderlei; Regina Célio Porfírio de Lima Silva; Lidia de Jesus; João Maia; Maria Helena da Silva. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) a realização de nova audiência com o objetivo de promover entendimento entre a GEAP e os trabalhadores da Saúde. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 89ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para debater Democracia e Direitos Humanos, com foco, neste momento, segundo o meu entendimento, na aposentadoria.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aposentadoria foi a de antes.

Para debater Democracia e Direitos Humanos, com foco nos planos de saúde.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania. Estamos ao vivo, pelo link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Vamos, de imediato, à formação da Mesa. Alguns que já estão aqui vão continuar.

Convidamos Luciana Rodrigues de Carvalho, Diretora de Controle de Qualidade da Geap Fundação de Seguridade Social. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

Convidamos Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Social da Fenasps. (*Palmas.*)

Já está aqui na Mesa.

Adilson Moraes da Costa, atuário, representante da Diretoria Executiva da GEAP Autogestão em Saúde.

Ana Luísa Dal Lago, Diretora da Secretaria de Aposentados da Fenasps, que já está na Mesa.

Paula Ávila Poli, que representa, aqui, o Jurídico também na Fenasps, e já está na Mesa.

Vamos, de imediato, passar a palavra para Luciana Rodrigues de Carvalho, Diretora de Controle de Qualidade da Geap Fundação de Seguridade Social.

Plano de saúde com foco na GEAP.

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos pedir silêncio a todos.

Entendemos que o movimento é aqui e também na Sala 6. Aos que quiserem, por um motivo ou outro, conversar com algum colega, eu peço que fiquem ali ao lado e depois retornem para a sala.

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Boa tarde a todos e a todas!

Saúdo toda a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para fazer parte desta Mesa, para participar de um processo de discussão, discussão que já tive com a Fenasps. Eu sou funcionária de carreira da própria instituição. Muito me orgulho em ter passado um bom tempo à frente da Gerência de Promoção da Saúde, onde consegui desenvolver e alavancar todos os programas de promoção e prevenção. Eu acredito que muitos dos senhores e senhoras aqui presentes fazem parte e podem usufruir desses programas que ora acontecem em todos os Estados, em todas as Gerências Regionais.

Eu vou fazer uma apresentação, Senador, que abarca não só a instituição GEAP como um todo, mas em que também pontuamos algumas condições, alguns programas, aquilo que temos desenvolvido e aquilo em que temos nos pautado.

A GEAP já tem 71 anos, isso é do conhecimento de todos vocês. Ela se iniciou com a antiga Patronal. Ela tem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada juridicamente como Operadora de Plano de Saúde, na modalidade Autogestão Multipatrocinada com autonomia patrimonial administrativa e financeira.

Atualmente, estamos administrando cerca de 529 mil vidas. Perdemos, sim, um quantitativo considerável de vidas, e vamos sinalizar aqui quais os motivos dessa saída e dessa perda. Mantemos convênio com 132 órgãos em todo o Território nacional, como, por exemplo, ministérios.

Pode passar.

Eu acho que é interessante, considerando que nos foi pautado, nos foi sinalizado que estaríamos discutindo a questão também da elevação do percentual de aumento, mostrar a Pirâmide de Faixa Etária da Geap, da nossa Carteira. E 49% da nossa população se encontra justamente na faixa etária acima dos 59 anos, o que muito nos orgulha, Senador. Eu acho que, como operadora de saúde, nós de fato temos atuado na busca intensa da qualidade e no desenvolvimento da saúde com inúmeros diferenciais, que vamos apresentar ainda hoje aqui. De certa forma, isso ocasiona e agrega para nós, como operadora, uma elevada sinistralidade.

Pode passar.

Essa pesquisa eu fiz questão de trazer a título de reflexão também. Ela trata da variação do custo entre a primeira e a última faixa etária. No ano de 2015, passamos a gastar, a ter uma despesa assistencial na faixa etária mais elevada para trazer, de fato, saúde com qualidade, de R$8.036, quando comparada à faixa etária infantil de 0 a 18 anos.

Pode passar.

Bom, hoje, a GEAP tem atuado em cima do convênio único – e eu acredito que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

seja de conhecimento aqui da Mesa –, convênio esse que foi firmado com a União em 05/11/2013, com vigência de 60 meses, o que possibilitou a adesão de servidores ativos e inativos da administração federal direta, de autarquias e de fundações, bem como de seus familiares aos planos da GEAP.

Acontece que, em 28/01/2014, ocorreu a ação direta de inconstitucionalidade que foi requerida pelo Conselho Federal da OAB contra esse mesmo decreto de 07/10/2013, questionando a ausência de licitação. A partir daí, Senador, ficamos proibidos de novas adesões de novos servidores públicos federais.

Pode passar.

E aí, com a medida cautelar que foi impetrada por aquele Conselho contra o nosso convênio único, impossibilitaram-se e ainda se impossibilitam novas adesões de beneficiários.

Se nós não estamos fazendo novas adesões, está ocorrendo uma saída considerável de beneficiários, seja por via administrativa, seja por motivo administrativo ou seja também por outras questões.

Posteriormente, através desse recurso de agravo interposto pela GEAP, o próprio TCU reconheceu a importância social do plano de saúde da GEAP. E, até que haja a decisão final de mérito, ele flexibilizou algumas situações, a exemplo do ingresso de dependentes e/ou de membros do grupo familiar do titular; do retorno ao plano do beneficiário que foi excluído em razão de inadimplemento financeiro; da permanência no plano dos dependentes que completaram a maioridade ou o limite de 24 anos; da permanência no plano dos dependentes em razão de óbito do titular – isso também foi garantido e flexibilizado por essa medida cautelar do TCU –; da migração de beneficiários em um plano da GEAP para outro plano; e da manutenção no plano dos nossos servidores.

Pode passar.

Aqui eu trago também os planos, produtos hoje em que a GEAP atua, embora eu já adiante aos senhores o desejo da nova diretoria de agregar, de implementar novos planos para serem oferecidos à sua população. Temos o GEAP Referência, o GEAP Essencial, o GEAP Clássico, o GEAP Saúde II. A maioria da nossa população, da nossa carteira, é pertencente ao GEAP Saúde II.

Pode passar.

Aqui eu já adentro um pouco na questão do próprio custeio de 2016. Após o estudo atuarial, foi definido um reajuste de 37,55% no valor total dos planos da GEAP para o custeio de 2016, que é aquele que entrou em vigor, agora, em fevereiro de 2016.

Trago, aqui, alguns pontos, Senador, e aí já provoco e conclamo a sua atuação, outrora já evidenciada, quanto à necessidade de termos o apoio e o empenho para a visibilidade e para a atuação da própria ANS de forma diferenciada, considerando que somos autogestão. Não houve reajuste no valor dos planos para o custeio de 2014. Houve apenas o remanejamento entre as faixas etárias.

Houve um aumento expressivo das multas da ANS, nos últimos dois anos, ajuste no balanço de 2014 com relação às provisões contingenciais de cerca de R$111 milhões, o que traz um impacto considerável para a Casa.

As ações do próprio STF, da OAB e do TCU, que foram impetradas pela Golden Cross, nos trazem, de fato, um impacto considerável, visto que não podemos mais incrementar nossa receita, considerando que não temos como captar novos servidores públicos federais. A própria exigência da ANS de que precisamos ter 14%, o que equivale a 40% do nosso reajuste, apenas para compor as exigências da ANS, digamos que seria um seguro para todos os prestadores de serviços. A própria questão da judicialização na saúde, em que cerca de 5% do reajuste diz respeito à judicialização, cada vez mais recorrente na área da saúde, seja na área da saúde suplementar, seja na área também da saúde pública. A variação dos custos médicos; a inflação médica apresenta-se bem acima da inflação medida pelo IPCA ou outro indexador.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E aí eu trago aos senhores também, para compartilhar, um comparativo de um estudo realizado entre as operadoras, considerando os valores que estão sendo demandados.

Bom, aqui, o GEAP Saúde II, que contempla o nosso maior quantitativo de servidores.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Vocês podem observar que a GEAP ainda apresenta um valor menor do que aqueles valores cobrados por três outras operadoras.

Pode passar.

Ai, o comparativo com planos de operadoras de mercado com coparticipação, de abrangência nacional, acomodação, tipo de apartamento também, com o GEAP Clássico, que é outro produto oferecido aos servidores. Também estamos bem aquém do mercado.

Comparativo com o GEAP Referência, outro produto. A GEAP se apresenta ali, na segunda faixa, comparando com os valores de mercado. E o GEAP Essencial na mesma situação.

Pode passar.

Aqui, um comparativo do GEAP Saúde II com outras operadoras de saúde do mesmo ramo, é o primeiro quadrinho, com autogestão. Então, a média da diferença está em 19,7% menor do que todas essas outras operadoras de autogestão.

Com relação àquelas operadoras que são oferecidas de um mercado que se detém e que estão focadas na questão da cooperativa médica, apresentamos uma média de diferenças 54,4% menor, o valor da mensalidade.

E com a operadora também com fins lucrativos, as demais, cerca de 57% a menos daquilo que temos cobrado, considerando justamente o aumento que foi impetrado, que foi realizado e implementado em fevereiro.

Pode passar.

A questão da coparticipação, a título da questão de conhecimento, que acho que é super válido sinalizar, na verdade, na área ambulatorial, que é aquela parte de consultas que vocês procuram, e de SADT, que são aqueles exames, chega a ser de 30% em cada procedimento, nos valores até R$190.

Nos valores a partir de R$190, a participação é de 15% em cada procedimento – uma redução de 15%. Na área hospitalar, na internação e enfermaria, é isento de coparticipação. Nas internações de psiquiatria, 30% é cobrado. E, com relação ao teto, limite máximo de R$1.260, independentemente se a despesa ultrapassar R$12,5 mil dos senhores.

O modo de cobrança é 10% do valor da remuneração do servidor e 60% do valor da mensalidade, ou seja, se esse R$1.260 ultrapassar os 10% da remuneração do servidor, esse valor pode ser parcelado.

E, quanto à assistência odontológica, são isentos alguns procedimentos de prevenção: 30% para consultas; 40%, os demais procedimentos; e 40% é cobrado nas próteses.

Pode passar.

Temos alguns outros procedimentos isentos de participação, a exemplo da quimioterapia, da medicação oncológica, da radioterapia, a própria hemodiálise; o Programa de Gerenciamento de Casos (PGC) – hoje acompanhamos e monitoramos mais de quatro mil beneficiários em suas casas, em suas residências – foi um grande avanço que tivemos. A questão da internação em enfermaria, outrora já mencionado aqui; procedimentos preventivos de odontologia; os partos também são isentos de coparticipação; ultrassonografia obstétrica; a própria citologia oncótica, que é um exame preventivo do câncer de colo de útero; vocês não pagam coparticipação.

Pode passar.

A mamografia, que agrega o preventivo do câncer de mama; os programas de promoção e prevenção à saúde – que vou detalhar mais à frente, que acho que, de todos os avanços que a GEAP apresenta na área da promoção e da prevenção, é o que mais se destaca; o Antígeno Prostático Específico (PSA), ultrassonografia da próstata; e o programa Viva Melhor, que é o programa de atenção primária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Pode passar.

Bom, aí eu adentro justamente nesses programas de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Muito se discute, na saúde, a questão da sustentabilidade, como é que os planos de saúde se manterão ou o próprio Sistema Único de Saúde, a saúde pública, conseguirá se manter no mercado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Não há outra forma, a não ser a mudança cultural e a sensibilização de todos os senhores e senhoras com relação à promoção e prevenção. Precisamos nos cuidar antes de, de fato, a morbidade estar instalada.

Pode passar.

Quais os critérios administrativos para que qualquer beneficiário das GEAP usufrua desses programas? Ser beneficiário regularmente inscrito, ter cumprido período de carência estipulados nos planos das GEAP, exceto nos casos de reingresso, nas condições estabelecidas.

Pode passar.

Bom, todos os programas estão embasados no tripé do acompanhamento com o médico – vinculador assistencial –, o nutricionista e o psicólogo.

Não sei se os senhores sabem, mas a maior causa de absenteísmo no serviço público federal é oriundo de questões da saúde mental, e é um grande desafio na área da saúde como um todo.

Pode passar.

Bom, nós, como operadoras de saúde da autogestão, somos a única operadora no mercado, hoje, que atua em todas as linhas de cuidado que percorrem desde o parto adequado – estímulo ao parto adequado, inclusive estímulo ao parto normal – até a melhor idade. Então, nós perpassamos por várias áreas: saúde da criança e do adolescente; Hiperdia, programa voltado para a questão da prevenção da hipertensão e do diabetes; saúde do homem e da mulher; saúde mental; movimentos com saúde; maturidade saudável; Programa de Gerenciamento de Casos; e as campanhas de saúde. Nós trabalhamos em consonância com o Ministério da Saúde no intuito de trabalhar a sensibilização de todos os nossos beneficiários.

Dificuldades nós temos, sim. É fato. Não a GEAP em si, mas todas as operadoras de saúde. Então, hoje, o maior desafio nosso é, de fato, fazer a interiorização desses programas.

Pode passar.

Estamos em todos os Estados brasileiros e em todas as capitais. Conseguimos evoluir, sim, para alguns lugares do interior, mas os programas estão implementados em todas as capitais brasileiras.

Pode passar.

Eu não vou me ater a isto aqui, mas todos os programas, como a saúde da criança e do adolescente, antecedendo inclusive o próprio parto adequado, vislumbram, de fato, a qualidade de vida de uma forma acolhedora e com cuidado.

Pode passar, pode passar.

Bom, estas são as campanhas em que temos atuado: combate à dengue; prevenção de DSTs e aids, hipertensão e diabetes; combate ao tabagismo; doação de sangue; saúde da criança e do adolescente; saúde da mãe e do bebê; saúde mental; saúde da pessoa idosa; saúde da mulher – Outubro Rosa –; e saúde do homem – Novembro Azul.

Temos, ainda, para alguns planos, alguns auxílios financeiros. Nenhuma outra operadora dispõe desses benefícios.

Educação ao menor com deficiência. A GEAP oferece auxílio financeiro para o beneficiário menor de 18 anos, portador de deficiência permanente e incapacitante, com acesso à educação especial somente para GEAP Saúde e GEAP Saúde II.

Aquisição de medicamentos especiais. Reembolsamos 50% de uma relação, sim, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

medicamentos que são disponibilizados aos senhores, em cima da nota fiscal apresentada na gerência regional, apenas para os planos GEAP Saúde, GEAP Saúde II e GEAP Família. Isso acontece, gente! Eu me comprometo a passar a vocês a listagem de todos os beneficiários que recebem esse benefício.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto.

Pessoal, vocês vão ter oportunidade, num segundo momento.

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Isso. De contra-argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos aguardar para fazer um bom debate.

A SRª LUCIANA RODRIGUES DE CARVALHO – Isso.

No caso das órteses e próteses não cirúrgicas, também são concedidos auxílios financeiros para todos os inscritos no GEAP Saúde, GEAP Saúde II e GEAP Família.

Pode passar.

Bom, aí são algumas fotos das nossas ações, dos nossos programas que acontecem nas capitais.

Pronto.

Há ainda o Programa de Gerenciamento de Casos, que abrange, como eu falei, mais de 4 mil beneficiários...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – ... e ainda, na atenção primária, nós hoje atendemos, por meio dos programas, mais de 72 mil beneficiários dos 528 mil. É o ideal? Não, gente. Nós gostaríamos de estar, de fato, atendendo e levando esse acolhimento e esse acompanhamento para toda a população, toda a nossa carteira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – .O.k.

Essa foi a Diretora de Controle de Qualidade da GEAP, Srª Luciana Rodriguez T. de Carvalho.

Pessoal, eu vou pedir o máximo de silêncio para fazermos o bom debate. Temos mais quatro painelistas, depois vou abrir para o Plenário também. Todos poderão participar do debate.

Passo a palavra agora para Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Fenasps.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Boa tarde à Mesa, na figura do Senador, como sempre, solícito às nossas reivindicações.

Todos esses painéis que a Diretora de Controle passou para nós, eu acho que cada um e cada uma de nós nesta sala conhecemos, porque a GEAP é um patrimônio desses trabalhadores. A GEAP é mantida e é consolidada através das contribuições dos trabalhadores.

Penso que faltou a Diretora explicar por que os trabalhadores estão saindo da GEAP. Eles estão saindo porque não estão aguentando pagar as contribuições abusivas que a GEAP passou a descontar deles. Muitos hoje não têm nem o desconto da GEAP no contracheque. Antigamente, nós tínhamos como prioridade o desconto do plano de saúde, e atualmente não temos conseguido mais garantir esse desconto no contracheque, tamanho o aumento das contribuições.

A GEAP acabou com o controle social nos Estados. Nós tínhamos conselhos regionais que cuidavam, pelo menos contribuíam para levar as reivindicações dos assistidos até a GEAP. Isso acabou. Não existe mais. Creio que há uns três anos.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Desde a intervenção.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – É, desde essa eleição agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

última...

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Intervenção.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Desde a intervenção.

A GEAP passou por uma intervenção política para afastar todos os conselheiros eleitos legitimamente pelos participantes da GEAP e realizou outro processo eleitoral, que foi altamente fraudulento. Nós acompanhamos a fraude desse processo eleitoral. E a nossa entidade inclusive entrou com uma ação, essa ação resultou em vitoriosa para nós, e possivelmente a GEAP terá que fazer uma nova eleição.

Ela apresentou ali a questão da variação da faixa etária. Nós também temos conhecimento disso. Mas também há um processo da Golden Cross no TCU, e os dirigentes da GEAP não fazem nada para poder alterar a situação.

O TCU é político, o Governo está aí no comando, sabe da situação da GEAP, está demitindo todos os gerentes regionais para alocar os seus apadrinhados políticos, gerentes regionais esses que conhecem a situação de cada um e cada uma nos seus Estados estão sendo demitidos, literalmente, e nós sabemos que é para colocar os apadrinhados políticos, como está acontecendo no INSS e em outros órgãos. O Governo está fazendo uma devassa nos trabalhadores que são qualificados para aquelas áreas, colocando aqueles e aquelas que talvez nem conheçam a origem da Fundação GEAP.

A Fundação GEAP é um patrimônio dos trabalhadores, de trabalhadores que estão aqui representando os 26 Estados da Federação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Não importa que estejam em uma idade maior do que 49 anos porque já tiveram 17 e contribuíram até a data atual e terão que ter assistência, sim. E se as ações e multas aumentaram na ANS é porque em vários Municípios deste País a GEAP não tem rede para atender a nossa clientela.

Eu queria colocar também a questão da reserva técnica, Senador, e a questão do *per capita*, em que eu acho que o Senado pode nos ajudar, e é um apelo desta audiência pública, da Fenasps, para que o senhor, uma pessoa que sempre foi carinhosa e se declinou aos nossos problemas, nos ajude a aumentar o *per capita* patronal, que, lá atrás, era de um por um, e hoje é de dez por um. E a maior parte está pagado mil por um. Que o Senado possa nos ajudar nessa luta que, há mais de décadas, temos travado.

Na greve de 2012, conseguimos aumentar as qualificações da idade e percentual do *per capita*, mas foi muito irrisório. Sabemos que no Legislativo e no Judiciário o valor é maior porque, do mesmo jeito que criticamos a gestão da GEAP, também buscamos alternativas para que ela se mantenha viva, porque o mercado não aceita nenhum de nós, nenhum plano privado de saúde.

E o TCU também tem que ter olhos para isso, porque a Golden Cross é uma empresa privada de planos de saúde que impede a nossa entidade de crescer, de aumentar. E, aumentando as adesões de novos, evidentemente que diminui o preço, para que os nossos colegas possam retornar ao plano de saúde. Muitos deles saíram doentes porque não tiveram condições de se manter na GEAP com o valor que está sendo cobrado agora. E, além disso, sem representação no Conselho, no Conad, onde temos a possibilidade de conhecer a gestão da GEAP.

Então, eu acho que é importante, Senador, nessas duas frentes, trabalharmos conjuntamente a fim de melhorar ou, quem sabe, minimizar o sofrimento da nossa categoria.

E quero reafirmar que o controle social é a melhor forma de a GEAP ficar mais próxima de seus assistidos. Se continuar dessa forma, a GEAP vai acabar, e isso nós não vamos deixar que aconteça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Fenasps.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Agora, Ana Luísa Dal Lago, diretora da Fenasps.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Senador, nós pedimos esta audiência pública porque, da mesma maneira que estamos angustiados em relação à questão das aposentadorias, dos aposentados, também estamos angustiadíssimos, digamos assim, em relação à questão da GEAP.

A GEAP é um plano de saúde que foi criado pelos trabalhadores que aqui estão. Foi criado na década... Quando entrávamos no serviço público federal, para assinar o contrato, tínhamos que nos vincular ao plano de saúde, que era a GEAP, também ao pecúlio, mas especialmente à GEAP. E, durante todo esse período, temos feito a defesa da GEAP como o plano de saúde dos trabalhadores.

Queríamos que o Governo tivesse transformado a GEAP em plano único de saúde dos trabalhadores do serviço público. Não deveríamos permitir que o Governo reembolsasse empresas privadas de saúde. Não conseguimos isso, mas estamos fazendo a defesa da GEAP.

A Fenasps, a federação de que somos base, é a entidade que tem feito, ao longo dos tempos, a defesa da GEAP como plano de saúde. E hoje estamos em uma situação em que a grande maioria dos servidores que construíram essa entidade está sendo expulsa por não conseguir pagar. Ultimamente, tivemos um reajuste que sequer cobre a inflação e, de 2013 para cá, em especial, os reajustes considerados abusivos pela GEAP.

Todo esse painel que a Luciana trouxe nós conhecemos de cor e salteado. Também sabemos como a GEAP funciona. Também sabemos que tudo que está aqui não condiz com a realidade da GEAP nos Estados, sequer nas capitais.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – O Programa Viva Melhor e o plano do adolescente não contam com pediatra. Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, não tem pediatra.. O PGC tem um médico para atender toda a capital e todo o Estado, digamos assim. Um médico para fazer o atendimento. A equipe multidisciplinar não funciona. E isso é em todos os Estados. Nós tivemos ontem um debate sobre a GEAP – nós tivemos que fazer dois debates porque o assunto não encerrava – em relação ao que a GEAP apresenta e o que é a realidade.

Gostaria de saber do atuário, do Adilson, que tábua vocês estão usando para fazer os reajustes. Vocês estão expulsando, expulsaram do plano em torno de 50 mil vidas no último período, por não conseguirem pagar. E vão expulsar o restante que aqui está com o novo reajuste que, como sabemos, a GEAP e o Conad estão propondo agora para 2017. Ninguém aqui vai ter condições de pagar. Quem recebeu 5,5% vai ter de arcar, novamente, com um reajuste de 40%, 50%, 60% do valor? E sabemos por quê.

Gostaria também que a Luciana nos informasse qual é o valor que está sendo pago para a banca de advocacia que foi contratada para atuar nos processos judiciais. E por que a GEAP está pagando multas e multas para a ANS? Porque não há rede nos Estados, porque não há atendimento nos Estados. Então, vir aqui e mostrar que tem, que está bonito, que tem isso e que tem aquilo, não é a verdade nos Estados. Se a ANS...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Se a GEAP tivesse rede de atendimento, não teria multa para pagar à ANS. Então, tudo é consequência da ingerência dos governos dentro do nosso plano de saúde. Nós não podemos mais permitir isso. Nós estamos discutindo, na Câmara Federal, proposta de lei para os planos de autogestão, mas não adianta nós modificarmos lá a questão, se a GEAP vai continuar sendo cabide de emprego para os afetos dos governos, sejam eles quais forem.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Então, nós viemos aqui, Senador, pedir ao senhor que nos ajude a fazer esse debate, tanto da questão do aumento do *per capita* quanto para acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com a ingerência dos governos dentro da GEAP, para acabar com a premiação de cadeira para diretor da GEAP, para os afetos do governo que vão lá para dentro e fazem aplicações erradas, como as que foram feitas no passado, e fazem com que a GEAP perca R$400 milhões, R$500 milhões, R$600 milhões. Isso não pode continuar acontecendo.

Nós não podemos permitir que a GEAP faça um novo reajuste e que expulse de dentro do plano o restante dos trabalhadores que ainda estão lá. Sabemos o que a GEAP quer e sabemos o que o Governo quer. Ele quer expulsar os trabalhadores antigos para colocar trabalhadores novos lá, quer jogar a GEAP para a iniciativa privada, e nós não temos como pagar plano de saúde da iniciativa privada, sem considerar que fomos nós que criamos o que está lá, essa instituição que hoje existe.

Então, a intervenção que nós pedimos é esta: que a GEAP faça uma reconsideração na questão do valor que foi aplicado no último período. Não adianta nos dizer que a GEAP vai se tornar insolvente porque isso não é verdade. Não é verdade. Se diminuíssem os custos da GEAP, não em relação à questão da saúde, mas sim em relação à corrupção que é praticada, em relação aos desvios de verbas nos Estados,... (*Palmas.*)

... não precisaria ter o reajuste que hoje tem lá. Nós não podemos permitir que os trabalhadores que estão aqui – em especial, volto a dizer, os da saúde, que estão pagando hoje, porque têm a maior faixa etária, R$600, R$700 de plano de saúde – continuem a pagar e tenham um novo reajuste, agora, de mensalidade.

Obrigada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foi Ana Luísa Dal Lago.

Agora o Sr. Adilson Moraes da Costa, Atuário, representante da Diretoria Executiva da GEAP.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Boa tarde, Senador Paim, boa tarde, senhores da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, o silêncio é importante até para ouvir o contraditório de cada questão aqui levantada.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e tentar esclarecer, da melhor forma possível, todos esses questionamentos que os senhores têm apresentado.

A Diretora Cleuza e a Diretora Ana Dal Lago, parece-me, que acompanham de perto a GEAP, inclusive já participaram do Conselho...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ajudar, pessoal. Assim ganhamos tempo.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – E sabem bem como é a luta na GEAP para tentar oferecer o menor reajuste possível dos preços.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – É uma luta diária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Pessoal, vamos deixar todos, democraticamente, expressar o seu ponto de vista, e o contraditório a Mesa faz.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Os senhores sabem bem que a GEAP não tem fim lucrativo, ela, basicamente, arrecada para pagar os custos existenciais.

No último ano, tivemos um reajuste maior do que nos anos anteriores, muito em função

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da própria inflação dos custos médicos. Tivemos, no ano passado, aumento do custo essencial em torno de 18%. A inflação não chegou a 10%, a inflação pelo INPC, IPCA, o que for. A inflação do custo médico é muito maior do que é a inflação comum, a inflação de alimentos, por exemplo.

Como já foi dito, tivemos também multas, ações judiciais, e tudo isso conta para elevar os preços dos planos. Além disso, a GEAP é obrigada a formar provisão, guardar recursos para garantir a sua sustentabilidade. Tudo isso entra no preço do plano, que é sempre aplicado no seu menor valor possível, mas desde que dê sustentabilidade à GEAP.

Todo ano, participamos de uma discussão internamente. Eu sou empregado da GEAP desde 2001 e sou o responsável técnico por esses cálculos. Fazemos um esforço, a partir do meio do ano começamos a discutir isso, para definir o menor preço possível.

A GEAP tem duas fontes de receita: a do beneficiário, o assistido; e a do patrocinador. Não há outro tipo de receita, e existe, do outro lado, uma despesa que cresce.

A diretora Cleuza falou bem, ela pleiteou que houvesse um movimento de forma a buscar o aumento do repasse patronal. Veja bem, no ano passado, tivemos esse reajuste de 37,55%, que, quero dizer, na verdade, seria maior. O custo inicial que nós apuramos em nossos estudos era de 43%, mas, com toda a discussão interna, participação dos conselheiros, inclusive com conselheiros que são eleitos pelos senhores, esse reajuste diminuiu, chegou a 37,55%, que é muito alto, mas ero o mínimo para que a GEAP se mantivesse de pé

Já foi dito aqui que a GEAP tem uma concentração de idosos. Metade da carteira não tem isso, não tem plano de saúde como a GEAP. Metade da carteira tem mais de 59 anos. As pessoas de 59 anos chegam a gastar por mês oito vezes mais do que as mais novas. Foi dito isso na apresentação. Então, é difícil administrar isso. Nós nos esforçamos para apresentar o menor reajuste possível de maneira que a GEAP permaneça de pé.

Quero dar outra informação para vocês: em qualquer outro plano de saúde que vocês encontrem por aí, qualquer um, o preço do idoso é seis vezes o valor do mais jovem. Se pegarem o preço da última faixa etária e dividirem pelo preço da primeira faixa etária, que é de 0 a 18 anos, vocês vão ver que representa seis vezes. Todo o mercado é assim. Só a GEAP cobra cinco vezes na última faixa etária com relação à primeira. Só a GEAP. Se os senhores saírem para procurar outro plano de saúde, vão perceber que a GEAP prioriza o atendimento ao idoso. Ela tem essa característica de atender da melhor forma.

Agora seria interessante também se houvesse um... No ano passado, o Governo deu um aumento no repasse patronal de 22,6%. Mas, veja, se o reajuste foi de 37,55%, ele concentra mais, ele acaba sendo maior para o beneficiário, não é? Então, tudo isso é considerado na hora de definir o preço.

Fui questionado sobre a tábua que utilizamos para fazer o cálculo. Na verdade, não utilizamos tábua. Usamos tábua de mortalidade para plano de previdência – não é o caso de plano de saúde –, e consideramos, como eu já disse, o histórico de inflação dos custos de saúde e a perspectiva para o ano seguinte.

No ano passado, como eu já disse, a inflação médica, a inflação dos custos de saúde foi em torno de 18%, e foi esse o principal motivo para que tivéssemos um reajuste daquela magnitude: 37,55%.

Este ano, nós estamos no empenhando internamente para oferecer o menor reajuste possível na GEAP. E a GEAP, o seu corpo diretivo, tem se esforçado para reduzir ao máximo os seus custos de maneira a que isso reflita na mensalidade de vocês.

Mas, como eu disse, a Diretora Cleuza e a Diretora Ana Dal Lago participaram, observando a administração da GEAP, e sabem que esse trabalho interno de oferecer o melhor serviço ao menor custo não é fácil.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, pessoal! Tudo no seu tempo. Tudo no seu tempo, pessoal.

Historicamente, nesta Comissão, nós liberamos as palmas e o silêncio. Quando discordamos, ficamos em silêncio. E batemos palmas quando concordamos. Sempre deu certo. É a terceira vez que eu presido esta Comissão, de dois em dois anos.

Agora, com a palavra a Drª Paula Ávila Poli, representante da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde ao Senador novamente. Agradeço-lhe a oportunidade de debatermos os direitos do servidor público federal aqui. Realmente, é uma oportunidade que devemos agradecer, diante do cenário tão caótico em que nós nos encontramos.

Pode colocar na página oito para mim, por favor.

Bom, eu ouvi atentamente as duas falas dos representantes da GEAP e a fala da diretora que deu início à nossa Mesa. Ela disse que 49% da carteira da GEAP é de idosos e que a GEAP tem bastante orgulho disso. O orgulho que a GEAP tem disso eu não sei, mas sei que desde que estou acompanhando as ações da GEAP, e eu vou falar aqui, eu nem vou muito para trás, eu vou começar na Resolução nº 616, de 2008, do Conad,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PAULA ÁVILA POLI – ... quando foi modificada a forma de custeio do plano de saúde, considerando que passou a ser naquele momento uma mescla de faixa etária com faixa de renda. Só ali, naquele momento, a GEAP imputou aos idosos entre a menor faixa e a maior faixa etária mais de 2.840% de diferença. São mais de 28,4 vezes entre a menor e a maior faixa etária, quando houve a modificação da forma contributiva do plano de saúde.

Nesse contexto, eu gosto de me perguntar como é que pode haver a afirmação de que não há uma discriminação evidente nesse caso. Porque se você muda a forma de contribuição de um plano de saúde que foi construído por essas pessoas que estão aqui, hoje aposentados e pensionistas, e impõe a eles a modificação dessa forma de contribuição, 2.840% de aumento, eu não tenho certeza de que a GEAP efetivamente preza pelos idosos. (*Palmas.*)

Colocar a culpa nesse contexto dos aumentos percentuais que vêm sendo praticados ano a ano nas ações judiciais penso que é querer colocar a culpa na vítima, porque se existem ações judiciais desde aquele momento, em que os aposentados passaram a ser estrangulados nos seus orçamentos familiares, é porque existem vítimas, pessoas que trabalharam uma vida inteira contribuindo para o seu plano de saúde e que agora não conseguem mais migrar para outro plano de saúde, que agora não têm outra alternativa que não se manter a duras penas neste plano, e a via judicial foi a única alternativa que lhes restou.

Então, creio que colocar a culpa dentre os pontos todos que nós temos para discutir nas ações judiciais que essas pessoas ajuizaram, porque essas pessoas estão tendo que escolher hoje entre comer e pagar o seu plano, é uma falta de bom senso, de razoabilidade, entre outras tantas coisas que eu poderia citar.

Eu li uma reportagem ontem, na Mesa de que participei, em que o diretor dizia que não há dificuldade financeira na GEAP. Ele afirmou isso. O que há é uma dificuldade de manter a reserva que a ANS está exigindo.

Bom, se não há dificuldade financeira, como imputar a essas pessoas que são os usuários, que são os idosos, a culpa pela falta de ingerência dentro daquela instituição. Nós sabemos hoje que o grande problema da GEAP não é o financeiro. Então, para falar do reajuste de 37,55%, precisamos começar dizendo que não é 37%.

Pode aumentar um pouco ali para mim?

Se pegarmos o que vocês pagavam no ano anterior e o que vocês passaram a pagar neste ano de 2016, comparando a parte contributiva de vocês do ano passado com a deste ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

temos...

Para a próxima página, por favor. Não, é uma tabela que tem os ícones em vermelho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PAULA ÁVILA POLI – É a anterior, então? É a anterior, desculpe. Pode voltar. Mais um pouquinho, então, porque não é esta ainda. É esta aí.

Se verificarmos o que vocês pagavam e o que vocês passaram a pagar a partir da Resolução nº 99, de 2015, veremos que, na faixa etária de 59 anos ou mais, com o salário de até R$1.499, o servidor teve um aumento de 43,51%. E o mais triste é perceber que quem ganha acima de R$7,5 mil teve um reajuste de 40,66%. Isso é comparando o que vocês pagavam e o que vocês passaram a pagar, não estamos considerando aqui a *per capita*, mas o que interessa para o servidor? É o que sai do bolso dele, efetivamente. É essa conta que precisa ser mostrada. E essa conta mostra que os idosos e aqueles que têm menos condição financeira estão sendo expulsos do plano de saúde. (*Palmas.*)

De um ano para o outro, houve um aumento de 40% na faixa dos mais idosos, mas, se formos para a faixa de 44 e 48 anos, com a faixa de renda entre R$1,5 mil e R$1.999, vamos ver que essa teve 53% de aumento.

Enfim, se isso não é abusividade no reajuste, eu, como operadora do direito, não consigo vislumbrar o que seria uma abusividade, porque, se vocês considerarem o que foi o reajuste da *per capita*, 22,61%, isso deixa claro que todos os custos que a GEAP tem e não consegue suportar... E aí eu não posso adentrar no mérito dos motivos e nem quero. O que eu quero dizer é que sempre a conta termina no bolso daquele que pode menos. E querer se comparar com outra operadora de saúde do mercado, dizendo que ela ainda está com os valores abaixo do que as outras operadoras colocam, é uma falácia, porque, primeiro, tudo que vocês têm de desconto, tudo que vocês pagam de plano, tudo que é cobrado de vocês sai diretamente do contracheque.

Onde fica a inadimplência? Ela é bem baixa, enquanto um plano de saúde do mercado, entre os custos do plano, ele calcula a faixa de inadimplência, na GEAP, sai direto do contracheque de vocês. E se o que eu estivesse falando aqui fosse uma grande mentira, se eu estivesse olhando exclusivamente e imparcialmente para um lado só, 50 mil pessoas – isso até alguns meses atrás, hoje a gente não sabe mais quantos são – não teriam deixado o plano. Porque eu sou advogada do sindicato de base, e todo dia eles me perguntam: "Doutora, eu não tenho mais como me manter, o que eu faço?" Ele está tendo que escolher entre comer e pagar o plano de saúde, com o pai, com a mãe... (*Palmas.*)

E isso não deixa alternativa a esses servidores que não a judicialização. E a judicialização é um problema para quem? Para quem não está oferecendo a saúde. Porque é dever da União conceder um plano de saúde por convênio – ou via Sistema Único, mas a União optou pelo convênio – aos servidores públicos federais. E quando ela impõe um reajuste de 43,51% para aquele que menos ganha, porque a faixa ali é a primeira, ela não está querendo manter essas pessoas ali.

A GEAP vem num histórico de retrocesso nos direitos dessas pessoas que criaram esse plano de saúde. Como eu falei, já em 2008, quando veio a Resolução nº 616, que mudou totalmente a forma contributiva, ali foi a grande sangria do servidor, porque só naquele momento, entre a primeira e a última faixa, eram mais de 28,4 vezes.

O exemplo que vou citar aqui nem é o pior, porque, ontem, no Congresso, tivemos a oportunidade de saber que há servidor que recebe R$2,5 mil de remuneração e paga R$2,6 mil de GEAP.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Mas se considerarmos um servidor da carreira do INSS, em nível inicial, esse servidor hoje, se tiver um dependente, já despende da sua renda mais de 50% para o pagamento do plano de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Diante desse contexto, já para encerrar a minha fala, porque não preciso de muito mais, eu acredito que a política da GEAP, em relação aos idosos, tem sido nefasta. Nós não pararemos de ajuizar ações judiciais enquanto essas pessoas não tiverem vez dentro da GEAP.

E mais, doutor: quando o senhor coloca ali que esses reajustes são discutidos com os representantes desses servidores, é importante lembrar que, nessa última resolução, esse reajuste foi aprovado pelo voto de minerva do Governo. (*Palmas.*)

Os três representantes dos servidores votaram contra, e o voto de minerva é do Governo. Então, dizer que discute com eles, mas que, ao fim e ao cabo, eles não têm poder de decisão nenhum é mais uma falácia, porque os três votaram contra e prevaleceu o poder da caneta.

Quando esses mesmos servidores conseguiram colocar um representante seu na presidência do Conad que iria reduzir este mesmo reajuste anunciado como sendo de 37% – porque vou falar, anunciado como sendo de 37%, ele não é de 37% – e que baixou a Resolução nº 129, de 2016, que colocaria fim a todas as demandas judiciais, e, portanto, os custos com as demandas terminariam, ele baixaria para 20% o reajuste deste ano, o que fez a União? Ajuizou uma ação anulatória para discutir a modificação do estatuto que colocava um representante de vocês na presidência.

Não conformado com a decisão que obteve, ingressou, após a nossa conquista no tribunal de que os 20% iriam valer, com um mandado de segurança contra o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e ela não tem poupado esforços no sentido de manter o que está posto ali e que é autoexplicativo. Então, não me venham, por favor, colocar que tudo é porque é uma autogestão, porque não tem fins lucrativos e que tudo é discutido entre os três membros do Governo os três representantes dos servidores, que tudo é decidido para vocês e com vocês; isso não é verdade. Essa última resolução, com os três votos contra, prova isso. E é com essa memória que eu encerro a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta foi a Drª Paula, que pediu mais um minuto para falar sobre a liminar.

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Nós temos uma liminar vigente que garante os 20%, novamente, de reajuste e parece-me que na prévia do contracheque de vocês, em desobediência ao que decidiu o Poder Judiciário, a Geap não está cumprindo. O Dr. Eduardo, da Geap, me mandou um *e-mail* dizendo que os efeitos da liminar que nós obtivemos, de 20%, passariam a ser sentidos agora no próximo contracheque, competência outubro, que é pago agora em novembro. A prévia ainda não mostra o cumprimento da liminar. De posse dessa informação, eu vou procurar o Poder Judiciário para tentar resolver essa situação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Senador, vários colegas, como o senhor está vendo, estão se movimentando para sair, porque os companheiros têm voo agora. A gente não conseguiu acelerar a audiência anterior – e foi importante o debate que foi feito nela –, então vários companheiros vão sair, mas a gente vai continuar aqui no debate para tentar sensibilizar a Geap mostrando a importância que ela tem na vida de cada um dos trabalhadores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Ana.

Uma salva de palmas para aqueles que têm de sair. A gente entende. O debate continua e vocês ficarão sabendo das considerações finais quando terminarmos.

Vamos lá.

Como havíamos feito na primeira Mesa, vamos abrir a palavra.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Vou ler os nomes aqui. Moacir, Edna, Celina, Nelsinho, Crispim. Alguém mais? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No máximo dez, pessoal. (*Pausa.*)

Deu dez, aqui. Ela vai fazer a leitura dos dez para não haver nenhuma dúvida. Pode ler o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nome dos dez?

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Moacir, Edna, Celina, Nelsinho, Crispim, Regina, Lídia, João, Helena...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Foi a primeira que mandou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.?

Vamos começar.

Shirley em primeiro lugar.

Por favor.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Pessoal, a Taquigrafia está pedindo que, quando falarem, digam o nome completo, para eles poderem anotar.

A SRª SHIRLEY COELHO – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembrando que são, no máximo, cinco minutos. Em quatro minutos, a campainha toca.

A Mesa pede, devido aos voos, que se reduza para três minutos. O.k.?

Três minutos, então.

A SRª SHIRLEY COELHO – Boa tarde a todos e todas, especialmente ao Senador Paulo Paim.

Eu vou ser bem rápida.

Meu nome é Shirley. Eu sou do Rio de Janeiro, servidora da saúde federal aposentada.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Nome completo, Shirley, por favor.

A SRª SHIRLEY COELHO – Shirley Coelho.

Eu gostaria de colocar aqui, até pela palavra dele, da Geap, quando ele coloca que a Geap se preocupa com a saúde do idoso. Eu não tenho dúvida nenhuma, não se preocupe não, porque eu tenho 60 anos, aposentada, e entre a minha alimentação e pagar o plano, a Geap, eu escolhi a minha alimentação. Eu não pago mais a Geap, porque não tenho mais condições.

Então, eu acho que não há essa responsabilidade muito não, até por conta desse aumento absurdo. Nós que somos da saúde federal somos os mais prejudicados no nosso salário. Nós não recebemos, não temos um aumento há muito tempo e não temos condições de pagar a Geap nesse valor exorbitante que vem acontecendo. E entre escolher...

E não sou só eu, são vários aposentados. Vários.

E, aí, como é que fica?

O companheiro aqui do lado também não paga mais a Geap, porque não tem condições.

Isso é muito ruim, porque nós precisamos de um plano de saúde. Realmente gostaríamos de que a Geap olhasse mais para o idoso, tanto quanto a patronal, lá atrás, olhava. Hoje não é isso que acontece.

Eu gostaria de saber aqui, inclusive da Ana – porque me parece que foi pedida uma auditoria na Geap...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª SHIRLEY COELHO – ... a que pé que anda essa auditoria. Se aconteceu, se há resultado ou não, porque, se não houver, eu acho que temos que pedir uma nova auditoria. Nós servidores não temos que pagar o rombo da Geap. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Moacir.

O SR. MOACIR LOPES – A questão do plano de saúde no Brasil é um problema muito complexo – veja o pessoal da Unimed, que está aí, os novos também estão com problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A Geap tem sido uma sucessão de problemas. A gestão que fez essa mudança de plano, doutora, passando o aumento de 2000% de contribuição percentual para faixa etária, teve a nossa mais tenaz oposição. Infelizmente, passaram, implementaram e deu no que deu. Já perdeu 50 mil trabalhadores. Hoje, em conta simplista, Senador, são 260 milhões por ano que esses poderiam pagar, que é a média de R$400. Ou seja, qual o portfólio, qual empresa do mercado teria interesse em perder esse capital? Porque, afinal de contas, é uma contribuição anual: você paga sobre décimo-terceiro, sobre tudo. E a Geap perdeu isso. A direção da Geap perdeu isso. Por uma situação de adequar-se ao mercado de capitais esqueceram-se de que um plano de autogestão de trabalhadores, como aqui muito bem disseram os companheiros, é de quem o construiu. Há 71 anos que a Geap existe.

Então, não é uma questão que começou ontem. Ela praticamente se confunde com a história da Previdência Social. Mas a auditoria nunca foi feita lá na Geap. O Senador várias vezes nos recebeu aqui para discutir a Geap. É preciso buscar o parâmetro. A Geap não pode expulsar quem está lá porque quer se adequar ao mercado, mas também as gestões que vão se estendendo no cargo, com intervenção ou não – não importa o caso – não podem se basear naquela lógica de que, se não pode pagar, sai fora. Não é assim que funciona. Tem que buscar uma solução. Nós estamos dizendo: há um desvio de finalidade na Geap, há um erro na gestão da Geap. Nós queremos prestação de contas – não agora, todas do período anterior.

Só esse grupo que saiu fora aqui, são 13 mil jovens que entraram só no INSS. Desses 13 mil jovens, acredito que nem mil estarão no plano. Eles foram para outros planos porque a Geap, além de não buscá-los, além de não fazer o seu papel, como empresa, de buscá-los, ainda não criou as condições para isso, e agora esfola os que têm mais idade, esfola os trabalhadores com a cobrança, como foi muito bem demonstrado aqui, por faixa etária. Eles têm que passar fome ou pagar a Geap. A Geap tem que prestar contas, sim. Queremos prestação de contas. Tem que fazer eleição para ter uma direção colocada lá. Tem que fazer esse levantamento da situação e, principalmente, já tem que buscar de volta esses 50 mil trabalhadores. Eles não estão lá porque foram expulsos, porque não têm como pagar o plano. Esse é um fato gravíssimo. E aí, no caso, a gente não quer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MOACIR LOPES – Então, para finalizar, eu entendo que este debate já foi feito em um ponto passado aqui nesta Casa. A gente já conseguiu fazer a solicitação no Tribunal de Contas da União. A gente encaminhou e a gente entende que é preciso que, em algum momento, a Geap preste contas do que ela arrecada e para onde vai o dinheiro. Em algum momento, a Geap tem que dizer para os trabalhadores porque é que sempre tem uma equação que não fecha. E não adianta vir com essa conversa de faixa etária, essa conversa atuarial, porque nós não acreditamos nisso. Alguma coisa não está bem explicada ali. Queremos essa explicação. Essa explicação é necessária para que a Geap possa, aí sim, começar do zero e ser uma entidade que atenda quem a construiu durante 71 anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Edna.

A SRª EDNA THEODORO FERREIRA – Boa tarde!

Meu nome é Edna Theodoro Ferreira. Sou funcionária pública da saúde, do Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, e estou na direção da Secretaria de Aposentados do Sindsprev-RJ. Se no seguro social houve um ingresso de 13 mil novos servidores, na saúde nós tivemos uma grande vitória: depois de 20 anos na luta pelo concurso público, nós tivemos o ingresso de 12.800 servidores – mais ou menos isso, se não me deixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

enganar. Esses novos servidores, que seriam também mais 12.800 esperanças, não se sentiram atraídos pelo plano da Geap, porque o Rio de Janeiro é o pior de tudo isso, porque tem uma quantidade muito grande de servidores públicos federais. A Geap, inclusive, através de um decreto, recebeu ou ia fazer um exame periódico dos servidores públicos.

E a gente não sabe a quanto anda isso. A última notícia que eu tive é que a Geap tinha recebido um valor para fazer esses exames periódicos.

Então, eu tenho uma pergunta. Eu conto para para os meus companheiros que, quando eu entrei, fui obrigada, inclusive, a filiar-me à patronal e agora eu me sinto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª EDNA THEODORO FERREIRA – Eu me sinto também ameaçada. Eu quero saber se o plano, se esses exames periódicos serão feitos pela Geap e a quantos anda essa situação.

E uma outra pergunta que não me quer deixar, assim, ficar sem resposta: toda a arrecadação que é feita das nossas contribuições, se o Governo realmente repassa, porque ele tem um interesse tão grande de se manter apontando as pessoas que ficam à frente da Geap, se isso é para fazer cobertura do não repasse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

De imediato, Celina.

A SRª MARIA CELINA DE OLIVEIRA – Primeiro, eu não entendi bem se os que saíram por falta de pagamento podem retornar. Ficou confuso para mim. Eu gostaria de saber e saber se a dívida que eles têm vai ser parcelada.

O segundo, eu diria que é menos verdade que as mamografias não são cobradas. Elas só não são cobradas quando é feito em campanha. E eu estou dizendo no Rio, e eu posso provar no meu contracheque, que elas são cobradas, sim, quando vamos ao nosso ginecologista e ele pede. Ela só não é cobrada no período de campanha, nos ônibus da Geap. Ponto. Então, tem que ser uma coisa unificada em nível de Brasil. Não pode ter uma coisa aqui, uma coisa ali. Se não é cobrada, não é cobrada. É cobrada, e eu posso provar, no meu contracheque. Ponto.

Outra coisa, não sei se a sede aqui, de Brasília, é própria ou não, mas em quase todos os Estados elas são alugadas. Poderiam começar a administrar, diminuindo essas sedes, porque é um abuso o espaço aqui de Brasília. Não precisa disso tudo em um local riquíssimo desses. Eu não sei quanto custa, mas já sei que é caro! E, se é próprio, então, diminui e aluga algumas salas, porque tem muitas salas sobrando ali, muito espaço mal aproveitado. (*Palmas.*)

Vai reverter esses custos para o atendimento.

E digo a vocês: esses aumentos são realmente desumanos, porque eu tenho 47 anos de serviço público, 47 anos de Geap. Não posso e não devo ser tratada.....

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA CELINA DE OLIVEIRA – ...como qualquer pessoa de qualquer plano, porque vocês nunca receberam um segundo atrasado a minha contribuição. Então, respeito é bom e eu gosto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nelsinho.

O SR. NELSON NOVAES RODRIGUES – Primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo, insigne baluarte da luta dos trabalhadores brasileiros, a Mesa também, enfim, todos.

Eu sou de São Paulo, faço parte do Fórum em Defesa da Previdência Social Pública e dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosas. Começamos com pequenos grupos de assistentes sociais, servidores da saúde pública, federais de São Paulo, e, agora, estamos agregando diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

entidades, diversos fóruns, sindicatos. Estamos contatando a OAB, CNBB, outros setores e queria fazer expressamente, publicamente, o convite ao Paulo Paim também, para colaborar com essa iniciativa nossa. Estamos elaborando, minuciosamente, um relatório para encaminhar para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque se trata de destruição de direitos.

A maioria que está aqui contribuiu a vida inteira para a Geap, Patronal, Geap, tal, e, hoje, recebe uma tabela por faixa etária, por renda, e as pessoas estão sendo excluídas do plano. Agora, estamos em um patamar em que há uma exigência exorbitante em relação ao suporte financeiro para manter a Geap, mas, em contrapartida, 50 mil servidores precisaram deixar a Geap porque não têm mais condições de pagar, e, por outro lado, há uma proibição de ingresso. Então, isso é uma medida consciente para destruir e acabar com o plano de saúde. Consciente. Diante disso, é preciso que, imediatamente, se faça uma auditoria para valer na Geap.

Em segundo lugar, é preciso que os gestores da Geap que estão aqui presentes tenham sensibilidade de criar um plano alternativo, um plano especial para aqueles de baixa renda e mais idosos, que estão sendo os mais sacrificados...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. NELSON NOVAES RODRIGUES – ...estão sendo penalizados, porque, hoje, na situação dramática da saúde pública, os planos de saúde estão extorquindo as pessoas. Hoje, existe o desprezo da vida humana. Sabemos que aqui, no Congresso Nacional, existe, fruto de uma manobra parlamentar, um golpe sobre os direitos dos trabalhadores. Agora, a PEC 241...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON NOVAES RODRIGUES – ...que está em curso, o que significa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. NELSON NOVAES RODRIGUES – Significa 20 anos, talvez, de corte de gastos e arrocho salarial dos trabalhadores. Agora, como é que os trabalhadores vão continuar pagando esses planos se está colocada no horizonte uma redução de gastos e o arrocho salarial profundo para os trabalhadores públicos? Então, frente a isso, é necessário que a gente tenha uma grande mobilização.

Tivemos audiência pública, em São Paulo, em relação ao trabalho escravo, em relação à Previdência Social, eu, representando a CSP-Conlutas. Naquele momento, estávamos preparando o dia 16, que era o dia de luta. Hoje, as centrais sindicais estão reunidas para preparar a greve geral no dia 9 ou dia 11. É preciso uma saída dessa natureza, para que os trabalhadores protagonizem, porque hoje há uma ofensiva muito grande do Governo, com ingerência no plano de saúde dos trabalhadores, com ingerência na saúde pública, transformando a saúde pública em organizações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminou o tempo, amigo, o tempo tudo igual.

O SR. NELSON NOVAES RODRIGUES – Por isso, é necessário que nos organizemos melhor. E, agora, quero repetir, aqui, vamos convidar oficialmente o Senador para participar dessa luta nossa e engrossá-la em defesa da Previdência, em defesa da pessoa deficiente, em defesa da pessoa idosa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Crispim.

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – Meu nome é Crispim Lemos Wanderley. Sou do Rio de Janeiro e estou representando o Fórum de Qualidade de Vida e Saúde. Estou com a Secretaria dos Aposentados do Sindsprev/RJ.

Queridos, eu queria começar a cobrar da Geap que ela seja mais clara. A direção da Geap

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tem que ser mais clara com todos e todas, porque a transparência é tudo. Quando a Geap vai participar de um encontro da Abramge, que coordena todos os planos de saúde, ela tem que fazer uma discussão do que é autogestão e não entrar num processo de heterogestão mercadológica.

Você fala, meu querido, da questão atuarial para a garantia de qualidade de vida da Geap, mas a nossa advogada desmontou isso dizendo que o aumento foi injusto para a grande maioria da categoria, que é de terceira e quarta idade. A gente está discutindo essa situação de planos de saúde e vou pegar a fala da presidenta, da representante hoje do massacre aos idosos, daqueles da terceira idade e quarta idade no mundo, que é aquela declaração do FMI de que a causa da crise mundial hoje são os idosos que estão vivendo muito. Parece-me que a visão mercadológica da Geap, hoje, apresentada por você, minha querida, é de uma situação em que o SUS é um mercado. E aí você está completando indiretamente, não é que você queira, mas indiretamente você favorece essa discussão mundial de precarização, de descarte de seres humanos, principalmente dos jovens e dos idosos.

Então, eu quero colocar para nós todos que devemos repensar esta relação, ou seja, o que é qualidade de vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – o que é qualidade de vida para os planos de saúde autogestionados e que não estão fazendo autogestão. Para fazerem autogestão deveriam ter a discussão de redes próprias. Nós temos a Unidas. Qual o papel da Unidas nesse debate?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – É fazer o quê? É corroborar com a proposta mercadológica que a Abramge traz? O Ministro da Saúde fez uma palestra em agosto, na Abramge, em que disse que é preciso, sim, fazer planinhos de saúde. Gente, isso é criminoso, é aviltante. É pegar essa parte toda dos trabalhadores que deram o seu sangue, seu suor para construir este País e dizer para eles: "Vocês podem morrer à míngua. Vocês não merecem nada". E a Geap é autogestionária. Então, nós deveríamos estar discutindo rede própria, garantia de qualidade de vida. Por que o Rio de Janeiro foi quem falou mais aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo ...

O SR. CRISPIM LEMOS WANDERLEY – Porque representa a maioria dos funcionários que estão na Geap. Os da terceira e quarta idade estão com a gente lá. E nós não recebemos essa tal atenção que a Geap vem dizendo que dá.

Finalizando, meu querido Senador, eu acho que a luta é diária contra a classe dominante. Mas nós que somos hoje os serviçais não devemos permitir que eles dominem as nossas mentes e os nossos corpos. Nós não devemos deixá-los fazer a imolação diária que eles querem fazer com a gente.

Paz e luz para todos! E que a gente continue a nossa luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Regina.

A SRª REGINA CÉLIA PORFIRIO DE LIMA SILVA – Boa noite a todos e a todas.

Primeiramente, quero parabenizar o Senador, mais uma vez, por estar nessa luta constante, ao lado dos aposentados, seja na questão da aposentadoria, seja na questão da Geap.

Quero aqui lembrar o seguinte: a Luciana disse que a Geap tem 71 anos. Eu acho que, para muitos de nós, a Geap, quando nós entramos no serviço público, não apresentou esse plano dessa forma. E nós temos esse plano.

Hoje, nós não estamos aqui querendo comprar um plano, nós queremos discutir de que forma nós vamos continuar nesse plano, porque não é possível, com o salário que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

trabalhadores, hoje, ganhamos... Sabemos que, hoje, muitos de nós aqui somos, muitas vezes, o arrimo de família, e trabalhar, pagando R$700 reais por pessoa – existem famílias que têm uma ou duas pessoas na Geap, com seus salários de R$2 mil, R$2,5 mil. Em nenhum momento, nem a Geap nem o Governo olharam com carinho para a questão do aposentado – e isso, porque hoje nós temos o maior índice de crescimento, o da população idosa, neste País.

Então, acho que hoje nós não estamos sendo expulsos da Geap: nós somos convidados a nos retirar, pois é muito mais fácil. Querem hoje matar os nossos idosos por falta de atendimento ao idoso. Essa é a questão de hoje nós estarmos discutindo não só numa audiência pública sobre a questão da Geap, mas por uma questão de direitos humanos e pela necessidade de hoje estarmos aqui discutindo, sim, a questão da qualidade de vida que a Geap poderia estar nos oferecendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª REGINA CÉLIA PORFIRIO DE LIMA SILVA – E não é isso. Nós estamos aqui discutindo de que forma. Porque hoje nós pagamos a Geap, nós pagamos a coparticipação da Geap, muitos de nós estamos com boletos atrasados – precisamos parcelar a Geap e estamos com três pagamentos, e para muitos de nós não foram apenas 40% de aumento, como a doutora colocou: quem teve a faixa etária aumentada, aumentou de faixa etária, o aumento passou de mais de 60%. Isso é possível numa década de hoje em que nós tivemos, nesse período de 2015 a 2016, um aumento de 10,8% nos nossos contracheques? Um aumento que foi dividido em dois anos, não é possível a gente aguentar.

Então, estamos sendo convidados a nos retirar, depois de 20, 30, 40 anos de pagamentos à Geap.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lídia.

A SRª LÍDIA DE JESUS – Boa noite – já é noite, não é?

Em nome do Senador, parabenizo todos os representantes da Mesa.

Foi dito, pelo representante da Geap, que ela é uma carteira com mais de 59 anos e que, pelo tom da fala, esse é o problema. Está bem: se esse é o problema, qual a solução para o problema? Com certeza, não é por meio de aumentos exorbitantes para que os participantes saiam da Geap.

O camarada Moacir apresentou aqui uma questão de que são os novos, as pessoas que chegam para casa.

A companheira Cleuza também falou do TCU, que cria problema para que esses novos entrem. Mas o que já se tem feito com essa questão do TCU? Tanto a Cleuza quanto a Ana, outros colegas que já foram conselheiros, foram incansáveis nesse Congresso, neste Senado, para resolver essa questão do TCU. E essa situação se arrasta e, pelo andar das coisas, vai implodir.

Toda vez que a gente participa de um debate sobre Geap, é a apresentação de um produto como se a gente fosse comprar, conforme foi dito aqui. E parece que – me desculpem – mas parece que é um país da fantasia, porque não vemos essa linha de cuidado, só se for pontual, aqui e ali.

Programas de promoção à saúde, não vemos isso no Estado. Auxílio financeiro, não vemos isso no Estado. Geap em ação, atendimento integral, não vemos isso no Estado.

A minha pergunta é o seguinte: Acho que toda vez esta questão não é tocada: como está a questão dos hospitais nos Estados? Como está a questão dos hospitais? Como está a questão dos atendimentos nas clínicas? Se aqui em Brasília está razoável, nos Estados está um caos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª LÍDIA DE JESUS – Então, em todo debate que a gente chama a Geap, os representantes da Geap, não é para apresentação do produto, é para buscar soluções para os problemas crônicos que são causados pela ingerência política. Se a Geap não fosse importante, se a Geap não tivesse lucro, se a Geap não tivesse dinheiro líquido e certo dos contribuintes, não tinha tanto desejo de acirrar essa ingerência política dentro da Geap. Todos que chegam na Geap mudam a direção da Geap. Conforme foi dito pela Cleuza, todos os gerentes estaduais estão sendo modificados para facilitar essa ingerência política.

Então, a Geap é nossa – para concluir – porque todos esses com mais de 50 anos, quando chegaram no INSS, quando chegaram na saúde, quando chegaram na Anvisa, compulsoriamente foi colocado o desconto no contracheque.

Tudo bem, agora não é mais compulsório. Mas, e o passado? E toda contribuição que a gente fez no passado? Por isso que a gente diz, os trabalhadores dizem ainda: a Geap é nossa, no sonho, que a Geap é nossa. A gente sabe que não é mais nossa, mas a gente defende que a atual gestão apresente, conforme foi dito – para concluir mesmo – se o problema não é financeiro, foi dito no Jornal *Correio Braziliense*, então apresente uma política para ganhar os novos e para manter os antigos, porque eles foram contribuintes eternos dessa Geap. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O João; em seguida, a Helena, e terminaremos. Daí volta para a Mesa.

O SR. JOÃO MAIA – Mais uma vez, quero agradecer à Mesa, ao Senador Paulo Paim, por estar fazendo isso, quer dizer, é o único representante nosso que pode, no Congresso Nacional, estar fazendo. O Faria de Sá também ajuda bastante, a gente sabe disso, e outros mais, tem mais gente que faz isso, mas somos muito poucos ainda diante de todas essas consequências.

Eu vejo assim: a judicialização para que a gente contemple alguma coisa, para ver se a gente tem algumas vitórias e tal diante da Geap.

Acho isso um absurdo! Porque eu vejo assim: com a esperança que um Senador e alguns amigos possam fazer alguma coisa no Congresso para nós.

E o senhor lá – desculpe, não lembro o nome – que faz os cálculos. É aí que quero mirar. Vejo assim: se este Governo gestor que está aí, junto com conselheiros que votam – e voto de minerva, sempre o Governo tem a vitória ali. E sobre esse aumento eu fico perguntando: todos os demais tiveram 12,5%, se não estou enganado, foi decretado lá para ter 12,5% de aumento; e a Geap, 37,5. Aí eu fico pensando: se com 20 mantém, por problemas passados, porque 37,5?

E outra, fico pensando assim: se o senhor é que faz o cálculo, outras pessoas que estão na sua área, que fazem esse mesmo problema em outras gestoras, em outros planos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MAIA – ... esse pessoal não se comunica?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO MAIA – O pessoal não cobra do senhor alguma coisa tipo: "como é que todo esse aumento aí, o Governo está louco?"

Eu fico pensando: o senhor tem pai, mãe. A gente vê nos Estados gente morrendo. Para dormir de noite, com essa consequência, eu fico pensando: como é que o senhor faz para que isso aconteça?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MAIA – Dormir tranquilo diante de tantas reclamações, tantas coisas? (*Palmas.*)

Estou há 41 anos dentro da Geap – 41 anos! Está difícil hoje manter – tenho cinco filhos; hoje só tem eu e minha mulher. Está difícil manter os dois lá hoje. Tem gente da saúde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ganha menos ainda, então, fico pensando: não dá! Se esses 50 mil que saíram, se se fizer alguma coisa para essas pessoas voltem para lá, acho que vai resolver isso aí, como já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

O SR. JOÃO MAIA – Obrigado por me ouvirem. Vamos ter a esperança de que isso se resolva, pelo amor de Deus! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João.

Helena.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – Senador, o senhor vai ficar um craque em Geap. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vivendo e aprendendo.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – De tanto que o senhor tem nos recebido e ouvido sobre Geap.

Nós já estivemos aqui, quando houve o outro reajuste, que não foi esse e nem o próximo, porque já temos outro apontado, que vai acontecer. Estou muito preocupada, Senador, preocupadíssima, porque já não tem de onde tirar mais um centavo de nós que estamos aqui. Para nada! E ainda por cima tem o congelamento da PEC 241, que está aí.

Aí eu pergunto: como que a gente vai sobreviver? Mas de olho em quem ganha o salário mínimo, que é pior que nós. Nós ganhamos um pouquinho mais, por isso a gente vem aqui pedir paridade em todos os sentidos: pedir paridade na saúde; pedir paridade nos nossos salários; pedir paridade no tratamento; e pedir paridade para a gente poder entrar nesta Casa e se manifestar quando estão aprovando coisas aqui dentro que fogem de nós, porque as portas estão fechadas. O senhor é o único que tem aberto as portas para a gente entrar aqui.

Então, Senador, é preocupante demais para nós, servidores públicos, que estamos lá na ponta atendendo aquela população do salário mínimo que procura os postos de saúde, que procura a aposentadoria e os benefícios assistenciais do INSS. A gente sente na pele...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – ... o que é o sofrimento deste País, dito no poema que o senhor recitou na outra audiência. É esse povo que está aqui. Esse povo sofre da mesma forma que aquele que está lá fora.

Nós queremos que o senhor atente não só em nossa Geap, mas também no SUS. Nós já ouvimos e sabemos que existe uma privatização em curso. E não é porque vamos ficar sem a Geap que vamos para o SUS, porque, hoje, nós já buscamos o SUS em várias cidades deste País para receber o atendimento que a Geap mostrou ali que existe, mas que, de fato, não ocorre.

A Geap oferece um produto muito bonito, com todo o respeito aos trabalhadores da Geap que apresentaram ali o produto, que é o serviço deles. Mas essa não é a realidade, Senador.

Eu falei que o senhor vai se tornar um craque em Geap, mas fiquei preocupada durante a apresentação, mesmo considerando toda a inteligência, tudo que nós conhecemos do senhor. Eu fiquei preocupada com o fato de o senhor assistir àquilo e achar que aquela propaganda é um novo momento, depois que nós estivemos aqui colocando todas aquelas mazelas da Geap, os aumentos. É como se, agora, estivéssemos aqui com um novo plano muito bonito. Depois, a doutora apresentou o contraste, mostrou a realidade do que é o plano.

Na minha cidade, nós não temos aquilo que foi mostrado ali. E, no sindicado do qual eu faço parte...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – A maioria desses representantes que estão aqui vão dizer o mesmo que eu estou dizendo: nós somos desassistidos no Judiciário brasileiro, porque, para votar qualquer coisa, vota-se rapidamente, mobiliza-se rapidamente. Mas, quando é para os trabalhadores, é a maior dificuldade.

Essa categoria envelhecida enche os departamentos jurídicos do nosso sindicato, com contracheque na mão, perguntando: "Como vai ficar a minha situação, se eu sair da Geap porque não tenho condições de pagar à Geap? Se eu sair por isso, como é que eu faço para poder voltar?" Esse é um dos problemas que a gente tem.

O outro é: "Se eu não pagar à Geap, eles vão me levar para o SPC. Outro problema: se eu não pagar a Geap, eu estou com câncer, estou com outra doença, qualquer doença que seja, eu, como que eu vou fazer para ter um atendimento digno e mais rápido? Porque no SUS também está demorando muito. E nós ficamos lá, com um monte de ações judiciais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Helena.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA – ... que todos aqui têm para ser pagas e que o Judiciário segura.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Helena. (*Palmas.*)

Não sei por que, Helena, tu estás falando, eu estou aqui com aquela história do filme que eu vi, Helena de Troia. Não tem nada a ver: Helena é Helena, Troia é outra coisa.

Mas vamos lá agora à Ana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – À Paula, que vai ter que sair e quer se despedir de nós.

A SRª PAULA ÁVILA POLI – Gente, foi um prazer imenso estar aqui hoje com vocês discutindo a questão da supressão de direitos em relação à aposentadoria, em relação à Geap. Quero dizer que vocês fazem muito bem em estarem aqui cobrando os direitos de vocês. Lembrar que quando vocês entraram na Geap vocês foram não só compulsoriamente obrigados a assinar pela adesão, mas foi prometido a vocês que ele era um plano solidário, que existiria sempre um pacto entre gerações, e essa propaganda foi veiculada até o ano de 2012. Então, não se esqueçam disso.

A história corrobora a favor de vocês. Nós estaremos incansavelmente lutando por esses direitos. Eu, essa semana, estarei de volta a Brasília muito provavelmente, para ir atrás do cumprimento da liminar, porque, se a Geap não respeitar nem o Poder Judiciário, Deus do céu, não sei mais o que é que a gente vai fazer.

E peço a todos que não desistam, que continuem, como disse o desembargador, é um ditado também lá de Lajes, de onde eu sou natural, "Não está morto quem peleia". E nós vamos até o fim.

Muito obrigada, eu me despeço, porque eu tenho um filhinho de um ano e nove meses me esperando em casa. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, doutora. Um abraço para a família lá.

Eu combinei aqui com a Ana, rapidamente, o seguinte: os questionamentos são inúmeros. Agora já são 18h43. Nós não vamos conseguir responder a tudo o que foi questionado aqui. A Ana teria uma proposta que ela faria nesse momento. Se for o entendimento, nós vamos por aí.

Ana.

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – O que a gente combinou aqui com o Senador e com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Cleuza: o Senador participar com a gente de uma audiência na direção da Geap, juntamente com o Conad, para a gente ver os números do próximo reajuste, verificar na realidade os números que a gente nunca consegue ter, saber por que é que a Geap continuou implementando esses reajustes abusivos; uma audiência na ANS para a gente verificar a possibilidade de liberar parte daqueles valores que estão retidos lá – eu acho que hoje devem estar em R$800 milhões, R$900 milhões, que a Geap poderia estar usando para poder diminuir um pouco a pressão em cima dos trabalhadores; e também uma audiência com Eliseu Padilha, que é da Casa Civil, e o Ministério do Planejamento, porque nesses locais é que a gente tem que buscar uma resolução para a Geap.

Então, o Senador se prontificou a participar essas audiências e fazer, então, o debate lá e continuar com o Senador fazendo o debate, para ele conhecer melhor a nossa Geap. A gente diz que a Geap é dinheiro no bolso do trabalhador, porque se a gente perder a Geap não tem como bancar a saúde, na saúde precária que está aí, e que com o congelamento e com a PEC 241, vai se deteriorar mais ainda.

Cleuza, quer encerrar?

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Em relação a essa questão da reserva técnica que a Ana colocou aqui, Senador, tem que fazer um movimento na ANS, no Ministério do Planejamento, para isentar a Geap dessa reserva técnica porque é uma autogestão sem fins lucrativos. Se a gente consegue fazer essa isenção, é um valor a mais que vai poder garantir a nossa saúde e, quem sabe, diminuir a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, deixa eu tentar ser muito franco com vocês, porque eu não posso também assumir um compromisso que depois não vou cumprir. E vou dizer por que, pessoal.

Vocês não imaginam como é a minha agenda. Eu não tenho fim de semana, não tenho sábado, não tenho domingo viajando por todo o País em cima das causas da nossa gente. Eu até me comprometo a interagir, se assim vocês concordarem com o encaminhamento, para marcar as audiências e me comprometo a fazer com que um assessor que conhece o tema acompanhe, mas dizer que eu vou... Nem no Governo anterior eu não ia, vou ser bem franco com vocês. Não é questão de ser esse ou aquele Governo, eu dificilmente ia a ministério. Eu acho que nunca fui – não, fui uma vez. Porque não tenho tempo. A moçada vem, a gente debate, avança, mas eu ir a ministérios é muito difícil para mim. Para vocês terem uma ideia o pessoal vem e me cobra: "Paim, mas para as emendas do Orçamento tu não vais ao ministério?". Eu não vou. Como é que eu faço as emendas ao Orçamento? Eu destino para os 497 Municípios do Rio Grande, boto no sistema do computador e mando a mesma quantia para todos de forma igual porque acho que não é emenda ao Orçamento que se tem que estar negociando como se fosse voto na tua base eleitoral. Mando igualzinho para os 497. Quem tem que liberar é o Governo, eu tenho que fazer a minha parte dentro do Parlamento.

Eu dei esse exemplo de que nem na questão do Orçamento eu vou visitar ministério por ministério. Não fui no passado e não vou no presente nesses 30 anos em que estou aqui. Mas fiz muitas vezes isso e estou me comprometendo aqui a interagir para marcar as audiências e alguém do meu gabinete que conhece o tema acompanhe e tente buscar uma saída. Se necessário for ,voltaríamos aqui e, Oxalá, com a minha presença fechar o acordo. Sou otimista. (*Palmas.*)

Não sei como é que estão vendo isso. Vocês acham que dá para ser por aí?

Vamos ouvir vocês também, é claro.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Claro que sim, Senador. Estamos abertos ao diálogo, a audiência pode ser agendada, estamos todos do corpo da diretoria disponíveis para recebê-lo.

Eu gostaria de sinalizar a todos e a todas que, na verdade, eu assumi a Diretoria há dois meses, essa nova gestão tem três meses...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos ouvir. Nós estamos buscando um acordo aqui para vocês.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – ...mas eu faço parte da gestão em cargo gerencial das duas últimas diretorias. De fato, a gente tem se pautado na melhoria e no aprimoramento dos nossos serviços. Eu me comprometo aqui a encaminhar para a diretoria da Anasps toda a nossa rede prestadora...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Fenasps. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, pessoal. Ela...

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela trocou uma sigla só, mas não foi nada. Não vamos perder o acordo por causa disso.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – A diretoria...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas acontece.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Então, eu me comprometo a encaminhar à diretoria aqui da Fenasps...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – ...toda a nossa rede prestadora, que atende em todas as capitais dos Estados, os nossos programas. E aí, já peço que esse encaminhamento seja disponibilizado e compartilhado aí com todos os associados.

Outra coisa que eu gostaria de aqui sinalizar aos senhores. Nós temos, sim, nós perpassamos sim por um processo de auditoria anualmente. Esse é o segundo ano executivo que nós temos a empresa PWC, caso os senhores tenham o desejo de procurar saber dessa empresa. Essa empresa é conhecida, uma das melhores empresas, inclusive, de auditoria em nível mundial, a PWC. É importante que vocês tenham conhecimento disso.

Com relação ao questionamento que nos foi posto pelos exames periódicos, na verdade a gente não recebe valor antecipado para realização dos exames periódicos. Os exames periódicos são firmados por meio de convênios e o pagamento só se dá após a realização desses exames.

Estamos, sim, realizando em alguns órgãos, a exemplo do DataPrev. No Ministério da Saúde, foi firmado o convênio, mas não foi iniciada a realização dos exames. Não por conta da Geap, mas por conta ainda da necessidade de um alinhamento do processo, de fato, de gestão do fluxo operacional dos exames periódicos.

Salvo engano, foi o Moacir que falou da necessidade de a gente estar trabalhando, sim, em um produto alternativo para os mais idosos. Eu disse na minha fala, inicialmente... Foi o Moacir não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Delcídio. Nós temos, sim, trabalhado nesse processo de construção, no intuito de ofertar aí novos produtos com valores diferenciados, produtos inclusive sem coparticipação.

E gostaria de questionar a Helena: qual a sua cidade?

A SRª MARIA HELENA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – A minha cidade se chama Curvelo, Minas Gerais.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – É no interior de Minas?

A SRª MARIA HELENA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – No norte de Minas todinho é a mesma situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Não é a capital. Era isso que eu queria confirmar porque eu fiquei preocupada.

O nosso grande desafio como plano de saúde e quanto à ampliação de rede prestadora é, de fato, a interiorização. Porém, para algumas especialidades, se dá devido ao fato da inexistência de profissionais nessa especialidade. Não tem, não tem. Nem a gente querendo contratar, não existe a especialidade. A exemplo de pediatria, psiquiatria, endocrinologia, que a gente sabe que estão tão escassas.

Bom, eu queria agradecer e dizer que estou disponível. Qualquer outro questionamento, qualquer outra dúvida que vocês, porventura, queiram dirimir, basta nos encaminhar *e-mail* ou marcar sim uma reunião. Estamos abertos a recebê-los, a ouvi-los e a encontrar aí o melhor caminho, o melhor meio para atendê-los...

A SRª SHIRLEY COELHO (*Fora do microfone.*) – O Governo repassa?

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Não, ele não repassa o dinheiro para a gente, não. Referente aos exames periódicos, não.

A SRª SHIRLEY COELHO (*Fora do microfone.*) – Das contribuições.

A SRª LUCIANA RODRIGUEZ DE CARVALHO – Das contribuições, sim. O Adilson, na sua fala final, vai trazer um destaque maior nessa questão.

Muito obrigada, Senador, mais uma vez. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, Sr. Adilson Moraes da Costa.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Bom, eu fiz aqui uma série de anotações e vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, pessoal. Ele vai ser o mais breve possível. Algumas questões mais profundas ficarão para as reuniões.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Está bom. O.K.

Meu caro beneficiário João, de fato, tenho um parente que também tem Geap e que passa por uma situação, talvez, parecida com a de muitos aqui. O salário, na esfera federal, é baixo. O plano de saúde sobe e ele fica fazendo as contas regularmente para ver como é que vai fazer para pagar. Sendo eu o parente que vai definir o preço para ele. De certa forma, a gente passa por uma situação difícil. Mas, assim, faço os cálculos de maneira a manter o plano equilibrado. O plano tem lá todas aquelas despesas que, os senhores sabem, são valores muito altos, valores superiores a R$250 milhões por mês. Arrecadar receita para fazer frente a essa despesa não é fácil. A receita vem, basicamente, do beneficiário e do Governo. Não há outra fonte de receita. Então, não tem como. Uma vez que o custo assistencial sobe, não resta alternativa a não ser ter aumento do repasse patronal e do beneficiário. Uma vez que o aumento do repasse patronal não é na mesma magnitude do reajuste, acaba sendo penalizado o próprio beneficiário.

Mas a Geap não tem gestão sobre o repasse do Governo. A gente não consegue, não tem força, não tem poder para aumentar o repasse do Governo. Na verdade, o repasse do Governo não é para a Geap, é para os planos de saúde em que o servidor público é vinculado. Ele não é específico para a Geap, é para qualquer plano a que o servidor esteja vinculado. Então, a Geap não tem gestão sobre os repasses do Governo. Para nós é muito preocupante saber que o beneficiário tem dificuldade em pagar o seu plano de saúde, justamente na fase, talvez, mais difícil, que é quando atinge idade mais avançada. De nossa parte, a gente se empenha em administrar da melhor maneira e oferecer o menor reajuste e o melhor atendimento. É o que nos cabe sobre isso.

Sobre o reajuste, acho que o senhor citou 12,5%. Salvo engano, esse reajuste deve ser esse a que o senhor está se referindo. A ANS divulga anualmente o reajuste dos planos, planos individuais. São reajustes inferiores à inflação. Isso está fazendo com que esses planos individuais estejam se extinguindo. Muito provavelmente os senhores terão dificuldades para contratar plano de saúde individual hoje, justamente porque o reajuste da ANS tem sido abaixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da inflação. Provavelmente, quando se vai procurar um plano de saúde hoje ele é coletivo ou coletivo empresarial, mas nunca individual. Esse reajuste baixo, em torno de 12%, é dado para a planos de saúde individuais que têm se extinguido porque são reajustes que não fazem frente à elevação do preço assistencial.

Sobre os 20% que foram dados, porque neste ano a gente passou por uma situação em que o Judiciário começou a oferecer ganho de causa para reajustes de 20% no preço do plano nas ações judiciais. Eu, como o calculista do plano, posso garantir para vocês: um reajuste nessa magnitude quebra a Geap. Ela não consegue se manter.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – A Geap é de vocês, o plano é de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos manter o que nós combinamos: o silêncio ou as palmas, quando necessário.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Se o preço não é suficiente para pagar as contas do mês, ela simplesmente vai quebrar, porque só há duas fontes: receita de contribuição do beneficiário e do patrocinador. Se o reajuste do preço não consegue fazer frente à despesa que está acontecendo na Geap, ela simplesmente não tem de onde tirar dinheiro para pagar.

Então, existem ações judiciais que têm tido ganho de causa, sobretudo no início do ano, para que o reajuste fosse de 20%. Esse reajuste não seria suficiente para pagar as despesas do plano. Fatalmente a Geap não iria se manter de pé.

E digo mais: a Geap tem 50% de beneficiários acima de 60 anos, com muito orgulho – foi dito aqui e perguntou se a Geap tem orgulho ou se não tem – sim, a gente tem orgulho, mas carteira como a nossa não tem no mercado. A gente procura oferecer o melhor atendimento para os senhores idosos; 50% de idosos é muito difícil, sobretudo no preço que nós cobramos.

E será muito difícil se a Geap, numa situação absurda financeira – eu falei aqui do meu familiar que tem a Geap, que passa por uma situação difícil como vocês, mas o meu trabalho é com os números, faço os cálculos –, e posso garantir para vocês que esse reajuste de 20%, que alguns beneficiários ganharam na Justiça, se isso fosse aplicado a todo mundo, a Geap não aguentaria de pé.

Digo mais: se a Geap não consegue se manter de pé, se a carteira dela é terceirizada, se a carteira dos mais de 500 mil beneficiados que ela tem hoje é passada para o mercado, essa metade da Geap, os 50% que tem menos de 59 anos, vai conseguir um plano, os demais talvez consigam, mas vão ter bastante dificuldade, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – ...o mercado não consegue, ele não tem interesse em receber beneficiários acima de 59 anos pelo seguinte: o idoso tem um gasto – isso é estatística, é número, eu lido só com números –, o idoso gasta oito vezes o mais novo. O preço assistencial, o custo assistencial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – ... foi mostrado um gráfico aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está concluindo, pessoal. Vamos deixá-lo concluir para os encaminhamentos finais.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Senador, quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto.

Como nós vamos ter reuniões para aprofundar esse debate, lá poderemos entrar no detalhe.

A minha preocupação, estou sendo muito sincero com você, se você for aprofundando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

eles vão querer também responder, porque há uma discordância. Então, você deu, achei correto, ambos dão um panorama geral, mas o detalhe fica na reunião interna, onde vai ter o contraditório das partes e vamos tentar construir um entendimento.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Então, eu vou, talvez, abordar os pontos que eu acho mais importantes. São várias questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, assim só um panorama: a carteira da Geap não seria facilmente assimilada pelo mercado em uma situação em que ela tivesse que praticar um custo menor do que foi indicado. No caso de falência, o mercado não iria absorver a carteira que ela tem, porque o mercado não tem interesse em absorver os servidores idosos, porque o custo deles é maior do que o preço. Aqui é numericamente. Não estou discutindo outra questão que não seja essa.

Outro ponto importante que eu queria salientar: a proibição da Geap de receber novos beneficiários faz com que o reajuste seja maior. A gente discutindo o reajuste da Geap para o ano que vem. Todo ano nós fazemos isso e já fizemos algumas simulações de cálculo. A gente perde hoje em torno de quase cinco mil beneficiários por mês e, nessa toada, em se mantendo dessa forma, o reajuste vai ser maior do que deveria ser, porque, quando a gente perde beneficiário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu vou fazer mais um apelo: você poderia situar para este Plenário um reajuste que for considerado totalmente fora da realidade na visão dele, nós vamos ficar aqui até meia-noite. Por isso que eu estou propondo – não vamos entrar em detalhes – uma reunião com especialistas dos dois lados e vamos ver quais são os números. Vamos checar na mesa os números.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Está bom!

Só posso fechar então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O.k., pessoal! Vamos lá para fechar!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para fechar então.

Se nós tivermos a possibilidade de voltar a captar, o nosso reajuste vai ser menor no ano que vem. Esse é um dado importante. Se nós conseguirmos voltar a captar beneficiários, que é proibido hoje, essa captação de novos beneficiários faz com que o reajuste seja menor. Isso é importante para a gente. E o corpo técnico-jurídico da Geap tem se empenhado dia e noite para conseguir reverter essa decisão.

Não queria me delongar mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Dr. Adilson.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Só fazer uma observação, pessoa. Em relação a plano diferenciado, a depender da idade, do idoso, nós não concordamos. Nós queremos isonomia de tratamento para todos os clientes da Geap, independentemente da idade. É só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.K., pessoal!

Pessoal, a gente vai encerrar, conforme combinado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quero agradecer aos dois convidados: tanto ao Adilson como também à Luciana.

Pessoal, vocês têm que convir também – isto eu acho importante: eles vêm para um espaço, que para eles é adverso, para expor seu ponto de vista. O pior são aqueles que não vêm, se escondem, fogem do debate, dizem: "Ah, não! Reunião não dá, não dá, não dá".

Ambos colocaram seus pontos de vista. Estão abertos ao diálogo. Já depois do encerramento, se assim vocês concordarem, marcaremos o dia da primeira conversa para aprofundar o debate com os técnicos tanto de um lado como de outro.

Eu queria só agradecer muito a vocês, a todos os convidados e ao Plenário. Eu entendo que foi uma tarde muito, muito positiva. Nós ficamos ao vivo praticamente toda a tarde para todo o Brasil, para que o nosso povo vá entendendo bem tudo que está acontecendo e tudo aquilo que nós podemos fazer para melhorar para todo o povo brasileiro.

Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Quero agradecer ao Senador novamente. E vamos tirar uma foto! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 17 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 5 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 90ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para ciclo de debates sobre: "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos Direitos Humanos" - com foco nas Empresas Públicas. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: João Moraes, Diretor da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa – FENAE; Willian Louzada, Diretor do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás; Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas; O Senhor Presidente conde a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Deputada Federal Erika Kokay; João Gilberto Martins, do Sindicato dos Petroleiros; João Gilberto Martins, do Sindicato dos Petroleiros; Dionísio Reis Siqueira, do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Laércio Silva, Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE; Francisco Luiz Saraiva Costa, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS; Leonardo Quadros, Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo - FETEC/SP; Belmiro Moreira, do Sindicato dos Bancários do ABC. Às onze horas e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e trinta e três minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra para os convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 90ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 2, de 2016, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores.

Tema em debate: "A crise política, econômica, social e ética no Brasil à luz dos direitos humanos" – com foco nas empresas públicas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Teremos duas Mesas. Vamos formatar, de imediato, a primeira, convidando o Diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), o líder João Moraes.

Seja bem-vindo, João Moraes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Como sempre, presente nesta Comissão.

Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Jair!

Willian Louzada, Diretor do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás.

Seja bem-vindo, Willian! (*Palmas.*)

Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas. (*Palmas.*)

Maria Rita Serrano.

Essa é a primeira Mesa.

Na segunda Mesa, teremos: Emanoel Souza de Jesus, Presidente da Federação dos Bancários do Estado da Bahia; Rita Lima, Diretora do Sindicato dos Bancários do Estado do Espírito Santo; Roberto Antonio Von der Osten, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, (Contraf-CUT); Sebastião Soares, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), e Vagner Freitas de Moraes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esta audiência de hoje faz parte de um ciclo de debates que estamos fazendo aqui, nesta Comissão, com um eixo principal na 241, mas sabemos que as reformas ultrapassam mesmo a 241. Então, tivemos ontem, aqui, debate sobre saúde e as propostas do Governo atual, tivemos já Previdência e o Governo atual, tivemos direito dos trabalhadores e o Governo atual e, hoje, esta iniciativa visa o debate sobre as empresas públicas. Não vou ler este documento, que é longo, que me encaminharam aqui, porque, na verdade, estamos aqui mais para ouvi-los. O tema, todos conhecem.

A nossa audiência é transmitida pelos canais alternativos e pela internet para todo o País. Depois, vai ao ar novamente no período da noite. É importante que cada um saiba que está falando, como sempre digo aqui, no mínimo, para 2 milhões de pessoas, ou diretamente pela internet, ou pelos programas da própria TV e da Rádio Senado, que são transmitidos para todo o Brasil.

Vamos começar nosso debate de imediato, passando a palavra ao Diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Moraes.

O tempo é de dez minutos com mais cinco, se necessário. Depois, ao final, a gente abre espaço para que o plenário também possa se manifestar.

João Moraes com a palavra.

O SR. JOÃO MORAES – Bom dia, Senador e companheiro Paim; bom dia aos companheiros e companheiras presentes aqui nesta audiência. Quero cumprimentar a companheira Rita Serrano, o companheiro Jair e o companheiro Willian, do Sindicato dos Bancários de Goiás.

Para discutir a defesa das empresas públicas, é necessário que façamos uma análise do momento atual, e por que não dizer, Senador, retroceder um pouco também naquilo que vivemos na década de 80, nos anos 90 e assim por diante, em relação ao papel do Estado na sociedade, não sem antes também cumprimentar aqui os internautas que nos acompanham pela *web* e quem nos acompanha pela TV Senado.

O momento que vivemos no nosso País é um momento extremamente importante e extremamente grave sob esse aspecto do debate do papel do Estado, porque, companheiros da Mesa, Senador Paim, nós vivemos uma década de 80 onde se estruturou, no pensamento hegemônico no mundo, o chamado Consenso de Washington, onde o pensamento mundial propunha, praticamente para todo o planeta, uma vez que vivíamos sob a hegemonia de uma só nação, a ideia de que era preciso, era necessário, de fato, para experimentarmos um novo ciclo de crescimento, de desenvolvimento mundial, que fosse reduzido mais e mais o papel do Estado nas diversas nações. Essa era a tese que foi construída e difundida pelo mundo todo nos anos 80 e que foi se tornando mais e mais hegemônica pelo mundo.

Em que pese que naquela ocasião já vivenciávamos a experiência do velho liberalismo sob o ponto de vista econômico, é importante que façamos uma diferenciação entre o liberalismo das duas grandes guerras e o neoliberalismo. Sob o aspecto econômico, eram pensamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

bastante semelhantes, que propunham a redução do papel do Estado na sociedade. A grande diferença era que o velho liberalismo que conduziu o mundo a duas grandes guerras, o velho liberalismo, se era liberal no aspecto da economia, era avançado no aspecto da política, com aberturas democráticas importantes, e levou à construção do chamado Estado de bem-estar social na Europa, a partir de um pensamento, do ponto de vista político, liberal e aberto.

O pensamento que se estruturou a partir de Washington, nos anos 80, não; ele se propunha liberal na economia e extremamente conservador na política, na medida em que veio restringir as possibilidades de atuação das sociedades organizadas, dos movimentos sociais nos diversos locais onde se instalou. No nosso caso particular, no Brasil, tivemos sob a égide desse pensamento a eleição de Fernando Collor de Mello, que, depois, foi impitimado, substituído por Itamar Franco. É inexorável analisarmos que houve, de fato, uma freada no projeto neoliberal no nosso País a partir da posse de Itamar Franco, mas esse pensamento neoliberal voltou com Fernando Henrique Cardoso, que, a partir daí, promoveu o maior programa de privatizações do planeta.

Nessa época, época da construção desse pensamento hegemônico, as sociedades, principalmente os mais desavisados, os mais jovens – eu ouso me colocar nessa situação naquela época – poderiam imaginar que aquele tipo de proposta poderia dar certo, uma vez que a tese era de que o Estado era oneroso, caro para a sociedade, era lento e era ineficiente. A grande propaganda, que certamente marcou corações e mentes naquela época, era um imenso paquiderme, um imenso elefante, que representava o Estado – foi ao ar nas grandes redes de televisão no Brasil – que se movia lentamente, e, portanto, não trazia eficiência ao funcionamento da economia. Era essa a tese que foi causando a destruição de boa parte do patrimônio público naquela ocasião. Salvamos, com muita luta, com muita dedicação, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios. Perdoem-me se eu me esquecer de alguma empresa.

No entanto, perdemos todo o nosso parque siderúrgico, perdemos a nossa telefonia, um setor estratégico, cada dia mais estratégico, uma vez que vivemos na sociedade da informação; perdemos a nossa Embratel, a nossa Telebras. Perdemos boa parte do setor elétrico; conseguimos manter um pouco da geração, mas perdemos praticamente toda a transmissão, perdemos a distribuição. E, na área ainda da energia, no petróleo e gás, quando o Fernando Henrique assumiu, o Estado brasileiro, o povo brasileiro detinha 86% do capital acionário da Petrobras. Quando Fernando Henrique saiu, do capital total, tínhamos apenas 40% do capital da Petrobras. Detínhamos, sim, 52% do capital com direito a voto, mas, do capital total, apenas 40%.

Então, o pensamento neoliberal, representado por Fernando Henrique e os tucanos, liquidou, no nosso caso, assunto que mais domino, meia Petrobras. E a outra metade, eles trataram ir sucateando, impedindo a ação, a ponto de sairmos de cerca de 60 mil trabalhadores, em 1995, quando Fernando Henrique assumiu, para 30 mil trabalhadores, em 2002, quando o Presidente Lula assume o País.

É uma redução brutal, que se deu também nas ações. Aquilo levou a que a empresa ficasse praticamente inoperante. A retomada dos investimentos, a partir de 2003, com a posse do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores, é que possibilitou que nós voltássemos a crescer.

Agora, eu queria ainda, antes de debatermos um pouco a quadra atual, Senador, fazer uma reflexão sobre qual o resultado daquele imenso programa de privatizações hegemonizado pelos tucanos no nosso País. O que houve para o povo pobre? O que houve para os trabalhadores? E o que houve, de maneira geral, para a sociedade, no aspecto do desenvolvimento, com aquele imenso programa de privatizações?

Eu vou deixar os trabalhadores por último. Vamos analisar os aspectos para a sociedade.

Na telefonia, nós saímos de uma assinatura de telefone cujo valor era de cerca de R$2,00 para mais de R$50,00. O nosso aço, o aço que era produzido pelo parque siderúrgico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nacional, era dos mais baratos do mundo, o que dava às empresas brasileiras uma vantagem comparativa na disputa da globalização. Esse aço teve o seu custo triplicado em preços reais, ou seja, aumentou o custo do aço para a metalurgia brasileira, que é a área do Senador – não é, Senador? Então, seguramente, por exemplo, algo que todo mundo discutiu, como o preço do automóvel brasileiro, foi impactado pelas privatizações. O automóvel poderia ser mais barato se não tivesse sido privatizado o parque siderúrgico.

E assim por diante, em todas as áreas, o que nós assistimos com o avanço das privatizações foi a um aumento dos preços ao consumidor, foi a uma perda de capacidade competitiva da indústria nacional.

O que nós tivemos em relação aos investimentos? Foi uma falácia a afirmação de que viriam grandes investimentos. Não vieram! Pelo contrário, o parque siderúrgico foi reduzido. Hoje, nós somos grandes importadores de equipamentos e assim por diante; passamos a exportar o ferro e a importar o aço, por exemplo.

O que aconteceu no setor elétrico? Não houve grandes investimentos como se dizia. Há quantos anos não se inaugura no Brasil uma hidrelétrica? Foi preciso construir termoelétricas, que, no longo prazo, são um prejuízo para a sociedade, porque produzem uma energia mais cara e mais poluente, e não houve grandes investimentos nas hidrelétricas, que, sim, têm uma vantagem comparativa para a sociedade. Hoje, nós geramos uma energia barata e cobramos caro da sociedade, e isso por conta da privatização da ponta do setor elétrico, Senador.

E, na nossa área, também não foi diferente: apesar de termos preservado a Petrobras, houve uma pressão grande para que ela atuasse mais e mais ao sabor do mercado, em que pese a mudança nos últimos anos.

Então, qual o balanço que nós podemos fazer hoje? Toda aquela pregação a que a gente assistiu, nos anos 80 e anos 90, sobre as vantagens da redução do papel do Estado, sob o aspecto comparativo, sob o aspecto econômico do desenvolvimento, foi uma imensa falácia, uma grande mentira com que todos foram iludidos naquela ocasião.

E a nós, trabalhadores? O que sobrou para nós? A redução dos postos de trabalhado foi, em média, de 50% a 60% nas empresas que foram privatizadas. Portanto, um imenso prejuízo. Com a privatização, aumentou imensamente a terceirização dos setores privatizados.

Em suma, hoje, Senador, se houvesse no Congresso Nacional outros espaços democráticos como a Comissão de Direitos Humanos do Senado – até conversávamos aqui há pouco –, se houvesse, de fato, uma tribuna onde a sociedade fosse ouvida e não houvesse um imenso cerceamento do debate das ideias, tentando novamente impor um pensamento único hegemonizado... Com uma diferença: o pensamento hegemônico hoje, sob o aspecto da economia da sociedade, está desmoralizado, não há como sustentar mais o Consenso de Washington.

Estamos aqui analisando a nossa quadra, mas vamos dar uma olhadinha na quadra internacional. Costumo dizer que, em 2008, da mesma forma que, em 1999, o Muro de Berlim caiu sobre a cabeça da esquerda, em 2008 – portanto, menos de dez anos depois –, o muro do neoliberalismo caiu na cabeça dos capitalistas, Senador, com o *crash*, com a quebra do Lehman Brothers em 2008, que foi o auge da quebra do neoliberalismo. Qual foi a saída encontrada pela grande nação hegemônica do planeta? Eles propuseram mais liberalismo? Eles propuseram a redução do papel do Estado? Eles apresentaram, lá nos Estados Unidos, uma PEC 241? Foi isso que eles fizeram? O oposto disso. Ao que assistimos no centro do capitalismo global em 2008? A uma ação extremamente protagonista do Estado. Injetaram na General Motors US$50 bilhões, triplicaram a injeção de recursos públicos na economia americana em 2008 para sair da crise. Aliás, esta é uma grande tese a ser desmontada, aquela de que os Estados Unidos são uma nação liberal no aspecto da economia, porque não são. Ela é hegemonizada pela ação do Estado, tanto no aspecto militar – de vez em quando precisam fazer uma guerrinha para movimentar sua economia –, quanto no aspecto do controle das demais nações, controladas através do Estado, e foi extremamente acentuado isso a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

2008.

Então, como podem aqueles que aqui no Parlamento e hoje assumiram de maneira usurpadora o Executivo do País... Eu digo sempre o seguinte: para nós, seria muito interessante que aqueles que tanto admiram os Estados Unidos fizessem mais o que eles fazem e menos o que eles nos mandam fazer. É até uma coisa interessante, logicamente que sou um operário, não domino os detalhes, mas os republicanos tentaram impor ao Obama algo parecido com a PEC 241 ao vetarem o aumento dos gastos públicos – no aspecto orçamentário, jamais na Constituição por 20 anos.

Mas eles tentaram, em dois momentos, proibir o Obama de aumentar os gastos públicos. Qual foi o resultado? O país ficou paralisado por cerca de três meses. Olhem só! E não foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – ... por 20 anos, numa emenda à Constituição. Se o Senador me permitir, quero aprofundar um pouquinho mais isso aqui.

Só no aspecto do orçamento público, paralisaram aquela nação. E lá, qual foi a reação da sociedade? Mesmo os republicanos tendo maioria no Senado e maioria na Câmara, a sociedade pressionou os republicanos, que tiveram que recuar e aprovar o orçamento aumentando os gastos públicos. Aliás, ressalte-se que – novamente quero dizer que não reúno aqui os detalhes, companheiros, companheiras e aqueles que nos acompanham pela TV Senado – lá a dívida do Estado americano é imensamente maior que a dívida do Estado brasileiro, se comparada ao PIB. E lá, mesmo assim, não se pode aplicar uma PEC 241, aliás, nem sombra disso. Aí nos perguntamos: como pode um governo que assume de maneira interina – aliás, prefiro chamar de gerente Temer, porque ele não foi eleito para ser Presidente, e sim a Presidenta Dilma, para ser Presidente tem que ser eleito –, o gerente Temer, que para tal não foi eleito, ousar apresentar à sociedade uma proposta que valerá por 20 anos? Que direito tem de interferir na vida de quatro gerações, se considerarmos cinco anos para cada geração? Que direito tem se nem eleito foi, por ter constituído uma maioria parlamentar provisória, de maneira altamente questionável, através, sim, de uma campanha midiática, uma vez que não temos no nosso País a liberdade de imprensa? As elites se constituíram numa aliança forte e impedem o debate transparente na sociedade, como impedem no Parlamento brasileiro, com honrosas exceções, como do Senador Paim, que abre esta tribuna para que façamos um debate aberto. E, nessa maioria absolutamente inconsistente e provisória, propõe fazer a maior alteração promovida na Constituição cidadã do Dr. Ulysses, construída através do povo nas ruas, com muita mobilização social, com a participação intensa da sociedade. Eles agora constituem uma maioria midiática, judicial e parlamentar e querem impor a maior alteração promovida na Constituição. Nem Fernando Henrique – jamais imaginei, Senador, que um dia eu fosse dizer isso, mas preciso dizer –, nem Fernando Henrique ousou tanto, sendo eleito no primeiro turno! Porque o que está sendo proposto nessa PEC 241 é, de fato, a destruição do Estado brasileiro.

Sabemos que é preciso debater esses aspectos macro, mais ideológicos de longo prazo para poder sustentar e nos propiciar a defesa importante que precisamos fazer dos atuais entes do Estado brasileiro que temos.

Evidente que, como trabalhador de energia, considero que a energia é um bem social importante demais para ser tratado como mercadoria. Ninguém sobrevive sem energia, ninguém sobrevive sem o petróleo como matéria-prima. Portanto, para nós, trabalhadores do setor, mas, acima de tudo, como cidadãos, quanto a esse imenso programa de privatizações que eles propõem para o setor elétrico e a destruição da Petrobras – para já promover a entrega de boa parte do pré-sal, estão também tomando diversas medidas que destroem a Petrobras – vamos debater e lutar para defender esse patrimônio social, econômico, tecnológico do povo brasileiro, que é o pré-sal brasileiro e a Petrobras.

Olho com carinho especial das representações do Estado o que representa a nossa Caixa Econômica Federal pelo seu papel de levar a moradia popular, por exemplo, que é tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

importante para os mais humildes do nosso País. Certamente, o nosso povo não teria e não continuará tendo acesso a esse bem tão importante para a população que nos escuta.

Portanto, poderia aqui, Senador... Não quero me aprofundar até para retornar. Certamente, há companheiros na Mesa aqui, como Jair, Rita Serrano e companheiro Willian que dominam mais esse temário brasileiro. Mas sei de uma coisa, não tenho dúvida de que se essa ideia de aniquilação do Estado, a retomada da busca da construção do neoliberalismo no nosso País for à frente, com a destruição desses entes que representam Caixa Econômica Federal, Correios, Petrobras, o que ainda temos o setor elétrico, a nosso Eletrobras, BNDES, que é o maior banco de fomento do mundo... Porque essas coisas não têm volta, isso que é o grave. Essas coisas não têm volta, Senador.

Acompanho os meus irmãos argentinos que perderam sua Petrobras de lá, durante aqueles anos, com a privatização promovida por Menem. Estão tentando, há dez anos, reconstruir sua empresa de petróleo. Já afundaram duas empresas, inúmeras tentativas, Cristina tentou, Néstor, e não conseguem. Há uma situação de muita dificuldade.

Então, é necessária essa luta mais estratégica da defesa do Estado como um todo, mas, igualmente, é imprescindível a defesa dos entes. Essa campanha de que o que é público é para todos tem esse papel de a gente se debruçar, as empresas estatais como um todo. Temos que defender o papel do Estado como um todo, mas temos que defender as empresas que existem, porque se forem destruídas não se conseguirá reconstruir.

Então, gente, peço aqui a compreensão de todos pelo tempo, agradeço a atenção de todos os presentes da nossa Mesa, daqueles que nos escutam e nos acompanham pela TV Senado. Temos que debater as ideias, tomar as praças e ruas para revertermos essa tragédia nacional que representa a destruição do Estado brasileiro através da PEC 241.

Muito obrigado, companheiros e companheiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o João Moraes, Diretor da Federação Única dos Petroleiros. Posso te dizer, João Moraes, com a maior tranquilidade – é a terceira vez que presido esta Comissão, onde se fica dois anos, há intervalo de dois, depois vem de novo, se for eleito – e todas as vezes em que você vem aqui, tem sido um timoneiro. Você é um dos principais quadros, para mim, do movimento sindical. Que bom que os principais quadros têm aqui um espaço para colocarem o seu ponto de vista. A sua leitura foi clara, transparente. Pode saber que a população entende a mensagem que você aqui passou das empresas públicas, tratando mais da 241.

Houve um cidadão bem humilde que me disse a seguinte frase, na porta de uma fábrica: "Mas, Paim, com essa 241 eles vão congelar todos os gastos, principalmente no social?" Eu disse: "É exatamente isso." "Mas eles dizem que nós vamos agora aumentar o número de anos de vida, ou seja, vamos ter uma idade maior, aí vem a reforma da Previdência, que não será mais de 60, 70, já se fala em 80. Significa que, nesses 20 anos, como ficarão os investimentos na saúde, na educação e nos programas sociais", como você colocou, "se a população vai viver mais?" "Vão ficar congelados." "Como fica o salário mínimo?" O pessoal fez um cálculo básico aqui, o salário mínimo que hoje é de quase R$900 não valeria R$500 se fosse adotada essa política há 20 anos. Os investimentos na saúde e na educação, praticamente a mesma coisa, a metade do investimento. Se está mal com esse investimento que se faz hoje, calcule investindo praticamente a metade e a população aumentando. É uma conta que efetivamente não fecha.

Meus cumprimentos pela bela fala que você fez.

Passo a palavra agora para Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa.

O SR. JAIR FERREIRA – Bom dia a todos, bom dia, Senador. Agradeço imensamente o espaço que para a gente tem sido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não é a primeira vez, não é, Jair?

O SR. JAIR FERREIRA – Não é a primeira vez. Nós estivemos aqui, com essa campanha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

talvez já umas duas... Conseguimos, através da sua intervenção, audiências no Senado logo no início daquela campanha contra o PL 555.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, conseguimos mudar, não muito, mas mudamos.

O SR. JAIR FERREIRA – Conseguimos mudar, conseguimos fazer emendas, negociamos bastante aqui no Senado.

Infelizmente, na Câmara, do que se conseguiu, o povo aqui depois retomou. Mas foi um espaço importante, queria deixar registrado aqui nosso agradecimento.

Cumprimento meu amigo Moraes, grande companheiro nessa batalha importante; o companheiro Willian, do Sindicato dos Bancários de Goiânia, aqui representando a UGT, e a companheira Rita, nossa coordenadora desse comitê, criado aqui no ano passado para fortalecer a campanha.

A SRª RITA LIMA (*Fora do microfone*.) – Neste ano já, em janeiro.

O SR. JAIR FERREIRA – Nós estamos em 2016. Nós estamos desde 2015, Rita, aqui dentro do Senado. Então, só... O comitê foi neste ano.

Cumprimento a Rita, que tem feito um grande trabalho de organizar, transitando em todas as entidades, das empresas estatais às centrais sindicais.

Cumprimento também os internautas que nos estão acompanhando, as pessoas que, pela TV Senado, estão nos acompanhando e esta Casa. Em especial, cumprimento aqui os nossos dirigentes das APCEFs aqui presentes, diretoria da Fenae, todos outros colegas sindicalistas e convidados que aqui estão.

Para a gente, é um momento importante e também de muita dificuldade, Senador. Quanto ao que é público, as empresas públicas e o bem público, parece que virou uma doença. Você defender empresa pública e serviço público virou um mal e, na verdade, não é. O que estamos vendo hoje, que está muito explícito, é um desmonte das políticas públicas, um caminho que vai dificultar muito a vida do cidadão que mais precisa do benefício do Estado, que mais precisa que o Estado intervenha, que o Estado seja um indutor do desenvolvimento econômico e dos serviços prestados. Para a gente, isso está muito claro. É muito difícil algumas políticas que estão sendo desenvolvidas... Eu acho que, para matar uma barata, não se pode queimar uma casa, e a gente vê muito isso. O Moraes foi muito feliz na sua intervenção: a Petrobras é uma grande empresa da sociedade brasileira, construída a quatro mãos, ao longo das décadas e, de repente, ela precisa de ajuda, e todos nós vamos precisar estar envolvidos nisso.

Com relação ao sistema financeiro, e vou ficar um pouco nisso, se olharmos a década de 90, tínhamos mais de 20 bancos estaduais, tínhamos diversos bancos públicos e desses bancos, com as raras exceções, ficamos só com cinco bancos estaduais, os outros foram todos encerrados, bancos como o Banespa, Banestado e Banerj, no Rio de Janeiro. Ficamos só com o Banrisul, lá do rio Grande do Sul. Dos vinte e tantos estaduais, hoje temos cinco: o Banrisul, o Banco de Brasília (BRB), o Banpará, o Banestes, do Espírito Santo, e o Banese, de Sergipe. Todos os demais foram liquidados, ou seja, entregues, pegaram seus patrimônios. A sociedade já percebeu isso, viveu isso nos anos 90. Para a gente, manter... O sistema financeiro é muito covarde, ele se concentra... Hoje, temos praticamente cinco bancos no País. Dentre esses cinco principais bancos, temos dois bancos públicos: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Depois, temos Bradesco, Itaú e Santander. Os demais são bancos menores. Esse é o sistema financeiro. À sociedade brasileira interessa qual sistema financeiro? No nosso entendimento, esse sistema financeiro que foi recuperado, foi induzido, foi construído a partir de 2003.

Vou ficar aqui um pouco na Caixa Econômica. A Caixa Econômica tinha 2 mil agências em 2003, no final de 2002. Hoje, está com 4 mil agências. Ou seja, significa que ela dobrou a capacidade de atendimento da população. E não foi comprando banco, não, foi lá e abriu as novas agências, quem está no Brasil afora percebeu isso.

Também cresceram os serviços. Como trabalhadores, sempre defendemos uma empresa estratégica à sociedade brasileira, que fosse importante para o desenvolvimento brasileiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que fosse importante também na construção das políticas públicas, no desenvolvimento das políticas públicas. Ao pegar um programa igual ao Minha Casa, Minha Vida, se fosse construir uma outra empresa para desenvolver esse programa, seria um monstro. Então, pega-se a Caixa Econômica e se fazem as suas adequações. Então, hoje se tem mais de alguns milhões de casas construídas nesse sistema a um custo que facilita a vida do cidadão e da cidadã que tem a necessidade de comprar essa casa mais barata. Esse é um papel importante.

O Senador foi protagonista aqui no Senado, de quando a gente centralizou o Fundo de Garantia na Caixa Econômica. Por que isso? É importante para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Até 1990, o Fundo de Garantia era uma festa, tanto é que muita gente, até hoje, não sabe onde estava o seu Fundo de Garantia. E foi feita, naquela época, a Lei nº 8.036, se não me engano, que centralizou todas as contas do Fundo de Garantia na Caixa Econômica Federal, por ser uma empresa pública. E, a partir daí, passou-se a ter o controle da sociedade, passou-se a ter o controle dos próprios trabalhadores, quando se criou o Conselho Curador.

Eu me lembro que o Douglas, que era o companheiro representante da CUT, ajudou, e muito, na construção dessa política, e o Parlamento teve uma atuação muito importante ao aprovar aquela lei. E, assim, a partir de 1990, 1991, o trabalhador passa a saber onde está o seu Fundo de Garantia.

Então, acho que defender esses programas, defender essas propostas importantes para o grande conjunto da classe trabalhadora, da sociedade brasileira fortalece o papel do Estado; fortalece e dá segurança a essas pessoas que precisam de segurança. Quem tem dinheiro tem mecanismos de sobrevivência; os demais não têm – e é importante que tenham.

Então, o Fundo de Garantia, que vive sendo ameaçado, pois, vira e mexe, surgem propostas no sentido de: "Ah, se jogar isso aqui nos bancos privados, nós podemos pagar mais do que o que se paga hoje pelas regras atuais." Nós podemos até discutir o regramento atual e remunerar melhor o trabalhador, mas nós não podemos olhar o trabalhador apenas como um investidor no Fundo de Garantia; nós precisamos olhar o que é que o Fundo de Garantia proporciona para a sociedade brasileira, inclusive para o trabalhador.

Quando eu quero comprar uma casa financiada, eu chego na agência bancária e a primeira coisa que eu pergunto é qual a taxa de juros mais baixa. E qual é a taxa de juros mais baixa? A dos recursos subsidiados pelo Fundo de Garantia. Então, esse é um debate importante, e nós não podemos cair na cilada, muitas vezes, do mercado financeiro.

Eu acho que o Fundo de Garantia tem sido, ao longo das décadas, um instrumento importante para os trabalhadores brasileiros; acho que temos de defendê-lo e defendê-lo numa empresa pública, a Caixa Econômica Federal, que centraliza, que fiscaliza... E ela é paga para isso; ela é remunerada para isso; define isso no Conselho. Ela não está fazendo isso por amor à Pátria; está fazendo isso e está recebendo. Mas, enfim, a partir de 1991, o trabalhador passou a saber onde está o seu Fundo de Garantia.

Então, fazer essa defesa, para a gente, é muito importante. E o Parlamento tem ajudado muito. Aqui, a gente sabe, há vários projetos de lei para mexer no Fundo de Garantia, de tal modo que a gente precisa fazer essa discussão com muita tranquilidade, com muita serenidade, porque, às vezes, mexer pode não ser a melhor alternativa para a classe trabalhadora.

Se a gente for falar aqui nos demais programas, como o Bolsa Família, onde também se desenvolvem as políticas nas mais distantes regiões do País, tendo a Caixa ou tendo uma empresa pública que dê essa garantia, tem-se benefício para o cidadão brasileiro.

A gente superou, e muito, Senador, denúncias e mais denúncias de que os benefícios federais não chegavam para quem deveriam chegar. Ele ficava no meio do caminho, nas prefeituras, nas lideranças; mas, a partir do momento que você coloca numa empresa pública, com controle da sociedade, esses recursos passaram a chegar ao cidadão e à cidadã que mais precisam deles.

Então, quando a gente defende aqui... Não estamos aqui fazendo propostas apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

corporativas. Acho que nós temos que olhar o que essas empresas proporcionam para a sociedade brasileira, o que proporcionam para o trabalhador brasileiro, dando segurança para que cada um e cada uma saibam onde estão os seus recursos.

Se a gente for olhar o que pode ser feito... Como o Moraes lembrou bem, nós vivemos uma década em que se tentou encolher ao máximo o papel do Estado brasileiro.

Recuperou-se um pouco a partir de 2003; deu-se um alento para o grande conjunto da sociedade. Mas nós, agora, estamos vendo o que se vai modificando.

E acho que cabe a nós – a Fenae, juntamente com as outras entidades – participar com vocês na construção de políticas de defesa, na construção de políticas que fortaleçam essas empresas públicas de setores estratégicos, seja na área de energia, seja na área financeira, seja na área de criação de empregos.

Nós estamos vendo setores sendo desmontados, como é o caso do setor de construção. De repente, você está vendo que as grandes construtoras poderão ter problemas, ou seja, há uma quantidade enorme de trabalhadores sendo demitidos. Então, como é que se recompõe isso? Como é que você volta a ter o foco no trabalhador brasileiro? Porque ter o foco no capital é fácil. Há muita gente defendendo o capital.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR FERREIRA – E quem é que defende o trabalhador? Quem é que defende o emprego?

Na minha opinião, a Fenae participa e colabora com a tese de que, se não houver emprego para a sociedade, se não houver indução de desenvolvimento econômico, a tendência é de encolhermos, é de nos empobrecermos mais. E não é esse o papel que tem de ter o Estado; não é esse o papel que as empresas têm de ter. Por isso, acho que fortalecer os diversos setores que ainda existem – e o Moraes lembrou bem –, que ainda não foram atacados, será o nosso grande desafio, o grande desafio dos trabalhadores, o grande desafio do Parlamento e será, na minha opinião, o grande desafio de todos nós aqui. Será o desafio das centrais sindicais, porque, agora, ficou fácil: todo mundo ataca trabalhador, todo mundo ataca as centrais sindicais, todo mundo ataca as organizações que pensam diferente. Então, acho que esse é o desafio.

A Fenae quer se somar a todos vocês. Foi falado aqui – e eu concordo – que a sociedade brasileira construiu algumas grandes entidades. Nós, trabalhadores, construímos o Dieese, que, para mim, é uma entidade importante, que extrapola grupos; construímos o Ipea, que também considero um grande instrumento de políticas que podem ser utilizadas como políticas públicas; construímos o BNDES, que é um grande... Ou seja, são grandes entidades com as quais você estrutura e reestrutura a sociedade e a produção pelos próximos anos.

Então, ver essas entidades sendo atacadas, como é o caso do BNDES, é muito difícil para nós. É uma perda que nós demoraremos anos para reconstruir. E já quem teve a ideia lá atrás também demorou anos para construí-la.

Já não basta o setor elétrico?! Já não basta o setor petroleiro?! Já não bastam os outros setores?!

Então, acho que nós, em especial os trabalhadores e as trabalhadoras, teremos aí pela frente uma bela agenda. E vamos precisar, Senador, desses espaços, com certeza, para continuar debatendo. Vamos convocar aqui todos os nossos colegas bancários e bancárias, no nosso caso especial, os empregados da Caixa, a se envolverem nessa grande campanha de conscientização, de debate, de envolvimento com as suas entidades, de envolvimento com as suas comunidades locais, e dizer a essa população, dizer a essa sociedade que essas empresas, que esses setores, que os serviços públicos são e têm que ser importantes para toda a sociedade brasileira e não só para um grupo. Enfim, importantes para todos. E isso é na saúde, na educação, nas diversas áreas que estão sendo atacadas.

Tentou-se trabalhar, tentou-se construir nos últimos anos, mas elas, rapidamente, poderão ser desconstruídas. Essa é uma tarefa importante para nós trabalharmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A gente, na Fenae, juntamente com as associações que aqui estão representadas, vai se empenhar em exercer esse papel.

Lembro que a nossa federação foi criada em 1971, em plena ditadura militar; tem construído um trabalho importante, ao longo dessas décadas, de fortalecimento do papel do Estado, de fortalecimento da Caixa Econômica em especial, de ter a Caixa Econômica Federal como uma empresa importante para a sociedade brasileira na construção de políticas, na defesa de políticas. E a federação, juntamente com os movimentos sociais, juntamente com o movimento sindical, estará junto a todos vocês nessa grande batalha.

Então, era isso. O meu muito obrigado a todos.

Contem com a gente lá! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa Econômica.

Um rápido comentário, Jair, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: até esse eles querem retirar – ouviu? Aí, acaba, porque o trabalhador perde e o sistema de habitação popular, todo ele, também perde. E o princípio sobre o qual eles já tiveram a ousadia de vir conversar foi o seguinte: "Paim, mas se o trabalhador pode optar pelo Fundo de Garantia..." E eu disse: "Pode, mas, na época, não havia a opção". Tu obrigavas o cara a assinar. Eu mesmo fui obrigado a assinar, e todas as vezes... Eu trabalhei apenas em três empresas durante os mais de 20 anos que trabalhei na área privada, antes de ir para o sindicato, enfim. Estou há mais de 30 anos neste Parlamento. Eu tive, nas três vezes, que optar.

Mas eles diziam assim: "Mas, se o trabalhador quiser optar por, em vez de eu depositar o Fundo de Garantia, eu depositar na conta dele todo mês?" É claro que, daí, ele já acerta no salário. Se tu vais receber tanto por hora, é "x" mais o correspondente ao fundo, e esse dinheiro vai desaparecendo, além de não se pagar os 40% da multa ainda.

Então, existe, entre aqueles projetos que tramitam no Congresso, sobre os quais nós fizemos o debate nos 27 Estados, também esse para acabar com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Vejam a crueldade do time que está mandando neste País!

Vamos, agora, ao Diretor do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás, Willian Louzada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, com certeza!

Quando a gente é bem assessorado aqui...

Veja, Senadora Regina Sousa, que ele me chamou a atenção aqui: "Como é que a nossa Senadora está aqui e você não registra?"

Então, uma salva de palmas para a grande Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

Por favor, Louzada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Desculpem-me pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª falará, como sempre, quando entender mais adequado, Senadora.

O SR. WILLIAN LOUZADA – Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por este espaço, que já é um espaço nosso de resistência aqui no Senado, ainda porque, no Congresso em geral, estão sendo reduzidos os nossos espaços. Nós não conseguimos mais acesso a quase nada aqui. Então, este espaço que o Senador nos concede é um espaço de resistência da classe trabalhadora. Assim, agradeço imensamente por este espaço – e vamos fazer deste um espaço cada vez maior.

Ao João Moraes, que aqui fez uma análise de conjuntura que praticamente... Muito boa! Parabéns! Agradeço a sua presença aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Saúdo o nosso Jair, companheiro da Caixa, Presidente da Fenae, uma federação extremamente importante, que está na luta não só em defesa da Caixa, mas das empresas públicas há muito tempo.

A Rita, eu acredito, é a arquiteta desse nosso movimento. Desde o começo, a Rita está à frente desse movimento, convidando as centrais. E eu, que estou aqui representando a UGT, tenho acompanhado o trabalho dela e posso dizer que, realmente, temos de lhe render homenagens pela sua persistência e pela luta que tem feito ao levar esse nosso princípio de defesa da empresa pública à frente.

À Senadora Regina, que chegou agora, os nossos agradecimentos pela sua presença aqui neste espaço.

Na história recente do Brasil, eu acho que este é o momento de maior ataque à classe trabalhadora. Nós passamos pelo governo Sarney, pelo governo Collor, pelo governo Fernando Henrique, sofremos muitos ataques, mas como este eu não consigo buscar, na minha memória, um ataque tão maciço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você me permite, Louzada? É só para concordar com você.

Eu estou aqui há 30 anos. Eu fui Constituinte e nunca mais saí. Não saí para ser prefeito, secretário de Estado, nada. Eu também nunca vi tanta covardia contra a classe trabalhadora. Nunca vi! Eu só queria reforçar a sua fala para dizer que é de fato incrível.

Eu consegui pegar cinco projetos. Peguei e segurei, porque, se colocar em votação, eles derrubam o meu relatório e aprovam. São eles: trabalho escravo, porque eles querem regulamentar o trabalho escravo; terceirização, que nem aqui dentro eles pagam corretamente. Inclusive, estou aí com oito empresas... Uma, agora, está no pau, brigando dia e noite. A moçada vai parar aqui dentro hoje – são cerca de 400 trabalhadores –, porque uma empresa foi embora e não os indenizou. Eles estão aqui dentro! É a tal de Qualitec.

Terceirização, trabalho escravo, negociado sobre o legislado... Esses são só alguns. Eu nunca vi tanta ousadia como essa que estão tendo neste momento.

Você lembrou o Fernando Henrique. Eu sou obrigado a dizer, infelizmente, com tristeza, que nem no tempo da ditadura eu vi tantos ataques à classe trabalhadora como está fazendo este Governo. Não vi! E eu enfrentei a ditadura. Eu fui para o comício das Diretas Já! Com Brizola, com Covas, com Ulysses, com Lula, com Olívio Dutra, enfim, com todos os outros, e posso dizer que nunca vi tantos ataques.

Por isso, é impossível que esse povo não vá acordar, mais hoje ou mais amanhã. Daí a minha satisfação com esta audiência, que vocês promoveram – eu só estou presidindo –, e com um alerta como esse que você dá agora.

O SR. WILLIAN LOUZADA – Então, a gente, conversando com a Rita, há um tempo aqui, no Senado, listou mais de 50 projetos de ataque aos direitos dos trabalhadores em andamento aqui, seja na Câmara, seja no Senado.

Então, nós estamos num momento extremamente difícil, e cabe a nós, principalmente aos representantes das entidades dos trabalhadores, levar esse debate para o chão de fábrica.

Eu não acredito que, com esta construção aqui, como disse o Senador Paulo Paim, a classe trabalhadora, o povo mais humilde deste País não vá acordar para o desastre que está sendo construído nesta Casa e no Executivo com certa parceria do Judiciário, eu diria, em muitos casos.

Começou agora, nessa última campanha, um ataque aos trabalhadores do Banco do Brasil. Todos nós já começamos a ver a política que vai ser implementada nos bancos públicos através desse primeiro ataque aos trabalhadores do Banco do Brasil. Trata-se de uma proposta de redução do número de trabalhadores da ordem de 18 mil, conforme projeto já colocado na mídia e que todo mundo já acompanhou. Repito: uma redução de 18 mil trabalhadores do Banco do Brasil!

Todos que são do setor bancário, como eu que sou do Sindicato dos Bancários, já sabem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que existe um déficit de pessoal lá dentro monumental.

Os trabalhadores, lá, às vezes, ficam de 10 a 12 horas sem dar conta do serviço. Agora, chega a nova diretoria do Banco do Brasil querendo reduzir em 18 mil o número de trabalhadores, conforme a meta que está aí colocada.

Para atingir essa meta, evidentemente, há que se reduzir o tamanho do banco. E a gente está assistindo a isso paulatinamente. Eu acredito, como trabalhador que sou da Caixa Econômica Federal, que nós temos que cerrar fileiras, porque, certamente, esse ataque vai chegar à Caixa Econômica Federal, e nós temos de estar muito atentos a isso, porque há a questão do Fundo de Garantia.

O mercado, mais precisamente o Itaú, que tem o seu grande representante lá no Banco Central, um representante dos banqueiros, como, no Ministério da Fazenda, nós temos o Sr. Henrique Meirelles, representante também dos banqueiros e, enfim, do capital financeiro, eles estão com uma sede imensa desse mercado que a Caixa e o Banco do Brasil representam.

Eu tenho um orgulho imenso de estar há 32 anos na Caixa. Eu sei o tanto de políticas sociais que a Caixa implementa por este País, levando dignidade ao povo sofrido deste País através do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida, e aos estudantes, através do Fies. Quer dizer, são inúmeros os programas que a Caixa tem levado ao povo ao longo do tempo, como também o seguro-desemprego ao trabalhador. Então, a Caixa é um patrimônio deste País.

Então, a resistência – estou aqui falando da Caixa porque é onde eu mais milito – é extremamente importante. Nós temos de manter acesa essa luz em defesa desse patrimônio tão importante.

Também a Petrobras está sob um ataque feroz. A Petrobras, eu sempre digo, é o nosso passaporte para um futuro melhor, pelas riquezas, pelo patrimônio tecnológico que tem, e está sob um ataque tremendo.

Então, essa luta é de todos nós. Nós precisamos levar isso para o povo deste País, porque, com um Congresso com essa configuração, a gente só vai poder barrar isso tudo que está acontecendo com o povo nas ruas. Não há outra saída que não a de o povo acordar e ir para as ruas, para fazer a defesa desse patrimônio tão importante, o patrimônio do povo brasileiro, que são as empresas públicas.

Esse ataque, como nós já debatemos, é terrível. A gente está assistindo a isso todos os dias. É como se você estivesse em uma UTI e, de repente, você tem de atender a um ataque do coração; quando vai socorrer o ataque cardíaco, tem um no fígado; e assim por diante. Você fica até meio tonto, porque são tantos os ataques que você, às vezes, fala: "Puxa, estou socorrendo isso e vou ter que socorrer aquilo lá?"

Sinceramente, é uma situação pela qual eu nunca pensei que nós fôssemos passar, é um momento realmente terrível este por que nós estamos passando agora, mas é o momento também de se criar novas lideranças e novos debates, levando novas ideias.

Eu acho que este é o espaço para nós fazermos isso, debatendo as questões e levando isso para o maior número de pessoas possível. E, com certeza, com a instalação do comitê, hoje, ou melhor, com o lançamento desta campanha – o comitê já está instalado –, eu acho que a gente pode fazer isso, multiplicando isso para milhões de pessoas. É esse o papel fundamental que nós temos aqui hoje.

Agradeço novamente ao Senador por este espaço, que é tão importante... Ouviu, Senador? Eu queria agradecer muito e dizer: vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Willian Louzada, Diretor do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás.

Willian, nessa linha que você ampliou um pouco, falo só uma frase: há um projetinho que eles querem votar amanhã, inclusive, que é o trabalho por hora. Sabe o que é trabalho por hora, não é? A pessoa é chamada, trabalha aquelas horas e vai embora, eles pagam. E querem aprovar isso. Claro, estou antenado, vou pedir vista e apresentar um relatório alternativo.

É trabalho por hora. O McDonald's já adotou; fizemos uma audiência pública aqui e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

grande movimento de pressão por parte dos sindicalistas, e ele deu uma recuada, mas há uma turma que veio do Mississippi para cá e nos mostrou o que é o trabalho por hora lá. O trabalhador fica à disposição da empresa 24 horas. Vinte e quatro horas! Entra um pedido, eles chamam e depois mandam embora para casa, e o trabalhador ganha aquelas horas, e acabou. Não há licença-maternidade, paternidade. Fundo de garantia? Nem sonhar! Não tem nada, a não ser o trabalho por hora que ele vai pagar, e acabou.

O SR. WILLIAN LOUZADA (*Fora do microfone*.) – Pré-CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Pré-CLT, seria a revogação da CLT. Por isso, as preocupações que você coloca são... Nunca vi nada aqui dentro assim, e olha que estou aqui, como digo, há mais de três décadas.

Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê de Defesa das Empresas Públicas. Maria Rita, digo só isso. Lembro-me daquele dia em que vocês dois chegaram ao meu gabinete e disseram: "Paim, não tem moleza, vamos ter que instalar", bá-bá-bá, e pronto! Ela tomou conta, instalou e está aí. Parabéns a ela e a todos vocês por esse movimento, de forma coletiva. (*Palmas*.)

A SRª MARIA RITA SERRANO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Senador, é verdade: se pegarmos a luta contra o PL 555, veremos que iniciamos justamente aqui, e o desespero, quando ficamos sabendo do projeto, foi correr atrás do Senador e falar: "E agora? Vamos ter que dar um jeito." E a primeira atividade feita contra o PLS foi justamente aqui, na Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Iniciativa de vocês!

A SRª MARIA RITA SERRANO – Não. Iniciativa nossa, mas com o Senador. E, a partir daí, imaginem, começamos uma luta, ao final de agosto, início de setembro do ano passado, e estamos há praticamente um ano aí.

Ficamos até o início deste ano na luta contra o PLS, que virou lei. No entanto, conseguimos mudar o projeto em relação ao que eles queriam alterar E, agora, estamos nessa luta em defesa das empresas públicas. Então, nesse espaço, já fizemos várias atividades com apoio do Senador e temos que agradecer a S. Exª e a vários outros: Senadora Regina, Senador Lindbergh, Senador Requião, Deputada Erika Kokay e tantos outros, Gleisi Hoffmann, que ajudaram nessa luta durante esse período. Agora, com certeza, a luta é mais difícil.

Portanto, primeiro, agradeço ao Senador, de público. Agradeço as presenças aqui, sempre constantes, do Willian, da UGT; o Moraes, da FUP; o Jair, da Fenae, entidade que, de certa forma, patrocina esse trabalho do comitê desde o início, uma entidade que vem bancando toda essa luta, pelo País todo, em defesa não só da corporação, da Caixa, mas em defesa de todas as empresas públicas e dos serviços públicos. Então, é importante destacar isso.

Agradeço também aos sindicatos que estão aqui, começando pelo meu próprio, o Sindicato dos Bancários do ABC, e todos os outros. Estou vendo o pessoal de Porto Alegre, o pessoal de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará – viu, Marcão, com a camiseta do Ceará –, Piauí, Alagoas e tantos outros, que estão nessa luta desde o início. Há várias entidades pelo País, e não só entidades de bancários e petroleiros, mas o pessoal da Embrapa, professores, que já participaram desse processo, o pessoal da Eletrobras e tantas outros que vêm se agregando a essa luta que fazemos desde o ano passado.

Para rememorar a origem do comitê, registro que começamos essa batalha contra o PLS no ano passado. Foi uma surpresa o projeto do PSDB, do Tasso Jereissati, que previa, de certa forma, abrir capital e facilitar a privatização de todas as empresas públicas do País, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Logo que soubemos do projeto – ele foi gestado e, em dois meses, já estava em votação em caráter de urgência no Senado Federal –, fomos obrigados a mobilizar os trabalhadores, a sociedade, contra o projeto, porque seria acabar com o patrimônio público brasileiro em uma única tacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu diria, Senador, que, com todas as dificuldades e sabendo que aqui, na Casa, tínhamos minoria de Senadores, tínhamos também minoria na Câmara dos Deputados, mesmo sabendo que tínhamos minoria de Senadores e Deputados de fato comprometidos com os trabalhadores e com a sociedade brasileira, mesmo sabendo disso, conseguimos avançar com apoio desses Parlamentares, com apoio das entidades, com apoio e luta dos trabalhadores do Brasil. Então, não foi o que queríamos, mas também não foi o que o PSDB e a direita queria. Conseguimos evoluir em relação a isso.

Ao fazermos essa luta, durante esse processo, ficou claro para nós que precisamos sensibilizar a sociedade brasileira para o debate do que é público. Está muito claro que há um movimento de desvalorizar todos os serviços, todas as empresas públicas e o patrimônio público. Isso, obviamente, cumpre um papel importante, que é o papel de defesa dos interesses do capital privado. Eu diria que é um modelo americano, de neoliberalismo e de destruição do conceito. Não se trata só de destruir a empresa pública, mas destruir o conceito do que é público, porque, afinal, para os americanos, ter sucesso e vencer na vida significa o cara, por si só, galgar espaço. E quem não foi, quem não conseguiu é porque não conseguiu, é porque é incompetente. Essa é a lógica. Esta é a lógica: o individualismo em primeiro lugar.

Então, a partir disso, ficou claro o seguinte: ou discutimos com a sociedade que o público é para todos e, portanto, cumpre um papel para a sociedade na sua íntegra e que o privado é para poucos e, portanto, vai interessar para o capital privado, para o enriquecimento e para uma casta pequena da sociedade, ou, então, a imprensa de direita, os Parlamentares comprometidos com o capital privado e, agora, este Governo comprometido com o capital privado vão passando para a população a sensação de que tudo que é público não presta e que só há corrupção no espaço público, como se no espaço privado não houvesse corrupção.

E esta é a imagem: se há corrupção na Petrobras, vamos destruir a empresa. Não vamos corrigir o desvio; vamos destruir, porque na Shell, na Texaco, nas empresas privadas não há e são melhores administradas. E é uma falsidade de um tamanho, que é só lembrarmos de casos recentes, muito rapidamente. Se pegarmos o caso da Volkswagen, nos Estados Unidos, que fraudou todos os mecanismos de segurança do país; se pegarmos o caso do HSBC mundial, lavagem de dinheiro, fraude, caso que foi muito pouco investigado aqui no Brasil; se pegarmos o próprio caso das construtoras e tantas outras empresas, tantos outros casos que nós temos, vamos perceber o seguinte: há corrupção, sim, no sistema público, mas a corrupção começa e é ativa no setor privado, porque é o setor privado que tenta comprar o público, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É o corruptor.

A SRª MARIA RITA SERRANO – O corruptor sai do capital privado. Não que alguém seja isento de culpa, todos são culpados, mas a corrupção sai de lá, não sai do setor público.

Fica parecendo que aquele modelo – e essa era a discussão do PLS – de governança, que aquele modelo de gestão de empresa privada é o ideal, então temos que transportá-lo para as empresas públicas e, se for o caso, o que é melhor, privatizar as empresas públicas. E pegamos casos, por exemplo, HSBC, Volkswagen e tantos outros, de empresas que estavam na Bolsa de Valores, que têm acionistas, que têm regras de governança internacional e não ficaram isentas da corrupção. Por quê? Porque infelizmente ela é um problema endêmico no mundo inteiro e que tem a ver com o fato de que você, para ter *status*, precisa ter dinheiro – e o enriquecimento no mundo nunca foi tão grande –; tem a ver com um problema de visão e de formação ideológica para o capitalismo.

Para a gente ter uma ideia da gravidade da situação, pela primeira vez, segundo dados da ONU, 1% da população mais rica do mundo tem mais riqueza do que 99% do restante da população mundial. Então, é óbvio que, em um mundo em que a valorização da acumulação de capital se dá dessa forma, para ficar rico, vale qualquer coisa; para sobreviver, vale qualquer coisa.

Então, a corrupção é um problema endêmico. Eu sempre digo o seguinte: dinheiro não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cai do céu; então, se alguém tem muito, é porque está faltando em algum lugar, e não é à toa que boa parte da população mundial está na miséria e que o desemprego não para de aumentar no mundo inteiro, justamente porque a acumulação de riqueza também nunca foi tão grande.

Sendo assim, entendemos que teríamos que criar uma campanha para tentar sensibilizar a população e tentar fazê-la refletir não só sobre o que está em jogo, mas sobre a importância do público, sobre a importância do coletivo, sobre a importância daquilo que é social.

É óbvio que, nos últimos anos, desde o início do governo Lula, o foco do governo se alterou, e houve investimentos sociais grandiosos no Brasil. Eu diria que o que está em debate, neste momento, desde antes do *impeachment*, eu diria que é uma coisa simples.

Se estávamos para ter o Estado de bem-estar social, em que vínhamos galgando passos – estávamos longe, mas galgando passos desde o início governo Lula, em que as garantias mínimas fossem para todos – neste momento, a partir do debate do *impeachment* – ou eu diria um pouco antes –, o que ganhou nesse debate golpista, foi a instalação novamente do Estado mínimo, que havíamos derrotado na década de 90, derrotado de fato com a eleição do Presidente Lula, mas contra o qual lutamos bravamente na década de 90, em especial os trabalhadores, bancários e petroleiros, que fizeram um enfrentamento grandioso.

Eu digo sempre – viu, Moraes? – que, se a Petrobras sobrou e a Caixa e o BB sobraram, é porque lutamos demais, porque a Caixa, o Banco do Brasil e a Petrobras estavam na lista para serem privatizados e só não o foram porque os trabalhadores, a sociedade, os Parlamentares que tinham compromisso com os trabalhadores naquele período lutaram bravamente e conseguiram sensibilizar a sociedade para a importância dessas empresas. Caso contrário, já teríamos ido. E, obviamente, com a ascensão do Presidente Lula, conseguimos o contrário: as empresas públicas, que caminhavam para a privatização, a partir de uma política de um Estado de bem-estar social, foram valorizadas porque foram utilizadas para o desenvolvimento do País corretamente.

E, agora, temos um retrocesso imenso, que é o retorno do processo de Estado mínimo; e, se é Estado mínimo, não precisa de empresa pública; se é Estado mínimo, não precisa de saúde pública, de educação pública, de Previdência pública. Essa á a lógica do Estado mínimo. E eu diria que a PEC 241 é a perfeição do que é e do que se pretende fazer com o País com relação a uma política neoliberal de Estado mínimo. É um retrocesso imenso, e, se não conseguirmos resistir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA RITA SERRANO – ... e ela for aprovada da forma com está, vamos ter um retrocesso de 20 anos. Vinte anos é o período da lei, mas o retrocesso será muito maior. A cada perda que os trabalhadores têm, a cada direito retirado, demoramos anos e anos para retomar.

Então, essa campanha "Se é público, é para todos", de defender as empresas públicas, defender a saúde pública, defender a educação pública, defender a Petrobras, a Caixa, o Banco do Brasil, é defender o Brasil, porque essa é a campanha. Ela é ampla.

Lançamos a campanha no Rio de Janeiro, no dia 6 de junho – temos aqui o vídeo do lançamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vai passar em seguida.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Vai passar em seguida, quando terminarmos.

Lançamos a campanha no Rio de Janeiro em um grande ato, com 2 mil pessoas, muito representativo, várias centrais, vários segmentos sociais, com a presença do ex-Presidente Lula, vários Parlamentares, e ela vem ganhando as ruas. E a ideia é popularizar essa campanha. Nós a lançamos em 14 Estados brasileiros, estamos lançando aqui hoje, vamos lançar em Campinas, vamos lançar na capital em São Paulo, em Goiás – o Willian está aqui.

Essa campanha foi adotada no encontro da UNI America, Sindicato Global de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Trabalhadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não esqueça do meu Rio Grande do Sul.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Lançamos? Não lançamos ainda lá. Vamos lançá-la no Rio Grande do Sul, mas já lançamos ao lado, na Argentina.... (*Risos.*)

Ao lado.

Vamos lançar no Rio Grande do Sul, com certeza.

Participamos de um encontro da UNI America, Sindicato Global dos Trabalhadores do Sistema Financeiro, na Argentina, agora em julho, e ela foi adotada como uma campanha internacional em defesa dos bancos públicos. Então, ela vem rodando o Brasil, virou uma campanha internacional e ela precisa ser massificada. Quem está aqui precisa massificar essa campanha. Precisamos dialogar com a população sobre tudo aquilo que está em jogo, e, a cada perda que vamos ter daqui para frente, anos e anos serão necessários para recuperar.

Acho que boa parte da população, inclusive quem está nos ouvindo aqui, já que esta audiência pública está sendo transmitida *on-line,* pela TV Senado, pelo Comitê em Defesa das Empresas Públicas, deve ouvir o que temos a dizer: ou nós nos movimentamos, ou lutamos contra, ou resistimos ou vamos perder, e, a cada perda, anos e anos serão necessários para recuperar.

Lançar essa campanha aqui, no Senado Federal, cumpre também um papel importante. Sabemos, Senador, que podemos contar com seu apoio, com o apoio da Deputada Federal Erika Kokay, que acaba de chegar, com a Senadora Regina, que estava aqui, e com vários outros Parlamentares.

Queremos criar – achamos importante – uma frente parlamentar mista em defesa das empresas públicas. Sabemos que há uma frente da Petrobras, há a frente da Caixa, da qual a Deputada participa, mas é fundamental ampliar esse debate. Não dá mais para tratar disso como questões isoladas. Não é a Petrobras que está em jogo, não é a Caixa, não é o BB, não é a Eletrobras. O que está em jogo é o patrimônio público brasileiro. Não dá para criarmos várias frentes de defesa. Temos que fazer uma única. A ação que esse Governo e a maioria dos Parlamentares têm aqui é única: favorecer o capital privado, e, para isso, acabar com todas as empresas e serviços públicos.

Estamos aqui hoje para que esse seja um ato dentro do Congresso Nacional, justamente para sensibilizar os Parlamentares. Vamos falar com todos eles. Sabemos que o Senador já se comprometeu a tomar a iniciativa de criar a frente. Vamos contribuir para isso. O Moraes até me disse que a ideia é que consigamos fazer isso até novembro. Para se criar uma frente, precisamos de 200 assinaturas, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA RITA SERRANO – Duzentos e cinquenta.

Então, pessoal, precisamos de 250 assinaturas. Imaginem! Convencer o Parlamentar a assinar já é um fato, nesse momento em que somos minoria.

É importante que quem esteja nos ouvindo ou que esteja aqui procure os Parlamentares da sua base, Senadores e Deputados Federais, para falar da importância dessa frente parlamentar mista que queremos criar. O que está em jogo é o patrimônio público brasileiro, todas as empresas e todos os serviços. E precisamos lembrar a esses Parlamentares que, daqui a dois anos, haverá eleições...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA RITA SERRANO – ... e eles serão cobrados pela população acerca de tudo o que estão fazendo agora contra essa mesma população. É fundamental sensibilizar. Peço apoio aqui de quem está nos ouvindo e de todas as entidades aqui presentes. Sabemos que podemos contar com o Senador, com a Deputada Federal Erika Kokay para mais essa luta que o comitê está encabeçando com o apoio da Fenae, da FUP, da UGT, da CUT, da Intersindical,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da Conlutas e da Nova Central. O pessoal não pôde vir aqui, mas está nessa luta junto conosco. São seis centrais, várias entidades nessa luta junto conosco em defesa do patrimônio público.

Então, estamos aqui hoje, Senador, e queria lhe dar uma camiseta, simbólica, do lançamento dessa campanha. (*Pausa.*)

Tem uma para a Erika aqui também. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Palmas.*)

A SRª MARIA RITA SERRANO – E gostaríamos, Senador, de passar o vídeo do lançamento da campanha, para podermos registrar este momento histórico aqui, que é lançar a campanha "Se é público, é para todos" dentro do Congresso Nacional, dentro do Senado. Então, para nós é uma alegria conseguir fazer isso aqui, ter esse espaço democrático para podermos fazer este debate.

Então, quero agradecer a todos, agradecer ao Senador. E passaremos o vídeo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas. Quero dizer que já temos até a data marcada. Vamos ter só que acelerar a coleta das assinaturas para lançar a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Estatais. Eu comungo, Rita, do seu ponto de vista.

São importantes as frentes parlamentares desse ou daquele setor, mas há um momento em que temos de reunir todas as frentes daquela área, porque se facilitam inclusive os grandes debates nos Estados.

Nós chegamos a lançar aqui a chamada Frente Parlamentar Mista da Sociedade Civil pelo Brasil, que seria uma frente ampla pelo Brasil, porque há certos momentos em que vamos estar com um de vocês falando pela Frente Parlamentar Mista em Defesa das Estatais, outro falando em nome da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores Públicos, outra em defesa da Previdência, em grandes eventos no País, no momento mais adequado.

Por isso, meus cumprimentos a essa iniciativa. Conte com o nosso apoio. Parabéns por tudo.

Vamos ao vídeo agora.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns pelo vídeo do lançamento da campanha – no Rio de Janeiro, não é?

A SRª MARIA RITA SERRANO (*Fora do microfone.*) – No Rio de Janeiro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, neste momento nós vamos abrir para o Plenário, começando pela nossa querida Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não é nem para fazer uma intervenção ainda, é só justificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, em seguida à Senadora, vamos passar à Deputada Erika Kokay, que já é quase membro desta Comissão, viu? Vou achar um lugarzinho para ela aqui. Ela sempre prestigia, e com belas contribuições, todas as audiências que tratam de questões semelhantes a esta que estamos tratando hoje.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ainda não é nem verdadeiramente uma intervenção. É mais uma justificativa, porque aqui hoje está séria a história de quórum. Não sei como é que vai haver Congresso, não é? Porque estão me chamando toda hora para ir dar quórum nas comissões, e algumas são do meu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– E às 11h há Congresso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos emendas para votar. Com isso, não está dando quórum em nenhuma comissão. Estão chamando as pessoas para assinarem. Está uma doideira hoje aqui. Então, eu passei aqui, mas acabei perdendo a fala do meu colega de banco, de categoria, porque sou bancária. Queria muito ter visto.

Mas quero dizer isto, não é demais repetir, que aqui é a caixa de ressonância ainda. Por enquanto, ainda não nos tomaram. Acho que quando eles perceberem que a TV Senado transmite para o Brasil inteiro, é capaz de quererem restringir. Mas é aqui que acontece o bom debate. As portas estão sempre abertas, e a gente está aí para ajudar no que for preciso nesse embate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, muito obrigado pela participação.

Enquanto a... Já ia chamar de Senadora. Quem sabe? Enquanto a nossa provável Senadora, mas hoje Deputada... (*Palmas.*)

... usa a palavra, eu queria abrir já para o plenário, em torno de dez, no máximo. Os que quiserem usar a palavra passem o nome para a nossa assessoria.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Bom, Senador Paim, Senadora Regina e todos que compõem a Mesa, que eu cumprimento na figura da Rita Serrano, que é nossa Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas, eu queria mais uma vez parabenizá-lo por abrir esta Casa, que muitas vezes está de costas para o povo brasileiro e que contribui para a desconstrução de um processo democrático que deixou muitas marcas na pele e na alma deste País.

Para que o Brasil tivesse o direito ao voto e tivesse o direito de sentir que a ditadura estava tendo vítimas, isso foi fruto de um luto, nós tivemos muita dor, mas muita fé e muita alegria também na construção desta Nação chamada Brasil.

Portanto, nós estamos aqui, neste momento, com o Senado abrindo as portas para uma discussão que é absolutamente fundamental, um Senado que, como disse, nem sempre está coadunado com os interesses da população brasileira, até porque temos um Parlamento, penso eu, que tem uma precariedade muito grande na sua capacidade de representação do povo brasileiro, um Parlamento, ao que me parece, com um pacto de bengalas, de casacas e de cartolas, um Parlamento que nega a participação das mulheres, dos negros e de trabalhadores e trabalhadoras.

Então, eu queria dizer da minha alegria de estar aqui, neste momento, com essa discussão que faz parte da nossa própria história. Nós lutamos para que tivéssemos um Brasil público, um Brasil onde "a parte que te cabe neste latifúndio" não fossem as covas rasas faladas por João Cabral de Melo Neto, mas que nós tivéssemos o Brasil para os brasileiros e brasileiras.

Para isso nós precisamos de Estado. Não é verdade que há um Estado mínimo em curso neste País. É um Estado mínimo para o povo brasileiro, mas é um Estado máximo, generoso, farto, cheio de volúpia com a elite desta Nação. É um Estado que está absolutamente vinculado aos rentistas.

A PEC 241 é uma demonstração disso, ela é um desnudamento do Estado que eles querem construir, ou seja, um Estado mínimo para o povo brasileiro, mas um Estado farto, cheio de volúpia para a elite.

Veja que nós temos a limitação dos tetos dos gastos com políticas públicas, mas não há limite para os investimentos financeiros. E não é verdade que se está construindo um ajuste para se gastar o que se arrecada. Está-se construindo um ajuste para se limitar o gasto com as políticas públicas, independentemente de quanto se arrecada. Se se arrecadar muito neste País, se ele voltar a crescer – e penso que todos os grandes momentos de crescimento do Brasil foram a partir da condição do Estado como indutor do desenvolvimento econômico... Se nós analisarmos a diminuição do desemprego, o crescimento do Brasil, vamos ver que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Brasil cresceu e o desemprego caiu quando nós tivemos o Estado funcionando como indutor do desenvolvimento nacional e como instrumento de inclusão, instrumento estratégico desse desenvolvimento social e econômico.

Mas se o Brasil voltar a crescer muito, e se crescer bastante, nós não vamos poder ter este crescimento revertido em políticas públicas, porque estão limitadas pela variação da inflação do próximo período. Se a inflação representar 100, nós vamos ter 100 nas políticas públicas. Mas, se o Estado crescer e arrecadar 400, os 300 restantes irão para o sistema financeiro.

Nesse sistema financeiro, que lucra com o rentismo, com uma taxa de juros para cartão de crédito de 463% em setembro, fala-se de diminuição da Selic, mas não se fala que os juros reais estão crescendo. Os juros reais são maiores do que os que nós tínhamos durante o governo de Dilma Rousseff. Porque, se se desconta a inflação, nós vamos ter um juro real que está absolutamente robusto, atendendo ao rentismo, da mesma forma como nós temos uma taxa de juros para o comércio de quase 100% ao ano, uma taxa de 73% de empréstimo nos bancos.

Portanto, este Brasil é o Brasil que eles querem entregar para o rentismo. As estatais são fundamentais para que nós tenhamos outro desenvolvimento.

O processo que a Petrobras fez do conteúdo nacional é um dos exemplos de aposta neste País. É aquilo que Lula falava: "Nós teimamos e estamos sendo penalizados porque acreditamos no Brasil." Acreditamos que o Brasil não tinha que servir de tapete para ser pisoteado pelos países centrais e pelas elites que querem, cada dia mais, ampliar as suas cercas e cada dia mais ampliar o seu próprio lucro, em detrimento do próprio povo brasileiro.

Acreditar no Brasil é acreditar na Petrobras. Acreditar no Brasil é acreditar na Caixa, é acreditar no Banco do Brasil. O Banco do Brasil, que tem sofrido uma campanha em que se diz que o Banco gasta três bilhões a mais com folha de pessoal do que os outros bancos. Mas, ora, é o maior banco que nós temos. É o banco que está onde os bancos privados não entram.

Só no Estado de São Paulo, nós temos mais bancos do que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Porque ali estão os bancos públicos. Ali estão a Caixa, o BNB, o Basa, o Banco do Brasil. Portanto, há uma campanha em curso. E cada vez essa campanha está mais desnuda. Cada vez o fascismo está mais nu aos olhos do povo brasileiro. Cada dia ele beija de forma mais eloquente a nossa própria face. Nós temos ao mesmo tempo a PEC 241, e temos por volta de 30 bilhões de crédito subsidiado para a venda das nossas estatais.

Quando eles falam que é preciso retomar a confiança do mercado, que confiança é essa de um capitalismo que sempre cresceu à custa do próprio Estado? E continua crescendo à custa do próprio Estado. Nós estamos falando de uma confiança para vender as nossas empresas.

Vejam o que está acontecendo com a Celg! A Celg foi colocada à venda por mais de 2 bilhões, reduziram o preço em 1 bilhão e ela sofreu um investimento do Governo Federal, quando foi federalizada, por volta de 3 bilhões. Quem faz isso com a sua casa? Quem investe, reforma a sua casa, gasta 3 bilhões e depois a coloca à venda por 1 bilhão? É isso que está acontecendo.

Aí nós temos o absoluto descalabro de um representante do Governo em um programa de televisão dizer: "Não, nós não vamos ter dificuldade de vender o pré-sal, porque o pré-sal dá lucro." Vejam, é cinismo. Então nós vamos vender o que dá lucro, porque o que não dá lucro fica para o Estado. E fica para o Estado sem que o Estado possa investir. Portanto, vão aumentar as desigualdades sociais e as desigualdades regionais. Por isso a importância das empresas públicas, que muitos querem pintar com as tintas do corporativismo.

E nós queremos dizer: empresa pública é para o Brasil. Essas empresas, a Caixa, o Banco do Brasil, que são seculares, essas empresas... A Petrobras foi fruto da mobilização do povo brasileiro. O povo brasileiro foi para as ruas na década de 50 para dizer: "O petróleo é nosso." E quando nós descobrimos o pré-sal, o pré-sal é entregue de bandeja. E aí se vende Carcará por um preço médio de um barril, equivalente ao preço de um refrigerante. Isso está acontecendo. É o nosso País. E vende para uma estatal norueguesa. Ou seja, entrega-se o patrimônio para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

outra estatal que não pode existir neste País.

Portanto, nós vamos ter que resistir. E nós sabemos resistir, porque nós enfrentamos essa mesma agenda, durante oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, e conseguimos fazer com que este Brasil sobrevivesse e apostasse na sua própria igualdade e na sua própria condição de país grande e de país a ser colocado de pé.

Por fim, quero dizer que eles têm muita pressa, muita pressa. E sabem por que eles têm pressa? Por que eles chamam uma reunião para instalar a PEC 241, às 17h49, para que ela se realize às 18h, em um dia sem Parlamentares na Casa, sem Deputados e Deputadas na Casa, sem matéria deliberativa? Porque eles não querem que a população entenda o que está sendo colocado em jogo. Eles não querem que a população entenda que nós vamos ter 20 anos de congelamento das políticas públicas e de fartura para rentistas e banqueiros. Eles não querem que a população entenda que nós – nós! – temos que resistir a um processo de ataque às nossas empresas, particularmente, à Petrobras, ao Banco do Brasil e à Caixa. Eles não querem que a população entenda o que está sendo decidido das suas vidas nesses tapetes verdes e nesses tapetes... Sempre tapetes! Tapete verde, tapete azul, mas sempre tapetes; longe do povo brasileiro.

E nós estamos aqui para dizer que tem razão Bismarck: se o povo soubesse como se constroem as salsichas e as leis, ficaria indignado.

Vamos resistir, porque nós acreditamos neste País. É por amor a ele que seguimos em fileira, e é por amor a ele que nós construímos este comitê para dizer: se é público é para todos, e este Brasil tem que ser para todos, e não apenas para aqueles que sempre se locupletaram da riqueza desta Nação em detrimento do povo brasileiro.

Parabéns, Rita! Parabéns a todas e a todos que compõem a Mesa. E, mais uma vez, parabéns ao nosso sempre Senador, quiçá Presidente da República, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Erika Kokay. Você sabe que a minha marca é a de legislador; não há jeito. Eu adoro ficar no Legislativo. Faço de coração e de alma, como você diz, este debate aqui no Legislativo.

Neste momento, nós vamos para o Plenário.

Passo a palavra, de imediato, a João Gilberto Martins, do Sindicato dos Petroleiros, primeiro inscrito.

Você fala daí mesmo?

O SR. JOÃO GILBERTO MARTINS (*Fora do microfone.*) – Falo daqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só aperte o botão – acende-se uma luz verde.

Quem quiser usar a palavra, será na sequência dele.

O SR. JOÃO GILBERTO MARTINS – Bom dia a todas e a todos.

Meu nome é João Gilberto. Eu estou diretor do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Petroleiros, e a gente tem vindo a Brasília constantemente em uma luta em defesa da Petrobras e do que é público. Junto com o companheiro Moraes e outros companheiros petroleiros, a gente está fazendo aqui um embate, como foi dito pela Parlamentar, contra os absurdos da entrega do que é público neste País; contra o projeto de desmonte da Petrobras, que é a única fomentadora de desenvolvimento social que neste País ainda existe. Se há um instrumento que pode fazer política de desenvolvimento social neste País, é a Petróleo Brasileiro S.A.

A gente tomou uma bordoada agora: foi aprovado o 4.567, que se originou do 151, que saiu deste Senado, desta Casa, e que visa tirar da Petrobras a condição de operadora única do pré-sal, o que é um absurdo. Não há controle. Hoje as pessoas podem ver as notícias de que a ANP está investigando duas multinacionais por malversação e má informação sobre lucratividade e produção de petróleo, ou seja, não temos garantia hoje de que o que é produzido pelas multinacionais é verdadeiro. Estão lesando o País, sem falar que vão tirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dinheiro da educação e da saúde deste País, tirando a Petrobras de única operadora do pré-sal.

Há outras coisas que não estamos vendo. Por exemplo, a imprensa está notificando que a Petrobras, no passado, investiu numa refinaria no Japão, pagando US$350 milhões. Hoje o Sr. Parente a vendeu por cento e cinquenta e poucos milhões de dólares. Não é só o absurdo do preço de garrafa de água pelo que se vendeu o Carcará. Há um PNG apresentado pelo Sr. Parente que visa atrofiar a empresa no sentido de que ela não faça os investimentos necessários para a geração de empregos neste País. Esse PNG diz que a Petrobras vai ser prioritariamente uma empresa que vai focar em hidrocarboneto e petróleo, mas principalmente em gás. O futuro da Petrobras é gás. Eu perguntei, numa reunião que tivemos com eles: a Petrobras vai ser uma empresa de gás? O que vocês me dizem sobre Farfan e Moita Bonita? São cinco bilhões de barris descobertos no Estado de Sergipe; e não é no pré-sal, é no pós-sal. Temos uma Bolívia de gás em Moita Bonita que dá para sustentar todo o Norte e Nordeste do País com gás, ou seja, energia limpa, e podem até exportar para a Região Sudeste. Isso não faz parte do PNG da Petrobras, o que significa dizer o quê? Se eles não colocam no PNG, no plano de negócios da empresa, é porque eles pretendem vender. Então, é lesa-pátria. Estão querendo vender também várias empresas: a Fafen, que trabalha com a parte de fertilizantes; querem vender as empresas que trabalham com biocombustível. E o pior de tudo é que o Sr. Pedro Parente responde a processo na Justiça por má versão, na época do governo Fernando Henrique, como ministro do apagão, que prejudicou a Petrobras.

Então, parabenizar as pessoas que estão criando esse movimento "Se é público, é para todos", e dizer que temos de ir às ruas para informar a população.

O Senador Paim sabe qual é a hospitalidade do Rio de Janeiro, que está sempre aberto na hora em que quiser. Senador, acho que é o momento de voltarmos à rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou até à praia. Dá para conhecer uma colônia de pescadores.

O SR. JOÃO GILBERTO MARTINS – O senhor foi muito bem recebido.

Então, acho que é momento de voltarmos a fazer isto, Senador: irmos às ruas. No Buraco do Lume, os Parlamentares de esquerda sempre estão lá conversando com a população, porque está acontecendo algo neste País – quem é da nova geração pegou muito pouco. Eu estou com cinquenta e poucos, mas consegui ver alguma coisa da época da ditadura. Há duas coisas para as quais eu me atento: a primeira é a forma como esta Casa, ou seja, o Congresso Nacional, está tratando a população. Nós estivemos aqui, na votação do 4.567, e fomos muito maltratados na Câmara.

Ontem, ao tentar entrar aqui no Senado para passar no gabinete do Lindbergh, eu estava com este adesivo "Fora Temer – Todo o petróleo é nosso", e o segurança queria, porque eu estava com uma mochila, que eu deixasse os adesivos que estavam dentro da mochila. Eu disse: "Não, cara, isso é particular meu. Eu não vou te dar isso". Ele: "Então, você não vai ter o direito de entrar". Eu falei: "Qual a lei que me proíbe de entrar?" (*Palmas.*)

Aí, joguei na cara dele: "Olha só, cara, você é um funcionário público, quem paga seus salários sou eu, cidadão que trabalha. Desconto Imposto de Renda para pagar o seu salário e desses Parlamentares que estão aí. Isso é um absurdo!" Protestei, estava eu e o companheiro Marcos, que está ali atrás, e não nos deixaram entrar. Mas vi algo a que temos de ficar atentos: ao vir para cá, do hotel para cá, nós viemos de ônibus. Duas pessoas olharam e falaram: "Vocês têm mais desses adesivos?" Pediram. Significa que a população está atenta ao que está acontecendo neste País e não concorda.

Então, acho que é o momento de construirmos esses fóruns e exigir, de forma democrática, desses que representam o povo, como você, Paim, e outros que estão aqui. É o momento de ir para a rua, chamar a população para construir um grande movimento cívico, paralisar este País e tirar esses canalhas de onde eles não deveriam estar. São usurpadores e não merecem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– Muito bem. Esse foi João Gilberto Martins, do Sindicato dos Petroleiros.

Agora é Dionísio Reis Siqueira, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O SR. DIONÍSIO REIS SIQUEIRA – O pessoal já falou bastante. Eu sou o Dionísio, Coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa.

Primeiramente, parabenizo a iniciativa do William Louzada, João Moraes, do Senador Paulo Paim, do Jair Ferreira.

Para a Maria Rita Serrano, eu queria pedir uma salva de palmas, antes de mais nada. (*Palmas.*)

Parece que essa mulher não dorme, porque é o tempo todo, tem iniciativa hoje, tem amanhã, é o tempo todo nessa defesa do público ser de todos.

A gente está falando aqui, o pessoal vai falando, vai batendo uma tristeza, estou vendo o pessoal dar uma esmorecida aqui, os empregados já estão nessa luta há bastante tempo, em defesa de uma Caixa 100% pública, uma conquista nossa, dos trabalhadores. Tudo que é público no País não nos foi dado por decreto, não é, Senador? Nós vivemos num país de golpes e de resistência. Desde a sua descoberta, os índios que aqui viviam tomaram um golpe e resistiram. Desde o começo, tivemos escravidão. Estamos falando das condições sociais do povo brasileiro, estamos falando de patrimônio público. Esse patrimônio foi construído não com decreto. Então, acho importante, para fortalecer um pouco neste momento em que falamos de tantas coisas, da fila de terror que há neste Senado, com esses projetos de lei, na Câmara dos Deputados, lembrar que os golpes não são de hoje. Os golpes vêm se sucedendo. Como vem se sucedendo também a resistência dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro, que conquistou tudo que nós temos. Se nós temos coisas a perder, Senador, é porque nós conquistamos na briga, na luta. Então, é importante chamar os trabalhadores, mostrar para eles a importância.

Hoje a gente vive um momento diferente na questão do conhecimento. Estavam falando da PEC 241, que mantém e aumenta o percentual pago em juros para os banqueiros – cerca de 45% do gasto público – e congela, em 8% do gasto, saúde e educação, que é o percentual atual. Congela e vai reduzindo, já que o restante vai crescer, certo? Qual o impacto disso para os jovens, para as crianças que estão hoje estudando? Qual o impacto disso para a saúde do povo pobre, mas também da classe média, que vai sofrer bastante com esse impacto?

Falando sobre como esse conhecimento, hoje, chega às pessoas – a questão da internet – e como é superficial isso, eu estava lembrando – falava isso vindo para cá com um taxista – que eu ganhei uma Barsa do meu pai. A importância da enciclopédia. Nós precisamos arranjar enciclopédias, precisamos mudar de algum jeito, estabelecer formas de passar o conhecimento para os trabalhadores, para o povo brasileiro, porque, com o conhecimento, esse povo vai resistir, e nós vamos ganhar essa briga de novo.

Então, eu só queria deixar aqui essas palavras, para ver se nós aumentamos essa resistência aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dionísio Reis Siqueira, bancário de São Paulo.

Agora, Laércio Silva, da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, diretor de Santa Catarina.

O SR. LAÉRCIO SILVA – O.k.

Bom dia a todos e todas.

Senador Paim, obrigado pelo espaço. Em seu nome, cumprimento toda a Mesa.

Eu queria fazer este debate, sobre a defesa das empresas públicas e de "o que é público é para todos" num outro viés: quando começamos a fazer esse debate, depois do golpe, nós nos remetemos à década de 90, ao processo de privatização. E eu acho que é correto fazer isso, fazer essa relação, mas é necessário que a gente faça algumas ressalvas. E são ressalvas no sentido de nos antenarmos ainda mais. Quais são?

Naquela oportunidade, o PSDB tinha um projeto de 20 anos de governo. E, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a entrega do patrimônio brasileiro estava desenhada para ser feita, mais ou menos, em duas décadas. Eles não combinaram com os russos – neste caso, nós –, e aí, em 2002, esse processo foi interrompido.

Eu comungo com aqueles que têm a ideia de que estão desenhando uma eleição presidencial, para 2018, esvaziada, do ponto de vista de conteúdo importante. Eles querem chegar a 2018 com as estatais privatizadas. Eles querem chegar a 2018 com a terceirização já estabelecida, com a CLT já rasgada. Então, é uma eleição, para 2018, oca, do ponto de vista do conteúdo, ou semioca.

Então, é necessário que nós façamos o comparativo para a década de 90, mas que nós tenhamos presente que a nossa resistência tem que se dar nestes dois anos. A forma com que eles vão fazer é muito mais intensa, é muito mais voraz.

E outra coisa que nós temos que levar em conta: nós temos um padrão organizativo, do ponto de vista da resistência, neste momento, com um pouco mais de dificuldade, novamente comparando com 1990. Então, nós temos que andar mais veloz e nos organizar muito mais rápido para fazer frente e tentar evitar esses 2 anos, esses 24 meses que há pela frente, que serão muito mais intensos do que a década de 90. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Paim teve que dar uma saidinha. Então, vou ficar aqui enquanto ele volta. Aqui é assim. Ele foi assinar algumas coisas ali também.

Obrigada, Laércio.

Agora é o Francisco Luiz Saraiva Costa, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Luiz Saraiva, sou diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), da CUT. Nós representamos também grande parte dos trabalhadores em distribuidoras, revendedores de derivados de petróleo, no Rio de Janeiro e em vários outros Estados.

Nós estamos aqui indignados, porque eles querem privatizar a distribuidora e todo o setor público exatamente para acabar com as políticas públicas para a grande população. Então, não só nós como toda a população brasileira vamos ter uma perda irreparável com todas essas privatizações, com as vendas das empresas públicas, porque eles estão querendo exatamente o que a Deputada Erika e todos os outros aqui que me antecederam nas falas demonstraram: acabar com o que favorece a população mais pobre do País, com o desenvolvimento do País, e trazer tudo simplesmente para o bolso dos que sempre usufruíram do nosso País, sem contribuir com nada, com o desenvolvimento do País. O trabalhador que está na ponta, os trabalhadores que distribuem esses produtos são os que movimentam a economia do nosso País, que fazem de tudo, e estão todos adoecidos.

Vimos como é grave o problema de terceirização, como é grave acabar com as políticas públicas. É para isto que nós estamos aqui: para dizer não e para dizer que, se é público, é para todos. Por isso, queremos aqui reverenciar o nosso Senador Paim, a nossa Senadora Regina Sousa, a Erika Kokay, a Rita Serrano e todos esses que fazem parte desse comitê, que é para realmente esclarecer a grande população. Tudo que está sendo transmitido aqui hoje é para que nós façamos chegar aos nossos trabalhadores, à nossa população, que eles querem colocar o País no bolso deles para render simplesmente para eles, e nós, como grande maioria da população, não vamos aceitar. Por isso é: Fora Temer! Não ao golpe! Tudo isso com que estão querendo acabar com o País faz parte do golpe, e nós não podemos aceitar. Por isso, nós estamos todos, mais do que nunca, muito unidos e em defesa de todas as empresas públicas do nosso País.

Obrigado.

Bom dia a todos.

Vamos a luta! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Francisco Luiz.

Eu teria que retornar para a Mesa, mas eu vou fazer uma intervenção rápida antes de devolver para vocês.

Primeiro, gente, quero dizer que os ataques são de todos os lados. Aqui debatemos muito segmentado, um dia é um, um dia é outro, um dia é outro. Então, acho que o nosso primeiro desafio é como unificamos isso. Por que aqueles meninos em Curitiba estão bravamente lutando, ocupando escolas, contra a mudança no ensino médio? O que estamos fazendo para ajudar aqueles meninos e meninas? Como unificamos isso? A mudança no ensino médio não diz respeito só a eles ou a elas; diz respeito a todos nós, que temos parentes. São filhos, netos, irmãos e companheiros de categoria que vão fazer ou que estão fazendo o ensino médio. É uma coisa em que nós temos que pensar.

O grande problema do nosso povo é que ele não compreende o que está acontecendo. Só ouve a Globo. E às vezes nem ouve, felizmente até.

Ontem eu estava discutindo com a minha companheira Francisca de Assis, bancária. Eu estava um pouquinho distante dela, discutindo sobre a PEC nº 241 e havia um rapaz do meu lado, caladinho, escutando. Quando terminamos o nosso debate, ele pediu: "Explique esse negócio direito." Quer dizer, ele não sabia o que era aquilo. Nós falamos sobre tanta coisa, e ele ouviu, o que pode acontecer, o que vai acontecer, o que está acontecendo, mas ele não sabia. Então, como vamos passar isso para o povão?

Nós pecamos, inclusive nos nossos governos, porque entregávamos uma casa popular, mas não ia um panfletinho dentro, dizendo como aquela casa chegou até ele, como foi possível viabilizar aquela casa. Nós não educamos as pessoas politicamente, mas está na hora ainda.

Precisamos unificar mais, porque o ataque à educação é o ataque a tudo. A PEC nº 241 atinge a educação. E já começou. Quer dizer, antes de ser aprovada, antes de valer, podem olhar, já mandou reduzir as vagas nas universidades. Alguém está sabendo disso? É a Portaria nº 20, dessa semana, de quinta-feira... Dessa semana. É a Portaria nº 20 que está mandando reduzir as vagas nos cursos de graduação. Mandou reduzir 78% nas vagas da universidade aberta. Isso significa que no ano que vem não deverá haver mais universidade aberta, a não ser para os que já estão matriculados. Dessas coisas, a população precisa saber, porque ela é beneficiária disso. Mas não sabe.

O Fantástico, no domingo, passou dez minutos falando das cotas. Para que é aquilo? É porque vem aí o fim das cotas. Desmoralizaram, falando mal. Em todo lugar tem fraude. Em todo lugar tem gente honesta e desonesta. Então, porque alguém fraudou a questão das cotas, pronto, é hora de acabar com as cotas! É aquela estória que o fazendeiro diz: matar a vaca para retirar o carrapato. Então, porque houve um defeito ou dois...

Nós precisamos dizer isso para a população. Precisamos unificar esse movimento e fazer cartilhas. A camiseta diz, mas é preciso dizer mais. E creio que o nosso panfleto não está ultrapassado, não. Tem que ser papel mesmo na mão das pessoas. Precisamos voltar para as ruas e fazer as nossas velhas radiocalçadas, aquelas coisas que nós sabíamos fazer. Está na hora de se fazer isso de novo, porque os ataques são os mesmos dos anos 90. E há o elemento rede social, que também ajuda muito. As notícias precisam ser viralizadas. Há uma coisa importante? Viralize esse troço para todos ficarem sabendo.

Essa era a contribuição que eu queria dar.

O piso do magistério. Como vai subir? Já havia um monte de gente contra. Agora caiu a sopa no mel. Os governadores são contra o piso do magistério, o piso salarial dos professores. E muitas outras coisas.

Ontem eu vi uma coisa e fiquei assim... Bolsa Família. O cara disse que uma pessoa beneficiária do Bolsa Família deu 75 milhões para um vereador. Quer dizer, isso é a coisa mais absurda. Primeiro que a lei não permitia essa doação de 75 milhões para ninguém. Para um vereador... Quer dizer, houve um erro de digitação, qualquer coisa lá na prestação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

contas do camarada. Aí já se espalha, porque o objetivo não é dizer a verdade. O objetivo é desmoralizar o Bolsa Família.

Então precisamos estar atentos a esses recadinhos. Às vezes só vemos o macro e não vemos que essas coisas pequenas vão construindo a destruição do Estado brasileiro. Então é preciso que façamos frente a isso. Não sei, acho que, de novo, é preciso voltar a uma frente que envolva todo mundo, que tenha os mesmos objetivos, porque, senão, vamos ser engolidos.

Obrigada. (*Palmas.*)

Há mais dois inscritos? (*Pausa.*)

Está encerrada a inscrição. Voltaremos à Mesa para as considerações finais. Há o Leonardo Quadros, da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo (Fetec/SP).

Onde está o Leonardo?

O SR. LEONARDO QUADROS – Aqui. Bom dia, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Falei da Francisca de Assis e você nem viu que ela estava aqui. (*Risos.*)

Fizemos um debate público, porque estávamos um pouco distantes uma da outra, e o rapaz depois veio me pedir para explicar direito para ele.

O SR. LEONARDO QUADROS – Obrigado, Senadora.

Bom dia a todos.

Parabenizo por esta iniciativa, mais uma do Comitê em Defesa das Empresas Públicas, sob a coordenação da Rita. Agradeço pelo espaço que o Senado Federal está nos proporcionando.

Lembro que, no ano passado, estivemos aqui no Senado Federal, desde o início do ano – não é, Rita; não é, Jair? – buscando a manutenção da Caixa como empresa 100% pública. Naquela oportunidade, buscamos os Parlamentares progressistas, principalmente os Deputados e Senadores do PT e dos partidos aliados – PCdoB, PSol. Na ocasião, conseguimos a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Caixa 100% Pública. Foi uma iniciativa muito importante, na ocasião, para que pudéssemos colocar este debate para a sociedade, o debate da importância da Caixa como empresa pública, do papel que a Caixa desenvolve na sociedade. Com certeza, isso foi muito importante para que tivéssemos, depois, em um segundo momento, condições de fazer o debate do PLS 555.

Quero falar justamente isto: a importância de fazermos esse debate na sociedade e travá-lo nos meios de comunicação que estão ao nosso alcance.

Aqui, temos vários representantes de sindicatos, federações e centrais, e cada uma dessas entidades tem uma imprensa, e uma imprensa que fala aos trabalhadores da categoria. No entanto, precisamos falar não só aos trabalhadores da categoria, mas mais além. Acho que o nosso grande desafio é, como a Senadora falou, articular essa nossa campanha além da nossa pauta corporativa, que é importante. Como é que conseguiremos envolver a sociedade, mostrando que o papel das empresas públicas é importante para democratizar serviços, democratizar o acesso a alguns aspectos de cidadania das pessoas? Como articular isso com outras lutas que estão sendo travadas hoje? Ontem, por exemplo, estávamos em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em atos contra a PEC 241, que está intimamente ligada a esse projeto de desmonte do Estado. Então, acho que cada um de nós é militante e sabe que esse papel precisa ser desempenhado.

Acho que essa campanha é um belo ponto de partida para podermos unificar bandeiras e unificar nossa luta, colocando esse debate para a sociedade.

Era isso, Senadora, obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Leonardo.

Vamos ouvir o último inscrito, Belmiro Moreira, do Sindicato dos Bancários do ABC.

O SR. BELMIRO MOREIRA – Bom dia a todos!

Quero aqui parabenizar pela iniciativa o Senador Paulo Paim; parabenizar o Comitê em Defesa das Empresas Públicas, a Fenae, a FUP, a Rita Serrano; parabenizar também o companheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Willian, do Sindicato dos Bancários de Goiás; e dizer que este debate que nós estamos fazendo aqui, hoje, é importante, vem acontecendo em várias regiões do País, coordenado pela companheira Rita Serrano, envolvendo não só os trabalhadores, mas também os Parlamentares e vários setores da sociedade. Porém, nós, que representamos os trabalhadores, no nosso caso os bancários – e temos aqui outras categorias também –, precisamos dar um passo adiante, e esse passo adiante vem num momento em que estamos sofrendo uma série de ataques: ataque aos direitos dos trabalhadores, retrocessos em políticas públicas, políticas de inclusão social. E defender as empresas públicas é fazer com que esse debate sobre a importância de cada setor, de cada empresa seja levado para as pessoas, para a população de uma forma geral. E nós, como representantes dos trabalhadores, temos esse desafio.

É fundamental estar aqui no dia de hoje; é fundamental realizar atividades em várias regiões do País, mas nós precisamos começar a fazer atos e levar para cada pessoa, para a população de uma forma geral o que está acontecendo, neste momento, no Brasil. É um retrocesso, com retirada de direitos, o que constitui um atraso que vai afetar a vida não só desta geração, mas a vida de gerações que estão por vir. Afinal de contas, a PEC nº 241 congela gastos públicos, mas congela algo que é fundamental para a maioria das pessoas, dos trabalhadores, a valorização do salário mínimo e investimentos na saúde e na educação.

Por isso eu quero, aqui, parabenizar, mais uma vez, a iniciativa do Comitê, a abertura aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado, o apoio do Senador Paulo Paim, da Senadora Regina Sousa e dizer que contem com a gente. Nós vamos estar juntos nessa luta e vamos levar a cada pessoa, envolvendo a sociedade de uma forma geral, a defesa das empresas públicas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Belmiro.

Nós estamos aqui com a Senadora Fátima Bezerra, uma lutadora nesta Comissão pelas causas dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores da educação. (*Palmas.*)

S. Exª vai usar da palavra agora, mas, depois, eu retorno à Mesa, para podermos fazer os encaminhamentos finais.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero, inicialmente, dar o meu bom-dia a todos, saudando a Senadora Regina; o Moraes, representando aqui a nossa gloriosa Federação Única dos Petroleiros; o Jair, da Fenae; os empregados da Caixa; o Louzada, dos bancários; e a Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas.

Quero saudar cada um e cada uma de vocês e dizer da importância da Comissão de Direitos Humanos da nossa Casa, presidida por dois bravos companheiros, dois grandes lutadores, que são o Senador Paim e a Senadora Regina, a importância que tem esta Comissão abrir as suas portas para fazer o debate sobre o momento político que o País vive, um momento sombrio, em que um governo ilegítimo, usurpador, rasga a Constituição e vem desferindo uma agenda de retirada de direitos, de ataques cruéis aos direitos tanto no campo trabalhista como no campo previdenciário.

Como se não bastasse tudo isso, o desmonte a que nós estamos assistindo, a começar pelo ataque às nossas estatais, instituições como a Caixa Econômica, como o Banco do Brasil, nossos bancos regionais, instrumentos fundamentais de fomento, de apoio ao desenvolvimento econômico e social, a Petrobras, por tudo que ela simboliza para o povo brasileiro, como uma empresa estratégica fundamental, decisiva para um projeto de nação, de caráter inclusivo, um projeto que aposta no desenvolvimento nacional, na indústria nacional.

Então, é um momento muito sombrio, repito, porque nós estamos assistindo, numa velocidade muito forte, ao desmonte, de um lado, do Estado do bem-estar social, através da PEC 241, e, de outro lado, ao desmonte da soberania nacional, ao desmonte do patrimônio nacional, com as medidas legislativas voltadas para privatizar, para flexibilizar, para vender o Brasil! Nós estamos assistindo à venda do Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu confesso, Moraes, que, quando a Câmara, recentemente, aprovou o projeto de lei do hoje Ministro das Relações Exteriores do Governo golpista e ilegítimo que está aí, o Sr. José Serra, quando a Câmara aprovou, recentemente, o projeto de lei que destrói o marco regulatório da exploração do pré-sal, aprovado há dois anos, quando, em 2014... O marco regulatório, aquilo de mais valioso que ele tem é o conteúdo nacional, é garantir ao povo brasileiro, através daquela legislação, que essa riqueza extraordinária, que é o pré-sal, fique com o povo brasileiro, riqueza essa, diga-se de passagem, descoberta graças à seriedade profissional, ao preparo dos servidores, dos engenheiros da Petrobras.

Então, naquele dia, quando a Câmara, Senadora Regina, aprovou o projeto do Ministro entreguista José Serra, eu confesso, Senadora Vanessa, que me deu uma dor muito grande no coração. Até porque, naquela mesma noite, vieram-me à cabeça lembranças de uma outra noite, que foi aquela noite memorável, quando, naquela mesma Câmara dos Deputados, nós havíamos aprovado o projeto de lei que resultou na Lei nº 12.358, que era o marco regulatório da exploração do pré-sal, às 2h da manhã, exatamente, que traz a Petrobras como operadora preferencial, traz o conteúdo nacional, e aquilo que aquela lei tinha de mais inovador, que foi a sacada que a Presidenta Dilma teve, que o movimento social teve, de carimbar aqueles recursos. Até porque aqueles recursos são finitos. Disseram que 75% desses recursos iriam para a educação e outros tantos para a saúde. E carimbar, por exemplo, que 50% do fundo social do pré-sal iria para a educação. Uma sacada extraordinária, porque, pensar no montante de recursos extraordinários que o País teria a partir da descoberta do pré-sal, com o marco regulatório como era aquele, que priorizava a participação da Petrobras, significava o quê? Significava darmos passos muito mais ousados ainda para construir um novo ciclo de expansão e fortalecimento da educação brasileira.

Em 13 anos de governo do PT, com Lula e Dilma, demos passos importantes no campo do direito à educação do povo brasileiro, mas nós temos um passivo muito grande nessa área porque, repito, a riqueza do pré-sal, associada àquele marco regulatório aprovado na época, renovava a nossa esperança de realizar uma das agendas mais importantes para o Brasil, que é exatamente a agenda do novo Plano Nacional de Educação.

Então, quero, concluindo, Senadora Regina, dizer que eis que, de repente, essa agenda nos é retirada. E agora, o que temos é a agenda do retrocesso, não é? Ou seja, destroem o marco regulatório da exploração do pré-sal, apresentam a PEC 241, que é a proposta que quer congelar os gastos na área social pelos próximos vinte anos, uma proposta de emenda à Constituição que vem na direção, repito, de impor um dos maiores retrocessos ao povo brasileiro, pelo quanto essa PEC significa de negar ao povo brasileiro direitos fundamentais, como o direito à educação, como o direito à saúde etc.

Então, esta audiência, repito, tem que ser saudada por todos nós, porque ela faz parte da trincheira de lutas. Nós não vamos baixar a cabeça, não vamos, de maneira nenhuma.

E quero dizer aos trabalhadores, aos servidores das estatais do nosso Brasil que vocês não estão sozinhos, de maneira nenhuma. Vocês cumprem um papel muito importante no Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras, demais instituições. Vocês não estão sozinhos de forma alguma, repito, porque nós temos que lutar bravamente na defesa das estatais, pelo caráter público que elas têm, pelo caráter de responsabilidade social que elas têm, pelo caráter fomentador do desenvolvimento nacional que elas têm.

Neste momento, claro que nós temos que unir forças para ter como alvo central a derrubada da PEC 241. Essa PEC não pode prosperar de maneira nenhuma. É a PEC da desigualdade, é a PEC do retrocesso. E essa PEC vai cair porque a máscara do governo golpista está caindo.

Essa história de querer vender para a opinião pública de que é preciso aprovar congelamento de gastos para reorganizar a economia, para trazer o emprego de volta, isso é falácia, é fraude, é mentira! Até porque a crise na economia não advém de crescimento de despesa no setor público. Muito pelo contrário. A crise na economia advém, todos nós sabemos, da crise internacional que começou em 2008 e os reflexos dela aqui no Brasil, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

queda do crescimento econômico, a queda da receita.

Portanto, reorganizar a economia do nosso País não passa por esse veneno que eles estão defendendo que é congelar os gastos em áreas fundamentais como educação e saúde. Isso significa inviabilizar o Plano nacional de Educação, isso significa inviabilizar o SUS, isso significa inviabilizar todas as políticas sociais do nosso País, que ainda tem muito de desigualdade.

Então, Senadora Regina, nossa saudação, dizendo aos companheiros e companheiras que estão nos escutando que nada de baixar a cabeça. Muito pelo contrário. A luta está apenas começando, e eu não perdi a esperança, de maneira nenhuma, de que esse movimento contra a PEC 241, esse movimento em defesa das estatais está crescendo, vai crescer mais ainda, e nós vamos derrotá-los.

Parabéns pela audiência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Vanessa Grazziotin também vai usar da palavra; depois volta para vocês da Mesa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Primeiro, quero cumprimentar V. Exª, Senadora Fátima, vários Senadores que por aqui já passaram, todos os companheiros e companheiras, trabalhadores...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Paim, que é o requerente. Só que ele deu uma saidinha porque hoje está rodando muita coisa por aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Cumprimento os representantes de trabalhadoras e trabalhadores, não só os que estão à mesa, mas também todos os que estão participando desta audiência, e a Comissão de Direitos Humanos. Sem dúvida nenhuma – muitos de vocês devem acompanhar –, esta Comissão tem sido a verdadeira representante dos movimentos populares, sociais, de trabalhadores e trabalhadoras do País.

Esta Comissão inicia o seu trabalho – chegou aí o seu Presidente, o Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já estava aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ela já informou isso. Disse que o senhor estava rodando.

Esta Comissão começa a trabalhar na segunda e acaba na segunda, ou seja, trabalha de segunda a segunda.

Sem dúvida nenhuma, Senador Paim, eu posso falar, não sou integrante, não sou membro permanente da Comissão, mas sempre estou aqui – sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já é cadeira cativa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque é aqui que se travam os grandes diálogos. Então, receba meus cumprimentos. Sei que esse é um grande esforço do Senador Paim e de todos aqueles que integram a Comissão, como a Senadora Regina.

Hoje estamos aqui debatendo um tema muito importante, apesar de o foco serem as empresas públicas, mas o tema é a crise política, a crise econômica. Eu não separo a crise econômica da crise política. Portanto, poderíamos passar aqui semanas e semanas, meses e meses debatendo esse assunto.

Quero apenas pedir permissão à Senadora Fátima para assinar embaixo de tudo que ela falou. Fazendo assim, diminuo, resumo muito a minha participação.

Primeiro, temos que ter claro que temos a obrigação de mostrar ao Brasil, mostrar ao povo brasileiro o que de fato está em curso no Brasil. Uma boa parte da população, a maioria da população, até pouco tempo, aprovava a saída da Presidenta Dilma, porque via nela a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

figura responsável por todos os males que acometem o nosso País, viam nela, porque assim a imprensa divulga, a culpa pela crise econômica, pelo desemprego, por uma série de questões difíceis por que passa o País. Aliás, não só o Brasil, a maioria dos países do mundo passa pela mesma crise que estamos vivendo. Aliás, a crise é do capitalismo e eles conseguem colocar no colo das esquerdas da maior parte dos países do mundo o problema da crise que é deles, que eles construíram. Infelizmente, olhem a situação que estamos vivendo! O fato é que a população apoiava a saída dela. Por outro lado, nunca apoiou a entrada de Temer. Até hoje, não tem bem claro o que está acontecendo.

Então, a nossa obrigação é mostrar isto ao povo brasileiro: por que tiraram a Presidenta Dilma, sabendo que ela não cometeu crime nenhum, sabendo que a responsabilidade pela crise não é dela. Por que tiraram? Porque eles têm um outro caminho, eles querem colocar o País num outro caminho, que não o caminho que vinha sendo colocado até agora, nesta última década.

O caminho teve muitos erros, mas muito mais acertos do que erros. A Petrobras cresceu muito, enquanto eles venderam ações da Petrobras no sentido de privatizá-la. O Governo fortaleceu a Petrobras. O Governo teve a coragem, com apoio unânime do Congresso. E veja, apoio unânime, eles eram contra e tiveram que votar a favor do novo marco regulatório para o pré-sal. Por quê? Porque ele prioriza, privilegia o Estado brasileiro e a gente brasileira. Tudo isso está em risco. O que eles querem não é só tirar os 30% da Petrobras, esse é apenas o início de um longo caminho que eles querem trilhar. O que eles querem é entregar essa nossa reserva para as estrangeiras. O que eles querem é privatizar a Petrobras, e eu aprendi – não sou da área, mas aprendi desde menina – que a gente luta em defesa dessa empresa, porque sabe o seu papel e a sua importância para o processo de desenvolvimento nacional e, sobretudo, para a educação, que nesse setor a empresa tem que atuar, em vários segmentos, não pode só refinar ou prospectar, não, ela tem que ser integrada, senão ela não suporta a concorrência internacional. Eles sabem disso melhor do que a gente, mas eles não querem que a Petrobras, como empresa estatal, tenha condições de competir nesse mercado internacional.

É lamentável, está na nossa pauta aqui, Senador Paim, uma medida provisória que privatiza parte importante do sistema elétrico brasileiro. O que vão fazer com o meu Estado vai ser o maior crime – espero que não façam –, vai ser o maior crime, porque vão querer privatizar a empresa de distribuição de energia elétrica. Ótimo! Manaus é uma cidade, um centro lucrativo para qualquer empresa que queira se instalar, de geração, de distribuição de energia, de petróleo, de comércio, de tudo. É um grande centro, uma cidade com mais de dois milhões de habitantes. Mas, e o interior do Estado? E aqueles Municípios como São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Atalaia do Norte? Quem vai pagar a distribuição de energia? Qual a empresa que vai querer ter prejuízo distribuindo energia nesses interiores?

Então, vejam, essa visão de Brasil está sendo deixada de lado, sendo substituída por uma visão de interesses particulares, interesses dos ricos, interesses dos poderosos.

A Senadora Fátima falou da PEC 241. O que vai sofrer não é apenas o segmento social não; o que vai sofrer é a infraestrutura do Brasil, porque também na infraestrutura os cortes virão, e virão fortes.

Agora, peço às senhoras e senhores do próprio Governo que mostrem para a nossa gente qual o país que se desenvolveu sem a mão do Estado. Qual é o país? Nenhum, nenhum! Mas eles não querem que nos desenvolvamos não, porque eles estão mudando a política internacional. De um país multifacetário do ponto de vista das relações internacionais, voltaremos a ser aqueles subservientes aos norte-americanos. É isso que eles querem.

Então, nós temos o dever e a obrigação de mostrar isso à população, mostrar que, quando um doente adoece, a dose do medicamento tem que estar certa, porque, se estiver errada, é letal. E eles estão aplicando para as estatais, principalmente, uma dose letal de medicamentos. Desmoralizam primeiro para, depois, justificar a privatização. Está errado isso. E precisamos resistir. Precisamos mostrar à opinião pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Escrevo um artigo para a *Folha de S.Paulo,* e é exatamente no dia de hoje que o artigo é publicado. Falo novamente da PEC 241. Adoraria falar de outras coisas, do Nobel de Literatura, Bob Dylan, de coisas importantes, boas, mas como falar disso se temos aqui um projeto dessa magnitude e importância? Não tem como. Não tem como! E o título qual é? "O porquê da pressa".

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostei da lembrança de Bob Dylan. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas ontem houve um artigo de Bob Dylan. "O porquê da pressa", esse é o título. Qual o porquê da pressa? Por que está tudo correndo? Por que fazer um ajuste fiscal através de emenda à Constituição? Por que um ajuste fiscal de 20 anos? Que país é esse? Que subserviência é essa?

Então, eles estão percebendo. Ontem, houve pancadaria no Estado do Rio de Janeiro. E pancadaria por quê? Porque o povo está nas ruas.

Eu fiquei impressionada, Senador Fátima, eu não estava lá, porque não fui comunicada, mas vi nos jornais, no dia seguinte, a manifestação, puxada pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas, o Ifam. O Fernando Henrique havia acabado com ele, foi ressuscitado e novos, e novos, e novos surgiram no Brasil inteiro.

Então, este é o nosso desafio: mostrar ao povo que esse golpe tinha um objetivo, e o objetivo não era apenas substituir a Dilma pelo Temer; o objetivo quem disse foi o Jucá. O povo não deu muita bola, mas o Jucá disse, em poucas palavras, o que eles iriam fazer. Precisavam de um período assim, de uma pausa na democracia. Como foi dito pelo Lewandowski, ex-Presidente do Supremo que dirigiu a sessão de julgamento da Presidenta Dilma, foi um tropeço na democracia para fazer o que eles estão fazendo, porque um governo eleito não faz isso! Um governo eleito não atenta contra os direitos dos trabalhadores!

Mas aí dizem: "Precisa, porque a Previdência vai falir; precisa, porque o Estado brasileiro não tem mais dinheiro". Mas, espera aí: como é o orçamento? Não enganem o povo, não! Mostrem o orçamento. Mais de 45% é rolagem da dívida, pagamento de serviços da dívida, pagamento de juros.

E qual é o limite dessa PEC para o sistema financeiro? Zero! Zero!

Qual a atitude do Governo diante dos juros de 470% do cartão de crédito? Zero!

Qual é a atitude do Governo diante dos juros de quase 40% para o crédito consignado, ou seja, aquele que não tem risco algum? Juros de 30% para risco zero, para uma inflação que não chega a 8%. E qual a atitude do Governo? Zero!

Então, não dá!

Parabéns, Senador Paim e todos os senhores aqui presentes, pela resistência e, sobretudo, parabéns à Comissão de Direitos Humanos.

Eu fui informada de que perdi a votação na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu sou titular, mas eu não poderia deixar de vir aqui neste momento tão delicado, neste momento em que nós precisamos unir as nossas forças, porque eu enxergo, logo ali, uma grande possibilidade de nós trazermos a maioria do povo brasileiro para resistir a essa política de venda da Pátria, de retirada dos direitos do povo e de retirada dos direitos dos trabalhadores.

Então, meus parabéns!

E quero lembrar que a nossa luta começa já nesta semana na votação contra a medida provisória que inicia a privatização do sistema elétrico brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin!

Neste momento, a palavra volta à Mesa.

De imediato, concedo a palavra ao representante do Sindicato dos Petroleiros, João Gilberto Martins.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos esses já foram?

Então, agora, com a palavra o Sr. João Moraes, Diretor da Federação Única dos Petroleiros.

O SR. JOÃO MORAES – Senador Paim, que preside a nossa Mesa e a Comissão de Direitos Humanos; Senadora Fátima Bezerra, que tem feito um diálogo importante da questão da educação com a questão da energia – e que bom! Que junção perfeita, Senadora! –; Senadora Vanessa, que chegou ainda há pouco e fechou a sua intervenção aqui, é preciso que a gente ainda... Eu iniciei aqui, Senadora Fátima, tentando dar um olhar amplo sobre essa questão, porque a gente se reúne nesse Comitê, puxado pelos meus irmãos bancários – e nós, petroleiros, estamos muito felizes de estarmos juntos nessa empreitada –, porque ele possibilita uma unidade para enfrentarmos o atual momento.

Eu conversava aqui, antes do início dos trabalhos, com o Senador Paim sobre a importância de nós nos unirmos, de nos colocamos como interlocução da resistência que virá – e virá inexoravelmente. Porque a agenda do retrocesso é muito violenta. Eles querem, numa tacada só e nesses poucos meses, como dizia a Senadora Vanessa, destruir os avanços sociais dos governos do PT, eles querem destruir os avanços sociais da Constituinte de 1988 e chegam à ousadia de tentar destruir os avanços da Era Vargas! É essa a agenda, uma agenda de 70 anos de retrocesso!

As 600 escolas ocupadas hoje pela meninada são pouco diante do que virá. Agora, qual é o desafio? O desafio é que essa resistência não se dê de maneira desorganizada, porque, senão, fica muito fácil para eles.

Nós assistimos a eles conseguirem virar a agenda de 2013, que era uma agenda progressista. A agenda era progressista, mas eles conseguiram, primeiro, nacionalizar um debate que era local: a questão da mobilidade urbana. Conseguiram nacionalizar. E, depois, dar a ele um caráter conservador que não existia na sua origem. Agora, o que foi fundamental para esse êxito da mídia? A história de vetarem as manifestações com bandeiras, de vetarem a participação dos partidos, de vetarem a participação das organizações sociais. E aí virou uma imensa massa acéfala. Ficou fácil para eles.

Então, o nosso desafio, neste momento, é construir a unidade e a resistência necessárias para que não aconteça o mesmo agora.

Sabe, Rita, no campo das proposições... E quero aproveitar aqui a presença das nossas Senadoras. Aliás, as mulheres têm presença em massa aqui, não é, Senador Paulo Paim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO MORAES – A revolução virá pelas mulheres. Acho que cada vez isso fica mais claro, pois elas têm dado uma grande contribuição. Quem coordena o nosso comitê aqui é a companheira Rita, e por aí vai.

Eu quero aproveitar a presença das senhoras para colocar exatamente onde está o momento conjuntural para o passo seguinte. E aí, Rita, eu queria fazer uma proposta, aproveitando a presença de muitas lideranças bancárias e a capilaridade que tem o movimento bancário, que vem de mais de 30 dias de greve e está presente em todo o País, em todos os Municípios. Que nós transformemos as ações do nosso comitê, Rita, de agora em diante. Por exemplo, que nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas possamos denunciar todo esse caráter do golpe. Porque o próximo passo deles vai ser a desmoralização, a tentativa de desmoralizar as nossas organizações, de desmoralizar a FUP, a Fenae, os nossos sindicatos, a CUT, as nossas centrais. O que eles querem, a pressa toda é para que, quando a reação do povo vier, venha de uma maneira acéfala, venha sem nenhum caráter de consequência nas instituições. E aí fica fácil para a repressão.

Então, é muito importante que consigamos dar esses passos, primeiro, na defesa das nossas organizações, na defesa dos nossos militantes, porque vai haver claramente a tentativa de destruir tudo isso para que não consigamos reagir. Eu acho que a ligação entre as organizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sociais e os companheiros que nos representam aqui, as companheiras aqui no Parlamento, tendo a Comissão de Direitos Humanos à frente, assim como lá na Câmara, e assim por diante, vai ser absolutamente fundamental.

Agora, eu ainda queria fazer um diálogo, Senador Paim, sobre a questão da economia. Eles apresentam essa agenda negativa como uma questão inexorável sob o ponto de vista da economia. Então, eu ouso entrar aqui na seara dos meus companheiros bancários. Não é verdade que é inexorável a PEC 241 e os outros retrocessos, porque, diferentemente da dívida atual, da dívida dos anos 80, que era uma dívida eminentemente externa, hoje, a dívida é interna. É completamente diferente. Quando se trata de dívida interna, o debate é na sociedade brasileira, dialogando um pouco com essa questão, quando o rentismo se apropria todos os dias de tudo que se produz neste País. Então, esse que é o debate.

Em 2002, o Brasil tinha US$37 bilhões em reservas externas, uma boa parte, inclusive, de um cheque especial do FMI. Hoje são quase US$400 bilhões de reservas. Como é que um país que tem US$400 bilhões de reservas está quebrado, para impor um retrocesso de 20 anos? Vamos olhar em relação ao percentual: a dívida externa era, em 2002, 560% das nossas reservas. Hoje não chega a 100%. São situações completamente distintas.

Eu poderia ficar aqui desfilando inúmeros outros números. Então, não é a desculpa da economia, é a desculpa de utilizar a economia para impor a entrega do patrimônio público, o aniquilamento do Estado. E aí eu dialogo porque o Estado rentista não é o conceito de Estado. O Estado voltado para meia dúzia, para as elites, não é um Estado. É supostamente um Estado que vem para roubar do pobre, o Robin Hood, e dar para quem já tem muito. Então, sobre o conceito de Estado, não dá para dizer que isso que eles estão fazendo é um Estado. Na verdade, é se apropriar de uma coisa que eu não sei, uma substância amorfa, se apropriar do que é público e colocar na mão de meia dúzia. E isso se caracteriza cada dia mais.

Eu poderia ainda, Senador, aqui dialogar com a classe trabalhadora sobre os imensos prejuízos que isso significará. Mas eu quero aproveitar este espaço da TV Senado e que aqui a Comissão de Direitos Humanos nos traz, Rita, para dialogar com a burguesia nacional. Porque é absolutamente mentiroso que toda a burguesia nacional se beneficiará com esse projeto. Existem inúmeras contradições entre eles nisso, porque a qualquer cidadão, a qualquer entidade, a qualquer empresa que tenha qualquer vínculo de interesses com o que acontece no nosso País esse modelo não interessa.

Não é verdade que colocar o abastecimento de energia do nosso País na mão dos chineses – é isto que está acontecendo: quem está se apoderando do parque de energia elétrica em nosso País são os chineses – vai significar custos menores para as empresas brasileiras. É o contrário. Antes da privatização do setor elétrico nós tínhamos a energia mais barata do mundo, hoje nós temos a mais cara.

Não é verdade que foi privatizado o Carcará, como já foi mencionado aqui, uma grande reserva do pré-sal. Não, o Carcará foi entregue para uma estatal norueguesa. Agora, podemos imaginar: na Noruega, companheiros e companheiras, o petróleo já tingiu o pico, agora está caindo. Então, eles precisam das reservas de outras nações. Dá para imaginar que a Statoil, que é a Petrobras da Noruega, vai colocar a gasolina mais barata para distribuir no nosso País, se ela precisa remeter lucro e reserva lá para fora? Não! E assim por diante.

A destruição da Petrobras. Infelizmente, hoje é o que sobrou de industrialização no nosso País a cadeia produtiva do petróleo, é o que temos de industrialização. Eles não conseguirão impor à Statoil, à Shell e à Texaco que façam as suas compras no nosso País. Já disseram que não farão. Basta dizer que, quanto à Petrobras, ainda sob controle do Estado, de dez plataformas encomendadas, já foi anunciado que nove serão feitas fora do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Já voltamos, Senador, ao que tínhamos em 2002. Os estaleiros brasileiros e o grande Rio de Janeiro estão indo para o vinagre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, qual o diálogo? A gente tem que selar essa contradição nos debates que temos que levar para as Câmaras de Vereadores, para as Assembleias Legislativas. Que interesse tem o empresariado nacional de aniquilar a cadeia produtiva do petróleo, desindustrializar o País? Então, existem inúmeras contradições entre eles. O serviço bancário privatizado não vai ser mais barato, ao contrário. A gente tem que fazer esse tipo de debate e fundamentalmente a defesa das nossas organizações para que possamos, sim, ser os interlocutores dessa sociedade que reagirá. Eu não tenho dúvida de que reagirá.

Eles estão indo com muita sede ao pote, com muita pressa, entre outras coisas, com o ataque às nossas organizações e às nossas lideranças – e aqui eu caminho para o encerramento, Senador Paim, mas toco na gravidade mundial, na vergonha mundial que significa a Justiça brasileira, que está se prestando ao triste papel de caçar impiedosamente, mentirosamente, criando factoides e mais factoides, esse cidadão respeitado no mundo, que recebeu, após sair da Presidência da República, mais de 60 títulos de Doutor *Honoris Causa* nas inúmeras universidades do mundo. Se eles pensam que o que fazem todos os dias aqui, desinformando a nossa gente e construindo essa caça ao nosso Presidente Lula, não terá consequência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – ... para o nosso País internacionalmente, estão redondamente enganados. É a desmoralização do País como nação. Isso também prejudicará, sim, as relações comerciais, prejudicará os negócios. Não somos só nós, trabalhadores, que iremos perder.

Portanto, companheiros e companheiras, um companheiro da Fenae fez uso da palavra aqui, se não me engano, Laércio. Você foi feliz, Laércio, foi feliz, companheiro, quando você citou que nós temos esses dois anos para poder desmoralizar o que eles querem fazer nas eleições de 2018. E eu diria mais, Senador Paim, essa desmoralização já começou, quando nas duas maiores cidades brasileiras quem ganhou a eleição foi a ausência das urnas ou os votos brancos e nulos. Já começou.

Então, acho, companheiros... Eu concluo aqui cumprimentando toda a militância presente, cumprimentando aqueles que nos acompanham pela TV Senado, dizendo que não desanimemos, porque os calhordas não vencerão sempre. A História lhes reserva um lugar muito ruim e reserva aos lutadores, aos esperançosos do povo brasileiro, a glória. Mais dias, a derrota deles está selada e acontecerá. É preciso que estejamos, primeiro, dispostos, acendendo sempre a esperança do povo. Ao militante político não cabe o desânimo. E, mais do que tudo que construímos nesses anos, o que nós temos, acima de tudo, é o carimbo nas nossas almas da disposição, da coragem e da luta. Esse é o nosso grande patrimônio. Então, não desanimemos, criemos esperanças no povo, preservemos as nossas organizações e as nossas lideranças, porque vamos derrotá-los mais cedo do que eles imaginam.

Um abraço, companheiros e companheiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! João Moraes, Diretor da Federação Única dos Petroleiros.

Começou o Congresso e estão chamando nas comissões, para que a gente se faça presente. Então, agora a rodada final é da Mesa.

Vou pedir, se puder, cinco minutos para cada um, mas serei tolerante.

Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa.

O SR. JAIR FERREIRA – Eu já fui contemplado em parte com a fala do Moraes, mas já que ele quis entrar na seara dos bancários, nós não vamos entrar na sua seara, na verdade, na seara dos banqueiros, Moraes, porque os bancários também apanharam. Nós ficamos 30 dias na greve e a justificativa dos banqueiros é que não dava para repor a inflação, ou seja, tiveram lucros exorbitantes, de bilhões e bilhões, mas não era possível retribuir, recuperar a inflação. Então, fechamos uma campanha depois de 30 dias de greve, uma campanha muito difícil, mas conseguimos passar para a sociedade que dá para enfrentar esses poderosos. O setor nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ganha dinheiro em qualquer circunstância. Na crise ou não, eles vão ganhar dinheiro, vão comprando banco, vão engolindo. É um sistema extremamente competente, e os bancários, muitas vezes, pagam caro por isso. Foi uma campanha muito dura, muito importante, mas saímos dela com aquela sensação de que resistimos até onde deu. Fizemos um acordo dentro da possibilidade de se fazer numa conjuntura dessas. Resistimos ainda por esse período.

Uma informação: eu sou do tempo, Paim, em que a gente fazia análise de conjuntura, lá na década de 80, se fazia uma pirâmide social com uma grande faixa embaixo, naquele triângulo, de população que passava fome. Então ao ver, nesses últimos anos, o Brasil sair do mapa da fome, nós temos a convicção e também a certeza de que há o papel e o dedo das empresas públicas e do serviço público nessa política assertiva.

Nós, na Caixa, os empregados principalmente, nos sentimos honrados de participar, nas mais diversas localidades do País, da distribuição de cartões, do acompanhamento e desenvolvimento dos grandes projetos sociais deste País. E nós, na Fenae, queremos estar juntos nesse enfrentamento, valorizando cada vez mais, e chamar todos os empregados da Caixa para estarmos unidos, porque os ataques virão, as ameaças virão, e nós vamos precisar estar juntos, resistindo.

Quero agradecer muito por este espaço aqui. Como a Senadora disse, aqui é um espaço onde a gente fala, se organiza. Deve-se preservar. Agradecer muito, agradecer a todos vocês. Com a Fenae, vamos estar juntos. Acho que a Caixa é de todos, o Brasil é de todos e nós precisamos estar todos juntos porque somos maiores que esses ataques que virão.

Muito obrigado a todos e até mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jair Ferreira, Presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa.

Willian Louzada, Diretor do Sindicato dos Bancários do Estado do Goiás.

O SR. WILLIAN LOUZADA – Agradeço novamente ao Senador Paim por este espaço, que é um espaço de resistência. Já está cerceada, praticamente em todo o Congresso, nossa entrada em vários locais, onde seria a Casa do Povo. Infelizmente, não temos tido acesso.

Agradeço ao Paim. As falas aqui são muitas e não quero ser repetitivo, mas acho que o nosso papel é de resistência e, principalmente, como falou o João Moraes, que devemos levar isso para as câmaras de vereadores, para as associações de bairros, aonde pudermos chegar. Lá que vamos fazer esse debate, lá que vai estar esse povo sofrido com essa PEC 241, com a falta de serviço público. É ali que temos que levar essas nossas informações, este nosso debate.

Eu queria complementar a questão que o Jair colocou aqui. Temos a Caixa nos vários rincões do País levando o Bolsa Família. Temos cinco anos de seca no Nordeste, pode-se ver que não houve um saque, nenhum problema lá. Por quê? Porque temos lá a questão da fome, que nós conseguimos vencer. É um orgulho muito grande termos feito parte da construção disso. Acho que isso que vai ser retirado agora, não só isso, essa é uma das coisas que vão ser retiradas se não houver resistência. Acho que a resistência é muito importante, mas precisamos sair daqui fortalecidos e levar isso para a sociedade, para todos os lugares aonde possamos chegar.

O João falou muito bem aqui: não podemos desanimar, temos que estar vivos, temos que estar acesos e levar isso a todos os lugares onde possamos estar presentes. Principalmente de bancos públicos, nos mais diversos locais do Brasil, temos lá um bancário, que é uma pessoa esclarecida que pode levar essa nossa mensagem. Devemos maximizar as informações e levar o prejuízo que está chegando para todos nós com esse Governo usurpador, golpista, que tanto mal está fazendo, com essa velocidade toda, com tantos projetos que tanto mal fazem à classe trabalhadora e ao povo pobre deste País.

Não quero me alongar muito, até porque meus antecessores foram muito felizes na análise da conjuntura. Mas vou sair daqui com a alma viva e com disposição de luta ainda maior de levar a defesa das empresas públicas, a defesa principalmente do povo pobre deste País, que já está sendo mais penalizado. Vamos voltar a um período de trevas se não reagirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito fortemente a isso.

Era isso, Senador. Obrigado novamente por este espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Willian Louzada, do Sindicato dos Bancários do Estado do Goiás.

Por fim, Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Eu gostaria, primeiro, de começar agradecendo ao Senador Paim por este espaço – novamente, nesse um ano de luta desde o PLS, nós já usamos este espaço várias vezes –, às Senadoras Fátima Bezerra, Regina, Vanessa Grazziotin e outros tantos Senadores e Parlamentares que nos ajudaram nesse processo de luta e são comprometidos, de fato, com os trabalhadores.

Eu quero citar aqui um único exemplo, porque, muitas vezes, para as pessoas, principalmente para a população de forma geral, pode ficar abstrato quando falamos do papel de uma empresa pública e dos serviços, etc. É óbvio que fica claro... Quando a PEC 241 vai congelar investimentos em saúde e educação, talvez fique claro dizer que as universidades federais que foram criadas vão fechar, que o SUS corre risco, que a UPA corre risco, mas há uma... E eu quero aqui dar o exemplo de como a imprensa trabalha algumas coisas de forma a colocar a população, a sociedade contra as empresas públicas e contra o papel público da gestão dos serviços, das operações públicas. Quero dar um único exemplo aqui para ficar claro.

A Caixa Econômica Federal é gestora do FGTS desde 1990. O FGTS estava espalhado, como já foi dito aqui, por diversos bancos, porque, na realidade, quem escolhia onde ia ser depositado o FGTS era o empregador. Em 1990, foi centralizado na Caixa até por conta de uma intervenção do então Deputado Federal Lula, que pediu para o TCU fazer a investigação de como esses recursos estavam sendo gerados, gestados. Descobriu-se que havia uma série de irregularidades e se definiu, portanto, a partir daí, centralizar todos os depósitos na Caixa, que criou *expertise*. Hoje ela administra 250 milhões de contas do FGTS – é o maior banco do mundo em número de contas –, e nunca mais isso deu nenhum problema grave. O trabalhador tem uma conta e ele pode ver, inclusive pela internet e pelo celular, o depósito. Isso tem um poder de fiscalização, etc.

Além disso, o FGTS é o maior recurso investido em habitação popular e em infraestrutura. E só para termos outro dado, quando falamos do sistema financeiro, por conta de uma norma do Banco Central, como o banco é uma concessão pública, todos os bancos do sistema financeiro são obrigados a investir 65% do que arrecadam de poupança em habitação, e só a Caixa faz isso. Nenhum outro banco faz. Bradesco não faz, Itaú não faz, Santander não faz. Os bancos não fazem, não cumprem a norma do Banco Central. E a pergunta é: qual é a consequência? Nenhuma.

Então, imaginem, população, sociedade, pessoal que está nos ouvindo, a seguinte situação: começou na Globo e os bancos privados estão ajudando nessa campanha... Inclusive, a jornalista Míriam Leitão fez um artigo para *O Globo*, há mais ou menos um mês, dizendo o seguinte: o trabalhador tem que ter o direito de escolher em que banco o fundo dele será depositado, por uma razão simples, o fundo rende muito pouco, que é TR mais 3% ao ano, e o trabalhador tem que ter o direito de negociar as melhores taxas.

Quem está aqui sabe que quem regula o Fundo de Garantia é o Conselho Gestor e há uma lei que determina que a correção do Fundo de Garantia é de TR mais 3%. Portanto, para as pessoas que têm um mínimo de conhecimento, fica clara a falácia colocada pela jornalista, porque, na realidade, não é o banco que vai definir o valor da correção; é uma lei, é uma legislação que determina qual é a correção. Mas, ao fazer isso – e não é aleatório –, coloca-se a população contra a gestão da Caixa Federal, contra a gestão pública do fundo, por uma razão simples: "Ué, a Caixa está me oferecendo uma taxa medíocre, então eu vou pôr o meu dinheiro num banco privado, que vai me oferecer uma taxa melhor!" E coloca a população contra a Caixa sem explicar que na realidade há uma legislação que regula isso. Em qualquer banco, é a legislação que vai continuar regulando isso. E também não se diz que os bancos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

privados geriam o fundo até 1990. E havia banco que ficava de 40 a 50 dias sem fazer a correção monetária desses recursos. Faziam o que queriam. Isso não é dito.

Então você tem a propagação de uma mentira pela imprensa. E os bancos privados hoje estão articulando realmente para retirar o FGTS da Caixa, é óbvio, com o apoio de vários Parlamentares que têm compromisso com o capital privado. Se isso acontecer, nós teremos várias consequências. A primeira delas, a Caixa vai acabar, porque a Caixa Federal vem administrando esses recursos e com eles investe em habitação e infraestrutura. Esses recursos hoje perfazem algo em torno de 500 bilhões. Segundo, está bom, a Caixa acabou e o Fundo de Garantia foi para os bancos privados. Segunda medida óbvia: não haverá investimento em habitação popular nem em infraestrutura, porque é justamente com esses recursos, esses são os recursos principais dos investimentos para a população mais carente, justamente porque é um recurso que rende menos. E os bancos privados nunca tiveram, não vão ter interesse, embora, como eu disse, a norma do Banco Central determine que eles invistam obrigatoriamente 65% em poupança e habitação. Eles não o fazem. E, se o Fundo de Garantia for para os bancos privados, eles também não o farão.

Quem vai ganhar? O sistema financeiro privado. Quem vai perder? A população brasileira. A sociedade vai perder. É esse o jogo que está sendo jogado e é esse jogo que nós temos que desmontar. Cabe a nós que estamos aqui, cabe à sociedade e aos trabalhadores abrir os olhos e perceber o que está em jogo e a quantidade de mentiras que ouvimos todos os dias para nos colocar numa posição de não resistência, para aceitar como natural o desmonte do Estado e a privatização do patrimônio público. A moral é que nós somos, todo dia, coagidos pela imprensa, que vai repetindo várias vezes que o que é público é ruim. Bom é o privado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA RITA SERRANO – E nós vamos repetir aqui: o problema é que o privado é para poucos e o público é para todos. E a grande maioria da sociedade brasileira é composta por trabalhadores que dependem dos recursos públicos, dos financiamentos públicos, dos investimentos públicos.

Portanto, eu quero terminar conclamando os trabalhadores, a sociedade e as entidades para massificar esta campanha:"Se é público, é para todos", para ajudar a conversar com o seu Parlamentar na sua base, para criarmos essa frente parlamentar mista em defesa das empresas públicas, para lutar contra a PEC nº 241 e contra o desmonte do Estado brasileiro, porque é isso que está em jogo neste momento.

Obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas.

Nós vamos para o encerramento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos fazer. Vamos fazer.

Eu só quero um comentário de um minuto, porque já estão me chamando para votar nas comissões, para dizer, Maria Rita, que já há data marcada para lançarmos, com as assinaturas, a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Empresas Públicas. E dizer para todos que, há mais de um ano, vimos falando naquilo que chamo de Frente Ampla pelo Brasil, ou Frente Ampla Brasil, ou Frente Ampla, não importa. É um movimento suprapartidário, intersindical, que reuniria todas as frentes que há dentro do Congresso. Só dentro do Congresso, há em torno de 40 frentes que defendem interesses dos trabalhadores, criadas recentemente devido às investidas do Governo que está aí. Então, quanto mais montarmos frentes como esta que você está propondo, vai chegar o momento – não importa o nome – em que essas frentes todas se encontrarão num grande movimento popular para responder às investidas do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

conservador, que muitos chegam a dizer que lembra muito o tempo do debate da Lei Áurea.

Quando você falava, eu me lembrei daqueles que votaram contra a Lei Áurea, ou seja, contra a liberdade dos escravos. Os nomes deles foram para o lixo da História, sumiram, foram até queimados. Rui Barbosa disse que queimou por dois motivos: porque o nome daqueles homens maculava a História do Brasil e porque a maioria deles eram donos de fazendas, tinham escravos e não queriam pagar indenizações. Então, há duas versões. De qualquer forma, é uma história triste, que envergonha o povo brasileiro.

E aqueles que lutaram, que, na verdade, brigaram pela liberdade e pelearam permanentemente contra a escravidão têm o nome como heróis da Pátria. Aqui no Congresso, vemos que a maioria dos líderes para libertarem os escravos entraram como heróis da Pátria.

Neste momento, temos de unir todos – a sua fala foi corretíssima – que aqui falaram, na expectativa de que não joguemos a toalha. Podemos mudar o curso da História!

Parabéns a todos vocês!

Está encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 91ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS AO PLN Nº 18/2016 – PLOA 2017.

Às onze horas do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Angela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia¸ Rose de Freitas, Simone Tebet e dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Pastor Valadares, Dário Berger, Valdir Raupp, João Capiberibe, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de registrar a presença os demais membros da Comissão. Passa-se a pauta: Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016 do Congresso Nacional (Lei de Orçamento Anual – LOA 2017), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Relator: Senador Paulo Paim. Às onze horas e um minuto o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Vice-Presidente Senador João Capiberibe, para que possa relatar a matéria. O Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 18/2016 – PLOA 2017:

Emendas de Apropriação

R$ 1,00

Nº	UO	Ação/Título	Localidade	Valor
1	30101	210B – Atendimento às Mulheres em Situação de violência	Nacional - NA	200.000.000
2	30101	14UF – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	Nacional - NA	89.466.000
3	30101	210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	Nacional - NA	105.000.000
4	34104	4262 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	Nacional - NA	200.000.000

Às onze horas e doze minutos o Senhor Vice-Presidente Senador João Capiberibe devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Amorim, João Capiberibe e as Senadoras Angela Portela e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e treze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 92ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas dos Srs. Senadores e Senadoras aqui nesta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016, Projeto de Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Foram apresentadas 83 emendas perante a Comissão.

Como sou o Relator, passo ao Vice-Presidente, Senador Capiberibe, para que eu faça a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

leitura sintetizada, já que, pelo que vejo, haverá aqui um grande acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Afirmando que nós mudamos... Íamos fazer primeiro a reunião deliberativa dos projetos, estamos fazendo a do orçamento; é a 91ª, e não 92ª, como está aqui no documento.

Senador Capiberibe, se V. Exª puder presidir, eu faço rapidamente a leitura.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Bom dia. Bom dia a todos.

Eu passo a palavra ao Relator das emendas, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senhoras e senhores, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa hoje debate aqui as emendas apresentadas por este Colegiado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, desta Casa.

Eu vou direto à análise.

O objetivo desta nossa reunião é deliberar somente sobre quatro emendas; poderemos definir aqui como ficará a posição desta Comissão. Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas à CCJ, a esta Comissão, detenham inegável mérito, fomos obrigados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social, procurando atender o maior número de Senadores que apresentaram propostas, observadas, ademais, as normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à área de competência desta Comissão e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006.

Em um primeiro momento, classificamos as sugestões de acordo com os seus temas. A Tabela nº 1, que agora vou aqui apresentar, fala qual o processo adotado.

Emendas para atender a demanda das mulheres: 21 Senadores apresentaram emendas. Crianças e adolescentes: 12 Senadores. Igualdade racial: 12 Senadores. Direitos humanos – mas tudo isso está no Ministério da Justiça: 12 Senadores. E quanto ao Ministério Público do Trabalho, que trata de questões relevantes no campo social, como direitos de crianças e adolescentes, também; trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho degradante, erradicar a exploração do trabalho de crianças e proteger os adolescentes também compete a ele. Foram nove Senadores. Como nós estamos aqui com três Senadores que já me falaram que gostariam que essa emenda fosse contemplada, eu queria passar a palavra à Senadora Angela Portela. Como houve nove Senadores e mais próxima teve doze, mas todas as quatro... Os quatro agrupamentos escolhidos vão para o Ministério da Justiça. Eu acho que há uma certa lógica em nós ouvirmos os seus argumentos sobre essa diferença pequena de nove Senadores que apresentaram emenda, como V. Exª apresentou, e uma outra, que foram doze.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Bem, eu apresentei aqui quatro emendas. Uma para a promoção de políticas de igualdade de direitos das mulheres; outra, para apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais; outra, para modernização das instalações do Ministério Público do Trabalho; e promoção, defesa e proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Essas foram as emendas que apresentei, mas entendo que a grande maioria dos Senadores... A elaboração do relatório do Senador Paim terá que escolher aquelas que foram apresentadas pelo maior número de Senadores.

Eu quero fazer a defesa, aqui, dessa emenda para o Ministério Público do Trabalho. Essa emenda visa que dentre as funções atribuídas pela Comissão Federal do Ministério Público do Trabalho estão a de garantir e promover os direitos sociais dos trabalhadores e a igualdade de oportunidade em defesa de interesses coletivos quando desrespeitados os direitos constitucionalmente garantidos; combater a discriminação e o assédio moral nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

relações de trabalho; erradicar o trabalho escravo e degradante; erradicar a exploração do trabalho da criança; e proteger o trabalhador adolescente. A fim de exercer sua função de fiscal da lei, além de um corpo técnico competente, o Ministério Público do Trabalho necessita garantir a constante modernização e o aparelhamento de suas instalações em todo o País, porque é composto por Procuradoria-Geral do Trabalho, por oito coordenadorias temáticas, 24 procuradorias regionais, além de cem procuradorias nos Municípios em todo o País. Por isso, tais recursos objetivam viabilizar dispêndios com a modernização das nossas diversas unidades, com ênfase na proteção e salvaguarda de recursos humanos, do material das áreas e instalações e da informação.

Diante do exposto, eu solicito a aprovação e defendo a aprovação desta emenda do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu faço minhas as palavras da Senadora e acrescentaria que a emenda atribuída no Orçamento de 2015 foi inteiramente executada. É um trabalho importantíssimo que o Ministério Público do Trabalho vem fazendo no combate a todo tipo de degradação humana no nosso País. Portanto, eu voto favoravelmente à emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Senador Amorim, que já tinha conversado comigo também sobre essa questão. Disse que dependeria daqui do plenário.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu também sou um defensor, Senador Paim, e colegas, da emenda do Ministério Público do Trabalho, Senador Capiberibe. A gente sabe que é uma das instituições, realmente, que tem ajudado muito sobretudo a classe trabalhadora do nosso País, a classe mais frágil na relação trabalhista, e que portanto passa por uma situação muito difícil. Sou testemunha do que a instituição está passando, o Ministério Público do Trabalho está passando – elevadores cortados, ou seja, tendo que usar em determinados períodos. É onde levam os processos. Nunca passaram por isso e precisam de mais, sobretudo neste momento, de nós, desta Comissão, Presidente. Eu tinha falado com o Senador Paim que eu acho extremamente salutar e importante que a gente aprove e dê essa possibilidade de essa importante instituição continuar funcionando minimamente bem, para que não haja maiores prejuízos, sobretudo para a classe trabalhadora já fragilizada do nosso País. Então, meu apoio e meu voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero igualmente me associar também ao Senador Eduardo Amorim, à Senadora Angela, ao nosso Presidente, o Senador Capi, pela oportunidade de incluir o Ministério Público do Trabalho, pelo papel que representa, assim como, Senador Paim, quero aqui ressaltar a destinação das demais emendas que estão bastante em sintonia com o campo de atuação de uma Comissão do porte da Comissão de Direitos Humanos, ou seja, é muito adequado, oportuno e necessário a gente contemplar a temática das mulheres em situação de violência, a questão do racismo, da igualdade racial.

É isso. Lamento que, desta vez, não foi possível incluir o Dieese, mas eu desde já deixo aqui uma sugestão para o próximo ano, pelo papel também extremamente relevante que todos nós reconhecemos que o Dieese exerce em todo o País, sobretudo no campo do trabalho, no campo dos direitos dos trabalhadores. É uma das instituições mais respeitadas. Fica a sugestão para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão e coloco em votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tenho algumas alterações propostas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Tem algumas alterações?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Bem rápidas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Passo a palavra ao Relator para fazer a leitura das alterações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. O conjunto de emendas que aqui eu situei no número 4, neste momento, pela vontade unânime dos Senadores, e com a sensibilidade, naturalmente, da questão, e o entendimento também deste Relator, passa a ser incluído.

Então, fica:

• 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;

• 14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes;

• 210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial;

E, agora, a nº 4 passa a ser:

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho. 34104. É isso?

Valor: R$200 milhões.

Foi essa a única mudança que houve em todo o relatório. Em face disso, eu vou agora declarar o voto.

Em face do exposto e com essa única alteração, votamos para que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação constantes nessa tabela, com a mudança no item 4, propondo, outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

Está lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Esse é o relatório, com as suas modificações e o voto do Relator.

Eu o submeto à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de devolver a palavra... (*Pausa.*)

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, sobre orçamento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Vamos à 2ª Reunião Deliberativa, porque há uma expectativa muito grande no plenário.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 92 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Ana Amélia, Pastor Valadares, Dário Berger, Hélio José, Rose de Freitas, Valdir Raupp, Simone Tebet, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 84ª e da 90ª Reunião da Comissão, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2008. Não terminativo. "Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

análogas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011. Não terminativo. "Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Lido o Relatório. É concedida vista coletiva. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2016. Não terminativo. "Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 1, de 2016. Não terminativo. "Sugere a normatização do atendimento nos Hospitais e Clínicas através do DPVAT, para atendimento das despesas de assistência médica suplementar - DAMS." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 9, de 2016. Não terminativo. "Apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498/86, que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem, no que atinge ao dimensionamento de pessoa (número de profissionais nas instituições), conforme Projeto e Justificativa em anexo." Autoria: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: Senador José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128 de 2016 que: "Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas do Metrô/DF"." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado, Wilmar Lacerda. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "As propostas de limitação aos gastos públicos "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII, e do art. 102-E, inciso VII, também do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no Estado do Mato Grosso do Sul, a fim de verificar a situação dos índios Guarani-Kaiowá." Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a fim de receber delegação de parlamentares do Parlamento Europeu, que vem ao Brasil com o intuito de ouvir lideranças e representantes de movimentos indígenas." Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 140 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Os cinquenta anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a situação atual"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Trata-se de proposição em tramitação na Câmara dos Deputados, já aprovada em primeiro turno, que em breve deverá tramitar nesta Casa. Com o intuito de debater os efeitos da PEC 241 nas políticas educacionais executadas pelo Poder Público, bem como as políticas sociais de maneira geral, sugerimos o convite aos nomes abaixo elencados." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Felipe Rezende, Economista; um representante de Professores de Escolas Privadas; e um representante do Movimento Nacional do Ensino Médio. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 142 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de "diligência pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no estado de São Paulo, com a finalidade de apurar as torturas cometidas pela polícia do Estado contra jovens que lutam pela qualidade da educação na cidade"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Às onze horas e vinte minutos a Senadora Angela Portela devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Angela Portela, Ataídes Oliveira, Hélio José, Fátima Bezerra e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

onze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 92ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 84ª e da 90ª Reunião desta Comissão.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho. Os não terminativos... Eu vou abrir para V. Exª em seguida.
Nós vamos votar primeiro os não terminativos, mas de imediato, o Senador Capiberibe, que gentilmente já presidiu uma reunião, tem dois requerimentos que quer propor neste momento. Nós, naturalmente, já o atendemos e, em seguida, V. Exª, Senadora Fátima Bezerra.
O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exª que inclua extra pauta o requerimento em que solicito a esta Comissão de Direitos Humanos que nomeie uma delegação de Parlamentares para fazer uma visita e tomar conhecimento da situação difícil que vivem os guarani kaiowás no Mato Grosso.
Solicito a V. Exª que coloque em votação esse requerimento, para que possamos designar essa comissão para se dirigir até o Mato Grosso do Sul e tomar conhecimento da situação dos povos indígenas guarani kaiowás que vivem em situação de extrema dificuldade.
O segundo requerimento é no sentido de... Nós estamos recebendo a visita de Parlamentares da União Europeia. Eles estão em visita aqui e vêm exatamente ouvir lideranças e representantes de movimentos indígenas. Eu solicito uma audiência pública para que possamos receber esses Parlamentares na CDH.
São esses os dois requerimentos, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se o Plenário concordar, aproveitando a presença de V. Exª, de imediato nós vamos, de minha parte, acatar e colocar em votação.
Consulto os Srs. Senadores e as Senadoras se concordam com a inclusão extrapauta dos dois requerimentos já defendidos pelo Senador Capiberibe. (*Pausa.*)
Aprovada.
O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloco em votação a inclusão extrapauta, que já está aprovada.
Aqueles que aprovam agora o mérito dos dois requerimentos permaneçam também como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Alguém quer discutir? (*Pausa.*)
Ninguém quer discutir.
Aprovados os dois requerimentos do Senador Capiberibe.
(São os seguintes os itens aprovados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138, de 2016
- Não terminativo -
Requer, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII, e do art. 102-E, inciso VII, também do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no Estado do Mato Grosso do Sul, a fim de verificar a situação dos índios Guarani-Kaiowá.
Autoria: Senador João Capiberibe

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139, de 2016
- Não terminativo -
Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a fim de receber delegação de parlamentares do Parlamento Europeu, que vem ao Brasil com o intuito de ouvir lideranças e representantes de movimentos indígenas.
Autoria: Senador João Capiberibe.)
Senadora Fátima Bezerra.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, igualmente, peço para incluir extrapauta o requerimento em que propomos uma parceria da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos para dar prosseguimento ao debate de um dos temas mais polêmicos do Brasil, neste exato momento, que é a PEC 241. Esse requerimento está assinado por mim, pela Senadora Angela, por V. Exª e vários Parlamentares.
A nossa proposição, Senador Paulo Paim, é que esse debate, como estamos apresentando – uma iniciativa conjunta da CDH e da Comissão de Educação –, tenha um recorte: "A PEC 241 e os seus efeitos frente à política educacional do nosso País." Por isso, nós tomamos a liberdade, já em tratativas, em conversa com os demais autores do requerimento, de propor, é claro, o Ministério da Educação, evidentemente – esperamos que o MEC esteja aqui –; um representante do Fórum; a Andifes, que são os reitores; a União Nacional dos Estudantes; a Ubes; a Campanha... Estamos chamando também o movimento Todos pela Educação, para fazermos inclusive um debate plural, e um representante também dos reitores das instituições federais, no caso as escolas técnicas. Aqui não foi acrescentado, mas eu pediria para aditar, para incluir também um representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, Senador Paim.
É isso, conforme havíamos conversado com V. Exª. Inclusive o Senador Paim está disponibilizando, Senadora Angela, a data do dia 31. Da nossa parte...
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ao voto?
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento.
Coloco em votação, em primeiro lugar, a inclusão extrapauta.
Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Agora vamos ao requerimento.
Aqueles que concordam com o mérito do requerimento, apresentado pela Senadora Fátima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Bezerra e outros Senadores – Senadora Angela, eu e tantos outros –, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141, de 2016
- Não terminativo -
Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Trata-se de proposição em tramitação na Câmara dos Deputados, já aprovada em primeiro turno, que em breve deverá tramitar nesta Casa. Com o intuito de debater os efeitos da PEC 241 nas políticas educacionais executadas pelo Poder Público, bem como as políticas sociais de maneira geral, sugerimos o convite aos nomes abaixo elencados.
Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.)
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, só um esclarecimento. Ficaria já incluído...
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dia 31, 9h da manhã.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – 9h.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Incluído...
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E hoje, pela manhã, também recebi uma delegação de uns 30 professores da área privada de educação – deram o nome da entidade lá – e daí convidei para que estejam presentes também para fazer o debate. Eles estão com a mesma preocupação que V. Exª mostrou a mim no momento que conversamos sobre esse requerimento.
Então, dia 31, 9h da manhã. Sabemos que, no dia 30, temos as eleições em dezenas de Municípios – dois são no Rio Grande do Sul, um é na minha cidade. Voto e, domingo à tarde, já venho para cá e na, para segunda-feira de manhã, abrir a reunião.
Vamos aos não terminativos.
Convidaria a Senadora Angela Portela se pudesse presidir para mim aqui, porque sou Relator de um projeto de que essa galera toda que está no plenário está esperando agora o parecer. E, como não é terminativo, algumas pessoas me pediram se eu podia adiar a votação. O relatório foi feito e foi feita até audiência pública, mas me comprometi de ser inclusive Relator, dentro do possível das outras duas Comissões, para, se for necessário, fazer lá então mais uma audiência pública.
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498 de 1986, que regulamenta o exercício profissional da enfermagem, no que atinge ao dimensionamento de pessoa, número de profissionais nas instituições.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me enganei aqui. Vocês são todos enfermeiros daqui para frente. (*Risos.*)
Fui eu que dei para ela o projeto errado. Havia dois na mesa e eu passei o errado.
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Vamos consertar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2011. É esse?
(*Manifestação da galeria.*)

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011
- Não terminativo -
Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH, CCJ, CAS e terminativo na CEDN (Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional).
Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o Relator da matéria.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, esse projeto foi amplamente debatido, está há um tempo aqui na Casa.
Quero render minhas homenagens ao Senador Vicentinho. "Olha, Paim, o que tu fizeres, em matéria de substitutivo, desde que converses com a categoria..." E isso fiz, está aqui a maioria dos líderes, que participaram inclusive de audiência pública.
E caminhamos na linha da construção de um substitutivo. Ele não está perfeito, não está o ideal, mas faz parte da vida. Sempre digo que a lei perfeita não existe, mas, como ele vai para mais duas comissões... Conversei com o meu Partido e nós vamos pleitear inclusive para que eu seja Relator na outra Comissão, na busca da construção, se houver alguma dúvida, sempre do entendimento. (*Palmas.*)
Então, vou direto para a análise para ganharmos tempo. Mais uma vez repito, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, mudaram o projeto original, caminhando para esse substitutivo. Isso ainda podemos ajustar nas outras duas comissões para que o projeto ande.
Enfim, vamos lá.
Incorporamos a esse nosso relatório a análise do PLS nº 513, de 2011, que consta do parecer exarado pela CI, exceto quanto à sua conclusão, haja vista a nossa decisão de apresentar um substitutivo integral.
A matéria de que trata o PLS em exame, a teor do disposto no art. 22, inciso XXVII, da Constituição, insere-se na competência legislativa privativa da União para estabelecer "normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios," objetivando à União, no caso deste projeto, a contratação público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.
Em face da citada competência privativa sobre o assunto, a União editou a Lei 11. 079, de 30 de dezembro de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada no âmbito da administração pública," que devem ser observadas na contratação e na administração público privada, de acordo com a proposta do *caput* do art. 3º, do PLS em exame.
O PLS também vai ao encontro da competência legislativa concorrente da União ao tratar o Direito Penitenciário, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição, mas limitando-se a estabelecer normas gerais, conforme determina o §1º do artigo mencionado.
Quanto ao aspecto do mérito, concordamos com o referido parecer da CI, na parte que ora produzimos:
A melhoria das condições dos estabelecimentos prisionais, conforme objetiva o PLS, constitui inegável instrumento para assegurar o respeito à dignidade da pessoa humana, que é princípio fundamental do Estado brasileiro, conforme o artigo inicial da nossa Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Fundamental.
Pode resultar também do projeto a melhoria da segurança pública, que é obrigação do Estado para com todos os brasileiros, conforme determina o *caput* do art. 5º da Lei Maior, ao propiciar meios para que os presos cumpram penas em instalações adequadas e possam ter trabalho digno, contribuindo, assim, para reduzir a reincidência na prática de crime.
(...)
A construção e administração de estabelecimentos penais constituem assunto sobre o qual os nossos governantes não costumam dar a devida atenção nos seus planos de governo.
Não obstante os avanços da nossa democracia, o Brasil ainda é objeto de vexaminosas condenações de organismos internacionais que acompanham a situação dos direitos humanos em todo o mundo, haja vista as péssimas condições da maioria dos presídios brasileiros.
Diga-se que um dos piores é de lá o do Rio Grande do Sul. Quem é do Rio Grande, aqui, sabe a situação em que nos encontramos lá no meu Estado.
Entretanto, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto, propomos emenda substitutiva integral para promover alterações tanto nos aspectos formais, quanto no seu conteúdo propositivo, destacando-se os seguintes pontos:
a) especificação dos serviços em estabelecimentos penais que poderão ser objeto de prestação pelos concessionários, conforme relacionados nos incisos I a VIII do *caput* do art. 3º (manutenção e conservação, alimentação, limpeza, lavanderia, entre outros);
b) especificação, no edital de contratação, de critérios e requisitos a serem observados, obrigatoriamente, pelo poder concedente e pela contratada, conforme relacionados nos incisos I a V do *caput* do art. 4º;
c) definição das funções que serão exercidas exclusivamente por servidores públicos penitenciários de carreira, sendo, portanto, indelegáveis, conforme proposto mediante o art. 5º;
d) exclusão da participação de empresas ou grupos com capital estrangeiro nos contratos de que trata o projeto;
e) exclusão de alguns dispositivos que tratam de aspectos administrativos dos estabelecimentos penais, da utilização da mão de obra de presos e outras previsões normativas, resultando em detalhamento que deve ser objeto de regras regulamentadoras ou contratuais, tais como os arts. 2º, 3º (*caput*), 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 (exceto §2º), 11, 12, 13 e 17.
Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2011, com a Emenda Substitutiva:
Esse é o relatório, Srª Presidenta. E quero dizer que esse substitutivo foi construído com a participação das entidades, depois de uma audiência pública que realizamos aqui e também com a participação de centrais sindicais. Repito: sempre haverá alguns que entendem que o projeto não está perfeito. Ninguém buscou aqui um projeto perfeito, até porque a perfeição é impossível. Sempre é possível melhorar. Então, qual foi – para que os Senadores fiquem tranquilos na votação – o acordo que fizemos? Votamos hoje, aqui, não é terminativo, vai para mais duas comissões, me comprometi em ser relator nas outras comissões, se assim, claro, o presidente da comissão entender. E se tiver que alterar, vamos alterar mediante inclusive audiência pública das outras comissões.
Em discussão a matéria.
Opa, não é comigo.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª. Presidente.
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em discussão a matéria.
Senadora Fátima Bezerra, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidente, serei breve. Apenas para, primeiro, cumprimentar o Senador Paim por, mais uma vez, a sensibilidade que o Senador tem de promover o diálogo, de buscar exatamente o entendimento para que as proposições possam caminhar. Foi o que ele fez exatamente com relação ao projeto, projeto que traz tema polêmico, sim, porque, a Fenasps, o Sindasp, representado aqui pela companheira Vilma, inclusive de lá do nosso Estado. Essas entidades têm uma posição muito clara, primeiro de defesa do papel dos agentes penitenciários no País, papel extremamente relevante que essa categoria exerce. Uma categoria inclusive que precisa ser respeitada, precisa ser incentivada, precisa ser valorizada, porque a atividade que ela desempenha é uma atividade extremamente complexa, no contexto da segurança pública no nosso País, além do mais, Senador Paim, quando se agrava mais ainda a realidade do sistema provisional no nosso País, que é uma catástrofe, uma verdadeira catástrofe. Então, precisamos – repito – incentivar, valorizar e ter muito respeito por essa categoria profissional.

Concordo inteiramente com eles quando eles se posicionam contra a tese da privatização dos presídios. (*Palmas.*)

Essa tese já se mostrou ineficaz, essa tese não contribui, de maneira nenhuma, para resolver, repito, a catástrofe que é, o drama que é o sistema prisional no nosso País. Pelo contrário, temos outras experiências, que são as políticas de caráter comunitário, as prisões de caráter comunitário, e outras experiências em curso que se revelaram eficientes para que a gente possa reorganizar o sistema penitenciário.

Então, saudar você e saudar essa brava categoria, através da Fenasps e do Sindasp, e reafirmar aqui o nosso compromisso de valorização e de respeito a essas categorias, pelo papel importante que elas exercem. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Continua em discussão.

Senador Hélio José, para discutir o projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Gostaria de cumprimentar nosso Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimentar nossa querida Angela Portela, Presidente em exercício neste momento, nossa Senadora de Roraima.

Deixar claro que vou pedir vista do projeto, atendendo ao Governo, atendendo ao Ministério da Justiça. Não tenho, inclusive eu, em plena...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, só para ajudar no seu raciocínio.

O próprio Governo esteve aqui, e posso chamar se assim V. Exª entender, o Governo entendeu que é uma boa iniciativa o debate...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tenho certeza disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O acordo que a gente fez com todas as categorias que estão aqui e todas as entidades foi no seguinte sentido: aprovamos aqui, não é terminativo, vai ainda para a CCJ e vai para a Comissão de Assuntos Sociais, e lá nos comprometemos inclusive em fazer, se for necessário, inclusive em conjunto com V. Exª, audiências públicas para debater a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Creio, nobre Senador Paulo Paim, que o senhor tem plena razão no sentido do conteúdo global, até porque o senhor goza de nossa absoluta confiança e não tenho dúvida aqui de que o senhor está fazendo o melhor na questão do projeto. Estou só cumprindo um papel aqui de Vice-Líder do Governo, que me solicitou, não tenho conhecimento de detalhes internos da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço aqui à assessoria para ajudar. Quero ajudar V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Casualmente esteve aqui agora mesmo a Senadora Rose de Freitas. Paim, se alguém quiser complicar – foi assim que ela me disse, foi o termo que ela usou, claro não sabia quem iria querer pedir vista – me chame porque estou autorizada, em nome do Governo, a fazer com que esse projeto ande, até porque esse projeto, pessoal, é parceria público-privada.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O debate começou lá em 2004 e até hoje não foi votado. E o Governo deu sinal verde, porque aqui a gente não vota a matéria polêmica quando não há entendimento. Como o projeto abre para parceria público-privada a administração dos presídios, o Governo abriu para o debate, o que achei muito positivo, e o relatório é meu. E, baseado no meu substitutivo, vai para mais duas comissões e, lá nas comissões, poderemos fazer inclusive mais audiências públicas.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Até porque sou membro dessas comissões. Mas quero só consultar aqui o assessor.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Amigo Senador.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor, só queria consultar o assessor da Liderança aqui enquanto vou passar a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um apartezinho, Senador.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente Paim. A minha admiração por V. Exª é peculiar e V. Exª sabe o tamanho da minha admiração.
A respeito desse projeto, Presidente Paim, agora em epígrafe, o Projeto nº 513/11, estive, sim, conversando com o ministro atual.
Ele está reavaliando esse substitutivo, porque aqui há uma parte referente à terceirização e se trata de um assunto até certo ponto delicado. Eu peço, com toda a vênia, vista desse projeto.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para que fique bem claro, até para que conste em ata também, a Senadora Rose de Freitas me pediu que, se houvesse algum tipo de preocupação por parte do Governo, ela queria muito estar aqui para dar um depoimento e para constar em ata.
Antes de encerrar naturalmente, devo dizer que o pedido de vista é legítimo, é legítimo.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está concedida a vista.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pedido de vista é legítimo. Eu apenas disse que gostaria que a Senadora Rose de Freitas... Ela me pediu. Ela é Líder do Governo.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, Presidente, isso não está no nosso Regimento. Eu quero saber se V. Exª vai me conceder a vista ou não, independentemente do depoimento da nossa Líder.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª tem todo o direito de pedir vista e me dá o direito também de responder.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois é.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vou lhe dizer. Eu não disse ainda. Eu vou lhe dizer se vou conceder ou não a vista. Como eu já antecipei, o pedido de vista é regimental. Eu apenas solicitei, antes de eu decidir a vista, que a Senadora Rose de Freitas desse o depoimento que ela queria dar para constar em ata. É somente isso.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não! Não, Sr. Presidente, Sr. Presidente. Independentemente de qualquer Parlamentar...
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu sei.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... para que V. Exª conceda a vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim. Mas enquanto eu estiver Presidente, quem concede a vista ou não eu entendo que é o Presidente. Eu já repeti, já disse a V. Exª que é regimental. Eu apenas estou dizendo...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E se ela não vier aqui agora?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ela não vier, eu vou, eu vou... Naturalmente eu vou conceder.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E eu vou ficar aguardando então?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª é membro da Comissão, V. Exª é membro da Comissão. Se ela vier aqui ou não vier, eu tomarei a minha decisão. E já antecipei a V. Exª que está agindo dentro do Regimento. Só estou pedindo um prazo, que vou dar de no máximo dez minutos, para que ela venha aqui, por eu ter firmado esse acordo com ela, antes da chegada de V. Exª.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas isso é um precedente.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser um precedente, mas eu...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É um precedente. Isso não é peculiar à Casa. É a primeira vez que eu vejo isso.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é a primeira vez que um Parlamentar de oposição, que preside uma Comissão, está dando um tempo de dez minutos, como já foi dado de uma hora e até de dois dias, para que a Líder do Governo venha. Se ela não vier, eu vou tomar a decisão que V. Exª já sabe qual é.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu não gostaria de esperar, Presidente Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, que V. Exª faça o que entender melhor. Eu vou esperar...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, eu vou exigir os meus direitos.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode exigir onde quiser. V. Exª tome a decisão...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou pedindo vista, eu estou pedindo vista, e V. Exª, como Presidente, tem que acatar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu disse que V. Exª será atendido dentro do Regimento.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, atenda ao Regimento.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Será atendido.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, atenda.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou atender...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu tenho o maior respeito por V. Exª...
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu disse a V. Exª que eu ia dar dez minutos...
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... e eu quero que me respeite também. Eu tenho direito à vista, e V. Exª tem o dever de me dar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª tem todo o direito que quiser. Eu vou dar em dez minutos.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dê-me o Regimento, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Retornando minha fala, nobre Senador Paulo Paim, eu estou tentando falar com a Líder Rose de Freitas, mas ela não está atendendo o telefone. Tranquilo, não há nenhum tipo de animosidade entre a gente. Eu sou Vice-Líder do Governo, estava atendendo aqui a uma solicitação. Mas como V. Exª colocou esse posicionamento e eu, como tenho plena confiança em V. Exª, não tenho motivo nenhum... E o nosso Senador está no direito dele de pedir. Sinceramente, da minha parte, da Liderança do Governo, estou tentando, vou conseguir falar com a Rose e vou dar uma posição. Está certo?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Vamos suspender por dez minutos, até que a Líder do Governo chegue e se posicione. Está encerrada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Presidente, não é assim, não é assim. Isso está errado. Agora, então, a Líder do Governo é que vai conceder vista? Não é assim.

(*Suspensa às 11 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 41 minutos.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Recomeçando a reunião, informo que a Rose de Freitas, que é a Líder do Governo, está indo agora para uma audiência no Ministério da Justiça. Por essa razão, concedo vista... Mantém o pedido de vista, Senador Ataídes?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mantenho, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Concedido vista ao Senador Ataídes. Muito obrigada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Passo a palavra agora... Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria... Eu sei que a categoria toda está presente aqui. O Senador Ataídes, baseado no Regimento, é um direito dele. E, no fim, apesar aqui de um desencontro entre nós, que nos damos muito bem, ele acabou concordando em ficar aqui, esperar os dez minutos. Passaram já porque a Senadora não poderá vir para cá. E é, de fato, um direito dele.

Pedido de vista é regimental em qualquer comissão, pessoal. Eu apenas fazia um apelo, que era esperar os dez minutos. Mas, depois desse desencontro, chegamos a um entendimento aqui. Passaram o que cinco, seis minutos e a Senadora já não virá para cá porque ela está indo para o Ministério da Saúde. Então, a Presidenta, baseada no Regimento e atendendo o seu pedido, ela concedeu o pedido de vista.

E, naturalmente, a categoria entenda que isso é assim mesmo. É um direito do Senador pedir vista.

Espero que construamos um entendimento.

Que seja vista coletiva, porque é regimental também, e o projeto voltará na próxima semana em que tivermos reunião deliberativa.

O.k., pessoal?

Explicado agora, depois da decisão da Presidência. (*Palmas.*)

Pessoal, agora eu voltei à Presidência.

Então, conversando um pouco mais com vocês, com todo o respeito ao Senador que teve que se retirar, o pedido de vista coletivo é positivo, pessoal, porque, na próxima reunião, vai ter que se votar.

Então, vocês se organizem para estar aqui na próxima reunião, porque daí vai ter que se votar a matéria.

Esperamos que se consiga votar na próxima reunião.

Eu quero passar agora novamente a Presidência à Senadora Angela Portela, porque votaremos matéria de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras...
Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que vai apresentar um requerimento extrapauta.
Com a palavra V. Exª.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço a V. Exª que coloque em votação requerimento de minha autoria primeiro lugar extrapauta.
Em seguida, se puder, que se vote o mérito.
É um requerimento que trata do Fundo de Garantia.
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Consulto as Srªs e Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta desses dois requerimentos.
Coloco em votação a inclusão extrapauta.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Com a palavra, o Senador Paulo Paim para leitura dos requerimentos.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Angela Portela, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o assunto "Os cinquenta anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS".
Os convidados serão indicados posteriormente.
Se quiser colocar em votação esse primeiro...
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Segundo requerimento, Senador.
(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 140, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Os cinquenta anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a situação atual".
Autoria: Senador Paulo Paim.)
Segundo requerimento, Senador.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com fundamento no dispositivo 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência pela Comissão de Direitos Humanos no Estado de São Paulo, com a finalidade de apurar torturas cometidas pela polícia contra jovens que lutam pela qualidade da educação.
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir o requerimento, coloco em votação.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.
(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 142, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de "diligência pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no estado de São Paulo, com a finalidade de apurar as torturas cometidas pela polícia do Estado contra jovens que lutam pela qualidade da educação na cidade".

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Devolvo a Presidência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há mais um.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Ainda não.

Ainda há um requerimento.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para um novo requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 19.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a realização de um ciclo de debates nesta Comissão, para debater "As propostas de limitação aos gastos públicos".

Autoria: Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "As propostas de limitação aos gastos públicos ".

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Devolvo agora a Presidência ao Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Hélio José se encontra ainda aqui?

Senador Hélio José, pessoal, quer fazer um esclarecimento que ajuda, no meu entendimento, o debate acalorado que aqui aconteceu. S. Exª perguntava a mim se acharia importante. Eu acho muito importante, pode pacificar os ânimos para a votação da próxima reunião deliberativa.

O Senador Hélio José com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, nobres Senadores, nobres ouvintes, o Governo havia orientado pedir vista, mas dentro da situação colocada e da compreensão colocada pela nossa Líder, inclusive em diálogo com o nobre Senador Paulo Paim, o objetivo do Governo é não criar dificuldades nessa questão da discussão das PPPs. O objetivo do Governo eu tenho certeza de que é tão nobre quanto o do Senador Paulo Paim, é protetivo em permitir que haja penitenciárias realmente que atendam os preceitos dos direitos humanos, está certo? E nós não temos dúvida de que o projeto tem que correr. Então, eu queria só registrar isso, que a posição externada no entrevero não é a posição do Governo, a posição do Governo é a que a Senadora Rose de Freitas havia falado com V. Exª. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, o Senador Hélio José tranquiliza a mim, porque eu tinha uma informação do Governo e que agora o Senador Hélio José, que é Vice-Líder, confirma.
Então, isso... O pedido de vista é legitimo, o Senador usou o instrumento que está no Regimento e consequentemente pessoal o que fica aqui, eu acho, que de positivo para nós todos é que o Governo, via o Senador Hélio José e a Senadora Rose de Freitas, sinaliza que não criará obstáculos para a votação do projeto na próxima semana em que tivermos reunião deliberativa.
Vamos já marcar o dia. Qual é a próxima reunião deliberativa?
Então, sem ser na próxima, na outra semana. Nós temos praticamente 15 dias, não é Senador Hélio José? Se tivermos que fazer algum pequeno ajuste nós o faremos. O.k., pessoal?
Então, uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José o requerimento de V. Exª que eu coloco em votação neste momento, ouvindo o autor.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor, me dá o conteúdo.
Muito obrigado, Senador Paulo Paim.
O requerimento que a gente faz a esta Comissão, nobre Senador Paulo Paim, com amparo no art. 58 do Regimento Interno do Senado Federal, é a realização de uma audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater os problemas do Metrô, indicando os seguintes a serem ouvidos: Sr. Marcelo Dourado, Diretor-Presidente do Metrô; Sr. Marcos Dantas, Secretário de Estado Mobilidade do DF; Sr. Leonardo Bessa, Procurador-Geral de Justiça do DF; Sr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público-Geral do DF; Sr. Carlos Penna Brescianini, mestre em Ciência Política e ex-Coordenador do Metrô/DF; representante da comunidade e representante dos estudantes universitários.
O que transcorre? Já tivemos uma audiência pública sobre esse importante tema aqui nesta Casa. Essa aqui seria a segunda audiência púbica dando sequência a essa importante política pública que eu, V. Exª e demais colegas aqui colocamos na Constituição no ano passado, que é o direito do transporte com a política social.
Então, nós vamos estar fazendo essa audiência pública sobre o Metrô.
Muito obrigado, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.
Senador Hélio José chegou aqui uma sugestão para que fosse incluído também, como convidado, pode sugerir aqui, fale para ele, ele vê...
Então, incluímos também como convidado o Sr. Wilmar Lacerda. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128, de 2016
- Não terminativo -
Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas do Metrô/DF".
Autoria: Senador Hélio José.)
Incluímos no requerimento da Senadora Fátima Bezerra, RDH 141: acrescentar o Economista Felipe Rezende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Lembrando que eu havia também proposto, fique bem claro aqui, a entidade vinculada aos professores do ensino privado, que estiveram hoje pela manhã. Eu colocaria o nome da entidade em seguida.

Isso também já foi aprovado.

O.k.?

Não havendo mais nada a deliberar nesta reunião, damos por encerrada, antes dizendo àqueles que aqui assistiram a um debate um pouco mais duro, que é normal no Parlamento, e foi bom porque construímos o entendimento. Deu tempo para que o Senador Hélio José conversasse com a Senadora Rose de Freitas durante aquele período. Ajustamos, então, que o Governo não criará obstáculo para a votação do projeto, sem ser nesta quarta, na outra quarta... Sem ser nesta quarta, na outra, ninguém tem um calendário aí? Dia 9 de novembro, porque dia 2 é feriado. É isso? Dia 2 é feriado, senão seria já no dia 2. Então, fica para o dia 9 de novembro a votação do PL. Feito, pessoal?

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte D'Ivoire (Costa do Marfim)." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 85, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria." O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usam a palavra o Senador Edison Lobão, o Senador Lasier Martins, o Senador Hélio José e o Senador José Agripino. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares. O Presidente faz a leitura de pergunta de cidadão brasileiro recebida via *e cidadania*, já respondida pelo Embaixador. Usam a palavra o Senador José Agripino e o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Ricardo Ferraço. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente autoriza a saída dos Senhores Embaixadores para dar seguimento à pauta da Reunião. EXTRAPAUTA: ITEM 3) REQUERIMENTO Nº 659 de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar se do País, no período de 02 a 11 de outubro de 2016, para participar da 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, organizado pela Confederação Nacional da Indústria. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. ITEM 4) REQUERIMENTO Nº 671 de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 11 de outubro de 2016, para participar da 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período indicado." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 682 de 2016, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento do país para participar de "Seminário para Líderes Políticos da Confederação Israelita do Brasil" (CONIB) e da Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), na qualidade de Representante da Casa, evento a ser realizado no período de 06 a 13 de novembro de 2016, no Estado de Israel. Requer, ainda, que a autorização se reporte ao interregno do dia 04 ao dia 15 do mês citado e comunica que deverá estar ausente das atividades da Casa no período citado." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Convido os nossos sabatinados de hoje para que ocupem a mesa ao meu lado.

Srs Senadores, nós temos, hoje, na nossa Comissão duas sabatinas. A primeira delas é a do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, que é Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador no Brasil na República da Côte D'Ivoire (Costa do Marfim).

Aliás, oficialmente, o Governo brasileiro se refere a esse país como Côte D'Ivoire ou Costa do Marfim?

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Aparentemente houve um pedido do governo local que passasse a ser esse o tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Côte D'Ivoire?

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Côte D'Ivoire. Mas, em comunicações, por exemplo, no Itamaraty, usam-se os dois, tanto Costa do Marfim como Côte D'Ivoire. Mas acho que o termo oficial é Côte D'Ivoire.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, República da Côte D'Ivoire e, entre parênteses, (Costa do Marfim), que é a tradução.

E nós temos também aqui, à minha esquerda, o Sr. Marcel Fortuna Biato, Ministro de Primeira Classe, que foi indicado para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

Passo, em primeiro lugar, a palavra ao Embaixador Bruno dos Santos Cobuccio.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que é uma honra enorme estar aqui para falar um pouco das nossas relações com a Côte D'Ivoire e quais serão os meus objetivos mais imediatos ao chegar em Abidjã.

A Côte D'Ivoire conheceu um período de alta instabilidade, de crise econômica e crise política, de 1999 até quase 2011. O país viveu uma alta instabilidade, com um processo de guerra civil, e isso teve uma influência muito negativa nas relações bilaterais. Houve, nesse período, um relativo distanciamento e uma perda de densidade nas relações entre o Brasil e a Côte D'Ivoire.

O que ilustra esse enfraquecimento é o fato de a última reunião da comissão mista entre os dois países ter sido realizada em 1987. Então, o quadro é que você tem, a partir da normalização da eleição do Presidente Ouattara e o término da guerra civil, a Costa do Marfim conheceu, nos últimos quatro anos, um crescimento econômico extremamente significativo, com taxas de crescimento de 8%, 10% ao ano.

Hoje, há um *boom* econômico, com o retorno dos investimentos estrangeiros que saíram da Costa do Marfim.

Abidjã, que, até os anos 90, era considerada a Paris da África, está retomando, pouco a pouco, esse papel, recuperando o tempo perdido. E o Brasil tem se aproveitado dessa recuperação da Costa do Marfim? Este é o grande problema: o Brasil, hoje, é o grande ausente desse fenômeno de recuperação, que não se tem refletido em aumento das nossas exportações, em aumento dos nossos investimentos, em contatos políticos de alto nível. Há um marasmo muito grande, e o meu principal objetivo, a minha principal meta é tentar reverter rapidamente essa situação.

A Costa do Marfim, hoje, é a terceira economia da África Ocidental; é um país com uma economia diversificada, é um país um pouco *sui generis* na África, porque não depende de um único produto, não é um país exportador de petróleo, mas é um país que tem uma agricultura muito diversificada. Então, a Costa do Marfim, hoje, é o primeiro produtor e exportador mundial de cacau. Os preços internacionais do cacau dispararam, porque os chineses começaram a comer chocolate. Portanto, eles estão vivendo um período de bonança enorme. Além disso, a Costa do Marfim é um produtor muito importante de castanha de caju. Hoje o Brasil importa castanha de caju da Côte D'Ivoire. É produtor de borracha, tem um pouco de petróleo. Então, é um país que cresce – além do setor de serviços também. Por que o que acontece?

Até os anos 90, a Costa do Marfim atraía o setor bancário. Por exemplo, vários bancos ali regionais tinham sede na Costa do Marfim. Eles saíram, com a guerra civil, e estão voltando agora. E há um processo de criação de uma classe média muito dinâmica, que consome, etc..

Mas, infelizmente, isso não se tem refletido em termos de exportações brasileiras. Eu vou adiantar alguns números, que são realmente terríveis e que mostram o marasmo, a atonia do comércio bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

As exportações brasileiras para a Côte D'Ivoire decresceram quase 35% entre 2006 e 2015. Em 2006 eram por volta de US$73 milhões, hoje são de US$47 milhões. Quer dizer, em vez de o Brasil ter avançado, o Brasil recuou, deixando espaço para outros países.

Hoje os nossos competidores não são a França, a China; hoje estamos competindo com o Marrocos, com a Turquia, e estamos em posição desfavorável – eles estão avançando, e nós estamos recuando.

Por exemplo, hoje qual a importância, o peso das exportações brasileiras dentro do total das importações da Côte D'Ivoire? Elas não chegam a 0,6%. Quer dizer, é ridículo.

Então, é este o meu primeiro desafio: tentar mobilizar exportadores e criar uma nova atmosfera de negócios, para que possamos avançar.

Contam os que conheceram a Côte D'Ivoire, nos anos 80, que a participação brasileira já foi muito mais importante. Nós tínhamos agência do Banco do Brasil lá, exportávamos material militar, exportávamos aviões, automóveis; e, hoje, exportamos muito pouco. E a Côte D'Ivoire tem, como eu já adiantei, uma classe média embrionária, mas que consome muito. Então, há grandes expectativas de negócios, sim.

Agora, o porquê dessa situação de marasmo, de onde derivam esses obstáculos. Então, nós tínhamos basicamente três grandes empecilhos que estavam obstaculizando a nossa presença na Côte D'Ivoire.

A primeira. Hoje, eu recebi notícia – e agradeço muito aos Srs. Senadores – sobre o tema da renegociação da dívida soberana marfinense. Hoje foi resolvido esse tema, e foi sacramentada a aprovação pelo Senado Federal do perdão da dívida soberana da Costa do Marfim com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um esclarecimento, se me permite.

Eu tive informação de que havia uma série de projetos de decretos legislativos que estavam parados na Comissão de Assuntos Econômicos; todos eles tratando do tema do reescalonamento da dívida que foi celebrado entre Brasil e o governo da Côte D'Ivoire, nos termos preconizados pelo Clube de Paris. Isso estava parado. Ontem mesmo, eu falei com a Senadora Gleisi Hoffmann, que preside a comissão, e, hoje, ela, muito diligentemente, já incluiu na Ordem do Dia. A matéria foi aprovada; o Relator foi o Senador Roberto Requião; de modo que nós temos a expectativa de poder levar a matéria para o plenário ainda hoje.

De modo que o senhor vai chegar à Côte D'Ivoire já com esse problema resolvido.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Vou entrar com o pé direito, porque isso vai nos abrir possibilidade de financiamento para exportações brasileiras e vai criar um clima muito mais amistoso entre os dois países. Então, esse tema já está resolvido.

Outro obstáculo, outro problema que ainda, infelizmente, continua em vigor é a proibição ainda vigente das importações de cacau da Costa do Marfim pelo Brasil, que estão suspensas desde 2012, quando ocorreu um carregamento de cacau com problemas, infectado por insetos. Aí houve o veto do Ministério da Agricultura. Esse problema até hoje não foi solucionado. E isso seria muito importante. Uma das primeiras ações minhas lá é retomar o contato com o Ministério da Agricultura e ver o que está acontecendo, para tentar superar rapidamente esse problema, porque o governo da Costa do Marfim, desde 2012, vê essa proibição como uma prática protecionista brasileira. Isso cria um clima negativo, inclusive com falta de apoio da Costa do Marfim a candidaturas brasileiras a organismos internacionais, com o alijamento de empresas brasileiras de concorrências públicas para realização de obras de construção civil, etc. Então, esse é um tema muito importante que vou tentar retomar rapidamente para ver se nós podemos superar isso.

E o outro problema, que é fundamental também, é a falta de contatos de alto nível e da institucionalização de uma comissão mista entre o Brasil e a Costa do Marfim.

O tema dos contatos de alto nível é um pouco constrangedor, porque causa uma grande frustração para as autoridades da Costa do Marfim o fato de o Presidente Ouattara nunca ter sido convidado para vir ao Brasil. Quer dizer, o Presidente Ouattara, que tem uma atividade internacional e cultua muito isso da diplomacia presidencial, viaja pelo mundo todo, é recebido por todo o mundo e já manifestou inúmeras vezes a vontade de vir ao Brasil, de ser convidado para vir ao Brasil, com quem a Costa do Marfim tem inúmeros assuntos importantes – o tema do cacau, por exemplo. Só para ilustrar, a Costa do Marfim, a Organização Internacional do Cacau, cuja sede é em Londres, vai passar, a partir de 2017, para Abidjã. Então, nós, obviamente, temos interesses comuns.

Então, é fundamental que sejam restabelecidos os contatos de alto nível, porque acho que isso vai pavimentar uma relação, vai possibilitar a densidade das relações políticas entre os dois países. Porque isso é visto com certo ressentimento; quer dizer, na África – em qualquer lugar do mundo, mas ainda mais na África, onde eu estou há cinco anos, chefiando o Gabão –, os africanos são extremamente simpáticos, abertos, mas eles adoram esse contato pessoal. É fundamental esse contato pessoal.

Enfim, não sei por que razão, não sei dizer... Também o grande desafio meu no Gabão, com o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ali Bongo, foi trazê-lo ao Brasil em uma viagem oficial. Infelizmente, por um problema de agenda da ex-Presidente não foi possível. Não foi possível, e isso causa constrangimento. O Presidente Bongo, no Gabão, tem o problema da imagem da família Bongo, etc., mas é recebido por todo o mundo. Ele foi recebido pelo Presidente norte-americano, pelo Presidente francês – inúmeras vezes, na França –, pelos ingleses, por todo o mundo. Circula pelo mundo todo e não pôde vir ao Brasil. Então, no caso do Presidente Ouattara – e esse tema da dívida também vai criar uma nova dinâmica –, seria muito importante para nós que isso se concretizasse.

Então, acho que é esse o quadro. O quadro é de um país *sui generis* na África, um país dinâmico. É um país que cresce; tem atraído investimentos estrangeiros significativos. Dizem as pessoas que estiveram, recentemente, em Abidjã que é uma capital em pleno *boom*, em plena transformação, com supermercados franceses, um aeroporto moderníssimo, com dois voos diários para Paris. É um país que se abre ao mundo, e existe o desafio de torná-lo um país emergente até 2020.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Essa é a economia da África.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Da África Ocidental. Tem 25 milhões de habitantes. Quer dizer, é um país que, de longe, é diferente da grande maioria dos países africanos, que têm problemas de marasmo econômico, falta de perspectivas e concentração da produção em um único produto.

A Costa do Marfim é um país diferente, e é esse o quadro. Acho que abre enormes oportunidades para exportações brasileiras.

Quando eu estive no Gabão, nós conseguimos concretizar uma operação comercial importante com a venda de ônibus brasileiros pela Marcopolo – nós conseguimos vender 150 ônibus para as autoridades gabonesas. A Costa do Marfim também já manifestou interesse em compra de ônibus, porque eles precisam modernizar toda a... A capital cresce a taxas significativas, e o transporte urbano é caótico; eles precisam de ônibus e sabem que os ônibus brasileiros são os mais adequados para a África, por suas condições de umidade, clima tropical, etc. Os ônibus brasileiros são muito competitivos. Já estabeleci contatos com os diretores da Marcopolo e já existem perspectivas muito interessantes para nós na Costa do Marfim.

Então, é esse o quadro.

Fico aqui à disposição dos senhores para qualquer dúvida, qualquer pergunta.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Nós vamos ouvir agora o Embaixador Biato, que foi indicado, como eu disse, para nos representar na Agência Internacional de Energia Atômica e organismos internacionais conexos, com sede em Viena.

V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Boa tarde, Sr. Senador Aloysio Nunes, Presidente da Comissão, e demais Senadores presentes, em particular o Senador Jorge Viana, Relator da minha mensagem.

Em preparação para esta sabatina, eu tive a oportunidade de visitar inúmeras das instalações brasileiras e agências envolvidas no setor nuclear brasileiro. Estive em São Paulo, no Centro Tecnológico da Marinha; em Aramar, onde se está construindo um reator em terra do que vai ser o motor do submarino nuclear; estive em Angra dos Reis, onde se gera 40% da energia elétrica do Estado do Rio; estive no Ipen, em São Paulo, onde grande parte dos radiofármacos usados em tratamentos de medicina nuclear no Brasil são produzidos. E, dessa viagem, eu ressalto uma constatação importante e um desafio: a constatação é que o Brasil é um País dos melhor situados para usufruir das suas enormes potencialidades nesse setor. Nossa reserva de urânio é das maiores do mundo; é dos poucos países que dominam o ciclo de enriquecimento do urânio; temos centros de pesquisa avançados, sobretudo na área de Medicina. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil é um País que tem dificuldade em produzir urânio, extrair da terra, apesar dessa reserva. Temos o ciclo do combustível, mas não o temos em escala comercial, e temos centros de pesquisa que têm sérias deficiências de recursos materiais e humanos.

A pergunta que fica diante desse cenário é: qual é o papel que a Agência Internacional de Energia Atômica Nuclear pode desempenhar para colaborar? Há em curso no Brasil, de uma forma ainda incipiente, um esforço de relançar, reformular, quem sabe, refundar a política nuclear brasileira, que está muito segmentada, muito dividida, e o resultado é uma incapacidade do enfrentamento desses pontos que eu acabo de ressaltar.

A pergunta que fica, então: qual é o papel dessa agência e, portanto, qual é o papel que a missão do Brasil e a diplomacia brasileira deve e pode desempenhar lá? Eu queria ressaltar três ou quatro aspectos que acho que dão o tom. O primeiro deles é cooperação técnica. A agência tem uma longuíssima tradição de oferecer cooperação técnica, contribuiu muito para que o Brasil chegasse ao estágio atual e tem colaborado em alguns temas de extrema sensibilidade, inclusive política, no curto prazo. Por exemplo: existe uma fábrica de moscas que trata de produzir, usar a técnica de inseto estéril, como está se fazendo no caso da zika, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

exitosa, lá em Juazeiro. Eu, inclusive, estarei indo lá amanhã visitar, porque há uma possibilidade de revitalizar esse projeto, que está um pouco abandonado por uma série de razões, e ver se nós conseguimos ou do Governo brasileiro, ou via agência, quem sabe, financiamento para retomar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Explique um pouco o negócio da fábrica de moscas.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – É um pouco que está tentando reproduzir, no caso do vírus da zika. Rapidamente, eu comento que, no começo deste ano, o Brasil sediou um seminário patrocinado pela Agência Atômica sobre desenvolver técnicas para o enfrentamento desse problema. É uma técnica biológica, uma arma biológica. Basicamente, trata-se de neutralizar, através de instrumentos; com radioisótopos, você neutraliza a pupa, no estágio ainda embrionário; o macho fica neutralizado, estéril e, portanto, quando copula com as fêmeas, que vão se multiplicando, não há uma nova geração de insetos. Como eu disse, no caso da mosca da fruta, no Vale do São Francisco, tem sido extremamente exitoso. Tão exitoso que esse programa praticamente foi desativado, com prejuízo para os funcionários, para a sustentação do projeto e aquela capacitação técnica. Nós estamos aqui tentando ver como é que a gente, de alguma forma, relança. Essa minha visita lá está um pouco ligada a isso. Não preciso, então, dizer a importância que isso tem para a zika.

Então, o senhor veja a sinergia entre a capacidade que o Brasil tem. Parece que reproduzir mosquitos não é uma coisa fácil; embora pareça que eles venham quase que por geração espontânea, produzi-los em condições tecnicamente laboratoriais é complexo. Lá em Juazeiro eles o fazem muito bem, e a gente queria, então, que essa técnica fosse reproduzida para o zika em outros laboratórios no Brasil. São exemplos muito significativos.

Ao mesmo tempo, o Brasil oferece o exemplo desse seminário que eu mencionei. O Brasil é uma referência em matéria de energia nuclear para usos pacíficos na região. O único hospital para tratamento de pessoas irradiadas ou impactadas com energia nuclear é o Marcílio Dias, no Rio de Janeiro. Várias pessoas da América Latina que sofreram algum tipo de radiação vieram se tratar no Marcílio Dias.

Um segundo grande capítulo, que não está desvinculado do primeiro, é o desenvolvimento tecnológico. A grande questão que se coloca aí é que a agência, claro, oferece cooperação, mas, sobretudo, que não seja uma restrição, que ela não ofereça barreiras de desenvolvimento tecnológico pelas razões que nós conhecemos: episódios relativamente isolados, ao longo dos anos, em função dos quais certos países desenvolveram tecnologia bélica nuclear à margem ou à revelia da agência. Portanto, coloca-se a questão de maiores barreiras, maiores controles.

E, nesse campo, há três ou quatro instâncias, todas ligadas à agência. O primeiro é o Grupo de Supridores Nucleares, do qual o Brasil faz parte, que tem como objetivo, provocado pela bomba indiana de 1974...

Desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Deve ser um mosquito. Acho que é um mosquito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se alguém que está com esse assobio pudesse desativá-lo, porque cada vez eu levo um susto... Ouço o assobio e acho que é alguém entrando aqui assobiando, alegre. Se fosse possível desativar o assobio, eu agradeceria.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Então, a questão que se coloca é como impedir que restrições a exportações venham a atingir a produção brasileira. Os exemplos mais claros, nesse contexto geral, são as usinas de Angra e o programa do submarino nuclear. Ambos sofreram por diferentes razões, sobretudo o submarino, que tem um componente militar, bélico, pacífico, não é uma arma, digamos, ofensiva, é uma arma defensiva. Então, tem impactado enormemente e elevado os custos brutalmente, sobretudo desse projeto e de outros vinculados.

Isso significa, na prática, que, então, o Brasil considera que é preciso resguardar a capacidade de desenvolver uma tecnologia autônoma. Se você tem restrições a exportações de bens sensíveis, às vezes extremamente pequenos, mas que são cruciais para o desenvolvimento tecnológico e que possuem, às vezes, dois ou três fornecedores no mundo inteiro, porque há um cartel, há um oligopólio numa área tão estratégica e tão custosa, então, para o Brasil é fundamental que se preserve a capacidade de desenvolvimento. E a agência é um fórum em que essa discussão é colocada, porque é lá que se discutem as salvaguardas.

Um caso que os senhores todos conhecem muito bem é o episódio que aconteceu em Resende, onde fica a nossa fábrica de produtos nucleares. Em 2004, quando o Brasil passou a produzir combustível nuclear lá, numa escala mais significativa – atende *grosso modo* 30% da demanda de Angra I e II –, houve uma campanha feroz, ferrenha de setores da comunidade internacional, muitos de má-fé, outros com agendas paralelas, alguns legitimamente preocupados, que queriam que o Brasil, primeiro, não tivesse, claro, que importasse o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

combustível, ou que abrisse de tal maneira o acesso à cadeia produtiva para verificar que não havia desvio de urânio para usos militares, o que implicaria, digamos, a perda de qualquer capacidade de guardar os nossos segredos tecnológicos e comerciais. Houve um embate pesado durante vários meses, mas a posição do Brasil acabou prevalecendo.

Outro grande e penúltimo tema que eu mencionaria que é afeto a isso é a agenda do desarmamento. Os senhores certamente se recordarão de que o principal instrumento de debate ou de negociação internacional na agenda nuclear é o Tratado sobre a Não-Proliferação, que o Brasil assinou já no final dos anos 90. Esse tratado era uma barganha. Em troca de reconhecer que os países nuclearmente armados tinham a legitimidade de assim ser e assim continuar, sem qualquer tipo de controle, salvaguarda ou supervisão, eles prometiam, um, caminhar em direção ao desarmamento nuclear, e, segundo, já mencionei aqui, resguardar o direito ao desenvolvimento tecnológico e nuclear para fins pacíficos.

Nós vimos aqui algumas das razões.

Essa barganha não tem sido respeitada e o que acabo de descrever é sintomático. Quer dizer, há uma série de tentativas que estão em curso ainda hoje; o episódio do Irã, o que está hoje ocorrendo é que há um acordo com o Irã muito mais rigoroso do que prevê o Tratado sobre a Não-Proliferação, e há uma tentativa de, digamos, universalizá-lo; que ele passe a ser não só uma opção usada com o Irã, mas que todos terão que aceitar.

A mesma coisa acontece com o Protocolo Adicional, que é um mecanismo também de mais intrusividade nas salvaguardas, pelo qual algo que foi criado por conta das preocupações com o Irã há décadas seja obrigatório. Então há uma pressão crescente.

E, para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi por isso que o Brasil demorou para subscrever esse Tratado?

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Claro, claro, assim como há um debate hoje sobre o Protocolo Adicional. Não é a mesma coisa, mas é um debate que se coloca sobre prós e contras.

O resultado disso tudo é que o Brasil se vê diante do desafio de, de um lado, levar adiante a sua agenda; assegurar que, no âmbito multilateral, não se criem novas barreiras, e, ao mesmo tempo, para que essa equação funcione, ter a legitimidade e a credibilidade como ator que tem coerência e consistência na sua agenda política nuclear interna, mas que também age no contexto internacional dessa maneira.

Então esse é o equilíbrio que nós temos que buscar.

Enfim, há vários outros elementos que eu poderia detalhar, mas não vou. Eu queria basicamente concluir, para não levar muito mais tempo, dizendo que, nessa campanha, nós temos alguns ativos. Nós temos um programa nuclear de geração há 20 anos sem acidentes; nós temos um projeto de submarino que, a meu ver, não deve ser apresentado – uma opinião pessoal – como o Brasil protegendo a sua zona exclusiva ou o Brasil patrulhando as suas costas. Isto, sim, é relevante, mas não faz mais sentido. Quem sabe arguirmos que esse é um passo adiante daquele projeto ainda dos anos 80, das Zopacas do Atlântico Sul, de proteção? Por que o Brasil não pode se projetar como um país que quer colaborar para a governança internacional dos oceanos, por onde passam 90% do comércio e talvez 40% dos alimentos do mundo?

Ou seja, o Brasil quer e deve ser um ator, e acho que essa é uma maneira de legitimarmos e fazermos com que um debate muitas vezes estéril em torno do submarino, por que nós queremos ou não, possa ser enfrentado.

Para concluir, tudo isso exige, em última análise, recursos. O Brasil infelizmente, por razões que abarcam, digamos, toda a agenda multilateral brasileira, está com atrasos bastante severos. Isso tem dois agravantes: o primeiro é um número de vários anos, e o segundo é que a agência é custosa. Então, a nossa dívida na agência internacional já está na casa dos 30, 30 e tantos milhões de dólares, o que significa que, um, nós já perdemos o voto numa das agências afins, que controla...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desculpe a interrupção, mas tenho que dar uma notícia.

Hoje, a Comissão Mista de Orçamento aprovou um projeto enviado pelo Presidente Temer para que o Ministério das Relações Exteriores, o Governo brasileiro possa regularizar esse pagamento.

Isso foi aprovado ainda hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, e, na próxima sessão conjunta, Câmara e Senado, ele será aprovado no plenário, tenho certeza, por acordo amplo entre todos nós. De modo que o senhor vai chegar lá também com essa situação já arrumada, assim como o senhor vai chegar à Côte D'Ivoire já falando grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Muito obrigado.

Isto é o PL, o projeto...?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Ah, que bom! Bem, falava-se em 3 bilhões. Não sei se é esse o número, mas, enfim, é o caminho certo, e eu fico muito aliviado com essa notícia, porque nós já tínhamos perdido o direito de voto nessa outra agência e iríamos perder a partir de 1º de janeiro na agência, assim como no fundo que rege a cooperação técnica.

Sendo assim, uma excelente notícia que só reforça o que eu acho, que o Brasil está avançando nesse processo de redefinição de gerenciamento da nossa agenda.

Enfim, era um pouco isso que eu queria dizer, de forma abreviada, e queria dizer que, caso os senhores acharem por bem aprovar meu nome, esta é, de uma forma muito simplificada, a agenda à qual eu gostaria – e pretendo – de me dedicar. Conto com a colaboração e estarei, permanentemente, à disposição dos senhores lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador Biato.

Bem, nós vamos agora às intervenções dos Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Lobão, por cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Cobuccio, do qual, nesta sabatina, tive a honra de ser o Relator, Sr. Embaixador Biato, a Costa do Marfim – já chego lá –, descrita em sua economia e sua atividade política pelo Embaixador Cobuccio, é, sem dúvida, um país de extrema importância para nós. Desafortunadamente, não demos à Costa do Marfim, assim como a outros países, a saber à África, a importância que a eles deveria ser atribuída, mas tenho a esperança de que, com a nova gestão e com a ação do nosso novo Embaixador na Costa do Marfim, possa-se retomar uma agenda que seja construtiva aos interesses dos dois países.

No caso da Agência Internacional de Energia Atômica, eu creio que regredirmos um pouco à gênese, às origens, do Programa Nuclear Brasileiro não nos faria mal. Eu era jornalista e me lembro de que, há 40 anos, Senadora Ana Amélia, um conterrâneo de V. Exª, o Presidente Geisel, me dizia que estava autorizando a criação de uma empresa para que se embrenhasse um pouco na questão da energia nuclear, considerando o fato de que, em primeiro lugar, nós detínhamos a segunda ou terceira maior reserva de urânio do mundo. Ele entendia que nós precisávamos explorar isso e adquirir conhecimentos pelo menos para o enriquecimento do urânio e a sua exportação. O segundo ponto, que, à época, eu considerei importante e considero ainda hoje, depois de ter passado pelo Ministério de Minas e Energia sobretudo, é o fato de que nós temos uma capacidade por instalar de energia hidráulica da ordem de 200 mil megawatts no Brasil.

Estamos hoje com 130 mil de energia total, dos quais cerca de 80 mil megawatts de energia hidráulica.

O que ele pretendia dizer com aquilo é que, dentro de alguns anos ou dentro de algumas décadas, nós esgotaríamos a nossa capacidade nessa matriz. Portanto, seria o caso de se desenvolver uma outra matriz, que seria a matriz limpa que muita gente contesta, mas não é verdadeiro, da energia nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu também acho. Estou inteiramente de acordo.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Também ela não é tão cara, na medida em que se pode instalar a usina à margem, na fronteira do consumo, e não com distâncias muito grandes, que demandam, que exigem uma transmissão caríssima e a manutenção dessa transmissão, também muito cara, além das perdas ao longo do trajeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A campainha é automática. Ela se desencadeia sem nenhum controle.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Mas eu posso também interromper aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não, não. (*Risos.*)

Não, é que ela desencadeia assim.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Bom, ao longo do tempo, ao longo da utilização da energia nuclear no mundo, verificou-se que alguns países mantêm a sua desconfiança. É o caso recente da Alemanha, que interrompeu sua produção nuclear, mas prosseguiu importando energia nuclear da França, que tem hoje 80% da sua matriz de energia nuclear. Foi o caso do Japão com o acidente, que não decorreu do fato de ser a usina forte ou fraca e, sim, de um tsunami, que poderia arrebentar também até as comportas de uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

hidrelétrica. Outro acidente aconteceu em Chernobyl, em razão de ser uma das primeiras usinas do mundo feita a martelo, e não a ciência, sem nenhuma manutenção. As usinas nucleares exigem manutenção anual, com a sua paralisação por 30 dias.

No caso brasileiro, estamos cumprindo rigorosamente esse protocolo, e o resultado disso é que as nossas duas usinas estão sendo consideradas entre as melhores do mundo – as usinas brasileiras nucleares.

Enfim, quero com isso dizer que a energia nuclear hoje já se mede por mais de 460 unidades espalhadas pelo mundo e que tem na China hoje e na Rússia, além de outros países, um grande viveiro para a construção de novas usinas. A China, construindo ao mesmo tempo, dezenas de usinas; a Rússia por igual; os Estados Unidos vão intensificar a sua política nuclear.

Esse é o nosso futuro, a meu ver, em matéria de energia elétrica, sem perda de vista da energia eólica, da energia solar, que virá depois, e de outras fontes que também constituirão a matriz brasileira ou constituirão a matriz de outros países.

A cidade de São Paulo realiza estudos sobre energia solar. Esse estudo conclui, na sua primeira fase, que, dentro de 60 anos a 70 anos, nós teremos energia solar em condições de abastecer o mundo inteiro duas vezes só com as placas instaladas nos desertos do Planeta.

Mas daqui até chegarmos lá, nós temos uma estrada muito longa. Acho, Sr. Embaixador Biato que, de fato, essa agência é de grande importância, até para fiscalização daqueles que insistem em lograr a legislação internacional, enganar a legislação internacional, que é o caso de um país que recentemente fez explodir um artefato nuclear. Para esses é preciso que a agência seja rigorosa e não para o Brasil, que tem uma política hesitante, titubeante, tartamudeante. O Brasil, penso, deveria ser inclusive estimulado na sua política nuclear, porque ela é submetida rigorosamente aos protocolos internacionais.

Não desejo fazer indagações a V. Exª, até porque a campainha já me advertiu, mas quero cumprimentá-lo pelos conhecimentos que exibe nesta matéria, lembrando que os primeiros passos da nossa legislação no Brasil foram dados por um embaixador, Paulo Nogueira Batista, que havia sido encarregado pelo Presidente Geisel de tomar essas providências iniciais e tentativas.

Sucesso aos dois ilustres embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Lobão, que trouxe ao conhecimento da Comissão comentários muito úteis, informados pela sua passagem muito importante pelo Ministério das Minas e Energia do Brasil.

O Senador Jorge Viana precisou se retirar, porque foi assumir a Presidência da sessão plenária. S. Exª está esperando nós terminarmos a deliberação, inclusive para podermos, se houver quórum regimental, levar ao plenário a indicação dos dois embaixadores.

Tem a palavra agora o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado Presidente Aloysio, Srs. Embaixadores. Cheguei um pouco atrasado na Comissão hoje, porque estava no plenário, era hoje o primeiro inscrito. Não sei se o que quero perguntar já não foi enfocado, mas uma curiosidade com o embaixador Marcel, um prognóstico com relação à Coreia do Norte.

É sabido que a Coreia do Norte tem rejeitado inspeções da Agência de Energia Atômica há muitos anos. No entanto, eles vêm fazendo testes nucleares – e há poucos dias aconteceu mais um. Há notícia de que eles estão preparados para uma ogiva nuclear. Tudo isso viola as disposições do Conselho de Segurança da ONU. Esse senhor que manda lá tem um nome tão complicado quanto parece ele ser complicado, o Sr. Pyongyang, representa um perigo para a humanidade.

Então, embaixador Marcel, o que V. Sª acha de tudo isso? Como é vai acabar, se é que vai ter algum fim, ou nós vamos viver permanentemente sob essa expectativa, sob essa tensão? Essa é a minha pergunta.

Com relação ao Embaixador Bruno Cobuccio, pelo que li, parece que nossa relação maior é com troca de conhecimentos com a Costa do Marfim na área da piscicultura, da pesca. Seria só isso? E se isto existe, em qual estágio está? O Brasil tem ganho, tem aproveitado alguma coisa nessa área?

Bem objetivo, Sr. Senador Aloysio, para não protelar, já que estão nos esperando lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor se referiu ao atual dirigente da Coreia do Norte, que nos ameaça com a bomba. Ele é neto do Kim Il-sung, que nos ameaçava com coisas ainda mais graves. Ele se considerava poeta, romancista, historiador, chefe militar. Na minha mocidade, um dos trotes mais engraçados que costumávamos aplicar era escrever para a Embaixada da Coreia do Norte e pedir para mandar para alguém, para a vítima, as obras completas do Kim Il-sung. Não parava de chegar: em espanhol, em russo, em coreano, em japonês, em inglês. Aquilo não parava nunca, eram pilhas de livros que eram endereçados para a casa da pobre vítima. Era um fato gravíssimo. (*Risos.*)

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então está inscrito, já pode falar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sendo rápido e objetivo.

Dirijo-me ao nosso querido Marcel Fortuna Biato, que vai nos representar na Agência Internacional de Energia Atômica. Gostaria de saber, Marcel, o seguinte: sou do setor elétrico, sou engenheiro eletricista, trabalhei no Ministério de Minas e Energia por dez anos de minha vida; trabalhei três anos na Eletronorte e 26 anos na Companhia Energética de Brasília (CEB) e posso dizer da importância da energia para o nosso desenvolvimento, para o nosso País.

O Brasil é um País que tem uma boa produção de urânio e uma boa condição de explorá-lo, com estudos que tornam mais segura essa exploração. Gostaria de ouvir de V. Exª como é que vai trabalhar para nos bem representar nessa associação, nessa agência internacional, para conseguir que nossos interesses – principalmente nessa área – caminhem de forma adequada. Que possamos de fato, tornar realidade a previsão do Ministério de Minas e Energia, que até 2050 prevê mais algumas usinas atômicas em nosso País. É uma energia boa, barata e tem que ser segura. Então quero ouvir também o parâmetro da segurança com relação a essa questão.

E também sobre Angra 3, que está aí a vida inteira e nunca termina, é Lava Jato para lá, Lava Jato para acolá... Temos que tentar concluir essa obra. O que V. Exª pensa sobre isso?

Sou um entusiasta – para concluir a fala de V. Exª aqui – das energias alternativas. Acho que as energias solar fotovoltaica e heliotérmica são duas tecnologias importantes nas quais o Brasil precisa investir e melhorar nessa questão. Além da alternativa das PCHs, pois temos milhares de rios inaproveitados. Há a questão do lixo, porque nós temos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que poderia juntar-se, no bom aproveitamento do lixo orgânico, para geração de energia, e outras questões importantes nessa área da biomassa.

Então eu queria ouvir V. Exª nessa linha e cumprimentá-lo por essa importante indicação numa área tão importante para o desenvolvimento do País.

O Bruno Luiz dos Santos Cobuccio vai para um país importante para nós também, porque é um grande produtor de café, é um parceiro, uma porta boa de entrada na África.

Seria importante ver, Bruno – eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo –, como ampliar o intercâmbio com Costa do Marfim, o que nós poderíamos fazer.

Sobre o café também, em nível do comércio internacional, como nós poderíamos ter acordos melhores com a própria Costa do Marfim, Colômbia, Gana e outros países que são âncoras nessa questão; e como nós poderíamos investir em energias alternativas em intercâmbio com Costa do Marfim, que está numa linha boa, próxima do Equador, uma solimetria altíssima, e que junto com a gente poderia desenvolver algumas boas tecnologias na área de energias alternativas.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado Senador Hélio José.

Senador Agripino, V. Exª tem a palavra. Depois encerramos as inscrições.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de desejar muito boa sorte ao Embaixador Bruno na Côte d'Ivore. Vai exercer funções num País africano irmão, que tem algumas identidades com o Brasil, a começar pela antiga cultura do cacau, do próprio café, e é uma nação amiga, com quem o Brasil tem relações diplomáticas e econômicas já de muito tempo.

Eu queria dirigir uma pergunta ao Embaixador Marcel.

Embaixador, já foi o tempo em que a energia atômica esteve em moda no mundo inteiro. No Brasil mesmo, eu lembro bem, no tempo do Presidente Geisel, as tratativas com a Alemanha, a disputa de alguns países que detinham tecnologia nuclear para ver quem é que seria o parceiro do Brasil, para as primeiras usinas nucleares que o Brasil instalava, seguindo uma tendência mundial.

O tempo passou, Chernobyl veio, mais recentemente o desastre de Tóquio, do maremoto, fez com que a energia nuclear entrasse em sinal de alerta, no amarelo, no mundo inteiro.

A Alemanha tem um compromisso de até 2020 encerrar completamente atividades de qualquer usina nuclear, ela que não produz energia hidrelétrica nenhuma, importa energia elétrica da União Soviética, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

antiga União Soviética. E por questões de segurança a energia nuclear, que é o posto de V. Exª vai desempenhar, vai ocupar, vem perdendo importância no mundo inteiro, importância por questões de segurança. Ela não é uma fonte de energia desprezível, mas ela está cedendo espaço à geração de energia renovável.

O meu Estado é hoje um grande produtor de energia eólica. Quem é que imaginava há 15 anos atrás o que a energia eólica viria a ser? O meu Estado vai ser daqui a 10 anos, no máximo, uma Itaipu e meia de energia, movida pelo vento. Uma Itaipu e meia! É impressionante a quantidade de cata-ventos já em operação no meu Estado, no Rio Grande do Norte, no Ceará e na Bahia. Os cata-ventos estão ocupando os espaços, consumindo vento, sem poluir coisa nenhuma e gerando dividendos para pequenos, médios ou grandes proprietários das terras.

Mas o que é fato é que essa novidade assim como a energia fotovoltaica e todas outras estão ocorrendo no mundo em função de limitações da energia hidrelétrica, que continua a ser a grande fonte, e do sinal amarelo de alerta da energia nuclear.

A pergunta que eu faço a V. Exª é qual é o posicionamento do Governo do Brasil; o que V. Exª vai levar para o posto que vai ocupar com relação à questão da segurança; quais as providências, a preocupação e a perspectiva do Brasil em matéria de energia nuclear, tendo em vista a ocupação do território nacional por outras fontes de energia, com outros investimentos e a paralisação completa do nosso programa de energia nuclear.

Qual será a posição que o Brasil vai defender no posto que V. Exª vai ocupar? É a preocupação e a pergunta que lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem. Então, vamos ouvir agora o Embaixador Bruno dos Santos Cobuccio.

O SR. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO – Muito obrigado pelas perguntas. Em relação ao Senador Lobão, eu tive o prazer de conhecê-lo nos anos 1980 em Budapeste, quando era terceiro-secretário, primeiro posto da carreira, em uma missão parlamentar, e é um enorme prazer revê-lo aqui.

Eu vou responder um pouco as questões porque eu acho elas todas tratam do mesmo tema. O que acontece hoje, e não é só com a Costa do Marfim, é como o Gabão também, onde eu estou, é que há uma completa assimetria, um desequilíbrio absoluto entre a retórica da política externa brasileira, que considera a África, reafirma a África como uma prioridade, e a triste realidade cotidiana da falta de meios.

O Brasil hoje tem um discurso que não é compatível com a falta de meios que nós temos. Só para ilustrar um pouco esses problemas. Depois, eles vão se refletir no marasmo em termos de cooperação técnica, em toda a relação bilateral.

Eu no Gabão, por exemplo, estou praticamente há três anos sozinho. Não tenho nenhum funcionário comigo. Sozinho. Tivemos constrangimentos terríveis, quer dizer, é uma coisa terrível de dizer isso, mas com ameaças de corte de eletricidade, de água, telefone. Quer dizer, como é que é possível fazer política externa, representar um país, quando você recebe um telefonema da companhia de eletricidade local dizendo assim: eu vou cortar a luz, a eletricidade da Embaixada do Brasil. É uma coisa muito constrangedora, que se repetiu várias vezes. Funcionários brasileiros locais fugindo dos donos dos apartamentos por falta de pagamento. Então, é muito complicado.

Em relação ao tema da cooperação técnica, existe uma infinidade de possibilidades, só que a ABC está há vários anos sem meios, sem possibilidade de fazer cooperação técnica.

No Gabão, só para dar um exemplo, eu cansei de receber pedidos de cooperação na produção de vários bens agrícolas, especificamente o caso da mandioca. Havia lá uma demanda, porque é um produto que é consumido pela população local e o Gabão queria a cooperação técnica brasileira em termos de produção, para aumentar a produtividade da produção local etc. Diante da falta de resposta nossa, falta de dinheiro, impossibilidade de fazer cooperação técnica, os gaboneses – é uma coisa inacreditável! – assinaram um protocolo de cooperação técnica com outro país, que se ofereceu a dar. No caso, apareceram os Estados Unidos. Eu nunca tinha ouvido falar que os Estados Unidos eram um produtor de mandioca, assinaram, lá, um protocolo. São os Estados Unidos hoje que estão com um projeto de cooperação técnica na área de produção de mandioca.

Em toda a África é assim. Como a natureza tem horror do vácuo, do vazio, na medida em que nós não ocupamos o espaço, outros países vêm e ocupam esse espaço. É o caso do Marrocos, o caso da Turquia.

Então, hoje, a realidade é essa, é triste. Quer dizer, existem várias possibilidades de cooperação técnica, produtos na área do cacau, na área do café, só que, na nossa parte, há uma resposta automática da ABC, dizendo: "não, é impossível fazer, porque nós não temos dinheiro".

Então, é tudo isso que vai ter que ser revisto, que espero que seja, rapidamente, a situação da ABC normalizada, para que nós possamos avançar nessas áreas, porque a demanda é imensa. Os africanos olham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o Brasil como um exemplo. O Brasil para eles é um país que é próximo culturalmente, fisicamente, um país que eles veem como um país que avançou muito. Hoje, o País é o segundo produtor mundial de alimentos. Eles veem, há possibilidade na área de pecuária, na área de borracha, na área de cacau, de café, só que a culpa é nossa, nós é que temos que avançar e oferecer a eles a cooperação que eles nos demandam. Então, é um pouco isso.

Na Costa do Marfim também existe, eles já pediram cooperação na área de pecuária de corte, porque eles produzem muito pouco, e o Brasil é visto como um modelo. Claro, nós revolucionamos a nossa pecuária em matéria de produção genética. Eles querem importar genética brasileira, uma área muito parecida com as condições da área do cerrado.

Então, é isso. Existem inúmeras possibilidades, só que é isso. Existe, hoje, um problema de falta de meios que espero que seja superado para que nós possamos avançar e levar tudo isso adiante.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Com a palavra, agora, o Embaixador Biato.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Obrigado.

Eu vou pedir ao Senador Lasier para deixar a sua pergunta para o final, já que as demais, de uma certa maneira, se encadeiam. Eu vou me permitir tentar respondê-las de uma forma coordenada, concatenada.

O primeiro ponto que eu gostaria de fazer é arguir que não há uma crise, eu diria, hoje, embora fale-se muito, do setor nuclear em escala mundial. Hoje, estão em construção aproximadamente 400 usinas, se nós considerarmos cada uma numa escala de mais ou menos 1MW de produção, quatro, cinco vezes a geração brasileira de eletricidade. Então, pouca coisa não é, evidentemente. Um quarto disso está na China; vinte e tantas, nos Estados Unidos; outras, distribuídas pelo mundo. No Brasil, uma, Angra; na Argentina, duas por serem construídas.

No início dos anos 2000, houve uma espécie de renascença do setor nuclear, que foi, digamos, abatido, diretamente impactado, mas não dá para estimar uma nova Idade Média pelo acidente de Fukushima.

E a verdade, como dizia o Senador Lobão, e já adentrando um pouco o tema que o Senador Agripino mencionava, é que a questão de segurança não era de segurança afeta à energia nuclear per si. Foi um *tsunami* de escala de um a cada oito mil anos, algo de um nível absolutamente além de qualquer nível de previsibilidade razoável. É claro que em consequência disso, e acho que é um aspecto importante de ter presente, há todo um processo de redefinição, de reavaliação das medidas de segurança que já estão sendo incorporadas não só às usinas novas, ou seja, novas gerações de usinas nucleares, como às existentes.

Angra 1 e 2, como eu mencionei. Angra I funciona há mais de 20 anos e jamais teve qualquer acidente, como dizia o Senador Lobão, e é uma referência internacional em matéria de segurança e eficiência de geração. Caro, não caro, podemos discutir. O fato concreto no caso brasileiro é que não é construindo uma usina a cada 20 anos, ou levando 20 anos, que nós vamos ser competitivos. Quer dizer, não há competitividade que resista a uma obra que leva 20 anos. Na Angra 3, como eu pude ver, estão lá os vergalhões e o cimento ao léu.

Na medida em que se ganha escala de produção, e um pouco pelas razões que o Senador mencionou, ou seja, a própria proximidade física seja do local do consumo, seja das próprias usinas, que podem ser encadeadas muitas vezes e compartir alguns dos seus componentes, é possível ter ganhos de escala e, portanto, de eficiência de custo muito consideráveis. E os projetos para futuras usinas Angra 4 ou 5, que seja, já levam em consideração isso nos cálculos de viabilidade econômica. Acho que isso é uma consideração fundamental.

Outro elemento absolutamente crucial no enfrentamento dos comentários tanto do Senador Agripino como do Senador Lobão é que talvez a maior qualidade da energia nuclear hoje seja, de um lado, embora discutível, o fato de ser renovável. Ela não é renovável no sentido estrito da palavra, mas considerando que o Brasil tem, calcula-se hoje, a terceira maior reserva de urânio do mundo – fala-se em uma reserva para 800 anos –, numa escala, se o Brasil construir mais duas ou três usinas, teríamos energia nuclear naquela escala de produção, que hoje é 2% ou 3% da produção da matriz brasileira, por 800 anos.

Mais importante do que isso é que é uma energia firme. É uma energia que não é intermitente. Infelizmente, todas as energias renováveis, alternativas, com diferente grau de verdura, são todas intermitentes praticamente. E o Brasil, hoje, padece do fato de que o nosso modelo hidrelétrico foi extremamente exitoso, e tão exitoso que nós nos permitimos fazer uma série de concessões em nome de questões ambientais, usinas a fio d´água e não mais reservatórios, não querer construir na Amazônia, e, hoje, a energia hidrelétrica está se transformando numa energia intermitente. O resultado disso é que, em um período que não vai ser mais do que dez anos, já se fala que não será mais uma fonte de energia, mas uma reserva de potência. Ou seja, você tem todos os nossos reservatórios acumulando energia e, quando houver falta de energia das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

diferentes variáveis basicamente intermitentes, aí se introduz a energia hidrelétrica. Ou seja, há uma mudança de paradigma em curso absolutamente fundamental, sobretudo para um País de longa tradição hidroelétrica como o Brasil, mais que, no nosso caso, obriga a repensar toda a nossa visão de matriz energética, e, portanto, a energia nuclear.

Inúmeros especialistas com quem eu tive a oportunidade de comentar e falar são da opinião de que nós não queremos caminhar para o modelo francês, claro que não, mas para o modelo em que a energia nuclear representaria algo em torno de 5%, quiçá 8%, no máximo 10%, junto talvez com carvão e algumas outras fontes que ainda são relativamente mal vistas, mas que, pela capacidade de articular um modelo sustentável de geração elétrica, são muito melhores do que ficar queimando as térmicas, com altíssimo custo e com um elevado grau de poluição. Então, se se junta esse conjunto de fatores, há, sim, elementos para justificar um exercício de repensar de formal razoável, desmistificando essas questões todas.

Para terminar neste ponto, Senador Agripino, sem dúvida a energia eólica e solar vão ser fundamentais, mas a energia nuclear vai, sim, muito possivelmente ter um papel fundamental naquilo chamada base, quer dizer, aquela energia que é permanente, que é garantida, que permite você ter a flexibilidade para usar essas fontes alternativas da forma mais eficiente possível, em termos de eficiência ambiental e de custo.

Bem, o senhor mencionou também, Senador Agripino, a questão de segurança. De fato, é uma questão chave, e aí eu acho que vale a pena mencionar. Eu tive oportunidade de conversar, por exemplo, com o presidente da Eletronuclear, Sr. Bruno Barreto, lá assistindo àquela triste cena de Angra 3. Os planos deles são, até o final do ano, Senador Lobão, terminar as negociações que permitiriam um acordo de leniência, renegociar os contratos internos, já que os externos são a Areva, a indústria francesa que produz hoje as usinas, que seria Angra 3, e em 2022 ela estará operando. Ou seja, se tudo correr muito bem, em 2022 Angra 3 poderia estar funcionando.

Agora, a questão de preço. É alto. Voltando a essa questão, como eu disse no início da minha apresentação, eu acho que o maior desafio que o Brasil tem hoje é o fato de que dominamos uma tecnologia extremamente sensível, extremamente importante e estratégica, mas não estamos tirando proveito. O Brasil é um dos quatro países que dominam, com tecnologia autônoma, o ciclo da produção do urânio enriquecido. Qual o resultado? É que nós mal conseguimos gerar 2% da nossa demanda, não conseguimos atender uma fração da nossa demanda em matéria de radiofármacos. O Brasil hoje, fazendo um desvio rápido, atende a 1/3 da demanda *per capita* que a Argentina tem. Por exemplo, a Argentina tem uma produção de radiofármacos para atender, sobretudo pacientes de câncer, que é três vezes maior *per capita* que o Brasil. Os Estados Unidos, seis vezes mais.

Ou seja, o Brasil tem urânio, tem tecnologia, tem capital de enriquecimento, tem capacidade de fazer radiofármacos, mas não estamos atendendo a população. Isso poderia, se o preço caísse, atender pelo SUS, por exemplo, sem falar da questão da zika e outros que eu mencionei.

Então, quando nós discutimos essas questões de preço, competitividade, se é ou não ambientalmente saudável, precisamos, primeiro, olhar os fatos e, segundo, examinar como está mudando a realidade, não só brasileira, mas internacional.

E para terminar, só para dizer em relação à segurança,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – ... Senador Hélio, o fundamental é que há dois tipos de segurança. Uma é a segurança física no sentido de evitar o que aconteceu em Goiânia ou em Fukushima, e outras coisas mais, acidentes de mau manejo, de erros de condução, de falha técnica, ou coisa do estilo, que é uma realidade. E a outra, que é outra grande questão, que está ganhando enorme visibilidade também, que é por conta da agenda do terrorismo, a ideia de que possa haver um ataque maciço, bombas sujas e várias outras modalidades. Ambas são discutidas na agência.

E nosso desafio – como cheguei a dizer rapidamente – é, primeiro, que essas restrições crescentes, por conta dos casos dos países que não respeitam as regras, não venham a nos prejudicar tecnologicamente. E, claro, o custo de se introduzir essas medidas de segurança são cada vez maiores. É mais ou menos o que a gente vê na medicina. Cada vez, para se ter mais acesso, é uma demanda ilimitada de recursos.

Em matéria de segurança nuclear, há uma demanda ilimitada, quer dizer, uma curva quase exponencial. Então, é preciso encontrar uma fórmula pela qual essas preocupações sejam atendidas legitimamente, mas não ao ponto de inviabilizar comercialmente as usinas ou tecnologicamente a agenda brasileira.

E, para terminar, espero ter sido minimamente compreensivo, Senador Hélio, Senador Lasier, não posso mais do que especular e dizer que, na verdade, o sistema, o modelo que temos hoje, o regime internacional é um regime falho, é um regime incompleto, como é o regime das Nações Unidas de segurança coletiva. Temos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

como eu disse, aquele mecanismo de barganha. Um lado, sobretudo, não cumpre a sua parte adequadamente, os outros se ressentem e, por sua vez, tratam, alguns, em casos radicais, de sair pela culatra e ter bomba por conta própria, e outros de resistir a medidas de salvaguardas, de controle de exportação, que são vistas como unilaterais e impostas por cartel de interesses econômicos e estratégicos.

A solução, no caso da Coreia, de duas a uma: uma é a China exercer o papel de superpotência, coisa que ela já exerce, mas com extrema cautela. Ela reluta muito em intervir lá, porque aquilo, mal comparando, é um potencial Iraque ou Síria. Os chineses, se intervierem ali de forma muito incisiva, intrusiva, aquilo corre o risco de se transformar num cenário de guerra, sobretudo, levando em consideração que a Coreia é uma península dividida.

A preocupação dos chineses é evitar a reunificação da Península Coreana nas condições que aconteceram na Europa com a Alemanha. A Rússia não tinha nenhum interesse em ter uma grande potência econômica e potencialmente militar e outras nas suas fronteiras.

Então, há o risco de desestabilização do regime autoritário, onde as pessoas passam fome e ninguém tem a menor ideia de como aquela sociedade funciona – se é que se pode se dizer que ela funciona; segundo, que aquilo pode desembocar, seja numa guerra civil, seja numa reunificação em condições estrategicamente desfavoráveis.

Então, esse é um lado, é basicamente uma questão chinesa. Os americanos e outros, com suas estratégias de sanções, não conseguem dobrar a Coreia, isso parece bastante claro. Diferente do Irã e de outras sociedades, onde a população tem alguma capacidade de influência política. Não é o caso da Coreia do Norte.

E, por fim, a segunda opção é nós marcharmos para um regime um pouco mais equilibrado em que os países não nuclearmente armados se sintam suficientemente confiantes de que se caminha ou para um desarmamento global, talvez um pouco utópico, ou pelo menos para um sistema em que as armas nucleares nas mãos das grandes potências nucleares também sejam objeto de controle e fiscalização. Isso é uma demanda do Brasil e de outros países na AIEA. Nós estamos levando para a Assembleia Geral do ano de 2017, pela primeira vez, uma proposta de negociar um acordo de desarmamento global, que teria como um dos seus componentes maior rigor e controle sobre as armas daqueles que detêm, mas que controlam quem não tem.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador Biato.

Eu penso que, na última fase da sua...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um minutinho só.

Na última fase da sua resposta, o senhor respondeu...

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Ah, sim. Atendeu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... à pergunta do internauta Marco Antonio Araujo Amaral, que fala sobre a atuação do Brasil em organismos internacionais, com objetivo de promover controle das armas nucleares.

Por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Rapidamente, Presidente.

É para cumprimentar o Embaixador Bruno pela manifestação esclarecedora. É importante nós sabermos aqui que V. Exª exerce um posto sozinho, sem dinheiro para pagar a conta de energia elétrica. Isso é um alerta muito importante à Comissão de Relações Exteriores. Obrigado pelo seu esclarecimento.

Ao Embaixador Marcel, eu fico gratíssimo, porque V. Exª conseguiu, à parte de ser conciso, ser profundamente esclarecedor. Eu tinha uma imagem diferente. Confesso, dou a mão à palmatória. Eu imaginei que a energia atômica estivesse em declínio no mundo. V. Exª traz aqui, com dados, a quantidade de usinas em construção no mundo, quantos por cento na China, quantos por cento nos Estados Unidos, que são países que sabem o que querem e têm consciência absoluta dos investimentos que fazem, dos riscos que correm e dos benefícios que vão obter. E trouxe dados com relação às questões de segurança, enfim, todos os dados, inclusive a atualização do que ocorre no Brasil, com Angra 1, Angra 2, Angra 3. Para mim, pessoalmente, foi profundamente esclarecedor. Agradeço a concisão com que os dados foram apresentados. Eu acho que V. Exª vai desempenhar um papel importante representando o Brasil na organização, com sede em Roma, creio eu.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – Viena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Em Viena.

Muito boa sorte a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Ferraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

gostaria de fazer uma rápida intervenção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, muito rápida, mas que julgo necessária, até por dever de consciência, cumprimentando V. Exª e cumprimentando dois dos nossos mais brilhantes quadros do Itamaraty, o Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, indicado para Costa do Marfim, e também o Embaixador Marcel Biato.

Eu presidia esta Comissão de Relações Exteriores e não posso deixar de dar este testemunho, porque testemunhei a forma cívica, a forma autônoma, a forma competente com que o Embaixador Marcel Biato dirigia a nossa Embaixada, a nossa Chancelaria na Bolívia, em um momento em que nós fizemos uma intervenção necessária e cirúrgica, evidentemente sob a liderança do encarregado de negócios da Embaixada, quando se tomou a decisão, por uma questão de humanidade, de trazermos um preso político, por incrível que pareça, que aguardava, por sua forte depressão, não na residência do embaixador, mas na chancelaria do Governo brasileiro em La Paz. Foi sob a liderança...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador está aqui presente nesta reunião. Bem-vindo!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não tinha visto o Senador Molina, que, por não concordar com a orientação política do Presidente Evo Morales, foi perseguido e buscou asilo na chancelaria brasileira. O Governo brasileiro concedeu asilo político, a chancelaria brasileira, e o governo, que já vai de caso passado – graças a Deus –, não fez e não moveu sequer qualquer centímetro para que nós pudéssemos conseguir salvo-conduto e pudéssemos tirar o Senador Molina daquela circunstância. Porque ali nós tínhamos um preso que não podia se comunicar com sua família, que não podia receber orientação religiosa, que não podia se comunicar com seus amigos, e no pleno exercício de seu mandato de Senador da República, eleito pelo voto direto e democrático. E ele ficou lá quase um ano mofando, sem que o governo brasileiro, enfim, tivesse qualquer sensibilidade para tal.

Foi necessário que o nosso Conselheiro Eduardo Saboia pudesse tomar a decisão que tomou, por um gesto de absoluta solidariedade humana – e nós tivemos uma modesta contribuição nesse processo. E, lamentavelmente, depois dessa posição, o Embaixador Marcel Biato foi fortemente perseguido pelo governo irresponsável e criminoso que foi afastado pelo Congresso brasileiro.

Portanto, quero fazer este registro, dar este testemunho, porque vivi de perto a forma competente e a perseguição que sofreu o Embaixador Marcel Biato, que em bom tempo é resgatado pelo Presidente Michel Temer e pelo nosso Chanceler José Serra, indicando V. Exª para ocupar essa destacada e importante missão que fez parte do relato de V. Exª.

Esse é o depoimento que eu quero dar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado pelo registro histórico, que faz parte também da crônica da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a parte da sabatina, e vamos agora apurar o resultado.

Eu designo o Senador Ricardo Ferraço como secretário desta apuração. Creio que ninguém se objetará a apurarmos os votos em uma sessão pública.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Muito bem. Felicidades aos senhores!

Esperamos poder levar ao plenário ainda hoje a indicação. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Os senhores estão dispensados.

Nós temos ainda uma pequena parte deliberativa para tratar.

São dois itens extrapauta. São dois requerimentos de autorização para viagem.

Um é do Senador Ferraço e meu, em que nós pedimos autorização para participarmos de uma reunião conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, em Tóquio.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 659, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar se do País, no período de 02 a 11 de outubro de 2016, para participar da 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, organizado pela Confederação Nacional da Indústria.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 671, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 11 de outubro de 2016, para participar da 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período indicado.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Antonio Anastasia – são dois em um só.

Por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permite, vou fazer o relato de ambos, já que têm o mesmo objeto, em conjunto.

Na realidade, são os requerimentos de autoria de V. Exª e do Senador Ricardo Ferraço de viagem oficial, missão parlamentar ao Japão, em Tóquio, para participar das reuniões do Keidanren, aproveitando para visitar a Câmara Alta da Dieta, a Liga Parlamentar Brasil-Japão, em um cronograma que significa também visitas ao Governo Metropolitano de Tóquio, inclusive com encontro no Palácio Imperial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ambos os pedidos atendem aos arts. 39 e 40 do nosso Regimento Interno.

É importante registrar, consoante o parecer, o objetivo de estreitamento de laços, bem como de tratar de interesses e assuntos da dinamização de procedimentos com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior nas jurisdições consulares do Japão, em virtude da grande colônia de japoneses no Brasil.

Cumpre destacar que o Senador Aloysio é o eminente Presidente desta Comissão, que é também integrada pelo eminente Senador Ricardo Ferraço. Portanto, em ambos os casos, a conclusão do parecer é pela sua aprovação e pertinência da viagem.

É o relatório de ambos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro item, também relatado pelo Senador Anastasia, é um pedido de autorização do Senador Humberto Costa para uma viagem a Israel.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 682, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento do país para participar de "Seminário para Líderes Políticos da Confederação Israelita do Brasil" (CONIB) e da Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), na qualidade de Representante da Casa, evento a ser realizado no período de 06 a 13 de novembro de 2016, no Estado de Israel. Requer, ainda, que a autorização se reporte ao interregno do dia 04 ao dia 15 do mês citado e comunica que deverá estar ausente das atividades da Casa no período citado.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O eminente Senador Humberto Costa solicita autorização para participar do Seminário para Líderes Políticos promovido pela Confederação Israelita do Brasil, a realizar-se em Israel de 6 a 13 de novembro. Explica o eminente Senador que se trata de um convite daquela entidade, em congraçamento também com o Projeto Interchange, e é um seminário de debates políticos que se realiza periodicamente em Israel para uma visão equilibrada dos desafios do Oriente Médio.

As questões formais dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno foram atendidas, lembrando que o eminente Senador também integra esta Comissão, e fará, também, encontros com o Knesset, que é o Parlamento israelense, e com os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores daquele país, portanto com pertinência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

temática com a atuação do eminente Senador.

Portanto, o relatório, igualmente, é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu também gostaria de submeter aos senhores o pedido de dispensa de leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Srs. Senadores, não temos mais nada a tratar na reunião de hoje. Está, portanto, encerrada a reunião.

Agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2016.

Às catorze horas e vinte e três minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, José Agripino, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Kátia Abreu, Hélio José, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente comunica que recebeu do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, resposta do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Requerimento de Informação nº 64, de 2016, sobre a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso) e o reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática. E informa que o referido documento está à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão. Também comunica a abertura do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017: abertura no dia 3 de outubro, segunda-feira, e encerramento dia 14 de outubro, sexta-feira, às 18h. As emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas no endereço http://cn/emendas, e a via impressa, assinada pelo Parlamentar membro da Comissão, entregue na Secretaria da Comissão. A data da reunião para discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão será comunicada posteriormente. E comunica que as Emendas ao PLOA-2017 serão relatadas por ele próprio, Senador Valdir Raupp. Passa-se à PAUTA – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 83, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil No sultanato do Omã." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 86, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do quadro especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante do Brasil na República da União de Myanmar." O Presidente convida os Embaixadores indicados a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usam a palavra o Senador Lasier Martins, a Senadora Ana Amélia, o Senador Armando Monteiro, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Kátia Abreu. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às catorze horas e quarenta e sete minutos assume a presidência o Senador Lasier Martins; e às catorze horas e cinquenta e sete minutos reassume-a o Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Antonio Anastasia. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. 2ª PARTE: EXTRAPAUTA: ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 88, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra." O Presidente concede a palavra à Relatora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) Requerimento nº 710, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que "Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de novembro de 2016, me Marrakesh, Marrocos. " O Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir seu relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 6) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Na forma do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Moção de Solidariedade em apoio ao processo de paz entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), nos seguintes termos: "Ao tomar conhecimento do resultado do referendo realizado no último dia 2 de outubro, na Colômbia, contrário ao acordo de paz concluído com as FARC, o Senado Federal associa-se aos apelos para que as várias partes envolvidas no conflito, incluindo as forças políticas que se opuseram ao acordo, entrem em entendimento para aproveitar todas as possibilidades de pacificação definitiva e reconciliação nacional. Ademais, exorta o Governo brasileiro a reiterar seu apoio ao processo de paz e sua inteira disposição em colaborar com a Colômbia num processo que interessa também ao Brasil e aos demais países da América do Sul. " Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33 de 2016, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Requeiro, nos termos do art. 93, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para divulgação dos dados oficiais do evento intitulado "Migrações Internacionais no Brasil – novo marco legal – novas perspectivas para políticas públicas" que tem como objetivo discutir o contexto atual das migrações internacionais no Brasil, que se intensificaram no início da presente década, especialmente com a chegada de novos fluxos migratórios. Na audiência pública serão divulgados os dados oficiais do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), contendo as principais características dos imigrantes no Brasil e o perfil do trabalhador imigrante no mercado de trabalho. Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: - Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira; - Leonardo Cavalcanti, Coordenador científico do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais) e Professor UnB; e - Paulo Sergio de Almeida, Presidente do CNIg (Conselho Nacional de Imigração)." Aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. EXTRAPAUTA: ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia." O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador VALDIR RAUPP

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Comunicados.

Recebi do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, resposta do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Requerimento de Informação nº 64, de 2016, sobre a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso) e o reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática. O referido documento está à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Comunico também a abertura do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017: abertura no dia 3 de outubro, segunda-feira, e encerramento dia 14 de outubro, sexta-feira, às 18h. As emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas no endereço http://cn/emendas, e a via impressa, assinada pelo Parlamentar membro da Comissão, entregue na Secretaria da Comissão. A data da reunião para discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão será comunicada posteriormente. Eu mesmo serei o Relator nesta Comissão

ITEM 1 – 1ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 83, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 08/09/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2 – 1ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 86, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 08/09/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tomem assento à mesa o Embaixador José Marcos Nogueira Viana e o Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva. (*Pausa.*)

Antes de entrarmos na pauta de hoje, eu gostaria de mencionar um assunto que merece a nossa atenção. No último domingo, realizou-se um plebiscito na Colômbia sobre o acordo de paz celebrado entre o governo daquele país, liderado pelo Presidente Juan Manuel Santos, e as Farc. O acordo poria fim a um conflito que já dura 50 anos. Para a surpresa de muitos, o acordo foi rejeitado por margem muito estreita de votos.

Penso que o Presidente Santos reagiu bem à derrota, conclamando as várias partes, inclusive o ex-Presidente Álvaro Uribe, um dos opositores do acordo, a um amplo diálogo.

À luz disso, proponho que aprovemos requerimento tomando conhecimento, com preocupação, do resultado do plebiscito e conclamando as várias partes, incluindo as forças políticas que se opuseram ao acordo, a entrarem em entendimento para aproveitar todas as possibilidades de pacificação definitiva e conciliação nacional.

Ademais, sugiro que exortemos o Governo brasileiro a reiterar seu apoio ao processo e sua inteira disposição em colaborar com a Colômbia.

Teremos hoje duas sabatinas. A primeira é do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da Carreira de Diplomata, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã, país do Golfo Pérsico.

O diplomata ingressou no Itamaraty em 1986, tendo ocupado funções relevantes no Brasil, inclusive a de Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde, na época em que essa Pasta era chefiada pelo atual Ministro das Relações Exteriores, nosso colega desta Casa, Senador José Serra. Atualmente, o Sr. Nogueira Viana é Embaixador em Roseau, capital da Dominica.

O segundo diplomata a ser sabatinado hoje é o Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial, que foi indicado para o cargo de Embaixador na República da União de Myanmar, país do sudeste asiático, antes conhecido como Birmânia. O indicado ingressou no Itamaraty em 1976, tendo ascendido a Ministro de Primeira Classe em 2010. Foi Embaixador em dois países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Timor-Leste, onde serviu de 2004 a 2008, e Moçambique, onde esteve de 2008 a 2012.

Passo, primeiro, a palavra ao Sr. José Marcos Nogueira Viana, para uma apresentação de cerca de dez minutos. V. Exª tem a palavra.

Como temos muitos trabalhos na Casa, já também está o plenário aberto, há algumas medidas provisórias, há a Comissão de Infraestrutura, eu já declaro aberto também o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, na cabine aqui, à direita. As Srªs e os Srs. Senadores que chegarem e quiserem votar já poderão se dirigir à cabine de votação e exercer o seu direito de voto.

Tem V. Exª a palavra, Sr. José Marcos Nogueira Viana.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu pensei, na minha apresentação, como o país não é muito conhecido aqui, no Brasil, em fazer uma comparação com alguns países que são mais conhecidos de nós, brasileiros, como, por exemplo: o território de Omã, do Sultanato de Omã, é um território muito semelhante, quase idêntico ao do Uruguai. O PIB de Omã é bem maior; ele é a soma do PIB do Uruguai e do Paraguai juntos. E outra característica do sultanato é que tem uma altíssima renda *per capita*, semelhante à da Alemanha. Então, a renda *per capita* do povo do sultanato é como se fosse a dos alemães, país de alta renda *per capita* na Europa.

O sultanato também, em termos de história, tem uma história bem mais antiga do que a do Brasil. Também foi colônia de Portugal, também ficou independente de Portugal, mas mais de 200 anos antes do Brasil: em 1650 ele ficou independente de Portugal. Então, 200 anos antes do Brasil.

O sultanato é regido por um sultão, como o próprio nome diz, que pertence a uma casa real, também muito antiga. A família do Sultão Qaboos é a família regente do sultanato desde 1750. É uma monarquia absolutista, como é a Arábia Saudita, seu vizinho, mas lá as mulheres têm uma liberdade muito maior do que nos vizinhos. Há até mulheres que são ministras de Estado no sultanato. O Sultão Qaboos é uma pessoa muito bem articulada na região, o que dá à Embaixada brasileira um ponto de observação muito bom. O Sultão, pela sua antiguidade junto às monarquias da região, consegue fazer contatos políticos muito bem feitos e exitosos nas disputas políticas regionais.

Em termos de investimentos brasileiros, o sultanato tem uma característica ímpar, porque a Vale do Rio Doce colocou US$2 bilhões de investimentos lá. A Vale do Rio Doce tem uma usina de pelotização de minério de ferro, processo que transforma o minério de ferro no ponto anterior à produção do aço, as pelotas de aço. A Vale leva o minério até o sultanato, em navios de grande porte, aproveitando o porto de águas profundas que o sultanato oferece, faz o beneficiamento do minério de ferro e depois exporta-o para a China e outros países da região. Então, isso dá um peso à Embaixada brasileira muito grande, comparado com as outras embaixadas no sultanato.

Nós temos também um comércio com o Sultanato muito avantajado: US$1 bilhão de transações comerciais com o sultanato. Como é um país petroleiro, é um bom comprador do Brasil. É o posto ideal para exportações. Eles não produzem nada, têm uma alta renda *per capita*; então, importam tudo que consomem. Para um país exportador como o Brasil, o sultanato se torna um objeto de desejo. Então, nós podemos exportar para o sultanato alimentos, produtos manufaturados, e eles têm como pagar, têm petróleo.

O posto é muito interessante desse ponto de vista. É um posto de observação política da região e um posto em que conseguimos exportar muito.

Eu acho que eu concluo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Embaixador José Marcos Nogueira Viana. Aprendemos um pouco mais sobre o Sultanato de Omã.

Passamos a palavra ao Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva para fazer sua exposição. V. Exª tem até dez minutos.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Boa tarde.

Eu não sabia dessa relação de Portugal com Omã. Eu sempre me surpreendo com a presença de Portugal no mundo, até pelo fato de minha mãe ser portuguesa. De qualquer forma, os portugueses também estiveram em Myanmar, naquela costa do Mar de Bengala.

Myanmar é um país curioso, é um país relativamente grande – o tamanho da França mais a Inglaterra – e espremido entre duas grandes potências, que sempre foram grandes potências na região, que é a Índia de um lado e a China de outro. Há uma cultura milenar, que conseguiu, pela geografia e por atributos culturais e de nacionalismo deles, preservar a sua identidade e o seu país e que existe até hoje. Nos últimos 50 anos, com o fim da guerra em 1945 e a independência em 1948, instalou-se, nos anos 60, um regime muito próprio deles de orientação comunista liderado por militares, em que o país ficou realmente fechado para o resto do mundo.

Iniciou-se um processo de abertura política interna nos últimos cinco, seis anos, quando foi instituída uma nova Constituição e, com essa Constituição, eleições parlamentares. E o Brasil, então, imediatamente, mandou seu primeiro embaixador para lá. Eles têm embaixador no Brasil desde 1997. Nós, em 2011, tivemos o nosso primeiro embaixador, o meu colega José Carlos da Fonseca, que, aliás, foi da Câmara Baixa daqui, foi Deputado Federal também, embora diplomata de carreira. Eu serei o terceiro embaixador.

Eu não conheço o país, mas, dos relatos, das informações e das leituras que fiz, algumas que são as que os senhores também tiveram aí, pelos papéis preparados pelo Itamaraty, é um país que está se abrindo para o mundo.

Eles, há quatro, cinco anos, instalaram a internet, que não havia, e instalaram também um sistema de celular deles. Há cinco anos atrás, um *chip* custava US$1,5 mil, e parece que só 2 mil pessoas tinham isso, que era a burocracia local, e se utilizavam da rede de celular da China. Hoje não, com essa abertura, já há duas empresas privadas explorando as telecomunicações, etc.

O país vem crescendo, nos últimos quatro, cinco anos, à ordem de 8% ao ano, a partir dessa abertura política e dessa abertura econômica. E dizem que é o novo Vietnã da área, da região. Fala-se em grandes oportunidades. O país é um país agrícola, até a Segunda Guerra Mundial era o maior exportador de grãos na Ásia, mais do que qualquer outro país. Tem um vale que é extremamente fértil, irrigado por rios importantes, e tem essa tradição agrícola, que pode ser explorada. Quer dizer, tivemos agora recentemente, há coisa de dez dias atrás, o nosso Ministro da Agricultura liderando uma delegação com 35 empresários brasileiros, e já há exportações de carne para lá, ainda não de uma forma regular. Entretanto, as oportunidades estão aí. A Embraer, também, por seu lado, já há três anos está frequentando o país, buscando oportunidades com a abertura do setor de aviação civil de Myanmar.

Em outras palavras, estou muito entusiasmado em ir para lá, acho que há coisas para fazer, acho que é uma oportunidade para o Brasil de fincar a sua bandeira, afinal de contas, somos, hoje, a sétima, oitava economia do mundo, somos um país com relações com o mundo inteiro. E é um país que sempre é admirado; nos dois países onde fui embaixador, que foi Timor-Leste e Moçambique, há sempre uma grande curiosidade sobre o Brasil.

Vejo esse desafio com muita satisfação. Eu estaria aberto, assim, mais a perguntas do que a falar mais sobre o país, que também não conheço, as informações que tenho são mais ou menos as que nós todos tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Muito bem, Embaixador.

Pergunto à assessoria se já temos quórum suficiente para, de repente, de quisermos encerrar a sessão daqui a pouco. Ainda não? Então, vamos avançar.

Pediria ao Senador Lasier Martins, se pudesse presidir aqui momentaneamente, para que eu possa votar na CI, estão pedindo meu voto lá. Se o senhor pudesse presidir aqui, tocando alguns assuntos, há requerimentos para votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Primeiramente, o Senador Lasier vai fazer alguns questionamentos, então.

Obrigado. Pode fazer as perguntas primeiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp.

Nós tivemos, dos nossos eminentes Embaixadores, exposições bem sucintas, de modo que teríamos tempo para avançar muito, mas, se o próprio Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva disse que ainda não foi lá, não sei se ele teria condições de nos adiantar muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu tinha aqui uma informação, Embaixador, que me foi passada, de que Myanmar possui um dos ambientes de negócios mais difíceis, figurando na posição 177 do *ranking* do *Doing Business* de 2015, do Banco Mundial. A burocracia lá seria lenta, e o Judiciário pobremente estruturado. Além disso, o birmanês é um idioma difícil, e poucas pessoas, mesmo do governo, falam idiomas estrangeiros.

Diante dessa dificuldade da escassez de recursos, compensaria o Brasil ter uma embaixada residente em Myanmar? Era a informação que eu tinha aqui anotado, sobre a qual eu gostaria que V. Exª fizesse uma exposição.

E, com relação ao nosso Embaixador José Marcos Nogueira Viana, que vai para Omã, a curiosidade é sobre os interesses deles por importação de alimentos, afinal, nós somos um celeiro de alimentos dos maiores do mundo e seria nesse ramo que iria se concentrar mais o trabalho do nosso Embaixador José Marcos.

São essas duas perguntas bem objetivas que eu queria deixar aqui para os nossos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Acho que agora o Senador Lasier poderia ouvir as respostas, presidindo a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, Embaixador Antonio José, o senhor tem a palavra.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Muito obrigado, Senador.

A sua pergunta é sempre muito pertinente: o papel do Brasil no mundo. As relações internacionais que se dão entre os países vão um pouco além das estruturas meramente comerciais. No fundo, as relações comerciais vêm de uma ação decorrente dessa aproximação entre os países, dentro da identificação de interesses mútuos, de posições mútuas que há em relação aos grandes temas mundiais, e você, então, explora essas afinidades; criam-se relações de uma certa confiança mútua, um certo respeito mútuo, e, daí, as oportunidades comerciais vão aparecendo, começam a vir para a superfície.

No caso específico de um país como Myanmar, por exemplo, é um país rico, é um país que tem muito gás. Ele foi o maior fornecedor de petróleo para a Inglaterra antes da Segunda Guerra Mundial. A British Petroleum foi criada na Inglaterra exatamente para operar, para explorar o petróleo de Myanmar.

É um país rico em minério; é um país com extraordinário potencial agrícola, que hoje é uma agricultura de subsistência. Ele tem ainda florestas e madeiras e uma costa importante. A indústria pesqueira também é uma indústria relativamente importante. Mas é um país que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelos japoneses e, depois disso, fechou-se num regime comunista de militares, até cinco anos atrás.

É um país, conforme eu falei aqui, na minha apresentação, onde, até quatro anos atrás, não havia telefone celular nem acesso à internet. Obviamente, essa situação, esse emprisionamento, esse isolamento do país tem esses dados horríveis de desenvolvimento econômico e social, da cidadania. É um país que subsiste. Mas é um país que tem o seu caráter, porque, como o senhor vê, ele até hoje não foi ocupado nem pela China nem pela Índia, que são duas grandes potências.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Está bem de vizinhança.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Ele está bem de vizinhança.

Eu confio muito em negócio de empresário. A Embraer, parece que há três anos vai lá permanentemente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Parece que a Marcopolo está lá também.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – A Marcopolo já andou por lá, parece que já andou exportando.

E o nosso Ministro da Agricultura esteve lá agora também, com uma missão de 35 empresários, e a BRF já iniciou exportações de carnes e de aves.

Portanto, é um país que está numa transição democrática, uma transição ainda muito tênue, porque, embora já haja uma nova Constituição, 25% das cadeiras, tanto da Câmara Alta como da Câmara Baixa, estão reservadas para indicações dos grupos militares. E, dentro dessa partilha de poder entre civis e os remanescentes do período militar, está o fato de que toda a Economia e a Justiça hoje é por Ministros civis, mas Defesa e Interior ainda são os militares que indicam os Ministros. Mas é um processo.

Havia sanções muito duras dos Estados Unidos, econômicas, que acabaram de ser levantadas pelo Presidente Obama há coisa de 15 dias, num esforço de estimular este novo governo civil, eleito democraticamente.

Portanto, o Brasil, como um país universalista e pela sua própria dimensão – sétima economia do mundo –, deve participar deste esforço, desta reintrodução do Myanmar no seio dos países democráticos, desse concerto de Nações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O.k. E V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Exª vai lá cumprir uma missão também patriótica, porque vai nos representar lá.

Embaixador José Marcos.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sua pergunta foi muito oportuna e acertou na mosca. A minha concentração de interesse vai ser na exportação de alimentos, porque o Sultanato de Omã é um país desértico, a Arábia Saudita do lado. Imagine o deserto da Arábia Saudita tomando conta de todo o país. Então, eles não têm nenhuma condição de produzir alimentos, e nós temos todas as condições de exportar alimentos para ele.

A BRF também, como em Myanmar, já está cuidando dessas exportações no sultanato, e eu pretendo intensificar meus esforços diplomáticos para aumentar as exportações brasileiras para lá. Eles vão importar de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aquela região é a grande consumidora de frangos brasileiros.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso interessa a nós, do Sul, porque o senhor sabe que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são os maiores criadores de frango do Brasil. E eu sou do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Então, eu lhe convido para já abrir as portas. Quando eu chegar lá, mando-lhe um convite, o senhor já vai fazer a primeira visita oficial do Brasil. E vamos abrir as portas do país para as exportações brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Pergunto aos colegas Senadores, Senador Antonio Anastasia, Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana, Senador Armando Monteiro, se têm alguma pergunta aos nossos Embaixadores que estão indo para Myanmar e para Omã. Senador Cristovam?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só gostaria que os dois Embaixadores, que vão para áreas que poderão ampliar um relacionamento econômico, que sejam nossos embaixadores e vendedores dos produtos brasileiros, que cada dia são melhores na área de manufaturados, temos a Embraer, que faz aviões hoje disputados no mundo inteiro, de grande qualidade, produtos do setor que eu, como Presidente da Comissão de Agricultura, tenho que defender e faço isso com muita honra, produtos como toda a área das *commodities* agrícolas, soja, que devem interessar a essas regiões, milho, açúcar, proteína animal, que muito exportamos.

O senhor mencionou, Embaixador, a questão da venda de carnes, de unidades que estão... Eu visitei Abu Dhabi, quando foi inaugurada uma unidade lá, que abria mercados para a região do Oriente Médio, para a região dos países árabes. Então, apenas essa exortação aos Srs. Embaixadores, que fazem já esse papel com muita qualidade, com muita dedicação e com muita competência. Desejo a todos um grande sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu fui Relator da indicação do Embaixador José Marcos e, portanto, gostaria, nesta oportunidade, de colocar algumas questões.

Eu queria indagar inicialmente do Embaixador como andam as negociações para o fechamento de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos com Omã, dado que existe – esse é o registro que temos – um interesse mútuo na celebração de um acordo desse tipo, lembrando que o Brasil realizou vários acordos nesse modelo, nesse formato, recentemente, com três países da África e com cinco países da América Latina – México, Colômbia, Peru, Chile – e, na África, com Angola, Moçambique e Malawi.

Então, temos o registro de que há uma expectativa de que possamos também celebrar um acordo desse tipo com Omã. Eu gostaria de saber como andam as negociações.

A outra questão diz respeito aos mercados do Oriente Médio, que crescem a uma taxa superior à média mundial. Isso impulsiona os investimentos mundiais na região. Na avaliação do Embaixador, como o Brasil pode ampliar a sua inserção em Omã de modo a aproveitar especialmente a sua infraestrutura de transporte e as facilidades fiscais e de financiamento que são oferecidas às empresas que desejam instalar-se no país?

Evidentemente, já há investimentos do Brasil. A Vale do Rio Doce tem investimento importante, inclusive no porto, e também a Brasil Foods tem já uma associação com uma empresa local. Portanto, o Brasil já tem, de alguma maneira, uma experiência; empresas brasileiras já têm uma experiência com o ambiente, vamos dizer, de negócios em Omã.

Também gostaria de colocar que existem duas áreas que se apresentam com grande potencial de geração de exportações, dado que são prioritárias para esse país. É a área de alimentos, em função da grande dependência de Omã, e a área de defesa, em função da instabilidade da região. Portanto, isso demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

investimentos importantes nesse setor.

Como o senhor analisa a possibilidade de o Brasil explorar as potencialidades comerciais existentes nesses dois segmentos? E que produtos poderiam gerar aumento de exportações no curto prazo? Qual seria, em última instância, a estratégia que deveríamos adotar para explorar melhor esses mercados?

São essas as questões e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Embaixador.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Obrigado, Sr. Presidente.

Meu Relator, obviamente, não poderia estar mais bem informado.

A área de defesa é uma área importante em Omã. Omã é um dos grandes importadores de armamentos. Apesar de ser um país de paz, que não tem conflito com nenhum vizinho, é um grande importador de equipamentos de defesa, justamente para manter a sua independência garantida, o que dá espaço para a Embraer, na área militar, exportar para Omã.

Outra área em que eu possa me concentrar, além da exportação de alimentos é ajudar a Embraer a ganhar espaço no país, no sultanato.

Quanto ao acordo de investimentos, ele está adiantado, em fase adiantada. Espero ter a sorte de, durante a minha gestão, o acordo ser assinado. O próprio Presidente Temer, na época em que era Vice-Presidente, esteve em Omã e tocou nesse tema. Ele esteve há pouco tempo em Omã, chefiando uma grande delegação, e tocou na área de investimentos, que é de nosso interesse, proteção de investimentos, justamente porque a Vale do Rio Doce tem US$2 bilhões no Porto de Açu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque para fazer as suas indagações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Raupp, em primeiro lugar, eu quero fazer aqui uma referência à Senadora Ana Amélia, aos Senadores que estão aqui, de que eu ouvia sempre alguns Senadores reclamando do governo do Lula, da Dilma, de que nós tínhamos embaixada em lugares que não mereciam. E fico satisfeito que o Governo Temer esteja mantendo, o que eu acho corretíssimo, que o Brasil tenha embaixada onde for possível, onde for preciso.

Não dá para dizer que existe país grande nem pequeno; existem países. E a gente, podendo, tem que ter. Esses dois países não são tão pequenos como outros em que a gente tem representação, mas, de qualquer maneira, fazem parte daqueles que a maior parte dos que veem a política externa como apenas uma questão de caixeiro-viajante ou que medem o país pelo PIB e pela população talvez estranhem. Eu fico satisfeito, Embaixador Antonio José, Embaixador José Marcos, que nós estejamos com embaixadores nesses países. E embaixadores, também acho positivo, continuando a tradição de carreira. Fico satisfeito.

A minha pergunta, Embaixador José Marcos, é sobre um fato muito especial de Omã. Omã está numa das regiões mais conflagradas diretamente, como é o caso do Iêmen, ou muito envolvida na guerra da Síria. A partir da Arábia Saudita, todos os outros estão apoiando grupos na Síria. Omã se mantém independente, não é isso? Se mantém tranquilo, calmo. Eu gostaria, em primeiro lugar, de saber o que é que faz com que, na sua opinião, Omã se mantenha com essa posição de independência em relação à Síria, que eu acho extremamente positiva e que é parecida com a do Brasil.

Segundo, se não é possível usarmos, entre outros, não privilegiando Omã, porque não justificaria, mas usarmos essa base que nós temos com uma embaixada, para pensarmos o papel do Brasil na oferta de lugares para receber refugiados, refugiados que venham da Síria e também refugiados da pobreza, porque não são só os refugiados da Síria que estão indo para o Mediterrâneo. Omã não poderia ser um ponto de negociação nesse sentido? Apesar de que eu acho, e disse já a autoridades do atual Governo, que o lugar melhor para negociar isso, Senador Raupp, seria o Vaticano, o Papa.

O Papa deve estar desejando que um país como o Brasil assuma uma posição mais ativa na recepção de refugiados. Então, estas são as primeiras perguntas: Omã pode ser uma base para o Brasil levar ao mundo essa posição? E o que faz Omã ser tão diferente do resto da região no que se refere a essas posições de uma política externa independente?

Além disso, eu gostaria de saber por que Omã, que é um grande exportador de petróleo, tem investido tanto na construção de ferrovias para escoar a produção em vez de construir rodovias, o que daria um mercado para o Brasil de caminhões. Não sei por que, pelo que me chega, eles estão optando por ferrovias.

Finalmente, claro, uma sugestão de que tentemos aumentar nossas relações culturais, uma vez que trabalhamos sempre com relações comerciais. Não há país que não tenha o que exportar do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cultural, não existe. Uma coisa que qualquer tribo de índio tem para exportar é cultura. É quase uma vantagem comparativa: os países pobres não têm orquestras sinfônicas, mas têm a sua cultura própria. Então, Omã pode.

Quanto a Myanmar, eu fico satisfeito de ver o Embaixador indo para lá. É um país que tem tido uma posição muito interessante no cenário mundial por causa da grande líder que ganhou o Nobel da Paz, e isso é importante. É um ponto de observação.

Mas o que eu queria saber é como o Brasil pode contribuir nas áreas de políticas sociais para Myanmar, se é possível exportarmos essa engenharia social que temos, como o Bolsa Família, como cotas e outras atividades nesse sentido. Também gostaria de saber se podemos aumentar a cooperação bilateral na área de cultura, educação e inovação, se é possível isso. Na área comercial, eu também tenho curiosidade – eu não sei, eu sou cético em relação à cooperação comercial deporte grande –, mas nas áreas cultural, educacional e em inovação eu creio que sim. E, finalmente, é uma preocupação geopolítica.

Pelo que tenho visto, o governo de Myanmar tem uma posição muito ocidental do ponto de vista das relações no mundo. Eu quero saber se isso é verdade e, se for, como eles conseguem, tão perto da China, ter essa posição de independência. E, se não é como estou pensando, qual é o grau de dependência da política externa de Myanmar em relação a Pequim? Existe uma dependência ou é um país que tem independência? Se tem independência e tem o viés ocidentalizante, como é que eles conseguem isso sendo tão próximos?

Essas são as perguntas, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Cristovam.

Primeiro, o Embaixador José Viana para responder; depois, o Embaixador Antonio.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Senador Cristovam Buarque, o senhor está bem informado sobre a estrutura viária do sultanato. É impressionante: eles investem mais em ferrovia do que em rodovia, isso é verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero dizer que, além de ter uma boa assessoria, eu estive lá.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – O senhor esteve lá?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu estive lá.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Então está melhor do que eu: eu nunca fui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Estive, inclusive, visitando o escritório da Vale. Não fui por isso lá, mas estive no escritório da Vale e foi lá que eu tive um apanhado nesse sentido. Aliás, eu estava até me esquecendo, mas a minha assessoria me chamou a atenção para isso.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Na segunda parte, o senhor perguntou como eles conseguem ser tão independentes. Eu acho que a independência do país se deve à antiguidade da família real. O sultão tem uma família que está no poder desde 1650, e isso o torna o mais antigo líder político da região, o que dá uma capacidade de independência muito grande a ele. Eles são muito firmes, muito ciosos de que o país tem capacidade de gerir-se propriamente sem influência de ninguém.

Quanto à Síria, eles trabalham com o governo Assad na tentativa de solução do conflito, mas até agora não receberam refugiados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Uma pergunta. O senhor falou da antiguidade e, aí, eu me lembrei que o sultão não tem filhos. Como eles vão resolver a sucessão?

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Boa pergunta. Eles também querem saber isso, o povo de lá está perguntando a mesma coisa. Não tenho ideia da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eleições diretas, Senador Cristovam. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Numa monarquia absoluta, isso vai ser difícil. Não tenho ideia, talvez algum sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Antes de passar a palavra ao Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, perguntaria ao Senador Anastasia se vai apresentar algum questionamento ou se já estaria em condições de votar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Ah, já votou? Muito obrigado.

Com a palavra o Embaixador Antonio José.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Muito obrigado, Senador.

Senador Cristovam, ao longo da minha carreira eu nunca havia trabalhado com cooperação técnica. Vim a trabalhar pela primeira vez quando fui designado Embaixador em Timor Leste. E confesso que é um grande instrumento de projeção de um país.

Nós, efetivamente, temos conquistas brasileiras, sobretudo políticas sociais, que são únicas e que foram feitas por países em desenvolvimento para países em desenvolvimento. São soluções engenhosas que dão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

resultado e que podem ser facilmente exportadas.

Eu vi isso depois também como Embaixador em Moçambique, onde fizemos um projeto para introduzir o Bolsa Escola. Esses programas sociais, infelizmente, nos últimos anos, através da Agência Brasileira de Cooperação, foram perdendo um pouco de fôlego.

Eu cheguei a comandar mais de 30 projetos de cooperação em Moçambique, projetos que passavam por educação, agricultura, saúde e, depois, outros mais sofisticados como, por exemplo, aviação civil, o Parlamento. Eles pedem a cooperação, esses países menores pedem muito a cooperação nessa área parlamentar.

Mas o que quero dizer é o seguinte: realmente são instrumentos. E eu acho que são pontas de lança para você criar um maior conhecimento mútuo. Daí surgem oportunidades outras, inclusive comerciais, a partir desse conhecimento mútuo. É uma demonstração também, que acho importante, de solidariedade, de solidariedade internacional. Nós, como país, também fomos objeto, desde a Segunda Guerra Mundial, de uma cooperação internacional intensíssima de japoneses, alemães, americanos, ingleses, franceses, italianos, nos mais diferentes setores. A grande conquista da agricultura brasileira, que foi o Pró-Cerrado, tem na sua origem a cooperação japonesa, coisa que, aliás, tentamos replicar em Moçambique. Brasil e Japão colaboraram, em Moçambique, com o ProSAVANA. De qualquer forma, sou um entusiasta disso.

No caso específico de Myanmar, nós só temos embaixada lá há cinco anos, depois que houve a decisão interna de uma abertura democrática. A nova Constituição foi proclamada em 2010 e, no início de 2011, nós tínhamos um embaixador lá.

Tivemos dois programas de cooperação técnica, um deles, inclusive, muito elogiado pela própria Organização Mundial de Saúde, que foi com o Butantan. Eu não sabia que um dos grandes problemas do país é a mordida de cobra. Perguntem aos meus colegas que já estiveram lá: você fala com alguém e tudo mudo já foi mordido por cobra, e por cobras venenosas. É uma cooperação que está sendo finalizada agora. A última fase será até o final do ano. Uma missão brasileira irá lá para fazer a avaliação e encerrar esse programa.

Um outro programa importante que nós fizemos, mas que não teve muito bons resultados, inclusive por culpa deles, Myanmar, foi com relação à agricultura. Foi na produção de sementes e no pós-colheita, técnicas e processos para a pós-colheita de grãos e para a produção de sementes.

Portanto, nós temos esses instrumentos, Senador. O que nos falta, às vezes, é uma certa vontade política de estabelecer esses programas. E não se trata de fazer trinta, não é necessário fazer trinta, é importante fazer um ou dois. Quer dizer, o grande potencial para o interesse brasileiro comercial no momento que se configura é na parte da agricultura, porque o país é tradicionalmente um país agrícola e foi, antes da Segunda Guerra Mundial, o maior exportador de grãos para a Ásia, do excedente que eles tinham. Então, isso poderia ser feito através da Embrapa, sempre consultando quais são as áreas, os pequenos setores onde seria bem-vinda uma cooperação com o Brasil. O Brasil também examina se tem condições de atuar ali e de fazer uma coisa redonda. Pode-se mandar um ou dois técnicos brasileiros para lá para passarem três meses, seis meses, um ano, para que próprio projeto possa florescer. São projetos que, depois, são facilmente replicáveis dentro do próprio país, já com técnicos locais.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Embaixador, Myanmar exporta muita madeira também, não é?

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – E muita madeira!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Sobretudo teca, para a China, para a Índia.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – E exportam muita madeira também de contrabando.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Para a Índia, para a China.

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Para a Índia e para a China, que são os dois principais vizinhos.

O que há em volta – agora já entrando na segunda pergunta do Senador – realmente é um milagre: o país manter a sua independência, a sua personalidade internacional, espremido pela China de um lado e pela Índia do outro. Os estudiosos dizem que isso é possível pelo fato de o oeste chinês e o leste indianos serem menos desenvolvidos. Então, não há uma permeabilidade cultural de interesses maior. Mas o regime militar comunista dialogava muito bem com o governo em Pequim. E Pequim hoje, a China, está financiando a construção de uma ferrovia e de uma estrada lá na Província de Yunnan para a costa. A intenção deles é explorar postos da costa de Myanmar, sobretudo para receber matéria-prima da África, petróleo e gás. Dentro desse grande projeto, já há planos para se fazer algumas refinarias nessa costa.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sai de onde?

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Sai lá da província chinesa de Yunnan. A senhora está vendo?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – A fronteira é uma fronteira complicada, porque são montanhas altas. E há 20 grupos étnicos diferentes ainda em guerra com o governo central. Ainda há um grau de violência muito grande.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Qual é a previsão da construção?

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Já começaram a construir.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Cinco anos?

O SR. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA – Eu não sei, eu não estive lá ainda, mas os chineses são rápidos nessas obras, não é? É um país que tinha o projeto...

As refinarias, por exemplo, foram canceladas pelos novos líderes, pela Suu Kyi, foram postas de lado. Há essa preocupação com o excesso de influência chinesa e de capitais chineses lá dentro. Isso é uma coisa que se nota hoje. Mas é um país que conseguiu, ao longo dos milênios, manter a sua independência e manter a sua personalidade.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Embaixador.

O Senador Cristovam ainda não votou. Se puder votar...

Senadora Kátia Abreu, gostaria de fazer alguma indagação antes de votar?

Com a palavra V. Exª, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu só gostaria de ler aqui primeiro. Se ele quiser responder... Alguém já fez pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Todos já fizeram, só falta V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu queria só saber se o Embaixador de Omã, José Marcos Nogueira Viana, já tem informações – sei que o senhor ainda não foi para lá, não é oficialmente o Embaixador – sobre o *hub* que Omã pretende criar naquele país, um importante *hub* de produtos industrializados.

O senhor tem notícias de como o Brasil poderia estar inserido nisso? Como poderíamos estar atentos a esse *hub* importante que está sendo modelado em Omã?

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Omã tem interesse em se tornar um *hub* na região, mesmo porque fez um porto para isso, o Porto de Raysut, águas profundas, porque ele quer ser uma central distribuidora na região, o que facilita o meu trabalho, o meu futuro trabalho no país.

Então nós podemos não só exportar alimentos para Omã, mas para outros países da região, usando a infraestrutura, estradas de ferro, como o Senador Cristovam Buarque mencionou. Eles ganham com isso e nós ganhamos com isso. Eles vão ganhar uma comissão como um *hub* e nós ganhamos exportando para uma área multidiversa, que tem multifocos de transmissão de...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Acho muito importante, Embaixador, nós estarmos atentos à possibilidade de as indústrias frigoríficas do Brasil fazerem o segundo processamento num *hub* importante como este – o abate de frangos, por exemplo, no Brasil, e os cortes especiais lá, como nós estamos fazendo em outros países do Oriente Médio. Então seria muito importante abrir esses espaços para a indústria de carnes do Brasil especialmente.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Eu acho que a BRF já está pensando nisso.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Foi por isso que eu mencionei frango, só não quis falar o nome da empresa.

O SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA – Então, nós vamos continuar com isso. A ideia da Embaixada – já vai para o segundo Embaixador; se eu for aprovado por esta Comissão, serei o segundo Embaixador lá – é essa.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de chamar atenção para outro ponto muito importante. Eu estive nos países árabes, e o interesse deles, de um modo geral, do Oriente Médio de um modo geral, é deixar de plantar grãos – a Arábia Saudita especialmente, mas esse é um movimento geral – por conta do custo altíssimo para produzir esses grãos com água: eles têm terra, mas não têm água. Então, eles estão gradativamente parando de plantar grãos para comprar de outros países, e a preferência – eu ouvi em várias partes – seria pelo Brasil, principalmente no que diz respeito aos *pulses*, que são as sementes menores, as pequenas, como as lentilhas. Nós estávamos finalizando um acordo de cooperação, quando eu estava ainda no Ministério, para que a Embrapa pudesse pesquisar essas sementes no Brasil e pudéssemos produzir para eles essas sementes, especialmente lentilhas e grão-de-bico, exportar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Muito bem, eu pediria à Senadora Kátia Abreu que pudesse votar para encerrarmos – estamos encerrando esta primeira fase da nossa reunião –, para fazermos a apuração. Temos relatórios ainda para ler, de outros Embaixadores, para as próximas semanas. E o Senador Jorge Viana tem reunião de Líderes – está aí angustiado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, mas estou às ordens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Dois minutos, dois minutos mais.

A Senadora Ana Amélia tem relatório para fazer também, não é?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Como é que faço? Faço a leitura ou espero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Item 5.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Já passo a palavra de imediato ao Senador Jorge Viana para fazer a leitura de seu relatório e, logo em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Sr. Presidente, cumprimentando os dois Embaixadores.

Estava conversando aqui com o Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva sobre sua indicação. Conversava com a Senadora Kátia Abreu e também com o Embaixador indicado para Omã. É muito importante que o nosso País esteja bem representado, tenha uma boa representação nesses países que trazem perspectivas tão boas.

Mas, agradecendo a V. Exª, queria aproveitar e fazer rapidamente um resumo da leitura, porque cumprimos assim o Regimento da Casa, para eventualmente marcarmos a sabatina relativa à indicação do Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Esta Casa do Congresso é chamada a deliberar sobre essa indicação. A Constituição atribui essa competência privativa ao Senado Federal, observando o preceito regimental para a sabatina.

O Sr. Rodrigo de Azeredo Santos é filho de Theophilo de Azeredo Santos e de Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos e nasceu no Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1966.

Iniciou sua carreira no Itamaraty em 1992, como Terceiro-Secretário e já ocupou inúmeras missões em diferentes países, atendendo sempre indicações do Itamaraty.

Tem um conjunto de condecorações, inclusive a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que recebeu em 2015.

Além do *curriculum vitae* do indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Islâmica do Irã.

O Irã é um país importantíssimo. O Brasil tem relações com o Irã desde 1903. Não preciso destacar a importância do Irã no cenário mundial, político e econômico nos últimos anos, mas o Brasil sempre esteve muito presente, mantendo e preservando, ao longo desse período todo, as relações com esse importante país. Uma aproximação grande do relacionamento bilateral se deu a partir, também, da visita do então Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil em 2009, e do então Presidente Lula, em 2010. O Brasil é um interlocutor relevante para o Irã, tem um papel muito importante nesse processo de interlocução. Nesse contexto, o Brasil considera o Irã como um parceiro privilegiado, razão pela qual tem acolhido gestões diversas de autoridades iranianas e missões de empresários daquele País. Igual interesse temos nós no Irã.

No tocante a novos acordos bilaterais, eu só destaco aqui que foram ultimados, em setembro de 2015, os trâmites para a entrada em vigor de um acordo de isenção de vistos para portadores de passaporte diplomático, assinado em 2009 e aprovado no Congresso em 2014.

No que se refere ao relacionamento comercial Brasil-Irã, deve-se destacar que um intercâmbio bilateral vinha logrando aumentos progressivos até 2011, quando a corrente de comércio alcançou seu ápice em US$2,3 bilhões.

Eu queria, então, resumidamente, Sr. Presidente, dar como lida a totalidade do relatório, deixando aqui mais uma mensagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Símbolo desse potencial Brasil-Irã, a tendência verificada recentemente é de realização de missões de empresários iranianos ao Brasil e vice-versa. Esses interlocutores têm mostrado interesse em investir na compra ou aluguel de terras, em infraestrutura agrícola e portuária e na compra de grãos, sem intermediação de empresas multinacionais. Há, portanto, uma perspectiva muito grande quanto ao crescimento da relação comercial também entre o Brasil e o Irã.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe nenhum outro tipo de comentário.

Este é o meu relatório.

Espero que, após a sabatina, tenhamos a aprovação da indicação do Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 88, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Senador Valdir Raupp.

Também quero cumprimentar os Embaixadores que representarão os interesses brasileiros em Omã e em Myanmar. Quero desejar-lhes boa sorte, sucesso e êxito. Aliás, não tenho dúvida a respeito disso, porque conheço e respeito muito o profissionalismo e a responsabilidade da diplomacia brasileira e dos nossos representantes.

É muito agradável para uma Senadora mulher aqui fazer o relatório de uma promoção de uma Embaixadora mulher, no caso, Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer, como disse o Presidente, o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra, onde estão sediadas as principais organizações vinculadas ao sistema das Nações Unidas.

Ela está qualificadíssima, como mostra o currículo que foi apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores, conforme recomenda o Regimento Interno da Casa e a praxe regimental.

Nascida no Espírito Santo, filha de José Farani e Maria Luzia Jorge Farani, ela concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981 e foi nomeada Terceira Secretária em 1982. Foi promovida a Segunda Secretária em 1986. Por merecimento, foi promovida a Primeira Secretária em 1993; a Conselheira em 1999; a Ministra de Segunda Classe em 2003; e a Ministra de Primeira Classe em 2007.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Segunda e Primeira Secretária na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior; Primeira Secretária na Delegação Permanente em Genebra – já atuou, portanto, lá –; Chefe da Divisão de Acesso a Mercados; Assessora e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado; Representante Permanente da Missão junto à ONU e Cônsul-Geral do Brasil em Genebra.

Portanto, ela está muito familiarizada com o desempenho dessa função.

Por economia processual e regimental, dado que temos uma reunião agora com as Lideranças, junto com o Presidente Renan Calheiros, e como este currículo está à disposição do público e também à mão de todos os Senadores, quero apenas desejar sucesso à Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo.

O voto, claro, nesta indicação feita pelo Presidente Michel Temer ao Senado Federal e à Comissão de Relações Exteriores, é pela aprovação desta Comissão na deliberação sobre a indicação do Presidente, nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, a não ser exaltar as qualidades da indicada para esse importante posto.

Esse é o voto, Sr. Presidente Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Valdir Raupp.

Aproveito para cumprimentar também os Embaixadores José Marcos e Antonio José pelas sabatinas e pela indicação. Tenho certeza da aprovação. Recebam igualmente, portanto, meus cumprimentos e votos de muito êxito nas respectivas missões.

Sr. Presidente, serei bem objetivo, em razão do adiantado da hora e pelo fato de o relatório estar disponível ao conhecimento de todos.

Trata-se da indicação do Senhor Presidente da República da Srª Regina Maria Cordeiro Dunlop, Ministra de Primeira Classe, para o posto de Embaixadora junto ao Reino dos Países Baixos.

O relatório traz todo o seu currículo, que é permeado das diversas funções que exerceu, tendo iniciado a carreira diplomática em 1981 e estando, neste momento – aqui faço o relato de todas as suas funções –, como Delegada Permanente da Delegação Permanente em Genebra, desde 2013.

A eminente Embaixadora apresenta todas as condições de preparo e experiência para a função de Embaixadora junto ao Reino dos Países Baixos, e nós colocamos aqui também, no relatório, a importância que tem o relacionamento econômico com o Reino dos Países Baixos, que foi o quinto principal parceiro comercial do Brasil em 2015 e com presença expressiva de empresas holandesas no Brasil, como a Shell, a Unilever, a Phillips, entre outras, e uma consolidação de investimentos ao longo dos anos muito grande, no valor de mais de US$70 bilhões.

Desse modo, no âmbito deste relatório, concluímos pela procedência e, diante do que foi colocado, acreditamos que os pares têm elementos suficientes desta Comissão para a deliberação da indicação presidencial.

Sr. Presidente, é o relatório, que está à disposição de todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 710, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 22, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de novembro de 2016, em Marrakesh, Marrocos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pendente de Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senador Anastasia, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de requerimento do eminente Senador Fernando Bezerra para participação na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada entre 12 e 18 de novembro próximo em Marrakesh, no Marrocos.

A solicitação refere-se à ausência do País entre 11 e 20 de novembro e foi anexada ao processo a Ata da 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da qual faz parte o eminente Senador Fernando Bezerra, onde foi aprovado o seu requerimento para participar desse evento.

Todas as formalidades regimentais foram cumpridas, observado o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, e, portanto, há necessidade de aprovação desta Comissão.

Reitero o fato de que o eminente Senador Fernando Bezerra é membro titular da Comissão Permanente das Mudanças Climáticas, que se relaciona com a temática da visita ao exterior e com esse evento importantíssimo das Nações Unidas, como sabemos, sobre mudança climática.

Observada, portanto, a regimentalidade, não há qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa à proposição. Portanto, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 710, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos mais dois requerimentos.

ITEM Nº 6

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Na forma do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Moção de Solidariedade em apoio ao processo de paz entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), nos seguintes termos: "Ao tomar conhecimento do resultado do referendo realizado no último dia 2 de outubro, na Colômbia, contrário ao acordo de paz concluído com as FARC, o Senado Federal associa-se aos apelos para que as várias partes envolvidas no conflito, incluindo as forças políticas que se opuseram ao acordo, entrem em entendimento para aproveitar todas as possibilidades de pacificação definitiva e reconciliação nacional. Ademais exorta o Governo brasileiro a reiterar seu apoio ao processo de paz e sua inteira disposição em colaborar com a Colômbia num processo que interessa também ao Brasil e aos demais países da América do Sul. "

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, de 2016

Requeiro, nos termos do art. 93, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para divulgação dos dados oficiais do evento intitulado "Migrações Internacionais no Brasil – novo marco legal – novas perspectivas para políticas públicas" que tem como objetivo discutir o contexto atual das migrações internacionais no Brasil, que se intensificaram no início da presente década, especialmente com a chegada de novos fluxos migratórios.

Na audiência pública serão divulgados os dados oficiais do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), contendo as principais características dos imigrantes no Brasil e o perfil do trabalhador imigrante no mercado de trabalho.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

- Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira;

- Leonardo Cavalcanti, Coordenador científico do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais) e Professor UnB; e

- Paulo Sergio de Almeida, Presidente do CNIg (Conselho Nacional de Imigração).

Autoria: Senador Valdir Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bem, a votação dos Srs. Embaixadores está encerrada.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores para saber se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu convidaria o Senador Anastasia para apresentar o resultado da apuração.

É no painel. Perdão, é no painel. (*Pausa.*)

Gostaria de comunicar também que não haverá reunião ordinária na próxima quinta-feira devido ao feriado de quarta-feira. (*Pausa.*)

Comunico a aprovação da ata. (*Pausa.*)

Está mais demorada que a votação de domingo, do dia 2. (*Risos.*)

É a nossa urna eletrônica, não é? (*Pausa.*)

Muito obrigado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que compareceram a esta reunião e votaram aqui, praticamente em massa, nos dois Embaixadores, José Marcos Nogueira Viana e Antonio José Maria de Souza e Silva. (*Pausa.*)

Enquanto não se abre o painel, eu vou pedir, mais uma vez, a gentileza do Senador Anastasia para ler a Mensagem nº 89, de 2016, item não terminativo.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pronto para deliberação.

Designo, como Relator *ad hoc*, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Sr. Presidente.

Trata-se, como V. Exª acaba de anunciar, da indicação, pelo Senhor Presidente da República, da Srª Márcia Maro da Silva, Ministra de Segunda Classe, para a função de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Nós temos apresentada, pelo relatório, a biografia da eminente Diplomata, graduada em Ciência Política pela UnB e Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina, tendo ingressado no Rio Branco em 1985 e sido nomeada Terceira Secretária em 1986.

O relatório traz as suas várias funções no exterior, incluindo uma função de Cônsul-Adjunta em Buenos Aires, Conselheira na Missão do Brasil junto à OEA, em Washington, e Embaixadora, atualmente, em Harare.

O Ministério das Relações Exteriores anexa a essa mensagem presidencial um sumário sobre a República da Tunísia, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, e todos os documentos anexados àquele respectivo Estado.

Lembra o relatório que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. Mantemos relações diplomáticas com aquela nação desde essa época e, em 1961, foi instituída a Embaixada residente. Foi desativada temporariamente em 1999 e reaberta em 2001.

A partir do ano 2000 houve uma intensificação da relação bilateral e, posteriormente à revolução democrática ocorrida naquela nação, tivemos uma inserção internacional maior da Tunísia.

No campo econômico-comercial, as relações estão aquém de seu potencial. Ao contrário do que dizia há pouco sobre a relação com a Holanda, que é muito intensa, com a Tunísia é pequena: menos de 1% do comércio brasileiro com a África se dá com a Tunísia, enquanto o PIB tunisiano encerra 2% da economia do continente. Existe, pois, potencial para o incremento das relações comerciais entre os dois países.

O Brasil representa 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul, e há interesse do governo tunisiano em iniciar negociações para concretizar acordo de preferências tarifárias com o Mercosul.

Desse modo, Sr. Presidente, estando este relatório à disposição dos eminentes Senadores, eu termino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aqui, concluindo que, diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações que considero adequadas serem feitas no âmbito deste relatório para futura apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

Obrigado mais uma vez pela presteza, Senador Antonio Anastasia.

Tivemos um pequeno problema técnico, mas já está sendo solucionado. Em poucos minutos estaremos apresentando o resultado dos Srs. Embaixadores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – O Sr. Antonio, para a Embaixada de Myanmar, obteve 15 votos, unanimidade. O Sr. José Viana, para a Embaixada de Omã, também 15 votos, unanimidade.

Parabéns a V. Exªs. Estão aprovados. Será comunicado à Presidência da República.

V. Exªs estão dispensados. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente convida a compor a mesa o Consultor Legislativo de Orçamento do Senado Federal Diogo Antunes de Siqueira Costa e lhe concede a palavra para fazer sua exposição sobre o PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual. Inicia-se a apreciação da PAUTA: DELIBERAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA 2017 – Reunião de deliberação das Emendas – CRE ao Projeto de Lei 018/2016–CN, que "estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Relator "*ad hoc*" das emendas na CRE: Senador Armando Monteiro. O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Armando Monteiro, para fazer a leitura do Relatório. Ficam aprovadas as seguintes **Emendas de apropriação à despesa: Emenda nº1,** 52121, Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 – Nacional, valor do acréscimo de R$ 355.400.000. **Emenda nº 2,** 52131, Construção de Submarinos Convencionais - Nacional, valor do acréscimo de R$ 521.000.000. **Emenda nº3**, 52111, Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Nacional, valor do acréscimo de R$ 600.000.000. E**menda nº 4,** 35101, Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior – Nacional, valor do acréscimo de R$ 100.000.000. **Resultado:** Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Ficam rejeitadas as demais emendas. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*) Retificada devido a erro no valor da Emenda nº 4, anteriormente no valor de R$ 6.000.000,00, retificada, conforme relatório aprovado para R$ 100.000.000,00.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está aberta a reunião.

Nós acabamos – eu, Senador Lasier, Senador Armando Monteiro – de conversar com o Presidente da Comissão, Aloysio Nunes. Ele, por ser Líder do Governo, está retido no plenário. E nós fizemos uma consulta também. Por se tratar de uma sessão extraordinária, a que nós estamos tendo no plenário do Senado, é possível fazermos esta reunião extraordinária também aqui da Comissão de Relações Exteriores.

O Senador Lasier também está comprometido no tema que está sendo debatido lá, que envolve seu Estado, mas nós temos aqui algumas questões fundamentais. Primeiro, apreciarmos as emendas. E hoje, esta semana, por ser hoje a última reunião, nós temos o prazo limite para apreciarmos as emendas. E, como estamos fazendo extraordinariamente hoje a reunião, não temos, obviamente, a condição de fazê-la amanhã.

Eu vou pedir que, *ad hoc*, alguns colegas possam apreciar, então, as emendas. Estão aqui com o Senador Armando Monteiro. Em seguida, nós vamos ter as sabatinas. Peço à Secretaria da Mesa que, imediatamente, comece a ligar para as Senadoras e Senadores porque nós vamos abrir o painel para apreciação das indicações dos representantes e das representantes que nós temos.

Então, imediatamente, prepararemos o painel, porque nós estamos, simultaneamente, com esta reunião e o plenário do Senado, também na fase da Ordem do Dia. E só por conta de a sessão lá ser extraordinária é que, tendo feito uma consulta a respeito, como Vice-Presidente da Casa, nós podemos fazer esta reunião aqui.

O Senado hoje está fazendo um esforço para realizarmos esta reunião, pela importância das indicações e pelo calendário especial que nós estamos cumprindo também, calendário especial por conta do segundo turno. Nós estamos vivendo uma situação de concentração de apreciação de matérias – ontem, anteontem e hoje – e, na próxima semana, não teremos deliberações. Ou seja, o que não for deliberado agora seria só após a eleição. Eu mesmo, ontem, tomei a iniciativa, falei com o Presidente Aloysio. Como membro da Mesa, também adotei algumas medidas para que tivéssemos esta reunião em razão do compromisso que eu acho que todos nós devemos ter com os temas que estão diretamente ligados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu tenho um compromisso muito grande com as Forças Armadas, tenho feito um trabalho, e também em função de todos os colegas nós vamos tentar cumprir esse rito.

Eu passo, então, *ad hoc,* a palavra para o Senador Armando Monteiro para que ele possa descrever as propostas de emendas que precisam ter a chancela da Comissão, as emendas ao Orçamento e, após essa apreciação, entraríamos nas sabatinas.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro, para que possa relatar as matérias vinculadas às emendas orçamentárias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o art. 44, §1º, da Resolução 1/2006, a Comissão de Relações Exteriores, na condição de autora de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao projeto de Lei Orçamentária Anual oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 47 propostas de emendas, relacionadas no Anexo I a este Parecer. Todas as propostas de emendas à despesa apresentadas são de apropriação, não tendo sido apresentadas propostas de emendas de remanejamento ou de texto.

Eu passo direto ao voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017, por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nas seguintes ações, relacionadas abaixo com as respectivas propostas de emendas:

1. Emendas de apropriação à despesa:

1.1 Unidade Orçamentária Comando do Exército, Ação 14 LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, valor R$355,4 milhões (Propostas de Emendas nºs 1, 3, 11, 13, 20, 26, 34, 35, 43 e 45).

1.2. Unidade Orçamentária Comando da Marinha, Ação 1231 – Construção de Submarinos Convencionais, valor R$521 milhões (Propostas de Emendas nºs 2, 5, 7, 8, 10, 14, 16, 22, 25, 30, 36, 37, 44 e 47).

1.3. Unidade Orçamentária Comando da Aeronáutica, Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), valor R$600 milhões (Propostas de Emenda nºs 4, 24 e 46).

1.4. Unidade Orçamentária Ministério das Relações Exteriores, Ação 20I5 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, valor R$100 milhões (Propostas de Emenda nºs 12 e 17).

Ficam rejeitadas as sugestões de emendas relacionadas a outras ações orçamentárias (Emendas nºs 6, 9,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

15, 18, 19, 21, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41 e 42).

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a V. Exª.

Coloco em discussão o relatório, já fazendo um comentário. Eu mesmo apresentei emenda vinculada ao esforço que o Brasil precisa ter na área de submarinos, junto com outros colegas. São vários.

Eu cumprimento o Senador Raupp, que era o Relator; agradecendo, mais uma vez, o Senador Armando Monteiro.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Armando Monteiro.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta Reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

Eu coloco em apreciação esse encaminhamento que estou propondo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o encaminhamento que apresentei.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINAS): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 88, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Islâmica do Irã." O Presidente convida os Embaixadores indicados a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às quinze horas e cinquenta e cinco minutos assume a presidência o Senador Lasier Martins. É aberto o processo de votação. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Armando Monteiro. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usa a palavra o Senador José Agripino, a Senadora Ana Amélia, o Senador Armando Monteiro e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares. SUSPENSÃO DA REUNIÃO: a reunião foi suspensa às 17:32 e reaberta às 17:35. O presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia a qual registra a presença dos estudantes de Direito da UNIJUÍ. 2ª PARTE: DELIBERATIVA: inversão de pauta, a pedido da Senadora Ana Amélia, aprovada – ITEM 7) Requerimento nº 743, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Requer, nos termos dos art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de s. Exa. No Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia)." É designada relatora a Senadora Vanessa Grazziotin. O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai." Adiado. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências" . Adiado. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde". Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 10) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, a fim de acompanhar, na condição de observadora parlamentar, as eleições presidenciais e legislativas da República da Nicarágua, no período compreendido entre os dias 04 e 07 de novembro de 2016. Pelo exposto, em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no aludido período." É designada relatora a Senadora Ana Amélia. O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do Relatório. Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. EXTRAPAUTA: ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA)." É designada relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia. O Presidente concede a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dezessete e cinquenta e quatro minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia. ITEM 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia". A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia". É designado relator *ad hoc* o Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, DE 2016, de autoria da Senadora Kátia Abreu e subscrito pela Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, em aditamento ao RRE nº 30, de 2016, aprovado em reunião de 11 de agosto, de 2016, a sua retificação para realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV - EAESP). É lido e aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezoito horas e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*) Ata da Reunião lida e aprovada dia 17/11/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Atendendo às exigências de número regimental, posso declarar aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Temos itens na pauta que dizem respeito a três sabatinas que faremos imediatamente.

ITEM 1 – 1ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 88, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2 – 1ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 3 – 1ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Portanto, são os três sabatinados que temos hoje, que já estão presentes.

Foram lidos os relatórios em 4/10. Foi concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Peço que a Secretaria da Mesa peça para tomar assento à Mesa a Embaixadora Maria Nazareth, Márcia Maro e Rodrigo de Azeredo Santos.

Sejam bem-vindos.

Queria pedir à Secretaria, tendo em vista que já tivemos os relatórios apresentados e lidos, que possa abrir o painel de votação e deixá-lo aberto, como temos feito nas reuniões anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos e cumprimentando os convidados, queria ressaltar ao Sr. Embaixador e às Srªs Embaixadoras que estamos vivendo um momento de um calendário diferenciado especial no Senado. Estamos na Ordem do Dia no plenário com um tema da maior importância. Faço essa justificativa para também, de alguma maneira, esclarecer a ausência de vários colegas que queriam estar aqui e que virão intercaladamente, além de dizer que há um propósito – inclusive meu, como Vice-Presidente, já que a Ordem do Dia se estende – de sermos ágeis aqui nas sabatinas, um pouco mais objetivos do que o normal, cada um com dez minutos, tentando resumir o seu propósito. Não estou diminuindo a importância das indicações; estou apenas cedendo a uma situação absolutamente atípica, porque, se tivermos uma certa agilidade na condução dessas sabatinas, com a votação, podemos levar para o plenário ainda hoje a apreciação das três indicações; se não, só daqui a uns 15, 20 dias, o que penso ser um prejuízo para o nosso País, do ponto de vista da representação importante de V. Sªs.

Imediatamente, vamos passar à sabatina, ouvindo, em primeiro lugar, a Srª Márcia Maro da Silva, indicada para a República da Tunísia.

Com a palavra V. Sª.

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – Muito obrigada, Senador Jorge Viana. É um prazer estar aqui no Senado Federal hoje para ser sabatinada, esperando, caso seja aprovada por V. Exªs, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

Queria agradecer também ao Presidente Michel Temer pela minha indicação e ao Chanceler José Serra, estendendo o meu reconhecimento ao Senador Fernando Bezerra, meu Relator, pelas referências elogiosas que fez a minha pessoa e trajetória profissional.

Atendendo à solicitação do Senador Viana, tentarei abreviar. A Tunísia é um país no norte da África, que ocupa uma posição estratégica entre a bacia do Mediterrâneo e a parte oriental e ocidental e, justamente em razão da sua posição geográfica, sempre foi uma área cobiçada e objeto de distintas invasões, começando com os fenícios, que fundaram a Cartago púnica; depois, vieram os romanos, os bizantinos, as invasões árabes, os otomanos e, finalmente, em 1881, chegaram os franceses, vindos da Argélia, dando início ao que seria – poderíamos dizer – um período de história contemporânea da Tunísia.

A invasão dos franceses em 1881 gerou uma grande resistência interna, e começaram, logo no início do século XX, um movimento em favor da independência e da liberação do país, inicialmente com os chamados Jovens Tunisianos, inspirados nos Jovens Turcos, da Turquia.

Em 1920, fundaram um partido que foi a origem realmente do movimento independentista. Acho que vale a pena registrar o nome deste partido de 1920: Partido Liberal Constitucional da Tunísia. Isso não é pouca coisa em um país árabe em 1920, um país cuja aspiração de independência já era a de um modelo democrático constitucional, defendendo a independência de poderes. Acho que isso se reflete hoje. Se há uma esperança de que a Tunísia possa ser um caso concreto bem-sucedido de um país árabe e muçulmano que afirma sua identidade árabe e muçulmana, ao mesmo tempo em que anseia por ser uma democracia constitucional em que impere o Estado de direito, isso ainda não ocorreu na região, mas a Tunísia é um laboratório. Há essa expectativa, e muito se deve à própria tradição do país, que, desde 1920, tinha essas aspirações de ser uma democracia constitucional.

A independência ocorre em 1956 com uma Constituição muito moderna, que assegurava uma série de direitos absolutamente singulares no mundo árabe, a começar pelos direitos das mulheres: colocaram um fim à poligamia; foi denunciado o direito de repúdio aos maridos que podiam devolver as mulheres às suas famílias quando o casamento não funcionava; e foi instaurada a figura do divórcio. São conquistas realmente importantes e únicas em um país árabe já na década de 50.

O Presidente Bourguiba, que fez a independência do país, governou até 1987, quando foi substituído por outro membro do partido, que era o primeiro-ministro e que também governou a Tunísia com mão forte. Apesar dessa Constituição tão liberal e de se pretender um país moderno, o país teve apenas dois líderes.

O Presidente Ben Ali permaneceu no poder até 2011, quando eclodiu na Tunísia a Primavera Árabe, que se iniciou com um jovem tunisino que pôs fogo às próprias vestes, denunciando um regime de opressão e exclusão.

Há, na Tunísia, duas Tunísias: a do litoral, desenvolvida e cosmopolita; e a do interior, a chamada Tunísia dos esquecidos, a Tunísia dos excluídos, em que o desemprego é em torno de 25%, e mesmo as camadas da população mais educadas, os chamados diplomados, tampouco encontram emprego.

Esse movimento que começou com a emulação desse jovem no interior do país rapidamente se propagou. Outras camadas sociais com interesses distintos aos dos movimentos que começavam a se levantar no interior do país se somaram, e passou a haver uma convergência de interesses.

As burguesias e as classes médias mais intelectualizadas queriam maiores liberdades, que o governo Ben

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ali não dava, as camadas pobres excluídas e os sindicatos também queriam a saída do Presidente por outras razões, e, finalmente, o movimento se espalhou, levando à queda de Ben Ali em janeiro de 2011. Rapidamente, o movimento de rebelião se propagou para toda a região do norte da África, e caiu depois o governo do Egito, da Líbia. Hoje temos a questão síria, mas esse movimento começou em janeiro de 2011 na Tunísia.

Após a saída do Ben Ali, o país entrou num processo de transição, com eleições, elaboração de uma nova Constituição. No período de transição, ocorreram eleições de uma assembleia constituinte em que, para surpresa de todos, levou ao poder a Irmandade Muçulmana, que deveria coordenar ou que teria a maioria na Assembleia Constituinte. Houve uma ameaça de intenções hegemônicas por parte da Irmandade Muçulmana quando chegou ao governo, uma certa tensão entre uma sociedade liberal, que é a sociedade tunisiana sobretudo nas áreas costeiras, e o interior islamista e mais conservador.

A queda, no Egito, da Irmandade Muçulmana e do Presidente Morsi certamente terá tido um impacto na Tunísia e nos líderes da Irmandade Muçulmana, que adotaram uma posição mais pragmática, evitando uma radicalização no modelo do Egito, que poderia levar a um golpe na própria Tunísia e, de novo, à exclusão da Irmandade Muçulmana do jogo político na Tunísia. E foi essa moderação das forças políticas tunisianas que levou o país a uma transição pacífica, com uma acomodação de interesses, com eleições em 2014 de um novo governo.

Desta feita, ganhou o partido liberal Nidaa Tounes. O segundo colocado, também com expressiva votação, foi a Irmandade Muçulmana – na Tunísia, o partido chama-se Ennahda. E hoje o que assistimos é um governo de coalizão, em que a maior parte da população se sente representada, sejam os mais liberais e das zonas costeiras, com o governo liberal do Nidaa Tounes, sejam as áreas do interior e mais islamizadas ou que apoiam a Ennahda. Dessa composição entre essas duas visões diferentes, mas que refletem forças sociais importantes na Tunísia, do êxito dessa coalizão, dependerá o futuro do país, sobretudo em momento em que a questão securitária em toda a região é um grande desafio, sobretudo para a Tunísia.

Paralelamente à questão securitária, terão que dar conta da questão da exclusão social no interior da Tunísia, porque, se isso não for tratado, certamente poderá fornecer, enfim, elementos maiores para uma radicalização da população.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – No que tange às relações do Brasil com a Tunísia, nos últimos anos, desde a revolução de janeiro de 2011, a Tunísia tem tentado diversificar suas relações externas, e o Brasil é um parceiro privilegiado para eles, ou, dos países emergentes, conosco eles têm se esforçado em ter uma aproximação.

Houve um incremento, nos últimos anos, muito grande do nosso comércio bilateral, troca de missões empresariais. Há perspectivas de que, com o acordo-quadro do Mercosul, negociemos um acordo comercial que poderá ampliar nossa pauta comercial. Há também interesse na cooperação na área social, eles apreciam os programas sociais brasileiros, para eles é um grande desafio. Esperamos que essas áreas possam se desenvolver.

Há também perspectiva de uma maior cooperação na área de defesa, inclusive, possivelmente, com aquisição de aviões Super Tucanos, da Embraer, e também aviões 145 e RS da Embraer, para voos comerciais.

Enfim, temos uma agenda promissora. Temos um importante programa, agora, na área de meio ambiente e de reflorestação de eucalipto. Vamos ajudá-los no combate à desertificação, esse programa já está sendo implementado. As perspectivas são boas de que possamos adensar as relações, tanto políticas, como econômicas e comerciais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Sª.

Queria sugerir aos colegas que nós ouvíssemos, como temos feito, as três exposições, tendo em vista que agora, inclusive, está havendo verificação, conforme foi informado, no plenário. Nós seguiríamos. Estamos fazendo aqui o esforço de termos exposições mais objetivas.

Cumprimento a Embaixadora Márcia pela maneira como expôs a história de um país tão complexo tão rapidamente.

Eu passaria, então, a palavra à Srª Embaixadora Maria Nazareth, para que ela possa fazer a apresentação e, em seguida, ao Embaixador Azeredo, para, aí sim, concluirmos a sabatina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero dizer que estou muito confortada por ver duas Embaixadoras à Mesa dessa sabatina e pela honra de também ter sido a Relatora da Embaixadora Maria Nazareth Azevêdo. Então, eu queria só pedir desculpas, porque tenho que voltar ao plenário. Voltarei, em seguida, para alguns questionamentos a minha sabatinada.

Muito obrigada.

Cumprimento também o Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A situação da Senadora Ana Amélia é a situação de todos nós. Então, vamos ter aqui um revezamento de entrada e saída de Senadores, nesse esforço de realizarmos a reunião.

Com a palavra V. Sª.

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana. Eu agradeço também a minha Relatora, Exma Senadora Ana Amélia, e quero dizer que eu gosto muito de todos os Senadores homens, mas eu me sinto especialmente honrada de ter tido uma mulher Senadora relatando a minha designação.

Cumprimento também todos os meus colegas que estão aqui por intermédio do meu amigo e colega Embaixador João Carlos de Souza Gomes, o meu irmão Ricardo, que está aqui presente, amigos, senhores e senhoras. É uma honra estar aqui diante de V. Exªs para essa interação que é tão importante para a Diplomacia brasileira, em particular para nós, Embaixadores designados para representar o País no exterior.

Eu estou muito animada, especialmente orgulhosa com a perspectiva de voltar a chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, é claro, caso venha a merecer a aprovação de V. Exªs e do Plenário da Casa.

Delbrasgen, como chamamos a missão, é um posto de grande sensibilidade para a rede diplomática brasileira. Genebra abriga a segunda maior sede da Organização das Nações Unidas, reúne expressivo número de organismos internacionais, agências especializadas, secretariados de convenções.

A missão brasileira lida, portanto, com ampla gama de temas, desde direitos humanos, direitos humanitários, saúde, imigração, meio ambiente, desarmamento, entre outros. Eu proporia, então, enquadrar as minhas observações oferecendo breves pinceladas sobre a função dos principais organismos, a participação do Brasil nesses organismos e os desafios que temos pela frente.

Começo pelo Conselho de Direitos Humanos, que é o principal órgão das Nações Unidas para promoção e proteção dos direitos humanos no mundo. O CDH é, na prática, um órgão quase permanente, que se reúne diversas vezes por ano: três vezes por ano em sessões ordinárias, geralmente em março, junho e setembro, e em sessões extraordinárias a qualquer momento, para lidar com crises humanitárias ou de violações de direitos humanos. O CDH se reúne também três vezes ao ano em torno de um mecanismo de revisão periódica universal que avalia a situação dos direitos humanos em todos os países das Nações Unidas, do mais pobre aos mais rico, do mais vulnerável ao mais poderoso. Todos são examinados nesse exercício.

E, para monitorar, coibir e mitigar as violações de direitos humanos, o CDH conta com procedimentos especiais. Esses procedimentos especiais tomam diferentes formas, viajam aos países, analisam as situações, voltam ao Conselho, trazem relatórios e fazem recomendações, mas essas visitas só acontecem quando o governo do país concernido autoriza a visita. E o Governo brasileiro mantém um convite permanente para os procedimentos especiais. Esse é um gesto altamente representativo do nosso compromisso com os direitos humanos no nível internacional e nacional.

O Brasil é ator importante comprometido com as atividades do Conselho de Direitos Humanos. Nós dialogamos com todos os atores governamentais e não governamentais, buscamos uma participação equilibrada e, por essa relação virtuosa que mantemos com o sistema, o Brasil é frequentemente chamado para construir pontes, influenciar posicionamentos e viabilizar iniciativas.

Dentre os desafios principais que nós temos no Conselho de Direitos Humanos, acho que o principal é um enorme desafio sistêmico. O Conselho é sucessor da Comissão de Direitos Humanos, que foi extinta por ter perdido credibilidade ao atuar com viés seletivo e politizado. Essas mesmas críticas vêm crescendo em relação ao trabalho do Conselho de Direitos Humanos. Para que a nossa atuação no Conselho seja efetiva, será imprescindível manter um canal aberto com a sociedade civil. É ela, a sociedade civil, que está constantemente no terreno, às vezes diariamente em contato com as vítimas de violações de direitos humanos. Elas têm muito a contribuir na busca de soluções.

Passo agora a expor sobre a Organização Mundial da Saúde. A OMS é a autoridade diretiva e coordenadora do Sistema das Nações Unidas para a saúde. A OMS é a autoridade que debate as questões mundiais, estabelece normas e padrões, fornece apoio técnico, monitora as tendências sanitárias mundiais.

O tema da saúde é de tal forma abrangente que a OMS não pode e não deve fazer o seu trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sozinha. Ela é auxiliada e coordenada e atua em coordenação com um número de entidades. Chamamos esse conjunto de entidades de arquitetura mundial da saúde. Cito uma ou duas dessas entidades: a Unaids, que é o Programa das Nações Unidas para HIV/aids, a Unitaid, que viabiliza o acesso de medicamentos a países em desenvolvimento, o Secretariado da Convenção de Controle de Tabaco.

O Brasil participa de todas as negociações na OMS e tem papel de reconhecida relevância na maioria delas: controle do tabaco, saúde mental, emergências, epidemias, febre amarela, nutrição são alguns dos exemplos do dinamismo brasileiro na saúde. A OMS demanda atenção especial e acompanhamento atento da missão, não só por força das sucessivas emergências sanitárias, mas porque seus temas têm reflexos em outras áreas, desde direitos humanos e humanitários até política industrial, produção agrícola e exportação agrícola. Esses temas transversais na OMS merecerão nossa atenção. Entre eles, destaco o da resistência antimicrobiana, com crescente vinculação entre saúde humana, animal e vegetal.

Vamos também dar uma atenção muito especial ao enfrentamento das emergências sanitárias. E quero repetir a mesma parceria que foi construída entre a Diplomacia brasileira, o Ministério da Saúde e a OMS, que foi instrumental para informar e orientar uma resposta internacional ao vírus zika.

Passando à Organização Internacional do Trabalho: eu diria que a OIT tem a missão de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a empregos e condições em liberdade, equidade, segurança e dignidade. Trata-se da Agenda Nacional de Trabalho Decente ou, como gosta de dizer o nosso Ministro do Trabalho, trabalho digno.

A OIT é um órgão *sui generis* no contexto onusiano. Por quê? Porque congrega governos, trabalhadores e empregadores, que têm voz e voto nas deliberações da organização. Por isso, eu diria que a OIT, assim como o Conselho de Direitos Humanos, constitui um foro de particular interseção entre a nossa política interna e externa. O órgão máximo diretivo da OIT é a Conferência Internacional do Trabalho, e a delegação brasileira a essa conferência é muito representativa e engajada. O mês de junho, em Genebra, é dominado pela CIT (Conferência Internacional do Trabalho), e espero ter a honra de receber V. Exªs, Senadores, em Genebra, no mês de junho, e em qualquer mês, mas o mês de junho é um mês especial e muito dinâmico do calendário da ONU.

O Brasil é referência na OIT. Nosso País é frequentemente citado pelos exemplos nos relatórios da OIT por suas políticas econômicas e sociais, bem como pelo papel central que desempenha nas negociações de importantes instrumentos. Cito alguns: o Pacto Global pelo Emprego, a Convenção sobre o Trabalho Doméstico, o Protocolo Adicional sobre o Trabalho Escravo, entre outros.

Nos últimos anos, a OIT procurou reafirmar seu papel no mundo contemporâneo, bem diferente daquele mundo de 1919, quando foi criada. Sua participação nas reuniões do G20 insere-se nesse processo, e ao Brasil caberá o desafio de continuar apoiando a OIT a disseminar a perspectiva do trabalho nas tratativas internacionais.

Passando à temática humanitária: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) ganha proeminência com o crescimento das crises humanitárias. É interessante notar, Sr. Presidente, que o Acnur foi criado em 1950 para, durante um período apenas de três anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – ... ajudar os europeus – quase lá – deslocados na Segunda Guerra Mundial. O Acnur completa, em dezembro deste ano, 66 anos, e seu mandato e missão não param de crescer.

Para que V. Exªs tenham uma ideia da dimensão do trabalho do Acnur, existem hoje, no mundo, cerca de 60 milhões de pessoas em situações de deslocados, refugiados, retornados, apátridas, exilados e outras situações de vulnerabilidade. Essa é a agenda do Acnur. A escalada humanitária nos últimos anos levou o Brasil e o Acnur a se aproximarem, e isso tem nos permitido acolher milhares de pessoas afetadas pela crise na Síria.

O tema de desarmamento, último tema aqui da minha apresentação, passa agora a fazer parte das atribuições da Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra. Itamaraty e Defesa trabalham juntos o tema do desarmamento. Contamos com o assessoramento do Escritório do Conselheiro Militar, hoje chefiado pelo Almirante-de-Esquadra Elis Öberg. Essa coordenação entre o MRE e a Defesa é muito importante, porque nos permite atuar em consonância com as orientações diplomáticas, políticas, técnicas e estratégicas definidas pelo Governo brasileiro.

Em conclusão, o desafio da Missão Permanente do Brasil em Genebra é múltiplo, multifacetado e sensível. Constantemente, nos deparamos com situações tão extremas quanto complexas, o que impõe escolhas de grande delicadeza. Violações de direitos humanos suscitam aversão absoluta da opinião pública. Não podia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ser de outro jeito. Mas a decisão sobre o melhor curso a seguir engloba muitos elementos de análise, e não é incomum nós nos encontrarmos entre forças opostas. Enxergar a solução ideal e o menor custo possível é o grande desafio, não excepcional, mas da rotina do trabalho da Missão do Brasil em Genebra.

E, caso eu tenha a honra de vir a ser aprovada por V. Exªs, estarei atenta aos desdobramentos políticos, estratégicos, diplomáticos e técnicos para informar e subsidiar as consultas que pautarão a nossa atuação em Genebra.

Eu quero me permitir uma pequena digressão consular. Eu completo agora três anos de trabalho no Consulado do Brasil em Genebra, e a impressão que eu tenho, pessoal, é que eu vivi intensamente o tratamento dos direitos humanos na vida como ela é, como diz Nelson Rodrigues. Porque eu vivi, com os brasileiros que passaram pelo Consulado, vários dramas, o drama da perda dos filhos, da tristeza, da distância da Pátria, da solidão, da humilhação da violência doméstica. E eu abri o Consulado para todos os brasileiros, junto com a minha equipe, não fiz nada sozinha. Do mais rico ao mais pobre, todos foram ao Consulado, comer uma feijoada, beber uma caipirinha, apresentar um trabalho, etc. Não tínhamos dinheiro porque a crise é forte, então eu recorri ao voluntariado e à solidariedade da comunidade brasileira, médicos, advogados, psicólogos, psiquiatras, diplomatas, professores, todos ajudaram a comunidade a se sentir mais integrada numa situação e numa sociedade estrangeira.

Então, eu trago esse assunto aqui apenas para fazer um apelo aos Srs. Senadores, V. Exªs, para que sempre ajudem a fortalecer o setor consular do Itamaraty, porque a gente pode fazer muito mais pelo brasileiro que está fora, não só um documento, passaporte, mas dar acolhida, oferecer a ele um pouco de dignidade. Esse é um trabalho muito importante.

Finalmente, lembro a V. Exªs que a UIP (União Interparlamentar) se reúne uma vez por ano em Genebra, e eu quero ter a honra de convidar todos e receber todos em Genebra durante essas reuniões, e também para participar dos nossos trabalhos.

Agradeço a paciência de me ouvir e estou à disposição para responder qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem, Embaixadora Maria Nazareth.

As senhoras e os senhores estão percebendo que, como já disse aqui o Senador Jorge Viana, estamos numa tarde atípica para uma reunião da CRE, uma tarde agitada – e por que não dizer atropelada –, porque nós estamos atendendo medidas provisórias em fim de prazo lá no plenário do Senado e ouvindo as exposições de V. Exªs. Mas entendemos que tudo está dando certo, então, nos perdoem pela agitação que estamos vivendo, mudando aqui a Presidência dos trabalhos a todo o momento para que alguém fique aqui para que outro vá lá votar e depois retorne para cá.

Então, concluindo as exposições, com a palavra o Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos, que está sendo indicado para a Embaixada na República Islâmica do Irã.

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Embaixador Souza Gomes, colegas do Itamaraty, minha colega de sabatina, Embaixadora Maria Nazareth, Embaixadora Márcia Amaro, senhoras e senhores, é uma honra estar aqui nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, com grande satisfação, aqui me apresento para ser sabatinado por esta Comissão.

Agradeço ao Senador Jorge Viana pela relatoria de minha mensagem e as gentis palavras a meu respeito. Gostaria de deixar registrado também meus agradecimentos ao Senhor Presidente da República, Michel Temer, e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, pela confiança que depositaram em meu nome ao submeter ao Senado a indicação, que muito me honra, para que eu exerça o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã, caso venha merecer a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Irã, pode-se dizer, *grosso modo*, que é o resultado de dois elementos que influenciaram enormemente a formação e o desenvolvimento da sociedade iraniana, que é o legado da cultura persa e a influência do islamismo, introduzido no país a partir do século VII.

Desde a revolução, em 1979, existe um regime político híbrido no Irã, de natureza republicana, mas também teocrática. As instituições laicas dividem também com instituições de referência ou de influência religiosa as responsabilidades de governo.

É um país que tem um extenso território: 1,6 milhão de quilômetros quadrados e faz fronteira direta com sete países. Conta com uma grande população, também de 80 milhões de habitantes; e tem um Índice de Desenvolvimento Humano relativamente elevado, ocupa a posição de nº 69 entre 188 países, inclusive, na frente do Brasil, que se encontra, infelizmente, na posição de número 75.

O Irã tem também um índice de alfabetização muito elevado: 98% da população alfabetizada. E se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

percebe, quando se vai ao Irã, aqueles que vão pela primeira vez, todos sempre têm uma surpresa agradável de ver o excelente nível cultural, educacional; em geral, o nível da população de educação, e também o preparo da sua burocracia, da sua tecnocracia.

Pode-se falar muito, creio, de um país que tem, entre os seus heróis nacionais, alguns poetas, poetas do século XVII, do século XVIII. Isso fala muito do país, do respeito à cultura e aos valores culturais que eles muito valorizam e defendem.

O Irã possui também uma economia forte, diversificada. Hoje, o Irã é a segunda maior economia do Oriente Médio e do norte da África, com US$420 bilhões. Se analisarmos pelo parâmetro da paridade de poder de compra, seria US$1,3 trilhão. E é uma economia muito diversificada. Ao contrário do que se pensa, o Irã não depende exclusivamente da produção de petróleo – que é muito importante, evidentemente –; o Irã detém a quarta maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior reserva de gás do mundo.

A produção de petróleo do Irã hoje está em torno de 4 milhões de barris por dia. Recuperou-se rapidamente, desde o fim das sanções no início deste ano, essa produção, porque foi permitido ao Irã, após o fim das sanções, o reinício das exportações, a retomada de alguns mercados que estavam fechados para o Irã. Hoje o país exporta cerca de 2,6 milhões de barris por dia. Para temos uma ideia, isso é maior do que a produção do Brasil hoje em dia, um pouco acima de 2 milhões de barris por dia.

O Irã, como eu vinha dizendo, também tem um elemento importantíssimo, para que se entenda o desenvolvimento de política interna e política externa no País, que é a sua posição geoestratégica. O Irã está numa região localizada entre a Ásia Central, também a Europa, se levarmos em consideração a fronteira com a Turquia e o Oriente Médio, e ainda divide, indiretamente, espaço com outros países, os espaços do Mar Cáspio, do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã. É uma região, evidentemente, que sabemos de muita instabilidade política, muitos conflitos, e, portanto, essa posição geoestratégica do Irã é muito importante para que se entendam esses desdobramentos da política externa e interna do país.

No campo econômico e também no campo social, o país foi fortemente afetado, evidentemente, pelas sanções, em razão do seu dossiê nuclear, da sua questão nuclear. Como as senhoras e os senhores sabem, o país sofreu sanções durante alguns anos e, nesse período de sanções, houve um decréscimo muito forte do crescimento econômico, – aliás, uma recessão, na verdade –, um decréscimo do PIB, um aumento da inflação, um aumento do desemprego, que está em torno de 12%.

No ano passado, com a mudança da Presidência, dos governos, a partir de 2013, com a saída do Presidente Ahmadinejad e a entrada do Presidente Rohani, houve uma mudança significativa de postura, de negociação, de busca do diálogo, e finalmente isso resultou na negociação do acordo nuclear, que foi assinado com o chamado P5+1, os países do Conselho de Segurança mais a Alemanha, que levou realmente a uma nova fase do Irã; a abertura de uma nova fase muito importante.

E o chamado Implementation Day, ou seja, a implementação do levantamento das sanções aconteceu a partir de meados de janeiro deste ano. É algo muito recente, ainda pouco se percebe, digamos assim, as vantagens econômicas para o país, mesmo porque há uma série de dúvidas com relação aos levantamentos dessas sanções, sobretudo na parte dos Estados Unidos, que ainda mantém algumas sanções relacionadas a outros temas, que não a questão nuclear.

Com relação às relações bilaterais, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Irã, em 1903. Em 1965, se deu a primeira visita de Estado, com a visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil. Na década de 80 e 90, houve intensa troca de visita de chanceleres, diálogos à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas foi mesmo a partir da primeira década, entre 2007 e 2010, que as relações se intensificaram entre o Brasil e o Irã.

Em primeiro lugar, em 2007, com o estabelecimento do mecanismo de consultas políticas. Entre 2008 e 2010, houve uma intensa troca de visitas de alto nível, missões empresariais, que culminaram também nas visitas presidenciais do Presidente Ahmadinejad ao Brasil, em 2009, e do Presidente Lula a Teerã, em 2010.

Naquele momento, as senhoras e os senhores sabem, o Brasil estava engajado numa solução pacífica, num diálogo para a questão nuclear do Irã. Havia uma ameaça muito forte de um conflito, de uma intervenção, enfim, de força, e o Brasil, instado também pela Europa e pelos Estados Unidos, fiel à sua tradição diplomática de busca de soluções pacíficas às controvérsias, também por ser um ator que, naquele momento, era o que tinha, digamos assim, a maior confiança das duas partes envolvidas, e também pelo seu histórico de uso pacífico da energia nuclear e defesa do TNP, o Brasil colocou-se como um ator para tentar reabrir o diálogo com o Irã, com relação à sua questão nuclear e levar o país a essa retomada das conversas com as grandes potências, com o P5+1.

Não foi possível, naquele momento, o acordo que foi alcançado foi considerado insuficiente pelo chamado P5+1...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – ... mas o que vimos, logo em seguida, foi que o acordo aconteceu, como eu disse, em 2015. Isso, para o Brasil, abre realmente uma nova era. O Irã hoje, a partir desse acordo, busca se inserir, de uma forma mais aberta à comunidade internacional, e é claro que o Brasil, com esse capital político que acumulou, tem aí um desafio importante.

Por exemplo, na área comercial, há muito interesse do lado do Irã. Tive a oportunidade de estar com o Senador Armando Monteiro, que, na qualidade de Ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, esteve inteirando, no ano passado, em outubro, com uma missão comercial. Há aí grandes possibilidades para o Brasil de fornecimento de aeronaves, equipamentos de transportes.

Hoje a nossa pauta comercial é muito restrita à exportação de alimentos. Sofremos muito com as sanções também, como outros países sofreram. O Irã praticamente trocou os seus parceiros – os grandes parceiros eram os europeus – por parceiros asiáticos, China e Índia, que continuaram comprando o seu petróleo, mas temos aí um potencial enorme para o Brasil na vinda de bens industriais, mas importante enfatizar que a palavra aqui, nesse caso, seria parceria.

O Irã é um país de uma economia diversificada, como eu estava dizendo, com uma indústria têxtil, siderúrgica, mineração, de equipamentos. Então, eles não se veem apenas como um mercado comprador, eles querem realmente uma parceria com o Brasil, desenvolvimento tecnológico, produção local. E é nesse sentido que estamos trabalhando.

E, obviamente, caso venha a merecer a confiança desta Comissão e aprovado, pretendo justamente dar um enfoque muito grande nessa parceria econômica, comercial, com o Irã, dando seguimento aos esforços que vão sendo mantidos hoje.

Há uma questão bancária ainda a ser resolvida, de relações de bancos entre os dois países, que também passa pela questão das sanções. O Irã já fez uma série de desenvolvimentos nesse sentido, porque é a política do governo atual, que é um governo moderado, aderir, passo a passo, às regras internacionais, inclusive na área bancária, adotando o *compliance*, como se diz, as normas, regras internacionais, na questão financeira, bancária, mas também na questão de comércio. O Irã pretende aderir à OMC e conta com o apoio do Brasil para isso.

Enfim, é realmente um grande desafio, porque, nesse momento, como eu estava dizendo, em que se abriu uma nova era com a negociação, com o P5+1, com essa questão nuclear, o Irã está justamente redefinindo as suas prioridades. Há, como eu disse, já um foco comercial muito grande com a Ásia. Eles pretendem, evidentemente, recuperar essa boa relação que sempre tiveram com a Europa. O Oriente Médio é o entorno natural do país, e há a importância de manter a influência do islã dos xiitas – que eles são – com os vizinhos islãs de islamismo sunita; isso para o Irã realmente também é uma prioridade, não se manter isolado. E esse governo tem realmente aberto o diálogo com esses países, tem buscado um engajamento positivo.

Mas cabe ao Brasil realmente fazer um esforço para que não percamos essa grande oportunidade de capitalizar todo aquele capital político que obtivemos durante aquelas negociações e os vários gestos, vários sinais que o Irã já nos deu de que realmente gostaria de ter o Brasil como um importante parceiro político e econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Embaixador Rodrigo.

Bem, em seguida, vamos começar as perguntas, a sabatina propriamente dita.

Mas, quero informar aos colegas que estou recebendo uma informação da Mesa do plenário de que a sessão está se encerrando. Vão nos aguardar alguns instantes.

Então, quero propor aos meus pares: concordam que se faça agora a votação e, depois da votação, as perguntas? Senão não haverá tempo para a mensagem chegar à Mesa. Falta o Senador Armando Monteiro. O Senador Cristovam está votando.

O Senador Agripino já votou.

Senadora Vanessa, já votou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Já votei.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, quero já aguardar.

Senador Armando Monteiro, enquanto V. Exª vota, gostaria de pedir a V. Exª para atuar aqui como secretário, conforme o Regimento, para secretariar a nossa apuração, que é uma apuração eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Senador Lasier.

Só uma observação para os três sabatinados, a Embaixadora Maria Nazareth, a Embaixadora Márcia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E o Embaixador Rodrigo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... e o Embaixador Rodrigo: o que nós estamos fazendo é absolutamente inusitado. Nós estamos abrindo um crédito de confiança por antecipação, por crença na competência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, vamos para a apuração.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Eu assisti somente à exposição do Embaixador Rodrigo, não tive oportunidade de ouvir a exposição da Embaixadora Maria Nazareth, que conheço de longa data e sei que é uma *expert*, uma mulher muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdoe-me a interrupção – V. Exª já vai continuar –, vamos fazer a apuração neste momento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Isso. Só para terminar o registro, o voto de confiança da Comissão é um fato inédito, quero só que V. Exªs façam o registro e que tomem esse voto por antecipação de confiança como estímulo ao bom desempenho nas suas funções.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito, na mais absoluta transparência.

Aí está o resultado: 14, 14, 14. Portanto, unanimidade na aprovação dos três nomes. (*Palmas.*)

Temos condições, então, de encaminhar imediatamente a mensagem dessas indicações para o Plenário do Senado. Em seguida, começará a votação. Certamente, com a mesma acolhida, V. Exªs serão aprovados dentro de instantes, ainda hoje à tarde.

Dito isso, vamos às perguntas, começando pela Senadora Ana Amélia, a primeira inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou a relatora da Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Eu queria dizer aos outros inscritos...

Eu começo com a Embaixadora.

A senhora tem uma missão bastante ampla porque, junto às Nações Unidas, existem vários organismos de diferentes naturezas. Não tenho nenhuma dúvida do êxito que a senhora terá nessa missão, em que já esteve representando o interesse brasileiro.

Eu queria, neste momento, aproveitar a oportunidade para fazer um reconhecimento necessário à sua altivez e à sua responsabilidade na diplomacia brasileira, num episódio que aconteceu em 2011, perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, quando se estava discutindo a questão pertinente, amparada inclusive nos princípios da nossa diplomacia, da Casa de Rio Branco, definidos esses valores por Rio Branco, sobre a importância do Poder Judiciário e também da liberdade de imprensa. É um valor muito caro, Presidente que está comandando hoje esta reunião, também jornalista como eu, e isso foi tomado como uma crítica indireta, mesmo que tenha sido dentro de uma regra de absoluto respeito às opiniões divergentes de outros países, no caso, a Venezuela, que fez uma admoestação e uma reação desproporcional às suas declarações e à sua posição.

Então, eu queria dizer que não entendi que o Itamaraty, àquele momento, tenha feito, digamos, eu não diria punição, mas uma advertência inoportuna, inadequada, imerecida, injusta até à sua atitude, que foi, eu diria, republicana.

Uma carreira de Estado, como a diplomacia, é uma carreira republicana, não atende um governo de plantão, ela atende o interesse nacional. Então, eu penso que o seu gesto demonstrou realmente os seus valores republicanos em relação à democracia, ao respeito ao Poder Judiciário e à liberdade de imprensa.

Eu queria dizer que a senhora tem, pelo menos de minha parte, como jornalista que fui durante muito tempo, um grande respeito. Lamento o acontecido, mas a história já está contando qual foi a consequência de tudo isso.

Eu queria agora dizer o seguinte à Embaixadora. A senhora falou na questão da OMS e do tabaco. Eu quero lhe explicar que o Rio Grande do Sul é um Estado produtor de tabaco. Embora eu reconheça que esse é um tema que interessa muito à saúde pública, não no Brasil, mas no mundo, eu gostaria que sempre que esse tema for tratado que sejam ouvidas todas as partes, não apenas os médicos, mas também aqueles pequenos agricultores que, no meu Estado, têm áreas de cinco, dez e vinte hectares. Dessas áreas pequenas, eles sustentam suas famílias por gerações.

O lado social dessa questão... Hoje, inclusive, na área das lavouras de tabaco, foi erradicado o trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

infantil, foi feita a redução e a racionalização do uso de agroquímicos, que foi uma questão relacionada diretamente à saúde. Então, eu tenho muito foco na questão social desses trabalhadores de agricultura familiar. Que pelo menos eles sejam ouvidos nos momentos de debates desses temas.

É claro que a questão do vírus está posta no munda, do zika vírus e também da OIT, dessas questões todas que interessam muito ao Brasil, de que nós também estamos tratando. Não tenho dúvida que V. Exª dará a esse amplo temário a devida atenção.

Aproveito também para cumprimentar a Embaixadora Márcia e dizer que espero que a senhora defenda os produtos do meu Estado, do Rio Grande do Sul. Somos grandes exportadores de carnes, da cadeia produtiva de carne, de frutas. Temos vários produtos, ônibus, somos os maiores fabricantes de ônibus, podemos abrir uma fábrica na Tunísia, se já não temos lá uma fábrica de ônibus, é uma grande empresa. Então, temos muitas coisas para vender. Tenho certeza de que a senhora o fará.

Quero dizer ao Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos que, no ano passado, eu recebi, como Presidente da Comissão de Agricultura, a visita de Deputados da Comissão de Agricultura da Assembleia Consultiva Islâmica do Irã. Naquela ocasião, o Presidente da Comissão era Abas Rajaei. Eu queria solicitar a V. Exª que transmita a ele, se ainda está na Comissão, mas será certamente Parlamentar, os meus cumprimentos, dizendo que continuo aguardando o convite que ele me fez para visitar o país nessa condição. Desejo sucesso ao senhor, sua missão é desafiadora, mas o Irã tem muitas coisas relevantes na sua história e também na relação econômica, política e diplomática com o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem. Como é prática da Comissão questionar em bloco e depois responder a todos, sempre numa média de cinco, hoje temos quatro presentes, com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu quero logo me congratular com as exposições que foram feitas e dizer que o placar da votação refletiu, a meu ver, de forma clara, o reconhecimento que os membros desta Comissão tem à trajetória das Embaixadoras e do Embaixador aqui presentes. É uma trajetória indiscutivelmente marcada pelo mérito, pela qualificação de todos. Então, eu me congratulo com a tranquilidade de quem sabe que essa representação vai honrar o Brasil no desempenho dessas importantes missões.

Mas quero dirigir especialmente a minha intervenção ao Embaixador Rodrigo, que vai ter a missão importante neste momento de poder promover os interesses do País nesse que talvez seja o mercado mais importante que o Brasil terá de explorar nos próximos anos. É um país de 80 milhões de habitantes, um país que tem US$100 bilhões de ativos congelados no sistema financeiro internacional e, agora, com a normalização das relações e com a plena reintegração à comunidade internacional, eu não tenho nenhuma dúvida de que vai representar um mercado fantástico.

O mundo inteiro tem ido ao Irã, e eu tive o privilégio à época, na condição de Ministro de Desenvolvimento de Indústria e Comércio, de promover uma missão comercial, em que pudemos fazer, com a companhia do então diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, o nosso Embaixador Rodrigo Azeredo, uma prospecção. Levamos, à época, 40 empresários numa representação de empresas e de associações setoriais, e pudemos lá confirmar o potencial extraordinário que temos. E, mais do que isso, o capital político a que o nosso Embaixador Rodrigo aludiu: o Brasil tem um capital extraordinário pelo fato de termos desempenhado, num momento difícil da vida daquele país, uma ação vigorosa no sentido de tentar àquela época evitar todo esse processo que, ao final, conduziu o Irã a uma situação de isolamento na comunidade internacional. Creio que, agora, nós temos todas as condições de explorar as possibilidades que estão aí abertas.

Para terem uma ideia, nessa viagem, nós identificamos, por exemplo, no setor automotivo, que o Irã já foi um dos dez maiores produtores de automóveis do mundo. Isso é algo de que não se sabe. O Irã chegou a produzir mais de um milhão de veículos, e, depois, com as sanções, essa produção caiu extraordinariamente. A indústria automotiva hoje do Irã não se modernizou, e há oportunidades extraordinárias aí, por exemplo, para a renovação da frota de táxis. Foram identificadas oportunidades de mais de cem mil unidades que o Irã vai demandar a curto prazo; mais de 30 mil caminhões, por exemplo, que o Irã terá de comprar para renovar a sua frota; 17 mil ônibus.

E, na área de bens de capital, há uma perspectiva extraordinária para fornecer geradores, sistemas de irrigação, equipamentos médico-hospitalares. Portanto, é um mercado fantástico que está aberto aí para o Brasil.

Nessa perspectiva, eu queria exatamente indagar do nosso Embaixador Rodrigo como ele vê o processo de normalização do Irã nesse estágio, sobretudo na perspectiva de que as instituições financeiras aqui do Brasil possam efetivamente desempenhar um papel no suporte e no apoio a essas ações de promoção e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

negócios que o Brasil precisa realizar.

Eu sei que ainda existe um conjunto de sanções que, por exemplo, o sistema financeiro americano impõe ao Irã – são algumas das chamadas sanções secundárias, que ainda persistem. Mas eu gostaria de indagar como será possível atuar para que o Brasil possa ajudar nesse processo de normalização e, evidentemente, poder colher, eu espero, se não a curtíssimo, mas a médio prazo, os frutos desse processo, sobretudo traduzidos em uma ampliação do intercâmbio. E nós identificamos à época a perspectiva de triplicar a corrente de comércio, em uma perspectiva conservadora, eu diria, nos próximos cinco anos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, e vamos aguardar alguns instantes para ter essa resposta do Embaixador Rodrigo com muito interesse, até porque acende uma esperança muito grande para o meu Estado e da Senadora Ana Amélia, que é um Estado que produz caminhões, ônibus e carros, claro, automóveis também, com a GM, e em uma época de crise para as fábricas de Caxias do Sul, especialmente a fábrica de ônibus da nossa Marcopolo. Temos certeza de que V. Exª vai ajudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já estão? Perfeito.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Embaixadoras e Embaixador, primeiro eu quero dizer que compartilho totalmente com a visão do Senador Armando Monteiro em relação ao Irã. Creio que é um país com o qual podemos manter relações muito fraternas pela história construída nos últimos anos.

O papel do Celso Amorim – e obviamente não seria possível sem o Presidente Lula, naquela dupla que eu chamava Lula-Amorim – conseguiu marcar, de uma maneira muito forte, nossa presença na manutenção da boa relação, apesar de todas as pressões internacionais e na procura de evitar as sanções com aquele acordo feito através ou junto com a Turquia. E, de fato, é um país sobre o qual todos com quem eu converso, às vezes – eu não conheço, tenho muita vontade; converso com embaixadores brasileiros, como o Melantonio, que é um grande amigo –, dizem que tem a mais sofisticada elite dirigente que já conheceram em diversos países, sem falar que tem uma história poética maravilhosa.

Mas as minhas perguntas, Embaixador, são no sentido de tentar ver o futuro. Primeiro, tem alguma informação sobre se o Irã já está trabalhando para o pós-petróleo, quando não houver mais petróleo, quando for proibido? Ontem, li uma nota que dizia que a Alemanha aprovou uma lei em que, a partir de 2050, não terá mais carro por combustível fóssil – 2050, está ali na esquina. E ainda tem gente que não está com pressa de explorar o pré-sal, achando que a gente pode deixar isso para o futuro. Não vai ter esse futuro com o petróleo. Então, eu queria saber se o Irã está se preparando, como alguns países do Golfo Pérsico, que são bem menores, estão.

Segundo, eu não entendi até hoje claramente a posição do Irã em relação à Síria. Eles querem levar às últimas consequências a guerra, desde que salvem o Assad, ou há gestos de busca de uma solução, de compromisso, mesmo não tendo o Presidente Assad, mas com prazos, por exemplo, de eleição, quando terminar o mandato dele, porque, queira ou não, foi eleito recentemente? Então, qual é a posição concreta da Síria?

A relação da Síria com a Rússia, nesse caso, é absoluta irmandade? Porque a gente tem ouvido muito a presença da Rússia, mas não do Irã. Sabemos que o Irã é um país fundamental, mas até que ponto eles estão ali, dispostos a não saírem em nenhuma hipótese?

E, terceiro, se há sinais de secularização ou, pelo menos, de um abrandamento da posição de República Islâmica, ou seja, se há ou não algum sinal – a palavra modernização implicaria num preconceito de minha parte, então não vou usar "modernização" –, se há sinais de redução da religiosidade do país.

São as três perguntas.

Em relação à Tunísia, tenho menos perguntas. E quero dizer que há uma certa inveja de a senhora ir para a Tunísia. É um país maravilhoso, que está numa posição privilegiada, está a uma ou duas horas de qualquer lugar que a gente queira ir ficar um tempo. Sou um pouco suspeito porque tenho uma dívida. Quando saí do Brasil para morar na França, fui morar na casa de uns estudantes tunisianos. Fiquei três anos. Eles me receberam e me abrigaram. Cada vez que vou a Paris, vou visitá-los. Não a eles, todos já foram embora, metade já deve ter morrido, na idade em que já cheguei, mas está lá a casa. Tenho uma simpatia muito grande e sempre tive uma relação muito forte com os embaixadores tunisianos aqui, e mantenho até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, é um lugar privilegiado e um bom lugar para observar essa parte do mundo, porque tem uma tradição democrática, tem uma tradição secular, mesmo sendo um país de maioria muçulmana, como aqui é de maioria cristã e somos seculares, e tem uma cultura muito boa.

Então, é isso. Que represente bem o Brasil, não preciso dizer, a senhora vai fazer, mas aproveite isso e nos mantenha informados sobre o que acontece.

Quanto à Embaixadora Maria Nazareth, em primeiro lugar, quero dizer que fico muito satisfeito porque a tenho como braziliense, o que é raro, embaixador e embaixadora braziliense. É muito raro ainda, pelo tempo da cidade. O pai dela foi uma figura histórica nesta cidade, com quem tive muito boa relação. O irmão Marco foi meu aluno, é meu amigo e cônsul em Tóquio, a quem eu devo a experiência muito boa de, ao ir lá, ver os problemas da comunidade brasileira. Ele me levou a uma escola de estudantes brasileiros. E eu trouxe aqui, tentei convencer o Itamaraty a dar o máximo de apoio, porque essas crianças não são mais brasileiras e ainda não são japonesas, e não conseguirão ser japonesas muito provavelmente. E estão em escolas privadas precaríssimas, mantidas por pessoas que têm muito espírito público, as pessoas com quem conversei. Então, primeiro essa satisfação.

Mas quero falar duas coisas sobre o seu cargo. Uma diz respeito à OIT, com quem sempre tive muita relação por causa do trabalho infantil. Creio que a senhora poderá não apenas trazer experiências de lá, porque ainda temos trabalho infantil, mas também levar as experiências nossas, inclusive o Bolsa Escola e o Bolsa Família, na luta para que isso deixe de existir no mundo inteiro.

E lá, não na embaixada, mas na OIT, vão contar com uma brasileira, que é a Anita Amorim, que é, quando conheci, era bem jovenzinha. Ainda é uma mulher jovem e faz um trabalho de anos na luta contra o trabalho infantil no mundo inteiro. Então, Anita é um ponto importante dentro da OIT.

Agora o que mais me interessa é ver se, através da senhora, a gente pode ter uma posição mais enfática do Brasil em relação aos problemas migratórios. Eu estive com o Presidente Temer, não faz muito, e disse-lhe que gostaria de ver o Governo dele mais envolvido, oferecendo mais espaço. Sugeri até que telefonasse ao Papa. Não tem melhor maneira de ganhar simpatia do Papa Francisco do que transformar o Brasil num País que absorva imigrantes.

Então, o Acnur, para mim, não tem sido o órgão mais importante por aí afora. Falou mais dos direitos humanos, falou mais da OIT, onde a senhora vai nos representar. Mas acho que o Acnur, hoje, é... Não é à toa que deu o Secretário-Geral das Nações Unidas. Comissário, não é? É comissário que se chama, não é? Hoje é o nosso quase compatriota. Já esteve aqui. Não sei se nesta sala, mas já assisti a fala dele sobre refugiados do mundo. Foi a primeira pessoa que ouvi dizer que, se fossem um país, os refugiados estariam em 8º, 10º lugar. São 56 milhões no mundo. Ou seja, seria um dos maiores países do mundo, se a gente pudesse juntar todos em um país.

O Brasil precisa entrar nesse debate. Nós estivemos muito presentes no debate sobre direitos humanos. Não só os embaixadores, mas o Fred Meyer, que estava até aqui neste instante – não sei se já foi embora –, teve sempre um papel muito forte nisso, inclusive em Nova Iorque.

Agora, em migração, nós não temos sido um País presente. É um problema da humanidade. Não é um problema do Brasil ou de qualquer outro.

Então, gostaria de ver a Embaixadora do Brasil como Delegada Permanente em Genebra, junto aos órgãos internacionais, colocar o Brasil como um farol no problema da migração.

Aí também posso dizer que temos uma experiência. Creio que o Brasil mostrou como, aqui dentro, podemos, em vez de barrar a imigração, evitar a emigração. O Bolsa Família conseguiu isso, Senador Lasier. O número de imigrantes que descem do Norte, do meu Nordeste, do Nordeste de José Agripino, para o Sul diminuiu, graças ao Bolsa Família. Existe até um certo retorno dos que ficam desempregados em São Paulo e voltam. Pode-se criticar que não está tendo a escola, que seria a grande transformação, mas é um programa. Um programa mundial desse tipo, de transferência de renda condicionada, para a África. Na Síria não dá, porque na Síria é a guerra que expulsa. As pessoas se esquecem, mas a Síria não expulsa pela pobreza. Antes da guerra, a população Síria tinha um padrão de qualidade. Quando a gente vê as fotos de Alepo sendo destruída, na parte que não está destruída você vê prédios extremamente equilibrados, harmônicos, sofisticadas. A Síria não, na Síria é uma questão de paz.

Mas na África, que representa a metade desses migrantes que estão no Mediterrâneo, eles saem pela pobreza. Essa pobreza seria foco de um grande programa mundial de transferência de renda condicionada. A gente paga, mas você fica aí com os seus filhos. A gente tenta dar escola etc. Fica mais barato do que ficar impedindo que entrem e muito mais decente. Então, é uma experiência, nesse sentido, que creio que o Brasil pode levar. Não tem ninguém melhor do que a senhora para fazer esse papel.

Fico muito feliz de estar aqui na sua frente nesta sabatina, com todos os três. Alegro-me de que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

continue. Faz muito tempo – desde o começo de Fernando Henrique, em que houve exceções – que não há embaixador que não seja da carreira. E acho que, embora não deva ser uma regra absoluta, não se deve colocar em Constituição nenhuma, não é cláusula pétrea, existem momentos, como, por exemplo, o próprio ex-Presidente Itamar ser embaixador, acho que aquela foi uma coisa muito correta do Fernando Henrique. O Lula também colocou alguns no comecinho, em Cuba, por exemplo, e boas pessoas, mas, de qualquer maneira, a busca de colocar da carreira, acho que é importante, e é um sinal diferente do Brasil.

Sou suspeito também porque fui professor do Instituto Rio Branco, então, de certa maneira, estou torcendo um pouco por essa ex-meninada do meu tempo, que hoje já está ocupando os cargos de embaixadas pelo mundo. Não é o caso dos três aqui. Esses, acho que não são, porque são mais jovens do que quando deixei. Eram jovens.

É uma satisfação estar aqui com três embaixadores de carreira, com todas as características que o Brasil tem mostrado ao mundo inteiro, que é a qualidade de nossos diplomatas.

Temos aqui um diplomata da Espanha, que veio conversar comigo, e teve a paciência, a meu convite, de estar assistindo a esta sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Que seja bem-vindo.

Muito bem, Senador Cristovam.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, vou procurar ser bastante rápido, até porque estamos com a sessão em andamento, mas não poderia deixar de fazer um comentário sobre a missão do Embaixador Rodrigo, no Irã.

O Irã é um país importante no Médio Oriente. População em torno de 70 milhões de habitantes, com tecnologia nuclear, objeto de muitas controvérsias, mas um país, onde, do ponto de vista cultural e industrial, residem muitas afinidades com o Brasil, é um país de interesse especial para o Brasil.

Então, V. Exª vai exercer essas funções de embaixador num país, naquela região, e num contexto internacional muito importante para as relações bilaterais com o Brasil, até porque o Irã polariza. Apesar de discrepâncias religiosas, haja vista a guerra Irã-Iraque, de cunho fundamentalmente religioso, há uma exportação de influência a partir do Iraque. Portanto, não é o exercício da embaixada num país, é em um país que exerce influência sobre uma região. É assim que vejo e desejo muito boa sorte. Acho que V. Exª está apetrechado.

A Embaixadora Márcia vai exercer a função num país no meio de conflitos. Desejo boa sorte, porque a Tunísia está ali no meio, no olho do furacão. Um país bonito, de muita tradição, de interesse para o Brasil, e sei que V. Exª vai exercer a sua função com competência. Desejo muito boa sorte.

Agora, queria, topicamente, me dirigir à Embaixadora Maria Nazareth, que conheço de algum tempo, e é uma inquieta profissional. E ela vai na Delegação Permanente do Brasil, em Genebra, andar a braços com várias atividades. A Organização Mundial de Saúde está lá, a OIT está lá, a questão dos refugiados está lá, a questão da migração está lá, a Cruz Vermelha está lá; para não cansá-los.

Estamos vivendo, Embaixadora Maria Nazareth, um momento singular no Brasil, de mudanças. Vamos precisar fazer o estabelecimento de teto de gastos, reforma da Previdência, mas há uma reforma que pode ser feita pela relação madura e democrática, promovida pelas instituições, que é a reforma trabalhista.

Noticiários dos grandes jornais da televisão brasileira, ontem ou anteontem, trouxeram a decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à compreensão do acordo entre trabalhador e empregador, sendo respeitada acima da CLT. Isso é uma virada nas relações do Brasil. Se isso acontecer como norma – e nós estamos caminhando para isso –, o Brasil muda. As relações entre capital e trabalho vão se robustecer, e vai haver confiança. Se há uma coisa que o empregador, hoje, no Brasil, corrói dentro de si é o excesso de obrigações trabalhistas e, muitas vezes, de injustiças, pelo fato de ele não poder arcar com as responsabilidades que lhes são impostas. Nos Estados Unidos, a relação entre o empregador e o empregado feita por acordo, e não por imposição da lei, flui muito melhor.

A OIT é o centro das discussões – é o centro. Nós estamos com esse assunto em processo de avaliação neste momento. Eu acho que esta é a contribuição que V. Exª pode dar, a oxigenação, à Administração Pública brasileira: falar do que está ocorrendo no mundo inteiro; do que está sendo discutido na OIT; de como são operadas as relações de capital e trabalho na Inglaterra, do Brexit; da Alemanha, que está lutando para abolir de vez a energia nuclear. Tudo isso provoca cataclismos nas relações entre empregado e empregador. Nos Estados Unidos, na China, enfim, no mundo inteiro, será uma contribuição ao argumento interno na condução de políticas.

Então, do que eu gostaria? De receber a contribuição permanente de V. Exª nessa questão e numa outra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que nós não experimentamos até hoje: a questão da migração. Nós temos, hoje, um problema na América do Sul chamado Venezuela. A migração da Venezuela para a Colômbia – um está ao lado do outro – já é um fato, porque a fronteira é colada, mas a migração da Venezuela para o Brasil vai acontecer, mais dia, menos dia. Nós já estamos experimentando a migração do Haiti para o Brasil, pela presença da força de paz do Brasil, via ONU, lá no Haiti. Cria-se uma afinidade, e as pessoas entram. Nós não temos tradição nisso; nós temos em migrações internas, como aqui foi colocado pelo Senador Cristovam Buarque. Mas é preciso examinarmos o problema do mundo, para que possamos adotar procedimentos corretos com relação a fatos que estão por vir. Eu não tenho dúvida de que, mais dia, menos dia, a continuar se agravando a situação na Venezuela, como temos uma fronteira em Roraima e etc., vai haver migração, e nós temos que estar preparados.

Então, o posto de V. Exª é uma espécie de posto avançado de observação sobre o que acontece no mundo e o que se deve e se pode fazer para administrar bem a questão das relações de capital e trabalho, no caso da OIT, e, no caso das migrações, o que está ocorrendo no mundo e quais são os procedimentos mais eficazes.

É o pedido que lhe faço, com a manifestação de confiança de que V. Exª vai ser muito exitosa nesse posto que vai ocupar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Agripino, permita-me. Senador Lasier.

O *upgrade* da globalização é a "uberização".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Vamos então às respostas às questões sabatinadas, começando pela Embaixadora Maria Nazareth

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – Muito obrigada, Senador.

Muito obrigada pelas palavras que eu ouvi aqui de todos vocês.

Eu me dirijo, primeiro, ao Senador José Agripino, dizendo que essa decisão extraordinária e excepcional que V. Exªs tomaram aqui, hoje, me deixa já com o peso da responsabilidade. Eu me sinto como se eu tivesse ganhado o Prêmio Nobel antes de fazer alguma coisa.

Mas eu queria, primeiro, me referir à questão da OIT. A OIT é um organismo que foi criado em 1919. Quer dizer, o mundo era outro em 1919, o mundo era outro em 1945 e o mundo é outro hoje. E o que o Brasil tem feito na OIT é procurar adaptar a OIT ao mundo moderno, ao mundo contemporâneo, é fazer com essa relação capital/trabalho seja olhada de uma forma mais moderna, de uma forma mais contemporânea.

Uma das medidas que nós tomamos, que eu reputo de grande importância, foi promover a participação da OIT nas reuniões do G20. Se nós não conversarmos sobre política, nós também não vamos resolver a questão econômica. Então, é muito importante que a OIT esteja representada nas negociações do G20.

O diálogo social. O senhor falou desses novos padrões, desses novos desafios que nós temos no Brasil hoje. A OIT nos fornece o marco institucional, o marco legal, mas a OIT também está assentada na economia real, que são os trabalhadores, os empregadores e o governo, os quais, nas suas deliberações, têm voz e voto, como eu disse aqui, na minha explicação.

Bom, o fato de estarmos todos lá, toda a economia real, aquilo que interessa, é muito importante, porque o diálogo social é a fonte da solução dos problemas nesse aspecto, na modernização e na busca de solução para esses desafios.

Eu queria dizer também que, na minha experiência pregressa, em Genebra, eu presidi o Conselho de Administração da OIT, que é o órgão que decide as questões principais da OIT. Eu conheci muito a OIT por dentro, e a OIT é uma organização que se diferencia das demais. Por quê? Porque ela é positiva, ela é proativa e positiva. Ela diagnostica o problema e busca a solução. E ela busca a solução pela cooperação, pela disseminação das boas práticas. E aí eu volto até a um tema que eu acho que foi levantado pelo Senador Cristovam, da disseminação do Bolsa Família, do Bolsa Escola, das políticas sociais brasileiras.

O Brasil, na OIT, sempre é uma referência positiva, porque nós olhamos o social e olhamos o trabalho. E agora nós temos que olhar o trabalho com outros olhos, porque nós temos problemas, hoje, no Brasil, que não tínhamos ontem. E, com respeito a essa busca da solução, nós temos uma organização que pode nos ajudar nisso. E eu, em Genebra, ficarei atenta a esses desdobramentos e vou procurar, sempre que possível, trocar ideias, não só com o Governo, mas também com todos vocês aqui.

Eu queria também me referir à questão da migração e acho que aí, ao mesmo tempo, eu me refiro ao comentário tanto do Senador Cristovam quanto do Senador José Agripino. Eu acho que o tema da migração é o tema central, hoje, do debate internacional. E você pode ver o tema da migração pelo lado político, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pode ver o tema da migração pelo lado executivo. O Acnur é muito mais o lado executivo. E eu digo uma coisa: quando eu conheci o Alto Comissário, o Antônio Guterres, que jantou na minha casa pelo menos duas ou três vezes, eu notei nele a angústia de estar amarrado, porque ele é um homem de política e estava num organismo que executa. Eu vi ali que ele precisava ir mais adiante naquilo. Ele sempre nos chamava a conversar, os embaixadores do BRICS, para ver o que o Brasil e os outros países do agrupamento podiam fazer em relação à migração.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos nos acercando do Acnur, assinando um convênio de cooperação com o Acnur, que vai nos permitir trazer um número ainda maior de refugiados sírios para o Brasil; nós estamos regularizando a nossa situação, porque não só o Acnur lida com esse fenômeno da migração, dos refugiados, mas também a Organização Internacional para as Migrações, que tem sede em Genebra. A OIM tem um aspecto de administrar a migração. Aí eu vou para a questão, também, dos nossos vizinhos aqui. Há práticas muito interessantes na OIM que nós podemos disseminar, como, por exemplo, a migração assistida, a migração administrada. Exemplo: o país A precisa de trabalhadores para determinadas funções, o país B tem pessoas que buscam emprego no exterior. A OIM faz essa ligação entre os dois pontos, e traz esses trabalhadores para o país A, onde eles permanecem por um ano, seis meses, cinco anos, não importa. Aí o acordo é feito. Essas pessoas permanecem ali, têm uma vida digna, trabalham, juntam as suas economias, voltam para o seu país, injetam dinheiro na economia daquele país que sofre naquele momento. Então, essa é uma experiência que a gente pode explorar. Não foi explorada, ainda, pelo Brasil, mas a gente pode explorar, porque é muito importante.

Nós não estamos alheios à discussão em Genebra da questão dos refugiados. Participamos de todos os grupos de debate, fazemos aportes financeiros. O nosso Ministro da Justiça esteve recentemente em Nova York, numa reunião, e apresentou compromissos importantes não só para migração, mas para reassentamento também, que é outro fenômeno importante. Então, podem contar comigo. Em Genebra, eu darei uma atenção muito mais estreita e ativa à questão dos refugiados e à questão da migração, porque isso é necessário.

Sobre a OIT, Senador Cristovam, eu queria dizer o seguinte: eu compartilho da sua opinião sobre a Anita Amorim. Ela é uma pessoa que tem um espírito público muito grande, uma luta muito grande para combater o trabalho infantil. O Brasil, recentemente, fez um aporte financeiro muito importante para a OIT exatamente para combater não só o trabalho infantil, mas o trabalho escravo também. Nós somos muito ativos na OIT para disseminar as nossas práticas nacionais, dentro de um mecanismo que nós chamamos de Cooperação Sul-Sul trilateral: é o Brasil, o país beneficiado e a OIT, dando o selo de competência. E nós vamos continuar trabalhando nisso e dinamizando esse aspecto.

Eu queria agradecer mais uma vez à Senadora Ana Amélia porque ela não ouviu o meu agradecimento. Eu disse que gosto muito dos Senadores homens, mas que me senti especialmente honrada por ter a senhora na minha relatoria. Um dia eu quero estar aqui sentada, não no seu lugar, mas ao seu lado, defendendo também os interesses brasileiros.

Sobre o tabaco. Nós temos na diretoria da convenção do secretariado, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, uma brasileira, e eu quero muito que a senhora vá a Genebra e que nós possamos nos sentar as três juntas e conversar.

O aspecto social da questão da proibição do tabaco é um aspecto muito importante. O Brasil levou isso sempre em consideração nas suas tratativas não só na convenção, mas também no aspecto comercial. Buscamos sempre alguma solução para mitigar o sofrimento dessas famílias a que a senhora se referiu, mas podemos fazer mais ainda e vamos procurar fazer.

O combate à disseminação do zika vírus foi uma parceria muito importante. A OMS esteve à frente disso, apoiou o Governo brasileiro sem hesitação. A Diretora-Geral, Margaret Chan, veio ao Brasil, em duas ocasiões, para mostrar que não havia nenhum problema com viagens ao Brasil. Veio demonstrar fisicamente uma decisão que havia sido tomada na própria OMS.

No combate à disseminação do vírus, eu acho que construímos uma aliança muito importante: a diplomacia brasileira, a Organização Mundial de Saúde e o agrupamento técnico da OMS. Então, vamos repetir essa aliança e é algo a que estamos muito atentos em Genebra.

Eu queria também me referir a um assunto que conversamos ontem à noite – que acho que foi falado rapidamente aqui –, que, na realidade, é a evolução tecnológica. Esse é um problema que vamos também ter que tratar na OIT, porque as pessoas estão perdendo o seu emprego para a tecnologia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – Exatamente. Os carros sem motorista. Há um estudo nos Estados Unidos de que há 3 milhões de motoristas de caminhão nos Estados Unidos que perderão, em breve,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

o seu emprego pelos carros autodirigíveis. E não serão só esses motoristas, mas todo o comércio de beira de estrada, que fornece apoio: hotéis, restaurantes, fornecedores de alimentos.

Então, precisamos acender uma luz muito grande no Brasil, porque esse tema temos que resolver antes que seja um problema, antes que aumente o número de desempregados no Brasil.

Eu não sei se me esqueci de me referir a alguma coisa. Peço desculpas se eu tiver me esquecido. Eu volto a falar com muito prazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Embaixadora Márcia Maro.

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Acho que começarei com os comentários que foram feitos pelo Senador Cristovam Buarque, com relação à importância da Tunísia como um ponto de observação, e também com o comentário do Senador Armando Monteiro, que é absolutamente pertinente e as pessoas, em geral, não têm isso presente.

O Brasil é um país cristão, de absoluta maioria, e temos um Estado laico. Não necessariamente o fato de haver uma maioria islâmica, um Estado árabe, muçulmano ou mesmo um partido, como os partidos que representam a Irmandade Muçulmana, não quer dizer que não possa haver um partido democrático ou um Estado democrático.

Temos a democracia cristã na Europa, que, inúmeras vezes, chegou ao poder pelo voto, exerceu o seu papel, dizendo claramente que a sua agenda era inspirada por valores cristãos, religiosos, e teve o seu eleitorado.

Talvez o que assuste mais é que, nas vezes em que a Irmandade Muçulmana chegou ao poder, primeiro, havia sempre uma tensão entre os que queriam participar do jogo político e os que defendiam a luta armada. Então, já essa falta de definição em diferentes países, em diferentes momentos históricos, ora participam, ora não participam, isso sempre gera certa tensão.

E a outra é o caso mais recente de chegada, por via eleitoral democrática, da Irmandade Muçulmana ao poder, que foi o caso egípcio, depois da saída do Mubarak, quando Morsi foi eleito. A Irmandade usou o jogo democrático que lhe permitiu chegar ao poder para usar sua maioria e minar, subtrair, sabotar as instituições democráticas, fazendo emendas à Constituição que restringiam o espaço político, numa radicalização que finalmente levou ao golpe de Estado militar e à saída da Irmandade Muçulmana, no Egito, do jogo político e à sua marginalização.

Por isso mesmo, a Tunísia é um caso único, singular e muito importante, é simbólico. Se for possível a um país árabe, muçulmano, que reafirme a sua identidade de maioria islâmica e de um partido islamista como a Ennahda chegar ao poder, respeitar as regras e, eventualmente, ser reeleito quatro, cinco anos depois ou fazer uma composição com os setores liberais, que é o que está ocorrendo no momento, vai demonstrar que, sim, isto é possível. É possível ter um Estado árabe, islâmico e democrático, que respeite as liberdades individuais e a Constituição.

É, naturalmente, um momento difícil. As questões securitárias são um grande desafio. A Tunísia não é uma ilha, muito pelo contrário, tem fronteiras muito porosas, sobretudo com a Líbia, que está em um momento de grande desorganização. Mas será muito importante observar, acompanhar e apoiar, porque possivelmente seja um caso único de transferência de poder, dentro de quatro anos, de novo, por via eleitoral. E estaremos acompanhando.

Possivelmente também será a reafirmação de que não se impõe democracia aos outros. Porque se a Tunísia está nessa situação é graças às suas instituições, construídas ao longo do tempo, às aspirações da sociedade, que sempre favoreceram um regime constitucional, com respeito à independência de poderes, aos direitos das mulheres, à total igualdade perante a lei entre homens e mulheres na Tunísia, o que também é uma inovação em um país árabe. A resposta deverá ser encontrada nas próprias instituições. E essa aspiração democrática deve ser uma aspiração interna da população. É muito difícil impor modelos.

Com relação ao comentário da Senadora Ana Amélia, V. Exª mencionou um ponto realmente importante. O Brasil é um dos maiores produtores de carne *halal* do mundo. A Arábia Saudita acabou de abrir o mercado – o Rodrigo trata disso – à carne brasileira, e isso deverá destravar muitos outros países da região. A Tunísia certamente é um mercado e, à luz agora do acordo-quadro que nós temos do Mercosul, poderá importar não só carne brasileira, mas da região.

Então, acreditamos que essa será uma área natural de expansão e de incremento no nosso comércio bilateral. Certamente estarei atenta e defendendo o nosso espaço.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Principalmente os nossos três Estados do Sul, os maiores produtores de frango.

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – Também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Muito bem, muito obrigado.

Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos.

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores pela confiança e pelo voto a favor da nossa indicação – acho que falo em nome dos três Embaixadores – e agradecer também essa maneira como foi feita, expedita, a votação e o encaminhamento ao Plenário. Agradeço, realmente, a confiança e espero estar à altura da confiança que depositaram nessa missão que terei na República Islâmica do Irã.

Acho que vou me dirigir, primeiro, ao Senador Armando Monteiro, que fez uma pergunta sobre o apoio financeiro às exportações, à cooperação econômica Brasil-Irã. Quero, em primeiro lugar, Senador, agradecer também, porque, na sua pergunta, o senhor, exatamente, apresentou as oportunidades e citou, em particular, alguns setores que não tive tempo de citar na minha apresentação, dado o curto tempo que tinha para isso. Mas, de fato, são diversos os setores. E, Sr. Presidente, inclusive na área de transportes – carros e automóveis –, como o Senador mencionou, estamos conversando com empresas do Rio Grande do Sul, e já estão bem adiantados, eu posso dizer, os contatos comerciais. E esperamos dar esse apoio.

Mas é exatamente a questão que o Senador Armando Monteiro colocou que é fundamental: a questão financeira. Depois daquela missão em que eu tive o prazer de acompanhá-lo, Senador, a Teerã, em outubro do ano passado, eu estive com um representante do BNDES e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, em Teerã, em junho deste ano, justamente para apresentar ao lado iraniano os nossos instrumentos de financiamento e de garantias às exportações – o BNDES Exim, o Proex Financiamento, o Proex Equalização, as garantias através do fundo de garantia às exportações, enfim. E fomos conversar com eles sobre que tipo de apoio eles também poderiam dar. Porque o senhor sabe que alguns desses financiamentos exigem, do nosso lado, pelas nossas regras, algum apoio do lado do importador, sobretudo se o importador é público, como garantia soberana, enfim, depósitos em Conta Colateral ou tudo isso. E tudo isso nós conversamos com eles e chegamos à conclusão de que, sim, era possível fazer. Tivemos ótimas conversas no Ministério de Economia e Finanças do Irã e no Banco Central iraniano – o senhor levantou a questão também do descongelamento, digamos assim, dos ativos financeiros, e eles mencionaram isso.

Mas, além disso, eles querem, realmente, voltar ao relacionamento bancário, à comunidade bancária internacional. O Irã está cumprindo todos os pontos do acordo nuclear e espera, justamente, ver os resultados do levantamento das sanções: que tragam os benefícios econômicos e de geração de empregos no país.

Mas existe justamente aquela dúvida que eu mencionei brevemente na minha apresentação. Os Estados Unidos levantaram as chamadas sanções secundárias. As sanções secundárias são aquelas relacionadas às entidades estrangeiras não americanas. Ou seja, as empresas estrangeiras que não são consideradas, como eles dizem, *US persons* – que não pessoas jurídicas nos Estados Unidos – podem, do ponto de vista americano, das sanções americanas que foram levantadas, negociar e se engajar em negociações, sejam os bancos, sejam as empresas, desde que, também nas exportações, não haja um percentual de conteúdo nacional americano.

Se houver, nesse caso, é preciso pedir um *waiver*, digamos assim, ao órgão do departamento de tesouro que controla a aplicação das sanções, no caso iraniano.

Há outra precondição, e isso ficou muito claro. Nós fizemos, antes de eu ir ao Irã, uma videoconferência com o Departamento de Tesouro americano, porque havia uma dúvida do BNDES, do Banco do Brasil, da Febraban, dos bancos comerciais brasileiros, enfim, em relação à aplicação dessas sanções, ao levantamento, ao que poderia ser feito ou ao que não poderia ser feito. Os bancos têm receio, evidentemente, de receberem alguma sanção ao se engajarem com alguma empresa ou banco iraniano. E a autoridade americana foi muito clara, dizendo que, desde que a operação não fosse em dólar e que não passasse, portanto, por empresas americanas ou pelo sistema bancário americano, e também que se fizesse a necessária *due diligence*, como eles dizem, de se buscar saber quem é o parceiro do outro lado, que não esteja em uma lista, que ainda existe, de exceção ou que esteja ligado a outras atividades que estão também sancionadas pelos Estados Unidos, nesse caso não haveria problema.

Portanto, com esses esclarecimentos, nós fomos, então, a Teerã, e vimos que, realmente, o Irã está engajado em introduzir, nas suas práticas bancárias, por exemplo, a questão do combate à lavagem de dinheiro, do combate ao financiamento de terrorismo, que são temas que são tratados naquele grupo de ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

financeira, o Gafi – que aqui no Ministério da Fazenda é tratado pelo Coaf. Inclusive, pediram apoio ao Brasil. E o Irã apresentou um plano de ação na última reunião do Gafi. O Gafi reúne representantes de autoridades monetárias, bancos centrais de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, e recomenda, faz sugestões de boas práticas, sobretudo nessas questões de lavagem de dinheiro e de combate ao financiamento de terrorismo. E o Irã apresentou, na última reunião do Gafi, um plano de ação para mostrar, justamente, que está introduzindo essas práticas no seu Banco Central, na sua supervisão dos bancos. Os bancos iranianos, muitos, já voltaram ao Sistema SWIFT, aquele sistema de compensações bancárias automático internacional que é utilizado. Muitos deles, também, já fizeram acordo de correspondência com bancos europeus – ainda com bancos de menor porte. Mas isso mostra que já estão voltando a um relacionamento, digamos assim, que é desejável pelo lado iraniano e também pela comunidade internacional. Mas, de fato, ainda há dúvidas com relação a bancos comerciais brasileiros e também europeus. Nós não vimos, até agora, nenhum grande banco que tenha feito acordos ou que tenha anunciado algum financiamento a exportações de países europeus ou de outros países também. Sabemos que há mecanismos que foram realizados, mas não há, realmente, o anúncio de participação de grandes bancos.

A preocupação dos bancos brasileiros – como eu disse, também do lado europeu – é que, como os bancos americanos ainda não são permitidos a fazer negócios com o Irã, que esses bancos possam, indiretamente, cortar, digamos assim, as linhas de créditos que têm com os bancos brasileiros. No Brasil, grande parte do comércio exterior é em dólar. O Banco do Brasil, por exemplo, tem grandes linhas comerciais com bancos americanos, assim como outros bancos privados. Então, os bancos brasileiros temem que, na falta de esclarecimento e pelo fato de os bancos americanos, pelo *compliance* deles, não poderem fazer negócios, caso os bancos brasileiros façam, aqueles bancos americanos venham a cortar as linhas comerciais que eles têm com os bancos brasileiros. Então, mais uma vez, estamos propondo uma nova rodada de conversações com o Departamento de Tesouro americano, para esclarecer isso.

Nós fizemos, duas semanas atrás, uma outra videoconferência com a Febraban, com o Banco Central do Brasil e com o Ministério da Fazenda, que deixaram muito claro que, do ponto de vista da autoridade monetária, não existe nenhum impedimento de os bancos brasileiros se engajarem com os bancos iranianos.

Em novembro, nós teremos a comissão econômico-comercial que o senhor, na delegação que o senhor presidiu, nos contatos com as autoridades iranianas, nós relançamos a comissão econômica e comercial Brasil-Irã. Existe, justamente, um grupo de trabalho financeiro que vai tratar dessas questões.

Convidamos os bancos iranianos a que venham ao Brasil para contatos diretos com os bancos brasileiros. E se espera ali – já acordamos – um texto, que nós estamos chamando de um acordo guarda-chuva: em que os dois Governos se comprometem a colocar os seus instrumentos públicos de apoio financeiro e de garantia de apoio às exportações, para incrementar esse comércio bilateral. Estamos tratando de alguns acordos específicos para algumas operações comerciais, que já estão bem encaminhadas – algumas, daqueles setores que o senhor já mencionou, mas não posso mencionar aqui o nome das empresas porque ainda é reservado.

Existe, portanto, agora, um avanço muito grande na parte comercial. Passo a passo, nós vamos esclarecendo aos bancos que eles podem, sim, se engajar com os bancos iranianos. Estamos fazendo esse diálogo também com os Estados Unidos e também com a União Europeia, incentivando que os bancos falem com os bancos europeus que, já, inclusive, têm acordos de relacionamento com bancos iranianos, para que, a partir daí, a gente construa essa possibilidade de usar esses instrumentos.

Na verdade, o BNDES já está engajado nisso. O BNDES, nessa missão em que estivemos em Teerã, se interessou bastante – evidentemente, viu o grande interesse dos exportadores. Ao BNDES interessa também diversificar os mercados e os setores que ele apoia. Mas o que falta agora é um banco comercial ou bancos comerciais que possam fazer a compensação do câmbio, receber o fluxo de pagamentos, coisas que o BNDES não pode fazer, porque não é um banco comercial. Mas, os instrumentos de financiamento, o BNDES está pronto a utilizar, evidentemente analisando caso a caso, avaliando os riscos, etc. como se sempre faz. Mas, pelo que sei, pelas operações que foram apresentadas ao banco até agora, há um grande apoio por parte do BNDES com relação a isso.

Portanto, nessa questão bancária, creio que avançamos bastante, Senador. Espero que, até o final deste ano ou até o começo do ano que vem, possamos ter casos concretos. Eu tenho certeza de que, quando surgir o primeiro caso, isso vai ser um efeito multiplicador, um bom exemplo para que outros possam se engajar também.

Havia outras perguntas colocadas pelo Senador Cristovam Buarque. O Senador colocou a questão do pós-petróleo. Como eu disse. – o Senador acaba de voltar –, Senador Cristovam, colocou uma pergunta sobre pós-petróleo no Irã, não é? Como eu disse na minha apresentação, o petróleo, ao contrário do que muita gente pensa, representa somente 30% da receita do Orçamento do Irã. Como eu disse, eles têm uma indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito diversificada. É muito menor a dependência que eles têm em comparação, por exemplo, a outros países ali no Golfo, na África, no caso de Angola, que chega a 80%, não é? Eles têm, como o Senador Armando lembrou, uma indústria automobilística desenvolvida – claro que foi prejudicada no período das sanções – siderurgia, mineração, indústria têxtil –, os famosos tapetes iranianos, que são exportados para o mundo inteiro, os tapetes persas. Enfim, há uma diversificação. A agricultura, também, tem certa independência em certos produtos. Ainda importam muito do Brasil – carne, soja, milho –, mas queremos, agora, diversificar com os bens manufaturados.

Nessa questão do pós-petróleo, portanto, a primeira colocação que eu faço é que a economia deles não é dependente do petróleo. Mas eu entendo que a colocação que o senhor fez é com relação à questão ambiental de se aproveitar outras fontes energéticas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Mas é 30%.

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – Exato, mas 30% é relativo. Não deixa de ser tão pequeno e, obviamente, é importante e significante. Mas, justamente, na questão nuclear, que foi toda a questão que levantou o problema das sanções e tudo mais, eles estão desenvolvendo e pretendem desenvolver – o acordo permite que eles desenvolvam – para fins pacíficos.

O Irã sempre colocou essa questão justamente para usar como fonte alternativa de energia, e assim deverá ser feito. A troca do urânio enriquecido: eles já praticamente entregaram 97% do que eles chamam de *low-enriched uranium,* de baixo enriquecimento, e trocando já pelo urânio enriquecido próprio para uso em fins pacíficos; já desmantelaram uma série de centrífugas. Enfim, estão dando todos os sinais de que estão cumprindo todas as metas do acordo com o P5+1, e, com isso, poderão também desenvolver a sua energia nuclear para fins pacíficos.

Há outras fontes – hídricas – e, inclusive, o Brasil pode colaborar. Eles têm nos pedido apoio, sabendo da potência. Existe o gás, e eles são segunda maior reserva de gás. Então, como fonte energética também, evidentemente, isso é muito importante para o uso da indústria, sobretudo.

Também houve uma aproximação com o Brasil lá naquele período do Governo Lula, que nós pretendemos retomar, com relação a energias renováveis – o uso do etanol. O Irã tem, no sul, uma produção de cana-de-açúcar. Eles têm interesse na tecnologia, no *know-how* brasileiro, inclusive para, eventualmente, fazer misturas como fazemos aqui, com isso favorecendo ou baixando o nível de poluição, que em Teerã é muito alto. Então, há, sim, uma busca pelo governo de alternativas à questão do petróleo. Não sei se isso responde à sua pergunta, Senador.

Também, Senador Cristovam, o senhor perguntou sobre a questão da Síria. Essa é uma questão extremamente delicada, evidentemente. Numa sessão aberta, eu vou ter que me limitar a algumas respostas do que eu posso falar aqui em público. Mas, para que se entenda a política externa do Irã para o Oriente Médio, é importante entender que, obviamente, é uma prioridade – e prioridade, para eles, dentro de uma política de evitar o isolamento. Porque, como eu disse na minha apresentação, trata-se de uma república islâmica xiita, com vizinhos, ali no Golfo Pérsico, do islamismo sunita. Obviamente, é uma prioridade para eles buscar ter uma política externa que evite esse isolamento.

O novo governo, que foi eleito em 2013, foi eleito também com uma plataforma de diálogo, que levou à negociação da questão nuclear, mas também de diálogo com esses vizinhos de maioria sunita. Estão pregando esse diálogo junto à Arábia Saudita e a outros países. Na questão da Síria, o Irã foi, inclusive, reconhecido pela comunidade internacional como ator relevante e foi convidado, por isso, a participar do grupo de apoio internacional à Síria, e vem participando desse grupo ativamente.

O governo iraniano também defende uma solução pacífica para a questão da Síria: um diálogo intrassírios, entre as forças que estão na Síria, para que se chegue a uma solução pacífica. Mas, como eu disse ao senhor, existe aquela preocupação de evitar o isolamento. Por isso, muitas vezes, existe, como o senhor disse, talvez, posições que podem ser interpretadas como controversas ou que, enfim, vão contra aquilo que é o discurso oficial.

Mas, no fundo, é por essa razão estratégica, prioritária para eles, de evitar o isolamento na região. E eles têm, sim, se engajado de uma maneira muito positiva. E há esse tratamento prioritário e a busca pela solução pacífica, o diálogo, mantendo a integridade territorial, também, do país.

A última pergunta que o senhor me fez é com relação ao que o senhor chamou de dessecularização, exato?

Senador, é difícil definir isso. O que eu posso dizer é que é um sistema híbrido e permanece – e não há nenhum sinal de que isso vai ser alterado –, é um sistema que tem uma natureza republicana, mas também uma natureza teocrática. Lá existem instituições como o parlamento, que é eleito por voto direto, por sinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aliás, com 17 deputadas, mulheres, que chegam a ser cerca de 6%, pois são 290 integrantes. Acho que é próximo ao que é a nossa Câmara dos Deputados aqui, ou seja, baixa representação feminina. Aqui, na Câmara dos Deputados, são 10%, e lá são cerca de 7%. Mas é uma representação baixa, tanto aqui como lá, não por perseguição, mas por falta de interesse. E houve um aumento significativo na última eleição parlamentar, que foi em fevereiro. Antes disso, havia cerca de 8 deputadas, e, praticamente, então, mais do que dobrou a participação das mulheres no Parlamento. Eu estou dizendo isso porque existem, então, instituições laicas, com grande representatividade e voto direto, e existem as instituições que têm a influência religiosa.

O que se percebe nesse novo governo do Presidente Rohani, como eu disse, é que é um governo moderado, que se aliou aos chamados reformistas, que ganharam a maioria no Parlamento. No ano que vem haverá uma nova eleição para a Presidência da República, e o Presidente atual vai se recandidatar. Aos poucos, está se percebendo uma abertura maior, digamos assim, às regras internacionais, como eu dizia, não só do comércio e das questões financeiras, mas também, eu diria, no tratamento de questões importantes como direitos humanos. E se percebe um apoio muito claro desse governo em relação a isso. Não há sinais de que haveria nenhuma, enfim, dessecularização, como o Senador colocou, mas apenas uma moderação, digamos assim, que é a tendência desse governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

Em seguida, nós vamos continuar a reunião, porque temos matérias ainda a votar. E antes de dispensar o nosso Embaixador e Embaixadoras, vieram duas perguntas para Embaixadora Maria Nazareth, pelo nosso *site* e-Cidadania. A senhora poderia responder?

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – Claro, com muito prazer. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pode ler.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É para a gente saber qual foi a pergunta que foi feita para a senhora.

A SRª MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO – Claro.

Foi feita por Médicos Sem Fronteiras do Brasil: "Com o envolvimento de membros do Conselho de Segurança na violação sistemática do direito humanitário a partir de ataque a hospitais, nota-se a ausência de manifestações públicas do Brasil. Qual o posicionamento do País sobre hospitais como alvos de ataques em conflitos?"

A minha primeira palavra a essa pergunta é informar o seguinte: o governo brasileiro tem um histórico de apoiar absolutamente todas as resoluções que reprovam violações de direitos humanos. Desde o início do conflito sírio, nós votamos favoravelmente a todas as resoluções que passaram pelo Conselho de Direitos Humanos, reprovando as violações, a exceção de uma resolução, que nós nos abstivemos por uma outra motivação, já que há vários elementos envolvidos na negociação de uma resolução. Não foi pelo mérito, foi pelo processo negociador.

Nós também temos como prática diplomática brasileira repudiar qualquer tipo de violência, por qualquer parte implicada no conflito. Na próxima sexta-feira agora, como eu disse na minha explicação, o Conselho de Direitos Humanos delibera em sessões ordinárias e sessões extraordinárias, que podem acontecer a qualquer momento. Uma sessão extraordinária sobre o conflito sírio será realizada nesta sexta-feira, e nós faremos um pronunciamento lá. Essa foi a primeira pergunta.

Segunda pergunta: "Quais são as agendas prioritárias do Brasil para cooperação humanitária internacional?"

Eu falei um pouco sobre a centralidade da questão dos refugiados, respondendo a perguntas de V. Exªs. Eu queria talvez citar alguns dados. Nós estamos, como eu disse, estreitando relações, não só com o Acnur, mas com a OEIM. Já acolhemos no Brasil 3.500 sírios, que saíram da síria por força do conflito. Demos 8.500 vistos aos sírios. Essa diferença entre os sírios acolhidos e os vistos dados, nós atribuímos ao fato de que muitos deles não têm condições financeiras de se deslocar até o Brasil, não têm como pagar uma passagem. Nós estamos então em tratativas com algumas organizações da sociedade civil e outros países para ver se viabilizamos o financiamento desses deslocamentos. Outros sírios pegam o visto com o Brasil, mas se deslocam para países mais próximos na Europa. O nosso Ministro da Justiça, além de ter anunciado alguns compromissos importantes do Brasil em Nova York, anunciou também que vamos acolher mais 3 mil sírios.

Temos também a vontade e a determinação de renovar aquelas resoluções normativas do Conare. Renovamos a de nº 17, a nº 20 está vigente, e temos a intenção de renová-la, para também poder acolher o maior número de sírios no Brasil.

Acho que com isso eu respondi à pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bom. Muito obrigado.

Encerrando, então, cumprimento as nossas Embaixadoras e o Embaixador, pela unânime aprovação dos nomes. Nós esperávamos ainda a aprovação no plenário, mas acabo de ser informado de que não deu tempo, foi tudo muito corrido. Mas o Presidente do Senado marcou para a próxima terça-feira, quando haverá reunião deliberativa, e então os nomes de V. Exªs serão submetidos, de modo que serão poucos dias de diferença.

Terça-feira que vem vai haver sessão.

Nós vamos continuar. Há algumas matérias de rápida abordagem aqui na nossa reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Diga.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria, se for com a aquiescência dos colegas Senadores... Eu fiz um requerimento para inversão de pauta. É o último, o item 7. É apenas o requerimento de uma viagem que eu tenho ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos já votar. Só me permita, então, dispensar as nossas convidadas.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 35 minutos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitando a presença ainda dos nossos Embaixadores, eu queria registrar, com muita alegria, a presença de alguns alunos do curso de Direito da Unijuí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Da Unijuí? Onde estão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Unijuí. São liderados pela Profª Eloísa Argerich, lá da Unijuí. É uma alegria muito grande. Eles assistiram a pelo menos parte da sabatina dos três Embaixadores – da Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, que vai para a representação brasileira em Genebra, junto à ONU; a Embaixadora Márcia, que vai para a República da Tunísia; e o Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos, que vai para a República do Irã. Eles conseguiram ver a nossa atividade na área das relações exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Hoje foi muito tumultuada, porque atendíamos aqui, íamos ao plenário votar lá, voltávamos aqui, e uma rotatividade na Presidência.

Cumprimento, então, nossos conterrâneos do curso de Direito da Unijuí. Parabéns! É uma das cidades mais prósperas do nosso Rio Grande do Sul, e a cidade das etnias, um sem-número, gente de todo o mundo trazendo prosperidade para Ijuí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E na segunda-feira, Senador Lasier, uma vara federal foi inaugurada em Ijuí.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente. Teve uma diligência muito intensa de sua parte.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Trabalhamos lá bastante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Foi uma vara federal para Ijuí e uma vara federal para Gravataí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gravataí também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Cumprimentos. Sejam bem-vindos!

No prosseguimento da nossa reunião, temos agora algumas votações, entre elas o item 7, para atender o pedido da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, há também um requerimento seu?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estamos esperando também o Senador José Agripino, que vai ser o Relator da indicação do Embaixador do Brasil para o Canadá.

Item 7. (*Pausa.*)

Indico a Senadora Vanessa Grazziotin. O Requerimento nº 743, não terminativo, consta do seguinte:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

REQUERIMENTO Nº 743, de 2016

Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de S. Exª no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Indicada a Relatoria com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra a V. Exª para proferir o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Agradeço a V. Exª pela designação.

V. Exª já relatou de que se trata esse Requerimento nº 743, que veio acompanhado do ofício do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Senador Ciro Nogueira, informando ao Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, a realização desse Fórum Parlamentar em Nairóbi, Quênia, e a participação de Senadores no referido evento.

No plano regimental, o pedido está em consonância com o Regimento do Senado Federal. Não há nenhum óbice. Pela importância do evento, Sr. Presidente, entendemos que seja fundamental a participação deste Senado Federal, que tem inclusive contribuído muito para o mútuo conhecimento das respectivas realidades nacionais, propiciando oportunidade de participarem da chamada diplomacia parlamentar.

A Senadora Ana Amélia tem sido, sem dúvida nenhuma, ao lado do Senador Ciro Nogueira, uma das presenças mais importantes representando o Parlamento brasileiro na União Interparlamentar. Digo, com muita alegria, que em uma das reuniões a que ela foi, a Senadora dirigiu uma mesa importante, um momento importante da plenária, e teve a oportunidade já de, entre tantos temas, debater questões relativas às mulheres.

Então, o relatório que nós apresentamos é favorável à aprovação do Requerimento nº 743.

Lembro que seria interessante mandá-lo ainda hoje para o plenário, para que pudesse ser lido em plenário no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aprovando com louvor. Perfeito. É uma das nossas Senadoras de maior experiência internacional, desde o tempo em que era jornalista.

Em votação.

As senhoras e os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Dito isso, podemos ir para o item 2 da parte deliberativa de hoje.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2016

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório pronto para deliberação. Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Srªs Senadoras, o indicado, Denis Fontes de Souza Pinto, nasceu no dia 27 de fevereiro de 1954 em Recife. É filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1980 e tornou-se Terceiro-Secretário nesse ano. Em 1982, passou a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro da categoria em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Classe em 2007.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985, e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual defendeu a tese "A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento OCDE: Uma visão brasileira", publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, no ano de 2000.

Entre as funções que desempenhou durante sua carreira, eu quero destacar: Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim, de 1989 a 1992; Assessor na Secretaria-Geral do Itamaraty em Brasília de 1993 a 1995; Conselheiro nas Embaixadas em Paris de 1995 a 1998 e em Pretória de 1998 a 2001; Ministro-Conselheiro na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE de 2003 a 2006; Diretor do Departamento do Serviço Exterior no Itamaraty, em Brasília de 2006 a 2010; Subsecretário-Geral do Serviço Exterior, também no Itamaraty de 2010 a 2013; e recentemente Embaixador no Vaticano, onde começou a exercer a função em 2013 e permanece lá até hoje.

Ele é portador de várias condecorações nacionais e estrangeiras, como a Ordem do Mérito da Alemanha no 1º Grau, a Ordem do Rio Branco em Grande Oficial e Grã– Cruz, Medalha do Pacificador, Ordem do Mérito Aeronáutico no Grau de Grande Oficial e Ordem Pio X do Vaticano Grã-Cruz.

O relatório que faço distribuir traz uma série de informações sobre o país para o qual S. Exª está indicado, o Canadá, país com o qual nós temos uma relação comercial profícua, antiga. O volume de investimentos do Canadá no Brasil é muito grande. A relação comercial do Brasil com o Canadá é igualmente expressiva. É um posto importante da diplomacia brasileira.

E o que eu posso aduzir ao relatório que apresento à Comissão é que o Sr. Denis Pinto encontra-se plenamente habilitado, pela carreira, pelos postos que já exerceu, pela experiência que tem do plano administrativo do Itamaraty, a exercer as funções importantes de Embaixador do Brasil no Canadá.

É o que no momento me cabe fazer como considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem, Senador José Agripino.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

O item 1 vamos adiar. Trata-se da indicação do Embaixador brasileiro para o Paraguai. Como o Senador Relator não está presente, vamos adiar a matéria para a próxima reunião.

Igualmente o item 3, porque o Relator também não está presente.

Item 4, o Senador Raupp não está presente. Fica adiado

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Tasso Jereissati
Relatório: Pronto para deliberação

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2007
- Não Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Tasso Jereissati
Relatório: Pela rejeição

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela prejudicialidade)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O item 5 vou deixar por último, porque é meu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria fazer uma sugestão ao Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em homenagem ao nosso assessor parlamentar no Itamaraty, eu gostaria de fazer a relatoria *ad hoc* do Senador Valdir Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do nome do nosso Embaixador João Carlos de Souza Gomes, para agilizarmos o procedimento em relação a ele. E também quero ser Relatora do requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Vamos ao requerimento da Senadora primeiro.

ITEM 10

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, a fim de acompanhar, na condição de observadora parlamentar, as eleições presidenciais e legislativas da República da Nicarágua, no período compreendido entre os dias 04 e 07 de novembro de 2016.

Pelo exposto, em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senador Federal, comunico que estarei ausente do País no aludido período.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Designada a Senadora Ana Amélia para a relatoria da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como todo o preâmbulo do requerimento já foi apresentado por V. Exª, e para economia processual e regimental, eu quero apenas dizer que esse foi um convite que a Senadora recebeu das autoridades nicaraguenses para estar presente lá, e o Senado Federal estará bem representado nesse evento importante para a democracia.

Todo processo eleitoral tem sempre um significado relevante. E, nas relações diplomáticas que temos com a Nicarágua, sou favorável e aprovo o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, para assistir, como observadora, o processo eleitoral naquele país da América Central, que vai ocorrer no período referido por V. Exª, de 4 a 7 de novembro próximo.

Então, meu voto é favorável à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão, o voto de aprovação da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da mesma forma, gostaria que fosse encaminhado ainda hoje para a Mesa, para a apresentação na sessão, porque, como é requerimento, não precisa ser Ordem do Dia, pode ser fora da Ordem do Dia, e vão os dois requerimentos .

Agradeço a presteza do nosso Alexandre, Secretário Executivo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ainda peço a permanência das Senadoras para submetermos à apreciação, extrapauta, de outra mensagem:

Coa palavra, *ad hoc*, à Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2016

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pronto para deliberação

Concedo a palavra, *ad hoc*, à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É com muita alegria que faço esse relatório *ad hoc.*

Vou resumi-lo, porque toda parte processual que descreve todas as questões regimentais já são de muito conhecimento.

Vou então, diretamente, à biografia que foi encaminhada pelo Itamaraty a esta Comissão.

O nosso Embaixador João Carlos Souza-Gomes nasceu na Espanha, em Madri. Brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946. Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes.

O indicado concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1973; e o Curso de Altos Estudos em 1990, mediante defesa da matéria interessante: "A retirada norte-americana da Unesco no contexto dos principais aspectos da crise da organização".

Foi nomeado Terceiro Secretário em 1974 – o diplomata foi promovido, por merecimento –; a Segundo Secretário em 1978; a Primeiro Secretário em 1980; a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1991 e a Ministro de Primeira Classe em 1999. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2013.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Cônsul-Geral no Consulado Geral em São Francisco; Cônsul-Geral no Consulado Geral em Montevidéu; Chefe do Escritório Financeiro em Nova York; Embaixador em São José; Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso; Embaixador em Caracas; Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco; Embaixador em Montevidéu; e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Foi, ainda, agraciado com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras.

Além do histórico da vida relatado, consta do processo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, com dados contendo sobre a tríade das Organizações das Nações Unidas, em base em Roma, vocacionadas aos temas da agricultura, alimentação e desenvolvimento rural – FAO, Fida e PMA. Essas organizações são objeto de acompanhamento da representação permanente do Brasil em Roma.

O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz, em separado, informações pormenorizadas sobre as referidas organizações. Não entraremos, neste relatório, em minúcias sobre cada uma dessas agências, uma vez que o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty está disponível a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Cabem, entretanto, rápidas observações sobre a principal delas, a FAO. Essa organização foi fundada em outubro de 1945. Concorreu para a sua consolidação o grande brasileiro Josué de Castro, médico, nutrólogo, geógrafo e político pernambucano, que exerceu a presidência do Conselho Executivo da FAO entre 1952 e 1956. Trata-se da primeira agência especializada da Organização das Nações Unidas.

Nesse sentido, a FAO tem por missão ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Em conjunto com o PMA, criado em 1963, e o Fida, em 1977, a FAO é referência internacional nos temas sob seus cuidados. Integrada por 194 Estados, a União Europeia e dois Estados associados, Ilhas Faroe e Tokelau, tem como diretor-geral no momento o brasileiro José Graziano da Silva. O Dr. Graziano exerce seu segundo mandato, de 2015 a 2019, para o qual foi reeleito e com o superlativo apoio dos membros da organização: 177 votos de 182 possíveis.

O orçamento total da FAO previsto para 2016/17 é de US$2,6 bilhões, 39% de contribuições estatutárias pagas pelos Estados-membros, e 61%, contribuições voluntárias dos membros ou de outros parceiros.

O Brasil é o décimo contribuinte. Também, pelo nosso tamanho, protagonista na produção de alimentos, está adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão têm os elementos suficientes para deliberarem sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, que faço com muito prazer, substituindo o Senador Valdir Raupp, em homenagem à dedicação, ao apoio e à atenção que o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes tem dado a esta Comissão de Relações Exteriores e a outras, inclusive a de Agricultura e Reforma Agrária, que tenho a honra de presidir.

Este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão o voto (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vai para vista coletiva.

Peço a fineza da Senadora Ana Amélia para me substituir na Presidência, porque tenho agora duas relatorias sucintas. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, de 2015
– Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Lasier Martins

Relatório: pela aprovação

A relatoria é do Senador Lasier Martins, a quem eu passo a palavra.

O relatório dele é pela aprovação da criação desse grupo parlamentar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senadora.

Vem a exame desta Comissão de Relações Exteriores o Projeto de Resolução do Senado nº 56, do Senador Jorge Viana, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.

Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de serviço de cooperação interparlamentar, cuja finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia os membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O art. 3º enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar, com destaque para:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; e

IV – intercâmbio de experiências parlamentares.

Na justificação, o autor do PRS destaca o adensamento nos últimos anos das relações entre Brasil e Mongólia, destacando que ambos buscam atrair investimentos estrangeiros sobretudo na área da mineração.

Assinala, ainda, os acordos bilaterais celebrados pela Mongólia com China e Rússia. E conclui destacando que a maior aproximação entre os dois países por meio da "diplomacia parlamentar" pode resultar em frutos econômicos, políticos e culturais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24 de novembro de 2015, e este que subscreve designado Relator.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II - Análise

Nada encontramos no Regimento Interno do Senado Federal que impeça a criação do grupo parlamentar. De fato, a iniciativa tem precedentes virtuosos, e esses grupos se revelam importantes para a atividade parlamentar. Estamos seguros de que a participação no grupo parlamentar que se pretende criar por meio do PRS nº 56, de 2015, caracteriza-se como função própria do mandato de Senador.

Ademais, a proposição representa o exercício da chamada "diplomacia parlamentar", a qual tem se mostrado cada vez mais relevante nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

processos decisórios nesse campo.

III- VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2015.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, de 2016

– Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria *ad hoc*: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Designo também o Senador Lasier Martins para a leitura *ad hoc* do relatório do Projeto de Resolução do Senado 48, de 2016, não terminativo, instituindo o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia. A autoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, a relatoria é do Senador Armando Monteiro.

O Senador Lasier Martins gentilmente fará a leitura *ad hoc*.

O relatório é pela aprovação.

A matéria irá à Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório *ad hoc* ao Relator original, Senador Armando Monteiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Esse Projeto de Resolução nº 48 é bastante extenso, Senadora Ana Amélia. Vou, portanto, fazer o resumo.

É de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que almeja instituir o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, o qual, de acordo com o art. 1º da proposição, é definido como "serviço de cooperação interparlamentar".

Vou direto à Análise.

Do ponto de vista formal, o PRS 48, de 2016, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não divergindo seus termos do que já é praticado na Casa para grupos parlamentares bilaterais.

Nos últimos anos, tem sido priorizado pelo Brasil o trabalho pelo redimensionamento das relações comerciais com a Colômbia. Ao longo de 2015 e 2016, o Governo brasileiro atuou de forma contundente para o estabelecimento de uma nova moldura comercial, mais abrangente, e que inclui acordos em temas tarifários e não tarifários.

Nesse sentido, cabe mencionar algumas das iniciativas mais recentes, a começar pelo esforço em andamento para promover a antecipação dos cronogramas de desgravação tarifária no âmbito do ACE-59.

Brasil e Colômbia também assinaram em 2015 novo Acordo Automotivo, que entrou em vigência em 2016, definindo cotas com 100% de preferência tarifária por um período de três anos, para veículos de passageiros e de carga. Antes desse acordo, os produtos brasileiros do setor pagavam, em média, 16% de alíquota de importação para acessar o mercado colombiano. Dentro das cotas estabelecidas pelo novo acordo, a alíquota passou a ser de 0%

Para impulsionar ainda mais investimentos, foi assinado também no ano passado um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), o primeiro firmado pelo Brasil na América do Sul.

Nos dois últimos anos, também foram iniciadas as negociações bilaterais em compras governamentais, e ainda assinado o Protocolo de Serviços (Mercosul-Colômbia).

A Câmara dos Deputados, mediante a Resolução nº 17, de 17 de maio de 2012, criou o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, com teor semelhante. De acordo com o parágrafo único do art. 1º desta Resolução, quaisquer membros do Congresso Nacional poderiam compor aquele Grupo, similarmente ao que dispõe o art. 2º da presente proposição.

Assim, senadores poderiam, em tese, compor o Grupo da Câmara dos Deputados. Contudo, apesar desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

abertura à composição plural, muitas vezes essas comissões, na prática, são integradas apenas por membros de uma das Casas, não retirando, portanto, a novidade desta proposição. Não será a primeira vez que haverá grupos parlamentares homônimos em ambas as Casas.

VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2016.

É o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Lasier Martins, *ad hoc* ao Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão Diretora pela sua aprovação.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, de 2016

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 30 desta comissão, do corrente ano, aprovado em reunião de 11 de agosto de 2016 e sua retificação para realizar Audiência Pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a pesquisa: Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas – Easp).

Autoria: Kátia Abreu

A lista de convidados será enviada posteriormente.

Justificação

Custo do transporte, tarifas cobradas por portos e aeroportos, demora na liberação de mercadorias e dificuldades no escoamento da produção reduzem a competitividade do produto brasileiro para a exportação.

É o que mostra a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras da Confederação Nacional da Indústria em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Trabalho único no País apresenta os obstáculos por número de empresas, porte e região, e não por valor de exportação. Essa pesquisa mensura o nível de criticidade dos obstáculos que afetam a competitividade das exportações brasileiras. Os dados foram coletados entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, e o tratamento dos dados ocorreu durante o primeiro semestre de 2016.

Ela traz informações para mobilizar estratégias de melhoria eficazes e influenciar políticas públicas voltadas à superação desses desafios, contribuindo, assim, para o aumento da presença dos produtos brasileiros no comércio mundial, a melhoria da balança comercial e o crescimento da economia brasileira.

Os exportadores indicaram 62 entraves ao comércio numa escala de 1 a 5, sendo que 1 indicava que o entrave era pouco crítico e 5 que o entrave era muito crítico. De acordo com a pesquisa, entraves na logística, burocracia e custos alfandegários são os maiores desafios às exportações brasileiras, qualquer que seja o porte da empresa ou região geográfica. O custo do transporte, por exemplo, recebeu nota 3,6, as tarifas cobradas por portos e aeroportos, 3,4, e a baixa ação do Governo em superar as barreiras à exportação ficou com 3,2.

Esse debate é extremamente pertinente para o Brasil e para a melhoria da balança comercial brasileira e não deve ser adiado.

Esse é o requerimento, ao qual faço também apoiamento para poder fazer a leitura.

Em discussão o requerimento da Senadora Kátia Abreu, com o meu apoio. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado e vai à Mesa para as providências cabíveis.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião, agradecendo ao Senador Lasier Martins a gentileza de me dar o privilégio de presidir, por esses instantes, a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E eu agradeço o trabalho de me substituir. Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 5 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINAS): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do quadro Especial da Carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA)." O Presidente convida os Embaixadores indicados a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às quinze horas e trinta e sete minutos assume a presidência o Senador Edison Lobão. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, o Senador José Agripino, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora Kátia Abreu. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Passa-se à 2ª PARTE: DELIBERATIVA – LEITURA DE RELATÓRIOS: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na república do Paraguai." É designada Relatora *ad hoc* a Senadora Kátia Abreu, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dezesseis horas e quarenta e nove minutos assume a presidência a Senadora Kátia Abreu. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica." É designado Relator *ad hoc* o Senador Edison Lobão, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro da Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de são Tomé e Príncipe." A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*) Ata da Reunião lida e aprovada dia 17/11/2016.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu peço à Secretaria que conduza ao plenário da Comissão os diplomatas que serão sabatinados hoje.

Nós temos aqui o Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, designado para o Canadá; a Srª Regina Cordeiro Dunlop, para o Reino dos Países Baixos; e o Embaixador Souza-Gomes, para a FAO.

Vamos começar a sabatina...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem, passo a palavra, inicialmente, à Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, por 20 minutos.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Muito obrigada.

Exmº Sr. Presidente Senador Aloysio Nunes Ferreira, Exmº Sr. Vice-Presidente Senador Valdir Raupp, Exmº Sr. Relator Senador Antonio Anastasia, Exmºs Srs. Senadores membros desta Comissão, colegas, senhoras e senhores, é realmente para mim um momento muito honroso me apresentar a esta Comissão em seguimento à indicação do Senhor Presidente da República, atendendo à recomendação do Ministro das Relações Exteriores para que, se esta Casa vier a me aprovar, eu venha a exercer a função de Embaixadora do Brasil junto aos Países Baixos.

Ao longo da minha carreira, pude comprovar, em diversos momentos, a importância deste diálogo constante, não só pelas responsabilidades inerentes do Legislativo em matéria de política externa, mas também pelo intercâmbio com alguns dos senhores aqui, e outros também da Câmara dos Deputados, que nos dá uma visão das apreensões e dos anseios da população brasileira, que os senhores legitimamente representam.

É à luz desse entendimento que eu encareço pudesse ser reativado o Grupo Parlamentar Brasil/Reino dos Países Baixos, que abriria um novo canal de comunicações com os Países Baixos, possibilitando maior conhecimento mútuo e, com certeza, tendo resultados positivos nas várias dimensões do relacionamento Brasil/Países Baixos.

Gostaria de expressar também meu reconhecimento à qualidade e à abrangência do trabalho desenvolvido pelo Embaixador Piragibe Tarragô à frente da Embaixada do Brasil na Haia durante os últimos três anos.

O Reino dos Países Baixos é uma monarquia constitucional parlamentarista e, evidentemente, o sistema político tem no seu centro o Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A Constituição dos Países Baixos estabelece que o governo é exercido pela coroa, e a coroa é definida como sendo o monarca e o gabinete reunidos. O gabinete atualmente é liderado pelo Primeiro-Ministro Mark Rutte e formado pelos partidos Liberal e Trabalhista.

Com respeito às relações Brasil/Países Baixos, elas são antigas e consolidadas e têm no conteúdo econômico o seu ponto forte. São os investimentos neerlandeses no Brasil conhecidamente de grande envergadura e têm acompanhado, durante muitos anos, a boa situação relativamente aos demais países. Por exemplo, segundo dados do Banco Central, em 2014, o estoque acumulado de investimentos dos Países Baixos no Brasil era da ordem de US$73 bilhões aproximadamente, tendo apenas à frente os Estados Unidos, com estoque de US$111 bilhões.

Essa sucessiva escalada dos investimentos neerlandeses no Brasil foi assim até muito recentemente. Houve uma ligeira queda, mas ainda assim se apresenta com expressão. Tanto que, em anos como 2002, o primeiro investidor estrangeiro no Brasil foram os Países Baixos. Em 2011, novamente. Em 2012, segundo lugar. Em 2014, voltaram à primeira colocação nesse cômputo, tendo feito investimentos de US$8,7 bilhões. E, em 2015, foi novamente o primeiro lugar nessa lista de investidores, com US$11,5 bilhões de investimentos. Ora, são 150 empresas, pelo menos, estabelecidas no Brasil, entre elas corporações de grande envergadura, como Philips, Unilever, Shell, Akzo Nobel, KLM, Makro, todas aqui já há longo tempo. E também as empresas brasileiras começam a fazer o caminho inverso e estão se instalando e investindo nos Países Baixos.

Também segundo esses dados do Banco Central, de 2014, o estoque de investimentos brasileiros lá já seria da ordem de 35 bilhões – eu achei bastante relevante. E, entre essas companhias brasileiras que estão se instalando e investindo nos Países Baixos, vemos a Braskem, a Petrobras, a Cutrale, a Seara Foods, a Perdigão, e a Embraer também, que instalou o seu escritório de vendas não só para a Europa, mas para a Ásia e para a África, nos Países Baixos.

Esse movimento é também acompanhado de expressivo fluxo comercial. A relação de comércio Brasil-Países Baixos tem mostrado seguidos superávits para o Brasil. Em 2015, o comércio ficou na casa dos 12,5 bilhões, tendo tido um saldo de cerca de 7,3 bilhões a favor do Brasil. E esses saldos vêm se mantendo ao longo dos anos.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para os Países Baixos são farelo de soja, produtos diversos em metais comuns, pasta de madeiras, carnes, produtos preparados de carne, exportamos também minérios. E, dos Países Baixos para cá, estão os combustíveis, aparelhos de pressão, outros instrumentos de precisão, plásticos, adubos, máquinas mecânicas. E esse comércio não só é constituído por essas empresas de maior porte, mas começa também a ganhar a participação de pequenas e médias empresas, com desenvolvimento de tecnologias e serviços também de consultoria.

Essa ofensiva de pequenas e médias empresas tem se dado, sobretudo, a partir de visitas que diferentes Estados brasileiros têm feito aos Países Baixos, em diferentes temas de interesse de cada Estado, mas com resultados positivos.

Mas o relacionamento também é muito consolidado em outros domínios.

No plano político, nós notamos a convergência de interesse na defesa, na salvaguarda de valores que são baseados nos princípios democráticos e no multilateralismo, na defesa dos direitos humanos e até na reforma das estruturas políticas multilaterais.

Outro campo que avança bem é o de ciência, tecnologia e inovação. Temos um mecanismo formal de reunião periódica, mas também diferentes Estados e diferentes instituições têm ido buscar no Reino dos Países Baixos formas de cooperação, de cofinanciamento e de atração de investimentos.

Ainda sobre essas visitas, eu poderia citar, de grande resultado concreto, a visita do Governador Marconi Perillo, que assinou com a Heineken uma carta de intenções em que a Heineken se mostra disposta, está planejando construir uma fábrica em Goiás. O investimento é de 650 milhões, projetando a possibilidade de 650 empregos também. E os planos da Heineken incluem também a expansão das unidades existentes em São Paulo e no Paraná. Então, é possível que, até 2018, esse conjunto de iniciativas atinja U$1 bilhão em investimento.

Mas, a par dessas múltiplas dimensões do relacionamento bilateral, a Embaixada do Brasil na Haia também se ocupa da participação do Brasil em fóruns multilaterais. Um exemplo é a Organização para a Proibição de Armas Químicas, mas há também os tribunais, como o Tribunal Penal Internacional, a Corte Internacional de Justiça, a Corte Permanente de Arbitragem e, ainda, a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

Essa Conferência de Direito Internacional Privado busca a unificação progressiva das normas do Direito Internacional Privado. E o mais recente desdobramento foi a assinatura e entrada em vigor no Brasil da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros. Conhecida como a Convenção da Apostila, ela teve aqui, no Brasil, a relatoria da matéria no Senado a cargo do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Antonio Anastasia.

Essa Convenção da Apostila trará, de imediato, não só, por assim dizer, uma redução do tempo em que se processavam todas essas legalizações desses documentos, mas também de recursos e, assim, também promoverá economias no sistema público. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores não passará mais a fazer as legalizações que anteriormente estavam a critério das nossas repartições consulares. O interessado pode se dirigir a um cartório que tenha sido habilitado e pedir a emissão da apostila da área e, com isso, tramitar os seus documentos vindos do estrangeiro ou a serem usados fora do Brasil. Isso não quer dizer que traduções não venham a ser necessárias, mas a redução do tempo e a diminuição dos recursos necessários às antigas legalizações, sem dúvida, são fatos significativos. Há cálculos até de que haja uma economia para o Erário de ordem de R$1,5 milhão.

Bem, além disso, ainda temos, como eu já citei, a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional e a Organização para a Proibição das Armas Químicas.

Eu não vou me alongar mais. Estarei pronta a responder quaisquer indagações sobre esses assuntos, mas queria dizer que essa função, que se mostra multifacetada pelas diferentes instituições presentes na Haia, além de todas as possibilidades do relacionamento bilaterial, sem dúvida, levam-me a querer – e aí volto a dizer, se aprovada por esta Casa – exercê-la com profundidade e procurando expandir os laços lá existentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigada, Srª Embaixadora.

Nós estamos hoje com problema de quórum. Aqui ao lado está sendo realizada uma audiência pública a respeito da momentosa PEC do Teto dos Gastos. Estão ali presentes muitos Senadores membros desta Comissão, mas nós estamos diligenciando para que haja quórum, de tal maneira que nós possamos, concluída a sabatina, levar a matéria a plenário ainda hoje, na sessão de hoje à tarde.

Obrigado.

Por favor, Embaixador Denis de Souza Pinto.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, caros colegas, senhoras e senhores, é com um sentimento de grande honra que venho, pela segunda vez, ao Senado para submeter meu nome à apreciação de V. Exªs, desta vez para o cargo de Embaixador junto ao Canadá.

Sem dúvida, Sr. Presidente, ter o nosso nome aprovado pelo Senado dá a nós, Embaixadores indicados, um enorme respaldo no desempenho do nosso trabalho junto ao Estado estrangeiro como representante do Estado brasileiro.

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela honra de terem indicado meu nome. Agradeço também ao Relator da minha indicação, Senador José Agripino.

Sr. Presidente, o Canadá, uma das maiores economias do mundo, membro do G7, oitavo país mais bem colocado no índice IDH da ONU, é um país que, por sua história e sobretudo por sua geografia, teve uma evolução *sui generis* para um país do continente americano.

Foi colonizado por dois países tradicionalmente rivais na política internacional, Grã Bretanha e França, e são as peculiaridades desse relacionamento bilateral, guerras e alianças dinásticas, políticas coloniais e tratados de paz, que explicam o pano de fundo da história do Canadá, as particularidades do sistema político e as características do ser canadense.

Por outro lado, há uma longa história de movimentos separatistas, sentimentos nativistas – não podemos esquecer que já houve dois plebiscitos no Québec e que, no segundo, em 1995, por pouco a independência não foi aprovada por margem mínima de 45 mil votos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E não podemos nos esquecer da célebre visita do General Charles de Gaulle e o seu brado "Vive le Québec libre!".

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Pegou um avião e voltou para Paris logo depois. (*Risos.*)

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Tudo isso explica a solução de compromissos que constituem o perfil do país e seu arcabouço institucional: um parlamentarismo do tipo britânico, com o seu chefe de Estado, a Rainha do Canadá Elizabeth II, na prática substituída pelo governador-geral indicado pelo partido majoritário na Câmara dos Comuns, e um Parlamento composto pela Câmara dos Comuns, centro do poder Federal, eleita pelo voto direto dos canadenses – são 338 Deputados.

Os primeiros-ministros do...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senado, já, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nomeado, não é?

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – É nomeado.

Os primeiros-ministros têm, em geral, governos estáveis e respaldados pela forte maioria na Câmara dos Comuns, resultado do sistema distrital puro que é aplicado no Canadá. Por exemplo, o Partido Liberal do Primeiro-Ministro Justin Trudeau, eleito em outubro do ano passado, obteve 39% dos votos, mas detém uma bancada de 184 deputados de um total de 338. O Partido Conservador, do antigo Primeiro-Ministro Stephen Harper, obteve 31% dos votos, mas ficou com tão somente 99 deputados. E o Senado, como disse muito bem o nosso Presidente, é integrado por membros nomeados pelo governador-geral, que, na prática, referenda os candidatos indicados pelo primeiro-ministro.

Esse sistema político, fruto de um longo processo de reformas políticas, como é natural nas instituições anglo-saxônicas, gerou uma outra característica do Canadá: a criação de uma confederação, onde as províncias são consideradas cossoberanas, com uma ampla gama de poderes, como, por exemplo, legislar sobre saúde e educação, transporte interno, direito civil, exploração dos recursos não-renováveis e a tributação direta. Isso leva a que o primeiro-ministro muitas vezes tenha de atuar como um mediador responsável. Assim, para levar adiante a agenda federal, foi criado um Conselho da Confederação, que é um conselho que reúne o primeiro-ministro duas vezes por ano com todos os governadores das dez províncias e três territórios para tratar dos temas transversais, de competência das províncias, mas que são fundamentais para o funcionamento do país como um todo.

No que diz respeito especificamente à sua política externa, cabe salientar que o Canadá, pela sua história, adquiriu sua independência progressivamente, por etapas, e, assim, teve uma inserção tardia no sistema internacional. Só em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, criou ministério das relações exteriores próprio e só em 1923 assinou em seu próprio nome o primeiro tratado internacional.

Só em 1990 entrou para a OEA. A repatriação final da Constituição do Canadá só aconteceu em 1982. Não resta dúvida, contudo, de que a espinha dorsal de sua política externa seja o relacionamento com os Estados Unidos, fortalecida com a criação do Nafta, em 1993.

Como V. Exªs poderão ver, o Canadá tem com os Estados Unidos a mais longa fronteira terrestre do mundo, 8.891 km, sem nenhum tipo de acidente geográfico. Setenta por cento da população do Canadá vivem a uma distância de 160 km da fronteira com os Estados Unidos. Mas não resta dúvida também de que, tradicionalmente, o Canadá – e creio ser isso um fator importante para a política externa brasileira – tem tido como postulado de política externa a busca de um relativo protagonismo nos espaços multilaterais, o compromisso de fortalecimento da ONU e das instituições multilaterais e a construção de uma presença de procurar gestar consensos entre atores de interesses diversos. São posturas que nos aproximam. É claro o apego das nossas duas diplomacias às tradições de pacifismo e de respeito ao Direito Internacional. Somos duas democracias, duas sociedades étnica e culturalmente plurais. O Canadá é um país de migrantes, como o Brasil, e continuamos, ambos, abertos a imigrantes e a refugiados. Isso é algo que nós une. Ambas as diplomacias têm ativa participação nos foros internacionais em matéria de meio ambiente, defesa da biodiversidade e direitos humanos. Sr. Presidente, pude assistir aqui na Comissão, pela TV Senado, às sabatinas de alguns colegas meus nos últimos meses. As temáticas de direitos humanos e meio ambiente foram mencionadas por todos os embaixadores como temas fundamentais na política internacional. Brasil e Canadá têm posições coincidentes nesses temas.

No seu discurso de posse, o Ministro Serra defendeu, ao mencionar a questão ambiental, um papel proativo e pioneiro em questões ambientais, inclusive para atrair capitais internacionais disponíveis para a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, patrimônio do qual o Brasil é tão rico. É em aprofundar essas convergências que me proponho a trabalhar caso V. Exªs aprovem meu nome para Embaixador junto ao Canadá.

A economia canadense, diferentemente das demais economias do G7, caracteriza-se pela particular importância dos setores primários de energia, mineração e florestal na sua composição, 1/5 do PIB. Outro destaque: a importância do comercio exterior. Com um mercado interno relativamente pequeno – são 35 milhões de habitantes –, as exportações representam 30% do PIB. Efetivamente, 3/4 das vendas externas do país se dirigem aos Estados Unidos, o que explica a forte influência da economia americana nos índices econômicos do Canadá.

No que diz respeito às relações entre o Brasil e o Canadá, cabe mencionar que temos um histórico de relações políticas corretas, mas que, por diferentes razões, nunca chegaram a ser intensas. São mais marcadas pela cooperação econômica, cooperação técnica e educacional do que pelos contatos, encontros políticos. Só dois Presidentes brasileiros visitaram o Canadá, o Presidente Figueiredo, em 1982, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Três primeiros-ministros canadenses, Pierre Trudeau, em 1981, Chrétien, em 1995,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e Harper, em 2011, visitaram o Brasil, assim como o Governador-Geral David Johnston, em 2012.

Como grandes produtores agrícolas, têm os dois países papel vital a desempenhar na abordagem das questões de segurança alimentar e energética na região. Ambos os países são grandes produtores de energia limpa, principalmente de fonte hídrica, ao mesmo tempo em que têm abundantes reservas de recursos não renováveis – nós, o pré-sal, eles, as areias betuminosas.

Fontes alternativas de energia, como a eólica, têm adquirido importância crescente na matriz energética dos dois países, que têm dialogado sobre tecnologias verdes em uma de nossas comissões bilaterais.

O Canadá é o quarto país que mais recebe investimentos brasileiros, com um estoque de investimentos em torno de US$21 bilhões. Grandes empresas brasileiras estão presentes no Canadá em diferentes áreas – mineração, siderurgia, bebidas, entre outras. Empresas canadenses têm no Brasil um estoque de investimento em torno de US$10 bilhões, superior à soma dos investimentos em outros países da América Latina, e é uma presença antiga, que teve início no final do século XIX, quando da fundação da Light...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do povo canadense.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Exatamente, do povo canadense.

...da Light no Rio e em São Paulo. E é interessante este fato: o estabelecimento formal de relações diplomáticas entre os dois países data de 1941, exatamente 42 anos após o início das operações da Light no Rio e em São Paulo. No final dos anos 40, estabeleceram-se a Alcan, na área de alumínios, e a Massey Ferguson, com tratores, grande fabricante de tratores.

O comércio bilateral teve, em 2015, uma corrente de comércio de US$4,8 bilhões, onde as exportações foram de US$2,4 bilhões, e as importações, de US$3,3 bilhões. Nos últimos 6 anos, tem-se verificado uma progressiva primarização nas exportações brasileiras, com o crescimento nas vendas de óxido de alumínio e óleos brutos de petróleo, além de produtos mais tradicionais, como café e açúcar. As nossas importações do Canadá são um pouco mais diversificadas no que diz respeito à participação de produtos primários, semielaborados e manufaturados.

Recentemente, o governo canadense voltou a mencionar a proposta de acordo de livre comércio com o Mercosul. Aliás, essa questão foi pela primeira vez discutida, Sr. Presidente, na visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997. No atual Governo do Presidente Temer, há uma clara decisão de incrementar o comércio exterior, inclusive acelerando o processo de negociação de acordos comerciais. Com a retomada das negociações com a União Europeia, poderá também ser o momento de abrirmos essa nova vertente com um país como o Canadá, membro atuante em diferentes acordos de livre comércio.

Acredito ser importante também, como Embaixador no Canadá, reforçar a nossa capacidade de ajudar empresas brasileiras a conquistarem novas oportunidades comerciais e, ao mesmo tempo, estar atento à defesa dos justos e legítimos interesses de empresas brasileiras. Penso aqui, em especial, nas disputas comerciais entre a Embraer e a Bombardier, duas grandes empresas fabricantes de aeronaves.

O Canadá é um dos principais destinos de brasileiros para estudos no exterior. Em 2014, o Brasil ocupou a primeira posição entre os países de origem de estudantes de língua no Canadá. Isso é muito bom para a criação de clima positivo para negócios, pesquisas e conexões culturais e acadêmicas.

Com a celebração do Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, têm se intensificado as parcerias entre instituições universitárias brasileiras e canadenses e centros de pesquisas nos dois países. Para citar um dos bons exemplos do potencial dessa cooperação, Sr. Presidente, eu destaco o acordo entre o *National Research Council* do Canadá e a Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

E, já que mencionei a Fapesp, permitam-me acrescentar, como símbolo do dinamismo e da amplitude das relações bilaterais na área, que outras 18 instituições canadenses têm parcerias vigentes com a Fundação Paulista em áreas estratégicas, como engenharia aeroespacial, transporte, mineração, tecnologias limpas, ambiente e temas ligados à saúde humana, além de equipamentos médicos.

A respeito da cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação e também na área de educação com o Canadá, é muito importante destacar a participação ativa de atores não-governamentais. Com efeito, nas últimas décadas, foram se estabelecendo redes de indivíduos e entidades privadas com interesses concretos no aprofundamento das relações bilaterais, empresários, câmaras de comércio, profissionais liberais, universidades, estudantes e acadêmicos. Interessante notar esse aspecto da evolução recente da cooperação bilateral entre os dois países. No passado, os exercícios de aproximação dependiam quase exclusivamente dos dois governos. Hoje, em contraste, essa construção tem uma fundamental participação de indivíduos e entidades da sociedade civil. A ênfase do Governo do Presidente Temer em fortalecer a competitividade e a inovação, priorizando pequenas e médias empresas, reforça o potencial dessa cooperação.

Caso aprovado por V. Exªs, tenciono trabalhar muitos dos temas que referi acima em estreita coordenação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com os nossos consulados gerais em Montreal, Toronto e Vancouver, que são fundamentais num país de dimensões continentais como o Canadá.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os encontros bilaterais no âmbito do diálogo de parceria estratégica e das reuniões do Conselho Econômico e Comercial que temos tido são excelentes ocasiões para mapear novas oportunidades e passar em revista divergências e contenciosos. A frequência e a fluidez desse diálogo darão ao relacionamento o tecido político necessário para respaldar e impulsionar a cooperação e absorver os efeitos de disputas recorrentes, tudo isso com o objetivo de ajudar os dois governos na identificação de problemas a solucionar e oportunidades a explorar para um relacionamento intenso e mutuamente proveitoso entre o Brasil e o Canadá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Sr. Embaixador.

Agora eu tenho a honra de passar a palavra ao Embaixador Souza-Gomes, que não é a primeira vez que vem perante esta Comissão na condição de indicado pelo Poder Executivo – sua longa e profícua carreira muitas vezes o colocou nessa posição.

Eu queria apenas dizer ao senhor que eu tive a honra de ter sido beneficiado por sua presença aqui nesta Comissão, por sua colaboração durante esta minha gestão, como Assessor Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores. Agora V. Exª é indicado para nos representar junto à FAO, organização para a agricultura e a alimentação.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço, realmente muito comovido, as suas palavras. Agradeço, especialmente, a maneira sempre cordial, amável e afetuosa com que V. Exª me distinguiu, Sr. Presidente, com que V. Exª distinguiu também os meus colegas da assessoria parlamentar, todos aqui presentes, sempre interagindo com esta Comissão da melhor forma possível, sempre procurando retribuir as gentilezas, as deferências e a maneira sempre amistosa com que V. Exª tratou os assuntos do Itamaraty, que, em última instância, são os assuntos do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, eu recebo realmente muito comovido as suas palavras e quero compartilhar isso com os meus colegas do Itamaraty aqui presentes e também com os que estão no exterior e na Secretaria de Estado e, com a sua autorização, permito-me transmitir ao Ministro José Serra essas suas palavras. Muitíssimo obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira – se o senhor me permite, respeitosamente –, estimado amigo, Exmº Sr. Vice-Presidente Senador Valdir Raupp, Exmºs Srªs e Srs. Senadores, meus colegas e amigos, minha querida Embaixadora Regina Dunlop e meu querido embaixador e amigo Denis Souza Pinto, dedicados diplomatas que integram a minha equipe, aproximando-se o término da minha missão à frente da Assessoria Parlamentar do Itamaraty, desejo externar, em meu nome e no de todos os colegas, o nosso mais profundo agradecimento pela maneira sempre construtiva com que V. Exª, Sr. Presidente, e os demais membros desta Comissão, sempre nos honraram.

Esta Comissão presidida por V. Exª vem prestando relevantes serviços à Nação, vem defendendo, com coragem e determinação, os mais altos interesses nacionais. Fiquem certos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que o Itamaraty é devedor de V. Exªs e tudo que estiver ao nosso alcance para retribuir esse apoio inestimável e deferências recebidas será feito.

É com sentimento de profundo respeito que compareço – como o senhor mencionou, desta vez pela quinta vez – a esta Comissão para ser sabatinado e, caso mereça a aprovação de V. Exªs, exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e junto a dois outros órgãos conexos, sediados também em Roma, Sr. Presidente, o Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola) e o PMA (Programa Mundial de Alimentos).

Agradeço ao Senhor Presidente da República Michel Temer e ao Ministro José Serra a Mensagem propondo a minha indicação.

Permita-me recordar, Sr. Presidente, que foi graças à sua atuação e dos membros desta Comissão, do Senador Flexa Ribeiro e da decisão do Presidente Temer, que foi aprovado crédito suplementar de US$3 bilhões. Não fora a atuação de V. Exª e dos demais membros desta Comissão e do Plenário do Congresso Nacional, infelizmente continuaríamos naquela posição que o senhor sabe constrangedora, inclusive com risco de perda do exercício do direito de voto. De modo que expresso aqui a V. Exª, publicamente, o reconhecimento, em nome da instituição que represento.

Permita-me também parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, e, por seu intermédio, todos os membros desta Comissão, pela elevada qualidade das intervenções e dos debates aqui realizados. Eles servem para enriquecer o patrimônio da nossa política externa e orientá-la. Esta Casa é, sem dúvida, um instrumento indispensável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para a execução e a legitimação de nossa atuação, de nossas funções como representantes do Brasil perante governos estrangeiros e organismos internacionais. Todos nós que aqui comparecemos, Sr. Presidente, saímos enriquecidos.

O Brasil, pelo fato de ser uma potência agrícola mundial de dimensões continentais, mantém com esses três organismos uma histórica relação de cooperação exemplar.

Recordo a iniciativa da Srª Presidente da Comissão de Agricultura, Senadora Ana Amélia, de realizar, em outubro do ano passado, uma sessão especial no Senado para comemorar os 70 anos de criação da FAO. A Senadora Ana Amélia, assim como diversos Senadores, ressaltaram a contribuição de cada agricultor deste País, do pequeno agricultor ao grande produtor, e dos cooperativados. Sublinhou também o papel destacado dos pesquisadores brasileiros, da Embrapa e de outras instituições responsáveis pelas novas tecnologias e processos de produção.

A abertura coube ao Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana. Diversos Senadores, inclusive o Senador Valdir Raupp, destacaram a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico e social. A ele agradeço as referências elogiosas feitas a minha pessoa e a minha carreira em seu relatório.

O Diretor-Geral da FAO, José Graziano, elevou ainda mais a meta da organização de reduzir a fome no mundo. Para ele, as conquistas da FAO devem ser acompanhadas, porém, da constatação de que há muito o que fazer. Cerca de 800 milhões de pessoas ainda passam fome e enfrentam desnutrição. Uma de cada dez pessoas passa fome no mundo. Esse desafio, porém, poderá ser superado ainda no curso da atual geração, possivelmente em torno de 2030.

Os grandes focos de insegurança alimentar estão localizados na região da África Subsaariana e em alguns países da Ásia.

Gostaria de fazer uma referência agora à FAO e seus antecedentes.

Já no início do século XX, imaginava-se a criação de uma organização internacional dedicada à agricultura. Mas essa ideia ganha impulso decisivo quando o Presidente Franklin Roosevelt propõe uma conferência internacional sobre o tema em 1943. Em 1945, no dia 16 de outubro, é criada a FAO. O Brasil foi membro fundador, e o lema latino adotado é *fiat panis,* faça-se o pão. Evidentemente, fatores decisivos militaram a favor da sua criação: os horrores da Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial e suas consequências.

A FAO tem por mandato erradicar a fome e a desnutrição a fim de garantir a segurança alimentar. Para a FAO – esse é o mandato renovado da FAO –, a mudança do clima, a fome e a pobreza extrema devem ser tratadas em conjunto, e a agricultura sustentável é um dos elementos-chave para solucionar essa questão.

O orçamento da FAO é de cerca de US$2,5 bilhões. Desse montante, 39% provêm de contribuições dos Estados-membros, e os 61% restantes devem ser obtidos por meio de contribuições voluntárias. O Brasil é o décimo contribuinte em orçamento, sendo antecedido, naturalmente, pelos países desenvolvidos, que concentram cerca de 70% do orçamento. A contribuição brasileira é de US$15 milhões, e estamos em dia com os nossos compromissos.

Mencionaria agora alguns programas nacionais que contam com o apoio da FAO e que são do conhecimento público: o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Florestas (PNF), a pesca nacional e o desenvolvimento do Plano da Aquicultura, o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Enfim, todos com diferentes interfaces com os órgãos federais do Governo brasileiro.

A estrutura da FAO no Brasil é muito simples: consta de um escritório de representação localizado em Brasília, e é curioso notar que ele funciona justamente em dependências cedidas pelo Ministério da Agricultura. Isso talvez seja muito eloquente e simbólico da estreita relação entre a FAO e o Brasil, o Governo brasileiro. O escritório conta com uma estrutura enxuta de 20 funcionários, mas vale-se de pelo menos cem consultores por mês, que vêm de outros países, que são recrutados localmente pelo Brasil em universidades para trabalhar nos diferentes programas da FAO. A FAO conta também com duas unidades regionais: uma na Região Sul, no Paraná, e outra no Nordeste, na Paraíba.

A FAO desenvolve 11 projetos em coordenação com 5 diferentes ministérios. Esses projetos contam com fundos do Governo Federal, fundos dos governos estaduais, da FAO e de terceiros e abrangem uma infinidade de ações, que vão desde a recuperação de florestas ao desenvolvimento sustentável da agricultura e, sobretudo, à consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar.

O maior objetivo da segurança alimentar é o de garantir o direito à alimentação adequada e saudável de forma permanente e sustentável.

Muitos desses projetos têm abrangência nacional, outros estão localizados em Estados da Região Norte, como, por exemplo, no Pará, no Acre e em Rondônia; na Região Centro-Oeste, em Mato Grosso; na Região Sudeste, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo; na Região Sul, no Paraná e no Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Sul; no Nordeste, na Paraíba, em Alagoas, em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Norte.

Segundo o relatório da FAO de 2015, o Brasil reduziu, nas últimas décadas, em cerca de 70% o número de pessoas subalimentadas. A fome diminuiu no mundo em 15%; na América Latina, em 43%, e na China, em 37%. O documento assinala ainda que o Brasil alcançou a meta de reduzir pela metade a fome, estabelecida pelas Nações Unidas, fixada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e deverá atingir, nos próximos anos, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de reduzir, até 2030, pelo menos 5% do número de pessoas subalimentadas.

A FAO se preocupa também, Srªs e Srs. Senadores, com a questão do desperdício e perda de alimentos. Dados da FAO apontam que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados anualmente em todo o mundo. Esse número representa um terço de todos os alimentos produzidos. A FAO vem atuando com o objetivo de conscientizar o mundo sobre essa questão e propor soluções.

Gostaria de comentar agora brevemente sobre o Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), que tem como mandato o de contribuir para erradicar a fome e a pobreza rural. O fundo presta assistência financeira em condições muito favoráveis e assistência técnica. Investiu cerca de US$15 bilhões em mais de 900 projetos em todo o mundo. Os dez maiores contribuintes são, de modo geral, os países desenvolvidos. Só os Estados Unidos aportam US$1 bilhão, seguidos por outros países desenvolvidos, como Alemanha, Japão e Reino Unido, que contribuem, cada um, Sr. Presidente, com cerca de US$500 milhões. A última oferta do Brasil ao Fida foi de US$16 milhões, mas a soma das contribuições brasileiras desde 1980, quando o fundo começou a operar, totalizou a cifra de US$100 milhões.

O Fida concentra sua atuação no Semiárido nordestino, em comunidades rurais de menor IDH, mas também estão previstas ações futuras nas áreas de transição entre a Amazônia e o Maranhão, no Agreste e na Mata Atlântica de Pernambuco. A ação do fundo inclui a introdução de novas tecnologias agrícolas, assistência técnica e tecnologias de coleta e conservação da água.

O fundo já financiou 11 projetos no Brasil, que totalizaram cerca de US$0,5 bilhão, dos quais mais da metade foram financiados diretamente pelo fundo. Esses projetos se localizam no Ceará, na Bahia, no Piauí e em Sergipe.

O Brasil é, sem dúvida, um dos países que mais se beneficiou dos financiamentos do Fida. Todas as operações financiadas pelo Fida devem se concentrar, no futuro, em apoiar os agricultores familiares para aumentar a sua capacidade produtiva através da assistência técnica. O papel da agricultura familiar na alimentação do mundo é inegável. No Brasil, a agricultura familiar produz mais de 50% dos gêneros alimentícios aqui consumidos e envolve mais de 12 milhões de pessoas.

Eu gostaria de mencionar agora, fazer uma breve referência, ao Programa Mundial de Alimentos. É a maior organização de assistência humanitária das Nações Unidas. O programa foi criado para atender a questões emergenciais. A FAO, por sua vez, trata de questões estruturais. O PMA atende a quase 100 milhões de pessoas, em 80 países, incluindo 60 milhões de crianças. A maioria dos beneficiados foi assistida em operações de emergência, incluindo vítimas de conflitos na Síria, no Líbano, e desastres naturais como no Haiti. Recordo a recente ajuda do PMA às vítimas do furacão Matthew.

O programa trabalha também em estreita coordenação com outros órgãos do sistema das Nações Unidas, como o ACNUR, a Organização Mundial de Saúde, a Unicef, a Cruz Vermelha e ONGs como Médico sem Fronteiras. Ele é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados-membros e de fundos multilaterais das Nações Unidas do setor privado e de ONGs.

Os Estados Unidos são o principal doador. Nos últimos cinco anos, Sr. Presidente, os Estados Unidos doaram cerca de US$8 bilhões. Os dez maiores doadores ao Programa, além dos Estado Unidos são os países desenvolvidos. O Brasil ocupa a 34ª posição

A cooperação humanitária brasileira, de caráter emergencial, tem como fundamento o Acordo Básico entre o Brasil e o PMA, aprovado pelo Congresso Nacional em 1991. Essa cooperação conta, muitas vezes, com o apoio de terceiros países que se encarregam dos custos de transporte e distribuição. Assim, por exemplo, o Brasil doou arroz para o Haiti e Honduras, e o transporte ficou a cargo da Espanha.

Essa cooperação trilateral envolveu outros países...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – ... como a Austrália, os Estados Unidos e a Suíça. O Brasil doou feijão, arroz e milho para diferentes países, destacando-se, Moçambique, Somália e Sudão.

Eu gostaria de me referir brevemente – não sei se estou no limite do tempo – à agricultura brasileira.

Em 2015, o Brasil produziu 207 milhões de toneladas de grãos para uma população de 206 milhões de habitantes. Só a produção de grãos do Brasil é suficiente para alimentar quatro vezes sua população. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de grãos, o Brasil produz por ano 35 milhões de toneladas de tubérculos e raízes, 40 milhões de toneladas de frutas e 10 milhões de toneladas de hortaliças.

Destaco um fato importante: em 50 anos, o Brasil, de importador de alimentos, tornou-se potência agrícola mundial. A modernização agrícola beneficiou, sobretudo, a população urbana. Valeria perguntar: o que teria acontecido na economia e na sociedade, sem esse desenvolvimento da agricultura? Certamente, uma sucessão de crises de consequências dramáticas.

De 1990 a 2015, o total das exportações agrícolas superou US$1 trilhão. Elas garantiram saldos comerciais positivos. A Ásia responde hoje por 45% das exportações do agronegócio brasileiro, e a China, sozinha, por um quarto desse montante.

É objetivo do MAPA alcançar uma participação de 10% no comércio agrícola internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se me permitir, a produtividade da nossa agricultura teve um aumento fantástico.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em uma mesma área agrícola, conseguiu-se multiplicar a produção estratosfericamente.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Só para confirmar, é justamente o que eu estava dizendo.

O crescimento da produção e da produtividade agrícola foi recorde no mundo últimos anos, mais de 9% anuais. O Brasil, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, deverá alcançar a liderança mundial, em matéria de agronegócio, em 2024, segundo dados da própria FAO e da OCDE. Em 2015 o agronegócio representou 23% do PIB.

Em conclusão, Srªs e Srs Senadores, a FAO vem prestando decisivo apoio para que a humanidade possa resolver a questão alimentar e estar melhor preparada para enfrentar as crises humanitárias.

Desde 2014, o Brasil vive grave recessão econômica. Nesse contexto, a FAO poderá contribuir, ainda mais, no apoio a projetos que visem reduzir a fome e a desnutrição que, infelizmente, atingem, ainda, milhares de brasileiros. É com esse espírito que, caso venha a merecer a aprovação de V. Exªs e do Plenário, pretendo aprofundar a relação com a FAO.

Terei como objetivos:

– intensificar a troca de informações e de experiências com outros países e organizações internacionais;

– utilizar, talvez com maior intensidade, a capilaridade da FAO, pois ela dispõe de mais de cem representações técnicas no mundo;

– apoiar a nossa agricultura, tanto a familiar como o agronegócio.

Em síntese, Sr. Presidente, seguirei fielmente o próprio lema da Organização Fiat Panis, em benefício do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estão inscritos o Senador Antonio Anastasia; em seguida, o Senador José Agripino; em seguida, o Senador Lobão. O Senador Lasier acaba de se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Edison Lobão.

Srª Embaixadora, Srs. Embaixadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, permito-me cumprimentar os três distintíssimos diplomatas, que acabaram de apresentar, nesta sabatina, conhecimento pleno sobre os temas relativos às respectivas representações que irão exercer em nome da República brasileira.

Permito-me iniciar pelo fim, alternando a ordem, se me permite, saudando o Embaixador Souza-Gomes, primeiramente, fazendo minhas as palavras do nosso Presidente, Senador Aloysio, a quem cumprimento pelo desempenho ao longo de mais de um ano em que V. Exª está aqui conosco nesta Comissão, fazendo um trabalho com muito denodo, com muito afinco, representando, de maneira extremamente proficiente, o Ministério das Relações Exteriores, na sua articulação parlamentar não só na Comissão, mas no plenário e nas demais Comissões. Então, quero cumprimentá-lo. Aliás, não é nenhuma surpresa, tendo em vista a trajetória, o currículo e o conhecimento que V. Exª apresenta e de que é portador; por isso mesmo, o desempenho faz parte do nosso conhecimento.

Quero, eminente Embaixador Souza-Gomes, não fazer uma pergunta, mas, aproveitando a exposição que fez V. Exª, fazer um mero comentário. Não há dúvida alguma de que a agricultura tem sido a grande âncora verde, tem salvado a economia brasileira inclusive nos momentos de crise.

Como V. Exª bem colocou, e até comentava aqui o Senador Lasier, muito atento, é que temos hoje um aumento exponencial da produtividade brasileira; da produção e da produtividade. Mas o meu temor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– e V. Exª aborda em sua locução – é exatamente um tema que me parece muito sensível, e certamente na FAO a preocupação é grande até pelo fundo que V. Exª mencionou, que é a questão dos recursos hídricos, da desertificação que ocorre mundo afora, de modo especial na África, mas também no Brasil. Estamos observando hoje que há uma ausência absoluta de água. V. Exª perceba: meu Estado é o caixa-d'água do Brasil, Minas Gerais, e falta água no Estado inteiro. Isso é uma coisa muito grave dos últimos anos.

Esse é o elemento essencial à produção agrícola. Não haverá produtividade, não haverá grãos se não tivermos água para sustentar a produção agropecuária. Então, tenho certeza de que essa preocupação é também de V. Exª, e, sendo o Brasil um país rico em recursos hídricos, mas que já está com essa dificuldade, V. Exª terá muito esse tema em mente quando exercer a representação junto à FAO. É um tema, reitero, que preocupa a todos nós, ao meu Estado, em particular, bem como a outros Estados da Federação, porque é algo que deve ser enfrentado, inclusive sob o ponto de vista científico, com muita celeridade, sob pena de, daqui a algumas décadas, estarmos amargando certamente um futuro bastante negativo com relação à aridez e à ausência de água.

Quero cumprimentá-lo e desejar a V. Exª muita sorte na belíssima cidade de Roma, a Cidade Eterna. Faça-se o pão, e aprenda a fazê-lo também, e V. Exª o fará certamente como também deliciosos quitutes romanos, bem característicos daquela deliciosa gastronomia.

Ao Embaixador Souza Pinto, igualmente meus cumprimentos, V. Exª que, por outro lado, deixa Roma e segue para Ottawa para nos representar no Canadá. V. Exª fez aqui uma apresentação também muito clara sobre essa grande nação, irmã nossa, do norte, com toda sua riqueza. Já se disse uma vez que a terra prometida não seria Canaã, mas, sim, o Canadá, dada sua riqueza, à estabilidade econômica, às suas potencialidades inclusive sob o ponto de vista da cultura do país. Como V. Exª bem colocou aqui, é o amálgama da colonização britânica e da colonização francesa, sendo, ao mesmo tempo, o país talvez mais cosmopolita do mundo.

V. Exª representará o Brasil em uma nação que é competidora nossa em alguns aspectos. Citava, há pouco, a Bombardier, por exemplo, em relação à nossa Embraer, mas, por outro lado, no caso especial de interesse do meu Estado, que aqui represento, Minas Gerais, com muitos pontos em comum, como é o caso da mineração. O Canadá é um país muito grande na produção de minérios, um grande Estado, um país mineral, como nós somos. Evidentemente, temos temas convergente.

Então, permito-me fazer aqui essa menção, dizendo até, como relatei a indicação de V. Exª, na visita que V. Exª gentilmente me fez, dessa necessidade de nós revermos – e falando na presença do Ministro Edison Lobão, conhecedor do assunto à exaustão, Ministro de Minas e Energia que foi – a questão das barragens.

Há um ano exatamente houve uma tragédia humana no meu Estado, em Mariana, com quase 20 mortos, e uma tragédia ecológica terrível, com desdobramentos econômicos, e nós fizemos uma Comissão Especial aqui no Senado, sob a minha Presidência e com a relatoria do Senador Ricardo Ferraço, onde identificamos que o modelo canadense é o melhor.

Então, estou dando apenas esse exemplo para mostrar que o Canadá tem muito a nos ensinar, e, certamente, essa aproximação, que já existe e à qual V. Exª dar continuidade, nos permitirá, certamente, aprender e também levarmos algum aprendizado, mas, sobretudo, trocarmos experiências positivas.

Então, quero desejar a V. Exª em Ottawa, no Canadá, muitas felicidades na missão que certamente iniciará em breve.

E, por fim, Sr. Presidente, não me estendendo, porque, como o senhor sabe, é do meu estilo ser mais objetivo, dirijo-me à eminente Embaixadora Regina Dunlop, de cuja indicação tive a honra, por designação do Presidente Aloysio, de relatar.

Em primeiro lugar, eminente Embaixadora Regina, quero registrar aqui a imensa satisfação e honra que tive em relatar a indicação de V. Exª, que já conheço há muitos anos. A despeito da nossa recíproca juventude, já há muitos anos temos contato, desde os tempos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E faço questão aqui, Presidente, Senador Edison Lobão, com a vênia de V. Exª, de fazer um registro, que é um registro em relação a V. Exª, mas que também se estende aos seus pares no Itamaraty: da sua competência, da sua dedicação, do seu dinamismo e da sua energia nos assuntos afetos à sua responsabilidade e às suas atribuições. Digo isso, Senador Lasier, Senador José Agripino, porque estive, há algumas semanas, em Genebra, sob os auspícios e o comando da Embaixadora Regina Dunlop, em um evento da União Interparlamentar, e lá fui testemunha, de maneira muito clara, daquilo que já conhecia: do reconhecimento, do prestígio, do dinamismo e, volto a dizer, da dedicação que V. Exª empresta a todas as atividades que enceta no conjunto e no feixe das suas responsabilidades.

Tenho certeza de que, agora, perante o Reino dos Países Baixos, a Holanda, popularmente dizendo, V. Exª continuará esse trabalho, um trabalho de extrema relevância, porque a Holanda é um país economicamente muito forte, haja vista o dado que V. Exª traz na sua apresentação, que é pouco conhecido no Brasil – posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dizer até desconhecido. As pessoas não têm ideia de que a Holanda é o segundo maior investidor no Brasil, em termos consolidados, e que, durante os últimos anos, tem sido até o primeiro colocado. Há um desconhecimento pleno disso. E, ainda, que essas empresas que V. Exª bem aqui arrolou e elencou são bandeiras holandesas com grande prestígio e grande reconhecimento na economia brasileira.

Então, basta isso para demonstrar a importância que tem o Reino dos Países Baixos para o Brasil e vice-versa, pois, evidentemente, somos para eles também um bom mercado. E, certamente, as oportunidades surgirão muito fortes, em especial no ponto que sempre discutimos – também da área do Ministro Senador Edison Lobão –, ou seja, as lacunas de infraestrutura que temos no Brasil, que necessita de investimentos internacionais. E a Holanda é, desde o tempo antigo, desde quando lá surgiu, Senador Lasier – e nós dois que gostamos de história – a Companhia das Índias, através da associação do capital privado com o capital público, no século XVII. Portanto, há essa tradição de investimentos, e esses investimentos, certamente, podem ser carreados ao Brasil numa nova fase de estabilidade e de confiança em que agora ingressamos dentro do novo Governo.

Então, eminente Embaixadora Regina, o meu objetivo é tão somente saudá-la, desejando-lhe muito boa sorte em Haia, com a certeza de que V. Exª continuará essa brilhante carreira, reconhecida por todos, com o brilho não só da diplomata, da mulher brasileira, da mulher diplomata, mas, sobretudo, com a competência que todos nós aplaudimos.

Boa sorte e parabéns!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Anastasia, pelos conhecimentos exuberantes que demonstra e que possui, deveria, realmente, ter um tempo especial nesta Comissão, até para nos ensinar fartamente sobre as relações internacionais e sobre todos os temas econômicos, alguns dos quais até assoberbam hoje a vida de algumas nações.

Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, nós estamos em vias de uma sessão no plenário do Senado, uma sessão deliberativa, inclusive para a votação de indicações de embaixadores. Daí eu ter tomado a deliberação, como Presidente eventual desta Comissão, de primeiro ouvir as indagações, as intervenções dos Senadores, e, ao final, as considerações dos Srs. Embaixadores.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, eu devo confessar a V. Exªs, aos três Embaixadores, que eu sou membro da Comissão de Relações Exteriores, este é o meu quarto mandato de Senador, e eu não sei a quantas reuniões da CRE eu já compareci até hoje, mas nunca tive na minha frente três amigos pessoais designados embaixadores em postos da maior relevância. Eu conheci algum ou outro, alguns não, conhecia o talento de alguns, de outros descobria durante a sabatina, mas, hoje, eu estou de frente a três amigos de longa data.

A Embaixadora Regina Dunlop, que é colega do meu irmão, que já se aposentou, esposa de um diplomata amigo do meu irmão, que também já se aposentou, e uma brilhante diplomata que está indo para um posto importantíssimo. Ela, que vem de Genebra, que já esteve na ONU, vai para o país que é a porta de entrada da Europa continental, é a sede do Porto de Roterdão, o maior porto da Europa.

A Holanda é um país que tem relações comerciais robustas com o Brasil. É o país da Shell; é o país dos grandes investimentos no Brasil; é um país com quem o Brasil tem uma relação que inspira muita atenção. Assim, só poderia ser entregue a uma pessoa com a competência de V. Exª.

O Embaixador Souza-Gomes, velho amigo, que está indo agora para a FAO, vai estar em Roma e vai cuidar de assuntos ligados à produção agrícola, à competição, à fome, a desigualdades no mundo, e, com a experiência que tem, até de assessor parlamentar do próprio Itamaraty, na convivência diária com a classe política, vai apetrechado para o correto desempenho de suas funções.

Eu quero lhe desejar muito boa sorte e espero revê-lo lá brevemente, meu querido amigo Embaixador Souza-Gomes.

E deixo para o final o Embaixador de cuja indicação eu sou relator, o estimadíssimo Embaixador Denis, que vai para o Canadá. S. Exª, que esteve no Vaticano, deve estar chegando aqui abençoado, e vai seguir assim abençoado para o Canadá.

Eu queria aqui fazer considerações muito rápidas, até sobre o momento. O Canadá, como a Holanda, é um país grande investidor, no Brasil, no ramo do reflorestamento, no ramo da mineração, no ramo do alumínio. V. Exª disse que três quartos do comércio exterior do Canadá se destina ao grande mercado americano, até pelo fato de o mercado canadense só ser de 35 milhões de consumidores, tecnicamente consumidores.

O NAFTA foi uma questão muito discutida nas relações do Brasil com os Estado Unidos. Na minha opinião, quem aderiu ao NAFTA se deu bem – México, Canadá. O Brasil foi refratário num primeiro momento e perdeu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

na minha opinião, uma grande oportunidade de queimar etapas em acordos bilaterais. Nós estamos, hoje, travados pelo Mercosul, que nos isola da oportunidade de acordos bilaterais. O NATA poderia ter encurtado distâncias nas relações comerciais do Brasil com o mundo desenvolvido. Perdemos a oportunidade.

Muito bem. O Canadá talvez seja, ao lado do México, o maior interessado no robustecimento do bloco econômico que compõe o NAFTA, por razões que são claras.

O Canadá é um país membro da *commonwealth*, mas, talvez, seja uma porta de acesso do mercado americano à Europa, porque não deixa de haver um forte liame. E o Canadá passou, recentemente, por um problema, que eu queria expor e pedir as suas considerações.

A Alcoa, instalada no Estado do Maranhão, do meu querido Senador Edison Lobão, foi ali instalada para aproveitar a bauxita, o minério que produz o alumínio, e a energia elétrica de Tucuruí. Juntava-se, em regiões próximas do Maranhão, do Porto de Itaqui, o minério e a energia elétrica de Tucuruí. Tucuruí que, quando construída, tinha um excedente de produção enorme, tanto que poderia se dar ao luxo de vender barato para a produção de alumínio. Havia, então, o compromisso, disse-me o ex-Governador Lobão, de que, depois de um certo tempo – e isso, talvez, fosse a própria carência da demanda que viria a ocorrer inevitavelmente sobre a energia de Tucuruí –, o Grupo Alcoa, canadense, produziria energia própria, dentro do modelo permitido pelo Brasil, para substituir paulatinamente a energia altamente subsidiada pelo Governo brasileiro. Não o fez. Nesse meio tempo, entra o NAFTA e aparece o xisto betuminoso dos Estados Unidos. Em decorrência desse xisto, acontece a queda dos preços da energia nos Estados Unidos, e a Alcoa vai embora do Maranhão e se muda para os Estados Unidos.

São esses os desafios que V. Exª, Embaixador no Canadá, terá de enfrentar. Este tipo de coisa: a relação entre os países altamente competitivos e, do ponto de vista tecnológico, desenvolvidos com aqueles que estão remando contra a maré, como é o caso do Brasil. Como operar, como equalizar oportunidades e como enfrentar as dificuldades, para que o Brasil não perca oportunidades? Isso porque, queiramos ou não, o Porto de Itaqui, em grande medida, foi feito, claro, para exportar minério de ferro, mas foi feito para exportar alumínio. Está lá meio ocioso em função de um desequilíbrio que ocorreu até por relações entre países.

Então, eu gostaria que V. Exª ficasse atento, porque o Canadá é um país maduro, é um país altamente civilizado, mas é um país esperto, que quer levar vantagens, é evidente. E quem é que pode condená-lo, na medida em que há acordos bem armados, bem amarrados, para que ele não tire vantagem?

Então, eu queria alertá-lo sobre a percepção que nós brasileiros temos desse tipo de ocorrência que se repete hoje com frequência até pela perda de competitividade do Brasil. Há perda de competitividade do Brasil. Que fiquemos atentos, para nos prevenirmos!

Há outra coisa: deve aproveitar o seu talento. V. Exª deve ter se preparado para o posto que vai ocupar, seguramente.

Hoje, estão ocorrendo as eleições nos Estados Unidos: Trump ou Hillary? Se der Trump, será um comportamento; se der Hillary, será outro comportamento, supõe-se. Como é que o Canadá e o Brasil enxergam essa eleição? O que pode decorrer de uma vitória e da outra vitória? As próprias relações do Brasil com o Canadá, que são robustas e que são antigas, podem aumentar ou diminuir em função de uma vitória ou de outra vitória. Eu queria também ouvir suas considerações sobre esse aspecto, que é contemporâneo e que é muito importante para a sua missão e para os interesses do Brasil, com os meus votos de que seja exitoso no novo posto e com a minha alegria em ter sido o seu relator. Já votei, votei nos três, e não me arrependo do voto que já dei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador José Agripino.

O Senador Lasier saiu.

Vou fazer algumas considerações antes de passar a palavra aos Srs. Embaixadores.

Primeiro, à Embaixadora Regina Cordeiro, que vai para os Países Baixos, quero dizer que aqui já se falou sobre a importância da Holanda para o Brasil por ser o segundo maior investidor, talvez o primeiro, como acentuou o Senador Anastasia. A Holanda possui, talvez, o maior porto marítimo do mundo. Eu estive lá. Os grandes navios brasileiros aportam na Holanda. Há um navio que transporta minério de ferro do Maranhão para a Europa através da Holanda e que se chama, se não me engano, Berge Stahl, que desloca 380 mil toneladas. Para abastecer esse navio, é preciso fazer 50 viagens de trem com 80 vagões em cada viagem.

A Holanda, portanto, diz respeito aos interesses brasileiros também, que são muito próximos. Em razão disso, não poderia ser um representante senão da têmpera e da dimensão da Embaixadora Regina.

Cumprimento, portanto, o Itamaraty, por ter sido sábio na sua escolha. Cumprimento a Embaixadora pela também escolha.

O Embaixador Souza Pinto vem ungido com as bênçãos do Vaticano, da nossa Igreja Católica, do cristianismo no mundo. Ontem, conversamos muito sobre isso. Eu ressalto os conhecimentos do Embaixador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que já os possuía e que os aperfeiçoou nessa estada já bastante longa no Vaticano.

S. Exª vai para o Canadá. De fato, o Canadá, embora possua uma população pequena para as suas dimensões territoriais – é o segundo maior território do mundo; o primeiro é o da Rússia; depois, é o do Canadá; depois, o dos Estados Unidos; e finalmente, o do Brasil, próximo ao do Canadá e ao dos Estados Unidos –, é um país rico, com o dobro das exportações do Brasil e com uma renda *per capita* admirável. É um país, sem dúvida alguma, de grande importância no cenário mundial, não apenas nas relações com o Brasil. E é aquele que acolhe a juventude brasileira para cursos de especialização, de pós-graduação, assim por diante.

Eu fui encontrar, pela primeira vez, há cerca 120 anos, o Embaixador Souza Pinto no Alemanha, em Bonn. Isso se deu há uns 118 anos, há uns 120 anos. (*Risos.*)

Eu era Deputado, Presidente da União Interparlamentar, e o hoje Embaixador era Secretário do Itamaraty. Ele nos prestou lá – a mim, como Presidente da delegação, e aos Senadores e Deputados que a compunham – uma grande assistência, da qual fiz o registro nos documentos da União Interparlamentar. E, hoje, novamente, agradeço.

Portanto, cumprimento o Embaixador Souza Pinto por tudo que tem feito pelas relações internacionais do Brasil e também pela gentileza de que nos cumulou por ocasião da minha viagem à Alemanha.

Por último, dirijo-me ao nosso Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, que também conheço há muitos anos. Eu me regozijo com a nomeação de S. Exª para a FAO, mas, lá dentro, por outro lado, nós o perdemos nas relações do Itamaraty com o Congresso Nacional neste momento.

Sou também, como o Senador José Agripino, amigo do Embaixador João Carlos há muitos anos. Eu o encontrei, recentemente, no governo do Presidente Lula, no Uruguai. O Presidente Mujica telefonou, numa tarde chuvosa de Brasília, ao Presidente Lula e pediu a S. Exª que mandasse o Ministro de Minas e Energia para ter uma conversa com ele em Montevidéu. Naquela ocasião, o Uruguai era muito dependente do Brasil para efeito de energia elétrica. Nós estávamos exportando cerca de 300MW, o que para o Brasil não é muito, mas, para o Uruguai, sim, todos os dias, através da Argentina, de uma linha de transmissão com a Argentina. E havia custos muito elevados e nem sempre a boa vontade de uma das partes.

Fui, então, ao Uruguai, sendo recebido pelo nosso querido Embaixador João Carlos, que me deu toda atenção, o que, em geral, fazem os diplomatas brasileiros no exterior. Mas ele o fez em dobro, como é do seu temperamento e da sua cordialidade.

O que pretendia naquele momento o Presidente Mujica era que construíssemos juntos um parque eólico no Uruguai, para que aquele país declarasse a sua alforria energética, e nós, com autorização do Presidente Lula, o fizemos. Realizamos essa obra numa associação da Eletrobras com o Uruguai.

Meu caro Embaixador João Carlos, V. Exª vai para a FAO, e aqui também o Senador Anastasia e o Senador Agripino disseram da importância da FAO. O Brasil é hoje o maior exportador de grãos do mundo, embora não seja o maior produtor, e, sim, os Estados Unidos da América.

E aqui chega a nossa Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e eu falando sobre assuntos do interesse estreito dela, correndo esse risco, mas o faço. O Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo. O primeiro é o da Índia; o segundo, o do Brasil – só que o do Brasil é comercial. Enfim, a agropecuária, a agroindústria do Brasil é poderosa e necessita de um representante na FAO desta dimensão.

Cumprimento, portanto, o nosso Embaixador pela nomeação e espero que tenha uma fecunda administração dos nossos interesses na FAO.

A Senadora Kátia Abreu deseja fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Com a palavra S. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Gostaria de pedir desculpas aos nossos Embaixadores. Estávamos num debate acirradíssimo ali sobre a PEC do teto, um debate interessante e construtivo. Fui a última a falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E aceso!

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – É, acesíssimo.

Eu não gostaria de deixar de cumprimentá-los e desejar muito boa sorte a todos vocês. São países da maior importância. Uma instituição, a FAO, que, para nós, tem um sentido muito especial, pelo que nós representamos. A FAO espera de nós, para 2050, o maior aumento de produção de alimentos do mundo. Do segundo lugar, longe de nós, os Estados Unidos, a FAO espera 23% de aumento da produção de alimentos. Do Brasil, 40%, Sr. Presidente. E não é por maldade, mas por conhecer o nosso potencial e saber do que somos capazes. Nós somos terríveis na produção de alimentos, no bom sentido! E isso tudo sem ter que desmatar nenhuma árvore. Nós conseguimos apenas com boas práticas, com tecnologia, aplicar a tecnologia existente nas nossas propriedades degradadas.

Uma expressão que a Ministra Izabella está usando muito é o poupa-terra. É você fazer mais com o mesmo pedaço de chão. Em vez de uma vaca, criar três; em vez de poucos quilos de milho, triplicar e dobrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

isso no mesmo espaço de chão.

O Canadá é um país que nos interessa muito. Depois da abertura da carne bovina – conseguimos pela primeira vez vender carne para os Estados Unidos –, sabemos que a consequência disso para o Canadá é praticamente automática, porque são dois países que trabalham juntos, Estados Unidos e Canadá, nessa área. Tudo que a senhora puder fazer para colaborar conosco nesse sentido peço que faça, pois é muito importante a nossa carne chegar até os canadenses, principalmente a carne bovina, além de todos os produtos de todas as áreas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Ah, ele é que vai para o Canadá.

A senhora vai para a Holanda, um país para nós muito interessante neste momento. Nós estamos vivendo, de verdade, uma coisa com que lá atrás tínhamos preconceito, achávamos que era conversa de ambientalista: a mudança climática. Estamos vivendo isso na prática.

Hoje, a última fronteira agrícola do País é o Matopiba, região formada pelo Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí – grande parte do Maranhão, a totalidade do Tocantins, uma pequena parte do Piauí e boa parte da Bahia. O Matopiba é a última fronteira agrícola por um simples motivo: olhando de frente para o mapa, para o lado esquerdo, nós temos a Amazônia, que para nós é intocável; para o lado direito do mapa temos o Semiárido nordestino, que não tem muitas possibilidades, a não ser onde há água para fazer irrigação. Então, a Embrapa delimitou esse território, que tem 72 milhões de hectares, e nós estamos hoje sofrendo muito com a falta de água. Um problema que era regionalizado nos Estados, hoje se tornou geral, pela falta de chuva. Apesar de haver grandes rios nos quatro Estados, como o Rio Balsas, no Maranhão, e tantos outros; o Rio Parnaíba entre os dois Estados; no Tocantins, o Araguaia e o Tocantins – vou citar apenas esses –, nós estamos vivendo dias terríveis. Para isso tudo há solução, tecnologia disponível para que possamos trabalhar a reservação de água e atingir os objetivos da FAO, chegar até o Canadá com toda nossa produção.

A Holanda, que aglutina hoje os maiores fundos internacionais, fundos de investimentos que são aplicados na área ambiental, poderá nos ajudar muito, especialmente os pequenos produtores, que são maioria na nossa região. Os grandes sempre dão o seu jeito, têm suas máquinas, conseguem tirar financiamento no banco, conseguem resolver seu problema hídrico, mas os pequenos e médios produtores têm uma série de dificuldades.

Queremos fazer a permuta de tudo que nós fazemos do ponto de vista sustentável, produzindo alimentos para o mundo todo. Nós só queremos que cada vez mais isso seja reconhecido pelos países, especialmente os países europeus, os Países Baixos, que trabalhem conosco como irmãos para que possamos receber alguma compensação nessa área. Os fundos existem, os projetos podem ser montados, temos capacidade técnica para isso. Precisamos melhorar nossa interlocução a fim de chegarmos mais próximos dos recursos para o combate às mudanças climáticas. Na verdade, não é nem combate, mas alternativas para superar as mudanças climáticas. Os recursos são abundantes nessa área e eu gostaria de pedir a todos os três, especialmente à senhora, que vai para a Holanda, que pudessem nos ajudar. Não só o Matopiba, mas várias regiões do Brasil sofrem com isso.

O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, na divisa com a Bahia, é uma região extremamente seca e sofrida, tem Montes Claros como a cidade mais importante dessa região. Enfim, nós temos locais especiais no Brasil que estão precisando de recursos para superar essas dificuldades.

Então, desejo boa sorte a todos. Contem conosco, comigo aqui no Senado, na Comissão de Relações Exteriores, para dar todo apoio. Acredito na diplomacia, acho que a diplomacia tem um grande papel, tem desempenhado bem. Nos últimos três, quatro anos tenho convivido muito com os seus colegas no mundo inteiro, sempre muito bem recebida e com muita força de trabalho em todos os países por onde passei.

Então, muito obrigada e boa sorte a todos os três.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Concedo a palavra à Embaixadora Regina Maria.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria inicialmente agradecer as muito generosas palavras do meu Relator, Senador Antonio Anastasia. Acho sinceramente que ele carregou nas tintas e seu lado amigo tenha prevalecido.

Mas quero dizer que, da minha parte e de minha equipe que o senhor viu atuando em Genebra, também há essa sensação que mencionei aqui no começo, falando do reconhecimento, da importância desse intercâmbio com Parlamentares. Sempre que nos é dada a oportunidade, esse convívio também possibilita aos mais novos já irem percebendo a importância dessa comunicação e dessa troca de impressões a respeito de temas, de procedimentos também nos órgãos com os quais trabalhamos, enfim, desenvolvendo um caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

em conjunto.

Tive também muita honra de assessorar V. Exª durante a reunião da Assembleia do Grupo Interparlamentar, assim como os demais Parlamentares que integram o Grupo Parlamentar Brasileiro. Agradeço, uma vez mais, todas a suas menções tão generosas.

A propósito, o senhor fez menção à questão dos recursos hídricos que a Senadora Kátia Abreu também retomou. Nesse elemento, nesse componente das relações Brasil-Países Baixos em matéria de ciência, tecnologia e inovação, a pesquisa sobre recursos hídricos foi ressaltada pelo lado brasileiro como a de maior importância, chamando-se a atenção para isso de imediato.

Quero dizer que para isso contribuíram também durante a minha apresentação, eu tinha mencionado, as visitas de governadores, mas também de secretários de governos estaduais e de órgãos ligados à pesquisa, ciência e tecnologia e também à introdução de inovação nos processos produtivos.

Mas a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais foi quem levou a questão dos recursos hídricos à atenção também das autoridades dos Países Baixos. Já foi incluída como uma possibilidade de cofinanciamento e também as atividades do Biolab e de bioprodutos em geral.

Essa é a contrapartida que os países Baixos veem como o grande tema em matéria de ciência, tecnologia e inovação. Também tem uma sintonia com o que a Senadora Kátia Abreu acabou de dizer, encontrarmos caminhos que possam ser do interesse de lado a lado, mas que possam gerar trocas. Eu acho que nessa questão dos bioprodutos, da bioeconomia, nós teríamos aí um grande filão a ser explorado em troca também dessa atenção e pesquisa que possa ser desenvolvida com recursos hídricos.

Queria dizer que um grande interesse dos Países Baixos no âmbito dessa bioeconomia são os produtos químicos orgânicos. O Brasil é a sétima indústria química do mundo, a maior do hemisfério Sul e, portanto, poderíamos, nessa possibilidade, explorar caminhos dentro do interesse manifestado por eles de produtos com componentes naturais...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Defensivos biológicos.

A SRª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP – Exatamente.

Uma outra questão também que a senhora mencionou, que poderá ser também explorado, já foi ventilado nesse foro de ciência, tecnologia e inovação, é com respeito às cidades sustentadas e tratamento de resíduos.

Eu acho que todas essas questões levam também a um consumo maior de água e, portanto, colocam a questão dos recursos hídricos à frente de quaisquer outras considerações.

Houve também, dentro dessa área de ciência, tecnologia e inovação, visitas da Fapesp, da USP e do próprio CNPq. Além dessas relacionadas aos temas que eu estava aqui comentando, também do Hospital Einstein, do CTA, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Embraer. Há esse grande interesse de infraestrutura que o Sr. Senador Antonio Anastasia mencionou e, sobretudo, também já sendo explorado em matéria de infraestrutura portuária pela visita do Governador do Espírito Santo, que foi antecedida, naturalmente, de uma delegação técnica em preparação a esse entendimento que está havendo com respeito ao Porto Central e questões de logística e infraestrutura associadas a isso.

Então, para terminar, gostaria de agradecer também ao Senador Edison Lobão pelas palavras tão gentis e generosas; também ao Senador José Agripino, pela grande expectativa em relação ao aumento das relações comerciais que, sim, tem possibilidade.

Há um *network* já em funcionamento. Esse *network* é como se fosse uma feira de negócios, uma grande oportunidade de negócios para pequenas e médias empresas, que se reúnem nos Países Baixos duas vezes ao ano. Seria interessante, abarcando tudo que foi mencionado pelos Senadores Antonio Anastasia, Kátia Abreu e o Senador José Agripino, que nos diferentes Estados em que os senhores têm conhecimento e atuação dinâmica e importante, pudessem incentivar os Estados a também enviar essas missões e participar desse Brazil Network Day, que é o dia em que se procura colocar lado a lado os nossos interesses e os interesses deles, no nível de pequenas e médias empresas.

Para encerrar minhas palavras, lembro também que nós temos a câmara de comércio BRADUCHT, situada nos Países Baixos, e, aqui no Brasil, a DUTCHAM. Essas câmaras de comércio precisam ser devidamente alimentadas por informações necessárias àqueles que querem fazer negócios de um lado e de outro. Temos também essa intenção, se aprovada for, de intensificar o fornecimento de informações detalhadas sobre como investir no Brasil, sobre como buscar oportunidades que estejam, vamos assim dizer, a necessitar dessa atenção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Embaixadora Regina Maria.

Srs. Senadores, como disse há pouco, está prestes a acontecer uma reunião deliberativa do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Portanto, temos que apressar as nossas decisões aqui, sem prejuízo, ainda, da fala dos dois ilustres Embaixadores.

Então, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu designo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Queria apenas fazer uma pergunta ao Embaixador do Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, já darei a palavra a V. Exª.

Designo, então, a Senadora Kátia Abreu para atuar como Secretária e proceder à apuração dos votos. (*Pausa.*)

Neste momento os votos estão sendo processados.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, ao tempo em que desejo sucesso à Embaixadora Regina Maria e ao Embaixador João Carlos, queria apenas fazer uma pergunta, ou uma observação, ao Embaixador Souza Pinto, que vai para o Canadá, a respeito de uma mensagem que está circulando nas redes sociais do Brasil, de um cidadão brasileiro que mora no Canadá.

O que ele está falando? Ele diz que o Canadá produz 2% do nióbio que é fornecido ao mundo inteiro e que o Brasil teria o restante das reservas, 90 e tantos por cento das jazidas de nióbio do mundo todo, e que o Brasil não está sabendo aproveitar essa riqueza, essas jazidas de nióbio. Disse que o Canadá, com apenas 2%, produz muito e fornece para muitos países do mundo, e que isso é uma fonte de renda importante para o Canadá. Queria perguntar ao Embaixador se ele tem conhecimento disso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bem, concluída a apuração dos votos, já temos o resultado.

Os três Srs. Embaixadores foram aprovados na Comissão de Relações Exteriores, por 11 votos positivos e nenhum voto negativo.

Cumprimento os Srs. Embaixadores.

Com a palavra o Embaixador Souza Pinto.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer as generosas e gentis palavras dos Srs. Senadores, em especial do meu Relator, o Senador Agripino Maia, e de V. Exª.

Eu compartilho a opinião dada por minha colega, a Embaixadora Regina, sobre a importância do relacionamento entre o corpo diplomático, os embaixadores e as embaixadas no exterior, e o Congresso Nacional. Somar esforços é um processo fundamental para a nossa atuação no exterior. E eu aprendi isso muito cedo na carreira, o Senador Edison Lobão é testemunha disso – para mim foi um grande aprendizado acompanhar V. Exª naquele período na Alemanha.

Bem, eu sei que o tempo é curto, mas eu gostaria de colocar algo a respeito do que o Senador Antonio Anastasia mencionou e, depois, sobre a pergunta do Senador Raupp também.

Eu acredito que, no caso do relacionamento entre o Brasil e o Canadá, a questão da cooperação científica e tecnológica, a cooperação educacional, é fundamental. Nós temos um enorme potencial a explorar. Já fizemos muito, temos um relacionamento intenso entre universidades, centros de pesquisa, *academia* de um modo geral. Há uma série grande de acordos entre as duas universidades, e eu acho que é uma área que podemos, sim, explorar e aumentar.

A questão das barragens, levantada pelo Senador Anastasia, é claramente um exemplo do que se pode fazer em termos de cooperação entre o Canadá e o Brasil na área de pesquisa e de troca de informação. Efetivamente, o Canadá é o terceiro maior produtor de minérios e exporta quatro quintos do que produz. Nós temos um potencial enorme de colaboração nessa área, e eu acredito que, com as instituições governamentais, conjuntamente com as empresas privadas e universitárias, pode-se fazer uma cooperação importante.

No que diz respeito à leitura canadense das eleições norte-americanas, levantada por meu Relator, efetivamente o Canadá, tradicionalmente, sobretudo os governos liberais, se apresenta como um bastião de tolerância multicultural, e é natural que o governo canadense ouça o discurso anti-imigração, xenófobo, de um dos candidatos presidenciais nos Estados Unidos com certa apreensão.

O compartilhamento de ideias e de parâmetros de política externa, que tradicionalmente o Canadá sempre teve com os Estados Unidos, acentua esse sentimento de apreensão no que diz respeito a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

discurso. As análises canadenses sobre as eleições nos Estados Unidos têm uma vertente muito comercial. Num país que tem 75% de suas exportações direcionadas para o mercado norte-americano, é natural que sejam ouvidos com preocupação esses impulsos protecionistas – justiça seja feita – de ambos os candidatos. Então, evidentemente, o Canadá acompanha com grande apreensão esse discurso anticomércio e anti-importação.

Bem, no que diz respeito, Senadora Kátia Abreu, à exportação brasileira de carne para o Canadá, efetivamente nós temos hoje, ainda, questões a serem resolvidas, mas, como a senhora bem mencionou, acredito que proximamente o problema das barreiras sanitárias e técnicas, que ainda prejudicam as exportações de carne *in natura* para o Canadá... Para a carne processada, não há problema; para a carne de frango, tampouco; a questão envolve a carne bovina *in natura*. Eu acredito que proximamente isso será levantado, e a Embaixada tem acompanhado essa questão muito atentamente.

Efetivamente, como a senhora bem sabe, no caso das importações de produtos agrícolas no Canadá, são aplicadas as tarifas de nação mais favorecida e, em termos de produtos agrícolas, a média é de 22% de imposto *ad valorem* e, obviamente, há picos e cotas tarifárias no que diz respeito a certos setores considerados sensíveis. No Canadá, efetivamente, a parte de carne e laticínio é um setor sensível. Eu acredito que o primeiro passo é o levantamento dessas barreiras técnicas e sanitárias. Um segundo momento é a negociação do aumento de cotas, e a última instância é a negociação de um acordo de livre comércio, que, obviamente, seria o melhor dos mundos no que diz respeito à exportação bovina.

Eu acredito que 60% das importações canadenses sejam feitas ao amparo de preferências comerciais conferidas por esses acordos. Recentemente o Canadá assinou o CETA, o acordo de livre comércio com a União Europeia. Então, proximamente estará entrando em vigor esse acordo, o que gerará um aumento de exportação de produtos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – O NAFTA permite?

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – O NAFTA permite. O NAFTA não tem esse tipo de restrição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Não, não tem.

O Canadá negociou com a União Europeia um acordo de livre comércio, que foi recentemente assinado, há uns 10 dias atrás pelo Presidente Trudeau no Canadá. E, Senadora, como eu havia mencionado na minha apresentação, o Canadá propôs ao Governo brasileiro e ao Mercosul a negociação de um acordo de livre comércio. Eu acredito que uma das vertentes do trabalho da Embaixada no Canadá será nessa linha, e tenho certeza de que poderei contar com o apoio de V. Exªs nesse trabalho.

Acredito que seja isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Embaixador Souza Pinto e concedo a palavra ao Embaixador João Carlos de Souza-Gomes.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O Embaixador não falou do nióbio.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Ah, desculpe. Desculpe, Senador.

Quanto à questão do nióbio, eu não tinha conhecimento exatamente dessa questão, mas eu acredito que essa questão deverá ser analisada dentro desses acordos de cooperação técnica e científica, com vista a explorar a possibilidade de uma cooperação, na medida em que o Canadá tem uma tecnologia que pode ser utilizada aqui no Brasil. Eu acredito que essa área de cooperação científica e tecnológica é uma... E nós temos uma comissão mista ativa nessa área, que se reúne frequentemente, e eu me comprometo, tão logo eu chegue ao Canadá e possa participar e acompanhar essas reuniões, a analisar essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Embaixador.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como sei que o tempo é curto, vou tentar resumir os meus comentários.

Em primeiro lugar, o Senador Anastasia manifestou preocupação com a questão das mudanças climáticas e seus efeitos na agricultura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Pois é. Sei que a Srª Senadora também está preocupada com isso, assim como os Senadores presentes têm essa preocupação, mas a referência era ao Estado de Minas Gerais, que tem um potencial hídrico grande, mas que passa por problemas de falta de água. E justamente essa preocupação a FAO tem. Houve até uma reunião, entre 17 e 20 de outubro agora, em Roma, Sr. Presidente, para tratar justamente da questão das mudanças climáticas e seus efeitos na agricultura, e foi manifestada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma grande preocupação com relação à questão hídrica.

Então, a FAO, mais do que nunca, está empenhada em colocar a questão climática dentro de suas prioridades. Tenho certeza de que isso terá um efeito extremamente benéfico para o Brasil, para, justamente, não colocar em risco todos os avanços que nós conseguimos alcançar na agricultura, a que V. Exª, Srª Senadora, se referiu e a que eu, breve e modestamente, me referi na minha apresentação.

De modo que essa preocupação eu terei em mente, Srª Senadora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pois é um tema que preocupa a FAO, e eu acho que nós temos que estar extremamente atentos a isso.

Agradeço ao Senador José Agripino as palavras sempre amáveis e carinhosas mesmo, de uma pessoa amiga de muitos anos. Acho que ele exagerou um pouco nos elogios, mas, de qualquer forma, eu não poderia deixar de registrar o meu agradecimento.

Sr. Presidente, recordo-me bem da sua visita ao Uruguai. Acho que o senhor pecou pela modéstia, porque tão logo o senhor foi recebido no aeroporto, nós fomos direto ao palácio presidencial, onde tivemos uma reunião com o Presidente Mujica e com praticamente todo o ministério. Tratava-se justamente de analisar a questão da integração energética, não só eólica, mas também a dependência energética, que no início era só uruguaia, mas que depois passou a ser também do Brasil. Falava-se na questão da interconexão elétrica entre San Carlos e Candiota, e eu me recordo de que todos – e não poderia deixar de ser porque o senhor esteve por três vezes à frente do Ministério de Minas e Energia – saíram não só muito bem informados, mas extremamente bem impressionados com os seus vastos conhecimentos, com a forma sempre construtiva de abordar os temas energéticos como um dos eixos fundamentais da integração regional e, no caso, da integração bilateral. De modo que o senhor foi muito modesto na sua avaliação. Lembro-me de que o próprio Presidente fez grandes elogios ao senhor, e todos saíram enriquecidos da sua apresentação.

Srª Senadora Kátia Abreu, que nos honra também com a sua presença e com os seus conhecimentos sobre agricultura à frente da pasta da Agricultura, eu não gostaria também de deixar registrado que farei brevemente uma visita à senhora, no momento que a senhora julgar mais oportuno, para aprender, para conhecer as suas prioridades não só com relação à FAO, mas à agricultura brasileira. A senhora se referiu, de forma muito apropriada, aos ganhos que nós tivemos, que não foram ganhos necessariamente em termos de novas áreas agrícolas incorporadas, mas sim da ciência e da tecnologia aplicadas à agricultura. Eu mencionei – e sei que a senhora também tem essa preocupação – a importância da agricultura familiar no Brasil, do pequeno ao grande agricultor, que é responsável por mais de 50%, talvez até mais, dos alimentos que nós consumimos. Sei dessas suas preocupações, mas gostaria, depois, no momento que a senhora julgar oportuno, de ter a honra de visitá-la. Eu tenho certeza de que sairei enriquecido desse encontro. E, naturalmente, eu me coloco à sua disposição.

Voltando um pouquinho ao Senador José Agripino, eu não tive ocasião de mencionar que, sobretudo o Fida, mas a FAO também concentra uma série de projetos no Nordeste do Brasil, na região do Semiárido, onde os índices de IDH são mais baixos, são menores, são as áreas mais fragilizadas, áreas que talvez mereçam a atenção acrescida da FAO e do Fida.

E aí eu quero aproveitar a ideia da minha querida colega, a Embaixadora Regina Dunlop, de que representantes dos Estados também nos façam uma visita à FAO, Sr. Presidente, para intercambiar informações sobre os projetos em andamento em seus Estados. No Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Lasier, há uma unidade de gestão de projetos da FAO. Eu acho que seria muito importante essa interação, que às vezes se faz só no Governo Federal, e o governo estadual, por uma razão ou por outra, não tem o ativismo que poderíamos esperar. Fica aqui o convite, aproveitando a sua sugestão, Regina querida, para aplicar também à FAO.

Esses são os comentários que eu gostaria de fazer, e agradeço a V. Exª , Sr. Presidente, essa oportunidade.

Muito obrigado.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas uma pequena informação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Embaixador Souza-Gomes, nós tivemos a oportunidade, em 2015, ainda no Ministério, de fazer um trabalho extraordinário, graças à FAO, junto com o MAPA (Ministério da Agricultura) e o Ministério da Integração Nacional, em que levantamos todas as possibilidades de reservação no País, especialmente em alguns Estados. No Matopiba isso está praticamente pronto. Então, é um trabalho muito tecnificado, de alto nível, a FAO ajudou a financiar fortemente, para que pudéssemos identificar esses espaços e otimizar mais os recursos que estamos buscando fora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srª e Srs. Embaixadores, agradeço a presença de V. Exªs. Uma vez aprovados nesta Comissão, V. Exªs estão dispensados, para que nós possamos prosseguir com segunda fase desta reunião, com a leitura de outros relatórios sobre embaixadores que irão a diversos países.

(*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, vamos ao relatório, que é bastante sucinto, diante da indicação do Presidente da República para esta representação do Brasil na República Eslovaca, do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Para tanto e em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino. Nasceu em 28 de dezembro de 1961.

Em 1987, concluiu a graduação em Economia na Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Altos Estudos (2006), tendo defendido tese com o seguinte título: "O Sistema Global de Preferências Comerciais: resultados e perspectivas".

O Sr. Balduino Carneiro tornou-se 3º Secretário em 1986; 2º Secretário em 1991; 1º Secretário em 1997; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007; e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Pode-se afirmar, com base nas informações prestadas, que o diplomata desempenhou em sua carreira, entre outras, as seguintes funções: 1º Secretário na Embaixada em Washington (1998/2001); Chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2003/2004); e Conselheiro na Embaixada em Nova Delhi (2004/2007). Desde 2015 é Secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Eslovaca, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como economia.

A Eslováquia proclamou sua independência em 1993, após a dissolução da Tchecoslováquia. Nesse mesmo ano, o Brasil estabelece relações diplomáticas com o novo país. Em 2004, dá-se a admissão da Eslováquia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O país se torna membro da União Europeia (UE) em 2009.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com missão residente em Bratislava em 2008. Até então a representação junto ao governo eslovaco era feita por meio da embaixada brasileira em Viena. As relações são bastante amistosas e têm se pautado por visitas de alto nível de parte a parte.

Nesse sentido, convém registrar visita, em comemoração ao aniversário de 20 anos de formação da República Eslovaca, de missão desta Casa, chefiada pelo saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, então Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia.

Na esfera comercial, as trocas bilaterais registraram, em 2015, o montante de US$139,9 milhões. A balança comercial entre os dois países é deficitária para o Brasil. Exportamos o equivalente a US$21,273 milhões (peças para a indústria automobilística, obras de ferro fundido e aparelhos de ótica) e importamos US$118,629 milhões (produtos destinados aos setores de máquinas e aparelhos mecânicos para as indústrias automotiva e siderúrgica).

A comunidade de brasileiros vivendo na Eslováquia é estimada em 150 pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A matéria constou da pauta da Reunião do dia 19/10/2016.

O Relator é o Senador Tasso Jereissati, mas encareço à Senadora Kátia Abreu que, como Relatora *ad hoc*, leia o relatório, sucintamente.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Com certeza, Sr. Presidente, como as mulheres gostam.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata, que está disponível na página do Senado Federal.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Paraguai, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata, que também já está publicada na página do Senado Federal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Solicito à Senadora Kátia Abreu que assuma a Presidência, para que eu exerça a função de relator de outras indicações.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Republica Helênica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, para proferir o seu relatório. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 96, de 2016 (Mensagem nº 533, de 2016, na origem), que indica o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nas relações comerciais, o Brasil mantém superávit estrutural nas trocas de produtos com a Grécia. Em 2015, foram US$117 milhões de exportações brasileiras.

A Grécia, por outro lado, tem interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil e na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, a não ser o fato de que a íntegra dele está publicada no *Diário do Congresso*.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação.

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indicação de Chefe de Missão Diplomática.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o indicado, o Senhor Vilmar Rogeiro Coutinho Junior é filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, tendo nascido em 1959, em Santos/SP.

O diplomata em questão ingressou no Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro-Secretário em 1982. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1986; a Primeiro-Secretário, em 1995; a Conselheiro em 2000; e a Ministro de Segunda Classe, em 2005. Em 1989 obteve o "Diploma in Economics" da London School of Economics (LSE). Em 2005, foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco.

A República de São Tomé e Príncipe tem área de aproximadamente 1.001km2 e conta com população de cerca de 194.344 mil habitantes.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o Brasil possa proporcionar, por meio de projetos de cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização de São Tomé e Príncipe.

No tocante ao comércio bilateral, este cresceu 11,2% entre 2006 e 2015.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 28 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dez minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais senadores. Após a leitura de comunicado da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 87, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49 de 2016 - Não Terminativo –** que requer, em aditamento ao Requerimento RQI nº 45 de 2016, de autoria do Senador Hélio José, pelo qual solicita a realização de Audiência Pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída, situação atual e futura, a inclusão do seguinte convidado: representante da ABRAPCH - Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas. **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Hélio José. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como da ata da presente reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do ofício da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que comunica a designação do Senador Deca, do PSDB, do Estado da Paraíba, como membro suplente deste Colegiado em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima.

Ficam registradas as nossas boas-vindas ao Senador Deca.

A Mensagem nº 87, de 2016, compõe o item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Reunião destinada à leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Flexa Ribeiro, que proferirá seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Srs. Senadores; Srªs Senadoras, por meio da Mensagem nº 87, de 2016, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

exercer os cargos de membro e de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em decorrência da renúncia do Sr. João Batista de Rezende. Assim, o mandato do indicado vigorará até 5 de novembro de 2018. Está completando o mandato do Sr. João Batista de Rezende, que renunciou.

Instituída pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT) como autarquia especial, a Anatel, ora vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, integra a Administração Federal indireta. O regime autárquico especial conferido à agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes.

Nos termos de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal.

Note-se que, de acordo a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, os presidentes das agências reguladoras, inclusive o da Anatel, serão nomeados pelo Presidente da República entre os integrantes do respectivo Conselho Diretor.

Então, em que pese a indicação para membro e Presidente da Anatel, a competência desta Casa limita-se à apreciação do nome do Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento para integrar o Conselho Diretor da agência. Aprovada a indicação, compete ao Presidente da República sua nomeação para a Presidência da autarquia.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento é cidadão brasileiro. Nasceu em Belém do Pará, em 30 de janeiro de 1944, Presidente Senador Garibaldi. Foi meu contemporâneo na Escola de Engenharia em Belém. Graduou-se em...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E você já esqueceu tudo que aprendeu; ele, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele fez Engenharia Elétrica, e eu fiz Engenharia Civil. Agora, a ajuda dos universitários sempre é bem-vinda, não é, Presidente?

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará em 1970, tendo iniciado sua carreira no antigo Sistema Telebras.

À época da revolução, o Sistema Telebras foi o que iniciou a revolução na telefonia no Brasil. Cada Estado tinha sua companhia de comunicação, de telefone. Àquela altura, ainda havia somente a telefonia fixa.

De 1973 a 1980, foi Gerente de Departamento, e, de 1982 a 1985, Diretor de Operações da Telepará.

Na Teleacre, foi Diretor Técnico-Operacional entre 1980 e 1982, exercendo o cargo de Presidente da empresa de 1986 a 1990.

Na Telebras, que era a *holding* do sistema, foi Gerente de Departamento entre 1985 e 1986 e Diretor de Coordenação de Operações entre 1990 e 1995.

No Ministério das Comunicações, foi Diretor de Serviços Públicos, Secretário de Fiscalização e Outorgas e Secretário Executivo. Foi Presidente da Comissão de Licitação do Serviço Móvel Celular – Banda B, tendo por objeto as outorgas para exploração do serviço em regime de competição com o setor estatal. Foi Coordenador da Comissão Especial de Supervisão, para coordenar os procedimentos relativos ao Processo de Desestatização das Empresas de Telecomunicações no Brasil.

Foi Ministro de Estado das Comunicações do Brasil de 4 de abril a 31 de dezembro de 2002. Antes de assumir essa posição, foi Ministro interino, acumulando a função de Secretário Executivo.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Telebras, tendo sido também Conselheiro de Administração das seguintes empresas: Telerj, Telebahia, Teleamapá, Telesp, Teleceará, Embratel, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Embraer.

Foi Presidente do Conselho Curador da Fundação CPqD e do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações.

De 5 de maio de 2003 a 19 de julho de 2016, foi sócio da Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia Ltda. Também foi Conselheiro da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec), de 11 de janeiro de 2006 a 12 de agosto de 2016; da Nokia Networks Brazil, de 17 de novembro de 2008 a 1º de setembro de 2016; e do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindsat), de 8 de março de 2013 a 15 de agosto de 2016.

Juarez Quadros foi agraciado com vários títulos e condecorações: Medalha do Mérito Santos Dumont, Ordem da Estrela do Acre, Ordem do Rio Branco, Ordem da Estrela do Acre, Ordem do Mérito da Defesa, Ordem do Mérito das Comunicações, Ordem do Mérito Grão-Pará, Engenheiro do Ano, do Clube de Engenharia do Pará, e Personalidade do Ano das Telecomunicações Brasileiras, Futurecom, também em 2002. Possui ainda o título de Associado Honorário da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), concedido em 17 de julho de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O indicado também é autor de três livros e de artigos publicados em livros, em revistas e em *sites* especializados.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 87, de 2016, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, por escolha do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou todas as declarações e informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, e pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

O candidato declarou formalmente:

a) que não possui parentes que tenham exercido ou que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

b) que participou, nos últimos anos, das seguintes empresas ou entidades não governamentais:

- como sócio da empresa Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia Ltda., no período entre 5 de maio de 2003 e 19 de julho de 2016;

- como membro do Conselho Curador da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec), no período entre 11 de janeiro de 2006 e 12 de agosto de 2016;

- como membro externo do Conselho Consultivo da Nokia Networks Ltda., no período entre 17 de novembro de 2008 a 1º de setembro de 2016; e

- como Conselheiro Especial do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindisat), no período entre 8 de março de 2013 e 15 de agosto de 2016;

c) que figura como autor de ação judicial, relativa a rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica (imposto com exigibilidade suspensa por decisão judicial, porém depositado judicialmente);

d) que não figura como réu em qualquer ação judicial; e,

e) que não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras.

Além dessas informações, o indicado apresentou Certidões Negativas de Dívida Ativa e de Débitos, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, bem como Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

No que tange à argumentação escrita, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Sem dúvida, é um grande currículo.

Está em discussão a matéria, o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, de fato, sou pego de surpresa com essa renúncia do João Rezende.

Nós fizemos um pedido de CPI para apurar sérias denúncias com relação à atuação da Anatel, com relação a algumas questões importantes, como a TV aberta, como o processo da TV aberta, como o processo da banda larga e uma série de atuações que a Anatel vinha fazendo mais como sindicato defensor das empresas de telecomunicação do que como agência reguladora.

Agora estou sabendo da renúncia desse cidadão e da entrada do Juarez. Eu não sei de onde ele vem, mas é uma indicação do nosso Presidente da República, relatada pelo nobre Senador Flexa. Não há nenhum tipo de problema. Acho que é uma indicação boa. Espero que ele consiga dar outro norte à ação da Anatel – não é, Flexa? –, principalmente nessa discussão com relação ao sinal, com relação à banda larga, com relação às ações do dia a dia, para que a agência seja, de fato, reguladora e fiscalizadora. O problema é que a agência não estava sendo nem reguladora nem fiscalizadora. Estava defendendo interesses de empresas, inclusive indo para restaurantes, para noitadas, para comemorar os interesses das empresas. Esse João Rezende, quando nos canais abertos, foi flagrado em restaurantes de Brasília comemorando com os vencedores, em detrimento do povo brasileiro, que paga imposto. Cabe a uma agência reguladora fiscalizar e regular para que isso não aconteça. Como a Anatel é composta de quadros da mais alta qualidade, por concursados, por pessoas de responsabilidade, creio que o Juarez seja também um concursado da Casa. É isso, Flexa? Você é que relatou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É? É um concursado da casa. Então, creio que vai dar tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quem sabe é o Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É o Relator que sabe, não é?

O Flexa deve ter analisado isso. Eu não sei disso, porque não ouvi o relatório como um todo. Foi o que ouvi nos corredores, tinham me informado que ele é concursado. Eu não o conheço. Há a expectativa de que ele nos ajude a passar a Anatel a limpo, para que a população brasileira não continue sofrendo tanto. Se você sai de uma cidade como, por exemplo, Belém do Pará e anda por dez quilômetros, você não recebe mais o sinal de telefonia. Os sinais de TV são terríveis em vários locais. Os sinais de telecomunicação, em geral, são muito ruins. A telefonia brasileira só cobra caro de nós trabalhadores e dá pouco retorno. Nós, cidadãos do País, precisamos ter administradores sérios.

Então, com essa vênia, nobre Presidente, eu queria só fazer esse comentário, sem acrescentar nada ao relatório do nosso nobre Flexinha, que ontem aniversariou, Presidente. Foi nosso aniversariante ontem. Tive o privilégio de dar um abraço nele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Certamente, comemorou no Pará. Ele não deixaria de comemorar na sua terra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

Continua em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, só quero esclarecer ao nobre Senador Hélio José que a indicação do Presidente Michel Temer do Dr. Juarez Quadros foi feita em cima de uma preocupação que é de todos nós, a de que os diretores não só da Anatel, mas de todas as agências reguladoras sejam escolhidos pela competência, pelo conhecimento da área em que eles irão atuar, e não por indicação político-partidária, como foi feito no início do governo Lula, em que se indicava o secretário-geral de um sindicato tal para ser diretor de uma agência reguladora, e ele não tinha o menor conhecimento daquilo que teria de administrar.

Nós temos responsabilidades, porque eles só chegam lá se aprovados aqui no Senado Federal. Como éramos minoria, podíamos somente registrar a preocupação, mas a maioria da base do governo de então aprovava a indicação.

Neste caso, quero parabenizar o Presidente Michel Temer pela indicação do Dr. Juarez Quadros, que é um técnico da área e que vem desde o início da modernização do setor das telecomunicações do Brasil. O próprio currículo dele já demonstra isso. Trabalhou na Telepará, na Teleacre, na Telebahia, na Teleamapá, na Teleceará, na Embratel.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Foi Ministro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Foi Ministro das Comunicações. Então, ele tem todas as condições técnicas, tem conhecimento e também conduta ilibada para que possa assumir como Conselheiro da Anatel.

A indicação do Presidente Michel também o coloca como Presidente do Conselho Diretor da Anatel, mas não cabe, como fiz referência no parecer, ao Senado Federal avaliar ou fazer juízo de valor da indicação dele à Presidência. Nós apenas fazemos encaminhamento e análise da competência e da conduta ilibada para Conselheiro. Depois de ele ser aprovado pela CI e pelo Plenário do Senado, tornando-se Conselheiro da Anatel, o Presidente Temer pode fazer a indicação, pois ele tem poderes para colocá-lo na Presidência do Conselho da Anatel.

O Senador Hélio José tem toda a razão: as agências reguladoras, no processo de transferência para o setor privado de serviços prestados à sociedade, têm uma importância vital, que é a de defender os interesses do brasileiro, aquele que usa o serviço prestado pelas empresas privadas. Se não houver a defesa do consumidor, no caso feito pela agência, não só a defesa, mas também a fiscalização dos serviços, para que sejam colocados serviços de qualidade para a população, a sociedade ficará sem meios de se defender.

No caso das comunicações. Neste nosso Brasil, Senador Garibaldi Alves, lamentavelmente, legislamos no Congresso, e o Governo também edita normas, considerando o Brasil como se fosse uniforme em toda a sua extensão, mas há vários brasis, e, na própria Amazônia, há várias amazônias.

Então, por exemplo, o leilão para telefonia móvel de quarta geração traz como obrigação para o vencedor do leilão que ele leve telefonia móvel. Hoje, por incrível que pareça, nós todos, andando, conversando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

no interior dos nossos Estados, ouvimos pedidos sobre melhoria da qualidade da saúde, da educação, da segurança, que são os pontos mais vulneráveis do cidadão, mas, quanto à telefonia móvel, hoje sempre aparece, quando se vai pelo menos à Amazônia, ao Pará, ao interior, a reivindicação: "Senador, consiga colocar uma antena para termos telefonia móvel". Agora, o leilão, como eu estava dizendo, da quarta geração obriga o vencedor do leilão a colocar sinal de telefonia móvel na sede do Município e nos distritos ou vilas até 30km da sede do Município. Ora, em 30km no Rio Grande do Norte, dá para percorrer vários Municípios; em Sergipe, idem; no Pará, é fundo de quintal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª não quer humilhar o nosso Estado, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. Pelo contrário, eu quero juntar o Pará com o Rio Grande do Norte para crescermos juntos, mas a verdade é essa. Então, com 30km, não se atinge um distrito.

Eu estive agora, no fim de semana, em Itaituba, no garimpo Creporizão e num distrito também de Itaituba, Moraes Almeida, que tem 15 mil habitantes – ele tem mais habitantes que muitos Municípios no Brasil – e que não tem telefonia móvel, não tem as condições. Por quê? Porque está distante 400km de Itaituba, onde está o sinal de telefonia móvel. Então, precisamos fazer essa revisão, para que esses...

Eu sugeriria, Senador Hélio José, que pudéssemos... Vou até pedir que a Consultoria do Senado estude esse projeto, porque existe a obrigação legal na telefonia fixa de que, nas comunidades em que haja mais de cem habitantes, a concessionária de telefonia fixa coloque orelhão, que está em desuso. Hoje acho que a telefonia fixa está em extinção, mas eles são obrigados a colocar orelhão na comunidade com cem habitantes.

Então, podíamos alterar a regra da telefonia móvel, definindo um número mínimo de habitantes naquela localidade, seja Município, seja sede de Município, seja distrito, para que, atingindo o Município, por exemplo, 15 mil habitantes ou 10 mil habitantes, dependendo da região, a companhia também seja obrigada a colocar uma antena e um sinal da telefonia móvel. Vamos pensar num projeto como esse, para que possamos atender a todos os brasileiros, não somente àqueles que estão em regiões densamente povoadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nossos parabéns ao Senador Flexa Ribeiro, que é um dos Senadores mais eloquentes e mais competentes do Senado Federal.

V. Exª vai nos recepcionar onde hoje? Ontem, o Pará esteve em festa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, nós, ontem, trabalhamos aqui até quase as 20h, sob sua regência e a do Presidente, Senador Renan, cumprindo com nossa obrigação.

Ao nosso tempo, nós não comemoramos mais aniversário. Nós agradecemos a Deus pela generosidade de nos conceder saúde e bênçãos, assim como a nós, a V. Exª, a todos que aqui nos ajudam na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E que Deus nos ouça!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu só queria fazer um comentário, nobre Presidente, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Hélio José está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Faço um rápido comentário. É só o seguinte: como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, que complementarmente discute este assunto aqui com a CI, eu gostaria, Flexa, que nós, de repente, a seis mãos – eu, você e o Senador Garibaldi –, fizéssemos essa proposta, uma proposta boa, a de que, se houver um número x de pessoas, de habitantes, as empresas sejam obrigadas a instalar antena, para acabar com essa agonia do pessoal. Hoje, todo mundo tem um ou dois celulares – há alguns até com três –, e muitas vezes não há esse sinal. Então, vamos juntos trabalhar nisso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Hélio, fico até impressionado ao ver uma pessoa com três ou quatro números. Eu só tenho um e não dou conta dele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José a sua preocupação com relação à gestão passada.

Não havendo quem queira discutir...

Desculpem-me!

Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Antes de encerrarmos esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e, inclusive, a da presente reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 21 de setembro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, a do dia 15 já foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah, é a audiência pública do Senador Hélio José!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim, Sr. Presidente. Daremos continuidade à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª precisa contar com minhas desculpas aqui, porque atropelei sua reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu vou necessitar dar continuidade à importante discussão sobre as energias alternativas.

Eu precisaria editar um requerimento pedindo a inclusão da ABRAPCH na próxima audiência pública. Eu queria fazer só a leitura aqui, se não for possível termos consenso para aprová-lo: "Requeiro aditamento ao Requerimento nº 45, de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de audiência pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída, situação atual e futura, e a inclusão do seguinte convidado: representante da ABRAPCH (Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas)".

Sr. Presidente, tivemos aqui uma concorrida audiência pública há mais ou menos duas semanas, com a participação efetiva de personalidades bastante representativas desse setor no nosso País. Vamos dar continuidade a esse trabalho com essa próxima audiência pública. Espero que a gente possa melhor aprofundar e avaliar os programas que o Governo já usou e alguns que a gente possa sugerir depois, na conclusão do nosso trabalho. Então, não vou poder ficar aguardando até depois das eleições.

Como há a possibilidade, segundo o Presidente do Senado Federal, de não termos o nosso esforço concentrado no dia 21 – o que ocorreria só ontem e hoje; talvez, ele seja feito posteriormente ao dia 3 –, eu não vou poder parar a audiência. Nós vamos aqui fazê-la, já que são pessoas do setor. Vamos convidar todos os membros da nossa Comissão. Quem puder estar presente vai nos dar essa honra. De qualquer forma, ela será gravada, estará nos *Anais* da Casa e depois será fruto de um livro, de uma publicação com todas as contribuições. Nós vamos dar sequência, senão, no final do ano, não vamos conseguir dar cabo ao trabalho de avaliação das políticas públicas e das novas sugestões com relação à energia alternativa.

Então, peço vênia a V. Exª, para que, se possível, seja encaminhada consensualmente entre nós a inclusão da ABRAPCH.

As PCHs, como sabe o senhor, que é um bom conhecedor da área, aproveitam os pequenos cursos de rios brasileiros para gerar energia de forma mais barata na ponta, no local de consumo. Por isso, as PCHs têm todo um incentivo especial do Governo para se instalarem, porque dão a possibilidade de melhor aproveitar nossos potenciais onde eles estão de fato, também gerando outras questões agregadas.

Então, seria importante agirmos nessa linha. O senhor e o Flexinha, se puderem nos dar a honra da próxima data... Não sei se o nosso universitário tem a data da próxima audiência pública.

Thales, qual é a próxima data da audiência pública?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Quinta-feira, depois de amanhã.

Então, se porventura V. Exª e o Senador Flexa não estiverem nos seus Estados para ajudarem nossos prefeitos nas candidaturas, seria muito honroso para nós contar com a colaboração de vocês nessa audiência pública. O.k.? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou colocar em discussão o Requerimento nº 49, do Senador Hélio José.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49, DE 2016

- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento RQI nº 45 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída, situação atual e futura, a inclusão do seguinte convidado: - Representante da ABRAPCH - Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Convoco a nossa próxima reunião. Tendo em vista o calendário eleitoral, não há possibilidade agora de convocarmos uma reunião com data fixada. Vamos depender da deliberação da Presidência da Casa.

Então, declaro encerrada a reunião.

Os Senadores serão avisados com relação à data da próxima reunião.

Agradeço aos Senadores Flexa Ribeiro e Hélio José e aos outros que por aqui passaram.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quinze de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Wilder Morais, Garibaldi Alves Filho, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 16/2016, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), RQI 45/2016, de autoria do Senador Hélio José e do Senador Valdir Raupp, e RQI 49/2016, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída: situação atual e perspectivas futuras. **Participantes:** Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Gilberto Hollauer, Diretor de Programas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME.; Paulo Arbex, Presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas - ABRAPCH. Daniel Mendonça, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE (representante de: Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia!

Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, eu gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados via Alô Senado. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo Twitter @alosenado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída, a situação atual e as perspectivas futuras, em atendimento aos Requerimentos nºs 16, 45 e 49, de 2016, de minha autoria.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, que convido a tomarem assento à mesa: Gilberto Hollauer, Diretor de Programas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que está chegando aqui, que está preso no trânsito – quando ele chegar aqui, imediatamente nós o convidaremos a sentar-se à mesa –; Paulo Arbex, Presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas (ABRAPCH) – seja bem-vindo, Paulo –; Sr. Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação de Serviços de Distribuição da Agencia Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Hugo, seja bem-vindo! Tudo bem?

Você está com o seu cartão, Hollauer?

Então, coloquem os telefones de vocês no verso. Eu pego o do Hollauer também.

Informo que os convidados dispõem de 15 a 20 minutos para fazer suas apresentações. Após as exposições, a palavra será concedida às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores conforme ordem de inscrição.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador, eu gostaria de proferir algumas palavras. (*Pausa.*)

Em substituição ao Sr. Nelson Leite, Presidente da Abradee, veio aqui o Sr. Diretor Daniel Mendonça, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sempre está conosco aqui, uma pessoa tarimbada no dia a dia.
Seja bem-vindo, Daniel, representando a nossa Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).
Nobres senhoras e senhores convidados, é pública e notória a importância cada vez maior da geração distribuída, principalmente neste momento em que trabalhamos bastante para fazer o melhor aproveitamento das energias alternativas. As políticas que propiciam a melhor forma de inclusão de energia via geração distribuída, a cada momento, tomam mais importância, devido a essas novas formas de geração de energia, seja solar, seja fotovoltaica, seja a das PCHs, seja a das CGHs. Enfim, há diversas formas que possibilitam a geração de energia nas pontas, propiciando o melhor aproveitamento energético sem sobrecarregar as poucas linhas que temos no sistema.
Vou proferir uma fala a respeito do tema. Vamos hoje aproveitar para debater mais essa importante questão.
A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal promove, nesta ocasião, um debate interativo sobre um tema de grande importância para a economia nacional e de grande impacto na vida cotidiana do nosso povo. Para isso, contamos com a participação dos ilustres convidados já mencionados, além de outros especialistas, técnicos, pesquisadores e acadêmicos interessados em adequar a nossa matriz de energia elétrica às necessidades do momento e às demandas futuras.
É com especial satisfação que presido esta audiência. Digo isso porque, sendo formado em Engenharia Elétrica e tendo trabalhado por longo tempo como analista de infraestrutura, entendo que a geração de energia e o desenvolvimento socioeconômico têm um vínculo estreito e indissolúvel. Tenho a honra também de presidir a Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional. Assim, fiz da questão energética uma das bandeiras da minha atuação nesta Casa Legislativa, contando sempre, felizmente, com a compreensão e o apoio dos meus nobres colegas Parlamentares.
Nesta audiência, vamos debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas renováveis, com foco especial na inserção da chamada geração distribuída.
A questão energética, nas últimas décadas, assumiu uma importância crucial para a humanidade, gerando grave preocupação para governantes e especialistas de todo o mundo. Os combustíveis fósseis ainda lideram por larga margem – mais de 90% – a matriz energética do Planeta. Entretanto, o esgotamento desses recursos é motivo de preocupação global diante de uma demanda contínua e exponencial crescente.
A essa expectativa sombria soma-se o impacto do uso dos combustíveis fósseis no clima e no meio ambiente em geral. Não é de se estranhar, portanto, que, em todo o mundo, novas formas de energia estejam sendo intensamente pesquisadas e incentivadas e que a utilização de fontes de energias alternativas e renováveis, a cada dia, ganhe mais espaço.
Recentemente – para ser mais exato, nos dias 4 e 5 últimos –, o G20, grupo que reúne as 20 maiores economias mundiais, reafirmou, na Cúpula de Hangzhou, na China, que as questões climáticas não podem ser desvinculadas das questões do uso de combustíveis fósseis e reiterou os compromissos do grupo com o desenvolvimento sustentável, com o apoio às ações efetivas para fazer frente às mudanças do clima. Na mesma ocasião, os representantes dos 20 países ali reunidos acordaram que o investimento em energia renovável no desenvolvimento sustentável é imprescindível para garantir a segurança energética.
O Brasil, minhas senhoras e meus senhores, ilustres colegas Senadoras e Senadores, convidados e convidadas aqui presentes, não pode ficar para trás nessa corrida pela inovação e pela modernização tecnológica. Em qualquer dos modelos de energia alternativa ou renovável mais procurados – hidrelétrico, maremotriz, solar, eólico ou biomassa –, o Brasil tem um potencial considerável, quando não privilegiado.
Na minha atividade parlamentar, tenho buscado destinar recursos, por meio de emendas individuais, para a colocação de placas fotovoltaicas em escolas e em hospitais, de forma a melhorar a eficiência energética desses estabelecimentos. Essa medida, além de diversificar a matriz elétrica e de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ajuda o Brasil a cumprir os seus compromissos internacionais nessa área. Entretanto, essas emendas têm esbarrado, sistematicamente, em entraves administrativos, posto que os programas governamentais não preveem esse tipo de ação.
Como se vê, o que nos preocupa não é a escassez de recursos renováveis, mas a burocracia, a falta de uma legislação mais ágil e adequada e a falta de vontade política para definir uma nova matriz elétrica como efetiva prioridade.
Temos aqui, nesta audiência, entre os convidados e demais participantes, profundos conhecedores da questão energética. São pesquisadores, gestores, professores e técnicos de larga experiência, com conhecimentos atualizados sobre a realidade brasileira e mundial no que concerne às formas tradicionais e alternativas de geração e distribuição de energia. Acredito que os debates que aqui faremos contribuirão para que o Brasil possa aprimorar sua matriz elétrica e tornar-se competitivo nessa área tão estratégica para o bem-estar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

população e para o desenvolvimento nacional.

Quero dizer a todos que, ao final deste trabalho, nós vamos compor um livro, vamos compor um marco regulatório para algumas questões relativas às energias alternativas no País. Eu tenho colocado diuturnamente toda a minha equipe para trabalhar nessa seara, para juntarmos todas as proposições de aproveitamento das energias alternativas que existam no Congresso Nacional para trabalharmos esse marco regulatório. Eu tenho discutido no Parlamento Latino-Americano, o Parlatino, uma lei-marco para as Américas com relação à questão das energias, da integração energética, com ênfase bastante forte para as energias renováveis. Tenho procurado fazer todo o possível para ajudar esse setor.

Este debate de hoje, pessoal, que é o debate da geração distribuída, é fundamental para ampliar essa discussão. No momento em que há o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que, muitas vezes, não dá conta ainda de políticas adequadas para cuidar dos nossos resíduos nas capitais, nas grandes cidades do País e até nas pequenas cidades, precisamos minimamente de ter políticas mais adequadas de aproveitamento da geração distribuída. Eu posso, nós podemos, o Brasil pode, em todos os grandes condomínios, em todas as grandes áreas, aproveitar esse lixo que está poluindo e danificando o meio ambiente para produzir energia elétrica, desde que tenhamos realmente, do ponto de vista tecnológico, uma evolução e um investimento nesse setor. E há outra questão: o que não for possível usar para produzir energia elétrica pode ser separado e utilizado para fazer outros insumos inorgânicos, como, por exemplo, adobe para a construção civil. Temos de aproveitar aquele resíduo.

Então, trata-se de fazer um conjugado de esteiras com a máquina produtora de energia e com a separadora, de gerar emprego para os catadores e ainda de aproveitar o lixo para gerar energia elétrica. O que não dá é para continuar como está hoje, fazendo um amontoado de lixo para gerar chorume, para gerar poluição em nossos cursos de água, para gerar poluição para o meio ambiente e para danificar mais ainda a situação que aí está. Essa é uma situação que nós temos de inverter.

Nós temos de ter condição de investir em pesquisas. Nesse sentido, há um projeto importante, que eu e o Senador Cristovam estamos encaminhando, para obrigar investimentos. O Ministério de Minas e Energia teima em ficar atrapalhando o encaminhamento desse projeto aqui.

Eu acabei de aceitar agora – eu a subscrevi, inclusive – a realização de mais uma audiência pública, a última que vou fazer. Não vou mais protelar esse projeto que obriga que seja feito um maior investimento na geração de energia. Temos de ver por que o Ministério de Minas e Energia e outros órgãos querem continuar atrapalhando a definição de investimentos para a área de pesquisa e para o desenvolvimento das energias alternativas. É inadmissível essa questão. Vou ao Ministro mais uma vez para fazer minha reclamação formal a ele com relação a essa tentativa de atrapalhar o andar desse projeto no Senado Federal e no Congresso Nacional, porque isso está na contramão da necessidade que temos hoje de investir no setor das energias alternativas e renováveis.

Hoje, estamos em uma situação em que o País está em retração, não está em desenvolvimento. Há certa energia sobrando no mercado, há uma energia mais barata, mas, amanhã, quando retomar o crescimento, o Brasil lançará mão de energia poluente, de energia cara, daquela que não vale a pena queimar, que é a dos hidrocarbonetos de petróleo, gerando essa conta enorme que temos de pagar por que não investimos em pesquisa. Então, temos de mudar essa questão.

Eu já falei com a Abradee, que está representada nesta Mesa, mais de uma vez. Precisamos sentar. Ninguém quer matar o trabalho das distribuidoras. Temos de sentar e ver uma situação em que todos sobrevivam dentro desse novo processo de energia distribuída, das conexões. Temos de discutir uma forma de esses milhares de telhados brasileiros serem transformados em telhados eficientes de geração de energia. Estamos na Capital do Brasil, onde temos enorme quantidade de tetos não aproveitados. São retângulos esses prédios de Brasília como um todo, que não são aproveitados. Aqui há uma solimetria altíssima. Poderíamos investir nesse aproveitamento, e nada é feito.

Eu estou indo ao Sebrae. Quero acertar com o Sebrae e chamar os Parlamentares do Brasil para conhecerem a sede do Sebrae de Mato Grosso, de Cuiabá, no qual há um projeto de altíssima modernidade, que todos podem conhecer, de excelente aproveitamento de todas as formas de energia e do meio ambiente, que adequadamente apresenta a questão da modernidade, tão necessária para o nosso mundo, para o nosso Brasil e para a nossa Brasília, já que sou um Parlamentar do Distrito Federal e aposto nas energias alternativas.

Há várias formas de aproveitar o lixo, a biomassa, a cana-de-açúcar – hoje o Brasil é âncora no aproveitamento de todos os resíduos da cana em São Paulo e em outras áreas –, a palha do arroz, a casca do coco. Então, há muita coisa que podemos aproveitar, que se presta a fazer o aproveitamento energético, desde que propiciemos condições para tal, desde que haja condição.

Ontem mesmo, eu estava conversando sobre uma energia que ainda polui, mas que pode ser modernizada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que é a energia gerada pelo carvão mineral no Sul do País. Eu conversava com o Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, que precisa modernizar suas plantas, que precisa ter condições de colocar essa energia no mercado, porque é uma energia firme, que não é intermitente, que pode ser usada e que é um vasto recurso. Isso não contradiz a situação, desde que tenhamos condições de investir bem nesse aproveitamento e nessa modernização.

É uma cadeia geradora de empregos importante para o Sul do País. É uma energia complementar que é importante também. Então, podemos pensar não só na questão das energias como a solar, a eólica etc., mas nas várias formas de energia, para bem aproveitar o nosso sistema e o nosso potencial.

Eu queria colocar algumas questões para V. Sªs, para que, quando forem discorrer sobre o assunto, aproveitem a oportunidade para respondê-las. As questões que não forem respondidas nesta audiência pública eu gostaria que V. Sªs as enviassem por escrito.

Eu preciso me informar com a Secretaria, Thales, se algum dos convidados da reunião passada não enviou as respostas por escrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eles não as mandaram para o meu gabinete. Então, nós da Comissão vamos cobrar, oficialmente, o retorno das respostas escritas sobre aquelas questões, que são fundamentais para que possamos consignar o trabalho final da Comissão. Da mesma forma, eu gostaria que V. Sªs, que vão receber uma cópia de cada conjunto de perguntas, nos mandassem formalmente depois, por escrito, a reposta, porque, aqui, muitas vezes, o tempo é curto. Vocês podem ter de resumir as respostas por causa da questão do tempo. Eu tenho certeza de que cada órgão, cada entidade está aqui para colaborar, para ajudar com seus pontos de vista e com suas avaliações, ao responder as perguntas. Assim, contribuem demais para o projeto, o trabalho final que apresentaremos no final desta bateria de audiências públicas.

As questões sugeridas são as seguintes.

A geração distribuída traz inúmeras vantagens, tais como aumento da confiabilidade do sistema; aumento da segurança energética para contribuir para a diversificação da matriz de geração elétrica, tanto em relação a fontes quanto na distribuição espacial da capacidade instalada; contribuição na redução de gases de efeito estufa, entre outros. No entanto, traz dificuldades, tais como a maior complexidade no planejamento e na operação do sistema elétrico. Em face disso, pergunto aos senhores convidados, em particular aos representantes do MME, da Aneel e da Abradee: quais as medidas necessárias para mitigar tal complexidade, no caso de haver um considerável aumento das conexões à rede por unidades geradoras em tal modalidade? Repito: quais as medidas necessárias para mitigar tal complexidade, no caso de haver um considerável aumento das conexões à rede por unidades geradoras em tal modalidade?

Por que faço essa pergunta? Todos sabem que, se transformo o teto em uma fonte geradora de energia, vou ligar à rede. Vamos supor que, duas casas para frente, vai haver manutenção no poste. É óbvio que vai haver um retorno de energia para aquele poste e que tem de existir uma alternativa de segurança para o eletricista ou para quem vai intervir naquela situação. Não basta desligar a chave do sistema unidirecional. O sistema é bidirecional. Quer dizer, é uma situação em que será necessária uma intervenção mais clara das empresas distribuidoras de energia do País para dar segurança ao servidor que vai trabalhar naquela rede. Para isso, precisa haver lei, precisa haver regulação. E é por isso que a Aneel, o Ministério de Minas e Energia e a Abradee, que representa as distribuidoras, precisam ter condições de bem atender, exatamente por isso.

Eu disse que estou dialogando com a Abradee para que vejamos uma composição tarifária que permita essa melhor conexão de energia distribuída. A Abradee, junto com suas empresas concessionárias, vai ter de adotar providências mais claras no sentido protetivo dos trabalhadores que vão trabalhar no sistema que está recebendo geração distribuída na sua ponta. Então, essa é uma pergunta.

Pergunta dois: a política energética está em consonância com a política industrial praticada pelo Governo atual? Quais seriam as medidas necessárias para incentivar a implantação de indústrias de equipamentos voltados para a geração distribuída que assegurassem, no médio ou no longo prazo, a substituição de equipamentos importados por bens nacionais, com preço e qualidade compatíveis com o mercado internacional e em prazo razoável?

Isso é fundamental. Se o Brasil não tivesse implantado o Proinfra, deficitário naquela época, criticado por muita gente que não queria que o fizéssemos, o Brasil hoje não seria âncora na venda de pás eólicas para o mundo e até de turbinas. Então, para termos placas solares fotovoltaicas e inversores, para podermos ter equipamentos de pirólise em baixas temperaturas para aproveitar o lixo e outros equipamentos neste País desenvolvido, vamos ter de investir. Se não investirmos, não vamos ter isso. Se investirmos, daqui a algum tempo estaremos exportando esses produtos, porque o brasileiro já demonstrou diversas vezes que é um ser capaz, competente, que, quando incentivado, quando tem oportunidade, consegue produzir, consegue fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Daí o meu desabafo, ouviu, Hollauer? Ele não é feito para você. Vou conversar com o Ministro sobre esta questão de ficar protelando o projeto que o Cristovam apresentou aqui e de que sou Relator, que deveríamos pôr em urgência nesta Casa, para definir mais fundos para pesquisa de energias alternativas no nosso País, para desenvolver essas situações.

Nos últimos anos, o Governo Federal e os governos estaduais, de certo modo, têm se esforçado para incentivar a expansão da geração distribuída. Por outro lado, a Aneel regulamentou o acesso. O Congresso Nacional estabeleceu que calculasse preço de referência para diferentes fontes utilizadas na geração distribuída. A maioria dos Estados concedeu isenção temporária de ICMS. De fato, houve uma expansão. Entretanto, é evidente que essa expansão está muito distante do potencial da geração distribuída e do que poderíamos ter alcançado.

Eu tive uma atuação importante via nosso ex-Ministro da Fazenda que o pessoal criticava tempo. Como é o nome dele, pessoal? Era o Ministro que assumiu antes do Barbosa. É o Levy. Atuei junto ao Levy, junto ao Barbosa, para que pudéssemos acabar com aquela cobrança de fluxo e contrafluxo com relação a energia solar. O que ia e o que vinha tinham de ser pagos. Até que enfim, conseguimos aprovar isso no Confaz, que só cobra num sentido. A maioria dos Estados brasileiros zerou a cobrança de ICMS e outras coisas, para incentivar.

Nós hoje precisamos fazer isso. Se não o fizermos, não vamos conseguir fazer com que a energia solar do nosso País se torne uma realidade. Então, temos de investir. Conseguimos avançar bastante, mas ainda há muito o que avançar. Por isso, essa pergunta está sendo colocada aqui.

Considerando a legislação vigente, qual a contribuição esperada da geração distribuída na matriz elétrica nacional até 2030? Como fazer para que a geração distribuída seja mais disseminada? O que fazer para que a geração, a partir de fonte solar, seja mais contributiva no horizonte de médio prazo?

Sabemos que há um enorme potencial de geração com fontes de biomassa, cujos insumos estão perto dos centros de carga. O que fazer para que a geração, a partir da biomassa, seja mais contributiva, nela incluídos os resíduos sólidos urbanos e rurais?

Estamos em plena discussão sobre a questão do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. Inclusive, aumentamos o prazo para que cada Município brasileiro possa apresentar a situação da questão do aproveitamento dos resíduos sólidos.

As nossas pequenas cidades podem tranquilamente se integrar em consórcio, fazer uma fonte central entre quatro ou cinco Municípios, juntar todos os seus resíduos e levar para aquele recinto, para gerar energia ali, para serem aproveitados ali.

Então, há coisas importantes nessa geração distribuída que temos de discutir, para podermos dar um norte para o Ministério do Meio Ambiente, para o Ministério das Cidades, para o da Integração Nacional e para o de Minas e Energia sobre esta questão que estamos discutindo, a dos resíduos sólidos.

Sabemos também que há um grande potencial de geração por fontes de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Daí o fato de eu ter convidado a PCH. Não podemos ter um País de tamanho continental como o nosso, com milhares de pequenos e médios cursos de rios brasileiros com tanto potencial de aproveitamento de PCHs, que são uma fonte de energia firme lá na ponta, hoje, numa política de retração. Isso já foi tão incentivado, já esteve tão avançado em nosso País em certo momento, mas deu uma mergulhada. Então, nós precisamos discutir essa questão.

Eu sou o Presidente da Comissão que analisa a Medida Provisória nº 735 e que discute uma série de questões relacionadas ao setor elétrico. Uma das coisas importantes que queremos discutir é, talvez, o aumento da CGH, um valor um pouco maior para ela, alguma forma de dar uma garantia maior com relação ao vencimento da concessão, um prazo maior para que a própria concessionária possa investir e ter a certeza de que vai ter o retorno, porque é uma energia importante, que nós podemos aproveitar de forma boa, gerando turismo, gerando emprego e gerando energia para o interior do País em vários pontos em que nós precisamos, gerando, principalmente, também a regularização, a perenização de alguns dos nossos cursos de água que hoje estão tendo dificuldade.

Por isso, digo da importância de estarmos aqui na presença do representante das PCHs, que falará sobre isso.

Sabemos também que ainda há um grande potencial de geração por fontes de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Qual a participação esperada pelas PCHs na matriz elétrica brasileira até 2030? Essa é uma pergunta importante. E o que podemos fazer para bem aproveitá-las?

Essas perguntas, todas escritas, foram passadas a V. Sªs. Ninguém precisa esgotar o tema aqui. Eu gostaria de ter a resposta escrita de cada um, para realmente termos um fundamento mais embasado para o trabalho final da Comissão, a fim de podermos realmente apontar com muito mais tranquilidade a questão das energias alternativas em nosso País. Por isso, precisamos da resposta escrita, porque aqui, muitas vezes, o tempo é mais curto, e temos de resumir para concluir no tempo a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Passaremos a palavra por 15 minutos. Vou marcar 12 minutos. Quando a campainha tocar, faltarão 4 minutos para a conclusão. Então, vou marcar 12 minutos, depois vou estender por mais 3 minutos, dando 4 minutos para a conclusão. Se a campainha tocar, é porque já foram 11 minutos, dos 12 minutos dados. Então, a pessoa terá 1 minuto e mais 3 minutos para concluir. Aí a pessoa se concentra para, em 4 minutos, concluir a fala.
Então, vamos passar a palavra para o nosso primeiro convidado.
Vamos ouvir o representante do Ministério de Minas e Energia, o nosso querido Gilberto Hollauer, Diretor de Programas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME).
V. Sª está com a palavra. Inicialmente, vou marcar 12 minutos, mas tenha a certeza de que terá 15 minutos para concluir.
O SR. GILBERTO HOLLAUER – Primeiramente, bom dia a todos!
Obrigado pelo convite. O Ministério de Minas e Energia sente-se honrado em ser chamado para conversar e debater aqui, no Poder Legislativo.
O Senador Hélio José, quero registrar, sempre foi um amigo do Ministério de Minas e Energia e segue sendo. Ele é combativo. Acho que é isto mesmo: sempre vamos nos entender; há pontos de desencontros, mas vamos procurar o ponto de encontro, a mediana etc.. O setor de energia é complicado, e essa organização do debate é importante.
Vou tentar entrar em alguns pontos, Senador, para adiantar.
Energia renovável é um assunto complexo, mas há aquela coisa da boa vontade: nunca encontrei alguém contra a energia renovável. É a mesma coisa da eficiência energética, não vamos encontrar gente contra. A questão, portanto, é só ajustar.
En passant, quero cumprimentar os meus colegas – nós nos encontramos sempre – da Aneel, da Abradee, da ABRAPCH.
Vou partir logo para a apresentação, para irmos ao debate, que, acho, será o mais interessante neste momento.
A parte institucional do setor é um pouco mais conhecida, imagino. O que quero realçar nesse eslaide? Que, na estrutura institucional do setor, há o Conselho Nacional de Política Energética, que emana as políticas de energia. Mas isso não basta. A política, *per si,* não é autossuficiente, precisa da parte obreira. E a parte obreira é a Pasta do Ministério de Minas e Energia, com o auxílio da Empresa de Pesquisa Energética e com toda a Administração Direta e Indireta associada. E há as empresas: a Eletrobras, a Petrobras, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Mas, no caso desse eslaide, é importante realçar o papel do Conselho Nacional de Política Energética, que é o fórum de encontro da política energética com outras Pastas.
Já, de pronto, tento responder aquela pergunta: "Será que a política industrial está condizente com a política energética?" Ela tem espaço para discussão. O setor energético brasileiro tem vários *guidelines.* Alguns desses *guidelines* são de governo, outros são de Estado, outros encontramos na Constituição Federal, e outros encontramos em leis ordinárias. Esse eslaide é interessante porque ele situa a conversa. Em geral, escolhemos dois ou três itens para realçar, dependendo do público. E, neste caso aqui, vou realçar alguns itens. O primeiro é a segurança do abastecimento. É o primeiro compromisso que a Pasta tem, até trespassando a questão sobre se vamos ou não ter energia renovável. A energia mais cara – este é um dito que o pessoal do setor conhece – é a energia que não se tem. Portanto, a segurança energética no abastecimento é algo que se acompanha com cuidado e zelo.
A modicidade tarifária é outro ponto que quero destacar porque é um problema econômico. Veja: você não pode colocar qualquer energia. Ela tem de ter qualidades: tem de ser renovável, preferencialmente, tem de ser eficiente e tem de ser de baixo custo, uma vez que ela é o primeiro insumo da cadeia de produção. Se você entrega uma energia cara para a produção, para a cadeia industrial, o produto final é caro, e você perde competitividade no mercado, você destrói a economia.
Existia na Arábia Saudita o *sheikh* Abdul-Aziz, que costumava dizer que o petróleo frequentava, até hoje, as matrizes energéticas do mundo exatamente porque era barato. E não é outro o motivo.
E, aí, eu queria também registrar o compromisso com a diversificação da matriz energética e com o uso da energia renovável no Brasil. O Brasil – vou demonstrar isso, tentando convencer os senhores –, na verdade, é o primeiro aluno da classe nessa matéria de energia renovável no mundo. Entre os 35 maiores PIBs do mundo, o Brasil é o mais renovável. E vejam que vocês têm de comparar em relação ao PIB. É pouco ou nada justo você comparar um país de pequeno porte com um país continental como é o Brasil. Então, esses são alguns princípios que eu apenas destaquei aqui de início.
Há, ainda, os compromissos com as questões socioambientais que posso comentar no debate.
Com relação ao planejamento energético, por conta dos investimentos – e, aí, há de se entender que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

massivos –, você necessita ter um olhar atento no horizonte de longo prazo, e é por isso que o planejamento energético é estruturado com uma visão estratégica, com estudos de longo prazo. Na verdade, hoje, nós estamos trabalhando com o ano de 2050. A matriz energética que a gente estuda hoje é a do PNE 2050, que está em progresso. E a visão estratégica diz a você para onde você deve ir. A partir disso, você gera programas de desenvolvimento, que é o PDE, a visão programática, como a gente chama no interior do Ministério.

A partir disso, há o Plano Decenal de Expansão de Energia, em que você gera os leilões de campos de petróleo etc., e, é claro, o monitoramento de todo esse plano. Um plano sem monitoramento não é um plano, é uma expectativa otimista.

Com relação ao que se tem hoje, que seria o PDE 2024, vale observar que este está sendo revisto por conta das turbulências na economia que nós tivemos nos últimos dois anos. O PDE 2025 já está em consulta pública para ser aprovado, mas o oficial, já aprovado, é esse aí. Eu vou dar apenas uma palhinha sobre o PDE 2025, que já está sinalizando alterações.

A população vai bater os 220 milhões de habitantes em 2024. O crescimento do PIB *per capita*, que antes estava orbitando em torno de 3,2% ao ano, no PDE 2025 é reduzido um pouco, para 1,8% ao ano, muito em função dos problemas da economia. Mas, hoje, estamos com cerca de R$18 mil a R$19 mil *per capita* e devemos atingir os R$23 mil, R$25 mil *per capita* em 2024.

Em termos de energia, temos de recordar algo: o PIB, na verdade, anda *pari passu* com o consumo energético. Em países mais desenvolvidos, isso tem uma certa quebra estrutural, mas a gente ainda acompanha. Então, no PDE 2024, a energia total cresce, *pari passu* com o PIB, 3,3%. Na revisão do PDE 2025, a gente está indicando um crescimento um pouco menor, da ordem de 2,3% ao ano, em valor médio. É claro que há modulação – essa aí é outra questão –, mas o valor médio bate isso.

A energia elétrica, até por conta de ela estar chegando ainda para populações que antes não a tinham, está crescendo um pouquinho acima do crescimento do PIB. E aí você pode antever o que eu já estava sinalizando.

Na verdade, se você olhar a matriz de energia total, verá que o Brasil tem hoje cerca de 40% da matriz energética renováveis, aí envolvendo transporte, indústria, calor de processo, tudo. E, na verdade, é um ano ruim, a gente pegou um ano ruim por conta da crise hídrica. Mas, em 2024 – é uma boa notícia –, a gente consegue manter 45%. Essa é uma conta positiva. Na verdade, você cresceu 3% ao ano, algo assim, e continua batendo os 50% da matriz energética renováveis, inteiramente renováveis. É por isso que a gente costuma dizer no Ministério que a gente é o primeiro aluno da classe nesse negócio no mundo.

Em termos de energia elétrica, é público e notório que a gente tem uma parcela significativa. Em 2015, que foi um ano ruim, a gente consegue 75,5%, segundo o eslaide, de renováveis. Em 2024, a coisa melhora: vai para 86% renováveis, muito em função da entrada da energia eólica e da energia solar. Na verdade, é um número baixo, porque a gente acha que vai ser mais do que isso. O plano, em geral, é conservador.

Esse aí é um diagrama do que é renovável e do que não é renovável. Aí eu vou confirmar o que o Senador Hélio José já havia apontado. Realmente, a gente tem, na matriz energética, uma parcela ainda de petróleo que está muito relacionada ao setor de transporte. Até hoje é assim, e essa é uma questão mundial, a gente não pode fazer muito quanto a isso. A gente pode melhorar os motores etc., mas a plataforma de transporte é uma plataforma internacional, não há muito o que fazer. A gente, na verdade, fez uma revolução com o Pró-Álcool, com os biocombustíveis, o que é de espantar. Quando você leva um estrangeiro para um posto e diz para ele que você pode colocar álcool ou gasolina para o ciclo Otto – o ciclo diesel continua sendo complicado, mas o ciclo Otto é o do veículo leve –, ele se espanta: "Ah, não há alguma regra?" "Não, pode misturar." Então, mesmo assim, a gente avançou nessa área.

Esse aí é um diagrama do crescimento da matriz, mostra como é que a matriz energética vai crescer. E aí eu vou só pontuar que o petróleo segue em queda e que, no mundo inteiro, há essa tendência. Aí ele está caindo cerca de três ou quatro pontos. No mundo, ele está caindo mais ou menos isso, alguns países conseguem fazer cair mais. Percebe-se que a gente cai 4%, mas, na verdade, isso acontece porque a gente já tem uma parcela significativa, e é só o setor de transporte que responde por isso. O mundo, em termos de renovável, em termos de matriz energética...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO HOLLAUER – ...tem algo como 14% de renovabilidade, e a gente está apontando 41% e mantendo 45%.

As metas que o Brasil assumiu de modo voluntário em termos de matriz energética apontam para 28% a 33% de renováveis, exclusive hidráulica. É uma meta simples, não é algo que demande um esforço diferente do habitual, e não causa nenhum problema.

De novo, a gente assumiu essa meta muito em função de se criar um efeito, para chamar os outros. Isso está ocorrendo. Isso, na verdade, foi um sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Esse é um diagrama da matriz de oferta de eletricidade. Você vai ver a grande participação de energia hidráulica. Em termos de energia hidráulica, vou comentar duas coisas nesse eslaide. A primeira coisa é que a eólica tem o crescimento relevante, mas, na verdade, está subestimada; a gente acha que vai ser mais do que isso. É um setor fantástico. A solar também está subestimada. Aí, vocês falam: "Ah, não, o planejamento errou." Não, não é isso, é que o planejamento é conservador, tem de ser conservador. Então, a gente acha que a eólica vai progredir mais, que a solar vai progredir mais. A gente identifica alguns problemas até de postura. O Senador Hélio José colocou muito bem aqui. Quanto ao carvão há um problema de entendimento. Há um mundo de carvão e uma cadeia na Região Sul, e você tem de resolver a questão do carvão ali.

Em termos renováveis, não quero ser repetitivo, mas, em 2024, em 2025 mesmo, mesmo no PDE de 2025, a gente vai apontar 85% ou 86% de renovabilidade. Então, a gente não tem problema nessa área da matriz de energia elétrica.

Quanto às metas, existem metas para a energia elétrica, de 20% renováveis, exclusive hidráulica, que também são facilmente atingíveis. O Brasil é um exemplo nesse item.

Aí há um diagrama mostrando um pouco os números da capacidade instalada. Há um potencial estimado de hidroeletricidade, um potencial total, de cerca de 260GW. A gente acha que consegue aproveitar cerca de 150GW. São 260GW no total, e 150GW conseguimos aproveitar sem grandes problemas socioambientais. Desses, o potencial de PCH – já estou tentando responder – é da ordem de 17GW ou de 16GW. Você vê que estamos avançando no sentido de desenvolver todo esse potencial no período 2015/2024.

Há problemas socioambientais a resolver na parte de eletricidade, mas a questão da hidroeletricidade é a seguinte: hoje a capacidade total brasileira instalada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO HOLLAUER – ...é de cerca de 140GW; no potencial total brasileiro só de hidroeletricidade, é de 260GW. Então, há um caminho a percorrer interessante. Não sei se é possível abrir mão disso.

Esse é um diagrama um pouco mais detalhado, vou deixá-lo para a consulta dos senhores. Pode-se ver a evolução total da capacidade de cerca de 140GW, chegando a 212GW total em 2024.

Agora, esse é um diagrama um pouco mais organizado, já com parcelinhas de 2025. É, digamos, um *spoiler* do PDE 2025, indicando que não houve grande modificação da estrutura. Alguns projetos de energia hidráulica vão se atrasar um pouco, mas já é um *spoiler* do que está sendo alterado em 2025.

Aí, sim, há um resumo das alterações do PDE 2024/2025. A única coisa que acho interessante marcar realmente foi o problema da economia. Veja que, em 2024, a gente estava se preparando para um crescimento de 3,9%, que foi revisto para 2,4%. Espero que estejamos errados para baixo. Achamos que se pode recuperar isso já no próximo ano, quando voltar a crescer.

Aí, sim, estão os preços médios, que são de conhecimento. A solar ainda é de R$280 a R$297 o megawatt-hora, e a hidráulica e a eólica estão sempre na ponta dos valores.

O último eslaide já mostra mais petróleo, gás natural e etanol. Vale registrar que a gente está com 2,5 milhões de barris/dia. Por que vou registrar isso agora, num ambiente de energia renovável? Por causa disso aí. Essa é a grande vitória. Além do exemplo da renovabilidade, esta é a grande vitória do Brasil: o déficit e o superávit de energia. Em 1980, tínhamos 20% de dependência energética em relação ao mundo. A gente caminhou para zero em 2013, algo assim, e vamos virar exportadores de energia, como mostra a linha verde ali. Um País deste quilate, renovável, e ainda exportando energia, é algo que você não encontra facilmente exemplificado no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Estou agradecido, Hollauer. Você ainda terá, no retorno, mais cinco minutos.

Vamos aqui ouvir, agora, o nosso querido Daniel Mendonça, representando o Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Além das perguntas já formuladas, é importante, Daniel, na linha que coloquei, abordar as dificuldades que o setor pode enfrentar para as conexões, para a proteção dos servidores e para a sobrevivência das empresas que vocês representam e a importância da ampliação do negócio chamado geração distribuída por esse Brasil afora, para resolver os graves problemas que temos nas pontas.

Eu cito até um exemplo. Eu estava no Ministério de Minas e Energia à época e era o coordenador de uma discussão sobre a integração do meio-norte, dos Estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará, uma área muito pobre que precisa de desenvolvimento. Numa cidade chamada Luzilândia, por exemplo, havia um projeto do Minha Casa Minha Vida pronto, com 300 casas, que não poderia ser ligado porque, se o fosse, simplesmente a cidade de Luzilândia ficaria no escuro, porque a energia chegava ali numa tensão tão pequena, tão baixa, tão de ponta, que isso não seria viável. O sol ali é escaldante, e poderíamos de alguma forma propiciar o melhor aproveitamento energético daquela região, com muita biomassa para ser usada e com outras coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para compensar o período noturno. No diurno, o sol toma conta, e, no noturno, a iluminação poderia ser feita de outra forma, mas a gente não o faz, e fica ali o povo sem se desenvolver, sem avançar em nada, por falta de alternativa no Brasil. A Chesf não vai lá para mudar a linha que já existe de 69kV para 138kV ou 230kV simplesmente por mudar. Seria preciso mudar a situação. Talvez, a melhor alternativa, em vez de mudar a linha da Chesf, fosse exatamente investir em geração distribuída na região e melhorar o nível de tensão e a situação da área, dando melhor condição de aproveitamento.

Vamos lá, Daniel, da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica)!

O SR. DANIEL MENDONÇA – Bom dia, Senador Hélio José, Presidente desta reunião da Comissão de Infraestrutura, e meus caros companheiros de Mesa, Dr. Gilberto Hollauer, do Ministério de Minas e Energia; meu caro colega Hugo Lamin, da Aneel; e Dr. Paulo Arbex, Presidente da ABRAPCH.

Cumprimento todos as senhoras e os senhores.

Senador, como eu disse aqui ao senhor reservadamente, o Nelson teve de fazer uma viagem ao Rio de Janeiro, chamado que foi por um de nossos associados, e me pediu que eu viesse aqui. Ontem, à noite, ele me passou essa apresentação. Então, eu a estudei. Vou tentar repassar aqui o que ele já conversou comigo pelo telefone, para tentar trazer aqui o recado da Abradee. O.k.?

Esse é um eslaide que todos já conhecem. A gente sempre o traz para mostrar a contextualização do que é a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica). No País, são 63 concessionárias, e a Abradee reúne 51 delas. Esse é um *snapchat* do que representa todo o segmento de distribuição de energia elétrica em termos de consumidores, da universalização do atendimento, do número de empregados, da receita líquida, do EBITDA do setor, do que é recolhido em termos de encargos e de tributos somente no segmento de distribuição, do mercado de energia entre livre e cativo, dos investimentos anuais da ordem de R$12 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Thales, arrume essa transparência para mim, por favor.

O SR. DANIEL MENDONÇA – ...e do Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida pelos consumidores da ordem de 77%, número este de 2015; o de 2016 caiu um pouquinho, foi auferido em 74,7%.

Como já foi colocado aqui pelo Dr. Gilberto, esta audiência pública tem o objetivo de tratar das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil. O nosso Presidente tinha colocado esse eslaide, que mostra a evolução da matriz energética brasileira e que traz dados de 2008 e de 2015. Há uma demonstração clara ali do crescimento, como já foi citado pelo Gilberto, que me antecedeu, da energia eólica, com o início do avanço da energia solar. A gente sabe, como ele próprio disse aqui, que, talvez, esses números sejam até conservadores, pelo próprio planejamento da matriz energética brasileira. A gente sabe que esses números, de fato, estão crescendo acima desses valores que estão colocados aqui. Então, de fato, notamos um crescimento dessas energias alternativas renováveis, sobretudo a eólica, que deu uma deslanchada notória, e a solar, que vem crescendo, como o próprio Senador citou, com o avanço da geração distribuída, da micro e da minigeração distribuída.

Continuo a falar da evolução da matriz energética brasileira. Ao Brasil, como já foi colocado também, interessa o desenvolvimento de novas fontes de geração de energia. O desenvolvimento econômico, industrial e social do País está diretamente relacionado à sua oferta energética. O próprio Dr. Gilberto já colocou aqui que existe uma relação direta entre o crescimento do PIB e o crescimento da oferta de energia no País. Então, todo o adicional de energia que o País conseguir produzir, seja através de microgeração, seja através de fontes renováveis, é bem-vindo, e as distribuidoras entendem isso como uma coisa positiva para o País.

O Brasil já dispõe de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com fonte predominantemente hidroelétrica – já foi citado também. Além disso, o País goza de excelentes condições climáticas para o desenvolvimento de outras fontes de geração de energias renováveis, tais como eólica, solar, entre outras. E entre outras estão aquelas a que o próprio Senador tem se referido, como no projeto que ele citou aqui anteriormente, o PLS 696, de 2015, em que existe a disposição de destinar verbas para pesquisa e desenvolvimento, justamente para o desenvolvimento dessas fontes. Nesse sentido, nós inclusive já interagimos também com a assessoria do gabinete do Senador Hélio, a quem entregamos um vasto material informando que essas pesquisas estão sendo feitas correntemente.

No atual modelo do setor elétrico, o risco de contratação de energia é gerido pelas distribuidoras. Então, hoje existe a questão da Parcela A, em que, justamente, a compra de energia é gerida pelas distribuidoras. O importante é que as empresas contratem energia o mais barato possível, porque esse custo da contratação de energia é naturalmente repassado para o consumidor final. Quanto mais barato for possível a distribuidora contratar a energia, mais barato a energia chegará ao consumidor, independentemente da sua fonte geradora. Do ponto de vista da distribuidora, de onde vem a fonte de geração de energia é indiferente, o importante é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que seja barata. E isso, no atual modelo do setor elétrico, é garantido por meio de leilões governamentais. Os leilões de energia tendem a garantir que o menor custo de energia seja ofertado para as distribuidoras nos leilões.

E aí, Senador, falando um pouquinho da micro e da minigeração distribuída, trouxemos um eslaide que mostra como isso está funcionando, só para clarificar para a população como um todo e para quem está presente aqui e acompanhando esta audiência pública.

Os módulos fotovoltaicos, como o senhor disse, são colocados aproveitando o nosso vasto Território nacional e a grande incidência de sol que nós temos em todo o Território. Então, são colocados nos telhados os módulos fotovoltaicos. É necessária a instalação de um inversor para transformar essa energia em energia utilizável pelos eletrodomésticos e equipamentos instalados nas residências. Existe o sistema de monitoramento, que é o equipamento de automação, que, acoplado ao inversor, controla a produção e o rendimento, além de identificar qualquer anomalia. E o medidor bidirecional, que registra, faz justamente o cálculo do que é injetado na rede e o que é consumido em cada unidade consumidora. Então, é mais ou menos assim que funciona a mini e microgeração distribuída. As distribuidoras são simpáticas a essa questão.

O que nós de fato queremos vai estar exposto no eslaide seguinte: é uma remuneração adequada pelo fio, pela manutenção e modernização das redes.

Continuando nessa questão da micro e minigeração distribuída, precisamos estar atentos a algumas questões. O Nelson tinha colocado um eslaide com dimensões da sustentabilidade.

Na dimensão ambiental, a sustentabilidade está atendida, porque ela cria políticas para estímulo das fontes renováveis. Então, a geração distribuída certamente é um estímulo ao uso de fontes renováveis através da solar. No entanto, na dimensão econômica, as atuais políticas oferecem subsídios cruzados e perda de valor para outros segmentos do setor elétrico. Então, essa dimensão econômica precisa ainda ser equacionada para que a geração distribuída possa funcionar de forma efetiva e eficiente.

Também no lado social, o subsídio é perverso, pois os menores consumidores, que têm menor renda, tendem a subsidiar os maiores consumidores. Quer dizer, hoje em dia, até em razão do custo de instalação das placas solares, quem tem maior poder aquisitivo consegue colocar nos seus telhados uma placa solar, gerar a energia própria na sua residência, que o seu telhado permite gerar, e as pessoas de menor renda, que não têm capacidade aquisitiva para comprar esses painéis, acabam subsidiando, porque permanecem atrelados ao consumo direto da compra da distribuidora. Então, essa dimensão social ainda não foi atendida. Essas questões precisam ser equacionadas, Senador. O atual arranjo não é sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Podemos fazer a discussão exatamente para torná-lo sustentável. É esse o objetivo.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Trouxemos exatamente essas preocupações.

Já caminhando para as considerações finais, como eu disse, as distribuidoras precisam ser adequadamente remuneradas pela manutenção e modernização das redes elétricas. Em outras palavras, as empresas de distribuição almejam remuneração tarifária justa pelo uso dos fios, não importando qual é a origem que gerou a energia que a rede transporta. Para nós então, Senador, é como se a distribuidora fosse o motoqueiro que entrega a *pizza*. Nós só entregamos a *pizza*. É como se a energia fosse a *pizz*a, não importa se a *pizza* é de calabresa, portuguesa ou *margherita*. O que importa é que a gasolina do motoqueiro seja paga,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL MENDONÇA – ... a manutenção da moto, o salário dele, enfim, fazendo só um paralelo, para ficar bem claro o entendimento.

Com o Decreto nº 8.828, de 2016, que foi recentemente publicado pelo Ministério de Minas e Energia, será possível implantar a tarifa binômia para os consumidores de baixa tensão. Isso possibilitará corrigir o problema da sustentabilidade econômica e social apontada anteriormente. Esse foi um pleito que as distribuidoras levaram ao Ministério de Minas e Energia. Discutimos bastante com a assessoria econômica, com o Ministro, com o Secretário Paulo Pedrosa, felizmente conseguimos avançar, e o decreto foi publicado há cerca de um mês e meio.

Obviamente, citamos que para a distribuidora, de fato, não importa qual é a fonte geradora. O que importa é a remuneração adequada e justa pelo fio. No entanto, sob o prisma da responsabilidade socioambiental e, como disse o Gilberto aqui, que me antecedeu, fontes de geração renováveis e limpas são mais coerentes com a realidade atual do Planeta e são bem vistas pelos agentes distribuidores instalados no País. Então, obviamente, nós somos indiferentes à fonte geradora, no entanto, entendemos que quanto mais renovável e mais limpa, melhor para o País e para a sustentabilidade do Planeta.

Para finalizar, um Planeta sustentável é com energia garantida. Como foi dito aqui, a energia mais cara é aquela que não existe. Então, energia firme, garantida e a um preço justo é o que todos nós desejamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Obrigado, Senador.
Obrigado a todos.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Daniel. Fica registrado aqui o quanto nós trabalhamos por essa questão da binômia exatamente para dar uma condição melhor de trabalho. Até projeto de lei nós apresentaríamos, mas o Ministério se antecipou e fez um decreto. Não tem problema. Acho que o que interessa é o setor estar tendo condições de sobrevivência e de funcionamento.
Vamos dar continuidade, ouvindo o nosso colega Paulo Arbex, Presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas, importante fonte de energia, seja CGH ou PCH, para o sistema.
Deixei por último, Lamin, exatamente porque nós precisamos saber como anda essa regulamentação, por que tanta dificuldade hoje para esse setor, que é importantíssimo para nós, além de para os demais setores da energia distribuída, para ver se mudamos essa situação. Vamos ouvir o Paulo Arbex e depois você vai falar da parte regulativa, de como anda isso na Aneel, porque eu sei o tanto... Inclusive, quando eu me formei na UnB, em fevereiro de 1982, as primeiras PCHs estavam surgindo no Rio das Mortes no Mato Grosso. Eu tive o privilégio de trabalhar um mês, antes de entrar na Eletronorte, em uma empresa privada que estava cuidando exatamente daquelas PCHs. Havia uma política de incentivo, realmente para fazer que as PCHs se tornassem... Depois a PCH entrou em decadência.
Eu quero ouvir agora como nós vamos mudar essa situação, do ponto de vista da importância da geração distribuída, do ponto de vista da sobrevivência do setor e do potencial enorme que nós temos no Brasil. Houve um *boom* de pessoas na Aneel atrás de reservar área, de fazer isso e aquilo, depois os investimentos pararam no setor. Temos hoje uma possibilidade muito grande de aproveitamento que não está sendo usada. É importante ouvir vocês dois falarem hoje sobre esse tema também.
Muito bem. Paulo Arbex, Presidente da ABRAPCH. Se você quiser, Paulinho, já você não pôde estar presente na audiência pública da Medida Provisória nº 735, falar alguma coisa, pode ficar à vontade.
O SR. PAULO ARBEX – O.k.
Senador Hélio José, muito obrigado. Queria agradecer o convite e toda gentileza que o senhor e sua equipe têm dedicado ao nosso setor. É muito importante para nós sermos acolhido e ouvidos pelo senhor, pelo Senado, pelo Parlamento.
A ABRAPCH é uma associação que tem hoje 180 empresas associadas. Nós temos de tudo dentro da associação: microempresários, que são os empresários CGH, grandes empregadores, têm uma importância social muito grande; temos médio empreendedores; temos grandes empreendedores também; temos grandes fornecedores de equipamento – a Copel é sócia, a CPFL é sócia. Hoje a Associação está bastante distribuída ao longo do Brasil. Sou de São Paulo; minha Vice-Presidente está aqui na plateia, Alessandra Torres, é aqui de Brasília; temos gente em Tocantins, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, no Sul, ou seja, é bastante distribuída.
O setor de energia, como o Senador colocou muito bem, é extremamente estratégico para a saúde da economia, para a sociedade de um país. É a prioridade número um entre as quatro prioridades de qualquer estadista – segurança energética, segurança alimentar, segurança militar e da informação – e é essencial para a competitividade do país.
Estamos vindo de uma situação muito complicada. Acho que é importante contextualizar esse plano de energia renovável na situação atual do País. Nós estamos vindo de uma queda do PIB de 3,8%, em 2015, para uma estimada de 3,50% em 2016. Isso é uma coisa brutal! Ao mesmo tempo, vimos de uma inflação elevadíssima, 10,67%, em 2015, para uma estimada de 7,36%, em 2016. Isso, em livro texto padrão de economia, se chama estagflação. Portanto, o desafio que o Governo tem hoje, que o Parlamento tem hoje é muito grande.
Para se ter uma ideia do que é isso, eu dei uma levantada no nosso PIB logo depois da Grande Depressão, em 1929. O PIB caiu 2,1% e 2,3% dois anos seguidos. Quer dizer, nós conseguimos ter agora uma queda de PIB maior do que na Grande Depressão. No Plano Collor, caiu 4,3%, em 1990, mas, no ano seguinte, já subiu para 1,03%.
Então, a situação é muito séria, mas não é desesperadora. O Brasil tem uma economia jovem, uma economia dinâmica; é um país emergente, ou seja, tem tudo para passar por isso. Porém, a nossa margem de manobra é muito pequena para erro. E, no setor elétrico, abusamos um pouquinho de decisões equivocadas no passado e que precisamos reverter. E acho que esse é o intuito desta audiência.
Algumas coisas, aqui, eu vou falar como Presidente da ABRAPCH; outras, como brasileiro mesmo. Nós entendemos que a fonte hidrelétrica, em geral, é a fonte que mais contribuiu com a Nação brasileira nos últimos 20, 30 anos. Nós tivemos, por exemplo, a modicidade tarifária. Nós temos 21 mil megawatts de concessões, que foram renovadas duas ou três vezes. Usinas que o empreendedor teve oportunidade de operar por 60, 70 anos. Essas usinas foram renovadas a uma tarifa média ponderada de R$60,00 o MW/hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

– R$60,00 o MW/hora! É muito baixo! Uma hidro nova precisa de uns R$240,00, R$250,00; uma eólica nova, R$220,00; uma solar, R$300,00; e por aí vai. Essa energia (20 mil megawatts é um terço da carga atual, e essa energia está sendo entregue a R$60,71 o MW, e o Governo ainda arrecadou R$17 bilhões, *cash*, à vista, com a venda dessas concessões, por 30 anos, dos últimos seis mil megawatts. Então, é um valor muito grande que nós não podemos jogar no lixo.

As regras do setor, como elas estão colocadas hoje, têm transferido muito custo, tem sido muito pouco isonômicas em relação às hidrelétricas, principalmente as menores, as PCHs e as CGHs.

O consumidor não quer saber como a energia vai ser gerada. Ele quer ligar o interruptor e ter a energia na hora que ele quer e no montante que ele quer, do jeito que ele quer. O industrial quer ligar a sua fábrica, as suas máquinas na hora em que ele tiver encomenda; e ele não quer saber se o gerador tem sol, tem vento, se está tendo água, se está tendo combustível ou não. Ele quer ter energia a um custo razoável.

Todas as fontes, cada uma delas, têm vantagens e desvantagens competitivas. Eu não vou esconder as da minha. Nas PCHs e nas CGHs, nós temos um volume, já respondendo à pergunta do Senador, até 2030, temos um potencial que dá para fazer, dá para termos licença de até 30 mil megawatts. O quanto vamos conseguir fazer vai depender de um monte de coisas, mas não é verdade o que tem sido divulgado na imprensa de que o potencial hidrelétrico no Brasil está esgotado. O Gilberto, do Ministério de Minas e Energia, acabou de endossar isso, e é importante.

Temos, ainda, de acordo com estudo da Eletrobras, 170 mil megawatts de potencial hidráulico não explorado. A crise hídrica é um pouco... Acho importante relativizar. Fizemos um levantamento: de 2000 a 2015, choveu, na região dos reservatórios, que chamamos de ENA (Energia Natural Afluente), de 80% a 180% da média histórica, em 83% do tempo. O problema é o seguinte: nas décadas de 60 e 70, foi construído no Brasil um sistema de reservatório plurianual, que era para aguentar a seca de 3 a 4 anos, 36 a 48 meses. Hoje, com o crescimento da demanda ao longo desses 30, 40 anos, esses reservatórios – não foram construídos mais reservatórios – representam só quatro 4,5 meses de consumo, 10% do original. Esse é o motivo da falta d'água. Não é falta de chuva, é falta de usina e falta de reservatório.

Uma das perguntas do Senador foi a respeito de política industrial. Bom, praticamos uma política industrial às avessas nos últimos anos. A fonte hidrelétrica tem cem por cento dos seus equipamentos fabricados aqui no Brasil. Não precisamos importar um parafuso para fabricar os equipamentos hidrelétricos. As eólicas já foram nacionalizadas em boa parte, estão só com 30% importados; solar, entendo que é de 50% a 70% – esse número não é preciso; se eu estiver errado, me corrijam – e pagam 18,5% de imposto nos insumos e no faturamento do equipamento para o gerador. Pagamos duas e vezes e meio a mais, ou seja, 45%.

Somos favoráveis a eólica e solar, Somos a favor de uma matriz energética renovável, focada em hidrelétrica, em PCH, CGH, eólica, solar e biomassa, mas da maneira correta, levando em conta as vantagens e desvantagens de cada uma.

Isso precisa ser corrigido, isso aqui é falta de isonomia, isso aqui é política industrial às avessas, isso é nocivo para a população brasileira. Estamos beirando 13 milhões de desempregados, não é possível que vamos continuar fazendo isso com que o contribuinte brasileiro, usando o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador para gerar emprego na China, na Europa e nos Estados Unidos. Precisamos gerar aqui. É aqui que temos 13 milhões de desempregados para atender.

Nossa fonte tem a maior geração de emprego por megawatt instalado. Fizemos um estudo, um caso de uma usina de 9MW foram 101 empregos diretos e indiretos – mais ou menos 50 empregos diretos e 51 indiretos. Exportamos tecnologia, exportamos equipamentos e exportamos serviços. A China contratou boa parte dos estudos e projetos de Três Gargantas, a maior usina do mundo hoje, aqui no Brasil. E, quando deu problema de rachadura na barragem, foi aqui no Brasil que ela veio buscar empresas para consertar. Quando houve problemas de cavitação em algumas turbinas, também foi aqui no Brasil que ela veio buscar gente para resolver. E uma boa parte dos equipamentos foram contratados aqui no Brasil. Exportamos turbinas, geradores e uma série de outras coisas. Então, esse é um ativo que foi construído ao longo de todo aquele tempo. Lá nas décadas de 60 e 70, o Brasil fez um programa, abriu mercado para fabricantes estrangeiros de turbinas, trouxe esses caras para cá, exigiu transferência de tecnologia, exigiu prazo máximo para a instalação das fábricas aqui, e foi um tremendo sucesso. Isso tudo aqui são frutos que nós estamos colhendo de todo esse programa que foi feito no passado. Isto eu falo como brasileiro, não como Presidente da ABRAPCH: eu acho que nós temos que fazer a mesma coisa em todas as indústrias.

O senhor perguntou como atrair para a nacionalização da solar. Temos que fazer a mesma coisa que fizemos com as hidro. Nós estamos abrindo um mercado... Os 2,6 mil megawatts que foram vendidos de solar em 2014 e 2015 significam contratos de R$49 bilhões. O fabricante se mata para conseguir contrato desse tamanho. Vamos exigir transferência de tecnologia, fábrica no Brasil e dar prazo. É isso que precisamos fazer. É simples,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e há um incentivo grande, nós estamos dando já um monte de incentivos ao dar esses contratos. Está difícil construir esse volume de solar, eólica e hidráulica no mundo inteiro, não é?

Nós somos a única fonte que, ao final de 60 ou 70 anos, tem que entregar a usina. Até hoje nós temos que entregar em 35 anos. Fica muito difícil competir em preço, tendo 30 a 35 anos para amortizar o nosso investimento, enquanto todas as outras fontes têm a vida inteira. Eu não acho errado as outras terem a vida inteira, o que acho errado é nós só termos 30 anos. É ruim para todo mundo. Eu tenho que aumentar a tarifa porque eu tenho menos tempo para amortizar o meu investimento. Isso nós estamos tentando corrigir com a ajuda, com o apoio do Senador Hélio José, na MP 735, pedindo um prazo de 35 anos a partir da entrada em operação da primeira turbina – senão come muito com o tempo de aprovação – e uma renovação automática por mais um período de igual tamanho.

No passado, se imaginarmos longo prazo, preço médio em longo prazo, nós somos a mais barata. Por quê? Está aqui: se você botar 260, depois renovar por 40 em três períodos, dá 95 de tarifa média. É muito barato. E não é mais promessa, não é uma promessa, uma indicação, é fato. Nós já estamos aí com 21 mil megawatts a 60. Então, isso não é sonho, está aí.

Aqui está o detalhamento daquela diferença de tributação. Isso foi um estudo feito pela Voith e pela Andritz...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ARBEX – O.k.

O que nos incomoda é isto aqui: as hidrelétricas eram 83% da matriz e, agora, estão em 66%. Houve uma redução de 20% da matriz elétrica brasileira nos últimos 15 anos. A diferença está aqui e aqui.

Isso aqui foi um dos grandes responsáveis por esse custo astronômico que tivemos. Aqui está a contratação de PCH. Esse é o nosso principal problema. Nós fomos tolhidos do mercado. Nós tivemos pouquíssimos leilões, nós tivemos preços inviáveis. Do que nós precisamos hoje é: leilão e uma simplificação da parte ambiental, nós precisamos disso, precisamos de mercado. O pessoal é sério, é trabalhador, quer trabalhar, tem preço, tem condição de fazer. O que nós precisamos é de um leilão adequado e de um volume mínimo que nos permita continuar com a cadeia produtiva – há fábrica fechando.

O que aconteceu? Isso aqui é IPCA acumulado, isso aqui é tarifa de energia elétrica acumulada. Esse aumento brutal aqui se dá no mesmo período da redução das hidrelétricas e aumento das térmicas fósseis e outras fontes. Isso não é coincidência, há uma relação de causa e efeito aqui.

Isso aqui é uma consequência da... Aqui há muito de Belo Monte. Esse quadro não é meu, esse é um quadro do Romeu Rufino, da Aneel. Eu o peguei porque me saltou aos olhos: a gente vinha de um custo de investimento anual necessário em transmissão de R$6 bilhões, e foi para R$10 bilhões. Agora, em 2016, tem que ir para R$30 bilhões. Isso é para construir as linhas de Madeira, Belo Monte, Jirau; e das eólicas do interiorzão da Bahia, que precisam ser trazidas aqui para o Sudeste, para serem consumidas.

O que precisamos: retomar a racionalidade do setor; definir uma matriz que ofereça o melhor custo benefício de longo prazo para o setor; calcular o custo efetivo total de todas as fontes de uma forma correta, contando tudo, não apenas geração, mas geração, tributação, conexão, transmissão e investimentos indiretos que acabam caindo no colo do consumidor.

No nosso setor, especificamente, para podermos entregar o que é preciso para a sociedade, necessitamos desse aumento de três para cinco das CGHs. Nós enxergamos esse setor como o microempresário do setor, porque é ele quem vai dar estabilidade para os pequenos fabricantes. A grande usina constrói um montão, aí para. O cara demite, contrata, demite, contrata. As pequeninas não. Elas têm uma fase constante, geram melhores empregos, e empregos de melhor qualidade.

Outra alteração é a concessão dos 30 para 35 anos. Nós queremos, no Brasil, continuar com uma energia renovável e aumentar a participação das solares e das eólicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ARBEX – As solares e as eólicas têm um problema de intermitência, que hoje está na faixa de 45%. Eólicas, por exemplo, há 9 mil instaladas, com uma oscilação de quatro mil megawatts, segundo a ANS. Para que possamos crescer em eólica e solar, precisamos crescer também em hidráulica. São as hidráulicas que têm a melhor condição de cobrir a intermitência das solares e das eólicas. Se nós crescermos na solar e na eólica sem colocar 40% de hidráulica, vai faltar energia para cobrir a intermitência, que é horária, não é nem diária. Isso é muito importante, precisamos fazer a coisa de um jeito que funcione, para não pagar o preço depois.

Com relação às térmicas, nós fizemos uma reunião, e o pessoal das térmicas está reclamando demais que as usinas deles não foram desenhadas para cobrir intermitência, porque tem aquele liga e desliga que arrebenta com a máquina. A vida útil está caindo para um terço do total. A hidráulica não, você abre o distribuidor, a água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

começa a girar a turbina e em três ou cinco minutos você já conecta o gerador e despacha. Então, é com a hidráulica que vamos cobrir a intermitência. E a hidráulica tem que andar passo a passo com o crescimento da solar e da eólica.

Eu não sei se respondi todas as perguntas, Senador. Se eu tiver esquecido alguma, depois faço por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, Paulo. Para mim, e aqui para nossos trabalhos, é importante receber suas as respostas escritas. E quero lembrar ao Ministério de Minas e Energia, que falou anteriormente, e à Aneel, que estava aqui também, que vou formalizar o pedido das respostas por escrito.

A Abradee eu acho que não participou da anterior, mas havia outras entidades, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Cobraremos tudo por escrito, porque isso fará parte dos anais da publicação. Todas as transparências, toda a conclusão final, todas as respostas estarão no livro que iremos montar, com a colaboração da assessoria e da consultoria do Senado, que tão bem têm me auxiliado nessa questão, bem como o trabalho da Comissão que estaremos apresentando. Então, para nós é importante tê-las por escrito, para contribuir com o sistema elétrico brasileiro, a fim de que melhore a sua utilização tanto na matriz energética quanto na matriz elétrica e o atendimento adequado para a população.

A questão das energias distribuídas é fundamental para dar mais confiabilidade ao funcionamento do sistema, fundamental para desafogar o sistema em horas de pico, ela é fundamental para cobrir as intermitências, como está colocando aqui o nossos nobre Paulo. A Aneel tem sido parceira, é fato. A última resolução já contribuiu muito, mas essa situação em que hoje se encontram as PCHs, em particular, por isso que fiz questão de chamar as PCHs para esta audiência pública, carece de esclarecimento para nós. Por que a Aneel está dificultando? O que está acontecendo? Acho que deveríamos ter convidado a EPE também para esta reunião. Por que os leilões são tão pouco atrativos para esse setor que tem um amplo mercado? Tantos projetos já foram apresentados para a Aneel, há um calhamaço de projetos que as pessoas queriam fazer depois, e não vieram mais investir no setor.

Na 735, se depender de mim, vamos estar trabalhando para dar uma melhorada nesse setor importante para a matriz elétrica e energética brasileira.

Então, queria ouvir de você, nobre Hugo Lamin, de tudo que foi colocado, por todas as situações, sobre a real condição da Aneel mais uma vez, como já fez com o último decreto, de colaborar de fato para que a energia distribuída seja uma realidade, os principais problemas que temos e o que temos que fazer para superar, porque a energia distribuída é fundamental para podermos ter um sistema mais tranquilo em funcionamento.

Ninguém abordou a questão dos resíduos sólidos, nem acho que você vai abordar. Vou ter que trazer aqui uma associação nacional para falar sobre essa questão, o pessoal do meio ambiente, o pessoal do Ministério das Cidades, porque precisamos aproveitar de forma adequada o lixo enorme que o Brasil joga fora, com um potencial rico. Dia desses, até um grupo americano veio a Brasília querendo que ajudássemos a comprar o lixo de Brasília para poderem fazer metanol e exportar de volta aos Estados Unidos. Estávamos até conversando com eles, é altamente produtivo o aproveitamento adequado do nosso lixo.

Então, como acho que você não vai abordar esse assunto, já que tem tanto assunto para abordar, precisamos verificar com o Gilson, que é meu assessor aqui, e com o pessoal da consultoria, para talvez incluirmos uma forma de trazer o pessoal do resíduo sólido para vir aqui, de fato, para termos esse enriquecimento no nosso relatório sobre a questão, até para podermos dar algum subsídio ao pessoal que está discutindo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, também quando ao aproveitamento energético.

Vamos ouvir aqui o Hugo Lamin.

Deixei-me dar uma informação: quando toca a primeira campainha, ainda faltam quatro minutos; depois, vai tocar mais uma e vai faltar um. Se você precisar, dou mais cinco minutos, porque é tão importante saber da Aneel aqui como vamos desenrolar essas questões que você pode expor com toda tranquilidade o seu ponto de vista aqui.

A SRª HUGO LAMIN – O.k., Senador. Obrigado.

Bom dia a todos.

Senador Hélio José, eu gostaria de agradecer o convite e reafirmar o interesse e a disposição da Aneel para discutir e participar dos debates relacionados ao setor elétrico, é o que temos feito sempre.

Eu trouxe aqui uma apresentação, para falar de geração distribuída, mas com foco num segmento específico dessa geração distribuída, que é a micro e minigeração distribuída, que é uma geração ainda de menor porte.

Pretendo, ao longo da apresentação, tratar de vários pontos que foram levantados pela Aneel e das próprias perguntas que foram apresentadas, mas, eventualmente, se ficar alguma coisa ainda sem resposta, eu volto a dela tratar no fim.

Como eu disse, então, vou falar aqui um pouquinho sobre geração distribuída, sobre o conceito de geração distribuída. Ao contrário da geração centralizada, que é aquela geração de grande porte que está longe do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

centro de carga, esta geração aqui, como sugere o nome, é uma geração distribuída que está localizada no segmento de distribuição mais próximo da carga, e, no caso de mini e microgeração, que vou abordar, é uma instalação de geração em uma unidade consumidora.

Então, vou comentar um pouquinho sobre a regulamentação da Aneel. A Agência, ainda em 2010, começou uma discussão em audiências públicas, em consultas públicas. A característica da Agência é de sempre discutir com os interessados. A participação social é muito importante. A Resolução nº 482, que foi publicada em 2012, surgiu desse processo amplo de discussão com todos os agentes. Essa é uma resolução que estabelece, no âmbito da micro e minigeração, o que a gente chama de Sistema de Compensação de Energia. O Daniel, da Abradee, já fez alguns comentários aqui sobre esse modelo. Vou repetir alguns desses conceitos, mas há alguns pontos iniciais que eu destaco.

Esse modelo, da forma como está regulamentado hoje pela Aneel, permite que o consumidor, incluindo aí o consumidor de pequeno porte, o consumidor residencial, por exemplo, instale sua própria geração na sua casa, no seu telhado, e usufrua dessa energia que é gerada. E, eventualmente, se a energia gerada é maior do que o consumo, se há um excedente nessa geração, esse excedente vai para a rede da distribuidora. Há uma analogia que sempre gosto de fazer: a rede da distribuidora, nesse caso, funciona como uma bateria. O excedente fica armazenado na rede da distribuidora, e o consumidor pode, depois, buscar de volta essa energia, que é o que a resolução chama de créditos, créditos em energia elétrica. Então, é importante destacar que é um modelo de troca de energia, internacionalmente conhecido como Net Metering, sem circulação de dinheiro. Não há compra e venda nesse caso. Não há comercialização de energia nesse modelo. O consumidor usa a rede da distribuidora, na analogia que mencionei, como uma bateria e, depois, busca de volta aquela energia que foi ele que gerou.

Esse, então, é o contorno da Resolução nº 482, de 2012. Aqui, há um esquema ilustrativo. O Daniel, da Abradee, trouxe um bem parecido. Uma casa, um comércio ou uma indústria instala a geração, que pode vir de uma série de fontes – depois, comento sobre isso –, e essa geração, então, serve para suprir o consumo próprio daquele consumidor. A consequência é que ele tem uma redução na fatura dele no fim do mês. Então, uma das motivações que o consumidor tem para instalar esse tipo de geração é a redução do dispêndio que ele tem com energia elétrica. Como comentei, o excedente dessa geração, nos momentos em que isso ocorre, vai para rede, e o consumidor pode buscar de volta essa energia que foi exportada para a rede. São esses créditos em energia elétrica.

Eu falei aqui em pequeno porte, em micro e em minigeração, mas o que isso significa na regulamentação da Aneel? A agência estabeleceu o limite de até 75kW para a microgeração e, para a minigeração, o limite de até 5MW. Essa diferença entre micro e mini, os dois tipos fazem direito a esses créditos que eu comentei, a essa troca, fazem direito a usufruir do sistema de compensação de energia. O que diferencia, então, são algumas questões de acesso, procedimentos mais técnicos, questões de conexão, de medição, mas os grandes benefícios trazidos pela regra valem para as duas modalidades: micro e minigeração.

E, ao contrário da redação original, de 2012, que listava algumas fontes, a atual redação da Resolução nº 482 disciplinas que pode ser qualquer fonte renovável ou por geração qualificada.

Eu aqui, agora, comentei sobre a redação atualizada por quê? O que aconteceu? No ano passado, novamente, depois de um processo grande de discussão, a Aneel publicou a Resolução nº 687, de 2015, que revisou o texto da Resolução nº 482. Essa revisão entrou em vigor em 1º de março deste ano. O objetivo dessa revisão foi propiciar e retirar ainda mais os entraves que eventualmente existiam para o consumidor ter esse tipo de geração. A Agência trabalhou muito na questão dos procedimentos, redução dos prazos para que esse tipo de geração se instale. Os limites que eu mencionei eram menores. A redação original colocava o limite de 1MW. Hoje, é de até 5MW, com exceção da hidráulica, que vai até 3MW.

O Paulo comentou isso aqui na apresentação dele. Um dos pleitos que existem no âmbito da ABRAPCH é expandir o limite da CGH para 5MW também. Nesse caso, a Agência seguiu a legislação. Este foi, então, um ponto modificado: aumentar o tamanho dessa fonte.

Os créditos que eu mencionei têm validade de cinco anos. Então, uma energia excedente que foi gerada neste mês pode ser usufruída, buscada de volta, naquele modelo da bateria virtual, em até cinco anos. Essa também foi uma atualização trazida pela Resolução. Entre outros aprimoramentos que a Agência fez.

Bom, eu falei que, de qualquer fonte renovável que abarca hoje a Resolução, a fonte solar fotovoltaica é a que existe em maior número, mas outras também estão presentes, já instaladas e funcionando no Brasil.

Nesse meu eslaide, além da solar – aqui é uma unidade comercial em Uberlândia (MG) –, eu ilustrei ali uma microeólica, em uma prefeitura de Santa Catarina. E a figura do canto direito inferior é um caso bem interessante. Foi um dos primeiros geradores a se enquadrarem nesse modelo. É um produtor rural no Estado do Paraná, que gera energia a partir de dejeto animal, cocô de porco. O cocô de porco entra em uma estufa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

segue o processo, gera o biogás, e é esse biogás que vai gerar energia elétrica. Alguns outros casos de biomassa e de biogás já estão em funcionamento hoje.

Com relação especificamente à questão do aterro sanitário, do resíduo sólido urbano, hoje, dois casos já estão em funcionamento no Brasil nesse modelo da Resolução nº 482, nesse modelo do sistema de compensação. Então, todo o esforço que a Agência fez, de uma forma geral, para viabilizar e possibilitar esse tipo de geração distribuída abarcou também, sim, a questão do resíduo sólido urbano. É claro que alguns outros entraves ainda existem, aperfeiçoamentos podem ser feitos.

Não foi mencionado aqui na Mesa ainda, mas eu acho interessante citar que existe hoje um grupo de trabalho, um programa que foi estabelecido por uma portaria do Ministério de Minas e Energia (MME), o programa intitulado ProGD, que é justamente para incentivar esse tipo de geração.

Alguns dos pontos que foram colocados aqui estão sendo debatidos no âmbito desse programa. A própria Aneel levantou algumas possibilidades de estudo justamente para casar a questão da geração distribuída com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aproveitar que já existe outra política para tentar alcançar os objetivos e os benefícios que todos nós esperamos. Então, no âmbito desse programa, a Aneel até levantou algumas opções que seriam incentivos para esse tipo de fonte do resíduo sólido e urbano.

Eu comentei que o consumidor, quando instala essa geração, pode utilizar esse crédito, esse excedente. Existem algumas modalidades definidas na resolução para disciplinar o uso desses créditos. Primeiro, a modalidade que chamamos de autoconsumo, que á convencional, que é a geração distribuída junto à carga. Um exemplo bem corriqueiro é uma residência que instalou a geração distribuída e vai usar aquela energia para suprir o consumo naquela residência. É o que chamamos de autoconsumo.

Outra modalidade que também é uma geração distribuída junto à carga e veio agora na revisão da regra – então é uma nova modalidade que está vigorando a partir de 1º de março deste ano – é a questão dos condomínios residenciais, comerciais, um *shopping*, por exemplo. Essa geração distribuída pode ser instalada e a própria unidade consumidora, o condomínio, o que é de uso comum – iluminação, aquecimento, elevador –, pode usufruir desses créditos e os condôminos também, sejam os moradores, as casas, os apartamentos num condomínio residencial, sejam as lojas num condomínio comercial de um *shopping*, por exemplo. A regra agora permite que esses créditos sejam repassados dentro dessas unidades no condomínio.

O autoconsumo remoto é outra modalidade que já existia na redação original da resolução de 2012. É quando um consumidor instala em uma unidade a geração, mas o crédito pode ser usufruído por outras unidades do mesmo titular dentro da mesma área de concessão, dentro da mesma distribuidora. Um exemplo para ilustrar isso é uma rede de supermercados que instala a geração em uma única loja, em um único supermercado, e todos os supermercados da mesma titularidade daquela rede podem usufruir da energia dos créditos que são gerados. É o que chamamos de autoconsumo remoto. Daí os créditos têm validade de cinco anos, como mencionei antes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª HUGO LAMIN – Seguindo, a quarta modalidade que existe hoje na resolução e também é uma modalidade nova que surgiu com a revisão da regra é o que a Agência chamou de geração distribuída compartilhada. Então, um conjunto de consumidores, pessoas jurídicas ou físicas, se unem ou na forma de consórcio ou de cooperativa, instalam uma geração distribuída até aquele limite de 5MW, aquela geração vai gerar energia, e toda aquela energia, todo aquele crédito pode ser repartido entre os consumidores que fazem parte desse consórcio ou desse condomínio.

Um exemplo: uma cooperativa no norte de Minas criou no norte de Minas uma geração e, em quase todo o Estado de Minas, que é atendido pela Cemig, os consumidores que fazem parte daquela cooperativa, um consumidor que mora no sul de Minas, por exemplo, poderia usufruir do crédito dessa energia que está sendo gerada no norte de Minas. Esse é um modelo de geração compartilhada, que é também uma nova modalidade, como comentei.

A questão atual, evolução, projeções dessa quantidade de geração instalada. Hoje – estes são dados de julho de 2016 – 4.517 unidades consumidoras no Brasil já possuem geração nessa modalidade de micro e minigeração que comentei aqui. Noventa e oito por cento dessa geração é solar, totalizando 4.432 unidades. Há outros casos que já cheguei a comentar aqui: o biogás, do qual eu trouxe um exemplo e uma foto, são 23 hoje, no Brasil; biomassa, dois casos; eólica, 39; hidráulica, cinco; e o modelo híbrido, entre solar e eólica, 16. É interessante porque mencionei "pequeno porte" no início. Desses 4.517, 78% são unidades consumidoras residenciais. Então, esse tipo de instalação está sendo feito em casa mesmo, em residências. Esse é outro dado interessante.

Eu não trouxe aqui, para a apresentação, mas a Agência tem uma projeção, um estudo que foi feito no âmbito de uma análise de impacto regulatório na época da discussão da regra. A Agência estabeleceu algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

premissas, alguns cenários, e a projeção que foi feita é de que, até 2024, 1,2 milhão de unidades consumidoras no Brasil teriam geração distribuída nesses moldes, o que totalizaria por volta de 4,5GW de potência instalada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Um milhão e...?

A SRª HUGO LAMIN – Um milhão e duzentos mil em um cenário mais avançado. Para atingir esse cenário mais avançado, alguns desafios devem ser vencidos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª HUGO LAMIN – Vou tratar aqui também, em seguida, de quais são esses desafios, o que até ajuda a responder muitas perguntas que foram colocadas aqui.

Desde já, aproveito para tratar de um ponto que a Abradee levantou e que V. Exª mencionou aqui nas perguntas: a sustentabilidade, o equilíbrio do ponto de vista da distribuidora, da empresa de distribuição. Essa análise de impacto que a Agência fez, essa projeção de 1,2 milhão de unidades em 2024, se se concretizar, traria um impacto de aproximadamente 2% nas tarifas de energia elétrica, valor médio. Algumas distribuidoras verificariam um impacto maior e outras, menor, mas 2% lá em 2024, caso esse número de 1,2 milhão seja atingido.

É importante destacarmos aqui que a geração distribuída, além de beneficiar o próprio consumidor que a instalou, traz uma série de benefícios para o setor elétrico. Na medida em que a geração está junto à carga, as perdas elétricas, as perdas técnicas, que são inerentes ao transporte de energia, são reduzidas, já que a geração e carga estão no mesmo local.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Evita blecaute...

A SRª HUGO LAMIN – Há a questão do investimento em rede de transmissão e distribuição.

O Paulo comentou, trouxe um eslaide de um valor alto de investimento que o País faz para expandir o sistema de transmissão e atender a geração que está longe do centro de carga. Esse também é um benefício da geração distribuída. A própria redução de geração de grande porte consegue reverter também em benefício. E esses benefícios que estou comentando aqui todos os consumidores vão perceber. Por isso, a Agência acredita nesse tipo de modalidade. A Aneel está acompanhando, sim, esse impacto. Compreendemos a preocupação das distribuidoras, mas a Agência está acompanhando, está estudando,já tem essas projeções.

A própria regra, hoje, traz a previsão de uma revisão em 2019. Então, eventuais impactos serão tratados nessa revisão, seguindo todo rito da Agência de discutir com os interessados, de estudar, de colocar em audiência pública. A Aneel não fecha os olhos para isso. É importante deixar claro que queremos garantir o equilíbrio e a sustentabilidade de uma forma geral. É importante deixar isso claro aqui.

Esse é um gráfico que mostra as maiores quantidades instaladas em cada Estado do Brasil, daquele número que eu mostrei anteriormente, de 4.517. Quanto mais escuro aqui, maior a quantidade. Vemos que Minas Gerais hoje é o Estado que mais tem geração distribuída e instalada nessa modalidade. Há alguns motivos. A radiação é relativamente alta, a tarifa também é uma das maiores do País, mas uma iniciativa surgiu em Minas: a isenção do ICMS. Isso eu já relaciono com os desafios que temos para esse tema de micro e minigeração distribuída, que é a questão da tributação.

Eu havia comentado com vocês que se o consumidor gerou em excesso e a energia gerou um crédito. Ele pode buscar de novo. É como se ele tivesse gerado 10kWh em excesso, foi para a rede e ele poderia buscar de volta esses 10kWh. Isso é o que a regra prevê, Daniel.

Mas se essa energia que o consumidor gerou é tributada com ICMS, se ele gerou 10, ao invés de buscar os 10 de volta, vai buscar 7,5, 8. Então, do ponto de vista do consumidor, ele perdeu parte dessa energia justamente porque houve a incidência do ICMS.

A defesa que a Aneel faz, em vários fóruns, já trouxemos isso para o Senado em outras oportunidades. O senhor já mencionou todo o debate que houve no Confaz, no Ministério da Fazenda. A defesa da Aneel é que esse tipo de energia gerada pelo próprio consumidor não deveria ser tributada. É importante destacar que não é uma competência da Aneel esse tipo de definição. O ICMS é um imposto estadual. Então, os Estados têm a competência para decidir. Mas a Agência faz o papel de divulgar e de defender, porque essa seria uma barreira a ser retirada.

Hoje, no Brasil, 19 Estados e o Distrito Federal já aderiram a um convênio do Confaz e não cobram ICMS sobre essa energia que é gerada pelo próprio consumidor. Esse desafio ainda permanece, primeiro, para expandir para todos os Estados do País; segundo, porque eu mencionei, ali atrás, que algumas novas modalidades foram criadas, na revisão da resolução, e o limite de potência também aumentou. Então, ainda não está muito claro como será a incidência nessas novas modalidades, nesse novo limite, mas lembro que não é uma competência da Aneel definir, ela defende que não deveria ser tributado.

Eu não coloquei no eslaide aqui, mas existe também a tributação federal PIS/Cofins. No final do ano passado houve uma lei que isentou. É importante mencionar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Outros desafios: a questão da divulgação. É importante aumentar o conhecimento da população de uma forma geral e saber que é possível esse tipo de geração.
Um terceiro desafio que eu trouxe aqui foi o financiamento. Se estamos falando de uma geração de pequeno porte, de pequenos consumidores, é importante que existam linhas específicas direcionadas para esse tipo de geração.
Eu tenho aqui alguns outros desafios e algumas propostas que poderiam ser discutidas, para viabilizar e aumentar esse tipo de geração, mas vou deixar para outro momento, em função do tempo. Se o senhor me permitir, no final eu volto a tratar de alguns desses pontos.
E já me encaminho para o meu último eslaide. Esse é o meu último eslaide. Senador, o senhor comentou aqui dos prédios em Brasília, da disponibilidade que há de sol, de irradiação solar. A própria Aneel já tem um projeto, está em fase de compra. A ideia é de que, até o final deste ano, a instalação comece a ser feita. Serão 1.760 painéis cobrindo praticamente todo o teto do edifício da Agência em Brasília, totalizando 2.904m^2 de painéis e 510kW de potência instalada, um sinal de que a Agência realmente acredita nesse tipo de geração.
Bom, eram essas as questões. Permaneço aqui à disposição e agradeço novamente pelo convite e pela oportunidade.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Hugo Lamin. Você terá depois um tempo para dar continuidade às suas questões, para nós bastante necessárias.
Como, por exemplo, da outra vez, eu fui bastante tolerante com o seu secretário que estava aqui, hoje eu tive que ser bastante tolerante com a Aneel. Inclusive, eu gostaria até que você, se puder, falasse alguma coisa sobre o represamento das PCHs. Há três pessoas na sua frente aqui, dê uma ligadinha para a pessoa que está na área para nos dar alguma informação, o que é fundamental, porque precisamos tirar do papel essa questão das PCHs. Isso, se você tiver condição. Se não, em uma próxima oportunidade discutiremos especificamente PCH. Podemos depois fazer uma audiência pública sobre o assunto.
Vamos passar a palavra novamente para o Hollauer, já que não há nenhum Senador presente hoje aqui para poder fazer perguntas.
Primeiro, eu queria saber do nosso querido Thales se foi enviada alguma pergunta pelo Alô Senado. Se foi, por gentileza, peço que me passe, para eu possa ler para que os nossos palestrantes...
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Recorde? Olha, há recorde de perguntas. Vamos tentar ler algumas aqui.
O Hamilton Alves, da Bahia, gostaria de saber: "Por que o Brasil ainda tem entrave burocrático quanto à fabricação dos componentes para as placas fotovoltaicas, que, na maioria, são importadas? Há a possibilidade de fabricar esses insumos no Brasil? Pois geraria emprego e renda para o povo brasileiro". Essa é a pergunta do Hamilton, muito interessante.
O Nelson Firmino da Silva, do Rio de Janeiro, pergunta: "Energia solar, o Governo pode fornecer os equipamentos para a minha residência?". Essa é a pergunta. Vocês vão falar daqui a pouco. Você que representa o Governo nesta discussão responde ao nosso querido Nelson Firmino da Silva.
A Lucília Amaral, do Rio de Janeiro: "Por que não instalarmos placas solares em estacionamentos e mais estruturas de universidades federais e demais órgãos públicos?". É interessantíssimo você chegar ao aeroporto de Aruba e ver que é totalmente autossuficiente em energia, com seus estacionamentos todos tomados por placas solares fotovoltaicas que geram energia suficiente para que o aeroporto de Aruba possa funcionar.
Então, vemos os *shoppings* brasileiros. Aqui em Brasília, estou dialogando com as feiras, com os representantes das feiras livres, que são enormes, galpões quadrados inaproveitados, e as pessoas passam dificuldade para a sobrevivência nas feiras, dentro da linha que o nosso querido Hugo Lamin já deixou claro, do aproveitamento tanto do condomínio como dos condôminos, para ver se conseguimos dar uma melhor condição de funcionamento dessas feiras livres através de investimento em um projeto de energia solar.
Então, eu acho que as universidades, os aeroportos e os órgãos públicos em geral do País deveriam estar pensando um pouco mais à frente sobre essa questão do aproveitamento dos seus espaços e sobre a solimetria boa que temos em nosso País.
O Antonio Vasco Teles, de Santa Catarina, diz: "Transferir um pouco da produção de eletricidade por fonte alternativa para o pequeno empreendedor pode ser uma boa solução. Assim, em cada cidade ou em cada região, poderão, os pequenos empreendedores, instalar e explorar painéis solares ou unidades eólicas."
O Sr. Benito Rodrigues Cozzolino, do Rio de Janeiro, diz: "Existe algum programa de fomento a esse tipo de iniciativa, mesmo que seja para empresas privadas, no sentido de energias renováveis atualmente? Se sim, como é feito? Não seria possível estruturar algum?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Sr. José Roberto Santos Assis, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Acredito que o Brasil deva avançar num caminho para a solução energética, possibilitando através de uma política voltada a financiar aos moradores fazerem uso da energia solar, diminuindo a demanda das hidroelétricas e consequentemente de investimentos vultosos nesse segmento."

É claro que a grande bateria acumulativa são as fontes das nossas barragens, nossas hidrelétricas, que poderiam ser guardadas, guardadas, guardadas, guardadas, para serem aproveitadas no momento mais adequado. Então, quando nós tivermos, lá na frente, uma evolução bacana de todas essas potenciais energias renováveis, a nossa grande bateria acumulativa vai ser exatamente o nosso sistema hidrelétrico que temos hoje, inclusive as PCHs, que podem colaborar muito nisso.

"Quais as fontes de energias renováveis viáveis geograficamente no Brasil? Que esforço é necessário para implementá-las?" Essa pergunta é do Chico Godoy, de Santa Catarina.

A Ana Karolina Alves Teixeira, de Minas Gerais, pergunta: "Quais serão os tipos de energia?"

Esse assunto é bastante estimulante para todos. A energia é um insumo básico para o desenvolvimento industrial, empresarial, para a vida. Sem energia, nós não fazemos nada, até a nossa energia motora pessoal, que é a energia da vida, para a gente poder ter disposição de levantar. A energia está em torno de tudo, e a energia elétrica é fundamental para um país saudável, um país desenvolvido, um país que queira ter competitividade no mercado. Por isso esse grande interesse da população brasileira, que não consegue entender por que nós ficamos 10 anos praticamente, 8 anos, na questão das experiências no campo da energia solar, estando ainda hoje praticamente na idade da pedra nesse setor, enquanto a China está, com solimetria 30% menor do que a do Brasil, despontando aí, até com proposta de fazer 100 gigawatts de energia solar no próximo período. Enquanto isso, mais de 2/3 da nossa matriz brasileira é elétrica, e a gente está numa situação de pensar em 8 até 2020. Quer dizer, é muito pouco.

O Fábio Rocha, do Rio Grande do Sul, diz o seguinte: "Sou a favor da diversificação da matriz energética optando por aumentar investimento em energia eólica, solar e nuclear, que são menos impactantes ao meio ambiente." Importante. Ontem nós sabatinamos aqui no Senado, e aprovamos o nome, o nosso representante na Agência Nacional de Energia Atômica.

Uma das perguntas que fiz a ele foi exatamente sobre a segurança dos novos projetos, das novas plantas e a necessidade de tornar realidade o planejamento do Ministério de Minas e Energia, que prevê, até 2030 e até 2050, uma certa evolução nesse setor, já com segurança. Porque o Brasil, para todo mundo que está nos ouvindo, é um dos países com uma grande produção de urânio, que tem condição de ter um bom desenvolvimento do aproveitamento dessa energia radioativa e essa é uma energia também barata, que poderia ser muito bem aproveitada para o Brasil para poder preservar mais os nossos reservatórios, nossas baterias com mais energia acumulada, podendo ser levada aonde há o consumo.

Então, precisamos também nos posicionar melhor a respeito da questão nuclear, porque há uma falácia em alguns setores. Todo mundo sabe, a Alemanha falou que zera, mas compra da França, que praticamente produz quase tudo em energia nuclear. Então, são fronteira, está um do lado do outro. Quer dizer, a nuclear ainda é uma energia muito barata e agora, com os acidentes, com as coisas que houve, cada vez mais segura. Então, é importante vermos como se vai discutir essa energia importante para o nosso País, que é a energia nuclear. Temos o problema de Angra 3? Temos, uma herança maldita que não se acaba, que gera Lava Jato, que gera problema, que gera corrupção, com a qual temos que acabar. Temos que resolver esse problema, até porque as novas plantas não têm muito a ver com a planta de Angra 3, que está um pouco ultrapassada. Apesar de que as nossas usinas caras de lá do início nunca tiveram acidentes. Eram plantas bem seguras de Angra 1 e de Angra 2. Então, precisamos incentivar e participar desse debate com mais tranquilidade.

O Felipe Magno, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Há alguma previsão para revisar a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, da Aneel? Essa resolução determina o modelo de microgeração?"

O Felipe Magno, de Minas, ainda diz o seguinte: "Uma das melhores maneiras é copiar o modelo alemão, microgeração direto do consumidor sendo creditada no CPF de quem está gerando a energia. Esse crédito é retornado em modo de benefícios para o gerador." Então, está colocando. Se você tiver condições de dar uma informação sobre isso, Paulo.

Paulo Cesar Cavalheiro de Freitas, do Rio Grande do Sul: "Há tantas formas de se gerar energia limpa, quando vão parar de usar petróleo? O futuro da energia é gravidade, magnetismo, eólica e placas fotovoltaicas. A questão nunca como fazer e sim quando (magnetismo-gravidade)!" Essa é a posição do Paulo Cesar Cavalheiro de Freitas, do Rio Grande do Sul.

Felipe Boff, do Rio Grande do Sul, diz o seguinte: "Quais as possibilidades de serem criados meios de captura de energia eólica e solar na Região Nordeste – visto que a mesma apresenta um clima adequado e com alta incidência solar? Seria possível usar desses meios em substituição da energia hidrelétrica?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Karla Cristina dos Santos Rocha, da Paraíba, pergunta. E homenageio a nossa querida Campina Grande, com a sua universidade, sempre âncora na discussão do setor elétrico brasileiro, como também a Universidade de Santa Catarina, outras e a UnB, em que há também uma Casa Solar, em parceria com o Sesc e com o Senai.
Karla Cristina dos Santos Rocha pergunta: "Como ficam as áreas inundadas? Para as hidrostáticas funcionarem, houve desmatamento e desapropriação. Havendo essa nova tecnologia, qual seria o impacto social? A meu ver, deveriam alugar as terras para esse uso, para que não haja mais o que já houve, a desapropriação no Sertão."
Não sei se vocês conseguiram entender. É meio confusa a pergunta. Mas tudo bem, ela é importante.
Carlos Ribeiro, do Acre, comenta: "Visto que a situação ecológica em que o Brasil se encontra é precária, lançando-se diversos gases de efeito estufa na atmosfera e poluindo-se o solo e o ar com lixões a céu aberto, devem-se construir mais aterros controlados e sanitários, a fim de melhorar o bem-estar da população."
O Sr. Carlos Adriano Medeiros, do Rio Grande do Sul, diz: "A energia solar através de células fotovoltaicas deveria ser subsidiada pelo Governo através de empréstimo para a implantação e pagamento através da geração e retorno para a rede. Sairia muito mais barato e de rápida devolução ao Governo, sem necessidade de grandes obras."
Luiz Soares de Oliveira Filho, da Paraíba, diz: "Energia solar seria uma ótima saída. O Nordeste tem bastante a oferecer."
Felipe Boff, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Qual a possibilidade de serem instalados meios de captura de energia eólica e solar na Região Nordeste em substituição à energia hidrelétrica? Quais seriam as consequências ambientais se essas medidas fossem tomadas?"
A Srª Luiza Antunes, de Santa Catarina, pergunta: "O Brasil pode aderir à energia solar como excelente alternativa energética, pelo fato de o País ser tropical e apresentar altos índices de incidência solar. Por que esse recurso não começa a ser mais difundido em locais de grande demanda de energia em substituição à energia hidrelétrica?"
Guilherme Lobo, do Amazonas, diz: "Entendo que o custo de instalação da energia solar ainda é alto. Contudo, o desenvolvimento dessa tecnologia localmente através de subsídios e de política pública seria a alternativa sustentável. Dessa maneira, fomentaríamos o mercado interno e o desenvolvimento tecnológico."
Ainda diz o Sr. Guilherme Lobo, do Amazonas: "O desenvolvimento tecnológico de energias renováveis em institutos de pesquisas nacionais promoveria a independência do mercado exterior. Poderíamos utilizar o conhecimento já adquirido nos outros países no início, mas não podemos deixar de investir no desenvolvimento nacional."
O Sr. Gabriel Alves Costa, de Minas Gerais, comenta: "Um ótimo jeito de economizar recursos na energia solar seria não utilizar baterias, mas, sim, usá-las durante o dia e usar as hidroelétricas durante a noite, economizando na compra de baterias e aumentando a capacidade hidroelétrica."
O Sr. Fábio Fernandes Roque, de Santa Catarina, diz: "É um tema de profunda explanação. Para gerar mais sustentabilidade e oferecer meios simples e gratuito para gerar energia, investir menos em hidroelétricas, que destroem vilarejos, fauna e flora, e conscientizar e aplicar nessa forma alternativa sustentável."
Diz o Sr. Maurício Antunes da Silva, de Pernambuco: "A energia eólica e solar são alternativas como energias alternativas e renováveis no Brasil, pois temos o privilégio de ser um País tropical com grande incidência de sol. Os locais públicos – praças, parques, estacionamento, repartições públicas – devem ser prioridade."
O Sr. Isael Albuquerque, de Pernambuco: "Energia solar nas casas é injetada direto na rede elétrica, contribuindo para produzir energia elétrica e diminuir a conta".
O Sr. Daniel Duarte, do Rio Grande do Sul: "Seria possível a criação de leis de incentivo para que empresas e pessoas possam destinar parte dos seus impostos para a adoção de energias alternativas e renováveis?"
Essa é uma boa pergunta para você, Hugo Lamin.
Marcos César Silva Filho, de Mato Grosso: "Acredito que usinas biodigestoras ajudariam a minimizar bastante a questão do lixo, sendo uma fonte de energia limpa, uma vez que o lixo orgânico, como o bagaço da cana-de-açúcar, vá para os biodigestores. Os resíduos têm uma função: gerar energia ao invés de poluir o ambiente com gases".
Está acabando, pessoal. Só faltam quatro. Mas foi bom; eu gostei. Foram muitas perguntas, muita vontade de contribuir para essa importante política pública, demonstrando que, se nosso Governo quer atender o brasileiro, se o nosso Governo quer atender a nossa população, se o nosso Governo quer realmente atender aquilo que está tocando a cada um, precisa muito pensar nesse setor, investir nesse setor .
Vou estar com o Presidente Temer, talvez ainda esta semana, e vou reforçar essa discussão que estamos fazendo no Parlatino sobre o projeto da lei marco de integração energética sobre o aproveitamento dos potenciais, principalmente solar, de biomassa, de lixo e de outras formas, e continuar esse programa exitoso que nós temos na eólica e de outras formas de aproveitamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Miquele Luce, de Minas Gerais: "Gostaria de saber o custo de implantação de um parque eólico e a quantidade de energia distribuída. Noutra monta, o custo da construção de uma hidrelétrica, quantidade de energia produzida. Os danos não precisam ser debatidos, tendo em vista os prejuízos da segunda ao meio ambiente".
Aí, Hollauer, se você quiser falar alguma coisa...
Bom, a última contribuição que nos chegou – e eu fiz questão de lê-las todas, até para constarem dos nossos trabalhos e em respeito aos ouvintes de todo o Brasil que estão nos assistindo, porque a TV Senado, cada vez mais, atinge as mais distantes regiões do Brasil – é a do participante Daniel Duarte, do Rio Grande do Sul.
"Seria possível a criação de leis de incentivo para que empresas e pessoas possam destinar parte dos seus impostos para a adoção de energias alternativas e renováveis?"
Essa pergunta eu já havia lido, mas vou deixar aqui com o Hugo, para ele lembrar de responder no momento oportuno.
Passo a palavra, então, para o Hollauer.
Fique à vontade, Hollauer. Devido ao grande número de perguntas, você tem cinco e mais dois ou três minutos para concluir, sem problema nenhum.
O SR. GILBERTO HOLLAUER – Eu agradeço a oportunidade de responder. Eu quero registrar aqui, inclusive, que é um privilégio que o Senador tenha uma vivência no setor de energia, pois a condução fica mais simples e o debate fica mais qualificado. Então, eu queria registrar isso porque, na verdade, é fato raro.
Há muitas perguntas aqui. Algumas eu consigo responder em grupo; outras são mais sutis. Eu vou fazer alguns comentários com relação à colocação da Aneel.
Estrategicamente, eu não falei muito do ProGD, apesar de ser uma portaria do Ministério, porque antecipei o breque de que a Aneel ia entrar no ProGD, porque ela está no ProGD. De fato, é uma iniciativa do Ministério, que está muito comprometido com a geração distribuída. Desde os ministros anteriores já havia esse compromisso, mas o volume aumentou. E, aí, eu tenho que chamar a atenção sobre o aspecto de que existe uma certa agonia com relação à geração distribuída, mas a agonia é compreensível. Em 2050, em 2045, a gente estima que cerca de 13% do consumo residencial virá de geração distribuída. É um número conservador ainda, no melhor conhecimento atual. Ocorre que, em termos de capacidade instalada, para serviço em residência, a gente deve chegar a cerca de 80GW instalados.
Bom; vamos dar um número, uma dimensão para isso. Hoje, a capacidade total do Brasil é de cerca de 150GW. Então, a gente vai ter algo como quase metade da capacidade atual do Brasil em termos de geração distribuída em 2050. Então, a gente vai chegar lá. O que se está discutindo aqui é a velocidade, é a transição. Agora, é aquela coisa: a dificuldade está sempre nos detalhes. Então, vou comentar alguns.
O primeiro detalhe é com relação à intersecção de atuação de pastas. Por exemplo, o resíduo sólido é um caso. O resíduo sólido a gente não consegue resolver, porque é uma bola que quica em duas áreas. A gente nunca consegue resolver. Em geral, resíduo sólido chega na esperança de que a energia elétrica ou a venda, o custo da energia elétrica pague todo o processamento. Não é possível! E sozinho, também, não se viabiliza. Então, aterros sanitários, resíduos sólidos etc. são um problema entre áreas de atuação de pastas, e, aí, o Senado, o Senador Hélio José tem um papel privilegiado, ou seja, o de resolver essa coisa. E eu vejo isso nas mesas, mas você não consegue resolver.
Outro problema é a parte tributária, que foi tocada aqui. O caso de solar, hidrelétrica e eólica herdou uma questão que é a seguinte: na verdade, hidrelétrica já é uma tecnologia assentada, decantada. A eólica e a solar... Por isso que tem aquela parte de importação. Mas o senhor tem um ponto ao dizer que há o imposto de importação ali, o ICMS, prejudicando aquele que quer entrar no mercado de produção nacional.
A gente não consegue resolver isso com muita facilidade. Eu vou dar um exemplo pessoal: a primeira pessoa que foi falar no Confaz sobre isenção da energia solar fui eu. Eu, pelo Ministério de Minas e Energia, e a ABDI. A gente apresentou... Na época, como os problemas são muito complicados no Confaz, a agenda dele é complicada, eles nos ouviram etc., mas, na verdade, não conseguiu dar resultado aquela primeira reunião. Depois, o Ministro Eduardo Braga resolveu isso com um telefonema. E, aí, apareceu...
(*Soa a campainha.*)
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou lhe dar mais três minutos.
O SR. GILBERTO HOLLAUER – Eu vou precisar para falar sobre a nuclear.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mais três minutos e mais um para concluir.
O SR. GILBERTO HOLLAUER – Então, a questão tributária é complicadíssima de avançar.
Com relação, agora, à geração distribuída. Como há muitas perguntas aqui sobre fomento, deixem-me só colocar uma coisa no tocante à geração distribuída. É claro que, para baixa renda, há uma política pública, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida, em que você faz uma indicação e até subsidia a instalação de painéis solares etc. Então, essa é uma atuação da política pública. Beleza! Há um outro tipo de atuação que é aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de mercado, que é a outra faixa. Aí, você cria linhas de crédito. Por exemplo, a Caixa Econômica Federal tem várias linhas de crédito para isso. Na época do Plano Brasil Maior, a gente trabalhou nesse negócio de como se viabilizar e ofertar. Então, a gente tenta acertar as linhas de financiamento, o acesso à instalação de painéis de energia solar, microdistribuição e assim por diante. Então, essa é uma atuação.

Assim, para quem perguntou se o Governo faz fomento, eu digo que a gente faz fomento dessa maneira: existem linhas de crédito, no seu banco, na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, em especial, que cobrem esse tipo de coisa. Mas a atuação é privada: você vai colocar um painel solar na sua residência ou mesmo no setor de serviços. Então, essa é a parte de fomento.

Na parte tributária, também, a gente... Por exemplo, o caso do ICMS, que foi comentado, a gente tentou atuar. Eu li os pareceres da Aneel. Ele considerava que era um mútuo do ICMS, e esse é um dos motivos pelos quais nós fomos ao Confaz também. E, aí, começaram a tratar a coisa como suspensão tributária – eu acho que essa foi a abordagem, não me lembro mais. Mas o caso tributário também, para fontes que estão entrando no parque – e aí eu vou deixar um problema para o Senado pensar e arquitetar – é o seguinte: na verdade, nos outros países, você dá uma isenção tributária por tempo determinado. Por que isso? Porque, depois, você não tira mais. Eólica é um caso. Eólica foi um caso de sucesso; hoje é uma energia competitiva. E, por exemplo, ele aplaca um pouco o anseio da PCH, que está com dificuldades de competir com a eólica. Mas a pergunta é a seguinte: a eólica, hoje, tem benefícios que ela conquistou na época em que era incumbente, e hoje você não tira mais.

Então, política tributária tem que ser feita com muita cautela, porque, depois que você coloca o benefício, em geral, tem muita dificuldade de tirar, e você não tem mais um *check point*: será que você precisa ainda desse benefício ou não? E, aí, vai aparecer aquele gráfico que você colocou muito bem. Então, essas são as questões. Nuclear. O custo de hidro e solar e nuclear...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO HOLLAUER – Eu vou precisar de mais um minuto e acho que liquido essa questão.

Os custos de hidro. Eu vou colocar em termos de quilowatt instalado, porque, em termos de megawatt/hora, o leilão todo mundo conhece. Hidro dá mais ou menos cerca de US$1,6 mil por quilowatt instalado. Esse é o número. Eólica era US$2 mil o quilowatt instalado; agora está indo para US$1,8 mil dólares o quilowatt instalado. Essa coisa. A energia nuclear, no mundo, está dando cerca de US$4 mil o quilowatt instalado. Isso na China, ou seja, esse mundo aí é um mundo particular. Na verdade, se formos para a Europa, vamos pagar US$5 mil por quilowatt instalado. Então, isso dá, mais ou menos, a grandeza. Assim, de fato, a energia hidrelétrica ainda é a mais competitiva.

Com relação à nuclear, muitas coisas têm que ser debatidas e, aí, o fórum talvez seja esta Casa. Isso porque a energia nuclear tem muitos mitos. A gente está lutando para colocar Angra III. Houve dificuldade, claro. É uma tecnologia atual; não é a última tecnologia. Não é a PWR com proteção passiva, como se chama, mas é um PWR bacana; está funcionando. É uma tecnologia atual ainda. Mas temos muito preconceito ao tratar o tema. Quero lembrar que temos o parque, Angra 1 e Angra 2, que dão dois gigas, algo assim. Vamos pegar os Estados Unidos e a China. Os Estados Unidos têm cem gigawatts instalados de energia nuclear, só em energia nuclear. Qual é o parque brasileiro? O parque brasileiro total hoje é 150. Então, eles têm quase um Brasil de energia nuclear, e não há problemas. Em 2006, eles tinham duas licenças ambientais para instalar energia nuclear e reduziram para uma, porque isso estava reduzindo o crescimento. Portanto, eles lá têm uma maneira muito pragmática de abordar o tema. Temos que achar um meio-termo: não precisa ser igual dos Estados Unidos, mas não precisamos ir para a outra ponta. Não sei qual seria o exemplo.

Qual é o parque americano total? O parque americano total é cerca de 1,1 mil gigawatts, quase dez Brasis. Então, um décimo do parque americano é um Brasil, e quase todo (cem gigas) de energia nuclear.

Essas questões de energia nuclear devem ser resolvidas e debatidas. Acho que os meios de captura, solar e eólica, já estão acontecendo. Esse é um processo natural. A energia eólica é um sucesso no mundo. Ela é intermitente, tem problemas; a intermitência, como foi colocado aqui, é um problema que vai ficar cada vez mais patente e vai afetar o mercado regulatório da distribuição

Vou dar um exemplo aqui, para fechar: o mercado de regulação, as distribuidoras, argumentou aqui: "quero separar energia e fio". Por quê? Porque energia eles compram e respondem pelo risco da compra de energia. "Quero trabalhar só com o fio, quero só fazer a entrega da energia". Beleza, mas aí você vai ter que mudar um pouco o mercado regulatório, quer dizer, o arcabouço regulatório. Por quê? Porque, nesse caso, você bota energia distribuída em sua casa. Pergunto: você vai cortar o fio que liga você à distribuidora? Não, não vai, porque em um dia em que não há sol nem vento você vai usar... E, aí, como você remunera a distribuidora? Se você for manter o fio, a distribuidora vai ter que ter alguma energia de *backup*. Todas essas questões vão recair na regulação, e a Aneel tem um grande problema para resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Existe mais um ponto – e quero deixar essa bola com o Senador, que conhece o tema e vai, de pronto, perceber a importância. A energia distribuída não entra sozinha no mercado se não houver *smart grid*, rede inteligente. Como modernizar essa rede? Como fazer investimentos para essa rede ficar inteligente, deixando mais fácil o trabalho para o regulador, e para as distribuidoras aumentarem o controle?
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado ao Hollauer. Foram muito importantes os seus esclarecimentos. A *smart grid* é realmente um grande desafio e, com certeza, será fruto de um debate logo, logo, que vamos propor junto à Aneel e aos setores envolvidos, as distribuidoras em geral. O Brasil começou, deu um *up* e depois parou, e precisamos desenvolver, não é? Esse vai ser outro assunto, porque é bem longo e é necessário que nos debrucemos sobre ele.
Vamos lá Abradee, nosso querido Daniel Mendonça, representando a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.
O SR. DANIEL MENDONÇA – Bom, Senador, na verdade, as perguntas lidas aqui foram mais direcionadas, até pelo seu teor, ao Governo porque se trata de política de fomento e facilidade para se ter acesso à compra de placas solares para fomento da geração da micro e minigeração distribuída.
Para finalizar, reforço aqui o recado nosso de que, obviamente, para a distribuidora, o importante é termos uma matriz cada vez mais limpa e renovável. Então, fazemos coro a esse pleito e a essa iniciativa que o senhor tão bem encabeça aqui, pelo Senado, mas sem deixar de considerar que as distribuidoras precisam, para sua sobrevivência, ter e obter a remuneração adequada pela manutenção e modernização das redes. Portanto, independentemente da fonte de energia que o País, dentro do seu planejamento energético, opte por seguir – e entendemos que a energia mais cara é aquela que não existe –, em que pese o fato de querermos ter sempre uma matriz mais limpa e renovável, sabemos da necessidade de termos fontes de geração firmes, que possam garantir o suprimento quando necessário.
Então, reforço o ponto de que, para a distribuidora, de uma forma geral, o importante é a remuneração justa, concedida e analisada pelo nosso órgão regulador, que á a Aneel, para a manutenção das redes.
De forma bem sucinta era isso. Coloco-me à disposição para o caso de haver alguma pergunta de fato relacionada às distribuidoras. Fico à disposição para tentar responder.
Obrigado, Senador, pela possibilidade de participar.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Daniel.
Sem dúvida, a contribuição da Abradee é importante em todo esse debate. Vamos chegar a um ponto comum porque, sinceramente, acho que as distribuidoras não podem ter medo da evolução natural e normal da situação, e devem ser partícipes desse processo.
Precisamos discutir muito mais, conversar muito mais a respeito desse importante setor da geração distribuída. A interface dessas duas tem que gerar uma química e tem que casar. Temos que resolver essa parada.
Vamos ouvir o nosso querido representante da ABRAPCH, o nosso Paulo Arbex, Presidente da associação Brasileira de Fomento a Pequenas Centrais Hidroelétricas. Fique à vontade, Paulo, para provocar o quanto você precisar a Aneel, que, em seguida, vai te responder.
O SR. PAULO ARBEX – Vi que houve bastante pergunta feita com uma Belo Monte na cabeça, não é? Acho que as pessoas quando pensam em hidrelétrica, pensam em Belo Monte.
A nossa associação foi contra a Belo Monte, combatemos Belo Monte. Da maneira como foi feita, fomos contra, consideramos que não deveria ter sido feita.
Conforme o Senador mesmo falou aqui, aquilo foi uma usina feita por grandes empreiteiras e grandes interesses. Foi uma usina que nos prejudicou, tomou nosso mercado. O setor de PCHs e CGHs é completamente diferente disso daí. Estamos falando de micro, pequenos e médios empreendedores, estamos falando de lagos menores do que o açude de qualquer fazendinha de interior. Não desapropriamos ninguém, nós compramos as terras. A maioria das pessoas, dos agricultores – pequenos e, às vezes, grandes agricultores – pede não para receber um valor pela venda do hectare, mas, sim, para ter uma participação no lucro das usinas, porque querem deixar para os seus filhos uma renda vitalícia, uma renda de longo prazo, uma aposentadoriazinha, e temos feito assim.
Para quem não sabe, o impacto de PCH é não só baixíssimo como é reversível. O lago de Brasília, por exemplo, Lago Sul e Lago Norte, é o metro quadrado mais caro de Brasília, quiçá do Brasil, e nada mais é do que – onde ficam todas as mansões dos grandes empresários, dos ministros – o lago de uma PCH. O Lago Paranoá é o lago da PCH Paranoá – tem outro nome, o nome oficial é outro, mas é conhecida como PCH Paranoá. Então, não há prova maior de que isso está inserido na sociedade, que isso está em harmonia com o espaço que a população de Brasília habita etc e etc.
O lago de Furnas está no *site* da Secretaria de Turismo de Minas Gerais como atração turística. O lago da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

CHESF também. Há programação, há barcos que levam o pessoal lá para fazer churrasco, para tomar banho de cachoeira. A mesma coisa acontece em Sobradinho. A Usina de Sobradinho, onde está sendo gravada a novela que tanto mal fala de hidrelétrica, é de onde se tira a água para irrigar toda aquela região, que produz fruta e que exporta para o mundo inteiro – Petrolina, por exemplo. O avô do Ministro das Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho, fez aquilo ali. Foi o grande idealizador daquilo depois de uma viagem para o Arizona, em que viu o projeto de irrigação do deserto do Arizona. Aquilo ali tirou da miséria centenas de milhares de famílias. Hoje lá há irrigação por gotejamento, há produção de vinho, uva, manga; desce Boeing Jumbo ali em Petrolina para pegar as frutas e exportar para a Europa, Ásia e Estados Unidos. Acho importante isso.

Estamos colocando no nosso *site* abrapch.org.br algumas apresentações com fotos, com explicações do que é uma PCH, fotos que mostramos o tamanho de uma barragem de PCH. Mostrar isso tudo acho importante. Estamos contatando também uma assessoria de imagem e de imprensa para levar à sociedade essa mensagem.

Com relação aos cinco megas – o Hugo colocou aqui e acho que a Aneel e o Senador podem nos ajudar – a regra do Confaz ainda está com aquele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ARBEX – ...1 megawatt de CGH lá de trás. Hoje já são três, e estamos pleiteando cinco. Conseguir cinco seria muito importante, há um potencial grande de microgeração distribuída de CGH para ser feito, há um impacto social positivo enorme para ser capturado por isso aí. Precisamos adaptar a regrinha do Confaz para cinco megas e aumentar para cinco megas também.

O motivo principal é só um: usina de até cinco megas não comporta fazer estudo de inventário e projeto básico, porque esses estudos levam, para fazer e aprovar, até três anos e custam quase R$2 milhões. Isso mata o micro e pequeno empreendedor, fica mais caro o molho que o peixe. Então, isso seria uma forma de simplificar e tirar da prateleira esses projetos todos, de tão baixo impacto, que ajudam o dono da terra, que ajudam a sociedade brasileira e tal.

Com relação à intermitência, é uma coisa prática, nós precisamos ter essa intermitência coberta. Senão, o mesmo consumidor hoje que não quer essa ou aquela fonte vai ficar louco da vida na hora em que chegar à noite e não tiver luz, na hora em que parar o vento... Nós precisamos ter a complementar, não tem jeito. A forma mais barata de se estocar energia ainda é água em reservatórios. Podemos fazer pequenos reservatórios de PCH e podemos fazer megarreservatórios de UHE. Eu acho que a gente pode fazer os pequenininhos e ter essa capacidade de cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Paulo, eu tinha te dado mais três minutos, então, faço uma pergunta para ti.

Definimos a ampliação das PCHs dos 30MW para 50, com a expectativa de que algumas PCHs que foram subdimensionadas na época para poderem ficar nos 30 – que tinham um potencial muito maior – fossem repotencializadas até 50. Quanto a isso, que eu saiba, não aconteceu nenhum exemplo. O que foi que barrou essa questão?

O SR. PAULO ARBEX – Entendi. De 30 a 50, o que barrou foi o seguinte: de 30 a 50 o desconto no fio não é extensivo. É isso, não é Hugo? Se eu estiver falando bobagem, por favor, me corrija. É isso mesmo?

A SRª HUGO LAMIN (*Fora do microfone*.) – Houve uma lei que mudou isso no final do passado.

O SR. PAULO ARBEX – Agora. Então, no passado houve essa restrição, não há o desconto no fio. É um ponto superimportante, Senador. Todo país desenvolvido no mundo – na Europa, nos Estados Unidos – têm uma grande participação da pequena e da média empresas. Com esses problemas todos que as grandes empreiteiras estão passando e com a redução de PIB, quem construía grandes usinas hidrelétricas está tendo dificuldade. Vai ser difícil trazer investidores, talvez os chineses, não sei. Aumentar a potência de PCH, tentar fazer com que o pequeno vire grande, que o pequeno vire médio e que o médio vire grande acho que é uma coisa muito interessante de se fazer. Ir aumentando gradativamente esses limites de PCH. A diferença de impacto ambiental, a diferença de tamanho é muito pequena entre uma usina de 30, 50, 100... Até 100 mega, não tem muita coisa. Agora, quando se fala de uma Belo Monte de 11 mil megawatts, em plena Amazônia, aí é outro nível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu já me posicionei aqui e não sei se neste ano está havendo essa debate na CMO, mas no ano que vem, com certeza, estarei na CMO representando o Senado Federal novamente, como estive no ano passado. Na CMO passada a gente definiu – eu era membro da CMO lá, Relator do capítulo da indústria, do comércio e da pequena empresa – que 19 bilhões fossem destinados a investimento em energias alternativas. Lamentavelmente, fazendo gol contra, a Presidente e o Ministério de Minas e Energia anteriores vetaram a questão que nós aprovamos por unanimidade na CMO, o investimento de 19 bilhões no PPA para geração de fontes alternativas para gerar a mesma quantidade de energia em ponta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que Belo Monte gera. Está certo? Belo Monte gastou 40 bilhões entre 10 bilhões de transmissão e 30 bilhões para obras e construção da usina, quer dizer, uma coisa que...

Se eu estivesse aqui no Senado, na época, como Senador, jamais o debate passaria tão simples, como foi Belo Monte, porque acho que teríamos outras alternativas muito mais razoáveis para aplicar os 40 bilhões do que investindo em Belo Monte, ainda mais com usina a fio d'água, gerando aquele enorme impacto ambiental, fazendo esse enorme linhão de transmissão caríssimo para poder transportar 4,5 mil megawatts firmes da usina de 12,5 mil. Então, a gente poderia gerar esses 12,5 de forma de ponta, com 19 bilhões, conforme foi devidamente estudado, nos diversos temas de energias alternativas. Está certo?

Lamentavelmente, o Governo brasileiro teve coragem de vetar essa proposta na contramão da história, atendendo a alguns *lobbies* de alguns setores que não querem que o Brasil se liberte da situação em que se encontra. É a mesma coisa a questão de estar hoje criando confusão para a gente poder investir nos setores de desenvolvimento de tecnologia. Estão lá toda hora querendo barrar o projeto que o Senador Cristovam fez, que a gente já estudou, já distribuiu, já discutiu, já diminuímos para o valor razoável o investimento, que era um antes e agora ficou bem mais baixo. Inclusive, vocês, ABRAPCH e outros estão convidados para a audiência pública. Aprovamos aqui ontem, nesta Casa, que faremos até dia 30. Com a volta do Congresso ao regime normal, nós vamos aprovar o projeto do investimento em energias alternativas, queiram ou não alguns do Governo. Senão, eles vão ter que vir assumir que são contra o investimento em pesquisa. De forma que temos que nos libertar de algumas coisas que ainda nos estão prendendo na energia solar, que nos estão prendendo na energia termossolar, que nos estão prendendo com relação à pirólise, porque a tecnologia, os nossos estudos e os nossos investimentos estão muito baixos nesse setor. Está certo?

Então, não vai mais ficar como está a discussão de um projeto importante como este, como esses outros que você colocou. Eu, inclusive, como servidor público federal concursado do Ministério de Minas e Energia fiz o parecer e a avaliação de uma pesquisa que o Senado fez, na época, no Ministério de Minas e Energia, dando aval à questão da ampliação dos 30 por 50. Com certeza, um lago que tem potencial, que está lá com a reserva suficiente para rodar 50, estava rodando 30, porque, na época, o limite era de 30. Um valor muito menor de investimento, seria a repotencialização, coisa e tal, de turbinas, e ele poderia gerar, incrementar mais 20MW no sistema e ainda receber todos os incentivos necessários que uma PCH precisa receber.

Então, vou passar para o Hugo Lamin, você que vai ter a responsabilidade de concluir nossos trabalhos de hoje, pois só encerrarei a reunião. Você viu a bateria de perguntas, viu o tanto que esse estudo é importante. Eu acho que temos que fazer a quatro mãos, com o Senado e Ministério de Minas e Energia, Aneel e os setores organizados que trabalham com energia no Brasil, para desenvolvermos uma série de questões que o próprio Hollauer colocou aqui e que você também colocou.

Então, vamos ouvir suas explanações. Vou marcar o tempo, mas você tem até oito ou dez minutos para concluir essa questão.

A SRª HUGO LAMIN – Obrigado, Senador. Vou começar tratando aqui da questão dos procedimentos e dos processos dentro da Aneel relacionados a PCH. O senhor colocou aqui alguns problemas e algumas dificuldades de retenção desses processos. O Paulo depois pode me corrigir aqui.

Eu não tenho hoje, aqui e agora, de forma objetiva esses números, mas me comprometo depois a enviar isso formalmente. A satisfação que posso dar é que esse problema se reduziu ou foi totalmente superado nos últimos anos. Acho que em dois anos ou em um ano e meio a agência fez uma série de mudanças nos procedimentos, na regulamentação, novamente discutindo sempre com o setor. Houve um avanço muito grande, de modo que aquele problema que se verificava há dois anos, mais ou menos, hoje está muito reduzido. Depois eu passo a palavra para o Paulo, até para ele confirmar isso e eventualmente levar para dentro da agência, se houver algum entrave aqui, para voltarmos a discutir, a buscar solução.

Bom, passando agora às perguntas que foram feitas pela internet, há uma questão sobre a revisão da regra da Aneel. Então, relembrando: a resolução foi aprovada em 2012, no ano passado fizemos uma revisão que começou a vigorar agora, em 1º de março de 2016, e já há previsão no próprio regulamento de que essa regra voltará a ser discutida em 2019. Então, há essa previsão formal com prazo já definido.

É interessante que as várias perguntas feitas aqui foram respondidas ou tratadas pela apresentação que eu fiz aqui. Então, eu remonto a um dos desafios, exatamente a divulgação. As pessoas ainda não sabem hoje desse modelo, dessa possibilidade de gerar sua própria energia.

Então, divulgar, tornar público é um desafio para todos, para a própria Aneel, para as distribuidoras. A agência tem se empenhado, mas ainda vemos que há muito espaço para esclarecer para disseminar ainda mais esse tipo de geração.

Outra questão mencionada diz respeito à bateria. O grande benefício talvez dessa regulamentação da 482 seja dispensar o uso da bateria física lá dentro da casa do consumidor. Como eu disse na minha explicação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a própria rede da distribuidora funciona como essa bateria virtual. Então, há um ganho de custo, primeiro porque o consumidor não precisa comprar uma bateria, operar e manter. É caro, tem vida útil mais reduzida, ocupa espaço. Então, esse modelo da regulamentação tem esse grande benefício. E aí casando com uma pergunta que o senhor fez sobre a questão da segurança das redes, dos funcionários das distribuidoras e dos próprios consumidores que estão envolvidos no dia a dia com esse tema. É uma preocupação também da agência, a norma reflete isso, é uma preocupação das distribuidoras.

A regulamentação, como eu disse, foi muito discutida, teve um prazo de carência, vamos chamar assim para começar a aplicação, justamente para as distribuidoras se prepararem. Hoje, a tecnologia já está muito mais avançada, então, muitos problemas já são superados. Quanto à questão do inversor, que é o equipamento que transforma energia que foi gerada de forma contínua para anergia alternada, como é utilizado dentro das residências, hoje há uma tecnologia que garante esses aspectos de segurança. Para uma categoria específica de inversores há inclusive certificação do Inmetro. Estão atestando, verificando a qualidade desses equipamentos. (*Soa a campainha.*)

A SRª HUGO LAMIN – Isso é importante mencionar também.

A sua pergunta sobre a dificuldade de fazer operação e planejamento das redes. É uma realidade que está se inserindo agora: geração distribuída, veículos elétricos. Estive aqui há dois meses e o senhor estava presente na audiência também discutindo veículos elétricos.

Então, é um cenário que vai se alternando, mudando pouco a pouco. Os servidores devem se preparar para isso. É até uma boa oportunidade para modernizar o serviço, modernizar o atendimento. Eu não vejo como um grande problema, até porque outros países já têm isso há mais tempo, em maior quantidade, mas vejo como um desafio, uma oportunidade, sim, para melhoria e modernização.

Sobre as questões agora envolvendo incentivos, políticas, financiamentos, em determinado momento da minha apresentação, eu mencionei alguns itens que não são competência da Aneel. A Aneel, como agência reguladora que é, não cria política pública, mas ela tem que implementar a política pública que foi criada por quem de direito, aqui pelo Legislativo ou pelo Executivo, em forma de medida provisória, decreto. E a agência reguladora tem que implementar e propiciar que aquilo vire realidade para atingir aqueles objetivos. Então, algumas das perguntas que foram colocadas não são competência direta da agência. Vou tratar de alguns desses pontos aqui no sentido de levantar pontos que são passíveis de estudo. É claro que vou falar de vários pontos que se enquadram como incentivos que não necessariamente deveriam todos ser aplicados ao mesmo tempo. Deve haver uma calibração, deve haver um estudo, e aqui eu só levanto esses pontos para debate até para responder muitas das perguntas que foram feitas.

Primeiro, a questão da divulgação, de que eu já tratei, é um desafio para ser vencido. Outro desafio: capacitação e treinamento. Não mencionei isso aqui antes, mas o Brasil tem que se preparar para isso também, então, é um desafio. A gente tem um exemplo interessante aqui, no Distrito Federal, do Sesi/Senai, que tem uma estrutura já, uma casa solar, tem um treinamento direcionado para esse tipo de geração de pequeno porte – é importante divulgar isso também –, mas ainda permanece como um desafio para avançar ao longo do País todo.

A questão do financiamento, que eu já tinha mencionado como um desafio. Por estarmos falando de um consumidor de pequeno porte, é interessante que existam linhas apropriadas para esse tipo de geração.

E aqui levantando alguns pontos naquela linha que eu comentei: não necessariamente uma atribuição da Aneel, mas para fomentar o debate e o estudo eu coloco aqui.

Então, incluir, por exemplo, sistemas de geração distribuída em contratos de financiamento habitacional, nos moldes do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), uma ideia para se estudar.

Estender condições por meio de uma linha especial dentro do Construcard ou do Producard, por exemplo. Muitos desses pontos que eu vou mencionar aqui estão sendo estudados lá pelo Ministério no âmbito do ProGD, o programa sobre o qual comentei.

A questão ainda de financiamento, mas talvez agora para uma geração de maior porte. Verificar mecanismos e condições de financiamento disponibilizados pelo BNDES. Só cito um exemplo aqui de um leilão de energia reserva, o 6º Leilão de 2014, o LER 2014, que foi um bom exemplo para isso.

Já que eu falei do LER, vou aproveitar. Outra possibilidade de incentivar ou direcionar para determinada fonte, incentivar esse tipo de geração é realizar leilão específico para essa fonte. Já foi feito, citei o exemplo do LER de 2014. Aí, cabe análise para verificar se direciona para solar ou se direciona para PCHs. Imagino que esse seja um pleito que a associação tenha. Isso tem que ser estudado, mas é um ponto aqui para reflexão.

A questão de tributos é um desafio. A agência tem se empenhado, mas, repetindo, não é uma competência da Aneel, mas a agência defende que a energia gerada pelo consumidor não deveria ser tributada, repetindo o que eu já mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quanto à questão de incentivos fiscais, levantando aqui também hipóteses: conceder incentivo fiscal no âmbito do Governo Federal, por exemplo, com abatimento de parte dos custos de implantação da geração distribuída no Imposto de Renda. É uma análise a ser estudada pelo Governo Federal. A gente tem um exemplo bem-sucedido disso nos Estados Unidos, que criaram o ITC, que é o *Income Tax Credit*, apenas para mencionar também como exemplo.

Outras possibilidades: abatimento do ISS ou do IPTU, que tem esse tipo de geração. Daí já estou entrando em questões municipais, fugindo muito, aqui, da discussão, mas trazendo ponto para análise e debate.

E, por fim, coloco aqui outros dois pontos: ampliar sistema de incentivo fiscal Padis, por exemplo, para empresas que se instalam no Brasil, direcionando para determinada fonte, para fomentar determinado ponto.

No âmbito do Ministério já existe um programa que decorre de uma lei, o Reidi, que também assegura incentivo fiscal. Esse aqui eu sei que é um pleito da cadeia de fotovoltaica, também passível de ser estudado.

Em resumo é isso. São muitos pontos, muitas ideias. Como eu mencionei, o próprio Ministério tem discutido e a Aneel tem participado. E reforço, novamente, sempre a disponibilidade e o interesse da agência de continuar nesse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço.

Paulo, você quer comentar aquele negócio? Você pode me emprestar, para tirar uma cópia, essas provocações? (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É? Você quem sabe. Por favor. Seria interessante.

Diga, Paulo.

O SR. PAULO ARBEX – Eu acho a ideia de fazer leilões específicos de geração distribuída excelente. O nosso diretor técnico e jurídico não está aqui. Eu talvez fale coisas que já estão resolvidas, mas vou correr esse risco. Acho que o principal para é conseguirmos aprovar esses cinco megas o mais rápido possível. Está muito bem encaminhado via MP 735, mudar a 687 e aumentar para cinco. Aí, no Confaz também a mesma coisa. Então, esse é o ponto principal, de imediato.

Já foi publicado o valor de referência para geração distribuída, para hidrelétrica? Eu vi que para solar já foi, mas o nosso não vi, ainda. Seria importante a gente verificar. Se não foi publicado, não foi definido ainda esse valor, deveríamos definir rapidamente, para começar a cotar, porque as distribuidoras podem comprar até 10%, por lei, de geração distribuída dentro das suas áreas de concessão. E é importante obedecer esse VR. Acho que para solar foi fixado em R$450 o megawatt-hora.

Acesso às mesmas linhas de financiamento de geração distribuída para todas as fontes que tiverem a geração distribuída e fazer o leilão, incentivar as distribuidoras a fazerem esses leilões, até para descarregar, para auferir os benefícios da geração distribuída.

Acho que são esses os pontos e poderemos ver com calma, depois. Mas é isso de que precisamos para viabilizar a GD no nosso segmento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer, pela competência, aos expositores. Nosso querido Hollauer, do Ministério de Minas e Energia; Hugo Lamin, da Agência Nacional de Energia Elétrica; Paulo Arbex, da ABRAPCH; e o nosso querido Daniel Mendonça, da Abradee, pela competência das exposições e pela contribuição.

Gostaria que todos nos enviassem, sem precisarmos cobrar – como precisaremos cobrar a questão da primeira –, as respostas escritas, para constar no trabalho que estaremos apresentando no final de tudo.

Cobrarei – e peço a vocês que sejam meus porta-vozes – da Aneel e do Ministério de Minas e Energia as respostas, e vou entrar em contato com a Abinee, a Unica e a Apine, que acho estava na vez anterior, a ABEEólica. Cobrarei as respostas escritas às nossas perguntas que entregamos para eles também.

Gostaria de dar por encerrada esta audiência pública, agradecendo todos que estão aqui presentes pela participação, pela contribuição. Vamos ter mais três ou quatro audiências públicas relativas a esse assunto, para até o final do ano concluirmos esse trabalho. Esperamos contar com a colaboração de todos os envolvidos, Ministério de Minas e Energia, Aneel, setores produtivos e consumidores, para que juntos possamos chegar à melhor conclusão para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

Dou por encerrada esta audiência pública de hoje, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Pastor Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Hélio José, Edison Lobão, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Elmano Férrer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Telmário Mota, Wilder Morais, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Sabatina**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 87, de 2016** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, objeto do Requerimento no. 31, de 2016, já aprovado nesta Comissão. A audiência tratará dos Leilões de Energia de Reserva: metodologia aplicada e perspectivas de longo prazo. " **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para discutir a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica, tendo em vista o RQI nº 31/2016, pelo qual foi aprovado o Plano de Trabalho de avaliação de políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira. " **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, objeto do Requerimento no 31, de 2016, já aprovado nesta Comissão. A audiência tratará dos Avanços e Desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e do Programa Luz para Todos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Realização de diligência - BR319" **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Viana, Edison Lobão, Flexa Ribeiro, Hélio José, Dalírio Beber e Deca. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.
A Presidência comunica o recebimento de ofício da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT), que comunica a designação do Senador Pastor Valadares, do PDT do Estado de Rondônia, como membro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

titular deste Colegiado, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ser suplente desta Comissão.
A Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 738, que trata de relatório de auditoria realizada na Eletrosul, nas obras de expansão do sistema de transmissão do sublote do leilão 4/2014, da Aneel, concedido à Eletrosul em 28 de janeiro de 2015.
Outro Aviso, também do Tribunal de Contas, que trata da fiscalização das obras de implantação da linha de transmissão entre os Municípios de Rio Branco, Feijó e Cruzeiro do Sul, no Acre, além das subestações associadas. O documento se encontra à disposição dos Senadores e das Senadoras.
Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 87, de 2016
- Não terminativo -
Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Nós estamos, portanto, prontos para deliberação, após o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que foi lido no dia 13 de setembro de 2016. Foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
Sendo assim, convido para que tome assento à Mesa o Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento, indicado ao cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
Pronto?
O SR. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO – Pronto.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento, indicado para a Anatel.
O SR. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.
Exmo Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves; Sr. Senador Edison Lobão, inicio a minha fala dizendo que sou grato ao Excelentíssimo Senhor Presidente Michel Temer e ao Exmo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministro Gilberto Kassab, pela confiança em mim depositada ao proporem o meu nome para respeitosa apreciação do Senado Federal, passando, antes, por deliberação desta douta Comissão de Infraestrutura, para, então, compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.
Agradeço também ao Exmo Sr. Senador Flexa Ribeiro pela deferência da lavra do relatório encaminhando a minha indicação a ser submetida à deliberação por parte dos Srs. Senadores desta Comissão.
Assim, sinto-me honrado pela oportunidade de me expressar aos nobres Senadores da Comissão de Infraestrutura e também distinguido pela possibilidade de, tendo a confiança e o voto favorável de V. Exªs, exercer o mandato de Conselheiro da Anatel.
Eu nasci em 30 de janeiro de 1944, em Belém do Pará, sou engenheiro eletricista, graduado em 1970 pela Universidade Federal do Pará. Comecei a carreira profissional na companhia de telefones do Município de Belém. Era uma empresa municipal oriunda da Pará Telephone Company – palavras em inglês –, depois Telepará, que foi, então, incorporada ao sistema Telebras, no início de sua operação.
Realizei cursos e estágios no Brasil e no exterior e tenho sido colaborador em jornais. Sou também autor de artigos publicados em livros, revistas e *sites* especializados.
Sou autor de livros, um de título *Neyde Quadros: memórias*, em que eu registro histórias de minha mãe; um outro livro *Artigos, Análises e Tutoriais de Telecomunicações*, em que reúno textos de minha autoria, publicados em vários meios de comunicação, e também discursos, pronunciamentos e *policy statements*, em que transcrevo textos pronunciados em fóruns nacionais e internacionais.
Fui Ministro das Comunicações do Brasil, de 4 de abril a 31 de dezembro de 2002, sucedendo, então, o Ministro Pimenta da Veiga. Antes, fui Ministro interino, acumulando a Secretaria Executiva do Ministério, de 13 a 29 de abril de 1998, em função da doença e, em consequência, da morte do Ministro Sérgio Motta. E, de 25 de novembro a 31 de dezembro de 1998, com a renúncia do Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros.
No Ministério das Comunicações, fui também Secretário Executivo, Secretário de Fiscalização e Outorgas, Diretor de Serviços Públicos também. Fui Coordenador da Comissão Especial de Supervisão para coordenar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

procedimentos relativos ao processo de desestatização das empresas federais de telecomunicações no Brasil, que foi finalizado em 1998.

Fui Presidente do Conselho Curador da Fundação CPqD e do Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

Na Telebras, fui Gerente de Departamento, Diretor de Coordenação de Operações e Presidente do Conselho de Administração. Na Telepará, fui Gerente de Departamento e Diretor de Operações.

Na Teleacre, fui Diretor Técnico-Operacional e seu Presidente. Participei também do Conselho de Administração de Empresas do sistema Telebras, como a Telerj, a Telebahia, a Teleamapá, a Telesp, a Teleceará e a Embratel, e também da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Embraer, lá representando a nossa Fundação de Seguridade Social, a Sistel.

Nos últimos anos fui sócio da Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia, assim como conselheiro da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec), da Nokia Networks Brasil e do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite.

Feitas essas menções de ordem biográfica, passo a fazer considerações relativas ao ambiente regulatório das telecomunicações e aos temas que estão na ordem do dia não somente na Anatel, mas também no âmbito dos Poderes constituídos da República. Entendo que os mecanismos de regulação devem garantir eficiência econômica, corrigir falhas de mercado, introduzir critérios de qualidade, assegurar acesso universal dos serviços, manter canais de interação entre prestadoras e consumidores, estimular e promover inovação tecnológica, assegurar compatibilidades de sistemas e a defesa do meio ambiente.

O setor de telecomunicações brasileiro, regulado pela Anatel via mais de 1.600 servidores altamente capacitados, opera a quinta maior rede mundial, promove 500 mil empregos diretos e gera uma receita anual da ordem de R$275 bilhões, o que significa 4% do Produto Interno brasileiro.

A Lei Geral de Telecomunicações, com seus 216 artigos, foi solução para as questões que se apresentavam na década de 1990 quanto à ordem institucional, econômica e tecnológica. Mas o crescimento exponencial da internet no mundo gera uma disrupção econômica via transformação tecnológica, impactando as estruturas legais.

A situação de 1997 era diferente da atual e será mais diferente ainda da que virá. No momento da privatização, julho de 1998, o Brasil contava 28 milhões de acessos de telecomunicações. Em julho de 2016, portanto 18 anos depois, esse total alcançou a marca de 340 milhões de acessos.

Entendo que uma agenda pública bem estruturada envolvendo o Legislativo e Executivo é necessária, visando adotar uma revisão do marco legal, incluindo as concessões que expiram em 2025, de modo a evitar que a União reassuma uma infraestrutura tecnologicamente defasada e um serviço com problemas de sustentabilidade.

No momento, a banda larga é destaque no País. Tanto que, desde abril, 25 projetos de lei deram entrada no Congresso Nacional. A propósito, tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 3.453/2015, do nobre Deputado Federal Daniel Vilela, visando dispor sobre o novo marco legal de telecomunicações, do qual destaco, dentre outras proposições, a que trata dos regimes de outorga de exploração dos serviços.

Observo ainda que o acompanhamento atual da qualidade é focado em indicadores técnicos que não são sentidos pelo consumidor. O desafio é como dispor de indicadores que garantam um nível adequado de qualidade e que conversem com os sentimentos do consumidor, pois a demanda do mundo digital é de mais acessibilidade aos serviços de telecomunicações.

A destinação do espectro de radiofrequências e órbitas de satélites deve ser uma das preocupações do regulador. O provimento de acesso à banda larga por satélites de comunicações é um dos exemplos de atendimento em regiões remotas e mesmo em regiões onde exista apenas um provedor de serviços como forma de estímulo à competição.

A procura por banda larga cresce, mostrando sua relevância, tanto em nível nacional quanto internacional. Aqui no Brasil, ao final de julho de 2016, os brasileiros contavam com mais de 222 milhões de acessos à banda larga, mas ainda há demanda a atender, pois apenas 26% dos domicílios brasileiros contam com acesso à banda larga.

Assuntos importantes como o Projeto de Lei do Senado nº 52/2013, que trata da lei das agências reguladoras, de autoria do Senador Eunício Oliveira, os fundos setoriais, a regulamentação da lei das antenas, a TV digital, a dotação orçamentária da Anatel e a recuperação judicial da Oi, entre outros, demandam atenção da sociedade brasileira e, portanto, Senador, do Congresso Nacional.

Internamente, a Anatel precisa desenvolver uma postura de atuação proativa e de rápida adaptação frente à dinamicidade do setor; há que também aprimorar os mecanismos e processos de governança como direcionadores de atuação institucional e ainda considerar diferenças geográficas existentes no escopo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

atuação da agência.
Das missões que já me foram confiadas, ao longo desses 45 anos de atividades profissionais, esta poderá ser a mais arriscada e desafiadora que terei em minha vida, dada a complexidade e o momento dos temas envolvidos.
Espero, então, pela aprovação da minha indicação para poder honrar a confiança de V. Exªs, Srs. Senadores desta Comissão, no exercício do mandato de conselheiro da Anatel.
Aproveito aqui para saudar também o nobre Senador e amigo de muito tempo Jorge Viana, que sempre está me assistindo nas demandas que eu consigo, eu também, quando pude, procurei atender as demandas do Senador também e de seu irmão, o Governador Tião Viana, naquele tempo justamente também Senador da República.
Cito, então, aqui um caso que é interessante ser mencionado neste plenário e também ao Sr. Senador Presidente da Comissão. Por ter atuado ao longo de dois anos e depois mais quatro anos no Estado do Acre, viajando nos monomotores pelo interior do Estado, sentíamos a necessidade de que as aeronaves tivessem como se posicionar nos voos, pois os voos eram feitos às cegas.
O Senador é também usuário, em função do trabalho que lá executa no Estado do Acre, onde já foi Prefeito municipal, Governador do Estado por dois mandatos e hoje é um nobre Senador da República. Então, naquela ocasião, lembrando ao Senador, eu, Ministro de Estado, em uma visita ao Estado, perguntei por que o Governo de Estado não poderia, então, usando das condições e das oportunidades de governo implantar uma rede de radiodifusão pelo interior do Estado.
Àquela altura era Presidente da República o Sr. Fernando Henrique Cardoso, eu levei o assunto até ele e palavras do Presidente: "Aos Viana, você pode fazer tudo o que a lei permita." Então, fizemos, sim, a regularização de uma outorga de uma geradora de canal estatal, cinco rádios FM para o interior do Estado e mais duas rádios AM, que passaram, então, a servir de radiofarol para os voos que realizávamos pelo interior do Estado, porque lá, Senador, como o Estado do qual o senhor é oriundo, hoje já existem muitas estradas, mas o avião ainda é uma necessidade e, para muitos lugares que se ia, não havia o radiofarol por parte do Ministério da Aeronáutica que pudesse orientar os voos até aqueles destinos.
Muitos voos eu fiz às cegas como outros técnicos também da empresa e, ao implantar uma estação de FM, de vez que pela iniciativa privada era impossível, uma vez que as localidades não eram rentáveis para exploração comercial, coube ao Estado e, com isso, foram vários os equipamentos lá instalados e que não serviram somente para o entretenimento, mas até mesmo para a segurança dos voos.
O nobre companheiro Aníbal Diniz, hoje Conselheiro da Anatel, àquele tempo então era o Secretário de Comunicação do Estado e foi realmente a autoridade, no Estado, que me acompanhou na condição de poder fazer aquele projeto com as devidas outorgas ministeriais, e a sua implantação foi realizada.
Pois bem, Senador, outros assuntos eu poderia aqui levantar, mas eu entendo que também deva me submeter aos questionamentos bem como ouvir. O Senador Lobão também vem de um Estado que merece a atenção maior desse setor. Então, eu gostaria de ouvir recomendações de V. Exªs.
Assim eu aqui encerro a minha exposição e me coloco à disposição dos Exmos Srs. Senadores presentes.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou declarar aberto o processo de votação para a Mensagem nº 87, de 2010 ao mesmo tempo em que concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.
O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exª, o Senador Lobão e, primeiro, quero justificar que nós tivemos um calendário diferenciado ao longo desse período pré-primeiro turno e vamos ter também um calendário diferenciado nesse período entre o primeiro e o segundo turno. Hoje de manhã, como Vice-Presidente da Casa, eu conversava com o Presidente Renan; agora, à tarde, vamos ter uma reunião de Líderes e, de alguma maneira, nas comissões também.
Nós estamos fazendo uma reunião excepcional com a Comissão de Relações Exteriores, tivemos reunião excepcional também e audiência em algumas comissões hoje e estamos vivendo aqui um calendário especial.
Quero cumprimentar V. Exª pela prioridade que está dando a essa sabatina do Dr. Juarez Quadros do Nascimento. A Anatel está sem um dirigente, Diretor-Geral, é uma agência sensível, de uma das áreas mais importantes e estratégicas do País, e a apreciação por V. Exª de levar em conta e marcar essa sabatina para hoje é uma excepcionalidade, sim, que duas razões justificam: primeiro a história de vida, o conhecimento, a integridade, o profissionalismo do Dr. Juarez Quadros, mas também o fato de estarmos aqui fazendo uma indicação para a Anatel, que é tão importante para a vida nacional.
Hoje não há possibilidade de um país funcionar sem aquilo que a Anatel, na sua essência, regulamenta.
Então, cumprimento o conselheiro e ex-colega aqui do Senado, Senador Aníbal Diniz, demais dirigentes da Anatel, e é muito bom ver o Dr. Juarez Quadros aceitando um chamamento para voltar à vida pública. Ele já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

serviu a este País, já serviu ao meu Estado, é um servidor público que construiu uma bonita história de vida, ao longo do tempo. Chegou a ser ministro na época do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e agora é chamado a sair da iniciativa privada e ajudar o País na condição de dirigente da Anatel. É um setor que ele conhece tão bem, que ele acumula conhecimento e que certamente, com a experiência acumulada, fará um trabalho ainda melhor do que o que já fez, a partir obviamente da indicação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal.

Ainda há pouco, ele, Dr. Juarez, relembrava episódios; nós vivíamos situações, como ele relatou ainda há pouco, talvez as pessoas não compreendam, mas não havia outra maneira – porque não havia internet – de um piloto de avião se guiar a não ser por bússola, mapas, alguns mapas para navegação, mas sem sinal. E, na hora em que você instala uma rádio num Município, o avião busca aquela frequência de rádio e segue aquela frequência, por isso que dá uma segurança de voo, e, durante muito tempo, nós voávamos, no Acre, apenas nos guiando pelo sinal que vinha das rádios que, na época, conseguimos implantar. Então, você veja como evoluiu muito essa situação no nosso País. Hoje, todo mundo tem um GPS, tem mecanismos bastante precisos e eficientes para fazer navegação, seja por terra, seja por água, seja pelos céus. Mas, são situações como essas, sensibilidades como essas, que foram construindo a história profissional do Dr. Juarez Quadros.

Não queria abusar do tempo, Sr. Presidente Garibaldi, apenas quero cumprimentar V. Exª pelo tratamento que tem dado. O Relator, Senador Flexa Ribeiro, fez um relatório que eu ficaria honrado se tivesse também sido designado, mas acho que o Senador Flexa também conhece o Dr. Juarez Quadros dos tempos em que ele atuou na Amazônia, a história de vida dele é ligada ao Estado do Pará. E estou na expectativa aqui de que os colegas possam vir fazer a votação e que o nome do Dr. Juarez possa ser acolhido aqui nesta Comissão. E assumo já, de pronto, o compromisso, se for a designação de V. Exª para o plenário, de cuidar dessa indicação no plenário da Casa, tão logo esta Comissão delibere sobre a indicação do Dr. Juarez Quadros do Nascimento.

Estou certo de que hoje é um dia importante, ou amanhã, mas, certamente, se aprovarmos a indicação dele aqui hoje, na sabatina, eu me encarrego de, ainda hoje, pedir para que se inclua na pauta a indicação do Dr. Juarez Quadros e que ainda hoje o Senado Federal possa deliberar – volto a repetir, concluindo – por duas razões: pela história de vida, pelo profissional que é, pelo servidor público que é o Dr. Juarez Quadros e também pela necessidade que temos na agência, uma das agências mais importantes que o País tem, numa das áreas estratégicas, sensíveis e que não pode ficar incompleta para atender plenamente às cobranças, às necessidades do setor e da própria sociedade.

Era isso. Mais uma vez, cumprimento o Dr. Juarez pela exposição e V. Exª pela acolhida que dá nessa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Jorge Viana, até mesmo pela sugestão que deu de que trataria, no plenário, de agilizar a votação do indicado.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, parabenizo a Anatel por estar prestes a receber, em seu meio diretivo, o Dr. Juarez Quadros. Trata-se de um servidor público da melhor qualidade e com notável experiência no setor, o que o ajuda enormemente na função que vai exercer.

Convivo com o serviço público, com o Poder Público, aqui em Brasília, há muitos anos. Poucas vezes conheci um servidor de tamanha qualificação e de tal espírito público como o Dr. Quadros.

Quero fazer-lhe apenas uma pergunta: tendo vivido tanto tempo no setor de comunicações, como explica o fato de a renovação das concessões e até as concessões mesmo demorarem tanto no Ministério das Comunicações?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Juarez.

O SR. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO – Obrigado, Senador.

Ainda que esse assunto não esteja muito afeto à situação da Anatel, pela experiência passada no Ministério, eu posso tentar dar uma resposta, mas muito como uma opinião pessoal, de vez que essa questão continua afeta, ainda, ao Ministério.

As outorgas de radiodifusão, sejam rádio, sejam televisão, têm realmente um processo burocrático que demanda um certo tempo, tanto para as outorgas iniciais quanto nas suas renovações; fato que inclusive faz com que – dada a burocracia dos processos - quando um processo, às vezes, fica pronto para a sua conclusão e, com isso, para serem emitidos os atos de outorga ou de renovação de outorga, algum documento burocrático que é exigido pela legislação se encontra vencido. Aí há um retorno do processo para que tudo seja refeito e isso, então, acaba demorando tanto.

Posso contar, inclusive, em função da sua pergunta, que, quando fomos para o Ministério justamente com o Ministro Sérgio Motta, Senador Lobão, ao trazermos processos – porque eu fui justamente para a Secretaria de Fiscalização e Outorgas, que foi quando eu o conheci – para o então Ministro Sérgio Motta, ele reclamava, porque eram processos, às vezes, de mais de 5 anos passados e que, naquele momento, é que estavam vindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para a assinatura ministerial.

E, com isso, ele diz assim: "Mas por que que esse processo [a pergunta que o senhor faz ele me fazia] demora tanto e somente agora vem até à chancela do Ministro?" A questão era realmente a burocracia, que fazia com que houvesse esse retardo fabuloso. E eu sei que ele continua existindo. Certamente, o Ministro Kassab tem, então, que ver como proceder para que esses processos realmente não sofram esse retardo, que é realmente expressivo.

Mas eu agradeço a questão do senhor.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, era isso que eu tinha a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e Relator do processo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; meu amigo Quadros, indicado aqui para a Anatel; Srs. Senadores, quero agradecer a V. Exª por ter me indicado para ter o privilégio de ser o Relator do nome do Dr. Juarez Quadros do Nascimento para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel, e será indicado pelo Presidente Temer como Presidente da Anatel. E, no meu parecer, Juarez, eu fiz referência a isso. Como Relator, não poderia indicá-lo Presidente; poderia indicá-lo para o Conselho. A indicação para Presidente é do Presidente da República. Mas fiz referência ao excepcional currículo de V. Sª, que dá condições a todos os Senadores de, conscientemente, aprovarem o seu nome para o Conselho por tudo o que já fez no setor de comunicações no Brasil, desde dos tempos remotos da Telepará.

O Juarez já foi Presidente de todas na época das teles da Região Norte. É contemporâneo da Escola de Engenharia, e eu posso dar o meu testemunho da competência, da seriedade, da honestidade e da determinação do Dr. Juarez Quadros para exercer o cargo de Conselheiro da Anatel.

Então, eu acho que o Brasil vai estar bem servido com V. Sª sendo aprovado pela Comissão e pelo Plenário do Senado para Conselheiro da Anatel, e, depois, indicado pelo Presidente Michel Temer para a Presidência da Anatel.

Eu queria pedir, e não seria nem um questionamento: V. Sª conhece muito bem a nossa região e em especial o nosso Estado. Nós lutamos aqui há vários anos. Eu tive a honra de presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e discuti para que a telefonia móvel pudesse chegar aos distritos, aos Municípios do nosso Estado.

A questão da comunicação, talvez, Dr. Juarez, seja uma solicitação tão forte quanto a questão da saúde, da segurança e da educação. Lamentavelmente, não conseguimos ainda, mas já fizemos duas tentativas, aprovamos dois projetos no Congresso – Câmara e Senado – e tivemos os dois vetados, um pelo Presidente Lula e outro pela Presidente Dilma, que regulamentam a criação, a fusão e a emancipação de novos Municípios no Brasil. Estamos fazendo uma terceira tentativa. Aprovamos, por unanimidade, no Senado e está na Câmara Federal.

Nós temos distritos, Senador Garibaldi Alves, que o Dr. Juarez conhece muito bem, no Pará, em torno de 50 distritos, que têm todas as condições de se transformarem em Municípios, dentro dessa regulamentação que foi aprovada aqui. Eles clamam pela telefonia móvel. No leilão, parece-me que da 4ª Geração, as empresas vencedoras têm a obrigação de colocar telefonia móvel até 30 quilômetros da sede do Município; na 3ª geração, era na sede do Município; na 4ª Geração, a 30 quilômetros.

Aí vem, Senador Garibaldi Alves, um mal que acontece aqui no Congresso e no Executivo: legislar como se o Brasil fosse um só. E, no Brasil, nós temos vários brasis e, na Amazônia, várias amazônias. Então, a uma distância de 30 quilômetros, no seu Estado ou em Sergipe, você passa por vários Municípios. E 30 quilômetros no nosso Estado é fundo de quintal, não dá para atender nada.

Eu já tentei várias vezes. Fizemos, inclusive, uma reunião na Anatel com todas as operadoras para que elas pudessem dizer quais as condições em que poderiam instalar a telefonia móvel nesses distritos. Há um distrito lá, especificamente Castelo dos Sonhos, que fica no Município de Altamira, a 1.100 quilômetros da sede do Município, quase fronteira com Mato Grosso, com 18 mil habitantes, e eles se comprometiam a adquirir cinco mil linhas de telefonia móvel e, mais ainda, se comprometiam a instalar a antena. Eu acho até que colocariam o equipamento. E a operadora entraria só com a operação. E mesmo assim, não foi possível.

Então, eu queria pedir ao Dr. Juarez que, chegando à presidência, pudéssemos flexibilizar para a Amazônia essa questão da telefonia móvel. Na telefonia fixa, você tem uma obrigatoriedade, nas comunidades de até cem habitantes, parece-me, de ter um orelhão, o que está em desuso.

O fim da telefonia fixa é deixar de existir realmente.

Então, nós teríamos que discutir uma legislação aqui no Congresso que flexibilizasse essa questão da telefonia móvel, porque eu defendo que o Estado deve ser o Estado necessário, ele deve ir onde a iniciativa privada não vai. E, na Amazônia, ela não vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então para você ter a concessão de um Estado que lhe dê rentabilidade, você tem o filé, mas tem que levar o osso junto. A mesma coisa que está acontecendo nos aeroportos. Estão fazendo concessão de aeroportos que são superavitários: Guarulhos, Galeão... Quero ver quando forem fazer Porto Velho, Belém mesmo, Macapá... Quem é que vai querer a concessão de um aeroporto desse que não se mantém pela sua receita.

Assim, eu pediria a sua ajuda junto à Anatel para que a gente pudesse discutir uma flexibilização para a Amazônia no sentido de atender esses distritos que tenham condições, não é qualquer um, mas que tenham condições realmente de ter telefonia móvel, que é uma demanda total.

Uma outra questão também já feita, inclusive feita por V. Sª, é com relação ao número de reclamação dos consumidores, o senhor já fez referência a isso; saber quais seriam as ações possíveis para que, no futuro, houvesse essa diminuição de reclamação com relação aos consumidores da telefonia móvel. Parece-me que, se não for o maior número de reclamações, ela está no topo das reclamações do uso.

E, por último, o de sempre, o samba de uma nota só: recursos para as agências reguladoras. Aí não é só Anatel, acontece com todas as agências reguladoras que deixam de cumprir as suas obrigações porque os recursos que são devidos a ela, porque são cobrados do consumidor, estão na tarifa, seja na telefonia, seja no serviço de aviação, seja no transporte... Na tarifa você tem uma taxa de fiscalização para a agência reguladora e o que se vê é que, de tudo o que é arrecadado, 15% disso são transferidos para as agências reguladoras. O restante é usado pelo Tesouro como superávit primário.

Então gostaria também de saber de V. Sª como nós podemos melhorar, ou se esses 15%...

Eu digo sempre, Senador Garibaldi Alves: se esse percentual de 15% é suficiente para as agências – e aí não é só a Anatel, refiro-me a todas – cumprirem as suas obrigações de regular, fiscalizar e defender o consumidor – é importante essa terceira, talvez a primeira das obrigações das agências reguladoras –, então vamos diminuir o valor da taxa que o consumidor paga e reduzir a tarifa. Não tem por que ficar encobrindo a questão do aporte no Tesouro para o pagamento da dívida ou dos juros.

Eram essas três questões que eu queria colocar. E, repetindo, quero fazer aqui um elogio ao Presidente Michel Temer pela sua indicação, Dr. Juarez Quadros, para o Conselho Diretor da Anatel.

Que Deus o abençoe na nova missão e que possa levar a telefonia móvel para todos os rincões da Amazônia, em especial, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Amém, Senador Flexa.

Eu lembro aos Senadores que já podem votar. E faço um apelo que, se tiverem de deixar o recinto desta Comissão, não se esqueçam de votar.

Eu concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah, Senador Hélio José.

Desculpe, Senador Hélio.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É que eu estava inscrito bem antes do Senador Flexa, que tinha precedência porque era o Relator, era o primeiro a falar, além de ser o nosso Flexa ligeiro.

Eu quero cumprimentar S. Exª, o Presidente Garibaldi Alves, cumprimentar também o Senhor Presidente Michel Temer, Srªs e Srs. Senadores, pela indicação do Dr. Juarez Quadros, que é um técnico da área com largo histórico no setor, em posições de destaque desde o início da modernização do setor de telecomunicações no Brasil.

O Dr. Juarez Quadros trabalhou na Telepará, na Teleacre, na Telebahia, na Teleamapá, na Teleceará e na Embratel e também foi Ministro das Comunicações. Então, ele tem todas as condições técnicas, tem conhecimento e também conduta ilibada para assumir como Presidente do Conselho da Anatel.

Não quero fazer outro relatório, mas só estou aqui fazendo justiça a uma situação que me foi levantada.

É importante destacar aqui, nobre Juarez Quadros, que eu fiz o pedido da CPI para apurar sérias denúncias com relação à atuação da Anatel. Sou autor desse pedido de CPI, que foi assinado em tempo relâmpago aqui por mais de 45 Parlamentares e está na linha para ser lido, para a gente convocar essa CPI com relação a algumas questões importantes, como o caso da TV aberta, como o processo de banda larga e uma série de atuações que a Anatel vinha fazendo em desfavor da população brasileira. No entanto, aquela autarquia especial estava sob a administração do Sr. João Rezende, atuando mais como um advogado, como um defensor das empresas de telecomunicação, do que como uma agência reguladora.

Então, espero que essa situação mude com V. Sª indo para lá, assumindo esse importante posto, e até, de repente, depois de uma reunião com V. Sª, a gente possa não encaminhar a CPI, que já está devidamente na ponta para ser encaminhada. Quero ouvir as novas políticas da Anatel.

Faço votos de que o Sr. Juarez Quadros consiga dar outro rumo à ação da Anatel, de forma a resgatar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

credibilidade do órgão regulador, principalmente nas discussões sobre a cobertura e qualidade do sinal de telefonia móvel, a banda larga e as fiscalizações do dia a dia, para que a Agência volte a exercer suas competências. Tudo isso só será possível com a valorosa colaboração dos servidores efetivos da Anatel.

Ao Dr. Juarez Quadros, informo que na Anatel o senhor encontrará um quadro de servidores da mais alta qualidade: concursados, pessoas de responsabilidade e pessoas que têm o mais alto gabarito. Faço votos de que o senhor utilize os servidores da casa nos cargos de direção e assessoramento, pois, fundamentada no servidor concursado, é que a Anatel voltará a ser protagonista do Estado brasileiro.

Aproveito o momento para parabenizar o quadro de servidores efetivos daquela Casa, que, numa luta de mais de dez anos, Sr. Presidente, finalmente teve o seu direito de ser representado por um sindicato de carreira reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Então, eu quero parabenizar a Aner Sindical pelo recebimento do registro sindical. Tenho certeza de que o Dr. Juarez Quadros encontrará na Aner Sindical uma entidade parceira, um interlocutor que luta pelo desenvolvimento das telecomunicações neste País e que luta também de forma incansável, Srªs e Srs. Senadores, pelo reconhecimento dos servidores daquela casa.

Parabéns ao Thiago, Presidente do Sindicato, e ao Nilton, Presidente da pública defensores do Estado.

Sr. Presidente, é importante que se destaque que muitas das críticas que aqui fizemos ao trabalho da Anatel também foram críticas feitas pelos servidores daquela casa, por meio da Aner, em função das péssimas escolhas feitas pelo Presidente anterior. Não me refiro aqui ao Sr. Aníbal Diniz, ex-Senador, pessoa que contou com o meu voto inclusive aqui, mas ao que o Sr. João Rezende estava fazendo como um sindicato defensor das empresas, ao invés de atuar como um gestor público, um fiscalizador, um regulador, promovendo o que a agência reguladora tem que fazer, envergonhou-nos.

Por isso que, em apenas quatro horas, eu peguei 45 assinaturas, para fazermos a CPI da Anatel aqui nesta Casa. E já tivemos várias audiências. Sou o Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, e espero depois poder receber a direção da Anatel lá, para a gente conversar sobre os planos futuros. Em função das péssimas escolhas como falei, os cidadãos brasileiros foram penalizados e também os servidores daquela Casa.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizo o Dr. Juarez Quadros, fazendo votos de que ele faça uma boa gestão à frente da Anatel. Também parabenizo a Aner Sindical, que lutará pela união das carreiras da regulação federal e certamente contribuirá muito para que o Dr. Juarez Quadros faça uma boa gestão na Anatel.

Há aqui algumas perguntas formuladas pela minha assessoria, Juarez, e eu gostaria de ouvir o senhor sobre elas, porque tudo ajuda a esclarecer, para a gente ver se, de repente, não precisamos abrir a CPI da Anatel, já que estamos agora no novo quadro da Anatel.

Diante deste quadro, indago-lhe, há todo um quadro de exposição que não vou relê-lo novamente: quais medidas V. Sª pretende adotar para que a Anatel não se deixe capturar pelos interesses das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e passe a defender, de fato, o direito do povo brasileiro de acessar os serviços de telecomunicações com qualidade? Eu quero saber quais são as medidas que o senhor como futuro Diretor-Geral vai tomar. Qual a posição de V. Sª em relação à imposição de limites ao acesso à internet em banda larga fixa – esse aqui foi um dos motivos principais da forma que foi colocada para a gente fazer a CPI aqui nesta Casa. Quais medidas V. Sª pretende adotar para estimular a concorrência no segmento de telefonia móvel e, com isso, criar um ambiente favorável à oferta de serviços com maior qualidade e a preços razoáveis? O que é uma vergonha, Juarez. A gente sai a 15km da cidade e não tem sinal de telefonia móvel para poder falar.

Aqui no Lago Sul, onde moramos, no Condomínio Villages Alvorada, a gente chega e é tudo sombreado, a gente não consegue falar, porque as operadoras dos telefones não funcionam. Isso acontece em várias partes da nossa cidade, em Brasília, a Capital do País. O senhor imagine nas outras cidades menores!

Então, hoje, quando cada brasileiro tem praticamente dois telefones móveis na mão, na casa dele, não dá para a gente conviver com essa situação, nessa precariedade, com esse sinal horrível de celular que nós temos, e a agência, que deve regular e fiscalizar, não tomar providências.

Como V. Sª pretende mediar o conflito envolvendo os serviços que utilizam a rede de banda larga com Whatsapp e Netflix, os quais são acusados de promover uma concorrência predatória, porquanto não estão sujeitos a tributos e taxas? A regulação desses serviços levaria ao engessamento da internet? Essa é a pergunta que eu faço. Como proceder nessa questão, de modo que esse embate não acabe tendo consequências deletérias para os consumidores?

Passarei para V. Sª as perguntas que estão aqui escritas. Eu gostaria que repassasse ao nosso Juarez Quadros. Aquelas que não for possível o senhor me responder aqui, eu gostaria que fossem encaminhadas por escrito ao meu gabinete. Entreguei para o senhor o meu cartão. São muito importantes, para eu avaliar o encaminhamento sobre a CPI da Anatel, essas respostas de V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José.
Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito rapidamente, gostaria de cumprimentar V. Exª, que preside esta reunião; cumprimentar o indicado, Dr. Juarez Quadros do Nascimento; e cumprimentar o Flexa Ribeiro, que foi o Relator. Ele, como Senador experiente lá do Estado do Pará, com certeza teve o maior prazer de fazer a relatoria dessa importante indicação para a Anatel.
Quero dizer que, de fato, hoje temos vários serviços muito bem universalizados em nível de País. A energia elétrica e, com certeza, as comunicações são duas áreas a que praticamente todos os cantões do Brasil têm acesso. Na verdade, existem também, em razão da própria amplitude do serviço, algumas dificuldades, e sobremaneira nessa importante área da telefonia, tanto a fixa quanto a móvel. Por isso, a indicação de V. Sª, com certeza, com a experiência, com a biografia que tem, encoraja qualquer Senador desta Casa a votar favoravelmente, porque temos certeza de que a Anatel vai passar a ter o comando de uma pessoa experiente, justamente no momento em que se discute muito a questão da reorganização das nossas agências reguladoras, dando a elas autonomia necessária para que, de fato, possam fazer regulação e fiscalização. As políticas públicas podem ser estabelecidas e devem ser estabelecidas pelo Governo. No entanto, a sua execução deve ser implementada sob a fiscalização e a regulação de uma agência reguladora ocupada por pessoas qualificadas, que tenham experiência e que tenham, de fato, autonomia para poder agir, fazendo com que esse serviço chegue aos consumidores com qualidade.
Por isso, eu queria parabenizá-lo e desejar que de fato não passe só na Comissão, mas também no Plenário, e que nós possamos ter uma nova etapa na agência reguladora das telecomunicações, porque isso realmente faz bem à economia do Brasil.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e quero dar as boas-vindas ao Senador Pastor Valadares, do PDT de Rondônia, que vai contribuir para que os nossos trabalhos se tornem cada vez mais profícuos. Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Deca, da Paraíba, vizinha nossa.
O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, parabéns pela condução desses trabalhos. Cumprimento todos os membros desta Comissão aqui presentes, cumprimento o indicado ao Conselho Diretor da Anatel, o Sr. Juarez. Faço votos de que sua grande e notória experiência faça a diferença na Agência.
Indago a V. Exª quais serão os grandes desafios da Anatel. O que o senhor pretende fazer para atender as localidades não abrangidas pelas regras de cobertura estabelecidas pela Anatel? Por exemplo, o meu Estado da Paraíba tem uma precariedade, principalmente no interior do Estado. Existem algumas cidades no interior do Estado que não conseguem se comunicar. Nós temos um Estado pequeno em território, mas com 223 Municípios; Municípios pequenos, do interior, que não conseguem se comunicar através da telefonia móvel e até da telefonia fixa. Então, eu gostaria de saber.
Essas são as minhas indagações.
Parabéns. Tenho certeza de que, pela experiência que o senhor tem, a Anatel estará em boas mãos.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Deca.
Concedo a palavra ao Dr. Juarez Quadros, indicado para Diretor da Anatel.
O SR. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Presidente.
Eu vou seguir pela ordem inversa, então o Senador Deca. Obrigado pelas referências à minha pessoa. Com relação ao desafio sobre o qual o senhor me pergunta, eu entendo que será, realmente, um senhor desafio, e não somente no seu Estado, Senador. Esse problema está ocorrendo em praticamente todos os Estados brasileiros, consequência de uma metodologia quando da elaboração dos editais de licitação, que nós entendemos que há uma necessidade de correção, de forma que se veja também esse lado social e não somente o lado da arrecadação de recursos para a União. O modelo da licitação tem privilegiado realmente mais a arrecadação – aquilo que também o nobre Senador Flexa questionou. Então, é necessário que esses editais de licitação sejam reordenados, reestruturados, de forma a atender não somente o lado econômico daquilo que se consegue arrecadar nesses leilões que a Agência procede, mas também ver essa importância social da localidade, para tratar não tanto do arrecadatório e mais do social de cobertura do sinal nessas localidades que realmente demandam.
Hoje, eu imagino os senhores, nos seus Estados, como são cobrados, como falou o Senador Flexa da localidade lá no interior do Pará, que é justamente – eu registrei aqui – um Município enorme, que é o Município de Altamira, Senador, o qual eu conheço pessoalmente, andando lá pelos caminhos e pelos rios também.
Em Castelo de Sonhos, um dos sonhos lá é o pessoal ter celular. É claro, então, que a isso eu darei a atenção devida e necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ao Senador Beber, que também já aqui esteve, sobre a questão que ele levantou, das políticas públicas, é claro, Senador Garibaldi, que quem estabelece políticas é o Poder Executivo e também o Legislativo. Então, é importante que a Agência esteja atenta para a implementação daquilo que é determinado tanto pelo Poder Executivo quanto – e principalmente – pelo Poder Legislativo. Então, isso também faz parte do meu plano de trabalho.

Sobre a questão que me foi levantada aqui pelo Senador Hélio José, com relação à CPI, Senador, alguns Senadores que me conhecem, do tempo em que eu trabalhei em nível de governo no Ministério das Comunicações... Eu fiquei oito anos de governo lá, primeiro como diretor de departamento, depois como Secretário de Fiscalização e Outorgas, depois Secretário Executivo e, por fim, Ministro no último ano, e Ministro interino em alguns momentos outros. Então, eu sempre trabalhei de portas abertas. A primeira coisa que eu faço quando chego à repartição onde eu vou servir é retirar aquela mola da porta, para que a porta esteja sempre aberta. Alguns Senadores que me procuravam... Senador não marca agenda. Senador é recebido a qualquer momento em que haja necessidade. Sempre foi assim, e assim o farei.

Aquilo que o senhor coloca com relação ao cuidado com os servidores na pessoa dos sindicatos ou associações também é uma das condições que eu executo quando da gestão lá nas empresas, tanto quando lá estava, no campo, quanto aqui no Ministério. Eu também recebia os líderes sindicais. Às vezes até vinha um certo líder para reclamar que sequer era recebido pelo gestor local. Eu, àquela ocasião, tomava o telefone e dizia: "O Ministro de Estado está recebendo o sindicato. Por que você não recebe?" Então, Senador, essa atenção eu darei, sim, para que o pessoal tenha, realmente, o acesso, e com isso a gente possa tratar das questões também de interesse dos servidores.

Sobre a questão de estimular a concorrência no SMP, como já falou o Senador Deca e o próprio Senador Flexa, também entendo que seja necessário não atentar tanto para o viés arrecadatório e mais para o viés social, dar cobertura para que muitas localidades que precisam do serviço possam ser atendidas.

A questão que o senhor levantou por último, do conflito entre as empresas que nós chamamos de OTTs (*over-the-top*), é uma questão que se apresenta no mundo inteiro. Há um cenário de problema. Se a gente observar isso na Alemanha, na França, principalmente na Europa, há uma atenção maior com relação a esse assunto. Eu mesmo, quando da atuação na iniciativa privada, vinha acompanhando. Tenho artigos escritos, assinados e publicados a respeito.

Ou seja, as agências têm que se antecipar à inovação tecnológica, porque o que eu costumo dizer é que a inovação regulatória fica sempre a reboque da inovação tecnológica e, com isso, as agências – não só a brasileira – não se antecipam e depois têm de correr atrás das surpresas inevitáveis e dos fatos consumados. Eu entendo que isso também merece atenção, dentro da preocupação que o senhor colocou.

Voltando ao Senador Flexa. É claro, Senador, que nós somos técnicos, ambos engenheiros, sendo que eu fiz Engenharia Elétrica e o Senador fez Engenharia Civil, na mesma época, na nossa famosa Escola de Engenharia da Rua Magalhães Barata, quando ainda não havia o *campus* universitário. Então, o Senador é ativo, conhece profundamente os problemas do Estado do Pará; talvez conheça até mais que eu, porque eu saí de lá já há algum tempo, mas, na oportunidade que tive como Diretor de Coordenação de Operações da Telebras e depois Ministro de Estado, ficava sempre a viajar pelo País, vendo os problemas. Mas os senhores vivem mais nas suas plataformas, dentro dos Estados, e sabem muito mais dos problemas. Então, aquilo que é demanda, Senador, com relação à questão daquilo que é atendido com o serviço celular de terceira geração e agora com o de quarta geração, o famoso 3G ou 4G, essas facilidades, essas inovações... E já está vindo aí o 5G, ou seja, a quinta geração de tecnologia. Isso faz com que, com o devido zelo e atenção que todos os senhores merecem, eu estarei sempre à disposição para ver como proceder naquilo que tenha de ser feito junto à iniciativa privada, uma vez que a agência é realmente a agência que regula, que fiscaliza, que licita. Então, nós temos de ficar atentos a essa importância político-social de que os senhores são portadores e trazem até a agência.

A essa altura, das questões que foram levantadas, Sr. Presidente, eu entendo que tenha respondido algumas. Com relação à lista que o Senador Hélio José deixou para mim, eu cuidarei disso para ver como tratar na melhor condição possível a questão que o senhor colocou, da comissão parlamentar de inquérito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k., nobre...

Por favor, Excelência, posso? Concedida a palavra por S. Exª para uma tréplica.

Só o seguinte: um dos motivos grandes da questão da CPI... Foi a pergunta que eu fiz, e o senhor preferiu, talvez, deixar para me responder depois, por escrito, não sei o que é. O Ministro Figueiredo foi bastante Ministro naquele momento e revogou a posição equivocada do Diretor Geral da Aneel, que era a mudança daquela forma que ele queria fazer no processo de banda larga. Isso pacificou, naquele momento, uma situação, uma encrenca causada, que não atenderia os interesses do meu País, na minha visão. Então, eu fiz a pergunta sobre a posição de V. Sª com relação a isso; se o senhor achar que deve me responder depois, não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

problema algum, é só o senhor me encaminhar, a pergunta está aí.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não havendo mais Senadores que desejam usar da palavra, eu vou proceder à apuração.
Ainda estou revivendo, aqui, a eleição.
O universitário aqui diz que eu devo declarar encerrado o processo de votação. Vamos proceder, portanto, ao anúncio do resultado. O Dr. Juarez do Nascimento obteve 15 votos SIM e NÃO, zero.
Aprovada por unanimidade. (*Palmas.*)
A unanimidade e os aplausos dizem muito bem o que isso, sim, constitui para a Anatel. A Anatel está de parabéns por ter nos seus quadros agora, como Diretor, o Dr. Juarez Martinho Quadros.
Na verdade, o seu rico currículo veio ao encontro do que ele disse aqui, da maneira como ele respondeu a todas as perguntas. Trata-se de um homem público que honrou todos os cargos que exerceu. Por isso mesmo ele obteve esse resultado unânime da nossa Comissão.
Parabenizo, portanto, o Doutor Juarez Quadros, ao mesmo tempo em que desejo que V. Sª tenha um desempenho pleno de êxito à frente da direção da Anatel. Muito obrigado.
O SR. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Senador.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dois requerimentos que estão sobre a mesa.
Requerimento que pede a realização de diligência, com a presença de membros desta digna Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar *in loco* os trabalhos de manutenção da BR-319, no trecho pertencente ao Estado do Amazonas. Quem solicita é a Senadora Vanessa Grazziotin. O Senador Hélio José também subscreveu.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, de 2016
- Não terminativo -
Realização de diligência - BR319
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros)

Outro requerimento, agora de autoria do Senador Hélio José.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52, de 2016
- Não terminativo -
Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, objeto do Requerimento no. 31, de 2016, já aprovado nesta Comissão. A audiência tratará dos Leilões de Energia de Reserva: metodologia aplicada e perspectivas de longo prazo.

São convidados:
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;
Representante da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSOLAR;
Representante da Escola Internacional de Energia Solar da Universidade de Brasília – Unb;
Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54, de 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, objeto do Requerimento no 31, de 2016, já aprovado nesta Comissão. A audiência tratará dos Avanços e Desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e do Programa Luz para Todos.
Autoria: Senador Hélio José

São convidados:
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Representante da Associação Brasileira de Pequenos Consumidores – ABRECON;
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME;
Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME.
Requerimento do Senador Hélio José. Senador Hélio José está batendo recordes.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53, de 2016
- Não terminativo -
Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para discutir a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica, tendo em vista o RQI nº 31/2016, pelo qual foi aprovado o Plano de Trabalho de avaliação de políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.
Autoria: Senador Hélio José

São convidados:
Sr. Paulo Pedrosa – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia (MME);
Diretor ou Superintendente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA);
Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
Representante da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA);
Representante da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas (ABRAPCH);
Representante da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL);
Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).
As Srªs e Srs. Senadores que aprovam os Requerimentos nºs 52, 53 e 54 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.
Parabenizo o Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento V. Exª, nobre Senador Garibaldi. Essas três audiências públicas concluem um rol de audiências públicas. Nós vamos fazer o trabalho final sobre essa política pública. Eu e o Thales vamos fazer uma agenda, de modo – não é, Thales? – que a gente não prejudique o dia a dia da nossa Comissão aqui, e a gente possa encaixar nas segundas ou nas terças-feiras essas audiências públicas. Segunda, terça ou quinta, dependendo da agenda, para a gente encaixar e não prejudicar o nosso dia a dia aqui das quartas-feiras.
Eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o nosso nobre Juarez Quadros e solicitar a V. Exª que colocasse em regime de urgência para ver se a gente consegue votar hoje no plenário. Eu estou indo lá agora conversar com o Senador Renan também, o Jorge já falou aqui que vai ajudar nessa questão. Nós temos pressa para ajudar a Anatel a cuidar do nosso País e evitar que a gente necessite abrir CPI aqui, porque, se nós conseguirmos ter uma política voltada à real situação da regulação e da fiscalização, nós vamos evitar trabalho legislativo aqui à toa, desnecessário.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Hélio José, V. Exª não há de querer que ele inicie a gestão dele logo com uma CPI, não é?
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exatamente. É isso mesmo, por isso que eu tenho certeza que não será necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a presença, novamente, do Dr. Juarez Quadros e cumprimento V. Sª. Não convocarei uma reunião para a próxima quarta-feira, porque será feriado nacional, dia da padroeira do Brasil. Então, só teremos reunião na outra semana.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Fica registrada a urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, a urgência está decretada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Diante da unanimidade.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 31 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e um minuto do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Pastor Valadares, Wilder Morais, José Pimentel, Paulo Rocha, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Telmário Mota, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Armando Monteiro e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da Comissão ao PLOA 2017**. **Finalidade:** Discussão e deliberação sobre as Emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 (PLN nº 18/2016-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O relator das Emendas na Comissão, Senador Valdir Raupp, faz a leitura de seu relatório, que é discutido e votado. **Resultado:** aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de três emendas de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma seguinte: **Emendas de remanejamento**: 1 – UO 39207; Construção da Ferrovia EF 484 – Trecho Ferroviário - Cascavel(PR) - Chapecó (PR) - Dourados (MS) - Mundo Novo (MS) - Maracajú (MS) - Nacional; Valor R$ 300.000.000,00; 2 – UO 39252 – Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Paraguai - Porto Murtinho/MS(BR) - Carmelo Peralta(PY) - Construção de Ponte - na BR-267 - Nacional; Valor R$ 50.000.000,00; 3 – UO 39252 – Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas na BR 262/MS - No Estado de Mato Grosso do Sul - Construção de Anel Rodoviário - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul; Valor R$ 50.000.000,00. **Emendas de apropriação**: 4 – UO 39902 – Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional; Valor R$ 400.000.000,00; 5 – UO 39252 – Atípica - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho entroncamento de BR 226 - entroncamento BR 116 - na BR-304 – Na Região Nordeste; Valor R$ 300.000.000,00; 6 – UO 53101 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional; Valor R$ 400.000.000,00; e 7 – UO 39252 – Adequação de Trechos Rodoviários - na BR-364 - Na Região Norte - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho ENTR BR-174(A) - DIV. MT/RO - ENTR BR-409/AC-170 – FEIJÓ - na BR-364 - Na Região Norte; Valor R$ 400.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual legislatura.
Item 1 da pauta: deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”.
Relatoria do Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente peço desculpas pelo atraso do relatório. Estava já pronto, assinado, ontem à tarde, mas tive que fazer uma mudança, a pedido – um pedido justo – do Senador Jorge Viana, tirando uma ferrovia que já vai entrar em concessão, para colocar rodovias federais.
Nos termos do art. 166 da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”.
Conforme estabelece a mencionada resolução, especialmente os arts. 43 a 45, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 (PLOA 2017), na condição de autora de emendas coletivas. As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada, ao abrigo dos órgãos nos quais são executadas despesas relacionadas às competências regimentais da Comissão.

Cabe destacar, a esse respeito, que a definição da admissibilidade temática das emendas de comissão não mais se restringe a determinados órgãos ou entidades, mas sim à pertinência da despesa com o objeto da competência legislativa e fiscalizadora da Comissão, nos termos do Regimento Interno no Senado Federal.

Dentro desse universo de despesas, compete à Comissão de Infraestrutura apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento de interesse nacional, segundo o art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos.

Emendas de apropriação têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da Resolução nº 1/2006-CN, que vier a ser estabelecida no Parecer Preliminar da CMO.

Foram apresentadas ao Colegiado 97 (noventa e sete) propostas de emendas, três das quais de remanejamento, e as demais, de apropriação. As três emendas de remanejamento foram propostas pelo Senador Waldemir Moka. Em relação às de apropriação, propuseram a Senadora Angela Portela, os Senadores Armando Monteiro, Cidinho Santos, Dário Berger, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Ivo Cassol, Jorge Viana, Pastor Valadares, Raimundo Lira, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Wilder Morais. Quadro anexo a este Parecer arrola as sugestões individualmente.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de remanejamento em número inferior ao limite máximo deste tipo reservadas à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Portanto, para contemplá-las, basta avaliar o regramento atinente à admissibilidade das propostas. Nesse sentido, verificamos que as propostas apresentadas apresentam interesse nacional, na medida em que apresentam ações estruturantes que interligam as diretamente diferentes unidades da Federação. Em razão disso, nosso parecer será pelo acolhimento integral das Propostas de números 62, 63 e 68.

Quanto às emendas de apropriação, algumas delas mostraram incompatibilidade com regramento atinente a sua admissibilidade. A Proposta de Emenda nº 1 não evidencia qual intervenção pretende fazer, mencionando apenas genericamente a Adequação de Trechos Rodoviários na Região Centro Oeste. Outras propostas possuem interesse eminentemente local, em desconformidade ao disposto no inc. II do art. 44 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Nesse caso, apesar de meritórias, tais propostas de emendas não podem ser acolhidas por esta Comissão de Infraestrutura.

Dentre as emendas admissíveis, procuramos prestigiar aquelas que fossem de iniciativa do maior número de Parlamentares, beneficiassem o maior número de unidades da Federação ou que apresentassem grande potencial de desenvolvimento econômico e social.

Voto.

No tocante às propostas de emendas apresentadas, vejo em todas um esforço de demonstrar interesse nacional e pertinência à área temática da Comissão, e todas exibiram indubitável mérito. Dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade ou estruturantes para o desenvolvimento nacional.

Primeiramente, acolho Proposta de Emenda nº 27, apresentada pelo Senador Hélio José, cujo teor coincide com outras propostas apresentadas pelos Senadores Raimundo Lira, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Dário Berger (Emendas 28, 29, 30, 79, e 96), relativa ao programa 2017 e à ação 14UB: “Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional”, para o Fundo Nacional de Aviação Civil. Trata-se de ação importantíssima na melhoria e ampliação da infraestrutura aeroportuária do País.

Em seguida, acolho a Proposta nº 82, do Senador Garibaldi Alves Filho, que trata da adequação de trecho rodoviário na BR-304, na Região Nordeste. Essa intervenção tem por finalidade adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação da rodovia de modo a melhorar a fluidez do tráfego naquela região.

Por fim, como Relator, creio possível, nos termos do art. 133, inciso V, alínea “c” do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Interno do Senado Federal, o aperfeiçoamento da ação legislativa desenvolvendo no próprio parecer uma proposta de emenda à Comissão, consistindo em importante intervenção para redução das desigualdades regionais. Trata-se de "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", a ser desenvolvido em todo o Território nacional e da "Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 – Na Região Norte", a contemplar os estados do Acre e de Rondônia.

Em virtude do limite de quatro emendas, torna-se inevitável propor a rejeição, no mérito, das demais emendas.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere pela apresentação de duas emendas de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma seguinte:

Emendas de Remanejamento:

1. Proposta nº 62 relativa ao programa 2087 e à ação nova: "Construção da Ferrovia EF 484 – Ferrovia Ferroeste – Cascavel (PR) - Maracajú (MS)", para a Valec, no valor de R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

2. Proposta nº 63 relativa ao programa 2087 e à ação nova: "Construção de Ponte Internacional Porto Murtinho/MS – Carmelo Peralta - PY", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

3. Proposta nº 68 relativa ao programa 2087 e a ação nova: "Construção do Anel Rodoviário em Três Lagoas na BR-262/MS", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Emendas de Apropriação:

1. Proposta nº 27 relativa ao programa 2017 e a ação 14UB: "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional", para o Fundo Nacional de Aviação Civil, no valor de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);

2. Proposta nº 82 relativa ao programa 2087 e a ação nova: "Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho entroncamento de BR-226 - entroncamento BR-116 - na BR-304 - Na Região Nordeste", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

3. proposta relativa ao programa 2029 e a ação nova: ""Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado", para Ministério da Integração Nacional, no valor de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);

4. proposta relativa ao programa 2087 e a ação nova: "Adequação de Trecho Rodoviário ENTR BR-174(A) (DIV MT/RO) - ENTR BR-409/AC-170 (Feijó)", para Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Esse é voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp.

Apresento as minhas congratulações ao Senador pelo desempenho como Relator dessa importante matéria que trata das emendas ao Orçamento. Parabenizo o Senador Valdir Raupp em nome de todos os Senadores desta Comissão.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para as devidas providências.

Bem, antes de encerrarmos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovadas.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 32 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Pastor Valadares, Wilder Morais, José Pimentel, Paulo Rocha, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Armando Monteiro e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015** que: "Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015** que: "Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda de redação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 2016** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 54 de 2016, de realização de audiência pública para tratar dos Avanços e Desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e do programa Luz para Todos, a inclusão, entre os convidados, de representante da Frente Nacional de Prefeitos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o financiamento no exterior de obras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; recomenda a presença da Presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Dário Berger e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a situação atual do sistema Eletrobrás." **Autoria:** Senador Hélio José e outros. **Resultado:** Subscrito pelo Senador José Pimentel e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Relações Exteriores, para debater a pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV - EAESP)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer a realização de diligência, no mês de novembro de 2016, em Porto Velho (RO), para debater as obras de manutenção da BR-319, no trecho Porto Velho–Manaus." **Autoria:** Senador Valdir Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Kátia Abreu e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 32ª Reunião desta Comissão.

O Item 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha e relatoria do Senador Acir Gurgacz. Em virtude de os dois Senadores se encontrarem de licença, designo o Senador Waldemir Moka, que se ausentou, como Relator do item 1 da pauta.

O relatório será apresentado posteriormente.

V. Exª vai, então, nos apresentar o relatório na próxima reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, o relatório será enviado.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2015
- Não terminativo -

Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2015, não terminativo. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho.

O Senador Fernando Bezerra Coelho solicitou a retirada de pauta desta matéria para um exame mais aprofundado.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1. Matéria constou das pautas de 24/02, 27/04 e 18/05/2016;
2. Matéria será apreciada posteriormente pela CMA e pela CAE (terminativa).

O item 3 da pauta é também um projeto não terminativo, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, cuja relatoria é do Senador Telmário Mota.

O Relator solicitou um prazo para a apresentação do seu relatório, o que fará na próxima reunião.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015
- Não Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio.

Relatoria: Senador Telmário Mota.

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda de redação.

Observações: *[Matéria posteriormente será apreciada pela CAE.)*

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 2016
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Deputado Alceu Moreira.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2016, visa à inclusão de rodovia de ligação entre os Municípios de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, e Bom Retiro, em Santa Catarina – diga-se de passagem, a minha terra natal –, com extensão de 161km, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal – integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise propriamente dita.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres; e, por força da tramitação exclusiva nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Iniciemos pela análise de constitucionalidade. A proposição em questão insere-se na competência do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, que confere à União a competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte. Ao mesmo tempo, o PLC não fere a competência privativa do Presidente da República para a iniciativa das leis (art. 61, §1º).

Quanto à juridicidade, o projeto atende pressupostos não apenas legais em estrito senso, mas também ao Direito, pois satisfaz o interesse público e tenta atingir ideal de justiça social ao promover maior integração social e econômica entre os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ademais, a integração física entre esses dois Estados fronteiriços da Região Sul do Brasil também ajuda a promover, por via indireta, a integração econômica, política, social e cultural dos povos do Mercosul, em convergência com parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, o Projeto da Câmara respeita à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, o PLC nº 58, de 2016, busca alterar a descrição do rol de rodovias federais, para atribuir à União competência sobre determinado trecho, no caso, os 161km entre Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, e Bom Retiro, em Santa Catarina.

A rodovia, então, começa no entroncamento com a BR-285, na cidade de Bom Jesus (RS), atravessa a divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passa pelas cidades catarinenses de São Joaquim e Urubici e continua até o entroncamento com a BR-282, a 9km de Bom Retiro (SC).

A rodovia, portanto, interligará as Serras gaúchas às Serras catarinenses, encurtando o trajeto em mais de 120km, permitindo uma conexão entre a BR-285 e a BR-282, de maneira a reduzir o trajeto entre Gramado (RS) e Florianópolis (SC), duas cidades notadamente conhecidas no cenário turístico brasileiro.

Não serão poucos os benefícios sociais, culturais e econômicos com a implantação da rodovia, Sr. Presidente, popularmente conhecida como rota Caminhos da Neve, que atravessa cenário com potencial turístico inestimável em razão de sua beleza natural, repleta de cânions e rios que cortam as montanhas.

Ante o exposto, nossa apreciação é, evidentemente, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2016.

Esse seria o relatório.

Se V. Exª me permite mais um pequeno adendo, como catarinense e conhecedor da importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

econômica que a região da Serra catarinense e da Serra gaúcha representa para esses dois Estados e, consequentemente, para o País, não poderia ser contrário à proposta do eminente Deputado Alceu Moreira, que busca, como Relator, a inclusão apenas no Plano Nacional de Viação, portanto, no âmbito do Governo Federal, do trecho da rota conhecida como Caminhos da Neve, que liga os dois Estados, como mencionei.

A importância dessa iniciativa está diretamente ligada ao fato de que a rodovia só trará o salto de desenvolvimento para a região e para os Estados, como se espera, com a rota concluída na sua integralidade. A rota Caminhos da Neve fala por si só: é um trecho extremamente interessante para o Sul do País, notadamente para a Serra catarinense e para a Serra do Rio Grande do Sul.

Só Santa Catarina ou só o Rio Grande do Sul concluir seu trecho, certamente que o desenvolvimento das regiões ficaria prejudicado, já que é o turismo de toda aquela região o maior propulsor da economia local, pela incomparável beleza natural, por toda a região e pelo fenômeno da neve, que costumeiramente acontece no inverno.

Essa rodovia, e vou concluindo, Sr. Presidente, tem importância incontestável também no encurtamento das distâncias entre as principais rodovias dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente do litoral catarinense, onde se localizam os portos, por onde se exportam as riquezas produzidas no Sul do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito lógico e justo que a União tome as rédeas para a conclusão daquela rodovia, para o bem da economia do Sul do País.

Era o relatório, e eu queria que V. Exª pudesse, evidentemente, nos honrar com a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Dário Berger, que foi uma verdadeira declaração de amor à sua terra. Como Senador de um Estado que fica no Semiárido, só me resta sonhar com essa neve.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal para dar seguimento à sua tramitação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também peço pela ordem, após o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Primeiro, quero dizer que estou muito feliz também com esse relatório do Senador Dário Berger porque sou catarinense de nascença. Santa Catarina é o meu Estado natal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aliás, aqui, a maioria, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É, a Vanessa também. Todo final e início de ano, damos uma passadinha por lá, não para ver a neve, mas para visitar os parentes.

Sr. Presidente, o item 5, que é o próximo da pauta, como o autor não está presente, eu gostaria de subscrever. Requer, em aditamento ao Requerimento nº 54 de 2016, realização de audiência pública para tratar dos Avanços e Desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem) e do programa Luz para Todos, a inclusão, entre os convidados, de representante da Frente Nacional de Prefeitos.

Eu gostaria de subscrever o requerimento do Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57 de 2016

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 54 de 2016, de realização de audiência pública para tratar dos Avanços e Desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e do programa Luz para Todos, a inclusão, entre os convidados, de representante da Frente Nacional de Prefeitos.

Autoria: Senador Hélio José

Em votação o requerimento do Senador Hélio José, subscrito também pelo Senador Valdir Raupp.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Desculpe.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço licença a V. Exª, Sr. Presidente, primeiro, para agradecer a V. Exª, Presidente desta Comissão, e aos meus pares, ao Senador Hélio José, que subscreveu, na semana passada, um requerimento, aprovado aqui, para a realização de uma diligência que, na realidade, foi em forma de debate, em relação à BR-319.

No decorrer dos últimos tempos, fizemos várias audiências públicas aqui em Brasília. E, dessa feita, fizemos um excelente debate na cidade de Manaus. V. Exª foi muito atencioso. Deveria ir, mas problemas outros não permitiram que fosse, enviou, de forma extremamente gentil e atenciosa, uma manifestação, que foi lida na íntegra, já na abertura dos trabalhos. Foi um debate em que tivemos três Mesas e a representação importante do Ibama – a Diretora de Licenciamento Ambiental, que é o que nos interessa muito, do Ibama lá estava –, do DNIT, da Polícia Rodoviária Federal, de órgãos estaduais, representantes de entidades de empresários e trabalhadores, representantes de universidades, como a Universidade Federal do Amazonas, um debate extremamente importante, Sr. Presidente.

Apenas quero fazer esse registro de que lá estava a Comissão de Infraestrutura. Até esta semana, mais tardar semana que vem, encaminharei oficialmente um relatório com um resumo de todas as discussões que lá tivemos, porque sei que V. Exª, ao final de sua gestão, fará um relatório. Eu gostaria muito que isso constasse também como uma das atividades importantes realizadas por esta Comissão. Já falei aqui com o Senador Valdir Raupp que devemos fazemos fazer um debate em breve, pois estamos com alguns problemas, os quais temos que continuar acompanhando, senão corremos risco, Senador Raupp, de não termos nem a prorrogação do licenciamento das obras de manutenção. Foi um debate muito importante, que façamos o próximo pela Comissão lá no Estado de Rondônia.

Obrigada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu já queria, Sr. Presidente, antecipar essa provocação saudável da Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uma audiência pública em Porto Velho, sobre a BR-319, no mês de novembro, se possível. Não vou apresentar hoje porque não está pronto, mas apresento na próxima reunião o requerimento. Certamente, a Senadora Vanessa e os demais Senadores da região assinarão esse requerimento para uma audiência pública em Porto Velho para tratar desse assunto, de algumas pendências abertas da BR-319.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero dizer à Senadora Vanessa que fiz apenas justiça ao seu trabalho: dai à Vanessa o que é de Vanessa. Então, quero me congratular com ela pela realização desse debate, ao mesmo tempo em que vou aguardar a apresentação do relatório e, ainda, a apresentação do requerimento do Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu subscrevo também requerimento do Senador Ricardo Ferraço que solicita... E eu solicito a V. Exª para deliberação extrapauta. Se V. Exª me permitir, eu faria aqui rapidamente a leitura do requerimento. Posso fazer imediatamente, Sr. Presidente? Obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, o qual eu também subscrevo.

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura para debater o financiamento no exterior de obras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Considerando a motivação da audiência, recomendamos a presença da Presidente do BNDES, Drª Maria Silvia Bastos Marques.

A justificativa se dá exatamente porque o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos principais atores da economia brasileira e foi amplamente utilizado como instrumento de investimentos do Governo, sobretudo nos últimos anos, e o valor desembolsado pelo banco alcançou, nesses últimos anos, cerca de R$673 bilhões.

Segundo auditoria prévia realizada pelo Tribunal de Contas da União, o banco estatal desembolsou cerca de R$50 bilhões para custear 140 empreendimentos em países da África e da América Latina. Foram principalmente obras de rodovias, portos e aeroportos, entre os anos de 2006 e 2014. A maioria dessas obras contam com contratos de empréstimos considerados, até há pouco tempo, secretos pelo Banco de Desenvolvimento.

Enfim, essa, em síntese, é a justificativa e que submento à apreciação desta Comissão, tão bem presidida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dário Berger.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 58, de 2016

Requer a realização de Audiência Pública para debater o financiamento no exterior de obras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; recomenda a presença da Presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Solicito que os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pelo Senador Dário Berger, que foi o Relator da matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, há também o requerimento do Senador Hélio José, extrapauta, em que ele pede a realização de audiência pública para ouvir o Presidente da Eletrobras, o Presidente da Aneel, o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Eletronorte, o representante da Federação Nacional dos Urbanitários e também representantes das empresas distribuidoras federalizadas. O objetivo aqui é discutir o papel desses segmentos e, particularmente, dos servidores públicos.

Por isso eu estou também subscrevendo, para que possa fazer parte da nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) –

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59 de 2016

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a situação atual do sistema Eletrobrás.

Autoria: Senador Hélio José e outros

Em votação o requerimento do Senador Hélio José, subscrito pelo Senador José Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu fui alertado aqui de que semana que vem não haverá reunião da Comissão de Infraestrutura, correto?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vai depender de uma decisão da Presidência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já foi tomada?

O Presidente confirmou porque ele anunciou um calendário. Foi confirmado?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Como na outra semana já vai entrar novembro, eu queria propor que aprovássemos aqui já o requerimento de diligência em Porto Velho sobre a BR-319, convidando o DNIT, Ministério dos Transportes e Ibama. Não seria uma audiência pública, seria uma reunião de diligências em Porto Velho, para debater a situação da BR-319. Então, eu queria que o aprovássemos já aqui.

Depois eu encaminho por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) –

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61 de 2016

Requer a realização de diligência, no mês de novembro de 2016, em Porto Velho (RO), para debater as obras de manutenção da BR-319, no trecho Porto Velho–Manaus.

Autoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Depois V. Exª formalizará.

Em votação o requerimento do Senador Valdir Raupp.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Infraestrutura, nós vamos convidar para participar da audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, o Sr. Marcio Lacerda, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Tendo em vista que a pauta foi esgotada...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Muito obrigada, Presidente.

Eu gostaria de apresentar um requerimento extrapauta a respeito de um estudo encomendado pela CNI e feito pela FGV - EAESP, "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras". Eu já aprovei o requerimento na Comissão de Relações Exteriores, mas esse estudo só tem a ver com infraestrutura, especialmente portuária. Então, eu gostaria de colocar para a apreciação dos colegas, para que a gente pudesse avaliar a possibilidade de fazer uma audiência pública conjunta da Comissão de Infraestrutura com a Comissão de Relações Exteriores a respeito desses desafios para que a CNI pudesse mandar os seus técnicos apresentarem o estudo. São estudos maravilhosos os que a CNI tem feito ao longo dos anos e eu acho importante colocar isso a público para que nós Senadores, que ajudamos a colaborar nas políticas públicas e leis, possamos conhecer esse estudo tão maravilhoso que a CNI fez há pouco tempo em parceira com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV - EAESP.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) –

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60 de 2016

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Relações Exteriores, para debater a pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV - EAESP).

Autoria: Senadora Kátia Abreu

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não resta dúvida quanto à importância dessa solicitação da Senadora Kátia Abreu, por isso mesmo a Comissão dá, inteiramente, sua anuência à realização dessa audiência pública conjunta entre a nossa Comissão e a Comissão de Relações Exteriores.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nada mais havendo a tratar...

O Senador Flexa Ribeiro olhou com um olhar fulminante. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Meu Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, nós temos de aprovar o requerimento da Senadora Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Segundo o universitário substituto, mas que não é substituto, é mais experiente do que o universitário Thales, que está ausente, segundo ele, basta a anuência da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não há necessidade. V. Exª sabe que eu sempre recorro aqui aos universitários.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, agradeço a anuência e a aprovação e gostaria de pedir, como esta Comissão sempre se comporta, agilidade. Na Comissão de Relações Exteriores, já foi aprovado esse requerimento há algum tempo. Que a gente pudesse acelerar essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu peço a colaboração de todos os Senadores. E peço aqui ao universitário Altair que possamos dar agilidade à tramitação dessa matéria. Vamos entrar em entendimento com a Comissão de Relações Exteriores para que isso aconteça o mais breve possível.

Senador Flexa Ribeiro, posso encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada esta reunião, por recomendação do Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 33 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Pastor Valadares, Telmário Mota, Wilder Morais, Garibaldi Alves Filho, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 54/2016, de autoria do Senador Hélio José, e RQI 57/2016, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, em especial os avanços e desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e do Programa Luz para Todos. **Participantes:** Aurélio Pavão de Farias, Diretor do Programa Luz para Todos da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Alô Senado. Antes de iniciar a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800 612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter@AloSenado. Repetindo, para participar, todos os ouvintes podem participar da nossa audiência pública, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800 612211.

Inclusive pessoas da plenária, se quiserem fazer perguntas, também podem fazer isso ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo Twitter@AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador poderá, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 54 e 57, de 2016, ambos de minha autoria, para avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil. A audiência tratará dos avanços e desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem) e do Programa Luz para Todos.

Para tanto, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para compor a Mesa: Aurélio Pavão de Farias, Diretor do Programa Luz para Todos da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. Aurélio, seja bem-vindo! É um prazer. O Aurélio é uma pessoa que conheço ao longo do tempo e tem trabalhado há muitos anos no Luz para Todos. Já está há quantos anos, Aurélio?

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS (*Fora do microfone*.) – Doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Doze anos no Ministério, quase todo esse tempo dedicado ao Programa Luz para Todos. Então, um técnico qualificado e com profundas condições de nos ajudar, fazendo uma avaliação adequada e correta desses dois programas: tanto o Prodeem, que fica sob a responsabilidade dele, quanto o Luz para Todos.

Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Hugo tem colaborado muito conosco aqui nesse trabalho que estamos fazendo nessas audiências públicas. Seja bem-vindo, Hugo! Nesta semana, estive com o nosso Dr. Rufino, Diretor-Geral da Aneel, a quem pude tecer palavras de gratidão e de reconhecimento ao trabalho importante que o Hugo e a Aneel vêm fazendo em prol do desenvolvimento energético brasileiro, em prol das novas fontes energéticas. O Hugo é uma pessoa estudiosa e profundamente preparada para estar nessa avaliação do Luz para Todos, que, sinceramente, credito como um dos principais programas de inclusão social do mundo. O Brasil fez e está fazendo uma tarefa fundamental. A Aneel, sempre com suas resoluções, com seu apoio, também tem colaborado muito com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu até estava conversando com o nosso querido Romeu Rufino, na quinta passada, na reunião que tivemos, sobre a importância cada vez maior da Aneel para nos ajudar, de fato, a tornar uma realidade a energia solar fotovoltaica, a energia da biomassa, a energia do lixo em nosso País. E sei que a importância desse trabalho, no seu final, vai culminar com isso. Por isso, é muito importante.

Eu alerto minha assessoria, que está aqui, a cobrar as informações escritas das outras perguntas. Se alguém não mandou, me passe, porque eu vou fazer, formalmente, a requisição das respostas escritas às pessoas que estiveram aqui, debatendo conosco, porque isso vai constar... Eu até pedi, porque aqui o tempo é curto e, muitas vezes, não dá para aprofundar na resposta. Seria interessante aprofundar nas perguntas e outras considerações. Por isso, preciso da resposta escrita, porque vai constar dos Anais o livro final de todo esse trabalho que estamos fazendo aqui. Então, a Comissão...

Quero agradecer muito ao Tales, que está ali. Em nome dele, agradeço a todos os membros da Comissão de Infraestrutura pelo empenho que tem sido feito nesse trabalho. Nós já temos, se não me engano, mais três audiências públicas, e pretendemos, no final, encaminhar o fechamento desse trabalho de avaliação das energias alternativas. Eu não tenho dúvida de que, falando sobre você, a contribuição de vocês da Aneel é muito importante e muito bem-vinda, assim como a do Aurélio e da turma do Ministério de Minas e Energia.

Eu queria que fosse entregue a eles logo os questionamentos escritos para esta audiência que a gente fez e que eu vou ler daqui a minutos, para eles poderem já dar uma passada de olho; tanto para o Hugo quanto para o Aurélio.

Esta audiência pública, pessoal, promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, será voltada para o debate e para a consequente avaliação das políticas públicas destinadas à implantação, no Brasil, das formas de obtenção de energia elétrica comumente denominadas "alternativas" e também da geração por meio das fontes renováveis em geral. Pretendemos que, neste encontro, seja dada ênfase à interdependência dessas formas de geração com aquelas que poderíamos chamar de "tradicionais" na composição da matriz elétrica brasileira.

Mais ainda: entendemos ser absolutamente oportuno que aqui tratemos os avanços e os desafios associados à implantação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, o Prodeem, e do Programa Luz para Todos.

Visando ao nivelamento de informação dos presentes, comunico que apresentei a esta Comissão, nos termos do Requerimento nº 16-CI, de 2016, uma proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Ao Congresso Nacional compete a avaliação das políticas públicas para o exercício do controle externo dos demais Poderes, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Essa competência lhe foi conferida pelo art. 70 da Constituição Federal.

Devo ressaltar também que o art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as comissões permanentes da Casa selecionem, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. O relatório contendo as conclusões alcançadas deve ser apresentado à Comissão pertinente até o final da atual Sessão Legislativa.

Entendemos que o objetivo principal de atuação no campo de avaliação de uma política pública é a investigação dos seus efeitos. Desse modo, com tal iniciativa, o Senado Federal busca compreender o alcance desses efeitos, a fim de que se possa verificar o atingimento ou não dos objetivos para os quais a política foi concebida.

De fato, quer-se avaliar se os recursos disponíveis para sua avaliação são suficientemente empregados.

Todos nós temos consciência de que o Programa Luz para Todos foi um programa que revolucionou muito, principalmente o Nordeste brasileiro e as milhares e milhares e milhares de famílias brasileiras que não tinham seu ponto de luz, que não tinham sua geladeira e que não tinham como ter acesso a essa importantíssima política pública que é a energia elétrica.

Então, a universalização da energia elétrica no Brasil tornou-se uma realidade a partir desse programa Luz para Todos. E o Prodeem foi o programa pioneiro, o que originou esse Luz para Todos, ao frigir dos ovos, por assim dizer. Ele começou a discutir essas questões via Ministério. E de lá, notou-se a necessidade de fazer um programa especial para tratar do assunto, que culminou no programa Luz para Todos, que ocupa um departamento, no Ministério de Minas e Energia, para cuidar dessa área.

No Brasil, já atingiu milhares de famílias, que acredito que o Aurélio deva falar na sua exposição. Lembro-me de que eu, engenheiro eletricista, recebi o sistema da Chesf para a Eletronorte, num importante Estado brasileiro, o Maranhão, no ano de 1983. E e lembro-me de que quase 80% do Estado do Maranhão estava ainda às escuras e não tinha acesso à energia.

A Eletronorte foi para o Maranhão, revolucionou a sua situação. E o Luz para Todos veio para completar o acesso de praticamente todos os maranhenses à energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Hoje ainda existe no Maranhão um número significativo de pessoas isoladas, que não têm a sua energia elétrica porque não utilizaram uma forma adequada de fornecimento energético.

E as energias alternativas são fundamentais para complementar o trabalho do Luz para Todos. As cidades isoladas, como o Lençol Maranhense, cidades de ilhas, comunidades que se encontram no meio da mata – no caso do Maranhão é a região dos cocais, transição entre a floresta amazônica e floresta dos Cocais, e o Cerrado – precisam ter energia de fonte solar, fotovoltaica, energia de biomassa.

É uma realidade, nobre Hugo Lamin, que nas margens da maior usina hidrelétrica em solo totalmente brasileiro, que é a de Tucuruí, ainda existam comunidades no escuro. Está-se gerando a maior fonte de energia totalmente brasileira dentro do nosso País, e, por falta de linha de transmissão, ou por falta de linha de distribuição, ou por falta de uma política adequada de novas fontes energéticas, existam ainda comunidades no escuro.

Há, inclusive, no Ministério de Minas e Energia, um estudo de como atender essas pessoas. E uma forma inteligente talvez fosse exatamente a energia que Deus nos deu em abundância, que nos propiciou, que não é poluente, e que pode realmente revolucionar: a energia solar, fotovoltaica.

O principal resultado dessa avaliação deve ser o de permitir a elaboração de um diagnóstico dessa política. Tal diagnóstico pode resultar num encaminhamento de propostas de ampliação ou de sugestão para o seu aprimoramento.

A avaliação é a etapa essencial desse ciclo, pois fundamenta-se no dever de prestar contas à sociedade, após a realização do trabalho.

Portanto, trata-se, a rigor, de uma etapa conclusiva do ciclo de uma política pública executada, que é o caso de Luz para Todos e do Prodeem, que são duas políticas públicas executadas não na sua plenitude, não 100%, por causa de problemas que eu já coloquei aqui.

O Prodeem teve muitas dificuldades com relação a prefeituras, que não prestavam contas adequadamente. O Prodeem era um programa muito solto, mas teve o mérito de ser pioneiro na questão das energias alternativas. Por isso, nós precisamos avaliá-lo também até para poder hoje... O grande problema do Prodeem é fechar os programas nos vários Estados, nos vários Municípios, que, até hoje, não conseguiram fazer a prestação de conta e fazer o seu fechamento. Eu espero que isso tenha avançado e que, agora, realmente, já esteja em uma situação bem melhor. Vamos ver o que o Aurélio vai dizer sobre isso.

Para além da avaliação da política em si, pretende-se aqui analisar os investimentos feitos na área, destacando seus avanços e desafios a serem enfrentados. Ainda que a matriz elétrica brasileira seja predominantemente composta pela geração por fonte renovável, com destaque para a geração hidráulica, que responde por 65% da oferta interna aproximadamente, não se pode deixar de investigar se a energia produzida está sendo utilizada de forma adequada, assim como investigar o impacto das políticas públicas destinadas a inserir as fontes alternativas e renováveis à mesma matriz.

Segundo o Plano Decenal de Energia 2024, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a expansão do parque gerador termoelétrico está condicionada à disponibilidade de um combustível com preço suficientemente competitivo para participar dos futuros leilões de energia nova – esse combustível é exatamente o sol, que é o grande combustível que vai gerar energia e dar condição, realmente, de poder atender. Atualmente, a preferência é para o uso do gás natural em alguns lugares. Entretanto, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em caso de inviabilidade desse combustível, o atendimento à demanda será por meio de outras fontes, entre elas, as usinas térmicas a carvão e outras usinas. Assim, aqui, enfatizamos que é importante adotar uma política impositiva de baixo carbono, como pré-requisito para eventual utilização de termoelétrica a combustíveis fósseis ou a carvão.

Sinceramente, se depender de mim, zero de combustíveis fósseis, zero de usina a carvão, zero de poluição ao meio ambiente. Tudo bem que o Brasil tem uma fonte energética razoável e disponível de carvão, seja vegetal, seja mineral, mas a poluição é tão grande que não vale a pena investir um centavo nessa questão. Eu fui Presidente da comissão da Medida Provisória nº 735, em que discutimos uma série de mudanças no setor elétrico brasileiro, e, a muito contragosto, porque não foi na minha comissão que colocamos, deixamos ser incluído o Programa de Modernização das Usinas de Carvão Mineral no Sul do País, principalmente considerando a geração de emprego, a cadeia de emprego, que hoje é real. Há cidades como Criciúma e outras que teriam que fechar as portas se nós deixássemos acabar o programa de apoio ao carvão mineral. Na Câmara dos Deputados, foi feito esse acerto, que nós acabamos deixando passar aqui, no Senado Federal, para modernizar o que já existe, para tentar amenizar e poluir menos, porque a poluição vai continuar, mas é preciso pelo menos haver filtros de alta capacidade de conter o efeito danoso dessas usinas térmicas, do carvão, e fazer com que a coisa funcione de uma forma mais amena e mais adequada.

Se depender de mim, seria zero de carvão, zero de queima desse combustível, já que nós teríamos um solo tão disponível para poder fazer o vento, vias eólicas. Teríamos a questão do próprio gás natural, que é uma boa fonte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

energética, que não pode ser desperdiçada, e de outras fontes energéticas, como as próprias PCHs e CGHs. Que nós tenhamos toda uma forma de bom aproveitamento dela!

Na Medida Provisória 735, esperamos que as PCHs, essa fonte tão importante de energia elétrica adquirida dos nossos pequenos cursos, nossos rios, possa suprir a necessidade de se continuar poluindo o ambiente com energias, via hidrocarbonetos de alto carbono e a carvão, como essas térmicas. Porque, sinceramente, se eu fosse do Ministério de Minas e Energia, seria zero de concessão, de agora para frente, de qualquer coisa relativa à queima de carvão de alto carbono. Não iria para frente, porque todo tipo de dificuldade eu iria criar. Também acho que a Aneel deveria discutir isso melhor.

E aqui em Brasília, existe a cidade de Samambaia, que está aí para comprovar. Tivemos efeitos superdanosos com relação a essas mudanças climáticas advindos exatamente desse tipo de poluição, de esquentamento do meio ambiente, os quais vocês viram agora, há duas semanas. Houve o destelhamento de quase a metade da cidade de Samambaia. E faço, inclusive, um apelo a todos os que estiverem nos ouvindo, para, se quiserem colaborar com as famílias que ainda estão ao relento em Samambaia, é só procurar a administração regional, procurar as pessoas que apoiam.

São milhares de pessoas em Brasília que ainda estão gozando de muita dificuldade por causa exatamente dessas mudanças climáticas que vêm, muitas vezes, dessas políticas inadequadas colocadas para a geração de energia. E há, inclusive, o atraso de quase dez anos com relação ao aproveitamento da energia solar fotovoltaica em nosso País. Não se investiu nada nesse setor, e a pesquisa foi abandonada.

E o Brasil, um país criativo, com muitos técnicos, com muita capacidade de pesquisa, não tem ainda um inversor brasileiro. O inversor é um instrumento que transforma, faz a energia solar, que é uma energia contínua, transformar a energia alternada, para ser aproveitada pela rede. E não há um inversor brasileiro, não há um medidor adequado, para fazer a medição bidirecional para poder fazer a interconexão da nossa energia solar com a rede.

E ainda não há placas – pasmem! Que absurdo um país como o Brasil, o maior produtor de silício, não ter a capacidade de fazer a depuração do silício adequadamente para ter placas de captação de energia solar, em nosso País, na nossa terra. E, assim, deixa os irmãos de outros países, China, e outros, e outros, e outros, Estados Unidos, Alemanha, e outros, e outros, e outros terem isso, e nós, o maior produtor... Levam a nossa *commodity*, que é o silício, para poderem fazer. E nós temos que comprar caríssimo os instrumentos para poder colocar energia solar nos nossos tetos, nos nossos ambientes, nas nossas empresas, no que for necessário.

Quer dizer, esse tipo de atitude feita anteriormente, não cidadã, na minha visão, para proteger a indústria, como a do carvão e como a do petróleo, não gera uma boa situação. E eu tenho conversado com o Presidente Temer, tenho conversado com o Ministro de Minas e Energia, tenho conversado com o Diretor-Geral da Aneel, afirmando que nós precisamos fazer alguma coisa. E esperamos que, com a conclusão desse trabalho, sinceramente, o carvão e as térmicas sejam colocados no lugar em que devem ser colocados, porque, se dependesse de mim, qualquer coisa que se fosse fazer em relação a térmicas se teria que proporcionar uma compensação enorme em qualquer outra fonte renovável de energia: eólica, solar ou alguma coisa assim.

Para um de carvão, tinha que pôr 100 de eólica, térmica, solar, fotovoltaica, gás natural ou alguma assim, porque não dá para o Brasil deixar os capitalistas mal intencionados, os exploradores continuarem com essa política do carvão, essa política suja dos hidrocarbonetos. Não dá!

Em face dessa política quanto à utilização da geração termoelétrica, torna-se ainda mais relevante uma avaliação eficaz das políticas públicas destinadas ao fomento de fontes renováveis de energia no Brasil.

Estamos discutindo duramente a lei. Temos recebido algumas dificuldades, especialmente do pessoal ligado ao petróleo. O tempo está se exaurindo. Na semana que vem, eu vou apresentar novamente o relatório na Comissão. Eu dei duas semanas de prazo. A Aneel estava até aqui. Não sei se você ou outro colega da Aneel estava na audiência pública que fiz sobre a lei que estamos discutindo, os percentuais de P&D para as fontes alternativas.

Então, nós devemos apresentar, na semana que vem, o nosso projeto, de forma definitiva, para encaminhar – na verdade, é o meu relatório; o projeto foi do Senador Cristovam –, realmente, fomento para as energias alternativas – solar,fotovoltaica, eólica, maremotriz e todas as possíveis e existentes, conforme definição do regulamento da Aneel – para que o P&D seja devidamente priorizado nesse setor e não priorizado em outros setores.

O Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), instituído pelo Governo Federal, em 1994, busca tornar efetivo e confiável o atendimento às localidades isoladas não supridas de energia elétrica pela rede convencional. O seu objetivo é o de assegurar a sustentabilidade social, econômica e ambiental dessas localidades, garantindo o suprimento de energia confiável e limpa a partir das fontes renováveis locais.

É necessário também verificar se os gastos realizados pelo Governo Federal foram justos e adequados à garantia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do acesso da comunidade isolada à energia elétrica e à efetiva otimização dos programas de eletrificação rural e irrigação para o desenvolvimento agrícola e dos assentamentos rurais.

Senhoras e senhores, a avaliação que aqui empreendemos compreende a coleta de apreciação de informação proveniente das diversas fontes envolvidas e sua consolidação. O que discutiremos neste evento subsidiará um relatório preliminar, que será apreciado pelos Parlamentares membros da Comissão para que apresentem sugestões a serem incorporadas ao relatório final.

Nesse contexto, cumprimento todos pela presença e desejo um proveitoso momento de reflexão aos que aqui se encontram.

É fato e uma crítica construtiva que nós estamos mobilizando muito pouco para esta audiência pública. Então, quero chamar a atenção da Comissão e da minha assessoria para que todas as pessoas que discutem energia alternativas sejam convidadas para a próxima reunião. É inadmissível que, em um assunto dessa magnitude, de interesse de todo o Brasil, de interesse de todos os que estão nos ouvindo, as pessoas que têm minimamente preocupação com esse processo de energia limpa, com esse processo, realmente, de termos condição de investimento nessas importantes fontes de energias renováveis não sejam convidadas e não estejam participando. Então, todos, sem exceção, do Distrito Federal e do mundo afora, têm que ser convidados para a próxima reunião. Estou ordenando isso aqui para a minha assessoria e solicitando, fazendo um pedido à Comissão para que faça isso.

Então, é só pegar o catálogo, ver quem são as pessoas que estão oferecendo questões em energias alternativas, e convidar para a reunião.

Há questões importantes que eu formulei aqui, que são as seguintes: foram convidados para a audiência representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, representante da Frente Nacional dos Prefeitos, que lamentavelmente não pôde vir, e representante do Ministério de Minas e Energia. As questões são as seguintes:

1. o Prodeem buscou promover o desenvolvimento autossustentável, social e econômico em localidades isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional; como tem sido feita – é a pergunta – a coordenação do Governo Federal com os governos estaduais e municipais beneficiados por tal programa? Essa pergunta é para ti, Aurélio. Quais têm sido os desafios e as oportunidades constatadas no decorrer do desenvolvimento desse programa, o Prodeem? Quais os resultados identificados até o momento?

Eu queria saber, da Aneel, como a Aneel avaliou essa questão do Prodeem, como pioneiro nessa situação, como uma pessoa que começou a introduzir um programa, uma proposta, começou a introduzir essa ideia importante, que culminou no Luz para Todos e nessa integração energética dos Municípios isolados do Brasil.

Quais metas faltam ser atingidas pelo programa e em que prazo o Governo Federal pretende atingi-las? Isso, do Prodeem.

Como os Municípios veem a política energética praticada pelo Governo Federal e quais as necessidades que verificam ser atendidas no curto, médio e longo prazo? Então como os Municípios – isto seria para o "cara", para o representante da Frente Nacional dos Municípios, e ele não está aqui. Como você, Aurélio, pela sua diretoria, e você, Hugo Lamin, têm muito contato com os prefeitos, as pessoas que estão reivindicando, então eu queria que vocês discorressem sobre como, na avaliação de vocês, os Municípios estão vendo essa questão, já que o representante das prefeituras não está aqui.

Na sua opinião pessoal, como os Municípios são impactados por tal programa e como pode haver uma coordenação entre o Prodeem e o programa Luz para Todos? O que acontece: o Luz para Todos foi pouco explorado aqui nas perguntas feitas pela assessoria. O Luz para Todos já atendeu, se não me engano, mais de 90% do povo a ser atendido. Ainda temos problemas com algumas das distribuidoras brasileiras, sendo que algumas das subsidiárias do Sistema Eletrobras, que ficaram responsáveis pelo programa, para executá-lo em sua plenitude... Eu queria saber como o Ministério de Minas e Energia, como o Luz para Todos, lá na sua direção, Aurélio, do departamento, o DPUE, como é que o DPUE está fazendo a cobrança para que essas empresas, tanto as subsidiárias, quanto as empresas distribuidoras que ficaram responsáveis por fazer em seus Estados cumpram as metas finais do Luz para Todos e qual é o prazo que está sendo dado para que isso realmente se torne uma realidade. E qual é, se possível, o número dos que falta serem atendidos pelo programa? E o que pode ser feito para realmente garantir os 100% de atendimento?

E para finalizar, também para você, eu gostaria de ampliar a pergunta: como essas áreas ainda totalmente isoladas, áreas realmente com fragilidade ecológica, que não permitem a gente fazer uma rede de distribuição, ou que não permitem uma intervenção forte do Estado, para fazer com que a energia comum chegue até lá, vocês estão pensando fazer um conjugado de atendimento via banco de baterias, via energia solar fotovoltaica, via alguns moinhos eólicos menores? Porque a Kyocera tem os moinhos eólicos menores.

De de que forma vocês estão pensando em fazer esse atendimento? Será por meio daquele velho estudo, do triconjugado, cujo único item de que não gostava e não gosto é a parte do diesel? Se ele não tivesse o diesel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para mim, estaria excelente. Mas, se ele tem a parte de diesel no triconjugado, a meu ver, já perde um pouco do valor. Mas como anda isso no sentido de atender às regiões? Porque ele é solar, é eólico e é diesel. Esse era o triconjugado, que teve um projeto-piloto, com atendimento a algumas regiões isoladas, e eu não sei como ficou. Eu queria ouvir alguma coisa também a respeito disso e o que nós podemos fazer.

Nessa mesma linha de pergunta, meu nobre Hugo Lamin, como está, em relação à fiscalização e à regulação, a questão do atendimento a esse grupo que ainda falta no Programa Luz para Todos, a esse grupo que o Prodeem não atingiu? Como está a cobrança em nível de prestação de conta, realmente, nesses Municípios, porque muitos pegaram milhares de placas e não instalaram, deixaram perder nos seus depósitos? Em muitos locais brasileiros, o programa não foi para a frente como deveria ter ido. No Prodeem, inclusive, havia uma ideia de reaproveitamento dessas baterias e dessas placas que estavam perdidas em depósito brasileiro. Aí, novamente, eu pergunto ao Aurélio se ele tem notícia de como está isso, se isso continua perdido, enferrujando nos almoxarifados, ou se lhe foi dada uma destinação. Eu lembro que uma Senadora de Roraima estava discutindo no Ministério de Minas e Energia a possibilidade de aproveitamento desses equipamentos em algumas escolas do Estado de Roraima. Era um exemplo de bom aproveitamento que poderia ser dado a esses equipamentos, porque o Prodeem está em todo o Brasil, não só em Roraima.

Então, gostaria de saber se você tem notícia disso e se você, Hugo, tem alguma notícia de como a Aneel, como nossa fiscalizadora, como nossa reguladora, pode contribuir com o Ministério para cobrar responsabilidade dos Municípios que receberam programas do Prodeem e até hoje não executaram, gastaram dinheiro com outras coisas e deixaram as placas ou as baterias ficarem perdidas em depósitos. Foi encaminhada alguma forma de sanção ao gestor, ao prefeito ou ao responsável à época, com relação à questão?

Era isso que eu tinha a dizer, inicialmente, agradecendo todos que estão aqui presentes e todos que estão nos ouvindo.

Passo a palavra ao Aurélio Pavão, pelo tempo de até 15 minutos. Então, aos 13 ou aos 12, vai tocar a campainha, para você ter condição de sintetizar, ao final, a sua fala, *o.k.*?

Obrigado.

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – *O.k.* Primeiramente, bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar o Exmo Senador Hélio José; cumprimentar o Hugo Lamin, aqui representando a SRD, pela Aneel; cumprimentar toda a assessoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura; a assessoria da Aneel; e a nossa assessoria do Ministério de Minas e Energia, que nos acompanha.

Gostaria de agradecer o convite formulado aqui pelo nobre Senador. Consideramos bastante oportuno esse debate com relação à questão da universalização do acesso à energia e com relação também ao desafio de se levar energia às comunidades isoladas, preferencialmente utilizando energia renovável, e, naquilo que couber, priorizando a energia solar fotovoltaica.

Preparamos, aqui, Senador, uma breve apresentação. Evidentemente que abordar esses temas com profundidade vai demandar bastante tempo. V. Exª é profundo conhecedor da matéria no que se refere ao setor elétrico e às questões que envolvem a universalização de acesso à energia; profundo conhecedor dos desafios, da dificuldade que é levar energia elétrica para essas comunidades rurais. Então, preparamos uma apresentação e vamos, ao decorrer da nossa apresentação e dos debates, poder atender todas as questões aqui levantadas.

Primeiramente, gostaria de dizer que o processo de universalização no País é regrado pela Lei nº 10.438, que define as obrigações para a universalização do acesso à energia elétrica. O Luz para Todos foi e tem sido a principal política do Governo Federal para antecipar – ele nasceu para isto – as metas de universalização, e o Prodeem, como já citado aqui pelo Senador, é uma política que antecede todo esse processo de universalização que foi estabelecido pela Lei nº 10.438 e pela anterior à criação do Luz para Todos.

O Prodeem foi a primeira política pública – ressalte-se aqui a nobreza e o objetivo dessa política –, primeira tentativa de levar energia elétrica para as comunidades rurais, priorizando atender às escolas, aos postos de saúde, ao abastecimento de água. E, naquela política, estabeleceu-se ter como parceiros principais, naquele momento, os prefeitos, as prefeituras e os Estados. E também entendo como estratégia que o Ministério comprasse os equipamentos e, através de convênio, fizesse essas instalações com convênios com prefeituras.

O momento, hoje, é outro, e a gente vai ver na nossa apresentação que não cabe mais prefeitura e Estado atender a consumidor. No decorrer de todos esses longos 24 anos, muita coisa avançou com relação ao processo de universalização, com relação a todos os regramentos no que se refere a esses atendimentos e também com a execução do Luz para Todos.

Então, o retrato hoje felizmente é outro. Em que pese a gente ainda ter um grande desafio e dificuldades, o retrato e a estratégia para o Prodeem, hoje, são outros, e a sua condução é outra. Então, é isso que vamos abordar.

Aí está. Eu me referia à Lei nº 10.438, de 2002, cujo objetivo já era estabelecer, até 2015, que todas as distribuidoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

universalizassem o acesso à energia em suas áreas de concessão.
Sobre o processo de universalização e como anda hoje, o Hugo vai detalhar com mais propriedade.
No ano de 2000, então já baseado no censo do IBGE de 2000, que aponta para um conjunto de dois milhões de famílias sem energia elétrica no meio rural, o Governo Federal na ocasião, fim de 2003, criou o Luz para Todos, para ajudar a antecipar essa meta que tinha como prazo final o ano de 2015.
Então, logo em 2003 também, a Aneel publicou a Resolução nº 223, que estabelece os prazos até 2015, e o Luz para Todos, então, é criado no final de 2003, para antecipar essa meta para 2008.
E assim a gente começa o Luz para Todos: com a meta de dois milhões de famílias a serem atendidas, com o prazo de 2008.
Bem, essa é uma imagem que eu gosto muito de utilizar, que é a fotografia do País em 2000. Do lado esquerdo, a gente tem o que seria a exclusão elétrica no País, apontada pelo IBGE.
Então, os senhores poderão verificar que, quanto mais vermelho, maior o índice de exclusão. Não coincidentemente, estão nos Estados mais difíceis de atender, Região Norte e parte do Nordeste.
O mapa da direita é a fotografia do IDH. Quanto mais vermelho, mais baixo o IDH e mais pobre a região. E a infeliz coincidência de que todos nós temos conhecimento é que esses dois mapas nos mostram a dura realidade de que onde não há energia elétrica, maior é a probabilidade – e isso está medido aí – da falta de acesso às condições básicas para desenvolvimento, para geração de renda. Então, esses dois mapas deixam muito clara essa relação.
Bem, aí a estrutura do programa, como ele funciona. Ele tem uma coordenação nacional, que está no Ministério de Minas e Energia, no nosso departamento, Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, na Secretaria de Energia Elétrica. Nós temos uma estrutura que conta, para participação e operacionalização do programa, com a Eletrobras, que faz toda a parte de análise de programas de obras, contratação junto às distribuidoras. Cabe às distribuidoras contratar, receber recursos e executar as obras.
Por seu lado, à Aneel cabe fazer toda a parte de regulação e fiscalização no que se refere a esses atendimentos. À Aneel cabe fiscalizar o cumprimentos das metas, inclusive do Luz para Todos, cobrando das empresas, penalizando quando for o caso.
Para execução do programa e controle nos Estados, nós temos as coordenações regionais, que são exercidas pelas nossas empresas coligadas, as geradoras Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul.
Temos os coordenadores estaduais. Na coordenação estadual, a sociedade é representada. Há representação dos interessados através dos sindicatos, trabalhadores rurais, através de Incra, através de todas as entidades que têm interlocução com essa população. Então, aí também há representantes dos Municípios, representantes de governos estaduais e das distribuidoras.
Por fim, os agentes executores são as distribuidoras, a quem cabe executar o Programa Luz para Todos.
Esse é um balanço de hoje, como disse o nosso nobre Senador. A nossa meta inicial era de 2 milhões de famílias, e já atendemos 3,306 milhões de famílias, o que significa perto de 16 milhões de brasileiros já atendidos pelo Programa Luz para Todos.
Aí estão os números. O mapa da direita mostra os números de hoje distribuídos por Região. Poderão observar que o Nordeste era a Região em que tínhamos o maior número, em termos absolutos, de exclusão, e por isso há a maior participação ali no mapa.
Região Norte em segundo lugar, e Sudeste em terceiro lugar.
Ali nós temos a Bahia, que também é um Estado que tinha, e ainda tem, um número muito grande de demandas – é o primeiro Estado em exclusão elétrica e é o primeiro Estado em números de atendimento e de investimento também pelo Luz para Todos.
E, por fim, a Região Sul, que no mapa da eletrificação é a Região que, até em razão da participação das cooperativas de eletrificação rural, estava mais avançada no que se refere à universalização.
Essa é uma fotografia já do Censo de 2010. Notem os senhores: colocamos o mapa de 2000, da exclusão elétrica de 2000, e da exclusão elétrica medida pelo Censo 2010. Esse mapa hoje já é outro, porque, de 2010 até hoje, o Luz para Todos já levou energia e agregou energia a mais de 550 mil famílias. Então, esse mapa hoje já está alterado, mas nós estamos trabalhando com o Censo.
Em 2010, podemos observar o grande avanço que houve na questão do acesso à energia elétrica. Nós lembramos que o Nordeste aparecia ali com uma mancha vermelha. E o desafio ainda é o Norte. Embora no Norte nós já tenhamos avançado bastante – e vamos falar um pouco mais –, o principal desafio hoje ainda é o Norte. Mas avançamos bastante.
O Luz para Todos, hoje, já concluiu a sua participação em vários Estados.
Coincidentemente com o processo de universalização e com os registros e todas as resoluções homologatórias da Aneel no que se refere à universalização de várias áreas de concessão, o Luz para Todos já concluiu sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

participação nos Estados pintados de verde: toda a Região Sul, parte da Região Sudeste, parte da Região Nordeste. Devemos concluir a nossa participação nos Estados pintados de amarelo ocre e deveremos continuar aí com o Luz para Todos nos Estados pintados de vermelho.

Quero registrar, também, Senador, que, das 101 áreas de concessão em que as empresas distribuidoras e cooperativas atendem, 87 áreas de concessão já foram declaradas universalizadas.

Então, deve-se a esse feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – ... a participação do Luz para Todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu vou te dar mais dois minutos. Aí, ficam três minutos para você concluir. Está bem?

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – Está.

Bem, aí, detalhadamente, a situação de cada Estado, os números gerais do Luz para Todos, pesquisa de impacto da chegada de energia elétrica nas comunidades, aquisição de equipamentos...

Bem, vamos falar agora do maior desafio, que está na Região Norte.

O Governo estabeleceu, agora, recentemente, no ano passado, o Decreto nº 84.931, que trata do atendimento às regiões isoladas. O Luz para Todos tem uma política para atender essas regiões com energia renovável e está perfeitamente em sintonia com as preocupações do Senador e atende com subvenção de, praticamente, cem por cento no investimento com energias renováveis para esses atendimentos com foco na energia solar.

Também quero destacar que a gente tem avançado nessas regiões adotando tecnologias de cabo subaquático, postes de fibra de vidro...

Aí, hoje, a demanda registrada do que ainda tem para atender junto a essa população, 130 mil domicílios para atender com energia ou com a solução descentralizada.

Aí, as tecnologias em que nós estimulamos. Hoje, a principal tecnologia é a solar.

Bem, para o Luz para Todos, nós temos um orçamento, para as comunidades isoladas, com energia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – ... renovável, de R$932 milhões até 2018, uma meta de 26 mil ligações. Ainda, em que pese ser um número baixo, vis-à-vis a demanda, isso é o que também as empresas conseguem fazer até 2018.

Falando de Prodeem, como eu disse, o Prodeem, hoje, tem outra realidade. Ele está integrado ao Programa Luz para Todos. O Prodeem, hoje, a gente está conduzindo para encerrar o que a gente tem de convênio com as nossas empresas geradoras no sentido de que não cabe mais ao Prodeem fazer atendimento. Não cabe mais ao Prodeem fazer atendimento.

Quem tem de fazer atendimento é a distribuidora, e para isso a gente tem o Luz para Todos e a universalização. Então, nós estamos conduzindo o encerramento do Prodeem. De que forma? Os sistemas que ainda se encontram em campo operando, que as empresas têm dificuldade de substituir por rede, estamos recuperando e fazendo cessão, por instrumento de termo de cessão, transferindo para que a distribuidora atenda e cuide do sistema, nos termos da regulação, inclusive recebendo tarifa para isso, sendo o seu atendimento fiscalizado pela Aneel.

Para os equipamentos recolhidos em campo, cujo atendimento foi substituído pelo Luz para Todos, esse material foi para os almoxarifados, passou por avaliações técnicas das comissões de desfazimento, que contam com ajuda do Cepel, uma coligada do Ministério, especializada em fontes de energia renovável, que avalia a condição dos painéis e dos equipamentos. A partir daí, os painéis que podem voltar a campo pelo Programa Luz para Todos estão sendo destinados para voltar a campo pelo Luz para Todos.

De forma que, do resultado de três comissões de desfazimento dos almoxarifados de Furnas, Eletrosul e Chesf resultou já uma transferência de 4.500 painéis que destinamos para o Estado de Rondônia, onde vamos atender parcela de uma demanda de 1.800 domicílios, dentre os quais populações indígenas e quilombolas. Para tanto, estamos analisando o programa de obras da Ceron, para incorporar esses painéis no atendimento a essa população.

Aqueles painéis reprovados para utilização do Luz para Todos, mas que são servíveis para outras utilizações, que, evidentemente, não vão para o Luz para Todos porque não têm condição de atender os regramentos, no que se refere ao atendimento dentro das regulamentações da Aneel, serão doados. Eles serão doados em consonância com o Decreto nº 99.658, que trata da destinação, doação e alienação de bens públicos. Para tanto, estamos preparando edital para uma chamada pública em que serão disponibilizados esses materiais para as instituições também previstas no decreto e para utilização prevista no decreto. Também passarão por uma avaliação do Ministério, possivelmente por uma comissão, essas solicitações para a utilização desses equipamentos, que terão, preferencialmente, utilização social.

O Decreto, Senador, é o de nº 99.658, de 30 de outubro de 1999. Ele dispõe sobre a destinação de bens públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da União.

Por fim, aqueles materiais classificados como sucata serão leiloados, também em consonância com o decreto; passarão por um leilão de alienação.

Bem, está aí um extrato, de situação a situação, de como está o Prodeem em cada região geoelétrica sob a responsabilidade de cada geradora nossa. Na área de responsabilidade da Eletrosul, fizemos cessão não onerosa para a Celesc, Copel e Enersul. Fizemos a doação dos painéis para uso do Luz para Todos, de 1800.

Estamos fazendo doação de sistemas também que estavam instalados. Isso também é uma outra decisão nossa estratégica, de fazer doação para universidades e escolas técnicas, para fazer a difusão do conhecimento da energia solar, porque, em que pese toda a estratégia e a preocupação em fazer a difusão e o uso da energia solar, ainda temos, como bem frisou aqui o Senador, que investir na indústria nacional, investir em capacitar mão de obra para essa atividade, capacitar os técnicos das distribuidoras.

Em que pesem os avanços dos últimos anos, recentemente, e o Senador é conhecedor disso, até quatro, cinco anos atrás, a estrutura técnica das nossas distribuidoras era preferencialmente voltada para estender rede e, no Norte, instalar gerador diesel. Mais recentemente, o corpo técnico dessas empresas está incorporando a tecnologia fotovoltaica, principalmente, para dar conta dessas demandas.

Então, está dentro da nossa estratégia também fazer doações de sistemas para as instituições de ensino e de pesquisa. Bem, aí, o retrato do que estávamos falando: o geotransporte de painéis para Rondônia – isso está concluído. Está concluída também a comissão de desfazimento dos almoxarifados das três geradoras, faltando agora, que está em fase de andamento, a comissão de desfazimento com a Eletronorte.

Nossa meta é, até o último trimestre do ano que vem, concluir todo esse processo, encerrar os convênios que temos com essas geradoras e concluir a participação do Prodeem no processo de atendimento a essas comunidades, de forma, então, a dar as devidas destinações, frisando que cabe ao Luz para Todos, até 2018, e cabe, pelo processo de universalização, a obrigação de levar energia elétrica a todos os consumidores.

Por fim, Sr. Senador, antes de concluir minha apresentação, o senhor abordou a situação das comunidades no entorno do Lago de Tucuruí, da Hidrelétrica Tucuruí. Só para informar V. Exª que o atendimento às comunidades impactadas por empreendimentos do setor elétrico tem sido a prioridade do Programa Luz para Todos. Quando assumimos o Programa Luz para Todos, a primeira demanda, e era uma demanda histórica desde a construção da hidrelétrica, era levar energia elétrica para a população do entorno da hidrelétrica.

Recebemos essa incumbência na época e fizemos um contrato específico para atender aquela população. Até hoje já atendemos 23 mil famílias com extensão de rede, com investimentos da ordem de R$180 milhões.

As ilhas do Lago de Tucuruí não foram atendidas até agora porque as comunidades não aceitam ser atendidas por energia solar fotovoltaica. As comunidades, ao longo dos últimos cinco anos, manifestaram que não aceitam; inclusive, apresentaram um projeto com extensão de rede que foi custeado pela prefeitura. Da análise desse projeto concluiu-se que é inexequível atender aquelas ilhas por extensão de rede, tanto pelo Luz para Todos como por investimentos da Celpa, porque ele apontava para a ordem de R$80 mil a R$90 mil por atendimento em extensão de rede, sem falar dos impactos ambientais. Temos insistido na solução de atender por energia solar. Sabemos das limitações que a energia solar fotovoltaica tem, mas esse assunto hoje está sendo conduzido pelo Ministério Público local. A promotora está conduzindo para que a gente possa atender com energia solar fotovoltaica, compreendeu as limitações, as dificuldades, os valores envolvidos e a Celpa, neste momento, está preparando um programa de obras para atender em torno de 1,5 mil famílias localizadas nessas ilhas. O próximo passo será apresentar para a promotora que está conduzindo esse processo de diálogo entre todos os atores esse programa de obras para atender com energia fotovoltaica essa população. Então, a população restante, em que pesem nossos esforços, até então estava impedindo que a gente pudesse atender com energia fotovoltaica.

Estamos agora aguardando uma solução que deve ser pactuada e acordada no âmbito do Ministério Público local. Se houver essa concordância, vamos contratar um programa de obras específico para atender aquela população.

Dou por concluída minha apresentação e coloco-me à disposição para os esclarecimentos necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Aurélio.

Deixei passar um pouco o tempo por causa da importância do colocado e também porque estamos tranquilos, já que os Municípios não puderam vir, então, aproveitei parte do tempo deles para a gente poder continuar, Aurélio.

Muito boa sua apresentação; muito correta, tranquila. Vai fazer parte dos *Anais*, do livro que faremos ao final, assim como a sua fala, a transcrição de tudo que foi dito aqui – quero chamar a atenção da Comissão – vai estar fazendo parte do livro que vamos concluir ao final de todo esse trabalho. São sete audiências públicas. Então, isso que você falou também vai constar; isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Passo a palavra para o Hugo Lamin para ele poder, à luz das perguntas que foram feitas à Aneel, e dentro das posições da Aneel, de fiscalização, acompanhamento e regulação, têm sido feitas.

Obrigado, Aurélio.

Passo a palavra para o Hugo Lamin.

O SR. HUGO LAMIN – Bom dia a todos. Bom dia, Senador, obrigado pelo convite. A Agência tem participado dessas discussões, participado dessas audiências que o senhor mencionou. É sempre uma satisfação muito grande poder contribuir e debater esses temas que são tão importantes para o setor elétrico nacional.

Falar depois do Aurélio fica fácil para mim, pois ele facilitou o meu trabalho, já que conhece muito bem o assunto, domina tudo isso. Já respondeu, falou muitas coisas que eu falaria. Então, em determinado momento da minha apresentação, eu vou ser até relativamente breve, em vista do que ele já mencionou.

Antes de começar a minha apresentação, gostaria de tratar de dois pontos. Primeiro, a questão relacionada às perguntas que foram feitas à Aneel nas audiências anteriores. A Aneel já enviou todas as respostas. Estamos adimplentes quanto a essa questão. Com relação ao projeto de P&D que o senhor também mencionou, a Agência está estudando, está preparando também uma contribuição que deve enviar nos próximos dias para colaborar com esse trabalho que o senhor tem conduzido.

Com relação ao Prodeem, o Aurélio já tratou de algumas coisas interessantes aqui. Esse programa, historicamente, não teve a participação da Aneel. Então, ele não foi objeto de regulamentação e acompanhamento pela Agência. É um programa de iniciativa do próprio Ministério, que coordenou e acompanhou, mas a Agência não participou do acompanhamento desse Programa, do Prodeem. Um ponto interessante que o Aurélio mencionou, com o qual concordo, é que talvez não caiba mais hoje em dia se falar desse programa, porque deve-se direcionar o atendimento dessas famílias para as distribuidoras de energia elétrica. Elas que têm a obrigação de fazer o atendimento do mercado. Daí, sim, é um trabalho forte de regulamentação e acompanhamento da Aneel. Então, é isso o que a gente defende, que a distribuidora seja responsável e capitaneie todo esse processo de atendimento.

Vou comentar aqui, na minha apresentação, a questão da universalização do serviço de energia elétrica, o desdobramento dessa questão do Luz para Todos, o trabalho que a gente tem feito na Agência, mostrar os números, responder a algumas das perguntas que o senhor colocou: as famílias atendidas, quantas famílias faltam, qual é o prazo para fazer isso.

Começando por um rápido contexto do setor elétrico, especificamente da distribuição, são quase 79 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil. Esse atendimento é feito por 101 distribuidoras, o Aurélio mencionou isso também. Essas distribuidoras estão divididas em concessionárias, são 63 concessionárias, e 38 permissionárias, que são cooperativas de eletrificação rural que se enquadraram como permissionárias. Então, esse mercado todo é feito por esse conjunto de empresas. Como eu disse no início da minha apresentação, é obrigação da distribuidora atender ao mercado dela. Isso a legislação traz, isso os contratos de concessão e permissão também estabelecem a obrigação de atendimento pleno do mercado, seja ele interligado ou isolado.

O Aurélio comentou um pouco sobre o marco legal, sobre a Lei nº 10.438, de 2002, que trata da universalização. A própria lei traz uma série de requisitos, depois a Aneel refletiu, na regulamentação.

O atendimento gratuito se aplica a um solicitante não atendido, com carga instalada de até 500kW, tensão até 2,3kV e que não seja iluminação pública. Então, esses são os requisitos da lei para o atendimento gratuito.

Eu destaquei ali também alguns pontos de atenção. Nessa gratuidade hoje, da forma como está estabelecida na política, não há um limite de custos desse investimento, também não há critério socioeconômico. Essa gratuidade vale para todo mundo, considerando aqueles itens ali, principalmente o da carga instalada até 500kW, e também não há distinção do interligado e do isolado. O Aurélio já mencionou esses números, mas é sempre importante reforçar, porque hoje, no Brasil, há um índice de universalização alto. Ainda há um desafio grande a ser vencido, mas tudo o que já foi conquistado é muito relevante, muito importante.

Em 2000, pelo Censo do IBGE, 92% da população tinha acesso à energia elétrica; no Censo de 2010, esse número aumentou para 98,7%; e, nos dados de 2013 do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), esse número é de 99,6%. Então, como eu disse, é um número muito bom e alto, mas o nosso dever e o intuito da Aneel é sempre aumentar esse número, já que esse serviço de energia elétrica é um serviço essencial. Eu gosto sempre de falar – e é até uma frase ousada – que, para mim, energia elétrica é o serviço mais essencial de todos, até porque os outros serviços não funcionam sem energia elétrica. Então, a gente tem consciência dessa dimensão.

Dessas 101 distribuidoras que eu comentei, 14 ainda não estão universalizadas totalmente. Na área urbana, todas estão. Então, o atendimento já é pleno. Esse nosso consumidor e esse crescimento vegetativo têm prazos relativamente curtos e isso é feito sem problema. Então, a área urbana é 100% universalizada, mas, na área rural, ainda faltam 14 concessionárias no Brasil – o Aurélio tinha mencionado esse número também –, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

não necessariamente é toda a área rural dessas distribuidoras, são alguns Municípios que ainda não foram universalizados. Dentro de uma distribuidora, alguns Municípios foram e outros, não.Então, é importante destacar isso também.

Essas 14 concessionárias que eu mencionei estão refletidas aqui, na tabela. E essa tabela, além da quantidade de ligações que devem ser feitas, dessas metas, também traz o ano final da universalização previsto nas resoluções da Aneel. Em outro ponto importante aqui – temos falado muito do Luz para Todos e o Dr. Aurélio destacou toda a sistemática do programa –, na universalização, essas metas ainda envolvem recursos das próprias concessionárias.

Então, dessas 14 que eu mencionei – esses são números que valem tanto para o sistema interligado quanto para o isolado –, são 270 mil ligações que devem ser feitas com recursos próprios das distribuidoras até 2022 – algumas já se encerram agora em 2016, mas outras, como a Celpa, por exemplo, até 2022 – e 326 mil ligações que são metas do Programa Luz para Todos. Esse total é de aproximadamente 597 mil.

Dentro desses 597 mil, dentro dessa meta, a gente tem uma quantidade que é relacionada ao sistema isolado, a ideia aqui é dentro daquelas 14, eu ainda segreguei um número menor de distribuidoras que têm metas relacionadas a sistemas isolados. Também, novamente, vale aquele meu comentário que eu fiz, alguns Municípios dessas distribuidoras. Na Região do Mato Grosso do Sul, por exemplo, são áreas rurais de alguns Municípios da região do Pantanal.

A quantidade informada nos planos é de 119 mil, então, daquele montante que eu falei, aproximadamente 119 mil são para sistemas isolados e 26 mil estão já cobertos com previsão do Programa Luz para Todos. O Dr. Aurélio trouxe esse número aqui também de 26 mil.

Um ponto importante que eu destaco aqui no eslaide e que é o desafio que a gente tem, essas famílias, essas unidades que ainda não foram atendidas são, de certa forma, as unidades mais difíceis do ponto de vista da distribuição de energia elétrica. Então, tem um custo mais alto associado a esse atendimento. E essa estimativa, para atender todas essas 119 mil famílias, é de R$3,8 bilhões, se a gente utilizar um valor médio ali de R$32 mil para cada ligação desse tipo. Então, como eu falei, é desafiador, é um valor muito alto e a gente tem que ficar atento para isso.

Esse número, principalmente relacionado ao sistema isolado, pode sofrer algumas variações, porque algumas distribuidoras ainda têm dificuldade no cadastro, dificuldade em mapear exatamente quais são e quantas são as famílias que devem ser atendidas. Há até uma diferença, nesse caso aqui, de alguns números relacionados ao Amazonas, que é o número que o Ministério tem, mas em grandes números é exatamente isso aqui.

Bom, eu já mencionei aqui, em alguns momentos, também, o Dr. Aurélio falou isso daqui, como viabilizar esse atendimento, viabilizar a universalização, levar energia elétrica para essas famílias? Recursos próprios da concessionária, da distribuidora, e isso, em última instância, entra na tarifa dela, a tarifa que os consumidores da concessionária vão pagar; o Programa Luz para Todos, que a gente tem destacado bem aqui, entra hoje dentro de uma conta, que é a Conta de Desenvolvimento Energético, um encargo estabelecido na lei e regulamentado pelo decreto, e esse encargo também, em última instância, é pago pela tarifa. Esses dois primeiros, tanto o recurso próprio quanto o Programa Luz para Todos, são de execução direta da distribuidora.

E uma terceira fonte de recurso que eu destaco aqui, é a fonte que veio estabelecida pela Lei nº 12.111, de 2009, nesse caso, a distribuidora tem que fazer uma licitação para contratar aquele serviço de atendimento. E daí a lei previu isso, esse atendimento entra também na CDE, nesse encargo que, em última instância, vai para a tarifa de todos os consumidores, mas numa conta um pouquinho diferente que é a CCC, que é a Conta de Consumo de Combustíveis.

Essa tabela aqui destaca e mostra os valores envolvidos nessa Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Aqui, se a gente prestar atenção na última coluna no ano de 2016, a CDE foi um total de R$18 bilhões, e daí para todos os encargos, não só a questão da universalização e da CCC, mas como todos os outros encargos, a questão do Baixa Renda, os outros descontos tarifários. É um valor alto essa conta que traz todos esses encargos, e sempre é um motivo de preocupação da Agência, do setor elétrico de uma forma geral, dos Srs. Senadores, a gente sabe disso.

Então, para o ano de 2016, dentro desses 18 bilhões, 973 milhões estão destinados à questão do Programa Luz para Todos. E eu destaquei também aqui a CCC, que é um valor alto, de aproximadamente 6 bilhões, mas para questão de universalização é um percentual muito pequeno, dentro desses 6 bilhões. Eu coloquei aqui e marquei, justamente para destacar que essa também é uma possibilidade, como eu comentei no eslaide anterior. É uma fonte de recurso.

Bom, vou destacar ainda mais a questão do atendimento isolado e lincar isso com algumas resoluções, com a regulamentação da Aneel. Então, a Resolução nº 488, de 2012, estabelece que o atendimento convencional – o atendimento feito por uma rede de distribuição – tem que ser feito se essa extensão de rede for menor do que 5km e desde que não existam restrições técnicas ou ambientais. Acima de 5km, se for o menor custo, comparado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com o isolado, isso não vai ser feito por meio de rede convencional, e daí esse atendimento isolado está bem relacionado, então – como sugere o nome –, com regiões mais remotas.

Quanto a esse atendimento isolado, a regulamentação da Aneel prevê alguns requisitos que devem ser atendidos, algumas questões mínimas, para fins de fornecimento de energia elétrica, e esse atendimento tem que suprir necessidades básicas, como iluminação, comunicação e refrigeração dessas famílias que vão ser atendidas por um painel fotovoltaico, por exemplo.

A regulamentação da Aneel estabelece algumas faixas, mas a disponibilidade vai até 80kWh – a quantidade de energia, num mês, que tem que ser disponibilizada para essas famílias. E essas famílias podem, futuramente, ser atendidas por rede convencional também, quando essa rede chegar mais próximo, e a própria lei – a regulamentação da Aneel – reflete isso. Existe a possibilidade de o interessado ou de o Poder Público fazer a antecipação, investir os recursos para que aquela rede chegue àquela localidade, e aí, naquele ano de universalização que eu mencionei, de cada distribuidora, quem fez esse recurso antecipado, quem investiu, vai ser ressarcido pela distribuidora, porque no fundo, como eu disse, essa é uma responsabilidade da distribuidora – fazer esse atendimento do mercado dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fique à vontade.

O SR. HUGO LAMIN – O.k.

A regulamentação da Aneel, especificamente a Resolução nº 493, de 2012, que trata desse atendimento isolado também, estabelece dois tipos de atendimento: o atendimento individual, quando é um painel que atende diretamente a uma unidade consumidora, uma família, ou um sistema coletivo de microrredes, minirredes. Para esses dois casos nós usamos uma sigla. No individual é o SIGFI, e no coletivo é o MIGDI. Nós, no setor elétrico, adoramos siglas. Então, aqui estão mais duas siglas para nós.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Facilita para nós, mas dificulta para o povo, que não vai entender direito.

O SR. HUGO LAMIN – Quanto aos padrões de disponibilidade, como eu comentei, a regulamentação define algumas faixas, com a disponibilidade, então, de até 80kWh. O padrão que o Programa Luz para Todos tem adotado é um sistema individual de 45kWh – a quantidade de energia gerada num mês –, com o foco principal de permitir, além da iluminação, o uso também de uma geladeira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Diga o que é SIGFI, o que é...

O SR. HUGO LAMIN – Então, traduzindo as siglas que eu comentei: o SIGFI é um sistema individual de geração, que é quando é um painel fotovoltaico atende a uma unidade especificamente; e o MIGDI é um sistema que atende a mais de uma unidade, é um sistema coletivo, é uma microrrede, que tem a geração e que tem a distribuição dessa energia para fazer esse atendimento.

Bom, esse eslaide o Dr. Aurélio mostrou. É exatamente dessa forma: dentro do Programa Luz para Todos, as opções tecnológicas existentes para atendimento dessas comunidades isoladas, há uma série de opções relacionadas a energias alternativas, o foco aqui das nossas discussões, com destaque para a solar fotovoltaica, que tem sido utilizada em maior escala.

Aqui, eu me encaminho para os dois últimos eslaides, para colocar alguns pontos para a nossa reflexão, algumas preocupações e desafios que a gente verifica no setor elétrico relacionados a essa questão da universalização. Primeiro, a continuidade do Programa Luz para Todos. O decreto prorrogou o programa até 2018. Como fica depois de 2018? Vai haver um recurso federal para auxiliar as concessionárias nessa universalização. Como eu disse, já existe também previsão de uma outra fonte de recurso, que é aquele da licitação que a Lei n° 12.111 prevê.

Eu comentei ao longo da minha fala aqui sobre o desafio de fazer esse atendimento, porque é um atendimento caro. Então, esse impacto tarifário também é uma preocupação. Há uma dualidade: impacto tarifário *versus* a universalização desse serviço que eu mencionei, que é essencial.

Principalmente para as questões do isolado, que são tecnologias e implantações relativamente mais recentes, há ainda algumas preocupações. A própria Aneel e as distribuidoras têm que acompanhar isso e verificar o que precisa ser feito, principalmente no que se refere aos custos de operação e manutenção, reconhecimento desses custos para a distribuidora.

Outro ponto também é a capacitação e o treinamento relacionados aos trabalhadores que vão fazer essa implantação, essa instalação. E a agência tem que ficar também particularmente preocupada com as questões de atendimento, os limites de continuidade, como é feito esse atendimento para as famílias, qual a qualidade que eles têm recebido nesse quesito.

Os custos também do ponto de vista da distribuidora, os custos que ela tem para faturar, para manter esse tipo de serviço são bem diferentes dos de uma rede convencional, de um consumidor convencional. O quanto esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

consumidor paga, que também é um consumidor relativamente pequeno. Então, essa é uma outra dualidade – custos comerciais *versus* valor faturado.

Um ponto importante com que nós todos temos que nos preocupar é a questão da recepção dessa tecnologia pelos cidadãos e a expectativa que eles têm quando sabem que vão ser atendidos com energia elétrica. Então, tem que haver um trabalho de divulgação, de esclarecimento, mostrar o que é possível, a qual tipo de serviço ele vai poder ter acesso – a iluminação, a refrigeração, a comunicação. Então, isso tudo tem que ficar muito claro para ele, principalmente por essas questões de famílias e unidades que são mais isoladas.

Também relacionado com essa questão da expectativa que essas famílias têm, quando essa comunidade isolada tiver uma finalidade produtiva em que a energia elétrica é essencial. Então, novamente é um ponto de preocupação, e isso tem que ficar bem claro, tem que haver um esclarecimento para que essa produção, essa expectativa que essas famílias têm, que isso não seja prejudicado.

E daí eu já falei isso também, até relaciono, volto a um dos primeiros pontos, que eu mencionei aqui na minha fala, que sistemas que não estiverem sob responsabilidade da distribuidora têm uma série de dificuldades relacionadas.

Quando eu mencionei o Prodeem e concordei com o que o Aurélio disse aqui, isso tem que ser direcionado para as distribuidoras. Elas é que têm essa obrigação, elas é que têm *expertise*, vão ter ganho de escala, então, é mais recomendado que elas assumam realmente essa questão, como têm assumido. A gente mostrou avanço significativo na universalização, uma quantidade grande de famílias que foram atendidas ao longo desses anos todos.

Era isso. Agradeço novamente a oportunidade aqui para destacar o trabalho da Agência.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Hugo.

Como o objetivo principal desta audiência pública era exatamente a avaliação dos dois programas, cumprimos plenamente, só não vimos o ponto de vista do usuário, que seria representado pela Confederação Nacional dos Municípios, prefeitos, mas eu tenho aqui duas importantes manifestações, por exemplo, participação da Maria Beatriz Gomes Moreira, de Minas Gerais.

O que a Maria Beatriz fala? "Muito bacana! Seria melhor ainda se pudéssemos ter a opção de pagar por uma forma de energia alternativa, como a solar, por exemplo; a preço módico, é claro. A meu ver já estamos bem atrasados na implementação desse projeto." Essa é a posição da Maria Beatriz. Faça a gentileza, Thales, tire duas cópias disso aqui e dê para o Aurélio e para o Hugo.

E a participação também da Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: "Eu sou a favor de distribuição de placas de energia solar para residências com a renda de até 3 salário mínimos e de incentivar a indústria migrar para a energia solar." Essa é uma posição importante também que eu gostaria que tirasse cópia para passar para eles, para que, juntos, levarem para registrar a opinião aqui do povo que nos ouviu, que está nos ouvindo e que ainda vai assistir a esse programa, por todas as redes.

O Senado tem feito um trabalho excepcional. Eu, como Senador da República, reconheço o trabalho extraordinário da nossa TV Senado, dos nossos meios de comunicação, levando para o Brasil inteiro os importantes temas que a gente debate aqui, para as pessoas poderem entender.

Aqui próximo mesmo, eu queria colocar para você, Aurélio, e para você, Hugo, quando há assentamento de pessoas sem-terra, essas coisas todas, aqui mesmo em Flores de Goiás. Eu estive nessas eleições visitando todos os Municípios do Entorno, dialogando, conversando e vendo os seus problemas. Problemas graves, porque a pessoa fica isolada lá, sem uma energia para fazer irrigação, ou para poder fazer o seu plantio adequado, então, não consegue desenvolver aquela ideia do modo de aproveitar aquele módulo para produção, aquele módulo de terra que recebeu. Então, mesmo aqui em Flores de Goiás, um Município muito próximo – eu estive até com o prefeito semana passada, Dr. Jadiel, recém-eleito –, há muita gente aqui dentro de Brasília, praticamente, às escuras ainda e sem um atendimento adequado.

Então, era importante ouvir se está havendo algum diálogo com o MDA, com os responsáveis por esses assentamentos, quando vai assentar a população, no sentido de fazer esse casamento com o setor responsável pela universalização de energia, porque não tem sentido a gente colocar, dar um módulo de produção para o sem-terra ou para a pessoa que necessita desse módulo e não dar condição para que ele realmente produza ou para que ele viva de forma digna.

Eu tenho trabalhado muito junto com Incra junto ao Ibama, junto à Sudeco e a outros órgãos, no sentido de viabilizar isso. E eu gostaria de que pudéssemos ter uma parceria mínima de dar atendimento aos que faltam ser atendidos, porque nem todos estão tão próximos assim. O Hugo colocou que, claro, a distância de até 5km de uma rede de distribuição há vários e vários, quase que 90% que estão a uma distância menor do que os 5km, que não estão atendidos, foram colocados no local. Outros estão mais distantes um pouquinho. E aí nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

precisaríamos estudar alternativas de financiamento, alternativas de incentivo e de apoio junto aos órgãos de investimento, para ver se a gente, quando assenta, faz um assentamento familiar das pessoas nessas regiões, também garanta que ela possa ter a energia para usá-la, uso da água, para irrigação, para produção, para essas coisas todas, porque é a única forma – algumas vezes, em grande parte das vezes – seria a de fazer captação de energias renováveis via placas solares ou via outro tipo de produção de energia ou através de um moinho de vento menor.

Ou, se não, a gente fazer uma forma... Já que essas pessoas são tão carentes, uma forma condominial, já que é um assentamento, de atendê-los, arrumar um módulo específico para a produção de energia solar, vamos pôr ali, vai fazer um conjunto de placas, somar tudo o que precisa ser atendido, está certo, e a distribuidora poderá dar condição para que esses assentados, que mal têm condição de estar naquela situação difícil, em que eles são colocados, possam ter energia para produzir e sair daquela situação em que foram colocados, entendeu?

Então, aqui mesmo, até desafio para depois, uma hora, a gente ir lá, Aurélio, em Flores, para poder conhecer alguns acampamentos juntos com o prefeito, junto com o pessoal, e a gente ver como é que a gente vai poder colaborar e construir isso.

Então, eu gostaria de passar a palavra em ordem inversa, agora para o Aurélio e depois para o Hugo. Parabenizo, viu, a sua excelente apresentação, como parabenizo também o Aurélio, pela excelente apresentação em nome do Ministério de Minas e Energia, que muito vai enriquecer o trabalho que nós vamos fazer aqui, no final, sobre esses dados, sobre essa avaliação dos programas existentes e o que nós podemos fazer para o futuro do nosso País com relação a essas importantes fontes de energias renováveis.

Aurélio, você tem até 5 minutos.

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – O.k., Senador.

Só para fazer aqui nossos comentários finais, o Hugo, no final de sua apresentação, colocou vários pontos para a reflexão, com que nós concordamos. A questão de não só concluir o processo de universalização, mas também responder a todas essas questões que são questões do dia a dia, do custo, o custo dessa energia, o custo da implantação dessa energia, o custo da operação e manutenção dessa energia solar fotovoltaica para essas comunidades isoladas, e, considerando também as limitações, em que pesem esses custos elevadíssimos envolvidos, ainda é uma energia que, sabemos todos nós, que tem limitações de atendimento a cargas que exijam potências mais elevadas.

Então, são questões, aí, que nós vamos ter que tratar no nosso dia a dia, a questão do uso da energia elétrica para a atividade produtiva, para as atividades coletivas, a energia elétrica solar fotovoltaica.

Nós temos, no nosso departamento, especialistas que estão trabalhando em módulos para poder atender a essas demandas por energia de atividades produtivas *vis-à-vis* a atividade específica das comunidades e de que forma a energia solar pode atender. Estamos trabalhando num caderno que vai modular essas demandas com o atendimento técnico.

Da mesma forma, o Senador citou aqui a necessidade de a gente articular as ações com o Incra, mas dizer aqui, e já antecipar, que nós estamos à disposição, aliás, já fazemos, dentro do Luz para Todos, interlocução com os principais atores que representam essas demandas, com o MEC, no que se refere à escola, com o Ministério da Saúde, para postos de saúde, com o Incra.

Agora, também dizer, Senador, que, não deu tempo para abordar hoje, mas nós temos na condução do programa e na operacionalização do programa – e a Aneel é conhecedora dessa situação, em específico, o senhor citou o Município de Flores, aqui, em Goiás –, em que pese o Luz para Todos alocar recursos, ter o orçamento alocado, destinado, os contratos firmados, a gente depende muito da distribuidora, depende essencialmente da condição da distribuidora, da condição do acesso da distribuidora aos recursos.

Não precisamos dizer muito, é pública e conhecida de toda a sociedade a situação por que algumas distribuidoras passam, o caso específico da Celg, que está, inclusive, num processo de privatização, e acaba impactando nos seus investimentos e no Luz para Todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – ... o que acaba dificultando o acesso aos recursos.

Mas, enfim, são questões específicas de cada contrato que a gente se coloca à disposição de apresentar ao senhor numa outra oportunidade, para o senhor conhecer a situação mais específica aqui, de Goiás, e ver de que forma, articulando aí com a distribuidora, a gente possa dar conta dessas demandas. O.k.?

No mais, é agradecer, parabenizar pela iniciativa, cumprimentar V. Exª por esta importante iniciativa e colocar à disposição o Ministério de Minas e Energia, a nossa secretaria e o nosso departamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Ministério de Minas e Energia. O convite continua feito ao Ministro, a vir nas duas últimas – uma das duas últimas audiências; uma ele acertou comigo. Então, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ao Ministério semana que vem para ver quais as duas audiências que o Ministro vai acertar para ele estar aqui, presente na questão, representando o Ministério.

Aurélio representou muito bem, mas muito bem mesmo o Ministério, viu, Aurélio? Eu conheço do setor, conheço dos sistemas e conheço especificamente dessa situação. E você relatou a realidade da situação. Então, parabenizo você e toda a equipe do DPUE por esse trabalho que você já está à frente dele lá há quase... Eu acho que há quase dez anos, não é? Desde que eu cheguei ao Ministério – eu tenho dez anos de Ministério de Minas e Energia – você já estavam tratando disso, né? Então, eu sou, todo mundo sabe, sou engenheiro eletricista, trabalho, sou concursado público federal, servidor do MPOG – hoje é MP, o MPOG se transformou em MP –, prestando serviços no Ministério de Minas e Energia, exatamente na Secretaria de Energia Elétrica, no Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico nacional. Que é exatamente a Secretaria de Energia Elétrica responsável pelo DPUE, de que o Aurélio é o nosso diretor, e que tem feito esse excepcional trabalho.

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, a você, à equipe, o meu abraço. Estou vendo aqui a minha amiga de quem eu esqueci o nome...

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – Conceição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É a Conceição que está aqui, que é uma amiga que tem ajudado muito, desde o início também.

O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS – Está na equipe do Prodeem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns, Conceição, e a todos lá. A equipe do Prodeem está precisando fechar, realmente, todas as questões, os contratos que faltam. Essa conversa aí com a Eletronorte, acho que precisam fazer esse inventário final, para a gente poder partir para atendimento desses pontos que o Hugo muito bem relatou aqui, isolados aí, que nós temos que ver. E o gasto é grande, mas as distribuidoras têm que ter responsabilidade, assumir suas tarefas e fazer com que as tarifas e as coisas que são repassadas a elas sejam investidas em benefício do povo e também da própria universalização do sistema de energia elétrica para o País.

Então, obrigado, viu, Aurélio? E obrigado ao Ministro, obrigado ao secretário de energia, ao secretário de planejamento energético, por vocês lá estarem trabalhando nessa questão toda, está bom?

Eu queria passar para o Hugo, para que ele fizesse também a sua fala final, agradecendo desde já a você e ao Rufino, o Diretor-Geral da Aneel, e a toda a equipe da Aneel pela competência, pelo trabalho, e, nesse agradecimento, tanto ao Aurélio quanto a você, eu parabenizo e agradeço aos servidores públicos do nosso País. Todo mundo sabe que nós estamos na semana dos servidores públicos, o servidor público faz aniversário agora, nesta semana, né? A importância do servidor público é capital para qualquer país, para qualquer nação, porque o servidor público não é para dar lucro nem para dar prejuízo, o servidor público é para bem atender a sua população, que paga os impostos, que paga, por sua vez, os salários do servidor público. Para isso é que nós precisamos valorizar a meritocracia, para isso é que nós precisamos desburocratizar, que nós precisamos valorizar o servidor público na sua essência, para que ele possa cumprir a 8.112, que é a sua Bíblia sagrada, e a nossa Constituição brasileira, e executar a sua tarefa de fazer essa interface entre o Estado e a população, entre a população e o Estado, entre o setor produtivo, entre o capital e o Estado, porque precisa ter servidor público estimulado, bem-visto, bem colocado, trabalhando de forma adequada.

Por isso é que eu quero conclamar, nesta semana do servidor público, que todos fiquem atentos.

Nós do Senado vamos começar um intenso debate a respeito da PEC 241. Que venha, que participe, que dialogue, que venha participar das audiências públicas sobre esse importante tema que chega ao Senado esta semana, que foi finalizado na Câmara dos Deputados, que pode impactar em muito o serviço público federal. E nós não podemos deixar passar, sem todos estarem empenhados e participativos, esse debate.

E nesta Casa, no Senado Federal, que é a casa revisora, tanto na CCJ quanto na CAE quanto no plenário do Senado Federal, vai ser feito todo o debate, toda a discussão, respeitando os pontos de vista, os prós e contras a essa PEC 241, que tanto tem mexido com todas as pessoas no serviço público federal. Então é importante a participação.

Quero aproveitar aqui para parabenizar o servidor público. Eu que sou um servidor público federal concursado sei da importância nossa, dos nossos colegas servidores públicos, e como é importante a gente estar junto.

E estendo também esses cumprimentos aos servidores do Senado, da nossa Comissão, aos servidores concursados do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do TCU, que são os órgãos do Legislativo que cuidam de toda essa questão pública, pelos seus extraordinários trabalhos.

Passo ao Hugo. Quero que você leve os meus cumprimentos aos servidores da Aneel, ao Rufino, a você e a toda a sua superintendência lá, pela competência que você mais uma vez demonstra, quando você traz dados confiáveis, dados realmente pé no chão, colocando o dedo na ferida. Quando a gente faz uma definição de tarifa, está previsto que a empresa distribuidora precisa trabalhar no sentido de expandir o seu sistema, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sentido de melhorar a qualidade, no sentido de universalizar o atendimento e propiciar que aquelas pessoas que porventura ainda não estejam atendidas sejam integradas ao sistema, à rede.

Aqui em Brasília mesmo há dificuldades com relação a assentamentos, com relação a condomínios. Aquelas pessoas querem colocar o seu relógio, querem pagar a sua energia. E por causa de litígio de regulação fundiária lamentavelmente o Governo de Brasília tem penado sobremaneira, não tem conseguido governar o Distrito Federal de forma adequada, e tem deixado esses condomínios e as pessoas que querem fazer a sua ligação de luz sem conseguir ligar a sua energia. Não conseguem pagar os seus impostos, pagar o seu consumo, ficam muitas vezes com gambiarras, causando risco de vida para as pessoas que estão ali.

Passo para você, Hugo. Obrigado.

O SR. HUGO LAMIN – Obrigado, Senador.

Vou fazer alguns comentários para responder às questões que a Srª Anna Flavia e a Srª Maria Beatriz nos colocaram. As duas perguntas com enfoque na questão da geração própria por meio de placas solares.

Eu comentei hoje aqui na minha apresentação, falei um pouquinho de solar e fotovoltaica, mas com foco na questão da universalização e principalmente desse atendimento isolado.

Para responder essas duas perguntas, eu vou comentar sobre um regulamento da Aneel. Daí eu remonto à minha última participação aqui no Senado, numa audiência pública, a possibilidade de o consumidor gerar sua própria energia, um enfoque grande para o consumidor de pequeno porte.

A Aneel regulamentou, em 2002, por meio da Resolução nº 482, de 2012, essa possibilidade de que o consumidor possa gerar sua própria energia.

Esse modelo estabelecido pela Aneel não é um modelo de compra e venda de energia, é um modelo em que o consumidor instala a sua própria energia e, eventualmente, se ele tem excedente, se tem mais geração do que eu consumo, essa geração vai para a rede da distribuidora e gera crédito para ele, um crédito em energia elétrica. Então, é um sistema que chamamos de sistema de compensação de energia elétrica. Ele faz uma troca. Quando ele está gerando e não está consumindo, vai para a rede da distribuidora e depois ele tem até 60 meses para usar essa energia de volta.

Na minha última participação aqui, Senador, eu comentei que a agência fez um estudo e tem uma estimativa de que, até 2024, 1,2 milhão unidades consumidoras tenham a sua própria geração no âmbito desse modelo que eu comentei.

Então, lembrando, esse modelo é diferente do modelo que eu comentei hoje aqui para a universalização do sistema isolado, mas eu também mencionando aqui justamente para responder essas duas perguntas que nos foram colocadas.

Previsão de 1,2 milhões em 2024. Dados de setembro de 2016 mostram que 5.525 consumidores hoje já têm, então, a sua própria geração neste modelo que comentei.

Desse total de 5.525, 98% são de energia solar fotovoltaica. Essa regra vale para todas as fontes renováveis. Então, ainda há instalação hoje já operando para o consumidor de pequeno porte de biogás, biomassa, energia eólica e também hidráulica.

Dessas 5.525 unidades consumidoras que tem a sua própria geração no Brasil, 78% é residencial e 15% comercial. Os 7% são para demais classes, rural, poder público, etc.

Como eu comentei, é uma geração de pequeno porte, voltada para esse consumidor de pequeno porte. Daí, para tratar especificamente do que a Srª Anna Flavia mencionou, sobre a distribuição de placas para energia solar, para residências com renda até 3 salários mínimos, também para incentivar a indústria da energia solar, a regulamentação da Aneel não prevê porque esse critério socioeconômico é uma política pública. A Aneel dependeria de uma política pública estabelecida, de uma lei por exemplo, para depois, sim, regulamentar.

A Aneel, agência reguladora que é, não cria política pública, ela implementa aquela política que foi implementada. Então, hoje já existe a possibilidade de o consumidor gerar a sua própria energia, mas ainda não existe esse critério socioeconômico de doação, que a Srª Anna Flavia mencionou.

Então, eu aproveito para fazer um convite para todos acessarem o *site* da Aneel. Há um detalhamento grande disso que eu comentei, do que a gente chama de geração distribuída, micro e minigeração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO LAMIN – A Aneel tem um espaço muito rico e é um tema muito interessante. Como eu mencionei na previsão – previsão que a agência tem – vai crescer muito.

Então, por fim, Senador, agradeço novamente aqui o convite e permanecemos – eu, particularmente, e certamente toda a agência – sempre à disposição para participar desses debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecido aos dois palestrantes, parabenizo novamente o servidor público pela sua data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sem nada a tratar hoje aqui, antes do encerramento da presente reunião, agradeço a presença de todos que aqui estiveram, a todos que estão nos ouvindo pela TV e Rádio Senado, em especial vocês, nossos convidados.
Hugo, mande um abraço ao Rufino; Aurélio, mande um abraço ao Fernando, Diretor-Geral da Aneel e Ministro de Minas e Energia, respectivamente.
Está encerrada esta reunião.
Eu gostaria apenas de lembrar que vocês podem enriquecer ainda mais as respostas, com mais tempo, nos mandando enviando por escrito as respostas àquelas perguntas, a avaliação de vocês, que vai poder enriquecer mais ainda o trabalho final que nós vamos estar apresentando sobre esta importante audiência pública. Já foi bastante esclarecida aqui, mas se quiserem fazer mais algum enriquecimento, vocês podem mandar para a gente.
E agradeço, Hugo, porque realmente a competência da Aneel é tranquila, já mandou realmente todas as respostas. Eu acho que todos os envolvidos, a Apine, a Abinee ou a Unica, eu acho que todo mundo já mandou suas respostas. A Absolar, eu acho que ela está vindo é na próxima audiência pública, e a gente vai estar com certeza, com todo o setor do meio envolvido.
Nós já tivemos foram três ou quatro audiências públicas sobre o tema?
(*Intervenções fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Terceira. Nós ainda teremos mais três ou quatro audiências públicas...
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – ...mais duas, e vamos estar, depois, fechando e apresentando o relatório final sobre o tema.
Muito obrigado.
Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 34 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Pastor Valadares, José Pimentel, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Edison Lobão, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Elmano Férrer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Wilder Morais, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Hélio José, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015** que: "Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o relatório, com a Emenda nº 1-CI. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2015** que: "Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para determinar a obrigatoriedade de vagas públicas e gratuitas nos estacionamentos dos aeroportos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, com a Emenda nº 1-CI (substitutivo). **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 81, de 2015** que: "Encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel - 2015." **Autoria:** Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da audiência pública para instrução do PLS nº 362/2011, prevista pelo RQI 52/2011, aprovado em 15 de setembro de 2011" **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Helder Barbalho, Ministro de Integração Nacional e Camilo Santana, Governador do Estado do Ceará" **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Recebemos as seguintes comunicações:

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 920, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de monitoramento com objetivo de verificar as medidas adotadas pela extinta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República com vistas ao cumprimento de Acórdão relativo à auditoria operacional do Programa de Investimentos em Logística (PIL) – Aeroportos Regionais; bem como o recebimento de carta da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, na qual a Associação manifesta apoio à recondução do Sr. Fernando Fonseca ao cargo de Diretor da Agência, lembrando que seu mandato se encerra em 18 de fevereiro próximo.

Vamos passar, então, à pauta dos nossos trabalhos.

O Senador Lasier pede a palavra pela ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador. Peço a inversão, Sr. Presidente, para chegarmos ao item 3, pelo menos para leitura, até porque, daqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pouquinho, a Comissão do Extrateto tem uma reunião com a Presidente do Supremo, e terei que ir.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E a essa V. Exª não pode faltar. (*Risos.*)
O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É, essa aí está boa, está quente.

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 81, de 2015
- Não terminativo -
Encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel - 2015.
Autoria: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.
Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.
O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente.
Vou deixar de lado a abertura, que é uma recapitulação, e vou dar alguns saltos na leitura do relatório, que é um pouco extenso.
Na apresentação do relatório, a Ouvidoria destaca seu dever legal de produzir apreciações críticas sobre a atuação da Anatel, dando-lhes publicidade. Para isso, o documento avalia avanços, desafios e limitações relacionados às atividades realizadas pela Anatel. No entanto, a Ouvidoria frisa o caráter impessoal dessas críticas, que devem ser fundamentadas em dados e fatos objetivos que permitam apontar aperfeiçoamentos das funções da agência, sempre que possível.
Sob a perspectiva da defesa do consumidor, a Ouvidoria percebe grande avanço da Anatel e observa alinhamento de seus atos normativos e administrativos nessa direção. Destaca a Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, e o Acordo de Cooperação com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.
Apesar disso, adverte que as numerosas reclamações junto à própria agência, aos órgãos de defesa do consumidor e ao Judiciário demonstram que a realidade ainda é muito distinta do ideal almejado pelos textos normativos.
Em particular, a Ouvidoria aponta a falta de ação da Anatel na conciliação e na solução do conflito decorrente da nova política adotada pelas operadoras de bloqueio do acesso à internet móvel após o final da franquia contratada. Destaca que, no caso, houve uma mudança unilateral do contrato em prejuízo dos consumidores.
Sob a perspectiva do mercado regulado, a Ouvidoria indica que a Anatel precisa compreender a realidade econômica e funcional do setor de telecomunicações. Para isso, a agência deve dialogar com consumidores, prestadoras e Estado, preservando-se da captura e reduzindo a assimetria de informações. Além disso, deve balancear as questões específicas do Brasil com as discutidas no contexto internacional das telecomunicações.
Ressalta que o setor de telecomunicações está em contínuo desenvolvimento, em decorrência da evolução tecnológica. Observa que a principal demanda passou a ser a mobilidade, confirmada tanto pelo enorme número de linhas móveis, quanto pela crescente receita desses serviços. Ao lado disso, nota-se que os acessos pós-pagos estão em expansão e os pré-pagos em declínio. Mais ainda, a evolução tecnológica dos telefones móveis promove uma acelerada difusão do acesso à internet no País.
As inovações no setor desafiam os serviços tradicionais de telefonia e TV por assinatura. No entanto, isso não significa necessariamente uma perda de receita para as prestadoras, mas sim uma mudança de hábito de consumo. Por isso, a principal fonte de receitas tende a ser o provimento de dados.
A despeito das frequentes reclamações das prestadoras sobre supostos prejuízos causados por aplicativos de internet, como o Whatsapp, a Ouvidoria afirma que essa tese não se sustenta pelas lógicas da evolução tecnológica, da interdependência entre prestadoras e aplicativos de internet, da expressa distinção legal entre serviços de telecomunicações e serviços de valor agregado e da notória expansão do setor, mesmo em momento de crise econômica.
Vou avançar um pouco mais.
A Ouvidoria destacada, ainda, a questão da não utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Indica que esse é um dos temas que deve receber atenção da agência.
Sob a perspectiva das políticas públicas, a Ouvidoria ressalta que elas devem ser elaboradas com o propósito de promover o equilíbrio social e a redução das desigualdades. Destaca também que é necessário balancear os debates sobre a regulação do setor de telecomunicações com a atenção ao cumprimento de sua função social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

evitando que se restrinjam apenas à lógica comercial das prestadoras de serviços.
Neste sentido, destaca ter apresentado contribuições à consulta pública destinada à elaboração de novo modelo de aplicações de multas às concessionárias de telefonia fixa relativas ao descumprimento de obrigações de universalização. A Ouvidoria havia verificado que, nas áreas menos densas e mais remotas, justamente as mais necessitadas do apoio das políticas públicas, as possíveis sanções eram ínfimas, não alcançando assim o efeito desejado.
Em relação à transição do sinal analógico para o digital para as emissoras de televisão aberta, a agência realizou licitação para liberação da faixa de radiofrequência de 700MHz para ser ocupada pelo serviço móvel de quarta geração, em sintonia com a política pública setorial, coordenada pelo Ministério das Comunicações.
Na segunda seção do relatório, a Ouvidoria examina o atendimento aos consumidores de telecomunicações, ponderando que as prestadoras desenvolveram elevadas capacidades tecnológicas e logísticas, mas não avançaram na mesma proporção em relação à qualidade na prestação do serviço. Na realidade, o setor se consolida como o mais reclamado nos órgãos de defesa do consumidor e no Poder Judiciário. Afirma que a concepção de exploração predatória do serviço precisa dar lugar a uma prestação justa e adequada em relação a seus consumidores.
Quanto ao atendimento na Anatel, a Ouvidoria vem advertindo reiteradamente que ainda não há uma solução efetiva da agência em relação às reclamações dos consumidores. Afirma que, embora exista uma variedade de prestadoras, o padrão de atendimento entre elas é basicamente o mesmo, não se verificando, na prática, a efetividade da concorrência para melhorar os serviços aos consumidores. Expressa também que a agência se limita a ser um mero repassador das reclamações, quase que uma simples extensão das prestadoras, ao custo anual de mais de R$20 milhões à União.
No tocante à reestruturação da Anatel e seu planejamento estratégico, a Ouvidoria entende que não foi dada a importância adequada ao papel do diálogo para a construção coletiva e participativa da nova estrutura da agência. Menciona, por exemplo, que o processo foi evoluindo, mas a atuação de seu grupo de trabalho foi se esvaziando. A finalização desses processos ocorreu de modo quase isolado dentro da agência, sob um clima organizacional de incertezas e surpresas. A Ouvidoria percebe uma desproporcional insatisfação dos servidores da agência, em face de suas condições de trabalho e remuneração. Por isso, sugere maior reflexão sobre a gestão de pessoal da Anatel, seja sob a ótica de mapeamento dos processos de trabalho para redimensionamento de pessoal, seja sob a perspectiva de melhorar a deficiência conceitual relativa ao papel da Anatel e de suas competências.
No tocante a Grandes Eventos, a Ouvidoria afirmou que a Anatel agiu ativamente na preparação da Jornada da Juventude, da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Destacou tanto o legado em equipamentos deixado para a agência, quanto a qualidade das transmissões de imagens e dados que ocorreram durante a Copa de 2014.
Na quarta seção do relatório, a Ouvidoria avalia sua própria atuação. A fim de cumprir seu papel de realizar apreciações críticas da atuação da Anatel, a Ouvidoria pauta suas ações nos seguintes aspectos: atendimento ao cidadão, acompanhamentos técnicos e pesquisa de satisfação dos usuários. Salienta que seu trabalho parte do princípio de que a crítica deve vir acompanhada de recomendações de melhorias.
Quanto ao primeiro aspecto, o relatório apresenta dados estatísticos que demonstram que a Ouvidoria realiza cerca de dez mil atendimentos por ano, dos quais mais de 95% são relativos a reclamações. Destas, a maior parte é contra as prestadoras e os principais problemas reclamados referem-se a cobranças indevidas e à prestação inadequada do serviço. Não obstante, observa-se, desde 2014, um aumento significativo nas demandas por insatisfação com a atuação da própria Anatel. Esses dados levam à conclusão de que a agência não tem conseguido dar respostas satisfatórias aos cidadãos, resultando em aumento da insatisfação em relação ao atendimento de forma geral e ao tratamento realizado pela Superintendência de Relações com Consumidores.
Quanto ao segundo aspecto, as principais atividades relativas ao acompanhamento técnico incluem análises de processos submetidos ao Conselho Diretor, análises de consultas públicas e internas, elaboração de estudos temáticos, participação em fóruns, grupos de trabalho, reuniões gerenciais e técnicas e interlocução com outras ouvidorias, órgãos públicos e de defesa do consumidor, entre outros.
Quanto ao terceiro aspecto, a Ouvidoria recebeu a incumbência, em consonância com orientação da Controladoria-Geral da União, de realizar a pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Anatel. A pesquisa foi inserida no plano de trabalho da Ouvidoria para 2014, com o objetivo de cooperar com a gestão organizacional das agências. Para tanto, firmou-se um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que permitirá a aplicação da pesquisa.
Por fim, a Ouvidoria assevera que, em face da acelerada dinâmica do setor, vários dos temas analisados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

relatório já devem enfrentar novos avanços, informações e perspectivas. Todavia, a análise crítica da atuação da Anatel exposta no documento continuará contribuindo para o entendimento dessas questões.

À luz das informações apresentadas pela Ouvidoria da Anatel em seu relatório, consideramos que foram cumpridos os preceitos legais estatuídos na LGT referentes à atuação daquele órgão. Não foram apresentadas, entretanto, informações que permitam avaliar o acolhimento e, eventualmente, a efetividade das sugestões e ações propostas pela Ouvidoria em prol da melhoria do atendimento aos usuários do serviço; Entendemos que a Ouvidoria atuou com isenção e independência em relação à Anatel, destacando-se as observações críticas tecidas pela Ouvidoria quanto à insuficiência de desempenho daquela agência com respeito a algumas de suas atribuições. A Ouvidoria demonstra desempenhar com eficácia seu papel de defender os direitos e deveres básicos dos usuários dos serviços de telecomunicações, buscando instituir canais permanentes de comunicação e interação entre ela e a sociedade em geral.

Com base no exposto, opinamos que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 81, de 2015 (nº 27, de 2015, na origem), da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Lasier Martins.

Em discussão.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Lasier pelo brilhante relatório e dizer que muitas coisas que foram apontadas no seu relatório são vividas pela população no seu cotidiano. Pelo que entendi, a auditoria tem algumas ressalvas sobre a atuação da agência, e não são poucas.

Eu queria sugerir, Presidente – não sei se é comum aqui –, que convidássemos o presidente da agência – pedindo licença ao Senador, antes que encaminhe para que seja arquivado – para vir a esta Casa e nos trazer novos argumentos, para sabermos o que a agência está fazendo e fazermos o enfrentamento das questões que foram levantadas pela auditoria.

O fato é, Sr. Presidente, que, na verdade, o sistema de telecomunicações, em que pese ter avançado muito no Brasil, pois hoje há mais celulares do que habitantes no País, em que pese termos avançado na quantidade, a qualidade é sempre questionada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Deixa a desejar.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Deixa a desejar, é sempre questionada pelo consumidor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente, como eu vou ter que me retirar porque a nossa reunião com a Presidente do Supremo é às 10h, eu concordo inteiramente que façamos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, eu queria informar que já é – deveria ser – uma praxe da nossa Comissão e de outras trazer aqui, pelo menos uma vez por ano, os presidentes das agências reguladoras. No caso da Anatel, eu queria informar que, na próxima reunião, será lida a indicação de um novo diretor para a Anatel. Será também uma oportunidade para lembrá-lo, de adverti-lo, antes de ele entrar no exercício do cargo, a respeito das ressalvas que foram feitas nessa auditoria.

Então, eu agradeço ao Senador Roberto Muniz e lhe devolvo a palavra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, como as agências funcionam de forma colegiada, se há a substituição de um dos membros, existirão lá alguns membros da diretoria que podem vir aqui, talvez nesse mesmo dia, estabelecer um contraditório ou acrescentar novas informações à luz desse relatório da auditoria. Eu acho que trazer esse debate para cá será muito importante, principalmente porque já está em finalização um relatório da Senadora Simone Tebet, da lei Geral das Agências Reguladoras.

Essa nova lei que poderá vir a ser aprovada por esta Casa já estabelece a obrigatoriedade de, anualmente, virem a esta Casa os presidentes das agências reguladoras. Então, passa a não ser mais em caráter de solicitação, mas de obrigatoriedade, para que eles venham aqui fazer um balanço das ações realizadas pela gestão naquele momento. Então, acho que podemos aproveitar esse momento em que vamos estar mobilizados para votar a assunção desse novo cargo e trazermos alguém dessa diretoria para o debate, principalmente porque a população já não aguente mais, Sr. Presidente. É muito difícil controlar a conta do celular, são muito difíceis alguns serviços. Às vezes, passamos 40, 50 minutos para tentar falar com o 0800. É um negócio absurdo. Não conseguimos acessar o serviço, e esse serviço ficou cada vez mais complexo. Imagine

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para as pessoas que não têm tanta facilidade com o meio digital.
Então, acho que é um momento interessante, é um debate muito importante, a nossa vida passa pelo celular. Cada vez mais, serviços estão sendo incorporados. Existe, no fundo, no fundo, uma "uberização" da nossa vida. Tudo vai virar um *app*, tudo vai virar alguma coisa dentro do celular. No futuro, não vamos conseguir fazer quase nada que não seja através das linhas telefônica dos celulares. Então, acho que é um debate importantíssimo. Precisamos saber o que eles estão pensando para o futuro, precisamos saber o que a agência está fazendo para ampliar a concorrência. Acho que há uma baixa concorrência dentro desse setor, e eu gostaria que tivéssemos aqui, neste instante em que vamos votar, alguém que pudesse falar sobre esse relatório que foi feito pela auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem razão. Na verdade, o art. 96-A diz o seguinte:

Art. 96-A. Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.
Parágrafo único. O comparecimento de que trata o *caput* ocorrerá em reunião conjunta da comissão temática pertinente e das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Entendo que o Senador Roberto Muniz tem, como eu já disse, inteira razão. E vamos, ao mesmo tempo em que sabatinarmos o próximo dirigente da Anatel, se for aprovado, trazer um dos dirigentes que já está no exercício do cargo há mais tempo, para que ele possa responder a essas indagações dos Senadores, diante do que foi observado na auditoria, sobretudo reclamações, que se tornam cada vez mais insistentes, no sentido da prestação de serviços pela Anatel, diante do consumidor.
Dito isso, não havendo mais quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A despeito da vitória do nosso País no futebol, o universitário acordou meio desanimado e está dizendo que não vai existir quórum suficiente, mas agora ele já voltou atrás, diz que poderá haver. (*Risos.*)
Antes de dar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de designá-lo para relatar o item 1, não terminativo.
Mas ouço antes o Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, bom dia a todos.
Eu quero me acostar aqui às observações do Senador Roberto Muniz a respeito do parecer feito pelo Senador Lasier Martins, que, dentro da análise do documento que a Ouvidoria da Anatel encaminhou ao Senado, é perfeito no seu conteúdo. Mas o Senador Roberto Muniz tem toda razão quando diz da necessidade de o Senado Federal e, em especial, esta Comissão tenham por parte da agência reguladora – no caso aqui, a Anatel, mas vale para todas elas – o retorno, pelo menos, uma ou duas vezes, uma por semestre, duas vezes ao ano, venham até esta Comissão dar um relato dos trabalhos na agência reguladora e que possam trocar ideia com os Senadores sobre as diferentes questões que dizem respeito àquilo que é importante para a agência reguladora: primeiro, regular, fiscalizar e defender o consumidor.
Muitas vezes, Senador Roberto, a agência reguladora está mais preocupada com a empresa para a qual o serviço foi concedido. Ela é exatamente para defender o consumidor, regular e fiscalizar os executores.
No caso aqui, vários ofícios "S" – não é este o caso, mas no TCU – chegam a esta Casa, na CAE, com ressalvas enormes na análise que fizeram nas contas ou nas ações de determinado órgão. Esses ofícios "S" normalmente são conhecidos e arquivados, quando nós, aqui no Senado, deveríamos ter as informações complementares em relação ao que o parecer diz.
Aqui, no parecer, vemos a posição da Ouvidoria da própria Anatel. Ela faz várias observações, inclusive uma que todo tempo é motivo de reclamação dos Senadores, que é a utilização do Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação, que não é utilizado em sua totalidade e é utilizado pelo Governo para o pagamento das dívidas, ou seja, fica no Tesouro Nacional e não é repassado para a agência.
Com relação a esse fundo inclusive há projetos, um deles de minha autoria e outro do então Senador Mercadante, para utilizar esses recursos para universalizar a banda larga no Brasil. São bilhões de reais que estão sendo utilizados de forma não correta e que, lamentavelmente, deixam de servir à população.
O problema da internet no Brasil, em especial nas regiões menos desenvolvidas, como é o caso da nossa, Senador Roberto Muniz, da Amazônia e do Nordeste, é um problema muito sério. Há Municípios que não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

como acessá-la, não têm acesso à internet.
E aqui, no parecer do Senador Lasier Martins, há referência a um Município no Ceará... Deixem-me ver se o encontro aqui... É uma experiência...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Tauá.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Tauá, não é? Está aqui, achei.
Houve avanços, é evidente:

No tocante às iniciativas regionais, a Ouvidoria destaca que as novas técnicas de transmissão permitem a criação de redes regionais para voz e dados e cita o caso do município de Tauá, no Estado do Ceará. O município iniciou em 2006 um projeto de inclusão digital revolucionário, que permite o acesso à internet de forma gratuita e universal para a população. A partir de 2009, a cobertura de internet alcançou toda a área do município, inclusive a área rural. Houve avanços na saúde, educação e economia da cidade. [Isso é consequência.] Tauá passou a ser um exemplo para as demais cidades brasileiras. Entretanto, a Ouvidoria aponta que o serviço foi descontinuado, aparentemente em razão de incertezas legais e regulatórias, em virtude da inexistência de outorga. [...]

Esse caso aqui, como o caso do Fust, como a prestação na qualidade dos serviços... O Senador Roberto tem razão: talvez essa área de comunicação seja a que tenha o maior número de reclamações por falta de qualidade nos serviços prestados.
Então, é importante que venha, realmente, o presidente da Anatel, o diretor da Anatel. Nós temos um diretor da Anatel que é consultor do Senado Federal na área de telecomunicações. Ele foi cedido pelo Senado e hoje é diretor da Anatel, o Igor. Quando eu fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, ele nos ajudou bastante. É um técnico competente e muito bem informado, pode trazer as informações de que precisamos, assim como o presidente que nós sabatinamos há pouco tempo e eu tive a hora de ser relator, nosso amigo pessoal, paraense, o Juarez Quadros, que é do setor e já deve estar bem inteirado sobre os problemas da Anatel, pelo tempo que já ocupa a presidência. Apesar de pouco tempo, mas ele é conhecedor do setor.
O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.
O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria me associar aqui a essa preocupação de divisão maior que teve o Senador Flexa, principalmente porque muitas pessoas não conseguem perceber que esse setor que estamos discutindo é o setor que cria uma diferenciação muito grande para ampliar o mercado, o investimento na área empresarial.
Hoje, a primeira coisa que as empresas procuram quando vão buscar um local para fazer investimento, é se existe acesso a banda larga. Se antes, Senador Garibaldi, na nossa época, tinha que ter estrada pavimentada, talvez esta exigência ocupe hoje a terceira colocação nas necessidades das novas empresas. As empresas, primeiro, perguntam se há banda larga; depois é que perguntam se há estrada para o escoamento dos seus produtos. Estamos vivendo uma mudança muito grande no que chamamos infraestrutura. E o objetivo da nossa Comissão é tratar da infraestrutura no Brasil.
Esse setor é, sem sombra de dúvida, um setor relevante para construirmos um novo momento. O Brasil precisa pensar no amanhã. E esse amanhã passa, sinceramente, pelo debate que nós aqui podemos fazer.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero aplaudir as observações feitas pelo Senador Roberto Muniz e pelo Senador Flexa Ribeiro e dizer que, realmente, eu concordo. O passo seguinte deve ser mesmo a convocação ou o convite ao presidente da Anatel, Senador Paulo Rocha, e a outro diretor da Anatel, para que tenhamos aqui o debate necessário para que a prestação de serviços da Anatel seja devidamente aperfeiçoada.
O item 3 da pauta está em votação.
O item 3 da pauta é não terminativo.
Eu vou encerrar a discussão e submeterei o relatório a votos.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado o relatório do Senador Lasier Martins.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda de redação

Observações:

1. Matéria constou da pauta de 19/10/2016;

2. Matéria posteriormente será apreciada pela CAE

Eu concedo a palavra para que possamos ouvir, como Relator *ad hoc*, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, modifica a distribuição de *royalties* provenientes da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O que pretende o Deputado Osmar Serraglio com o seu projeto? Aumentar a participação do Município de Guaíra, no Estado do Paraná, na distribuição dos *royalties* da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Na verdade, ele pretende alterar o percentual de distribuição para o Município de Guaíra para 6,12%. Não consta do relatório o valor do percentual hoje, mas, evidentemente, que, para aumentar para 6,12%, haverá que se refazer a distribuição, diminuindo-se o percentual de outros Municípios que também recebem os *royalties* da Usina de Itaipu.

Contudo, o Deputado Osmar Serraglio, na sua justificativa, argumenta que, com a construção da usina, houve a submersão, em 1982, do Salto de Sete Quedas, que era uma atração turística do Município de Guaíra, e, com isso, houve uma diminuição – e o Senador Telmário utiliza, no seu parecer, o termo "estancamento" – do fluxo turístico. Ou seja, houve, com essa submersão do Salto de Sete Quedas, uma diminuição na economia do Município de Guaíra, e, portanto, o Deputado Osmar Serraglio quer compensar essa diminuição aumentando a participação do Município na distribuição dos *royalties* de Itaipu para 6,12%.

Na análise, Sr. Presidente, quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não há nenhum óbice. O projeto do Deputado está de acordo.

Quanto à técnica legislativa, há possibilidade de aperfeiçoamento, diz o parecer do Senador Telmário Mota, que como Relator *ad hoc* tenho a honra de fazer a leitura e a discussão. Trata-se da ementa da proposição, que, por ser pouco elucidativa, deixa de prestar informações, ainda que concisas, sobre o objeto da nova disciplina, afrontando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, podemos elucidar alguns pontos relevantes: os *royalties* pagos pela Itaipu Binacional derivam da previsão

i) no Tratado de Itaipu, em seu anexo C (Então, esses *royalties* já estão definidos); ii) na Constituição Federal, em seu art. 20, §1º; e iii) na Lei nº 8.001, de 1990, que é o objeto de aperfeiçoamento pelo legislativo ora em discussão.

Então, esta Lei nº 8.001, de 1990, é a lei que regulamenta a distribuição dos *royalties*, que é o que o Deputado Osmar Serraglio quer alterar para o Município de Guaíra.

O cálculo dos *royalties* devidos corresponde ao produto entre a energia gerada, em gigawatt-hora (GWh), o fator K, atualmente igual a 4, a taxa de câmbio e o valor previsto no anexo C do Tratado de Itaipu, de US$650 por GWh. O montante total é dividido entre Brasil e Paraguai.

Em 2015, foram distribuídos pouco menos de R$792 milhões, sendo o Município de Guaíra recebedor de R$14,72 milhões desse total. Atualmente, os *royalties* de Itaipu são distribuídos entre 347 Municípios e seis Estados. Esses 347 Municípios recebem, então, compensação pela geração de energia de Itaipu através dos *royalties*.

O PLC nº 94, de 2015, não aumenta o custo para o consumidor final – isto é importante: não há aumento na tarifa de energia, ou seja, não há custo para o consumidor final – por alterar apenas a distribuição da parcela que cabe ao Brasil. Dessa forma, não vemos óbice para aprovação da proposição, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos avaliar o impacto da mudança proposta nas finanças dos entes da Federação que perderão receita em detrimento do ganho do Município de Guaíra.

É exatamente àquilo que, no início de meu relatório, eu me referi. Se há um montante de *royalties* para distribuir por 347 Municípios, se Guaíra vai subir a sua participação, evidentemente que tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

compensado, diminuindo os outros. O Senador Telmário transfere à CAE para avaliar o impacto exatamente dessa mudança que vai ocorrer nos demais 346 Municípios.
Então o voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com emenda. No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015.
A emenda diz o seguinte:

EMENDA Nº 1 - CI
Dê-se a ementa do PLC nº 94, de 2015, a seguinte redação: "Altera o §3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar o percentual de participação do Município de Guaíra na distribuição dos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil.

Estes são o parecer e o voto do Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório apresentado pelo Relator *ad hoc,* Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Em votação o relatório.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.
Temos ainda o item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2015
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para determinar a obrigatoriedade de vagas públicas e gratuitas nos estacionamentos dos aeroportos.
Autoria: Senador Hélio José.
Relatoria: Senadora Rose de Freitas.
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
Matéria será analisada terminativamente pela CCJ.
Tendo em vista a ausência da Senadora Rose de Freitas, designo o Senador Flexa Ribeiro para funcionar como Relator *ad hoc.*
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2015, de autoria do Senador Hélio José, altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para determinar a obrigatoriedade de vagas públicas e gratuitas nos estacionamentos dos aeroportos.
A relatoria é da Senadora Rose de Freitas. Como Relator *ad hoc*, passo a fazer a leitura de seu relatório.
Como eu disse, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2015, do Senador Hélio José, que contém dois artigos.
O primeiro artigo acrescenta três parágrafos ao art. 4º da Lei nº 6.009, de 1973. O primeiro deles determina que os aeroportos são obrigados a seguir as normas estaduais e municipais, as normas de promoção da acessibilidade e as que compõem o Estatuto do Idoso. O segundo parágrafo reserva áreas gratuitas nos estacionamentos pagos na proporção de 10% das vagas pagas, estabelecendo que elas devam ser equivalentes entre si em termos de distância do terminal, iluminação e agrupamento. O terceiro parágrafo prevê sanções por descumprimento à regra, que vão da suspensão da cobrança à interdição dos equipamentos.
O segundo artigo do projeto do Senador Hélio José é a cláusula de vigência, que prevê a vacância de cento e oitenta dias após a publicação da lei.
Na justificação, o autor destaca que as opções de acesso aos aeroportos por transporte público são limitadas; assim, segundo ele, "os cidadãos se veem obrigados a arcar com os preços, muitas vezes extorsivos, dos estacionamentos pagos operados pelas concessionárias dos terminais".
Como V. Exª já informou na leitura da ementa, a proposição foi distribuída à CI e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde colherá decisão de caráter terminativo.
Não foram apresentadas emendas.
Quanto à análise, Sr. Presidente, o projeto se adequa perfeitamente à questão da juridicidade. A única

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

observação que faço – não está aqui no parecer da Senadora Rose de Freitas – é em relação à gratuidade que o Senador Hélio José pretende, na proporção de 10% do número de vagas nos estacionamentos dos aeroportos. Evidentemente que isso vai ser repassado para os 90% restantes, haverá aumento de custo para as demais vagas, mas o projeto beneficia realmente as pessoas idosas e com dificuldades de locomoção. Por isso diz que essas vagas não podem ser, Senador Armando, aleatórias, elas têm que ser colocadas nas proximidades do aeroporto, e com iluminação, por questão de segurança; do contrário, o permissionário do estacionamento ia colocar as vagas de idosos no fim do estacionamento, dificultando o acesso.
Então, o voto da Senadora Rose de Freitas é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2015, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CI (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2015
Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências para determinar o fracionamento por minuto da cobrança pelas vagas reservadas a idosos e pessoas com deficiência nos estacionamentos dos aeroportos.
Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes parágrafos:
"Art. 4º .....
§1º O uso das vagas pagas e reservadas em função do art. 7º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, será cobrado proporcionalmente ao tempo gasto em minutos pelo usuário.
§2º O preço por minuto de que trata o §1º será, no máximo, o preço cobrado dos demais usuários no mesmo período dividido pela duração do período de cobrança em minutos.
§3º O descumprimento ao disposto nos §§1º e 2º acarretará o pagamento de multa no valor de quinhentos reais, por ocorrência."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor após noventa dias de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação o relatório.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Agora, vou legislar em causa própria, se os Senadores me permitirem.
O item 4 da pauta diz respeito ao Requerimento nº 62, da nossa Comissão, de minha autoria.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2016
Nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da audiência pública para instrução do PLS 362/2011, prevista pelo Requerimento nº 52/2011, aprovado em 15 de setembro de 2011.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Em votação o requerimento.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores...
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Tenho só uma curiosidade, Sr. Presidente: o requerimento que solicitou a audiência é de autoria de V. Exª?
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, é da Senadora Vanessa Grazziotin. Eu é que estou...
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou votar com V. Exª, apesar de a autoria ter sido da Senadora Vanessa.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro, eu não quero ser impositivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mas há um ditado que diz: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E eu tenho bastante juízo, Presidente. Voto com V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu o acompanho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Tem juízo também, não é?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Procuro tê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Armando Monteiro também se manifesta favoravelmente, dizendo que também tem juízo.

O Requerimento nº 52 solicitava fossem convidados o representante do Ministério dos Transportes, o representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), o representante da Secretaria Nacional de Transportes Aquaviários. Apenas quero esclarecer que estamos dispensando a realização de audiência pública para esse projeto que diz respeito à autorização pelo Poder Executivo de encampar os portos fluviais. O Relator é o Senador Elmano Férrer. Com a dispensa da audiência pública, poderemos fazer a votação na próxima reunião.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco nos Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Helder Barbalho, Ministro de Integração Nacional, e Sr. Camilo Santana, Governador do Estado do Ceará.

Autoria: Senador José Pimentel.

Evidentemente, os outros Estados poderão se fazer representar pelos seus Governadores.

Trata-se do chamado Eixo Norte da transposição, que, realmente, na sua execução, está com um atraso razoável, eu diria, para não ser tão pessimista.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Agradeço a presença de todos.

Convoco a nossa próxima reunião, que será realizada em 23 de novembro, na próxima quarta-feira, neste plenário, às 8h30.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia cinco de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Simone Tebet, João Alberto Souza, Deca, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Hélio José, Dário Berger e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 11/2016-CDR, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com vistas a instruir o relatório de avaliação da política pública CDR 2016. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Walter Bartels Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras-AIAB, representando o Presidente da Embraer; Patrizia Xavier, Diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; Alberto Fajerman Diretor-Executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da Gol Linhas Aéreas; Renata Lourenço, Advogada da Empresa Aérea Avianca; Tatiane Novaes Viana, Gerente de Assuntos Regulatórios da Empresa Latam Airlines Brasil; José Luiz Felício Filho, Presidente da Empresa Aérea Passaredo. Encerrada a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Hélio José, com deferência da Presidência, faz uso da palavra o Sr. Rodrigo Novaes, consultor do Senado Federal. O Presidente registra a presença dos Prefeitos Sr. Neurilan Fraga, do Município de Nortelândia/MT, e João Antônio de Oliveira, do Município de Novo Horizonte do Norte/MT. Antes de encerrar a reunião o Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da 16ª Reunião e sua aprovação, é dispensada a leitura da Ata e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Francisco Canindé de Oliveira, Secretário-adjunto desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Abertura.

Esta audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) destina-se a instruir a avaliação da política pública referente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, e também aos Requerimentos desta Comissão nºs 8 e 11, de 2016.

Esta audiência, segundo o nosso plano de trabalho, visa trazer a visão da iniciativa privada sobre esse que é, seguramente, um dos mais importantes programas no campo da infraestrutura que precisam ser efetivamente desenvolvidos.

Lembramos que, em nossa primeira audiência, em junho passado, tivemos a participação de representantes do Ministério dos Transportes, Portos, Aviação Civil, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero) e Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Naquela ocasião, as autoridades presentes nos apresentaram o PDAR e nos trouxeram as considerações iniciais.

Antes de adentrar às questões técnicas do tema, quero destacar o quanto é fundamental para o meu Estado, o Mato Grosso, a evolução sustentável da aviação regional.

Como já está presente, eu quero convidar o Sr. Walter Bartels, Presidente da Associação...

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

audiência pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com vistas a instruir o relatório de avaliação da política pública CDR 2016.

Como se encontram presentes para a audiência pública os convidados para compor a Mesa, eu quero convidar o Dr. Walter Bartels, Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras, representando o Presidente da Embraer; Patrizia Xavier, Diretora de Relações Institucionais da empresa Azul Linhas Aéreas; Renata Lourenço, advogada da empresa aérea Avianca; e Alberto Fajerman, Diretor Executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da empresa Gol Linhas Aéreas.

Ainda estão presentes conosco – e nós faremos, então, uma segunda rodada e, por isso, peço para aguardarem, mas quero registrar que já estão presentes – Tatiane Novaes Viana, Gerente de Assuntos Regulatórios da empresa Latam Airlines Brasil; José Luiz Felício Filho, Presidente da empresa aérea Passaredo; e o Ricardo Bürger, Diretor Geral da empresa aérea Flyways.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará a seguinte metodologia: os convidados terão quinze minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal www.senado.leg.br; e também o Alô Senado, 0800-612211.

Eu quero salientar que sou Senador do meu Estado, o Estado do Mato Grosso, um Estado com 903 mil quilômetros quadrados, o terceiro maior Estado em dimensões territoriais no nosso Brasil. São 141 Municípios e uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes. As distâncias a serem percorridas são muito longas e a demanda é efetiva.

Daí a importância do desenvolvimento da aviação regional.

Temos hoje, no Estado, um total de 13 aeródromos contemplados no Programa de Aviação Regional. São eles: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Juara, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop, Tangará da Serra e Vila Rica, Juína, Matupá, Pontes e Lacerda e Lucas do Rio Verde.

Por isso, quero dizer que estou firmemente comprometido com a luta para que esse projeto avance junto principalmente com os prefeitos não só dessas cidades contempladas, bem como com todos os Municípios que estão no seu entorno. Precisamos transpor as barreiras nesse sentido.

Faço aqui um apelo para que o Governo, através da Secretaria de Aviação Civil, possa avançar no pacote de concessão dos aeroportos de Cuiabá, Alta Floresta, Sinop, Rondonópolis e Barra do Garças, já que a previsão será fazer uma concessão englobando os cinco aeroportos, mais precisamente Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Barra do Garças e, provavelmente, Alta Floresta. Isso num pacote para que aquele que tivesse o aeroporto de Cuiabá – e quando digo Cuiabá é Várzea Grande, a nossa região metropolitana – pudesse administrar todos os aeroportos principais do interior, e, nesse caso, poderiam sobrar mais recursos dentro desse programa para serem investidos em outros aeroportos, que, no caso do meu Estado, são um total de 13, como já mencionei.

No caso de Cuiabá, Várzea Grande, todos sabem como ele se encontra. Creio não ser necessário mais falar o quanto nos causa constrangimento ser constantemente apontado em pesquisas como o pior aeroporto do Brasil entre as capitais. Já foram feitas algumas obras há poucos dias, e isso já melhorou um pouco, mas ainda é um aeroporto nessas condições.

As demais cidades ocupam posições estratégicas e são grandes polos de desenvolvimento que carecem de operações aeroportuárias regulares. Creio que, no momento em que forem colocadas para concessão, não faltarão interessados, já que os potenciais desses Municípios são evidentes. Faço, portanto, esse apelo e afianço que se trata de um desejo de todo o povo mato-grossense.

O Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional foi criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, com três objetivos: aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à Rede Nacional de Aviação Civil com o intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico.

Como Relator da matéria, acredito que algumas questões devem fundamentar o debate. Dirijo-as a todos os convidados para que, de forma complementar, todos nós possamos entender o programa e também pela visão das empresas aéreas em especial, porque são eles os maiores problemas, a nosso ver. E aí eu quero aqui dirigir as perguntas não apenas àqueles que já estão à Mesa, mas também aos outros que estão como convidados.

Que entraves, do ponto de vista das empresas aéreas nacionais, impedem a entrada em mercados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

regionais?

O programa pode, de fato, favorecer o investimento das empresas? Se sim, quais as medidas prioritárias? Se não, o que deve ser feito prioritariamente?

É desejável dar prioridade aos aviões fabricados no Brasil, no âmbito do programa? Quais as vantagens e desvantagens dessa decisão?

Em que condições as empresas aéreas continuarão operando as rotas após o fim do subsídio?

Como o programa deve ser conduzido de modo a gerar sustentabilidade no longo prazo?

Como inserir no programa desestímulos a comportamentos anticoncorrenciais que venham a prejudicar as empresas menores?

Por fim, o programa deve gerar oportunidades para a entrada de novos participantes no mercado de aviação civil no Brasil?

Respondidas essas perguntas, tenho a certeza de que poderemos entender melhor o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, assim como avaliá-lo adequadamente.

É claro que aqui cada um, os palestrantes, as pessoas que poderão participar do auditório ou por outros meios que já citamos aqui, como o Portal e-Cidadania, pelo www.senado.leg.br, e também pelo Alô Senado, no 0800-612211, poderão também trazer as sugestões.

Isso posto, vamos partir de imediato para as exposições dos ilustres convidados. Queremos desejar um bom trabalho.

Registro a presença do Senador Paulo Rocha, que é do Estado vizinho do Pará, com as mesmas condições, até maiores necessidades do que o nosso Estado do Mato Grosso. Mas, como a região toda se conecta, é importante a aviação civil, a aviação regional, para que a gente possa integrar mais ainda as nossas relações comerciais e culturais. Quero agradecer a presença do Senador Paulo Rocha.

Vamos, então, passar a palavra ao Dr. Walter Bartels, que, com certeza, é o mais experiente de todos nós aqui. Já começamos com a sua serenidade e experiência.

O SR. WALTER BARTELS – Na pessoa do Senador Wellington Fagundes, saúdo os Srs. Senadores que estão aqui.

Eu vou falar sobre para que lado a indústria brasileira aponta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero salientar que a nossa audiência pública está sendo transmitida, além da internet e dos meios de comunicação da Casa, pela TV Senado. Então, é importante que tenhamos certa brevidade e atenção àqueles que estão nos assistindo também.

Quero aproveitar ainda para repetir que todos aqueles que estão nos assistindo podem, ou pelo sistema do Alô Senado, no 0800-612211, ou pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br, fazer as suas perguntas e as suas observações de onde estiverem no Brasil, em qualquer lugar em que estiverem assistindo.

O SR. WALTER BARTELS – Bom dia a todos!

Eu aqui vou falar do que a indústria aeronáutica brasileira pode oferecer à aviação regional. Eu destaco que a Associação representa a indústria espacial e tem uma particularidade: ela atua internacionalmente junto com vários países, dando apoio à Icao (ou Oaci) no desenvolvimento da atividade da aviação internacional.

Vou começar pelo histórico de aviões comerciais da indústria brasileira. Quero destacar aqui o primeiro produto da Embraer, o Bandeirante, aeronave que inaugurou um período de aviação regional. Várias companhias brasileiras compraram esse avião e, na década de 70, foi já iniciada uma aviação regional aqui no Brasil através dessas aeronaves. Eu digo que essa aeronave também foi adotada por empresas dos Estados Unidos nessa década, sendo usada para implantar nos Estados Unidos a chamada aviação *commuter*, que hoje em dia está transformada em aviação regional.

O segundo produto, na década de 80, foi o Brasilia, um turboélice que era chamado nos Estados Unidos de Silver Bullet, pela velocidade. Era um avião com cor metálica e muito veloz. Ele atendeu o mercado dos Estados Unidos e também o mercado da Europa. Eu digo o seguinte: 90% da produção da Embraer, pelo menos desses aviões, foi de exportação. Ou seja, o Brasil também participou do nascimento da aviação regional ou *commuter* nos Estados Unidos.

O terceiro: na década de 1990, a Embraer inaugurou uma série de aviões, chamados da linha do 145, de 37 a 50 lugares, que, aliás, hoje, nos Estados Unidos, ainda têm sido usados. Eu particularmente voo em uma linha de Nova York para Montreal. Eu uso esse avião dentro de uma companhia norte-americana.

Continuando, na década de 2000, a Embraer lançou aeronaves comerciais com capacidade desde 70 lugares até 110 lugares, que estão em operação.

E, finalmente, na nova linha da Embraer, há também o E190, com uma nova asa e um motor. Eu quero destacar que houve uma contínua diminuição de consumo de combustível nessa série de aeronaves, sempre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cada vez mais, o produto contribui para gerar menos carbono e para diminuir a poluição produzida por aeronaves.

Vamos fazer uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. A primeira curva é uma curva padrão que demonstra que, de acordo com o aumento da renda *per capita*, aumenta-se o uso dos aviões. Hoje em dia, o Brasil está dentro dessa curva, aquela bola amarelinha. Fazendo uma comparação com os Estados Unidos, na década de 70, eles já estavam nessa posição. E depois vocês podem ver lá, na etapa atual, os Estados Unidos quanto à quantidade de passageiros por aviação decorrente do crescente valor da renda das pessoas.

É interessante também destacar que hoje, nas viagens por pessoas nos Estados Unidos, nos voos domésticos, elas voam duas vezes por ano. No Brasil, é meia pessoa que usa. Em relação à população brasileira, é meia pessoa que usa o transporte aéreo. Do ponto de vista de jatos regionais por pessoa, há, nos Estados Unidos, 5,7 pessoas da população em voos domésticos, e, no Brasil, há só esse valor de 0,5.

Também vamos fazer uma comparação do tamanho médio da aeronave. Nos Estados Unidos, o tamanho médio da aeronave, quanto a passageiros, é 113; e, no Brasil, é 144. Quer dizer, nós usamos aviões com maior capacidade, o que também dificulta um pouco linhas em que não há muita frequência.

Comparando com os Estados Unidos, entre 2000 e 2015, quanto à aviação regional, em 2015, havia 325 turboélices, com tamanho médio de 36 assentos. Atualmente, em 2015, existem 1.600 jatos executivos. A etapa média é 723.

Isso já começa a demonstrar uma mudança. E o tamanho médio é de 59 assentos. Logicamente, é pelo uso atual de aviões a jato, como da família do 145 e também da Bombardier, dentro da aviação, dos aviões regionais dela que são usados no Brasil.

Do ponto de vista de uso de avião *commuter*, é interessante. Aviões regionais alimentam as linhas internacionais de transporte aéreo dos Estados Unidos. Por exemplo: num levantamento feito para o tráfego entre Chicago e Frankfurt, da United, aqueles pontos escuros que estão colocados ali são passageiros que vieram de jatos regionais para alimentar a linha aérea num voo internacional. Nessa condição, 40 pessoas que vão diretamente para o voo de Chicago a Frankfurt vieram através da aviação regional. Fazendo outra comparação, com Detroit e Tóquio, a mesma coisa. No caso, 30% dos passageiros vão para o aeroporto levados por companhias aéreas regionais.

Então, a aviação regional também tem essa importância em termos de alimentação de voos internacionais. Aqui para o Brasil, Los Angeles/São Paulo, 25% dos passageiros foram para Los Angeles, para fazer esse voo internacional. Isso abre a questão do uso intenso de aviões regionais.

Não vamos nos esquecer de que esta Comissão também trata de turismo. A melhoria dos serviços aéreos regionais vai também aumentar o turismo, que é uma coisa muito importante para gerar renda no Brasil.

Fazendo uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos e pegando as cinco cidades com mais passageiros, vemos que nos Estados Unidos existe, digamos assim, uma distribuição maior ao longo do país. No caso do Brasil, 57% dos voos domésticos estão colocados numa região da costa do Brasil ou concentrados, digamos assim, não existindo dentro dessa consideração o restante do País.

Qual é o cenário nacional? No transporte aéreo, antes de 2000, nós tivemos a saída de várias empresas aéreas – Vasp e Varig, por exemplo –, e houve uma concentração de mercado. Em seguida, houve novos entrantes – WebJet, por exemplo, e Azul. E o resultado disso é que, depois, houve uma racionalização devido à crise. Mas a gente vê o crescimento de rotas de aeronaves e, especialmente, de uso, quer dizer, mais cidades estão recebendo voos da aviação regional.

É significativo esse dado de 2015, já começando em 2014, de que a aviação está sendo usada também em mais outras comunidades.

Outro ponto aqui interessante de ver é a concentração, a comparação das três empresas relativamente mais ativas: a distribuição da TAM está voltada para a costa; a Gol, mas ainda para a costa; e a Azul está penetrando em outros mercados. E o interessante é que isso vai mostrar uma oportunidade. Supondo um aeroporto com 200 passageiros por dia, a gente vê a quantidade de destinos que existem hoje dentro desse uso. Quer dizer, aeroportos com menos de 200 são significativos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER BARTELS – E é interessante que esses voos domésticos de conexão estão atingindo 3,5 mil quilômetros. Não é uma aviação, digamos assim, que está vizinha a aeroportos.

Fazendo ainda uma avaliação com o PIB *per capita*, eu vou explicar esse quadro.

Os senhores estão vendo, digamos assim, umas meias-luas? Hoje em dia, o que aconteceu? No Sul, no Sudeste e no Nordeste, existe uma certa quantidade de crescimento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WALTER BARTELS – E, olhando aquela do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, o crescimento de uso pelos passageiros de avião, está demonstrado aqui que está havendo um crescimento de mercado de passageiros nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste muito maior do que no Sul e no Sudeste. Isso é um reflexo interessante com que pode a aviação regional contribuir.

Finalmente, a demanda por transporte aéreo doméstico andou crescendo de 2000 a 2015 em 10%. Hoje, pensa-se em crescer a 5% até 2035. Então, aqui, há uma oportunidade de crescimento de frota para atender esse mercado, lembrando que o mercado que está crescendo é fora da costa, fora de São Paulo e do Rio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em seguida, eu quero convidar a Drª Patrizia Xavier, que é Diretora de Relações Institucionais da empresa Azul Linhas Aéreas.

A SRª PATRIZIA XAVIER – Bom dia, Presidente. Bom dia, demais colegas da Mesa.

Obrigada pelo convite.

O Presidente, o Senador Wellington, me alertou de que estamos falando ao vivo na TV Senado e na Rádio também. Então, bom dia a todos.

Eu queria começar falando que a Azul é uma empresa de DNA da aviação regional. Nós servimos hoje a mais de cem destinos no País e a alguns no exterior. Temos as aeronaves certas para esse tipo de rota regional, conforme apresentação do engenheiro Walter Bartels. Existem questões operacionais e financeiras que determinam o tipo de aeronave por rota, por distância. Enfim, a Azul, em sua estratégia, se moldou e optou por adquirir aeronaves da Embraer, da TR. Então, é por isso que conseguimos essa malha, a maior malha do País, e atender a todas a essas cidades.

Vou ser aqui bem sucinta, Senador, abordando as questões que o senhor nos trouxe, porque, enfim, a Lei nº 13.097, de 2015, está criada. Ela cria o PDAR (Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional). Foi com muita satisfação que vimos esse trabalho aqui tanto do Congresso quanto do Executivo, porque a aviação – e não é nenhum clichê e nenhuma demagogia – é vetor de desenvolvimento socioeconômico. Ela traz isso para as regiões a que ela atende. Isso é inegável. Então, a lei está aí e precisa ser regulamentada. Faz dois anos que ela está sendo trabalhada pelo Executivo, ainda não existe uma regulamentação. Na parte da subvenção econômica que ela traz, nós entendemos que ela é polêmica, ainda mais no cenário de crise que vivemos no País. Nós já chegamos a levar algumas sugestões para o Executivo. Eles estão analisando.

Achamos que, primariamente, como o senhor colocou aqui, o que impede a entrada de mercado e o que a lei traz, que é muito interessante, é a questão da infraestrutura. Eu costumo falar – e, dentro da empresa, nós falamos – que, para você desenvolver uma rota, você precisa de três pilares: um é a infraestrutura, por óbvio; o outro é o racional-econômico; e a identificação de demanda, que é o terceiro. Então, prioritariamente, tem que haver um investimento de infraestrutura. E a lei do PDAR traz isso.

No governo anterior, eram 200 aeroportos. Chegou-se a uma lista de 53, que aprovamos. Achamos que a redução é necessária. De novo, tendo em vista as conjunturas econômicas e políticas do País, não dá para você tocar 270 projetos. É melhor que sejam 53, que eles sejam bem-sucedidos e que haja resultado no final.

O outro ponto que a lei também traz e que a gente entende ser prioritário é a questão da flexibilização das regras. Hoje, para que eu possa desenvolver uma rota para aquela localidade, eu preciso submeter tanto o aeroporto quanto a empresa a requisitos da Agência de Aviação Civil, que cuida dessa parte de certificação de aeroportos.

E as regras hoje que são praticadas aqui no Brasil são regras e recomendações internacionais para a aviação internacional que não foram adaptadas; elas simplesmente foram incorporadas à legislação nacional e trazem muito óbice ao desenvolvimento da aviação regional. Não sei se, no trabalho da Comissão, já chegaram ao tema, mas a questão dos caminhões de bombeiros, que são máquinas – estados da arte – caríssimas. Às vezes, muitas localidades e cidades não possuem aquele tipo de equipamento dentro do seu próprio corpo de bombeiros da cidade, e é exigida uma coisa supersofisticada para o aeródromo local. Então, além da questão do caminhão de bombeiros, há outra série de regras que a gente acredita possam ser flexibilizadas e adaptadas ao mercado regional, ao mercado brasileiro com segurança, porque a premissa básica do setor é a segurança, assim como foi feita em alguns países essa flexibilização. Os maiores entraves são esses. Medidas prioritárias: flexibilização de normas e infraestrutura.

O que impede aqui a entrada de empresas em mercados regionais? A infraestrutura, como falei, e algumas questões econômicas – o tal do racional-econômico que precisa haver. A questão do ICMS, a prática do ICMS nos diferentes Estados com diferentes alíquotas. O Brasil é o único país que cobra esse tipo de imposto em cima do combustível. O próprio combustível em si tem precificação diferente em determinados Estados por causa da logística, da infraestrutura da Petrobras para levar o combustível até essas localidades. Então, no Sudeste, no Estado de São Paulo, chega-se a praticar – vou arredondar os números – um valor de R$3,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

por litro do QAv. No Estado do senhor, Senador, infelizmente vou ter de confessar que chegamos a identificar alíquotas 50% maiores do que isso: R$6,00, R$7,00 por litro sendo cobrado no Estado do Mato Grosso. Os Estados mais distantes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm essas alíquotas majoradas. É desejável dar prioridade...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PATRIZIA XAVIER – Enfim, só reforçando aqui a questão da logística. É uma questão de infraestrutura da Petrobras fazer o combustível chegar a essas localidades. E, de novo, a questão do ICMS. Então, há esses dois fatores que precisam ser trabalhados.

Existe um PRS, inclusive, no plenário do Senado sendo discutido, que é para unificação da alíquota do ICMS em todo o Território nacional. Em caso de guerra fiscal, o Senado Federal pode tomar essa medida. Estão sendo abordados esses assuntos, mas são entraves para que a aviação regional se adense no País.

Prioridades dos aviões fabricados no Brasil. Eu acredito que isso seja uma questão de Governo. Se for desejável usar o programa para fazer política industrial, acho que isso é uma estratégia de Governo. A Embraer, sem sombra de dúvida, é uma empresa âncora líder no País, promove riqueza, o que ela traz para a balança comercial é inegável. Então, acho que isso é uma questão de política pública e decisão do Executivo.

O PDAR, na sua origem, na Lei nº 13.097, de 2015, traz uma questão de política industrial, limita a subvenção econômica em aeronaves para até 60 assentos, aeronaves típicas da aviação regional. Então, tem que ver se vai se levar isso à frente ou não na regulamentação. Acredito que sim, acho que é legítimo. Outros países fazem isso em prol de suas indústrias nacionais, por que não fazer isso pela Embraer?

Em que condições as empresas aéreas continuarão operando tais rotas após o fim do subsídio? De novo, a subvenção econômica de que a lei trata é uma questão polêmica. A gente entende que vai ser uma coisa mais de médio e longo prazo, vai ser debatido ainda, no âmbito do Executivo, como vai ser essa subvenção econômica. Mas, de fato, não existe demanda nessas cidades hoje muito pequenas, que necessitam da aviação regional por questões às vezes vitais, como levar médico, remédio e comida para essas populações mais afastadas e não integradas ao resto do País. Então, a subvenção econômica que o Governo prevê é para criar esse pilar de racional-econômico. A partir do momento em que a população cria esse hábito, em que os preços sejam atrativos, acho que é uma questão de lei de mercado. Educando a população e criando essa consciência e essa necessidade, as coisas acabam existindo por si só. A intenção aqui da subvenção econômica é criar essa cultura e essa oportunidade de desenvolvimento de uma rota. Você tem um investimento fixo e tem o corrente, acho que é para ajudar o investimento fixo. Você vai ter que colocar gente no aeroporto, cuidar do aeroporto. Isso ainda não está claro como vai ser, mas acredito que as coisas se sustentem com lei de mercado natural.

Desestímulos anticoncorrenciais. Acho que a lei já está preparada para isso. Ela diz que quem voar para aquela localidade naquelas condições ganha a subvenção econômica. Então, não vejo aqui nenhum problema de distorção de concorrência.

O programa gera oportunidades para a entrada de novos participantes no mercado da aviação civil? Sim, ele gera.

Queria trazer aqui também que é muito oportuna esta audiência pública, porque ontem eu acabei de encerrar minhas operações no aeroporto de Parintins, por exemplo. Então, a questão da infraestrutura realmente é prioritária. Se o Governo não investir em infraestrutura e não fizer a manutenção dessa infraestrutura, as rotas não existem. Eu tenho aqui uma lista de pelo menos 20 aeroportos que eu quero abrir nos próximos 12 meses, e eu não consigo justamente por causa dessa infraestrutura. De novo, os requisitos da agência são muito altos para serem cumpridos em algumas localidades. Tenho aeroportos ameaçados, como esse no Estado do Amazonas, em Parintins, que é uma região desenvolvida, altamente turística. Sempre, na época do festival, temos ameaças de fechamento das operações. Interior do Estado da Bahia, interior do Estado do Mato Grosso, Rondônia são regiões, realmente, de muita dificuldade de operação. Não contam com as infraestruturas mínimas necessárias, muitas das vezes, e a gente não consegue voar principalmente por causa desse óbice. Então, o programa, cuidando dessa parte da infraestrutura, com certeza abre oportunidade para novos entrantes. Temos aí a Flyways, que começou agora, no início do ano. Enfim, tem que se cuidar da infraestrutura, Senador, senão a gente não voa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Convidamos agora o Sr. Alberto Fajerman, Diretor Executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da Empresa Gol Linhas Aéreas.

O SR. ALBERTO FAJERMAM – Bom dia, Senador Wellington Fagundes. Na sua pessoa, eu cumprimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

todos os Congressistas que aqui estão, meus colegas de mesa, os que estão aqui presentes e os que estão nos vendo pelos diversos meios.

Eu vou fazer uma rápida apresentação sobre a aviação regional e aproveitar um pouco a história do Walter, que me deu saudade quando mostrou o Bandeirante. Foi o primeiro avião do qual eu fui comandante. Depois, eu vou entrar nas perguntas feitas pelo Senador.

O primeiro modelo que nós tivemos de aviação regional no Brasil, que foi criado em 1976, foi conhecido como Sitar, que é a sigla para o Sistema Integrado de Transporte e Aviação Regional. Como eu falei, foi um decreto de 1976. O que fez esse decreto? Esse decreto dividiu o Brasil em cinco regiões. As concessões eram dadas por 15 anos, podendo ser renovadas por mais 15. De onde vinha esse fundo? O FNAC é uma coisa nova. Na época, havia um adicional tarifário de 3% sobre as passagens nacionais, que iam para o fundo que alimentava o Sitar, e ele não deixava que empresas regionais se transformassem depois em empresas de âmbito nacional.

De onde veio essa ideia da criação do Sitar? Quando a gente olha a quantidade de Municípios servidos, começando em 1950 até o ano retrasado, vimos que no Brasil já houve 371 Municípios servidos pela aviação comercial; e, em 1973, 1975, já tinha caído para 92. Era a famosa fome com a vontade de comer. Então, como fazer para aumentar o número de Municípios servidos e como fazer para incentivar a indústria nacional? Aí se criou o Sitar, como eu mostrei nos dois gráficos anteriores, e as cinco empresas que... Quase como uma condição normal, o avião ótimo para fazer essa aviação regional foi o Bandeirante. Realmente houve algumas flexibilizações de regras de aviões até 5.400kg, o que facilitou o uso do Bandeirante nesse sistema.

Das empresas que foram criadas dentro daquelas cinco regiões, como eu falei, a Nordeste, cuja área de atuação está ali escrita, era em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, etc., em 1976, quando ela começou, tinha 15 destinos, 15 bases onde operava; já em 1991, ela foi para 29. A Taba, que ficou no norte – Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia e parte do Mato Grosso –, começou em 11 bases e, já em 1991, tinha 25. A Votec, que tinha Rio de Janeiro, Minas Gerais, parte do Pará e do Maranhão, começou com 18 e foi para 21. A Rio Sul, que ficou no sul – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, começou com 8 e, em 1991, já tinha 20 bases. E a TAM, que era São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, começou com 11 e tinha 24 em 1991. Isso mostra que realmente, inicialmente, conseguiu-se o objetivo que era pretendido, em que se incluíram inúmeros Municípios que não tinham serviço aéreo na malha do Brasil.

Antes de passar adiante, rapidamente, por que ela parou de funcionar? É o problema que existe sempre: algumas empresas começaram a contestar o fundo, o adicional da tarifa que era usada para a aviação regional. Não havia mais o dinheiro para o subsídio e as empresas começaram a não conseguir se sustentar. Isso é muito importante ser mencionado porque é uma das perguntas que depois vou responder quando se fala de sustentabilidade. Quer dizer, há mudança de regra no meio do jogo.

A Gol no mercado regional. Hoje em dia, a gente entende por mercado regional lugares com menos de 600 mil passageiros, tanto de embarque, desembarque e conexão, ou de 800 mil se for na Região Amazônica. Na definição atual, a Gol, desde o primeiro ano da sua fundação, já atuou em mercados regionais. Não vou ler um por um, mas aqui está a evolução até o dia de hoje, quais foram os aeroportos regionais dentro da definição que se dá a aeroporto regional, qual foi o crescimento da Gol.

Hoje 39% de todos os nossos destinos já são destinos regionais. Até 600 mil passageiros, essas são as cidades em que nós voamos. De 600 mil a 800 mil, temos Macapá. Aqui é um pouco de propaganda.

Nós fomos a empresa que mais transportou passageiros. Trinta e nove por cento das nossas rotas são regionais e continuamos expandindo esse mercado.

Mas é importante isso aqui: a Gol no mercado regional do Brasil.

Os nossos planos preveem que, daqui a cinco anos, evidentemente dadas as condições de mercado, nós pensamos em abrir 44 destinos novos. São 13 destinos no primeiro ano, dois de 21 a 40 meses e, no grupo 3, de 41 a 60 meses.

Aqui estão os destinos que pensamos em agregar. E vou colar um pouco da fala da minha colega Patrizia. Na última coluna, eu não vou incomodar vocês com tantos detalhes. Por que estamos dando esses prazos? Evidentemente, há a situação econômica, o voo deve ter sentido, mas o mais importante é a infraestrutura dos aeroportos para que possamos operar ali.

Basicamente são três os componentes que não nos deixam operar num aeroporto, como ela já havia falado. Um é o que a gente chama de anti-incêndio, que é a categoria de incêndio. Basicamente é bombeiro e o carro, que é caríssimo, mas ainda se pode importar, mas tão graves quanto o carro são os bombeiros. Em determinadas localidades, o custo de ter bombeiros no aeroporto acaba com o orçamento da prefeitura inteira. E há uma legislação muito específica dizendo que não se pode usar outro bombeiro; tem que ser aquele. E não se pode levar para outro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Outro é o PCN, nome técnico para a compactação da pista. Hoje em dia, o setor todo é muito preocupado com segurança. Nós temos muito orgulho de dizer que, no Brasil, todas as quatro empresas grandes e mesmo as menores têm um recorde de segurança muito grande. É a operação IFR, não se imagina mais, hoje em dia, uma operação que não tenha IFR.

Passando rapidamente para as perguntas que o Senador fez, que entrave, do ponto de vista das empresas nacionais, impede a entrada em mercados regionais? E aqui há uma coisa muito importante para ser discutida.

Quando se fala em mercado regional, pelo menos para mim fica uma coisa um pouco difusa. Por quê? Como mostrei, 39% dos nossos destinos já são regionais. Eu poderia dizer que não há problema regional. Nós vemos o anseio de diversos Estados e prefeituras por destinos para os quais ninguém encontra uma razão econômica para voar. Por isso creio que nós temos que separar os aeroportos que hoje são chamados de regionais, aeroportos para até 600 mil passageiros, daqueles que ninguém pensou em voar, daqueles aeroportos que nós pensamos ou que o Estado, o governador ou os prefeitos gostariam que houvesse voo.

Para esses destinos em que ninguém voa hoje e há um desejo de que se voe, acredito que deveria haver uma legislação completamente diferente da que existe hoje para o resto do País. O que eu chamo de completamente diferente? Desde a criação da Anac, nós aprovamos totalmente o conceito de que hoje em dia qualquer um pode voar para qualquer lugar, desde que a infraestrutura assim o permita, e usar a tarifa que desejar. Para esses aeroportos que eu chamaria de sub-regionais, que são lugares para onde ninguém voa e há desejo de que existam voos para esses lugares, eu acredito que esses voos devam ser licitados. Hoje, para a regulação, não pode ser licitado, teria de ser um chamamento público. Esses destinos deveriam ser exclusivos daquele que ganhar o chamamento, para que não haja essa canibalização entre as empresas.

É desejável dar prioridade a aviões fabricados no Brasil? Qualquer um de nós, como brasileiro, responderia rapidamente que "sim". Mas temos que ter muito cuidado com isso. Nesse segundo grupo, que não é necessariamente chamado regional, que são os aeroportos para onde ninguém voa, eventualmente, os aviões fabricados no Brasil seriam muito grandes. Então, o importante, na minha visão, são duas coisas diferentes. É evidente que todos nós, como brasileiros, queremos promover a indústria nacional. Por outro lado, para que haja sustentabilidade, temos que usar o avião adequado para a rota, então, não necessariamente os aviões são ou serão fabricados no Brasil.

Em que condições as empresas aéreas continuarão operando após o fim dos subsídios? Só há uma maneira de operar depois dos subsídios: se houver algum sentido econômico. Algumas rotas poderão se autossustentar e outras provavelmente não. Aí eu acho que deve haver alguma possibilidade de não sermos tão rígidos nos prazos de concessão.

Como inserir no programa desestímulos a comportamentos anticoncorrenciais? Como eu disse, para esses aeroportos em que nenhuma empresa manifestou interesse de voar e, sim, o Estado, através das suas prefeituras ou governos, chamou para que se voe a esses lugares, esses pares de pontos deverão ser exclusivos e estimulados através de subsídios.

O programa deve gerar oportunidade para entrada de novos participantes? Eu acho que sim. Pegando um exemplo qualquer, a Amazônia – eu sempre gosto de dar exemplo de Tapuruquara, que é uma das cidades mais ao norte do Brasil, onde existe um destacamento do Exército – em que há interesse de prover um serviço aéreo, se nenhuma empresa estiver interessada, nada impede que alguém se habilite dentro das normas que estarão por vir.

Eu espero ter contribuído para essa importante discussão. Estou totalmente disponível para as perguntas que certamente virão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em seguida, então, a Renata Lourenço, que é advogada da empresa aérea Avianca.

A SRª RENATA LOURENÇO – Bom dia, Presidente. Bom dia, meus colegas da Mesa. Bom dia a todos que estão nos assistindo também.

A princípio, pela Avianca, a gente gostaria de falar que há sempre interesse em ampliar as rotas regionais, acho que todas as empresas aqui participantes desta reunião têm esse interesse.

A Avianca já atua também em algumas cidades, como Passo Fundo, Chapecó, Petrolina, Ilhéus, Juazeiro do Norte. Tem interesse inclusive em ampliar a rota nesses mesmos aeroportos. E a gente já destaca aqui – já falando um pouquinho da questão número um – a infraestrutura mesmo. Acho que o ponto mais importante para qualquer empresa atuar num aeroporto regional é a questão da infraestrutura, como o diretor da Gol falou também, a questão da pista é muito importante também e a segurança. Então, com relação aos entraves que a gente encontra para ampliar as rotas da empresa, estes são os entraves: a infraestrutura dos aeroportos e essas questões de pista e segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Com relação à prioridade dos aviões fabricados no Brasil no âmbito do programa, as vantagens e desvantagens, também vou acompanhar a minha colega da Azul, que é uma questão do próprio Governo. Também concordo, como brasileiro, todo mundo pensa: "Vamos investir." Mas também concordo com a Gol: tem que verificar a condição da aeronave para aquele determinado aeroporto. Não adianta a gente só falar que realmente investindo nos aviões fabricados no Brasil a gente consegue resolver o problema.

Em que condições as empresas aéreas continuarão operando as rotas após o fim do subsídio? É também uma questão realmente de cultura. Essas rotas, hoje em dia, não são tão utilizadas, mas, às vezes, alguns locais talvez até nos surpreendam, porque, às vezes, as pessoas só não utilizam porque não há esse acesso e talvez até as próprias empresas serão surpreendidas por essa questão. Acho que a lei vem para isto: o subsídio ajuda para que as empresas consigam entrar nessas regiões e ver que mercado é esse, qual o mercado de cada um.

Como inserir no programa desestímulos a comportamentos anticoncorrenciais, que venham a prejudicar as empresas? A lei também está bem clara com relação a isso. Acho que isso já temos bem desenvolvido.

E se deve gerar oportunidades para entrada de novos participantes no mercado de aviação civil no Brasil: com certeza, deve sim.

Obrigada a todos. Também estou à disposição para responder alguma questão que tenham.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos convidar agora a Tatiana Novaes Viana, representando aqui a Latam Airlines Brasil, e José Luiz Felício Filho, Presidente da empresa aérea Passaredo.

Podemos então, Tatiana, ir direto?

Com a palavra, então, a Tatiana Novaes Viana, Gerente de Assuntos Regulatórios da empresa Latam Airlines Brasil.

O SR. TATIANE NOVAES VIANA – Primeiramente, bom dia. Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Só queria dizer que vocês não precisam ficar limitados a essas perguntas. Vocês podem falar de acordo com o interesse do esclarecimento à população.

O SR. TATIANE NOVAES VIANA – O. k.

Bom dia a todos. Bom dia aos meus colegas de Mesa.

A Latam, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente nesta audiência e poder colocar sua posição no que diz respeito à aviação regional. Como o Senador disse, nós vamos abordar aqui alguns temas que já englobam todas as questões formuladas pelo Senador.

Bom, de início, nós entendemos que o desenvolvimento da aviação regional do Brasil é muito importante. Ela traz desenvolvimento econômico, ela vai trazer eficiência dos *players* do mercado. Então, realmente, é extremamente importante, e nós apoiamos isso e concordamos com todo o programa de desenvolvimento.

A questão que nós entendemos como muito importante é com relação aos subsídios de novas rotas, não de rotas já existentes, mas de novas rotas, para que esse subsídio seja utilizado de forma correta. Rotas que já existem já são subsistentes por elas mesmas, e nós entendemos ser muito contraproducente termos aplicação em rotas que já estão no mercado. Então, a entrada de novas rotas, sendo subsidiadas, realmente é muito importante.

O que nós entendemos também, dentro da legislação que hoje existe da aviação regional, é que nós precisaríamos ter uma antecedência mínima entre a adesão ao programa e a aplicabilidade, o início das operações. Não são todas as empresas hoje, no Brasil, que operam com aviões que são aeronaves totalmente possíveis de serem operadas dentro da aviação regional, e tudo isso também representa uma necessidade de adequação, além de frota, também de tripulação. Se eu não tenho aviões específicos, eu preciso fazer com que minha tripulação seja apta a voar nessas aeronaves, e tudo isso leva tempo.

A indústria de aviação é uma indústria de ciclo longo. Nós não conseguimos fazer mudanças estruturais estratégicas num tempo muito escasso. Nós precisamos de um tempo amplo para fazer esse tipo de adequação. O que nós entendemos também é que, hoje, a lógica do subsídio está muito ligada à quantidade de passageiros – 60 passageiros para que esse subsídio seja iniciado e seja aplicado. Isso, consequentemente, faz com que as empresas precisem ter aviões com capacidade de operação menor. Hoje, a grande maioria das empresas, pelo menos as que estão aqui, com exceção da Azul, não tem aviões. A capacidade dos nossos aviões é maior do que isso. Então, entendemos que isso realmente é um limitante, porque faz com que as empresas não consigam entrar de imediato nessa aviação regional e que elas tenham de passar por uma preparação anterior, para que isso seja viável.

E também é importante lembrar a quantidade de passageiros: em aeronaves maiores, eu levo uma quantidade muito maior de passageiros, utilizando, desde que possível, a infraestrutura já existente dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aeroportos.

Então, por isso que nós entendemos que não é, claro, especificamente essa a limitação das aeronaves, mas ela acaba sendo uma consequência justamente pela quantidade de passageiros que estartam o subsídio do programa.

Uma outra questão que todos falaram e nós não poderíamos deixar de mencionar é a questão da infraestrutura nos aeroportos. Isso limita demais as nossas operações. Utilizando o que a Patrizia falou, o que o Fajerman falou aqui pela Gol, nós podemos realmente... Essas questões da infraestrutura dos aeroportos hoje, ela foge muito à nossa realidade brasileira. Nós tivemos aí, há pouco tempo, suspensões de certificados de alguns aeroportos no Brasil por descumprimento da legislação por parte desses aeroportos, mas a legislação é extremamente rígida. Nós não temos... Nós temos aeroportos, usando exatamente o que a Patrizia mencionou, a questão dos caminhões de bombeiro, a questão do PCN da pista, tudo isso faz com que nós tenhamos uma dificuldade enorme em montarmos a nossa estrutura, a nossa malha, para que a operação seja maior. Então, realmente, essa questão da infraestrutura, eu acho que foi um ponto mencionado por todas as empresas que já falaram e será pelas que ainda vão falar, porque realmente a gente tem que observar bastante essa questão.

E um último ponto que nós gostaríamos de mencionar é a questão da carga aérea. Nós entendemos que a carga aérea precisaria ser incluída também nesse plano. Não é só o transporte de passageiros que traz desenvolvimento econômico para as regiões. A carga aérea também traz desenvolvimento. E, além de trazer o desenvolvimento, a carga é um elemento-chave para diminuir o custo das operações. Então, seria muito importante que, dentro do subsídio das tarifas – e hoje é muito claro na lei que as tarifas de armazenagem e capatazia estão totalmente fora do programa –, isso fosse revisto, porque o transporte de carga aérea também é muito importante para o desenvolvimento do País e dessas regiões que serão atendidas pela aviação regional.

Bom, eram essas as colocações que a Latam tem a fazer. Nós, mais uma vez, agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição para qualquer tipo de questionamento. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Convidamos, então, agora o José Luiz Felício Filho, Presidente da empresa aérea Passaredo.

O SR. JOSÉ LUIZ FELÍCIO FILHO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Cumprimento a todos na pessoa do Senador Wellington Fagundes. É um prazer poder ter essa oportunidade para falar um pouquinho da nossa história.

Eu, vendo as apresentações aqui do engenheiro Walter Bartels, falando um pouquinho da história da frota regional do Brasil, como até o Fajerman, ali, começou sua aviação no Bandeirante muito tempo atrás, e o meu primeiro avião também foi o Brasilia. Então, eu creio que eu passei um pouquinho desse desenvolvimento, mas, logo ali na década de 90, a gente já passou por uma transformação do setor, onde houve a nossa desregulamentação, o fim do subsídio – na ocasião era suplementação de tarifa que ocorria. Então, a gente já viveu um pouquinho na pele aí o que aconteceu durante esses quase 20 anos de história.

Bom, eu gostaria de falar um pouquinho só da estrutura que a Passaredo hoje tem dentro do contexto da aviação no Brasil. Acho que é uma das poucas empresas focadas e que se especializou diretamente neste tipo de atividade, que é a aviação regional brasileira. A gente hoje opera uma frota padronizada de um turboélice de 70 lugares. Então, é uma aeronave extremamente adequada para operar e compatível até com a nossa infraestrutura, que está em desenvolvimento. E, dentro do contexto, a gente vem vivendo as dificuldades, na pele, do dia a dia do desenvolvimento na empresa.

Praticamente, a companhia fez agora 21 anos de atividade. Tivemos ali uma etapa de suspensão entre 2002 até 2004, até por conta da situação macroeconômica do País. Retomamos as nossas atividades lá no início de 2004, muito focados em criar um modelo de desenvolvimento da aviação regional. É aquilo que a gente viu, muito maduro, principalmente na aviação norte-americana e europeia, que foi, sendo parceiros, criarem um sistema de código compartilhado de voos ou *interline* com as grandes companhias. Isso a gente vem desenvolvendo praticamente nesses últimos 12 anos. A gente, de fato, acredita nisso, dentro de um ambiente em que a gente vê uma necessidade de expansão da nossa malha aérea. Mas existiam muitos operadores que faziam isso de forma não compatível com aquilo que aconteceu lá no Sitar, há quase 30 anos, que eram cinco regiões. Diversos empresários, parceiros, colegas nossos, infelizmente, tiveram as suas atividades encerradas ou suspensas nesses últimos dez anos, por falta de uma política, de uma infraestrutura e até de uma forma estável dentro do negócio de aviação, com o que, hoje, a indústria toda vem sofrendo: o aumento de combustível e a desvalorização da nossa moeda. A nossa arrecadação é 100% em real hoje, no nosso caso.

Então, é um setor que precisa ser olhado, não só as grandes empresas, eu acho, para que voltem a operar esse setor. Como é que a gente conseguiria, de fato, criar mecanismos para pequenas empresas voltarem e de fato conseguirem se restabelecer, aquelas que ainda continuam dentro de uma operação? É o caso da Passaredo, que tem dificuldade dentro de um processo, que recorre à lei de proteção à falência para continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

suas atividades, com quase mil empregos diretos, servindo a 20 cidades do nosso País.

Então, diretamente, Senador, eu acho que nós temos um histórico muito dedicado a esse tipo de negócio. Essa *expertise* que a gente teve durante esses 20 anos e a fase mais recente da empresa, que foi extremamente focada nesse tipo de atividade, acho que a gente teria que buscar, essas ideias da iniciativa privada, que acho que seriam os operadores, não só no nosso caso, mas também os puros regionais, que hoje estão pensando em se restabelecer novamente para buscar alternativas, de fato, para que a gente consiga ter um sistema de continuidade.

Indo às perguntas que foram colocadas, eu creio que, mais no detalhe, falando um pouco sobre a situação dos pilares que a gente poderia debater, sem dúvida, há o custo para essas atividades. Há sempre esse questionamento: "Poxa, o custo da tarifa da aviação regional é mais caro, em torno de trinta, trinta e poucos por cento a mais do que o das demais localidades em que a gente acaba vendo a operação comercial." Está tudo relacionado, até o tamanho da própria aeronave. Na hora em que a gente opera um avião de 70 lugares, quer dizer, o nosso custo para se diluir isso e ter uma produtividade muitas vezes menor do que a malha doméstica ou a malha nacional, que tem uma combinação com a América do Sul hoje, acaba sendo, o custo unitário, quer dizer, o custo por quilômetro, mais caro.

Então, de toda forma, na hora em que a gente tem uma composição em que entra a parte nossa, de pessoal e combustível, como a Patrizia mesmo falou ali, em relação ao que custa, às vezes, um combustível aqui em Brasília *versus* um de Sinop, onde a gente está operando e, muitas vezes, acaba custando o dobro do preço, às vezes, é mais vantajoso tirar passageiro ou restringir a venda e colocar mais combustível no avião para poder fazer essa viagem, para não ter que abastecer, de repente, numa localidade e ter o combustível suficiente de regresso. São contas que a gente acaba tendo que endereçar diretamente com políticas, de repente, não só no âmbito estadual, de uma redução de ICMS, mas também de compensação de logística, em que os grandes aeroportos têm um volume infinitamente maior, em detrimento desses pequenos aeroportos, em que a gente entende também que a armazenagem do combustível ou mesmo o manuseio disso é muito mais caro no valor unitário. Ficaria essa questão de uma proposta na parte de combustível para a gente tentar criar um mecanismo de equalização.

Outro ponto que eu acho que é fundamental dentro desse aspecto específico da aviação regional com esse tipo de aeronave é uma regulação específica para os aeronautas, em que a gente vê uma flexibilidade um pouco maior, dentro de um modelo maduro, por exemplo, como o dos Estados Unidos, em que a gente tem regulamentação específica de aeronaves até x assentos de capacidade, em que a gente consegue operar com um pouco mais flexibilidade, não ferindo toda a situação de fadiga dos aeronautas. De fato, a gente consegue ter um aproveitamento melhor dessa tripulação. No nosso caso, especificamente, como é uma frota simplificada e unificada, como eu falei, muitas vezes a gente tem um tripulante que vai, por exemplo, para uma cidade como Rondonópolis, chega lá de noite e não pode aguardar para retornar no mesmo dia. Então, ele acaba ficando dois dias em Rondonópolis para poder fazer o aproveitamento de um voo de regresso à Brasília. E isso acaba tendo um encarecimento, não só pela quantidade de tripulantes que a gente tem que ter nessa operação, mas também pelos pernoites, pela diária que cobre seus custos de alimentação e estada.

Isso tudo está relacionado a uma regulamentação específica, em que, no caso, tendo uma abertura um pouco maior, até por conta da necessidade das entradas e saídas dos grandes *hubs*, muitas vezes a gente tem que ser o primeiro a entrar naquele *hub* de conexão, como é o caso de Brasília, onde se tem que chegar cedo com as aeronaves e, muitas vezes, se é o último a sair numa onda de conexão com empresas que são parceiras, então, aquilo, às vezes, ultrapassa o limite de intervalo daquela tripulação, que teria que ficar naquele aeroporto, e muitas vezes nós temos que trocar essa tripulação.

São alguns pontos para que, de repente, a gente possa pensar em criar mecanismos para a empresa regional, que já tem um avião que tem uma baixa produtividade e ainda acaba tendo um custo mais elevado na questão da tripulação.

A infraestrutura, que é um dos pilares, acho que todo mundo discutiu isso aqui, falou que é um gargalo do nosso desenvolvimento, não é diferente no nosso caso. A gente teve situações no passado como esta: a gente operava também um jato da Embraer, que era o Embraer 145, chegamos a ter 16 aeronaves que cobriam 33 cidades no País, e o grande gargalo era a questão da seção contra incêndio. O avião regional de 50 lugares tinha a mesma exigência que eu tinha para operar, por exemplo, um 737 ou mesmo um da família do Airbus. Então, a compatibilidade com uma frota menor, por conta do comprimento da fuselagem e tudo, acaba ficando incompatível com uma operação simples e regional que teria uma operação de menor volume, menor demanda dentro daquela infraestrutura aeroportuária.

Outro ponto é a questão dos procedimentos. Hoje, pela facilidade que nós temos em relação aos procedimentos de precisão por GPS e tudo, seria muito mais fácil a gente conseguir adequar esses aeroportos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com procedimentos de RNAV, que seriam essas aproximações por GPS com a estação de rádio local. Isso facilitaria muito, dentro de um aspecto de continuidade da operação e de garantir uma segurança operacional, o que reduziria nossos custos de contingência, porque muitas vezes a gente tem de abandonar uma localidade em determinada época do ano. Foi o nosso caso em Dourados, agora. A gente operava um voo à noite direto para São Paulo, Aeroporto de Guarulhos, em que se distribuía por toda a rede nacional e internacional, por conta da característica de mau tempo. Então, quase 40% dos nossos voos se alteravam para Campo Grande. Isso acaba afetando diretamente nossa base de custo, o que desatende o passageiro, é lógico que é um transtorno ter um voo alterado, e acaba onerando demais o custo de operação da empresa.

Seguindo, dentro do âmbito das questões, eu, até por ter tido minha formação nos aviões da Embraer – foram os aviões em que mais voei no passado, o Brasília e, depois, o 145 – creio que foi até uma pena a Embraer não ter lançado um avião dentro de uma característica de capacidade um pouco menor, até como um turboélice. O que a gente sempre esperava naquele momento era um "Brasilhão", um avião turboélice de 30 lugares que iria ser projetado para concorrer com o Bombardier e a própria ATR, que são os aviões que nós operamos hoje e que têm aí a faixa de 50 a 70 assentos.

Então, diante de uma situação como a brasileira, quer dizer, sigo a posição de todos. É um orgulho para a gente ter uma indústria aeronáutica de altíssima tecnologia e de ponta, como a Embraer. Mas, especificamente para esse nível de operação, creio que muitas vezes o turboélice vai se encaixar melhor, até por ter uma característica de setores. Quer dizer, as distâncias entre as cidades são menores e, às vezes, de uma infraestrutura hoje instalada de pistas com menor cumprimento e de toda uma seção contra incêndio, a gente sabe o gargalo, não só na parte de equipamentos, mas também na parte de formação dessas equipes. Então, de fato, eu trataria com um pouco mais de cuidado a questão de um privilégio para a indústria aérea brasileira, até porque hoje, infelizmente, a gente não tem uma frota adequada com essa faixa de 50 a 70 assentos.

Na situação da continuidade das operações após a questão do subsídio, vejo muito a questão como uma aposta na maturação do mercado. Acho que tanto o Governo quanto a empresa vêm se comprometer com um programa para tentar criar um fomento dentro daquela localidade, maturar durante o período de subsídio e, aí sim, ter uma continuidade. Mas se, de fato, no final do programa ou do término do subsídio não houver uma demanda compatível para sustentar essa operação, é muito difícil a continuidade desses atendimentos às localidades. O que eu vejo, de fato, são as oportunidades de parcerias entre as empresas. A Passaredo, no caso, tem uma aeronave de 70 lugares, um turboélice que já tem um custo menor de operação para, de repente, ter uns acordos ali de *code share* e *interline* e continuar servindo, integrada a uma malha nacional e internacional.

Bom, a questão dos destinos acho que foi bem debatida aqui. O ponto que a gente vê nesses últimos tempos é a questão das oportunidades, até porque a gente está muito inserido, diretamente, nesse contexto. Muitas empresas ou empresários que estavam vivendo no setor vêm nos perguntar: "Poxa, Felício, o que você acha agora, de fato, dessa retomada do PDAR?" É até um sonho da companhia, desde 2012, quando foi anunciado. E foi justamente no mesmo período em que até a própria Passaredo entrou num processo de recuperação judicial para conseguir permanecer com as suas operações.

Então, isso veio em um momento muito oportuno para a gente, até porque veio se alinhando com o plano de recuperação que a gente vê, não só da companhia, mas do setor. Mas o grande ponto é que a gente, lógico, vê todo esse tempo que isso levou – praticamente de 2013 até agora – e que a expectativa saiu um pouco desse primeiro plano, até porque a gente olha o programa como algo benéfico para o País, necessário para o País, mas muitas vezes, de repente, não vai haver mais empresas para operar esse tipo de aviação, que é uma aviação, acho, especializada, dedicada, específica para esse tipo de negócio não só para as grandes empresas, amanhã, acessarem esses aeroportos. Mas existe uma grande capilaridade onde a gente vai ter a oportunidade de fomentar novos mercados que hoje não são operados.

Então, eu creio que são tempos de mudança, mas, de fato, que há uma oportunidade ainda de se relançar. A expectativa, não só a das empresas que estão interessadas em entrar nesse segmento, mas, eu colocaria até outro ponto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ FELÍCIO FILHO – ... a oportunidade de as empresas que estão operando nesse segmento terem condições de se reestruturar novamente. Até, um banco de desenvolvimento nacional hoje está abrindo linhas para empresas adquirirem ativos de empresas em recuperação judicial. E não só dentro dessa linha, mas, às vezes, para buscar reverter algo para o setor se reestruturar novamente e poder ter uma chance de recuperação, dentro desse contexto que a gente vem tentando trabalhar nesses últimos 20 anos no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, a minha fala hoje foi muito dentro de um aspecto de quem vive essa operação regional na pele diariamente, mais intensamente nesses últimos quatro anos, em que foi anunciado o PDAR. Não quero, de repente, sair com uma expectativa frustrada, como a gente vem vivendo nesses últimos anos.

Creio em um ambiente de complementação, de parceria entre as empresas privadas, em que cada um, com a sua frota específica, possa se complementar para amanhã o País ter uma malha aérea nacional muito mais integrada, muito mais inteligente, com cada um podendo fazer o que faz de melhor no seu negócio.

Seriam essas as minhas colocações, Senador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Temos algumas perguntas feitas pelos internautas através do programa e-Cidadania, as quais a gente vai repassar. Claro que vocês também podem fazer perguntas entre vocês.

Então, a primeira pergunta: "Bom dia, Senador Wellington e demais componentes da audiência da CDR. Na oportunidade em que parabenizo V. Exª pela iniciativa, a qual tenho acompanhado em todos os momentos, pergunto acerca de que impactos (vantagens/ desvantagens) a agregação no modal aéreo regional do componente "cargas" pode determinar uma melhor sinergia para rentabilidade da estrutura aeroportuária, como, por exemplo, a localizada em Rondonópolis". Quem fala é o Roberto Cavalcante de Mendonça. Se vocês puderem anotar, é aberto a qualquer um.

Também o George Tarcisio de Medeiros da Silva, do Rio Grande do Norte: "Bom dia! Desejo saber se existe um plano de desenvolvimento da aviação regional para o Nordeste, visto que algumas empresas já demonstraram interesse em diversas rotas aéreas, como para as cidades de Mossoró e Aracati. Como está a situação dos aeroportos nessas cidades?"

Aqui, também na mesma linha, só acrescenta Caicó, Patos e Cajazeiras. Então, é a mesma pergunta.

Ao Presidente da Passaredo: que alterações, especificamente, nas regras de acesso aos lotes dos grandes aeroportos *hubs* seriam mais benéficas para a viabilidade dos voos regionais? Em outros países, empresas menores ou *low cost* usam aeroportos alternativos. Isto é uma solução viável na realidade brasileira? Todas as empresas aéreas trouxeram a questão da infraestrutura como principal limitador do desenvolvimento da aviação regional. Qual seria a viabilidade de que os investimentos necessários fossem feitos por parcerias público-privadas, ou seja, PPPs entre o gestor do aeroporto e as próprias empresas aéreas individualmente ou em consórcio?

Nessa mesma linha da infraestrutura, o Governo lançou um programa de 270 aeroportos, o governo passado. No Brasil, nós temos sempre essa mania de querer ser o maior em tudo. Vamos ter a maior frota, vamos ter a maior casa, vamos ter o maior prédio... Claro que, quando foi lançado esse número de 270, já nos causava uma preocupação muito grande. Como construir 270 ao mesmo tempo? E o recurso necessário para isso?

Então, muito tempo foi gasto daquele período até agora e muita expectativa foi gerada. Aí quero colocar, principalmente para nós Parlamentares, que o prefeito vê a cidade dele numa lista, que foi escolhida, e a coisa não acontece. Normalmente, quando sai uma lista oficial do Governo Federal, é claro que é algo oficial, então, o prefeito vai divulgar tudo para a comunidade: "Nós vamos ter a construção de um aeroporto", mas, normalmente, esses aeroportos ou a projeção desses aeroportos era para um investimento, a meu ver, até muito expressivo em alguns casos.

Como vocês da aviação, porque vocês querem o maior número de aeroportos possível – quanto mais infraestrutura, como disseram, melhor! – para fazer toda essa integração, porque isso facilitaria, é claro, não só mais movimento nos aeroportos... Aí foi colocada pelo José Luiz a questão das condições mínimas de algum aeroporto, como é o caso de Rondonópolis também, onde muitas vezes os aviões têm que fazer alternativas exatamente por falta dos equipamentos necessários. Então, gostaria de um comentário maior.

As empresas verdadeiramente foram chamadas pelo Estado brasileiro para discutir esse programa quando da sua feitura? Isso foi discutido com as empresas? E as empresas opinaram no sentido de falar: por que não fazemos os 30 primeiros regionalmente, por que não fazemos isso aqui e vamos fazer um programa que, ao longo de 10 ou 20 anos, nós possamos resolver? Agora, mesmo após isso, as empresas verdadeiramente estão opinando para que a gente possa fazer uma aviação comercial mais ideal?

Eu quero dizer que agora essa área da Aviação Civil também está a cargo do Ministério dos Transportes. Então, o Ministro dos Transportes, que tem uma área de atuação muito grande, cuida das estradas, das ferrovias, das hidrovias, cuida também de toda a Aviação Civil regional. E eu tenho um questionamento: no Brasil, se falou que tem que diminuir o número de Ministérios para fazer economia. Será que um ministério com um gigantismo tão grande consegue trazer um resultado mais célere?

Então, como isto aqui é uma audiência pública e caberá a nós fazer o plano, nós queremos, além de dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a sugestão de vocês, que aqui vieram e conhecem o dia a dia, que estão lá na ponta enfrentando, às vezes, até o cliente insatisfeito com a empresa porque também a estrutura aeroportuária não permite que ela tenha um bom atendimento, então, nós gostaríamos também que vocês não só falassem, mas também subsidiassem a nossa Comissão para que a gente pudesse apresentar um plano em que pudéssemos ensejar não só a questão legislativa, mas também a cobrança, por parte do Governo, daquilo que a gente tem que fazer para trazer mais eficiência à nossa aviação civil regional.

O Brasil é um País muito grande. Claro, não temos, talvez, uma população tão expressiva como a dos Estados Unidos, economicamente também temos diferença, mas está provado, mais do que nunca, que, com preços compatíveis, se utiliza muito hoje a aviação. Hoje, mesmo o cidadão tendo pouco poder aquisitivo, a passagem, às vezes, fica mais barata do que a de um ônibus para longas distâncias.

Então, eu gostaria que vocês fossem bem abertos nesse aspecto, inclusive ao criticar o sistema que está. E aquilo que não quiserem dizer hoje, que também mandem um relatório, uma documentação, para que a gente pudesse depois subsidiar esse trabalho nosso e, se for caso, inclusive, em outro momento ainda, fazer uma audiência não só com as empresas, porque a gente já esteve aqui com o Governo, mas, se necessário, fazer outra audiência ou até um simpósio para poder buscar, através do embate e do debate, os caminhos que pudessem trazer eficiência ao nosso transporte regional.

Finalmente, ainda, como sou de Mato Grosso, aqui se falou da questão do aeroporto de Sinop, de Alta Floresta, das carências. Rondonópolis eu gostaria que também fosse citado, porque a gente tem visto muito essa situação de as aeronaves não conseguirem pousar, principalmente em voos na madrugada. O que podemos fazer? Qual é a necessidade desses aeroportos?

Ainda: a legislação tem algo que poderia facilitar? Essa legislação é legislação de padrão internacional, mas, para uma aviação regional, poderia ser simplificada?

Então são essas indagações. E aí eu penso que, da mesma forma que começamos....

Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar a todos os presentes, a começar do nosso Presidente da reunião, nosso nobre Senador Wellington Fagundes, cumprimentar os que aqui estiveram, da Embraer (Empresa Brasileira da Aeronáutica), da Avianca, da Azul, da Gol, da Latam, da Passaredo e da Flyways Linhas Aéreas. Esse é o grupo que está aqui? É isso? Porque aqui estou sem os nomes e eu tenho uma dificuldade de enxergar de longe sem óculos. A letra não é tão pequena assim, e eu não consigo ler direito os nomes. Então, para não falar errado os nomes, eu vou deixar de citar.

E quero dizer o seguinte: fui Presidente da Comissão da medida provisória que tratou exatamente de todas as questões aeroportuárias, a 614, e eu sei o tanto que é importante...

Ah, está aqui a lista! Pedi, e eles não tinham me trazido.

Cito os nomes.

Walter Bartels, Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras, representando o Presidente da Embraer.

Walter, assinei lá quase 30 emendas de vocês para a outra medida provisória. Vamos ver se as coisas caminham.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A CBA... Ah, a Comissão, e eu faço parte dela, exatamente a CBA.

Renata Lourenço, advogada da Empresa Aérea Avianca.

Oi, Renata, tudo bem?

Patrizia Xavier, Diretora de Relações Institucionais da empresa Azul Linhas Aéreas.

Tudo bem, Patrizia?

Alberto Fajerman, Diretor-Executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da empresa Gol Linhas Aéreas.

Tudo bem, Alberto?

Tatiane Novaes Viana, Gerente de Assuntos Regulatórios da Empresa Latam.

Tudo bem, Tatiane?

José Luiz Felício Filho, Presidente da Empresa Aérea Passaredo.

Tudo bem, José Luiz Felício Filho?

Ricardo Bürger, Diretor Geral da Empresas Aéreas Flyways – está certa a pronúncia? Está aqui? Não veio?

Deixa eu falar pra vocês: a nossa grande preocupação na comissão da medida provisória, que eu presidi, que já foi transformada em projeto de lei, porque já foi sancionada, era exatamente com relação a, primeiro, permitir que o brasileiro possa ter um turismo mais fluente para o interior do País, fazer com que houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma abertura maior para que houvesse, como a Europa tem aqueles voos da Ryanair, outras empresas aqui no Brasil, facilitando o intercâmbio das grandes cidades para o interior, porque nós temos belezas naturais em todos os nossos Estados. Então, essa é uma preocupação grande.

Outra preocupação que eu tinha também era com a preservação dos serviços, do emprego de vocês – está aqui a Avianca, está aqui a Gol, está a Azul, está a Latam –, porque, por exemplo, se no Chile a mão de obra é mais barata e se o Brasil seria feito como *hub* do Chile, porque pegariam toda a mão de obra de lá, passando para o Brasil, pegariam os passageiros e iriam embora, então, essa é uma preocupação grande que a gente tinha com relação à Latam, com relação àquela questão do tratamento dos servidores da TAM e também dos próprios servidores da Gol, porque, se havia empresa com condição de vir, pegar o passageiro no Brasil, fazendo o Brasil só o *hub*, facilitaria muito mais para demitir os comandantes, os comissários de bordo, os brasileiros e contratar quem tem o serviço empregatício mais barato, que seria exatamente o Chile e outros lugares. Então, uma preservação fundamental seria ver isso.

A questão dos *slots* caríssimos em alguns aeroportos, por exemplo, Congonhas, Santos Dumont e outros, que evita uma concorrência mais tranquila – está aqui você, da Passaredo, que deve sofrer bastante com relação à dificuldade em algumas áreas por causa disso –, era outra discussão que tinha que se fazer. E a questão da soberania nacional, quando se falava em 100% de abertura, depois 49%, e acabou ficando 25%, porque nós não conseguimos chegar a um entendimento. Então, também tínhamos essa questão dessa preocupação.

Então, creio que essa questão que está se discutindo, principalmente o fortalecimento dos aeroportos regionais, o fortalecimento da aviação regional, que é o grande objetivo deste bate-papo aqui, desta audiência pública, é fundamental, porque nós precisamos ter aeroportos regionais melhores, ter empresas interessadas que possam realmente fazer a exploração adequada desses aeroportos, oferecer um serviço adequado, até para preservar o serviço de vocês, da Azul, da Tam, da Latam, da Gol, que estão aqui, que são essenciais, preservar o interesse das empresas.

Está aqui o Walter, está aqui o José Luiz, representando duas empresas – não sei se vocês estão representando os servidores ou as empresas... (*Pausa.*)

A empresa. Vocês estão representando a empresa! Então, vocês não estão representando os servidores, mas a empresa.

Para preservar o próprio interesse das empresas nessa questão, precisamos ter um bom serviço. E a minha preocupação aqui, do Senador Vicentinho Alves, que não está aqui, do Senador Wellington Fagundes, que está aqui, e de outros Senadores desta Casa, é a de permitir, dentro do CBA, de que fazemos parte, uma legislação ágil e que possa realmente facilitar para que vocês possam ter mais tranquilidade para fazer os investimentos. Nós agora, nessa PPI, vamos colocar quatro aeroportos em que é importante a privatização, que são o aeroporto do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Fortaleza e de Salvador, quatro grandes aeroportos brasileiros. As joias da coroa, praticamente, algumas delas, foram na primeira licitação, que foram Brasília, Rio, São Paulo e BH, mas essas são mais quatro joias importantes da coroa. Se não são rubi ou esmeralda, são joias tão valiosas quanto, e vale muito a pena termos uma participação mais tranquila.

A Infraero, que é a empresa que era detentora de toda essa questão, foi obrigada a ficar com 49% das participações nos aeroportos anteriores. Nós tiramos essa obrigatoriedade agora, está certo? Não precisa, obrigatoriamente, ter 49%. Então, isso é para facilitar o investimento um pouco maior do servidor, das empresas privadas que vocês representam.

Quero concluir dizendo que sou parceiro, sou Senador pelo Distrito Federal, Brasília. Enfrentamos dificuldades aqui com a Inframerica, que foi a empresa que ganhou o aeroporto de Brasília. Você todos são clientes da Inframerica, que tem Brasília, que tem Rio Grande do Norte – São Gonçalo do Amarante é o aeroporto que eles têm no Rio Grande do Norte.

Então, precisamos, cada vez mais, fazer procedimentos como esse para podermos melhorar a situação – não é, Wellington Fagundes? –, permitir que essa área, que é de grande interesse público... É por isso que a Infraero, por muito tempo, foi detentora de 100% dela, porque é uma área em que não se pode ter erro, porque mexe com vida, mexe com família, mexe com todos os sentimentos possíveis da personalidade humana. Então, não se não permite o mais ou menos, não; ou é ou não é. Tem que ser, na verdade, para não dar problema para ninguém.

Então, a gente está aqui para ajudar. O que estiver ao meu alcance... Lá no gabinete 19, tenho uma conversa muito boa com o Brum.

Walter, vou esperar você para a gente sentar e, em nome da Associação Brasileira, discutir o melhor arrendondamento das emendas que assinei para vocês, ver como nós vamos estar encaminhando essa questão, em nome de todas as empresas, mais de 50 empresas, que você representa na sua associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Acho que todos vocês aqui fazem parte da associação que o Walter representa, devem fazer. E não só das empresas que constroem, fazem o serviço aeroportuário, aeronaves, coisa e tal. Vocês são os que utilizam, não é? De qualquer forma, têm interesse, porque tem tudo a ver também com vocês.

Então, Wellington, queria só fazer essa fala breve, dizer que estamos disponíveis, parabenizar, mais uma vez, você e o Vicentinho Alves, que não está aqui, que são dois entusiastas dessa discussão política para essa área e têm feito um ótimo trabalho – você, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística, e eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e o Wellington é Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística, do transporte logístico. Então, a gente precisa estar trabalhando junto nessa seara. E o que pudermos fazer para propiciar, facilitar, dar melhor condição para que os aeroportos regionais possam cada vez ficar melhores para que vocês possam fazer voos bons, baratos, ágeis, que realmente propiciem concorrência, das capitais para o interior do país e do interior do país para fora do país, será melhor para todos nós. Esse é o grande objetivo aqui.

Muito obrigado a vocês.

Vou ter que sair, porque na terça e na quarta tudo funciona ao mesmo tempo. Por exemplo, neste momento, há três comissões funcionando ao mesmo tempo, e eu faço parte das três. Tenho que ir para as outras duas agora. Essa foi a primeira a que eu vim, até em homenagem ao Brum e ao Walter. É uma alegria encontrar todos vocês aqui.

Quero dizer que a gente está aberto, à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Temos aqui algumas perguntas. Vou fazer todas e vocês podem fazer já as considerações finais.

Do internauta Mendonça Roberto Cavalcante: "Sr. José Luiz, da Passaredo, salvo engano de minha parte, o Governo de Mato Grosso teria celebrado um acordo de redução de ICMS incidente no" – deve ser – "querosene de aviação com a Azul. Isso não teria sido estendido à Passaredo?" Outra: "Parabéns à Passaredo por citar turboélice como ideal para AR!" Ainda do Mendonça Roberto: "Srª Tatiane Novaes Viana, Latam Airlines Brasil: Parabéns pelo enfoque quanto à importância da carga no contexto da aviação regional!"

Srª Dalva do Carmo Medeiros: "Vejo que pretendem comprar aviões mais modernos, mas, devido à crise que o país está passando, acredito ser desnecessário."

Maria de F. A. Edelmann, de São Paulo: "Gostaria que explicassem à população brasileira os altos preços cobrados nos voos domésticos e a dificuldade de encontrar passagens em caráter de urgência. Acredito na possibilidade de superfaturamento das empresas aéreas que atuam no País."

Tenho também considerações que foram mandadas. Aqui está a de um piloto querendo colaborar. Ele entende que precisa realmente de mais infraestrutura aeroportuária em muitas cidades do interior; melhoras em investimento no Departamento de Controle do Espaço Aéreo; investimentos nos auxílios à navegação aérea; aumentar o número de controladores de voo; melhorar os atendimentos nas salas AIS (Aeronáutica Informação e Serviço); salas que recebem planos de voo e prestam as informações necessárias do voo aos pilotos; mais agilidade por parte da Anac no que tange ao auxílio aos aviadores e menos burocracia por parte da mesma; maior agilidade e menos burocracia por parte da Anac na homologação de aeródromos, pistas de pouso; aumento de servidores da Anac para melhorar a fiscalização e agilidade nos processos; qualificação dos seus servidores. Resumindo, construção de mais aeroportos devidamente equipados para aproximação por instrumentos, melhora nos auxílios à navegação aérea, melhora por parte do comando da Aeronáutica para prestar serviço de auxílio aos tripulantes, benefícios fiscais para baratear o custo de combustível da aviação.

Então, quem se sentir mais à vontade que use a palavra primeiro. Não vou fazer aqui a mesma regra.

Tatiane, então, com a palavra.

A SRª TATIANE NOVAES VIANA – Com relação ao questionamento que foi colocado com foco no preço das passagens, este não é o foco específico desta audiência, mas o que eu posso colocar aqui a respeito é que as empresas aéreas têm um alto custo em relação a todas as nossas operações. São custos elevadíssimos e a grande maioria deles em dólar. Então, realmente toda a operação da empresa é extremamente cara.

Mais uma vez corroborando com a posição que as outras empresas também detêm, a gente tem um alto impacto no que diz respeito a impostos: ICMS sobre combustíveis, ICMS sobre QAV, que traz realmente um impacto enorme e vai representar, tanto o ICMS quanto a valoração do combustível, mais ou menos 40% do custo das passagens aéreas. Então, realmente isso muitas vezes acaba se refletindo no mercado. Mas as empresas estão participando muito fielmente de todas as discussões nesta Casa para que se possa obter uma melhora nesses impostos, na aplicabilidade desses impostos nas empresas, e para que se possa operar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

melhor eficiência e atendimento aos usuários do transporte aéreo.

A SRª PATRIZIA XAVIER – Só para complementar, Drª Tatiane, foi feito um estudo pela Abear, que é Associação Brasileira das Empresas Aéreas. Nesse estudo, foi feita uma comparação da tarifa média praticada no Brasil e na Europa. Por exemplo, elegeram Ryanair, que é uma empresa super *low cost* europeia, que oferece preço médio de tarifa em torno de setenta e poucos dólares. O preço médio das tarifas no Brasil está nesse valor, está entre US$70 a US$80 também. Então, apesar de todas essas dificuldades que a Drª Tatiane colocou, há uma busca incessante por redução de custos e oferta de melhores preços à população brasileira.

Este é um mito que acho que temos que trabalhar aqui, não só nesta Casa, mas junto à sociedade, de que as passagens aéreas brasileiras são caras. Há a questão da distorção das passagens internacionais em relação às domésticas, isso existe realmente no Brasil, mas muito em função também do ICMS, o que a Drª Tatiane trouxe. O ICMS incide sobre o combustível que é utilizado nos voos domésticos internacionais, e não nos internacionais. Então, há uma discrepância de valores.

E só reforço também aqui: quanto a sobrepreço, sobretaxa, eu acho que não há nenhuma companhia aérea aqui na Mesa ou no País que tenha fechado 2015 com resultado positivo. Todo mundo hoje está operando no negativo.

Obrigada.

O SR. ALBERTO FAJERMAM – Só dois assuntos rapidinho. Nós falamos muito de infraestrutura aeroportuária e infraestrutura portuária, e a infraestrutura aeroportuária é um pedaço da história. Quer dizer, também não devemos correr o risco de construir os aeroportos, ou dar condições de aeroportos serem operados e depois ninguém voar em determinados aeroportos.

Realmente a Secretaria de Aviação Civil tem conversado conosco. Nós temos apresentado nossos planos, mas acho que têm que ser feitas em conjunto a construção dos aeroportos e a maneira com que as empresas possam operar economicamente nesses aeroportos.

Eu gosto de brincar que a sensação que nós temos é de que, quando nasce um sujeito burro, ele bota para trabalhar na aviação; quando nasce um sujeito inteligente, ele bota para trabalhar num banco. Se a gente olhar a história da aviação – e eu não quero dizer que eu sou o mais velho, mas talvez seja o mais antigo –, as empresas nasceram, cresceram e fecharam. Quer dizer, todo mundo que trabalha na aviação, então, é incompetente.

Então, junto com a aviação regional, como os meus colegas já falaram, temos que pensar na aviação como um todo, na subsistência da aviação, porque, para haver aviação regional, tem que haver aviação. Os custos no Brasil, de uma maneira geral, a regulação é totalmente desfavorável às empresas. Então, insisto em dizer que a aviação regional... E todos nós, como também digo, antes de trabalhar na aviação, mais do que trabalhar na aviação, somos brasileiros: sou brasileiro 24 horas por dia e trabalho na aviação 10, 12 horas por dia.

Por todos os motivos, para deixar mais lugares voados, incentivar o turismo em outras comunidades, todos nós apoiamos esse programa. Agora, nós temos que ver como poderá isso ser executado.

E, apesar de não ser o tema do dia, eu só queria complementar mais uma coisa sobre o preço das tarifas. As tarifas foram liberadas entre 2001, 2002, progressivamente – antigamente as tarifas eram controladas de acordo com uma planilha de custos. Pegava-se essa planilha de custo e se via qual foi o impacto em diferentes itens. Esse era o aumento do mês seguinte. Se a gente tivesse o trabalho de pegar hoje – de pegar hoje – a metodologia que se usava antigamente, as passagens, hoje, seriam mais caras do que a mais cara das passagens que se cobra hoje, não existiriam passagens baratas.

Sem querer entrar muito em tecnicidade, mas todo mundo que trabalha em aviação sabe que a demanda cresce aproximadamente o dobro do crescimento do PIB. Quando a gente pega esses últimos dez, onze, doze anos, ela cresceu quatro, cinco, seis vezes mais. Por que ela cresceu quatro, cinco, seis vezes mais? Mudou a fórmula? As pessoas que falaram isso se enganaram? Não, não se enganaram. Ela cresceu por causa da redução do preço das passagens, redução essa sobre a qual não somos nós que falamos. Ela e comprovada. Há três anos, em viagens acima de 75km, existem mais pessoas andando de avião do que de ônibus. E isso foi conseguido pela queda do preço das passagens.

Mas a mensagem, então, no final, que eu gostaria de deixar é: vamos cuidar da infraestrutura, mas, conjuntamente com a infraestrutura, vamos cuidar do interesse e dos meios para que as empresas voem nesses lugares. E a segunda: não vamos deixar de olhar para o setor aéreo como um todo, porque é importantíssimo que o setor aéreo subsista para que também exista a aviação regional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Sr. Walter.

O SR. WALTER BARTELS – É interessante essa questão. A indústria de transporte aéreo é particular. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sabido que o total do resultado das empresas aéreas do mundo não sei se deve ser da ordem de US$600 ou de US$700 bilhões. Agora, qual tem sido o resultado em cima destes US$600 ou US$800 bilhões? Hoje em dia, está em um ponto alto; está da ordem de US$20 bilhões. Imaginem um negócio que fatura US$800 bilhões e que só dá US$20 bilhões de lucro! É uma coisa real, é o que está acontecendo. As companhias aéreas não estão fazendo lucros enormes. Estou certo ou estou errado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER BARTELS – É exatamente isso. É preciso convencer.

Digamos o seguinte: comparando-se com um hotel – um avião tem 300 lugares –, qual é o preço do assento, dividido pelo avião? É da ordem de US$600 mil ou US$800 mil. Imaginem! Você está usando um quarto de hotel que custa US$800 mil. E tem que fazer lucro com esse quarto. Se houver alguém para alugar o quarto naquela noite, tudo bem; se não houver, é prejuízo. É, digamos assim, uma indústria difícil de entender. E as pessoas reclamam que estão pagando valores altos, que foram baixando enormemente.

Nos idos primeiros voos, as passagens hoje custariam, na média, US$15 mil, comparados com 1930 etc. Custaria, hoje, uma passagem comum – não estou falando da executiva ou primeira classe –, US$11, US$12 milhões aquele trecho. Quer dizer... É difícil, mas essa é a realidade. Avião é caro, mas as empresas aéreas não estão explorando os seus clientes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos ainda mais duas participações de internautas.

Valdemagno Silva Torres, de Pernambuco: "Quando teremos voos diretos para todas as capitais, de uma para a outra, e quando teremos as pontes aéreas Recife-Salvador, Recife-Fortaleza, Recife-Petrolina, Belém-Manaus, Manaus-Rio Branco e outras similares?" Também o Valdemagno: "Quando teremos trechos inteligentes e passagens mais baratas que os voos internacionais? Digo trechos inteligentes, como escalas e conexões na mesma linha reta e não passar a cidade e retornar, como já vi voos assim."

E esta aqui: "Srª Tatiana, da Latam: nada impede-me de lançar um vaticínio pelo qual me permito um exercício de visionário. Diariamente, acompanho pelo aplicativo www.flightradar24.com ao cruzamento da vertical Rondonópolis, do equipamento Latam (à noite, ida; de madrugada, volta), do trecho Santiago do Chile/Madri: Quem sabe um dia ele pouse em Rondonópolis, tanto na ida quanto na volta, em escala que se justifique. Parabéns!"

Acho que está só esperando a cidade ter um milhão de habitantes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – ... e a infraestrutura necessária. Mas eu também quero sonhar com ele, porque eu sou natural de Rondonópolis. Então, todos nós temos o direito de sonhar com a cidade em desenvolvimento. Rondonópolis, hoje, é a cidade que tem o maior terminal ferroviário da América Latina, um grande entroncamento rodoviário e, claro, por estarmos praticamente no centro do Brasil... Barra do Garças é o centro do Brasil, e Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul. Eu gostaria até de registrar isso. Se vocês pudessem fazer algum comentário... Porque praticamente não temos uma integração com o Mercosul. Estamos ali, bem próximos de países como Bolívia, Paraguai, e não temos voo direto. Claro, as companhias usam Brasília e São Paulo, principalmente como centralização para fazer os voos internacionais, mas seria bom também se vocês pudessem fazer algum comentário sobre se seria possível essa integração, tendo em vista principalmente o aeroporto de Várzea Grande, que é o segundo maior aeroporto em área do Brasil. São 720 hectares dentro da cidade, mas pouca integração com a cidade e com o desenvolvimento da cidade pode ser feita.

Nós gostaríamos, inclusive, de fazer aqui uma sugestão e até uma cobrança às empresas: de repetente, nós poderíamos pegar o aeroporto de Várzea Grande, o Aeroporto Marechal Rondon, como um projeto de estudo conjunto das empresas. Eu digo conjunto, principalmente, com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que tem a ver com todo o nosso Centro-Oeste. Talvez a gente possa fazer um projeto piloto em parceria com as companhias, porque o que eu vejo é que às vezes o Governo toma as medidas, nós aqui fazemos a legislação, mas vocês que vivem o dia a dia, que estão na ponta, não têm, digamos, voz maior nessas decisões. E a pretensão nossa, aqui na Comissão, é exatamente esta: buscar dar voz principalmente a quem vive no dia a dia as suas angústias.

Ontem, por exemplo, nós tivemos uma reunião com o pessoal das operadoras dos portos. É angustiante quando a gente vê todos eles dizendo que nós tínhamos uma legislação ideal e que nós conseguimos fazer uma nova legislação que praticamente retrocedeu tudo aquilo que já era uma conquista. Então, vai se mexer, às vezes, naquilo que está dando certo, sem perguntar para quem realmente está executando. Ou pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ocorrer que, por interesse de um, predomine o prejuízo da maioria.

Então, eu gostaria, como eu já disse aqui, na audiência pública, além de ouvi-los, também de ouvir as sugestões que vocês possam ter dentro da companhia, dentro das experiências, e até, se for possível, que isso aqui provoque uma reunião entre as empresas, vocês mesmos, para que depois nos enviem a sugestão. Seria muito ruim a gente criar uma política pública que não venha ao encontro do que é importante para modernizar e, claro, baratear o custo, que é o que todos nós queremos para o passageiro, para o usuário, mas que tenha também garantia, segurança, pontualidade, porque todas as pessoas que precisam se deslocar têm um outro compromisso. Claro que também essa questão da pontualidade é fundamental.

Vocês, se quiserem, podem já ir fazendo as considerações finais – nessa linha de que a gente espera a contribuição, mesmo, em outro momento. Pode ser por escrito, por *e-mail*, ou em outra audiência que vocês entendam ser necessária.

A SRª TATIANE NOVAES VIANA – Senador, nós agradecemos, mais uma vez, a oportunidade.

Realmente, este é um canal muito importante para as companhias aéreas, para que nós possamos colocar as nuances, os pontos principais e fundamentais das nossas operações, porque muitas vezes eles não são colocados para o público geral; eles são muito importantes para que nós possamos passar aos senhores as nossas experiências e a nossa vivência diária com as operações aéreas aqui no Brasil.

Com relação ao comentário do internauta, seria ótimo se a gente pudesse pegar um voo internacional e parar em outras localidades do País para fazer com que outros mercados fossem atingidos. No caso, ele mencionou a rota que passa por cima de Rondonópolis, que é de Santiago a Madri, mas hoje, infelizmente, nós somos proibidos de fazer qualquer tipo de parada em voos internacionais em outras localidades no Brasil para podermos ir para o exterior. Essa limitação nos foi imposta pela nossa agência reguladora. Então, realmente, não temos como fazer isso. Se partimos de uma origem no Território brasileiro, temos que, num voo internacional, ir a uma localidade no exterior, sem que possamos atender outras localidades dentro do Brasil com esses voos internacionais.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade. Estamos à disposição desta Casa para auxiliar naquilo que for necessário com relação à aviação civil.

O SR. JOSÉ LUIZ FELÍCIO FILHO – Aproveitando até para responder e também fazer as considerações finais, Senador, houve uma pergunta que...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Um questionamento aqui que o nosso consultor está cobrando é exatamente sobre a questão da infraestrutura.

Eu posso abrir o microfone e você pode, inclusive, colocar.

Pode se identificar também, para que todos saibam.

O SR. RODRIGO RIBEIRO NOVAES – Meu nome é Rodrigo Ribeiro Novaes, eu sou consultor da área de transportes aqui do Senado Federal.

Quando falamos de infraestrutura, eu queria que as empresas aéreas, especialmente as empresas aéreas maiores, nos dessem uma noção de quanto exatamente está falando, quer dizer, de quanto é o investimento necessário para fazer com que um aeroporto regional se torne viável, de acordo as regras hoje existentes na Anac, e se esse montante de investimento é algo que é acessível às empresas, cada uma, ou é acessível às empresas em consórcio, ou é algo que realmente depende exclusivamente do orçamento da União e dos Estados.

O SR. JOSÉ LUIZ FELÍCIO FILHO – Eu estava falando na mesma linha de abordar o tema de infraestrutura, que eu acho que é mais direcionado às grandes empresas, acredito.

Só quero voltar a uma questão anterior, que foi direcionada especificamente para a Passaredo, sobre a questão do acesso aos *slots*, aos grandes aeroportos, que, no nosso caso, seriam os *hubs*, que seriam mais benéficos para a viabilidade dos voos regionais. Complementando, ele coloca que, em outros países, empresas menores ou de baixo custo usam aeroportos alternativos, quer dizer, se isso seria uma solução viável na realidade brasileira.

Eu colocaria, primeiro, só a questão dos *slots*, que eu acho que é até um tema polêmico dentro da discussão, mas não tratando especificamente dos aeroportos mais críticos, como Congonhas. Nos demais aeroportos, como vimos acontecer em Guarulhos e o desenvolvimento agora em Brasília, há a necessidade de haver uma área específica para aeronaves de baixa capacidade. Eu creio que o Engenheiro Walter Bartels, na sua apresentação, colocou de forma muito clara qual a importância desse volume de tráfego gerado por essa capilaridade, que chegava a representar, eu creio, na apresentação, cerca de 40% de dois exemplos, que eram voos dos Estados Unidos para a Europa e para a Ásia.

Então, o que, de fato, muitas vezes, vemos como dificuldade não é só o *slot* de pouso, mas, muitas vezes, o *slot* de pátio para essas aeronaves de menor capacidade poderem estacionar. É diferente uma operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de uma aeronave como o Boeing 737 ou mesmo o Airbus chegar a um aeroporto desses; muitas vezes, ela está chegando de uma cidade com característica regional, mas está saindo num voo para Brasília, para Belo Horizonte, para Curitiba, que, de repente, está estacionando no *finger*.

Então, eu creio que é extremamente importante ter uma visão, sobre o lado da infraestrutura de uma área dedicada a aeronaves com característica regimental pura, que são aeronaves, como nos Estados Unidos, por exemplo, de capacidade média, em torno de 60 assentos – é onde estamos inseridos nesse contexto –, para fazer o trabalho de alimentação, formiguinha, vindo de várias cidades, para a gente poder gerar esse tráfego.

Sobre a segunda pergunta, quanto à utilização de aeroportos secundários, eu creio que isso não se adapta à nossa realidade no Brasil até por conta de uma falta de outros modais que integrem esses aeroportos. Então, é diferente de você ter, de repente, um trem ou um metrô que tenha uma conexão rápida entre um aeroporto e outro que vá facilitar a utilização desse outro aeroporto, que vá trazer a utilização de malha regional e as empresas de baixo custo. Eu creio que a gente ainda não vive essa realidade.

Colaborando somente para a consideração final, também, Senador, sobre a questão dos voos que a gente já viu como possibilidades, que a gente chamava de sub-regionais um tempo atrás. Por exemplo, um Cuiabá – Santa Cruz de la Sierra, que é uma demanda típica de uma característica de um voo regional, com uma etapa praticamente ali de 500 quilômetros, que tem total viabilidade, no nosso entendimento. Hoje, esse tráfego tem que se deslocar a São Paulo, muitas vezes numa conexão um pouco mais demorada, para poder atingir o seu destino, que, às vezes, é quase o mesmo tempo de uma viagem via rodoviária.

Então, isso está dentro do contexto que a gente acredita como fortalecimento da aviação nacional e também dessa nossa aviação de fronteira, em que a gente consegue ter uma ligação com uma característica muito similar. No caso, ali, a gente estudou uma ocasião que era principalmente o desenvolvimento pecuário, para a gente poder servir essa localidade também no item fronteira.

A questão do Norte a gente chegou a debater algumas ocasiões também, por exemplo, de Belém a Caiena, em que a gente tinha não só a possibilidade de um tráfego local, mas também, no escoamento, de um tráfego para a Europa até através de outras empresas parceiras que operavam por ali, que tinham que se deslocar a São Paulo para depois fazer uma viagem de longo curso.

Acho que, dentro da oportunidade desta audiência, há vários temas que colaboram para um desenvolvimento, para a gente criar uma malha aérea robusta no nosso País e poder trazer uma retomada de crescimento. Então, agradeço a oportunidade de a gente poder participar e colocar um ponto de vista de quem opera na outra ponta, no dia a dia. Que isso possa, de fato, colaborar com a continuidade do desenvolvimento. E que, de fato, a gente veja nascer esse programa de aviação regional que a gente tanto espera.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós gostaríamos de registrar a presença aqui conosco, na plateia, do Prefeito da cidade de Nortelândia, em Mato Grosso. Ele é Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, o Prefeito Neurilan Fraga. E também do Prefeito de Novo Horizonte do Norte, João Antonio de Oliveira. É uma satisfação tê-los aqui.

Eu acho que eles ainda não vieram reivindicar o aeroporto lá, com voos internacionais – só regional.

Vocês têm mais alguma consideração? Não? E aqui do lado esquerdo?

A SRª PATRIZIA XAVIER – Eu vou falar da infraestrutura. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra a Patrizia.

A SRª PATRIZIA XAVIER – Só para responder à questão da infraestrutura. Enfim, no último leilão dos aeroportos, houve um superávit gigantesco. Os valores oferecidos para a concessão dos aeroportos foram muito além dos valores iniciais. Então, é um negócio rentável. É muito mais do que um *shopping center*, porque, além de você poder explorar comercialmente o aeroporto, você tem as rendas das próprias companhias aéreas que operam naquela localidade. A gente paga a taxa ali dentro.

Então, se é um negócio lucrativo? Sim. Tanto que alguns Municípios e alguns governos estaduais promulgam acordos de outorga com a Secretaria de Aviação Civil para administrar esses aeroportos. Os aeroportos todos são da União, e, através desse mecanismo de outorgas, alguns Estados e alguns Municípios também podem administrar. E é uma fonte de receita para aquela localidade.

Então, a gente vê com muitos bons olhos essa iniciativa das concessões. É lógico que isso ainda não chegou para os aeroportos menores; estão concessionados os grandes. Congonhas já falaram que não vão concessionar, muito por causa desse potencial financeiro, econômico do aeroporto; é muito importante para o Estado e para a Infraero.

Enfim, só reforçando também o que o Fajermam falou, no começo do programa eram 270 aeroportos. Então, acho que abrangia aqui as vontades e as necessidades de todos as empresas. A partir do momento em que a lista foi reduzida, tem que realmente haver esse diálogo com as companhias aéreas para você não fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aeroportos onde não há interesse de companhias de voar para aquela localidade. Então, a gente está nesse processo desse debate com o Governo, o Executivo, tentando encaixar mais um ou outro aeroporto, entender o racional de alguns também que foram colocados ali.

Enfim, questão de dinheiro também, o FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil) existe para isso, para cuidar da infraestrutura dos aeroportos do País. Ele recebeu dinheiro de todos os leilões, de todas as concessões dos aeroportos. A gente paga mensalmente também valores que são descontados de cada bilhete aéreo que a gente vende. Uma parcela desse valor vai para esse fundo, só que faz dois anos que esse fundo é contingenciado sistematicamente por causa das atuais conjunturas econômicas do País.

Então, há dinheiro? Há dinheiro. Há interesse da iniciativa privada? Há interesse da iniciativa privada. Mas é necessário arregaçar a manga e fazer agora. Entendeu?

Por dois anos, o Banco do Brasil foi contratado pela SAC para fazer projeto de viabilidade de alguns desses aeroportos, e infelizmente as coisas não andaram. Então, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, quem mais gostaria de fazer as considerações finais? (*Pausa.*)

Eu quero aqui colocar ainda que, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenamento, principalmente, quanto a essa questão da logística, é claro que a gente trata com todos os modais, mas quero fazer um convite aqui oficial às empresas, porque sei que a concorrência entre as empresas é muito grande, mas a concorrência é que pode fazer com que a gente possa aperfeiçoar e encontrar melhores caminhos. Porque a concorrência é extremamente salutar, mas, quando você tem uma legislação ou até a falta de infraestrutura, prejudicando inclusive a melhor eficiência dessa concorrência, eu acho que quem perde é o consumidor e as próprias empresas, que não têm eficácia.

Então, eu quero aqui convidá-los, porque entendo ser um setor extremamente importante, no qual nós temos muito a avançar no Brasil. E nesses últimos anos avançamos, porque, até dez anos atrás, andar de avião era coisa para rico; hoje o trabalhador anda de avião, hoje vemos deslocamento, normalmente, de pessoas de todas as classe, utilizando o avião para o lazer, para o trabalho. Então, eu penso que até se democratizou esse meio de transporte no Brasil. Portanto, foi um avanço, o Brasil já conquistou isso. O trabalhador, o cidadão já conquistou isso. E nós queremos melhorar, para ampliar a base que possa se utilizar do sistema de transporte, principalmente da aviação regional civil.

Como nós colocamos aqui a questão do Mercosul, dos nossos países vizinhos, Mato Grosso, por exemplo, tem 720km de divisa seca com a Bolívia, e, às vezes, por falta de integração, pensamos: "não, não queremos próximo." Ao contrário. Quanto mais desenvolvido, quanto mais integrado socioeconomicamente, culturalmente, mais as barreiras dos problemas sociais nós vamos vencer. E acredito que a aviação regional pode cumprir muito bem esse papel. As pessoas podem perguntar: "Mas isso não vai facilitar o transporte de drogas?" Não. Vai facilitar, ao contrário, a presença das pessoas, talvez, com mais independência comercial, diminuindo esse problema, que acaba sendo um problema social da nossa região, principalmente ali por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; Rondônia também.

Queremos ser o grande parceiro para fazer o fortalecimento das nossas companhias aéreas brasileiras, até porque sabemos das dificuldades da concorrência, que são muito grandes; claro, concorrência salutar, e não concorrência predatória, porque monopólio é sempre ruim. Quando a gente vê uma empresa pequena surgindo, isso nos dá orgulho. Eu me lembro de quando começou a TAM, depois veio a Azul, a Passaredo, todas elas com o carimbo de empresas nacionais.

A gente quer, claro, trabalhar aqui, no Congresso Nacional, para que a gente possa fortalecer essa possibilidade, e, no caso, como o nosso tema é aviação regional, mais ainda a integração e a oportunidade para todos que estão lá, em longas distâncias, como é o caso do Mato Grosso do Sul, um Estado de 900 mil quilômetros quadrados. Temos uma população pequena, 3,5 milhões, aproximadamente, de habitantes.

Às vezes, as pessoas dizem: "Luta-se por um aeroporto? Aeroporto é coisa para rico." Não. Aeroporto também é para salvar vidas. Quantas vezes as pessoas têm que se deslocar, por uma emergência, não há como o avião pousar à noite, e vidas, às vezes, são perdidas!

Quero parabenizar aqui as empresas brasileiras; aliás, todas aquelas que operam, mas principalmente as empresas brasileiras que têm a preocupação de integrar mais o nosso País na aviação regional. Tenham, por parte da Comissão de Desenvolvimento, uma Comissão parceira, no sentido de que a gente possa evoluir e encontrar os caminhos para definir, concretizar e, cada vez mais, avançar essa aviação regional. Esse é o propósito da nossa relatoria na política pública de aviação regional e, claro também, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem. Os senhores, como empresa, receberão o nosso convite.

Quero também aproveitar para dizer que sou o Presidente da Comissão Senado do Futuro. Esta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para esclarecimento, não pretende organizar o Senado do futuro. O propósito desta Comissão é exatamente discutir as futuras gerações. Nós vamos ter agora, nos dias 8 e 9 de dezembro, o primeiro Congresso do Futuro, a ser realizado aqui, no Senado da República. Nós tivemos este Congresso no Chile, no ano passado. Essa Comissão é a mais forte daquele Congresso, com orçamento próprio. É a única Comissão. No último Congresso, lá, contamos com a presença de mais de 70 palestrantes de nível internacional. Quatro Prêmios Nobéis lá estavam.

Discutir o futuro é também discutir a nossa mobilidade. E, sem dúvida nenhuma, no futuro, mais do que nunca, a aviação estará presente.

Então, eu quero convidá-los também, como empresas, como membros da sociedade, porque esse será um evento, acredito, não só inovador, mas muito importante para o Brasil buscar alternativas, a fim de consolidar o nosso desenvolvimento com qualidade de vida. Então, eu gostaria muito da participação de todos vocês nos dias 8 e 9. Depois também estaremos passando essa programação a todos os internautas que estão nos assistindo, que estão participando, e a vocês da plateia também.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 16ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Entendendo que atendemos ao nosso objetivo, esta Presidência quer agradecer a presença dos convidados e de todos que prestigiaram a nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia a todos, e que possamos voltar com muito mais trabalho e com muito mais oportunidades para todos os brasileiros.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezenove de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: José Pimentel, Paulo Rocha, Simone Tebet, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Dario Berger, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores: Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Ferrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 17ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a discussão e votação das Emendas da CDR ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. O Presidente concede a palavra a Coordenadora das Emendas a senadora Simone Tebet para fazer leitura do seu relatório e as suas considerações. A Senadora Simone Tebet, explana que foram apresentadas 120 (cento e vinte), Emendas ao PL nº 18/2016-CN, sendo 119 (cento e dezenove) emendas de apropriação à despesa, de autoria dos Senadores Romero Jucá, Hélio José, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Lúcia Vânia, Elmano Ferrer, José Medeiros, Wellington Fagundes, Regina Sousa e Fernando Bezerra Coelho; e 1 (uma) emenda de remanejamento, de autoria da senadora Simone Tebet. As Emendas são submetidas à votação, a Comissão aprova 4 (quatro) Emendas de Apropriação de Despesa, distribuídas conforme segue: Emenda nº 1 – "54101 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional - NA", R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); Emenda nº 2 –"56101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional - NA", R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); Emenda nº 3 - "53101 – Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água – Nacional - NA", R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); e Emenda nº 4 – "74919 – Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO – Região Centro Oeste - CO", R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). E aprova 1 (uma) Emenda de Remanejamento, Emenda nº 5 - "53207 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Aquisição de Equipamentos, materiais e serviços – No Estado do Mato Grosso do Sul", R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do artigo 87, combinado com o art.44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a submete à aprovação. A ata é aprovada Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião da CDR.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destinar-se-á à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 18/2016-CN, que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A Comissão recebeu 120 emendas. Essa Presidência indicou, como coordenadora das emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento, a nossa Senadora Simone Tebet.

Concedo, então, a palavra à Senadora Simone Tebet para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Wellington.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a confiança do Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Davi Alcolumbre, por ter me escolhido, entre tantos nobres Senadores e Senadoras, como coordenadora de emendas da LOA 2017.

Não vou ler todo o relatório, vou direto ao voto, mas não sem antes explicar, para quem está nos assistindo também, que a LOA, a Lei Orçamentária a ser votada este ano estima receita e direciona os recursos a serem gastos no ano de 2017, recursos federais que vão ser divididos e distribuídos por todo o País.

E, pelos termos legais e regimentais, as comissões do Congresso Nacional, entre elas a Comissão de Desenvolvimento Regional, pode aprovar até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento. E é isso que estamos fazendo neste momento.

Como V. Exª bem mencionou, foram apresentadas 119 emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento. Inclusive, a única emenda de remanejamento foi desta Senadora que vos fala.

Qual foi o critério, então, que adotamos? Temos que escolher quatro, Senador, num universo de 120. Então, fizemos algumas regras, quatro especificamente. Esta é uma comissão que basicamente trata de alguns assuntos muitos específicos.

Então, o primeiro critério foi escolher, pelo menos, uma emenda do turismo, ligada ao Ministério do Turismo; uma emenda do Ministério das Cidades; e uma emenda da Integração Nacional. Esse foi um critério de que não tínhamos como abrir mão.

No caso, portanto, do Ministério do Turismo, escolhemos uma emenda genérica, que pudesse abarcar qualquer tipo de ação ou proposição a ser apresentada no que se refere aos destinos turísticos nacionais.

Em relação ao Ministério das Cidades, não poderia ser diferente, neste ano, a temática escolhida de políticas públicas na Comissão foi saneamento básico, num belíssimo trabalho inclusive do Senador Randolfe, no que se refere ao Plano Nacional de Saneamento Básico. Então, escolhemos uma emenda relacionada a recursos que pudessem ser destinados a saneamento básico, isto é, saúde pública, principalmente porque atende aos Estados menos desenvolvidos do Norte e do Nordeste, num problema sério que temos de falta de tratamento de esgoto.

E, por fim, no que se refere ao Ministério da Integração Nacional, não poderia ser diferente, não é só um problema do Norte e do Nordeste principalmente, mas que está atingindo até o Distrito Federal, escolhemos uma emenda que permite a liberação de recursos para a questão de água tratada, basicamente obras de barramento, de adução, cisternas, e captação de água. Recentes matérias nos mostram que, hoje mesmo, Piauí, Maranhão e Sergipe enfrentam problemas sérios de água, que atingem até o Distrito Federal.

Então, foram os critérios que nós adotamos.

O primeiro critério seria de pelo menos uma emenda relacionada a cada uma dessas pastas; o segundo critério visava o foco principal desta Comissão, que é a desigualdade regional, basicamente os problemas mais macros, como a questão de saneamento, de água; e, por fim, agrupamos e procuramos selecionar aqueles assuntos que foram escolhidos pela maioria dos Senadores e Senadoras desta Comissão.

Nós vamos ver que essas emendas, embora sejam 4 em um universo de 120, atendem a pelo menos 40% dos assuntos e das emendas que foram tratadas aqui. Escolhemos, por fim, uma emenda específica do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Então, nós vamos direto ao voto, em relação à escolha dessas emendas, deixando claro que todas elas têm grande mérito, mas procuramos atender aquelas com maior urgência, mais relacionadas à desigualdade regional, procurando escolher uma de cada Ministério.

Então, ficou, já na página 4, da seguinte forma...

E lembro aqui que, dentre as emendas que foram agrupadas, nós pegamos aquelas com maior valor. E aí, Senador Wellington, das quatro, três são do Senador Jucá. Eu já aprendi a lição agora. Nós temos que fazer uma emenda de grande valor porque é a que vai ser, vamos dizer, o guarda-chuva de todas. Mas são emendas do Senador que contemplam emendas de outros Senadores, como vamos ver a seguir, na p. 4.

Estamos aqui sugerindo à Comissão o acatamento da Proposta nº 72, do Senador Romero Jucá, que contempla o objeto das Propostas nºs 5, 8, 31, 46, 58 e 120, dos Senadores Hélio José, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Lúcia Vânia e Elmano Ferrer, relativa à ação "10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", do Ministério do Turismo, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

É um guarda-chuva, não significa que conseguiremos todos esses valores. Colocamos o valor maior para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

conseguirmos o máximo possível.

A segunda emenda aqui que estamos sugerindo ser acatada por esta Comissão é a Proposta nº 67, também do Senador Romero Jucá, que contempla o objeto das Propostas nºs 7, 30, 45, 55 e 102, dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Lúcia Vânia e Elmano Ferrer, relativa à ação "1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano", do Ministério das Cidades, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

Essa que eu mencionei que dá especificamente para tratar da questão do saneamento básico, voltando aqui a parabenizar o belíssimo trabalho do Senador Randolfe no que se refere à política pública escolhida pela Comissão deste ano, que é tratar do Plano Nacional de Saneamento Básico.

A emenda 3 é a Proposta nº 66, do Senador Romero Jucá, que contempla o objeto das Propostas nºs 48, 64 e 109, dos Senadores Simone Tebet, Regina Sousa e Elmano Ferrer, relativa à ação "14VI – Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água", do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que vai atender basicamente a Região Nordeste e outras regiões onde há falta de água, principalmente na questão de cisternas, adução, barramento, enfim, captação de água.

Por fim, escolhemos uma proposta mais específica, que é uma proposta que atende aos Senadores do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás, da Senadora Lúcia Vânia, com o apoiamento do Senador José Medeiros, do Senador Ronaldo Caiado, da Senadora Simone Tebet e do Senador Wellington Fagundes, que é de Mato Grosso, que trata do Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). O FDCO foi criado há três anos e está com o valor congelado desde então, o valor de R$1,2 bilhão. A proposta da Senadora Lúcia Vânia, com o acatamento dos Senadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás, dá a alocação de R$500 milhões para esse fundo, uma vez que os Fundos do Nordeste e do Norte têm valores bem superiores para essa destinação.

Por fim, nós temos condições de escolher quatro emendas de remanejamento. Foi apresentada apenas uma e estamos acatando esta proposta, que é de minha autoria, que é a de nº 79, mais difícil de ser conseguida, mas, de qualquer forma, no valor também de R$40 milhões, para a Sudeco.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o parecer que colocamos à apreciação desta Comissão.

Mais uma vez agradeço a confiança do Presidente da Comissão em escolher o meu nome, procurando ter sido mais justa e democrática possível, dentro dos critérios, e lembrando que, apesar de podermos escolher apenas quatro, dessas quatro, dentre as cento e vinte, nós conseguimos abarcar quase 40% das emendas apresentadas a esta Comissão.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Simone, embora a minha proposição não tenha sido atendida, mas eu me sinto extremamente contemplado, porque, como relator, sempre temos a noção da impossibilidade de atender a todos. O importante é que V. Exª fez um trabalho em que todas as emendas contemplam regionalmente, acima de tudo, e acho que é também o papel da Comissão.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – V. Exª está sendo modesto. V. Exª é um dos grandes responsáveis pelo recurso alocado do FDCO para a Região Centro-Oeste e Mato Grosso, de infraestrutura, embora a emenda tenha sido apresentada pela Senadora Lúcia Vânia, que também nos cobrou, juntamente com o Senador José Medeiros, que fosse aprovado, uma vez que é um fundo específico para obras de infraestrutura do seu Mato Grosso, do meu Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e do Goiás. Então, V. Exª está sendo modesto. Trabalha sempre nos bastidores e é sempre muito atuante nesta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – E acho que é muito importante também a questão da Sudeco. Inclusive, como Relator da LDO, conseguimos negociar com o Ministério do Planejamento, com o Ministro Padilha, e já aloquei recurso, para o ano que vem, na proposta orçamentária, visando atender, claro, ao meu Estado. Inclusive sugeri a todos os outros Parlamentares que também fizessem emendas para essa área, já que a Sudeco tem um papel fundamental para a nossa região.

Espero, então, que possamos realizar esse trabalho conjuntamente, já que o Mato Grosso do Sul agora fez até a indicação do Superintendente da Sudeco, que já teve um papel muito importante para o Mato Grosso, depois foi extinto e agora recriado. O seu Estado também sempre foi muito beneficiado à época. No Mato Grosso muitos projetos foram desenvolvidos graças ao papel desenvolvimentista da Sudeco.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pela nobre coordenadora, Senadora Simone Tebet, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficam aprovadas as Emendas da Comissão propostas ao PL nº 18/2016/CN/PLOA para o ano de 2017 de nºs 72, 67, 66, 62 e 79, que são renumeradas como 1, 2, 3, 4 e 5-CDR.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Antes de encerrar a presente reunião, informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, após encerrar esta reunião, abriremos a 19ª Reunião da CDR para deliberação de matérias. Portanto, solicito que todos permaneçam em seus lugares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário 9 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Pastor Valadares, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Dário Berger, Paulo Rocha, Lasier Martins, Valdir Raupp e Wilder Morais. Deixam de comparecer, os Senadores: Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. A Senhora Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é da como aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2016-CN** – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017 (**Mensagem nº 472/2016, na origem**). O Senhor Relator, Senador Roberto Muniz, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: Emendas de Apropriação de Despesa – Acréscimo - **Emenda nº 1 - CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário no subtítulo atípico Censo Agropecuário 2017 - Nacional; Valor: R$ 1.156.090.961,00; **Emenda nº 2-CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Valor: R$ 180.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA:** UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Ação: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; Valor: R$ 150.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 214W - Implementação da Defesa Agropecuária; Valor: R$ 250.000.000,00;. Emenda de Remanejamento de Despesa - Inclusão: **Emenda nº 5-CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo; Valor: R$ 37.000.000,00; **Emenda nº 6-CRA:** UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento; Ação: 151O - Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB; Valor: R$ 1.800.000,00. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016 (Mensagem nº 472/2016, Presidência da República), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

Esclareço que foram apresentadas 83 emendas à Lei Orçamentária de 2017, e eu queria cumprimentar todos os Senadores pelas contribuições maravilhosas que ofereceram ao Relator, Senador Roberto Muniz, a quem passo a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos.

Presidente Ana Amélia, eu queria iniciar o meu relatório fazendo um destaque em relação ao trabalho de articulação que V. Exª fez para que nós pudéssemos chegar hoje a relatar, a prolatar este relatório. A sua articulação, junto com a do Senador Moka, permitiu que estivéssemos ontem com o Ministro Eliseu Padilha; e também a articulação junto ao IBGE, com o Presidente Paulo, trazendo à tona algo muito importante, debatido diversas vezes nesta Comissão, que é a importância do Censo Agropecuário.

Então, eu queria fazer esse destaque inicial para começar a leitura do meu voto.

Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 18, de 2016-CN, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2017 (PLOA 2017), que se encontra na fase de apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, a CRA pode apresentar até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 83 propostas de emendas à despesa, sendo 81 de apropriação e 2 de remanejamento.

Quero também destacar a grande participação dos Senadores aqui da Comissão na busca de colocar recursos importantes para o desenvolvimento agropecuário do País.

No Anexo II a este parecer constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, unidade orçamentária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, nesse parecer, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-CN e o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda – CAE da CMO, ainda pendente de aprovação pela CMO, mas que, em regra, mantém o mesmo disciplinamento dos anos anteriores.

As propostas são todas de interesse nacional e estão na área de competência regimental da nossa Comissão de Agricultura. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1/2006-CN, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas quatro emendas de apropriação desta Comissão.

Eu só quero aproveitar a presença do Senador Moka para fazer uma breve parada e trazer uma questão, Senador Moka, que eu percebi porque tive a oportunidade de ser relator em outra comissão, a Comissão de Educação, onde a Senadora Ana Amélia estava presente.

Nós temos tido uma prática legislativa que, penso eu, poderíamos aprimorar. Muitas vezes a gente dimensiona as nossas emendas fora da realidade, da necessidade ou da possibilidade de recepção no Orçamento do tamanho dessas emendas, pela quantidade de recursos que são alocadas para essas atividades. Para o senhor ter uma ideia, eu tive a oportunidade de ver que, tanto na Comissão de Educação quanto na Comissão de Agricultura, nós tivemos, até por hábito, uma quantidade muito grande de emendas aprovadas, mas que não foram receptadas para o corpo do Orçamento. Então, para o senhor ter ideia, na Comissão de Educação, o Senado aprovou R$2,1 bilhões, e foram receptados no Orçamento apenas R$21 milhões. Não muito diferente aqui da Comissão de Agricultura no ano passado, em que foram R$875 milhões, e apenas R$17 milhões, quase R$18, foram receptados no corpo do Orçamento.

Então, eu acho que cabe até um debate mais amplo depois, Presidente, ou a senhora conversar com o Presidente do Senado, para ver se a gente avalia melhor os trâmites dentro da Casa, para que a gente possa ter um debate mais focado dentro do tamanho e da escala do Orçamento que vamos ter disponível para discussão.

Ao mesmo tempo – vejam o que é a articulação política – em que falo isso, também trago o exemplo da Comissão de Agricultura, que não ficou parada, simplesmente realizando papéis, e construiu, através da Senadora Ana Amélia e do Senador Moka e de outros Deputados Federais, essa articulação junto aos órgãos com o olhar da necessidade prioritária do setor agropecuário, que seria a realização do Censo Agropecuário. Então, é claro que também essa articulação pode gerar benefícios de ampliar a quantidade de recursos. Mas é simplesmente um enfoque para que a gente aprimore cada vez mais o trabalho legislativo.

Então, para que a gente dessa continuidade a esse trabalho, a gente criou um critério para a escolha das emendas, que foi feito através das sugestões daqui, de algumas reuniões técnicas que tivemos com os consultores da Casa, com órgãos externos também, o próprio MAPA, o próprio IBGE.... Por isso é que a gente conseguiu, para tentar encaixar essa necessidade do Censo Agropecuário, construir, na Emenda nº 1, um subtítulo atípico. Ou seja, a gente usou uma atividade que é, de fato, uma atividade do Ministério da Agricultura, com um subtítulo atípico, indicando e levando em consideração a audiência pública já realizada anteriormente pela CRA, com o Presidente do IBGE, e também deferida como muito importante, aqui pelos pares, por esta Comissão.

Então, como decorrência, votamos pela apresentação de quatro emendas de apropriação, conforme especificado no Anexo I:

Emenda 1, que é a ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, no subtítulo atípico Censo Agropecuário 2017, no Ministério da Agricultura, com duas propostas, aglutinando-se, na Proposta 83, do Senador Waldemir Moka, no valor de R$1.156.090.961, a Proposta 54, da Senadora Ana Amélia. Então, nós aglutinamos as duas propostas apresentadas por esses dois Senadores.

Emenda 2, que é o Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, aglutinando todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

propostas na Proposta 81, da Senadora Lúcia Vânia, no valor de R$180 milhões: as Propostas 1 e 2, do Senador Hélio José; 23, do Senador Romero Jucá; 35, do Senador Flexa Ribeiro; 48, do Senador Waldemir Moka; 55, da Senadora Ana Amélia; 57, do Senador Wellington Fagundes; e 73, do Senador Elmano Férrer.

A Emenda 3 foi aquela que nós discutimos muito e que objetiva a Pesquisa e o Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Então, seria uma emenda específica para a Embrapa, com nove propostas, aglutinadas na Proposta 11, da Senadora Ana Amélia, no valor de R$150 milhões: as Propostas 3, do Senador Hélio José; 12 e 13, do Senador Pastor Valadares; 21, do Senador Romero Jucá; 37, do Senador Flexa Ribeiro; 46, do Senador Waldemir Moka; 58, do Senador Wellington Fagundes, e 66, do Senador Elmano Férrer.

E, finalmente, como última emenda de apropriação, temos a Emenda 4, que trata da Implementação da Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, com três propostas, aglutinando-se, na Proposta 38, do Senador Flexa Ribeiro, no valor de R$250 milhões, as Propostas 24, do Senador Romero Jucá, e 49, do Senador Waldemir Moka.

Assim, das 81 propostas de apropriação oferecidas à CRA, 24 ou 30% estão sendo aproveitadas nas quatro emendas acima, que serão apresentadas à CMO.

Votamos ainda pela apresentação de duas emendas de remanejamento propostas, conforme especificado a seguir.

Apenas duas emendas foram apresentadas e elas duas foram acatadas: a de Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, conforme a Proposta 47, do Senador Waldemir Moka, no valor de R$37 milhões; e a Emenda 6, que é a Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), conforme a Proposta 52, do Senador Waldemir Moka, no valor de R$1,8 milhão.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas.

Esse é o meu voto, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Agradeço ao Senador Roberto Muniz pelo relatório e pelo cuidado que teve.

Está em discussão o relatório do Senador Roberto Muniz.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, Senadora, eu queria agradecer o trabalho sério do Senador Roberto Muniz, que abrangeu o maior número de emendas. Quer dizer, aglutinou as emendas, que, na verdade, foram contempladas. A única exceção é o Censo Agropecuário, que nasceu fruto de uma audiência pública. A Embrapa é importante, o Ministério da Agricultura, mas eu sinto falta, aqui, mais uma vez – e agora está junto da Casa Civil –, é da Pesca, porque, nos anos anteriores, a gente sempre destinou também para ela, pois o Ministério, aqui, pegava a Pesca também. Afora isso, não tínhamos nem como colocar emendas aqui para o Ministério da Pesca, até porque ele está agora no Ministério da Agricultura, num departamento. Mas quero agradecer.

E acho que é importante isso que ele falou sobre os valores. Na verdade, colocam-se valores grandes, sabendo que eles serão cortados, não é? E existem obras aqui que a gente propõe supondo a sua execução, o que também não será possível num ano. Então, há tudo isso. Eu acho que vale a pena, depois, debatermos e criarmos um critério na Casa sobre as emendas de Comissões.

No mais, mais uma vez, quero parabenizar o Senador Roberto Muniz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço.

E o Senador Moka fez a mesma observação que eu havia feito, junto com a minha assessoria, em discussão até com o Senador Roberto Muniz, quando fizemos uma reunião sobre o Censo, a respeito da questão da Pesca. Mas são situações em que, quando o cobertor é curto, fica difícil dar cobertura a todos. Eu acho que o exercício realizado pelo Senador, com a competente assessoria legislativa do gabinete do Senador e da Casa, especializada no Orçamento, é o que a gente pode fazer. Então, tem que pedir bastante para receber o possível. E, ademais, o Orçamento é uma peça autorizativa, ela não é impositiva e vai depender do tamanho da receita da União para cobrir aquilo que nós estamos sugerindo.

Eu penso que o relevante nisso é que nós cumprimos uma missão legislativa de interesse nacional. Não é de interesse do Mato Grosso do Sul, do combativo Senador Moka, ou da Bahia, do operoso Senador Roberto Muniz, ou do meu Estado; mas nós estamos trabalhando olhando o Brasil, o interesse nacional.

O Censo Agropecuário vai dar o retrato real, porque as coisas mudam no setor agropecuário, Senador Moka. Eu lembro quando havia a campanha de Roberto Rodrigues falando nos 100 milhões de toneladas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

produzir. Nós estamos produzindo quase 250 milhões toneladas de grãos hoje.

Então, a mudança desse setor é muito relevante, e nós estamos precisando da segurança de dados estatísticos não só para efeito de conhecer a realidade da produção da agricultura familiar, dos assentamentos, dos quilombolas, da exploração que têm essas áreas, da agricultura de exportação; esse Brasil real, que está nos fundões de cantos de Norte a Sul, Leste a Oeste. E o Censo dá esse retrato; é a única forma de você ter um retrato real, usando a tecnologia moderna para isso.

A audiência pública foi um momento muito importante. Amanhã teremos outra sobre o mesmo tema, mas vendo como os analistas técnicos, que operam o Censo Agropecuário. Foi uma sugestão da própria assessoria legislativa da Comissão, e eu convido a todos.

Queria agradecer ao Senador Roberto Muniz pela lembrança e pela referência à audiência que nós tivemos ontem à tarde e ao Senador Moka, especialmente, que sugeriu o encontro com o Ministro Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e encontramos nele um apoiador à causa, mas, claro, alertando sobre as limitações orçamentárias. E vamos começar dando o primeiro passo, eu tenho a convicção, em 2017.

Temos ainda mais, Senador Roberto: eu vou ligar para o Ministério do Planejamento para termos uma segunda reunião também. Quero convidar o Senador Moka para estarmos com o Ministro do Planejamento, a quem está subordinado o IBGE.

De qualquer maneira, foi muito importante a audiência pública.

Passo a palavra ao Relator, que quer fazer uma referência ainda a essa questão.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, só para esclarecimento.

Com o advento da incorporação da temática da Pesca ao Ministério da Agricultura, quando tratamos, na Emenda nº 2, do fomento ao setor agropecuário de maneira ampla, esses recursos, dentro do próprio Ministério – e vão ser, eu acho, no futuro –, podem ser partilhados dentro das secretarias, dentro do Ministério, para que parte desse recurso possa estar à disposição da Pesca também.

Então, é um novo olhar, porque mudou a questão de ter um Ministério...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu entendi, Senador. Eu entendi. É que nem há Ministério da Pesca, quer dizer, foi feita uma emenda genérica para o Ministério da Agricultura. Eu entendi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, poderemos, na sequência dessa compreensão levantada pelo Senador, também ter uma conversa com o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, dando a natureza do nosso trabalho orçamentário.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Amanhã, então, teremos outra audiência pública, para tratar desse tema do Censo Agropecuário, com os técnicos especialistas do setor.

E, também, nós estamos ainda implementando aquela audiência pública, que fizemos na tarde da sexta-feira passada, sobre um problema nacional em relação à queda violenta dos preços do leite ao produtor, especialmente nas regiões produtoras, como o Sul do País, e vamos dar continuidade a um problema sério: na região da Sudene, foi aberta a possibilidade da reidratação do leite em pó, só que o leite em pó não é o nacional, é o leite em pó importado, e essa importação do Uruguai acabou perturbando e desorganizando o mercado, e os preços caíram – a lei da oferta e da procura não foi revogada ainda e espero que não seja, não é? –, e isso provocou uma desorganização e um desestímulo aos produtores que se organizaram para uma produção de qualidade, não só em relação à raça, mas também em relação à qualidade dos animais, ao cuidado, à ração, à alimentação, para que o produto final seja bom.

Então, vamos continuar trabalhando, porque foi muito produtivo. E as representações do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura foram exemplares, porque foram os melhores técnicos que nós lá recebemos.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aproveitando aqui a presença do Senador Moka, porque ontem nós participamos de um debate na Comissão de Educação, queria falar sobre a questão da vaquejada. Eu acho que a gente deveria pensar depois em como atrair esse tema para um debate dentro da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apropriar-se, a Comissão tem que se apropriar do tema.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Apropriar-se desse tema, senão, nós vamos perder a possibilidade de ser um indutor também desse debate, com um olhar das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pessoas que estão no campo. O que nós percebemos é que é muita gente com o olhar urbano discutindo a cultura do campo, Senador Moka. Então, nós precisamos.... Talvez seja esta Comissão a voz ou a Comissão que possa levar a voz do campo para esse debate que está sendo feito em todo o País, principalmente com a decisão do Supremo.

Então, eu acho que, amanhã, na reunião de trabalho que vamos ter na audiência pública, até lá, nós deveríamos pensar em uma forma de atrair esse tema – ou talvez fazendo uma outra audiência pública, ou criando um grupo de trabalho, ou indo de novo ao Supremo, ou tentando ver como é que nós podemos enfrentar isso juridicamente aqui na Casa. Porque não podemos ficar no imobilismo e deixar que essa definição, que, para nós, estrutura uma cadeia produtiva da agropecuária – ela estrutura uma cadeia produtiva –, fique no debate apenas conjuntural da cultura ou da questão ambiental, que são importantes, que são relevantes.

E os projetos de leis estaduais estão olhando para estas temáticas também do bem-estar animal, da questão do meio ambiente, mas eles não estão tendo voz para dizer que estão fazendo um enfrentamento a essa temática, incorporando nas leis estaduais algumas formas de minorar ou, muitas vezes, de retirar os maus-tratos aos animais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, nós temos que avaliar os aspectos econômicos e sociais – sociais, pelo emprego que isso dá; e econômicos, para saber qual é a força que isso, em genética do gado bovino e equino, pode provocar. Então, o nosso campo será um campo técnico de avaliação, porque, na Comissão de Educação, isso está no aspecto cultural e como esporte. Aqui é como economia e área social: os empregos que isso gera.

Eu não sei se o Senador Moka queria se manifestar sobre isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, é somente para reforçar.

É uma visão muito urbana, porque as pessoas olham e acham que estão maltratando os animais e tal. E aquela cultura...

Nós não temos isso no Mato Grosso do Sul. Nós temos o Clube do Laço. Trata-se de laçar. Mas eu conheço a vaquejada e sei que, no Nordeste, em especial, ela é muito forte. Não sei se esta audiência pública não deveria ser uma daquelas em que a Comissão se desloca até um desses lugares em que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a vaquejada tem relevância maior.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Penso que, se fizermos no local, por exemplo, na Bahia, ou em algum lugar do Nordeste em que isso é praticado.... Que se mostre estatisticamente que não há nenhum animal ali que sofreu maus-tratos e que se trata simplesmente de uma questão cultural da região, principalmente da região nordestina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para mostrar à zona urbana como é.

Meu marido, que faleceu quando eu assumi o mandato – nós tínhamos uma propriedade rural aqui próxima –, tinha um cuidado muito grande com os animais. Ele recomendava ao vaqueiro que cuidava dos animais que não batesse na cabeça deles. Era gado nelore, que não é bravo, é dócil. Basta você dar esse trato. Então, simplesmente sem tocar, você pode... E o animal se condiciona. Cada vez que você muda o pasto do animal, ele sabe que vai comer um pasto melhor. Basta você gritar: "Vem!" E ele vem, porque sabe que vai para um lugar melhor. É condicionamento.

Um dia, o vaqueiro estava batendo na cabeça do animal, e ele disse: "Não faça isso. O animal é irracional, mas você pensa, você é racional. Não bata! Trate bem o animal!" E o vaqueiro, muito provocativo, disse: "O senhor quer que eu chame a vaca de senhora? Passe, por favor?" E ele disse: "Não, só quero que você trate bem o animal." Então, ficamos com essa ideia de como é o conceito. De fato, era uma forma de tratar.

O que não pode, Senador Roberto Muniz, Senador Moka, é radicalizar esse debate e imaginar que lá se faça a perversidade de maltratar um animal. Aquilo faz parte de um outro processo. Todo cuidado precisa ser dado. Se você deixar um cavalo solto, ele ficará selvagem. Ele precisa dessa convivência. Está na história da humanidade, os animais estão juntos com as pessoas. Temos de harmonizar o clima desse entendimento.

Eu queria agradecer o Senador, colocando em votação o relatório do Senador Roberto Muniz.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Será feita a comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Requeiro a dispensa da leitura da ata desta reunião, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Às sete horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Nota Técnica nº 79/2016/MAPA, em resposta aos Ofícios nº 63/2016 e 64/2016 da Associação Brasileira de Produtores de Maçã - ABPM, apresentados no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizado na cidade de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, no dia 9 de setembro de 2016, destinado a discutir questões relativas à Cadeia Produtiva da Maçã; Nota Técnica nº 78/2016/MAPA, em resposta ao Ofício nº 019/2016 da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina - AMAP, apresentado no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizado na cidade de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, no dia 9 de setembro de 2016, destinado a discutir questões relativas à Cadeia Produtiva da Maçã; Ofício C.109/2016-SSES, subscrito pelo Sr. Claudio Kaminski, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Seção Sindical Embrapa Sede, solicitando apoio ao Projeto de Revitalização da Embrapa que visa a transformá-la numa agência de Estado, com regime de autarquia especial, núcleo estratégico de governo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Senhora Presidente comunica ainda a aprovação da Emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Orçamento 2017, destinando R$ 1.156 bilhão para a realização do Censo Agropecuário em 2017, como também sobre o encontro ocorrido nesta semana com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro Eliseu Padilha, levando as apreensões da Comissão e solicitando o apoio e o empenho do Governo em um ajuste orçamentário para a realização do Censo Agropecuário em 2017. Após as comunicações, A Senadora Ana Amélia dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 32, de 2016, de sua autoria, destinada a discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, com a participação do Sr. Luiz Fernando Pereira Rodrigues - Gerente Substituto do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (representante de: Antônio Carlos Simões Florido, Gerente do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)); Sr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Professor de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (UnB); Sr. Zander Soares de Navarro - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Sr. Marcelo José Braga - Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER); Sr. Alberto Ercílio Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Após a exposição dos senhores convidados, os Senadores Waldemir Moka, Roberto Muniz, Flexa Ribeiro e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. Encerrada a primeira parte, com a realização da Audiência Pública, a Senhora Presidente inicia a segunda parte da Reunião destinada à apresentação pelo Senador Roberto Muniz do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2016, de sua autoria, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. Após as manifestações dos Senadores Flexa Ribeiro e Waldemir Moka, a Senhora Presidente sugere o encaminhamento da cópia do projeto aos secretários de agricultura do país, para envio de sugestões visando ao aperfeiçoamento do referido projeto de autoria do Senador Roberto Muniz, e ainda informa que a Comissão realizará audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2016. Antes do encerramento da Reunião, a Senhora Presidente, por sugestão do Senador Roberto Muniz, autoriza a criação de Grupo Informal de Trabalho da Comissão para acompanhamento da questão da renegociação das dívidas de crédito rural, objeto da Lei nº 13.340, de 2016, aprovada pela Medida Provisória nº 733/2016. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico à Comissão o recebimento de correspondência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Coordenação Geral do Seguro Rural, informação solicitada por esta Presidência em relação às questões relacionadas ao subsídio para o Seguro Agrícola para os produtores de maçã, como resultado de uma audiência pública que realizamos no Município de São Joaquim, em Santa Catarina, no mês de setembro.

Eu vou resumir os termos dessa correspondência, em função da relevância do tema. Diz a correspondência:

> Primeiramente, entre os assuntos expostos no citado documento da Associação Nacional dos Produtores de Maças, informamos que apenas a demanda que trata do Seguro Agrícola diz respeito às atividades desenvolvidas por este departamento.
>
> Pois bem, nesse sentido, esclarecemos que a conjuntura econômica atual do País bem como as perspectivas que se viam para o período vigente impunham um cenário desafiador em relação ao montante de subvenção federal passível de aplicação pelo programa.
>
> Assim, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural mantém a tendência de crescimento alcançada nos últimos anos, mesmo diante de um cenário de restrição orçamentária e financeira.
>
> A disponibilização de apenas R$400 milhões para o programa, em 2016 veio no sentido de chancelar a posição cautelosa adotada pelo Comitê Gestor, pois, se por um lado, apresenta um avanço em relação ao ano de 2015, fica abaixo dos montantes disponibilizados para o programa de subvenção rural nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.
>
> Dessa forma, tornou-se imprescindível a adequação dos percentuais e limites de subvenção ao prêmio praticado atualmente, tendo em vista que, para aumentar a área assegurada e o número de beneficiários, faz-se necessária uma menor participação do Governo no momento da contratação de uma apólice. Segundo a regra anterior, o percentual de subvenção ao prêmio variava entre 40% e 70%, dependendo da cultura e da região, com percentual médio ao redor de 60%. A regra aprovada para o triênio 2016 a 2018 consistiu em reduzir esses percentuais considerando-se a modalidade de seguro e as características dos produtores contratados.

Vou logo ao que interessa no outro item:

> Para os produtos de seguro caracterizados como riscos nomeados, o Comitê Gestor do Seguro Rural estabeleceu um percentual fixo de 35% de subvenção sobre a cultura, no caso do trigo. Nesse produto, a regra é a adoção de uma franquia em caso de sinistro ao invés da utilização do nível de cobertura.
>
> Tendo em vista que, em geral, um produto do tipo risco nomeado não é tão eficaz quanto um produto de tipo multirrisco propôs-se um percentual de subvenção de 35%.
>
> Para as frutas – é o caso da maçã –, os produtos hortigranjeiros, cana-de-açúcar, café e demais modalidades de seguro pecuário, florestas e aquícolas, o percentual de subvenção foi fixado no valor máximo, ou seja, 45%.
>
> Entende-se que a adoção desse percentual está de acordo com a necessidade e a relevância das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> culturas envolvidas nesses grupos. Esclarecemos que, para tanto, na cultura da maçã, como na cultura da pera, o percentual de subvenção será de 45%, independente do tipo de produto, ou seja, tanto para os produtos multirrisco, que oferecem cobertura para uma série de eventos climáticos, quanto para os produtos de risco nomeado, que cobrem apenas alguns eventos, como geado e granizo, por exemplo.
>
> Esclarecemos que os produtos do tipo riscos nomeados, para frutas, nunca deixaram de existir no programa de seguro rural, continuando a serem ofertados pelas seguradoras que atuam na região.

Há também uma informação relacionada a essa matéria dizendo, na mesma correspondência:

> É notório que o Programa de Seguro Rural, atualmente, não possui recursos suficientes para atender a todos os produtores rurais que contratarem o seguro rural, dado o seu orçamento limitado. Dessa maneira, alguns produtores de maças e peras de Santa Catarina não obtiveram auxílio da subvenção ao prêmio do seguro rural na safra 2015/2016, assim como produtores de outras culturas em outras regiões. Mesmo assim, informamos que somente no ano de 2015 foram gastos, aproximadamente, R$17 milhões em subvenção, beneficiando 811 produtores de maça e pera em Santa Catarina, proporcionando coberturas securitárias para algo em redor de R$160 milhões em importância segurada.
>
> Quando à alocação de recursos para o Programa de Seguro 2016 foi aprovado o valor de R$741 milhões para custear o programa. Contudo, o decreto de programação orçamentária e financeira do Governo Federal reduziu para R$400 milhões o montante efetivamente disponibilizado para o PSR, como já dito anteriormente. Cabe destacar que somente para o grupo de culturas denominado frutas, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, definiu a alocação de R$80 milhões, fato que demonstra preocupação do Governo quanto a esse importante segmento do agronegócio brasileiro.

Vale lembrar que, na audiência pública que realizamos lá em Santa Catarina, também foi mencionada a necessidade de financiamento da proteção, com telas especiais, para a questão do granizo. O Governo está informando, também, que existem alguns programas de financiamento para essa atividade de infraestrutura que são uma prevenção, uma proteção, dos pomares, especialmente de maçãs, naquela região.

Então, quero agradecer ao Ministério. Vamos continuar torcendo para que se recupere a capacidade orçamentária. Torcemos também para que tenham cobertura esses produtores de maças que estão fazendo o dever de casa em relação à tecnologia e à qualidade dos produtores que precisam, claro, de mais segurança.

Também para encerrar, comunico à Comissão o recebimento do Ofício 109, de 2016, subscrito pelo Sr. Claudio Kaminski, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Seção Sindical Embrapa Sede, solicitando apoio ao Projeto de Revitalização da Embrapa que visa a transformá-la numa agência de Estado, com regime de autarquia especial, núcleo estratégico de governo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aqui está o projeto enviado pelo Sindicato, com uma proposta dos trabalhadores da Embrapa, a quem temos dado apoio sempre, inclusive agora no orçamento, aprovando as emendas desta Comissão pela relatoria do Senador Roberto Muniz em relação a isso.

Agradeço ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Embrapa pela contribuição encaminhada a esta Comissão e vamos dar a atenção que merece o tema.

A primeira parte da reunião de hoje tem o objetivo de realizar audiência pública com a finalidade de voltar a discutir o tema do recenseamento agropecuário 2017. É exatamente para tratar do porquê e quais são os impactos que a não realização eventual no ano que vem representa para o próprio setor e para a própria imagem do nosso País, que não dispõe de estatísticas atualizadas sobre um setor que é vital para a economia brasileira.

Agradeço antecipadamente a presença do Sr. Luiz Fernando Pereira Rodrigues, que é gerente substituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Censo Agropecuário do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, pesquisador do Ipea, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e professor de pós-graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília; também o Dr. Zander Navarro, pesquisador da Embrapa; e Marcelo José Braga, presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober, e professor da Universidade Federal de Viçosa; e o nosso presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alberto Broch.

Antecipadamente, agradeço a todos. Comunico também que os nossos telespectadores já sabem que a reunião desta Comissão começa pontualmente às 8h da manhã. Eu agradeço aos Senadores. Senador Moka, aqui sempre presente, Senador Roberto Muniz, que foi o Relator das emendas coletivas da bancada ao orçamento 2017 e antecipadamente também.

Informando que os nossos telespectadores podem encaminhar sugestões, perguntas aos nossos expositores nos seguintes contatos. Internet: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto. Pelo telefone, pode ser uma ligação por telefone fixo, celular ou telefone público. O telefone é 0800 61,2211, 0800612211. Esse é a ligação.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Luiz Fernando Rodrigues, gerente substituto do Censo Agropecuário do IBGE. Lembro que fizemos aqui, Dr. Luiz Fernando – é uma satisfação também que temos que dar aos nossos telespectadores – uma audiência pública com o presidente do IBGE, Dr. Paulo Rabello de Castro, que mostrou a necessidade de que seja feito o censo ano que vem e a necessidade de contar com o apoio desta Comissão.

Por sugestão dos Senadores Moka e Roberto Muniz, estivemos em uma audiência nesta semana com o Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ministro Eliseu Padilha, levando as apreensões da Comissão e solicitando o apoio do Governo e o empenho do Governo em um ajuste orçamentário para que consigamos iniciar o Censo Agropecuário em 2017. Seria um primeiro passo para aquilo de que não podemos abrir mão porque é inadiável a atualização desses dados.

A Comissão, por sua vez, ontem, aprovou o relatório do Senador Roberto Muniz, que destina uma verba de R$1 milhão...Quanto, Senador Roberto Muniz? R$1 milhão, foi, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – R$1 bilhão.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – R$ 1,156 bilhão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – R$1,156 ´´e a destinação desta Comissão para esta finalidade. É o nosso esforço, também, de colaborar pela natureza do trabalho. Quero até comunicar ao Dr. Paulo Rabello de Castro, e pretendo fazer essa comunicação a ele, pessoalmente, ainda hoje.

Então, feito esse esclarecimento, que era necessário, para os nossos telespectadores e para quem acompanha esse tema, agora passo a palavra, então, ao Dr. Luiz Fernando Rodrigues, que é gerente substituto do Censo Agropecuário do IBGE.

O tempo é dez minutos para cada expositor. Agradeço também ao Senador Flexa Ribeiro, para que a gente possa, depois, fazer uma indagação sobre o mesmo assunto.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Bom dia a todos. Sou gerente substituto do Censo Agropecuário. Na verdade, a apresentação foi feita até pelo gerente principal, que é Antônio Florido. Como já foi feita a audiência com o Presidente do IBGE, em que se falou de recurso – e isso já está sendo visto – vou falar mais ou menos em que ponto estamos nos aplicativos, ou seja, como o IBGE, mesmo com problemas de recurso, está tratando o Censo. Nós estamos tocando...

Bom, hoje estamos tratando o Censo assim: estamos pegando cadastro de 2006, listas prévias, já estamos embutindo tudo isso num DMC, que é um questionário digital. Pegamos cadastro demográfico também das zonas rurais, e isso tudo vai para uma lista prévia. Para vocês entenderem, já partimos de uma lista prévia para poder fazer o Censo Agropecuário. Há muitas regras de crítica, de erro, de alertas, para que o dado já saia muito mais limpo e muito mais rápido depois para ser divulgado. Nos censos passados demorava muito a divulgação do dado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Luiz Fernando, o que é que é a lista prévia?

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Lista prévia é uma lista em que – eu vou mostrar mais à frente um pouquinho – vamos ter os pontos do censo passado e de 2010, para que, quando o recenseador, que é aquele que vai a campo, for trabalhar, já tenha alguns endereços marcados para ele passar mesmo que eles hoje já não existam mais. Mas ele é obrigado a cumprir.

Isso é uma forma de criticar, para que ele não deixe ninguém passar sem responder ao questionário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Censo Agropecuário. Com isso, geram-se os relatórios, imagens e mapas, e também há as descrições dos limites dos setores. Eu vou explicar melhor nas próximas telas.

Então, são 284 telas, 1,609 mil variáveis, que é um volume de informação muito grande. Bom, nós temos cadastrados nessa lista prévia nove milhões de domicílios e 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários. Vocês estão vendo, ali está a telinha do aplicativo, onde o verde é a lista prévia, endereços ali já colocados. Isso aí foi um teste em São Miguel Arcanjo que fizemos, e ele tem que passar em todos esses endereços, confirmar ou excluir, e, se tiver um novo, cadastrar também.

Fora isso – dessa lista prévia, com esses domicílios –, nós criamos também uma lista prévia de coleta especial, de 34 mil estabelecimentos. Esses 34 mil estabelecimentos representam quase 90% da produção, porque está sendo feita a atualização, para que não o recenseador, mas uma pessoa mais gabaritada, vá a esses estabelecimentos que são os grandes e faça uma coleta com qualidade, para que não se perca informação das produções deles. Então, são 34 mil estabelecimentos de coleta especial.

Com isso, o recenseador, preenchendo os questionários, estes são transmitidos para SIGC, que é um sistema de gerenciamento de coleta. E nisso já saem impressos relatórios administrativos, já geram mapas, já tem indicadores, já faz pré-tabulações e tem até a função para listar questionário, se nós tivermos a desconfiança de que alguma coisa não está correta. E há até um buscador, para tentar descobrir onde existe algum problema.

Com isso, já se geram esses indicadores ambientais, o Censo gera em níveis de bacias hidrográficas, em unidades de conservação, em terras indígenas, em projetos de assentamentos, em biomas e nas nossas unidades normais. E pode se criar até áreas de estudos específicos.

Então, o Censo tem uma gama de informação que você pode estudar, de qualquer forma, tendo essas informações.

Esse é o aparelho que nós chamamos de DMC (Dispositivo Móvel de Coleta), que vai ser utilizado. É preciso comprar 80 mil aparelhos como esse, para serem usados, com um volume de 62 mil recenseadores, para ir a campo na zona rural.

Aqui é o que eu já falei anteriormente: há uns pontos, aí é preciso seguir isso, procurar esses pontos aqui. Saiu da tela... (*Pausa.*)

Aqui é o sistema que nós temos. Aí já é pela internet.

De qualquer lugar, onde haja um *wi-fi*, ele pode transmitir para o computador central. Isso volta lá, para o Município de origem, para já ser feita uma análise local, porque a crítica local é muito mais importante do que uma crítica centralizada, porque.... Por exemplo: eu não vou conhecer o Brasil todo e saber se, naquele Município, aquilo é viável ou não é viável. Então, já durante a coleta, esse dado leva umas duas horas para voltar. Duas horas, para nós, é como se fosse *on-line*, porque antigamente levava quase uma semana para conseguir processar o dado e voltar.

Então, esse é o sistema que vai até o nível de Município, até o nível de supervisor, para que comecem a avaliar se aquele dado está correto ou não.

Aqui eles estão fazendo uma análise para listar os estabelecimentos. Isso, durante a coleta mesmo.

O amarelinho, para vocês entenderem, é o que ele está preenchendo, e o verde é a lista prévia. Às vezes, realmente, como o ponto está defasado, eles não caem no mesmo lugar. Mas vejam que está sendo feito um bem próximo do outro.

Aqui já com a imagem.... Esse recorte é do setor, na verdade. É a área que o recenseador tem que trabalhar.

O Município, para vocês entenderem, é dividido em vários setores, e cada recenseador trabalha nessa área aí. Ele vai percorrendo e preenchendo os questionários. A gente pode usar *zoom*, pode usar...

Se vocês olharem, ali tem um pontinho verde que foi a coleta passada. Realmente, às vezes, por problema até do equipamento, a precisão não é boa. E agora já se coletou o ponto amarelo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Ali não tinha ninguém, onde estava aquele ponto.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Sim, às vezes, por qualidade do equipamento passado. Agora a qualidade melhorou muito, então a gente já consegue pegar um ponto exatamente onde a gente quer.

Então, tudo isso o sistema já está comportando, para que tenha qualidade. Então, com isso aqui, em tempo real, os supervisores já estão vendo se o recenseador está trabalhando corretamente, o que a gente não tinha dez anos atrás.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas a lista que vocês estão trabalhando, os dados são de 2006.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – De 2006, porque é o último censo agropecuário. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

podem ser incluídos outros. A gente só está mostrando...

Não quer dizer que ele não chegue lá e encontre novos estabelecimentos e cadastros. Mas ali está a prévia dos especiais que eu falei. Ela está sendo atualizada por todos os...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas há chance de isso ter modificado? Nós estamos falando de dez anos.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Sim. Então, para a lista dos especiais, nós estamos atualizando hoje todas as unidades da Federação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Mas para os comuns, realmente, a lista é de 2006. A gente não tem uma lista atual. E até o custo para ir a campo é muito difícil, então, para fazer a lista, *a priori*, eu teria um tempo muito grande.

Aqui é só para mostrar que a gente pode dar *zoom*, pode separar.

Aqui é a lista de setores que o supervisor pode ver, com informações de área, de número de estabelecimentos, qualquer informação que se queira.

Aqui continua a lista de setores.

Aqui é usando o EstatGeo, já podendo até fazer um mapinha, em tempo real, do setor por grupos de área.

Isto aqui é mais ou menos em que pé estamos hoje do aplicativo que ele está...

Só para finalizar, nós temos um teste piloto agora, em novembro e dezembro, no Rio de Janeiro. Vamos fazer um teste piloto. Então, pretendemos, em março, no Rio Grande do Sul, fazer um experimental para fazer um teste final, para ver se realmente está tudo funcionando perfeitamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vocês precisam começar a achar Mato Grosso do Sul para fazer esses projetos experimentais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, deixa ser no Rio Grande do Sul, depois vai para a Bahia. (*Risos.*)

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Eu queria só explicar, porque a ideia da seleção dos Municípios é que se consiga ter uma variedade muito grande, tanto os pequenos como os grandes, como os médios, para tentar pegar tudo.

Não adianta pegar Município que só tem um tipo de produção, porque não conseguimos testar o questionário como um todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Luiz Fernando. Já foi bastante esclarecedor do ponto de vista técnico, para ver a relevância e como a tecnologia está ajudando. O GPS funciona muito bem. Parece até que há Waze nesse processo.

Se suscitarem mais dúvidas...

Luiz Fernando, agradecemos ao senhor.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Só para encerrar, o IBGE é para fazer o senso. Agora, os usuários é que têm que mostrar realmente o uso do dado. Isso é o principal que precisamos ter. São os usuários, como estão aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

É por isso que nós os convidamos.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – ... que têm que dizer: "Qual é a relevância de ter o dado, o senso?" Até hoje se usa o dado de 2006 para fazer vários trabalhos. Há aqui na Mesa gente que...

Estamos defasados por dez anos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Luiz Fernando, pela sua valiosa colaboração.

Exatamente agora começamos a ouvir os usuários do serviço.

Convido, para fazer uso da palavra também por dez minutos, o pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Prof. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Eu fiz uma breve apresentação, justamente porque temos pouco tempo.

É o seguinte: já dizia um amigo meu que a oportunidade é careca e difícil de ser agarrada. Então, nesses dez minutos, eu vou tentar mostrar a importância de se ter uma base de dados atualizada para o planejamento do setor agropecuário.

Eu coloquei como título da apresentação "A Revolução Agrícola Tropical: Produção *versus* Concentração".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aí o próximo eslaide vai mostrar o seguinte: uma comparação entre o passado e o presente. Na década de 60, o Brasil tinha um grande problema, um grande desafio. Esse problema era produzir mais. De certa forma, passaram-se 50 anos, e o País conseguiu aumentar a sua produção. O País era importador líquido de alimentos e passou a ser exportador líquido de alimentos, fibras e energias. Isso tudo graças a planejamento com informação, que propiciou inovações institucionais tecnológicas. Aí, junto com a criação da Embrapa, junto com a extensão rural, junto com o crédito, ou seja, junto com um ambiente institucional favorável, aumentou-se a produção, e para grandes e pequenos.

Eu falo o seguinte: a tecnologia hoje é o grande diferencial produtivo. Eu me pergunto, após 50 anos: qual é o grande problema do setor agropecuário brasileiro? O grande problema é que temos uma concentração produtiva muito forte, e essa concentração gera uma desigualdade grande. Então, do último senso, de 2006, cujos dados começaram a ser analisados somente em 2009, tínhamos 5,1 milhões de estabelecimentos. Desses, praticamente 4 milhões de estabelecimentos estavam considerados como de baixa renda e extrema pobreza, ou seja, há ainda um grupo muito grande de agricultores que estão excluídos da dinâmica tecnológica.

Então, é importante você ter dados e estatísticas para poder entender esse grande problema atual, porque o problema do passado nós já solucionamos.

O problema do presente é entender essa desigualdade e de que forma minimizar isso para crescer mais a produção.

Próximo eslaide.

Nesse eslaide, eu tentei utilizar os dados da década de 60 e compará-los com o último censo. Ali, na tabela, está 2010, mas, na verdade, é o censo de 2006. Ao se analisar a tecnologia do passado e o quanto se produz, hoje, no presente, com o efeito poupa-terra, que é a última coluna à sua direita, basicamente o País economizou 91% de terra. Então, o ganho tecnológico, ao longo desses anos, foi muito grande em termos de economia de terra.

Próximo eslaide.

Esse outro mapa mostra como se deu a expansão da fronteira agropecuária brasileira. A gente vê ali a parte amarela, clara, na década de 70; depois, na década de 80, há a parte verde; depois, vai-se para a parte roxa; e a última fronteira é aquela parte amarelo-escuro, que é o que a gente conhece como Matopiba, que está numa região onde há o Cerrado nordestino e onde se concentra a maior pobreza rural do País.

Próximo.

Nessa outra planilha, estão os dados de investimento do Governo em termos de infraestrutura para o setor. Com um rápido olhar, a gente percebe que as obras, por exemplo, entre Barcarena e Açailândia e entre Lucas do Rio Verde e Miritibuba vão ser essenciais dentro do contexto dessa nova fronteira agrícola. Entender essa dinâmica é muito importante, e não dá para entender sem dados atualizados.

Próximo.

Essa outra tabela mostra aquela concentração produtiva que eu mencionei. Então, no Brasil, praticamente 5% dos estabelecimentos produzem mais da metade da produção. Quando se faz uma comparação entre Sul e Nordeste.... Essa tabela está se referindo apenas à agricultura familiar. Por que eu peguei a agricultura familiar? Eu acho que a lei é equivocada. A lei autosseleciona um indivíduo e cria uma seleção adversa dentro do indivíduo. Por quê? A lei é criada para o indivíduo não crescer: o indivíduo não pode crescer, o indivíduo não pode contratar, o indivíduo não pode tornar a sua propriedade um grande negócio. Então, eu peguei o recorte de agricultura familiar, porque o censo nos permitiu isso. A ideia aqui não é analisar a agricultura familiar em si, mas ver o comparativo Sul e Nordeste. Quando a gente vê o Nordeste brasileiro, essa concentração e essa desigualdade são muito fortes. É uma região, como eu mostrei anteriormente, que vem se expandindo no agronegócio dinâmico – a região do Cerrado nordestino, que faz fronteira também com o Semiárido nordestino.

Então, a gente precisa ter um olhar para essa região e fazer um planejamento maior, porque o que aconteceu, no passado, com o Cerrado brasileiro a gente vai vivenciar nessa região. Por isso, há a necessidade desses dados.

O que eu começo a perceber é que muitos economistas entendem, de forma equivocada, o setor agropecuário brasileiro. Ao contrário disso, eles deveriam entender que a experiência brasileira no setor do agronegócio pode explicar muito do que a gente pode transformar em outros setores. Então, a experiência brasileira na agricultura é tão extraordinária como foi a experiência brasileira na produção de petróleo em alto mar e também na produção de aeronaves. Esses dois setores de atividade econômica são tão importantes quanto o que aconteceu no setor agrícola. Mas as pessoas não entendem esse exemplo. Portanto, eu acho que cabe a nós mostrar o quanto é importante esse setor.

Próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Talvez os números estejam pequenos, mas a barra vermelha significa um percentual de extrema pobreza, que a gente vê que é muito concentrado no Nordeste.

Próximo eslaide.

Esse próximo eslaide mostra o grau de escolaridade. A cor vermelha refere-se aos proprietários analfabetos ou que não estudaram. Quando a gente compara o Nordeste com as demais regiões, esse indicador é muito crítico.

Próximo eslaide.

Esse se refere à assistência técnica. A cor vermelha representa aqueles estabelecimentos em que não houve assistência técnica. Quando a gente analisa o comparativo regional, é possível ver essa defasagem.

Próximo.

O que eu quis mostrar foi o seguinte: há uma concentração produtiva muito grande; a tecnologia e o conhecimento existem; e há instituições fortes que podem promover a difusão e maior adoção desses conhecimentos. Mas há uma defasagem educacional, há uma defasagem técnica no ambiente local que não faz com que essa tecnologia chegue ao final, inclusive nessas regiões mais desfavorecidas. E, com um censo desatualizado, a situação fica mais crítica.

Se a gente pegar os dados da década de 60 até 1985, o censo era feito de cinco em cinco anos. Depois de 1985, houve uma defasagem de dez anos. Fez-se um censo na década de 90, no período safra 1995/1996...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – ... o que é um problema, quando a gente compara com 2006, que não é o ano-safra. Ou seja, a gente está praticamente há mais de 30 anos com estatísticas defasadas no setor.

É preciso planejar esse setor para mostrar à sociedade o quão é importante esse exemplo da agricultura brasileira e o que o Brasil pode fazer para os demais setores de atividade econômica.

Eu encerro a minha fala e agradeço a oportunidade à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Prof. José Eustáquio. O senhor aqui levantou uma bola para a Comissão, com um entusiasmo – imagino que o senhor seja mineiro – de quem nasceu no campo, numa propriedade rural com muitas dificuldades. Eu queria cumprimentá-lo pela visão acadêmica. O senhor é um professor de pós-graduação da UnB na área, no setor, mas o que o senhor está dizendo aqui são verdades que, às vezes, não são aceitas em alguns segmentos. Então, foi muito produtivo.

Ao seu lado, está um representante da agricultura familiar, dos trabalhadores na agricultura, Contag.

Eu, pelo menos, falo pela Fetag, no meu Estado, que tem um ativismo, um trabalho grande no sentido de preparar o agricultor e também mostrar que a agricultura é um exemplo para setores dinâmicos da economia. Então, eu fico até, como Presidente da Comissão, animada, entusiasmada com o senhor.

Passo agora a palavra ao Prof. Zander Navarro, pesquisador da Embrapa, que já esteve nesta Comissão dando uma excelente contribuição numa audiência pública.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, só para não perder a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu conversava com o Senador Roberto Muniz a respeito do assunto, quando ele falou dessa concentração.

Nós temos uma legislação que proíbe o pequeno de crescer. Essa é uma situação contra o qual nós lutamos. Mas aí vem o pessoal e diz: "Não, só pode merecer isso...". Por exemplo, houve uma época em que, quando falecia o pai, o chefe da família, os filhos não podiam adquirir a parte deles da propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As terras.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É um absurdo isso! Não dá para entender. O sujeito não pode crescer, porque, se crescer, ele perde uma série de benefícios. Isso é um absurdo total! Nós temos que estimular o pequeno a ser médio e o médio a ser grande; e não condenar o pequeno a ser pequeno pelo resto da vida.

É só para não haver...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com isso, estão-se cassando, digamos, as chances de um grande empreendedor, que tenha vocação empreendedora, a promover também o desenvolvimento do nosso País.

Com a palavra o Prof. Zander Navarro.

O SR. ZANDER SOARES DE NAVARRO – Bom dia.

Inicialmente, eu cumprimento a ilustre Senadora, que nos comanda nesta manhã. Cumprimento os Senadores, os técnicos, os demais participantes da Comissão e todas as pessoas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É um grande prazer participar, mesmo que muito rapidamente, dessa discussão tão importante.

Em dez minutos apenas, vou fazer um comentário muito geral. Na realidade, vou submeter a todos vocês, vamos dizer assim, uma proposição geral ou uma hipótese, se preferirem, e vou falar também, até adiantando um pouco, como eu vejo o desenvolvimento dessa hipótese, o que mostra – ou espero que possa demonstrar – a profunda relevância da realização do censo agropecuário no próximo ano. Nós precisamos desse censo. Censos existem para isto: para radiografar o que é a sociedade e, portanto, entender o presente e, a partir desse entendimento do presente, nos permitir olhar para o futuro. É para isso que existem os diferentes censos, e não apenas o agropecuário. Ele é fundamental e tem que ser realizado. Eu fiquei muito satisfeito com as iniciativas que foram tomadas por vários setores, por pessoas, autoridades e etc., para garantir a sua realização.

Qual é a hipótese que eu gostaria de submeter a vocês para o nosso debate, para a nossa discussão? Além de alguns equívocos que os números apresentaram, houve problemas no desenvolvimento do censo de 2006. E, mais do que isso – aproveitando o comentário anterior do Senador –, o censo de 2006 trouxe uma surpresa muito curiosa. Eu trabalhava no MAPA naquela ocasião e lembro bem a perplexidade que causou no MAPA o fato de o Censo Agropecuário de 2006 vir acompanhado de um outro censo que nós não conhecíamos, que era o censo da agricultura familiar, realizado às escondidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O próprio Ministério da Agricultura nem sabia que isso estava sendo feito, o que mostra muito bem o estado de degeneração institucional deste País. Um Ministério de Desenvolvimento Agrário faz um acordo com o IBGE para realizar um Censo da agricultura familiar, e o Ministério da Agricultura não sabia disso. Eu era assessor do Ministro Reinhold Stephanes e lembro-me muito bem da ira do Ministro Stephanes quando ele ficou sabendo desse Censo, quando veio à lume, um absurdo, um dos tantos exemplos um tanto patéticos da nossa República. Bom, mas vamos deixar isso de lado.

Qual era a hipótese que eu gostaria de submeter aos senhores e as senhoras? O Censo de 2006 trouxe uma série de números que demonstraram, cabalmente, que o Brasil entrou numa outra fase da sua história rural, entrou num outro período muito distinto de tudo o que tivemos no passado. Essa nova fase é uma fase marcada, antes de mais nada, por um intenso dinamismo econômico financeiro, por uma enorme abertura de uma parte importante dos produtores à ciência, à tecnologia, às inovações, por uma crescente globalização do setor agropecuário, cada vez mais hábil no sentido de abrir novos mercados, de vender mais etc.

Quer dizer, quando nós olhamos o Censo de 2006 e examinamos os números, vimos uma face desse desenvolvimento que é extremamente virtuosa. Essa face mostrava um setor que se distingue dos demais setores, particularmente do setor industrial, porque é um setor que vem mostrando um enorme dinamismo econômico. É um setor que vem produzindo, por exemplo, superávits comerciais que não são comparáveis com os demais setores. E, para dizer a verdade, se analisarmos 30 anos, a agropecuária vem salvando a economia brasileira. É impensável imaginarmos o que seria o Brasil se não tivéssemos um setor agropecuário que se modernizou dessa forma. O que seria o Brasil hoje se não tivéssemos esses saldos comerciais positivos gerados pela sabedoria dos produtores brasileiros, capazes de produzir mais e melhor com o passar dos anos? O que seria o Brasil? Não sabemos.

Então, o Censo de 2006 trouxe esse quadro novo. Portanto, pôde apontar o lado virtuoso desse setor. Uma parte da nossa economia, felizmente – pelo menos essa parte temos na nossa economia –, vem mostrando, antes de mais nada, uma enorme eficiência, competência, capacidade de alimentar o mundo, não apenas de alimentar os brasileiros.

Mas o Censo de 2006 mostrou uma outra face, que é uma face perversa. Isso já foi mostrado rapidamente pelo meu colega na exposição anterior. Essa face perversa é exatamente um padrão de concentração da riqueza que não é só brasileiro – isso também deveria ser dito. Quando aproximadamente 13% dos produtores concentram 87% da riqueza produzida no campo. Alguém poderá dizer assim: "Ah, isso é o Brasil. O Brasil, realmente, sempre foi contra os mais pobres, sempre pressionou os mais pobres etc". Isso pode ser até verdade, mas o que constatamos estatisticamente, no caso brasileiro, é igual ao dos Estados Unidos e é igual – o que é mais surpreendente –, é igual ao dos 27 países da União Europeia. Portanto, o desenvolvimento, a expansão do capitalismo na agricultura, parece que produz uma lei universal. Essa lei universal é o seu esvaziamento populacional e a concentração da riqueza na mão de poucos.

Por que, portanto, que o Censo do próximo ano é tão importante?

Porque, com certeza, o Censo do próximo ano vai iluminar, estatisticamente, ainda com mais detalhes, essa série de tendências. E vai chegar, portanto, o momento em que a sociedade brasileira vai precisar tomar uma decisão. Essa decisão é a seguinte: o que nós manteremos nas regiões rurais? O que vai ser o campo brasileiro num futuro próximo? Nós vamos manter um setor econômico altamente eficiente, tecnologicamente muito desenvolvido, comparável às agriculturas mais modernas do mundo, capaz de alimentar o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

e o restante do mundo, porém – e estamos falando de um País gigantesco, que é o nosso – socialmente esvaziado, do ponto de vista populacional rarefeito? Portanto, com a grande parte da população concentrada nas regiões metropolitanas e os problemas sociais se tornando problemas, praticamente, apenas urbanos? Vamos manter esse quadro que nos satisfaz do ponto de vista econômico, do pondo de vista produtivo, do ponto de vista tecnológico? Ou nós vamos imaginar que teremos, ainda, capacidade de promover alguma ação de desenvolvimento rural que mantivesse as pequenas cidades, as cidades médias, esse grande interior do nosso País relativamente ainda habitado, com formas de interação humana, com sociabilidade estendida pelos diferentes territórios que nós temos? Portanto, um País, digamos assim, mais equilibrado do ponto de vista da sua distribuição populacional.

Para mim, a grande importância do Censo de 2017, quando tivermos acesso aos dados, é esse. Ele vai jogar no nosso colo e no da população brasileira, da sociedade brasileira, essa pergunta: o que nós queremos com esse vasto interior brasileiro, que se dedica, principalmente, à agropecuária? Nós vamos querer só a economia e o sucesso da economia agropecuária ou nós vamos querer, também, esse sucesso, porém com densidade social nas regiões rurais?

Eu termino, usando meus minutos finais, simplesmente para adiantar um pouco como vejo isso como sociólogo – e aqui não estou falando em nome da Embrapa, não tenho esse mandato, estou falando em meu nome pessoal, como sociólogo. Nesse sentido, acho que a sociedade brasileira, primeiro, talvez nem discuta isso porque nós não temos essa tradição de debates amplos, fraternos, fundados em dados rigorosos etc. Nós não temos essa tradição. Segundo, claramente a sociedade brasileira, na sua maioria, não se interessa pelo campo, não se interessa pela vida social rural, não quer nem ouvir falar sobre o que está acontecendo aí pelo nosso interior. A sociedade brasileira despreza as regiões rurais. Tem razões, inclusive sociológicas, para que a gente possa, eventualmente, tentar explicar por quê. Agora, esse é um fato.

A sociedade brasileira, em sua maioria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZANDER SOARES DE NAVARRO – Ela se tornou urbana e tem um certo desinteresse pelo que ocorre nas regiões rurais. Então, nesse sentido, acho que a opção produtiva – e, portanto, o predomínio da agricultura de larga escala – é o horizonte que nós temos no futuro. Resta saber quais são as implicações que futuramente nós iremos colher em função disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Prof. Zander Navarro.

O senhor também fez uma provocação, aqui, para aquilo que é nosso dever como legisladores. É nosso dever pensar este Brasil não no passado e no presente, mas o Brasil no futuro. A tecnologia veio para mudar, inclusive, muitas das relações sociais.

Nós somos incapazes de imaginar o que vai ser o mundo e as relações humanas e econômicas daqui a duas décadas. Nós não temos capacidade de prever o que vai acontecer, mas será uma revolução extraordinária. Quem iria imaginar que você, neste século, com um aplicativo, já mudaria as relações de capital e trabalho, sabe que não terá essa condição de essa previsão. E a tecnologia está aí para isso. Nós já estamos, hoje, com carros que não têm motoristas. Imaginem caminhões, aqui no Brasil ou nos Estados Unidos, sem motoristas! Imaginem a revolução. Para aonde irão os motoristas que aprenderam, ao longo do tempo, a serem apenas motoristas de caminhão? São coisas impressionantes. E a mudança está sendo muito rápida.

Convido agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós faremos depois...

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – Só uma correção em cima do que o Dr. Zander falou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – É que ele falou que fizemos dois Censos em 2006. Na verdade, até para vocês entenderam. Foi-nos pedido para fazer uma tabulação da agricultura familiar, à parte. Foi feito um convênio. Mas, na verdade, foi feito um Censo Agropecuário. Só para explicar. Qualquer recorte que dê para fazer....A gente, hoje, pode tabular o Censo de qualquer forma, olhando o pequeno, olhando o grande, olhando os médios. Então, na verdade, em 2006, foi feito um Censo Agropecuário. Foi feito um convênio para que saísse uma tabulação especial, uma tabulação da agricultura familiar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela saiu do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mesmo Censo.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA RODRIGUES – De um Censo só. Não foram feitos, como ele citou, dois Censos agropecuários, até porque não dá nem para fazer. Um já está difícil, dois então...

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada pelo esclarecimento, Dr. Luiz Fernando.

Passo a palavra, agora, a Marcelo Braga, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober e Professor da Universidade Federal de Viçosa. Com a palavra pelo mesmo tempo.

O SR. MARCELO JOSÉ BRAGA – Bom dia a todos. Quero agradecer à Senadora Ana Amélia essa pela possibilidade de podermos discutir esse tema extremamente relevante.

A Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural envolve cerca de 70 pesquisadores que analisam, estudam, o rural brasileiro. Esses pesquisadores utilizam muito o Censo Agropecuário como fonte de informações. Então, vamos tentar mostrar aqui, do ponto de vista dos pesquisadores, qual é a importância do Censo para conhecermos a realidade brasileira e como temos utilizado esses dados.

Não é importante você fazer um Censo só para ter uma análise estrutural, do meio rural brasileiro, mas também que ele permita que se faça uma análise conjuntural, na medida em que você vai definir adequadamente as amostras que vão ser consideradas para isso.

Então, voltando aqui, como já foi falado por alguns colegas, a importância de se desvendar a realidade brasileira. Já foi bastante discutido aqui. Só consegue entender as transformações estruturais que têm ocorrido a partir de um Censo. A gente pode fazer análises conjunturais a partir de amostragens, mas a gente vai entender só a conjuntura, a gente não vai conseguir entender a estrutura. É o que vou tentar mostrar aqui.

Outra questão é a de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Nos últimos anos, assistimos, no Brasil, a um aumento considerável do esforço. Várias políticas públicas foram implementadas, mas pouco resultado disso foi efetivamente construído. Então, conseguimos, através do Censo, monitorar, avaliar e, principalmente, na hora em que estou formulando a política pública, ter vários dados que vão me permitir construir esse sistema de avaliação e monitoramento. Sem isso, não adianta eu estar formulando uma política sem ter condições de avaliar e de corrigir o rumo. Então, você tem um elemento fundamental aqui.

Outro elemento muito importante e que, muitas vezes, não está bastante claro é a transparência que você dá à sociedade em relação às informações que você tem. Então, quando você faz uma pergunta, lá no Censo, sobre a extensão rural, se o sujeito recebe extensão rural pública ou privada, os resultados que você tem depois você compara com a eficiência dos estabelecimentos e pode mostrar como essas políticas estão sendo efetivas e como a sociedade está percebendo esse tema de assistência técnica, em relação ao tema conservação. Então, são vários termos que você pode perceber e isso é fundamental para conhecer essa realidade.

Esse exemplo aqui já foi mencionado pelo colega Eustáquio. É sobre a transformação que o Brasil teve, desde a década de 70, a partir do Cerrado, na produção. Só peguei um eslaide, aqui, mostrando um exemplo que saiu na revista *The Economist*, 2010. Ele fala lá do milagre do Cerrado, mostrando a importância que o Brasil teve na agricultura, tornando-se um dos maiores p*layers.* Tornou-se o único país situado na região tropical que consegue produzir, competir, com os outros grandes *players* que estão na região temperada. O importante é que o Brasil só conseguiu fazer isso graças a conhecer sua realidade. Então, quem, desde antigamente, acompanha isso vai ver que a soja, no Brasil, era produzida somente no Sul. Por quê? Porque pegávamos a semente melhorada nos Estados Unidos. Os Estados Unidos foram lá na China e pegaram as sementes de soja, fizeram o melhoramento e adaptaram as sementes de soja para produzir nos Estados Unidos. Essa semente vinha para o Brasil e você só conseguia produzir no Sul. Somente quando treinamos pesquisadores, os mandamos para fora, eles aprenderam a fazer o melhoramento genético e vieram aqui para o Brasil, é que conseguimos adaptar a soja para que ela fosse produzida nessas regiões tropicais.

Então, é fundamental conhecer a nossa realidade, conhecer os nossos Biomas, para poder desenvolver ciência e tecnologia adequadas. Se não tivéssemos conhecimento da realidade que o Censo traz, dadas as suas características, não íamos conseguir fazer um planejamento para a realidade brasileira. Conhecer a realidade foi o fator que trouxe esse desenvolvimento aí para Brasil nesse tipo de coisa.

Uma questão que preocupa muito as pessoas – e que já foi citada aqui – é a heterogeneidade que existe no Brasil. Todo aquele crescimento da produção é graças a 11% dos estabelecimentos que existem. O resto dos estabelecimentos está naquela situação à margem, colocada aqui. Então, com quais políticas vamos poder desenvolver? Como vamos ter condições de monitorar e avaliar isso se não conhecemos essa realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

propriamente dita e colocada aí? Quais seriam as condições necessárias para gerarmos viabilidade econômica, social e ambiental nesses estabelecimentos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali, se a minha memória não falhou, meu caro Marcelo, o Professor Zander falou em 13% e 87%. Oitenta e sete por cento é o mesmo número que o senhor dá. Aí entre 11% e 13% é uma variação substantiva. Aí há a necessidade, exatamente, da questão dos dados estatísticos oficiais, corretos e seguros, para que os pesquisadores possam trabalhar. Então, essa dúvida...

O SR. ZANDER SOARES DE NAVARRO (*Fora do microfone*.) – Com certeza é ele que está certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom! Inteligente. Obrigada, Professor Zander.

O SR. MARCELO JOSÉ BRAGA – Estou citando 11%.... Por que esse número de 11%? Estou citando dados, a partir do Censo Agropecuário, que mostram esse levantamento que foi feito a partir da análise dos microdados. Só citando os 13%. Se você compara Brasil, Estados Unidos e União Europeia. Lá nos Estados Unidos também é semelhante.

Cerca de 11,2% dos estabelecimentos produzem 87%. Se você comparar, no caso da União Europeia, são 13% aquele valor. Então, assim, existe uma certa semelhança, mas 11% é o dado que tem estabelecido ali, propriamente dito.

Por exemplo, se a gente pegar um programa, que é agricultura de baixo carbono, um programa extremamente relevante, importante para o Brasil, você vê que a base de dados em que ele foi formulado é a base do Censo de 2006, que é uma base de dados antiga. Se você vai avaliar o programa, você nota que existem recursos, mas a demanda por ele é muito abaixo. Por que esse programa é assim? Uma das explicações básicas é a questão de você não utilizar dados de maneira coerente.

Eu queria pegar o exemplo, citar Minas Gerais, mostrar esse problema da heterogeneidade e como a gente analisa isso no Censo, ao longo dos anos. Então, ali é a produtividade da mão de obra, o valor adicionado pela mão de obra. Eu peguei os dados do Censo de 70, 75, 80, 85, 96 e 2006. O branco são as regiões menos produtivas, e os mais escuros são as regiões mais produtivas. Então, você nota que algumas regiões dentro do Estado escureceram mais, elas foram se tornando mais produtivas. Só que a maioria das regiões – se você pegar ali o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha – diminuiu a produtividade ao longo do tempo.

Então, algumas, essa perda de dinamismo, essa perda de produtividade ao longo do tempo é uma questão preocupante para o Estado, sendo que 65% da população economicamente ativa ligada à agricultura está nessas regiões. Então, o que se vai fazer com essa população, qual é a importância social de você ter políticas adequadas para isso? Como é que eu vou formular isso, como é que eu vou pensar isso, se eu não conheço a realidade do Censo?

Um outro dado aqui: nós já tivemos dez Censos ao longo da história do Brasil, desde 1920, até 2006. Antigamente eles eram feitos há dez anos. Não tivemos em 1930, por causa da revolução. Aí você tem uma análise conjuntural da realidade. Não vai dar tempo de eu discutir muito esses números, mas só mostrando para vocês que a gente só consegue ter essa análise à medida que a gente tem essa condição de avaliar isso ao longo do tempo e coisa assim.

Então, hoje, os pesquisadores.... Como é que a gente vai analisar a estrutura agrária brasileira, que é extremamente concentrada? Se você pegar o índice de Gini ao longo dos anos, desde o Censo de 1920 até hoje, você vê que, em 1920, o índice de Gini era 0,83; hoje ele é 0,858. Ou seja, mostrando uma situação de concentração da posse da terra extremamente elevada, e isso não mudou ao longo do tempo.

Se você vir hoje, a cada R$100 de valor bruto da produção agropecuária, 68% vêm da tecnologia, 22% vêm do trabalho e 9% vêm exatamente da terra. Então, a terra hoje não está explicando a produção, se você pegar os dados do Censo de 2006; o que explica mais é tecnologia. Então, esse é o elemento fundamental que a gente tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO JOSÉ BRAGA – ...e só percebe isso através do Censo propriamente dito.

Se a gente analisar aí a questão da comercialização, o Censo é fundamental para as contas nacionais do País, para a gente analisar a geografia agrária brasileira. Então, você tem uma importância extremamente grande, que, muitas vezes, a gente não percebe e não consegue fazer isso propriamente dito.

Então, a proposta, a ideia fundamental que os pesquisadores têm, que analisam isso, é a seguinte: é fundamental a gente ter um Censo Agropecuário a cada dez anos e, para analisar os aspectos conjunturais, a gente pode ter pesquisa amostral, pesquisa nacional da atividade agropecuária, que o IBGE vinha discutindo isso e parou, mas é importante que você tenha pesquisas amostrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E eu quero destacar o papel zeloso que o IBGE tem com o Censo, em trazer informações precisas e estar sempre procurando melhorar, ouvindo os pesquisadores, consultando os usuários.

Eu acho que é louvável esse papel que o IBGE tem. Finalizo aqui com a proposta fundamental que a gente tem para entender isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Marcelo. Cada um, sob a sua óptica, está nos dando uma grande visão da relevância que é a necessidade de termos mesmo esse Censo realizado em 2017. Já estamos devendo ao País e à sociedade brasileira o Censo, porque os dados estão extremamente defasados, porque são de 2006 – nós estamos em 2016 –, há dez anos. O ideal seria, pelo que se fala, a cada cinco anos você ter um Censo amplo.

Para finalizar agora, o usuário também prático, que é o Presidente da Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alberto Broch.

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – O.k.! Muito bom dia!

Em primeiro lugar, eu queria agradecer muito, Senadora Ana Amélia, o convite para participar desta importantíssima audiência pública. E quero dar meu testemunho, como conterrânea do meu Estado, do seu trabalho em nível nacional, mas também da luta pelo nosso Rio Grande e da parceria que a senhora tem também com a nossa filiada, a nossa federação do Rio Grande do Sul, levando os pleitos também da agricultura familiar, de que tanto precisamos.

Eu quero cumprimentar os demais membros da Mesa, pesquisadores, IBGE, nosso respeito. Ouvimos com muitíssima atenção. Saúdo os Senadores com muita alegria, os demais que estão presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de ler aqui, rapidamente, eu acho muito interessante uma fala do Diretor-Geral da FAO, o brasileiro José Graziano. Ele disse o seguinte:

> [É preciso] ter um olhar brasileiro sobre a nossa terra, nossa gente; sua vitalidade [...] que cobram do futuro a sua reivindicação no presente. O primeiro passo dessa engrenagem é conhecer a estatística exata e isenta, dentro da qual pulsa a sociedade que somos e aquela que queremos ser. [...] Nas estatísticas do IBGE, falam os brasileiros que têm voz, rosto, mas também aqueles que são anônimos, como os pequenos agricultores, que antes do sol nascer, lavram e colhem uma fatia substancial da dieta dos brasileiros.

Eu digo assim porque, para a Contag, é de fundamental importância o Censo Agropecuário. Nós até o concebemos, Senadores, não como uma despesa de Estado, mas como um grande investimento, porque, através de um grande recenseamento agropecuário brasileiro, permitir-se-á que os governos possam acertar mais nas políticas públicas e embasarão a nós, inclusive, dos movimentos, a pautar algo mais verdadeiro, mais real.

O mundo se transformou muito nos dez anos. Eu tenho certeza de que, talvez, esse novo Censo nos dará algumas surpresas, porque os avanços tecnológicos, as mudanças climáticas, as políticas públicas existentes nos últimos anos, tudo isso são fatores de transformação. E acho até que seria importante que o Censo dialogasse com, por exemplo, a DAP, que são o maior Censo que nós temos hoje.

Por exemplo, cadastramento da agricultura familiar. O CAR, por exemplo, que foi o Cadastro Ambiental Rural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cadastro Ambiental Rural!

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Tudo isso nós podemos casar com os inúmeros dados que nós temos para aperfeiçoar o nosso conhecimento com o intuito de nos conhecermos melhor e, a partir disso, podermos acertar mais nas políticas que o País precisa ter para esse setor. Tão importante, como já foi dito aqui, nesta Mesa, econômico, social, ambiental e, acima de tudo, para a segurança e a soberania alimentar do nosso povo.

Portanto, o Censo Agropecuário, no nosso entendimento, já deveria estar acontecendo. A nossa expectativa é de que, em 2017, realmente aconteça. E eu fiquei muito feliz aqui, se não me falha a memória, eu vi da Senadora uma luta desta Comissão e do Senado para encontrar recursos para isso, porque, se não tiver os recursos necessários para fazer esse Censo, dificilmente ele acontecerá. Acho que o IBGE nos mostrou aqui já uma série de coisas em andamento e, se não tiver os recursos, vão ser adiadas. E é muito importante que ele aconteça, se possível em 2017, para que nós possamos ter esses dados, conhecermo-nos melhor a partir de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Portanto, o nosso testemunho aqui, como entidade representativa de um setor importante da agricultura familiar brasileira, nós damos o nosso apoio e o nosso depoimento, a nossa luta política em prol da realização do Censo. O que nós vamos falar aqui – não vamos entrar nos dados técnicos, porque aqui os nossos especialistas já colocaram – é dar o nosso apoio no sentido de que o País faça o recenseamento.

Nós temos o IBGE, que talvez seja um instituto que nos orgulha muito pela sua qualidade técnica, isenta, e nós precisamos apoiá-lo com recursos para que ele possa fazer um grande recenseamento que possa visitar todas as propriedades no Brasil! Que possa, no nosso entendimento, usar a metodologia de 2006, mas, se for possível, Prof. Luiz, avançar no ponto de vista de quanto mais dados nós possamos ter, do ponto de vista do que realmente somos, do que realmente fazemos, do que realmente produzimos, quem tem assistência técnica, quem não tem; quem tem educação, quem não tem; quem tem acesso a isso, quem não tem, onde somos, em que parte do país, porque nós somos um País muito diverso. Nós temos realidades extremamente diferenciadas dentro das nossas próprias regiões. Isso permitirá, para a Contag ter uma visão de, cada vez mais, qualificar as políticas públicas, de acordo com as realidades locais. Não podemos ter para os nossos pampas gaúchos a mesma política do Cerrado, a mesma política do Pantanal ou do Semiárido, dos ribeirinhos e assim por diante.

E nós entendemos, queremos colocar inclusive toda a força da nossa instituição, dos centenas de programas de rádio, dos nossos mais de 4,2 mil sindicatos ligados à nossa Confederação, no sentido de sermos parceiros na divulgação, na mobilização, no trato com os agentes que vão nos visitar, para que possamos mobilizar o meio rural brasileiro com as nossas forças, para que possamos nos empenhar em termos um bom Censo Agropecuário.

E isso permitirá, sem dúvida nenhuma, nós termos as políticas qualificadas para o nosso País.

Eu sei que nós vivemos em uma polarização muito grande do ponto de vista da agricultura patronal, do agronegócio, da agricultura familiar, e a Contag tem uma visão de que o Brasil tem lugar para todo o mundo: tem lugar para o grande, tem lugar para o pequeno, tem lugar para todo o mundo. Nós somos um País abençoado para isso. O que nós precisamos é de políticas específicas para cada um deles. Nós não podemos ter a mesma política para todos. E, por isso, eu até ouso aqui, pela liberdade que eu tenho nesta Casa, da grande democrata que é a nossa Senadora Ana Amélia, sugerir uma luta que, para a Contag, é fundamental, que nos empenhemos com o Governo Federal para que possamos pedir o restabelecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ontem, nós fizemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados, com o nosso Deputado Heitor Schuch e tantos outros Deputados de todas as tendências políticas, no sentido de que, nesta visão, é uma pasta tão necessária em um País que tem uma quantidade enorme de agricultores familiares, ainda que não saibamos muito bem, há um grande debate sobre até onde é, se a lei que está ali é a mais correta ou não, se devemos mudar ou não.

Eu acho que nós estamos abertos para melhorar tudo o que existe nas conquistas. O fato é que nós temos um grande diferencial na agricultura e que todos eles têm a sua importância econômica, social, política. Ai de um país que não cuide de sua agricultura familiar! Ele perde a sua cultura, ele perde a sua riqueza, ele perde a sua gente, e ninguém quer um interior sem gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Os nossos Municípios, mais de 60% deles vivem, na sua base, com a sua grande maioria, na agricultura familiar.

Portanto, o nosso depoimento, Senadora Ana Amélia, de fortalecer a ideia do Censo Agropecuário. Temos uma expectativa de que ele se realize no próximo ano, e, com isso, sejamos capazes, tanto o Parlamento como os Executivos e as próprias organizações de podermos acertar melhor nas políticas do nosso campo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Alberto Broch.

Exatamente para reafirmar, eu, como comunicadora, que aqui eu gostei muito, porque o recenseador, nesses momentos de insegurança, com a criminalidade aumentando, inclusive chegando à zona rural, quando você faz uma informação antecipada, "Olha, você vai receber a visita de um recenseador", ele chega, você está preparando o terreno para que ele seja bem recebido, e não com desconfianças, porque ele vai precisar perguntar coisas que a pessoa vai ter receio de dizer, ela não sabe para que finalidade, mas se ela está informada, o produtor rural, pelo veículo em que ele acredita, que é o seu sindicato, a sua entidade, o seu programa de rádio, ele, então, sabe que ali tem uma fonte fidedigna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, por isso eu realmente quero cumprimentá-lo, ao disponibilizar esse instrumento poderoso de comunicação para, digamos, tranquilizar e dizer: "Olha, receba bem o recenseador, que ele está ali para beneficiá-lo e não para criar-lhe problemas". Então, essa questão é muito importante.

E eu queria dizer ao Prof. José Eustáquio, também na área de comunicação, que aqui os Senadores me cobram porque sou muito.... É a questão do tempo e da comunicação. São 9 horas; por uma hora ouvimos cinco pessoas com um conteúdo de um valor extraordinário. O que foi dito aqui, números ficaram muito bem fixados. Significa dizer que, em dez minutos, é possível, sim, você trazer conteúdos que você fixa o essencial. E o essencial, como disse o Pequeno Príncipe, "é invisível aos olhos". Mas, a gente fica na consciência da relevância que tem o tema.

Então, queria agora disponibilizar a palavra aos Senadores – Senador Moka, Senador Roberto Muniz e Senador Flexa Ribeiro – para os questionamentos ou para as observações que considerarem relevantes, nessa audiência extremamente valiosa.

E eu queria, Senador Moka, antecipadamente, dizer que esta urgência acontecendo.... Ela deveria ter sido feita antes da presença do presidente. E queria agradecer aos Consultores Legislativos do Senado. A iniciativa não foi da Senadora; foi deles. E queria dizer que isso é uma forma democrática de você compartilhar a experiência de pessoas, que nos dão o suporte técnico legislativo – aqui somos generalistas – para oferecer.

Então, muito obrigada a vocês, que sugeriram esta audiência. Nós apenas compusemos uma Mesa, que penso que refletiu, com muita relevância.... Até uso a palavra do Alberto Broch para dizer que isso não é um gasto, isso é um investimento e um investimento inadiável, necessário, eu diria até urgente.

Então, Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente Ana Amélia, Luiz Fernando Rodrigues, Gerente Substituto do IBGE, Prof. José Eustáquio, que colocou exatamente uma coisa que tenho comigo de muito tempo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há muito tempo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você não sabe a dificuldade na hora de colocar isso na lei. É uma briga, porque há parlamentares que acham que esses produtores têm que ficar reféns desse tipo de renda, de gente. Por esse conceito de agricultura familiar, o cara não pode ter um empregado, ou pelo menos até pouco tempo não podia; tem que ser só família. E, aí, os filhos vão ficando maiores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vão saindo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... e a pessoa, com uma certa idade, não pode contratar – e veja o absurdo que é isso –, porque senão eles ficam fora do conceito de agricultura familiar.

Quero dizer que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, é um Estado que não é diferente dos outros, mas é que há um conceito, sobretudo... Este Congresso, 80% ou mais dele, é urbano; ele não conhece o campo, simplesmente não conhece, Prof. Navarro, que fez uma palestra muito esclarecedora. Eles não conhecem!

Por exemplo, quando você diz que 11% ou 13% de toda a produção está concentrada na grande produção, no grande fazendeiro, vem aquela ideia do fazendeiro, o cara de camionete, não sei o quê, rico e tal, sendo que a maioria dos produtores – e está aqui o Alberto para me dizer – vivem com muita dificuldade, alguns vivem com o leite, com uma pequena leiteria, é a sobrevivência dele. Então, isso é que precisa mudar, a mentalidade também.

E tenho certeza, Luiz Fernando, de que haveremos de conseguir esse censo, se Deus quiser, em 2017, e vamos encontrar uma realidade completamente diferente. Há pouco tempo, falava-se em 100 milhões de toneladas, era um negócio absurdo. Hoje, estamos produzindo mais de 200 milhões. Então, veja como isso é impressionante.

Ele disse também – e é verdade – que a agricultura produz, exporta e é responsável pelo superávit da balança comercial. Se você tirar a agricultura, todas as outras indústrias, tudo que se produz é deficitário na balança comercial. Quem salva a balança comercial deste País é a produção agrícola.

Agora, não pode ficar só o grande produtor. Temos que ter uma visão clara disso. Todos têm que crescer! Torço para que, um dia, o pequeno seja médio e o médio seja o grande. É essa a mentalidade que temos que ter, e, para isso, precisamos de um censo, para ajudar a planejar e fazer políticas focadas, de forma correta e eficiente, para fazer com que cada vez se produza mais, com mais produtividade.

O Dr. Marcelo disse do ABC. Por que não funciona? É uma burocracia, pelo menos era, para você pegar recursos desse programa de baixo carbono. Era uma loucura. O cara desistia. Tínhamos milhões de pastagens degradadas que poderiam ser incorporadas ao setor produtivo e não são, sem derrubar uma única árvore, protegendo o meio ambiente, com um programa que facilitasse esse crédito.

Então, acho que o censo... Só que não é esse o objetivo da audiência. O objetivo da audiência, aqui, é o seguinte: vamos ter que travar uma luta com a área econômica do Governo e mostrar a importância que tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O valor é de R$1,2 bilhão, mas, se você escalonar isso em dez anos, é como se você gastasse R$120 milhões por ano para fazer. E, segundo o Prof. Paulo Rabelo, a partir desse censo, vamos poder atualizar, ano a ano, pela tecnologia já existente, quer dizer, vai diminuir o custo, pois você poderá atualizar, sistematicamente, esse censo. Claro que vão precisar fazer sempre o censo, de dez em dez anos, mas sempre teremos alguma coisa atualizada.

Eu não tenho perguntas. Eu me senti, hoje aqui, realmente, numa audiência pública que valeu a pena ouvir, Senadora. Não tenho pergunta. Tudo que ouvi aqui foram coisas sensatas, equilibradas. Não tivemos uma discussão. Todo mundo aqui está torcendo pela mesma coisa. Temos que fazer o censo, e o censo não é só importante para o setor agropecuário. Havia uma falácia antiga segundo a qual um país em que a indústria não fosse a coisa mais importante não era um país desenvolvido. E isso, há muito tempo, não é mais assim.

O nosso País tem uma outra vocação, e o Prof. José Eustáquio disse isso. Nós inovamos tanta coisa que a agricultura pode ser usada até para demonstrar aos outros setores como se faz isso com eficiência. Até porque, às vezes, os caras ficam reclamando, reclamando, reclamando, mas, quando se vai ver, eles não investiram em pesquisa, eles fizeram o dever de casa. E muitas vezes não fizeram mesmo.

Mas, para encerrar, digo o seguinte: não tenho pergunta. Quero dizer que sou um daqueles que, juntamente com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Roberto, com o Senador Flexa Ribeiro, vamos brigar. E peço que nos ajudem, nos seus Estados, a trazer mais Senadores para essa batalha, porque a área econômica sempre vai argumentar que, se tirar o dinheiro de lá, você vai ter que cortar em outro lugar. Não tem como não fazer isso.

E até foi dito que, talvez, a gente possa começar, Senadora Ana Amélia, a fazer um fatiamento. Vamos fazer uma parte, logo em seguida, a outra, e terminamos o ano com o censo feito. Não precisamos começar já com R$1,2 bilhão, até porque não vamos gastar isso tudo de uma vez só. Vamos começar com o essencial, mas vamos começar a fazer, contratar as pessoas, mandar esse pessoal para o campo, comprar os aparelhos que agora precisamos ter; enfim, começar a fazer e mostrar a importância desse censo, não só para a agropecuária, para a sociedade brasileira.

Daqui a pouco, vamos dizer que produzimos tanto e nós não vamos ter como provar isso, não temos, estatisticamente, como dizer que isso é verdade, isso não é, porque não temos dados estatísticos que comprovem o que estamos dizendo.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

No nosso Regimento há o art. 14, e o art. 14 é sempre invocado, Prof. Eustáquio, quando um Senador faz referência a outro Senador. Claro que o art. 14 é invocado sempre quando há uma crítica, uma cobrança, então ele tem um tom de gravidade. Mas, fazendo uma brincadeira, como o Senador Moka citou seu nome, aplico o art. 14 num bom sentido, agora.

Então, como o Prof. Eustáquio foi citado e também porque manifestou o desejo de fazer uma observação, dado o tema que ele abordou e a coincidência do seu ponto de vista, de que sou testemunha há muito tempo, Senador, passo a palavra ao professor para responder ao Senador Moka.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO – Fiz o curso de Economia na Universidade Federal de Minas Gerais e escutei muito, a minha vida inteira, o que era a tese estruturalista da Cepal. A tese estruturalista da Cepal dizia o seguinte: países agroexportadores estavam fadados à marginalização do desenvolvimento tecnológico. E eles viam assim pelo seguinte: você exportava matéria-prima e importava tecnologia. Ocorre que a agricultura mudou tanto, nesses cinquenta anos, que a gente não pode falar que houve revolução verde no Brasil. O que houve no Brasil foi construção de novo conhecimento.

O Prof. Marcelo falou sobre a soja. Não seria possível produzir soja, na quantidade que a gente produz, sem conhecimento local. E aí a tese estruturalista praticamente tributa um setor extremamente importante, que desenvolve conhecimento e tecnologia, em detrimento da indústria.

Então, acho que a gente tem que começar inclusive mudando a cabeça dos economistas, mostrando o seguinte: a tese estruturalista não funciona hoje. E o que é importante é o aumento da produtividade do trabalho. Então, se você aumenta a produtividade do trabalho, seja qual for o setor, você está aumentando o valor agregado, você está aumentando a renda dos produtores, você está minimizando a desigualdade, e assim vai. Então, acho que a gente tem que começar.

Para fechar, é o seguinte: na última década, eu vi vários economistas, alguns renomados, falando de desindustrialização da economia brasileira. Para fazer a argumentação da desindustrialização eles utilizam o que a gente chama em economia de Teoria Renda da Terra de Ricardo. A Teoria Renda da Terra de Ricardo diz o seguinte: você só incorpora as regiões mais afastadas depois que você incorporou as regiões mais produtivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E a teoria da renda de Ricardo não explica a incorporação do Centro-Oeste na dinâmica produtiva. Agora, por que não explica? Porque tecnologia pode ser, sim, gerada no setor agropecuário. E os economistas relutam em entender isso. Eu acho que o ponto central é basicamente este.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Saímos da revolução industrial para a revolução agrícola, agropecuária.

E aqui também o dado que o Prof. Marcelo citou, apenas para confirmar esse ponto de vista absolutamente lógico do Prof. José Eustáquio: 68% da produção agro é tecnologia e 22% são trabalho. Então, é para se ter uma noção do peso que isso tem.

É que, naquela época, havia uma visão ideológica mais do que uma visão técnica do ponto de vista de dados: dois mais dois são quatro. Não era esta a percepção, podia ser 4,5 ou 5. Então, a questão ideológica, digamos, tira o aspecto do real para o aspecto que você deseja que seja, a utopia, a forma de ver, a sociologia ou outro dado que não é o dado econômico em si.

Senador Roberto Muniz, para as suas considerações e suas indagações.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Serei breve. Também não tenho nenhuma pergunta, porque preciso usar um pouco depois o tempo para fazer a apresentação do nosso projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu aproveito apenas para dizer aos Senadores que, logo após terminada esta audiência, nós vamos ter a leitura de um projeto do Senador Roberto Muniz, que vai fazer a apresentação do projeto aqui para nós todos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria parabenizar todos os expositores, porque vocês trazem um vigor de ideias, de conceito da importância do campo. E acho que todas as falam convergem na importância do censo.

Mas eu acho que vocês trazem algo que vai além do censo, que é a falta de senso comum sobre a importância da vida rural. As pessoas perderam essa capacidade de enxergar isso. Acho que o ambiente urbano tem sido muito opressivo à sociedade rural. Nós estamos aqui hoje vivendo um dos problemas maiores, que é a tentativa de uma classe urbana esmagar a cultura da vaquejada. Isso reflete muito essa leitura que nós estamos vendo neste painel.

É claro que não queremos os maus-tratos aos animais, mas a desimportância com que o Supremo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o rural.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A desimportância com que isso foi tratado nessa decisão do Supremo, que tem sido apoiado pelas pessoas da vida urbana sem conhecerem a realidade do campo, remonta ou desmonta a ideia de que o Brasil está unido e de que o brasileiro é um povo gentil.

Eu acho que há esse esgarçamento dessa visão em que você separa o campo da cidade, como se a cidade vivesse dos supermercados, da compra das gôndolas, e como se atrás das gôndolas não existisse mais nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do leite em caixinha.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É, o leite surge da caixinha, o extrato de tomate vem da lata.

E essa percepção que vocês nos trazem só nos traz a certeza de que vamos ter que criar um bom combate, Senador Flexa, Senador Moka, Senadora Ana Amélia.

Aí eu acho que é essa confluência, tendo a bandeira do censo como algo que nos converge, mas muito mais do que o censo, a vontade de fazer com que o País olhe o setor agrícola, a vida rural como um sustentáculo e essa projeção que os senhores trazem para o futuro do Brasil, olhando para esse pedaço de Brasil que é, muitas vezes, esquecido.

Eu só queria trazer uma questão que acho que também é fundamental, para finalizar. Precisamos entender que, apesar de 13% dos produtores – ou 11%, ou 12% – terem 87% da riqueza, a diversidade da produção está na mão dos outros 87%. Então, nós não vamos construir uma sociedade melhor se formos comer só macarrão e frango. Nós temos os produtos agrícolas que são produzidos por aquela comunidade que está no campo, pelos agricultores familiares, que fazem essa diversidade que sustenta uma nova economia, uma economia moderna, que é a economia da gastronomia, estabelece um campo muito novo para você olhar o País, que sustenta o turismo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O artesanato.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... o artesanato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, nós temos uma cadeia produtiva que é usada por outros setores e que está nessa diversidade do campo.

Então, precisamos sustentar esse olhar e trazer para dentro sempre uma questão da qual não podemos nos esquecer: grande parte do território do Nordeste está no Semiárido, nós convivemos ali abaixo de 500mm, 600mm³ de água por ano, quando há. Então, também temos que entender que essa diversidade precisa estar tratada no planejamento como algo muito específico se quisermos desenvolver essa convivência com a seca.

Era isso o que eu queria dizer.

Parabenizo todos vocês.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me, Senadora.

Eu não poderia deixar de citar o Prof. Zander Navarro, pelo seguinte. O censo vai chegar ao final e nós vamos ter que realmente decidir o que nós queremos com essas pessoas. Nós vamos continuar deixando que esse êxodo rural inche as grandes metrópoles ou nós vamos fixar o homem no campo, levando tecnologia, fazendo com que os filhos tenham acesso a isso?

Acho que a fala do Prof. Navarro é realmente uma fala de sociólogo, com um alcance muito grande, que até ultrapassa essa questão estatística, numérica do censo; ela dá um valor ainda maior.

Eu queria também saber, depois, se as pequenas propriedades, quando se juntam em grandes cooperativas agropecuárias, são colocadas como grandes estabelecimentos. Porque, muitas vezes, você não conta a pequena propriedade, e sim a cooperativa, que passa a ser alguma coisa grande. Mas essa cooperativa é formada de centenas, às vezes, de pequenas propriedades rurais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria então passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Aqui está, apenas para a ciência dos nossos palestrantes e dos nossos telespectadores, a representação de um pedaço do Brasil. Eu sou do Rio Grande do Sul; o Senador Moka, de Mato Grosso do Sul; o Senador Roberto Muniz, da Bahia; o Senador Flexa, do Pará.

A Bahia, inclusive, está dentro do Matopiba, citado pelo Prof. José Eustáquio, que é Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Então, este é o Matopiba. Quando se fala, naturalmente, nem sempre se sabe o que quer dizer mais essa sigla usada no Brasil.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Tem que dar um jeito de colocar o Pará e Mato Grosso do Sul. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, Senador Moka. Eu conversava com a Ministra Kátia Abreu, quando ela fazia, com veemência, a defesa do Matopi. Eu dizia: inclua o Pará também, porque está no limite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É fronteira, bem no cantinho ali.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mato Grosso do Sul está mais afastado, ainda tem Mato Grosso no meio.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Já está querendo me excluir. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Moka briga muito aqui pelo seu Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, senhores convidados, Srs. Senadores, às quintas-feiras, às 8h, pontualmente, a Senadora Ana Amélia abre a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e nós sempre temos aqui a oportunidade de enriquecer os conhecimentos nossos. S. Exª teve a oportunidade de falar aí que nós somos generalistas, nós somos obrigados, pelo trabalho e pela procuração que os nossos eleitores nos deram, a entender um pouco de tudo e nos aprofundar na necessidade da discussão dos projetos. Mas a audiência de hoje, como a anterior, do Presidente do IBGE, nos traz uma reflexão muito importante. Lamentavelmente, o Brasil ainda não deu a importância que tem o estudo estatístico, a continuidade de você ter um acompanhamento dos dados para que possa, como foi dito aqui, conhecer o passado e planejar o futuro. Senão, você faz por um achismo, e não com segurança.

Então, o que se vê é que nós descumprimos, Senador Roberto, o próprio ordenamento legal, o art. 1º da Lei nº 8.184, de 1991, que define a periodicidade do censo demográfico a cada dez anos e do econômico a cada cinco anos. E aí fica por isso mesmo, deixamos de fazer, não temos dados definidos, seguros.

E fazemos avaliações nas nossas políticas públicas ou propomos políticas públicas achando que estamos com dados certos, quando podemos estar incorrendo em erro.

A relação que foi colocada aqui, da concentração da produção, ela se dá muito mais.... Acho que daí a importância da agricultura familiar, porque a agricultura familiar produz para o consumo da sociedade, e a agricultura, vamos dizer, mais industrializada é para exportação. É ela que está aguentando o Brasil ao longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

desse tempo. Isso é uma verdade, nossa balança comercial está sendo suportada, e o Brasil não está numa situação mais crítica do que se encontra.... Nem sei se poderia estar. É tão crítica a situação hoje, que não sei se chegamos ao fundo do poço ou não. Espero, Senadora Ana Amélia, que tenhamos chegado e possamos dar um impulso para cima.

Mas há duas bases que definem e sustentam a balança comercial. Uma é a agricultura familiar, na base da exportação, a outra é a mineração, os produtos primários que são exportados.

O Dr. José Eustáquio falou da desindustrialização. É verdadeiro, porque você vai ver que, décadas atrás, a indústria já representou algo próximo de 20%; estamos hoje com 12%. Então, estamos perdendo espaço e estamos voltando ao tempo do Brasil colônia, somos exportadores de matérias-primas para o resto do mundo. Então, isso precisa ser invertido.

Eu também quero parabenizar todos vocês pelas informações que nos passaram. Perguntei isto ao Presidente do IBGE: os recursos para o censo de 2017 já estão assegurados para que ele realmente venha a acontecer, ou nós podemos chegar a 2017, Senadora Ana Amélia, sem os recursos necessários? E aí o censo não vai, lamentavelmente, ocorrer novamente. De que forma podemos ajudar?

Nós estamos ainda discutindo o orçamento de 2017 na Comissão Mista de Orçamento. Acho que o momento para que possamos ter a possibilidade de assegurar esse recurso é agora, através da própria ação da Comissão de Agricultura junto ao relator setorial, para que definamos esses recursos necessários e eles sejam garantidos, a fim de que se tenha o censo feito realmente em 2017.

Quero parabenizar a todos pelo trabalho de cada um e do conjunto, porque o conjunto é que leva o Brasil para frente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Quem imaginaria que o Pará é um produtor de chocolate – de cacau, não de chocolate. Estou falando da diversidade do Brasil, um país deste tamanho. Falava-se sempre de Ilhéus nos livros de Jorge Amado, e, hoje, o Pará e Rondônia são Estados produtores de cacau. E o Pará, como diz o Senador Flexa, vai superar a Bahia, pelas condições.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Por enquanto, não. É mais propaganda do que verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom. (*Risos.*)

Estive lá em Ilhéus, Senador Roberto Muniz, visitando a região produtora de cacau e vi o trabalho que os pesquisadores estão fazendo para criar uma planta menor, uma planta mais produtiva.

Há uma questão ambiental incrível, que é aquele manejo que é feito da cabruca. Conheci o cabruca real, é uma coisa fantástica, maravilhosa. Então, nós temos muita coisa.

Mas eu queria fazer apenas uma observação à provocação feita nesta Comissão pelo Prof. Zander Navarro, que é uma pessoa respeitadíssima. Concordo com ele em relação ao preconceito. Acho que existe é um preconceito em relação em relação à produção rural por termos as grandes regiões metropolitanas do País hoje concentradas no litoral. Você pega o Norte do Brasil, há uma densidade populacional muito rarefeita, muito pequena.

Eu penso que hoje, Prof. Zander, pelas deficiências de transporte na zona urbana – o trabalhador gasta várias horas para sair da sua casa e chegar ao trabalho –, com o problema do aumento da violência, gravíssimo problema, o que está acontecendo? Há uma migração da população para cidades médias e, às vezes, até pequenas – famílias, há relação. E também há a possibilidade de ele ter uma vida mais tranquila próximo do centro, onde possa ter a universidade, enfim.

Mas aí volta: se a deficiência no transporte, na mobilidade urbana é grande nos centros urbanos, metropolitanos, na zona rural, você hoje não pode dispensar acesso à informação via internet, todas as redes sociais. Aí você não tem energia, porque é monofásica, não tem alcance, você não ter as redes de serviço de telefonia celular. Como é que um jovem vai se manter lá? Então, há essa estrutura. Por isso, o censo precisa mostrar essa realidade para indicar: ali temos que investir mais em toda essa infraestrutura, para que essa produção seja qualificada. Então, eu penso que esse é um serviço e que esse censo vai resultar nessa nova cultura que temos.

A ficção também mostra o preconceito. O Velho Chico, Senador Roberto Muniz, foi que mostrou muito pouco da Bahia, um pouco do Nordeste, a novela do Benedito Ruy Barbosa, mas ainda de forma estereotipada, com aquele negócio do coronel mesmo. Então, mesmo que tenha glamourizado as cenas, com imagens muito bonitas, ainda assim, mantém esses preconceitos em relação ao social.

Eu queria agradecer imensamente, nesta audiência pública, a contribuição valiosíssima que foi dada pelo Luiz Fernando Pereira Rodrigues, Gerente Substituto do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Geografia e Estatística (IBGE).

Como você pode testemunhar, nós estamos fazendo um esforço enorme para que o censo seja realizado. Conforta-nos saber que vocês não estão parados, mas estão trabalhando para fazer pelo menos o básico, o mínimo possível para a estruturação do censo.

Agradeço ao José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Professor de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília, pela qualidade do que falou aqui.

Agradeço ao Prof. Zander Navarro, pesquisador e sociólogo, que nos trouxe também aqui uma visão sociológica disso, porque nós precisamos ter essa clareza também.

Agradeço ao Marcelo José Braga, presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural e Professor da Universidade Federal de Viçosa.

Obrigada também, Marcelo, pelos conhecimentos que nos trouxe aqui.

E agradeço ao nosso Presidente da Contag, Alberto Broch, pela contribuição e pela defesa também da necessidade de termos este censo agropecuário e pelo que disse em relação ao IBGE. É uma instituição de Estado, da qual nos orgulhamos muito.

Então, dito isto, encerro esta primeira parte para continuar a parte de deliberação. Estão dispensados os nossos expositores.

Muito obrigada a todos os senhores. E contem com esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Estão dispensados todos.

Entramos na segunda parte desta reunião e desta audiência, a apresentação pelo Senador Roberto Muniz do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2016, de sua autoria, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

Comunico que o Avulso da matéria está sobre as bancadas para acompanhamento pelos Senadores.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, eu queria, primeiro, agradecer à senhora a possibilidade de fazer esta apresentação, porque não é prática usual aqui desta Casa. Quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, que, apesar de ter um horário médico, está aqui nos apoiando. Eu quero agradecer ao Senador Moka, que disse que vai voltar. Mas quero também agradecer a algumas pessoas que participaram da formatação.

Já podem começar a colocar, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu convido V. Exª a vir aqui, para facilitar sua exposição, pode ficar aqui ao lado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, eu queria aproveitar para agradecer aqui, publicamente, além da presença, o trabalho e o apoio que tive de alguns servidores lá do Governo do Estado da Bahia.

Aqui está presente o Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Vitor Bonfim, um jovem Deputado Estadual também muito comprometido com a vida no campo; o Dr. Reub Celestino, Chefe do Gabinete da Seagri; o Adriano Bouzas, que é Diretor da Seagri; o Paulo Emílio, Assessor Técnico que foi Diretor da Agência de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia.

Vou aproveitar para agradecer também a José Mário Carvalhal, que é Fiscal Agropecuário; a Marcos Prinz, que é Fiscal Agropecuário; e a Dr. Rui Leal, que é Diretor de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (Adab).

Quero também agradecer à minha esposa, Maria Tereza, que faz parte dessa equipe, que não está aqui, está na Bahia.

Quero agradecer ao Diretor de Pesquisa da SEI, Armando Castro. Ele é Diretor de Pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, que é um órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado.

Agradeço também à Drª Graciane Castro, que aqui representa o Dr. Rangel e que é chefe da Divisão de Apoio à Governança do Suasa no Mapa, Ministério da Agricultura, porque apresentamos esse projeto no Mapa, e o Mapa participou. Ela está aqui representando o Ministério da Agricultura. E, ontem, tivemos uma conversa técnica com avanço nesse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria dar as boas-vindas a todas as pessoas citadas que estão presentes nesta nossa audiência pública, agradecendo muito também, em nome do Senador Roberto Muniz, por essa colaboração. E a Comissão se sente honrada com a presença de todos os senhores e as senhoras.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu vou passar a primeira etapa. Pode passar.

Esse contexto agropecuário era uma apresentação para pessoas que não entendem. Falamos tanto do contexto agropecuário que eu acho que não precisamos falar sobre a relevância do setor agropecuário.

Pode passar.

A audiência já demonstrou essa importância, não é, Senador Flexa?

É muito importante dizer que nós avançamos em programas governamentais importantes para a sanidade do Brasil, como o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – pode passar – e o Programa Nacional de Sanidade Suídea.

O crescimento do valor bruto da produção agropecuária também demonstra essa importância.

E isto também é muito importante: o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que deu toda a base de sustentação para podermos propor esse projeto de partilha dos recursos.

É importante colocarmos esse contexto, pois o nosso projeto, que apresentamos à Casa, ao Senado, relaciona-se com todo esse contexto já colocado tecnicamente pelo Ministério e seguido por todos os Estados do Brasil.

Pode passar.

A importância desse projeto é criar um sistema robusto de defesa agropecuária com critérios de partilha objetivos do recurso. Na fala do Dr. Zander, ele colocou uma coisa importante: a falta de discussão com base técnica. Então, o que queremos trazer para dentro da partilha desses recursos são diretrizes técnicos para poder fazer um aperfeiçoamento no sistema atual. O que se quer é aperfeiçoar o planejamento, fazer uma visão de longo prazo; criar a padronização do *status* sanitário no Brasil ou ampliar essa padronização, que já existe e que é uma luta de anos e anos pelo Ministério da Agricultura; melhorar a execução dos recursos do Mapa já destinados atualmente para os Estados, principalmente, atuando diretamente no enfrentamento da questão de que esses repasses são feitos através de convênio, não dando uma ideia de caráter continuado a essas despesas; sistematizar o repasse de recursos para os Estados; uniformizar e equalizar os critérios de distribuição dos recursos entre os Estados; ter um maio controle do Mapa das ações de defesa sanitária agropecuária em todos os Estados da Federação; e ampliar a melhoria das estruturas estaduais de defesa sanitária.

Pode passar.

Já existem algumas certificações, já existem algumas exigências legais para acessar esses recursos. Também foi colocado. Aí começa a partilha. São três momentos: olhar o *ranking* dos indicadores, ver o método de cálculo e as simulações possíveis.

Pode passar.

Os parâmetros. Então, os primeiros parâmetros são parâmetros físicos e territoriais. Junto desses, Senador Flexa, vai haver parâmetros técnicos e demográficos e parâmetros econômicos.

Os físicos e territoriais. Para toda a base desses dados, nós buscamos fontes que fossem credenciadas e creditadas pelo próprio Governo Federal – aí está a fonte do IBGE. Então, o que nós olhamos na questão dos parâmetros físicos e territoriais? O *ranking* da área plantada, porque o tamanho da área plantada requer um olhar específico e um peso para que façamos a partilha dos recursos.

Pode passar.

O *ranking* das fronteiras internacionais. Muitas vezes, os Estados, Senador Flexa, não são grandes produtores, mas eles são estratégicos no planejamento da defesa por ter esse *ranking* de fronteiras internacionais. Então, também trazemos esse indicador técnico que facilita termos um olhar sobre a importância de a defesa estar nesses Estados.

Segundo, o *ranking* de imóveis rurais cadastrados, porque, à medida que você tenha mais imóveis, mais dificulta você fazer o censo e, claro, também as ações de defesa, porque elas se pulverizam.

Nos técnicos e demográficos, olhamos os *rankings* de rebanho de bovídeos – pode passar –, de galináceos e de suídeos. Alguns Estados têm uma certa relevância nesses *rankings* com esses rebanhos. Então, o que encontramos? Uma forma de você poder fazer a equalização dessas diferenças. Então, já começamos a perceber que, em algumas telas, sobressaem alguns Estados, e isso vai criar um equilíbrio – Senador Moka, muito obrigado por estar aqui – na questão dessa divisão desses recursos.

Pode passar.

Como último dos técnicos e demográficos, o *ranking* da população rural.

Pode passar.

Só voltando, Senador Moka. Nós temos três eixos de parâmetros que são os físicos e territoriais, os técnicos e demográficos e os econômicos, que são os últimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nos econômicos, nós vimos o valor bruto da produção de lavouras, o *ranking* das exportações do agronegócio, ou seja, ao mesmo tempo, temos esse olhar de se aproximar desse novo mercado, e a defesa é a certeza de que nós vamos poder acessar esses novos mercados que o Ministério está buscando e que os produtores também têm buscado para fazer a relação comercial. A sanidade é, sem sombra de dúvida, uma forma de você tirar esses obstáculos. A outra questão é o *ranking* ocupado na agricultura familiar, a que também demos peso, para que não ficássemos com um olhar percebendo a agricultura familiar sem esse poder de crescimento – algo que o Senador Moka sempre tem bastido, ou seja, a escravidão do pequeno produtor sem poder ter acesso ao crescimento, através de tecnologia, acesso a crédito...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nesse aspecto, volte ali, por favor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pode voltar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vejam só que entre os quatro maiores há uma mistura regional interessante: há o Sudeste, o Nordeste e o Sul do País. É a prova de que esse setor tem uma distribuição bastante democrática também.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É verdade, Senadora.

Aí entra uma coisa mais técnica. Estamos aqui com o nosso Diretor, o Dr. Armando. Quando fomos fazer esse projeto, tivemos uma dificuldade de encontrar um modelo matemático que pudesse ser equidistante de todos os interesses estaduais. Aí eu queria ressaltar que os técnicos da SEI – o Dr. Armando foi quem coordenou esse projeto, junto com a Drª Eliana Boaventura – pegaram, Flexa, o modelo matemático da distribuição do FPE. Então, é um modelo clássico, já estabelecido, já internalizado pelos Estados, que cria esse equilíbrio.... Vendo os desequilíbrios estaduais, ele busca esse equilíbrio. E esta é a fórmula matemática que nos dá essa relação do modelo matemático com o interesse de construir esse equilíbrio nas partilhas dos recursos.

Pode passar.

Esta planilha é a que representa o todo. Então, Senadora Ana Amélia, há ali os parâmetros físicos e territoriais, os parâmetros técnicos e demográficos e os parâmetros econômicos. E há os dez indicadores que nós trouxemos para construir esses parâmetros: a área plantada, a extensão de fronteira internacional, imóveis rurais cadastrados; nos parâmetros técnicos e demográficos, rebanhos bovinos, galináceos e suínos e população rural; nos parâmetros econômicos, valor bruto da produção da lavoura, exportação da agropecuária e ocupados na agricultura familiar.

Ao lado, nós temos o peso relativo. E não fizemos a distribuição dos recursos que existem hoje, construímos um modelo matemático. A qualquer momento, entrando nessa fórmula, você pode estabelecer essa distribuição. Nesse peso relativo, nós tentamos fazer o equilíbrio entre os parâmetros físicos e territoriais, que ficariam com 30% do peso, os parâmetros técnicos e demográficos, com 35%, e os parâmetros econômicos, com 30%. Para o peso de cada indicador daquele dentro do parâmetro, nós usamos três níveis: o nível 1, o nível 2 e o nível 3. Nos seis pontos aqui do peso bruto, nos 30%, nós equilibramos a área plantada com a extensão de fronteiras internacionais e com os imóveis rurais. Por isso, ficou 2, 2, 2. Quando fomos para o parâmetro técnico, demos um peso maior para o programa da aftosa e, consequentemente, colocamos o rebanho bovídeo registrado com um peso maior. Aí, depois, galináceo, menor, suíno, e depois a população rural com 2. O valor bruto da produção ficou com 3, exportação agropecuária ficou com 3 e ocupados na agricultura familiar, com 1.

Esse modelo matemático, Senador Moka, é passível de qualquer mudança, à medida que o Ministério da Agricultura quiser fazer uma adequação. Foi criado um modelo matemático, que vamos apresentar, que nós estressamos, estabelecendo até ontem mesmo.... Nós conversamos com Rangel, com Drª Graciane e com Dr. Francisco e fizemos algumas modificações. Exemplo: vamos subir um pouco mais a questão do rebanho suíno, dar um peso maior; quase não modificou, pois as mudanças dos valores para cada Estado ficaram muito pequenas.

Eu queria passar o final para vocês terem uma ideia. No projeto de lei, nós colocamos que 20%, Senador Moka, vão ficar à disposição do MAPA, do Ministério da Agricultura – é uma sugestão, claro – para que ele possa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Para livre aplicação.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Para livre aplicação e para criar alguns projetos específicos, em algum desequilíbrio que ele entenda haver. Exemplo: está chegando um problema ao Acre, vai ter que colocar mais recursos no Acre; algum problema específico no Pará, vai colocar mais recursos no Pará. Assim, ele vai fazendo o reequilíbrio desses indicadores que aí estão.

Outra coisa que foi muito satisfatória para nós que desenvolvemos, os técnicos, é que ele já guarda – dito pelo Dr. Rangel – uma referência já não técnica, mas feita através dos convênios com a quantidade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

recursos que são repassados aos Estados.

Ali está, com um valor de 90 milhões, como seria, mais ou menos, essa distribuição. Se houvesse esses recursos, o Rio Grande do Sul teria 7,5 milhões; o Paraná, 7 milhões; o Mato Grosso, quase 7 milhões; Minas Gerais, 6,7 milhões.... Então, em cima, estão os Estados maiores produtores que estão recebendo esses recursos. Muitas vezes, alguns desses recursos não são nem usados totalmente.

Eu queria só aproveitar aqui Armando para passar para o sistema. Aqui são todos os técnicos que trabalharam na elaboração. Eu queria também agradecer à Consultoria do Senado, principalmente – os outros, eu já citei – o Dr. Eduardo Simão, que é Consultor do Senado Federal, e Gustavo Taglia, e aos nossos colaboradores do gabinete.

Para finalizar, eu queria, para a senhora entender como poderá ser mexido...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse último gráfico fala sobre?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O da distribuição?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O da distribuição. Essa é a proposta inicial. Se mexermos nos indicadores, nos pesos dos indicadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Altera o percentual.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Altera o percentual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, 90 milhões é o valor que existe ou...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não. Aí é o próximo passo. O valor hoje que existe é em torno de quarenta e poucos milhões de reais que são distribuídos para os Estados.

Então, nós vamos ter, depois, Senadora, que fazer uma mobilização para ampliar esses recursos. Nós temos aqui a possibilidade de debater e fazer com que haja uma audiência pública chamando os secretários e o próprio MAPA, porque nós já temos uma pré-estrutura de fundo, que não está sendo bem usada pelo Governo Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E o valor é baixo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É muito baixo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador, foi feito o comparativo do que hoje é distribuído?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Deixamos na mão do Ministério da Agricultura ontem para ele começar a fazer esse estudo, o estudo que chamamos de estressamento, estressar a fórmula e o mecanismo. Mas, pela percepção – aqui está a Drª Graciane – do MAPA, já é um pouco próximo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quanto vai para a Bahia, no sistema de hoje, nos critérios de hoje?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Primeiro, a forma de repasse não é obrigatória, como estamos colocando no projeto, ou seja, é através de convênio, e há anos que tem, há anos que não tem. Hoje, é em torno de R$3 milhões.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me só fazer uma.... Na verdade, eu não me conformo com esses valores. Sabe por quê? Se nós pegarmos só o que nós exportamos de carne, bovinos, suínos, avicultura, nós exportamos 8 bilhões. Essa é a nossa exportação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mato Grosso do Sul?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, o País como um todo.

E aí não se consegue colocar no Orçamento... O Orçamento deste ano veio com um pouco mais de R$150 milhões para a vigilância sanitária.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso aí. São 160 milhões.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É um absurdo isso. É uma coisa que...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E só vão para o Estado 40 milhões.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... tem que proteger, porque vai exportar.

O pior de tudo: se não coloca na LDO, ainda são contingenciados esses recursos aí.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso aí!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só acho – entrando no seu projeto – que existem Estados onde há proximidade com área endêmica. Por exemplo, há lá o Chaco Paraguaio. Então, o perigo de entrar uma doença como a aftosa é maior em alguns lugares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela proximidade com áreas endêmicas. Os paraguaios ficam até meio bravos quando eu falo isso, mas a verdade é que já foi comprovado que o Chaco Paraguaio é o mesmo que tem.... Nós temos uma fronteira seca com o Paraguai...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a Bolívia também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... e com a Bolívia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a Bolívia não tem cuidado, porque ela não tem rebanho para exploração econômica. Aí, nessa questão sanitária, é o Brasil que tem que cuidar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aí tem que ter uma diferenciação.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aí o Brasil tem que fazer a defesa sanitária na Bolívia.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar, para vocês entenderem o modelo matemático. Aquela tabela não é fechada. Por isso, ofertamos ao MAPA esse modelo matemático e também no projeto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É seguido do FPE.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sim.

Vejam só: se for o entendimento hoje ou amanhã do MAPA, junto com a comunidade agropecuária, que precisaria, em vez de ter um peso 3 para o rebanho de bovídeo...

Pode colocar aqui qualquer número, vai pesar 2. E, ao aumentar o peso do rebanho de suíno, para não ficar muito diferente, automaticamente, esse modelo muda os percentuais e, aí, mudam-se os valores que foram distribuídos.

Está dando para comparar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, aquela mudança: o Rio Grande do Sul estava com 8,36, o Paraná 87, ou seja, quase não há uma movimentação, uma alteração perceptível sobre isso.

É possível haver algum tipo de mudança. É isso que estamos ofertando ao Mapa, para eles fazerem esse...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Realinhamento.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... realinhamento com um olhar do Ministério.

E aqui há algumas outras coisas que eu queria, para complementar.

No próprio projeto, ele traz isso, traz para dentro do projeto essa distribuição, esses parâmetros; coloca a possibilidade, se houver contingenciamento, de haver uma distribuição equânime já do valor que foi contingenciado; transformamos a defesa em um custeio de despesa obrigatório de caráter continuado, ou seja, isso vai nos dar a certeza e a convicção de que esses recursos vão estar disponíveis; o regulamento do Mapa vai criar critérios mínimos de estrutura institucional que já existem hoje. Então, à medida que for aperfeiçoando, melhorando essas estruturas físicas e de recursos humanos em cada Estado, ele pode ampliar ou mudar mesmo essa equação.

Há a previsão de planos plurianuais. Os planos plurianuais serão colocados para o Mapa, e o Mapa aprova, para que o Estado tenha acesso a esse recurso. Esses planos plurianuais convergem com a atividade de vigilância e defesa sanitária animal, vegetal, inspeção, inspeção e classificações de produto de origem vegetal e de origem animal e a fiscalização de insumos.

Outra coisa: enquanto isso não for feito, a descentralização não for a fundo, poderá o Mapa fazer através de convênio, ou seja, ter um aumento que seja híbrido até implantarmos os fundos.

A questão dos parâmetros já foi explicada. Essa questão dos 20% para que o Ministério possa fazer esse reequilíbrio. E também classificamos inspeção como uma atividade de saúde pública.

Então, é isso que colocamos.

Ontem, lá no Mapa, eles levantaram uma questão que é a possibilidade de fazer o remanejamento dos recursos que os Estados não usarem, porque, às vezes, o Estado não deseja o recurso ou não consegue habilitar-se para pegar o recurso. E, assim, eles desejam ter a possibilidade de fazer o remanejamento. O projeto de lei não alcança isso e já vai ser uma proposta vinda do Ministério da Agricultura para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, Senadora, em linhas gerais, é isso.

Queria agradecer aos Senadores esta oportunidade e a todos os técnicos do Estado, ao Secretário de Agricultura, que nos possibilitou essa mobilização, e ao Secretário de Planejamento, João Leão, que não está.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a primeira vez que a Comissão de Agricultura faz uma apresentação – pelo menos, na minha Presidência – esclarecedora sobre um projeto de iniciativa de um membro da Comissão, o combativo Senador Roberto Muniz.

A mim me cabe escolher a relatoria. Eu tenho aqui três Senadores – Senador Wellington Fagundes, Senador Flexa e Senador Moka. Eu consulto se, uma vez que a relatoria ainda não foi designada, o Senador Moka não quer brigar por recursos maiores para Mato Grosso do Sul...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tenho uma sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Diga.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não está me ouvindo, porque é uma conversa do Pará com Mato Grosso, só que o Wellington é médico veterinário. Então, eu acho que, entre nós aqui, quem tem um conhecimento mais específico a respeito de vigilância sanitária seria, até pela formação acadêmica, o Senador Wellington.

É claro que não me recusaria a relatar, se o Wellington não quisesse, mas eu acho que ele teria condição, como médico veterinário, de relatar um projeto como esse, porque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Trata da repartição, da partilha dos recursos para defesa agropecuária.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... S. Exª é veterinário.

Eu não sei, porque ele também relatou LDO...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E Mato Grosso está com um rebanho bem elevado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É o maior rebanho do País, é o maior produtor de grãos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, então, por aclamação, V. Exª está sendo convidado a relatar esse projeto que acaba de ser apresentado.

Eu tenho uma sugestão a fazer. Eu tenho a impressão de que, pela relevância que tem, porque isso, digamos, mexe com toda a Federação – e sei que agora é distribuído ao relator e cabe ao relator fazer isso –, a Comissão pode ajudá-lo a encaminhar uma cópia do seu projeto a todos os secretários de agricultura do País, para que eles também tomem conhecimento e façam sugestões.

Aí, faremos uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o projeto, com eventualmente o próprio Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Agricultura (Conseagri) – para não virem todos –, uma autoridade do Mapa, da Fonesa, que é o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, e quatro especialistas em áreas que sejam pertinentes e tenham responsabilidade sobre o que estamos debatendo, que é a questão de defesa sanitária.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu sugeriria cópia para as federações de agricultura também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Poríamos a Contag e a CNA, que são as entidades para fazer e opinar.

Então, é a proposta que temos.

Eu pediria ao Secretário, Marcello Varella, que, já para adiantar o serviço, providenciasse uma atualização dos nomes dos secretários de agricultura dos Estados e fizesse uma correspondência, que eu encaminho, em nome do Senador Roberto Muniz, para esse debate, que, oportunamente, traremos à discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Já antecipo também: não só o Senador Roberto Muniz, pela iniciativa que teve.... Nós somos a Casa de Federação, e acho que a iniciativa do Senador tem tudo a ver com a nossa responsabilidade e com a nossa Comissão, engrandecendo a relevância da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero agradecer às autoridades, aos técnicos da Bahia, do seu Estado, que tanto colaboraram, ao Secretário de Agricultura, aqui presente, um jovem combativo também, como o Senador Roberto Muniz.

O Senador Flexa pediu a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para uma sugestão: quando forem encaminhadas as cópias aos secretários pedindo que eles encaminhem sugestões, que se dê um prazo também para que isso seja feito, para que não fique esquecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. É importante.

Por favor, Marcello Varella, a sugestão do Senador é que, na correspondência, diga-se que eles têm 30 dias para enviar as suas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quero parabenizar o Senador.... Aliás, é um Senador muito atuante.

Eu conversava ontem com o Walter Pinheiro e disse para ele...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Cuida-te, Walter Pinheiro."

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu falei: "Walter Pinheiro, nós já estamos que você fique por lá. Vamos ficar com o Roberto Muniz."

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas há realmente a responsabilidade.

Eu agradeço ao Senador Roberto Muniz, pela contribuição, e também ao Senador Wellington Fagundes, pela acolhida à sugestão dada pela...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para encerrar, eu queria dizer que fizemos um tento muito grande aqui no Senado com a aprovação da MP nº 733, da renegociação das dívidas, que se transformou na lei que foi sancionada pelo Presidente Temer.

Eu queria propor, não sei se é possível, fazermos um grupo de trabalho aqui para dar um acompanhamento a essa questão da renegociação, porque os bancos ainda não normatizaram esse processo.

Então, que fizéssemos um grupo de trabalho para fazermos esse acompanhamento *pari passu*, passando a ter uma proximidade maior sobre a eficiência daquele projeto de lei que aprovamos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos duas, que são o financiamento da dívida ativa e recursos também do próprio financiamento rural.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu penso que o Senador Roberto Muniz pode escolher dois ou três Senadores. Criaremos um grupo informal da Comissão para tratar da cobertura política da Comissão, Senador.

V. Exª está designado para promover e escolher os Senadores para acompanhamento. Estabeleça o calendário de trabalho e participamos disso.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, se eu puder fazer parte, faria, não pessoalmente, mas eu tenho, no meu gabinete, o Nelson, que acompanhou isso, conhece isso, tem a renegociação na cabeça.

Eu acho que ele daria uma grande contribuição.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ele é uma pessoa fundamental para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, já está formado: o Senador Roberto Muniz conta com o apoio do Nelson, que é o assessor técnico do Senador Moka, para iniciar o trabalho.

Aqui nós temos que ser assim.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senadora, pelo apoio que a senhora deu para possibilitar que desenvolvêssemos esse projeto.

Quero agradecer aos Senadores a confiança naquele momento em que o Senador Blairo Maggi veio aqui como Ministro e trouxe toda a equipe. Eu me coloquei à disposição. A senhora foi uma incentivadora para que pudéssemos chegar a este momento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada a todos.

Agradeço também aos telespectadores, aos convidados, às autoridades da Bahia, do Ministério da Agricultura, das áreas respectivas.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 07 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Às oito horas do dia vinte e sete de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Aviso nº 809 do TCU, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2674/2016-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 015.563/2012-0, que trata de reexame interposto pelo Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária no Estado do paraná, Nilton Bezerra Guedes, contra Acórdão 2.174/2014-TCU-Plenário, sobre representação oriunda da equipe de auditoria do TCU (Fiscalis 690/2011), em razão de diversas irregularidades constatadas naquela Superintendência, no âmbito da estruturação de assentamentos da reforma agrária, referente aos projetos "Celso Furtado", criado em 6/12/2004, com 1.080 lotes no Município de Quedas do Iguaçu, Paraná, e "Ireno Alves dos Santos", criado em 30/10/1997, com 934 lotes no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. Após a comunicação, a Senadora Ana Amélia dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 40, de 2016, de sua autoria, destinada a debater a necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal, com a participação do Sr. Eduardo Lobo Naslavsky - Vice-Presidente para Assuntos de Mercado da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA) (representante de: Antonio Mantuano De Luca, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)); Sr. José Luis Ravagnani Vargas - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (representante de: Luis Eduardo Pacifici Rangel, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)); Sra. Claudia Darbelly Cavalieri Moraes - Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (representante de: Thalita Antony de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)); Sr. Raimundo Alves de Rezende - Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) (representante de: Carlos Augusto de Azevedo, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)); Sr. Eduardo Ono - Presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Estevam Martins - Engenheiro de Alimentos – representante do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (CONEPE). A Senadora Ana Amélia, o Sr. Altemir Gregolin, Ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, e o Empresário Thiago de Luca fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta esta reunião no dia de hoje.

Eu queria passar algumas informações.

Ao longo desta semana, tivemos em Brasília uma mobilização de milhares de brasileiros de todas as regiões do nosso País defendendo a regulamentação da vaquejada, que é uma tradição histórica, especialmente na Região Nordeste. Vários Ministros, como o Ministro Blairo Maggi, receberam uma comitiva de vaqueiros que foram defender a realização e a regulamentação da vaquejada. Mais de 6 mil pessoas defenderam essa cultura, com apoio das entidades de classe dos produtores rurais. A Polícia Militar do Distrito Federal calculou que cerca de 6 mil pessoas, 500 caminhões, 1,5 mil cavalos, 60 ônibus e 114 carros estiveram na Esplanada dos Ministérios na terça-feira, dia 25, em um ato público em favor da vaquejada. À noite, ainda de acordo com os organizadores, a expectativa era a de que o público chegasse a 10 mil pessoas, o que pode ter acontecido.

Os Parlamentares que são membros da Associação Brasileira de Vaquejada e da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha falaram no carro de som. Durante o protesto, foram anunciadas reuniões com a comitiva, o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e com o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, na sede do Ministério. Também foi anunciada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, nas Comissões do Esporte e de Meio Ambiente, tratando do mesmo assunto.

Aliás, o Ministro Eliseu Padilha recebe hoje, a meu pedido, líderes dos caminhoneiros de todo o Brasil, que voltam a conversar com o Governo sobre demandas dessa categoria tão importante para o escoamento da produção e para o transporte de mercadorias no País.

Outro assunto que ocupou a atenção desta Comissão – aliás, em uma das mais produtivas audiências públicas – foi relacionado à queda violenta e inesperada do preço do leite ao produtor de leite, que afetou especialmente os produtores no Rio Grande do Sul. O litro chegou a cair R$0,30 em apenas dois meses. A questão é que houve uma importação excessiva de leite em pó do Uruguai. Esse leite em pó era destinado à Venezuela; a Venezuela, pelos graves problemas financeiros, econômicos e políticos que está enfrentando, suspendeu as compras; e o Uruguai, então, desovou esse estoque aqui, no mercado brasileiro, que está mais próximo. O Ministério da Agricultura, reconheça-se, teve uma atitude – estiram aqui presente o Dr. João Salomão e também o representante da área internacional –, decidindo que aquela instrução normativa relacionada à reidratação do leite em pó, que era permitida na região da Sudene ou na Região Nordeste, seria refeita, sendo escrito claramente que o leite reidratado tem que ser leite de procedência nacional. Isso foi uma forma também de colaborar, mesmo que, no mercado internacional, o mercado de leite esteja apresentando uma situação de queda na produção.

Informa aqui a Rabobank, que é um órgão de levantamentos de dados sobre o setor, que problemas de rebanho e estresse hídrico na Nova Zelândia – estresse hídrico é a falta de chuvas – afetam o produto. O Japão pode sofrer com as adversidades climáticas do mesmo modo que a Nova Zelândia. E não é diferente aqui no Brasil na Região Centro-Oeste.

A redução na produção global de leite tende a continuar em 2017, mas a influência desse fundamento sobre os preços dessa *commodity* internacional deve ser limitada em virtude da demanda frágil e dos amplos estoques, avaliou, nesta quarta-feira, 26, o banco holandês Rabobank, que também tem um órgão de estatísticas sobre o setor.

Como disse, teremos ao meio-dia, hoje, a reunião com o Ministro Eliseu Padilha para tratar da questão dos caminhoneiros. Também queria dizer que a nossa audiência de hoje tem o objetivo de debater a questão relacionada à importação de pescados.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 809 do TCU, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Acórdão nº 2.674, de 2016, que trata do pedido de reexame interposto pelo Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Estado do Paraná, Nilton Bezerra Guedes, sobre representação oriunda da equipe do TCU, em razão de diversas irregularidades constatadas naquela Superintendência, no âmbito da estruturação de assentamentos da reforma agrária, referente aos projetos Celso Furtado, criado em 6/12/2004, com 1.080 lotes no Município de Quedas do Iguaçu, Paraná, e Ireno Alves dos Santos, criado em 30/10/1997, com 934 lotes no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.

A presente reunião, como disse, tem a finalidade, senhoras e senhores, de debater a reinspeção do pescado importado na indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 40, 2016, desta CRA, de minha autoria.

Também queria dizer que, *ad referendum* da Comissão, aprovamos o Requerimento do Senador Dario

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Berger, assinado também por mim, convidando para estar aqui na exposição o representante do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conep), no rol dos expositores.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Sr. José Luis Ravagnani Vargas, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está aqui o seu lugar. Por gentileza, se estiver presente, poderia se sentar aqui conosco. Agradeço antecipadamente a sua presença; Sr. Raimundo Alves de Resende, Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade e Industrial (Inmetro). Muito obrigada pela presença; Sr. Eduardo Lobo Naslavsky, Vice-Presidente para Assuntos de Mercado da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca); Srª Cláudia Moraes, Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Sr. Estevam engenheiro de alimentos representante do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe).

E também quero informar que o Sr. Eduardo Ono, Presidente da Comissão Nacional de Aquicultura e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), vai se pronunciar. Não está no rol dos convidados oficiais porque isso depende, pelo Regimento, de um requerimento prévio. Mas dada a solicitação, e por uma deferência da Comissão, o Sr. Eduardo Ono também terá um momento de se apresentar.

Como eu disse no começo desta nossa audiência, os telespectadores poderão participar do debate fazendo perguntas e sugestões nos seguintes contatos: pela internet, www.senado.leg.br/e-cidadania, tudo junto; pelo telefone 0800 61 2211. Pode ser um telefone celular, um telefone fixo ou até mesmo um telefone público. A ligação é gratuita, então os senhores podem participar.

Comunico à Comissão também que, ontem, dia 26, foi realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o lançamento do Plano Agro Mais, que, em parceria com a Frente Parlamentar da Desburocratização, tem por objetivo a padronização de procedimentos, melhoria no acesso à informação, atualização de cadastros e revisão dos manuais, simplificação dos procedimentos da exportação e importação para ampliar a participação brasileira no mercado internacional. Enfim, desburocratizar o setor.

A Comissão foi representada pelo Sr. Marcello Varella, Secretário Executivo, que fará um relatório por escrito para ficar nesta Comissão.

Eu queria dizer também aos senhores que, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, pelas demandas que recebo em função de debate de temas relacionados ao setor que integra a agenda desta Comissão, eu procuro transformá-la, quando possível, em audiência pública, que tem um debate mais aberto, ou encaminhar os pleitos para os respectivos ministérios. Fui demandada pela Abipesca para tratar deste tema, então foi solicitada esta audiência pública. Por isso, estamos aqui cumprindo uma demanda da entidade que representa o setor.

Então, como fui demandada, passo a palavra imediatamente ao Sr. Eduardo Lobo para mostrar o problema, porque as autoridades depois vão se manifestar sobre ele, inclusive o departamento especializado da própria Confederação Nacional da Agricultura do País – CNA.

Hoje não há sessão deliberativa no Senado, mas há o lançamento, no Palácio do Planalto, do Simples Nacional, que é um tema extremamente relevante, atendeu à demanda de pequenos produtores de cerveja artesanal, de vinhos de produção familiar e de pequenos alambiques que são espalhados em todo o Brasil. Portanto, temos uma agenda também a cumprir. Por isso, eu pediria o apoio das senhoras e dos senhores para esse tempo de 10 minutos.

Com a palavra o Sr. Eduardo Lobo, por 10 minutos.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Bom dia, Senadora. Agradeço muito, em nome da Abipesca, a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública. Agradeço também às demais autoridades. Agradeço também a presença dos associados da Abipesca, que se esforçaram tanto para estar aqui neste plenário.

Quero contextualizar um pouquinho a respeito desta audiência. Ela surgiu através de um pleito da Abipesca ao gabinete da Ilma Senadora, relatando o problema que temos hoje com a entrada de pescados importados de má qualidade. Essa demanda foi através de uma APL e se transformou nesta audiência pública, aqui, neste momento.

Eu vou falar um pouquinho também do que é a Abipesca. A nossa associação é composta de 11 indústrias sob o regime de Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essas indústrias possuem plantas em diversos Estados da Federação.

Temos 4 mil empregos diretos e mais de 30 mil empregos indiretos, com faturamento anual que beira os R$4 bilhões. Produzimos, exportamos e importamos pescados de diferentes espécies para vários países, tanto da América do Sul, quanto da Europa, como da Ásia.

Somos membros de diversos comitês permanentes de gestão da Secretaria de Aquicultura e Pesca. Somos representantes do setor de pescados no Plano Agro Mais do Governo Federal. Mantemos diálogo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

possuímos expediente em todos os órgãos aqui presentes, inclusive o Ministério Público Federal.

O que nos une, Il^ma^ Senadora, é o esforço pela segurança alimentar, pela ética nos processos comerciais, pela geração de emprego no Brasil, pelo fortalecimento da indústria nacional e pelo amor que temos ao nosso setor.

Hoje estamos atravessando um momento de grande dificuldade, pois estamos sofrendo uma competição desleal com o produto importado, que entra em vários Estados da Federação, sofrendo uma fiscalização, uma inspeção em que não há uma isonomia em relação à indústria nacional.

Eu queria, antes de mais nada, também colocar alguns aspectos do Estatuto da Abipesca, para mostrar quais são os objetivos e por que essa associação foi criada e a que ela veio.

Defender a indústria brasileira processadora de pescados de toda e qualquer ação predatória, nociva aos interesses do setor; apoiar o fomento das exportações do pescado brasileiro; contribuir para o aperfeiçoamento do mecanismo de fiscalização; contribuir para a criação do desenvolvimento e o aprimoramento das políticas públicas de preservação; combater toda e qualquer situação em que se possa verificar reserva de mercado, monopólio, oligopólio, cartel ou qualquer forma de privilégio deletério, bem como contrabando ou descaminho dos produtos, podendo, para tanto, propor aos poderes constituídos e competentes medidas administrativas ou judiciais.

Para engrandecer ainda mais o debate e construir a nossa discussão, eu queria dar uma pincelada rápida sobre o setor de pescados.

Duas diferenças básicas separam o setor de pescados do das demais proteínas, com ênfase na pecuária e na avicultura. O setor de pescados, suas indústrias de processamento, se abastecem e movimentam um produto proveniente do cultivo. Da mesma maneira que a pecuária abastece os frigoríficos, abatedouros de carne e a avicultura fornece aos abatedouros tudo em forma de cultivo, na pesca, no setor da indústria de processamento de pescados, somos abastecidos também pelo produto capturado.

E isso, por si só, é uma variável que mostra como esse setor tem que ser olhado de forma diferente, como é difícil para o industrial, para o processador de pescados no Brasil manter uma atividade contínua. Quando se tem uma atividade em que você sabe o que vai chegar todo dia, que tipo de espécie, que volume, você programa a sua produção industrial, mas, quando você depende da captura, você começa a trabalhar com possibilidades. É a mesma coisa de, na pecuária, um frigorífico depender de um boi que fosse ser capturado. Seria extremamente difícil, extremamente complicado. Fora isso, além da dificuldade de trabalhar com a matéria-prima de captura e de cultivo, temos a concorrência de um produto importado. Vejam bem, são três variáveis que impõem ao nosso setor uma dificuldade grande de atuação.

Hoje o mundo tem necessidade de uma proteína segura, saudável e saborosa, produzida de modo eficiente, sustentável, e só o pescado pode ser esse alimento, só o pecado pode ser essa solução, já que é a proteína mais consumida no mundo e alternativa de proteína para alimentar o mundo. O consumo *per capita* de pescados saltou de 9,9kg na década de 70 para quase 20kg em 2013. O pescado representa hoje 17% de todas as proteínas animais consumidas globalmente.

O pescado silvestre é a proteína animal com menor custo de produção, menor consumo de recursos naturais e que traz mais benefícios à saúde. No Brasil, nos últimos anos, precisamente nos últimos 15 anos, o consumo de pescados dobrou e alcançou, nos últimos 12 anos, 11,17kg *per capita*. As informações mais recentes do setor datam apenas de 2013. A balança comercial brasileira de pescados é historicamente deficitária.

Principal fonte de proteína do mundo, o Brasil tem 8 mil quilômetros de costa, a maior reserva de água doce do mundo, e, mesmo assim, não consegue ser autossuficiente. Esse mapa, essa planilha mostra o gráfico de exportações do Brasil, de 2011 até meados de 2016, em que você vê uma exportação incipiente na ordem dos US$190 milhões, variando um pouco mais, um pouco menos, sem ter um gráfico de crescimento; muito pelo contrário.

O volume de pescados importados demonstra claramente nossa dependência desse produto oriundo de outros países. Se vocês observarem – eu vou voltar na tela anterior –, a gente tem uma exportação de 32.826 toneladas, ou seja, 32,826 milhões de quilos, em média, ano a ano, variando um pouco – 10% a mais, 10% a menos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Isso demonstra a incipiência do nosso setor de exportação, enquanto na importação você tem dez vezes mais. Em 2011, 323 milhões de quilos; em 2012, 340 milhões de quilos entraram no Brasil; 2013 foi o ápice, com 383 milhões de quilos; em 2014, 373 milhões de quilos; em 2015, 306 milhões de quilos; até agora, em 2016, nós estamos com 249 milhões de quilos, mas deveremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

chegar perto dos 300 milhões este ano também.

É uma balança comercial completamente deficitária, com um déficit aproximado de US$6 bilhões. Mesmo, assim, é importante frisar – e a Abipesca quer mostrar essa posição – que o pescado importado é indispensável para o suprimento da demanda nacional. Além de ampliar a gama de produtos disponíveis ao consumidor, ele também tem o essencial papel de equilibrar o preço do mercado interno. Contudo, o produto importado não pode ser uma ameaça à segurança alimentar. De modo algum, pode ser a razão de ofensa à ordem econômica. Por que isso? Porque o pescado que está entrando no Brasil, no *modus operandi* de reinspeção que nós temos hoje, em sua grande maioria, está entrando com aditivos químicos, excesso de água, camuflando um preço que parece barato, canibalizando a indústria nacional e fazendo com que a população esteja ingerindo elementos que não correspondem à legislação nacional, bem como pagando por um quilo que não é verdadeiro.

Com licença, como está o meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já acabou. Mais um minuto, doutor.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Já acabou? Vou acelerar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deixe eu lhe fazer uma sugestão. Os dados fundamentais...

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Estão aqui na apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O desequilíbrio entre a oferta interna, o consumo interno, exportação e importação e os problemas de concorrência predatória, como diz V. Exª, e focando na questão de qualidade.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Quero frisar somente uma coisa, Senadora, para completar o seu raciocínio, que é muito lógico. Eu vou ser muito sintético.

A Abipesca não é contra o produto importado. Inclusive, dentro da Associação, estão os grandes importadores do País. A Abipesca não pretende pedir nenhuma reserva de mercado, e nenhuma ação contra determinado país, contra determinado produto ou contra a indústria internacional. O que nós queremos é que o procedimento de reinspeção hoje ocorrido no Brasil tenha modificações. Qual é essa modificação básica? A modificação é: a reinspeção hoje é feita nos armazéns relacionados com o Ministério da Agricultura.

São 5 mil armazéns aproximadamente relacionados com o Ministério da Agricultura no Brasil. É humanamente impossível o Ministério, por mais eficiência que tenha – e aqui eu venho a público parabenizar o Ministério da Agricultura, na figura do Dr. José Luis, Diretor do Dipoa, que tem exercido um papel muito importante, tem tomado conhecimento do que estamos fazendo, tem atuado, tem tentado combater veementemente a fraude – atuar mais em 5 mil pontos de reinspeção é humanamente impossível.

A nossa proposta é de que a reinspeção do pescado importado, que é tão importante para a gente, seja feita apenas em entreposto de pescados, com serviço de inspeção federal, e/ou em fábricas de conservas onde há um funcionário, onde há um profissional do Ministério da Agricultura lotado, um fiscal, um médico-veterinário especialista em pescados, que pode avaliar, organolepticamente, fisicamente, e fazer os testes laboratoriais necessários à identificação da fraude. Nos armazéns relacionados, com todo o respeito, isso é impossível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Eduardo.

Como o órgão responsável por essa reinspeção é do Ministério da Agricultura – e aqui está o Dr. José Luis, citado, inclusive, pelo expositor representante da Abipesca – passo, de imediato, a palavra ao Dr. José Luis, agradecendo antecipadamente a sua presença, ao tempo em que anuncio também, com muito prazer, a presença da Drª Claudia Moraes, Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Muito obrigada, Drª Claudia, pela presença aqui.

Com a palavra, Dr. José Luis.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Bom dia, Presidente, Senadora Ana Amélia.

Bom dia, Eduardo. Obrigado pelas palavras.

Gostaria de cumprimentar os demais participantes da Mesa, os Senadores presentes, todo o público e as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado.

Para o Ministério da Agricultura é um prazer estar aqui, novamente participando desta Comissão, e falar um pouquinho sobre o serviço de inspeção federal – a última participação nossa foi na audiência pública que houve no Rio Grande do Sul, em que tive duas pessoas da minha equipe, participando da audiência pública. Então, muito nos honra participar, mais uma vez, desse fórum aqui, que é tão importante para as decisões que são tomadas no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quanto ao serviço de inspeção federal, como todos sabem, este ano é o ano comemorativo do centenário do serviço de inspeção federal, que foi criado em 1915. Este ano, nós resolvemos comemorar o centenário do serviço de inspeção Federal. E, como parte desta comemoração, decidimos entregar, o serviço de inspeção federal, presentear a sociedade toda com uma série de pacotes, com um pacote que apresenta uma série de medidas, de presentes à sociedade brasileira. E, sobre algumas delas, eu vou falar aqui.

O serviço de inspeção federal, então, cuida de toda a parte de inspeção de produtos de origem animal, seja da área de carnes, leite, mel, ovos ou pescado. E, nessa parte de pescado, nós temos uma tarefa muito grande não só quanto ao produto nacional fabricado aqui no Brasil, mas também ao produto importado, porque, como demostrou o Eduardo, a relação de produto importado e produto nacional é muito grande.

É muito visível a participação do produto importado na composição da cesta de produtos de pescado aqui, no Brasil.

O serviço, apesar de ter 101 anos de existência, é um serviço muito dedicado, com muita gente comprometida, com atualizações, e não é um serviço antigo, haja vista que, no último ano, nós promovemos duas grandes alterações no nosso regulamento, que provocaram uma alteração de procedimento nos processos de trabalho, impactando em todo o serviço de inspeção.

O objetivo principal do serviço de inspeção de produtos de origem animal é resguardar a saúde do consumidor, a segurança do alimento. Nisso, está a questão da fraude também, que o Eduardo mencionou aqui, que não deixa de ser um problema à saúde, porque, uma vez fraudado o produto, nós não sabemos que tipo de aditivo é colocado para absorver água. Há mesmo outros tipos de fraudes, com adição de água em excesso e até mesmo troca de espécies de pescado, em que espécies menos nobres são vendidas como espécies mais nobres, provocando um engano no consumidor.

Como temos pouco tempo, eu vou entrar realmente em como o Serviço de Inspeção Federal faz o controle da importação de pescado. Tudo começa com uma solicitação da autoridade sanitária do país exportador, manifestando interesse em exportar para o Brasil. A partir daí, nós fazemos um questionário, encaminhamos esse questionário ao país, que preenche uma série de informações que são necessárias para nossa avaliação do serviço do país, dos controles que esse serviço faz em cima das suas indústrias. A partir daí, elaboramos uma missão com base nesses dados e executamos auditoria *in loco* nos estabelecimentos daquele país e no serviço daquele país.

Existem duas modalidades de habilitação: planta a planta, em que visitamos a planta e, se ela tiver condição, nós habilitamos para exportação; ou *prelisting*, em que avaliamos de uma forma mais minuciosa o serviço de inspeção do outro país e verificamos se ele tem condições de dar as garantias que a legislação brasileira prevê. A partir do momento em que verificamos que o serviço tem essas garantias, nós concedemos a eles o *prelisting*, eles enviam os estabelecimentos que eles julgam aptos, nós habilitamos esses estabelecimentos, e, a partir daí, os estabelecimentos podem exportar. Uma vez habilitados esses estabelecimentos, eles precisam aprovar o produto no departamento. Então, da mesma forma como é feito com estabelecimentos nacionais, é feita a aprovação de produtos e de rótulos do produto aqui, no Brasil, em que que fazemos uma série de checagens para verificar se cumprem com a legislação brasileira, inclusive com a legislação de rotulagem, que até recentemente foi alterada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posso fazer uma brincadeira, Dr. José Luis? O rótulo está por fora; e o por dentro do pacote? É olhado também o que está dentro? O mais importante é exatamente esse aspecto, o produto em si.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Sem dúvida, sem dúvida. Mas o rótulo contém uma série de informações que são importantes para o consumidor, não só questões de produtos alergênicos. Aí a gente entra: um pescado congelado, que não deveria ter nenhum aditivo ali dentro, às vezes, quando fraudado, pode ter um produto ali dentro que causa alergia a um determinado cidadão, a uma determinada parcela da população. Então, é um risco muito grande à saúde do consumidor. Então, a questão de fraude não é meramente econômica, e sim também uma questão de saúde pública.

A partir do registro do produto, esse estabelecimento tem que passar pela licença de importação e, aí sim, exportar para o Brasil. Quando chega ao Brasil, essa mercadoria é redirecionada para um estabelecimento do serviço de inspeção federal, que pode ser um estabelecimento relacionado, com um procedimento mais simplificado de registro, que serve para casas atacadistas, previsto na Lei nº 1.283; e nós temos os estabelecimentos como entrepostos de pescado e fábricas de conserva, que são registrados em um processo de registro um pouco mais complexo, porque não é meramente um armazém. Aí também ele pode ser direcionado para esses dois estabelecimentos.

Nós tínhamos um problema com o pescado fresco. O Eduardo vai recordar bem, ele trouxe esse problema para a gente. O pescado fresco, muitas vezes, chega em caixas de isopor com gelo, e sempre há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

necessidade de manipulação desse produto dentro do estabelecimento, o que não é permitido para casa atacadista. Então, no começo do ano nós fizemos uma alteração, uma orientação ao nosso corpo técnico, dizendo que só é liberada a licença de importação para peixes frescos destinados a fábricas de conserva o a entrepostos de pescado. Então, em estabelecimentos relacionados, casas atacadistas, não é permitida mais a importação desse produto. É feita a reinspeção pelo serviço de inspeção federal, porque há necessidade de manipulação, que não é prevista na lei para casas atacadistas.

Estou vendo agora que a grande preocupação do Eduardo é o pescado congelado. A partir desses dados que a gente tem com produtos importados, nós também direcionamos nossas auditorias a países estrangeiros. Acabamos de voltar de uma auditoria da China, em que tivemos duas equipes auditando os estabelecimentos da China.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Nós instalamos também, este ano, uma norma interna estabelecendo o procedimento de alerta de importação. O que acontece? Toda empresa exportadora que é pega com algum tipo de adulteração do seu produto passa a ter sua mercadoria bloqueada nos postos de entrada, e somente liberada depois que dez lotes sejam avaliados e liberados. Só depois disso que ele sai desse regime de alerta de importação. É um procedimento novo, que foi estabelecido este ano e nós ainda estamos implementando. Um pouquinho diferente da intenção do Eduardo, que é somente fazer a reinspeção em entrepostos ou fábricas de conserva, nós já fizemos um piloto, que terminou em 2015, e estamos implantando a reinspeção nos postos de entrada com critérios baseados em risco.

Temos de ter a credibilidade do país exportador porque a autoridade emitiu um certificado, com base nas violações que encontramos e com base também no importador, e eu gostaria de ressaltar que o importador também tem uma responsabilidade muito grande porque ele sabe o que está comprando, e, quando chega ao mercado, ele tem a responsabilidade de avaliar também o produto que ele importou.

Se temos produtos importados ou nacionais fraudados, há uma responsabilidade do Ministério da Agricultura em fiscalizar, mas a responsabilidade muito maior é da própria indústria que produz e que coloca isso para o seu consumidor. Só para finalizar porque meu tempo já se esgotou, mas depois acho que teremos um tempinho para conversarmos um pouco mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada Dr. José Luis.

Dr. José Luis, só uma curiosidade: qual é o tipo de pescado que vem mais da China?

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Alaskan Pollock; filé de Pangasius; e, por incrível que pareça, o bacalhau. O bacalhau da Noruega, que faz a maior captura, custa, por exemplo, X euros. O bacalhau processado em Portugal custa os mesmos X euros. Esse mesmo bacalhau vai para a China e chega ao Brasil pela metade desses X euros. Ninguém faz mágica. Isso é fraude. O produto que vem de lá está fraudado.

Eu queria completar e dizer que concordo com as palavras do Dr. José Luis...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Eduardo, vamos passar para os outros expositores e, depois, voltaremos. O senhor anota essa observação que o senhor iria fazer, porque os demais expositores também têm questionamentos a fazer.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo agora para as duas áreas de fiscalização: a Anvisa, a qualidade do alimento, que é o que estamos discutindo aqui para preservar a saúde dos consumidores brasileiros nas duas pontas. Às vezes, estamos comprando um produto porque é mais barato, mas não sabemos dos riscos que corremos pela qualidade. Não é só o preço, mas a qualidade. Então, passo a palavra à Drª Cláudia Moraes e encerraremos com o Dr. Raimundo Resende. Depois, a presença da CNA.

Muito obrigada, Drª Cláudia.

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – Bom dia a todos.

Muito obrigada pela presença. É muito importante esse momento de discussão entre os órgãos anuentes.

Eu gostaria de mostrar... Na verdade, eu vou me deter um pouco em como funciona a questão sanitária de alimentos. Dentro do Brasil, o controle sanitário de alimentos ocorre de uma forma bem integrada, é dividido entre alguns órgãos, especialmente entre a Saúde e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A lei de criação do Sistema Único de Saúde compôs o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é composto por três entes federados de vigilância sanitária: o federal, o estadual e o municipal. A vigilância é feita complementarmente com cada um com a sua função dentro desse sistema. Trabalhamos, como falei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

com as vigilâncias sanitárias, os laboratórios vinculados às Secretarias Estaduais de Saúde e também com a colaboração da Fiocruz, com o INCQS (Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde), que nos dão bastante suporte na questão do monitoramento dos alimentos dentro do contexto da Anvisa.

Então, temos aqui também a questão do Ministério da Justiça, que tem trabalho muito proximamente às nossas atividades, o Inmetro, que faz as questões – inclusive temos a Portaria nº 157, que está dentro da nossa, de rotulagem obrigatória, e que é do Inmetro, que fala sobre o conteúdo líquido dos alimentos –, e vários outros órgãos que também trabalham de certa forma conosco nesse contexto, para fornecermos um alimento inócuo para a nossa população.

Dentro da Anvisa, existem quatro áreas que atuam diretamente com alimentos: a área de pré-mercado, que é Gerência-Geral de Alimentos; as áreas de pós-mercado, que são a Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, que engloba a Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, na qual eu trabalho; a Gerência-Geral de Monitoramento, que acompanha os eventos adversos relacionados a alimentos, bem como monitoramento desses alimentos; e a Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, que atua nesses ambientes de entrada de produtos importados.

No caso em questão, de pescado, a Anvisa não tem anuência para o pescado integral, apenas para produtos derivados de pescados, diretamente prontos para o consumo, e a anuência fica no contexto do Ministério da Agricultura.

A Anvisa é coordenadora desse sistema, então trabalhamos em conjunto com as vigilâncias dos Estados e Municípios, que são os entes federados que fazem a fiscalização diretamente nos locais de venda desses produtos.

Eu trouxe aqui, mais ou menos, algo que parece bem simples, mas, na verdade, na prática, nem sempre é tão claro assim. O controle sanitário, produção primária, indústria, armazenagem e distribuição de alimentos nos produtos de origem animal são de competência do Ministério da Agricultura; e a saúde atua já na comercialização, com a missão de um fornecimento de um alimento inócuo para a população brasileira.

Então, nesse caso aqui, os primeiros controles já foram realizados pelo Ministério da Agricultura. Trabalhamos dentro do mercado para ver as questões de boas práticas, de boa higienização de locais, se o pescado está com qualidade sanitária para que seja fornecido; e os Estados têm autonomia para fazer os seus monitoramentos. Então, cada Estado tem a sua lista de monitoramentos e alimentos que são vinculados para a questão de análise ambulatorial e demais controles.

Quanto aos produtos de origem vegetal, que não estão aqui no caso, a Agricultura trabalha na produção primária e a saúde dos minimamente processados até a comercialização.

Estamos muito próximos do Ministério da Agricultura na troca de informação, no controle dos regulamentos, através de referências internacionais, do *Codex Alimentarius* e demais referências.

Então, era o que eu queria colocar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Drª Cláudia, obrigada.

Lá na comercialização, normalmente ouvimos: "A Anvisa bateu no restaurante tal e encontrou alimentos lá deteriorados ou mal armazenados, já vencidos." É um centro de distribuição, um supermercado. Imagino que a imagem seja aquilo que a Anvisa faz.

A Anvisa, na gôndola de um supermercado, na área de pescados, que é o de que estamos tratando aqui, já encontrou alguma irregularidade em termos de qualidade para o consumidor?

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – Quem faz a fiscalização direta nos supermercados são as Vigilâncias dos Municípios, no caso do GDF. Sim, já ocorreu caso, sim, em que o pescado tinha sido mal armazenado, colocado em temperatura inadequada. Então, nesse caso, ele é inutilizado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É descentralizada esta fiscalização local?

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a informação.

Passo agora a palavra ao Dr. Raimundo Resende, porque aqui cuidamos do tamanho, do peso, da qualidade. Às vezes, compramos um pacote de camarões enormes, pagamos um preço enorme e, quando saímos dali e chegamos em casa, ele fica bem pequenininho, Dr. Raimundo. Não é assim? Pobres donas de casa. Eu falo porque sou dona de casa e já fui enganada várias vezes. É por isso que eu agora compro só camarão fresco. (*Risos.*)

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia de Lemos, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O Inmetro traz sua presença, e o Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Inmetro também cumprimenta a senhora. Por dever de ofício, estamos a serviço da sociedade brasileira e por que não da Senadora, do Senado e da Câmara também, se posso lembrar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos estamos fazendo o nosso dever.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Sim, o nosso dever. Somos todos servidores públicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou funcionária pública também.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Cumprimento também todos os membros da Mesa e cumprimento os demais Senadores que porventura estejam presentes e todas as pessoas presentes. Muito bom dia.

Eu também não estou sozinho, há uma turminha do Inmetro ali atrás, pelo menos umas duas pessoas da turma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Comissão agradece a presença do Dr. Raimundo, cumprimenta todos e se coloca à disposição da Instituição.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – O Inmetro é uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços – serviços de transporte, de congelamento, de conservação etc. Nossa atividade está vinculada à legislação, é lógico, leis que criaram o Inmetro, que colocaram as competências e as nossas atividades.

Recentemente, no ano de 2012, tivemos até mudança de nome: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

Uma lei que rege a nossa atividade e que é, vamos dizer assim, a minha bandeira é o Código de Proteção e Defesa do Consumidor até mesmo pela diretoria que tenho a honra de ocupar, que é a Diretoria de Metrologia Legal.

Metrologia legal é a ciência da medição que protege e que coordena a aplicação técnica, a utilização dos instrumentos e que também coordena essa história de padronização de produtos pré-medidos, pré-embalados, na ausência do consumidor. A Metrologia legal cuida disso aí.

Temos a metrologia científica, que nos faz a referência rastreada ao universo, ao mundo, até ao céu, porque um quilograma lá no céu tem que pesar um quilograma aqui também na terra. E tentamos coordenar isso com os seus múltiplos e submúltiplos.

Eu pediria para passar a segunda imagem, por favor. Na verdade, eu vou abandonar essa... Ah está aqui! O.k. É costume meu, então eu vou fazer essa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma pergunta: qual é a diferença, Dr. Raimundo, entre glaciamento e congelamento?

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Então, na verdade, o que acontece? Vou abandonar essa apresentação aqui e só vou colocar umas poucas, porque o tempo é muito pequeno. Então, isso aí está acontecendo.

E também, para ilustrar isso aí, eu diria o seguinte. O nosso trabalho dentro do Código de Proteção e Defesa do Consumidor são os vícios da quantidade. Então, o vício da qualidade a gente está vendo, a Senadora está falando muito apropriadamente.

E há esses órgãos, nossos parceiros, e a gente, inclusive, agradece muito a proteção deles, como consumidor, como cidadão. E estamos lutando para ver controlamos a quantidade das coisas.

Ademais, como servidor público antigo, preciso falar o seguinte: é preciso que o Governo, de um modo geral, lembre-se de que nós somos aposentáveis, que nós somos substituíveis e que é preciso chegar gente nova para reforçar nossas equipes. Mas está ali o importador, o exportador, o mercado nacional, o vendedor naturalmente querendo que a balança marque mais, e a dona de casa, já minha avó, querendo que pese menos. Mas não é só intencional na massa ou no peso, como o povo diz, é intencional na legalidade, porque, na verdade, ambos deveriam querer que aquela balança indicasse o peso exato, a massa exata. Então, é só uma ilustração.

E aí chegou a resposta para a senhora, porque eu já sabia que a Senadora iria me perguntar, e eu teria a resposta na hora. Menos 18 graus a gente considera glaciamento, e temperatura de congelamento, menos 35 graus. Isso dificulta a nossa atividade, porque, você vê, coletar no ponto de fiscalização, levar para dentro de um laboratório e manter alguns parâmetros referentes a estes é um processo complicado. E qualquer atitude fora desse parâmetro torna o ato insubsistente. Então, é só uma memória rápida.

Eu já falei nas leis de nossa criação.

Bom, aí existe um sistema nacional. O Sinmetro é o Senado, a Presidência da República, pessoas de notório saber que falam com o mundo. O Conmetro rege a nossa atividade como conselho de ministros. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Inmetro é o agente executivo dessa história.

E eu não vou falar sobre isso aqui, porque há um controle metrológico legal ali.

Aqui é a nossa estrutura. Está bastante enxuta com essa dificuldade toda. A nossa atividade abrange todo o Território nacional – norte, sul, leste, oeste. Lógico que estamos vendo ali o Estado de Santa Catarina e a região litorânea como produtora e como concorrente com o produto que vem de fora.

Metrologia Legal, exigência obrigatória desenvolvida por organismos competentes, naturalmente.

Essa é a nossa Dimel.

E aí há os regulamentos técnicos, base legal.

Então, agora vou dar uma fugidinha para cá, só para simplificar, porque o tempo é muito curtinho. Bom, com relação a isso, tendemos a fazer os regulamentos técnicos metrológicos todos vinculados internacionalmente à Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML). Mas não são todos os países do mundo que seguem isso, não. O Brasil segue, e é bastante aderente a essa filosofia internacional.

Então, nós estamos na área de instrumentos e mercadorias pré-medidas ou pré-embaladas, embaladas na ausência do consumidor. Eu não vou citar portarias, porque são muitas, mas elas estão disponíveis e foram ofertadas neste trabalho aí para o Senado, para a Comissão.

Então, temos aí, regendo isso, com força de lei, digamos assim, por atender à lei, quase tudo, quase tudo está regulamentado. Então, a gente tem pela OIML que a mesma metodologia que se faz no mundo se faz no Brasil também. E eu digo para os senhores que, como eu estou num laboratório, essa atividade não é tão simples assim, como pode parecer.

Aí, pulei para fraude, porque, se eu não atendo o regulamento, eu estou na fraude. Então, a gente tem percebido porcentagens consideráveis de diferença nos glaciados. Já as tolerâncias são consideradas bastante satisfatórias, mas temos encontrado, no mercado, até 20%, 30% e, em alguns Estados, 40% de gelo, 40% da glace que se coloca em cima do pescado.

Então, eu estou falando do vício da quantidade. E aí nós estamos com laboratórios dispersos naquele mapa que os senhores viram, que, naturalmente, nos dão essa informação, que administramos. Então, para isso, temos um processo de regulamentar as coisas.

Do que estou falando já? Já estou falando da expectativa do setor. Na verdade, se eu quero regulamentar, se eu quero normalizar, de normalização, eu tenho dois caminhos: uma normalização que é voluntária da ABNT e uma normalização que é compulsória, obrigatória, como vimos na definição de metrologia legal. Então, o setor tem sua expectativa. A que o setor, que tem essa expectativa, já chegou? E olhem que estou Diretor de Metrologia Legal, desta vez, há uns quatro meses, mas eu estou sabendo dessa agonia há muito tempo. O setor produtivo de pescado necessita de uma regulamentação de controle metrológico específico para pescado congelado glaciado e outros, agregando informações ao consumidor; então, fazer o uso da informação de peso líquido e peso drenado.

Ainda com relação ao art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.078, que eu falei que era o nosso guarda-chuva, há a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, que é o nosso negócio na Diretoria de Metrologia Legal, e outras, tais como características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (competência de outras organizações, que já se apresentaram).

É interessante falar isso, porque, quando mexemos com o vício da quantidade, não abandonamos o vício da qualidade, não. Se eu vir alguma coisa irregular, eu vou chamar a Anvisa, vou chamar o MAPA e falar: "Tem uma coisa diferente ali, verifique lá". A simples data de validade não fiscalizamos, mas, se virmos, temos a obrigação de anunciar para a autoridade competente.

As portarias, que eu falei que eu não ia citar, determinam a padronização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Estou terminando aqui.

Há esse ofício circular, com definição de pescado e também de glaciado, essas coisas todas.

E, considerando a Portaria nº 69, aqui é interessante para o setor: resolve suspender por 36 meses a padronização do conteúdo líquido do produto filé de pescado congelado etc. Então, eu vou fundamentar na legislação, como Diretor de Metrologia Legal, respondendo à expectativa do setor.

Considerando o consenso no âmbito do Mercosul, a que estamos ligados aqui, pois somos membro, bem como o aspecto de proteção e defesa do cidadão, o Inmetro propõe continuar os estudos do impacto regulatório e dar prosseguimento às tratativas para estabelecer o fluxo da regulamentação metrológica do setor, ainda com vistas a estabelecer concorrência justa e mitigar a comercialização abusiva, nos aspectos da quantidade, que possa consignar em práticas infrativas, o que estamos percebendo que, em alguns lugares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

está acontecendo.

O processo de regulamentação está consolidado pela sociedade brasileira e demanda desde a análise de impacto, identificação dos parceiros, das competências, referências internacionais, meios técnicos e operacionais – estamos precisando dar uma atualizada nisso, pois o mundo mudou – e, por fim, divulgação, conscientização e fase de implantação.

Só acrescento que o nosso pessoal do Inmetro é um pessoal de excelência, um pessoal trabalhador e também um pessoal criativo.

Agradeço a oportunidade de participar e me coloco inteiramente à disposição tanto dos órgãos parceiros quanto do Senado Federal, aqui na pessoa da Senadora Ana Amélia. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Raimundo. O senhor deu uma aula.

O senhor falou em agonia de muito tempo. Primeiro, é grave que 20% a 40% nos glaciados... Problemas de quantidade. É a história que eu falei aqui do camarão, que compramos bem grande, pagamos um preço grande, e aí chega em casa e ele fica bem pequenininho. E não sou só eu: o Dr. José Luis admitiu que também já caiu no conto do camarão grande congelado. Isso é para ver como nós, consumidores, estamos vulneráveis diante de maus produtores. Nós não precisaríamos de nenhuma regulamentação se cada um cumprisse com o seu dever, com respeito. Nós não gostamos de ser enganados. Ninguém gosta. De 20% a 40% é um percentual que não é só da questão da saúde – essa água tem qualidade? Ela pode até estar contaminada –, é também o preço. Isso aqui é 20% a 40% de prejuízo no bolso do consumidor. Há dois lados graves nesse processo. Ali, quando o senhor falou da agonia de muito tempo, é da regulamentação dos processos, dos procedimentos?

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – É desde quando começou essa aproximação de produtos importados, e até mesmo no DNA do produto. Alguém falou – acho que o senhor do segmento de pescados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Eduardo.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – É. Por exemplo, será que esse bacalhau é bacalhau mesmo? Ou seja, eu estou falando da qualidade, mas eu tenho isso em massa também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em peso.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Em peso. E aí há muito tempo que isso vem acontecendo, vamos dizer assim, em grau menor, em grau menor, e agora reforçou muito isso, e o setor está, naturalmente, se manifestando com propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Inmetro aparece muito no Jornal Nacional e no Fantástico. Faz uma boa propaganda da instituição, que está cumprindo o dever.

Eu passo agora a palavra para o Eduardo Ono. Nós tivemos uma informação de que o representante da Conepe teve um problema de voo. Então, se chegar ainda a tempo, participará do debate.

Com a palavra, o representante da CNA para a área de pescados.

O SR. EDUARDO ONO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a Senadora Ana Amélia por nos permitir a participação e a inserção na agenda de última hora. As minhas palavras vão ser breves. Eu tenho uma breve apresentação a fazer também.

Primeiramente, quero dizer que nós corroboramos com as colocações da Abipesca e as preocupações colocadas pela Abipesca com relação à competitividade do nosso setor, especificamente com a aquicultura. A aquicultura, como os senhores sabem, é uma atividade em franco crescimento no Brasil, uma atividade emergente de produção de proteína animal de alta qualidade, e que vem sofrendo muito nesses últimos anos com a concorrência desses produtos importados que, via de regra, têm problema de fraude. Eu vou exemplificar um pouquinho com base, inclusive, em um artigo recentemente publicado na revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, em que uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul expôs exatamente esse problema da fraude no pescado importado.

Nós consideramos a reinspeção indispensável. Nós consideramos aqui... (*Pausa.*)

Acho que está com um probleminha aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nossa área técnica pode dar um apoio, por favor, ali no controle remoto?

O SR. EDUARDO ONO – Não sei se é a bateria que está fraca.

Nós consideramos essa reinspeção do pescado importado indispensável, justamente para sanar esse problema da... (*Pausa.*)

Não consigo aqui. É o *laser*.

Obrigado.

A reinspeção é indispensável e deve sanar os problemas de fraude – vou exemplificar as fraudes em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

seguida – e o risco à saúde pública. Quando falamos em fraude, estamos falando também em fraude de venda das espécies que não são as que estão citadas na embalagem: como foi mencionado agora há pouco pelo Dr. Raimundo, o bacalhau que, muitas vezes, não é bacalhau; o linguado, que, na verdade, não é linguado. Então, muitos utilizam os nomes comuns consagrados comercialmente no mercado para vender produtos que não são os que estão contidos na embalagem. Isso é um problema grave.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Eduardo, eu perguntei qual era o produto mais importado da China, e ele falou que era o pangasius.

O SR. EDUARDO ONO – Na verdade, é a polaca do Alasca, o primeiro da China.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, e ele é vendido como linguado em alguns lugares.

O SR. EDUARDO ONO – Muitas vezes. Em restaurantes, ele é servido como linguado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E quem conhece sabe que há uma diferença total: um se desmancha, e o outros é em fios.

O SR. EDUARDO ONO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O linguado tem a carne como se fosse em consistência de fios. E esse outro é saboroso, mas perigoso.

O SR. EDUARDO ONO – Exatamente. Há menos de duas semanas, eu estive aqui em Brasília e pedi, num restaurante, um prato que era filé de tilápia, e, quando foi servido, era a polaca; não era filé de tilápia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nossa!

O SR. EDUARDO ONO – Então, infelizmente, as fraudes ocorrem em vários níveis: em restaurantes, mercados. E isso tem prejudicado bastante o nosso setor.

Nós temos o problema das adulterações com adição de água e aditivos, o que, em inglês, é chamado de *oversoaking*, que, numa tradução ao pé da letra para o português, seria o chamado super encharcado. O que é esse super encharcado? Essa é uma prática que não é permitida no Brasil utilizada principalmente nesses produtos oriundos da Ásia, em que o filé do peixe é colocado em imersão numa água misturada com sais para facilitar a entrada da água dentro do filé. Na verdade, o problema da fraude...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Compra-se água, e não o filé.

O SR. EDUARDO ONO – ... no peso não é só o glaciamento. Existe essa questão do glaciamento, que foi citada agora há pouco pelo representante do Inmetro, que pode variar em 20%, 30% ou, em casos extremos, até 40%, mas, quando estamos falando em glaciamento, estamos falando de uma água adicionada por fora; é só uma casquinha de gelo adicionado por fora do filé. Quando falamos em *oversoaking*, estamos falando de água dentro do filé, que, no momento da avaliação do glaciamento, não é medida. Se temos produtos que têm 20%, 30% de glaciamento e mais 20%, 30% de *soaking*, estamos falando em produtos que têm...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso já foi feito no frango também.

O SR. EDUARDO ONO – Exatamente. Estamos falando em produtos, na verdade, que podem ter 50% de água que não é natural do produto e sim misturado a este.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente dizia antes que estava comprando gato por lebre; agora, estamos comprando água por peixe.

O SR. EDUARDO ONO – Exato. Então, isso é uma preocupação muito grande.

Este artigo que foi repassado aos senhores agora, inclusive, menciona que, em algumas análises, já foi detectado que esses produtos que passaram por processo de *oversoaking* chegam a ter dez vezes mais concentração de sódio do que um produto natural. E isso é risco à saúde humana. Então, existem vários problemas aqui.

Eu vou só exemplificar rapidamente, derivado deste artigo, as fotos: um exemplo do peixe com *oversoaking*.

Aqui, num teste, colocado numa chapa antiaderente, ele libera essa espuma e o líquido leitoso branco, que, ao aquecer nessa chapa... Esse é um produto chamado produto honesto, que não tem *oversoaking*, porque não libera o líquido nessa mesma condição de teste.

Mantendo mais um tempo nessa chapa, o que acontece? Você começa a ver as bordas brancas, em que você já tem a concentração do sal, do sódio, principalmente. E ele começa a formar esse material que é liberado na água salgada, que começa a queimar dentro dessa chapa, enquanto o produto honesto permanece com a mesma característica.

Finalmente, depois de cozido, o produto que passou por esse *oversoaking* aqui tem um músculo que se fragmenta e perde toda a arquitetura do filé, após a cocção, enquanto um produto honesto, vamos chamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

assim, mantém todas as suas características físicas para o consumidor.

Faz uma grande diferença para o consumidor a questão principalmente dessa fraude comercial, do peso dessa água, que não é destacado nas embalagens. Então, quando compramos um quilo de peixe que passou por um *oversoaking* mais "glaciamento" é um quilo do produto bruto, não é um quilo líquido. Não estamos comprando um quilo de filé, mais meio quilo de água; estamos comprando um quilo de filé contendo 40% de água adicionada ao produto.

Isso faz com que os produtos cheguem às gôndolas e ao consumidor final de uma forma muito barata, o que vem prejudicando sobremaneira o crescimento da nossa atividade, que não consegue competir, porque os produtos brasileiros não passam por esse tipo de fraude. Eles são devidamente fiscalizados pelo MAPA, quando passa pelo Serviço de Inspeção Federal.

Novamente, gostaria de agradecer pela possibilidade da nossa apresentação.

Eu me coloco à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Eduardo.

Quando foi servido esse peixe como tilápia, você reclamou?

O SR. EDUARDO ONO – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o que ele disse?

O SR. EDUARDO ONO – O dono do restaurante afirmou, com toda a convicção, que ele comprou como tilápia.

Agora, se ele está dizendo a verdade, não tenho como afirmar, mas pedi ao garçom que chamasse o dono do restaurante. Ele afirmou: "Não, eu garanto a você que eu comprei. Até mostro a nota fiscal, se você quiser."

Então, eu acho que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode ter havido boa-fé e ele também ter sido enganado tanto quanto você.

O SR. EDUARDO ONO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria até cumprimentar e agradecer esse dado que você trouxe.

Vou mostrar aqui a capa da revista da *Veterinária & Zootecnia*, do Rio Grande do Sul, e agradecer à Médica Veterinária Liris Kindlein, que fez esse estudo mostrando a importância do serviço de veterinária na indústria de alimentos, o uso abusivo de aditivos químicos em pescados congelados.

Então, agradeço à doutora que fez isso.

Do Rio de Janeiro, já veio aqui, a Jamyle Saad Maiolino Vianna: "Muito importante a colocação do Dr. José Luis de que o importador sabe exatamente o que está comprando." Então, não dá para também justificar, porque ele está sabendo o que importa.

Eu queria aqui indagar o Dr. Eduardo Lobo, da Abipesca, porque, da Ásia, da China, o senhor já disse quais são os tipos de peixe que vêm. Esses citados são o maior volume de peixe importado pelo Brasil? O Brasil não produz salmão, porque é de águas frias. Então, de onde vem o salmão comprado pelo Brasil? É só do Chile?

O SR. EDUARDO ONO – Senadora, respondendo à sua pergunta, 50% de todo o peixe importado pelo Brasil vem da Ásia e do Chile, com ênfase no salmão chileno, que tem uma representatividade maciça no nosso hábito alimentar.

Porém, as indústrias processadoras do Chile, os produtores chilenos têm uma prática e uma política de qualidade exemplar. Eles são alinhados com a União Europeia e com os Estados Unidos e trabalham de maneira regrada e alinhada com a legislação brasileira. Hoje, nós não temos um problema grave, não temos nenhum caso gritante de fraude ou de fraude econômica também com o salmão chileno.

Mas aproveitando só um minutinho que a Senadora possa nos dar, eu queria agradecer a exposição do Dr. Eduardo, do Dr. Nélson e da Drª Cláudia, e dar uma lincada nisso tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Dr. Raimundo.

O SR. EDUARDO ONO – Desculpe, Dr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Tudo bem.

O SR. EDUARDO ONO – É que eu me emocionei com a sua apresentação. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO ONO – O Ministério da Agricultura vem realmente trabalhando firme no combate à fraude, principalmente na troca de espécies.

Alguns anos atrás, tivemos uma operação chamada Operação Poseidon, em que vários empresários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

foram penalizados, vários produtos foram apreendidos. E essa questão da troca de espécies, que era um hábito normal no Brasil – vendia-se gato por lebre em todos os lugares –, deu uma diminuída.

Mas, endossando ainda as palavras do José Luis, eu digo o seguinte: as ações estão acontecendo, mas o volume de pescado importado que entra no Brasil é tão grande, e os cinco mil pontos de reinspeção são tão distantes, e a quantidade de seres humanos aptos a essa verificação com ênfase é tão pequena, que, mesmo que o Ministério da Agricultura desempenhe arduamente essa função de fiscalizar, de verificar no setor primário o produto que está sendo importado, de cada cem importações, vão pegar um ou dois fraudadores.

Já lincando com esse negócio de que o importador que compra o produto sabe o que está comprando, é verdade! Tem que ser punido. Temos que pegar esse mau empresário que está utilizando uma fragilidade da legislação. Ou seja, qualquer comerciante hoje pode importar pescado, pode ser uma borracharia ou pode ser uma indústria. Ele importa o peixe, direciona para um armazém atacadista relacionado com o Ministério da Agricultura num lugar longínquo em que ele tenha algum tipo de facilidade, pede para o contêiner ter na porta um produto saudável e legal, e dentro do contêiner está todo o peixe cheio de aditivo químico.

O que acontece? Nesses estabelecimentos não pode haver manipulação. A reinspeção vai ser de modo moderado, não vai ser eficaz. Não vai se poder descarregar o contêiner e fazer a verificação toda. Consequentemente, vão abrir o contêiner, olhar a temperatura, olhar o peixe, que vai estar bonito, parecendo bom, e vai ser nacionalizado. Daí para frente, ninguém pega mais. Se pegar, vai ser um milagre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor deu uma informação que me parece grave. Qualquer borracheiro, com todo respeito aos borracheiros ...

O SR. EDUARDO ONO – Claro, com todo o respeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com todo o respeito aos donos de oficinas mecânicas. Agora, qualquer um pode importar pescado ...

O SR. EDUARDO ONO – Pode. Basta ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a quantia que quiser, o Ministério não ...

O SR. EDUARDO ONO – A quantidade que quiser. Basta ele ter um radar ou utilizar uma pequena *trading* para fazer essa importação. Se o produto tiver rótulo aprovado no Brasil, se o país tiver habilitação, ele pode trazer o produto. E se ele estiver mal-intencionado, ele vai reinspecionar num entreposto de pescado, onde vai estar um médico veterinário do Ministério da Agricultura ou ele vai direcionar para outro lugar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor explicou isso. Quais são os pontos de entrada? Eu imagino que o pescado brasileiro entre por navios, especialmente pelos que vêm da Ásia. Devido à distância, tem que vir de navio.

O SR. EDUARDO ONO – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A entrada tem que ser nos portos marítimos. Nós não temos 20 portos. Nós temos um número de portos marítimos ...

O SR. EDUARDO ONO – Temos 22.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A maior parte deles está concentrada em alguma região do País. Então, de acordo com essa distribuição, onde está a concentração maior? Qual é a região?

O SR. EDUARDO ONO – Hoje o pescado importado entra, com certeza, na sua maioria, no porto principal do País que é Santos. Depois, vamos ter uma migração para os portos de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Depois vamos ao Nordeste, e vai haver uma entrada por Salvador, por Recife e um pouco para Fortaleza. Essas são basicamente as regiões onde está entrando o produto importado que vem via marítima. O que vem via terrestre entra todo pela fronteira do Rio Grande do Sul, que vem do Chile.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós temos no Rio Grande do Sul um entreposto, que são os três Ministérios. Uruguaiana é o principal porto de entrada, porque vem também do Chile por ali e da Argentina. Ali há uma inspeção rigorosa: Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária e o Ministério da Agricultura, o MAPA, e também a Anvisa está ali, o Ministério da Saúde porque há as questões de sanidade.

Com relação a essa questão, Dr. José Luís, da identificação desse problema que certamente vem chamando a atenção também dos senhores lá, qual é a perspectiva de solução disso para evitar aquilo de que também o Eduardo Ono falou, que é uma concorrência comercial absolutamente predatória? Isso porque não dá para competir num momento em que o Brasil, segundo informações que temos, enfrenta problemas como a questão dos criatórios, das fazendas de peixes, assim chamadas, de tilápias ou outros peixes de água doce, a comercialização na região amazônica e também os crustáceos. E Santa Catarina hoje é um grande produtor de vários crustáceos. Há também o caso das trutas, nas áreas mais frias, na região de Lages, de São Joaquim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

em Santa Catarina. Então, qual é o cenário que está se desenhando no sentido de proteger o consumidor, em primeiro lugar, proteger o produtor que está cuidando de estimular essa produção, que é uma outra atividade econômica da aquicultura e pesca e que está agora subordinada, ou seja, tudo no guarda-chuva do MAPA?

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Bom, Senadora, o MAPA é incansável. A gente está muito atento a esses problemas das fraudes. Esse é um trabalho terrível, de gato e rato, e as fraudes vão se sofisticando, e nós vamos correndo atrás. Essa adição de produtos – normalmente se usa o tripolifosfato – para absorver a água, para vender água como peixe, nós pegávamos antes pela medida do PH.

Então, pelo PH conseguíamos pegar. A partir daí, eles começaram a tamponar essas substâncias. Então, nós sempre estamos correndo atrás da questão da fraude.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A tecnologia do mal caminha mais rápido.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Sem dúvida.

Nós temos fiscais sendo processados por indústria porque pegam pesado. Nós temos empresas de um sindicato que não podemos fiscalizar por decisão judicial, que colocou que a responsabilidade não é do Ministério da Agricultura.

Então, entre todas essas fraudes, há a troca de espécie. Nós tivemos que elaborar, junto ao nosso Lanagro, nosso laboratório do Ministério da Agricultura – um deles, o principal, que faz o controle de espécies, fica aqui, em Goiás –, metodologia de análise de DNA para fazer essas verificações.

Eu gostaria de manifestar até que estamos sendo vitoriosos também porque, do ano passado para este ano, já reduziu sensivelmente a troca de espécies porque começamos a fazer essas operações. Já fizemos duas operações: uma para a Páscoa, outra que finalizou recentemente, e vamos fazer ainda uma, mais para o final do ano, para ver a questão do bacalhau, se é bacalhau.

Fizemos folhetos informativos para a sociedade, comparando as espécies de bacalhau para dizer o que é bacalhau, o que não é bacalhau. Está no nosso *site*. Lançamos um livro também este ano, um livro que só existem três no mundo – e esse ainda é inédito por conter espécies brasileiras –, pela morfologia do filé. Quando você tem a cabeça e o rabo, fica fácil de identificar; quando você tem só o filé dentro no pacote, fica muito difícil. Então, requer um pouquinho – esse livro está no nosso *site* – de experiência porque a comparação das fibras musculares, como a senhora disse... Há diferença entre as espécies sobre as fibras musculares. Então, uma pessoa, um fiscal que nós temos, treinado, consegue com esse livro a morfologia acompanhar as fibras musculares e determinar que espécie é aquele pescado ou pelo menos descartar que aquela não é a que está descrita.

Então, é um trabalho muito hercúleo, muito grande e temos sofrido muito, mas temos tido bons resultados, prova disso é que a falsificação por espécie tem caído.

Com relação ao glaciamento, hoje é permitido uma adição de até 20% de água – então, até 20% é normal –, mas o produtor deve mencionar o peso líquido retirando essa água na embalagem. Deve informar isso ao consumidor descontando esses 20% de água. Mais do que isso não é permitido.

Nós estamos terminando o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Pescado Congelado, que não tínhamos. Nós nos baseávamos em alguns dados do Riispoa, mais literatura internacional e trabalhos científicos, mas nós estamos trabalhando. Na semana passada, houve uma reunião do grupo para concluir. Não foi possível concluir, precisamos de mais uma reunião.

Então, imaginamos que, até o fim do ano, seguindo as boas práticas regulatórias, conseguiremos ter esse regulamento técnico de identidade e qualidade de pescado congelado, em que haverá uma série de outros parâmetros inclusive de fósforo, sódio para que possamos laboratorialmente identificar fraudes.

Eu tinha deixado o final para dar uma orientação, tanto para as donas de casa, como para os donos de casa, e o Eduardo antecipou, mas com imagens, o que torna muito mais fácil. Se o consumidor verificar que aquele pescado tem aquela formação de espuma, retração do seu filé ou até mesmo se ela coloca aquela quantidade de sal e, quando vai comer, percebe que passou o sal, provavelmente não foi a dona ou o dono de casa que passou o sal, é porque aquele produto continha alguma substância que o levou a estar mais salgado. Então, denuncie, pode denunciar para o Ministério da Agricultura, nós temos a nossa ouvidoria, pode até ser denúncia anônima que vamos investigar.

Agora só respondendo à pergunta da Senadora: estamos trabalhando não mais para fiscalizar nesses cinco mil pontos onde é feita a reinspeção hoje. Nós já mapeamos dentro dos pontos de entrada, são cerca de 20 a 25 pontos de entrada, em que entram produtos de origem animal. Temos, no Brasil, 111 pontos de entrada legais de produtos agropecuários, mas, desses 111, entre 20 e 25 é onde entram os produtos de origem animal. E é nesses lugares que queremos fazer a reinspeção, o volume é muito grande e temos que trabalhar, cada vez mais, com inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Como falei, com base no histórico do País, histórico do estabelecimento exportador, histórico do estabelecimento importador, vamos direcionar nossa força de trabalho. Hoje onde a gente faz 100% das amostras que nem sempre é eficaz e, como o Eduardo Falou, às vezes analisamos só a primeira fileira que está ali, mas podemos reduzir para 1% da fiscalização quando ela é bem dirigida e ter uma eficácia muito maior. Então, é nesse sentido que o Ministério da Agricultura está trabalhando, ou seja, para fechar a entrada de produtos de origem animal em alguns poucos lugares. Esse pessoal já foi capacitado, precisa de instalações adequadas e pessoal capacitado, com laboratório próximo, para fazermos essas atividades. Então, imaginamos que, até o ano que vem, implementaremos essa iniciativa, e teremos muito mais eficácia com um custo muito menor para o Erário também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Dr. José Luís aqui, mas há aqui uma questão.

Antônio Teles de Melo Filho tem a seguinte dúvida: como é feito o beneficiamento do peixe, seus aditivos para cor, textura, aumento do peso? Essa vai para o Dr. José Luís.

Passo a outra pergunta de Susi Lucas que vai para o Eduardo Lobo: com a costa litorânea como a de nosso País, gostaria de saber por que pagamos preços tão altos? O peixe que precisamos na nossa alimentação é artigo de luxo? Por que na Europa se pode comer o peixe todos os dias? Gostaria de entender por que pagamos muito caro. Essa á para a Abipesca.

Agora para a Drª Cláudia. Artur Alvim Curi: é de extrema importância a Anvisa atentar às importações desses alimentos porque muitos são lotados de produtos tóxicos e metais pesados, e isso tudo pode ser cancerígeno e pode gerar outras inúmeras doenças para o consumidor.

Essa outra pergunta, para o Doutor José Luís, é de Erich Prochnow:

> Estou muito preocupado com a importação do pescado oriundo do continente asiático principalmente o panga. Que legislação é aplicada na entrada desse produto no Brasil? O importador cumpre com a legislação sanitária ao reembalar esse produto? É uma questão de saúde pública.

Até o Doutor José Luis deu uma informação de que voltaram agora da China, onde uma equipe do Ministério, da área específica da vigilância sanitária ou da fiscalização e de defesa sanitária, foi lá avaliar os produtores que vendem os pescados.

E, por fim, vou repassar ao Dr. Raimundo, a pergunta da Srª Anicelia Pinheiro Gomes: "São confiáveis esses pescados vindos do continente asiático? Sei que existe um peixe muito ruim, que é de lá e que é infestado de vermes, e que, pela distância, pode estragar".

Talvez ela queira falar sobre a alimentação em criatórios de pescados, pois existe um pouco essa narrativa sobre isso.

Então, também essa eu acho que vem para o Dr. José Luis, ainda porque o Dr. Raimundo deixou muito claro que ele pesa, que ele cuida do peso, da quantia, do vício da quantidade. Ele falou aqui e reconhece que é muito a questão.

Então, eu passo a palavra para a resposta, primeiramente ao Eduardo, sobre a questão da nossa costa: por que peixe é tão caro no Brasil? Depois a questão da fiscalização e da Anvisa também.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Essa pergunta é muito boa e tem três aspectos que a gente tem que ressaltar.

O Brasil tem 8.000km de costa e não consegue ser autossuficiente no abastecimento de pescados. Realmente ele custa muito caro por conta de décadas e décadas de políticas públicas equivocadas. O Brasil não se modernizou em sua frota de captura; o Brasil não trouxe tecnologia; o Brasil, quando captura um produto com muita qualidade, exporta, e o que sobra para o Brasil é muito pouco para suprir o abastecimento necessário.

Afora isso, nós temos um aspecto da natureza: o Brasil tem uma rica quantidade de flora, de várias espécies, mas a gente não tem uma biomassa grande, ou seja, a indústria de processamento de pescados necessita de um abastecimento, de uma biomassa alta de uma única espécie, num volume grande. No Brasil, a gente tem uma diversidade muito grande de espécies. Então, quando você vai montar sua unidade de processamento, sua indústria, você não pode estar com a equipe preparada para fazer 10 espécies ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

tempo. Você tem que ter uma equipe preparada para trabalhar uma espécie.

A solução para isso: uma política voltada para uma tecnologia de captura mais eficiente, em partilhamento com barcos estrangeiros, para que a gente possa explorar, de forma sustentável, a nossa costa e o que ela nos reserva em termos de pescados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, com a palavra o Dr. José Luis.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Vou tentar aqui, rapidamente, responder. Se faltar alguma coisa, a senhora me informa

O processamento do pescado é feito dentro de indústrias frigorificadas e com todo o controle onde é filetado, retirado o filé do peixe, nessa questão de pescado congelado, e não é permitido o uso de nenhum aditivo, seja para dar cor, textura ou absorver água e aumentar o peso. Então não é permitida nenhuma adição.

É responsabilidade da indústria. Nossa fiscalização é periódica. Eventualmente, nós vamos às empresas para verificar, e isso está estabelecido em critérios de risco. Então, empresas que tenham maior produção, produtos com maior risco e que tenham maior indício de perda de controle, nós fiscalizamos mais. Podemos chegar até a uma fiscalização permanente, diária, ou seja, estar dentro da indústria todos os dias, caso a empresa tenha algum problema. Mas, via de regra, em empresas com bastante controle de sua produção, nós podemos fazer até uma fiscalização por ano, duas fiscalizações por ano, a cada dois meses ou quinzenalmente, de acordo com o risco do produto, risco do estabelecimento e volume de produção. Isso está estabelecido na Norma Interna nº 2, de 2015.

Então, repetindo, não é permitida a adição de nenhum produto...

Desculpem-me; eu esqueci a segunda pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era sobre, na indústria, o processamento do pescado, tal como cor, enfim, a especificação do produto em si.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Mas a segunda pergunta falava de...

Desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A legislação aplicada na entrada do panga no Brasil.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Ah tá. A importação de produtos do continente asiático. Pelo que nós temos levantado, há peixe de excelente qualidade lá, mas também há peixe de má qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qualidade duvidosa.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – De qualidade duvidosa ou até intencionalmente... Isso eles exportam para todos os lugares, exportam para os Estados Unidos, exportam para a União Europeia e eles têm peixes de excelente qualidade também.

Na minha opinião, o que define, o que vem para o Brasil é o que o importador quer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Compra.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Se ele quer um peixe de baixa qualidade, eles vão produzir um peixe de baixa qualidade e de baixo preço; se o portador quiser um peixe de alta qualidade, eles têm lá peixes espetaculares.

Eu estive, há duas semanas, no Mercado do Peixe, o maior mercado de peixe do mundo, que fica em Tóquio. É uma coisa espetacular. Eu vi salmão sendo vendido a -60ºC lá, o que garante uma segurança enorme ao produto. Há uma área lá onde eles mais manipulam o peixe – são mais de 60 barracas lá dentro – e você não sente nem o cheiro de peixe, tamanho o cuidado, o zelo e a responsabilidade que os japoneses têm com o seu produto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor assistiu o leilão do atum?

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Sim; assisti o leilão do atum. É espetacular; uma coisa única, maravilhosa. Acordei 3h da manhã, porque lá é tudo muito cedo. Até me lembrei da época em que eu fiscalizava o frigorífico, mas é uma coisa espetacular.

Então, nós temos lá produtos de excelente qualidade também, mas, assim como nós temos televisão de excelente qualidade e televisão de má qualidade, nós temos todos os tipos de produto lá, e eles são capazes de produzir produtos de excelente qualidade. Quem define é o importador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. José Luis, já que o senhor falou em Ásia, o senhor está falando em extremo oriente – Japão e China –, mas 50% da importação vem da China e do Chile. O Japão, pela própria cultura japonesa, tem um rigor muito grande em relação à qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A indagação que eu lhe faço, já que o senhor esteve lá, é: os peixes que nós compramos da Ásia, especialmente da China, são peixes de criatórios, ou seja, alimentados, ou são de pesca industrial, em alto mar, ou de captura industrial por barcos? Qual é origem desse pescado?

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – A maior parte é de pescado de extrativismo, mas, no Vietnã, há bastante pescado produzido e também peixes de excelente qualidade. A nossa missão esteve na China, verificando – foram 15 dias de verificação –, e lá também há peixes de excelente qualidade.

Pegamos naturalmente, ou, então, eles usam uma escovinha. Com a mesma escovinha que eles usam para retirar a escama, eles dão umas batidinhas – essa é outra dica. Se a gente levantar o filé contra a luz, a gente verifica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um filetado.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – ... uns pontinhos que eles usam para injetar a substância para absorver a água.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para inchar o peixe.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Isso.

Então, nós temos de tudo. Se a autoridade sanitária... A gente cobra muita responsabilidade da autoridade sanitária, porque são eles que fiscalizam o estabelecimento lá.

Nós fazemos as nossas missões. Hoje, temos onze empresas: seis empresas chinesas, quatro vietnamitas e uma da Argentina em regime de alerta de importação. Então, segundo dados de hoje, isso é dinâmico. Nós vamos intensificando de acordo com quem está tendo problema e cobramos das autoridades sanitárias dos outros países a mesma responsabilidade com que nós somos cobrados, quando exportamos os nossos produtos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Anvisa tem uma pergunta que foi feita para a Drª Claudia sobre a questão dos cancerígenos.

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – A pergunta foi muito importante. É uma preocupação realmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em conjunto com o Sistema Nacional. Cada vez mais, nós estamos trabalhando para o aprimoramento dos nossos laboratórios de saúde pública para a identificação dos problemas que possam ocasionar algum dano ao consumidor, a todos nós. Então, é uma busca muito grande para tentar melhorar a qualidade sanitária desses alimentos e promover um alimento inócuo.

Nós temos um Programa Nacional de Aditivos e Contaminantes, só lembrando que alimentos é um mundo muito grande, e o pescado é um item dentro desse globo de alimentos com que trabalhamos. Às vezes, a metodologia desenvolvida para uma matriz não serve para outra. Então, se alguém desenvolve algumas metodologias para metal pesado para determinada matriz, não vai conseguir desenvolver a mesma metodologia para outros tipos de alimentos; é necessário o desenvolvimento de novas metodologias. Nesse tocante, nós estamos trabalhando direto.

Há pouco tempo, foram publicadas algumas REs de proibição de comercialização de algas, que são muito utilizadas na...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Culinária japonesa.

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – ... culinária japonesa, em função de metais pesados acima do limite máximo determinado pela legislação de segurança desses metais.

E, com certeza, lembrando que o pescado *in natura* é um alimento perecível, então, a ação tem que ser imediata. Assim, sendo identificado algum problema de metal pesado, a gente tem que ir atrás da rastreabilidade desse produto. E, aí, é que é importante esse trabalho conjunto entre os órgãos de controle, porque, no momento em que é identificado um problema desse tamanho, desse contexto, temos que rastrear; se for alimento importado, trabalhar a questão da importação desse alimento, qual é a origem, quem foi o exportador, quem é o importador, para começarmos a matar o problema na entrada do País; se é um alimento produzido no País, oriundo do próprio Brasil, que tipo de trabalho tem que ser desenvolvido para que possa ser melhorado.

Inclusive, com aquele infeliz acidente que aconteceu em Mariana, os órgãos em conjunto proibiram a pesca de uma determinada faixa e foi proibida também a comercialização e armazenamento daqueles produtos oriundos daqueles locais.

Então, estamos sempre atentos para evitar e tentar se antecipar, o que, como o José Luís falou, é muito difícil. Esse tipo de ocorrência é incidental, geralmente, uma ocorrência da natureza; é um pouquinho mais complicada até a correção, porque aí há que se envolver uma ação muito maior do que sobre a industrialização propriamente dita do produto, que não é o caso – e, nesse caso, seria mais simples –, mas estamos sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito atentos para que possamos corrigir essa situação e que possamos realmente cumprir a nossa missão de proteção à saúde do consumidor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Cláudia.

Eu queria perguntar também ao Eduardo Lobo, que foi, digamos, quem provocou – e queria saudar também o ex-Ministro da Pesca Altemir Gregolin –, porque a Drª Cláudia lembrou aqui do peixe *in natura*, do peixe fresco e da proibição de algumas variedades de algas que são também produtos marinhos, em função de conter alguns produtos tóxicos. Assim, Eduardo, aparentemente, a culinária japonesa do peixe cru ganhou uma grande força e um grande número de adeptos, especialmente entre os jovens, mas, hoje, você tem restaurante de comida japonesa nos aeroportos, você tem os *sushi* bar, e todos eles têm, e é uma comida realmente saudável. Primeiro, dizia-se que, no Brasil, se consumia peixe muito mais na Semana Santa, porque é um País católico etc., e a Semana Santa é o tempo em que se consome pescado – e há a feira, também de pescado nessa época do ano. Como é que o mercado consumidor de pescados no Brasil, hoje, está se comportando na visão dos senhores?

A pergunta vai para o Eduardo Ono e para o Eduardo Lobo.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Senadora, em relação a mercado, a gente tem um crescimento de 10% a 15% anual em nível nacional. Hoje, realmente, a comida japonesa preconiza e é a alavanca desse crescimento.

Para a Srª Senadora ter uma ideia, dentro da Abipesca, temos o dado de que 52% de todo o salmão fresco que sai do Chile e vem para o Brasil entra pela Abipesca. E, para que esse salmão chegue aos consumidores, aos restaurantes, você tem uma logística maravilhosa. Então, o produto sai fresco do Chile, em carretas frigorificadas, chega ao Brasil, é colocado em plataformas e destas é distribuído, em menos de 48 horas, ao destino final.

A população tem tido um hábito alimentar mais saudável. Está tudo mundo preocupado com colesterol, está todo mundo preocupado com uma proteína de qualidade, está todo mundo preocupado com colocar para as crianças uma alimentação saudável. E o peixe é isso; o peixe é saúde. Peixe de qualidade é a melhor proteína para a população. Não menosprezando, com certeza, as outras proteínas. Eu, particularmente, adoro todas: o suíno, o caprino, o ovino, o boi, o frango, enfim. Mas o peixe, atualmente, tem tudo para se transformar, nos próximos dez anos, em um item com consumo de, pelo menos, 15kg *per capita*/ano, o que ainda é bem distante dos 60kg *per capita*/ano que a gente tem no Japão. Por isso, nossa intenção em colaborar, em combater o pescado que não tem qualidade, porque a gente não pode manchar o nome dessa proteína, a gente não pode deixar que a nossa população tenha acesso a um produto que parece ser saudável e não é.

Posso, Senadora, tomar dois minutinhos para outro tema? (*Pausa.*)

Queria colocar aqui uma questão. O José Luís fala em fiscalização nas indústrias. A fiscalização nas indústrias acontece de forma enfática, sistemática, porque lá há um fiscal do Ministério da Agricultura. A nossa questão é: o que fazer para fiscalizar aquele pequeno importador, aliás, aquele pequeno escritório de três funcionários com importações gigantescas que arrasam o mercado com um produto importado que não tem qualidade? Como chegar até esse pessoal e fazer uma fiscalização? Porque fiscalizar a indústria que está sob o Serviço de Inspeção Federal, o.k., é fácil, mas como fiscalizar esse escritório?

A outra coisa, pegando um gancho também aí no que já foi falado e com a qual concordo plenamente, é: hoje, os supermercados são grandes importadores e eles não sofrem uma ação veemente. Não estou dizendo aqui que o INMETRO não vá ao supermercado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí é a Anvisa; tem que ser a Anvisa.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Mas o INMETRO fiscaliza o glace do supermercado. Não estou dizendo que a Anvisa não vá, mas o MAPA não pode chegar ao supermercado e aplicar nenhum tipo de multa nem fazer nenhum tipo de fiscalização. A gente necessita que o supermercadista seja responsabilizado, porque ele sabe o que está comprando. Hoje, as grandes cadeias de supermercado, no Brasil, estão fazendo quase que a importação de navios inteiros de peixe. Se forem fiscalizar o produto com rótulo importado, o produto na marca do próprio supermercado que vende fora do País, você vai constatar, em qualquer laboratório, que aquele produto está fraudado.

Em recente pesquisa, em recente análise feita pela Associação dos Consumidores da Proteste acerca de 9 meses foi constatado que a maior rede de supermercados do Brasil, com produtos de sua marca, tinha total desacordo entre o que existia dentro do produto e o que estava escrito na rotulagem. Alguém falou em sódio aqui, acho que o Dr. Eduardo que falou em sódio.

...Eles mencionavam um teor de 48 gramas de sódio. Quando foi testado em laboratório, constatou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que tinha 800 gramas. Isso é um absurdo! E quem é que vai fiscalizar isso? Porque, hoje, só quem é penalizado no País é o industrial, porque é mais fácil de fiscalizar. Tem que ser penalizado, tem que sofrer fiscalização, nós estamos de acordo, nós estamos alinhados, mas a gente precisa que os outros componentes desse mercado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isonomia.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Uma isonomia comercial, porque hoje essa isonomia está quebrada, completamente quebrada.

Quando a gente vem falar da questão dos restaurantes – e eu já vou finalizar, peço até desculpa pelo excesso do tempo –, na maioria das vezes, eles não são inocentes não; os donos dos restaurantes sabem o que estão comprando e estão comprando desses importadores que o MAPA não consegue pegar. Estão comprando levianamente um produto mais barato e servindo ao consumidor que aceita. Isso está errado, é vexatório.

Voltando à questão do crescimento de mercado, estas ações, que nós estamos propondo, são ações para criar um embasamento, uma estruturação, para que o peixe continue crescendo, para que a população tenha acesso a um produto saudável, que a indústria nacional não seja canibalizada, que a piscicultura nacional não seja canibalizada, porque nós precisamos do peixe importado, mas não precisamos de um peixe importado que não tenha qualidade e que tenha uma fraude econômica acontecendo à luz do dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a colocação, digamos, mais séria e depende aí...

Agora, o Dr. José Luis deu uma informação aqui que não ficou... É grave, que o Poder Judiciário, em uma fiscalização que o MAPA foi fazer, foi impedido de entrar em uma fiscalização porque um sindicato entrou na justiça contra isso. Quer dizer, nós também temos que... É complicada essa situação.

Qual foi a circunstância e alegação, Dr. José Luis, nesse episódio? Porque eu acho que os magistrados também são consumidores, as famílias também são consumidoras e se a gente está aqui tratando, nesta Comissão, da qualidade do produto, da honestidade do preço que está se pagando, e aí temos que ver também, além da qualidade, a honestidade comercial, ele não está comprando água por peixe, tem que comprar peixe ou então tem que estar escrito no rótulo, como disse o Dr. José Luis, o peso líquido e o peso bruto do produto que o consumidor está comprando na gôndola do supermercado ou na banca do peixe na feira do guará.

Então, esse é o objetivo exatamente de nossa audiência.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Essa é uma noção específica para adição de glace no pescado, no qual um sindicato, de Santa Catarina, e seus associados... Então, nós estamos impedidos até hoje de fiscalizar a questão da adição de água por glace no pescado porque na demanda, e o juiz entendeu dessa forma, que somente o INMETRO pode ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Medir.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – ... medir isso aí.

E nós entendemos que não. Nós temos um mandato, nós temos a competência para fiscalizar todas as empresas de produtos de origem animal.

Essa é uma ação específica, está sendo rebatida pela AGU e tudo mais, mas tudo é muito moroso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu levo isso ao Eduardo Ono, pois a CNA é dos produtores, para buscar a informação adequada para que a entidade também possa colaborar no sentido de que...

E também saber se o INMETRO está mesmo fazendo, porque se pode alegar uma questão de competências, de áreas de competência, para justificar a ação judicial, questionar a competência, e não haver a inspeção do INMETRO. Quer dizer, o MAPA não pode, mas estará lá o INMETRO trabalhando? Essa é a questão que tem que ser colocada.

Então eu queria passar ao Dr. Eduardo, porque eu gostaria que levasse essa questão. Depois, ao Dr. José Luís para ver o nome e o endereço, se está vinculado eventualmente à entidade, para que a entidade entre em ação, porque nós temos que ter aqui um tratamento igual. A indústria também tem que estar comprometida, o produtor também, em defesa do interesse comercial, da qualidade do produto.

O SR. EDUARDO ONO – Apenas para esclarecer, esse sindicato lá de Santa Catarina é o Sindicato da Indústria, então não está ligado à CNA, está atrelado à CNI. Então não está, na verdade, sob a nossa alçada alguma intervenção dessa ordem.

Com relação à questão que a Senadora perguntou, como é que está o mercado, acho que o Brasil, o brasileiro acordou para essa questão no pescado. Eu particularmente trabalho com pescado há praticamente 25 anos. Eu sempre ouvi o discurso de que o brasileiro não gosta de peixe, por isso come pouco peixe, e a gente, com o passar dos anos, nós descobrimos que isso não é verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não come por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

causa do preço.

O SR. EDUARDO ONO – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o preço.

O SR. EDUARDO ONO – Comia pouco peixe porque era difícil o acesso ao pescado. Sempre foi muito difícil, não é? O pescado sempre foi vendido como nós comprávamos galinha vinte, trinta anos atrás, aquela coisa bruta, sem processamento, como levar um frango com pena para casa hoje em dia, quer dizer, é inimaginável alguém levar um frango com pena para casa hoje em dia. E o pescado foi vendido assim durante muitas décadas.

Até hoje a gente ainda tem aquela percepção de que o peixe lá na banca, com cabeça, com víscera é o melhor. E na verdade, nem sempre. Um peixe que chega em condições, para uma indústria em boas condições fazer o processamento, vai ter uma qualidade muito superior àquele peixe da feira. A realidade é essa. Mas culturalmente nós temos ainda essa visão de que aquele peixe fresco, inteiro, com cabeça, que tem que olhar se o olho está bonito ou não, aquela coisa toda, aquela cultura realmente do produto bruto.

E isso dificulta muito o consumo, porque quem quer levar hoje, numa vida moderna, um peixe inteiro para casa, para fazer o processamento em casa, no apartamento etc. e tal? Isso é uma coisa praticamente de final de semana e para quem gosta, só. Isso inibe muito o consumo.

Então acho que à medida que o parque industrial brasileiro de pescado vem avançando e oferecendo produtos de mais fácil consumo, de mais fácil preparo, isso alavancou bastante o consumo de pescado.

E os produtos importados tiveram um papel importantíssimo nesse processo, porque praticamente todo o produto importado vem pronto para o consumo. É o filé pronto para o consumo, apesar de nós estarmos discutindo todo esse problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Valor agregado, isso.

O SR. EDUARDO ONO – Exatamente. Todo esse problema da qualidade. Eu concordo plenamente com o Eduardo Lobo em relação a isso. O pescado importado é um produto importante na pauta e na alimentação brasileira.

Agora, o que nós precisamos garantir é que esse produto chegue à mesa do consumidor com a mesma qualidade que é exigida de um produto nacional. Esse é o ponto. Em momento nenhum nós somos contra a importação. O comércio é multilateral, então nós temos que respeitar. O Brasil é um grande exportador de todas as cadeias agropecuárias. E os produtos que nos faltam devem ser importados.

Agora, o que nós precisamos garantir é a isonomia da parte comercial com relação a essas fraudes comerciais e à questão sanitária. Do ponto de vista sanitário, estamos bem, na verdade. Agora, na questão dessas fraudes comerciais, ainda estamos deixando muito a dever como fiscalização.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer duas rápidas perguntas para os nossos colegas da Mesa. Primeiro, para a Drª Claudia: com relação ao sistema de vigilância no País, se ele está preparado, se ele está ou não fazendo fiscalização quanto a essa questão química, por exemplo, dos sais adicionados no pescado especificamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu passo a palavra à Drª Claudia para essa pergunta.

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – Eu ia, inclusive, pedir uma intervenção nesse sentido. As fraudes comerciais que não envolvam risco à saúde não são realmente um foco muito grande da Vigilância Sanitária, mas, em função da política nacional de redução do consumo de sódio, em função das doenças crônicas não transmissíveis, que é o caso da hipertensão e dos problemas cardiológicos, me preocupou muito essa questão do percentual que o prezado Eduardo Lobo citou, porque traz um risco realmente muito grande à saúde da população. Então, essas questões têm que ser bem conversadas. Eu acho que uma aproximação de vocês conosco seria muito interessante nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Ono) – Perfeito.

A SRª CLAUDIA DARBELLY CAVALIERI MORAES – E tem, sim, como a gente dar uma monitorada nessa questão, que é fundamental. Eu fiquei, sinceramente, preocupada com esse número que ele colocou aqui hoje.

O SR. EDUARDO ONO – Sem dúvida.

Se me permite uma rápida pergunta para o Dr. Raimundo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. EDUARDO ONO – É em relação justamente à questão do peso de que trata o INMETRO nesse caso, esse problema do *over soaking*, por exemplo, que é a água dentro do filé. O INMETRO está preparado para medir e fiscalizar isso? Porque o glace é simples. Acho que já vem sendo feito há bastante tempo. Mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

INMETRO está preparado para esse problema do *over soaking*, vem fazendo ou já detectou esse problema em alguma fiscalização?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Você tem perguntas para mais alguém?

Dr. Raimundo, por favor.

O SR. RAIMUNDO ALVES DE REZENDE – Bem, eu, inclusive, sinalizei, porque, além do glace normal, do limite máximo permissível, temos detectado índices acima do limite máximo – o mínimo é muito raro – permitido. Chegou ao ponto de se adquirir no mercado um quilograma de um determinado produto e, ao descongelá-lo, vamos dizer assim, se fizer a conferência, obter 600, 700 gramas. É isso que nós estamos falando. É aquilo que a Senadora falou: comprar água por peixe.

Eu até quero colocar um problema, que é basicamente do Governo Federal como um todo. Por quê? Eu não sei se lá no Ministério da Agricultura tem fiscal suficiente ou no Ibama, na Vigilância Sanitária, etc. Eu tinha rascunhado esse assunto quando disse que nós somos substituíveis e aposentáveis. Então, eu acredito no seguinte: o número de ponto de venda, que foi detectado, inclusive, pelo seu setor, cresceu muito. E o nosso número de fiscal, de equipe, de viatura não cresceu tanto. O próprio contingenciamento de recursos bate na nossa porta, porque, para fiscalizar e até para arrecadar, o INMETRO tem que ir ao ponto de venda, tem que ir à indústria. E aí vemos que o contingenciamento, muitas vezes, é carrasco conosco, porque ele é injusto, porque nos trata como uma atividade cartorial. E nós não somos cartoriais.

Nós somos gente de andar de botina, de capacete, de jaleco, catando produto, fazendo apreensão, fiscalização. Então, aproveito a oportunidade, Senadora, para falar: gente, ajuda o INMETRO a fiscalizar, ajuda a gente a ter recursos para andar, para fazer as coisas.

De qualquer maneira, eu falei do nosso povo. Nossa gente é uma gente inteligente, criativa e de luta. Existe gente às vezes que, para fiscalizar, vai no carro próprio. Existe gente que, para fiscalizar, junta o mesmo carro oficial e vai em dois, três pontos, criando uma maneira de operar. Percebe? Então, eu sinto muito se eu tenho, às vezes, que pagar com a honra que eu tenho de ocupar a Diretoria de Metrologia Legal e trazer uma verdade à flor da discussão, mas eu acho que a gente tem de pedir esse apoio mesmo.

O nosso Presidente, que é o Presidente Azevedo, tem vindo semanalmente a Brasília convencer a quem de direito, que eu nem sei quem, porque eu sou um simples pesquisador, que já foi diretor disso, daquilo e daquilo outro e que agora estou Diretor de Metrologia Legal. Ele tem pedido semanalmente ajuda, investimento, liberação de recursos, porque, se nós não gastarmos, nós não produzimos e não cumprimos a nossa função social, né, Senadora? E cada R$1 investido no INMETRO ou liberado para o INMETRO, naturalmente, traz para os cofres público R$4. E o lucro social é muito grande. A gente já fez essa projeção. A nossa função social traz muito benefício para a sociedade. Temos fiscalizado, inclusive, na indústria esse problema do peso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acresce, Dr. Raimundo, a essa demanda por mais investimentos a missão desta Comissão, porque tratamos aqui muito de uma outra demanda, do IBGE, irmão do INMETRO, irmão do MAPA, para fazer o censo agropecuário, que nós devemos ao País e que é a realidade e o retrato de como está toda a produção de alimentos no território brasileiro. Então, estamos trabalhando para isso. Eu acho que, em 2017, não vamos pedalar o censo agropecuário.

Existem duas perguntas aqui bem específicas, que casualmente vêm do meu Estado, o Rio Grande do Sul. O Luiz Augusto Tondo diz que "o decreto do pH de um pescado é de 1952 e que indústrias e importadores têm muita dificuldade de atender esse decreto. Não merecíamos uma revisão e atualização para os padrões atuais internacionais"? Trata-se do Decreto 30.691, de 29 de março de 1952, na era Vargas, Getúlio Vargas.

Também, como é da mesma área, faço ao Dr. José Luis, da Joana Nunes dos Santos, do Rio de Janeiro: "quero saber quantos fiscais especialistas em pescados tem o Ministério da Agricultura e se os produtos congelados que chegam ao Brasil são fiscalizados por esse Ministério"?

"Para a fiscalização efetiva, é necessário um número maior de fiscais treinados especificamente para avaliação do pescado"? Essa pergunta é da Jamile Saad Maiolino Vianna, do Rio de Janeiro.

Essas três questões, que estão interligadas, são para o Dr. José Luis.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Bom, acho que nós poderíamos ficar a manhã toda aqui conversando. Há muita coisa para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que é bom, Dr. José Luis. É muito bom isso.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Bom, primeiro, eu preciso fazer uma defesa do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, nosso Riispoa, que é de 1952. Eu entendo que nem sempre, por ser antigo, ele é velho. Ele é um documento muito robusto, que nos dá segurança que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

precisamos para todas as nossas fiscalizações, inclusive para exportamos para mais de 180 países os nossos produtos. É ele que nos dá a base para a gente ser reconhecido por todos esses países para exportarmos os nossos produtos.

Ele está sendo revisado. Apesar de ser de 52, já sofreu nove alterações, duas recentemente, em menos de um ano. Então, ele não é desatualizado.

A questão do PH específico está determinado para pescado fresco em 6.8. Toda a nossa literatura demonstra que é esse o PH mesmo. Associado ao PH, temos o BVT, que é um indicador de deterioração do pescado. Como falei, no Japão, eu não sentia cheiro nenhum de pescado, porque, quando a gente começa a sentir cheiro de pescado, é sinal de que o peixe está se deteriorando. E quando se deteriora, aumenta o PH também.

Esse PH se aplica porque também a pescado congelado, porque, no artigo seguinte, fala que é aplicável, que podemos utilizar esses parâmetros quando aplicável. Temos feito inúmeros estudos. Fizemos estudo no nosso laboratório de Santa Catarina, também do Pará. E os estudos científicos todos demonstram que esse resultado está correto.

Fizemos uma intervenção, uma alteração para a merlusa, ainda este ano, aumentando o PH aceitável até 7, porque a parte bioquímica dessa espécie de pescado nos demonstra que uma merlusa, do grupo das merlusas, até 7 é bom para consumo também.

Estamos trabalhando, como disse, já na produção do regulamento técnico de identidade e qualidade do pescado congelado, onde isso estará contemplado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. José Luis, o senhor me preocupou agora. Eu gosto de ir a mercados. Vou ao mercado popular lá em Santa Catarina, Florianópolis, que foi remodelado, muito bonito. Lá há uma seção de pescado. Lá tem cheiro de peixe. O mercado público de Porto Alegre tem cheiro de peixe. O mercado em Belém do Pará tem cheiro de peixe. Agora o senhor disse que, quando há cheiro é um mau sinal. Agora, estou preocupada. Quer dizer, pode haver um tratamento com algum produto para odorizar.

Fiquei agora preocupada. Não sei alguém vai a uma peixaria convencional... Aqui na Feira do Guará, a qual vou muito, mesmo no supermercado, nas gôndolas de peixe, há cheiro de peixe. O senhor disse que lá não há cheiro de peixe, que é um sinal de alerta, porque pode estar o peixe estragado, senão não tem cheiro.

Queria que o senhor me explicasse.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – O Eduardo falou é a questão do preço do pescado, a questão do hábito de consumo. Eu colocaria mais uma pimentinha. Talvez haja muita gente que não goste de peixe, inclusive a minha esposa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem bota pimenta no peixe é baiano.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – (risos) inclusive a minha esposa, que é descendente de orientais, não gosta de peixe porque talvez não tenha comido um peixe de boa qualidade.

Então, a questão nem sempre do cheiro do peixe é somente pelo pescado, mas às vezes o que está em volta, a água residual...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A própria gordura do peixe tem um gosto mais ativo, mais forte. Peixes de couro, por exemplo, peixes de rio, de couro, tem um sabor mais forte.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Mas não há dúvida de que quando a gente pega um peixe deteriorado ele tem um cheiro muito mais acentuado do que um peixe fresco.

Então, é nesse sentido, toda a nossa fiscalização é baseada em análises sensoriais, seja pela cor, odor, textura, fazemos prova de cocção, onde a gente sente também o odor alterado, fazemos toda essa análise, morfologia do pescado, então, é bem complexa a fiscalização.

Foi mencionado a questão de treinamento do pessoal, nós fazemos, frequentemente, treinamento com o nosso pessoal, não no volume que gostaríamos e até, há questão de quatro meses, criamos uma divisão específica no departamento, no Dipoa, chama-se Divisão de Aperfeiçoamento Técnico, para aumentar a capacitação do nosso pessoal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os cardiologistas e os nutricionistas hoje são grandes aliados da causa do pescado, porque falam muito do omega 3 e o salmão e a sardinha... A sardinha, acho, é a que tem o maior índice de omega 3, então, estão também ajudando o consumo.

Agora, essa pergunta é para o...

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Só para completar, as perguntas que o Eduardo fez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

controle de contaminantes e antibióticos, o Ministério da Agricultura, sim, tem um programa de resíduos e contaminantes, o PNCRC, onde a gente faz esse monitoramento dos resíduos e dos contaminantes, inclusive até dos moluscos bivalves, quando a gente tem lá, principalmente em Santa Catarina, Maré Vermelha, é feito todo um controle para evitar a despesca, para não transmitir contaminação para o ser humano.

E, também, nós temos um programa de avaliação de conformidade, chama-se PACPOA, Programa de Avaliação de Conformidade de Produtos de Origem Animal, onde a gente testa sódio, potássio, BVT, PH, todos os parâmetros que nós temos. Todos esses dados, dados de 2014, estão divulgados em nosso *site*. Estamos terminando a compilação dos dados de 2015 para divulgar e publicar cientificamente também esses dados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor falou na Maré Vermelha...

Eu faço agora uma pergunta para o Eduardo Lobo, é do Luiz Augusto Tondo, do Rio Grande do Sul: "Camarão, não conseguimos produzir para atender a demanda nacional. A melhor qualidade, boa parte que nós produzimos é exportada, o camarão brasileiro, e vive sofrendo com doenças da espécie como mancha branca neste momento. Por que não se libera a importação do mesmo, no caso de camarão?"

É a pergunta para o Eduardo Lobo.

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Boa pergunta. Primeiro, só fazendo uma correção, o Brasil, há aproximadamente 15 anos, não exporta camarão.

O que acontece é que a capacidade de captura extrativa do camarão na nossa costa vem diminuindo e o consumo vem aumentando e o que nós produzimos em cativeiro é o que verdadeiramente abastece o nosso mercado interno.

Ultimamente a população tem sofrido muito com o preço do camarão que praticamente triplicou. O Brasil foi arrasado por uma doença chamada mancha branca, que acabou com 70% do cultivo de camarão nas Regiões Norte e Nordeste. Essa produção deverá voltar e se estabilizar nos próximos 18 meses.

Agora, a questão da reserva de mercado, de por que o Brasil não libera a importação de camarão, existe uma briga judicial. O Ministério da Agricultura fez vários estudos para se medir o risco da importação do camarão, se o camarão importado poderia trazer algum tipo de ameaça à saúde pública ou ao cultivo nacional. Esse estudo mostrou que o camarão, quando importado de águas profundas, e se importado sem a cabeça e sem a casca, não ofereceria nenhum risco à população nem ao cultivo nacional. Mas existe um embate jurídico de algumas associações de produtores que, no seu entendimento pessoal, acham que é temerário esse tipo de abertura. E hoje, por medida judicial, está proibida a importação de camarão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada pela explicação.

Agora, passo a palavra ao ex-Ministro Altemir Gregolin, por cinco minutos. E depois ao Thiago De Luca.

É a primeira vez que aqui abrimos um debate também para democratizar, já que a questão suscita tantas ponderações, tantas indagações e tantas explicações que aqui recebemos de autoridades que entendem muito do setor.

Então, passo a palavra ao ex-Ministro e agradeço sua presença também.

O SR. ALTEMIR GREGOLIN – Obrigado, Senadora. Quero cumprimentar e parabenizar V. Exª pela realização desta audiência pública. Cumprimento os demais painelistas na pessoa do Eduardo Lobo, da Abipesca. Quero dizer que é um prazer estar aqui. E faço algumas considerações muito objetivamente.

Primeiro, em relação ao consumo, realmente, nos últimos dez anos, tivemos um aumento de consumo considerável. Saímos de 6,5kg/habitante/ano para quase 11kg. É um aumento de 8% a 10% ao ano.

Isso foi muito importante, porque era um entrave também ao desenvolvimento da produção nacional. Se não há consumo, há dificuldade também de aumentar a produção. E a importação foi importante nesse sentido, porque, como o Eduardo falou, disponibilizou-se um volume maior de pescado. Especialmente o salmão ajudou essa popularização. São hoje 90 mil toneladas por ano de importação de salmão.

Desde 2006, a nossa balança comercial é negativa em mais de um bilhão. Mas nós não conseguimos atender à demanda interna ainda com a produção nacional. E alguns pescados, como o bacalhau e o salmão, não produzimos aqui. Para que possamos desenvolver esse potencial, temos que aumentar o nosso consumo. Então, isso é importante. A importação foi importante e é importante.

Agora, há os riscos da importação. Não só essa questão da saúde, que tem que ser regulada e fiscalizada, mas também há o caso do camarão, que é um tema em debate há algum tempo. Há uma portaria de 1999, do Ministério da Agricultura, que proibiu a importação em função dos riscos da mancha branca. Hoje nós temos a mancha branca.

Mas há outro produto que me preocupa: a importação de tilápia da China. Isto, para mim, é muito sério. A China tenciona isso há mais de dez anos: "Nós podemos importar mais suínos e frangos do Brasil, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

queremos exportar tilápia para o Brasil". Eles exportam outros pescados, mas não de cultivo, como a tilápia. Para nós, é um risco muito grande importar tilápia da China.

Então, eu particularmente espero que o MAPA não autorize a importação de tilápia da China. Inclusive, criamos um instrumento à época que é a análise de risco. É um instrumento que os países desenvolvidos usam para postergar autorização de importação também, além dos riscos, evidentemente, associados a isso.

Uma terceira questão é em relação à fraude. Essa questão é muito séria. Então, é fundamental haver padronização e fiscalização.

A Abipesca tem adotado uma postura de cobrar dos seus associados uma postura ética em relação a isto que é fundamental, ou seja, qualidade. Por que é séria essa questão da fraude? Primeiro, pela questão da saúde pública; segundo, porque nós precisamos que o consumidor tenha confiança em comprar pescado. E comprar pescado é diferente de comprar frango ou suíno ou bovino. Frango é frango. Agora, peixe, pescado de um modo geral, há uma série de espécies. E a pessoa se sente insegura porque é um produto mais degradável, há mais dificuldade para o preparo. Então, para você aumentar o consumo, também as pessoas têm que ter confiança de que podem comprar o produto e que ele é de qualidade. Então, ter fiscalização, combater a fraude é fundamental também para dar confiança e aumentar o consumo.

E uma terceira questão é a da concorrência desleal. Por exemplo, se o cara bota 20% a mais de água, como é que eu vou concorrer com um produto de padrão com um cara que rebaixa a qualidade? Eu tenho que ter um preço superior. Então, a fraude induz a pessoa a reduzir a qualidade para poder sobreviver, para poder concorrer no mercado. O fiscalizar cria um mecanismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALTEMIR GREGOLIN – .... também para estimular a elevação do padrão de qualidade, porque as empresas conseguem sobreviver com qualidade, com um padrão. Essa é a questão.

Uma última questão é a da reinspeção. Eu concordo plenamente com os argumentos do Eduardo no sentido de que as indústrias "cifadas" têm uma indústria melhor para poder fiscalizar. Além desse aspecto há também uma questão de concorrência. Realmente, nós temos uma infinidade de importadoras que têm uma estrutura de custo baixíssimo, e a indústria, com uma estrutura de custos muito superior tem dificuldade de concorrência. Essa é uma grande verdade. E isso me preocupa porque nós temos uma indústria hoje que passa por dificuldades. Tudo bem, o Brasil está em crise e todos os setores têm as suas dificuldades. Mas a indústria de pescados passa por grandes dificuldades e uma das razões é essa. Então, nós precisamos resolver isso, regular isso para dar uma condição de competitividade maior para a indústria, porque sem indústria forte e competitiva, a gente não desenvolve o grande potencial que o Brasil tem e que pode ser um dos maiores do mundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro Gregolin, o senhor, em cinco minutos, resumiu basicamente aquilo tudo que a gente discutiu até agora: primeiro a saúde pública, a concorrência, o que é uma coisa grave, desleal para com quem trabalha com honestidade. Uma importação desonesta pode até – e o senhor não se referiu aqui a isso – , numa autorização de determinado produto, trazer uma doença que nós não temos ou uma praga ou uma Maré Branca que já chegou aqui também.

Agora eu passo a palavra para o Thiago.

O SR. THIAGO DE LUCA – Bom dia a todos! Bom dia especialmente à Senadora!

Obrigado por este espaço. É um momento de muita felicidade a gente poder estar discutindo o pescado numa Casa tão importante como esta. E, ao mesmo tempo, este é um momento em que a gente fica, como um empresário do setor, um pouco triste de saber que a Senadora comeu um camarão e que ele diminuiu tanto... E a nossa luta na Abipesca ... A Abipesca foi criada numa união das empresas sérias, que querem as coisas sérias e que querem moralizar o mercado.

Só que hoje, acho que corroborando com a palavra do ex-Ministro, é muito difícil para essas indústrias sérias, essas indústrias que sabem o que elas estão comprando, que estão importando o produto correto, continuarem a crescer e a ter uma estrutura digna do país e digna de outros países, se você tem uma concorrência que afunda a qualidade dos produtos. Aí você não consegue fazer nada de diferente nem de melhor na sua indústria, porque você tem uma concorrência totalmente predatória.

Então, corroborando o que o Ministro disse, eu queria fazer um convite a todos para que fossem não só ao mercado de peixe do Japão, mas que fossem ao mercado de peixe de São Paulo, conhecer a realidade do mercado de peixe de São Paulo ou a realidade do mercado público de peixe do Rio de Janeiro. Lá a gente vai ver qual é a diferente entre o cheiro de peixe e o – desculpem-me a palavra – fedor de peixe. É fácil você sentir essa diferença. Hoje, o empresário que quer lutar para ter uma indústria padrão mundo, a gente está muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

atrás, porque a gente não consegue vender.

Srª Senadora, a minha empresa tem filial aqui, em Brasília. A gente tenta vender para os grandes mercados em Brasília. Eu não posso nem falar para a senhora comprar a minha marca, porque a senhora não vai achar a minha marca aqui, nos grandes mercados de Brasília, porque a gente não consegue vender, porque a gente não tem preço. Então, não consigo nem falar para a senhora comprar um camarão congelado de alta qualidade, porque aqui, em Brasília a senhora não vai encontrar, porque os mercados não conseguem comprar.

A Abipesca foi criada para estar ao lado do MAPA para estar ajudando o MAPA. Foi a primeira associação – eu acho –, que, no pescado, se posicionou ao lado do MAPA. As outras eram embates. O Dr. José Luiz sabe como era. Eram embates tremendos contra o MAPA. E a nossa Associação veio para ficar ao lado do MAPA. O que hoje o empresário brasileiro, o que o empresário nacional quer é uma isonomia com os produtos que estão chegando aqui.

A nossa indústria precisa, sim, do peixe congelado importado para ela poder rodar. E a gente só vai crescer com a nossa aquicultura, com a nossa indústria de pesca, no momento em que essas indústrias nacionais tiverem força para conseguir comprar esse peixe e poderem produzir.

Faço uma pergunta a todos: do que adianta a gente ter uma super rede de captação, excelentes produtores, se a gente não tem para onde destinar esse produto depois? E hoje a indústria nacional está aos frangalhos. Ela não consegue receber essa mercadoria, porque a concorrência é completamente desleal por parte de importação direta de produto fraudado.

Quando a gente fala para a dona de casa a metodologia que ela tem que fazer para saber se o produto teve um aditivo químico ou não, na sua fabricação, já entraram milhares de toneladas de produto adulterado dentro do país e estão fazendo com que o empresariado demita, como foi o caso de grande parte de nós, no ano passado e neste ano, passando por muitas dificuldades. O mal já se instalou, e a gente está aqui, em uma comissão especial, falando sobre o pescado e falando sobre coisas ruins...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE LUCA – Opa! Que susto! Então, assim...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O susto deve ser da concorrência, meu caro Thiago.

O SR. THIAGO DE LUCA – É pior. Então, todos os assuntos, as perguntas que vieram e as indagações estão todas relacionadas ao mesmo ponto, que é a falta de fiscalização.

A gente está junto com o INMETRO. Uma das propostas que foi mudada, que a gente conseguiu que o INMETRO mudasse, depois de muito custo, foi aquela padronização que o senhor trouxe, a padronização do peixe.

Aquela lei é uma lei absurda, uma lei do Mercosul que o INMETRO entendia a nossa reivindicação só que o INMETRO não tinha verba para ir às reuniões do Mercosul para acertar essa decisão. Isso é um absurdo!

A gente, como empresário, dizia: Não, a gente vai fazer aqui uma vaquinha e vamos pagar para o INMETRO só que a gente não pode fazer isso. Está certo, mas como que se deixa um setor parado por uma regra absurda por interesses de outros países em vender para o Brasil e você fica com a sua indústria parada sem poder fazer nada porque dependemos de uma decisão do colegiado do INMETRO e o Brasil não consegue se fazer presente porque não tem dinheiro para participar das reuniões que são nos países de lá. Temos um problema seríssimo de pesos em produtos variados que hoje só acontece com o pescado porque a gente tem que reunir alguns órgãos, a gente já fez uma reunião, é um problema simples de ser resolvido e a gente não consegue sentar com todas as casas, resolver isso e o mercado alavancar.

O nosso sonho, acho que como empresário, como o doutor falou e fica maravilhado, eu também viajo muito para comprar, fui a várias indústrias da Ásia e tem indústria na Ásia que você sai de lá como são bonitas, como são boas e como também tem indústrias horrorosas, mas o nosso sonho é poder contratar gente e colocar na mesa do consumidor brasileiro um peixe de melhor qualidade, um peixe mais barato mas para isso a gente precisa que os órgãos públicos nos ajudem a que as regras do jogo sejam as mesmas para todos e hoje o que acontece não é isso. A gente tem uma regra do jogo para a gente e uma regra de jogo completamente diferente para outros atores desse mercado.

Muito obrigado, desculpa pelo tempo que passou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a manifestação do Thiago De Luca e também do ex-Ministro Altermir Gregolin. Os dois fizeram, na verdade, uma exortação às autoridades e a esta Comissão sobre a gravidade da situação. Aqui foi mostrado um retrato fiel disso e fico também particularmente grata porque percebi, pela manifestação do Dr. José Luís, do Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Raimundo, da Drª Cláudia que há um comprometimento pessoal do servidor público da área da fiscalização em relação a esses temas. Então, isso é um ponto pacífico.

Agora, é inadmissível e aí podemos nos comparar ao Chile. Por que o Chile fez uma reconvenção econômica saindo de um setor que era a área de minérios, prata e outros minérios, cobre especialmente que era responsável pela metade da sua balança comercial e hoje o Chile, como disse aqui o Eduardo Lobo, é o maior fornecedor de salmão, de frutas, de vinhos, de pescados, outros vários além do salmão, para o mundo porque estabeleceu uma prioridade e investiu em uma política de sanidade. O Chile tem um rigor sanitários extraordinário. Por isso que chegam ao Japão, aos Estados Unidos e à Europa produtos iguais aos nossos, mas a questão que foi falada da credibilidade, a confiança no respeito das regras.

Nós, no Brasil, tivemos dinheiro para fazer um estádio milionário que está parado, ocioso e não tivemos dinheiro para pagar a passagem de um fiscal do INMETRO para ir a uma reunião do Mercosul defendendo e defender a indústria nacional, que é emprego, que é tecnologia, que é produção, que é geração de renda e que é agregar valor.

Essa é a contradição que o nosso País tem. E eu, como Senadora aqui, todo dia a gente se depara com esses mesmos dilemas.

Então é triste, é gratificante por um lado ver comprometimento de servidores públicos, como nós vimos aqui, que têm consciência; mas as limitações são impostas exatamente pelo equívoco de não estabelecer prioridades.

Que País queremos? Um País de festa? Só de festa? Copa do Mundo? Hastear bandeira, ou uma Olimpíada? Ou queremos um País que seja um País produtivo e respeitado lá fora naquilo que nós temos capacidade, empreendedores extraordinários...

Mas não dá. Pode ser o maior empreendedor do mundo que ele não pode fazer mágica, porque está concorrendo com uma concorrência desleal. Produtos de baixa qualidade e, vamos reconhecer, também temos empresários nossos que se submetem, que fazem isso. E essa é a grande cobrança, que o consumidor tem que ter, tem que ter muito rigor nas escolhas e também, especialmente, os órgãos fiscalizadores nessa questão chamada reinspeção. Essa palavra foi a palavra-chave desta audiência pública e eu queria então agradecer aqui a todos os senhores essa questão.

Aqui tem uma questão da Mariana Bertelli, antes de terminar, Bertelli é como se pronuncia: Sabe-se que a fiscalização passará a ter a sua periodicidade baseada em análise de risco a partir do histórico dos seus resultados de testes laboratoriais, volume de produção, tipo de produto, entre outros.

Se já se observou redução do número de fraudes pela troca de espécies a partir do início da fiscalização em relação à autenticidade das espécies, porque a comprovação da espécie não se tornou ainda um item obrigatório no alto controle da indústria, assim como as análises de qualidade microbiológicas e de contaminantes químicos. É a questão que ela levanta. Isso deveria ser item de alto controle nas indústrias, mas especialmente para os importadores, onde o risco é ainda maior.

Um breve comentário, eu gostaria, do Eduardo Lobo e também do Doutor José Luís. E agradecer, e a sua letra é letra de professora porque é uma letra muito legível.

Muito obrigada. De boa professora, não é? Porque tem professora que também não consegue escrever...

O SR. EDUARDO LOBO NASLAVSKY – Eu vou ser breve porque essa é uma pergunta que quem tem condições técnicas para responder melhor é o José Luis.

Só quero dizer que, em nome da Abipesca, a gente endossa completamente esse posicionamento, a gente acha louvável, e tudo que venha a ser certificação de qualidade e de transparência para que a gente possa vender um produto ao consumidor final saudável e honesto a Abipesca é favorável.

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Vou tentar ser breve aqui. Sim, já houve redução da adulteração por troca de espécies de pescado. Lembro que nem sempre é por uma espécie de valor agregado menor, às vezes, para atender a um determinado pedido de um mercado, e como é pesca extrativista, como o Eduardo disse, nem sempre você tem o produto disponível.

Então, às vezes, até utilizam espécies de valor agregado maior para compor uma cesta de produtos que eles precisam entregar para o varejista, mas, via de regra, sim, usam espécies de menor valor agregado.

Com relação à periodicidade, está estabelecida numa norma, Norma Interna nº 2, de 2015, entra valendo obrigatoriamente para os nossos serviços agora em novembro deste ano, 2016, mas já há muitos Estados que se anteciparam, há muitas superintendências do Ministério da Agricultura que se anteciparam e estão realizando a fiscalização dos estabelecimentos. Não é baseado em risco, mas sim estimado em risco, há uma sutileza nas palavras, mas estimado em risco sim. Então, empresas que tenham maior problema, o maior risco ao consumidor, a gente vai mais vezes, podendo chegar até a inspeção todos os dias na empresa, que é o regime especial de fiscalização, quando a gente tem indício de perda de controle da indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O controle tanto pela troca de espécies deve ser feito pela indústria e a gente participa, fiscalizando, vendo se os autocontroles, se o controle da indústria está sendo bem implementado e bem executado.

Acho que eu respondi tudo. Agora, Senadora, eu queria só falar uma coisa para a senhora não ficar tão triste assim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele ficou impressionado com o cheiro do peixe. (*Risos.*)

Mas é. Levante a mão quem não sente cheiro de peixe nas feiras aqui no Brasil. (*Pausa.*)

Olha aí, viu?

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – Não, o que eu queria dizer é que apesar de a gente ter restrição orçamentária, restrição de pessoas, hoje eu precisaria de mais 30 pessoas dentro do departamento aqui em Brasília para nós sermos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agilidade...

O SR. JOSÉ LUIS RAVAGNANI VARGAS – ...mais ágeis e tudo o mais, inovarmos mais, mas, Senadora, nós exportamos produtos de origem animal para mais de 180 países. É um reconhecimento da qualidade do nosso serviço de saúde animal; um reconhecimento da nossa qualidade do serviço de inspeção, a gente dá as garantias, tanto que não vai contaminar os animais dos outros países nem a população dos outros países. Isso é muito louvável. Isso é um reconhecimento muito grande, então, nós somos muito bons.

O Brasil é muito bom não só em inspeção, mas o produtor rural, a indústria brasileira são muito bons e nós conseguimos nos adaptar à necessidade de todos esses países.

Então, eu queria deixar registrado que nós somos muito bons. Como brasileiro me orgulha muito a exportação e é o que está sustentando este País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. José Luis, eu o endosso realmente, nesses aspectos, o fato de sermos líderes nessa área, como o senhor diz, o motor da economia brasileira, os superávits comerciais do agronegócio são extraordinários, extraordinários. Deve-se, evidentemente, a uma estrutura qualificada dos fiscais federais agropecuários, que eu tenho sempre defendido, fazia isso quando jornalista nos movimentos da categoria e hoje reconheço a relevância desse serviço. Então, V. Exª representa exatamente essa excelência.

Isso também não deixa que deixemos de reconhecer os problemas que temos e o senhor sabe também quais são e que foram abordados no caso da pesca. Então, acho que um olhar para isso também igual ao que damos hoje para os volumes de carne bovina, da cadeia produtiva toda: carne bovina, suína e de frango. Para os volumes que nós temos de outros produtos de valor agregado: suco de laranja, café, açúcar e outros mais.

Então, nós temos que continuar caminhando e para sermos também, na pauta de pescados, um *player* de exportação, porque temos condição de aquicultura, em uma costa muito grande. Então, eu penso que nós podemos, num esforço conjunto, também fazer isso.

Evidentemente, a Comissão reconhece e parabeniza seu trabalho. E quero lhe dizer mais: defesa sanitária merece a atenção desta Comissão. Desde que eu estou no Senado Federal – cheguei em 2011 –, em todos os anos, a Comissão destina verba orçamentária ao orçamento da Comissão para a defesa sanitária animal e vegetal do nosso País. Isso é uma consciência. E também o faz em relação à Embrapa, que é um centro de excelência na área de pesquisa em todos os setores. Então, nós temos esse compromisso. A fiscalização é fundamental.

Neste ano e no ano passado, discutimos a questão da fiscalização sanitária como uma das prioridades. Foi o Senador Dário Berger o Relator de um trabalho muito intenso que fizemos. Fomos a Chapecó debater a questão, porque é um centro de exportação do agronegócio onde há uma estrutura muito importante para esse setor.

Sendo assim, o senhor pode ver o comprometimento da Comissão com esses temas. Mas também não podemos nos omitir de ver os problemas que temos e, juntos, construir soluções, haja vista que a Comissão foi demandada pela Abipesca, entidade que representa o setor. Queremos todos trabalhar juntos.

Parabenizo não só o MAPA e sua Secretaria de Defesa Agropecuária animal e vegetal, mas também o INMETRO. Vimos, pela palavra do Dr. Raimundo Resende, o comprometimento dos servidores, mesmo com dificuldades, cumprindo seu papel e sua função.

A Drª Claudia Moraes também levantou aqui uma questão que nos preocupou: a adição de sódio em excesso nos pescados que são importados da China. É fácil verificar isso. Pedimos a V. Sª, Drª Claudia, que faça a interlocução com as autoridades locais no Distrito Federal, que são muito atentas, para que vão ao supermercado fazer o teste nesses produtos. Isso poderá ter um efeito prático, porque a Capital Federal sempre é uma espécie de caixa de ressonância. Essa atitude vai alertar os demais. Então, queríamos fazer essa solicitação à senhora para providenciar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu penso que esgotamos o tema, meu caro Eduardo Lobo. Ficou muito claro, inclusive pelas perguntas que vieram do Brasil inteiro – do Rio Janeiro, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul – de pessoas que entenderam a situação e pelas colocações. Tudo se resume a isto: ampliar o esforço para o combate à concorrência desleal, à fraude no sistema, que lesa, primeiramente, o usuário consumidor. É para ele que nós trabalhamos. Esse é o primeiro ponto.

Fazemos isso para cuidar não só da saúde do consumidor, mas também do seu bolso, porque, quando ele compra.... O Dr. Raimundo falou aqui do glaciamento. Encontrar 20% a 40% de água num produto é uma violência, uma violência. Imagino que não exista, em outros países, uma violência tão grande de abuso do direito do consumidor. Esse é um problema que nós temos que atacar.

Então, agradeço muito a colaboração de todos e a oportunidade que a Abipesca nos ofereceu para discutir esse problema.

Agora, eu dou um minuto a cada um para fazer as considerações finais. Depois, vamos para a finalização do programa.

Eu queria apenas informar aos senhores que, na semana passada – outro problema que ainda não está no setor de pesca –, estive, na sexta-feira, a convite da Abiquim –Associação Brasileira da Indústria Química e, particularmente, tratando de fertilizantes e, especialmente, defensivos agrícolas. Para se ter uma ideia da gravidade do problema que também impacta em saúde pública. Hoje, de 10 a 25% dos defensivos usados no Brasil são contrabando, US$ 2 bilhões é esse comércio. E esses produtos, muitos deles, os seus, como se fala, a composição química desse produto é proibida no Brasil, quer dizer, estamos trazendo aquilo que proibimos para usar na nossa lavoura, e isso está representando também, assim como representa a fraude para a indústria brasileira de pescados também a indústria de defensivos brasileira imaginar uma perda anual de US$2 bilhões no contrabando. Aí, já é uma questão de polícia mesmo e, pior, a compra de um produto de menor preço, mas o produtor rural brasileiro precisa ter a consciência, pois, além de poder ser acusado de receptador de um produto contrabandeado, há um problema do risco da sua própria produção e do que isso impacto, se for exportado um produto que está com uma contaminação e os outros produtos são controlados, quer dizer, para a indústria é local. Então, essa questão do contrabando e também no caso de fertilizantes não existe isonomia, você importa com isenção, mas o produto produzido aqui não tem o mesmo tratamento tributário. Então, são outras questões que precisamos cuidar.

E, finalmente, tive oportunidade, junto com o Ministro Blairo Maggi, de, em Bento Gonçalves, participar do primeiro congresso mundial feito no Brasil de vinhas e vinho, o 39º Congresso Mundial de Vinhos, que foi realizado em Bento Gonçalves, com todas as autoridades, mais de 300 pessoas de vários países europeus, da Alemanha, da França, da Itália, de Portugal, grandes produtores, daqui da região, do Chile, da Argentina, do Uruguai, do México, interessados também no assunto. Então, isso foi uma demonstração da relevância que a produção vitivinícola tem no Brasil. Hoje, casualmente, haverá a sanção da Lei Geral do Simples Nacional que abriga, entre outas coisas, a vitivinicultura de agricultura família, que é muito importante na região da serra do Rio Grande do Sul, mas Santa Catarina da mesma forma. Hoje, Pernambuco está produzindo vinhos de boa qualidade na região de Petrolina e também cervejarias artesanais e alambiques artesanais. Então, são áreas de produção que os empreendedores estão fazendo e vão ser, digamos, recompensados por um tratamento tributário estimulante para o aumento da qualidade da produção.

Eu queria fazer esses registros para dar ciência à Comissão da relevância desses pontos, porque vamos, posteriormente, avançar no tratamento.

Eu queria agradecer, então, a todos os participantes desse esclarecedor tema que teve a finalidade de debater a necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no serviço de inspeção federal em cumprimento ao Requerimento nº 40, de 2016, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de minha autoria.

Agradeço a presença do Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. José Luís Ravagnani Vargas; do Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), Dr. Raimundo Alves de Rezende; do Vice-Presidente para Assuntos de Mercado da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Eduardo Lobo; da Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Drª Cláudia Moraes; também do Presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Eduardo Ono; do Dr. Estevam, que não pôde comparecer por falta de tempo...

Chegou agora! Então, o senhor tem cinco minutos, antes do encerramento. S. Sª é representante do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura. Mas se o senhor vinha ouvindo no rádio certamente estava ligado aqui, Dr. Estevam, no debate que estávamos encerrando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Então, pelo esforço feito, já que o senhor veio de Santa Catarina e teve problemas com o voo...

Por quê? Estavam todos lotados?

O SR. ESTEVAM MARTINS – É que soubemos da audiência ontem, então, foi uma correria para conseguirmos um voo. Não conseguimos um voo no horário adequado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas tudo bem. Então, com a palavra. O senhor fala por 5 minutos.

O SR. ESTEVAM MARTINS – Acompanhei parte do que foi dito aqui.

O Conepe concorda com as colocações feitas, principalmente pela Abipesca, sobre, inclusive, uma entrevista do Presidente da Abipesca. A gente precisa ter o mesmo tipo de fiscalização para o produto que é feito no Brasil e para o produto que é importado hoje, coisa que não existe. Essa realidade não existe no Brasil. Então, é um perigo potencial porque, se não existe o mesmo nível de inspeção...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isonomia.

O SR. ESTEVAM MARTINS – Isonomia, o mesmo nível de inspeção de um pescado produzido no Brasil e de um pescado importado. A gente sabe de índices de importação cada vez maiores. Então, a gente concorda, sim, que todo o pescado que seja importado no Brasil entre por estabelecimentos de pescado "sifado".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gostaria também que a Conepe formalizasse, em correspondência, Dr. Estevam, essa ponderação, que é a mesma ponderação da própria Abipesca. Nós a encaminharemos, mesmo que tenha sido muito esclarecedor. Percebemos também um bom diálogo, excelente, maduro, responsável e respeitoso, entre o setor com o Ministério da Agricultura, especialmente com a Secretaria de Inspeção Sanitária, que é quem tem a responsabilidade por essa área.

Agradeço o esforço feito pelo senhor e também solicito que encaminhe junto com a Abipesca. A gente vai formalizar, também, junto ao Dr. José Luís Ravagnani a questão relacionada a essas demandas.

O SR. ESTEVAM MARTINS – Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Queria dizer que todas as exposições que foram feitas aqui, por Powerpoint, estão à disposição na internet, no *site* da Comissão. Todas as apresentações estão disponíveis para a consulta dos interessados.

Agradeço também ao Dr. Estevam que conseguiu manifestar a sua opinião. O requerimento foi do Senador Dário Berger. Ontem, a assessoria do Senador... Prontamente eu a subscrevi e, antes de começar, foi aprovado o requerimento.

O Dr. Eduardo Ono, ontem também, ao tomar conhecimento desta audiência, que já estava marcada...E que, às vezes, as comunicações não são como nós gostaríamos que fossem. De qualquer maneira, deu a demonstração de que está presente e deu, também, uma colaboração valiosa.

Quero agradecer, também, aos participantes, ao ex-Ministro, ao Thiago, que representa a plateia, à Mariana, pelas colocações e a aqueles que ligaram e mandaram perguntas, todas elas extremamente focadas, sintonizadas, foram muito inteligentes os questionamentos feitos.

Por isso, e esgotado o tema que nós nos dispomos aqui a discutir, agradeço a oportunidade que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal teve para trazer também mais um debate de audiência pública de uma questão tão importante para os interesses nacionais.

Renovo a todos nossos expositores a relevância e o respeito desta Comissão ao trabalho que vêm realizando.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às oito horas e três minutos do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente comunica que a Comissão recebeu a visita da delegação da Ucrânia, integrada pelo embaixador no Brasil, Rostyslav Tronenko, do Deputado Viktor Romaniuk, Presidente do Grupo Parlamentar Ucrânia-Brasil, do Parlamento da Ucrânia, Partido Frente Popular, bem como de outros Parlamentares ucranianos, ontem, dia 9 de novembro, com a finalidade de fortalecer o diálogo entre as Casas Legislativas dos dois países, para desenvolver cooperação bilateral nos campos específicos da insulina e biotecnologia. Comunica o recebimento do Ofício nº 79, de 2016, subscrito pelo Vereador Marino Spies, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, que encaminha moção de repúdio à reforma da Previdência anunciada pelo Governo Federal. Comunica ainda sobre a realização da 24ª edição do curso de Relações Exteriores da República da China (Taiwan), entre os dias 16 e 25 de outubro deste ano, no qual estiveram presentes representantes de 12 países latino-americanos, a fim de apresentar aos participantes o perfil comercial, social e político de Taiwan, uma das economias mais dinâmicas da Ásia, ocasião em que o Brasil foi representado pelo Sr. Henrique Salles Pinto, Consultor Legislativo do Senado Federal. Retomada a pauta da Reunião, a Senhora Presidente retira da pauta de deliberação o ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2013, a pedido do Sr. Relator, Senador Pastor Valadares, e adia a apreciação dos demais itens da pauta para a próxima reunião deliberativa da Comissão, por ausência de "quórum" para votação. Solicitada a palavra, o Senador Roberto Muniz sugere a realização de audiência pública, para analisar quais são as oportunidades e os obstáculos que existem no setor agropecuário com o novo desenho político norte-americano, sob o tema "A agropecuária brasileira na era Trump". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom dia caros colegas, bom dia nossos telespectadores que acompanham os trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Está aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico que ontem, dia 9 de novembro, esta Comissão recebeu, no Senado Federal, a visita da delegação da Ucrânia, integrada pelo embaixador desse país no Brasil, Rostyslav Tronenko, do Deputado Viktor Romaniuk, Presidente do Grupo Parlamentar Ucrânia-Brasil, do Parlamento da Ucrânia, Partido Frente Popular, bem como de outros Parlamentares ucranianos.

A visita teve por finalidade fortalecer o diálogo entre as Casas Legislativas dos dois países, para desenvolver cooperação bilateral nos campos específicos da insulina e biotecnologia.

Vale lembrar que, no caso da insulina, o próprio Deputado Viktor anunciou que já houve um acordo de cooperação através do qual o Brasil não mais dependeu na produção de insulina, que é fundamental no tratamento para diabéticos, e isso foi um grande avanço na questão da oferta de um produto fundamental para os pacientes.

Há outro interesse muito grande dos ucranianos em relação à biotecnologia na questão dos produtos geneticamente modificados. O Brasil também é um dos pioneiros na América Latina, tendo formulado, na década de 90, a famosa Lei da Biossegurança, que trata dessa matéria.

Comunico o recebimento do Ofício nº 79, de 2016, subscrito pelo Vereador Marino Spies, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, que encaminha moção de repúdio à reforma da Previdência anunciada pelo Governo Federal.

Informo o recebimento do Ofício nº 484, de 2016, subscrito pelo Sr. Coaraci Nogueira de Castilho, chefe de gabinete do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Senador nosso colega, membro desta Comissão, Blairo Maggi, encaminhando informações da Secretaria de Política Agrícola daquele Ministério, solicitadas pelo Ofício nº 247, de 2016, desta Comissão, contendo diversos pleitos dos produtores de maçã do nosso País.

Nós temos várias matérias – esta é uma reunião deliberativa – e estamos aguardando o quórum dos Srs. Senadores.

Eu queria, além dessa informação que repassei da visita da missão ucraniana, dar outra informação.

Do dia 16 ao dia 25 de outubro deste ano, foi realizada a 24ª edição do curso de Relações Exteriores da República da China (Taiwan), no qual estiveram presentes representantes de 12 países latino-americanos. Nessa oportunidade, o Brasil foi representado pelo servidor da Consultoria Legislativa do Senado Federal e desta Comissão – eu gostaria que o nosso secretário tivesse a delicadeza de colocar o nome do servidor, que não está aqui. Por gentileza, traga-me o nome do servidor.

O curso foi promovido regularmente, ao longo dos últimos anos, a fim de apresentar aos participantes o perfil comercial, social e político de Taiwan, uma das economias mais dinâmicas da Ásia. Os setores de serviços e de tecnologia de ponta são, tradicionalmente, alguns dos eixos que viabilizam o desenvolvimento desse país. Taiwan apresenta alto índice de importação de *commodities* agrícolas, com tendência crescente ao longo dos últimos anos, o que representa oportunidade de expansão das exportações do agronegócio brasileiro ao continente asiático.

Brasil e Taiwan desenvolvem salutar cooperação econômica e cultural, além de apresentarem estrutura produtiva complementar. Iniciativas de maior cooperação pelos dois países, portanto, devem ser bem-vindas por ambas as partes.

Eu gostaria que a câmera da TV Senado focasse o nosso servidor, e ele pessoalmente desse o seu nome e dissesse, em dois minutos, da sua experiência, porque representou a Comissão.

O SR. HENRIQUE SALLES PINTO – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos os presentes.

Meu nome é Henrique Salles Pinto, consultor legislativo do Senado Federal. Estivemos presentes no curso de Relações Exteriores da República da China (Taiwan), ao longo dos últimos dias, naquele país, e foi uma oportunidade muito profícua para identificarmos as oportunidades para o nosso agronegócio naquele país e no continente asiático de maneira geral. É um país que tem um desenvolvimento econômico social e cultural muito interessante e uma aproximação com o Brasil que, já ao longo dos últimos anos, tem sido muito profícua também.

Então, nós entendemos que, na estratégia do Governo Federal e do nosso Estado brasileiro, de uma maneira mais ampla, de ampliarmos a nossa participação no comércio internacional, Taiwan pode ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

parceiro interessante. E, nesse sentido, o governo de Taiwan demonstrou todo o interesse em aproximar-se do Governo brasileiro, do Parlamento brasileiro para que nós, então, tenhamos a oportunidade de discutir uma agenda comum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Henrique Salles Pinto, que foi indicado por esta Presidência para participar desse programa.

O relato agora feito por ele foi dando conta das repercussões e do conteúdo discutido e debatido e oferecendo oportunidades.

Uma informação que é atual, oportuna e pertinente. O ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues entende que a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, pode trazer protecionismo, mas, segundo ele, o comércio seguirá ditando as regras. O ex-Ministro da Agricultura e coordenador do Centro de Estudos de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues, declarou nesta quarta-feira que, apesar da perplexidade inicial após a vitória de Donald Trump na eleição presidencial dos Estados Unidos e de um protecionismo sinalizado por ele assim que assumir, o comércio ditará as regras e minimizará os impactos nas vendas externas brasileiras àquele mercado.

Surpreendeu-me a declaração, porque, quando eu era repórter, Senador Moka, Senador Pastor Valadares, eu lembro perfeitamente que o Brasil já era um grande exportador de calçados, e o grande mercado eram os Estados Unidos – continuam sendo os Estados Unidos. E os empresários, as lideranças do setor coureiro-calçadista sempre afirmavam que o Partido Republicano é mais liberal em matéria de comércio do que o Partido Democrata, sempre marcadamente mais protecionista no campo do comércio. Então, surpreende-me a declaração, mesmo que tenha sido uma manifestação de campanha do candidato vitorioso nessas eleições. O fato é que a realidade é que vai mostrar se, de fato, os Estados Unidos serão mais ou menos protecionistas que antes.

Na dependência de um comércio dinâmico, não há como fugir para atender as necessidades da população. O fato é que, nos Estados Unidos, hoje, um brasileiro paga muito menos por alimentação, por vestuário e por calçado do que aqui no Brasil. Então, isto tem que ser explicado também: como é que um país que importa consegue esses resultados? Muita gente viaja para os Estados Unidos – nós sabemos disso – para fazer o enxoval do bebê que vai nascer, comprar carrinho de bebê, fazer o enxoval da noiva que vai casar, comprar até o vestido. Então, isso é algo que nós precisamos entender. O custo Brasil pesa sobre isso. Então, eu me surpreendi com a declaração, dado o conceito de que os republicanos, em matéria de comércio, são mais liberais do que os próprios democratas.

Então, vamos ver. Acho que o que mais poderá nos sinalizar se de fato isso vai acontecer será, sem dúvida, a prática, com esse homem assumindo o governo. Essa é a questão real que nós podemos fazer.

Não sei se essa é a visão dos Srs. Senadores, mas, de qualquer maneira, nós precisamos avançar em todos os programas.

Ontem o Senado também teve avanços significativos na questão da votação da PEC, que, contrariamente à visão da oposição ou da minoria, é um sinalizador, sim, de arrumação da casa, que está desorganizada do ponto de vista contábil, receita e despesa. A economia do lar, a casa da gente, a empresa dos que são empresários, os Governos municipal, estadual e federal precisam ter um controle de gastos, não há como fugir disso. A falta de controle de gastos acabou redundando – não é, Senador Moka? – na situação em que está o Brasil hoje. As prefeituras estão quebradas mesmo havendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é rigorosamente cobrada das prefeituras e dos Estados, da mesma forma, mas a União está operando de acordo com os seus critérios ou a sua falta de planejamento.

Então, a Comissão Especial votou ontem e aprovou a PEC aqui nomeada 55, que advém da 241 aprovada na Câmara.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Peço a palavra, Srª Presidente.

Realmente, eu vejo que, com relação à tramitação dessa PEC, sem dúvida nenhuma, parece que, até ontem, aqueles que estavam no comando da economia se comportam como se não tivessem nada a ver com o que está acontecendo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era outro país.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não foram eles que criaram esse déficit, não foram eles que criaram esses 12 milhões de desempregados, nada disso. E eles insistem, pelo que eu entendo, que se deveria continuar a mesma política. É uma política que já se comprovou que levou o País a este caos. Se medidas anteriores de ajuste semelhantes a essa fossem tomadas, nós não chegaríamos a este caos. E se não votarmos agora, se adiarmos essa votação, nós vamos votar numa situação econômica muito mais agravada. Então, ninguém vai votar isso aqui alegremente, porque nós estamos votando pela necessidade em que se encontra o País. É evidente que há um diagnóstico de uma equipe econômica que diz: "Para a gente sair, para o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

voltar a crescer, para a gente voltar a ter credibilidade, para que a gente possa realmente gerar novos empregos, nós vamos ter que fazer um dever de casa, que são medidas duras, impopulares, mas que são necessárias".

Então, eu só queria dizer isso. Porque, às vezes, nessa discussão, um grita daqui, outro dali, eu acho que sobretudo a população mais vulnerável é sempre a que mais sofre, até porque tem menos proteção mesmo. É difícil para essas pessoas entenderem, mas é preciso que a gente coloque com muita clareza o que está acontecendo no País e por que se tomam essas medidas, por que se está votando hoje a PEC 55, a chamada 241, e qual é o alcance disso a médio e longo prazo.

Eu tenho certeza de que essa medida traz um desgaste a todos aqueles que votarem por sua aprovação, mas, no meu caso, estou assumindo essa responsabilidade, até porque vejo nela que pode trazer, e certamente trará, dificuldade para muitas famílias brasileiras. Mas as alternativas, lamentavelmente, pelo que se herdou, chegamos a uma situação da nossa economia em que ou fazemos isso ou, a curto e até médio prazo, o País vai entrar num caos econômico muito pior daquele em que hoje já se encontra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que essa colocação do Senador Moka é adequada. Nós não podemos fugir à responsabilidade. O Presidente da República tem afirmado que o déficit só da Previdência Social, este ano, é de R$150 bilhões. Na projeção, se nada for feito, em 2024, o déficit da Previdência será 100% do PIB brasileiro. E não se trata, eu tenho convicção, considerando o déficit de 2016, de fazer alarmismo, mas de enxergar a realidade. Não adianta ver o país das maravilhas e não adianta sermos avestruzes nesse processo. Nós temos que enxergar a realidade e assumir as responsabilidades que temos.

Senador Moka, o senhor diz muito bem, pode haver desgaste político, mas o apoio da população à necessidade... Veja, o antigo governo e seus líderes, que criticam a iniciativa feita pelo Governo, propondo outras iniciativas, que são necessárias, mas não serão fundamentais, porque é uma questão de introduzir no Governo a responsabilidade fiscal da União, que não existe hoje.

O governo criou 44 estatais, eu não sei o que fazem essas estatais, qual é a finalidade delas, onde estão operando, para quem e no que a sociedade se beneficia delas. Se isso tivesse melhorado a saúde, a educação, seria muito conveniente, todos nós estaríamos aplaudindo, mas nós não sabemos, e aí está também uma das razões do grande rombo do Estado brasileiro, da União, em relação às contas públicas.

Acho que o despacho que o Ministro Roberto Barroso deu na liminar negando a suspensão da tramitação da PEC foi muito claro. Numa frase lapidar, ele diz que responsabilidade fiscal é uma responsabilidade de administração e não tem ideologia. Então, ela tem que ser matemática. Você não pode gastar mais do que você tem, senão você abre um rombo nas suas contas. É simplesmente assim. Essa é a questão.

Agradeço o comentário do Senador Moka a respeito disso.

Nós estamos aguardando os Senadores. Temos matérias importantes na nossa agenda de hoje, entre elas a questão que trata do desperdício de alimentos, e temos também matérias relacionadas a vários temas. Temos mais de 19 itens para serem relatados.

O item 1 é terminativo, portanto precisaríamos de quórum; a relatoria é do Senador Acir Gurgacz. Os itens 1 e 2 são terminativos, e o Relator é o Pastor Valadares, que é o seu suplente, que aqui nos dá a honra de estar fazendo o seu trabalho. Os itens 1 e 2 já foram lidos e apreciados, inclusive o item 3, e estão em fase de discussão, mas também o prosseguimento da discussão pressuporá o quórum para votarmos. O item 4 é também terminativo, o Senador Flexa Ribeiro é o Relator. O item 5 é não terminativo, do Senador José Medeiros. O item 6 é terminativo, do Senador Ronaldo Caiado. E o item 7 é um item terminativo, do Senador Valadares.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu gostaria de retirar de pauta o item 7, porque tivemos algumas dúvidas. Apresentaremos na próxima reunião.

E quero dizer também que terei de sair, pois tenho uma consulta, mas volto já, já. Eu não posso alterar essa consulta porque é a continuidade de um tratamento, mas rapidamente estarei de volta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Pastor Valadares, vamos retirar de pauta, então, e colocar na próxima, dada a alteração eventual que o senhor possa fazer e relatar.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, na próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito e desejo boa sorte na sua consulta.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, eu presidi, V. Exª sabe, a Comissão da Seguridade. Vai chegando o final do ano e vão ficando aqueles projetos que, por serem terminativos, exigem quórum qualificado. Então, eu acho que durante as próximas semanas nós teremos de fazer, realmente, um...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um esforço.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Um esforço, para que possamos votar, principalmente, esses projetos que são terminativos. É apenas uma sugestão de alguém que já passou por uma situação semelhante. Só conseguimos quando realmente falamos: "Olha, daqui para frente, a maioria, 90% dos projetos têm quórum especial, por serem terminativos na Comissão". Então, eu acho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma boa sugestão de V. Exª, de aproveitarmos uma sessão deliberativa do Senado Federal, acordarmos com os nossos Senadores e fazermos uma reunião extraordinária, fora do nosso horário, aqui – o pessoal se queixa muito de ser muito cedo a reunião. Acho que temos de fazer, porque é um dia apenas da semana nesse horário, e vale o sacrifício, porque, afinal...

Eu penso sempre, Senador Moka, nossos colegas, que a transmissão ao vivo da atividade legislativa é de uma utilidade muito grande para que o telespectador possa acompanhar, de fato, ao vivo, o que estamos fazendo. E este horário é porque às 10h começa a Comissão de Relações Exteriores, às quintas-feiras. Então, se nós fazemos uma reunião das 8h às 10h, nós temos uma cobertura ao vivo completa neste período. Eu penso que duas horas são suficientes para uma comissão apresentar os seus projetos, fazer a discussão, ou uma audiência pública, como a última que fizemos, sobre pesca, que foi muito produtiva. Aprendemos muito, os convidados foram de grande qualidade, todos eles – do MAPA, do Inmetro, da própria Anvisa. Eu, realmente, ali aprendi bastante. Acho que todos os Senadores aprenderam com a audiência pública sobre pesca, e os telespectadores também aprendem. Ali era a questão da conservação de pescado, toda a indústria pesqueira brasileira, todos esses aspectos.

Eu queria, então, dizer que este é o motivo de mantermos – bom dia, Senador Roberto Muniz – o horário das 8h às 10h: é porque nós não temos concorrência. A comissão que está funcionando é a nossa, nas quintas-feiras, e às 10h começa a Comissão de Relações Exteriores. Então, esse é o motivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas eu só quero dizer que ela tem funcionado, e funcionado muito bem.

Aproveito para parabenizar a condução de V. Exª. Os temas aqui tratados são realmente importantes. Eu me lembro da questão do mormo, de que nós aqui tratamos e que hoje, graças a Deus... E também ao nosso Ministro Blairo Maggi...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem que haver uma solução.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele deu uma solução, não é? Eu estive com ele recentemente e me parece que, de todos aqueles haras que estavam impedidos, aquilo tudo já...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi resolvido.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Foi resolvido. Veja o quanto foi importante aquela... Sem falar em tantas outras audiências que nós já fizemos cujo resultado foi muito importante. Então, quero parabenizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço. Agradeço.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E ainda as reuniões de sexta-feira, quando V. Exª sempre vai aos vários Estados. Eu quero ver se, ainda durante o nosso mandato, nós fazemos uma em Mato Grosso do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Mato Grosso do Sul. Vai ser muito bom. Eu estou aguardando, Senador, até o final do ano ou início do ano que vem, antes do encerramento das comissões, para tentar. E este é o segundo ano em que estamos nesta Comissão.

Eu só lamento não estar agora em Juazeiro, onde o Senador Roberto Muniz vai fazer uma audiência pública. Como tenho um compromisso internacional, lamentei muito. Estava marcada a data de amanhã, dia 12, mas, por agenda, ficou para a próxima semana, e não estarei, lamentavelmente, no Brasil. É uma missão em Washington, para tratar de redução do consumo de bebida alcoólica; por isso não estarei aqui presente.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Primeiro, quero parabenizar a senhora. Realmente, o Senador Moka destaca a forma dinâmica com que a senhora conduz os trabalhos da Comissão, permitindo uma discussão permanente e importante para o setor agropecuário.

Quero reiterar que a reunião será no dia 18 de novembro, em Juazeiro, às 14h. Nós vamos tratar de dois assuntos: a questão do seguro rural e da renegociação das dívidas. Nós conseguimos mobilizar o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, haverá representantes, para que coloquem como será realizada a mobilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para que os produtores possam alcançar os benefícios da lei que tratou da renegociação das dívidas.

Então, é importante essa mobilização, Senadora, porque, muitas vezes, fazemos o nosso papel aqui, Senador Moka, conseguimos as conquistas – e essa lei é uma conquista para milhares de agricultores no Brasil –, e eles não conseguem fazem com que a lei aconteça lá na ponta; que os benefícios cheguem aos agricultores.

Vamos tentar fazer lá também essa mobilização para que os bancos possam entender a importância dessa conquista desta Casa, que tanto lutou.

E o senhor, Senador Moka, foi muito importante, sempre empenhado para que isso acontecesse.

É uma pena. Eu queria que o Senador Moka também estivesse lá, seria uma honra para a gente.

Eu falo sempre, Senador...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faz dois anos que eu tento levá-lo ao Rio Grande do Sul, Senador Roberto Muniz, e não consegui.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Às vezes, quando se torna um astro da política, como é o Senador Moka, a agenda fica muito cheia. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, vamos ter que fazer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um requerimento com antecedência.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... com bastante antecedência. Podemos começar a marcar a partir de janeiro de 2018 ou alguma coisa assim.

Mas, sinceramente, quero até aproveitar este momento, Senadora, para dizer que fico muito feliz em participar aqui com vocês deste colegiado. Apesar de não militar o tempo todo no setor de agropecuária quando estive como Secretário, e agora retornando, vejo a importância e a dimensão que vocês conseguiram conquistar como lideranças nacionais. Sinto-me muito honrado de estar perto de vocês aqui nestes debates, porque, todas as vezes que tenho caminhado pela Bahia, as pessoas colocam a senhora, Senadora Ana Amélia, e o Senador Moka como grandes lideranças na luta em defesa do agricultor brasileiro. Então, eu queria parabenizá-los.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É gratificante, Senador Roberto Muniz. É por isso que faço questão de começar às 8h a reunião, porque esta é a hora em que o pessoal está em casa ligado, no interior do Brasil.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O produtor rural...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Levanta-se cedo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... tem esse hábito de acordar cedo. E ele liga a tevê para acompanhar as reuniões da Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Hoje, em qualquer recanto do Brasil onde há energia elétrica, evidentemente, as antenas parabólicas estão facilitando o acesso às informações. Então, a TV Senado chega a esses longínquos rincões do Brasil.

Eu quero, Senador Roberto Muniz, aqui, publicamente, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agradecer não apenas ao senhor, mas à Comissão e ao Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, o Deputado Marcelo Nilo, porque sei que a TV da Assembleia vai dar uma colaboração intensa para a transmissão dessa audiência pública lá em Juazeiro. Penso que é importante que a gente registre que é uma colaboração de Legislativos estaduais.

Nós temos recebido, em todos os lugares por onde andamos, colaboração. A TV Assembleia do Rio Grande do Sul, a TV Assembleia de Santa Catarina, a TV Assembleia de Rondônia e outras televisões deram colaboração. Em todos os Estados em que estivemos, as TVs comunitárias, ou da Assembleia, ou TVs educativas foram muito solidárias com a Comissão de Agricultura, além da equipe da TV Senado.

Então, estão convidados os Secretários de Agricultura do Nordeste, por orientação do Senador Roberto Muniz.

É a Presidente quem faz os convites; já foram todos encaminhados. As entidades de classe todas, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, como disse V. Exª, todas as entidades ligadas ao setor agropecuário, como a Sudene, todos já foram devidamente convidados.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E vamos também fazer o convite a todos os Senadores, além da Bancada. Principalmente os Senadores do Nordeste, que podem estar mais próximos.

Eu só queria registrar, Senadora, que o local onde vai acontecer, no dia 18 de novembro de 2016, a sessão especial, com o círculo de palestra e debate sobre seguro rural, renegociação das dívidas de crédito rural, Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

nº 13.340/2016, é o Grande Hotel, de Juazeiro, à margem do Rio São Francisco, no dia 18 de novembro, às 14h.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo! Grande Hotel...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Grande Hotel, de Juazeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo! Então estão todos convidados.

Desejo muito sucesso, Senador Roberto Muniz, porque esse tema nós discutimos aqui numa medida provisória, a renegociação da dívida dos produtores rurais, especialmente para aquela região, mas para todos os agricultores do Brasil, não ficou só para o Nordeste, em relação à dívida ativa. Então, nesse caso, não foram só os produtores do Nordeste, mas inclusive do meu Estado, do Rio Grande do Sul.

Eu acho que é importante a temática para agilizar a operação. Porque não adianta criar uma lei se o banco, a instituição financeira que administra e opera não estiver habilitada a realizar as operações da renegociação dessas dívidas.

E a tradição é de que os agricultores, os pequenos e o médios, especialmente, no Brasil inteiro, procuram sempre a adimplência. São agricultores muito preocupados com a adimplência, eles têm as contas em dia. É a experiência que a gente tem da agricultura familiar, da média agricultura, sejam eles cooperativados ou não. Há um rigor do agricultor brasileiro de ter as suas contas sempre bem organizadas.

Também há um profissionalismo, porque não poderíamos ter chegado a esse patamar de produção de alimentos se não houvesse uma organização individual dos produtores. Então também temos que destacar que eles são muito sérios, muito comprometidos. E o nível de inadimplência só foge, digamos, da estatística quando há um problema grave, seja de uma seca mais aguda no Nordeste, que é natural, seja de uma intempérie, um granizo, uma geada inesperada, fora de época, no Sul do País, seja de excesso de chuvas na hora da colheita que possam prejudicar, e aí há então a dificuldade de acertar suas contas. Mas, de modo geral, eles têm muito cuidado. E o índice de inadimplência é baixo entre os pequenos agricultores brasileiros, que mostram o seu compromisso.

Então, como eu disse, nós temos aqui essas matérias todas terminativas e não terminativas.

Não há aqui nenhuma relatoria do Senador Roberto Muniz. Poderíamos fazer apenas a leitura para adiantar, mas não há relatoria.

Acho que já foi lido o item 3, que está em discussão, é terminativo e precisa de quórum especial.

Quanto aos outros, alguns são não terminativos. Também precisaríamos, para não terminativos, de quórum para o debate. Como não temos essa posição,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Quando a senhora terminar, eu queria fazer a proposição de um debate aqui que eu acho que é importante, mas espero que a senhora termine.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Pode falar.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ontem o mundo acordou surpreso com a vitória do Donald Trump. Eu acho que é a primeira vez em que o mundo todo se une pensando que seria muito bom se ele tivesse mentido muito durante a campanha. É a primeira vez que a gente vai solicitar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que ele fez isso. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois é.

É a primeira vez que a gente tem uma eleição que acaba e as pessoas dizem: "Poxa, que bom que ele mentiu". Se ele mentiu, a gente tem que bater palma, agradecer e deixá-lo tocar, porque os Estados Unidos são muito importantes na geopolítica mundial. A maior balança comercial que nós temos é com os Estados Unidos. Nós não somos dependentes, mas onde podemos melhorar a nossa balança comercial é nessa relação com os Estados Unidos.

Eu acho que a gente poderia tentar, com a Casa, com os consultores e com pessoas que viessem de fora, fazer um debate, uma audiência pública ou um estudo inicial para ver quais são as oportunidades e os obstáculos que existem no setor agropecuário com esse novo desenho político americano. Eu acho que poderíamos dar um passo à frente se tentássemos entender quais são as possibilidades, o que ele propôs na agropecuária, ver o que ele falou dos Estados que são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Produtores.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... produtores, esse recorte com os nossos produtos locais, e aproveitar que a senhora vai a Washington para ver se identifica alguém que pudesse compor esse quadro, esse novo cenário que o Brasil vai ter que enfrentar. E nós aqui na Comissão vamos ter que colaborar com os agricultores para enfrentar este novo momento, com a assunção do Donald Trump.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Roberto Rocha,... Aliás, Roberto Muniz – o Senador Paulo Rocha é o Relator e eu estava pensando na relatoria dele –, o senhor lembra muito bem a necessidade de um debate, eu diria, mais técnico sobre essas perspectivas. O Brasil hoje tem o Embaixador Sérgio Amaral, nos Estados Unidos, que é um especialista nos assuntos econômicos. Antes de ir para lá, ele presidia a Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), uma importante organização na área do agronegócio.

O Brasil, por incrível por pareça, com todo este território, é o maior importador de trigo no mundo hoje. Mesmo tendo uma produção, ele produz metade do que consome. Importamos, às vezes, do Canadá, às vezes, da Argentina, às vezes, da Europa.

Certamente teremos a oportunidade de estar com o Embaixador. Vou ver não só a possibilidade de ele próprio vir aqui, porque ele está lá dentro e conhece profundamente essas questões de comércio. Então, vou ver com ele, dentro da agenda dele. Eu acho que seria, sim, um ganho para a Comissão. Vou conversar com o Chanceler Serra também, no caso do convite, para que o Embaixador possa nos brindar com isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Apenas para me somar a essa preocupação, o Senador Roberto não estava presente, mas V. Exª já tinha lido uma declaração...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Roberto Rodrigues.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Do ex-Ministro Roberto Rodrigues, dizendo que, apesar do que se fala do Presidente eleito dos Estados Unidos, ainda que queira adotar medidas protecionistas, na avaliação do ex-Ministro, com a qual eu concordo, é o mercado que vai ditar isso. É claro que medidas protecionistas podem prejudicar, principalmente um país que é produtor de produtos primários.

Eu acho que essa rodada é muito importante. Sei que, em São Paulo, Senadora Ana Amélia, o ex-Ministro Roberto Rodrigues faz essas... Eu já tive oportunidade de comparecer, em São Paulo, para falar para empresários dessa área do chamado agronegócio. Talvez fosse importante que o ex-Ministro pudesse vir aqui. E por que não também o nosso Ministro Blairo Maggi, que é, além de produtor rural, engenheiro agrônomo, um grande...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Conhecedor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... empresário nessa área? Certamente nós teríamos um belo debate e informações importantes para esta Casa e para o conjunto de produtores brasileiros se tivéssemos aqui, na mesma Mesa, o Ministro Blairo Maggi e o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

Não sei se o Senador Roberto concorda com essas observações.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Poderíamos chamar o painel de: a agropecuária brasileira na era Trump.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo título, é sugestivo e muito bom.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu acho que, se conseguirmos compor com essas pessoas esse painel de debate aqui, vamos conseguir construir, com antecedência, alguns cenários. Claro que eu também sou muito otimista. Não acho que ninguém entra num país e destrói tudo. Assim a gente espera, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O mundo precisa comer.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – As pessoas não vão deixar de comer, Senadora. Não é por lei que a gente mata a fome. A gente só mata a fome trabalhando, plantando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Produzindo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... produzindo, tendo produtividade, colhendo, vendendo, comprando, tendo possibilidade de viver. É preciso alguém produzir. Então, eu acho que isso seria um belo tema para a gente abrir esse debate da nova era Trump, na nossa Casa, no Senado, e a agropecuária sair na frente e fazer essa não sei se audiência pública, pode ser uma audiência pública. A gente pode tentar fazer isso, no final do ano, para já entrar em 2017 com todo o gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O ex-Ministro Roberto Rodrigues, a propósito do tema, disse que, nos oito anos do democrata Barack Obama no comando do governo dos Estados Unidos, não houve aumento significativo do comércio com o Brasil. E o único acordo relevante, bem recentemente, foi a liberação das exportações de carne bovina *in natura* – porque a primeira era só industrializada – para os Estados Unidos.

Que liberalismo tivemos com oito anos de Obama, se demorou tanto tempo para se abrirem as portas? Na carne bovina foram quinze anos de briga, e a vontade do comércio foi maior que o protecionismo. Ou seja, a vontade e a realidade imporão ao governo a necessidade, por exemplo, de importar alimentos, ou etanol que seja, ou soja, ou qualquer produto agropecuário, como suco de laranja, que nós exportamos para os Estados Unidos.

Então, não adianta haver uma... Se o mercado está precisando desse produto. Então, eu penso que, de fato, a realidade se sobrepõe a uma tendência política. Eu digo e vou repetir aqui: sempre que havia mudança no governo dos Estados Unidos, os nossos exportadores de manufaturados, os calçadistas do meu Estado, o setor coureiro-calçadista, diziam: "Bom, com os republicanos, para nós é mais fácil, porque eles são mais liberais no comércio". Ou seja, eles querem trocas, eles são assim.

Contraria um pouco o ponto de vista do Ministro Roberto Rodrigues, mas ele próprio adverte: "Não, esse protecionismo pode acontecer apenas como um sinalizador, mas logo vai ser derrubado em função das necessidades do mercado". Por que carne bovina eles liberaram? Porque é um mercado de carne barata. A carne brasileira é uma carne de qualidade, e o acesso é fácil, não é, Senador Roberto Muniz?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso, Senadora. Como a senhora diz, eu acho que vamos ter problemas e possibilidades setoriais. A senhora está falando do setor calçadista. No setor de alimentos talvez haja alguma dificuldade que esteja mais próxima às indústrias que foram desativadas.

O que eu percebi foi que Trump trabalhou muito...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No setor automotivo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... no setor automotivo. Toda a cadeia de indústria automotiva que saiu... Inclusive, nós recebemos lá na Bahia a Ford.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Americana.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É, nós temos a maior produtora de carros, de veículos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ganharam do Rio Grande. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agradecemos a benevolência.

Mas houve uma coisa que talvez possa ampliar também a participação de pessoas aqui no debate: algum representante da OMC. Há cerca de 20 dias estive na OMC, em Genebra. Estive com o Dr. Roberto Azevêdo, que é Diretor-Geral. E eu fiz uma pergunta a ele que tem me intrigado muito. Eu tenho tentado debater esse tema até na Bahia também. Eu perguntei a ele: "Como é que nós temos tantas coisas no Brasil e a nossa pauta de exportação e de importação é tão pequena?". Nós somos talvez, dos países ditos capitalistas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Economias de mercado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... economias de mercado, um dos que tem maiores reservas, maiores obstáculos ao comércio exterior. Nós estamos mais próximos dos países comunistas, da Coreia do Norte, do que de outros países no mundo.

Eu perguntei: "Como a gente enfrenta isso?". Ele disse: "Olha, Senador, eu acho que a primeira coisa é que a gente precisa saber o que quer fazer. Não dá para a gente pensar que vai fazer tudo". Na hora da negociação, é verdadeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Escolhas.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Temos que fazer escolhas. Eu acho que este é um momento muito importante para fazermos escolhas no País. Quais são os setores que nós vamos realmente aprofundar e internacionalizar?

Nós temos aqui dois setores que eu acho que são importantíssimos. A agropecuária porque temos o suporte tecnológico da Embrapa. E se nós temos que ter orgulho, é da Embrapa e da Embraer. São dois...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eixos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... eixos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

desenvolvimento do País. Eu acho que a Embraer deve sofrer um pouco na era Trump. Acho, porque ela entra muito nessa questão dos aviões comerciais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitando, os Estados Unidos são os maiores importadores de aviões Super Tucano. Mas eles foram inteligentes. Eles precisam desse avião porque, de todos os aviões que eles fizeram, nenhum chega aos pés do Super Tucano em matéria de eficiência, de qualidade e de preço. O que eles fizeram foi exigir que a montagem do avião seja lá. Ou seja, é uma forma de compatibilizar...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – De garantir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, aquilo que em algumas economias havia, que é... Como se diz? Há uma palavra técnica para fazer essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, o que tem no Uruguai com carros, com automóveis de passeio. Então, vão as peças todas. Eu acho que o importante é isto: as peças são todas feitas no Brasil, a mão de obra e a engenharia são brasileiras. Vão para lá e, num pavilhão, são montadas. Eu diria que não é uma terceirização, mas uma complementação. É como Manaus. Manaus é a sede das montadoras, como montadoras de motos. As peças vêm do Japão. Juntam umas com as outras para fazer as motos em Manaus.

Eu estive visitando a Embraer Defesa, que é a área de produção de aeronaves para combate, e é impressionante, digamos, essa produção e essa aproximação. E lá não há só o Super Tucano, que é para uso militar, que é um avião de carga, mas também há aviação civil.

O Subsecretário de Estado para o Comércio, com quem nós tivemos um contato no ano passado, para reforçar para os Parlamentares brasileiros, lá na sede do Ministério do Comércio, abriu dizendo o seguinte: que 70% dos voos que chegam ao Aeroporto Reagan, que é o mais próximo de Washington, a capital, são de aviões da Embraer.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Um orgulho para o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, quando ele falou esse percentual... Quer dizer, de várias companhias americanas, porque ele é um avião também versátil. São aviões de passageiros esses nossos, como o Brasília e similares. Então, é um avião versátil, para curtas distâncias ou distâncias regionais. E, quando ele falou isso, eu disse: "Puxa vida, a gente não tem noção da relevância que isso..."

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Foi muito bom a senhora trazer esse dado, porque temos baixa autoestima com relação ao Brasil.

Então, só para finalizar, na conversa com o Roberto Azevêdo, ele disse que precisamos fazer essas escolhas aqui dentro.

E eu estou tratando, lá na Bahia, de tentar convencer para que façamos algumas escolhas. E eu perguntei a ele como é a nossa relação com a OMC. Ele se disponibilizou, se a gente quiser, a trazer alguém para conversar com os consultores da Casa, para que possamos ter um olhar um pouco mais internacional em relação a quando formos fazer as nossas leis.

Estou aproveitando agora para dizer que talvez fosse bom trazer alguém da OMC também para a gente depois...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da área agrícola, no caso específico.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Da área agrícola, no caso específico, para entendermos quais são as principais barreiras, como ele vê. O Itamaraty já faz esse trabalho, o setor de relações internacionais já faz esse trabalho, mas seria interessante se tivéssemos uma visão de lá. Depois que você chega lá, quais são os reais obstáculos que enfrentamos com a legislação local no Brasil, com o custo Brasil, com os obstáculos?

Então, é mais uma possibilidade para compormos a Mesa nessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Roberto Muniz.

Eu queria renovar o agradecimento. A nossa Secretaria já está preparando os requerimentos que envolverão a sugestão do Senador Moka, a sua sugestão e a minha, individualmente ou dois. O Ministro Blairo Maggi, por exemplo, viria aqui fazer um balanço do ano e poderia falar especificamente sobre isso. Penso que poderíamos conseguir mais imediatamente, diante da observância da agenda do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu estou com alguma dificuldade, vez que na semana que vem teremos o feriado da República, que será no dia 15. Então, se hoje nós já estamos com dificuldade de quórum, e tivemos uma sessão ontem bastante movimentada, eu temo que na semana que vem teremos problema com o quórum. Com a vinda do Ministro, teremos que ter pelo menos uma audiência importante na Comissão, em função da relevância dos assuntos. Então, vamos verificar no mês de dezembro, início de dezembro, porque novembro já está terminando. Desejo sucesso.

Por falta de quórum, vamos encerrar a nossa reunião.

Agradeço ao Senador Moka, ao Senador Pastor Valadares e ao Senador Roberto Muniz pela presença na reunião de hoje.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Lasier Martins, Valdir Raupp, Deca, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Pastor Valadares e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RCT 36/2016, de autoria dos Senadores José Medeiros e Hélio José, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, que altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia - SPG/MME; Eduardo Soriano Lousada, Coordenador Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Máximo Luiz Pompermayer, Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Guilherme Velho, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE; Lucca Zamboni, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento em P&D da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE; e Celso de Oliveira, Representante Regional da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente em Brasília - ABEAMA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Lasier Martins, Deca e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores; Srs. Senadores; senhores convidados; assessorias; imprensa; telespectadores.
Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de outubro de 2016.
Comunicados da Presidência.
Chegou a esta Comissão o Aviso nº 818-GP/TCU, de 27 de setembro de 2016, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 2.333/2016, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 023/133/2015-5, acompanhado do relatório e do voto que o fundamenta.
O processo data de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação da Agência Nacional de Telecomunicações na garantia e na melhoria da qualidade da prestação dos serviços de telefonia móvel no Brasil, sob a perspectiva do usuário.
O documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.
Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 36/2016-CCT, de autoria dos Senadores Hélio José e José Medeiros.
Destina-se esta audiência pública a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.991/2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478/1997 e nº 12.351/2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.

Para debater o assunto, tenho a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (SPG/MME); Sr. Eduardo Soriano Lousada, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Sr. Máximo Luiz Pompermayer, Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). E chegando agora o Sr. Guilherme Velho, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Sr. Lucca Zamboni, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento em P&D da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). E está por chegar em instantes o Sr. Celso de Oliveira, Representante Regional da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente em Brasília (Abeama), vindo de Goiânia.

Como um dos requerentes desta audiência pública é o nosso eminente Vice-Presidente da Comissão, o Senador Hélio José, e por ser um homem versado no ramo, eu tenho a honra de convidá-lo para presidir esta audiência pública.

Senador, por gentileza, queira tomar aqui o lugar da Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso nobre Presidente, Senador Lasier Martins, pelas palavras generosas, e cumprimentar todos.

Feitas as apresentações do nosso temário e dos convidados, quero manifestar minha grata satisfação em presidir esta audiência pública, que estará sendo transmitida pela TV Senado e contará ainda com a interatividade proporcionada pelo e-Cidadania. E todos, inclusive os aqui presentes, se quiserem fazer perguntas, podem enviar o texto escrito para o Portal e-Cidadania.

Como engenheiro eletricista de formação, trouxe para o Senado, ao assumir meu mandato, meu interesse pelas energias renováveis e minha preocupação com o desenvolvimento de uma matriz energética que inclua, de forma importante, fontes alternativas e renováveis.

Coube a mim, ainda, a honrosa tarefa de oferecer, junto à CCT, o parecer à matéria que hoje discutimos nesta audiência, parecer sobre o qual, oportunamente, deliberaremos nesta Comissão.

Para tornar mais densa a discussão, não hesitei em associar-me ao nobre Senador José Medeiros em sua iniciativa de propor esta audiência para instrução da matéria. Tenho certeza de que ganharemos muito com ela.

Houve tempo em que o desenvolvimento econômico não se preocupava se suas soluções geravam uso predatório e irresponsável de fontes não renováveis de energia, posto que a eficiência daria um jeito em tudo logo adiante, com novas soluções tecnológicas para os problemas gerados. Mas a história nos mostrou outra realidade na medida em que esses recursos se tornaram mais escassos, e também dado o preço ambiental que se paga pela ganância empresarial, que promove a predatória extração dos recursos e sua abusiva utilização sem critério, se não o lucro imediato.

A busca por fontes de energias alternativas renováveis tem adquirido importâncias estratégicas. O Brasil tem enorme potencial para exploração dessas fontes alternativas. Focar nossos esforços e nossos recursos de pesquisa no desenvolvimento de forma inovadora certamente nos colocará na vanguarda do desenvolvimento sustentável. Essa é uma das apostas que faz o PLS nº 696/2015, que hoje debateremos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero aqui saudar o nobre Senador Cristovam Buarque; o nosso Senador Pastor Valadares, que também está ali e acabou de chegar, dando-nos a alegria de estar presente, não é, nobre Senador Lasier?

Saúdo o autor da proposição, Senador Cristovam Buarque, que ensejou este debate, e o Senador José Medeiros, autor do requerimento que tornou possível esta audiência.

Aos convidados, que gentilmente aceitaram vir compartilhar conosco suas opiniões e seus conhecimentos, agradeço pelas contribuições que serão prestadas ao nosso processo legislativo.

Antes de passar a palavra aos expositores, quero reafirmar que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar – como já falei antes – com comentários e perguntas, inclusive as pessoas que estão aqui presentes, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800-612211. Repetindo rapidamente: Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Por que eu fiz questão de falar dos presentes aqui? Porque a gente não tem tempo, disponibilidade para abrir fala. Então, se quiserem perguntar, ponderar, é só fazê-lo por meio do e-Cidadania, que estaremos encaminhando.

Durante a audiência, só terão fala os Senadores e nós aqui presentes, para réplica, depois da primeira colocação.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que a nós assistem.

Passaremos, então, à exposição pelos convidados e ao final, as Srªs e os Srs. Senadores presentes na ordem de inscrição, com preferência aos proponentes desta audiência. Cada expositor terá o tempo de quinze minutos para sua apresentação.

Então, vamos programar, a campainha vai tocar aos treze minutos, para as pessoas terem dois minutos para concluir cada expositor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, não é? Ah, será um minuto. O.k.

Quero fazer um breve comentário. Esse projeto do Senador Cristovam é bastante ousado e importante. Nós fizemos debates com os vários setores envolvidos na situação, minoramos muito a questão dos percentuais ali colocados, exatamente para permitir a possibilidade da celeridade e da aprovação imediata desse projeto.

Todos sabem do atraso do Brasil na exploração de energias renováveis, principalmente na questão da energia solar fotovoltaica, da energia solar heliotérmica; da energia da biomassa, principalmente dos lixos orgânicos urbanos, já que hoje a tecnologia está toda dominada por alguns países da Europa, como a Itália e outros, e nós no Brasil estamos profundamente atrasados na pirólise e em outras pesquisas que poderíamos estar fazendo aqui. E há outras energias que o Brasil poderia estar pesquisando.

Todos que são do setor acompanharam, nos últimos dez anos, o *boom* da evolução da energia eólica, graças a um programa ousado do Governo, chamado Proinfa, que deu origem a investimentos lá atrás. E as pessoas hoje, com a mesma argumentação do passado, vêm aqui querer prejudicar, com outras argumentações, o investimento em energia solar, principalmente, em um País generoso como o nosso, continental.

Eu, sinceramente, gostaria de fazer um apelo de cidadania aos colegas. Não é possível puxarmos pelo atraso nas pesquisas na área de energia solar, em nosso País, que já demonstrou a capacidade criativa dos nossos técnicos, devido a problemas momentâneos. Se o petróleo, hoje, está com preço em baixa no mercado, e temos uma energia disponível, tal energia não vamos ter amanhã. O investimento em energia solar é a longo prazo. E o Brasil não pode continuar na Idade da Pedra, como se estivesse saindo da época da Idade Média na questão da exploração dessa energia, já que o Brasil não detém tecnologia de inversores.

O Brasil não detém tecnologia adequada para fazer os painéis de captação energética, a depuração do silício. O Brasil é um dos maiores produtores de silício do mundo, mas não consegue depurar o silício para fazer a captação correta da energia solar. Por quê? Porque não tem investimento em tecnologia. Então, não é possível a argumentação de que o petróleo é muito caro, de que tem de fazer investimento em sonda, que se deve investir nisso ou naquilo, para prejudicar uma fonte energética fundamental que se contrapõe à energia do petróleo, às energias fósseis que poluem, que causam chuvas ácidas e fazem com que a nossa tarifa energética seja uma das mais caras do mundo! O Brasil paga a energia mais cara do mundo, praticamente, por causa dessa situação.

Todo mundo sabe que o investimento hoje para energia solar, por causa disso, no Brasil é altíssimo. Mas dentro de sete anos se paga e depois tem mais 23 anos de uso. Então, são investimentos para, no mínimo por 30 anos o sistema ter condições de operar.

Então, estarei debatendo essas questões na Comissão de Orçamento, no ano que vem, quando estarei na CMO novamente. Eu tinha aprovado, por unanimidade, no ano passado, quando era membro da CMO, a destinação do mesmo valor de investimento de Belo Monte... Não mesmo! Desculpe. Metade, para fazer a mesma geração de energia de Belo Monte, firme, que era de 12,5 gigawatts de energia em fontes alternativas. Mas, lamentavelmente, a Presidente Dilma vetou e nós não conseguimos quebrar esse veto, porque o momento não era oportuno quando da avaliação.

Isso foi horrível para o setor, porque era para o PPA destinar 19 bilhões, Belo Monte ficou na ordem de 40 bilhões, para gerar apenas 4,5 gigawatts, com um passivo ambiental gigantesco, e nós iríamos colocar 12 gigawatts firmes, na ponta de carga, aliviando o sistema, evitando blecaute, mas lamentavelmente a Presidenta Dilma vetou essa proposta que nós aprovamos por unanimidade na CMO e no PPA do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

passado.
Eu espero estar na CMO ano que vem, e vou com certeza debater esse assunto e vamos aprovar de novo.
Agora, aqui, para concluir, só quero pedir aos colegas: defendam o ponto de vista de vocês, sem problema nenhum. Ninguém aqui impõe nada, mas esse processo precisa andar, nós precisamos votá-lo com urgência urgentíssima, porque o Brasil não pode continuar na Idade da Pedra com relação à exploração de algumas energias alternativas. Nós temos um Plano Nacional de Resíduos Sólidos que precisa apontar saída para aproveitamento do nosso lixo e não vai conseguir apontar a saída adequada enquanto a usina de pirólise continuar tão alta como o é porque não detemos a tecnologia. Nós não vamos conseguir apontar que os nossos órgãos públicos todos tenham energia solar, todos tenham condições de aliviar o sistema enquanto for tão caro o investimento para se poder iniciar a geração de energia solar aqui em nosso País. Precisamos barateá-la, o que só faremos com investimento em tecnologia.
Primeiro, passo a palavra agora ao Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – SGP/MME.
Clayton Pontes com a palavra.
O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Bom dia a todos, Senador Hélio José, demais Senadores, é um prazer estar aqui contribuindo para as discussões. Vou buscar brevemente falar sobre o panorama de petróleo e gás do Brasil e também o que ocorre com a política de investimentos de P&D ancorada no âmbito dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás.
Bem, aqui temos um mapa do Brasil. Rapidamente, nós temos uma série de bacias em terra que são consideradas de nova fronteira, onde temos descobertas antigas, no caso da Bacia do Recôncavo, Potiguar, Espírito Santo, Sergipe e Alagoas, que são muito antigas, têm já vários campos maduros. Temos também uma bacia que tem recentes descobertas de gás natural, aqui o Solimões da década de 84 também, aqui o Parnaíba, muito mais gás natural, no Solimões temos um pouco de petróleo também e temos uma série de bacias com diversas barreiras tecnológicas do conhecimento. Pouco conhecimento e pouca atividade exploratória sendo realizada.
Aqui, na Bacia do Paraná, uma grande barreira de basalto dificulta a obtenção de sísmica de boa qualidade para que a gente posso buscar efetivamente reservatórios convencionais. Então, é uma atividade incipiente.
Na região do pré-sal, temos aqui uma grande província petrolífera, há cerca de dez anos tivemos o primeiro poço com indicação de descoberta na região abaixo do sal, nos reservatórios abaixo do sal. Então, mostrou-se uma província petrolífera de grande potencial. Temos aí cerca de 50 milhões de barris de óleo e gás de volumes indicados como recuperáveis.
Aqui na região de Sergipe e Alagoas, também em água ultraprofunda, temos também recentes descobertas muito importantes.
Na região da margem equatorial temos desafios também para aumentar o conhecimento geológico, mas temos uma boa perspectiva de descoberta de petróleo e gás, principalmente nessa região aqui, próxima à Guiana, onde temos no lado da Guiana uma boa acumulação de petróleo e gás lá, num ambiente geológico parecido com o que encontramos do lado de cá da nossa fronteira.
Aqui temos fortes correntes num meio ambiente considerado bem sensível e uma barreira tecnológica para se implantar projetos de desenvolvimento da produção com boa consistência nessa região.
Aqui, a nossa produção de petróleo está ascendente, desde 2000 até agosto. Nós temos aqui um recorde de produção em julho, 2,678 milhões de barris por dia. A produção de gás natural, da mesma forma. Temos também uma produção ascendente e também uma disponibilização ao mercado desse tipo de gás natural produzido no País também um pouco maior, nessa linha verde aqui. Boa parte da produção de gás tem sido realmente utilizada para reinjeção, buscando, inclusive, aumentar o fator de recuperação dos campos de óleo.
Bem, em contrapartida, o problema do setor é que a oscilação de preços termina prejudicando o desenvolvimento da produção da própria indústria do petróleo e também, paralelamente, atrapalha a implantação das fontes alternativas. Se o preço fosse mais constante, ter-se-ia a debilização, uma transição mais positiva, mais fácil para energias não emissoras de gás do efeito estufa.
Então, hoje o petróleo está em torno de US$47 a US$50 o barril do WTI e do Brent. Considerado um preço baixo para a maioria do petróleo que a gente produz no País.
A nossa política de P&D não tem uma âncora legal, não tem nenhum dispositivo legal que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

utilizado pela ANP, um dispositivo claro. Há a obrigação da ANP em desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento, de fomentar isso aí. Então, no âmbito dos contratos de concessão de partilha e da cessão onerosa você tem cláusulas de PD&I nas quais a empresa... Cada tipo de contrato tem uma regra um pouco diferente, mas basicamente você tem 1% que deve ser destinado a P&D nos contratos de concessão. Esse 1% é sobre os campos que pagam participação especial. Nos campos de grande rentabilidade, grande produção e grande volume, você tem lá que 1% da receita bruta desse campo no trimestre em que ele recolher participação especial deve ser destinado para pesquisas, desenvolvimento e inovação. Esse valor tem que ser aplicado em pesquisa e desenvolvimento até o mês de julho do ano subsequente. Então, 0,5% pode ser aplicado nas instituições de pesquisa da própria empresa e, no mínimo, 0,5% deve ser aplicado em instituições de pesquisa no País.

Após a 11ª rodada, houve uma leve mudança em que você tem lá uma certa preocupação do conteúdo local, mas aqui você já tem também nos contratos de P&D a questão do meio ambiente, biocombustíveis e também a questão de energia *lato sensu*, que poderia ser perfeitamente inserida nessa questão do PD&I das energias renováveis, como o Senador está buscando propor com esse PLS 696.

No entanto, há uma premissa. Os projetos que sejam desenvolvidos aqui são propostos, são submetidos pelas empresas operadoras e devem ser, em tese, de interesse dessas empresas.

Fica aquela expectativa, você buscando também fomentar que essas empresas passem a investir nesse tipo de recurso seria, no meu ponto de vista, uma ideia que facilitaria a implementação dessa política.

O valor que é aplicado em P&D, no caso da participação especial, é deduzido na apuração do valor a ser pago pela empresa. No caso da partilha, esse valor é deduzido do custo em óleo; no caso da cessão onerosa, que só tem 0,5%, também deve ser só aplicado em universidades e instituições credenciadas na ANP, você não tem dedução.

Então, é aquele ponto, ele tem uma âncora contratual, deve ser aplicada em projetos de interesse da empresa nessas áreas de energia, meio ambiente, biocombustíveis e exploração e produção especificamente. Eu creio que a questão contratual traz um pouco de preocupação, no meu ponto de vista, acho que cabe uma análise jurídica, em relação a como você poderia inserir, a ANP, motivar as empresas a desenvolverem projetos nessa área. Há a lei, mas sei que há o contrato também. É um ponto para aumentar a segurança jurídica e evitar reduzir a competitividade da atividade de exploração e produção no nosso País.

Participações governamentais e recursos para P&D. Aqui temos um gráfico mostrando que até 2014 nós tivemos um aumento relativamente constante, a não ser aqui, em 2010, dos recursos arrecadados de *royalties* e participação especial. A partir de 2014, tivemos uma redução forte no preço do petróleo que causou também a redução da arrecadação de participações governamentais e também dos recursos aplicados em PD&I e também destinados ao MCTI. Sabemos também que muitas vezes o recurso é destinado, há lá na lei um percentual estabelecido para uma determinada aplicação, mas que, muitas vezes, por questões diversas, esses recursos podem ser contingenciados. Então, não sei se é o caso desse recurso do MCTI, mas é um outro ponto que nos traz preocupação você estabelecer percentuais a serem aplicados especificamente num projeto ou em outro, porque todos sabemos também que é importante você manter a busca pela eficiência, pela boa aplicação do recurso. Isso nos traz uma preocupação de termos uma garantia de recurso com relação a essa questão da eficiência, da boa aplicação, da melhor escolha do local em que você vai investir, melhor momento e melhor aplicação daquele recurso. É um ponto que acho que poderia contribuir para as discussões.

Aqui, as instituições credenciadas na ANP. Grande parte do País tem instituições credenciadas, a maior parte delas está no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. Alguns Estados não têm. Cada instituição pode ter mais de um grupo de trabalho, de um subgrupo, de um instituto de pesquisa interno credenciado na Agência.

Então, é uma informação para mostrar que há uma abrangência nacional desse recurso de desenvolvimento de P&D.

Aqui os Estados, número de projetos e percentual de recursos que são aplicados em cada um dos Estados. A nível nacional, por exemplo, a questão do Ciência Sem Fronteiras entra aqui na rubrica nacional. Há também alguns projetos pós-exploratórios, atividades desse tipo, que são de interesse nacional e terminam entrando nessa área, naquela rubrica.

Aqui os recursos de P&D por área: exploração, produção, abastecimento, biocombustíveis, meio ambiente, aquisição de dados em bacias – essa parte ajuda a fomentar a licitação, aumentar o interesse das empresas pelo arremate de blocos em bacias *onshore* ou *offshore* –, a questão de recursos humanos, que é bastante tratada. Há uma preocupação forte no treinamento de pessoas para trabalhar no setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

petróleo e gás. Então, é uma visão ampla do que ocorre de investimentos.
A ANP também buscando fomentar, buscando dar uma avaliada nos trabalhos, nos projetos que são submetidos, que são aceitos para essa cláusula de P&D. Então, há um prêmio ANP de Inovação Tecnológica, que, no ano de 2016, teve essas categorias aqui vencidas.
O tempo está quase acabando ali. Então, vou passar rápido.
É um tipo de evento que busca fomentar a atividade, busca melhorar a qualidade dos trabalhos. Neste ano de 2016, foram 46 projetos inscritos. Os critérios de avaliação: originalidade, aplicabilidade, funcionalidade da tecnologia, contribuição científica e tecnológica e percentual de conteúdo local, também buscando trazer as tecnologias para o País.
Então, aqui os principais desafios tecnológicos, onde a gente espera que esses recursos possam contribuir para manter a atratividade, a competitividade da indústria petrolífera no País.
Temos, assim, grandes reservas em águas profundas e ultraprofundas. Na margem equatorial, a gente tem a expectativa de encontrar, mas no pré-sal já é uma realidade, principalmente nas Bacias de Campos e Santos. Então, como essas acumulações, em geral, são muito distantes da linha de costa, você tem necessidade de reduzir, de otimizar os equipamentos que são colocados em uma unidade de produção. Então, essa parte de separação de fluidos, a parte de materiais, ligas especiais para buscar preservar toda a instalação de produção de fluidos corrosivos. Há separação de CO_2, nitratos. Reservatórios. Há várias acumulações que são observadas, reservatórios muito compartimentados ou de baixa permeabilidade. Temos reservas também de hidratos. Não há tecnologia plenamente viável para produzir.
(*Soa a campainha.*)
O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Há a questão do óleo pesado. Então, há vários desafios em que a gente necessita de ter essa cláusula de P&D. Ela tem uma função muito importante no setor petróleo e gás.
Finalizando, com relação ao impacto do PLS, a gente entende, compartilha da expectativa de que os recursos...
Há aqui essa área de não... de renováveis. Há o aumento de recursos aplicados, no sentido de que a pesquisa avance, e o País possa aumentar o percentual de produção de energia a partir de fontes renováveis.
No entanto, especificamente no setor de petróleo e gás, entendemos que, por exemplo, no momento atual, em que a queda significativa do preço do petróleo no mercado internacional torna os investimentos de P&D fundamentais para a manutenção da competitividade da atividade de produção de petróleo e gás no mundo e no País principalmente, dados os nossos desafios.
O nosso petróleo não é em terra, não é barato de se extrair. As condições são duras, e necessitamos manter esse tipo de investimento da ANP, no nosso ponto de vista.
Então, no caso do Brasil, entendemos que essa sistemática adotada pela ANP é eficiente. São necessários aprimoramentos. Poderia haver um estímulo, para que esses recursos pudessem ser aplicados em áreas de interesse, como esta, no âmbito do projeto do PLS nº 696.
No entanto, da forma como ocorre hoje, ela fica entendida como sendo uma vantagem competitiva para o nosso petróleo, para a nossa atividade, para que os investimentos das empresas exploradoras no mundo atuarem aqui.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Depois, Clayton, o senhor terá oportunidade de retornar.
Queria rapidamente fazer algumas provocações que não havido feito, pois elas não estavam aqui, antes da palestra, mas não prejudica em nada a palestra do Clayton.
As provocações rápidas são as seguintes: como sabem, tenho defendido que haja modificação da matriz elétrica brasileira com o aumento da produção de fontes renováveis alternativas. As modificações propostas pelo projeto de lei que aqui discutimos podem alavancar sobremaneira o perfil da nossa matriz elétrica.
Diante disso, indago aos senhores: canalizar recursos de P&D do petróleo para, por exemplo, acelerar o processo de produção de etanol, de segunda e terceira geração, pode ser efetivo para os fins a que se destinam? Essa é uma pergunta. O senhor pode responder depois, se for o caso.
Quais os principais projetos que poderiam ser beneficiados tanto no campo de combustíveis quanto de energia elétrica pela destinação de recursos para P&D para as próximas décadas, como propõe o projeto de lei em discussão?
De qual forma os centros de pesquisa de empresas públicas, como o Cepel e o Cenpes, podem alavancar ainda mais esse processo de inovação do setor energético, a partir das modificações propostas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Projeto de Lei?
Como o MCTIC tem participado da formulação das diretrizes de investimentos em P&D, vinculadas ao setor de energia elétrica? Há colaboração entre este Ministério e a Agência Nacional de Energia Elétrica? E a última provocação aqui é a seguinte: o que mudaria a partir das modificações propostas no PLS? Essas perguntas são para o MCTIC. Peço, por favor, que tirem uma cópia dessas perguntas e deem a eles.
Agradeço ao Clayton pela sua exposição.
Passo a palavra, agora, ao Sr. Eduardo Soriano Lousada, Coordenador-Geral de tecnologias setoriais do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC).
O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Bom dia, senhoras e senhores. Agradeço o convite em nome do Ministro Kassab. Vou ser bastante objetivo na apresentação.
Trabalho num setor, cuja coordenação toma conta das questões de pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia, combustíveis, petróleo e gás e recursos minerais.
Próximo, por favor.
Nós temos, inicialmente, de avaliar esse projeto de lei sobre três aspectos: político, de gestão e técnico. Sob o aspecto político, é sempre uma coisa bastante interessante você pegar recursos do setor elétrico e colocar numa aplicação que ninguém questiona, fontes alternativas renováveis. E você também tirar recursos de outro setor e colocar em fontes alternativas, porque realmente é um setor de que, inicialmente, as pessoas sempre gostam porque alavanca muito a economia, gera muitos recursos, mas, por outro lado, reclamam que polui, gera crescimento global, etc. Então, quando a gente olha isso, é uma boa ideia, sob o aspecto político.
Quando se olha a convocação da audiência pública, a gente vê que cada item, quando a gente fala em fontes alternativas, há uma série de atores que estariam envolvidos. Quando você fala em petróleo e gás, na indústria de petróleo, há uma série de atores. Quando você fala em pesquisa e desenvolvimento, existe uma série de atores, mas quando você olha quem foi convidado, a gente convidou a Aneel, a Abradee, a Apine e a Abeama... A gente está mexendo em duas leis que envolvem muito a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Eu senti falta da ANP e senti falta da indústria de petróleo. Assim como a Abradee e a Apine representam a indústria do setor elétrico, senti falta de instituições do tipo da ONIP, IBP e Abespetro, por exemplo. Ou seja, quando olho isso aqui, esta audiência pública tem um certo desbalanceamento para as questões do setor elétrico, porque a gente olhou a aplicação final, que era sobre as energias renováveis, e ninguém questiona essa nobre aplicação. Então, essa é uma questão que eu queria colocar em pauta aqui.
A segunda coisa que a gente tem de olhar é o que tem esse projeto de lei. Ele fala de fontes, aplicações em P&D do ambiente regulado, ou seja, nas agências reguladoras Aneel e ANP. Ele não fala formalmente, mas ele mexe nas cláusulas essenciais de concessão e partilha, porque não existe cláusula de P&D como cláusula essencial hoje em dia, mas todos os contratos têm. Isso é uma coisa boa. Aplicação obrigatória, tipo de aplicação, pesquisa e desenvolvimento, e há alguns itens em que coloquei algumas setas, que são os itens que questionamos, percentuais mínimos de aplicação específica. Nós questionamentos esse item. Prazo: até uma determinada data, é muito importante ter um prazo. Quem aplica? Empresas do setor elétrico, empresas do setor de petróleo. Empresas do setor de petróleo aplicando em energias renováveis. Não está, em princípio, no *core business* das empresas de petróleo, apesar de as empresas de petróleo cada dia mais estarem trabalhando do outro lado, nas energias renováveis, assim como as empresas do setor elétrico que, antigamente... Como a CEB, em Brasília, Companhia Elétrica de Brasília, hoje em dia Companhia Energética, tem se tornado mais energética, não é? E, na aplicação específica, nós também questionamos as fontes alternativas renováveis. Nós questionamos esses quatro pontos, principalmente.
O que diz a lei quando você vai mais a fundo? Nós temos os incisos I e II, onde se aplicam 62,5% nesses itens. Significa que o recurso que vai para o FNDCT, sob a gestão do Ministério da Ciência e Tecnologia, 62,5% seria para as energias renováveis com aquela lista e os 40% de aplicação das concessionárias teriam uma aplicação de 62,5% naquelas fontes que estão listadas ali.
Em princípio, é uma coisa que parece razoável, vai o setor elétrico investir em energias renováveis para diversificar sua matriz elétrica e sua matriz energética.
Quando olhamos pelo lado das leis do petróleo, regime de concessão, foi criado um novo inciso. Primeiro, é uma cláusula essencial, agora, a pesquisa e desenvolvimento. Isso é uma coisa muito boa, apesar de todos os contratos terem cláusulas de P&D, de concessão, e fala que um percentual mínimo vai ser aplicado pelas operadoras. É isso o que fala a lei. Quando vemos o regime de partilha é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

mesma coisa, ou seja, vai inserir um novo inciso que visa cláusula essencial o investimento, pesquisa e desenvolvimento na mesma forma.

O que vimos em uma análise balanceada? O que há de positivo e de negativo? De positivo, aplicações de P&D do ambiente regulado. No caso da lei do petróleo, você torna obrigatória essa cláusula de P&D e torna-se cláusula essencial aplicação obrigatória, tipo de aplicação pesquisa e desenvolvimento e uma data limite. Isso é muito interessante.

Quais são os aspectos negativos que vimos? Percentuais fixos mínimos de aplicação específica. Achamos que isso é um engessamento de gestão. Aplicação específica: fontes alternativas restritivas, achamos que está muito restrita a lista, e falta de outras tecnologias que viabilizem as energias renováveis – então, achamos que há um engessamento tecnológico. E de quem aplique, fica no meio: o FNDCT. Dificulta a gestão por fatiar o FNDCT e do lado das empresas de petróleo e gás, há outras questões que são mais prioritárias a nosso ver. Não esquecendo que energias renováveis também são importantes para elas. E todas as empresas do setor de petróleo têm o setor de energias renováveis. Todas elas, podem ver.

Então, vamos falar sobre a questão do engessamento e dificuldade de gestão. Quando vemos os recursos do FNDCT, já tem xx por cento, não vou entrar em valores, mas ele é 30%, e 40% para a área de petróleo, que tem que se destinar às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e suas superintendências. Aí você põe x por cento de energias alternativas, de acordo com o PLS lá, xx por cento para outra coisa, xx por cento para outra aplicação. Isso cria uma dificuldade de gestão muito complexa e leva a uma cultura de gestão no Brasil: se é algo realmente importante, tem que haver algo específico e sinalizado para toda a população.

Então, dentro dessa filosofia, tentamos criar o ministério das energias alternativas e renováveis, criar agência reguladora de energias alternativas e renováveis, fatiam-se os recursos específicos para energias renováveis, cria recursos das outras áreas de energias renováveis. Achamos que isso é um engessamento e que a dinâmica é muito importante.

Sob o ponto de vista do petróleo, quais são as outras questões? Isso aí é uma apresentação que foi feita durante um seminário para discutir a nova política de conteúdo local para o petróleo. Essas são as questões principais do setor de petróleo hoje: competitividade, segurança de operações... Lembrando que estamos perfurando no mar em águas ultraprofundas, 3 mil metros, 2 mil metros de lâmina d'água, mais 3 ou 4 mil metros de camada de sal, temos as questões ambientais, os preços baixos do petróleo afetam a competitividade da indústria, ou seja, enquanto, digamos assim, os árabes, vamos falar de uma forma geral assim, extraem petróleo de US$3 a US$5 o barril em águas profundas, seria alguma coisa perto de 18 a 20. Em águas ultraprofundas do pré-sal, 30 a 35.

Então, temos outras questões.

Temos a questão de conteúdo local da indústria nacional. Precisamos produzir tecnologia no Brasil, que, inclusive, pode ser aplicada não só no Brasil, mas pode ser exportada.

E isso é uma apresentação que eu e o Leonardo fizemos num seminário promovido pelo MDIC da nova Política de Conteúdo Local, em que nós temos diversos desafios tecnológicos para exploração de petróleo, novas técnicas sísmicas, poços horizontais de longo alcance, aços especiais, nanotecnologia, *risers,* etc.

E temos algumas áreas prioritárias. Por exemplo, já foi até falado pelo MME: captura e separação de CO_2 e H_2S; o sistema de tratamento da água – quando a gente puxa o petróleo, vem muita água; nós temos que tratar essa água; prevenção, detenção e remediação de vazamentos – um vazamento em águas profundas é uma coisa altamente complexa; obtenção e tratamento dados de meteorológicos; plataforma de posicionamento dinâmico; a questão da robótica. Em águas profundas, não há pessoas, há robôs. São sistemas automatizados e cada dia mais. Hoje em dia uma plataforma de exploração que está flutuando ou ancorada no nível do mar tende a descer para o fundo do mar, onde tem-se o conceito das fábricas submarinas. Então, precisa de muita tecnologia, muito investimento.

E o grande segredo desse investimento é que esse investimento serve não só para indústria de petróleo, mas ele também é útil para outras áreas de produção. Então, quando você desenvolve o setor de petróleo, você desenvolve o setor naval, você desenvolve o setor de nanotecnologia, de automação, de robótica. Por exemplo, aqueles robôs operados remotamente, robôs automáticos têm dezenas de aplicações na área de meio ambiente e em outras áreas, como gestão de pesca, etc.

Então, a gente fica com receio de deslocar um recurso de P&D da indústria de petróleo para outras áreas, apesar de entendermos que a aplicação é nobre.

A questão das renováveis. Quando a gente olha assim rapidamente, o que são energias renováveis? São aqueles recursos naturais que são capazes de regenerar-se ou considerados inesgotáveis na escala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

humana. Ou seja, no nosso tempo, eles são inesgotáveis. Então, nós temos a biomassa, as energias oceânicas, as energias geotérmicas, as energias hídrica, solar e eólica.

Quando a gente vê o PLS, ele fala de eólica, solar, biomassa, PCH – pequenas centrais hidrelétricas – com geração qualificada e maremotriz. Quando a gente olha as oceânicas e vendo o tempo – esse PLS vale até 2039 –, por que só a marés? Existem as ondas, as correntes. Existem outras formas de aproveitamento.

Energia solar, felizmente, entendemos que está contemplada em todas, a térmica, a fotovoltaica e a heliotérmica. E a energia hídrica? Por que só a PCH? Porque não as usinas a fio d'água e por que não as usinas reversíveis, aquelas que você bombeia para um reservatório superior e, depois, na hora em que você precisa, você flui como se fosse uma usina convencional. A gente acha que limitou tecnologicamente.

Quando a gente olha a biomassa, foi muito bem colocada a questão da biomassa sobre termos uma variedade muito grande, desde a biomassa cultivada, plantada, como a cana-de-açúcar, as oleaginosas, as microalgas, etc., como a biomassa residual, em que precisamos aproveitar os resíduos agrícolas, os resíduos das estações de tratamento de esgoto.

Então, naquele ponto, ele atende bem, mas, quando se olha aqui, existe certa limitação, principalmente no horizonte de 20, 25 anos, achamos que deveria ser mais genérico.

A questão das tecnologias convergentes, que dão suporte às energias renováveis.

Como podemos olhar aquele gráfico, aquilo é um gráfico de uma geração solar. Há um dia bastante ensolarado, passa uma nuvem, chove, então, existem quedas na geração. Precisamos transformar essa energia intermitente em uma energia um pouco mais despachável, e, para isso, precisamos das tecnologias de armazenamento de energia. Isso é muito importante.

A questão dos *smart grids* vai ajudar na integração das renováveis na rede, aumentar o gerenciamento da energia, principalmente pelo lado da demanda – que hoje fazemos muito pelo lado da oferta –, na redução de perdas e na questão da eficiência energética. Então, achamos que esse PLS, da forma que está, é um limitador tecnológico, principalmente, porque tem um horizonte de 20, 25 anos.

Vamos olhar aqui a participação das energias renováveis na matriz.

O Brasil está numa posição bastante interessante na matriz energética. Entendendo que, como matriz energética, entra combustíveis, entra energia elétrica, entra energia térmica, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Temos cerca de 40% bastante renovável.

Quando olhamos aqui, precisamos diversificar aquele ponto, pois as outras energias são muito curtas. Precisamos diversificar: botar mais solar, botar mais eólica, botar mais biomassa – e não só a biomassa de cana.

Na área de petróleo, precisamos desenvolver o quê? Tecnologia de baixo carbono, aumentar a eficiência da cadeia produtiva.

Quando a gente vê a matriz elétrica é que é o problema. A gente é bastante renovável na matriz elétrica, mas o grande problema é a grande concentração de energia hidráulica. Precisamos diversificar, precisamos gerenciar essa energia e precisamos armazenar essas energias intermitentes, como eólica e solar.

No transporte, o que precisamos fazer? Precisamos aumentar a participação do biodiesel – já há uma lei que está em operação, hoje já temos 8% de biodiesel no diesel e tende a aumentar nos próximos anos. Precisamos aumentar o etanol. Já aumentamos no ano passado, aumentando o percentual na gasolina, e temos outras oportunidades com o etanol de segunda geração; a cana-energia que ia aumentar muito a produtividade de etanol, e, por esse ponto, no formato que está, o MCT tem uma posição de não aprovar no formato atual.

Apesar de concordamos que o investimento é bastante interessante, que é nobre a energia renovável, achamos que existem limitações: o fatiamento, o engessamento, e, no caso da indústria de petróleo, se exigir da indústria de petróleo o investimento que não está no *core business*.

Se temos um pouco de problema de investimento em P&D no setor elétrico por algumas companhias, no setor de petróleo e gás será pior; entendemos que seria pior. Então, achamos que teríamos que fazer uma forma de incentivar as energias renováveis de outra forma, não exatamente no formato atual. Não somos contra as energias renováveis; ao contrário, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o tempo todo, está brigando pelas energias renováveis. Por exemplo, estamos hoje brigando pela energia solar heliotérmica, que achamos que é importante; brigamos pela energia solar fotovoltaica; brigamos pelas novas formas de energia, como energia de marés e de ondas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

E, só para vocês terem uma ideia – se você me permitir, Hélio, eu queria mostrar aqui –, aquele projeto que tem duas partes que parecem sapatos amarelos é o projeto da Coppe de geração de energia por ondas. Esse projeto estaria fora de aplicação, porque só está prevista a energia das marés, que é aquele movimento em que a maré sobe e desce, ou aquelas correntes de marés. Estou dando um exemplo do que uma visão um pouco restritiva das fontes de energia renováveis pode fazer.

Muito obrigado. Em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, agradeço o convite.

Bom dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecendo ao Eduardo Soriano Lousada, vamos passar a palavra para o Sr. Máximo Luiz Pompermayer, Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER – Vou ocupar o lugar do Celso; se ele vier, a gente combina, porque fica mais próximo do microfone.

Primeiramente, cumprimento o Senador Hélio José, Relator deste projeto de lei e Presidente desta audiência pública. Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão; demais membros da Comissão e presentes, muito bom dia.

Minha fala será, de alguma forma, bastante facilitada. Talvez eu nem precise dos 15 minutos e deixe espaço para o debate, porque vários dos pontos que tenho na minha apresentação já foram aqui destacados pelo meu colega representante do MCTIC.

Eu gostaria de destacar que na Aneel nós também temos a plena convicção de que há uma vocação natural no Brasil para um aproveitamento diferenciado, eu diria, de fontes alternativas e renováveis. E aí a gente tem sempre algum questionamento sobre o que é, de fato, renovável e o que não é. Obviamente, a questão das grandes hidrelétricas, com exceção da questão das usinas reversíveis e até mesmo a fio d'água, que têm de ter um tratamento diferenciado e não envolvem grandes reservatórios, também talvez mereça enquadramento nessa categoria.

Temos a convicção de que há um potencial muito grande e também um atraso, como destacado pelo Senador Hélio José, tanto do ponto de vista do mercado de aproveitamento quanto, principalmente, do domínio tecnológico em relação a países que não têm, às vezes, metade do potencial que nós temos. Falta capacitação profissional em todos os níveis – desde o técnico até o pesquisador que vai desenvolver tecnologias e nos tornar mais competitivos em relação ao resto do mundo –, infraestrutura laboratorial, enfim, faltam, de fato, condições, e isso tem tudo a ver com a questão de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nesse setor.

Ali são dois incisos, o I e o II; o II é o que nos afeta diretamente, o I é mais relacionado à atuação do MCTIC, que preside o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia. Essas amarras do ponto de vista de gestão, que envolve registro, controle, prestação de contas, contabilidade, fiscalização de percentuais mínimos em determinados segmentos ou temas – já foi destacado aqui pelo Eduardo Soriano – são mais críticas no inciso II, porque ali no I estamos falando de um fundo setorial. Então, é mais fácil trabalhar temas dessa forma. Agora, quando a gente está falando de um universo de mais de 300 agentes, que têm a obrigação de investir, essa questão do controle é mais complicada, você tem que implicar 62,5%. Há empresas de transmissão, por exemplo, localizadas no sul do Brasil que têm dificuldade de firmar parceria inclusive com instituições das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que têm que destinar um percentual mínimo de 30%, que já está na lei. É mais uma dificuldade do ponto de vista operacional.

Não há dúvida de que é preciso o estímulo para fontes renováveis e alternativas. Nós temos atuado. A Aneel, às vezes, é até criticada por alguns agentes que têm uma posição até muito extremada em relação... Por exemplo, já fomos chamados, uma vez, em um congresso, de "Agência Nacional de Energia Solar", pelos vários estímulos à microgeração, inclusive à pesquisa e desenvolvimento, e vou destacar alguns temas estratégicos que envolvem esse assunto.

Nós temos atuado e entendemos que ainda há espaço para estímulos. Agora, desta forma, com percentuais mínimos e desta ordem, 62,5%, a gente estaria excluindo... E foi citado já aqui que, por exemplo, ao tentar exaurir o que são fontes alternativas, a gente acaba sempre cometendo alguma falha e deixando de fora alguma coisa, principalmente quando se trata de um horizonte de mais de 20 anos. Então, já foi destacado. Esse é um exemplo de um projeto, é um dos projetos de P&D que foram desenvolvidos por empresas de energia elétrica explorando a primeira usina de ondas da América Latina. Um projeto experimental, em escala pequena, mas que trouxe, em termos de conhecimento, resultados importantes. Projetos dessa natureza estariam de fora dessa lista de projetos de áreas e temas elencados ali.

A nossa regulamentação já estimula, e não é pouco, o investimento nesse tema. Aí estão os percentuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

por tema. Está lá destacado. De longe, dá para ver ali 28% para fontes alternativas e renováveis de energia. Não era assim no passado. Se a gente olhar os primeiros anos, naquela primeira fase do programa de P&D regulado pela Aneel, que foi de 1998/1999 a 2006/2007, era da ordem de 6% a 7% dos investimentos nesse tema. Nós entendemos então que precisava de estímulos e criamos, entre outros mecanismos, o que chamamos de projetos de temas estratégicos para investimentos em P&D. E foi, entre outros, graças a esse que aumentou então de 6%, 7% para 28%. E é crescente isso, tende a crescer esse percentual.

De forma que eu imagino que, naturalmente, a gente ultrapasse 30%, chegue a 35%, 40% dos investimentos. Talvez não se chegue a 62,5%, mas a 40% a gente conseguiria chegar sem essa amarra do percentual mínimo, mas criando estímulos como, por exemplo, as Chamadas de Projetos Estratégicos. Eu destaco ali que, das 21 chamadas que fizemos ao longo de oito, dez anos, quatro delas tratam especificamente desse tema, solar fotovoltaica, lá ainda em 2011, quando era, do ponto de vista de mercado, uma coisa praticamente inexistente no País. Lançamos uma chamada para atrair o interesse. Sem obrigar ninguém, nós conseguimos atrair investimentos da ordem de R$260 milhões apenas para solar fotovoltaica, com adesão voluntária das empresas de todos os segmentos, mas, principalmente, das geradoras e distribuidoras.

Foi destacada aqui bastante a questão dos resíduos. Uma das chamadas nessa área é a Chamada de Projeto Estratégico nº 14, de 2012, que tinha inicialmente um pouco mais, cerca de R$400 milhões – e alguns projetos não foram adiante; dos que estão em execução, na ordem de R$290 milhões. Tem para eólica. Tem também – foi destacado aqui – para geração heliotérmica. É mais recente, essa é de 2015. Na linha do que fizemos com a fotovoltaica, entendemos que agora conseguiremos ter experiências reais concretas no Brasil nessa área. São cerca de R$200 milhões em cinco projetos.

De modo que, somando apenas os projetos estratégicos, dá em torno de R$1 bilhão. Isso é de 2008 para cá. Cerca de oito anos, cerca de R$5,5 bilhões. E R$1,6 bilhão está no tema de fontes alternativas, lembrando que o segundo tema, controle e proteção, tem, em geral, projetos que têm tudo a ver com isso, porque, como destacado aqui também pelo Soriano, que me precedeu, para viabilizar a inserção dessas fontes, nós precisamos também, obviamente, de investimentos na área de controle, operação, proteção, planejamento, para o aproveitamento de fontes. Por exemplo, na Região Norte e mesmo na Região Nordeste, há a questão da integração dessas fontes ao sistema interligado, o que requer também investimentos em outros temas que consideramos estratégicos e ficariam de fora, que estariam dentro dos 37,5%, competindo com meio ambiente, segurança, eficiência energética, redes elétricas inteligentes, que não é nem um tema, mas uma área que tem atraído investimentos. De modo que excluiríamos dessa prioridade. É claro que há recursos para eles, mas eles estão fora da prioridade. Com a lei obrigando, a atenção virá para esses projetos.

Talvez o máximo incentivo seja a obrigação, mas, em geral, o que é feito de forma compulsória tende a não ser tão benfeito quanto poderia se fazer, se fosse uma adesão voluntária e natural, como tem sido nessas chamadas de projetos estratégicos que nós fazemos, em que vêm as empresas, as instituições que têm naturalmente vocação e competência para fazer aquilo – e não apenas fazer projetos, investimentos, mas fazer da melhor forma possível. No que é compulsório, tende a pessoa a gastar recurso naquilo, mas não necessariamente há o melhor resultado, porque não é bem a atuação dela. Como exemplo, há as empresas de transmissão, que não têm no *core business* a parte de fontes renováveis alternativas de energia. Então, entendemos que tornar obrigatório o percentual mínimo pode comprometer os demais temas estratégicos, inclusive para viabilizar o maior aproveitamento dessas fontes, impactando negativamente na inserção dessas fontes.

Áreas como a de redes elétricas inteligentes, tão diretamente relacionadas e que, quase sempre, envolvem geração distribuição, solar, biomassa, resíduos, solar térmica, fotovoltaica, ficariam de fora desse rol dos 62,5%. Como eu disse, a integração de grandes blocos de energia na Região Nordeste e mesmo na Região Norte requer estudos de planejamento para viabilizar a melhor operação do sistema interligado.

O impacto da inserção de geração distribuída e de fontes intermitentes também requer investimentos em outros temas. Eu destaco aqui a questão do armazenamento. O Soriano também destacou essa questão do armazenamento. Fizemos recentemente uma chamada, chamada de Projeto Estratégico nº 21 – estamos aguardando agora, então, propostas dos agentes –, com estímulos para as tecnologias de armazenamento de energia, que são cruciais para a inserção de fontes alternativas renováveis, que são quase todas intermitentes, que trazem grandes preocupações do ponto de vista da intermitência. Se não houver sistemas que mitiguem essa intermitência, que compensem essa intermitência dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fontes, vamos ter dificuldade. Então, armazenamento de energia, que seria um tema estratégico para viabilizar essas fontes, estaria fora desse rol.

Já destaquei aqui a questão de dificuldades operacionais notadamente para o segmento de transmissão. Já citei aquele exemplo de uma empresa do Sul do Brasil que já tem de aplicar um percentual mínimo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de firmar parcerias com instituições de P&D dessas regiões, e agora viria mais uma obrigação de, no mínimo, 62,5% para esse tema de fontes renováveis.

Nós temos experiências de alterações na Lei nº 9.991 que pareciam ser muito bem-sucedidas e que trouxeram uma série de dificuldades como essa amarra com que se fez destinar, no mínimo, 62,5% do recurso para consumidores com tarifa social de baixa renda. Durante quatro ou cinco anos, lutamos para conseguir e, só recentemente, conseguimos, com o apoio do MME e de outras instituições, convencer finalmente o Congresso de que aquela amarra trazia muito mais desvantagens e dificuldades do que vantagens. Obviamente, já existe um estímulo natural para investir em programas, em ações de eficiência energética nesse público de baixa renda, mas, obrigando todas as empresas – temos mais de cem distribuidoras no País – a aplicar, no mínimo, 62,5%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER – ...do recurso, trouxemos uma série de dificuldades, porque algumas distribuidoras nem sequer tinham consumidores em número suficiente para atender a lei e ficaram, portanto, inadimplentes durante a vigência da lei por uma impossibilidade técnica.

Desse modo, eu também, apesar de louvar o estímulo para esse tema, entendo que, do jeito que está hoje, isso traria uma série de dificuldades do ponto de vista operacional, da implementação, notadamente quando se fala de mais de 300 empresas que devem realizar projetos. Não é aportar recurso, é realizar projetos em parceria com instituições de pesquisa. Essas amarras trariam, certamente, grandes dificuldades do ponto de vista operacional.

Fico à disposição para as discussões que se seguem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento nosso eminente querido amigo Máximo Luiz Pompermayer, da Aneel.

Passo a palavra ao Sr. Guilherme Velho, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Eu queria agradecer ao Senador Lasier Martins e ao Senador Hélio José, Relator desse projeto, a oportunidade de convidar a Apine, em nome dos produtores independentes de energia, para vir aqui participar desta importante audiência pública de instrução do PLS 696, de 2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Boa parte dos temas que nós iríamos abordar aqui, de certa forma, já foi contemplada nas colocações dos participantes que me precederam, mas acredito que ainda temos algumas coisas a acrescentar.

Esse primeiro eslaide objetiva fazer uma síntese das proposições que estão sendo feitas no âmbito do PLS, para a alocação dos recursos de P&D do setor elétrico. Vale a pena também, como premissa, explicitar que vou tentar cingir minhas observações ao setor elétrico. Não vou fazer considerações a respeito de aplicação de recursos do setor de petróleo e gás a fontes alternativas de energia elétrica. Vou tentar analisar mais a questão do setor de energia elétrica propriamente dito.

O projeto original do Senador Cristovam Buarque previa, como já foi aqui apresentado, que se alocassem até 62,5% dos recursos de P&D das atividades de geração, de transmissão e de distribuição, sem falar da área de petróleo e gás, à pesquisa de desenvolvimento das seguintes fontes: eólica, solar, biomassa, PCHs, cogeração qualificada e maremotriz. Houve uma emenda do Senador Hélio José, Relator, aplicando percentuais por períodos de tempo, ao longo desse tempo que transcorreria, desde 2018 até 2039, conforme ali apresentado: primeiro, 25% e, depois, 30%, 35% e 40%. Outro ponto importante que consta da emenda do Senador Hélio José foi a inclusão de fontes de geração baseadas em resíduos sólidos urbanos e rurais que não constavam da lista inicial das fontes contempladas pelo Senador Cristovam.

Então, a proposta que estamos considerando agora é essa proposta abaixo, com esses percentuais de aplicação ao longo de cada período de tempo, até 2039. Partindo desse referencial, vamos, então, apresentar nossas considerações.

A primeira consideração é um resumo dos investimentos de P&D em fontes alternativas no setor elétrico brasileiro. Inicialmente, é importante dizer que o Brasil é grande destaque mundial em fontes renováveis. Em termos de fontes renováveis no setor de energia elétrica, 84% da capacidade instalada de geração no Brasil são renováveis, talvez com poucos paradigmas no mundo para esse tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

percentual. Incluem-se, dentro desses 84%, as chamadas fontes alternativas.

Qual a distinção entre fontes renováveis *lato sensu* e fontes alternativas renováveis? É que as fontes renováveis incluiriam esse grande potencial de usinas hidrelétricas de grande porte, que não estão incluídas diretamente dentro desse conceito de fontes alternativas, as quais se circunscreveriam, então, à eólica, à solar, à biomassa, a praticamente todas aquelas que foram citadas anteriormente.

Mas, mesmo se nós focarmos as fontes alternativas renováveis, o Brasil tem uma participação muito importante na sua matriz de geração de energia elétrica. E a previsão é a de que vamos atingir cerca de quase 30% da nossa matriz em 2025, com base nessas fontes alternativas renováveis. Já é uma previsão, é o caminho que estamos trilhando, para seguir com grande ênfase, por exemplo, na explosão da geração eólica, da geração solar. Recentemente, houve incentivos a PCHs e um esforço para uma participação crescente dos resíduos sólidos.

Como já foi aqui sumarizado pelo representante da Aneel – por coincidência, nós listamos os mesmos projetos estratégicos e as mesmas chamadas aos quais ele se referiu –, a Aneel vem cuidando muito do incentivo à pesquisa de fontes alternativas. E, aqui, essas chamadas, que são as que ele apresentou, exemplificam isso: energia solar, em 2011; biogás, em 2012; geração eólica, em 2013; geração heliotérmica, num conceito mais amplo do que apenas a fotovoltaica, agora, em 2015, perfazendo investimentos que superaram mais de R$1 bilhão. Isso se refere apenas àquelas que são chamadas estratégicas, em que o provocador do projeto é a própria Aneel, para não falar de vários outros projetos de fontes alternativas em que a iniciativa do projeto parte diretamente de um agente, que o apresenta para a aprovação da Aneel. É, sem dúvida, como ele também apresentou, o tema de maior aporte do setor elétrico. Então, não há de se falar em termos de descuido ou de descaso com essas fontes de energia. Ao revés, elas têm sido contempladas como grande prioridade da pesquisa em desenvolvimento no setor.

Depois de comentar essa questão dos investimentos em P&D, talvez seja importante agora comentar por que seria inconveniente fazer uma excessiva concentração de recursos de P&D em fontes alternativas. Em primeiro lugar, vale mencionar que a Aneel liberou recursos do P&D para um estudo que está sendo conduzido pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a definição dos temas prioritários do P&D do setor elétrico. Existem centenas de temas que surgem no âmbito do setor elétrico, e é importante priorizar esses temas.

Aqui, eu gostaria de exemplificar outra linha de pesquisa importante também de fontes fundamentalmente limpas e de outras questões relevantes para viabilizar o próprio desenvolvimento das fontes alternativas. A inserção ambiental dos projetos é uma questão fundamental. Nós sabemos a dificuldade que os projetos de geração têm tido em obter os seus licenciamentos, não só projetos de geração como também projetos de transmissão. Então, temos de fazer o aperfeiçoamento da inserção ambiental desses projetos.

Uma questão muito relevante são os procedimentos operativos, considerando fontes intermitentes. As fontes alternativas em geral, as mais relevantes, como é o caso da fonte eólica, da fonte solar, das PCHs, têm inúmeras virtudes. Eu exemplificaria que são fontes de excelente inserção ambiental, que são fontes que agregam um potencial energético quase incomensurável, que são fontes que agregam várias virtudes ao setor, mas que têm uma característica, que é a intermitência. O que queremos dizer com intermitência? É a impossibilidade de geração controlável de energia. Ninguém pode controlar se, por exemplo, sobre uma fazenda fotovoltaica, em determinado momento, entrar uma nuvem ou se houver um dia chuvoso ou se determinada fazenda eólica ficar sem vento para produzir. Isso caracteriza essas fontes pela sua intermitência, ou seja, pela sua não controlabilidade.

Como decorrência dessa intermitência, quanto mais se amplia a participação dessa fonte na matriz, mais se requerem procedimentos operativos, como está citado ali no segundo tópico, para conviver com a intermitência dessas fontes. Esses procedimentos operativos são algo que existe no mundo inteiro. Qualquer país que investe em fontes intermitentes tem de investir em geração complementar que produza a energia elétrica no momento em que ela é requerida.

Então, quais são as soluções? Armazenamento em reservatórios; instalação de usinas térmicas, que são instaladas para gerar quando a fonte intermitente não está produzindo; e, como foi aqui várias vezes mencionado, armazenamento. Então, toda a questão de controle carga-frequência... Por exemplo, hoje, no Nordeste, a variabilidade da geração eólica já atinge 3 mil megawatts em determinado dia, quando temos um parque hoje de 7 mil megawatts, de 8 mil megawatts. Mas nós já temos contratados 20 mil megawatts de eólica. Então, nós podemos prever o que será a variabilidade dessa geração ao longo de um dia. E têm de existir outros procedimentos operativos para permitir que essas fontes, além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

do papel importante que elas cumprem, sejam também factíveis de serem integradas ao sistema. Daí essa questão da importância desses estudos complementares que não estariam contemplados no rol de investimentos em P&D elencados no projeto.

Investimentos em segurança ao suprimento de energia hoje são investimentos fundamentais também. O Brasil hoje investe muito em usinas a fio d'água. Isso introduz novas características no suprimento de energia elétrica. Vários elos de corrente contínua são necessários para a transmissão a longa distância, injetando no centro de carga propriamente dito. Várias fontes assíncronas de alta potência também requerem estudos de *multi-infeed*. Há a questão de captura de carbono tanto para usinas a gás, como para o parque de carvão do sul do Brasil. Também são importantes esses investimentos, objetivando energia limpa. Há novas fontes de geração, como a questão de hidrogênio nas células de combustível; como a fotossíntese, com a geração de energia elétrica quando se transforma o dióxido de carbono em oxigênio; como o empuxo, que é o aproveitamento da energia vertida no reservatório das hidroelétricas para gerar mais energia. Quer dizer, várias fontes limpas não estariam contempladas naquele escopo apresentado no âmbito do projeto. E aqui se referiu muito também à questão de armazenamento de energia através de ar comprimido, através de baterias, através de usinas reversíveis, o que também se coaduna com o crescimento da extensão das fontes intermitentes.

Outra questão para a qual gostaríamos de chamar de atenção, além dessas múltiplas linhas de pesquisa que também precisam ser atendidas, é a questão da progressiva maturidade, que dificulta a originalidade. Os projetos de P&D, hoje, para serem desenvolvidos, têm de atender a uma série de requisitos, e um deles é a originalidade. À medida que o tempo passa, em que há os investimentos e em que essas fontes vão sendo estudadas e vão atingindo maturidade, mais difícil se torna obter originalidade nesses projetos. Corre-se o risco de, se um percentual muito grande for alocado a essas fontes consideradas renováveis – no caso especificamente alternativo, às renováveis –, poderemos ter um represamento de recursos que não poderiam ser mais aplicados em função de não atenderem ao requisito de originalidade. Então, a maturação, a questão da maturidade dessas fontes também depõe contra a alocação de um percentual alto e crescente ao longo do tempo, quando talvez fosse mais conveniente que eles fossem, ao revés, decrescentes, à medida que essas fontes amadurecessem.

Feitas essas considerações, eu gostaria de falar sobre a alocação de recursos. Nós entendemos que os atuais critérios para a alocação de recursos de P&D no setor elétrico são adequados. Relembrando, nós temos os critérios da aplicabilidade, da relevância, da razoabilidade entre os custos do projeto e os benefícios que eles vão gerar e, como já me referi, da originalidade. Ou seja, os investimentos de P&D não são livres; eles são regrados e atendem a critérios rígidos que, no entendimento do setor elétrico, são adequados.

Todavia, caso se entenda necessário atuar nos atuais critérios, assegurando percentuais mínimos para determinados tipos de fonte, nós propomos incluir, como fontes a serem contempladas pelo projeto de lei, não apenas aquelas cinco que foram ali mencionadas, mas as fontes que sejam classificadas como fontes alternativas pela Aneel. A Aneel tem uma classificação de fontes alternativas, e esses investimentos poderiam se referir a essas fontes alternativas sem a nominação de um subconjunto delas, para o bem da segurança de tudo o que nós falamos anteriormente.

Adicionalmente, de forma compatível com a demanda diversificada de recurso de P&D, como nós apresentamos há pouco, e com a progressiva maturidade das fontes alternativas, nós propomos uma alocação, ao invés de crescente, decrescente de recursos para essas fontes.

Para concluir, nós tomamos a liberdade aqui de traduzir a versão do art. 1º feita pelo Senador Hélio José, sugerindo os dois comentários que nós apresentamos no eslaide anterior. Então, no §5º, é dito: "Observado o disposto no §3º, na aplicação dos recursos de que tratam os incisos I e II, deverão ser destinados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em projetos relacionados a [...]." Seriam projetos relacionados a essas fontes a que nós nos referimos, a meia dúzia de fontes. Nós procuraríamos apresentar a seguinte sugestão: "[...] desenvolvimento tecnológico e inovação em projetos classificados como fontes alternativas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, considerando [isto é importante dizer], no mínimo [e não no máximo] [...]." Estou entendendo que a preocupação seria salvaguardar o mínimo de investimentos permanentemente para essas fontes, mas, evidentemente, isso não precisaria ser o limite superior. Começaríamos com o mesmo percentual sugerido pelo Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – ... naquele período de 2018 a 2020.

Depois, aqui há uma sugestão que, evidentemente, é passível de ajustes, mas que traduz qualitativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

a nossa proposta de que os investimentos guardassem uma lógica decrescente em função da maturidade e da dificuldade de se manter o conceito de originalidade ao longo do tempo. Aí faríamos essa sugestão de investimentos decrescentes à medida que essa maturidade fosse sendo consolidada.

Como eu já disse, isso seria passível de algum ajuste. Então, o nosso objetivo aqui é dizer: olha, nós achamos que o setor elétrico tem um bom regramento para investimentos de P&D, mas também não queremos ser completamente avessos a esta iniciativa de salvaguardar um mínimo de investimentos para essa área. E apresentamos essa proposta, vamos dizer assim, de conciliação entre os objetivos do projeto de lei e o que nós achamos que seria mais adequado para o setor.

Dessa forma, eu queria agradecer o convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecemos ao Guilherme Velho, da Apine, pela palestra.

Vamos passar a palavra ao Lucca Zamboni, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento em P&D da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que é a associação que engloba todas as distribuidoras de energia elétrica do País.

O SR. LUCCA ZAMBONI – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer o convite do Senador Hélio José para que a Abradee participasse desta audiência pública.

Quero agradecer ao Nelson, que pediu que eu viesse de São Paulo para representar a associação.

Quero dizer que fica um pouco difícil falarmos coisas novas em uma Mesa em que todos estão pensando de forma semelhante. Além da Abradee, também estou representando, junto com o Guilherme Velho, a posição da Apine, que corrobora com nosso posicionamento, que é convergente, bem como a da ABIPTI e a da Abesco. Vou falar um pouco sobre o que são essas associações; sobre o estágio das fontes alternativas no Brasil; sobre os atuais investimentos de P&D em renováveis, o que também já foi falado um pouco pelo Máximo; sobre outros impactos positivos do programa de P&D. E farei algumas considerações finais.

A Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) reúne 51 concessionárias de distribuição de energia elétrica, estatais e privadas, atuantes em todas as regiões do País, que juntas são responsáveis pelo atendimento de 99,6% dos consumidores brasileiros.

A Apine congrega cerca de 60 associados responsáveis por mais de 59 mil megawatts, o que corresponde a cerca de 44% da capacidade instalada no País. Representa a experiência de mais de 360 mil megawatts de capacidade no mundo, equivalente a quase três vezes a do Brasil.

A ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação) é uma entidade com 36 anos de existência e reúne 157 entidades públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, com presença em todas as regiões do País. Tem como missão representar e promover a participação das entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no estabelecimento e na execução de políticas voltadas para o Sistema Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Abesco (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia) é uma entidade civil sem fins lucrativos que representa oficialmente o segmento da eficiência energética brasileira, formado por empresas de diversas áreas. O objetivo da Abesco é fomentar e promover ações de projetos para o crescimento do mercado energético, beneficiando não somente seus associados, mas também a sociedade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do País. Não se fala mais hoje em eficiência energética sem falar, é claro, em fontes renováveis, como a solar e a eólica.

Quando olhamos a matriz elétrica brasileira, vemos que ela já é predominantemente renovável, e a expansão prevista é a de que ela vai se manter renovável. Conforme dados da EPE, até 2024, é projetado um aumento de 74GW, e, desse total, 62GW, ou 83%, virão de fontes renováveis. Desses 62GW, 35GW virão de fontes renováveis, como biomassa, eólica, PCH e solar. Em 2024, o Brasil terá 27,3% da sua matriz elétrica gerados por biomassa, eólica, PCH e solar.

A expansão da energia renovável está concentrada também nas Regiões Norte e Nordeste, buscando o desenvolvimento do País.

Então, a gente vê que a projeção de expansão no nosso setor se mantém na mesma proporção de hoje. A gente continua expandindo já com renováveis.

Se olharmos a expansão prevista, veremos que 56% da expansão já estão contratados para fontes renováveis, o que representa uma ótima competitividade de preço. A energia eólica é extremamente competitiva no cenário, está custando R$168 por megawatt/hora, em média.

As fontes renováveis apresentaram média ponderada do custo variável de R$259 por megawatt/hora em 2024, e somente a fonte solar apresenta um valor acima dessa média, devido ao seu caráter inovador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Mas cabe destacar que, quanto à fonte solar, quando a gente compara o custo dela com o preço da energia para o consumidor final na baixa tensão, pensando na solar distribuída e não concentrada, o custo dessa energia já é competitivo. Já há muitos *players* trabalhando no investimento e muitas outras ações, como a Resolução nº 482, que tem incentivado fortemente a penetração da energia solar no País. A energia eólica já apresenta um custo aproximadamente de R$100 por megawatt/hora, menor do que o das fontes não renováveis.

Esse eslaide já foi comentado pelo Máximo. Os dados da informação que tenho são de um ano atrás. Aqui a gente nota, por exemplo, que o Máximo já apresentou 28%; um ano atrás, eram 26%. Então, a gente mostra esse crescimento. São 26% pensando de 2008 para cá. Se olharmos os últimos anos, com os incentivos das chamadas estratégicas, podemos perceber que esse investimento já chegou a cerca de 70% em renováveis, sem nenhum estímulo, sem nenhuma força de lei para obrigar a isso. Então, a gente vê que o mecanismo já existente das chamadas estratégicas de incentivo já é um indutor e um fomento ao investimento nas fontes renováveis.

Aqui são alguns exemplos de projetos que foram desenvolvidos dentro do programa de P&D nas chamadas estratégicas. Há o projeto da usina de geração do biogás de aterro sanitário. Há um piloto de 8MW no aterro sanitário do Rio Grande do Sul, realizado pela Aneel, com investimento de R$21 milhões. Há a Usina de Tanquinho, feita pela CPFL, que também está testando várias e diferentes tecnologias de geração de energia solar para ver os seus benefícios e que teve um investimento de R$14 milhões, com capacidade de 1MW na região de Campinas. Há outra chamada estratégica para desenvolver e instalar o protótipo de um aerogerador desenvolvido com tecnologia 100% nacional – houve aí investimentos da ordem de R$160 milhões –, feita pela Tractebel.

A gente vê que os investimentos acontecem. Como já foi falado, só no programa de P&D, já foi mais de R$1 bilhão investido em fontes renováveis.

Quando a gente olha o programa de P&D, ele também tem outros impactos positivos, quando a gente fala em capacitação de recursos humanos: ele promove a capacitação de especialistas, de mestres, de doutores, de pós-doutores nas várias áreas de conhecimento. Se a gente engessar o investimento só em fontes renováveis, talvez, a gente prejudique a criação de conhecimento em outras áreas que também são importantes. O segmento de geração foi responsável por 37% das capacitações, e o de distribuição, por 53%.

Na parte de produção científica, ele também tem atuado no estímulo à produção científica no País, gerando artigos nacionais, internacionais, patentes. Também o programa de P&D tem impacto direto no setor quando desenvolve soluções que aumentam a excelência operacional e tem impacto direto na modicidade tarifária, que também é uma questão no Brasil, onde há uma das tarifas mais caras do mundo – a gente tem de prestar atenção nisso –; na parte não só de segurança do trabalho, mas também de segurança energética e também de segurança da operação da rede com a integração das renováveis – temos de estudar isso –; em toda a parte de eficiência energética; na redução de interrupções, para a melhoria da qualidade do nosso abastecimento; na redução de perdas e em soluções sustentáveis.

A destinação de recursos para um único tema deixaria diversas linhas de pesquisa e objetivos setoriais importantes em segundo plano. Também já foi comentada aqui a importância de a gente trabalhar a parte da operação dos sistemas, da supervisão e controle do sistema, para a gente conseguir acomodar essas energias renováveis. O setor elétrico está sofrendo uma transformação no mundo inteiro. Não é só o Brasil que está investindo em renováveis. Você vê, por exemplo, que a Alemanha já está exportando energia solar e está enfrentando vários problemas com a qualidade do fornecimento, com o nível de tensão, com a inversão de fluxos. Como a gente trabalha o planejamento da expansão do setor? A nossa rede foi preparada para um fluxo unidirecional. Daqui a pouco, o fluxo está bidirecional.

Outro ponto: com a penetração da geração distribuída nos clientes de baixa tensão, como ficam as previsões de mercado da distribuidora? Como a gente vai trabalhar toda essa parte da expansão, a liberalização do mercado? São vários temas, e essa transformação do setor elétrico vai carecer de muito investimento em pesquisa para a gente conseguir trabalhar essa mudança.

A gente defende uma visão de que os incentivos à inovação sejam realizados de forma ampla, considerando os diversos *stakeholders.* A gente fez um projeto recente em parceria com o Gesel para estudar as melhores políticas e as ações de incentivo às inovações do setor elétrico. Para a gente ver essas políticas, a gente tem de pensar em várias frentes. Como beneficiar o ambiente e a saúde humana? Como aumentar a flexibilidade e a capacidade da infraestrutura tecnológica do sistema? Entra aí a questão dos *smart grids*, das infraestruturas de telecomunicação, para a gente ter a informação e conseguir também operar o sistema de forma mais adequada a essas novas fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

É preciso assegurar a segurança do abastecimento e a abertura, a equidade, a transparência e a eficiência dos mercados. O investimento em renováveis vai acontecer se isso for bom para o investidor. A gente não pode ser utópico e achar que vai investir em renováveis se isso não tiver uma rentabilidade, se esse negócio não parar de pé. Então, a equidade e a transparência dos mercados têm de ser atendidas também.

Tem de proporcionar benefício financeiro para os agentes envolvidos, tem de proporcionar benefício econômico-social para o País, tem de assegurar a exequibilidade e fomentar a adoção dessas inovações tecnológicas.

Então, as políticas públicas de apoio à inovação não devem ser restritivas, mas, sim, devem fomentar a diversidade das linhas de pesquisas. Eu acho que as linhas que são incentivadas são as que estão carecendo de maior conhecimento.

Os investimentos de P&D no setor têm sido feitos de forma a atender os diversos pilares setoriais. As fontes renováveis fazem parte do compromisso do setor com uma matriz sustentável e segura para o País. Nesse ponto, tem de se incentivar um amplo debate com os diferentes setores da sociedade, para a gente ver a melhor forma de endereçar o que foi proposto no projeto de lei. Acho que o fato de a gente investir em renováveis ninguém questiona. Agora, a gente precisa ver qual é a melhor forma de incentivar isso no País. Será que realmente isso se dá via recursos dos programas de P&D da Aneel? Ou a gente tem de trabalhar outras políticas, outras ações, para que isso aconteça?

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso nobre representante das associações: Abradee, Apine, ABIPTI e Abesco.

Passo a palavra para o nosso querido Celso de Oliveira, Representante Regional da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Abeama).

Antes quero dizer que o projeto previa 62,5%, e a gente reduziu para 40%, numa escala, inclusive, de 25% a 40%. Agora, chamo a atenção que vou inverter: vai ser de 40% para 25% o que vou aprovar, e não o contrário. Está certo? Isso está claro aqui. Chamou-me a atenção de que tem de ser o contrário. Está bastante esclarecedora essa questão, esse debate tem de ser feito. Acho que as propostas que foram colocadas aqui de reconhecer todas as energias que a Aneel reconhece como renováveis são interessantes. Não foi objetivo nem do Cristovam nem meu tirar alguns setores, tipo a maremotriz e coisa e tal, a das ondas, de jeito nenhum. A gente acha que todo tipo de energia renovável tem de ser incentivado.

Então, essa propositura vai ser aceita, não tenha dúvida, e a gente vai inverter de 40% para 25%, e não o contrário, igual foi feito, porque está claro que estamos precisando de investimento agora – isto é para ontem – na questão da energia solar, principalmente em nosso País, onde há uma situação complicada de desenvolvimento tecnológico dela. Vamos ter de enfrentar esse debate onde for necessário, temos de construir juntos uma alternativa. Estou pronto para construí-la e tenho a certeza de que o Senador Cristovam também está pronto, como todo o pessoal do setor.

Sou o presidente da Medida Provisória nº 735. Daqui a pouquinho, às 11h30, teremos reunião para tratar dessa medida provisória, em que vamos debater mudanças importantíssimas para o setor elétrico. Isso tem muito a ver com esta audiência pública aqui. Inclusive, na questão das PCHs, devemos ampliar de 3MW para 5MW a CGH. Vamos ampliar o tempo de concessão das PCHs, exatamente porque o Brasil não pode retrair este investimento tão importante para o País como um todo, que é a questão das PCHs. Há outras alternativas que temos de colocar.

Da questão do lixo e da questão da biomassa nem se fala! Esses dias, chegou um bando de americanos à minha sala para conversar comigo sobre a questão de comprar o lixo de Brasília. Queriam comprar todo o lixo para fazer metanol e exportar para os Estados Unidos, porque é um lixo altamente rico, nutritivo. Eles poderiam fazer isso com lucro. E nosso País, por falta de investimento no setor para melhor aproveitar nossos resíduos sólidos, para melhor aproveitar nossas energias, está jogando isso fora.

Então, está claro que temos de ser um pouco impositivos neste momento. O projeto só prevê isso até 2030, se não me engano. Qual é a data?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O ano é 2039. Neste momento, ou fazemos o Proinfa 3, que era uma alternativa também para as energias, principalmente a solar e a termossolar, a heliotérmica, e as outras, principalmente a biomassa também do lixo, ou vamos ter de aprovar um projeto dessa forma, impositivo, porque, senão, nós não vamos investir nesse setor tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Deca, saudações a você! Seja bem-vindo!
Passamos a palavra para nosso amigo Celso de Oliveira.
Você teve certa dificuldade para chegar aqui, não é, Celso?
O SR. CELSO DE OLIVEIRA – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ele, que está vindo de Goiânia, é Representante Regional da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Abeama).
O SR. CELSO DE OLIVEIRA – Primeiro, bom dia!
Agradeço a compreensão dos presentes pelo atraso que tive, devido a imprevistos, nesta chegada.
Agradeço também ao Presidente da Mesa, Exmo Senador Hélio José, por esta oportunidade de a Abeama se fazer presente aqui.
A Abeama é uma associação que, desde 1992, vem trabalhando só com a parte de eficientização de energia. Tivemos nosso início, inclusive, em Brasília, em 1978, com a Telebrasília ainda, com a repetidora de Pitombeiras, uma estação fotovoltaica. Naquela oportunidade, trabalhamos com painéis com 1% de rentabilidade. Hoje, já evoluímos bastante, temos sistemas com 18% ou um pouquinho mais, dependendo da região.
A nossa palavra, complementando aquilo que já foi apresentado e que eu não pude presenciar, acompanhando o que vem sendo feito pela Comissão, é para registrar a nossa atenção, e digo também satisfação, pelos procedimentos a respeito das atuais regulações que nós temos e do PLS 696.
O P&D, como foi bem colocado, não só vem dando grande contribuição ao desenvolvimento tecnológico com domínio no Brasil, como também vem disponibilizando essas matrizes à população e vem contribuindo na implantação bem significativa dos painéis fotovoltaicos. Isso eu sinto. O eólico já está mais do que consolidado.
Então, hoje, o que nós estamos sentindo? Uma vertente muito forte é a dos PEE, os Programas de Eficiência Energética. Esses, as concessionárias iniciaram, deram, no meu entender – o que nós sentimos –, uma breve pausa, e nós estamos sentindo que este ano ela volta com muita força. Nós temos aí várias companhias, a Celg lançou uma concorrência grande bastante significativa, que tem a sua conclusão de recepção aos proponentes agora, no dia 30 de outubro, com um projeto de R$60 milhões, que eu acho que é bastante participativo, principalmente quando contempla usuários finais sem fins lucrativos. Eu acho que é uma *performance* de auxílio na contribuição de redução do custo da energia.
Nós temos a CEB também aqui, que já lançou uma concorrência para os estudos de eficiência energética. Também Brasília formou um consórcio do Estado de Goiás, do Distrito Federal e de parte de Minas, exatamente envolvendo 26 Municípios, voltado para estudar essa parte da eficientização. Hoje, ela está a cargo do Sr. Manuel Luiz Caçador, nomeado como superintendente dessa área.
De forma complementar àquilo que já foi dito, acho que fica difícil até para nós, em face de toda a evolução que o mercado já vem propiciando e principalmente das oportunidades que estão sendo dadas às empresas brasileiras. Isso é bem notório. Nós temos uma entrada grande de empresa estrangeiras sediando-se no Brasil, com a parte de eficientização. Agora, ainda temos a parte de células fotovoltaicas, com a FuelCell americana, que tinha seu programa para entrar no Brasil em 2023. E, dado o próprio projeto da Petrobras com relação a gás, eles já estão bastante avançados numa usina de geração de gás em Porto do Açu, com 1.350MW. Então, são gases que vêm liquefeitos, e é feita a gaseificação. Então, toda a orla onde nós temos a disponibilidade do gasoduto será foco, até 2023, de implantação de células à base de gás, com geração, com custo muito próximo ao custo da energia, tudo graças aos procedimentos, ao apoio que o Governo vem dando.
São poucas as palavras, mas eu gostaria de registrar nosso agradecimento pela atenção, por estarmos presentes aqui e pelas oportunidades que têm sido dadas.
Era o que eu tinha a dizer, Senador Hélio.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Estou agradecido a V. Sª.
Deixo claro que vou prorrogar por duas semanas, vou apresentar meu relatório sobre o tema daqui a duas semanas, dando exatamente duas semanas para qualquer um que tiver interesse em colaborar com o projeto procurar nosso gabinete para apresentar propositura concreta sobre a questão. Já deixo claro que vou inverter a ordem, vai ser de 40% a 25%. Não vou mexer nesse percentual. Não vou ter a responsabilidade de diminuir esse percentual. Não vou. Aceito qualquer outro tipo de proposta com relação a emendar o projeto e ajeitar, e a ordem vai ser inversa, porque esse fomento exige pressa e urgência, principalmente com relação à questão de energia solar fotovoltaica, de energia solar termoelétrica e de energia do lixo.
Então, vamos ver como vamos fazer. Estou abertíssimo à colaboração. Já digo aqui que vou acatar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

propositura de colocar o que a Aneel reconhece como fontes renováveis. Não tenho nenhum interesse em fazer restrição, nem o Cristovam. Esse alerta foi bem dado.

O nosso nobre Senador Lasier vai falar agora pelo tempo que ele achar necessário. Depois, o Deca, se quiser, fará uso da palavra.

Eu queria só justificar a ausência do proponente desse meritório projeto, que é o Senador Cristovam Buarque, que gostaria de estar aqui, mas que está presidindo a Frente Parlamentar de Apoio ao Proantar, que trata de toda a recuperação, de toda a proteção à Antártida. Ele não está podendo se deslocar de onde está presidindo para cá.

O nobre Senador Lasier está com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José. Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela proposta desta audiência pública, extremamente produtiva pela qualificação dos nossos painelistas. Nós estamos aqui acompanhando um oportuníssimo painel sobre a realidade das nossas fontes energéticas, principalmente das energias alternativas, tendo como ponto de partida esse projeto do Senador Cristovam a respeito da obrigatoriedade dos recursos para pesquisas. Só que, neste debate, nós vimos um combate bastante sério ao formato do projeto.

Para não formular pergunta aos eminentes painelistas, todos muito qualificados, repito, eu vou me dirigir a dois participantes, Dr. Eduardo e Dr. Guilherme, porque acho que isso resume muito bem esses pronunciamentos, já que quase todos eles são bastante convergentes.

O nosso painelista Eduardo Lousada, se entendi bem, simplesmente propõe: "Olha, não dá, o projeto não vale, vamos arquivá-lo." Então, eu queria perguntar se há alguma maneira de salvá-lo, se há algum item que pode ser salvo. Nesse sentido, se houver alguma possibilidade, podemos conjugar isso com o pronunciamento do nosso painelista Guilherme, que trouxe uma proposta. Eu, particularmente, embora não sendo versado tanto quanto o nosso Senador Hélio José, fiquei impressionado com sua proposta e gostaria de encampá-la para uma emenda, se é que o projeto vai sobreviver – espero que sim. Há correções a serem feitas, principalmente depois que o Senador Hélio José passou a dizer que está baixando os percentuais. Em um primeiro momento, se não me engano, era de 62%, foi para 45% e, depois, para 25%. Daqui a pouco, estará em 10% ou 15%, e aí, de repente, dá.

Eu gostei da proposta do Dr. Guilherme e até vou pedir à minha assessoria que faça um contato para recolher essas ideias e transformá-las numa emenda. É possível apresentá-la adiante, porque agora o projeto vai para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e, depois, em caráter terminativo, vai para a Comissão de Infraestrutura, da qual tenho a honra de também participar.

Aproveito também, já que tocou, de passagem, o Dr. Guilherme na questão do carvão, e o meu Estado, Rio Grande do Sul, é grande produtor de carvão, para perguntar como ele encara a questão, no momento em que se fala tanto de energias alternativas. Nós temos ainda como aproveitar o carvão? Em que condições?

As críticas são permanentes com relação ao aspecto poluidor, mas, considerando que a energia é um dos recursos mais importantes deste Brasil, que precisa se desenvolver, considerando que este Brasil tão grande, quanto mais energia tiver, mais alternativas vai oferecer e mais atração de investidores vai ter, sou de opinião que tudo o que der para aproveitar tem de ser aproveitado.

Então, Senador Hélio José, dirijo estas minhas duas colocações, no primeiro momento, ao Dr. Eduardo, perguntando se ele admite que dá para salvar alguma coisa. Ao Dr. Guilherme pediria que, se pudesse, resumisse o que já propôs aqui e desse sua opinião sobre o carvão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento o Senador Lasier Martins.

Vou só passar a palavra para o Deca, para fazer a resposta em bloco.

Vocês dois já estão na linha da agulha para responder.

Eu queria só fazer um comentário. Os Estados Unidos, país mais forte do mundo, que têm uma das maiores reservas de petróleo do mundo, não utilizam esse potencial, porque têm estratégia e querem continuar sendo a principal potência mundial. Então, nosso petróleo, nossas outras energias poluentes, que não precisamos utilizar exatamente para sermos uma potência mundial pujante por longo tempo... Hoje, o preço é baixo, o que é uma questão atípica na situação mundial, e isso não nos pode atrasar e manter nosso País na idade da pedra com relação a outras energias alternativas. É esse o debate que nós vamos fazer aqui, na Câmara e onde for necessário para aprovar esse projeto.

Vamos lá, Deca, por favor!

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, parabéns pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

condução desta Comissão!
Obrigado a todos que aqui estiveram para abrilhantar a reunião e também explicar um pouco a energia renovável.
É importante que o Brasil se esforce cada vez mais para que possa ter vários tipos de energia. Nós temos um País imenso, com cinco regiões, e é necessário que haja o cuidado e a condição de fazer com que nossa energia seja dividida em energia renovável de várias formas.
Como do Nordeste sou, digo que lá nós somos grandes produtores. Somos produtores de ventos para energia eólica, que já temos bastante: 30% da energia do Nordeste são de energia eólica. E, agora, por que não buscarmos a energia solar? Nós precisamos investir em energia solar. Quero apenas citar isso, porque o Nordeste é um grande produtor desta matéria-prima.
Quero parabenizar e também louvar pela iniciativa o Senador Cristovam Buarque.
Era só isso que eu queria falar, para não me estender mais. Mas quero ser direto: acho que é necessário chegarmos a este ponto de trabalhar melhor para trazermos diversas energias, para melhorar nosso País no desenvolvimento e no crescimento industrial.
Muito obrigado, Presidente Hélio José.
O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senador Deca.
Vamos passar a palavra para o Eduardo e para o Guilherme e, depois, para todos os demais para suas considerações finais.
Prioritariamente, nós a passaremos para vocês dois, que foram questionados diretamente. Para vocês, vou dar oito minutos; para os demais, cinco minutos para a conclusão, porque vocês têm duas respostas diretas que precisam dar ao nobre Senador Lasier.
Passo a palavra ao Eduardo e, em seguida, ao Guilherme.
O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Obrigado.
Inicialmente, agradeço as perguntas.
Eu queria dividir a minha fala em três pontos. Quando se olha esse projeto, a gente vê uma parte que afeta o FNDCT, uma parte que afeta o P&D Aneel e uma parte que afeta o P&D ANP. Ou seja, uma parte, que é o FNDCT, não olha o setor, mas olha a energia. Eu acho que essa redução do percentual é positiva para o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque a gente achou realmente que o percentual de 62,5% era muito alto e engessaria muito. Para nós seria importante... Como falei, no formato atual, o Ministério da Ciência e Tecnologia não aprova o projeto, não gostaria de aprovar, mas, com essa modificação de redução, achamos que é bastante interessante.
O segundo ponto é generalizar a questão de energias renováveis um pouco mais, incluindo as tecnologias que a gente chama de convergentes, que seriam os *smart grids*, o armazenamento.
Há um terceiro ponto interessante. O senhor é do Rio Grande do Sul. Lembro que há carvão também em Santa Catarina. Existem duas formas de se reduzirem as emissões num país: aumentar as energias renováveis ou diminuir as emissões de quem emite bastante. Eu acho que uma coisa interessante seria a inserção das tecnologias de baixo carbono, que se aplicariam tanto ao petróleo quanto ao setor carbonífero e a outras formas de energia. Então, isso é uma coisa muito importante. O que significa baixo carbono? Como emitir menos? Por exemplo, se você faz a captura e o armazenamento de CO_2, essa é uma técnica, mas existem processos mais avançados de combustão e de gaseificação que podem reduzir as emissões. Esse é um ponto importante.
Para o setor de petróleo, também é importante reduzir a questão do CO_2. Como? Quando você explora o pré-sal... Nosso amigo do MME, da área de petróleo e gás, pode dizer que há bastante CO_2. Então, se a gente reinjeta CO_2 dentro dos poços... Quando você reinjeta o CO_2, você extrai mais petróleo. Isso é bastante interessante.
Então, acho que deveríamos abordar as tecnologias de baixo carbono. Isto é muito importante: energias renováveis, energias convergentes do tipo *smart grid*, armazenamento e tecnologias de baixo carbono. Esse é o primeiro ponto. E isso vale para os três, tanto para o FNDCT quanto para a questão da Aneel e da ANP.
Preocupa-me um pouco, como o Máximo Pompermayer falou, a questão da Aneel, das transmissoras, porque é complexo para as transmissoras investir nessas áreas. Quando você abre essa questão, como o nosso colega da Apine falou... Esqueci o seu nome.
O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Guilherme Velho.
O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – É o Guilherme Velho.
Existe essa tecnologia de gestão. Então, se a gente colocasse as tecnologias convergentes, isso poderia resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Agora, preocupa-me o P&D ANP, lembrando uma coisa: ANP significa Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Só lembro que os biocombustíveis estão dentro do P&D da ANP, mas também estão dentro do P&D da Aneel, uma vez que, por exemplo, quando sobra o bagaço da cana-de-açúcar e quando você o queima, ele produz energia elétrica. Os biocombustíveis por que também estão na ANP? Porque os combustíveis fósseis como gasolina e diesel são, hoje em dia, misturados a biocombustíveis, etanol e biodiesel. Além disso, está se pensando em outros combustíveis para a nossa matriz de transportes, como, por exemplo, o biogás. Hoje em dia, a ANP lançou a regulamentação do biometano, que é um biogás refinado que pode ser utilizado como combustível em veículos. Inclusive, nós temos um projeto bastante grande financiado pelo Global Environment Facility com Itaipu, com CIBiogás e com outras instituições. É um projeto, só para vocês entenderem, de US$40 milhões para tentar usar o biogás como combustível. É mais ou menos essa a ideia. Vamos flexibilizar e introduzir esses três pontos.

Agora, preocupa-me, no caso da ANP, as operadoras de petróleo e gás terem de investir obrigatoriamente em energias renováveis. Sob o ponto de vista do Ministério e do setor – eu queria até que o senhor comentasse um pouquinho isso –, não seria melhor, no caso do P&D no setor de petróleo, investir nas tecnologias de *low carbon*, ou seja, de baixo carbono? Talvez, isso fosse mais importante nas tecnologias de meio ambiente, nas tecnologias para a mitigação de problemas ambientais etc. Isso seria como salvar, e eu não diria salvar. A gente acha que o projeto é nobre, ninguém é contra investir em energias renováveis, só que, como todos da Mesa falaram, a gente tem de investir da forma certa.

Então, resumindo: na questão do FNDCT, é preciso expandir um pouco mais o escopo. O percentual decrescente está positivo. Quanto à Aneel, não posso falar pela Aneel, mas, na nossa visão, isso é positivo. A gente já tem um entendimento bom com a Aneel, não é, Máximo? Parece que é positivo. Pela ANP, tem de dar abertura para energias renováveis e para a questão do baixo carbono.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Quanto ao carvão, há só um detalhe interessante: às vezes, a gente fala do carvão, mas lembro que há uma série de subprodutos do carvão que podemos utilizar. Por exemplo, o Brasil importa enxofre, importa fertilizantes, e podem ser produzidos fertilizantes e enxofre a partir dos resíduos de carvão.

No Ministério da Ciência e Tecnologia – está aqui o Fernando Zancan, da Associação Brasileira do Carvão Mineral –, nós estamos ajudando a montar um centro de pesquisa de carvão limpo em Criciúma, com a ajuda do Governo de Santa Catarina, da Eletrobras, do Ministério da Ciência e Tecnologia. E há outros P&D do ambiente regulado, da Aneel, por exemplo, da Tratctebel, investindo em tecnologias limpas para o carvão.

Discordo um pouco daquela teoria de que *cleen coal is no coal*, que significa "carvão limpo é não haver carvão". Eu acho que não é assim. Não podemos ser radicais nas aplicações. Se eu fizesse uma proposta aqui de que todo dinheiro governamental vá para educação, saúde e segurança, não haveria nenhuma oposição aqui. Só que, depois, quando você fosse andar na estrada, iria descobrir que tiraram o dinheiro da estrada e botaram na educação, na saúde e na segurança. Então, nós temos de balancear. O segredo da gestão é qual? O balanceamento dos investimentos, redução do engessamento, deixando certo dinamismo para que os governos deem suas prioridades. Isso é muito importante.

Então, esta é a proposta do Ministério da Ciência e Tecnologia: adaptar esse projeto de lei para uma realidade que facilite o desenvolvimento brasileiro. É muito importante que no P&D não haja só pesquisa e desenvolvimento. E lembro que, quando olhamos o *ranking* de inovação mundial, vemos que o Brasil está muito bem em ciência, está mais ou menos em tecnologia, mas, em inovação, o Brasil está carente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – O que significa inovação? Significa levar o conhecimento à indústria, ou seja, gerar PIB na economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Eduardo. Foram muito esclarecedoras as suas respostas.

Vamos passar a palavra ao Guilherme Velho, que também terá até oito minutos.

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Eu me surpreendi um pouco com os percentuais que o Senador Hélio José apresentou, porque acreditamos que 40% é um percentual muito elevado. Mas, de qualquer maneira, vamos depois procurá-lo – ele aqui abriu o seu gabinete para ouvir sugestões – para tentar ajustar, talvez, um pouco esse valor, mas não de forma muito relevante.

O que é até mais importante do que os percentuais é o que foi colocado aqui. Ou seja, não adianta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

pensar em estimular as fontes renováveis se não forem estimulados os demais projetos voltados para o aprimoramento dessas fontes. Aqui foram mencionados vários exemplos de trabalho, como, por exemplo, armazenamento de energia, *smart grid*, toda a gestão da geração distribuída renovável através de todos esses projetos fotovoltaicos distribuídos. Todos esses projetos vão requerer muitos aprimoramentos nos procedimentos de operação, no planejamento, na forma como, por exemplo, uma distribuidora vai tratar do crescimento de sua carga e, ao mesmo tempo, tratar da redução dessa carga pela inserção da geração distribuída.

Então, eu acredito ser fundamental que incluamos nesse texto do artigo da lei "fontes renováveis e demais projetos voltados para o aprimoramento dessas fontes". Isso é muito importante e, de certa forma, também conciliaria a questão de que outras áreas, outros segmentos do setor elétrico, como, por exemplo, transmissão e distribuição, tivessem projetos afins a sua atividade e que fossem contemplados por esse acréscimo de "demais projetos para o aprimoramento dessas fontes".

Em relação à lei em si, estas são as minhas sugestões: que fossem fontes renováveis e seus projetos de apoio. Depois, vou apresentar uma sugestão também de um pequeno ajuste desses percentuais. Vamos entregá-la ao Senador Hélio José para a sua avaliação.

Relativamente à questão do Senador Lasier Martins, eu queria fazer a seguinte consideração.

O carvão, para o Brasil, é absolutamente estratégico. O Sul do Brasil reúne reservas de carvão que permitem gerar 10 mil megawatts durante cem anos. Preservar essa opção como uma reserva estratégica é semelhante ao que os Estados Unidos fizeram durante um século preservando as suas reservas de petróleo e comprando petróleo da Arábia Saudita e do Oriente Médio.

Então, é importante que isto também seja feito: manter a atividade mineira do Sul aberta, com a viabilização de um mínimo de projetos a carvão. Isso é fundamental, porque, se depois houver necessidade de expandir essa geração, eu tenho aquilo como reserva *indoor*, dentro do País, sem nenhum risco cambial, sem ter que comprar combustível em dólar. Então, é fundamental preservar o carvão.

Todavia, o carvão não pode gerar na base, ele tem que ter uma geração mínima que viabilize a atividade mineira, e ele tem que ser usado como uma unidade de complementação da geração intermitente. Quando a eólica não puder gerar, quando a solar não conseguir gerar na sua plenitude, as fontes térmicas, como em qualquer país do mundo, socorrem essas fontes intermitentes. Elas estão ali em *stand by.*

Por exemplo, uma usina a carvão pode produzir 35% da sua capacidade de forma contínua para permitir uma demanda mínima de carvão, e os outros 65% só serão produzidos caso exista um decaimento da geração intermitente limpa. Agora, mesmo esses 35% têm que ser subordinados a critérios de captura de carbono, a tecnologias de baixo carbono.

Então, acho que a tendência da modernização do parque termoelétrico a carvão no Brasil passa por estas características: uma tecnologia intrinsecamente limpa, uma geração de referência baixa e a opção de essa geração crescer na medida em que energeticamente eu precise repor a energia que não seja naquele momento gerada pelas usinas renováveis.

É importante lembrar, Senador, que não são só as fontes eólicas e as fontes solares que têm uma flutuação diária. As grandes usinas hidrelétricas a fio d´água, como as usinas do Rio Madeira, como a Usina de Belo Monte... A Usina de Belo Monte, por exemplo, no pico da cheia do Rio Tocantins, chega a gerar 11 mil megawatts, mas ela pode gerar 3 mil. Quem vai gerar os 8 mil nesse momento? Então, é preciso haver outras fontes que façam essa reposição: uma parte, os reservatórios de armazenamento, e outra, as usinas térmicas de baixo carbono. Então, eu acredito que o carvão tenha, sim, um espaço que precisa ser preservado porque ele é estratégico para o País.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor me permite uma pergunta, Dr. Guilherme?

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Na prática, como seria feito isso? O carvão seria uma reserva estratégica, mas como vamos conservá-la? Pergunto isso pensando até no próprio pessoal que trabalha. Subitamente, nós temos uma queda da solar e da eólica e, aí, precisa-se, com alguma urgência, acionar a do carvão, a térmica. Mas nesse momento já não estará tudo desativado?

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Não.

Permita-me responder em duas partes.

A primeira parte é a seguinte: o que nós estamos chamando aí de programa de modernização, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

sendo capitaneado pelo meu amigo Fernando Zancan, aqui presente, é uma tendência de reciclar o nosso parque a carvão, trocando usinas que já estão no final da vida útil por novas usinas de moderna tecnologia e com tecnologia de baixo carbono. Essa é a primeira questão de uma alteração das plantas instaladas.

Quanto à segunda parte da sua pergunta, isso se resolve com um estoque regulador. O senhor pode ter um estoque de carvão que permita às usinas operar com maior intensidade no momento em que houver um decaimento das fontes intermitentes ou sazonais e, evidentemente, se esse estoque começar a ser debilitado pelo uso mais intenso das usinas, ele seria reposto.

Aí não é instantâneo, mas através de uma retomada progressiva do programa de mineração. Mas manter a atividade ativa, as minas abertas, é também bastante importante. Ninguém quer que o carvão se expanda no Brasil, mas ninguém quer também perder essa opção estratégica. A preservação dessa opção estratégica é que seria relevante aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Chegou o nosso nobre Senador Cristovam.

Eu quero dizer-lhe, Senador, que foi bastante esclarecedora e importante esta audiência pública. Já expliquei que V. Exª estava presidindo a Proantar, por isso, não estava aqui desde o início. Daqui tiramos algumas colaborações para o projeto. Eu vou dar um prazo de mais duas semanas antes de apresentar o relatório final para receber no meu gabinete, nessas duas semanas, todas as colaborações que porventura possam vir do setor.

Ficou claro que aquele acerto que a minha assessoria e a assessoria do senhor combinaram, de reduzir o percentual de 62,5% para 40%, foi correto. A minha posição inicial de colocar um valor menor e depois ir para um valor maior é uma posição equivocada. Deu para entender aqui que do que nós precisamos é de urgência com relação a investimento imediato em algumas fontes e que não podemos fechar para um componente mais global de fontes alternativas que a Aneel têm relacionadas. Nós compreendemos isso também. Esta audiência, só por isso, já cumpriu muito bem o seu objetivo.

Nós teremos mais duas semanas de debate. O meu engenheiro lá, o eletricista que é meu assessor, o Engenheiro Gilson, e o Engenheiro Ambiental Olívio Samuel vão estar à disposição para recebê-los, todos.

Samuel, levante a mão aí para o pessoal conhecer você.

O Gilson está aí ou não?

Está ali o Gilson.

Eles estão à disposição para recebê-los, todos, e conversar e sugerir perguntas. Podemos sentar também com a assessoria do Senador Cristovam para arredondar esse projeto. Eu acho que o Brasil exige pressa, há necessidade de agirmos nesse setor para aproveitar nossas energias renováveis para complementar as outras fontes energéticas e, também, resolver a questão da intermitência.

Por isso é que coloco com bastante ênfase a necessidade de aproveitamento do nosso lixo, a necessidade de as cidades de 7 mil habitantes se consorciarem num ponto para aproveitar seus lixos. Há necessidade de as grandes cidades aproveitarem seu lixo para gerar energia. Há necessidade de os novos condomínios conjugarem energia solar com energia de biomassa, feita a partir do aproveitamento do lixo, para complementar no horário em que não temos sol. Há necessidade de aproveitarmos as terras devolutas para fazer algumas fazendas de produção solar para poder promover o armazenamento energético nas nossas usinas hidrelétricas, já que muitas vezes elas estão aquém de sua capacidade por não terem água suficiente. Então, se nós tivermos energia solar suficiente do lado, podendo armazenar o dia inteiro a nossa água, nós poderemos rodar em outro horário, e isso representará uma grande economia no processo.

O Brasil precisa avançar nisso, e avançar com o pé no chão, com os nossos técnicos, que são capazes, que já demonstraram que têm capacidade – a nossa inovação tecnológica já demonstrou isso. Podemos fazer o nosso próprio inversor, podemos fazer os nossos medidores e podemos fazer os nossos painéis de captação de energia solar aqui no País, sem precisar obtê-los de países que têm 30% menos de irradiação solar, ou menor solimetria, do que o Brasil e que têm previsão de colocar dois terços da nossa matriz energética nos próximos 5 anos de energia solar – com 30% menos capacidade do que o Brasil de irradiação solar, só porque lá os preços são baixinhos, eles conseguiram desenvolver a tecnologia deles para fazer invenções. A Alemanha e alguns outros países têm. E nós não temos, mas podemos desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Senador Cristovam, que foi reitor da minha universidade, da universidade onde me formei, a Universidade de Brasília, sabe da capacidade que temos em cada universidade brasileira, da existência de bons pesquisadores para fazer um pequeno *chip* de inversão de energia contínua para energia alternada para poder fazer medidores, para poder desenvolver a depuração do silício para que painéis inteligentes possam ser desenvolvidos, assim como faz a Universidade da Califórnia. Precisamos atuar para que toda aquela energia que acontece na fotossíntese possa ter um painel que, além de gerar a energia solar, possa armazená-la para ser usada à noite e por mais tempo.

Então, quer dizer, há várias formas de investimento, só é preciso o Brasil ter coragem de priorizar o Proinfra III. Nós encaramos esse projeto do Senador Cristovam como o Proinfra III, que seria exatamente a forma de o Brasil falar assim: energia do lixo, energia solar, seja termossolar ou fotovoltaica, sem esquecer as outras – por isso é que acatei aqui a situação – são prioridade para o País e nós vamos sair da idade da pedra nesse setor e fazer acontecer a nossa tecnologia.

Vou passar a palavra para o Senador Cristovam. Depois, vou passá-la para todos os demais proponentes aqui que ainda não se colocaram. Acho que ele foi bastante feliz quando sugeriu esse projeto. Nós o estamos aprimorando e, com certeza, será um projeto muito importante para o nosso País.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um – lamentavelmente, eu não posso dizer "cada uma" porque só há homens na Mesa. (*Risos.*)

Mas essa é uma questão do ramo. Quando eu estudei, quando fiz meu curso de Engenharia, Senador Lasier, não havia nenhuma mulher. Entre os cento e tantos alunos, não havia mulheres. Isso ainda continua um pouco, embora já tenha se modificado.

Mas, tirando essa provocação, eu quero pedir desculpas. Eu não estava aqui porque, desde 2007, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Pró-Antártica. Se não fosse o trabalho dessa nossa Frente, todos os anos faltariam recursos. Nós trabalhamos, Senador Lasier – e vou atrás do senhor e desta Comissão –, para termos recursos, até porque estamos precisando reconstruir a base onde houve um incêndio alguns anos atrás. Já temos o projeto, já se começou a obra. Vai ser uma obra feita por uma empresa chinesa e vamos precisar de recursos. Eu tinha que estar lá discutindo com Deputados e Senadores para tentar ver como vamos conduzir isso, já que dia 20 termina o prazo das emendas.

Eu gostaria muito de ter estado aqui desde o início porque o projeto é meu, mas eu tenho perguntas. Aliás, a primeira coisa que tenho a fazer não é apresentar uma pergunta, mas fazer uma afirmação.

É preciso ter prioridade, sobretudo naquilo em que há resistência. Eu creio que, culturalmente, nós, engenheiros, nós da área de energia, nós fomos formados ainda no tempo barragista, nós fomos formados com a cultura da hidrelétrica, que já é um avanço comparada à fóssil, mas dificulta nós vermos as outras fontes.

E aí vem logo o argumento de que é caro. Claro, o quilowatt é caro hoje, mas quando você pensa no longo prazo... Claro que, quando o petróleo começar a rarear ou quando se começar a proibir o uso de petróleo, veremos que não é tão caro. Além disso, há uma dependência tecnológica nossa e, mesmo querendo usar a energia solar, hoje temos que comprar equipamento porque não fizemos no tempo certo as pesquisas necessárias para sermos produtores dos equipamentos necessários para captar a energia solar e transformá-la em energia elétrica. Foi vendo isso que eu coloquei esse projeto.

Alguns dizem: engessa. Eu digo: prioriza. Quando você põe uma percentagem de gastos, você está priorizando. Está engessando? Está engessando para priorizar, porque, senão, não tem como priorizar, fica ao sabor do governo do momento. Então, ao colocar num projeto de lei, nós priorizamos como uma política de Estado, que vai atravessar governos. A grande preocupação minha seria: esse valor é muito alto, essa percentagem que colocamos? Vai faltar dinheiro em outros setores? Ou é uma percentagem correta? Mesmo que tire de outros setores, os outros setores vão continuar sobrevivendo? Essa é a pergunta: é um valor estratosférico, exagerado, irrealista? Tudo bem, vamos analisar isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone.*) – O Hélio José já está baixando para 25.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, eu sei que existe uma proposta de baixar. Eu não quero brigar pelo valor. Eu coloquei um valor, mas é possível, sim, reduzir, não tenho esse problema. Meu problema é o contrário: eu gostaria de ouvir onde investir esse dinheiro, para onde irá esse dinheiro para que não seja perdido. Daqui a pouco, com a carência de dinheiro que têm hoje as universidades, vamos inventar programas solares que não serão realizados, a não ser gastar o dinheiro. Então, onde é que vamos colocar de fato? Onde é que vamos investir para que esse dinheiro seja bem aproveitado? Existe uma infraestrutura hoje que, com esse dinheiro, vai tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

possível deslanchar a pesquisa no Brasil ou não existe? Corre-se o risco de esse dinheiro ficar guardado porque não há onde aproveitar, ou, como eu disse, de se aproveitar como fonte de recursos para financiar os déficits de recursos que as universidades e centros de pesquisa têm. Então, onde é que desenvolvemos capacidade instalada para captar esse dinheiro e usá-lo bem? Essa é uma pergunta que eu gostaria de deixar aqui. Em vez de discutir se engessa ou não, então, vamos discutir o valor, qual é o valor certo e onde investir, para não ficarmos em mais uma dessas experiências bem-intencionadas, mas que terminam sendo desperdiçadas.

A universidade brasileira tem centros, hoje, capazes de receber dinheiro para isso? Aí, o Hélio José é capaz de saber mais do que nós aqui. Onde é que há gente trabalhando nisso? A COPPE do Rio tem condições de receber parte substancial desse dinheiro e trabalhar? Se fosse energia nuclear, eu saberia para onde mandar. A Eletronuclear sabe quem é que está trabalhando na física de energia nuclear. Mas solar, eu não tenho certeza onde é. Então, a minha pergunta seria esta: o valor, e aí o Relator cuida disso e discutiremos.

Mas aos senhores eu queria perguntar: onde é que os senhores aplicariam esse dinheiro, se estivessem de acordo que deveria haver esse dinheiro para esse destino? Onde é que seria aplicado? Onde ser aplicado para dinamizar uma capacidade já instalada e onde é que a gente tem que criar capacidade instalada? Eu imagino que as universidades do Nordeste poderiam ser um lugar até mais interessante porque é onde há mais luminosidade, mais raios solares, então é provável que aí seja bom, mas tem capacidade instalada, ou a gente vai ter que levar cientistas de outros lugares? A gente vai ter que trazer do exterior? A gente não tem o Mais Médicos, que está dando certo? Por que a gente não ter um "mais solares" para nos ajudar, deixando aqui a tecnologia em vez de ter que buscar lá fora? Esta é a pergunta: onde aplicar o dinheiro que estará à disposição depois que esse projeto for transformado em lei.

Eu falei muito em solar, mas eu lembro que o projeto de lei fala nas alternativas, não é restrito à solar. Osório pode ter um bom centro de pesquisa na parte eólica, porque já tem um parque funcionando muito bem. Ali pode-se criar, em uma universidade gaúcha, por exemplo.

Esta é a pergunta, Senador Hélio José: onde colocar os recursos, onde, geograficamente, onde do ponto de vista da entidade de pesquisa, colocar o dinheiro que sair desse projeto de lei, se ele for aprovado, como eu espero, no valor que acertarmos, sem ficarmos muito presos ao percentual que eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador Cristovam, V. Exª tem plena razão, e por isso esse projeto é altamente meritório, e a gente está fazendo com todo o cuidado do mundo o debate. Ontem mesmo, lá na reunião de Líderes do Governo Federal, eu deixava claro que não tem sentido órgãos do Governo Federal se voltarem contra o projeto, o que tem sentido é órgãos do Governo Federal, juntos, construírem uma forma de tornar realidade essas explorações, tão necessárias, dessas energias, que nós não estamos explorando porque perdemos o *timing* com relação à discussão de tecnologia de inversores, tecnologia de medições, tecnologia de painéis, essas questões todas, também de aproveitamento de máquina de geração de energia via pirólise.

Nós tivemos, nobres palestrantes, 14 intervenções via internet, principalmente dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco e Distrito Federal. Vou destacar aqui três dessas intervenções.

Uma é do Rero Marques Rubinger, de Minas Gerais, que disse o seguinte: "Poderia haver uma linha de fomento na Capes, CNPq e Finep de recursos das empresas envolvidas? Poderá haver uma reserva de bolsas para pós-doutorado para pesquisadores em fotovoltaicos? Poderá haver recursos para financiar uma rede nacional de pesquisas em fontes renováveis?" São todas perguntas que ele faz, bem próximas do que o Senador Cristovam colocou.

Eu destaco a Universidade do Piauí, que tem uma produção importante nessa pesquisa, e também a Universidade da Paraíba e de Campina Grande, que têm tradição nessa questão, discutindo energias neste País, além de outras, como a de Santa Catarina, a UFC, a COPPE no Rio de Janeiro, o Cepel, o próprio Cenpes.

João José Barros, do Piauí, fez a seguinte pergunta: "Eu tenho vontade de utilizar fontes alternativas de energia, mas o problema é o preço dos equipamentos. Há previsão de bônus e/ou facilidades para aqueles que quiserem utilizar tais fontes?"

E a última, não vou falar todas as 14, é do Robson Galvão, do Paraná, que diz o seguinte: "Poderiam surgir mais incentivos para que o Brasil possa produzir placas para energia solar, assim poderíamos competir com outras empresas gerando empregos e barateando o produto."

Então, são várias considerações. Eu vou solicitar à assessoria que tire cópia de todas as perguntas e passe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para vocês, palestrantes, até para vocês terem conhecimento das colaborações que o Brasil inteiro nos deu.

Ao Eduardo e ao Guilherme, como as provocações do Senador Cristovam foram tão importantes e eles já falaram, vou dar um minuto para cada um, porque o tempo está curto, para fazer considerações sobre o que o Cristovam colocou, e depois vou dar a palavra, normalmente, na ordem inversa das apresentações.

Eduardo, um minuto.

O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Obrigado, Prof. Cristovam, se me permite chamá-lo de professor, porque estudei na Universidade de Brasília e lá temos esse costume.

Inicialmente, temos que avaliar a questão de forma um pouquinho diferente. Centros de pesquisas de universidades altamente capacitados nós temos, mas a grande dificuldade hoje é levar o conhecimento para a empresa, porque a inovação ocorre na empresa. Então esses projetos têm que ser colaborativos. Normalmente, o que ocorre com o projeto? É o local que se chama vale da morte: você desenvolve a ciência básica, desenvolve a tecnologia, e há um *gap* entre esse ponto onde a tecnologia está desenvolvida, tem um protótipo, e entre a indústria. Esse é o problema.

Por causa disso, nos últimos anos houve um programa na Finep, com participação do BNDES, que se chamava Inova Empresa, onde havia um específico Inova Energia, um Inova Petróleo. A Aneel participou também desse projeto, porque é muito importante fazer a cadeia de inovação completa e sobrepor esse vale da morte. E normalmente o que ocorre? Um protótipo, às vezes, de uma nova tecnologia custa R$1 milhão, mas um projeto em tamanho real, em tamanho demonstrativo ou piloto custa R$50 milhões. Ocorre que ninguém financia essa fase. Por isso este programa Inova Energia é muito importante.

Nós temos que prever também, para que haja o *deployment* dessa tecnologia, recursos para esse vale da morte. Como é que tiramos esses protótipos das universidades, dos centros de pesquisa, e transformamos em produto? Além de publicar nas revistas científicas, nós queremos publicar os nossos produtos nas revistas técnicas, no jornal *Gazeta Mercantil,* no *Valor Econômico*. E quando publicamos esses projetos lá, significa que chegaram à sociedade. Chegando à sociedade, você gera emprego, gera renda, gera desenvolvimento tecnológico, e esse desenvolvimento tecnológico provoca o crescimento da economia nacional. Então, me preocupa muito este ponto: como levar a ciência e a tecnologia para a ponta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Se me permite, Senador Hélio José...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, nobre Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estou sendo avisado de que eu preciso dar uma chegada à outra Comissão. Então vou pedir licença para me retirar, reafirmando aqui o extraordinário proveito que particularmente tive hoje, como Presidente da Comissão, com esta nossa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Lasier. Suas colocações foram muito importantes.

Nobre Guilherme Velho, você tem também um minuto. Depois, serão cinco minutos para cada um dos outros palestrantes.

Por favor.

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Senador Cristovam, gostaria de comentar que a questão do desenvolvimento tecnológico nacional se dá muito pela pesquisa, mas se dá também pela intensificação do uso da fonte. Na medida em que a geração fotovoltaica e heliotérmica, de uma maneira geral, cresça no Brasil – e inevitavelmente crescerá – haverá o estímulo para que várias indústrias se estabeleçam no País, como aconteceu com a geração eólica, e que a absorção da tecnologia se dê de forma natural, até como um condicionante que pode ser estabelecido para a vinda dessas indústrias para o Brasil. Isso no que se refere à questão tecnológica.

O que eu considero, Senador, é que a absorção da tecnologia intrínseca das células fotovoltaicas e de outras fontes de energia não é o mais difícil. O mais importante para nós é a singularidade do nosso sistema para permitir a entrada dessas fontes. Então, projetos que levem ao aprimoramento da inserção dessas fontes no sistema elétrico brasileiro são extremamente importantes. Por exemplo, na Alemanha, quando a geração fotovoltaica cai, por questões climáticas ou mesmo eólicas, quem socorre para atender a carga? A geração térmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O Brasil tem singularidades através de seu parque de armazenamento hidroelétrico, através de outras formas de atender a inserção dessa geração intermitente, diferente desses outros países.

É por isso que estamos falando com o Senador Hélio José que é importante inserir no projeto de lei não apenas o apoio a essas fontes renováveis, mas também aos projetos que viabilizem a inserção dessas fontes num sistema com as características do brasileiro. Então, essa é uma questão que transcende a tecnologia intrínseca da fonte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Guilherme Velho. Com certeza, as sugestões que você coloca serão muito bem-vindas.

Eu queria passar para o Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (SPG/MME).

Você tem até cinco minutos, Clayton. Vai tocar a campainha aos quatro.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Respondendo inicialmente ao Senador Cristovam sobre essa parte da capacidade de investir, no âmbito da ANP, nos projetos de pesquisa e desenvolvimento, ela busca atender uma cláusula contratual entre a ANP e as empresas prestadoras de serviços, as operadoras de petróleo e gás. O interesse dessas empresas junto com as instituições credenciadas junto à ANP termina viabilizando a aprovação de projetos. Isso ocorre de forma natural.

Alguns projetos nas áreas de meio ambiente, como biocombustíveis, membranas de CO2, para viabilizar a produção de campos com contaminantes, vêm sendo conduzidos no âmbito da agência e são de extrema importância. Creio que estão alinhados com essa expectativa da produção de fontes alternativas, no sentido de que meio ambiente é fundamental, mas não dá para esquecer o interesse das empresas na aprovação desses projetos, que é uma cláusula contratual.

Então, eu vejo nessa questão uma dificuldade para a aplicação imediata dessa lei, no caso de ela vir a ser aprovada como está, em parte pela dificuldade da gestão da ANP dessa área de conhecimento, das fontes alternativas que estão sendo citadas, e também em relação ao interesse das próprias empresas operadoras, que é outro item citado no contrato como sendo um delineador da forma de condução dessa política de pesquisa e desenvolvimento.

Da nossa parte, lá no Ministério, entendemos como uma iniciativa louvável, mas há essa questão contratual. Então, a lei sendo aplicada, não sei se ela teria como motivar. O ideal para nós é que houvesse uma forma de estímulo às empresas operadoras do setor petróleo e gás para investirem, para que elas pudessem fazê-lo com mais facilidade, sem essa questão da definição de limites orçamentários, de percentuais a serem investidos. Porque acho que isso poderia gerar dificuldade, esse dinheiro poderia terminar sendo direcionado ao Tesouro Nacional, no final das contas, pela dificuldade das próprias empresas em trabalhar conforme está sendo proposto.

Bem, os projetos G&T são de longo prazo. Você licita uma área hoje, se ela tiver uma regra conforme está proposto no contrato, admitindo que essa regra só tenha validade para novos contratos, você teria aí um prazo de dez a quinze anos para que nova produção ocorra em campos que paguem ITR em área de partilha, para que esses recursos sejam aportados efetivamente para essa função de P&D, conforme a proposição.

Então, são pontos em que entendo que cabe uma reflexão, para ver como poderíamos abarcar. O ideal seria que pudéssemos ter uma forma de estimular as empresas petroleiras a atuar, a buscar projetos nesse sentido. Mas, da parte de aplicação, como está, há essas preocupações aí, que estão em linha mais ou menos com o que o Eduardo citou também, que é a questão da gestão, no âmbito da ANP, desses recursos para P&D em energias alternativas.

Eu acho que é só.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Eu gostaria de convidar o nobre e excelentíssimo Senador Cristovam para presidir, porque são 11h30 e eu convoquei reunião da Comissão da Medida Provisória nº 735, que trata da energia elétrica, exatamente às 11h30.

Só faltam aqui, para responder, nobre Senador Cristovam, para as considerações finais, três palestrantes. O próximo a fazer as suas considerações finais será exatamente o representante da Aneel, o Máximo Luiz Pompermayer – é um nome complicado, hein, Máximo? É descendência alemã? –, que fará suas considerações por até cinco minutos. Depois teremos o Guilherme, o Lucca Zamboni e o Gustavo. Aliás, o Guilherme já falou. Teremos o Máximo agora, depois o Lucca Zamboni e o menino da Abeama, nosso querido convidado Celso de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Passo a palavra ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sr. Lucca Zamboni. (*Pausa.*)

Está bom. Passo a palavra ao Sr. Máximo Luiz Pompermayer.

O SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER – Cumprimento aqui o Senador Cristovam Buarque.

Tendo em vista esse encaminhamento que se deu aqui, ou essa sinalização, por parte do Senador Hélio José, de flexibilizar tanto os percentuais quanto a questão do conceito do enquadramento de tecnologias que tratem especificamente do tema fonte renovável alternativa ou de suporte para o desenvolvimento e a implementação disso, a grande maioria das preocupações que manifestei e que foram também corroboradas pelos que me precederam e os que falaram após se desfazem. E ainda mais com essa disposição, da parte da relatoria, de ver essa possibilidade de acomodar, ajustar essas preocupações do ponto de vista operacional. Porque é somente isso que me preocupa no momento.

Na questão dos percentuais, de fato, como o próprio Senador Cristovam Buarque falou, se coloca um número – e tem que ser algo significativo, relevante –, mas é possível discutir. Essa redução de 62,5 para 40 me parece bastante razoável, lembrando que, da parte das empresas de energia elétrica, estamos a caminho. Eram 6%, 7% no passado, subiram para 10%, 15%, e hoje já estamos com 28% dos recursos regulados pela Aneel nesse tema, sem contar aqueles correlatos. E isso é crescente, tem crescido, tanto que o dado do Lucca, que era de um ano anterior, estava inferior. O meu já mostrou uma tendência de aumentar.

A preocupação maior que resta é a seguinte: uma coisa é obrigar um setor, uma área, um fundo – o recurso que vai para o FNDCT é um fundo –; outra, é obrigar agentes individuais a aplicarem, no mínimo, um dado percentual, mesmo ele sendo agora bem menor que 62,5%.

Lembro que não se trata da destinação de recurso, mas da realização de projetos. A essência da lei é esta: há uma parte que fica com as empresas de energia elétrica e elas são obrigadas a realizar projetos segundo regulamento estabelecido pela Aneel, não é simplesmente aportar recurso. E isso traz um problema ainda. Mesmo sendo um percentual menor, começando com 40% e depois reduzindo com o tempo, o que também entendo que é razoável e não o contrário, até porque seria inócuo, no caso do setor elétrico, começar com 10%, 15%, já se faz 30%, reduzindo com o tempo, então, entendo que a preocupação não é, na verdade, obrigar cada empresa a aplicar um percentual maior, mas assegurar que se tenha um percentual mínimo para o setor.

Então, temos que conversar para ver qual a forma de flexibilizar isso, para evitar aquele exemplo que eu dei de uma transmissora do Sul do Brasil que já tem que aportar recursos para as Regiões Norte e Nordeste, por lei, e agora ainda tem que observar que tem que ser nesse tema especificamente. Seria mais ou menos assim: nesta sala aqui todo mundo tem uma vocação natural para alguma coisa. Quando se obriga que, na média, todos façamos 60% de alguma coisa é uma coisa; quando obriga-se cada um, individualmente, a fazer isso, aqueles que têm dificuldade porque não é bem a sua área vão fazer, na melhor das hipóteses, malfeito, alocar recursos sem condições de realizar. Então, temos que buscar um mecanismo para flexibilizar: assegurar o percentual mínimo, mas do setor como um todo e não de um agente, porque são mais de 300 agentes com diferentes características e dificuldades de, individualmente, aportar esse recurso porque eles têm que realizar os projetos.

Por fim, só para concluir, lembro que aumentar os investimentos em fontes renováveis ou alternativas é um caminho, e há outros. A maior parte desses recursos que vão para o FNDCT são contingenciados, e isso desde 2001. Nós temos cinco ou mais bilhões – não sei exatamente, talvez o Eduardo tenha esse número –, quase R$10 bilhões, talvez, contingenciados. Reduzir esse contingenciamento que, por lei, se define que é recurso para P&D, mas, na prática, não é isso que tem acontecido quando o recurso é contingenciado. No passado, se fazia superávit primário, agora, nem isso a gente consegue.

Também é uma forma de ampliar os recursos a aplicação em fontes renováveis, descontingenciando recursos que por lei foram arrecadados dos consumidores para esse fim e, na prática, não estão sendo destinados a isso. Vai na linha do que foi questionado pelo Senador Cristovam Buarque: não é só o quanto, qual é o percentual disso; como e onde isso vai ser aplicado também é importante. Não adianta assegurar que uma dada quantidade seja aplicada em um tema genérico como esse, em que projetos, em que instituições. Como isso vai ser feito também é importante. Talvez haja uma forma de acomodar isso na... Na regulamentação é mais fácil fazer isso. Na lei tem que tomar um certo cuidado porque, aí, essa generalização traz complicações e dificuldades operacionais para alguns agentes.

São essas as considerações.

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Peço licença, eu queria só fazer uma contribuição ao que você falou porque acho que é uma preocupação muito, muito pertinente e oportuna.

Uma coisa que poderíamos começar a fazer para melhorar essa sua preocupação era ter o conceito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

período de reconciliação. Ao invés de deixar que isso seja, por exemplo, 30% a cada ano, seria 30% no período em que está estabelecido aquele quinquênio. Então, você pode fazer um grande projeto e aí, depois, então, pode não surgir o projeto porque se você começar a ter essa visão gregoriana dos 30%, vai dificultar ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado aos dois que participaram.

Passo a palavra ao Lucca Zamboni.

O SR. LUCCA ZAMBONI – Obrigado, Senador.

Eu acho que as colocações foram bem pertinentes. Devemos olhar um pouquinho como está a inserção dessas fontes em toda a cadeia, na parte da geração, da transmissão e da distribuição. As geradoras, é normal, já investem nas fontes, elas vendem a energia. A distribuidora não vende a energia, ela tem o papel de acomodar essa energia, de acomodar essa intermitência. Então, é muito importante a flexibilização para que a gente trabalhe no outro lado, de como assegurar que essas novas fontes entrem no sistema elétrico e o mantenham funcionando com qualidade, com confiabilidade e com segurança operativa. No momento em que você começa a ter um fluxo bidirecional de energia e vários agentes injetando energia no sistema, isso traz um risco para a operação dos eletricistas, por exemplo. Como garantir segurança, como garantir estabilidade, os níveis de tensão? Então, eu acho que o papel da distribuidora nesse negócio é trabalhar todo o outro lado para acomodar essas fontes, não necessariamente investir na fonte alternativa, mas em como acomodá-la no sistema elétrico. Então, a parte de flexibilizar esse lado para a distribuidora e olhar também um pouquinho o lado da transmissora é muito importante.

No Portal e-Cidadania várias pessoas perguntam como financiar e de onde vêm as fontes de financiamento. Temos que olhar um pouquinho quais são as barreiras da energia solar, por exemplo, hoje. É o equipamento que custa caro por ser importado? Ou é o fato de o cliente brasileiro ter uma renda *per capita* muito menor comparada aos clientes europeus e a tarifa brasileira ser muito mais elevada comparada com a renda?

Então, quando você vai olhar o retorno desse empreendimento com a renda do cliente, com o preço da tarifa que ele paga, esse retorno tende a ser dificultado. Então, talvez não seja só a partir da pesquisa, de investir nas tecnologias da fonte, mas de olhar o lado comercial, o lado de impostos, saber por que a nossa tarifa é tão elevada, como melhorar a distribuição de renda em nosso País e outras coisas para incentivar as renováveis, não só o lado da pesquisa.

E tem toda essa parte também da educação. Às vezes, ao fomentar muito investimento em uma linha única de pesquisa, acabamos direcionando muito recurso para poucas pessoas que conhecem o assunto. Eu acho que a diversidade de investimentos incentiva a educação em várias esferas, o que também é importante.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Para concluir, passo a palavra ao Prof. Dr. Celso de Oliveira.

O SR. CELSO DE OLIVEIRA – Obrigado, Prof. Cristovam, permita-me também chamá-lo de professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado.

O SR. CELSO DE OLIVEIRA – Sou também oriundo da UnB, da turma de 1973.

Bom, seria difícil agregar mais alguma informação ao que os colegas aqui já apresentaram tão bem, pois eles estão vivendo com muita intensidade todo esse trâmite.

Do lado da Associação, nós hoje sentimos um grande apoio, como afirmei ao Senador Hélio, para a ampliação desse parque. Sentimos que esse apoio é muito maior agora com os projetos da PEE, a eficientização. Hoje, o que nós sentimos com relação a impostos é que, na cadeia produtiva, já estão isentos. A maioria dos Estados já abriu mão praticamente do ICMS. Poucos Estados ainda têm a sua contribuição do ICMS cheio. Todos eles já estão bastante reduzidos e em fase de implantação. Eu acho que a tônica de uma ação maior junto aos Estados, junto às Secretarias de Fazenda, aliás, ao Confaz, que representa as Secretarias de Fazenda dos Estados, poderia, sim, reduzir o ICMS, que hoje gira em torno de 29%, para um valor menor. Eu sei que o Senado gera as leis. Então, ele pode sugerir, no caso do Estado, uma redução menor àqueles que ainda não a adotaram.

Hoje, a parte térmica já é largamente utilizada e em valores muito acessíveis. Esse caminho nós estamos sentindo também com a fotovoltaica. Hoje, já temos algumas plantas industriais montando os painéis aqui no Brasil. Se compararmos o custo que temos hoje no Brasil com o que tínhamos dois anos atrás, reduziu sensivelmente. Nós nos sagramos particularmente no leilão LER 01, de 2014, numa usina de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

20MW aqui em Goiás, e já estamos em fase final para entrar em operação. Naquele momento, nós tínhamos dificuldade com os valores dos painéis, que, de 2014 para hoje, têm um valor cerca de 25% menor.

Mas ainda precisamos de uma contribuição maior do Estado, principalmente na distribuída, de pequenos consumidores. Muitas vezes, alguma linha de crédito mais facilitada. Muitos se estimulam, mas se desestimulam pelo impacto no aumento desse investimento, ao passo que, muitas vezes, não vai nem ser o preço final, mas a economia que vai trazer até para ele mesmo. Porque, muitas vezes – até voltando à Secretaria da Fazenda –, se ele está na distribuída, ele também contribui, no ICMS, sobre aquilo que está consumindo, quando, em tese, uma defesa é a de que ele recolheria só naquilo que estaria exportando, vamos dizer.

Então, são detalhes que o Plenário já conhece muito bem e de que já vem tratando.

É a minha observação e o meu agradecimento por estarmos presentes, por termos sido convidados.

Obrigado pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bem, eu que agradeço por vocês terem disponibilizado o seu tempo, por terem se deslocado e terem dado essa grande contribuição para que o projeto de lei seja aperfeiçoado.

Eu quero dizer que esse projeto já está há alguns meses aqui. Nesses meses, há uma filosofia por trás do projeto de lei, uma filosofia, digamos, estadista. E creio que ele está coerente com o choque que tivemos, no domingo, com as eleições. Eu creio que essas eleições foram um golpe eleitoral, já que está na moda falar em golpe parlamentar. Um golpe eleitoral, mas com toda a legitimidade que tem o Parlamento, que tem também o eleitor, que diz que não estão bem as coisas no Brasil. Começa pelos 40% de gente que não foi às urnas ou foi para votar contra todos, pelo nulo ou pelo branco. Eu creio que foi um golpe não no PT apenas, mas nas esquerdas todas, e eu me sinto parte dessas esquerdas, não repudio isso, mas é preciso entender que há uma esquerda que o povo anteontem enterrou. É preciso surgir uma nova.

E eu creio que o projeto está dentro dessa novidade. Primeiro, no reconhecimento de que é preciso passar para o setor privado muito do que o Estado fez ao longo de décadas no Brasil, de forma incompetente e roubando recursos de outros setores mais prioritários. Não dá para fazer estradas boas e escolas boas. O Estado tem que escolher. Eu sou favorável a passar estradas, sim, para o setor privado, sob a forma das privatizações que foram feitas nos últimos anos e que eu usei nessa campanha, fazendo campanha para vereador e prefeito em São Paulo, e vi como estão boas. O usuário paga. A gente tem que escolher. E o setor de energia eu acho que é um que a gente vai ter que passar, mas não entregar. Porque precisa ter uma estratégia de longo prazo, e o setor privado tem que olhar o curto prazo, ou ele quebra. Então, aí entra o Estado para tentar orientar.

O Guilherme fala que nós não temos condições de fazer pesquisas hoje, mas se nós esperarmos para depois, vamos chegar atrasados. Aí entra o Estado na tentativa de criar um sistema de ciência e tecnologia que nos deixe na frente dos tempos, capaz de concorrer com os outros quando chegar a hora. Agora, não pode asfixiar o presente, mas tem que tirar um pouquinho para construir esse futuro. Se ficar preso ao mercado, seria o mesmo que dizer que a gente só vai fazer pesquisas espaciais depois que houver um número razoável de turistas querendo ir a Marte ou à Lua. Não dá. Vamos nos antecipar para não ficarmos totalmente marginalizados nas pesquisas espaciais. Não continuarmos, porque hoje nós estamos e já estivemos bem. Já estivemos na frente da Índia, que hoje tem uma nave rodando Marte. A gente não vai ter. Já estivemos na frente da China. No começo das pesquisas espaciais, eram os Estados Unidos e a Rússia, a União Soviética. Ponto. Foram surgindo outros e outros e outros, e nós fomos ficando marginalizados.

Esse projeto não tem o olho na energia não, tem o olho na tecnologia. Porque, só energia, a gente fica comprando as tecnologias estrangeiras. Mas veja que na hidrelétrica nós nos antecipamos, desde Delmiro Gouveia, cem anos atrás, e hoje podemos vender tecnologia de hidrelétrica no mundo. Mas não temos a menor condição de vender tecnologia solar quando este País talvez tenha, e assim é, pela sua dimensão e localização, maior poder de usar energia solar. Em energia eólica não somos os melhores, mas podemos ser bons também.

Então, esse projeto não é um projeto de energia. Esse é um projeto de independência tecnológica para a energia, combinando o setor privado com a orientação do Estado. O Estado não pode asfixiar, exigindo tantas percentagens para isso que fique faltando noutras áreas, asfixiando, mas disputando, sim. Porque outras áreas tradicionais dão lucro hoje. A gente tem que respeitar, mas a gente quer algo que lá na frente venha a dar lucro, e lucro não só para o setor privado, mas também lucro no setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

independência tecnológica do País. Este é o objetivo: combinar.

Eu creio que, nessas eleições, ninguém está olhando, mas eu acho que um dos fatores fundamentais foi a raiva do povo com o péssimo serviço público que nós temos: na saúde, na educação, nas estradas, em tudo. O povo se cansou. E só há um jeito de ter bons serviços públicos: escolhendo uma parte que o setor privado vai fazer, outra parte que o setor estatal vai fazer e outra que a gente vai fazer em parceria. Não há como melhorar a saúde sem parceria com o setor privado. A própria educação tem que ter parceria, mas sem tirar o Estado. Em alguns setores, é tirando o Estado, salvo na regulamentação. Na regulamentação de como deve ser o serviço privado das estradas, o serviço privado da energia, e colocando o longo prazo, o Estado colocando o longo prazo, sem asfixiar o setor privado de hoje; do contrário, ele não vem. O papel dele é ter lucro, é produzir, se não, não vende, produzir aquilo que o Estado crê que é necessário para a sociedade, restringir aquilo que acha que não deve, como droga.

Ninguém pode ganhar dinheiro, porque esse é o setor mais lucrativo, hoje, no mundo, porque o Estado não deixa. Isso aqui a gente proíbe. Mas aquilo que a gente acha que vale a pena tem de deixar que o setor privado faça. Agora, antecipando, para não ficar preso ao curto prazo apenas, e tendo estratégias de longo prazo. Algo que custa caro hoje pode ser barato amanhã, na estratégia de longo prazo que o Estado tem de oferecer e em que o setor privado tem dificuldade, a não ser alguns setores muito especiais e muito grandes, que são capazes de imaginar 30 anos à frente, mas é muito raro. Quando a gente põe a taxa de retorno de 30 anos, o lucro zera para o setor privado.

Então, este é o objetivo nosso: fazer com que este País tenha uma perspectiva.

Eu creio que outra coisa que, domingo, a gente viu com a ausência de voto é a perda da perspectiva que nós estamos tendo para o médio e longo prazo. Até pouco tempo atrás, nós votávamos imaginando que o futuro dos filhos seria melhor que o futuro da gente; agora há uma grande dúvida, e, quando há dúvida se o país tem perspectiva de futuro, cada um procura votar individualmente pensando em si e na sua corporação, e aí o país se desagrega.

Não é por acaso que eu acho que é uma forma de desagregação o noticiário hoje, pela manhã, tratando de plebiscito para saber se os Estados do Sul vão se independizar. Isso é um sinal de desagregação. Como é um sinal de desagregação, no Maranhão – mas não é só no Maranhão –, o crime tentando impedir as eleições. O resto do mundo não tenta impedir as eleições queimando ônibus, mas está se assaltando uns aos outros. Há uma desagregação, há uma desagregação pela violência, e essa desagregação se manifesta na maneira como as pessoas perderam a perspectiva de unidade nacional e de longo prazo. Eu creio que isso está no recado de domingo – e isso vem de partidos que não têm propostas, e aí digo: todos, inclusive o nosso, que ainda não está tendo uma proposta; eu espero que chegue –; está numa juventude sem utopias pelas quais lutar; na falta de um sentimento nacional por cima do interesse individual e corporativo de cada grupo, e aí de empresários e de trabalhadores, esquecendo os 14 milhões de desempregados, o que faz com que a gente se negue a fazer uma reforma trabalhista, para defender o trabalhador que está empregado, esquecendo os desempregados; uma reforma previdenciária, que nós nos negamos a discutir, para proteger os velhos de hoje, que já estão aposentados ou quase se aposentando – e nem tão velhos assim –, esquecendo como dar sustentabilidade à Previdência para que atenda também os jovens que vão se aposentar daqui a 30 anos. Estamos deixando de lado esse pessoal; falta sustentabilidade.

Esse projeto está nesta perspectiva de entender que o serviço público, inclusive de energia, pode funcionar muito bem no setor privado, sem tirar dinheiro do setor público, da educação, saúde, segurança e de outras áreas, para energia, mas temos de ter uma perspectiva de longo prazo, porque o setor privado sozinho não a tem, porque a lógica dele, felizmente, é presa ao curto prazo – felizmente. Isso é uma qualidade, isso não é um defeito, mas é uma qualidade insuficiente para uma nação.

O Estado tem de entrar aí, e é isto que eu estou tentando com esse projeto, querendo dizer: "Olha aqui, vamos colocar dinheiro em algo que hoje não é rentável, que hoje não atrai, que são certas fontes de energia que são caras ainda, mas que obviamente serão as fontes do futuro quando nós levarmos em conta o problema ambiental, quando nós levarmos em conta a escassez de fontes fósseis, que vai acontecer, é uma questão de séculos talvez, mas vai acontecer."

Por isso, eu fico muito satisfeito com este debate, que pode melhorar um projeto que, a meu ver, tem tudo do que chamam os filósofos de espírito do tempo, para onde é que temos de ir a longo prazo, sem querer fugir dessa realidade, que é a realidade do avanço científico-tecnológico e da escassez de recursos naturais.

O Guilherme pediu a palavra e quanto mais tempo estivermos aqui melhor.

O SR. GUILHERME JORGE VELHO – Pedi, Senador, só para fazer uma mínima consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Eu expressei uma opinião no sentido de que a tecnologia intrínseca das fontes de geração – vamos supor que na fonte eólica, o desenho das pás; na fonte fotovoltaica, as células – tem dois caminhos de desenvolvimento: um caminho é com o desenvolvimento intrínseco, o outro é a absorção da tecnologia. São dois caminhos que convergem, que concorrem.

Ao que eu me referi no momento ao senhor foi que existe uma outra questão, que é a questão de como integrar essas tecnologias de geração intermitente num sistema com as características do brasileiro, que essa é muito mais difícil de absorver. Essa requer um esforço de desenvolvimento próprio. Por exemplo, hoje o senhor vê toda a variação da geração eólica do Nordeste, a que eu me referi anteriormente, são 3 mil megawatts, porque a geração varia ao longo do dia. Ela pode gerar 7 mil ou pode gerar 4 mil. Isso tudo está sendo atendido, a frequência do Nordeste está sendo controlada pelo Sudeste. Então, a gente ainda tem de transmitir a energia das hidrelétricas do Sudeste para assegurar a frequência do Nordeste. Isso é singular, é único, porque nós temos grandes interligações que têm que ficar subutilizadas para ter espaço para acomodar essa variação. Isso é que eu chamo de projetos para inserção das fontes intermitentes no sistema brasileiro. E isso também tem que ser contemplado, porque sem isso não existe expansão dessas fontes.

Então, eu me referia a essa questão; num caso a tecnologia é desenvolvida e absorvida e, no outro caso, ela inerentemente tem que ser desenvolvida. Por isso defendia que fosse incorporada, dentro do escopo do trabalho, também essa questão a que estamos nos referindo, mas eu não discordo do senhor que nós temos que trabalhar em tecnologia, não. Concordo com esse seu sentimento de que o Estado tem que dar a direção, tem que dar um norte.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agradeço muito. Agora, aí, está faltando até um debate, que é sobre como armazenar essas energias, e creio que a gente está atrasado na parte das, chamemos, baterias, sobretudo para as eólicas. A gente tem que trabalhar muito essa ideia de como armazenar energia para, quando tem vento, criar e guardar e, para quando não tiver, liberar. E solar também. Mas isso vale também para energia hidráulica, porque há momentos de secas grandes, embora aí seja mais difícil, porque teria de ter reserva por décadas ou por anos. No caso da energia solar e da energia eólica, seria uma reserva por horas ou por dias.

O SR. GUILHERME JORGE VELHO (*Fora do microfone.*) – A gente tem que aperfeiçoar o planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem que aperfeiçoar o planejamento e tem que trazer uma palavra que está fora do vocabulário da política brasileira, porque estamos sem estadismo, sem estadista, que é estratégia. Está faltando essa palavra.

Eu fui, um dia desses, à Escola Superior de Guerra, e é o único lugar hoje onde realmente se fala em estratégia de longo prazo, e teoricamente, não na prática, não na concepção de dizer: "Vamos fazer algo para os próximos 30 anos." Entra governo, sai governo, e isso vai continuar. Está faltando estratégia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro, eu acho que esse debate é que é bom.

O SR. EDUARDO SORIANO LOUSADA – Essa questão quanto à estratégia é importante, porque o resultado da ciência e tecnologia você não consegue ver em dois anos, em quatro anos. Isso é um problema que a gente tem. A gente precisava ter uma política de ciência e tecnologia, por exemplo, de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo, igual à que nós temos no planejamento do setor energético. Se a gente olhar o setor energético, a gente vai ver que tem um plano nacional de energia que vê o longo prazo, tem um plano de médio prazo e tem um de curto prazo. O curto prazo é o governo que faz; o de médio prazo é esse governo e os dois próximos, e o de longo prazo é onde nós queremos chegar. E isso vale para qualquer área.

Fora isso, um detalhe que preocupa muito o Ministério da Ciência e Tecnologia hoje é que hoje nós temos a nova estratégia nacional de ciência e tecnologia, mas nós não temos a nova política industrial, ou seja, política Industrial também de quatro em quatro anos é complexo, porque, quando você quer montar uma indústria, seja qual for a indústria, de copos, ou fotovoltaica, ou eólica, você precisa ver o longo prazo, porque só uma implantação de uma indústria dessa demora três, quatro anos, e elas são implantadas para durarem 15, 20, 25 anos. Então esse é um problema que nós temos também.

Acho que, além de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento, precisamos ver como é que fixamos essas indústrias, como é que aproveitamos essa oportunidade das energias renováveis para gerar emprego e renda, como foi feito na Alemanha, porque lá eles geram dezenas, centenas de emprego de alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

qualidade para a população. Então é isto que nós temos que ver: como integrar esse projeto que vê pesquisa e desenvolvimento como um projeto Industrial, como um projeto de aplicação das energias renováveis. Uma ideia, inclusive foi debatida aqui, foi o primeiro Proinfa. Eu senti falta, à época, de haver um pouquinho de energia solar, só houve eólica, hidrelétrica e biomassa. Talvez, quando você agrega pesquisa e desenvolvimento com alguma política Industrial, com uma política de uso, como foi comentado aqui pela Apine, eu acho que esse é o ponto.

Obrigado, Professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu vou concluir, dizendo aqui, para não resistir e provocar um pouco, que a falta de estratégia leva o Brasil a estar dando um passo de 500 anos de atraso. Nossos índios eram antropofágicos. Nós estamos sendo autofágicos, nós estamos nos comendo, seja pela comida de um grupo contra o outro, um indivíduo contra o outro, seja a autofagia de consumir no presente, sem uma perspectiva de longo prazo.

A resistência a essa PEC que limita os gastos no ano seguinte à arrecadação do ano anterior mais a inflação – claro que se podia colocar uma parte do PIB – é uma resistência de quem quer se comer hoje, sem perceber que, para você ter futuro, não pode consumir mais do que tem, além da perda da ideia de poupar. Este é um País que poupa 17%. Há países poupando – China é exagero – 40%, tem uma perspectiva de futuro muito longa, mas o Chile é muito mais, e a Colômbia.

Nós saímos da antropofagia para autofagia. Uma das formas disso é a inflação. A gente consome tanto, gastando tanto mais do que arrecada, que vem a inflação. A inflação é uma forma de se autocomer. O nosso dinheiro é comido. A gente continua recebendo 100, mas só vale 80, comemos 20. Mas a gente prefere comer 20 a trabalhar com a seriedade de que 100 é 100, por isso tem de gastar menos.

Essa cultura está nos matando. Eu temo muito pelo futuro de uma desagregação, e não despertado pelo plebiscito da república do Sul, não. Despertado pela observação do conjunto da Nação brasileira. É preocupante essa notícia do plebiscito, porque é o resultado de um sintoma que está aí no ar, de um país que se reparte, que se consome, que se come no presente.

Esse projeto tende a nos preparar, numa estratégia de médio e longo prazo, para sobreviver mesmo quando as atuais fontes de energia baratas estejam esgotadas.

Bem, dito isso, está encerrada essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, dito isso, está encerrada esta audiência. E eu, mais uma vez, peço desculpas por não ter estado todo o tempo, por causa do meu compromisso com o projeto da Antártida, que tem muito a ver, também, com estratégia de longo prazo. Se não fosse a estratégia de longo prazo, não teríamos uma base na Antártida. Então, eu estava lá preso, mas, pelo que recebi de informações e pelo que vi no tempo em que fiquei, nesse restinho de debate, foi extremamente positiva. Vamos tê-la transmitida pela televisão, vamos ter as transcrições, e creio que vocês deram uma grande contribuição para melhorar o projeto.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e hum minuto do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Pastor Valadares, Telmário Mota, Gladson Cameli, Valdir Raupp, Hélio José, José Medeiros, Deca, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 28ª e 29ª reuniões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2011,** de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei. 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para estimular a inovação no Brasil." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, para modificar o cálculo das receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado**: A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 763, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCT a 7-CCT. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 37 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para, com a participação dos convidados relacionados, instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 167, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que autoriza o armazenamento eletrônico, de forma segura e confiável, dos prontuários médicos dos pacientes e determina a responsabilidade sobre a guarda, manuseio e produção de softwares específicos. Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Representante do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); Representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI); Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética Dra. Silvia Machado Abreu – Médica Legista e Advogada, Perita em Direito Eletrônico e estudiosa sobre o assunto de fraudes em sistemas eletrônicos de prontuários médicos. Representante da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS); Representante da Federação Brasileira de Hospitais (FBH); " **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** O requerimento é aprovado com a inclusão de convidado representante da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nacional de Hospitais Privados - ANAHP. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 38 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "... nos termos do art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quanto à interpretação do disposto no art. 54 da Constituição Federal para orientar a votação dos atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para a exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223, §§ 1º e 3º, da Lei Maior. Mais especificamente, indaga-se: 1. As vedações de que trata o art. 54 da Constituição Federal alcançam deputados estaduais, deputados distritais e vereadores? 2. É lícito a parlamentar participar da composição de empresas de radiodifusão na condição de sócio cotista ou acionista, ainda que de forma minoritária? " **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 319, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Senadores, especialmente nosso Senador Pedro Chaves, o mais assíduo integrante da nossa Comissão, Srs. Assessores, amigos da imprensa, telespectadores da TV Senado.
Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de outubro de 2016.
Comunicações:
1 – Por motivo e força do Requerimento nº 11/2016, da CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, e também de acordo com o plano de trabalho apresentado para avaliação das políticas públicas relacionadas aos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, proposta deste Presidente, Relator da matéria, ambas as proposições aprovadas por esta Comissão, foram definidas audiências públicas para inquirir gestores e personalidades que possam auxiliar esta Comissão e verificar o bom uso dos recursos e a devida aplicação dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Para o dia de hoje estava marcada audiência destinada a ouvir os representantes dos Ministérios da Fazenda e também do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Contudo, na sexta-feira, ao final do dia, fomos informados de que os funcionários dos dois ministérios não poderiam comparecer por problemas de agenda. Esta Presidência marcará nova audiência para os próximos dias e espera que os titulares das duas Pastas orientem suas equipes a comparecer munidos de dados e informações que possam esclarecer como têm sido efetuados os gastos dos dois fundos antes mencionados, os motivos que têm levado os governos a sistematicamente contingenciarem os recursos e a utilizarem em atividades alheias ao que prevê a legislação constituidora desses fundos, além de nos informar sobre as medidas que estão tomando para corrigir os desvios e omissões que já nos foram informados por personalidades e pesquisadores que aqui estiveram.

2 – Informo aos Srs. e Srªs Senadores que esta Presidência recebeu do Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, a moção que foi aprovada pelos mais de dois mil participantes da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, para que a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação retorne à condição existente antes da fusão com o Ministério das Comunicações. (*Pausa.*)

Enquanto aguardamos a composição do quórum, cumprimentando o Senador Hélio José, o eminente Vice-Presidente da Comissão, passo a algumas informações importantes do setor de ciência, tecnologia e inovação, como, por exemplo, a abertura da Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ontem, segunda-feira, o Ministro Gilberto Kassab deu início às atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2016, que terá eventos de divulgação e educação científica espalhados por todo o País até o próximo domingo, dia 23.

Em 2015, 2.600 instituições cadastraram 147.000 atividades em 1.081 Municípios de todos os Estados e no Distrito Federal. Até ontem, a Semana contabilizava mais de 15.600 atividades registradas por mais de 1.600 instituições de quase 400 cidades brasileiras.

As informações estão disponíveis no *site* do evento, que expõe o *ranking* por Estados e Municípios como o canal de integração com o público por meio de ferramentas interativas.

O tema da Semana – "Ciência alimentando o Brasil" – se alinha à decisão da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas de proclamar 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia acontece sempre no mês de outubro, desde 2004, sob a coordenação nacional do MCTIC.

A Semana busca mobilizar a comunidade científica e estudantil, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia ao valorizar a criatividade, atitude científica e inovação, chamar a atenção da sociedade para a relevância da ciência e da tecnologia para a vida de cada um e para o desenvolvimento do País e contribuir para que a população possa conhecer e discutir pesquisas e suas aplicações.

A proposta é que os eventos apresentem linguagem acessível por meios inovadores, que estimulem a curiosidade e motivem o público a aprofundar o seu interesse.

Saudamos também o nosso prezado Senador Valdir Raupp.

A propósito, Srs. Senadores, eu quero ler a próxima notícia para os senhores, para os nossos telespectadores e para os presentes a respeito de uma interessantíssima visita e o seminário que a nossa Comissão realizou, agora no dia 7, no Município de São José dos Campos, São Paulo. Talvez, ainda na reunião de hoje, possamos informar a data em que irá ao ar um documentário que lá em São José dos Campos realizamos, como parte da nossa programação de expandir as atividades da nossa Comissão pelo Brasil.

Como já foi informado, tivemos, em julho, uma reunião de quatro horas de duração no Rio Grande do Sul, na ocasião com transmissão direta pela TV Senado.

E, agora, no dia 7, nós tivemos a reunião da Comissão com o seminário em São José dos Campos, no grande Parque Tecnológico – São José dos Campos, que é, nada mais nada menos, o maior parque tecnológico do Brasil, talvez da América Latina. Alguns dos senhores aqui presentes talvez o conheçam. É admirável aquele parque tecnológico.

A propósito, nós já temos aqui a data – obrigado, Srª Ivone. O programa da TV Senado que vai apresentar o documentário da nossa visita a São José dos Campos será no próximo sábado, às 8h da manhã. É um pouco cedo para um sábado... (*Risos.*)

É horário de verão, ou seja, 7h no horário tradicional. Mas é um bom passatempo para começar bem o sábado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Depois haverá reprise, poderemos informar também. Eu recomendo para quem não conhece o que é essa admirável cidade brasileira em termos de ciência e tecnologia. Verão as andanças que tivemos por lá, na Embraer, no ITA, no Inpe, um orgulho brasileiro.

Felizmente estivemos certos em fazer essa visita, o seminário, durante toda a tarde. Durante a parte da manhã, desde as 8h, fizemos as visitas, até 1h da tarde. Fomos recepcionados pela direção da Embraer, onde almoçarmos. E depois, às 2h30 da tarde, fizemos o seminário, até as 6h da tarde.

Então, num resumo em que a minha equipe teve a gentileza de fazer, a notícia é a seguinte:

Visita da CCT a São José dos Campos, em debate a indústria aeroespacial e a pesquisa.

Estivemos, no último dia 7, sexta-feira, conhecendo mais de perto o espetáculo da criatividade e da ciência brasileiras em São José dos Campos, São Paulo. Lá se instalam as principais instituições e empresas brasileiras da área aeroespacial. No Parque Tecnológico de São José dos Campos a CCT realizou um debate muito importante, com os principais protagonistas dessa história de sucesso, mas que está precisando de mais investimentos.

O Diretor Científico da Fundação de Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Cruz, afirmou que o Governo investe 0,6% do PIB em ciência e tecnologia – proporção semelhante à dos padrões internacionais – enquanto as empresas só investem 0,5% da riqueza que geram. Cruz sublinhou que, em países como Estados Unidos e Canadá, o setor privado investe o dobro disso. Para o diretor da Fapesp, o desafio do Brasil é aumentar o número de pesquisadores trabalhando nas empresas, competir no cenário mundial e elevar o número de patentes.

Porém, a fabricante de aviões Embraer, sediada em São José dos Campos, pediu ajuda do Governo para o desenvolvimento de produtos mais competitivos. Os executivos da empresa afirmaram que a Embraer já investe 10% de seu faturamento em pesquisa, e suas concorrentes no mundo contam com incentivos estatais.

A propósito dessa visita à Embraer, nós tivemos oportunidade de conhecer os aviões que estão em construção e tomar conhecimento, Senador Pedro, de que hoje 2.000 aviões fabricados na Embraer voam pelo mundo e que a Embraer é hoje a terceira maior indústria aeronáutica do mundo, só superada pela Boeing e Airbus.

A Embraer é a terceira, de modo que é motivo para termos orgulho e recomendar, a quem puder visitar a Embraer em São José dos Campos.

Representantes da Força Aérea Brasileira (FAB) acrescentaram críticas à falta de verba e à carência de mão de obra para desenvolver a indústria espacial, mas o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Sr. Leonel Perondi, declarou que o Brasil tem o sexto maior programa espacial do mundo, e com o reforço dos investimentos, tem condições de buscar uma melhor posição. Aliás, no Inpe fomos convidados a visitar os setores altamente sofisticados em que estão em construção dois satélites, um para lançamento no mês de novembro.

Diretores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) nos solicitaram mais empenho das autoridades e lideranças que decidem o orçamento federal para compra de um novo supercomputador no valor de R$100 milhões. O equipamento atualmente em uso é de 2010 e está obsoleto. Sem esse supercomputador, argumentam os pesquisadores, o País pode ficar sem serviços essenciais do instituto, como previsão do tempo.

Esse foi o segundo encontro com lideranças da área de ciência e tecnologia que a CCT realiza, neste ano, fora das dependências do Senado Federal. O primeiro foi em Porto Alegre. Esses eventos fazem parte do ciclo de debates destinados a avaliar como as atividades de pesquisa e inovação podem criar condições favoráveis ao desenvolvimento regional. Estão previstos eventos nos Municípios do Rio de Janeiro, Belém do Pará e Campina Grande, na Paraíba.

Então, repetindo para quem puder, no próximo sábado, dia 23, às 8h da manhã – oportunamente haverá reprise –, assistam a um documentário feito em gravação pela TV Senado. Desta vez não conseguimos fazer a transmissão direta de São José dos Campos, em razão dos elevados custos. E como se sabe, a TV Senado não tem recursos para essas coberturas. A exemplo do que aconteceu na nossa ida a Porto Alegre, quando aí sim tivemos transmissão direta pela TV Senado, agora levamos a equipe da TV Senado para a gravação graças ao financiamento de verba do Senado e não da TV Senado. Graças aos esforços do Presidente Renan Calheiros que acolheu nosso pedido, para lá foram dois cinegrafistas mais uma repórter. E com isso se produziu esse documentário que irá ao ar pela TV Senado, no próximo sábado, às 8h da manhã.

O Brasil precisa investir para ser um ator global de TI. Os investimentos em ciência e tecnologia, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

América Latina, estão muito abaixo do recomendado para economias que se pretendem relevantes e especialmente desejam usar a tecnologia como alavanca para o desenvolvimento. Como ressaltado em debate durante o Congresso Mundial de TI, o WCIT Brasil 2016, realizado durante a semana passada aqui em Brasília, falta dinheiro e também atitude, a começar pelo Brasil, principal ator na região.

Há uma correlação muito forte da ciência e inovações e desenvolvimento, mas a América Latina investe menos de 1% do PIB em ciência e tecnologia, em inovação e empreendedorismo digital. "Para um país ter uma estratégia, 3% do PIB é meio que uma linha básica", destacou Lisandro Bril, do grupo de capital de risco Axia Ventures.

Segundo ele, no caso específico do Brasil, o problema é pensar mais localmente e não de forma global. "O Brasil precisa pensar de forma global, inclusive para a sua capacidade de liderar. Tem mercado interno, então olha demais para dentro. É uma questão cultural, mas, se o Brasil não mudar a sua atitude para se integrar de forma global, não vai reformar a sua economia de forma competitiva, especialmente depois que os Estados Unidos estiverem mais integrados com a China".

Para Eric Acher, da Monarch Capital, parte dessa atitude exige uma estratégia mais focada. "Temos que olhar as nossas vocações, as nossas forças. Quando olho o Brasil, temos instituições de classe mundial, como a Embraer, como o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, o Impa. No agronegócio, somos bem sofisticados; temos apenas que canalizar isso, canalizar tanto talento e capital". Ele acredita que o Brasil e a América latina, em geral, têm o mais difícil: a criatividade. "Mas não temos o planejamento, e criatividade sem planejamento é improvisação. Mas não somos bons em planejamento. Nosso longo prazo é de seis meses".

Turbinas reutilizam energias desperdiçadas.

Um bom exemplo do estímulo que as universidades são à transformação da ciência em produto tecnológico é o resultado da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde uma empresa, incubada naquela universidade, desenvolveu turbinas que reaproveitam resíduos energéticos em grandes instalações para gerar eletricidade de forma limpa.

Entre as tantas formas já testadas e desenvolvidas para promover a eficiência energética e a produção limpa de energia, o reaproveitamento de forças desperdiçadas é uma das menos comentadas. Porém, como comprova a *startup* Prosumir, incubada na UFRGS, esse método pode ser uma das alternativas mais simples e rentáveis, basicamente reutilizando uma parcela de energia térmica que seria dissipada nas tubulações de grandes instalações.

As miniturbinas nas quais decidiu investir Júlio Vieira, idealizador da empresa, convertem esses resíduos em energia elétrica. Segundo ele, mais de R$10 bilhões são perdidos anualmente no Brasil com o não aproveitamento dessas fontes energéticas. "São tantos os pequenos focos de desperdício sendo ignorados rotineiramente que a exploração correta de uma grande porcentagem deles poderia economizar gastos consideráveis de energia".

Conta ele que, num futuro ideal, se todos esses pontos fossem aproveitados, apenas a eletricidade produzida por eles poderia sustentar todo o consumo do Rio Grande do Sul. Porém, as empresas preferem se concentrar em explorar fontes maiores – diz ele –, que rendam mais de uma só vez, do que em pequenas partes, que, juntas, podem gerar o mesmo rendimento, senão um maior.

Formado em tecnologia mecânica pela Fatec de Sorocaba, São Paulo, e em engenharia mecânica pela UFRGS, o empreendedor teve contato com a tecnologia de turbinas ainda na sua primeira graduação e decidiu se especializar na área. Desde o início dos trabalhos da empresa, em 2014, conquistou alguns prêmios e parcerias importantes para a sua Prosumir, que ainda deve ficar em incubação até o começo de 2018.

Hoje, a empresa conta com cinco funcionários e, desde o ano passado, com um sócio, André Thomazoni. Com os seus primeiros incentivos, desenvolveu dois protótipos iniciais.

"A ideia é simples", explica: estruturas complexas como hospitais, shoppings ou fábricas normalmente possuem uma caldeira, e o vapor produzido se desloca nas tubulações em alta pressão, até que, ao chegar em determinados pontos, uma válvula comum a reduz. Nessa redução, é desperdiçado calor; o que a Turbina Redutora de Pressão (TRP) – produto da Prosumir – faz, portanto, é um trabalho idêntico ao das válvulas comuns, só que redirecionando a energia térmica, que seria dissipada, para dentro da turbina no aparelho; lá a energia térmica é convertida em energia cinética, então em energia mecânica e, por fim, em energia elétrica.

Vamos continuar transmitindo notícias até que nós tenhamos quórum para deliberar em torno da pauta de hoje.

Dia do Professor:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ciência e Tecnologia não existiriam se não existissem os professores, que nos ensinas as primeiras letras e os primeiros cálculos. No sábado passado foi comemorado o Dia do Professor, em 15 de outubro.
Essa data, de 15 de outubro, se refere ao ano de 1827, quando o imperador Dom Pedro I determinou que todas as cidades e vilas do Brasil deveriam ter, obrigatoriamente, 'escolas de primeiras letras'.
O que diria o imperador se visse aonde chegamos quase 200 anos depois? Certamente ficaria decepcionado com todos os seus sucessores. Certamente ficaria assombrado ao saber que a taxa de analfabetos no Brasil é hoje de 8,3% da população com mais de quinze anos de idade.
A profissão de professor está muito desprestigiada no país, principalmente devido aos baixos salários, infraestrutura de trabalho precária e falta de valorização da carreira. É muito preocupante que cada vez menos brasileiros escolham ser professores, por entenderem que a carreira não compensa.
Outra notícia.
Embrapa desenvolve novo cultivar de arroz japonês.
A Embrapa lançou a BRS 358, uma cultivar de arroz com grãos mais curtos e que se tornam mais pegajosos após o cozimento [será que esse, Drª Ivone, não é aquele famoso arroz unidos venceremos?], muito usados na culinária japonesa. A nova variedade tem baixo teor de amilose, polímero de glicose relacionado à textura do arroz.
A nova planta resulta de mais de 10 anos de trabalho da Embrapa Clima Temperado, do Rio Grande do Sul, da Embrapa Arroz e Feijão, de Goiás, e de outros centros de pesquisa envolvidos no programa de melhoramento de arroz, segundo informações da Agência Embrapa de Notícias.
"A vantagem da BRS 358 é que ela tem os mesmos padrões de qualidade de grãos do material japônico tradicional, mas com uma planta agronomicamente moderna", explicou o pesquisador Ariano Magalhães, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do novo cultivar.
Mais resistente ao acamamento – a tendência de queda da planta, comum nessa cultura –, as folhas se mantêm eretas, o que amplia a sua capacidade de realizar fotossíntese. Isso favorece maior produtividade, que atinge em média 8,6 mil quilos por hectare.
As pesquisas foram realizadas em diferentes Estados brasileiros. A cultivar foi selecionada entre 2002 e 2004 de uma linhagem do Egito introduzida em 1999 pela Embrapa Arroz e Feijão.
De acordo com os pesquisadores, existem cinco cultivares voltadas à culinária japonesa no Brasil. Antigas e pouco adaptadas às condições nacionais, elas geram plantas com porte mais alto e que estão mais sujeitas ao acamamento.
Universo observável pode ser maior do que jamais imaginado
A principal notícia de nossa área de ciência e tecnologia na semana passada foi a que o universo observável contém, no mínimo, 10 vezes mais galáxias, do que era considerado antes. Antes se considerava que o número de galáxias na parte observável do universo fosse de 100 bilhões.
Segundo descobriram os pesquisadores da Universidade de Nottingham, na Grã-Bretanha, sob coordenação de Christopher Conselice, 90% das galáxias na região observável do universo emitem luz demasiado fraca e se localizam demasiado longe para poderem ser observadas através de telescópios dos quais dispomos hoje em dia.
É impressionante que mais de 90% das galáxias do Universo ainda devem ser descobertos. Quem sabe, sobre quais características interessantes ficaremos a par, quando pudermos explorar essas galáxias com telescópios da próxima geração.
Com base nas informações e fotos recebidas do telescópio espacial Hubble, foram realizados cálculos matemáticos e criadas imagens em 3D, que permitiram descobrir que, durante o desenvolvimento do Universo, a densidade das galáxias foi sendo alterada. Além disso, os cientistas encontraram evidências de que, durante quase 14 bilhões de anos da história do Universo, as galáxias maiores se formaram por fusão de galáxias menores.
Não conseguimos imaginar o que seja o tamanho de 3 trilhões de galáxias, mas esse número fabuloso, de dimensões quase infinitas, nos dão condições pelo menos de saber que somos um pequeno grão de areia.
Precisamos ainda de três Senadores, para que possamos deliberar.
Inpa promove Congresso de Biotecnologia Sustentável na Biodiversidade Amazônica
Renomados cientistas de várias regiões do Brasil estarão reunidos em Manaus nesta semana no Congresso de Biotecnologia Sustentável na Biodiversidade Amazônica, que começou ontem e irá até quinta-feira, que está sendo realizado no Auditório da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). O evento visa reunir estudiosos para compartilharem experiências nas áreas de biologia geral, biotecnologia aplicada à saúde, nanotecnologia, estudos sobre o câncer, pesquisas com células-tronco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

humanas e neurociências.
Além de reunir especialistas de seis áreas distintas da ciência, também estarão presentes empresas de biotecnologia que desenvolveram tecnologias próprias e se destacaram com faturamento de mais de R$100 milhões biotecnologia por ano com o desenvolvimento de tecnologia da bancada do laboratório para aplicação em análises clínicas e na produção de *kits* diagnósticos comercializáveis em supermercados e farmácias.
O congresso em Manaus é uma parceria entre o Inpa, o Instituto Nanocell e a Sociedade Brasileira de Sinalização Celular.
De acordo com o diretor do Inpa, o pesquisador Luiz Renato de França, o Congresso é voltado para os últimos avanços da ciência e da tecnologia no estudo dos aspectos moleculares e da sinalização celular, que vão desde organismos unicelulares aos multicelulares. "Avanços estes que, por meio de sua aplicação de forma multidisciplinar, numa região de infindáveis oportunidades, permitirão criar produtos e biotecnologias inovadoras", destaca.
Vamos fazer uma interrupção na leitura porque, já tendo agora sete Senadores, poderemos, por exemplo, ler relatórios de matérias terminativas.
Aproveitamos a presença dos Senadores Valdir Raupp e Hélio José.
Por exemplo, o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014
- Terminativo -
Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAS;
2)A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela rejeição do projeto e da Emenda nº 1-CAS.
V. Exª, por favor, pode ler, Senador Valdir Raupp.
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 175, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.
A proposição é constituída de apenas dois artigos. O primeiro altera o art. 15 da Lei nº 11.105, de 2005 (Lei de Biossegurança), acrescendo-lhe um §1º, com o objetivo de determinar a realização de audiências públicas prévias, com a participação da população local, para instruir processos de autorização de ensaios de campo com OGM destinado a controlar vetor transmissor de zoonose ou doença. O art. 2º veicula cláusula de vigência imediata, a contar da publicação da lei resultante da proposição.
O PLS nº 175, de 2014, foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à CCT, cabendo a esta a decisão terminativa. Após a apreciação da CAS, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando análise do projeto também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).
Na CAS, a proposição foi aprovada com uma emenda que altera o art. 1º do PLS nº 175, de 2014, para dar nova redação ao art. 15 da Lei de Biossegurança, estendendo a obrigatoriedade de realização de audiências públicas prévias para os casos de emissão de pareceres técnicos referentes à liberação comercial de organismos geneticamente modificados, quando requeridas por membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), por órgãos e entidades de registro e fiscalização mencionados no art. 16 da Lei de Biossegurança, ou por organização da sociedade civil com interesse na matéria objeto de deliberação.
A CRA aprovou parecer pela rejeição do PLS nº 175, de 2014, e da Emenda nº 1-CAS, acatando argumentação do Relator, que entende haver, na realização de audiências prévias, retirada de autonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

da CTNBio.
A matéria retorna para reexame deste Relator.
Quanto ao mérito, algumas considerações elaboradas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pela Frente Parlamentar da Agricultura foram encaminhadas a este Relator para análise.
O projeto em tela retira da CTNBio a autonomia de se posicionar, previamente, no processo de emissão de pareceres técnicos referentes à autorização para pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados.
A realização de audiências públicas já está prevista na legislação em vigor, inclusive podendo ser requerida pela própria sociedade civil que tem interesse na matéria ou no OGM que poderá ser liberado. Nesse sentido, ressalto que a CTNBio corresponde a instância colegiada multidisciplinar que visa à prestação de apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a organismos geneticamente modificados.
Ademais, estabelece normas técnicas de segurança e elabora pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.
Portanto, apesar da nobre intenção da autora, os argumentos acima elencados são relevantes e pertinentes. Nesse sentido, entendo que no mérito a proposta não deve prosperar.
Voto.
Pelo exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 175, de 2014, e da Emenda nº 1- CAS.
É o voto, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem, muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Como ainda não temos quórum, ficaremos com a leitura, e fica a discussão e aprovação, se for o caso, para a próxima reunião.
Quero pedir ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, que nos apresente o relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, do qual é o Relator.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 319, de 2015
- Terminativo -
Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/07/2016 e 13/09/2016.

Cumprimento nosso sempre tranquilo Flexa Ribeiro. Obrigado pela participação.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento nosso nobre Presidente, Senador Lasier Martins, pelo seu excepcional trabalho no apoiamento da reunião.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bondade sua.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento também nosso nobre Senador Valdir Raupp e nosso nobre Senador Flexa Ribeiro. Realmente, uma pessoa sempre presente. Na brincadeira de alguns da Casa o chamam de Flexa ligeiro, uma brincadeira elogiosa por estar sempre presente, por sua participação.
Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2015 (nº 1.213, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda. – terra do nosso nobre Raupp, Santa Catarina – para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Relatório.
Vou direto ao voto, Sr. Presidente, para ganhar tempo. Vou à análise do relatório.
Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à constitucionalidade material e à legalidade da proposição, entretanto há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

A análise da documentação indica que a Rádio Cultura de Joinville, cuja outorga se pretende renovar, é "afiliada" à Rádio Panamericana S/A, de São Paulo/SP, "cabeça" da Rede Jovem Pan. Ainda conforme a documentação apresentada, percebe-se que parte expressiva da programação da Rádio Cultura de Joinville consiste na retransmissão de conteúdo gerado pela Rádio Panamericana.

Nesses termos, existe possível violação ao disposto no §7º, do art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967:

> §7º As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinadas a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie.

Isso porque, a depender dos termos estabelecidos na "afiliação", a Rádio Cultura de Joinville Ltda. pode, na prática, ter perdido a efetiva responsabilidade editorial e o poder de seleção e de direção da programação.

Vislumbra-se ainda, nessa situação, possível conflito com os princípios constitucionais da radiodifusão, particularmente com o disposto nos incisos II e III do art. 221 da Constituição Federal:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

[…]

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

[…]

A avaliação dessas questões essenciais à instrução da matéria demanda informações detalhadas dos termos da "afiliação" da RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE à Rede Jovem Pan.

O voto, Sr. Presidente:

Pelo exposto, o voto é pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, a fim de instruir do projeto e pelo sobrestamento do PDS 319, de 2015, em conformidade com o art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da outorga da permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina:

a) que percentual da programação transmitida é produzida pela própria Rádio Cultura de Joinville Ltda.? Quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?

b) que percentual da programação transmitida é produzida pela Rádio Panamericana S/A, de São Paulo/SP? Quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?

c) há transmissões de conteúdo de outros produtores? Em que percentual e em que horários?

Há também o item d, que diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

d) cópia dos contratos e de outros documentos relacionados à "afiliação" da Rádio Cultura de Joinville Ltda. à Rede Jovem Pan (Rádio Panamericana S/A, de São Paulo/SP), particularmente de todos os instrumentos que estabeleçam direitos e obrigações relacionados a:
d.1) produção, compartilhamento e transmissão de conteúdo;
d.2) seleção e definição de programação;
d.3) responsabilidade editorial;
d.4) seleção, restrições, definição de valores, comercialização e veiculação de publicidade;
d.5) pagamentos e remunerações diretos e indiretos.
Esse é o requerimento, Excelência, no sentido de instruirmos esse importante projeto.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.
Com a leitura feita, teremos condições, tão logo haja quórum, de discutirmos e aprovarmos ou não a matéria.
Quero pedir a gentileza do Senador Pedro Chaves de nos apresentar o item 1.
Peço a V. Exª, Senador Pedro Chaves, como Senador *ad hoc*, já que o nosso Senador Cristovam não está presente, que relate a matéria.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2011
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei . 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para estimular a inovação no Brasil.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/07/2016 e 13/09/2016.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.
O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.
Esse parecer é muito importante. É da lavra do Senador Cristovam Buarque, mas, por motivo de força maior, por estar numa palestra em Cuiabá, ele pediu que eu fizesse a leitura como Relator *ad hoc*.
Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 547, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias. A proposição visa a alterar a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para ampliar a oportunidade de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em empresas inovadoras.
Estruturado em três artigos, o projeto trata das receitas do FNDCT, altera duas das modalidades de aplicação dos recursos e apresenta uma nova definição de empresas inovadoras.
O art. 1º da proposição altera a redação dos incisos X e XIV do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, bem como insere outros três incisos nesse mesmo artigo com o objetivo de proporcionar maior clareza e detalhar as receitas do referido Fundo.
A proposição modifica uma série de dispositivos presentes no art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007. No que se refere à modalidade de aplicação "reembolsável", é estabelecido que o montante anual das operações seja de no mínimo 25% das dotações consignadas ao FNDCT na Lei Orçamentária Anual, decorrentes:
1) das receitas especificadas nos incisos II a IX do art. 10;
2) de novas taxas e tributos a serem constituídas para o Fundo;
3) da parcela correspondente à receita de créditos internos resultante das amortizações dos empréstimos concedidos à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), referidos no inciso XV do art. 10.
Quanto à modalidade "aporte de capital", é estabelecido o uso da designação "participação minoritária, direta e indireta", em vez de "participação efetiva" no capital social de empresas inovadoras.
O projeto também altera o §1º do art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007, que passa a condicionar a utilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dos recursos nas modalidades de reembolso e de aporte de capital em fundos de investimentos à prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), segundo as diretrizes e prioridades das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial.

Por fim, o projeto inclui mais dois parágrafos no art. 12 da referida Lei. O §4º é incluído para determinar que o montante anual das operações referentes às modalidades de reembolso e de aporte de capital não seja inferior a 35% das dotações consignadas pela Lei Orçamentária Anual ao FNDCT. O §5º apresenta uma nova definição de empresa inovadora.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação é assinalado que as alterações dos arts. 10 e 12 da Lei 11.540, de 2007, destinam-se a dar maior eficácia à aplicação dos recursos do FNDCT e a aumentar a oportunidade de aplicação dos recursos nas modalidades de empréstimos e de aporte de capital em empresas inovadoras. O autor também destaca que tais alterações buscam promover a sustentabilidade e a garantia de um fluxo mínimo de recursos para as operações de longo prazo do FNDCT por intermédio da Finep, mediante a inserção de um piso orçamentário.

Após o exame deste Colegiado, o projeto será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Conforme disposto nos incisos I e II do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar acerca de proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; e da política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática. Verifica-se que a matéria constante do projeto em tela está inclusa no rol de competências da CCT.

Quanto ao mérito, destacamos que a principal alteração proposta visa a aumentar as possibilidades de aplicação de recursos do FNDCT em empresas inovadoras.

As inovações constituem o condutor primordial do progresso econômico. A cada dia, o cidadão comum se depara com avanços tecnológicos que eram restritos apenas aos laboratórios das universidades e aos programas militares. Muito da revolução trazida pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pela biotecnologia moderna originou-se de programas de pesquisa financiados por fundos públicos.

O grande mérito da proposição apresentada pelo Senador Lindbergh Farias está em contribuir para o aprimoramento da lei que reestruturou o FNDCT. O referido fundo representa um marco na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por meio dos Fundos Setoriais, tornou-se possível destinar volume contínuo de recursos, ao longo da última década, para investimentos na reestruturação e na criação de laboratórios de pesquisa em universidades e institutos de pesquisa. Além disso, também foi possível criar instrumentos de políticas de inovação, como o Programa de Subvenção Econômica e o Programa Inovar, conduzidos pela Finep.

A proposição detalha e explicita melhor as receitas do FNDCT ao alterar vários incisos do art. 10 da Lei 11.540, de 2007. Tais alterações, segundo a justificativa do autor, além de tornar mais transparente a apuração dos sistemas de gestão e controle, permitem o cumprimento das exigências dos acórdãos emanados de órgãos de controle.

As alterações de maior impacto concentram-se no art. 12 da Lei 11.540, de 2007. Conforme disposto na alínea a do inciso II do referido artigo, o montante anual das operações não poderá ultrapassar 25% das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao FNDCT.

De acordo com a proposta em apreço, esse montante anual passa a ser de "no mínimo 25%" das referidas dotações.

Cabe destacar que tal alteração tem potencial para modificar radicalmente o perfil da alocação dos recursos do FNDCT. Esses recursos podem ser direcionados tanto ao meio acadêmico quanto às empresas. Atualmente, parte significativa tem sido aplicada no meio acadêmico, promovendo pesquisas científicas e tecnológicas, melhoramento da infraestrutura das universidades e institutos de pesquisa e a criação de novos laboratórios.

Na proposta, há grande potencial de inversão no direcionamento dos recursos em direção às empresas. Como vimos, o montante anual das operações na modalidade de aplicação do tipo "reembolsável", que é a principal forma dos recursos chegarem às empresas, está limitado ao máximo de 25% das dotações consignadas ao FNDCT na lei orçamentária anual. O projeto determina que esse montante passe a ser no mínimo de 25%, transformando, assim, em piso o que era um teto orçamentário.

Certamente essa alteração irá ao encontro dos anseios do setor produtivo, que é o grande "financiador" do Fundo e que possui participação limitada na divisão dos recursos. Também é provável que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

aumento das receitas futuras do FNDCT, uma vez que maior parte dos recursos passará a ser aplicada em categoriais passíveis de reembolso.

Contudo, Sr. Presidente, julgamos prudente manter algum tipo de teto para as aplicações nas modalidades "reembolsável" e "aporte de capital", de forma a evitar um potencial deslocamento radical dos recursos do meio acadêmico para as empresas, o que reduziria a principal fonte de fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Por essa razão, sugerimos uma alteração no §4º do art. 12 proposto, de modo a estipular que as operações referentes ao inciso II ("reembolsável") e III ("aporte de capital") sejam submetidas a um teto de 50% das dotações consignadas por Lei Orçamentária Anual ao FNDCT. Com isso, garante-se que, no mínimo, 50% dos recursos do fundo sejam destinados à modalidade "não reembolsável", que contempla, em grande medida, universidades e institutos de pesquisa.

Portanto, de acordo com a proposta em análise, um volume maior de recursos poderá ser disponibilizado para a aplicação nas modalidades "reembolsável" e "aporte de capital". A iniciativa permitirá a aplicação de parte significativa dos mesmos em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas inovadoras. Essa medida é importante, já que um dos grandes obstáculos à inovação é a restrição de crédito para a realização de atividades inovadoras.

A proposição altera, ainda, o inciso III do artigo supracitado que versa sobre a modalidade "aporte de capital" mediante participação efetiva. O referido inciso deixa de considerar o conceito subjetivo de "participação efetiva" e passa a considerar a participação minoritária da Finep, de forma direta e indireta, no capital social de empresas inovadoras existentes ou a serem criadas com o propósito de introduzir produtos e processos inovadores.

Ao considerar empresas "a serem criadas", é reconhecida a importância do apoio às empresas nascentes de base tecnológica para a economia.

Para viabilizar a aplicação dos recursos, a proposição apresenta uma nova definição de empresa inovadora. Essa definição passa a considerar não apenas a empresa que introduz, mas também a que busca introduzir, novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. Embora essa nova definição seja mais ampla que a estabelecida na Lei de Inovação, nos manuais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e daquela adotada pela Pesquisa de Inovação (PINTEC) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entende-se que seja necessária para os fins a que se propõe.

É digno de nota o fato de a proposta incluir a anuência do MCTI, segundo as diretrizes e prioridades das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial, para a utilização dos recursos destinados às modalidades "reembolsável" e "aporte de capital" em fundos de investimento. Tal exigência direciona e harmoniza a aplicação dos recursos aos objetivos da política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Dessa forma, o projeto em análise possui potencial para contribuir para o avanço tecnológico e aumento da taxa de inovação do País.

Contudo, de forma a abarcar a alteração proposta e ajustar sua redação aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, oferecemos um substitutivo ao projeto.

Voto do Relator.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCT (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2011

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para estimular a inovação no Brasil, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. .....

.....

X – o produto do rendimento de suas aplicações em programas e projetos;

.....

XIV – recebimento de juros relativos aos empréstimos concedidos à FINEP;

XV – recebimento de amortizações relativas aos empréstimos concedidos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

FINEP;
XVI – receitas de alienação de títulos e valores mobiliários relacionados à venda de quotas de fundos de investimento e ações de empresas que tenham sido objeto de aporte de capital;
XVII – receitas provenientes de dividendos relacionados à participação direta no capital social de empresas inovadoras;
XVIII – outras receitas provenientes das operações de aporte de capital previstas no inciso III do art. 12 desta Lei;
XIX – outras que lhe vierem a ser destinadas." (NR)
Art. 2º O art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 12. .....
.....
II – .....
a) o montante anual das operações será de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao FNDCT, decorrentes das receitas especificadas nos incisos II a IX do art. 10, e de novas taxas e tributos a serem constituídas para o Fundo, acrescido também da parcela correspondente à receita de créditos internos resultante das amortizações dos empréstimos concedidos à FINEP referidos no inciso XV do art. 10.
.....
III – aporte de capital como alternativa de incentivo a projeto de impacto mediante participação minoritária, direta e indireta, no capital social de empresas inovadoras existentes ou a serem criadas com o propósito de introduzir produtos e processos inovadores e que, nos termos do regulamento, estejam de acordo com as diretrizes definidas nas políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial;
.....
§ 1º Os recursos de que tratam os incisos II e III deste artigo, desde que previamente autorizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação segundo as diretrizes e prioridades das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial, também poderão ser utilizados em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para aplicação em empresas inovadoras, desde que o risco assumido seja limitado ao valor da cota.
§ 2º Os empréstimos do FNDCT à Finep para atender às operações reembolsáveis devem observar as seguintes condições:
.....
§ 4º O montante anual das operações referentes aos incisos II e III deste artigo não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) das dotações consignadas por Lei Orçamentária Anual do FNDCT relacionadas às receitas referentes aos incisos de II a IX do art. 10 desta Lei e de novas taxas e tributos a serem vinculadas ao Fundo, acrescido a este percentual da parcela correspondente à receita total de créditos internos resultantes das amortizações dos empréstimos concedidos à FINEP referidos no inciso XV, bem como das receitas totais atribuídas aos incisos XVI a XVIII do art. 10.
§ 5º Para efeitos desta Lei, considera-se empresa inovadora a que introduz ou busca introduzir novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços." (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revoga-se a alínea a do inciso III do art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
Sala da Comissão.

Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

obrigado, Senador Pedro Chaves, pelo relatório.
Saúdo também o Senador Telmário Mota, que está chegando.
Já temos quórum.
Eu aproveito para cumprimentá-lo, Senador Pedro Chaves, por sua indicação para relatar uma das matérias mais importantes do ano aqui no Senado. V. Exª foi escolhido para ser o Relator da MP nº 746, da reforma do ensino médio, e seguramente V. Exª fará um belo trabalho. Vivência não lhe falta como reitor de universidade no Mato Grosso do Sul. Portanto, estaremos em boas mãos.
Meus cumprimentos!
O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.
Eu pediria que toda a Casa pudesse colaborar efetivamente com essa missão, que é uma missão complexa, mas muito prazerosa porque, na verdade, já milito em educação há muito tempo. Com certeza, isso vai dar um ponto positivo ao ensino médio. Temos índices alarmantes e precisamos, na verdade, melhorar. Eu acredito que, com o somatório de todos os Parlamentares, comunidade científica, comunidade escolar educacional, podemos realmente melhorar ainda mais esse projeto.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.
Não só o Senado, não só o Congresso; o Brasil inteiro, certamente, vai acompanhar a discussão dessa matéria, que, esperamos nós, possa redirecionar o ensino médio no Brasil, hoje com tantas deficiências e tantas críticas.
Bem; nós já temos condições de discutir o Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2011, não terminativo, que foi lido pelo Senador Pedro Chaves.
Em discussão. (*Pausa.*)
Já que temos quórum agora, se não houver quem queira discutir, coloco em votação.
Quem concordar com o relatório e o voto permaneça como se encontra. (*Pausa.*)
Aprovado.
Podemos votar o item 7, lido agora há pouco pelo Senador Hélio José, que diz respeito a permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Em discussão o item 7, sobre a Rádio Cultura de Joinville.
Se ninguém quiser discutir, em votação. (*Pausa.*)
Aprovado o sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações.
A matéria constou da pauta de reuniões do dia 12 de julho e 13 de setembro.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.
O item 4 precisa de quórum pessoal.
Então, vamos à leitura do Projeto de Lei do Senado nº 763, de 2015.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 763, de 2015
- Não terminativo -
Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003.
Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros.
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.
Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta.
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 13/09/2016.
O Senador Davi Alcolumbre não está presente. Então, *ad hoc*, pedimos a gentileza do Senador Flexa Ribeiro, que, aliás, há poucos instantes, percebi que estava lendo o nosso boletim. Então, eu quero recomendar a leitura a todos os colegas da Comissão, assessores e imprensa, porque nesse relatório nós temos uma descrição do que foi a visita da Comissão a São José dos Campos no último dia 7. Há várias fotografias. A fotografia de capa é a reunião com o novo diretor-geral do Inpe. Há uma fotografia interna da nossa Comissão visitando o LIT, o laboratório onde acontecem as montagens e ensaios dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

satélites produzidos pelo Inpe.
E já sabemos, Senador Flexa, que Belém do Pará, uma cidade do Norte, vai receber a Comissão brevemente, com os encaminhamentos de V. Exª, pelo que já agradecemos.
Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para relatar *ad hoc* o Projeto de Lei do Senado nº 763, de 2015.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, por aceitar fazer a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia em Belém. Não fizemos antes, como estava previsto, em função do processo eleitoral que termina proximamente agora, no dia 30 de outubro. A partir daí, nós definiremos a data, ou a última semana de novembro ou a primeira sexta-feira de dezembro, para que V. Exª possa marcar a reunião da CCT em Belém.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu aproveito para esclarecer aos integrantes da Comissão e aos telespectadores da TV Senado que o objetivo é mostrar como andam as pesquisas científicas e tecnológicas pelo Brasil. Por isso fizemos uma visita, com programa ao vivo da TV Senado, no Sul, no caso, em Porto Alegre; agora, no Sudeste, no caso, em São José dos Campos; e, agora, vamos ao Norte, mostrar a quantas anda a investigação tecnológica e científica naquela região. E apresentamos sempre por transmissão direta pela TV Senado, como foi o caso de Porto Alegre, ou por gravação, que vai ao ar agora, no próximo sábado, num documentário em forma de reportagem, produzido pela TV Senado, que lá esteve com cinegrafistas. A jornalista Glauciene, da TV Senado, fez um belo trabalho. O documentário vai ao ar no próximo sábado, dia 22, às 8 horas, pela TV Senado. E pretendemos fazer a mesma coisa lá no seu Estado.
Com a palavra, então, o Senador Flexa, para esta matéria sobre a prática de trotes.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O relatório é do Senador Davi Alcolumbre, de que faço a leitura como Relator *ad hoc*.
Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 763, de 2015, dos Senadores Acir Gurgacz, Lasier Martins, Paulo Rocha e outros, que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003.
Vamos direto à análise, Sr. Presidente.
Conforme os incisos VIII e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.
Como o exame de constitucionalidade e juridicidade da matéria caberá à CCJ, nos ateremos ao mérito da proposta, notadamente no que diz respeito aos serviços de telecomunicações e ao arcabouço normativo que rege esse setor.
O primeiro aspecto a ser ressaltado no exame do PLS nº 763, de 2015, é a relevância do tema que pretende disciplinar. Como expresso em sua justificação, o trote, além dos graves transtornos que pode ocasionar na prestação de serviços de emergência, como ambulâncias, polícia e bombeiros, gera grandes prejuízos às contas públicas, na ordem estimada de R$1 bilhão por ano em todo o País. Assim, o estabelecimento de medidas que coíbam essa prática é absolutamente necessário e urgente.
Nesse sentido, a solução apresentada, qual seja, a previsão de suspensão gradual até o cancelamento definitivo dos serviços de telecomunicações utilizados para realizar o trote, combinada com medidas educativas que demonstrem os efeitos nocivos e os prejuízos financeiros dele decorrentes, é criativa e inovadora, indo além do simples enquadramento penal da conduta.
Por isso, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 763, de 2015.
No entanto, para aperfeiçoar a iniciativa, sugerimos alguns ajustes.
O primeiro busca conceituar, com mais precisão, a prática do trote, que é a utilização de serviços – e não de redes – de telecomunicações para solicitar a prestação de serviço público, de urgência ou não, para atendimento de fato sabidamente não ocorrido. No setor de telecomunicações, a contratação do uso de redes se dá no mercado secundário, entre empresas, para fins de interconexão ou de exploração industrial. Em outros termos, o usuário contrata serviços de telecomunicações, enquanto as prestadoras dos serviços contratam de outras prestadoras, quando necessário, capacidade de rede.
O segundo ajuste proposto visa modificar a redação do *caput* do art. 3º, de forma a deixar claro que a suspensão parcial incide sobre a prestação do serviço utilizado pelo usuário para aplicar o trote.
Entendemos que o §2º do art. 3º também necessita de reparos de texto, ressaltando os dados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

devem ser encaminhados pelo órgão público vítima do trote ao órgão regulador de telecomunicações.
Sugerimos uma modificação mais ampla no art. 4º do projeto, alterando a dinâmica proposta para a notificação da infração. Como, de acordo com o art. 8º da iniciativa, caberá ao órgão regulador de telecomunicações aplicar sanções aos usuários dos serviços que infringirem seus deveres, é nosso entendimento que deve ser atribuída a ele a função de notificação. Nesse sentido, incluímos dispositivo que prevê que a prestadora do serviço de telecomunicações deverá, depois de acionada pelo órgão regulador, informar ao usuário sobre sua notificação.
Ainda no art. 4º, propomos mecanismo que garanta a possibilidade de ampla defesa por parte do suposto infrator, nos termos do disposto no art. 175 da Lei Geral das Telecomunicações. Da mesma forma, buscamos aperfeiçoar a redação que trata do relacionamento entre o ente vítima do trote, o órgão regulador das telecomunicações e a operadora do respectivo serviço.
Outra modificação sugerida relaciona-se ao pagamento pelo serviço de telecomunicações contratado, no caso de seu cancelamento definitivo. Isso porque o projeto prevê, no parágrafo único de seu art. 5º, a necessária remuneração do serviço no período de suspensão parcial, mas não trata do pagamento de eventuais débitos caso o serviço do infrator seja cancelado.
Os dispositivos relacionados às sanções contra a prática do trote também são objeto de ajustes, de forma a adequá-los ao texto da LGT e à regulamentação infralegal editada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Assim, retiramos os valores de multa previstos nos arts. 8º e 10 da proposta, que devem ser calculados segundo o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Anatel por meio da Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012.
Por fim, propomos, de forma a aperfeiçoar sua redação, mudança no art. 9º do projeto que, ao modificar a Lei do Fistel, prevê a utilização de recursos do fundo para programas educativos de conscientização sobre os efeitos deletérios da prática do trote.
Voto, Sr. Presidente.
Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 763, de 2015, com as seguintes emendas.
Seguem todas as emenda que foram referidas na análise, uma a uma.
Esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto, com as emendas.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão o parecer do nosso Senador Flexa a respeito da medida para coibir prática de trotes dirigidos a órgãos públicos. (*Pausa.*)
Se não houver ninguém que queira discutir, em votação.
Quem concordar permaneça como está. (*Pausa.*)
Aprovado, com as emendas.
Saúdo também a presença do Senador Deca, do Estado da Paraíba, e do nosso Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, que, aliás, tem um requerimento.
O Senador Ivo Cassol está presente?
O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Estou aqui, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu não estou...
O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – É o fuso horário. São duas horas a mais em Brasília.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É que para o lado não estou enxergando. (*Risos.*)
Seja bem-vindo, Senador Ivo Cassol.
Então...
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Temos um requerimento.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O requerimento do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -
Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para, com a participação dos convidados relacionados, instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 167, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que autoriza o armazenamento eletrônico, de forma segura e confiável, dos prontuários médicos dos pacientes e determina a responsabilidade sobre a guarda, manuseio e produção de softwares específicos.
- Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Representante do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
- Representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética
– Drª Silvia Machado Abreu – Médica Legista e Advogada, Perita em Direito Eletrônico e estudiosa sobre o assunto de fraudes em sistemas eletrônicos de prontuários médicos;
- Representante da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS); e
– Representante da Federação Brasileira de Hospitais (FBH);
Autoria: Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, solicitamos, por meio deste requerimento, a realização de uma audiência pública sobre o PLS nº 167, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que autoriza o armazenamento eletrônico, de forma segura e confiável, dos prontuários médicos dos pacientes e determina a responsabilidade sobre a guarda, manuseio e produção de *softwares* específicos.
Pois bem, Sr. Presidente, é exatamente para discutir amplamente com as entidades médicas e não médicas relacionadas à área da saúde. E pedimos também que fosse incluída mais uma entidade, que entendemos também ser de suma importância, nesse debate, a ANAHP.
Portanto, a medida faz parte daquilo para onde o mundo caminha, ou seja, a modernidade. Hoje quase todos os processos judiciais, praticamente, estão no mundo eletrônico. E, no mundo da saúde pública ou da saúde de um modo geral, não poderia ser diferente. Então, hoje se dá diagnóstico à distância e com certeza seria uma grande ajuda para se determinar com mais velocidade e agilidade os procedimentos médicos e outros procedimentos na área de saúde.
Então, pedimos autorização para fazer esta audiência pública e debater com essas entidades como poderíamos melhorar o projeto, se é que temos de melhorá-lo.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Com a experiência de médico, é ponderável o seu requerimento no sentido de autorizar o armazenamento eletrônico, de forma segura e confiável, dos prontuários médicos dos pacientes.
Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Amorim...
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... com a inclusão da ANHAP, não é?
Então, nós incluiríamos aqui nessa relação.
Vamos pedir a sua gentileza de escrever.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não, Senador Flexa.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para me posicionar favoravelmente ao requerimento do Senador Eduardo Amorim num tema da maior importância. O projeto do Senador Requião prevê o armazenamento eletrônico de forma segura e confiável dos prontuários médicos de pacientes.
Num futuro, não muito distante, acho que cada um de nós teremos apenas registro de um número, e toda a nossa vida estará naquele chip. E você poderá chegar – por exemplo, no caso do requerimento e do projeto do Senador Requião – em qualquer lugar do Brasil, colocar o seu cartão, e o médico que o estiver atendendo terá todos os seus exames, a sua vida pregressa em nível de saúde.
Então, acho que é um projeto... (*Falha na gravação.*)
... na audiência pública.
Todavia, eu fiz essa intervenção primeiro para parabenizar o Senador Eduardo Amorim e todos os médicos pelo dia de hoje, que é Dia do Médico, 18 de outubro. Então, parabenizo o Eduardo Amorim, o meu filho que é médico também, e todos os médicos do Brasil.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Obrigado, Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – *O.k.* Encampamos inteiramente a sua proposta de saudação.
Considere-se cumprimentado, como todos os médicos, Senador Amorim.
Senador Eduardo Amorim...
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E lembro também a minha nora, senão ela ficará chateada porque eu só parabenizei meu filho.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom, cuidados com saúde é o que não lhe faltam, não é, Senador Flexa? Com tantos familiares médicos. Se não bastassem os nossos Senadores médicos...
Aliás, aqui nós temos quantos Senadores médicos? Tem o Senador Amorim, o Senador Moka, o Senador Caiado. Eu acho que são três, não é?
O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – São três. Éramos seis. E Otto. São quatro. Temos também o Senador Otto.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ah! Otto Alencar. Perfeito. São quatro.
Senador Eduardo Amorim, V. Exª não acha oportuno fazer essa audiência pública em duas vezes, sendo quatro em cada audiência? Ou prefere os oito numa audiência única?
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, depende de como esteja a agenda da Comissão. Sei que são inúmeras audiências públicas, mas como disse aqui e repetiu o Senador Flexa, trata-se de um projeto muito importante, que já vemos até com certo atraso.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exato.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Porque, na Justiça, praticamente tudo caminha para a parte eletrônica; na medicina não pode ser diferente. E, se isso for lei no nosso País, com certeza, vai agilizar por demais e vai obrigar instituições que resistem a isso ou colegas que resistem a isso a, realmente, se modernizarem e entrarem no mundo eletrônico.
Então, da minha parte, dependendo da disponibilidade do trabalho da Comissão, poderemos fazer em um dia só, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já saudando a presença do Senador José Medeiros, começam a escassear as datas para as nossas audiências públicas. Mas submeto ainda...
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Aqui fala que devemos fazer em um dia só, Presidente. Um dia só é suficiente.
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com troca da Mesa, exato.
Sim, Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem.
Não posso deixar de cumprimentar meu irmão médico, minha filha, que está concluindo o curso de medicina, está no 6º ano. Quero dizer que esta data é muito importante e que a informatização dos prontuários já está realmente passando da hora de acontecer. Esse debate, podendo acontecer de uma vez só, em duas mesas, fica, a meu ver, produtivo. Temos pouca disponibilidade de datas.
V. Exª colocou, há instantes – eu não quis interromper na hora –, a cidade de São José dos Campos como Centro-Oeste. Falei só para registrar, porque sou um Senador do Centro-Oeste, e São José dos Campos é do Sudeste. V. Exª já realizou do Sudeste, do Sul, vai realizar no Norte, que é o Pará, e depois vamos discutir uma para o Centro-Oeste, que é Brasília, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, para vermos como fazer.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdão pelo erro geográfico.
Senador Deca.
O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Quero, neste momento, também parabenizar o Eduardo Amorim por este requerimento, que, na verdade, é muito importante não só para os médicos, mas para a sociedade brasileira como um todo.
Parabenizo, aproveitando também o Dia do Médico, todos os médicos do Brasil. Eu também tenho um filho médico, o Gonzaguinha, que está certamente trabalhando neste momento. Quero parabenizá-lo, não só a ele, mas a todos os médicos novamente. Esta data traz para o Brasil alegria porque são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

os médicos que salvam vidas, e por vidas estamos à frente neste Brasil, lutando para que a sociedade brasileira tenha mais vida, tenha mais resistência e consistência neste novo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O.k., cumprimento, muito justo, Senador Deca.

Quero ouvir a opinião de V.Exªs. Senador José Medeiros: em uma ou duas audiências a oitiva proposta pelo Senador Amorim?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Creio que uma. Já fizemos aqui, troca-se de Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Hélio José. Uma ou duas?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Uma.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Flexa, uma ou duas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Uma.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Deca, uma.

Então, uma única audiência pública para ouvir as oito personalidades requeridas pelo Senador Amorim. Eu também tenho um requerimento que quero...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, permita-me apenas agradecer a todos os colegas pelo apoio, pelo voto e pelas palavras; dizer que pior do que a dor física, a dor individual, é a dor coletiva, a dor de todos, o sofrimento coletivo, que, infelizmente, hoje, em nosso País, tem tomado uma extensão enorme. Somos quase 12 milhões de desempregados; a violência estampada em todas as ruas praticamente do nosso País. E eu, hoje, praticamente um pouco afastado da medicina, venho aqui ao Parlamento cuidar da dor social, da dor de todos.

Como especialista em dor, tive o privilégio de fazer duas residências médicas: uma em anestesiologia e a outra em dor, algologia; e, hoje, a gente procura aqui, juntamente com V. Exª, meus colegas, cuidar da dor coletiva, da dor de todos, lutando por um país muito melhor. Contudo, a gente ainda vê que a caminhada é longa.

Mais uma vez, obrigado pelas palavras, especialmente nesse dia tão diferente para todos nós, médicos, que temos como profissão o cuidar do outro. Ser médico, antes de ser profissão, é uma missão. Estar aqui, no Parlamento, para mim, também não é profissão; é uma missão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É um profissional do qual não podemos prescindir nunca.

Então, aprovado o requerimento.

Eu estou, agora, ouvindo a Secretária da Comissão, Srª Égli, e consulto V. Exª se o 1º de novembro poderia ser?

É uma terça-feira.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Não sabemos como vai funcionar a Casa nesse dia, porque acho que, no dia 2, não vamos ter...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É depois das eleições.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu acho que não é uma boa data, porque eu acho que não haverá atividades aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, deixamos em aberto a definição da data.

O meu requerimento é o constante do item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 38, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quanto à interpretação do disposto no art. 54 da Constituição Federal para orientar a votação dos atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para a exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos dos arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

49, inciso XII, e 223, §§ 1º e 3º, da Lei Maior.

Mais especificamente, indaga-se:

1. As vedações de que trata o art. 54 da Constituição Federal alcançam deputados estaduais, deputados distritais e vereadores?

2. É lícito a parlamentar participar da composição de empresas de radiodifusão na condição de sócio cotista ou acionista, ainda que de forma minoritária?

Autoria: Senador Lasier Martins.

Este é o requerimento em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Considerando que as demais matérias constantes da pauta são terminativas e, portanto, necessitam de presença pessoal, nós vamos nos encaminhar já para o encerramento da reunião.

Antes porém, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 28ª e 29ª Reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 13 de setembro e 4 de outubro do corrente.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2017

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, na sala 7, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Hélio José, Deca, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Pastor Valadares, Telmário Mota, Gladson Cameli, José Medeiros e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 18, de 2016 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Neste momento o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator ad hoc das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Hélio José. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova 4 (quatro) emendas de apropriação de despesa ao Orçamento de 2017: **Emenda n.º 01** – Proposta pelo Senador Lasier Martins, que contempla o objeto das propostas dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, relativa ao programa 2021 e à ação 00LV: "Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C, T & I", para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais); **Emenda n.º 02** – Proposta do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto das propostas dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, relativa ao programa 2021 e à ação 20V7: "Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$ 115.587.890,00 (cento e quinze milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa reais); **Emenda n.º 03** – Proposta do Senador Flexa Ribeiro, que contempla o objeto das propostas dos Senadores Hélio José, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Valdir Raupp, relativa ao programa 2021 e à ação 20V8: "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e **Emenda n.º 04** – Proposta do Senador Randolfe Rodrigues, que contempla o objeto das propostas dos Senadores Dário Berger, Cristovam Buarque e Valdir Raupp, relativa ao programa 2079 e à ação 210D: "Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras", para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Administração Direta, no valor de R$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais). Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 18 de outubro.

Esta é a matéria referente à Lei Orçamentária.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 18/2016-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

A Comissão recebeu 63 emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Cristovam Buarque.

Como não está presente o Senador Cristovam Buarque, *ad hoc*, indico o Senador Flexa Ribeiro, que já foi consultado previamente.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, vou fazer a leitura do relatório do Senador Cristovam Buarque relativo às emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017, PL nº 18, de 2016, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

Relatório.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução n° 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n° 18, de 2016-CN, encaminhado pela Mensagem n° 472, de 31 de agosto de 2016, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Conforme estatui aludida Resolução, especialmente os arts. 43 a 45, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática reúne-se para deliberar a respeito das propostas das quais resultarão emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017, na condição de autora de emendas coletivas.

À CCT compete apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento, de interesse nacional, desde que a programação resultante esteja direta e materialmente relacionada com as competências da Comissão. Nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos. Emendas de apropriação, por seu turno, têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da aludida resolução.

Não há limitação para emendas de texto.

Nesses termos, encontram-se sob a análise deste Colegiado 63 propostas de emendas, todas de apropriação. Não houve, pois, nem emenda de remanejamento, nem de texto. As emendas de apropriação foram propostas pelos Senadores Ivo Cassol, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Dário Berger, Edison Lobão, Randolfe Rodrigues, Pedro Chaves, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Angela Portela, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lasier Martins. Quadro anexo a este parecer arrola as sugestões por proponente.

É o relatório.

Análise, Sr. Presidente.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada, majoritariamente ao abrigo das competências regimentais da Comissão, especialmente dispostas no art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal. Entretanto, ponderações há sobre a admissibilidade segundo o caráter institucional e a pertinência temática.

Conquanto não mais vigore o Anexo I da Resolução nº 1/2006- CN, para apontar de forma inconteste a correlação das propostas com as competências deste Colegiado, não encontramos fundamento que abrigasse as propostas nºs 03 e 52. A primeira visa à reestruturação dos serviços ambulatoriais e hospitalares prestados pelos hospitais universitários federais, objeto mais afeto às competências das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, conforme respectivamente arrolam os arts. 107, I e III, e 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto as atividades sejam concentradas na atenção em saúde para a formação superior. A segunda destina-se à construção do edifício-sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pleito que poderia ser mais bem encaminhado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, II, do mesmo certificado normativo.

Ademais disso, as proposições para programações novas ou existentes devem conter identificação precisa do objeto, elementos de custo, cronograma e financiamento e atentar para as limitações impostas às transferências voluntárias para mais de um ente federado, ao financiamento de mais de uma obra (empreendimento) ou ao amparo às atividades de entidades privadas. Nesse diapasão, inadmitimos as propostas nºs 01, 02, 18, 19, 20, 30, 33, 44, 45, 54, 55, 56 e 63, uma das quais de minha autoria. Aludidas propostas apresentam similaridade de objeto, voltado ao desenvolvimento de tecnologia nuclear pela Marinha, mas todas padeceram de suplementação da meta física, em face da majoração de R$187,2 milhões na dotação constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017. Logo, não estão esteadas em elementos mínimos suficientes para avaliar a relação custo-benefício requerida por força do art. 47, V, "a" da Resolução nº 1/2006-CN, pois nem o benefício mais representativo foi quantificado.

No tocante à Proposta nº 05, o autor sugeriu a inclusão de recursos para investimentos (GND 4) em uma operação especial voltada à inversão financeira (GND 5) para aporte direto de capital em empresas de inovação tecnológica ou para aquisição de quotas de participação em fundos de investimento que capitalizam empresas inovadoras. Nessa vereda, não seria possível executar os recursos na forma proposta, esterilizando a potencial iniciativa da Comissão, embora não se lhe há de afastar a pertinência temática.

Conquanto algumas propostas possam ser inadmitidas pela CMO em razão dos critérios precedentes, todas exibem indubitável mérito. Dentre aquelas admitidas conforme requisitos técnicos e regimentais sob apuração, e diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar um conjunto de ações que abrigasse o mais amplo leque de beneficiários diretos das políticas de ciência, tecnologia e inovação, e de comunicação e informática.

Assim, agrupando as proposições, obtivemos como tipologias: (i) iniciativas para financiamento às atividades dos pesquisadores (bolsas), quase se confundindo com uma prestação alimentar ou renda de outra natureza; (ii) programações voltadas ao financiamento de instituições de pesquisa, optandose por aquela que possa ser empregada em um conjunto maior e mais diverso de entidades, no âmbito do próprio MCTIC, não adstrito, pois, a uma unidade que se lhe possa frustrar a execução em vista de qualquer contratempo administrativo; (iii) políticas de amparo direto à população, promovendo a inclusão digital como meio de promoção da cidadania; e (iv) fomento à inovação em empresas e cadeias produtivas com potencial de incorporação e de desenvolvimento tecnológico.

Selecionar uma proposição voltada a cada um desses públicos-alvo diretamente beneficiados resultou na externalidade positiva de contemplar sugestões encaminhadas por diversos membros da CCT. A coincidência de objetos nas propostas encaminhadas robustece o argumento deste Relator, que observou convergirem interesses legítimos no fortalecimento de iniciativas do Executivo materialmente vinculadas com as atribuições da Comissão. Por derradeiro, ainda têm o condão de prestigiar três distintas unidades orçamentárias, de dois órgãos diferentes.

Voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Considerados, pois, os critérios de admissibilidade dispostos aos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN e em demais normas de Direito Financeiro, tendo em vista as competências regimentais da CCT, e em face, ainda, de que o espectro de realizações possíveis com as programações do setor recomenda estender-lhes o alcance com a diversificação dos beneficiários diretos das emendas de que resultará decisão deste Colegiado, manifestamo-nos por que esta Comissão apresente quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma seguinte:

1. Proposta nº 61, do Senador Lasier Martins, que contempla o objeto das Propostas nºs 13, 26 e 40, dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, relativa ao Programa 2021 e à Ação OOLV: "Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para Ciência, Tecnologia e Inovação", para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$1,5 bilhão (um bilhão e quinhentos milhões de reais);

2. Proposta nº 50, do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto das propostas nºs 15, 28 e 43 e 50, dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, relativa ao Programa 2021 e à Ação 20V7: "Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltado à Inovação e ao Processo Produtivo", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$115.587.890,00 (cento e quinze milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa reais);

3. Proposta nº 58, do Senador Flexa Ribeiro, que contempla o objeto das propostas nºs 36 e 47,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

dos Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp, relativa ao Programa 2021 e à Ação 20V8: "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta, no valor de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e

4. Proposta nº 23, do Senador Randolfe Rodrigues, que contempla o objeto das propostas nºs 10, 37 e 48, dos Senadores Dário Berger, Cristovam Buarque e Valdir Raupp, relativa ao Programa 2079 e à Ação 210D: "Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras", para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Administração Direta, no valor de R$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais).

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Plenário da Comissão, em 18 de outubro de 2016.

Este é o parecer do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado pela gentileza, Senador Flexa Ribeiro, apresentando o parecer do Senador Cristovam, que, ainda há pouco, ligava de Cuiabá, informando que seu voo estava atrasado, portanto, não tinha condições de chegar a tempo, como pretendia.

Em discussão o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de observar que, acho que por um lapso, no item 3, não foi lida a inclusão da minha Emenda nº 07, que é nítida e clara. Foi lido: "Proposta nº 58, do Senador Flexa Ribeiro, que contempla o objeto das propostas nºs 36 e 47, dos Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp" – teria que se incluir aqui a do Senador Hélio José – "relativa ao Programa 2021 e à Ação 20V8: 'Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital', para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações [...]". É a Emenda nº 07. Creio que não foi observado aí, é relativa à mesma matéria, "Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital". Não encaro como demérito a minha pessoa, acho que foi esquecimento do Relator.

A outra, Flexa...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – De fato, consta aqui, na proposta de emendas, no item 7, o nome do Senador Hélio José. Acho que apenas no relatório não figurou. Seria só a inclusão do seu nome ali.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É: "nºs 07, 36 e 47", e a inclusão de "Hélio José, Cristovam Buarque e Valdir Raupp", nessa ordem, por causa do número das emendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, o Senador Hélio José tem razão. A emenda de sua autoria, a de nº 07, tem a mesma proposta das emendas que foram aprovadas no item 3: a de nº 58, de minha autoria, e as de nºs 36, do Senador Cristovam Buarque, e 47, do Senador Valdir Raupp. Não há nada...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... a opor com relação à inclusão também da Emenda nº 07, do Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não. Como a assessoria do Senador Cristovam está presente, isto será providenciado: a inclusão do nome do Senador Hélio José.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Então, nos termos regimentais, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e nove minutos do dia hum de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Pastor Valadares, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Edison Lobão, José Medeiros, Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Deca, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com ajuste de redação que apresenta, substituindo a expressão "das tarifas" por "dos preços". **Resultado:** Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador José Medeiros, nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via rede mundial de computadores - internet em concurso público." **Autoria:** Deputado Otavio Leite. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa." **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Sen. José Medeiros (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com posterior remessa da proposição à Secretaria-Geral da Mesa, para que proceda à sua reautuação como projeto de Lei Complementar. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com encaminhamento da proposição à Secretaria-Geral da Mesa para que proceda a sua reautuação como Projeto de lei Complementar. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 33, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2014, de que trata o PDC nº 2.862/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Gurupi, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 44, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

município de Feira de Santana, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Edison Lobão (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 39 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) visando prover informações e esclarecer sobre a importância, as necessidades legislativas e normativas e os desafios da área de Previsão do Tempo e Clima no Brasil, devendo ser convidados: Sr. Antônio Ocimar Manzi - Coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE); Sr. Francisco José Arteiro de Oliveira - Diretor de Planejamento e Programação de Operações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Sr. Haroldo Fraga de Campos Velho - Pesquisador Sênior do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada LAC / CTE / INPE; Sr. Pedro Leite da Silva Dias – Professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC)." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 40 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema "Ciência e Tecnologia no combate ao tráfico de drogas: novas perspectivas". Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Roberto Alegretti – Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ); Prof. Dr. Francisco Aragão - Responsável pelo laboratório de engenharia genética e biotecnologia da Embrapa; Prof. Dr. Jozivaldo Gomes de Morais - Diretor da Faculdade de Ciências Agrícolas de Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Profª. Renata Evangelista de Souza - Doutora em Ciências Florestais da UFSCAR-SP; Giancarlo P. Sena - Doutor em biotecnologia e Diretor de expansionismo rural dos projetos de reversão das áreas de cultivo de coca (OSCIP Federal-CMPR); Desembargador Marcos Machado - MT." **Autoria:** Senador Lasier Martins e outros. **Resultado:** Durante a discussão, foi incluído convite ao Desembargador Marcos Machado – MT. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, assessorias, imprensa, telespectadores.
Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de novembro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Peço, desde logo, aos nossos pares que ainda se encontram nos gabinetes, que venham para o Plenário 15, considerando que está em reforma aquele que habitualmente ocupamos, a fim de darmos andamento à nossa pauta de hoje.

Enquanto aguardamos a chegada de mais Senadores, como é praxe da nossa Comissão, vou prestar algumas notícias sobre a nossa área, uma vez que o que não tem faltado são acontecimentos, a maioria positivos, sobre pesquisa, ciência e tecnologia. Por exemplo, o Senado aprovou o Biênio da Matemática no Brasil.

Em 2017, o Brasil sediará, pela primeira vez, a Olimpíada Internacional de Matemática, uma competição que reúne os melhores estudantes do mundo. No ano seguinte, será a vez do Congresso Internacional de Matemática trazer para o País pesquisadores de alto nível. Juntos, os dois eventos consagram o Biênio da Matemática Gomes de Sousa, que foi aprovado pelo Plenário do Senado, na semana passada. O nome é uma homenagem ao maranhense Joaquim Gomes de Sousa, que viveu de 1829 a 1864 e é considerado o primeiro grande matemático do Brasil.

É uma iniciativa ambiciosa da comunidade matemática brasileira para popularizar a disciplina e aproximá-la da sociedade", afirma Marcelo Viana, Diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Segundo ele, nos próximos dois anos, o Brasil terá a oportunidade de "colocar em valor a importância da matemática" para o desenvolvimento do País e a realização da cidadania. "A matemática permeia todo o conhecimento e, de modo muito especial, é condição fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. A aprovação do projeto no Congresso Nacional é extremamente importante, pois sinaliza a importância que o Estado brasileiro dá ao tema e avaliza o esforço da comunidade em prol desses objetivos", disse.

Em 2016, Marcelo Viana recebeu o Grande Prêmio Científico Louis D., a maior das premiações da França, pela primeira vez concedida à matemática e a um pesquisador brasileiro. Outra conquista brasileira é a Medalha Fields do pesquisador Artur Avila, em 2014. O projeto do Biênio da Matemática foi encaminhado para sanção presidencial.

Uma outra notícia é de que o Ministério da Saúde distribuirá teste rápido de zika.

> O Ministério da Saúde anunciou, agora no dia 25 de outubro, a compra de 3,5 milhões de testes rápidos para detectar o vírus zika. Devem ser distribuídos dois milhões de kits até o fim deste ano, e o restante até fevereiro do ano que vem. tecnologia confirma em 20 minutos se o paciente está ou já foi infectado pelo vírus zika em algum momento da vida. Ou seja, será possível identificar o vírus no organismo, independentemente do tempo de infecção. A produção do insumo será feita pelo laboratório público Bahiafarma.
>
> Foram investidos R$119 milhões para a aquisição dos testes sorológicos, com projeção para garantir o abastecimento da rede por um ano.
>
> O desenvolvimento do teste rápido contra o zika é fruto da parceria entre o Governo da Bahia e a empresa sul-coreana Genbody Inc., que firmaram um acordo de transferência de tecnologia para a Bahiafarma.
>
> O teste será realizado em pessoas que tiverem sintomas da doença e com indicação médica, sendo que as gestantes e crianças terão preferência. "Além de ser rápido, este é o primeiro teste de zika que permite a detecção pregressa da infecção; por isso, a prioridade são as gestantes e as crianças", enfatizou o Ministro da Saúde Ricardo Barros.
>
> O diagnóstico produzido pela Bahiafarma é composto por duas tiras portáteis em que são depositadas as amostras de soro dos pacientes a serem analisadas. A primeira tira vai identificar infecções recentes de até duas semanas anteriores à realização do exame. A segunda vai identificar se a pessoa foi infectada há mais tempo – tudo isso dentro de 20 minutos.
>
> Com essa maior agilidade no resultado, o tratamento pode ser iniciado imediatamente, se tornando mais eficaz, já que o contágio pode ser confirmado assim que surgem os sintomas da doença. "Os parâmetros obtidos pelo teste da Bahiafarma na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde foram acima de 90%. [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

A fonte á a Agência Saúde do Ministério da Saúde.

> "Ministro visita obras da unidade do Butatan destinada a produzir vacinas contra dengue".
> O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, esteve nesta quinta-feira (27) no Instituto Butantan, em São Paulo (SP), onde visitou as obras de construção da Unidade de Produção de Vacina de Dengue. O ministro assistiu a uma apresentação sobre as atividades do instituto, especialmente dos projetos de pesquisa e produção de vacinas e soros, e discutiu possibilidades de parcerias com o MCTIC para investimentos no desenvolvimento de projetos, como a vacina contra o vírus zika, além da troca de experiências entre as instituições. Em seguida, visitou a fábrica de vacinas contra influenza e vistoriou as obras da unidade de produção de vacina contra a dengue.
> Ligado ao governo de São Paulo, o Butantan está desenvolvendo uma vacina para imunização contra os quatro tipos de vírus da dengue. Atualmente, as pesquisas estão na fase 3 de ensaios clínicos com testes em mais de 17 mil voluntários de 13 cidades de todas as regiões do Brasil. A previsão é que a nova planta seja capaz de produzir mais de 60 milhões de doses da vacina por ano.

Outra notícia da nossa Comissão é que a Fiocruz expandirá o uso de Aedes com bactéria para combater dengue e zika.

> O uso de mosquitos com bactéria Wolbachia para combater a transmissão de dengue, zika e chikungunya deve ser expandido no Brasil e também na Colômbia. Em um prazo de três anos, a liberação de mosquitos que contêm a bactéria deve se estender para uma área da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói onde vivem cerca de 2,5 milhões de pessoas. O início das liberações deve ocorrer em 2017 [no ano que vem].
> A bactéria Wolbachia, que é inofensiva aos humanos, impede os mosquitos de transmitirem os vírus.
> A iniciativa faz parte de um projeto internacional chamado *Eliminate Dengue: Our Chalange* (ou Eliminar a Dengue: Nosso Desafio), liderado pela Universidade de Monash, na Austrália, e trazido para o Brasil pelo pesquisador Luciano Moreira, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
> A instituição já liberou mosquitos com a bactéria em duas regiões em projetos-piloto desenvolvidos entre agosto de 2015 e janeiro de 2016: em Tubiacanga, na Ilha do Governador, na cidade do Rio, e em Jurujuba, em Niterói. Os bairros do Rio de Janeiro e Niterói que serão contemplados pela expansão do projeto ainda estão sendo definidos. Já na Colômbia, a liberação dos mosquitos será feita no estado de Antioquia.
> Bom dia, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bom dia, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Alguma novidade lá pelo nosso Mato Grosso?
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Chovendo bastante.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso é bom, não? Isso é bom para a soja, para o milho, para o gado.

> Os resultados dos projetos-piloto mostram que a Wolbachia está presente em mais de 80% dos mosquitos *Aedes aegypti* encontrados nos dois bairros onde a pesquisa foi feita. Outra conclusão foi que a fêmea com a bactéria transmite naturalmente a Wolbachia para os filhotes. Além disso, se a fêmea não tem a bactéria, mas é fecundada por um macho com a Wolbachia, ela fica estéril: os ovos não viram novos mosquitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> A expansão do projeto foi anunciada na quarta-feira (26) [de outubro] na Reunião Anual do Grand Challenges, em Londres, iniciativa da Fundação Bill & Melinda Gates, uma das instituições que financia o projeto [...]. A Fundação Bill & Melinda Gates e a instituição global Wellcome Trust financiarão US$18 milhões do projeto, segundo a Reuters.
>
> No Brasil, a iniciativa tem financiamento da Fiocruz, do Ministério da Saúde, do [...] [MCTIC] e do CNPq.

"Energias renováveis chegarão a 83,4% da matriz elétrica brasileira em 2016." Essa é uma cifra impressionante. Até vou ler de novo a manchete:

> As fontes renováveis subirão oito pontos percentuais na matriz de energia elétrica de 2016, atingindo uma participação de 83,4% (70,3% de hidráulica, 8,5% de biomassa, 4,5% de eólica). Em 2015, essas fontes representavam 75,5%. Os dados são do Boletim Mensal de Energia [...], elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME).
>
> O Boletim [...] acompanha um conjunto de variáveis energéticas e não energéticas [...] [que permitem estimar o] comportamento mensal e acumulado da demanda total de energia do Brasil.
>
> Nas previsões para [...] [2016], a fonte hidráulica é a que mais se destaca, elevando sua participação de 64% (2015) para 70,3% (2016) na matriz de oferta de energia elétrica. A energia eólica deve subir um ponto percentual, passando de 3,5% (2015) para 4,5% neste ano, [...] uma geração perto de 30 terawatt-hora (TWh) em 2016. Já para a biomassa, a previsão é que passe de 8% (2015) para 8,5% (2016). Quando considerada a oferta interna de energia brasileira – toda a energia necessária para movimentar a economia – a estimativa para 2016 é que as renováveis venham a contribuir com 43,5%, indicador também superior ao verificado em 2015, de 41%.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Interessante...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Interessante essa matéria. Ela nos faz refletir, Senador, sobre um debate que fizeram aqui há poucos dias e que continuam fazendo. Há um discurso fácil de que o petróleo do pré-sal tem que ficar lá, para posteriores, para não sei o quê, para o futuro, e a Petrobras não tinha dinheiro, não tinha recursos para tirar, e por isso passou um projeto aqui de poder abrir para outras companhias também, e que a Petrobras não tivesse a obrigação de entrar com aqueles 30%. Mas as pessoas estavam dizendo que os Senadores que votaram estavam sendo entreguistas. Aí V. Exª traz essa notícia de que já estamos nesse patamar de energias renováveis. Ou seja, daqui a um tempo, aquilo lá não vale mais nada. O momento é agora, de tirarmos aquela riqueza ali do fundo, para que possa ter dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E rapidamente, enquanto vale alguma coisa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente, rapidamente, porque daqui a uns dias não vale nada. Aí ficavam nesse discurso fácil, jogando para a galera. Era só para fazer esse destaque aqui, porque vale uma reflexão para essas pessoas que ficam vendendo o caos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito oportuna a observação, Senador José Medeiros. Nós temos tanto petróleo, nos orgulhamos tanto das tecnologias que nós criamos, pioneiros dessas tecnologias de extrair do pré-sal em águas profundas, e agora começamos a refletir e olhar que a coisa não é tão boa assim. O futuro do petróleo não é alvissareiro, embora alvíssaras não digam muito bem com o negro do petróleo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A riqueza precisa ser usada, porque se não fica que nem um amigo do meu avô. Ele era bastante mão fechada, e todo dinheiro ele juntava. Ninguém sabia. Ele ajuntava o dinheiro debaixo do colchão, colocado em varas de anzol, debaixo do guarda-roupa. Quando ele morreu, Senador, tinha dinheiro que já tinha trocado a moeda. Ou seja, todo o patrimônio dele tinha se exaurido porque ele simplesmente não usou aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

riqueza. Nós estamos montados em cima de uma riqueza e as pessoas querem que ela fique lá, a esperar quando a Petrobras pudesse. É meio irracional.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É muito bom observar isso, Senador, porque nós estamos sendo transmitidos para todo o Brasil pela TV Senado, que cada vez alcança mais audiência. Acho até que nós deveríamos repassar mais essa matéria nos nossos debates no plenário do Senado. O Governo deve estar bem a par disso, mas temos que tornar essa matéria de domínio público. Se temos petróleo, vamos aproveitar rapidamente, porque daqui a pouco ele não vai valer mais nada. Tem gente que acha que não, que ainda por, no mínimo, 20 anos... Quem sabe, vamos discutir se isso é procedente, vamos ouvir especialistas na matéria.

Uma outra notícia da nossa Comissão, enquanto aguardamos o quórum:

> Emissões de gases estufa crescem 3,5% no Brasil.
> As emissões brutas de gases do efeito estufa no Brasil cresceram 3,5% em 2015 em relação a 2014, segundo o balanço divulgado pelo Observatório do Clima, rede que reúne 40 organizações da sociedade civil. De acordo com o sistema de estimativa de gases de efeito estufa, o País emitiu 1,927 bilhão de toneladas de CO_2 no ano passado, contra 1,861 bilhão de toneladas em 2014.
> O desmatamento foi, segundo o estudo, o principal responsável pelo aumento, o que contrariou a tendência de queda no lançamento de poluentes, esperada em um ano de recessão, com retração de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB).
> As emissões por mudanças no uso da terra cresceram 11,3% em 2015. A transformação de áreas de mata em pasto ou plantações representa 46% das emissões brasileiras. Nesse sentido, o observatório destaca que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [– o INPE, que tivemos ocasião de visitar há bem poucos dias, e fizemos de lá um documentário pela nossa Comissão –] apontou para um aumento de 25% na taxa de desmatamento na Amazônia em 2015 em relação ao ano anterior.
> [...]
> O setor de energia, responsável por 24% das emissões no país, registrou queda de 5,3% no lançamento de poluentes em 2015. Além da redução do nível da atividade econômica, o estudo aponta para o aumento do uso de energias renováveis como um dos fatores que levaram à redução.

Vejam o quanto esse item é importante também quando o comparamos com o petróleo. O aumento da energia renovável é um fator que leva à redução da emissão de gases.

> Houve, segundo o levantamento, uma queda de 7,1% no consumo de diesel, devido à diminuição no transporte de cargas ocasionado pela crise. O consumo de etanol e gasolina permaneceu estável. No entanto, o balanço indica uma substituição no uso do fóssil pelo renovável, com aumento de 18,6% do uso de etanol e queda de 9,4% no consumo de gasolina. Com isso, as emissões relacionadas ao uso de combustíveis caíram 7,4%.
> A agropecuária, terceira maior responsável pelas emissões no Brasil, com 22% do total de CO_2, praticamente não variou em 2015, com um aumento de apenas 0,6% em comparação com o ano anterior.
> As emissões industriais (5% do total) tiveram queda de 1,2% no ano passado.
> A poluição resultante da disposição de resíduos, que representa 3% do CO_2 brasileiro, teve ligeira elevação de 0,3%.

Outra matéria:

> Evento em Brasília apresentará tecnologias verdes para estimular a bioeconomia.
> De 8 a 10 de novembro [portanto, na semana que vem] serão apresentadas [aqui] em Brasília (DF), durante o III Encontro de Pesquisa e Inovação da Embrapa Agroenergia (EnPI 2016), as principais tecnologias desenvolvidas pelo Brasil que viabilizem, técnica e economicamente, sistemas de produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

fundamentados em matérias-primas de origem renovável. O evento terá como tema "Bioeconomia: o papel da química verde e dos biomateriais". As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 1º de novembro.

No EnPI, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostrará os resultados de pesquisa para seleção de microrganismos produtores de ácidos orgânicos, bem como a construção de novas linhagens para obtenção de etanol.

Outra linha de investigação muito presente na Embrapa Agroenergia (...) é o uso de fungos para obter produtos com alto valor agregado a partir da glicerina, principal coproduto da produção de biodiesel. (...) [O evento também terá pesquisas] com algumas das classes de enzimas mais recentemente identificadas, que revolucionaram o conceito clássico de decomposição da celulose das plantas. (...) A expectativa é que a caracterização delas, as monoxigenases, permita, em futuro próximo, aplicá-las para tornar mais eficientes os processos industriais que utilizam biomassa vegetal para obter açúcares e, a partir deles, produzir combustíveis, polímeros e produtos químicos de origem renovável.

Para fechar o ciclo, também estão em desenvolvimento pesquisas para aproveitamento de resíduos gerados em várias etapas de processamento da biomassa. Para os cachos de dendê vazios que sobram após a extração dos cachos, duas alternativas em avaliação serão apresentadas: a extração de nanofibras de celulose ou a gaseificação. (...) Os pôsteres com os resultados de todas essas pesquisas ficarão expostos nos três dias do evento. Eles estão organizados em cinco áreas: Genética e Biotecnologia Vegetal; Genética e Biotecnologia Microbiana; Processos Bioquímicos; Processos Químicos; Química de Biocombustíveis e Biomassa.

Para avaliação e premiação, os trabalhos serão agrupados em três categorias: "graduandos", "graduados" e "doutores". (...) Além de divulgar as pesquisas que estão sendo realizadas na Embrapa Agroenergia, o EnPI abrigará um simpósio em que o papel da química verde e dos biomateriais na bioeconomia será debatido em três vertentes: mercado, assuntos regulatórios e desenvolvimento tecnológico.

Quero apelar, mais uma vez, aos nossos Senadores que se encontram já no Senado ou nos gabinetes que venham ao nosso Plenário 15 do Setor de Comissões para podermos cumprir a Ordem do Dia de hoje, a nossa pauta.

Pesquisador é primeiro brasileiro a vencer prêmio mundial em biodiversidade.

O pesquisador Bruno Umbelino da Silva Santos, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), foi o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio mundial Jovens Pesquisadores na área de tecnologia da informação para a biodiversidade.

O tema da dissertação de mestrado de Santos foi "Mapeando a perda do conhecimento da biodiversidade na Amazônia em função do desmatamento histórico e futuro".

O prêmio no valor de €4 mil [Valeu a pena. Isso dá uns R$15 mil!] é concedido pela Plataforma Global de Informação sobre Biodiversidade – GBIF, na sigla em inglês – para financiar as pesquisas.

[Fala ele] "Eu quis estudar os impactos antropogênicos na floresta tropical Amazônia, uma das mais importantes do mundo. Avaliar a ação do homem ao longo do tempo e, com isso, gerar um alerta para mudança de comportamento futuro", explicou Santos.

Com base em um modelo que estima a totalidade de dados na região, ele pretende quantificar o conhecimento sobre a biodiversidade já perdido em decorrência do desmatamento e projetar um mapa que possa ser um instrumental para a orientação de amostragens de campo e pesquisas futuras, especialmente quando usado juntamente aos dados atualizados sobre o desmatamento.

Segundo o estudo, o declínio na qualidade dos dados pode trazer consequências graves para o planejamento da conservação, uma vez que os pesquisadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

> passam a construir modelos de distribuição de espécies com dados incompletos de florestas que não existem mais e que, por definição, não podem ser inventariados novamente.[...]
> Como parceiro do GBIF no Brasil, o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) foi responsável pela seleção nacional que indicou o estudante como concorrente brasileiro. A ação conta com suporte técnico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).[...]
> Anualmente, o prêmio Jovens Pesquisadores oferece dois auxílios de 4 mil euros para um projeto de mestrado e outro de doutorado. Os projetos são avaliados respeitando os seguintes critérios: originalidade e inovação; uso e relevância estratégica para o GBIF; e mensurabilidade e impacto no avanço da informática para a biodiversidade e/ou a conservação da diversidade biológica.
> O vencedor brasileiro compartilha o prêmio com o mexicano Juan M. Escamilla Molgora, doutorando da Universidade de Lancaster, no Reino Unido. A Comissão de Ciência do GBIF elogiou os dois premiados pela inovação e originalidade da pesquisa e o uso criativo de dados disponibilizados pela plataforma global de biodiversidade.

Acho que nós podemos cumprimentar esse ilustre brasileiro que fez esse estudo. O nome do pesquisador que recebe os nossos cumprimentos é Bruno Umbelino da Silva Santos, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Bom dia, Senador Flexa Ribeiro. Estamos aqui saudando mais um brasileiro ilustre, um jovem cientista pesquisador chamado Bruno Umbelino da Silva Santos, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio mundial Jovens Pesquisadores na área de tecnologia da informação para a biodiversidade.

O tema de mestrado desse pesquisador foi "Mapeando a perda do conhecimento da biodiversidade na Amazônia em função do desmatamento histórico e futuro".

É uma região que V. Exª conhece bem, Senador Flexa, afinal, o senhor é um amazônico. E veja bem, ele fez esse estudo sobre as repercussões na biodiversidade na Amazônia em função do desmatamento. Meus cumprimentos ao Bruno Umbelino da Silva Santos, de Alagoas.

A propósito, Senador Flexa, crescem as possibilidades de fazermos uma avaliação da ciência e tecnologia no Estado do Pará, através da nossa Comissão. Bom dia!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom dia, Presidente, Senador Lasier, e Srs. Senadores.

Ainda ontem, eu coloquei a nossa secretária da Comissão, Drª Égli, em contato com a presidente da Funtelpa, no sentido de já começarem a trabalhar a questão da transmissão da audiência pública lá em Belém. Então, já está encaminhado.

Eu vou passar hoje à secretária a relação das instituições, tanto federais quanto estaduais e privadas, ligadas à área de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, para que já possamos fazer os contatos para que organizemos – tenho certeza absoluta – essa audiência, Presidente Lasier, comandada por V. Exª, que será de bastante valia para o nosso Estado do Pará, para que possamos fazer uma imagem da questão da pesquisa no Estado do Pará, e que se projeta para a Amazônia como um todo. Apesar de ser no Estado do Pará, talvez sejam, em nível de pesquisa, o Pará e o Amazonas os Estados da Região que mais se destacam, sendo que esse destaque em relação, lamentavelmente, às Regiões Sul e Sudeste, fica muito aquém da necessidade. Então, a ida da Comissão presidida pela sua competência ao Pará e à Amazônia é da maior valia para que possamos acordar o Brasil para a necessidade de apoiar também a pesquisa na Amazônia, porque a Amazônia é cantada em prosa e verso como a maior biodiversidade do Planeta, e o que existe lá de pesquisa, na realidade... Os outros países conhecem melhor a Amazônia do que nós, brasileiros. Nós estamos com ONGs – vamos dizer assim – que dão uma capa de uma atividade correta de pesquisadores, que estão levando por pirataria da Amazônia os nossos produtos ativos, que estão sendo patenteados e industrializados fora, e vendidos para o resto do mundo, inclusive para o próprio Brasil.

Então, acho que vamos ter uma... Acho não, tenho certeza de que vamos ter uma audiência muito importante, para dinamizarmos e acordarmos o Brasil e, em especial, o Ministério da Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Tecnologia, para que ele olhe a Amazônia e o Norte do Brasil com um olhar muito mais dirigido a dar um apoio aos pesquisadores que querem estar na Amazônia. Falta, às vezes, apoio financeiro, mas também falta um incentivo para que eles possam ficar lá naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Nós temos, Senador Flexa e Senador José Medeiros, envidado todos os esforços para fazer esse programa pela TV Senado, diretamente de Belém do Pará. Nós já fizemos uma avaliação ao vivo, no sul, no Rio Grande do Sul, uma transmissão ao vivo de Porto Alegre; já fizemos uma cobertura também em São Paulo, em São José dos Campos. E temos certeza de que será de muita produtividade esse nosso programa na Região Amazônica, em Belém do Pará, onde poderemos formular essas questões.

O que nós brasileiros temos feito em termos de pesquisas sobre a maior biodiversidade do mundo, que é a Região Amazônica, onde, como disse V. Exª, tem havido uma biopirataria impressionante, de que os brasileiros sabem, mas não conseguem coibir? Então, o que é feito para impedir isso? Numa região que tem tantos micro-organismos, tantas plantas, uma possibilidade de investigação científica para remédios, para a Medicina, o que se faz de concreto? Nós queremos repassar isso ao nosso público e já estamos estudando um formato desse programa que mantenha a atenção do nosso público durante três horas, que é o programa que pretendemos fazer lá, para que os brasileiros saibam.

Essa é uma matéria de interesse patriótico, interesse econômico, interesse científico e, nesse particular, esse programa, se nós conseguirmos concretizar... Estamos contando aqui com uma colaboração inestimável do nosso Senador Flexa Ribeiro e já temos até uma data cogitada, que seria o dia 9 de dezembro, uma sexta-feira à tarde, para fazermos esse programa da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, com transmissão pela TV Senado. Vamos continuar lutando para consumar esse programa. Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Lasier, Senador Flexa, meus parabéns por essa iniciativa.

O Brasil, Senador Lasier, eu digo, não se conhece. Essa é a grande realidade. Nós temos uma riqueza imensa, como V. Exª falou, na biodiversidade e em vários setores, até no turismo. Muitos brasileiros conhecem mais o exterior do que o próprio Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E, nesse particular, é muito importante e se torna mais relevante essa iniciativa por quê? Há muitos países que estão bem à frente na produção de conhecimento, que sabem mais do que nós do nosso potencial, do potencial da Região Amazônica, e mandam para cá muitas ONGs.

Não estou generalizando, mas vêm muitas ONGs – disfarçadas de ONGs – para fazer o quê? Biopirataria, e levar. São os chamados espertos: vêm aqui travestidos de intelectuais, aquela coisa toda, aquele "converseiro", e levam tudo. É muito fácil, porque, como nós não conhecemos, não damos valor; como não damos valor, qualquer um leva. Então, às vezes, nós estamos que nem o galo, que passa por uma pepita de ouro, mas prefere o caroço de milho. Nós estamos no caroço de milho, e eles estão levando. Então, essa é uma discussão interessantíssima. Quem sabe ela empolgue? Quem sabe comece até a empolgar parte da nossa juventude, que ora está sendo levada por devaneios, pelos chamados jovens de 40 anos, que os ficam aliciando para invadir escolas, para não sei o quê?

Nós temos que começar a falar disso aqui, Senador Lasier. Eu sei que esta é a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas, como estamos falando de conhecimento, isso afeta. Porque muitas vezes dizem: "O Brasil não produz conhecimento. Não há interesse pela ciência". Mas, Senador Lasier, eu sou de uma época em que usávamos o lápis até doer o dedo. Hoje, o Estado dá lápis, borracha, lápis de cor, livros dos melhores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Computadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... computadores, boa parte das escolas têm ar-condicionado, e sabe o que está acontecendo? Há um bando de... Não vou falar "alunos" ou "estudantes". Há um bando de invasores, invadindo escolas, impedindo que os outros estudem, para fazer política barata do que não conhecem; uns, inclusive, fumando maconha, fumando *crack* nesses lugares. E eu queria avisar aos pais: tirem seus filhos desse antro. Essas invasões estão virando verdadeiras cracolândias. E, infelizmente, semana passada um aluno morreu. Não se sabe se quem matou estava usando drogas, mas morreu um aluno lá. E eu fico pensando que tipo de pai deixa a sua filha dormir em um colégio onde estão usando drogas, onde não há só comunidade escolar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

onde qualquer um está entrando.
Eles ficam falando: "nós estamos discutindo para uma escola melhor". Se quisessem uma escola melhor, estariam estudando. Eu me lembro de um professor meu que dizia: "se você quer aprender, você aprende, ou pelo professor ou apesar do professor; ou pela escola ou apesar da escola". E rememoro aqui o nosso grande escritor, talvez o maior, um dos maiores do mundo, Machado de Assis, o mulato. Ele era mulato, não podia comparecer à escola junto com os brancos. Atrás de uma moita de capim, pelas frestas, ele olhava e aprendia. Então, quando a pessoa quer aprender... Agora, ar-condicionado, computador, borracha, lápis, tudo de graça, ainda têm o transporte, e dizem: "ah, eu não quero estudar".
Tudo bem. Aí, nós estamos fazendo o quê? Está desmotivado, porque o sistema realmente está arcaico. Propõe-se uma reforma que há mais de 20 anos está sendo discutida, aí dizem que vão para lá. E aí eu digo: há aluno de boa-fé ali, mas manipulado por partidos políticos que perderam a conexão com as ruas e querem fazer isso.
Isso é o seguinte: isso é o atraso. Não há como fazermos ciência, tecnologia; não há como o Brasil prosperar, porque, enquanto os outros países estão disputando ali, e a competição é imensa, nós estamos aqui com as aulas paradas, há não sei quantos dias, porque os alunos estão lá, fumando maconha. Outros...
Para finalizar, Senador Lasier, tivemos de gastar, nessa eleição, segundo dados do TRE, mais de três milhões para remanejar toda a votação.
Então, eu queria, neste momento, também fazer um elogio, uma homenagem à Justiça de Cascavel. O juiz mandou desocupar a escola. Manifestação é livre, a Constituição garante, mas tem limites. Ninguém pode invadir uma rodovia indefinidamente. Ninguém pode invadir hospitais, escolas. Então, eu queria parabenizar a Justiça, que está reintegrando e chamando os pais. Tem de chamar esses pais e responsabilizá-los porque o menor é incapaz, e deixar menores desse jeito é abandono de incapaz.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª tem razão, Senador José Medeiros. Nós estamos vivendo uma fase de invasão de escolas, e grande parte desses estudantes não sabem bem o que estão querendo, porque, há mais de 20 anos, o nosso ensino médio é extremamente medíocre.
As notas que temos apurado através do Ideb e do Enem são ridículas, são médias constrangedoras, para dizer o mínimo. Aí há uma proposta de mudança do ensino médio, e esses estudantes são contra, mas são contra o quê?
Esse projeto vai para discussão agora aqui no Congresso e poderá ser aprimorado, mas alguma coisa tem de ser feita. E, quando alguém tenta fazer alguma coisa, há esse impasse todo que está criado. Então, eu concordo inteiramente. Tem de deixar acontecer. Tem de vir para a discussão o projeto para vermos onde estão os defeitos e melhorarmos naquilo que for possível. Agora, já às vésperas de exames finais, uma enorme quantidade de escolas paralisadas principalmente no Estado do Paraná é um absurdo, um contrassenso!
Vamos continuar aguardando mais Senadores para termos condições. Já há alguns registros eletrônicos, mas precisamos também de registros presenciais para aprovarmos algumas matérias que estão hoje na nossa pauta.
Enquanto isso, mais uma ou duas notícias da nossa Comissão, conforme é praxe, atualizando matérias de interesse e que dizem respeito à ciência, tecnologia, inovação e comunicação. Por exemplo:
"Para ministro, investimento em educação é ferramenta para o desenvolvimento do País." É elementar, mas disse bem o nosso ministro.

> O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, destacou, em solenidade, no dia 26 de outubro, que o investimento em educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento do Brasil. Em Brasília, o ministro participou da entrega do prêmio Anísio Teixeira, concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) a personalidades que contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento da pesquisa e a formação de recursos humanos no país. [Disse ele:]
> "O Brasil vive um momento de transformações importantes. Para sair de uma crise, o grande instrumento de solução é o investimento em educação para que a gente possa fazer com que as pessoas, especialmente os jovens, tenham sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

formação melhorada e possam construir o país que essas mudanças podem proporcionar", afirmou.

Entre os agraciados, estão três representantes de entidades vinculadas ao MCTIC: o Diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), Marcelo Viana; o Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Jorge Guimarães; e o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val.

A premiação homenageia o educador baiano Anísio Teixeira, que difundiu o papel transformador da educação e da escola para a construção de uma sociedade moderna, e também marca as comemorações pelo aniversário da Capes, criada em 1951. "Há 65 anos, a Capes contribui de maneira inestimável para termos um País mais justo, mais igual, onde a educação seja cada vez mais valorizada", afirmou o ministro Kassab.

Então, vamos já dar andamento à reunião.

Senador Flexa, V. Exª poderia fazer a gentileza de ler o item 5, não terminativo? É um ofício do Senador José Medeiros; V. Exª faria a leitura *ad hoc*. Temos em mão aí o requerimento.

Enquanto isso, uma informação importante que diz respeito à TV analógica: "Desligamento de TV analógica é adiado para 17 de novembro no Distrito Federal."

O Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) adiaram para 17 de novembro o desligamento do sinal analógico de TV no Distrito Federal e em nove cidades do Entorno. A previsão do governo era de que as localidades tivessem TV 100% digital a partir desta quarta-feira [26 de outubro].

O desligamento foi adiado porque a última pesquisa feita pela Anatel apontou que menos de 90% das residências estão com TV e conversor para receber o sinal digital. Este é o mínimo exigido para que o sinal analógico seja desligado. Uma nova pesquisa deve ser feita nesta quarta, informou a Anatel.

"A desativação dos canais analógicos de televisão vai ser iniciada na data marcada, dia 26, até o final do dia. E será feita de forma escalonada até o dia 17 de novembro", afirmou o presidente da Anatel, Juarez Quadros.

No DF, a mudança atinge 13 geradoras de conteúdo e 12 emissoras, ou seja, 25 canais que hoje transmitem no analógico só transmitirão no sistema digital a partir de 17 de novembro.

Brasília será a primeira capital do Brasil a desligar o sinal analógico. O processo acontece simultaneamente nas cidades de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Aos poucos, o sinal analógico vai deixar de existir em todo o Brasil, sendo substituído pelo digital.

Na cidade do Rio de Janeiro e em outros 18 municípios do estado, por exemplo, a data prevista para o fim do analógico é em 25 de outubro de 2017, daqui a um ano.

Nos canais que forem desligados, as emissoras ainda vão manter uma cartela informativa no ar, por 30 dias, para que o telespectador saiba da mudança.

O conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone disse que 75% dos *kits* disponibilizados pelo governo a beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais já tinham sido retirados até esta terça. O conjunto é formado por antena, conversor e controle remoto.

Faltam ainda 90 mil *kits* a serem distribuídos. Não quer dizer que as famílias não estejam aptas. Muitas já estavam [adaptadas] e, por isso, não foram retirar. Outra parcela só vai fazer isso posteriormente ao desligamento", declarou.

O governo estima que existam outras famílias que não fizeram a conversão. "Tem pessoas de todas as classes sociais que não fizeram a migração. Não só no Brasil como no mundo inteiro, algumas pessoas só fazem isso quando há o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

desligamento do sinal", diz Zerbone.

Senador José Medeiros, é de sua iniciativa o Ofício nº 33/2014, em que V. Exª é o Relator. Item 5.

(Matéria não lida:

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 33, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2014, de que trata o PDC nº 2.862/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Gurupi, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pelo arquivamento.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 15, de 2014 – remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 33, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de Gurupi, Estado do Tocantins.

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Gurupi, Estado do Tocantins.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados através do Ofício nº 33, de 2014, que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho, e da Exposição de Motivos nº 186, do Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societários.

Se V. Exª me permitir, eu vou direto ao voto, porque isso aqui é a simples transferência do controle societário.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças. Portanto, insere-se nas competências desta Comissão.

O voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 33, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Gurupi, Estado do Tocantins, porque foram cumpridas todas as obrigações previstas no art. 222 da Constituição.

Portanto, este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Vamos deixar a discussão e a votação sobre a Televisão Rio Formoso mais para o final, quando houver quórum.

Eu tenho também um requerimento extrapauta, que é o item... É extrapauta, claro. Vou ler – também já subscrito pelo Senador José Medeiros – e vou dar conhecimento do conteúdo.

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema "Ciência e Tecnologia no combate ao tráfico de drogas: novas perspectivas". Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Roberto Alegretti – Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ); Prof. Dr. Francisco Aragão - Responsável pelo laboratório de engenharia genética e biotecnologia da Embrapa; Prof. Dr. Jozivaldo Gomes de Morais - Diretor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Faculdade de Ciências Agrícolas de Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Profª. Renata Evangelista de Souza - Doutora em Ciências Florestais da UFSCAR-SP; Giancarlo P. Sena - Doutor em biotecnologia e Diretor de expansionismo rural dos projetos de reversão das áreas de cultivo de coca (OSCIP Federal-CMPR); Desembargador Marcos Machado - MT.

Autoria: Senador José Medeiros e outros

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o tema Ciência e Tecnologia no Combate ao Tráfico de Drogas – Novas Perspectivas. Para tanto proponho que sejam convidados o Sr. Roberto Allegretti, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad); o Prof. Dr. Francisco Aragão, responsável pelo Laboratório de Engenharia Genética e Biotecnologia da Embrapa; o Prof. Dr. Jozivaldo Gomes de Morais, Diretor da Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Federal de São Carlos; a Profª Renata Evangelista de Souza, Doutora em Ciências Florestais da UFSCAR de São Paulo; o Giancarlo Sena, Doutor em Biotecnologia e Diretor de Expansionismo Rural dos Projetos de Reversão das Áreas de Cultivo de Coca da OSCIP Federal.

Justificação.

Em 23/08/2016 a Lei nº 13.343/2006 (Lei Antidrogas) completou 10 anos de vigência. Conforme a previsão legal (art. 1º; art. 3º incisos I e II; art. 4º, inciso X e art. 5º, inciso III) os seus objetivos são a prevenção do uso indevido, a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito.

No entanto, após esse decênio, verifica-se que há um enorme descompasso entre os objetivos da lei e a realidade vivenciada no País. Em 2014, por exemplo, o Brasil possuía uma população carcerária de incríveis 607.731 pessoas. Ora, é sabido que desse contingente, mais de 30% são de presos que respondem por crimes relacionados à lei de entorpecentes, e o pior, sem a consequente redução da criminalidade, que só aumenta a cada dia, sem aparente solução.

Soma-se a isso o fato da evidente impossibilidade de patrulhar adequadamente os 16.886 km de fronteiras terrestres do Brasil. Sabe-se que 90% da droga consumida aqui entra através de Bolívia e Peru, enquanto os 10% restantes saem da Colômbia. Já o Paraguai cobre 80% da demanda de maconha, segundo dados da Polícia Federal.

Assim, é inadiável que a sociedade, e por consequência o Estado, busquem novas alternativas de combate às drogas, haja vista a completa obsolescência do atual modelo, sobretudo pós-lei Antidrogas.

Nesse sentido, propomos esse debate para conhecer o que vem sendo feito no âmbito da pesquisa científica e tecnológica, e que poderia ser utilizado em formas inteligentes e mais efetivas de combate às drogas.

Esse é o requerimento de uma audiência pública com este tema: "Ciência e Tecnologia no combate ao tráfico de drogas: novas perspectivas."

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu não sei se é possível. Se for possível, gostaria de sugerir que a gente pudesse colocar também o olhar do Judiciário. Eu queria sugerir a presença do Desembargador Marcos Machado, que é um lutador lá no Mato Grosso e tem muita experiência na fronteira. Eu acho que poderia agregar, junto com os especialistas, ao tema, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não. Sim. Acho que é possível. Quanto mais contribuições de autoridades e especialistas, mais enriquece este nosso projeto, este nosso requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, encaminharei a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Peço a V. Exª que encaminhe por escrito, então, o nome e os dados. Ou, então, podemos escrever aqui mesmo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Desembargador Marcos Machado, do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não. Peço a gentileza, *ad hoc*, do nosso Senador Flexa para nos apresentar os itens 1 e 2, não terminativos. O primeiro é da relatoria do Senador Eduardo Amorim; o item 2, é do Senador Cristovam Buarque.

Por favor, Senador Flexa, item 1; e, depois, o item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ITEM 1

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2015

- Não terminativo -

"Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala."

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação com ajuste de redação que apresenta, substituindo a expressão "das tarifas" por "dos preços"

Observações:

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável às Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2008.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Senadores, vem ao exame da CCT a Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 238, de 2008 (Projeto de Lei nº 3.554, de 2012, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (conhecida como Lei Geral de Telecomunicações – LGT), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

A ECD nº 6, de 2015, contém duas emendas. A Emenda nº 2 acrescenta inciso XV ao art. 15 da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fust, para explicitar a possibilidade de utilização de recursos desse fundo na redução das tarifas nos planos alternativos de serviços oferecidos a usuários de serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala. A Emenda nº 1 altera a ementa do PLS nº 238, de 2008, a fim de refletir a modificação incluída pela Emenda nº 2.

Antes de ser remetida à CCT, a Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde foi aprovada integralmente.

Análise, Sr. Presidente.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar da última Comissão a apreciar a proposição, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII. As emendas em exame não contrariam preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

No que tange à juridicidade e à regimentalidade, de igual modo, a proposição se mostra adequada.

Com relação ao mérito, o PLS nº 238, de 2008, na forma originalmente aprovada pelo Senado Federal, estabelece aos usuários dos serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou da fala o direito a plano com valores reduzidos para serviços de mensagem de texto. Entretanto, não havia no texto previsão explícita da origem dos recursos que custeariam esse benefício, o que poderia se reverter no aumento dos valores cobrados dos usuários em geral.

Nesse sentido, as duas emendas da ECD nº 6, de 2015, são meritórias, pois explicitam a possibilidade de utilização de recursos do Fust para a redução dos custos dos planos de serviços alternativos ofertados a usuários de serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala. Com isso, aperfeiçoa-se a intenção original do projeto.

Ressalta-se, entretanto, que a Emenda nº 2 aponta para a possibilidade do uso do Fust na redução das tarifas. Essa redação tornaria inócua a lei, uma vez que as tarifas somente existem nos serviços de telecomunicações prestados em regime público, ou seja, no Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) – a telefonia fixa. Contudo, as mensagens de texto de que trata o PLS nº 238, de 2008, são transmitidas por meio de serviços de telecomunicações prestados em regime privado, particularmente do Serviço Móvel Pessoal (SMP), que disponibiliza o serviço de mensagens curtas e que, por meio de conexão à internet, permite o uso de diferentes aplicações de mensagens de texto (SMS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Assim, a fim de aprimorar a terminologia empregada na Emenda nº 2, é necessário ajustar sua redação, de forma que os recursos do Fust sejam aplicados na redução dos preços dos serviços de telecomunicações.

Como se verifica, trata-se de mero ajuste redacional, que em nada altera a intenção original exposta nas manifestações da Câmara dos Deputados.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 1 da ECD nº 6, de 2015, em sua forma original e pela aprovação da Emenda nº 2, com ajuste de redação substituindo a expressão – aspas – "das tarifas" – fecho aspas – por – aspas – "dos preços" – fecho aspas.

Este é o voto, Sr. Presidente, do parecer do Relator Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eduardo Amorim, perfeito.

Nos faltam ainda dois Senadores. Temos um quórum de sete. Mais dois, teremos condição de discutir e votar. Então, vamos aguardar um pouco mais.

Peço a V. Exª, que leia o item seguinte, que é da relatoria do Senador Cristovam Buarque.

(Matéria não lida:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via rede mundial de computadores - internet em concurso público.

Autoria: Deputado Otavio Leite

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 2, que é da relatoria, como V. Exª já disse, Senador Lasier Martins, do Senador Cristovam Buarque. Faço a leitura como Relator *ad hoc.*

Vem ao exame desta CCT o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.389, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Otavio Leite.

A iniciativa tem por objetivo disciplinar os concursos públicos para provimento de vagas em órgãos e entidades da União, tornando obrigatória a oferta da modalidade de inscrição pela internet.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º, a inscrição via internet implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no edital e dos demais atos disciplinadores do concurso, em relação aos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento ou inconformação.

O art. 2º da proposição estabelece que inscrição via internet será feita exclusivamente no sítio da instituição responsável pelo concurso ou da entidade executora contratada, onde deverá constar o edital do certame e o campo de preenchimento do boleto eletrônico para pagamento da taxa de inscrição.

A iniciativa prevê a possibilidade de pagamento da taxa de inscrição com cheque emitido pelo próprio candidato (art. 2º, §2º).

O art. 3º exclui a responsabilidade da instituição organizadora por eventuais falhas de natureza técnica que impossibilitem a efetivação da inscrição.

O art. 4º dispõe que o pagamento da taxa de inscrição certificará que o candidato aceita as condições estabelecidas no edital e preenche os requisitos para a investidura no cargo ou emprego.

Por fim, o art. 5º determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Após tramitar por este Colegiado, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre proposições relacionadas com as áreas de comunicação e informática, temática abrangida pelo projeto sob exame.

O uso cada vez mais intensivo das tecnologias da informação e comunicação fez surgir uma sociedade cada vez mais conectada. O Brasil possui mais de 100 milhões de internautas, sendo que 65% dos jovens com até 25 anos acessam a internet todos os dias, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

2015, conduzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Também crescente é o número de transações realizadas no ambiente virtual, inclusive no setor público. Registre-se, a propósito, a existência, no âmbito do Poder Executivo, do Programa de Governo Eletrônico brasileiro, que tem como princípio a utilização dessas tecnologias para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.
Nesse sentido, deve-se louvar a iniciativa de incorporar definitivamente o uso da internet aos concursos públicos realizados pelos órgãos e entidades da União, tornando o processo de inscrição mais simples, ágil e menos oneroso, o que, conforme salientado pelo autor da iniciativa, contribui para ampliar o acesso das pessoas aos concursos públicos, aumentando a competitividade e melhorando o nível do certame.
Observo, contudo, que o Senado Federal aprovou, sob a forma de substitutivo, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, que regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.
Ao longo dos três anos em que tramitou nesta Casa, a matéria foi sucessivamente aprimorada, tendo sido objeto de audiência pública e de contribuições dos Parlamentares, consubstanciadas em doze emendas.
O texto, que se encontra em exame na Câmara dos Deputados em regime de prioridade (Projeto de Lei nº 6.004, de 2013), é composto de nove capítulos e disciplina de forma bastante abrangente todos os aspectos pertinentes à realização dos concursos públicos, tais como edital, inscrição, provas, conteúdo programático, critérios de avaliação e recursos.
Observe-se que o PLS nº 74, de 2010, trata o processo de inscrição de forma detalhada, estabelecendo, inclusive, a obrigatoriedade do uso da internet, incorporando, dessa forma, as disposições do projeto ora em análise.
Assim, de acordo com o art. 334, inciso II e §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria sob exame deverá ser declarada prejudicada em razão do seu prejulgamento pelo Senado Federal em outra deliberação.
Voto, Sr. Presidente.
Ante o exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2015.
Este é o voto do Senador Relator Cristovam Buarque.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.
Vamos aguardar. Falta um Senador. Com a chegada do Senador Aloysio, que enriquece nosso quórum, falta apenas um. Se dependesse de mim, a presença do Senador Aloysio valeria por duas.
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pobre de mim.
Quero dizer ao nosso telespectador, meu caro Presidente, que nós estamos com três comissões ao mesmo tempo: a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. São três comissões funcionando ao mesmo tempo, o que mostra a completa irracionalidade do nosso Regimento, que não se consegue reformar, porque, ao invés de se reduzir o número de comissões e de se concentrar – e penso que esta nossa Comissão é uma comissão que deve permanecer, pela importância do tema –, criam-se novas comissões.
Agora...
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Qual seria a solução, Senador?
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Concentrar comissões. Concentrar em torno de um tema "guarda-chuva" vários temas que hoje estão dispersos em várias comissões. Desenvolvimento regional pode, perfeitamente, estar na Comissão de Assuntos Econômicos. É só um exemplo.
À medida que se cria uma comissão, você tem interesses políticos que, em primeiro lugar, estão na raiz, na origem da criação da comissão. E, depois, ali se cria também um espaço de articulação política e tal. É muito difícil se rever. E o resultado é este: uma pauta impossível de se cumprir.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom, nós estamos aqui desde cedo, com nossas matérias da nossa Comissão, mas há uma matéria relevantíssima, que é essa da PEC do controle de gasto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Pergunto, já que estamos aqui sem saber o que está acontecendo por lá, se lá também não há quórum?
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não. Lá nós temos quórum. O Relator da matéria, Senador Eunício Oliveira, está agora na sala da Presidência da Comissão dando os últimos retoques no seu parecer, que será lido logo mais, mas já temos quórum. Daqui a alguns minutos, a Comissão vai iniciar os seus trabalhos com a leitura do parecer do Senador Eunício Oliveira.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Nós todos aqui temos interesse também em acompanhar esse relatório, mas desde que consigamos acelerar as votações das matérias que estão aqui pendentes ainda de apenas mais uma presença.
Agradeço a participação do Senador Flexa.
Peço ao Senador José Medeiros a fineza de ler para nós, como Relator *ad hoc*, o parecer, que esteve a cargo do Senador Cristovam, do item 3, o PLS 201.
Senador José Medeiros.

(Matéria não lida:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014
- Não terminativo -
Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com posterior remessa da proposição à Secretaria-Geral da Mesa, para que proceda à sua reautuação como projeto de lei complementar
Observações:
A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto.)
O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A proposição é constituída por dois artigos: o primeiro artigo acresce à Lei nº 5.851, de 1972, o art. 4º-A, que determina em seu *caput* que os recursos oriundos de pesquisas realizadas pela Embrapa, da venda de produtos, matrizes biológicas e animais serão aplicados obrigatoriamente em suas unidades de origem.
Conforme o §1º do referido artigo, terão o mesmo tratamento os recursos captados pela Embrapa no desempenho das atividades de que trata o *caput* e que sejam realizadas mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.
O §2º dispõe, por sua vez, que os recursos de que trata o *caput* não serão objeto de repasse ao Tesouro Nacional quando da apuração do balanço patrimonial e do resultado econômico no encerramento de cada exercício financeiro.
O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência e determina a entrada da lei em vigor na data de sua publicação.
Na justificação, o autor discorre sobre a proeminência da Embrapa em pesquisas para adaptação de importantes culturas para a realidade brasileira e sustenta que o projeto pretende possibilitar à Embrapa utilizar todos os recursos oriundos dessa atividade de pesquisa diretamente em suas unidades.
A proposição foi distribuída à análise das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que adotou parecer pela aprovação, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa.
Não foram apresentadas emendas à matéria.
Passo à análise.
Compete à CCT opinar sobre proposições que tratem de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica e da organização institucional do setor, nos termos dos incisos I e III do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).
Relativamente ao mérito, é importante destacar a relevância do papel desempenhado pela Embrapa para o avanço da produtividade na agropecuária nacional nas últimas quatro décadas. A evolução tecnológica na agropecuária possibilitou um aumento da produção com menor utilização relativa.
Quanto à iniciativa, a matéria não consta do rol do art. 61, §1º, da Constituição. Não se trata, portanto, de conteúdo de iniciativa privativa do Presidente da República, podendo o Projeto ser apresentado por qualquer Parlamentar. Tampouco se trata de matéria que possa ser regulamentada exclusivamente mediante decreto do Presidente da República, na forma do art. 84.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Destaca-se, todavia, que o PLS dispõe sobre norma de gestão financeira de entidade da administração indireta, o que é reservado à lei complementar, conforme dispõe o §9º do art. 165 da Constituição Federal.

Dessa forma, é possível que a lei decorrente do PLS venha a sofrer contestação, caso a proposição seja aprovada como lei ordinária, por inconstitucionalidade formal objetiva, que, se declarada, implicaria nulidade da nova lei como um todo.

Para evitar que o futuro diploma legal venha a ser declarado inconstitucional, sugerimos a remessa da proposição à Secretaria-Geral da Mesa, para a adoção das providências aplicáveis ao caso.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2014, com posterior remessa da proposição à Secretaria-Geral da Mesa, para que proceda à sua reautuação como projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Peço-lhe a fineza, para concluir essa parte e depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já podemos discutir esse item agora lido, que é o item 3.

Quem quer discutir... (*Pausa.*)

Se ninguém quer discutir, podemos votar.

Em votação o item 3 que acaba de ser lido pelo Senador José Medeiros.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, o item 3 já está aprovado.

Podemos retornar ao item 1, que foi lido pela Senador Flexa, para discutir e votar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu vou pedir vista do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Do item 3?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Do item 1, que o senhor anunciou agora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Do item 1?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, pedido de vista ao Senador José Medeiros do item 1, que foi lido há pouco pelo Senador Flexa.

Vamos para o item 2 que também foi lido pelo Senador Flexa, da lavra do Senador Cristovam.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o item 2.

Vamos ao item 5 que já foi lido pelo Senador José Medeiros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Sem quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o item 5 e podemos ir para o item 6 que ainda não foi lido.

Eu pediria a gentileza ao Senador Edison Lobão, que nos dá a honra da sua chegada. O item 6, que é da autoria do Senador Dário Berger que está ausente. Então, como Relator *ad hoc,* Ofício 44/2014. (*Pausa.*)

Finalmente, temos o mínimo de nove Senadores para deliberar sobre esses vários itens da nossa pauta de hoje.

(Matéria não lida:

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 44, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pelo arquivamento)
O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Edison Lobão.
O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26, de 2014, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Subaé Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia.
A matéria foi remetida ao Senado pela Câmara dos Deputados, que encaminha a Mensagem nº 257, de 1º de setembro de 2014, acompanhada de despacho de 29 de agosto de 2014 e de exposição de motivos que menciona.
Voto.
Em vista do exposto, Sr. Presidente, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 44, de 2014, que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Subaé Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município já mencionado, Feira de Santana, no Estado da Bahia.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Edison Lobão.
Em discussão o relatório feito pelo Senador Edison Lobão. (*Pausa.*)
Se ninguém quiser discutir, em votação. (*Pausa.*)
Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)
Aprovado.
Temos agora o item 7, um requerimento de minha autoria, que passo a ler:

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 39, de 2016
- Não terminativo -
Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) visando prover informações e esclarecer sobre a importância, as necessidades legislativas e normativas e os desafios da área de Previsão do Tempo e Clima no Brasil, devendo ser convidados: Sr. Antônio Ocimar Manzi - Coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE); Sr. Francisco José Arteiro de Oliveira - Diretor de Planejamento e Programação de Operações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Sr. Haroldo Fraga de Campos Velho - Pesquisador Sênior do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada LAC / CTE / INPE; Sr. Pedro Leite da Silva Dias – Professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).
Autoria: Senador Lasier Martins
Em discussão o Requerimento nº 39, de 2016. (*Pausa.*)
Se ninguém quer discutir, em votação.
Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento nº 39, de 2016, desta Comissão.
Extrapauta. Lemos há pouco o requerimento que quer discutir a Ciência e Tecnologia no combate ao tráfico de drogas. Novas perspectivas, onde propusemos aqui várias autoridades e personalidades versadas no assunto, onde tivemos o aditamento de mais um personagem pelo Senador José Medeiros, o Desembargador Marcos Machado, do Mato Grosso.
Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)
Aprovado.
Portanto, oportunamente colocaremos em pauta a discussão sobre Ciência e Tecnologia no Combate ao Tráfico de Drogas.
Peço mais uma vez ao prestimoso Senador...
(*Intervenção fora do microfone.*)
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ah, esses já foram lidos. Agora, para deliberar os itens 10, 11, 12, 13. Todos lidos pelo Senador Flexa.
Nós não temos... Não teremos presença.
Então, do item 8 ao 27 – não, há mais aqui do outro lado –, do item 8 ao 30, 22 PDLs lidos, não temos quórum presencial, de modo que teremos que adiar essas votações e correrms para as outras duas comissões que estão em andamento, que são a CAE e a CCJ, com matérias muito importantes na manhã de hoje.
Está encerrada a reunião de hoje, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Pastor Valadares, Telmário Mota, Gladson Cameli, José Medeiros, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Deca, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 30ª e 32ª reuniões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, passa-se à apreciação da pauta: 4ª Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT nº 11/2016, de autoria do Senadores Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e Aloysio Nunes Ferreira, destinada a debater acerca do tema "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores José Eduardo Krieger, Pró-reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo - USP; Rui Vicente Oppermann, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Antônio Fernando de Souza Queiroz, Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA; e Rômulo Simões Angélica, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará - UFPA. Justifica a ausência o Senhor Jaime Martins de Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado!

Declaro aberto a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de novembro de 2016.

Hoje, vamos seguir as audiências públicas que temos realizado, para avaliar a política publica do Governo no setor de pesquisa científica e tecnológica.

Leio um comunicado da Presidência da Comissão.

Chegou a esta Comissão a Carta nº 680/2016, encaminhada pelo Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e do Conselho do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em que reforça convites anteriormente enviados aos senhores membros da CCT para participarem da 9ª Olimpíada do Conhecimento. O evento, realizado a cada dois anos, é a maior competição de educação profissional das Américas e será realizado entre os dias 9 e 13 deste mês de novembro no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília. Nesta edição, participarão alunos de cursos técnicos e de formação profissional do Senai, dos Institutos Profissionais e Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Serviço Social da Indústria e de escolas públicas.

Senhoras e senhores, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos, hoje, a quarta audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 11/2016, da CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, também de acordo com o Plano de Trabalho apresentado para a avaliação das políticas públicas relacionadas aos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, proposto por este Senador, Relator da matéria. Ambas as proposições foram aprovadas por esta Comissão.

Destina-se esta audiência pública a promover o debate sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Justifica a ausência nesta reunião o Senador Cristovam Buarque por motivo de viagem.

Para debater o assunto, nós temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: o Exmo Prof. José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), a quem agradeço pela presença; o Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a nossa UFRGS, a qual tive a honra de frequentar como aluno de Direito que fui. É um prazer, Professor!

O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – É um prazer!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Convido ainda o Prof. Dr. Antônio Fernando de Souza Queiroz, do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Obrigado pela presença.

Convido o Prof. Rômulo Simões Angélica, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Pará (UFP).

Convido o Prof. Jaime Martins de Santana, Decano de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB), que ainda não chegou aqui. Ele deve chegar daqui a pouco. Há um probleminha de invasão na universidade. É um problema que se tem registrado ultimamente. Mas, daqui a pouco, deve estar aqui o Prof. Jaime Santana, da Universidade de Brasília.

É notória a relevância das universidades em frente das pesquisas científicas e tecnológicas ao redor do mundo. Aquela crítica do passado sobre o que é mais importante, a ciência básica ou a aplicada, já caiu por terra. Na atualidade, os governantes devem estar atentos aos problemas econômicos e sociais e estabelecer o equilíbrio de investimento entre as pesquisas básicas e aplicadas que influenciam diretamente o desenvolvimento contínuo de uma nação.

Assim têm feito os famosos Tigres Asiáticos, que vieram dominar o mercado mundial da ciência, da tecnologia e da inovação nas principais áreas do conhecimento, como ciências médicas, fármacos, alimentação, semicondutores, biotecnologia, automotivos, defesa e aeroespacial, cosméticos e Tecnologia da Informação e Comunicação. Neste último setor, por exemplo, onde as inovações são fundamentais para as demais áreas de pesquisa e de serviço, estudo publicado pela Thomson Reuters, em 2016, retrata que 31% das 430 mil invenções do mundo – foram 430 mil invenções no mundo em 2015 – são do setor de TICs e que, das dez empresas líderes desse setor, oito se localizam na China, no Japão e na Coreia do Sul e apenas duas se localizam nos Estados Unidos: IBM e Google. No setor de dispositivos médicos e diagnósticos, foram quase 15 mil invenções no período de 2011 a 2015, desenvolvidas apenas pelas dez empresas líderes: uma sul coreana e as outras nove japonesas.

Diante desse cenário, podemos afirmar que as políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação desses países são as principais causas para tais resultados, ou existem outros fatores de maior relevância? É o que queremos saber: o que podemos aplicar à realidade brasileira?

Observando a realidade da política pública para o setor de pesquisa científica e tecnológica no Brasil, que está centrada no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e no Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), foi que, em 2016, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro apresentaram o Requerimento nº 11/2016, da CCT, para que os dois fundos fossem avaliados por esta Comissão do Senado Federal.

Após ouvir em audiências públicas o Ipea, o TCU, empresas privadas, associações e institutos de pesquisas tecnológicas, teremos agora a oportunidade de conhecer a experiência de algumas das universidades brasileiras beneficiárias dos dois fundos de fomento ligados ao MCTI.

Então, como eu já disse aqui, já contamos com as presenças do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof. Rui Vicente Oppermann, e dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, o Prof. Rômulo Simões Angélica; da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Antônio Fernando de Souza Queiroz; da Universidade de Brasília, o Prof. Jaime Martins de Santana; e da Universidade de São Paulo, o Prof. José Eduardo Krieger.

A todos, então, desde logo, nosso agradecimento por atenderem nosso convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Reafirmando, Srs. Reitores, telespectadores, presentes, nós vamos fazer hoje esta audiência com os reitores e com os pró-reitores. Na próxima e última reunião da Comissão com relação a esse tema, vamos ouvir os gestores dos ministérios, com o que estaremos prontos para concluir nosso relatório, que traremos à votação na Comissão provavelmente no dia 9 de dezembro ou em data aproximada. Não queremos deixar a leitura do relatório para a última reunião do ano. Portanto, vamos fazê-lo na penúltima reunião. Com isso, teremos uma ideia bastante avançada do que é a nossa realidade de hoje e das dificuldades com relação a investimentos do Governo nesta área transcendental para o desenvolvimento do País, que é a área da pesquisa científica e tecnológica.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, concederemos a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores presentes, na ordem da inscrição.

Faço um apelo aos Senadores que ainda se encontram nos gabinetes que venham aqui para a nossa reunião, que hoje é realizada no Plenário 9. O nosso plenário está em reforma, e, hoje, estamos no Plenário 9.

Entendemos que hoje haverá um menor número de Senadores, porque, daqui a pouco, começará uma importantíssima reunião também da Comissão de Constituição e Justiça, acumulada com a Comissão de Assuntos Econômicos, para a primeira avaliação da tão discutida PEC do teto de gastos. Essa reunião, provavelmente, vai nos retirar boa quantidade dos integrantes desta Comissão.

De qualquer maneira, estamos transmitindo, ao vivo, esta nossa reunião de hoje para todo o Brasil pela TV Senado, e ela terá sua grande valorização pelo o que vai constar no relatório, ao qual daremos continuação hoje e que apresentaremos, dentro de poucas semanas, com suas conclusões.

Propomos a cada um dos nossos expositores 15 minutos para a sua apresentação, e, ao final, haverá oportunidade de novas manifestações, conforme perguntas que nós poderemos formular, bem como perguntas que virão pela internet.

Nós formulamos algumas perguntas para direcionar alguns pontos que julgamos importantes. Então, independentemente do que dirão aqui os nossos eminentes convidados, nós gostaríamos que focassem, mesmo que seja de passagem, respostas a duas ou três perguntas que previamente encaminhamos a S. Exªs.

Por exemplo, ao nosso primeiro convidado que vai se manifestar, que é o Prof. José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), pedimos que nos apresente sua experiência em relação às seguintes questões, independentemente do que o Dr. José Eduardo Krieger disser aqui: em que proporção têm sido aproveitados por sua universidade, a USP, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), bem como outras políticas públicas de incentivo à pesquisa e à inovação? Então, esta é uma pergunta: em que proporção têm sido aproveitados os recursos? A segunda pergunta é: que resultados efetivos esses recursos têm propiciado para a área de inovação e da pesquisa científica? Essas duas perguntas são preponderantes.

Agora, se houver tempo, há perguntas secundárias: por que, em geral, o crescimento no número de publicações científicas não se tem refletido num crescimento proporcional ao número de pedidos de patentes?

Há outra pergunta, a quarta: como se avalia a progressiva redução de recurso do FNDCT e do Funttel para ações verticais e o consequente crescimento de recursos para ações transversais? Que benefícios ou prejuízos essa alteração de perfil provoca?

Então, com a palavra o Prof. José Eduardo Krieger, da USP.

Bom dia!

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Bom dia a todos!

Sr. Senador Martins, colegas de Mesa, telespectadores e membros que estão aqui conosco, é um prazer muito grande participar deste evento. Acho que só a discussão reflete a importância que o Senado está dando para essa área. Nós todos sabemos que a ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do País, especialmente para o nosso País, que é um dos campeões em desigualdade de distribuição de renda. Talvez, parte das soluções de que precisamos deverá sair daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Muito bem, vou procurar abordar, então, as quatro perguntas.

Conforme vocês podem ver nesse quadro, vou iniciar apresentando alguns dados que dizem respeito às perguntas nºs 1 e 2, que já foram mencionadas pelo nosso Senador Martins.

A Universidade de São Paulo, para todas as medidas, é uma universidade grande. Ela não só se distribui em sete *campi* no Estado de São Paulo, mas também tem alguns números que são substantivos. Eu digo isso, porque ela vai ter de ser comparada, da mesma maneira que algumas outras universidades federais e estaduais do País, com as universidades ditas de pesquisa, que são aquelas que têm a maior contribuição, que trazem a maior contribuição para a produção de conhecimento e para a transformação de conhecimento em riqueza.

Nós temos cerca de seis mil docentes, quase 17 mil servidores não docentes e quase cem mil alunos. Desses cem mil alunos, dois terços são alunos de graduação, e um terço, alunos de pós-graduação. Então, este é o primeiro elemento muito importante: essa é uma universidade muito grande, que cobre todas as áreas do conhecimento. E, se começarmos inicialmente a fazer uma comparação, por exemplo, com Harvard, que não é uma universidade pequena, ela tem o tamanho que é cerca de um quarto a um quinto daquela universidade. Quando nós vamos falar, por exemplo, de Caltech, nós vamos ainda para um número bastante menor. Então, é importante termos isso em mente quando estamos aqui preocupados com a nossa ciência e em como vamos capacitar o nosso País.

Esse quadro apresenta os recursos provenientes do CNPq, uma das torneiras do FNDCT importante para a distribuição de recursos, mostrando que houve, nos últimos anos, certo crescimento, cerca de R$200 milhões para a Universidade de São Paulo, sendo que o maior contingente é na forma de bolsas. E nós temos, em verde, o que são os auxílios à pesquisa. Então, aqui, já há uma primeira demonstração de que o foco do País ou dessas linhas de financiamento está muito mais na provisão de bolsas do que na atividade-fim, que é a pesquisa. Esse é um primeiro elemento que vocês precisam ter em mente.

São Paulo tem algumas particularidades, e isso precisa ser bem enfatizado. Nós temos uma agência de fomento estadual, a Fapesp, que é modelar na nossa estrutura e que contribui de maneira também bastante importante. Então, enquanto nós mostramos anteriormente o financiamento do CNPq de cerca de R$200 milhões, o valor da Fapesp para a Universidade de São Paulo é quase três vezes maior do que isso. Então, nós temos quase R$600 milhões; no ano passado, foram R$580 milhões. E aqui nós já vemos que há uma distribuição um pouco diferente do que vai para auxílios à pesquisa e para bolsas. Bolsas representam menos de 50%, enquanto, no financiamento pelo CNPq, a maior proporção desses recursos era de bolsas.

Esse eslaide é outra forma de mostrar, agora, esses dois números. Vocês veem que o financiamento do CNPq, praticamente, está estável ao longo dos últimos anos – isso não leva em consideração, evidentemente, a desvalorização pela inflação –, enquanto o da Fapesp continuou crescendo. Evidentemente, agora, com a diminuição da arrecadação, pois os fundos da Fapesp têm origem numa parcela da contribuição do ICMS, então, há uma expectativa de diminuição. Mas houve esse aumento bastante importante. Então, há quase R$600 milhões originários da Fapesp para a Universidade de São Paulo.

É muito difícil, conforme já foi salientado por outros expositores nesta CCT... Por exemplo, a nossa colega do Ipea já disse da dificuldade da obtenção desses números, mas aqui dá para se ter uma ideia geral. Agora, estou mostrando números que se referem a São Paulo, mas imaginem que quase a metade dos números de São Paulo é para a Universidade de São Paulo. Então, há aqui aquele número da Fapesp, que é de quase R$1 bilhão por ano, e a USP leva mais ou menos metade disso: R$500 milhões. Em verde, está o que é da Finep, não reembolsável. Em vermelho, está o que é da Capes, que é uma contribuição importante para as bolsas, que chega de duas maneiras à universidade: diretamente e também indiretamente, porque ela entra também pelos grupos, pelas disciplinas de pós-graduação que são nota 5 e nota 6, que recebem o recurso diretamente. E, finalmente, vêm os valores do CNPq.

Então, imaginem que estes aqui são dados bastante importantes, já mostrando que, em São Paulo, quase 50% vêm da Fapesp. E, na área federal, então, seriam Finep, CNPq e Capes as principais fontes de recursos.

Isso é muito, ou isso é pouco? Essa é uma primeira pergunta que nós temos de fazer. O nosso Presidente já mencionou dados da Thomson Reuters, mostrando a agilidade que os chamados Tigres Asiáticos têm. Nós poderíamos começar perguntando quanto é que eles investem em proporção ao PIB nessa atividade de pesquisa e desenvolvimento. Então, Israel investe quase 5%; a Suécia, quase 5%; o Japão e a Coreia, acima de 3%. E a gente começa a chegar a coisas mais semelhantes ao Brasil. Então, se pegarmos os 27 países da Comunidade Europeia, é cerca de 1,8% do PIB; em São Paulo, é cerca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

1,6%. E por que separo São Paulo? Porque, se a gente colocar o Brasil, nós vemos que ele está com cerca de 1,1%; se eu excluir São Paulo dessa conta, esse número cai pra 0,9%.

Então, isso já mostra que, independentemente de pontos que o nosso Presidente já discutiu em outras destas reuniões da Comissão sobre questões relacionadas à gestão e à priorização, há um problema também de volume de recursos. Então, isso é importante ter em mente. Proporcionalmente à nossa economia, nós ainda estamos investindo pouco. São Paulo fez uma política de investir praticamente 13% da arrecadação em ciência e tecnologia em ensino superior e em escolas técnicas, o que faz com que vários dos indicadores de São Paulo – isto vem há mais de quatro ou cinco décadas – manifestem-se como sendo os principais. Então, é fundamental ter isto em mente: é importante a quantidade de recursos, além das outras questões que, certamente, serão discutidas nesta Comissão.

O efeito disso é que o Brasil, São Paulo e a Universidade de São Paulo tiveram um crescimento muito grande na produção científica desde a década de 80. Isso pode ser ilustrado aqui pelos dados da Universidade de São Paulo, que hoje publica quase dez mil documentos em revistas especializadas. A Universidade de São Paulo é praticamente 25% do Brasil, sozinha, uma única instituição. Então, o Brasil está produzindo cerca de 40 mil documentos. São Paulo, o Estado de São Paulo produz a metade, 50%, e a USP, 25% disso.

O que se observa aqui – e eu digo agora em números do Brasil – foi um salto espetacular. Isso vai ser importante, porque este foi um projeto de Brasil, a pós-graduação. Então, com a pós-graduação, um projeto de Estado, não um projeto de Governo, nós tivemos esse tremendo aumento nas últimas décadas. Poucos países fizeram isso. Por quê? Porque nós, no Brasil, fomos de um patamar de 0,5% na produção científica nacional para 2,5%. Ou seja, todo mundo aumentou, mas nós aumentamos mais ainda. Então, isso mostra que nós temos capacidade. Quando temos uma política, quando temos uma estruturação, quando temos a avaliação do processo, isso pode acontecer.

Então, esse é um exemplo de sucesso, aqui demonstrando os dados do Brasil. Então, nós fomos de quase 0,5% para 2,5%. São Paulo representa cerca de 50% disso e, ao longo do tempo, continuou representando 50%. Ou seja, se eu dividir a curva azul pela vermelha, há este valor, que é o de São Paulo. Se eu pegasse a USP, o valor é de 25%, ou seja, um quarto do que é produzido no Brasil. Eu não sei se eu tenho orgulho ou vergonha de falar isso, porque uma única instituição, entre mais de duas mil instituições de nível superior, tem tamanha concentração na produção. Isso, certamente, não é bom para o País, não é bom para São Paulo e, talvez, não seja também muito bom para a Universidade de São Paulo.

Esses dados mostram, e eu já sugeri, que eles caminham em paralelo com o esforço do País na formação de doutores. Então, é um programa estruturado, de Estado, não de Governo, que teve este sucesso que nós temos hoje. Isso precisa ser repensado, porque nós ainda estamos, eu acho, atuando junto com aquela fórmula de sucesso que nós tivemos nos últimos anos. E eu começo a ver que se tem esgotado esse modelo. Cito um pequeno exemplo: o regramento para a pós-graduação serve a instituições que têm vocações completamente diferentes. Então, se nós pegarmos, por exemplo, a Universidade Federal do Acre, que tem um papel local muito importante, que tem vocações específicas, e a Universidade de São Paulo, também muito conhecida, importante para São Paulo, com vocações específicas, como é que é possível o mesmo regramento que funciona na Universidade Federal do Acre funcionar na Universidade de São Paulo? Quer dizer, não dá!

Este é um dos problemas que temos no Brasil: são regras que têm de servir para todos, quando nós temos diferenças muito grandes. E não se trata de dizer que uma coisa é melhor ou pior. Elas são diferentes. Elas têm de ter regramento distinto. Essa é uma dificuldade inerente, que o nosso Presidente já salientou em outras destas reuniões desta Comissão. Onde há falta de estratégia, não há priorização. É a isonomia ou, como eu diria, "isonomite". Quer dizer, todos têm de fazer a mesma coisa. Enquanto países como a Alemanha estão fazendo uma reorganização, identificando meia dúzia ou nove universidades de pesquisa que vão receber maiores recursos dessas políticas de apoio à ciência e à tecnologia, nós temos de dar para todo mundo. Todo mundo tem de fazer tudo. Todo mundo tem de ser goleiro, todo mundo tem de passar a bola, todo mundo tem de cabecear. Não vai dar certo! Não há recursos para fazer tudo isso. Quer dizer, tem de haver uma hierarquização do sistema de ciência e tecnologia. Nós temos de aproveitar as vocações e construir um sistema. É o sucesso do sistema que trará o sucesso da atividade do Brasil. Eu estou falando só das universidades neste momento, e isso tem de ser trazido para todos os outros atores, para vermos como eles, de maneira integrada, vão conseguir devolver essa tarefa.

Então, esses são números bastante impressionantes. Aqui nós temos três recortes, os anos de 1993, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

2003 e de 2013, mostrando que esse esforço do Brasil fez com que ele fosse da 24ª posição, em 1993, com 0,5% da produção mundial, para a 17ª posição, em 2003, até a 13ª posição, em 2013, o que é bom, mas não é o ideal, porque a nossa economia... Independentemente de que, há quatro ou cinco anos, nós estávamos desafiando a quinta posição, hoje nós estamos na décima, nós ainda estamos na 13ª posição na produção de *papers*.

Esse é um quadro que, ainda que não seja o ideal, é muito bom. Onde é que está o problema aqui? O problema é que a relevância dos nossos *papers,* da nossa produção científica, ainda está abaixo da média mundial. É isso que procuro mostrar nesse eslaide, em que estamos vendo que o número 1 seria a média mundial. Então, esses são dados normalizados. Vocês veem em azul a produção do Brasil. A despeito desse enorme aumento na produção de número de *papers,* a relevância desses *papers* não está aumentando. Esse é um problema, que é um desafio para todas as universidades, especialmente para os pró-reitores de pesquisa das nossas universidades. A USP, nesses últimos tempos, nos últimos quatro ou cinco anos, está fazendo um aumento, chegando à média, mas isso ainda está aquém do que nós deveríamos fazer. Então, há uma notícia muito boa e uma notícia de cautela.

Com isso, eu gostaria de ter encerrado a resposta às perguntas nºs 1 e 2.

O fundamental é que os recursos das políticas públicas são essenciais para as atividades das universidades. Houve progresso, mas temos de rever algumas das nossas estratégias. O sistema de ciência e tecnologia precisa aumentar a quantidade de recursos, precisa aumentar também a forma de distribuição e de atuação, precisa ter estratégia, precisa ter sistema hierarquizado e precisa ter prioridade. Acho que temos um campo muito grande para avançar.

Por que, em geral, o crescimento do número de publicações científicas não se tem refletido num crescimento proporcional ao número de pedidos de patentes? A primeira pergunta que eu queria colocar é: quem faz patentes? É outro problema muito grave no Brasil.

Então, pego esse número de um dos Tigres, a Coreia do Sul, e do Brasil. Esse é um recorte da produção de patentes, em 2012, dos dois países. Esta é a primeira coisa para a qual quero chamar a atenção nesses quadros: temos aqui os dez maiores patenteadores do Brasil e da Coreia. Quero salientar dois pontos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – O primeiro ponto é: à esquerda, no do Brasil, entre os dez, existem seis instituições acadêmicas, e a Universidade de São Paulo ocupa o honroso segundo lugar. Mas o que quero mostrar para vocês é que não deve ser tão honroso assim.

O segundo aspecto é que, entre os dez maiores patenteadores da Coreia do Sul, não há nenhuma instituição acadêmica, são empresas. O segundo ponto que eu gostaria de enfatizar desse quadro é que, se eu somar todas essas patentes que nós temos no quadro da esquerda, não dão 200 patentes. E, se eu pegar só o número 1 da coluna da direita, que é a LG Electronics, são 6.009 patentes naquele ano. Há alguma coisa errada no sistema de produção de patentes no Brasil. E a primeira coisa que estou sugerindo é quem tem de fazer patentes. Nós vamos ver que, na realidade, a universidade até está aproveitando algumas oportunidades e está fazendo patentes, mas não é ela a patenteadora. Ela participa do processo, mas isso não é dela. Patentes são produtos típicos de empresas. Aqui, está um recorte de 2008 do que aconteceu nos Estados Unidos: nesse ano, foram 76 mil patentes. Qual foi a contribuição das universidades nesse contexto? Foi de 3,7%. Então, não há nada errado com a universidade patentear pouco. Ela não é a patenteadora. Quer dizer, é óbvio que ela pode aproveitar oportunidades, mas quem faz patente é empresa, com o auxílio de universidade, evidentemente.

Então, as universidades patenteadoras são também um conjunto muito pequeno do conjunto de universidades dos Estados Unidos, somente 217, com uma média de 13 patentes por universidade. A USP, naquele ano que eu mostrei, tinha 30, ou melhor, 23. Ou seja, não é esse o problema. O nosso problema é que quem deveria patentear não está patenteando. E por que isso não está acontecendo? Há um conjunto muito grande de fatores, e eu espero que esta Comissão vá trazer, inclusive, novos *insights* para essa discussão e contribuições importantes. Mas nós vamos destacar algumas delas: a primeira é que nós temos poucos pesquisadores em empresas, cerca de 41 mil, se compararmos com o Reino Unido; com os Estados Unidos, que têm 1,1 milhão; com a Coreia do Sul, que tem 182 mil, uma fração da nossa população, mas um número praticamente 4,5 vezes maior do que o nosso.

Quando a gente olha o número de patentes por mil pesquisadores desses que estão na empresa, no Brasil o número é de 2,4, enquanto, no Reino Unido, é de 35; nos Estados Unidos, é de 68; e, na Coreia do Sul, é de 41. Então, há um espaço muito grande para que a gente direcione o esforço, não só para as universidades continuarem a formar os futuros doutores e a mão de obra qualificada que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

trabalhar na empresa, mas para que haja os instrumentos que vão fazer com que as empresas possam fazer patente. Então, esse um problema fundamental para se ter em mente.

Produção de patentes requer um sistema de ciência e tecnologia estruturado, hierarquizado, coordenado, com prioridades e com volume de recursos previsíveis. São coisas que a gente ainda não tem.

Então, agora, vamos só investir em coisas que vão dar patente? Não vai dar certo. Por quê? A história mostra que você precisa ter um estoque de conhecimento. É por isso que você tem de irrigar as universidades para fazerem pesquisas. Que pesquisa? Pesquisa boa, de alguém que é curioso e utiliza métodos científicos. Vou dar um exemplo muito importante aqui: um pesquisador da USP estava interessado em saber como era a condução de calor num cilindro e em definir as equações. Isso foi feito em 2001. Alguns anos depois, esse mesmo pesquisador percebe que ele pode pegar um corpo humano e fazer uma série de cilindros, e ele consegue ali ter todas as equações que definem como o calor é transmitido. Ele está interessado nisso. Quem é que vai imaginar que, em 2009 – aquilo se deu em 2001 –, a Embraer, para ter competitividade, precisa melhorar o ambiente interno para conforto humano? E como você vai fazer isso? Você vai precisar de ter aquelas equações feitas por aquele indivíduo que, em 2001, estava interessado em como o calor era conduzido num cilindro. Como depois ele teve o *insight* de saber que um corpo humano pode ser dividido em cilindros? E como hoje estamos fazendo parcerias com a Poli, em unidades da Universidade de São Paulo, com outras unidades de pesquisa do Estado de São Paulo e com a Embraer para aumentar a competitividade da Embraer, para nós todos termos a terceira maior empresa aérea do globo?

Então, isto é que tem de ficar claro: não conseguiremos fazer desenvolvimento achando que vamos só pagar ou financiar coisas que dão patente; tem de haver estoque de conhecimento. Esse é o papel das universidades. É por isso que é muito importante a discussão que nós estamos tendo aqui.

Agora, isso começa a atingir outra escala, financiamentos de R$55 milhões, em que a Fapesp entra com 25%; a empresa British Gas, que hoje é a Shell, entra com mais 25%; e a universidade, com salários e com infraestrutura, entra com 50%. Estamos falando de uma entrada de R$55 milhões para a Universidade de São Paulo em dez anos. Quer dizer, esse é um dos maiores projetos desse tipo de financiamento a longo prazo para novas tecnologias e inovação em gás natural.

Isso se repete em varias áreas do conhecimento. É isto que queremos: a fertilização desse intercâmbio com a universidade, que está preocupada, que tem estoque de conhecimento e que, em determinado momento, pode atender a uma demanda específica das empresas, para se tornarem mais competitivas. Este é o segredo, Sr. Presidente: temos de ter um sistema que contemple e estimule esse tipo de atuação. Não se trata só de fazer aviação ou de fazer novos medicamentos. Nós temos de ter novas políticas públicas. Hoje, o Estado de São Paulo está fazendo lei com base no projeto Biota, que é um projeto da biodiversidade financiado pela Fapesp, que envolve várias universidades do Estado de São Paulo, cujos conhecimentos servem de base para fazer lei, para melhorar a vida do cidadão, para melhorar a relação nossa com o ambiente, assim por diante.

Então, essa é a riqueza que a universidade tem e com que ela pode contribuir nos vários aspectos da vida nossa.

Finalmente, como se avalia a progressiva redução de recursos do FNDCT e do Funttel para ações verticais e, consequentemente, o crescimento de recursos para ações transversais? Isso é péssimo, pelo seguinte: se você passa por um processo de crise... Imagine que você está no elevador e aperta o botão para parar e que, depois, quando você sai da crise, você deixa o elevador subir. Em ciência e desenvolvimento, isso não funciona desse jeito. Se você parar o elevador, quando você voltar, você desceu 20 andares. Quer dizer, você não vai recomeçar de onde você estava. Os outros não pararam.

Então, essa é uma questão. Quando se fala em prioridade, em questões estratégicas, tem de se ter isso em mente. Esse é um processo em que é preciso haver horizontes mais largos. Não são projetos de governo, têm de ser projetos de Estado. A sociedade tem de ter definido isso *a priori*. O quanto pode ser mexido nisso é muito pouco, porque são horizontes muito mais largos, com retorno para a sociedade a longo prazo.

Então, essa tabela com a qual vocês estão tendo dificuldade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – ...serve só para mostrar que nosso investimento já não é grande e que, se houver redução, haverá um dano muito grande.

Eu gostaria que ficasse aquela metáfora do elevador: nós não retomaremos de onde estávamos; vamos para baixo, para depois subir a montanha novamente.

Para finalizar, especialmente estando nesta Casa, eu gostaria de lembrar alguns elementos do custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Brasil. Estamos falando em FNDCT, estamos falando de alguns bilhões e em como vamos estruturar essas coisas, mas existem questões que são muitos simples, que fazem parte do dia a dia. Não é possível as coisas continuarem como estão.

Então, vou contar uma historinha para vocês. Se vocês tiverem de fazer uma contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, bens, insumos e serviços, vocês vão ter de olhar a Lei nº 8.666. O que ela vai dizer para vocês? Ela foi criada em 1993. Foi um avanço essa peça de lei que foi criada, normatizando as coisas. Só há um pequeno detalhe: colocaram o valor de R$8 mil em 1993, que continua até hoje. Então, se você está numa universidade ou, se você preferir, num hospital público, como eu estou, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, todas as compras terão de ser feitas com base nessa lei. Vocês têm ideia do que significa fazer uma licitação a partir de R$8 mil? Isso significa que estou gastando mais para fazer a compra do que com o objeto comprado. Então, na contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento, o limite de dispensa de licitação é baixíssimo, R$8 mil. Por que são R$8 mil? Porque alguém não pensou nisso naquele momento. E não há problema, é só corrigir isso. Isso precisa ser corrigido. A pessoa que fizer isso vai ter um busto em cada praça dos 5,5 mil Municípios do País. A sociedade vai agradecer muito, porque grande parte do recurso que vai para a saúde e para ciência e tecnologia está perdido no dia a dia em compras em que temos fazer procedimentos licitatórios complexos, que exigem muita mão de obra, que inflam os custos operacionais, para comprar algo acima de R$8 mil. Eu não estou falando de compras de R$100 mil ou de R$150 mil – seria esse o valor corrigido para valores de hoje, que, provavelmente, se aplicam.

Então, isso é realmente algo que temos de ter, mesmo olhando as questões macro que estão sendo abordadas e que são objeto desta Comissão e questões fundamentais que se chamam custo Brasil. Não adianta eu ter o recurso que vem do FNDCT, da Fapesp ou de outros lugares, se eu não consigo usá-los. E a mesma coisa serve para outras questões em que esta Comissão também está nos auxiliando, que é a importação de insumos para nos tornar competitivos.

Então, com isso, eu gostaria só de fazer um resumo de alguns pontos de que falamos.

Então, primeiro, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ou seja, todos os fundos, as outras políticas e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento do País. Isso é como estrada de ferro no século passado. A diferença do que se fez nos Estados Unidos é que o governo colocava a estrada de ferro, e depois você vinha andar. Hoje, temos de ter a mesma coisa. Se você imaginar a Tecnologia de Informação (TI) hoje, se não tivermos isso – e quem tem de fazer esse investimento é o Governo –, não vai dar. É como ter rodovia. Nada vai acontecer se não houver esse esforço.

As universidades de pesquisa – nem definimos no nosso País o que é uma universidade de pesquisa – não são todas, são algumas. Elas têm vocações específicas e obrigações específicas, direitos e obrigações, e são fundamentais no processo de criação do conhecimento, aqui chamado de estoque de conhecimento, para auxiliar na transformação do conhecimento em riquezas, o que tipicamente é feito por empresas, não na universidade. Patentes são produtos de empresas, não são produtos da universidade. A universidade faz patentes, mas em pequena escala, não para a escala que exige um país com nossas características e com o nosso tamanho.

A USP responde por quase 25% da produção científica do País, com publicações em revistas especializadas, e tem contribuído na transformação de conhecimento em riquezas, em áreas importantes para o País, como, por exemplo, novas fontes de energia, gás e óleo, *agribusiness*, clima, ambiente e saúde.

O sistema de ciência e tecnologia do País precisa de maior coordenação e integração, com definição de prioridades e fontes de recursos perenes. Há necessidade de um projeto Brasil para ciência e tecnologia, como foi feito com a revolução da pós-graduação, na década de 80, para a criação de um ambiente de inovação e para a redução do custo Brasil na criação de conhecimento e na transformação de conhecimento em riqueza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, Pró-Reitor José Eduardo Krieger. Agora, seu pronunciamento nos deixa ainda mais preocupados e, por outro lado, agradecidos pelo que a USP tem feito pelo Brasil. Com 25% da produção científica do País, ela serve como grande modelo a ser buscado por todas as universidades.

Digo-lhe, Senador Pedro Chaves, que acabou de chegar e que, até bem pouco tempo, era reitor da Universidade do Pantanal, em Mato Grosso, que estamos muito satisfeitos já com o primeiro pronunciamento que ouvimos aqui do Pró-Reitor José Eduardo Krieger, da USP, uma universidade modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

para os brasileiros. E sabemos que ainda vamos aprender muito com os demais pronunciamentos.
Quero lhe dizer, Prof. José Eduardo, que nossa assessoria está atenta a tudo que V. Exª disse. Aqui está a nossa Consultoria do Senado, com o Frederico que ali está, ao lado daquela senhora de verde, que foi nossa professora da Universidade de Brasília e que também é assessora da nossa Comissão. É um dos assessores para a feitura do nosso relatório. Tudo que V. Exª disse aqui será muito bem aproveitado como aprendizado e como advertência a esta realidade lamentável que vivemos por falta de recursos.
Inclusive, há um projeto, que já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, para que não haja contingenciamento de verbas para ciência e tecnologia. A Presidente afastada o vetou, e voltou agora o veto para o Congresso Nacional, que está ainda por ser votado quanto à derrubada. Temos a expectativa de que consigamos derrubar esse veto, para que não se contingenciem, não se reduzam já os parcos recursos que são direcionados a esse ponto decisivo para o desenvolvimento do Brasil, como V. Exª disse.
Recebemos um telefonema do Reitor da Universidade de Brasília. Ele realmente está em dificuldades lá, ele está em apuros. O Prof. Jaime, Reitor, mandou dizer que ele não consegue ter acesso nem ao seu gabinete, diante da invasão que está acontecendo, neste momento, na Universidade de Brasília. Desse modo, não vamos poder contar com sua valiosa participação.
Diante disso, podemos, inclusive, prorrogar o tempo para os nossos convidados presentes de 15 minutos para 20 minutos, no mínimo. Evidentemente, não haverá nenhum inconveniente se ultrapassar em um, dois ou três minutos, porque depois ainda faremos as nossas perguntas.
Então, com muito prazer, anuncio o nosso Professor e Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Rui Vicente Oppermann.
Bom dia!
O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – Muito bom dia, ilustre Senador Lasier Martins! Agradeço, sobremaneira, o convite para aqui participar desta audiência pública. Cumprimento o senhor, o Senador Aloysio Nunes e os demais Senadores que propuseram esse tema de fundos de incentivo para o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o FNDCT e o Funttel, porque é um tema absolutamente estratégico para o País e de caráter essencial para as universidades.
Cumprimento-o também pela estratégia com que está sendo desenvolvido esse tema, em sucessivas audiências públicas, consultando os diferentes atores e, com certeza, permitindo que o relatório final seja substancioso e significativo. Nós, das universidades, esperamos e aguardamos, com expectativa e com ansiedade, esse relatório, porque ele será para nós também uma referência em termos das definições das nossas políticas próprias nas universidades.
Estou aqui, juntamente com o Prof. Luís da Cunha Lamb, que é o nosso Pró-Reitor de Pesquisa. Estou acompanhado também do Prof. Jefferson Simões, coordenador do INCT de Criosfera, professor do Instituto de Geociências. Esta presença em peso da UFRGS tem um significado muito importante, que é o significado que nós estamos dando para a questão da ciência, da tecnologia e da inovação na universidade.
A partir da apresentação do nosso colega da USP, da nossa apresentação aqui e da apresentação dos demais colegas, tenho certeza de que ficará muito claro que temos pela frente um grande desafio, que é o desafio de colocar as universidades, principalmente as universidades que têm na pesquisa uma parcela importante de sua atividade, no cenário próprio de desenvolvimento do País, superando algumas das limitações históricas que o próprio modelo de universidade implantado no País nos colocou.
Quero só lembrar, antes do detalhamento de dados, que as universidades hoje abrigam grande parte da pesquisa, da ciência e da tecnologia e uma parte também importante da inovação. Esse modelo é um modelo que criou um arcabouço de produção científica com grande viés acadêmico, porém com resultados bastante reduzidos no que se refere à transferência desse conhecimento para a sociedade. Essa transferência se dá principalmente a partir da inovação e a partir da transferência de tecnologia como fundamentos importantes.
Acho que aí está o primeiro gargalo da nossa situação: produzimos muito, mas levamos muito pouco para a nossa sociedade. Evidentemente, isto ficou muito claro na primeira apresentação: não compete à universidade sozinha fazer isso. Talvez aí, haja um ponto importante, que virá certamente no relatório, que é a necessidade de criarmos uma tríplice hélice ou uma quádrupla hélice na interação entre Governo, universidades, indústria e comunidade interessada, para que, efetivamente, o nosso conhecimento deixe de ser referência para patentes no exterior e seja referência para patentes no Brasil que levem a inovação, que levem a tecnologia tão necessária em todas as áreas do País, não apenas nas áreas duras, mas também na área de gestão pública, na área da Sociologia, nas áreas humanas também, porque ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

também há uma necessidade muito grande.

Preparamos respostas às perguntas que nos foram enviadas, mas antes eu gostaria de mostrar aqui os recursos para pesquisa e inovação oriundos dos dois fundos que estão em pauta. Esses recursos são os recursos para o País como um todo, e podemos observar um quadro bastante preocupante a partir de 2010, quando esses recursos começam a ser reduzidos, a ponto de quase estarem zerados. Por isso, já festejo, de antemão, essa renovação do projeto que coloca o contingenciamento, o resguardo dos recursos para ciência, tecnologia e inovação das restrições orçamentárias que o País está por se colocar. Esse é o dado em milhões ajustados pela inflação para o Brasil todo. Como não poderia deixar de ser, aqui está o dado para a UFRGS. A UFRGS é uma universidade federal, uma grande universidade federal, uma das maiores do País, uma das melhores universidades em diferentes ranqueamentos. E, como em todas as outras universidades federais fora do Estado de São Paulo, não temos uma Fapesp que nos auxilie para complementar essa situação de minguados recursos.

Por isso mesmo, talvez, estejamos aqui em peso, porque a UFRGS reconhece, como universidade que tem na pesquisa seu forte componente, que estamos em frente de um risco muito grande de vermos anos a fio elevadores subindo. Agora, estão descendo, estão despencando de forma irreparável. A nossa dependência desses fundos é absoluta, é essencial.

As nossas FAPs, em geral, não têm condições de prover recursos significativos. Por isso mesmo, são dos recursos oriundos do Governo Federal que as universidades federais dependem para a sua atividade de pesquisa científica e tecnológica e de inovação.

Há um aspecto interessante na produção científica vista sob o ponto de vista acadêmico. Sob o ponto de vista acadêmico, nós temos aqui exatamente o número de artigos indexados; não são todos os artigos, mas aqueles indexados nos sistemas internacionais de indexação, teses e dissertações. O que podemos observar é que as teses e dissertações não sofrem, na sua produção, os soluços que os investimentos nos fundos têm apresentado no Brasil. Isso ocorre basicamente porque essas teses são produzidas pelo esforço pessoal do pesquisador, do orientador, junto com seus alunos, com o programa, beneficiando-se de bolsas que vêm da Capes, algumas do CNPq.

Enfim, esse é um processo que ainda se dá sem uma grande, uma significativa redução, mas os artigos indexados, que são aqueles artigos de alta qualidade que são referências internacionais, esses já começam a apresentar um declínio. Esse declínio se dá a partir de 2014, porque há um período entre a submissão do artigo e a sua publicação, que leva algo em torno de um ano ou dois anos. Por isso mesmo, agora estamos começando a sentir, na produção científica acadêmica, já os efeitos das reduções que têm ocorrido nos fundos desde 2010.

Talvez, o alarme maior seja este que nós estamos colocando aqui – eu estou passando a minha, não estou passando esta aqui; vamos lá! –, que é o dos depósitos de patentes. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma das depositárias de patentes do Brasil, a terceira ou a quarta. Mas vejam esse quadro: o ano de 2016 ainda não se completou, mas nós estamos em novembro e, certamente, não vamos recuperar os patamares de 2015 ou de 2014. Portanto, já estamos, sim, sofrendo o impacto da ausência de recursos. Uma série de programas nossos, os institutos nacionais, projetos de pesquisa estão parados, com recursos que não estão sendo liberados. Isso redunda em uma redução muito significativa no número de patentes, que é uma forma, é um parâmetro para se medir a possibilidade de se fazer interação com a sociedade.

Eu concordo, em gênero e número, com o Prof. Krieger, que patentes não são um atributo exclusivo das universidades, ainda que, no sistema brasileiro de universidades, concentremos pesquisa praticamente dentro das universidades. A quantidade de pesquisa feita fora das universidades no Brasil é desproporcional, se comparada à de outros países. Mas, de fato, se nós não tivermos uma melhor interação entre universidades e o setor produtivo, a sociedade, em geral, se não tivermos essas interações com a sociedade, sejam instituições públicas, sejam instituições privadas, nós não vamos superar essa grande defasagem que existe entre o que produzimos academicamente e o que produzimos em termos de inovação.

Grande parte disso está condicionada, sim, como nós estamos vendo aqui, a recursos. Se esses recursos não estão disponíveis, reduz-se. Mas há outra consideração, Senador, que a gente tem de fazer, que é o próprio modelo de relação. O modelo de relação no Brasil tem de trazer uma interação mais efetiva entre as universidades e as instituições públicas e privadas que podem produzir inovação, para que a gente possa efetivamente levar esse conhecimento que se produz nas universidades à sociedade a partir dessas interações. Isso depende de recursos, sim, mas depende também de legislações próprias que destravem muito do custo Brasil, muito da burocracia que impede que a gente tenha essa possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Nós tínhamos uma grande esperança no novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele passou, com alguns vetos, infelizmente. Trata-se de vetos importantes que ainda acorrentam a questão dessa interação. Temos a esperança e sabemos que o Senado está trabalhando numa nova proposta nessa questão, porque nós queremos flexibilizar essa interação entre universidade e sociedade de maneira a que se possam buscar alternativas de uma relação que não seja tão burocrática, tão estigmatizada pelo custo Brasil, fora a Lei nº 8.666, que já foi aqui estigmatizada e que está realmente sendo um grande problema para o desenvolvimento do Brasil.

Passo a responder às perguntas que nos foram dirigidas especificamente.

Em que proporção tem sido aproveitados por sua universidade os recursos do FNDCT e do Funttel e de outras políticas públicas de incentivo à pesquisa?

Primeiro, quero dizer que eles são essenciais para as universidades públicas, especialmente as universidades federais. Nos últimos dez anos, esses fundos responderam por 42% da verba de pesquisa e inovação na universidade. Então, vocês imaginem que a nossa capacidade de realizar pesquisa e inovação está reduzida a praticamente metade do que ela era na última década.

Há também o fato de que existem vários editais financiados através do CNPq entre 2008 e 2013. Porém, nos últimos três anos, somente um edital relacionado ao vírus zika foi coordenado pelo CNPq, de que a UFRGS faz parte – ela tem uma parcela desse edital.

Esses recursos, portanto, estão estancados a partir de 2015, implicando grande prejuízo às atividades de pesquisa e de inovação.

Que resultados efetivos esses recursos têm propiciado para a área de inovação e de pesquisa científica?

Eles geram importantes resultados do ponto de vista científico, amplamente atestados através de artigos, periódicos, teses e desertações, porém essa referência à produção acadêmica tem de ser entendida muito claramente. Ela não é uma referência automática à tecnologia e à inovação. A transferência de conhecimento científico para conhecimento e inovação requer um passo importantíssimo na cadeia de produção desde o conhecimento básico essencial, que é saber como um cilindro esquenta, até a possibilidade de haver ali o benefício disso para a nossa sociedade.

Essa cadeia é uma cadeia que, no Brasil, é cheia de furos, cheia de espaços que estão sujeitos a políticas restritivas e que impedem que se faça a transferência efetiva. Eu mencionei no início e vou agora situar dentro desse contexto o fato de que inúmeros artigos, muitos artigos produzidos no Brasil são referências de patentes requeridas nos Estados Unidos. Isso quer dizer, Senador, que nós estamos produzindo para que patentes sejam colocadas dentro dos Estados Unidos com os nossos artigos.

Os artigos científicos são abertos, são da comunidade. O conhecimento é o conhecimento humano, é o conhecimento civilizatório. Não há restrição a esse conhecimento na maior parte das vezes. E, evidentemente, quem tem essa cadeia produtiva entre o conhecimento e a inovação de maneira estruturada vai aproveitar todo o conhecimento disponível internacionalmente para colocar suas patentes.

Nesse sentido, o Brasil tem contribuído com patentes no exterior. E nós estamos aqui amargando resultados que nos colocam como grandes produtores de artigos científicos, mas temos no número de patentes uma posição extremamente crítica para todos nós.

Nesse ponto de vista, a inovação, entendida como pesquisa, chega à sociedade e causa impacto positivo na sociedade. Então, não apenas as patentes, mas os contratos de transferência de tecnologia também são segmentos muito importantes. Aliás, as patentes respondem por uma pequena parcela do que realmente se faz em termos de transferência de tecnologia. Grande parte do que as universidades faz é exatamente a transferência de tecnologia, que não necessariamente gera patentes, mas que é importante para a melhoria de processos industriais, para a melhoria de processos de gestão, para a melhoria de formas de avaliação, de regulação. Enfim, transferência de tecnologia também é importante e é diretamente influenciada pelo quantitativo liberado dentro destes fundos: o FNDCT e o Funttel.

Portanto, não só na questão da inovação, mas também na questão de transferência de tecnologia, nós estamos sofrendo um alarmante momento, em que o País está restringindo a sua capacidade de produção industrial e a sua capacidade de produção de sistemas e de serviços por conta exatamente da redução no tipo de financiamento que se está fazendo para as universidades.

Só como um exemplo, podemos citar aqui o Programa Antártico Brasileiro, que é um programa estratégico, um programa que se coloca de hoje para o futuro como absolutamente primordial. As futuras gerações do Brasil vão agradecer aos pioneiros, como o Prof. Jefferson, por estarmos presentes na Antártica, o último dos continentes a ser povoado, um continente estratégico sob o ponto de vista de clima, sob o ponto de vista de produção de água, sob o ponto de vista de todas as condições que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

hoje nos afetam. O Brasil está lá e precisa estar lá não só como está, mas, inclusive, precisa aumentar a sua presença. Existem países que estão a milhares de quilômetros da Antártica e que estão presentes na Antártica. Vou citar um país, que eu conheço muito bem, que é a Noruega. Os países escandinavos estão na Antártica, quer dizer, no outro lado do globo.

Nós temos de entender que essas questões são estratégicas para o País, e a estratégia no relacionamento internacional passa pela questão de ciência e tecnologia também. Essa é uma parte importante dos fundos, uma parte importante, eu diria, da atividade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e do MEC, enfim, é uma parte essencial para o Governo se posicionar como um País independente, que tem um papel importante dentro do cenário internacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – Há também a questão do vírus da zika, que é um vírus que hoje já está dentro de uma situação de controle, graças exatamente a essa estratégia de concentrar ali grande parte dos recursos.

Quanto aos Institutos Nacionais de Ciências e Tecnologia – o Prof. Jefferson é coordenador do Criosfera –, na Universidade do Rio Grande do Sul nós temos seis INCTs, muitos na área da saúde, também uma área estratégica no desenvolvimento de tecnologia e inovação. Os INCTs, agora, recentemente, receberam garantias de recursos para sua manutenção, ainda que já com uma redução substancial de 30% linear, fora as adaptações que tivemos de fazer regionalmente para já colocá-las dentro de um patamar em que as próprias fundações de apoio estaduais pudessem também ter uma contrapartida valiosa.

Então, toda a questão mostra que nós estamos indo para uma política de restrição de orçamento em áreas de investimento. E áreas de investimento não deveriam sofrer esse tipo de restrição.

A outra pergunta é: como é possível estimular a realização de pesquisas que efetivamente contribuam para o desenvolvimento de tecnologias que o Brasil não domina e que importa? Esse é um importante papel das universidades, que têm na produção científica, desde a ciência básica até a ciência aplicada, uma parte importante da sua atividade.

Nós temos respondido a esse desafio, consolidando um ambiente de inovação que envolve incubadoras, parque tecnológico, a Secretaria de Desenvolvimento, e estamos agora terminando um plano, uma política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para inovação. Essa política parte do pressuposto de que inovação não é um problema da universidade apenas, é um problema da interação da universidade com a sociedade. Isso vai nos colocar em frente de novas posturas, buscando uma relação não só com instituições públicas, que são grandes financiadoras de pesquisa e de inovação, mas também com instituições privadas. E, para essa interação, o custo Brasil tem de ser reduzido para permitir a agilidade que essas interações demandam. Inovação, que leva dez anos para se produzir, não é mais inovação, é velharia.

Então, esse aspecto tem de ser levado em conta, até porque nós hoje produzimos um número de doutores muito grande. Esse número de doutores está à disposição no mercado. Eles podem interagir num ambiente de inovação quer dentro da universidade, quer nos parceiros externos, privados ou públicos, para que se faça essa produção de inovação. O Brasil produziu muitos doutores, mas não está utilizando esses doutores de forma adequada como potencial transformador.

Então, os fundos são elementos essenciais para a consolidação desse ambiente de inovação. Nós temos uma grande expectativa em torno desta política que, Senador, reverte quadros históricos corporativos de resistência dentro das universidades para o ambiente de inovação. Nós temos de aproveitar este momento e consolidar esse direcionamento, essa compreensão que as universidades hoje têm da necessidade de uma interação com a sociedade como um todo. É um ambiente que foi vencido pela obviedade da necessidade de as universidades terem essa interação com a sociedade, seja pública, seja privada. Mas elas precisam ter isso, para que se dê e se materialize esse fluxo mais dinâmico na regulação dessa interação. Senão, evidentemente, o financiador, o investidor externo e interno, privado ou público, terá grandes resistências a pactuar com as universidades se as universidades não conseguirem ser ágeis o suficiente no mundo.

Nós estamos falando da esfera nacional, mas posso colocar isso na esfera internacional, que é uma esfera de competição e que é a esfera em que nós todos, universidades, USP, universidades federais, queremos nos colocar, porque o ambiente de inovação internacional é muito mais competitivo ainda, mas também é muito mais atraente para todos nós. Nós temos condições, sim, de participar dele, mas precisamos estar turbinados por uma legislação que nos permita trabalhar dentro dessa perspectiva.

Ainda há o exemplo dos trâmites das patentes no Brasil. É uma coisa impressionante como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

uma patente no Brasil demora mais do que nos Estados Unidos, do que na Coreia. E isso tudo é custo Brasil. Eu estava até conversando sobre isso: mas por que demora tanto? É a burocracia. Mas por que a burocracia existe? Será que é desconfiança? Será que é incompetência? Será que é simplesmente esse nosso legado burocrático do Estado? Seja qual for a razão, nós temos de agilizar os processos de registro de patentes nacionais e internacionais, porque não adianta fazer a patente nacionalmente se não a fizermos também internacionalmente. E não é só aumentar a velocidade do processo; dentro do nosso quadro do Regime Jurídico Único dos nossos servidores, deve haver servidores capacitados a fazerem com que esse processo seja um processo dinâmico e interativo com a sociedade nacional e internacional.

Não adianta pedir para um professor que é pesquisador, um epidemiologista, como eu sou, ou um professor e pesquisador na área de Antártica, para ele pensar em fazer interações na área industrial e comercial com patentes. É necessário haver alguém que seja formado para isso, de tal maneira que a gente possa ter esta interação da maneira mais efetiva.

E não nos preocupamos se nos cobrarem metas. Não nos preocupamos se colocarem: "Sim, nós vamos fazer isso, mas queremos saber o que a universidade vai fazer." A universidade tem metas, nós temos um plano de desenvolvimento institucional com metas propostas que podem e devem ser cobradas. A métrica da avaliação institucional é importante, porque o dinheiro que está sendo investido tem de ter o retorno, e esse retorno tem de ser vislumbrado, materializado, e só o será, se houver efetivamente mecanismos de controle, mecanismos de avaliação.

Então, não estamos aqui apenas pedindo, nós estamos aqui nos submetendo a avaliações que permitam que nós façamos o nosso trabalho, que esse nosso trabalho seja reconhecido e seja cobrado. Se ele não for efetivo, que não seja dado o recurso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – Nós temos aí uma questão de produção em cima exatamente da capacidade de produzir de acordo com as metas que estão sendo colocadas.

Eu me encaminho para o encerramento.

Temos, sim, de promover a cultura do empreendedorismo e da inovação. Esse é outro aspecto que nós superamos, Senador, dentro das universidades federais, dentro da UFRGS. Hoje, o empreendedorismo está sendo disseminado não apenas naquelas áreas tradicionais de empreendedorismo, como Administração e Economia, mas até na Medicina, na Odontologia, na Farmácia. Em todos os lugares, estamos trabalhando com empreendedorismo. A cultura do empreendedorismo, a cultura da liderança está diretamente relacionada à nossa capacidade de inovação. Então, a cultura de empreendedorismo, de alguma forma, tem de também ser olhada dentro desse sistema de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, porque, sem ela, nós não vamos ser capazes de fazer essa ligação entre o conhecimento e a sociedade através da inovação.

Sob esse ponto de vista, deve haver políticas públicas para direcionar os recursos para a pesquisa. A legislação deve continuar. É preciso facilitar a contratação de pessoas qualificadas e o processo de aquisição. Hoje em dia, para contratarmos um técnico especializado em microscópio, nós vamos à nossa pró-reitoria e dizemos: "Esse quadro não existe no Regime Jurídico Único." Então, nós ganhamos um supermicroscópio, que não podemos usar, porque não existe o técnico no quadro funcional. Aí vou à Procuradoria Federal, que diz que não podemos contratar por CLT. Eu digo: "Então, eu vou contratar pela..." E dizem: "Também não pode". Nós temos de arrumar um jeito. Deram-me o microscópio, mas não me deram a pessoa para trabalhar o microscópio. Isso é algo que não pode acontecer dessa maneira. Estamos falando aqui de inovação, estamos falando aqui da quarta revolução industrial, de inteligência artificial, de internet das coisas e não podemos contratar um técnico para administrar um microscópio por certo período dentro de um projeto de pesquisa. Vejam bem: nós não queremos que ele se torne um efetivo, nós queremos que ele trabalhe no projeto, que ele seja pago pelo projeto, no período do projeto.

Não estamos querendo inchar a máquina pública, absolutamente. Muito pelo contrário, queremos torná-la mais dinâmica e mais responsável. Para isso, é preciso haver essa legislação que olhe para a inovação e para a tecnologia, que olhe para as universidades, pelo lado da autonomia universitária. A autonomia universitária não é apenas uma bandeira política, é também uma bandeira de construção do conhecimento e da inovação, porque nós somos universidades federais, mas somos autarquias diferentes de outras autarquias que existem. Nós produzimos conhecimento, nós produzimos tecnologia e inovação. Não somos apenas um prestador de serviço. Isso tem de ser considerado, porque há particularidades para essa atividade que precisam ser respeitadas e precisam ser levadas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

consideração.

Em resumo, a universidade pode continuamente revisar a sua agenda, e nós estamos fazendo isso. O Governo deve ampliar os fundos de incentivo à inovação e estabelecer políticas que estimulem a aproximação universidade-empresa, que ainda é incipiente no Brasil. Essa política tem de ser feita de maneira auditável, para que corporativismos de lado a lado não perpetuem parcerias inoperantes e improdutivas. Nós temos de ter, sim, essas parcerias, mas elas têm de ser feitas em cima de metas que estão sendo auditáveis e que podem e devem ser cobradas muito facilmente.

Com relação à questão das ações transversais e verticais, nós achamos que, sim, são importantes as ações transversais e verticais. O fato é que as transversais são fundamentais para a geração da inovação, mas o investimento não pode optar por uma ou por outra, porque algumas ações... Aqui, há o caso do Vale do Silício, que é muito ilustrativo, uma ação vertical que gera um conteúdo de conhecimento e de inovação incalculável. Então, um balanço entre essas ações talvez seja o mais adequado, mas o que nos preocupa é a redução de recursos para todas as áreas.

Concluindo a minha participação, os fundos e as políticas públicas são essenciais para a pesquisa e inovação nas universidades federais. Os recursos desses fundos foram drasticamente reduzidos a partir de 2013, e isso precisa ser revertido. O Governo deve estabelecer políticas que estimulem a aproximação universidade-empresa, que ainda é incipiente. A legislação deve continuar avançando para fomentar a cultura da inovação – aí eu coloco a questão do empreendedorismo como essencial. E, realmente, um país sem pesquisa e inovação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – ...é um país sem futuro. Pesquisa é investimento. Ela não é gasto público, é investimento público, e investimento para o bem da sociedade que reverte em recursos ainda maiores. Portanto, para finalizar, é um bom negócio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bom, embora um relato muito sério e muito grave. Um país sem pesquisa é um país sem futuro.

Agora, Reitor Rui Oppermann, V. Exª falou na falta de recursos, falou na burocracia. Também tem nos preocupado aqui, na Comissão, a perda de cientistas, a perda de doutores, de Ph.D., que nós estamos sofrendo.

Já que V. Exª tocou, de passagem, no programa PROANTAR, em que o Rio Grande do Sul é responsável por 60% dos laboratórios de pesquisa da Antártica, eu quero lhe informar que esteve conosco, há poucos dias, o Dr. Jefferson Simões, da UFRGS. O apelo dele foi tão candente, que nós pedimos uma audiência com o Ministro Kassab, que vai acontecer amanhã. Amanhã, às 16h30, nós iremos acompanhar o Dr. Jefferson para falar sobre essa situação que o PROANTAR está sofrendo, com redução de recursos e principalmente com a perda de doutores da pesquisa do PROANTAR, que estão indo para outros países. E é outro problema. O que nós estamos perdendo de cientistas do Brasil é uma coisa impressionante.

Depois de ouvirmos o centro do País, com o Pró-Reitor José Eduardo Krieger, depois de ouvirmos o Sul, com o nosso Reitor Rui Oppermann, vamos para o Nordeste, porque nós adotamos um critério, já que não era possível ouvirmos aqui os reitores de todos os Estados.

Nós escolhemos um do Sul, um do centro, um do Nordeste e um do Norte, e o de Brasília. O Reitor de Brasília, que está com essa dificuldade da invasão, que ele está vivendo hoje pela manhã, já que não pôde vir, nós vamos encaminhar para ele as perguntas, para que nos responda o mais breve possível e completarmos, então, esse projeto das quatro Regiões mais a Capital Federal.

Então, eu convido, com muita honra, para se manifestar, o Profº Antônio Fernando de Souza Queiroz, do Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Dr. Antônio Fernando.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de agradecer ao Senador Lasier Martins e a toda a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Quero saudar todos, em nome do nosso Reitor João Carlos, que não pôde vir, e do nosso Pró-Reitor, Profº Olival.

Eu sou um pesquisador. Então, eu sou um cliente dessas políticas públicas, sou um usuário dos projetos do FNDCT. Cheguei à Universidade Federal da Bahia, em 1976, pela contratação de um projeto da Finep. Depois me estabeleci na universidade, fiz mestrado, doutorado e consegui desenvolvimento de uma série de projetos de pesquisas por causa desse conhecimento básico que a gente tem lá no início.

Então, eu gostaria, em princípio, de fazer uma breve contextualização do assunto, mostrando que nós tivemos, em 1969, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), pelo Decreto-Lei nº 719, cuja finalidade era o apoio financeiro a programas e projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente a implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, desde aquela época, a ideia era termos apoio financeiro para que tivéssemos o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Esse fundo, então, foi regulamentado por leis posteriores, por decretos. Foi criado um Conselho de Administração, que está centralizado no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi dada à Finep a possibilidade de aplicação de recursos desse fundo, para financiar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, com impacto direto no desenvolvimento econômico e social do País. Isso é muito importante, porque o objetivo que foi dado desde aquela época já fazia com que nós tivéssemos um valor para a pesquisa e para a inovação diferenciado.

Nós recebemos nove perguntas inicialmente, que depois foram reduzidas para quatro, mas, de qualquer forma, devemos visar como foco das nossas discussões que a inovação significa mudanças tecnológicas acompanhadas de uma série de transformações econômicas, sociais e institucionais.

As políticas de inovação são um amálgama, elas são como se fossem uma peça de junção para as políticas de educação, cultura, ciência, tecnologia. Então, se nós não tivermos essas políticas de inovação bem constituídas, bem instituídas e bem definidas, eu tenho a certeza de que as universidades brasileiras, de uma forma geral, vão ficar fragilizadas.

Nós ouvimos aqui as palavras do nosso Pró-Reitor da USP e do nosso Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e eu acho que o nosso discurso, como universidade, é uníssono e, mais ou menos, equânime em todo o Brasil. Eu dirigi uma rede Norte-Nordeste de pesquisa, durante 14 anos, por um projeto da Finep, e através dessa rede eu pude vivenciar, por meio de contatos com pesquisadores da maioria das universidades federais do Nordeste e de centros de pesquisa do Norte – universidades e centros de pesquisa –, as dificuldades que a gente tem para o desenvolvimento dos nossos trabalhos de pesquisa, que são voltados, vamos dizer assim, numa segunda etapa, para a inovação. Se nós começamos a produzir pesquisa, nós vislumbramos a inovação através dos nossos trabalhos de pesquisa. E aí nós viemos para as perguntas.

Em que proporção têm sido aproveitados pelas nossas universidades os recursos do FNDCT, bem como outras políticas públicas de incentivo à pesquisa e à inovação?

Nós tivemos, então, desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica ao longo dos anos, e isso é uma coisa notória; ampliação de infraestruturas das universidades do Norte e do Nordeste – eu posso dizer Nordeste porque eu visitei todas quando estive à frente da nossa rede; e ampliação de recursos humanos qualificados para essas áreas. Isso é extremamente importante, porque, a partir do momento em que nós temos um projeto de pesquisa, nós conseguimos alunos de mestrado e doutorado, e ai nós vamos formando toda uma geração de pesquisadores e de produtores de ciência e tecnologia que vão se consolidando no seio das nossas universidades. Então, isso é extremamente importante, porque deixamos deixa o registro nos nossos estudos e nas pesquisas para os nossos alunos, e eles dão continuidade ao nosso trabalho. Isso só é possibilitado através dos projetos de pesquisas para os quais nós recebemos recursos.

Aqui existe, mais ou menos, um levantamento de recursos que foram possibilitados para a Universidade Federal da Bahia, pelo FNDCT – através de Finep, de CNPq, de CT-Petro-ANP e de outras. O ano de 2014 foi um ano extremamente importante, e a partir daí nós temos uma redução, como os nossos Reitores e Pró-Reitores já mostraram nas suas apresentações. A partir do ano de 2015, há uma redução acentuada de recursos.

O Senador Lasier Martins tem um projeto de lei no Senado, o Projeto de Lei nº 181, onde ele dispõe sobre a destinação das parcelas do fundo social. Esse fundo social foi criado a partir da situação do desmembramento do CT-Petro e do fundo de recursos destinado ao petróleo, e isso fez com que nós tivéssemos uma dificuldade muito grande com essa redução de recursos do CT-Petro.

A extinção do CT-Petro foi um baque muito grande para as pesquisas de todo o Brasil. Nós pesquisadores da área de geociências, por exemplo, temos uma concentração muito grande de possibilidades de desenvolvimento nessa área. Tivemos o nosso centro de pesquisa na universidade, que é um dos maiores relacionados com a geoquímica do petróleo, bastante ampliado e com possibilidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação e de interação com universidades estrangeiras – isso foi possibilitado por esse tipo de investimento. Então, nós vimos essa redução, essa dificuldade que talvez venha a ser criada. O Senador Lasier Martins tem lutado aqui, através de projeto de lei e de outras ações, para que se torne mais claro esse descontingenciamento, e isso é um coisa que nos alenta muito como pesquisador, como usuário.

A gente lembra, aqui, inclusive, que a Universidade Federal da Bahia recebeu vários projetos de pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de infraestrutura (CT-Infra), sendo que para alguns deles, nos últimos anos, a Finep não teve recursos para disponibilizar – a gente foi informado de que talvez era por contingenciamento de recursos. Então, a gente sente aquela situação de receber o projeto, de estar com o convênio assinado, e depois o recurso não chega à universidade porque não existe recurso para isso. Inclusive, passam-se os cinco anos, e aí a gente tem findado o período do projeto e se diz: "Bom, agora não temos mais condição de disponibilizar recurso." Isso cria uma dificuldade para os pesquisadores – usuários de uma forma mais direta, que somos nós – muito grande, porque a gente não tem como fazer o desenvolvimento dos nossos projetos de pesquisa com a formação de alunos, com a formação de novas situações que possam se vislumbrar como inovação tecnológica, que é, eu acho, o grande desafio do Brasil.

Os resultados efetivos dos recursos para a área de inovação e pesquisa científica eu trouxe sob a forma de indicadores. Nós tivemos uma ampliação enorme do número de pesquisadores voltados para a pesquisa de inovação; de pesquisadores que se relacionam com empresas – e apesar de nós termos ouvido hoje que talvez o papel da universidade não seja este de desenvolvimento de patentes, eu acredito que a gente tenha, sim, essa vertente para o desenvolvimento de patentes.

Tivemos também a ampliação do número de laboratórios voltados para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores – essa expansão a gente pode acompanhar nessas universidades do Nordeste, de uma forma muito particular; do número de Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, e isso é uma coisa que fortaleceu muito para que nós tivéssemos essa fixação de pesquisadores e, às vezes, até de recém-doutores voltados para essa área da pesquisa.

Também na área de pesquisa científica, nós trouxemos como indicadores: o número da produção intelectual, com consequente aumento de conhecimento científico em em áreas prioritárias da pesquisa, como educação, saúde, óleo e gás natural, água, agricultura, biotecnologia, robótica, nanotecnologia e outras – isso é notório;

o número de laboratórios voltados para o desenvolvimento das pesquisas básica e aplicada; o número de grupos de pesquisa; e o número de Bolsas de Produtividade em Pesquisa. Isso nós podemos constatar de uma forma muito direta com essa possibilidade de recursos que nos foi trazido pelos fundos FNDCT e por outras políticas públicas relacionadas.

Pela avaliação sobre a progressiva redução de recursos do FNDCT para ações verticais e pelo consequente crescimento de recursos para ações transversais, nós vimos que o "elevador subiu, depois ele desceu. E, realmente, ele vai demorar muito para subir, porque essa situação de recursos que são transformados em ações verticais, às vezes têm, por exemplo, como benefícios os trabalhos em equipe multi e interdisciplinares – isso vemos, no fundo verde e amarelo, que há essa possibilidade de desenvolvimento de projetos interdisciplinares –, mas, ao mesmo tempo, eles têm como prejuízos a redução de recursos para as pesquisas básicas e aplicadas.

O Reitor do Rio Grande do Sul fala de um exemplo, que é o do Vale do Silício, em que há um valor significativo para um tipo de pesquisa específico que é importantíssimo. Então, isso, como ele falou, precisa ser balanceado, precisa ser verificado, para ver se é realmente uma ação que deva ser encaminhada nesse sentido.

Como é possível estimular a realização de pesquisas que tenham potencial para o desenvolvimento de produtos comercializáveis?

Nós sabemos que precisamos promover a efetiva integração entre as instituições de ciência e tecnologia e as empresas (nacionais e internacionais); fomentar a capacitação de pesquisadores para essa ação.

O que acontece? Talvez nós não façamos o desenvolvimento de patentes no mesmo ritmo dos outros países – por exemplo, os que foram citados aqui hoje, os Tigres Asiáticos –, porque talvez nós não estejamos preparados para isso. A pessoa que faz um curso de graduação e que depois vai ser professora universitária, muitas das vezes, ela não está nem preparada para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Então, essa capacitação para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e para a possibilidade de desenvolvimento de patentes é uma coisa que nós precisamos começar a pensar nas universidades.

A situação da pesquisa tem sido mais, vamos dizer assim, azeitada porque, com a formação de bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos, esse professor vai se preparando para o mundo da pesquisa. Mas a execução de um projeto de pesquisa propriamente dito não é o dia a dia dessa pessoa que é formada. Então, nós precisamos fomentar a capacitação de pesquisadores para essas ações; diminuir a burocracia para o depósito de patentes. Essa diminuição de burocracia para o depósito de patentes passa desde a Lei nº 8.666 até realmente o pesquisador saber o que é uma patente.

Lá na universidade, há alguns anos, um diretor de um centro de pesquisa da indústria do petróleo disse – e isto já sabemos, como foi mostrado aqui – que, em países como, por exemplo, os Tigres Asiáticos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

há 63 mil patentes por ano. Quanto a Universidade Federal da Bahia tem? Temos dez, temos cinco, temos três. Então, é muito pouco, talvez porque nós não estejamos preparados.

Promover um melhor conhecimento do que é realmente uma patente. Não sabemos o que é realmente uma patente. Então, se estivermos mais bem preparados, como nosso Reitor do Rio Grande do Sul disse, mencionando que precisamos ter um setor que nos prepare melhor para essa situação de patente e que esse setor precisa dar um amplo conhecimento à comunidade universitária de como se pode promover essa situação de patentes, com isso, nós poderemos, talvez, estar melhor preparados para trabalhar a situação da universidade e empresa. Isso é importantíssimo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permita-me uma informação: essa questão que o senhor foca é tão preocupante – e tem a ver com a burocracia – que agora, no dia 24 de outubro, Dr. Antônio Fernando, nós encaminhamos ao Ministro da Ciência e Tecnologia um pedido de informação sobre a falta de representantes de pesquisadores. Leio apenas aqui um trecho, e é uma questão também focada há pouco pelo Reitor Oppermann.

> Atualmente, em média, leva-se 11 anos para que o [Instituto Nacional da Propriedade Industrial] INPI faça o processamento de um pedido de patentes. E sempre que inquirimos os representantes governamentais sobre o motivo para essa deficiência absurda, a resposta é que o órgão não tem funcionários suficientes. Em razão da falta de resposta do Poder Executivo, nos governos anteriores, os parlamentares têm sido obrigados a propor alterações na legislação procurando colocar em lei ordinária o que poderia ser resolvido por meio mais objetivo, direto e singelo.
>
> Sabemos que para o cargo de Pesquisador [a questão dos concursados] ainda há 50 aprovados passíveis de serem convocados e no cargo de Tecnologista há 20 aprovados, em ambos os casos, conforme regulamento em vigor (Decreto 6.944/2009, art. 11), basta a autorização de Vossa Excelência, não sendo necessário submeter a questão ao crivo do Senhor Presidente da República.

Então, se nós não sabemos bem o que é uma patente, ora, nós precisamos de ajuda.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, se nós conseguirmos a contratação desses aprovados em concurso, eles vão nos ajudar. No dia 24, mandamos esse Ofício nº 255/2016 ao Ministro. E, na audiência que teremos amanhã, às 4h30 da tarde, confirmada pelo Pró-Reitor do Proantar, nós vamos fazer duas perguntas a mais.

O Ministro Kassab já esteve aqui duas vezes. Na primeira vez, para explicar à comunidade científica por que a junção do Ministério da Ciência e Tecnologia ao de Comunicações, o que causou preocupação, denotando enfraquecimento da área de ciência e tecnologia. Inclusive, a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader, foi muito incisiva, muito contundente nos questionamentos. E a segunda vez que veio aqui foi para saber o que projetava para a comunicação. Então, o Ministro tem sido solícito.

Amanhã, nós queremos fazer duas perguntas a ele. A primeira, com relação aos recursos, que é a queixa sistemática, habitual aqui, nesta Comissão: por que tantos cortes de recursos, por que o contingenciamento? E há boato agora de que, em razão da PEC do teto, a primeira área que deverá ser atingida é a da ciência e tecnologia. Há esse temor de que a coisa se agrave mais ainda. Então, vamos fazer essa pergunta amanhã para o Ministro. E a segunda pergunta é por que não acelera essa contratação, que não depende de autorização do Presidente da República. Como dissemos aqui: são 50 aprovados na área de pesquisadores e 20 na de tecnologista que podem ajudar.

Perdoe a interrupção. Prossiga.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Não, tranquilo.

Como o senhor mesmo falou, nós temos 11 anos para o desenvolvimento de um processo de patente. E o nosso Reitor do Rio Grande do Sul disse...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdão, alertam-me aqui: foi para o Ministro do Planejamento. Mas, evidentemente, se houver a interferência do Ministro da Ciência e Tecnologia, pode ajudar.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Com certeza.

Mas, de qualquer forma, o senhor veja, o senhor mesmo colocou aí: 11 anos para o desenvolvimento de um processo de patente. E é como nosso Reitor disse: 11 anos, o negócio não é mais inovador; 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

anos, já passou, já caducou há muito tempo. Um processo inovador precisa ser produzido e, no ano seguinte, já estar patenteado para que nós o coloquemos para operação imediata. Onze anos? Aquela coisa já se tornou totalmente obsoleta. Então, esse é um dos cuidados que temos que ter.

O senhor veja, agora apresentamos ali: 80 professores na Universidade Federal da Bahia – depois o nosso Pró-Reitor encaminhou, de um total de 2.670, ali está 1.670 –, isso significa, aproximadamente, que 3% estão envolvidos com a área de inovação. Então, nós temos um contingente muito pequeno de professores envolvidos, o que significa que precisamos incentivar mais esses pesquisadores para que eles estejam suficientemente animados e essa área tenha realmente o valor que ela merece e seja desenvolvida como precisa. O senhor mesmo falou: a área de inovação é uma das áreas mais importantes que nós temos no Brasil. Sem inovação, não temos educação, não temos ciência, cultura, nada. Então, é uma das áreas mais importantes que temos.

O custo Brasil, foi falado aqui hoje, é uma das questões que nos dificulta muito o desenvolvimento de pesquisa e, consequentemente, inovação. Então, isto também deve ser objeto de discussão mais aprofundado. E é pensamento do Governo brasileiro para que seja facilitado para o pesquisador brasileiro: como é que a gente pode viver com um teto de R$8 mil para fazer uma licitação, que é algo de 1993? Nós estamos em 2016.

Então, nós temos esse processo de inovação, temos processos de construção de desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica que são dificultados. Como é que podemos fazer, realmente, na prática, a pesquisa e a inovação? Como cliente, como pesquisador, eu vejo isso com muita dificuldade. Sabemos que universidades, por exemplo, de ponta, como a de São Paulo e outras do Sul, Rio Grande do Sul e outras, já têm uma certa facilidade para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, até por causa das suas fundações. A Fapesp ajuda, tem um papel muito importante para o desenvolvimento – nosso Reitor do Rio Grande do Sul inclusive disse: "No Rio Grande do Sul não temos uma Fapesp." E para nós, do Nordeste, é muito mais dificultado o desenvolvimento dos nossos projetos de pesquisa.

Bem, então, nós nos colocamos à disposição na Universidade Federal da Bahia. Nosso Reitor tem apoiado muito essa área de pesquisa e inovação. Os fundos setoriais e as políticas públicas afetas a esse tipo de desenvolvimento, de processo e de recursos são fundamentais. Nós não trouxemos uma conclusão, mas eu acho que é esta a conclusão que está ficando para nós todos que aqui estamos à mesa, de forma uníssona: eles são fundamentais, sem eles, a pesquisa e inovação no Brasil seriam bastante dificultadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, Prof. Antônio Fernando. E sem pesquisa, não é apenas a nossa situação dificultada,mas nós não entramos na competição, nós não temos competitividade. É o que nós defendemos nesta Comissão. É através da inovação que nós vamos competir, criando novas soluções, novos serviços, novos mercados, novas rendas. Então, é indispensável essa pesquisa, e tem sido tão difícil nós convencermos o próprio Governo! No governo anterior, houve uma decadência assustadora com relação a isso. E o atual, a braços com essas dificuldades conhecidas, até agora não estamos vendo perspectiva, razão por que nós vamos continuar insistindo, tanto nos debates, quanto nos projetos que estamos apresentando, na luta pelo não contingenciamento, que ainda está por ser votado.

Nós temos um projeto de lei para não contingenciar, que já está na Comissão de Constituição e Justiça, a qualquer momento vai ser votado esse projeto de não contingenciamento, e aquele com relação à lei orçamentária para o ano que vem, para que não haja contingenciamento para o ano que vem, depois do veto da Presidente afastada.

Mas vamos agora para o Norte. A propósito do Pará, Prof. Rômulo Simões Angélica, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, no dia 9 de dezembro, nós estaremos lá. Nós estamos fazendo uma peregrinação pelos Estados brasileiros, também pelas regionais. Nós estivemos no Rio Grande do Sul, inclusive com transmissão direta pela TV Senado. O Professor Reitor Rui Oppermann esteve presente, participou. Todas as instituições científicas e tecnológicas estiveram nas dependências da Assembleia Legislativa – foi no início do mês de julho – falando sobre o estágio atual da pesquisa científica e tecnológica no Rio Grande do Sul. Durante quatro horas debatemos lá, com o auditório lotado. E agora, há duas semanas, estivemos em São José dos Campos, uma das cidades mais tecnificadas do Brasil, se me permite a expressão. Fomos conhecer o Inpi, a Embraer, passamos o dia inteiro, e durante a tarde, debate com três horas de duração e gravação para a TV Senado, matéria que já foi veiculada há bem poucos dias. E agora vamos para o Norte, vamos para Belém do Pará, com transmissão também da TV Senado. Até agora temos praticamente 90% de garantia de transmissão ao vivo. Estamos tendo a colaboração prestimosa do Senador Flexa Ribeiro, que é Senador paraense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Falei há pouco aqui que no dia 9 haveria a leitura do relatório. Houve um engano. A nossa leitura do relatório vai ser no dia 6, e no dia 9 estaremos em Belém do Pará para uma avaliação do que é a pesquisa, importantíssima no Norte, talvez das regiões mais favoráveis à pesquisa, em função da Região Amazônica. Queremos questionar sobre micro-organismos, plantas, produção de fármacos etc. Desde já, convidamos V. Exª para nos prestigiar lá, no dia 9.

Dito isso, o Dr. Rômulo tem a palavra, para nos dar uma ideia sobre a ciência e tecnologia lá na região e responder às perguntas, que têm sido as mesmas para os nossos demais convidados.

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Muito obrigado, Senador Lasier Martins. É uma honra estar aqui presente. Em seu nome, gostaria de cumprimentar os outros integrantes da Mesa, reitores, pró-reitores. Eu iniciaria fazendo um pequeno apanhado lá da nosso Universidade Federal do Pará, como fez então o Dr. Krieger. Acho interessante para um primeiro entendimento, uma primeira contextualização da nossa realidade.

Nós assumimos recentemente. O novo Reitor, Prof. Emmnuel Tourinho, foi empossado dia 11 de outubro, e eu, juntamente. Então, menos de um mês nesse cargo. Acho que, semelhante ao que o Prof. Antônio Fernando disse há pouco, ao preparar esta apresentação, no fundo eu me vi muito mais como pesquisador e usuário dos fundos do que propriamente como pró-reitor. Vou procurar dar alguma ideia, então, sobre dados da universidade, mas eu me vejo muito como usuário desse sistema, chefe de laboratório, orientador de pós-graduação e bastante envolvido conhecedor com essa situação de ciência e tecnologia no Brasil e, em especial, na nossa Região Amazônica.

A nossa universidade é relativamente nova, é de 1957. Ano que vem faz 60 anos a Universidade Federal do Pará, 41 mil estudantes no total, 35 mil de graduação, aproximadamente 6.500 de pós-graduação. Esse número é interessante: de cerca de 2.200 professores, docentes, apenas 1.400 com doutorado. Esse número às vezes parece demérito, mas eu acho muito importante mostrar que, no fundo, ele reflete essa situação de Amazônia, essa situação dos vários *campi* que a UFPA tem espalhados pelo seu interior e que não consegue atrair doutores. É muito interessante. A maior parte desses docentes não doutores estão nos interiores. Eu mesmo já participei de concurso em Santarém e Marabá para doutores, e a gente chegou lá e não houve candidato inscrito.

Então, são pontos muito interessantes, quando a gente precisa avaliar essas discrepâncias regionais, como colocou muito bem no início o Dr. Krieger, essas diferenças regionais, o regramento, que vai do Acre à USP, com diferenças regionais tão contrastantes – e essa é uma delas – da Região Amazônica.

Depois, a contratação de um doutor, às vezes até mesmo só com graduação, especialização ou mestrado e que depois tem que liberá-lo para o doutorado, e o tempo de qualificação desses docentes. São 253 cursos de graduação. Incluem-se anda cursos a distância (Parfor mais EAD, mais de 500 cursos); 78 programas de pós-graduação. Isso é muito interessante, esse número dobrou em seis anos, exatamente seis anos da última avaliação trienal da Capes – 2010, 2011 e 2012 –, que eu acompanhei como coordenador de pós-graduação. Depois desse triênio, a Capes mudou o sistema de avaliação para quadrienal. Esse é o último ano do quadriênio 2013, 2014, 2015 e 2016. Então, nós temos bem esse número. Nosso número de programas era exatamente metade no início do último triênio, em 2010, e que tem um papel fundamental para nossa instituição e para a nossa Amazônia.

Como eu disse há pouco, são dados que precisamos colocar porque todo esse investimento em ciência e tecnologia (FNDCT), no final, que fortalece a pós-graduação, retorna para a graduação. Daí, a política, desde a gestão anterior até a atual da nossa universidade, desse investimento em pós-graduação é fundamental para a nossa Região Amazônica.

São doze *campi.* É interessante colocar que a UFPA já teve 25 *campi*. Há pouco tempo, os dois maiores *campi*, Santarém e Marabá, desmembraram em universidades novas. É um processo que está acontecendo agora, como já aconteceu em Minas, onde há uma série de federais que desmembraram da FMG e de tantas outras. Esse processo está acontecendo agora, bem forte, nos nossos Estados, que é muito grande, é o segundo maior Estado em extensão em nosso País.

Hoje, Santarém representa bem a região oeste do Estado; Marabá, aquele polo importante próximo de Carajás, da mineração. Desmembraram, são duas universidades novas. Quando separaram, levaram quatro a cinco *campi*, que saíram da UFPA. É interessante. A UFPA, antes desse desmembramento tinha 25 *campi*.

Quando comecei a coletar alguns números do FNDCT, dos projetos apoiados, uma primeira surpresa foi não ter encontrado esses dados na minha pró-reitoria. Acho que não há problema colocar isso. Uma das primeiras tarefas que o reitor me deu ao vir para esta audiência foi fazer o levantamento desses números. Não consegui no portal da transparência, mas fiquei muito surpreso de encontrá-los

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

muito bem organizados, batendo com alguns dados que tínhamos na pró-reitoria, no *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia. Incrível! E me surpreendi, mesmo como pesquisador, com esse volume de projetos e de recursos, desse levantamento que ainda estou tabulando. Esses dados, no fundo, eu mesmo comecei a tratar separadamente. O histórico começa em 2000, com o Edital CT-Petro, de 2000. Até 2016 são 480 projetos. Vários dados muito interessantes podemos extrair dessas informações. Um que já me chama a atenção, mas que no fundo já não é novidade: 60% desses 480 projetos são de Edital Universal do CNPq. É incrível para a nossa Região, para a nossa universidade, a importância desse Edital Universal do CNPq. Não se todos conhecem como ele funciona. Não são valores muito elevados. Normalmente, são três faixas. Por exemplo, a menor faixa é R$20 mil, R$30 mil, mas é importante para um pesquisador na Amazônia ter um projetinho de R$20 mil para tocar sua pesquisa, seu laboratório e seus estudantes. É incrível%! 60% desses 480 projetos, em 16 anos, são editais universais.

Eu listei alguns. Na verdade, extraí dessa tabela apenas os projetos CT-Infra/Proinfra. São aqueles projetos anuais.

Só retornando um pouquinho à questão do universal, frente a essa diminuição de recursos, que todos estão colocando muito bem, o edital universal eu acompanho de perto. Eu, como pesquisador, sempre tive projeto apoiado por edital universal. O último com recursos liberados foi o de 2014 e que ainda não foi totalmente liberado.

Em 2015, o CNPq chegou a lançar o edital no final do ano, em dezembro. Eu acho que foi uma estratégia para tentar deixar os pesquisadores satisfeitos, e retirou. Aí ele volta em 2016 já com o Edital/2016, ou seja, o ano de 2015 foi retirado. E isso não acontecia. Sistematicamente tínhamos edital universal todos os anos. Em 2015 ele foi abstraído. O edital de 2016 – há três semanas eu estive no CNPq, nos CAs, eu participo dos CAs de Geociência – já está julgado e não é divulgado por falta de recursos. Isso desde o primeiro semestre, estamos aguardando, sendo que o de 2014 ainda não terminou de ser pago. Então, esse é um pouco o quadro dos universais e da importância que eles têm para uma universidade como a nossa.

Muito bem. Eu extraí apenas os projetos CTI-Infra/Proinfra, que depois desse apanhado que eu fiz sobre o universal, da importância desse valor para o pequeno pesquisador, esses são fundamentais para a infraestrutura das universidades. É incrível! Eu participei de alguns deles como coordenador. O total, desde 2001, que está na base de dados, até 2013, cerca de R$50 milhões.

Esse abaixo, o de 2014, eu até destaquei porque esse resultado foi divulgado há dois meses, no máximo. O de 2014, saiu o resultado agora. É muito interessante como ele funciona. São subprojetos para cada instituição, uma maneira de atender os diferentes grupos de pesquisa, institutos.

O nosso Instituto de Geociências, como é infraestrutura, ele entra junto com o pessoal de materiais, das engenharias, para solicitação de equipamentos.

Normalmente, entre esses editais, temos alguns apoiados. Neste ano, por exemplo, 2 de 8 foram indeferidos. Apenas para mostrar como isso funciona.

Quanto à evolução dos recursos, o que eu acho interessante é que, além do aumento real de valor, em diferentes momentos nós temos aquele aumento relacionado ao aumento do número de doutores da instituição. Isso é interessante também. As faixas de aplicação de valores com que cada instituição pode concorrer depende de número de doutores da instituição. Então, eu lembro quando, num determinado ano, a UFPA virou um determinado número de doutores. E aí, então, opa! A gente pode concorrer, então, na faixa maior e pleitear mais recursos.

Então, o que eu diria desses editais? Hoje, a infraestrutura de laboratório que nós temos na Universidade, que eu conheço relativamente bem como usuário interagindo em projetos multidisciplinares com outros institutos, se deve, eu diria que em mais de 90%, a esses editais de infraestrutura.

Há um exemplo disso que eu gostaria de trazer para os senhores.

Este aqui é o meu laboratório, estes são os meus dois equipamentos principais, de difração, fluorescência de raios X, análise química e mineralógica, laboratórios multiusuário. Eu opero esses equipamentos – não sei se vou continuar operando depois de ter assumido essa nova função de Pró-Reitor. São exemplos de projetos multiusuários, atendem o pessoal da química, de materiais, das engenharias, cerâmica, cimento, mineração, aulas, formação de recursos humanos, bolsistas que passam. Tenho um orgulho muito especial desse meu laboratório. Esse equipamento foi adquirido com o CT-Infra 2005, e esse outro equipamento, com esse edital específico multiusuários da Finep, de 2006 – então, exemplos direto do uso desses recursos pela nossa instituição.

O outro é um projeto que eu pincei, pessoal também, desses universais. Foi o meu último universal, de 2011, extraído dessa listagem dos 480 projetos da nossa universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Há este número agora – saio um pouco dos projetos –, este número que eu queria trazer para vocês também. Até o momento em que comecei a preparar este material, esta apresentação, não tinha pensado nisso que iria mostrar para vocês, mas, em função dessa reunião do CNPq há três semanas... Era a reunião de julgamento das Bolsas de Produtividade em Pesquisa, que o Prof. Antônio Fernando mencionou há pouco. Foi uma semana muito tumultuada, porque o anúncio de cortes seria grande. Essas bolsas também têm um caráter simbólico muito grande para a pesquisa e para a ciência no Brasil. Não sei se todos sabem como funciona esse sistema, essa graduação de bolsas. No final, essas bolsas são como um prêmio para o professor, para o pesquisador, de certa forma, representam *status,* algumas delas, essas de categoria mais elevada. Por exemplo, um professor só pode coordenar um projeto de envergadura do INCT se ele for Pesquisador 1A ou 1B. Então, essas bolsas têm um valor simbólico, digamos, muito grande – entre os pares, a gente sabe dos colegas que têm bolsas e dos que não têm bolsas. E vejam que não são valores muito elevados – um Pesquisador 1A do CNPq ganha R$1,5 mil de bolsa como, digamos, complemento salarial. Mas o motivo de eu ter trazido o assunto dessas bolsas para vocês é que, nessa reunião do CA, eu soube que 18% dos valores das Bolsas de Produtividade em Pesquisa vêm do FNDCT. Eu não sabia disso. Então, parte dos recursos do FNDCT também são para as Bolsas de Produtividade.

Aí eu fiz seguinte exercício.

Este aqui é o número de bolsistas de produtividade em pesquisa da nossa instituição, que também é muito pouco. Inclusive, é um critério importante, por exemplo, na avaliação da Capes, o número de bolsistas de produtividade. Então, conversando com os nossos reitores, chegamos à conclusão de que temos de aumentar o nosso número de bolsistas em pesquisa.

Vejam que isto aqui é quase 10% dos professores com doutorado, é muito pouco do nosso número de doutores. Imaginem, por exemplo, esse número comparado com o da USP ou com o da URGS.

Nós temos, em toda a UFPA, apenas três professores que são 1A. Por exemplo, eu sou 1B, eu sou um Pesquisador 1B do CNPq, com muito orgulho.

Aí eu fiz esse exercício de recursos. Entram, em bolsas para a UFPA, por ano, R$2 milhões, sendo que 18% são do FNDCT. Além do valor da bolsa, que é do professor, que é do pesquisador – também não sei se todos conhecem aqui –, o CNPq, já há algum tempo, instituiu o chamado Adicional de Bancada. Hoje eu não tenho mais nenhum projeto. De 2010 a 2015, eu tive três grandes projetos – CT Mineral, tive aquele universal, tive outro do CNPq-Vale com as FAPs –, mas acabaram, estou sem projeto hoje, como pesquisador. O dinheiro que eu uso para o meu laboratório são esses R$1,1 mil por mês do meu Adicional de Bancada. Então, é uma experiência pessoal, e sei que ela parece pequena quando se fala no conjunto do volume de recursos nas instituições. Mas – acho que foi o Prof. Oppermann que dizia há pouco, mostrando os números da pós-graduação na URGS – como o trabalho da pós-graduação é tão individual, do professor orientando o seu aluno da pós-graduação, tirando às vezes o dinheirinho do bolso dele para aquela pesquisa, para aquela produção... Então, eu vejo que o papel dessas bolsas, com recursos desses fundos, é fundamental para a nossa instituição, para a nossa região.

Finalmente, eu chego às três perguntas que nos couberam. Não há muita diferença em relação àquilo que todos os outros professores que me antecederam já falaram. As minhas respostas foram um pouco curtas, resumidas, para centrar em pontos que eu considero pontos-chave e também para poder desenvolvê-los um pouco mais a partir do que foi apresentado anteriormente.

Então, em relação a essa primeira pergunta, para mim é muito claro, no caso da minha instituição eu não tenho dúvida: sem esses projetos, sem esses recursos, não haveria pesquisa na nossa instituição, não haveria pesquisa e pós-graduação. Os recursos orçamentários da universidade para o fundamental... É impossível comprar um difrator ou outro equipamento... Não tem como, não teria como, não haveria pesquisa e pós-graduação na Universidade Federal do Pará sem esses recursos dos fundos, sem a oportunidade desses projetos CNPq-Finep.

Há um ponto sobre o qual eu não falei no início, mas que gostaria de ressaltar agora: a importância da Universidade Federal do Pará para a Região Amazônica.

Nós temos também bastantes números da pós-graduação na nossa região, e a UFPA é, disparado, em número de programas de pós-graduação, em produção científica, de longe, a maior da Amazônia. Em segundo lugar, com todo respeito, vem a UFAM, a Universidade Federal da Amazônia, mas os números são muito contrastantes – só para reforçar a importância que a nossa universidade tem. Outros Estados, como Acre e Rondônia, têm um papel muito pequeno em pesquisa e em pós-graduação.

Que resultados efetivos esses recursos têm propiciado para a área de inovação e de pesquisa científica? Também como já foi falado há pouco em patentes, inovação e empreendedorismo, pergunto: quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

vai para a Região Amazônica? Muito pouco, não tenho nem como quantificar esses números. A tentativa de fazer um levantamento, por exemplo, de professores que submeteram patentes... É muito pouco, é muito pouco.

Eu aproveitaria essa questão para reforçar um ponto fundamental, já que a Amazônia tem essa importância capital para o nosso País e para o mundo: o nosso grande papel é na formação de recursos humanos, eu não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perdoe-me por interrompê-lo, mas me responda uma pergunta que entendo ser apropriada. Os senhores enfrentam lá a chamada biopirataria...

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Os senhores têm ideia do volume dessa concorrência na Região Amazônica?

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Que tipo de concorrência?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Da investigação do que nós temos disponível naquela vasta região.

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – É interessante: hoje, a maior instituição que trabalha com biodiversidade nem está numa universidade, ela está no Inpa, em Manaus – é incrível! O Inpa tem um número enorme de programas de pós-graduação, muito maior do que a própria UFAM, e com uma grande quantidade de pesquisadores estrangeiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Há um mês e pouco atrás, nós tivemos uma reunião da Academia Brasileira de Ciências em Belém, quando eu conheci vários desses pesquisadores, americanos, que trabalham em Manaus, que trabalham no Inpa com biodiversidade, com problemas ligados à flora, à fauna. É muito grande esse número.

Retornando à questão da formação de recursos humanos: isso é capital para nós. Todo investimento em pesquisa e em laboratórios fortalece a pós-graduação, que forma doutores que viram professores para a própria Região Amazônica. Novamente, desculpem o personalismo, mais um exemplo próprio: meus cinco últimos doutores, dos cinco últimos anos, se tornaram professores da UFPA. Esse foi o caminho natural. Nós não temos indústria. Eles não se deslocam para o Centro-Sul do País, eles ficam na própria região. Um deles está em Santarém, que não é mais UFPA, agora é a nova universidade, mas os cinco doutores terminaram e em pouco tempo fizeram concurso e se tornaram professores. Ou seja, é um papel importante: estamos formando recursos para a nossa região. E, como disse há pouco, é muito interessante isto e pode ser levado às universidades de vocês: a gente abre os editais de concursos, e normalmente há até as brincadeiras: "Ah, o pessoal do Sul não quer vir para a Amazônia!" É muito interessante isto: não querem vir prestar concurso na Região Amazônica.

Como é possível estimular a realização de pesquisas que tenham potencial?

A minha principal visão quanto a essa pergunta é que a Amazônia é uma região pouco industrializada. Então, nós estamos nessa etapa de muita pesquisa básica. Eu sou ligado à mineração, e nós temos muitas pesquisas ligadas à mineração, um pouco à biodiversidade, aos problemas regionais, mas não temos a indústria, que poderia fazer essa ligação. E vejo muito bem, pela experiência que reuni no tempo que já passei aqui, na Unicamp, no Centro-Sul, um pouco fora do País: sem essa relação com a indústria, ela é muito difícil. Nós temos muito poucos pesquisadores envolvidos com inovação.

Acho que havia um último ponto... Diz respeito a patentes e publicação.

Um ponto de experiência pessoal que eu gostaria de trazer para os senhores: a questão das patentes. Concordo com o que foi colocado pelo Prof. Krieger no início – acho fantástico aquele quadro com a comparação entre as patentes da nossa instituição e as dos Tigres Asiáticos, as patentes ligadas à indústria. Esse é o quadro, eu não tenho a menor dúvida.

Mas um ponto com o qual eu, como pesquisador, sempre atinei é que nós somos estimulados à publicação, à produção científica. Na nossa carreira, para obter a Bolsa de Produtividade Científica do CNPq, para a solicitação dos projetos da Finep e do CNPq, quando o nosso *lattes* vai ser avaliado, depende da nossa produção científica. E é aquele dilema, do *publish or perish* e do *patent and prosper*. Se eu publicar, eu não posso patentear. Então, quando eu publico, lá nos Estados Unidos eles vão usar a minha publicação para uma patente. Esse é um dilema. O tempo de análise da patente teria de ser reduzido. Se ele for reduzido, Senador, a patente é logo liberada e, depois de um tempo, pode publicar. Se vai demorar tanto tempo, eu preciso publicar para formar meu *lattes* e para pedir recursos para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

editais.
Veja, essa é minha experiência de pesquisar, eu lhe garanto. Nós pesquisadores precisamos produzir, precisamos publicar, e deixamos as patentes de lado.
Então, acho que essas são as minhas respostas, para não tomar tanto tempo. E também estou à disposição.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Os senhores estão nos proporcionando um prestimoso trabalho para a composição do nosso relatório. Desde logo, ficamos muito agradecidos.
Eu tenho aqui algumas perguntas bem objetivas e pediria a gentileza de V. Exªs também de muita objetividade nas respostas. Nós aqui atendemos a duas ou três comissões por dia. Daqui a pouco, eu tenho participação na Comissão de Educação, inclusive com uma relatoria.
Eu pergunto ao Prof. José Eduardo Krieger. Os senhores não falaram no Funttel. Ou, se falaram, não percebi. Não há nenhuma relação com o desenvolvimento das telecomunicações nos trabalhos dos senhores?
O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Há bastante. Há uma dificuldade no levantamento dos dados para discussão. Nós procuramos fazer uma discussão genérica. Eu inclusive consolidei alguns dos dados, quando apresentei os dados CNPq, Capes e Finep no conjunto, mas, sim, evidentemente que a USP e outras universidades estão fazendo uso disso. Eu acho que essa é uma questão em que o Brasil ocupou e pode ocupar um papel importante, e esse fundo pode contribuir.
Se V. Exª me permite, eu queria fazer uma consideração. Em relação ao grande desafio na estruturação do sistema de ciência e tecnologia há várias receitas, mas nós, num determinado momento, na década de 90, realizamos uma que foi muito feliz, aproveitando a época das concessões e das privatizações. Criamos fundos que, nos seus próprios nomes, já carregavam um elemento importante de indicação de solicitação. Seria uma oportunidade fantástica para que fossem formados os comitês gestores desses fundos, que definiriam as reais políticas. E é isso que está faltando. Quer dizer, é nesse ponto que eu acho que a Comissão pode ir um pouco mais fundo. Essa não é a única receita, mas é uma receita existente, e nós vimos que está subaproveitada, para falar o menos possível.
Então, eu acredito que uma revisão daquele papel dos fundos é uma questão muito importante. Quer dizer, se você pegar o modelo, por exemplo, do financiamento americano, ele está mais concentrado em uma agência do Ministério da Saúde, o NIH, que tem quase metade, cerca de 30 bilhões dos recursos que vão para pesquisa fundamental e aplicada, a porção pública do financiamento. Você depois tem componentes do National Science Foundation, que são cerca de 7 bilhões, comparados aos 30 bilhões do NIH – 7 bilhões que seriam nossos, do CNPq, digamos assim –, e você tem recursos que aparecem e que são fundamentais para o desenvolvimento e para a inovação, que são recursos que estão dentro de agências, fundamentalmente do departamento de energia, do departamento de defesa e o de comércio. Então, esse é um outro modelo, uma outra cesta.
Agora, o fundamental é a integração dessas ações, que é o que não há aqui. Eu acho que, até revisitando aquela fórmula dos fundos, eles já tinham, na sua prerrogativa, alguns transversais – o Verde Amarelo, como já foi mencionado –, e um deles, o Funttel, é objeto de discussão aqui, mas isso de certa maneira se perdeu. Esse poderia ser um elo a mais de coordenação dessas ações. E é isso que falta. O financiamento público é imprescindível aqui e em qualquer país do Globo. Não há outra forma de se fazer. Precisa ser integrado, um local onde você coloca o reconhecimento do que são aqueles investimentos alocados para pesquisa fundamental, o estoque de conhecimento. Sem isso não é possível resolver problemas específicos, que são aqueles de que estamos falando, como a participação da universidade, junto com o setor produtivo, na transformação de conhecimento e riqueza.
Agora, precisa existir um sistema. E aí é que eu me remeto um pouco a esse projeto nacional que foi a pós-graduação, e que, mesmo que tenha que ser revisitado ou que tenha que haver, digamos assim, um *fine tuning*, agora necessário, ele mostrou que é possível fazer as coisas. Em 30, 40 anos, nós mudamos a participação, a contribuição do Brasil de 0,5% para 2,5% da produção mundial. O que nós precisamos agora é de um projeto nacional de ciência e tecnologia, em que se veja todos os aspectos, não só do financiamento, evidentemente, mas da articulação dos sistemas.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Uma outra observação aqui: durante as exposições, o Prof. Antônio Fernando, se não estou enganado, mas tenho quase certeza, levantou a questão de que o Governo estaria questionando o papel das universidades, que não teriam tido o papel essencial de produzir patentes. Foi o senhor que disse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Acho que não.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não?
O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Na realidade, eu levantei esse aspecto e procurei mostrar com números quem é que faz patente no mundo.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, e o senhor até citou, Dr. José Eduardo, que entre os dez maiores patenteadores da Coreia não havia nenhuma instituição acadêmica.
O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Não.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Só empresas privadas.
O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – A mesma coisa os Estados Unidos. Mas eu citei o exemplo da Coreia.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim. Mas, então, a universidade forma pesquisadores?
O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Forma. E ela inclusive participa. O novo marco regulatório, que precisa ser regulamentado em seus detalhes, vai viabilizar o trânsito de pessoas, o trânsito de capital e o trânsito de propriedade intelectual, mas a atividade de patenteamento, evidentemente que as universidades todas aqui fora têm oportunidades, e assim o fazem, e patenteiam, mas atividade vocacional de patenteamento é das empresas, e frequentemente com o auxílio dos pesquisadores das universidades.
Mas ela é uma atribuição das empresas. É ela que tem que defender o patenteamento, e assim por diante. E não uma universidade. Você chega lá, e é um problema para um reitor ou para um pró-reitor analisar: "O que eu vou patentear e o que eu não vou patentear?". Patenteia quem está vendo interesse comercial na frente. E quem faz isso é a empresa.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Claro. Perfeito.
Reitor Oppermann.
O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – A questão das patentes é fundamental. Eu disse que esse não é o principal papel de uma universidade. As universidades têm a competência de produzir conhecimento e de levar esse conhecimento à fase tecnológica. A patente é, na verdade, o primeiro ato da inovação, que é o registro da propriedade daquilo que será inovado e que dali será colocado no mercado. Ora, essa atividade é do setor industrial. Não cabe a uma universidade pública comercializar coisas, pelo menos dentro da perspectiva histórica que sempre tivemos.
Na Coreia do Sul e em outros países, especificamente na Coreia do Sul, eu tenho certeza disso, as universidades são parceiras da indústria. Se lá estão a LG e a Samsung patenteando, parte daquela patente vai diretamente para os recursos das universidades. Esta é a parceria que nós queremos fazer: uma parceria de competências. Quem produz o conhecimento é a universidade, quem transforma esse conhecimento em inovação para o bem da sociedade é o setor produtivo, mas ambos ganham com isso. Vamos deixar muito claro que a universidade não é uma patrocinadora filantrópica. Ela também tem que ter um retorno nessa questão da patente, e, a partir daí, reverter em recursos específicos para a universidade.
Então, esse é o modelo que entendemos apropriado para incentivar inclusive o capital, a produção de bens no Brasil.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.
Pelo *site* e-Cidadania vieram várias perguntas, de Pernambuco, do Pará, de São Paulo, de Santa Catarina, de Goiás, de Mato Grosso do Sul. Nós não vamos poder atender todas, por problema de tempo, mas a minha assessoria teve o cuidado de selecionar pelo menos duas.
Uma delas eu repasso ao Pró-Reitor Rômulo. Vem de Adriano Colares, justamente do seu Estado, o Pará. Ele diz: "Mas aqui no Pará nós não temos acesso aos fundos de incentivos por quê?". Ele não entendeu.
O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Eu acho que ele não entendeu. Todos esses projetos listados, esses 480 projetos, são apoiados por esses fundos.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.
O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – O professor que aplica para um projeto no edital universal do CNPq está recebendo recursos provenientes desse fundo, sim. Eles são importantíssimos para nós.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não.
A Ana Caroline, do Mato Grosso – eu passo pergunta ao Dr. Antônio Fernando: "Quais são as chances

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

que as taxas de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional venham a aumentar em meio a tantos cortes nessas áreas? Há planos para que o Programa Ciência sem Fronteiras volte a atender as instituições de ensino e universidades?".

Qual é a sua opinião?

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Eu acho que se nós tivéssemos o retorno do Ciência sem Fronteiras na sua plenitude, já seria uma coisa bastante importante para nós todos, acho que para todas as universidades brasileiras. Porque, a partir do momento em que nós temos essa oportunidade de trocar experiências com pesquisadores de outros países, nós enriquecemos o nosso conhecimento e fazemos com que nossos alunos também possam participar desse intercâmbio, dessa troca de experiências.

Eu acho que sim. Nós temos condições de promover uma série de ações voltadas para as políticas públicas de incentivo à pesquisa com o retorno dos fundos, como o FNDCT, enfim, de fundos setoriais de uma forma geral, como o CT-Petro, que perdemos recentemente. Se nós tivéssemos essa volta, esse retorno, com um volume significativo de recursos, isso faria com que nós tivéssemos o desenvolvimento de pesquisa e inovação para o Brasil de uma forma bastante ampliada.

Então, a gente precisa pensar de uma maneira bastante séria nessa questão, porque nós podemos voltar a ter um retrocesso em questões relacionadas a pesquisa e inovação com a redução desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom, nós estamos nos encaminhando para o final desta reunião de hoje. Assim, se os senhores tiverem algumas considerações finais a fazer, poderão se manifestar. Eu apenas peço que sejam bastante sucintos.

Ao mesmo tempo, reitero aqui os nossos agradecimentos por essa prestimosa colaboração ao nosso relatório sobre a política pública de ciência e tecnologia no Brasil.

Os nossos consultores estão aqui participando e acompanhando. Já disse que nós traremos à votação da Comissão no dia 6 e mandaremos para os senhores uma cópia do relatório, considerando que, no total, serão seis ou sete audiências públicas, das quais ainda falta uma, que será realizada nos próximos dias, com a participação dos gestores dos Ministérios.

Se algum dos senhores quiser dizer uma palavra final, fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Dr. José Eduardo Krieger.

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Eu gostaria imensamente de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui. Eu acho que isso mostra a seriedade com que os diversos Poderes da Nação estão tratando esse assunto, que é fundamental e estratégico, e eu tenho certeza de que esse relatório contribuirá para o encaminhamento dessa questão.

Agora, eu tenho uma solicitação final. É realmente um pedido: que vocês, nesta Casa, possam olhar imediatamente para a Lei nº 8.666 e corrigir o erro que está embutido nessa lei. Eu não tenho o termo técnico para falar, mas é para se ter o gatilho daquele valor de R$8 mil, que não foi corrigido, seja corrigido. A peça de lei é muito boa, mas tem um pequeno problema que tem de ser corrigido. Isso afetará ainda mais, diretamente, com ou sem aumento dos recursos, a eficiência do sistema e dos gastos públicos, não só na ciência e tecnologia, mas fundamentalmente na saúde, onde nós temos um grande buraco.

Muito obrigado.

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Reitor Rui Oppermann.

O SR. RUI VICENTE OPPERMANN – Eu também, da minha parte, quero agradecer, em nome da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o convite, a oportunidade de vir aqui fazer esse debate, um debate fundamental para as universidades, um debate fundamental para a sociedade brasileira. E aguardamos o relatório, que, certamente, será de grande valia também dentro da universidade para as discussões das nossas políticas.

Se pedidos são permitidos e como foi dito aqui que, hoje, estamos começando a discutir, aqui no Senado, a PEC nº 55, eu gostaria de ver que se considerasse educação como tal e, particularmente, ciência, tecnologia e inovação como exceções, porque são investimentos que estão sendo feitos. E a gente não ganha reduzindo investimentos, em especial esses investimentos, que são essenciais, fundamentais para o presente e para o futuro do País.

Então, se nós queremos tirar o País desse grande problema no qual nós estamos atolado, nós precisarmos ter a coragem de olhar para as oportunidades que a crise nos oferece. E essa oportunidade de investimento em ciência, tecnologia e inovação é a única que vai fazer com que o País se alavanque para uma posição melhor e mais estável também economicamente.

Esse é o pedido que, tenho certeza, toda a comunidade da universidades faz neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Rui Oppermann.

Pró-Reitor Rômulo.

O SR. RÔMULO SIMÕES ANGÉLICA – Faço minhas as palavras dos que me antecederam e repetiria a frase, que eu anotei, do Prof. Oppermann: um país sem pesquisa, ciência e tecnologia é um país sem futuro.

Agradeço esta grande oportunidade, esta honra de poder aqui representar a nossa Região Amazônica. Senhores, eu voltaria a um último ponto, para encerrar, aquele ponto inicial que o Prof. Krieger colocou sobre as diferenças regionais, porque me ocorreu a lembrança de que nesses editais, alguns editais do CNPq – talvez vocês se lembrem disso –, há uma parcela, um percentual específico para as Regiões Norte e Nordeste. Então, de certa forma, essa diferença já é feita. Eu me pergunto se essa é a forma de fato, e pondero que a gente amadureça para ajudar a avaliar essas diferenças regionais do nosso País, que são necessárias.

Quando o Prof. Krieger colocou que não dá para todas fazerem pesquisa, eu concordo, Prof. Krieger. De fato, não dá. Mas quando eu vejo que a pesquisa na minha região carente retorna para a graduação, eu preciso que haja pesquisa na minha região, na minha universidade. Tem que ter, porque ela retorna. Em uma pós-graduação forte, com bons laboratórios, o menino da graduação passa por lá também. De que maneira serão feitas essas diferenças, esses valores? Talvez uma política de cotas? E eu não queria usar esse termo, mas talvez seria um olhar especial para essas regiões.

Mas, sem dúvida, eu vejo também que o desenvolvimento científico, da pesquisa, da inovação vai ser feito em algumas universidades, mas, na Região Amazônica, nós precisamos, sim, ter uma política de ciência, tecnologia e pesquisa forte, porque, acima de tudo, ela volta para a graduação e fortalece os recursos humanos na região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Os pedidos dos senhores constarão das notas taquigráficas e da gravação que estamos fazendo aqui, e será de onde nós retiraremos essas perguntas e solicitações para o relatório.

Pró-Reitor Antônio Fernando.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Ainda não sou pró-reitor não, mas sou um pesquisador da Universidade Federal da Bahia e gostaria de, em nome dessa instituição. agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas, se não é, está a caminho, certamente. (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA QUEIROZ – Agradeço, em nome da Universidade Federal da Bahia, e ressalto que se trata de um momento muito importante para nós este momento em que discussões estão sendo feitas em cima da ciência e da tecnologia.

Nós, no Nordeste, como também no Norte, temos uma série de dificuldades. Como disse anteriormente, vivenciei essas dificuldades durante muitos anos e tenho certeza de que, com ações como essas que nós estamos vendo aqui hoje, nós poderemos ter um pouco mais de alento, um pouco mais de vontade de fazer com que isso aconteça realmente. E acredito que isso vai acontecer realmente.

Gostaria de agradecer imensamente ao Senador Martins por esta oportunidade de vir aqui hoje conversar um pouco sobre essas questões que são fundamentais para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, porque, afinal, V. Sªs é que estão colaborando com o nosso trabalho.

Percebi que, ao longo da nossa reunião de hoje, inúmeros Senadores vieram aqui, registraram presença no livro, mas não puderam participar, uma vez que nós estamos tendo a reunião da Comissão que, hoje, inicia o debate, que envolve os maiores interesses, sobre a PEC nº 55.

Estão em reunião conjunta a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Econômicos para debaterem dobre a PEC do teto, que desperta não só expectativas, mas também um debate muio intenso.

Está reunida também a Comissão de Educação, que inicia os seus trabalhos neste momento.

Então, mais uma vez, agradeço muito as presenças dos Drs. Rômulo, Rui Oppermann, José Eduardo Krieger e Antônio Fernando.

Submeto à apreciação do Plenário, porque, afinal, temos registros suficientes no livro de presenças, a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 30ª e 32ª Reuniões, realizadas em 18 de outubro e 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

novembro, respectivamente.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 11H, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7

Às onze horas e seis minutos do dia dezenove de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Lídice da Mata e Simone Tebet (não membro). Deixaram de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão e José Medeiros. O Presidente declarou aberta a reunião destinada a discutir e votar emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18 de 2016, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Antes de iniciar os trabalhos, o Plenário dispensou a leitura e aprovou a ata da reunião anterior. Assumiu a presidência a Senadora Simone Tebet. O Senador Wellington Fagundes fez a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunicou o recebimento de 57 (cinquenta e sete) propostas de emendas, das quais 56 (cinquenta e seis) de apropriação e 1 (uma) de texto, não tendo sido apresentada nenhuma emenda de remanejamento. Encerrada a discussão, foi aprovado o relatório, que passou a constituir parecer favorável às quatro emendas seguintes: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: Nº 1 | UO: 30101 | TÍTULO: CONSTRUÇÃO, REFORMA, EQUIPAGEM E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 130.000.000; Nº 2 | UO: 52121 | TÍTULO: ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO ANEXO AO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA (IME) - RIO DE JANEIRO - RJ | LOCALIDADE: RIO DE JANEIRO - RJ | VALOR: 50.000.000; Nº 3 | UO: 26101 | TÍTULO: EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 540.400.000; Nº 4 | UO: 24101 | TÍTULO: FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 10.000.000. Reassumiu a presidência o Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente da Comissão Senado do Futuro

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aprovação das atas anteriores.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, PLN 18, de 2016.

Para que eu faça a leitura do relatório, convido a Senadora Simone Tebet a assumir a Presidência da reunião.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Pode ficar aí, Presidente. V. Exª é o Presidente e é o Relator.

Com muita honra, passo a palavra ao coordenador das emendas da Comissão Senado do Futuro, Senador Wellington Fagundes, para a leitura de seu relatório, lembrando àqueles que estão nos assistindo que se trata de um relatório em que irá sugerir à Comissão o acatamento de emendas para inclusão no Orçamento da União de 2017, destinando recursos relacionados ao assunto pertinente a esta Comissão, de até quatro proposições, para serem utilizados dos recursos federais relacionados a esta pasta.

Com a palavra, portanto, o coordenador das emendas, Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Também para dar celeridade, Srª Presidente, quero aqui dizer que foram apresentadas ao colegiado 57 (cinquenta e sete) propostas de emendas, das quais 56 (cinquenta e seis) de apropriação e 1 (uma) de texto, não tendo sido apresentada nenhuma emenda de remanejamento. As emendas de apropriação foram propostas pelos Senadores José Medeiros, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Paulo Paim, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. A emenda de texto foi apresentada pelo Senador Paulo Paim. Quadro anexo a este Parecer arrola as sugestões individualmente.

Vou diretamente às proposições.

Inicio a apresentação das emendas sugeridas ao acolhimento por esta Comissão com três propostas que receberam apoio de três Senadores, discriminadas a seguir:

Primeiro, a Proposta nº 50, da Senadora Lúcia Vânia, que coincide com propostas de mesmo teor dos Senadores Paulo Paim (Emenda nº 36) e Wellington Fagundes (Emenda nº 54), relativa ao Programa 2062, ação 14UF: "Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes", para o Ministério da Justiça e Cidadania, no valor de R$130 milhões, por se tratar de ação importantíssima ao fortalecimento do sistema de direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo, a Proposta nº 1, do Senador José Medeiros, que coincide com propostas de mesmo teor dos Senadores Cristovam Buarque (Emenda nº 6) e Wellington Fagundes (Emenda nº 56), relativa ao Programa 2058, ação 20PY: "Adequação de Organizações Militares do Exército", para o Comando do Exército, no valor de R$50 milhões, por se tratar de ação com o fim de construção de prédio anexo ao Instituto Militar de Engenharia - IME.

Terceiro, a Proposta nº 4, do Senador Cristovam Buarque, que coincide com propostas de mesmo teor dos Senadores Lídice da Mata (Emenda nº 15) e Paulo Paim (Emenda nº 43), relativa ao Programa 2080, ação 20RG: "Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", para o Ministério da Educação, no valor de R$540,4 milhões, por se tratar de ação com o fim de implantar novas unidades e modernizar a infraestrutura das unidades existentes na rede federal. Esta eu também subscrevo, dada a importância. Foi um cuidado que tivemos, Srª Presidente, exatamente para permitir também que tanto as universidades quanto as escolas de ensino tecnológico pudessem usar todos aqueles que já são concursados de 2015 e 2016 remanescentes, que não foram contratados e que possam sê-lo no ano de 2017. Temos, através dos cursos de expansão universitária, muitos cursos que foram criados, assim como nos Institutos Federais de Educação, e, se não for permitida a contratação desses novos, teríamos que fechar cursos de Medicina e outros criados, provavelmente no Mato Grosso do Sul também. Em Mato Grosso, na universidade federal, foram criados 4 cursos novos de Medicina, e 18 novos centros no interior. Então, esta emenda é extremamente importante, bem como a alocação dos concursados.

Por fim, sugiro o acolhimento da Proposta nº 51, do Senador Wellington Fagundes, que destina recursos ao programa 2106, Ação 4210: "Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$10 milhões, principalmente pelo fato de as atribuições desta Comissão Senado do Futuro estarem intrinsecamente relacionadas ao objetivo da Ação 4210.

Em virtude do limite de quatro emendas, torna-se inevitável propor a rejeição, no mérito, das demais emendas.

Cabe ainda observar que, com relação à emenda de texto aditiva proposta pelo Senador Paulo Paim (Emenda Aditiva de Texto n.º 1), que inclui no PLOA 2017 artigo que trata de estabelecimento de novo regramento para o reajuste de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, não há como admiti-la, por não obedecer ao disposto no art. 165, §8º da Carta Magna, que veda à Lei de Meios conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Senado do Futuro delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, na forma seguinte:

1. Proposta nº 50, relativa ao Programa 2062, ação 14UF: "Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes", para o Ministério da Justiça e Cidadania, no valor de R$130 milhões.

2. Proposta nº 1, relativa ao Programa 2058 e à ação 20PY: "Adequação de Organizações Militares do Exército", para o Comando do Exército, no valor de R$50 milhões.

3. Proposta nº 4, relativa ao Programa 2080 e à ação 20RG: "Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", para o Ministério da Educação, no valor de R$540,4 milhões.

4. Proposta nº 51, relativa ao programa 2106, Ação 4210: "Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R$10 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Plenário da Comissão, em 19 de outubro de 2016.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Coloco em discussão o Parecer do Coordenador de Emendas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que, a partir de agora, passa a constituir o Parecer, favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016.

As emendas aprovadas aqui irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Convido o Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes, a reassumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Simone Tebet, quero agradecê-la por estar aqui conosco para que pudéssemos, conjuntamente, aprovar tanto na CDR quanto na Comissão do Senado do Futuro, e quero fazer um convite a V. Exª e a todos que nos assistem para que participem conosco do Congresso do Senado do Futuro que faremos nos dias 8 e 9 de dezembro, cujo tema será "Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável", das 9h às 18h, aqui no Auditório do Interlegis. Já temos vários convidados.

Gostaria, mais uma vez, de ler a programação para que o Brasil e todos que nos assistem tomem conhecimento de que, no dia 8 de dezembro, haverá a abertura do evento pelo Presidente do Senado e pelo Presidente da Comissão Senado do Futuro, com a presença do representante da Unesco, do representante da CNI, do representante da MEI, além do representante do MCTIC, com o tema "Desenvolvimento Sustentável na América Latina – Sustentabilidade e Agenda 2030".

Às 9h30, mesa redonda com os seguintes convidados: Carlos Nobre, membro do Conselho Científico sobre Sustentabilidade Global do Secretário Geral da ONU; Rômulo Paes de Sousa, Diretor do Centro Mundial do PNUD para o Desenvolvimento Sustentável; e ainda Pedro Luiz Barreiros Passos, Presidente do Conselho de Administração da Natura.

Depois, teremos, às 11h10, com o tema "Desenvolvimento Sustentável na América Latina - Desafios para o futuro", as apresentações de: Kishore Singh, Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Educação; Alvaro Salas-Castro, Consultor e conselheiro estratégico na Universidade Cornell; Gilberto Peralta, Presidente da GE do Brasil; Joseluis Samaniego, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

À tarde, às 15h, mesa redonda com os seguintes convidados, na área de segurança alimentar: Steven M. Helfand, Professor de Economia na Universidade da Califórnia em Riverside; Rafael Perez Escamilla, Professor da Yale School of Public Health e Diretor da Global Health Concentration; Luiz Fernando Furlan, membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A.

E, ainda, às 17h, com o tema "Saúde e alimentação para o futuro - Políticas públicas para a saúde", já estão confirmados os convidados: M Ramesh, Professor da Lee Kuan Yew School of Public Policy em Singapura; e Reginaldo Arcuri, Presidente executivo do Grupo FarmaBrasil.

No dia 9 de dezembro, com o tema "Educação, Ciência e Inovação do Futuro", às 9h, mesa redonda com os seguintes convidados: Senador Cristovam Buarque; Rafael Lucchesi, Diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Salim Ismail, Singularity University; Flavia Schlegel, Diretora-Geral-Adjunta de Ciências Naturais da Unesco.

Às 11h, com o tema "O futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas", estão convidados: Gabriela Mafort, jornalista especializada em novas mídias pela Universidade de Stanford, na Califórnia;; Marcelo Tas, jornalista e comunicador de TV; e Laércio Cosentino, Diretor-Presidente da TOTVS.

E ainda "Democracia representativa no mundo digital", mesa redonda com os seguintes convidados: Guy Peters, Professor de Ciência Política da Universidade de Pittsburgh e Presidente da International Public Policy Association; Wilson da Silva Gomes, Professor Titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia; e Franklin Luzes Júnior, Diretor da Microsoft Participações.

E, às 16h30, apresentações de vários *cases* de sucesso, com mesa redonda ao final das exposições: Ricardo Felizzola, CEO e fundador da HT Micron e das empresas Teikon e Altus; Mauro Kern, Vice-Presidente Executivo de Operações da Embraer; e Bernardo Gradin, Presidente da GranBio e líder da Comissão de Bioeconomia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

CNI.

Depois, haverá o encerramento.

V. Exª é a nossa convidada, assim como todos os Senadores.

Eu agradeço, Senadora Simone Tebet. Penso que cumprimos aqui o nosso compromisso de aprovar nas duas comissões; agora, haverá o nosso trabalho a ser ainda votado na Comissão Mista de Orçamento e, depois, no Congresso.

Eu quero registrar também que ainda não votamos a LDO e que é extremamente importante, porque não podemos votar o Orçamento junto com a LDO. Então, é muito importante que votemos ainda a LDO. Espero que, tão logo termine o segundo turno, possamos aqui votar a LDO.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às onze horas e onze minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Pedro Chaves. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. O Presidente declarou aberta a reunião destinada e discutir e votar emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18 de 2016, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". Antes de iniciar os trabalhos, o Plenário dispensou a leitura e aprovou a ata da reunião anterior. Assumiu a presidência o Senador João Capiberibe. O Senador Paulo Bauer fez a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunicou o recebimento de 3 (três) propostas de emenda, sendo 2 (duas) destinadas a apropriação de despesa e 1 (uma) emenda ao texto do projeto. Encerrada a discussão, foi aprovado o relatório, que passou a constituir parecer favorável às três emendas seguintes: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: Nº 1 | UO: 37101 | TÍTULO: CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO, OUVIDORIA E CORREIÇÃO – NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA| VALOR: 20.000.000; Nº 2 | UO: 34101 | TÍTULO: COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL – NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 25.000.000; EMENDAS AO TEXTO: Nº 3 | REFERÊNCIA: CORPO DA LEI – ARTIGO 4 PARÁGRAFO 7 | TIPO: MODIFICATIVA. Reassumiu a presidência o Senador Paulo Bauer. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimentando o Sr. Senador João Capiberibe bem como os demais Senadores que se encontram na Casa e que já subscreveram o livro de presença nesta Comissão, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública, visto termos o número regimental de assinaturas no registro de presença.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017, o PLN nº 18/2016. Eu farei a leitura do relatório, que é da minha autoria, com a ajuda do nosso consultor Eduardo Rodriguez, que aqui se encontra presente.

E convido o Senador João Capiberibe para assumir a Presidência dos trabalhos enquanto eu faço a leitura do relatório.

E aproveito o sistema interno de mídia do Senado para convidar os Senadores que ainda não subscreveram a nossa lista de presença, que o façam, bem como os Senadores interessados no relatório do orçamento, que compareçam a esta reunião, informando que em seguida teremos outra reunião para deliberar sobre assuntos que constam da nossa pauta de trabalho.

Passo a Presidência ao Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Bauer.

Vamos então à leitura do relatório.

Passo-lhe a palavra para o relato sobre as emendas desta Comissão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Parecer da Comissão de Transparência e Governança Pública sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, Projeto de Lei Orçamentária para 2017, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Relatório.

Histórico.

A Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) recebeu, no prazo estabelecido na convocação, três propostas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, do Congresso Nacional.

Análise das propostas.

Preliminarmente importa ressaltar que a CTG, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, pode apresentar até oito emendas à despesa ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo até quatro de apropriação e outras quatro de remanejamento relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente.

Quanto às emendas de texto, não há limitações para a apresentação.

Vale destacar que foram apresentadas duas propostas de emendas à despesa, na modalidade de apropriação, e uma de texto.

A análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista as disposições constantes nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional.

Outra fonte jurídica importante para aferir a adequação das propostas de emendas é o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), aprovado por aquele colegiado em 13/9/2016.

Nos itens 10 a 18 e 38 a 43 de sua parte dispositiva, o relatório regulamenta as normas da apresentação de emendas de comissão, de modo a esclarecer a interpretação de dispositivos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

No que tange às emendas de apropriação, entendemos que as propostas apresentadas observaram os dispositivos exigíveis para a sua admissão, em particular, resta plenamente caracterizada a compatibilidade entre a competência regimental desta Comissão de Transparência e Governança Pública e as programações orçamentárias contempladas pelas propostas de emendas.

Em relação ao seu mérito, verificamos que as propostas são convenientes e oportunas, destinando-se a reforçar programações orçamentárias de órgãos responsáveis por ações de prevenção e combate à corrupção e pela busca do incremento da transparência pública.

Dessa forma, propomos a apresentação das seguintes emendas à despesa por parte da Comissão de Transparência e Governança Pública.

Propostas de Emenda à Despesa com o parecer pela aprovação.

Proposta nº 1, de minha autoria.

O órgão afetado é o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

A unidade orçamentária é a 37101, também daquele Ministério, que é da Administração Direta.

O programa é o 2081, Justiça, Cidadania e Segurança Pública.

A ação é a Ação 2D58, Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição.

Valor solicitado: 20 milhões.

Tipo de emenda de apropriação e acréscimo.

A segunda emenda apresentada, também de minha autoria, é para o Ministério Público da União, no Item 34000.

A unidade orçamentária é a 34101, Ministério Público Federal.

O Programa é o 0581, Defesa da Ordem Jurídica.

A Ação é a 2549, Comunicação e Divulgação Institucional.

O valor solicitado: 25 milhões.

O tipo de emenda: Apropriação/Acréscimo.

Com relação à proposta de emendas de texto apresentada, consideramos que deva ser admitida e acolhida por esta CTG.

A proposta destina-se a estipular condições e parâmetros para as aberturas de créditos suplementares autorizadas na Lei Orçamentária.

A redação proposta inova ao estipular regras que avançam na busca por um orçamento mais realista e, portanto, mais transparente à sociedade.

Além disso, em um cenário de restrição fiscal por que atravessa o País, a abertura de créditos suplementares para aumento de dotações de natureza primária já constantes do orçamento pressupõe o atendimento de condições mínimas que assegurem a higidez das finanças públicas.

Apesar da complexidade de se assegurar, quando das alterações dos orçamentos, o equacionamento entre receita primária prevista, meta de resultado primário e despesa primária autorizada é fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

garantir a neutralidade do crédito suplementar aberto por meio de decreto. A proposta por nós acolhida avança nesta direção.

O quadro abaixo apresenta a emenda de texto direcionada à CTG e em condição de ser apresentada à Comissão Mista de Orçamento.

A Proposta é a nº 3, de autoria do eminente Senador João Capiberibe.

A ementa é CTG.03, crédito suplementar condicionado ao teto de gastos e à compatibilidade com a meta fiscal.

A referência é: corpo da lei, art. 4º, §7º.

O tipo de emenda é: modificativa.

O voto do Relator.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão de Transparência e Governança Pública delibere pela apresentação das duas emendas de apropriação, listadas anteriormente, assim como da emenda de texto, descrita na sessão precedente, e propomos que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões.

É o relato que eu tinha a apresentar perante esta Comissão. E, obviamente, ele está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Paulo Bauer.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

Portanto, tendo sido votado esse relatório e não havendo mais quem queira usar da palavra nesta primeira reunião, eu a dou por encerrada, já abrindo a reunião seguinte, com o mesmo quórum, com a mesma lista de presença, para deliberarmos a respeito de matérias que constam da pauta dos trabalhos.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

ATA DA 14 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2016** que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." **Autoria:** CPI do Assassinato de Jovens (CPIADJ). **Relatoria:** Sen. João Capiberibe (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTG, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CTG (Substitutivo). **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2. Confederação Nacional dos Municípios; 3. Representantes de 5 capitais brasileiras. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 14 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Transparência e Governança Pública, audiência pública para discutir a regulação e os controles dos contratos de concessão de rodovias federais, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação dos Usuários das Rodovias do Estado de Santa Catarina (AURESC); representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); o senhor Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); e representante da Associação Brasileira de Concessionários de Rodovias (ABCR). " **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 14/2016-CTG. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 15 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG), para debater a telefonia celular no Brasil, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Senhor André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Senhor Luiz Alexandre Garcia, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE). " **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 15/2016-CTG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2016
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP.

Autoria: CPI do Assassinato de Jovens

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Como o Relator se encontra ausente, consulto se o Senador João Capiberibe poderia fazer a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*. Se V. Exª nos auxiliar nesta tarefa, ficarei muito grato e igualmente, com certeza, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos ao relatório do Senador Cristovam Buarque.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 241, de 2016, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública.

O art. 2º enuncia diretrizes para o acesso às informações de segurança pública.

O art. 3º traduz o princípio da transparência ativa, segundo o qual a Administração Pública deve tomar a iniciativa de publicar informações de interesse geral, antes mesmo que os cidadãos as requeiram.

O art. 4º obriga o governante do ente federado a apresentar, nos primeiros seis meses de governo, a política de segurança pública e o planejamento estratégico para a gestão da segurança pública, assim como, anualmente, relatórios de monitoramento dessa política e desse planejamento com os objetivos alcançados.

O art. 5º obriga cada instituição ou órgão de segurança pública a publicar, anualmente, diversos relatórios e pesquisas, bem como disponibilizar banco de dados que detalhe cada ocorrência policial.

O art. 6º também obriga cada instituição ou órgão de segurança pública a divulgar e manter atualizadas diversas informações, como organogramas, código de ética, procedimentos operacionais padrão, entre outros.

O art. 7º obriga a União a realizar pesquisa de vitimização a cada dois anos.

O art. 8º atribui à União o dever de consolidar os relatórios produzidos pelos demais entes federados no prazo de 180 dias.

O art. 9º concede o prazo de 90 dias para a retificação dos relatórios.

O art. 10 dispõe que o descumprimento desta lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois é hipótese de não prestação de contas por aquele que está obrigado a prestá-las.

O art. 11 trata da cláusula de vigência e determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise, Sr. Presidente.

O PLS nº 241, de 2016, é, na verdade, idêntico ao Projeto de Lei da Câmara, o PLC 4.894, de 2016, do Deputado Reginaldo Lopes.

A CPI do Assassinato de Jovens, reconhecendo a importância da proposição, decidiu encampá-la no Senado. A meta do projeto é estabelecer na área de segurança pública a *accountability*, isto é, a prestação de contas com responsabilização do Poder Público em face da sociedade.

A população tem o direito de conhecer as ações que o Estado pretende empreender na prevenção e no combate à criminalidade, bem como seus resultados, a fim de exercer o controle social e, eventualmente, exigir mudanças.

Não obstante, o projeto merece alguns reparos, entre eles os seguintes:

a) A lei decorrente da aprovação do projeto não cria a lei de acesso à informação na segurança pública. Ela já seria a própria lei de acesso à segurança pública, tendo em vista que atualmente a técnica legislativa tem evitado apelidos para as leis. O trecho final da emenda deve ser suprimido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

b) Convém mencionar o fundamento do projeto, que é o §7º, do art. 144, da Constituição Federal, segundo o qual – aspas: "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública de maneira a garantir a eficiência de suas atividades" – fecho aspas.

c) Os incisos V e VI, do art. 5º, devem ser suprimidos, porque pesquisa realizada por empresas especializadas não são de responsabilidade das instituições e órgãos da segurança pública.

d) O §1º, do art. 5º, que trata do nível de desagregação dos dados, deve ser suprimido, porque o §3º é mais detalhado.

e) No art. 8º, o prazo de 180 dias para que a União apresente relatório consolidado deve ser contado a partir da entrega dos relatórios pelos entes federativos.

f) O art. 9º, que trata da retificação de relatório, deve ser suprimido, porque é matéria de regulamento e não de lei;

g) o art. 10 deve ser suprimido, porque não há necessidade de se dispor que a inobservância da Lei é ato de improbidade administrativa.

h) por fim, deve haver um prazo maior para vigência da Lei, em decorrência do tempo de adaptação necessário para que os órgãos de Segurança Pública possam cumprir as exigências contidas na proposta.

Vamos ao voto.

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2016, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CTG (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241 DE 2016

> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados por órgãos e entidades de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a sua transparência e sua prestação de contas, com base no §7º do art. 144 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados por órgãos e entidades de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação a transparência e prestação de contas, com base no §7º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e serão executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e as seguintes diretrizes:

I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e da prestação de contas na administração pública;

V – desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 3º Os órgãos e entidades de segurança pública divulgarão, independentemente de requerimento, dados e informações de interesse público, no âmbito de suas competências, por eles produzidos ou custodiados, em sítios oficiais da internet e, quando possível, em outros meios físicos e digitais.

Art. 4º No primeiro semestre do primeiro ano de cada administração, serão publicados a política de segurança pública do ente federado e o planejamento estratégico para a gestão da segurança pública.

Parágrafo único. Será publicado anualmente o relatório de monitoramento da política e do planejamento estratégico mencionados no *caput*, com os objetivos alcançados.

Art. 5º Cada instituição e órgão de segurança pública publicará anualmente relatórios sobre:

I – uso da força, com dados sobre disparos de armas letais e não letais por unidade;

II – letalidade policial, com resumo dos principais dados sobre número de ocorrências registradas envolvendo mortes decorrentes de intervenção policial, laudos periciais, inquéritos abertos e recomendações sobre qualificações nos processos de treinamento para reduzir a letalidade policial;

III – policiais mortos, com resumo dos principais dados dos laudos periciais e das recomendações sobre qualificações nos processos de treinamento para reduzir o número de policiais mortos;

IV – principais indicadores de criminalidade, por unidade operacional, município e unidade da Federação, com ênfase no monitoramento das mortes violentas intencionais, em especial, homicídios dolosos, roubos seguidos de morte, lesões corporais seguidas de morte, mortes decorrentes de intervenção policial em serviço e fora de serviço, policiais mortos em serviço e fora de serviço e homicídios praticados por profissionais dos órgãos de segurança pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

V – mortes a esclarecer ou suspeitas;

VI – atividades dos órgãos correcionais;

VII – atividades das ouvidorias dos órgãos de segurança pública, incluindo as denúncias recebidas contra policiais e demais agentes de segurança pública.

§1º Os órgãos e entidades de segurança pública manterão salas de dados, equipadas com recursos de tecnologia da informação, nas quais os interessados poderão, mediante solicitação formal e assinatura de termo de responsabilidade e confidencialidade de uso de dados pessoais, processar os dados e gerar informações de interesse.

§2º As informações referidas nesta Lei:

I – permitirão a desagregação por latitude e longitude da ocorrência, raça, cor, etnia, gênero, idade, renda, uso de armas de fogo, número de vítimas envolvidas, número de agressores envolvidos;

II – abrangerão as cidades com mais de cinquenta mil habitantes.

Art. 6º As instituições e os órgãos de segurança pública manterão atualizados e disponíveis:

I – organograma com os respectivos ocupantes dos cargos de direção;

II – código de ética;

III – protocolos operacionais com os procedimentos operacionais padrão;

IV – norma reguladora sobre o uso da força;

V – regimento e manual sobre produção de dados estatísticos e critérios de classificação para tabulação de ocorrências e registros;

VI – doutrina com a concepção da instituição;

VII – conteúdo programático dos cursos regulares e especiais;

VIII – nome dos professores dos cursos regulares e especiais.

Art. 7º A União realizará, a cada dois anos, pesquisa de vitimização, que apresentará, pelo menos:

I – nível de confiança nas instituições policiais;

II – agressões e ofensas praticadas por policiais;

III – estimativa da taxa de subnotificação dos principais indicadores criminais.

Art. 8º A União publicará relatório-síntese de todos os relatórios produzidos nas demais esferas de Poder em até 180 dias após o recebimento dos dados das unidades federadas.

Parágrafo único. As unidades da Federação concentrarão os relatórios dos órgãos e entidades a elas vinculados e publicarão os dados de forma integrada e simultânea em sítio da internet indicado pelo Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação oficial.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos à votação.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador João Capiberibe, Relator *ad hoc*.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTG, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CTG, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os itens seguintes da nossa pauta são três requerimentos.

O primeiro requerimento é de autoria do Senador Telmário Mota.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13, de 2016

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2. Confederação Nacional dos Municípios; 3. Representantes de 5 capitais brasileiras.

Autoria: Telmário Mota

Não estando presente o autor, a matéria ficará aguardando para ser apreciada na reunião em que o autor estiver presente. Faço, entretanto, uma observação: como a proposição é para debater e avaliar o programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Brasil Transparente, que é executado pelo Ministério da Transparência, acho que nós só poderemos fazer essa audiência pública acontecer depois da vinda do Ministro Torquato Jardim a esta Comissão. O convite já foi aprovado por este Plenário e está sendo objeto de agendamento para o mês de novembro, já que ainda temos, nesse período de outubro, um calendário especial de atividades no Senado e, por isso mesmo, é difícil o agendamento da presença do Ministro perante a Comissão.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA
Nº 14 de 2016

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Transparência e Governança Pública, audiência pública para discutir a regulação e os controles dos contratos de concessão de rodovias federais, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação dos Usuários das Rodovias do Estado de Santa Catarina (AURESC); representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); o senhor Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); e representante da Associação Brasileira de Concessionários de Rodovias (ABCR).

Autoria: Senador Paulo Bauer

Observações: *Requer audiência pública para debater a telefonia celular no Brasil.*

Informo aos Srs. Senadores que se faz necessário esta Comissão realizar uma audiência com essa finalidade e esse propósito, porque as rodovias concedidas no Brasil têm a fiscalização dos serviços realizada pela ANTT. Nós sabemos de centenas de multas, centenas de avisos, centenas de ajustes de conduta que são realizados, mas, por incrível que pareça, tudo isso segue uma lei de sigilo. Portanto, a sociedade brasileira e o usuário não têm o direito de saber, por exemplo, quando a ANTT aplica uma multa, uma penalidade a uma concessionária, por ela infringir o contrato, por ela não cumprir uma determinação. A sociedade brasileira não pode e não toma conhecimento dos fatos por conta de uma lei de sigilo que está em vigor.

Nós precisamos, por isso, nesta Comissão, discutir essa matéria, já que esta Comissão tem a responsabilidade, graças à ideia do Senador João Capiberibe, de trabalhar pela transparência. Se uma concessionária de rodovias não cumpre o contrato, por si só, isso deveria ser tornado público; se a concessionária é penalizada, a penalidade deveria também ser transformada em fato público; e, se a concessionária não paga a multa porque faz um acordo de conduta, um acerto, um ajuste em relação ao contratado, também teria que ser do conhecimento público. É do meu entendimento que não pode o público ser refém do sigilo. Se é público, tem que ser público para o público.

Por isso, proponho que se faça aqui uma audiência pública, embora nós tenhamos muito pouco tempo para realizá-la ainda este ano – vamos ter que analisar –, exatamente entre representante dos concessionários, representante da ANTT, representante dos usuários e alguém que seja tecnicamente qualificado.

É necessário fazer isso por conta, inclusive, da notícia que o Governo Federal dá de ampliação das concessões no País. Será que nós queremos mais contratos protegidos por sigilo, sem que a transparência seja efetivamente praticada? Talvez o momento oportuno de discutir a questão seja exatamente agora.

Não estou fazendo prejulgamento, não estou fazendo crítica, não estou duvidando de nada; apenas cumprindo o papel desta Comissão de zelar pela transparência e promover a transparência e também a governança. Por isso, Senador Capiberibe, não mencionei aqui Ministério de Transportes, DNIT, secretarias estaduais de transporte; porque não é o caso. Nós estamos falando aqui, essencialmente, não de quantos quilômetros de rodovias nós queremos privatizar, nem se deve ou não deve, nem onde nem quando. Nós queremos discutir, sim, a transparência, a publicidade dos atos, que não existe lamentavelmente. Então, é preciso que colhamos informações.

Eu pedi para a ANTT, por escrito, uma informação sobre quantas multas a ANTT aplicou ou quantas sanções ela aplicou a uma concessionária para uma determinada rodovia concedida no Brasil, e a resposta veio em três linhas: tantas multas. Perguntei quantas foram pagas, e veio a informação de que 90% daquelas multas foram objetos de recursos. E eu perguntei como estavam esses recursos, e essa informação também não chegou. Disseram que estava em análise. Não sei quando foram impetrados, não sei quando vencem. Portanto, é muito misteriosa essa relação do concessionário com a entidade ou com a instituição que tem a responsabilidade de fiscalizar. Um não tem o poder, e o outro não tem a obrigação de divulgar. Ou melhor, um fica sem as obrigações todas para cumprir, e o outro fica sem a possibilidade de noticiar.

Então, essa matéria encontra-se apresentada e está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último requerimento que apresento a V. Exªs, também de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 15, de 2016

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG), para debater a telefonia celular no Brasil, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Senhor André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Senhor Luiz Alexandre Garcia, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE).

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Observações: *Requer audiência pública para discutir a regulação e os controles dos contratos de concessão de rodovias federais.*

Nós precisamos abrir essa caixa-preta. O Brasil quer saber por que o nosso sistema de telefonia celular é tão precário. Nós precisamos saber por que há empresas de telefonia em condições econômico-financeiras de insolvência, entrando em regime de recuperação judicial. Nós precisamos saber se a Anatel está efetivamente equipada para cumprir o seu papel. Nós precisamos saber e o Brasil precisa saber se nós temos condições de intervir e de fazer com que o serviço de telefonia celular no Brasil se torne, efetivamente, um serviço à altura das necessidades do País. Não podemos ter mais empresas de telefonia celular no País funcionando com a qualidade de serviço precário que hoje oferecem para a sociedade. Por isso, a audiência pública que eu proponho certamente poderá alcançar e informar a sociedade e os próprios Senadores sobre a realidade que estamos vivendo hoje.

O requerimento encontra-se em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião está encerrada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pois não, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Desculpe, é uma solicitação. Há um requerimento nosso aprovado para uma audiência pública sobre os contratos de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Do *swap* cambial.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Do *swap* cambial. Eu queria sugerir que a gente marcasse o mais próximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mantendo a agenda, para a gente realizar. Este é um momento importante, em que nós estamos discutindo a queda de juros. A gente sabe que os prejuízos de 2015, do *swap* cambial, atingem cifras alarmantes – possivelmente, R$200 bilhões. Então, solicito que a gente faça essa audiência pública para tomar conhecimento desses contratos, como é que são feitos, e porque estão dando tamanho prejuízo à Nação.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu asseguro a V. Exª que ele será objeto da primeira audiência pública que nós teremos. Nós temos três itens que são prioridade.

O primeiro é desta audiência pública, que se refere ao requerimento que V. Exª apresentou, e que foi o primeiro requerimento, aprovado por esta Comissão, de audiência pública, ainda não realizada por conta do período eleitoral, até o dia 3 de outubro, e por conta de o calendário especial, no mês de novembro, não nos dar condição técnica de realizar essa audiência. Teremos também dificuldade em novembro por conta dos dois feriados, que devem produzir efeitos prejudiciais à busca do quórum e ao cumprimento de um calendário de audiências públicas, não só nesta Comissão, mas em todas as outras. Estamos trabalhando nisso para ver como resolvemos.

A outra é uma audiência pública que devemos realizar e está programada inicialmente para dia 8 de novembro, que trata do RTG nº 9, de 2016, cujo Relator é o Senador Wellington Fagundes. É avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.190089/2016-34

de políticas públicas, portanto não há como deixar de realizar essa audiência pública. A terceira é a sessão especial de audiência do Ministro Torquato Jardim. São três que realmente precisam ser realizadas, e nós vamos fazer um grande esforço para fazer isso durante a segunda quinzena de novembro – ou melhor, uma está programada para o dia 8, a outra faremos na segunda quinzena de novembro.

Provavelmente, ainda mais um daqueles requerimentos aprovados na reunião de hoje, também incluiríamos no final de novembro, início de dezembro. É o que vai ser possível fazer, mas V. Exª será atendido, sem dúvida alguma, na sua solicitação.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, agradeço a presença do nosso nobre Vice-Presidente João Capiberibe, bem como dos demais que subscreveram a lista de presença.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



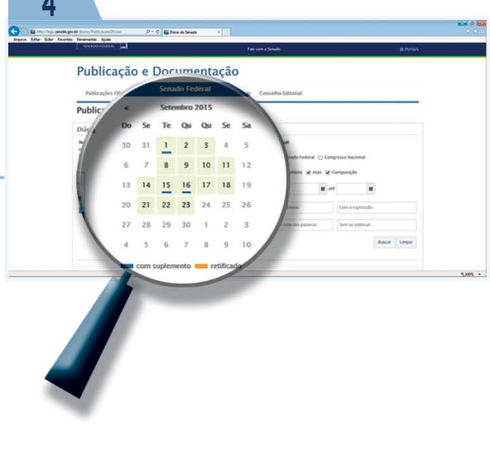
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



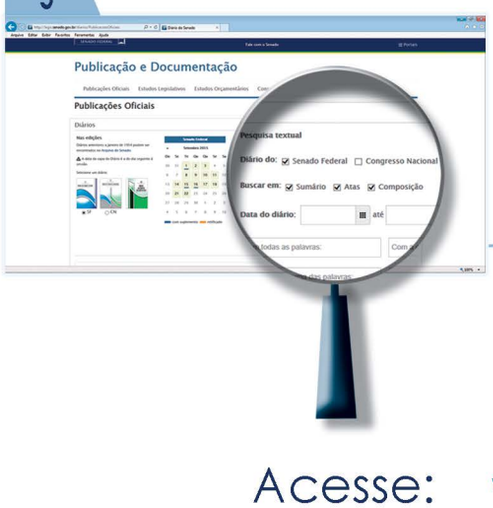
Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E551ED560015DA99.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.